00100.088019/2018-89

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII SUP. B AO Nº 98, TERÇA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 2018

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de maio de 2018. 7

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de maio de 2018. 75

Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de maio de 2018. 118

Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de maio de 2018. 191

Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de junho de 2018. 193

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2018. 249

Ata da 20ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de junho de 2018. 250

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de maio de 2018. 252

Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 30 de maio de 2018. 326

Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de junho de 2018. 346

Ata da 20ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de junho de 2018. 409

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2018. 470

1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2018. 532

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de maio de 2018. 602

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2018. 615

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2018. 627

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2018. 657

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2018. 692

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2018. 733

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de junho de 2018. 748

1.4 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2018. 781

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2018. 802

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2018. 809

1.5 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2018. 853

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2018. 898

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de abril de 2018. 946

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de abril de 2018. 983

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de abril de 2018. 1035

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2018. 1167

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2018. 1169

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2018. 1219

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de maio de 2018. 1220

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de maio de 2018. 1221

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2018. 1222

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de maio de 2018. 1243

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de maio de 2018. 1244

1.5.1 – Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho - CDHET

Ata da 1ª Reunião, realizada em 8 de fevereiro de 2018 1295

Ata da 2ª Reunião, realizada em 22 de fevereiro de 2018 1372

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de março de 2018 1521

Ata da 4ª Reunião, realizada em 19 de março de 2018 1575

Ata da 5ª Reunião, realizada em 3 de abril de 2018 1680

1.6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2018. 1745

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2018. 1771

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2018. 1789

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1.7 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de maio de 2018. 1820

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2018. 1832

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2018. 1887

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2018. 1904

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de junho de 2018. 1950

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de junho de 2018. 1959

1.8 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2018. 2010

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2018. 2027

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2018. 2040

1.9 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2018. 2071

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2018. 2096

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2018. 2134

1.10 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 14ª Reunião, realizada em 3 de maio de 2018. 2163

Ata da 15ª Reunião, realizada em 4 de maio de 2018. 2165

Ata da 16ª Reunião, realizada em 14 de maio de 2018. 2167

Ata da 17ª Reunião, realizada em 16 de maio de 2018. 2169

Ata da 18ª Reunião, realizada em 17 de maio de 2018. 2173

Ata da 19ª Reunião, realizada em 24 de maio de 2018. 2175

Ata da 20ª Reunião, realizada em 6 de junho de 2018. 2177

Ata da 21ª Reunião, realizada em 7 de junho de 2018. 2184

Ata da 22ª Reunião, realizada em 14 de junho de 2018. 2185

Ata da 23ª Reunião, realizada em 18 de junho de 2018. 2186

Ata da 25ª Reunião, realizada em 28 de junho de 2018 2187

1.11 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2018. 2189

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.088019/2018-89

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de junho de 2018. 2197

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia oito de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer, Airton Sandoval, José Pimentel, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Ricardo Ferraço, José Serra, José Agripino, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Otto Alencar, José Medeiros, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Telmário Mota, Rodrigues Palma, Cássio Cunha Lima e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Rose de Freitas, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Ronaldo Caiado, Omar Aziz, Ciro Nogueira e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 14 de 2018 (nº 33/2018-BCB na origem), de 24 de abril de 2018, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao primeiro trimestre de 2018, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 15/MF (nº 59/MF na origem), de 26 de abril de 2018, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, referente ao primeiro trimestre de 2018; Aviso nº 184-Seses-TCU-Plenário, de 26 de abril de 2018, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão nº 822/2018, proferido pelo plenário daquela Corte em 18/4/2018, nos autos do processo nº TC 023.387/2017-3, que trata de auditoria realizada com o objetivo de analisar a regularidade do usufruto da isenção de contribuição para a seguridade social das entidades beneficentes de assistência social, com atuação na área de educação, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam; Aviso nº 189-Seses-TCU-Plenário, 19 de abril de 2018, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão nº 823/2018, proferido pelo plenário daquela Corte em 18/4/2018, nos autos do processo nº TC 023.415/2017-3, que trata de Auditoria de Conformidade integrante de fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) para verificação da regularidade do processo de concessão de renúncias tributárias relacionada à área social e de desenvolvimento, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam e Ofício nº 142/2018, de 04 de abril de 2018, da Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo – RS, encaminhando Moção de apoio à reforma da Federação Brasileira, com redistribuição orçamentária, dando primazia aos Municípios, com base no Princípio da Subsidiariedade. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQE 8/2018, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalidade: Audiência Pública destinada a debater o acompanhamento dos principais indicadores fiscais e econômicos realizado pela Instituição Fiscal Independente -IFI, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 42 de 2016. **Participantes:** Felipe Scudeler Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente-IFI. Josué Pellegrini, Analista da Instituição Fiscal Independente. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os(as) Senadores(as) Armando Monteiro, Fernando Bezerra Coelho, Garibaldi Alves Filho, Airton Sandoval, José Medeiros, Dalírio Beber e José Serra. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos." **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Favorável ao PLC 70/2014, com três emendas apresentadas, e pela rejeição dos PLS 438/2013 e 45/2014, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação nos hospitais da rede pública de pontos com solução antisséptica e placas de orientação para a prevenção de infecções hospitalares." **Autoria:** Deputado Sandes Júnior. **Relatoria:** Senador Rodrigues Palma. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, de 2013 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 330 de 2013, nos termos do substitutivo apresentado, com acatamento total ou parcial das Subemendas nºs 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12 e 14 à Emenda nº 31-CCT-CMA; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 131 e 181 de 2014. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) José Serra, Airton Sandoval e Lídice da Mata. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Estabelece o percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos." **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivos na Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, para disciplinar os benefícios tributários." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os Senadores José Serra e Ricardo Ferraço. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 – CAE. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 15). **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 668, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para mudar a destinação de recursos à Superintendência do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e as fontes de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatoria:** Senador Dalirio Beber (*Ad hoc*), substituiu Senador Dalirio BeberSenador Pedro Chaves. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 394, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer o reajuste anual do valor per capita do PNAE, definindo o IPCA como índice utilizado para o cálculo do percentual do reajuste." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) José Serra e Ricardo Ferraço. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para dispor sobre a avaliação dos professores na educação básica pública." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o parágrafo único ao art. 47 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, para determinar a priorização das despesas com saúde e educação na execução orçamentária da União, Estados, Distrito Federal e Municípios." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 1 - Plenário. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, para possibilitar a contratação de operações de crédito externo e interno pelos consórcios públicos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, para extinguir os juros e as multas de mora nas execuções fiscais suspensas em razão da não localização de bens do devedor sobre os quais possa recair a penhora." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senadora Simone Tebet (*Ad hoc*), substituiu Senadora Simone TebetSenador Roberto Requião. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, de 2017 - Terminativo -** que: "Determina o uso da taxa de câmbio PTAX na conversão para a moeda brasileira do valor de pagamentos feitos em moeda estrangeira por meio de cartão de crédito."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 25 de 2018** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 155 de 2015, que "acrescenta dispositivos na Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, para disciplinar os benefícios tributários"." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 25/2018 – CAE, de urgência para a matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/08

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento.

Do Banco Central do Brasil, Aviso nº 14, de 2018.

Do Ministério da Fazenda, Aviso nº 15/MF.

Do Tribunal de Contas da União, Aviso nº 184-Seses-TCU-Plenário.

Também do Tribunal de Contas da União, Aviso nº 189-Seses-TCU-Plenário.

Correspondência: Ofício nº 142, de 2018, da Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo/RS.

Todos os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Audiência pública interativa.

Audiência pública interativa destinada a debater o acompanhamento dos principais indicadores fiscais e econômicos feito pela Instituição Fiscal Independente (IFI), nos termos da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016.

Convidado: Felipe Salto, Diretor-Executivo da IFI.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Acompanha o Sr. Felipe Salto o Sr. Josué Pellegrini, que é analista da IFI e também irá compor a Mesa.

Quero lembrar que esta audiência pública faz parte de uma resolução desta Comissão no sentido de que, periodicamente, representante da IFI venha a esta Comissão para atualizar e esclarecer quaisquer dúvidas que esta Comissão e o Senado Federal tenham em relação à situação fiscal dos governos brasileiros, em suas diferentes entidades.

Portanto, trata-se de uma das obrigações e de um dos mandatos mais importantes neste momento desta Comissão: ter todo esclarecimento possível e necessário sobre a situação fiscal do nosso País. Como todos sabem, trata-se, talvez, do principal entrave para que o País retome o seu crescimento econômico e, principalmente, a geração de empregos.

Passo a palavra ao Felipe Salto, Diretor-Executivo da IFI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Bom-dia a todos.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Tasso Jereissati, o Senador Armando Monteiro, o Senador Airton Sandoval, os assessores e os demais presentes.

Registro também a presença do Josué, que está aqui ajudando a preparar os dados e as análises que vamos apresentar hoje.

Começaremos falando rapidamente sobre a IFI, depois passaremos ao quadro econômico e fiscal e terminaremos com a questão essencial, que é a questão do gasto tributário, as chamadas renúncias fiscais.

A Instituição Fiscal Independente foi criada no âmbito do Senado Federal em 2016 com o objetivo de ampliar a transparência das contas públicas. É uma instituição inspirada no que têm outros 40 países. O mais conhecido é o dos Estados Unidos, o chamado CBO (Congressional Budget Office), que, desde a década de 70, faz naquele país o trabalho de acompanhar de maneira independente e tecnicamente os números fiscais e de prestar essas informações para o Senado e para a sociedade. Então, é uma tendência mundial que o Senado Federal, em 2016, também adotou.

Esse gráfico mostra a evolução das IFIs.

Dá para ver que é uma evolução exponencial. Em 2016, segundo dados do FMI, já são cerca de 40 instituições, incluindo as que estão na Europa e as que não estão na Europa.

Entre os modelos existentes, basicamente há um grande grupo que é ligado aos parlamentos nacionais; um segundo grande grupo ligado aos Poderes Executivos locais; e um terceiro, um pouco menor, de instituições solteiras, digamos assim, que não têm ligação formal com algum poder da república.

Quais são as funções dessa instituição e de onde vem a sua independência?

São quatro as funções. Eu costumo dizer lá na IFI, tanto para os analistas quanto para os diretores...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu vou interromper porque V. Sª já está respondendo uma pergunta que chegou aqui, feita pelo Gilmar Barroso, de São Paulo: "Como dizer que essa é uma instituição fiscal independente? Onde está a independência se ela é subordinada ao Senado Federal? Até o TCU é mais independente do que isso".

Então, como está justamente no assunto, eu o interrompi para...

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – É um bom ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma instituição nova e, como tal, nós temos, além da tarefa de produzir os conteúdos... Estão aqui também o Gabriel Barros e o Rodrigo Orair, que são os outros dois diretores. A IFI é dirigida por um colegiado. Então, além da tarefa de produzir os conteúdos, nós temos essa tarefa de construir a instituição.

E de onde vem a independência? A independência vem do mandato fixo. Então, por exemplo, um dos diretores é indicado pela CAE, sabatinado pelo Srs. Senadores, aprovado pela Comissão e pelo Plenário. Depois, o outro diretor, como no meu caso, o Diretor Executivo, é indicado pela Presidência e passa pelo mesmo processo. E o terceiro é indicado pela Comissão de Transparência. Então, a independência vem disso, ou seja, vem do mandato fixo, que só pode ser retirado em caso de um processo administrativo, de uma questão judicial ou por uma moção de censura apresentada em plenário pela maioria dos Senadores. Então, é daí que vem a independência.

Há também uma questão, a orçamentária.

A OCDE, que estuda muito esse tema e reúne as informações sobre as IFIs, bem como o FMI sempre registram que a independência vem também da questão orçamentária. E nós já estamos, juntamente com a Diretoria-Geral do Senado, caminhando na direção de segregar o nosso orçamento, as nossas despesas, para atender esses requisitos.

Então, essa é a resposta à pergunta do internauta.

E quais são as nossas quatro funções?

Estimar parâmetros orçamentários. E o que são parâmetros orçamentários? O PIB, a inflação, os juros e demais variáveis macro. Estimar as variáveis fiscais tanto para o curto, como para o médio e longo prazos. Calcular o impacto de eventos que tenham efeito fiscal relevante. Por exemplo, hoje, nós vamos tratar do gasto tributário, que tem um efeito fiscal tremendo. E o quarto objetivo é acompanhar o cumprimento das metas fiscais.

Então, são essas as quatro funções que a IFI deve cumprir.

Já mencionei que a IFI é dirigida por um conselho de três economistas... Não necessariamente economistas, mas, no caso, a primeira diretoria é composta por três economistas. E a equipe, hoje, tem mais três pessoas. Assim, no total, somos seis.

Eu costumo dizer que todo mundo lá na IFI cobra o escanteio e corre para cabecear, porque têm que pôr a mão na massa, tanto os diretores quanto os analistas, que funcionam como técnicos, produzindo conteúdos, relatórios...

Esse relatório que os senhores têm em mão é o que foi publicado ontem, que é o nosso principal relatório, o Relatório de Acompanhamento Fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além dessa estrutura que eu já mencionei, a IFI também, pela lei, que é a Resolução nº 42, de 2016, pode ter um conselho de assessoramento técnico. Isso foi inspirado também no CBO. São cinco pessoas para que, não remuneradas, auxiliem na tomada de decisões da IFI: o que publicar, correções técnicas, conselhos que possam ser dados. É um conselho consultivo que informalmente já vem funcionando. Nós temos lá no conselho: o Prof. Yoshiaki Nakan, Diretor da Escola de Economia de São Paulo, da FGV; o Edmar Bacha, que é Diretor da Casa das Garças; o José Roberto Afonso, especialista em contas públicas; Gustavo Loyola, ex-Presidente do Banco Central; e o Bernard Appy, especialista em tributação. Então, nós temos consultado essas cinco pessoas, mandamos os relatórios para aprovação e só agora precisamos formalizar o conselho.

Outro instrumento que a IFI possui é o pedido de informações. A IFI pode, através da Mesa do Senado, solicitar informações para os órgãos da Administração Federal principalmente. Nós nunca precisamos usar esse instrumento porque tem havido um diálogo muito bom com a área econômica do Governo, sobretudo com o Ministério da Fazenda e do Planejamento, também com o TCU, com outros órgãos de controle, e nós temos conseguido um relativo bom acesso a esses dados.

Passando para o que mais interessa: a questão econômica e fiscal, como nós temos visto o desempenho da atividade econômica, os impactos disso na questão fiscal e o que esperar para a frente.

Esse é o principal gráfico que nós vamos mostrar hoje, que é o chamado Hiato do Produto. O hiato do produto, apesar do nome complicado, é um termômetro para medir a temperatura da economia. Toda vez que esse termômetro está abaixo do zero, significa que nós estamos em uma situação complicada, em que há poucas pressões ou nenhuma pressão de demanda e a economia está murchando – por isso é que a inflação está abaixo de 3%, perto de 2,5%; por isso é que estamos com um crescimento tão baixo.

A recessão de 2014 a 2016. Aquela queda da curva azul ali mostra o quão profundo foi esse mergulho que a economia brasileira deu. A boa notícia é que nós já estamos nos recuperando. Ali no finalzinho dá para ver que já estamos nos recuperando, mas ainda estamos muito distantes do zero. Quer dizer, o hiato do produto está muito aberto. Esse nosso termômetro que mede a distância entre o dinamismo da atividade hoje e aquilo em que ela poderia estar, que é o chamado PIB potencial, está muito negativo ainda: 7,2%. Então as nossas projeções indicam que só lá em 2020, 2021 é que esse hiato vai se fechar de novo.

Qual é o lado positivo disso? É que há espaço para crescer, quer dizer, há espaço para que o juro fique num patamar baixo, como está hoje. Nós estamos enxergando que o juro pode ficar em 6,25% e demorar para aumentar. Então, isso vai estimular o investimento e o consumo, vai estimular a tomada de crédito para a recuperação da economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os últimos dados divulgados foram negativos, os dados, como a gente chama, de alta frequência. A produção industrial está aumentando 1,3% em relação ao ano passado, mas apresenta uma queda em relação ao mês anterior, quando a gente pega março em relação a fevereiro. E, quando a gente observa o trimestre encerrado em março em relação ao último trimestre de 2017, há estabilidade. Então, há uma tendência muito lenta de recuperação com alguns tropeços.

Esses últimos dados mensais, sobretudo da indústria, apontaram certo tropeço naquela trajetória esperada de recuperação. Nossa expectativa é de que o crescimento econômico neste ano vá ficar na casa dos 2,7%.

Outra parte muito importante, além dos dados realizados, é o que a gente chama de expectativas, que são medidas no Brasil por indicadores de confiança, sobretudo os calculados pela Fundação Getúlio Vargas. O que nós temos visto nessa matéria? Prestem atenção, por favor, no círculo vermelho. Nós estamos vendo que a confiança do consumidor...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, seria possível pedir só um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Claro, por favor.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Felipe, houve um debate aqui, inclusive com a presença da Febraban, na semana passada, sobre o tema dos *spreads*, que é um tema muito importante, e, naquele momento, nós pudemos transmitir ao setor financeiro a nossa ideia de que o mercado de crédito é um dos responsáveis por essa lenta recuperação da economia. Eu estou vendo ali que vocês verificam que o crédito encolheu.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – É.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – A relação crédito/PIB ficou pior; quer dizer, a 46%. Você atribui efetivamente a essa questão, sobretudo do crédito corporativo, o crédito para as empresas, que encolheu mais... Você entende que isso realmente tem um peso nesse processo tão lento de recuperação econômica, não é isso?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – De fato, Senador Armando, o crédito tem um peso fundamental na recuperação da economia. Quando a gente olha...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador Tasso, é só para... Ele indica ali que houve uma queda do crédito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – De 48% para 46%.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – E sobretudo no crédito para as empresas. O crédito para a pessoa física melhorou um pouco, mas o das empresas continua...

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – É isso.

Há duas variáveis importantes. O estoque, que nós estamos mostrando a 48,5% do PIB para 46,6%, piorou. Agora, as novas concessões estão numa melhora muito tênue ainda, muito frágil. Quando a gente olha para a pessoa física, é um pouco melhor; pessoa jurídica, pior.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Pior.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – É.

Isso é muito preocupante, porque não há recuperação da atividade, se não houver... Não quero ensinar o Pai Nosso para o vigário. Estamos aqui diante de Senadores que sabem muito bem disso, mas, quando você tem uma ociosidade muito grande, é muito difícil ter taxas de crescimento econômico se elevando rapidamente.

Para reverter essa situação, como se faz? Não é fácil. Nós precisamos ter um conjunto de medidas que afetem a confiança. Estamos vendo que a confiança do consumidor está caindo – lá em abril, 2,6% –; a confiança do empresário caindo – 1,4%.

O nível de utilização da capacidade aumentou marginalmente, 0,4%, mas ainda é de 76% só o nível de utilização da capacidade. Como vai haver investimento se há uma ociosidade tão grande? É por isso que é preciso colocar as barbas de molho, quer dizer, o processo de recuperação vai ser muito lento. O que pode aumentar essa velocidade? O aprofundamento do ajuste fiscal e das medidas que permitam manter a taxa de juros num patamar baixo em termos reais, o que, num cenário de dissipação dessas incertezas – a questão eleitoral, que gera muita incerteza interna, e também os fatores externos –, pode ajudar a recuperar o investimento.

Do lado do mercado de trabalho, há uma boa notícia e uma má notícia: a boa notícia é que há uma recuperação, mas a má notícia é que ela está muito concentrada, Senador Pimentel, na informalidade.

Então, a informalidade – ali, no primeiro destaque vermelho – está aumentando em 5,6% a ocupação, mas, com carteira assinada, está caindo 2,3% a ocupação. Isso era esperado, porque, como o tombo da economia em 2015/2016 foi muito profundo, não dá para recuperar da noite para o dia, sobretudo porque dessa vez o ciclo de recuperação não está contando com aquele fator externo do aumento dos preços das *commodities,* que ajudou muito no último ciclo de recuperação. E conta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

própria também cresce. Então, o que está melhorando no mercado de trabalho? Conta própria e sem carteira. Com carteira assinada ainda apresenta uma queda expressiva.

Inflação controlada. Nós estamos com o INPC em 1,6% em 12 meses, e o IPCA, que é o índice mais observado, utilizado para fins de olhar o cumprimento da meta, em 2,68%, e com uma novidade que dificilmente se observava em outros momentos, que é uma queda da inflação de serviços. Quer dizer, a política monetária está sendo eficiente nesse sentido. O Presidente Ilan esteve aqui também recentemente mostrando exatamente esses dados. Agora, a redução da taxa de juros – dado esse cenário – é o que se espera que possa gerar um efeito maior sobre a atividade econômica.

Falando em juros, aqui nós estamos apresentando o juro real. A linha pontilhada mostra que o juro real vem caindo de maneira expressiva. Como é que o juro real é calculado? O juro 12 meses à frente menos a inflação 12 meses à frente. Porque o empresário, quando vai tomar a decisão de investir, ele olha para frente. Esse juro hoje está perto de 2%. Lá em meados de 2015 ele chegou a ser de 9%...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – De taxa básica...

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – A taxa básica. O que precisa cair agora são as taxas na ponta, porque o *spread* continua ainda muito alto. Há um desafio, e esta Comissão tem feito um trabalho importante no sentido de desvendar as causas do *spread* elevado. Há várias causas: há métodos estatísticos econométricos para avançar sobre esse assunto, mas se sabe que a questão da concorrência no setor é um ponto importante a ser discutido nessa matéria.

Os dados do PIB. Como eu já tinha antecipado, nós vamos crescer 2,7% neste ano. Nossas projeções estão próximas para este ano do que se observa no mercado. A indústria deve ter um peso importante na recuperação, de 0% para 3%; a agropecuária, como a base é muito alta, deve ficar praticamente estável e, do lado da demanda, como a gente chama, o investimento deve crescer 4,5%, depois de vários anos apresentando taxas de queda.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A indústria, apesar dos dados deste primeiro trimestre...

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim, porque quando a gente compara, Senador, em relação ao mesmo período do ano passado, há um crescimento de 1,3%. Então, apesar desse tropeço aí que aconteceu em fevereiro e março, há uma tendência de recuperação da indústria que deve continuar até o final do ano. Não é nada extraordinário, mas é algo que, diante de um quadro tão negativo, merece destaque.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Para o investimento também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – O investimento também se recuperando é uma boa notícia.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Isso é importante também.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Exatamente.

O nosso quadro fiscal e econômico. Aqui está um pouco pequenininho o número, mas eu destaquei em vermelho o mais importante.

A gente traça três cenários. A ideia de traçar três cenários é porque economista facilmente erra projeções. O que mais economista faz é errar projeções e não acertar. Então, nós temos que mapear os riscos, porque economia não é Física, em que você faz um experimento de laboratório e a + b = c e você consegue, por lógica, deduzir o que vai acontecer etc. Nós temos instrumentos, a econometria, a estatística. Mas a economia depende de pessoas, depende da política, depende de uma série de coisas.

Então, por que três cenários? No cenário um, que é o base, nós assumimos que vai haver a continuidade de algum tipo de reforma que afete o gasto obrigatório; por exemplo, alguma mudança na questão da idade mínima, a previdência, o gasto com pessoal. No cenário dois, que é o mais otimista, avança-se mais nessa agenda, fazem-se mudanças mais importantes, digamos assim, mais profundas no gasto. E, no cenário três, que é o pessimista, há uma espécie de retrocesso, a gente deixa a agenda do ajuste fiscal de lado.

O que acontece em cada um dos três cenários? No primeiro, lá na média de 2020 a 2030, olhando para o longo prazo, a economia cresce perto de 2,3%, e o juro real em torno 4% ou 4,5%. No cenário otimista, a gente cresce bem mais, 3,5%, podendo chegar a 4%, com o juro real mais perto de 3%. Quer dizer, é muito mais fácil estabilizar a relação dívida-PIB, porque é crescimento maior e juro menor. E, no pessimista, é o oposto, é um crescimento em torno de 1,3% a 1,5%, e uma taxa de juro real que pode chegar perto de 6%, 5,7%.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – E a taxa de câmbio é de 4,79?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Isso. É uma taxa de câmbio bem mais alta, porque o risco país também é mais alto: 366 pontos.

Então, como é que a gente distribui as probabilidades? O cenário um é o mais provável; o cenário dois é o menos provável, que é o otimista; e o cenário três está ali no meio, é o segundo mais provável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – O cenário 3 é o segundo mais provável?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim, é o segundo mais provável, porque a dependência do ajuste fiscal é muito grande. Quer dizer, se nós não avançarmos na agenda do ajuste fiscal, dispara-se o gatilho para avançar para esse cenário três, que é o que a gente chama de cenário pessimista.

Pode passar o eslaide, por favor, porque travou aqui.

Então, o que a gente vê basicamente aí é que – tudo bem, Senador Fernando? – nós temos um conjunto de premissas macro que vai gerar também um cenário fiscal que eu vou mostrar, dívida pública, trajetórias por resultado primário.

Passando, então, para o fiscal, que é o que mais interessa, como é que nós estamos vendo este ano? Os números fiscais são ruins, porque nós estamos com déficit de três dígitos. A meta deste ano é de 159 bi, a projeção do Governo é de 157, e o número que a IFI projeta é 141,8, é um pouco melhor, mas não é um alento, porque nós estamos falando de 140 bi, quer dizer, é um déficit muito elevado. Nós estamos muito distantes de voltar a gerar superávits ou, pelo menos, um resultado equilibrado.

Os primeiros relatórios deste ano – o Planejamento divulga os relatórios bimestrais orçamentários – mostram que houve uma surpresa positiva do lado da receita e, do lado das despesas, está havendo um controle nas despesas discricionárias bastante significativo. Se isso persistir até o final do ano, provavelmente a meta de 159 vai ser cumprida com uma folga muito grande.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim, isso é importante destacar, porque naqueles 8,7 bi, despesas com controle de fluxo, basicamente 90% é investimento. Então, essa é a maldição desse... É um paradoxo, porque você não muda a dinâmica das despesas obrigatórias: 92% da despesa é rígida no Brasil; sobra o ajuste em cima dos 8%, que é o investimento e outras despesas discricionárias.

Como é que se muda isso? Só muda se nós avançarmos na agenda do gasto obrigatório. Não é só a previdência, também é pessoal, também a questão das transferências, é todo esse conjunto de gastos que chamamos de despesas obrigatórias.

Próximo, por favor.

Pode passar mais um.

A evolução das receitas. Nós estamos vendo aí um crescimento importante das receitas, de 7,6% – esse é o dado bruto. Agora, há um peso muito grande das receitas chamadas atípicas ou não recorrentes: o Refis, por exemplo, as receitas de outorga, de concessões, e outras receitas chamadas atípicas; a elevação do preço do PIS/Cofins de combustível no ano passado. Quando a gente faz a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

limpeza disso, tem o que se chama de receita recorrente, que está crescendo em torno de 2,9%, que é uma taxa importante, acima da inflação. A previsão de crescimento do PIB é de 2,7%. Então, nós estamos mais ou menos tendo uma receita que está reagindo à atividade econômica, ainda que sempre com aquele *disclaimer* que eu fiz no início, de que há uma fragilidade nesse processo de recuperação. Há uma recuperação, mas é muito lenta, muito paulatina. Sessenta e cinco por cento do avanço dessa receita têm a ver com fatores que estão muito pouco ligados à atividade, como a gente destaca aí.

O lado das despesas. As despesas apresentam crescimento elevado, um crescimento real de 12,6%. Entre janeiro e março foram 4,6% de crescimento, mas é preciso também fazer a limpeza, porque houve mudança no pagamento de precatórios e sentenças judiciais no interanual. Então, pagou-se um pouco antes, e isso faz com que haja uma sujeira que precisa ser limpada. Quando a gente faz essa limpeza, a despesa está crescendo 1,4%, o que é bastante razoável. Está crescendo abaixo da receita. O problema é o que o Senador Monteiro levantou, que é a questão da qualidade dessa contenção. Isso precisa ser tratado a médio prazo.

Finalmente, como é o cenário fiscal? Aí está o resultado primário. São os três cenários, mas, por favor, foquem na barra verde. Nós vamos passar... A barra verde começa a ficar acima do zero ali, apontando para cima, em 2023. Então, nós vamos voltar a ter superávit primário só em 2023, se tudo correr bem, que é o cenário-base. Fazendo a coisa mais ou menos certa, caminhando no ajuste fiscal, volta-se a gerar superávit...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – O que você considera que é fazer a coisa certa?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Por exemplo, aprovar a idade mínima da previdência e outras medidas que possam ajudar a conter a evolução do gasto. Por quê? Porque o teto de gastos que está agora na Constituição exige um ajuste da ordem de quatro pontos a quatro pontos e meio do PIB. Agora, se ele não vier pelo teto de gastos, vai ter de vir por medidas de receita. Quer dizer, não há mágica, ou é receita ou é despesa.

Então, ainda que o teto possa ser modificado no ano que vem, alguma flexibilização, é importante ter esse cálculo do tamanho do ajuste necessário para produzir um determinado resultado, ou seja, voltar a gerar superávit e voltar a ter uma dinâmica de dívida sustentável.

O teto de gastos está no *corner*. Nós estamos numa sinuca de bico, para falar o português claro, porque aqui nós temos a margem fiscal. É um gráfico que vai descendo, chega no zero e fica negativo. O que é a margem fiscal? São as despesas, dentro das despesas discricionárias, que podem ser controladas. Hoje, por exemplo, 2018, são 108 bilhões. O problema é que, desses 108, há uns 80 bilhões que não dá para cortar, senão tem que apagar a luz aqui das Comissões, tem que mandar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoal da limpeza embora, da segurança. Então, nós estimamos 80 bilhões como uma espécie de piso – e nem fizemos a correção da inflação. A gente deixa 80 bi para todo o período de projeção. Ou seja, sobram só 28. Ano que vem, 89 menos 80, sobram 9 bi. Quer dizer, a chance de se descumprir o teto no ano que vem é altíssima, para não dizer quase 100%.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Está contratado. Quer dizer, o que fazer diante disso? O teto foi uma medida ruim? Não necessariamente. Ele ajudou a controlar as expectativas, foi um tapa na mesa para falar "olha, vamos organizar a coisa". Agora, discussões sobre a flexibilização ou sobre a aplicação das sanções que estão previstas no caso de descumprimento é o que a gente precisa fazer. Será que somente os gatilhos que já estão previstos na Emenda Constitucional 95 serão suficientes? Essa é uma discussão importante para fazer para avaliar os cenários.

Agora, de uma forma ou de outra, qual é o tamanho do ajuste, que eu já antecipei? Nós temos uma despesa primária hoje de 19,5% do PIB. Ela vai ter que cair para 15% do PIB. Quer dizer, nunca antes isso aconteceu nas séries de dados que a gente tem do Tesouro Nacional e outras séries. Então, é um ajuste tremendo. Os senhores veem que a receita líquida fica praticamente estacionada em porcentagem do PIB, e a despesa cai 4 pontos, 4 pontos e meio.

É uma escolha que precisa ser feita, é uma escolha política, mas o que se pode dizer? Que o tamanho do ajuste é de quatro a quatro pontos e meio. Se ele vem pelo lado da receita ou da despesa é uma discussão política, mas é certo que precisará ser desse tamanho.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Algo como uns R$200 bilhões.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – É mais até: perto de 300 a 350 bilhões, porque o PIB nominal vai aumentando. São mais ou menos R$350 bilhões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Acumulado.

Então, o que acontece? Nós temos aí uma trajetória de dívida pública. Ao final das contas, o que nós queremos com as regras fiscais? Estacionar esse bicho que se chama dívida pública em relação ao PIB. Porque, estacionando isso ao longo do tempo, você sinaliza para o mercado que é um país com capacidade de solvência, que consegue adequar as suas despesas, dadas as suas receitas e dada a sua taxa de juros.

Então, aquela curva azul é a que se origina do cenário básico. A curva vermelha é a do cenário pessimista, e a cinza é a do cenário otimista. Nós temos aí a dívida, no cenário azul, que é o básico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegando a 86,6% do PIB e depois caindo gradativamente até 76,7%. Este é o ponto principal: fazendo o que está previsto no cenário básico, dá para ter a volta da sustentabilidade da relação dívida/PIB até 2023.

Aqui nós já estamos incorporando as devoluções do BNDES, as famigeradas devoluções, recursos que foram emprestados para o banco entre 2008 e 2013, 2014, e agora estão voltando. Isso é receita financeira, isso ajuda na dívida e ajuda também na regra de ouro das contas públicas.

Agora há uma terceira parte, final, que o Josué vai apresentar, que é sobre o gasto tributário – rapidamente, para terminar a nossa exposição –, sobre as chamadas renúncias fiscais. Qual o peso disso? Até agora só falei de gasto direto, mas há o gasto indireto também.

O SR. JOSUÉ PELLEGRINI – Bom dia, Presidente, Senadores, demais presentes.

Agradeço novamente o espaço dado à IFI pela CAE para fazer esta apresentação.

Bem, há os assuntos de que a IFI trata recorrentemente, todo mês, que acompanha o tempo todo, como esses que o Felipe acabou de expor – os gastos, as receitas, a dívida –, mas também ela procura tratar de outros temas fiscais relevantes. São sempre temas fiscais, mas há também outros temas fiscais relevantes que, por várias razões, não se alteram tão constantemente ou têm seus dados apresentados apenas de forma esporádica. Então, esses outros temas fiscais são tratados apenas eventualmente, apesar de serem importantes também.

Um desses temas é o chamado gasto tributário. Os gastos tributários... Estou usando a expressão "gastos tributários", mas normalmente se utiliza a expressão "benefícios tributários". A legislação se refere mais a "benefícios tributários", mas há uma tendência internacional – e aqui no Brasil também a Receita aderiu a isso – de se adotar essa terminologia nova de "gastos tributários". Isso se faz no sentido de se ter uma analogia mais próxima ao chamado gasto direto. O gasto tributário também seria um gasto, só que um gasto indireto, feito por meio do sistema tributário, por meio da renúncia de receita, da perda de receita, e não um gasto feito diretamente.

Ali está o conceito tal qual colocado pela Receita Federal nas publicações que ela tem a respeito do tema, como, por exemplo, o Demonstrativo de Gastos Tributários, que, pela Constituição, é obrigatório que acompanhe o projeto de lei orçamentária.

Bem, o que é, então, gasto tributário ou benefício tributário? É um tipo de desoneração tributária, mas não é qualquer desoneração tributária que vai constar dos números que vamos ver daqui para frente. É uma desoneração tributária que o Estado estabelece para conseguir determinados objetivos econômicos e sociais. Mas também não é só isso: a desoneração tributária só pode ser considerada gasto tributário se ela consistir em um desvio daquilo que é a essência do tributo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É meio complicado, mas com um exemplo fica claro. O Imposto de Renda, por exemplo, tem a faixa de isenção. Esse é um gasto tributário? Não, porque essa faixa de isenção está lá para introduzir a progressividade, que é algo que é da essência do Imposto de Renda.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, nós temos aqui uma dinâmica mais formal quando se trata de uma audiência com atores externos, mas, sendo o IFI uma instituição do Parlamento, eu acho que a gente pode fazer aqui uma coisa mais interativa e menos formal.

Eu indago ao Presidente... Neste momento em que estamos discutindo gastos tributários, me ocorre logo colocar uma questão que talvez seja do interesse do debate. É que eles têm um tamanho equivalente, mais ou menos, ao ajuste que está sendo proposto, ou seja, quatro pontos percentuais do PIB.

Agora, a pergunta que eu faria é a seguinte. Se fosse possível desmontar esse conjunto de desonerações – se isso fosse possível, porque há muitas desonerações que estão amparadas até em PECs –, se fosse possível desmontá-las, qual seria o possível ganho tributário líquido?

Pergunto porque algumas iriam impactar negativamente a atividade econômica. Ao desmontá-las, isso produziria um impacto na atividade econômica e, ao impactar a atividade econômica, também afetaria a receita tributária. Então, eu pergunto: há alguma estimativa, nesse exercício, do que poderia representar um ganho tributário líquido?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Permita-me, Senador Armando.

Eu absolutamente concordo que a gente possa e deva fazer uma coisa mais informal. Como esta reunião é transmitida também pela televisão e, por exemplo, o número que foi citado não foi informado ainda ao telespectador, se ele pudesse, antes, informar o que nós temos de perspectiva ainda de gasto tributário, por exemplo... Não sei se ele vai tocar nesse assunto, mas só aqui, dentro desta Comissão, nós temos, em andamento, projetos que constituem, com certeza, novos gastos tributários, que poderiam ser citados para contextualizar para o telespectador. Com certeza a maioria dos Senadores aqui tem esses números na cabeça, mas seria importante nesse sentido.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLLEGRINI – Bem, podemos continuar a sequência, então, mas a questão colocada é bastante oportuna, e acho que a própria sequência abre espaço para esse tipo de questão, que, como eu disse, é muito importante – e já vemos isso logo aqui nesse eslaide.

Mas volto um pouco à questão do conceito de gasto tributário. O gasto tributário é um tipo de desoneração tributária, mas não é qualquer tipo: é uma desoneração tributária que o Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelece para alcançar determinados objetivos econômicos e sociais, mas que não represente um desvio daquilo que determinado tributo, aquele que está sendo desonerado, tenha como essência.

Então, eu estava colocando o exemplo da faixa de isenção do Imposto de Renda. A "perda", entre aspas, de receita que há com isso não é um gasto tributário. Por quê? Porque ela está lá para estabelecer a progressividade do Imposto de Renda, e é da essência do Imposto de Renda a progressividade. Então, como essa desoneração aproxima o imposto das suas características essenciais, não é considerada um gasto tributário. Só é considerada um gasto tributário quando existe uma desoneração tributária que desvia o tributo da sua essência. Por exemplo, pegando o Imposto de Renda da pessoa física novamente: as deduções com gasto de saúde e educação, essas sim, são consideradas pela Receita Federal um gasto tributário, porque não estão aproximando o tributo da sua essência. São o quê? Uma desoneração introduzida pelo Estado para conseguir determinados objetivos econômicos e sociais, um gasto indireto feito via sistema tributário, e não diretamente um gasto na saúde ou na educação.

Então, para se enquadrar no conceito de gasto tributário, tem de ser uma desoneração tributária visando determinados objetivos e consistindo em um desvio em relação àquilo que o tributo tem como essência.

O problema, Senador – e acho que isso entra um pouco na sua questão –, é que há uma dificuldade muito grande de se mensurar o gasto tributário; na verdade, de se mensurar a perda de receita que decorre do gasto tributário.

A primeira grande dificuldade – imagino que a tarefa da Receita deva ser hercúlea para fazer as tabelas que ela faz sobre gasto tributário – está justamente em saber o que é uma desoneração tributária normal e o que é um gasto tributário. Dei um exemplo aqui que é um exemplo meio óbvio, o da faixa de isenção, mas existem centenas de itens nas normas que são desoneração tributária e, um a um, é preciso analisá-los para saber se representam um desvio do que o tributo é realmente ou se é um gasto tributário. Então, essa é uma tarefa hercúlea.

A outra questão é medir a perda de receita, e por uma razão simples: o que é medir a perda de receita? É saber quanto seria a receita se não houvesse a desoneração. É aí que está o problema, porque, se houvesse a desoneração, a base tributária seria diferente – acho que é um pouco isso o que o Senador Armando Monteiro estava colocando. A dificuldade para medir o quanto se perde de receita com a desoneração é que, se ela não existisse, a base tributária seria menor.

Vou pegar o caso da folha de pagamentos, por exemplo. Ali foi feita uma redução de alíquota sobre a folha de pagamento para estimular o emprego. Como é feita normalmente a estimativa de perda de receita? Vê-se quanto seria a arrecadação caso a alíquota fosse a maior, e não a menor. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontece que, se fosse maior, o emprego também seria menor. Então, na prática, não há muito como saber de quanto seria a perda de receita se não houvesse a desoneração.

Como a Receita faz? Aliás, como a grande maioria dos países do mundo faz? Fazem do modo mais simples mesmo: estimam a receita como se a base tributária não fosse ser alterada com a retirada do tributo. É basicamente dessa forma que se faz.

De fato, há uma certa superestimação do gasto tributário, mas, mesmo assim, a informação é bastante válida, porque ela pelo menos dá um parâmetro. Senão, estaríamos navegando sem nenhuma indicação. Mas ela tem as suas deficiências. Há que se reconhecer isso. É por isso que este primeiro eslaide, antes de apresentar propriamente os números, já coloca a questão da mensuração.

Aí estão os números, com as ressalvas feitas pelo Senador Monteiro com relação à questão metodológica de mensuração. A perda de receita – estamos falando somente da União; não estão presentes os dados de Estados e Municípios – da União com gastos tributários evoluiu daquela forma de 2011 a 2017. Nos valores absolutos é mais difícil de visualizar se representam realmente um aumento ou não. Por isso, há as outras duas linhas abaixo: a primeira está medindo a perda em relação à receita administrada pela Receita Federal; e a segunda, a perda de receita em relação ao PIB.

Em relação ao PIB, a gente vê que ela aumentou rapidamente, de 2011 a 2014, cerca de 0,3 ponto do PIB por ano, o que é uma das evidências da política econômica daquele período, que era uma política com muito ativismo no uso dos instrumentos.

A partir de 2014, ela se estabiliza e, em 2015, passa a cair, ainda que mais lentamente, de 2016 em diante. Em 2018, a estimativa que está no Projeto de Lei Orçamentária é de 4% do PIB.

Então, há uma queda posterior a 2014, mas não no ritmo em que ela aumentou anteriormente. Na verdade, no momento, ela voltou, mais ou menos, aos níveis de 2013.

A segunda linha...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – ... a TJLP, aquela mudança que era, vamos dizer, um conceito de subsídio implícito, está embutida aí já ou não?

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLLEGRINI – Não, não está incluída aí. Aqui são os benefícios tributários.

Existem também os benefícios creditícios...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLLEGRINI – Sim, subsídios. Desculpem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem os subsídios creditícios e financeiros, que constituem outro grupo de informações.

Há uma publicação do Tesouro Nacional que coloca as duas conjuntamente. Ao que parece, essa publicação saiu na sexta-feira. Se o senhor quiser, inclusive, dá para enviar para a sua assessoria essa publicação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – O creditício é maior do que o tributário?

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLLEGRINI – Não...

Você está com os números?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Não, é menor. E o que nós estamos querendo fazer é também produzir um estudo sobre isso. É a próxima etapa agora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Mas é expressivo.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLLEGRINI – É expressivo.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – É menor do que o gasto indireto tributário, mas é expressivo.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLLEGRINI – Mas tem caído, por conta da mudança da regra da TJLP para TLP.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – O fim da TJLP vai ter um efeito...

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLLEGRINI – É uma questão extremamente importante também e mereceria uma discussão toda à parte. Mas não há nenhum subsídio creditício incluído aí na... É apenas tributário, não é? Redução de base, crédito tributário e coisas do tipo, como alíquota...

A segunda linha é interessante também ao medir a perda de receita em relação à receita administrada.

Olhando 2017, por exemplo, está 20,7%. O que significa isso? Significa que, a cada R$5,00 arrecadados pela Receita Federal, ela renuncia a R$1,00 – ela, não, mas a União –, por conta da existência do gasto tributário.

Então, esses são os números agregados da... Foi, inclusive, um dos responsáveis pela redução do superávit primário e, depois, a reversão para déficit primário.

Houve também a questão da perda de receita por conta da redução da atividade, por conta do aumento dos gastos, mas também houve essa questão, até 2004 pelo menos, do aumento dos gastos tributários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqui estão as principais modalidades de gastos tributários. Aqui estão apenas 10, mas existem dezenas de gastos tributários.

Na primeira coluna, está a perda, estimada pela Receita, com a respectiva modalidade de gasto tributário.

O primeiro da lista, o Simples Nacional, 69,2 bilhões, é a perda de receita estimada para 2015, que é o último dado com informações efetivas – a quantidade de informações de que a Receita precisa é tamanha para calcular isso que ela só o consegue com certa defasagem o dado efetivo.

A segunda coluna é a participação da perda de receita com o Simples Nacional no total das perdas. Então, a perda do Simples Nacional corresponde a 25%, um quarto do total das perdas com gastos tributários. Depois vai seguindo: desoneração da folha é o segundo, e assim vai.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE. *Fora do microfone*.) – Aqui entrou rendimentos isentos...

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLLEGRINI – Mas não corresponde àquela faixa de isenção.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Não é a faixa de isenção.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLLEGRINI – Não é a faixa de isenção e nem aquelas alíquotas menores, de 7,5% ou 15%.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Onde é que está o incentivo regional do Nordeste aqui? É insignificante, não é?

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLLEGRINI – Ele é mais baixo. Ele está na sequência na lista.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Não aparece?

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLLEGRINI – Não aparece nesses dez primeiros, mas deve estar entre os quinze. Posso ver para o senhor, olhando com mais calma.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Veja de quanto é o do Nordeste, porque a gente leva a culpa por essa despesa; devemos estar pagando o pato de forma equivocada.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLLEGRINI – É que ele não vai discriminar tanto assim o dado. Provavelmente vai aparecer "desenvolvimento regional".

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É porque os incentivos do Nordeste, na verdade, são pagos pelos Estados, ou seja, pelos próprios nordestinos, porque o grande incentivo é de ICMS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Na verdade, estamos falando de imposto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu estou dizendo que o Imposto de Renda, ou seja, o incentivo que a União dá, é insignificante. O que é relevante é o incentivo dado pelos Estados.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – E há o ICMS, que não está nessa... São 5 bilhões então.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLLEGRINI – São 5,9.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Para o Norte e Nordeste.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Chama "desenvolvimento regional".

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Norte e Nordeste.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLLEGRINI – Na verdade, todos os instrumentos de desenvolvimento regional estão nessa modalidade de gasto tributário e 5,9 bi seria o seguinte da lista. Parou no 10 ali, mas estão incluídos todos os instrumentos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLLEGRINI – Lucros e dividendos? A Receita Federal não considera isenção de dividendos como gasto tributário. Ela...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLLEGRINI – O argumento lá no demonstrativo... Vem com uma série de explicações o texto demonstrativo que acompanha o Orçamento anual. A justificativa para eles é de que isso faz a integração do Imposto de Renda da pessoa física com o da jurídica; como é cobrado na jurídica, não se cobra na física. É o argumento.

Mas, Senador, V. Exª tem razão em um ponto: a questão – voltando ao primeiro eslaide – não é matemática, a questão da linha que demarca a desoneração tributária que entra no gasto tributário e a que não entra. Esse é, inclusive, um dos problemas em que talvez se pudesse avançar para haver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma definição precisa acerca do que seja gasto tributário na legislação, porque não existe. Essa é uma definição da Receita Federal.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Eu queria interromper mais uma vez – vou ter de me retirar.

Acho que seria interessante se a IFI pudesse trazer, numa próxima audiência, um trabalho para que pudéssemos entender como se distribui, primeiro, a despesa pública do ponto de vista regional. Onde o Governo está gastando do ponto de vista das regiões? E também trazer o gasto tributário por região, porque nós somos um País muito desigual do ponto de vista pessoal e regional. Essas primeiras informações aqui são um choque de realidade para todos nós, representantes dos nossos Estados, mas sobretudo da região mais pobre, que é o Nordeste. Nós estamos abrindo mão de receita para as áreas mais ricas do País. As áreas mais pobres recebem menos da renúncia tributária.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – E estamos sendo penalizados pelo lado da despesa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – E estamos sendo penalizados também pelo lado da despesa, porque a União também não gasta sequer o percentual correspondente à população. Então, duplamente: nem somos atendidos pela despesa e nem somos estimulados ou incentivados.

Quando se quer discutir aqui algum tipo de incentivo para o Nordeste, a casa cai. A leitura que é feita na grande imprensa – e aí não há nenhuma crítica a nenhum órgão – é como se o nordestino, como se a representação política do Nordeste estivesse atrelada a interesses menores. Na realidade, a União precisa ter políticas de incentivos.

Hoje mesmo, de manhã, houve uma reunião na CNI. Reuniram a Bancada do Nordeste. Essa Bancada do Nordeste fica de cinco em cinco anos, Senador Tasso Jereissati, pedindo esmolas ao Congresso Nacional e ao Executivo para renovar o ridículo incentivo regional. Já se precisa renovar agora, senão ninguém programa investimento...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Que já aprovamos aqui e está...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – ... que nós já aprovamos aqui e está na Câmara.

Talvez esses dados da IFI... Eu quero parabenizar o Josué e o Felipe. Acho que é um trabalho de fôlego esse que está sendo trazido aqui. Acho que nós deveremos agora, talvez, digamos assim, aprofundar mais ainda a análise para poder trazer essas informações do ponto de vista regional, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que possamos entender aqui nesta Casa que é preciso um mínimo de solidariedade federativa. Nós não podemos continuar nesse diapasão. É preciso, de fato, implementar políticas de desenvolvimento regional que possam melhorar o gasto, a despesa pública, que possam melhorar os incentivos e os instrumentos de promover o desenvolvimento das regiões mais pobres.

Deixo a palavra para que Josué possa seguir com a sua apresentação.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu gostaria de perguntar sobre reoneração, gostaria de saber se realmente ela está acontecendo com relação às isenções que foram dadas antes.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Senador Fernando Bezerra, o tema é, de fato, importante. A gente incluiu na agenda de trabalho – vou até mostrar, ao final, a agenda de trabalho da IFI – a regionalização do gasto federal, juntando tanto o gasto indireto quanto o direto. Acho que a gente pode dar seguimento a essa ideia do Senador Bezerra e desenvolver um estudo e, depois, eventualmente, acordar com o Senador Tasso para apresentá-lo na Comissão.

Sobre a pergunta do Senador Garibaldi, acho que o Josué pode responder melhor.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLLEGRINI – Senador Garibaldi, sobre a reoneração do gasto tributário.

A primeira tabela indica que, após 2014... O ano de 2015 está basicamente estável em relação a 2014. Mas aí, depois de 2015, há uma redução do total do gasto tributário em relação à receita administrada pela Receita Federal. Ela passa de 4,5% do PIB e passa a cair. Mas ela está caindo de forma mais lenta do que ela subiu de 2011 a 2014. Ela voltou agora, em 2017, ao nível em que estava mais ou menos em 2013.

O que eu posso dizer para o senhor também é que influencia em boa medida essa evolução do agregado o que aconteceu com a desoneração da folha de pagamentos, que é uma medida que foi adotada há pouco tempo, considerando-se o tempo que muitas dessas medidas têm. Ela foi adotada a partir de 2012.

Então, a gente nota lá o aumento em 2011, em 2012, em 2013 e em 2014: em parte, foi por conta da oneração da folha. E a queda posterior, em parte, foi em decorrência da desoneração da folha. Porque houve um conjunto de mudanças a partir de 2015 nessa modalidade de gasto tributário especificamente.

Então, respondendo à pergunta o Senador Garibaldi: em certa medida, houve uma desoneração nos últimos anos, e eu destaco, a esse respeito, essa modalidade, que é a segunda da lista e provavelmente vai cair nos próximos, quando eu tiver as estatísticas dos anos seguintes, que é a folha de pagamento, Senador Garibaldi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, está uma...

Não sei como está o tempo...

Aqui, está outra informação interessante: o gasto tributário por tributo. Nós vimos na tabela anterior o gasto tributário por modalidade e aí está o gasto tributário por tributo.

Por exemplo, Imposto sobre a Renda, que é a segunda linha. O total de perdas de receita com o Imposto sobre a Renda, por decorrência dos gastos tributários, é de R$87,8 bilhões, o que corresponde a 1,46% do PIB, a 7,37% da receita administrada, e a 32,50% das perdas. Então, cerca de 1/3 das perdas de receita com o gasto tributário vem do Imposto sobre a Renda.

E assim vai. O IPI está em 9,43% – olhando a quarta coluna, que é a participação da perda de receita do tributo no total das perdas... E assim vai. Ali a Cofins, 23,08%, e a Previdência Social, 24,09%. É óbvio que esses impostos seriam os que teriam mais perdas, porque são os que mais participam na arrecadação.

A última coluna eu acho que é a mais interessante, que se está chamando de IU (Intensidade de Uso), porque ela faz a seguinte relação: pega a participação do tributo na perda total de receita, a perda que o tributo teve na perda total, e divide pela participação do tributo na arrecadação. E aí, quanto maior esse indicador, mais intensivamente é autorizado o tributo. Então, se pode ver lá que o mais intensivamente utilizado, na verdade, é o IPI, com 2,28. Se se for separar as operações internas da vinculada à importação, o uso do IPI é maior ainda, é 3,02, seguido do adicional de frete, e assim vai. O Imposto de Renda também é bem utilizado, 1,20. E isso é interessante, porque, no nosso sistema tributário, existe um complexo sistema de partilha de receitas e de vinculação de receitas a determinadas áreas. Então, a verificação da Intensidade de Uso do tributo permite juntar os dois assuntos, se os tributos que estão indo para determinados lugares estão tendo um uso mais intensivo ou menos intensivo no que se refere a gastos tributários.

Na sequência dos eslaides, tentando acelerar um pouquinho mais, aqui são alguns problemas do arcabouço atual. Os gastos tributários são... E aí a gente pode dividir o assunto em duas questões: os problemas que eventualmente haja no momento da criação e ampliação dos gastos tributários existentes e os problemas existentes com relação àqueles gastos tributários que já existem.

A norma básica com relação ao controle da criação de gastos tributários é o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e há também o §6º do art. 150 da Constituição. O art. 14 tem regras de introdução de gasto tributário que requer a estimativa da perda de receita e a medida de compensação, e o §6º exige determinadas condições de aprovação de gasto tributário. Há, inclusive, uma controvérsia: se pode ser por medida provisória ou não o que o projeto de lei pode estar tratando além do próprio gasto tributário. Então, há uma série de restrições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse eslaide seguinte foi feito em cima de uma auditoria feita pelo TCU. Ele identificou que essas normas historicamente não estão sendo estritamente cumpridas, inclusive no Poder Executivo, na hora de elaboração dos projetos de lei que vêm para o Congresso contendo gasto tributário.

Bem, aqui são mais problemas não com a criação, a ampliação de gasto tributário, mas com os gastos tributários que já existem. Cada gasto tributário é regido por um determinado dispositivo ou conjunto de dispositivos legais. Nessa avaliação feita pelo TCU, de forma geral, isso varia muito de gasto tributário para gasto tributário, não há uma arquitetura de política pública. O que significa isso? Que ele não é montado de forma a ser passível de avaliação, com metas, indicadores. Então, seria preciso um ajuste de toda legislação para que ela pudesse ser mais arquitetada desse modo, como uma política pública que é e, com isso, pudesse ter indicadores para ser melhor avaliada.

Aqui são consequências do gasto tributário de forma geral, aumenta a complexidade. Se você perde receita aqui, você não pode usar o recurso em outra direção.

Estou correndo um pouquinho mais, por conta do tempo.

Aqui estão algumas contribuições que o Congresso pode dar, como aquela que eu observei há pouco, de tentar ajustar as normas dos gastos tributários de forma que eles sejam mais passíveis de avaliação.

Aqui é a planilha que o Senador Tasso apresentou há algumas reuniões. São as estimativas da Receita Federal das matérias que estão tramitando no Senado e que de algum modo tratam de gasto tributário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSUÉ PELLEGRINI – Estão tramitando na CAE. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu gostaria que os Senadores prestassem bastante atenção a esse número. Esses são parte dos projetos que estão tramitando na CAE neste momento. Significaria uma perda de receita, em 2018, de 200 bilhões – não é isso? Duzentos bilhões. Duzentos bilhões; em 2019, 238... Cerca de 600 bilhões de reais somente em projetos de redução, que ele está chamando de gasto tributário, estão tramitando neste momento aqui, e é responsabilidade nossa votar ou não.

Eu queria, inclusive, aproveitando a ocasião, dizer que nós encaminhamos como um projeto da CAE – acho que nem todos os Senadores estavam presentes – um projeto de resolução para a Mesa do Senado, que estamos pedindo ao Senador Eunício que vote, que coloque no plenário, que dispõe que qualquer projeto que implique em renúncia fiscal ou isenção venha acompanhado da estimativa do impacto fiscal que viria a ter no Orçamento da União. Nós estamos pedindo... Achamos que é fundamental, que é até uma responsabilidade nossa que isso venha a acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSUÉ PELLEGRINI – Para encerrar, dada a escassez de tempo, podemos voltar para esses eslaides que correram mais rápido. Só para dar um exemplo de um projeto que está tramitando, do qual o Senador Armando Monteiro inclusive é Relator, e que tem proposições importantes a respeito do gasto tributário, conceituação, ajustes das normas existentes a uma... Então torna a política pública mais passível de avaliação. Só para exemplificar uma contribuição que o Senado poderia dar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Só para falar rapidamente, porque já estão caminhando para encerrar, esse projeto, o projeto de autoria da Senadora Lúcia Vânia, relatado pelo Senador Armando, mais o projeto do Senador Tasso, aqui da CAE, e outras iniciativas também vão nessa direção que estamos apontando aqui de tentar dar maior clareza para os gastos. Porque, com toda complexidade da estimativa dos valores, como o Josué mostrou, pode ser que os números estejam superestimados em razão das elasticidades que a própria Receita estima. Quer dizer, quando você põe um imposto, você desestimula a atividade; quando você tira o imposto, a base aumenta. Com tudo isso, ainda assim é preciso dar maior clareza e dar um regramento para esses chamados gastos tributários. É o alerta que estamos tentando fazer nesta reunião sobre as renúncias fiscais.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Sr. Presidente, posso ter a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pode.

Parece que ele já está praticamente encerrando.

Vamos só para o último eslaide e passo a palavra imediatamente a V. Exª.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu aguardo.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – O último é só um resuminho do projeto da Senadora Lúcia Vânia, relatado pelo Senador Armando.

Concluo a minha participação. Estou disponível para eventuais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Só para prestar contas à Comissão, aqui nós trouxemos a tela do que a IFI já fez até agora.

Nós começamos em novembro de 2016 e estamos aqui em maio de 2018. São 16 relatórios de acompanhamento fiscal, 16 notas técnicas, 5 estudos especiais, quase 900 páginas publicadas, 461 citações na imprensa, sempre com o Senado aparecendo em primeiro lugar, afinal a IFI é um órgão do Senado, e o uso das análises pelos Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa que nos deixou muito feliz foi o relatório da OCDE – e até entreguei uma cópia ao Presidente Tasso –, que destacou a qualidade dos trabalhos da instituição. É uma recomendação que eles fazem para todos os países que querem entrar no grupo da OCDE, inclusive a criação e o funcionamento da instituição.

Obrigado, mais uma vez.

Peço desculpas pelo excesso de tempo que gastamos aqui, Senador Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Felipe Salto. Muito obrigado, Josué Pellegrini.

Nós que agradecemos. Foi bastante elucidativo para todos nós, tenho certeza, e para quem está assistindo à reunião também, feita com bastante clareza, de uma forma até didática, eu diria, para compreensão da nossa realidade fiscal, dos nossos problemas.

Passamos aos nossos Senadores inscritos que desejam se pronunciar.

Senador Airton Sandoval.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu também quero cumprimentar o Felipe Salto e o Josué Pellegrini pelas suas apresentações bastante significativas e importantes. Quando eu vejo esses gráficos, eu mais me convenço da necessidade urgente de uma reforma tributária neste País. Imagino que, para o Governo, para os gestores públicos administrarem todo esse emaranhado de tributos concentrados na União, já deva ser uma dificuldade terrível. Imaginemos as dificuldades por que passam os nossos contribuintes para administrar tudo isso no dia a dia das suas gestões, no dia a dia da gestão de suas empresas nos Municípios e nos Estados também. Essa alta concentração de tributos e de recursos no Governo Federal, na União, é muito ruim, porque Municípios e Estados são penalizados durante todo o tempo enquanto a União fica com a maior parte dos recursos.

Na Constituinte de 1988, nós conseguimos algumas vitórias no sentido de estabelecer maiores recursos especialmente para os Municípios, que eram, e continuam a ser, extremamente penalizados, sem condições de cumprir a sua grande tarefa de atender sua população, porque é ali que o cidadão vive, é ali que o cidadão trabalha, é ali que o cidadão cria a sua família. Então, eu queria, inclusive, sugerir o seguinte a esse instituto, que eu vejo como da maior importância e do maior significado para nós, Senadores, e também para a população brasileira, para o povo brasileiro, porque apresenta informações importantes. Eu queria sugerir que se aprofundassem na forma de distribuição dessa receita tributária para que nós pudéssemos buscar atender as necessidades mais próximas do cidadão, lá nas cidades, lá nos Municípios, onde o cidadão vive. Essa é uma das sugestões que eu faço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de saber se todos esses trabalhos que eu vi serem relacionados foram aproveitados ou citados por alguns outros órgãos públicos ou entidades privadas, o que seria muito importante dada a extensão e o valor das informações que vocês nos trazem. Como tem sido a interação do IFI com a sociedade civil quanto ao diálogo com outros setores, inclusive do Governo?

Eu sou Relator de um projeto de resolução de autoria do Senador Eduardo Braga que está em tramitação nesta Casa. Nesse projeto, o Senador Eduardo Braga propõe um instituto para tratar das questões sociais. Gostaria de saber se seria importante que houvesse, nos mesmos moldes do IFI, até para me respaldar no relatório que tenho que fazer, outro tipo de instituto para tratar de outras questões importantes do Senado e do Congresso Nacional.

São essas as indagações que faço, insistindo que é uma necessidade imperiosa e urgente uma reforma tributária em nosso País para levar mais justiça para o nosso povo, para a nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Sandoval.

Com a palavra o Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero parabenizá-lo por esta importante audiência, principalmente neste momento que estamos vivendo no País, e queria também fazer um destaque sobre a criação da Instituição Fiscal Independente. Quero confessar, Dr. Felipe Salto, que, quando surgiu a ideia, eu fiquei pensando: vamos criar mais um órgão aqui? Mas o certo é que, diante daquela última tabela que foi mostrada aqui, sobre a qual o Senador Tasso Jereissati muito bem falou, eu vi a importância que tem o órgão para esta Casa.

Nós fomos criando uma cultura no País – e isso não só o Senado, mas todo o Legislativo brasileiro – de fazer projetos para dar alguma coisa. Acontece que os recursos são limitados, as demandas são praticamente infinitas, e alguém tinha que chegar e dizer: "Tudo bem, vocês podem até fazer esse projeto, mas vai ter esse e aquele impacto." É de suma importância esse instrumento para o processo legislativo e para amparar aqueles Parlamentares responsáveis com o País.

Eu me lembro de um texto de um certo pensador, Senador Armando Monteiro, que contava que um certo político norte-americano, na época ainda que se pedia voto a cavalo, sempre se elegia e, na época da eleição, Senador Garibaldi, ele foi só dar uma olhada nos votos, a cavalo, naquela região em que ele sempre se elegia. Ele passou, havia um senhor arando a terra, suado, sem camisa, no meio de um sol escaldante, e ele cumprimentou-o, já sabia que aquele voto era dele. O senhor escorou na cerca, limpou o suor da testa e disse: "Eu não voto mais no senhor." Ele tomou um susto e falou: "E por quê?" "Vocês têm votado projetos que estão dando dinheiro do Erário sem saber que ali tem suor, tem um custo. Eu queria dizer que o dinheiro que vocês estão dando não é de vocês para dar." Ele falou:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Não, mas a causa era meritória", e justificou. O senhor falou: "Tudo bem, então vamos fazer o seguinte: se vocês decidirem dar, dê do seu, tire do seu salário e dê." Então, eu acho importante essa discussão toda que nós fazemos aqui porque, no momento em que formos fazer um projeto, vai começar a se criar uma cultura nossa aqui: há situações extremamente importantes, mas nós temos o dinheiro?

Eu acabo de chegar do Ministério da Fazenda, em que tratávamos da questão da Lei Kandir e do FEX. Os Estados, todos os anos, chegam aqui querendo receber as compensações por essas perdas. Mas o que nós vimos ali foi um cenário terrível. Eles falaram: "Se colocar, inclusive com estoque passado, do jeito que vocês estão querendo, não vai ter dinheiro para investimento, nem para emendas parlamentares, nem para nada." Então, acho que o grande ganho dessa discussão é que nós estamos amadurecendo no País o quê? Primeiro, a ideia de que os recursos são limitados. Segundo, a ideia de que nós precisamos começar a eleger prioridades. E talvez nessas discussões possamos começar a construir um Parlamento – eu não vou chamar o Parlamento de irresponsável – mais atento aos projetos que vai fazer, porque é muito bacana eu chegar na minha base, Senador Armando Monteiro, principalmente agora em campanha, e dizer o seguinte: "Olha, eu fiz o projeto tal, que criou isenção para todo mundo." Seria muito bacana, mas não é assim. Nós precisamos dos recursos, obviamente, para tocar as demandas e, com aquele nível que vi ali de isenções, vamos dizer, com aquele pacote de bondades, a gente acaba não indo muito longe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Medeiros. Foi bastante relevante a sua contribuição à nossa discussão.

Senador Armando Monteiro, antes de dar a palavra a V. Exª, permita-me saudar a presença ilustre do nosso querido Senador José Serra.

Seja bem-vindo!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – E chega de madrugada!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, eu quero também expressar aqui o reconhecimento que faço a este trabalho da Instituição Fiscal Independente. Eu acho que a IFI coloca o Congresso Nacional em um patamar elevado da discussão sobre esse tema que é central na sociedade brasileira hoje: a questão fiscal.

Eu diria mesmo que, se o Brasil não criar... O Brasil não está condenado a fazer um ajuste fiscal. O Brasil está condenado a criar um novo regime fiscal. É algo que vai muito além do conceito de um ajuste episódico: criamos um Estado que não é possível suportar, ou seja, o Estado brasileiro não cabe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no PIB. Isso não é uma mera frase, ou seja, não há como haver dinamismo econômico se nós continuarmos a ter essa sobrecarga, esse peso que, ao final, se traduz em um quadro que se agrava, porque se fica condenado a "despoupar", a taxa de poupança é baixa e, consequentemente, a taxa de investimento é baixa.

Além da dimensão econômica de condenar o Brasil, o País vira uma economia que tem propensão a crescer pouco. E, em um país que convive com um quadro de desigualdade na área social e que tem demandas estruturais e crônicas, crescer pouco significa de alguma maneira manter esse quadro de desigualdades.

Isso sem deixar de levar em conta que a questão fiscal no Brasil ainda nos traz um aspecto perverso: é o caráter regressivo, fortemente regressivo do gasto fiscal. Quem se apropria do gasto não são os setores da sociedade que efetivamente mais necessitam do gasto, mas setores de alguma maneira da alta burocracia brasileira, da elite brasileira e – por que não incluir? – do próprio setor empresarial, via gastos tributários, que dão a esse gasto um caráter extremamente concentrador e que contribuem para reproduzir e para acentuar esse quadro de desigualdade.

E sem deixar de levar em conta que, do lado da Receita, a maioria dos impostos é extraída de uma base que são os tributos indiretos, que penalizam muito mais os setores de menor renda da sociedade.

Então, meu caro Senador Garibaldi, criamos um regime fiscal que, além de nos condenar por esse quadro de desequilíbrio – agora crônico – a crescer pouco, ainda nos coloca um quadro de perversa distribuição desse gasto, penalizando sobretudo os setores de menor renda da sociedade brasileira.

Então, se nós quisermos criar uma sociedade dinâmica, uma sociedade mais justa e mais equilibrada, nós estamos desafiados a criar no Brasil um novo regime fiscal. Eu sei que é uma tarefa imensa, é uma tarefa hercúlea, mas eu tenho certeza de que o Senado Federal vem dando uma contribuição ao enfrentamento dessa questão. E, aí, cabe destacar um conjunto de iniciativas que se traduziram na aprovação de projeto importantes e que dialogam com essa agenda. É falar, por exemplo, da aprovação do teto de gastos; é falar, por exemplo, do fim da TJLP, que foi algo tão incompreendido por alguns setores; é falar da aprovação recente do projeto de autoria do Senador Serra, o de nº 428, que aponta para que se crie um modelo de revisão de gastos no Brasil, uma revisão periódica de gastos; e, imagino, falar da aprovação do PLC nº 155, de autoria da nobre Senadora Lúcia Vânia, que é uma contribuição importante dentro dessa agenda. Então, eu acho que o Senado tem dado a sua contribuição.

Eu acho que alguns temas aqui já foram colocados – e eu não quero me estender mais –, mas eu queria pedir aqui ao Felipe e ao Josué que pudessem nos trazer algumas sugestões. Por exemplo: a Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Responsabilidade Fiscal no Brasil foi um marco importante, mas ela, ao que parece, precisa ser atualizada. Eu vejo, por exemplo, o quadro dos Estados, que é muito heterogêneo: despesas de pessoal elevadíssimas, baixa capacidade de investimento... O meu Estado, por exemplo, investe muito pouco – 5% da receita corrente líquida – e se vale de um artifício que é o de deixar sempre restos a pagar em volumes cada vez maiores.

Então, eu pergunto: por que a Lei de Responsabilidade Fiscal não nos trouxe ainda um quadro que pudesse apontar para uma gestão mais responsável de parte dos Estados? O que fazer para aprimorá-la?

Por exemplo, ainda existem conceitos de contabilização de gastos de pessoal frouxos e fluidos nos Estados. Despesas, por exemplo, acessórias, penduricalhos de remuneração não são, muitas vezes, Senador Tasso, contabilizados de forma correta nas rubricas adequadas. Então, nós precisamos de uma Lei de Responsabilidade Fiscal que represente um marco novo e adequado para esse novo regime fiscal que nós estamos querendo construir.

E, de outro lado, eu perguntaria: na questão dos gastos obrigatórios, tendo em vista essa rigidez, como podemos avançar substancialmente? E por que pergunto isso? Verifico, com preocupação, que essa abordagem gradualista, que significa, Senador Tasso, conviver com déficit primário até 2023... O próximo governante do Brasil estará, por esse quadro, condenado a conviver com déficit primário – primário! – e com um processo de elevação contínua da dívida pública. Mas vejo agora, na oportunidade do debate que a eleição presidencial nos oferece, também, Senador Tasso, a obrigação de que aqui o Senado e o Parlamento se coloquem. Vejo com preocupação propostas que estão aí colocadas, primeiro de posturas absolutamente demagógicas, escapistas e, mais do que isso, já tem gente propondo a volta de CPMF, a volta de novos tributos etc. Então, eu vejo com muita preocupação que, diante desse quadro que é tão preocupante, nós possamos, a partir de uma falta de compreensão mais adequada do conjunto da sociedade, dar espaço a propostas que são rigorosamente populistas, irresponsáveis e que não contribuirão para que o País possa efetivamente criar, como nós desejamos, um regime fiscal que faça com que o Brasil possa ter um quadro de equilíbrio, de maior propensão à formação de poupança, de maior crescimento econômico e, por que não dizer?, um quadro de maior equidade e de justiça social.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Monteiro.

Passo então ao Dr. Felipe Salto e ao Josué o microfone para responder aos nossos três Senadores.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Bom, primeiro, agradeço pelas intervenções. Todas elas, de uma forma ou de outra, ou nos dão ideias de novos estudos para elaborar, sempre com vistas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

auxiliar os nobres Senadores no trabalho de acompanhamento da economia, das contas públicas, que é algo tão complicado sobretudo agora, porque nós estamos num cenário tão difícil e intrincado, como nós mostramos, com as dívidas públicas crescendo rapidamente e um resultado primário muito negativo.

Começando pelo Senador Airton Sandoval, a questão tributária, de fato, é essencial, o que também foi colocado pelo Senador Armando. Nós temos um sistema que é complexo, gera custos de transação. O relatório do Banco Mundial, Doing Business, que é o relatório feito para avaliar o ambiente de negócio dos países, mostra que o Brasil é sempre o lanterninha em termos de qualidade de pagamento de impostos. Não é tanto o nível da carga, mas o número de horas que as empresas gastam, e os contribuintes, para recolher os seus impostos. Então, de fato, essa agenda precisa entrar.

Uma questão essencial que nós não tratamos porque tem a ver com os Estados é ICMS. Nós queremos fazer um estudo sobre isso também. Talvez, o ponto mais intrincado dessa questão tributária, porque tem a questão da guerra fiscal, da substituição tributária, dos incentivos que são dados. Então, de fato, é um tema em que a gente precisa avançar.

A análise da distribuição da receita, que foi também uma ideia dada pelo Senador Fernando Bezerra anteriormente, nós vamos encaminhar. O Senador Tasso até colocou aqui o prazo para a gente produzir esses números dos dados de receita e despesa regionalizados para tentar avaliar como está a questão federativa a partir do gasto da União.

Sobre a questão do tratamento da análise social, das pesquisas sociais e tudo, são temas também que nós já estamos tentando abordar lá na IFI, essa avaliação da questão social, das políticas sociais.

O Senador Medeiros coloca bem a questão da restrição orçamentária. De fato, o teto de gastos teve uma vantagem importante que foi explicitar essa restrição orçamentária. É uma espécie de vitrine, onde agora fica claro qual o tamanho do ajuste que será preciso fazer. Como nós mostramos aqui, não necessariamente a aplicação do teto vai ser possível de acontecer ao longo dos próximos anos de maneira integral, porque o tamanho do ajuste é de 4 pontos a 4,5 pontos do PIB – R$350 bilhões num horizonte até 2025/2030. Agora, o tamanho do ajuste é este: de 4 a 4,5. Se ele vai se dar todo do lado da despesa ou se vai haver medidas combinadas do lado da receita e do lado da despesa, é uma questão política. Não cabe à IFI dizer qual o caminho a seguir. Cabe à IFI mostrar o tamanho do ajuste necessário para estabilizar a dívida, que é exatamente esse que acabo de dizer.

Finalmente, o Senador Armando Monteiro fala do peso fiscal, a importância da questão fiscal crescente, a nossa taxa de poupança muito baixa, que são questões macro de fundo e que precisam ser sempre lembradas para a gente ter clareza do terreno em que estamos navegando ao propor medidas e ao avançar nessa ou naquela direção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especificamente sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, a meu ver, a LRF é uma lei muito moderna para o seu tempo. Ela foi feita em bases modernas, copiando as experiências internacionais. Agora, sim, ela precisa de atualização, por exemplo, no tocante aos limites: o limite de dívida sobre receita hoje, Dívida Consolidada Líquida sobre Receita Corrente Líquida, é de 200%. Quer dizer, muitos Estados estão muito abaixo disso, o que não significa que eles não estejam com problemas fiscais, porque há dívida em torno de 50% a 60% combinadas com déficits de 5% a 10%, o grosso. Temos até um gráfico de regressão que mostra isso. E o que quer dizer isso? Que talvez os limites precisem ser atualizados, na linha do que o Senador Armando propunha: a questão de pessoal, como contabilizar, evitar que haja fugas ou desvios, contabilidade criativa, como é mais conhecida.

Sobre a rigidez orçamentária, de fato, esse talvez seja o principal nó que precisa ser desatado. Está aqui o Senador José Serra, com quem trabalhei antes de estar na Instituição Fiscal Independente, que talvez seja uma das maiores autoridades para comentar isso, porque participou da elaboração diretamente, coordenou os trabalhos na Constituinte sobre essa questão orçamentária,

Nós temos 92% dos recursos amarrados de alguma forma, ou por lei ordinária ou pela Constituição. Como se faz gestão de política fiscal com 8% do Orçamento? É um investimento penalizado. Não há outro resultado: é um corolário, é uma consequência direta dessa rigidez elevada. Então, também há aí um caminho longo a ser percorrido e a ser atacado num programa maior de reforma orçamentária e fiscal, que é a questão da rigidez.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Em primeiro lugar, também quero parabenizar a dupla que está aqui hoje. Essa Instituição Fiscal Independente, de fato, produz números que sei que são confiáveis e em que o Senado e o Congresso podem acreditar.

Na verdade, vários órgãos federais produzem análises de números em que muitas vezes nós não acreditamos. Nestes números, nós passamos a acreditar. E eles servem de base para que, de fato, a Comissão de Assuntos Econômicos possa, ao analisar projetos que por aqui tramitam ou até, digamos, a sugestão de apresentação de projetos, contribuir enormemente para melhorar esse quadro difícil que foi apresentado na manhã de hoje. Mas a gente vê que, de fato o ajuste fiscal quase não tem mais espaço para ser aprimorado, ou seja, a despesa não pode ser reduzida. Aquilo que é discricionário é muito pequeno e já está sendo cortado ao máximo. Aumentar impostos também não se deseja.

Como nós temos esses gastos tributários da ordem de R$270 bilhões, se fosse possível produzir um estudo no sentido de fazer com que nos próximos dez anos nós tivéssemos uma queda linear para todos esses incentivos, esses benefícios, no sentido de zerar daqui a dez anos ou doze anos, ou seja, um estudo para ver qual é o tempo necessário para permitir que os diversos setores que estão sendo beneficiados em função destas políticas públicas não sofram nenhum impacto, que nós não tenhamos o risco que foi até aventado aqui pelo Senador Armando Monteiro e pelo Senador Pimentel de nós de repente cortarmos o benefício e termos um impacto negativo, tanto econômico quanto social, que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente faça um estudo no sentido de que, de forma linear, durante os próximos dez anos, que benefício traria naquela projeção até 2030, para permitir que a gente não eleve a carga tributária – ou seja, não crie novos tributos –, mas, de repente, se adéque à situação apenas com a supressão, de forma linear, durante os próximos dez, doze ou quinze anos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – O Senador José Serra quer se manifestar?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Bem, Sr. Presidente, eu me congratulo com a reunião de hoje, embora acredite que as coisas ainda andem muito devagar por esse lado, ou seja, a ação do Senado em matéria fiscal.

A ideia da Instituição Fiscal Independente foi exatamente para percorrer, para preencher este vazio que nós demos ao então Presidente do Senado Renan Calheiros, que tomou iniciativa como Senador para a criação dessa entidade dentro do Senado.

Agora, o que temos que fazer é dar força a ela, seja do ponto de vista da organização, seja do ponto de vista do conteúdo. A instituição ainda está muito pequena; não que o grande seja bom, mas há o mínimo necessário em matéria de quadros. A instituição tem hoje, se não me engano, três economistas apenas, realmente vivendo de muito pouco e consegue já ir formando uma visão a respeito de quais são as questões essenciais.

A questão fiscal é essencial em tudo, do ponto de vista da estabilidade da economia – eu me refiro à inflação –, do ponto de vista do crescimento da economia, porque tem a ver com investimento público diretamente e também com incentivo ao investimento privado.

Dessa forma, eu espero que a reunião de hoje contribua para esse fortalecimento. É um nó grande que nós temos que está relacionado também com um fator fiscal decisivo, que são os salários e aposentadorias. Na verdade, esse é o nó fiscal existente. O quadro fiscal não é difícil porque se investe muito, não; é porque se gasta muito em custeio, essa é a verdade. E o custeio nem sempre essencial, mas fruto de pressões de grupos organizados. Não estou falando como algo delituoso, não, é natural que seja assim.

Nós é que temos que criar os mecanismos de resistência a isso e a discussão também a respeito da qualidade desse gasto mesmo se não for relacionado diretamente com o pessoal. Temos que avançar nessa matéria e, a meu ver, Sr. Presidente, aí cabe um fortalecimento da instituição. Temos que pensar, temos que ver, dialogar com os que lá já estão e trazer propostas para o Senado promover esse fortalecimento. Que, na fase do Presidente Eunício, seja dado esse salto!

Não é possível que a IFI seja tocada por dois ou três sacerdotes fiscais abnegados, mas sem potência do ponto de vista de recursos humanos, é meu principal ponto no dia de hoje, antes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrar em outros comentários que vou me permitir não fazer aqui, em razão da hora, mas poderei fazê-los se houver alguma pergunta, alguma curiosidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Dalirio Beber e ao Senador José Serra.

E concedo a palavra, para as suas considerações finais, ao Dr. Felipe Scudeler Salto.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Bom, o Senador Dalirio colocou questão importante, sugerindo o estudo sobre o que aconteceria. Não, contrafactual, se a gente tivesse menos gastos tributários, o impacto disso na trajetória da...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Felipe, só um ponto a mais?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Pois não.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu queria sublinhar a importância, porque não está formalizado ainda, do Conselho de Assessoramento Técnico,...

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Isso.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... que é básico, que é formado por cinco brasileiros de notório saber, com reuniões bimestrais. Enfim, que seja um órgão permanente e permita que a Instituição Fiscal Independente encaminhe, por intermédio da Mesa, pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, inclusive com a ideia de que o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informações falsas impliquem crime de responsabilidade, para tratar a questão fiscal de maneira séria. Então, as instituições oficiais passam a ser obrigadas a prestar todas as informações necessárias ao pleno e adequado desempenho da IFI.

Eu acho que, Presidente Tasso, colocar esta nova entidade ou este novo conselho em andamento, de maneira firme, representará um grande passo do ponto de vista da administração fiscal.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Bom, terminando, então, os comentários sobre a questão do Senador Dalirio, de fato, a gente pode fazer, sim, esse exercício e tentar mostrar o resultado.

Sobre as colocações do Senador José Serra, de fato, nós estamos lá com uma equipe, como eu mostrei: três economistas e a Diretoria, ou seja, estamos cobrando escanteio e correndo para cabecear. Claro que, a meu ver, e até pelos comentários que a gente ouviu aqui hoje, me parece que estamos conseguindo produzir os resultados na direção do que era esperado, do que o Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa, mas é muito importante ouvir do Senador José Serra, que foi o idealizador da IFI junto com o Senador Renan Calheiros, essa colocação, porque mostra que, de fato, é preciso fortalecer a instituição, esse processo de construção, até para os atores externos observarem a devida importância que está sendo dada a ela para que isso melhore.

Bom, sobre as questões fiscais também que o Senador Serra coloca, eu concordo, quer dizer, salários e aposentadoria resumem um problema fiscal. Nós temos hoje, se somarmos INSS, os aposentados da União e os benefícios sociais, por exemplo, BPC e Loas, 65% do gasto só com esses três que eu mencionei. Então, de fato, o problema fiscal está muito concentrado no gasto obrigatório, sobretudo em pagamentos que são feitos às pessoas: salários e aposentadorias.

Qualidade do gasto também é uma agenda em que precisamos avançar. Para isso precisa haver de fato mais técnicos, mais gente para fazer estudos de avaliação de impacto, porque avaliação de impacto não é só mostrar o custo, como nós fizemos aqui, é ver o resultado também. Por exemplo, pegar o Programa Saúde da Família: quanto se gasta, qual o resultado. Econometricamente aplicar técnicas que permitam avaliar se o programa é bom ou ruim e dar essa informação para os Senadores, para o Congresso, para o Senado, para que a tomada de decisão política seja feita à luz de mais informações, de informações de melhor qualidade.

Então, agradeço, mais uma vez, o nosso Presidente, Senador Tasso Jereissati, pelo apoio.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Antes de encerrar, há duas perguntas aqui dos nossos ouvintes. Uma do Marcelo Alcântara, do Distrito Federal: "Quais são os gastos tributários mais distorcidos da economia? Das experiências recentes, quais são as que mais impactaram na arrecadação?" Ele mesmo coloca: "Simples, Zona Franca de Manaus, desoneração da folha?" Pergunta.

E da Maria de Fátima Anselmo, de São Paulo: "Quando o convidado Felipe Salto, Diretor-Executivo da IFI, mostra os dados cadastrais crescentes e decrescentes, aumenta a vontade do cidadão de ser independente e autônomo, pagando o mínimo necessário para instituições públicas."

Seus comentários.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Duas...

(*Interrupção do som.*)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Há uma preocupação geral, começando pela última, com o custo. De fato, há um gasto exorbitante que o Brasil faz sem a correspondente qualidade. É verdade que se avançou muito. Por exemplo, o Brasil é um dos únicos países que tem um sistema integral e universal de saúde, e é bom que seja assim. Mas a qualidade ainda é muito ruim. Então, a percepção das pessoas, que está aqui nessa mostra de interlocutores, através do e-Cidadania, parece-me que vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nessa direção de mostrar que é preciso dar respostas, mostrar que os agentes públicos, os tomadores de decisão estão preocupados com a economia de recursos e a qualidade dos serviços prestados.

Sobre as renúncias mais importantes, há aquela tabela que o Josué mostrou. E depois me parece que a apresentação fica disponível também caso o internauta queira acessar. O Simples Nacional é o principal, depois vem a Zona Franca, a desoneração da folha, entidades sem fins lucrativos, rendimentos isentos etc. Esse *ranking* não significa que estamos dizendo qual é pior ou qual é melhor, nós estamos falando do custo. Há programas meritórios e há programas não meritórios. Para chegar a essa conclusão, até mesmo a IFI precisa do que eu falava anteriormente: avaliação de impacto. E avaliação de impacto não é trivial, precisa se fazer de maneira acurada, estatisticamente significante, aplicando as técnicas mais avançadas.

O Rodrigo Orair, um dos nossos diretores que vem do Ipea, traz um pouco essas qualidades e características para nós, para a nossa equipe. Precisamos avançar nessa agenda, reforçando o que foi dito antes.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k.

Não havendo mais nenhum Senador inscrito, nós damos como encerrada esta audiência pública.

Agradecemos, mais uma vez, ao Felipe Salto pela excelente apresentação e, mais do que pela excelente apresentação, pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo com seus companheiros à frente da IFI, que a cada dia se mostra mais necessária para os trabalhos do Senado Federal e para o País como um todo, até para que o País possa tomar conhecimento, de uma maneira clara, elucidativa, dos nossos problemas fiscais, tributários e econômicos.

Muito obrigado

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu pergunto a V. Exª se seria possível inverter a ordem para analisarmos o Item 5, que é exatamente o resultado dessa excelente audiência, se os nossos pares concordarem.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Eu endosso...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k.

Só para esclarecimento, o Item 1 foi retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Gleisi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É a seguinte a matéria retirada:

2ª PARTE

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, de 2014

- Não terminativo -

Altera dispositivos dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos.

Autoria: Deputado Ricardo Izar

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 438, de 2013

- Não terminativo -

Altera o art. 1º da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para proibir o uso de animais em testes de produtos cosméticos.

Autoria: Senador Valdir Raupp

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para proibir a utilização de animais na pesquisa e no desenvolvimento de produtos cosméticos e de higiene pessoal.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao PLC 70/2014, com três emendas apresentadas, e pela rejeição dos PLS 438/2013 e 45/2014, que tramitam em conjunto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 70 de 2014, com as emendas n.º 01 a 03-CCT, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 438 de 2013 e nº 45 de 2014.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, então temos uma inversão de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vamos fazer, a pedido.

Vamos começar pelo Item 5.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vamos começar pelo Item 5.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em seguida, o Item 2, não terminativo, que tem como Relator o Senador Rodrigues Palma, que está presente.

Eu pediria até licença, já que o Senador está presente e é não terminativo, para tocar logo o item cujo Relator está presente, se os Senadores concordarem.

Senador Armando Monteiro, concorda?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador, diante dessa sua colocação, o que nos restaria? E homenagear um colega que está chegando, em muito boa hora. Seja muito bem-vindo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – E que é de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É o primeiro relatório.

Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação nos hospitais da rede pública de pontos com solução antisséptica e placas de orientação para a prevenção de infecções hospitalares.

Autoria: Deputado Sandes Júnior

Relatoria: Senador Rodrigues Palma

Relatório: Pendente de relatório

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Aproveitamos para dar boas-vindas ao Senador Rodrigues Palmas à nossa Comissão.

O SR. RODRIGUES PALMA (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, obrigado.

É uma estreia, começando hoje aqui no Senado e já com a relatoria de um assunto que nós, com a nossa assessoria, estudamos, fizemos uma análise bem criteriosa. Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2017, do Deputado Sandes Júnior, que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação nos hospitais da rede pública de pontos com solução antisséptica e placas de orientação para a prevenção de infecções hospitalares.

A proposta é composta por três artigos. O art. 1º, integrado por cinco incisos, estabelece que os serviços de saúde devem disponibilizar insumos, produtos, equipamentos e instalações necessários para as práticas de higienização das mãos de profissionais de saúde, acompanhantes e visitantes, em locais estratégicos definidos pelo Programa de Controle de Infecções Hospitalares, além de especificar alguns produtos a serem dispostos próximos a lavatórios e pias: sabonete líquido, porta-papel-toalha e papel-toalha, bem como antissépticos degermantes. Também especifica que os estabelecimentos devem possuir em suas instalações pias e lavatórios com acionamento sem o contato manual e que afixem materiais informativos sobre as técnicas de higienização das mãos, perto de dispensadores de preparação alcoólica e lavabos cirúrgicos.

O art. 2º assenta que as despesas decorrentes da execução das determinações criadas pela propositura, se convertida em lei, correrão à conta do Sistema Único de Saúde (SUS). O art. 3º, cláusula de vigência, determina que a lei originada pelo projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O autor justifica que sua proposta visa a diminuir o número de infecções hospitalares no Brasil. Assim, uma solução é colocar em vários locais dos serviços de saúde solução antisséptica e placas orientadoras que explicitem a importância de se lavarem as mãos.

O projeto, que não recebeu emendas, foi distribuído para apreciação da CAE e da Comissão de Assuntos Sociais.

Análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é atribuição da CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida para análise.

A matéria em exame possui um dispositivo, o art. 2º, que estabelece que as despesas originadas pela execução das determinações da lei eventualmente originada do projeto correrão à conta do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, fica evidente que as determinações do art. 1º abrangem todos os serviços de saúde do Território nacional, o que inclui tanto os estabelecimentos públicos quanto os privados.

De acordo com as normas constitucionais e legais, não é lícito instituir que custos de entidades privadas de saúde sejam cobertos com recursos advindos do orçamento público ou, mais especificamente, das contas do SUS. Por esse motivo, os aspectos financeiros da proposta em comento se mostram em completo descompasso com o ordenamento jurídico brasileiro, o que inviabiliza sua aprovação por este colegiado.

É importante pontuarmos também, no mérito, que os estabelecimentos de saúde já seguem rígidas regras sanitárias, estipuladas para evitar, entre outros problemas, casos de infecção em ambiente hospitalar. Não cabe à lei estabelecer tais normas, visto que essa matéria, de cunho técnico, encontra-se sob a competência de órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2017.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Palma.

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório do Senador Palma.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

Vamos, então, Senador Pimentel, ao Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, de 2015

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos na Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, para disciplinar os benefícios tributários.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda apresentada.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, como já referido, o objetivo do projeto é regulamentar a concessão de benefícios tributários pelos entes da Federação.

Inicialmente, o projeto define o que seja benefício ou gasto tributário, ou seja, "a desoneração legal de tributo, em exceção a sua legislação de referência, que conceda tratamento preferencial a grupos de contribuintes, com o fim de alcançar objetivos de interesse público".

O PLS determina que qualquer benefício tributário deve ser instituído por meio de lei específica, nos termos do §6º do art. 150 da Constituição, e que esta lei deve determinar:

I – objetivos, metas e indicadores que possibilitem a avaliação dos resultados alcançados;

II – órgão gestor do benefício;

III – vigência de até oito anos e revalidação legislativa a cada quatro anos; e

IV – avaliação a cada dois anos.

Os entes da Federação deverão divulgar anualmente relatório enumerando cada um dos benefícios tributários vigentes, acompanhados das seguintes informações: lei que os instituiu; as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações obrigatórias previstas na lei que instituiu os benefícios e estimativa da renúncia de receita nos três exercícios anteriores e da previsão da renúncia de receita no exercício em curso e nos dois seguintes.

O referido relatório será apreciado pelo respectivo Poder Legislativo juntamente com a lei do orçamento anual e apresentado, tanto quanto possível, com a mesma classificação e abertura das despesas orçamentárias.

Os entes da Federação deverão enviar ao respectivo Poder Legislativo, em até 90 dias a contar da data de aprovação da lei resultante do PLS, projeto de lei ajustando as leis instituidoras dos benefícios tributários para que atendam às alterações legais promovidas pelo PLS.

Em sua justificação, a nobre autora afirma que as alterações propostas visam suprir em parte as lacunas no regramento dos benefícios tributários.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é o espaço legal apropriado por ser lei nacional aplicável a todos os entes federados. O que se pretende é padronizar as leis instituidoras de benefícios tributários para que prevejam mecanismos de avaliação e prazos. Ademais, busca-se definir benefícios tributários e regrar a apresentação de relatórios com estimativas de perdas de receita e avaliações a respeito do alcance das metas estipuladas. Tais informações são indispensáveis para que o Poder Legislativo, os órgãos de controle e toda a sociedade possam melhor avaliar e decidir a respeito da conveniência dos benefícios tributários.

O PLS foi distribuído apenas à CAE, onde fui designado relator. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Quanto à análise e, sobretudo, quanto ao mérito, concordamos com as alterações propostas, pois, apesar das restrições impostas pelo Texto Constitucional e pela Lei de Responsabilidade Fiscal à concessão de benefícios tributários, ainda prolifera o uso de benefícios tais como redução de alíquotas ou isenção de tributos em favor de determinados setores ou atividades, sem a necessária avaliação dos custos incorridos nem dos benefícios alcançados, o que termina por levar a um uso ineficiente dos limitados recursos públicos e por fazer com que muitos desses gastos tributários se sustentem apenas devido à organização e à pressão dos setores beneficiados.

Os entes da Federação deverão apresentar relatório anual, como já foi aqui referido.

Enfim, o PLS nº 115, de 2015, aprimora o arcabouço legal referente à concessão de benefícios tributários, de forma a garantir uma melhor alocação dos recursos públicos.

Todavia, consideramos que alguns aspectos do PLS apresentado podem ser flexibilizados com ganhos para o processo legislativo e para a política pública a ser incentivada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, nós nos permitimos propor nova redação ao art. 1º no que tange à definição de benefício tributário. Não há consenso doutrinário acerca do conceito de benefício tributário. A legislação tributária traz muitas situações peculiares sobre as quais não há consenso se são incentivo ou benefício tributário ou apenas subsídio financeiro. O termo "desoneração legal" é muito restrito para abranger todas as hipóteses de benefícios fiscais e parece se limitar ao efeito financeiro no valor do tributo, seja alterando sua base de cálculo, seja excluindo o sujeito passivo da tributação, mas outras hipóteses podem ser um benefício e não implicar desoneração legal, como, por exemplo, os parcelamentos especiais ou adiamento do vencimento do tributo.

No intuito de simplificar-se o controle proposto, sem prejuízo da transparência, da supervisão e da necessária avaliação periódica por parte do Poder Legislativo, propõe-se suprimir a existência de vigência do benefício de natureza tributária por até oito anos, uma vez que compete aos Poderes Executivo e Legislativo, em cada caso, avaliar a manutenção ou não do benefício de natureza tributária ou incentivo. Nesse sentido, sugere-se alteração na redação do art. 14-B e do art. 14-D.

Por fim, consideramos que a avaliação não deve ser requisito constante da lei específica do benefício, mas seu modo de controle posterior.

Além disso, o prazo de 90 dias para ajustar toda a legislação de cada ente no que se refere aos benefícios tributários é por demais exíguo, e é inviável o seu cumprimento. O que propomos, portanto, é a extensão desse prazo para um ano.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do projeto de lei complementar com as emendas já referidas.

É esse, portanto, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão.

O Senador José Serra já havia pedido a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, o primeiro inscrito para discutir é o Senador José Serra. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Até porque, Presidente, antiguidade é posto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com a palavra o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero manifestar o nosso apoio ao projeto e às emendas do Relator, que me parecem corretas, as três.

Não vou aqui recapitular o raciocínio que está por trás delas, porque isso já foi bem apresentado pelo Senador Armando Monteiro. Assim, eu queria manifestar aqui meu apoio ao projeto e às emendas propostas pelo Relator. Digo isso para falar de forma curta.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador José Serra, pela sua palavra e, principalmente, pela sua capacidade de síntese, hoje muito bem demonstrada.

Com a palavra o Senador Ferraço, seguindo as pegadas do Senador José Serra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Para discutir.) – Não sei se terei a mesma competência na capacidade de síntese, Sr. Presidente, mas eu quero, na mesma direção, convergente com o que disse aqui o nosso Senador José Serra, concordar absolutamente com a proposta, com o relatório e com as modificações feitas pelo Senador Armando Monteiro, que aperfeiçoam essa proposta muito importante.

Como foi dito, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal determinam que a Secretaria da Receita Federal publique, anualmente, o relatório consolidado de demonstrativos dos gastos tributários da proposta de lei do Orçamento anual. E, há décadas, como nós sabemos, Sr. Presidente, o Estado vem gastando permanentemente com esses incentivos e com essas isenções tributárias. Isso é feito há décadas! Esse não é um fenômeno novo, mas, como tudo na vida, o inverno chega – e parece que chegou –, e a ficha está caindo para um conjunto cada vez maior de pessoas a respeito do esgotamento do Estado brasileiro na relação com a sociedade.

O Estado brasileiro já consome, hoje, para a sua manutenção, quase 35% da riqueza que o País produz pelos trabalhadores e empreendedores, sempre na visão de que o Estado não gera riqueza; quem gera riqueza, como eu disse aqui, são os empreendedores, são os trabalhadores e assim por diante. Em março deste ano, Sr. Presidente, só para ilustrar o tamanho, a dimensão da gravidade disso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que foi relatado pelo Senador Armando Monteiro, cumprindo determinação constitucional da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Secretaria do Tesouro Nacional publicou o relatório fiscal do Tesouro Nacional, como faz anualmente. Ali são informados os gastos tributários da União. E, pasmem, os gastos tributários com a União previstos para 2017 são da ordem de R$275,087 bilhões, o que representa algo superior a 4% do Produto Interno Bruto e mais de 20%, Senador Pimentel, da arrecadação federal. É disso que se trata.

O que propõe a Senadora Lúcia Vânia é que nós possamos incorporar critérios para que avaliações de monitoramento possam ser feitas do custo-benefício para a sociedade brasileira desses gastos tributários.

Há, inclusive, Sr. Presidente, sobre a mesa... O projeto não define a metodologia de como será esse monitoramento, e isso também é muito importante. Estou resgatando, inclusive, um requerimento que fiz à Mesa na direção de nós fazermos isso aqui, porque existe ou pode existir mais de uma metodologia. Há um requerimento sobre a mesa solicitando que possamos discutir também, não nesse projeto... O ideal é que esse projeto – ele é não terminativo; então, ele vai direto para a Câmara – nós possamos acelerar. Mas ato contínuo eu acho que nós precisamos debater aqui, nesta Comissão, as metodologias para a avaliação dessa eficiência e desse custo-benefício, trazendo aqui especialistas...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Ele vai para o Plenário do Senado. Cabe apresentar eventualmente o requerimento de urgência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pois é, a ideia é essa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Ele vai para o Plenário do Senado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Exatamente. Ele é não terminativo. Então, vai ser ouvido o Plenário. Vamos pedir o regime de urgência, para que possamos apresentar ou deliberar sobre essa proposta no plenário o mais rápido possível, o que não exclui nós debatermos aqui, em outra oportunidade, ferramentas e metodologias, inclusive considerando o exemplo comparado de outros países que utilizam essa ferramenta e essas premissas na concessão desses instrumentos que estão relacionados a gasto tributário.

Portanto, quero solicitar já, de uma vez, Presidente, urgência para que nós possamos enfrentar esse tema no plenário da Casa.

Muito obrigado.

Cumprimento a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Armando Monteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

A matéria...

O Senador Sandoval quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, a matéria vai à votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Peço urgência.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Aprovado.

Aprovado também o pedido de urgência do Senador Ferraço.

O relatório passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

O item 3 trata de um projeto do Senador Antonio Carlos Valadares que tramita em conjunto com o do Senador Vital do Rêgo.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, DE 2013

- Não terminativo -

Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 2014

- Não terminativo -

Dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: CPI da Espionagem

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2014

- Não terminativo -

Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2013, nos termos do substitutivo apresentado, com acatamento total ou parcial das Subemendas nºs 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12 e 14 à Emenda nº 31-CCT-CMA; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 131 e 181, de 2014.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao PLS 130/2013, nos termos da Emenda nº 31-CCT (substitutivo), e pela prejudicialidade dos PLS 131 e 181/2014.

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao PLS 330/2013, nos termos da Emenda nº 31-CCT-CMA (substitutivo), e pela prejudicialidade dos PLS 131 e 181/2014.

3. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

4. Foram apresentadas as Subemendas nºs 1 a 14 à Emenda nº 31-CCT-CMA, de autoria dos Senadores Marta Suplicy, José Medeiros, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho.

5. Foi apresentada a Emenda nº 32, de autoria da Senadora Marta Suplicy.

Passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 330, de 2013, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, em primeiro plano, e, em segundo plano, o do Senador Vital do Rêgo, hoje Ministro do Tribunal de Contas da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perante a Comissão de Ciência e Tecnologia e a Comissão de Meio Ambiente, as matérias foram relatadas pelo então Senador Aloysio Nunes Ferreira. Seu relatório legislativo, perante a CCT, concluiu pela apresentação de uma Emenda Substitutiva, adotada em parecer unânime daquela Comissão, inclusive incorporando emendas apresentas por outros parlamentares, e chancelada pela Comissão subsequente, CMA.

Em 3/10/2017, apresentei relatório favorável a este projeto de lei, nos termos do substitutivo aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e pela Comissão de Meio Ambiente. Opinei, ainda, pela rejeição da Emenda nº 32 e das Subemendas à Emenda nº 31-CCT-CMA apresentadas até então, além da declaração de prejudicialidade dos projetos apensados. Concluí, por fim, meu relatório com a apresentação de 24 subemendas de relator.

Além da realização de duas audiências públicas em Comissões, o assunto foi, também, por iniciativa desta Relatoria, discutido em sessão de debates temáticos, no plenário desta Casa, ocorrida no dia 17/4/2018, com a presença de especialistas, de representantes da sociedade civil e do Governo Federal.

As contribuições foram notadamente relevantes, ao ponto de terem sido consideradas no presente relatório.

Análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à esta Comissão opinar sobre "aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida" e também sobre "proposições pertinentes aos problemas econômicos do País".

No que diz respeito aos aspetos formais das propostas, não vislumbramos vício de qualquer natureza. A matéria é constitucional, preenche os requisitos de juridicidade e de regimentalidade e encontra-se em plena conformidade com a melhor técnica legislativa.

Ademais, a proposta tem o atributo da generalidade, possui potencial de coercitividade e inova o ordenamento jurídico.

No mérito, já pudemos discorrer acerca da oportunidade e da urgência de aprovação do presente marco legal de proteção de dados. Não se trata de uma opção legislativa, mas de uma necessidade inafastável. Reconhecemos, pois, a importância ímpar do projeto.

A despeito do contexto de crise econômica, é seguro afirmar que o País tem perdido oportunidades valiosas de investimento financeiro internacional em razão do isolamento jurídico em que se encontra por não dispor de uma lei geral e única de proteção de dados pessoais (LGPD).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O dado pessoal é hoje insumo principal da atividade econômica em todos os segmentos possíveis. É, ainda, como já afirmamos, elemento fundamental até mesmo para a concretização de políticas públicas, dado o elevado grau de informatização e sistematização do Estado brasileiro em todos os níveis federativos. Mais que isso: o dado pessoal é um ingrediente importante da privacidade da pessoa humana, e sua preservação (ou violação) guarda relação direta com a maneira com que empresas ou governos se utilizam dos dados do cidadão.

Por isso, regras claras são fundamentais para assegurar a conformidade da atividade econômica em um cenário de máxima confiabilidade do cidadão, quanto ao respeito a direitos fundamentais que lhes são caros.

A bem da verdade, a sociedade brasileira, pouco habituada à cultura de valorização de dados pessoais, pouco a pouco vem se conscientizando sobre a importância da privacidade para uma experiência de vida digna, vindo a reclamar, cada vez mais, a aprovação de um marco regulatório que estabeleça diretrizes mínimas de proteção de dados.

Alinhamo-nos, assim, ao resto do mundo, a uma parte relevante, pelo menos, do mundo civilizado, uma vez que pesquisas indicam que pelo menos 125 países já dispõem de marcos legais de proteção de dados, sendo o Brasil um dos poucos ainda a não deliberar sobre a questão, o que é inadmissível. Inclusive, considerando o Mercosul – Uruguai, Argentina e Paraguai –, todos esses países já dispõem desse marco legal.

Na proposta de normatização da sociedade brasileira na era digital, o Governo brasileiro – muito mais que o Governo, o Estado brasileiro – previu a efetivação de três vertentes regulatórias baseadas na informação: a regulamentação do acesso à informação pública, a regulação do uso da internet no Brasil (efetivada através da aprovação do Marco Civil da Internet, de que fui Relator nesta Casa) e a proposta de edição de um marco regulatório de proteção de dados pessoais, que ora estamos promovendo.

Estamos seguros de que, finda esta nobre missão, e uma vez sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o País entrará definitivamente na rota dos principais investimentos comerciais e econômicos internacionais, bem como no seleto grupo de países que demonstram respeito e conferem efetividade e importância à proteção da privacidade de seus cidadãos.

Note-se que a inércia brasileira na aprovação desta lei geral tem sido de tal forma insuportável, que órgãos do Ministério Público já estão se mobilizando, amparados em uma frágil e setorizada regulação dessa questão em nosso País, na ausência de um marco legal minimamente detalhado.

Foi o caso da criação da Comissão de Proteção dos Dados Pessoais no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Com atuação dedicada a opinar, informar, cooperar, promover estudos, notificar, investigar e sancionar, a iniciativa tem focado os recentes episódios de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vazamento ou utilização ilegítima de dados pessoais por empresas que realizam esse tipo de tratamento.

Referida iniciativa, já em intensa atuação, na verdade, transmite uma mensagem forte ao Parlamento brasileiro, ou seja, a premência urgente de aprovação de uma lei que possa definir com mais clareza a importância e os limites deste que é um direito fundamental consagrado em nossa Constituição Federal, qual seja, a privacidade das pessoas.

Um dos casos sob investigação, por exemplo, foi o recente episódio envolvendo o acesso indevido e o uso ilegítimo de dados pessoais de centenas de milhares de brasileiros coletados por meio de uma rede social norte-americana. O caso reverberou no mundo todo e trouxe à tona a necessidade de regulação.

Sem prejuízo de novas impressões que vierem a ser colhidas, limitamo-nos a extrair, dessas contribuições, um texto que efetivamente reverbere opiniões consensuais, limitando os pontos de maior distensão para que sejam amadurecidos em debate público e transparente. Aproveitou-se, inclusive, assim, o que havia de mais moderno e adequado, dentre as sugestões plurais que recebemos.

Além disso, Sr. Presidente, nós levamos em consideração o novo marco de proteção de dados, que foi ampla e longamente discutido no Parlamento europeu, por diversos desses países, que já estão tratando há décadas de um marco nessa direção. O novo marco legal da União Europeia entra em vigor agora no dia 25 de maio, e nós levamos em consideração os debates e a massa crítica que foi desenvolvida ao longo desses meses todos em que o Parlamento europeu discutiu esse tema com prioridade.

Assim sendo, tendo em vista as referidas colaborações, em especial diversas emendas apresentadas, que muito enriqueceram o processo legislativo plural e democrático, o relatório sofreu alterações.

Oportunamente, foram apresentadas 15 emendas ou subemendas perante esta Comissão.

A eminente Senadora Marta Suplicy apresentou a Emenda nº 32 e as Subemendas nºs 1 e 2 à Emenda nº 31-CCT-CMA, que, em apertada síntese:

1. excepciona, da incidência normativa da lei, os bancos de dados das serventias notariais e de registro;

2. delineia regras específicas de tratamento de dados pessoais quando voltadas a registros em cadastros de crédito negativadores; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. prevê regras específicas para inclusão de dados restritivos ao crédito em decorrência de dívida.

No entanto, a despeito do elevado mérito das sugestões trazidas pela Senadora Marta Suplicy, não podemos com elas concordar. Isso porque a proposta aqui formulada é de definição de uma lei geral de proteção de dados pessoais, sem descer ao detalhamento das relações jurídicas possíveis nos infindáveis setores de atuação pública ou privada, por meio dos quais essas informações trafegarão.

Há de se notar, ainda, que estamos alinhados às principais normas internacionais, que estabelecem pontuais e mínimas exceções à aplicabilidade desse regramento especial, aliás, em consonância com as Diretrizes da própria Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cujo ingresso o Brasil pleiteia atualmente. Ou seja, também a OCDE define e pleiteia, nesse debate que está fazendo de acolher o Brasil nessa organização, que o nosso País possa ter um marco legal definindo a privacidade de dados pessoais no âmbito da internet.

Por tal razão, a fim de incorrer em uma norma sem observância da devida isonomia de tratamento normativo e, ainda, sem incorrer em vícios de juridicidade, em razão das regras cogentes de elaboração de leis previstas na Lei Complementar nº 95, de 1998, opinamos por sua rejeição.

O Senador José Medeiros apresentou as seguintes subemendas: Subemenda nº 3, Subemenda nº 4, Subemenda nº 5. Alinhamo-nos às três propostas, na forma do Substitutivo ao final apresentado, ou seja, acolhendo-o.

A Subemenda nº 4, igualmente acolhida, trata, como bem lembra o autor da proposta, de incorporar instrumentos modernos de regulação do fluxo internacional de dados, presentes tanto no sistema Cross-Border Privacy Rules (CBPR, em inglês), desenvolvido e adotado no âmbito do Foro de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, em inglês), como no âmbito da Regulação Geral de Proteção de Dados - RGPD (GPDR, em inglês), norma europeia que muito tem influenciado nossos trabalhos.

De outro lado, a Subemenda nº 5 está totalmente acatada, na medida em que uma análise mais detida aproximou este texto daquele inspirado no PL 5.276, de 2016, de iniciativa do Poder Executivo, que tramita na Câmara dos Deputados.

A Subemenda nº 6, de iniciativa do Senador Valdir Raupp, objetiva expandir o conceito de dados pessoais sensíveis, para estabelecer dados biométricos na categoria de dados sensíveis, bem como vincular tais dados expressamente ao histórico médico do titular dos dados. Seu objetivo é a precisão da redação, ao mesmo tempo em que se estabelece uma definição mais abrangente.

A nobre Senadora Vanessa Grazziotin apresentou as Subemendas nºs 7 a 13.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Subemenda nº 7, que delimita em 15 dias corridos o prazo para o responsável pelo tratamento dos dados corrigir e comunicar a retificação dos dados, não merece acolhida. Sustentamos, em nosso parecer, a necessidade de considerar a complexidade de cumprimento dessa norma, que irá inaugurar um novo regime jurídico no Brasil, o que reclama prazo mais compatível com essa realidade. Somos, assim, por sua rejeição.

Entendemos, porém, acolhida a Subemenda nº 8, que estabelece prazo de 15 dias úteis para providências imediatas requeridas pelo titular dos dados em caso de imprecisão das informações. Nosso Substitutivo opta por homogeneizar os prazos em 30 dias corridos, de maneira que se encontra parcialmente contemplada a referida Subemenda.

A Subemenda nº 9 trata da definição do regime de solidariedade em caso de dano decorrente da comunicação ou difusão dos dados. Somos por sua aprovação.

A Subemenda nº 10 versa sobre maior escopo de proteção dos dados pessoais sensíveis. Optamos por remeter a questão à regulamentação da autoridade de proteção, na medida em que ela terá melhores e mais adequadas condições para discorrer sobre os mecanismos de proteção compatíveis com o grau de segurança jurídica que esse tema reclama. Matemos, porém, apenas a necessidade de consentimento diferenciado, mais protetivo, uma vez que tal providência deve ser disposta em lei.

A seu turno, a Subemenda nº 11 discorre sobre um regime amplo de regulação sobre o dado anonimizado.

A Subemenda nº 12 objetiva ampliar o conceito de dados pessoais sensíveis, para contemplar a condição socioeconômica.

A Subemenda nº 13 importa, da RGPD, o mecanismo de definição legal da qualificadora "identificável", associada à pessoa natural titular dos dados, na proposta de alargamento do escopo protetivo da lei.

A Subemenda nº 14, de iniciativa do nobre Senador Fernando Bezerra Coelho, busca ampliar as hipóteses de transferência internacional de dados para contemplar o consentimento do titular, uma vez informado do caráter transnacional do fluxo, e, ainda, para permitir que o responsável pelo tratamento, tendo ou não empresa constituída ou estabelecida no Brasil, garanta ao titular o mesmo grau de proteção e reparação. Entendemos, portanto, contemplada a proposta. Estamos acatando a proposta em nosso Substitutivo.

Portanto, Sr. Presidente, trata-se de um projeto delicado, sensível, extenso, que nós estamos submetendo à Comissão em forma de um Substitutivo, para que possamos, no debate, definir pelo seu encaminhamento ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2013.

Portanto, veja V. Exª que esse projeto tramita nesta Casa há cinco anos. Isso não foi de todo ruim, porque, nesse período, houve muitas modificações, muitos aperfeiçoamentos em legislação de igual natureza mundo afora, e isso foi muito importante para que nós nos balizássemos nessa massa crítica e nesse debate e pudéssemos propor aquilo que, humildemente, nós estamos propondo, que é uma legislação adequada ao nosso País.

Ante o exposto, votamos pela aprovação a este projeto, total ou parcialmente, das Subemendas 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 14, nos termos da Emenda Substitutiva ora apresentada, e pela rejeição das demais emendas e subemendas e pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 131, de 2014, e do Projeto de Lei do Senado.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, quero pedir vista sobre o relatório apresentado pelo Senador Ferraço, a quem dou parabéns pela iniciativa.

É um assunto complexo, como ele mesmo disse. Nós temos o Código de Defesa do Consumidor, temos o Marco Civil da Internet, mas não temos nada organizado em matéria legal em relação à proteção de dados e aos problemas de investimento que daí decorrem.

Nesse sentido, creio que a complexidade do assunto recomenda que tenhamos alguns dias mais para o exame do relatório final.

Peço vista com o propósito de que, na semana que vem, possamos retornar aqui e votar o projeto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É pedida vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Concedida a vista coletiva, diante do pedido de vista do Senador Serra. É concedida a vista coletiva, Senador Ferraço.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Sandoval tinha pedido a palavra.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Sr. Presidente, diante da vista coletiva, eu quero argumentar apenas o seguinte: nós hoje praticamente somos escravos da tecnologia, nós vivemos isso a cada instante. É muito comum a gente assistir, nos aeroportos, nas filas de espera, a todo mundo com um telefone, com um *smartphone* na mão, trazendo alguma coisa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Exatamente.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Sr. Presidente, quando a gente entra na internet para comprar qualquer produto, poucos instantes depois já está na nossa conta do Facebook propaganda daquele tipo de produto. Isso é importante, porque traz conhecimento, nós temos facilidade em ter acesso a novas formas de conhecimento, mas, ao mesmo tempo, expõe demais a vida do cidadão. Daí a importância desse projeto que vai regulamentar a forma de defender a privacidade do cidadão, daquele que usa esses instrumentos de alta tecnologia que hoje estão à nossa disposição.

Apoio o requerimento do Senador José Serra, que nos concede mais um prazo para analisarmos a circunstância que nos traz este projeto, que é de grande importância não para nós, pessoas físicas, mas que é muito importante também para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lídice da Mata, quando eu fiz aquela observação, não foi para tirá-la do celular, mas para mostrar que a Senadora é cada vez mais tecnológica!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Estou tentando, estou tentando, correndo atrás! Não é a tecnologia da minha geração, confesso.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o assunto é de extrema importância, e é justamente por ser um assunto de muita importância que eu quero concordar com o pedido de vista, mas quero também dizer que considero que uma semana é um tempo pequeno para que esse debate ocorra. Em uma semana, nós apenas vamos analisar o relatório do Relator. Esse debate na Câmara vem acontecendo de forma muito mais vigorosa, com a participação da sociedade, com audiências públicas.

Portanto, Sr. Presidente, eu considero que, para enfrentar essa discussão de maneira rica e efetiva e para dar uma contribuição muito maior, que permita um processo democrático, com uma legislação que aprofunde a nossa relação democraticamente com a sociedade, nós devemos ter uma audiência pública sobre esse assunto, trazendo aqui entidades que hoje já debatem um marco a respeito dessa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu gostaria de apoiar o pedido de vista, mas, ao mesmo tempo, de considerar que vista coletiva é algo que beneficia o relatório apresentado, porque teremos de trazê-lo na próxima semana apreciado, pelo prazo regimental. Mas eu considero que esse prazo não permite um debate maior da sociedade, não permite que esta Comissão realize a sua tarefa de ouvir a sociedade e promover um debate mais intenso para que nós possamos deliberar a respeito desse assunto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Permita-me falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com a palavra o Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Esse projeto tramita no Senado, minha querida e estimada Senadora Lídice, desde 2013. Há cinco anos, nós estamos debatendo essa proposta no Senado. Nós fizemos...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Nós quem?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Os Senadores que desejaram participar desse debate.

Inclusive, três semanas atrás, fizemos uma audiência temática no plenário do Senado para ouvir dezenas de pessoas e contamos com a participação da sociedade civil, de órgãos do Governo, da sociedade, de entidades e assim por diante.

Então, a vista coletiva se faz necessária porque, na prática, esse debate se dá há cinco anos no Senado. Não é possível que o Parlamento brasileiro não tenha a capacidade de enfrentar questões que são absolutamente inadiáveis! São cinco anos!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu queria lembrar à Senadora Lídice que esse projeto ainda vai para a CCJ. Não sei se V. Exª faz parte...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É exatamente isso. Veja bem, o que houve... A reunião temática não tratou deste projeto, a reunião temática tratou do tema em geral. Nós precisamos tratar do relatório apresentado, em debate com essas instituições, para que haja uma massa crítica em relação ao texto do relatório. Eu considero, como V. Exª mesmo destacou, que, por não se tratar de um projeto terminativo nesta Comissão, nós poderemos vir a solicitar um debate maior na CCJ, embora tradicionalmente se façam debates mais sobre o mérito nesta Comissão do que na CCJ.

Eu compreendo a posição do Senador que é o Relator do projeto. Eu não acho que o fato de um projeto tramitar por dois ou três anos na Casa Legislativa signifique um não enfrentamento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão. Há questões na sociedade que exigem um debate mais longo mesmo. Nós já tivemos a LDB, que levou 13 anos de debate no Parlamento brasileiro, e isso não significou que foi um debate incorreto ou procrastinador. Há questões que necessitam do amadurecimento real da sociedade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É claro, perfeito!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Não acho que votar fazendo apenas um debate entre nós, com uma audiência apenas, resolve o problema. Portanto, não me satisfaz totalmente o relatório do Senador. Coloco-me no direito de fazer essa crítica, mas estou totalmente aberta. É democrático que possamos expressar esta nossa posição com uma crítica mais elaborada na próxima reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É claro! A massa crítica de V. Exª é sempre muito bem-vinda – imagine! –, até porque V. Exª está exigindo um pressuposto do mandato parlamentar de todos nós. Apenas eu, na condição de Relator, é que preciso considerar que não há açodamento, até porque a primeira versão foi apresentada em outubro de 2017, e emendas não foram apresentadas. Com as audiências públicas que nós fizemos, eu, na condição de Relator, vi-me preparado, vi-me com convicção para apresentar a proposta, e é isto que estou fazendo, apresentando a proposta.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É claro, exatamente!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A vista coletiva abre condição para que, de hoje até a próxima terça-feira, não apenas V. Exª, se desejar, mas todos os Srs. Senadores possam ter uma visão crítica, fazer sua contribuição e um aperfeiçoamento, o que será muito bem-vindo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sem dúvida, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Apenas eu, como Relator, pedindo vênia a V. Exª para concluir minha manifestação, na condição de Relator, devo frisar: isso pode demorar dez, doze, quinze, vinte anos – já demorou cinco anos –, mas o fato objetivo é que violações estão sendo feitas a todo momento a um direito fundamental que está consagrado na Constituição Federal, que é o direito à privacidade, e nós precisamos entender o quanto isso tem violentado pessoas físicas, naturais, cidadãos, empresas jurídicas. Portanto, quero crer que, de hoje para a semana que vem, nós podemos fazer esse debate aqui.

Podemos até, se V. Exª desejar e também o Presidente, fazer um debate específico sobre esse tema. Depois vai a Plenário ainda. Acho que é um passo importante. E eu estaria ávido e ansioso pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuições e críticas de V. Exª, para que nós pudéssemos, no debate, aperfeiçoar. Apenas não posso, como Relator, receber com tranquilidade o argumento de que há certo açodamento, porque isso não dialoga com a realidade. Percebe?

Vou encerrar. Apenas peço vênia, porque, na prática, há cinco anos, nós estamos debatendo esse assunto aqui no Senado. Eu acho que o tema está maduro. É apenas isso que humildemente quero colocar aqui, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu gostaria apenas de ressaltar dois aspectos, Senador. O senhor passou um tempo, inclusive, afastado da Casa. Nesse período, provavelmente, não teria como apresentar o seu relatório. Isso se deu recentemente.

As matérias ganham importância maior ou menor diante de determinada realidade. Nessa matéria, eu sou solidária, absolutamente solidária com todos aqueles que estão tendo a violação da sua privacidade. Aliás, eu não sou fã desse tipo de postura. No entanto, o relatório que V. Exª apresentou em outubro é diferente do relatório que apresentou agora. Então, há mudanças que não tivemos oportunidade de analisar.

Eu acabei de vir da reunião sobre a Medida Provisória 814, que foi suspensa porque o Relator apresentou um relatório que serviu de base da crítica, dos destaques, das emendas, da preparação das Srªs e Srs. Senadores naquela medida provisória. O Relator fez uma correção significativa no seu relatório. Apesar de já ter havido diversas reuniões para debater a questão, isso fez com que fosse necessário voltarmos atrás, darmos um tempo. A reunião foi suspensa de manhã até a tarde, para que tivéssemos tempo de ler o novo relatório que foi apresentado.

É isso que acho necessário fazer. Se o relatório de outubro era um e se, no relatório de agora, há mudanças significativas, é, portanto, necessário que este Plenário tenha a possibilidade de analisá-lo melhor, à luz das mudanças feitas pelo nobre Senador, que considero dos mais competentes para fazer o debate desta questão aqui no Senado.

É apenas isso. Humildemente também, eu me coloco à disposição para discutir a questão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Qual é o prazo que V. Exª considera razoável para que V. Exª e os demais Senadores e Senadoras possam fazer um mergulho na questão ou um estudo, para que possamos fazer o debate aqui?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Senador, para que nós possamos chegar a um acordo, quero dizer que essa sensação não foi apenas minha, tanto o é que quem fez o pedido de vista foi o Senador José Serra e o Senador José Aníbal, ou melhor, o Senador Airton Sandoval. Desculpem-me!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não é muito parecido com o José Aníbal, não, mas...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Não, não o é, não! É apenas do mesmo Estado. Eu conheço muito o Senador Aníbal. Fui colega dele, é meu amigo.

O Senador Serra falou em um prazo maior. Ele falou se posicionando e dizendo: "Até penso que, em uma semana, poderei vir a apresentar sugestões." Mas reconheceu que ele precisava desse prazo.

V. Exª, imediatamente, pediu vista coletiva, que determina o prazo. E eu, ao falar, propus que nós tivéssemos uma nova audiência pública sobre esse texto do seu relatório. Se V. Exª concordar com isso, estamos com meio caminho andado para chegar a um acordo; senão, paciência!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu concordo, Sr. Presidente, até pelo carinho e respeito que tenho não só pela pessoa da minha querida amiga Senadora Lídice, mas também pelo seu mandato.

O Regimento determina que, uma vez lido o relatório, ele está em discussão. Podemos começar a discussão agora ou não, mas o Regimento determina que isso tem de ser enfrentado na próxima semana. É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – São cinco dias úteis?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Cinco dias úteis.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – No caso de pedido de vista coletivo, o prazo é de até cinco dias.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu não concordo com uma nova audiência pública...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Certo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas eu concordo, fazendo coro com V. Exª, se o Presidente concordar, que, em lugar de votarmos isso na próxima semana, nós o façamos na semana seguinte. Assim, teríamos 15 dias para que V. Exª pudesse contribuir e ajudar a identificar pontos que, eventualmente, pudessem até merecer um aperfeiçoamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em lugar de enfrentamos essa votação na próxima terça, se o nosso Presidente assim entender, que nós o fizéssemos na seguinte. Assim, nós teríamos 15 dias, que me parece um prazo razoável.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É claro! É porque se trata de um relatório extenso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu ficaria muito feliz em receber de V. Exª contribuições, massa crítica, para que nós aperfeiçoássemos esse marco legal que é muito importante para a sociedade brasileira.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sem dúvida!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Se o Presidente assim entender, então, faríamos o debate deliberativo daqui a 15 dias.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Parece-me que há a concordância da Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ficaria, então, para a pauta do dia 22...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Como primeiro item da pauta. Pode ser, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ...como primeiro item da pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Fica concedida vista coletiva.

Passamos, então, ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 394, DE 2016

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer o reajuste anual do valor per capita do PNAE, definindo o IPCA como índice utilizado para o cálculo do percentual do reajuste.

Autoria: Senadora Rose de Freitas.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda apresentada.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Com a palavra a Relatora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, muito me honra essa relatoria, mas eu vou, em função da hora, passar direto à análise do projeto.

Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, como bem destacado pela autora da proposição, tem sido frequente a manutenção, sem correção de um ano para outro, dos valores *per capita* do Programa Nacional de Alimentação Escolar, repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios brasileiros.

Essa prática impõe desequilíbrios financeiros nesse estratégico programa, na medida em que os aumentos dos custos dos gêneros alimentícios, notadamente observados em anos recentes, reduz a participação da União no seu financiamento, situação que se agrava com a crise enfrentada, de forma desproporcional, pelos Estados e pelos Municípios.

Sem dúvida, contribui ou mesmo induz a tanto a ausência, na legislação vigente, de forma de reajuste do valor *per capita* repassado pela União ao PNAE, ficando a alocação dos recursos ao programa na dependência tão somente de decisão política dos governantes.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM), que acompanha os reajustes e os valores repassados aos Municípios, tem alertado sobre essa defasagem de valores, destacando que, para a educação infantil, especificamente para pré-escola, o valor está congelado desde 2012 em R$0,50 centavos e, se fosse corrigido pela inflação, em janeiro de 2016, estaria em R$0,65 centavos, ou seja, a defasagem acumulada é de 30,8%. Na verdade, o Governo Federal não atualiza os valores *per capita* do PNAE de acordo com a inflação anual. Na prática, esses valores têm sido reajustados sem periodicidade e sem critérios predefinidos. A consequência é a constante insuficiência dos recursos federais em relação ao custo do programa de alimentação escolar. Entendemos que, mesmo tendo caráter suplementar, a participação da União precisa ser mais efetiva, para que os Municípios não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sejam obrigados a deslocarem, para tanto, seus parcos recursos comprometidos com investimentos em outros setores.

De acordo com informações disponíveis no Portal do FNDE, atualmente, o valor repassado pela União, caro Presidente, a Estados e Municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino, da seguinte maneira:

- Creches: R$1, para alimentação em creches;

- Pré-escola: R$0,50;

- Escolas indígenas e quilombolas: R$0,60;

- Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R$0,30;

- Ensino integral: R$1;

- Alunos do Programa Mais Educação: R$0,90;

- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R$0,50.

Destaque-se que são atendidos pelo Programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o Poder Público).

Assim, em diversas manifestações, a própria Coordenação-Geral do PNAE afirma que um dos maiores problemas do programa, aliás, como dos demais programas dependentes de suplementação de recursos federais, é justamente essa tabela, essa forma de garantir recursos financeiros suficientes ao seu adequado financiamento.

Não se deve desconsiderar que o PNAE decorre de determinação constitucional, art. 208, incisos IV e VII, que define como dever do Estado, ou seja, das três esferas de Governo, União, Estados e Municípios, a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade, e o atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, alimentação e assistência à saúde.

Sem dúvida, resguardar o poder aquisitivo dos recursos destinados ao programa, como pretendido no projeto, é oportuno e, no mínimo, contribui para certa regularidade e adequação dos recursos transferidos ao programa, conferindo eficácia a essa determinação constitucional.

Por essas razões, entendemos ser pertinente e oportuno o Projeto de Lei nº 394, de 2016, da Senadora Rose de Freitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todavia, compreendemos ser conveniente alterar o artigo a ser modificado pelo projeto em exame, pois é o art. 5º da Lei nº 11.947, de 2009, e não o seu art. 6º, que trata dos recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE e que serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal.

Para tanto, oferecemos emenda ao projeto em análise, de forma a proceder a substituição do dispositivo legal a ser alterado.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLS nº 394, de 2016, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAE

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 394, de 2016, a seguinte redação:

> "Art. 1º. O art. 5º da Lei nº Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte §6º:
> 'Art.
> 5º.....
> §6º Os valores *per capita* definidos pelo FNDE serão reajustados, anualmente, no mês de janeiro, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em novembro do exercício anterior.'" (NR)

É esse o nosso voto pela aprovação do projeto, com a emenda.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Tenho uma pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Serra e, em seguida, o Senador Ferraço.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Para discutir.) – Senadora Lídice, o que eu gostaria de expor, para efeito da análise, é o impacto orçamentário e financeiro dessa medida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque, no relatório, isso não está previsto, e não podemos votar algo sem ter conhecimento do impacto que isso tem sobre o Orçamento.

Nesse sentido, eu queria solicitar, se V. Exª o tem, que o apresentasse na próxima semana ou trouxesse um relatório mais completo nesse sentido, para que pudéssemos avaliar. O começo da avaliação parte da ideia de que se tenha o impacto do ponto de vista orçamentário. Senão, como vamos votar matéria como esta

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu posso discutir, Presidente?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Deixe-o falar. Depois, eu apresento...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, no mérito, eu sou absolutamente favorável ao propósito, mas manifesto a mesma preocupação do Senador Serra, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal, nos arts. 14 ao 17, assim determina. Portanto, não temos alternativa senão a de seguir essa determinação. Não se trata de uma questão discricionária de quem exerce o mandato. A lei determina que haja a análise do impacto financeiro, do impacto orçamentário dessa proposta, que tem a ver com o que nós temos discutido aqui na Comissão, inclusive com uma resolução que aprovamos nesta Comissão. Há uma semana, nós aprovamos, nesta Comissão, os Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, que daríamos um freio de arrumação nessas propostas que, em que pese no mérito serem absolutamente relevantes, têm impacto. E é um trabalho feito contabilizando que, se somarmos todas as propostas que estão em deliberação no Senado, elas impactam os anos de 2018, de 2019 e de 2020 em R$638 bilhões. E impactam quem? O Governo? Não, porque o Governo não paga esta conta; quem paga esta conta é o contribuinte brasileiro.

Então, nós estamos, às vezes, aqui votando... E é o caso desta matéria, da qual o mérito é absolutamente nobre, mas não guarda relação com aquilo que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, eu queria pedir vênia à querida Senadora Lídice da Mata para que nós pudéssemos incorporar essas informações, para que, numa próxima reunião, nós pudéssemos fazer uma avaliação não apenas do impacto, mas também do custo-benefício para o contribuinte brasileiro de uma matéria como esta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É minha modesta manifestação, solicitando que a minha digna Relatora pudesse incorporar esses valores de impacto.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sem dúvida, Sr. Presidente. Eu me disponho a trazer, dentro do possível, de tudo que foi fornecido pelo MEC para isto.

Quero, no entanto, destacar que o programa se encontra sem reajuste desde 2012. Portanto, é, sim, hoje um grande comprometimento às finanças dos Estados e especialmente dos Municípios a manutenção do programa sem reajuste devido.

Eu concordo com V. Exªs na preocupação que V. Exªs têm quanto aos diversos projetos, mas isso vai nos fazer, sem dúvida, ter algum nível de seletividade dos projetos, porque nós não vamos poder definir contra este em favor de outro que não esteja colocado em igual debate e discussão.

Eu creio que o custo-benefício deste projeto para o contribuinte brasileiro seja extremamente positivo, já que o contribuinte, em vez de depositar seu dinheiro em outro tipo de projeto e gasto, vai depositá-lo na alimentação das crianças de todo o ensino básico, de toda a educação básica do País. É um programa que não vem sofrendo reajuste há muito tempo, sobrecarregando a capacidade dos Municípios de virem a sustentar isso.

Aliás, Sr. Presidente, nessa direção, numa situação análoga, com um estudo bastante qualificado, eu apresentei uma Proposta de Emenda à Constituição. Infelizmente, como estamos num período em que estamos sob intervenção, não é possível tramitar essa emenda, mas já está em debate no País, nos diversos fóruns de educação. Na semana passada, foi ressaltada aqui, por exemplo, por procuradores que analisam o cumprimento do Plano Nacional de Educação. É aquela que discute, tira das Disposições Transitórias e torna texto da Constituição brasileira o Fundeb e aumenta o percentual, a participação da União. Não é possível! O Fundeb, num primeiro momento, deu conta da garantia da sustentação da educação básica no País, inclusive, sendo o grande instrumento para fazer com que houvesse uma inclusão maciça a partir dos sete anos na escola. Mas, no momento em que nós estamos vivendo, ele não dá conta disso. Os Municípios estão assumindo 100% do custo do Fundeb em todo o Brasil.

Portanto, é mais do que justo que nós possamos reanalisar essa legislação. Tanto na Câmara como no Senado, nós estamos debatendo isso. Estamos fazendo audiências públicas em diversos Estados e obtendo o apoio de amplos segmentos da área da educação em todo o Brasil, inclusive daqueles segmentos que são responsáveis por fiscalizar o Plano Nacional de Educação, os tribunais responsáveis por isso.

Este projeto, portanto, na minha opinião, complementa, em certa medida, essa PEC, porque define qual é a prioridade do nosso País. E eu defendo que a prioridade dos recursos públicos seja a educação, para que nós possamos concentrar... Se tivermos apenas uma bala para resolver o problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do orçamento brasileiro, que essa bala seja integralmente colocada na educação pública do Brasil, como o único e como o básico instrumento realmente a permitir com que a inclusão social seja realizada em nosso País.

Portanto, do ponto de vista do custo-benefício, tenho absoluta certeza de que o contribuinte estará aplicando muito bem os seus recursos se aplicar no aumento da participação da União na merenda escolar do nosso País. Mas eu me comprometo a trazer todos os dados que nós tivermos para esta discussão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Pelo que entendi, o Senador Serra pede vista.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sim, pelo que entendi também.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – E a Senadora Lídice se compromete a trazer as informações solicitadas pelos Senadores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, elas são solicitadas pela lei. A Lei de Responsabilidade Fiscal é que assim determina. Não há divergência no mérito, no alcance e no benefício social. Aí eu concordo plenamente...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Exatamente, Presidente, não há divergência no mérito. A questão é saber quanto custa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – E aí eu concordo plenamente com V. Exª que esta Comissão...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É uma vista coletiva.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ...não pode ser seletiva em relação a esse ou aquele propósito: "Ah, neste, vamos aplicar a lei; naquele, não vamos aplicar a lei."

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Exatamente por isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Então, no mérito, não há divergência. O mesmo compromisso que V. Exª tem e a mesma sensibilidade com essa questão nós também temos. Apenas é a determinação da lei, que obriga que isso deve ser considerado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Estão todos de acordo?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sem dúvida! Só que nós vamos ter de pegar todos os projetos que venham para cá, para que a gente possa ter isso como centro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É isso que determina a resolução que foi aprovada aqui, exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Nós estamos com um projeto de resolução do Plenário do Senado, da Casa, no sentido de que qualquer medida que venha a prever, o que não é o caso, qualquer tipo de incentivo fiscal ou benefício tributário etc. só possa ser votada se acompanhada do seu impacto fiscal.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sem dúvida, embora esse não seja o caso, não é um benefício fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k.!

Então, não havendo mais quórum, fica encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia quinze de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Roberto Requião, Simone Tebet, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Romero Jucá, Elmano Férrer, Waldemir Moka, José Pimentel, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Armando Monteiro, Telmário Mota, Rodrigues Palma, Dário Berger e Ângela Portela. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, Lindbergh Farias, José Serra, José Agripino, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício "S" nº 21, de 2018 (SEI nº 290/2018/SE-MF na origem), encaminhando o endereço eletrônico por meio do qual se podem acessar os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e Ofício Circular nº 00008/2018/SCE, da OAB/RS, manifestando-se pela rejeição do PL 34/2015. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. O Senador Armando Monteiro solicita inclusão extrapauta do PLS 493/2017, que é atendido. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994 - Lei das Franquias, para vedar a sublocação de imóveis, pelo franqueador, por valor superior ao da locação." **Autoria:** Deputado Carlos Bezerra. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após leitura do relatório, fez uso da palavra o Senador Armando Monteiro. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 215, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a inclusão do leite na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM." **Autoria:** Deputado Reginaldo Lopes. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre os serviços comerciais de tosa e banho em cães e gatos." **Autoria:** Deputado Herculano Passos. **Relatoria:** Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Favorável ao projeto com duas emendas apresentadas. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido da relatora. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para dispor sobre a avaliação dos professores na educação básica pública." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Ricardo Ferraço e Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Estabelece o percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos." **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Senadora Lídice da Mata. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 668, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para mudar a destinação de recursos à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e as fontes de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatoria:** Senador Dalirio Beber (*Ad hoc*), substituiu Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o parágrafo único ao art. 47 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, para determinar a priorização das despesas com saúde e educação na execução orçamentária da União, Estados, Distrito Federal e Municípios." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 1 - Plenário. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável à Emenda nº 1, de Plenário, ao PLS nº 329/2017 – Complementar. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 454, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para dispor sobre a vedação a comercialização e a circulação de automóveis movidos a combustíveis fósseis." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Armando Monteiro, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho e Otto Alencar. **Resultado:** Após a leitura do relatório, a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 9 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, para possibilitar a contratação de operações de crédito externo e interno pelos consórcios públicos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido da relatora. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senadora Simone Tebet (*Ad hoc*), substituiu Senador Roberto Requião. **Relatório:** Pela prejudicialidade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto (votação simbólica). **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto. A matéria vai ao plenário, para as providências previstas no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2016, com o objetivo de fomentar as exportações do País." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Senadora Simone Tebet (*Ad hoc*), substituiu o Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto (votação simbólica). **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto. A matéria vai ao plenário, para as providências previstas no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, para extinguir os juros e as multas de mora nas execuções fiscais suspensas em razão da não localização de bens do devedor sobre os quais possa recair a penhora." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Após a leitura do relatório, a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, de 2017 - Terminativo -** que: "Determina o uso da taxa de câmbio PTAX na conversão para a moeda brasileira do valor de pagamentos feitos em moeda estrangeira por meio de cartão de crédito." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 26 de 2018** que: "Requeiro, nos termos dos artigos 90 e 93, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Eduardo Guardia, Ministro de Estado da Fazenda, para que compareça em audiência pública à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de explanar sobre o processo de privatização da Eletrobras." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 26/2018 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 27 de 2018** que: "Na qualidade de relatora do Projeto de Lei do Senado nº 394/2016 e, com fundamento no art. 112, § 1º, da Lei nº 13.473/2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018), tendo em vista as disposições do art. 113 do ADCT e dos arts. 16 e 17 da LRF, requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e art. 216, I do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Sr. Ministro de Estado da Educação informações sobre a estimativa do impacto anualizado da implementação das regras contidas no aludido projeto de Lei." **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 27/2018 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 28 de 2018** que: "Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para debater metodologias para avaliação da eficiência e dos resultados dos gastos tributários. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença de: Leonardo Rodrigues Albernaz – Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União – SEMAG/TCU; Jorge Rachid – Secretário da Receita Federal do Brasil; Felipe Salto – Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente - IFI; Bernard Appy – Diretor do Centro de Cidadania Fiscal; e Antonio Nucifora – Economista Chefe para o Brasil do Banco Mundial; Representante do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; e Representante da STN – Secretaria do Tesouro Nacional." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 28/2018 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 493, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer o local do embarque do tomador dos serviços de intermediação eletrônica de transporte privado individual previamente contratado por intermédio de provedor de aplicações da internet para fins de incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza." **Autoria:** Senador Airton Sandoval Santana. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável nos termos do substitutivo apresentado. Após leitura do relatório, fez uso da palavra o Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da emenda nº 1 - CAE (Substitutivo). Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 19). **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 29 de 2018** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 493 de 2017, que "altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer o local do embarque do tomador dos serviços de intermediação eletrônica de transporte privado individual previamente contratado por intermédio de provedor de aplicações da internet para fins de incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza"." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 29/2018 – CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Senador Requião, meu respeitoso bom-dia e obrigado pela sua bênção.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A todos nós!

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento do seguinte documento para conhecimento: Ministério da Fazenda, Ofício "S" nº 21, de 2018.

Outros: Ofício Circular nº 00008, de 2018, da OAB-RS.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Passamos a nossa pauta.

O item 1, não terminativo, de autoria do Deputado Carlos Bezerra, tem como Relator o Senador Valdir Raupp, que é favorável ao projeto. Foi avisado que o Senador Raupp está a caminho.

Passamos ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 215, de 2015

- Não terminativo -

Estabelece a inclusão do leite na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM.

Autoria: Deputado Reginaldo Lopes

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto.

O Senador Waldemir Moka, Relator, pediu para retirá-lo de pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre os serviços comerciais de tosa e banho em cães e gatos.

Autoria: Deputado Herculano Passos

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente.

A Senadora Gleisi Hoffmann também pediu para retirá-lo de pauta.

O item 4 é um projeto do Senador Wilson Matos que tem como Relator o Senador Cristovam Buarque, que não está presente, mas mandou avisar que está chegando. Vamos aguardar a presença do Senador Cristovam Buarque.

Enquanto aguardo a chegada dos Srs. Relatores que avisam que estão chegando, vou colocar em votação um requerimento de autoria da Presidência desta Comissão.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 26, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos artigos 90 e 93, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Eduardo Guardia, Ministro de Estado da Fazenda, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compareça em audiência pública à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de explanar sobre o processo de privatização da Eletrobras.

Autoria: Senador Tasso Jereissati.

Essa audiência pública está prevista para que ocorra já na próxima terça-feira.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos também...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Só um minuto.

Senadora Lídice, em seguida, vou ler o requerimento de V. Exª.

Está agora com a palavra o Senador Armando Monteiro, mas, em seguida, vou ler o requerimento de sua autoria. Assim, se V. Exª quisesse se pronunciar...

Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a inclusão em pauta do Projeto nº 493, de autoria do Senador Airton Sandoval. Trata-se de um projeto que tem um impacto importante nos Municípios, na melhor distribuição daquela receita do Uber, dos aplicativos...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k. De acordo. Vamos submeter.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inclusão extrapauta do projeto referido permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passemos ao requerimento de autoria da Senadora Lídice da Mata.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 27, de 2018

- Não terminativo -

Na qualidade de relatora do Projeto de Lei do Senado nº 394/2016 e, com fundamento no art. 112, § 1º, da Lei nº 13.473/2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018), tendo em vista as disposições do art. 113 do ADCT e dos arts. 16 e 17 da LRF, requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e art. 216, I do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Sr. Ministro de Estado da Educação informações sobre a estimativa do impacto anualizado da implementação das regras contidas no aludido projeto de Lei.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

Senadora Lídice, V. Exª deseja se pronunciar?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para encaminhar.) – Pois não.

Sr. Presidente e demais Senadores e Senadoras, antes de tudo, quero pedir desculpas porque farei isso e terei de me retirar em função da presença, na Comissão de Educação, do Ministro da Educação, e eu tenho também a obrigação de estar lá naquele debate.

Este requerimento diz respeito – e o ressalto porque alguns Senadores não estavam aqui na última reunião quando isso aconteceu – a um projeto de autoria da Senadora Rose de Freitas, que está sob a minha relatoria, que modifica o método de correção do programa de alimentação da merenda escolar.

Quero destacar que, dado que o projeto apenas altera a legislação já existente, é possível considerar que não há ofensa ao §12 do art. 112 da LDO de 2018, porque já há uma previsão de receita, uma vez que a Lei nº 11.947, de 2009, cumpre todas as exigências daquele dispositivo legal.

No entanto, em consideração às falas aqui registradas pelos caros colegas que insistem que seria necessário buscar mais informações a respeito do impacto financeiro, eu peço a retirada do projeto e a aprovação deste requerimento extrapauta, que é um requerimento que solicita essas informações ao Ministério da Educação.

Também farei uma pergunta específica ao Sr. Ministro da Educação lá, agora neste momento, para ver se conseguimos analisar mais rapidamente ainda esse tipo de impacto.

Volto a dizer que, na nossa avaliação, não há necessidade disso, uma vez que a Lei de Diretrizes Orçamentárias já tem uma previsão orçamentária para esse gasto.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Pergunto se alguém mais quer se pronunciar. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento da Senadora Lídice.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da Senadora Lídice.

Passamos ao requerimento do Senador Ferraço:

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 28, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para debater metodologias para avaliação da eficiência e dos resultados dos gastos tributários. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença de: Leonardo Rodrigues Albernaz – Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União – SEMAG/TCU; Jorge Rachid – Secretário da Receita Federal do Brasil; Felipe Salto – Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente - IFI; Bernard Appy – Diretor do Centro de Cidadania Fiscal; e Antonio Nucifora – Economista Chefe para o Brasil do Banco Mundial; Representante do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; e Representante da STN – Secretaria do Tesouro Nacional.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Esse é o requerimento.

Senador Ferraço, V. Exª queria fazer alguma observação sobre o requerimento?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, falo muito rapidamente, esclarecendo que, no exercício de 2017, o Governo Federal, portanto a União e os contribuintes brasileiros, teve um gasto tributário – leia-se, como gasto tributário, renúncia fiscal – de R$275 bilhões ao longo do exercício financeiro de 2017.

Chama a atenção o próprio Relatório da Secretaria do Tesouro Nacional para o fato de que 84,3% dessas renúncias fiscais não possuem sequer vigência determinada, ou seja, essas vigências são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indeterminadas *ad aeternum*. E nenhuma dessas renúncias fiscais trazem, na prática, o custo-benefício ou mesmo as metas e os objetivos específicos.

Nós estamos falando aqui de um volume de recursos extraordinário, é muito mais do que o chamado déficit previdenciário, que está presente, desorganizando as contas públicas em nosso País. Ou seja, chegou o momento de nós fazermos uma avaliação dessas renúncias, dos métodos que nós podemos considerar, trazendo aqui, portanto, especialistas, para que nós possamos colocar luz em torno dessas renúncias ficais, que, por certo, precisam ser analisadas à luz do seu custo e do seu benefício para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Ferraço.

Vamos, então, ao item 1 da pauta, que trata do projeto de lei...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente, se não incomodar os trabalhos, tendo em vista o tempo que os Senadores aqui do Distrito Federal dedicam hoje para analisar a situação política local eleitoral, vou ter de sair daqui a um pouco, queria saber se é possível inverter a ordem para um item de que sou Relator, mas sem querer perturbar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Cristovam, só existe um na sua frente, que é este que estou vendo agora. Em seguida, coloco, se V. Exª concordar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Item nº 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, de 2015

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994 - Lei das Franquias, para vedar a sublocação de imóveis, pelo franqueador, por valor superior ao da locação.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Relator, Senador Valdir Raupp, com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 122, de 2015, altera a Lei nº 8.955, de 1994, que dispõe sobre o contrato de franquia empresarial, para vedar ao franqueador "sublocar imóvel ao franqueado por valor superior ao da locação, salvo quando tenham sido realizados investimentos no imóvel comprovadamente relacionados ao negócio franqueado".

O autor da proposição inicial na Câmara dos Deputados, Deputado Carlos Bezerra, pretendia proibir qualquer tipo de sublocação do franqueador por valor superior ao da locação, por considerar que tal prática representaria "mera especulação imobiliária", que lhe permitiria auferir "lucro sem esforço pessoal".

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) daquela Casa aprovou parecer favorável à proposição, mas considerou que "há a possibilidade de que o franqueador tenha que investir determinadas quantias no imóvel, seguindo especificações técnicas e adaptações necessárias ao funcionamento do negócio, que independem do valor da locação original", razão pela qual alterou o texto da proposição para reconhecer a "necessidade de preservação dos investimentos efetuados pelo franqueador nos valores das sublocações".

Análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre a matéria.

A preocupação que deu origem ao PLC nº 122, de 2015, é nobre: impedir que relações locatícias sejam instrumentalizadas por parte de intermediários para fins especulativos, mediante sublocação. Trata-se, inclusive, de conduta vedada pelo art. 21 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inconformado com a jurisprudência, que estaria a considerar inaplicável às relações entre franqueador e franqueado a lei de locações, pretendeu o autor estender essa vedação aos contratos de franquia comercial.

Reconhecendo a especificidade das relações de franquia, o substitutivo da CDEIC, que resultou na proposição em análise nesta Casa, mitigou essa vedação, admitindo que "investimentos no imóvel comprovadamente relacionados ao negócio franqueado" possam ser repassados ao valor da sublocação, de responsabilidade do franqueado.

Essa alteração aperfeiçoou a proposição, pois a aplicação de uma regra absoluta de limitação do valor de sublocações criaria obstáculos injustificados a negócios bons para ambas as partes.

Ao coibir a especulação imobiliária, a aprovação do projeto fortalecerá a franquia enquanto instituto jurídico, pois impedirá a desvirtuação de seu objeto. Dessa forma, estimulará essa modalidade de relação comercial, que é responsável pela geração de milhões de empregos em todo o País.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2015.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Raupp.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Valdir Raupp.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu gostaria de pedir vista porque há um projeto que tramita na CCJ que estabelece o marco amplo sobre essa questão das franquias, contemplando, inclusive, o tema das sublocações.

Então, para a gente poder fazer uma harmonização dessa proposta, eu gostaria de solicitar vista.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu só queria, antes de conceder a vista, informar ao nobre Senador Armando Monteiro que sendo esse aprovado aqui, ele vai à CCJ e lá se pode pedir o apensamento ao outro projeto, se for o caso, matar-se-ia essa etapa. Ele seguirá para a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ele é não terminativo. Ele iria à CCJ.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Agora, precisará de um novo relatório quando houver a tramitação conjunta... Não quer votar na semana que vem para podermos discutir um pouco quais são os pontos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador mantém o pedido de vista?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu acho o seguinte, o Senador Raupp está ponderando, podemos fazer, então. Deixaremos para apensar lá na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, colocaremos em votação. Apensaremos quando chegar à CCJ.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Colocamos em votação.

Os Senadores que concordam com o relatório do Senador Raupp permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável à matéria.

Vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Item 4, projeto do Senador Wilson Matos.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para dispor sobre a avaliação dos professores na educação básica pública.

Autoria: Senador Wilson Matos

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, no lugar de começar pelo início, como se diz, quero chamar a atenção para o substitutivo que eu aqui apresento, a partir já do *caput*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto inicial dizia: "dispõe sobre a avaliação dos professores". Na verdade, esse projeto dispõe sobre o aperfeiçoamento profissional do professor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ...e – aqui está a parte importante – o pagamento de bônus salarial para os professores da educação básica pública.

No projeto, o Senador Wilson Matos propõe acrescentar o inciso VII no art. 67 da Lei 9.394, dizendo, estipula-se: "[...] bônus salarial aos docentes cujas escolas obtiverem desempenho acima da média nacional nas avaliações conduzidas pelo Inep, nos termos do regulamento."

Eu quero, portanto, chamar atenção para o fato de que o papel desse projeto, que eu estimo da maior conveniência, é para os professores todos, não individualizada para um ou outro sujeito a avaliação. Então, os professores de uma escola cuja avaliação pelo Inep, MEC, mostrar um salto nos indicadores de qualidade, como o Ideb, terão um salário a mais por ano. Essa é a ideia do projeto.

O autor justifica que, a partir das décadas de 1980 e 1990, disseminaram-se em diversos países mecanismos de ampla escala para avaliar a qualidade do ensino. No Brasil, também. Mas o que ele diz é que há instrumento já disponível de avaliação, mas não há incentivos para a avaliação positiva.

O projeto atende à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa.

E, no mérito, frise-se que o Ministério da Educação (MEC) já dispõe de iniciativas de avaliação.

E o projeto do Senador Wilson Matos traz uma consequência positiva para o sistema de avaliação: o Prova Brasil; a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA); os resultados do Saeb, que informa sobre o andamento do censo; o Ideb; e todos os demais mecanismos de avaliação.

Eu quero defender o projeto, acho que ele terá um impacto positivo. Não traz o que alguns professores dizem, uma concorrência entre os professores; ao contrário, os professores, entre si, serão incentivados para que todos colaborem com a melhoria da qualidade, e todos se beneficiarão.

Do ponto de vista da adequação orçamentária e financeira, vale lembrar que, nos termos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), inserido na Carta Magna pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, já se instituiu no Novo Regime Fiscal a proposição legislativa que permite criar ou alterar despesa obrigatória ou renúncia de receita, que deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário.

É claro que, diante da PEC do Teto, que eu continuo achando que foi e é uma necessidade, para colocar recursos para a educação será necessário tirar recursos de outros setores que estão hoje desperdiçando recursos no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com base nisso, Sr. Presidente, eu sou a favor da aprovação do projeto do Senador Wilson Matos, na forma do substitutivo que eu coloquei no parecer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

A matéria está em discussão.

Senador Ferraço.

Só um minuto, Senador. Há mais duas matérias em que V. Exª é o Relator aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Colocaremos em seguida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, propõe o eminente Senador Cristovam Buarque, em texto substitutivo, o pagamento de bônus para professores de escolas com desempenho acima da média nacional, conforme avaliação do Inep, e vai adiante. Essa avaliação, para fins desse bônus, deixa de ser individual para ser agregada por escola, avaliando-se, na prática, não a *performance* individual, mas a *performance* coletiva, o que seguramente poderá trazer – e espera-se que traga... E acho que esse tipo de iniciativa é uma ferramenta estimulante e motivadora para que nós possamos ampliar o nível de aprendizado em nosso País, até porque é muito difícil fazer boa educação sem um corpo docente estimulado, motivado e remunerado de acordo com seu esforço e com os resultados que eles estabelecem. Portanto, o mérito é absolutamente bem-vindo.

O Senador Cristovam Buarque inova em seu relatório, Sr. Presidente, e isso tem sido um tema recorrente aqui nesta Comissão, porque, para além do excepcional propósito de remunerar, reconhecer por produção e resultado, S. Exª estima o impacto dessa extraordinária iniciativa, impacto esse que foi balizado pela assessoria técnica e econômica desta Casa, algo em torno de R$752 milhões.

V. Exª vai ao encontro – e não de encontro – do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e isso é extremamente importante, porque nós precisamos fazer escolhas, nós precisamos estabelecer prioridades. E V. Exª não apenas quantifica o custo dessa opção política que haveremos de fazer – porque, na prática, é disso que se trata –, mas aponta no art. 3º a revogação da Lei 10.312, que estabeleceu incentivos na geração de energia termelétrica a partir de carvão e gás. Essa mesma lei estabelece alíquota zero de PIS/Cofins na venda, e portanto se trata de um gasto tributário, de uma renúncia fiscal, para a produção de energia à base de carvão e de gás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, quero cumprimentar o Senador Cristovam Buarque não apenas pelo mérito, mas também pelo cumprimento a uma premissa de temas que nós estamos debatendo aqui. Porque, via de regra, a Comissão de Assuntos Econômicos tem deliberado sobre temas que representam impacto fiscal, impacto financeiro, impacto orçamentário sem obediência aos critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal, e S. Exª cumpre rigorosamente com o que está estabelecido, ao sinalizar com clareza a fonte de recursos que vai finalizar essa excepcional iniciativa tanto no mérito como na escolha da prioridade, ou seja, a prioridade em torno da educação, a prioridade em torno da valorização, do reconhecimento. E valorização e reconhecimento se fazem através de remuneração adequada, vinculando isso à *performance* e a bons resultados coletivos das nossas escolas brasileiras.

De modo que eu me manifesto aqui favoravelmente à proposta, ao parecer do Senador Cristovam Buarque, e o cumprimento por ter relatado e redigido uma proposta em linha com aquilo que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal. V. Exª abre um gasto, mas indica a fonte. E, naturalmente, o nosso voto será dado em torno de escolha. E é exatamente isso. Não há dinheiro para tudo. Dinheiro não nasce em árvore. E nós precisamos, por óbvio, exercer aqui o senso de prioridade. E nada é mais prioridade, em nosso País, do que a educação, a valorização e o reconhecimento dos nossos professores.

Eu cumprimento V. Exª por esse extraordinário parecer.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer muito ao Senador Ricardo por trazer essa referência. Eu considero isso a contribuição maior que estou dando, porque o projeto é do Senador Wilson, mas com a pressa que eu estou, preferi não tomar tempo para falar disso. Mas, aqui, essa é a contribuição de mostrar que limitar gastos à disponibilidade de recursos não impede colocar mais dinheiro em educação, saúde, segurança e o que for, com a responsabilidade de tirar de algum lugar. Esse lugar que nós escolhemos foi uma fonte de recursos que gasta 1,23 bilhão para incentivar gastos na área de energia.

Inclusive, eu pensei de a gente, em vez de extinguir a lei que criou isso, colocar, além de energia elétrica, também a energia intelectual que está no cérebro de nossas crianças. Mas iria complicar muito. Então, para simplificar, em vez de querer trazer uma outra área energética que não vem sendo considerada no Brasil, ficou melhor extinguir o subsídio a esse setor, que a concorrência vai permitir fazer funcionar bem, e dizer que com esse dinheiro vamos incentivar os professores.

Quero insistir dizendo que o dinheiro vai para cada professor. Agora, a avaliação não é de cada um, é do conjunto.

Alguns com quem eu falei, sindicatos sobretudo, dizem que isso não é bom porque diferencia. Eu cheguei a pensar em colocar um artigo dizendo: só se beneficiarão desse 14º salário os professores das escolas que em uma assembleia de professores decidirem entrar no processo. Ou seja, quem não quiser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receber, não receberia o 14º salário. Mas isso iria complicar e eu preferi não colocá-lo. Vamos deixar que o debate se faça, para ver o que isso traz de bom, e se alguém achar, diga o que traz de ruim pagar um salário a mais aos professores do Brasil, quando eles mostrarem que suas escolas estão melhorando.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Além disso, vamos deixar de estimular ou incentivar a geração de energia tendo como foco o carvão, que é uma energia fóssil, para estimular a energia renovável.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Fernando Bezerra Coelho, do clã dos Coelho, de Petrolina.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Sr. Presidente, não tão ilustre quanto a clã dos Jereissati, no Ceará, mas eu peço permissão, Sr. Presidente, para fazer aqui um contraponto. Na realidade, eu estou concordando com o Senador Cristovam Buarque no mérito, no sentido de instituir o bônus. Eu tenho dúvidas quanto à proposta de financiar esse pagamento do bônus através desse gasto tributário para que ele aponta, porque parece que o que prevê a nossa legislação...

Eu queria uma manifestação da nossa Consultoria Legislativa. É que eu tenho aqui uma informação de que o ingresso de receitas, ainda que decorrentes da extinção de gastos tributários, não habilita o Poder Executivo a assumir despesas adicionais que estejam abrangidas pelo limite de que trata a Emenda Constitucional nº 95, de 2016. É imperativo financiar o bônus aos professores da rede federal de escolas pela redução de outras despesas primárias e não pela limitação dos gastos tributários. Essa é uma dúvida de natureza técnica, porque o gasto tributário não é receita que o Governo arrecade, ele deixa de arrecadar.

Então, eu tenho a impressão de que nós temos que fazer as escolhas, como disse aqui o Senador Ricardo Ferraço. É importante que para apoiarmos o projeto seja indicado o corte em outra despesa primária e não através de gastos tributários. Parece que isso aí não ficaria em conformidade com o que prevê a Emenda Constitucional nº 95.

Então, eu sou a favor do mérito, acho que nós precisamos estimular os investimentos em educação, é possível ampliar os bons investimentos em educação, mesmo sob a legislação do teto do gasto público, mas penso que está faltando aqui a indicação correta de qual despesa vai financiar o pagamento desse bônus, cujo impacto financeiro anual é da ordem de R$952 milhões, pouco menos de R$1 bilhão.

Portanto, acho que é razoável, acho que é meritória a iniciativa, mas penso que para não arranhar e não ser questionado em qualquer discussão em torno da Emenda Constitucional 95 nós deveríamos solicitar ao Relator que em vez de gasto tributário pudesse mirar o corte de uma outra despesa primária.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Cristovam, gostaria de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Se houver um pedido de vista, eu não terei nenhum problema de fazer esse estudo e trazer numa outra reunião.

Entretanto, o que que há de positivo aqui – o Senador Ricardo Ferraço mostrou – é a combinação de uso de recursos... Porque esses foram recursos que realmente foram sacrificados do ponto de vista da receita. Nós tomamos por base a Receita Federal, os documentos da Receita, isso é dinheiro concreto, que, obviamente, no futuro, pode ser diferente desse. Mas, o que tem de positivo é o fato de desincentivar a energia fóssil e incentivar a educação.

Mas, se o Senador Fernando quiser, nós podemos trabalhar. Eu só pediria que, nesse caso, fosse um pedido de coletivo para na próxima semana eu trazer outras alternativas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Com certeza, eu concordo. Eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, foi pedida vista coletiva...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... do supermeritório projeto. Eu acho, Senador Cristovam, que, com certeza, há uma concordância unânime aqui em relação ao relatório de V. Exª.

Há uma concordância unânime e com louvor em relação ao relatório de V. Exª. Agora, esse aspecto técnico realmente precisa ser avaliado.

Então, Senador Cristovam, na próxima semana, sem falta, esta matéria voltará a esta Comissão.

Passamos ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, de 2017 - Complementar

- Não terminativo -

Acrescenta o parágrafo único ao art. 47 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, para determinar a priorização das despesas com saúde e educação na execução orçamentária da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável à Emenda nº 1 - Plenário.

Observações:

1. Em 6/2/2018, a matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto.

O Relator é o Senador Cristovam Buarque, a quem eu passo a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, o projeto da Senadora Rose de Freitas foi aprovado em 6 de fevereiro de 2018. Posteriormente, em 16 de fevereiro deste mesmo ano, o Senador Telmário apresentou a Emenda nº 1. O que está em discussão aqui é essa emenda, em que ele propõe que obra de segurança "também precisa ter a execução de suas despesas priorizada de modo a garantir a manutenção da ordem pública, sem a qual o funcionamento regular do comércio, dos hospitais, das escolas e demais espaços públicos é prejudicado".

Vários dos argumentos aduzidos pelo Parecer nº 1, de 2018, da CAE, a favor da concessão de prioridade aos gastos públicos em saúde e educação, conforme a proposta da Senadora Rose, podem facilmente ser estendidos à área da segurança pública, mesmo porque se trata de um fator fundamental à ordem social e ao bem-estar da população. Basta lembrar o que hoje acontece na cidade do Rio de Janeiro, onde temos um secretário de educação da melhor qualidade, que fala, como disse em conversa que tive com ele, que tem mais problema com a segurança da escola do que com o funcionamento das escolas, do ponto de vista pedagógico. E a gente vê todos os dias, na televisão, crianças debaixo de mesa, debaixo de cadeira, no corredor, fugindo de balas perdidas. Ou seja, o problema está diretamente ligado à educação; e à saúde também, que eram os dois setores que a Senadora Rose propunha como prioritários.

Em outras palavras, a deterioração das condições de segurança afeta de forma negativa a atividade econômica e debilita, por conseguinte, o orçamento público e todos os serviços prestados pelo Estado.

O momento atual, em que as políticas públicas de várias unidades da Federação são enfraquecidas pela crise fiscal e pelo surto de violência dos últimos anos, recomenda de forma eloquente a adoção da regra proposta na Emenda nº 1, do Senador Telmário, à proposta inicial do PLS nº 329, da Senadora Rose de Freitas.

Assim, considero meritório o conteúdo da Emenda nº 1, acrescentar segurança na priorização do orçamento, cuja adoção contribuirá, direta e indiretamente, à melhoria das condições de vida de toda a população e que, por isso, merece o apoio do Senado Federal.

Por isso, opinam pelo acatamento da Emenda nº 1-Plen ao PLS nº 329, de 2017-Complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Coloco em discussão o relatório do Senador Cristovam. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável à Emenda nº 1-Plen.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 454, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para dispor sobre a vedação a comercialização e a circulação de automóveis movidos a combustíveis fósseis.

Autoria: Senador Telmário Mota.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, de vez em quando, aqui me indicam para relatar projetos que eu fico com raiva por não ter sido o autor. Este é um deles.

Eu creio que o Senador Telmário acertou no ritmo da história ao trazer um projeto que veda a comercialização e a circulação de veículos movidos a combustíveis fósseis. Em outras palavras, ele dispõe que, dentro de um certo prazo – 2060 –, todos os automóveis fabricados no Brasil devem ser movidos a energia elétrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu considero da maior importância essa proposta e por isso sou favorável. Pensei em apresentar uma emenda, reduzindo de 2060 para uma data mais próxima, mas, para evitar o debate e as discussões para se saber se é viável ou não, preferi deixar como está.

Digo na minha análise que, na 21ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, os chefes de Estado assumiram compromisso no sentido de manter o aumento da temperatura média global em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e de envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

De acordo com dados apresentados em estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre carros elétricos, o setor de transportes é responsável por 15% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) – todas as formas de gás.

Como parte do esforço para se evitarem os efeitos catastróficos das mudanças climáticas, os combustíveis fósseis não poderão mais ser a principal fonte de energia para mover nossos veículos.

Nesse contexto, os veículos elétricos são uma alternativa para a redução da dependência do uso de combustíveis fósseis.

A despeito da sua importância como parte do esforço para redução das emissões de GEE, o percentual de veículos elétricos no Brasil é ínfimo, mesmo se considerarmos os modelos híbridos movidos também a gasolina.

Para impulsionarmos o desenvolvimento desses veículos elétricos, deve ser considerada a proibição futura da circulação de veículos movidos a combustíveis fósseis.

Devo dizer que determinações como esta já estão em vigor na Alemanha, na China e na Inglaterra.

Ademais, o Brasil não pode ser apenas expectador das inovações da indústria automobilística. É preciso que o País tome uma decisão estratégica a esse respeito.

Por isso, o assunto deve estar na agenda do Brasil, tal como está na agenda – citei três países, mas vou citar outros que estão no relatório – da Noruega, da Índia, da França, da Holanda, que já anunciaram a redução ou mesmo a extinção da produção e venda de veículos movidos a combustíveis fósseis. É necessário que o Brasil acompanhe essa mudança.

Em um primeiro momento, a indústria brasileira poderá atender ao disposto na lei com a produção de carros híbridos abastecidos também com etanol. Uma vantagem da introdução inicial de veículos híbridos que utilizem etanol é o aproveitamento da infraestrutura de postos de abastecimento de combustível hoje existente em nosso País.

Mesmo que seja necessária a queima de combustíveis fósseis para a geração de energia elétrica pala alimentar os veículos, caso a hidrelétrica não seja suficiente, ainda assim serão gerados menos resíduos poluentes do que a queima direta nos motores a combustão dos nossos carros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, com o desenvolvimento de novas tecnologias, será possível recarregar as baterias dos veículos elétricos durante os períodos de baixa demanda de energia, bem como utilizá-las no fornecimento de energia à rede em horários críticos.

Destaco, finalmente, que induzir a inserção do Brasil na produção desse tipo de veículos agora, enquanto é uma tecnologia recente, aumentará as chances de o País desenvolver uma indústria forte no segmento, ganhando no mercado externo.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 454, de 2017, reiterando que a minha única crítica é feita a mim mesmo por eu não ter tido a iniciativa do Senador Telmário.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Coloco a matéria em discussão.

O Senador Armando Monteiro tem a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista, embora entenda que o autor da proposição e o Senador Cristovam tenham, vamos dizer, uma justificada preocupação com esse tema, mas o Brasil é signatário de vários acordos internacionais. Portanto, há um princípio nessa área. Essa regulamentação de clima, em nível mundial, consagra o princípio de responsabilidades comuns, ainda que diferenciadas. Então, como há países em que há um estágio de desenvolvimento econômico diferente, esse padrão de regulação tem de levar em conta os interesses do país à luz de toda a comunidade internacional.

Eu pediria vista e, se ela me for concedida, vou poder discutir um pouco mais esse tema, voltando a dizer que reconheço na iniciativa do autor, o Senador Telmário, e também na palavra do nosso Relator muito mérito quanto à preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Fica concedida vista.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senador, como o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Fala a Senadora Simone e, em seguida, o Senador, pela prioridade, pela ordem em que pediram a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Acredito que o Senador Cristovam vá solicitar que se peça vista coletiva.

Eu gostaria apenas de abrir um parêntese. Também como o Senador Armando, acho o projeto louvável, importantíssimo. Ninguém pode aqui discutir o problema da poluição no Brasil, e nós sabemos o que significa a emissão de poluentes fósseis. Mas eu gostaria apenas, uma vez que foi pedida vista, de saber se não podemos aqui contar com a vinda de um representante do Ministério de Minas e Energia, por uma razão: a informação que eu tenho é a de que o Governo Federal está no processo de elaboração também de um programa relacionado a isso, para começar a produzir veículos híbridos e elétricos numa menor proporção do que está aqui. E me preocupa não a data de 2060, mas o §2º, que estabelece que, já em 2030, nós teremos de ter 10% da frota, em dez anos apenas. Nós não temos postos – não sei como se chamariam, se eletropostos –, nós não temos a estrutura necessária, talvez não para modificar no todo, na essência, o projeto, mas, quem sabe, readequar esse próprio §2º diante da impossibilidade fática de termos, por exemplo, em 20 anos, 30% da frota, de repente, num país muito diferente, nas suas dimensões continentais, da Noruega e de outros países menores que já estão à frente.

Então, diante do fato de o Governo Federal já estar elaborando esse programa Rota 2030 e, portanto, ter estudos da viabilidade fática, real, e diante do fato de que eu acho importante o Congresso Nacional dar a sua contribuição, aprovando um projeto viável – porque não adianta aprovarmos um projeto e depois ele não conseguir ser executado ou ser mesmo vetado pelo Governo Federal – é que eu sugeriria que, em vez de vista coletiva, nós pudéssemos, ainda que de uma forma rápida, célere, ter a presença de um representante do Ministério para que se possa também colocar o lado da viabilidade não só jurídica, que existe, mas da viabilidade fática da implementação desse projeto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Eu queria...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente, primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... quero dizer que, tendo em vista que esse projeto entre em vigor daqui a 43 anos, embora 30% já em dez anos, acho positivo pedir vista. Há tempo suficiente, e isso até vai ajudar no debate sobre a crise ecológica e o papel da indústria automobilística e do combustível fóssil. Teríamos tempo até de fazer audiências sobre isso. Não tem nada aqui que indique uma urgência de aprovação.

Quanto à Senadora Tebet, quero dizer que o programa vai ser como executar. Nós aqui vamos definir a regra. Isso vai empurrar o Governo.

E finalmente dizer que, quando este País tomou, de uma maneira pioneira, a decisão de produzir etanol, substituir gasolina por álcool, poucos acreditavam nisso. E, em dois anos, a gente conseguiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

colocar combustível etanol nas gasolineiras deste País. Não é diferente, e eu diria até que é mais simples, até porque a produção já está aí. Era difícil aumentar tanto a produção de álcool, como se conseguiu.

Então, eu não vejo como ambicioso isso; ao contrário, eu acho que de 2060 vai ser reduzido pela dinâmica do processo econômico e ecológico. A gente vai chegar lá muito antes de 2060. Apenas para evitar um debate aqui sobre qual é a data especial, eu mantive o 2060.

Mas aceito, sim, a ideia do pedido de vista coletivo. Se alguém sugerir... Eu não vou sugerir porque estou convencidíssimo da proposta do Senador Telmário, mas, se alguém propuser um debate maior, eu acho que seria educativo para o Brasil saber as consequências do uso do combustível fóssil no transporte.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador.

Antes de passar a palavra ao Senador Fernando Bezerra, eu queria lembrar que essa matéria é não terminativa e vai para a Comissão de Meio Ambiente. Ela ainda vai à Comissão de Meio Ambiente que, talvez, nesse processo, seja o ambiente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – O perigo é esse.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Oi?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – O perigo está aí. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O perigo está aí.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Sr. Presidente, eu queria só trazer aqui algumas informações, fazer algumas reflexões.

Na realidade, a gente precisa saber de onde vem a energia que vai estar nos eletropostos, porque, na China existe a previsão de que, em 2030, 60% da frota chinesa vai estar eletrificada, mas a energia chinesa vem do carvão. Então, é preciso fazer uma discussão bem mais ampla. Não há nenhuma matriz energética tão limpa quanto a brasileira, e a gente não pode querer andar nos mesmos passos da eletrificação dos carros para banir os carros de combustão, sem olhar para a nossa realidade. A indústria automotiva brasileira é responsável por 23% do PIB do setor industrial do Brasil. Então, é preciso envolver uma discussão com a nossa indústria automotiva, que gera emprego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria chamar a atenção para o fato de que recentemente este Congresso Nacional foi responsável por uma das grandes iniciativas no sentido de reduzir o volume de emissões e, sobretudo, fazer com que o Brasil possa cumprir o que foi pactuado no Acordo do Clima em Paris, que foi o RenovaBio. Se o RenovaBio funcionar, nós vamos importar metade do que nós importamos hoje de derivados de petróleo, de gasolina e de *diesel*, e vamos manter a importação de derivados na ordem de 600 a 700 mil barris/dia. Se não funcionar, vai ser 1,5 milhão.

Então, nós já temos políticas que endereçam essa preocupação e que elevam o Brasil a ser um dos países com a melhor matriz do ponto de vista, digamos assim, da diversificação da sua fonte de geração de energia. Agora mesmo, o Brasil já pode se orgulhar de fazer parte de um seleto clube que já produz mais de 1 gigawatt de energia solar; o Brasil já produz hoje 13 gigawatts de energia eólica. E o Brasil vai continuar. Pelo que foi pactuado no Acordo do Clima em Paris, quanto a nossa matriz energética, mais de 30% dela vai ser uma matriz limpa, com energia solar, com energia eólica, com biomassa. Então, nós já temos uma série de programas.

Eu acho que o carro elétrico é um caminho? Sim, mas o carro híbrido no Brasil é muito importante, afinal de contas, há o nosso agronegócio, a produção do agronegócio brasileiro. E você reduzir o consumo de diesel, empurrar o consumo do óleo que vem, sobretudo, da soja, mas que vem do girassol, que vem de tantas outras fontes de produção?

Portanto, nós fizemos a opção, como Senador Cristovam falou, pelo etanol. Nós precisamos valorizar o carro híbrido. É um carro de transição? Sim, mas, durante quanto tempo? Talvez para a gente faça sentido ter o carro híbrido durante mais 50 anos, porque isso significa melhoria para a economia brasileira. Nós não estamos aqui para poder copiar modelos de eletrificação de outros países que não têm a base agrícola que o Brasil tem e que gera emprego.

Eu fico sempre muito desconfiado de pular ou de pongar nessas ondas que vêm de fora. Acho que o Brasil pode construir o seu próprio modelo. Ninguém tem a condição de ter energia por meio do agronegócio brasileiro, através da biomassa, através do biocombustível. Que outro País tem as condições que o Brasil tem para poder ser tão relevante nessa área?

O projeto é meritório. Acho que a gente precisa debater, se debruçar sobre ele. E eu acho que o Senador Cristovam foi muito feliz, muito oportuno. Não há pressa; podemos fazer diversas audiências, nivelar as informações, as reflexões. É evidente que o carro elétrico vai cumprir um papel importante nesse desejo, que é de toda a sociedade, de nós termos, cada vez mais, zero de emissão, do ponto de vista da nossa frota, seja a frota de veículos leves, de veículos comerciais, seja a frota pesada brasileira, sejam os nossos trens. A gente ainda tem um longo caminho para poder eletrificar o nosso sistema de transporte.

Portanto, acho que o tema é oportuno, precisamos aprofundar o debate, mas penso que não devemos nos mirar naquilo que vem de outros países, até porque as notícias saem dizendo que a Alemanha vai banir o carro de combustão em 2030, mas isso não é verdade; a Chanceler Angela Merkel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disse que o que foi lá aprovado ainda não tem força de lei e que vai haver uma fase de transição entre a indústria de motor de combustão e a indústria de motor elétrico. Então, cada país tem a sua realidade. É a mesma coisa, no Reino Unido; é a mesma coisa nos Estados Unidos, onde, apesar da pressão da Califórnia, ninguém está abandonando o veículo de motor de combustão. Há prazos para isso ser feito. Há de se ter cuidado porque isso bate no emprego. Isso bate no emprego! Cada vez mais a indústria está se automatizando, os empregos estão desaparecendo, e daqui a pouco a gente está acabando com os empregos que ainda nos restam. Portanto, acho que é preciso ter muito cuidado com o andor.

Por isso, fico satisfeito com a sugestão do Senador Cristovam Buarque de a gente aprofundar esse debate. Acho que não seria em um pedido de vista coletivo. Vamos alongar mais esse debate. Essa é uma matéria muito sensível. Acho que a gente precisa fazer diversas audiências em conjunto, da CAE e da Comissão de Meio Ambiente, e gastar aí pelo menos uns seis meses. Este é um ano de eleição; podemos tratar dessa matéria com muito mais cuidado a partir do ano que vem, até porque acabamos de ter uma iniciativa importante, que foi o RenovaBio.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Fernando Coelho, então, pelo que entendi, não seria vista coletiva; seria a vista, com a concordância inclusive do próprio Senador Cristovam, com a proposta de que haja uma audiência pública para que nós possamos aprofundar essa discussão.

Eu sugeriria ao Senador Fernando Coelho que ele mesmo indicasse alguns especialistas que nós pudéssemos convidar para, em uma data adequada, uma audiência pública para haver uma discussão...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Algumas audiências. Vamos promover algumas audiências em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu concordo plenamente. Acho, inclusive, que a questão do refino do petróleo e dos subprodutos todos para a indústria de plástico e termoplástico, os quais são utilizados pelos polos – o polo industrial da Bahia mesmo depende muito desse subproduto do refino do petróleo –, tinha de ser muito aprofundada para que não venha a ser uma coisa abrupta e que possa levar desemprego a tantas áreas industriais no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador.

Passamos, então, ao item nº 5, da Senadora Lídice da Mata... Não, a Senadora Lídice da Mata disse que vai retornar aqui e que quer estar presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há o item 6, do Senador Wellington Fagundes, cujo relator é o Senador Pedro Chaves. Eu pergunto ao Senador Dalirio se ele aceitaria ser Relator *ad hoc* do item nº 6, do Senador Wellington Fagundes? (*Pausa.*)

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 668, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para mudar a destinação de recursos à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e as fontes de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2015 – Complementar, do Senador Wellington Fagundes, que altera a Lei Complementar nº 129, de 2009.

O inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 129, de 2009, tem sua redação alterada para retirar a restrição de que as transferências do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (equivalentes a 2% do valor de cada liberação de recursos) sejam aplicadas conforme o disposto no §7º do art. 17 daquele diploma legal.

O §5º do art. 17 é alterado para que os recursos do FDCO possam ser utilizados para despesas de manutenção administrativa da Sudeco.

O §7º do art. 17 também tem sua redação alterada para que, dos recursos oriundos de juros e amortizações de financiamentos, seja destinado anualmente o percentual de 1,5% para apoio, em caráter complementar, de investimentos públicos e privados na área de infraestrutura econômica e social e para custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, na forma a ser definida pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, o art. 1º do PLS nº 668, de 2015 – Complementar, altera a redação do inciso V do art. 18 da Lei Complementar nº 129, de 2009, para dispor que o produto do retorno das operações de financiamentos concedidos, inclusive juros e amortizações, é uma fonte de recursos do FDCO.

O art. 2º do PLS nº 668 – Complementar, de 2015, contém a cláusula de vigência da lei complementar, que se dará a partir de sua publicação.

Na justificação da proposição, argumenta-se que a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) recebem transferências do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) equivalentes a 2% do valor de cada liberação de recursos. Em ambos os casos, não se estabelece uma destinação específica para essas receitas.

Além disso, a Sudam e a Sudene contam ainda com 1,5% do produto do retorno das operações de financiamentos concedidos com recursos dos respectivos fundos de desenvolvimento para custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, a ser aplicado na forma definida pelo respectivo Conselho Deliberativo.

Diante da necessidade de consolidar a Sudeco como principal órgão responsável pela promoção do desenvolvimento da Região Centro-Oeste, e visando a dotá-la de todos os mecanismos e recursos necessários a seu pleno funcionamento (sustentação técnica, administrativa e financeira), argumenta-se que é preciso estender a essa Superintendência condições análogas àquelas válidas para a Sudam e a Sudene.

A proposição foi distribuída à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na Comissão de Desenvolvimento Regional, o PLS nº 668, de 2015 – Complementar, obteve parecer pela aprovação em 16 de dezembro de 2015.

Da análise.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre "aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário, ou por consulta de comissão, e, ainda, quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário".

O PLS nº 668, de 2015 – Complementar, ao alterar a destinação de recursos à Sudeco e as fontes de recursos do FDCO é, seguramente, objeto de análise nesta Comissão.

A proposição estabelece para a Sudeco condições semelhantes àquelas em vigor para a Sudam e a Sudene. Trata-se de prover à Sudeco sustentação técnica, administrativa e financeira para que a instituição possa exercer plenamente seu papel de promoção do desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

Nesse sentido, a proposição nos parece indiscutivelmente meritória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ocorre que a principal alteração prevista no PLS nº 668, de 2015 – Complementar, já foi introduzida na Lei Complementar nº 129, de 2009, pela Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017, que resultou da conversão da Medida Provisória nº 785, de 6 de julho de 2017. Com efeito, a restrição prevista no inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 129, de 2009, já foi removida.

A alteração que resultou da promulgação da Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017, tornou, na matéria específica do inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 129, de 2009, as condições relativas à Sudeco análogas às condições relativas à Sudam e à Sudene, conforme estabelecem o inciso II do art. 6º da Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e o inciso II do art. 6º da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, respectivamente.

É verdade que persistem ainda pequenas divergências entre o texto atualmente em vigor da Lei Complementar nº 129, de 2009, e aquele que teria resultado da conversão do PLS nº 668, de 2015 – Complementar, em lei. Contudo, nos parece que a essência daquilo que se pretendia com a proposição já foi incorporada ao ordenamento jurídico do País. Assim, por considerar que a ideia central do PLS nº 668, de 2015 – Complementar, está prejudicada em decorrência da promulgação da Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017, recomendamos a rejeição da proposição, não obstante seu mérito.

Diante do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 668, de 2015 – Complementar.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Dalirio.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria vai à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Dalirio permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao... (*Pausa.*)

Desculpem, é pela rejeição.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai ao plenário do Senado.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, de 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Estabelece o percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa.

Perguntaria ao Senador...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma última solicitação em relação a esse projeto. Talvez, nós devêssemos retirá-lo de pauta e esperar o Senador Flexa Ribeiro para que nós pudéssemos, finalmente, concertar um acordo. Digo isso porque há um engano no projeto e eu não tive oportunidade de discutir com o Senador Flexa a respeito desse assunto.

A quantidade da amêndoa de cacau no chocolate, tal como definido pela Anvisa, era de 33%, no Brasil, durante muitos e muitos anos. Com a vassoura de bruxa e a queda na produção de cacau no Brasil, foi feita uma mobilização que terminou fazendo com que a Anvisa diminuísse esse percentual de amêndoa de cacau no chocolate para 27%. Ou seja, a própria legislação brasileira anterior já definia 33% de amêndoa de cacau no chocolate. A nossa proposição vem no sentido de corrigir esse período e, hoje, vencidas as dificuldades impostas pela vassoura de bruxa, nós possamos ter os índices anteriores, acrescidos apenas de 2%.

Quando o Senador Flexa coloca, no seu parecer, que o chocolate amargo ou o meio amargo apenas passa a ter um mínimo de 35% de sólidos totais de cacau, ele caracteriza uma situação que não corresponde ao mercado. Nós temos diversos chocolates, importados ou fabricados no Brasil, ou na Bahia, também, com 41%, 44% de cacau no chocolate e que são chocolates ao leite, não são chocolates amargos. Além do mais, na nomenclatura internacional, o chocolate considerado como de teor acima de 50% de amêndoa de cacau não é dito amargo; ele é caracterizado, em inglês, como *dark*, referindo-se à cor do chocolate. No Brasil, recentemente, os produtores de cacau unificaram essa nomenclatura na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

caracterização do chocolate como intenso, de sabor intenso, e não de sabor amargo, o que leva a uma caracterização quase que negativa do produto.

Portanto, conversando com o Senador Flexa, até porque o seu Estado é também produtor de chocolate e de cacau, eu gostaria que pudéssemos, nesse artigo, buscar uma caracterização mais aproximada do real do que aquela que está aqui. A nossa luta para caracterizar os 35% de amêndoa de cacau beneficia o produto brasileiro, coloca-o em igual condição no mercado internacional, inclusive na América Latina, onde temos hoje grandes competidores da nossa produção de chocolate, como o Panamá, o México, ou melhor, o Peru, a Colômbia – todos produzem chocolate local, disputando no mercado essa produção de chocolate. Embora haja uma produção internacional bastante seletiva, monopolizada em cinco ou seis grandes marcas internacionais, hoje a América Latina toda busca no mercado disputar um nicho de mercado de qualidade, em geral de chocolate *gourmet*, que nós, na Bahia e no Brasil, temos toda a possibilidade de disputar também. Mas, para tanto, nós precisamos que o nosso chocolate esteja, de igual maneira, fiscalizado na sua qualidade, contendo os percentuais mínimos indispensáveis à produção do chocolate de amêndoa de cacau ou à produção de chocolate.

Por isso, solicito a retirada do projeto, para que nós possamos conversar com o Senador e para que, na próxima reunião, possamos ter uma redação, com um acordo, que torne possível a aprovação nesta Comissão.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Portanto, fica retirado de pauta o item 5, de autoria da Senadora Lídice da Mata.

Também recebemos uma mensagem do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a presença dele quando da discussão dessa matéria.

Vamos, então, ao item 13, que é terminativo, que é de autoria do Senador Ciro Nogueira e que tem como Relator o Senador representante, assim como a Senadora Lídice da Mata, da gloriosa Bahia, o Senador Otto Alencar, protegido por todos os orixás.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2017

- Terminativo -

Altera o art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, para extinguir os juros e as multas de mora nas execuções fiscais suspensas em razão da não localização de bens do devedor sobre os quais possa recair a penhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: pela rejeição do projeto.

Com a palavra o Senador Otto Alencar, para ler o seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A Lídice ficou com ciúme, porque eu disse que o Senador é protegido pelos orixás. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço as referências ao meu nome e também o respeito aos orixás e às religiões de matriz africana, que, no meu Estado, são muito preservadas e fortemente densas em todas as regiões.

Esse projeto é de autoria do Senador Ciro Nogueira. Como nós não temos quórum qualificado para votar, como é um projeto terminativo, vou lê-lo. Eu gostaria que ele estivesse presente aqui. Eu até queria dar uma satisfação ao Senador Ciro Nogueira, porque é um projeto com boas intenções, mas que, na nossa opinião e na da assessoria, tem um problema de ordem legal.

Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2017, que altera o art. 40 da Lei 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, para extinguir os juros e as multas de mora nas execuções fiscais suspensas em razão da não localização de bens do devedor sobre os quais possa recair a penhora.

A proposição está estruturada em dois dispositivos. O primeiro insere o §6º no art. 40 da Lei de Execução Fiscal, Lei nº 6.830, de 1980, para prever que o devedor sem condições financeiras de pagar a totalidade do valor cobrado na execução fiscal possa depositar apenas o valor correspondente ao principal e extinguir a integralidade dívida, sem ter de arcar com juros e multas de mora. O art. 2º, por sua vez, dispõe apenas sobre a vigência, ao determinar que a futura lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor sustenta que a proposição objetiva permitir que os devedores regularizem suas dívidas por meio do pagamento de parte substancial do valor cobrado. Alega, para tanto, que há estimativa de que grande parte dos devedores inscritos em dívida ativa têm condições de pagar o valor principal devido, mas não dispõem de recursos para arcar com os encargos de multa de mora e de juros. É de se registrar que não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A competência regimental desta Comissão em opinar, em decisão terminativa, sobre a matéria advém da interpretação combinada dos arts. 91, inciso I; e 99, incisos I e IV, todos do Regimento Interno do Senado Federal.

No aspecto constitucional, registre-se que compete privativamente à União legislar sobre Direito Processual Civil e que há legitimidade na iniciativa parlamentar nos termos, respectivamente, do inciso I do art. 22 e dos arts. 48 e 61, todos da Constituição Federal.

Embora esteja a proposição, sob o ponto de vista formal, adequada à Constituição, no mérito essa conclusão não parece evidente.

Como prevê o art. 1º da Lei de Execução Fiscal (LEF), a execução judicial da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de suas respectivas autarquias e fundações é regida pela mencionada lei. Assim, o que nela previsto é aplicável a todas as esferas de Governo. Por isso, a matéria veiculada na LEF deve se ater ao processo civil de execução, sem previsão de normas de direito material, como a remissão de créditos, sob pena de violação à autonomia dos entes federados.

Caso entre em vigor a proposição, não só a União, mas os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estariam obrigados a perdoar parte do montante devido na hipótese de a execução fiscal ser suspensa pela não localização do devedor ou de bens aptos a garantir a execução, desde que aquele não tenha condições financeiras de pagar a totalidade do crédito público. Assim, o texto do §6º a ser inserido no art. 40 da LEF não parece respeitar o Pacto Federativo, cláusula pétrea assentada no inciso I do §4º do art. 60 da Constituição Federal.

Ainda no tocante ao mérito, corre-se o risco de estimular a inadimplência com a aprovação da proposição, pois bastará que o devedor sem condições financeiras se oculte ou que não tenha bens passíveis de penhora para que o valor devido seja reduzido em razão da remissão de juros e de multa de mora. Assim, há possibilidade de que se aumente o volume de créditos em cobrança judicial por ausência de pagamento espontâneo até que, eventualmente, a execução fiscal seja suspensa.

Desse modo, não parece o caminho para se resolver o problema da inadimplência em relação aos créditos públicos a previsão do perdão de juros e de multa de mora aos devedores não localizados ou que não tenham bens passíveis de penhora. A solução, na verdade, passa pela reestruturação dos mecanismos de cobrança, de sorte a torná-los mais ágeis, a fim de que se encontre o devedor e de que se evite a dilapidação de seu patrimônio. Somente assim serão reduzidos os estratosféricos estoques de dívida ativa existentes em vários entes federativos.

Além dos aspectos de mérito, a proposição, sob o ângulo financeiro, também não se sustenta. Conforme previsto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a proposição que conceda ou amplie benefício de natureza tributária que acarrete renúncia de receita deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a pelo menos uma das duas condições que serão explicitadas a seguir.

A primeira condição é que o proponente demonstre que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO. A outra condição é que a proposição esteja acompanhada de medidas de compensação, no período que iniciar sua vigência e nos dois seguintes, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributo. Nesse último caso, o benefício só pode entrar em vigor após implementadas tais medidas compensatórias.

É importante lembrar, também, as exigências da LDO de 2018, Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017. Essa norma impõe a observância de diversos requisitos de natureza financeira para as proposições legislativas que importem diminuição de receita, como se depreende dos seus arts. 112 e 114.

Além de todo o exposto, a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, reforça a importância das disposições da LRF e da LDO, ao incluir no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) o art. 113, que assim enuncia: "A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro."

Como se nota, Sr. Presidente, a proposição deixou de cumprir as exigências relacionadas à renúncia fiscal. Mesmo que se defenda que um dos objetivos do projeto é possibilitar a recuperação de recursos pelos entes federativos, não se pode desconsiderar que o dispositivo a ser inserido na LEF perdoa parte do crédito público cobrado do devedor. Há, portanto, sob o ponto de vista formal, renúncia de receita, motivo pelo qual, ainda que se concordasse com o mérito, o projeto mereceria ser rejeitado por não observância das normas preestabelecidas pelo Direito Financeiro e por desrespeitar o Pacto Federativo.

Diante do exposto, nós votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2017, do Senador Ciro Nogueira.

Eu tentei conversar para explicar para que não houvesse nenhum sentimento de que estaria dando um parecer contra uma iniciativa que de um ponto de vista pode ser meritória, mas vai de encontro à lei.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador, se me permite.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em virtude dessa sua preocupação, nós poderíamos apenas abrir a discussão, deixar a discussão em aberto para que nós pudéssemos, na próxima oportunidade, ter a presença do Senador Ciro, aqui, quando essa sua preocupação ficará sanada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, passamos ao próximo item. Os itens 10 e 11, apesar de serem terminativos, como o relatório é pela prejudicialidade, podemos votá-los por votação simbólica. Portanto, perguntaria à Senadora Simone Tebet se poderia ser a Relatora *ad hoc* do item nº 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, de 2014

- Terminativo -

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável à matéria.

Pediríamos a gentileza da Senadora Simone Tebet para ser a nossa Relatora *ad hoc*.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. Como Relatora.) – Com prazer, Sr. Presidente.

O PLS nº 64, de 2014, em seu art. 1º, cria a Zona de Processamento de Exportação no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná. O parágrafo único do dispositivo estabelece que a criação e o funcionamento da Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo serão regulados pela Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e pela legislação pertinente.

O art. 2º do projeto de lei contém a cláusula de vigência.

O autor da proposição, em sua justificação, afirma que as Zonas de Processamento de Exportação incentivam o desenvolvimento de áreas estagnadas e levam à inserção competitiva no mercado internacional com o fortalecimento das vendas externas e estímulo ao crescimento das regiões menos industrializadas. Acrescenta que o Município de Foz do Iguaçu carece de maiores incentivos para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproveitamento de todo o seu potencial econômico e possui os requisitos necessários, de acordo com a lei mencionada, para a criação de uma ZPE.

O PLS nº 64, de 2014, foi distribuído, anteriormente, à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde recebeu parecer favorável.

Análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria. Portanto, cabe a esta Comissão analisar esta questão em relação ao mérito.

Não observamos quaisquer vícios de regimentalidade, juridicidade ou constitucionalidade na proposição em análise.

As Zonas de Processamento de Exportação, além de funcionarem como instrumentos para a inserção competitiva no mercado internacional, uma vez que as empresas nelas localizadas obtêm condições favoráveis, tais como suspensão de impostos, liberdade cambial e facilidades administrativas, também contribuem para a geração de emprego e para a correção de desequilíbrios no desenvolvimento regional.

O modelo de ZPE já teve experiências bem-sucedidas em vários países, entre eles, China, Estados Unidos, Alemanha e Índia. Nesses países, houve significativo incremento das exportações. Ademais, a instalação de Zonas de Processamento de Exportação tem o potencial de atrair investimentos estrangeiros para o beneficiamento de nossas matérias-primas.

Particularmente, no caso de instalação de uma ZPE no Município de Foz do Iguaçu, os setores industrial e de serviços, com maior peso na composição do Produto Interno Bruto municipal, seriam os maiores beneficiados.

No tocante aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 11.508, de 2007, a própria localização geográfica do Município favorece a instalação de uma ZPE, tendo em vista encontrar-se a oeste do Estado do Paraná, na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Em relação à Argentina, é vizinha à cidade de Puerto Iguazú, com a qual compartilha as Cataratas do Iguaçu, grande polo de atração turística. Já em relação ao Paraguai, faz fronteira com Ciudad del Este, segundo maior município paraguaio e terceira maior zona franca do mundo.

Em termos de infraestrutura logística, o Município, no tocante a meios de transporte, além de possuir um aeroporto internacional, é bem servido por rodovias.

Assim, a ZPE não somente beneficiaria o setor produtivo, mas também as atividades econômicas do entorno.

Portanto, no mérito, dadas as peculiaridades socioeconômicas de Foz do Iguaçu, acreditamos que a instalação da ZPE seria benéfica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto, todavia, é lacônico e não detalha inúmeros aspectos que são indispensáveis para a definição de uma ZPE. Por tal razão, apresentamos o PLS nº 58 de 2017, que se destina exatamente a propor, de forma cabal, todo o regramento de uma ZPE para o Município de Foz do Iguaçu – aqui o "apresentamos", é claro, diz respeito ao Relator, que propôs o PLS nº 58, Sr. Presidente.

Assim, diante do exposto, confirmando o elevado valor meritório da proposta, mas em face da incompletude material do projeto, suprida pelo PLS 58/2018, voto pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2014, em decisão terminativa.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria vai à votação.

O relatório do Senador Roberto Requião, mas lido e relatado *ad hoc* pela Senadora Simone Tebet, é pela prejudicialidade do projeto.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai ao plenário para as providências previstas no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Item nº 11...

Item nº 12, projeto do Senador Donizeti Nogueira... (*Pausa.*)

Item nº 11, da Senadora Lúcia Vânia.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, de 2016

- Terminativo -

Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2016, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Simone Tebet, novamente, contamos com a gentileza de V. Exª, sempre muito prestimosa a esta Comissão.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Como o relatório é pela prejudicialidade e é muito extenso, eu peço a concordância dos colegas, Srªs e Srs. Senadores, para apenas fazer um rápido resumo. É um projeto, repito, cujo relatório é pela prejudicialidade. Ele tem seis laudas, mas poderemos resumir em uma única se V. Exª permitir. Claro, se for preciso, esclareço as dúvidas.

O PLS estipula que a União prestará auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2016, no valor de R$1,95 bilhão, com o objetivo de fomentar as exportações do País. Determina que as parcelas, entregues mensalmente pela União em dinheiro ou por meio de títulos do Tesouro Nacional deverão ser proporcionais aos coeficientes individuais de participação de cada Estado discriminados no anexo do projeto. Já o art. 3º prevê que, do total a ser distribuído, a União entregará 75% diretamente ao próprio Estado e 25% aos seus Municípios, na proporção de sua participação na distribuição da parcela do ICMS. Do total a ser entregue, deverão ser obrigatoriamente deduzidos os valores das dívidas vencidas e não pagas. Prevê, ainda, que o Ministério da Fazenda definirá, em até 30 dias após a publicação da Lei, as regras de prestação de informações.

Embora o projeto seja constitucional, legal e regimental, Sr. Presidente, na realidade o projeto encontra-se prejudicado, pois tem o mesmo objetivo da Medida Provisória nº 749, de 2016, que foi transformado e convertido em lei, que é a Lei nº 13.375, de 2016, visando justamente à continuidade do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX), tal como a proposição ora em análise.

Portanto, o voto é pela prejudicialidade do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Simone Tebet.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria vai à votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório da Senadora Simone permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai ao plenário para as providências previstas no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Vamos colocar em votação, agora, o item extrapauta que foi aprovado no início desta reunião. Projeto do Senador Airton Sandoval.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 493, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer o local do embarque do tomador dos serviços de intermediação eletrônica de transporte privado individual previamente contratado por intermédio de provedor de aplicações da internet para fins de incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Autoria: Senador Airton Sandoval Santana

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável nos termos do substitutivo apresentado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, através do projeto há uma proposta que acrescenta a exceção à regra geral de determinação do local de ocorrência do fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Segundo a norma geral, o Município legitimado à cobrança do tributo é aquele em que se situa o estabelecimento do prestador de serviço. A exceção a ser criada, através do inciso XXVI do art. 3º da lei, prevê que no caso dos serviços descritos no Subitem 1.10, o imposto passará a ser devido no Município de embarque do tomador dos serviços. Invoca razões de justiça tributária para alterar a regra geral de incidência do Imposto sobre Serviços. Voltando, então, ao ponto central, em vez de o imposto ser recolhido no Município em que está localizada a sede das empresas de tecnologia, passará a sê-lo no Município de embarque do tomador de serviços.

A matéria não contém vícios de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa.

No tocante às exigências de responsabilidade fiscal, o projeto não provoca perda de arrecadação para a União nem aumenta suas despesas.

O escopo do projeto é distribuir de maneira mais equitativa entre os Municípios o produto da arrecadação do imposto já referido incidente sobre os aplicativos de transporte privado individual.

No mérito, a recente regulamentação dos aplicativos de transporte privado, que ocorreu através da Lei nº 13.640, trouxe novamente à discussão a necessidade de atualização da legislação do Imposto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre Serviços de Qualquer Natureza, principalmente no que tange ao local onde este é devido e às exigências de cumprimento das obrigações acessórias por contribuintes que atuam em escala nacional.

Diante da inexistência de uma vedação prevista em lei, o exercício de atividade econômica com foco na intermediação de transportes por aplicativo não poderia ser impedido, como confirmaram inúmeras decisões judiciais em todo o Brasil. No entanto, é fato que tal atividade não se encontra devidamente amparada e prevista de forma expressa no rol de serviços da Lei Complementar nº 116, de 2003. Tais fatores contribuem para a atual ocorrência de diferentes interpretações por parte de contribuintes e autoridades fiscais, principalmente quanto à tributação e ao enquadramento nas descrições já existentes, o que acarreta, não raras vezes, discussões judiciais e insegurança na cobrança do imposto, de multas e de juros.

Tais dúvidas traduzem-se em instabilidade para os prestadores e tomadores dos serviços, bem como para os cofres públicos, do que resulta insegurança jurídica, tributária e até mesmo social.

Também foi muito debatido o fato de que a chegada dos serviços a diversos Municípios geraria expectativa de aumento de arrecadação por parte das prefeituras. Tal expectativa, no entanto, por muitas vezes não se concretizou, tendo em vista que o atual cenário da legislação prevê, como já foi dito, o recolhimento do imposto no Município do prestador de serviços. Ou seja, a cidade onde o serviço de transporte é realizado não necessariamente corresponde ao Município onde o agente intermediador realiza suas operações, o que coloca contribuinte e agentes fiscais em constantes conflitos pela cobrança.

Ainda em relação ao local onde o serviço se considera prestado, há que se mencionar que eventual simples alteração no local onde este seria devido, conforme previsto no PLS em tela, complementar, sob análise, colocaria as empresas que administram tais aplicativos em situação crítica. Considerando a existência de mais de 5 mil Municípios espalhados pelo Brasil, cuja administração tributária poderia exigir informações, leiautes e obrigações acessórias diferentes para os serviços ali prestados, não seria razoável esperar que as empresas conseguissem cumprir aquela gama de obrigações.

A fim de atender e conciliar as diferentes demandas apresentadas pelas múltiplas partes interessadas, propomos, ao final, substitutivo que mantém a proposta original de alterar a Lei nº 116, de modo a considerar o imposto incidente sobre o agenciamento e intermediação de serviços de transporte privado como devido no local onde ocorreu o efetivo embarque do passageiro, bem como a alterar a lista de serviços anexa à referida lei para acrescentar previsão expressa de incidência do ISSQN sobre o serviço de “Agenciamento, organização, intermediação, planejamento e gerenciamento de informações, através de meio eletrônico, de serviços de transporte privado previamente contratado por intermédio de provedor de aplicações da internet”.

Adicionalmente, com o objetivo de evitar que as empresas prestadoras dos serviços sejam expostas à situação de impossibilidade de cumprimento de suas obrigações, propomos no substitutivo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

padronização de obrigação acessória do ISSQN em âmbito nacional, na qual os contribuintes colocariam à disposição dos Municípios e do Distrito Federal todas as prestações de serviços ocorridas em seus respectivos territórios. As autoridades fiscais, em contrapartida, disponibilizariam, na mesma plataforma eletrônica, informações como alíquotas, arquivos de suportes a serem preenchidos e dados bancários para pagamento. Assim, o resultado esperado é conferir maior transparência e previsibilidade na relação autoridade fiscal e contribuinte com diminuição da necessidade de gastos com fiscalização e a incidência de multas.

Para fins da definição de um leiaute que atenda às mais diversas administrações municipais e do Distrito Federal, o substitutivo prevê a criação de um Comitê Gestor de Obrigações Acessórias do ISS, responsável pela regulamentação da obrigação.

A proposta mimetiza sistema recentemente aprovado pelo Plenário da Câmara no âmbito do PLS nº 445-Complementar, também de nossa relatoria, que propõe a padronização das obrigações acessórias relativas ao recolhimento do ISSQN para serviços como planos de saúde, *leasing*, franquia, faturização, cartões de crédito e débito, entre outros. O objetivo é viabilizar a desconcentração da arrecadação desse tributo, conforme tendência observada nos sistemas tributários mundo afora, segundo a qual, o imposto é devido no destino onde se localiza o usuário final da operação, e não na origem, onde se localiza o fornecedor do bem ou serviço daquela operação.

Assim, Sr. Presidente, o PLS nº 493-Complementar, na forma do substitutivo proposto, visa, em sua essência, a maior justiça no recolhimento do ISS, ao tempo em que estabelece previsibilidade e confiança entre contribuintes e autoridades fiscais. Isso não é só o mais justo, mas também o que se espera dentro de um ambiente de justiça tributária.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2017 – Complementar, nos termos da seguinte emenda substitutiva apresentada.

Era esse o nosso parecer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

A matéria está em discussão.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, o Senador Armando Monteiro não me surpreende, mas é preciso fazer um registro e um destaque a respeito do aperfeiçoamento que o Senador Armando Monteiro incorporou a essa excepcional iniciativa do Senador Airton Sandoval, que, na verdade, replica um debate feito nesta Casa, que está dependendo, salvo melhor juízo, de deliberação da Câmara, com relação aos cartões de crédito. Nós fizemos isso com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação aos cartões de crédito, fizemos isso em outra dimensão, não com relação ao ISS, mas com relação ao ICMS do comércio eletrônico, porque, até então, a origem, a incidência se dava especificamente onde estava localizada a sede fiscal das empresas que comercializam na plataforma eletrônica. Isso representou uma enorme distribuição de justiça fiscal e tributária.

Essa iniciativa dialoga com outra que já adotamos aqui, que foi a iniciativa de regulamentarmos os aplicativos da chamada economia compartilhada, no caso para aluguel de veículos. Fizemos isso aqui, foi um debate muito duro. Nós não permitimos, no debate democrático, que houvesse, de fato, a estatização, que foi tentada, desse mecanismo. E, na prática, a economia compartilhada... Foi feita aqui, Senador Armando Monteiro, uma breve pesquisa. Essas companhias já representam 500 mil oportunidades de emprego e trabalho em nosso País. É uma coisa extraordinária! Elas estão presentes em mais de 700 cidades e recolheram, em 2017, algo muito próximo a R$400 milhões. Só que mais de 90% desses recursos estão concentrados em apenas uma cidade, na cidade de São Paulo.

Portanto, isso que estamos fazendo nada mais é do que justiça. Nós estamos vinculando a incidência do ISS onde o usuário faz a tomada do serviço.

Eu gostaria, inclusive, após a votação, que pudéssemos pedir regime de urgência, para que essa matéria pudesse ir ao Plenário, porque essa matéria dialoga com o interesse das nossas cidades e dos nossos Municípios.

Então, quero cumprimentar o Senador Armando Monteiro pelo aperfeiçoamento operacional feito em todo o projeto.

Esses mecanismos de controle não são simples, mas V. Exª, vejo eu, valeu-se de mecanismos muito parecidos com o que fizemos nos cartões de crédito, mimetizando essa realidade.

Portanto, o Senado precisa deliberar, de forma conclusiva, sobre isso o mais rápido possível. Daí peço urgência para que possamos votar em plenário essa matéria, que vai fazer justiça com os nossos Municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica encerrada a discussão.

A matéria está em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório do Senador Armando Monteiro permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

A matéria vai ao plenário do Senado.

O Senador Ferraço pede urgência na tramitação desse projeto.

Os Senadores que concordam com o pedido de urgência permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência, que vai ao Plenário desta Casa.

Fica encerrada portanto...

Queria só aproveitar aqui para, antes de encerrar, anunciar que, na próxima terça-feira, está confirmada a presença do Ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, aqui nesta Comissão.

Muito obrigado.

Fica encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e sete minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Airton Sandoval, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Otto Alencar, Benedito de Lira, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Telmário Mota, Pedro Chaves e Rodrigues Palma. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Lira, Rose de Freitas, Simone Tebet, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, José Serra, Ronaldo Caiado, José Agripino, Omar Aziz e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 35, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 70,000,000.00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Sorocaba, no Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa Ambiental e de Otimização Viária de Sorocaba - Mobilidade Total"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 17). **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 36, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 125,000,000.00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Salvador, no Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Salvador Social (Brazil - Salvador Social Multi-Sector Service Delivery Project)." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução que apresenta. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Otto Alencar, Lídice da Mata, Gleisi Hoffmann, Vanessa Grazziotin e Roberto Requião. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 16). **ITEM 3 - MENSAGEM (SF) Nº 37, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 67,500,000.00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Salvador, no Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto Novo Mané Dendê"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 18). **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, de 2013 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 330 de 2013, nos termos do substitutivo apresentado, com acatamento total ou parcial das Subemendas nºs 3, 4, 5,6, 8, 9, 11, 12 e 14 à Emenda nº 31-CCT-CMA; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 131 e 181 de 2014. Usou da palavra a Senadora Lídice da Mata e Ricardo Ferraço. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dá nova redação ao § 2º do art. 12 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974." **Autoria:** Deputado Ronaldo Manchado Martins. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a emenda nº 1 - CAE. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para instituir reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE destinada aos Estados da Amazônia Legal que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao projeto, com quatro emendas apresentadas, e contrário à Emenda nº 1. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Jorge Viana e Flexa Ribeiro. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 2 a 5 – CAE e pela rejeição da Emenda nº1. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 19). O Senador Jorge Viana solicita a inclusão extrapauta do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2007, que foi aprovada e este é incluído. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta inciso IV ao § 3º do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, para permitir a divulgação, por parte da Fazenda Pública, dos beneficiários de renúncia de receita." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Favorável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a emenda nº 1 - CAE. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 20). O Senador Armando Monteiro solicita inclusão extrapauta do Projeto de Lei do Senado nº 573, de 2015, que foi aprovada e este é incluído. **ITEM 8 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 102, de 2013 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 3º do art. 1º da Resolução nº 13, de 25 de abril de 2012, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior." **Autoria:** Senador Sergio Souza. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela prejudicialidade da matéria. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Wellington Fagundes e Armando Monteiro. **Resultado:** O Presidente designa relator "ad hoc" o senador Rodrigues Palma. A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto. A matéria vai ao plenário, para as providências previstas no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 425, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer regras de anistia, remissão, transação e parcelamento dos créditos tributários." **Autoria:** CPI da Previdência (CPIPREV). **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 72, de 2013 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 3º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para permitir a contratação de operações de crédito destinadas ao financiamento de ações de promoção de eficiência energética." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a concessão de assistência financeira temporária aos artesãos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior, para estabelecer critérios qualitativos e regionais na oferta de financiamento estudantil para os cursos de graduação." **Autoria:** Senador Raimundo Lira. **Relatoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com as Emendas nº 1 e nº 2-CE. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei Ordinária 10.177, de 12 de janeiro de 2001." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do Substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, para extinguir os juros e as multas de mora nas execuções fiscais suspensas em razão da não localização de bens do devedor sobre os quais possa recair a penhora." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 30 de 2018** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 36 de 2018, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 125,000,000.00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Salvador, no Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Salvador Social (Brazil - Salvador Social Multi-Sector Service Delivery Project)"." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 30/2018 – CAE, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 31 de 2018** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 35 de 2018, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 70,000,000.00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Sorocaba, no Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do 'Programa Ambiental e de Otimização Viária de Sorocaba - Mobilidade Total'"." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 31/2018 – CAE, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 32 de 2018** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 37 de 2018, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 67,500,000.00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Salvador, no Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto Novo Mané Dendê'"." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 32/2018 – CAE, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 33 de 2018** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2017 – Complementar, que "altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

providências, para instituir reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE destinada aos Estados da Amazônia Legal que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas"." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 33/2018 – CAE, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 34 de 2018** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 188 de 2014 – Complementar, que "acrescenta inciso IV ao § 3º do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, para permitir a divulgação, por parte da Fazenda Pública, dos beneficiários de renúncia de receita"." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 34/2018 – CAE, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 573, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para considerar como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação e uniformes escolares." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após leitura do relatório, fez uso da palavra o Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 35 de 2018** que: "Com base no artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam convidados os Ministros de Estado de Minas e Energia e da Fazenda para que compareçam a esta Comissão, a fim de prestarem os devidos esclarecimentos acerca da política de reajuste de combustíveis adotada pelo Governo Federal." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Jorge Viana, Senador Paulo Rocha, Senador Armando Monteiro, Senador Wellington Fagundes e Senador Manoel Antônio Rodrigues Palma. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Jorge Viana, Vanessa Grazziotin e Armando Monteiro. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 35/2018 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2007 - Não Terminativo -** que: "Exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia." **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Substitutivo apresentado. Após leitura do relatório, fez uso da palavra o Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a emenda nº 1 - CAE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente. Usou da palavra o Senador Wellington Fagundes para apresentar seu Suplente Jorge Yanai. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata, mas vamos aguardar o quórum para isso.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 35, de 2018

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 70,000,000.00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Sorocaba, no Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa Ambiental e de Otimização Viária de Sorocaba - Mobilidade Total".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Tenho a satisfação de passar a palavra ao Relator, Senador Armando Monteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Eu queria cumprimentar o nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, e todos os presentes.

Sr. Presidente, a matéria que está submetida à apreciação do Senado é um pleito do Município de Sorocaba (SP), que visa obter autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF).

Os recursos dessa operação de crédito, como já foi referido por V. Exª, destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Ambiental e de Otimização Viária de Sorocaba – Mobilidade Total", que tem como objetivo geral "melhorar as condições de infraestrutura urbana, dando continuidade à ampliação e revitalização da rede viária, a otimização do transporte coletivo e, também, disponibilizando espaços para lazer, cultura e preservação ambiental".

A operação em tela encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (Bacen).

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros Libor semestral, acrescida de *spread*, a ser definido na data de assinatura do contrato, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 4,3% ao ano, flutuante com a variação da Libor, inferior ao custo máximo aceitável pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para essa modalidade de financiamento, que se situa em 6,31% ao ano.

Trata-se, portanto, de operação com custo bastante interessante, portanto, com custo baixo.

De imediato, passando já à análise, constata-se, Sr. Presidente – e esse registro é importante ser feito –, que a atual situação de endividamento do Município de Sorocaba (SP) comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 503 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (Copem), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de 22 de novembro de 2017, anexo à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de Sorocaba (SP) atende os limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, especialmente os referentes ao montante anual passível de contratação de operações de crédito; ao volume máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e o que se refere ao montante da dívida consolidada dos Municípios.

Fundamentada nos parâmetros utilizados para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entendeu que o Município de Sorocaba (SP) apresenta suficiência das contragarantias oferecidas, dispondo de capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Município...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em sua Nota SEI nº 1, os resultados financeiros obtidos na análise demonstram que o Município possui capacidade de pagamento "A-", suficiente para fazer frente aos encargos da dívida, considerados inclusive os da operação de crédito pleiteada.

Portanto, Sr. Presidente, o Município dispõe de uma situação fiscal sólida, com baixíssimo risco de crédito, o que significa que se trata de um bom exemplo de gestões responsáveis que permitiram que o Município tivesse hoje essa condição excepcional e que discrepa, por assim dizer, da média dos Municípios brasileiros e dos próprios entes subnacionais que raramente podem contar com uma situação fiscal tão sólida.

Então, é muito importante fazer esse registro, porque o Brasil precisa, mais do que nunca, de um padrão de gestão fiscal responsável.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Sorocaba (SP) não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Finalmente, ressalta-se, Sr. Presidente, o mérito da aplicação dos recursos que visa ampliar a infraestrutura urbana e de transporte do Município e implantar um parque com espaços públicos destinados ao lazer e conservação ambiental. Portanto, promove-se a qualidade de vida da população por meio de ações de melhoria da mobilidade urbana, do lazer e de apoio à sustentabilidade ambiental.

Passando ao voto, eu destacaria que o pleito encaminhado pelo Município de Sorocaba encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução que vai anexo,

Portanto, Sr. Presidente, era esse o nosso parecer, agradecendo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Armando Monteiro.

A matéria está em discussão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Para discutir, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Ataídes, para discuti-la.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu tenho dito aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos – Comissão de extrema importância, porque é aqui que discutimos a situação econômica e financeira do nosso País, e aqui a responsabilidade dos membros desta Comissão é muito grande – que sabemos que os Municípios e Estados hoje já ultrapassaram R$600 bilhões em dívidas.

Eu percebo, Sr. Presidente, com toda vênia aos meus colegas, que a solução do nosso País não é mais endividar os nossos Municípios, Estados, Distrito Federal e União. O nosso País hoje já ultrapassou R$5 trilhões em dívidas. Em 2003, o Brasil devia menos de R$1 trilhão; hoje, R$5 trilhões!

Como gestor e administrador, eu percebo que o caminho dos nossos Municípios e Estados, para sobrar dinheiro para fazerem os seus investimentos em infraestrutura, não é se endividarem ainda mais, mas sim equilibrarem as contas públicas, Sr. Presidente.

Os nossos gestores precisam ter consciência de que é necessário equilibrar as contas públicas do seu Município, do seu Estado. Não se pode gastar mais do que se arrecada. Esse é o grande lance. Se fizerem isso, vai sobrar dinheiro para investir, e não será preciso fazer novos empréstimos.

Outra coisa também é que nossos gestores, Brasil afora, têm de se debruçar sobre essa maldita corrupção. No meu Estado do Tocantins, mesmo prendendo todo mundo, a corrupção continua solta. Nós estamos agora num processo de eleição suplementar, e eu estou vendo milhões e milhões jogados ao ar, dinheiro do povo. Então, se os nossos Municípios, os nossos gestores, equilibrarem as contas públicas, baixarem essa corrupção, acabarem com essa corrupção, incentivarem o consumo, incentivarem a economia de seus Municípios, eu não tenho dúvida nenhuma de que desnecessário será contrair novas dívidas.

Ressalto, porém, que não sou contra dever. Eu sou empresário, e o empresário contrai dívidas, toma empréstimos junto a bancos para investir nos seus negócios. Isso é normal, mas, lamentavelmente, eu vejo que o problema do nosso País é muito grave, porque um dia alguém vai ter de pagar essa conta. Eu deixo agora mais US$70 milhões de dívida, agora eu deixo mais US$300 milhões de dívida: algum dia alguém vai ter de pagar essa dívida. Então, eu lamento muito.

Eu gostaria de pedir vista, mas, com toda vênia e respeito ao Relator, eu não pedirei vista, mas continuo dizendo que o problema do nosso País não será resolvido endividando-o mais. Isso é fato, e uma hora nós vamos chegar a essa conclusão.

Esta Comissão aqui, Sr. Presidente, é a que bate o carimbo e assina embaixo. Estou vendo aqui que há mais dois ou três Municípios pedindo dinheiro – um pedindo US$125 milhões; outro pedindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais US$67 milhões; Sorocaba agora pede US$70 milhões. Isso não me deixa feliz dentro desta Comissão, mas eu sou voto vencido.

Eu queria só deixar esse registro e dizer que não irei pedir vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, o senhor me concede...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pois não, concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de destacar que, no mundo real, é mais do que natural que os entes, sejam eles públicos ou empresas, valham-se de empréstimos para antecipar programas ou para garantir o atendimento de uma demanda que às vezes se coloca de forma mais emergencial. O importante é que não se possam transpor os chamados limites prudenciais. E, nesse caso, eu queria destacar que a relação de endividamento do Município de Sorocaba é baixíssima sob qualquer parâmetro.

Sabe V. Exª que a Lei de Responsabilidade Fiscal permite que se estabeleça uma relação entre a receita corrente líquida e o endividamento de até 200%. Ou seja, o estoque de dívida pode representar algo equivalente a duas vezes a receita corrente líquida. No caso de Sorocaba, o estoque da dívida preexistente é de apenas 12% da receita corrente líquida. Vou repetir: 12% da receita corrente líquida! Esse é, com base em qualquer parâmetro, um baixíssimo endividamento.

O Município tem hoje uma receita, Sr. Presidente, correspondente a quase R$3,2 bilhões por ano, e esse pleito, esse financiamento equivale a US$70 milhões. Portanto, é algo absolutamente razoável, Sr. Presidente.

Volto a dizer: Sorocaba se constitui num belo exemplo de que é possível, através de gestões fiscais responsáveis, produzir uma situação de equilíbrio. Portanto, seria absurdamente penalizador se fosse vedada a um Município que tem esse *rating*, essa *performance*, a possibilidade de acesso a financiamentos.

Era esse o meu registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para discutir a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, e Srs. Senadores, eu entendo a preocupação do Senador Ataídes Oliveira e comungo com ela quando ele se refere à corrupção sistêmica que grassa no nosso País. Todos nós, sem exceção, somos a favor de que se combata e se extinga – não é só combater, não! – a corrupção.

Mas, Senador Ataídes, a preocupação de V. Exª com o nível de endividamento dos entes federados é, realmente, necessária. Agora, nós não podemos fazer o que foi feito nos governos anteriores, do Partido dos Trabalhadores, que liberaram de forma irresponsável os financiamentos, ultrapassando os limites prudenciais, como o Senador Armando colocou, e, muito mais do que isso, Senador Armando, sem levar em consideração qualquer limite. Nós temos de fazer mea-culpa no Senado Federal, na CAE, porque os projetos passavam por aqui, todos eles com cláusula de excepcionalidade por parte do Ministério da Fazenda. Para que pudessem ser aprovados os empréstimos, havia cláusula de excepcionalidade, porque não cabiam em nenhum critério que desse as condições para aquele ente federado tomar financiamento.

Senador Ataídes, o meu Estado, o Pará, tem *rating* A há quatro anos. É o único Estado do Brasil que tem a condição de ter, ao longo dos últimos quatro anos, *rating* A, em face da gestão responsável do Governador Simão Jatene. E o nosso índice de endividamento, o do Pará, não alcança – o de Sorocaba é de 12% – 20% da sua receita corrente líquida. Os Estados e Municípios podem tomar financiamentos até duas vezes a receita corrente líquida, ou seja, 200%. Então, esses Estados e Municípios que estão com sua capacidade de endividamento em limites que estão aquém, que estão abaixo dos prudenciais, têm todo o direito de financiar o seu desenvolvimento. Agora, quero também dizer a V. Exª que a Secretaria do Tesouro Nacional, nessa gestão em que estava a Drª Ana Paula e a Drª Priscilla, está examinando os pedidos de financiamento com todo rigor. Se o ente federado não se enquadrar nas cláusulas e nos índices colocados pela Secretaria do Tesouro Nacional, não passa o financiamento, não há possibilidade de cláusula de excepcionalidade para que qualquer outro ente federado tome financiamento.

Então, a preocupação de V. Exª é corretíssima – é corretíssima! Não se pode se endividar para esbanjar; não se pode se endividar para deixar a corrupção levar os recursos pelo ralo. Isso não! Porque isso, sim, leva o País, os Estados e os Municípios à condição de insolvência.

Nós aqui, de minha parte, de sua parte, da parte de todos nós, fizemos várias observações, Senador Garibaldi Alves, quando aqui passavam empréstimos para Cuba, para a Venezuela, para a Bolívia, chamando a atenção para o fato de que esses recursos não voltariam para o Tesouro do Brasil. E é o que está acontecendo aqui. Quer dizer, aquilo que passou por aqui era morte anunciada. Não era questão de financiamento para desenvolver. Não! Era questão política. Era um plano do fórum nacional, do Foro de São Paulo para que fosse tomada a América do Sul pelo bolivariano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador Ataídes, eu tenho dois relatórios aqui, dois pedidos de empréstimo de que sou Relator para Salvador. Fique certo de que esses empréstimos estão sendo autorizados pela Secretaria porque o Município de Salvador se enquadra em todos os índices prudenciais de endividamento.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – V. Exª me permite a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu volto a ratificar, Sr. Presidente, que, como empresário que sou, sei da necessidade de contrair dívida para investir no seu negócio. Eu sou consciente disso.

Aquilo para que eu tenho chamado a atenção, Sr. Presidente, e não deixarei de chamar a atenção, é que, em qualquer Município desse, amigo Flexa, como o nosso Pará, tão bem administrado pelo amigo Jatene, eu não tenho dúvida de que, se equilibrarem as contas públicas dos nossos Municípios e trouxerem essa corrupção para próximo de zero, não será preciso fazer empréstimo para investimento, porque sobrará dinheiro para fazer os investimentos. É isso que eu quero colocar. E coloco isso com muita, mas muita consciência. "Ah, mas nós temos uma lei que permite que o Município ou o Estado possa se endividar em até 200% da sua receita corrente líquida." Nós não podemos. É uma lei que nós não deveríamos ter aprovado neste Congresso Nacional, porque alguém um dia vai ter que pagar essa conta. Como é que você ganha 6 bilhões por ano e pode dever 12 bilhões por ano? É o caso do Brasil. Em 2016, em 2015, nós pagamos R$501 bilhões da dívida pública do Governo geral. Ou seja, o Brasil, na verdade, se não aprovar a reforma da previdência social, está quebrado. Essa dívida hoje não dá para se pagar. É uma dívida de R$5 trilhões!

Então, eu só peço, Sr. Presidente, que esta Comissão tenha muita responsabilidade na liberação desses empréstimos, porque, liberou aqui, lá no plenário é um abraço. É aqui que se bate o carimbo.

Então, eu não tenho nada contra. E não pedirei, amigo Flexa, vista. V. Exª colocou que, lá no Pará, nós não temos mais do que 20% de endividamento sobre a receita corrente líquida, mas eu continuo nesta tese: equilibrar as contas e acabar com essa maldita corrupção.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Ataídes. Bom mesmo é que esse caso exemplar de Sorocaba servisse de exemplo e também se constituísse em uma regra, mas, infelizmente, é uma exceção, tanto o caso do...

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para que ele possa relatar o item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 36, de 2018

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 125,000,000.00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Salvador, no Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Salvador Social (Brazil - Salvador Social Multi-Sector Service Delivery Project).

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução que apresenta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – O primeiro foi aprovado?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem. Nós temos que aprovar o item 1.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não, porque nós não temos quórum.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ah, é?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Desculpe.

O quórum são 14 aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Está complicado, Presidente Garibaldi. A gente não consegue dar quórum nem para deliberar sobre projetos importantes aqui na CAE.

Só concluindo, Senador Garibaldi, com relação não à discussão, mas à troca de informações que fizemos anteriormente, Senador Ataídes, o Pará investe com recursos do Tesouro algo em torno de 1,5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilhão por ano; tem essa capacidade de investimento com recursos do Tesouro. Só que esse 1,5 bilhão é insuficiente para a necessidade de alavancar a economia do nosso Estado, que eu não tenho dúvida de que, nas próximas décadas, vai ocupar uma posição de destaque na economia do nosso País.

Vamos ao item 2, Presidente Senador Tasso Jereissati.

A Mensagem nº 36, de 2018, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Município de Salvador, na Bahia, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do, aspas, "Projeto Salvador Social" – fecho aspas.

O projeto tem como objetivo geral melhorar a provisão dos serviços sociais nas áreas de assistência social, educação e saúde. Constituem os objetivos setoriais o aumento da cobertura e a melhora da qualidade dos serviços de assistência social; a garantia da qualidade da educação infantil; a melhora da qualidade da educação fundamental e a ampliação do acesso e a organização da oferta de serviços de saúde.

No caso de Salvador, Senador Tasso Jereissati, Srªs e Srs. Senadores, todos nós sabemos da administração exemplar que realiza o Prefeito de Salvador, ACM Neto. Também serve de exemplo em nível nacional. E os pedidos de financiamentos que aqui serão relatados estão todos enquadrados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex) considerou o programa como passível de obtenção de financiamento externo, no valor de até US$250 milhões, em duas fases, das quais a primeira compreende o pleito em análise. A operação foi ainda credenciada no Banco Central.

A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora, bem como analisou as informações referentes ao mutuário: quer dizer, Município de Salvador. O órgão manifestou-se favoravelmente à operação e ao oferecimento da garantia da União, condicionada à verificação, pela Fazenda, antes da assinatura, do cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso, da adimplência do mutuário para com a União e da formalização do contrato de contragarantia.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não apresentou óbices à realização da operação, sujeitando-a às condicionalidades previstas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Análise.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, o Projeto Salvador Social contará com até US$125 milhões provenientes do Bird, acrescidos de contrapartida municipal mínima de igual montante. Os desembolsos são previstos para serem realizados entre 2018 e 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O custo efetivo da operação, flutuante conforme a variação da taxa Libor de seis meses para o dólar, mais a margem variável definida pelo banco em função do prazo médio de pagamento e do tipo de *spread*, está situado em 3,99% ao ano, que é inferior ao custo estimado das emissões da União na mesma moeda, o qual se situa em 5,56% ao ano, na data de referência de 4 de abril de 2018.

Ainda de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, o pleito atende às exigências das resoluções do Senado Federal e do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal. O programa está inserido no Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, e conta com dotações necessárias e suficientes para o exercício de 2018, quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte da contrapartida.

A Secretaria do Tesouro Nacional considera as garantias oferecidas pelo ente da Federação suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação de crédito.

A Secretaria do Tesouro Nacional expõe que a classificação final da capacidade de pagamento do Município de Salvador é "B", sendo, portanto, a operação de crédito pleiteada elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para a concessão de garantia da União. Essa nota da classificação final resulta da combinação da nota "A" obtida nos indicadores de endividamento e de liquidez com a nota "B" recebida no indicador de poupança corrente.

A Secretaria do Tesouro Nacional afirma que o Município de Salvador está adimplente com os financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas.

A STN também entende que a verificação da adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios deverá ocorrer no momento da assinatura do contrato de garantia. Ademais, atesta que a União possui margem para a concessão da garantia pleiteada.

A STN cita documentos que atestam a observância, pelo Município de Salvador, dos gastos mínimos com saúde e educação, do pleno exercício da competência tributária e dos limites das despesas com pessoal.

Enfim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, ressalvando-se apenas que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam verificadas as condicionalidades anteriormente expostas.

Quanto ao voto, ante o exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem nº 36, de 2018, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresentamos.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Flexa.

A matéria está em discussão.

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exª.

Quanto a essa mensagem do Governo para um empréstimo no valor de US$125 milhões para o Município de Salvador, que foi relatado aqui pelo Senador Flexa Ribeiro, de saída, eu quero afirmar que votarei a favor, como votei quanto ao empréstimo anterior para o BRT, que é uma obra que está para ser executada em Salvador com algumas dificuldades do projeto e também de uma reação quanto a qual eu ainda não tenho uma posição firmada, a respeito do corte de árvores e problemas ambientais dentro da capital do nosso Estado.

Mas eu queria dizer a V. Exª que essa facilidade com que o Governo Federal manda para a Comissão de Assuntos Econômicos empréstimos a Salvador é diretamente proporcional às dificuldades que o atual Governo impõe ao Governo do Estado da Bahia. E a Bahia tem um Governador que é o mais bem avaliado do Brasil, Governador Rui Costa, que está fazendo investimentos com recursos próprios de um montante bem alto e bem diferente de todos os Estados brasileiros. A Bahia hoje é o segundo Estado em investimento no Brasil, só perde para o Estado de São Paulo, porque não tem como ganhar de São Paulo com o direcionamento de recursos federais e também com o potencial que tem o Estado de São Paulo, que é a maior economia, o Estado que tem o maior PIB do Brasil.

Pois bem, nós tivemos uma dificuldade enorme para liberar os R$600 milhões do Banco do Brasil, o Governo não quis liberar. Tivemos que entrar na Justiça, e uma decisão judicial obrigou o Governo Temer a liberar os recursos do Banco do Brasil, de empréstimo do Banco do Brasil para saúde, educação e infraestrutura – por decisão judicial.

Pois bem, nós temos o outro pedido para a Bahia. A Bahia tem total capacidade pela condição fiscal que Estado apresenta, não é de hoje. Desde a redemocratização, todos os governadores da Bahia foram responsáveis na questão fiscal, o ajuste sempre foi mantido por todos, como no Estado do Ceará. V. Exª foi quem começou, no Estado do Ceará, a organizar as finanças do Estado. Na Bahia é a mesma coisa.

Eu já estive na presença da Drª Priscilla Santana, que é da Secretaria do Tesouro Nacional; já estive antes com o ex-Ministro da Fazenda Henrique Meirelles, cuja gestão, na minha opinião, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resolveu absolutamente os problemas do Brasil. Eu considero que ele falhou completamente na sua gestão como Ministro da Fazenda, em todos os pontos, absolutamente em todos os pontos. Estão aí o desemprego e as dificuldades que o Brasil atravessa; os recursos não circulam, as obras estão inacabadas. São 1.615 obras de grande porte no Brasil inacabadas. Então, falhou em tudo.

Eu estive com a Priscilla Santana, por duas ou três vezes, na companhia da Senadora Lídice da Mata. Estivemos com Henrique Meirelles, por duas vezes, para que ele pudesse encaminhar para cá o empréstimo solicitado pelo Governo do Estado da Bahia, do Banco Europeu de Investimento, de 200 milhões de euros. Nunca foi encaminhado para cá. Essa é a face, a máscara de um Governo que marca os seus aliados – e está marcando 15 milhões de baianos –, que discrimina os governos que não apoiaram a sua permanência no Palácio do Planalto. E não tinha como apoiar um Presidente da República que vai passar para a história como aquele que mais teve falhas morais, inclusive falhas morais da maioria dos seus principais aliados. E não preciso nem nominar, porque se eu for nominar esqueço, a quantidade dos palacianos que gravitavam em torno dele que estão presos ou estão em casa com tornozeleiras. É o Governo que mais teve falhas morais.

Lá atrás, Presidente, no *impeachment* da Presidente Dilma, eu fui para a tribuna, por três vezes, e disse aqui no Senado que não havia a menor chance de melhorar, que ia piorar bastante. E aqueles que chegaram lá e fizeram o trabalho malfeito de tirar a Presidente Dilma estão pagando hoje um preço alto, mas quem está pagando o grande preço alto hoje é o povo brasileiro, em todas as áreas, sobretudo na área social. Já foram retiradas 360 famílias do Bolsa Família, do programa Benefício de Prestação Continuada. As obras todas paradas, inacabadas, é um Governo moribundo. Mas ele deveria pelo menos ter a altivez de dizer: "Eu vou passar o empréstimo para Salvador", porque o prefeito é do Democratas, o Partido que o sustentou, talvez o que o tenha mais sustentado.

Aliás, saiu uma pesquisa. V. Exª, em quem eu confio muito, dos tucanos todos, seria o único em que talvez, dos filiados ao PSDB, que se fosse candidato à Presidência, eu votaria. Porque foi um grande Governador, é um Senador honrado, digno, tem uma visão de Brasil muito grande, mas infelizmente não está querendo nem ser Governador do Ceará, muito menos quer botar a candidatura para Presidente da República.

Então, eu queria dizer que, aliás, o partido que mais sustentou Temer foi o Partido de V. Exª: 83% de todas as matérias os Deputados e Senadores votaram. Foram 83%! Ganhou dos Democratas, com 81%, e ganhou do PMDB do Senador Garibaldi, com 79%. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu sei que V. Exª não concorda com isso e teve grande dificuldade para engolir o sapo com as pernas, o golfo da lagoa, a lama e até a lagoa toda. Mas engoliu; teve de engolir. Não teve jeito!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o que eu queria é que o Presidente da República mandasse para cá o empréstimo que o Governador da Bahia pediu, de 200 milhões de euros, para o nosso Estado e que está lá trancado.

Então, é um Governo que discrimina e que desrespeita a autonomia dos governadores.

Eu vou votar favoravelmente a esse empréstimo, mas tinha que registrar aqui essa minha indignação com a forma pela qual o Governo trata os seus aliados, quando deveria tratar todos de igual modo, porque todos são brasileiros – e o Brasil nasceu na Bahia. Então, o meu Estado tem que ser respeitado, até porque todos os baianos respeitam muito todos os outros Estados brasileiros e todos aqueles que neles moram.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Otto, obrigado pelas palavras.

Eu queria dizer que essa discriminação não é só com a Bahia; essa discriminação é com outros partidos, inclusive com aqueles que votaram com o Governo, e também com o Estado do Ceará, por exemplo.

Senadora Lídice...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Até com o Estado do Ceará, mesmo com o Presidente Eunício levando, todas as semanas, uma carreta de dólares para investir lá?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Só ele e mais ninguém.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Só ele e mais ninguém.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª me perdoe, mas isso V. Exª não falou. Não falou o que está acontecendo no Ceará.

Eu acompanho pelo Instagram o Senador Eunício Oliveira. Ele está levando carretas de dólares para o Ceará. Não satisfeito, agora é aquele bitrem enorme, para investir lá com o Governador Camilo, que é do PT.

A aliança entre PMDB e PT lá está bem articulada. Não é o caso da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores desta Comissão, está em pauta o item 2 e, depois virá o item 3, ambos sob a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatoria do honrado Senador Flexa Ribeiro, que autorizam a contratação de operação de crédito externo para a cidade de Salvador.

O Senador Otto Alencar já disse – e eu o reafirmo: a Bancada da Bahia jamais votaria contra o Município de Salvador, a nossa capital, especialmente eu, até porque sou, do ponto de vista dos princípios democráticos, totalmente contrária a qualquer tipo de perseguição. Já sofri muito essa perseguição e sei o quão ilegítima e antidemocrática ela é.

Então, jamais votaríamos contra os empréstimos solicitados pela Prefeitura de Salvador, mas queremos tratamento igualitário para o Governo do Estado da Bahia, um Governo que tem se destacado nacionalmente pelo bom uso dos recursos públicos, que tem se destacado nacionalmente pela boa gestão que faz do nosso Estado e pela capacidade de investimento público. Nós, hoje, só perdemos, em termos de investimentos públicos, para o Estado mais rico do País. Contudo, relativamente, devemos estar em primeiro lugar, já que São Paulo tem muito mais recursos do que o Estado da Bahia.

Na saúde, então, nós somos hoje o primeiro lugar em investimento e equipamento de saúde no Brasil.

Então, o nosso Governo, além de demonstrar a sua responsabilidade fiscal – a Bahia não é um Estado endividado e nem está acima da sua capacidade de endividamento –, tem mantido uma boa capacidade de investimento na infraestrutura do nosso Estado e especialmente na infraestrutura de saúde, de educação e de segurança pública.

Não é possível conviver com dois pesos e duas medidas. O Senador Otto Alencar falou que nós, na Bahia, só conseguimos viabilizar os recursos autorizados por este Senado de R$600 milhões, no Banco do Brasil, que foi compromisso do Presidente da República com todos os Estados do Norte e Nordeste, que votaram numa proposta de renegociação da dívida dos Estados, sem que houvesse nenhum benefício aos Estados do Nordeste, com exceção de Alagoas... Porque o Nordeste, apesar de ser tão criticado pelos Estados mais ricos do Brasil, que, às vezes, nos tratam como uma região atrasada, tem uma gestão administrativo-financeira muito mais eficiente. Os nossos Estados não estão endividados. São Paulo era o primeiro no endividamento público no Brasil. O Rio Grande do Sul vive o caos fiscal. Sobre o Rio de Janeiro, não se pode nem comentar. Minas Gerais também tem alto endividamento.

No entanto, se pegarmos os dados do endividamento, a que todos têm acesso, dos Estados do Nordeste, a situação é muito diferente, com exceção de Alagoas, que já tinha uma dívida histórica de muitos e muitos anos.

Portanto, ao negociarmos aqui a votação da renegociação da dívida dos Estados, o Presidente da República assumiu um compromisso com os Estados do Nordeste de abrir um crédito para cada um desses Estados no Banco do Brasil. Chegou-se ao ponto de, nessa disputa, nessa luta que nós empreendemos aqui no Senado junto ao Banco do Brasil, junto aos representantes do Governo, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente do Banco do Brasil ir à Bahia para assinar, finalmente, o contrato com o Governador. Ainda assim, o DEM, na Bahia, conseguia impedir que os recursos fossem liberados. Finalmente, pela Justiça, nós conseguimos que o acordo fosse garantido.

Agora, falta a outra parte do acordo, que é justamente a parte que nós tínhamos de compromisso com o Banco Mundial, e é preciso que o Governo a libere também.

Nós não vamos penalizar Salvador e nem o seu gestor, que trabalhou contra a Bahia, a sua Bancada contra a Bahia para prejudicar o Governo do Estado – aliás, parece que há um resquício de DNA nessa postura. Não vamos ter essa mesma conduta, porque nós amamos, de fato, o povo da Bahia. Nós amamos, de fato, o povo de Salvador, que não merece nenhum tipo de retaliação, muito pelo contrário: merece atenção do Governo Federal, merece um especial carinho do Governo Federal como a primeira capital do Brasil. Salvador é uma cidade pesquisada nos destinos turísticos do Brasil e considerada uma das mais queridas no coração de todo o povo brasileiro e, portanto, merece o empenho de todos nós. Digo isso apesar de discordar muitas vezes do uso dos recursos apresentados pelo Governo municipal, como é o caso agora do BRT: numa direção paralela ao metrô, passando por uma avenida bastante embelezada da cidade e que, do ponto de vista do desenvolvimento do serviço de transporte de massa na cidade, não representa um acréscimo necessário ao sistema de transporte que está sendo viabilizado na cidade de Salvador. Aliás, parece mais uma irritação com o sucesso do metrô de Salvador do que uma preocupação em dotar a cidade de um mecanismo, de um sistema de transporte que concorra para a melhoria da qualidade de vida do nosso povo. É uma obra cara, de 800 milhões, que está sendo muito debatida e vista por muitos setores da cidade, diria pela maioria da população, como uma obra não necessária. Ainda assim, nós vamos votar nesta e na próxima matéria.

O Governo Temer, eu também concordo com o Senador Otto... Eu quero dizer e já disse a V. Exª que V. Exª ficaria pouco na direção do PSDB, porque V. Exª defendeu a saída do PSDB do Governo. E mais do que isso: jamais seria escolhido como presidente pelo PSDB. É que o PSDB tem dificuldade com o Nordeste, e V. Exª é um Senador do Nordeste brasileiro. Na verdade, dizem que o Governo é do PMDB, mas eu tenho a sensação de que é apenas uma capa, de que na verdade o comando da economia e da política está na mão do PSDB, haja vista a adesão do PSDB às teses do DEM, às teses econômicas e políticas do atual Governo aqui no Congresso Nacional – certamente sem seu aplauso, já que V. Exª há muito defende a saída desse Governo.

Esse Governo continua com uma política extremamente perversa contra o povo brasileiro. Neste fim de semana nós vimos manifestações em todos os Estados contra o aumento do diesel, feitas pelos caminhoneiros, pelos grandes transportadores. Aliás, o Governo só para para ouvir os grandes transportadores. Vamos dizer a verdade: o povo brasileiro está se pronunciando há semanas, e eles estão se lixando. A gasolina está batendo, em alguns Estados, como é o caso de Brasília, em R$5, e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me venham com essa conversa de que a Petrobras estava falindo porque a tarifa da gasolina estava baixa, não me venham com essa balela, porque nós podemos debater esse assunto.

Acima de tudo, é um Governo que está às vésperas de sair, às vésperas, por um processo natural. O mandato conquistado de forma abrupta, violenta...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – De sai não, de ser sepultado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – De ser sepultado, como disse muito bem o Senador Otto Alencar.

Mas, para tanto, ainda nos seus últimos minutos de governo, tenta continuar fazendo mal ao povo brasileiro. Não tem mais legitimidade! Se não tinha legitimidade antes, agora mais ainda! Nós estamos às vésperas de um processo eleitoral. Nenhum governo que se respeita e que tem algum fundamento democrático, alguma legitimidade democrática, toma as posições que esse Governo está pretendendo tomar, antes de uma nova pactuação do povo brasileiro com o seu governante, com o seu futuro governante. No entanto, permanece o Governo Temer nesta batida descontrolada de entrega do patrimônio nacional! É a Eletrobras, é a Petrobras, é medida provisória que vem sempre no sentido da entrega do patrimônio público! E eles permanecem como se nada estivessem fazendo de muito grave! É muito grave tudo que está acontecendo no Brasil!

E o Sr. Meirelles ainda se anuncia agora como candidato a Presidente do Brasil!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Certamente, certamente!

Ele ainda se apresenta como candidato a Presidente do Brasil! Pensem bem nisso! É candidato a Presidente do Brasil! É, realmente, algo de estarrecer! É de estarrecer!

Vou finalizar, Sr. Presidente.

Eu não me preocupo com a candidatura dele, porque sei que ela tem pernas curtíssimas na opinião pública. A opinião pública, aliás, tem se pronunciado sem deixar dúvidas sobre o que pensa sobre esses governos. Eles pensam que basta um acordo entre as elites para eleger um Presidente, e não é assim. O povo, nessa história, tem o mínimo direito, que é o direito do voto, e vai dar uma resposta, no voto, a todos eles.

Ainda assim, por tudo isso, nós vamos votar nesse crédito para Salvador, para a Bahia, porque queremos o melhor para aquela que é a cidade mãe do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu, na realidade, quero me manifestar aqui até por pedido do nosso Governador Rui Costa, do PT. Sei que ele tem bons representantes nesta Comissão, o Senador Otto e a Senadora Lídice, mas ele me pediu que eu viesse aqui fazer um pronunciamento, em nome do Partido, de apoio à liberação desses empréstimos.

Eu não posso deixar de registrar aqui, como os dois Senadores, qual foi a ação do Prefeito de Salvador, no ano passado, que, mesmo depois de esta Casa ter aprovado o empréstimo para o Governo do Estado da Bahia, articulou politicamente para que esse empréstimo não saísse. O Governador Rui Costa conseguiu liberá-lo apenas na Justiça, ou seja, o povo da Bahia é que foi prejudicado com a demora na liberação dos recursos.

Mas o Governador Rui Costa, assim como se pronunciaram os Senadores Otto Alencar e Lídice da Mata, preza muito o povo da Bahia, o povo de Salvador. Então, pediu para que o PT... E venho aqui para, em nome do Partido dos Trabalhadores e nome da nossa Liderança, dar nosso voto favorável a essa operação de crédito para a cidade de Salvador, em nome do povo da Bahia.

Também não posso deixar de registrar aqui a situação dramática da economia do País. Afinal, estamos na Comissão de Assuntos Econômicos.

Fico me perguntando todos os dias, Senador Tasso Jereissati: por que tiraram a Dilma? Por que fizeram o golpe no Brasil? Foi para entregar isso que nós estamos vendo: a gasolina está a R$5. Eu lembro que, quando a Dilma estava no Governo, a gasolina custava R$2,60, e as pessoas, aqui dentro, diziam que era uma gasolina cara. Ela está a R$5! Foram 11 aumentos em 17 dias! Repito: foram 11 aumentos em 17 dias! O botijão de gás de cozinha está R$80. É uma vergonha ver os fornecedores de gás de cozinha e os postos de gasolina colocando placa de que estão fazendo financiamento para gasolina e para gás de cozinha. Na época dos nossos governos, as pessoas financiavam, sim. Financiavam casa, eletrodomésticos, carro, mas jamais gasolina, jamais gás de cozinha. Lembro que, na época do governo Lula, esse que eles prenderam, o Presidente mais popular da história do Brasil, o gás de cozinha estava a R$12. As pessoas não precisavam escolher entre comprar comida e comprar gás. É uma vergonha o que está acontecendo no Brasil. Têm que escolher. Sabem como as pessoas estão cozinhando? Com lenha, com fogareiro a álcool. Tem aumentado o número de queimados no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É este o País? Deram o golpe para isso? Tiraram a Dilma e prenderam o Lula para isso?

São 13 milhões de desempregados. No nosso governo, nós demos 20 milhões de empregos formais. Tinha renda. As pessoas comiam com decência. No final de semana, faziam um churrasquinho, como diz o Lula. E agora? O que as pessoas estão fazendo? Têm que ir ao supermercado escolher o que comprar.

E os empregos gerados com essa reforma trabalhista que fizeram, aprovada pela maioria desta Casa? Empregos precários. Precários! Os 5% mais pobres da população perderam 50% da renda. É esse o País?

Nós voltamos àquele País em que só cabiam no orçamento público e no Estado 35% das pessoas. Não é para isso que a gente faz política. Vamos ficar olhando a desgraça do povo?

Eu acho que quem compactuou com tudo isso que está aí tem muita responsabilidade, Senadora Lídice. E esse Governo de quinta categoria que está aí tinha que dar uma resposta ao País. Não disse que ia consertar o Brasil?

Lembro que tiraram a Dilma e muitos diziam: "Tem bagunça no orçamento, as contas públicas estão desorganizadas, a dívida pública estourou." Sabem de quanto era a dívida pública quando o Lula assumiu, em 2003, líquida? De 60% do PIB. Sabem em quanto estava quando a Dilma saiu? Em 39%. Sabem em quanto está agora? Em 50%. Quem é que está estourando as contas públicas aqui?

Fizeram uma emenda constitucional que nós avisamos nesta Casa: não votem, não votem, porque vocês vão prejudicar os mais pobres. Hoje as prefeituras não têm dinheiro para saúde, não têm dinheiro para assistência social, não têm dinheiro para educação. As nossas universidades estão sucateadas, não têm sequer recurso para manutenção, para pagar conta de água e luz. Isso é uma vergonha!

Que tipo de país é esse? Pergunto: é para isso que deram o golpe? Um milhão e meio de pessoas a mais abaixo da linha da pobreza. Foi para isso? Foi para isso que votaram o *impeachment*? É para isso que o Lula está preso?

Aí não sabem, quando vem uma pesquisa, por que o Lula está na frente. E tem o dobro do segundo colocado – o dobro do segundo colocado! Está há quase 40 dias preso, e a pesquisa traz o Lula na frente. E as pessoas não entendem. Sabem o que é isso? É memória.

Pela primeira vez no País, em 500 anos de história, o pobre soube o que era comer três vezes ao dia, o pobre soube o que era ir ao supermercado e poder comprar carne para assar seu churrasco no final de semana, o pobre soube que podia andar de avião, o pobre soube que podia botar filho na universidade. E agora o pobre não quer mais o Estado de elite, em que cabem só 35% das pessoas, os ricos. Não quer! O pobre quer o Estado que dê a ele também, porque é desse Estado que nós precisamos. E ele é possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, mente o Michel Temer, mentem os partidos que o apoiam quando dizem que não é possível fazer um Estado para a maioria do povo brasileiro. É possível sim. E a eleição está aí. Só prenderam o Lula porque, se o Lula estiver solto, ele ganha essas eleições. E aí não podem ter o Lula disputando, porque tem que ganhar alguém da direita, tem que ganhar alguém que fez o golpe para legitimar isso que está aí.

É uma vergonha o que está acontecendo no Brasil. E nós aqui no Congresso Nacional devíamos centrar foco para discutir esses problemas, o problema da realidade do povo, que não está tendo o que comer. O Brasil voltou ao Mapa da Fome. Vergonhoso! E muitos aqui têm a responsabilidade objetiva e teriam que fazer uma autocrítica, sim. E nós teríamos que começar a revogar essa Emenda Constitucional 95 e revogar a reforma trabalhista. É uma vergonha! O Brasil está passando vergonha no exterior, além de a nossa democracia estar ferida de morte.

Eu espero, sinceramente, que nós possamos ter, em 2018, eleições livres e democráticas e que o Lula possa disputar as eleições. Quem quiser derrotá-lo que o derrote nas urnas, olhando para o povo e dizendo o que promete a esse povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Senadora Vanessa.

Eu só queria lembrar a V. Exª que, no meu Estado, o PT é o maior aliado a esse Governo DEM. Só queria fazer...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O PT não é aliado do Governo Temer, não.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – No meu Estado, sim.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O PT não é aliado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – No meu Estado, sim.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não é aliado. O PT, não. O Governador pode responder por ele; pelo PT, não.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Governador é do PT.

Senadora Vanessa, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só pedir – não vou entrar aqui em discussão; só fiz uma lembrança –, como nós estamos já às 11h10 e não votamos nenhum item da pauta ainda, que as manifestações sejam as mais breves e se atenham, no que for possível, às questões da pauta para que possamos dar andamento à nossa pauta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Perfeito, Sr. Presidente. Eu chego a esta Comissão agora porque estava aqui, ao lado, na Comissão de Infraestrutura na sabatina do novo indicado para a Agência Nacional de Transportes Terrestres. Por isso a minha chegada foi só agora.

Mas, chegando aqui, eu não podia deixar de me manifestar em apoio à Bancada da Bahia. Nós estamos aqui votando uma importante matéria, um importante projeto para a Bancada da Bahia, afinal de contas, são duas mensagens, duas operações de crédito que vão favorecer a cidade de Salvador e, portanto, sem dúvida nenhuma, o próprio Estado da Bahia.

E eu aqui quero fazer um registro: a cidade de Salvador é dirigida por alguém que certamente não conta com o apoio – por "alguém" eu me refiro ao prefeito – apoio político partidário dos nobres Senadores que aqui estão, Senadora Lídice e Senador Otto, mas ambos aqui estão para defender a cidade de Salvador. Porque nós não podemos confundir as coisas. V. Exª mesmo foi testemunha de quantas vezes, nesta mesma Comissão, analisamos projetos, analisamos mensagens de autorização de operação de crédito para a cidade de Manaus, cujo prefeito também é meu adversário há algum tempo, e nós estávamos aqui todos unidos apoiando. Então, apenas quero registrar essa atitude nobre dos nobres Parlamentares. E, de nossa parte, não deve merecer outra manifestação que não seja do mais irrestrito apoio.

Presidente, estando nós aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, eu fui abordada, na vinda aqui para a Comissão, por uma repórter da TV Senado, cujo questionamento que me fez foi exatamente quanto à medida provisória que acaba de ser assinada pelo Presidente. No dia de ontem, 21 de maio, por Michel Temer – não é o Presidente do povo brasileiro, porque o povo brasileiro não o elegeu –, houve a assinatura de mais uma medida provisória: Medida Provisória 830, de 21 de maio de 2018. Ela acaba com o Fundo Soberano, ou seja, com a economia que o Brasil fez com muita dificuldade durante esses últimos anos. Repito: com muita dificuldade nestes últimos anos. Simplesmente acaba!

Agora, veja, ele acaba com o Fundo Soberano, Senadora Lídice, através de uma medida provisória. Aliás, é um Governo que só governa com medida provisória. Seria inimaginável, em tempos normais de democracia, pensar que nós teríamos uma reforma do ensino médio sendo feita por medida provisória, que nós teríamos uma reforma trabalhista sendo feita por medida provisória. O Brasil todo está quase parado, pela falta de emprego da população, por um lado, e, por outro lado, porque os caminhoneiros estão parando as estradas, reclamando dessa política de aumento absurdo do preço dos combustíveis! Veja! Então, o Brasil está parado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vem o Presidente da República e assina uma nova medida provisória que acaba com o Fundo Soberano. E qual é o objetivo? O objetivo é investir na construção civil para gerar emprego, para trazer patrimônio? O objetivo é capitalizar empresas públicas importantes? Não! O objetivo é pagar dívida, é acenar mais uma vez para os rentistas! E a dívida aumentou, só no ano passado, em quase meio trilhão de reais! E ele ainda fica, com a cara de pau, dizendo: "Não, estou colocando o Brasil nos eixos, porque, antigamente, a palavra de ordem que mais se falava era 'desemprego' e agora é 'emprego'." Não sei emprego de quem, talvez dos que ele mantém no Palácio do Planalto e que já deveria ter demitido há muito tempo. Mas o povo brasileiro, esse não tem emprego. É um absurdo!

Na minha cidade de Manaus, Senador Tasso, desde ontem, segunda-feira, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, há uma fila quilométrica. São mais de três mil pessoas, trabalhadores, homens, na fila, que atenderam a um chamado de emprego temporário. São 308 vagas para pedreiro e para ajudante de pedreiro. São vagas temporárias, para eles receberem um salário mínimo no final do mês. Veja que é um povo honesto que está na fila, buscando aquelas 308 vagas. A estimativa é a de que mais de 30 mil pessoas deverão se inscrever atrás de 300 vagas.

Então, Senador, eu falo isso mesmo também porque estou entrando com um requerimento. Eu tenho ouvido e lido pelos jornais que o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara estão formando uma comissão de Parlamentares para discutir o preço dos combustíveis. Nós temos de trazer essa discussão para cá! E nós temos de trazer para esta Comissão o Ministro de Minas e Energia e o Ministro da Fazenda, para discutirem que política é essa que estão aplicando no nosso Brasil! Não é só a política de destruição do nosso patrimônio, mas é também a de destruição do trabalhador e da trabalhadora!

Então, Senador Tasso, faço essa minha breve intervenção, cumprimentando a Bahia, mas também já encaminhando antecipadamente esse pedido a V. Exª, para que possamos, com o apoio de todos os pares, votar o requerimento ainda hoje e travar o grande debate de economia que precisa ser travado no Brasil, a partir desta Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Presidente, eu me inscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Cardeal Requião, V. Exª não tem jeito nem sotaque de baiano.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – A família é baiana.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A família é baiana?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – A família é baiana. O avô dele é baiano também.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Mas não é por ser Requião da Bahia que vou votar favoravelmente. Eu ouvi, com atenção, do meu gabinete, o voto da Senadora Lídice da Mata e vou acompanhar o voto do Senador Otto Alencar e da Senadora Lídice da Mata. Vou votar favoravelmente, assim como votarei favoravelmente também ao pleito de Sorocaba.

Nós estamos numa situação muito ruim no Brasil e precisamos, acima de tudo, de investimento que mobilize a economia. Não tenho uma grande preocupação de que seja investimento deficitário ou não, desde que o dinheiro seja bem aplicado e possa ajudar a volta do círculo virtuoso do desenvolvimento.

Os meus votos serão favoráveis. E o da Bahia é suportado pelo Otto e pela Lídice da Mata com todas as críticas que a Lídice fez e que eu endosso.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Presidente, acho que nós temos quórum para votação. Poderia abrir a votação desses dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com certeza!

Fica encerrada a votação com esse aparte suave do Senador Requião, surpreendentemente suave.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Do Cardeal!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Do Cardeal Requião.

Colocamos em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

Vamos, então, ao item 1, que já foi discutido e que trata de operação de empréstimo para a Prefeitura de Sorocaba. Já foi lido e já foi discutido.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

Item 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu pediria urgência para os dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Otto Alencar pede urgência.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Os dois projetos, portanto, vão, em caráter de urgência, ao Plenário, atendendo ao pedido do Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) –

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 37, DE 2018

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$67,500,000.00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Salvador, no Estado da Bahia, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto Novo Mané Dendê".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução que apresenta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Tasso, pela ordem, eu pediria a V. Exª que pudéssemos votar o item 2 da pauta, que foi relatado...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Já se votou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Já foi votado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O item 2 também já foi votado? Então, peço urgência para o item 2.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Também já foi pedida urgência.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Já foi pedida urgência.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ele estava sonhando com Belém do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não é isso. Nós votamos dois empréstimos: um para Sorocaba e um para Salvador. Aprovamos os dois?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Isso!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Então, pronto! Vamos ao item 3.

O Presidente da República submete à apreciação do Senado a Mensagem nº 37, de 2018, que dispõe sobre o pleito do Município de Salvador, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto Novo Mané Dendê", que se refere à execução de programa de saneamento ambiental e de urbanização da Bacia do Rio Mané Dendê.

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil, estando suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF).

O financiamento será contratado com taxa de juros baseada na LIBOR trimestral, acrescida de margem variável a ser definida pelo BID. De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o seu custo efetivo médio será de 4,15% ao ano, flutuante conforme a variação da LIBOR, tendo a Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (Codip) da STN manifestado-se favoravelmente quanto a esse aspecto.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o Parecer da STN, o Município de Salvador (BA) atende os limites e condições definidas, inexistindo óbices à contratação da operação de crédito externo pretendida.

Em particular, a operação enquadra-se nos limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual de operações de crédito passível de contratação, do comprometimento máximo da Receita Corrente Líquida (RCL) com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada líquida do Município.

A operação de crédito deverá ser contratada com garantia da União.

A STN entendeu que o Município de Salvador (BA) apresenta suficiência de contragarantias oferecidas e apresenta capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Ainda nesse contexto, é prevista a formalização de contrato entre o Município de Salvador (BA) e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 156, 158 e 159, nos termos do art. 167, §4º, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

De acordo com a STN, o Município de Salvador (BA) possui capacidade de pagamento B, sendo, assim, elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para fins de concessão de garantia da União.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado que o Município de Salvador (BA) se encontra adimplente com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos e às garantias honradas.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Município de Salvador (BA) para contratar a operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Flexa.

A matéria está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, de igual forma ao item 2, que já foi aprovado, com um pedido nosso de urgência, esse projeto também vai para benefício da capital do nosso Estado, Salvador. É um projeto importante, de saneamento básico e de investimentos que serão de grande valia para a população dessa região.

Encaminhamos favoravelmente a esse projeto também, mostrando o nosso compromisso e o compromisso da Senadora Lídice com a capital.

Quero agradecer também ao Senador Requião, que está votando por Salvador também e que tem raízes na Bahia; à Senadora Gleisi Hoffmann; à Senadora Vanessa Grazziotin e a todos os Senadores que estão aqui e estão aprovando este projeto.

Esse é o nosso sentimento democrático de procurar ajudar a nossa capital sem nenhum tipo de posição política, ideológica ou doutrinária, mas em benefício da população da nossa capital, que, realmente, precisa desses investimentos para a melhoria das suas condições de vida.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Otto.

Não havendo mais quem queira discutir, fica encerrada a discussão.

Coloco em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O projeto foi aprovado, o relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Peço a V. Exª para a matéria tramitar em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Otto requer o regime de urgência.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

A matéria vai ao Plenário em regime de urgência.

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, DE 2013

- Não terminativo -

Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 2014

- Não terminativo -

Dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros.

Autoria: CPI da Espionagem (CPIDAESP)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2014

- Não terminativo -

Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 330 de 2013, nos termos do substitutivo apresentado, com acatamento total ou parcial das Subemendas nºs 3, 4, 5,6, 8, 9, 11, 12 e 14 à Emenda nº 31-CCT-CMA; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 131 e 181 de 2014.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao PLS 130/2013, nos termos da Emenda nº 31-CCT (substitutivo), e pela prejudicialidade dos PLS 131 e 181/2014.

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao PLS 330/2013, nos termos da Emenda nº 31-CCT-CMA (substitutivo), e pela prejudicialidade dos PLS 131 e 181/2014.

3. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

4. Foram apresentadas as Subemendas nºs 1 a 14 à Emenda nº 31-CCT-CMA, de autoria dos Senadores Marta Suplicy, José Medeiros, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho.

5. Foi apresentada a Emenda nº 32, de autoria da Senadora Marta Suplicy.

6. Em 8/5/2018, foi concedida vista coletiva da matéria.

Esse relatório já foi lido, foi discutido e dele foi concedida vista coletiva na reunião anterior.

Aliás, na verdade, não foi encerrada a discussão.

Assim, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Senadora Lídice, V. Exª deseja discutir a matéria?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu apresentei pedido de vistas na reunião anterior e recebi, inclusive, algumas sugestões de modificação.

Tínhamos a expectativa de que nós pudéssemos dar continuidade a essa discussão. Contudo, estamos com uma reunião...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Não! A discussão fora daqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma reunião com diversas entidades, hoje, às 14h, com vistas a formular propostas para o Relator. No entanto, na vinda do projeto novamente à votação aqui na CAE, hoje, não sendo um projeto terminativo, eu não poderei votar com o projeto, já que pretendo apresentar algumas emendas com base nessa discussão com as entidades.

Infelizmente, essas entidades não tinham a possibilidade de vir a Brasília ou de estar aqui hoje ainda pela manhã. E eu, de minha parte, não tinha a possibilidade de estar aqui ontem. Dessa maneira, vou aguardar a reunião que faremos hoje à tarde para apresentar essas propostas.

Se a Comissão considerar que deve votar e aprovar, como não se trata de um projeto terminativo, espero ter a oportunidade de fazer novamente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Ao longo dessas duas semanas, nós recebemos um conjunto de emendas, a partir do momento em que, inclusive, apresentamos o nosso parecer. Algumas dessas emendas trazem no seu conteúdo, no seu núcleo, contribuições importantes, e eu próprio me comprometi a, hoje à tarde, receber um conjunto de entidades que querem trazer manifestações, considerando a delicadeza, a complexidade e a sensibilidade de uma matéria dessa natureza.

Então, considerando a necessidade para que mais contribuições possam chegar até a Comissão e para que a minha querida e estimada Senadora Lídice da Mata possa ter tempo de receber essas contribuições, eu vou esperar mais um pouco para apresentar o meu parecer. Uma semana a mais, uma semana a menos não trará qualquer prejuízo a este debate, que é um debate muito importante. As contribuições não apenas da Senadora Lídice da Mata, como também do resto do conjunto das Srªs e Srs. Senadores são muito bem-vindas.

Eu também, Senadora Lídice, hoje, às 15h, terei uma reunião com um conjunto de entidades que manifestaram interesse no assunto.

Portanto, estou pedindo mais uma semana de prazo para que eu possa apresentar o meu parecer, considerando a perspectiva de novas e importantes contribuições.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu agradeço, Sr. Presidente, a decisão do Senador Ferraço, que, pelo que sei, também tem uma reunião com entidades. Ele falou há pouco, e eu tinha sabido que haveria também essa reunião. Por isso, eu me surpreendi quando vi que a matéria estava em pauta, porque, pela organização das reuniões, parecia-me que o Senador já teria pedido a retirada de pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como isso foi feito agora, eu agradeço novamente ao Senador. À tarde, estarei participando das reuniões e apresentando já algumas sugestões que a minha assessoria e eu reunimos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu não estou pedindo a retirada de pauta; estou apenas adiando em mais uma semana...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sim, está adiando, é claro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ...em razão das discussões que faremos à tarde.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Agradeço o espírito democrático dos peessedebistas, que V. Exª reconhece...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Os de alguns, sim.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Ferraço demonstrou todo o seu empenho em que haja o maior número de contribuições possíveis.

Fica, então, adiada a votação para a próxima reunião, Senadora Lídice, Senador Ferraço.

Secretário, o item fica pautado para a próxima reunião, na próxima terça-feira, dia 29.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2014

- Não terminativo -

Acrescenta inciso IV ao §3º do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, para permitir a divulgação, por parte da Fazenda Pública, dos beneficiários de renúncia de receita.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda apresentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 188, de 2014 – Complementar, que acrescenta inciso IV ao §3º do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para permitir a divulgação, por parte da Fazenda Pública, dos beneficiários de renúncia de receita.

A proposição é composta de dois dispositivos. Por meio do art. 1º, insere-se novo inciso no §3º do art. 198 do Código Tributário Nacional (CTN), norma que prevê hipóteses não abrangidas pela regra do sigilo fiscal.

Estabelece o referido comando não ser vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais, a inscrições na dívida ativa da Fazenda Pública e a parcelamento ou moratória. O novo inciso, a ser inserido pelo PLS, prevê que também não será vedada a divulgação de informações relativas a beneficiários de renúncia de receita.

O art. 2º do projeto estabelece a cláusula de vigência, ao dispor que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor da proposição sustenta que a sociedade deve ter acesso facilitado às atividades de governo relativas ao uso de verbas públicas, o que fundamentaria o objetivo do projeto, que é autorizar a Fazenda Pública a divulgar quem são os beneficiários de renúncia de receita, sem que isso configure violação ao sigilo fiscal, resguardado pelo *caput* do art. 198 do CTN. Na visão do proponente, privar o cidadão brasileiro de ter acesso a informações dessa natureza cerceia a capacidade de fiscalizar o governo e de questionar eventuais "benevolências" indevidas concedidas a pessoas físicas e jurídicas.

A matéria foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos em 22 de maio de 2014.

É de se registrar que não foram apresentadas emendas até o presente momento.

Análise.

De acordo com o inciso IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAE opinar sobre proposições pertinentes a normas gerais de direito tributário, matéria reservada à lei complementar, conforme estabelece o inciso III do art. 146 da Constituição Federal.

No tocante à constitucionalidade, inexistem vícios que maculem o projeto, pois a iniciativa não se insere entre aquelas privativas de outros Poderes e a União tem competência para legislar sobre direito tributário, nos termos dos arts. 24, inciso I, e 48, inciso I, ambos da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relativamente à técnica legislativa, foram atendidas as normas regimentais.

Quanto ao mérito, entendemos que o projeto merece aprovação.

Nos termos do §1º do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), a expressão renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. Em outras palavras, são beneficiários de renúncia de receita aqueles contribuintes que usufruam de benefício ou incentivo tributário concedido pelo Poder Público.

Os benefícios ou incentivos de natureza tributária impactam, em regra, as contas públicas, pois acarretam redução das receitas arrecadadas pelo Estado. Podem ser concedidos, por exemplo, para fomentar o exercício de determinada atividade econômica ou possibilitar a instalação de empreendimento em determinada localidade. Por isso, são denominados de gastos tributários.

A Constituição Federal exige certa transparência em relação aos gastos tributários ao determinar, no §6º de seu art. 165, que o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. Com fundamento nesse dispositivo, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) elabora o documento intitulado Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (DGT) para acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Para que se tenha ideia do volume de recursos públicos envolvidos, segundo dados estimados no DGT – PLOA/2018, há mais de R$283,4 bilhões de renúncia de receita tributária previstos para o ano de 2018, somente em âmbito federal. O montante, portanto, é elevadíssimo, e sua alocação, ainda que indireta, deve ser fiscalizada pelos órgãos de controle e pela sociedade.

A eficiência dessa fiscalização depende da divulgação não só dos montantes relativos à renúncia de receita, mas também dos beneficiários dos incentivos fiscais. Por isso, ao prever a possibilidade de divulgação dos beneficiários de renúncia de receita, o PLS nº 188, de 2014 – Complementar, prestigia o princípio da publicidade, que norteia a conduta da Administração Pública em conjunto com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, conforme prevê o art. 37 da Constituição Federal.

Em razão da transparência em relação aos beneficiários, poderá a sociedade controlar de modo adequado a alocação indireta de recursos públicos. Os benefícios tributários poderão ser fiscalizados pela opinião pública caso violem a isonomia ou sejam desprovidos de fundamento social ou econômico para sua concessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que não haja violação indevida da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, parece importante alterar a redação do futuro dispositivo para que seja autorizada divulgação de informações apenas de incentivos ou benefícios fiscais de natureza setorial cujos beneficiários sejam pessoas jurídicas.

Restringem-se, com isso, as informações que serão prestadas, de maneira a prestigiar o conhecimento apenas daquilo que tem relevância para a sociedade, que são os incentivos de natureza setorial. De modo mais preciso, pode-se dizer que a divulgação relevante se refere aos benefícios destinados a determinados setores produtivos. São esses benefícios que podem, por diversos fatores, distorcer indevidamente o princípio da isonomia. Assim, a divulgação é importante para evitar que benefícios sejam mantidos sem os resultados que deles se esperam. Parece não haver razão, nessa linha, para tornar públicas informações de benefícios fiscais usufruídos por pessoas físicas, pela razão de não constituírem benefícios setoriais, como pela exposição indevida desses beneficiários. É o caso de pessoas com deficiência que usufruem, por exemplo, de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis, nos termos da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995. Preserva-se, assim, o sigilo fiscal dos contribuintes sem comprometer o objetivo da proposição.

Ainda no campo do sigilo fiscal, cabe aproveitar a oportunidade para resolver questão de relevante importância fiscalizatória. Trata-se da previsão de dispositivo que autorize os agentes do Fisco a confirmarem, a pedido de autoridade administrativa, informação prestada por beneficiário, inclusive de pessoa relacionada, de ação ou programa de governo que acarrete despesa pública.

A previsão de norma dessa natureza pode evitar o recebimento de benefício por quem não preencha os requisitos de renda, por exemplo, eventualmente exigidos pelas normas que regulam determinados programas governamentais. A autoridade administrativa poderia, portanto, requerer confirmação à Secretaria da Receita Federal do Brasil de que aquela pessoa, ao menos de acordo com as informações fiscais disponíveis, cumpre os pré-requisitos do programa.

De acordo com a norma proposta, ficaria vedado o encaminhamento de documento contendo informações sobre a situação econômica ou financeira do contribuinte. A informação a ser prestada pelo Fisco seria restrita à confirmação de informação prestada pelo próprio beneficiário.

É inequívoco o mérito dessa alteração legislativa, visto que apenas facilita o combate ao recebimento indevido de vantagens por quem não esteja abrangido por determinado programa de governo.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2014 – Complementar, com a seguinte emenda:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CAE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2014 – Complementar, a seguinte redação:

Art 1º

.....

.....

Art. 198.

.....

.....

§1º

.....

.....

III – solicitação de autoridade administrativa ou de órgão público para confirmação de informação prestada por beneficiário, inclusive de pessoa relacionada, de ação ou programa que acarrete despesa pública, nos termos da lei.

.....

.....

§3º

.....

.....

IV – incentivo ou benefício de natureza tributária, quando setorial, cujo beneficiário seja pessoa jurídica.

§4º Fica vedado o encaminhamento de documento contendo informações sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo para a confirmação de que trata o inciso III do §1º deste artigo.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, a matéria vai à votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 - CAE.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Item 5.

Com a palavra o Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar de V. Exª a inclusão do Projeto nº 573, do Senador Fernando Bezerra, de que sou Relator, se possível, como item extrapauta. É uma matéria que dialoga muito com esse momento aí da luta dos prefeitos, da consideração de alguns gastos na área de educação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não.

O Plenário concorda com a solicitação do Senador Armando para que seja colocado esse projeto do Senador Fernando Bezerra Coelho extrapauta? (*Pausa.*)

Todos concordam?

Senadora Vanessa, quer fazer alguma consideração?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, não. Eu quero fazer outro pedido.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, vamos colocar, assim que o item for concluído, Senador.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É que eu também dei entrada em um requerimento, se V. Exª me permite...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Está aqui na mesa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Pois é. Se não der para votar hoje, pelo menos que a leitura seja feita, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Se o Plenário concordar, nós poderemos ler e votar hoje. Eu só queria seguir a pauta aqui, aproveitando a presença do Senador Telmário, que é o Relator dos nossos próximos itens.

Item 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2017

- Não terminativo -

Dá nova redação ao §2º do art. 12 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974.

Autoria: Deputado Ronaldo Manchado Martins

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda apresentada.

Com a palavra o Relator, o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Relatório.

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei Câmara nº 71, de 2017, que é composto de dois artigos. O art. 1º altera o §2º do art. 12 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para determinar que o prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), de qualquer categoria, por solicitação do segurado, será dividido em, no mínimo, três parcelas iguais, mensais e consecutivas, observado o valor mínimo de R$50 por parcela do prêmio. O parcelamento incide também sobre o custo do bilhete do seguro.

Prevê-se ainda, Sr. Presidente, que a data de vencimento da primeira parcela do seguro DPVAT coincida com a data de vencimento da primeira parcela do IPVA e que as duas parcelas seguintes sejam iguais, mensais e consecutivas e coincidam com o calendário de vencimento para pagamento do IPVA da unidade da Federação em que o veículo for licenciado. A isenção do IPVA ou seu pagamento em cota única não invalida o parcelamento do seguro, que poderá ser em três parcelas. Entretanto, é vedado o parcelamento para prêmios vencidos.

O art. 2º é a cláusula de vigência, que seria imediata.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLC nº 71, de 2017, tendo em vista que: compete privativamente à União legislar sobre seguros, a teor do disposto no art. 22, inciso VII, da Constituição Federal; cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competência da União (Constituição Federal, art. 48, *caput*); os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

Cabe ainda considerar que a matéria não tem implicação direta sobre as finanças públicas, não implicando em aumento de despesas ou diminuição de receitas.

No mérito, Sr. Presidente, é oportuno dar a possibilidade ao proprietário de veículo de parcelar uma das muitas despesas que ocorrem logo no início do ano, de modo a reduzir as pressões no orçamento familiar logo nos primeiros meses do calendário.

Hoje, de acordo com a Resolução Susep nº 332, de 9 de dezembro de 2015, o prêmio do Seguro DPVAT, nos Estados da Federação em que haja parcelamento do IPVA, pode ser parcelado em três vezes, iguais, mensais e consecutivas, observado o valor mínimo de R$70 (setenta reais) por parcela do prêmio. Entretanto, o parcelamento do DPVAT é facultativo aos Estados e ocorrerá, como já dito, apenas naqueles Estados que parcelam o IPVA.

A proposição ora em análise, além de tornar obrigatório o parcelamento a todos os Estados, reduz o valor mínimo para R$50 e estipula o parcelamento em pelo menos três vezes.

Para evitar que a alteração atinja quantidades ínfimas de beneficiários e para estipular uma data de pagamento, seria mais adequado que a alteração proposta determinasse que o DPVAT fosse parcelado em três vezes e que o valor da parcela não fosse inferior a R$50. Quanto ao vencimento, este ocorreria conforme o calendário do IPVA, ou, sendo este superado, as próximas parcelas do DPVAT venceriam a cada 30 dias corridos após o término do calendário do IPVA.

Voto, Sr. Presidente.

Assim, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2017, com a emenda que estipula valor mínimo de parcela de R$50, determinando que a data de vencimento da primeira parcela do Seguro DPVAT coincidirá com a data de vencimento da primeira parcela do IPVA, e as parcelas seguintes serão iguais, mensais e consecutivas e coincidirão com o calendário de vencimento para pagamento do IPVA da unidade da Federação em que o veículo for licenciado.

É o relatório, a análise e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Telmário.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós a colocamos em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório do Senador Telmário permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAE.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para instituir reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE destinada aos Estados da Amazônia Legal que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Favorável ao projeto, com quatro emendas apresentadas, e contrário à Emenda nº 1.

Observações: *A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, com parecer favorável ao projeto.*

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, esse projeto é, sem dúvida, extremamente meritório, um projeto importante para aquelas unidades, aqueles entes federativos que hoje contribuem com o Brasil no aspecto de fazer essas reservas ambientais e também reservas indígenas. O meu Estado é fruto disso, Sr. Presidente. Por exemplo, 63% da área do Estado de Roraima são de reserva, Senador Armando Monteiro: reservas indígenas, reservas ambientais e reservas militares. O Estado não recebe absolutamente nada em contrapartida por esse reconhecimento tanto ambiental, quanto das necessidades dos povos indígenas e dos militares. Então, paga um preço alto por conta disso, e não há uma contrapartida, um reconhecimento. Isso é muito comum, principalmente no Pará, no Amazonas, em todos aqueles Estados.

Então, ele é um projeto meio longo, mas eu faço questão de lê-lo, porque ele realmente faz um reparo, Sr. Presidente, a esses Estados que hoje contribuem com a Nação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório.

É submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 375, de 2017, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que modifica a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, para instituir reserva de parcela dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), a ser destinada aos Estados da Amazônia Legal que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas.

O projeto altera a redação do art. 2º dessa Lei e lhe acrescenta o art. 2º-A, de forma a reservar 2% dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) aos referidos Estados da Amazônia Legal.

No art. 2º-A proposto, fica definida a forma específica de repartição desse montante de recursos reservados aos Estados da Amazônia Legal: sua distribuição será feita conforme o coeficiente individual de participação atribuído a cada Estado e definido em função da razão entre a área ocupada por unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas e a área total de cada Estado, nos termos ali estabelecidos.

Para o cálculo dos valores a serem atribuídos a cada Estado beneficiário, somente serão consideradas as unidades de conservação da natureza cujas categorias sejam de domínio público obrigatório, sendo que, para os casos de sobreposição entre unidades de conservação da natureza ou destas com terras indígenas demarcadas, a área sobreposta será computada uma única vez para fins do cálculo das participações individuais.

Assim, Sr. Presidente, o PLS nº 375, de 2017 – Complementar prevê que o montante de 2% dos recursos do FPE reservados seja entregue no decêndio imediatamente posterior ao decêndio de sua arrecadação, mediante créditos em contas individuais dos Estados.

Logicamente, o montante correspondente a 98% (noventa e oito por cento) dos recursos do FPE continua a seguir as determinações expressas no art. 2º da referida Lei Complementar nº 62, de 1989.

Conforme justificação do projeto, a contribuição ambiental dos Estados amazônicos ao País e a todo o mundo, caracterizada pelo rígido regime de proteção legal ao qual está submetida grande parte do bioma, acaba limitando o desenvolvimento de importantes atividades econômicas que são bastante disseminadas no centro-sul do Brasil. Essa situação compromete o desenvolvimento da região e dificulta o acesso de boa parte da população a melhores condições de vida e de renda. Nesse contexto, é necessário que os Estados da Amazônia Legal sejam contemplados com compensação, por parte da União, pelo sacrifício que se sujeitam em prol da coletividade da Nação.

Nesta Comissão, Sr. Presidente, em 20 de novembro de 2017, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Elmano Férrer, que inclui os Estados do Nordeste que também abriguem, em seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas na distribuição dos 2% (dois por cento) dos recursos do FPE reservados aos Estados da Amazônia Legal.

Análise, Sr. Presidente.

A matéria objeto da proposição, qual seja, alteração da repartição de receitas tributárias de que trata o FPE, constante do art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 1989, trata de questões atinentes ao direito financeiro, sujeita, nos termos constitucionais, à legislação concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Dessa forma, Sr. Presidente, a disciplina da matéria é condizente com a competência legislativa da União (art. 24 da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal), não havendo impedimentos constitucionais formais nem materiais à sua aprovação. Também, Sr. Presidente, os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Assim, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, o projeto de lei em exame não apresenta vício de constitucionalidade quanto à iniciativa parlamentar para a instauração do processo legislativo, nem relativamente à matéria nele tratada. Como estipulado no art. 48 da CF, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, nas quais se inclui, certamente, a referente à repartição de recursos do FPE. Não há, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nos termos dispostos no art. 61, combinado com o art. 84, prescrição de iniciativa privativa do Presidente da República na matéria tratada no projeto.

Relativamente ao mérito, com o qual concordamos, vale destacar que o projeto recompensa, com maiores disponibilidades de recursos do FPE, os Estados da Amazônia Legal que se encontram restringidos quanto à plena exploração da atividade econômica, pois parcelas de seus territórios estão comprometidas com unidades de conservação da natureza ou com terras indígenas demarcadas.

Essas circunstâncias, Sr. Presidente, sem dúvida, limitam o desenvolvimento de importantes atividades econômicas na região e, logicamente, comprometem o seu desenvolvimento e o de sua população.

Vale enfatizar, todavia, Srs. Senadores e Senadoras, que essas áreas reservadas não constituem especificidade da Amazônia, estando presentes nas diversas regiões do País.

Daí entendermos necessária sua extensão a todos os Estados que abriguem em seus territórios áreas com destinação restringida pelas referidas atividades. Mais ainda, essas áreas se localizam em Municípios determinados, o que, por si só, justifica também a adoção de procedimento semelhante relativamente aos recursos do FPM. É o que propomos com a apresentação de emendas que apresentamos na conclusão deste parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A extensão que propomos apresenta ainda elevada razoabilidade, pois, reconhecendo a crise fiscal que atinge o País nos seus diversos níveis de administração, institui procedimento que traz implícita uma redistribuição regional de um montante de recursos financeiros já disponível. Tão somente reserva 2% desses recursos para a compensação financeira àqueles Estados e Municípios, sem redução da receita disponível da União, não afetando, portanto, o cumprimento de suas metas de resultado primário.

Embora, Sr. Presidente, entendamos meritória a emenda, nós a consideramos prejudicada, em face das emendas mais abrangentes apresentadas, que trazem implícito reforço na compensação econômica pretendida com a referida emenda, notadamente em diversas regiões de extrema pobreza.

Voto, Sr. Presidente.

Em face dos argumentos expostos, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2017 – Complementar, pela rejeição da Emenda nº 1 e, no mérito, pela sua aprovação com a emendas que apresentamos.

Sr. Presidente, antes de passar a palavra para os demais Senadores e Senadoras para o debate dessa matéria, sem dúvida alguma, esse projeto, na nossa região e também na Região Nordeste, vai fazer uma grande justiça. Ainda agora, eu citava e quero repetir – vou fazer como a Senadora Vanessa, digo e repito; ela costuma falar dessa maneira – que 63% do território do meu Estado estão comprometidos com as áreas de reservas ambientais, militares e indígenas. Imaginem um território com 63% das suas terras comprometidas não ter nenhuma compensação, nenhuma! Não teve compensação até hoje!

Então, é muito mais do que justo esse reparo de 2% do FPE, porque, dessa forma, a gente muda as matrizes econômicas dos Estados, busca uma alternativa, fortalece até mesmo dentro do desenvolvimento sustentável. É muito importante esse projeto, que realmente faz uma grande correção para os Estados que contribuem com a Nação brasileira, que contribuem com o mundo, que são extremamente vigiados com lupa por esses ambientalistas e por todos esses órgãos internacionais e que pagam um preço social da mais alta injustiça, como é o caso do Estado de Roraima.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Telmário.

Com a palavra o Senador Randolfe, para discutir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o autor, Senador Acir, e o Relator da matéria, Senador Telmário, que resgata aqui um debate que nós já tivemos nesta Legislatura, na primeira parte desta Legislatura, entre 2011 e 2013. Como é do conhecimento de todos, em 2009, por decisão do Supremo Tribunal Federal, a repartição do Fundo de Participação dos Estados vigente até então foi declarada inconstitucional. Coube, então, ao Senado analisar vários projetos de lei, entre os quais um que apresentei que buscava rediscutir uma partilha do Fundo de Participação dos Estados que fosse condizente com os princípios alçados na Constituição. Uma das propostas que apresentamos, que garantiria, inclusive, consonância com a constitucionalidade buscada pelo Supremo Tribunal Federal, era a instituição do que podemos chamar como FPE Verde, a instituição de dispositivos para aquelas unidades da Federação que, por conta de cederem boa parte de seu território para unidades de conservação, não podem, naquelas unidades, desenvolver atividades industriais, atividades produtivas, mas que contribuíam, dessa forma, para o desenvolvimento ambientalmente sustentável de sua região e contribuíam, dessa forma também, com a preservação dessa região para a redução da emissão de CO_2 na atmosfera. Esse é o caso do meu Estado do Amapá. Por exemplo, 60% do Amapá são unidades de conservação. Está, no Amapá, por exemplo, o maior parque florestal do Planeta – parte do maior parque florestal do Planeta –, que é o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

Essa matéria, recuperada agora, traz a lume uma matéria em que, lamentavelmente, fomos derrotados em 2012, em 2103, salvo engano por quatro votos, mas faz justiça à repartição do Fundo de Participação dos Estados, como deve ser. Obviamente, a repartição do FPE para um Estado que destina 60% do seu território à unidade de conservação e à proteção do seu meio ambiente não pode ser igual à de outros Estados que, ao longo do tempo, devastaram e não têm a mesma quantidade de unidades de conservação.

Então, eu queria aqui manifestar apoio à inciativa do Senador Acir Gurgacz e ao relatório apresentado pelo Senador Telmário e recuperar que essa matéria traz de volta um debate, uma batalha que travamos – o Senador Jorge Viana esteve junto conosco nessa batalha outrora, aqui no plenário – para que esse princípio fosse consoante na distribuição do Fundo de Participação dos Estados.

Eu espero que, aprovando hoje aqui – vou recomendar, sugerir, Sr. Presidente, que haja urgência dessa matéria para o Plenário –, nós possamos votá-la o quanto antes no plenário, porque, embora tardio, é um ato de justiça a devida repartição do Fundo de Participação dos Estados – eu não diria apenas para os Estados da Amazônia, mas para todos os Estados. Nunca é demais lembrar que nós somos o segundo país do mundo em área natural, o segundo país do mundo em florestas. Então, isso é mais do que um reconhecimento para aquelas unidades da Federação que contribuem com o Planeta na redução da emissão de CO_2 e que contribuem também para manter, em seu território, unidades de conservação, unidades de preservação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, isso é fundamental. Essa é uma pauta, uma agenda mais do que positiva para o Senado Federal aprovar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com a palavra a Senadora Vanessa e, em seguida, o Senador Armando.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Eu serei breve, Presidente.

Primeiro, também quero, da mesma forma que fez o Senador Randolfe, cumprimentar o Senador Acir e dizer que eu acho que não há um de nós, Parlamentares da Amazônia, que não tenha, em algum determinado momento, apresentado proposta nesse sentido, porque nós nos ressentimos. Eu ousaria dizer e repetir, Senador Telmário, que o Brasil se ressente muito dessa política de reconhecimento do papel e da prestação dos serviços ambientais que os Estados da Amazônia prestam não só ao Brasil, mas também ao mundo inteiro. Hoje, cientificamente, está mais do que comprovado: a Floresta Amazônica, em pé, é determinante e fundamental na definição do regime de águas, do regime de chuvas do Planeta inteiro. Portanto, para que nós nos mantenhamos em um Planeta saudável ambientalmente, garantindo a qualidade de vida das pessoas, é, sem dúvida nenhuma, necessário que se olhe para a Amazônia. Então, eu quero aqui também manifestar meu mais incondicional apoio a esse projeto. Eu nem precisaria falar, mas fiz questão disso, porque eu não sei em que comissões ele tramitará. Se V. Exª puder me dizer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Só nesta. Daqui vai para o Plenário.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Daqui vai ao Plenário? E por que daqui vai ao Plenário? Ele não é terminativo na Comissão?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – É lei complementar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Ah, é lei complementar! Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Ele já veio da Comissão de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Perfeito.

Então, eu acho que o pedido é mais do que correto, é mais do que justo, do Senador Randolfe, para que a gente possa, mais rapidamente, votá-lo em plenário.

Veja, nós não estaríamos trazendo prejuízo ou perda a nenhuma unidade da Federação, visto que esses recursos, por si sós, seriam suficientes para fazer frente àquilo que o Governo apõe em recurso do próprio orçamento, que é para garantir o meio ambiente, a preservação ambiental.

Então, expresso meu apoio irrestrito à aprovação desse projeto, Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Armando e, em seguida, o Senador Jorge Viana.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Para discutir.) – Eu quero, Sr. Presidente, registrar que considero o projeto do Senador Acir Gurgacz, valorizado pela competente relatoria do Senador e meu colega Telmário Mota... Entendo que a Amazônia tem características próprias e que, portanto, justifica-se a proposição em tela. Eu diria até que o mundo é devedor de uma taxa de compensação ambiental à Amazônia, pelo que ela representa para o Planeta, na perspectiva de que é um pulmão, uma área de importância fundamental para o mundo.

No entanto, eu queria pedir um esclarecimento ao nobre Relator, porque, de forma muito judiciosa, ele propõe a extensão a todos os Estados e Municípios que abriguem em seus territórios também áreas com destinação restringidas, seja de conservação ou ainda de terras indígenas. Mas a Emenda nº 1, de autoria do Senador Elmano Férrer, que incluía o Nordeste na distribuição, foi prejudicada no parecer. Então, eu queria um esclarecimento do nobre Relator, porque fiquei sem entender. Ao mesmo tempo em que ele estende a outras regiões que têm também áreas submetidas à essa restrição de destinação, no que diz respeito especificamente ao Nordeste, ele rejeita a emenda de autoria do Senador Elmano Férrer. Então, eu gostaria de ter um esclarecimento do nobre Relator, reiterando que considero o projeto de indiscutível mérito, tendo em vista o que representa a região da Amazônia Legal para o Brasil e o mundo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Quero só esclarecer essa dúvida: a emenda do Senador Elmano Férrer só estendia para o Nordeste, e nós ampliamos para o Brasil todo. Foi isso. Ampliamos mais.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Pois não. Então, ficou estendida.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, eu queria cumprimentar, em primeiro lugar, além de cumprimentar todos, o Senador Acir Gurgacz, o Senador Telmário Mota, pela relatoria, e todos os colegas que compõem esta Comissão, por estarmos apreciando essa matéria.

Como já disse o colega Randolfe, como falou agora o Armando, como falou a Vanessa, e eu também me incluo, nós estamos aqui cumprindo, Sr. Presidente, a Constituição. No seu art. 3º, a Constituição estabelece algo que, lamentavelmente, na maioria dos casos, os chefes do Executivo brasileiro esquecem: que nós temos um País com desigualdades, com regiões que merecem um tratamento diferenciado, não porque estão acima da lei, mas porque foram discriminadas ao longo de muito tempo. Refiro-me ao Nordeste, por exemplo, que foi sacrificado durante muito tempo, que tem características próprias, que merece políticas públicas exclusivas, para que eles possam, do ponto de vista de infraestrutura, do seu desenvolvimento, alcançar um pouco o que nós já temos, de certa forma, no Sul e no Sudeste brasileiro.

Na Amazônia, é outra situação que também requer, para cumprirmos a Constituição de 1988, art. 3º, um tratamento diferenciado, não do jeito que estamos tendo hoje, mas que poderia ser dessa maneira. V. Exª foi Governador, eu também fui, outros colegas também foram ou serão. Nós temos uma situação, no Nordeste e no Norte do País, onde há uma grande dependência, diferentemente do Sul e do Sudeste, do Fundo de Participação dos Estados para os Estados e do Fundo de Participação dos Municípios para os Municípios. Isso tem de ter um tratamento melhor.

A proposta de termos 2% do Fundo de Participação dos Estados sendo tratados exclusivamente para os Estados da Amazônia Legal que tenham unidades de conservação... E todos os nossos Estados as têm. O Acre é um Estado que implantou – e o Governo Federal também implantou no Acre – uma série de unidades de conservação para a proteção da biodiversidade, para, inclusive, ajudar o País a ficar melhor diante do mundo, e nós não temos nenhuma compensação. A Amazônia mudou a cor da agenda do Brasil, que era uma agenda cor marrom. Isso nós vivíamos há 20 anos. Com o governo do Presidente Lula e ainda, na época, com a Ministra Marina, sofremos muito nos primeiros anos e depois conseguimos ter uma redução do desmatamento de quase 80%. Eu fui Relator do novo Código Florestal.

Então, o Brasil se beneficiou, ganhou prestígio perante o mundo, sediou a Rio+20, foi protagonista na COP 15 e no Acordo de Paris, graças – sem desmerecer as demais regiões – ao esforço que nós fizemos na Amazônia. Mas aí os 25 milhões de moradores da Amazônia não ganharam nada. Senador Randolfe, nós não temos nada, a não ser sacrifício.

Inclusive, cheguei agora, porque estava em viagem – foi mais uma noite não dormida –, e sei que a Senadora Vanessa está trazendo um debate para a CAE que acho que é muito importante. Faço um apelo a V. Exª, Senador Tasso, que é uma pessoa sensível e que também, como empresário, como Senador, como ex-Governador do Ceará, sabe o quanto é caro esse tema de que nós estamos tratando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil está parado hoje. O Mato Grosso está parado, o Sul está parado, com a greve dos caminhoneiros, porque o silêncio ensurdecedor de parte da imprensa nacional e até do Congresso Nacional levou a esse termo. Acho que chegou atrasada a decisão, ontem, dos Presidentes do Legislativo de se manifestarem.

Ora, a cada ano são 15, 16 aumentos do preço da gasolina, do combustível. Nós estamos tratando aqui de diminuir desigualdades, Senador Randolfe. Sabe quanto custa um bujão de gás, Senador Tasso, lá no meu Estado, lá em Santa Rosa do Purus, fronteira com o Peru? R$250 agora – R$250! Eu fiz o levantamento. Andei pelo Rio Envira há dois meses. Denunciei. Aqui estou denunciando direto. Olha, com esse preço não tem jeito. As pessoas que têm uma canoa, que têm um motor não podem usar o motor por conta do preço da gasolina, por conta do preço do gás, que elas também usam. As pessoas estão voltando para a lenha, para o carvão. Lá em Santa Rosa, no Alto Rio, está R$10 o litro da gasolina – R$10! Então, as pessoas tiveram melhoria de vida, compraram o motorzinho, compraram a sua embarcação e agora não podem usar. Eu não estou falando de alguém que mora na cidade, onde o combustível, que já é um absurdo, ficou caro, o carro está na garagem, e a pessoa vai de ônibus, de carona, tenta um jeito. Lá não há solução! Pessoas que moram a seis dias de viagem da cidade mais próxima não têm como ir e vir por conta desse tipo de absurdo.

Então, eu estou entrando com requerimentos, estou apresentando sugestões – espero que a Senadora Vanessa apresente, e eu queria subscrever – para trazemos as autoridades. Não se trata de controle de preço, mas, sinceramente, está aí o requerimento.

Eu parabenizo V. Exª, Senador Tasso. Acho que nós temos que trazer para a Comissão de Assuntos Econômicos. Eu não estou aqui querendo fazer nenhum controle de preço, mas veja o que aconteceu depois que Temer chegou ao poder: o petróleo praticamente dobrou de preço, e a produção nacional passou dos dois milhões de barris. Aí dizem que, para tirar prejuízo da Petrobras, o combustível vai aumentando, aumentando, aumentando 15, 20 vezes por ano. Se não fosse agora o grito dos caminhoneiros, a voz dos caminhoneiros...

Agora qual é o custo maior desse combustível para o agronegócio, para a agricultura familiar? É claro que há um custo maior. Então, o dólar sobe – para exportar é melhor para o brasileiro; para importar é pior. Mas nós temos um aumento do custo, porque o combustível ainda é algo que proíbe as pessoas de andar de avião, por exemplo, e agora está proibindo as pessoas de andar de carro. E sabem o que se está discutindo neste momento? O aumento da tarifa de transporte coletivo nas cidades. Lá em Rio Branco, está-se aumentando agora a tarifa. E qual é a outra solução se tivemos 15, 20 aumentos no preço do óleo diesel e da gasolina?

Então, para mim é muito importante esta matéria, sobre a qual nós estamos aqui deliberando, esse PLS 375, de 2017. Eu queria cumprimentar os autores, porque ele cumpre o que está estabelecido na Constituição, mas queria fazer um apelo. Hoje vou fazer um discurso no plenário do Senado apoiando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o movimento dos caminhoneiros, apoiando o movimento dos agricultores, dos ribeirinhos, que gritam há tempo, mas este Brasil ficou surdo para ouvir a voz da maioria, daqueles que sofrem, daqueles que sofrem a consequência de um Governo absolutamente irresponsável com a economia do País. Porque eu nunca vi um Governo que não passou nas urnas fazer tanto mal ao País em tão pouco tempo. Esse é um desastre anunciado. E ficam aí discutindo candidaturas. Não sei de onde vêm essas ideias.

Nós temos que trazer o atual Ministro de Minas e Energia, que estava lá no Palácio do Planalto pondo o Brasil à venda e agora está no Ministério de Minas e Energia, o Sr. Moreira Franco, como o grande responsável por esse desmonte da Petrobras e da Eletrobras. Quer dizer, um Governo que não passou nas urnas, destruindo o País, se não bastasse – eu já concluo, Sr. Presidente, pedindo desculpas por ter me alongado – se já não bastasse o caos. Eu lembro que, no último ano do governo da Presidente Dilma, o déficit era de 50 bilhões. Passou para 70; eles aumentaram para 190, para fazer uma gastança; e sabem quanto está agora? Quase 150 bilhões o déficit deste ano. Um escândalo!

E eu não vejo os falsos moralistas que vieram aqui, à época do *impeachment,* do TCU tomarem alguma medida. Eu não vejo os indicados para a Agência Nacional de Petróleo tomarem alguma medida. Eu não vejo nem mesmo o Ministério Público e o Judiciário adotando medidas porque o povo brasileiro está passando necessidade; está comendo menos, está viajando menos, está andando menos e está com os seus direitos cerceados como resultado da política do Sr. Meirelles, do Sr. Michel Temer.

Por isso, eu queria parabenizar este projeto, porque aqui a gente faz alguma compensação para os Estados. E eu acho que temos de fazer com que os Municípios também da Amazônia Legal que têm unidades de conservação tenham um tratamento diferenciado na hora da distribuição do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Obrigado, Sr. Presidente. Desculpe ter me alongado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Presidente, Senador Tasso Jereissati, Srs. Senadores, eu também, na mesma linha, quero parabenizar o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota; o Senador Acir pelo projeto, e o Senador Telmário pelo relatório.

É mais do que justo que os Estados – e o Senador Telmário, no seu relatório, ampliou, o que também é justo, para qualquer Região do Brasil – que tenham áreas de reservas, sejam ambientais, sejam indígenas, tenham uma compensação por terem o seu desenvolvimento impossibilitado nessas áreas. O Senador Telmário, no seu relatório, faz essa justiça, ou seja, 2% do valor do FPE serão, então, redistribuídos para esses Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria fazer, Senador Telmário, uma observação aqui, que não é sobre o mérito do projeto nem sobre o seu relatório, com o que estou completamente de acordo. Eu não entendo, Senador Tasso, como é que, para o Governo, para o Executivo criar áreas de reservas, sejam ambientais, sejam indígenas, ele o faz por decreto; para fazer qualquer alteração nessas áreas – de desafetação, de demarcação –, só o faz por lei. Ou seja, para alterar, Senador Telmário, tem de vir ao Congresso para ouvir o Legislativo; para criar, não. Basta a quem está lá em cima dizer "eu vou fazer isso".

Não sou contra a criação dessas áreas de reserva. Não sou contra, não. O problema é que, quando se cria, de um gabinete refrigerado de Brasília, faz-se injustiça a brasileiros que se encontram nessas áreas há 30 anos, 40 anos, desenvolvendo o seu trabalho e sustentando suas famílias. De uma hora para outra, eles são impedidos de dar continuidade, porque foi criado naquela área... E, no Pará, há inúmeros exemplos desses.

Então, eu fiz um projeto, Senador Jorge Viana, e pediria o apoio de V. Exª. Eu fiz um projeto, no ano passado – recebeu o número 97 –, que é simples: ele diz que, também para a criação dessas áreas, a matéria terá de se passar pelo Legislativo, têm de ser ouvidos os Estados. Então, o Governo Federal pode criar uma área de reserva ambiental numa determinada região de um Estado que, no plano de desenvolvimento do Governo daquele Estado, não é para a área ambiental; é para ter desenvolvimento que se presta para alguma atividade produtiva.

Esse projeto está na Comissão de Meio Ambiente, com a relatoria, me parece, do Senador Davi Alcolumbre. Vou até solicitar a ele que acelere o processo. E eu queria pedir o apoio dos Senadores não só da Região Amazônica, mas de todos os Senadores, para que a gente possa tramitar e aprovar esse projeto. Não é para nada, não. Não é para impedir a criação. É para que o Congresso brasileiro seja ouvido na criação de novas áreas de reserva, sejam elas de qualquer tipo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador Telmário.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Peço urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pedido de urgência do Senador Randolfe. O Plenário concorda? (*Pausa.*)

Então, o relatório passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 2 a 5, da CAE, e contrário à Emenda nº 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário em regime de urgência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Presidente, o Senador Randolfe pediu urgência ao item 6. Eu pediria a V. Exª se nós poderíamos também aprovar o regime de urgência para o PLS 188, de 2014, já votado aqui, que é o item 7 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pedido de urgência, então...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... para o item 7, já votado.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência.

Portanto, a matéria do item 7 vai em regime de urgência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O projeto é do Senador Randolfe – o item 7.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Não é do Senador Acir?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Não é esse; o anterior.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um pedido. É, inclusive, algo que tem a ver um pouco com o que disse o Senador Flexa, independentemente de posição, porque ele tem uma proposição.

Eu sou Relator do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2007, de autoria de Senador Raupp. Eu trabalhei nessa relatoria durante quase cinco anos, por conta de idas e vindas. Ele faz a desafetação de uma parte de uma área de uma reserva extrativista no Estado de Rondônia. E eu fiz bastante modificações no propósito, usando esse poder que a Constituição nos dá de que, só com lei, nós podemos ter alguma alteração numa unidade de conservação, no caso, uma reserva extrativista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apresentei o meu relatório, que está aí, e gostaria que pudéssemos votar, na primeira oportunidade, o meu parecer, porque, veja, inicialmente se estava propondo uma redução da unidade de conservação em Rondônia de 30 mil hectares. Eu fiz audiências; reuni-me com o ICMBio, com dirigentes do Ibama; pedi parecer do Ministério do Meio Ambiente, para ser muito cuidadoso neste processo, porque eu acho que o meio ambiente nunca pode sair perdendo. Não podemos sair reduzindo unidades de conservação.

E o que eu fiz de resultado final, só para esclarecer a V. Exª, para dar uma certa tranquilidade aos colegas: reduzi a área a ser desafetada, ou seja, diminuída na reserva extrativista, de 30 mil hectares para 21 mil. É uma área já antropizada que foi – há alguns pareceres; eu não quero fazer esse juízo – incluída na reserva equivocadamente. Então, há decisão dos próprios habitantes da reserva de excluir essa área. Mas eu, além de reduzir a área de exclusão, também estabeleci que o ICMBio teria que apresentar um aumento de área em outra unidade de conservação, em outra reserva. Então, está-se criando uma unidade, ampliando uma unidade de conservação e reduzindo uma outra. Assim, o meio ambiente não sai perdendo. Ao contrário: o saldo pró-meio ambiente é de mais de 3 mil hectares no final das contas.

Então, foi uma construção demorada. O Senador Raupp me pedia uma agilidade, mas não deu para fazer de maneira diferenciada.

Então, essa proposta eu apresentei, está aí, e eu gostaria de que fosse incluída oportunamente na pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – V. Exª gostaria, pelo que eu estou entendo, que fosse incluída hoje extrapauta?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se puder ser incluída, mesmo que não se delibere, para que eu possa apresentar melhor a proposta, fica aí para os colegas tomarem conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Jorge, gostaria de incluir extrapauta?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Incluir, e eu apresentaria o meu relatório em linhas gerais, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A proposta de ser incluída extrapauta, se o Plenário concorda... (*Pausa.*)

Todos concordam. Vamos incluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos, então, duas propostas extrapauta – uma do Senador Armando e outra do Senador Jorge Viana – e temos um requerimento.

Eu gostaria, antes, de fazer o último item da pauta aqui, antes de colocar as duas. É o item nº 8, do Senador Sérgio Souza, e nós vamos ter como Relator *ad hoc* o Senador Rodrigues Palma.

ITEM 8

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 102, de 2013

- Não terminativo -

Altera o § 3º do art. 1º da Resolução nº 13, de 25 de abril de 2012, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

Autoria: Senador Sergio Souza

Relatoria: Senador Wellington Fagundes (Substituído por *Ad hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador Rodrigues Palma

Relatório: Pela prejudicialidade da matéria.

O SR. RODRIGUES PALMA (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, o relatório é do Senador Wellington Fagundes, que passo a ler.

Relatório.

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 102, de 2013, do Senador Sergio Souza, estruturado com apenas dois artigos, altera o §3º do art. 1º da Resolução nº 13, de 25 de abril de 2012, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

A nova redação proposta para o §3º do art. 1º da Resolução do Senado Federal nº 13, de 2012, cujo objetivo foi solucionar a chamada "guerra dos portos", prevê que o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) seja o responsável pela Certificação de Conteúdo de Importação (CCI), utilizando-se,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para isso, das informações disponíveis nos fiscos estaduais e federal. A redação atual do dispositivo atribui competência ao Confaz para baixar normas para fins de definição dos critérios e procedimentos a serem observados no processo de CCI.

Na justificação do PRS, sustenta-se que a mudança é necessária para definir melhor o procedimento, já que, segundo o autor, as regras específicas instituídas pelo Confaz, como o mecanismo de controle declaratório por operação, por meio de Ficha de Conteúdo Importado (FCI), são de operacionalização confusa e não garantem fornecimento de dados confiáveis.

Além disso, cita como percalços da legislação infralegal atual a preocupação causada aos contribuintes de que os dados da FCI se tornem públicos, o que criaria embaraços concorrenciais e de mercado, em função da quebra de sigilo empresarial, bem como os altos custos de adequação e implementação de sistemas de informação que as empresas precisam adquirir ou desenvolver para cumprir as exigências postas.

Em resumo, a proposta pretende substituir a fórmula criada pelo Confaz, considerada custosa e ineficiente, pelo acesso direto daquele órgão às informações fiscais já disponíveis em sistemas públicos, como o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e o Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), do Governo Federal, por exemplo.

A proposição foi distribuída unicamente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Análise.

A competência da CAE para a análise do projeto decorre do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, visto que a proposição versa sobre tributo.

Sr. Presidente, o Relator está presente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pode continuar, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Está tranquilo.

O SR. RODRIGUES PALMA (Bloco Moderador/PR - MT) – No mérito, trata-se de matéria procedimental, com vistas à aferição do índice chamado "conteúdo de importação". Esse indicador, definido pelo §2º do art. 1º da Resolução do Senado nº 13, de 2012, como o percentual correspondente ao quociente entre o valor da parcela importada do exterior e o valor total da operação de saída interestadual da mercadoria ou bem, determina ou não a incidência da alíquota interestadual de 4% do ICMS, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A incidência da alíquota reduzida ocorrerá sobre bens e mercadorias não submetidos a processo de transformação e também sobre aqueles que, submetidos a algum processo de transformação, beneficiamento, montagem, acondicionamento, reacondicionamento, renovação ou recondicionamento, resultem em mercadorias ou bens com Conteúdo de Importação superior a 40%.

A fórmula atual, que atribui competência ao Confaz para regulamentar a aferição do Conteúdo de Importação, não restringe nem orienta a atuação do órgão, que tem, assim, ampla liberdade para deliberar sobre a matéria. Em geral, é essa fórmula de delegação a mais adequada em relação a obrigações acessórias, pois evita o engessamento excessivo do regulamento e permite detalhamentos procedimentais de modo adequado.

No caso em questão, a Resolução do Senado Federal nº 13, de 2012, delegou a competência para regulamentar a matéria ao órgão executivo ligado às questões interfederativas do ICMS, o Confaz.

Muito embora não haja obstáculo constitucional ou legal à propositura do PRS, a alteração proposta não parece adequada. Com fundamento na regra em vigor (§3º do art. 1º da Resolução do Senado nº 13, de 2012), o Confaz editou o Convênio ICMS nº 38, de 22 de maio de 2013, que, em sua cláusula quinta, determina ao contribuinte industrializador o preenchimento da Ficha de Conteúdo de Importação (FCI), obrigação acessória por meio da qual o Fisco poderá verificar o conteúdo importado do produto, de sorte a fiscalizar a alíquota aplicável à operação. Trata-se de obrigação acessória a ser apresentada mensalmente, e não por operação, conforme previsto no §2º da cláusula quinta do mencionado convênio.

Diante disso, é difícil entender como o Confaz seria o responsável por suprir a informação que deve ser prestada pelo contribuinte ao industrializar acerca do produto que contenha, por exemplo, insumos importados. Mesmo com as informações constantes no SPED, parece ser necessária a informação prestada pela indústria, de modo a ser identificada a incidência da alíquota prevista na Resolução do Senado Federal nº 13, de 2012.

Não há como o Fisco estadual saber, sem a informação precisa fornecida pelo contribuinte, qual o conteúdo de importação existente no bem produzido. Como o Convênio ICMS nº 38, de 2013, em sua cláusula quinta, confere o tratamento adequado à matéria, em linha com a simplificação pretendida na proposta, entendemos que o projeto se encontra prejudicado.

Ante o exposto, opina-se pelo reconhecimento da prejudicialidade do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 102, de 2013, e pelo seu encaminhamento ao Plenário para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

É o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Palma, pelo seu relatório – relatório do Senador Wellington Fagundes, que foi lido por V. Exª.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Wellington, que é pela prejudicialidade...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... e passa a constituir o parecer da CAE.

A matéria vai ao plenário do Senado.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria de falar mais no intuito de justificar.

Eu estava agora no encontro, na Marcha dos Prefeitos, onde também esteve o Presidente da República. Municipalista convicto como sou, eu precisava estar lá.

Amanhã, inclusive, nós vamos estar lá com o Presidente da Câmara e do Senado e vamos discutir vários temas em relação ao municipalismo. Como sou relator da regulamentação da Lei Kandir, esse será um assunto que nós debateremos lá. Eu quero, inclusive, aproveitar, Sr. Presidente, a liderança de V. Exª. Nós já o aprovamos na comissão, tanto aqui no Senado, no Congresso Nacional, como também na Câmara dos Deputados. Agora precisa ser votado esse relatório, que traz mais justiça, principalmente àqueles que estão mais produzindo e mais exportando as matérias-primas, os produtos semielaborados, todas as *commodities* minerais e agrícolas. Lá, amanhã, então, nós vamos discutir, mas precisamos votar isso no plenário da Câmara dos Deputados e, depois, aqui no Senado. Assim, eu gostaria de pedir o apoio de V. Exª e da nossa Comissão para que a gente possa pressionar o Presidente da Câmara e também o Presidente do Senado para colocar essa matéria em pauta, porque hoje, quanto mais os Estados exportam, quanto mais esforço os Estados fazem, menos ou praticamente nada lhes é recompensado, já que o FEX (Fundo de Compensação das Exportações) está congelado há muito tempo. Então, a única coisa que o Governo aceitou foi corrigir, daqui para frente, pelo IPCA, o mesmo valor de R$1,950 bilhão e tornar impositivo aquilo que hoje também não é obrigatório.

Eu tenho certeza de que V. Exª foi defensor da Lei Kandir. Essa lei exerceu um papel extremamente importante no Brasil, mas, enquanto ela existir – e se existir; penso que teremos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer uma reforma tributária, e eu acho que será tema de todos os candidatos a Presidente da República nesta próxima eleição –, enquanto isso, nós temos que fazer justiça a quem está trabalhando e principalmente a quem está cumprindo esse papel de exportar e melhorar as condições da nossa balança comercial. E, aí, são muitos Estados; praticamente todos os Estados brasileiros têm feito esse esforço.

Então, eu gostaria de contar com o apoio de V. Exª.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Se me permite, eu queria fazer um registro aqui de que o Senador Wellington teve uma sensibilidade nesta questão dos critérios de distribuição da Lei Kandir, de modo a contemplar alguns Estados do Nordeste também, que, embora tendo um bom desempenho exportador – caso de Pernambuco e do Ceará –, têm saldos negativos na balança comercial, porque são, de alguma forma, entrepostos. Pernambuco, por exemplo, é um Estado que importa muito e redistribui para a própria região.

Graças à sensibilidade do Senador Wellington, nós conseguimos reduzir, no critério de distribuição, o peso que era dado para a geração de saldos positivos na balança comercial, de modo que Pernambuco e particularmente o Ceará, na Região Nordeste, poderão ter, portanto, uma maior participação relativa, tendo em vista a diminuição do peso relativo desse critério. Então, nós temos agora um critério fixo – o desempenho exportador, que é o que deve contar mais nessa questão – e diminuímos o peso relativo da existência de saldos negativos na balança comercial.

Eu quero fazer esse registro porque foi graças à sensibilidade do Senador Wellington que pudemos, ao final, reduzir esse critério, que era oneroso para alguns Estados, como esses dois Estados do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito bem lembrado, Senador Armando Monteiro.

Passamos agora aos itens extrapauta.

Primeiro:

EXTRAPAUTA

ITEM 21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 573, de 2015

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para considerar como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação e uniformes escolares.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, vem a esta Comissão o Projeto de Lei 573, a que V. Exª já se referiu, que tem por objetivo incluir despesas com alimentação e uniforme no rol dos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino.

O art. 212 da Constituição Federal prevê que Estados e Municípios deverão gastar, no mínimo, 25% com manutenção e desenvolvimento do ensino. Ocorre que, embora alguns gastos possam ser obviamente classificados nessa rubrica, outros situam-se em uma chamada linha fronteiriça. Por exemplo, transporte escolar é classificado dentro dessa rubrica, mas construir uma estrada que leve até a escola não. Por esse motivo, é importante para prefeitos e governadores saber exatamente o que é e o que não é despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino, para que possam executar os respectivos orçamentos obedecendo ao disposto na Constituição e nas demais normas legais.

De acordo com o autor da proposição, Senador Fernando Bezerra, programas de alimentação escolar são essenciais para o bom andamento do processo de aprendizagem, e a aquisição e distribuição de uniformes está diretamente associada à atividade de ensino. Essa alteração seria, inclusive, mais compatível com o texto atual da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que computa como gastos com educação outras despesas como aquisição de material escolar e transporte escolar. Afinal, por que o transporte escolar é considerado despesa com educação, mas a merenda escolar não?

Passando à análise, Sr. Presidente, no caso da alimentação, há vários estudos mostrando a correlação positiva entre a nutrição e o desempenho escolar. O mínimo de bom senso é suficiente para concluir que estudantes mais bem alimentados conseguem aprender mais e melhor.

Esse efeito é particularmente mais forte nos Municípios mais carentes. Nesse caso, alimentação e aprendizado são complementares, inclusive podendo influenciar na frequência escolar, ou seja, a merenda escolar funciona como um incentivo para os alunos comparecerem à escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, o fornecimento de alimentação escolar é obrigação do Estado, prevista na Constituição Federal, conforme art. 208, inciso VII, e também seguiria, como argumentou o eminente autor, o nobre Senador Fernando Bezerra, o espírito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Quanto aos uniformes, também podemos detectar uma relação com o desenvolvimento do ensino. O uniforme transmite um senso de pertencimento a um grupo e mostra a necessidade de seguir regras, ambos aspectos muito importantes para melhorar o desempenho escolar. Em algumas comunidades, o uniforme pode contribuir para aumentar a segurança, pois facilita a identificação do aluno da escola. Por fim, se a criança recebe uniformes gratuitamente, a economia gerada pode levar as famílias mais pobres a adquirir outros bens e serviços que possam ajudar na educação do filho, tanto diretamente (como livros, material escolar, jornais ou revistas), como indiretamente, por exemplo, mediante melhor alimentação.

Finalmente, é importante destacar que a inclusão desses dois itens no cômputo do gasto com educação pode trazer maior eficiência e uma maior flexibilidade orçamentária na aplicação dos recursos.

No primeiro caso, os Municípios que estão cumprindo marginalmente a determinação constitucional podem estar desperdiçando recursos, devido à indivisibilidade de gastos. Por exemplo, um Município poderia estar gastando 24,9% de suas receitas, mas não encontra como despender o 0,1% necessário para cumprir o disposto na Constituição. Pode, então, decidir contratar uma obra que custe, digamos, 0,6% de suas receitas, não porque a obra seja, de fato, importante, mas porque, com esses gastos adicionais, ele atingiria o mínimo exigido. Nesse caso, permitir incorporar os gastos com alimentação ou uniformes desobrigaria a prefeitura a recorrer a tais expedientes, levando a melhor aproveitamento dos sempre escassos recursos municipais.

Ademais, conforme já mencionado, em escolas que atendem a populações mais carentes, um programa de alimentação escolar pode ter um impacto maior sobre o rendimento escolar dos alunos do que gastos diretos em educação, a exemplo de reformas de prédios ou investimentos em estruturas físicas.

Já a maior flexibilidade dos gastos pode ajudar a situação fiscal das prefeituras e Estados, mantendo suas finanças em ordem. Não se pode esquecer que o financiamento da educação no longo prazo depende fundamentalmente da boa qualidade das contas públicas.

Diante do exposto, Sr. Presidente, reconhecendo o mérito dessa proposição e registrando aqui as minhas homenagens ao autor, o Senador Fernando Bezerra, por essa oportuna iniciativa, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 573.

É esse o nosso relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando.

A matéria está em discussão.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria muito de parabenizar tanto o autor, Senador Fernando Bezerra, como também o nosso Relator, Senador Armando Monteiro.

Eu creio que este projeto tem um alto alcance social e, acima de tudo, estimula a que as empresas participem mais efetivamente desse grande desafio, que é promover ou fazer uma revolução em termos de educação no Brasil. A educação não se faz só na escola; ela se faz com a conscientização de toda a sociedade. Eu penso que um projeto dessa iniciativa traz, exatamente, não só o estímulo, não só a possibilidade de se aplicar o recurso diretamente, mas também o estímulo para que cada empresa possa também ver o seu compromisso social e fazer com que nós verdadeiramente tiremos isso do discurso e consigamos fazer uma revolução no País. Há exemplos, como a Coreia e, enfim, outros tantos países, que, em pouco tempo, em duas décadas, conseguiram realmente transformar uma nação e as futuras gerações.

Então, eu penso que, dada a sua experiência como governador, V. Exª sabe, com muita propriedade inclusive, estar aqui não só nos orientando neste voto, mas até também estimulando a que aqueles que estão nos assistindo possam ter iniciativas e até ideias para sugerir aqui para que a gente possa, através dessas ideias de quem vive e convive no dia a dia, transformá-las em projeto de lei dessa magnitude.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Wellington. Aliás, é uma excelente ideia nós podermos aqui convocar todos aqueles que nos assistem a mandarem suas ideias de projetos. Com certeza, pode ser uma contribuição muito valiosa para esta Casa, porque somos aqui 80 Senadores e, evidentemente, não temos a capacidade sozinhos de estar imaginando todos os problemas e ideias que podem melhorar a nossa legislação.

Agradeço a sua ideia, e vamos colocar isso para estimular, pedindo a todos aqueles que nos assistem a que participem, enviando ideias para novos projetos aqui nesta Casa.

Muito obrigado, Senador Wellington.

Senadora Vanessa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação.

Requerimento da Senadora Vanessa:

> Com base no art. 50, *caput*, e 58, §2º, III, da Constituição Federal, e do art. 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam convocados [...]

"Convocados", Senadora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Podemos discutir...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Prossigo:

EXTRAPAUTA

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 35, de 2018

- Não terminativo -

Com base no artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam convidados os Ministros de Estado de Minas e Energia e da Fazenda para que compareçam a esta Comissão, a fim de prestarem os devidos esclarecimentos acerca da política de reajuste de combustíveis adotada pelo Governo Federal.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros

Em discussão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria... Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Claro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discutir.) – Só para cumprimentar a Senadora Vanessa, V. Exª e os colegas, porque eu acho que nós estamos dando, de alguma maneira, uma resposta para o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um questionamento das donas de casa, das pessoas todas, independentemente de Região, sobre o que está ocorrendo com o preço do gás de cozinha, de por que alguns estão sendo empurrados para lenha, para o carvão. Temos que debater isso na Comissão de Assuntos Econômicos, pois é a vida do brasileiro que está em jogo.

Mas agora nós estamos diante de um movimento, que é essa paralisação dos caminhoneiros, que afeta a economia brutalmente. Hoje está paralisado o Mato Grosso, Rondonópolis, está paralisado o Sul, e o próprio Governo está correndo.

Mas eu acho que este é um espaço adequado à vinda do Ministro para se fazer um debate – como sempre fazemos – com nível elevado, para que se possa, de fato, entrar nesse assunto. O que está ocorrendo em relação à Petrobras, o que está ocorrendo em relação à Eletrobras, que diz respeito aos Ministros objetos desse convite, é muito sério, é um desmonte, é uma irresponsabilidade, é um ato que afeta a vida dos brasileiros e não tem explicação lógica nenhuma.

Repito o que disse ainda há pouco. O Brasil segue aumentando a produção de petróleo – já passamos dos dois milhões –, o preço do barril cresce, e a Petrobras desconta, nesta nova ilógica política, no bolso de quem pode menos: quem usa bujão de gás, quem precisa de transporte usando gasolina, óleo diesel. Isso precisa ser debatido aqui, nesta Comissão, especificamente.

Eu parabenizo V. Exª e espero termos a aprovação dessa matéria que a Senadora Vanessa apresenta e que eu queria subscrever – por gentileza, peço a V. Exª para me incluir subscrevendo esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Vanessa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – A Senadora Vanessa já me comunicou aqui que vai substituir por convite.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Convite. Beleza.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Todos nós subscrevemos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exatamente, todos aqui querem subscrever. Sem problema nenhum, Presidente, até pela forma com que V. Exª fez a leitura, que foi uma forma indireta de chamar a atenção para o fato. Muito eficiente essa forma, Senador. Então, obviamente, nós substituímos a convocação para convite.

Eu apenas faria um apelo a V. Exª, Senador Tasso, porque, Senador Jorge, eu fui comunicada de que já há marcação de data para o Ministro da Fazenda, dia 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ministro da Fazenda, dia 6.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu penso que seria muito oportuno que nós pudéssemos ter, já no dia 6, a presença do Ministro de Minas e Energia. E faríamos um debate mais amplo também. Então, fica a substituição da convocação pelo convite, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu fiz esse realce apenas por conhecer já muito bem o espírito gentil, cordial e sempre delicado de V. Exª.

Então, a ideia seria, acho que todos concordam, de fazer esse convite ao Ministro de Minas e Energia para que viesse aqui, no dia 6, quando está marcada – e confirmada, inclusive – a presença do Ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

Então, se todos concordam... (*Pausa.*)

Fica aprovado o requerimento da Senadora Vanessa.

Temos o último item, extrapauta, subscrito por praticamente todos os Senadores aqui presentes.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só pediria, Sr. Presidente – não querendo ser impertinente, já sendo –, que V. Exª use o seu prestígio para nos garantir esse dia 6, porque acho que nós estaríamos dando uma resposta, inclusive, para os que estão parados nas ruas. As pessoas diriam: "O Senado vai ter o Ministro da Fazenda e o Ministro de Minas e Energia debatendo esses assuntos ligados a preço de combustíveis na Comissão de Assuntos Econômicos".

Já que é um convite, V. Exª solicitando e tentando marcar...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vamos insistir dentro das nossas limitações, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Matéria extrapauta, também requerida pelo Senador Jorge Viana.

EXTRAPAUTA

ITEM 23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2007

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Substitutivo apresentado.

Observações: A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente.

Com a palavra o Relator.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Queria agradecer a todos os colegas por terem aceito essa inclusão extrapauta e cumprimentar V. Exª.

Como V. Exª já disse, nós estamos falando de uma proposta não terminativa. É o Projeto de Lei do Senado 206, de 2007, de autoria do Senador Raupp, que propõe que se exclua uma fração da área da reserva extrativista do Rio Ouro Preto, localizada no Município de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia, muito próximo ao meu Estado.

Eu queria dizer a todos que talvez nós estejamos, caso este projeto de lei possa seguir tramitando e vá para a Comissão de Meio Ambiente, criando uma certa jurisprudência que eu entendo, não por ser o autor do substitutivo, possa ser adequada. Mas todas as vezes em que se tratar de desafetação de área de unidade de conservação, de redução de unidade de conservação, nós temos de trabalhar para que não haja de fato no geral uma redução, para que o meio ambiente não saia perdendo. É o que estou apresentando neste substitutivo.

Então, submete-se a esta Comissão de Assunto Econômicos – depois, certamente, irá para a CAE – a proposição do Senador Valdir Raupp, que tem dois artigos. O primeiro traz o memorial descritivo da Reserva Extrativista (Resex), como nós chamamos, do Rio Ouro Preto, criada pelo Decreto nº 99.166, de 13 de março de 1990 – isso tudo é resultado da luta de Chico Mendes, em memória dele, e inclusive também consequência de sua morte, e agora estamos procurando fazer uma série de eventos lembrando os 30 anos sem Chico Mendes, que é exatamente este ano de 2018 –, e propõe a exclusão de uma fração de 31.489,49 hectares localizada na parte norte da citada reserva, abrangida pelos Setores Pacaás Novos e Cachoeirinha.

O segundo é a cláusula de vigência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz um apanhado e procurei, Sr. Presidente, primeiro, ver se essa exclusão de 31.489 hectares era necessária por conta dos argumentos usados. Quando foi criada a reserva, essa área foi incluída, mas é uma área já antropizada, ou seja, utilizada para atividade agropecuária.

Isso se confirmou depois, nas várias audiências que tivemos, inclusive com decisões aqui no Senado, ainda, na época, pelo Senador Aloysio Nunes e pelo Senador Romero Jucá, que deram parecer. Mas o projeto, depois, ficou paralisado.

Então, é óbvio que está estabelecida a prerrogativa do Senado Federal de legislar sobre matérias como esta.

Quando da criação da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, os levantamos ocupacionais e fundiários detectaram 521 lotes titulados no âmbito do programa de colonização, abrangendo uma área de 126 mil hectares.

Também foi feito um trabalho junto ao Incra.

E o resultado é que a Presidência da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem 114, de 2000, a proposição legislativa destinada a modificar o limite dessa reserva. Então, em 2000, foi apresentada uma proposta, depois ela ficou arquivada, e o Senador Raupp, em 2007, reapresentou a proposição tentando resolver esse impasse.

Contudo, os mais recentes contatos com o Instituto Chico Mendes deram conta da necessidade de nós aperfeiçoarmos a matéria. Foram várias audiências que eu promovi, inclusive no meu gabinete, com a assessoria que trabalha comigo me ajudando.

E tivemos uma nota técnica, fruto desses contatos, das reuniões que fizemos, a Nota Técnica 259, de 6 de dezembro de 2017, com argumentos robustos, com a justificativa, tendo em vista a correção de uma distorção histórica. Isso quem estabelece é o próprio Instituto Chico Mendes. E o Instituto Chico Mendes conduziu, desde a apresentação da proposição em tela, estudos, levantamentos fundiários, oficinas, consultas públicas, diversas reuniões com o conselho deliberativo da própria reserva. Então, eu procurei me calçar bem de ouvir todos os setores, especialmente a comunidade, que é a beneficiária da reserva extrativista.

Como Relator da matéria, participei dessas discussões com o Presidente do ICMBio, em duas ocasiões, no meu gabinete. Com esse conjunto de ações voltadas à ampliação do debate sobre o tema e por se tratar de uma questão muito séria – reduzir áreas de unidade de conservação é uma coisa muito séria –, eu não me dispus a fazer um relatório tratando pura e simplesmente de uma redução, mas de um aumento no geral, como passo a apresentar, para o meio ambiente não sair perdendo.

A nova proposta que apresentamos, então, foi a de redefinir a área a ser desafetada. A proposta do autor pretendia desafetar 31.489 hectares dentro dos 204 mil hectares da Reserva Ouro Preto. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nova proposta que estamos trazendo, quer dizer, com o substitutivo, permite solucionar todos os conflitos existentes, desafetando apenas 20 mil hectares. Então, há uma redução de 11 mil hectares, ou seja, 35% a menos do que estava proposto originalmente. Nós estamos focando em pegar áreas já ocupadas, que já estavam ocupadas, antropizadas, e fazer a exclusão. Então, no meu substitutivo, eu estou mantendo 11 mil hectares na reserva, dos 204, e desafetando apenas 20 mil.

Mas isso não era suficiente, Senador Wellington. Eu queria também – e propus ao Instituto Chico Mendes – que nós tivéssemos uma compensação em outra reserva, em outra unidade de conservação, para compensar a exclusão desses 20 mil hectares.

Ainda como resultado das negociações, optei pela necessidade de o Instituto Chico Mendes, de nós trabalharmos... Aí, conversamos com o próprio Conselho Nacional dos Seringueiros. Assim, o Instituto Chico Mendes realizou estudos que resultaram na proposta de ampliação da Reserva Extrativista Lago Cuniã, localizada também no Estado de Rondônia. Então, nessa Reserva Extrativista Lago do Cuniã, nós vamos ter um aumento da área da reserva – isso é uma necessidade, é um pedido do próprio Conselho Nacional dos Seringueiros – de 24 mil hectares.

Ora, se nós estamos aumentando 24 mil hectares numa reserva extrativista e desafetando 20,4 mil, e não mais 31 mil, nós temos um saldo ainda, um aumento. A proposta original era excluir 31 mil hectares; nós agora vamos ficar com o saldo positivo, no Estado de Rondônia, de um aumento de 3.593 hectares nas reservas extrativistas. Com isso, solucionamos o problema e ainda não damos nenhum prejuízo para o meio ambiente; ao contrário, fazemos a ampliação numa outra reserva extrativista dentro do Estado, a qual tinha essa necessidade.

Esse é o sentido do meu voto, do meu parecer, que trago depois de conversar com Ibama, com ICMBio, que colaborou muito com o Ministério do Meio Ambiente, com os representantes do conselho dos extrativistas da reserva. Nós estamos resolvendo um problema a pedido de todos, fazendo a desafetação dos 20 mil hectares, e não mais de 31 mil, mas também fazendo a ampliação da reserva extrativista com mais 24 mil hectares. Com isso, teremos um saldo positivo favorável ao meio ambiente – eu não apresentaria um relatório que causasse prejuízo ao meio ambiente.

Esse é o relatório que eu apresento, Sr. Presidente.

O projeto não é terminativo. Eu não sei se há divergência, porque ele ainda vai para a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, mas eu confesso que fiz... Desde 2007 essa matéria está tramitando aqui. Eu entrei no Senado em 2010. O Senador Aloysio já havia sido Relator dessa matéria. Eu peguei a relatoria já depois e estou conseguindo fazer, depois de 11 anos – mas não estou há 11 anos com a matéria, de iniciativa do Senador Raupp –, um relatório que atende o meio ambiente, atende as necessidades da reserva extrativista e também contempla uma solução, como já me disse o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Valdir Raupp, que espera que essa solução desse conflito aconteça no Estado de Rondônia, que ele defende e pelo qual trabalha aqui no nosso Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Como essa matéria ainda vai para a Comissão de Meio Ambiente, ela é não terminativa, eu proponho que nós discutamos hoje – no caso, o Senador Wellington quer discuti-la –, votemos aqui, e ela iria, em seguida, para a Comissão de Meio Ambiente.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Para discutir.) – Presidente Tasso, eu inclusive tive oportunidade de conversar com o Senador Valdir Raupp, que deu algumas explicações. Como somos vizinhos ali do Estado de Rondônia, essas questões são extremamente importantes, porque aqui eu acho que é o ganha-ganha: está resolvendo um problema de conflito, como disse aqui o Senador Jorge Viana – e aí também eu me sinto muito tranquilo, Senador Jorge, porque V. Exª conhece a área, V. Exª conhece muito o trabalho que foi feito no Acre, que é um grande exemplo e, como V. Exª está colocando, está se transformando um limão em uma limonada –, está atendendo a população, e, principalmente, a área ambiental também está ganhando.

Então, penso que esse projeto aqui, como foi falado, vem de muito tempo – inclusive o Senador Valdir Raupp nos pediu para estar aqui presente, exatamente porque isso vem tramitando há muito tempo –, e agora estão solucionados todos os impasses. Portanto, mesmo porque ainda vai para outra comissão, não há neste momento nenhuma dificuldade, nenhum impasse, tanto da área ambiental – digo, das entidades – como também por parte do Governo, da população. Eu sou favorável e, se pudesse ser favorável com muitos votos... Se eu pudesse representar... Eu estava olhando aqui o nosso Bloco Moderador, de que eu tenho a honra de ser Líder, e ele está completo aqui. Então, se eu pudesse votar... E faria aqui também a indicação, como Líder do Bloco Moderador, pela nossa aprovação, já que vai ser simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Jorge Viana permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, na forma do substitutivo apresentado pelo Senador Jorge Viana, a quem parabenizo pela conciliação e a maneira que encontrou de resolver um problema sem afetar outros setores, pelo contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas, e da minha parte isso é muito importante, de apresentar aqui meu primeiro suplente, Jorge Yanai, que foi já Senador nesta Casa como suplente do Senador Jonas Pinheiro, que, para nós, é uma referência na questão da agricultura, da agropecuária brasileira. Ele assumiu aqui no Senado, nós estamos numa pré-campanha como candidato a governador, e eu também estou fazendo tudo para que ele venha para cá ficar os próximos quatro anos.

Quero também agradecer ao Rodrigues Palma, que assumiu agora também, em substituição ao nosso Ministro Blairo Maggi, já que o Ministro continua no Ministério e o Senador Cidinho pediu licença. O Senador Rodrigues Palma é uma figura extremamente experiente, competente, foi Deputado Federal por vários mandatos comigo, inclusive assumindo a Liderança na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Tivemos a oportunidade de estar na Itália junto com o Presidente, onde aprovamos um projeto extremamente importante para o Estado de Mato Grosso, junto com Dante de Oliveira, um programa que foi batizado como Mato Grosso/Itália, ou Brasil/Itália, que foi um grande programa de US$65 milhões de investimento em pontes no Estado de Mato Grosso, principalmente em estradas de produção. Inclusive, há uma ponte que liga nossa região metropolitana, Cuiabá e Várzea Grande, que recebe o nome do ex-Ministro Sérgio Motta. Há poucos dias, ouvi alguém questionando por que o nome de Sérgio Motta se ele nem morou em Mato Grosso, e quero aproveitar e aqui fazer justiça em memória do Sérgio Motta. Foi extremamente justo o Dante articular para que a assembleia legislativa aprovasse o nome do Ministro Sérgio Motta, porque ele foi fundamental para nós conseguirmos inclusive uma excepcionalidade, já que, à época, Mato Grosso não tinha capacidade de endividamento. Mas o Dante, exatamente no trabalho que fez de reformulação do Estado – tanto é que ele tinha como *slogan* "Casa arrumada..." –, ele conseguiu convencer os organismos do Governo Federal, principalmente o Ministério da Fazenda, o Ministério da Indústria e Comércio, através da Camex... Camex não, foi outro organismo que aprova os nossos financiamentos externos... Secex...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – O importante é que foi aprovado, e também aqui o Senado da República aprovou essa excepcionalidade do nosso endividamento.

Então, fica aqui registrada a nossa satisfação de estar agora convivendo com o Senador Rodrigues Palma, que foi prefeito da nossa capital, uma pessoa que tenho certeza de que, nesses quatro meses que estará aqui, contribuirá muito com a sua experiência para o andamento dos nossos trabalhos.

Agradeço muito, Sr. Presidente, também a presença do Jorge Yanai, que, com certeza, como já foi Senador, tem experiência; foi Deputado Estadual também; é um médico de uma das regiões mais promissoras, de mais desenvolvimento de Mato Grosso, que é a cidade de Sinop, como polo da região

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

norte de Mato Grosso, em que há também uma Prefeita do PR, Rosana Martinelli. Ele é do PMDB, e Rosana Martinelli é a nossa Prefeita da cidade de Sinop.

Então, agradeço imensamente o espaço. Principalmente, tenho certeza de que V. Exª, também, como membro do PSDB, nos ajudou àquela época para que Mato Grosso também tivesse esse financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Wellington, pela sua observação, que lembrou o nome de duas grandes figuras da política brasileira: o ex-Governador Dante Oliveira, que nos deixou tão cedo, mas que prestou serviços inestimáveis a este País; e o Ministro Sérgio Motta, que também faleceu muito cedo, mas era um homem muito dedicado às causas públicas, de todos os Estados brasileiros, sempre atendendo, com muita prestimosidade, aos governos, quaisquer que fossem os partidos, atendendo ao Congresso, aos Senadores. A sua lembrança hoje é muito relevante para todos nós.

Queria saudar o Senador Jorge Yanai, que vai com certeza contribuir muito conosco, juntamente com nosso Senador Palma. São novos nomes, novas ideias, que vêm substituir, tenho certeza, à altura esses que nos deixam momentaneamente para ir à campanha eleitoral.

E quero desejar ao Senador Wellington – tenho certeza de que vai ter muito sucesso na sua candidatura – boa sorte.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Tasso, só queria fazer uma correção. Talvez eu não tenha sido muito claro.

O Jorge Yanai assumiu como Senador, no lugar de Jonas Pinheiro. Agora nós vamos estar em campanha. Eu não pretendo tirar licença...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ah, sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... mas quero que ele assuma por quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ah, está certo.

Vai assumir. Está certo, entendi.

Mas, de qualquer maneira, a boa sorte fica mantida.

Não havendo mais nada, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Roberto Requião, Rose de Freitas, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Airton Sandoval, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, José Agripino, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Otto Alencar, Omar Aziz, Benedito de Lira, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Pedro Chaves, Rodrigues Palma, Eduardo Lopes, Dário Berger e Cássio Cunha Lima. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Simone Tebet, Acir Gurgacz, José Serra, Ciro Nogueira e Telmário Mota. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício "S" nº 22, de 2018 (SEI nº 315/2018/SE-MF na origem), encaminhando o endereço eletrônico por meio do qual se podem acessar os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e Ofício "S" nº 24, de 2018 (SEI nº 1/2018/GEEST/COSCD/CODIV/SUDIP/STN-MF na origem), de 16 de maio de 2018, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, referente ao mês de abril de 2018. . Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQE 35/2018, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Jorge Viana, do Senador Paulo Rocha, do Senador Armando Monteiro, do Senador Wellington Fagundes e do Senador Manoel Antônio Rodrigues Palma. **Finalidade:** Política de reajuste de combustíveis. **Participante:** Eduardo Guardia, Ministro de Estado da Fazenda. **Resultado:** Audiência pública realizada com a participação da Comissão de Serviços de Infraestrutura. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a política de preços dos combustíveis. **Participante:** Adriano Pires, Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura. **Resultado:** Adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezenove minutos do dia cinco de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Braga, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Airton Sandoval, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, José Agripino, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Sérgio Petecão, José Medeiros, Benedito de Lira, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Pedro Chaves e Rodrigues Palma. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Rose de Freitas, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, José Serra, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 665-GP/TCU de 2018, de 1 de junho de 2018, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão nº 1084/2018, proferido pelo plenário daquela Corte em 16/5/2018, nos autos do processo nº TC 033.619/2016-6, da relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, que tratam de solicitação do Congresso Nacional, por meio da qual o Sr. Senador Renan Calheiros, então presidente do Senado Federal, encaminhou o Requerimento 741/2016, aprovado pelo plenário daquela Casa, com pedido de auditoria formulado pelo Senador Álvaro Dias, requerendo, com fundamento no art. 71, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, que esta Corte de Contas realizasse auditoria da dívida pública interna federal. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 48, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 31,784,500.00 (trinta e um milhões, setecentos e oitenta e quatro mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Maracanaú, no Estado do Ceará, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Transporte e Logística Urbana de Maracanaú – Translog"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável nos termos do projeto de resolução do senado apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 19). **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 215, de 2015 - Não**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Estabelece a inclusão do leite na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM." **Autoria:** Deputado Reginaldo Lopes. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Ricardo Ferraço, Ataídes Oliveira e Simone Tebet. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 20). **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2010 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para estabelecer prazo de validade do Exame da Ordem." **Autoria:** Senador Paulo Duque. Tramita em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 1º do art. 8º do Estatuto da Advocacia, a fim de estender por três anos a validade da aprovação na primeira etapa do Exame de Ordem." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao PLS nº 397/2011, com as emendas nº 1 e 2 - CE, e pela prejudicialidade do PLS nº 188/2010. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Simone Tebet e José Pimentel. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Altera a redação do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir a câmera de marcha a ré como equipamento obrigatório dos veículos automotores." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Substitutivo apresentado. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivos na Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, para disciplinar os benefícios tributários." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável a Emenda nº 2 - PLEN, nos termos da subemenda que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável à emenda nº 2, de Plenário, ao PLS nº 155/2015 – Complementar, nos termos da subemenda nº 1 - CAE. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, para incluir na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana os municípios amapaenses fronteiriços." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** O Presidente da Comissão, Senador Tasso Jereissati, designa relator "ad hoc" o Senador Garibaldi Alves Filho. A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Observação:** À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 422, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera os art. 15 e 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer nova definição de empresa, bem como dispor sobre o aumento ou redução de sua contribuição à Previdência Social, na forma que especifica." **Autoria:** CPI da Previdência (CPIPREV). **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 425, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer regras de anistia, remissão, transação e parcelamento dos créditos tributários." **Autoria:** CPI da Previdência (CPIPREV). **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda de sua autoria. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 9 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, para possibilitar a contratação de operações de crédito externo e interno pelos consórcios públicos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após leitura do relatório, fez uso da palavra a Senadora Simone Tebet. **Resultado:** Após a leitura do relatório pela Senadora Regina Sousa, o presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, para tornar a multa à prática de cartel por empresa ou grupo econômico, proporcional ao tempo de duração da infração à ordem econômica; instituir o ressarcimento em dobro aos prejudicados que ingressarem em juízo, ressalvados os réus que assinarem acordo de leniência ou termo de compromisso de cessação de prática, além de outros incentivos ao acordo de leniência, desde que este seja feito mediante apresentação de documentos que permitam ao CADE estimar o dano causado; determina a sustação do termo da prescrição durante a vigência do processo administrativo; e torna a decisão do Plenário do CADE apta a fundamentar a concessão de tutela da evidência." **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das emendas 1 a 3 - CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para garantir que parte dos recursos dos royalties e do Fundo Social sejam destinados para prevenção de desastres naturais ou provocados por vazamento radioativo, bem como para o atendimento das populações e áreas atingidas por esses desastres, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do Substitutivo apresentado. **Resultado:** O Presidente da Comissão, Senador Tasso Jereissati, designa relator "ad hoc" o Senador Garibaldi Alves Filho. Após a leitura do relatório, a discussão é encerrada e a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder descontos especiais nas tarifas de energia elétrica que for utilizada para irrigação e aquicultura." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo apresentado. Após leitura do relatório, fez uso da palavra a Senadora Simone Tebet. **Resultado:** O Presidente da Comissão, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tasso Jereissati, designa relatora "ad hoc" a Senadora Vanessa Grazziotin. Após a leitura do relatório, o presidente concede vista da matéria, nos termos regimentais, à Senadora Simone Tebet. O Presidente da Comissão comunica que o projeto ficará a espera das informações sobre impacto orçamentário e financeiro solicitadas ao Ministério de Minas e Energia. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 468, de 2011 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Após a leitura do relatório, a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir as formas incapacitantes das doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** O Presidente da Comissão, Senador Tasso Jereissati, designa relatora "ad hoc" a Senadora Simone Tebet. Após a leitura do relatório, a discussão é encerrada e a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a concessão de assistência financeira temporária aos artesãos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo). **Resultado:** O Presidente da Comissão, Senador Tasso Jereissati, designa relator "ad hoc" o Senador Garibaldi Alves Filho. Após a leitura do relatório, a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** O Presidente da Comissão, Senador Tasso Jereissati, designa relator "ad hoc" o Senador Elmano Férrer. Após a leitura do relatório, a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, para extinguir os juros e as multas de mora nas execuções fiscais suspensas em razão da não localização de bens do devedor sobre os quais possa recair a penhora." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, modificando as faixas de consumo e percentuais de desconto aplicados aos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 37 de 2018** que: "Nos termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 48 de 2018, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 31,784,500.00 (trinta e um milhões, setecentos e oitenta e quatro mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Maracanaú, no Estado do Ceará, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Transporte e Logística Urbana de Maracanaú – Translog'"." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 37/2018 – CAE, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 38 de 2018** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 215 de 2015, que "Estabelece a inclusão do leite na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM"." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 38/2018 – CAE, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 39 de 2018** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 25 de 2018 - CRA, aprovado dia 24 de abril de 2018, reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), da Câmara dos Deputados." **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 39/2018 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 40 de 2018** que: "Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para debater o repasse da redução de preço do óleo diesel nas refinarias para os postos de combustíveis. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença de: • Décio Oddone – Diretor Geral da ANP • Paulo Miranda Soares – Presidente da FECOMBUSTÍVEIS – Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes • Leonardo Gadotti – Presidente Executivo da Plural - Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência" **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 40/2018 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 41 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição da República, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, destinada a apresentar e a debater o documento Manifesto, integrante do Projeto Reforma Tributária Solidária - Menos Desigualdade, Mais Brasil, elaborado sob a coordenação da Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal (Anfip) e da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco)" **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 41/2018 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal durante o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

período em que estiver impedido de exercer sua atividade." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após leitura do relatório, fez uso da palavra a Senadora Simone Tebet. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Observação:** À Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/05

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento do seguinte documento para conhecimento.

Tribunal de Contas da União, Aviso nº 665-GP do TCU, de 2018.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 48, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 31,784,500.00 (trinta e um milhões, setecentos e oitenta e quatro mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Maracanaú, no Estado do Ceará, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Transporte e Logística Urbana de Maracanaú – Translog".

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: Não apresentado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, essa matéria que é submetida ao Senado,como já foi dito, solicita autorização para contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A análise da presente operação fundamenta-se no artigo 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa a verificar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que disciplinam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, no âmbito dos Estados e dos Municípios.

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional se manifestou através do Parecer SEI nº 51/2018/COF/PGACFFS/PGFN-MF, onde está declarado que as cláusulas estipuladas são as usualmente utilizadas nas operações de crédito celebradas com o BID.

De acordo com o mesmo parecer, o Município de Maracanaú atende os limites e condições definidas pelas referidas resoluções, inexistindo óbices à contratação da operação de crédito externo pretendida.

A operação enquadra-se nos limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual de operações de crédito passível de contratação, do comprometimento máximo da Receita Corrente Líquida (RCL) com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada líquida do Município.

Destaque-se que essa operação de crédito deverá ser contratada com garantia da União. Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Município de Maracanaú apresenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suficiência de contragarantias oferecidas e apresenta capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios, os resultados financeiros obtidos na análise demonstram que o Município de Maracanaú possui capacidade de pagamento "B", sendo, assim, elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para fins de concessão de garantia da União, em conformidade com a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) nº 501, de 2017, que trata da nova metodologia para cálculo da capacidade de pagamento dos entes federados.

A propósito da verificação de adimplência do Município, esta deverá estar comprovada por ocasião da análise jurídica para fim de assinatura do contrato, conforme determinam as disposições legais.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas e as condições prévias mencionadas pela Secretaria do Tesouro, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Finalmente, Sr. Presidente, importa ressaltar a importância dos recursos que irão financiar um programa que visa à melhoria das condições da população em termos de mobilidade urbana. O programa a ser financiado promove melhorias na infraestrutura de transportes e no sistema viário, contribuindo para redução de acidentes de trânsito, facilitando o deslocamento da carga urbana e do transporte coletivo e não motorizado.

Então, Sr. Presidente, passando ao voto, ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Município de Maracanaú para contratar a operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução que vai anexo.

Era esse o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando, pelo brilhante e justo relatório proferido neste momento.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, infelizmente, ainda não temos quórum para votação. Vamos aguardar quórum para colocar em votação, mas fica encerrada a discussão.

O Senador Armando Monteiro me pediu para relatar o outro projeto dele em seguida, porque ele precisa se retirar, se o Senador Moka, que é o Relator do segundo item, e o Senador Ferraço não se incomodarem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, Sr. Presidente. Apenas, em seguida, eu gostaria de submeter a V. Exª um requerimento para que nós pudéssemos deliberar sobre a necessidade de a Comissão de Assuntos Econômicos continuar discutindo a questão do desabastecimento de combustíveis em nosso País. Há uma impressão de que o assunto está resolvido, mas é só uma impressão, até porque os descontos que estão sendo conferidos na refinaria não estão chegando e não estão alcançando o consumidor final.

Então, eu gostaria de solicitar, após a leitura do relatório do Senador Armando, que nós deliberássemos sobre esse requerimento, para fazermos um debate numa reunião próxima.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Vamos ao item...

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Também é um requerimento.

O Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, virá ao Congresso Nacional, inicialmente acertado com a Câmara dos Deputados, mas ele me fez um apelo para que ele viesse à Câmara dos Deputados e à CAE, para tratar dessa questão do prejuízo que representou essa paralisação.

Ele prefere que esta reunião seja conjunta – a Comissão de Agricultura da Câmara e a Comissão de Assuntos Econômicos – aqui no Senado. A Comissão de Agricultura da Câmara já concordou com isso.

Eu queria solicitar de V. Exª que pudéssemos marcar em conjunto a vinda do Ministro da Agricultura, Senador Blairo Maggi, à CAE a fim de que, numa única vez, ele possa dar explicações.

O requerimento já se encontra sobre a mesa. Eu só estou pedindo autorização e requerendo que a reunião seja em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Nós colocaremos os dois requerimentos logo em seguida em votação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O item 1 já vamos deliberar, porque temos quórum. Já foi encerrada a discussão. Coloco o item 1 em votação.

Aqueles que com ele concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senador apresentante.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, considerando...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Ferraço está pedindo urgência, se não me engano.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ...a qualidade da condição econômica e financeira do Município, eu acho que merece o pedido para que esta Comissão possa ser célere com relação ao tema.

Eu peço urgência a V. Exª para que nós possamos enfrentar o tema em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Se todos concordam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador e a urgência.

Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, de 2015

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos na Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, para disciplinar os benefícios tributários.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável a Emenda nº 2 - PLEN, nos termos da subemenda que apresenta.

Observações:

1. Em 08/05/2018, foi aprovado parecer na CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 - CAE.

2. Em 10/05/2018, foi apresentada a Emenda nº 2 - PLEN, pelo senador José Serra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Relator.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, trata-se de matéria de Projeto de Lei do Senado, Complementar, que trata de renúncia tributária, com o objetivo de regulamentar a concessão de benefícios.

Em 8 de maio de 2018, o PLS em tela foi aprovado por esta Comissão, com a Emenda nº 1, de 2018, que reconheceu a conformidade da proposição original às normas constitucionais, legais e regimentais, além de seu mérito, pois aprimora o arcabouço legal referente à concessão de benefícios tributários, de forma a garantir uma melhor alocação dos recursos públicos.

Todavia, o Parecer nº 27, de 2018, aprovado com a Emenda nº 1 – CAE, alterou a proposição com o objetivo de obter ganhos para o processo legislativo e para a política pública a ser incentivada, pois considera que a avaliação não deve ser requisito constante da lei específica do benefício, mas seu modo de controle posterior.

Em seguida, em 10 de maio de 2018, foi apresentada a Emenda nº 2 – PLEN, do Senador José Serra. A referida emenda tem por escopo acrescentar §3º ao proposto art. 14-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para determinar que, "no caso da União, as análises previstas no *caput* serão utilizadas na avaliação periódica de funcionalidade do Sistema Tributário Nacional de que trata o inciso XV do art. 52 da Constituição Federal".

Na justificativa, o autor argumenta que "a grave crise fiscal que atinge a União, Estados, Distrito Federal e Municípios está a exigir de todos os Poderes da República a adoção de medidas, no âmbito de suas respectivas competências, com o objetivo de restaurar o equilíbrio das contas públicas".

Acrescenta que a Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, estipulou importante competência ao Senado Federal, por intermédio do acréscimo de inciso XV ao art. 52 da Constituição Federal, qual seja, a de avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios, e que essa determinação constitucional é respeitada pelo Senado Federal, quando exerce sua competência precípua de fiscalizar os recursos públicos.

É a CAE o órgão do Senado Federal que detém a competência para esse mister.

Concordamos inteiramente com o nobre autor ao afirmar que a emenda apresentada pretende tornar efetiva e instrumentalizar essa relevante competência do Senado Federal na busca do equilíbrio fiscal e da melhor funcionalidade do Sistema Tributário Nacional. Dessa forma, quanto ao mérito, somos plenamente favoráveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todavia, quanto à técnica legislativa e redação, consideramos que a Emenda nº 2 - PLEN deve alterar o art. 1º do PLS nº 155, de 2015, para incluir o §3º ao proposto art. 14-D da Lei Complementar nº 101, de 2000, e não ao art. 14-A, pois o *caput* do art. 14-A se refere à definição de benefício tributário, ao passo que é o *caput* do art. 14-D que trata da avaliação periódica de cada benefício tributário e prevê a análise sobre o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos e eventuais correções da meta.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é, portanto, pela aprovação da Emenda nº 2 – PLEN, nos termos da subemenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável à Emenda nº 2, nos termos da Subemenda nº 1 da CAE.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 215, de 2015

- Não terminativo -

Estabelece a inclusão do leite na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM.

Autoria: Deputado Reginaldo Lopes

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Favorável ao projeto

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vamos votar os requerimentos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu vou fazer o nº 2 e o nº 3, de que S. Exª é o Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – E em seguida votamos os requerimentos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu vou tentar resumir o projeto que eu venho relatar, porque eu acho importante que a Comissão de Assuntos Econômicos tenha noção do contexto geral. Depois, eu me atenho ao relatório e serei breve.

São informações importantes. O leite *in natura* já faz parte da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), desde 2002, por decisão do Conselho Monetário Nacional, já levando em consideração as disponibilidades orçamentárias e a responsabilidade fiscal, concorrendo com outros produtos que também integram a referida política.

Observa-se, portanto, que a inclusão decorre de decisão administrativa que pode ser alterada por interesse que deixe de lado o alcance social e seja substituído pelo econômico.

A proposta apresentada é de caráter alterativo, não prejudica em nada o atual modelo adotado em relação à Política de Garantia de Preços Mínimos. Entretanto, ao ser incluída em lei ordinária, confere maior segurança jurídica e econômica para os produtores de leite.

Importante lembrar que a operacionalizada PGPM já depende de disponibilidade orçamentária que atenderá aos diversos produtos abarcados por esta política, inclusive o leite. A diferença é que, a partir do texto proposto, embora ainda autorizativo, propõe legitimar a inclusão do leite *in natura* nesse contexto, pela sua importância social, cuja produção será concentrada na agricultura familiar, pequenos e médios produtores rurais. E isso faz parte da alimentação da totalidade da população brasileira. Portanto, trata-se de política que alcança socialmente a área rural e urbana.

Sr. Presidente, por experiência ao longo desse tempo todo, sei que o leite e os derivados lácteos são os produtos mais protegidos em termos de exportação. E o Brasil frequentemente usa os nossos derivados lácteos como moeda de troca.

Nós exportamos carros para Argentina e Uruguai e permitimos uma importação de leite e de derivados lácteos que inviabilizam aqui os preços. Eles ficam completamente sem condição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que se propõe aqui é um projeto autorizativo, porque o Senado, o Legislativo não tem a prerrogativa de propor essa lei, mas ela vai lembrar a quem tem esse direito de que é importante. Já existe previsão orçamentária, já existe tudo. É que, na hora de escolher o leite para fazer parte disso, eles o deixam de fora. E deixam de fora, na minha avaliação, porque é sempre usado como moeda de troca. Quer dizer, nós permitimos, no nosso intercâmbio comercial, prejudicando enormemente os produtores.

Além disso, os nossos produtores, pequenos produtores, têm na venda do leite a única forma de sobreviverem seu mês inteiro. Não se trata de empresas que produzem 300, 400, 500 litros; nós estamos falando de propriedades que produzem 30, 40, 50 litros, e aquele dinheiro serve para a sobrevivência diária desses pequenos agricultores.

Como o projeto é somente autorizativo, eu procurei, nesse rápido resumo que fiz, explicar aos membros da Comissão qual é o objetivo do projeto. Eu não sei se a Comissão quer que eu leia o projeto, uma vez que ele... Eu fiz um resumo que trata exatamente da problemática, e eu quero submeter isso, lembrando que o projeto é apenas autorizativo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Lido o voto do Senador Moka, coloco em discussão.

Senador Ferraço e Senador...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Para uma breve observação...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Colocando em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Para discutir. *Fora do microfone.*) – Cumprimento o Senador Moka, que de maneira didática e pedagógica traz a esta Comissão os efeitos, as consequências de um programa como esse, sobretudo porque é voltado para a pequena propriedade de base familiar. Houve um cuidado preciso do Senador Moka ao afirmar e reiterar que este é um projeto autorizativo, portanto ele não ofende, não viola nenhum princípio, nenhum artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós estamos, assim, autorizando o Poder Executivo, que, quando o fizer, terá de considerar previsão orçamentária.

Portanto, esse é um projeto que, do ponto de vista meritório e técnico, está em linha com as nossas preocupações aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, e eu cumprimento o Senador Moka.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Para discutir.) – Também serei bastante breve, Sr. Presidente. Quero parabenizar o Senador Moka.

Vale a pena lembrar, Senador Moka, em relação aos nossos pequenos produtores – falando, inclusive, da agricultura familiar no nosso País –, que 70% de toda a alimentação que é colocada na mesa do povo brasileiro vem exatamente do agricultor familiar e desses pequenos produtores de leite.

E mais uma informação muito importante é que 46% de todo o emprego rural também vêm desses pequenos produtores. Portanto, este projeto realmente caminha no rumo certo.

Eu não sei se nós temos condições, Sr. Presidente, até de pedir urgência para que este projeto... Não sei se ele vai a alguma Comissão depois da CAE.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Gostaria de saber se nós podemos pedir urgência para imediatamente já ir ao plenário da Câmara Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Primeiro.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não, este aqui é para a Câmara. É para a Câmara ou o Senado?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não, já passou pela Câmara.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Ah, é pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Primeiro, nós precisamos colocar em votação, depois de encerrada a discussão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sim. Uma vez aprovado, diretamente ao plenário. Se proceder o requerimento, eu assino o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, mais do que o autor, eu gostaria de parabenizar o Relator, porque, na realidade, num primeiro momento, eu estranhei realmente. É uma política geral de preço mínimo para um produto tão perecível quanto o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

leite. O Governo não tem estoque público, não tem armazém público para armazenar essa grande quantidade, e, ainda que o tivesse, nós estamos falando de um produto que, em dois, três dias, se não for devidamente armazenado, pode estragar e, portanto, ficar inservível ao consumo. Mas, como bem disse o Senador Moka, inclusive, nas conversas que tivemos, nós não estamos falando especificamente só do leite; nós falamos do leite em pó, dos derivados do queijo, do leite condensado, do doce de leite, produtos que hoje, inclusive, são elaborados pelo agricultor familiar, pelo pequeno produtor rural.

É um projeto autorizativo – o Senador muito bem lembrou aqui –, mas, mais do que isso, abre uma porta para que nós possamos realmente estar atentos a esse setor, esse segmento tão fundamental para a economia brasileira, inclusive, como ele disse, nas relações de comércio exterior, seja com o Mercosul, seja com outros países em que o Brasil tem essa relação comercial. Porque nós não podemos esquecer – e eu aqui acabei de receber um dado de que nós estamos falando de um setor que gera, em relação ao alimento, 34 bilhões de litros por ano, e gerou aqui uma movimentação na produção num valor bruto de produção de 27 bilhões, no ano de 2016. Portanto, o leite é um produto fundamental não só para a existência humana, mas para a própria atividade comercial do Brasil.

Parabenizo, portanto, o Senador, porque é um tema que a princípio causou estranheza a alguns colegas, e ele teve o cuidado de conversar conosco, esclarecer os pontos e deixar muito claro que é um projeto autorizativo. E, não menos importante, Presidente, a partir daí, acho que o MAPA, o Ministério da Agricultura tem condições de aprimorar a legislação que já existe em relação a esta questão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Simone.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

A matéria está em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

Há um pedido do Senador Ataídes para urgência para esta matéria.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa maneira, então, a matéria vai, em regime de urgência, ao plenário do Senado Federal.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Item nº 3.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2010

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para estabelecer prazo de validade do Exame da Ordem.

Autoria: Senador Paulo Duque

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2011

- Não terminativo -

Altera o § 1º do art. 8º do Estatuto da Advocacia, a fim de estender por três anos a validade da aprovação na primeira etapa do Exame de Ordem.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

Relatório: Favorável ao PLS nº 397/2011, com as emendas nº 1 e 2 - CE, e pela prejudicialidade do PLS nº 188/2010.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer pela prejudicialidade do PLS nº 188/2010, e favorável ao PLS nº 397/2011, com as Emendas nº 1 e 2 - CE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor; e, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, vêm ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) os Projetos de Lei do Senado (PLS) nº 188, de 2010, de autoria do Senador Paulo Duque, e nº 397, de 2011, do Senador Eduardo Amorim, que tramitam em conjunto.

Ambos dispõem sobre o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com o fim de fixar, por período determinado, a dispensa de realização da primeira etapa do exame para candidatos aprovados nessa fase.

Com essa finalidade, as proposições alteram a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, o Estatuto da Advocacia.

O PLS nº 188, de 2010, pretende tornar válida, por cinco anos, a aprovação obtida na primeira fase do Exame de Ordem, quando este for realizado em duas etapas. O autor justifica a inovação sustentando ser injusta a submissão de candidato reprovado na segunda fase do exame a novas provas da primeira etapa.

Diante do exposto, em concordância com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2011, com as emendas nos 1 e 2-CE e pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2010.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Coloco em discussão.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – É apenas para deixar claro, Sr. Presidente – até para alguns colegas que estão na dúvida quanto a pedir vista –, o seguinte, é que a própria Ordem dos Advogados – pelo menos foi o que me passaram – já entrou num entendimento.

É bom lembrar que o projeto, a princípio, previa, como bem colocou o Senador Ferraço, que o candidato aprovado na primeira fase teria direito a cinco repescagens, ou seja, não passando na segunda fase, poderia fazer quatro vezes a segunda fase sem precisar repetir a primeira. O relatório estabelece – achando muito, e é verdade, cinco – que seriam três. Ou seja, ela passa na primeira fase e não passa na segunda e tem direito a mais duas repescagens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É bom lembrar que hoje a Ordem já dá direito a uma repescagem. Portanto, o projeto é muito tranquilo. Ele apenas diz que o candidato aprovado na primeira fase e que já tem direito a uma repescagem terá direito a mais uma no mesmo ano. Com isso, nós não vemos nenhum prejuízo à Ordem dos Advogados. Isso atende ao princípio da economicidade e da transparência. Hoje nós sabemos que os exames da Ordem, embora isso não seja verdadeiro, criam certa celeuma em relação a ser – entre aspas – uma indústria para se juntar aí... É muito difícil o exame, mas, na realidade, nós sabemos que o problema é outro: o nível das nossas faculdades de Direito.

Eu acho que esse projeto passa a ser até de interesse público, não só de interesse social. Nesse aspecto, como eu tive contato inclusive com representantes da Ordem, eu quero tranquilizar os colegas Senadores: eles eram contrários ao projeto na sua origem, mas, depois do substitutivo e do relatório do Senador Ferraço, a informação que eu tive foi de que é um projeto que hoje não vai causar impacto financeiro para a Ordem dos Advogados. Lembro que R$260 é hoje o custo para se fazer o exame. Quando não se passa na primeira fase, paga-se R$130 para fazer a segunda fase. Consequentemente, não vejo aí nenhum prejuízo excessivo à Ordem dos Advogados.

Acho que esse projeto é da mais alta relevância e precisa ser aprovado com urgência. Por isso, meu posicionamento é favorável em relação a esse projeto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não são cinco?

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Não, era de cinco, passou para três. Mas lembro que, na realidade, nós estamos acrescentando só um, porque a Ordem já permite uma repescagem.

Então, é apenas para esclarecimento, porque eu tive o cuidado, inclusive, de obter essa informação na Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, os esclarecimentos que a nobre Senadora nos traz nos dão certa tranquilidade em face de a matéria ter reduzido para três anos. No entanto, existem algumas secções da OAB que insistem num diálogo maior sobre isso. Eu vou pedir vista, Sr. Presidente, de maneira que, na próxima quarta-feira, nós votaremos essa matéria, dando essa tranquilidade a todos nós. Portanto, estou pedindo vista, mas na quarta-feira, com tranquilidade, estaremos aqui para votar, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Pedido de vista coletiva. Na próxima terça-feira, colocaremos em votação sem falta.

Item...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, vamos aos requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Coloco em votação o requerimento apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço.

EXTRAPAUTA

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 40, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para debater o repasse da redução de preço do óleo diesel nas refinarias para os postos de combustíveis. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença de:

• Décio Oddone – Diretor Geral da ANP

• Paulo Miranda Soares – Presidente da FECOMBUSTÍVEIS – Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes

• Leonardo Gadotti – Presidente Executivo da Plural - Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Coloco em votação o requerimento do Senador Ferraço.

As Srªs e os Srs. Senadores que são favoráveis permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 39, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 25 de 2018 - CRA, aprovado dia 24 de abril de 2018, reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), da Câmara dos Deputados.

Autoria: Senador Waldemir Moka.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do Senador Moka permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Moka.

Requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho.

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 41, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição da República, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, destinada a apresentar e a debater o documento Manifesto, integrante do Projeto Reforma Tributária Solidária - Menos Desigualdade, Mais Brasil, elaborado sob a coordenação da Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal (Anfip) e da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco)

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho

Essa audiência terá a participação dos seguintes convidados, além de outros a serem indicados pelos membros desta Comissão: Sr. Jorge Antônio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal; Sr. Eduardo Fagnani, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas e coordenador técnico do projeto; Sr. André Horta Melo, coordenador-geral do Consórcio Nacional de Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita e Tributação (Consefaz); um representante da Confederação Nacional da Indústria; e o Sr. Rodrigo Octávio Orair, pesquisador do Ipea e Diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Garibaldi Alves.

Vamos colocar em discussão agora o item 7, que tem como Relator o Senador Pimentel.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 422, de 2017

- Não terminativo -

Altera os art. 15 e 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer nova definição de empresa, bem como dispor sobre o aumento ou redução de sua contribuição à Previdência Social, na forma que especifica.

Autoria: CPI da Previdência

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Contrário ao projeto.

Tem a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a presente proposição, fruto do trabalho da CPI da Previdência Social, objetiva aperfeiçoar a definição de empresa para fins de cobrança de contribuição previdenciária, bem como dispor sobre gatilhos para o aumento e a diminuição da contribuição, conforme a variação do número de empregados da empresa.

Essas inovações são implementadas por meio de alterações na Lei nº 8.212, de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui seu plano de custeio.

Dessa forma, o art. 1º do PLS nº 422, de 2017, altera os artigos 15 e 22 da Lei nº 8.212, de 1991.

No caso do art. 15, adota-se nova conceituação para a definição de empresa, seguindo a relação das pessoas jurídicas de direito privado que estão no Código Civil.

Relativamente à mudança pretendida no art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, o PLS nº 422, de 2017, estipula que a contribuição previdenciária patronal será aumentada em um ponto percentual sempre que a empresa reduzir em 5% seu quadro de pessoal, numa apuração anual. Esse incremento não pode ultrapassar a alíquota máxima de 25%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em contrapartida, a contribuição patronal será reduzida em um ponto percentual quando o quadro de pessoal da empresa aumentar em 5%, numa apuração anual, respeitada a alíquota mínima de 15%.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental. A matéria, após apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos, será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais.

Na nova definição de empresa, segundo alteração que se pretende fazer no plano de custeio da previdência (art. 15 da Lei nº 8.212, de 1991), misturou-se o conceito de empresa com o de pessoa jurídica de direito privado (art. 44 do Código Civil).

São pessoas jurídicas de direito privado: I - as associações; II - as sociedades; III - as fundações; IV - as organizações religiosas; V - os partidos políticos; e VI - as empresas individuais de responsabilidade limitada.

Note que denominar todas essas pessoas jurídicas como empresas pode gerar incongruências no ordenamento jurídico, além de provável insegurança jurídica a ser criada por conta da alteração de uma definição previdenciária que já estava consolidada. Esse tema é objeto de debate também na Comissão Especial que trata do Código Comercial brasileiro. Portanto, é uma matéria que traz um conjunto de debates ao Congresso Nacional.

Ainda sobre esse tópico, a maneira como foi redigido o art. 15 da Lei nº 8.212, de 1991, por meio do art. 1º do PLS nº 422, de 2017, fica excluída a definição de empregador doméstico, o que é importante para fins de diferenciação da alíquota previdenciária a ser aplicada.

Excluiu-se também o parágrafo único que faz a equiparação de outros tipos de contribuintes à empresa. Essa exclusão pode permitir que determinados contribuintes deixem de ter de recolher as contribuições previdenciárias.

Por fim, o mecanismo que se pretende criar com a alteração no §16 do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, de aumentar a alíquota previdenciária no caso de redução do quadro de pessoal de uma firma e de diminuição da alíquota no caso de novas contratações apresenta uma incoerência econômica.

Note que uma firma demite por estar em situação desfavorável, por não conseguir vender seus produtos. Isso pode acontecer por diversos motivos, como uma crise econômica como esta que estamos vivendo nos últimos três anos. Em situações como essas, há que se pensar em situações que aqueçam a demanda, como a redução de tributos. O PLS nº 422, de 2017, faz exatamente o oposto – quando a firma está em situação desfavorável, a proposição prevê o aumento da tributação, criando mais dificuldade ainda para que essa empresa possa se recuperar e, consequentemente, não demitir.

Por outro lado, dada a problemática situação fiscal da previdência, não é aconselhável que, num momento de crescimento econômico, em que as firmas estão contratando mais por conta de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demanda aquecida, que se promova a diminuição da alíquota previdenciária, pois isso traria reflexos negativos na receita do sistema.

Por isso que o critério do Simples Nacional em trazer a contribuição para o faturamento da empresa com diferenciação, de acordo com o seu faturamento, permitiu que este segmento demitisse menos nesse momento de crise, enquanto que as empresas fora do Simples, que não têm esse diferencial, têm tido mais dificuldades.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 422, de 2017, por entender, Sr. Presidente, que a ideia é razoável, mas o momento econômico não é o aconselhável para aprovação desta matéria.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Coloco a matéria em discussão.

Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Pela ordem.) – Peço vista, Sr. Presidente, com toda vênia ao nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Ataídes pede vista.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A Senadora Simone Tebet pede vista coletiva.

Então, pedida vista coletiva, a matéria vai à votação na próxima semana.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 425, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer regras de anistia, remissão, transação e parcelamento dos créditos tributários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: CPI da Previdência

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda de sua autoria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 425, de 2017 – Complementar, é um dos muitos frutos do trabalho desenvolvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal destinada a investigar a contabilidade da Previdência Social (CPIPREV).

Como expõe a justificação da proposição, a sua finalidade é estabelecer regras para concessão de futuros programas especiais de regularização tributária, os conhecidos Refis, que envolvem anistia, remissão, transação, abatimento de juros de mora e parcelamentos especiais dos créditos tributários. Isso para evitar que sonegadores e fraudadores se utilizem de tais benefícios para deixar de cumprir com suas obrigações tributárias.

Para tanto, o projeto acrescenta os arts. 182-A e 182-B ao Código Tributário Nacional (CTN – Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) estipulando regras para a concessão de anistia, remissão, transação, abatimento de juros de mora ou parcelamentos especiais. Vejamos.

Segundo o proposto art. 182-A, o sujeito passivo não poderá se beneficiar de parcelamentos em relação a débitos constituídos há menos de cinco anos, contados da publicação da norma correspondente. Também não poderão ser incluídos os débitos constituídos após identificação de fatos cometidos com dolo, fraude, conluio ou simulação, bem como tipificados como crimes contra a ordem tributária ou apropriação indébita, ou a outro ilícito penal relacionado.

Está vedada a adesão das empresas com faturamento anual superior a quatro milhões de reais e que tenham distribuído lucros ou dividendos aos sócios nos três anos-calendários anteriores à publicação da lei que instituir o benefício. Além disso, o parcelamento especial apenas poderá ser utilizado a cada cinco anos.

A concessão do parcelamento deverá ser precedida de parecer favorável da administração tributária no que se refere aos efeitos para a arrecadação tributária atual e futura.

As condições acima elencadas podem ser, por prazo definido, em todo ou em parte, suspensas expressamente pela lei, em caso de calamidade pública nacional, regional ou local causada por forças da natureza que afetem gravemente a capacidade das pessoas físicas e jurídicas de arcar com seu dever de pagar tributos.

O art. 182-B determina que, semestralmente, a administração tributária promova audiências públicas para discutir os benefícios fiscais e as desonerações vigentes e divulgue, anualmente, parecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicando os custos e as eventuais vantagens ao erário, apontando quais benefícios fiscais devem ser mantidos ou revistos. Esse parecer deverá ser acatado no conteúdo do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e nas propostas de orçamento.

O art. 2º determina a entrada em vigor da norma no dia de sua publicação.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

A matéria objeto da proposição versa sobre normas gerais de direito tributário e sua disciplina é condizente com a competência legislativa da União (art. 24 da Constituição Federal) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal), não havendo impedimentos constitucionais formais nem materiais. Como estipulado no art. 48 da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, nas quais se incluem as referentes ao Sistema Tributário Nacional. Nesse ponto, não há, nos termos dispostos no art. 61, combinado com o art. 84, ambos da Constituição Federal, prescrição de iniciativa privativa do Presidente da República.

No tocante à juridicidade, a proposição afigura-se correta. O meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado, pois, com esteio no art. 146, inciso III, da Constituição Federal, o Código Tributário Nacional foi recepcionado pela atual ordem constitucional com status de lei complementar. A matéria nela tratada inova o ordenamento jurídico. O PLS também possui o atributo da generalidade, aplicando-se a todas as situações de fato que se insiram na hipótese legal, e se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados. O PLS está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal. São necessários apenas ajustes redacionais na proposição, que são realizados por meio da emenda abaixo.

O PLS não implica renúncia de receita, razão pela qual são desnecessárias as cautelas exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000). Na realidade, o objetivo da proposição é justamente evitar o ataque às contas públicas, perpetrado pelos incessantes parcelamentos especiais.

Com efeito, visando arrecadar mais e viabilizar a reabilitação de contribuintes inadimplentes, e considerando a dificuldade da recuperação judicial de dívidas, os governos têm-se valido da edição de vários parcelamentos especiais ou programas de recuperação fiscal, genericamente chamados de Refis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, conforme informa a justificação do PLS, durante as audiências públicas da CPI presidida pelo Senador Paulo Paim, restou comprovado que os benefícios fiscais, especialmente os parcelamentos especiais, são concedidos de maneira indiscriminada, em detrimento do interesse público, principalmente com prejuízo aos recursos que financiam a Previdência Social. Assim, fica evidenciada a necessidade de uma regulamentação mais criteriosa para que tais benefícios fiscais sejam ofertados, de forma a alcançar os contribuintes que realmente necessitem, e não se tornem um instrumento de privilégio de sonegadores.

O parcelamento de débitos, com descontos de penalidades e multas, pelo Governo Federal tem sido recorrente. A sua frequente utilização pelo Fisco demonstra a impossibilidade de o Estado recuperar seus créditos, acarreta insegurança jurídica e desestimula o cumprimento tempestivo de obrigações fiscais. Ademais, a concessão reiterada desse mecanismo, que deveria ser excepcional, leva a sua banalização e perda de eficácia, o que resulta na diminuição dos valores recuperados ao longo do tempo a cada novo Refis.

Isso acarreta o chamado risco moral, que, nas palavras do jurista Fábio Ulhoa Coelho:

> [...] decorre do estímulo ao erro embutido em toda medida de saneamento de situações caóticas. Um exemplo simples ajuda a entendê-lo. A anistia fiscal, que de tempos em tempos perdoa quem não paga seus impostos, tem como principal objetivo a normalização da situação econômica dos contribuintes alcançados por dificuldades. A medida, no entanto, acaba estimulando a inadimplência de pessoas desprovidas de adequada formação moral. Elas pensam: "Se é assim, se um dia virá nova anistia, então não vou mais pagar meus impostos." [Fecho aspas.]

Como alertado pela justificação da proposição, o abuso na utilização dos parcelamentos especiais afeta a escolha dos agentes econômicos de continuar o pagamento em dia de suas obrigações tributárias.

De fato, quando há a perspectiva de abertura de novo parcelamento especial, e considerando o risco moral, há perda de arrecadação.

É importante destacar que as condições de parcelamento oferecidas no Brasil, inclusive no convencional previsto na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, destoam daquelas concedidas pela grande maioria dos países, que são bem mais rígidas.

Dessa forma, não é mais possível aceitar a concessão generalizada de parcelamentos ditos especiais, motivo pelo qual este projeto merece aprovação por parte desta Casa. A proposição tem condições de afastar os benefícios abusivos contidos nesses programas e limitar a adesão por parte dos contribuintes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2017 – Complementar, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº - CAE

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2017 – Complementar:

"Art. 1º A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 182-A e 182-B:

'Seção IV

Programas Especiais de Regularização Tributária

Art. 182-A. A concessão de anistia, remissão, transação, abatimento de juros de mora ou parcelamentos especiais não poderá incluir:

I – débitos tributários do sujeito passivo constituídos há menos de 5 (cinco) anos contados da data da publicação da lei que instituir o benefício;

II – débitos tributários constituídos ao tempo da identificação da prática, pelo sujeito passivo, de dolo, fraude, conluio ou simulação, de crime contra a ordem tributária ou de apropriação indébita, ou de outro ilícito penal relacionado;

III – pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e que tenham distribuído lucros ou dividendos aos sócios nos três anos-calendários anteriores à publicação da lei que instituir o benefício; e

IV – pessoas físicas ou jurídicas que tenham sido beneficiadas por parcelamentos especiais nos 5 (cinco) anos anteriores à publicação da lei que instituir o benefício.

§1º A concessão de parcelamentos especiais deve ser precedida de parecer favorável da administração tributária quanto aos seus efeitos para a arrecadação tributária atual e futura.

§2º Em caso de calamidade pública nacional, regional ou local causada por forças da natureza que afetem gravemente a capacidade das pessoas físicas e jurídicas de cumprir suas obrigações tributárias, as regras previstas neste artigo podem ser, em todo ou em parte e por prazo definido, suspensas expressamente pela lei.

Art. 182-B. A administração tributária promoverá, semestralmente, audiências públicas para discutir os benefícios fiscais e as desonerações vigentes e divulgará, anualmente, parecer indicando os custos e as eventuais vantagens ao erário, apontando quais benefícios fiscais devem ser mantidos ou revistos.

Parágrafo único. O parecer previsto no *caput* deste artigo deverá ser acatado no conteúdo do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e nas propostas de orçamento.'"

É este, Sr. Presidente, o nosso parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

A matéria está em discussão.

O Senador Rodrigues Palma gostaria de discutir.

O SR. RODRIGUES PALMA (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, em que pese eu concordar com o relatório do nobre Senador, eu gostaria de pedir vista, porque ainda tenho dúvidas sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Rodrigues Palma então pede vista sobre a matéria que acaba de ser relatada pelo Senador José Pimentel.

Vista coletiva à Senadora Regina Sousa.

ITEM 9

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, para possibilitar a contratação de operações de crédito externo e interno pelos consórcios públicos.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Pergunto à Senadora Regina Sousa se ela aceitaria ser a Relatora *ad hoc* desta matéria.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Regina Sousa, como Relatora *ad hoc*.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – É submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Resolução (PRS) nº 31, de 2017, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Resolução do Senado Federal (RSF) no 43, de 21 de dezembro de 2001.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PRS nº 31, de 2017, possibilita aos consórcios públicos estaduais ou municipais, constituídos sob a forma de pessoa jurídica de direito público ou privado, contratar operações de crédito externo e interno. Determina ainda que os limites, as vedações e as demais condições e exigências previstas pela Resolução no 43, de 2001, para a contratação de operação de crédito, serão observados, individualmente, por cada ente que dele participe.

Na justificação, o autor enfatiza que o presente Projeto de Resolução do Senado busca assegurar a possibilidade de consórcios públicos estaduais ou municipais contratarem operações de crédito internas ou externas. A ausência de uma referência expressa aos consórcios públicos na Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, que disciplina os limites, garantias e condições de autorização para operações de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tem sido motivo para a Secretaria do Tesouro Nacional não acatar pedidos de operações de crédito envolvendo essas entidades.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

O Projeto de Resolução nº 31, de 2017, não apresenta óbices de natureza constitucional, jurídica ou regimental, pois se refere à regulamentação do exercício de competência privativa constitucionalmente atribuída ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V a IX, da Constituição.

Ademais, reveste-se sob a forma de resolução, como prevê o art. 213, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em termos de técnica legislativa, convém frisar que a Resolução nº 43, de 2001, é a norma do Senado Federal que regulamenta o exercício da competência privativa a que acabamos de nos referir, procedendo de forma acertada o projeto ao pretender alterar norma própria preexistente. De resto, não há reparos a fazer ao texto, salientando, ainda, que o projeto está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Assim, o projeto de resolução em exame não apresenta vício de constitucionalidade, nem quanto à iniciativa parlamentar para a instauração do processo legislativo, nem relativamente à matéria nele tratada. Adicionalmente, todos os requisitos regimentais pertinentes à matéria foram cumpridos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É verdade que as resoluções atualmente em vigor e que regulamentam esse preceito constitucional, as de nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, não explicitam os consórcios públicos entre os entes habilitados a pleitear e contratar operações de crédito.

A despeito dessa constatação, cumpre ressaltar que a literatura jurídica sobre a natureza dos consórcios tende a entendê-los como entidades integrantes da administração indireta dos entes associados, de forma que, implicitamente, estariam submetidos às disposições das referidas resoluções, sendo, portanto, em princípio, habilitados a realizarem operações de crédito.

Enfatize-se que a Lei nº 11.107, 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, determina, explicitamente, que o consórcio público com personalidade de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados, incluindo-o entre as autarquias, submetendo-se, assim, ao controle de seu endividamento pelo Senado Federal.

A alteração proposta à Resolução no 43, de 2001, é, portanto, pertinente e meritória, possibilitando que aquelas associações, hoje restringidas em seu direito de acesso ao crédito, devido à referida lacuna legal, tenham, expressamente, delimitadas as responsabilidades das partes envolvidas nas associações e, consequentemente, demarcadas as condições sob as quais se processará a apuração da observância dos limites globais e demais exigências para a contratação das operações de crédito.

Por outro lado, em conformidade com a própria lei que regulamenta os Consórcios...

A Relatora chegou. Continuo lendo?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – V. Exª é quem sabe.

Senadora Maria do Carmo, a Senadora Regina estava lendo *ad hoc*...

A Senadora pede que a senhora continue.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada.

Por outro lado, em conformidade com a própria lei que regulamenta os Consórcios Públicos (Lei nº 11.107, de 2005), o PRS nº 31, de 2017, não descuida do controle que deve ser exercido sobre os impactos dessas operações financeiras no endividamento público.

Ainda de acordo com a referida lei, os diversos recursos empregados por cada um dos partícipes dos consórcios públicos variam em função do montante de suas receitas, de sua população e dos bens e serviços disponíveis. Nada mais apropriado do que lhes assegurar a possibilidade de acesso aos empréstimos e financiamento, mantendo essa característica que os individualiza na associação e que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preserva sua autonomia constitucional. Nos termos do PRS nº 31, de 2017, cada consorciado deverá observar, individualmente, os limites, as vedações e as condições previstas na Resolução nº 43, de 2001.

A relevância do projeto se manifesta ainda em sua importância para que se viabilize, aos Municípios com população inferior a 90 mil habitantes, o acesso a operações de crédito externo. Como se sabe, esses Municípios, hoje, estão, na prática, impedidos de pleitear operações de crédito externo, pois a Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) somente analisa e credencia pleitos, com garantia da União, de Municípios com populações superiores a esse número, conforme a sua Resolução nº 294, de 18 de setembro de 2006. Obviamente, a não concessão de garantia da União praticamente inviabiliza que esses entes tenham acesso ao crédito externo. Também nesse contexto, entendemos meritório e oportuno o Projeto de Resolução nº 31, de 2017.

Destaque-se, porém, o PRS nº 31, de 2017, antes de contornar situação impeditiva de acesso de pequenos Municípios ao crédito externo, facilita e confere maior efetividade e eficácia às ações dos Consórcios Públicos, ao regulamentar o seu acesso ao mercado financeiro, interno e internacional.

Como se sabe, os consórcios racionalizam o uso dos recursos públicos e seu maior acesso ao crédito – desde que respeitados os limites e condições impostos aos consorciados – contribuirá para uma maior eficiência administrativa e para melhorar a qualidade dos serviços ofertados. Dessa forma, o PRS nº 31, de 2017, vai muito além da simples anulação de restrição hoje imposta àqueles Municípios.

Por fim, vale ressaltar que o projeto veda a possibilidade de os consórcios públicos seriam constituídos tão somente para fins de contratação de operações de crédito, reforçando as diretrizes e os objetivos da própria Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e o disposto no *caput* do art. 3º do Decreto no 6.017, de 2007, que o regulamenta, em atendimento à determinação emanada do art. 241 da Constituição. A obtenção de crédito não se encontra entre os objetivos fundamentais dos consórcios.

Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2017.

É o relatório.

Só para lembrar: essa é uma demanda da Confederação dos Municípios, da última marcha dos prefeitos, é uma demanda deles.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senadora Regina.

A matéria está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. Para discutir.) – Sim, Sr. Presidente.

A princípio, eu sou favorável ao projeto, mas entendo, dando uma rápida olhada no relatório, que o projeto pode ser aperfeiçoado, justamente para deixar muito clara a posição e a possibilidade ou não de receber esse crédito quando um dos entes do consórcio esteja adimplente ou inadimplente.

Então, em função disso, eu peço vista. Se quiserem pedir vista coletiva para que a gente não atrase o andamento desse projeto que, a princípio, é meritório... É para ver se podemos fazer algum aprimoramento e, de repente, já votar na semana que vem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Simone.

O Senador Rodrigues pede vista coletiva.

Foi dada vista coletiva, então, ao projeto de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, cuja Relatora é a Senadora Maria do Carmo Alves.

Queria aproveitar, Senadora Vanessa, para registrar, para alegria desta Casa, que as mulheres estão em maioria absoluta hoje aqui, nesta Comissão. Eu queria...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Apesar de só ocuparmos 14% das cadeiras do Senado, não é, Senador? Então, acho que é meritório mesmo o comunicado de V. Exª. Agradecemos.

O SR. RODRIGUES PALMA (Bloco Moderador/PR - MT) – Mas fazem tanto barulho! (*Risos.*)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Se me permitir, Presidente, agradecendo a lembrança de V. Exª: numa comissão que é a Comissão de Assuntos Econômicos. Depois dizem que mulher não entende de economia, Sr. Presidente!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) –

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2011

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para garantir que parte dos recursos dos royalties e do Fundo Social sejam destinados para prevenção de desastres naturais ou provocados por vazamento radioativo, bem como para o atendimento das populações e áreas atingidas por esses desastres, e dá outras providências.

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Relatoria: Senador Valdir Raupp (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador Garibaldi Alves Filho

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do Substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 e 2 - CI.

O Senador Garibaldi Alves, sempre muito participante, aceitou ser o Relator *ad hoc* desta matéria.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, trata-se, como V. Exª já assinalou, do Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 227, de 2011, de autoria do nobre Senador Walter Pinheiro.

O PLS é composto por dois artigos, além da cláusula de vigência. O art. 1º destina parte dos recursos dos *royalties* do petróleo para prevenção de desastres provocados por causas naturais ou por vazamento de elementos radioativos. Para tanto, altera os arts. 48 e 49 da Lei n° 9.478.

Já o art. 2º insere, entre os projetos passivos de receber recursos do Fundo Social, aqueles destinados a prevenir desastres provocados por causas naturais ou por vazamento de elementos radioativos, bem como a atender a população e as áreas atingidas por esses desastres.

Adicionalmente, o PLS sugere uma alteração de forma na Lei do Petróleo, explicitando que a parcela dos *royalties* pertencentes à União, decorrentes da exploração na área do pré-sal sob o regime de concessão serão destinados ao Fundo Social, instituído pela Lei n° 12.351, de 2010.

Passo à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão analisar os aspectos econômicos e financeiros.

Sobre o mérito, concordamos com o autor da matéria, Senador Walter Pinheiro, bem como com o Senador Waldemir Moka, que a relatou *ad hoc* na CI: desastres naturais têm impingido aos brasileiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enorme sofrimento. É necessário socorrer as vítimas que, de uma hora para outra, têm entes queridos que falecem diante dessas catástrofes. Mais importante ainda, temos de investir em prevenção.

Sendo assim, Sr. Presidente, tendo em vista a clara ligação entre exploração, transporte e manipulação do petróleo e o risco de desastres de natureza tecnológica relacionados com produtos perigosos e com incêndios, propomos emendar o PLS para permitir que os recursos dos *royalties* sejam destinados à prevenção e apoio às vítimas desses desastres. Destaque-se que a prevenção de desastres provocados por vazamentos de materiais radioativos permanece passível de recebimento de recursos, como prevê o PLS.

Diante do exposto, o voto expresso pelo Senador Valdir Raupp neste documento é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 227, de 2011, na forma da seguinte emenda substitutiva. Segue o teor da emenda substitutiva.

O voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Garibaldi.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Como a matéria é terminativa e não temos quórum, deixaremos a votação para a próxima reunião.

Quanto ao item 6, eu pediria ao Senador Garibaldi novamente que assumisse a relatoria *ad hoc*, projeto de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2016

- Não terminativo -

Altera o art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, para incluir na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana os municípios amapaenses fronteiriços.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador Garibaldi Alves Filho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

Mais uma vez, nosso grande Senador Garibaldi Alves assume a relatoria *ad hoc* desta matéria.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN. Como Relator.) – Agradeço ao Presidente. Estou vendo que ser Vice desta Comissão é diferente, o Vice trabalha. (*Risos.*)

Trata-se do projeto já enunciado, o Relator é o Senador Davi Alcolumbre.

Vem à análise desta Comissão este Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2016, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "altera o art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, para incluir na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana os municípios amapaenses fronteiriços".

O art. 1º do PLS nº 25, de 2016, altera o *caput* do art. 11 da Lei nº 8.387, para incluir, na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, os Municípios fronteiriços com estes últimos.

O art. 2º contém a cláusula de vigência, que se dará a partir da publicação da lei.

Na justificação, a iniciativa é saudada porque vai melhorar a qualidade de vida da população, para a geração de emprego e renda e para a conservação da natureza. Argumenta-se, então, que é preciso estender a abrangência desta Área de Livre Comércio aos Municípios fronteiriços a Macapá e Santana (Mazagão, Porto Grande, Ferreira Gomes, Itaubal, Cutias e Amapá) para que o desenvolvimento da região metropolitana de Macapá seja levado a cabo.

Na análise, Sr. Presidente, destaca-se que compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria dessa raiz.

O PLS nº 25, de 2016, ao estender a Área de Livre Comércio a esses Municípios, assinala o parecer que o foco recai sobre o mérito econômico da proposição. Considerações sobre a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa do PLS nº 25, de 2016, serão feitas na CDR, à qual cabe a decisão terminativa.

Conforme registra a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), as Áreas de Livre Comércio foram criadas para promover o desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia Ocidental e de Macapá e Santana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluo, Sr. Presidente, que tendo em vista a contribuição do PLS nº 25, de 2016, para integração econômica do Amapá e para a consolidação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, entendemos que a proposição merece nosso apoio.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2016, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Garibaldi.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo...

Senadora Simone? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Há aqui um pedido para colocação de um item extrapauta, da Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Agradeço, Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Aproveitando a presença da Senadora autora e da Senadora Relatora, que estão aqui neste momento, a Senadora pede que seja colocado extrapauta esse item.

EXTRAPAUTA

ITEM 24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Favorável ao projeto.

Coloco para a votação das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores, se concordam que seja colocado extrapauta esse item de autoria da Senadora Vanessa.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

É apenas uma pergunta: é terminativo nesta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Ou vai neste sentido: há outras

Comissões antes de plenário?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vai para a CAS.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – CAS. Está bom, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Daqui vai para a CAS.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Sem nenhuma oposição.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Todos concordam? (*Pausa.*)

Então, passo ao projeto de lei da Senadora Vanessa Grazziotin, de que já li a ementa. A Relatora é a Senadora Regina Souza, que tem a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2018, da Senadora Vanessa Grazziotin, que estende ao trabalhador extrativista vegetal a concessão do benefício do seguro-desemprego durante os períodos em que esses trabalhadores se encontrem impedidos de exercer sua atividade.

O referido projeto de lei altera a Lei nº 10.779, de 2003, em seus arts. 1º, 2º e 4º, para garantir ao extrativista vegetal o benefício mensal no valor de um salário mínimo no período em que a atividade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extrativa for considerada pelo Ibama como estando imprópria ou não recomendável. Além disso, a proposição determina que só terá direito ao seguro-desemprego o trabalhador extrativista vegetal que não disponha de outra renda que não aquela advinda da própria atividade extrativista, não podendo ainda esse trabalhador estar em gozo de nenhuma renda decorrente de benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, salvo pensão por morte e auxílio-acidente.

A matéria ainda determina que o trabalhador extrativista beneficiário não poderá, no mesmo ano, receber mais de um benefício de seguro-desemprego decorrente de impedimentos de atividade extrativista relativos a espécies distintas, não sendo também o benefício extensível às atividades de apoio ao extrativismo vegetal nem aos familiares do extrativista vegetal que não satisfaçam os requisitos e condições estabelecidos pela Lei.

Análise.

No que tange aos aspectos formais, a matéria cumpre todos os requisitos, respeitando a boa norma da escrita, sendo dotada de concisão, clareza e objetividade. Também no que concerne aos ditames de constitucionalidade e juridicidade, não foi identificado qualquer óbice à continuidade da tramitação da matéria.

Do mesmo modo, há que se ressaltar um segundo ponto, este associado à própria preservação da floresta. Na medida em que o trabalhador vê garantido seu sustento com a percepção do seguro-desemprego, ele não terá a necessidade de exercer a atividade extrativa nos momentos impróprios, o que trará um grande benefício no sentido da preservação do meio ambiente.

Do ponto de vista financeiro, a extensão do benefício do seguro-desemprego ao trabalhador ligado à atividade extrativista significará um ônus que incidirá diretamente sobre as contas Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Entretanto, de acordo com o Censo de 2010, há um total de 83.585 trabalhadores extrativistas em situação de empregado sem carteira ou por conta própria. Esse contingente pode ser considerado como um número de referência para o cálculo do número de trabalhadores a serem contemplados pelo PLS nº 156, de 2018.

No caso do seguro-defeso, referente à atividade de pesca artesanal, em 2010, para que seja mantida a comparação, havia 637 mil inscritos como beneficiários, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e do TCU. A comparação entre os números demonstra que, em relação aos pescadores artesanais, o contingente de extrativistas representa uma fração pouco expressiva, de pouco mais de 10%. Desse modo, a extensão do benefício aos trabalhadores extrativistas parece representar um acréscimo reduzido aos custos do FAT. Note-se que os gastos do FAT com o seguro-defeso remontam a um percentual de 6% do total do pagamento do seguro-desemprego, segundo dados do Siafi para 2012. Quer dizer que eles não chegariam nem a 1% para os extrativistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso significa dizer que o impacto financeiro do PLS nº 156, de 2018, com a concessão do benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores extrativistas durante os períodos em que esses se encontrem impedidos de exercer sua atividade benefício, deverá ser residual, podendo ser plenamente absorvido pelo FAT.

Em resumo, o PLS nº 156, de 2018, constitui iniciativa extremamente meritória, na medida em que vem proporcionar ao trabalhador extrativista condições de sustento, ao mesmo tempo em que contribui para o equilíbrio ambiental, tão necessário para a própria prática de sua atividade laboral.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 156, de 2018, na forma em que se encontra.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Regina.

A matéria está em discussão.

Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. Para discutir.) – Bom, Presidente, ninguém discute o mérito desse projeto. Parabenizo a Senadora Vanessa Grazziotin pela iniciativa. Afinal, ela vem de um Estado que tem não só o trabalhador extrativista como o grande responsável pela produção econômica do seu Estado, mas também o responsável pela preservação ambiental, porque infelizmente há um senso comum, que não é verdadeiro, de que o trabalhador da zona rural, do campo, da floresta, mesmo da pecuária, como era o caso do meu Pantanal, é visto como depredador do meio ambiente, quando na realidade muitas vezes – é comprovado isso, principalmente no meu Estado do Pantanal – a pecuária salvou até hoje esse santuário, que é a maior planície de alagação do mundo.

A informação que eu tenho é de que agora, nos Estados Unidos, será um parque, na Disney. Olhem a grandeza do Pantanal, apenas exclusivamente com esse bioma, no sentido inclusive de mostrar ao mundo as potencialidades do Pantanal e do Cerrado.

Enfim, embora meritório... Eu, mais uma vez, quero parabenizar a Senadora Vanessa. O relatório da Senadora Regina foi muito detalhista em relação inclusive à questão do ponto de vista ambiental e financeiro. Nós não podemos esquecer que estamos falando de recursos do FAT.

Hoje se fala, segundo o próprio relatório, que o extrativista corresponderia a 10% do pescador artesanal. Mas a partir do momento em que ele passa a ter direito ao seguro-desemprego como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extrativista, é óbvio que esses que estão na informalidade ou muitas vezes registrados em outros setores passarão a ser extrativistas.

Aqui nós estamos na Comissão de Assuntos Econômicos. Há de se lembrar que nós precisamos ter aqui o impacto financeiro de qualquer projeto de iniciativa de um Parlamentar. Tendo em vista o fato de ser um projeto da mais alta relevância – por isso eu fiz a pergunta –, e por ir para a Comissão de Assuntos Sociais é que eu vou deixar de pedir vista, atendendo aqui a um pedido da nobre Relatora, Senadora Vanessa, que por ser meritório... Aqui esperando, quem sabe, que nós possamos, até a Comissão, ter um levantamento do impacto dessa inclusão do seguro-desemprego... O impacto financeiro em relação ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, Sr. Presidente.

Mas eu não vou pedir vista e voto favoravelmente ao projeto da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Simone.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordem permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Fica aprovado o projeto, que vai à Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu só quero, Presidente, agradecer a V. Exª e aos pares presentes pela permissão que dão ao projeto de continuar tramitando na Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Como V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin, acabou de aprovar um projeto de sua autoria, perguntaria a V. Exª se aceitaria ser a Relatora *ad hoc* do item 12, de autoria do Senador Walter Pinheiro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sim. Item 12?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) –

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2011

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder descontos especiais nas tarifas de energia elétrica que for utilizada para irrigação e aquicultura.

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1 - CRA.

Gostaria de saber se V. Exª concorda em ser Relatora *ad hoc*.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Relatora.) – Pois não, Sr. Presidente.

Percebo aqui que é um relatório bastante extenso, Sr. Presidente. Então, vou ler as partes principais, porque tenho certeza de que todos os colegas já têm pleno conhecimento da matéria.

O autor da matéria propõe a supressão de restrições de horário e de tempo de duração do período do uso à concessão dos descontos, pois se trata de descontos especiais nas tarifas de energia elétrica utilizadas nas atividades de irrigação e de aquicultura.

Então, o autor propõe a supressão das restrições de horário e tempo de duração no período do uso à concessão desses descontos. A alteração visa estender a qualquer hora do dia ou da noite o direito dos subsídios na energia elétrica consumida na irrigação ou na aquicultura, sem restrições quanto ao tempo de duração do uso.

Alega o autor, Senador Walter Pinheiro, que a limitação do direito aos descontos especiais na tarifa de energia elétrica diariamente a apenas um período noturno contínuo de oito horas e 30 minutos desrespeita o ciclo normal do sono-vigília dos trabalhadores que exercem atividades na irrigação e na aquicultura.

Quanto à análise, Sr. Presidente, esta Comissão é pertinente para analisar a matéria. Também, é plenamente constitucional. A técnica legislativa é perfeita.

Em relação ao mérito, o Relator original destaca a acurada sensibilidade do Senador Walter Pinheiro, ao vislumbrar a necessidade de se contornar o desconforto dos homens do campo que lidam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com irrigação e aquicultura, que têm que trabalhar em horário que afronta o ciclo circadiano das pessoas.

Só mediante esse sacrifício é que conseguem fazer jus aos descontos especiais que viabilizam financeiramente a atividade. É incontestável, portanto, a importância da iniciativa.

Entretanto, cabe destacar que, na época em que a proposição foi apresentada, a legislação garantia o direito aos descontos especiais apenas durante os períodos compreendidos entre vinte e uma horas de trinta minutos e seis horas do dia seguinte, correspondentes a cinquenta e nove horas e trinta minutos semanais. Era facultado ainda ao concessionário ou permissionário de energia elétrica entrar em acordo com o consumidor para que se estabelecessem escalas de início do período diário diferente do garantido em lei.

Aí, Sr. Presidente, segue-se analisando o projeto, dizendo que os subsídios seriam ampliados e financiados pelos Estados, no âmbito das políticas estaduais de incentivo à irrigação e à aquicultura, e a ampliação será suspensa quando houver risco ao atendimento do mercado de energia elétrica e à garantia física das usinas hidroelétricas. Aí, continua a análise, Sr. Presidente, falando da importância, e o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do PLS nº 383, de 2011 e, no mérito, voto pela sua aprovação, com acatamento parcial da Emenda nº 1-CRA, nos termos da seguinte emenda substitutiva.

Aí, vem a emenda, que também está dita aqui no voto, que todos já leram.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

A matéria está em discussão.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. Para discutir.) – Peço desculpas por estar sendo um pouco mais criteriosa hoje, Sr. Presidente, mas a maioria dos projetos que estão sendo colocados na pauta realmente tratam de incentivos, isenções, renúncia. Ou seja, o nosso papel, aqui na Comissão, é sermos realmente criteriosos em nome do bom senso, preservando não só algumas categorias, mas toda a sociedade brasileira.

No caso específico deste projeto do Senador Walter Pinheiro, em que pese ser meritório, ao conceder desconto especial na tarifa de energia elétrica para a irrigação e aquicultura, é importante lembrar que esse desconto já existe. O que o projeto faz é tirar o período em que o trabalhador teria esse desconto tarifário, que era das 21h30 até as 6h da manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é importante lembrar que esse desconto foi concedido a essas categorias que trabalham com irrigação e aquicultura nesse período, inclusive são os maiores descontos hoje concedidos pelo setor elétrico, justamente para impactar o menos possível todos os 200 milhões de consumidores de energia elétrica.

Por isso, o projeto foi feito daquela forma, justamente para que atendesse o princípio da modicidade dos preços, ou seja, para que todos nós possamos pagar o mínimo possível essa conta.

Da forma como o projeto está apresentado, por mais que atenda ao interesse da categoria e seja meritório, não temos como avaliar o impacto disso na vida do cidadão comum, da indústria e da empresa que gera emprego.

Tendo em vista isso – nós estamos falando de subsídio tributário cruzado –, nós teríamos que ter, pelo menos ao impacto, vou pedir vista, apenas para que possamos ter, quem sabe, do próprio Ministério de Minas e Energia, ou mesmo do autor, ou mesmo da Comissão aqui, dos nossos consultores, o valor do que estamos falando, o quanto a mais iria para a conta de todos nós, a fim de que possamos subsidiar essa tarifa – que hoje já é subsidiada num período noturno –, que, agora, quer o projeto que seja por 24 horas ou no período diurno.

Por isso, solicito vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A Senadora Simone Tebet, portanto, pede vista, e o projeto ficará à espera de informações sobre o impacto orçamentário nas contas de energia do referido projeto.

Está chegando aqui o Senador Elmano Férrer, em muito boa hora, como sempre. Ele sempre chega em boa hora, mas hoje especialmente, porque estaríamos na pauta o item 13, de autoria do Senador Ciro Nogueira.

O projeto é terminativo.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 468, de 2011

- Terminativo -

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto.

O Relator, Senador Elmano Férrer, tem a palavra.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, passo a ler o relatório em pauta.

Vem à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 468, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí.

O projeto de lei é composto de apenas dois artigos. O art. 1º autoriza o Poder Executivo a criar a ZPE nos Municípios mencionados. O mesmo dispositivo, em seu parágrafo único, estabelece que a ZPE terá sua criação, características, objetivo e funcionamento regulados pela Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007.

O art. 2º contém a cláusula de vigência.

Em sua justificativa, o autor do projeto argumenta que dados da Organização Internacional do Trabalho mostravam que, em 2006, havia cerca de 3,5 mil zonas de processamento de exportação, distribuídas em 130 países, com a geração de 66 milhões de empregos, 40 milhões somente nas ZPEs existentes na China.

O autor, no tocante às exigências contidas na Lei nº 11.508, de 2007, no sentido de que as ZPEs devem estar localizadas em áreas geográficas privilegiadas para a exportação, destaca a construção da ferrovia Transnordestina, cujo marco inicial situa-se nas duas cidades mencionadas, do Estado do Piauí. Do total de 1,7 mil quilômetros da ferrovia, aproximadamente 420 quilômetros localizam-se no Estado do Piauí.

A ferrovia ligará áreas centrais do Nordeste brasileiro com os Portos de Pecém e Suape e permitirá o escoamento da produção nordestina a custos mais baixos do que os praticados no transporte rodoviário, o que proporcionará a exportação de produtos provenientes da Zona de Processamento de Exportação a preços competitivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A instalação da ZPE, segundo o autor do projeto, permitirá o desenvolvimento econômico de expressiva parcela do interior do Estado do Piauí a partir da instalação de novas plantas industriais, que gerarão empregos e renda, diminuindo os desequilíbrios sociais e regionais.

O PLS nº 468, de 2011, foi distribuído anteriormente à Comissão de Desenvolvimento Regional, onde recebeu parecer favorável à sua aprovação.

Análise.

O Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 99, inciso I, dispõe que cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário ou por consulta de comissão.

Em relação aos aspectos de regimentalidade, juridicidade ou constitucionalidade, não observamos quaisquer vícios na proposição em análise, a qual, ademais, está de acordo com a boa técnica legislativa ditada pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No tocante ao mérito, tal como enfatizado na justificativa do projeto de lei, as zonas de processamento de exportação, devido às facilidades de ordem aduaneira, administrativa e logística, oferecem condições privilegiadas para a instalação de indústrias, acesso a matérias-primas e insumos e exportação de mercadorias.

Os países nos quais foram instaladas zonas de processamento de exportação experimentaram aumento da produção industrial, elevação do número de empregos e diversificação da pauta de exportações. O maior exemplo de sucesso do modelo de ZPE é a China, que, a partir da criação das zonas de processamento de exportação, vivenciou o crescimento espetacular na quantidade de bens exportados e o desenvolvimento de regiões antes estagnadas economicamente.

A efetiva instalação das zonas de processamento de exportação, com base na experiência de outros países, apresenta grande potencial de atração de investimentos industriais, com a consequente geração de empregos, diminuição de desequilíbrios regionais e fortalecimento da balança comercial.

Os Municípios de Eliseu Martins e Pavussu atendem às exigências da Lei nº 11.508, de 2007, por constituírem o ponto inicial da ferrovia Transnordestina, que interligará os Municípios interioranos aos portos de Pecém e Suape e irá diminuir os custos de transporte e facilitar a circulação de matérias-primas e mercadorias.

A criação de ZPE em áreas menos desenvolvidas também atende ao disposto na Constituição Federal, que estabelece, em seu art. 3º, inciso III, ser um dos objetivos fundamentais do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização, bem como reduzir as desigualdades sociais e regionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 468, de 2011.

Era esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/MDB - RN) – Agradeço ao Senador Elmano pelo substancioso parecer que ele leu e estudou, certamente.

Esse parecer continua em discussão. (*Pausa.*)

Se ninguém pede a palavra, eu apenas me permito dizer, Senador Elmano, que, infelizmente, as ZPEs estão sendo cogitadas há muito tempo no nosso País. Desde o governo Sarney.

Eu lembro que o Deputado Henrique Alves se empenhou, no sentido de que elas se tornassem realidade também no Brasil, mas, até agora, e V. Exª sabe – e está patenteado aqui –, só se tem o exemplo da China. Exemplo nacional de instalação...

Infelizmente, não se criaram aquelas condições que permitem a uma empresa participar desse programa das ZPEs. Mas V. Exª, obstinado como sempre, resolveu dar esse parecer em favor da aprovação do projeto de autoria do Senador Ciro Nogueira.

Parabéns, Senador Elmano!

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Sr. Presidente, sobre o assunto e complementando a observação de V. Exª, gostaria de dizer que se some a esse fato, a essa realidade, que a própria Ferrovia Transnordestina é um sonho. Para, retomar; enfim, talvez, siga o mesmo rumo da nossa Ferrovia Norte-Sul, que também vem da época do Governo Sarney.

É uma lástima que os nossos grandes projetos estruturantes resultem em sonhos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/MDB - RN) – Mas não é proibido sonhar. Vamos sonhar nós dois aqui, juntamente com o Senador Ciro.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Já disse o filósofo que sonhar equivale a pensar no sentido de alcançar.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Elmano.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, coloco-a em votação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, sim. Como o projeto é terminativo e não havendo quórum suficiente, nós faremos a votação na próxima reunião.

Muito obrigado, Senador Elmano.

Senadora Simone, V. Exª aceitaria ser Relatora *ad hoc* do item 14, que é de autoria do Senador Paulo Paim? (*Pausa.*)

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2013

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir as formas incapacitantes das doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Cristovam Buarque (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada.

Observações:

1. a matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

O Relator é o nosso ilustre Senador Cristovam Buarque, e a Senadora Simone só daria mais inteligência a esse relato se aceitasse ser a nossa Relatora *ad hoc*.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. Como Relatora.) – Com prazer, Sr. Presidente. Apenas faço uma retificação: a honra é minha de relatar um projeto de tamanha envergadura e importância social.

O projeto, de autoria do Senador Paulo Paim e sob a relatoria do Senador Cristovam Buarque, na realidade, tem dois artigos. O Projeto possui dois artigos. O primeiro altera o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para que passe a constar no rol de doenças especificadas no dispositivo as incapacidades acima citadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 2º estabelece a vigência imediata da Lei, se aprovada.

O projeto foi apresentado na legislatura anterior, tendo sido distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde teve parecer pela aprovação, e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta a apreciação terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Compete à CAE, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre o aspecto econômico e financeiro da matéria.

No que tange à constitucionalidade, à regimentalidade e à juridicidade, não há vícios que prejudiquem a proposição em apreço.

Quanto à técnica legislativa, cabe ressaltar que o primeiro artigo do projeto apresenta numeração equivocada, devendo ser alterado para art. 1º.

Quanto ao mérito, é louvável a iniciativa do PLS em questão que busca garantir maior proteção aos trabalhadores portadores das formas incapacitantes das doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas. A medida, se aprovada, trará mais justiça social a esses trabalhadores, ao abreviar tempo de sofrimento e possibilitar-lhes usufruir dos benefícios que os auxiliarão no enfrentamento dessas doenças.

Ressalta-se que nem todos os portadores das referidas doenças farão jus à isenção do cumprimento do período de carência, mas, tão somente, aqueles com a forma incapacitante das doenças constantes no rol do inciso II do art. 26 da Lei nº 8.213, de 1991.

Cabe destacar que a legislação brasileira tem contemplado diferentes doenças graves como justificadoras de concessão de aposentadoria especial.

Na p. 3, com relação à análise econômica da matéria, há dificuldade em estimar o impacto da medida, uma vez que não bastam dados a respeito do número de portadores das doenças, já que é necessário o trabalhador apresentar a forma incapacitante da doença.

De acordo com dados do Ministério da Previdência Social, no ano de 2015, o auxílio-doença representou em torno de 5,3% dos benefícios previdenciários ativos e a aposentadoria por invalidez, por sua vez, em torno de 11,5%. Do total de auxílios-doença previdenciários concedidos em 2016, 0,42% referiam-se a doenças reumáticas e 0,03% a doenças neuromusculares. Isso demonstra que o impacto esperado no orçamento da Previdência Social resultante da aprovação desta proposição seja mínimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, embora se perceba que o impacto mais significativo seria o decorrente dos possíveis beneficiários do auxílio-doença, o fato de algumas doenças em questão, como as reumáticas, estarem associadas a idades mais avançadas, em que o trabalhador já se encontra aposentado, reduz ainda mais o impacto financeiro do projeto.

Pelas razões expostas, somos favoráveis à aprovação do PLS nº 319, de 2013, com a emenda de redação renumerando o art. 1º, que é o artigo inicial do projeto em questão.

É o relatório, que coloco à disposição desta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senadora Simone.

O projeto está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria, encerrada a discussão, não vai à votação, já que ela é terminativa e nós não temos quórum suficiente.

Pergunto, quanto ao item 15, se o Senador Garibaldi aceitaria ser o Relator *ad hoc*.

E o item 15, que tem a ver muito com a nossa região também, Senador, é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, de 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre a concessão de assistência financeira temporária aos artesãos.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador Garibaldi Alves Filho

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo).

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 - CAE (Substitutivo).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria ao Senador que nos desse a honra de relatar, *ad hoc*, essa matéria.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Lembro que manda quem pode e obedece quem tem juízo. Então, atendendo às determinações de V. Exª, vou relatar aqui, em nome do Senador Davi Alcolumbre.

Ele diz que vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2015, de autoria do nosso colega, Senador Randolfe Rodrigues, que "dispõe sobre a concessão de assistência financeira temporária aos artesãos."

O art. 1º do projeto autoriza o recebimento de seguro-desemprego pelo artesão profissional que exerça sua atividade, individualmente ou em regime de economia familiar ou eventual parceria, desde que suas atividades tenham sido interrompidas por períodos específicos que impossibilitam ou dificultam a exploração das matérias-primas necessárias ao seu trabalho.

O valor desse seguro-desemprego corresponde a um salário mínimo mensal, enquanto durar a paralisação das atividades. Integram e completam a redação do *caput* de cinco parágrafos.

O §1º conceitua, no âmbito da proposição, como deve ser entendido o regime de economia familiar.

Em seu §2º, atribui ao Ibama estabelecer o prazo de interrupção das atividades de extração das matérias-primas necessárias ao trabalho dos artesãos.

O §3º determina que o seguro-desemprego é pessoal e intransferível.

O §4º estabelece que o seguro-desemprego "não será extensível às atividades de apoio ao artesanato profissional e nem aos familiares do artesão profissional que não satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidos nesta Lei".

Análise.

Nos termos do art. 99, adianta o Relator que compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro. Também nos diz que o projeto pode ser examinado do ponto de vista da sua constitucionalidade.

Temos aqui algumas considerações, mas eu pediria permissão ao Presidente para ler as análises feitas no final do parecer:

I - A redação visa amparar os artesãos que, por razões naturais, não podem ter acesso à matéria-prima para seu trabalho e, consequentemente, à renda obtida com a comercialização do artesanato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II - Compreendemos a preocupação do nobre autor em amparar uma população que alcança em torno de 8,5 milhões de trabalhadores no País e movimenta R$50 bilhões por ano, segundo estatística do IBGE.

III – Como bem ressaltado pelo Relator *ad hoc* da matéria na CAS, o benefício não se enquadra no âmbito do seguro-desemprego, uma vez que os artesãos não estão incluídos na categoria de empregados, o que os inabilita ao recebimento desse benefício. Quando pertencem à Previdência Social, normalmente, os artesãos descontam como contribuinte individual. Sr. Presidente, conclui o Relator, depois dessa análise, que, comparado às condicionantes do seguro-desemprego, o benefício proposto requer maior período aquisitivo, maior carência e possui menor prazo de concessão. Portanto, o seguro-produção tende a apresentar maior equilíbrio econômico-financeiro que o seguro-desemprego. Além disso, pela reduzida participação dos artesãos na Previdência Social...

Dentre os argumentos elencados, portanto, nos posicionamos favoráveis ao mérito do PLS nº 153, de 2015.

Diante do exposto, diz o Relator que o voto é pela aprovação do projeto de lei nos termos da Emenda Substitutiva nº 1 - CAS.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Garibaldi, cuja operância tem sido fundamental para o bom funcionamento desta Comissão.

Senador Elmano, gostaria de consultá-lo se aceitaria de ser o Relator...

Desculpe, antes de passar ao Senador Elmano, coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, não colocaremos em votação, porque é terminativo e não existe quórum suficiente.

Item 16.

Estamos pedindo ao Senador Elmano Férrer que seja o Relator *ad hoc*.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senador Pedro Chaves (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer contrário ao projeto.

Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI. Como Relator.) – Com prazer, Sr. Presidente, passo a ler o relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado 145, de 2016, do Senador Donizeti Nogueira, que tem como objetivo proibir a comercialização de buzinas de pressão à base de gás propano e butano a pessoas menores de dezoito anos de idade.

A proposição é constituída por quatro artigos. O art. 1º proíbe a comercialização das buzinas de pressão à base de gás propano butano envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos. O segundo artigo exige que, no ato da venda, seja solicitada a apresentação do documento de idade. O art. 3º, por sua vez, prevê que o descumprimento da Lei está sujeito a multa no montante de 1 (um) salário mínimo, além de exigir que a nota fiscal sobre a venda do produto possua identificação do comprador. Finalmente, o art. 4º prevê a vigência imediata da Lei, no caso de sua aprovação.

Na justificação, o autor destaca que a mistura dos gases butano e propano é altamente perigosa e pode causar queimaduras no sistema respiratório, além de produzir efeitos alucinógenos, náuseas, vômitos, riscos severos ao sistema cardiorrespiratório e ao sistema nervoso central. Nesse sentido, conforme o Senador Donizeti Nogueira, a proposta tem como objetivo proteger e zelar pela saúde de muitos jovens em nosso País.

A análise da proposição foi, inicialmente, realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Nesse colegiado, foi aprovado o relatório do Senador Sérgio Petecão, pela rejeição do projeto. Cabe à CAE a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

O PLS nº 145, de 2016, vem ao exame desta Comissão em cumprimento ao disposto no art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, segundo o qual compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar acerca do aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário ou por consulta de outra comissão.

No tocante aos aspectos constitucionais, não vemos óbices à aprovação do projeto. O PLS atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa parlamentar. Nos termos dos incisos V e XV do art. 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre produção e consumo e sobre proteção à infância e à juventude. Notamos, ainda, que a matéria tratada não é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 61 da Constituição.

Do ponto de vista material, não observamos igualmente qualquer inconstitucionalidade, pois, além de não afrontar cláusula pétrea, o projeto está em harmonia com os preceitos da Lei Maior, particularmente com o disposto no inciso XXXII do art. 5º, que prevê que o Estado deverá promover, na forma da lei, a defesa do consumidor.

Quanto ao mérito, em que pesem as nobres intenções que certamente motivaram a iniciativa legislativa do Senador Donizeti Nogueira, entendemos que o PLS nº 145, de 2016, não merece prosperar.

Inicialmente, cabe destacar que os gases propano e butano são, atualmente, utilizados para a fabricação e uso de diversos produtos, tais como perfumes, desodorantes, isqueiros, maçaricos, entre outros. Dessa forma, a proibição da comercialização de buzina de pressão a menores de 18 anos, tal como proposto pelo projeto, não restringiria o acesso de crianças e adolescentes a produtos que contêm esses gases.

Ademais, conforme bem aponta o Senador Sérgio Petecão em seu relatório na CDH, há um problema de juridicidade no projeto, uma vez que a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências, já prevê, no art. 81, inciso III, a proibição de comercialização de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica. Nesse sentido, dada a existência de indícios científicos de que o uso abusivo dos gases pode levar à dependência, a proibição de comercialização de produtos à base de tais produtos a crianças e adolescentes já estaria prevista pelo art. 81, inciso III, restando ao Poder Público garantir a aplicação da lei existente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, destacamos o papel da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na normatização das condições de produção e comercialização de produtos que possam afetar a saúde pública. A Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. Ela prevê, em seu art. 2º, inciso III, que cabe à União normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde, sendo a Anvisa a responsável pela implementação e execução do disposto nesse inciso – conforme previsto no art. 7º dessa lei. Além disso, o art. 8º confere à agência a competência para regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvem riscos à saúde pública.

Um exemplo desse tipo de atuação pela Anvisa é a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 345, de 15 de dezembro de 2005, que dispõe sobre produtos que contenham substâncias inalantes. Por meio da Resolução, a agência proibiu a comercialização para indivíduos menores de 18 anos de colas, tíner e adesivos que contenham substâncias inalantes capazes de promover depressão no sistema nervoso central. Fica evidente, assim, a existência de competência em órgão de natureza técnica no Poder Executivo para regulamentar a comercialização a crianças e adolescentes de produtos potencialmente nocivos à saúde.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2016.

Era esse, Sr. Presidente, o nosso parecer de natureza *ad hoc*, delegado por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Elmano.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, como não há quórum para matéria terminativa, nós passaremos a matéria para votação na próxima reunião.

Agradecendo às Srªs Senadoras, aos Srs. Senadores, fica encerrada a reunião.

Mas, antes de encerrar, queria lembrar que há uma audiência pública hoje, às 14h30, sobre um tema que já temos debatido, exaustivamente, aqui, que são os caminhos para redução do *spread* bancário", hoje enfocado em inovação e competição.

Os convidados serão o Sr. Otávio Ribeiro Damaso, Diretor de Regulação do Banco Central do Brasil; o Sr. João Manoel Pinho de Mello, Secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência, do Ministério da Fazenda; e a Srª Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Conselheira do Cade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, mais uma vez.

Fica encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia cinco de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Tasso Jereissati e Armando Monteiro, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Simone Tebet, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Airton Sandoval, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, José Agripino, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Sérgio Petecão, José Medeiros, Benedito de Lira, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Pedro Chaves, Rodrigues Palma, Gladson Cameli e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Rose de Freitas, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, José Serra, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 18ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RQE 9/2018, de autoria do Senador Armando Monteiro, e RQE 23/2018, de autoria do Senador Armando Monteiro. **Finalidade:** 3ª Reunião - Debater o tema: Inovação e Competição: Novos caminhos para redução dos "spreads" bancários (custos e margens da intermediação financeira). **Participantes:** Otávio Ribeiro Damaso, Diretor de Regulação do Banco Central do Brasil; João Manoel Pinho de Mello, Secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência do Ministério da Fazenda. Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senador Armando Monteiro e Garibaldi Alves Filho. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e três minutos do dia doze de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Braga, Waldemir Moka, Airton Sandoval, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, José Agripino, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Sérgio Petecão, José Medeiros, Benedito de Lira, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Pedro Chaves, Rodrigues Palma, Ângela Portela e João Alberto Souza. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Simone Tebet, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Armando Monteiro e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e comunica a abertura de prazo para apresentação de emendas ao PLN nº 02/2018 - CN que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019, de 13 de a 18 de junho de 2018, às 18h. Após o Presidente da Comissão propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 19ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQE 41/2018, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho. **Finalidade:** Debater o documento Manifesto, integrante do Projeto Reforma Tributária Solidária - Menos Desigualdade, Mais Brasil, elaborado sob a coordenação da Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal (Anfip) e da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco). **Participantes:** Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil; Eduardo Fagnani, Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas; André Horta Melo, Presidente do Comitê Nacional de Secretarias de Fazenda (Comsefaz); Flávio Castelo Branco, Gerente Executivo de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria - CNI. Rodrigo Octávio Orair, Diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI). Também encontravam-se presentes na audiência: Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da ANFIP; Pedro Lopes de Araújo Neto, diretor para Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais da FENAFISCO; Célio Fernando, Presidente da FENAFIM e Carlos Roberto de Fontes Pereira, Vice-Presidente da SINDIFERN. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os(as) Senadores(as) Eduardo Braga, Lindbergh Farias e Fátima Bezerra. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Garibaldi Alves Filho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezessete minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Marta Suplicy, José Maranhão, Roberto Requião, Roberto Rocha, Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Hélio José, Ângela Portela, Sérgio Petecão, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, José Serra, Lasier Martins, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Ana Amélia, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Magno Malta, Rodrigues Palma e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Ataídes Oliveira, Pedro Chaves, Paulo Rocha e José Medeiros. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Valdir Raupp, Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Acir Gurgacz e Aécio Neves. A Presidência registra a presença de Suas Excelências: Humberto Eustáquio Soares Martins, Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Fernando Marcelo Mendes, Presidente eleito da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE); Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior, Valtércio Ronaldo de Oliveira, Fernando César Baptista de Mattos, Francisco Luciano de Azevedo Frota e Daldice Maria Santana de Almeida, Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); João Otávio de Noronha, Corregedor Nacional de Justiça; Paulo da Cunha Boal, Diretor de Assuntos Legislativos, e Luiz Antonio Colussi, Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA); e Bruno Dantas, Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 16ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Indicação de autoridade. ITEM 1 - OFICIO "S" Nº 20, de 2018 - Não Terminativo - que: "Indicação do nome do Senhor HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em recondução à vaga reservada ao Senado Federal." Autoria: Senador Eunício Oliveira e outros. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 17 (dezessete) votos favoráveis. Observação: Aprovado o RQJ nº 26, de 2018, de urgência para a matéria. ITEM EXTRAPAUTA 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 26 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Ofício "S" nº 20, de 2018." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2012 - Terminativo - que: "Estabelece regras e critérios mínimos para o registro de infrações penais e administrativas pelos órgãos de segurança pública no território nacional." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três Emendas que apresenta; pela aprovação das Emendas nºs 01 e 03, com as subemendas que apresenta; e pela aprovação das Emendas nºs 02 e 04. Resultado: Aprovado o Projeto, a Emenda nº 1-CCJ com a Subemenda nº 1-CCJ, a Emenda nº 3-CCJ com a Subemenda nº 1-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CCJ, e as Emendas nºs 2 e 4 a 7-CCJ. Observação: Em 23/05/2018, a Senadora Simone Tebet apresentou Relatório reformulado, com voto pela aprovação do Projeto com três Emendas que apresenta; pela aprovação das Emendas nºs 01 e 03, com as subemendas que apresenta; e pela aprovação das Emendas nºs 02 e 04. ITEM 2 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2014 - Terminativo - que: "Altera os arts. 19, 20 e 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha -, a fim de possibilitar a aplicação das medidas protetivas de urgência nela previstas independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou a processo penal contra o agressor, e dá outras providências." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e rejeição das Emendas nº 2-S a 5-S, oferecidas em Turno Suplementar. Resultado: O Substitutivo é aprovado em Turno Suplementar com a Emenda nº 6-S. Rejeitadas as Emendas nºs 2-S a 5-S. Observação: Durante a discussão, a Senadora Marta Suplicy apresenta Emenda nº 6-S, acolhida pelo Relator. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para possibilitar a remuneração variável do contratado com base em desempenho." Autoria: Senador Tasso Jereissati. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 725, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República, na hipótese do art. 81, § 1º, da Constituição Federal." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, de 2018 - Terminativo - que: "Estabelece normas gerais sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), para subsidiar a estruturação de empreendimentos no âmbito da Administração Pública." Autoria: Senador Roberto Muniz. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, de 2011 - Terminativo - que: "Reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Senador Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2018 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a construção de colônias agrícolas, industriais ou similares nos municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, exclusivamente para cumprimento de pena privativa de liberdade no regime semiaberto por condenados por crime cometido sem violência ou grave ameaça." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, de 2018 - Terminativo - que: "Modifica o art. 6º do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, para prever que, para fins de cumprimento de sentença penal condenatória, o trânsito em julgado será considerado a partir da condenação em 2º grau." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta os §§ 1° e 2° ao art. 39 da Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984, para determinar que o Juiz da execução penal proceda a habilitação da vítima nas ações de natureza indenizatória promovidas pelo condenado." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, a fim de determinar celeridade e transparência na realização de procedimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a responsabilidade civil do Estado e revoga dispositivo da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997." Autoria: Deputado Hugo Leal. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2016 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 18-A à Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir o custeio da operação de rádios comunitárias através da venda de publicidade e propaganda comercial." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, para permitir ao contribuinte que tenha sua declaração retida para revisão o direito de apresentar documentação e de comprovar a regularidade das informações a qualquer momento, independentemente de intimação por servidor da Secretaria da Receita Federal do Brasil." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que “dispõe sobre a qualificação das organizações sociais e dá outras providências”, para atualizar os critérios e requisitos para seu enquadramento e estabelecer novas regras para a celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão." Autoria: Senador José Serra. Relatoria: Senador Wilder Morais. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: A Presidência concede vista ao Senador Antonio Anastasia e à Senadora Simone Tebet, nos termos regimentais. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo ao art. 30 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer multas para partidos e candidatos nos casos de não prestação e desaprovação das contas de campanha." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre o Conselho Tutelar." Autoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para facultar aos proprietários de veículos o pagamento do prêmio do seguro em doze." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2015 - Terminativo - que: "Institui o art. 37-A e altera os arts. 29, 36 e 37 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para determinar que o Poder Público incentive a criação de polos industriais próximos aos complexos penitenciários, para fomentar o estabelecimento de empresas que contribuam para a formação profissional e o exercício de atividade laboral pelo condenado." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, de 2015 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 38-A a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para obrigar a gravação e manutenção, por prazo mínimo de cinco anos, o áudio das sessões deliberativas dos conselhos de administração e fiscal das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CDH a 3-CDH. Resultado: Adiado. ITEM 24 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 2, de 2018, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 618, DE 2015 - Não Terminativo - que: "Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro; altera para pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a dignidade sexual; estabelece causas de aumento de pena para esses crimes; cria formas qualificadas dos crimes de incitação ao crime e de apologia de crime ou criminoso; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Favorável ao SCD nº 2, de 2018. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 219, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial (franchising); revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994; e dá outras providências." Autoria: Deputado Alberto Mourão. Relatoria: Senador Armando Monteiro. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será realizada em duas partes. A primeira parte destina-se à realização da sabatina; a segunda, à deliberação dos itens de 1 a 26.

Item nº 1.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente, pela ordem. É sobre uma medida administrativa, então acho que é perfeitamente cabível.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ouço V. Exª.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pela ordem.) – Eu queria renovar um pedido de indicação para relatoria do PLC 27, de 2017.

Eu tenho insistido porque é uma matéria relevante para discutirmos aqui na Comissão. Há mais de um ano este PLC está parado, sem indicação de relator.

Eu tive um contato com V. Exª em junho do ano passado e depois em abril deste ano. Trata-se do PLC das medidas anticorrupção. É um anseio da população brasileira, foi objeto de uma iniciativa popular de mais de 1,7 milhão de assinaturas.

Nós estamos em um ano eleitoral, e a população está pedindo que se retome esse projeto, que foi desfigurado na Câmara dos Deputados. Nós temos toda a possibilidade de melhorar o projeto aqui no Senado, minorar as tais severidades do projeto.

Então, quero, mais uma vez, pedir a V. Exª, ainda neste restante de ano que temos, porque daqui a pouco sabemos que diminuirão as reuniões, que indicasse a mim ou, se entender de melhor alvitre, outro Senador para nós fazermos essa discussão. Discutir medidas anticorrupção em um ano eleitoral é o que mais está adequado, Presidente.

Era esse o pedido que eu queria formalizar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª tem todo o apreço da Casa e desta Comissão, em especial, e de mim próprio. Tenho, ao longo do tempo, demonstrado esse apreço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e o prestígio que lhe dedico, por suas qualidades especiais e pelo fato de ser um Senador da República, tanto quanto todos os demais.

V. Exª menciona o projeto e diz a data dele: 2017. Sucede que nós temos aqui, no Senado, centenas de projetos com datas pretéritas a esse e que, lastimavelmente, não foram examinados ainda pela Casa. Não foram sequer indicados os relatores, tal é a quantidade de projetos já sob a responsabilidade dos Srs. Senadores membros desta Comissão.

Portanto, o que proponho a V. Exª é uma prioridade para determinado projeto, quando outros de semelhante densidade até política ainda não foram examinados, nem mesmo tiveram relatores indicados. Em conversas pessoais com V. Exª, tenho dito que estou examinando as duas sugestões: a primeira é a distribuição, a segunda é o nome ilustre de V. Exª. Sempre falamos a respeito disso.

Peço a V. Exª um pouco mais de tolerância, para que cheguemos a uma conclusão a respeito desse projeto.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Com todo o respeito, Presidente, acho que já tivemos tempo suficiente. Nós tivemos aqui projetos que entraram mais recentemente e que andaram muito mais rápido. Por outro lado, nós temos um dever de respeito à vontade popular. Um projeto de iniciativa popular tem a máxima relevância, e nós não temos levado isso em consideração.

A matéria da corrupção é a matéria mais discutida no Brasil. Agora, há uma série de entidades, inclusive a Fundação Getúlio Vargas e o instituto da Transparência Internacional, que estão apresentando uma nova proposta, que está em discussão perante a população. E nós, aqui, no Congresso, não discutimos corrupção. Essa é a matéria mais relevante que nós temos!

Por isso, então, eu renovo o pedido, eu suplico a V. Exª para começarmos pelo menos designando o relator, para que o relator tenha tempo de apresentar algumas alterações, amenizando um pouco as tais severidades que foram completamente desfiguradas na Câmara dos Deputados. Eu acho que temos de fazer com que esse projeto ande. E V. Exª, que tem responsabilidade sobre a Comissão de Constituição e Justiça, pode muito bem designá-lo, porque isso não exige maior estudo, a matéria é sobejamente conhecida. Então, designar o relator não altera em nada.

Esse é o pedido que lhe faço.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu em nada discordo de V. Exª. V. Exª suplica que eu me apresse na deliberação desse assunto, e eu depreco a V. Exª um pouco mais de paciência, que eu o farei.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Eu o respeito. Quem não tem mais paciência é a população brasileira, Presidente, com relação à matéria da corrupção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Nem V. Exª, nem eu, nem nenhum dos membros desta Comissão.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 20, DE 2018

- Não terminativo -

Indicação do nome do Sr. HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em recondução à vaga reservada ao Senado Federal.

Autoria: Senador Eunício Oliveira e outros

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: pronto para deliberação.

Observações: - *em 16/05/2018, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.*

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado e à votação do relatório referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo.

Convido o indicado ao recinto da reunião. (*Pausa.*)

Encontram-se presentes o Sr. Ministro Humberto Martins, Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, a quem convido para também tomar assento à Mesa; o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes, que é o Presidente eleito da Associação dos Juízes Federais do Brasil, a quem também convido para participar da Mesa; o Ministro Bruno Dantas, que, por igual, convido.

Encontram-se ainda presentes os Conselheiros Arnaldo Hossepian Junior; Valtércio de Oliveira, Fernando César Batista de Mattos; Francisco Luciano de Souza Azevedo Frota; Daldice Maria Santana de Almeida; Paulo da Cunha Boal; e Luiz Antônio Colucci, Diretor de Prerrogativas de Assuntos Jurídicos da Anamatra. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Sr. Henrique de Almeida Ávila para a sua exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA – Ex^mo^ Sr. Senador Edison Lobão, Presidente desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal; eminente Relator da minha indicação, Senador Eduardo Braga, em nome de quem cumprimento e agradeço as Lideranças partidárias que aquiesceram com essa minha muito honrosa indicação para a recondução ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça na vaga reservada a esta Casa Legislativa, o Senado da República.

Senador Otto Alencar, cumprimento V. Exª.

Agradeço penhoradamente a presença do eminente Ministro Humberto Martins, Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça e futuro Corregedor Nacional de Justiça.

Agradeço a presença do Ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União, a quem tenho a honra de suceder na cadeira do Senado, e que me incumbe, então, a responsabilidade de tentar, ainda que impossível, manter o trabalho que V. Exª desenvolveu naquela cadeira e naquele Conselho Nacional de Justiça na ocasião.

Agradeço também a presença dos meus colegas do Conselho Nacional de Justiça: Conselheiro Arnaldo Hossepian, Conselheiro Valtércio Oliveira, Conselheira Daldice, Conselheiro Luciano Frota, Conselheiro Fernando Mattos. É uma honra e uma alegria muito grande a presença de V. Exªs aqui.

Eminentes Senadores, Sr. Presidente, com a honra que o Senado Federal me concedeu ao me indicar, na primeira ocasião, para compor o Conselho Nacional de Justiça, procurei, nesse período, cumprir com todas as minhas missões, com todas as minhas incumbências, desenvolvendo lá trabalhos de alta relevância que o Poder Judiciário, no Brasil, sabemos nós, demanda, necessita.

A Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que determinou a instalação do Conselho Nacional de Justiça, o que se fez, então, em 2005 – ou seja, um órgão relativamente novo –, trouxe muitos benefícios ao Poder Judiciário, um poder que, sabemos, caminha com dificuldades e conta com um orçamento muito grande.

Para que V. Exªs tenham a dimensão, no último relatório *Justiça em Números*, que o Conselho Nacional de Justiça divulgou, temos o dado de que o Poder Judiciário, no ano de 2016, finalizou com 80 milhões de processos. Ou seja, em média, em cada grupo de 100 mil habitantes, quase 13 mil ingressaram com uma ação judicial ao longo de 2016. Em 2016, ingressaram 30 milhões de processos, tendo sido registrado, assim, um crescimento de 5,6% em relação a 2015. E foram baixados 29,4 milhões de processos, o que representa 2,7% em relação a 2015. Nota-se, pois, que a demanda no Poder Judiciário é crescente, e é difícil que o Poder Judiciário atualmente a vença, ou seja, é preciso gestão.

Vejam V. Exªs ainda que cada juiz brasileiro, em média, julgou, no ano de 2016, 1.749 processos, o que representa algo como sete processos por dia. São os juízes mais produtivos do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento também o Dr. Fernando Mendes, Presidente eleito da Associação dos Juízes Federais.

Nós temos também um gasto anual com o Poder Judiciário de 80 bilhões, o que representa cerca de 1,4% do Produto Interno Bruto da Nação.

Vejam: há investimento e há juízes produtivos. A questão da gestão, portanto, se põe como uma temática necessária para o Conselho Nacional de Justiça. Nesse aspecto, o Conselho Nacional de Justiça é o protagonista. Quanto à gestão do Poder Judiciário, sabem V. Exªs que uma das missões constitucionais do Conselho Nacional de Justiça é o planejamento estratégico do Poder Judiciário, dentro do que, inclusive, se encontra a possibilidade, a necessidade de o Conselho avaliar atos administrativos do Poder Judiciário, mas também elaborar projetos.

Nessa linha, parece que o Conselho Nacional de Justiça tem focado bastante a sua atuação. Vou citar alguns exemplos até para não cansar V. Exªs, porque já conhecem o trabalho da casa e acompanham de perto. Por exemplo, a Resolução nº 219, do Conselho Nacional de Justiça. Historicamente, os relatórios feitos pelo Conselho Nacional de Justiça sempre apontaram para uma maior demanda no primeiro grau de jurisdição em relação ao segundo grau de jurisdição. Quer dizer, o gargalo dos processos, o gargalo, Senador Anastasia, da morosidade da Justiça se encontra no primeiro grau de jurisdição. Entretanto, o que se vê, pelos dados colhidos, é que a força de trabalho de assessores e de serventuários está, numa maior proporção, na segunda instância. Ou seja, é trabalho do Conselho Nacional de Justiça equalizar essa força de trabalho. É isso o que determina, o que dispõe, Sr. Presidente, a Resolução nº 219, do CNJ, e o Conselho Nacional de Justiça tem feito esforços para efetivar o seu cumprimento. Então, essa é uma das tarefas constitucionais do Superior Tribunal de Justiça.

Senador Magno Malta, cumprimento V. Exª.

Destaco também o comitê da saúde, do Conselho Nacional de Justiça, que cuida, entre outras coisas, da questão da judicialização da saúde no Brasil. O Ministro Luis Felipe Salomão costuma dizer que há uma judicialização da vida. Então, essa judicialização da saúde, onde o juiz é instado a deferir uma liminar para um particular, para que o Estado arque com o medicamento de um determinado particular, isso, muitas vezes, interfere no orçamento das prefeituras, da secretaria de saúde dos Municípios e dos Estados. O Conselho Nacional de Justiça tem essa preocupação ampla de tratar, de uma maneira geral, do problema e, na medida das possibilidades, de uma maneira uniforme.

O Conselheiro Arnaldo Hossepian, muito ativo nesta Comissão, tem desenvolvido também um belíssimo trabalho. Tenho a honra de colaborar.

A Comissão de Acesso à Justiça, presidida pela Conselheira Daldice Santana, embaixo da qual, Senadores, encontra-se a temática da mediação e da conciliação, além de dar um tratamento mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adequado aos conflitos sociais que surgem no seio da sociedade, também, obviamente, tem como consequência diminuir o fluxo de processos no Poder Judiciário, porque várias causas têm a sua melhor solução dada pela conciliação e pela mediação, e não pela litigância, não pela adversariedade com que a sociedade brasileira está acostumada. Então, a Comissão de Acesso à Justiça tem feito esse trabalho, e também tenho a honra de participar ativamente desta Comissão e desses trabalhos.

O sistema de precedentes do Conselho Nacional de Justiça, que, na verdade, o CNJ recebeu por delegação do Código de Processo Civil, aprovado por V. Exªs aqui no Congresso Nacional por meio de uma comissão constituída também por voz de juristas – o Ministro Bruno Dantas compôs essa comissão – também teve a alvissareira iniciativa de trazer ao cenário jurídico nacional uma necessidade de observância dos precedentes. Quer dizer, os juízes não devem mais julgar exclusivamente conforme seu próprio entendimento, mas devem observar, para fins de segurança jurídica, o entendimento dos tribunais superiores, e devem observar de maneira vinculante, para trazer segurança jurídica ao jurisdicionado, para levar para uma pauta de conduta única ao cidadão. Disso, também por razões óbvias, decorre uma menor judicialização dos processos, na medida em que o resultado que poderá advir dos tribunais já é esperado. E para isso o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução 235, exatamente para fins de estabelecer um banco de dados, entre outras demandas, entre outras questões, de informação desses precedentes judiciais.

Eu também vou citar aqui, já para concluir, a tarefa do Conselho Nacional Justiça a que este Congresso Nacional emprestou, quando criou, a competência constitucional de fiscalização dos atos, da função dos juízes, de correição, a avaliação disciplinar dos juízes. O Conselho Nacional de Justiça também não tem se furtado dessa sua tarefa, que é a de analisar, naturalmente quando isso é necessário, de penalizar os juízes que têm desvios de conduta conforme, naturalmente, a gravidade da sua atuação.

Por fim, para encerrar, eu gostaria de agradecer penhoradamente, e já fiz referência a ele, ao Senador Eduardo Braga, Relator da minha indicação, pelo relatório feito, e agradecer também ao Presidente desta Casa, Senador Eunício Oliveira, assim como aos Líderes – Sr. Presidente, a V. Exª também muito obrigado – desta Casa, que me deferem aqui, mais uma vez, essa honra da indicação ao Conselho Nacional de Justiça na vaga reservada ao Senado.

Quero dizer que, se for aprovado por V. Exªs, pela Comissão de Constituição e Justiça e posteriormente pelo Plenário deste Senado Federal, procurarei manter o meu empenho, manter a minha dedicação para fazer valer aqui a confiança que em mim foi depositada no primeiro mandato por V. Exªs.

Agradeço muito e fico à disposição, se não tiver sido claro em algum ponto, para esclarecer eventuais dúvidas e outros temas que V. Exªs eventualmente quiserem submeter a mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado ao Dr. Henrique Ávila.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente Edison Lobão, primeiro, quero cumprimentá-lo, como sempre, pela presteza e pela proficiência da Comissão de Constituição e Justiça, sob a batuta, sob o comando de V. Exª e do nosso eminente Senador Anastasia.

Quero cumprimentar meu sempre querido amigo Ministro Humberto Martins, Vice-Presidente do STJ e que aqui representa, obviamente, aquela Alta Corte brasileira. Quero cumprimentar também o Juiz Federal Fernando Mendes, Presidente eleito da Ajufe, que, representa aqui, portanto, toda a categoria da magistratura brasileira; o nosso sempre consultor, amigo e companheiro do Senado da República, Ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União; e o nosso indicado e sabatinado do dia de hoje, o meu amigo Henrique de Almeida Ávila.

Sr. Presidente, é com grata satisfação que fui designado Relator da indicação do Dr. Henrique Ávila ao Conselho Nacional de Justiça, em recondução – repito, em recondução – à vaga reservada ao Senado da República.

Como pude salientar em meu relatório, o Dr. Henrique Ávila detém invejável currículo no meio jurídico, demonstrando, em sua formação e sua trajetória profissional, profundo conhecimento dos temas inerentes à construção de um Poder Judiciário alinhado aos valores fundamentais da Constituição da República.

Isso fica evidente, Sr. Presidente, quando verificamos a atuação e o comprometimento do Dr. Ávila como membro do Conselho neste primeiro biênio de exercício. Ao que pude acompanhar, seus votos e posicionamentos sempre se encaminharam no sentido de conceber a Justiça brasileira como instrumento de conciliação das instituições e dos princípios democráticos. Por isso, quero cumprimentá-lo. Isso torna a Justiça mais democrática, mais ágil, mais eficaz. Porque a maior de todas as punições é ficar sem a conclusão de um julgamento, às vezes por décadas, no Judiciário.

Há um reconhecimento de que, na Justiça brasileira, o acesso aos juizados, a celeridade em suas decisões e a correição e a ética profissional de seus membros devem ser identificados de igual maneira, independentemente da classe social à qual pertença o indivíduo demandante da atividade jurisdicional, ou seja, todos iguais perante a lei. Por isso, Sr. Presidente, tenho a convicção de que esta Casa tomou a decisão acertada em deliberar favoravelmente à sua primeira nomeação, em 2016, na vaga do Senado para o CNJ. E a indicação para o biênio que se inicia em 2019 também atesta o quase consenso ao nome do Dr. Ávila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ofício que traz a gestão de sua recondução é assinado por Senadoras e Senadores que representam as mais distintas ideologias políticas desta Casa. A meu ver, trata-se de um importante reconhecimento de seu trabalho em prol da nossa justiça.

Neste contexto, é importante salientar que os desafios que se apontam para o nosso País e para a administração do Judiciário brasileiro multiplicam-se a cada dia. Tomo como exemplo a questão do custo do litígio e o uso predatório do sistema judiciário do Brasil, tema que já foi objeto de seminário organizado pelo Dr. Henrique Ávila no começo desta semana.

O que podemos trazer a este plenário é que em nossos tribunais, Sr. Presidente, há a existência de uma enorme estrutura que aumenta a cada dia. Apesar disso, continuamos a verificar um congestionamento de demandas, muitas delas tramitando há décadas, e que, ao cabo, representam a violação ao direito constitucional de razoável duração do processo.

Para se ter uma ideia, se por um lado o Tribunal de Justiça de São Paulo é considerado o maior do mundo, com mais de 300 desembargadores, por outro lado, certamente não é o mais célere em suas deliberações. E não se deve atribuir isso, Srªs e Srs. Senadores, a questões meramente administrativas, mas à própria estrutura processual do Direito brasileiro, em que há um verdadeiro incentivo à disputa judicial.

O novo Código de Processo Civil, que aprovamos nesta Casa em 2015, trouxe diversos elementos que visam a uma maior eficiência da atividade judicial, buscando resolver questões de conflitos repetitivos, de litígios em massa, além de uma abordagem mais ampla do princípio da boa-fé processual e o desenvolvimento de instrumentos que fomentem a autocomposição das demandas. Mas é fato que somente isso não basta. Necessitamos estimular a cultura jurídica que favoreça a conciliação e a mediação extrajudicial. Tudo isso, além de garantir celeridade nos julgamentos, traz economicidade, traz economia de recursos públicos e segurança jurídica ao conjunto da sociedade.

Além disso, Sr. Presidente, outro ponto importante de se mencionar nesta ocasião, sobre o que gostaria de ouvir também o posicionamento do Dr. Ávila, diz respeito à recente decisão liminar da Corregedoria do CNJ determinando que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deixe de lotar juízes em diversas varas federais, entre elas as de Tefé e de Tabatinga, em meu Estado.

Recentemente, quando da sabatina do eminente Ministro Humberto Martins, essa mesma colocação foi feita, e ouvimos do Ministro Humberto Martins que essa posição seria avançada, que nós teríamos uma mudança. Ouvimos inclusive, por parte do Ministro Noronha, que a resolução havia sido mal interpretada e que, no mérito, a intenção do juiz ao estabelecer esta resolução não era de atingir varas, eminente Conselheiro, que são varas distantes.

Para que V. Exª tenha uma ideia, Tabatinga está a 1.300km, em linha reta, de Manaus; Tefé está a 1.100km de distância, em linha reta, de Manaus, e no coração, no epicentro do tráfico internacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

drogas e de armas, que entram, lamentavelmente, pela fronteira do meu Estado, crimes, portanto, federais, crimes, portanto, da competência da Justiça Federal. E muitas vezes, se não houver juiz federal, Ministério Público Federal ocupando essas varas, lamentavelmente a porta estará escancarada para assistirmos ao que temos assistido nos noticiários brasileiros: uma verdadeira guerra civil, silenciosa, surda, muda, que mata mais de 70 mil brasileiros todos os anos. Isso precisa ser modificado. Já há o compromisso aqui, nesta Casa – e lamento que o eminente Ministro Humberto Martins tenha se ausentado –, mas, repito, isso é importante não apenas para o Amazonas, é importante para o Brasil.

Nós vivemos, talvez, um dos maiores desafios, neste momento, na segurança pública, no enfrentamento das facções criminosas, que são alimentadas e financiadas pelo tráfico de drogas e de armas existente nessa região. Repito: falo das varas federais, entre elas Tefé e Tabatinga, no Estado do Amazonas. Na prática, isso significa o fechamento das varas sem que elas tenham sido fechadas, porque não há nomeação de novos juízes para aquelas varas. E, sem designação de magistrados, ficam inviabilizadas.

Creio que se trata de decisão a ser aprimorada pelo CNJ. Porque, pelo que entendi, pela colocação do Ministro Noronha e pela própria colocação do Ministro Humberto Martins, não é esse o intuito do CNJ. Mas faço aqui um apelo a V. Exª, que representa a Casa da Federação junto ao Conselho Nacional de Justiça, portanto, V. Exª representa um assento do Senado da República, que é a Casa da Federação, no Conselho Nacional de Justiça, portanto, V. Exª é o nosso porta-voz para que situações como essa não ocorram para dificultar o acesso à Justiça e, ao mesmo tempo, escancarar o tráfico de drogas e de armas através dos nossos Estados na fronteira.

A existência de varas federais, ao cabo, representa a presença do Estado brasileiro em áreas geograficamente distantes e que enfrentam diversas outras dificuldades em decorrência da fragilidade dos Poderes Públicos locais. É desnecessário comentar nesse sentido. São Municípios em que se verificam significativos casos de tráfico de armas e de drogas, de crimes ambientais. Além de contarem com importantes comunidades indígenas, com a maior população indígena brasileira, com a maior diversidade de etnias indígenas brasileiras – portanto, não é apenas a quantidade, mas a diversidade dessas etnias que lá estão presentes –, carecem de uma efetiva tutela de jurisdição federal.

De igual modo, Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir as manifestações do Dr. Henrique Ávila acerca da fragilidade da segurança pública em diversos Estados brasileiros, com enfoque na situação do nosso sistema carcerário.

O meu Estado, por decisão de dez juízes e do Presidente do Tribunal, acaba de fechar o regime semiaberto na Lei de Execução Penal. É desnecessário explicar aos especialistas que isso é descumprir etapas da execução evolutiva da pena. Ou seja, no Estado do Amazonas, por uma absoluta incapacidade de gestão e de segurança pública do regime semiaberto... Houve aquela chacina no final de dezembro de 2016, no início de janeiro de 2017, com 64 mortos, de forma violenta; houve mais de 200 fugas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naquele dia. E, agora, recentemente, no presídio de segurança máxima do Estado do Amazonas, 35 chefes de facções criminosas de alta periculosidade escaparam por um túnel pelo qual passaria uma verdadeira jamanta sem que ninguém tivesse percebido isso.

Portanto, a questão do sistema penal, do sistema carcerário, da Lei de Execução Penal também é afeita à fiscalização do CNJ. Como V. Exª representa um assento do Senado e, portanto, dos Estados naquele Conselho, eu gostaria de ouvir um relato com relação às diversas medidas que estão sendo propostas e debatidas para o enfrentamento dessa questão. Sabemos que uma das principais atuações do CNJ diz respeito exatamente a garantir a observância da dignidade da pessoa humana no processo penal, seja para condenar, seja para absolver.

Além disso, ainda nessa seara, eu gostaria de saber como o CNJ vem desenvolvendo políticas que coíbam a violência doméstica, que é, sem dúvida alguma, um dos grandes percentuais, um dos grandes problemas que temos ainda dentro da segurança pública, sobretudo a motivada pelo gênero. Por fim, aqui vale observar que o CNJ determinou que uma das metas nacionais para o Poder Judiciário em 2018 consistiria em fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

É com alegria que dizemos que, nesse contexto, o Tribunal de Justiça do Amazonas é a corte estadual do País com melhor índice de produtividade em relação às metas estabelecidas. Isso não tem sido sempre assim. Mesmo quando governador, tive a oportunidade de implantar a vara especializada da Lei Maria da Penha, de implantar as casas de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, mas nós nem sempre temos tido uma notícia alvissareira, positiva, como esta, Senador Anastasia, de o nosso tribunal alcançar as metas com o melhor índice entre os Estados. Que isso, portanto, seja modelo de análise de gestão, de forma de julgamento, etc., para que nós possamos, não só no caso do combate à violência à mulher, mas também em outros crimes, alcançar, de igual modo, metas e, assim, garantir uma Justiça para todos neste País.

Srªs e Srs. Senadores, concluo minha fala e gostaria de enfatizar, mais uma vez, a minha satisfação em relatar a presente indicação, que, a meu ver, vai ao encontro da construção de um Poder Judiciário eficiente, democrático, participativo e, sobretudo, justo.

Faço votos de que o Dr. Henrique Ávila tenha sucesso nas votações pelas quais passará nesta Casa e que, sendo reconduzido ao cargo, continue a exercer sua missão com o mesmo compromisso e engajamento que temos observado nesse primeiro biênio.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, cumprimentando, mais uma vez, o eminente indicado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradecendo ao Relator, Senador Eduardo Braga, concedo a palavra ao Dr. Henrique Ávila, para as considerações que julgar convenientes.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de submeter a V. Exª a solicitação, havendo a aquiescência dos pares, da abertura do painel de votação, tendo em vista que estão acontecendo outras audiências com sabatina neste mesmo momento, o que obriga os Parlamentares a fazerem aqui uma verdadeira maratona nessas votações.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Exatamente.

Então, havendo a aquiescência de V. Exª e do Plenário, eu solicitaria a abertura do painel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Acolho a solicitação de V. Exª, deferindo-a, e determino à Secretaria que...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – ... a conceda e tome as providências para a abertura do painel de votação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, recebendo a sábia orientação de V. Exª, estão aqui em minhas mãos perguntas encaminhadas pelo cidadão brasileiro que participa das nossas sabatinas aqui no Senado, o que tem sido, inclusive, uma praxe. Quando fui Relator da indicação do Ministro Alexandre de Moraes, recebi 1,6 mil perguntas àquela altura, que abordavam todos os temas. Fiz uma síntese e apresentei-as ao Ministro Alexandre, que, em uma breve resposta, pôde, assim, com transparência, responder à sociedade brasileira sobre as mais diversas e distintas perguntas, o que mostra a interatividade, a transparência e a participação democrática nas nossas audiências.

Recebo aqui, por sábia orientação do nosso Presidente Lobão, do Jonas Miranda, do Distrito Federal, as seguintes indagações, que adiciono às que fiz: "[...] quais as soluções administrativas o CNJ pode oferecer para que aquela Corte possa de fato se concentrar nas demandas constitucionais?" Isso em relação ao STF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Tendo em vista a recente jurisprudência do STF quanto ao foro por prerrogativa de função, desperta a preocupação no CNJ quanto ao aumento de eventuais demandas criminais de Parlamentares processadas e julgadas na primeira instância do Poder Judiciário?"

E, por fim, ele indaga: "As concessões de liminares monocráticas contra a jurisprudência do tribunal, o senhor concorda que o CNJ deveria apurar?"

Essa, entre outas, é a síntese das perguntas, Sr. Presidente, encaminhadas por meio do Portal e-Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu registro também a presença do Ministro João Otávio de Noronha, Corregedor do CNJ, a quem convido para nos dar a honra de tomar assento à Mesa.

Com a palavra o Dr. Henrique Ávila.

O SR. HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA – Sr. Presidente, eminente Senador Eduardo Braga, agradeço a V. Exª o relatório e as referências feitas, certamente fruto da educação e da elegância de V. Exª.

Cumprimento o Ministro João Otávio de Noronha, Corregedor Nacional de Justiça e futuro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que muito me honra com a sua presença.

Quero cumprimentar minha colega do Conselho Nacional de Justiça Maria Tereza Uille Gomes, aqui presente, e também, muito carinhosamente, os servidores do meu gabinete que aqui se encontram presentes: Celina, Magalhães, Júlia e Mariana.

Muito obrigado também pela presença.

Eminente Senador Eduardo Braga, eu costumo dizer – e já o disse na minha primeira sabatina e também em inúmeras entrevistas – que o Congresso Nacional foi muito feliz ao estabelecer, na Emenda Constitucional nº 45, que criou o Conselho Nacional de Justiça, a inclusão na composição do órgão, um órgão de controle externo do Poder Judiciário, como efetivamente é o CNJ, duas cadeiras do Congresso Nacional: uma da Câmara dos Deputados e uma do Senado Federal, a qual tenho a honra de ocupar atualmente.

Essa participação democrática, a democracia representativa é uma forma valiosíssima de oxigenação, no caso, do Poder Judiciário, exatamente com a participação de V. Exªs, dos Senadores da República e dos Deputados Federais, nos trabalhos do Conselho Nacional de Justiça. E somos nós, exatamente, os representantes destas Casas Legislativas, que temos a obrigação de encaminhar essas demandas, muito bem colocadas por V. Exª, muito bem observadas por V. Exª, não só do Estado de V. Exª, o Amazonas, mas de todo o Brasil, como V. Exª bem observou, junto ao Conselho Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça, exatamente para aprimorar o Poder Judiciário, sempre nessa missão programática de melhorar a prestação jurisdicional ao cidadão.

Eu cumprimento efusivamente V. Exª, Senador Eduardo Braga, pelas preocupações que também nos tocam no Conselho Nacional de Justiça. Nós temos sempre falado sobre esses temas.

V. Exª, por exemplo, fez uma gentil referência ao seminário "Acesso à Justiça", que nós organizamos no Superior Tribunal de Justiça anteontem, na segunda-feira, um seminário organizado pelo Ministro Luis Felipe Salomão, pelo Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva e por mim, em que nós discutimos exatamente essa porta de entrada no Poder Judiciário. Fundamentalmente – eu me manifestei naquela ocasião –, nós temos um arcabouço legislativo que favorece, de maneira geral, que o cidadão busque o Poder Judiciário. Obviamente, não estou fazendo nenhuma crítica, é uma constatação. Há uma facilidade para que o cidadão o busque. Não é uma crítica e também não é um elogio, é uma constatação de dados, exatamente para que os especialistas, para que os Senadores, para que todos os interessados e preocupados com essa temática possam refletir. Nós temos uma lei, o Código de Defesa do Consumidor, que leva ao Judiciário demandas normalmente de pequenas causas. Temos também o Juizado Especial, que não tem custo para o cidadão. Temos uma Defensoria Pública incrivelmente aparada e muito bem estruturada no Brasil, o que favorece o acesso à Justiça para aquele cidadão com dificuldade. Nós temos também um sistema de concessão de gratuidade de justiça bastante amplo. Isso tudo leva o jurisdicionado ao Poder Judiciário.

Ao mesmo tempo, nós falamos de assoberbamento, de morosidade da Justiça. Eu mesmo disse aqui dos números incríveis de processos que nós temos o Brasil, o que não encontramos em lugar nenhum do mundo. Tanto é assim que dizem que, pelas estatísticas, os juízes brasileiros são os mais produtivos do mundo, e isso não representa uma entrega rápida da prestação jurisdicional.

O Congresso Nacional está sempre preocupado, e, por isso, também falei do Código de Processo Civil. Vamos também, por outro lado, tentar reduzir as causas que chegam ao Judiciário. Como? Eu citei dois exemplos, mas poderia citar tantos outros: o estabelecimento da mediação e da conciliação no tratamento autocompositivo dos conflitos, para que aquelas causas, dentro das possibilidades, não cheguem ao Judiciário; e o sistema de precedentes, de observância de precedentes, que visa a diminuir a insegurança jurídica, que é, por assim dizer, uma loteria judicial. Está aqui o Ministro que é um grande especialista na temática. Diminuindo isso, eventualmente, poder-se-ia, é claro, diminuir um pouco a judicialização.

Então, foi esta temática, Senador, que nós discutimos nesse seminário e que nós discutimos diuturnamente no Conselho Nacional Justiça: quais as medidas de gestão que podem ser tomadas? V. Exª trouxe muitos números relevantes de que nós, no Conselho Nacional de Justiça, também temos conhecimento; com eles procuramos trabalhar. O Ministro Gilmar Mendes costuma dizer que, com relação a esses números, não adianta aumentar o número de juízes, aumentar o orçamento, aumentar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estrutura do Poder Judiciário, não adianta aumentar – é a metáfora que ele faz – a dosagem do remédio para cuidar do paciente. É preciso gestão. É nessa gestão que o Conselho Nacional de Justiça procura ingressar com as medidas de planejamento estratégico, com as medidas de orientação e de apoio.

Aí, já tratando dessas medidas de apoio, entro, eminente Senador, na questão da segurança pública, que é uma preocupação do Conselho Nacional de Justiça. É preciso cuidar dos juízes, para que eles decidam de maneira independente e para que, se eventualmente alguma ameaça sobrevier – nós sabemos que vivemos num país com uma dificuldade muito grande na temática da segurança pública –, o Conselho Nacional de Justiça possa prestar todo o apoio necessário. Há notícias nos jornais de que o Conselho Nacional de Justiça tem feito isso.

Ainda sobre a temática da segurança pública, especificamente quanto à referência que V. Exª fez aos presídios, nós temos uma população carcerária também proporcionalmente estrondosa. É preciso, então, fazer discussões. E nós temos também feito isso sobre o encarceramento exacerbado, essa cultura do encarceramento. Sabemos nós que há penas alternativas que, em alguns casos, obviamente cumpridos, Senador Anastasia, os requisitos da lei penal, da Lei Processual Penal, são possíveis, são viáveis. É preciso que nós organizemos isso.

No que o CNJ tem a ver com os presídios? Embora os presídios... V. Exª, que já foi Governador do seu Estado, e muitos Senadores também, como o Senador Anastasia, têm uma compreensão bastante ampla desse tema. Na verdade, embora seja submetida a administração dos presídios aos Governos estaduais, ao Poder Executivo, o Conselho Nacional de Justiça tem a missão, tem a função de olhar para a execução da pena, que está situada exatamente nas varas de execução penal. Então, temos de cuidar disso.

Não por outra razão, o Ministro Gilmar Mendes, quando presidiu, estabeleceu um programa fantástico, que ainda hoje é continuado pela Ministra Cármen Lúcia, com o trabalho dos mutirões carcerários. Quer dizer, os juízes, os conselheiros e todos estão preocupados com essa temática.

O Ministro Lewandowski, por exemplo, na última Presidência do Supremo, cargo que ocupou – e foi Presidente do Conselho Nacional de Justiça, por via de consequência –, também estabeleceu as audiências de custódia. Na verdade, ele priorizou muito essa audiência de custódia, para que o sujeito imediatamente preso possa ser levado a um juiz, para que se faça a avaliação da sua...

Senador Eduardo Lopes, cumprimento V. Exª.

Senador Roberto Requião, cumprimento V. Exª também.

Então, eminente Senador, nessa questão do planejamento estratégico do Poder Judiciário, vou passar a falar também do foro privilegiado, que, recentemente, como sabemos, o Supremo Tribunal Federal restringiu. É uma resposta à indagação feita pelo cidadão, também naquela linha de democracia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representativa. Represento, indicado por V. Exªs, exatamente o cidadão brasileiro. Então, fico muito feliz que os cidadãos estejam interessados em saber a opinião e o trabalho do Conselho Nacional Justiça aqui na Comissão de Constituição e Justiça. E tenho muito prazer de responder à pergunta.

O Supremo Tribunal Federal restringiu o foro privilegiado para alguns casos, como sabemos, e disso naturalmente vai decorrer uma modificação da competência da primeira instância nos Estados. E o Conselho Nacional Justiça está lá exatamente para cumprir a deliberação do Supremo Federal, que, dos 91 tribunais do País, é o único que não está sob a jurisdição e a circunscrição do Conselho Nacional de Justiça. Todos os outros 90 tribunais estão sob essa jurisdição, e o Supremo se encontra numa posição acima, exatamente como órgão revisor – não é recursal, mas é revisor – desses atos. Então, a partir da deliberação do Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça vai certamente agir.

No que diz respeito à decisão recente da Corregedoria, muito enfatizada por V. Exª, eu vou apenas pedir licença para não falar de um caso específico. Posso vir a conhecer esse caso, como juiz que sou hoje, e a julgar o ato, mas quero dizer que o Conselho Nacional de Justiça sempre está atento à sua responsabilidade. Quando a Constituição diz que é dele a responsabilidade de estabelecer um planejamento estratégico preferencialmente uniforme para todo o Poder Judiciário, nós, naturalmente, eminente Senador, temos de considerar, temos de contemplar as peculiaridades locais, as dificuldades, inclusive considerando, contemplando a autonomia dos tribunais, a autonomia dos Estados para deliberar sobre essas questões.

Eu costumo dizer, por exemplo, que, ao estabelecer normas genéricas, inclusive por meio de resoluções que são vinculativas ao Poder Judiciário, nós temos de observar, por exemplo, o tamanho dos tribunais. Veja V. Exª, Sr. Presidente Lobão, que o tribunal de São Paulo tem cerca de 370 desembargadores, ao passo que nós sabemos que há outros tribunais no País que têm 9 desembargadores, 11 desembargadores, 13 desembargadores. Naturalmente, nós, ao fazermos, ao elaborarmos essas normas genéricas, precisamos considerar essas diferenças de realidade, até para não tomarmos uma deliberação daqui, da Capital federal, que atravanque, que atrapalhe eventuais trabalhos que são bem realizados nas localidades.

Então, de novo, sem falar do caso específico, mas, de maneira genérica, é preciso isto, eminente Senador: considerar a realidade local, a realidade social, porque este País é territorialmente amplo e tem Estados que naturalmente também têm muitas diferenças.

Senador Ronaldo Caiado, saúdo V. Exª.

Então, eminente Senador Eduardo Braga, espero ter respondido as indagações de V. Exª.

Permaneço à disposição, Sr. Presidente, também para responder a qualquer outra dúvida ou indagação sobre minhas considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para fazer suas indagações ao Dr. Henrique Ávila.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eminentes autoridades que nos visitam, que cumprimento na pessoa do caro conterrâneo Ministro João Otávio de Noronha, que acordou hoje muito satisfeito, certamente, pela vitória de seu time ontem à noite. Ele teve uma alegria celeste! A gravata, inclusive, sinaliza essa sua simpatia. (*Risos.*)

Não é a minha, mas eu respeito, não é, Dr. Fernando Mendes?

Eminente Conselheiro Henrique Ávila, em primeiro lugar, eu quero cumprimentá-lo pela exposição. V. Exª foi indicado pelo Senado da República para representar esta Casa da Federação, aliás, como muito bem dissertou nosso par o Senador Eduardo Braga, no Conselho Nacional de Justiça. Cumpriu lá o seu primeiro biênio e, agora, é indicado novamente pelos Líderes e pelo Presidente, Senador Eunício, para essa recondução.

Seria, talvez, até despicienda a sabatina, mas ela é relevante, porque, ao mesmo tempo, permite a V. Exª, como fez, fazer um balanço da sua atuação e a nós, que fazemos o julgamento, a aprovação e a votação, balizar, de fato, o reconhecimento do seu trabalho, cuja notoriedade na Casa é muito positiva. Então, felizmente, a indicação anterior recebeu, de modo geral, o aplauso e o reconhecimento, mercê do seu conhecimento, do seu profissionalismo, trabalho e empenho junto a esse órgão, até porque, no período entre a sua primeira indicação e agora, nós passamos a viver mares revoltos na área do Judiciário, nas questões gerais do relacionamento com o Executivo e com o próprio Legislativo.

Houve algumas não digo crises; tivemos aí algumas questões delicadas que foram superadas com o tempo, mas que, de fato, tornaram esse período mais temperado do que aquele anteriormente havido, o que demonstra, mais uma vez, como bem lembrou também o Relator, a sabedoria, a sapiência do Constituinte Derivado ao instituir a figura do Conselho Nacional de Justiça, onde V. Exª quantifica como membro e onde está o Ministro Noronha, nosso conterrâneo, como Corregedor Nacional de Justiça.

Vários temas já foram abordados aqui. A exposição do Relator foi brilhante e extremamente abrangente. Eu, de maneira muito rápida, até porque outros colegas certamente farão aqui suas indagações, quero ponderar cinco itens que anotei da sua exposição.

Primeiro, um tema que me preocupa à exaustão é o da segurança jurídica como um todo. Com o Ministro Bruno Dantas, que precisou se ausentar, nós discutimos muito a respeito de um projeto de minha autoria, aprovado nesta Casa e na Câmara, que acabou sendo sancionado parcialmente pelo Presidente da República, que avança na questão da segurança jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós levantarmos e abrirmos esses dados que V. Exª coloca, em termos de judicialização, nós veremos lá uma presença, Presidente, majoritária do Poder Público. Dessas dezenas de milhões de ações que temos, o Poder Público está lá, muitas vezes como autor, muitas vezes como réu, como querelante, como reclamado, como reclamante, o que demonstra algo inusitado: o Poder Público, no Brasil, acaba gostando de querelar, porque ele demora no pagamento. E ainda se beneficia da figura famigerada, terrível, do precatório.

Abro um parêntese para nós lembrarmos que o precatório é um instituto da Constituição Federal que já foi alterado cinco vezes. A Constituição Federal tem 30 anos de existência, e o artigo do precatório já teve cinco alterações, o que demonstra, de fato, que algo não está correto nos termos do pagamento, pelo Poder Público, relativo aos jurisdicionados.

A segurança jurídica, então, deve ser aperfeiçoada. O senhor colocou bem que a nossa Justiça é competente, eficiente, tem produtividade, mas é muito cara. Em relação ao PIB, parece que, se ela não for a primeira, é uma das primeiras do mundo em termos de despesa. E o País não suporta isso.

V. Exª disse muito bem que não adianta aumentar a estrutura do Judiciário, porque nós estaremos estimulando cada vez mais uma cultura que já é nossa, que é a cultura da demanda, do litígio. Nós precisamos estimular o outro lado, que é exatamente a cultura da conciliação, a cultura da arbitragem, a cultura das comissões de composição, que a legislação já tem, mas em que nós não acreditamos, lamentavelmente, e que usamos pouco.

Eu acabo de apresentar aqui também, Sr. Presidente, um projeto de lei, baseado numa lei do Município de São Paulo, que cria comissões obrigatórias para negociação de conflitos em contratos administrativos. Isso é muito positivo. É uma matéria que já existe pelo mundo afora – nos Estados Unidos, já existe há muitas décadas – e que, com essa determinação da Comissão de Negociação, vai determinar que se evite a ida ao Judiciário e uma composição prévia. Então, isso deve ser colocado para se fazer economia. É um tema sobre o qual, de fato, o Conselho deve se debruçar.

Com a sua experiência, o que temos de fazer mais para aprimorar a segurança jurídica de modo geral, no Brasil, sem a qual não há ambiente de investimentos? Nenhum estrangeiro de grande empresa, fundo soberano, ou mesmo os brasileiros vão investir em negócios, se o seu negócio passa a correr risco. Esse é um tema muito delicado.

O sistema penitenciário, que V. Exª coloca, esse é um drama. Eu fui Governador do meu Estado. O Senador Eduardo, que está aqui, também o foi. O Senador Requião já o foi por mais de uma vez, foi por três vezes Governador do seu Estado, o Paraná. Vários Senadores já o foram. O sistema penitenciário é uma questão delicada, porque, como V. Exª disse muito bem, a responsabilidade é do Executivo, mas quem acompanha e determina é o Judiciário. Há um divórcio, e é muito cômodo. Muitas vezes, o juiz de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

execução toma decisões corretas, mas complemente alheias àquela realidade, num quadro ideal, que não existe.

Felizmente, quando fui Secretário de Defesa Social em Minas, havia um juiz de execução esplendoroso, o Desembargador Herbert Carneiro, lamentavelmente falecido recentemente, como Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, que foi um juiz de execução parceiro, de primeira hora, que identificava os problemas. Mas nem sempre isso ocorre.

Eu, até sob o ponto de vista um pouco revolucionário, um pouco inovador, acho que, numa futura revisão, nós deveríamos discutir a coparticipação do Judiciário na administração do sistema penitenciário, porque isso iria, pelo menos, diluir a responsabilidade, que não ficaria tão somente nas costas do Poder Executivo.

Sei que é um tema delicado, polêmico, mas que tem de ser discutido, porque, como está, dificilmente avançará diante da nossa realidade.

Temos boas experiências, como as APACs, que V. Exª conhece, em meu Estado, mas ainda em número reduzido perto da necessidade.

V. Exª também citou a questão da judicialização de saúde, que é um pesadelo hoje para os executivos, porque ela quebra o planejamento. Ninguém sabe quanto custa. Então, temos de chegar a um ponto de equilíbrio também. É justo, nada mais correto e adequado quando se necessita do remédio da decisão judicial na omissão do Executivo, mas tem de haver um dado de razoabilidade.

E hoje aqui abro um parêntese interessante, Senador Roberto Requião: criticam-nos muito no Legislativo quando nós adotamos conceitos jurídicos indeterminados. Um deles é a razoabilidade. Não há como legislar sem adotar esses critérios. O legislador nunca vai antever as circunstâncias do mundo real, e nós temos de usar exatamente conceitos jurídicos indeterminados como a razoabilidade, o interesse público, a culpa grave, que são abertos para que o legislador os preencha.

Por fim, um tema também de responsabilidade do CNJ, que acaba ficando um pouco periférico e que é muito importante, é a questão dos serviços cartoriais. Os cartórios têm uma realidade importante no Brasil, estão presentes praticamente em todos os Municípios, em muitos distritos, aliás, têm uma participação relevante na vida social. Alguns arrecadam valores milionários, outros não arrecadam nada. Há até uma injustiça nessa distribuição. Então, nós gostaríamos de ponderar sempre sobre a participação do CNJ na tentativa de aprimorar o funcionamento desse sistema que pode auxiliar muito o Judiciário, já que seus titulares têm fé pública, especialmente em medidas que vão esvaziar o Poder Judiciário. Ações que hoje são propostas principalmente na área cível, onde não há conflito, que têm natureza de homologação, essas poderiam ser levadas ao oficial de registro da competência específica, porque isso facilitaria muito. É claro que dependerá do estudo do CNJ para ver a viabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São ponderações que faço, mais do que perguntas, porque sei da sapiência de V. Exª, do seu preparo. Tenho a certeza de que será aprovado não só nesta Comissão, mas também no plenário e de que vai dar continuidade muito adequada ao trabalho que já realiza no âmbito daquele importante Colegiado.

Parabéns! Boa sorte!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra o Dr. Henrique Ávila.

O SR. HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA – Eminente Senador Anastasia, eu o cumprimento e agradeço as palavras de V. Exª, que, certamente, são decorrentes da educação e da elegância conhecidas de V. Exª.

V. Exª tocou num ponto que para mim é muito caro e que, também para o Conselho Nacional de Justiça, é uma pauta indispensável, que é a segurança jurídica, exatamente na linha do que V. Exª dispôs: como direcionar o cidadão a uma pauta de conduta única se ele não sabe o que fazer, já que um tribunal diz uma coisa, outro tribunal diz outra coisa?

O Ministro Sepúlveda Pertence costuma dizer que, no Brasil, a Constituição nada mais é do que aquilo que o Supremo Tribunal Federal diz que ela é. Essa é uma verdade. E, em outra dimensão, podemos dizer que, muitas vezes, a lei é o que o juiz diz que a lei é, o que o juiz diz que a lei determina. Agora, se os juízes e os tribunais controvertem sobre exatamente o que a lei diz, como esclarecer isso para o cidadão? Como apresentar, como eu disse, uma pauta de conduta única ao cidadão?

E aí disso decorrem, obviamente, vários problemas, várias questões. Por exemplo, há os investimentos estrangeiros. Uma empresa estrangeira, para investir no Brasil, gostará, naturalmente, de saber qual o cenário legislativo, o arcabouço legal, para que coloque aqui seus investimentos. Se isso não for simples, se isso for uma coisa complexa, como o é hoje, muito provavelmente essa empresa encontrará dificuldades e obstáculos para isso.

Nessa linha, V. Exªs aprovaram, como fiz referência aqui, o Código de Processo Civil, que, no art. 926, diz exatamente que a jurisprudência deve se manter estável, íntegra, coerente e naturalmente uniforme, para o bem da Justiça e para o bem da segurança jurídica. O Código de Processo Civil vai além, dizendo de determinados precedentes estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, Ministro João Otávio Noronha, e que cabe contra decisão judicial que descumprir esses precedentes a reclamação, o que faz com que essa sanção mais grave e mais dura faça dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal vinculantes. A dogmática,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, atribui essa condição vinculante. Parece-me, Senador, que essa é uma medida muito importante para controlar e coibir a insegurança jurídica, ainda nos dias de hoje reinante.

O Conselho Nacional de Justiça, para ser mais específico, nessa linha, através da Resolução 235, estabelece mecanismos de cumprimento dessas decisões judiciais, desses precedentes, e também de difusão desses precedentes, porque não adianta também o Superior Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior do Trabalho, enfim, os Tribunais Superiores fazerem esse trabalho hercúleo de resolução dessas demandas repetitivas que chegam, todos os dias, ao Poder Judiciário sem que haja um mecanismo de divulgação. É preciso que os atores do processo judicial conheçam esses precedentes, sejam eles os juízes, os advogados, os defensores públicos, os membros do Ministério Público, os advogados públicos etc.

Então, o Conselho Nacional de Justiça tem controlado isso. O Conselheiro Fernando Mattos tem uma participação muito importante também nessa tarefa. Eu também faço parte disso. Eu me dedico e me empenho também com relação a esse ponto.

V. Exª citou também a questão do Poder Executivo na questão carcerária. De fato, como V. Exª muito bem colocou, há um descolamento numa parte fundamental: o Poder Executivo administra o presídio, e quem executa é o Poder Judiciário. E exatamente por que o Poder Judiciário executa é que o Conselho Nacional de Justiça se debruça sobre essa temática. Parece-me que as decisões *de lege ferenda* de V. Exª são muitíssimo interessantes, mas, diante do cenário atual, parece-me que não há outra saída senão a cooperação entre esses órgãos junto com os Governos estaduais, junto com os administradores do Poder Judiciário local e com o Conselho Nacional de Justiça, para que esses dados sejam sempre aperfeiçoados e também assim a prestação jurisdicional.

A judicialização da saúde é também uma temática muitíssimo relevante. No Conselho Nacional de Justiça, nós temos o Comitê de Saúde. Já que falei em cooperação na parte do mutirão carcerário, falo também em cooperação aqui. A nossa ideia nesse Comitê de Saúde, Senador Anastasia, é exatamente unir esses atores da saúde, quer dizer, os juízes de todo o Brasil, os ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Na semana passada, nós fizemos um seminário no Hospital Sírio-Libanês com três ministros da Seção de Direito Privado. Dos dez ministros da Seção de Direito Privado do Superior Tribunal de Justiça, nós levamos três ao Hospital Sírio-Libanês, num palco absolutamente fértil para essa discussão, porque lá havia médicos do hospital, dirigentes daquele respeitado hospital, inúmeros juízes do Brasil inteiro representando os 27 Estados da Federação, defensores públicos, membros do Ministério Público, advogados. Então, naquele cenário de especialistas no tema, essa troca de ideias foi muito interessante, exatamente para que os casos da saúde, Senador Anastasia, não sejam vistos individualmente. Eles são vistos, muitas vezes, individualmente pelo juiz singular, que recebe uma demanda também por parte de um cidadão de determinado remédio, por exemplo, e lá é deferida uma liminar que influencia no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamento. É óbvio que, muitas vezes, aquela decisão sozinha não influencia, mas a decisão dada pelo juiz da 1ª Vara de Fazenda, junto com o da 2ª Vara e com o da 3ª Vara, de todo o Estado, de todo o Brasil, acaba mexendo – V. Exª, que foi Governador do Estado de Minas Gerais, tem muita dimensão dessa realidade – no orçamento das secretarias de saúde, porque acaba que, de maneira exagerada, por assim dizer, o Judiciário pode se tornar o administrador da saúde do Estado ou do Município, por decisões judiciais, que, obviamente, devem ser cumpridas e que de fato o são pelo Poder Público. Mas essa é uma questão que merece ser vista de maneira macro, de maneira ampla, e é isso que esse Comitê, Senador Anastasia, tem visto.

V. Exª também citou as dificuldades dos serviços cartoriais no Brasil. Os serviços cartoriais, nós sabemos, têm uma capilaridade enorme no Brasil.

Senador Roberto Rocha, cumprimento V. Exª.

Então, os cartórios podem auxiliar os cidadãos, podem auxiliar o jurisdicionado em vários temas, e não somente naquilo em que cada um deles, com a sua atribuição legal, têm para dizer.

Aproveito aqui a presença do eminente Ministro João Otávio de Noronha, que, como Corregedor Nacional de Justiça, deferiu, num ato absolutamente elogiável, a participação desses cartórios no sistema de mediação e de conciliação.

Veja V. Exª como atos como esse podem colaborar com um ganho geral, nesse caso, para os cartórios, que têm a intenção, sobretudo aqueles que são menos remunerados, de participar desse movimento pela conciliação e pela mediação, assim como, por outro lado, fazem com que o cidadão possa se valer dessa participação dos cartórios em todo o Território nacional, como de fato é feito, para estimular esse tratamento adequado dos conflitos que se veem, a partir também de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça, a Resolução nº 125, de 2010, que está na nossa Comissão de Acesso à Justiça, levando isso ao cidadão, ao destinatário final da lei e da prestação dos nossos serviços.

Espero ter respondido, eminente Senador Anastasia, as indagações de V. Exª.

Fico à disposição ainda para fazer esclarecimentos adicionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O Dr. Henrique Ávila está sendo sabatinado nesta Comissão para o seu retorno ao Conselho Nacional de Justiça.

Lembro à Comissão de Justiça que S. Exª substitui, naquele Conselho, o atual Ministro do Tribunal de Contas Bruno Dantas, que havia sido indicado ao Conselho pelos Líderes e pelo então Presidente Renan Calheiros.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Há uma tradição entre nós no sentido de indicar, pelo Senado, nomes de reconhecida relevância jurídica que possam, em tais circunstâncias, bem nos representar, como o fez o Ministro Bruno Dantas e como o faz agora o Dr. Henrique Ávila.

Esta Comissão, Ministro Noronha, foi responsável – eu, na ocasião, era também o seu Presidente – pela reforma do Poder Judiciário, uma reforma que não foi completa, mas que foi pelo menos uma tentativa. E foi naquela ocasião que se propôs aqui a criação do Conselho Nacional de Justiça, e apenas ele. Por minha iniciativa, acrescentamos, por um princípio de justiça e de eficiência, também a criação do Conselho Nacional do Ministério Público. Esses dois Conselhos têm prestado relevantes serviços ao Brasil.

Hoje, é Corregedor-Geral dele um dos mais renomados e antigos Ministros do STJ, o Ministro João Otávio de Noronha, que nos dá aqui a honra de sua companhia.

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Ainda há pouco, ouvi o Senador Eduardo Braga queixando-se da ausência da Justiça Federal em Tefé e em outros Municípios do Amazonas, onde se encontra a raiz, ou parte dela, dos problemas de tráfico de drogas e tudo mais.

Em São Paulo, existe um Tribunal, que é o egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, com 370 desembargadores, e, todavia, não há ali a celeridade no julgamento dos processos que se imaginava. O próprio Tribunal tem consciência disso. Recordo-me de que, há algum tempo, convocou os juízes e desembargadores aposentados para o trabalho de arbitragem naquele Estado, com excelentes resultados.

O que há entre nós, penso eu, que participei, como eu disse, daquela reforma do Poder Judiciário... Na ocasião, criamos a súmula vinculante, exatamente na esperança de que com ela se pudesse normatizar melhor a tramitação de processos pelo Poder Judiciário.

Houve um dia, Ministro Noronha, apenas um dia, em que uma vara federal no Rio de Janeiro recebeu dois milhões de processos. Foram dois milhões de processos num dia, com a mesma demanda. Houvesse, naquela ocasião, a súmula vinculante, seguramente aquilo não teria acontecido. O que ocorreu foi que caminhões e caminhões foram acionados para transportar, no passo seguinte, esses processos todos, julgados pelo juiz e pelo Tribunal Regional Federal, ao Superior Tribunal de Justiça, em Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um retrato de como se julgam atabalhoadamente demandas da sociedade brasileira. O número de recursos em nosso País chega a ser abusivo, gerando esses atropelos aos quais aqui me refiro.

Eu penso, Dr. Ávila e Ministro Noronha, que uma ação mais intensa quanto à conciliação e à arbitragem traria definitivamente ao País resultados notáveis. Já existe uma lei de arbitragem há 15 anos. O Ministro Luis Felipe Salomão foi convidado pelo Senado Federal a dirigir uma Comissão Especial aqui organizada, também por proposta do Senador Renan Calheiros, para promover a edição de uma lei que fosse mista no que diz respeito à arbitragem e à conciliação. E o Ministro Luis Salomão elaborou um trabalho admirável. Foi um trabalho admirável! Elogie-se, portanto, reconheça-se, portanto, a contribuição daquele magistrado ilustre.

Outros juristas e pessoas foram convidados, inclusive pela Comissão de Justiça, para trazer as suas luzes em relação a essa matéria. E eu destaco aqui o trabalho que fez, ajudando-nos nessa tarefa, a Drª Alessandra Balestieri, que é uma estudiosa internacional dessa matéria tão importante para desafogar a estrutura jurídica do nosso País.

Eu cumprimento, portanto, o Dr. Henrique Ávila, que está, repito, já no Conselho Nacional de Justiça e que é nosso candidato ao retorno a este Conselho, ou seja, para permanecer por mais dois anos no Conselho Nacional de Justiça, emprestando a ele as luzes do seu saber, o seu espírito público e o seu patriotismo.

Eu peço aos Srs. Senadores que ainda não votaram que o façam. (*Pausa.*)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vou pedir licença a V. Exª para aproveitar a oportunidade da presença do Ministro Noronha aqui na Casa, para fazer um apelo, Ministro, para que não feche as varas do Amapá. São três varas: uma vara em Laranjal do Jari; a 2ª Vara Criminal, de Macapá; e a vara do Oiapoque – esta é fundamental em função da fronteira internacional com a França. O Oiapoque faz fronteira com a França, e é muito importante a manutenção dessa presença do Judiciário Federal lá.

Inclusive, estamos trabalhando para haver uma maior presença do Brasil na fronteira, com a presença de órgãos federais. Agora mesmo, eu apresentei uma emenda para a Marinha brasileira instalar uma capitania dos portos. Nós precisamos da nossa presença ostensiva naquela fronteira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço esse apelo a V. Exª e ao CNJ também, porque essa é uma decisão que deverá passar pelo CNJ, que passa pelo CNJ, para que não fechem essas varas, que são muito importantes para nós. Nós somos um Estado muito isolado. V. Exª o conhece, já esteve no nosso Estado. Nós estamos do outro lado do Rio Amazonas. Para chegar lá, tem de ser de avião ou de barco, e ao Oiapoque nem mesmo de avião se consegue chegar, nem mesmo pela estrada, só pelo mar. Então, é muito importante a manutenção dessas varas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O apelo de V. Exª, certamente, será considerado.

Os Srs. Senadores ainda podem votar.

(*Continua em processo de votação.*)

Se todos os Senadores já votaram, vamos encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Votaram SIM 17 Srs. Senadores; nenhum voto contrário.

Nenhum voto em branco.

Cumprimento, portanto, o Conselheiro Henrique de Almeida Ávila.

Aprovada a escolha do nome do Sr. Henrique Almeida Ávila, a matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Eu gostaria de requerer urgência nessa matéria, dada a sua relevância.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – É submetida a urgência ao Plenário da Comissão de Constituição e Justiça. (*Pausa.*)

A matéria seguirá com a recomendação de urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quórum para votação em caráter terminativo...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – Nós vamos fazer a reunião administrativa agora?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Nós vamos transferi-la para a próxima semana, considerando que o quórum está muito escasso e que há várias comissões trabalhando ao mesmo tempo.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O primeiro item da pauta é um projeto do Senador Armando cujo relatório eu já li; só falta agora analisar as quatro emendas do Senador Valadares. Se eu pudesse apenas apresentar o meu relatório dessas quatro emendas em relação a ele... É um projeto da mais alta relevância, que, inclusive, dá concretude ao projeto do Susp. Eu apenas acataria as emendas do Senador Valadares e daria como lido, portanto, o relatório, que já foi lido na reunião da semana passada. Com isso, nós teríamos condições de votar na semana que vem esse projeto, se não houver nenhum impedimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Simone, eu creio que a Comissão pode aceder às ponderações de V. Exª, embora haja diversos projetos de caráter terminativo com pareceres já proferidos e não votados. Mas, como se trata apenas do pronunciamento de V. Exª acerca das emendas, a Presidência está de acordo e defere o pedido de V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP. Pela ordem.) – Apenas quero solicitar a V. Exª que inclua o PDS 21, de 2018, na pauta da próxima reunião da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Capiberibe, ainda há pouco, o Senador Lasier havia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu peço silêncio à Comissão, notadamente aos assessores que não param de tagarelar.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O Senador Lasier havia solicitado pessoalmente, como é de praxe – depois, do microfone da Comissão, o que não é proibido, S. Exª exerceu seu direito –, a distribuição, para relatoria, do projeto que diz respeito às chamadas dez sugestões populares para o combate à corrupção. Esse é, de fato, um projeto que existe – nada tem a ver com a reivindicação de V. Exª agora – tramitando no Senado, que já passou pela Câmara e que, inicialmente, foi alvo de uma dificuldade quanto às assinaturas que o informaram. E teve de ser submetido a nova avaliação.

S. Exª acentuou que, por se tratar de iniciativa popular, deveríamos dar a ela uma prioridade, uma atenção especial. Sim, está escrito na própria Constituição que o poder deriva do povo. De tal modo ele deriva do povo, que o povo nos elege, exatamente para que, em seu nome, exerçamos as funções legislativas. Porém, a Constituição atual, de 1988, da qual sou um dos subscritores, porque Constituinte eu fui em 1988 e assinei a Constituição, realmente, outorga à iniciativa popular essa função de apresentar proposituras.

Embora seja um projeto recentíssimo, elaborado no calor de uma iniciativa do Judiciário, do Ministério Público, que diz respeito ao combate à corrupção, ele não deve ser nunca deste momento, não deve ser nunca contemporâneo de cada instante, mas deve ser permanente. E ninguém é o detentor da autoridade para cuidar disso; todos o são, esse é um dever de todos. E é preciso que se acentue que as delações não são julgamentos.

O próprio Ministro Relator do Supremo Tribunal Federal, que, infelizmente, foi vítima de um acidente, toda vez que despachava autorizando uma investigação, dizia que a delação não é prova, a delação é um caminho para a investigação, não mais do que isso.

Muitos políticos e empresários são submetidos hoje à investigação sem o julgamento final e sem provas. Até que sejam julgados, aquelas delações significam pouco, não vão além de uma sugestão para a investigação.

Eu prometi ao Senador Lasier que darei prioridade à decisão que a Presidência deve tomar, e é uma prerrogativa sua, da Presidência, mas eu a tomarei, levando até em boa consideração a solicitação do Senador Lasier. Eu o farei com a urgência devida, mas não neste momento, porque ela não se encontra aqui sequer. Ela veio para a Comissão, mas voltou para a Mesa do Senado, por solicitação dela, em razão de requerimento do próprio Plenário, a fim de que receba o apensamento de outra matéria.

Então, eu já não teria autoridade para fazê-lo agora. Por consequência, eu até nem deveria ser cobrado por ela. Eu já estou me adiantando, dizendo que, no devido momento, eu tomarei essa providência.

Agora responderei a V. Exª. Eu pediria que permanecesse na Comissão por um minuto, para que eu pudesse deliberar sobre o que V. Exª propõe. O Senador Lasier é autor de outro projeto – por isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionei o nome dele ainda há pouco –, que é o que V. Exª relata, que foi enviado por esta Presidência a V. Exª para relatar e que diz respeito ao voto impresso.

Senador João Capiberibe e Senador Lasier, essa é uma matéria de alta indagação política. O Tribunal Superior Eleitoral, que existe no Brasil e não existe em todos os países do mundo – digo isso para demonstrar o rigor com que o legislador constitucional tratou dessa matéria –, não tem uma opinião favorável ao encaminhamento dessa matéria no momento. Nós estamos às vésperas de uma eleição, nós nos encontramos na madrugada de uma nova eleição, de um pronunciamento soberano do povo, e entende o Tribunal que essa matéria, tratada agora e não com o tempo devido, com a antecedência devida, poderá tumultuar as eleições deste ano.

Além disso, essa impressão do voto, transformada em lei, teria de exigir uma alteração profunda no sistema de informática do Tribunal, das urnas eletrônicas, e isso não custaria menos de R$3 bilhões.

Portanto, eu, como Presidente da Comissão, com a autonomia que tenho para deliberar sobre a distribuição e sobre a pauta de votação – e temos ainda centenas de projetos para colocar na pauta –, decidi não colocá-la na pauta neste momento, sem que antes tenhamos uma palavra mais definitiva do próprio Tribunal Superior Eleitoral.

Eu não estou tomando uma decisão arbitrária. Penso que estou tomando uma decisão marcada pela prudência. O que me move é apenas a prudência. Não estou opinando sobre o mérito dela. Estou falando sobre ela, matéria, sobre a iniciativa do nobre Senador Lasier Martins, que agora tem por Relator V. Exª, que pede a inclusão do projeto na pauta.

Essa é a deliberação respeitosa...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com todo o prazer.

Essa é a decisão que, respeitosamente, tomo sobre essa matéria.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – Sr. Presidente, na verdade, o projeto de resolução trata sobre descumprimento da lei por parte do TSE. Nós não estamos discutindo aqui a urna eletrônica nem a eficácia dela. Essa é uma questão que já foi debatida em várias audiências públicas na CCJ e em outras comissões. O que nós estamos discutindo – é o que o Senador Lasier coloca no seu projeto – é o zelo pelo cumprimento da lei, porque essa é uma função nossa, do Parlamento.

O projeto foi feito para que os Senadores debatessem o assunto, até porque o TSE teve quase três anos para cumprir a lei, que foi aprovada em 2015, tempo suficiente para que o TSE a cumprisse. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estivemos com o Ministro Luiz Fux, que nos disse que, se ele estivesse antes no TSE, ele teria cumprido aquilo que a lei determina.

Então, a nossa função como legisladores é legislar e também acompanhar o cumprimento da lei. Acho que essa é a preocupação do Senador Lasier. Ele se preocupou exatamente porque fizeram vista grossa a isso. Neste País, diz-se que há leis que pegam e leis que não pegam. Agora, os operadores da lei deixarem de cumprir aquilo que a lei determina nos parece uma questão que precisa ser debatida pelo Senado.

Eu vejo, muitas vezes, os Senadores reclamarem de intervenção judicial aqui dentro. Se os Senadores não tomam as providências que têm de ser tomadas no âmbito das suas funções, eu acho que o Judiciário termina fazendo o que faz aqui, e eu vejo muitos Senadores reclamarem disso. Muitas vezes, nós aprovamos aqui leis inconstitucionais, delegando à Justiça o poder de legislar. Eu acho isso uma coisa gravíssima. E, se a gente não puder discutir o descumprimento da lei que nós aprovamos, eu imagino que seja também um assunto sobre o qual a gente tem de ponderar.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sr. Presidente, respeitosamente às considerações de V. Exª, adicionando argumentos ao que disse o meu colega Senador Capiberibe, quero dizer que há dois aspectos muito importantes nessa matéria, aliás, há duas omissões.

Essa lei, que tem quase três anos, foi votada com 70% da Câmara e do Senado no início de 2015, e está havendo, em primeiro lugar, o descumprimento de uma lei, isto é, outro Poder está desrespeitando o Poder Legislativo. Isso não tem explicação! Esse é um mau exemplo!

A outra omissão é do ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral Gilmar Mendes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – O Ministro Gilmar Mendes não mexeu uma palha, não moveu nada para que se levasse adiante essa providência de acoplar aos computadores da votação as impressoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além do mais, é muito discutível o valor. Há quem fale em menos de R$1 bilhão. Se houve dinheiro para nós cobrirmos o calote de Moçambique e da Venezuela com recursos do BNDES, haveria dinheiro também para uma das mais importantes eleições da contemporaneidade do Brasil.

Por outro lado, continuando essa omissão, nós corremos um sério risco, para o qual poucas pessoas têm atentado: aquele que perder as eleições em outubro deste ano vai dizer que a lei não foi cumprida, ou seja, que será questionável a vitória daquele que ganhar as eleições em outubro próximo.

Por esses aspectos é que, já há bastante tempo, nós encaminhamos esse projeto de decreto para discussão aqui na Comissão, e isso tem sido protelado. Ocorre que, cada vez mais, se aproxima o pleito, faltando agora menos de cinco meses. E nós estamos nos encaminhando para uma eleição de alto risco, exatamente pelo descumprimento de uma lei. E é por isso que temos reivindicado.

Atendemos a um convite do Ministro Fux, que fez uma série de ponderações, dizendo que a sua equipe técnica tem meios de provar que há segurança nessas eleições. Entretanto, nas audiências públicas que realizamos aqui na Comissão, ficou demonstrado que não há segurança, isto é, quem se opuser ao resultado não tem como provar que houve segurança, porque nós não teremos o resultado do voto de cada um através do voto impresso.

Então, por isso, nós insistimos com V. Exª para que essa matéria venha agora – e, se não veio, ainda há tempo para vir –, por uma questão de prevenção, de previsão do que poderá acontecer nas eleições de outubro.

Obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas, naturalmente, se a eminente Senadora quiser falar antes de mim, eu lhe dou toda a preferência.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Não. É que eu não vi...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Tem a palavra V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Pela ordem.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Agradeço também a gentileza do Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – S. Exª é sempre muito gentil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sempre!

Agradeço também a V. Exª.

Pedi a palavra para dar uma notícia à CCJ. Eu sei que todos nós acompanhamos os jornais e os meios de comunicação, mas quero saudar, com júbilo, a ação da Procuradoria da Mulher do Senado, com a assinatura de todas nós e com a minha também, numa consulta ao TSE a respeito do uso do Fundo Eleitoral, com base na decisão tomada pelo Supremo em relação ao Fundo Partidário.

Quero dizer que considero absolutamente justa a posição tomada pelo TSE. Parabenizo o TSE, que decidiu que 30% do Fundo Partidário devem ser dedicados às candidaturas de mulheres, já que nós temos uma lei que determina a obrigatoriedade de que 30% da lista sejam do sexo que estiver em minoria, minoritariamente. Então, essa é uma decisão, além de sábia, profundamente correta, porque indica e estimula que a lei seja cumprida devidamente.

O que acontece hoje é que nós temos a denúncia permanente de mulheres que são inscritas nas últimas horas apenas para preencher a vaga dentro dos partidos. Os partidos não levam a sério a lei, não estimulam as lideranças femininas, não investem na sua formação. E é claro que, quando chega a hora, os presidentes dos partidos dizem: "Ah, não há mulher para ser candidata!" Não há mulher para ser candidata porque as mulheres estão cansadas de serem candidatas que são tratadas de maneira quase invisível pelas direções partidárias e que servem apenas para permanentemente serem um degrau – elas usam essa expressão – na escada para eleger mais homens na política brasileira.

Portanto, esse é um passo fundamental que o TSE dá, que pode não ter um impacto nesta eleição, porque nós já estamos em cima da hora, mas, certamente, a manutenção desse procedimento impactará as novas eleições.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que vai haver uma chiadeira geral no Congresso. O Congresso Nacional teve, Presidente – e sei que V. Exª não participou disso –, a grosseria de fazer uma lei para o Fundo Eleitoral – só posso considerar uma grosseria – que caracterizava, que definia que as candidaturas de mulheres só poderiam receber entre 5% e 15%, no máximo, dos recursos partidários. Isso é uma afronta! É uma afronta à luta das mulheres em busca do seu espaço legítimo na representação popular, uma afronta à lei já existente, que garante, assegura 30% de candidaturas nas listas partidárias! É uma coisa inimaginável que o Congresso ouse fazer uma lei que determine o percentual mínimo e máximo para as candidaturas de mulheres, abaixo dos 30%!

Portanto, quero saudar, pela coragem, pela ousadia e pela seriedade, o TSE, ao tomar a decisão que tomou na noite de ontem, provocado pela Procuradoria da Mulher na Câmara e pela Procuradoria da Mulher no Senado.

Parabéns à Senadora Vanessa, que é a nossa Procuradora no Senado Federal!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço a V. Exª a comunicação que faz.

Com a palavra a Senadora Grazziotin.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem.) – Presidente, agradeço a concessão da palavra.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, agradeço a concessão da palavra que V. Exª me dá e quero fazer coro com a Senadora Lídice da Mata. Essa decisão adotada unanimemente, no dia de ontem, pelo Tribunal Superior Eleitoral dá continuidade a um julgamento que foi favorável às mulheres brasileiras, realizado recentemente pelo Supremo Tribunal Federal.

A Senadora Lídice explicou perfeitamente. Numa das leis da reforma eleitoral, anterior a essa última, Presidente Lobão...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Estou ouvindo V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ...tiveram a coragem, com os nossos protestos, de colocar na lei que 30% de candidaturas de uma chapa, no caso mulheres. Não é assim, porque a lei não fala de mulher, a lei fala de gênero diferente. Mas colocaram que 30% só poderiam utilizar, no máximo, 15% dos recursos do Fundo Partidário dirigidos às eleições. Então, isso abriu um grande espaço, uma janela para que nós ingressássemos com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, o que foi feito pelo próprio Ministério Público Federal.

A partir daí, com o julgamento do Supremo, que não apenas julgou a inconstitucionalidade da lei mas interpretou a Constituição Federal, com base nessa interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal... E seria uma profunda discriminação dizer que 30%, só por serem mulheres, não poderiam gastar nada além do que 15%. Na prática, o que aconteceria? Na prática, permaneceria o que acontece hoje. Os homens, que ocupam 70% na chapa, ficavam com 95% dos recursos, e as mulheres, que ocupam 30% na chapa, deveriam se contentar com o mínimo de 5%. Era assim que acontecia.

Então, nós fizemos uma consulta, toda a Bancada feminina, de Senadoras e Deputadas Federais, ao Tribunal Superior Eleitoral, que julgou ontem, Presidente. E o julgamento não se restringiu ao Fundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eleitoral, porque nós perguntamos se a decisão era extensiva também ao Fundo Eleitoral e à utilização, Senador Serra, do tempo de rádio e televisão na campanha eleitoral. E nós vencemos ontem.

O passo que nós demos nessas últimas semanas foi muito maior do que tudo que conquistamos nesta Casa nas duas últimas décadas. Eu ouso dizer – e digo isto com muita tranquilidade, com muita firmeza e com muita convicção – que o passo que nós demos ontem foi muito superior ao que nós conquistamos no Parlamento brasileiro nas últimas décadas. Então, isso é muito importante. Nós estamos começando a mudar a cultura política do nosso País, mostrando que a política não é só lugar do homem, é lugar da mulher também. Não queremos ser 10%. O nosso objetivo é que o Parlamento seja um espelho real da sociedade. E a sociedade é dividida no meio: metade são homens, metade são mulheres.

Então, isso é muito importante. Eu faço questão de complementar e de apenas reforçar o que disse, de forma muito competente, a Senadora Lídice da Mata.

Em tempo, Presidente Lobão, comunico o seguinte: a partir dessa decisão tomada, portanto, 30%, no mínimo, dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral deverão ser dirigidos às mulheres, assim como o tempo de rádio e televisão. A partir de agora, o Tribunal Superior Eleitoral vai detalhar a aplicação dessa decisão.

Então, seria bom que nós, nos nossos partidos, apresentássemos nossas sugestões. De minha parte, no PCdoB, nós já vamos fazer reunião hoje e discutiremos isso. Eu conversava aqui com a Senadora Simone, que é a Líder do seu Partido, o PMDB. E não é difícil.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Muita gente acha que vai ser difícil a aplicação. Não vai.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Porque isso é para as candidaturas proporcionais. Então, obviamente é uma vitória que eu não diria das mulheres, Senador Lobão, mas da democracia brasileira e uma justiça social o que o Tribunal Superior Eleitoral, na linha do Supremo Tribunal Federal, faz em relação à grande maioria da população brasileira, que, infelizmente, ainda é muito discriminada, ainda é alijada, é sub-representada no Parlamento brasileiro.

Obrigada.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy, esta Presidência está devendo a palavra pela ordem, inicialmente, sobre a questão do voto impresso. Em seguida, houve uma questão de cujo conteúdo a Presidência ainda não tinha ciência, a respeito da decisão do TSE. O que indago a V. Exª é se deseja falar sobre a primeira questão ou sobre a segunda.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Não. Eu desejo falar sobre o tema que foi aprovado ontem pelo TSE, porque esta é uma Comissão de Justiça e Cidadania...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ouvirei V. Exª em seguida. Ouvirei V. Exª em seguida.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia, que foi quem primeiro solicitou. Em seguida, ouvirei V. Exª.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Presidente, me permita, se V. Exª aquiescer, eu sugeriria que V. Exª me permitisse pelo menos deferir, já que a vitória das mulheres ontem foi expressiva e com o nosso aplauso – o meu, pelo menos –, e eu falaria ao final, quando voltarei ao tema do voto impresso. Então, gostaria... Não tenho pressa, não tenho problema, ouvirei com atenção. Claro, obedecerei a V. Exª, mas acho que, por deferência, poderíamos ouvir as Srªs Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Então, por gentileza reiterada de V. Exª, ouço a Senadora Marta Suplicy. Em seguida, a Senadora Simone Tebet.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em seguida, ouvirei V. Exª.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O.k.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Pela ordem.) – Presidente, peço desculpas. Eu não tinha entendido. Achei que V. Exª queria eliminar a nossa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP. Pela ordem.) – Eu entendi agora. Peço desculpas. Eu não estava entendendo o que estava acontecendo, porque acabei de chegar, vinda da Comissão de Assuntos Sociais, encontrei a Senadora Vanessa falando e não estava entendendo a situação direito. Minhas desculpas. V. Exª sempre é extremamente gentil com todos, comigo especialmente.

Eu acredito, como autora da primeira lei das cotas, há mais de duas décadas, que nós estamos pelejando para isso funcionar há muito tempo. E não temos tido resultado. Depois fizemos a tentativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de aprovar porcentagens diferentes de cadeiras. Também não tivemos resultados – excetuando o Senado, que aprovou a lei, mas a Câmara não colocou em votação.

Então, o que nós ontem conquistamos – e aqui nós temos que parabenizar todas as Deputadas, mais de 20, que também lá estavam, e as Senadoras – é algo realmente inédito, que vai mudar a história da próxima eleição. Porque nós sempre tivemos a possibilidade das cotas, a obrigatoriedade de serem preenchidas, mas elas eram preenchidas com mulheres, às vezes, muito competentes, na maioria das vezes extremamente batalhadoras, mas que não tinham condição de eleição por causa da oportunidade financeira. E isso vai propiciar uma revolução nas candidaturas que os partidos vão ter que escolher e também nas mulheres, que vão se interessar em se candidatar, porque, pela primeira vez, mulheres, que já estava desanimadas de ser candidatas, pois não adiantava se candidatar, já que o tempo de televisão era muito pequeno comparado com o dos concorrentes – o financeiro mais ainda –, agora vão ter uma oportunidade muito grande de buscar esse voto e muito diferenciada, como jamais tiveram. Então, eu fico muito alegre.

Ontem estávamos presentes, Vanessa e eu, na votação, porque nós tínhamos esperança, pelo perfil da Procuradora-Geral em relação às mulheres que têm filhos, sempre de avanços, em seminários e tudo mais, e pelo perfil da Relatora, a Ministra Weber, que também tem um perfil neste sentido, de defensora das mulheres e do feminismo. Mas a beleza do voto da Procuradora-Geral foi realmente algo que eu vou até pôr num quadrinho, porque foi, acho, a fala mais objetiva, clara e contundente que eu ouvi. Há muito tempo não ouvia nada tão destruidor de preconceitos de quem não consegue entender o porquê da justiça desse voto de ontem. E o da Relatora também. A Ministra Weber fez uma fala que concatenou tudo que se pensa hoje de moderno em relação às mulheres no mundo e realmente por que aqui nós não conseguimos prosseguir.

Então, é uma enorme alegria a gente ver, finalmente, essa conquista, que, também concordo, é uma das grandes conquistas que vai mudar realmente a história das mulheres na política no Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Simone Tebet com a palavra.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria apenas de deixar registrado aqui nesta Comissão também, junto, fazendo coro com as Senadoras que me antecederam, a importância e até o ineditismo da decisão do TSE.

Nós não podemos esquecer que a nossa luta é muito antiga. Se nós pensarmos, ela vem lá do Império, quando, pela primeira vez, uma mulher tentou votar – não ser votada, mas votar –, exercendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá, tentando, num malabarismo, colocar pelo menos que as mulheres que tinham títulos, que eram doutoras, pudessem exercer o direito de voto.

De lá para cá a nossa luta é uma luta que foi vencida a passos lentos, mas pela tenacidade, pela coragem e pela convicção das mulheres brasileiras, principalmente as pioneiras na vida pública, entendendo a importância da mulher na política, não para que a mulher exerça os espaços de poder, mas para que a mulher possa, através do seu trabalho, contribuir com a sociedade brasileira, numa forma mais geral, atendendo os interesses da sociedade naquilo de que ela tem convicção.

Nós não podemos esquecer que essa luta, apesar de lenta, é uma luta que tem resistência. Essa resistência nós encontramos em todos os segmentos. É de compreender-se que, dentro do Congresso Nacional, nós sempre travamos uma batalha. Encontramos homens sensíveis, Senadores e Deputados, que sempre somaram conosco, mas havia sempre um entrave.

Nós não precisamos lembrar que, há três décadas, nós tivemos de colocar na Constituição, em seguida à legislação, a lei da cota, estabelecendo que pelo menos 30% das mulheres tinham que compor as chapas partidárias. Isso não foi suficiente para aumentar a nossa representatividade. Continuamos sub-representadas no Brasil, o que é vergonhoso, porque, de um *ranking* de mais de 180 países, nós estamos na posição 157, atrás de países como Arábia Saudita, que só recentemente permitiu à mulher o direito de dirigir, onde mulheres ainda usam burca e não podem ter a expressão física, a sua integridade apresentada à sociedade. Lá, num país como a Arábia Saudita, nós temos mais mulheres no Parlamento do que no Brasil. No Afeganistão, no Iraque e em outros países, China, enfim... Bolívia tem uma representatividade feminina significativa.

O que faltava, Sr. Presidente... Talvez, nesse aspecto, essa decisão do TSE seja uma das decisões mais importantes para a mulher brasileira de toda a história, acrescentando aqui a participação do Supremo, que, lá atrás, com o Ministro Fux, também decidiu pelos 30% da cota do fundo partidário, e agora, pelo TSE, do fundo eleitoral.

Acho que a grandiosidade, o grande passo é que a mulher agora vai ter a oportunidade de concorrer em pé de igualdade com o homem. Antes os presidentes de partidos – eu presenciei por várias vezes – buscavam mulheres apenas para preencher a cota, para o cumprimento da lei, sem preocupação de dar um mínimo de estrutura financeira e de espaço na televisão para que essa mulher pudesse competir em pé de igualdade. É por isso que nós estamos nesse *ranking,* vergonhosamente, nas últimas colocações, e não temos mais do que 10% das mulheres na vida pública. Não precisamos chegar a 50, mas, no dia em que nós tivermos no Parlamento brasileiro, na política brasileira, pelo menos um terço de mulheres, 30%, nós veremos um outro Brasil, porque nós teremos aí mulheres participativas, comprometidas, fazendo coro às poucas que aqui estão, para que nós possamos ter o Brasil dos nossos sonhos, principalmente um Brasil de igualdade de oportunidades. Esse é o sonho de todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é por isso que nós temos que realmente, nesta, que é a Comissão mais importante do Congresso Nacional, dirigir as nossas vozes num agradecimento especial ao Poder Judiciário, ao Supremo Tribunal Federal, que nós mesmos, e eu particularmente tantas vezes critico, mas nesse aspecto, por ter considerado inconstitucional uma lei feita por nós, não pela Bancada feminina, mas pelo Congresso Nacional, que estabelecia que no máximo 15% dos recursos dos fundos partidários poderiam ser destinados às mulheres nas suas candidaturas; e também ao Tribunal Superior Eleitoral, a todos os Ministros, porque foi por unanimidade, por entender que não apenas o fundo partidário, mas o fundo eleitoral e também o tempo de televisão, na proporcional, tem que ser dividido de forma a garantir essa proporcionalidade.

Por fim, Sr. Presidente, para tranquilizar aqueles que muitas vezes estão nos assistindo e nos ouvindo, é importante lembrar que nós estamos tratando da questão das eleições proporcionais ou da majoritária, no caso de ser do Senado, quando houver mulher. Os partidos terão agora – e eu, como Líder, vou conversar com o Presidente do nosso partido – que estabelecer o percentual a ser destinado para os candidatos em cada cargo. Quanto do fundo partidário eleitoral do MDB irá para o nosso candidato a Presidente da República? Quanto irá para os Senadores? Quanto irá para os Governadores? A partir desse percentual... Por exemplo, 20% desse fundo irão para os candidatos a Deputados Federais; desses 20%, 30% serão destinados para as candidaturas de mulheres. No caso da majoritária, a Presidente da República, se não houver – e não tem, o partido normalmente lança um candidato só – e for homem, ele vai ter os 100% do que é destinado ao cargo de Presidência da República.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Quero me solidarizar também com as mulheres por essa conquista, mais uma, merecida, e merecidas as anteriores e informar que recentemente esteve aqui uma comissão de Parlamentares de um país estrangeiro que pretendeu ouvir o Presidente da Comissão de Justiça do Brasil a respeito da participação das mulheres no sistema político e da presença delas no Poder Legislativo e no Poder Judiciário. Eu, então, informei a eles que a nossa lei, a nossa legislação não limita a participação das mulheres na vida pública, na eleição; ao contrário, estabelece um mínimo – não é um máximo – hoje de 30%. Mas, eu disse a eles também, as mulheres podem, por exemplo, ocupar 50%, 70%, 100% das cadeiras do Senado. Nós podemos, no ponto de vista da lei, ter todas as cadeiras senatoriais ocupadas por mulheres; nada impede. Mas há, sem dúvida nenhuma, alguns embaraços, como essa questão do financiamento de campanha. Agora a Justiça faz justiça às mulheres, e eu me regozijo, portanto, com a decisão do Poder Judiciário e com as mulheres do meu País todo.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, em primeiro lugar, de observar a V. Exª que nós temos quórum agora...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sim.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... até para votação terminativa. Desse modo, os itens 3, 4, 5, de que eu já fiz a leitura e cuja discussão já se encerrou, estão aptos à votação. Lembra a Senadora Simone que o item 1 também.

Eu só queria depois, quando terminar a reunião, fazer as ponderações sobre a questão da urna, mas, aproveitando o quórum, talvez, se V. Exª estiver de acordo e naturalmente seguindo a ordem com os relatores presentes, já tendo havido discussão, nós conseguiríamos esvaziar a pauta da Comissão, que é longa.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu estou sempre de acordo com V. Exª e agradeço a sugestão.

Vamos ouvir primeiro o Senador Wilder; em seguida, o Senador Caiado.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Presidente.

Nós temos um projeto de autoria do Senador José Serra, que é o Projeto de Lei nº 427, de 2017, que altera a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe acerca das organizações sociais. Eu gostaria que nós pudéssemos, no mínimo, ler o relatório nesta reunião de hoje, de repente até pedir vista e contar prazo, para votar isso o mais rápido possível. É uma matéria importante. Então, eu queria que o senhor pudesse apreciar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Nós temos, Senador Wilder e Senador Serra, quatro ou cinco projetos que já podem ser examinados com o quórum agora existente. Nós o faremos, portanto, na sequência.

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, a solicitação que faço a V. Exª e à Mesa é a inversão da pauta para o item 25, o PLS 580, que já foi lido, já houve uma audiência pública destinada exatamente a instruir a matéria, discutir a matéria, e está pronto para votação. Por isso, Sr. Presidente, eu solicitaria a inversão da pauta para o item 25, PLS 580.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vamos seguir com os Senadores presentes e chegaremos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente, na mesma direção, seguindo a orientação do Senador Anastasia, do ponto de vista dos projetos que estão já prontos para a pauta, eu quero solicitar ao senhor e aos pares, se houver a possibilidade, posteriormente, a inversão da pauta para o item 18, que é um projeto do Senador Antonio Carlos Valadares, com grande importância, porque trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência, já razoavelmente discutido e apresentada a posição, inclusive, de organizações da sociedade. Se fosse possível, nós poderíamos avançar na sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Entrará na sequência.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu tenho um projeto – item 2, portanto, um dos primeiros –, que é terminativo. É um projeto de autoria do ex-Senador Pedro Taques, que trata da possibilidade de demanda por parte tanto do delegado de polícia quanto de outro integrante do aparelho policial, na ausência do delegado de polícia, para solicitar ao juiz de direito medidas protetivas contra agressores de mulheres. Esse é um projeto extremamente importante, e eu gostaria que V. Exª não botasse nenhum na frente, porque ele já é o segundo.

Agora, o outro é o item 24, que diz respeito a um projeto que foi aprovado aqui, de minha autoria e também da Senadora Marta. Lá na Câmara, entre os projetos apensados, o que foi base para a elaboração do projeto foi um projeto da Senadora Vanessa Grazziotin que trata da transformação em crime daquelas situações de constrangimento sexual em ônibus, essas coisas todas com que a gente está acostumado.

Se não for possível hoje, pelo menos que, na próxima reunião, esse último seja um dos primeiros itens da pauta, porque é muito relevante. Ainda nesta semana, em Recife, no metrô, um cidadão ejaculou em uma passageira. Enfim, continua sem haver uma tipificação desse tipo de ação como crime.

Então, eu peço a V. Exª para manter um e, se possível, colocar o outro para que, nos próximos dias ou hoje mesmo, seja votado rapidamente, porque acho que não há nenhuma dificuldade, deve haver consenso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Srs. Senadores, vamos iniciar a pauta existente, com as observações e as solicitações que os Senadores fizeram, mas eu gostaria de observar que nós não podemos ter duas pautas. A inclusão extrapauta é um recurso do qual nós podemos nos valer em casos excepcionais, e não ordinariamente, porque aí estaremos subvertendo a pauta existente, que é comunicada diariamente a todos os Srs. Senadores. As solicitações vão ser observadas e atendidas hoje. Eu estou apenas fazendo um apelo para que nós não tornemos a exceção uma regra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Simone Tebet relatará o Projeto de Lei do Senado 227, de 2012.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2012

- Terminativo -

Estabelece regras e critérios mínimos para o registro de infrações penais e administrativas pelos órgãos de segurança pública no território nacional.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três Emendas que apresenta; pela aprovação das Emendas nºs 01 e 03, com as subemendas que apresenta; e pela aprovação das Emendas nºs 02 e 04.

Observações:

- Em 09/05/2018, a Presidência concedeu vista à Senadora Ana Amélia e aos Senadores Antonio Anastasia e Randolfe Rodrigues nos termos regimentais;

- Em 16/05/2018, foram apresentadas as emendas nºs 1 a 4, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares (dependendo de relatório);

- Votação nominal.

Quanto à vista, os Senadores Antonio Anastasia e Randolfe Rodrigues até o momento ainda não se manifestaram.

Em 16/05/2018, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 4, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, e, em 23 de maio, a Relatora Simone Tebet reformulou o relatório.

A votação será nominal.

Enquanto isso, eu concedo a palavra à Relatora para proferir o seu relatório.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Como V. Exª já bem mencionou, eu já fiz a leitura do meu relatório, então vamos direto à análise das quatro emendas apresentadas pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De uma forma muito objetiva, eu quero, primeiro, agradecer ao Senador, porque, na realidade, as emendas aperfeiçoam não só o projeto como as emendas que eu mesmo apresentei. Ele faz adequações.

Nós estamos, de forma objetiva, acatando, na íntegra, a Emenda – já indo direto ao voto – nº 1, exceto a alteração do inciso IV do art. 5º; na íntegra, a Emenda nº 2; a Emenda nº 3, salvo a modificação prevista no inciso II do art. 5º; e também estamos acatando, na íntegra, a Emenda nº 4.

Além disso, como já disse, havia apresentado as subemendas.

De uma forma muito rápida, o Senador Valadares adapta: duas são emendas de redação, e, em uma outra, como nós tiramos aqui a Guarda Municipal, ele, corretamente, coloca na emenda dele que não há necessidade de estarmos aí especificando os tipos de boletim de ocorrência, para que nós tenhamos uniformidade com o Código Penal, Código de Processo Penal e a própria Lei de Execução Penal.

Diante do exposto, eu novamente parabenizo o Senador Armando Monteiro pela iniciativa. Este projeto dá uma concretude ao primeiro passo rumo à concretização de medidas que possam aperfeiçoar o sistema penal brasileiro, tendo em vista, inclusive, o projeto, já aprovado nesta Casa, do Susp – que, provavelmente, será sancionado pelo Presidente da República –, e, de forma alguma, entra nas esferas de Poder.

Nós tiramos aqui o termo "autoridade policial", atendendo à Polícia Civil, e acho que chegamos a um consenso. Este projeto, resumidamente, diz o seguinte: qualquer pessoa que tenha conhecimento de um fato ou presencie um crime, qualquer policial civil, militar, policial rodoviário federal ou policial federal poderá lavrar o boletim de ocorrência, sem entrar na esfera da Polícia Civil, do delegado, que continuará tendo o exercício e atribuição da Polícia Judiciária, ou seja, perícia, inquérito, ouvir testemunhas e tudo o mais.

Diante do exposto, eu parabenizo, mais uma vez, o autor e peço aí a aprovação, tendo o apoio dos nossos colegas, Senadores e Senadoras, Sr. Presidente.

É o relatório que coloco à disposição de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Lá na frente, quando a Senadora falar outra vez; por último.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Encerrada a discussão.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto, as emendas e as subemendas, nos termos do parecer da Relatora. (*Pausa.*)

Em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Para encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Para encaminhar, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, é tão somente para agradecer a brilhante atuação da Senadora Simone Tebet, Relatora deste Projeto 227, que acedeu às sugestões que vieram de outros Estados do Brasil, de todo o Brasil, da Adepol nacional também, da Adepol do Estado de Sergipe, para o aperfeiçoamento da matéria, como ela própria registrou.

Eu acho que o boletim de ocorrência, da forma como está sendo proposto, é uma modernidade, avança, sem dúvida alguma, já que estamos muito preocupados com essa situação da segurança pública em nosso País. Então, na medida em que um boletim de ocorrência possa ser feito de forma rápida, célere, quem vai ganhar com isso é o cidadão no combate à criminalidade, que vem aumentando substancialmente em todo o Brasil.

Portanto, ao aceitar essas emendas, a Senadora Simone Tebet prova, por a mais b, mais uma vez, o seu espírito democrático e, acima de tudo, o aprofundamento em tudo aquilo que ela faz aqui na Comissão de Justiça.

Meus parabéns à Senadora e ao Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em votação.

Como se trata de matéria terminativa, a votação será nominal.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Estamos aguardando só um minuto, enquanto os Senadores Serra e Moka votam – não é por culpa deles o atraso, mas, sim, do equipamento eletrônico.

Todos os Srs. Senadores já votaram? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Foram 16 votos SIM; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Cumprimento os Srs. Senadores pela compreensão que tiveram e, sobretudo, a Senadora Simone Tebet, Relatora.

A matéria vai à Mesa para as providências regimentais.

Item nº 2, turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2014.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2014

- Terminativo -

Altera os arts. 19, 20 e 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha -, a fim de possibilitar a aplicação das medidas protetivas de urgência nela previstas independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou a processo penal contra o agressor, e dá outras providências.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e rejeição da emendas nº 2-S a 5-S, oferecidas em Turno Suplementar.

Observações:

- Em 21/03/2018, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 197, de 2014, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;

- Em 02/04/2018, foram apresentadas as Emendas nº 2-S e nº 3-S, de autoria do Senador Davi Alcolumbre;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 02/04/2018, foi apresentada a Emenda nº 4-S, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues;

- Em 10/04/2018, foi recebida a Emenda nº 5-S, de autoria da Senadora Ana Amélia.

Em 18/04/2018, foi lido o relatório sobre as emendas e adiada a discussão da matéria.

Em discussão, portanto, a matéria.

Esclareço que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Não havendo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir apenas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa matéria... Lamento que o Relator dessa matéria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, desculpe-me. Cheguei agora.

Desculpe-me, então. Depois que o Relator falar, eu falo para discussão.

Obrigada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, o meu parecer é pela aprovação do substitutivo, rejeitando as Emendas 2-S, 3-S, 4-S e 5-S, mas incorporando a emenda que me foi apresentada pela Senadora Marta Suplicy – que poderia fazer a sua leitura –, que talvez resolva definitivamente a discussão que nós tivemos aqui.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu acho que a solução vai ser a contento de todos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora Marta, perdão; V. Exª já formalizou a emenda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Para ler a emenda...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Não chegou à Mesa a emenda de V. Exª.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Farei a emenda oralmente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Não é uma praxe, mas aceitaremos a leitura, portanto, da sua emenda.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Na hipótese de ausência do delegado de polícia, ficam autorizados, em caráter excepcional, os agentes de polícia civil ou militar a elaborar o requerimento de que tratam o *caput* e o §3º.

Eu acho que isso dá conta da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Na prática, o que acontece é que qualquer integrante, seja da polícia civil, seja da polícia militar, na ausência do delegado, que é quem recebe a queixa, pode fazer a demanda ao juiz para que ele aplique a medida protetiva.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – V. Exª, então, acata?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu acataria.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Na ausência do delegado...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso contempla também a preocupação do Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não sei se contempla a preocupação da Senadora Ana Amélia...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Eu apenas ponderaria a palavra "excepcionalmente". Eu acho que é: na ausência de delegado, haverá isso. O "excepcionalmente" parece que está...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Acato! Tudo bem, não há problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... enfatizando demais. Não é preciosismo de redação; é apenas...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Na prática, isso pode gerar dúvidas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pode gerar dúvida essa palavra "excepcionalmente".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Acatamento à emenda...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aceito e acolho. E quero cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – ... com a supressão da expressão "excepcionalmente".

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero cumprimentar o autor desse substitutivo, o Senador Humberto Costa, por ter acolhido e, pela iniciativa, a Senadora Marta, por ter encontrado um meio termo, porque, de fato, como disse ela, não contentava porque a regra geral, como sabemos, é que 30% dos Municípios brasileiros não têm delegado de polícia.

Então, era apenas essa a preocupação.

Obrigada.

Cumprimento os dois e o esforço também do Senador Randolfe e da Senadora Simone nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Randolfe.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Para discutir.) – Quero cumprimentar a Senadora Marta pela sugestão e o Senador Humberto, como Relator, por acatá-la. Eu acho que, em especial com o adendo apresentado pela Senadora Simone e pela Senadora Ana Amélia, de retirar o termo "excepcionalmente", porque o "excepcionalmente" excede neste caso, fica resolvida a questão, porque o grande dilema é exatamente, na ausência do delegado, como haveria o atendimento às vítimas protetivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria cumprimentar o Senador Humberto Costa.

Com essa emenda, acho que está resolvido e não tenho dúvida de que aprovaremos por unanimidade essa matéria.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, esse é um assunto de muita importância, até porque o índice do feminicídio está cada vez maior. O nosso Estado de Goiás infelizmente está apresentando um índice altíssimo. E aqui a tese é que o delegado ou a autoridade policial terá que pedir ao juiz para que essa ação protetiva seja aplicada.

Sr. Presidente, me desculpe, eu não sou um conhecedor profundo da matéria, mas, pelo que consta, a autoridade policial, independentemente de consultar juiz, já pode definir algumas ações protetivas. Porque, do contrário, nós vamos ficar na mesma situação. O meu Estado tem 246 Municípios, e nós temos 164 Municípios sem delegado de polícia; a mesma coisa em relação a juiz. Então, se for continuar aqui, nós estamos enxugando gelo, ou seja, não vamos fazer nada. Na verdade, até que chegue uma autorização para que o cidadão tenha que se apresentar na delegacia, tenha que estar a tantos metros de distância, tenha um acompanhamento policial, a depender do juiz de direito, aí, Presidente, isso vai para as calendas gregas. E nós estamos vendo, hoje, que o índice real de feminicídio no Estado de Goiás não é diferente no País. Foi a maior mortalidade: jovens de 19 a 27 anos e mulheres. Essa é a estatística que nós temos hoje no Estado.

Então, Sr. Presidente, eu acho que há realmente medidas protetivas e que elas possam ser amanhã alteradas ou possam ser amanhã corrigidas pelo Poder Judiciário, sim, mas retirar da autoridade policial que ela já implante naquela hora, já defina naquela hora uma ação protetiva à mulher que está sendo vítima de agressão... Eu acho que isso é o mínimo que se pode fazer. Ou seja, olha, o cidadão está com uma artéria rompida. Não, tem que chegar o médico, o Samu, e ninguém pode botar o dedo na artéria! Do que vai adiantar isso, Presidente? Já morreu! São coisas objetivas, claras.

A gente precisa atender a realidade do Brasil. E a realidade do Brasil é essa. Estou dizendo a V. Exª que não é em um Estado... É um Estado que já tem uma estrutura. De 246, repito, 164 Municípios não têm delegado nem juiz. As mulheres estão morrendo. E aí, entregou para quem? Quem fez o boletim? Quem determinou ação protetiva? Ah, vai para o juiz; o juiz vai demorar dez meses para despachar; na hora em que chegar, já foi a óbito.

Eu acho que esse é um assunto que nós já discutimos aqui por várias vezes. Nós precisávamos desse projeto pelo menos... Não é tirar a prerrogativa de quem quer que seja, agora, nós temos que pelo menos viabilizar as autoridades policiais, sejam elas quais forem, para terem a obrigação de tomar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma iniciativa, senão, todo mundo cruza os braços e vê simplesmente acontecer, e isso vai para a estatística de óbito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Humberto Costa, Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Como Relator, eu gostaria de prestar um esclarecimento.

Eu, inclusive, apresentei um projeto lá atrás que permitia que a autoridade policial, o delegado, pudesse aplicar medidas protetivas. Esse projeto foi derrotado, inclusive, porque o movimento de mulheres, os magistrados, todos arguiram – e nós entendemos à época, embora eu permanecesse com a minha opinião – que atribuir a uma autoridade policial ou interferir numa questão como essa, quando, muitas vezes, a delegacia é espaço de constrangimento contra a mulher, enfim. Mas o fato, sem entrar no mérito, é que foi rejeitado.

O Senador Pedro Taques apresentou um outro que, na verdade, minimiza, e eu acredito que, mais à frente, vai ser possível se fazer isso. Mas hoje isso é o possível. Vamos ter que depois convencer os movimentos.

Eu vou dar um exemplo de uma pessoa que eu conheço. Uma moça que, separada, mas residindo com o próprio marido, foi objeto de uma agressão, foi à delegacia e só foi atendida pelo juiz dois meses depois. E o marido continuou morando na casa. Felizmente foi aquela agressão, naquele momento, e não extrapolou.

Mas isso nos permite pensar que nós não podemos burocratizar essa questão. Eu acho que é uma construção. As mulheres da Bancada feminina, aqui, precisam conversar, pensar, conversar com os movimentos sociais. É preciso que também se mude a mentalidade dentro das polícias. Porque isto também é verdade: muitas vezes a mulher chega espancada, ou sofreu um estupro, e o policial não está preparado para isso. Muitas vezes trata de maneira a humilhá-la e tal. Então, eu entendo a preocupação que houve naquela época.

Eu acho que é um avanço que a gente está tendo agora. É limitado, mas ele pode permitir – quem sabe se isso aqui der certo – que, mais à frente, a gente amplie essa possibilidade de aplicação de medidas. Até, por exemplo, o conselho tutelar pode aplicar medida protetiva, não é obrigatório ser o juiz. Então, eu acho que é um primeiro passo.

Obrigado, Senador. Só para esclarecer!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Está encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos realizar votação única para o substitutivo e para as emendas, nos termos do parecer do Relator.

Trata-se de matéria terminativa, votação nominal. Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu apoio a emenda da Senadora Ana Amélia e, como tal, voto favoravelmente, acreditando que nos próximos projetos nós devolveremos essa ação protetiva realmente às mulheres.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Enquanto os Senadores votam, Presidente, como há quórum... Existe o item 20, que já foi lido, é uma coisa tão singela, e não há nenhuma controvérsia. Trata-se do parcelamento do pagamento do seguro obrigatório de veículos, que é um projeto já apresentado aqui, um substitutivo meu. Então, é muito singelo, e eu acho que dá para votar se V. Exª e o Plenário assim concordarem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em seguida votaremos quatro projetos terminativos que tiveram sua discussão encerrada, e os demais, por solicitação dos Srs. Senadores de extrapauta, entrarão, portanto, numa fila na qual se inclui esse que é objeto da reivindicação de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, encerrarei esta fase do processo.

Senador Caiado votou? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – O projeto foi aprovado, o substitutivo, em turno suplementar, e a Emenda nº 6-S. Rejeitadas as Emendas nºs 2-S a 5-S.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário* desta Casa.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para possibilitar a remuneração variável do contratado com base em desempenho.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- Em 25/04/2018, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

Em votação o projeto.

Trata-se de votação nominal, por ser terminativa a matéria.

Os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela ordem, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Enquanto há votação, quero tão somente relembrar aos nobres pares de que se trata de um projeto singelo, mas muito criativo, do Senador Tasso Jereissati, que possibilita uma margem para permitir remuneração variável nos contratos administrativos entre o patamar mínimo que a lei autoriza e o patamar máximo de qualidade.

São só dois artigos, como eu li no relatório na reunião anterior. Então, é um projeto singelo, mas extremamente adequado para os tempos atuais, em que se permite, na busca do melhor resultado, um padrão maior da eficiência do contratado pela via administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Na prática, Senador Anastasia, este projeto estabelece que o contratado negligente terá remuneração menor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ela não será menor. Para o negligente não haverá remuneração, porque ele será penalizado. Mas aquele que cumpre o mínimo, aquele que tira seis, recebe o que é previsto; o que faz com oito receberá um bônus a mais. Não há prejuízo. Ele não terá prejuízo de perda, mas haverá um *plus* a favor daquele que tenha um desempenho mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Muito obrigado pelo esclarecimento.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Presidente.

Falta um só.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – A Senadora Marta Suplicy já votou? (*Pausa.*)

Consulto o Plenário para saber se todos os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras já votaram. (*Pausa.*)

Declaro encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Votaram SIM 13 Srs. Senadores; nenhum voto NÃO.

Não houve abstenção.

Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 725, de 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República, na hipótese do art. 81, § 1º, da Constituição Federal.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Em 25/04/2018, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer.

Em votação.

Trata-se de matéria terminativa. A votação será nominal.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente, para esclarecimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pela ordem.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A discussão foi encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela ordem, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Para esclarecimento, porque se trata de autoria do Senador Caiado e, na realidade, ele está trazendo à luz da Constituição de 1988 as regras de 1951, que é a lei anterior, devidamente adequadas.

Trata-se da hipótese de vacância dos dois cargos no último período, quando se dá a eleição indireta. Hoje nós temos um vácuo da legislação. A legislação que remanesce é de 1951. O Senador Caiado, sabiamente, apresenta um projeto que estabelece como se dá o voto em dois turnos, como os candidatos se registram, atualizando a Lei de 1951. Ela se enquadra totalmente na norma constitucional e tem natureza procedimental, como está no relatório que foi lido e discutido na reunião anterior.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só uma pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Define o prazo ou mantém o que está previsto hoje?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – O prazo é constitucional.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não; o prazo em que acontece a eleição, em que há eleição direta ou em que há eleição indireta.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não tem isso, porque é constitucional, não está no nível da lei.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Ronaldo Caiado.

Em seguida ouvirei V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, é importante que possamos deixar bem claro aquilo que foi dito aqui pelo nobre Relator, Senador Anastasia: a Constituição já determina que a eleição seja indireta. O que nós propusemos aqui para normatizar essa situação? Os partidos poderão apresentar candidato, seja ele Deputado, Senador ou qualquer pessoa, desde que seja do entendimento que ele se coloque como pré-candidato e que seja eleito, sim, pela votação dos Deputados e dos Senadores. Não é restrita – é importante que se diga isso – a Deputado, a governador, a Senador da República. É aberto a todos os partidos, e há condições também de a pessoa se colocar como pré-candidato numa eleição indireta. Agora, essa eleição indireta não foi criada por nós da Comissão; ela está sendo regulamentada naquilo que a Constituição brasileira decidiu e determinou: que, na vacância do cargo, nos últimos dois anos do mandato, nós teremos que ter uma regra, estipular uma regra de como os candidatos serão apresentados, qual será o tempo que ele terá para fazer a defesa do seu plano de governo, em quanto tempo nós teremos os candidatos para podermos discutir a ocupação de um cargo em vacância. Então, são todos esses detalhes, com prazos predefinidos, porque, caso ocorra uma situação semelhante, nós não temos como encarar esse vazio da lei para regular essa norma constitucional, Sr. Presidente.

É por isso a apresentação do projeto, para o qual peço o apoio de todos os presentes.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Tem a palavra V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu compreendo o projeto do Senador Caiado. Aliás, o Senador Caiado tem procurado atuar na Câmara e no Senado muito no que diz respeito à legislação eleitoral. Concordo com ele em muitas questões. No entanto, nós vivemos uma situação objetiva no Brasil de hoje que levou a um grande debate nesta Casa, inclusive com Senadores apresentando proposições, buscando, através de PEC, modificar o prazo da Constituição que define em dois anos para que, vacando os cargos, essa situação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pudesse ser preenchida por votação indireta. Ele tem razão, é uma decisão da Constituição, e ele regulamenta.

À época, em plenário, o Senador inclusive fez uma fala defendendo a votação direta, se não me engano – não questiono a sua posição no mérito. Diante da situação conjuntural, ele defendeu uma eleição direta, que, aliás, eu também defendi.

Preocupa-me esse formato em apenas dois anos, porque nós acabamos de viver isso no Brasil, na minha opinião, levando a um tempo maior ainda de crise política no País. Nos moldes do Brasil e nos moldes em que isso está colocado aqui, com a possibilidade de inscrição, inclusive, de personalidades de fora, isso abre uma possibilidade de uma eleição indireta, que nós nunca tivemos antes, com, eu acho, pouco debate.

E eu vejo que haveria a predominância, claro, óbvio, como no colégio eleitoral anterior, da Câmara dos Deputados. Compreendo que, se não for assim, se não houver uma possibilidade de os partidos políticos inscreverem pessoas de fora do Parlamento, nós votaremos sempre no Presidente da Câmara dos Deputados e o elegeremos como sucessor, porque é o natural, pois, com a Câmara tendo um número muitas vezes maior que o do Senado, certamente, um Presidente eleito terá condições de atuar nesse fórum decisório com possibilidades de favoritismo. Portanto, compreendo que aquilo que é muito favorável, que o Senador Caiado coloca, que é a possibilidade de os partidos políticos inscreverem chapas e tentarem, nesse universo, a eleição, diminui, digamos assim, o favoritismo imediato de uma posição dessa natureza, de uma votação dessa dentro de um processo unicameral.

Pessoalmente, não me agrada muito, porque, apesar de ser parlamentarista, eu acredito que ou somos parlamentaristas mesmo e temos um procedimento objetivo que leve a isso ou ficamos com um sistema ambíguo, que eu receio que seja o que nós terminando tendo.

Não tive um debate com o meu Partido sobre este assunto e sinto que nós não analisamos com mais detalhes esta questão, mas, como se tata de uma legislação que é infraconstitucional e que deverá – não tenho dúvida – passar por um debate mais extenso, eu posso votar a favor, embora tenha muitas dúvidas desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Então, exerça o seu direito de voto.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu gostaria só de um detalhe a mais, por favor, se V. Exª me conceder.

O que nós estamos fazendo aqui é não deixar que caia num buraco negro, caso haja um impedimento do Presidente da República nos últimos dois anos, na ausência do Vice. É isso que nós estamos colocando. É uma norma constitucional. Ninguém está inventando. A Constituição brasileira determina que a legislação venha a contemplar a regulamentação daquilo que está previsto na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição brasileira. É o que nós estamos colocando. Agora, o que nós atingimos aqui foi uma maneira de os partidos poderem acolher nomes e poderem levá-los para dentro de um debate no Congresso Nacional.

Eu discordo de que o Presidente da Câmara será eleito como substituto. Eu acho que todos os 513 Deputados, os 81 Senadores e todos aqueles que venham dentro de uma proposta de um partido político terão condições de se apresentar, sendo profissional liberal ou não, trabalhador, empresário, seja lá o que for, um cidadão brasileiro, para ser avaliado pelos 594 membros do Congresso Nacional.

A preocupação que eu tenho, nesta hora, é a de nós termos de enfrentar uma situação que está prevista na Constituição sendo que nós não votamos uma legislação para dizer como ela vai ser encarada em caso, realmente, da ausência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... do Presidente e do Vice-Presidente da República num período de dois anos que antecede o final de mandato, Sr. Presidente.

Essa é a colocação clara. Nós não estamos inventando nada; nós estamos simplesmente regulamentando a Constituição brasileira. Quem definiu que ela seja indireta foi a Constituição brasileira. Se nós quisermos mudar, nós podemos votar uma PEC dizendo que, mesmo nos dois anos, as eleições serão diretas e nós ouviremos toda a população. Eu não tenho nada contra e me colocaria também favorável a uma mudança da Constituição brasileira para que toda eleição fosse direta. Se há uma coisa que eu respeito muito é a urna, e acho que ela sempre, como colocou a nobre Senadora aqui... Eu fui um dos que, no momento do *impeachment* da ex-Presidente Dilma, propuseram fazer uma eleição direta, tanto para a Câmara quanto para o Senado e para a Presidência da República. Eu achei que, diante de alguns momentos, essa devia ser a conduta, mas a Constituição brasileira nos impõe outra regra, que é a da eleição indireta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Antonio Anastasia, Relator.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para esclarecer e dar uma tranquilidade à Senadora Lídice. Se porventura a Constituição for alterada – e agora não podemos fazê-lo –, eu acho que todos somos favoráveis a reduzir o prazo para só o último ano. Nessa parte, é claro, que a lei imediatamente entra em choque, não é recebida e terá que ser modificada. Então, prevalecerá sempre a norma constitucional. Por isso eu disse que a proposta do Senador Caiado é uma norma meramente procedimental. Não estamos criando, inovando nada, só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentando aquilo que é previsto na Constituição Federal, nos termos postos pela Constituição Federal, mas que tem uma lacuna hoje no Legislativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Foram 13 votos favoráveis; nenhum contrário.

Aprovado o projeto e as Emendas nº 1 a 3, da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Item nº 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, de 2018

- Terminativo -

Estabelece normas gerais sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), para subsidiar a estruturação de empreendimentos no âmbito da Administração Pública.

Autoria: Senador Roberto Muniz

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- Em 25/04/2018, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

Em votação o projeto.

Trata-se de matéria terminativa e peço aos Senadores que votem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela ordem, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Esse é o derradeiro projeto, de que sou o Relator, nesse *tour de force* de V. Exª.

Esse é de autoria – só para esclarecimento dos eminentes pares – do Senador Roberto Muniz e traz muito interessantes normas gerais do PMI, que é o Procedimento de Manifestação de Interesse, para subsidiar a exploração de empreendimentos no âmbito da Administração Pública.

Já há um decreto federal de 2 de abril de 2015, o Decreto 8428, e o Senador Muniz o elevou ao *status* de lei, até para permitir a Estados e Municípios que adotassem os critérios do decreto, que são bons critérios, que permitem exatamente essa parceria entre o Poder Público e o setor privado.

Portanto, é um projeto que merece o nosso aplauso, do Senador Roberto Muniz, conforme o relatório, que já foi lido e discutido.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Sr. Presidente, seria bom colocar aqui um técnico, porque a digital não está funcionando, o biométrico. Deve haver algo desligado aqui.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, o nosso projeto, de autoria do Senador Serra, seria a próxima leitura?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Sim.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Peço aos técnicos que socorram a Senadora Marta Suplicy. (*Pausa.*)

Ah, já votou?

Se todos os Srs. Senadores já votaram, encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – SIM, 12 votos; NÃO, 1.

Foi aprovado o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O item 6, que é de autoria da Senadora Marta Suplicy e tem como Relator o Senador Jader Barbalho, deixará de ser apreciado nesta reunião pelo fato de não termos mais o quórum qualificado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, a solicitação que faço a V. Exª... Em relação a essa matéria, já foi até realizada uma audiência pública. A solicitação que faço a V. Exª é que se poderia, na próxima pauta, ascender à primeira posição, já que ela cumpriu toda a discussão, houve audiência pública, não recebeu emendas... Então, eu gostaria de ver se ela poderia ocupar, na pauta da semana seguinte, a posição de primeiro projeto a ser apreciado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu me comprometo com V. Exª a examinar as ponderações que apresenta.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Item 16.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que "dispõe sobre a qualificação das organizações sociais e dá outras providências", para atualizar os critérios e requisitos para seu enquadramento e estabelecer novas regras para a celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Wilder para proferir o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho apresentar o relatório, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao, Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2017, que altera a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, a qual dispõe acerca das organizações sociais, entre outros temas.

O projeto, de autoria do Senador José Serra, objetiva realizar uma reforma na Lei nº 9.637, de 1998. Na justificação, o autor sustenta que, embora o Supremo Tribunal Federal tenha declarado a constitucionalidade desse diploma, é necessário garantir que a qualificação das organizações e os contratos de gestão sejam pautados pela transparência, idoneidade e impessoalidade. Desse modo, propõe regras que ajustam o diploma normativo aos recentes entendimentos do STF e do Tribunal de Contas da União.

As principais alterações propostas são: a) novos critérios de qualificação das organizações sociais para adequar a participação do poder público nos órgãos de direção dessas entidades; b) criação de teto de remuneração dos dirigentes dessas entidades conforme valores de mercado; c) realização de convocação pública para celebração de contratos de gestão; d) possibilidade de utilização dos recursos oriundos do contrato de gestão para pagamento de despesas de investimento e custeio, e) previsão da pena de inidoneidade de dez anos para celebração de contratos de gestão aplicada à organização social que for desqualificada enquanto tal; e f) regras mais rígidas para rescisão do contrato de gestão.

A matéria foi distribuída para análise pela CCJ para decisão em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

De acordo com a alínea “g” do inciso II do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, à CCJ compete opinar sobre matérias que tratem de contratações públicas.

O projeto não apresenta problemas que contrariem a Constituição, a ordem jurídica ou o Regimento.

A matéria é de competência legislativa da União para estabelecer normas gerais sobre licitações e contratações públicas, nos termos do art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal. O projeto inova o ordenamento jurídico brasileiro, com as marcas da imperatividade, abstração e generalidade, bem como se harmoniza com as demais normas do direito brasileiro e segue as disposições regimentais sobre sua tramitação.

Para agilizar, Sr. Presidente, já que estou vendo que os colegas estão todos em ordem aqui, eu queria já ir para o voto. E também, ouvindo que haverá vistas coletivas, todos vão ter tempo de analisar.

É o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, vota-se pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 427, de 2017, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Este é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em discussão a matéria.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Solicito vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Vista concedida...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – ... à Senadora Simone Tebet.

Agora, com a vista solicitada pelo Senador Antonio Anastasia, vista coletiva.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, de 2011

- Terminativo -

Reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Relatoria: Senador Jader Barbalho

Relatório: pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo)

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Em 23/08/2017, foi lido o relatório. A Presidência encerrou a discussão e adiou a votação da matéria;

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2018

- Terminativo -

Dispõe sobre a construção de colônias agrícolas, industriais ou similares nos municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, exclusivamente para cumprimento de pena privativa de liberdade no regime semiaberto por condenados por crime cometido sem violência ou grave ameaça.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- Em 18/04/2018, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, de 2018

- Terminativo -

Modifica o art. 6º do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, para prever que, para fins de cumprimento de sentença penal condenatória, o trânsito em julgado será considerado a partir da condenação em 2º grau.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-T

Observações:

- Em 10/04/2018, foi apresentada a emenda nº 1-T de autoria do Senador Lasier Martins;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Votação nominal.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, de 2017

- Terminativo -

Acrescenta os §§ 1° e 2° ao art. 39 da Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984, para determinar que o Juiz da execução penal proceda a habilitação da vítima nas ações de natureza indenizatória promovidas pelo condenado.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta

Observações:

- Em 25/04/2018, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 09/05/18, foi recebido Voto em Separado do Senador Randolfe Rodrigues pela rejeição do Projeto;

- Votação nominal.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015

- Terminativo -

Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes.

Autoria: Senador Raimundo Lira

Relatoria: Senador Jader Barbalho

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- Votação nominal.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, a fim de determinar celeridade e transparência na realização de procedimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre a responsabilidade civil do Estado e revoga dispositivo da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997.

Autoria: Deputado Hugo Leal

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

- Em 09/05/2018, a Presidência concedeu vista ao Senador Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais;

- Em 16/05/2018, foram apresentadas as emendas nº 1 e 2 de autoria do Senador Ricardo Ferraço (dependendo de relatório);

- Em 16/05/2018, foram apresentadas as Emendas nºs 3 a 10 de autoria do Senador Lasier Martins (dependendo de relatório).

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2016

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 18-A à Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir o custeio da operação de rádios comunitárias através da venda de publicidade e propaganda comercial.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Favorável ao Projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática em decisão terminativa;

- Em 09/05/2018, a Presidência concedeu vista aos Senadores Randolfe Rodrigues e Ricardo Ferraço, nos termos regimentais;

- Em 15/05/2018, foi apresentado Voto em separado da Senadora Marta Suplicy contrário ao Projeto.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2017

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, para permitir ao contribuinte que tenha sua declaração retida para revisão o direito de apresentar documentação e de comprovar a regularidade das informações a qualquer momento, independentemente de intimação por servidor da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Votação nominal.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, de 2017

- Terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 30 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer multas para partidos e candidatos nos casos de não prestação e desaprovação das contas de campanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Elmano Férrer

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.

Observações:

- Votação nominal

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

ITEM 19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, de 2011

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre o Conselho Tutelar.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para facultar aos proprietários de veículos o pagamento do prêmio do seguro em doze.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal;

- Em 09/05/2018, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria.

ITEM 22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta o art. 38-A a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para obrigar a gravação e manutenção, por prazo mínimo de cinco anos, o áudio das sessões deliberativas dos conselhos de administração e fiscal das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

- Votação nominal

ITEM 23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas n°s 1-CDH a 3-CDH

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação nominal.

ITEM 24

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro; altera para pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a dignidade sexual; estabelece causas de aumento de pena para esses crimes; cria formas qualificadas dos crimes de incitação ao crime e de apologia de crime ou criminoso; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao SCD nº 2, de 2018

ITEM 25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 08/05/2018, foi realizada Audiência Pública destinada a instruir a matéria;

- Votação nominal.

ITEM 26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 219, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial (franchising); revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Alberto Mourão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.)

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2015

- Terminativo -

Institui o art. 37-A e altera os arts. 29, 36 e 37 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para determinar que o Poder Público incentive a criação de polos industriais próximos aos complexos penitenciários, para fomentar o estabelecimento de empresas que contribuam para a formação profissional e o exercício de atividade laboral pelo condenado.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.)

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia trinta de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Waldemir Moka, Dário Berger, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Paim, Regina Sousa, Ângela Portela, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Benedito de Lira, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Magno Malta, Rodrigues Palma e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Pedro Chaves, Paulo Rocha, Otto Alencar e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, José Maranhão, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Aécio Neves, Wilder Morais, Ciro Nogueira, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 17ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, de 2018 - Não Terminativo - que: "Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro; altera para pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a dignidade sexual; estabelece causas de aumento de pena para esses crimes; cria formas qualificadas dos crimes de incitação ao crime e de apologia de crime ou criminoso; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Favorável ao SCD nº 2, de 2018. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2018 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a construção de colônias agrícolas, industriais ou similares nos municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, exclusivamente para cumprimento de pena privativa de liberdade no regime semiaberto por condenados por crime cometido sem violência ou grave ameaça." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para facultar aos proprietários de veículos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagamento do prêmio do seguro em doze." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, de 2011 - Terminativo - que: "Reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Senador Jader Barbalho. Relatório: pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, de 2018 - Terminativo - que: "Modifica o art. 6º do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, para prever que, para fins de cumprimento de sentença penal condenatória, o trânsito em julgado será considerado a partir da condenação em 2º grau." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta os §§ 1° e 2° ao art. 39 da Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984, para determinar que o Juiz da execução penal proceda a habilitação da vítima nas ações de natureza indenizatória promovidas pelo condenado." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a responsabilidade civil do Estado e revoga dispositivo da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997." Autoria: Deputado Hugo Leal. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, a fim de determinar celeridade e transparência na realização de procedimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2016 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 18-A à Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir o custeio da operação de rádios comunitárias através da venda de publicidade e propaganda comercial." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, para permitir ao contribuinte que tenha sua declaração retida para revisão o direito de apresentar documentação e de comprovar a regularidade das informações a qualquer momento, independentemente de intimação por servidor da Secretaria da Receita Federal do Brasil." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei 9.637, de 15 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maio de 1998, que “dispõe sobre a qualificação das organizações sociais e dá outras providências”, para atualizar os critérios e requisitos para seu enquadramento e estabelecer novas regras para a celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão." Autoria: Senador José Serra. Relatoria: Senador Wilder Morais. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Vista concedida aos senadores Antonio Anastasia e Eduardo Braga, nos termos regimentais. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo ao art. 30 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer multas para partidos e candidatos nos casos de não prestação e desaprovação das contas de campanha." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão, ficando adiada a votação da matéria. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre o Conselho Tutelar." Autoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas n°s 1-CDH a 3-CDH. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 219, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial (franchising); revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994; e dá outras providências." Autoria: Deputado Alberto Mourão. Relatoria: Senador Armando Monteiro. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, de 2011 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para prever que furtos e roubos contra instituições financeiras são crimes contra o sistema financeiro nacional e definir a competência da Polícia Federal para a investigação." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 2. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 10, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui o Conselho de Avaliação das Políticas Tributárias." Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, de 2015 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 38-A a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para obrigar a gravação e manutenção, por prazo mínimo de cinco anos, o áudio das sessões deliberativas dos conselhos de administração e fiscal das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2017 - Não Terminativo - que: "Destina dois por cento da arrecadação bruta mensal das loterias federais aos fundos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Rodrigues Palma. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - Minuta de Projeto de Lei do Senado Nº , de 2018 que : "Modifica o Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para reestabelecer para o crime de roubo a causa de aumento de pena do emprego de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arma." Autoria: CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião Ordinária.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 23.

Srªs e Srs. Senadores, esta Presidência recebeu ofício da Presidência do Senado Federal solicitando informações acerca da tramitação, nesta Comissão, do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2015, que culminou na promulgação da Lei nº 13.654, de 23 de abril de 2018.

Tal solicitação se dá em virtude de pedido de informações formulado pela Srª Procuradora-Geral da República, Drª Raquel Dodge.

Passo a ler os esclarecimentos desta Presidência ao referido ofício.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Foi aberto, no âmbito da Procuradoria-Geral da República, procedimento administrativo com vistas à eventual proposição de ação direta de inconstitucionalidade contra parte da Lei nº 13.654, de 2018, sob a alegação de que esta teria violado normas relativas ao processo legislativo durante a sua tramitação no Senado Federal.

Para fins de instrução do referido procedimento, foi recebido por esta Casa ofício daquela instituição solicitando esclarecimentos quanto ao caso.

A Lei nº 13.654, de 2018, originou-se do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2015, que altera o Código Penal para prever aumento de pena para o crime de roubo praticado com emprego de arma de fogo, de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.

Do projeto, além do agravamento de pena proposto, já constava, em seu art. 3º, a revogação do inciso I do §2º do art. 157 do Código Penal (agravamento da pena pelo uso de arma).

A matéria foi despachada em decisão terminativa para esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Durante a fase de discussão e votação, foi acolhida emenda que estendia ao delito de furto qualificado as causas de aumento de pena relacionadas ao uso de explosivos ou artefato análogo que cause perigo comum. Além disso, também propunha o aumento de pena para o caso de o roubo visar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subtrair substâncias explosivas ou acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego.

Para realizar esse ajuste no texto, a emenda propunha alterar apenas o art. 151 do Código Penal e acrescer o §7º ao art. 157. Não alterava, portanto, a cláusula revogatória prevista no art. 3º do projeto nem alterava o inciso I do §2º do art. 157. Trata-se de emenda aditiva que se somou ao que já constava do projeto, e não uma emenda substitutiva. Cumpre esclarecer ainda que não foram oferecidas outras emendas além desta.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2015, no âmbito da CCJ, em 8 de novembro de 2017, a matéria foi encaminhada à Mesa, que, em razão do não oferecimento de recurso contra a decisão da CCJ, remeteu a matéria à Câmara dos Deputados.

Naquela Casa, a proposição restou aprovada na forma de um substitutivo que, salvo ajustes redacionais, manteve o que restou aprovado no Senado, mas acresceu um novo artigo para regular a utilização de caixas eletrônicos com o dispositivo de inutilização de cédulas. Com isso, a cláusula de revogação passou para o art. 4º.

Retornando ao Senado, a matéria foi definitivamente aprovada em 27 de março de 2018, sem alterações no substitutivo da Câmara dos Deputados. No prazo constitucional, foi integralmente sancionada pelo Presidente da República, dando origem, portanto, à Lei nº 13.654, de 2018.

Diante de todo o exposto, conclui-se que a matéria atendeu às regras e princípios previstos na Constituição Federal e no Regimento Interno do Senado Federal acerca do processo legislativo, não havendo, ao menos quanto aos aspectos formais, razão para ter sua constitucionalidade questionada.

Gostaria, portanto, de submeter a presente resposta ao referendo dos membros desta Comissão antes de remetê-la ao Sr. Presidente do Senado Federal. As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com essa decisão da Presidência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Os presentes esclarecimentos foram aprovados e serão encaminhados ao Sr. Presidente do Senado Federal.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela ordem, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Sobre o tema que V. Exª acaba de abordar, talvez fosse conveniente a própria Comissão apresentar um projeto para dar vigência novamente ao dispositivo. Então, submeterei posteriormente a V. Exª um texto nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu creio, Senador Anastasia, que o adendo feito por V. Exª é absolutamente oportuno. Precisamos dar consequência, portanto, a essa decisão essencial que estamos, neste momento, tomando.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, a fim de determinar celeridade e transparência na realização de procedimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins para proferir seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente Edison Lobão.

Vou abreviar um pouco, começando pelo item que diz que o art. 2º determina que o paciente com indicação de realizar algum procedimento no âmbito do SUS deverá receber, no prazo de até cinco dias, um protocolo de encaminhamento que indique a data e o local de realização do referido ato. Seu parágrafo único define procedimento para fins legais, incluindo ações de promoção e prevenção em saúde, procedimentos clínicos ou cirúrgicos e procedimentos diagnósticos.

A previsão de prazos máximos para a realização de procedimentos no âmbito do SUS é determinada pelo art. 3º, enquanto o art. 4º torna obrigatória a divulgação, em sítio eletrônico e em canais de atendimento telefônico ou presencial, da fila de espera para a realização dos procedimentos. Essa publicidade deverá ser implementada de forma a preservar o sigilo médico e a intimidade da pessoa e qualquer alteração na ordem da fila deverá ser informada aos pacientes afetados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 5º do PLS nº 140, do ano passado, classifica como atos de improbidade administrativa as seguintes condutas:

I. deixar de fornecer ao usuário do SUS os documentos e informações previstos no art. 2°;

II. deixar de elaborar, atualizar e publicar semanalmente a lista ou a ordem dos pacientes que aguardam a realização de procedimentos;

III. adulterar ou fraudar a lista ou a ordem dos pacientes que aguardam a realização dos procedimentos.

Nós estamos tratando neste projeto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, da disciplina que deverá ocorrer onde não havia disciplina até hoje: no atendimento aos procedimentos para aqueles que recorrem ao SUS.

Em sua justificação, o autor informa que a proposição legislativa é derivada de sugestão oferecida pelo Instituto Oncoguia, entidade que atua no auxílio ao paciente com câncer, por meio de ações de educação, conscientização, apoio e defesa dos seus direitos. De acordo com a entidade, há problemas graves para o paciente oncológico antes mesmo de ele obter o diagnóstico de sua enfermidade.

Com o estabelecimento de prazos para a realização dos procedimentos médicos e a publicação das filas de espera no SUS, espera o autor que seja eliminada a possibilidade de se "furar a fila" com o auxílio de pessoas influentes ou pelo pagamento ilegal de valores aos responsáveis pelos agendamentos.

Após a apreciação por este Colegiado, o PLS nº 140, de 2017, seguirá para a análise da Comissão de Assuntos Sociais, que proferirá decisão sobre a matéria em caráter terminativo. A proposição não foi objeto de emendas.

Análise.

A competência desta Comissão para opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade está em ordem, de modo que posso ir direto para o mérito.

O projeto sob análise encontra também apoio nos dispositivos constitucionais que atribuem ao Poder Público e ao SUS a prerrogativa de dispor sobre a regulamentação das ações e serviços de saúde (art. 197) e de controlar e fiscalizar procedimentos sanitários (art. 200, I).

Os assuntos tratados no PLS 140 inserem-se no âmbito da regulação dos serviços de saúde. Apesar de o País contar com uma Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde, instituída pela Portaria nº 1.559, de 2008, do Ministério da Saúde, a normatização vigente carece de meios efetivos que garantam a eficiência e a transparência dos processos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em termos regimentais, também nada há que impeça a aprovação do PLS 140.

Quanto à técnica legislativa, a proposição também atende aos mandamentos.

No mérito, é certo que o usuário do SUS passará a se sentir muito mais seguro no seu atendimento ao ter conhecimento dos prazos para a realização dos procedimentos de que necessita. Da mesma forma, a publicização das filas de atendimento vai acabar de vez com as trocas de favores para a marcação de consultas e procedimentos no SUS. São medidas extremamente bem-vindas para garantir a equidade e a integralidade na assistência à saúde.

Vale ressaltar ainda a preocupação do autor em promover a punição, na esfera criminal, dos servidores da saúde que descumprirem as determinações legais, fazendo remissão expressa à Lei nº 8.429, de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

Não obstante, para melhor conformar a matéria, propomos um pequeno ajuste para deixar claro que os atos de improbidade administrativa serão configurados quando praticados de forma dolosa, na forma da emenda apresentada.

Voto.

Por todos esses motivos, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLS nº 140, de 2017, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CCJ
> Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 5º, do PLS nº 140, de 2017:
> "Art. 5º Constituem atos de improbidade administrativa, quando dolosos, nos termos do art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;"

É o relatório de um projeto muito meritório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Em votação o relatório favorável ao projeto, com uma emenda.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CCJ.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, de 2017

- Terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 30 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer multas para partidos e candidatos nos casos de não prestação e desaprovação das contas de campanha.

Autoria: Senador Elmano Férrer

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.

Observações:

- *Votação nominal.*

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet para proferir o relatório.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou resumir o relatório, afinal, trata-se de um projeto de fácil entendimento. V. Exª já leu a ementa. Nós estamos alterando a Lei nº 9.504, de 1997, para estabelecer multas para partidos e candidatos nos casos de não prestação e desaprovação das contas de campanha.

Na realidade, o art. 25 já estabelece algumas punições, como a perda do direito de recebimento da cota do Fundo Partidário do ano seguinte, pela desaprovação total ou parcial das contas do candidato, que deve ser aplicada de forma proporcional e razoável, pelo período de um mês a doze meses. O que o Senador Elmano acrescenta, no seu §8º, é uma multa.

Basicamente, ao projeto não foi apresentada emenda, não tem vício de qualquer natureza e no mérito é pertinente e relevante. Na realidade, ele simplesmente inclui, na legislação vigente, mais uma punição.

Hoje, as punições expressas para um candidato que descumpre as normas referentes à prestação de contas de campanha são a possível condenação por abuso do poder econômico e a não emissão da certidão de quitação eleitoral. Isso é o que já está na lei.

Da mesma forma, para os partidos, a falta de prestação das contas de campanha pode acarretar a suspensão do recebimento das cotas do Fundo Partidário no ano seguinte ao da eleição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que faz o Senador Elmano? Impõe aqui também uma multa, que pode variar de 10% a 30%, no caso da não declaração ou declaração falsa ou impertinente. Eu faço apenas uma emenda aqui, num ponto necessário, para estabelecer que, em vez de ser a multa de 10% a 30%, seja fixada a multa no valor de 10% do valor total dos gastos declarados ou, na falta de declaração, do valor máximo de gastos de campanha estabelecida para o respectivo cargo ou, no caso do partido, para os cargos cujos candidatos recebam recursos.

É o relatório, que coloco à disposição de V. Exª e do Plenário desta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Fica a votação para a próxima reunião com quórum qualificado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu peço a inversão da pauta para o item 15, também por ser terminativo, só para fazer a leitura como Relator *ad hoc* do projeto de autoria do Senador Serra relatado pelo Senador Wilder Morais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – V. Exª será atendido.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que "dispõe sobre a qualificação das organizações sociais e dá outras providências", para atualizar os critérios e requisitos para seu enquadramento e estabelecer novas regras para a celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão.

Autoria: Senador José Serra.

Relatoria: Senador Wilder Morais.

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se encontrando presente o Senador Wilder Morais, nomeio o Senador Caiado para exercer a função de Relator *ad hoc.*

Em 23 de maio de 2018, a Presidência concedeu vista ao Senador Antonio Anastasia e à Senadora Simone Tebet.

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 427, de 2017, que altera a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, a qual, por sua vez, dispõe acerca das organizações sociais, entre outros temas.

O projeto, de autoria do Senador José Serra, objetiva realizar uma reforma na Lei nº 9.637, de 1998. Na justificação, o autor sustenta que, embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha declarado a constitucionalidade desse diploma, é necessário garantir que a qualificação das organizações e os contratos de gestão sejam pautados pela transparência, idoneidade e impessoalidade. Desse modo, propõe regras que ajustam o diploma normativo aos recentes entendimentos do STF e do Tribunal de Contas da União (TCU).

As principais alterações propostas são: a) novos critérios de qualificação das organizações sociais para excluir a participação do Poder Público nos órgãos de direção dessas entidades; b) criação de teto de remuneração dos dirigentes dessas entidades conforme valores de mercado; c) realização de convocação pública para celebração de contratos de gestão; d) possibilidade de utilização dos recursos oriundos do contrato de gestão para pagamento de despesas de investimento e custeio, e) previsão da pena de inidoneidade de dez anos para celebração de contratos de gestão aplicada à organização social que for desqualificada enquanto tal; e f) regras para rescisão do contrato de gestão.

A matéria foi distribuída para análise pela CCJ para decisão em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

De acordo com a alínea "g" do inciso II do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), à CCJ compete opinar sobre matérias que tratem de contratações públicas.

O projeto não apresenta problemas de constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria é de competência legislativa da União para estabelecer normas gerais sobre licitações e contratações públicas, nos termos do art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal. O projeto inova o ordenamento jurídico brasileiro, com as marcas da imperatividade, abstração e generalidade, bem como se harmoniza com as demais normas do direito brasileiro e segue as disposições regimentais sobre sua tramitação.

No mérito, o projeto deve ser aprovado.

Diante da decisão do STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.923 (Rel. para Acórdão Min. Luiz Fux, j. 16/04/2015), é necessário revisitar o modelo jurídico das organizações sociais para que ele seja compatibilizado com o regime constitucional da Administração Pública. Não se trata aqui de afastar o modelo previsto da Lei nº 9.637, de 1998, mas de expressamente estabelecer regras que decorrem dos princípios constitucionais da Administração Pública para evitar insegurança jurídica.

Há grandes avanços propostos no projeto, como, por exemplo, a exigência de realização de convocação pública para celebração do contrato de gestão entre o Poder Público e a organização social. Trata-se de exigência que decorre diretamente dos princípios da impessoalidade, moralidade e eficiência para que essas contratações sejam mais transparentes e isonômicas.

Outro ponto de avanço é a criação de teto de remuneração para os dirigentes das organizações sociais, bem como utilização dos recursos oriundos do contrato de gestão para pagamento de despesas de investimento e custeio. Essas medidas permitem assegurar a saúde financeira da execução do contrato de gestão pela entidade.

As regras para rescisão de contratos de gestão e punição das organizações sociais que praticarem atos ilícitos também são positivas, pois deixam claros os pressupostos para extinção desse vínculo com o Poder Público, bem como as consequências advindas dessa extinção.

Entretanto, o Projeto deve ser aperfeiçoado em alguns pontos, o que justifica a apresentação de substitutivo. Abaixo destacam-se os principais pontos de alteração.

Um ponto delicado e em relação ao qual se propõe alteração refere-se à composição dos órgãos dirigentes das organizações sociais.

Desde o início do modelo vigente de organizações sociais no plano federal, há a previsão da participação obrigatória do Poder Público nos órgãos de direção dessas entidades. Nos termos do vigente art. 3º, inciso I, alínea “a”, da Lei n° 9.637, de 1998, de 20% a 40% dos membros do conselho de administração da organização social devem ser indicados pelo Poder Público.

Trata-se de previsão excepcional dentro do modelo de parcerias entre o Poder Público e entidades sem fins lucrativos, uma vez que, como regra geral, essas entidades são controladas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exclusivamente por particulares. A razão para tanto pode ser encontrada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, divulgado pela Presidência da República em 1995 e onde se encontra:

> O Projeto das Organizações Sociais tem como objetivo permitir a descentralização de atividades no setor de prestação de serviços não exclusivos, nos quais não existe o exercício do poder de Estado, a partir do pressuposto que esses serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, forem realizados pelo setor público não-estatal. (Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, Presidência da República, 1995, p. 60)

A existência de representantes do Poder Público nos órgãos dirigentes justifica-se pelo fato de que esse modelo foi pensado para permitir a transferência de atividades que anteriormente eram executadas pelo Poder Público para entidades sem fins lucrativos. Com isso, há a possibilidade de maior fiscalização e controle por parte do Poder Público dessas atividades.

Por essa razão é importante manter a previsão de participação do Poder Público nos órgãos dirigentes das organizações sociais. Essas entidades são marcadas pelo fato de assumirem tarefas que anteriormente eram executadas diretamente pela Administração Pública, o que justifica que seus dirigentes, ainda que de modo minoritário, sejam indicados pelo Poder Público, que acumulou anos de experiência da gestão daquela atividade.

O substitutivo que ora propomos prevê a possibilidade de Estados, de o Distrito Federal e de Municípios preverem, em leis próprias, critérios de composição dos órgãos dirigentes de forma distinta da estabelecida para a Administração Federal, respeitando-se, assim, a autonomia de cada ente da Federação para dispor de forma que entender mais consentânea com a realidade local.

São especificadas as exigências da proposta da organização social para celebração do contrato de gestão, que deverá provar que seu quadro de pessoal contém profissionais com formação específica e de experiência comprovada ou notória competência para a gestão das atividades a serem desenvolvidas (modificação ao art. 5º, §4º, da Lei n° 9.637, de 1998, nos termos do art. 1º do substitutivo).

Fica estabelecido que o contrato de gestão disporá sobre os limites prudenciais da contratação de pessoal pela organização social e sobre a possibilidade de utilização dos recursos públicos recebidos também para a compra de equipamentos, obras e outros investimentos. Isso dará maior segurança jurídica e flexibilidade para as organizações sociais gerirem o objeto da parceria (modificação ao art. 5º, §§10 e 13, da Lei n° 9.637, de 1998, nos termos do art. 1º do substitutivo).

Deixa-se claro que os bens e valores cedidos pelo Poder Público às organizações sociais são impenhoráveis, com exceção da reserva técnica. Isso porque a justificativa da reserva técnica é justamente fazer frente a débitos da organização social como dívidas trabalhistas e fiscais, de modo que ela deve ser passível de execução para quitação dessas dívidas. Além disso, deixa-se claro que eventuais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condenações do próprio Poder Público ou de outras pessoas jurídicas não podem ser estendidas às organizações sociais (modificação ao art. 7º da Lei n° 9.637, de 1998, nos termos do art. 1º do substitutivo).

Acrescenta-se disposição específica para que a execução do contrato de gestão seja fiscalizada pelo controle interno do Poder Executivo respectivo e pelos órgãos de controle externo da Administração Pública, como o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público (inclusão do art. 10-A à Lei n° 9.637, de 1998, nos termos do art. 1º do substitutivo). Afasta-se expressamente a incidência da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas sobre contratações públicas dos contratos de gestão, uma vez que eles possuem caráter de um convênio. Isso permitirá afastar uma série de dúvidas interpretativas com ganhos de segurança jurídica (inclusão do art. 17-A à Lei n° 9.637, nos termos do art. 1º substitutivo).

É tornada mais clara a responsabilidade do Poder Público pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas e fiscais da organização social, exclusivamente no caso de não haver os repasses devidos no contrato de gestão e no limite desses repasses. No caso de extinção do contrato de gestão, fica também prevista a sub-rogação de nova organização social ou, no caso de ausência, do Poder Público pelas obrigações futuras decorrentes do objeto contratual (inclusão dos §§8º a 15 ao art. 16-A à Lei n° 9.637, de 1998, nos termos do art. 1º substitutivo).

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Voto.

Diante do exposto, vota-se pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 427, de 2017, na forma do substitutivo abaixo apresentado.

Esse, Sr. Presidente, é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, eu solicito vista da matéria, por gentileza.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Vista coletiva.

ITEM 19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 219, de 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial (franchising); revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Alberto Mourão

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro para a leitura de seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 219, que é de autoria do Deputado Alberto Mourão e que, como já referiu V. Exª, dispõe sobre o sistema de franquia empresarial.

Temos um relatório alentado, Sr. Presidente, mas vou procurar resumir.

A matéria não contém vícios de constitucionalidade, legalidade ou técnica legislativa.

Quando ao mérito, somos inteiramente favoráveis.

Sr. Presidente, eu estou sem condições aqui de fazer a leitura.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Há um Senador emitindo o seu relatório. Peço aos colegas Senadores que colaborem com o bom andamento da Comissão.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quando ao mérito, somos inteiramente favoráveis, pois o projeto busca modernizar o marco legal das franquias, dando maiores garantias aos franqueados e segurança jurídica ao desenvolvimento do setor.

Existe uma série de vantagens nesse modelo de negócios, que está relacionada com um menor risco para o empreendedor em função da existência de um plano de negócios já estabelecido; a garantia de um mercado já consolidado, porque as marcas e os produtos já foram testados, e um melhor planejamento dos custos de instalação e de aquisição de máquinas e equipamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante destacar os expressivos números positivos do setor. Entre 2013 e 2017, os empregos cresceram 16%, alcançando quase 1,2 milhões de postos de trabalho. Vale salientar o crescimento expressivo no número de redes de franqueadores. Saímos de 650 redes em 2002 para 2.703 em 2013 e – veja, Sr. Presidente, que marca expressiva – 2.845 redes franqueadoras em 2017. Assim, o Brasil assumiu a quarta colocação mundial no *ranking* de franquias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... ficando atrás apenas da China...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senhoras assessoras, conversem menos e trabalhem mais!

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Por favor, senhoras! Estou pedindo que conversem menos e trabalhem mais, por favor.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Assim, o Brasil assumiu a quarta colocação mundial no *ranking* de franquias, ficando atrás apenas da China, dos Estados Unidos e da Coreia do Sul. Uma outra característica do sistema de franquias no Brasil é a elevada proporção de marcas exclusivamente nacionais, que alcança cerca de 95%.

No art. 2º, o projeto promove correções na terminologia adotada pela lei vigente e afasta a possibilidade de qualquer interpretação no sentido de que o contrato de franquia caracterize relação de consumo ou vínculo empregatício.

O franqueado não é consumidor final no espírito da lei, já que atua como um dos elos na cadeia de consumo. Ressalte-se que o dispositivo em nada prejudica os direitos do consumidor final em relação ao franqueador ou ao franqueado.

Por outro lado, a relação entre o franqueador e o franqueado, por ser de natureza eminentemente empresarial, não caracteriza vínculo empregatício entre as partes.

As alterações propostas no art. 3º, ao obrigar o franqueador a incluir diversas informações na Circular de Oferta de Franquia, que não estão contempladas na lei em vigor, contribuem para que o candidato a franqueado possa decidir sobre a contratação de forma mais consciente.

A fixação de um prazo mínimo entre a entrega da Circular de Oferta de Franquia ao interessado e a contratação da franquia também contribui para uma análise mais pormenorizada sobre a conveniência da contratação por parte do contratado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 9º dispõe com propriedade sobre a legislação aplicável e o foro nos contratos de franquia cujos efeitos se produzam exclusivamente no Território nacional e nos contratos internacionais, permitindo às partes, ainda, eleger juízo arbitral para a solução de controvérsias relacionadas ao contrato.

Além disso, o projeto trata ainda de imóveis sublocados ao franqueado pelo franqueador que está disciplinado no art. 5º. Por outro lado, a Lei do Inquilinato, no seu art. 21, estabelece que o aluguel da sublocação não poderá exceder o da locação. Entretanto, várias discussões têm sido travadas em torno da aplicação dessa lei aos contratos de franquia.

As decisões do Poder Judiciário quanto ao valor do aluguel têm sido, na maioria dos casos, favoráveis aos franqueadores, ou seja, têm admitido o aluguel da sublocação em valor superior ao da locação, em razão da especialidade da Lei de Franquias, que não impõe qualquer limitação nesse sentido.

A locação e a sublocação de instalações comerciais vem sendo empregada como instrumento para a expansão do sistema de *franchising* em todo o mundo. Com o aperfeiçoamento do sistema de franquia, a escolha do imóvel para instalação do empreendimento é realizada de modo a atender aos objetivos de ambas as partes, diferentemente de uma locação e sublocação comercial comum.

Algumas vezes o franqueador realiza significativos investimentos em benfeitorias, colocação de equipamentos e melhoria de segurança no local, que valorizam o imóvel. Esses investimentos trazem benefícios ao franqueado e não podem ser ignorados ou ter sua importância minimizada.

Assim sendo, devido às características peculiares do sistema, muitos entendem que não cabe o estabelecimento de medidas protecionistas específicas para as locações comerciais comuns no caso de locação de imóveis dentro do sistema de franquia. Por se tratar de uma relação comercial mais complexa do que uma simples locação comercial, deve prevalecer o princípio da autonomia da vontade na contratação das condições da locação.

Se aprovada a norma contida no projeto, a questão estará definitivamente resolvida em favor da possibilidade de estabelecimento do valor da sublocação em valor superior ao da locação, desde que essa possibilidade esteja expressa e clara na Circular de Oferta de Franquia e no contrato e que o valor pago a maior ao franqueador na sublocação não implique excessiva onerosidade ao franqueado, garantida a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da sublocação na vigência do contrato de franquia.

Outro tema, Sr. Presidente, que gerou muita discussão é o uso da franquia por empresas públicas e por sociedades de economia mista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 8º do PLC, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderão adotar a franquia, observado o disposto na lei que resultar do projeto e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber ao procedimento licitatório.

Em seus parágrafos, o art. 8º determina que a adoção do sistema de franquia deverá ser precedida de oferta pública, mediante publicação, pelo menos anualmente, em jornal diário de grande circulação no Estado onde será oferecida a franquia. A circular de oferta publicada deverá conter os critérios objetivos de seleção dos franqueados.

Já finalizando, Sr. Presidente: desse modo, as empresas estatais podem exercer atividade econômica em sentido estrito ou prestar serviços públicos. No caso da empresa estatal prestadora de serviço público, sendo certo que ela pode entregar a terceiros a realização de atividades acessórias, não vemos impedimento a que tais atividades sejam desempenhadas por franqueado. Em síntese, o PLC nº 219 atualiza a legislação que disciplina o sistema de franquia empresarial, adequando a terminologia utilizada na lei em vigor; inserindo dispositivos que aperfeiçoam a relação estabelecida entre as partes; disciplinando a sublocação de imóvel ao franqueado conforme a jurisprudência dominante e dispondo sobre a legislação aplicável aos contratos de franquia, inclusive aos contratos internacionais.

O projeto também autoriza a adoção de franquias pelas empresas estatais, desde que precedida de licitação, na forma da Lei nº 8.666.

Sr. Presidente, em vista de todo o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do projeto e, no mérito, por sua aprovação, com a emenda de redação apresentada.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda de redação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CCJ, de redação.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Submeto ao Plenário sugestão do Senador Antonio Anastasia referente a projeto de lei de autoria desta Comissão para restabelecer, para o crime de roubo, a causa de aumento de pena do emprego de arma.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para uma explicação sobre a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

De modo muito singelo, houve um projeto de autoria do Senador Otto Alencar que aumentou a pena para arma de fogo e acabou suprimindo as outras armas, inclusive a arma branca. Então, com o objetivo de devolver essa previsão de acréscimo de um terço, como era no regime anterior, a proposta é que a Comissão apresente essa redação nova, que devolve ao art. 157 aquilo que já existia anteriormente. Então, muito singelamente, é só o retorno do dispositivo anterior.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a proposta de apresentação de projeto de lei do Senado.

A matéria vai ao Plenário.

Srs. Senadores, o Plenário do Senado já iniciou a Ordem do Dia. Temos, portanto, que interromper o funcionamento desta Comissão nesta manhã.

Agradeço a todos e fica convocada nova reunião para a próxima quarta-feira.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Roberto Rocha, Waldemir Moka, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Hélio José, Ângela Portela, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, José Serra, Lasier Martins, Benedito de Lira, Ana Amélia, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Magno Malta, Rodrigues Palma e Wellington Fagundes. Registram presença os Senadores Elmano Férrer, José Medeiros e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Jorge Viana, Gleisi Hoffmann e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 18ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 3 e 4. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 3-CCJ e 4-CCJ. Observação: Durante a discussão, a Senadora Simone Tebet apresenta as Emendas nºs 3 e 4, que receberam Parecer favorável. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2018 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a construção de colônias agrícolas, industriais ou similares nos municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, exclusivamente para cumprimento de pena privativa de liberdade no regime semiaberto por condenados por crime cometido sem violência ou grave ameaça." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para facultar aos proprietários de veículos o pagamento do prêmio do seguro em doze." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, de 2011 - Terminativo - que: "Reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais." Autoria: Senadora Marta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Suplicy. Relatoria: Senador Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, de 2018 - Terminativo - que: "Modifica o art. 6º do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, para prever que, para fins de cumprimento de sentença penal condenatória, o trânsito em julgado será considerado a partir da condenação em 2º grau." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Lido o Relatório e adiada a discussão da matéria. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta os §§ 1° e 2° ao art. 39 da Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984, para determinar que o Juiz da execução penal proceda a habilitação da vítima nas ações de natureza indenizatória promovidas pelo condenado." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a responsabilidade civil do Estado e revoga dispositivo da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997." Autoria: Deputado Hugo Leal. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2016 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 18-A à Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir o custeio da operação de rádios comunitárias através da venda de publicidade e propaganda comercial." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1 (Substitutivo). Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Votam vencidos o Senador Lasier Martins e a Senadora Marta Suplicy. Observação: Durante a discussão, o Senador Acir Gurgacz acatou a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, para permitir ao contribuinte que tenha sua declaração retida para revisão o direito de apresentar documentação e de comprovar a regularidade das informações a qualquer momento, independentemente de intimação por servidor da Secretaria da Receita Federal do Brasil." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório e adiada a discussão. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que “dispõe sobre a qualificação das organizações sociais e dá outras providências”, para atualizar os critérios e requisitos para seu enquadramento e estabelecer novas regras para a celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão." Autoria: Senador José Serra. Relatoria: Senador Wilder Morais. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 2, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será Submetido a Turno Suplementar. Observação: Durante a discussão, o Senador Wilder Morais, rejeitou a Emenda nº 1 e acolheu a Emenda nº 2, nos termos do Substitutivo apresentado. ITEM 14 - PROJETO DE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

LEI DO SENADO Nº 399, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo ao art. 30 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer multas para partidos e candidatos nos casos de não prestação e desaprovação das contas de campanha." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre o Conselho Tutelar." Autoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas n°s 1-CDH a 3-CDH. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, de 2011 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para prever que furtos e roubos contra instituições financeiras são crimes contra o sistema financeiro nacional e definir a competência da Polícia Federal para a investigação." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 2. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 10, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui o Conselho de Avaliação das Políticas Tributárias." Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, de 2015 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 38-A a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para obrigar a gravação e manutenção, por prazo mínimo de cinco anos, o áudio das sessões deliberativas dos conselhos de administração e fiscal das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2017 - Não Terminativo - que: "Destina dois por cento da arrecadação bruta mensal das loterias federais aos fundos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Rodrigues Palma. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta, para reexame do Relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, membros desta Comissão, que foi recebido o Aviso nº 229, da Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão 972, de 2018, que trata de auditoria operacional sobre o sistema prisional brasileiro.

O referido documento encontra-se na Secretaria desta Comissão, à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nºs 1 a 20.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de entrarmos na pauta propriamente dita, deliberativa, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no dia de hoje, quero trazer à discussão nesta Comissão, por entender não só ser de grande importância como de competência desta Comissão, a divulgação, Senador Ricardo Ferraço, do Atlas da Violência em nosso País no dia de hoje. E os números são estarrecedores. É um retrato daquilo que o povo brasileiro está sentindo no seu cotidiano em relação à violência, à falta de esperança e de perspectiva em nosso País.

Esse Atlas traz números de uma década do nosso País, Senador Anastasia. Compara, nada menos, números entre 2006 e 2016. Portanto, é o retrato de uma década do Brasil. E esse documento traz indicadores que fazem com que todos nós, homens públicos, façamos uma grande reflexão.

Sr. Presidente, na janela demográfica, ou seja, exatamente na oportunidade em que se tem mais jovens do que idosos na sociedade, mundo afora, vários países conseguiram vencer o subdesenvolvimento e vencer as desigualdades econômicas usando a força de trabalho dos jovens para que pudessem fazer com que as suas nações enriquecessem, se desenvolvessem e pudessem distribuir a riqueza gerada para melhorar a vida de todo o país. E essas janelas de oportunidade demográfica se fecham ao longo do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, nessa década de 2006 a 2016, não só quebrou o horrível índice de mais de 30 homicídios violentos por grupo de 100 mil habitantes, como criou uma geração de 11 milhões de brasileiros jovens que são classificados, como dizia ainda há pouco o Senador Anastasia, em espanhol, como *ni-ni*, os nem-nem, que não estudam nem trabalham.

O desemprego entre os jovens chega a 33%! O índice de violência e de homicídios violentos entre os jovens cresceu assustadoramente em algumas regiões do País, principalmente nas regiões mais pobres, no Nordeste e no Norte. E, Sr. Presidente, enquanto nós estamos gastando R$3 mil por ano para manter um estudante, um jovem, Senador Eduardo Lopes, na escola pública, gastamos quase R$60 mil por ano para manter um preso. Ora, é uma inversão de valores!

Isso significa que as nossas políticas públicas na área de segurança, seja na Lei de Execução Penal, seja na forma de financiamento e de preparo das nossas polícias, na valorização do nosso policial, dos equipamentos utilizados, na inteligência financiada pelo Poder Público brasileiro no combate às drogas, no combate à criminalidade, na certeza da impunidade, estão tirando do Brasil uma grande oportunidade, oportunidade esta que, talvez, outras gerações não possam retomar.

Eu chamo a atenção da Comissão de Constituição e Justiça para a publicação desse Atlas, porque acho que ele é um retrato exato daquilo que o povo brasileiro vem sentindo. E mostra alguns dos caminhos que levaram a essa circunstância. Os números de crimes são estratosféricos, o acúmulo com a juventude de falta de esperança, falta de perspectiva, falta de investimentos não pode continuar, Sr. Presidente.

Eu queria fazer este registro, dizer que esta Comissão já aprovou várias medidas no sentido de fortalecer a questão. Vou me dedicar, ainda neste mês, com a minha assessoria, para apresentar outros projetos, como o item 3 da pauta desta Comissão. Eu queria pedir a V. Exª que invertesse a pauta. O item 3 trata das penitenciárias agrícolas para dar um regime de oportunidade de trabalho, seja na agricultura, seja na indústria, nos regimes semiabertos brasileiros. É hora de a nossa população presidiária poder trabalhar e sustentar, autossustentar os presídios para que o recurso público possa ser investido na educação, na preparação e abertura de oportunidades de trabalho para os jovens, Sr. Presidente.

É grave, Presidente. Eu agradeço a V. Exª a oportunidade, faço o apelo para que possamos fazer a inversão de pauta. É um processo que já está lido, está pronto para ser votado. É óbvio que sempre dependendo do quórum qualificado, porque é um projeto de lei terminativo nesta Comissão.

Mas, repito, é necessária uma grande reflexão do Poder Legislativo brasileiro diante dos fatos apresentados por esse Atlas divulgado no dia de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu não poderia deixar de fazer um comentário à intervenção lúcida do Senador Eduardo Braga, tendo em vista que meu Estado, inclusive, nesses dias, atravessa – e se vê pelo noticiário – uma onda de crimes, de incêndios em ônibus e em instalações públicas. Isso resulta dessa mesma insegurança que o Senador muito bem apontou, a criminalidade que leva, inclusive, a essa mortandade de jovens.

Eu queria lembrar, Senador, que alguns programas preventivos ajudam. Nós temos um em Minas chamado Fica Vivo!, lançado ainda ao tempo do Presidente Itamar Franco, quando governador do Estado, até premiado pelas Nações Unidas. E, da mesma forma das penitenciárias, as famosas APACs, que V. Exª conhece, com um custo muito menor, onde o preso trabalha e, de fato, há uma reinserção maior na sociedade.

Mas o alerta que ele faz deve receber, de fato, a nossa atenção porque a situação hoje é grave, não só em meu Estado, mas em todo o Brasil.

Muito obrigado a V. Exª. Cumprimento o Senador Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Ronaldo Caiado. Em seguida, a Lídice e Simone Tebet.

Com a palavra V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, secundando a linha de raciocínio do Senador Eduardo Braga e do Senador Anastasia, realmente é um tema que já há alguns meses estamos discutindo e o resultado daquilo que foi trazido a nós e foi aqui muito bem explicitado pelo Senador Eduardo Braga é a verdadeira radiografia da violência no País.

Nós estamos hoje com a média nacional de 30,3 mortes por 100 mil habitantes; e o meu Estado de Goiás, com 45,3 mortes por 100 mil habitantes. Ou seja, estamos convivendo com algo inaceitável, inadmissível. E o pior – e já tive a oportunidade de mostrar –, dentro desse quadro da violência, algumas conclusões nós podemos tirar: a deterioração da segurança pública no País, da área da inteligência e das ações concretas.

Hoje, com esse atlas que está aí apresentado para o Brasil, podemos concluir que o Estado brasileiro está de joelhos diante das facções criminosas no País, acovardado. O Estado brasileiro está acovardado hoje diante de uma realidade que estamos vendo: o Brasil chegar a patamares superiores aos de países onde há um quadro de guerra instalado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Exatamente. Cito essa mesma referência, 30 vezes superior à violência que existe hoje na Europa.

Então, Sr. Presidente, ontem, assistindo à mídia, vi o Governador de Minas e o do Rio Grande do Norte dizendo que, por terem tomado algumas ações mais enérgicas nos presídios, as facções declaração guerra nos Estados. A que ponto estamos chegando? O Estado brasileiro tem que se curvar às facções: "Olha, eu não vou mexer em ninguém, eu não vou fazer o bloqueio de telefone celular." Porque, se fizer o bloqueio de telefone celular, eles disseminam o terrorismo no Estado, no Brasil todo.

Esse quadro é de acovardamento do Estado brasileiro. Pensem bem o cidadão simples. Se o Estado está acovardado, o cidadão simples está mil vezes mais ameaçado, sem nenhuma capacidade de reagir.

Quando o Senador Eduardo Braga colocou a incidência maior na juventude, é verdade. Se nós realmente desmembrarmos esse atlas, vamos ver que a mortalidade dos 17 aos 29 anos de idade é uma curva ascendente, é algo impressionante. Isso significa o quê? Isso é um atestado de que são os jovens as vítimas do processo do narcotráfico instalado neste País. São as pessoas que são utilizadas para fazerem a disseminação da droga ou, senão, aqueles que não conseguiram quitar compromissos feitos com o narcotráfico. E aí, para eles mostrarem que ninguém pode ficar isento daquilo que eles determinam, eles mandam matar e assassinam esses jovens. É a isso que nós estamos assistindo. Ou seja, nós não temos uma segurança pública na área da inteligência. E, se diagnosticam, não têm coragem de agir, porque continuam livres, leves e soltos.

A situação hoje de Goiás. Hoje ele é oitavo Estado mais violento. Eu tenho denunciado aqui nesta Comissão: o entorno de Brasília hoje é muito mais violento que a Rocinha, que o Morro do Borel, que o Morro do Alemão. É uma realidade que realmente angustia. As pessoas já não têm mais como conviver em várias regiões do Brasil.

Então, Presidente, eu realmente assumo uma posição em defesa. Gostaria que o Senador Eduardo Braga entendesse que o projeto do item nº 1, do qual eu sou o Relator, diz exatamente isso que V. Exª colocou. O projeto de V. Exª vem completar aquilo que é o objetivo do primeiro projeto que está na pauta, que é exatamente dizer: "Olha, é inaceitável um cidadão julgado criminoso hoje onerar os cofres públicos num valor superior ao salário que recebe uma professora!" Porque é inadmissível hoje o Estado gastar com esse cidadão, e ele ficar lá dentro da penitenciária recrutando os jovens para facção e decidindo quem deve ser assassinado ou quais as ações devem ser praticadas no Estado.

Eu acho que esse projeto do Senador Moka, do qual eu tive a honra de ser o Relator – que realmente impõe regras para que as pessoas sejam responsáveis por pagar, por quitar, ou financeiramente, ou com trabalho, aquilo com que ele onera o Estado brasileiro –, é extremamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportuno e vem encaixar exatamente com o projeto do item 3 da pauta, que propõe exatamente a criação das penitenciárias agrícolas, industriais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... que possam criar um ambiente de trabalho para que essas pessoas não fiquem lá, 24 horas por dia, maquinando o que existe de pior para um país hoje. O processo dessas facções está estruturado dentro das penitenciárias brasileiras.

Como tal, Sr. Presidente, eu gostaria da compreensão do nobre colega Senador Eduardo Braga, para que nós mantivéssemos, pelo menos, na ordem o projeto do item nº 1, de autoria do Senador Waldemir Moka, do qual eu sou o Relator. Acho muito oportuno, encaixou, Senador, com isso que hoje é uma vergonha nacional – uma vergonha nacional! –, que é esse atlas da violência. Como explicar para a população brasileira que nós hoje temos um país em que o índice de violência é 30 vezes maior do que o da Europa? Esse cidadão vai dizer: "Mas eu pago a mesma carga tributária que o europeu, eu pago mais de 32% do PIB em imposto, e eu não tenho nada, muito menos segurança?!"

Então, Presidente, eu acho que nós precisamos dar uma resposta mais firme mesmo, legislarmos com mais contundência em relação a fazer com que essas pessoas tenham uma atividade, que eles tenham que trabalhar, que eles tenham que ressarcir. E o Estado brasileiro não pode punir hoje a educação, o professor, o aluno, em detrimento de não termos orçamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... para atendê-los, quando, em contrapartida, bilhões e bilhões são gastos com a manutenção de milhares e milhares de presidiários.

E, como tal, o projeto do Senador Eduardo Braga vem dar aquilo que é a necessidade de definir como transferir o cidadão da penitenciária para o local onde ele terá uma atividade, podendo, com isso, ressarcir e quitar a sua dívida com a sociedade brasileira e com o Estado brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente, apenas para concordar com o Senador Caiado, para que façamos, então, o item 1, e, se V. Exª e o Plenário concordarem, transformemos o item 3 em item 2 para que nós possamos votar, então, esses dois projetos, que são absolutamente importantes para estabelecer uma nova ordem no sistema prisional brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na tarde de segunda-feira agora, uma metralhadora capaz de derrubar um avião, um fuzil e outras armas que iriam para São Paulo foram apreendidas em Mato Grosso do Sul, mais especificamente na minha cidade natal, Três Lagoas. Eu repito: uma metralhadora calibre .50, com um poderio balístico, eu diria, com um poderio bélico capaz de derrubar uma aeronave de grande porte. Vindas de onde? Do Paraguai, fronteira com o Mato Grosso do Sul no Brasil.

Ontem, mais de 1,6 mil munições e também uma série de metralhadoras foram apreendidas no Estado do Mato Grosso do Sul, na cidade de Fátima do Sul. Vindas de onde? Do Paraguai, fronteira com o Brasil.

Todos os dias, Sr. Presidente, há manchetes nos grandes jornais do meu Estado estampando em letras garrafais o trabalho incansável da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal no combate ao narcotráfico, ao tráfico de drogas e de armamentos vindos da fronteira do Brasil com o Paraguai ou com a Bolívia. A última matéria que saiu é de hoje e diz exatamente que a polícia este ano já apreendeu mais munição e arma que em todo o ano passado.

Eu quero com isso, Sr. Presidente, na mesma linha do Senador Eduardo Braga – que parabenizo pela iniciativa –, corroborada pelo Senador Caiado, dizer que nós estamos perdendo essa guerra, porque a segurança pública tudo o que podia fazer já fez e já esgotou as suas atividades. Mas é bom lembrar que esta Comissão tem atuado, por intermédio e determinação de V. Exª, de forma perene, constante, permanente há mais de ano. Agora chegou a vez, Sr. Presidente, de o Congresso Nacional agir. Não adianta só a Comissão de Constituição e Justiça aprovar os projetos, como vamos aprovar aqui, e os projetos muitas vezes serem levados para o Plenário, serem aprovados, mas pararem nas comissões da Câmara dos Deputados, ou porque o projeto não é de iniciativa de um Deputado – muitas vezes há algum jogo, alguma vaidade – ou porque o próprio Presidente da Câmara dos Deputados, em uma má vontade, eu diria – com todo o respeito, Senador Caiado, pois eu sei que é do seu partido –, com má vontade, para não dizer outra coisa, simplesmente não leva adiante a pauta aprovada no Senado Federal, como se o Congresso Nacional, como se o Brasil não tivesse um sistema bicameral na sua mais alta esfera legislativa.

Diante de tudo isso, Sr. Presidente, acho – até porque temos alguns Líderes aqui, inclusive o Senador Caiado, como Líder do DEM – que nós precisamos urgentemente de uma reunião dos Líderes junto ao Presidente do Senado, que pode ser hoje ou já na semana que vem, para que possamos nos debruçar em cima de uma iniciativa do Congresso Nacional. Se vai ser uma comissão mista especial para que em 30 ou 60 dias nós nos debrucemos sobre as causas e sobre o que fazer com elas ou para que aprovemos os projetos realmente relevantes, como esse que V. Exª vai relatar ou o do Senador Eduardo Braga, eu não sei, mas nós temos que nos reunir, como Líderes, para que possamos fazer no Congresso Nacional o que a Comissão de Constituição e Justiça está fazendo. A Comissão faz a sua parte; agora é a hora de o Congresso Nacional fazê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: tudo aqui que nós estamos fazendo é para combater as consequências da violência. Nós precisamos atacar as causas. E a principal delas, além da educação, é fechar as nossas fronteiras. Não adianta dizer que é uma fronteira seca, de não sei quantos mil quilômetros de extensão, que tem mais de 11 países e 9 Estados limítrofes; se a causa é essa, todo o nosso esforço, todo o nosso recurso, todo o nosso efetivo tem que estar lá, impedindo que a droga ou o armamento cheguem nos grandes centros Rio e São Paulo.

(*Soa a campainha.*)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – E com isso, encerro.

E pelo caminho, deixando famílias devastadas pela violência, pelas drogas que consomem as mentes dos nossos filhos, pelas perdas dos filhos, companheiros e companheiras; porque por onde essa droga passa, por onde o armamento vai, ele deixa um rastro de violência, de dor, de morte.

Nós hoje, no Congresso Nacional, teremos que avançar não só na fala, no parlar, no dizer, que é da atribuição do Congresso Nacional, mas através de ações efetivas, Sr. Presidente.

Por isso, aqui, mais uma vez, parabenizo a provocação do Senador Eduardo Braga, como sempre pertinente e atuante, para que possamos, quem sabe, fazer – da CCJ que é um exemplo –, para o Congresso Nacional, medidas efetivas no combate à violência.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Temos quórum. Poderia...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Eu quero entrar nesse debate, mas sei que tem pressa para votar. A gente tem sempre essa pressa, e na hora em que saem os anuários e as estatísticas, todo mundo se comove, todo mundo quer votar. Mas a questão é muito mais séria.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública diz que o Brasil tem 135 estupros por dia e 12 mulheres...

(*Soa a campainha.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... são assassinadas por dia. Dos estupros, metade é de meninos de menos de 13 anos. Esses que serão os infratores, logo em seguida. Isso também se discute muito aqui, achando que a cadeia resolve. Fala-se muito nos presídios. É válido. Agora, é preciso pensar na educação para a não violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No meu Estado, em três semanas, houve dois feminicídios em cada semana. Olha que é um Estado que tem um aparato muito bom, tanto que resolve todos os casos. Talvez seja o primeiro Estado que já julgou e condenou uma pessoa por feminicídio. Mas, mesmo assim, são os maridos, os namorados ou os ex-maridos e ex-namorados. Todos estão lá. Então, precisamos pensar nisso. Prendem o agressor da mulher, ele cumpre uma pena e sai, vai continuar agressor.

Por isso, há uma proposta, inclusive de minha autoria, que já foi votada aqui, do centro de ressocialização dos agressores. Eles precisam ser educados para não agredir. Eu assisti a uma sessão, uma vez, de ressocialização, onde a pessoa disse, com a maior inocência: "Eu não sabia que não podia bater na minha mulher; eu sabia que não podia bater na mulher dos outros. Meu pai batia na minha mãe, meu avô batia na minha avó. Então, eu não sabia". Ele disse isso na aula com o psicólogo.

Então, é preciso apostar na educação para a não violência. Senão, no ano que vem... A gente faz o discurso, comove-se com a estatística e pronto. Aí, no ano seguinte, sai uma nova estatística e a gente estará aqui fazendo discurso. Então, vamos introduzir o tema lá na educação, para a criança crescer sabendo que não pode ser violenta, que não pode bater na irmãzinha; só porque é mais velho, bater na irmã, porque é preciso educar para a igualdade. É isso que vai resolver a situação da violência neste País.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Magno Malta. **O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Moderador/PR - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa discussão que versa sobre a questão do preso, do presidiário, daquele que produz sofrimento social, daquele que por autodeliberação vai para o crime... Ninguém... Você nascer negro – eu sou negro, sou filho de uma negrona – não pressupõe dizer que vai virar marginal. Nascer numa família simples, pobre, não é sinônimo de que você vai virar vagabundo. Vagabundo, quando decide ser vagabundo, sabe que só há dois lugares para ele: cadeia ou cemitério. E, no Brasil, convencionou-se esse discurso da esquerda que não cola mais. É até um discurso eletrônico agora, por causa das redes sociais, antes viajava na maionese.

Essa poesia falida, sabe, de que vamos botar criança na cadeia... Quem é criança? Criança não confunde escopeta com chupeta, criança sabe o que é chupeta. Vagabundo empunha escopeta, 38, "perdeu, vagabundo", "perdeu, vagabunda". Mas sabem por que eles cresceram dessa forma? Porque eles sabem que tem gente que passa a mão na cabeça, que glamouriza bandido, que faz a defesa deles. O sujeito que assassina uma mulher grávida no ponto de ônibus para tomar dela o telefone celular e grita no ouvido "perdeu, vagabunda"... Não se conforma em tomar aquele celular da diarista que o está pagando em dez prestações: ainda dá um tiro nela e no feto! Mas, depois, "tira a mão de mim que eu sou menor, conheço meu direito". Direito uma ova! Quem comete crime... Isso é poesia eletrônica já, poesia de rede social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sociedade civil não quer mais conviver... Este País está vivendo um estado de exceção na segurança pública. A violência neste País rompeu todos os limites! E ainda vamos viver neste País de Alice, no fantástico mundo de Bob, por quantos anos?

O que eu não aguento mais é ouvir esse tipo de discurso hipócrita, Sr. Presidente. Preso, vagabundo, o Brasil glamourizou. É bom ir preso, porque ele ganha bolsa-vagabundo. Aqui há bolsa-vagabundo, bolsa-pilantra: o cara está preso, comandando o crime lá de dentro, recebendo visita íntima de garota de programa que a facção paga e manda lá para dentro, maquinando crime, fumando maconha, cheirando pó, cavando túnel, mas ele está tranquilo porque os filhos aqui fora... Cada um recebe quase mil contos: bolsa-vagabundo criada por esses que glamourizam o crime. O Brasil que está nos ouvindo não quer conviver com isso. "Ah, o processo, porque as cadeias estão falidas..." O Brasil hoje, o seu sistema penitenciário...

Eu vi um estudo, Sr. Presidente, um estudo segundo o qual o dinheiro de seis estádios superfaturados, dinheiro gasto na Copa com a corrupção... A devolução do dinheiro de seis delatores da Lava Jato, só seis, daria para mudar 50% do sistema prisional do Brasil. Dizer para mim que o Brasil não tem dinheiro para mudar o sistema prisional? Mamãe, me acuda! Isso é só parar de roubar. E essa esquerda que assumiu o País... Roubar, eles sabem. Eles aparelharam o País, assaltaram a Nação.

Não me venha com essa conversa fiada, não me venha com essa conversa fiada, doutor! Aqui não há nenhum menino, nós sabemos em que país estamos vivendo: difícil de andar na rua, mãe não dorme antes que filho chegue da faculdade, esposa não dorme enquanto o marido não chega da igreja, filhos não dormem enquanto a mãe não chega da rua – ela é diarista, sai para pegar três ou quatro ônibus e não sabe se volta para casa. Que conversa é essa? Agora sabe o que eles fizeram? Eles elegeram essas minorias que eles tomam como reféns deles para esse tipo de discurso.

Na Itália é assim, Sr. Presidente: o preso entra... A ficha dele é escrita a lápis, porque ele entra sabendo: entrou hoje, vai sair daqui a dez anos, às 9h15min – daqui a dez anos! Ele trabalha e, do dinheiro do trabalho, 50% voltam para a vítima – 50% são para a família da vítima –; 30%, Sr. Presidente, são devolvidos ao sistema; e 20% são para sustentá-lo lá dentro.

Ou nós entramos e pegamos esses bandalhos cometedores de crime... Lá dentro, há muitos que caem na real, se recuperam. Aqui posso até entrar em um viés que esquerda odeia, quando se fala que o cara se converteu, que o cara lê a Bíblia. Isso é tudo ofensa para eles, mas a gente gosta muito. Muda de vida lá dentro, sabe o crime que cometeu, a besteira que fez, mas precisa trabalhar. Precisa trabalhar! Um preso comum custa R$1,5 mil para o Estado, fora a bolsa...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – Custa R$2,4 mil.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – R$2,5 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Custa R$2,4 mil, R$2,5 mil, fora a "bolsa vagabundagem" que eles recebem pelo lado de fora. Criaram a "bolsa vagabundagem" pelo lado de fora. E ainda glamourizar... Desculpe-me, Sr. Presidente. Eu acho que todos nós...

O mérito desse projeto, o conteúdo dele é nacional, é da família, é de quem quer andar na rua, é de quem quer ter filho protegido em porta de escola. Para tanto, tem meu apoio, com louvor, o meu discurso... E estou falando aqui com a experiência de quem tira gente da rua. Eu há 40 anos – 40 anos! – tiro drogados da rua, de Projeto Vem Viver, que cuida de menino a homem velho e sei exatamente o que estou falando quando trato dessa questão: "Ah, é uma criança de 13, 14 anos!" Com 13 e 14 anos, queimaram Tim Lopes dentro do pneu. Vamos glamourizar? Vamos glamourizar? Não! Vamos glamourizar? Não!

Então, é parar com essa conversa fiada, Sr. Presidente, e encarar a realidade. Na verdade, esse discurso é só para bolha, esse discurso só é falado para dentro da bolha, só para a militância, porque o Brasil se cansou, está tapando os ouvidos, não quer ouvir esse tipo de discurso que glamouriza vagabundo que toca o terror na sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, serei breve. Acho que esse tema é muito importante e que todos possamos fazer o debate. Aliás, não é um tema novo. Há algum tempo esta Comissão, tão competentemente dirigida por V. Exª, Senador Lobão, já vem enfrentando o debate sobre a violência no Brasil, assim como o Plenário.

E nós estamos diante da divulgação, que ocorreu no dia de ontem, do novo Atlas da Violência no Brasil, relativo ao ano de 2018. Ouvi vários Parlamentares que me antecederam com atenção e não vou repetir os dados que estão escritos no Atlas e que aqui já foram abordados, levantados e, inclusive, comentados. Eu apenas gostaria de falar de uma tabela, Presidente, que é a Tabela 6.1 do Atlas, aquela que mostra o número de homicídios contra mulheres pelas unidades da Federação, ou seja, pelos Estados brasileiros.

Na última década, de 2006 a 2016, o número de mortes violentas de mulheres por homicídio cresceu em mais de 15%, entretanto no meu Estado do Amazonas, no nosso Estado, no meu Estado e do Senador Eduardo Braga, Senador Lobão, o crescimento foi de quase 119% contra uma média de 15% em nível nacional. Esse é um dado muito grave que nós precisamos enfrentar no Estado e ver como nós fazemos frente a ele. Ao lado do crescimento dos homicídios, ou seja, do número de mortes violentas de mulheres, temos também o crescimento de violência.

A Senadora Simone Tebet foi autora do projeto de resolução que criou o Observatório da Mulher aqui no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senado Federal, historicamente, desde a aprovação da Lei Maria da Penha há mais de uma década, tem sido a instituição pública que mais acompanha as questões relativas à violência contra a mulher, e esse acompanhamento, sem dúvida nenhuma, com a criação e instalação do Observatório da Violência, vai nos ajudar muito, Presidente Lobão – muito!

Então, eu levanto essas questões não apenas para deixá-las em forma de registro ou de pronunciamento, mas porque quero aqui, neste momento tão importante, já manifestando o meu apoio ao projeto, dizer que é muito importante que possamos aprovar essa matéria, pois concordo plenamente com o projeto apresentado.

Entretanto, ao lado disso, eu quero aqui fazer um apelo, Sr. Presidente: nós, daqui a alguns dias, votaremos algumas medidas provisórias, que foram resultantes de um acordo que o Governo Federal fez com os caminhoneiros para que cessassem a greve; com as quais, pelo que nós vimos do ponto de vista geral, mais uma vez o Governo joga o ônus dos R$0,46 que serão diminuídos no valor do litro do diesel para a população brasileira. É a população brasileira que vai pagar.

E ainda: em um desse projetos, o Orçamento da União é cortado drasticamente, e cortado, Presidente – não pela primeira vez, mas pela segunda...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... terceira ou quarta vez – nas ações de combate à violência contra a mulher.

Se as coisas continuarem, Senadora Simone, da forma como estão, ao final do ano nós vamos dever ao Governo. Vai ficar negativo esse item do Orçamento. É uma barbaridade, porque, a toda vez que se tem de cortar recursos, corta-se nas ações de combate à violência contra as mulheres.

Nós temos um belo programa, já instalado inclusive no seu Estado, a Casa da Mulher Brasileira, que poucos, apenas quatro ou cinco Estado brasileiros instalaram, e outros não. E por quê? Por conta disso também, pela falta de recursos.

Então, não bastam discursos; nós temos de sair do discurso. É por isso que o Parlamento brasileiro está desacreditado; é por isso que a população, a juventude principalmente, a cada dia que passa, repudia mais os políticos, isto é, porque nós não podemos só fazer discursos; nós temos de transformar o discurso em prática, e a prática é: se verdadeiramente nós estamos preocupados com o crescimento acelerado da violência, não vamos aprovar determinados projetos que são enviados a esta Casa. Não vamos aprová-los!

Não basta aprovar este que é importante, mas vamos rejeitar os outros; não vamos permitir que, cada vez mais, sejam ceifados recursos para a área de combate à violência, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço desculpas a V. Exª por ter usado mais o tempo do que eu gostaria de ter usado, mas não poderia deixar de, neste momento, registrar isso que eu considero fundamental, pedindo o apoio dos colegas para que não permitam que, mais uma vez, sejam retirados recursos das ações de combate à violência contra a mulher.

Obrigada, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós temos quórum e nós gostaríamos de dar andamento ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, esse Atlas da realidade dolorosa do Brasil não foi elaborado por um partido político...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora Vanessa...

Esse Atlas não foi elaborado por um partido político ou por estamentos sociais interessados em distorcer a realidade. O Atlas foi elaborado pelo Ipea, um instituto de grande credibilidade, e foi criado ainda à época do saudoso Ministro Roberto Campos exatamente para tratar de questões profundas como esta.

Enquanto essa realidade demonstra a nossa vergonha, nós temos 40% do sistema prisional que ali se encontra por prisões provisórias, o que é, ao meu ver, uma coisa inadmissível. Temos 720 mil presos, enquanto que as penitenciárias e cadeias não abrigam decentemente mais do que 300 mil ou 250 mil.

Nós desta Comissão realizamos inúmeras audiências públicas. A Senadora Simone Tebet, o Senador Wilder e o Senador Eduardo Braga – que sempre esteve presente nessas discussões – estiveram atentos. A Senadora realizou um trabalho admirável aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, que foi, como registrou S. Exª ainda há pouco, aprovado pelo Plenário do Senado e enviado à Câmara, de onde não sai.

Se temos que compor uma legislação adequada ao momento trágico que estamos vivendo, é preciso que a Câmara entenda essa urgência e essa necessidade. Eu apenas não sei, Senadora Simone, se o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, está dificultando essa votação. E explico por quê. Eu tenho entendimentos com o Presidente do Senado, Eunício Oliveira, que, tanto quanto nós, está interessado em acelerar o tratamento dessa matéria, e S. Exª tem se entendido com o Presidente da Câmara, que manifesta o mesmo interesse. Mas, o fato é que da Câmara não sai, e nós precisamos andar.

Hoje, as organizações criminosas fazem um mal maior ao nosso País do que as Farc durante anos e anos fizeram lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos que avançar e é por essa razão que a Presidência desta Comissão admitiu discutir o assunto previamente, antes até do exame da pauta que temos hoje, que, por coincidência, diz respeito exatamente a essa questão.

Quero, com isso, dizer que a Comissão de Constituição e Justiça está cumprindo rigorosamente o seu papel quanto a prover o País de uma legislação adequada ao combate à criminalidade, que é crescente no Brasil.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 18/04/2018, a Presidência concedeu vista aos Senadores Humberto Costa, Wilder Morais e Benedito de Lira, nos termos regimentais;

- Em 08/05/2018, foi realizada Audiência Pública destinada a instruir a matéria;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado para suas considerações finais.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

A matéria já foi lida. Nós tivemos a oportunidade também de fazer uma audiência pública sobre o tema e já estamos aqui numa fase conclusiva, deixando claro que essa proposta de lei, apresentada pelo Senador Waldemir Moka e relatada por mim, tem um objetivo único de fazer com que o Estado brasileiro seja ressarcido dos gastos que hoje estão sobre os ombros de toda a sociedade brasileira, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um custo médio no País de mais de R$2.440, por mês, e, no entanto, esses presídios estão se transformando, como disse anteriormente, numa área de recrutamento de pessoas a essas facções.

É importante também realçar que este projeto em nada compromete o direito de o cidadão vítima, da família ou de quem for poderem também recorrer ao Poder Judiciário para terem ali resgatadas as suas credenciais como vítimas do processo e, como tal, indenizadas diante das penalidades ou do assalto que sofreram ou de vítimas que foram ocasionadas pelo assalto.

Como tal, Sr. Presidente, a matéria já é de bastante conhecimento de toda a Comissão. Ela propõe objetivamente ressarcir ao Estado das despesas realizadas por sua manutenção no estabelecimento prisional. O objetivo é esse.

E, dando continuidade, o projeto que vem logo a seguir é o projeto do Senador Eduardo Braga que cria essas condições para que as pessoas possam, então, ressarcir ao Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu peço o apoio de todos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente, só para complementar o que coloca o Senador Ronaldo Caiado, reforçando os argumentos. Eu fiquei sinceramente impressionado com o número que o Ipea apresenta. O impacto entre o custo do sistema prisional ao PIB brasileiro e o impacto da morte dos jovens, que são a força de trabalho no PIB brasileiro, representa 5% do PIB brasileiro.

Portanto, eu quero dizer que este projeto, relatado pelo eminente Senador Ronaldo Caiado e apresentado pelo eminente Senador Waldemir Moka, é de uma importância muito grande, porque nós temos hoje a verdadeira dimensão do impacto no PIB de uma questão como essa que nós estamos resolvendo votando favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora Simone Tebet; em seguida, V. Exª.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria de apresentar duas emendas em relação a esse projeto, já dizendo aqui, de forma muito objetiva, que eu sou totalmente favorável.

Parabenizo o Senador Moka, que muito nos orgulha, em Mato Grosso do Sul, pela preocupação que tem com os temas mais relevantes não só do Estado, como do Brasil. Também ouvi o relatório, na semana retrasada, do Senador Caiado. Apenas, para que possamos dar maior efetividade e que realmente possamos ver cumprir o que está estabelecido no projeto, eu gostaria de apresentar duas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui o §1º diz que o preso deverá ressarcir o Estado das despesas realizadas com a sua manutenção no estabelecimento prisional. Pois bem, e, quando ele não o fizer, mesmo tendo posse? Porque nós estamos dizendo que aquele preso que tem condições de ressarcir o Estado mensalmente com os R$2,5 mil, que é o custo dele mensal. E se ele se recusar a fazer? Então, nós estamos aqui apresentando uma emenda aditiva, Senador Caiado, no §3º: "Na hipótese do não pagamento das despesas a que se refere o §1º, dar-se-á a sua conversão em dívida de valor aplicando-se-lhes a legislação relativa à cobrança de dívida ativa da Fazenda Pública."

Aí, explicando também a segunda emenda. O §2º trata daquele preso que não tem condições, porque é hipossuficiente, de mensalmente ressarcir o Estado pelas despesas que o Estado tem com o seu encarceramento. "Se não possuir recursos próprios para realizar o ressarcimento, o preso deverá valer-se do trabalho, nos termos do art. 29." Acho que temos que deixar claro: o preso deverá trabalhar nos termos do art. 29, e, com isso, ele não terá opção; ele terá que trabalhar, desde que o Estado, claro, tenha condições de oferecer um emprego.

E aí acrescentamos o §4º: "Exclusivamente na hipótese do §2º [ou seja, quando o preso tem condições], não havendo condições, ao término do cumprimento da pena, eventual remanescente da dívida dar-se-á por remido." Ou seja, por perdoado. Aquele preso hipossuficiente que trabalhou e, mesmo assim, continuou "devendo", entre aspas, ao Estado, ao sair, ele terá o perdão dessa dívida, óbvio, porque aí ele vai trabalhar para sustentar a sua família.

Então, são essas emendas que eu apresento ao Senador Caiado e coloco ao crivo do Relator, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, acolho integralmente as duas emendas...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Caiado, eu peço a V. Exª, vamos conceder a palavra aos demais Senadores inscritos, quem sabe, mais alguma alteração pode surgir, e, ao final, V. Exª emitirá o seu parecer.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sim, Presidente, mas, como ela apresentou, como ela terminou de apresentar (*Fora do microfone.*) uma sugestão ao Relator de duas emendas, eu estou pedindo a V. Exª, simplesmente para que eu possa, ao respondê-la, dizer que eu acolho as duas emendas apresentadas pela Senadora Simone Tebet ao texto do qual eu fui o Relator. Exatamente isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Aécio Neves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma observação me parece pertinente, no momento em que esse projeto do Senador Waldemir Moka traz, e oportunamente, uma discussão sobre uma faceta, sobre uma parte da realidade hoje do sistema prisional brasileiro. E é um projeto muito bem-vindo.

Desde as eleições de 2014, nós discutíamos, no Brasil e aqui mesmo no Congresso, a necessidade de garantir que os recursos do fundo penitenciário chegassem ao sistema prisional brasileiro obviamente através dos Estados, que são os responsáveis em grande parte pela sua gestão, com exceção dos presídios federais, que são muito poucos no País. Essa discussão avançou no Senado Federal, aprovamos uma proposta que garante que não haverá mais o contingenciamento desses recursos, o que era gritante. Houve anos em que sequer 15% daquilo que era aprovado pelo Congresso Nacional para a manutenção, a expansão, a melhoria do sistema prisional foram investidos.

Eu tenho um projeto tramitando aqui, nesta Comissão, que estabelece os critérios para a distribuição desse fundo. Portanto, ele é uma complementação do primeiro projeto. Nós defendemos que esses recursos sejam transferidos por duodécimos, ou seja, mensalmente, a cada Estado da Federação.

V. Exª, como governador que foi, sabe exatamente a necessidade que o governador tem de ter a capacidade de planejar esses investimentos. E para isso é fundamental que ele saiba com que parcela de recursos, tanto do Fundo Penitenciário quanto do Fundo Nacional de Segurança, ele vai contar. Porque a realidade é que isso vai se acumulando, contingenciado pelo Governo Federal, de partidos das mais diversas tendências – isso é uma norma das últimas décadas no País –, e no final do ano parte disso é distribuída de forma aleatória, em razão muitas vezes da proximidade de determinados governos estaduais com o Governo Federal.

Portanto, dar prioridade a esse projeto que tramita nesta Casa é a primeira proposta que faço a V. Exª. Ele garante a transferência desses recursos mensalmente, por duodécimos, por meio de critérios que levariam em conta, obviamente, a população carcerária e os próprios investimentos que cada um dos Estados faz nessa área. Quanto mais fizerem, mais devem ter direito à participação do Governo Federal, até para estimular a que os Estados também participem desse esforço.

E chamo atenção, Sr. Presidente, para algo absolutamente atual e que mostra a sofisticação, hoje, dessas organizações criminosas que atuam dentro do sistema prisional. O Brasil tem acompanhado nos últimos dias, e tenho certeza de que V. Exª também, os ataques que vêm ocorrendo no meu Estado, Minas Gerais, que já atingiram, até a manhã de hoje, 31 cidades de diferentes regiões do Estado. Foram 89 veículos atacados, em grande parte ônibus. E, segundo a área de inteligência da segurança do Estado – ontem mesmo eu conversava com o Ministro Raul Jungmann sobre o assunto, pedindo o apoio também da inteligência do Governo Federal, da própria Polícia Federal – a ordem para esses ataques

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vem exatamente de setores das organizações criminosas de dentro dos presídios estaduais. Essa é a primeira identificação que faz o Governo do Estado.

Portanto, essa discussão, que hoje enfrenta uma questão específica – o financiamento, vamos chamar, entre aspas, da "hospedagem" dos detentos do sistema prisional –, tem que avançar para que outras medidas, inclusive mais duras, de separação desses líderes das organizações criminosas, possam ser aqui discutidas.

A situação em Minas é grave. Há um temor natural em todas as cidades do Estado, em razão da expansão que desde domingo vem acontecendo desses atos criminosos. E fica aqui, de público, mais um apelo ao Governo Federal, ao próprio Presidente da República e ao Ministro da Segurança, com quem falei pessoalmente, para que apoiem o Governo do Estado na identificação e, obviamente, na punição dos responsáveis por esses ataques, cujas razões ainda, infelizmente, não foram identificadas nem pelo Governo do Estado nem pelo Governo Federal.

Era o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente, dizendo que votaremos favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, caras Senadoras, Senadores, este projeto, que merece o apoio desta Comissão, tem um significado relevante para a sociedade que hoje paga a conta, é vítima e ao mesmo tempo responsável pela proteção de quem comete um crime contra a pessoa, contra a família do brasileiro, que está pagando essa conta salgada no financiamento do custeio do sistema prisional brasileiro.

Eu nunca vi, aqui na Casa, dos defensores do regime cubano, qualquer referência ao sistema prisional da ilha. Eu tive o privilégio – eu diria – de conhecer, durante dois dias, como é a prisão de Havana; a maior prisão da ilha é a da capita do País. E lá pude constatar... À época, era jornalista e integrei uma missão oficial, conheci pessoalmente o líder Fidel Castro, que conversou longas horas com a comitiva liderada pelo então Ministro da Justiça Paulo Brossard de Souza Pinto, gaúcho, que muito nos honrou, e lá, nesses dois dias de visita, houve a primeira constatação: o regime é um regime disciplinar rigorosíssimo comandado pelas forças armadas. Segundo, são separados os dependentes químicos, os traficantes, dos demais. Há uma pregação revolucionária na parte da manhã, muito cedo, e todos eles trabalham; e são responsáveis pelo trabalho, seja ele de marceneiros, mecânicos, agricultores. Respondem por 82% do custeio da prisão em que eles estão hospedados – vamos falar desse modo.

Então, eu penso que não é apenas a medicina cubana que atrai tanto – e temos aqui os médicos cubanos –, mas que também possamos olhar o sistema prisional cubano para ver que isso poderia servir. E a sociedade brasileira certamente apoiaria a adoção desse sistema. Eu digo isso porque o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conheci. Porque eu estive lá e conheci o sistema. Então, não é possível que a gente feche os olhos para essa realidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aliás, Presidente Edison Lobão, o sistema brasileiro dá total proteção ao criminoso, porque hoje ele tem possibilidade de sair quatro vezes da cadeia, beneficiado por um indulto. E 80% ou mais deles não retornam à cadeia e cometem crimes, são reincidentes.

Eu fiz um projeto de lei que foi aprovado aqui e não sei onde anda, que restringe apenas a uma saída do preso apenado; a uma saída, desde que seja réu primário. Mas isso acabou sumindo aqui na Casa ou no Parlamento.

Eu penso que a sociedade brasileira cansou de pagar uma conta tão salgada, porque além de vítima, ela deve pagar pela prisão, pela hospedagem. Essa bolsa é um estímulo à criminalidade. Passou a ser importante, passou a ser um bom negócio cometer crimes no País, porque os benefícios dados ao apenado são muito grandes.

Além do mais, as nossas cadeias não são...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... ressocializantes, são ofícios e oficinas do crime organizado.

O que está acontecendo em Minas, relatado aqui, agora, pelo Senador Aécio, o que aconteceu em outros Estados do Nordeste e do Norte do País mostram claramente o domínio inclusive dos criminosos, dos líderes das quadrilhas dentro dos próprios presídios. Essa é a realidade dura e crua que nós devemos enfrentar.

Parabéns ao Senador Moka por este projeto, que chega em muito boa hora.

Muito obrigada.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Humberto Costa.

Em seguida, V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu entendo, e gostaria de saber qual é o entendimento da Mesa, que, na medida em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram apresentadas emendas aqui na reunião e foram incorporadas pelo Relator, trata-se então de um novo relatório, porque eu gostaria de pedir vista, porque acho que ainda pode ser melhorado esse relatório. Há outras pessoas que gostariam de apresentar emendas também.

Então, eu consulto... Entendo que cabe, mas eu consulto V. Exª se cabe vista. Se couber, eu gostaria de pedir vista.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, como Relator...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Para contraditar, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Para contraditar.) – Não cabe vista do processo, já que a emenda que é apresentada e que eu acolhi simplesmente detalha... Seria como se fosse apenas uma emenda de redação, não é emenda de mérito. Ela simplesmente determina a maneira do cumprimento da pena, só isso. Não se está mexendo no mérito do projeto, é simplesmente uma emenda de redação que adequou o §1º e o §2º àquela realidade do dia a dia, só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – A Mesa entende, e assim decide, que as emendas não constituem, neste caso, um novo substitutivo, um novo relatório. Apenas houve duas emendas aditivas, que ajudam a melhorar o projeto e que foram aceitas prontamente pelo Relator.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – V. Exª apresentou duas emendas anteriormente que, em seguida, foram retiradas. Por isso, ao voltarmos agora às emendas da Senadora Simone Tebet...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, vamos colocar em votação. Esse tema já foi muito...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Elas terão os números 3 e 4, e não 1 e 2.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Para discutir.) – Presidente, nós estamos diante de um excelente projeto, exaustivamente debatido, o que serviu para seu esclarecimento completo. Há décadas, Presidente, Srs. Senadores, há décadas se escuta a desconformidade da população brasileira com a ociosidade e o custo dos presos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está de parabéns o Senador Moka, inspirado no projeto; excelente relatório do Senador Caiado; bom o aprimoramento do projeto feito pela Senadora Simone Tebet.

Nós teremos, com isso, oportunidade de uma educação ao preso, uma educação profissional àqueles presos que não têm profissão, e um pouquinho de alívio à verba pública, porque o preso terá obrigação de ressarcir parte dos seus gastos como presidiário. Excelente projeto. Tem o meu apoio e tem o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos realizar votação única para os projetos e para as emendas, nos termos do parecer.

Em votação...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Trata-se de matéria terminativa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu queria fazer o encaminhamento aqui para a nossa Bancada no sentido de ser contrário a esse projeto. Primeiro, porque entendemos que ele é redundante; segundo, porque ele agrava ainda mais todo esse processo de encarceramento que há no Brasil – e parece que algumas pessoas se sentem particularmente felizes com a realidade desse quadro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Terceiro, apesar da emenda da Senador Simone Tebet, não deixa absolutamente claro que isso só é viável se o Governo ou se o Estado cumprir a sua responsabilidade, que é exatamente de garantir trabalho para essas pessoas. Não trata do que fazer quando o Estado não age nessa linha proposta.

Eu acho que isso poderia ser bem melhorado, mas, como parece que há um furor de encarceramento neste Senado Federal, nós votaremos contra.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora Simone Tebet, para encaminhar.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Enquanto os colegas votam...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu peço a atenção da Senadora Simone para uma reflexão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Atenção Senadores Roberto Rocha e Eduardo Braga.

A Mesa está aguardando a conclusão do debate entre V. Exªs.

Peço a atenção da Senadora Simone Tebet e do Senador Ronaldo Caiado para o fato de que alguns presos são enfermos e não têm como trabalhar, estão impossibilitados absolutamente. E, nesta hipótese, o que fazer?

Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. Para encaminhar.) – Acho que temos de voltar um pouquinho e lembrar que a LEP, a Lei de Execução Penal, já trata dessa questão no art. 29. Inclusive, ela estabelece – acho que tenho ela aqui – quais são os critérios de ressarcimento, ou seja, o Estado oferece emprego ao preso, e ele, primeiro, terá de indenizar a vítima, se houve um dano pecuniário; depois, uma parte vai para ajuda à família desse preso que está fora, já que muitas vezes tem filhos e esposa; e outra parte é destinada ao ressarcimento do gasto que o Estado tem. Isso já é lei, não estamos inventando a roda.

O projeto do Senador Moka apenas aprimora, melhora – e tem todo mérito por isso –, porque ele diz categoricamente que o preso deverá ressarcir o Estado das despesas realizadas com a sua manutenção no estabelecimento prisional, independentemente de trabalhar ou não. Então, aqui é aquele caso do preso que tem condições de ressarcir o Estado, e ele vai ressarcir na medida do gasto que o Estado tem com ele, hipoteticamente aqui R$2.500 por mês. Criou o §2º para estabelecer que aquele que não tem recursos para ressarcir, já está inserido no art. 29, ou seja, vai ter de trabalhar se o Estado tiver condições de oferecer trabalho a ele.

O que estamos complementando? Estamos explicando que, no caso do preso que tem condições e que de repente diz: "Não quero trabalhar e não quero pagar", o não pagamento dessas despesas será convertido em dívida, como acontece na dívida ativa da Fazenda Pública. E cria mais um parágrafo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendendo a preocupação do Senador Humberto, que é exclusivamente na hipótese do §2º, ou seja, quando ele está trabalhando e é hipossuficiente, terminou a pena e não tem condições de ressarcir o restante, por ele ser hipossuficiente, ele tem a sua dívida remida, ou seja, perdoada, porque ele vai sair, terá uma nova oportunidade, procurará emprego e sustentará a sua família.

Eu não vejo de forma alguma como as emendas aqui teriam algum empecilho e muito menos o projeto. Repetindo, o projeto não está inventando a roda. O art. 29 da Lei de Execução Penal já trata dessa questão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Votação nominal.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

Antes, vamos ouvir o Senador Caiado, Relator.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, depois da aula que a Drª Simone Tebet deu, só para deixar claro aqui, relembro o que diz o art. 29 da Lei de Execução Penal:

> Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.
> § 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:
> a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
> b) à assistência à família;
> c) a pequenas despesas pessoais;
> d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

E, mais além:

> Seção II
> Do Trabalho Interno
> Art. 31. O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.

Então, Sr. Presidente, fica 100% respondida a dúvida em relação à questão apresentada pelo Senador Humberto Costa.

Sr. Presidente, acredito que, com essas informações, e como nós já estamos em processo de votação, aguardamos apenas a formação do quórum para que essa matéria terminativa possa ser encaminhada à Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Consulto se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Sr. Presidente, tenha calma que o voto será bom.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Aguardo V. Exª, até porque, aparentemente, soneguei-lhe a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Está confirmada o voto, acompanhando o Relator e a Senadora Simone Tebet, na suposição de que o Governo fará alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Magno Malta...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – E não fez até agora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Declaro encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Votaram SIM ao projeto 16 Senadores; e NÃO, 05 Senadores.

Aprovado o projeto com as Emendas de nºs 3 e 4.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis. (*Palmas.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Sr. Presidente, eu queria agradecer a todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça, respeitando aqueles cinco votos que entenderam de forma diferente o meu projeto.

Mas quero, neste momento, dirigir uma palavra também especial ao Relator, Senador Ronaldo Caiado, que fez um excelente relatório, e à minha amiga – e sou suspeito para falar –, Senadora Simone Tebet, que fez...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Mas eu também sou amigo dela.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Eu a conheço desde 14 anos, Sr. Presidente.

Então, eu quero dizer que sou muito grato. E acho, ao contrário do que as pessoas imaginam, que há um furor carcerário aqui dentro, que, quando a pessoa é colocada presa, ela já está sendo punida, porque ela está sendo privada da sua liberdade.

Eu estou querendo combater é a ociosidade, que tem levado os presos a serem presas muito fáceis das facções hoje que estão infestando os nossos presídios. E as facções com esse tempo livre para trabalhar. É para isso que estou chamando a atenção. E cada dia trabalhado diminui a pena do condenado, e tem que se levar isso em consideração. Não há uma maldade nisso.

Agora, eu também não acho justo que o contribuinte tenha que pagar pela despesa daquele que está encarcerado. As pessoas falam: "Ah, mas o coitado..." Mas o coitado que está lá, que está há 20 anos, com uma pena de 10 anos, às vezes as pessoas se esquecem de que foi aquele que estuprou, aquele que matou, aquele que roubou para matar. E está lá e vai ficar 20 anos na ociosidade, e isso não vai recuperá-lo de forma alguma.

O que esse projeto vai, no mínimo, é servir para chamar a atenção do caos do sistema de prisão que nós temos. A Ministra Cármen Lúcia chamou a atenção, um tempo atrás, para o fato de que um presidiário no Brasil custava mais do que um aluno do ensino médio. E quem está pagando essa conta é o contribuinte, e com isso eu fico realmente indignado. Sem falar em milhares de pessoas que estão lá, que têm recursos para ressarcir a sua estada, e não o fazem.

Acho que o projeto tem o mérito. É claro que eu aceito as divergências, eu sempre fui um democrata na minha vida, aceito divergências, mas fundamentalmente muitíssimo obrigado aos Senadores e Senadoras que votaram a favor, e, como já disse, de forma especial ao Relator Ronaldo Caiado e à minha querida amiga Senadora Simone Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Item nº 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2018

- Terminativo -

Dispõe sobre a construção de colônias agrícolas, industriais ou similares nos municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, exclusivamente para cumprimento de pena privativa de liberdade no regime semiaberto por condenados por crime cometido sem violência ou grave ameaça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- Em 18/04/2018, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

A discussão está aberta.

Portanto, os Srs. Senadores podem usar a palavra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Eduardo Braga, autor da proposição.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Senador Valdir Raupp, que apresentou um parecer, um relatório favorável ao tema, e dizer aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), Sr. Presidente – reforçando o que V. Exª ainda há pouco disse a este Plenário –, divulgado em dezembro de 2017, contendo dados referentes a junho de 2016, o Brasil possuía 726.712 pessoas privadas de liberdade, sendo o terceiro País do mundo em número de presos. O déficit de vagas era de 358.663 vagas. Do total de presos, daqueles 726 mil, 40% não eram condenados; 38%, sentenciados ao regime fechado; 15% foram condenados ao regime semiaberto; e 6% foram sentenciados ao regime aberto. Segundo o Infopen, apenas 15% dos presos, daquele número de 726 mil, trabalhavam. Desses, 33% não recebiam remuneração e 41% recebiam menos de três quartos do salário mínimo.

Este projeto não tem a pretensão obviamente de resolver todos os problemas no sistema prisional ou no sistema penitenciário, mas de contribuir para que os presos tenham a oportunidade de aprender um ofício, trabalhar, produzir, conquistar seu sustento, recuperar sua honra e autoestima e retornar ao convívio social.

A proposição determina que a União repassará, mediante convênios, recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) aos Estados, para que construam, nos Municípios com mais de 500 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

habitantes, colônias agrícolas, industriais ou similares, com número total de vagas de, no mínimo, 0,1% (um décimo por cento) da população estimada do Município, destinadas exclusivamente ao cumprimento de pena privativa de liberdade no regime semiaberto por condenados por crime cometido sem violência ou grave ameaça, em conformidade com o disposto no art. 91 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – exatamente a LEP, Sr. Presidente.

Dessa maneira, os condenados terão uma oportunidade de reinserção no mercado de trabalho e de ressocialização por meio do trabalho agrícola ou industrial remunerado.

Além disso, evita-se que presos de menor periculosidade tenham contato com presos de maior periculosidade. As colônias, enfim, não serão "universidades do crime" – o que ouvimos aqui diante dos números apresentados pelo Atlas da Violência no dia de hoje.

De acordo com a estimativa populacional do IBGE de 1º de julho de 2017, havia 42 Municípios com mais de 500 mil habitantes no Brasil, somando 62,6 milhões de habitantes – o equivalente, portanto, a um terço da população brasileira. Serão criadas, portanto, 62,6 mil vagas, ou melhor, postos de trabalho no sistema prisional. O maior Município, São Paulo, possuía mais de 12 milhões de habitantes, devendo, portanto, criar 12 mil vagas em colônias. Um Município com 500 mil habitantes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – ... deverá criar 500 vagas em colônias.

Diante do exposto, eu peço aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras, ao discutir, para aprovarem este projeto, porque creio que ele vem exatamente no sentimento desta Casa, desta Comissão e do povo brasileiro de que é hora de estabelecermos novos procedimentos e novas atitudes com relação ao sistema prisional e até mesmo com relação à Lei de Execução Penal neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Votação nominal.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela ordem, Senador José Serra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir inversão de pauta para votar-se o item 13 logo após a votação desse item 3.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu não concordo, porque há o item nº 2, sobre pessoa com deficiência, que está há muito tempo para ser votado.

Está aqui a Senadora Lídice da Mata, Senador Serra. É um item que vai ser muito rápido. É o item nº 2.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Concordo. Para a Senadora Lídice eu concordo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador Serra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – A Presidência acolhe a reivindicação dos dois ilustres Senadores...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – ... membros desta Casa.

Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Então, que a gente possa fazer a inversão depois do item da Senadora Lídice. Eu sou o Relator do projeto do Senador Serra, que é o item 13. Já foi lido o relatório. Então, que a gente possa fazer a votação enquanto há quórum, depois do item da Senadora Lídice.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – É o item 13. V. Exª já está sendo atendido.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Wilder, vamos votar? (*Pausa.*)

Senador Magno Malta? (*Pausa.*)

Senadora Lídice, Senador Randolfe, Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente, eu posso votar ainda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pode votar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pois não.

Eu ia até perguntar de onde vinham os recursos para o projeto, mas ele já disse que vêm do fundo. Está respondido ao Senador Armando.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – A Senadora Vanessa se lamuria por não poder votar, mas, em compensação, fala sempre em defesa do País e de seus interesses. (*Pausa.*)

E a lei não favorece quem dorme! (*Pausa.*)

Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

Senador Pimentel, já votou?

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Votaram SIM 17 Srs. Senadores; e NÃO, 0.

O projeto foi aprovado.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para proferir o seu relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, trata-se de um projeto extremamente importante, complexo e muito sensível. Nós tivemos a possibilidade de debatê-lo com as associações de familiares de pessoas com deficiência e de encontrar um texto que pudesse atender, se não a todos, pelo menos a média dos interessados.

Como se trata de um projeto mais longo, eu vou direto à análise, Sr. Presidente.

Registro que alguns Senadores estiveram engajados nessa discussão além do autor. O Senador Lindbergh acompanhou bastante essa discussão; o Senador Serra já me apresentou o seu apoio ao projeto – ele se comprometeu com a Deputada Mara Gabrilli, justamente por ser um projeto que vem sendo acompanhado por todos aqueles que militam na defesa das pessoas com deficiência.

Análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar acerca da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência (art. 101, I) e emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, especialmente, direito civil e processual (art. 101, II, "d"). De resto, o PLS nº 757, de 2015, não apresenta vício de natureza regimental.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 757, de 2015, pois: i) incumbe à União legislar sobre direito civil e processual, bem como sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência, conforme arts. 22, inciso I, e 24, inciso XIV, da Constituição Federal; ii) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*); iii) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e iv) não há reserva temática de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto afigura-se escorreito, pois: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) possui o atributo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

generalidade; iii) é consentâneo com os princípios gerais do direito; iv) afigura-se dotado de potencial coercitividade; e v) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico.

No que tange ao mérito, os autores do projeto consideram que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, ao reconhecer a plena capacidade civil das pessoas com deficiência, apresenta equívocos que podem gerar uma proteção insuficiente àqueles que precisam de apoio para praticar atos formais da vida civil. Consideram ainda que o novo CPC, por ter entrado em vigor depois do EPD (Estatuto da Pessoa com Deficiência), alterou tacitamente dispositivos dessa lei, gerando incongruências entre essas normas.

Entendemos que ambos os textos, tanto o original como o referido substitutivo da Comissão de Direitos Humanos, ainda que sob a justificativa de proporcionar maior proteção...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pois não.

Há a necessidade de alguns Senadores, em função de outras comissões, terem que sair, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Estamos preocupados com o quórum.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Estão preocupados com o quórum.

Então, nós solicitaríamos que o senhor pudesse abrir o painel de votação, e nós continuássemos.

Eu só estou insistindo em ler essa análise por se tratar de um...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora, o que solicita V. Exª não é usual nesta Comissão, mas vamos abrir uma exceção, porque reconheço a necessidade realmente de alguns Senadores de participar dos trabalhos de outras comissões, que pedem as presenças de S. Exªs com certa urgência também.

Então, vamos abrir o painel, se o Plenário não se opõe, à votação dos Srs. Senadores.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – E eu vou resumindo, também, Sr. Presidente.

Como eu não estou com o meu por escrito aqui, que eu já tinha, mas eu já pulei alguns parágrafos para também andar mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como sabido, o Estatuto da Pessoa com Deficiência teve a finalidade de adequar o ordenamento jurídico às diretrizes e aos princípios da CIPD e seu Protocolo Facultativo. Tais documentos foram aprovados pelo Congresso Nacional por intermédio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, conforme o procedimento previsto no §3º do art. 5º da Constituição Federal – o que torna os seus preceitos equivalentes a emenda constitucional –, e promulgados por meio do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Essa convenção estatui que "as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida".

Sendo assim, as alterações promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência não decorreram de simples opção legislativa, mas da imprescindibilidade do estrito cumprimento do disposto na CIPD. Esta, por sua vez, além de determinar a observância, no plano interno, das suas normas, em face do seu caráter de norma constitucional, obriga o Brasil perante a comunidade internacional, uma vez que foi ratificada, sem ressalvas, pelo País. Trata-se da Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência.

Além disso, é possível perfeitamente conciliar o direito à capacidade com o apoio necessário, sem retrocessos em relação às normas brasileiras que já garantem benefícios às pessoas com deficiência.

Sr. Presidente, as tentativas presentes no PLS 757 de se retomar o critério da "ausência ou insuficiência de discernimento" (previsto na redação original do Código Civil), em detrimento do critério...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – ... da "impossibilidade de manifestação de vontade" (eleito no Estatuto da Pessoa com Deficiência), representam um grave retrocesso no tocante ao direito de fazer as próprias escolhas. Sim, é possível que o discernimento de certas pessoas com deficiência seja bem diferente ou até questionável diante de padrões comuns, mas isto não significa que o discernimento não exista e que a vontade manifestada possa ser ignorada – essa é a questão base desse projeto.

Mesmo nos casos em que a curatela é indicada (para pessoas com total impossibilidade de manifestação de vontade), ela deve ser utilizada de modo que se demonstre que as decisões são tomadas levando-se em conta os desejos e a história pretérita do curatelado. É por conta dessa necessidade de respeito à sua eventual vontade que ele foi considerado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência como "relativamente incapaz", mesmo que, na prática, pela grave condição do curatelado, o curador deva praticar sozinho os atos. Outra interpretação, admitindo-se que o curador é livre para praticar atos sem necessidade de justificativa compatível com a vontade do curatelado, fará com que ocorra a total substituição da vontade do curatelado pela vontade do curador, o que fere os princípios acima citados e já foi severamente criticado no âmbito da ONU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, uma boa legislação, respeitadora do direito à capacidade e da vontade da pessoa com deficiência, mas que lhe ofereça apoios que não sejam absolutamente substitutivos para o exercício dessa capacidade, é a que atenderá ao novo paradigma. Uma legislação como essa é perfeitamente possível de ser construída. Aliás, é o que já vem ocorrendo no Brasil, onde algumas normas já vêm sendo alteradas para afastar a necessidade de decretos de "incapacidade" para o acesso a benefícios legais.

Pelo exposto, faz-se necessária a integral adoção no âmbito interno do paradigma da plena capacidade civil, conforme apresentado neste substitutivo.

De acordo com o texto que ora se apresenta, deve ser mantida a revogação do art. 3º do Código Civil pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, pois as pessoas com ou sem deficiência não podem ser incluídas no conceito de absolutamente incapazes, mesmo que não possam expressar a sua vontade, tendo em vista que o direito à capacidade plena, ainda que moral, é um direito humano fundamental.

A redação do art. 4º do Código Civil, constante do Estatuto da Pessoa com Deficiência, também está correta, pois é respeitadora do princípio da igualdade, já que parte de um critério objetivo, qual seja, a possibilidade de manifestação ou não de vontade, não mais se admitindo a possibilidade de julgamento da qualidade do discernimento. Por outro lado, a qualificação como relativamente incapaz demonstra que o curador deve sempre considerar a vontade potencial da pessoa curatelada, justificando, sempre que necessário, que seus atos estão alinhados com ela.

Mesmo mantidos os arts. 3º e 4º, conforme aqui exposto, faz-se necessária uma ampla revisão da legislação civil, tanto material quanto processual, pois ambas ainda se utilizam com frequência de termos como "incapacidade", "interdição" e seus derivados, que possuem uma carga histórica muito negativa para as pessoas com deficiência e seus familiares.

Por outro lado, os procedimentos de tomada de decisão apoiada e de curatela, mesmo após o EPD, estão disciplinados no Código Civil. Sendo assim, neste substitutivo, foi adotada a técnica equivalente à utilizada na proposta de redação original do Código de Processo Civil (que fazia referência apenas à curatela), concentrando-se a disciplina processual de ambos na legislação processual e reservando-se para o Código Civil apenas os aspectos de direito material relativos aos dois institutos.

Outro ponto que merece especial destaque é o fato de que o PLS 757 determina que a tomada de decisão não será averbada, mas que seriam inválidos os atos praticados sem a presença do apoiador, que estiverem abrangidos no termo. A justificativa para essa disposição seria preservar os direitos à imagem e à dignidade da pessoa com deficiência, porém, na verdade o que ela provoca é a transformação da tomada de decisão apoiada em um procedimento sem qualquer valor jurídico. E o que é pior: gerará uma total insegurança jurídica para a prática de atos com pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, uma vez tendo optado pelo procedimento de tomada de decisão apoiada, sabe-se que existe consenso de que a pessoa apoiada possui certa vulnerabilidade. Assim, para a segurança de terceiros e para que não se gere uma desconfiança frequente sobre a possibilidade ou não de ser a pessoa com deficiência apoiada, é que se faz necessário o registro ou a averbação. Repita-se: a dúvida poderá gerar um empecilho para as pessoas com deficiência que não optaram pela tomada de decisão apoiada.

Por fim, há vários artigos do Código Civil e do Código de Processo Civil que não foram alterados pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência e permanecem incompatíveis com a Convenção da ONU. O próprio Estatuto da Pessoa com Deficiência e outras normas vigentes no País – já estou finalizando – contêm alguns termos que não estão totalmente coerentes com a Convenção, o que demandará outras alterações futuras.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do projeto de lei do Senado, na forma da seguinte emenda substitutiva.

Aí, Sr. Presidente, apresento o projeto de substitutivo que nós vamos votar, que diz respeito às pessoas sujeitas à curatela, feito de acordo com o debate existente com o movimento das famílias de pessoas com deficiência.

Portanto, em sendo assim, peço o voto dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras pela aprovação do nosso substitutivo, em comum acordo também com os autores dessa proposição.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, para discutir, rapidamente.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Concedo a palavra ao Senador Lindbergh...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – ... e a V. Exª em seguida.

E também ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone*.) – Eu também quero falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – E Senador Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, esse projeto relatado pela Senadora Lídice da Mata é extremamente importante para as pessoas com deficiência.

V. Exª sabe que é uma grande luta. Tenho aqui um documento aqui da Federação Brasileira de Síndrome de Down. A grande luta, Sr. Presidente, é pela autonomia. Eu tenho uma filha de sete anos, a Beatriz. Qual vai ser a minha luta? Eu quero que a Beatriz tenha um emprego, que ela possa decidir se quer se casar, que possa morar só. É uma luta.

O problema aqui é que há um conflito do Código Civil com a Lei Brasileira de Inclusão e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Estão tratando as pessoas com deficiência como completamente incapazes. Isso é errado! Estamos tirando deles o direito à autonomia, para se casar, comprar um imóvel.

Então, a lógica estabelecida pelo projeto da Senadora Lídice da Mata fala em decisão apoiada no lugar de decisão substitutiva. Ou seja, a pessoa está ali. Ela tem condições, sim, de tomar as suas decisões. Então, é um projeto importantíssimo. Às vezes, não temos noção do impacto disso na vida das pessoas.

Por isso, peço aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que aprovemos este projeto da Senadora Lídice da Mata. É muito simbólico também. Além do impacto na vida civil, de a pessoa ter direitos civis, não ser considerada completamente sem direitos, é simbólico, porque a gente mostra que essas pessoas podem e devem ter direito de decidir pela sua vida e ter autonomia.

Por isso, agradeço muito o relatório feito pela Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para declarar que já votei inclusive, claro, a favor desse projeto, mas quero registrar também, porque, devido a compromissos, não pude fazer a votação do item 3 – que, na verdade, se tornou item 2. Foi o projeto de autoria do Senador Eduardo Braga, a questão da construção das colônias, somando-se ao item 1, no qual pude votar.

Então, é só para registrar que o meu voto, se tivesse podido estar aqui, teria sido realmente a favor do projeto. E, nesse projeto também, o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – A solicitação de V. Exª será incluída na ata.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, é meritório o projeto da baiana Senadora Lídice, assim como o argumento do Senador Lindbergh.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Lindbergh, eu também tenho um sobrinho especial. Especial de verdade. Muitas vezes a gente fala "especial" querendo dizer que tem uma deficiência – para mim, deficiente é vagabundo que rouba dinheiro público, mas essa gente tem deficiência de caráter. São anjos eficientes que Deus colocou na nossa vida para nos ensinar, para nos burilar, e que são tão capazes como qualquer outro se a oportunidade lhes for dada. Agora, se nós criarmos mecanismos para que eles se sintam alijados, e muitas vezes aleijados – vou usar esse termo –, para que se sintam diferentes dos outros, aí nós estaremos criando é um mal – pensa que está protegendo, mas está fazendo mal.

Esse sobrinho meu treina jiu-jitsu desde os dois anos de idade – tem doze. Desde os oito conhece todas as posições, o que você mandar fazer ele faz. Vidrado no esporte, tem... É incrível, por causa do esporte... E eu nunca deixei que ele fosse colocado em lugar nenhum, mesmo sendo tio, onde ele fosse ter um aprendizado em que lhe dissessem "você nasceu doentinho, você nasceu desse jeito" e tal. Nada disso! Se você o colocar no futevôlei, ele chuta certo. Tem massa muscular, é uma criança... Dificilmente elas têm, porque a maioria absoluta tem baixa imunidade... Ele tem alta imunidade por causa do esporte.

Por isso, Senadora Lídice, parabéns. É meritório o projeto. O Senador Lindbergh, eu sempre converso muito com ele, porque ele tem uma filhinha que eu até chamo de sobrinha e tal, a gente tem uma relação muito forte nessa questão da menininha dele, da família, pessoal, e do meu sobrinho também, que é o meu valente Guigui, Davi Guilherme.

Dessa maneira, todo mundo... Em torno disso aqui tem que haver consenso, e consenso de louvor, consenso de aplauso, porque isso realmente é a mais pura, a mais cristalina de todas as verdades.

Eu não gosto muito de dar parabéns para a Senadora Lídice, não, mas... Parabéns por essa!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Obrigado, Magno. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador José Serra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senador, eu estou inscrito aí.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Você respeite o voto de sua mãe!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – É verdade!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – V. Exª está inscrito em seguida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas, o Estatuto da Pessoa com Deficiência havia mudado o Código Civil e retirado a autonomia de pessoas sem pleno discernimento. Nós estamos corrigindo isso hoje. O projeto desfaz o que foi feito pelo EPD (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e confere mais autonomia a essas pessoas. Essa é a essência do que estamos votando.

A curatela só será obrigatória em casos bastante peculiares, como, por exemplo, no autismo grave. Assim, uma pessoa com síndrome de Down, por exemplo, poderá se casar e praticar outros atos da vida civil sem necessidade de intermediação de curador. Nos termos do relatório, será necessário apenas o registro ou averbação da tomada de decisão.

Quero dizer também que muitas entidades de apoio a pessoas com deficiência e Ministérios Públicos estaduais apoiam o projeto. É um projeto que conta com amplo apoio. Por isso o nosso voto favorável, Sr. Presidente.

Em relação ao próximo projeto sobre organizações sociais, que é de minha autoria, eu queria pedir a V. Exª que mantivesse o painel aberto, como fez no caso do projeto da Senadora Lídice, e que os Senadores permaneçam, para que possa ser votado em seguida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – O painel será aberto logo após o pregão do projeto.

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Sr. Presidente, quanto a esse projeto, de minha autoria, eu o apresentei em 2015. Ele tinha e tem como objetivo dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.

Quero dizer que apoio integralmente o substitutivo a esse nosso projeto apresentado pela Senadora Lídice da Mata, que, de forma absolutamente oportuna, promove a revisão da legislação civil, para afastar qualquer traço indesejado de vinculação automática da pessoa com deficiência à presunção de sua incapacidade civil.

Do mesmo modo, acerta ao garantir à pessoa com deficiência o apoio ao exercício de sua atividade civil, sempre quando necessário.

Em síntese, o substitutivo produz o essencial equilíbrio entre a garantia do exercício dos direitos civil e o direito ao auxílio para a prática de atos formais. De fato, é perfeitamente possível conciliar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situações, evitando um possível retrocesso, que poderia prejudicar a pessoa com deficiência e seu acesso pleno às condições de cidadania.

Com efeito, as pessoas com deficiência maiores de 18 anos têm assegurado legalmente o direito do exercício da capacidade civil comum a qualquer cidadão brasileiro, como aqui foi relatado por diversos oradores, inclusive pelo Senador José Serra, que lembrou o casamento civil.

Assim, restaria apenas estabelecer salvaguardas relacionadas aos que eventualmente poderiam necessitar de ajuda às suas atividades.

O substitutivo encontra-se, deste modo, alinhado aos ditames da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, cuja importância é equivalente à das emendas constitucionais.

Sendo assim, novamente eu me congratulo com a minha companheira de Partido, a Senadora Lídice da Mata, pois tive a sorte de ela ser a Relatora do nosso projeto, anunciando o meu voto favorável e solicitando a aprovação da matéria, que, aliás, praticamente já foi aprovada, com os votos dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar esta fase do procedimento. (*Pausa.*)

Encerrando a votação...

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – São 19 votos favoráveis, zero NÃO.

O substitutivo foi aprovado e será submetido a turno suplementar nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 13 da pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que "dispõe sobre a qualificação das organizações sociais e dá outras providências", para atualizar os critérios e requisitos para seu enquadramento e estabelecer novas regras para a celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Em 30/05/2018, a Presidência concedeu vista aos Senadores Antonio Anastasia e Eduardo Braga, nos termos regimentais;

- Em 06/06/18, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues (dependendo de Relatório);

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Sr. Relator Wilder Morais para proferir o relatório sobre as Emendas de nºs 1 e 2.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, uma consulta a V. Exª é possível?

Após o Relator deste item, nós voltaremos à ordem natural dos projetos? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Após a votação deste item, e, em virtude do adiantado da hora, a Presidência pretende encerrar a reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas temos votações não terminativas importantes, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O item 18, de que sou Relator, é não terminativo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O item 6 também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O item 11 também, Presidente, está pronto para ser votado e é não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Vamos atender o Senador Pimentel e votar em seguida o item 18, porque, após a votação deste projeto, seguramente nós perderemos o quórum.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, havia o projeto do terrorismo também. Há o voto do Senador Randolfe, e, já que o Senador Lindbergh está aqui, vamos fazer essa confusão de uma vez logo?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Confusão? (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Harry Potter está ali. Ele tem um voto também.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente? Presidente, deixe-me ler...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Wilder, para proferir o seu parecer.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Como Relator.) – Presidente, o meu relatório já foi lido, e eu recebi essas duas emendas agora.

A primeira emenda dispõe sobre o teto dos salários dos administradores. Nós vamos rejeitar essa primeira emenda, porque achamos que não há de se colocar limites dentro do teto da União, senão não seria preciso trabalharmos com as organizações.

A segunda emenda é interessante e dispõe que todos os equipamentos adquiridos durante a gestão fiquem para a União. Essa emenda é importante, e eu a acatei.

Gostaria de que V. Exª abrisse o painel para votarmos.

A primeira emenda foi rejeitada e a segunda, do Senador Randolfe Rodrigues, foi acatada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, consulto o Plenário para saber se todos os Srs. Senadores... Em votação nominal o substitutivo oferecido ao projeto pelo Relator.

Trata-se de matéria terminativa, e a votação será nominal.

Os Srs. Senadores já podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para explicar o destaque à emenda que nós fizemos. Eu aquiesço ao relatório apresentado, aquiesço, inclusive, à emenda que foi acatada, porque eu acho que é uma humilde contribuição deste Parlamentar ao projeto. Cumprimento tanto o Senador Serra, pela autoria, quanto o Senador Wilder, pela relatoria.

Eu queria só, rapidamente, destacar e explicar a emenda que apresentamos e que, com a devida vênia do ilustre Relator, foi rejeitada. É uma preocupação que nós temos, eu acho importante e necessário o trabalho das organizações sociais, notadamente na área da saúde, entretanto nós estamos incluindo as organizações sociais para atender e cumprir uma função que é Estado brasileiro. Ao mesmo tempo, a remuneração que o Estado brasileiro deve fazer para aqueles que serão contratados por essas organizações sociais, no meu entender, tem que ser regida pelas regras que o Estado brasileiro tem.

O Estado brasileiro tem uma regra de teto salarial para o funcionalismo público, que é unificado no funcionalismo público federal, para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A minha preocupação é sobre essa questão do teto, por isso apresentei a emenda. Repito, aquiesço ao relatório do Senador Wilder Morais e ao parecer a esse destaque, rejeitando o destaque, mas era para que para aqueles das organizações sociais que vierem a exercer atividade no serviço público respeitassem o teto pago pelo funcionalismo público, e que não poderia ser superior ao teto que é para todos os servidores do Executivo, Legislativo e do Judiciário.

Repito, aquiesço ao parecer do Senador Wilder Morais, mas queria fazer questão de explicar qual era o objeto da emenda e destaque que nós fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Randolfe, V. Exª é um dos mais presentes e atuantes desta Comissão, mas não se encontrava no momento em que o Relator proferia o seu parecer sobre a emenda destacada e a outra. Seguramente, encontrava-se em outra comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Exatamente, estava da CAS.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Na CAS, junto com a Senadora Suplicy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o Relator...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – É por isso, Excelência. Se V. Exª me permite, eu aquiesço ao relatório apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

Senador Randolfe?

Senadora Marta, votou? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

Presidente, eu queria só agradecer aos colegas que votaram à unanimidade, parabenizar o autor, nosso Senador José Serra, e agradecer a cada um de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Votaram SIM 15 Srs. Senadores; NÃO, 0.

Aprovado o substitutivo, será submetido a turno suplementar nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências devidas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu consulto V. Exª se não seria o caso de nós retomarmos a Ordem do Dia. Nós temos uma pauta, temos itens de Estados. Eu mesmo sou Relator de proposta que, por diversas reuniões, não conseguimos votar, como é o caso do item 6. Eu queria apelar a V. Exª que, considerando o quórum, eu pudesse, minimamente, relatar essa matéria.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Também o item 11 é importante. A gente poderia avançar, como é não terminativo, e fazer essa votação também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – V. Exª será atendido.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na mesma linha, o item 12. Seria apenas a leitura também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pois não. Será atendido V. Exª também.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, de 2018

- Terminativo -

Modifica o art. 6º do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, para prever que, para fins de cumprimento de sentença penal condenatória, o trânsito em julgado será considerado a partir da condenação em 2º grau.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Observações:

- Em 10/04/2018, foi apresentada a emenda nº 1-T de autoria do Senador Lasier Martins;

- Votação nominal.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – ...Ricardo Ferraço – já ouvirei V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para proferir o seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Antes, porém, vamos ouvir, pela ordem, a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Pela ordem.) – Em função da importância deste projeto, que trata de prever que, para fins de cumprimento de sentença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penal condenatória, o trânsito em julgado será considerado a partir da condenação em 2º grau, há hoje um grande debate a respeito desse assunto na sociedade e também nos tribunais.

Por isso mesmo, eu acho que nós devíamos ter a possibilidade de analisá-lo melhor. Por isso, peço vista para que tenhamos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas eu nem relatei o projeto ainda.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu concederei vista...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A vista é posterior ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu vou relatar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Senador Ricardo Ferraço...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Senador Ferraço.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Ela está mais rápida do que imediatamente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Senador Ricardo Ferraço, há um anúncio, porque nós recebemos aqui o relatório, do voto. Então, em função disso, eu me apressei em pedir vista do processo. É regimental o pedido de vista. V. Exª pode ler, se quiser, o seu relatório, mas há um pedido de vista. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – V. Exª terá a garantia da vista.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – E o Senador Ricardo Ferraço está com a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu admiro...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente, sem dúvida nenhuma, é sempre bom ouvir o Senador Ferraço, um daqueles que mais relata projetos nesta Comissão. E temos, claro, todo o prazer em ouvi-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Por certo, eu admiro a velocidade da Senadora Lídice da Mata, até porque, como acaba de afirmar o Senador Magno Malta, ela está mais rápida do que imediatamente. Mas eu preciso, minimamente, relatar para que o processo possa entrar em discussão e possamos deliberar.

Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 147, para alterar a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, para estabelecer que, para fins de cumprimento de sentença penal condenatória, o trânsito em julgado será considerado a partir da condenação em 2º grau, em única instância ou após julgamento de recurso.

A alteração legislativa opera-se por intermédio da inserção do §4º ao art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Na justificação, o autor da matéria, Senador Cássio Cunha Lima, observa que "não tem sido possível forçar o cumprimento das penas a que têm sido condenados diversos personagens desses crimes, pelo obstáculo literal da cláusula pétrea inserida no art. 5º [...]da Constituição Federal, que exige o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, para fins da consideração da culpa e do cumprimento da pena".

Em vista disso propõe "um conceito para o trânsito em julgado em matéria penal", alterando a Lei de Introdução ao Código Civil para permitir que o instituto possa estar restrito ao âmbito do exame possível à jurisdição ordinária, onde os fatos e as provas são suscetíveis de valoração, sem prejuízo dos recursos possíveis ao réu condenado preso".

Alerta, finalmente, que a interposição de recursos às instâncias extraordinárias não pode obstar o início do cumprimento da pena, pois isso comprometeria o efeito pedagógico da reprimenda.

De modo preliminar, Sr. Presidente, trato de afastar eventual arguição de inconstitucionalidade desse projeto de lei, ao argumento de violação ao princípio da presunção de inocência, insculpido no art. 5º, LVII, da Constituição Federal, que estabelece que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

No momento em que se verifica a discussão relevante nos Tribunais brasileiros a respeito da efetividade das decisões judiciais, surge a necessidade de rediscussão do conceito de trânsito em julgado. Isso é necessário, pois, dependendo do que se entende por trânsito em julgado, será possível discutir sobre a possibilidade ou não do cumprimento de decisões penais condenatórias confirmadas no duplo grau de jurisdição.

Não há qualquer norma, Sr. Presidente – insisto, não há qualquer norma –, seja constitucional ou infraconstitucional que traga uma definição exata ou próximo disso para a expressão "trânsito em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

julgado", deixando a interpretação do termo para os doutrinadores, que acabam recorrendo a outros ordenamentos jurídicos para explicar o significado de tal instituto processual.

Pela doutrina processual brasileira tradicional, a sentença transitada em julgado, por exemplo, é justamente aquela contra a qual não cabe mais nenhum recurso, seja ordinário ou extraordinário. Mas essa não é uma doutrina específica, tampouco exclusiva. Outras doutrinas, inclusive mais antigas que essa, afirmam em outra direção.

É o caso, por exemplo, do Código de Processo Civil português, que, em seu art. 671, considera transitado em julgado a decisão que não seja mais suscetível de recurso ordinário ou de reclamação.

Insta observar que, na democracia, o trânsito em julgado da decisão jurisdicional não pode ter relação exclusiva com a preclusão ou com o exaurimento dos poderes, faculdades e deveres das partes no processo. É necessário superar tal conceito para se estender a expressão "trânsito em julgado" no paradigma democrático.

No Estado democrático de direito, em que se procura harmonizar as garantias individuais com a garantia difusa da segurança jurídica, importa, no estudo do trânsito em julgado, saber se a decisão jurisdicional encontra legitimidade na base produtiva e fiscalizadora do processo. Só podem transitar em julgado as decisões que encontram legitimidade, portanto, em sua formação.

Decisão jurisdicional transitada em julgado, no paradigma democrático, significa a impossibilidade de retratação ou modificação, tendo em vista o exaurimento dos poderes, faculdades e deveres das partes no processo – preclusão –, uma vez que tal decisão se formou mediante um procedimento em contraditório. Portanto, o direito e a garantia fundamental que possibilitaram, de fato, às partes o debate sobre as questões de fato e de direito envolvidas no litígio.

Tratamos, portanto, de conceitos doutrinários – trânsito em julgado, coisa julgada –, que compõem o princípio, a garantia constitucional, portanto, da presunção da inocência.

Ora, nenhum princípio constitucional pode ser interpretado de forma isolada, nem pode prevalecer, de forma integral e absoluta, sobre outro princípio aparentemente conflitante. Do mesmo modo, a interpretação constitucional não pode ter como consequência a mais absoluta ineficácia de todo um sistema legal.

E é a isso que a interpretação literal do inciso LVII do art. 5º da Constituição conduz, ou seja, à perda da efetividade do sistema legal-penal, das normas penais incriminadoras.

Na verdade, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a presunção de inocência, como garantia ao direito à liberdade, não está vinculada, conceitualmente, ao esgotamento de todas as instâncias judiciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Declaração Francesa, por exemplo, dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, consagrou a presunção de inocência, que condiciona toda condenação à existência de um mínimo necessário de provas produzidas por meio de processo legal, devendo o Estado comprovar a culpabilidade do réu, que é presumido, por certo, inocente.

Eu chamo a atenção, Sr. Presidente, para este fato às Srªs e aos Srs. Senadores: dos países que compõem a Comissão de Veneza, que reúne representantes de supremas cortes de 56 países, apenas o Brasil apresenta quatro instâncias diversas de julgamento de um processo individual. Na maioria deles, os processos são submetidos à apreciação do juiz de primeiro grau, com possibilidade de apenas um recurso. Portanto, o Brasil é uma excepcionalidade numa instituição como esta, como eu disse e reafirmo, que reúne 56 Supremas Cortes mundo afora.

Ainda a Declaração Universal dos Direitos Humanos dispõe, em seu art. 11, que "Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa".

Vou além, Sr. Presidente.

A Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, prescreve, em seu art. 8.2, que "Toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada sua culpa".

Vou mais adiante ainda, Sr. Presidente.

A Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais prescreve, em seu artigo 6.2, que "Qualquer pessoa acusada de uma infracção presume-se inocente enquanto a sua culpabilidade não tiver sido legalmente provada".

Portanto, nenhum desses tratados alude à necessidade de trânsito em julgado, senão à formação da culpa, que se dá, como já dito, nas instâncias ordinárias.

A França, por exemplo, adota o princípio da presunção da inocência, que, embora não esteja expressamente previsto na Constituição, tem seu conceito e ideia imbricados no ordenamento jurídico, sendo possível vislumbrar diversos dispositivos com essa inspiração a demonstrar que, no Direito francês, a sentença penal condenatória pode ser cumprida, independentemente de seu trânsito em julgado.

Mais além, Sr. Presidente, observando o Direito Comparado dos Estados Unidos da América, a presunção da inocência prevalece até que sobrevenha a sentença condenatória. No ordenamento dos Estados Unidos da América, privilegia-se o juiz de primeira instância, de modo que o cumprimento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pena se inicia logo após a prolação da sentença condenatória, sendo escassas as hipóteses – repito, sendo escassas as hipóteses – que permitem a sua suspensão em grau de apelação.

Como vemos, nas democracias mais consolidadas e com sistemas judiciais ciosos da defesa dos direitos humanos, a presunção da inocência é um direito fundamental e é compatibilizado com o direito à segurança jurídica e à efetividade das decisões judiciais.

Respeita-se a presunção da inocência quando o ônus da prova pertencer à acusação, sem que se possa exigir da defesa a produção de provas referentes a fatos negativos; quando a colheita de provas for realizada perante o órgão judicial competente, mediante o devido processo legal, contraditório e ampla defesa, e quando houver absoluta independência funcional do juízo natural na valoração livre das provas, em primeira e segunda instâncias.

No sistema organizatório-funcional da Justiça penal estabelecido pela Constituição, em respeito à presunção de inocência, garantiu-se cognição plena aos juízes e tribunais de segundo grau, ou seja, a competência para analisar o conjunto probatório e decidir o mérito das ações, afastando a não culpabilidade do réu e lhe impondo sanções, mediante decisão escrita e fundamentada.

Aliás, nosso sistema penal, desde a edição do Código de Processo Penal, em 1941, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sempre operou com a possibilidade da execução da pena após a confirmação em segunda instância.

Ora, não é razoável que o estabelecimento do princípio da presunção de inocência acarrete, portanto, a não efetividade de decisões judiciais que tenham sido estabilizadas com a confirmação no duplo grau de jurisdição, esgotada a fase cognitiva da apuração da culpabilidade e da materialidade delitiva, em procedimento judicial que tenha observado o contraditório e a ampla defesa. Parece óbvio, então, que o intérprete deve encontrar um ponto de equilíbrio que compatibilize a presunção de inocência com a higidez da legislação penal.

Ressalte-se que, desde a vigência da Constituição de 1988, a possibilidade de execução provisória de pena após condenação em 2º grau foi majoritária por 22 anos e 6 meses desses 30 anos. Da mesma maneira – até porque estamos completando 30 anos da Constituição de 1988 –, dos 34 Ministros que atuaram na Corte, portanto, no Supremo Tribunal Federal, nesse período, nove se posicionaram contrariamente, isso sem qualquer comoção social e em respeito à efetividade da tutela judicial. Portanto, de 34 Ministros, apenas nove se manifestaram contrariamente. Portanto, ao longo desse período, há, portanto e por certo, uma hegemonia clara e absoluta por parte dos Ministros que compõem a Suprema Corte do nosso País. Até hoje, portanto, exceto em breve período, de 2009 a 2016, o nosso Poder Judiciário sempre considerou compatível com o princípio da presunção de inocência o início do cumprimento da pena a partir do esgotamento das instâncias ordinárias – portanto, primeira e segunda instâncias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além do mais, o Texto Constitucional não fixa o conceito de trânsito em julgado, assim como o de "coisa julgada", definida, tão somente, no art. 502 do Código de Processo Civil.

Diante disso, não vejo como este projeto de lei, que justamente propõe um conceito legal para o trânsito em julgado em matéria penal, que vai no sentido mesmo da interpretação razoável do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, possa enfraquecer o princípio da presunção da inocência, esse, sim, um direito fundamental, que, a meu juízo, claramente, este projeto não viola e não violenta.

Portanto, não vislumbro qualquer vício de inconstitucionalidade.

Quanto aos aspectos, Sr. Presidente, de juridicidade e regimentalidade, não observo, por certo, desse modo, óbices ao seguimento.

No mérito, Sr. Presidente, me manifesto absolutamente favoravelmente.

Lembro que já fizemos aqui, nesta mesma Comissão, debates dessa natureza. Oportunamente, nós recebemos aqui certa vez o Ministro Cezar Peluso, então Presidente do Supremo Tribunal Federal, em audiência pública, na qual afirmou o Sr. Ministro, ainda em 7/6/2011, o seguinte – aspas –: "[O sistema] não é apenas custoso e ineficiente [ele se refere naturalmente ao sistema judiciário], ele é danoso e eu diria perverso."

Vai adiante S. Exª o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Cezar Peluso:

> "Para esta crise, que me parece acima de qualquer disputa, nós poderíamos pensar: quais as soluções? Nós temos, de um lado, soluções pontuais que já foram tomadas ou que podem ser aventadas. Tivemos várias leis extravagantes de reforma dos Códigos de Processo, e nenhuma delas produziu uma redução significativa desta crise. (...) Essas soluções pontuais, na verdade, não descem à raiz da crise. Seus resultados práticos, com a devida vênia, são pífios".

Desde então, estou convencido da necessidade do trato normativo da questão.

O estado de inocência compreendido no rol de garantias constitucionais fundamentais é presunção *juris tantum*, que prevalece, portanto, até prova em contrário.

Sendo assim, as provas que confirmam a materialidade e a autoria do delito afastam a presunção de inocência. Outrossim, apenas às instâncias ordinárias, onde a cognição é plena, é dado o exame das provas; as instâncias extraordinárias, de cognição limitada, se restringem às matérias de direito. Daí que, formada a culpa, esgotados os recursos nas instâncias ordinárias, não há mais que se falar em presunção de inocência, permitindo-se o início do cumprimento da pena imposta.

Este princípio, o do duplo grau de jurisdição, mais do que o preceito vago do "trânsito em julgado", é indispensável a efetividade da garantia da presunção de inocência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não fosse assim, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF) tornar-se-iam meras terceira e quarta instâncias, e não instâncias extraordinárias, como estabelece a Constituição Federal, com funções de uniformização da aplicação da legislação federal, no caso do STJ, e de guarda da Constituição, no caso do STF.

Como já mencionei, o STF, já na vigência da Constituição de 1988, admitia o início do cumprimento da pena após o esgotamento das instâncias ordinárias.

A mudança de entendimento veio em 05/02/2009, quando do julgamento do HC 84.078, em que o STF concedeu a ordem por entender que o início do cumprimento da pena somente poderia ocorrer após o exaurimento de todas as vias recursais, inclusive as extraordinárias. Esse entendimento prevaleceu por sete anos, até 17/02/2016, quando a Corte decidiu sobre o HC 126.292, retomando o entendimento que vigia anteriormente e que esteve assentado, por longo tempo, em nosso País.

O relator desse segundo HC, o eminente e saudoso Ministro Teori Zavascki, observou em seu voto que, confirmada em segundo grau a sentença penal condenatória, exaure-se o princípio da não culpabilidade, até porque os recursos cabíveis da decisão de segundo grau, ao STJ ou STF, não se prestam a discutir fatos e provas, mas apenas matéria de direito. Lembrou ainda S. Exª que, "ressalvada a estreita via da revisão criminal, é no âmbito das instâncias ordinárias que se exaure a possibilidade de exame dos fatos e das provas, e, sob esse aspecto, a própria fixação da responsabilidade criminal do acusado". Afirmou ainda que "a presunção da inocência não impede que, mesmo antes do trânsito em julgado, o acórdão condenatório produza efeitos contra o acusado" – concluiu S. Exª, o saudoso Ministro Teori Zavascki.

Esse entendimento foi reforçado em 05/10/2016, quando o STF indeferiu as liminares pleiteadas nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) 43 e 44, que tinham por objeto o art. 283 do Código de Processo Penal (CPP), com a redação dada pela Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, que estabelece que "ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva".

Tenho para mim, então, com base no direito comparado e na tradição do direito penal brasileiro, que o princípio da presunção de inocência não tem a extensão imaginada pelos que defendem o início do cumprimento de pena após o esgotamento de todas as vias recursais, inclusive as extraordinárias.

É indiscutível a importância da garantia constitucional da presunção da inocência que protege os indivíduos contra os abusos autoritários. Em nossa ordem constitucional veio no propósito constituinte de virar a página do autoritarismo que marcou nossa história nas décadas de sessenta até a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promulgação da nossa Constituição de 1988. Mas o propósito constituinte não era o de estabelecer uma situação de impunidades e de desigualdades na realização da justiça criminal.

Por assim entender o verdadeiro alcance da garantia constitucional da presunção de inocência, é que o Supremo Tribunal Federal, desde a promulgação da Constituição em outubro de 1988, até 2009, não vislumbrava impedimento para o cumprimento da pena após a confirmação em segunda instância. Diga-se, durante estes vinte e um anos de entendimento, não houve qualquer contestação social à legitimidade das decisões judiciais por tal motivo.

Estou convencido, portanto, da conveniência da alteração, que seguramente representa um duro golpe na impunidade em nosso País e na verdadeira indústria de recursos judiciais que procrastinam, que levam à prescrição de crimes que são cometidos ao arrepio da opinião da sociedade brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, valendo-me aqui de um conjunto de mais argumentos, mas levando em consideração a extensão do tempo, nós estamos apresentando o nosso relatório, elogiando a iniciativa do eminente Senador Cássio Cunha Lima, que encontrou, a meu juízo, uma saída simples e eficaz para que nós possamos, enquanto Parlamento brasileiro, para além das jurisprudências que vêm e voltam, decidir e assentar uma decisão importante como essa, que me parece estar absolutamente em linha com a melhor doutrina, não apenas nacional, hegemônica, de todos os tempos, mas também a melhor doutrina dos países democráticos, dos países que cultuam, portanto, os direitos e as garantias fundamentais da pessoa humana.

Em tempo, o Senador Lasier Maia apresentou emenda ao projeto, alterando o Código de Processo Penal, sendo que, no nosso modesto entendimento, pedindo vênia ao eminente Senador Lasier, nós estamos considerando que esta matéria foge ao escopo da proposição. Nós não estamos sequer analisando o bom mérito da iniciativa de V. Exª, mas tão somente o fato de ela não estar vinculada ao objeto e ao escopo inicial do propósito. E, nesse sentido, pedindo vênia ao Senador Lasier Maia, nós estamos rejeitando...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Martins.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Lasier Martins. Perdão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Permite-me um rápido aparte, Senador?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu estou concluindo e ouvirei V. Exª com muito prazer, com as minhas escusas ao Senador Lasier Martins.

Não obstante o mérito da proposição, penso que sua redação – portanto, a redação original – pode ser aprimorada, razão pela qual, Sr. Presidente, estamos apresentando apenas uma emenda de redação à proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2018, com a rejeição da Emenda 001, de autoria do eminente Senador Lasier Martins, e a apresentação da seguinte emenda:

> Dê-se ao §4º do art. 6º do Decreto 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução às Normas do Direto Brasileiro, acrescentado pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2018, a seguinte redação:
> "Art. 6º
>
> .....
> .....
> §4º No processo penal, o trânsito em julgado ocorrerá com o esgotamento das instâncias ordinárias, assegurada às partes a interposição de recursos para as instâncias extraordinárias."

É dessa forma, Sr. Presidente, que apresento o meu parecer a V. Exª e à Comissão de Constituição e Justiça, mas, com o deferimento de V. Exª, eu, naturalmente, ouço antes, com muita alegria, o Senador Lasier Martins.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – A Senadora pediu a palavra.

Estou concedendo, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Presidente, apenas... Eu havia pedido vista, mas trata-se de um projeto terminativo. E, em se tratando de um projeto terminativo, não temos mais quórum. Eu queria, portanto, retirar o pedido de vista, em função de não haver quórum para votar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Bom, retirado o pedido de vista, fica a discussão do relatório adiada para momento oportuno.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – O Senador Lasier Martins havia solicitado um aparte.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Exatamente. É bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – A discussão se dará, portanto, mais tarde, mas concedo a palavra a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Só quero louvar este projeto de lei, que, aliás, era muito desejado pela sociedade brasileira, por desrespeito a uma novidade, a uma sedimentação de uma inovação judicial, qual seja, a importância do julgamento da segunda instância.

A minha pequena diferença é que a minha emenda olhava o Código de Processo Penal, e o projeto original...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A Lei de Introdução.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – ... a Lei de Introdução ao Direito brasileiro.

De modo que é pouca a diferença, porque, no mérito, eu concordo inteiramente e, lá diante, quando trouxermos para a votação, o meu voto será, evidentemente, a favor.

Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Mas V. Exª podia pedir vista...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – A Senadora Marta Suplicy tem a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Presidente, eu gostaria de solicitar a inclusão em pauta para a próxima semana do PLC 13/2018, poder familiar, que é da Deputada Laura Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – A solicitação de V. Exª será examinada.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu queria pedir a atenção dos Srs. Relatores que se encontram aqui, Senador Acir Gurgacz, Senador Lasier e Senador José Pimentel, com os seus projetos pela ordem dos itens, porque nós poderemos colocar agora em votação, como foi solicitado. Porém, já são 13 horas e o quórum está baixo. Todavia, se os Senadores desejarem, nós ouviremos a leitura dos relatórios.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – O 12 é muito curto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu pediria apenas que fossem resumidamente colocados seus relatórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste caso, item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2016

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 18-A à Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir o custeio da operação de rádios comunitárias através da venda de publicidade e propaganda comercial.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira.

Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1 (Substitutivo).

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática em decisão terminativa;

- Em 09/05/2018, a Presidência concedeu vista aos Senadores Randolfe Rodrigues e Ricardo Ferraço, nos termos regimentais;

- Em 15/05/2018, foi apresentado Voto em separado da Senadora Marta Suplicy contrário ao Projeto;

- Em 06/06/18, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues (dependendo de Relatório).

Eu concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Como Relator.) – Bem, Sr. Presidente, já foi lido o relatório e é apenas para votação.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Mas eu tenho voto em separado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Há uma emenda do Senador Randolfe Rodrigues...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Ah, sim. É uma emenda...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – ... que ainda pede o parecer de V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O parecer é para acatar a emenda do Senador Randolfe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Muito bem.

Senadora Marta Suplicy.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sou favorável à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Acata a emenda.

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP. Para voto em separado.) – Bem, eu vou tentar ser mais breve, pular a parte do relatório. Vou um pouco para a análise, também fazendo-a sucintamente.

Eu não desconheço o relevante papel que as rádios comunitárias desempenham na luta pela democratização da comunicação social. Elas estão presentes nas comunidades mais carentes – já dei muita entrevista nessas rádios – e prestam um notável serviço em favor da cultura, do lazer e do convívio social, além de contribuírem para construção da cidadania.

Também não sou insensível às dificuldades que elas estão vivendo – e vivem há muito tempo – para fazer essas rádios funcionarem, num esforço extraordinário.

Ocorre que o desenvolvimento das emissoras comunitárias, assim como o equacionamento dos seus problemas de financiamento, devem observar as normas constitucionais que disciplinam o serviço de radiodifusão no Brasil.

Nesse sentido, não podemos ignorar que, devido ao seu alcance social e por serem geridas por fundações ou associações sem fins lucrativos, as rádios comunitárias são concedidas gratuitamente em processo seletivo simplificado e praticamente não são tributadas, como acontece com as rádios comerciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diversamente, as outorgas das rádios comerciais são obtidas de forma onerosa em certame licitatório promovido pelo poder concedente. Elas ainda têm que arcar com todos os tributos e encargos sociais. Como sabemos, a única fonte de receitas dessas rádios advém da publicidade que elas veiculam.

Diante disso, a jurisprudência dos tribunais tem firmado o entendimento de que a veiculação de propaganda pelas rádios comunitárias configura concorrência desleal em face das rádios comerciais, em contrariedade ao que dispõe o dispõe o art. 170, inciso VI, da Constituição da República.

É forçoso reconhecer, portanto, que o PLS nº 55, de 2016, embora bem-intencionado, padece de vício de inconstitucionalidade.

As rádios comunitárias, para bem cumprir a sua missão e para justificarem a gratuidade de suas outorgas, devem continuar sem finalidade comercial.

Conforme enfatizamos, o problema do financiamento das emissoras comunitárias deve ser enfrentado em observância aos parâmetros constitucionais que conformam esse segmento. É o caso, por exemplo, da revisão do marco regulatório sobre o direito autoral para beneficiar as emissoras comunitárias, principalmente no que respeita ao pagamento de taxas sobre veiculação de produção musical. Nós iríamos acrescentar esse problema novo também, porque hoje elas não pagam taxa sobre o que elas veiculam.

Registre-se, ainda, que a Portaria nº 4.334, de 2015, do antigo Ministério das Comunicações, atualizou o conceito de apoio cultural, ampliando as possibilidades de veiculação das mensagens institucionais do patrocinador. Essa foi uma reivindicação em relação à qual o Ministério das Comunicações teve sensibilidade, permitindo às rádios comunitárias fazerem veiculação, cobrar por essa veiculação, dando nome e endereço do apoiador situado na área de execução do serviço. Desse modo, não resta proibida a divulgação de *jingles* ou trilha sonora que se mostre adequada à veiculação do apoio cultural. Quer dizer, não é que elas não tenham nenhuma possibilidade; foi aberta essa possibilidade.

Agora, eu considero bastante sério também que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou, no último dia 24 de 2018, o Projeto de Lei do Senador Hélio José nº 513/2017, que altera o limite de potência de transmissão, que passa de 25W para 300W. Quer dizer, a rádio comunitária pequena, na comunidade, é uma coisa; agora, aumentar para 300W e virar comercial, com as mesmas prerrogativas de poder fazer todos os anúncios e não pagar nenhuma taxa, ter uma outorga que não é onerosa, não pagar veiculação de músicas, isso me parece totalmente fora da casinha.

Assim, considerando que o serviço de radiodifusão comunitária integra o sistema público de comunicação e diante do caráter social de suas atividades, entendemos que esses veículos devem permanecer proibidos de comercializar espaços publicitários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também fiquei pensando que, ao contrário do que podem estar imaginando, eles vão ser engolidos pelas rádios comerciais.

Ao mesmo tempo, vai ser um negócio, paradoxalmente, extremamente mais rentável, porque eles não vão pagar nada e vão poder fazer os anúncios. E agora, com a possibilidade de serem ouvidos numa extensão muito maior, de acordo com o projeto do Senador Hélio José, vai virar uma festa da uva isso. Pode virar lavagem de dinheiro, pode virar um monte de coisa. Por isso, eu acho que deve ser rejeitado esse projeto.

A intenção é boa, porque eles vivem um sufoco danado para sobreviver, mas essa é uma forma extremamente contrária à Constituição e equivocada de ajudá-los.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Hélio José e, em seguida, Senador Lasier.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimentos a V. Exª pela direção dos trabalhos. Cumprimentos também aos nossos nobres Senadores e Senadoras aqui presentes, em especial aos nobres Senadores Donizete e Ferraço, que tão bem fez aqui uma fala a respeito da importância e do alcance primordial dessa matéria, bem como ao nosso Relator Acir Gurgacz, que teve a sensibilidade de perceber a importância da aprovação desse projeto para as rádios comunitárias do Brasil.

Eu sou o Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Rádios Comunitárias do Brasil. Queremos dizer que discordamos veemente do que foi colocado pela nossa nobre Senadora Marta Suplicy. Jamais admitiremos alguma insinuação de vantagem pessoal por parte das rádios comunitárias, que são eleitas de forma comunitária, com relação às rádios comunitárias terem a possibilidade de fazer pequenos anúncios da padaria, da quitanda, ou do problema que acontece naquela vila ou naquela situação com que a rádio comunitária se envolve. Essas entidades, essas instituições, jamais terão dinheiro para fazer algum anúncio em rádio comercial.

Discordamos totalmente com relação ao alcance. Nós temos quilômetros de distância separando alguns povoados e cidades brasileiras. O seu Maranhão mesmo é um Estado que conheço muito bem, porque lá trabalhei por três anos e meio e o conheço de norte a sul, de leste a oeste, onde eu trabalhava exatamente na zona rural, como engenheiro responsável pelas linhas de transmissão daquele Estado.

Então, eu sei que, para uma parte do Brasil, as rádios comunitárias são essenciais. Você pega cidades como, por exemplo, Grajaú e Barra do Corda. Entre Grajaú e Barra do Corda existem pequenos povoados indígenas, mais nada, com alcance longínquo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daí a importância do projeto de minha autoria, que foi aprovado por unanimidade na CCT. É o Projeto nº 513, que jamais tratou de algum favorecimento ou de alguma questão para prejudicar a área comercial.

Eu tenho o maior respeito, carinho e condição de ter toda a relação que sempre tive com a Abert, e não há aqui uma disputa de rádio comunitária com rádio comercial. São coisas totalmente distintas. Esperamos que breve, breve, o recurso que fora feito contra a aprovação, por unanimidade, na CCT, nós analisemos no plenário do Senado e se permita o prosseguimento do PLS nº 513 para a Câmara Federal.

Esperamos, neste momento, aqui, a aprovação por esta Casa do PLS nº 55. Com certeza e tranquilidade – está aqui a Abraço (Associação Brasileiras de Radiodifusão Comunitária) e o seu Secretário-Geral, bem como todos os representantes das rádios comunitárias –, nós protestamos e não admitimos o colocado: que haveria uma espécie de vantagem ou de malandragem – desculpem o termo, são palavras, aspas, "minhas" – nesse projeto advinda dos donos de rádios comunitárias.

Pedimos a sua aprovação. Cumprimento também o Senador Randolfe pela emenda que apresentou: de incluir nas questões as rádios educativas, porque elas são muito importantes para a gente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa matéria eu conheço bem, trabalhei décadas em rádio. É uma matéria delicada.

Agora, estamos diante de um impasse: a gratuidade de rádios de um lado e as rádios comerciais de outro. Eu vejo aí um problema. As rádios comunitárias já conseguiram o aumento de potência, isso significa avançar também na conquista do espectro, diminuindo o espaço das rádios comerciais também com relação ao espaço alcançado nas suas comunidades. De outra parte, está a possibilidade de a rádio comunitária vender comerciais. Não se diga que vai vender apenas para padaria. Não, ela vai vender para a grande loja do Município etc. Então, haverá uma grande concorrência sem os mesmos compromissos tributários.

Eu tenho constrangimento em votar contra, mas isso vai dificultar ainda mais a grave, a dramática crise que vivem hoje as rádios comerciais. Isso porque, com a comunicação pela internet, hoje é muito difícil vender patrocínio nas rádios. Há muita rádio falindo, muita rádio comercial fechando no Brasil.

Eu acho que a aprovação desse projeto não vai fazer bem nem a um lado nem ao outro. Por isso, eu adiro ao criterioso exame que foi feito aqui pela Senadora Marta. Esse será o meu voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Srs. Senadores, esse é um projeto que eu considero muito polêmico. Penso que a discussão dele deveria prosseguir com um Plenário mais robusto.

Eu consulto os Srs. Senadores se estão de acordo com esse entendimento ou se devemos votar, mesmo com o quórum tão baixo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu entendo que devemos agora, mesmo com o quórum baixo. Nós já estamos trabalhando há tempos nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Sr. Relator Acir Gurgacz.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado contra o voto do Senador Lasier Martins e o voto da Senadora Marta Suplicy.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, nos termos da Emenda nº 1 – Substitutiva. A matéria vai à Comissão de Ciência e Tecnologia.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2017

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, para permitir ao contribuinte que tenha sua declaração retida para revisão o direito de apresentar documentação e de comprovar a regularidade das informações a qualquer momento, independentemente de intimação por servidor da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;*

- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins para proferir o relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

O relatório é curto.

Trata-se do PLS 354, do Senador Ronaldo Caiado, que altera a legislação tributária federal.

Essa proposição é composta por dois artigos. O primeiro deles modifica o art. 74 do Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, para permitir ao contribuinte que teve sua declaração retida para revisão pelo órgão fazendário apresentar a documentação e expor a regularidade das informações, independentemente de qualquer intimação pelo órgão fazendário. Nesse caso, ficará assegurada ao contribuinte a prioridade na revisão da declaração pelo órgão fazendário.

Por sua vez, o segundo artigo estabelece o início de produção de efeitos do projeto com a publicação da lei.

Em suma, justificou-se a proposição pela necessidade de se agilizar o processamento da declaração retida em malha, de modo a possibilitar que os contribuintes apresentem a documentação antes de qualquer solicitação fiscal.

Análise.

Vencidos os aspectos formais de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, vamos ao exame do conteúdo, que se encontra na competência desta Comissão, na forma do art. 101, do Regimento.

Não se pode deixar de reconhecer o mérito nem a oportunidade da louvável iniciativa. A busca pela agilização e desburocratização dos procedimentos fiscais deve ser constante nos trabalhos parlamentares. Nessa linha, qualquer medida que esteja em harmonia com os anseios dos contribuintes merece acolhida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como muito bem apontado na justificação apresentada pelo autor do PLS, o texto constitucional (art. 5ºI) assegura a todos, no âmbito administrativo, a duração razoável do processo e os meios que garantam a celeridade na sua tramitação. Além do mais, a Administração Pública é guiada pelo princípio da eficiência (art. 37 da Constituição). Cabe, assim, ao Poder Legislativo criar possibilidades para que a máquina administrativa seja mais célere e eficiente.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 354, do ano passado, 2017.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Tratando-se de uma proposição de votação em caráter terminativo, fica a discussão adiada.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia treze de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Edison Lobão e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Roberto Requião, Roberto Rocha, Waldemir Moka, Dário Berger, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Regina Sousa, Hélio José, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Lasier Martins, Benedito de Lira, Ana Amélia, Omar Aziz, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Eduardo Lopes, Magno Malta, Rodrigues Palma e Wellington Fagundes. Registra a presença o Senador Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Aécio Neves, Wilder Morais, Ciro Nogueira, Lídice da Mata e Armando Monteiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 19ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2015 - Não Terminativo - que: "Cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão, e dá outras providências." Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador Edison Lobão. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Vota vencida, a Senadora Vanessa Grazziotin. Observação: Durante a discussão, o Relator acolheu e incorporou ao Substitutivo sugestões do Senador Eduardo Braga. ITEM 2 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 3 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que “dispõe sobre a qualificação das organizações sociais e dá outras providências”, para atualizar os critérios e requisitos para seu enquadramento e estabelecer novas regras para a celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão." Autoria: Senador José Serra. Relatoria: Senador Wilder Morais. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para

dispor sobre o Conselho Tutelar." Autoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 10, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Conselho de Avaliação das Políticas Tributárias." Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda de poder familiar." Autoria: Deputada Laura Carneiro. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo ao art. 30 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer multas para partidos e candidatos nos casos de não prestação e desaprovação das contas de campanha." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para facultar aos proprietários de veículos o pagamento do prêmio do seguro em doze." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, para permitir ao contribuinte que tenha sua declaração retida para revisão o direito de apresentar documentação e de comprovar a regularidade das informações a qualquer momento, independentemente de intimação por servidor da Secretaria da Receita Federal do Brasil." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, de 2018 - Terminativo - que: "Modifica o art. 6º do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, para prever que, para fins de cumprimento de sentença penal condenatória, o trânsito em julgado será considerado a partir da condenação em 2º grau." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, de 2011 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para prever que furtos e roubos contra instituições financeiras são crimes contra o sistema financeiro nacional e definir a competência da Polícia Federal para a investigação." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 2. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta os §§ 1° e 2° ao art. 39 da Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984, para determinar que o Juiz da execução penal proceda a habilitação da vítima nas ações de natureza indenizatória promovidas pelo condenado." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a responsabilidade civil do Estado e revoga dispositivo da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997." Autoria: Deputado Hugo Leal. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, de 2015 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 38-A a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para obrigar a gravação e manutenção, por prazo mínimo de cinco anos, o áudio das sessões deliberativas dos conselhos de administração e fiscal das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas n°s 1-CDH a 3-CDH. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 453, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o caput do art. 4º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, a fim de tornar explícito que o consentimento familiar, no caso de doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para depois da morte, só se faz necessário quando o potencial doador não tenha, em vida, se manifestado expressa e validamente a respeito." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 764, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o compartilhamento de informações entre órgãos de investigação." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 57, de 2018 - Não Terminativo - que: "Susta o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Omar Aziz. Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Pela aprovação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva, nos termos regimentais. Observação: Aprovado Requerimento de Audiência Pública para discutir a matéria. ITEM EXTRAPAUTA 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 59, de 2018 - Não Terminativo - que: "Susta o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Pela aprovação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva, nos termos regimentais. Observação: Aprovado Requerimento de Audiência Pública para discutir a matéria. ITEM EXTRAPAUTA 22 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 2, de 2018 AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 618, de 2015 - Não Terminativo - que: "Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro; altera para pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a dignidade sexual; estabelece causas de aumento de pena para esses crimes; cria formas qualificadas dos crimes de incitação ao crime e de apologia de crime ou criminoso; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Favorável ao SCD nº 2, de 2018, com duas emendas de redação que apresenta, e as seguintes ressalvas: - rejeição do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

artigo 4º do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 2, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 618, de 2015; quanto ao artigo 6º do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 2, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 618, de 2015, rejeição da redação dada ao inciso I do artigo 226 do Código Penal. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 27 de 2018 - "Requeiro a realização de diligência à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Paraná, em Curitiba, a ser levada a efeito por Senadores desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a fim de averiguar as condições de encarceramento do ex-presidente da República Luis Inácio Lula da Silva e das demais pessoa presas naquela Superintendência." Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 28 de 2018 - "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, para debater os Projetos de Decreto Legislativo nº 57, de 2018 e nº 59, de 2018, por meio dos quais se pretende sustar o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016. Para tanto sugiro que sejam convidados: Sr. Eduardo Refinetti Guardia - Ministro de Estado da Fazenda; Sr. Alexandre Manoel Angelo da Silva - Secretário de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria do Ministério da Fazenda; Sr. Jorge Antonio Deher Rachid - Secretário da Receita Federal; Sr. Fernando Mombelli - Coordenador-Geral de Tributação da Receita Federal; Representante do Ministério Público; Sr. Fernando Rodrigues de Bairros - Presidente da Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil (AFREBRAS); Sr. Alexandre Jobim – Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas não Alcoólicas (Abir)". Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 19ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se destina à deliberação dos itens de 1 a 19.

Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu tenho um requerimento que eu gostaria de, agora no início, apresentar. Ele tem poucas linhas, mas tem um significado e um propósito que, eu espero, seja compartilhado com os colegas. Que pudéssemos dar conhecimento à Comissão e, obviamente, com a orientação de V. Exª, ter uma deliberação.

É muito rápido.

Eu apresento, então, Sr. Presidente? O senhor me autoriza a apresentar o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Requeiro a realização de diligência à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Paraná, em Curitiba, a ser levada a efeito por Senadores ou Senadoras desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a fim de averiguar as condições de encarceramento do ex-presidente da República Luis Inácio Lula da Silva...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... e, obviamente, das demais pessoas presas naquela superintendência.

Nós estamos vivendo um período diferente, uma situação atípica no País. Entendo que esta Comissão, onde sabatinamos os indicados para ocuparem os tribunais superiores, onde nós discutimos todo o sistema do Judiciário brasileiro... É com base nisso, com base no Regimento e com base naquilo que nós representamos aqui, os Estados brasileiros, que eu trago esse requerimento, inclusive dizendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, caso seja aprovado pelos colegas, não implicará custos, nenhum custo, para o cofre público, para o cidadão.

É com esse propósito, Sr. Presidente, que eu justifico o meu requerimento preliminarmente.

Cabe ressaltar que a competência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal compreende matérias relacionadas ao Direito Penitenciário, consoante estabelece a alínea "d" do inciso II do art. 101 do Regimento Interno da Casa. Ou seja, eu procurei calçar esse requerimento naquilo que o Regimento e a Constituição estabelecem.

Sou titular da Comissão de Constituição e Justiça e gostaria que V. Exª submetesse à apreciação dos colegas esse requerimento que tem um único propósito: a criação de uma comissão de Senadoras e Senadores para fazer uma diligência na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Paraná em Curitiba, a ser elevada a efeito, obviamente, por seus componentes, Senadores e Senadoras que queiram, desta Comissão, a fim de averiguar as condições de encarceramento do ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e, obviamente, dos demais presos naquela superintendência.

É esse o propósito do requerimento, Sr. Presidente, para o qual eu gostaria, com a concordância dos colegas, de pedir a apreciação do Plenário nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 27, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro a realização de diligência à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Paraná, em Curitiba, a ser levada a efeito por Senadores desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a fim de averiguar as condições de encarceramento do ex-presidente da República Luis Inácio Lula da Silva e das demais pessoa presas naquela Superintendência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jorge Viana)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, pela ordem, fazer um pedido a V. Exª: para que a gente pudesse incluir extrapauta, e com inversão de pauta, a critério de V. Exª, logo depois do item 1 se for o caso, antes de V. Exª entrar no item 2, ou imediatamente... Há dois pareceres com relação aos Decretos Legislativos 59 e 57, que versam sobre o mesmo tema, de autoria do Senador Roberto Rocha, cuja inclusão extrapauta e inversão eu pediria, ao juízo e a critério de V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, na verdade, esse decreto é o que foi elaborado pela Senadora Vanessa Grazziotin, não é isso?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – São dois.

Eu queria pedir aos autores... Vejam, nós aqui somos aliados incondicionais da Zona Franca de Manaus. Aqui aprovamos todos os temas, todas as questões relativas às demandas da região, mesmo no período do Governo Dilma, em que éramos governo, e do Governo Lula. Portanto, não há como alguém duvidar do nosso interesse em que a Zona Franca de Manaus continue no seu processo de solidificação e criação de um grande polo industrial e de ciência e tecnologia naquela região.

No entanto, esse tema de que o decreto trata é um tema muito delicado, que inclusive já foi objeto de discussão em várias medidas provisórias que foram tratadas aqui, como no debate sobre IPI de bebidas alcoólicas e em vários temas que aqui foram tratados, e esse tema volta repetidamente.

A informação que nós temos é que a Receita Federal, a partir de várias auditorias que fez, questiona a chamada produção do concentrado no Amazonas...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Atenção, assessoria. Silêncio!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso, em tese, representaria uma política de planejamento tributário abusiva, no entendimento da Receita Federal, que é contestado por todos os demais, por vários atores, particularmente pela Coca-Cola e pela Ambev.

Por se tratar, então, de um tema tão complexo, tão difícil, eu sugeriria que, antes de nós aprovarmos esse decreto legislativo, nós pudéssemos organizar um debate, uma discussão sobre essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão, porque há outros interesses, inclusive de outros Estados que se sentem prejudicados com a possibilidade de utilização de créditos que são gerados na Zona Franca em impostos de produtos que são fabricados em outras regiões, produzindo, digamos, uma competição desfavorável, não igualitária em relação a eles.

Então, não se trata aqui de nós votarmos contra, mas de termos um tempo para, de fato, conhecermos melhor esse tema. Certamente, se essa questão guardar a noção de justiça que nós esperamos que guarde e efetivamente beneficie a Zona Franca, teremos a satisfação em defendê-la e votá-la em conjunto.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Estão inscritos já alguns Srs. Senadores. Em primeiro lugar, a Senadora Gleisi; em seguida, o Senador Omar Aziz.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu pedi também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – V. Exª pediu também. E ouvirei V. Exª em seguida.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Pela ordem. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Estou com a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para contra-argumentar as colocações do eminente Senador Humberto Costa.

Esse decreto não trata de novos benefícios ou de mudança dos benefícios da Zona Franca de Manaus. Esse decreto trata simplesmente da manutenção e do reconhecimento daquilo que está previsto no art. 40, parágrafo único, da Constituição brasileira. No nosso entendimento, o decreto presidencial fere a intocabilidade, prevista pela Constituição brasileira, dos benefícios já concedidos, portanto, com direitos adquiridos, à Zona Franca de Manaus.

É óbvio que, se o Senador Humberto Costa quiser discutir novos regramentos, como estabelece o §1º do art. 40, nós teríamos enorme prazer em fazê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se aqui de segurança jurídica constitucional, Sr. Presidente. Sem uma emenda constitucional que altere o predisposto no art. 40 da Constituição, cabe ao Congresso Nacional, cabe ao Judiciário e ao Executivo cumpri-lo, honrá-lo. E o instrumento previsto pela legislação, pelo nosso Regimento Interno e pela própria Constituição quando há um decreto irregular por parte do Executivo é criarmos no Parlamento um projeto de resolução que gere um decreto legislativo revogando esse decreto.

Portanto, quero fazer aqui um apelo ao Senador Humberto Costa diante do *periculum in mora* que nós estamos enfrentando neste segmento, que é um segmento importante, porque gera emprego na capital, gera emprego no interior do Estado do Amazonas e que tem grande impacto, grande impacto! Hoje, praticamente 100%, eu diria que 98%, da indústria de concentrados de bebidas não alcoólicas no Brasil se encontram exatamente no polo industrial.

Então, eu queria fazer esse apelo ao Senador Humberto Costa para que nós pudéssemos deliberar sobre esse decreto no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Para discutir.) – Obrigada, Senador Edison Lobão.

Eu queria aqui reforçar os argumentos do Senador Humberto Costa em relação a esta matéria. É claro que plenamente entendemos a luta da Bancada do Amazonas em relação a essa situação, porque isso tem a ver com a realidade deles, mas vários outros Estados têm realidades diferentes, que é o caso do meu Estado, o Estado do Paraná, que tem diversas indústrias pequenas de refrigerantes que hoje sofrem muito em relação ao tratamento tributário dado a grandes indústrias de refrigerantes que estão no Estado do Amazonas.

Eu acho que nós temos de discutir esse assunto com muita cautela. Nós temos de discutir esse assunto numa perspectiva nacional. Entendemos o esforço, a necessidade do desenvolvimento regional. Sabemos que o Estado do Amazonas já tem uma legislação tributária diferenciada, aliás, focada na indústria principalmente de eletroeletrônicos. Aqui nós estamos falando de matéria-prima meio, não estamos falando de produto final, o que também interfere no conceito de benefício tributário para a Região Amazônica.

Eu gostaria de fazer um apelo para que nós não colocássemos esses decretos hoje para avaliar aqui; que nós tivéssemos tempo de conversar. A Senadora Vanessa veio aqui me fazer um apelo. Eu topo sentar e conversar, mas que a gente deixasse esta matéria para ser discutida a partir da semana que vem. Hoje a gente não tem condições de discutir a matéria. Então, eu gostaria de fazer esse apelo, somando-me aqui às considerações do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Omar Aziz com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, esses produtos estão há mais de 20 anos na Zona Franca de Manaus, mas eu não quero entrar na questão do mérito; eu quero entrar na questão do decreto legislativo. O Senado tem ou não tem competência para fazer um decreto para derrubar um decreto presidencial ou de um ministro? O que a Comissão de Constituição e Justiça discute é a constitucionalidade do decreto, não é o mérito do decreto. O mérito será discutido em outro patamar.

Então, tanto o Senador Humberto quanto a Senadora Gleisi estão equivocados no argumento. Querem discutir o mérito? Ótimo! Mas vamos discutir em outro local, aqui não. Aqui é Comissão de Constituição e Justiça. A Comissão de Constituição e Justiça tem de analisar se o decreto que está sendo colocado em pauta pelo senhor é constitucional ou não. O mérito? Se o Amazonas tem ou não? Isso é uma discussão antiga do Paraná contra a gente. É a discussão da Dolly, cujo dono foi preso outro dia. É esse tipo de gente que quer instalar indústrias de concentrados em outros Estados. É a discussão que nós temos há anos sobre a guerra fiscal praticada por aqueles que falam agora contra a Zona Franca de Manaus. É esta a questão, Presidente: é constitucional ou não é constitucional? Esse é o papel desta Comissão. Agora, discutir o mérito – se o IPI é mais ou se o IPI é menos – não é aqui.

Então, eu não faço um apelo; eu peço para que se cumpra o Regimento, que se discuta a constitucionalidade, ou seja, se o decreto apresentado pela Senadora Vanessa e pelo Senador Eduardo Braga pode ou não ser votado na Comissão de Constituição e Justiça. Do meu ponto de vista, pode, até porque, relativamente a esse mesmo decreto editado pela ex-Presidente Dilma, que tinha a Senadora Kátia Abreu como Ministra da Agricultura – um decreto que acabava com o seguro-defeso –, nós votamos um decreto legislativo, Senador Humberto Costa, Senadora Gleisi, aqui no Senado, derrubando esse decreto feito pela Presidência da República.

Então, o que se pede aqui é o exame quanto à constitucionalidade. Agora, se formos discutir o mérito, vamos discutir, mas aqui não é o foro adequado. Na Comissão de Constituição e Justiça se discute a constitucionalidade dos projetos, dos decretos, das medidas provisórias ou coisa parecida. Não há que se discutir mérito aqui, se é bom ou se é ruim.

"Ah, mas o Brasil está passando por isso". O Brasil está passando por isso não é por causa de agora não! O Brasil está passando por isso por desmandos que foram acontecendo ao longo do tempo, e, aí, querem prejudicar a Zona Franca de Manaus para reparar erros cometidos não pelos amazonenses, mas erros cometidos pelos governos que passaram pela Presidência da República.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – É este o meu questionamento, Sr. Presidente: é constitucional ou não a gente votar aqui um decreto legislativo?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, o que nós estamos discutindo em relação ao projeto de decreto legislativo apresentado primeiramente por mim e, posteriormente, pelo Senador Eduardo Braga – portanto, temos dois projetos de decreto legislativo com o mesmo conteúdo –, o que nós estamos debatendo aqui – e, possivelmente, deveremos decidir – é se ele entrará como item extrapauta para ser votado no dia de hoje nesta Comissão ou não. Isso não significa que o debate será encerrado, de forma nenhuma! Nós estaremos apenas iniciando o debate de uma matéria importante.

Eu gostaria aqui, Sr. Presidente, se V. Exª me permite, de tentar recolocar os pingos nos is. Esse decreto legislativo simplesmente objetiva sustar um decreto do Presidente Michel Temer que faz parte do conjunto de medidas que Sua Excelência está adotando para que a Nação brasileira subvencione empresas importadoras de diesel e também a Petrobras, mas principalmente os acionistas privados da Petrobras.

Vejam: o Governo foi obrigado a fazer um acordo com os caminhoneiros e acenou com uma redução de R$0,46 no preço do litro do diesel. E como é que esses R$0,46 serão bancados? Pelas importadoras? Pela Shell ou pela Ipiranga? Não! Não! Esses R$0,46 serão bancados pela Nação brasileira, pelo povo brasileiro de duas formas: uma forma é o corte puro e simples do Orçamento da União; a outra forma são recursos que virão da diminuição da política de incentivos fiscais.

E, aí, o que faz o Senhor Michel Temer? Não satisfeito, Senador Lobão, em atacar a maior parte da população brasileira, a parte pobre da população brasileira, que precisa dos recursos do Estado para a educação e para a saúde – já que não tem como pagar um plano de saúde, vai buscar o atendimento em saúde nas unidades públicas –, o Governo, por um lado, tira recursos da saúde, tira recursos da educação, tira recursos da segurança e, inclusive, de programas fundamentais, como o de combate à violência contra a mulher. Esse é um lado. Por outro lado, ele mira os incentivos fiscais, visando reduzir os incentivos fiscais para engordar o seu caixa e repassar os recursos para as petroleiras, repito. E aí mira onde Michel Temer? Também os mais pobres, a Região Norte.

O Brasil tem muitas políticas de incentivo fiscal, questionadas, inclusive, em grande parte, no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Quanto a esse que ele mirou, não há questionamento algum, porque o Brasil reconhece o papel e a importância da Zona Franca. Mas o mundo também reconhece isso. A princípio, a Zona Franca fazia parte da denúncia da União Europeia contra o Brasil no que diz respeito à sua política de incentivos fiscais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – A Organização Mundial do Comércio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, imediatamente, foi retirada. Apenas a Zona Franca de Manaus foi retirada da denúncia, porque há um reconhecimento.

Então, eu queria fazer um apelo aqui aos Senadores. Neste momento, como disseram os Senadores que me antecederam, nós não estamos debatendo o mérito; nós estamos debatendo um decreto de Michel Temer para tirar recursos públicos e canalizar esses recursos para as grandes petroleiras. É apena isso! Acho até... A Senadora Gleisi sabe que, há muito tempo, inclusive quando ela estava na Casa Civil, a gente debate essa matéria; esse incentivo fiscal para o setor de bebidas é debatido há muito tempo. E nós deveremos, de fato, retomar esse debate, mas sob o ponto de vista da Constituição, porque nós estamos diante, Sr. Presidente, de uma ação inconstitucional do Senhor Michel Temer. A proteção da Zona Franca, apesar de os percentuais dos benefícios serem determinados por decretos e, portanto, por ações infraconstitucionais, está na Constituição brasileira!

Então, isso abriria não uma janela, mas um portão gigante que enfraqueceria um modelo de desenvolvimento que não apenas gera empregos – para nós de lá, isso é muito importante para a nossa sobrevivência –, mas também gera uma preservação significativa do nosso meio ambiente.

Então, é o apelo que faço. Esse decreto legislativo não é para debater se é justo ou se não é justo, mas é para anular uma ação ilegal de Michel Temer. Tudo bem, ele quer tirar da Zona Franca, como quer tirar do povo brasileiro, para entregar para as importadoras de diesel do Brasil e para os acionistas privados da Petrobras. É sobre isso a matéria, é sobre isso que estamos discutindo, Presidente.

Obrigada.

Então, faço um apelo para que possamos votar ainda no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Vem a esta Comissão o projeto de decreto legislativo a que V. Exª se refere. O Relator é o Senador Roberto Rocha. O Senador Eduardo Braga solicita a inversão de pauta para que possa ser examinado o projeto de decreto legislativo ainda nesta sessão. Verifico que há correntes favoráveis e correntes contrárias. Tenho, então, de submeter à deliberação do Plenário a proposta do Senador Eduardo Braga, que é a de inversão de pauta.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, a proposta era de inclusão de pauta. Não estava na pauta. Desculpe! Essa solicitação, a proposta da Senadora Vanessa não estava na pauta.

Eu estou fazendo um apelo aqui para que isso venha na próxima semana e não nesta semana.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E, antes disso, façamos uma audiência pública, na terça de manhã ou à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – V. Exª tem razão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Aí nós vamos ter que deliberar sobre audiência pública.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É brincadeira!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Aí vamos deliberar sobre audiência pública.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Como vamos votar aqui a revogação de uma decisão sem discutir o mérito dessa decisão?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – V. Exª tem razão, sim. Não se trata de inversão e, sim, de inclusão. Embora S. Exª tenha proposto dar sequência à inversão, fez o Senador Eduardo Braga de uma só vez as duas propostas.

Bem, então, vamos colocar em votação a primeira proposta, que é a de inclusão na pauta.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente, Regimento Interno, 413, parágrafo único... Inciso XII do 412. A matéria tem que ser de conhecimento para ser colocada em pauta, nós estamos conhecendo agora. Eu vi agora, do meu gabinete, quando eu estava lá, assistindo ao início do trabalho da Comissão, que os decretos estavam sendo apresentados para serem colocados na pauta hoje. Com esses incisos do Regimento, digo que nós não podemos liberar isso aqui. Estou pedindo que isso seja preparado e venha na pauta da semana que vem. Aí, teremos condições, inclusive, de fazer o debate sobre a constitucionalidade.

Também acho que a CCJ tem que falar sobre a constitucionalidade. Agora, dizer que esta Comissão não discute mérito é brincar com a gente, não é? Desde que eu sou Senadora da República aqui, eu tenho discutido mérito na CCJ de todas as matérias. Então, não vamos fazer brincadeira assim.

Mas eu concordo que o que é precedente é a discussão sobre a constitucionalidade ou não de um decreto que suste um decreto presidencial. Portanto, estou pedindo – não conhecia a matéria – para que a gente siga o Regimento e paute essa matéria para que, na semana que vem, ela venha instruída com pareceres. V. Exª pode, inclusive, determinar um Relator para que venha instruída com relatório sobre questões de constitucionalidade e um parecer da Consultoria. Não diria nem... Acho que é interessante a proposta do Senador Humberto, mas, sobre esse aspecto, nós precisamos de um parecer da Consultoria do Senado da República.

Eu acho que, aí, esta Casa, esta Comissão, tem condições de fazer um bom debate na próxima quarta-feira.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Para contestar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Para contraditar.) – Sr. Presidente, primeiro, a Presidente Nacional do PT não pode dizer que é brincadeira o que um Senador fala aqui.

Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, o que eu, a Vanessa e o Eduardo estamos defendendo é empregos no Amazonas. Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, V. Exª não pode dizer que o Senador que quer que se cumpra o Regimento da Casa está brincando. A Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores tem que conhecer o Regimento. Aqui se discute o mérito porque se abre esse espaço, mas aqui é a Comissão de Constituição e Justiça. Existem outras comissões para se discutir o mérito, no próprio plenário se discute o mérito. Agora, quando os Senadores se alvoroçam para discutir o mérito, é uma decisão pessoal de cada Senador.

Agora, a Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, ela não pode, certamente, em detrimento de cumprir a Constituição, ficar contra isso. Nós não podemos esperar, Senadora Gleisi, mais tempo, porque nós estamos perdendo empregos neste momento se a gente não discutir essa matéria hoje.

Por isso eu faço um apelo ao Senador Edison Lobão para que a gente vote. Depois, quando a gente for votar a questão em si, a senhora pode até pedir vista e ficar uma semana debatendo e estudando essa matéria para a gente votar na semana seguinte e, aí sim, decidir se vai ou não para plenário esse decreto legislativo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só para esclarecer: eu posso dizer o que eu penso em qualquer local desta Casa. E vou repetir: não pode ser alegado que aqui não se discute mérito. É brincadeira uma alegação dessa!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu quero...

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero dizer o seguinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – O Senador Humberto Costa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Senador Lobão...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu entendo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu entendo...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Srs. Senadores!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu entendo aqui a preocupação dos nobres Senadores, ou pelo menos do nobre Senador do Amazonas Omar Aziz, mas eu acho que isso não deve nos tirar da discussão séria que nós fazemos, não é?

A colocação de V. Exª foi extremamente agressiva com a Presidente do PT, com a nossa Senadora Gleisi Hoffmann, sem nenhuma razão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós aqui temos a maior solidariedade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço aos Srs. Senadores...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não se vitimize não. Qual foi a agressão que eu fiz à Senadora Gleisi?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu a agredi? Eu a chamei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Excelência, tenha calma!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Senador Aziz, por favor!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Serenidade!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Nós vamos votar com as nossas manifestações, em regime de serenidade.

Com a palavra o Sr. Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós queremos... Ninguém tem qualquer interesse em prejudicar a Zona Franca de Manaus. Ao contrário: quantas coisas a gente votou aqui, Senador – inclusive coisas que representavam prejuízo para outras regiões do País –, para beneficiar a Zona Franca de Manaus? É que nós temos consciência da importância que há ali. Então, vamos discutir as coisas com calma, na tranquilidade.

Afora o tema de mérito, que trata da questão tributária, existe também o tema da saúde. Tudo bem, podemos até fazer a discussão sobre isso e votar aqui do ponto de vista da constitucionalidade. Obviamente que isso vem instruído, todos nós tendo condição de criar o nosso posicionamento sobre a questão, mas, por exemplo, é um tema que está vindo só para cá. É lógico que isso tem um conteúdo de mérito e, por isso, tem que ser tratado na CAS e em outras comissões. Portanto, não dá para a gente querer fazer essa discussão assim como está colocada. Então, sugiro calma para a gente encontrar uma solução, inclusive que seja boa para todos que aqui estão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Vou ouvir primeiro o Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, na condição de Relator, eu queria propor aos nobres companheiros Senadores uma saída para essa discussão.

Percebe-se, como disse V. Exª claramente, que há divisões de opinião em relação à matéria. O Senador Eduardo Braga solicita a inclusão extrapauta. Como disse o Senador Omar Aziz, aquele que achar que deve se aprofundar no debate tem o direito de pedir vista.

Então, a sugestão que faço a V. Exª é que atenda o requerimento do Senador Eduardo Braga, com a inclusão do projeto extrapauta, cujo relatório já está pronto – eu tive um trabalho para fazê-lo o mais rapidamente que pude, compreendendo a urgência da matéria –, e quem achar que deve pedir vista peça vista, e a gente segue a pauta da CCJ de hoje.

E a gente segue a pauta da CCJ de hoje.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente, quero exatamente reforçar o posicionamento do Senador Roberto Rocha, bastante lúcido, e dizer que a tramitação de decreto legislativo, pelo Regimento, passa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pelo Plenário. Se algum Senador ou alguma Bancada tem interesse em uma tramitação diferente, que apresente requerimento em plenário e que vá a voto – para isso, existe o Regimento da Casa. Não se deve aqui tentar fazer uma discussão; esse não é o caso. Nós estamos aqui para discutir o relatório do Senador Roberto Rocha, que embasa a sua relatoria na segurança jurídica constitucional do tema.

A Consultoria funciona como órgão assessor do exercício do mandato do Senador, não como jurisprudência desta Comissão. Portanto, o relatório do Senador Roberto Rocha é a peça que reconhece a segurança constitucional dada pelo art. 40, parágrafo único.

Por isso, apelo a V. Exª que coloque extrapauta o item. Se algum Senador quiser pedir vista, é outra questão regimental.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Edison Lobão, Srªs e Srs. Senadores, eu acho corretíssima a proposta do Senador Roberto Rocha. Nós vamos aqui discutir a constitucionalidade do decreto. Então, se há alguma dificuldade na discussão do mérito da constitucionalidade, que ele seja colocado extrapauta e que quem tem dúvida peça vista para estudar melhor. Só pelo pedido de vista, o item vai ser transferido para a reunião da próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Inicialmente, eu terei de pôr em votação a proposta do Senador Eduardo Braga de inclusão na pauta.

Já discutimos a questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o procedimento: aqueles que se opõem a essa inclusão poderão votar contra, e os que forem favoráveis – é uma tradição da Casa – que se manifestem a favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Vamos ouvir o Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu penso que se está discutindo exatamente um requerimento meu para tratar dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Não entendi, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A inclusão extrapauta é de um requerimento meu para discutir a matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Não, não! É só o decreto legislativo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É só o decreto?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – É só o decreto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu tenho um requerimento, extrapauta, para uma audiência pública sobre o tema.

Agradeço a compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – No instante próprio, nós ouviremos a propositura de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Os Srs. Senadores que aprovam a proposta do Senador Eduardo Braga de inclusão do decreto legislativo na pauta de votação desta Comissão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Foi aprovada, com os votos contrários da Senadora Gleisi, do Senador Humberto Costa, do Senador Randolfe Rodrigues e da Senadora Ana Amélia.

O projeto será incluído na pauta oportunamente. Ainda nesta sessão, ouviremos o parecer do Senador Roberto Rocha.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sem a inversão da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, antes de iniciarmos, eu queria fazer um pedido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É o seguinte: aqui nesta Casa, foi aprovado, ainda no ano passado, um projeto de minha autoria que trata do tema da importunação sexual, especialmente em transporte público. Ele foi para a Câmara dos Deputados, e lá um projeto da Senadora Vanessa Grazziotin foi a base para a apresentação de um substitutivo que agora veio para o Senado. Eu fui designado por V. Exª – pelo que agradeço muito, inclusive – como Relator, já que meu projeto não foi utilizado lá como base para a elaboração desse relatório.

Então, eu queria pedir a V. Exª – já estou com o parecer pronto – que pudesse incluir esse projeto na pauta e, se possível, que nós pudéssemos debatê-lo e votá-lo ainda no dia de hoje, já que é um tema candente e de interesse de toda a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Se não houver objeção do Plenário, nós incluiremos na pauta o projeto a que se refere o Senador Humberto Costa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente, apenas quero colocar a V. Exª que, agora, pela deliberação do Plenário, estando incluso na pauta o relatório e o parecer do Senador Roberto Rocha, permanece o pedido feito anteriormente a V. Exª para a inversão de pauta, a critério de V. Exª, para que nós possamos priorizar também a questão da votação com relação ao parecer do eminente Relator Roberto Rocha sobre o decreto de resolução do Senado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Não havendo objeção, em seguida ao item 1, nós o colocaremos em pauta.

Eu peço ao Senador Anastasia que assuma a Presidência desta Comissão, porque terei de relatar o item 1. (*Pausa.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Só para pedir a V. Exª que registre o meu pedido para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeitamente, Senador Flexa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, DE 2015

- Não terminativo -

Cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Edison Lobão

Relatório: favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

- em 06/12/2017, a Presidência concedeu vista ao Senador Cidinho Santos e à Senadora Vanessa Grazziotin, nos termos regimentais;

- a matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O Senador Cidinho Santos e a Senadora Vanessa Grazziotin até o momento não se manifestaram.

O relatório já foi lido por S. Exª o eminente Relator, o Senador Edison Lobão. Desse modo, coloco em discussão a matéria.

O primeiro inscrito é o Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Presidente, Senador Antonio Anastasia, Srªs e Srs. Senadores, quero parabenizar o Senador Roberto Rocha pelo trabalho e pelo projeto que estamos agora discutindo. É evidente que o Senador Roberto Rocha apresenta esse projeto para criar uma Zona de Livre Comércio em São Luís, mostrando todas as condições que o Porto de São Luís tem para que possa sediar essa Zona Franca.

Sou a favor, Senador Roberto Rocha, já no mérito, mas aí quero fazer uma observação: os nossos queridos Senadores do Amazonas...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fazendo soar a campainha*.) – Senador Flexa, peço só um minuto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – De fato, há muito tumulto na sala. Assim, eu pediria aos presentes um pouco de silêncio, para nós podermos ouvir com atenção V. Exª, que se ocupa de um tema de alta repercussão nacional.

Então, mais uma vez, eu pediria, por gentileza, a compreensão e a atenção de todos.

Com a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Os queridos Senadores do Amazonas, quando se trata de defender o seu Estado, se unem e viram leões aqui dentro, ao ponto de terem conseguido – e quero parabenizá-los – uma PEC para estender os benefícios da Zona Franca de Manaus por 50 anos. Eles conseguiram isso! Lamentavelmente, no Pará, não temos essa condição de união, até porque o Pará é o único Estado da Federação que só tem dois Senadores.

Então, eu quero dizer aqui, Sr. Presidente, pedindo a atenção do Senador Eduardo Braga, da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Omar Aziz, que eu tenho um projeto que cria a Zona Franca de Santarém, terra onde nasceu o Senador Eduardo Braga...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – O meu pai.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim, o seu pai. V. Exª nasceu em Belém. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – É a mesma coisa!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É mais até!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, é um Município importante que está no coração da Amazônia; é polo naquela região oeste do nosso Estado.

Agora pasme, Senador Lobão: V. Exª, que relatou com competência pela aprovação da Zona de Exportação do Maranhão, a Zema, do Senador Roberto Rocha... E eu quero parabenizá-lo, porque V. Exª é um grande marqueteiro; fez um trabalho admirável para que todos nós pudéssemos apoiá-lo. Mas eu não posso...

Eu não tenho nada contra o Amazonas, não tenho nada contra o Maranhão, mas eu tenho tudo a favor do Pará. Eu não vou aqui, como representante do Estado do Pará, deixar os projetos de interesse do meu Estado serem boicotados pela Bancada do Amazonas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Pela Bancada não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não! Eu estou falando que são boicotados pela Bancada, porque não votam nunca!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Senador, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Eduardo Braga, o senhor é o próximo inscrito. Por gentileza, vamos manter...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O meu projeto da Zona Franca de Santarém é o PLS nº 143, de 2010. Ele é de 2010! Nós estamos falando de uma tramitação de oito anos dentro do Senado Federal. O projeto se encontra na mão do Senador Omar Aziz desde o dia 08/09/2015. Vamos completar três anos na relatoria do Senador Omar Aziz, que pede agora para votarmos com o Amazonas, para não diminuir os incentivos lá das produtoras de concentrados.

É importante isso, minha gente! Não dá! Não dá!

Senador Omar Aziz, V. Exª vem nos pedir apoio, o Senador Eduardo Braga vem nos pedir apoio, a Senadora Vanessa Grazziotin vem nos pedir apoio, quando trabalham contra qualquer... E o Estado do Pará, Senador Lobão, Senador Anastasia, é o único Estado da Região, da Amazônia, é o único Estado que não tem nenhum programa de incentivo do Governo Federal, nada! Ele é uma ilha e está cercado por Estados, todos eles, beneficiados! Todos eles! Amapá, Roraima, Amazonas, Rondônia, Acre, todos têm incentivo! Todos o têm! O Pará não! Por quê? O Pará é o filho...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – É o filho rico.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É rico coisa nenhuma, Senador Vanessa! Não diga um impropério desse tipo! Não me faça votar contra V. Exª! Não me faça votar contra V. Exª!

Então, não dá! Quer dizer, o Pará, coitado, luta, luta, e os paraenses são determinados, para que possamos evoluir no nosso Estado, mas encontram barreiras em todos os momentos.

Então, quero um compromisso dos meus pares com respeito ao projeto que está na mão do Senador Omar Aziz. E peço ao Senador Omar Aziz que traga o projeto na próxima semana com parecer favorável ou contra! Mas que o traga! Não dá para obstruir, deixando-o na gaveta, no gabinete do Senador Omar Aziz! E nós vamos discutir aqui! Nós vamos discutir aqui, no plenário da CCJ, se vamos aprovar ou não.

Não quero atrapalhar a tramitação do projeto, tão bem elaborado, do Senador Roberto Rocha para São Luís. Não quero atrapalhar, para não pedir que seja apensado o meu projeto ao dele, que tratam do mesmo assunto. O meu é referente à Zona de Livre Comércio; o dele é referente à Zona de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Livre Comércio. Eu quero que o meu ande. E aí vou cobrar que essa obstrução... Acredito que, pulando a barreira do Amazonas, a gente possa navegar ou possa voar em céu de brigadeiro.

Então, peço a V. Exª, Senador Anastasia, que preside neste momento a CCJ e que é Vice-Presidente com muita competência, que possamos, na próxima semana, ter na pauta o meu projeto que cria a Zona Franca de Santarém, relatado pelo Senador Omar Aziz.

Espero, Senador Omar Aziz, que V. Exª traga o parecer favorável à Zona de Livre Comércio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Já estão inscritos... Eu pediria a atenção só por um minuto. O próximo é o Senador Eduardo Braga; a seguir, vêm a Senadora Vanessa, a Senadora Ana Amélia e o Senador Omar Aziz, por ora inscritos.

Como se trata de uma matéria...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Peço-lhe só um minuto, Senador Omar, só um segundo, por gentileza.

Como é uma matéria de alto interesse, como eu disse, é natural que todos os Senadores, como fez o Senador Flexa e como faço com Minas Gerais, defendam sempre os seus Estados. Isso é mais do que natural, pois o Senado é a Casa da Federação. Eu só peço sempre a tranquilidade necessária ao Senado da República.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Omar Aziz, que está inscrito como debatedor para falar daqui a pouco.

V. Exª...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu vou ouvir antes. Eu ia pedir a palavra pelo art. 14 do Regimento, porque fui citado 16 vezes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não há necessidade. Foi citado positivamente. Não houve nenhum demérito na citação.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Mas houve uma cobrança.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas não houve demérito, Senador Omar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos dar sequência, então, com calma e com tranquilidade.

Senador Eduardo Braga, tem a palavra V. Exª para debater.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente Anastasia; meu eminente Relator, Presidente, Ministro, grande companheiro do nosso MDB, Senador Lobão; meu caro e eminente Senador autor da matéria, Roberto Rocha, quero cumprimentar ambos e a Bancada do Maranhão pelo esforço na construção de um modelo de desenvolvimento regional.

Mas eu queria, Sr. Presidente, dizer o seguinte: a minha avó de criação tem a sabedoria paraense. Ela me dizia que, quando falta pão, todo mundo briga, e ninguém tem razão. O que está acontecendo no Pacto Federativo brasileiro é exatamente isso. Na ausência de uma política de desenvolvimento regional que possa diminuir as desigualdades regionais e sociais, o que nós estamos vendo são esforços, seja dos Governos estaduais, seja das Bancadas federais, para a construção de projetos que possam gerar emprego, desenvolvimento e renda em seus Estados, e isso é legítimo!

Apenas quero dizer ao eminente Senador Flexa que o processo que ele está colocando não se encontra na CCJ, encontra-se na CAE. Portanto, o eminente Presidente Anastasia, por mais competente que seja, não poderá pautar aqui, na semana que vem, um processo que está na CAE, por mero ordenamento regimental.

Portanto, eu acredito na importância do pleito de V. Exª, mas apenas quero repor as coisas nos seus devidos lugares. E, na CAE, eu tenho para mim que a solicitação do Senador Flexa será obviamente deliberada pelo eminente Presidente Tasso Jereissati.

Agora, Sr. Presidente, indo ao ponto do relatório, quero, primeiro, dizer que a Zema não se trata de uma Zona Franca nem se trata de uma Zona de Livre Comércio. Está escrito no relatório do eminente Senador Edison Lobão: PLS nº 319, de 2015, que cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão, e dá outras providências, do Senador Roberto Rocha. O Senador Edison Lobão apresentou o Substitutivo que altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, para criar a Zona de Exportação do Maranhão (Zema). Portanto, o que nós estamos deliberando neste momento não é uma Zona Franca, não é uma Zona de Livre Comércio, é uma Zona de Exportação no Maranhão. Avança S. Exª e diz que é uma Zona de Exportação no Maranhão de caráter especial. E aí é que nós adentraremos o debate. Por quê? Porque existem aqui características especiais propostas para a criação de uma Zona de Exportação.

Quero, portanto, mais uma vez, parabenizar o autor e o Relator, porque, diante da inexistência de um plano nacional que combata as desigualdades regionais e as desigualdades sociais, é meritório que o Amazonas defenda a Zona Franca de Manaus – esta, sim, é uma Zona Franca constitucionalmente estabelecida pelo art. 40, parágrafo único – e que as demais Bancadas defendam modelos que possam ser modelos de desenvolvimento, de geração de emprego e de renda, respeitadas as normas constitucionais e as normas infraconstitucionais do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu queria fazer uma propositura ao Relator. Eu fiz vários questionamentos sobre o relatório inicial apresentado, mas entendo que muitos deles foram superados. Primeiro, é uma Zona de Exportação, para fazer com que os seus produtos sejam 100% exportados. Caso algum desses produtos adentre o mercado brasileiro, entrará como mercadoria importada, pagando todos os tributos inerentes à atividade da importação. Então, está esclarecido esse tema.

No entanto, há uma segunda possibilidade. E aqui quero apelar ao eminente Relator para suprimir, no seu relatório, porque creio que isso viabilizaria a pretensão de se estabelecer um modelo de exportação especial no Maranhão. É a possibilidade de transferência de plantas industriais instaladas em outras regiões para a Zema, porque isso, obviamente, seria um deslocamento de indústrias já instaladas, seja em Pernambuco, seja em Minas Gerais, seja em São Paulo, seja no Ceará, seja no Amazonas, seja no eminente Estado do Pará, tão bem defendido aqui pelo Senador Flexa Ribeiro. E isso criaria, obviamente, um confronto das nossas unidades federativas, restabelecendo uma guerra fiscal em torno das Zonas de Exportação.

Portanto, a minha sugestão seria a supressão da possibilidade da transferência de plantas industriais instaladas. E, por acatamento do Relator, dispensaria a minha apresentação de emenda, o que não reabriria prazos para postergar a deliberação, se o Senador Relator acatasse a propositura.

A segunda propositura que faço – e tenho bastante zelo e cuidado em propor – é relativa à questão do regime cambial especial. Ora, em nenhuma área dentro do Território brasileiro é permitido se estabelecer uma política cambial que não seja aquela estabelecida pelo Banco Central e pelo regulamento financeiro brasileiro. Ao se abrir, numa Zona de Exportação, um regime cambial específico, isso poderia parecer que estaríamos criando um paraíso fiscal, a exemplo de Cayman, que, geograficamente, tem a mesma característica, é uma ilha. Nós estamos propondo aqui uma Zona de Exportação especial para o Maranhão em uma ilha.

Portanto, haveria questionamentos até mesmo com relação à constitucionalidade do projeto, tendo em vista a criação, em lei infraconstitucional, de um regime cambial, inédito no País, que permitiria a existência de contas, seja no Brasil, seja no exterior, em moedas estrangeiras, independentemente do controle do Banco Central.

Portanto, Sr. Presidente, com a supressão do regime cambial especial, com a supressão do deslocamento ou da possibilidade de deslocamento de novas plantas para a Zema e com uma pequena correção na ementa do projeto... A ementa do projeto seria, de acordo com o substitutivo de V. Exª, Zona de Exportação do Maranhão, fazendo com que, de uma vez por todas, ficassem dirimidas as dúvidas. Nós não estamos aqui votando uma Zona Franca, nós não estamos aqui votando uma Zona de Livre Comércio, nós estamos aqui votando a Zona de Exportação do Maranhão de caráter especial, que tem algumas características especiais, entre elas, inclusive, o fato de estar numa ilha, o que facilitaria a questão aduaneira e o controle aduaneiro pelas limitações geográficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feitas essas colocações, se elas forem acatadas pelo eminente Relator, quero dizer que, da mesma forma que defendo emprego e renda para o meu Estado e para o meu País, também defendo para o Maranhão, para o Nordeste e para todos os brasileiros, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Para o Pará!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu o defendo para todos os brasileiros! Os paraenses ainda não trocaram de nacionalidade. O meu passaporte continua sendo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

O próximo inscrito é a Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – É muito rápido. Realmente, o Senador Eduardo Braga tem razão, o projeto está na CAE. Mas, como o mérito é assemelhado ao do Senador Roberto Rocha, eu fiz questão de trazer isso aqui, para que o Senador Relator possa trazer, já na próxima semana, na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ele vai se sensibilizar, certamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É assemelhado, o que não significa que é idêntico.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É semelhante, próximo.

Senadora Vanessa, tem a palavra V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Antes de iniciar o debate propriamente dito sobre o conteúdo da matéria, também quero fazer aqui algumas observações mais gerais. Primeiro, quero lamentar que a gente trave aqui, volta e meia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma luta entre uma unidade da Federação contra a outra. Eu acho que não devemos ir por esse caminho. Afinal de contas, quando a gente trava lutas nesse sentido, ninguém ganha, todos perdem. E, Srs. Senadores, vamos reparar que aqui não está lutando um Estado mais carente da Federação com outro Estado mais desenvolvido, não! Está lutando um Estado carente contra outro Estado carente.

Aqui o exemplo foi dado hoje: qual Estado da Nação brasileira que não queria ter também, como nós temos, uma Zona Franca com incentivos fiscais que gerassem emprego, que gerassem desenvolvimento, que gerassem renda? Não é apenas o projeto do Senador Flexa Ribeiro que tramita, não! São inúmeros os projetos que criam Zona Franca no Piauí, que criam Zona Franca em todos os Estados do Nordeste. Enfim, todos o querem. Aliás, a lei que estabeleceu as áreas de processamento de exportação veio exatamente como forma de atender, pelo menos parcialmente, a esse pedido, que era generalizado.

Então, nós já temos uma legislação brasileira que determina a possibilidade, em qualquer região do País, nas regiões mais carentes, da instalação de uma Zona Especial de Processamento de Exportação. Primeiro, é isso. Em segundo lugar, Sr. Presidente, no que diz respeito à Zona Franca de Manaus, não vou aqui falar do histórico da Zona Franca de Manaus, porque todos o conhecem. Todos conhecemos o histórico da sua instalação, porque, aliás, foi uma lei que determinou a instalação e a criação da Zona Franca de Manaus. E, apesar de a lei ter sido aprovada, ela nunca foi cumprida. A Zona Franca foi instalada efetivamente pelo Decreto-Lei 288, no regime militar ainda; foi quando nós conseguimos a instalação da Zona Franca de Manaus. E por que razões? Por inúmeras razões, não apenas pela integração territorial, mas também pela busca de um desenvolvimento econômico, para que se pudesse propiciar a ocupação da região, porque, diferentemente dos outros Estados, o Amazonas, que chegou a ser um Estado muito rico, muito bem posicionado no cenário nacional... Inclusive, o Amazonas e o Pará representavam mais de 25% de toda a pauta exportadora na época do látex, na época em que produzíamos e extraíamos a borracha e a exportávamos para o mundo, e, de uma hora para a outra, nós nos vimos sem absolutamente nada. O Pará ainda encontrou uma solução alternativa, mas o Amazonas não, ficou estagnado, parado completamente, completamente! Foi aí que os militares decidiram instalar, através do Decreto-Lei 288, a Zona Franca de Manaus.

E repito: de lá para cá – é uma história já bastante longa, de mais de 50 anos –, em que pesem todas as críticas, algumas justas, outras nem tão justas, em que pesem as idas e vindas, a gente tem alcançado um desenvolvimento significativo com esse modelo e tem dado também uma contribuição muito importante para o País.

É que não basta você fazer um estudo dizendo que o Estado brasileiro deixa de arrecadar x, um valor x. Não! Se não existisse a Zona Franca de Manaus, como é que estaria sendo a arrecadação? Será que seria a mesma? Não também, porque todos os produtos, a grande maioria dos produtos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incentivados fabricados na Zona Franca de Manaus são produtos que recebem também incentivos para a produção em outros países. Então, não há nenhuma novidade.

E repito: a Zona Franca de Manaus é muito reconhecida e valorizada internacionalmente pelo papel que cumpre – aliás, nem era o objetivo inicial – na preservação do meio ambiente. Eu costumo dizer que nós somos um dos Estados ou o Estado que tem o maior nível de preservação. Com 1,5 milhão de quilômetros quadrados, o Estado tem o maior índice de preservação, não pela competência dos governadores – aqui temos dois ex-governadores do Amazonas –, mas porque temos uma alternativa econômica, coisa que outros Estados não têm e, por isso, muitas vezes se obrigam a buscar na floresta o seu desenvolvimento, uma forma de obter renda de maneira completamente desordenada.

Então, eu acho que é isso. E nos cabe, a nós do Amazonas principalmente, mas penso que a todos, defender a Zona Franca de Manaus.

Aí entro no mérito do projeto, que é bem diferente do projeto original apresentado. O projeto de lei apresentado pelo Senador Roberto Rocha, de fato, criava uma Zona Franca no Maranhão tal qual a Zona Franca de Manaus. O Senador Lobão, que apresentou um substitutivo, teve o cuidado de não permitir que houvesse essa colisão entre a Zona Franca do Amazonas, de Manaus, com uma possível área incentivada no Estado do Maranhão. E aí nasceu, como já disse aqui o Senador Eduardo Braga, a proposta da criação de uma Zona de Exportação do Maranhão, a Zema, agregada à Zona de Processamento de Exportação.

Eu, Senador Lobão, tive o cuidado de estudar o projeto de V. Exª, ao qual, infelizmente, não pudemos apresentar emendas por questões regimentais. Eu encaminhei uma emenda, Senador Lobão, que – já me foi informado aqui – não será considerada como tal por questões, repito, regimentais. Mas quero transformá-la, assim como fez o Senador Eduardo Braga, numa sugestão a V. Exª como Relator da matéria, Senador Lobão.

Concordo com as observações feitas pelo Senador Eduardo Braga. Acho que essas observações, para nós, são muito caras e, para o Brasil, muito importantes. Agora, em uma delas, eu tenho dúvida, por exemplo, quando o Senador Eduardo coloca: "Será uma zona especial 100% para exportação." Para mim, não está absolutamente claro isso. O que poderia nos levar a essa interpretação, visto que o substitutivo de V. Exª muda a Lei 11.508, de 2007, a lei que estabelece as Zonas de Processamento Especial de Exportação? Nessa lei, no art. 18, está dito que pelo menos 80% – isso tem de ser comprovado pela empresa lá instalada – são para a exportação, ou seja, podendo-se comercializar 25% de todo o produto. É esse artigo que é retirado. Esse artigo é retirado, dizendo o seguinte: "Há a exigência de que a pessoa jurídica assuma o compromisso de auferir e manter, por ano-calendário, percentual mínimo de sua receita bruta relacionada à exportação, previsto no art. 18 desta lei." Ele muda, ele tira essa exigência. Eu acho que nós precisaríamos garantir, para que a interpretação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Braga esteja correta, que 100% do produto são destinados para exportação, de forma que isso esteja redigido no papel.

Segundo, quanto ao §4º do art. 25-A, Senador Lobão, eu sugiro que ele seja extraído na sua totalidade. Sabe por quê? Porque não é apenas a possibilidade de transferir empresas já instaladas em outro lugar, não é apenas isso, porque isso é posto no inciso II do §4º do art. 25-A. Mas existem outros problemas, como a exigência do prévio alfandegamento da área. Todas as zonas teriam de ter alfandegamento prévio. Na Zona Franca exclusiva para exportação, não há de haver alfandegamento? Eu não entendo como ela funciona.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Tem de haver.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas aqui ele tira, ao dizer que não se aplica à Zema "a exigência do prévio alfandegamento da área". Por isso, estou sugerindo que isso também retirado. Não sei como uma Zona Franca vai funcionar sem que haja o prévio alfandegamento da área.

O inciso II, o Senador Eduardo já o colocou.

O inciso III diz: "a exigência de ato autorizativo que relacione os produtos cuja fabricação é permitida". Não é preciso de ato autorizativo para nada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Também está tirando. Mas é preciso, na minha opinião, porque é criado... A Lei 11.508 cria um comitê, e esse comitê, de forma bastante simplificada, autoriza ou não. Ou seja, para quê? Para haver o mínimo controle, eu acharia que seria necessária a manutenção.

E o inciso IV, que considero também grave, diz: "a vedação às pessoas jurídicas de constituição de filial". É proibido manter filial das empresas em outros locais, e aqui está sendo permitido.

Então, eu creio, Senador Lobão, que a gente e V. Exª poderíamos rever a totalidade – se não a totalidade, pelo menos a grande parte – desses itens que eu já levantei aqui sobre o inciso IV, visto que a própria possibilidade ou exigência da exportação total dos produtos lá manufaturados, fabricados seja de 100%.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Então, eu acho que se deveria deixar mais claro esse inciso IV, o inciso VI, desculpa! E com os demais creio ser bastante difícil concordarmos, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Antes de dar sequência, passando a palavra à próxima inscrita, que é a Senadora Ana Amélia, V. Exª, Sr. Relator, quer se manifestar ou vai fazê-lo ao final tão somente?

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/MDB - MA) – Vamos ouvir a Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeito.

Eu não interrompi a Senadora Vanessa por deferência, porque, da vez passada, ela até reclamou, mas, de fato, foram quase 20 minutos, e o prazo regimental é de 10 minutos. Como temos vários inscritos, eu queria...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu só peço a atenção. Não vamos controlar, mas, como há vários inscritos, isso é para permitir que todos falem com calma.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Ela não tem a capacidade de ser sucinta como o Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Ana Amélia, tem a palavra V. Exª.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Pode contar o tempo, por favor, porque eu vou respeitar os dez minutos determinados por V. Exª.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, já estão me interrompendo aqui. Por favor, desconte.

Sr. Presidente, caros colegas Senadores, a despeito da legítima demanda apresentada aqui pela inclusão do Maranhão no processo de Zona Franca, com os benefícios que foram consagrados, que diferem um pouco, porque é uma Zona de Exportação, independentemente do mérito, isso suscita o debate em relação ao tema crucial aqui, que é o Projeto de Resolução 5.759. Tudo isso está sustentado. Com mais apoio de mais Senadores para a causa da Amazônia, é claro que o Maranhão ficará ao lado desses dois projetos de resolução. Disso não há dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que quero ponderar é o seguinte: uma medida provisória está dando problema, porque está trancando a pauta, a de nº 812. Para o Fundo Constitucional do Centro-Oeste e para o da Sudene, foi criado um bônus de adimplência que vale apenas por quatro anos. Daqui a quatro anos, o Conselho Monetário Nacional pode mudar esse benefício para os créditos de adimplência, os bônus de adimplência, para a área rural, para a área industrial, para a atividade de serviço, para o comércio, para todos eles. É um benefício para o FCO e para o fundo da Sudene. O Sul do Brasil não tem nenhum fundo; nem o Sudesul mais existe. É preciso ter um equilíbrio de tratamento de direitos, especialmente na área tributária nesta hora de crise fiscal muito aguda.

Como Senadora municipalista, não deixo de reconhecer que, com a publicação do Decreto 9.394 no dia 30 de maio, o Governo Federal subsidiou o ajuste do valor do diesel por meio da correção de uma distorção histórica na tributação do setor de bebidas nacional. O efeito da medida é extremamente positivo, pois as empresas que não recolhem IPI no setor de refrigerantes passarão a recolhê-lo. O IPI compõe os fundos de participação dos Estados e dos Municípios, que é o caso que tem agora relevância.

A Associação Brasileira dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil fez um cálculo dos valores que serão destinados aos cofres públicos por meio dessa mudança. A projeção total da renúncia fiscal oriunda dos créditos presumidos do IPI de concentrados para refrigerantes no ano de 2019 seria de R$1,7 bilhão.

Com o decreto, o Estado do Rio Grande do Sul, o meu Estado, que tenho a honra de aqui representar, receberá para o Fundo de Participação dos Municípios, junto com o Fundo de Participação dos Estados, uma soma equivalente a mais de R$80 milhões. Para um Estado que não está pagando em dia os servidores, tem relevância esse valor. Essa é uma distribuição mais justa dos recursos em mais Estados.

Não é só o meu Estado; o Rio de Janeiro não está pagando em dia, Minas Gerais não está pagando em dia. E qualquer aporte de recursos nessa hora é extremamente relevante, Senador Antonio Anastasia, que poderá ter o desafio de pegar um ajuste fiscal complicado no seu Estado.

Para os pequenos fabricantes de refrigerantes, urge a manutenção do Decreto nº 9.394, de 2018. Então, por isso, estou aqui. Inclusive, apresentei um requerimento, já que o tema foi suscitado aqui, para ser apreciado extrapauta, de realização de uma audiência pública para debater esse tema.

Então, antes, em menos da metade do tempo a que eu teria direito, ocupei o microfone, Senador Antonio Anastasia, para fazer essas ponderações, e as fiz em nome do Estado de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul, que aqui tenho a honra de representar, por todas essas categorias dos pequenos, uma vez que aqui se trata de se defender de grandes corporações contra pequenas corporações.

Lembro também do Espírito Santo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

De fato, só para pontuar, nós estamos discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 319, que trata da Zema, mas, como a própria Senadora Vanessa falou de Zona Franca e anteriormente foi debatido o tema, eu não interrompi, evidentemente, até porque o tema voltará a ser debatido nesta reunião ainda, conforme determinou o Presidente. Então, vamos deixar a liberalidade, até porque os ânimos hoje estão um pouco mais exaltados do que o normal.

Vamos ouvir, agora, o próximo inscrito, também pelo prazo de dez minutos, o eminente Senador Omar Aziz.

Com a palavra V. Exª.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, é lógico que, se eu tivesse tempo suficiente, eu iria pontuar cada um dos posicionamentos.

Primeiramente, quero aqui dizer ao meu amigo Senador Flexa Ribeiro: longe está o Amazonas de ser contra Santarém! Aliás, Santarém está mais para o Amazonas que para o Pará. Santarém faz divisa com o Amazonas, é uma cidade que tem uma vocação turística muito grande. Se tivessem feito investimentos lá durante os anos em que o PSDB esteve no poder nacional e regional, tenho certeza absoluta de que nós teríamos ali... É uma das áreas mais lindas da Amazônia! Mas acho que não é o momento de discutirmos isso.

Inclusive, Senador Flexa, eu sou favorável a que Santarém seja um entreposto da Zona Franca de Manaus, porque poderia muito bem, com a sua logística, servir como entreposto, o que seria muito bom para aquele Município.

Longe de estarmos brigando aqui! Nós estamos fazendo uma briga de pobre contra pobre.

Antigamente, a gente achava o Rio Grande do Sul rico, Senadora Ana Amélia, mas não o é mais. A produção estava toda lá. É ou não é verdade? A gente, lá do Norte, tinha a noção de que o Rio Grande do Sul era um Estado rico. Ele não é um Estado rico. Ou ele é mal administrado, ou quebrou tudo lá. Pelo que a gente vê, o Brasil todo está em uma situação em que a gente está aqui tentando tirar o pouco que os outros têm para sobreviver.

Não é essa a questão, Sr. Presidente. A questão do Maranhão é simples. Há algumas questões que foram colocadas pela Senadora Vanessa, pelo Senador Eduardo Braga, garantindo que seja para exportação, mas não para exportação interna, porque a Zona Franca exporta para outros Estados. É para exportação para outros países – vamos deixar claro. Só que, Senador Roberto Rocha, eu não sei se isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

na prática, vai funcionar. O Maranhão não vai ter apoio da área mais importante para a gente trabalhar nisso e que a gente sempre precisou.

Para o senhor ter ideia, o Município de Letícia faz fronteira... A gente atravessa de Tabatinga, que está no Estado do Amazonas, para Letícia, que fica do outro lado da rua. Em Letícia, uma moto produzida na Zona Franca de Manaus é mais barata do que em Tabatinga.

Nós não temos o apoio, para vocês terem ideia, do Governo Federal, e vimos trabalhando nisso há anos, para que a Zona Franca de Manaus possa ser um grande exportador para outros países, porque produz produtos de alta qualidade. Nós perdemos na logística, nós perdemos no preço do frete, nós perdemos na alfândega, nós perdemos numa série de coisas para outros países. Isso dificulta a exportação, torna nossos produtos mais caros, e perdemos competitividade. Não é por que o Amazonas está na Zona Franca de Manaus que não se tenha tentando, durante anos, levar...

Para vocês terem ideia, o primeiro produto de maior exportação para outros países é o concentrado, e tiraram isso do Amazonas com um decreto do Presidente. Foi isso que foi tirado. Há pouco, o Senador Ricardo Ferraço me perguntava: "Omar, isso tem importância?" Tem. Aliás, ontem, fiquei muito feliz, porque a Coca Cola está fazendo uma propaganda em nível nacional colocando o guaraná de Maués; a propaganda é sobre a Copa do Mundo. Se há um produto que gera emprego no interior do Estado do Amazonas, esse é o concentrado. A única produção é de concentrado. Nenhum outro produto faz isso. O eletroeletrônico não gera emprego no interior, a área de informática não gera emprego no interior. Não se geram empregos diretos ou indiretos no interior do Estado do Amazonas a não ser pelo concentrado. Essa é a nossa preocupação, mas esse é outro debate.

Sobre a questão da exportação do Maranhão, nós não temos nada, absolutamente nada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Vou analisar isso com carinho, Senador Flexa Ribeiro.

Mas, Senadora Ana Amélia, no momento em que se tiram incentivos da Zona Franca, está se pedindo que se abra mão de tributos de outros Estados, como é o caso do Maranhão. A exportação vai ser não tributada, como seria uma Zona Franca em Santarém agora, como seria uma Zona Franca no Espírito Santo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone*.) – Nós estamos querendo, nós estamos querendo!

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sim, há até uma proposta da Senadora Rose para se criar uma Zona Franca no Espírito Santo, como há no Piauí, como há em Goiás, como há uma para se criar em Brasília. Quanto a Brasília, não é por que ela não arrecada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, em Brasília, para vocês terem ideia de como a guerra fiscal funcionou bem, até atacadista tem desoneração, atacadista não paga imposto. Atacadista não paga imposto em Brasília, e a gente está querendo recurso para os Estados.

Então, a guerra fiscal fez com que os Estados deixassem de arrecadar, e agora vem a sofrência. Agora é que vem o sofrimento. Os Estados todos começaram a brincar de renúncia fiscal para atrair um emprego, para atrair dois empregos, para atrair uma empresa, e, agora, a gente está sofrendo no momento em que os Estados deixam de arrecadar.

Quanto aos números de que a Senadora Ana Amélia fala, não se reduziu o IPI de 20% para 4% para dar para os Estados, não! Não foi para isso! Se fosse assim, seria uma maravilha, Senadora! Foi para cobrir o rombo da Petrobras, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está escrito aqui!

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não, Senadora!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está aqui, é para subsidiar o diesel.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Isso! Não é para dar dinheiro...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o que foi dito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não é para dar dinheiro para os Municípios. É para manter o lucro dos investidores, é para manter o lucro dos acionistas! O Governo poderia muito bem abrir a caixa-preta da Petrobras! E a gente não estaria brigando por migalha! O Rio Grande do Sul não é inimigo do Amazonas, e o Amazonas também não é inimigo. Municipalista eu também sou, mas na prática, Senadora Ana Amélia, isso não é do jeito que a senhora está colocando. Não pense que vão 80 milhões para os Municípios...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estados e Municípios, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não! Oitenta milhões...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Vai para o diesel.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... vão para o diesel, Senadora! Tanto é que eles fizeram o cálculo de quanto daria. Sabe quanto vai ser, daqui para o final do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano? Setecentos e quarenta e poucos milhões, para cobrir isso. E eles querem que se estenda para 2019, quando daria um 1,3 bilhão. É isso, Senadora. Não é para os Municípios; é para cobrir 0,46.

Ontem eu assisti ao jornal, Senador – e isso é uma preocupação que nós precisamos trazer. No Rio Grande do Sul está parado o porto, porque não tem como levar a exportação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sabe por quê? O preço do frete. Matéria, ontem, do Jornal Nacional mostrava, no Rio Grande do Sul, o porto vazio. O diretor do porto reclamando do Governo, porque não há cargas para os navios, não há transporte. É essa a grande preocupação! É muito mais macro do que micro. O Amazonas, nesse jogo, é micro!

A desoneração feita à Petrobras. Uma vez, a Senadora Gleisi, que não está aqui... Estava eu, a Senadora Vanessa e o Senador Eduardo Braga com a Presidente Dilma, quando fomos tratar da questão dos ares-condicionados. Aí ela estava com um papel que o Ministro Guido Mantega levou para mostrar onde era a renúncia fiscal.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone*.) – Esse é direito. Esse é direito!

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sabe qual foi o primeiro lugar? Sabe onde foi a maior renúncia fiscal?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não, não. Eu estou dizendo números, Senador Magno Malta.

A maior renúncia fiscal é a Petrobras! Toda importação de maquinários que a Petrobras fez, para dar lucro para os investidores, para dar lucro para os acionistas, foi desonerada cem por cento. Querem buscar o prejuízo? Vão buscar dos acionistas! Vão buscar dos investidores! Eles, sim, estão lucrando! O Amazonas está perdendo. O Maranhão está perdendo. O Pará está perdendo. E o Rio Grande, da Senadora Ana Amélia, está perdendo. É essa a questão, Sr. Presidente.

Outra: não dá para estarmos discutindo outra coisa que não seja resolver uma questão macro. Um decreto e uma medida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... acabaram com a economia, de cuja crise o Brasil vinha tentando sair. Nós estávamos saindo. O que aconteceu? O produto, que vai para a mesa do trabalhador, de quem não se aumentou o salário, aumentou 140% no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu Estado. Tomate, alface, cebola aumentaram 140%, porque o frete aumentou, e isso vai para o consumidor. Com isso ninguém está preocupado. Ninguém está discutindo isso. Nós estamos discutindo aqui se a Zona Franca tem ou não tem direito, se o Maranhão pode ou não pode trabalhar, se o Rio Grande do Sul, que vinha há muitos anos com problemas, pode ou não sobreviver.

Eu espero que nós tenhamos a... Não adianta tirar do Amazonas, que não vai resolver o problema dos outros Estados. Mantenham o que o Amazonas tem por direito constitucional. É isso o que nós pedimos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Omar Aziz.

Passo a palavra ao próximo inscrito para discutir o projeto, eminente Senador Randolfe. Com a palavra V. Exª, por até dez minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Para discutir.) – Sr. Presidente, serei breve e não utilizarei os dez minutos.

O meu questionamento sobre a matéria era de ordem constitucional, inclusive, era de competência. Mas me parece que já foi corrigido. Acho que é patente: a Zona Franca de Manaus, a que nós conhecemos como única Zona Franca, foi criada a partir de força da Constituição, por uma compreensão do Constituinte de que é um regime aduaneiro, é um regime fiscal diferenciado, é um regime tributário diferenciado, e diferenças dessa natureza só podem ser adotadas no nosso ordenamento por força da nossa Constituição. Então, parece-me que, nesse aspecto, teremos um flagrante problema no original dessa matéria, por ela originalmente pensar na criação de uma zona franca.

Quanto à alteração da denominação para zona de processamento de exportação, eu chamo atenção, na mesma linha do eminente Senador Eduardo Braga: nós não podemos só mudar a denominação para dizer que não é aquilo que, na verdade, está com vontade de ser ou que seja. A única retificação que eu acho necessária é essa, sob pena de incorrermos nós, da Comissão de Constituição e Justiça, em inconstitucionalidade e a própria matéria não ter facticidade nenhuma, porque cairá automaticamente em veto ou será objeto de qualquer ação direta de inconstitucionalidade, que, se não for movida por quem quer que seja, será movida pela Procuradoria-Geral da República.

Vou aqui pela máxima de que Estados de uma Federação, já que são irmãos, não brigam. Estados, numa Federação, da região mais pobre menos razões para brigar têm ainda. Nós e o Maranhão temos mais razões de aproximação históricas, desde o tempo do Grão-Pará, no século XIX. Então, temos mais relações de aproximação. Então, quero ter uma relação de colaboração, em especial com os nossos Estados próximos, nossos Estados amazônicos, pois assim o considero – parte do Maranhão está na Amazônia Legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só chamo atenção, na mesma medida, inclusive, do que destacou aqui o Senador Eduardo Braga. Nós não podemos ferir, primeiro, um princípio elementar que está na Constituição: criação de zona franca só por força constitucional; é elementar isso. Segundo: existe já uma convenção internacional, que é o Tratado de Assunção, do Mercosul, da qual o Brasil é signatário, para limitar a criação de novos regimes de facilidade tributária e aduaneira. O Brasil é signatário há mais de dez, quinze anos. E foi essa resolução do Mercosul que, inclusive, impediu que, depois das áreas de livre comércio que foram criadas na Amazônia – dentre elas, inclusive, a do meu Estado –, fossem criadas novas áreas de livre comércio.

É importante distinguir o que é uma zona especial de exportação ou uma zona de processamento de exportação do que é uma zona franca. As vantagens de produção, as vantagens aduaneiras de produção, de fabricação e de montagem são típicas de zona franca, não são de zona desse regime aduaneiro que nós estamos criando.

Estando claro isso, não serei eu a me opor à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Randolfe. Agradeço a V. Exª.

O próximo inscrito para discutir é o Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra V. Exª pelo prazo de até dez minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento-o.

Cumprimento, de maneira muito enfática, o Senador Roberto Rocha pela iniciativa, assim como o Senador Edison Lobão pela relatoria. É um projeto extremamente importante, estratégico, quero crer, não apenas para o Estado do Maranhão. Ele pode ser, de fato, sim, um projeto importante para o nosso País, na medida em que nós identificamos no Estado do Maranhão um enorme potencial e um enorme ativo estratégico, merecedor de potencialidade para que o Maranhão possa contribuir ainda mais com o desenvolvimento regional.

E V. Exªs trazem para esta Comissão uma extraordinária oportunidade para o Estado do Maranhão, o que deve exigir de todos nós a mais absoluta solidariedade federativa para que os nossos Estados possam, a partir de suas vocações e dos seus potenciais, estabelecer enormes gerações de oportunidades, como acontece no caso desse projeto, tão bem elaborado e tão bem detalhado pelo nosso Senador Roberto Rocha e, depois, aperfeiçoado pelo Senador Edison Lobão, a meu juízo em linha com o que manifestou o Senador Randolfe, corrigindo aquilo que poderia ser um vício de origem, um vício constitucional, evoluindo para que, na prática, em lugar de uma zona franca, pudesse ser aquilo que deve ser, que é uma zona de exportação, uma ZPE, o que, aliás, foi instituído em nosso País pelo ex-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente José Sarney, até porque ZPE não é uma invenção brasileira; ZPE é uma invenção muito bem-sucedida em muitos países mundo afora. Talvez as mais características e as mais importantes delas sejam as zonas de processamento de exportação da China, exemplos muito bem-sucedidos de geração de emprego, de oportunidade e de competitividade.

Portanto, parece-me que, na Comissão de Constituição e Justiça, nós precisamos encarar a constitucionalidade dessa iniciativa. Essa matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, e, na Comissão de Assuntos Econômicos, nós precisamos reservar espaço para o debate sobre esse projeto.

De plano, Sr. Presidente, Sr. Autor, Sr. Relator, quero manifestar aqui a minha concordância, porque não identifiquei nenhum vício de origem que pudesse macular essa iniciativa do eminente Senador Roberto Rocha, que, na condição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... de representante do Estado do Maranhão, traz para o Senado Federal, traz para a Comissão de Justiça, uma iniciativa que é não apenas importante para o Estado de V. Exª e do Senador Edison Lobão, mas que pode ser, sim, uma oportunidade extraordinária para o Brasil.

Desse modo, cumprimentando V. Exªs, declino aqui o meu voto favorável a essa extraordinária iniciativa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pela ordem.) – Eu gostaria de me inscrever, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Hélio José.

O próximo inscrito...

Eu pediria um pouco mais de atenção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... porque a Presidência não está escutando, nem os Srs. Senadores.

O próximo é o Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Ele declina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declinando, passamos, então, ao Senador Hélio José.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Para discutir.) – Rapidamente, nobre Senador Anastasia, Presidente desta reunião, quero cumprimentar o nobre Senador Edison Lobão, Presidente da CCJ, Senador por tantos mandatos, Governador do Estado do Maranhão, e cumprimentar o nobre Senador Roberto Rocha, filho de Luís Rocha, que foi Governador do Maranhão também.

O Maranhão foi o meu primeiro local de trabalho depois que eu me formei na UnB em Engenharia Elétrica. Lá fui trabalhar na Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil). Conheço o Maranhão como a palma da minha. Passei três anos e meio da minha vida laboral no Maranhão, trabalhando com engenheiro eletricista da Eletronorte, e posso dizer que, quando cheguei ao Estado, em 1982, o Maranhão era uma escuridão só. Depois, o Maranhão se revolucionou. Hoje o Maranhão praticamente tem só 5% de zona escura; o restante já está interligado, graças ao trabalho do nosso eminente Ministro, Presidente Lobão, e também ao trabalho da família Rocha – o Roberto Rocha hoje representa a família.

Em homenagem à minha vida, que muito foi marcada, Presidente Lobão, por Presidente Dutra, por São Luís do Maranhão, Barra do Corda, Codó, Miranda, Peritoró, Sacavém, Pedrinhas, Açailândia, Carolina, Bacabal, por toda essa região em que tantos trabalharam – há também o nosso Senador João Alberto –, quero deixar claro o mérito e o acerto desse projeto.

Cumprimento S. Exª pelo relatório e V. Exª, Senador Roberto, pelo projeto. É um projeto muito importante para o Brasil. Faço das palavras do Ferraço as minhas. Estamos juntos no projeto.

Muito obrigado. Forte abraço e parabéns por esse projeto tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Hélio José, pelo depoimento até em caráter pessoal da sua trajetória.

O último inscrito é o autor do projeto, Senador Roberto Rocha, pelo prazo de até dez minutos.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu vou pedir a permissão da Mesa que dirige esses trabalhos para apresentar, em lugar de alguns argumentos, um vídeo que terá o mesmo tempo da minha fala.

Então, eu pediria à Secretaria da Mesa que, se possível, coloque esse vídeo para que os companheiros Senadores tenham uma compreensão maior do que estamos a votar.

Esse vídeo é autoexplicativo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Pronto, Sr. Presidente! Eu ocupei os meus dez minutos e, pela atenção, inicialmente, deixo os meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Roberto Rocha. Não posso deixar de cumprimentá-lo, pois o elogio que lhe foi feito aqui, no início da reunião, de ser um especialista em *marketing*, se comprova *au grand complet* por essa belíssima apresentação, e sou testemunho, desde o início do seu mandato, do trabalho que tem realizado em prol desse projeto, que é a sua bandeira principal.

Então, quero cumprimentá-lo e, de imediato, passar a palavra a S. Exª o Relator, eminente Presidente da Comissão, Senador Edison Lobão, para as suas considerações.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/MDB - MA) – Srs. Senadores, Sr. Presidente, em nenhum momento, desejamos, nós do Maranhão, estabelecer uma guerra fiscal com o Amazonas, até porque, desde logo, nós começaríamos vencidos nessa batalha. Ao contrário disso, sempre fomos solidários com o Amazonas.

A Zona Franca de Manaus, criada há décadas, tem produzido significativos resultados ao Amazonas e ao Brasil. Eu estou no Senado há 30 anos, estive na Câmara já antes, e sempre tive oportunidade de me juntar à representação política do Amazonas em favor da Zona Franca de Manaus. O que nós hoje pretendemos não é criar exatamente uma Zona Franca semelhante à de Manaus. O projeto original não tinha essa intenção, mas tinha um nome – nisso, o Senador Eduardo Braga tem toda a razão. No substitutivo, nós já fizemos a correção; já a havíamos feito.

O Senador Roberto Rocha, que é o autor do projeto e que acaba de exibir esse belo trabalho, demonstrou a excelência do Porto de São Luís, que nos foi deixado como herança pela divina providência, pelo Criador. É um dos melhores portos do mundo em matéria de condições especiais e naturais. É um porto com 27m de profundidade em situação natural. Existem poucos no mundo iguais. Além disso, há proximidade, como foi também demonstrado, de todo o mercado internacional consumidor. O que deveríamos nós todos fazer seria exatamente prestigiar esse local, que não é apenas maranhense; é brasileiro! E, na medida em que prestigiarmos o Maranhão e São Luís, com seu porto, nós estaremos fortalecendo a economia brasileira.

O que nós estamos fazendo hoje aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, é uma preliminar: estamos examinando a constitucionalidade e a legalidade do projeto de autoria do Senador Roberto Rocha. Como já disse aqui ainda há pouco o próprio Senador Ferraço, a Comissão de Assuntos Econômicos terá a oportunidade de debater mais profundamente, em detalhes, o projeto em si e até de melhorá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Eduardo Braga nos traz algumas observações que o Relator, de plano, aceita. Nós retiraremos do relatório, portanto, aquelas objeções, em forma de observações, feitas pelo Líder Eduardo Braga.

Ouvi todos os Senadores. Ouvi a Senadora Vanessa, ouvi a Senadora Ana Amélia, o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador Hélio José, e todos trouxeram sua contribuição.

Há uma preocupação da Senadora Vanessa Grazziotin com o controle que possa haver em São Luís sobre as mercadorias a serem exportadas ou importadas. Esse controle já existe, porque nós temos apenas três possibilidades de entrada na ilha de São Luís: pelo porto, onde já existe controle; pelo aeroporto, onde já existe controle; e pela rodovia e ferrovia, que constituem uma única entrada. Portanto, nenhum problema quanto a isso.

No que diz respeito ao paraíso fiscal, também levantado pelo Senador Eduardo Braga, tudo o quanto nós não queremos é um paraíso fiscal para ali abrigar interesses; haverão de ser interesses brasileiros.

Portanto, Sr. Presidente, o parecer já havia sido emitido, com discussão nesta Comissão. Eu estou retirando, como disse, do parecer, do relatório as observações, as críticas do Senador Eduardo Braga. E, quanto a tudo o mais que puder ser acrescentado para melhorar o projeto, isso poderá ocorrer – na medida em que for o projeto aqui aprovado – na Comissão de Assuntos Econômicos.

Louvo, portanto, a iniciativa do Senador Roberto Rocha, com a qual estou inteiramente de acordo. Este é o meu parecer, já emitido antes, com as observações agora feitas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Relator. Pelo que eu compreendo, V. Exª acolheu as duas ponderações apresentadas pelo Senador Eduardo Braga, não é verdade?

Pela ordem, Senadora Vanessa. Com a palavra V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem.) – Eu fiz algumas observações que acho que V. Exª não acatou. É correto?

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/MDB - MA) – Não acatei, primeiro, porque a meu ver desfiguraria o projeto. Segundo, porque de algum modo acho que as ponderações de V. Exª devem de fato ser examinadas na Comissão de Assuntos Econômicos. Estou inteiramente de acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu queria fazer um apelo a V. Exª. Eu não entendo que desfiguraria o projeto, de jeito nenhum. Não é esse o objetivo.

Segundo, Senador Lobão, eu quero muito votar a favor do projeto. Agora, para isso, eu acho que questões importantes devem ser revistas. Por exemplo, o entendimento do Senador Eduardo Braga...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Vanessa, por gentileza, a matéria já foi discutida.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu sei, mas eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – V. Exª já ponderou, o Relator já decidiu. Nós não podemos fazer novamente uma discussão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas, veja, aí é uma questão de redação já desta Comissão, porque o entendimento que todos estamos tendo aqui é de que essa seria uma zona franca em que 100% da produção seria para exportação. O único apelo que eu faço é para que se deixe claro isso.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Senadora Vanessa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Acho que nós podemos fazer uma redação para deixar claro, porque no meu entendimento isso não está claro.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Uma explicação para V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Então, é só isso. O senhor acatou as sugestões. Apenas deixar claro, na redação, aqui, para que eu possa, aqui nesta Comissão, votar a favor com toda segurança, Presidente. Eu gostaria de fazer esse apelo.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Senadora Vanessa, deixe-me dar uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Esclareça, Senador Roberto.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Lamento que, enquanto estava o vídeo passando, que eu disse que era autoexplicativo, a senhora estava no WhatsApp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não senhor, eu estava ouvindo plenamente. Eu estava ouvindo plenamente.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – A senhora tem todo direito de votar do jeito que quiser.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu estava ouvindo plenamente! Eu apenas peço uma redação para ficar claro isso.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Aqui foi dito claramente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Roberto.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Está bem.

O projeto permite que o produto produzido na ilha de São Luís seja 100% exportado ou 100% internalizado no Brasil, como se importado fosse, e pagando todos os impostos normais. É simples!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas eu só queria que o senhor me dissesse qual é o artigo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Mas isso está claro no projeto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Onde é que está, claramente...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Isso está. É óbvio que está no projeto.

Ou seja: se você vai fazer em São Luís uma fábrica de panela, para aproveitar o alumínio, que é energia sólida, não gera nada de emprego... Por isso que o Maranhão tem a pior renda *per capita* do Brasil, porque por lá, pelo porto, o que é que sai? O minério, vindo do Pará – e não há uma fábrica de prego, não há uma fábrica de panela produzida do alumínio, que é energia sólida – e a soja, que é produto primário. Não tem nada!

Então, nós estamos praticando a política de Robin Hood às avessas: o mais pobre mandando para o mais rico.

Nós estamos criando mecanismo para agregar valor ao produto no Brasil. É uma válvula de retenção. Isso não é um projeto para o Maranhão; isso é um projeto para o Brasil!

É evidente que quem produzir panela em São Luís vai ter incentivo para poder exportar 100% da sua produção, mas pode também vender no mercado interno, desde que pague todos os impostos normais, como se importado fosse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Eduardo Braga, para concluir a discussão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Para concluir, Sr. Presidente.

Apenas para dizer que a regra é muito clara: se não há excepcionalidade, ao internar qualquer produto, ele terá que ser tratado como um bem importado. Portanto, como não há excepcionalidade no projeto, já está cumprida a regra e a norma, em que o benefício é exclusivamente para a exportação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Lobão, então nós vamos encerrar a discussão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Não há excepcionalidade à regra, Senadora. Se não se excepcionalizar, não está quebrada a regra geral.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório favorável ao projeto, nos termos do substitutivo e das alterações feitas neste momento pelo eminente Relator.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Com o voto contrário da Senadora Vanessa, está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2, da CCJ. Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Devolvo a Presidência ao Senador Lobão, mas antes cumprimento o Senador Roberto Rocha pela vitória.

Muito obrigado. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Item extrapauta:

Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2018, que susta o Decreto 9.394...

(*Soa a campainha.*)

Senadora Vanessa Grazziotin, peço a indulgência de V. Exª, para permitir que a Presidência prossiga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Estou aqui só ouvindo o Senador Eduardo Braga. V. Exª pode prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora, eu vou ter que suspender então o exame do projeto de decreto legislativo, porque a autora não permite que se prossiga.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu estou lendo o item, Excelência.

Reiniciando:

EXTRAPAUTA

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 59, de 2018

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação

De igual teor é o Projeto de Decreto Legislativo 57.

EXTRAPAUTA

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 57, DE 2018

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação

Há sobre a mesa requerimento da Senadora Ana Amélia nos seguintes termos:

> Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal para debater os Projetos de Decreto Legislativo nºs 57 e 59, por meio dos quais se pretende sustar o Decreto nº 9.394, de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produto Industrializados, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de dezembro de 2016. Para tanto, sugiro que sejam convidados [...]

E apresenta uma lista de autoridades, entre as quais o próprio Ministro da Fazenda.

Antes de passar a palavra ao Relator, Senador Roberto Rocha, para emitir o seu parecer a respeito dos dois projetos de decreto legislativo, eu submeto à deliberação do Plenário o requerimento lido de autoria da Senadora Ana Amélia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria ponderar. Eu preciso ponderar, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela ordem, o Senador Ricardo Ferraço e, em seguida, um de vocês.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Pela ordem.) – Eu consulto V. Exª: se aprovado o requerimento, isso não vai obstaculizar o debate do projeto de decreto legislativo que vem em seguida. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Automaticamente susta a tramitação dos dois projetos de decreto legislativo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Até que haja a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Audiência pública.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para encaminhar.) – Eu queria, Presidente e caros colegas Senadores, dizer que nossa Casa é uma Casa de conflitos de interesses, todos eles legítimos – todos eles legítimos! –, sejam de grandes, de médios, de pequenos; todos os interesses em jogo aqui têm legitimidade, porque são empresas que estão localizadas na Amazônia que têm legitimidade de fazerem os pleitos que quiserem.

Aqui se trata de uma questão de justiça fiscal, pois existe uma questão no estado em que nós estamos vivendo de grave déficit fiscal, de se estar contribuindo para agravar essa situação; e aí podemos estabelecer uma questão de maior justiça fiscal nesses procedimentos. Eu falo aqui em nome de pequenos fabricantes de refrigerantes de todo o País, exceto apenas do Estado do Amazonas, na Zona Franca de Manaus.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Queria lembrar também aqui...

Estou com a palavra, Senador Eduardo Braga. Eu ouvi todos eles com o devido respeito e o necessário protocolo que nós temos aqui.

Eu queria também dizer que, há pouco, o Senador Omar Aziz, numa ponderação aos meus argumentos sobre os ganhos que os Estados e os Municípios terão com a manutenção do que foi aprovado em relação ao decreto que foi publicado agora em maio, avaliou que o benefício fiscal, o subsídio dado ao diesel, que foi uma imposição dos caminhoneiros, que paralisaram o País por nove dias... Uma demanda justa, vamos reconhecer. E a sociedade toda está pagando.

O problema da Petrobrás não são os lucros para os acionistas, lembrando que o maior acionista é a União e que muitos acionistas usaram seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para aplicar em ações da Petrobrás. Então, a legitimidade dos acionistas é essa. Os problemas da Petrobrás não decorrem do interesse da lucratividade, mas sabemos o que levou a Petrobrás a essa situação que viveu de alterar drasticamente uma política de reajuste preços que levou a essa situação radical, determinada pela paralisação dos caminhoneiros, com aumentos diários da gasolina e do óleo diesel: por que represado, por pelo menos quatro anos, o reajuste quando os preços do petróleo no mercado internacional exigiam que houvesse também um realinhamento e uma nova política de reajustes no País.

Os motivos todos sabemos, e nem é preciso falar sobre o que destruiu a Petrobrás. Nem preciso mencionar, porque a sociedade brasileira sabe o que levou à situação dessa companhia e por que hoje é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessário se fazer subsídio ao diesel para atender a uma demanda que foi a primeira dos caminhoneiros e que eu respeitei.

O que nós estamos fazendo, portanto, no momento de conflitos de interesses, é propor uma audiência pública, que é o melhor momento de aferirmos a validade e a oportunidade de que lado vamos atender, como vamos atender e se podemos atender essa demanda que propõe aqui acabar com os efeitos do Decreto nº 9.394, deste ano, precisamente do dia 30 de maio.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa é a questão.

Penso que, em uma Casa democrática, uma audiência pública é o momento mais adequado para tirarmos todas as dúvidas existentes sobre isso ou reafirmarmos o que prevê os PDS 57 e 59.

É essa a minha ponderação ao propor aos colegas Senadores de todos os Estados essa compreensão para ampliar esse debate.

Muito obrigada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Para um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Srªs e Srs. Senadores, já são 12h30.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – O parágrafo único do art. 310, em questões dessa natureza, estabelece que o encaminhamento de votação de requerimento é limitado ao signatário, no caso a Senadora Ana Amélia, e a um representante de cada Partido ou Bloco Parlamentar. Então, diante do adiantado da hora e da imposição regimental, precisamos ficar circunscritos a essa recomendação regimental.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, se V. Exª me permite, para um esclarecimento, porque eu não estou entendendo exatamente.

A Senadora Ana Amélia deu entrada a esse requerimento no dia de hoje, mas ele estava na pauta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – O requerimento não precisa estar na pauta. Ele pode ser apresentado no instante...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sim, mas nós temos de aprovar a inclusão extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Ou já foi aprovada, e eu não me recordo?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Não. Nós temos de aprovar ou rejeitar o requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Ainda estamos discutindo se vai entrar ou não extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Não. Considere discutido...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Por isso estou perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu acho uma discussão desnecessária, eu, pessoalmente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, mas veja bem: eu acho, Presidente, que podemos chegar a um acordo.

Primeiro, eu só perguntei se já havia sido aprovado, porque, da mesma forma que nós votamos o projeto, se o incluiríamos extrapauta ou não, no meu entendimento, teríamos de votar se incluiríamos ou não o requerimento. Mas não é isso. Eu quero fazer uma proposta, Presidente.

Aqui ninguém é contra o debate. Aquilo a que não somos a favor é que esse debate se estenda para além da semana que vem. Então, se for da aceitação da Senadora que sugere o debate, que o realizemos nesta semana, na quinta-feira, ou, no mais tardar, até terça-feira da semana que vem, acho que nenhum de nós será contra.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Sr. Presidente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Nenhum de nós será contra, Presidente.

Então, não há, na minha opinião, nem o que discutir e votar. Vamos aprovar na terça-feira o debate.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Sr. Presidente, como Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora Simone Tebet.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, art. 14. Eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em seguida, ouvirei o Relator.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela ordem, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

É a primeira vez em que falo, de uma forma objetiva, talvez aqui tentando ajudar nessa questão.

A fala em relação ao MDB vou deixar por conta do Senador Eduardo Braga, que também é autor da proposição do decreto. Mas queria fazer aqui uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pois não.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – O parecer vai ser lido, e vai haver pedido de vista. Consequentemente, não vai ser votado o decreto nesta semana, por mais que seja urgente e que tenhamos colocado na pauta.

Consequentemente, o decreto vai ser votado na quarta-feira. O que sugiro, até para que possamos encerrar esta discussão e entrar no mérito da questão... E são dois: o decreto do Senhor Presidente é ou não constitucional – isso vai ser discutido – e também o mérito, com todo o respeito, afinal, esta é a única Comissão antes de ir ao plenário.

Isso vai ficar para quarta-feira que vem. Por que não aprovarmos agora, de imediato, o requerimento, com audiência pública na terça-feira e com a votação do decreto na quarta-feira, quando poderemos esclarecer as dúvidas quanto à constitucionalidade do decreto e realmente quanto às informações – para isto gostaria de chamar a atenção dos colegas – que estão chegando de ambos os lados?

Acabei de receber um grupo que disse que não há nenhum óbice em relação aos incentivos fiscais dados à Zona Franca de Manaus. Acontece que lá existem hoje 20 empresas de concentrado de extratos, que geram 750 empregos diretos. E aí a contrapartida dita pelo Senador Eduardo Braga: e a quantidade de empregos indiretos que existem? Temos que colocar isso na balança.

Mas paralelamente a isso também – e aí é que vem o cerne da questão e que me preocupa –, a informação que foi dada é a de que essas 20 empresas, numa concorrência desleal, estariam creditando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valores maiores, ou seja, superfaturando o valor da matéria-prima, para gerar crédito para elas mesmas fora do País.

De qualquer forma, estou apenas...

Por favor, gente, eu escutei vocês com toda...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu estou escutando.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Não estou falando para você, estou falando com a Senadora Vanessa.

Por favor...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas isso é crime.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Sim, mas, se eu puder terminar, V. Exªs vão poder usar a palavra.

Estou querendo aqui é pacificar; não, tumultuar.

Estou colocando fatos que só corroboram a necessidade tanto de o requerimento da Senadora Ana Amélia ser atendido no sentido de uma audiência pública quanto na urgência de votarmos efetivamente o decreto na quarta-feira a favor ou contra.

Por fim, Sr. Presidente, nós temos aqui que esclarecer os fatos e recompor as verdades desses mesmos fatos também, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Sr. Presidente, como Relator, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Com a palavra o Relator, Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, percebe-se que há...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Senadora Vanessa, contenha-se.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora Vanessa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, não há como prosseguir.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Senador Vanessa, eu queria, como Relator, reconhecendo que há nesse debate muito mais calor do que luz, propor a V. Exª e à Comissão que eu faça a leitura do meu relatório, para permitir que seja concedida vista. Na próxima terça-feira, realiza-se a audiência pública e, na quarta-feira, se for o caso, votamos.

Nós não podemos fazer a audiência pública na terça-feira, antes de eu ler o relatório. É regimental. De tal modo, quero sugerir a V. Exª esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Bom, nós temos, então, que submeter... (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Roberto Rocha para a leitura do seu relatório. Em seguida, votaremos o requerimento da Senadora Ana Amélia.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Com a palavra o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, chega às nossas mãos dois projetos de idêntico teor: um projeto é do eminente Senador Eduardo Braga, e o outro é da Senadora Vanessa Grazziotin, a quem quero homenagear lendo o relatório do projeto dela.

Apesar de ter sido a única Senadora a votar contra os interesses do Maranhão, eu quero homenagear o Estado do Amazonas através do projeto que ela apresentou.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2018, dos Senadores Vanessa Grazziotin e Omar Aziz, tem por objetivo, descrito no art. 1º, sustar, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

A justificação explica que a Constituição Federal proíbe que os contribuintes sejam surpreendidos com a cobrança imediata do aumento da carga tributária e assegura o tratamento diferenciado para a Zona Franca de Manaus. Contudo, por meio do Decreto nº 9.394, de 2018, o Poder Executivo definiu novas regras de tributação para os concentrados utilizados na produção de refrigerantes sem observância dos ditames constitucionais e legais. Assim, a sustação buscada por meio do PDS visa impedir os prejuízos perpetrados pela nova norma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

O art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal atribui à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a competência para opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

O art. 49, V, da Constituição Federal enuncia caber, exclusivamente, ao Congresso Nacional a sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa. Desse modo, o PDS coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo.

O meio legislativo adotado está correto (art. 213, II, do Regimento Interno) e a tramitação do PDS observou o Regimento Interno desta Casa. No que tange à técnica legislativa, foram respeitadas as regras para a elaboração e alteração de normas dispostas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O cabimento de decreto legislativo para sustar atos do Poder Executivo federal é medida excepcional e encontra amparo, como visto acima, em regra constitucional que deve ser interpretada de forma restrita. Para que seja extrapolado o poder regulamentar, é necessário que o ato contrarie a lei ou extrapole seus limites. A atuação do Congresso Nacional se justifica para preservar a sua competência e a vontade manifestada por meio da lei.

Por fim, em virtude da lesão ao princípio da anterioridade tributária, bem como aos termos do Decreto Lei nº 1.435, de 1975, e também aos dispostos nos arts. 40 e 92-A, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, entendemos que o PDS merece acolhimento.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 57, assim como pelo outro Projeto de Decreto Legislativo do Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente, para pedir vista coletiva do relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peço vista também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Vista coletiva concedida.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Também peço vista, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Peço vista também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Vista coletiva.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Votação do requerimento da Senadora Ana Amélia.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Aprovado o requerimento.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 28, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, para debater os Projetos de Decreto Legislativo nº 57, de 2018 e nº 59, de 2018, por meio dos quais se pretende sustar o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016. Para tanto sugiro que sejam convidados:

- Sr. Eduardo Refinetti Guardia - Ministro de Estado da Fazenda;

- Sr. Alexandre Manoel Angelo da Silva - Secretário de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria do Ministério da Fazenda,

- Sr. Jorge Antonio Deher Rachid - Secretário da Receita Federal.

- Sr. Fernando Mombelli - Coordenador-Geral de Tributação da Receita Federal.

- Representante do Ministério Público;

- Sr. Fernando Rodrigues de Bairros - Presidente da Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil (AFREBRAS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Sr. Alexandre Jobim – Direto - Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas não Alcoólicas (Abir)

Autoria: Senadora Ana Amélia.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente, é apenas...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Ouvirei V. Exª.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Como disse a nossa Senadora Líder do MDB, Simone Tebet, pelo MDB, eu queria fazer um esclarecimento.

Primeiro voto a favor do requerimento da Senadora Ana Amélia. Acho que esse é um tema que precisa ser debatido e debatido de forma racional, lúcida, etc. Mas eu preciso, Sr. Presidente, a bem da lógica fiscal, de fazer alguns esclarecimentos a alguns argumentos que eu ouvi aqui, durante esta reunião.

Primeiro, a renúncia fiscal da Zona Franca de Manaus está prevista no Orçamento da União, o que é diferente de outros casos. Quando uma determinada renúncia é feita sem a previsão orçamentária, aí os argumentos aqui estabelecidos podem ser alegados. Não é o caso da Zona Franca, não é o caso. Não existe essa hipótese a ser alegada com relação à Zona Franca.

Agora, em com relação à questão do ajuste fiscal e da crise fiscal, aqui é preciso dizer que, seja pelo novo Repetro, que acabamos de aprovar – e aqui estão os assessores do Governo, todos mobilizados em torno dos Parlamentares – há uma controvérsia: se ele é de R$1 trilhão ou se ele é de R$800 bilhões. Renúncia fiscal esta que não está, até agora, prevista no Orçamento da União, este, sim, impactando fortemente as futuras receitas. No entanto, esta Casa aprovou, com votos de louvor, o Repetro, mexendo inclusive na Lei de Conteúdo Local, em que nós estamos abrindo mão de empregos da indústria nacional, da indústria do Rio Grande do Sul ...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Naval.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – A naval, especificamente, para exportar empregos. Esse tipo de renúncia é danoso ao Município, ao Estado.

Eu cito uma outra renúncia, Senadora Ana Amélia, extremamente prejudicial. O Estado de V. Exª, como outros Estados, tem a indústria petroquímica, baseada em incentivos fiscais e baseada numa matriz energética equivocada que é a nafta, porque a indústria petroquímica que consegue crescer...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente, é apenas para colocar aqui, porque senão, daqui a pouco a Zona Franca será responsável pela perda de receita dos Municípios. Ou a Zona Franca é responsável pela redução do FPE, do FPM. Pelo amor de Deus! O modelo Zona Franca está aprovado há mais de cinquenta anos na Constituição, a sua renúncia fiscal está prevista no Orçamento Geral da União, e ela não tem impacto sobre a receita.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Agora, se as assessorias do Governo querem aqui manipular as informações para tentar, através dos meios de comunicação do Senado, difundir uma discussão diferente do mérito da questão que o Governo atacou através...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – ... de um decreto presidencial, Sr. Presidente, aí nós precisamos começar a questionar o comportamento aqui nesta Casa. Por quê? Porque não é uma discussão lateral que nós estamos fazendo. Eu estou vendo, conheço aqui os assessores da Liderança do Governo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – V. Exª conclua.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Todos eles, todos eles muito competentes, trabalharam comigo.

Agora, nós não podemos confundir alhos com bugalhos. Vamos à audiência pública, vamos deixar claras as questões da Zona Franca, vamos deixar claro o que é renúncia fiscal sem previsão orçamentária, vamos deixar claro o que é perda de receita por termos tido decisões que não eram previstas, onde nós invadimos competência inclusive, está certo? E aí vamos fazer um julgamento de mérito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Agora, esse tipo de comportamento que está tumultuando a reunião no dia de hoje, Sr. Presidente, é lamentavelmente o que está em volta permanentemente aqui perante a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – V. Exª conclua.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Concluindo, apenas para dizer que queremos fazer um debate amadurecido, tranquilo, mas que a gente possa estar respaldado pela luz da Constituição e pela luz da lógica da política fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Srs. Senadores, nós não estamos...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Só para trazer uma informação aqui para o senhor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Nós não estamos na fase de discussão. Eu peço aos Srs. Senadores que agora solicitam a palavra que dela desistam, porque nós vamos fazer a discussão posteriormente.

Estou convocando para terça-feira a audiência pública aprovada pela Comissão e requerida pela Senadora Ana Amélia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, é um aditivo ao requerimento da audiência pública.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só quero ponderar ao Senador Eduardo Braga...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Se V. Exª me permite, é um aditivo, é uma sugestão de aditivo ao requerimento de S. Exª a Senadora Ana Amélia, à audiência pública, obviamente se S. Exª assim permitir.

Eu creio que nesse debate da audiência pública, temos que trazer também uma vertente: para quem se destina o refrigerante? É em especial para nossas crianças. Então em nome disso eu queria sugerir que participasse da Mesa da audiência pública a Aliança pela Alimentação Saudável. Eu acho que o debate...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – ... não pode ser só econômico. Tem que ser um debate também para onde o refrigerante vai, para quem consome.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Randolfe, nós já temos sete convidados. Teremos dificuldades imensas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Ah, o Senador Humberto está me esclarecendo aqui que já há entidades. Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Bom, eu vou encerrar, portanto...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só queria ponderar, Presidente, dada a argumentação do Senador Eduardo Braga, que eu respeito muito. Ele fez uma boa defesa. A Zona Franca de Manaus, de fato nós estamos tratando de duas coisas diferentes. A questão do Repetro trata de benefício que interessa ao comércio internacional e que nós estamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, Senador. Não só aqui dentro, mas a relação internacional.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E dizer ao senhor, que como ex-Ministro de Minas e Energia, tem um conhecimento muito maior do que esta simples Senadora de primeiro mandato. Não tenho o conhecimento de V. Exª.

Eu queria também ponderar que aqui nós estamos defendendo, como eu disse, essas empresas pequenas e não se trata também de uma questão de entender que possa haver... Por isso, nesta audiência pública, a primeira figura que está sendo convidada é ninguém mais ninguém menos que o Ministro da Fazenda, que tem que dar as respostas pelo Governo do significado e do peso dessa renúncia fiscal, não tendo...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Receita Federal também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está aqui também a Receita Federal. Está aqui a Receita Federal, Dr. Jorge Antônio Rachid, Secretário da Receita Federal.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O Líder do Governo também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, é para dizer a V. Exª que também tenho muito respeito. Não pauto as minhas decisões aqui pelo que diz um assessor do Governo, por mais respeito que eu tenha; pauto-me aqui pela informação que eu como Senadora do Rio Grande do Sul e falo por Santa Catarina, pelo Paraná e por vários outros Estados que também argumentaram. Não estou defendendo aqui interesse de quem fez a lei, mas ponderando a legitimidade desse argumento.

Obrigado, Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu preciso encerrar a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Vou falar agora porque eu fui citado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – V. Exª encaminhou que falaria, Presidente, um por partido. Foi o encaminhamento que o senhor mesmo fez.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu só não estou entendendo o seguinte: parece que aqui...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Isso é uma matéria vencida. Nós temos que convocar... Eu estou convocando a sessão do Senado para terça-feira, às 10h, audiência pública.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu sei, Senador. Só um minutinho.

O Senador Eduardo Braga e a Senadora Vanessa esclareceram.

O que nos constrange, Senador Presidente, é que ontem eu e o Senador Eduardo Braga falamos com o Líder do Governo, e a gente vê os assessores do Líder do Governo aqui orientando contra a gente. Então, os caras falam uma coisa de um lado e, depois, fazem outra aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone*.) – Falou com Romero?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Falamos sim. Quem é o Líder do Governo aqui?

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Quem é o Líder do Governo aqui, no Senado? Que eu saiba, é o Senador Romero Jucá.

Ontem, eu e Eduardo colocamos ao Senador Romero Jucá essa situação, e ele foi taxativo e disse: "Eu estou tentando resolver isso e estou do lado de vocês." Aí o que nos surpreende, Senadora Ana Amélia? Por isso, eu pensei até que a senhorita que estava aqui era assessora sua, porque eu a vi dar um pulo aqui para lhe orientar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Esse assunto não diz respeito...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Só para colocar aqui, Senador.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria assim, se pudessem os colegas...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Isso não é possível.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Se nós pudéssemos esfriar um pouquinho os ânimos...

Eu acho que já lemos o relatório, já...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Espere aí, eu só estou aqui esclarecendo uma coisa, Senadora.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Eu sei.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Senadora, eu escutei a senhora...

(*Soa a campainha.*)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Eu pedi a palavra pela ordem e, a princípio, eu achei que eu pudesse ajudar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Mas eu estava falando e a senhora interrompeu.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Pode continuar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – A senhora me desculpe.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – As mulheres aqui são interrompidas.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – É, são interrompidas a todo momento, vocês não podem...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu lhe dei... Não, não faça isso!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Conclua, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não faça isso, Senadora Ana Amélia. Não é verdade. Eu tenho todo o respeito pela senhora, só que aqui não está discutindo um Senador com uma Senadora, nós estamos discutindo dados técnicos. Por favor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Peço que V. Exª conclua a sua intervenção, Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Senador, eu só quero esclarecer uma coisa: em momento algum, eu fui contra a gente ter uma audiência pública para esclarecer, porque até agora os argumentos trazidos para quem é contra esse decreto, sinceramente, são muito frágeis, até porque as próprias empresas que não tiveram noventena, que teriam por obrigação tê-la, até hoje não entraram na Justiça. Isso pode ser judicializado amanhã. Eu acho que o Executivo e o Legislativo podem resolver esse problema sem a judicialização. Essa é a questão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezessete minutos do dia dezenove de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Humberto Costa, Hélio José, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Benedito de Lira, Ana Amélia, Omar Aziz, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin e Armando Monteiro. Registram a presença os Senadores: José Agripino, Airton Sandoval, Roberto Muniz, Pedro Chaves, José Medeiros e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Marta Suplicy, José Maranhão, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Ciro Nogueira, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da Pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao RQJ 28/2018, de autoria da Senadora Ana Amélia. Finalidade: Debater os Projetos de Decreto Legislativo nº 57, de 2018, e nº 59, de 2018, por meio dos quais se pretende sustar o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016. Participantes: Sr. IÁGARO JUNG MARTINS, Subsecretário de Fiscalização da Receita Federal e representante de: ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA, Secretário de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria do Ministério da Fazenda; JORGE ANTONIO DEHER RACHID, Secretário da Receita Federal; FERNANDO MOMBELLI, Coordenador-Geral de Tributação da Receita Federal; e de EDUARDO REFINETTI GUARDIA, Ministro de Estado da Fazenda; Sr. FERNANDO RODRIGUES DE BAIRROS, Presidente da Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil (AFREBRAS); Sr. FERNANDO MORAIS PINHEIRO, Vice-Presidente do Sindicato das Indústrias da Alimentação no Estado de Goiás (SIAEG); Sra. ANA PAULA BORTOLETTO, Doutora em Nutrição em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP; Sr. APPIO DA SILVA TOLENTINO, Superintendente da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA); Sr. ALEXANDRE JOBIM, Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas (ABIR). Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater os Projetos de Decreto Legislativo nº 57, de 2018, e nº 59, de 2018, por meio dos quais se pretende sustar o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, conforme o Requerimento nº 28, de 2018, da CCJ, de iniciativa da Senadora Ana Amélia.

Esta reunião será realizada em caráter interativo.

São convidados o Dr. Iágaro Jung Martins, Subsecretário de Fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil, representante dos Srs. Eduardo Guardia, Ministro de Estado da Fazenda; Alexandre Manoel Angelo da Silva, Secretário de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria do Ministério da Fazenda; Jorge Antônio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal; Fernando Mombelli, Coordenador-Geral de Tributação da Receita Federal; Fernando Rodrigues de Bairros, Presidente da Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil (Afrebras); e Alexandre Jobim, Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas (Abir).

Justificou a ausência a Drª Raquel Dodge, Procuradora-Geral da República.

Pelos Srs. Senadores foi decidida, *ad referendum* desta Comissão, a participação dos seguintes convidados, que, não havendo objeção do Plenário, convido também a fazer parte da Mesa: Fernando Morais Pinheiro, Vice-Presidente do Sindicato das Indústrias da Alimentação no Estado de Goiás (Siaeg); Ana Paula Bortoletto, Doutora em Nutrição e Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP; e Appio da Silva Tolentino, Superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa). De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos.

A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes disporão de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhes vetado interpelar os membros da Comissão.

Convido os senhores mencionados a tomarem assento à mesa. (*Pausa.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Enquanto os convidados tomam assento à mesa, eu queria fazer algumas ponderações.

Nós fizemos um requerimento, que foi aprovado pela maioria dos Senadores, para a discussão dessa matéria, e, a despeito da relevância que têm os técnicos que vieram da Receita Federal, eu penso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a presença do Ministro da Fazenda e do próprio titular da Receita Federal seriam não apenas relevantes, do ponto de vista político-institucional, mas com o próprio relacionamento com esta Casa, com o Senado Federal. Essa é a primeira ponderação.

A segunda é a seguinte: quando nós aprovamos a realização desta audiência pública, procurei a Secretaria, porque o Senador Humberto Costa havia sugerido que viessem participar também um representante do Idec, que é o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, e também representante do Consea, que é o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Foi-me dito que, de acordo com o Regimento, valia, apenas e tão somente, o requerimento que estava à mesa e que foi aprovado. Agora, V. Exª está submetendo à apreciação – e não tenho nenhuma objeção quanto a isso – outras pessoas que não estavam na lista. Então, eu quero fazer ao Senador Humberto Costa um pedido de desculpas, porque foi essa informação e foi a informação que eu repassei a ele. Essa é a segunda ponderação.

E a terceira finalmente: V. Exª disse que o questionamento aos expositores será pela ordem de inscrição. Eu gostaria de consultar o Regimento, porque eu sou a requerente da audiência na Comissão, se segue a ordem, independentemente de o requerente ter ou não... Não a preferência, mas, pelo Regimento, primeiro seria quem requereu a audiência púbica e, subsequente, os demais Senadores que se inscreveram para isso.

É uma dúvida, pode ser muito singela, mas eu acho pertinente, dado os antecedentes que aconteceram, confiando na sua sabedoria, no seu equilíbrio e na sua atenção com os colegas Senadores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora Ana Amélia, a Comissão aprovou a lista de indicados para que participassem desta audiência pública. Em seguida, houve a indicação de outros nomes, que eu acabei por deferir *ad referendum* desta Comissão e, ao abrir esta reunião, eu coloquei a questão ao exame da Comissão.

Não houve objeções. Portanto, aqueles que comparecem a esta audiência pública e que não constavam da primeira lista estão presentes porque o Presidente deferiu *ad referendum* da Comissão.

V. Exª é a autora do requerimento e, por isso, regimentalmente, deve falar em primeiro lugar. É exatamente isto: se V. Exª desejar, eu concederei a palavra a V. Exª em primeiro lugar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero apenas suscitar uma indagação, já que as outras não foram bem entendidas como deveriam ter sido. Mas eu respeito V. Exª e deixo a seu critério a questão das solicitações dos Senadores inscritos na ordem que V. Exª já tem em mão.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu concedo a palavra ao Dr. Iágaro Jung Martins, Subsecretário de Fiscalização das Centrais da Receita Federal do Brasil, para a sua exposição, por dez minutos.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Presidente...

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Presidente... Bom dia a todos.

Senadora Ana Amélia, espero que a senhora não fique desapontada com a minha apresentação, representando o Ministro da Fazenda e o Secretário da Receita.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Absolutamente. Não foi isso, Dr. Iágaro.

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Sou seu conterrâneo lá do Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Absolutamente. Não se trata de V. Exª, não. A representação... Eu já disse: a despeito de ser um representante muito preparado para isso, a despeito disso – para deixar claro –, nada, absolutamente. Não seria eu... V. Exª está aqui por ser um exemplar servidor público, de carreira. Não quero desmerecer V. Exª, absolutamente – faço questão de dizer isso. Eu estava apenas ponderando a questão da presença do Ministro para dar relevo a um tema que nasce, precisamente, na Receita Federal.

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Exatamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Porque é uma questão de Governo – essa é uma questão de Governo. Aqui se trata de desmanchar ou não uma questão de Governo, desmontar aquilo que o Governo propôs – também não estou fazendo o papel do Governo. Essa é uma questão federativa – não é nem partidária –, e alguns partidos, aqui, estão se manifestando diversamente. Eu estou tendo o apoio da oposição nessa matéria...

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... exatamente por ser uma questão federativa, e não uma questão partidária. Então, absolutamente. Se V. Exª assim entendeu...

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Não, não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... peço mil desculpas a V. Exª.

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Imagina. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela ordem, tem V. Exª a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Pela ordem.) – Não, Sr. Secretário da Receita, de forma nenhuma. V. Exª será muito bem-vindo sempre que estiver aqui por todo o respeito que merece o seu trabalho. O fato é que nós vimos discutindo essa matéria não é de hoje com o Rachid – ele é quem deveria estar aqui. Você seria muito bem-vindo – não estamos discutindo aqui questão de competência ou não.

O Ministro da Fazenda, na semana passada, ligou para mim, como ligou para outros Senadores, dizendo que teria reuniões sucessivas até hoje, reuniões com a Receita Federal...

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Exatamente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... inclusive ontem e hoje, para chegarmos a um denominador comum.

O pensamento da Senadora Ana Amélia é totalmente divergente do meu: ela pensa de uma forma, e eu penso de outra. A sugestão dela de fazer isso é para tentar realmente que o nosso decreto legislativo que nós estamos tentando aprovar aqui não seja aprovado.

Mas concordamos, eu e a Senadora Ana Amélia, que, por ser tratar de uma matéria que vinha sendo discutida com o Sr. Rachid e com o Sr. Guardia, seria importante eles estarem aqui hoje.

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Sim.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Mas tenho certeza absoluta de que todas as informações necessárias sobre essa matéria o senhor tem capacidade e competência para nos fornecer. Seja muito bem-vindo. Não é nada pessoal contra o senhor.

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Imagina. Não quis dizer isso.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não é pessoal mesmo.

O superintendente da Suframa, Senador Edison Lobão, já está chegando. O problema é que vir de Manaus para cá não é simples. Então, ele está chegando. E ele está nessa relação para estar presente nessa audiência pública também.

Eu só quero informar isso a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – A Senadora Maria do Carmo havia solicitado a palavra pela ordem. Em seguida, nós, definitivamente, iniciaremos.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Olhe, estou com um material aqui que eu gostaria que o senhor distribuísse aos outros Senadores e que diz respeito a essa matéria. Era apenas isso. A Mesa já tem esse material para distribuir aos outros Senadores.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pois não, Senadora.

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Posso começar, então? (*Pausa.*)

Bom, bom dia a todos.

Sobre a questão da tributação do setor de bebidas, a partir de 2015, nós passamos a tributar o setor através de um percentual, de uma alíquota incidente sobre os preços de venda dos refrigerantes. Essa mudança foi feita em 2015 em substituição à tributação que era por embalagem, uma tributação *ad rem,* um valor fixo de tributo até 2015. Por que isso foi possível no sistema federal? Por conta da nota fiscal eletrônica, pois nós tínhamos um controle maior desse setor. Então, a alíquota média dos refrigerantes é de 4%.

Qual é o problema que nós temos no País até a edição do decreto? Por uma simulação que nós fizemos, a partir de dados reais de todas as notas fiscais emitidas em 2016, as notas fiscais saindo da Zona Franca relativas a concentrados e todas as notas fiscais de venda dos envasadores de bebidas que receberam esses concentrados, o valor dessas operações foi de R$9,9 bilhões de concentrado, saindo da Zona Franca, com valor de crédito ficto de IPI de 1,9 bilhão. Ou seja, é o valor de IPI, que, obviamente, não é pago pela saída da Zona Franca, mas gera um crédito para os estabelecimentos envasadores de bebidas, de refrigerantes. Esses mesmos estabelecimentos faturaram, em 2016, R$30,5 bilhões e tiveram um débito de IPI de R$767 milhões.

Então, o que nós fizemos? Para tornar mais didática essa explicação para os senhores. Nós levamos para uma base 100, ou seja, a partir de um débito de imposto de R$100, cem unidades, nós fizemos uma conta reversa para demonstrar, então, o quanto representa esse crédito ficto nesse débito de R$100, num estabelecimento envasador de bebidas, de refrigerantes, que recebem insumos oriundos da Zona Franca de Manaus.

Os valores são, para que gerem um débito de IPI – aqui já vou fazer um parêntese, Presidente. Muitos acham que o IPI é um tributo federal. Mas, na verdade, ele é um tributo estadual, porque 59% da arrecadação dele é direto para os Estados, ela é repartida para os Estados, ou seja, a União fica com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

41% dessa arrecadação. Então, qualquer benefício no IPI atinge diretamente as finanças dos Estados, através do FPE, exatamente. Então, para que haja o débito de IPI de R$100, a venda de um fabricante de bebidas, distribuído ao longo do País, tem que gerar um faturamento de R$3.977. O custo verificado desses estabelecimentos em 2016, a partir do somatório de todas as notas fiscais eletrônicas que foram direcionadas para esses estabelecimentos e que esses estabelecimentos deram saída, foi de R$1.301. Ou seja, esses R$1.301 que foram adquiridos da Zona Franca de Manaus, geraram um crédito ficto de IPI – porque nada foi pago – de R$260,33.

Logo, o que acontece de fato, até a edição do decreto, é que um débito de R$100 *vis-à-vis* o crédito de R$260 que não foi pago, mas que gera um crédito para as empresas, gera uma tributação negativa de R$160, ou seja, R$160 negativos de não arrecadação, de não repasse principalmente para os Estados da Federação. Essa equação gera uma interferência artificial na economia, que é provavelmente o objeto dessa discussão, em função do decreto legislativo que se cogita.

Quando a tributação gera exceções, gera renúncias fiscais, ela gera artificialismo na alocação de recursos na economia. E isso acontece nesse setor. Quem adquire insumos da Zona Franca de Manaus tem uma carga tributária total de 4,77%, ou seja, um insumo que era de 20%, gera uma carga tributária total, considerando PIS, Cofins e IPI, de 4,7%. Se considerarmos só o IPI, há uma carga negativa de 4%, ou seja, de cada R$100 de venda de refrigerante, o Governo Federal devolve R$4 para quem compra insumos da Zona Franca.

O que seria natural no IPI? Que os insumos fossem tributados a uma alíquota menor e o produto final com uma alíquota maior – é o princípio da essencialidade e da seletividade. No caso dos refrigerantes, isso não ocorre. Por outro lado, quem não tem essa estruturação de negócios a partir da compra de concentrados da Zona Franca de Manaus tem uma carga tributária no refrigerante de 11,95%. Essa diferença de oito pontos percentuais aproximadamente vai para o preço e gera uma diferença na concorrência.

A partir de junho, com o decreto, essa situação não é eliminada, mas ela é bastante atenuada, de tal forma que a carga tributária de quem adquire insumos da Zona Franca de Manaus, esses concentrados, passa a ter uma carga total de tributos da competência ativa da União de 10%, enquanto quem não adquire insumos da Zona Franca tem uma carga de 11,95%. Essa foi a razão de a alíquota ter sido calibrada em 4%, para que mantivesse um benefício mínimo dos insumos que fossem oriundos da Zona Franca de Manaus e que mantivesse um equilíbrio concorrencial em relação a quem adquire insumos de lá e quem não adquire insumos da Zona Franca de Manaus.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Existe produção de insumos fora da Zona Franca de Manaus?

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Também existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Existe?

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Existe.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Você sabe o percentual da produção de insumos concentrados que se dá fora da Zona Franca?

(*Soa a campainha.*)

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Eu posso levantar esse dado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É importante. Seria muito importante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Peço aos Srs. Senadores que aguardemos a exposição do convidado. Depois, todos os Srs. Senadores terão a oportunidade de interpelá-lo.

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Bom, seguindo adiante, Presidente: quais são os benefícios, hoje, de uma empresa estar instalada na Zona Franca de Manaus? E, aí, é só para que os senhores tenham o contexto.

Em relação ao PIS/Cofins, essas empresas, quando dão saída de seus produtos da Zona Franca de Manaus, têm uma redução, no PIS/Cofins, de 1,95%. Então, se as outras empresas pagam 9,25% de IPI, essas empresas, quando dão saída da Zona Franca, pagam 1,95% a menos nesses dois tributos.

Em relação ao IPI, por força da decisão do Supremo Tribunal Federal, que considerou que deve gerar o crédito dos insumos, elas não pagam nada da Zona Franca de Manaus e geram um crédito para o comprador adquirente.

Em relação ao ICMS, há uma restituição de 90,25% do ICMS que é devido. Então, o ICMS gera crédito para o Estado destinatário. O Estado do Amazonas não recebe o valor desse tributo destacado na nota fiscal. Ele recebe só uma parte disso, um pouco menos de 10% desse valor. Os outros 90% são dispensados de pagamento.

Há um desconto do IRPJ em relação à Sudam, que é aplicado não só para a Zona Franca, mas para todas as empresas que estão no Norte.

Há uma redução do imposto de importação na aquisição e há também outros benefícios de instalações locais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que nós tenhamos ideia do que se está falando em termos de renúncia fiscal – e é importante que entendamos o cenário de inserção do decreto que reduziu a alíquota, de 20 para 4%... Nós estamos naquele movimento de tentar reduzir o preço...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – ... do *diesel*, do óleo *diesel* – isso é domínio público, não é? –, e uma das formas que o Ministro Guardia apresentou foi reduzir alguns incentivos fiscais. No caso do setor de concentrados, a dimensão da renúncia, nos cálculos da Receita Federal, atinge anualmente R$3,8 bilhões, dos quais R$1,9 bilhão – já foi mostrado – decorre do próprio IPI. Com o decreto, esses benefícios da Zona Franca de Manaus ficariam ainda assegurados em R$2,2 bilhões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – De renúncia fiscal.

É importante salientar que boa parte dessa renúncia é entregue, é remetida para o exterior como distribuição de lucro, e esse lucro tem um tratamento diferente nos países onde se situam *holdings* – as controladoras – dessas grandes empresas, em que esse valor do dividendo é reclassificado como *royalties*. E ele é tributado nesses países.

Ou seja: nós temos uma renúncia de R$1,9 bilhão de IPI; a média de remessas de lucros para fora supera... Em média, fica em R$1,6 bilhão por ano. Esse R$1,6 bilhão de arrecadação que nós estamos renunciando no Brasil, é tributado no país onde se situa a *holding*. Por exemplo, nos Estados Unidos, cobram-se tributos sobre uma renúncia que nós fazemos aqui no Brasil. Nós transferimos – não sei se ficou bem claro para os senhores –, ou seja, nós estamos fazendo uma renúncia de arrecadação que está sendo tributada em outro país.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Está feliz da vida.

Em relação aos empregos gerados, nós fizemos um levantamento em relação a todas as folhas de pagamento das empresas situadas nesse setor na Zona Franca de Manaus. São 798 empregos diretos. O total de fabricantes no Brasil é 47.502. Um estudo que está disponível na internet, Perfil do Segmento de Concentrados, publicado pela Suframa, informa uma quantidade de empregos menor. Ele informa uma quantidade de 571 empregos diretos, com uma folha salarial de R$11 milhões – pessoas empregadas nessas 25 empresas que vendem concentrados para o resto do País. Essas empresas tiveram um faturamento declarado de R$8,7 bilhões em 2017.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Os insumos que elas precisaram adquirir foram de R$718 milhões e tiveram faturamento de R$8,7 bilhões. E, desses insumos de R$718 milhões, 30% apenas são aquisições dentro da Zona Franca de Manaus. Ou seja, em termos de dinamismo da economia local, são R$215 milhões de aquisições dentro da Zona Franca. Nós temos uma renúncia de 3,8 para gerar aquisição de insumos na própria Zona Franca de R$200 milhões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – É a última.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em seguida, V. Sª poderá ter a oportunidade de debater com os Srs. Senadores.

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Então, para encerrar, vou ficando por aqui e me mantenho à disposição depois para eventuais perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Concedo a palavra ao Dr. Fernando Rodrigues de Bairros.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, seria possível pedir que a cópia dessa apresentação fosse distribuída?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Está sendo diligenciado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Obrigada.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE BAIRROS – Bom dia a todos!

Meu nome é Fernando Rodrigues de Bairros. Eu sou Presidente da Afrebras. Em nome de todos os associados do Brasil inteiro e dos que estão presentes, quero agradecer a presença do Jairo Zandona, que é Presidente do Sindicato Nacional da Indústria do Refrigerante; e à Abracerva e ao Sr. Carlo Lapolli, que também está nos dando apoio nessa discussão.

Eu tenho um videozinho para passar, antes de adentrar a minha apresentação.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE BAIRROS – A ideia nossa é trazer nesse vídeo uma reclamação do Brasil inteiro. Essa discussão não é de hoje. Faz mais de 13 anos que a gente discute junto com o Ministério da Fazenda sobre essa distorção. É humanamente impossível você concorrer no mercado de bebidas com tamanha distorção, e essa distorção se traz justamente por uma questão tributária. É aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós não podemos concordar. Os pequenos fabricantes de refrigerantes do Brasil inteiro não podem concordar com essa situação.

Só para esclarecer um pouquinho em relação à representatividade da Afrebras, hoje nós estamos em 106 associados. O Sindicato Nacional tem 48 associados, e as microcervejarias são 712. Nós estamos falando aqui de quase mil empresas. Há uma diferença entre pequenos fabricantes e as duas maiores fabricantes de bebidas neste País: têm 90% do mercado, enquanto os pequenos têm 10% do mercado. Essa é a discussão. Então, nós estamos representando, sim, todo o setor de bebidas, mas tão somente as pequenas, as que menos vendem.

A alteração que o Poder Público fez alterou o decreto de 20 para quatro. Na verdade, essa discussão já foi apresentada pelo Iágaro. Eu só vou fazer mais algumas considerações. O sabor cola tem uma alíquota de 4% do produto final; o sabor de frutas tem 3%; e o sabor de guaraná tem 2%. E ainda, quando eu vendo para o comércio varejista, eu reduzo em 25%, ou seja, guaraná tem uma alíquota de saída de 1,56%, quando eu tenho uma alíquota de entrada de 4%; antes, 20%, agora 4%. Ainda assim, tem crédito.

Os incentivos de Manaus – também falando, praticamente nós combinamos a mesma apresentação – não estão... Não foi ferido nenhum dos incentivos, estão todos lá. Todos lá. O que mexeu, praticamente, é na alíquota do concentrado.

Fábricas de concentrado. Os senhores sabem como funciona fábrica de concentrado? Fábrica de concentrado é que nem fazer café em casa. Você pega o grãozinho, mói, põe na água, põe água quente, põe na xícara, põe açúcar, adoça e toma. Fábrica de concentrado é a mesma coisa. Não muda absolutamente nada. Até há interesse de que a sociedade, quando fizer esse cafezinho em casa, peça para a Receita o crédito do imposto também, porque nós também temos direito. Não está nem um pouquinho justo. Na verdade, o que estão fazendo é uma aberração tributária.

Vamos lá olhar o Matte Leão, vamos olhar o Matte Leão. De onde vem a erva-mate? A erva-mate vem do Sul do Brasil. A matéria-prima está vindo da Zona Franca de Manaus. Desculpa, mas Amazonas não produz erva-mate, não produz erva-mate. Mas por que vem? Vem a R$628 o quilo, está carregada de imposto. A concorrência no mercado brasileiro fica impossível. Eu desafio qualquer um dos senhores a empreender no mercado de bebidas. Eu desafio qualquer dos senhores, tamanha a distorção tributária. Isso não é justo.

O que nós estamos pedindo ao Senado Federal é que se compreenda essa situação e se corrija de uma vez por todas. Nós não podemos beneficiar tão somente algumas empresas.

Isso é outra apresentação que eu também trago, mas efetivamente a própria Secretaria da Receita já falou, a nossa queda do IPI dá um pouquinho mais, nem 50 milhões a mais, 797 empregos. Até parece que combinamos, mas não combinamos. É exatamente igual, exatamente igual. Ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

você gera um faturamento de R$9,6 bilhões para praticamente 797 funcionários. Daí a simplicidade da confecção do concentrado para o refrigerante. Está errado.

Há mais.

Fizemos um cálculo da renúncia fiscal, também falada pelo Secretário da Receita. Vão 21% para o Fundo dos Estados e 22%... Ou seja, todas as regiões do Brasil inteiro, inclusive do Estado do Amazonas, também ganham com isso, ganham muito mais com isso do que com outra situação.

Vejam os senhores que nós temos, na verdade, uma sugestão de que, numa época de crise, numa época de dificuldade financeira, tal situação se faz necessária. Municípios terão aporte, Estados terão aporte. Podemos melhorar a nossa saúde, a nossa educação, a nossa segurança pública. Está aí a fonte de recursos. Ou nós dividimos a conta com todos os senhores nesta sala, ou dividimos a conta com somente duas empresas, essas que estão preocupadas.

Ora, se nós temos umas empresas do Simples Nacional que recolhem 0,5% do seu faturamento em IPI, por que efetivamente as grandes corporações não recolhem absolutamente nada? Não é justo, nós não conseguimos entender essa mecânica tributária. Quando você explica isso aí, até hoje falando recentemente no café da manhã, nós tínhamos que chamar um físico para poder explicar isto para os senhores: como pode uma tramoia tributária ser tão perversa no mercado de bebidas? Não há outro mercado de bebidas, não há outro setor da economia brasileira com tamanho problema. E nós não podemos ficar simplesmente à mercê dessa situação. Nós temos que resolver, nós temos que ter a coragem, como o Ministério da Fazenda teve, como o Palácio do Planalto teve a coragem de alterar isso aí. São as pequenas empresas que necessitam.

Vejam os senhores que, na verdade, até a reclamação da Abracerva se torna no seguinte sentido: a sobra desse crédito de imposto, na verdade, você pode compensar com cerveja, ou seja, se destrói também mais um mercado, se destrói também o mercado das microcervejarias. Gente, isso tem que acabar no País. Não é justo, não é justo! Nós entendemos que não é correto. Nós não entendemos como correto. É o mesmo CNPJ, se tem o mesmo portfólio, vai compensar, sim.

Está aqui. Se alguém tiver alguma dúvida, pergunte ao Secretário da Receita se isso é possível ou não é possível. Ele já vai responder.

Senhores, nós precisamos ter a coragem de colocar a mão nesse setor, de fazer o que pedimos encarecidamente a todos os Senadores do Brasil inteiro, que coloquem a mão na consciência e resolvam essa situação. Se nós não resolvermos a situação,...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE BAIRROS – ...nós vamos proteger duas empresas que vão remeter os seus lucros para fora e vamos fechar o resto das empresas no Brasil inteiro. E aí não nos parece nem um pouquinho justo, não é nem um pouquinho justo e correto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço aos convidados que se mantenham em silêncio.

Concedo a palavra ao Dr. Fernando Morais Pinheiro.

O SR. FERNANDO MORAIS PINHEIRO – Bom dia a todos.

Eu aqui estou na condição de representar talvez o outro lado daquilo que o Fernando, da Afrebras, agora estabelece quando ele diz que representa todos os regionais.

Senadora Ana Amélia, eu represento a Fruki, que é um dos grandes fabricantes do Rio Grande do Sul e está associado junto à nossa associação, que é a Abir, que, através da diretoria de regionais, defende os interesses.

Eu não discuto a política do Governo em relação à política tributária, mas o ataque que se é feito em relação às equiparações concorrenciais, elas são legítimas para todos nós, e assim consideramos.

Tenho mais de 40 anos no segmento de bebidas. Quando não tínhamos nós as possibilidades de nos estabelecer via direta ou indiretamente no Polo de Concentrados de Manaus, eu também achava que havia uma concorrência bastante desleal, mas nunca me esqueço, nessa minha longa jornada de fabricante, de uma entrevista em que, uma vez, dentro da Receita Federal, nos foi dito: "Vão para Manaus vocês também." E nós fomos, nos unimos, abrimos fábrica direta ou indiretamente – inclusive associados da Afrebras têm fábricas até lá –, todos atendendo a essa possibilidade da fabricação dos refrigerantes e atendendo às prerrogativas dos incentivos legais que eles tinham. Então, não há absolutamente essa condição de desequilíbrio de concorrência, porque é aberto a todos nós que venhamos a comprar ou utilizar a Zona Franca de Manaus.

Se nós formos olhar os aspectos de concorrência, quem vai sofrer com o fechamento e com a redução... Isso para nós foi o maior presente que nós tivemos, de grego, para subsidiar o problema do óleo diesel. Nós sofremos duas vezes: sofremos com a paralisação – e estamos sofrendo até hoje, estamos sofrendo porque não conseguimos transportar –, e foi descarregada no nosso setor grande parte da solução que o Governo tem. Por que ele não repartiu com todos? E sem aviso prévio. Não se pode mudar uma situação, abruptamente, de quem tem planejamento, quem já fez, ou seja, quebraram-se as regras para nós, então nós estamos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui há um Senador de Rondônia, nós estamos representando a Dydyo; nós estamos representando a Magistral; a Real, do Amazonas; a Amazon, do Amazonas; a Poty, de São Paulo; a Cotuba, de São Paulo; a Marajá, de Mato Grosso. Então, são diversos outros que aqui estão e, se forem perguntados se querem que acabem com os benefícios, dirão que não, porque esse é o ponto de equilíbrio.

Não há a menor dúvida de que grandes fabricantes... E isto é notado no mundo inteiro: se nós formos analisar a participação de mercado de cada um dos países da América do Sul, nós sabemos que infelizmente ou felizmente a Coca-Cola tem uma maioria – o Brasil talvez tenha a menor participação da Coca-Cola dentro da América do Sul. Nós não temos a menor condição de dizer.

O que ocorreu com os fabricantes, com o fechamento dos fabricantes regionais é uma série de outros fatores: a fiscalização, através do sistema Sicobe, que acabou, e nós estamos lutando para retornar; o mercado é limitado para que tantas fábricas possam se estabelecer. Então, essa é uma concorrência natural. Há, sim, uma concorrência natural.

Em 2015, nós lutamos pela equiparação; aí, sim, pelo equilíbrio. Em 2015, houve o equilíbrio de tributação, quando saímos do *ad rem* para o *ad valorem*. Aí foi o equilíbrio. Nesse momento, foi estabelecida a possibilidade da presença do Simples, tanto nas microcervejarias quanto na fábrica de refrigerantes.

Então, nós entendemos que essa redução do IPI de 4% para 20% só resultará em fortes prejudicados, que serão as fábricas que foram instaladas lá, e que vão ou fechar, pelo menos as regionais vão fechar, e vai prejudicar todos os fabricantes regionais. Eu espero que eu esteja vivo por mais vinte anos para que nós possamos ver qual é o desenho do mercado brasileiro de refrigerantes daqui a vinte anos.

Então, há essa situação de que a visão de tributação é outra. A visão de concorrência é perfeitamente equilibrada, desde que sejam dadas todas as condições para todos nós trabalharmos.

Então, a redução desse IPI vai provocar prejuízos para nós, regionais; para todos, inclusive da Afrebras, que compra de Manaus, porque não são impedidos de ir lá comprar; e vai trazer prejuízos para as fábricas que estão estabelecidas na Zona Franca de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Concedo a palavra à Srª Ana Paula Bortoletto, Doutora em Nutrição em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP.

A SRª ANA PAULA BORTOLETTO – Muito obrigada.

Bom dia, senhoras e senhores, agradeço a oportunidade de participar desta audiência. Eu vim aqui representando um conjunto de organizações que discutem o tema da alimentação saudável. A princípio, parece que é uma discussão que está distante do tema, objeto da audiência, mas, na verdade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu vim trazer para vocês a perspectiva do quanto isso é importante também para a promoção da alimentação saudável e para a proteção da saúde pública.

Eu trabalho no Idec, que é uma ONG de defesa do consumidor, que trabalha há mais de trinta anos para promover a educação e a conscientização através do direito do consumidor e as relações de consumo com total independência da política e econômica.

O Idec é membro desse conjunto de organizações da sociedade civil que é a Aliança para a Alimentação Adequada e Saudável, que reúne mais trinta organizações, pessoas físicas, pesquisadores da área de nutrição, da área de medicina, da área de saúde coletiva, coletivo de mães, de agricultores, etc, que têm uma agenda comum para promover a alimentação saudável no Brasil.

Essa agenda reúne uma lista de dez itens...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA PAULA BORTOLETTO – Agora, travou aqui. (*Pausa.*)

Essa agenda foi construída coletivamente, a fim de identificar as principais ações necessárias para que a gente tenha, de fato, a garantia do direito à alimentação de forma a proteger, desde a criança, do bebê que nasce, até o final do ciclo de vida, em todos os processos que incluem a produção, distribuição, comercialização e oferta de alimentos no Brasil.

Ela inclui desde a proteção à prática da amamentação, até fortalecer a agricultura familiar, restringir a publicidade de alimentos, principalmente para crianças, melhorar a informação dos rótulos de alimentos e incidir sobre medidas fiscais que possam promover a alimentação adequada e saudável, entre outras agendas.

Essa agenda foi construída pensando em alguns problemas que a gente tem hoje no sistema alimentar no Brasil e que impactam diretamente a vida de milhões de brasileiros. Eu vim destacar aqui para vocês um dos problemas que a gente enfrenta, que é a obesidade.

A obesidade é uma epidemia mundial. A gente tem dados da Organização Mundial da Saúde que mostram que há hoje no mundo uma quantidade maior de pessoas que vivem em países onde o excesso de peso e a obesidade mata mais do que as doenças por carências nutricionais. A gente teve uma transição ao longo do tempo em que, antes, havia problemas carenciais, deficiência de minerais, de nutrientes que ainda acontece e é preocupante, mas está mais restrito a algumas zonas mais vulneráveis da população, e hoje a maioria da população enfrenta um cenário de excesso de peso, de obesidade e consequências relacionadas aos excessos alimentares. Ou seja, ao consumo excessivo de produtos que contenham teor alto de açúcar, de gorduras e sódio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trouxe um gráfico que foi publicado na revista *The Lancet*, que mostra uma tendência da obesidade no mundo todo, e a conclusão desse artigo é bem alarmante. Se a tendência de aumento da obesidade continuar no mesmo ritmo, a probabilidade de se atingir uma meta de controlar esse problema é virtualmente zero. E ainda, se essa tendência continuar até 2025, a obesidade vai atingir 18% dos homens e ultrapassar 20% das mulheres no mundo todo. Isso impacta diretamente em aumento dos custos para a saúde pública, para o sistema de saúde, com perdas de anos produtivos e a diminuição de renda das famílias. Esse é um dado bem preocupante.

Outro dado importante a destacar para vocês é que a gente já tem evidências consolidadas na literatura em relação à associação do consumo de bebidas açucaradas com o aumento da obesidade e excesso de peso. Essa publicação aqui do Professor das Escola de Saúde Pública de Harvard reuniu as evidências dos estudos mais recentes e com metodologia mais apropriada mostrando essa relação. Então, a gente não tem mais dúvida de que o consumo de bebidas açucaradas está associado ao aumento do ganho de peso e à obesidade.

No Brasil o consumo é bem preocupante. A gente tem hoje um consumo de bebidas açucaradas no Brasil que é maior do que o consumo de frutas e hortaliças e maior que o consumo de peixe, por exemplo, que são produtos que a gente gostaria que a população estivesse consumindo em maior quantidade, pois teria que fazer parte de uma alimentação saudável. E ainda a gente tem dados alarmantes da Organização Mundial de Saúde que mostram que a introdução alimentar de bebidas açucaradas é cada vez mais cedo. A gente tem dados que mostram que mais de 30% das crianças menores de dois anos já consumiram refrigerantes, e esse é um hábito alimentar que não deveria ser estimulado nem ampliado nessa faixa etária.

Como mudar essa situação? Bem, a gente já sabe que o Brasil saiu na frente, a gente tem hoje um guia alimentar que é considerado o melhor do mundo, que traz recomendações claras sobre evitar o consumo de produtos ultraprocessados, como bebidas açucaradas, e substituir esses produtos por alimentos naturalmente processados, ou seja, beber água e não beber bebida açucarada. Mas a gente sabe que educar, orientar a população não é suficiente para a gente lidar com um problema tão complexo e multifatorial como a obesidade. A educação é a base, ela é fundamental e necessária, mas apenas a informação não vai garantir que as pessoas consigam fazer escolhas alimentares mais saudáveis.

Na perspectiva mais ampla, a Organização Mundial da Saúde, a Organização Pan-Americana da Saúde recomenda um conjunto de medidas que vão permitir que a população tenha acesso mais fácil a escolhas mais saudáveis. Ou seja, a gente vai facilitar escolhas mais saudáveis e desencorajar as escolhas menos saudáveis, que inclui melhorar os rótulos de alimentos, restringir a publicidade, proteger o ambiente escolar e aumentar o preço dos alimentos não saudáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda um aumento de pelo menos 20% no preço de bebidas açucaradas para desencorajar o consumo desses produtos. E o Brasil, inclusive, já assumiu compromissos nacionais e internacionais e políticas que apoiam essas medidas. Isso porque é a tendência que foi construída pelo Prof. Rafael Caldas, da UFMG, em relação ao preço de alimentos ultraprocessados, que devem ser desencorajados. Vocês podem ver, no gráfico, que a tendência é que o preço desses produtos está reduzindo, está caindo ao longo do tempo, enquanto o preço dos alimentos minimamente processados, *in natura*, processados e ingredientes culinários, não está acompanhando essa tendência. Ou seja, a gente está observando no Brasil uma tendência de redução do preço dos alimentos que o guia alimentar recomenda que não devem fazer parte de uma alimentação adequada e saudável.

E, considerando que essa realidade não é apenas no Brasil, mas no mundo, vários países já adotaram medidas de tributação de bebida. Já são mais de 20 países que adotam essa medida. No México, a gente já tem resultados importantes que mostram um benefício em relação à adoção dessa medida. No México, eles conseguiram aumentar em 10% o preço final das bebidas açucaradas, o imposto foi repassado para os preços, o consumo ficou mais saudável e a economia não indicou problemas. Depois, para quem quiser, a gente pode disponibilizar os artigos científicos que mostram as evidências científicas do impacto positivo da tributação de bebidas açucaradas na saúde pública e na economia no México.

O que a Aliança defende? A gente entende que bebidas adoçadas precisam custar mais caro para que o consumo seja desencorajado. Então, a gente quer, inclusive, que haja aprovação de uma Cide específica para bebidas adoçadas. Isso porque o valor arrecadado vai potencializar o seu impacto. A gente vai ter um duplo efeito sobre os custos para a saúde pública. A correção das distorções, que é a discussão desta audiência pública, favorece a produção a baixíssimo custo de produtos potencialmente nocivos à saúde. Esse tipo de incentivo não é condizente com o princípio da essencialidade da Constituição Federal e é contrário às recomendações da Organização Mundial da Saúde. As bebidas açucaradas não são produtos essenciais e, portanto, não devem ser adotadas como tal no sistema tributário brasileiro.

Além da Aliança, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, o Conselho Nacional de Saúde e outros órgãos já se manifestaram favoravelmente à adoção de medidas que aumentem o preço dessas bebidas.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA PAULA BORTOLETTO – E estão disponíveis para os Senadores que quiserem saber mais sobre o posicionamento desses órgãos em relação à tributação de bebidas açucaradas.

Por fim, entendemos que o Decreto nº 9.394/2018 é um passo importante para a correção dessas distorções no sistema tributário que contribuem para o aumento da obesidade. Por isso, defendemos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sua manutenção. Sem dúvida, não será suficiente para reverter o quadro da obesidade de forma isolada. As demais ações da agenda regulatória também precisam avançar em conjunto para um enfrentamento efetivo dessa crise de saúde pública, que cada vez mais vai onerar os cofres públicos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Obrigado.

Dr. Appio Tolentino, Superintendente da Suframa, com a palavra.

O SR. APPIO DA SILVA TOLENTINO – Boa tarde, Senadoras e Senadores, senhores e senhoras.

A principal preocupação da Superintendência da Zona Franca de Manaus, neste último caso da redução do crédito das empresas de concentrados, que já foi de 40, passou para 20, passou para 4%, principalmente a segurança jurídica do nosso modelo Zona Franca, é que é improvável, é quase impossível que nós consigamos atrair empresas para o Polo Industrial de Manaus, que já amarga a sua mais severa crise, se não contarmos com uma segurança jurídica, se nós tivermos, num único ato, a nossa competitividade diminuída, como foi nesse caso concreto. E, se foi para esse, poderá ser para os outros. Essa é a grande preocupação da Zona Franca. A questão tributária de se ajustar à questão... Primeiro, eu quero comentar aqui que o 288 não deixa haver incentivo fiscal para bebida alcoólica. Isso está lá muito claro. E a Suframa, em todas as nossas notas técnicas, tem deixado isso muito transparente. Então, nossa grande preocupação é o problema da segurança jurídica.

Se já não chega nós estarmos isolados, distantes, com uma logística complicada, sem poder arrumar a área para plantar... Nossas áreas para plantar são pouquíssimas, porque não podemos desmatar. Nós temos que manter a nossa floresta em pé para que não recebamos pressão de entidades exteriores e do próprio Brasil. Então, a preocupação da Suframa toda passa pela questão da segurança jurídica dessa nossa perda de competitividade.

A equipe técnica da Suframa, que, inclusive, está aqui presente, está disposta a fazer os estudos necessários nessa questão. O que nós não podemos concordar é que algumas medidas coloquem em risco, de forma tão clara, o modelo Zona Franca de Manaus. É preciso – e eu peço, inclusive, à Bancada que tenha essa compreensão – que nós façamos uma rodada de estudos para reavaliar se há a questão de benefícios adicionais, mas, pelo amor de Deus, sempre conversando tecnicamente. Eu tenho vários dados. Eu tenho uma apresentação que vou disponibilizar aos senhores, mas o mais importante aqui é a preocupação com a segurança jurídica de um modelo que garanta a sobrevivência do meio ambiente numa região tão inóspita.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Como último convidado, concedo a palavra ao Sr. Alexandre Jobim, Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas não Alcoólicas.

O SR. ALEXANDRE JOBIM – Bom dia.

Ex^mo^. Sr. Presidente desta Comissão, Senador Edison Lobão; Exmos. Srs. Senadores, Exmas. Srªs Senadoras, demais participantes desta audiência pública e convidados aqui presentes na mesa.

Antes de tudo, quero deixar muito claro que vou fazer a apresentação em duas partes. A primeira fala um pouco sobre o decreto legislativo, o decreto em si. Depois, vou mostrar alguns números do setor e os malefícios desse decreto que se pretende sustar por objeto dos projetos de decreto legislativo aqui em pauta, nesta Comissão de Justiça, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Eduardo Braga, que têm o seu mérito a ser analisado e que será analisado pelos Srs. Senadores no momento oportuno, que não é nesta reunião, obviamente.

Em primeiro lugar, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 57 e 59 visam a sustar o decreto do Sr. Presidente da República, assinado pelo Sr. Ministro da Fazenda, que, por sua vez, praticamente anulou os incentivos da produção de Manaus.

E há uma premissa muito importante, que eu vou repisar mais duas ou três vezes, de que isso não significa dizer... Quando a empresa de concentrado se estabelece em Manaus, é mediante um pacto do Estado, uma política de Estado e não uma política de governo, uma política de desenvolvimento regional adotada justamente com base no princípio federativo.

O Brasil adotou, juntamente com a República, em 1891, o princípio federativo, ou seja, entre os seus princípios há uma sociedade entre Estados, redistribuição de renda, repactuação para anular desvantagem de Estado a outro. Da mesma forma que, no início do Brasil, muito se aproveitou para a criação das metrópoles dos Estados mais favorecidos nos dias de hoje com extrativismo na Região Norte, há muito tempo que se faz a compensação dessas desigualdades regionais. E, por isso, o Brasil adotou, justamente dentro do princípio federativo, uma forma de Estado com uma forma de governo e uma forma de tocar o nosso País, ou seja, dentro de uma segurança jurídica.

Então, esses projetos de decreto legislativo têm seu mérito justamente por atacar violações à Constituição, que basicamente passa pelo princípio federativo, por um pacto federativo do Estado e por um pacto do Estado com empresas que foram para lá justamente em obediência a uma chance que lhes foi dada e que foi tirada abruptamente, às vésperas de um feriado, dia 31 de maio, pelo Governo Federal, com todo o respeito, da mesma forma que o princípio da anterioridade, aqui já comentado pelo Fernando Pinheiro, e da mesma forma que a efetiva não consideração da Zona Franca de Manaus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como já dito, a Constituição da República é federativa, não preciso adentrar e não estou aqui para fazer nenhuma aula aos senhores, mas é importante colocar que, no próprio art. 151 da Carta da República, se estabeleceu que é admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio e o desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

Aqui vale a pena asseverar, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, que não estamos a falar de uma política fiscal. Estamos a falar de uma política de desenvolvimento regional e de sustentabilidade de uma Região tão importante quanto a Amazônia Ocidental.

Então, esse é um ponto importantíssimo. Não estamos falando aqui se é do incentivo "a" ou "b". Com todo o respeito, não estamos a falar de guerra fiscal entre Estado A e B.

Vou demonstrar aqui que todos os Estados da República Federativa do Brasil irão perder nas suas arrecadações. Já adianto os números. Considerando o ICMS, a previsão é de perder 1,6 bi dos Estados, com essa margem retirada de incentivos que vai gerar impactos efetivos em todos os Estados.

O art. 40 trouxe o quê? Ele trouxe a constitucionalização da Zona Franca. Ou seja, é mantida a Zona Franca de Manaus com suas características da área de livre comércio, exportação e importação e de incentivos fiscais, pelo prazo de 25 anos. E o parágrafo único, que eu acho que é o objeto principal deste decreto legislativo: "Somente por lei federal podem ser modificados os critérios que disciplinaram ou venham a disciplinar a aprovação dos projetos da Zona Franca de Manaus." Ou seja, ao retirar os incentivos, você está mexendo nos critérios do benefício fiscal para o desenvolvimento da Região Amazônica. E nos arts. 92 e 92-A os Srs. Congressistas aqui, poder constituinte derivado, estenderam essa constitucionalização da Zona Franca de Manaus, primeiro, pelo prazo de dez anos e depois pelo prazo de 50 anos.

Então, isso aqui, terminando esse ponto, o que que nós temos aqui na Zona Franca de Manaus? Foi criada em 1957, por lei, alterada por um decreto lei de 1967, ou seja, com força de lei e constitucionalizada pela Carta da República de 1988, a chamada Carta Cidadã, pacto do cidadão com o Estado e, logo, dos contribuintes com o Estado, onde foi mantida a Zona Franca com as suas características.

E a pergunta que os senhores vão deliberar, eu acho que talvez na próxima sessão deliberativa de V. Exªs, é essa: Pode o Poder Executivo anular os incentivos por um decreto emergencial? Ou deveria ser isso de competência do Congresso Nacional, em especial do Senado Federal, que tem o dever de sustentar o Pacto Federativo da República? Eu acho que essa é a pergunta crucial, que obviamente não vou explorar aqui com S. Exªs, mas acho que entre vocês, entre os pares, vão deliberar a respeito disso.

E aqui vou demonstrar o porquê disso. A Abir representa hoje 59 empresas, certo? São empresas grandes, pequenas e médias em todos os Estados do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos 144 fábricas. Todas essas fábricas, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, que adquirem, 90% dessas fábricas, não só as associadas da Abir, as próprias associadas da Afrebras, só para se ter uma ideia, uma associada da Abir, que é a ADM, que é a antiga Amazon Flavors, vende para 86 empresas no Brasil, 30 delas são associadas a Afrebras. Essas 30 empresas não vão poder se beneficiar. Ou seja, toda empresa que compra da Zona Franca de Manaus vai sair prejudicada, porque não vão ser aproveitados os créditos tributários.

Bom, tem duas hipóteses em que elas não podem ser aproveitadas, uma porque algumas delas podem estar no Simples, e aí é dispositivo do Simples, criado pelo Governo Federal, com pontos de exclamação muito fortes da Receita Federal, que aqueles optantes do Simples não podem ter outros benefícios. É uma opção de um Sistema Simplificado de Tributação, ou então porque não têm créditos, digamos, não têm débitos a serem colocados, talvez na questão pelo menos de pagamento de imposto. Mas, esse é o fato. Esse mapa mostra exatamente o quadro da situação. Não estamos falando de Zona Franca de Manaus apenas, estamos falando de todos os benefícios, em todos os Estados da Nação.

Em números, só para os senhores terem uma ideia – aqui a gente tem uma divergência, mas a gente tem fontes para colocar isto aqui; são fontes da PricewaterhouseCoopers, de 2015. Há, entre todas essas fábricas de bebidas não alcoólicas, 122 mil empregos diretos, 10,2 bilhões de arrecadação de impostos ao ano e 1,5 milhão de empregos indiretos, considerando-se toda a cadeia produtiva.

O polo de concentrados de Manaus, por sua vez, tem 31 indústrias de concentrados; 27 produzem para pequenos fabricantes. Ou seja, somente 4 dessas dizem respeito aos 4 maiores fabricantes. Todas essas 27, ou melhor, todas as 31 se beneficiam e propiciam beneficiamento a todas as outras fábricas de refrigerantes que compram os concentrados. Noventa por cento de todos os concentrados produzidos no Brasil são feitos e vendidos na Zona Franca. E, com todo o respeito à retórica, não é uma fábrica, uma cafeteira em que se coloca um pozinho. Com todo o respeito aos trabalhadores da Zona Franca de Manaus. Há indústria, há investimento, há famílias dependendo disso e toda uma gama de agricultura familiar por trás disso, que talvez alguns dos senhores não conheçam. Os concentrados representam 12% do polo industrial; maior polo exportador da Zona Franca.

Aqui vem o ponto. Esse polo é fundamental para o desenvolvimento da Região Amazônica. Há 14 mil empregos diretos e indiretos – relatório da Ernst & Young.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE JOBIM – Por quê?

Presidente, mais alguns minutos, por favor.

Dez mil famílias são impactadas nisso aqui. Por quê? Porque esse é o único setor em que, ao se instalar em Manaus e receber um benefício, tem uma obrigação, uma contrapartida, qual seja, consumir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os produtos... Os insumos têm que ser produzidos na Região Amazônia, ou seja, há todo um plantio de guaraná, de açúcar. Todos os insumos vêm de lá. Por isso é que nós chegamos a estes números: são 10 mil famílias impactadas – relatório da Castelo Branco Consultoria –, como também 50 mil toneladas de insumo.

Já foi falado aqui da importância da preservação da Floresta Amazônica. Inclusive, isso foi elogiado por muitos Parlamentares de outros Estados, porque traz renda para o Estado e para as famílias, de modo que ajuda na preservação.

E aqui uma análise rápida do setor – peço mais um minuto de paciência aos senhores.

Há hoje uma situação que vem desde 2015. O setor vem caindo na produção, em volume, em função da economia, entre todos os problemas que passamos no mundo e principalmente no Brasil. São 7% ao ano de queda, acumulando-se 22% na produção. E já estamos com uma capacidade ociosa de 35%.

O Brasil hoje, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, possui a maior carga tributária da América Latina: 39%. Isto foi demonstrado aqui, com muita propriedade, pelo Dr. Iágaro, da Receita Federal: está-se falando de IPI. Mas essa é a carga tributária, digamos, do setor. Ou seja, a carga tributária é a maior da América Latina, sem considerar a redução de IPI, de 20% para 4%; vai chegar a 43%.

Vejam a situação a partir de 2008: a carga tributária é crescente. E nós vamos chegar, com esse decreto, ou seja, retirando-se os incentivos de IPI, na totalidade, a 43% de carga tributária, o que é efetivamente, completamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE JOBIM – ... contraditório.

Com essa redução, há um impacto.

Mais um minuto, Sr. Presidente, por favor. Estamos no último eslaide.

Há uma elevação da carga – isto aqui é o impacto na cadeia produtiva –, certamente, já definida aqui, para 43% de carga tributária total; nós vamos ter uma perda de faturamento de 15%, que chega a 6 bilhões para todo o Brasil – não estamos falando de Manaus, mas de todos os Estados brasileiros –; a perspectiva é de um risco de 15 mil empregos em todo o Brasil, considerando esse decréscimo; há um aumento de ociosidade de 35% para 50%; e há um aumento do produto final em 8%.

E este é o questionamento final que eu deixo para as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores, que no momento oportuno vão deliberar: é o primeiro passo para acabar com o pacto que o Estado fez em defender a Amazônia Ocidental. Levou empresas para lá com determinadas contrapartidas. E o setor de refrigerantes é o único desses setores – diferentemente do de eletroeletrônicos e, por exemplo, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segmento de duas rodas –, é o único segmento, o de concentrados, que tem uma contrapartida além da questão tributária para o Estado: ele consegue dar empregabilidade e desenvolvimento regional na agricultura familiar.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Passaremos agora à fase das interpelações, durante a qual os Srs. Senadores, por igual, terão dez minutos.

Em primeiro lugar, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente, Senador Edison Lobão.

Caros colegas Senadores e Senadoras, quero aqui – presente o Senador Humberto Costa – dizer que a exposição da Drª Ana Paula Bortoletto, Senador Humberto Costa, traz... Porque, inclusive, mencionou o Idec, e eu penso que, mesmo que a senhora tenha dito que não é propriamente o tema tributário, mas eu relaciono a questão da saúde ao gasto com saúde, que é custeado pela arrecadação de tributos. Então, há uma relação íntima com o tema.

Então, quero agradecer-lhe sobre isso, até porque há uma nota que eu recebi aqui, uma carta aberta aos Senadores, encaminhada a esta Comissão, assinada, tratando exatamente do que V. Exª falou: de que 54% da população adulta brasileira está com sobrepeso, e 19% está obesa.

Mas eu me valho aqui das parceiras dessa campanha, que são a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Núcleo Interdisciplinar de Prevenção de Doenças Crônicas na Infância, e também da UERJ; várias entidades e a nossa Universidade Federal. Falo do Rio Grande do Sul por conta de ser representante do meu Estado.

Então, quero dizer que entendi e poderia lhe perguntar quanto é o gasto da União com saúde para resolver o problema da obesidade, comparativamente ao incentivo que os concentrados em Manaus recebem. Então, dá para fazer essa relação.

Dr. Iágaro, sua exposição foi bastante didática. Eu quero dizer que o senhor, primeiro, usou a expressão "trata-se apenas de um equilíbrio fiscal". E mais tarde, na exposição, o senhor falou da questão de que isso foi para criar um subsídio, o subsídio que foi concedido ao diesel, e que foi tirado dinheiro de tudo que é parte, inclusive da Embrapa, da área da saúde e tal. Isso veio por conta do diesel, essa decisão, esse decreto, por conta do subsídio do diesel? Esse é o motivo principal? Pergunto quanto vai ser arrecadado com isso, com essa mudança do decreto de agora, de 2018, e se isso vai permanecer *ad aeternum* ou se é para resolver aquilo que o Dr. Fernando Rodrigues de Bairros falou: que isso é uma luta que vem de muito tempo, essa guerra de que está falando, em relação ao tal desequilíbrio fiscal. Então, é o que eu pergunto para o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu queria saber também do Dr. Alexandre, que falou aqui... Eu entendo que pode haver um questionamento jurídico; isso pode ser levado ao Supremo Tribunal Federal. Tudo bem. Mas aqui é uma questão política e uma questão federativa da mesma forma.

V. Exª falou que uma grande parte vem da agricultura familiar na Amazônia. Eu quero saber que produtos são esses, porque um desses produtos é açúcar, e açúcar vem de cana. Quando o Senador Flexa Ribeiro fala do açúcar naquela região, todo mundo se alarma. Então, já se está produzindo na Amazônia cana-de-açúcar? Eu fico surpresa com isso porque, quando se quer regulamentar a questão, é um deus nos acuda. Então, eu queria saber quanto por cento é da agricultura familiar; que tipo, se é guaraná, é coleta extrativista, é plantio de guaraná; se a cana-de-açúcar é extensivista, se é pequena propriedade, como é que se chega a esse concentrado.

De novo aqui pergunto também – é uma discussão que, depois, certamente os Senadores Vanessa e Eduardo farão – sobre a questão de quanto por cento do concentrado é produzido lá em Manaus; se não vem nada de outras regiões do País para se beneficiarem exatamente dessa questão fiscal, o que não seria, digamos, ilegítimo, mas é uma distorção ampliada.

Também me chamaram a atenção os números que o Subsecretario Iágaro falou sobre o número de empregos nas empresas de sucos concentrados, que foi de 571 empregos diretos. Até para a Afrebras o número é um pouco maior: 797 empregos. De qualquer maneira, não chega a 1.000 empregos. Então, eu acho que a questão social, para o tamanho do incentivo concedido, tem que ser levada em conta nesse processo, porque não é possível... Mesmo que os números que o Dr. Alexandre Jobim venha a fornecer sobre a agricultura familiar, e é uma questão social, sejam relevantes, aí há esse processo.

Também aqui foi dito, e aí é um ponto, que o Instituto de Justiça Fiscal também é contrário a esses dois projetos de resolução em função exatamente de que a questão fiscal da Zona Franca é uma artimanha praticada também em relação ao ICMS, que permite a restituição de 55% a 100% do imposto não pago na Zona Franca. Estima-se que apenas o Estado do Rio Grande do Sul, meu Estado – tenho de defendê-lo –, perde aproximadamente 14,5% da arrecadação total do ICMS com esses créditos todos os anos. Em 2016, o montante de crédito do setor foi de aproximadamente R$77 milhões.

O Dr. Fernando Pinheiro disse o contrário, que os Estados vão perder também, porque haverá uma menor contribuição de ICMS. E aí houve uma contradição entre o Fernando que representa aqui as pequenas, entre os dois Fernandos, o Pinheiro e o Bairros. Então eu quero que o próprio Fernando questione a sua forma de defender o setor e se isso está correto do ponto de vista de que são dois setores. Ele coloca ali empresas que são do Rio Grande do Sul, uma delas lá de Lajeado, uma grande empresa. Como se concilia? Então, há conflito entre os próprios fabricantes do setor. Como fica o legislador aqui para tomar decisão? Que parte tomaremos? Esse também é o desafio que nós temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o que me surpreende mais, Dr. Iágaro, é o seguinte: que entre a Receita Federal – aqui está o Dr. Appio Tolentino, e a Suframa é um órgão federal do Governo vinculado ao MDIC (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços) – e a Fazenda não há diálogo, entre um órgão e outro, para definir uma política de Estado e de Governo, porque entendo que isso seja uma política de Estado, essa questão fiscal. Porque a Zona Franca vem: "Vamos morrer!"

E queria perguntar algo ao Dr. Appio. O senhor diz: "É a pior crise que nós estamos vivendo." Crise decorrente de quê? Da queda do consumo, do desaquecimento econômico ou da concorrência do Paraguai com a Zona Franca de Manaus?

Então, são essas as minhas ponderações.

Ainda faltam três minutos.

Queria também lembrar aqui de novo a questão relacionada àquilo que o Dr. Iágaro falou e que me impressionou muito. Ele disse que nós, que somos um país pobre – nós somos um país pobre –, isentamos. Nós isentamos, e os países ricos o que fazem? Tributam pesadamente o lucro que é advindo disso. Isso eu acho que é um tema relevante para ser apreciado nesta audiência pública e para justificar também o que está sendo feito agora aqui.

Então, como não só os fabricantes já tinham trazido aqui, V. Exª também mencionou – e eu quero reafirmar esse peso sobre essa decisão – o sistema atual e as perdas que têm os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, e eu, como Senadora municipalista, tenho que me ater também a esses aspectos. Então, quando tira o IPI, você está impactando negativamente na composição dos fundos, que são, para muitos Municípios, a principal fonte de receita. Para pelo menos 70% dos Municípios brasileiros, a receita maior é advinda do FPM (Fundo de Participação dos Municípios); o FPE é o Fundo de Participação dos Estados.

Então, eu quero um reforço sobre esse argumento, sobre essa questão.

A projeção para 2019 que eu tenho aqui, feita pela Afrebras, é de que o Rio Grande do Sul perderá, entre os dois fundos, mais de R$80 milhões. Não é pouco dinheiro para um Estado que não está conseguindo pagar em dia a folha de salário dos seus servidores.

Então, eu queria um trato final sobre isso e essas questões todas que foram aqui trazidas, sobretudo nessa questão fiscal.

Além dessa...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... manifestação das entidades ligadas à saúde, que são contrárias aos dois projetos de resolução, há também a manifestação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse Instituto de Justiça Fiscal, contrário às duas resoluções, aos dois pedidos, e ainda da Afrebras. Então, o número é maior.

Penso que esta audiência pública tem esse poder e essa capacidade de fazer o esclarecimento de um tema que tem tantos questionamentos, seja de ordem jurídica, seja de segurança jurídica, econômica, concorrencial, mas, sobretudo, da questão de equilíbrio fiscal e tributário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu agora concedo a palavra ao Dr. Iágaro, por três minutos, e em seguida ao Dr. Alexandre.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Questão de ordem. Vamos falar quatro ou cinco Senadores, depois eles respondem tudo de uma vez. Por favor, Presidente, não vai ser assim, não?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu ia indagar a V. Exª qual a metodologia que V. Exª ia implementar: se cada debatedor responderia a cada um dos Senadores ou se V. Exª faria por blocos de três ou quatro Senadores, como tem sido a praxe nesta Casa. Portanto, indago a V. Exª qual a metodologia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Poderemos fazer por blocos, sem nenhum prejuízo. Nessas condições, tem a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Então, agradeço. Como será?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Por blocos. Os Senadores perguntam e, em seguida, os convidados respondem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – O.k.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Quantos Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Três Senadores.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Três?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Então, agradeço a V. Exª o esclarecimento e a oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui agradecer a presença de todos os convidados que compareceram e lamentar, Sr. Presidente, a ausência do Ministro da Fazenda e do responsável pela Receita Federal do ponto de vista institucional, o Dr. Rachid. Mas agradeço a presença do Dr. Iágaro, que aqui representou o pensamento da fiscalização, porque é Secretário de Fiscalização da Receita Federal.

Quero aqui cumprimentar o Fernando Rodrigues, o Appio Tolentino, a Ana Paula, o Alexandre Jobim e o Fernando Pinheiro.

Sr. Presidente, eu sou daqueles que defende também a saúde, o bem-estar e o meio ambiente. É óbvio que a obesidade é uma questão mundial, mas a questão do desenvolvimento sustentável é também mundial. A questão do desmatamento é também mundial. A questão da poluição e da qualidade do ar são também uma questão mundial. A questão do ritmo hidrológico – o Brasil está vivendo, nesse momento, novamente um desafio hidrológico – é mundial em função do desmatamento, em função do aumento de emissão de carbono para a atmosfera. Então, quando vamos falar da saúde do indivíduo, nós não podemos apenas levar em consideração as bebidas açucaradas. Então, vamos proibir refrigerantes e bebidas açucaradas e deixar o desmatamento acontecer! Vamos proibir as bebidas açucaradas e permitir que no meu Estado, o Amazonas, os caboclos, homens e mulheres, tenham o mesmo direito que os gaúchos têm de desmatar 80% da sua propriedade! Porque nós não temos esse direito. A nós é proibido desmatar 80%; aos gaúchos e aos brasileiros de outras Regiões, que não da Amazônia, é permitido! V. Exª sabe disso, como filho do Maranhão que é.

Quando o Constituinte, Sr. Presidente, estabeleceu a Zona Franca de Manaus na Constituinte, como cláusula originária na Constituinte, não o fez para beneficiar a Coca-Cola, não o fez para beneficiar a Ambev, Sr. Presidente; ele o fez para beneficiar brasileiros que viviam esquecidos e abandonados na Amazônia, sem oportunidades de emprego e renda. Por quê? Porque a eles, Dr. Fernando, é proibido sequer explorar as riquezas e os recursos naturais que são dados por Deus para o nosso Estado! Aí, politicamente, o povo brasileiro, através do Congresso Nacional, resolveu constitucionalizar o benefício fiscal da Zona Franca de Manaus, e em contrapartida constitucionalizou direitos ambientais severíssimos contra aqueles que tentam desmatar a Amazônia. Aí, vem a Ana Amélia e pergunta: quais são os produtos regionais que o concentrado de bebida compra no Amazonas? Primeiro, é preciso esclarecer que, para ter benefício fiscal na Zona Franca – e o Dr. Iágaro sabe disso –, é preciso obedecer a um processo produtivo básico, fruto de um edital publicado por um conjunto de três Ministérios: Ministério da Indústria e Comércio, Ministério do Planejamento e Ministério de Ciência e Tecnologia, com a participação do Ministério da Fazenda também. Portanto, no Amazonas, para você ter benefício fiscal, você tem que obedecer a um processo produtivo básico, em que está dito, no caso do concentrado, Sr. Presidente, que é possível ter o benefício fiscal tão e tão somente se você tiver matéria-prima regional. Então, o Guaraná Antarctica, o Kuat, produzidos no Amazonas, vêm do fruto do guaraná que é produzido em diversos Municípios do meu Estado, mas principalmente pelo Município de Maués, aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representado pelo Deputado Sidney Leite, que já foi três vezes Prefeito de Maués e Secretário de Produção do Estado do Amazonas.

Então, quando mencionar os empregos que são gerados pelo polo de concentrados, por favor, Dr. Iágaro, não vamos maquiar esses números para prejudicar o *marketing* dos concentrados! E nem vamos dizer que os concentrados são apenas para Coca-Cola e para a AmBev. Não; nós temos 31 empresas de concentrados no Amazonas, que não são da Coca-Cola, nem da AmBev, nem da Pepsi-Cola. São, por exemplo, da ADM, que fornece para os afiliados da Afrebras mais de 33 concentrados.

Agora, o que compõem esses concentrados? Açúcares? Sim, mas não o açúcar cristalizado tão somente, Senadora Ana Amélia. Nós temos um plantio de cana-de-açúcar no Município de Presidente Figueiredo, mas nós temos outra coisa que eu valorizo muito mais: é o plantio do açúcar mascavo na calha do Juruá, que é comprado pelos fabricantes de bebida, que é agregado ao açúcar cristalizado, inclusive, quem sabe, melhorando a qualidade dos açúcares que são colocados nesta composição.

Portanto, se o Governo brasileiro decidiu que a compensação constitucional ao Estado do Amazonas lhe é negada, que o Governo brasileiro, então, possibilite ao Estado do Amazonas, Sr. Presidente, que nós passamos desmatar, que nós possamos produzir, que nós possamos explorar os nossos minérios, que nós possamos ter direito ao desenvolvimento. Viver no Amazonas e na Amazônia não significa estar aprisionado por correntes ao atraso, ao subdesenvolvimento, à fome, ao desemprego, ao abandono, ou nos colocar em um santuário, como se nós fossemos proibidos de tocar onde vivemos, porque quem cuida da Floresta Amazônica somos nós, amazônidas.

Com todo o respeito, enquanto destruíram a Mata Atlântica, nós preservamos a Floresta Amazônica. E agora querem apontar o dedo contra nós, como se nós fôssemos os vilões deste País? Eu não aceito essa posição da Receita Federal, porque a Receita Federal não fala em nome dela, fala em nome do povo brasileiro, e o povo brasileiro não mudou a Constituição Brasileira, Sr. Presidente.

Quando se fala aqui em questão tributária – deixe-me lembrar o Dr. Iágaro –, em 2008, Senadora Ana Amélia, sabe o que que o Governo fez com os Estados e com os Municípios? Ele aumentou o PIS/Cofins dos refrigerantes e diminuiu o IPI. Sabe por que, Senadora? Porque o IPI é uma receita compartilhada, e o PIS/Cofins não é. Então, o que eles fizeram? Aumentaram o PIS/Cofins para ficar com a receita só para União. E cadê o espírito republicano de compartilhamento da receita, tão pregado aqui pelo Dr. Iágaro? Cadê o espírito municipalista?

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Não; eles aumentaram o PIS/Cofins e, pasmem os senhores, diminuíram o IPI do refrigerante, do produto final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso, esse discurso, lamento dizer isso a V. Exª – que não é brasileiro, porque desrespeita a Constituição –, esse tecnicismo que tenta nos jogar uns contra os outros...

Eu votei a favor do Supersimples para os refrigerantes, para os pequenos. Eu votei a favor! O mesmo Supersimples a que o Governo brasileiro busca dificultar o acesso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Eu também votei a favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu sei que V. Exª votou a favor.

E quero dizer mais: Sr. Presidente, lucro de grandes empresas... Nós temos que ser objetivos. Nós não estamos aqui para tornar ou fulanizar o CNPJ de uma empresa. Se uma empresa está descumprindo a lei, que a Receita Federal aja. Agora, o projeto Zona Franca de Manaus não se resume a uma, duas ou três empresas. O precedente, que disse o Superintendente da Zona Franca, é grave, porque aquele que está hoje na Alemanha, na Coreia, no Japão, nos Estados Unidos, seja onde for, reunido com seu *board* para decidir um investimento na Zona Franca de Manaus, em plena Floresta Amazônica, com que segurança jurídica vai decidir esse investimento se nós mesmos da Receita Federal, do Senado da República defendermos a quebra de contratos, defendermos a insegurança jurídica, a imprevisibilidade? É claro, Sr. Presidente, que isso não está certo. É claro que isso está errado.

O Decreto-Lei 288/67 proíbe benefício fiscal na Zona Franca para cinco produtos: perfume, arma, tabagismo, bebida alcoólica e carros. Eu e o Senador Omar tivemos a dádiva do povo e de Deus de governar o Amazonas, e na minha gestão eu tive a oportunidade de negar benefício fiscal para uma fábrica de cerveja que queria se instalar no Amazonas. Por quê? Para não abrir precedente contra a Zona Franca de Manaus.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Dr. Iágaro, se alguma empresa está fazendo benefício cruzado, a Receita Federal tem que fazer cumprir a lei, o Decreto-Lei 288. Não cabe aqui justificar que vai modificar o decreto que beneficia milhares de brasileiros na Amazônia, porque a Suframa não beneficia só o Amazonas, não. Se o Governo descontingenciar os recursos da Suframa, ela investe no Acre, investe em Roraima, investe em Rondônia, no Amapá, porque ela é uma agência de desenvolvimento regional. Ela é uma agência de desenvolvimento regional!

Portanto, se alguém estiver cometendo um crime fiscal, a Receita deve agir. Agora, punir o modelo Zona Franca? Punir os homens e mulheres que preservam 98% da floresta em pé? Então, o Governo brasileiro tem que ter a coragem de mandar uma emenda à Constituição permitindo que a Amazônia desmate, como o Rio Grande do Sul desmata, como o Centro-Oeste desmata, como o Sudeste desmata, como o Nordeste desmata, porque não é justo, porque não é correto, porque não é certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Iágaro, a BR-319, que é a única via de interligação entre o Amazonas e o Brasil, já foi asfaltada. Há 20 anos nos é negada licença ambiental para que nós possamos ter a interligação rodoviária. E quando nós argumentamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Para concluir, Sr. Presidente.

E, quando nós argumentamos, a resposta: "você já tem a Zona Franca de Manaus".

Agora, o Decreto de V. Exªs, assinado pelo Presidente da República, pelo Ministro da Fazenda e pela Receita Federal – o Ministro da Indústria e Comércio não assina esse decreto, e quero perguntar a V. Exª por que, já que o modelo Zona Franca é da competência da Indústria e Comércio –, apenas quebra o direito constitucional, quebra o equilíbrio da política de desenvolvimento sustentável, reconhecida inclusive pela OMC. O único incentivo fiscal brasileiro que saiu da pauta de discussão da OMC é a Zona Franca, exatamente pelas suas consequências ambientais.

Sinceramente, Dr. Iágaro, quando V. Sª for estabelecer os empregos gerados pelo polo de concentrados, inclua os números do Caged. O Caged informa, no mês de abril de 2018, 1.495 empregos nas 31 empresas localizadas no Amazonas, diretos. Nós temos, dentro da secretaria de produção do Estado e em instituições como Mesa Brasil e outras, os nossos produtores registrados. Sr. Iágaro, nada mais, nada menos do que 8.950 produtores agrícolas familiares fornecem produtos para o polo de concentrados. Portanto, não vamos contar uma mentira para o povo brasileiro, vamos falar a verdade, porque a Amazônia merece respeito, o Amazonas merece respeito, e os brasileiros que lá vivem não podem ser tratados como brasileiros de segunda classe.

Se nós tomamos a decisão de termos uma política de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, vamos tê-la! Se nós tomarmos a decisão de não fazê-lo, então vamos mudar a lei de desenvolvimento sustentável e vamos permitir que o Amazonas tenha os mesmos direitos que outros Estados e outras Regiões possuem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – V. Exª em seguida.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Obrigada, Sr. Presidente. Espero que V. Exª seja bondoso comigo, assim como foi com os que me antecederam.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Como sempre fui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Até em dobro em relação a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, primeiro, quero cumprimentar o Senador Eduardo Braga e, ao tempo, cumprimento todos os participantes desta audiência pública.

Assim como disse a Senadora Ana Amélia, quero que minhas primeiras palavras sejam, Senadora Ana Amélia, de registro da seguinte questão: nós não estamos aqui a discutir uma questão política. Nós estamos aqui a discutir uma questão técnica, e uma questão que não apenas envolve a Zona Franca de Manaus, o Estado do Amazonas, mas o Brasil inteiro.

Quando a Senadora Ana Amélia dirigia suas perguntas, seus questionamentos, eu tive muita vontade de falar sobre alguns, Senadora Ana Amélia. Mas nós vamos ter oportunidade de ouvir todos os convidados falarem sobre isso.

Quando V. Exª fala do impacto tributário positivo que aparentemente esse decreto trará para os Estados e Municípios, nós temos que discutir o outro impacto, negativo, que é exatamente o aumento do custo do produto. Porque, olhem, não vamos misturar alhos com bugalhos. Aqui nós estamos discutindo incentivo fiscal para a indústria de concentrados. E indústria de concentrados, até onde estou informada, inclusive pelo Ministério da Indústria e Comércio, só existe na cidade de Manaus, na Zona Franca de Manaus. Não existe indústria de concentrados em outras localidades do País. Então, é isso que estamos discutindo. O aumento do preço obviamente vai ocasionar a diminuição na venda e a diminuição na arrecadação de todos os Estados. Eu acho que isso nós precisamos analisar também.

Mas eu quero dizer, Senador Lobão, que senti falta de um debate aqui, porque nós estamos discutindo questões técnicas, nós estamos discutindo o Decreto 9.394, de 30 de maio, assinado pela Presidência da República, que pegou todos de surpresa, o Brasil inteiro, em 30 de maio de 2018, como parte de um pacote de medidas para garantir o pagamento de R$0,46 na diminuição do preço do diesel – R$0,46.

Então, o que nós estamos debatendo aqui? Nós estamos debatendo a política tributária do Brasil? Lamentavelmente, não. Eu gostaria muito, e nós precisamos muito debater a política tributária do Brasil. Aliás, essa era a prioridade. Não era a reforma trabalhista, não era a reforma previdenciária. A prioridade do nosso País é a política tributária. Mas não é isso que nós estamos debatendo aqui. Não é isso, Dr. Iágaro. Não é isso que nós estamos debatendo.

Nós estamos debatendo também a política de alimentação saudável? Não. Não é isso que nós estamos debatendo. Aliás, eu confesso: eu não tomo refrigerante. Esse é meu método de vida. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confesso: não tomo refrigerante. Mas não é isso que nós estamos debatendo. Nós estamos debatendo aqui se devemos ou não aprovar decreto legislativo para anular, para sustar o Decreto presidencial nº 9.394, que faz o quê, Srs. Senadores? Faz o quê? Resolve o problema, Dr. Iágaro, tributário do Brasil? Resolve? Não! Ajuda a resolver? Também não. Porque é um dinheiro que será tirado da Zona Franca de Manaus, do Estado do Amazonas, para ser repassado integralmente a quem? Às importadoras de diesel, no Brasil. Aproximadamente 27% do diesel comercializado no Brasil é importado. Quem importa esse diesel? Shell, Ipiranga, Petrobras também.

Então, é para isto, é para tirar dinheiro da Zona Franca de Manaus e repassar para o caixa em forma de subsídio. É isso o que diz, é disso que trata a Medida Provisória nº 838, para subsidiar essas empresas. E o Governo brasileiro não se sente livre ou no direito de perguntar se de fato essas empresas precisam de subsídio. Será que precisam? A gente deve fazer outro debate, juntamente com esse, sobre a política de preço dos combustíveis. É esse o debate que precisamos fazer!

Então, nós estamos debatendo aqui... Tirar não é resolver o problema tributário, é tirar dinheiro da Zona Franca. Aí o alvo foi a Zona Franca. O alvo foi o único modelo legal de incentivos fiscais que tem o Brasil reconhecido no mundo inteiro, reconhecido pela União Europeia, reconhecido por todos os blocos econômicos! Reconhecido, por quê? Porque a Zona Franca hoje não apenas propicia o desenvolvimento de uma região muito distante dos grandes centros consumidores; uma região rodeada de florestas! Não! Mas é porque a Zona Franca de Manaus também propicia a possibilidade da preservação ambiental.

Nós fomos aplaudidos. A União Europeia, num primeiro momento, quando denunciou o Brasil perante a Organização Mundial do Comércio – V. Sª sabe disso, Dr. Iágaro –, foi por conta de quê? De várias leis de incentivos fiscais: Inovar-Auto, Informática... Vários, vários! E Zona Franca de Manaus. Imediatamente retiraram a Zona Franca de Manaus. Mas é aí que o Governo entende de atacar. O porquê disso exatamente não sei. Eu sei que o nosso objetivo, a nossa obrigação é fazer a defesa não apenas do nosso Estado do Amazonas. Nós não estamos aqui defendendo empresa A ou B, nós estamos aqui defendendo o Estado do Amazonas e a Zona Franca de Manaus; portanto, defendendo o próprio País, o próprio Brasil!

Então, veja, eles estão querendo simplesmente tirar de imediato 14 mil empregos. Não são 700 empregos! Não! Isso é uma cadeia. Esse setor é o terceiro da Zona Franca de Manaus. O primeiro é informática e eletroeletrônicos juntos; o segundo é duas rodas; e o terceiro é de químicos concentrados. O terceiro! E gera, na cadeia, de indiretos e diretos, 14 mil empregos. Não vou repetir o que já foi dito aqui. Existem ações em várias cidades importante do interior. Maués é a cidade maior produtora de guaraná do Brasil. Estão as empresas produzindo guaraná lá. Não quero falar do mate aqui, quero falar do guaraná. Estão produzindo guaraná lá! Eu acho que nós precisamos colocar os pingos nos is.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo. Por que apresentamos o decreto? Porque consideramos o Decreto Presidencial nº 9.394 como inconstitucional. E aí o Dr. Appio falou. Aliás, a única coisa que ele falou, mas que já deveria ser suficiente.

Esse decreto atinge, repito, um modelo baseado em incentivos fiscais garantidos na Constituição brasileira. Aí os senhores podem dizer: "Não, mas um Presidente da República tem a possibilidade legal de mudar o IPI para mais ou para menos, como quiser." Ele tem essa possibilidade legal, mas a Zona Franca de Manaus, do ponto de vista tributário, é uma exceção. Vejam os senhores, vamos fazer o seguinte raciocínio: hoje é com o setor de concentrados; e se amanhã for com o setor de duas rodas? E se, amanhã, houvesse um decreto, da noite para o dia, para o setor de duas rodas, como ficaria a Zona Franca de Manaus? Como ficariam os nossos empregos? E se, depois de amanhã, isso atingisse o setor de eletroeletrônicos, como ficaríamos nós? Essa é a segurança jurídica! Essa é a segurança jurídica!

Eu acho até, Srs. Senadores, que nós precisamos debater, sim, essa política de incentivos fiscais aos refrigerantes, mas temos de debater outras políticas de incentivos fiscais. Recentemente, com o meu voto contrário, este Congresso aprovou uma medida provisória que dá uma isenção tributária extraordinária ao setor de petróleo, o que é muito ruim para a saúde também, o que é...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... muito ruim para o meio ambiente também. Foi uma isenção extraordinária de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de tudo! Segundo os técnicos, o montante pode chegar a R$1 trilhão em 20 anos! Mas nisso não é tocado! Está aqui, senhores!

Eu me admiro muito, Dr. Iágaro, o senhor falar assim pontualmente. A Receita Federal não tem de olhar pontualmente, mas tem de olhar o Brasil como um todo.

Olhe aqui, o Dr. Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil, deu uma entrevista recentemente para o jornal *Folha de S.Paulo*, na segunda-feira, dia 18. Na semana passada, estiveram aqui dois Ministros do Tribunal de Contas, entregando um relatório para o Congresso Nacional. O que foi destaque nesse relatório? A política de isenções tributárias no Brasil! A política de isenções tributárias no Brasil! Segundo o Dr. Rachid, o montante chega, por ano, a R$283 bilhões; segundo o Tribunal de Contas, a R$354 bilhões. E onde estão essas isenções? O Tribunal de Contas levantou onde estão esses benefícios fiscais, essas isenções fiscais, muitas delas ilegais, não medidas e com tempo indeterminado, o que não é possível.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Quarenta e seis por cento estão no Sul do Brasil; 16,3%, no Nordeste; 16,2%... Desculpa! Quarenta e seis por cento estão no Sudeste; 16,3%, no Sul; 16,2%, no Nordeste; 11%, no Centro-Oeste; e 10%, no Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De R$24 bilhões a R$25 bilhões é o que custa a Zona Franca de Manaus em isenção legal, que gera emprego, que gera renda, que gera preservação ambiental; nada, nada tem mais valor do que isso. E são R$24 bilhões. E não é só o Polo Industrial, não! São o Polo Industrial e toda a Área de Livre Comércio, que engloba Acre, Rondônia, Roraima e parte do Estado do Amapá, além do Amazonas.

Então, veja, não vamos ficar aqui discutindo pontualmente: é este tanto, é aquele tanto. Nós não vamos resolver o problema do Brasil com isso agora. Não vamos resolver o problema tributário do Brasil. Está aqui o Tribunal de Contas dizendo, está aqui o Secretário da Receita Federal dizendo que nós não vamos resolvê-lo. Mas nós vamos prejudicar muito a Zona Franca de Manaus e, portanto, vamos prejudicar muito o Brasil.

Concluo, Senador Lobão, agradecendo muito esta possibilidade, a sua paciência comigo, mas fazendo um apelo. Nós somos todos brasileiros. Antes de sermos sulistas ou nordestinos, todos nós somos brasileiros. E aqui precisamos votar em favor do Brasil. Precisamos votar em favor do Brasil!

Fico aqui pensando: gera tanta revolta esse tipo de incentivo da Zona Franca de Manaus, que só vive de incentivo, mas não gera revolta nenhuma o fato de o Governo cortar o Orçamento Geral da União para dar para as petroleiras, não gera revolta o fato de que estão tirando benefícios da Zona Franca para dar para as petroleiras.

Então, vamos pensar no Brasil. Não vamos olhar para o próprio umbigo, não! "Eu não quero saber das empresas de refrigerante!" Pelo contrário, tenho aqui uma entrevista que recebi...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... dizendo como o setor de bebidas, de refrigerantes, comemorou quando foi incluído no Supersimples, porque este, sim, é o maior incentivo.

Por último, quero que o Dr. Alexandre, que representa a Abir, fale um pouco do impacto tributário para Estados e Municípios.

Drª Ana Paula, pergunto se a senhora é contrária também ao benefício fiscal e tributário para as pequenas produtoras de refrigerante, com base no Supersimples, se a senhora é contra isso também, é contra o Supersimples para esse setor.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Ouço o Senador Omar Aziz.

Em seguida, ouviremos os Senadores Ronaldo Caiado e Ricardo Ferraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, quero cumprimentar, em nome da Drª Ana Paula, todos os membros que compõem a Mesa, que já foram citados várias vezes.

Quero cumprimentar os Senadores e as Senadoras.

Quero cumprimentar, pela presença, os dois Deputados do Estado do Amazonas que estão aqui, o Deputado Sidney Leite e o Deputado Josué Neto, que vieram acompanhar esta audiência pública até pelas razões naturais da preocupação que temos hoje.

Nós tivemos uma reunião, Dr. Iágaro, com o Secretário-Geral Dr. Rachid e com o Ministro da Fazenda, Dr. Guardia. E nós, da Bancada do Amazonas, colocamos a preocupação de que essa não era uma questão pura e simples deste segmento, do setor de concentrados, mas, sim, de que era o modelo Zona Franca de Manaus que estava sendo discutido naquele momento. E talvez essa não seja a compreensão de alguns colegas em relação à Zona Franca de Manaus. É um precedente que nos preocupa bastante.

Eu teria números e dados aqui para discutir, para nos aprofundarmos na discussão, mas nem vou falar dos dados que eu tenho. Vou mostrar os dados fornecidos pelo próprio Rachid nessa entrevista aqui, que dão isenção para salmão, para caviar. Quer dizer, estão dando isenção para salmão, para caviar, para filé-mignon! No Amazonas, nós não produzimos filé-mignon, porque lá não podemos ter pasto, não podemos produzir isso, não temos uma produção de gado para exportar, porque nós não temos esse direito.

Agora, preocupa-me muito, Presidente, o fato de que não vejo nenhuma instituição aqui, nacional ou internacional, do meio ambiente para defender a Zona Franca neste momento!

Volto a uma música de um grande poeta amazonense, o compositor Chico da Silva, que, na década de 90, compôs uma música chamada Ecologia, que estava na moda. Havia um cantor chamado Sting, e o Mitterrand era o Presidente da França. No final, ele pergunta: "Cadê meu Mitterrand? Meu Sting? O que faço do meu amanhã?" É esta a preocupação dos amazonenses: o que vamos fazer do nosso amanhã?

Foi colocado aqui muito claramente: nós temos uma distorção. Temos de ter essa distorção, Secretário da Receita Federal! Se não tivermos a distorção, não vamos ter nenhum emprego, nenhuma geração e nenhuma indústria no Estado do Amazonas! Mas essa distorção é reconhecida pela Organização Mundial do Comércio, e não são reconhecidos outros incentivos que o Brasil dá.

Vou lhe colocar aqui: o Simples Nacional, R$72 bilhões/ano, que beneficia o Rio Grande do Sul, beneficia as pequenas indústrias de refrigerantes; entidades filantrópicas, R$22 bilhões; inovação em tecnologia, R$7 bilhões; incentivo ao mercado de trabalho, R$26 bilhões; desoneração da cesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

básica...Vamos lá, esta não chega ao consumidor, porque não há fiscalização de ninguém – absolutamente ninguém discute isso.

Agora mesmo, com essa greve de caminhoneiros, essas tabelas explodiram. Sabem quanto é? São R$17 bilhões de desoneração da cesta básica. E eu pergunto a um brasileiro que esteja me ouvindo agora se essa desoneração chega ao bolso dele no final do mês. Não chega porque ninguém fiscaliza. Se não estão fiscalizando agora essa desoneração feita em relação ao diesel, por que vão fiscalizar o quilo do arroz na taberna do Sr. Francisco ou da D. Joaquina? Não vai acontecer isso.

A Receita Federal nos deu um golpe, Iágaro; era um golpe premeditado há muito tempo. Há mais de dois anos vimos discutindo essa questão com o Rachid, e, na calada da noite, apunhalou um modelo que serve de exemplo para o controle do desmatamento da minha região. É um modelo que não é do amazonense; é um modelo do Brasil, porque defende e preserva a Amazônia. Defende e preserva a Amazônia! Ela serve para os brasileiros saírem do Brasil e cantarem e decantarem a Amazônia, mas poucos querem defendê-la.

Volto a repetir, Presidente, eu até estranho que não haja ninguém daqui, nenhuma ONG, daquelas que se alvoroçam, que vão, que se amarram numa árvore para defender essas árvores que vão quedar. Não tenha dúvida.

O precedente, Sr. Secretário, é o que nos preocupa. Isso nos preocupa. Sabe por quê? Os custos foram compostos pelo processo produtivo básico, e a classificação não foi feita por decreto; foi aprovada num conselho, dentro da Suframa, em que a Receita Federal estava presente, em que o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda estavam presentes. Não foi uma coisa, uma atitude feita às escondidas, Sr. Presidente! É algo que foi colocado e posto para aqueles que queriam investir no Estado do Amazonas.

Aí, nós estamos numa partida de futebol, e só acontece com o Brasil. Todo mundo foi olhar aquela telinha lá para saber se foi pênalti. Para todo mundo, era; só para o Brasil que não quiseram olhar.

E o Brasil passa isso para os investidores. E aí a preocupação, Senadora Ana Amélia... Não é a questão de o lucro ser maior ou menor; é a vergonha de se oferecer um investimento tendo uma regra e, aí, quando há uma "crisezinha" manda-se mudar a regra. E não mudam outras regras.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – "Crisezinha", Senador? (*Risos.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não, eu tenho de levar a senhora também na brincadeira, não é, Senadora? Porque a senhora repete uma mentira aqui várias vezes para ela se tornar verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Qual foi a mentira, Senador?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – De R$80 milhões, Senadora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ..., que o seu Estado vai perder.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu tenho que...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não é verdade, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... confiar em dados.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu só estou lhe respondendo, Senadora...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu tenho que confiar em dados.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ..., porque a senhora deu uma risada irônica, e eu não aceito isso de ninguém. Porque, quando a senhora está falando... Eu estou escutando a senhora repetir uma mentira que o Presidente da Afrebras falou desde a última reunião.

Senadora, sabe quanto vai entrar neste ano com isso? Setecentos e poucos milhões! Está entendendo? Dez por cento disso significam R$80 milhões. A senhora acha que 10% do Fundo de Participação dos Municípios vai para o Rio Grande do Sul? E os outros Estados? E os outros Estados? Até porque o seu FPE é menor do que o dos Estados do Nordeste, porque a classificação do Rio Grande do Sul não está como a do Maranhão, que tem o maior Fundo de Participação do Estado, não está como a da Bahia, que tem o maior Fundo de Participação do Estado... Tem que ver, porque pegam esses números e jogam aqui como se a gente fosse contra o Estado do Rio Grande do Sul. Eu não sou contra o Rio Grande do Sul. Tenho um irmão falecido que nasceu lá, em Cacequi, no Rio Grande do Sul, tenho um respeito muito grande pelo povo do Rio Grande do Sul, mas não admito que, quando eu estiver falando... Falar em "crisezinha" é porque quem criou essa crise não foi o Omar. Não foi. Foi o Governo, que não negociou na hora, e os caminhoneiros do Rio Grande do Sul estão passando necessidade agora por causa disso, e não é com o concentrado que se vai resolver o problema dessa crise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui colocando que grande parte da renúncia do Orçamento, aliás, da renúncia fiscal... O Sr. Rachid disse na entrevista da última sexta-feira que não consta no Orçamento. Tem de constar, não consta, é irregular, e a Receita não toma providência em relação a isso. Não consta. Isso foi dito pelo Rachid, não por mim. Eu estou me apegando ao que ele falou.

Agora, eu posso lhe dizer uma coisa: esta discussão aqui não vai mudar a cabeça de Senador nenhum, não vai mudar a cabeça de Senador nenhum.

Eu realmente fico preocupado, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... se abriu um precedente muito grande. Hoje é o do concentrado, amanhã pode ser o polo eletrônico, amanhã pode ser o de duas rodas. Agora, sinceramente, o Governo Federal não teve uma conduta correta com o povo amazonense, e, quando uma pessoa não tem uma conduta correta, ela não pode ter o nosso respeito.

Realmente, Sr. Presidente Edison Lobão, nós tivemos uma grande perda não do ponto de vista financeiro, mas do ponto de vista da credibilidade, da falta de investimento que poderá haver na Zona Franca de Manaus, porque você tem uma regra que é quebrada no meio do jogo, e isso é muito preocupante para qualquer coisa. Se você faz um acordo, você quer que se cumpra o acordo, e o Governo Federal não está cumprindo o acordo com aqueles que fizeram o investimento.

Em relação aos pequenos, em relação aos outros companheiros, que são trabalhadores iguais aos que estão na Zona Franca, todo o meu respeito. Não estou aqui... A briga não é concentrada do Amazonas contra o produtor do Rio Grande do Sul, do Paraná. Não, não é essa a briga. Não é essa a questão. Nós não queremos destruir, como se colocou há pouco, de forma nenhuma, os pequenos produtores. Não é isso. Quanto mais emprego se gerar neste País, quanto mais pessoas estiverem trabalhando, melhor para toda a sociedade. Agora, o discurso simples, pequeninho, apequenado, de "olha, a saúde vai perder dinheiro", "a segurança vai perder dinheiro", isso é um discurso pequeno, que não era para estar em debate. Nós estamos debatendo aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... uma questão constitucional: legalidade. É isso o que nós estamos debatendo. Porque, se fosse preocupar só com a saúde e com a educação, que se cumpram os orçamentos que não são cumpridos, tanto da segurança quanto da educação e da saúde, que é o papel nosso fazê-lo cumprir.

Existe, sim, uma preocupação muito grande em relação não só ao seguimento concentrado, Sr. Subsecretário de Fiscalização, mas principalmente com o modelo Zona Franca. Isso nos preocupa bastante. Esse precedente é muito sério para todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Art. 14, Presidente.

Eu não quis polemizar com o Senador Omar Aziz, a quem eu respeito muito, mas eu preciso aqui reafirmar. Agora ele acaba de falar sobre a questão de que é pouca coisa para a saúde. Não, a situação da saúde no Brasil não está desse jeito tão bom, porque precisa urgentemente de um socorro, porque está na UTI – a saúde, a segurança pública, a educação, as obras públicas do nosso Estado, do País inteiro.

Eu quero também ponderar o seguinte, e com todo o respeito à legitimidade da iniciativa dos Senadores do Estado do Amazonas, porque, se eu fosse Senadora amazonense, estaria no mesmo lado deles, estaria fazendo o que eles estão fazendo. A Casa é federativa. O Senado é a representação por igual dos Estados, e é nessa condição que aqui eu falo. Então, eu tenho convicção dos números. O Senador dizer que eu estou mentindo com números da arrecadação? O Subsecretário de Fiscalização acabou de confirmar os dados da perda de receita do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – O senhor confirma R$80 milhões para o Rio Grande do Sul?

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele vai responder na hora.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não! O senhor confirma?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em seguida.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não, espera aí. Eu também fui citado. É o art. 14.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas eu não terminei de falar, Senador Omar Aziz!

Por favor, eu me calei quando V. Exª estava falando, eu me calei.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Nós não podemos ficar polemizando aqui por tempo indeterminado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu estou usando o meu art. 14 e estou encerrando, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu concedi a V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu entendo perfeitamente a posição dos Senadores, mas esta é uma questão federativa – não é nem de oposição nem de situação, nem de governo nem de oposição; estamos aqui diante de um problema complexo, que não é apenas fiscal, embora este seja o foco aqui dentro.

Agora, eu quero ponderar também – e aí, porque me envolvem nessa matéria – a questão da Amazônia e da Zona Franca de Manaus. Aqui foi até o próprio Senador que me antecedeu, falando sobre por que as ONGs, as ambientalistas, não estão aqui defendendo essa matéria. Porque eu, Senador Presidente Edison Lobão, questionei quando uma pesquisadora sueca do Greenpeace morreu num hidroavião na Amazônia, nos rios da Amazônia. Qual foi a causa dessa morte? Como essa moça morreu? O que ela fazia na Amazônia? A Amazônia é brasileira, não é estrangeira, não é de domínio internacional. E ninguém me respondeu! Nem Ministério do Meio Ambiente nem Ministério das Relações Exteriores, nenhum setor do Governo respondeu o que fazia esta pesquisadora sueca que morreu num hidroavião na Amazônia. Até hoje, nenhuma resposta.

Estive em Maturacá, lá nos confins do Estado do Amazonas, e lá tem índios falando holandês, Senador, numa terra montada em nióbio, em manganês e vários outros muito importantes minérios. A reserva, guardada.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quem é que está lá? Quem está lidando? Nas reservas indígenas, americanos, estrangeiros passam livremente; brasileiros, não. Então, que Amazônia é esta? Que região é esta que nós brasileiros não somos capazes de fiscalizar ou de vigiar?

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu concedo a palavra ao Dr. Iágaro...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – ... ao Dr. Alexandre e, na sequência, à Drª Ana Paula, por cinco minutos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, só um minutinho. Eu fui citado. Art. 14.

É só para dizer que o contexto que a Senadora colocou, em relação à não preocupação com a saúde, não foi esse. Toda vez em que nós temos a discussão de desoneração ou não, coloca-se esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria: "Ah, vai tirar dinheiro da saúde e da educação e tal". Foi esse o contexto. De forma nenhuma, Senadora, eu quero menosprezar a saúde, até porque eu não serviria para estar aqui se eu fosse colocar essa questão.

Os números que estão colocados aqui, pela redução de 20% para 4%, nós teríamos de arrecadar – se não me engano – em torno de setecentos e poucos milhões. Não é essa a contribuição? Então, setecentos e poucos milhões. É impossível que 10% desses recursos de setecentos e poucos fossem para o Estado do Rio Grande do Sul.

Então, volto a reafirmar que esse número que está sendo colocado de R$80 milhões para o Rio Grande do Sul, para os Municípios não é verdadeiro. É isso o que eu estou colocando, porque todo o dinheiro que vai ser arrecadado, Senadora, com isso que aconteceu de 20% para 4%, é em torno de R$800 milhões. Se são R$800 milhões, 10% não podem ir só para o Rio Grande do Sul. E os outros Estados? Até parece que vão todos os R$800 milhões. É para pagar uma conta; não é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... para distribuir para os Municípios. É isso o que eu quero colocar.

Então, uma mentira repetida várias vezes vira verdade. Eu não estou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... dizendo que a Senadora está mentindo. Eu estou falando de quem falou para a Senadora. Não é para a senhora, Senadora. Não é para a senhora. Estou dando números, Senadora. Não é contra a senhora. Deus me livre!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Por favor, conclua.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Colocaram um número aqui como se fosse verdadeiro. Eu só estou dizendo que é impossível esse número acontecer. É impossível!

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não tem como! É só isso. Não é a Senadora Ana Amélia que está mentindo, vamos deixar isso bem claro. Estou dizendo que os números que estão sendo colocados não são verdadeiros.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Dr. Iágaro.

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram vários os questionamentos.

Vou começar pelo da Senadora Ana Amélia. Ela pergunta qual o valor. O valor, até o final do ano, com essa diminuição do crédito fixo pelos envasadores, ou seja, no resto do País, são R$740 milhões para os cinco meses que sobram deste ano. Por ano, a renúncia dá R$1,6 bilhão, ou seja, para todo o ano de 2019.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E esses R$700 milhões iriam para onde? Vão para onde?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Vão para onde?

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Esses R$740 milhões são receita da União, e uma parte é ...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Para que eles estão querendo mudar? Para onde vai o dinheiro?

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Não entendi, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Os R$740 milhões vão para onde?

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Vão para o Orçamento da União.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Vão para o Orçamento para pagar o quê?

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Para pagar saúde, educação...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não, não diga isso!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, não é...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não diga isso! É para repor a redução. Ah, não faça isso!

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – É que a pergunta tem de ser um pouco mais direta.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não! É isto mesmo, é para repor os R$0,46. Não faça isso!

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Sim, é isso mesmo. É exatamente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Então, não faça isso! Aí vocês vêm com esse discurso de saúde e educação.

Outra coisa, só um minutinho. Do IPI, quanto é repassado para o FPM e FPE?

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – São 59%.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Então, de R$1,4 bilhão...

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – De R$1,6 bilhão dão R$950 milhões.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Dez por cento é para um Estado só?

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Eu...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não é. É isso o que eu estou dizendo, entendeu?

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Eu não trouxe...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Rio Grande do Sul?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ah, Região Sul. Já mudou, está vendo? Já não é mais...

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Continuando...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Esses R$740 milhões que o Governo quer arrecadar vão para a Shell, vão para a Ipiranga, é para lá que vão. Não é para o Rio Grande do Sul,...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... não é para Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Essa discussão paralela não agrega e está gerando tumulto na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Posso continuar?

Continuando, então, sobre o que nós estamos falando, a Zona Franca de Manaus, já foi divulgado isso ontem, pela entrevista do Secretário Rachid, a renúncia da Zona Franca é de R$23,1 bilhões/ano.

O setor de concentrados responde por 3,8, ou seja, os outros setores, são quase R$20 bilhões os outros setores – duas rodas, principalmente, eletroeletrônicos e mecânica. Do que nós estamos falando aqui é que nós temos uma redução de 3,8 para 2,9 bilhões. Ou seja, são 6% do total da renúncia da Zona Franca. Nós não estamos acabando com a Zona Franca como foi mencionado antes. Ou seja, a Zona Franca continuaria ainda com uma renúncia equivalente a R$22,5 bilhões.

Uma questão de que o Senador Eduardo Braga falou foi que estaríamos maquiando os números de geração de empregos. Se o senhor se lembrar da minha apresentação, eu fui mais generoso no número de empregos do que a Suframa. Eu falei que os levantamentos da Receita, em que eu confio muito mais do que nos do Caged, são de 798 empregos das 21 empresas. Existem só 21 empresas operando com concentrados na Zona Franca, enquanto que o estudo apresentado e publicado, e disponível na internet, sobre o perfil do segmento dos concentrados, publicado pela Suframa, fala em 571 empregos diretos. Ou seja, a Receita falou 798 empregos diretos.

E, em relação às empresas, são 21 empresas que exportam concentrados. Nos anos de 2014 a 2017 – infelizmente eu não posso deixar os dados porque há o nome das empresas –, mas são R$42 bilhões entre 2014 e 2017 de concentrados que saíram da Zona Franca, dos quais três empresas respondem por 83% desse valor. Ou seja, quanto a esse benefício, 85% dele se restringem a três empresas.

Com relação à questão de que houve um deslocamento da tributação para o PIS, Cofins, IPI,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – ... de fato, isso ocorreu, o senhor tem toda razão. Agora, na Receita, as leis são aprovadas aqui, pelo Congresso Nacional, quer dizer, nós cumprimos o que o Congresso Nacional edita em termos de lei.

Um outro aspecto interessante que foi trazido pela Senadora Vanessa Grazziotin é sobre a questão do guaraná. Nós não estamos falando de política tributária, eu, aqui, como representante da Receita Federal. Isso é uma tarefa para os senhores avaliarem. O que nós estamos colocando são os números para que os senhores façam uma avaliação se realmente, por exemplo, quanto custa produzir guaraná e a renúncia equivalente a esse setor, que é de 3,8 bilhões. Essa é a avaliação que eu acho que essa Comissão vai deliberar nessa e nas próximas sessões.

Com relação à Zona Franca, não foi objeto de contestação da OMC, a gente pode até discutir sobre isso depois, em outro momento, mas a gente tem que ver quais são os benefícios que a OMC

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questionou e a quem se estava beneficiando, que era a indústria efetivamente nacional, e aqui nós estamos falando de empresas que, com a renúncia, levam seu resultado para fora do País. Ou seja, nós estamos deixando de tributar algo aqui...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas o questionamento era sobre indústrias nacionais?

(*Soa a campainha.*)

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Na OMC, foi.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – O Inovar-Auto...

Qual é a empresa nacional que produz automóvel?

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – O Inovar-Auto...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora. Senadora.

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – As que estão instaladas fora do Brasil.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não. No Brasil, qual é a empresa nacional que produz automóvel?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – V. Exª fez as suas indagações, as suas colocações.

Vamos ouvir o convidado.

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – E outra questão que foi trazida pelo Senador Aziz foi a da renúncia e a política fiscal de fiscalização dessas renúncias fiscais. Efetivamente, nós temos ministérios setoriais que gerenciam, que acompanham essas políticas fiscais, essas políticas de incentivo.

Uma questão que o Secretário Rachid falou que não consta no Orçamento é que, em países mais desenvolvidos e que prezam pela transparência, a política fiscal é separada da política tributária. No Brasil, nós trouxemos a questão da política fiscal para dentro do Direito Tributário e fizemos essas várias renúncias tributárias, que não dão transparência para o sistema, e criamos esses artificialismos de deslocamentos de aplicação das atividades econômicas que a gente observa em vários setores da economia.

Em países desenvolvidos, o que se faz? Os benefícios fiscais estão dentro do orçamento. Ou seja, entra a receita, e o Congresso Nacional, na hora de votar o Orçamento, decide quem vai receber esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

benefícios. Não é o que ocorre no Brasil. No Brasil, o que é que a gente faz? A gente reduz antes, no Direito Tributário, e essa receita não é incorporada ao Orçamento.

Quanto à preocupação com o precedente de outros setores, nós fizemos um levantamento, na Receita, sobre os cinco setores majoritários que atuam na Zona Franca: duas rodas, metalúrgico, mecânico, eletroeletrônico e de concentrados. Nenhum desses setores... Por isso é que o precedente... Não há por que se preocupar, porque nenhum dos outros setores têm essa anomalia que nós temos no setor de concentrados, em que o insumo é substancialmente mais tributado do que o produto final.

Com relação ao setor de duas rodas, o setor metalúrgico, mecânico e eletroeletrônico, todos os insumos que são adquiridos da Zona Franca de Manaus têm uma tributação menor que o produto final. Só no de refrigerantes que nós temos uma tributação de menos 4%, até a edição do decreto do IPI; ou seja, o IPI é crédito para compensar em outros tributos, enquanto que os insumos para fabricar esse refrigerante têm uma tributação de 20%, que nunca é paga, mas gera crédito para os envasadores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IÁGARO JUNG MARTINS – Então, a preocupação com o precedente para os demais setores não tem como ocorrer. Logicamente, é impossível de afetar outros setores da Zona Franca de Manaus.

Como eu disse, dos 23,1 bilhões, os outros setores respondem por 20 bilhões da renúncia da Zona Franca.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Dr. Alexandre Jobim.

O SR. ALEXANDRE JOBIM – Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, vou tentar responder algumas indagações da Senadora Ana Amélia. A primeira delas foi sobre a questão da produção de açúcar. Tenho dados aqui – posso levar ao seu gabinete dados mais precisos e com as respectivas fontes –, mas a Unica, entidade dos produtores de açúcar, tem dados públicos no sentido de que produz 200 mil toneladas de cana-de-açúcar. Ou seja, nós temos esses dados. Com relação à questão do guaraná, só no Município de Maués, que é o maior produtor, há 2 mil famílias envolvidas, seja na colheita, seja no plantio, e são produzidas cerca de 400 mil toneladas. Eu só estou dando dois exemplos de que realmente os insumos...

Já pegando a segunda questão, obviamente a condição da isenção, a condição do benefício é ter os insumos produzidos na Região Amazônica e lá comprados. Então, respondendo, 100% do concentrado produzido vêm de insumos, senão você não pode ter o benefício. Essa é a posição do setor e é o que tem havido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à questão do emprego, Senadora, nós mostramos vários números, cerca de 122 mil, defendendo a indústria, obviamente, e considerando que nós não estamos falando tão somente, digamos, dos efeitos na Zona Franca de Manaus, mas, sim, dos efeitos em cadeia, há na faixa, sim, 122 mil empregos. E, lá na Região Amazônica, nós estimamos que, somando os empregos diretos e indiretos, até colocado pela própria Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Eduardo Braga também, há essa agricultura familiar. E toda a cadeia de produção de insumos com a cadeia, digamos, da fabricação do concentrado chega, sim, a 14 mil nas estimativas que nós temos, segundo as fontes da Ernst & Young.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente, só para acrescentar. Quando o senhor levantar esses dados, eu gostaria de ter a quantia de área plantada com cana-de-açúcar, quantos hectares e em que região estão.

Obrigada.

O SR. ALEXANDRE JOBIM – Claro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE JOBIM – Entregarei exatamente ainda hoje no seu gabinete para poder fazer a análise justamente desse ponto.

Continuando aqui na sua questão, essa questão do concentrado. E, sobre o último questionamento, Senadora, é só obviamente que nós não estamos aqui, ao defender a indústria, eu estou colocando aqui os impactos obviamente na indústria. E, quando eu trouxe aqui questões de natureza jurídica, foi simplesmente para pontuar o objeto da análise de arrancada de V. Exªs para a análise de nenhuma manifestação de defender um ponto jurídico, em que a decisão é jurídico-político-técnica, pelo controle de constitucionalidade dado pela Constituição Federal aos Srs. Senadores.

Continuando, Sr. Presidente, há só um questionamento aqui da... Bom, em primeiro lugar, também coloco essa questão muito bem pontuada pelo Senador Eduardo Braga quanto a retirar a questão da diferença de baixar o IPI e aumentar o PIS/Cofins é uma verdade. E, ainda que o Dr. Iágaro diga que isso foi por lei, por este Congresso Nacional, foi proposta do Governo. Ou seja, o Governo que resolveu fazer isso. E essa diferença do PIS/Cofins foi por medida provisória, que foi votada aqui no final de 2014, em dezembro de 2014.

Então, não estou falando da gestão A ou B de governo, mas de fato isso veio por uma medida provisória, obviamente que aprovada pelo Congresso Nacional. Mas é bom que se diga que veio de um planejamento, sim, do Ministério da Fazenda.

O questionamento aqui da Senadora Vanessa Grazziotin. Eu não tenho, digamos, dados tão pontuais, mas na análise, Senadora, do impacto tributário estadual que nós estamos vendo com a queda de volume já pesquisada com os efeitos, estaria em uma ordem de 6 bilhões de faturamento, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geraria uma perda de arrecadação de 1,7 bi no Brasil, sendo que desse 1,7, 1,6 seria só de ICMS nos Estados. Ou seja, vai afetar, segundo aquele mapa da distribuição de quem compra o concentrado, na faixa de 1,6. E porque estamos analisando toda a cadeia, justamente há esse balanço entre ICMS e IPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Profª Ana Paula, com a palavra.

A SRª ANA PAULA BORTOLETTO – Senadora Ana Amélia, obrigada pelo destaque em relação à importância do tema para a saúde pública. Realmente não tive muito tempo de poder destacar a relação entre o tema das medidas fiscais com o impacto na saúde pública. Lamento aqui que não houve a participação de outras organizações, o próprio Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Social, que está aqui presente acompanhando essa agenda e que se posiciona também a favor de medidas fiscais que protejam uma alimentação saudável. Então, acho que realmente faltaram mais atores aqui para contribuir com esse debate, que tem relação direta com a saúde pública.

A gente tem alguns dados que são subestimados ainda em relação ao impacto da obesidade na saúde pública. O relatório da McKinsey publicado estima que a obesidade já custa para o Brasil 2,4% do PIB. Além disso, há alguns dados que mostram que existe um gasto de R$500 milhões no Sistema Público de Saúde em relação à obesidade e US$167 milhões em custos hospitalares relacionados à obesidade e enfermidades relacionadas. Então, realmente temos dados que são alarmantes e, se continuarmos nesse mesmo ritmo, a tendência é que eles aumentem exponencialmente.

Em relação à menção da Senadora Vanessa, primeiro eu gostaria de destacar a importância de realmente termos preocupações individuais em relação a hábitos alimentares, de nos manifestarmos, de não consumir refrigerantes e outras bebidas açucaradas, mas queria destacar que a questão da obesidade como problema de saúde pública não passa apenas por questões individuais. Aliás, defendemos que não podemos culpabilizar os indivíduos por suas escolhas quando temos todo um ambiente alimentar que não favorece as escolhas saudáveis. Se não atuarmos em relação a prevalecerem as escolhas mais saudáveis, as pessoas vão continuar sendo vítimas de um sistema alimentar que estimula e favorece o aumento da obesidade, e é sobre essa questão que queremos incidir.

Em relação ao posicionamento da Aliança, a Aliança se posiciona a favor das medidas fiscais que busquem atingir a recomendação da Organização Mundial da Saúde, de um aumento de pelo menos 20% no preço de todas as bebidas açucaradas, incluindo refrigerantes, chás prontos, sucos adoçados, etc. A nossa posição entra em qualquer tipo de categoria, e o aumento do preço, para que isso tenha tanto um benefício para desestimular o consumo e o valor arrecadado seja diretamente destinado para o Fundo Nacional de Saúde.

Essa é nossa posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Dr. Fernando Rodrigues, para responder objetivamente à pergunta da Senadora Ana Amélia.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE BAIRROS – Senadora, em relação à legitimidade de representação, como eu falei no início, nós estamos aqui representando quase mil empresas, somados, digamos, à Abracerva, ao Sindicato Nacional da Indústria de Refrigerantes e à Afrebras.

Existe uma discussão no setor de refrigerantes entre a nossa associação e a associação da Abir. Nós temos 106 associados; são todos pequenas empresas espalhadas pelo Brasil inteiro. Eles, não; eles têm 56 empresas, mas, na verdade, a grande maioria são as grandes corporações do setor. Há várias, a Coca-Cola tem várias plantas, enfim, são todos associados. Aí se chega aos 56.

É claro que, efetivamente, como funciona a Afrebras? Na Afrebras nós temos uma assembleia. A assembleia é soberana. Cada associado tem um voto, então, a discussão, toda discussão cabe dentro da assembleia nacional. O fato de algumas empresas buscarem comprar de lá ou não pouco importa na verdade, porque o que importa? O que importa é a decisão da assembleia nacional. A assembleia nacional define que tem que trabalhar com a isonomia tributária, e é isso o mínimo que nós estamos falando aqui hoje, a isonomia tributária. Essa é a vontade do setor de bebidas no Brasil. São quase mil empresas representantes hoje.

Em relação aos empregos, na verdade, pela receita, nós erramos somente por um emprego. Na verdade, nós falamos que há 797, não é? As nossas empresas que estão no Simples, na verdade, são 12 empresas que compõem o Simples, certo? A grande maioria são empresas médias, que faturam mais do que o Simples, em torno de R$5 milhões, R$6 milhões, R$7 milhões por ano, mas, mesmo assim, são consideradas pequenas empresas.

Em relação à discussão do Senador Omar Aziz, em relação à renúncia fiscal, na verdade, se for somar Imposto de Renda, ICMS e IPI, o Rio Grande do Sul perde muito mais do que 85 milhões, porque o ICMS é suspenso em 90,25, e eu transfiro, na minha alíquota interestadual 12%. Eu sou suspenso em 90,25, ou seja, eu vou pagar menos de 10% efetivamente lá para o Estado do Amazonas. Mas eu me credito, quando vou para o Rio Grande do Sul, em torno 100% do valor destacado dos 12%.

Então, ali, na verdade, sempre falamos com os Estados que o ICMS da operação própria as grandes corporações do setor não recolhem. Eles ficam tão somente no ICMS substituto, justamente por causa dessa entrada de crédito vinda da Zona Franca de Manaus através dos concentrados.

Então, são essas as minhas considerações.

Quero pedir que amanhã, é bem provável, a gente tenha uma decisão favorável ao Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Ronaldo Caiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, só um minutinho...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Não, Sr. Presidente. De acordo, de acordo com o Regimento, eu tenho direito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – A pessoa vem aqui e fala...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Só um instantinho.

De acordo com o Regimento, eu tenho direito à réplica. Então, peço a V. Exª que me assegure...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Três minutos a V. Exª.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Agradeço a V. Exª.

Primeiro, eu queria responder ao nosso Subsecretário, Dr. Iágaro, dizendo que eu tenho aqui um documento da Suframa que informa: relação das empresas com projetos plenos, aprovados pela Suframa, em abril de 2018, 31 empresas.

Como eu disse, a fonte é o Caged – e V. Exª diz que a fonte Receita Federal é mais confiável do que o Caged –, mas a fonte Caged fala que, entre as pequenas e as grandes empresas de concentrados, empregos diretos, abril de 2018, há 1.418 empregos diretos. Isso é fonte Caged, do Ministério do Trabalho, que cuida e registra... Aliás, é fonte para aferição, inclusive, de carteiras assinadas no Brasil, etc., o que é divulgado pelo Governo, o Governo é que o reconhece como fonte.

A segunda questão é com relação à questão do PIS e Cofins. Ora, o Governo edita uma medida provisória, aumenta o PIS e Cofins, diminui a alíquota de IPI no produto final...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – ... no refrigerante. E, ao fazê-lo, tira dinheiro dos Municípios e dos Estados e concentra na União.

Quando se trata de redução das vantagens comparativas do polo industrial de Manaus, que é um projeto constitucional, de acordo com o art. 40, parágrafo único, o argumento da Receita é de partilha dos recursos. Ou seja, é contraditório. Quando ela quer aumentar a sua receita, ela não regula pelo IPI, ela regula pelo PIS e Cofins, que não é partilhado. E, quando ela quer penalizar um modelo de desenvolvimento, ela vai exatamente no IPI do concentrado. Ela não está mexendo no IPI do bem final. Ela poderia mexer no IPI do bem final, mas ela prefere mexer em algo que tem amparo constitucional e que diz respeito ao modelo de desenvolvimento sustentável que prejudica, portanto, todo esse arranjo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtivo de que nós estamos falando aqui, que gera emprego na agricultura familiar, que gera emprego com matéria-prima regional e que vai penalizar profundamente.

Outra questão que eu gostaria de ver a Receita Federal colocando é a questão da perda de mercado que acontecerá com o aumento do custo do produto final, porque isso terá um impacto para o aumento do produto final, do refrigerante. Agora, isso, obviamente, implicará perda de mercado.

E, por fim, queria dizer o seguinte: quando o eminente representante da Afrebras diz que tem mil associados, mais de 700 deles são de cerveja, portanto, não estão alcançados por este decreto.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE BAIRROS – Falando por eles. É diferente de ser representado. Eu estou falando por quase mil empresas. É diferente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu ouvi atentamente, respeitei o direito da fala, agora peço a S. Exª o Presidente que eu possa responder.

Esse é um documento que nos foi apresentado pela Afrebras e ela aqui, neste documento, diz o seguinte: que 712 associados são da Abracerva. Até onde eu sei, são cervejarias, portanto, bebida alcoólica, que não têm nada a ver com o decreto que nós estamos discutindo aqui. Desse modo, a Afrebras tem 106 associados, dos quais mais de 48 compram concentrado de bebida do Polo Industrial de Manaus. Só uma empresa, a ADM, fornece para mais de 45 associados da Afrebras.

Aquilo de que estamos diante é uma ação em que querem confundir o polo Zona Franca de Manaus com CNPJ de duas ou três grandes empresas, para ser mais claro, Coca-Cola e Ambev.

Então, Sr. Presidente, nós não podemos fazer aqui uma política pública alfaiate. Vai ser uma política pública para a Coca-Cola, outra política pública para a Ambev, outra política pública para a ADM, outra política pública para os outros produtores. Ou o Brasil tem uma política pública de desenvolvimento regional e diminuição de desigualdades regionais, ou não tem; ou nós temos uma política de sustentabilidade ambiental, ou não temos. É disso que nós estamos tratando aqui.

E lamentavelmente não vimos nem por parte do Dr. Iágaro, nem por parte dos representantes de pequenos engarrafadores de refrigerante, porque isso é uma outra coisa... Nós estamos tratando de duas coisas distintas: concentrado de bebida não alcoólica e refrigerante, Sr. Presidente. Quando se falou que se fecharam não sei quantas fábricas no Brasil nos últimos anos, não se está falando sobre concentrado, está-se falando de engarrafadores de refrigerante.

E mais: se essas empresas saírem da Zona Franca, alguém falou aqui em Paraguai, em Maquila – não sei quem falou aqui, a Senadora falou –, Maquila, no Paraguai, efetivamente será muito provavelmente o destino dessas empresas, que deixarão de estar no Brasil e irão para o Paraguai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resposta da Receita Federal a uma pergunta feita por mim ao Dr. Rachid: "Não. Aí a gente ajusta o PIS/Cofins, IPI." Quebrando o acordo multilateral do Mercosul?

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – É essa a resposta da Receita Federal? E gerando emprego no Paraguai?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Ronaldo Caiado, com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, nós do Centro-Oeste temos um crédito enorme com a Zona Franca de Manaus, até porque nós aprovamos os 50 anos de reconhecimento como sendo Zona Franca e, às vezes, o pessoal da Amazônia não tem sido tão bondoso conosco em relação aos pequenos incentivos que nós conseguimos lá. Até acredito que vão retirar a ADI. Acredito nisso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Mas, Presidente, quero dizer a V. Exª o seguinte: esse assunto é extremamente polêmico, e, como colocou a Senadora Ana Amélia, cada Senador aqui vai defender indiscutivelmente o seu Estado. Agora, acredito que, nas políticas de incentivo, nós precisamos saber modulá-las.

Nós não podemos admitir a tese da generalização. Com a tese, por exemplo, de fechar indústrias, de fechar fábricas, de inviabilizar o trabalho de pequenos produtores rurais e a agricultura familiar esta Casa fechou no momento em que nós penalizamos aqui a cultura do fumo. O fumo, hoje, paga 66% de IPI. O fumo paga 66% de IPI!

Quantas fábricas nós fechamos no Brasil? Quantos pequenos agricultores, no Nordeste e no Sul do Brasil, sobreviviam só da cultura do fumo? Por que nós fizemos isso? Eu falo como médico: porque, na verdade, todos nós sabemos as consequências e o custo disso para o País.

Ora, se temos uma ampla fatia de incentivos fiscais na Zona Franca, nós precisamos também adequar aquela que está trazendo um prejuízo enorme para a sociedade brasileira. Se nós pegamos o cigarro e colocamos um IPI de 66% para o cigarro – são 66,7% de IPI –, foram dizimados fábrica, produtor rural, agricultura familiar, tudo! Por quê? Porque a incidência das complicações é enorme, e o custo disso para o Sistema Único de Saúde é estratosférico.

Há o caso específico aqui citado pela Drª Ana Paula, colocado hoje, que mostra a realidade nossa. Por que todos nós aqui aprovamos os centros regionais para controle de diabetes no Brasil? Porque o diabetes hoje chega a ser responsável por 42% dos óbitos no País. "Ah, mas morreu de infarto!" Morreu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de infarto porque a causa inicial foi diabetes! "Ah, morreu de AVC!" Mas a causa inicial foi diabetes! "Ah, sofreu uma amputação de membros!" Mas a causa principal foi diabetes. "Ah, teve uma isquemia cerebral!" A causa principal foi diabetes. Se é cegueira, a causa principal é diabetes. Se tem insuficiência renal, a causa principal é diabetes.

Então, essa situação nós estamos associando a duas questões. Não vejo especificamente o problema de Manaus, não. Vejo o que é muito mais grave: esse é um problema de saúde pública e de política nacional, não de política especificamente de Manaus, não! Não podemos alimentar a tese de que, para haver um incentivo, nós estamos destruindo a saúde da população brasileira. Essa é o contrário, ou seja, o que nós temos é que, além de tirar o incentivo que existe hoje, a isenção que existe hoje e o incentivo de 4%, os Estados ainda têm a coragem de tributar em 30%, em 40%, em 50%, em 60%, para que possa haver outra cultura alimentar no Brasil que chega à obesidade e ao diabetes. Nós queremos isso? São esses exatamente os produtos essenciais para a alimentação do brasileiro? A agropecuária não está sendo taxada agora, com mais 1,8% e 2,3% de Funrural? E nós, por acaso, não produzimos os alimentos saudáveis para a alimentação?

Então, a política não pode ser numa vista única, especificamente. Ninguém aqui está discutindo... Pelo que eu levantei, são 600 empresas em Manaus. Seiscentas. Então, vamos dizer que sejam 30 ligadas a esta fase que seja especificamente dos concentrados. Bom, ficaram, então, 570. Estão com todos os incentivos.

Agora, Presidente, esta política de eu incentivar e ainda dar crédito para o cidadão? Oferecer para o brasileiro a preço menor e estimular o cidadão a beber água, suco natural – que não está adoçado –, para fazer com que ele tenha uma outra forma alimentar? E eu ainda estou produzindo isso? Eu ainda estou levando o Brasil à obesidade? Estou levando o Brasil a desenvolver, com muito mais antecedência, os casos de diabetes que estão aí, colocando em risco a saúde da população brasileira?

Então, o que eu entendo, Presidente? Eu acho que... O decreto pode ser tranquilamente compensado em uma outra área? Pode. Não tenho nada contra. A vida toda nós defendemos incentivos fiscais para Manaus e para o Amazonas. A vida toda. Não existe uma votação minha, com cinco mandatos de Deputado Federal e um de Senador da República, em que eu tenha votado contra os incentivos fiscais. Agora, nós precisamos saber quais são os incentivos fiscais que são importantes para o País e também para a qualidade de vida dos brasileiros. Eu não posso estimular e dar incentivo fiscal para aquilo que realmente nós estamos vendo que todos os países mais desenvolvidos estão duramente penalizando, como cigarros, bebidas adoçadas, e tudo isso que vem provocar as consequências sérias que nós estamos vivendo hoje.

Então, eu acho que a visão é maior. Nós não podemos fazer um foco tão segmentado, como se nós estivéssemos contra. Não. Nós estamos contra pulverizar, ampliar, ter incentivo do Governo... Já pensou bem, você chegar ao mundo lá fora e falar: "Não. No Brasil, nós temos incentivo, renúncia fiscal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para o cidadão poder produzir xarope concentrado de refrigerante adoçado"? Essa é a essência. Esse é o objetivo da discussão.

Então, ou o Senado, que é a Casa Alta, que tem a responsabilidade de legislar neste momento, saber quais são as prioridades do País e a quem deve ser dada a isenção, quais são os pontos que devem ser... Quer dizer: quando nós fechamos as fábricas de cigarro e cobramos 66,7% de IPI do cigarro, botamos aquela tarja negra, aquelas fotos de pulmão com câncer, de pessoas com câncer na faringe, por todo lado... Aquilo ali é o quê? É saúde pública. É qualidade de vida. São menos gastos do SUS. Então, este é o lado que eu acho fundamental.

Nós temos de ter a coragem de dizer que não podemos aceitar incentivo fiscal para aquilo que compromete a saúde da população brasileira. Ponto, isso é inadmissível. "Então, podemos compensar em outra área?". Sim, não tem problema. Coloquem aqui em votação e terão o nosso apoio. Dificuldade nenhuma, Sr. Presidente. Agora, eu vejo um motivo maior. Não pode esse processo ser orientador do que deve ser a alimentação brasileira. Então, nós chegamos a um acordo: o Brasil é signatário da OMS, nós vamos cada vez mais buscar uma alimentação saudável, nós somos signatários de todo esse processo. E, no entanto, a Câmara está discutindo especificamente por que se tiram nesta hora incentivos que são dados à Zona Franca de Manaus para concentrado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Para terminar, Presidente, nós só temos, numa análise do País todo, o Simples, que alcança todos os Estados, é que tem uma isenção fiscal maior do que a Zona Franca de Manaus. Pelo que ouvi do Secretário de Fiscalização da Receita Federal, mesmo tirando o incentivo fiscal, a taxa do IPI de 20% para 4%, a Zona Franca de Manaus ainda fica com incentivo de R$22,5 bilhões. Então, Sr. Presidente, sinceramente, vejo como sendo uma política da área que eu debato muito, eu tenho responsabilidade sobre ela, porque não vejo como aceitável nem admissível que amanhã esta Casa se proponha a discutir situações que são beneficiadas, nas quais o consumidor é prejudicado. Aí, sim, aí inverteu toda a lógica do País. "Ah, mas isso aqui dá lucro para a empresa". Então, acabou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... se isso aqui dá lucro, dá emprego, 100 mil empregos, 200 mil empregos, 300 mil empregos e compromete 200 milhões de brasileiros... Então, Presidente, acho que é por aí.

Eu realmente acho que faltou habilidade política no Governo, como tem faltado muito, até porque esse Governo, tanto o anterior como o atual, um é acessório do outro. Então, eu não estou aqui para, nunca fui da Base do Governo, mas dizer que faltou habilidade política, faltou conversa, faltou diálogo e faltou aquilo que é fundamental: poder explicar a matéria com mais consistência e tomar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política que seja de interesse da sociedade brasileira. Então, a posição, Sr. Presidente, é bem clara, essa que acabo de relatar aqui, em relação à minha posição, ao meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, convidados que nos honram trazendo suas impressões e suas percepções sobre este que não é um tema menor, muito pelo contrário, até porque esta é a Casa da Federação brasileira. Não é por outra razão, Sr. Presidente, que cada um dos nossos Estados tem aqui três representantes. Do outro lado do Congresso, essa não é a relação e a proporcionalidade. Mas aqui não, aqui o Estado do Goiás vale o que vale o Estado do Espírito Santo; aqui São Paulo vale o que vale o Estado de Goiás, e assim sucessivamente, para que nós possamos buscar aqui o equilíbrio federativo.

Então, para muito além de nós, em primeiríssimo lugar, defendermos os nossos Estados, porque esse é o compromisso fundamental de qualquer um de nós, defender de forma intransigente os nossos Estados, nós precisamos olhar para a árvore e nós precisamos olhar para a floresta.

Quem fala aqui, Sr. Presidente, é alguém que, nos anos de 2013 e 2014, trabalhou muito para que o Estado do Espírito Santo não fosse violentado, como foi violentado pela subtração de um incentivo fiscal que dialogava de maneira estratégica com a nossa existência. Nós tínhamos, no Espírito Santo, um incentivo chamado Fundap, que era um fundo de desenvolvimento para a atividade portuária estratégico para o nosso Estado e para os nossos Municípios de forma geral. E nós brigamos muito aqui nesta Comissão para que isso não acontecesse e, se acontecesse, que o fosse com regra de transição, porque eu considero que regra de transição dialoga com outro princípio muito importante, que é o princípio da previsibilidade, da segurança jurídica, até porque a segurança jurídica é a norma das normas. A segurança jurídica é a norma das normas. Se, naquele momento, eu trabalhei para que nós refletíssemos sobre a necessidade de uma transição, eu preciso reconhecer neste momento que o Estado do Amazonas e a Região Norte carecem de um olhar muito especial de todos e sobre todos nós brasileiros, pelas suas características muito próprias e muito especiais.

Nós não estamos aqui discutindo apenas uma questão que diga respeito ao Estado do Amazonas ou à Zona Franca de Manaus ou a esse polo concentrado que existe desde os anos 90. Na prática, Sr. Presidente, o que nós precisamos discutir com mais profundidade é esse orçamento de despesas tributárias e renúncias fiscais em nosso País.

Sr. Presidente, em 2008, de renúncias fiscais, o Brasil concedeu o correspondente a 3,4% do Produto Interno Bruto, que é o conjunto das nossas riquezas. E aqui sejamos muito claros: governo não produz riqueza; quem produz riqueza é o empreendedor brasileiro, é o trabalhador brasileiro. Em 2008, foi de 3,4% do Produto Interno Bruto; em 2015, essa mesma renúncia fiscal subiu para 6,7% do Produto Interno Bruto. Nunca, em tempo algum, houve tanta transferência, através de renúncia fiscal, como nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

governos anteriores. Isso não tem e não faz nenhum sentido. Nós chegamos ao nível de termos hoje 30% das nossas receitas líquidas que são de renúncia fiscal; 85% dessas renúncias não têm prazo, são dadas *ad infinitum*; 44% dessas renúncias não têm nenhum tipo de controle, de fiscalização, de custo-benefício. Ou seja, estamos renunciando à arrecadação em benefício de que, de quem? Quem está pagando essa conta?

Quando nós olhamos para os dados e para os relatórios da Secretaria do Tesouro Nacional, o último deles, avaliando a variação dos princípios e gastos tributários da União em 2016 e 2017, nós temos aqui uma conta muito salgada, Sr. Presidente. Somente com gastos tributários, chegou-se a R$263 bilhões para os mais diversos segmentos. E, quando nós observamos como, regionalmente, essas renúncias são feitas, nós observamos aqui, de novo, uma enorme concentração. Por exemplo, a Região Norte, em 2017, respondeu por 10,9% desses gastos tributários ou renúncias fiscais; a Região Nordeste respondeu por 13,5%; o Centro-Oeste, 11,1%; o Sudeste, 49,7% das renúncias fiscais que se praticam neste País, que ainda estão concentradas na Região Sudeste, a minha região; e 14,8%, na Região Sul. Portanto, há uma enorme concentração dessas receitas tributárias. Aqui, há o Simples como o grande campeão, com 75 bilhões; rendimentos isentos e não tributários, 28 bilhões; agricultura, agroindústria, desoneração em cesta básica, 23 bilhões; Zona Franca de Manaus, 21,63 bilhões; e assim por diante.

O Congresso Nacional, o Senado, sobretudo, precisa fazer uma discussão do orçamento de renúncia fiscal do Estado brasileiro. É disso que se trata, ou seja, em casa em que falta pão, todo mundo briga, e ninguém tem razão. Os ralos das renúncias fiscais no País estão absolutamente sem controles. E nós temos debatido isso com muita frequência na Comissão de Assuntos Econômicos, de modo que nós possamos ter mais critérios na identificação desses incentivos fiscais, que são fundamentais para que nós possamos construir o desenvolvimento regional, para que um País como o nosso, de dimensão continental, possa proporcionar oportunidades para as pessoas.

Dito isso, Sr. Presidente, eu foco agora no caso específico do decreto legislativo que nós estamos aqui avaliando, o Decreto Legislativo nº 57, de 2018, que versa sobre a oportunidade ou não, a evidência ou não, se o Governo Federal, se o Poder Executivo exorbitou ou não das suas prerrogativas em fazer da forma que fez, sem considerar o art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e sem considerar o art. 92-A também do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Apesar da redução desse incentivo, com a modificação dessas alíquotas, elas não acabam diretamente, mas, na prática, nós estamos, com essa decisão, desidratando, de tal forma, esse polo que esse polo vai deixar de existir. Nós precisamos ter uma visão muita clara em relação a isso.

É possível ou não que o Governo Federal faça isso por decreto? A análise que faço é que, desde os anos 90, essa alíquota já foi de 40%, já foi de 27%, já foi de 17%, já foi de 10%. Ela sofreu alterações ao longo dessa trajetória histórica, e, em quase todas elas, isso foi feito por decreto, que respeitou, no caso, a noventena, porque é uma condição de previsibilidade, de planejamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que este incentivo precisa, sim, ser discutido, discutindo a sua manutenção, a sua sobrevivência ou não, o seu benefício, o custo benefício desse benefício, porque, se esse benefício não for dado para esse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... segmento, pode ser dado para outro segmento que possa proporcionar uma melhor condição do desenvolvimento regional do Estado do Amazonas e da Zona Franca de Manaus? A meu modesto juízo, está me parecendo que o Governo, sim, exorbitou ao decretar esta medida sem noventena, até em desacordo, por exemplo, com o Decreto 7.742, do Poder Executivo, editado em 30/05/2012, que reduziu de 27% para 17% essas alíquotas, mas que obedeceu à noventena. É evidente que, de uma forma transversal, nós estamos ampliando a carga tributária, e, se há a ampliação da carga tributária, há, sim, o princípio da anterioridade que precisa ser respeitado.

Nós não tivemos aqui a oportunidade de termos nesta Mesa o debate jurídico. Nós debatemos aqui questões econômicas relevantes, debatemos questões sociais importantes, porque isso impacta um arranjo econômico e social importante de uma região do Brasil que merece, sim, a solidariedade de todos nós brasileiros. Este não é um assunto menor, não é um assunto que interessa apenas à Bancada de Senadores do Estado do Amazonas; isto interessa a todos nós, porque a Região Amazônica é um ativo humanitário, planetário que precisa ser olhado. Agora, se vamos manter este incentivo ou não, é outra questão. Vamos debater isto.

Agora, isto não pode se esgotar da noite para o dia, sem considerar que esses empreendedores precisam planejar a sua vida. De fato, esse tipo de improvisação... Isto não aconteceu por o Governo querer fazer uma revisão dos seus incentivos fiscais. Não! Isto foi por conta da barbeiragem do Governo que, no tempo certo, não agiu, não negociou com o setor de transportes e com os caminhoneiros, deixou esta crise chegar aonde chegou e agora tem que buscar dinheiro para tapar esse buraco orçamentário. Então, isto é uma improvisação, mas é uma improvisação que tem custos, que tem consequências econômicas, que têm consequências sociais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu acho que, para além dos debates, dos conflitos mais pontuais aqui e acolá, precisamos ter uma postura muito equilibrada e precisamos ter muito cuidado com aquilo que vamos decidir.

Eu não quero que aconteça com o Amazonas o que aconteceu com o meu Estado, Senador Eduardo Braga. Foi subtraído do meu Estado um incentivo fiscal da noite para o dia, sem qualquer regra de transição. Isso custou aos nossos Municípios e ao nosso Estado um prejuízo extraordinário. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquilo que eu não quis para mim, para o meu Estado que eu represento, eu não posso desejar para qualquer outro Estado-irmão.

De modo que eu estou convencido, sim, de que o Governo exorbitou e que este decreto legislativo faz todo o sentido. Eu acho que o caminho é, de fato, nós sustarmos para que haja uma negociação entre o Governo Federal e essa questão, porque, a meu juízo, está ficando claro que o Governo exorbitou, sim, ao fazer isto de forma unilateral, sem respeitar o princípio da anterioridade que traz enormes prejuízos para quem tem a necessidade de se planejar para tocar a sua...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... atividade econômica, que tem reflexo social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu queria pedir licença a todos, a V. Exª também e aos colegas por ter sido a requerente desta audiência pública. As exposições foram bastantes claras, sob todos os aspectos aqui abordados, e as informações adicionais que receberei também formarão mais e melhor juízo.

Quero agradecer imensamente o comparecimento dos que aqui vieram – da Receita Federal, Drª Ana Paula, Alexandre, os dois Fernandos, e o Dr. Appio – e a condução pelo Presidente Senador Edison Lobão neste debate extremamente produtivo.

Eu preciso me afastar porque tenho um compromisso com o Ministro da Educação. É um almoço, e já me atrasei bastante tempo. Esse é o motivo de eu me afastar e de agradecer novamente ao Presidente e a todos os demais Senadores e aos expositores.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu é que agradeço.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª para falar brevemente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Tem a palavra V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Pela ordem.) – Eu não pude participar, Sr. Presidente, aqui da audiência e lamentei, inclusive, não poder participar. Mas não queria deixar de expressar aqui a minha posição, acompanhando essa última parte aqui do debate.

Eu acho que há algo no Brasil, há duas questões que precisam ser claramente compreendidas no Brasil. A primeira é a de que a sociedade deve, sim, discutir o tamanho do gasto do chamado gasto tributário no Brasil. O Brasil está imerso numa crise fiscal de grande dimensão, cuja saída, eu lhe confesso, Presidente, à luz de todas as circunstâncias, não é fácil, porque nós estamos diante de um quadro de despesas muito irredutíveis que são os gastos obrigatórios, que hoje consomem 92% do Orçamento da União. E evidentemente esses gastos, hoje, estão representados basicamente por salário e previdência, de forma que o desafio não é apenas o de promover um ajuste fiscal episódico, o desafio é de construir as bases de um novo regime fiscal no Brasil que dê um mínimo de sustentabilidade às contas públicas no futuro, fazendo ou criando a possibilidade de uma trajetória sustentável.

Neste momento, portanto, há um debate que está tomando conta da sociedade que é a questão do gasto tributário, que representa 4% do PIB e que deve ficar, como tudo, de resto, numa sociedade, submetido ao escrutínio da própria sociedade. No entanto, ao tempo em que eu reconheço a necessidade de se discutir essa questão, eu reconheço também que uma das piores situações que se pode criar é a da insegurança jurídica, o desrespeito aos contratos. Infelizmente, isso vem produzindo para o País prejuízos imensos que se traduzem, por exemplo, numa constatação de que o Brasil não tem um ambiente amigável às atividades empresariais, seja por excesso de burocracia, seja pela instabilidade regulatória, seja sobretudo por esse quadro de absoluta instabilidade do nosso ambiente.

Eu queria apenas fazer um registro, quando o Senador Ferraço em boa hora lembra a questão do Espírito Santo, de que há uma certa diferença nos dois casos: é que a questão do Espírito Santo foi fruto de um projeto do Senado de resolução que foi amplamente discutido nesta Casa e que, portanto, houve uma decisão do Congresso; nessa questão particular que nós estamos discutindo, houve uma decisão do Executivo que, a meu ver, fere de forma de muito inaceitável a regra que estava estabelecida, e que, portanto, não é razoável supôr que um setor empresarial – e nesse caso o último –, premido por uma questão conjuntural, meramente conjuntural, vai à Receita e diz: "Olha, vamos cortar desse lado", aí atingindo-se o setor de concentrados lá da Zona Franca e a indústria química também, a indústria química que perdeu um regime de incentivo que é importante para a operação do setor.

Então, eu acho, Sr. Presidente, que, embora reconhecendo a necessidade de se discutir a questão das renúncias fiscais mais amplamente no Brasil, há de se atentar para a necessidade de não se produzir no ambiente empresarial situações como essa que foi criada aí, em que, de repente, se muda uma regra sem que se possa dar ao setor a possibilidade de um regime de transição, dentro daquilo que é muito próprio no ambiente tributário que é a ideia do gradualismo, a ideia da modulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu quero dizer que, embora reconhecendo a necessidade de se discutir a questão dos gastos tributários, eu votarei nesse caso pelo decreto, por entender que não se pode mudar uma regra dessa forma abrupta, ao sabor de uma questão emergencial ou conjuntural como foi essa desencadeada pela greve dos caminhoneiros.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Pela ordem.) – É só para fazer um esclarecimento ao Sr. Fernando Rodrigues.

Ele disse... Porque os números, quando a pessoa fala em números, ela tem que ter certeza absoluta do que está falando, porque números... Eu sou engenheiro civil, e matemática é número que você não tem como enganar. Dois mais dois é quatro. Se você fizer uma equação vai dar um número, e aquele número é absoluto, aquele número lá não erra. Não dá para se fazer um cálculo de um prédio errando o cálculo, porque vai cair.

Deixe-me explicar uma coisa: quando o Estado do Amazonas dá incentivo, porque ele reduz ICMS, quando vai de um Estado para o outro, ele vai com 12%, independentemente se o Estado do Amazonas cobra 1%, 2%, 5% ou 7%. Quando chega no Rio Grande do Sul, se o ICMS do concentrado é 17% ou do refrigerante, vai descontar 17% menos 2% e vai pagar 15%. Não tem jeito. Então, não é... O Rio Grande do Sul não perde absolutamente nenhum tostão de qualquer exportação feita pela Zona Franca de Manaus na produção, quem perde é o Estado do Amazonas. Para manter essas indústrias, nós temos que abrir mão do ICMS.

E outra coisa, Sr. Iágaro: V. Exª tem falado, o tempo todo, em incentivos à Zona Franca; incentivos à Zona Franca são pequenos em relação aos incentivos que são dados ao Brasil. Agora mesmo, eu vim aqui e agradeci ao meu colega Ricardo Ferraço, que tem a isenção de não ser amazonense, de não estar falando com o coração – porque eu, Eduardo e Vanessa não falamos só com os números e com a razão; falamos com o coração, porque nós vivemos a nossa realidade. Infelizmente o senhor e algumas pessoas da equipe não vivem a nossa realidade, não sabem o que a nossa realidade é.

Então, para esclarecer, esse negócio de dizer que da Zona Franca não perde ICMS, não... E quanto a Imposto de Renda, Sudam e Sudene têm o mesmo tipo de incentivo. Não é só o Amazonas que dá em relação ao Imposto de Renda. Os outros Estados da Região Norte também têm. E Sudeco também. Então, não é só o Amazonas. Parece que nós somos o grande problema e o grande problema da Nação brasileira, como se nós estivéssemos colocando o Brasil no fundo do poço.

Em relação à questão, Ana Paula, da obesidade, você está falando da infantil, mas a cerveja, que é produzida, também causa uma obesidade muito grande. Quer dizer, nós estamos discutindo só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

refrigerante; acho que temos que discutir a cerveja também aqui. Mas não é o momento, não é isso que estamos discutindo.

Como também agora eu quero agradecer ao Senador Armando Monteiro, que tem a coerência necessária, como empresário, de entender que a segurança jurídica não pode ser atropelada da forma como foi atropelada pelo Governo Federal. Não pode. Não é o caso do concentrado. Em qualquer segmento, em qualquer setor, em qualquer Estado brasileiro, nós não podemos permitir.

E eu quero lhe agradecer, Senador Armando. Cada vez o meu respeito por V. Exª é maior, porque o senhor discorda de algumas questões da Zona Franca – e já debatemos isso; é natural essa discordância, e este Parlamento está para discordar –, mas nós não estamos discutindo aqui segmento. Nós não estamos discutindo um polo ou polo de concentrado, não. Nós estamos discutindo o modelo Zona Franca de Manaus.

E, aí, vão me perdoar: não há educação pela minha parte, não vai haver nenhum tipo de sobriedade sobre a minha parte; sempre vou agir da forma como tenho agido. Estou aqui para defender o meu Estado; não estou aqui para agradar aqueles que querem prejudicar o meu Estado. E, neste momento, o Governo Federal, o Presidente Temer, o Ministro da Fazenda e o Sr. Rachid estão dando um golpe na Zona Franca de Manaus, um golpe traiçoeiro, porque da forma como foi conduzido esse processo, não é um processo democrático e não é um processo de uma República como a que nós vivemos.

Então, era isso que eu queria colocar, Senador, agradecendo a sua compreensão em relação ao nosso posicionamento. O equilíbrio, para a gente, quando mexe com a Zona Franca, se perde. Por quê? Porque nós fomos atropelados. Nós fomos atropelados de uma forma que não merecíamos, porque nós estamos cumprindo nosso papel de defender o meio ambiente, a Floresta Amazônica e defender aquilo que é mais importante para a gente, que é o modelo Zona Franca.

Era isso que eu queria lhe falar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Srs. Senadores, senhores convidados, nós temos sob o exame desta Comissão o decreto legislativo que visa revogar o decreto presidencial a respeito da Zona Franca.

As audiências públicas têm este condão: o de esclarecer, com a profundidade possível, pontos convergentes ou pontos divergentes.

Amanhã, quarta-feira, votaremos o decreto. Creio que os convidados trouxeram sua opinião com sinceridade e com honestidade de propósitos, com números que são aqueles existentes, embora, em alguns momentos, possam ser diferentes uns de outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer, portanto, a todos os nossos convidados. E aqueles que quiserem enviar à Comissão mais alguma informação em relação às indagações dos Srs. Senadores, a Presidência está à disposição para recebê-la e repassá-la aos eminentes Senadores.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia quinze de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, Valdir Raupp, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, José Pimentel, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Roberto Muniz, Ana Amélia, Lasier Martins, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Armando Monteiro, Rodrigues Palma, Ataídes Oliveira e Romero Jucá. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, José Agripino, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Pedro Chaves e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RCE 28/2018, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e da Senadora Lídice da Mata. **Finalidade:** Receber o Ministro de Estado da Educação, Rossieli Soares da Silva, para apresentar-se a este Colegiado na qualidade de titular da pasta, debater a situação das políticas públicas de educação, expor as diretrizes e os programas prioritários do Ministério, bem como apontar eventuais medidas que pretenda aplicar ou introduzir sob sua gestão. **Participante:** Rossieli Soares da Silva, Ministro de Estado da Educação. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/15

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende ao requerimento nº 28, de 2018, da Comissão de Educação, de minha autoria e de autoria da Senadora Lídice da Mata, para realização de audiência pública destinada a receber o Ministro de Estado da Educação, Rossieli Soares da Silva, para apresentar-se a este Colegiado na qualidade de titular da pasta, debater a situação das políticas públicas de educação, expor as diretrizes e os programas prioritários do Ministério, bem como apontar eventuais medidas que pretenda aplicar ou introduzir na sua gestão.

Dando início à audiência pública, solicito aos Senadores Lasier Martins e Omar Aziz que acompanhem o Ministro para tomar assento à mesa. (*Pausa.*)

Convido o Secretário Executivo do MEC, Felipe Sartori, para tomar assento à mesa.

Convido o representante da SESu para tomar assento à mesa. (*Pausa.*)

Ministro Rossieli; representante da SESu; Secretário-Executivo do MEC, Felipe Sartori; senhoras e senhores convidados.

Seja bem-vindo, Ministro, é um prazer e uma honra tê-lo aqui conosco.

Informo que a audiência pública tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá, ao vivo, a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

A exposição do Ministro terá duração de trinta minutos, após o que se abrirá a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, dispondo o Senador interpelante de cinco minutos para a pergunta; o Ministro, de cinco minutos para as respostas; o Senador interpelante, de dois minutos para a réplica; e o Ministro, de dois minutos para a tréplica.

Sr. Ministro, em nome do Colegiado, dou boas-vindas a V. Exª.

Começo falando da minha admiração pelo ex-Ministro Mendonça Filho, que deixou o Ministério para poder se candidatar nas próximas eleições, pois, no intervalo curto de dois anos, fez uma administração exitosa, reestruturou o Ministério, que apresentava problemas de gestão, e trabalhou firme para aprovar a nova lei do ensino médio. Amparado por uma equipe competente de educadores, como o atual Ministro Rossieli da Silva, que ocupava a Secretaria de Educação Básica, o ex-Ministro Mendonça Filho certamente deixou marca positiva de sua passagem pelo Ministério.

Como sabemos todos nós que nos envolvemos com a educação brasileira e que lutamos por ela, o nosso País vem conquistando algumas vitórias importantes nas duas últimas décadas, como a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universalização do ensino fundamental e como a implantação, primeiro, do Fundef e, depois, do Fundeb. Mas ainda temos grandes desafios.

Para falar desses desafios é que convidamos o Ministro para que ele pudesse aqui dizer do andamento do Plano Nacional de Educação, da implantação do ensino médio. Tivemos a aprovação do marco legal por esta Casa, estabelecendo uma nova estrutura curricular que foi desenhada pelo Ministério.

Outro objetivo desta reunião seria debater a gestão do ensino público, se ela deve migrar para a centralização do Governo Federal ou não; falar um pouco sobre formação de professores – nós tivemos aqui duas audiências públicas em relação a esse assunto. Sobre educação infantil, queremos entender ou saber quais medidas o MEC adotou em relação às creches que estão paralisadas. Essas são algumas das questões que coloco.

Passo a palavra a V. Exª para que possa fazer a sua explanação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Srª Presidenta, peço permissão aqui para fazer o registro de uma nota de pesar, no sentido de compartilhar com os colegas Parlamentares que integram a Comissão de Educação e Cultura o sentimento de pesar em decorrência do falecimento da professora e pesquisadora da Universidade Federal do meu Estado, a UFRN, a Profª Marta Maria Pernambuco, que faleceu nesta segunda-feira; sem dúvida, uma grande perda para a educação, a ciência e os movimentos sociais, com os quais ela muito contribuiu.

Marta, Senadora Lúcia Vânia, foi uma referência e porque não dizer uma inspiração para toda uma geração que compreende o direito à educação pública e de qualidade como um passo fundamental e essencial para a construção de uma sociedade soberana, justa e inclusiva.

Quero aqui, portanto, expressar meu reconhecimento pelo seu legado de professora e pesquisadora, bem como a minha solidariedade aos familiares, aos amigos, e me irmanar no sentimento junto a todos que fazem a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Segundo, quero pedir à senhora para pautar, daqui a 15 dias, o projeto de lei que trata de isentar as rádios comunitárias do Ecad.

Obrigada, Senadora Lúcia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço a Senadora Fátima Bezerra. A Mesa se associa a V. Exª nessa moção de pesar.

Passo agora a palavra ao Exmo Sr. Ministro Rossieli Soares da Silva.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Bom dia a todos e a todas.

É um grande prazer estar aqui no Senado a convite da Srª Senadora Lúcia Vânia e da Senadora Lídice da Mata. Tive o prazer de debater na Câmara dos Deputados, na semana passada, e hoje venho aqui no Senado. Acho que é importante manter essa interlocução.

Da mesma forma, Presidente – aproveito o momento para cumprimentá-la –, que eu me dispus a ter um diálogo mais próximo da Comissão de Educação para a discussão dos projetos prioritários na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara dos Deputados, também o faço me colocando à disposição desta Comissão especialmente, para debater os projetos de interesse da educação que estão nesta Casa. Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia, pelo convite.

Quero cumprimentar o Senador Roberto Muniz, a Senadora Ana Amélia, a Senadora Fátima Bezerra, o Senador Paulo Rocha, o Senador Lasier Martins. Cumprimento Lídice da Mata, que chegou. Senadora, já agradeci, no início, o convite feito. Cumprimento, de modo muito especial, o Senador Omar Aziz, com quem tive oportunidade de trabalhar.

Eu era um técnico da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas e o então Governador, Senador Omar Aziz, tomou a decisão e anunciou, na época, publicamente, que nomearia um técnico para a secretaria, para que fizesse e continuasse um trabalho técnico dentro da mesma.

Na época, fui o escolhido pelo Senador Omar e tenho, aqui de público, de fazer o reconhecimento por todo o trabalho realizado na gestão do Senador. O Estado do Amazonas, só para dar claridade, deu tantas condições que nós fomos o Estado que mais cresceu no Brasil. O Estado do Amazonas é o que mais cresceu no ensino médio, no ensino fundamental, no Pisa, entre todos os Estados, apesar de ser o Estado que tem uma das menores arrecadações, quando a gente olha, por exemplo, para o Fundeb.

Eu agradeço de público, Senador Omar. Hoje, se vim para o Ministério, se estou como Ministro, certamente foi porque o senhor me deu a oportunidade de compor o seu governo, que fez muito pela educação do Estado do Amazonas, como os resultados apontam.

Quero cumprimentar o Secretário Executivo do Ministério da Educação, Felipe Sigollo; o Secretário de Educação Superior, Paulo Barone; a Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eline Nascimento; o Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino, Marcos Osório; o Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), Kleber de Melo Morais; o Rogério Lotti, que é Presidente Substituto da FNDE – o Presidente Sílvio está de férias e hoje está aqui o Presidente Substituto Rogério Lotti.

Presidente, eu vou fazer uma breve apresentação, trazendo alguns pontos, respondendo algumas, mas também trazendo outras preocupações que considero importantes para o Brasil e que a gente deve olhar com muita atenção nesse ciclo.

Muito rapidamente, trazendo um panorama só para mostrar o tamanho, a dimensão da interlocução do Ministério em cada etapa. Quando a gente fala de matrículas, não são pessoas. Uma pessoa pode ter mais de uma matrícula, quando a gente olha ensino técnico, ensino superior. Em número de matrículas, são 57 milhões envolvidos, entre educação básica e/ou ensino superior, no processo educacional. No ensino superior, são 8,5 milhões de matrículas; no ensino médio, 7,9 milhões; 8,5 milhões de matrículas na educação infantil; 27 milhões no ensino fundamental. Ou seja, são números gigantescos. Essa apresentação estará disponível a todos os Senadores. Mas são números gigantescos que dão a dimensão da importância e da atuação do Ministério da Educação em todas as suas áreas de atuação.

Quando a gente olha, por outro lado, dentro do panorama da evolução das matrículas do ensino fundamental entre os anos 2013 e 2017, a gente vê este comportamento: nos anos iniciais, a linha vermelha, temos 15,328 milhões de alunos; nos anos finais, 12 milhões de alunos. O que temos hoje de grande reflexão a ser feita é que, desde a década de 90, o Brasil fez um grande esforço para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusão. Desde a LDB e depois, em movimentos posteriores, desde a década de 90 e depois no ano 2000, o grande passo que o Brasil deu foi para acesso. Hoje, por exemplo, quando a gente olha o primeiro ano do ensino fundamental, nós temos praticamente o ensino universalizado, o que não quer dizer que nós tenhamos resolvido o problema.

Quando nós olhamos para o ensino médio, vemos um número de diminuição de matrículas, uma tendência ainda de diminuição de matrículas. E 6,9 milhões de alunos são da rede pública, ou seja, 88% das matrículas. Então, o grande desafio do ensino médio está na mão das redes públicas efetivamente. São 6,7 milhões de alunos... Ou seja, a rede estadual vai concentrar 96% desses alunos da rede pública. Sessenta e oito por cento da população de 15 a 17 anos está frequentando a escola.

Então, aqui temos uma diferença grande: se lá, de 6 a 14 anos, nós temos a participação dos jovens em grandíssimo número, aqui nós já começamos a demonstrar, nos indicadores, como temos perdido jovens de 15 a 17 anos, o que é um grande desafio para o Brasil e tem ligação com a reforma do ensino médio, que eu falo mais para frente, Senadora Lúcia Vânia, como foi solicitado.

Dentro das taxas e insucesso, o que chamamos de taxas de insucesso? É a soma da reprovação com o abandono. A taxa de insucesso vai trazer uma série de danos para a vida desse jovem, para o sistema como um todo.

Então, na última década, as taxas chamadas de insucesso têm se mantido muito elevadas no 3º, no 6º e no 9º ano. Aqui nós temos, por exemplo, neste – aqui não aparece na tela – quadro, o 1º ao 9º ano, sendo que, da esquerda para a direita, em cada uma daquelas barras, cada uma das cores representa um ano. Vocês podem ver que o azul mais escuro é o ano de 2016 – o rendimento de 2017 ainda não está publicado, então não sabemos. Vemos realmente a tendência de permanência.

No 3º ano do ensino fundamental, transformando em números absolutos, Srs. Senadores e Senadoras, 88% das crianças brasileiras foram aprovadas. Isso quer dizer que 370 mil crianças foram reprovadas ou abandonaram a educação no 3º ano do ensino fundamental. Essas crianças terão menos oportunidade dali para frente. Aquelas que foram reprovadas, mas não abandonaram, têm uma chance grande de abandonar.

No 6º ano, nós temos 570 mil jovens reprovados ou abandonando a escola, no ano de 2016.

E, no 1º ano do ensino médio, apenas no 1º ano do ensino médio, 25% dos jovens ou abandonaram ou foram reprovados; foram 790 mil jovens. Ou seja, nós temos gargalos. Nós colocamos a criança no início, conseguimos garantir o acesso no 1º ano do ensino fundamental, avançamos muito na educação infantil de quatro a cinco anos, como preconiza o próprio Plano Nacional de Educação, mas estamos perdendo jovens brasileiros no percurso por essas taxas de insucesso, que precisam ser tratadas.

O número de matrículas por etapa do ensino ainda no Brasil. Nós temos aqui: 3,6 milhões de jovens frequentam a EJA. Quando vemos a linha verde lá em cima, nós, no último ciclo, conseguimos aumentar o acesso, ou seja, a Educação de Jovens e Adultos voltou a ter um crescimento desde 2015. De 2015 a 2016, estava estagnado e vinha em queda nos anos anteriores. Então, o primeiro de crescimento, o que é uma boa notícia de voltar a incluir essas pessoas que precisam ter esse direito.

Falando muito rapidamente sobre educação indígena, eu não poderia deixar de tratar esse tema tendo sido Secretário de Estado do Amazonas, que é o Estado que tem a maior população indígena

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

brasileira e também grandes desafios para o atendimento desse público, inclusive por conta da própria geografia do Amazonas.

Aqui, só para entendimento de alguns números de como está o atendimento, nós temos 251 mil, quase 252 mil alunos indígenas sendo atendidos entre a creche, pré-escola, perpassando pelos anos iniciais, anos finais, ensino médio, tanto o propedêutico quanto o ensino médio de Magistério, um atendimento bem específico que existe dentro; o ensino médio integrado, profissional e fundamental. Aqui há um grande desafio a ser debatido para o Brasil, que é dar o atendimento a essa população. Tenho conversado. Recebi a comissão durante a marcha que ocorreu em Brasília, no mês passado. Tive a oportunidade de recebê-los. Criamos um GT para discutir alguns pontos importantes para a educação indígena, mas esse é um panorama importante de acompanhamento, no meu entender.

Falando um pouquinho sobre ensino superior. Esse gráfico é para mostrar o crescimento das redes privadas no Brasil ao longo do tempo. Nós temos crescido na rede pública, mas temos crescido muito mais nas redes privadas. Então, nós saímos, por exemplo, em 2001, de 944 mil vagas públicas, das universidades públicas, para 1,99 milhão, em 2016, enquanto que, nas privadas, nós saltamos de 2 milhões de matrículas para 6 milhões de matrículas. Então, dobramos na universidade pública e triplicamos na universidade privada.

Quero cumprimentar a Senadora Ângela Portela, que também chegou agora.

Aqui é um movimento de trazer a iniciativa privada para o ensino superior. É um movimento que tem iniciado ao longo do tempo e que acaba tendo reflexo em outras políticas do próprio Ministério da Educação.

Ainda dentro do panorama, algo que a gente fala, desse movimento das privadas, só para complementar, é um fato importante que tem uma ligação com a própria educação básica, de que eu sempre vou falar com absoluto carinho, porque venho da educação básica: hoje, mais de 80% dos professores das redes públicas de educação básica – ensino fundamental e ensino médio – são formados por universidades privadas no Brasil, ou seja, o peso dessa formação está muito ligado a essa rede privada, o que não quer dizer que seja ruim, mas quer dizer que nós devemos atuar na qualidade da formação também desses futuros professores.

Aqui é um número importante desse panorama de matriculados estudando. Então, nós temos 1,5 milhão de jovens estudantes matriculados hoje na rede privada. E, no curso de Pedagogia – cumprimentar o Deputado Izalci, que chegou agora –, 80% dos estudantes estão na rede privada, Deputado Izalci. Quando a gente olha para essa evolução em cursos, ali, em azul, a gente tem 38%. Vocês veem que está estagnada, na linha azul, a formação de professores na rede pública, ainda que levemente crescendo o número de professores em formação nas universidades privadas.

Ressalto alguns desafios da educação brasileira, nesse resumido panorama.

Nós temos mais de 50% das crianças brasileiras não alfabetizadas ao final do terceiro ano do ensino fundamental. Isso é um desafio para o Brasil que precisa ser colocado à frente. Quando a gente começa a olhar aquelas taxas de insucesso, ao longo do tempo, quanto mais insucesso há na qualidade... Se a gente avançou no acesso, está na hora de o Brasil fincar uma bandeira e colocar cada vez mais qualidade para aquilo que a gente está dando de formação para os nossos jovens, e a alfabetização é um dos pontos importantes. Quando a gente fala de alfabetização, a garantia da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação infantil também faz parte disso. Não significa que se vai alfabetizar a criança na educação infantil, mas faz parte, Senadora Lúcia Vânia – aí é muito importante a preocupação que vocês trouxeram sobre educação infantil –, trazer educação infantil com qualidade para que isso impacte nas crianças alfabetizadas.

Quando a gente analisa esse dado, no Norte e no Nordeste – 50% é a média, no Brasil, de crianças que não são alfabetizadas de forma adequada –, esse percentual chega a 70%, ou seja, a desigualdade para o Norte e o Nordeste, na alfabetização, é gigantesca.

No ensino médio, os jovens, hoje, têm aprendido menos – de acordo com a Prova Brasil, que tem uma linha de comparabilidade desde a década de 90 – língua portuguesa e matemática do que há 20 anos, ou seja, melhoramos muito no acesso, de novo, mas ainda devemos muito na qualidade, apesar de já haver caminhos apontando para modelos bons – vou falar um pouquinho, depois, sobre isso.

O Brasil tem 1,7 milhão de pessoas entre 15 e 17 anos fora do ensino médio, ou seja, eles não estão estudando e não estão trabalhando. Lembro que, no Brasil – falo disso no final –, a partir de 2022, segundo dados do IBGE, diminui a população jovem. Se hoje há desafios de formação, desperdiçar a formação de qualidade desses jovens trará um peso muito pior ao Brasil para o futuro, para as próximas gerações. Então, há uma preocupação muito grande.

Existe ainda a realidade de que 82% dos jovens que concluem o ensino médio não acessam a universidade e saem sem a preparação para o mercado, ou seja, o ensino médio forma o jovem de maneira que ele não entende onde e como utilizar aqueles conhecimentos que adquiriu no ensino médio. Aqui paira o desafio, porque, se a gente cumprir o Plano Nacional sobre a inclusão de jovens na universidade, nós teremos 33% dos jovens atendidos até 2024. Ainda assim, o que faremos com 77% dos jovens que não terão acesso à universidade, se a gente conseguir cumprir, por exemplo, aquilo que está previsto no Plano Nacional de Educação? O que daremos a eles? Então, é, sim, um desafio importante a preparação do jovem.

Dentro da educação básica – vou passar muito rápido, até por conta do tempo, Senadora –, aqui há um detalhamento maior sobre aquilo que eu já falei da alfabetização. Quando olhamos para os níveis de aprendizagem – esses são os resultados da prova –, aquilo que a ANA traz como básico nós entendemos que é insuficiente do ponto de vista de qualidade para as crianças no Brasil. Então, em leitura – aqui comparando um pouco as regiões –, a gente vê nitidamente que o Norte e o Nordeste – não é que as outras regiões estejam bem – têm indicadores muito ruins. E nenhuma das áreas do Brasil, na verdade, tem indicador que a gente possa louvar. Nós temos boas práticas no Brasil. Em matemática, os desafios são muito semelhantes também.

E quando a gente fala de alfabetização, esse exemplo eu queria trazer aos senhores para mostrar a preocupação: 33% das crianças não apresentam resultados suficientes em escrita. E o que a gente está exigindo ao final do terceiro ano – a maioria das crianças já têm nove anos, ao final do terceiro ano, não oito – pela prova ANA, quando a gente aplica? O que a gente traz com esse modelo aqui? Uma criança, ao final do terceiro ano, 33% das crianças brasileiras olham para o desenho que ali está de um porco e não conseguem, simplesmente – que é a questão aqui na prova para o aluno – escrever a palavra porco com letra cursiva – final do terceiro ano. Resultado da educação pública: 33% das crianças não conseguem. No nível 1, a criança não consegue nem completar parte da palavra; no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nível 2, ela está escrevendo "po3o"; no nível 3, ela engole uma consoante no meio, R, fica "poco"; no nível 4, ela escreve com letra de forma, mas escreve corretamente "porco"; aqui o nível 4 e o nível 5 são os que a gente considera adequados, minimamente adequados. O ideal seria o nível 5, em que ela escreve a palavra "porco".

Mas, olha, a gente está falando aqui do nível da profundidade. Quanto mais a gente aprofunda, tanto na escrita, na leitura, na matemática, pior ficam os indicadores. Então, é um grande desafio para a educação básica brasileira.

E aí ligando a isso e a outros desafios, a formação docente. Nos anos iniciais, por exemplo, nós temos entre 30% a 40% com formação inadequada dos professores no Brasil. Esse é um grande desafio da educação básica que nós precisamos combater. Mas quando a gente olha para do 6º ao 9º ano e o ensino médio, o verde claro é o que a gente considera a formação adequada. Não estou discutindo nem a qualidade da formação oferecida aos professores. Eu estou falando da formação em biologia, licenciatura: nós temos 78%, que é a melhor licenciatura hoje, com professores formados, especialmente para os que estão no ensino médio. Mas quando a gente vai para artes, sociologia, filosofia, física, são 32% apenas dos professores com formação adequada; em ciências são 41% apenas os professores com formação adequada. Então, aqui há um grande desafio também para a educação brasileira, para os próximos anos.

Estudantes nos níveis mais elementares, na escala de proficiência, falando do desempenho da Prova Brasil. Nós temos, em língua portuguesa, por exemplo, no 5º ano, 300 mil alunos... Eu gosto, às vezes, de trazer números absolutos, porque nos mostra a quantidade de brasileiros e brasileirinhos que estão sendo submetidos a uma educação sem qualidade, e é um dos grandes desafios da educação brasileira. No 9º ano, são 580 mil jovens em língua portuguesa, e mais 800 mil jovens no ensino médio, em língua portuguesa, só nos níveis 0 e 1, são aqueles níveis que a gente poderia dizer que não são nada próximos daquilo que é adequado; em matemática os números são muito semelhantes também.

Aqui está o desafio, que já citei rapidamente: o ensino médio tem esse... Ali a linha pontilhada em azul são as metas estabelecidas para o ensino médio no Plano de Metas do Brasil.

E ali estão os resultados, que desde 2011 o Brasil não conseguiu cumprir. Vejam que o crescimento de 2007 para 2011 foi apenas de 0,3%, e não foi na proficiência, foi basicamente no rendimento. Esse é um grande desafio que nós temos.

E aqui é o Ideb estagnado e descolado das metas estabelecidas, também por região. A gente vê que todas as regiões estão longe de cumpri-las. Poucos Estados estão cumprindo as metas estabelecidas para o ensino médio.

Amazonas é um Estado que cumpre as metas, e o Estado de Pernambuco também cumpre as metas para o ensino médio. Os demais não cumprem a meta estabelecida, por exemplo, para o ensino médio. Isso para se ver o tamanho do desafio.

E, quando a gente olha ainda para o ensino médio, esse mapa aqui está trazendo a taxa de insucesso, que é a soma da reprovação com o abandono. Quanto mais vermelho neste caso aqui, pior.

Vejam como há poucos pontos verdes na apresentação, difíceis, inclusive, de localizar de forma geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à defasagem, os alunos do ensino médio, por exemplo, se encontram, então, com mais de dois anos de atraso escolar. Setecentos e noventa e um mil jovens, com já falei, abandonaram ou foram reprovados no primeiro ano. Há outro tanto no segundo e no terceiro. E outra grande parcela nem entra no ensino médio.

E a formação técnica no País conta apenas com 1,8 milhão de alunos matriculados na educação profissional, o que representa especialmente... Quando a gente olha para os alunos que frequentam o ensino médio, apenas 8% dos jovens que estão no ensino médio estão tendo ensino técnico profissional, enquanto países desenvolvidos chegam a percentuais de 50%, 40%.

Este é o quadro, por exemplo, aqui, de alguns países: a China, por exemplo, está com 44%; o Chile, nosso vizinho, com 30%; a Colômbia, nossa vizinha, com 26%; a Alemanha, que é uma referência, com 47,8%.

Ou seja, quando a gente fala de trazer para o ensino médio um itinerário formativo para o ensino técnico, isso não significa a universalização, mas dar a opção para que o jovem também possa seguir.

E há a falácia de que oferecer o ensino técnico vai tirar a oportunidade de o jovem ter uma formação geral. Isso não é verdade, inclusive porque os jovens que estão no ensino técnico têm hoje taxas de continuidade de um itinerário formativo no ensino superior muito maior do que os demais jovens.

E aqui é aquela história do platô, ou seja, a de que nós vamos perder essa onda jovem. A partir de 2022, jovens entre 15 e 29 anos já começam a diminuir, o que vai trazer outros problemas para o futuro do Brasil.

Ações estruturantes, então, nesse sentido.

Nós estamos trabalhando muito focados na alfabetização. Há uma política nacional que trabalha a formação, o protagonismo das redes. Ou seja, apesar dos desafios da falta de qualidade de forma gritante, que nós vemos nos indicadores, também há grandes realizações sendo feitas no Brasil.

E as redes têm grandes professores alfabetizadores. Quando você vai lá para dentro de um Município, todo Secretário, toda a rede conhece uma professora, um professor fantástico de alfabetização. E a gente quer que nessa formação o protagonismo das redes ajude.

Quanto ao PNLD, a gente tem feito uma grande remodelação. Lançamos a Base Nacional Comum, no final do ano, que foi aprovada e que traz o foco da alfabetização, ou seja, a qualidade.

Pela primeira vez, o Brasil aponta para onde e como queremos que as crianças cheguem em cada um dos anos, trazendo a alfabetização, a parte fundamental da alfabetização, não a conclusão da alfabetização, para o segundo ano.

E o Mais Alfabetização, que é uma ação programática que vai trazer um assistente de alfabetização para os professores. Aliás, esse assistente será coordenado pelo professor de sala de aula, que adere ou não a ter esse assistente apoiando de forma voluntária dentro da sua sala de aula.

Muito rapidamente, esse assistente poderá atuar com os alunos que têm mais dificuldade ou fazer uma atividade com os outros alunos enquanto o professor titular atua junto com os alunos que têm mais dificuldade. Enfim, esse planejamento é ligado ao que o professor deseja dentro da sala de aula. É ele quem planeja as ações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O sistema de monitoramento das avaliações periódicas, aqui não estou falando das avaliações em larga escala, a ANA, que deverá ocorrer no ano que vem, em 2019, mas estou falando de ter avaliações agora. Passamos a ter nos programas monitoramento, o que é muito importante.

E Formação Continuada, tanto para o assistente como para o professor, com materiais de apoio sendo disponibilizados para as escolas brasileiras do primeiro e do segundo ano do ensino fundamental.

No PNLD, nós temos tratado que a qualidade para o primeiro ao quinto ano e para o sexto ano é muito importante. É o programa mais democrático que nós temos há 80 anos no Brasil. E esse processo de modernização tem sido importante, trazendo, inclusive, produtos novos. É a primeira vez que a educação infantil é incluída no PNLD, com livros para os professores. É a primeira vez que educação física passa a ter livro também para os professores do primeiro ao quinto ano.

E também criamos o livro de projetos integradores, que será tanto para professores quanto alunos. A LDB, desde a década de 90, fala de integração entre os componentes. E a forma de realizar isso para as crianças será o PNLD trazer o livro de projetos integradores, que será entregue em fevereiro. Esse ano está em processo de escolha neste momento; de avaliação e de escolha.

Lançamos também o Guia de Tecnologias, visando trazer o aspecto de modernização para também dentro do Programa do Livro Didático, que é importante.

Já falei rapidamente aqui e vou pular.

Educação Conectada é um grande desafio para o Brasil. É uma demanda do próprio Plano Nacional de Educação estabelecer até 2024 a conexão das escolas de educação básica. Nós já lançamos o programa. Temos a adesão de todos os Estados. Quatro mil e oitocentos Municípios aderiram ao programa. E nós vamos atender 22,5 mil escolas no primeiro ano de funcionamento do programa, o que representará 40% de toda a matrícula da educação básica, no primeiro ano.

Lembro que aqui estamos falando especialmente de qualidade na conexão. Mas não dá para falar de tecnologia sem considerar esses quatro pilares aqui. Usar tecnologia dentro das escolas, ter a tecnologia não pode ser de qualquer jeito, isso é muito importante. É importante que a rede, a escola, o professor tenha a visão. É importante que tenha a formação de como utilizar a tecnologia, tenha os recursos didáticos. Nós lançamos recentemente a Plataforma Integrada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – ... que é importante. E a infraestrutura, logicamente, com a conexão, tanto satelital, para as escolas rurais, quanto a infraestrutura de alta velocidade.

Na política Nacional de Formação, temos 190 mil vagas para a formação inicial já ofertadas entre Pibid, Residência Pedagógica e Universidade Aberta do Brasil, com as licenciaturas.

Aqui não está incluso, por exemplo, aquilo que é feito dentro das universidades federais regulares – é mais ainda.

É importante dizer que Pibid e Residência Pedagógica não brigam. O Pibid cuida da indução, da introdução desses futuros professores no início do curso. A Residência Pedagógica, o tema residência não é na mesma analogia dos cursos da medicina, por exemplo, mas ele é para aqueles que estão no fim do curso, muito mais próximos de se formarem, para terem atividades que são efetivamente mais próximas do fim, inclusive ajudando a coordenar as turmas em determinados momentos, ou seja, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo de imersão nessa etapa final de formação, o que não briga absolutamente com o Pibid, que está continuado.

Na formação continuada, temos diversas ações para a base, para os itinerários formativos em educação, dentro da reforma do médio, mestrados profissionais. Já abrimos, que não havia, mestrado profissional para todos os componentes da licenciatura – por exemplo, sociologia e filosofia – foram abertos agora, pelo Ministério. E vamos abrir o mestrado em, por exemplo, profissional em alfabetização, em didática aplicada, em outras áreas, e esses mestrados serão exclusivos para professores de sala de aula, justamente para valorizar e também pegar as práticas boas desses professores que nós temos no Brasil.

A Base Nacional Comum Curricular foi aprovada. Ela define os nossos objetivos, onde queremos chegar. Ela não é o meio, o como, mas, sim, onde o Brasil quer chegar em cada ano, em cada série. Nós tivemos uma grande movimentação com os apoios das redes municipais e estaduais, no 6 de março. Alguns Estados fizeram em dias diferentes, mas o 6 de março foi o chamado "Dia D" de início de formação da base de ensino fundamental, da educação infantil, com forte trabalho de formação trazida para professores, gestores e coordenadores pedagógicos.

Dentro do ensino médio, um questionamento trazido. Uma grande ação em cujo debate este Senado colaborou muito foi a reforma do ensino médio, que está em aplicação hoje pelas redes. Eu não vou entrar nos detalhes da reforma propriamente dita, mas eu queria trazer apenas alguns exemplos daquilo que já tem acontecido, como o governo da Bahia, por exemplo, tem trabalhado com novas arquiteturas curriculares, com itinerários formativos. Já em 2017, tiveram a constituição de um grupo de trabalho, realização de seminários territoriais em toda a Bahia, com implementação de unidades escolares, três modelos já com itinerários funcionando em 27 unidades escolares no ano de 2017, já a 2018 e avançando largamente.

Temos aqui, no governo de Brasília, uma iniciativa já de por exemplo utilizar a lei para trazer a semestralidade como opção para a rede, e aqui foi universalizada, foi uma decisão da rede. É importante, a característica da lei não obriga, mas ela traz a possibilidade. O Distrito Federal aqui, o Secretário Júlio, nos debates, trouxe essa reorganização dos tempos. Isso, por exemplo, dá uma oportunidade para o jovem que estuda à noite, quando estuda até metade do ano em um sistema tradicional, regular anual, se ele abandonar na metade do ano, ele não aproveita absolutamente nada daquilo. No modelo semestral, que foi a decisão do Distrito Federal, o jovem que, porventura, não continue os estudos na metade do ano, pode aproveitar a primeira parte do semestre, por exemplo, o que é um avanço importante, especialmente para esses jovens que precisam.

E eles têm lançado outros programas com escolas com itinerários formativos aos jovens, com a flexibilidade dentro de escolas, tanto integrais, mas também em um modelo aqui, no Guará, que foi lançado com o apoio do MEC, inclusive, recentemente.

O programa de tempo integral também está no bojo da reforma e tem incentivado muito tanto a flexibilidade como o investimento de apoio a essas escolas. Nós temos 500 mil novas vagas garantidas. O atendimento é progressivo porque no primeiro ano começa o primeiro ano do ensino médio, depois o segundo, e no terceiro ano se completa. A implementação é gradual, e por isso nós já temos 280 mil novos alunos matriculados até 2018, o que tem trazido um resultado grande no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

número de matrículas. Nós crescemos, em 2017, graças ao programa, em 20% o número de matrículas em tempo integral no ensino médio.

No Enem, falando muito rapidamente, Presidente, nós temos... O Enem é um dos maiores exames do mundo. Ele é fundamental. Ele está na cabeça dos brasileiros, está na vida dos jovens que se preparam. Nós tivemos uma alteração importante que deu dignidade para alguns grupos que passavam o dia inteiro de sábado presos na escola aguardando para poder fazer a prova somente à noite, os sabatistas, os judeus, que não tinham essa oportunidade. Com a escuta que foi feita com 600 mil jovens ouvidos... Inclusive, para os regulares era muito pesado fazer a prova sábado e domingo. Passou a ser em dois domingos, dando mais tranquilidade para os jovens e mais dignidade para aqueles que são sabatistas.

Deixou de ser certificação para ensino médio. Ela não é mais, ela nunca serviu para ser certificação do ensino médio. Para não se deixar esse público sem atendimento, criou-se o Encceja, a prova do Encceja, que está certificando para aqueles que desejam a busca de certificação. Aliás, foi um sucesso de inscrição. A inscrição do Enem deste ano está sendo um sucesso. Nós já temos mais de quatro milhões de brasileiros inscritos para o Enem deste ano.

Itens de segurança. Há uma série de itens que têm sido trabalhados nesse sentido.

Pronatec. Muito rapidamente. Oitocentos e dezessete mil novas matrículas de 2016 até agora, incluindo o Mediotec, que tem sido uma iniciativa ligada à própria reforma do médio, com a oferta de itinerário para os jovens que estão frequentando as escolas propriamente ditas.

Educação de Jovens e Adultos. Já falei lá no início a notícia boa. Temos aumentado o número de vagas no Brasil, dando mais atendimento a essa população que não foi atendida na idade adequada, lembrando que, se a gente não atacar lá na origem, desde o problema da alfabetização, nós continuaremos, no futuro, ainda aumentando esse passivo que o Brasil tem com essas pessoas que merecem atendimento.

Já comentei do Encceja.

Sobre a educação indígena também já comentei brevemente.

Algo importante que a gente tem mudado é o acompanhamento de programas como o Bolsa Família, que são importantes para a educação. Nós temos o acompanhamento da frequência escolar em situação de vulnerabilidade, uma ação muito importante que tem sido diferenciada num trabalho feito pela Secadi. Dezesseis milhões de crianças e adolescentes hoje estão sendo atendidos. E melhoramos muito a gestão nisso.

No ensino superior, algo muito importante que sempre é questionado e é um dos pontos de questionamento, Senadoras Lídice da Mata e Lúcia Vânia, que foi encaminhado é que os recursos que foram estabelecidos para o ensino superior, que foram discutidos com a Andifes, no caso das universidades federais, e que foram discutidos com os institutos federais, no caso do Conif, estão sendo cem por cento garantidos. Isso é muito importante. O planejamento é feito em conjunto com as universidades, numa matriz chamada matriz Andifes e matriz Conif, que fala justamente o seguinte: a gente planeja no ano anterior em conjunto com a universidade aquilo que vão ser os seus recursos.

Cumprimento a Senadora Marta Suplicy. Obrigado pela presença. Bom dia, Senadora.

E isto é muito importante. Então, cem por cento dos recursos que foram pactuados na matriz Andifes estão sendo garantidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importante que a gente tem repassado todos os recursos da assistência estudantil, como foi pactuado na própria matriz junto com a Andifes.

O aumento do repasse de recursos para investimento é importante também, de 40% para 70% do que era liberado. Antigamente, liberava-se apenas 40% do investimento. E o reajuste para os professores, de 10,7%, das universidades e dos institutos, que têm sido garantidos nas ações.

Isso aqui é só para demonstrar o orçamento das universidades federais e dos institutos federais. De 2016 até 2018, saltou de R$65 bilhões para R$72,2 bilhões, um crescimento de 11% no investimento em nossas universidades e institutos federais no Brasil.

Entre maio de 2016 e maio de 2018, foram autorizadas 3.900... Aqui, no ensino superior, no quadro das universidades federais e dos institutos federais, foi aumentado o número para 3.940 vagas para servidores novos, servidores para as universidades e os institutos federais. Ou seja, 2.740 docentes e 1.200 técnicos administrativos, além daqueles que já estão nas redes.

Nós temos alguns desafios. Logicamente, quando a gente fala de financiamento, em qualquer momento – certamente, vai aparecer no debate, e eu falo mais sobre isto –, é muito importante que também a gente discuta a austeridade do gasto público, a eficiência do gasto público em todas as dimensões.

O Fies, que foi encontrado com graves problemas de gestão e de sustentabilidade, com descontrole fiscal e imprevisibilidade... Aliás, isso foi trazido pelo Tribunal de Contas da União, que encontrou uma dívida e ainda está apurando isso, inclusive, para responsabilizar, e não teríamos como continuar. Então, o Novo Fies foi aprovado e está em processo de implementação neste momento, mas a ideia foi trazer, diminuir o risco para poder aumentar também a sustentabilidade. Então, a inadimplência da carteira é de 61% e a previsão do Fies era de 10%. Ou seja, é insustentável manter aquele modelo. Nesse sentido, o Novo Fies trouxe essa nova arquitetura com três modelos de Fies, inclusive o Fies sem juros, com 100 mil vagas por ano sendo destinadas, e nós estamos trabalhando arduamente para melhorar o sistema e garantir essas vagas aos nossos jovens.

Dentro da educação superior, quase concluindo, Senadora, é muito importante o papel da EBSERH – o Presidente Kleber e o Vice-Presidente Paulo estão aqui –, é muito importante, porque a gestão do MEC é de 40 hospitais universitários direto pela EBSERH e mais 10 hospitais universitários direto pelas universidades.

Dentro da EBSERH, então, nós já temos 40 hospitais que aderiram... Não universidades, porque há universidades que têm mais de um hospital. Mas 40 hospitais que já estão dentro da EBSERH, o que traz números de 9.100 leitos dentro da estrutura administrada pelo Ministério da Educação com a EBSERH. São 315 mil internações somente nesses 40 hospitais universitários, 400 mil cirurgias por ano e 23 milhões de consultas e exames realizados em especialistas, por ano.

São mais de 51 mil colaboradores, com 7.300 vagas de residência médica e multiprofissional em 936 programas.

A dimensão disso, só para vocês terem uma ideia... O Ministério da Saúde tem nove hospitais; o Ministério da Educação tem 50, 40 desses dentro da EBSERH, ou seja, dentro da estrutura federal. Lógico que o Ministério da Saúde tem a administração indireta, o suporte a todas as outras áreas, mas é uma atuação muito importante do Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é só para entendermos em números o que foi investido entre 2016 e 2018: R$7,4 bilhões investidos em hospitais universitários, que é um braço social importante pelo número de atendimentos. Cinco mil profissionais foram incrementados para atendimento das demandas da saúde à população. Ou seja, mais de 12%. Lá no investimento foi mais de 119% de aumento. Ampliação em 1,8 milhão de atendimentos prestados à população, 146 novos serviços de saúde, 81 milhões de pessoas beneficiadas com o aumento de 5%, 7 mil residentes e 29 equipamentos de grande porte que estavam encaixotados e que foram trabalhados.

A EBSERH cresceu em todos os atendimentos, em todas as especializações e em todos os indicadores.

As obras do Ministério da Educação.

De forma geral, nós encontramos um cenário de mais de duas mil obras, entre creches, escolas, rede federal de ensino técnico e ensino superior, paradas, com grandes problemas.

Tivemos um trabalho muito forte do FNDE na educação básica, especialmente da Sesu e da Setec, no acompanhamento das obras das redes federais, com controle das obras não cadastradas, então, levantamento real do cenário, elaboração de indicadores de gestão de obras, liberações orçamentárias vinculadas ao correto e completo preenchimento dos dados das obras dentro do Simec.

Então, tivemos um processo de retomada de obras paradas muito forte dentro do Brasil. E nesse período nós entregamos 3.712 obras somente na educação básica, entre creches, pré-escolas, escolas de ensino fundamental e de ensino médio, a maioria dentro de creches e pré-escolas, 484 obras concluídas na rede federal de ensino técnico, somente na rede de ensino técnico e somente nesse período, com 293 obras em execução ainda da rede federal de ensino técnico; 738 obras entregues pelas universidades federais somente nesses dois anos, com 393 obras em execução ainda nas universidades federais.

Trabalhamos muito para que as obras paradas fossem retomadas. Ainda temos desafios específicos e estamos trabalhando para que, prioritariamente, concluamos as obras em execução.

Eu agradeço e peço desculpas por exceder meu tempo, mas considerava importante chegar até o fim da apresentação.

Muito obrigado e fico à disposição dos Senadores e das Senadoras.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço e cumprimento o Ministro Rossieli e passo a palavra à Senadora Lídice da Mata, uma das autoras do requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Bom dia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senadora Lídice, deixa eu fazer uma consulta ao Plenário.

Poderíamos ouvir os três Senadores e, posteriormente, passar para a frente para agilizar os trabalhos?

Eu queria consultar o Plenário se concordam.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Só tem três inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu gostaria de me inscrever também, e acho correta essa decisão de V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Obrigada, Srª Presidente.

No entanto, esclareço que o mérito da vinda do Ministro aqui se deve a V. Exª, como Presidente desta Comissão, que fez um requerimento solicitando. Eu, como presidia a Comissão no momento em que V. Exª não estava presente, fui coautora para que fosse possível viabilizar a votação. Ainda assim concordo porque acho muito importante que todo ministro, ao assumir, venha ao Legislativo para prestar contas dos seus planos, dos seus projetos diante do diagnóstico da sua pasta. Gostaria, portanto, de chamar a atenção para alguns aspectos e saber a posição do senhor Ministro.

Tive de ausentar-me por pouquíssimos minutos, quando fui à Comissão de Assuntos Econômicos, que funciona no mesmo horário da nossa. Infelizmente, temos essa coincidência e tenho duas matérias, naquela Comissão, para votação hoje. Então, tive de ir lá. A uma delas já vou referi-me aqui, daqui a pouco.

Primeiro, gostaria de saber como o senhor avalia a proposta em discussão, no Conselho Nacional de Educação, sobre a autorização de até 40% da carga horária do ensino médio na modalidade de educação à distância, e para a educação de jovens e adultos, que seja autorizada até a carga horária de 100%.

Quero referir-me a um dado que V. Sª colocou aqui no seu diagnóstico, um diagnóstico muito importante, quando fala que no ensino médio os jovens aprendem, hoje, menos Português e Matemática do que há 20 anos. Logo depois, diz que "82% dos jovens que concluem o ensino médio não acessam a universidade e saem sem preparação para o mercado de trabalho". Para mim, parece óbvio que num ensino médio em que se aprende menos a língua do próprio País e não se aprende Matemática, que seja quase automático que não se passe na universidade e não se tenha emprego. Até porque uma pessoa que aprende menos a sua língua e menos Matemática, que são conhecimentos básicos, dificilmente poderá ter acesso a empregos mais qualificados. Qual a posição do MEC, qual a decisão do MEC, qual o plano do MEC para superar essa realidade? É só apresentar a ideia de ensino técnico como solução? O ensino técnico resolve, por si só, essa dificuldade objetiva de perda de qualidade do ensino médio, especialmente no que diz respeito ao ensino da língua e da Matemática?

Ainda gostaria também de perguntar... Porque faz parte justamente da matéria que estou relatando, sobre um projeto de lei da Senadora Rose de Freitas que propõe a correção do valor da participação da União para a merenda escolar, que é o Programa Nacional de Alimentação, que hoje apresenta valores absolutamente defasados. Esse projeto da Senadora Rose de Freitas propõe que seja corrigido pelo IPCA. Por quê? Não há uma correção anual dos valores.

Essa correção ficou parada deste 2012. Nós iniciamos a relatoria desse projeto há mais ou menos um mês e meio e esta semana foi corrigido o valor no MEC. Mas os valores de hoje, corrigidos pelo MEC, são de participação do Programa Nacional de Alimentação Escolar. A União participa com R$1,7 para alimentação das creches; na pré-escola com R$0,53; nas escolas indígenas e quilombolas aumenta um pouco para R$0,64; no ensino fundamental e médio R$0,36; na educação de jovens e adultos R$0,32; no ensino integral R$1,07; no Programa de Fomento à Escola de Ensino Médio em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tempo Integral R$2,00 para alunos que frequentam atendimento educacional especializado no contra turno.

Portanto, eu gostaria – e já apresentei requerimento na outra Comissão – que o MEC apresentasse o impacto que imagina que haverá nessa correção dos valores através do IPCA. Se nós não tivermos pelo IPCA, que o MEC, então, estabeleça uma ferramenta de correção dos valores, o que não pode é ficar sem nenhuma correção ou com correção quando houver vontade. É preciso que se estabeleça uma política de participação da União.

É nesse mesmo sentido que apresentei uma PEC. Mas, infelizmente, como estamos com uma intervenção no Rio de Janeiro, não pudemos prosseguir com o debate dessa PEC, mas já estamos discutindo no País inteiro. É a PEC de modificação do Fundeb, fazendo com que o Fundeb saia das disposições transitórias para o texto real da Constituição brasileira. Portanto, que não seja uma política transitória, mas uma política definitiva, a participação da União no financiamento da educação nos Estados e Municípios. E que ela possa fazer isso através de um regramento que leve a aumentar a sua participação em até 50% ao longo de 6 anos. Gostaria, também, de saber a sua opinião sobre essa proposta.

O senhor corrobora a compreensão de autoridades educacionais – vou finalizar, só mais uma pergunta – ...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – ... de que os reajustes do piso salarial dos profissionais da educação, dos professores, aprovado em 2008, ajudam a desequilibrar as contas de Estados e Municípios?

E, finalmente, quais unidades da federação – V. Sª já se referiu a algumas... Quantas unidades da federação atenderam plenamente aos requisitos para a implantação da reforma do ensino médio?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço à Senadora Lídice e passo a palavra ao Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Srª Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, quero agradecer a deferência.

Não faço parte da Comissão, mas hoje estou aqui como conterrâneo do Ministro da Educação Rossieli. Tive a satisfação de tê-lo como Secretário de Educação na época em que fui Governador do Estado. Posso aqui fazer um testemunho aos colegas Senadores, às colegas Senadoras de que, com o Rossieli à frente da Secretaria de Educação, nós tivemos avanços significativos na educação, principalmente na questão da escola de tempo integral. Elaboramos um plano de cargos, carreiras e salários com data base para os servidores e professores da área de educação.

O pilar é simples para se fazer educação, não tem muito mistério e não há fórmula mágica. Se não houver valorização dos funcionários e profissionais da educação você não vai ter qualidade. Principalmente, é preciso ter uma reciclagem permanente, um aprendizado permanente daquele professor e o incentivo para fazer isso.

A segunda é a estrutura física. Na região em que eu moro, na região em que vivo, no Estado do Amazonas, nós regionalizamos a merenda escolar por causa das nossas condições de uma área diferenciada. Principalmente, não há como você ter uma logística para atender um Estado com 1,5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhão de quilômetros quadrados, que é maior do que o Nordeste todo. Nós conseguimos chegar a todos os Municípios, sem nunca ter faltado a merenda. A merenda, muitas vezes, é a alimentação daquele jovem, daquela criança. A evasão escolar na minha região não é maior por causa da merenda escolar, principalmente na escola de tempo integral, onde a pessoa tem três refeições dentro da escola: tem o café da manhã, o almoço e o lanche da tarde.

Mas estou aqui para dizer, primeiro, que a preocupação da Senadora Lídice é a nossa preocupação. É lógico que na década de 70, até o final de 70, o número de escolas era menor. Nós tínhamos um índice de analfabetismo no Brasil enorme e a não frequência dos jovens. Naquela época nós já tínhamos ensino técnico. Em muitas escolas, o ensino médio já era técnico. Você se formava em saúde, em eletrônica. Depois, com a mudança, acabou-se esse ensino técnico e voltou-se para o ensino médio, com as matérias tradicionais. O que aconteceu com relação à qualidade da educação? Infelizmente, nós não formamos professores de Matemática, de Física, de Química e de Biologia com facilidade para levar, muitas vezes, a um Município do interior. O professor tem espaço na capital e não vai para o interior. E aí a gente perde a qualidade, por mais que se faça um esforço com o ensino a distância, que eu aumentei. Nós temos, no Amazonas, 6 mil comunidades. Eu cheguei a quase todas elas com o ensino médio à distância, com um custo relativamente alto, mas eu permiti que os filhos ficassem ao lado dos pais. Muitas vezes, esse jovem tinha de sair da comunidade para ir para à sede estudar ou para ir para a capital e se separava dos pais. O ensino médio a distância deixa a família permanecer unida. Depois, esse jovem...

Ele colocou aqui um dado naquela questão. Na Alemanha, Senadora Lídice, 70% das pessoas se formam em ensino técnico.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – E nas casas ou é nas escolas, com essa banda larga?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Como?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – O ensino a distância.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Em sala de aula.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Em sala de aula!

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não, são em sala de aula. Você coloca aquela antena de internet... É, sala de aula, ensino a distância. E, muitas vezes, com professor presencial: havia um professor presencial ali, porque, às vezes, o aluno tem dificuldade, e há uma pessoa para estar orientando. Mas, na Alemanha, 70% dos alunos que terminam o ensino médio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... fazem um curso técnico. Agora, com a política, por exemplo, que a Presidenta Dilma... Quando Presidenta, ela aumentou – e nós temos lá no Estado... Eu falo muito do meu Estado porque é a única referência que eu posso dar a vocês; o Iphan hoje é uma grande sacada para que você possa formar bons técnicos, vocacionados e focalizados na vocação da região. Olha só, hoje nós temos uma inversão, e a gente denunciava isso na década de 80: esse acordo MEC-USAID; o que que aconteceu agora? Você tem 8 milhões de universitários: sete milhões e pouco são de escolas particulares e apenas um milhão e pouco de escolas públicas. Então, nem todos os brasileiros têm condições de pagar um curso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Medicina a R$8 mil por mês, R$7 mil, ou um curso de engenharia. Isso fica para uma camada muito restrita, muito restrita mesmo. Apesar do Bolsa Universidade, o acesso não pode ser para todos.

O curso técnico pode dar uma qualidade de vida boa, sim, para quem está terminando o ensino médio. Porque, se você vê a vocação por área, por região... Um exemplo: nós formamos, no Estado do Amazonas, através da Universidade do Estado do Amazonas, mais de três mil indígenas para serem professores. Nós fizemos um curso para graduar pessoas para darem o curso indígena. Você forma, muitas vezes, em um Município, um número de alunos num curso e, depois, não tem o Município como absorver essa mão de obra, porque ela é muito... Você forma, por exemplo, num Município, 50 auxiliares de enfermagem por ano. Como é que ele vai absorver 50 auxiliares de enfermagem, depois que eles se formarem, por ano?

Então, na questão, o curso técnico é uma grande saída para que a gente possa manter esse jovem. O número de pessoas que deixam as escolas, num primeiro momento, de 15 a 17 anos, o número aumenta bastante. Por que é que aumenta bastante? Porque o jovem, às vezes, já está constituindo família ou tem que trabalhar para sustentar a mãe e o pai, então ele não tem mais condições de estar estudando: ou ele trabalha para sustentar os pais, ou ele vai ter dificuldade. E isso, lógico, quando você pega de 15, 17 anos, é de região para região: no Sul e Sudeste, esse número deve ser bem menor, mas no Norte e Nordeste, de 15 a 17 anos, com certeza é muito maior – quando você está pegando essa média de pessoas que deixam de frequentar a sala de aula.

E, Ministro, eu fico muito feliz em vê-lo aqui hoje e eu poder estar nessa sabatina – não é sabatina, são umas informações; até porque V. Exª está há pouco tempo e tem uma perspectiva, e a educação não pode sofrer solução de continuidade. Não pode mudar o governo e mudar a política, senão a gente nunca vai chegar lá. Nós temos que centrar num foco e todos nós apoiarmos, lógico, com sugestões, com críticas, que é normal.

Mas vejo que nós começamos a mudar essa realidade no Brasil. Já foi muito pior. E a mudança, é lógico, que é demorada. Mas eu tenho certeza absoluta que, com o trabalho que o Ministro Rossieli Soares faz à frente do Ministério da Educação, juntamente com a sua equipe técnica – e ele é um técnico, não é político, vamos deixar claro... O Ministro Rossieli foi meu secretário como técnico, nunca foi candidato a nada, nunca teve nenhuma relação política com partidos, em termos de disputar eleição ou coisa parecida. É um técnico, e é um técnico que é muito respeitado na área técnica da educação lá no meu Estado e por quem conhece de educação no Brasil. Por isso, eu fico feliz, Rossieli, de estar aqui hoje. Cumprimento-o pelo trabalho e parabenizo a Senadora Lúcia Vânia e a Senadora Lídice, que tiveram a iniciativa de convidá-lo para vir aqui hoje.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Ministro, só complementando a fala do Senador Aziz, eu gostaria de perguntar: como conciliar o projeto Jovem Aprendiz com o ensino médio, com o novo ensino médio de tempo integral?

Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia; cumprimento o Ministro Rossieli e os demais integrantes da sua equipe.

Ministro, a primeira pergunta nossa vai com relação exatamente ao Parfor, já abordado aqui por V. Exª, que já foi tema, inclusive, de duas audiências públicas mencionadas aqui pela Senadora Lúcia Vânia, de minha autoria e da autoria da Senadora Marta. Nossa preocupação é exatamente com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descontinuidade do Parfor, pelo que ele simboliza, pelo que ele representa, do ponto de vista de uma política voltada para a formação inicial e continuada do magistério – aliás, em sintonia com o Plano Nacional de Educação; Plano Nacional de Educação, que, permita-me, fiquei aqui triste, porque não vi nenhum eslaide aqui, apresentado por V. Exª, dando destaque para a questão do Plano Nacional de Educação.

O fato é que, no que diz respeito à formação dos professores, nós tínhamos, precisamente, as Metas, se não me engano, Senadora Lúcia Vânia, 17 e 18, que tratam da necessidade de a gente avançar na política de formação inicial e continuada para o magistério e para os profissionais de educação. Por isso, a nossa preocupação com o Parfor, na medida em que, em que pesem os avanços com tal programa, que foi implementado no Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, de 2009 até 2015, nós temos ainda um universo considerável de professores que não têm, principalmente, a formação adequada para a área em que lecionam. O próprio Ministro mostrou aqui, por exemplo, que metade dos professores de Matemática não têm a formação adequada.

Nós temos ainda, Senadora Lúcia Vânia, que cerca de 15% dos professores da educação básica não têm ensino superior. A pergunta concreta é: o MEC vai mesmo lançar o novo edital do Parfor em junho, conforme foi anunciado aqui, inclusive, pelo Secretário que aqui esteve?

Segundo, Ministro, outra pergunta, com relação à questão do Mais Médicos: um dos eixos do Programa Mais Médicos buscava justamente superar a necessidade de contratação de médicos estrangeiros, no médio prazo, pela política nacional de expansão das escolas médicas das instituições federais de ensino superior.

Aliás, inegavelmente, uma das iniciativas mais virtuosas, mais importantes que o Governo da Presidenta Dilma tomou, quando, olhando a realidade por esse País afora, de muitos Municípios que não tinham um médico lá para socorrer as famílias, lançou o Programa Mais Médicos, com uma preocupação concreta, necessária, de expandir as vagas de Medicina, com foco exatamente na interiorização – porque é lá onde a gente precisa mais dos médicos formados na região, que, portanto, vão estar muito mais vocacionados para permanecer nas suas próprias regiões.

Pois bem. Isso nos preocupa muito, porque agora, no último dia 5 de abril, o MEC proibiu a abertura de novos cursos de Medicina e até mesmo de novas vagas em cursos já existentes, tanto nas privadas como nas instituições públicas. Ou seja, na contramão do Programa Mais Médicos, o Governo Temer está lançando agora, exatamente, o "Menos Médicos". E aqui quero dizer, Ministro, que, embora a retórica do Governo seja de atribuir a proibição de autorização de mais vagas nos cursos de Medicina à necessidade de assegurar...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... que todos os cursos de Medicina tenham a qualidade necessária, o fato é que até mesmo os cursos de Medicina já existentes e que são extremamente bem avaliados pelo MEC estão impedidos de ampliar o número de vagas.

A pergunta é: o novo Ministro da Educação pretende mesmo manter o "Menos Médicos", em detrimento do sonho de milhares de estudantes que desejam fazer o curso de Medicina em uma universidade pública? E aqui falo do meu Estado: aqui está o Prof. Kleber, o dirigente da EBSERH; sabe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de toda a luta lá no Rio Grande do Norte para que a gente possa consolidar e, ao mesmo tempo, ampliar as vagas de Medicina via UFRN e via Ufersa – a Ufersa, em Mossoró; a UFRN, na região do Seridó e do Trairi, onde temos o curso de Medicina; a Escola Multicampi de Ciências Médicas, que é referência hoje, Senadora Lúcia Vânia, inclusive na Opas. Esse projeto está em curso, e nós precisamos, inclusive, de orçamento do MEC para que nós possamos consolidar o projeto, incorporando os Hospitais Regionais de Currais Novos e de Caicó à EBSERH, para que passem a ser hospitais universitários, com isso consolidando todo o conceito do Programa Mais Médicos, que, repito, é fixar, exatamente, os estudantes na sua região.

Preocupa-nos, e muito, repito, essa decisão desastrada do Governo, de proibição de novos cursos de Medicina, inclusive no âmbito das instituições públicas que vêm oferecendo cursos de Medicina bem avaliados pelo MEC.

Com relação ainda à questão do orçamento, Ministro, gostaria também de dialogar com V. Exª. V. Exª está ali mostrando todo o esforço que tem sido feito, inclusive dizendo que houve um crescimento do orçamento agora nesse período, de 2016 até 2018, de 11%. Entretanto gostaria de chamar a atenção aqui, Ministro, porque, na verdade, quando a gente leva em consideração as despesas discricionárias – que são as despesas passíveis de contingenciamento –, pelo contrário, a gente vem tendo uma queda brutal.

O que são as despesas discricionárias? É custeio, é investimento.

O Ministro quando mostra aqui que houve um crescimento do orçamento do MEC está englobando pagamento de pessoal, despesas obrigatórias, mas quando a gente leva em consideração, repito, as despesas primárias, fundamentais, como custeio e como investimento, olha a queda: de 32 bilhões, nós caímos para 22 bilhões.

Nas universidades federais, inclusive hospitais e a EBSERH, olha a queda violenta. Saímos de 24 para 15 bilhões.

Então, não há nada de crescimento, pelo contrário, temos queda.

Aqui, ainda, Senadora Lúcia Vânia, no que diz respeito também às universidades, aos institutos federais, aos hospitais e à EBSERH, olha aqui, aqui é investimento. Olha aqui o crime, olha aqui a Emenda 95, o que está fazendo com a educação da juventude e do povo brasileiro.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Não, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É também, é claro que é.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não é não. Em 2015, era a Dilma, não tinha...

Aí caiu pela metade...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor, deixe-me assegurar o meu tempo.

Só quero pedir ao Senador para ler direito, porque eu estou aqui apresentando.

Não, olhe aqui, em 2014 eram 9 bilhões, caiu para 2,8.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, já havia caído, claro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já havia caído também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor. Já havia caído porque houve uma sabotagem, houve um *impeachment*, inclusive do qual o senhor participou.

O Brasil inteiro sabe, não quero trazer aqui este debate.

O Brasil inteiro sabe que o governo parou em 2015.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Para concluir, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu vou concluir, Senadora, desculpe-me.

O Governo parou em 2015, Eduardo Cunha sabotou o orçamento do Brasil e a Presidenta Dilma ficou exatamente de mãos amarradas. Contra fatos não há argumentos!

Está aqui: 9,2. Hoje, para investimento, 2,8. Esse é o retrato, repito, da Emenda 95, que está tirando os pobres do orçamento, inclusive a juventude pobre, que deveria ter direito à educação.

Por fim, Senadora Lúcia Vânia, despesas com concessão de bolsas Capes. Olha o crime: caiu de 4 para 2,5.

Então, Ministro, diante disso, eu quero colocar a nossa preocupação. Eu teria mais perguntas, mas vou respeitar o tempo.

Contudo, permita-me só, ainda, Senadora Lúcia Vânia, acrescentar aqui também a nossa preocupação com o Fies, ao mesmo tempo em que o Ministro mostra a necessidade de avançarmos na democratização do acesso ao ensino superior. O Fies é mais outra vítima. Aliás, o Fies está virando um plano piloto, mais outra vítima desses tempos de retrocesso, desses tempos de ataque à educação.

O Fies, em 2017, teve 780 mil inscritos.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agora, em 2018, apenas 176 mil conseguiram financiamento para entrar na faculdade em 2017. Ou seja, menos de um quarto. As vagas que sobraram em 2017 são em torno de 49 mil vagas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, quero aqui aproveitar o momento. Primeiro, para conclamar a todos que resistem e que têm compromisso com a luta em defesa da educação pública para participar da Conferência Nacional Popular de Educação, que vai ser realizada na próxima semana, em Belo Horizonte.

Em que pese o ataque que o MEC fez a uma das instituições mais importantes...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... de participação da sociedade na defesa da educação, que foi o Fórum Nacional da Educação, quando por portaria, por decreto interviu...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Para concluir, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou concluir.

Interviu na composição do Fórum, mesmo assim, as entidades que têm compromisso com a luta em defesa da educação resistiram, resistem, estão realizando a Conferência Nacional Popular de Educação na próxima semana, momento esse muito importante para que possamos fortalecer a nossa luta contra os retrocessos que atingem a educação e afirmar a necessidade da educação pública inclusiva e soberana.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Obrigada, Senadora Fátima.

Passo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Bem, discordo de muita coisa do que a Senadora que me antecedeu falou, mas respeitando sempre a sua dedicação à área e a sua luta na área da educação, não cabe a mim responder, acho que o Sr. Ministro vai poder fazê-lo.

Quero dizer que eu não sabia que o Ministro era do Amazonas e fiquei supercontente, porque, para mim, parece que faz uma diferença grande a pessoa ter uma experiência, como foi relatado pelo nosso colega Senador Omar, do que é trabalhar em regiões tão difíceis de chegar a um termo em uma educação do que consideraríamos o adequado, o que consideraríamos de excelência.

Então, acho que trazer essa experiência para um ministério, para um País que tem um desenvolvimento regional tão diferenciado, eu acho que o coloca em uma posição bastante privilegiada.

De tudo o que a gente tem discutido nesta Comissão, do que eu tenho lido e pensado a respeito dessa reforma, o que mais me chamou a atenção foi a questão da formação do professor, porque os dados estão aí. Os dados são contundentes, trágicos, tristes. Só que eu não sou uma especialista, mas o que dá para percebermos é que se nós não investirmos principalmente no docente, na sua formação, nós não vamos conseguir ultrapassar essas dificuldades, seja pela modernidade da época em que vivemos, que é um momento de transição no mundo em termos de tecnologia, seja pelo arcaísmo da nossa formação nos centros universitários, seja no que me assustou muito quando tivemos aqui – não sei se foi aqui ou na CAS, mas acho que foi aqui – um reitor, representando todas as universidades, dizendo que o assustava essa reforma do ensino médio, o impacto na universidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque iria criar um distúrbio e tal. Mas ele talvez não tenha percebido que é para criar uma revolução, senão não vai adiantar nada ser feita.

Então, eu gostaria de saber exatamente como é que vai ser esse processo, porque se esse processo não tiver algo muito bem pensado, um investimento brutal e inclusive difícil de fazer porque vai ter que mexer em estruturas muito fortes dentro das universidades, nos sindicatos, em tudo, porque vai ter que mudar. Deve ser uma mudança justa, principalmente para o professor e para o aluno.

Perguntas específicas eu teria aqui: Como tem sido feito o início do processo de implementação do BNCC para educação infantil e fundamental? Isso já deve estar em curso, a gente poderia saber um pouco mais.

Outra: O que o Ministério da Educação tem feito para que o BNCC chegue aos professores em sala de aula e seja efetivamente adotado? Faz parte da minha reflexão.

Outra questão: Como será feita a transposição da interdisciplinaridade e da abrangência da proposta do BNCC para o ensino médio e para o cotidiano do trabalho docente? Porque nós vamos trocar a roda com o bonde andando, vamos ter que investir na formação do professor, mas vamos ter que investir na formação continuada deste professor, que já sabe funcionar de um jeito e vai resistir muito a funcionar de outro jeito.

Há até um programa recente que foi criado, que nós debatemos aqui – eu achei superválida, eu diria até, a tentativa, porque o desafio é gigantesco –, que é a Residência Pedagógica e também o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).

O que diferencia a residência docente e o próprio Pibid do estágio supervisionado já previsto nas licenciaturas e que já ocorre em algumas partes?

Também, de que modo as escolas das redes públicas são, de fato, envolvidas com o planejamento e a execução dessas ações de formação inicial?

Porque, além de todos esses desafios que competem ao Ministério, sabemos que o Ministério não faz essas mudanças, são os Municípios e Estados que vão ter que trabalhar. Como é essa intercessão? Como é feita? Como garantir uma maior participação desses entes federativos para que o programa seja bem-sucedido?

Depois, por que muitas universidades e associações do campo de formação de professores – como eu acabei de relatar – têm se posicionado contrariamente a esses programas?

O porquê eu até imagino, mas eu gostaria de saber. Vai ver foi uma expressão infeliz aqui que o reitor fez, mas ele estava representando todas as universidades.

Como fazer que essas universidades sejam docemente constrangidas a enfrentar esse desafio? Porque senão não vai acontecer, pelo que eu estou sentindo.

A outra pergunta tem a ver com as escolas indígenas.

Nesta semana eu visitei uma escola indígena em São Paulo, uma aldeia indígena chamada Kwarãy Djekupé, uma escola Ceci que foi criada na minha gestão e que é muito interessante o jeito como foi criada, porque quando nós fizemos os CEUs, que têm três piscinas maravilhosas, centro cultural, teatro com 450 lugares, é uma coisa espantosa e muito, são quarenta e poucos em São Paulo. Os índios foram chamados para ver a maquete, mostrar a maquete do que iria ser. Para minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

surpresa, pois achei que eles iriam ficar encantados, eles falaram que não, que não queriam nada daquilo. Eles não queriam piscina, eles não queriam aqueles prédios, eles queriam ocas...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – ... eles queriam a biblioteca e queriam os computadores.

Bom, 12 anos depois, você vai lá e é um desastre absoluto. Uma tragédia grega o que é.

Eu fiquei muito impressionada, por isso essa pergunta é relevante para o MEC, porque eu sei que não pode haver uma intervenção direta, mas eu queria entender melhor.

O responsável pelo Ceci, o que ele me disse, é que as crianças não vão para a escola até os sete anos, vão para a escola guarani que é ali. Isso eu sabia porque tive que procurar professor que falasse guarani na época.

Só que eu percebi que as crianças são analfabetas em guarani e analfabetas em português, com dez anos de idade. Não havia uma criança ali, com dez anos de idade, eu perguntei para várias. Então, já devia ter sido alfabetizada na escola na frente, que é do Estado e que também é para os indígenas.

Então, eu acho que nós precisávamos ter, eu sei que eles não são a maioria no Brasil, mas alguma coisa nós temos que fazer, e tudo é em nome, segundo ele me explicava, da preservação da cultura, o que eu via que não ia preservar cultura nenhuma. Ali era um desastre fenomenal o que estava acontecendo, de crianças maltrapilhas, mal alimentadas, de miséria, de não saneamento, de tudo de ruim.

Então, eu gostaria de saber o que que o MEC pode fazer, eu estou falando de um Ceci, são três em São Paulo, as três tribos que moram em São Paulo, mas eu imagino no resto do Brasil como deve ser essa questão.

Houve mais uma questão, que, além do Pibid, da residência docente, a previsão de reformas curriculares no âmbito das licenciaturas, faz parte das universidades? O que é que o MEC vai fazer com as universidades, em comunhão, para que eles não percam também o seu caráter abrangente de formação universitária, que é muito importante e que dá uma visão de mundo boa para o professor? Imagine se agora eles resolvem focar e fazer especialidades. Aí, vira um desastre maior ainda.

Qual o impacto, também, esperado dessas iniciativas na retenção de professores recém-formados na carreira docente, visto que não alteram as condições de desprestígio social remuneratório dos profissionais da educação frente a outras profissões de nível superior?

Bom, aí, também já foi perguntado, sobre o papel da educação a distância nesse novo modelo do ensino médio e quais as principais dificuldades a serem vencidas na implantação dessa reforma. E como o MEC pretende enfrentá-las?

E os meus parabéns por estarmos fazendo algo, lidando com dados verdadeiros, não escamoteando dados, vendo a dimensão do problema e tentando caminhos para solucioná-los.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra, o Ministro.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Quanto tempo para responder aqui? Só para eu me organizar, porque há um punhado de perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – V. Exª fique à vontade.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Obrigado, Senadora. Vou procurar ser breve, mas entrar em todos os pontos.

A Senadora Lídice da Mata começou falando sobre a proposta de EaD que está em debate pelo Conselho Nacional de Educação. A proposta tem sido discutida, inicialmente, ela já foi alterada, eles estão em debate, ainda, dentro da Comissão, vai haver duas audiências públicas, então, todo o processo está lá.

Então, antes de mais nada, independentemente de qual seja o pensamento, percentual, se tem ou se não tem, acho que é lícito, é direito e dever do próprio CNE debater isso, até porque isso está previsto na Lei de Diretrizes e Bases, no art. 80, existe a previsão de educação a distância, que deve ser regulada, inclusive para dizer não. A discussão pode chegar no não, pode chegar num sim, limitado, deve, inclusive, ter esse debate necessariamente.

Eu, particularmente, entendo que a EaD pode ser, sim, especialmente usada de forma complementar, nunca para substituição do professor, nunca para substituição da prática. Só trazendo para o exemplo o que o Senador Omar aqui falou do centro de mídias, fica o convite, inclusive, para aqueles que quiserem conhecer essa política, ela é hoje a política educacional no Brasil mais premiada no mundo. É a única política educacional do Brasil citada por dois Secretários-Gerais da União como exemplo de política pública.

Ela está hoje sendo difundida em vários Estados. Ela não é considerada, inclusive, Senadora, como educação a distância, porque os alunos vão presencialmente e utilizam, lá, por exemplo, eles estão lá, todos os dias, com a mesma carga horária de um aluno, há o professor presencial, que não é meramente um mediador, não é o cara que liga a televisão, ele domina a sala, ele trabalha pedagogicamente com os alunos. Ou seja, a tecnologia pode suportar.

Eu, em visita recente a uma escola americana, uma escola pública de um Estado razoavelmente pobre, eles tinham um momento de EaD dentro da escola, em que eles, para ofertarem a flexibilidade daquilo que o aluno não tinha dentro daquela comunidade, usavam a EaD para chegar numa oferta para o aluno, por exemplo, mas o aluno tem todos os demais professores presencialmente. Inclusive, esse EaD é realizado dentro da escola, no horário escolar, com a supervisão de um professor, para garantir que ele, inclusive, fizesse as atividades. É um meio.

O que a gente está discutindo aqui, primeiro, não é a obrigatoriedade de se colocar. É uma demanda de muitos Estados em terem a possibilidade de organizar, complementarmente. Quando a gente discute, então, o EaD, precisa olhar dessa perspectiva: é importante trazer como complementariedade, e nunca como substituição. Acho que isso é fundamental, especialmente na educação básica, mas nós não podemos negar que é importante fazer esse debate, Senadora, e eu acho que o CNE deve se posicionar em relação a isso.

Esta proposta aqui eu tenho certeza de que não será a proposta que virá do Conselho Nacional, Senadora, pelo andar dos debates lá, propriamente dito. E esclarecer, inclusive, quando saiu, à época, lá, que o MEC mandou uma proposta, essa proposta nunca foi do Ministério da Educação. Ela foi iniciada pelo Conselho, à luz, inclusive, da discussão da reforma e de outras formas de atendimento, de outras demandas que o próprio CNE tem recebido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não acredito e não sou favorável, particularmente, a este formato, mas acho que a gente deve debater o assunto. Não pode haver assuntos proibidos de se debater. Esse também deve ser um de debate.

A senhora citou a questão de o ensino médio ter uma aprendizagem menor de Língua Portuguesa e de Matemática, que os alunos não saem preparados e eles não irão a lugar nenhum, inclusive usando palavras que eu usei, qual a posição do MEC e se o ensino técnico resolveria tudo. A proposta da reforma do ensino médio não é que o ensino técnico resolva tudo, mas é que a gente possa sair de uma oferta de hoje de apenas 8% dos alunos no ensino técnico para, quiçá, 16%, 20% dos alunos brasileiros tendo essa oportunidade, por um processo, inclusive, de opção do próprio aluno. O que a gente busca demonstrar é que o itinerário formativo no ensino técnico é uma das opções – uma das opções.

Nós temos os propedêuticos, ou seja, os de aprofundamento e, aí, a gente olha para as discussões, inclusive as escolas de tempo integral, as escolas que já começaram itinerários propedêuticos, Senadora, eles têm tido sucesso, muito bacana. Permita-me citar um exemplo.

Eu estive no Mato Grosso do Sul, recentemente, visitando uma escola, era janeiro. Eu fui visitar o Estado para uma atividade de implementação da Base Nacional Comum, não era Ministro, era Secretário de Educação Básica, e a gente aproveitou para visitar uma escola. A intenção da secretária da gestora era mostrar as obras, porque não ia haver aluno, não ia haver o corpo de professores.

Mas eu cheguei na escola e, por acaso, havia um grupo de alunos sentados, no meio de janeiro, ali perto do dia 15 de janeiro, no meio de janeiro, no meio das férias, sentados lá, discutindo como que eles fariam o processo de recepção dos alunos, o processo de bem receber os alunos novos dentro da escola de tempo integral, que é uma forma de acompanhamento que lá a escola criou numa metodologia.

E, aí, então, eu tive a oportunidade de conversar com os alunos e comecei a perguntar: "Mas, está bom, vocês estão tendo flexibilidade dentro do currículo?" "Estamos. Estamos tendo aula de projeto de vida, de acompanhamento com os professores, estudando e trabalhando à luz do protagonismo que o jovem deve ter e tudo o mais..." "E como é que funciona isso?" "Olha, a gente dá opinião num semestre sobre o que a gente quer estudar e os professores..." E aí, entrando um pouquinho na resposta, já, da Marta, sobre o desafio da formação dos professores, naquela escola, os professores que foram aplicar a flexibilidade são exatamente os mesmos professores, que usam o seu conhecimento da sua formação, mais os demais conhecimentos que eles têm, agregando uma flexibilidade, algo diferente, a forma de ofertar diferentemente para o aluno.

Então, lá, por exemplo, havia um aluno desenhando, enquanto eles conversavam, ele desenhava, fazia uns desenhos muito bonitos. Aí, eu perguntei, fui perguntar para todos o que que eles tinham escolhido, como é que tinha sido. Aí, ele disse: "Ah, eu estou fazendo A Arte de Frida Kahlo. É uma disciplina eletiva". Aí, eu disse: "Poxa, legal. A professora de Arte que montou o curso?" Ele disse: "Não, foi o professor de Química. A professora de Arte apoia, mas foi a professora de Química que montou." Aí, eu fiquei mais surpreso. "Mas a professora de Química?" "É". Aí, ele resumiu bastante: "A gente começa na aula, estudando, por exemplo, indo na prática buscar a fuligem do carro dos professores para, com aquela fuligem, como é que ele faz o processo químico de elaborar a tinta", para aí, então, com aquele produto desenvolvido com os próprios alunos, com todos os materiais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existentes na escola, eles trabalham também o desenvolvimento da Arte feita lá por Frida Kahlo, trabalhando a história, por trás de Frida Kahlo, a questão de gênero que traz, por exemplo, Frida Kahlo. Com uma professora que ouviu os alunos e construiu. É a professora de Química. Teve apoio da professora de Arte.

Então, o professor que lá está é o mesmo professor que fará a flexibilidade. O que a gente tem visto nas experiências é que o professor, tendo a liberdade de conseguir construir, não ficar amarrado somente numa forma, ele tem trazido grandes coisas.

Então, o Ensino Técnico é uma solução, mas essa escola não é técnica e ela vai trazer uma outra dimensão de mobilização do conhecimento meramente, não é somente decorar para participar de um exame. É como que ele leva para a vida o conhecimento e ele mobiliza para o bem dele aquele conhecimento.

Então, não é só o ensino técnico, Senadora, mas é também a propedêutica que pode e deve trazer outra visão para o aluno. Muitas vezes, quando você chega numa escola, o jovem não consegue entender a Química, como é importante para ele a Química, pela forma como a gente tem feito a educação. E aqui não é uma questão de bandeira partidária, tudo o mais, até porque esta reforma do ensino médio fez parte do plano de Governo da Presidente então candidata à reeleição, Presidente Dilma Rousseff, inclusive, em programa de televisão dela, falando sobre a necessidade de investir no ensino médio.

Eu, como Vice-Presidente do Consed, Coordenador do Grupo de Ensino do Consed, do Conselho de Secretários Estaduais, quando Secretário de Estado do Amazonas, tive a oportunidade, por diversas vezes, de fazer a mesmíssima discussão com aprovação do então Ministro Aloizio Mercadante.

Então, não é uma questão de bandeira. A gente tem tido um debate, uma discussão importante que vem, há muitos anos, sendo feita no Brasil.

Então, nós entendemos que isso é fundamental.

A senhora trouxe a questão da merenda escolar, Senadora, que há uma proposta da Rose de Freitas, que a senhora está relatando. A senhora citou todos os *per capitas* atualizados. Quero deixar claro que nós passamos oito anos sem nenhum reajuste. Eu fui secretário de Educação do Estado do Amazonas, certamente um dos Estados mais desafiadores para que a gente possa levar. Quando a gente fala em torno da questão indígena, nós temos escolas que, para levar merenda, a gente leva até noventa dias para entregar. Para entregar a merenda, Senador.

Então, eu concordo plenamente que nós precisamos colocar luz sobre isso. Aliás, nessa dicotomia, que não é uma dicotomia, entre educação básica e ensino superior, eu procurei tentar trazer um pouco dessas dificuldades no tom da apresentação, eu poderia pensar outros tantos desafios que a gente tem na educação brasileira. Mas trazer a educação básica como um grande foco é nisso.

Então, primeiro, tanto a gente concorda que nós optamos por trazer um reajuste de 20% para a merenda escolar e 20% também para o transporte escolar. Isso não é suficiente, eu concordo plenamente com a senhora que não é o suficiente para trazer a valores reais. Lá no Estado do Amazonas, a gente investia muito mais recurso em relação à merenda escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembrando que esses programas são de característica de complementação. Isso é muito importante. Eles não são e não pretendem ser única e exclusivamente uma obrigação do Governo Federal, é uma complementação à merenda escolar. Mas, mesmo nesse sentido, quando a gente pensa em 40 milhões de estudantes à época, não ter nenhum reajuste durante tanto tempo é absurdo. Nós passamos governos inteiros, o governo inteiro da Presidente Dilma sem nenhum reajuste, por exemplo, o primeiro e até, enfim, a sua saída. E só tivemos um olhando os outros.

Então, é, sim, uma necessidade de regular. Eu acho só apenas, e sou superdefensor, Senadora, particularmente. Eu não conheço exatamente como está a proposta, se é só isso, se é só regular pelo IPCA, mas eu acho que a gente tem que fazer essa discussão agregada a outras.

Eu tenho, desde a época em que sou secretário, defendido, por exemplo, o que a gente chama de custo amazônico. A gente fala de equidade e de igualdade. Não dá para pensar somente que aumentar igualmente o valor da merenda resolverá o problema das desigualdades regionais, sejam elas em nível Brasil, sejam elas dentro de Estados. Porque nós temos diferenças. Nós temos Minas Gerais, um Estado importante, bem posicionado economicamente, mas temos regiões que estão muito mais próximas aos indicadores, por exemplo, negativos que nós temos em regiões do Nordeste. Então, precisamos ter um olhar também lá dentro diferenciado. Eu acho que o debate deve ser agregado a outras discussões que nós estamos fazendo, sobre a merenda, sobre que tipo de suporte o MEC deve dar.

Também lá dentro do Fundeb, que é outra pergunta da senhora, a PEC que modifica o Fundeb. Primeiro que eu sou super a favor da perenização do Fundeb, acho que é uma boa iniciativa trazer para o corpo da Constituição. Ponto um. Acho que nós temos que ter um debate sobre o Fundeb muito importante relacionado a modelo tributário que nós temos hoje no Brasil. Isso é muito importante. Não basta só dizer que o Fundeb deve continuar. A matriz econômica brasileira tem começado a se mover. O Fundeb hoje tem como sua base principal de arrecadação o ICMS. Ora, nós temos hoje muitos serviços, ou seja, um crescimento natural e, ao longo do tempo, parece-me que poderá ser uma tendência o crescimento de ISS, por exemplo, diminuindo a circulação de mercadorias.

É um debate importante porque não adianta somente prorrogar. Nós temos que olhar para frente e não tenho aqui a solução, mas eu acho que a gente precisa colocar luz nesse debate do Fundeb. Estamos acompanhando tanto a tramitação deste, que agora está interrompida por conta da intervenção, mas também temos a proposta que está em discussão, Senadora Lídice, lá na Câmara dos Deputados.

O reajuste do piso. Se, na minha opinião, o reajuste do piso desequilibra contas do Município. Esse é um debate importante. Primeiro, o reajuste do piso é sempre importante. Ele é uma política fundamental e nós somos favoráveis à continuidade da política do piso. O que a gente tem defendido é a proposta do então Presidente Lula, que enviou ao Congresso, já tramitou na Câmara, parece que tramitou no Senado, agora voltou para alguma votação, está na Câmara de novo, que é trazer o reajuste para um indicador como... É o IPCA a proposta lá, não é? A equipe me ajuda. Enfim, que é o IPCA. Porque hoje o modelo está atrelado a coisas que fazem que... O reajuste, dependendo... A queda de número de alunos traz um balanço que pode gerar um aumento muito maior do que acaba sendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, dentro das regras do Fundeb, é bom dizer que existem casos de Estados muito bem equilibrados, pagando acima do piso, muito acima do piso. Estados e Municípios pagando acima do piso com a mesma regra. Eu posso falar do meu Estado, que eu coordenei, e o Fundeb, os 60% são aplicados rigorosamente, 60% a 61% por ano, ficando os 40% para todo o restante da manutenção. E é um dos salários – era, pelo menos à época – com reajuste anual, com inclusive pagamento de abonos, outros modelos de reconhecimento ao trabalho do professor, com um salário à época de quase R$3.500 mil, sendo que o piso agora chegou a R$2.400 e tanto.

Então, é possível, agora tem que ter um modelo de gestão, austeridade. Não dá para você deixar pagar com dinheiro do Fundeb profissionais que não estejam cumprindo a missão, por exemplo, de dentro de sala ou área fim. Se você me perguntar se há desequilíbrio mais nisso do que na lei do piso, há mais nisso do que na lei do piso. A regra que a gente defende é a mesma que o Presidente Lula apresentou ao Congresso, à Câmara e ao Senado. Mas, de forma nenhuma, a gente pode imaginar o fim de reajuste do piso. É uma política importante.

A reforma do ensino médio, a senhora perguntou a quantidade de alunos, a quantidade de escolas. Nós estamos elaborando constantemente relatórios com as redes. Estamos trabalhando com o programa de implementação, discutindo com os secretários de todos os Estados, com a programação de implementação sendo construída com cada um. Temos a frente de debates do conselho com a Base Nacional Comum do Ensino Médio. Temos já algumas centenas de escolas participando já com o modelo em prática já do novo ensino médio, Senadora. Até o final do ano, nós teremos um relatório e teremos alguns milhares de escolas já preparadas para iniciar no início de 2019.

Senador Omar falou de algumas conquistas do Amazonas, das escolas de tempo integral. Certamente foi uma... Oi, Senadora?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Só para eu entender como vai ser conduzida a questão de ordem de encaminhamento. O Ministro responderá a todos de uma vez e, depois, V. Exª dará...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Ele está respondendo os quatro primeiros.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Ah, só os quatro primeiros? Depois, nós quatro poderemos?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Mais quatro.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Posso? Obrigado.

Senador Omar falou de conquistas do Amazonas. Então, eu estava falando da experiência em tempo integral. A gente cresceu muito lá em escolas de tempo integral. Foi uma experiência também trazida, assim como outras. Essa experiência, inclusive já adiantando o comentário da Senadora Marta Suplicy, certamente é uma experiência, o que eu posso dizer é que a minha escola no Norte, no Amazonas especificamente, traz a mim um olhar muito específico, muito especial, especialmente para essas populações.

Sem dúvida, da minha trajetória, viver aquilo, não só como secretário do Amazonas, mas os dez anos que passei dentro da gestão do Estado, conhecendo cada um dos detalhes. Cada Estado tem as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suas características, os seus desafios, mas o Amazonas me ensinou muito e eu trago isso presente quando eu discuto políticas. E o Omar falou bastante sobre isso. Falou da importância do ensino técnico, do modelo lá para o Amazonas. Ele falou, inclusive, da licenciatura indígena, enfim, fez comentários de forma geral.

A Senadora Lúcia Vânia, no seu aparte, questionou como ficaria o menor aprendiz em relação à reforma do ensino médio. Primeiro que nós temos trabalhado muito de forma integrada porque o menor aprendiz pode e deve compor o trabalho como jovem. Então, estamos, cada vez mais, trabalhando com quem trabalha com o menor aprendiz, tanto do aspecto do Governo, como das empresas, da indústria e tudo mais, mostrando que a reforma do ensino médio não se sobrepõe e não exclui absolutamente.

O jovem poderá, por exemplo – a rede estadual lá no Estado, como têm alguns Estados discutido, como a própria Bahia tem discutido –, agregar uma parte da aprendizagem, lembrando que aquilo é aprendizagem para aquele jovem, como carga horária inclusive, desde que supervisionada e dentro do contexto do currículo desenvolvido pelo Estado. Então, as coisas podem ser e devem ser agregadas e não absolutamente substituídas, Senadora.

A Senadora Fátima Bezerra falou sobre o Parfor, sobre descontinuidade, sentiu falta da sintonia na minha apresentação, na minha fala, sobre o PNE, não viu nenhum eslaide sobre o PNE. E falou dos avanços com o Parfor, mesmo tendo o Parfor, como se viu ali, o resultado é de professores não formados. E, no fim, perguntou sobre se vai lançar um novo Parfor. Aquilo que foi programado e foi anunciado, sim, Senadora, vai haver continuidade do Parfor.

Sobre não falar do PNE, na verdade, tudo que foi dito aqui da apresentação tem vinculação com o PNE, Senadora. Todas as políticas, quando a gente fala de reforma do ensino médio e se fala que não houve debate, o PNE, que teve tanto debate, participação intensa, ele traz na primeira estratégia, na 3.1, especificamente falando de flexibilidade, por exemplo.

Então, quando a gente fala dessas políticas, todas elas estão alinhadas, assim como a alfabetização está, assim como a formação de professores está, assim como todas essas políticas. Inclusive, quando a gente fala de residência, em uma das estratégias fala de trazer cada vez mais a experienciação para os professores. E eu vou explicar um pouquinho mais sobre a residência na pergunta ali para frente, feita pela Senadora Marta.

A Senadora falou também sobre o Mais Médicos, expansão das vagas públicas, que a portaria estaria proibindo a expansão das vagas públicas na interiorização, que é importante e tal. Primeiro, Senador Omar não está aqui, mas lá nós tivemos uma experiência muito importante. Primeiro, foi a interiorização da Universidade do Estado do Amazonas, que é a universidade mais interiorizada do Brasil, é a maior *multicampi* do Brasil hoje e está em todos os Municípios do Amazonas, 100%. É a única universidade que tem isso no Brasil, até porque em outros eu acho que seria possível. No Estado de Minas, não daria para colocar em todos, por exemplo, mas no Amazonas, até pela sua região, foi.

E lá uma coisa que se enfrentou foi garantir, por exemplo, inclusive que os alunos, neste caso, conseguissem ser do próprio Estado, o que é muito importante. E isso tem a ver com vagas na busca por manutenção da interiorização. Então, é um objetivo, particularmente meu, muito forte, de que cheguemos. A regra da lei do Mais Médicos, aprovada inclusive neste Senado, na administração da então Presidente Dilma, traz uma série de regramentos. A portaria não proíbe expansão de vagas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas. Primeiro, eu gostaria de deixar claro: nós não temos problema de fazer expansão em vagas públicas. Ela traz, sim, um fechamento, até para que avaliemos a qualidade das vagas privadas e as implementemos. O que nós temos hoje foi um salto de mais de 11 mil vagas ofertadas somente nesses anos recentes.

O que se tem discutido, inclusive, com toda a classe médica, é que é necessário também avaliar a qualidade. Não dá para se fazerem cursos de Medicina de qualquer forma. Então, temos discutido, e as regras são daqui para a frente. A expansão, inclusive, de vagas privadas, a própria lei do Mais Médicos regula. Mesmo redes privadas bem estabelecidas e bem avaliadas podem ser ampliadas, então, tanto públicas quanto privadas das já aprovadas. Ela barra simplesmente a criação de novos cursos privados neste momento, Senadora.

A senhora fez algumas considerações a respeito de orçamento, sobre queda de orçamento, sobre como temos tratado. Só para falar sobre custeio, não temos tido queda, não, de custeio, Senadora. Até em 2017 foi 5,7, e foi aumentado para 5,9 no custeio. E, mesmo em anos anteriores, a gestão não confirmava 100% do custeio. Então, laçava-se no orçamento, isso foi algo que foi trazido, a garantia de 100% daquilo que foi pactuado, coisa que em anos anteriores não era feita pelo Ministério da Educação. Então, você lançava um orçamento maior e depois se retinha e bloqueava.

Então, nesse...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas os dados estão aqui, mostrando claramente.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – A réplica é agora, Presidente?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas tudo bem. Eu vou ter direito à tréplica.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Desculpe-me.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe-me, Ministro.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – É porque eu não a interrompi quando a senhora estava falando, e eu peço que a senhora não me interrompa, Senadora, também.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza, estou aqui escutando atentamente.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – E eu peço que...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E, no momento da tréplica, farei uso da palavra.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Claro, e eu a ouvirei como a ouvi e sempre a ouvi com respeito.

Então, não basta ter um orçamento, colocar um orçamento maior; você tem que executar aquilo. Isso se chama responsabilidade, inclusive fiscal, coisa que temos trabalhado na prática. Inclusive, as próprias universidades, à época, quando foi anunciada a garantia daquilo que for pactuado na Andifes e no Conif seja 100% garantido. Isso é um pacto que estamos garantindo e cumprindo, efetivamente, ao longo desses últimos dois anos.

A Senadora falou da diminuição também de despesas de bolsas da Capes. Nós tivemos, por exemplo, programas como o Ciência sem Fronteiras, que teve uma expansão gigantesca, e ele era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para atender 40 mil alunos. Ele tinha um gasto, na verdade, na época, de 3,5 bilhões, maior do que todo o recurso utilizado para a merenda escolar, que atendia 40 milhões de alunos. Então, sim, Senadora, nós temos prioridades, e a prioridade é de atendimento para os 40 milhões de alunos que estão na educação básica. Eu vou sempre defender essa prioridade, Senadora, nesse caso.

Contudo, os programas em andamento têm sempre mantido as bolsas da Capes. Dentro do Fies, a senhora falou que sobraram vagas. Na verdade, há muitos anos têm sobrado vagas, inclusive dos governos do Lula, do governo Dilma, tanto no Prouni quanto no Fies têm sobrado vagas. Então, é importante, quando a senhora fala que agora sobram vagas... Sempre sobraram vagas.

No sentido de modernizar, sim, o Fies, ele tem que ter a capacidade de ser contínuo e responsabilidade para que ele seja sustentável financeiramente. Não dá para ter, como aponta o Tribunal de Contas, que esse rombo pode chegar, somente nos últimos anos do governo anterior, R$20 bilhões de recursos que deverão ser desembolsados pelo MEC para pagar uma dívida inexistente. É a mesma forma de pensar com que eu não concordo, que devemos, sim, melhorar o Fies.

Estamos enfrentando dificuldades, sim, de implementação. Estamos em um processo de busca de melhorias do Fies. Iniciamos com problemas de sistema na conexão, mas tivemos uma procura gigantesca e estamos trabalhando com todo o banco daqueles que procuraram. Mais de 300 mil alunos procuraram o Fies, e a todos eles estamos dando a oportunidade de encontrar em um processo constante, tentando corrigir pequenos problemas que geram impacto. Inclusive no comitê gestor, que não é exclusivo do Ministério da Educação, esse debate está posto para melhoria, e, se houver contribuições específicas para a melhoria na execução do Fies, por esta Comissão, por Senadores e Senadoras, estaremos abertos a fazer, mas sempre com responsabilidade, porque também não queremos entregar mais dívidas em passivo.

A Senadora complementou ainda, falando do ataque do MEC ao Fórum Nacional de Educação. Falou da Conferência Popular, de que nada posso falar, eu desconheço como está sendo conduzida, mas posso dizer que a Conferência Nacional de Educação está mantida para a data prevista, para o mês de novembro.

O que a senhora chama de ataque, Senadora, chamamos de equilíbrio. O Fórum Nacional teve equilíbrio, porque a portaria que a senhora disse que foi atacada foi feita no último dia de gestão da então Presidente Dilma, que só alterou por ser o seu último dia de gestão, porque nem discussão com a área, nem discussão no próprio fórum havia da sua ampliação, e tínhamos participação dessa. Então, eu não considero um ataque, mas, sim, está mantida, com todas as instituições que faziam parte antes de maio de 2016, participando e com representação.

A Senadora Marta Suplicy, de novo, falou da parte, disso aí do Amazonas. Realmente, para mim é uma experiência fundamental. Aprendemos muito com as vivências, com as experiências.

A senhora falou da importância do docente, da formação. Realmente esse é um ponto central na educação. Na apresentação, Senadora, eu busquei trazer justamente os desafios que temos neste processo de formação, com todos os esforços de todas as áreas, de todas as esferas de governo, ainda temos números alarmantes em relação aos professores formados no Brasil. A reforma do ensino médio, com a senhora disse, vem para mexer em algumas coisas, mas trabalhamos na perspectiva de aplicação da reforma com os mesmos professores. Quando você fala de aprofundamento, é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

professor formado lá em sociologia que vai fazer a aula de sociologia com um foco diferenciado, discutido com a própria comunidade.

Então, onde temos visto acontecer? Primeiro que a reforma, quando falamos, por serem áreas propedêuticas, você pode organizá-las por área de linguagens, mas você pode fazer um itinerário de arte, que está dentro de linguagens por exemplo. E, dentro de arte, o professor de história, de sociologia, de filosofia pode vir compor esse itinerário, por exemplo, com história da arte, que pode ser dada pelo professor de arte, mas pode ser dada pelo próprio professor de história. Então, a composição deve ser discutida pelas escolas e pelas redes nessa construção daquilo que oferta, mas, ainda assim, nós temos que, logicamente, trabalhar com o processo de formação. Mesmo para o modelo anterior, nós teríamos já um desafio brutal de formação de professores, e esse tem sido um dos grandes focos, com o lançamento da Política Nacional de Formação, que buscar atacar não só a quantidade de formação, que vemos muito professor sendo formado, mas a qualidade da formação.

Então, um dos pontos, se pretendemos mexer, pretendemos inclusive apresentar neste ano, ao Conselho Nacional, uma proposta para a discussão da Base Nacional Comum de formação de professores, justamente pelo seu ponto de garantir aquilo que é essa visão geral, que todo professor deve ter. Existe ali uma base de formação para os professores, e depois, lógico, as especificidades das licenciaturas, da pedagogia, assim por diante.

Mas é importante que nós tenhamos, por exemplo, uma garantia de que, para os profissionais que vão trabalhar na educação infantil, na alfabetização, que especialmente são os pedagogos, que tenhamos uma base que garanta que os cursos tenham, por exemplo, discussão de educação infantil dentro dos currículos. Crescemos no acesso, mas há muito curso que tem muito pouco tempo, por exemplo, lá de educação infantil. Assim como para as licenciaturas, trabalhar o conceito de flexibilidade, trabalhar o conceito de uso de tecnologias. Nós temos cursos que não falam sobre o uso de tecnologias, no ano de 2018. Novos professores, em formação inicial.

E a formação continuada dos nossos professores é fundamental, porque nós temos aí mais de 2 milhões de professores, que precisam ter o apoio do Ministério e de todas as outras instituições. Por isso que, tanto pela OAB quanto pelas outras políticas, nós temos trabalhado.

A senhora questionou a implementação da Base Nacional Comum do fundamental e do ensino infantil. Nós estamos trabalhando muito fortemente com Estados e Municípios. Primeiro, foi estabelecido um comitê nacional paritário entre MEC, Estados e Municípios, para fazer a gestão geral. Repassamos já a primeira parte de recursos para o trabalho de construção curricular. A base não é currículo, lembrando. A construção do currículo tem que ser feita lá, nas redes. Então, esse processo está em discussão agora, pelas escolas, pelas redes, Estados e Municípios, em um trabalho muito bacana.

Iniciamos fazendo uma grande mobilização que chamamos lá de "Dia D", lá, que foi apelidado pelos Estados e Municípios, que foi um primeiro momento para dizer o seguinte: "Olha, a base foi aprovada. Professores, vamos parar todas as escolas para os professores e as comunidades discutirem o que foi a base e entenderem com o material de apoio, suporte e de formação." Foi muito importante para os professores enxergarem e começarem o debate da construção do currículo à luz disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos nessa etapa. A ideia é que os currículos sejam discutidos e construídos. As propostas iniciais estão sendo discutidas para se colocar em discussão dentro das redes neste ano, para, no final do ano, termos a maior parte dos currículos já revistos para essa etapa.

Então, nesse sentido a gente tem feito um esforço, Senadora, porque é a próxima pergunta, de chegar até o professor, para que ele entenda a base como um processo de formação e de discussão. Como é que aquilo se traduz para o trabalho dele lá na sala de aula, que é ele quem vai nos ajudar a construir.

Aliás, lançamos uma plataforma de apoio especificamente para isso, Senadora, que vai trazer, inclusive, as experiências de bons professores, Brasil afora, de todas as redes.

A senhora comentou sobre a Residência *versus* o Pibid. O Pibid é uma indução inicial, é para aquele aluno que está entrando na universidade ter o primeiro contato com a escola. Então, ele não tem um processo, por exemplo, nesta etapa. O Pibid não se presta para ele, por exemplo, dominar por determinado tempo uma sala de aula; entender, conduzir e entender os problemas efetivamente.

O Pibid é um programa para indução para a formação da parte inicial do curso. O Residência se propõe a pegar a outra ponta, que é quando aluno está concluindo a licenciatura, quando ele já está numa fase de quase formado como professor, para ele ir para dentro da escola já não mais no papel de conhecer, mas de aprofundar o seu papel como futuro professor dentro da sala de aula.

Esse debate surgiu muito especialmente dentro do Consed, da Undime, onde, muitas vezes, não é culpa do professor, e sim das instituições, porque a gente não está conseguindo entregar um professor formado para aquilo que efetivamente acontece dentro da sala de aula.

Às vezes, ele não tem noção das dificuldades efetivas pelas quais as escolas passam. A Residência quer mostrar isso sob uma perspectiva mais próxima para aquele que está muito próximo do fim.

Então, basicamente, a grande diferença é que eles estão em pontas distintas, com níveis de aprofundamento absolutamente distintos.

Mais algumas considerações em relação ao ensino médio, à mudança no médio, como a gente vai fazer. A gente tem um processo de discussão nesse momento muito importante em relação à reforma do médio, tanto com Municípios como com os Estados, que é a construção de um guia para implementação, não normativo, orientador para os Estados quanto à implementação do médio.

E esse documento vai ser muito estruturante para tirar dúvidas. Por exemplo, as pessoas questionam: "Como é que vai ter flexibilidade no Município que só tem uma escola?" Então, esse guia vai trazer modelos possíveis de aplicação para isso, e assim por diante.

E quanto às universidades, a senhora fez uma provocação que é muito interessante: a participação das universidades, que são fundamentais nesse processo. A gente tem conversado muito com institutos federais, com algumas universidades que já tem nos procurado.

Só um comentário sobre o Pibid. As pessoas comentavam: "Mas o Pibid, as Universidades Federais não vão participar." A adesão das universidades federais em relação ao Pibid foi massiva. Nós temos dezenas e dezenas de universidades que se credenciaram a participar, por adesão, ao Residência Pedagógica, que é a novidade, porque para o Pibid já tinha a adesão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda sobre escolas indígenas. Elas não queriam oficinas nem prédios, Senadora. Essa é uma discussão muito importante. Respeitar a cultura indígena, seja onde for, é muito importante. Isso não quer dizer que a gente não deva olhar para a qualidade da educação que a gente está dando.

Então, uma coisa importante que da parte do Ministério foi revista é que nós não estamos mais impondo para os indígenas um modelo de construção único e exclusivo. É uma opção, mas podem os Estados e Municípios apresentar. Essa foi uma mudança importante. Eu briguei muito por isso como Secretário do Amazonas, porque a gente não podia apresentar projetos construídos com as comunidades indígenas. Então, acabava havendo a negativa, não avançava, coisa que a senhora acabou vivendo, e acabava morrendo, muitas vezes tendo outros problemas.

Então, a gente mudou esse ponto de vista. Vou um debate com a Secad. Eu participei pelo interesse do tema que eu tenho, pela minha história, e foi mudado lá dentro do FNDE, aceitando primeiro projetos próprios que considerem a cultura local, e não é simples isso. Dentro do Amazonas, nós temos dezenas de línguas, dezenas de etnias e cada região, cada grupo com um modelo próprio.

Mas temos algo importante que a senhora trouxe aqui: crianças analfabetas tanto na língua mãe quanto na Língua Portuguesa. Isso é uma tratativa que nós temos buscado para garantir a qualidade, garantindo o professor indígena para dar aula dentro da sua cultura. Acho que a preservação da cultura é importante enquanto medida, mas ela não pode excluir. Em nome da preservação da cultura, não pode ser excluído o direito de aquela criança conhecer tanto a sua língua mãe quanto a Língua Portuguesa.

Eu acho que esse é um desafio para o Brasil. Quando eu trouxe ali alguns dos desafios da educação indígena é porque eu acho que a gente precisa olhar com muito mais cuidado esse tema. Nós criamos um grupo que é justamente para discutir temas com eles. Também não adianta impor porque também não vai funcionar.

A senhora falou da reforma das licenciaturas. Então, a Base Nacional Comum vai colocar luz no debate sobre a característica das licenciaturas. Mas tem que manter, sim, essa característica abrangente do que é comum. Por isso essa parte seria a parte comum de formação de professores, respeitando as especificidades de cada uma das áreas.

Quanto à manutenção de professores, o desafio de manter os professores e atrair bons professores está na valorização. Na valorização, nós temos o aspecto salarial, que é importante – já falamos aqui da lei do piso. E a parte de política de valorização tem que ser feita dentro de cada Estado e Município, isso é muito importante, mas também temos outros aspectos de valorização como o próprio processo de formação desses professores. Constantemente ofertar possibilidades de outros crescimentos via, por exemplo, oferta de mestrados, que é uma das coisas que nós estamos buscando ofertar.

Eu acho que eu cobri razoavelmente tudo e fico à disposição para a continuidade do debate.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Vamos ter a réplica agora.

Eu queria deixar bem claro que nós não vamos tolerar mais de dois minutos para cada um, porque, do contrário, seria um desrespeito aos demais Senadores que estão inscritos.

Em primeiro lugar, a réplica da Lídice da Mata, se é que S. Exª gostaria de fazer a réplica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Regimento dispõe de quanto para...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Dois minutos.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Primeiro, eu queria deixar claro que quando coloquei a questão da educação à distância não é por nenhum preconceito com o assunto – até fui monitora de programa de educação à distância no Ministério da Fazenda, na Escola de Administração Fazendária –, mas sim como método de formação principal do País.

Há pesquisas claras que demonstram – eu recentemente vi – que até na pós-graduação, nos mestrados, há uma baixa adesão ou permanência no curso, quando se trata de educação à distância.

Exige-se um nível de concentração muito maior, um nível de concentração que certamente um jovem adolescente, um jovem com todos os seus hormônios em alta, não terá possibilidade de se manter em um curso totalmente de educação à distância.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Além disso, acho que seria mais grave ainda se admitíssemos um EJA com 100% de educação à distância.

Isso sem falar que não se discute apenas o nível de aprendizado, mas especialmente aquilo que a escola permite na educação presencial...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – ... que é a convivência em sociedade do jovem. Não se pode retirar esse conteúdo da escola. Eu acho que isso seria mais grave ainda.

Mas, para finalizar, já que o meu tempo está regiamente controlado...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu pediria que fosse objetiva nas perguntas, porque o Ministro só dispõe...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Está certo. Eu estou em uma réplica. Eu não tenho que perguntar outra vez, eu tenho que responder...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Claro até porque o Ministro teve todo tempo. E é importante que o Ministro...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Ele vai ter agora dois minutos para a resposta. Seria um desrespeito com os demais Senadores...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Veja bem, o Ministro respondeu... Presidente, me desculpe, mas eu estou dentro do Regimento. O Regimento permite que aquele que perguntou tenha direito à réplica.

O Ministro respondeu. Estou pontuando questões da resposta do Ministro. Eu não tenho obrigação de lhe fazer novas perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Então, faça em dois minutos, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu vou finalizar, exatamente.

Folgo até em saber que é a posição do Ministro, que é contrária à posição que entendi que pudesse ser aprovada no conselho. Além disso, também acho muito positiva a posição do Ministro em reafirmar o reajuste do piso salarial nacional dos professores. Essa é uma questão fundamental para a formação da escola no Brasil.

Sobre o Fundeb, creio que devemos ter um debate mais acirrado, mais profundo em relação a essa questão. Para mim, não está resolvida a situação fundamental. A questão fundamental é que é preciso se formar um sistema de financiamento da educação no Brasil, como existe na saúde e deve ser aprofundado esse processo no sistema educacional brasileiro. Se queremos ter escola de qualidade, não podemos apenas tê-la financiada pelos Municípios e pelo Estado.

Finalmente, quero dizer que também no que diz respeito à questão do mercado de trabalho, do ensino técnico, nós praticamente não discutimos outro assunto aqui. Eu pelo menos não falei de outras questões senão do ensino médio.

Há uma contradição. Para o ensino médio, a reforma amplia a carga horária; para a educação à distância não amplia essa carga horária. Então, é preciso haver uma adequação a essa questão, quando se discute o ensino médio, não são duas coisas paralelas em que não haja ponto de encontro. A educação à distância no ensino médio e a reforma do ensino médio, que preconiza uma carga horária mais intensa.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu não vou mais me alongar porque há conceitos a serem debatidos e em dois minutos é impossível para o Ministro ou para os Senadores.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Ministro.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – É assim direto, um por um agora?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – V. Exª...

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Acho que a gente está em acordo em relação à discussão da EAD.

Eu não disse que a senhora era contrária, não. Apenas eu fiz a minha... Eu preciso registrar a importância de se debater esse tema. Para o bem ou para o mal, se vai ser proibido ou se não vai... Eu acho que botar na mesa o debate é importante, Senadora. É só isso que que eu quis salientar.

Eu concordo que o processo de convivência é muito importante dentro de uma escola, em qualquer processo de formação, seja de alunos, seja de professores, mas também é preciso olhar alguns desafios, porque ele pode ser complementar. Por exemplo, no aumento da carga, numa parte da carga... Educação de Jovens e Adultos, será que a gente não pode talvez incluir pessoas que não tenham condições de fazer o presencial com algum modelo parcial EAD? Acho que esse debate é importante, Senadora, nesse sentido. E eu não tenho a resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, participei apenas de um debate dentro do dentro do CNE, por isso que eu lhe afirmo que esses quantitativos não ficarão. A gente mesmo conversou lá dentro da comissão, mas é importante colocar porque a gente tem a dificuldade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Com relação ao Fundeb, eu concordo que tem que aprofundar. Não deve ser na minha opinião somente uma discussão do Fundeb propriamente em si, da sua continuação, por isso que eu quis trazer um exemplo de uma preocupação que eu tenho, mas tem uma série de aspectos que eu acho que deve fechar o conjunto. Inclusive aquela discussão de merenda e outras tantas deveriam vir talvez no bojo de uma discussão mais completa.

Enfim, sobre os outros conceitos do ensino médio, fico à sua disposição para que a gente possa debater, Senadora, pessoalmente, se a senhora desejar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada.

Eu queria que V. Sª comentasse o último edital do Programa Nacional do Livro, que tira o combate à homofobia e transfobia dos critérios para a avaliação de livros. Isso me pareceu extremamente sério, pois, se não se permite esse combate, se permite a exaltação.

Então, gostaria que V. Sª comentasse, porque eu acho que nós já estamos em um retrocesso em termos de avanços civilizatórios, diria, na última década, muito sério aqui no Congresso Nacional, que tem tido repercussões bastante complicadas no Ministério da Educação, haja vista a questão de gênero, que foi abolida, que é um atraso incompreensível para quem estuda essas questões e mesmo a educação sexual nas escolas, que passa longe hoje. Na época da Prefeita Luiza Erundina, com o Paulo Freire, nós fizemos a educação sexual nas escolas, com uma diminuição de gravidez, etc.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Agora nós temos AIDS, doenças sexualmente transmissíveis aumentando, gravidez na adolescência, um aumento enorme, e é proibido se falar de qualquer coisa e ainda se quer falar de escola sem partido. Então aí vai além de qualquer coisa. Essa é uma questão.

A outra é sobre o Pibid e a Residência, que V. Exª falou. Nós sabemos que vai iniciar com 190 mil vagas, 45 mil para Pibid, 45 mil para Residência e 100 mil para a Universidade Aberta. Eu achei muito boa essa iniciativa. Agora eu queria saber: vai começar em que Estado? Começa em todos ao mesmo tempo? Porque esse número é bom para iniciar, mas é um número muito pequeno para o tamanho do Brasil. Como está sendo avaliada a essa questão?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra Ministro.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Primeiro, Senadora, obrigado pelas perguntas, todas relevantes.

Sobre o combate à homofobia ou qualquer espécie de discriminação, ela está dentro do edital, quando a gente fala de defesa dos direitos humanos de forma geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não pode um livro didático falar, trazer qualquer tipo de discriminação, qualquer coisa. Aliás a gente tem combatido, Senadora, em vários aspectos... Eu fui muito resumido aqui na fala sobre o PNLD e, como terei pouco tempo, fico à disposição para aprofundarmos até porque são coisas muito interessantes.

Mas quando cheguei lá, só para exemplificar, Senadora, o modelo do livro didático, o livro aprovado, comprado pelo governo anterior, distribuído para milhões de brasileiros, dizia o seguinte: "Crianças com deficiência são iguais a retardados." Livro didático comprado com recursos do Brasil e distribuído para o Brasil inteiro!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Então o PNLD tem que ser modernizado, e a gente está trabalhando nesse sentido, para combater esse tipo de situação que a gente encontrou no livro aprovado, comprado, pago pelo governo anterior, chamando as pessoas com deficiência de retardadas por terem deficiências – o que é um absurdo! –, mas também combater a discriminação.

Aquilo que a senhora falou sobre, por exemplo, doenças sexuais. É claro que se vai falar, no momento apropriado. Por exemplo, o tema doenças sexuais não se trabalha do primeiro ao quinto ano, que é o livro para o qual houve o edital recente. Vai-se trabalhar, de uma outra forma, do sexto ao nono ano e com muito mais profundidade...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Desculpe-me, mas, por exemplo, me permitindo Presidente, na educação infantil, seria adequado nós termos já inserido o que é o desenvolvimento sexual de uma criança. Com essa paranoia que está, eu acho que deveríamos... Eu nem vou pedir para o senhor responder isso, mas para termos um olhar em relação a isso, porque eu participei de vários... Aliás, com os professores dando supervisão e muito tempo.

Por exemplo, crianças que se masturbam com três, quatro anos na escola, que a professora bate na mão da criança, chama os pais e diz que a criança é tarada. E isso tem um impacto numa criança de quatro anos muito grave. Então, esse tipo de ensinamento o professor tem que ter, e isso não vai incentivar uma criança, é que simplesmente a professora vai aprender como intervir em situações de forma adequada.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Bom, como eu lhe concedi uma parte do meu tempo, mas aí não é dentro necessariamente do PNLD, porque...

De forma geral, acho que o debate é importante, e fico à sua disposição porque a gente tem muita coisa sim nesse sentido, respeitada a etapa do que se trabalha com a criança, no que é necessário formar o professor... Dentro disso é que deve ser observado, mas acho que vale a pena a gente, Senadora, conversar especificamente sobre isso, que é uma agenda bem importante.

A senhora falou sobre o Pibid, por onde vai começar. Muito rapidamente, foi um edital de seleção. Então, as instituições vêm e dizem: "Quero participar." Tivemos de todo o País, e as vagas serão distribuídas de acordo com a adesão pelas próprias universidades federais que já aderiram, certo, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Fátima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Primeiro, quero aqui só fazer o registro, lamentar que o Ministro aqui fale com tanto desprezo da Conape (Conferência Nacional Popular de Educação), que vai ser realizada em Belo Horizonte, na próxima semana. Mas, enfim, acho que isso faz parte desses tempos de Governo ilegítimo que nós estamos vivendo e de tantos retrocessos, inclusive no campo da educação.

Segundo, com relação à questão do orçamento. Eu volto aqui mais uma vez a afirmar, houve queda, sim, no campo das despesas discricionárias, primárias, que envolvem custeio e que envolvem investimento. Volto a colocar, contra fatos não há argumentos. Está aqui, 32 bilhões, em 2014; 30 bilhões, em 2015, e, em 2018, 22 bilhões. Novamente, aqui investimentos em hospitais e Ebserh, 9,2 bilhões, em 2014, para 2,8 bilhões, em 2018, uma queda brutal.

Esses gráficos com base no histórico do que tem sido não apenas previsto, Ministro, mas com base no que foi empenhado. São dados aqui da Consultoria de Orçamento do Senado. Então, há queda, sim, e é o reflexo, volto a dizer, da Emenda 95, que congelou os gastos nas áreas sociais pelos próximos vinte anos, que tirou inclusive o piso mínimo destinado à educação, suspendeu pelos próximos 20 anos.

A esse pretexto, meu caro Ministro, queria aqui fazer um apelo para que o senhor respondesse, nos desse aqui uma posição concreta acerca das reivindicações que a Bancada federal do Rio Grande do Norte apresentou a V. Exª, junto com o Reitor Prof. Wyllys e a Profª Ângela. Por exemplo, liberação de financeiro. Tive o cuidado de fazer contato hoje, tanto com a Reitora como com o Reitor, e infelizmente até o presente momento não houve a liberação de financeiro.

Aproveito aqui, mais uma vez, para renovar a nossa reivindicação dos reitores, do Reitor Prof. Wyllys, para a reclassificação dos *campi a*vançados de Parelhas e Lajes, duas instituições em funcionamento. Há necessidade dessa reclassificação pelo quanto vai possibilitar ampliar o número de docentes, funcionários, para que a gente possa exatamente ampliar mais o número de vagas.

Por fim, Senadora, quero ainda aqui colocar para o Ministro que o novo Fies na verdade foi desenhado, não foi pensando no direito à educação, o novo Fies foi desenhado para se adequar exatamente a essa política de austeridade do Governo Federal que está aí, essa dupla Temer e Meirelles, que só pensa em cortar. Então, o novo Fies é para se ajustar a essa realidade. Repito, a Emenda 95, que inclusive anulou o piso constitucional dos recursos vinculados à área da Educação pelos próximos 20 anos.

Eu lamento, Ministro, profundamente, porque nós vivemos um tempo, esses últimos anos dos governos do PT, em que a educação não era considerada gasto, era considerada investimento. Aliás, esse paradigma ninguém pode aqui desconhecer que o Presidente Lula quebrou. Tanto é verdade que nós saímos de 19 bilhões para 115 bilhões, em 2015. Tanto é verdade que nós implementamos o maior programa de expansão...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senadora Fátima...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tanto é verdade que nós implementamos o maior programa de expansão e de fortalecimento da educação profissional no Brasil. De 140 escolas técnicas para mais de 600. Dezoito novas universidades, cento e tantos *campi*, o Fundeb, o piso salarial do magistério...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senadora Fátima...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Concluo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Por favor, a senhora vai ensejar debate em cima disso. Aqui o objetivo não é político.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Trinta segundos.

Não porque tudo aqui é política.

Trinta segundos, para concluir.

Então quero só dizer aqui para o Ministro da nossa preocupação. E vou concluir mesmo, Senadora Lúcia Vânia, conforme disse o jornal *Folha de S. Paulo,* em matéria publicada agora no dia 2 de maio, o Presidente que assumir o comando do País em 2019 terá o pior caixa desde 1997. A matéria destaca que a programação orçamentária está apertada devido à Emenda Constitucional do Teto de Gastos e que tende a se agravar, ano após ano, em virtude do crescimento das despesas obrigatórias e da política de austeridade fiscal. Isso significa que o investimento em educação também sofrerá redução, ano após ano, em detrimento da meta do Plano Nacional da Educação, que prevê a destinação de 10% do PIB para a educação.

Essa é que é a realidade nua e crua.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Ministro.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Obrigado, Senadora.

Primeiro, a senhora citou que eu tenho desprezo da Conape. Eu acho que a senhora não deveria imputar sentimentos a mim, eu não tenho desprezo, apenas desconhecimento, porque não acompanho. Eu acompanho a Conferência Nacional de Educação. Aliás, acompanhava *en passant*, porque o Fórum está fazendo a coordenação com a Profª Ana Ester e toda composição. Então, a senhora não pode citar que eu tenho desprezo por algo... Eu nunca falei contrário à legitimidade de qualquer movimento que possa ser feito, Senadora. Então, eu acho que deveria, antes de citar ou colocar palavras ou sentimentos... A Conape vai se realizar da forma que for. Não cabe ao Ministro nem proibir, nem dizer nada sobre isso. Simples assim. O compromisso, de novo, com a Conferência Nacional está mantido. Ela vai ser realizada em novembro, com a participação de todo o Brasil.

Sobre queda do orçamento, a senhora poderia me emprestar rapidamente aqui – pegue ali para mim, Felipe, se a senhora puder me emprestar – o gráfico que a senhora mostrou, para que eu possa ler, já que a senhora mostrou? Eu gostaria de ver. Não é possível?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Não pode me emprestar? Eu lhe devolvo. Fique absolutamente tranquila, Senadora.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – É apenas para demonstrar...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Até porque há os dados aí desde 2014 até 2018.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Exatamente. Eu gostaria de mostrar isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu li, inclusive. Não sei se o senhor não escutou...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senadora Fátima, o Ministro está com a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu li, inclusive, a partir de 2014 – de 32 e como vai caindo...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. *Fazendo soar a campainha*.) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sem nenhum problema.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Governo do PT, 2015, gráficos da Senadora do PT...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Foram 9,2 bilhões, em 2014; em 2015, orçamento feito pelo PT, 4,8 bilhões. A maior queda na história foi feita naquele momento...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Foi o ano do golpe! O ano da sabotagem!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Não, senhora! Não, senhora! Em 2014...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Do Governo que está aí, que entrou pelo atalho...

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – A senhora deveria ler o ano aqui: 2014, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Governo a que o senhor hoje está servindo!

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Está aqui, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor sabe que Eduardo Cunha não deixou que o Congresso Nacional...

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Vou devolver o seu gráfico aqui.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pode me devolver.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pode me devolver! Pode me devolver! Está aqui o resto. Olhe aqui! Deixe-me mostrar o gráfico a ele. O outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Olhe aqui. Mostre o resto: 9,2, 4,8, no ano do golpe, da...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... sabotagem do Governo que está aí ilegítimo, que o senhor está aí servindo...

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – E 2014 foi o ano da eleição, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E 2016...

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – A senhora devia ver o calendário.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós estamos mostrando a queda: 2016...

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – A senhora deveria olhar o calendário.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou concluir, Senadora Lúcia Vânia.

Em 2016, caiu para 4,4; em 2017, 3,5...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em 2018, 2,8.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor sabe fazer conta de matemática! É claro que sabe! De 9,2 para 2,8!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Presidente, nós não podemos trazer convidados aqui para ofendê-los.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, por favor. Nós estamos aqui no uso da prerrogativa, debatendo aqui com o Ministro...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Mas prerrogativa com respeito, não é, Senadora?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, com respeito, mas trazendo fatos, dados.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Ministro. Está assegurada a ele a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Trazendo dados e fatos aqui.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – V. Exª já usou o seu tempo.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Voltando, então, assegurado o meu tempo, por favor, pela abrupta interrupção, o que eu queria demonstrar apenas... Isso não tem nada a ver com golpe, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudança de Presidência. Esse é o movimento da economia brasileira, que tem sido sentido. E começou em 2014 a queda significativa para o ano de 2015. Eu não estou querendo aqui fazer julgamento deste ou daquele governo. Nós temos uma situação fática de economia brasileira que, logicamente, tem se refletido no Ministério da Educação. E o pior ano foi o de 2014 para 2015, como foi retratado aqui nos números. A diferença, especialmente no Orçamento, é que, com aquilo que foi comprometido pelo orçamento do Ministério da Educação, estamos cumprindo, coisa que não deixamos de, passados outros, fazer a intervenção.

A Senadora falou sobre liberação de recursos financeiros para o atendimento da Bancada do Rio Grande do Norte. Eu não vou ficar respondendo caso a caso, vou responder ao Líder da Bancada e à Bancada, como foi proposto razoavelmente, mas aquilo que foi acordado vamos cumprir.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – E o Fies. A senhora falou de novo de política de austeridade...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A reclassificação dos *campi* também.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Posso?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pode.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Eu não terminei ainda de falar. Estou lendo aqui, inclusive, as coisas, Senadora.

Mesmo na reclassificação dos *campi*, o que nós tratamos naquele dia vai ser respondido no mesmo bojo daquilo que foi tratado. Se eu for responder a cada um dos Senadores as suas individualidades, em cada uma das Bancadas... Eu imagino que não seja esse o objetivo desta reunião, Srª Presidente.

Eu peço compreensão, porque todos têm demandas específicas, que vão ser tratadas. Naquilo, de novo, com que eu me comprometi com a Bancada do Rio Grande do Norte – aqui, cumprimentando o Senador Agripino, que estava na reunião –, eu me comprometo a responder à Bancada do Rio Grande do Norte, como foi tratado e combinado naquela reunião, porque eu cumpro o que foi combinado, Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Ministro, me permite um aparte de um minuto?

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Permito...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Srª Presidente...

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Os segundos que eu tenho.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Até para esclarecimento.

Eu quero coonestar inteiramente a opinião externada pelo Ministro Rossieli. Ele recebeu cavalheirescamente a Bancada do Estado – parte da Bancada – e recebeu a Reitora Ângela e o Reitor Wyllys, dos IFs do Estado do Rio Grande do Norte, que apresentaram as demandas tanto da universidade federal como dos IFs, que foram acolhidas, que foram debatidas, que foram discutidas pelo Ministro, com cavalheirismo, com toda a civilidade. Os assuntos se encontram em análise. Eu quero prestar este depoimento, porque eu participei dessa audiência e quero prestar o testemunho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da extrema atenção do Ministro em relação às questões que lhe são colocadas, no que diz respeito ao meu Estado, completamente. As soluções virão na medida em que elas sejam possíveis. Agora, a atenção, a civilidade, o cavalheirismo do Ministério, essa é uma marca presente do Ministro Rossieli.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Obrigado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador, eu quero só acrescentar que, na qualidade de representante do povo potiguar, eu trouxe aqui a pergunta do Prof. Wyllys, da Profª Ângela, simplesmente no sentido de saber do Ministro se já tinha posições concretas. É só isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – O. k. Já está resolvida essa questão, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É meu papel, é meu dever, até porque, agora, não houve nenhuma resposta concreta. Só isso. Espero que tenhamos o quanto antes.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Ministro, para encerrar.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – É só para complementar.

Ela fez o comentário do Fies sobre a política de austeridade. Eu acho que a austeridade deveria ser sempre tratada com muito carinho neste País. Chegamos à situação a que chegamos, em que a economia está em colapso, porque nós não tivemos austeridade, não tivemos cuidado. Eu tenho certeza de que o Brasil vai voltar a crescer, tenho certeza de que nós vamos voltar a ter estas discussões do melhor financiamento para educação, mas, independentemente de estarmos no auge da economia ou no pior momento, a austeridade deve ser sempre uma irmã, Senadora. Então, eu discordo de que esta política de austeridade seja ruim para o Brasil. Eu acho que ela é benéfica.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Srª Presidente, eu queria, inicialmente, louvar a presença do Ministro Rossieli aqui, nesta Comissão, e quero dizer que V. Exª nos traz algumas questões muito importantes para o debate.

A primeira coisa é que precisamos de mais pessoas defendendo a educação e menos defendendo governos. Governos são transitórios, a educação é permanente. Se a soma dos governos tivesse dado certo, nós não estaríamos aqui debatendo a catástrofe que é a educação brasileira.

A educação brasileira é uma catástrofe. Esta reunião aqui traz números que iluminam um desserviço ao futuro deste País. Nós temos aqui claramente colocado que, apesar de termos tido a oportunidade, Senadora Ana Amélia, Senadores e Senadoras, de colocar as crianças nas salas de aula nas escolas, a grande maioria das escolas brasileiras é um depositário de crianças. São esses os números que estão sendo colocados aqui pelo Ministro, independentemente, como bem colocado pelo Senador Acir, de ele não ter a história ou a travessia de política partidária, mas ele tem a história de política de educação, como educador. Então, eu acho que é importante destacar isso.

Não adianta pensar que vamos fazer escolas atrativas com educação sem atrair esses jovens. Não podem ser só prédios públicos. Nós precisamos entender este novo momento da sociedade moderna, em que já estamos discutindo em outros locais – realidade virtual, realidade aumentada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para vocês terem ideia, no Fórum Mundial da Água, que teve mais de 120 mil pessoas, o Fórum Cidadão foi o ambiente que mais teve visita. Sabem por quê? Porque as crianças se interessaram em aprender através da realidade virtual. Elas passaram o dia dentro de um ambiente que poderia ser chamado de quê? De escola. Elas estavam fazendo o quê? Aprendendo, conhecendo.

Eu fico muito preocupado, quando o senhor traz essa taxa de insucesso, em que temos 15 milhões de entrantes e apenas 12 milhões de jovens saindo, em que temos 99% da população de 6 a 14 anos nas escolas e apenas 68% da população de 15 a 17 anos. Ficamos perplexos, porque é muito claro para onde esses jovens vão. Esses jovens vão para onde? Esse exército de jovens está indo para onde? Eles estão indo para as drogas, para o crime, para o desemprego, Senadora Lúcia Vânia, para a desesperança. Nós estamos destruindo o futuro do Brasil, é essa a discussão que nós temos que ter aqui. E precisamos olhar por que estamos perdendo esses jovens para o crime, para a droga ou para a ociosidade. É essa a grande pergunta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... que nós precisamos responder – nós aqui, principalmente, as pessoas que têm uma ligação mais profunda com a temática da educação.

O que nos levou a chegar a esse massacre do futuro do nosso País? "Ah, é o preço?". Que bom que o senhor disse: "Foi o preço da merenda escolar que ficou congelado por tanto tempo." E que bom que o senhor colocou que não é uma questão deste Governo ou do governo passado: é um desserviço de todos os governos que passaram. E isto que precisa ficar claro aqui: quais são as prioridades que nós podemos dizer?

Ministro, a questão do preço da merenda escolar é fundamental. V. Exª, que vem com esses números, e advindo também lá do Norte, sabe que precisamos ter preços diferenciados para a merenda escolar. É claro que o preço de São Paulo – da compra em São Paulo – é diferente do preço do interior da Bahia ou do interior do Amazonas.

Outra questão que também tem que ser colocada, Ministro – e a gente tem que fazer o enfrentamento –: já que o panorama de matrícula de educação superior cresceu graças à ampliação das universidades privadas, se nós não tivermos também um olhar, como foi colocado aqui pelas Senadoras, sobre o Fies, nós vamos comprometer esse futuro. Nós vamos pegar o que nós ganhamos – que foi a ampliação de três vezes o número de matrículas das universidades privadas *versus* a de duas vezes o da universidade pública –, e, se nós não olharmos o Fies, que é a fonte de financiamento, nós vamos ter um gargalo futuro. O que é que vai acontecer? Essas escolas, essas universidades irão o quê? Falir, vão quebrar, porque não têm sustentabilidade.

Precisamos ter, Ministro, e quero saber quais são as opções que podemos ter, porque a queda realmente foi muito brusca. Se cresceu de forma desordenada, não podemos decrescer também desordenadamente. Então, já que foi um erro crescer, também decrescer desordenadamente vai gerar consequências. Por isso eu queria deixar essa pergunta para o senhor.

Outra questão que nós precisamos enfrentar de forma muito clara é o que está sendo colocado aqui sobre essa população nem-nem (nem estuda, nem trabalha). Essa população precisa ter de nós o olhar. E é claro que, se não temos qualidade – e aqui temos esses números catastróficos em que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

futuro dos jovens do Norte e do Nordeste está realmente comprometido, já que 70%, mais da metade das crianças, não estão alfabetizadas no terceiro ano e também não têm qualquer nível de aprendizado suficiente na matemática, passando de 70% no Norte e de quase 70% no Nordeste –, é óbvio que nós temos que repensar.

Aí eu quero trazer uma questão, Ministro, e talvez uma proposta para ser debatida nesta Casa. É muito claro, para todos que militam um pouquinho na educação, que não vamos melhorar a educação se não melhorarmos a qualidade dos nossos professores e também dos nossos professores gestores das escolas, que eu acho tão importante quanto os professores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Não se pode, para ser diretor, ganhar menos do que professor. E nós temos, muitas vezes, essa defasagem.

Qual é a questão? A questão do salário é importante. Todo mundo aqui está debatendo e querendo que aumente o salário.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Para concluir, Senador.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – A questão da capacitação é importante, mas será que não é hora de a gente olhar a meritocracia também? Será que não é hora de o Governo Federal fazer uma política para que professores que são melhores ganhem melhor? Escolas que têm indicadores melhores possam atrair mais recursos e investimentos nos seus quadros de pessoal e recursos humanos e também nas suas instalações? Acho que também isso deve ser um aprofundamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Para finalizar, Ministro, fico também preocupado com a questão do Pronatec. Tive a oportunidade de ser o Relator, vejo uma queda enorme na quantidade das matrículas, entendo que é a forma de a gente tentar consertar a incapacidade que o Estado tem de preparar esses jovens para o emprego, mas a gente precisa rever o Pronatec. Nós temos aí um trabalho que foi publicado pela Senadora Lúcia Vânia, como Presidente desta Casa, que eu queria ofertar ao senhor, porque foi feito junto com a participação também do MEC, do Ipea, de outras instituições, em que se qualifica essa política pública tão importante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu só queria que o senhor mandasse para cá, Ministro, porque eu não tive nunca acesso.

Para que a gente finalizasse essa discussão: quais foram os desembolsos – e não o orçamento – que foram feitos nos últimos anos pelo Ministério da Educação? Eu acho que isso traz à luz a melhoria da qualidade desse debate, para que a gente não fique falando em orçamentos que, muitas vezes, são irreais, e em desembolsos que, muitas vezes, não qualificam as gestões públicas.

Então era isso que eu queria falar, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Obrigada, Senador Roberto.

Passo a palavra à Senadora Ângela Portela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Muito obrigada, Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Educação, a quem eu quero parabenizar, juntamente com a Senadora Lídice da Mata, por ter aprovado esse requerimento e por trazer o Ministro da Educação para falar aqui sobre essa política pública tão importante para o nosso País que é a educação brasileira.

O Ministro falou aqui que ele tem uma experiência rica na educação escolar indígena por ser da Região Norte, por ser do Amazonas, e isso é muito gratificante para todos nós que somos da Região Amazônica. Por essa razão, Ministro, eu gostaria de saber do senhor qual é a possibilidade da federalização da educação escolar indígena, porque é uma demanda, é uma prioridade da organização de professores indígenas do meu Estado de Roraima a federalização da educação escolar indígena.

Eu tenho participado de inúmeras assembleias, com mais de 2 mil professores indígenas, e, em todos anos, nessas assembleias, os professores colocam como meta, como prioridade número um a tentativa de federalizar as escolas indígenas, principalmente neste momento. Esse objetivo deles tem se intensificado neste momento de intenso fluxo migratório venezuelano em nosso Estado, que tem sobrecarregado todas as políticas (da saúde; aumentou em mais de 1.000% as matrículas nas escolas estaduais e municipais). E os indígenas, que têm 60% das escolas em nosso Estado – são escolas indígenas –, têm sentido, têm se ressentido da falta de um financiamento que lhes deem condições de estrutura física adequada, de professores bem qualificados, de uma merenda escolar adequada e também de um livro didático visando ao respeito a todas etnias indígenas na educação escolar indígena, que é uma prioridade do nosso Estado, considerando que são 60%.

Então, queria saber o posicionamento do Ministro sobre a possibilidade de atender a essa demanda do povo indígena de Roraima, principalmente dos professores, no que diz respeito ao financiamento.

Outra pergunta que faço ao senhor: diante do cenário de cortes drásticos na oferta do financiamento público (em 2018 serão concedidos 310 mil contratos do Fies, menos da metade de 2014), quais as providências que o Ministério da Educação pretende adotar para que não se prejudique essa política de inclusão do jovem pobre brasileiro no ensino superior? Nós temos dados do Censo Escolar de 2016, do ensino superior, de que foram cerca de 2,4 milhões de novas matrículas, e isso somente fora da rede pública. Então, houve uma redução drástica. Como é que o senhor pretende evitar esse problema, ou que essa política seja tão afetada?

Da mesma forma, como pretende enfrentar o quadro de ociosidade que ameaça o ensino superior brasileiro, uma vez que, após a redução da oferta do Fies, essa ociosidade chegou a 56,9% nas instituições privadas com fins lucrativos, e a 61,3% nas instituições sem fins lucrativos, sendo a média, incluindo as universidades públicas, de 52,9%?

A outra pergunta que faço: os dados do Censo Escolar de 2017 revelam um quadro preocupante e, apesar de mostrarem um aumento de matrícula em tempo integral no ensino fundamental, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expansão não foi capaz de reverter a enorme queda no ano de 2016, quando ocorreu uma redução de 46,7% em comparação com 2015; como compensar agora essa retração, uma vez que as verbas...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – ... destinadas à educação integral não permitem essa evolução?

Ainda na educação integral, só para concluir. Em 2018, o quadro também não se mostra promissor, pois Estados e Municípios brasileiros de diferentes Regiões acusam fortes cortes no repasse de investimentos que têm levado à redução de vagas na modalidade de educação integral. Nessa condição, Ministro, eu lhe pergunto: como se poderá cumprir a Meta 6 do Plano Nacional de Educação, que determina que 50% das escolas e 25% das matrículas sejam de educação em tempo integral?

Então, objetivamente, são essas questões que eu gostaria de ter esclarecimento – em relação à educação integral, ao Fies e às escolas indígenas do nosso Estado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu agradeço à Senadora Ângela, e passo à palavra ao Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu e Ângela somos por último porque a letra do nosso Estado é "r", Presidente – nós ficamos por último.

Senadora Lúcia Vânia, eu quero parabenizar V. Exª por esta iniciativa, por esta audiência tão importante para esclarecer um bocado de dúvida. E também quero parabenizar o Ministro, que é da nossa Região, do nosso Estado mãe que é o Amazonas. Fiquei feliz com isso. Sei que V. Exª é um cara preparado para as nossas perguntas aqui: para mim, é o cara certo, no lugar certo, na hora certa, e V. Exª só não pode é dizer que não vai fazer, porque senão eu vou chorar aqui de tristeza. (*Risos.*)

Então, duas perguntas que eu vou dirigir a V. Exª, Ministro. Uma foi feita pelo Senador Roberto Muniz e a outra pela Senadora Ângela; entretanto, eu vou fazer alguns acréscimos.

Primeiro, eu queria perguntar sobre a repetência e evasão nas escolas. Eu fiz uma audiência pública aqui, e nós constatamos, por exemplo, que 36% dos jovens brasileiros de 15 anos que fizeram o Programa Internacional de Avaliação de Alunos repetiram uma série pelo menos uma vez. Esse número, por exemplo, na Coreia do Sul, é de 3,6; e, na Finlândia, 3,8 – só a título de exemplo. Mais do que isso: essa reprovação e essa evasão dão aí um prejuízo de R$16 bilhões, cerca de 8% do investimento na educação. Ou seja, não é só o prejuízo econômico, como também um grande prejuízo social. Eu queria ver o que o Ministério está fazendo ou vai fazer para reverter essa situação.

Outra coisa, com relação...

Senador Agripino pode falar, porque ele tem preferência. Aqui, meu amigo, quem tem cadeira cativa é ele, há muito tempo.

Então, deixe-me falar: com relação às universidades, de 2015 para 2018, nós tivemos uma... Por exemplo, em 2015, era de R$15 bilhões o orçamento; em 2018, o orçamento prevê R$5 bilhões. Isso não vai prejudicar substancialmente as universidades? Então, queria ver o parecer de V. Exª. Segunda pergunta.

A terceira: o Orçamento de 2018 prevê um corte na educação rural de 86% do investimento. Isso não vai prejudicar substancialmente a educação rural e obrigar que o homem do campo acabe vindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a área urbana? No meu Estado, 83% da população já vêm, não só pela educação, mas, principalmente, também por falta de apoio aos assentamentos.

E a terceira pergunta, Ministro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – A quarta! Poxa, a Lúcia Vânia vai contando!

Então, a quarta pergunta eu queria subsidiar a V. Exª: no Brasil, hoje, nós temos... No meu Estado de Roraima, com relação à educação indígena, nós temos 35 terras demarcadas, 58 mil pessoas indígenas, nove povos indígenas. Nós temos 361 escolas indígenas. Dessas 361, só 50 estão reconhecidas e autorizadas; 40 estão em trâmite; e 271 não têm nenhum tipo de processo desses. E todas elas estão em estado precário, totalmente precário. E V. Exª, que foi secretário no Estado do Amazonas, conhece essa realidade mais do que ninguém. Então, o Brasil hoje tem, Ministro, 315 povos indígenas, 274 línguas, um milhão de povos indígenas, 35% moram nas áreas urbanas e 65% moram nas aldeias, e nós temos 3,6 mil aldeias.

Qual a pergunta? A pergunta é exatamente em cima disso. Não está na hora de a gente federalizar a educação indígena? Porque os Estados não estão dando suporte, eles não têm recursos para fazer esse custeio e acabam não atendendo. No meu Estado você pode ver: 361 escolas, com 480 comunidades. Então, eu pergunto de V. Exª isso. E quero fazer este apelo – V. Exª é da região, foi secretário, conhece essa realidade –: eu queria que V. Exª abraçasse essa causa tão importante da federalização da educação indígena, porque ela também, sobretudo, vai levar a todos esses povos a possibilidade de manter a língua que eles chamam de materna, que é a língua-mãe deles.

Está bom, Ministro?

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Obrigada, Senador Telmário.

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Srª Presidente, meus cumprimentos. Equipe do Ministério da Educação, também meus cumprimentos.

As questões sugeridas são as seguintes.

No dia 4 deste mês, Sr. Ministro, depois de várias tentativas de contatar V. Exª, sem sucesso, para convidá-lo ou pedir um representante, talvez o nosso Barone, para estar numa audiência pública da Comissão Senado do Futuro, cujo Presidente sou eu, fizemos uma audiência pública para discutir a crise orçamentária imposta à Universidade de Brasília (UnB).

Eu sou coordenador da Bancada, e gostaria já de... É claro que eu pedi uma reunião lá e preciso que a Bancada se reúna com V. Exª o mais rápido possível para discutir a questão. Faz duas semanas que nós pedimos uma reunião para discutir a questão da UnB e até agora não recebemos o retorno para nos reunirmos com V. Exª e com o nosso Secretário de Educação Superior.

Então, realizamos essa audiência e, embora tenhamos contactado a representação do MEC no evento, é bom que possamos ouvir do senhor, que é o próprio Ministro, qual a sua posição sobre a redução dos recursos para a educação superior? A crise está sendo muito grande. O senhor sabe que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

UnB... Houve duas tentativas de invasão no MEC; houve uma invasão no FNDE. Nós sabemos que essa situação de confronto não resolve nada. O que nós precisamos é apontar uma situação.

Então, fizemos essa audiência pública aqui, tiramos um conjunto de lideranças, representando os servidores, reitoria, todo mundo da UnB, sindicato de professor, sindicato de servidor, todo mundo, sociedade civil, para irmos conversar com V. Exª junto com a Bancada. Então, precisamos conversar sobre esse assunto tão importante.

Como a gestão de V. Exª pretende lidar com o problema da crise da educação superior? O senhor é favorável a uma revisão da Emenda Constitucional 95, de 2016, de forma a evitar a redução no orçamento da educação superior? Essa é uma pergunta importante e recorrente de todos.

De acordo com o Censo Escolar de 2017, apenas 53,5% das escolas contavam com banda larga. Notícias afirmam, no entanto, que, mesmo nessas escolas, a velocidade de conexão nem sempre é satisfatória. Diante dessa realidade e considerando a importância da banda larga para a educação, na sociedade do conhecimento, perguntamos: quais são os planos do MEC para a expansão da banda larga nas escolas?

Outro fato importante, que é um dos fatos corporativos mais relevantes dos últimos dias, foi o anúncio da compra da Somos Educação pela Kroton Educacional. Esse negócio, que teria o valor de R$4,6 bilhões, mostra a entrada dos fundos de investimento na educação básica e levanta preocupações. A Kroton é uma gigante da educação, tem quase 900 mil matrículas na educação superior e uma posição muito forte no mercado da educação. A compra da Somos fará a Kroton ter um controle muito grande do mercado editorial, especialmente aquele voltado para materiais didáticos. Diante disso, eu pergunto a V. Exª: qual a posição do MEC sobre essa fusão? Com o mesmo prestígio do nosso nobre Senador do Rio Grande do Norte... Meu querido Senador por Roraima, minha vênia, qual a posição do MEC sobre essa fusão dessas duas empresas? Do ponto de vista da educação, como o senhor avalia o fato de que apenas um grupo privado tenha controle tão grande de matrículas?

De que modo o controle de várias editoras por apenas uma empresa da área educacional pode impactar os processos de compra de livros didáticos, uma das principais ações do MEC? Sexto: até que ponto este movimento de compra de editoras tem relação com a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular e com a provável demanda por novos materiais didáticos em razão de novos currículos?

Com relação especificamente à Universidade de Brasília, tenho os seguintes comentários...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Para concluir, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Eu vou concluir. Eu fui atrapalhado por... Eu vou tentar concluir o mais rápido possível, minha querida.

A Universidade de Brasília está entre as dez mais importantes e conceituadas universidades brasileiras. É um centro de excelência em várias áreas de pesquisa científica e tecnológica e, nos últimos anos, tem se desdobrado para acompanhar a demanda da sociedade por mais vagas e novos cursos e para responder positivamente ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Hoje são mais de 50 mil alunos matriculados em cursos de graduação, mestrado e doutorado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A UnB tem enfrentado problemas com corte de recursos, restrições para o uso de recursos próprios e atraso em repasses. A UnB implementou medidas de ajustas em contratos de serviços, reformulação da política de estágios, mecanismo para economia no consumo de água e luz, entre outros, para reduzir custos, mas, mesmo assim, continua, em 2018, a sofrer com os cortes e restrições orçamentárias, aumentando a crise da instituição e as tensões internas. O Ministro da Educação publicou uma nota – estou terminando, Senadora Lúcia Vânia – de que não houve cortes de recursos e de que os problemas da UnB são internos. Eu gostaria de entender quais são esses problemas internos e por quê.

Espero, sinceramente – última posição aqui –, que possamos encontrar um meio de ajudar a universidade a buscar de forma democrática e pacífica os instrumentos para continuar sendo a UnB da qual nós brasileiros e brasilienses tanto nos orgulhamos. É a instituição que tanto ajuda o País a se desenvolver.

Eu mesmo tenho orgulho de ser o aluno 7800541 da UnB; com muita honra me formei em Engenharia Elétrica naquela conceituada universidade.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Obrigada, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cara Presidente da nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Senadora Lúcia Vânia, caro Ministro Rossieli e secretários da área de ensino, eu queria também, como os outros Senadores fizeram, cumprimentá-lo pela clareza e pela objetividade de um educador no comando do Ministério que é estratégico para o País.

E eu queria trazer algumas questões pontuais do meu Estado, como todos fizeram. Como V. Exª falou que trabalhou na educação no Amazonas, eu conheci uma cidade, Ministro, São Gabriel da Cachoeira, com 28 etnias. Então, é um desafio extraordinário. Lá no meu Estados, há mais índios caingangues, ibiraiaras. E há até uma professora numa região lá de Rio dos Índios, Nonoai, que está fazendo uma vinculação entre um estudo... É uma doutora da língua caingangue, estudando a língua da Nova Zelândia, dos maoris, se não me engano, para fazer a conexão dos dois idiomas – apenas para verem a riqueza que há nesse aspecto. É um detalhe apenas, como homenagem à sua passagem pelo Estado do Amazonas. No Rio Grande do Sul, quando houve a publicação da Lei nº 13.415, de fevereiro de 2007, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a questão da Base Nacional Comum Curricular, tornando a língua inglesa como idioma estrangeiro obrigatório a ser ensinado na educação básica. Ocorre que eu sou de um Estado que tem 197 Municípios com fronteira com dois países de língua espanhola, a Argentina e o Uruguai. Ali, a fim de garantir a manutenção do ensino da língua espanhola nas escolas, a maioria delas federais, IFETs, e também universidades federais, como isso também servia como um programa de escolas interculturais de fronteira, que é um programa especial que o MEC tem. Então, eu queria do senhor saber, primeiro, se elas poderão continuar, considerando as peculiaridades locais, ensinando a língua espanhola em vez da língua oficializada, de preferência a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

língua inglesa. Essa demanda eu recebi do Presidente da Comissão de Assuntos do Mercosul da Assembleia Legislativa, que foi demandada por várias instituições lá do ensino – como eu disse a V. Exª, vários IFETs que operam na região de fronteira. Então, essa é a questão.

A outra questão é mais – eu diria – emergencial. O MEC fez um edital lançando três cursos de medicina com três instituições, uma delas no Rio Grande do Sul, de grande qualidade, reconhecida pela comunidade, mais de 60 anos na área do ensino superior, que é a Unijuí, na cidade de Ijuí, que é na região noroeste do Rio Grande do Sul; um curso em Limeira, no Estado de São Paulo; e uma em Tucuruí, no Pará. Houve uma demanda de um postulante – casualmente do Rio Grande do Sul, se não me engano – que entrou na Justiça questionando alguns aspectos não do edital do MEC, mas de uma concorrente que venceu em Limeira. Na primeira instância, foi derrubada, não foi acolhida a liminar; e na segunda instância, sim, o juiz concedeu a liminar.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso significa a suspensão do vestibular que já está marcado. Especialmente na cidade que eu conheço, e acompanhei também, foi uma grande vitória esse curso de medicina, porque a universidade já conta, Senadora Lúcia Vânia, com várias áreas – pelo menos seis cursos – ligadas diretamente à área de saúde, e por ter essa região um impacto grande, tem três grandes hospitais – o Hospital Bom Pastor, o Hospital de Caridade e o Hospital da Unimed –, com atuação em áreas inclusive de tratamentos de alta complexidade.

Então, eu queria ponderar o que o MEC, nesse caso, faz, e se as universidades podem manter o seu calendário de votação.

Para terminar, eu sempre questionei, porque como viajo bastante em missão oficial, tenho ouvido sobre a questão do Ciência Sem Fronteiras. Meu querido amigo Roberto Muniz ressaltou: nós estamos na fase de países avançados, que vieram *startups*, nível avançado de tecnologia, e nós estamos patinando nessa área. O Ciência Sem Fronteiras, na minha modesta opinião, deveria ter sido um programa de especialização de quem já havia se graduado. E ele, ao que me pareceu, acabou levando jovens graduandos, que estavam, portanto, na faculdade, para o exterior. Alguns deles foram aproveitar para estudar inglês, mas você estuda inglês aqui em Brasília, em algum curso, em qualquer lugar.

Eu queria que o senhor repetisse o valor que foi investido nesse Ciência Sem Fronteiras e qual foi o retorno que esse programa deu para a sociedade brasileira, porque, quando eu tratei dessa questão, lembro que a Finep e o Ministério da Ciência e Tecnologia perderam recursos, que foram transferidos dessa área para esse programa, para o Ciência Sem Fronteiras.

Eu queria saber do senhor também sobre a alta evasão que há também na área do ensino técnico, na área do Pronatec, que foi examinada aqui. Essa é uma outra questão que me preocupa, porque, quando você tem evasão, você tem dispersão do recurso. Quando o recurso é pouco, ele tem que ter mais qualidade para ser aplicado.

É, ainda, aquela prioridade que o senhor mencionou entre o Ciência Sem Fronteiras e a merenda escolar, no caso do ensino fundamental.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São essas as questões.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Senador José Medeiros, último orador inscrito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia, ao tempo em que lhe cumprimento por esta importante audiência com o Ministro da Educação e os demais da sua equipe, com a Comissão de Educação. Aliás, aproveito também para lhe homenagear pela brilhante condução que está dando aos trabalhos da Comissão de Educação.

Minha pergunta ao Ministro é simples. Eu tenho ouvido aqui, Ministro, que os recursos da educação, de uma hora para outra, começaram a ser cortados. Entretanto, eu estive, certa feita, com o Ministro Aloísio Mercadante. Nós pleiteávamos a abertura de mais uma universidade federal no Estado de Mato Grosso, a Universidade Federal de Rondonópolis. Na oportunidade, ele dizia o seguinte: "olha, se eu não controlar os gastos, eu não consigo pagar luz aqui". Na época, havia um orçamento realmente gigantesco para a educação, mas o que ocorria? Estava sendo feito um corte de R$10 bilhões naquele momento. Eu tenho ouvido cotidianamente a Senadora Fátima dizer aqui que o Ministério da Educação está cortando os recursos. Eu queria que o senhor pudesse explicar se começou a fazer esses cortes agora, ou quando começaram a ser feitos esses cortes, e por que começaram a ser feitos.

Outro ponto, Ministro: nós tivemos um problema sério no mercado de carnes brasileiro – aliás, não só no mercado de carnes, como na construção em geral –, uma concentração de alguns segmentos com algumas empresas somente. O Senador Hélio José tocou no assunto da Kroton. Eu sinto que ela continua atuante. Ela é um desses *players* que estavam. Me preocupa, porque a gente vê boa parte dos recursos da educação indo para esses Fies, e eu fico preocupado com relação à qualidade disso, tendo em vista que boa parte está concentrada nesses fundos, e eu tenho lá minhas dúvidas se eles estão preocupados com qualidade da educação. Então, minha pergunta é se o MEC está aferindo o retorno disso, a qualidade dessas universidades. Para finalizar, a pergunta é sobre a questão sempre recorrente, quando há os debates, de que a pirâmide de prioridades da educação brasileira estaria invertida, de modo que, hoje nós estamos com um problema de que os alunos chegam com extremo despreparo às universidades, com dificuldade até de interpretação de texto, essa coisa toda – e, aí, eu pergunto se a escola ciclada é um problema nisso –, mas se nós não deveríamos, de repente, começar a caminhar para talvez um foco total nos anos iniciais, e depois a universidade... Não que fique em segundo plano, mas que a gente possa focar no alicerce da base da nossa educação. Então, são essas questões bem genéricas, mas que deixo para V. Exª nos brindar com a sua avaliação.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Obrigada, Senador José Medeiros.

Ministro, eu vou ler algumas perguntas que vieram aqui pelo e-Cidadania.

Wellington, de São Paulo, afirma: "As escolas tinham que formar cidadãos mais produtivos. Hoje em dia o aluno que termina o ensino médio, dificilmente irá conseguir arrumar um emprego sem um algum curso profissionalizante."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcelo Almeida, de Minas Gerais: "O Ministério da Educação poderia bem se preocupar em deixar nossas crianças em paz, livres da doutrinação marxista, da ideologia de gênero e do relativismo que destrói nossas famílias e nossos valores morais, éticos e cristãos."

Adriano Silva, do Rio de Janeiro: "Tornar disciplinas opcionais atende o público ou o privado? Restringir a educação não é algo ruim ?"

Essas são as perguntas passadas pelo e-Cidadania.

Com a palavra o Ministro Rossieli.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Mais uma vez, obrigado, Senadora Lúcia Vânia e todos os Senadores pelas importantes perguntas.

Queria começar comentando o que o Senador Roberto Muniz trouxe, falando de governos transitórios. Eu tenho procurado evitar o confronto deste governo, daquele governo, porque todo governo tem coisas boas, todo governo tem suas dificuldades. Eu concordo plenamente. Então, quando busquei responder aqui à Senadora, foi justamente para trazer um pouco de outras perguntas, outras pontuações.

A grande diminuição de orçamento foi de 2014 para 2015. Nós tivemos um orçamento elevadíssimo em 2014, com vistas provavelmente às eleições, de orçamento inclusive não realizado. Aí vem um pouco da sua pergunta, do seu pedido, e eu me comprometo desde já a trazê-lo, Senador, que é a efetividade do gasto daquilo que foi realizado. Aproveitando para dar uma resposta mais geral nessa parte inicial, Senadora Lúcia Vânia, nós temos projetos que são absurdos, por falta de planejamento, dentro do Ministério da Educação, e ninguém fala nada: uma universidade, em Minas Gerais, onde a terraplanagem custou R$64 milhões, sem ter orçamento para fazer uma sala de aula. Pagamos R$64 milhões para uma terraplanagem que não atende um aluno.

Nós gastamos quanto na Unila?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Cento e trinta milhões, e não temos uma sala de aula funcionando. Faltam R$850 milhões para concluir a obra, e isso estava no orçamento desaparecido.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Cadê a PF?

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – É... Eu sei que, num dos casos, parece que já está lá visitando.

É importante realmente que a gente coloque luz nisso. Quando a gente fala de austeridade, não dá para, num planejamento em que você tem x milhões, começar uma obra de x mais y mais z, multiplicada por dois, sem um planejamento. A austeridade requer planejamento na organização das redes. Não dá para a gente comparar banana com abacaxi.

Neste caso, concordo, então, Senador Roberto Muniz, com o seu apontamento e me comprometo a trazer aquilo que é realidade, mesmo na dificuldade. Qualquer Estado, de qualquer governo, seja ele do PT, seja ele do PP, do PMDB ou de qualquer "p" que for, depende da arrecadação. Se você não tiver arrecadação, você não vai ter... E, se você não tiver austeridade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Governança fiscal, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou gaúcho de nascença, de Santiago, e sei da crise do Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por isso que o senhor é bom!

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Obrigado, Senadora, gentileza sua!

Mas eu sei da dificuldade, por exemplo, fiscal que o Rio Grande do Sul está enfrentando por não ter tido austeridade, não ter tido planejamento, e em muitos momentos, não é de agora, não é deste Governo ou daquele; é um conjunto de ações que vêm sendo praticadas.

Então, sim, eu vou sempre defender a austeridade, a responsabilidade fiscal. Não dá para você iniciar uma obra que custa R$1 bilhão e não ter o financeiro para aquela execução. Está lá a obra parada há muito tempo.

Nós retomamos ali – e eu fiz questão de trazer no último eslaide – milhares de obras que estavam paradas, porque se abria e se iniciava com "Ah, eu vou dar o orçamento que eu tenho aqui!", mas depois nunca mais chegava o financeiro. Eu fiquei refém durante muitos anos de obras financiadas pelo Governo Federal, lá no Estado do Amazonas, às quais, depois, não chegava o financeiro. Ele dava o orçamento, empenhava uma parte e depois tinha que parar a obra porque não chegava aquilo que tinha sido comprometido.

Então, objetivamente, seja para a universidade federal, seja para instituto federal, seja para a educação básica, tem que haver o planejamento, que tem que ser seguido. Esse é o compromisso com o qual basicamente estamos trabalhando.

Concordo, então, com as suas ponderações, Senador Roberto Muniz. E, aí, o senhor fez a reflexão que busquei trazer aqui quanto à oportunidade. A gente tem dado acesso, mas não tem dado qualidade na educação. Eu, pelo menos, como Ministro, e era assim como Secretário e também convivendo com a educação, tenho dificuldade de, no fim do dia, imaginar que há, em muitos casos – usando o termo que o senhor usou aqui – um "depósito" de crianças nas escolas. Em muitos casos, mas em muitos casos mesmo, nós temos isso.

É um absurdo que o Brasil não tenha conseguido, por exemplo, garantir a alfabetização. Vamos esquecer todo o resto. Nós não garantimos o mínimo para os brasileiros. Metade das crianças, ao final do terceiro ano... E isso é algo que me tira a tranquilidade. Se não tirar a tranquilidade deste Senado, ou do Congresso, ou do Governo brasileiro, é um absurdo. E o que eu quis trazer foram apenas alguns pontos de vista de desafios e preocupações que este Ministro, pelo menos, sempre teve. Precisamos olhar para a garantia, porque depois todos os outros problemas vão sendo alimentados para os nossos déficits para as crianças. Se o jovem, o adulto não teve oportunidade lá na idade de escolarização, é porque nós, governos, ao longo do tempo, não conseguimos cumprir com aquilo que é básico. O Brasil precisa olhar... Nós precisamos fechar essa torneira, garantir que as crianças sejam alfabetizadas e que, depois, traremos essa qualidade para todos.

Temos o desafio das taxas de insucesso dos jovens que estão indo para onde? Estão indo... Estamos perdendo essa guerra. Estamos perdendo. Não conseguimos dar uma educação que faça sentido, e os jovens estão indo para aquilo que é o mercado de trabalho, muitas vezes, dele: a opção do tráfico, a profissão do crime, porque ele não consegue mobilizar aquele conhecimento para que isso se transforme em algo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na educação do ensino médio, nós precisamos dialogar com esse jovem. Quando falamos de protagonismo, de projeto de vida, pela primeira vez numa legislação brasileira, como foi na reforma do ensino médio, é justamente porque é importante transformar. Não é simplesmente aplicar. Não existe modelo no mundo em que não haja a flexibilidade, em que a construção do conhecimento não seja feita em conjunto com os professores, com os alunos e com a própria comunidade, considerando-se o contexto local, que é fundamental. E isso vai se misturar, inclusive, com a resposta que vamos dar para a Senadora em relação ao espanhol. Já, já, Senadora!

Então, quais são as prioridades verdadeiras para o Ministério da Educação?

Se eu pudesse colocar uma coisa para o Brasil resolver, seria a alfabetização. Se eu verdadeiramente pudesse escolher, se eu tivesse o poder de resolver um problema, de forma mágica, eu escolheria a alfabetização. Porque é ali na alfabetização que a gente garante outros direitos para o jovem, Senador. Se ele não estiver alfabetizado, ele não vai ter direito ao conhecimento de história, de ciências...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Ministro, do que o senhor precisa desta Casa para fazer essa prioridade que, há centenas de anos, a gente fica discutindo?

A gente precisa que alguém diga assim: "Olha, a gente precisa" – e a Senadora Ana Amélia vai fazer uma pergunta para o senhor – "inverter talvez os nossos gastos. Vai ter que cortar dinheiro de alguns locais para colocar nessa prioridade". A gente precisa ter esse debate. É esse debate que o senhor precisa trazer para dentro desta Casa, para que a gente possa apoiá-lo no sentido de ter a alfabetização como prioridade. Faz parte – não é, Senadora? – do objetivo maior desta Casa.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Senador, agradeço o complemento da pergunta.

Quando fui Secretário... Eu tenho muito orgulho de ter feito parte de um time que fez grandes coisas lá no Amazonas. Longe de estar ideal, pelo contrário, os indicadores ainda são ruins, mas crescemos muito, movemos para o lado bom: crescemos na alfabetização; crescemos do primeiro ao quinto; somos os que mais cresceram no Pisa; enfim, temos bons indicadores para um Estado que tem a menor arrecadação, junto com o Maranhão. Pagamos salários melhores do que a maioria dos Estados que têm arrecadação muito maior do que o Estado do Amazonas. Conseguimos construir processo de informação e tudo o mais. E, quando as pessoas perguntavam: "Ah, mas, Secretário, você não está fazendo isso ou aquilo ou cortou coisas!", eu dizia que cortei coisas, como Secretário de Educação, porque eu priorizei outras.

E a gestão é igualzinha à de uma família. Se você tiver dois pais, o pai e a mãe, empregados, e um deles ficar desempregado por algum motivo, o que a família faz? Se ela chegava e tinha o conforto de ter o ar-condicionado ligado lá no quarto, ela já não vai deixar o ar-condicionado ligado, porque aquilo fica caro. Ela vai diminuir essa despesa para manter aquilo que é essencial: a educação do filho, a alimentação da família. É priorizar aquilo que é essencial. A gente precisa olhar para aquilo que é essencial.

Então, quando eu falei, por exemplo, Senadora Ana Amélia, sobre o Ciência sem Fronteiras, foi um investimento de R$14 bilhões, em torno de três ou quatro anos de investimento, em alunos ainda de graduação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É como a senhora disse, nós não conseguimos depurar absolutamente nenhum resultado além de algum aprendizado. Quatorze bi em quatro anos é muito dinheiro! Não tivemos nenhum reajuste da merenda escolar, para quarenta milhões, enquanto esses quatorze bi atenderam cem mil alunos apenas! Isso para mim é uma distorção. Eu tenho que desligar o ar-condicionado da sala, que foram essas quatorze bi do Ciência sem Fronteiras, que podem ser importantes num momento de crescimento do País, em algum momento... É lógico que isso, em tese, pode ser bom para o País e deve ser retomado, mas nós não estamos alfabetizando as crianças, metade das crianças brasileiras. Com quatorze bilhões de reais bem gastos na educação básica, na alfabetização, nós teríamos mudado o quadro do País efetivamente.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Qual é o orçamento, Ministro, da educação básica, como um todo, para a gente entender?

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Dentro do Ministério, quando você agrega todos os recursos e divide, nós ficamos aproximadamente com pouco mais de 40% e o restante é todo do ensino superior.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Isso seria quanto em valor?

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Em torno de R$59 bilhões para a educação básica, e o restante vai todo para o ensino superior. Eu passo depois os dados completos para o senhor. Posso estar me enganando aqui numa proporção.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É só para a gente ter essa ordem de grandeza. Ou seja, de R$50 bilhões, a gente gastou R$14 bilhões...

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Só em um programa para cem mil pessoas, ao longo de um tempo, enquanto poderíamos pegar esses R$14 bilhões e gastar em milhões de crianças, garantindo que elas tivessem qualidade na alfabetização.

A gente pode trazer outros tantos exemplos, Senador, e vou enviar os dados à própria Comissão de Educação para que sejam mostradas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – O próprio Pronatec!

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – O Pronatec foram R$10 bilhões.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – E se você não trouxer um foco de como fazer, se você não fechar a torneira inicial, nós vamos continuar tendo os mesmos problemas. Não adianta o Brasil pegar uma onda econômica gigantesca – e neste momento eu espero que o Brasil volte a crescer; estamos apontando o avião para cima, espero que volte a decolar –, se ele, de novo, tiver uma expansão mal pensada, feita de qualquer jeito. Mesmo no melhor momento, nós teremos problema!

Então, acho que temos uma série de medidas que estão aqui – respondendo à sua pergunta complementar – que podem e devem potencializar a educação no debate. Quando nós falamos de organização, quando discutimos o financiamento, o sistema de financiamento da educação no Brasil, precisamos colocar essas ponderações. Não adianta colocar tudo como prioridade, porque nada o será. Precisamos verdadeiramente, como Nação, saber qual é o nosso projeto. É dar este passo? O foco é na alfabetização? Então, o que orbita em volta da alfabetização, por exemplo, que precisa ter um alto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento? O que precisamos fazer para valorizar mais ainda o professor que vai para a alfabetização? O que precisamos fazer para dar a melhor formação do mundo para os futuros alfabetizadores? Porque depois que soubermos fazer bem, o efeito cascata é positivo.

Nós temos bons exemplos no Brasil de lugares que souberam fazer bem. Em todas as Regiões do País, temos bons exemplos, inclusive no próprio Nordeste. Lá no Ceará, temos exemplo de um bom trabalho feito com a alfabetização. No Piauí, em Teresina, especialmente, onde se tem feito um bom trabalho. E em outros tantos lugares, no Ceará, em Sobral. O Ceará, como um Estado todo, tem um bom resultado.

O Fies, a sustentabilidade.

Se a gente não cuidar agora do Fies, daqui a dois, três anos, não está pagando nem a quem já tem contrato! Não está mantendo aquilo que está em jogo. Não adianta! De novo: é a mesma coisa de planejamento. É muito importante que isso traga o olhar, o horizonte para as próprias universidades de que aquilo é sustentável, porque, senão, a instituição bancária não vai assumir o risco e a instituição educacional começa a ter prejuízo.

O senhor falou de decrescer desordenadamente. A gente cresceu muito baseado em um sistema que não se retroalimentava, que não tinha sustentabilidade em si de financiamento, mas nós não, necessariamente, precisaremos passar por um desordenamento e decrescer. Não há tendência de decrescer. Há a necessidade de um planejamento efetivo. Não vou nem falar de privada, porque a gente não pode falar de organização de rede privada sobre, por exemplo, oferta de curso.

Mas deixa eu falar de planejamento de universidade pública. Numa cidade, nós temos a universidade federal, o instituto federal e a Universidade Aberta do Brasil oferecendo 800 vagas de um curso de licenciatura em Física. A gente precisa de curso de licenciatura em Física. Quem questiona? Eu não questiono. Agora, nessa mesma cidade, das 800 vagas ofertadas... Todas as universidades têm coordenador, corpo de professores e tudo o mais. Na mesma cidade, apenas 50 alunos.

Ora, qual é o planejamento conjunto que têm as instituições para dizer "tá bom, só uma oferta aqui licenciatura em Física, e outra oferta outra coisa", porque, se 50 alunos não alimentam nem uma universidade, imagina três cursos sendo ofertados por três instituições públicas diferenciadas!

É planejamento de novo. A gente volta à base. Então, precisamos de mais recursos. Eu vou sempre defender mais recursos. Alguém me perguntou sobre a PEC do Teto, a PEC de não sei mais o quê... Eu sempre vou defender mais recursos para a educação. Sempre. Mas eu também vou sempre defender que a gente tenha maior eficiência, maior racionalidade no gasto, porque também ter mais recurso é mais desperdício, se for com a mesma regra que a gente coloca.

Então, podemos e devemos revisar naquele momento, mas nós precisamos gastar melhor o recurso.

A população no Enem... Falou no Norte e no Nordeste. Melhorar a educação, melhorar a formação... E o senhor falou em trazer a meritocracia.

A meritocracia, do ponto de vista de organização, a possibilidade fica muito mais na mão de Estados e Municípios, porque é deles a rede, é deles o salário, a formação. Não há impedimento de que as redes façam isso. Aliás, existem muitas experiências de meritocracia, de pagamento de 14º e 15º salários ou outras formas... No próprio Estado do Amazonas, onde eu tive oportunidade, nós temos um modelo de meritocracia baseado em resultado que paga até 14º, 15º, 16º, 17º salários para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os professores das escolas que alcancem as metas. E não só para os professores, mas para todos os profissionais. Em São Paulo tem. A gente pode ajudar a fomentar os Estados que desejem isso, Senador, mas não temos nenhum projeto, hoje, de implementação pelo Ministério da Educação, mas é algo que podemos discutir, sim, Senador.

Pronatec.

O senhor falou do trabalho da Senadora Lúcia Vânia e dos senhores da Comissão, da equipe...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Não, além do dele, não é? Mas cito a senhora...

Eu tenho interesse em conhecer. Assumo que não conheço esse trabalho particularmente e tomarei o cuidado de conhecê-lo e vê-lo a fundo.

Nós estamos investindo muito. Por exemplo, o que a gente fez utilizando a estrutura legal do Pronatec, nós criamos, por exemplo, o Mediotec, que era ligado a trazer oportunidade para o jovem que ainda está dentro da escola para ele olhar um pouquinho mais, porque o Pronatec, de novo, com foco diverso, nós temos essa experiência de olhar como a gente oferta, por exemplo, num modelo diferente, o ensino técnico para os jovens dentro do próprio ensino médio, que é aquilo que o Brasil tem muito menos do que os outros países.

Depois, de novo, a gente vai lá enxugar gelo de problemas que não foram...Quando o jovem sai da escola, ele percebe que – e até tem uma pergunta do e–Cidadania nesse sentido – não consegue mobilizar aquele conhecimento e tem de voltar para um outro processo. Nós podemos dar oportunidades desde cedo. Não é para todos, mas é para uma parcela. Então, a gente tem mantido. Mas, de qualquer modo, eu quero olhar.

O desembolso de que o senhor falou já comentei que vou mandar para o senhor e para toda a Comissão do Senado com detalhamentos específicos, inclusive de programas como esses do Ciência sem Fronteiras, fazendo algumas comparações. A gente vai preparar algo bacana para enviar as senhoras e aos senhores.

A Senadora Angela Portela pediu licença.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem.

Presidente, eu recomendaria uma preferência para que o Ministro respondesse aos Senadores presentes...

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Aos que estão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... e, posteriormente, aos que não estão presentes.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Perfeitamente, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a Presidente que decide essa ponderação que faço.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Para mim está o.k.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço à Senadora Ana Amélia pela sugestão.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Deixe-me só localizar agora.

O Senador Telmário também saiu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Ana Amélia falou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Como?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone.*) – Sr. Ministro...

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Desculpe-me, acho que mexi aqui na ordem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Mas eu passo para as mulheres. Não há nenhum tipo de problema.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – É um cavalheiro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Merecem. Ainda mais no mês das mães.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Eu me perdi. Cadê a outra parte?

Se o senhor permitir que eu comece com a Senadora Ana Amélia, Senador...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Por favor, ouvir as respostas às indagações da Senadora Ana Amélia é uma honra para mim.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – A Senadora Ana Amélia falou da experiência indígena. São Gabriel é lindo, não é? Um lugar incrível. É o Município brasileiro com a maior popular indígena proporcionalmente, lógico, do Brasil.Mais de 90% da população de lá é indígena. São Gabriel é uma experiência importante em si. São mais de 20 línguas somente em São Gabriel da Cachoeira. Há algumas dezenas de etnias e são necessários muitos dias de barco para você ir conhecer, por exemplo, a Cabeça do Cachorro, o Cucuí e outras regiões. É incrível, e sou muito feliz por ter tido a experiência de conviver. Apesar de que, desde criança, morei em Santo Ângelo e ia sempre às missões,

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Às missões dos Jesuítas.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Exatamente. A história de Sepé Tiaraju.

A riqueza realmente é muito grande. A senhora comparou os estudos linguísticos. O Brasil tem muito pouco estudo linguístico. Aliás, tem muito pouco das línguas indígenas efetivamente estruturadas, com codificação efetivamente. Tem muita língua e cultura que precisa ser mantida. Por isso é que a língua mãe é tão importante, porque é a forma de transmissão. E a gente as está perdendo. Muitas línguas morreram ao longo do tempo e a gente precisa tentar preservá-las.

A senhora falou da Lei nº 3.415, do ensino médio, da língua inglesa e da língua espanhola. Justamente nesse aspecto, misturando um pouquinho Ciência Sem Fronteiras. Aquilo lá era para alunos que deveriam saber falar Inglês irem aprofundar outros estudos. Virou outra coisa, justamente porque o Brasil está numa situação em que a comunicação com o resto do mundo se dá pela língua inglesa. De modo geral, se você não falar francês, mas for à França, a língua inglesa é a que faz. Se você quiser fazer uma pós-graduação na Alemanha e não falar a língua, o inglês é a comunicação. Se você faz negócios com a China, com o Japão ou com qualquer um, a língua é a inglesa. Então, nós entendemos que ela é estratégica para o desenvolvimento do Brasil. E isso é fundamental que a gente entenda, como nação. Gostemos ou não, é importante.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É prioridade estratégica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – É. E isso se reflete... Quando foram ver a obrigatoriedade do espanhol, era um acordo do Mercosul e dos países latino-americanos que também ensinariam língua portuguesa nos países de língua espanhola. Qual ofereceu? Nenhum. O Brasil tentou, efetivamente, e está tentando ainda. Trazer a língua inglesa para a obrigatoriedade não significa retirar a oportunidade de outras línguas, ponto – isso é uma coisa muito importante.

A reforma do ensino médio olha muito para o contexto local. Faz muito mais sentido a língua espanhola nas divisas com a Argentina, o Uruguai, com a proximidade do Paraguai, com Santa Catarina, Paraná; ou ali no Amazonas, com o Peru e Colômbia, por exemplo; Bolívia ali no Acre e Rondônia, por exemplo, Mato Grosso, enfim. É lógico que vai ter muito mais importância numa região e outra, e a língua espanhola, inclusive, pode ser um itinerário do ensino médio. A gente está trabalhando num projeto, para seu conhecimento do Mercosul, com recursos já previstos da arrecadação do próprio Mercosul, para incentivar escolas que sejam bilíngues de espanhol especificamente. Ou seja, trazendo o foco para aqueles que são mais importantes. Então, não é a exclusão da língua espanhola, mas é trazer, sim, luz, obrigatoriedade para a língua inglesa, porque é ela que nos vai colocar num processo de comunicação.

E não é um processo simples. O fato de trazer a língua inglesa também não garante. Assim como o fato de trazer o espanhol como obrigatório para todo o território – nem professor temos, nem teríamos, em X, Y, Z de tempo; tampouco é proibido ensinar o alemão, assim como vimos em regiões do próprio Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina. Então, a intenção da reforma é: nós precisamos nos comunicar com o mundo e olhar, sim, para os contextos em que nós estamos vivendo e trazer essas especificidades. A gente vai, inclusive, incentivar isso, Senadora, dentro do Ministério da Educação, como eu falei aqui, no exemplo desse caso do Mercosul.

Três cursos de medicina: realmente existe uma liminar que deu entrada no Ministério da Educação. A Seres está a par, nós estamos com a Advocacia-Geral da União, entrando com recurso no TRF-1 para, com a maior brevidade, derrubar essa decisão. Mas decisão judicial se cumpre, então, por ora, a recomendação é que se cumpra até que a gente consiga derrubar no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Ciência sem Fronteiras: já falei um pouquinho, mas a senhora citou que deveria ser para especialização. A parte para pós-graduação está mantida, Senadora. O que a gente não manteve, pois preferiu investir em coisas como a merenda escolar, foi no tocante à graduação – que, realmente, não tivemos resultados claros, não tivemos um objetivo cumprido pelo País em relação a isso. Mas a parte de pós-graduação está mantida dentro da Capes e do Ministério da Educação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só...

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Se V. Exª me permite, Srª Presidente, eu queria dizer que, se não estou equivocada, eu ouvi uma palestra do ex-Ministro Mendonça Filho falando que, do orçamento geral para o ensino no orçamento do MEC, o percentual para o ensino superior, do total dos recursos, era de 60%.

É esse mesmo o percentual, Ministro?

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sessenta por cento para o ensino superior?

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E isso, talvez, seja outra, eu diria, observação na inflexão que temos que fazer para inverter essa pirâmide, mesmo que o ensino superior precise continuar tendo investimento.

Mas em um país de analfabetos funcionais, em que as pessoas leem e não entendem o que leram, esse compromisso com a alfabetização que V. Exª está pregando, penso que seja – e aí o nosso querido Roberto Muniz reafirmou – preciso rever esse critério.

E, finalmente, Ministro, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul está com obras no Hospital de Clínicas, uma ampliação. É extraordinário o trabalho que este hospital faz em Porto Alegre e também Hospital Escola da UFPEL, que é a Universidade Federal de Pelotas. Visitei as duas obras e eu só queria saber porque, no seu cronograma aqui, foram mantidos os orçamentos das obras dentro da escassez dos recursos. Se isso está mantido? Os fluxos dos recursos para essas universidades e também para a Universidade Federal de Santa Maria.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Todo orçamento que foi planejado, a nossa prioridade é a conclusão das obras. É sempre concluir obras que estão em andamento para que a gente possa entregar para a sociedade.

No Hospital de Clínicas de Porto Alegre está garantida toda a conclusão, estamos resolvendo a questão de equipamentos ainda, mas a obra possui recursos para ser concluída. Nós esperamos, inclusive, inaugurar este ano ainda o Hospital de Clínicas.

O da UFPEL eu não me lembro. Não sei se o Mauro poderia complementar, mas eu não me lembro agora de cabeça o da Universidade Federal, mas, em regra...

É porque o pessoal está gesticulando lá atrás, tentando dar a resposta. O Presidente da EBSERH, porque UFPEL acho que está com a EBSERH.

Mas, de qualquer forma, a ideia é a de que, obra em andamento, a gente possa concluir.

Ele está falando aqui que está sendo construída em módulos. O módulo que está em construção será concluído.

A gente tem feito assim em outros hospitais também, como o próprio de Manaus e outros hospitais. Se começa um módulo com o dinheiro garantido para construí-lo, colocá-lo em operação e aí inicia-se outro módulo, porque senão não adianta começar tudo e não entregar nada para a população, como temos alguns casos no Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para terminar, o senhor mencionou o caso de uma instituição que gastou 60 milhões por uma terraplanagem.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E não havia nada em cima do projeto...

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Federal de Juiz de Fora e Governador Valadares, *campus* de Governador Valadares.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Lá no Rio Grande do Sul aconteceu que foi comprado um equipamento para o curso de enologia. Um equipamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importado, R$1 milhão, e não tinha sala própria para colocá-lo, teria que fazer a sala, quer dizer, não tinha o local adequado para colocar esse equipamento para funcionar para os alunos. Então, o equipamento ficou correndo o risco de vencer a validade, a garantia, melhor dizendo. Perdeu a garantia e ele não foi instalado.

Então, essas coisas, como V. Exª falou, são de gestão, muita coisa é de gestão.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Isso não foi incomum, Senadora.

Na própria EBSERH, quando a encontramos, encontramos dezenas de equipamentos parados. Equipamentos importantes, caros, no âmbito da saúde da EBSERH, parados em hospitais porque não tinham preparação para instalação, não tinham nenhum planejamento, perdeu-se a garantia em muitos casos também.

São exemplificações que a gente pode, inclusive, trazer mais detalhes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – O Senador Hélio José, aqui do Distrito Federal, falou sobre a crise, a reunião da Bancada... Nós vamos providenciar a reunião com a Bancada o mais breve possível, Senador.

O senhor falou de redução dos recursos da UnB, revisão da Emenda. Nós continuamos reafirmando, eu tive reuniões com a Reitora, com a equipe da Universidade, estamos mantendo o diálogo com eles. Existe uma questão peculiar em relação à Universidade Federal de Juiz de Fora e à Universidade de Brasília em relação à arrecadação própria, que não se confirmou em determinado ano, mas o orçamento, aparentemente, havia sido dado, com uma distorção gigantesca.

Aquilo, de novo, Senador, que foi pactuado com a Andifes, com o Colégio de Reitores foi e está sendo cumprido com as universidades. Aliás, de custeio, nós já repassamos 60% para as universidades. O senhor me questionou, porque a gente tem falado sobre problemas de gestão, e eu queria só, não é problema de gestão, mas são desafios que são importantes a serem enfrentados pela universidade. Por exemplo, quando 19% de todos os estagiários do Brasil das universidades, 19%, quase 20%, estão concentrados unicamente na Universidade de Brasília.

Então, acho que cabe, por exemplo, uma revisão. Quando você tem um custo semelhante a outras universidades, aliás, outras universidades de tamanho proporcional à Universidade, há gastos que não são proporcionais, isso serve para uma e serve para todas. A gente tem apontado não é o problema da UnB, mas é o problema de todas. De novo, a austeridade, responsabilidade servem para o MEC, servem para a universidade, servem para todos os gestores públicos.

Então, sobre a UnB, a gente tem discutido, sim, a necessidade de revisão. Aquilo que foi pactuado com a universidade e com a Andifes vai ser cumprido absolutamente. Nós tivemos aumento de recursos para a UnB neste ano inclusive e a discussão de aproveitamento de recursos de orçamento próprio, Senadora Lúcia Vânia, nós apoiamos e vamos tentar resolver essa situação especificamente com a universidade, tanto a de Juiz de Fora, quanto a UnB, porque este é um problema destas duas universidades, especificamente, hoje, no Brasil, quanto ao orçamento, se realizarem efetivamente a sua arrecadação prevista.

Então, aí, teríamos uma dificuldade efetivamente de orçamento. No caso de Juiz de Fora, nós temos essa dificuldade e estamos trabalhando para resolvê-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Hélio também me trouxe aqui, perguntando quais são os planos sobre banda larga, velocidade de internet, quais são os planos do MEC para essa ação. O Ministério lançou a política chamada Educação Conectada, o senhor fez, inclusive, críticas sobre a velocidade atual das escolas.

O Brasil lançou, há muitos anos, o Banda Larga nas Escolas, que trazia um mega de velocidade por escola. Então, um mega dividido por 300, 200, 400 mil alunos, logicamente, dá zero ponto alguma coisa k por aluno. Isso não dá para você botar um mega num computador, quanto mais colocar um laboratório para funcionar.

Então, o que a gente lançou é: trazer o conceito de velocidade, realmente, para as nossas escolas. Vinte e duas mil e quinhentas escolas já serão atendidas este ano, o que vai representar mais de 40% dos alunos atendidos, inclusive alunos da zona rural também receberão atendimento com o satélite brasileiro.

Mas não é só colocar a internet que importa. É colocar internet, dar formação para o professor. A escola tem que saber por que ela precisa usar a tecnologia e ter os recursos digitais. A política tem se dividido em quatro, e a gente pode mandar também para a comissão os materiais todos sobre eles.

Sobre a compra da Kroton pela Somos, qual é a opinião do MEC? O grupo vai ser o maior dono de editoras e tudo mais. Bom, primeiro que, antes dessa compra, a Kroton não atuava no mercado de editoriais de educação básica, pelo menos que eu tenha conhecimento. Mas esse não é um assunto que caiba ao MEC.

Sobre se deve ou não deve, se é reserva de mercado, se não é isso, quais são as limitações, cabe ao Cade fazer esse tipo de avaliação. Ao Ministério da Educação cabe buscar garantir, fiscalizar que as escolas de ensino superior, que são competência especialmente do Conselho Nacional, junto com o Ministério da Educação, tenham a qualidade.

No caso de educação básica, a regulação é dentro dos conselhos municipais e estaduais dentro do Brasil. Nós não temos uma opinião em relação a isso. Lógico que observaremos o quesito de qualidade dito pelo senhor. O senhor fez uma pergunta: o que a BNCC tem a ver com a compra da Somos? Absolutamente nada. Base Nacional Comum é pensada para a educação brasileira, especialmente quando a gente fala de não chegar ao nível de educação de qualidade que a gente quer, a Base Nacional Comum é um parâmetro especialmente para a maioria absoluta dos alunos que estão em escolas públicas. Lógico que nós mantivemos um debate com a rede privada também, que participa e é relevante, mas a importância maior desse documento é, sem dúvida, para a escola pública.

Agora o Felipe me ajudou a bagunçar tudo aqui.

Rapidamente perguntas da Senadora Ângela Portela, ela fala aqui: em relação à federalização da educação indígena, ocorreu a Conferência Nacional de Educação Indígena recentemente, com o apoio do Ministério da Educação, e lá houve o debate sobre federalização da educação indígena. Aliás, tem grupos que são favoráveis, mas não são todos os grupos que são favoráveis em terem um sistema nacional de educação indígena separado do restante.

Não foi aprovado na Conei, por exemplo, nenhuma demanda sobre a federalização de forma geral. O que não quer dizer que não devamos debater a qualidade e de que forma o Governo Federal deve apoiar efetivamente a educação indígena no País. É um grande desafio e acho que a gente deve debruçar, por isso que a gente montou um grupo com a Secadi – a Rita está aqui presente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representando a Secadi – justamente para fazer esse debate. Acho que não é a mera federalização que irá resolver os problemas da educação indígena. Seja ela federal, estadual ou municipal, nós temos problemas que precisam ser discutidos junto com eles, para que a gente possa avançar. Essa agenda acredito que seja importante.

Essa pergunta Senador Telmário também questionou e a gente fica à disposição para avançarmos nesse debate, sem dúvida, com os dois Senadores. Eu entendo o problema em relação a Roraima porque é muito grande a proporção da rede indígena dentro do próprio Estado lá, inclusive com fluxo migratório.

Ela falou sobre o Fies. Já falei bastante hoje sobre Fies. É importante que a gente garanta a continuidade. Sobre a redução, em 2016, que a Senadora Ângela Portela trouxe, para tempo integral o Censo de 2016 refletiu os resultados em 2015. A redução com a parada de programas importantes.... Quando chegamos ao Ministério, na Secretaria de Educação Básica, todos os programas estavam parados e todos foram retomados, todos aqueles que falam de formação integral, seja pelo tempo ou pela formação, mas muito pelo tempo, aqui, que foi a pergunta dela. Nosso objetivo é continuar fomentando dentro das nossas condições.

A redução de vagas em tempo integral.

Na verdade, então, no último Censo, nós tivemos o aumento, já dentro da nossa gestão, das vagas em tempo integral, justamente pela retomada dos programas que foram feitos, desde o Mais Educação, o ProEMI e o próprio Escola em Tempo Integral, que foi lançado pelo Governo Federal.

Concluindo aqui, Senadores Telmário e José Medeiros ainda, sobre repetência e evasão, e até um comentário da Ana Amélia, ela traz custos, quando você tem que reinvestir nos mesmos alunos. Então, universidades... O Telmário trouxe aqui a questão dos orçamentos, entre 2015 e 2018, sobre a redução ou não desses orçamentos. Nós trouxemos certamente muito próximo da realidade o que é possível e, efetivamente é executável, o que é exequível dentro das redes.

Ele falou de diminuição de educação rural, do campo, sobre recursos para isso. Na verdade, inclusive nós mexemos no fator de ponderação do Fundeb, aumentando a educação no campo, a ponderação, para a mais elevada, que é 1.30, dentro do Fundeb. Então, nós colocamos mais recursos, efetivamente, para o aluno matriculado na educação do campo, valorizando lá, dentro da estrutura do próprio Fundeb.

Ele trouxe o problema de escolas não serem reconhecidas. Aí é um problema do Conselho Estadual, dentro de Roraima, e falou de novo a pergunta de federalização, que podemos sentar e discutir propostas nesse sentido, mas a próxima comunidade indígena nacional, na Conei, não trouxe e não aprovou esse debate como sendo uma proposta fundamental.

Desculpa, Senadora, pela delonga aqui, mas, concluindo, José Medeiros, muito rapidamente, os recursos. Ele fez uma pergunta importante: quando os recursos começam a ser cortados. É um pouco do debate aqui, com a Senadora que trouxe cortes, por exemplo. O maior corte ocorrido foi no ano de 2014 para o ano de 2015, quando os recursos das universidades foram cortados realmente em bilhões de reais porque o orçamento não se realizava efetivamente. E foi no governo anterior, não teve nada a ver com teto de gastos, não teve nada a ver com mudança de governo. Não tinha discussão de *impeachment,* não tinha absolutamente nenhuma discussão em 2014, quando foi preparado o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamento. Aliás, ele foi aprovado pós-eleição. Então, realmente o que teve corte de gastos, efetivamente, foi lá atrás, e aí, enfim, a pergunta dele era desde quando.

Ele trouxe o exemplo de mercados de carnes, também trazendo a preocupação dessa situação de grandes empresas sendo fundidas no campo da educação. De novo, não é a parte do tamanho. Cabe ao Cade regular. Não creio que seja do Ministério da Educação, mas precisamos sempre estar de olho na questão da qualidade. Acho que esse é um ponto que ele trouxe com que eu concordo.

E ele perguntou se a pirâmide está invertida, se deveria ter foco total nos anos iniciais. Eu concordo absolutamente que devemos ter foco total.

E o e-Cidadania apenas aqui, para completar, em respeito às pessoas que estão nos assistindo. O Adriano pergunta aqui: "Tornar disciplinas opcionais [...] atende o público ou o privado? Restringir a educação não é algo ruim?" Não há uma restrição; pelo contrário, a reforma trouxe a ampliação da carga horária do ensino médio para todas as escolas, coisa que a rede privada já fazia. Nós estamos buscando trazer as escolas públicas para a ampliação da rede, e o fato de ter flexibilidade não quer dizer que seja menos. Pelo contrário, as dependências mundo à fora têm demonstrado isso. Fala-se da Finlândia, pode-se falar de Singapura, você pode falar da Coreia do Sul, você pode falar dos Estados Unidos, do Canadá, da Austrália ou de qualquer outro lugar. Ele tem este processo de escolha como algo positivo tanto para os alunos quanto para o seu resultado.

O Wellington faz um comentário e diz: "[...]formar cidadãos. [...]o aluno que termina o ensino médio dificilmente irá conseguir arrumar um emprego sem algum curso profissionalizante".

Não necessariamente precisa ser para todos, mas a gente precisa aumentar essa oferta e dar essa opção ao estudante. É isso que a gente está discutindo.

E o Marcelo Almeida, de Minas Gerais, falou que: "O Ministério [...] poderia bem se preocupar em deixar nossas crianças em paz, livres de doutrinação marxista, da ideologia de gênero e do relativismo, que destrói nossas famílias[...]"

Primeiro, sobre doutrinação marxista ou qualquer outra, não pode o Ministério da Educação tratar de nenhum tipo de doutrinação, de nenhum tipo de ideologia, seja ela em que campo for. Nós temos que sempre observar.

Especialmente a base nacional comum organiza um pouco isso, trazendo lá os direitos de aprendizagem, as competências e a habilidades que devem ser aprendidos pelos nossos alunos. Tenho certeza, Marcelo, que se você ler lá, você não vai encontrar nenhum problema em relação a isso.

Acho que respondi, espero ter respondido todas as perguntas, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu vou fazer uma pergunta que me pediram aqui para fazer a sua posição em relação ao Bolsa Escola.

E é uma segunda pergunta, que é minha mesmo. Eu gostaria de saber como o MEC está trabalhando a questão da conclusão das creches, que não estão na resolução, que estão fora da resolução assinada entre o MEC e o TCU.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Uma ouvinte perguntou sobre o Bolsa Escola...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Eu particularmente desconheço o projeto que foi aprovado. Então, não posso falar sobre o projeto, mas o conceito do Bolsa Escola existia e migrou para ser o Bolsa Família, depois, quando falávamos de algo semelhante, visando a manutenção. Imagino que o objetivo seja garantir que aluno permaneça na escola. Qualquer coisa que venha nessa direção é algo sempre importante e produtivo.

Eu posso me debruçar, junto com a senhora, sobre esse projeto especificamente. Mas eu acho que é fundamental para o Brasil que os incentivos para a permanência dos alunos, especialmente aqueles que mais precisem, seja incentivada...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Se o senhor me permite, o Bolsa Escola é na verdade uma substituição do modelo de compra do material escolar...

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Não, isso eu desconheço. Aí eu preciso conhecer o projeto. A gente não faz compra centralizada...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Srª Presidente, eu preciso fazer a minha réplica. Estou educadamente aqui esperando.

Eu gostaria de fazer a minha réplica.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Desculpe, Senador. O senhor não pediu e eu acabei passando.

Por favor, desculpe-me.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – O MEC não faz compra centralizada. Compra de material é dos Estados e dos Municípios.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – O que ele está dizendo, Ministro, é sobre o cartão para compra de material escolar. Para os filhos do Bolsa Família há um cartão para material escolar.

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Srª Presidente, cumprimento os técnicos do Ministério da Educação.

Concordo. O Governo passa, o Estado fica. O que não dá é para desmontar o Estado em um Governo, porque depois para montar de volta é muito complicado.

Então eu gostaria de fazer um apelo, meu nobre Barone, ao nobre Ministro e ao nobre Secretário-Executivo, para que possamos sentar, porque socorro e socorro existe conforme a necessidade e a prioridade de não permitir o desmonte do Estado. Nós temos um problema gravíssimo com relação à Universidade de Brasília. A gente tem aqui discutido situações. Eu não entendi bem como é que o nosso Ministro pretende resolver o problema da crise da educação superior, que a crise não é só da UnB e da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade de Juiz de Fora, a crise é também das outras universidades... Eu coloquei a pergunta clara com relação à revisão dos critérios da Emenda Constitucional 95, que eu votei e a senhora votou favorável, e que depois vimos que, em alguns pontos foi equivocada, que precisava ser revista.

E eu preciso saber do nosso Ministro essas questões e deixar claro ao nosso nobre Ministro que quando o Senador da República liga quatro vezes para o Ministério é porque o assunto é importante. E eu acho que, no mínimo, uma pessoa do nível de Secretário deveria retornar para o devido Senador da República para conversar, porque ninguém está galhofando ligando para Ministro de Estado para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder ficar falando futrico ou pedindo coisa. Assuntos importantes! Para evitar inclusive que se procedesse novamente invasões, igual aconteceu duas vezes no nosso Ministério, e nós não queremos fazer isso... Então eu me senti, bastante... Sinceramente, eu acho que o Senado... Não sou eu, não, eu sou passageiro aqui, Governo passa e Estado fica. Sou servidor público concursado. Meu objetivo como servidor público concursado é cumprir a Constituição Federal e a Lei nº 8.112 e que todo servidor público que ocupa posição de Estado deveria versar sobre essa questão.

Então eu, educadamente, conversei com a Chefe de Gabinete, solicitei um retorno e esse retorno nunca foi dado. Então eu creio que nós precisamos ter uma relação mais salutar com os poderes, o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público, precisamos ter uma relação mais profícua e mais profissional para que a gente evite problemas futuros, porque todos nós aqui temos um único objetivo, que é construir uma solução melhor para o nosso Estado e para o nosso País.

Então eu pretendo que breve, breve, a gente faça essa conversa, com tranquilidade, sem nenhuma crise. Peço até desculpas por ter colocado com tanta eloquência a questão, mas me preocupou, porque só temos 81 Senadores da República no País, três para cada Estado, e um Senador da República liga para o Ministro de Estado, pede audiência pública e não recebe resposta nenhuma... E tem tantos Secretários para cuidar, e sabendo da confusão que foi a invasão da UnB e do FNDE, do MEC e do FNDE, pelos alunos da UnB, que todos estão aqui em Brasília e a gente está trabalhando inclusive para resolver o problema. Então precisamos resolver. É isso.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Só para deixar claro, Senador, quando fizestes a primeira ligação foi para que alguém comparecesse no dia seguinte, no mesmo dia, na verdade, a uma audiência pública, que eu não estava nem informado, e o representante do MEC foi; aliás, um jovem muito preparado e que conhece absolutamente todos os casos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Não estou reclamando dele – viu, Ministro?

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Não, eu estou apenas respondendo.

Então, Sr. Senador, eu tenho lá, assim como o senhor me pediu, eu tenho todos os Deputados que também são importantes, eu tenho todos os Senadores, e tenho priorizado, sempre que possível, o atendimento. E o farei com o senhor como tenho feito com todos os demais.

Aliás, no início da minha fala... O senhor está retomando isso, Senador, o que dá a entender que não tenho tido agenda para trabalhar o caso da UnB, o que não é verdade, Senador. Eu posso lhe falar das dezenas de agendas que eu e minha equipe já tivemos para tratar do assunto, inclusive recebendo os alunos, inclusive com o pedido dos alunos para que se faça uma auditoria nas contas da Universidade de Brasília, para trazer a realidade. E qualquer...

Inclusive eu disse, dissemos a eles lá que o MEC vai discutir de novo. Primeiro, manter os mesmos canais de comunicação com as universidades via Andifes, para a discussão dos custeios e de todos os investimentos com as universidades. Foi compromisso com os reitores do Brasil; não é com a Reitoria da UNB, mas com todos os reitores, que faça esse debate na coletividade, junto com a Sesu, o Prof. Mauro, que está aqui, que é inclusive da própria Universidade de Brasília e que trata muito desse assunto, e outros tantos.

Então, Senador, apenas para deixar claro que nós continuamos à disposição, estamos, sim, debatendo a situação de todas as universidades, mas nós vamos cumprir o planejamento que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecido com as próprias universidades. Não faz sentido eu repassar mais recursos para uma, enquanto as outras não estão tendo a mesma situação. Nós temos que discutir isso no coletivo, mas muito obrigado, e obrigado, mais uma vez, encerrando já por aqui, agradecendo a Senadora Lúcia Vânia pelo convite e sempre à disposição desta Comissão para o debate.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço o Ministro Rossieli. Quero dizer da nossa satisfação de tê-lo aqui, Ministro, respondendo a todas essas perguntas.

Quero agradecer as presenças do Prof. Mauro Rabelo; do Secretário Executivo do Ministério da Educação, Felipe Sartori; do Secretário da Secretaria de Ensino Superior, Paulo Monteiro; do Sr. Kleber de Melo Morais, Presidente da Empresa de Serviços Hospitalares; do Sr. Paulo Henrique Costa, Vice-Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; do Sr. Marcos Silva Osório, Secretário da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino; do Sr. Rogério Fernando, representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); da Srª Eline Neves Braga Nascimento, Secretária de Educação Profissional e Tecnológica; do Sr. Geraldo Nunes, Coordenador de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior; da Srª Vivian Melcop, Secretaria Executivo Undime; da Srª Lorena Carvalho, Coordenadora de Educação – Unesco; do Sr. Wellington de Paula Brandão, Secretário Municipal de Educação de Brazabrantes; da Srª Maria Ivanilda Gomes Soares, Secretária Municipal de Mimoso de Goiás; da Srª Aparecida Guimarães Machado, Secretária Municipal de Educação de Padre Bernardo; do Sr. Anderson Luciano de Carvalho, Secretário Municipal de Educação de Cidade Ocidental; da Srª Leandra Maria de Jesus, Secretária Municipal de Educação de Anicuns; do Sr. Laio Vinicius Guimarães, Coordenador Pedagógico de Anicuns; da Srª Mônica Cândida de Souza, Coordenadora Pedagógica de Anicuns; da Srª Eunice Gomes de Oliveira, Secretária Municipal de Cocalzinho de Goiás; e do Sr. Reinaldo Rocha, Secretário Municipal de Educação de Damianópolis.

Quero agradecer a todos os assessores e a todos os servidores do Ministério da Educação.

Quero agradecer, mais uma vez, Sr. Ministro a sua presença aqui, que nos honra, e, sem dúvida nenhuma, os seus esclarecimentos foram muito importantes para esta Comissão.

Encerramento.

Convoco para amanhã, dia 16 de maio, às 10h30, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública destinada a debater a importância da instituição do Dia Nacional do Museu, em atendimento ao Requerimento nº 16, de 2018-CE, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo, mais uma vez, o Ministro Rossieli Soares da Silva, que nos honrou com sua presença e com a sua exposição aqui nesta manhã.

Muito obrigada a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Maria do Carmo Alves**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Marta Suplicy, Valdir Raupp, Hélio José, Simone Tebet, Ângela Portela, Paulo Paim, Regina Sousa, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Eduardo Amorim, Roberto Muniz, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Lasier Martins, Eduardo Lopes, Ataídes Oliveira, Wilder Morais e Rodrigues Palma. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Roberto Rocha, José Agripino, José Medeiros, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Pedro Chaves e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RCE 16/2018, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves. Finalidade: Debater a importância da instituição do Dia Nacional do Museu. Participantes: Ézio Déda, Diretor Superintendente do Instituto Banese e Museu da Gente Sergipana; Marcelo Mattos Araújo, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus. Rita de Cássia Mattos, Presidente do Conselho Federal de Museologia. Resultado: Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Maria do Carmo Alves

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/16

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 16, de 2018, da Comissão de Educação, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater – abro aspas – "A importância da instituição do Dia Nacional do Museu" – fecho aspas.

Dando início à audiência, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa. (*Pausa.*)

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com o serviço de interatividade com o cidadão pelo Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Como eu disse, a audiência é para debater a importância da instituição do Dia Nacional do Museu.

São convidados: Ézio Déda, Diretor Superintendente do Instituto Banese e Museu da Gente Sergipana; Marcelo Mattos Araújo, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus; Rita de Cássia Mattos, Presidente do Conselho Federal de Museologia.

Com a palavra o Sr. Ézio Déda.

O SR. ÉZIO DÉDA – Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer o convite feito pela Senadora e amiga D. Maria do Carmo, de cumprimentar a Mesa também nas presenças do Presidente do Instituto Brasileiro de Museus, Marcelo Mattos Araújo, e da Presidente do Conselho Federal de Museologia, Srª Rita de Cássia Mattos.

A minha vinda aqui, a convite da Senadora Maria do Carmo, foi para apresentar, para explanar, o *case* de sucesso do Museu da Gente Sergipana. Estamos falando de um equipamento cultural que fará sete anos agora em novembro de 2018 e que foi inaugurado para marcar os 50 anos do Banco do Estado de Sergipe.

O Banese é um dos cinco bancos estatais que não foram privatizados na onda de privatização dos bancos estatais da década de 90. É um banco que tem uma capilaridade muito significativa no Estado, com mais de 60 agências em todo o território sergipano. Quando o banco se aproximava do seu cinquentenário, decidiu-se que era importante oferecer, como contrapartida social, a criação de um museu que pudesse expor a riqueza do patrimônio cultural, material e imaterial de Sergipe.

Eu fui convidado para ser o arquiteto que iria restaurar esse prédio. Estamos falando de uma arquitetura eclética, construída em 1926, que está localizada no centro histórico de Aracaju, no espaço que tem a maior quantidade de equipamentos de cultura e turismo. Esse prédio foi construído para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sediar o Colégio Atheneu Pedro II, que é a principal escola pública do Estado de Sergipe, por um Governador chamado Graccho Cardoso.

Esse prédio, após o funcionamento do colégio, começou a abrigar sucessivos órgãos públicos, entre eles a Secretaria de Estado da Educação, e, no final da década de 90, ele já se encontrava com elevado grau de deterioração. Em 2007, eu fui chamado para elaborar o que seria o projeto de restauração do prédio e para pensar como ele poderia sediar um equipamento museal.

Lembro-me de que, em algumas viagens que cheguei a fazer procurando o conceito de como seria esse museu, acabamos tendo como referência o Museu da Língua Portuguesa, que é uma referência nessa questão da sensorialidade e da interatividade. Conseguimos trazer o Marcello Dantas, que foi um dos curadores do Museu da Língua Portuguesa, para fazer parte da concepção desse museu.

O fato é que ele foi efetivamente inaugurado em 26 de novembro de 2011, a data que marcou os 50 anos do Banco do Estado de Sergipe. É um museu que, ao se aproximar dos seus sete anos, mantém um fluxo de visitação considerável: a gente está falando aí de cerca de sete mil, seis mil pessoas por mês, o que é muito para a territorialidade de Sergipe; é um número bastante alvissareiro.

Eu gostaria de passar as lâminas seguintes. Quem está passando aí, por favor?

Ah, está aqui. O.k. Obrigado.

Aí a gente já tem uma imagem dele restaurado. Essa imagem anterior já é de 2012. Vocês vão ver daqui a pouco um vídeo que mostra todo o processo de restauração e mostra o diagnóstico de deterioração elevado em que ele se encontrava antes.

Então, estamos falando de um museu etnográfico que fala, que expõe os traços da sergipanidade. Ele fala de oralidade, de culinária, do modo de falar, de vestir. Ele, na verdade, foca essas questões que estão associadas à cultura popular do Estado.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ÉZIO DÉDA – Foi realizado um processo de intervenção para restauro com *retrofit*. O *retrofit* inseriu novos equipamentos, novos materiais e novos insumos que foram necessários para fazerem funcionar o museu tecnológico. Então, foi instalado um elevador panorâmico, e toda a parte interna teve que passar por um processo de adaptação para abrigar essas novas tecnologias.

Mas eu gostaria de abrir parênteses, porque a Senadora me apresentou... Eu sou o arquiteto responsável pelo projeto, mas, a partir do momento em que a obra começou, eu fui convidado pelo banco do Estado para assumir a superintendência do Instituto Banese, que é o órgão que administra o museu. Então, o museu é um equipamento do Instituto Banese, que é uma associação vinculada ao banco do Estado para promover e gerir as ações de cultura e de responsabilidade social.

É o primeiro museu interativo do Norte e Nordeste. Hoje, a gente tem o Cais do Sertão, que fala sobre Luiz Gonzaga, lá em Recife; temos a Casa de Jorge Amado, em Salvador, que são equipamentos culturais mais recentes que têm esse viés da tecnologia e da interatividade, mas o Museu da Gente Sergipana é o primeiro com esse formato, com essa metodologia no Norte e no Nordeste.

Temos ali algumas imagens.

Para vocês terem uma ideia... É porque não aparece no monitor, mas lá em cima há um túnel que tem barcos; são carrinhos na verdade, mas com a cenografia de barcos, e as pessoas podem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentar nos barcos e, à medida que os barcos vão navegando, vão se locomovendo, são apresentados os ecossistemas de Sergipe. Os seis ecossistemas de Sergipe são apresentados sem um túnel com projeção de 360º. As imagens são reais, e os animais que ficam em movimento foram animados em computação gráfica.

Ali ao lado, a gente tem um carrossel e, à medida que o visitante gira aquele carrossel, as principais praças do patrimônio arquitetônico sergipano são apresentadas em uma projeção de 270º.

Ali, do lado esquerdo, embaixo, onde há o boi do reisado, o visitante pode ficar de frente para um espelho imaginário, e ele é vestido com as roupas dos principais personagens dos grupos folclóricos de Sergipe.

Ali ao lado, a gente tem um repente. O visitante pode gravar o seu repente e o seu cordel que está sendo gravado em tempo real e, no final, ele decide se quer publicar ou não a gravação dele no YouTube.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÉZIO DÉDA – Temos um feirante virtual e, depois, ali ao lado, temos o pátio central com elevador panorâmico e uma instalação artística, que é um jereré, uma rede de pescar, com vários elementos da cultura popular sergipana.

Aí ao lado, a gente vem mostrando que o museu não é um fim em si só, não basta o acervo permanente, não basta a gente incentivar a visitação pelo acervo permanente existente, mas pelas ações educativas, é um museu vivo, e isso tem garantido que a gente tenha agenda de escolas pré-programadas com quatro, cinco meses de antecedência. O acesso é gratuito, é mantido integralmente pelo Banco do Estado de Sergipe, e tem um fluxo de visitação escolar de, no mínimo, cinco escolas diariamente, do Estado e de fora do Estado. Então, a gente tem um fluxo considerável de escolas interagindo com o museu, com oficinas de arte. Há teatro infantil todos os sábados à tarde, numa programação anual. Há oficina de dança, de cinema. Então, na verdade, é um espaço que pulsa cultura, é um espaço dinâmico. Por isto é que as pessoas voltam lá diversas vezes, apesar de já o conhecerem: porque, na verdade, existe uma programação bastante diversificada e constante.

Outros eventos. Fazemos feiras de artesanato, feira de cultura popular, apresentação de grupos folclóricos que vêm do interior do Estado, feira de gastronomia com a culinária sergipana.

Algumas premiações que ganhamos. Em 2012, recebemos o prêmio O Melhor da Arquitetura Brasileira, pela intervenção de restauro feita no prédio, que foi publicado pela Editora Abril, através da revista *Arquitetura e Construção*. Em 2013, foi eleito pelo *Guia Quatro Rodas* a atração do ano. Recebemos, em 2013, o Prêmio Rodrigo de Melo Franco de Andrade, como melhor projeto de cultura e de responsabilidade social. Recebemos o certificado de excelência do *site* de turismo TripAdvisor, em 2014. Aí, em 2014, também pelo TripAdvisor, o museu ficou entre os dez melhores museus do Brasil e, em 2015, ficou também entre os dez melhores museus do Brasil, pela revista *Viagem e Turismo*.

Bem, aí estão os números desde a inauguração. Ele foi inaugurado em novembro de 2011, mas abriu as portas em dezembro. Então, há uns números aí que mostram que... Logicamente, o número maior é o de sergipanos, mas ele tem também atraído público de outros Estados e até de outros países. Então, apesar de o acesso ser gratuito, a bilheteria contabiliza a origem dessas pessoas, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que possa até nos balizar nas ações de gestão. Então, sabemos a faixa etária e de onde essas estão vindo.

Bem, o Museu da Gente Sergipana, como ele celebra esses aspectos da cultura popular... Durante a obra do museu, eu estava lá todos os dias e comecei a pensar em uma instalação externa do museu ocupando o espaço público urbano. Cheguei a provocar o governador na época, que era o Marcelo Déda, e ele disse: "Olhe, atenha-se a inaugurar o museu, que o prazo já está no limite. Você, que é arquiteto, quando inaugurar, pensa aí nessa loucura que você está querendo propor."

Depois que o museu foi inaugurado, eu comecei a fazer os primeiros croquis do que poderia ser essa intervenção.

O Rio Sergipe, o rio que margeia, o rio que marca a paisagem urbana da capital – quem conhece aqui Aracaju já deve conhecer esse rio de perto –, foi o rio que justificou, como estávamos falando há pouco, Senadora, a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju – São Cristóvão é a quarta cidade mais antiga do País e a primeira capital de Sergipe. A presença desse rio foi o que o justificou a mudança da capital, porque era necessário haver um rio com calha navegável para transportar as riquezas da lavoura açucareira de Sergipe. Então, na verdade, esse rio justificou a mudança da capital.

Bem, tínhamos um rio que tem um aspecto simbólico muito significativo, histórico e paisagístico; tínhamos o conceito da cultura popular do museu; e tínhamos, na verdade, esse avanço que já existia, aqui embaixo, esse píer – não o de cor laranja, mas essa parte aí, de concreto –, que foi construído para marcar o início do Centro Histórico de Aracaju.

Então, eu entendi que essa instalação deveria homenagear os aspectos da cultura popular do Estado, e desenvolvi o projeto.

Ao longo de seis anos, o projeto foi aprovado em todos os órgãos competentes municipais, estaduais e federais. Como é uma intervenção dentro do rio, impacta questões ambientais, questões muito complexas. Conseguimos todas as aprovações, e ele foi inaugurado agora, recentemente, na data que marcou o aniversário de Aracaju, 17 de março de 2018.

Então, ele é um complemento do museu, é uma instalação artística urbana que valoriza a cultura popular e fica exatamente no perímetro frontal ao museu.

Vou passar agora um vídeo que mostra a interlocução dessa instalação com o museu.

Elas têm 7m de altura. Cada escultura dessa, para vocês entenderem a escala, tem 7m de altura, e foi executada por Tati Moreno, que foi o mesmo escultor que fez os Orixás do Dique do Tororó.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

Essa trilha sonora é um hino popular de Sergipe – Meu papagaio, não é, Senadora?

Bem, sobre o foco específico da audiência, indubitavelmente, a criação do Dia do Museu é um fato extraordinário. Já existem as semanas dos museus, estamos inclusive na 16ª Semana de Museus, se não me engano, cujo tema são Museus Hiperconectados. Lá está acontecendo uma operação diversificada, que foi aberta ontem. Então, acho muito oportuna a temática, acho que é uma data que tem de ser celebrada com uma programação nacional bastante diversificada, bastante ampla, bastante inclusiva.

E acho, Senadora, que a sua propositura é de uma magnitude considerável e corrobora a necessidade de tornarmos esses espaços cada vez mais inclusivos, porque os museus, hoje em dia, são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que as catedrais acabaram sendo no final da Idade Média. Da década de 90 para cá, os museus, pela própria evolução da museologia, têm sido espaços não só de olhar para o passado, mas de olhar para o passado, entender o presente e prospectar o futuro. Então, eu acho que essa propositura é cabível e necessária. Enquanto membro, enquanto um dos autores do Museu da Gente Sergipana, acho plausível a atitude da Senadora.

Eu gostaria de informar também que, neste momento, estou realizando o Museu dos Povos Acreanos. É um museu que vai contar a história do Acre e da Amazônia no centro histórico de Rio Branco, um museu com quase 3 mil metros quadrados de área expositiva, um prédio também histórico, um prédio que foi construído na década de 50 por uma ordem religiosa e que abrigou os primeiros movimentos sindicalistas do Brasil, as ações de Chico Mendes lutando pela biodiversidade da Amazônia. É um museu que vai apresentar Chico Mendes em holografia, que vai fazer uma imersão na riqueza da biodiversidade na Amazônia e que vai mostrar as características peculiares do Acre. Está sendo executado agora na gestão do Tião Viana. A perspectiva é que a gente consiga inaugurá-lo até o final do ano.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Com a palavra a Srª Rita de Cássia Mattos, Presidente do Conselho Federal de Museologia.

A SRª RITA DE CÁSSIA MATTOS – Prezada Srª Senadora Maria do Carmo Alves, membro da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; prezados senhores presentes, Sr. Marcelo Mattos Araújo, Presidente do Ibram, e Sr. Ézio Déda, Diretor Superintendente do Instituto Banese e do Museu da Gente Sergipana, que tive o prazer de conhecer no ano passado, realmente um espaço muitíssimo interessante, senhoras e senhores presentes, bom dia.

Eu vou fazer uma leitura para não tomar muito tempo. Depois nós podemos debater.

Inicialmente, o Cofem deseja agradecer o convite para participar desta audiência pública com o objetivo de debater a importância da instituição do Dia Nacional do Museu. Sempre se pergunta isto: o que é um museu? Qual a importância do museu? É importante haver museus? Onde eles devem estar? Nas grandes cidades? Na periferia? No interior? Numa vila de pescadores? Numa vila de agricultores? Numa aldeia indígena? Enfim, onde ele deve estar?

Sabemos hoje que os museus são importantes motores de desenvolvimento das sociedades. Eles são ferramentas de transformação da realidade, ao desenvolverem tarefas que tratam da preservação, da pesquisa, da difusão, da educação e da comunicação dos seus acervos, que são o patrimônio legado ao povo brasileiro. São, portanto, locais de memória, locais de importância fundamental, locais estratégicos e importantes instrumentos de inclusão social, sempre a serviço do cidadão. Eles buscam construir, em conjunto com os diversos segmentos da sociedade, um desenvolvimento que seja apoiado no respeito às identidades e à pluralidade cultural da sociedade.

Os museus têm uma característica muito interessante: talvez seja uma das poucas instituições que abrigam uma pluralidade de profissões, de inúmeros saberes operativos que trabalham de forma multidisciplinar. Nós temos historiadores, educadores, *designers*, artistas plásticos, arquitetos, sociólogos, o artista popular, o próprio indígena com o seu conhecimento. Então, é um local, por excelência, multidisciplinar. Essa característica garante que eles alcancem sua missão maior, que é preservar o patrimônio cultural brasileiro, esteja ele em que instância estiver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas ele tem uma característica que não podemos deixar de ressaltar: toda essa pluralidade de profissões deve estar sob a coordenação do profissional formado para isso nos cursos de graduação, o museólogo, que é o profissional que recebe essa formação específica para lidar com todo esse conjunto de forma multidisciplinar, cada um tendo a sua vez e a sua voz nessa grande equipe, para que haja produtos como o exemplo que estamos vendo aqui, o Museu da Gente Sergipana.

Mas, quando falo do museólogo, não estou falando de uma forma corporativista, não se trata disso. É por delegação do Governo Federal que foi dado ao Cofem o papel de cumprir a legislação pertinente ao exercício da profissão de museólogo, de forma a garantir à sociedade, e não ao museólogo... Muitos de nós pensávamos, até algum tempo atrás, que o sistema Cofem/COREMs existe primeiramente para o museólogo. Não, ele existe primeiramente para a sociedade, para garantir que os serviços prestados pelo museu sejam prestados pelos profissionais devidamente habilitados, mas também para valorizar as competências profissionais do museólogo numa prática pautada pela ética, visando o bem comum da sociedade brasileira.

Desde 1932, quando foi criado o primeiro curso de Museologia no País, no Museu Histórico Nacional, foram necessários mais de 50 anos para que a profissão fosse regulamentada. A lei de regulamentação da profissão do museólogo foi promulgada no dia 18 de dezembro de 1984 e regulamentada pelo Decreto nº 91.775, de 1985, que autorizou, então, a criação dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Museologia.

O Cofem é, portanto, o órgão normativo que orienta e disciplina o exercício da profissão do museólogo. A sua única finalidade institucional é o interesse público, exercido através dos COREMs, que são responsáveis pelo registro, orientação e fiscalização do profissional museólogo.

Os COREMs estão organizados em territórios que constituem as jurisdições do sistema Cofem/COREMs. Depois vou passar uma...

Ah, até já começou. Então, aqui nós temos a legislação que dá o suporte à profissão.

Aí eu coloquei a formatura dos últimos novos museólogos. Eles têm um mês de formados, não é, Andreia? Inclusive, uma característica interessante dos cursos de graduação em Museologia no Brasil é que nós formamos profissionais para outros países também.

Esse rapaz que está aí é o único homem nesse grupo, mas há turmas que não têm a maioria de mulheres. Há bastantes representantes do sexo masculino também nos cursos.

Mas esse rapaz é do Timor Leste. No curso da Unirio se formam muitos alunos de Cabo Verde, de países da América Latina. Então, os nossos cursos de Museologia podem oferecer essa excelência aos países latino-americanos e de outras regiões também.

Ah, deixem-me só passar aqui um pouquinho. Aí se mostra a jurisdição do sistema Cofem/COREMs.

Nós temos a primeira região, que é formada pelos Estados do Nordeste – ela é a primeira região porque foi a primeira que se constituiu –, e a sede desse Conselho Regional é na Bahia; a segunda região, que foi a segunda região que se formou, é constituída pelos Estados de Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro; a quarta região congrega os Estados de São Paulo e Centro-Oeste – inclui, portanto, Brasília, onde nós estamos –; a quinta região tem os Estados de Santa Catarina e Paraná; e a terceira região ficou sozinha, porque, na época, os museólogos da terceira região eram, na sua maioria, biólogos que tiveram o direito de ter o título de museólogos. Na época, como eles já trabalhavam há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais de 5 anos nos museus do Estado do Rio Grande do Sul, ficou esse Estado com uma representação muito grande dos museólogos da Categoria 4, que são os museólogos que foram provisionados. No entanto, essa terceira região, nos últimos anos, tem apresentado um crescimento muito grande – hoje são dois cursos.

(*Soa a campainha.*)

A SRª RITA DE CÁSSIA MATTOS – Aqui aparece a missão legal do sistema, a razão de nós existirmos, como eu já falei aqui. Aparecem também as atribuições legais do museólogo, previstas no art. 3º da Lei 7.287, que é a lei que regulamentou a profissão.

E aqui há uma representação dos cursos de museologia no País. Esses cursos cresceram bastante de 2006 para cá. Então, hoje nós somos 13 cursos de graduação; em cada região há pelo menos um curso. Nós estamos trabalhando para que essa representatividade cresça. Nós temos, na pós-graduação, quatro cursos de mestrado e um de doutorado. Ao todo, são 18 cursos no País. A profissão de museólogo foi a única que, na época em que foi regulamentada, reconheceu também os profissionais de pós-graduação, os que tinham mestrado na época e o doutorado, que foi o primeiro doutorado que foi criado em 2006, na Unirio.

Bom, então, diante da certeza – aí é o nosso endereço – da importância dos museus nas sociedades contemporâneas, é salutar – como disse o nosso colega aqui ao lado, Ézio Déda – que se tenha um dia dedicado a eles, como já existe um para o museólogo, no dia 18 de dezembro, que é a data da promulgação da lei da regulamentação da profissão, e a Semana Nacional dos Museus, dentro das comemorações do Dia Internacional dos Museus, no dia 18 de maio.

Não se podem negar os excelentes resultados obtidos ao longo desses 16 anos em que nós temos comemorado essa semana. A cada ano os temas têm sido sempre mais interativos entre a sociedade e os museus – eu não vou falar disso porque o Marcelo, naturalmente, vai tratar disso. Entretanto – não posso deixar de lembrar disso –, como um órgão que tem uma delegação do Poder Público para fiscalizar e garantir o exercício da profissão de museólogo, nós não podemos deixar de ressaltar que, a par da importância da criação desse dia em que os museus serão muito mais valorizados e a sua visibilidade será muito maior, nós precisamos garantir as condições mínimas para que esses acervos sejam adequadamente preservados, documentados e comunicados. E isso só se garante com o profissional adequado trabalhando com esses acervos, que é o museólogo.

Então, é preciso que os Poderes Legislativo e Executivo, nas suas respectivas esferas, garantam a realização de concursos públicos, já que, no Brasil, a maioria dos museus são públicos e só se ingressa na carreira pública por concurso. Nós temos hoje um crescimento muito grande de museus. Eu já vi que há um valor diferente da informação que eu consegui, mas nós sabemos que, na grande maioria deles, não existe o profissional museólogo. Por quê? Porque não existe a carreira de museólogo e, portanto, não há o concurso, uma forma regular de formar essas equipes.

E o saber do museólogo é um saber que vai se construindo ao longo do tempo. É importante que esses profissionais que estão aqui, atuando há mais de 20 anos, passem esse conhecimento que vai se formando ao longo da sua prática.

Uma data nacional dedicada ao museu certamente contribuirá para que essa instituição alcance um maior prestígio no cenário nacional, especialmente como um espaço promotor de ações que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promovam a tolerância, a educação e a cultura pela paz de nossa sociedade, como foi a justificativa tão bem lembrada pela Senadora Maria do Carmo.

Então, era isso. Não quis tomar muito tempo.

Esse aí é o nosso endereço, a nossa página, nossas mídias sociais.

Nós estamos aqui à disposição de vocês. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Com a palavra o Sr. Marcelo Mattos Araújo, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus.

O SR. MARCELO MATTOS ARAÚJO – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar a Senadora Maria do Carmo Alves e agradecê-la pelo convite para estarmos aqui presente hoje e, também, pela sua iniciativa de propor a instituição do Dia Nacional do Museu.

Quero registrar a minha satisfação de compartilhar a Mesa com o Ézio Déda, Diretor do Museu da Gente Sergipana, uma instituição que, apesar de recente, já tem um lugar de muito destaque em razão das realizações no cenário museológico brasileiro; com a Rita de Cássia Mattos, também minha colega e Presidente do Conselho Federal de Museologia.

Saúdo todos os presentes, especialmente os meus companheiros e companheiras do Instituto Brasileiro de Museus, do Ministério da Cultura, que estão aqui presentes, e também todos os nossos colegas, profissionais de museus do Brasil todo, que estão nos acompanhando pelas redes sociais.

É um grande privilégio, Senadora, podermos estar aqui hoje debatendo justamente essa sua proposição de criação do Dia Nacional do Museu, exatamente no âmbito e no momento em que nós celebramos a Semana Nacional de Museus, que começou nesta segunda-feira e vai até o próximo domingo, dia 20 de maio, uma iniciativa do Ibram já na sua 16ª edição. Essa semana comemorativa, este ano, acontece em um contexto ainda mais especial para os museus brasileiros, porque nós estamos justamente celebrando os 200 anos de presença dos museus no Brasil, contados a partir da criação, em 1818, por D. João VI, do então Museu Real, hoje Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Portanto, estamos todos juntos celebrando essas contribuições que os museus têm oferecido à sociedade brasileira ao longo desses dois séculos.

Um breve mapeamento. Hoje em dia nós temos, no nosso cadastro de museus, inscritas cerca de 3,7 mil instituições, divididas por todo o País. São instituições centenárias, como é o caso do Museu Nacional e de outros museus, instituições nas grandes metrópoles, em pequenas cidades, em aldeias indígenas, em pequenas comunidades rurais, enfim, há uma diversidade de museus que é exemplo da própria diversidade cultural brasileira e é um atestado, justamente, dessa forte relevância que os museus lograram no nosso País.

A Semana Nacional de Museus é uma ação permanente de promoção anual para mobilização dos museus brasileiros a partir justamente de um esforço de concertação das programações de todas as instituições em torno de um tema contemporâneo em comemoração ao Dia Internacional dos Museus, que é o dia 18 de maio. Agora, graças à iniciativa da Senadora, nós esperamos também que possamos ter o Dia Nacional do Museu.

Ela é uma realização do Instituto Brasileiro de Museus, que convida os museus brasileiros a desenvolverem uma programação especial nesses dias, nessa semana, para podermos celebrar esse dia em torno sempre de um tema que é definido pelo Conselho Internacional de Museus, pelo ICOM,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a cada ano determina um tema com esse objetivo de promoção, de divulgação, valorização das instituições museológicas, obviamente buscando assegurar a visibilidade crescente das nossas instituições, aumentar o número do público visitante e, principalmente, intensificar essa relação com as comunidades, que é o grande objetivo da instituição museológica contemporânea.

Nas edições anteriores, nós já chegamos a ter até a participação de 1,4 mil museus em um determinado ano e, na somatória total ao longo desses 16 anos, já tivemos mais de 38 mil ações por todo o País. Este ano, a 16ª Semana Nacional de Museus se organiza em torno de um tema especialmente importante para nós, Museus Hiperconectados, ou seja, trata-se da busca de novas abordagens, de novos públicos – acho que a apresentação do nosso colega do Museu da Gente Sergipana já deu conta desses desafios e da importância desse tema no cenário museológico contemporâneo brasileiro. Ela começou no dia 14 de maio e se estende, como eu disse, até o próximo domingo, dia 20, e nós temos um total de 1.113 instituições participantes em todo o Brasil, com a previsão de acontecerem mais de 3.240 eventos.

Aí temos também uma divisão pelo País dessas ações e uma presença bastante significativa, Senadora, na Região Nordeste, que concentra cerca de 25% dessas ações previstas para a Semana Nacional de Museus.

O Estado de Sergipe, inclusive, Senadora, tem uma presença bastante significativa, com 33 ações em dezoito instituições, dentre elas o Museu da Gente Sergipana, marcando, assim, uma presença de muito destaque nesse cenário da Semana Nacional de Museus.

E, obviamente, como eu já disse, há esses grandes objetivos, no sentido de buscarmos o fortalecimento da imagem do museu, principalmente por meio da sua maior visibilidade na sua comunidade, junto aos seus públicos e, principalmente, um aumento do público de visitantes.

No Ibram nós temos feito, ao longo dos anos, um levantamento bastante exaustivo do impacto da Semana Nacional de Museus e eu queria aqui trazer alguns dados da última pesquisa que foi feita, em 2016, na 14ª Semana de Museus, em que nós tivemos, por exemplo, constatado e registrado, um aumento de quase 80% no número de visitantes aos museus brasileiros ao longo dessa semana. Também registro uma participação, como eu já disse, muito relevante das instituições museológicas nesse programa, o que obviamente evidencia a importância dessa estratégia para dar maior visibilidade aos museus e que, certamente, com esse reconhecimento do Dia Nacional do Museu, ainda ganharia uma presença ainda maior.

Eu trouxe aqui alguns exemplos, coletados ao longo das últimas semanas em diferentes instituições museológicas brasileiras, que traduzem justamente a busca por essa nova relação pela qual os museus hoje em dia se orientam na sua conquista de novos espaços, na sua construção de diálogos com os seus públicos. Há também essa figura que o Ézio muito bem lembrou, de, a partir justamente dos elementos do passado, procurarmos o presente, quer dizer, construirmos e debatermos coletivamente quais são os nossos projetos para uma sociedade do futuro.

São exemplos que vão desde o Museu Histórico Municipal de Machado, em Minas Gerais, até o Museu Fortaleza da Barra Grande de Santo Amaro, no Guarujá, em São Paulo; o Museu Paulo Setúbal, que é um museu ligado à Secretaria de Estado da Cultura, em São Paulo; museus no Rio de Janeiro; Museu da Gente Sergipana, já presente, inclusive, em edições anteriores da Semana Nacional de Museus; Recife também, por meio do Museu da Cidade, no Forte das Cinco Pontas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO MATTOS ARAÚJO – Temos, enfim, exemplos no Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Minas Gerais, museus das mais diferentes naturezas, museus de arte, museus históricos, museus voltados para as comunidades indígenas.

Enfim, busca-se justamente, como eu disse, essa conquista de maior visibilidade no seio da sociedade brasileira.

Eu trouxe aqui também alguns registros muito importantes para nós, as avaliações e os testemunhos de profissionais de diferentes museus brasileiros indicando o impacto dessa iniciativa da Semana Nacional de Museus.

O companheiro do Museu Tingüi-Cuera, do Paraná, afirma que a Semana de Museus possibilita uma maior abertura e integração entre as instituições museológicas do País.

Um colega do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro afirma que a Semana de Museus é o principal evento do ano. Nós sabemos que isso é verdade para muitas instituições museológicas, é o período que concentra a maior visitação dessas instituições em todo o País.

Nossos companheiros do Centro de Memória de Cosmópolis, em São Paulo, dizem que é muito legal a ideia de unir todos os museus brasileiros e promover um tema único para todos; dizem que essas ações fortalecem essas instituições.

Nossos companheiros lá de Curvelo, Minas Gerais, do Museu Municipal, dizem que a semana é um grande incentivo para a visitação e a divulgação de nossos museus.

Nossos companheiros de Inhuma, lá no Piauí: "A Semana de Museus é esperada pela população durante o ano inteiro, por se tratar de um evento cultural, inovador".

Lá em Jaguarão, no Rio Grande do Sul: "A Semana é de grande importância para as instituições museológicas, possibilitando uma maior visibilidade diante da comunidade local".

E eu queria encerrar aqui a minha breve apresentação, Senadora, deixando justamente um convite para o nosso evento oficial da semana deste ano, da 16ª Semana Nacional de Museus, que será na próxima sexta-feira, no Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, marcando essas celebrações, esse aniversário tão importante do bicentenário da criação dessa instituição e, portanto, da presença dos museus no seio da sociedade brasileira, a partir das 10 horas da manhã, com uma série de ações que começam com uma palestra do nosso companheiro Luis Marcelo Mendes sobre o tema da semana deste ano, que é "Museus hiperconectados: novas abordagens, novos públicos".

Nós teremos também o lançamento do passaporte de museus do Estado do Rio de Janeiro, uma iniciativa muito importante que garante ao portador desse passaporte, que é de distribuição gratuita, o acesso gratuito a mais de cem instituições daquele Estado ao longo deste ano todo.

Nós teremos também a apresentação de uma parceria que construímos com a Caixa Econômica Federal, que está utilizando a imagem de museus brasileiros justamente para fazer a sua divulgação na loteria, contribuindo para a visibilidade maior das instituições brasileiras.

Nós teremos também uma apresentação da nova identidade visual de um programa muito importante para nós, o Programa Ibermuseus, do qual nós participamos com nossos companheiros de todos os países da América Latina, de Portugal e da Espanha, também para promoção e aprimoramento das instituições museológicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, encerrando, nós teremos a abertura de uma exposição, lá no Museu Nacional, a respeito de uma relação central para todos os museus, que é: O Museu dá Samba – A Imperatriz é o Relicário no Bicentenário do Museu Nacional. O Museu Nacional foi homenageado pela Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense no Carnaval deste ano e agora, então, faz a sua homenagem a essa escola, apresentando essa exposição que trará as fantasias que foram desenvolvidas pela escola para esse desfile.

Então, fica aqui o nosso convite para todos os nossos companheiros de museus e para a população nos prestigiarem com suas presenças nesse evento, lá no Rio de Janeiro, na próxima sexta-feira. Caso a Senadora possa estar presente também, isso nos daria uma imensa satisfação, além desse prazer e, mais do que isso, dessa grande iniciativa que foi justamente a sua proposição de instituição do Dia Nacional do Museu, que certamente será de grande contribuição para a consolidação da nossa instituição na sociedade brasileira, pela qual desde já quero registrar os nossos agradecimentos.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Eu quero ler algumas mensagens que nós recebemos.

Verônica Oliveira, de Sergipe: "É uma boa iniciativa, pois evidencia a importância desses espaços na preservação da história e da cultura do nosso País. Além disso, nós brasileiros precisamos criar o hábito de visitação, pois os museus também devem ser vistos como locais para a construção do saber".

Arthur Cury, de São Paulo: "Vejo como importante sim esta data. Valorização do conhecimento e da cultura são fundamentais; estimular a visitação nos museus também".

Mateus Menezes, do Distrito Federal: "Além da instituição do Dia Nacional do Museu, ações conjuntas devem ser elaboradas também com a finalidade de divulgar nosso patrimônio museológico, tais como campanhas e ações culturais diversificadas".

Jairo Gonçalves, de São Paulo: "Mesmo se criado, não acredito que fará diferença para o aumento do público nos museus. O que deveria ser incentivado, seriam excursões guiadas em escolas e outros pontos pré-programados das cidades para os museus próximos".

Foram essas as mensagens que nós recebemos.

Eu quero agradecer a todos os palestrantes, que vieram de suas cidades para apresentar essas questões todas, questões importantes. Inclusive, nós conversávamos ontem com o arquiteto Déda, e ele disse que seria interessante uma programação para os museus conseguirem percorrer o Estado inteiro, mesmo que seja interativamente –, para, como diz Verônica, a gente aprender, porque é uma fonte de cultura também, para nós e para os alunos das escolas, principalmente as do interior, onde às vezes não há nem cinema.

Era isso.

Agradeço muitíssimo a presença de todos os palestrantes.

Convoco para o dia 12 de maio, terça-feira, em caráter excepcional, às 11h30min, Reunião Extraordinária desta Comissão destinada a deliberações de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e cinquenta minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Hélio José, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Humberto Costa, José Pimentel, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, Roberto Muniz, Ana Amélia, Lasier Martins, Lídice da Mata, João Capiberibe, Pedro Chaves, Telmário Mota, Ataídes Oliveira e Rodrigues Palma. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, José Agripino, José Medeiros, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui a obrigatoriedade de os estabelecimentos de ensino das redes pública e privada voltados à educação infantil e à educação básica e os estabelecimentos de recreação infantil capacitarem profissionais do seu corpo docente ou funcional em noções básicas de primeiros socorros." **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao PLC nº 18, de 2018, com duas emendas de redação que apresenta, e contrário ao PLS nº 70, de 2018. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o exame nacional de proficiência em Medicina." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

94, de 2011 - Terminativo - que: "Institui o dia 13 de março como "Dia da Batalha do Jenipapo"." **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Resolução de Conflitos." **Autoria:** Senador Edison Lobão. **Relatoria:** Senador João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva" **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2013 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação do Selo Árvore do Bem, para os Municípios que tenham, no mínimo, uma árvore por habitante na área urbana." **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 707, de 2015 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para ampliar os recursos disponíveis para a educação especial." **Autoria:** Deputado Mandetta. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Denomina Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade o trecho da BR-135, compreendido entre o Km 374,5 e o Km 379,7 na travessia urbana no Município de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão." **Autoria:** Deputado Pedro Fernandes. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CE (de redação) e nº 2-CE (de redação). **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Denomina Viaduto Atalíbio Foscarini o viaduto construído no cruzamento da rodovia BR-116 com a rua Rincão, na cidade de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Deputado Alceu Moreira. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 26 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal, para debater as causas de exclusão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudantes indígenas em universidades." **Autoria:** Senador Telmário Mota e Senador Roberto Muniz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 27 de 2018** que: "Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, informação a respeito do posicionamento do Ministério da Educação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2013, que "altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, para criar o Instituto Federal do Sul do Maranhão"." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 29 de 2018** que: "Requer, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 21/2018-CE, o qual requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre "a percepção social acerca da qualidade da educação", inclusão de convidados." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 30 de 2018** que: "Requer, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 21/2018-CE, o qual requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre "a percepção social acerca da qualidade da educação", a inclusão da seguinte convidada: Sônia Goulart – idealizadora da Conferência Nacional de Alternativa por uma nova Educação (CONANE)." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 31 de 2018** que: "Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para debater o Projeto de Lei do Senado Federal – 278 de 2016, altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre o apoio aos educandos com deficiência nas instituições de ensino." **Autoria:** Senador João Capiberibe. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

– Convite da Comissão Bicameral da Base Nacional Comum Curricular para audiência pública com o objetivo de colher subsídios e contribuições para a elaboração da norma instituidora da Base Nacional Comum Curricular, a ser realizada no dia 8 de junho, em São Paulo;

– Ofício nº 48, de 2018, no qual o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras encaminha convite para a abertura do 7º Fórum do Conselho, com a temática "Financiamento Público e Privado na Educação Superior", a ser realizado no dia 7 de junho, em São Paulo.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão aos Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo. Fica franqueado a esta Comissão, se houver a manifestação de algum Parlamentar, indicar representante para participar dos referidos eventos.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 16.

Item 16: Requerimento da Comissão de Educação Nº 29, de 2018. Subscrevo o requerimento do Senador Cristovam Buarque, do qual faço a leitura.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 29, DE 2018
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 21/2018-CE, o qual requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre "a percepção social acerca da qualidade da educação", inclusão de convidados.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros.

São os seguintes os convidados a serem incluídos:

– César Benjamim, Secretário Municipal de Educação do Rio de Janeiro;

– Antônio Gois, Colunista do jornal "O Globo" e comentarista do canal "Futura Educação".

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento de autoria do Senador Cristovam Buarque, o qual eu subscrevo havendo concordância do Plenário. (*Pausa.*)

Não havendo óbice quanto à inclusão em pauta, eu passo à leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA
ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 30, DE 2018
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 21/2018-CE, o qual requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre "a percepção social acerca da qualidade da educação", a inclusão da seguinte convidada: Sônia Goulart – idealizadora da Conferência Nacional de Alternativa por uma Nova Educação (CONANE).

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 13 da pauta.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado. Ia lhe pedir...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Já ia pedir? (*Risos.*)

ITEM 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2017
- Não terminativo -

Denomina Viaduto Atalíbio Foscarini o viaduto construído no cruzamento da rodovia BR-116 com a rua Rincão, na cidade de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Deputado Alceu Moreira.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta das Reuniões de 17/04/2018 e 08/05/2018.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins para proferir o seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Trata-se de um ex-prefeito do Município de Novo Hamburgo, que foi um homem brilhante, muito popular, que marcou muito sua presença; daí que o Deputado Federal gaúcho Alceu Moreira propôs este Projeto nº 88.

Eu vou ler apenas a análise, que é bem sucinta.

Conforme o art. 102, constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, tudo está muito correto.

Passemos, então, ao mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atalíbio Antônio Foscarini nasceu em 13 de junho de 1929, no Município gaúcho de Taquara. Filho de Henrique Jacob Foscarini e Adélia Käfer Foscarini, casou-se com Ercita Cardoso Foscarini, gerando três filhos, cinco netos e três bisnetos.

Em 1965, passou a residir em Novo Hamburgo, no mesmo Estado, onde seguiu bem-sucedida carreira política de prefeito, deputado estadual e vereador. Na administração municipal, foi responsável por projetos inovadores como o Faixa Nobre, estacionamento rotativo de Novo Hamburgo; e o Atelier Livre, espaço voltado ao ensino de artes visuais, dança, música e teatro.

Também durante sua administração foram realizadas melhorias urbanas significativas, como construção de calçadão, duplicação de avenidas, asfaltamento de mais de 140km de vias, instalação de cerca de 300km de esgoto pluvial, canalização de arroio, entre outras.

Em 3 de maio de 2008, um ano após receber o título de Cidadão de Novo Hamburgo, Atalíbio faleceu, deixando um grande legado.

Entendemos, portanto, apropriada esta homenagem a Atalíbio Antônio Foscarini, cidadão brasileiro que, com seu trabalho, dignidade e amor pela terra, contribuiu para o crescimento da cidade e daquela região gaúcha.

Voto.

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 88 de 2017 e, no mérito, por sua aprovação.

É o relatório, Presidente Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 27, de 2018

- Não terminativo -

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, informação a respeito do posicionamento do Ministério da Educação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2013, que "altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, para criar o Instituto Federal do Sul do Maranhão".

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia para a leitura do requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cara Senadora Lúcia Vânia, caras colegas Senadoras e caros colegas Senadores, o requerimento, fundamentado no nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regimento Interno e também na própria Constituição, solicita que sejam prestadas, pelo Ministro da Educação, informações a respeito do posicionamento do Ministério da Educação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2013, que "altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, para criar o Instituto Federal do Sul do Maranhão".

Essa foi uma demanda trazida por técnicos e analistas do Tribunal de Contas. E eu, então, faço essa solicitação de informações ao próprio Ministro, embora tenha procurado já, de antemão, solicitar à Consultoria Legislativa do Senado, cara Presidente, alguns dados sobre isso.

Entre outras informações, a criação de um segundo Instituto Federal do Maranhão – diz a Consultoria da nossa Casa –, além de favorecer a agilidade administrativa dos *campi* correspondentes, poderia contribuir para o aumento das oportunidades educacionais no Estado e para seu processo de desenvolvimento econômico mediante a formação e a qualificação de profissionais e outras atividades típicas desses estabelecimentos de ensino. Entretanto, uma vez que a nova instituição seria formada por *campi* preexistentes, pode-se avaliar que essa contribuição seria limitada. Atualmente, o único Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão conta com 29 *campi* em sua rede de ensino.

Então, o pedido de informações se justifica para fundamentar as dúvidas que eventualmente o Tribunal de Contas tenha a esse respeito.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – Srª Presidente, solicito que seja incluído extrapauta um requerimento de minha autoria, ao qual acabo de dar entrada na Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Requerimento extrapauta.

Primeiro, consulto os Srs. Senadores se concordam com o requerimento extrapauta. (*Pausa.*)

Não há óbice.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 31, de 2018

- Não terminativo -

Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para debater o Projeto de Lei do Senado Federal – 278 de 2016, altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre o apoio aos educandos com deficiência nas instituições de ensino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador João Capiberibe

Passo a palavra ao Senador Capiberibe para a leitura do requerimento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para debater o Projeto de Lei do Senado Federal nº 278 de 2016, de autoria do Senador Romário, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre o apoio aos educandos com deficiência nas instituições de ensino.

A proposição esclarece a responsabilidade que cada instituição tem de atender as diferenças e de promover a inclusão efetiva, e preserva espaço para que, dentro de uma perspectiva inclusiva e articulada, as instituições de ensino possam tomar as melhores decisões para garantir a oferta de apoio escolar ao mesmo tempo amplo e específico, atendendo toda a comunidade escolar e também as necessidades de cada aluno.

Eu solicito a aprovação deste requerimento. Os nomes, eu vou encaminhar ao longo da semana para esse debate, que é um debate importante.

É um projeto importante do Senador Romário, mas várias pessoas e entidades que lidam com deficientes solicitaram que a gente pudesse debater com mais profundidade o projeto.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Fica, então, o Senador Capiberibe de encaminhar os nomes durante a semana.

No item 12 da pauta, a relatoria é do Senador Telmário, que está na Comissão vizinha apresentando um relatório. Eu solicitaria à Senadora Ana Amélia que atuasse como Relatora *ad hoc*.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, de 2017

- Não terminativo -

Denomina Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade o trecho da BR-135, compreendido entre o Km 374,5 e o Km 379,7 na travessia urbana no Município de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão.

Autoria: Deputado Pedro Fernandes.

Relatoria: Senador Telmário Mota.

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta.

Observações:

A matéria constou da pauta da Reunião de 08/05/2018.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para, como Relatora *ad hoc*, proferir o relatório preparado pelo Senador Telmário Mota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente, Lúcia Vânia.

Colegas Senadores e Senadoras, eu vou direto à análise para economizarmos tempo.

O nome dado à rodovia é de Francisco Alves Andrade, que exerceu dois mandatos de Prefeito do Município de São Domingos do Maranhão, tendo cumprido seu dever com destacada dedicação à coisa pública e notável dedicação. Reconhecido pelo seu caráter inovador, lutador e aguerrido, Chico do Horácio, como era chamado pelos populares, foi um grande político que prestou inúmeros serviços não somente aos seus eleitores, mas a toda a população do Município de São Domingos e do Estado do Maranhão. Distinguiu-se como uma personalidade atuante e notável, especialmente pelo trato das questões administrativas, sociais e humanas.

Propõe-se a presente homenagem após o seu falecimento, ocorrido em 2009. Valorizar a memória de respeitável cidadão é, a um só tempo, perpetuar seus feitos e preservar, para as novas gerações, um exemplo de dedicação à vida pública. É, portanto, meritório o projeto.

A homenagem por meio da atribuição de denominação ao trecho rodoviário encontra respaldo no art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que trata da denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação.

Cabe destacar que, em pesquisa realizada na Rede de Informação Legislativa e Jurídica, não se constatou nenhuma denominação oficial para o trecho rodoviário em questão.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Além do mais, a escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera de lei complementar.

Quanto à juridicidade, a matéria também obedece aos pressupostos do ordenamento jurídico nacional.

Por fim, propomos pequena alteração nas redações da ementa e do art.1º do projeto, com o fim de adequar o uso dos sinais de vírgula.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2017, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do PLC nº 65, de 2017, a seguinte redação:

"Denomina Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade o trecho da BR-135 compreendido entre o Km 374,5 e o Km 379,7, na travessia urbana, no Município de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão."

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 65, de 2017, a seguinte redação:

"Art. 1º Fica denominado Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade o trecho da BR-135 compreendido entre o Km 374,5 e o Km 379,7, na travessia urbana, no Município de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão."

Esse é o voto, Srª Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 da Comissão de Educação, de redação, e nº 2, de redação também, da Comissão de Educação.

A matéria vai a Plenário.

O item 14 da pauta também é do Senador Telmário.

Eu pediria ao Senador Roberto Muniz que pudesse relatá-lo como Relator *ad hoc*. É apenas um requerimento, Sr. Senador.

Eu pediria a V. Exª que subscrevesse esse requerimento.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 26, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal, para debater as causas de exclusão de estudantes indígenas em universidades.

Autoria: Senador Telmário Mota e outros

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Como Relator.) – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente, Senadora Lúcia Vânia.

Vou fazer a leitura do requerimento do Senador Telmário.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal para debater as causas de exclusão de estudantes indígenas em universidades.

Para a composição da Mesa desta audiência pública sugerimos: o Presidente da FUNAI; representante do MEC (Ministério da Educação); representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib); representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi); Sr. Mário Nicácio, representante de indígenas da Comunidade do Pium e outras de Roraima; Profª Elisângela Suruí, da Comunidade Paiter, de Rondônia; o Prof. Edson Kayapó, Coordenador da Licenciatura Intercultural Indígena do IFBA.

Justificação.

De acordo com reportagem do portal G1 publicada no dia 19 de abril de 2018, os estudantes indígenas são os que menos contam com apoio público para pagar a universidade. Dados do Censo 2016 mostram que 63% dos indígenas não conseguiram vaga gratuita ou não foram selecionados pelo Fies ou pelo Prouni para custear faculdade privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Casa tem que se preocupar e dar atenção a todos os seus cidadãos em idade escolar, sejam eles de classe baixa, alta ou das minorias, como no caso dos indígenas.

Diante desse cenário, requeremos a realização de audiência conjunta entre a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença de renomados especialistas, com o objetivo de debater possíveis soluções para esse preocupante problema.

Acrescento também que, na reunião passada, nós tivemos aqui a presença do ministro e vimos que, da quantidade de vagas do ensino superior, 25% são vagas oriundas de universidades públicas e 75% de universidades privadas.

Quando você tem uma limitação para que a comunidade indígena possa ter acesso ao Fies ou ao Prouni, isso realmente cria uma situação de desequilíbrio, dificuldade que a educação tem de contornar para que haja um equilíbrio no acesso à universidade, seja ela pública ou privada, para que mais minorias possam ter acesso a essas vagas.

Então, queria aqui subscrever essa solicitação, esse requerimento do Senador Telmário, para que todos possam fazer sua apreciação aqui na Casa.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu gostaria de comunicar aos Srs. Senadores que, na próxima terça-feira, nós vamos fazer um mutirão para votar os projetos terminativos.

Então, eu solicitaria aos Srs. Senadores que comparecessem para que nós pudéssemos limpar a pauta, uma vez que nós já temos um quórum bem baixo aqui durante a semana. É preciso que terminemos esses projetos que estão já para serem votados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu quero me associar a V. Exª e estou já comprometida com a sua exortação para fazermos a limpeza de pauta.

Eu não sei se eu posso assinar, apoiando, o último requerimento, que é do Senador Cristovam, que não está aqui. Ou se ele já foi lido...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Já foi lido e votado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então está bom. Ótimo! Então eu queria... Porque foi um pedido de pela ordem, então.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Durante toda esta semana nós vamos organizar as audiências públicas e, então, na próxima terça-feira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queremos fazer esse mutirão para podermos votar os projetos terminativos. Eu conto com a colaboração dos senhores.

Convoco para amanhã, dia 23 de maio, às 10h30min, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater sobre "A percepção social acerca da qualidade da educação", em atendimento ao Requerimento nº 21, de 2018, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Lasier Martins, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Wilder Morais e Rodrigues Palma. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Roberto Rocha, José Agripino, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RCE 21/2018, de autoria do Senador Cristovam Buarque e do Senador Pedro Chaves, RCE 29/2018, de autoria do Senador Cristovam Buarque e da Senadora Lúcia Vânia, e RCE 30/2018, de autoria do Senador Cristovam Buarque e da Senadora Lúcia Vânia. **Finalidade:** Debater sobre "A percepção social acerca da qualidade da educação". **Participantes:** Paulo Mól Junior, Diretor de Operações do Serviço Social da Indústria - Sesi (representante de: Confederação Nacional da Indústria - CNI); Sônia Goulart (representante de: Conferência Nacional da Alternativa por uma Nova Educação). Alvana Maria Bof, Diretora de Estudos Educacionais do Instituto Nacional de Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep (representante de: Ministério da Educação). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cristovam Buarque

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/23

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Eu quero chamar os convidados para esta reunião.

Declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião atende aos Requerimentos nºs 21, 29 e 30, de 2018, de minha autoria e da autoria da Senadora Lúcia Vânia, que é Presidente desta Comissão, para a realização de uma audiência pública destinada a debater sobre a percepção social acerca da qualidade da educação.

Despertei para a ideia desta audiência depois de ver o resultado de uma pesquisa feita pela CNI sobre retratos da sociedade brasileira, onde se falava que o ensino público não prepara bem para o trabalho e como a sociedade brasileira vê a educação, onde a sociedade identifica as falhas que nós temos.

Dando início à audiência, solicito ao Secretário que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. Os convidados que nós temos hoje são a Profª Alvana Maria Bof, que é Diretora de Estudos Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o conhecidíssimo Inep; o professor Paulo Mól Júnior, Diretor de Operações do Serviço Social da Indústria (Sesi); e Sônia Goulart, que está aqui ao nosso lado e que é representante da Conferência Nacional de Alternativas para uma Nova Educação. Agradeço a presença dos três.

Quero inicialmente falar não como uma orientação à fala de vocês, mas das razões que me trazem até aqui que é o fato de que é algo comum no Brasil saber – ou seja, percepção é a palavra desta nossa audiência –, ter a percepção de que a educação brasileira não vai bem. Isso é geral. Não conheço ninguém que diga que temos uma educação de qualidade no Brasil para todos. Pode haver, mas para alguns poucos.

O que me incomoda não é essa percepção, mas o fato de não termos uma percepção no Brasil de que educação não é apenas um serviço social ao qual as famílias e as crianças têm direito. Educação é muito mais do que isso. Educação é o vetor do progresso.

Antigamente dizia-se que era o capital, dizia-se até que era a tecnologia, como se ela aparecesse no ar e não viesse da educação. Não há um sentimento nacional de que sem educação este País continuará com baixa produtividade e, portanto, com uma baixa renda social. Se não for educação para todos, continuará com concentração da renda. Falta essa percepção. É isso o que eu queria discutir. Como é que a gente cria essa percepção na sociedade?

Outra. Não há percepção de que o ciclo da pobreza só será quebrado pela educação de qualidade para todos. Tenho assistido a falas de candidatos a Presidente do Brasil. Não vi um – e olhem que são 15 – dizer que o ciclo da pobreza será rompido pela garantia de educação para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu nem vou falar que não ouvi nenhum dizer como fará isto, a educação de qualidade para todos. Nenhum diz que a educação é a chave para quebrar o ciclo da pobreza, que existe há 500 anos. Ninguém diz isso, porque não há essa percepção na sociedade, e os nossos candidatos são mera repetição da percepção social, embora eles devessem ser líderes na frente do que a sociedade pensa.

Eu tenho escutado muitos falando sobre a necessidade de se reduzir a desigualdade, mas nenhum diz que o caminho para se reduzir a desigualdade é a educação de qualidade para todos, porque a percepção que nós temos, depois de décadas de formação de uma mentalidade econômica no Brasil, é a de que pobreza se reduz pelo aumento da renda e pela distribuição dessa renda. Ninguém entende que o aumento da renda só virá pela educação se se aumentar a produtividade e que a distribuição da renda só virá se se garantir a educação de qualidade para todos. Eu não vejo um falando nisso quando fala em desigualdade social. É preciso quebrar a desigualdade social! Não dizem como. E não há outra maneira.

Primeiro, só se distribui renda quando há renda, e o Brasil tem uma das piores concentrações de renda, o que é uma vergonha. Mesmo assim, a renda média no País é de R$ 3 mil mensais para cada pessoa. A distribuição disso não vai fazer com que, neste País, todo mundo esteja bem; vai, sim, acabar com a indecência da concentração, mas não vai fazer a decência da distribuição para todos.

Então, é preciso haver essa percepção de que educação é um direito até, como alguns falam – nem todos –, mas não é só isso. Por isso, eu chamei esta audiência. Educação não é apenas um direito; educação é uma necessidade do progresso. Não é uma necessidade de cada um apenas, não é um direito de cada um apenas; é uma necessidade de todos para que o Brasil tenha progresso. Aí talvez esteja a causa do nosso atraso educacional, porque, enquanto não houver essa percepção, não haverá a ação para corrigir a tragédia educacional brasileira.

A escravidão só acabou no Brasil quando surgiu a percepção de que era imoral uma pessoa ser escrava. Enquanto não surgiu esse sentimento de indecência e de estupidez do sistema escravocrata... Era uma estupidez, porque o País não poderia ter progresso enquanto sua mão de obra fosse escrava, depois da Revolução Industrial. Era uma estupidez coletiva e uma indecência, porque era uma indecência uma pessoa nascer para ser escrava. Essa mesma estupidez e indecência, no século XXI, é não garantir educação de qualidade para todos. Uma pessoa nasce – uma criancinha – com direito à educação, porque os pais têm dinheiro ou porque moram numa cidade onde há educação, que algumas poucas no Brasil têm. Essa indecência de negar educação a alguns é também uma estupidez coletiva do Brasil, porque cada criança, quando nasce, é um poço de energia, que está em seu cérebro, mas esse poço de energia só pode ser realizado se ela receber educação.

O Brasil é um País em que todos os anos nascem alguns milhões de poços de energia intelectual que a gente tapa ao negar educação. É como se a gente tapasse os poços de petróleo brasileiro, o que a gente faz ao negar educação de qualidade para algumas crianças. A cada uma a que a educação é negada significa a estupidez de tapar uma fonte de energia para o progresso do País e é uma indecência, porque essa pessoa não vai poder desenvolver o seu talento.

Imaginem se, quando nascessem as crianças no Brasil, a gente escolhesse quais vão poder jogar futebol e quais não vão jogar futebol. Quanto a gente teria perdido de grandes craques? Felizmente, a bola é redonda para todos. Felizmente! Se a bola não fosse redonda para todos... Imaginem se só pudesse ter uma bola redonda quem pudesse comprar a bola, quem fosse filho de quem pudesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comprar. Neymar não estaria lá, Pelé não teria chegado lá. Mas a bola é redonda para todos. E aí a gente tem a possibilidade de desenvolver o talento que eles têm, todos com a mesma chance. Por isso, ninguém reclama de que eles ganham muito mais do que a gente – os bons. Por que a gente não reclama? Por que a desigualdade nossa com esses grandes jogadores a gente não considera uma coisa indecente? Porque a gente sabe que eles chegaram lá, e nós não chegamos, tendo a mesma chance. Eles tiveram a chance, nós tivemos a chance, sobretudo os homens – e agora as mulheres também começam. Eles tiveram talento, e nós não tivemos talento. Eles tiveram persistência, nós não tivemos persistência para sermos jogadores de futebol. O talento e a persistência permitem que eles cheguem lá e que ninguém se sinta minimamente incomodado por eles terem chegado lá, e a gente não. A gente tem de respeitar.

Saiamos do futebol, vamos para a pintura, vamos para as artes, vamos para a ciência, vamos para a tecnologia. Quantos aqui poderiam ter sido grandes gênios, como os craques no futebol, grandes gênios na ciência, e não apareceram, porque nós negamos a eles a escola redonda, que alguns puderam comprar? Essa percepção é que está faltando, essa percepção de fazer com a educação o que a gente fez com o futebol. A bola é redonda para todos, a escola é redonda para todos, a escola de qualidade boa e igual para todos. Não fazer isso é uma estupidez coletiva e uma indecência nacional, mas nós não faremos isso, como outros países já fizeram.

A Irlanda, nos anos 70, era igual ao Brasil em educação; a Coreia do Sul talvez fosse até pior, porque estava saindo de uma guerra terrível. Esses países seguraram durante décadas e fizeram a educação de qualidade para todos, porque alguém teve a percepção de que isso era fundamental, conseguiu passar para todos, e aí deram prioridade à educação.

Eu estive uma vez na Irlanda e quis saber por que lá eles deram o salto educacional e nós não o demos; e soube que eles fizeram, os líderes do país, nos anos 70, os políticos, os empresários, os sindicalistas, os trabalhadores fizeram uma reunião de duas semanas discutindo onde é que iam dar prioridade nas próximas décadas. E decidiram por educação, ciência e tecnologia.

Eu disse ao nosso embaixador brasileiro que estava lá que eu queria ir ao lugar em que eles se reuniram e sentir o ar. E ele me disse que foi numa cidade chamada Cork. Eu disse: "Vamos lá". Ele disse: "Não dá, é muito longe". Lembro que havia um mapa na parede. "Embaixador, nesse país não existe nada longe. A gente vai de manhã e volta à tarde". Ele disse: "Não, você está enganado. Precisaríamos ficar aqui por três dias. As estradas são péssimas". E eu perguntei: "Mas como é que hoje esse país tem uma das melhores educação do mundo e as estradas ainda são péssimas?" Ele olhou para mim com um ar meio sarcástico, mas inteligente, simpático e disse: "É por isto: eles decidiram fazer escolas em vez de estradas. Agora, eles vão fazer as estradas e vão ser as melhores do mundo provavelmente".

Por quê? Tiveram percepção de que a educação era fundamental. E o povo aceitou deixar de fazer uma porção de outras coisas, prioridades, para investir na educação. Falta essa percepção no Brasil. Falta a percepção de que não é apenas um incômodo termos uma educação tão ruim no Brasil. É muito mais do que um incômodo, é uma tragédia que virará uma catástrofe dentro de mais algumas décadas quando ficarmos para trás, talvez de uma maneira irreversível, em relação ao resto do mundo, porque hoje o capital é o conhecimento. E o conhecimento é produzido na escola. Não se faz conhecimento na fábrica, na agricultura. Precisa-se de fábrica e de agricultura, mas a educação, capital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do futuro, se faz na escola básica, superior, instituto de ciência, tecnologia, mas é a educação que é a mãe do progresso daqui para frente, não essa percepção no Brasil de que a educação é a mãe do progresso, e que é a mãe da quebra da desigualdade. Eu não disse erradicação da desigualdade, eu disse a quebra, porque continua a desigualdade, mas legitimada pelo talento, como a desigualdade nossa com os jogadores de futebol craques. É legítima, eles tiveram talento, nós não tivemos, porque jogamos com a bola igual a deles, com as mesmas regras deles.

Então, eu chamei as senhoras e o senhor aqui para tentarmos debater um pouco com a população brasileira qual é a percepção que o povo tem da educação. É algo fundamental, e é apenas um direito como água potável, coleta de lixo, eu diria até mesmo saúde, que mantém a gente vivo, mas não transforma a gente. O que transforma é a educação. É claro que sem saúde não há educação, isso para o indivíduo; para o país, é o contrário: sem educação, não há saúde.

Então, qual é a percepção que está aí? Por que o Brasil é um país que não tem a percepção como algo fundamental, como eu disse que a Irlanda conseguiu ter e não tinha também?

Eu conversei com um amigo palestino, que mora em Brasília, e ele me disse que uma vez ficou chocado, porque o pai dele disse: "Eu prefiro ter um filho de que eu nunca mais ouça falar a ter um filho que saiu da escola". Do ponto do vista do sentimento paternal, é violento, mas, do ponto de vista do sentimento patriótico do país, ele tem razão.

Então, por que não temos essa percepção da importância da educação? E, se puderem e tivermos tempo, o que fazer para mudar a percepção coletiva dos brasileiros da importância da educação para o progresso e para resolver todos os problemas? Nenhum problema se resolve só com a educação, mas nenhum se resolve sem educação; nem violência, nem corrupção, nem ineficiência, nem pobreza, nem desigualdade, nem desequilíbrio ecológico, nenhum problema se resolve sem educação.

Há uma rede de televisão que tem colocado uns filmetes, todos nós temos visto, sobre o que você quer para o País. Até alguns dizem que querem a educação como serviço, não como vetor do progresso. Mas todos dizem o que cada um deles quer: acabar com a corrupção, mas não dizem que a educação é necessária, não suficiente, para acabar com a corrupção; acabar com a violência, mas não dizem que a educação é necessária, embora não suficiente; querem saúde e não dizem que a educação é necessária.

É como se cada problema tivesse uma corda, e todas elas tivessem um ponto inicial, que é a educação. Aí, aqui você diz: "Cadeia para os bandidos, para acabar com a violência", mais a educação; "hospital, saneamento, para trazer saúde", mais a educação; "aumento da riqueza, economia, investimento", mais a educação. Todos os problemas têm um ponto central que é educação de qualidade e igual para todos, porque, se for, na média, boa a educação, o país fica rico, mas não distribui bem a renda. Para ficar rico, é preciso educação boa, na média, mas, para distribuir bem, é preciso que seja igual a oferta para todos – no fim não vai ser igual, porque uns têm talento, como tem sido no futebol: alguns viraram craques, a bola redonda. Alguns vão ser doutores; outros não. Mas é a chance que é fundamental. É a oportunidade que é necessária.

Por que esse desenho que eu estou fazendo aqui no ar – das cordas para os problemas, partindo da educação –, por que essa imagem não perpassa o imaginário brasileiro? É isso que eu gostaria de saber, porque faz tanto tempo que eu me dedico a isso e não consegui passar. Num desses dias, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jornalista perguntou se eu me sentia orgulhoso de ser chamado "o Senador da educação". Eu disse que me sinto envergonhado porque, depois desse tempo aqui, eu devia ser um dos Senadores da educação e não o Senador da educação. Não consegui. E não consegui por culpa deles, dos outros, não. É porque a percepção não faz com que cada um queira ser da educação. Aqui há um Senador da economia, muitos; há um Senador do meio ambiente, alguns; mas da educação, é difícil, porque não dá voto, porque não temos uma percepção da importância disso.

Vou passar a palavra a vocês, porque eu vim aqui para escutá-las e escutá-lo, para ver se daqui a gente sai com alguma imaginação de o que fazer para perpassar no Brasil essa ideia de que a educação é o caminho necessário para qualquer dos problemas que nós temos, embora não seja um caminho suficiente.

Cada um tem direito a falar 15 minutos, mas não vou cortar se precisarem de um pouco mais. Quero dizer que isso depois será levado à televisão. Então, a população brasileira verá isso, não deve estar vendo agora ao vivo, porque há muitas outras comissões, consideradas, inclusive, mais importantes, mas verá.

Não se preocupem de não termos Senadores aqui, tudo aqui está sendo gravado, e nós vamos publicar o que vocês falarem aqui, tentando levar para o Brasil a ideia de por que nós não temos uma percepção mais aprofundada da importância da educação e o que fazer para levar essa percepção ao Brasil inteiro.

Vou passar, primeiro, a palavra à Profª Alvana Maria Bof, que falará, obviamente, por ela, mas que, de certa maneira, representa aqui o Inep, do qual é diretora.

Quero dizer também que há espaço para que nesta audiência, sendo escutada lá fora, possam ser feitas perguntas pelo telefone através do Alô Senado, 0800-612211, e na plataforma chamada e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania.

Esperamos que o público faça perguntas.

Profª Alvana, com a palavra.

A SRª ALVANA MARIA BOF – Bom dia a todos.

Muito obrigada pelo convite, Senador Cristovam Buarque. Sônia e Paulo, prazer em vê-los aqui nesta discussão tão relevante ao nosso País, a este momento decisivo, sim, Senador, de nós darmos realmente a atenção e a importância que a educação neste País merece.

Acho que nós estamos em um divisor de águas: ou fazemos isso ou – como o senhor mesmo falou – vamos ficar para trás e vamos aumentar a nossa desigualdade, aumentar a nossa iniquidade, não dando condições de uma qualidade de vida, de uma cidadania à nossa população, aos nossos meninos e meninas, jovens e adultos que participam da vida cidadã neste País.

Eu trouxe, para subsidiar essa nossa conversa, alguns dados e informações referentes ao que nós temos feito lá no Inep para subsidiar o monitoramento do Plano Nacional de Educação, porque o Plano Nacional de Educação estabelece metas que visam justamente alcançar um patamar de educação que dê oportunidade de acesso, trajetória regular e qualidade de aprendizagem a todos igualmente.

Como nós, no Inep, fazemos – até pela atribuição da própria lei – estudos que são justamente para subsidiar o monitoramento das metas colocadas no PNE e praticamente todas elas dizem respeito à constituição de uma educação de qualidade para todos neste País, achei que seria oportuno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

compartilhar com vocês alguns dados, algumas informações que podem subsidiar este nosso debate e também talvez nos trazer um pouco dessa percepção de o quão longe ou de o quão perto estamos de alcançar esse ideal tão necessário, realmente crucial.

O PNE é uma construção coletiva que incorporou 20 metas que visam modificar a situação educacional neste País, transformar essa educação numa educação de qualidade, com a universalização do atendimento escolar e com a superação das desigualdades educacionais.

No PNE, isso já está posto, já está colocado. Ele coloca isto claramente: a universalização, ou seja, a oportunidade para todos, o acesso de todos a uma educação de qualidade. Depois, nós vamos explicitar um pouco os vários elementos que o PNE coloca como sendo essa educação de qualidade e igualitária, que produza realmente uma superação das desigualdades que nós temos no nosso País.

Uma das metas que trata diretamente da educação lá no PNE, da qualidade da educação, é a Meta 7. A Meta 7 se concentra em fomentar a qualidade da educação em todas as etapas e modalidades da educação básica, com a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o nosso Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb. Então, ele fixa metas a serem atingidas na década de vigência do PNE. E ele explicita, então, qual seria a meta a ser atingida lá em 2024 em relação ao Ideb.

Aqui eu trouxe só, para vocês terem ideia, o Ideb dos anos iniciais, do ensino fundamental. Nós estamos em 2015 e atingimos aí 5,5 do Ideb, sendo que a meta projetada para esse ano era de 5,2. Então, nos anos iniciais, estamos indo acima das metas estabelecidas, até chegar aos 6, lá em 2021.

Quando nós vamos para os anos finais do ensino fundamental, a situação já começa a não ser exatamente a mesma. Nós começamos a decair. Então, a partir de 2013, como vocês veem no gráfico, nós já ficamos abaixo das metas intermediárias estabelecidas para o Ideb. E, em 2015, estamos com 4,5, sendo que a meta seria 4,7. Então, estamos ficando à margem. Quando nós vamos para o ensino médio, a situação é mais alarmante, porque aqui nós temos uma estagnação do índice do Ideb do ensino médio, e um afastamento, na verdade, das metas estabelecidas. A trajetória aqui nos indica que nós estamos nos afastando da meta e não nos aproximando dela, o que é muito complicado.

O Ideb é constituído pela taxa de aprovação, fluxo, e pela aprendizagem. Se nós olharmos só a aprendizagem, nós vamos ter esse quadro aqui. Se nós olharmos as médias, as médias em língua portuguesa e matemática nos nossos exames nacionais têm sido essas que eu vos apresento aqui.

Nos anos iniciais do ensino fundamental... Perdão, aqui eu coloquei só no nono ano. No nono ano, nós temos ali uma ligeira melhora nas notas, nas proficiências em português e matemática, na nossa avaliação nacional. Já no nível médio, no terceiro ano do ensino médio, nós temos ali quase que uma estagnação mesmo nessa média de proficiência. Mas essa é a média, nós estamos falando de média.

Quando nós analisarmos o quantitativo de estudantes cuja proficiência se posiciona em níveis abaixo do suficiente, a situação é ainda mais dramática. Por quê? O PNE não só estabelece que nós temos de atingir o Ideb, uma subida no Ideb, mas também diz claramente na sua estratégia 7.2 que, até o final da vigência do PNE, em 2024, nós deveríamos ter todos os nossos estudantes atingindo um aprendizado em nível suficiente naquela etapa, naquele ano de estudo que ele está cursando. E que nós deveríamos ter 80% deles no nível desejado, que seria acima de um nível suficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os dados que nós coletamos nos mostram que nós estamos um pouco distantes de alcançar isso e que, portanto, medidas realmente têm de ser tomadas para que os nossos alunos tenham acesso a uma escola de qualidade, permaneçam nessa escola e aprendam, levem da escola aquelas competências e habilidades que devem ser oferecidas a todos os cidadãos.

Este gráfico aqui mostra a distribuição percentual dos alunos do nono ano e do terceiro ano do ensino médio em matemática. Se vocês observarem, olhem a escala de proficiência de matemática. Observem que, aqui no nono ano do ensino fundamental, a maior parte dos alunos, 19,3% estão localizados no nível de proficiência 225 a 250.

Agora, vamos ali para o outro gráfico, indo para o terceiro ano do ensino médio. A maior parte dos alunos continua nesse mesmo nível, que é o 225 e 250. O que significa isso? Houve pouco avanço. Então, nós temos de olhar para a qualidade, para como a aprendizagem tem ocorrido nas nossas escolas, para garantir que os nossos meninos e meninas, os nossos jovens, saiam dessa escola levando consigo aquelas habilidades, conhecimentos e competências que são necessários para uma atuação cidadã.

Este aqui é um gráfico que eu trago também do fluxo escolar. Os dados nos mostram que os alunos estão frequentando a escola. No entanto, eles não progridem regularmente. O que seria uma progressão regular? Uma progressão em que o aluno é aprovado do primeiro para o segundo, do segundo para o terceiro, e assim por diante.

Este gráfico aqui que é do fluxo escolar nos mostra que há uma distorção idade/série bastante elevada no nosso sistema de ensino. Esses alunos, os nossos alunos do ensino fundamental não progridem regularmente; eles progridem muito irregularmente. Por quê? Repetência, abandono, volta.

Este gráfico aqui nos mostra, por exemplo, que, no começo, lá no primeiro ano do ensino fundamental, eu tenho 96,7%, quase 97% dos alunos com a idade certa: seis anos, primeiro ano do ensino fundamental. Quando eu chego ao quinto ano, eu já tenho 19%, 20% praticamente, dos meus alunos que ou reprovaram ou não estão na idade correta. Então, é um problema. E para isso o PNE também nos insta a olhar. O menino estar na escola é importantíssimo, mas na escola ele tem de aprender, ele tem de progredir normalmente.

Essa aqui é só uma pintura dos Municípios brasileiros em relação ao que estamos chamando de uma taxa de insucesso, que soma a reprovação e o abandono. Quanto mais vermelhinho o gráfico significa que menos estudantes estão na idade certa. Então, vocês veem a situação em que nós estamos. É realmente muito grave, é um problema bastante grave.

O Plano Nacional de Educação, como eu falei, toca nessa questão do fluxo. Na Meta 2, quando ele diz "Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos (...)", ele diz também "(...) e garantir que [pelo menos] 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa de ensino na idade recomendada (...)".

E aí eu trouxe aqui, já dando uma antecipação do nosso relatório de monitoramento do PNE, que vai ser publicado no dia 7 de junho, que, se nós olhamos a frequência, perfeito! Olhem aí: 97,8% das crianças frequentam ou já tinham concluído o ensino fundamental em 2017 – população de 6 a 14 anos. Agora, olhem o que acontece quando eu vou para a conclusão dos meninos com 16 anos: com 16 anos de idade, os nossos jovens já deveriam ter concluído o ensino fundamental. Nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dando dois aninhos a mais. Olhem, no entanto, o que acontece: nós temos que, em 2017, somente 75% desses jovens tinham concluído o ensino fundamental, porque há uma grande proporção de jovens que deixam o nosso sistema de ensino sem concluir o ensino fundamental. É isso, é essa conclusão que nós tiramos daqui.

Então, muitos desses jovens de 16 anos abandonam a escola, não vão até o final, muito provavelmente por repetências sucessivas que os desestimulam...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ALVANA MARIA BOF – Então, é bastante sério o quadro.

Isso aqui é só outra meta do PNE que trata da alfabetização das crianças até o 3º ano do ensino fundamental. Esses são os dados de 2016.

Como mostrado embaixo, há os níveis 1, 2, 3 e 4. Os níveis 1 e 2 são níveis insuficientes; os níveis 3 e 4 são níveis suficientes. Quando olhamos um gráfico desses, vemos que mais da metade das nossas crianças estão abaixo, nos níveis 1 e 2. Problema, não é? Problema de qualidade de aprendizagem.

E aqui é também para mapear a quantidade de alunos que estão naquele nível elementar, o nível 1, o primeiro nível. Na legenda, pode-se ver que, quanto mais escuro o Estado maior é o percentual de alunos que estão situados no nível 1 de alfabetização. Aí vemos claramente que as Regiões Norte e Nordeste têm uma concentração um pouco maior, e isso diz respeito também à desigualdade. Eu não trouxe aqui os dados, mas, no nosso relatório, nós abrimos esses dados, mostrando desigualdades regionais de raça, cor, pobreza... (*Pausa.*)

Outra meta que também diz respeito à qualidade no nosso Plano Nacional de Educação é com relação a garantir uma coisa muito simples, que eu acho que seria inimaginável em outros países: que o professor que leciona uma matéria, como matemática, por exemplo, seja realmente habilitado e formado em matemática, com uma licenciatura em matemática. O PNE quer garantir que todos os professores e professoras deste País realmente tenham a formação específica para a área em que atuam: matemática, português, história, geografia...

E aqui eu trouxe dois gráficos para mostrar a vocês que nós não atingimos isso. Estamos ainda um pouco distantes de atingir isto, que parece ser uma condição essencial de qualidade: a formação dos professores. Poderíamos também falar na valorização do professor, porque há outras metas que lhe dizem respeito.

O que vemos aqui é que, por exemplo, para o ensino... Está na terceira coluna. Para os anos finais do ensino fundamental, há uma adequação da disciplina em que atuam com formação de 50% das docências, das aulas que são ministradas, enquanto que, no ensino médio, há uma proporção de 60%. O que significa isso? Que apenas 60% das disciplinas que são ministradas são realizadas por professores que realmente têm uma formação naquela área. É isso o que significa. Se eu olhar esse mapa aqui, eu vejo que é um mapa que me coloca exatamente o percentual de docências dos anos iniciais e finais do ensino fundamental de professores com uma formação adequada. Então, quanto mais escuro o mapa significa que eu tenho de 75% a 100% de compatibilidade da disciplina que ele leciona com a formação que ele tem. Olhem nos anos finais do ensino fundamental como está o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mapa. É alarmante! São nessas ações que nós temos de começar a pensar para reverter isso, para nós realmente podermos oferecer uma educação de qualidade a todos os nossos estudantes.

Essa é outra meta, só uma exemplificação também, que trata da educação em tempo integral, a educação que seria oferecida em jornada de tempo integral a todos os nossos alunos. Se nós tivéssemos uma boa educação em tempo integral, provavelmente estaríamos caminhando em direção a uma educação também de qualidade. E os nossos dados nos mostram que atualmente, em 2017, nós tínhamos 17,4% de alunos matriculados em jornada de tempo integral, enquanto a meta do PNE dispõe que nós teríamos de ter 25% desses alunos em tempo integral.

Em relação às escolas, o que os nossos dados nos mostram é que nós teríamos hoje, considerando aquelas escolas que têm 25% dos alunos matriculados em tempo integral, 28,6% que realmente oferecem educação em tempo integral, o que está ainda bastante distante dos 50% que a meta requer.

Então, nós estamos numa caminhada, mas temos ainda muito a fazer, se quisermos realmente atingir essa educação de qualidade, que me parece, Senador Cristovam, que vai exigir um esforço integrado do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais, da nossa sociedade civil organizada, do nosso Parlamento, do nosso Senado, da nossa Câmara dos Deputados. Só um esforço conjunto, priorizando essa área, priorizando essa meta maior a ser atingida vai nos levar a outro patamar, a um patamar que vai evitar a tragédia que o senhor já está nos apontando. Realmente será uma tragédia se nós não conseguirmos reverter essa situação.

Eu me coloco à disposição. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, Profª Alvana.

Eu passo a palavra à Profª Sônia.

A SRª SÔNIA GOULART – Bom dia a todos, bom dia a todas!

Eu quero agradecer ao Senador Cristovam pelo convite para estar aqui neste diálogo, que para nós é muito importante.

A Conferência Nacional de Alternativas para uma Nova Educação é um movimento que surgiu em 2013 da reunião de um grupo de educadores que, no bojo da sequência de ondas de protestos por transformações estruturais daquele momento, se reuniu para partilhar suas frustrações e sonhos com a educação brasileira. De lá para cá, nós nos tornamos um território de diálogos que visa a uma educação de qualidade, como o Senador já colocou e como a Profª Alvana também demonstrou aqui com dados que não são assustadores, porque nós nos conhecemos bem, estamos nas salas de aula pelo País inteiro, mas nos trazem profunda tristeza.

Em 2015, nós tivemos a 2ª Edição da Conane, no CEU Heliópolis em São Paulo, que é uma experiência exitosa de participação da comunidade no espaço educativo. Então, para nós, isso é uma condição.

O Senador perguntou como nós vamos deixar de ver a educação como um serviço e passar a ver a educação como o vetor do progresso. Sem educação, nós sabemos que vamos continuar nesse ciclo de pobreza e de concentração de renda. Então, uma das experiências exitosas que eu aconselho vocês a conhecerem é o CEU Heliópolis em São Paulo, que traz a comunidade para dentro do espaço educativo. E também convido vocês a conhecerem, aqui em Brasília, a Comunidade de Aprendizagem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Paranoá, recentemente em funcionamento, que tem o mesmo objetivo. O nosso objetivo hoje é trazer esse território de diálogos transformadores entre educadores – a Conferência Nacional de Alternativas é feita por educadores para educadores – para essa discussão que hoje nós temos aqui, proporcionada pelo Senador.

Em 2015, nós fizemos parte da iniciativa do MEC que se chamou Inovação e Criatividade na Educação Básica, com o então Ministro Renato Janine, e coordenada pelo Profª Helena Singer. Nós estávamos, naquele momento, tentando criar as bases para uma política pública de fomento à inovação e criatividade na educação básica. Esta iniciativa reconheceu 178 espaços escolares e não-escolares, que nós chamamos de espaços educativos. E, daí em diante, nós fizemos os eventos regionais e nacional com o reconhecimento dessas iniciativas. A nossa ideia era, naquele momento, estabelecer parâmetros e referenciais em inovação e criatividade na educação básica e promover a formação de educadores qualificados para esta inovação e criatividade na educação básica.

Quando nós colocamos – desculpem-me, eu estou me restabelecendo ainda de uma virose na seca. Quando falamos na qualidade da educação no Brasil, preocupa-nos o foco exclusivo das reformas de ensino recentemente empreendidas que visam à formação de nossos jovens apenas para o mercado trabalho, dando-lhes capacidade básica de leitura, matemática e lógica para que se tornem mão de obra alinhada a um projeto de País, porque educação é projeto de Estado; não é um projeto de um governo; é projeto de Estado. E o Professor e Senador Cristovam bem falou da Coreia do Sul, da Irlanda, onde educação foi considerada prioridade.

Nós temos aqui a pesquisa que deu base a esta audiência e que mostra que 76% dos brasileiros reconhecem que existe falta de comprometimento dos governos com a qualidade de educação. Então, nós temos aqui a percepção de falta de qualidade por parte da população, mas nós não temos a percepção da importância da educação como o vetor de progresso pelo Governo.

Seria uma pesquisa interessante para se ter a respeito de qual é a percepção das três esferas de Governo do País sobre a prioridade da educação. Em que momento a educação vai ser realmente prioridade para o nosso País? Em que momento nós vamos seriamente olhar a evasão dos alunos, dos nossos jovens de 16 anos? Paralelamente a esta evasão – e nós temos de nos perguntar quais são as causas desta evasão –, de que forma esta evasão está relacionada a uma forma arcaica e massificada de escola que nós temos hoje, que queremos impor a todos os alunos, nivelando-os de forma simplista?

Nós temos hoje no País o aumento da taxa de suicídio entre jovens, jovens que estão sendo impelidos a responder a expectativas que nós adultos estamos impondo em todos os campos: no campo da educação, no campo da sociedade, no campo da formação de cidadãos. Então, um outro dado que para nós é muito significativo na pesquisa é de que 96% dos brasileiros concordam que, no debate sobre a educação, precisa haver maior participação dos jovens.

O protagonismo dos jovens, para nós, é fundamental. O movimento Conane defende este protagonismo. Nós temos hoje, dentro do Brasil, dentro do nosso País, uma rede de escolas democráticas. E, sobre essa rede de escolas democráticas, acho que seria muito interessante ouvir aqui um dos representantes dessa rede, que é o Prof. Ivan Dourado, da Escola Politeia, que não é uma escola pública, é uma escola privada em São Paulo. Seria muito interessante ouvir como esse protagonismo está sendo feito, como nós estamos conseguindo, nesta rede de escolas democráticas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer o protagonismo de jovens, porque, sem ouvir os nossos jovens, nós estaremos repetindo aquilo que fazemos até hoje e estamos aí sem sucesso, com uma evasão que a Profª Alvana mostrou, com números bem claros, e que nos deixa uma profunda tristeza. O que estamos trazendo para esses jovens? Que expectativas estamos trazendo?

O Prof. Cristovam – desculpe não me referir ao senhor sempre como Senador, mas o senhor é um professor, um educador – nos trouxe aqui uma informação sobre a educação ser um direito garantido por lei, mas, muito mais, uma necessidade deste País.

Nós estamos formando jovens para serem mão de obra barata, para estarem aprofundando as desigualdades, quando 80% dos jovens estão em escolas públicas e os 20% restantes estão em escolas privadas. Na escola pública, em que pese a defesa da PEC da redução de custos, essa redução de custo vai trazer um aumento significativo nessa defasagem de oferta, de potencialidades de oferta entre a escola pública e a escola privada. E aí nós temos a percepção da nossa população de que a escola pública é ruim, de que a escola pública não tem qualidade. Isso, obviamente, nos leva a uma percepção de que boa é a escola privada. Se a escola pública não tem recursos e vai ter mais limite de recursos ainda, como vai conseguir fazer ofertas de conhecimento, de disciplinas, para que os estudantes das escolas públicas tenham a mesma bola redonda que os estudantes das escolas privadas? Nós concordamos plenamente com o Senador em que qualidade para nós, no País, é ter escolas que ofereçam as mesmas oportunidades, independentemente da renda dos seus pais. Só que nós não temos essa realidade no País e não nos parece muito rápido alcançar essa realidade, porque o projeto de educação tem de estar alinhado com o projeto de Estado, e nós precisamos investir nisso, investir na educação como prioridade.

Eu não quero que os meus netos e nenhum jovem, nenhuma criança brasileira seja formada apenas para matemática, português e alguma língua estrangeira; eu quero que meus netos tenham uma formação ampla para serem cidadãos, para serem autônomos, para serem livres e para poderem participar.

Quando a população entende que educação é um serviço apenas, é porque nós temos anos, anos e anos de escolas separadas de suas comunidades, a escola como um campo exclusivo de repasse de conhecimentos, repasse de conteúdos, numa conformação escolar que vem de um século passado. Ainda temos as escolas em que soa a campainha, temos ali 50 minutos, disciplinas que não são interligadas. Isso faz com que os nossos jovens, além da pobreza, além da necessidade de trabalho, não se interessem pela formação escolar, mesmo porque a formação escolar que estão recebendo não os levará para o mercado de trabalho também.

Queremos que os nossos jovens sejam formados pelo mercado de trabalho, mas formados para a vida, formados para a coletividade, formados para a cooperação; e não para um *ranking* de pessoas, de escolas. Nós queremos jovens e cidadãos solidários. Nossa Pátria precisa de solidariedade, precisa de colaboração, de cooperação. Aí eu concordo com a Profª Alvana de que é um esforço que devemos fazer conjuntamente. Nós estamos abertos ao diálogo em todas as instâncias, em todos os momentos e esferas de governo, porque entendemos que ninguém sozinho vai mudar a educação e ninguém sozinho vai mudar a percepção que o povo tem, que a nossa população tem da nossa educação.

Eu estudei em escolas públicas e me formei em universidades públicas. Quero que meus netos possam fazer isso, porque meus filhos não fizeram isso. Meus filhos não estudaram em escolas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas, estudaram naquilo que nós chamamos hoje de escolas alternativas, porque nós, como pais, buscávamos a qualidade de educação que queremos para todos os jovens e crianças deste País.

Então, eu gostaria de deixar para vocês que a formação de qualidade, e precisamos muito discutir o que é qualidade na educação para o Brasil, se o Ideb é a forma mais adequada de avaliar e por que não estamos identificando com precisão a evasão das escolas pelos alunos e pelos professores.

O Prof. Cristovam, em um texto que publicou, fala da grande evasão dos professores. Nós temos professores hoje com salários de uma defasagem imensa, que o Senador também mostrou, e temos professores acuados em suas escolas por situações de violência que todos nós conhecemos, e estão sendo cobrados como se fossem os principais responsáveis por essa situação de violência.

(*Soa a campainha.*)

A SRª SÔNIA GOULART – Nós precisamos olhar com atenção para os professores e para o adoecimento desses professores. No ano passado, pela primeira vez, nós inserimos na Conferência Nacional de Alternativas para a Educação um tema que foi o adoecimento dos professores. Nossos professores estão adoecendo em proporções tão alarmantes como a da evasão dos nossos jovens nas escolas. Isso sinaliza para nós que essa estrutura escolar, essa formação escolar que estamos fornecendo hoje está equivocada. Há alguma coisa muito errada nessa formação escolar e nessa estrutura de escola que nós estamos oferecendo.

Nós somos um movimento da sociedade civil de educadores, de pais, de alunos e queremos, sim, formar cidadãos completos. É isso o que nós queremos para este País. E trabalhamos incessantemente para que isso aconteça em todas as esferas, para que nós possamos ouvir os nossos jovens e dar a eles uma formação humana, para que eles possam ter uma visão global do nosso País, uma visão global do seu momento como cidadão, e para que possam contribuir com este País. Sem conseguir ver a educação como prioritária, ninguém vai conseguir mudar essa desigualdade e reduzir essa pobreza.

Concordo com o Senador, também estou aí, como todo cidadão brasileiro hoje, atenta ao discurso dos nossos candidatos. Neste ano, teremos eleição e temos 15 candidatos a Presidente. Estamos atentos a esse discurso e passamos a eles o seguinte recado: Srs. candidatos, digam para nós qual será a prioridade da educação em seu governo caso eleito, porque aquele que não tiver prioridade absoluta para a educação não contará com o nosso voto certamente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito obrigado, Profª Sônia.

Passo a palavra ao Prof. Paulo, que aqui representa a CNI.

O SR. PAULO MÓL JUNIOR – Bom dia a todos!

Muito obrigado, Prof. Cristovam, pelo convite. Fico muito honrado, duplamente honrado, pela instituição que represento, a Confederação Nacional da Indústria, em que hoje estou Diretor de Operações do Serviço Social da Indústria (Sesi), e, pessoalmente, fico muito feliz de aqui estar para debater um tema que é vital para o crescimento de qualquer sociedade, que é discutir a questão da educação no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um tema complexo, é um tema difícil, porque, como escalação de seleção brasileira, todo mundo tem uma visão de educação, que é muito peculiar. Então, às vezes, encontrar os consensos fica difícil. Mas é um tema que é absolutamente fundamental e um tema que me instiga muito.

Eu tenho 15 minutos e vou fazer a apresentação "Retratos da Sociedade Brasileira", o tema aqui, que é a percepção da sociedade com relação à educação. Então, aqui, eu estou sendo uma tela limpa, falando um pouco do que a sociedade diz a respeito, o que ela pensa de educação. Então, eu estou evitando fazer qualquer julgamento de valor e apresentando simplesmente o que foi a resposta da sociedade. Depois, podemos entrar em cada um dos pontos.

Professor, fique à vontade para me interromper. Já digo, de antemão, que este documento está à disposição. Ele está no Portal da Indústria, passarei depois as informações. Vamos, então, falar sobre este documento.

Este documento "Retratos da Sociedade Brasileira" foi construído, em parceria com o Ibope, perguntando para a sociedade, especificamente, como ela vê a questão da educação, quais são os pontos a serem analisados, quais são as avaliações que ela tem, de que maneira a sociedade avalia a questão da educação. Foi feito com a metodologia do Ibope. Pesquisamos um conjunto grande de pessoas, foram 2 mil pessoas, dentro de um processo de amostragem adequado para isso. E, na estrutura da apresentação, vamos seguir exatamente este padrão: qual a importância da educação para a sociedade, qual a qualidade da educação de acordo com a sociedade brasileira, o que fazer para melhorar a educação, de quem é a responsabilidade de garantir uma educação de qualidade, a questão dos recursos, se faltam ou não recursos, para a educação, e uma pergunta específica sobre o Enem.

Foram 2 mil entrevistas em 126 Municípios, então, a abrangência é nacional, passando por critérios amostrais que perfazem a estrutura da sociedade brasileira. Por curiosidade, 83% das pessoas entrevistadas frequentam escolas públicas ou possuem filhos que estão em escolas públicas; e 67%, com relação ao ensino, estão no nível fundamental ou possuem filhos que estão no ensino fundamental.

A primeira pergunta é básica: qual é a qualidade do ensino na educação do Brasil? A afirmação que foi feita é: "A baixa qualidade do ensino prejudica o desenvolvimento do País?" E o que observamos é que – esta é a terceira vez que estamos fazendo essa pesquisa, pois fizemos em 2010, 2013, 2017 – existe uma percepção da sociedade cada vez maior de que a baixa qualidade do ensino está prejudicando o desenvolvimento do País. Então, o que eram 60% da população já são 74% da população hoje. Assim, três em cada quatro pessoas pesquisadas dizem que ter uma educação deficiente prejudica o crescimento do País. Então, essa é uma percepção poderosa a partir do momento em que as pessoas tenham identificação de que educação e crescimento econômico estão numa única vertente e de que esse é um dos gargalos importantes.

Aí entramos na questão de alguns temas extremamente importantes. Esta é primeira vez que entra essa pergunta. Por quê? Porque a questão da violência e a questão da corrupção entraram de uma maneira muito forte na economia brasileira, na sociedade brasileira. E foi perguntado de que maneira a violência e a corrupção afetam a questão da educação no Brasil.

Na verdade, eu concordo 100% com o Prof. Cristovam: é um ciclo vicioso. Na verdade, parte da corrupção e da violência vem pela falta de educação, mas o quanto isso retroalimenta o processo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação? E aí temos o seguinte: 56% da população dizem que a violência está diretamente relacionada com a baixa qualidade da educação. Se pegamos o "concorda totalmente" e o "concorda em parte", estamos dizendo que quase 80% da população dizem que violência é um problema que afeta a questão da educação nas escolas. E aí eu posso falar na primeira pessoa, porque tenho irmãs que são pedagogas e que trabalham no interior de Minas, e uma das minhas irmãs disse que o grande problema hoje que ela enfrenta nas escolas é a questão de afastar os meninos do *crack*, das drogas. Então, é uma questão que entra nas escolas e que, em grande parte, atrapalha o processo de trabalhar com educação.

Da mesma forma, é a questão da corrupção, em que 60% da população dizem que o problema da corrupção no Brasil está diretamente relacionado com a baixa qualidade na educação. Quando se fala de corrupção, as pessoas estão falando em desvios de recursos, recursos que não chegam e da maneira como se estrutura o processo. Então, essa é a percepção que vem da população.

Aqui, foram feitas duas afirmações, e eu acho extremamente importante ver quanto as pessoas concordam ou discordam dessas afirmações. A primeira é a seguinte: a renda de uma pessoa será maior quanto mais anos de educação ela tiver. Vemos que 52% da população concordam totalmente com essa afirmação; somando, há 73% entre "concorda plenamente" e "concorda em parte". Eu estou dizendo que, na população, três a cada quatro pessoas, em média, dizem que sabem que, se estudarem mais, terão uma renda maior. Então, essa percepção é importante. Ela já sabe que educação é fundamental para o crescimento econômico e que quanto mais ela estudar a probabilidade de ela ter uma renda maior no futuro é grande. Então, isso é importante.

A segunda afirmação é: o problema do desemprego no Brasil está diretamente relacionado com a baixa qualidade da educação. E 50% da população concordam plenamente com isso, ou seja, as pessoas têm dificuldade na sua colocação no mercado, a empregabilidade acaba sendo prejudicada, porque ela não consegue se ver na escola preparada para o mercado de trabalho. Eu concordo com a Profª Sônia no sentido de que educação é muito mais que isso, mas uma das vertentes da educação é também preparar o cidadão, o indivíduo para o mercado de trabalho. E o que a sociedade está dizendo é que a escola não está exercendo esse papel como deveria ser.

A renda de uma pessoa será tanto maior quanto mais anos de educação ela tiver. Aqui, há uma informação importante. Nós fazemos essa questão de 2010 a 2017, e o que estamos percebendo? Esse é um ponto que nos intrigou na pesquisa, pois mostra que, embora as pessoas acreditem e saibam que quanto mais anos de educação maior a renda, essa percepção tem sido menos intensa ao longo dos tempos.

E há duas vertentes na CNI em que pensamos. Pode ser que – a versão menos positiva – as pessoas talvez estejam mais indignadas ou menos esperançosas com relação à escola e elas acabam depositando menos expectativas na escola, pode ser uma; ou uma outra vertente, um pouco mais positiva, dizendo que a nova forma de construção da sociedade e das próprias condições do mercado de trabalho querem dizer que as pessoas precisam ter outras habilidades, que na escola não estão colocadas. Ou seja, talvez as pessoas estejam menos preocupadas em se formar, de maneira formal, ou toda a cultura bacharelesca que a gente tem venha perdendo sentido ao longo do tempo. Então, ensino formal, ter o diploma, talvez tenha um pouco menos de apelo para o jovem hoje do que tinha no passado. Essa é uma situação que é crescente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qualidade da educação no Brasil. Aqui são os pontos importantes. Menos da metade dos brasileiros avalia a qualidade do ensino das escolas públicas como ótimo ou bom. Então, na verdade, a gente tem, com relação às escolas públicas, que um percentual pequeno da população, ou seja, um terço apenas dessas pessoas acredita que a escola pública tenha um ensino bom ou ótimo. No caso das particulares, é o contrário: dois terços acreditam que têm um ensino entre bom e ótimo. Essa é uma percepção da sociedade brasileira.

Entre os níveis de ensino avaliados, o ensino médio integrado com o ensino profissional recebe a melhor avaliação, e esse é um ponto extremamente importante. Isso tanto para a escola pública... No caso da escola particular, se mantém mais ou menos estável. Mas a percepção do ensino público, quando alinhado, quando atrelado à questão do ensino profissional, da educação profissional, tem um impacto maior para a população. A população acredita mais na escola que está vinculada a alguma atividade do ensino profissionalizante.

E aí vai um pouco contra a percepção de que a educação não é para o mercado de trabalho. A população está muito antenada para essa questão de entender a escola como uma instituição que prepara as pessoas, sim, para o mercado de trabalho. E a qualidade do ensino é melhor nas escolas particulares do que nas escolas públicas em todos os níveis. Essa é uma percepção que está na sociedade.

Vamos lá. A baixa qualidade da educação se reflete na percepção de que os alunos que terminam a educação básica não estão preparados para a etapa seguinte. Então, aqui a gente tem: apenas 11% das pessoas perguntadas acreditam que o aluno está bem preparado para seguir à próxima etapa. Aí os dados da Profª Alvana são magníficos, porque mostram exatamente o seguinte. Isso acontece também nas nossas escolas do Sesi, que são um exemplo muito bem sucedido. Mas há o mesmo ponto. Quando você pega a avaliação do quinto ano, ela está muito boa; a avaliação no nono ano não é tão boa; a avaliação no ensino médio, um pouco pior. Ou seja, esse é um padrão que a gente está percebendo ao longo de todo o sistema educacional. Os alunos vão sendo menos qualificados, menos preparados, à medida que eles vão ficando mais tempo na escola.

Então, o que acontece? O que a gente observa é que também a pesquisa mostra isso. A população tem a percepção de que os alunos estão saindo da sua etapa e indo para a outra menos preparados, ou pouco preparados. A gente vê que apenas 12% falam que estão bem preparados; razoavelmente preparados, 33%. Esse é um ponto que precisa ser colocado.

Preparação do aluno do ensino médio para o mercado de trabalho. A gente vê que realmente só 12% acham que o aluno do ensino médio está preparado para o mercado de trabalho; 30%, razoavelmente preparado. Ou seja, menos da metade da população acredita que um aluno que saia do ensino médio esteja preparado para uma atividade no mercado de trabalho. Então, existe uma desconexão muito clara entre o que está acontecendo nas escolas e o que está acontecendo no mercado de trabalho, e a população percebe isso e quer, de alguma forma, fazer com que haja uma integração e uma articulação maior.

Agora a gente vai entrar na questão da qualidade da educação. Foi perguntado: já que a qualidade não é boa, quais são os pontos que seriam os responsáveis por essa questão da qualidade na escola? O que temos de bom, o que poderíamos melhorar, e tudo mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí a gente coloca alguns itens que foram colocados, e a sociedade avaliou de zero a dez. Ali está uma escala de quais são as questões ou quais são os pontos que precisam, que poderiam ser analisados para a qualidade da escola. A gente vê – e aí é uma questão, talvez, conjuntural, Senador – que hoje, quando se pergunta para a população, a questão que mais preocupa em termos da qualidade da educação é a segurança nas escolas. Foi o que teve o menor índice: pontuação de 3,7 na escala de zero a dez. Então, o que a sociedade está percebendo é que o professor que está lá na escola está acuado, o professor está com medo, os alunos estão com medo. Ou seja, a questão da segurança está gritando muito para a sociedade.

Aí há uma nota muito baixa também para material didático digital, as atividades extracurriculares. O que está com uma nota um pouco melhor? O tempo de permanência do aluno na escola está com uma nota 6,3. A população entende como interessante. Condições de limpeza e manutenção da escola, nota 5,9. Não é uma nota alta, mas também é boa. A questão da merenda, a relação da escola com os pais. Então, a gente tem itens que estão caminhando de uma maneira mais interessante. Agora, quando a gente fala das atividades extracurriculares, material didático e, principalmente, a segurança nas escolas, a percepção da sociedade é que é uma tragédia o que está acontecendo nas escolas.

No Brasil, os alunos da educação básica passam pouco tempo na escola. Era essa pergunta – se as pessoas concordam ou discordam, e tudo mais. A gente vê que de 2013 para 2017 esse indicador se alterou pouco quando a gente soma o "concorda totalmente" e o "concorda em parte". Ele continua sendo alguma coisa em torno de 70% da população. Só que a gente está percebendo que as pessoas que concordam passam a concordar muito com essa afirmação de que os alunos passam pouco tempo na escola.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO MÓL JUNIOR – Ou seja, é o mesmo padrão, só que indicando que as pessoas estão muito mais firmes nas suas convicções.

Avaliação dos professores das escolas públicas. Aí foi uma nota de zero a dez. Eu diria que essa é a nota positiva do estudo. A população brasileira acredita nos professores. Ela não está acreditando na escola, ela não está acreditando na educação, mas nos professores a sociedade brasileira ainda deposita confiança, quando a gente olha as notas. Capacidade de ensinar os alunos, a frequência e presença dos professores na sala de aula, o preparo e conhecimento das matérias. As notas, com relação ao professor, estão acima de seis. Quando a gente compara infraestrutura, segurança, tudo está abaixo de cinco, seis. Agora, a confiança da sociedade com relação ao professor ainda permanece. Esse é o ponto que eu diria que é o ponto alto da percepção da população com relação ao material.

Qualidade da educação no Brasil. O que a gente observa é que cresce a insatisfação com a qualidade da educação no País. Aí a gente faz um corte entre escola pública e escola particular. Aí a gente tem de 2010 até 2017. O que a gente vê? O que a gente vê é que a insatisfação... A gente vê o seguinte: o percentual de ótimo e bom nas escolas públicas é em torno de 70%.

O caso das escolas públicas é que chama a atenção, porque, em 2010, 50% da população ainda considerava a escola pública no patamar entre ótimo e bom, manteve-se em 2013 e, quando a gente passa para 2017, hoje o patamar, que era em torno de 50%, cai para em torno de 35%. Então, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está aumentando, e aumentando muito, são as pessoas que estão avaliando como péssimo, que eram 8% em 2010 e hoje 16% da população diz que a qualidade da educação pública no Brasil é péssima. Então, o percentual de pessoas dobrou – passou de 8% para 16% em sete anos – e o percentual de pessoas que estavam satisfeitas se reduziu muito ao longo do tempo.

No caso da escola particular, não houve tantas alterações assim. A nota fica mais na escola pública.

Cresce a insatisfação com a qualidade da educação no País. Então, a insatisfação está aumentando. A gente observa, lá na parte azul, na escola pública, que a gente tinha 48% e agora a gente tem 30% de insatisfeitos com a qualidade da educação em si. Ali a gente sai de um percentual que dizia que a qualidade da educação era péssima de 6% e passou para 15%. As pessoas que acham que era ruim e péssima, que eram 13%, já passaram para 26%, ou seja, dobrou o número de pessoas no Brasil que avaliam a educação no Brasil como ruim ou péssima. Então, é uma situação em que a gente tem que ir juntando as questões, ou seja, as pessoas ainda acreditam nos professores, mas acham que a educação no Brasil está se deteriorando muito rapidamente. Então, são pontos que a gente pode discutir.

Cresce o percentual dos que avaliam mal o preparo dos alunos pelas escolas públicas. Aí, a pergunta que foi feita: a preparação dos alunos do ensino médio para a etapa seguinte do ensino.

Voltando algumas questões. Quando a gente olha numa perspectiva de tempo os alunos que eram bem preparados para as etapas seguintes, enquanto 55% da população acreditava que eles eram bem preparados para a seguinte etapa em 2010, passou agora para 40%. Então, a gente tem visto que o olhar da população segue o mesmo padrão sobre a questão da educação, de que maneira a educação está sendo estruturada – vem se deteriorando –, e há a percepção da população de menos confiança nas escolas e na educação brasileira.

Na preparação dos alunos do ensino médio para o mercado de trabalho, a percepção de que os alunos estão sendo bem preparados também está se reduzindo ao longo do tempo. Se, em 2010, mais da metade da população brasileira acreditava que as pessoas que saíam do ensino médio estavam bem preparadas para o mercado de trabalho, hoje menos da metade da população acredita que ele esteja bem preparado.

O que fazer para melhorar a educação? Aí foram colocados dez itens, que seriam pontos para melhorar a educação, e a gente perguntou para a população quais seriam os itens mais importantes. Aí a gente vê o seguinte: equipar melhor as escolas ganharam como o item mais recorrentemente colocado pela população como importante para melhorar a educação nas escolas, depois estimular a participação dos pais na cobrança por uma boa escola, aumentar a segurança nas escolas. Aí a gente vai ao *ranking* e checa que tem menos destaque, menos frequência nas respostas melhorar o sistema de avaliação, incentivar as escolas fora do ambiente escolar, estimular a aproximação entre aluno e professor – foram pontos que tiveram menos relevância.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Uma pergunta: isso foi induzido ou espontâneo?

O SR. PAULO MÓL JUNIOR – Não, esses foram dez itens que foram colocados para que eles pudessem escolher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que fazer para melhorar a educação? A participação dos pais é muito importante para o desempenho escolar dos alunos. Foi feita essa afirmação. Aí queria saber se a população concorda com essa afirmação ou discorda dela. E a resposta da população é cada vez mais veemente no sentido de que a participação dos pais é fundamental para a qualidade do ensino. Se os pais não estiverem integrados à escola, não estiverem integrados à questão da educação de seus filhos, não há condições de avançar. Então, hoje a essa afirmação de se a participação dos pais é importante para o desempenho escolar dos alunos, em 2017, 98% da população respondeu sim, é importante a participação dos pais no desempenho escolar dos alunos.

Pergunta: a escola deveria focar mais no ensino de português e matemática? Essa foi uma pergunta feita e a gente mostra que 58% da população concorda totalmente com mais foco na educação do português e da matemática, ou seja, a gente tem uma grade um pouco mais dispersa e acaba, nessa dispersão toda, dando menos foco no que seria o fundamental, que seria o português e a matemática. Então, 58% da população acredita que o foco no português e na matemática é o mais importante. E, se a gente fala no concordo e concordo em parte, a gente chega praticamente a 80% da população que diz que o foco deve ser de fato no português e na matemática. Aí entra exatamente em acordo com o Ideb de que o foco é no português e na matemática. As outras são importantes para a formação como um todo, na questão de agregar, mas haver o foco em português e matemática.

A SRª SÔNIA GOULART – Você acha que, se tivéssemos perguntado a eles que disciplinas deveríamos focar, a resposta seria português e matemática?

O SR. PAULO MÓL JUNIOR – A gente teria que fazer essa pergunta.

A SRª SÔNIA GOULART – Pois é. Você não considera que foi uma pergunta muito direcionada?

O SR. PAULO MÓL JUNIOR – Eu não creio, porque, na verdade, se você...

A SRª SÔNIA GOULART – Perguntar se a escola deve focar mais no ensino de português e matemática é diferente de eu perguntar: em que disciplinas a escolas deveria focar mais?

O SR. PAULO MÓL JUNIOR – A gente pode fazer essa pergunta depois, mas esse é um ponto importante. Se a pessoa tem a percepção de que a escola é multidisciplinar e são todas as disciplinas iguais, poderia entrar no "não concorda, nem discorda" ou "concorda em parte". Agora, se ele entra no "concorda totalmente", ele dá uma dimensão de que, de fato, a questão do português e da matemática tem que ser importante. Mas isso a gente não tem condições de falar, a não ser que a gente faça a pergunta. Na próxima, a gente vai colocar e a gente testa a questão.

A educação só vai melhorar se aumentar o salário dos professores? Quarenta e três por cento concordam e 25% concordam em parte. A gente vai ver que a questão do salário é importante, mas a gente vai ver que a própria população começa a perceber que a alocação adequada dos recursos é tão ou até mais importante do que a quantidade de recursos colocados. Eu achei interessante a população ter essa percepção.

O que fazer para melhorar a qualidade da educação? Aí aumentar o salário dos professores teve 40% das respostas da população, 34% dizem aumentar o número de professores, 32% dizem melhorar a formação de professores, 27% dizem garantir a segurança dos professores na sala de aula, 25% dizem disponibilizar a infraestrutura necessária para que os professores realizem o trabalho, 9% dizem reconhecer e premiar os bons professores, punir com rigor os maus professores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isto eu achei muito legal: a população já começa a perceber que premiar é melhor que punir. Então, premiar os bons resultados é muito mais importante do que punir os maus profissionais. Ou seja, isso está muito claro do que se extrai dessa pesquisa, em que a questão voltada para premiação e olhar o lado positivo é mais importante do que um olhar punitivo de punir quem não está fazendo bem.

O que fazer para melhorar a educação: o diretor deve ter uma formação específica para a gestão na escola? Aqui, 79% da população diz que a formação do gestor, do diretor deve estar focada em gestão. Então, isso é importante, porque é algo que talvez no passado não tivesse tanto.

De quem é a responsabilidade para garantir uma educação de qualidade? Aí, 84% disseram que a responsabilidade é do diretor da escola. Tadinho do diretor; caiu nas costas dele. Grande parte das pessoas associam a questão da qualidade ao diretor, depois aos pais dos alunos, ao professor da escola, ao prefeito, ao governador, vai até ao Presidente da República – como foi colocado –, mas, em linha direta, quando as pessoas olham a qualidade do ensino, as pessoas associam a qualidade do ensino ao diretor da escola, à *performance* do diretor.

Os jovens devem participar mais dos debates e decisões sobre educação? Sim. Aí, muito do que a Profª Sônia colocou, pois 82% concordam de se ouvir os jovens na tomada de decisões, no planejamento, ver o que deve ser feito. Se a gente só colocar o concordo totalmente ou o concordo em parte, a gente tem praticamente 96%. Quase que a totalidade disse que ouvir os jovens para tomada de decisão é importante.

Foi feita uma pergunta: governos não possuem comprometimento necessário com a qualidade da educação? E, aí, quando se fez essa pergunta, 60% da população acha que sim; que os governos não têm comprometimento com a qualidade da educação. E aqui entre as pessoas que concordam totalmente e concordam em parte, a gente tem três em cada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO MÓL JUNIOR – ... quatro pessoas entrevistadas que acham que o governo não se compromete ou não tem o comprometimento que seria necessário para que a qualidade da educação melhorasse. Então, essa é uma percepção que vem da população: quem nos governa não está muito ligado com essa qualidade da educação; tem no discurso, mas não tem um comprometimento.

Sobre se faltam recursos para educação, a pergunta foi: o problema da baixa qualidade da educação deve-se mais à má utilização dos recursos públicos do que a falta dele? Essa foi uma pergunta. E aí 61% da população concorda plenamente. Isso foi uma surpresa; eu imaginava que as pessoas tivessem muito do discurso de que o problema era falta de recursos. Mas, quando se coloca essa pergunta e 61% das pessoas concordam, as pessoas começam a ter uma percepção de que a má qualidade e a questão da gestão entraram de fato como ponto importante para a população. Era algo que eu não imaginava que a população tivesse esse nível de percepção, e ela tem esse nível de percepção. E é gritante: estou falando que 81% entre concorda totalmente o concorda dizem que deve ser até mais a má utilização do que a falta de recursos em si.

Sobre a falta de recursos para a educação, a gente fez duas perguntas: como os recursos são limitados, o governo deveria aumentar impostos para poder investir mais em educação? As pessoas disseram: "Não!" Ou seja, eu quero mais qualidade, quero mais educação, mas eu não quero que isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

venha acompanhado de mais impostos. Então, melhore a gestão; não aumente a quantidade de impostos para que se gere educação.

Outra pergunta: como os recursos são limitados, o Governo deveria retirar dinheiro de outras áreas, como saúde, segurança pública, estradas, energia e saneamento, para poder investir mais em educação? As pessoas disseram: "Não!"

Então, esse é um ponto que é importante: as pessoas têm a questão da educação como importante. E é o ponto que o Prof. Cristovam colocou: essa é uma questão de prioridade? É prioridade, mas desde que não se mude a alocação orçamentária das outras áreas. Então, as pessoas talvez estejam muito mais preocupadas e talvez queiram mais respostas no sentido de dar mais eficiência ao volume de recursos de educação que já existe do que criar outros recursos que sejam extraídos de outras áreas da sociedade.

Como os recursos são limitados, as universidades públicas deveriam ser pagas para que o governo tivesse mais condições de investir na educação fundamental? E aqui o resultado mostra que esse embate vai ser mais forte. O que está acontecendo? O volume de pessoas que concordam totalmente e o volume de pessoas que discordam totalmente aumentaram. Então, esse debate começa a ficar mais agressivo.

O que acontece? Antes, havia um grande número de pessoas no meio do caminho. Agora o que se está colocando é que as posições estão muito marcadas. Quem concorda com que as universidades devem ser pagas está aumentando, e o número de pessoas que diz que a universidade deve se manter gratuita também está aumentando. Ou seja, as posições extremas estão se acirrando. Isso que está mostrando a pesquisa feita, em que esse debate agora, com relação às universidades, deve ser cada vez mais acirrado: uma parcela grande da população – praticamente aumentou em 50%; saiu de 19 para 30% – concorda totalmente que se deve pagar a universidade; e aumentou de 32 para 40% as pessoas que dizem que de forma nenhuma deve pagar. Então, agora, é um debate muito mais acirrado do que era no passado

Por último: o que a população pensa sobre o Enem? Aí foram feitas duas perguntas: o exame nacional é uma melhor forma de acesso às universidades comparado aos vestibulares tradicionais? Percebeu-se que existe um apoio da população com relação ao Enem: 59% das pessoas acreditam que o Enem é uma forma superior ao que existia antes para acesso às universidades. Se somarem-se os que concordam e concordam em parte, dá mais de 80%.

A segunda pergunta foi: o exame nacional contribui para elevar a qualidade de ensino médio? A gente tem, na questão de haver uma avaliação do ensino médio, que 80% da população vê o Enem como um fato, como uma possibilidade também de melhorar. A partir do momento em que se avalia a qualidade de ensino, isso contribui para elevar a qualidade do ensino médio.

Com relação ao Sesi, o único ponto que eu colocaria é que eu vim hoje especialmente para tratar da questão de apresentar o projeto, mas, como gestor do Sesi – e o Sesi tem mais de 500 escolas –, eu poderia vir aqui outras vezes para falar especificamente sobre como temos, nas escolas do Sesi, talvez bons indicadores, mostrando que, nas nossas escolas, dos desempenhos que a gente tem hoje, que é Enem e Prova Brasil, pegando alunos que têm o nível de escolaridade das mães, que é a base para a qualidade de ensino, muito próximo das escolas públicas, com um padrão muito próximo das escolas públicas, que, quando a gente pega entre o que a gente recebe e vem, no fim da avaliação, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nível de percepção que se aproxima e supera o das escolas federais e o das escolas privadas. Então, com alguma gestão e com algum recurso, é possível, sim, fazer transformações que são importantes para o crescimento da educação e o crescimento do País.

Perdão, porque passei bastante do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mas valeu a pena!

Vou fazer um pequeno comentário.

Antes, quero cumprimentar algumas pessoas que estão aqui. Peço desculpas se outras não estão. Também quero saber se a Senadora Regina quer falar, em qualquer momento.

Está aqui presente o Prof. Heitor Gurgulino, que muito nos orgulha; a Ana Henriqueta do Vale Farias Péres, que é da CNI; a Cláudia Regina Machado, que é do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; o Antônio Leitão, que está ali atrás; o Amaral Rodrigues Gomes; a Flávia Maria Barros; o Firmino Moreira Queiroz, que é Coordenador da Regional de Ensino do Gama; a Natália Mazzoli; o Ricardo Mazzoli, que é empresário; o Eduardo Monteiro; a Karla Simone Borges; o Major Rubem Gontijo. Agradeço a presença.

Quero fazer pequenos comentários, ler algumas perguntas que nos chegaram e passar a palavra aos três para que façam as considerações finais.

Primeiro, um pequeno comentário sobre a fala da Profª Alvana. Há uma palavra que a senhora usou que me chamou a atenção que foi "alarmante". De fato, o quadro que a senhora colocou é absolutamente alarmante só ao ver. Ainda mais se o compararmos com o resto do mundo, porque o resto do mundo está melhorando, inclusive os nossos países vizinhos. Não demorará que os nossos vizinhos todos estarão melhores do que nós se a gente olhar o que aconteceu, nos últimos anos, em países muito pequenos aqui perto, em relação à alfabetização, à conclusão do ensino médio. Estamos, de fato, ficando para trás. A outra coisa é a concepção de que, ao ficar para trás na educação, ficamos também na renda; na distribuição da renda; na pacificação das ruas; na cultura; na saúde; nas doenças endêmicas que o Brasil tem hoje, que estão em níveis alarmantes também; na corrupção; em tudo.

Com a Profª Sônia, eu quero compartilhar meu apoio à ideia de que fazer o que é preciso deve começar agora, mas que vão demorar os resultados. É uma ilusão querer que a educação fique boa de repente. Lembre-se de que, até a abolição da escravatura, com uma assinatura de uma princesa, ninguém vendeu mais escravos, mas não acabou a escravatura no sentido da desigualdade entre brancos e negros, por exemplo, da desigualdade incluindo os brancos, ou seja, a própria abolição da escravatura, que completou 130 anos duas semanas atrás, não conseguiu ser feita com uma simples assinatura. A revolução, o salto na educação, demorará décadas. Agora, é preciso começar já, senão, vai ser um século a partir daqui.

E, quanto ao Paulo, queria dizer que os últimos quadros sobre recursos têm que sair de nenhum lugar, permitem a gente imaginar que uma das tragédias brasileiras é não apenas as tais da *fake news*, de que todos falam, mas uma *fake mind*, uma mente falsa que nós temos. Nós temos uma mente falsa no Brasil. É preciso aumentar dinheiro para a educação sem aumentar imposto e não tirar de nenhum lugar é uma mente que foi criada falsa ao longo de décadas do vício da inflação. Com a inflação a gente sempre põe mais, só que vale menos. E essa é uma tragédia brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra falsamente tem a ver também com seus últimos indicadores sobre universidade paga ou não, é a ideia de que o que é gratuito ninguém paga; existe um sentimento de que o que é grátis ninguém paga e não o que é grátis para alguns todos pagam. Vocês podem tomar sem se preocupar em pagar a água que está aqui na mesa, é gratuita para vocês, mas não se iludam, ela foi paga, ela foi paga para recolher lá na fonte, para tratar, para chegar aqui e o nosso amigo garçom ganha um salário dele para trazê-la para vocês e para mim. É grátis para nós, mas alguém paga. Isso vale para a unidade.

Então, a pergunta, eu acho, deveria ser: "Quem deve pagar?" Em vez de perguntar: "É gratuito ou não?" "Quem deve pagar?" Isso ajuda a forçar uma reflexão diferente, porque todos querem que apareça gratuitamente, mas, se você pergunta: "Quem paga?", aí já força uma melhor reflexão, como vocês perguntaram de onde tirar o dinheiro, aí disseram nem de imposto, nem de nenhum outro lugar.

Eu lembro, Gurgulino, que no começo eu falei que numa visita à Irlanda um embaixador disse que as estradas são péssimas, apesar de as escolas serem boas. E eu perguntei como era possível, e ele disse: "É por isso, preferiram fazer escola a fazer estrada", ou seja, fizeram a opção.

Então, eu quero parabenizar pela pesquisa, parabenizar pela fala de vocês e ler aqui algumas perguntas.

Rachel Milito, que é do Rio de Janeiro, escreveu para nós o seguinte: "São grandes os investimentos públicos no ensino superior, enquanto a base não merece a mesma atenção, até porque Estados e Municípios não têm tanto dinheiro quanto a União. Os esforços dos três entes federativos deveriam ser para a educação de base." Não foi pergunta, foi uma afirmação. Rachel, nós concordamos aqui.

Karolayne Ruy, de São Paulo, escreveu: "A educação pública brasileira está totalmente defasada comparada a escolas particulares, podemos ver isto analisando as faculdades federais que foram implantadas para pessoas sem condições financeiras, mas só entram quem estudou em particulares [...]"

Sobre isso, Paulo, eu queria dizer o seguinte, quando ocorre a qualidade da particular melhor do que a da pública, é porque as pessoas vêm das boas particulares. Se nós pegarmos a média das particulares, não é melhor do que a média das públicas, porque a desigualdade entre as particulares é maior do que a desigualdade das públicas, apesar de que as melhores particulares estão acima das melhores públicas, mas as piores particulares estão abaixo das piores públicas. As pessoas não percebem isso, percebem as boas particulares, de mensalidades altíssimas, muito caras.

A Fernanda Carvalho, do Rio de Janeiro, também diz: "Infelizmente a educação a distância é vista como desqualificada, porém o Estado deveria investir mais nesse canal, pois é mais barato e pode beneficiar mais pessoas." E eu diria mais eficiente em muitas coisas, em muitos momentos, embora uma não deva anular a outra, da mesma maneira que o cinema não acabou com o teatro, mas permitiu que mais gente assistisse ao trabalho de grandes atores – o cinema permitiu.

O Marcelo Almeida diz: "A percepção da realidade mostra que o ensino no Brasil vai muito mal. Transformaram nossas escolas em centros de adestramento [...] político-partidário. Atacam nossas crianças e nossas famílias com violências ideológicas para desconstruir nossa ordem atual." Eu discordo do Marcelo, porque eu acho que o nosso problema é que não estamos nem passando o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele chama de adestramento, porque aqui ele diz "marxista político-partidário". Eu acho que não é esse o problema.

O Rogério Silva, do Distrito Federal: "Nosso método de ensino, desde a base até o superior, é tão arcaico que nossas graduações, mediante necessidade do mercado de trabalho atual, não passam de mero pedaço de papel sem valor algum. É necessária uma profunda reforma desde a base até o superior." Aí eu quero falar para a Profª Sônia que eu concordo totalmente que o ensino deve fazer as pessoas serem mais felizes, esse é o objetivo. Agora, é difícil ser feliz sem ter emprego e renda. Então, de fato, o Paulo tem razão quando diz que também deve ser a escola um instrumento de empregabilidade, mas não só isso.

Um desses dias disseram para mim: "Defina uma escola boa!" Eu disse: "A escola em que o menino fica feliz durante todo o tempo em que está dentro, é útil para o mundo, quando sai dela e é feliz também." Isso a gente não está sabendo hoje como fazer, porque há a revolução da informática, que mudou a realidade do processo da relação do que a gente chamava no passado de professor-aluno. Talvez exija novas palavras, porque às vezes o aluno, graças à internet, chega à sala de aula sabendo mais do que o professor. Isso é muito comum hoje.

Então, mudou, e a gente não soube ainda como utilizar isso dentro da sala de aula. E em breve vai existir uma pílula para você ser mais capaz de compreender as coisas. A gente não está sabendo como fazer a pedagogia dos novos tempos, se é que essa palavra vai sobreviver.

Então, Profª Sônia, eu gostei de ver a sua preocupação com essa nova educação, como assim a chama.

Bem, dito isso, não há perguntas de fora.

Eu deixo aqui...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidente, eu gostaria de dar uma palavrinha.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senadora Regina, com o maior prazer.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Presidente.

Primeiro, sobre a pesquisa, porque não tive a oportunidade de ouvir as falas, porque eu estava em outras comissões. Dia de quarta-feira temos de correr muitas comissões. É importante essa pesquisa. Vocês vão disponibilizar os detalhes dela? Aqui se falou do Brasil, mas, de repente, uma pergunta dessa em uma região foi maior, na outra foi menor. Vocês vão disponibilizar isso no *site*?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Se não forem, a sugestão de se fazer uma análise mais detalhada, por região, por Estado, seria importante, porque sei que todas as regiões seriam contempladas. Uma pesquisa dessa, o gráfico é importante, mas a gente tem de descer no detalhe, se a gente quiser melhorar alguma coisa. Com certeza não foi igual em todas as regiões.

A outra coisa é que eu concordo com ela naquela pergunta das disciplinas. Eu sei que não foi intencional da parte de vocês, até porque é senso comum. A gente ouve os pais dizerem: "Se esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menino não sabe português nem matemática, como é que vai aprender as outras coisas?" A gente ouve muito isso. "Se o menino chega ao quinto ano, e não sabe ler nem escrever, então, como é que vai aprender as outras coisas?" Isso é senso comum em nosso País. Então, é natural.

Talvez o índice mudasse se se fizesse a pergunta dela; talvez não fosse tão alto, porque há pessoas ainda... Por exemplo, não se podem secundarizar disciplinas, principalmente algumas delas, como história. Nós estamos aí, agora, às voltas com a verdade sobre a ditadura militar – e isso agora mesmo. Saiu a reportagem sobre o episódio do Rio Centro. A gente sempre dizia que não havia sido um grupo de esquerda que teria feito aquilo, a Comissão da Verdade constatou isso, mas o pessoal acredita na CIA. Então, como a CIA soltou o relatório, todo mundo agora sabe que aquilo não foi ato da esquerda. Então, quer dizer, não se pode relegar a um segundo plano a história deste País e a história do mundo também. Então, muita gente tem essa consciência e iriam responder: "Não, história também é importante." Mas, no senso comum, português e matemática são as disciplinas que as pessoas respondem como sendo necessárias para que o menino sobreviva até o final do ensino médio e ingresse no ensino superior.

Eu costumo dizer que há muitos debates aqui sobre a questão dos professores, mas eu acho que há uma questão séria sobre a formação dos professores. Eu sempre digo: ensina-se conteúdo, mas não se ensina a ensinar. Eu tenho sempre em mente a frase de uma mãe que eu gosto de repetir quando estou discutindo educação. Uma mãe, durante uma conferência de educação do meu Estado, onde eu fui fazer uma palestra, disse: "Senadora, as pessoas costumam dizer que o menino tem problemas de aprendizagem, mas o problema é de 'ensinagem'." Ela criou esse termo e disse mais: "O meu filho aprende comigo, mas não consegue aprender na escola." E a gente, de fato, ouve muito os meninos dizerem isso: "Não, lá na escola eu não compreendi, mas com a tia fulana eu compreendi tudo." Quer dizer, é o jeito de ensinar também que precisa ser levado em conta na formação dos professores.

Quero parabenizar o Senador Cristovam pela ideia da audiência. Eu acho que é sempre importante estarmos discutindo educação, mas temos que discutir também os recursos. V. Exª viu que ali ficou difícil a equação para nós. Se não se pode tirar das outras áreas, como é que fica? Como é que a gente faz para ter mais recursos para a educação? Ou será que a pergunta lá tem razão, ou seja, que o problema é de aplicação dos recursos, de gestão dos recursos. Quem sabe não é. Então, a gente tem que se debruçar sobre isso. Se os recursos são suficientes, se o problema é só gestão de recursos, temos que nos debruçar sobre isso também.

E, por último, quero falar sobre aquela história da premiação dos melhores. Há escolas públicas muito boas. No meu Estado, por exemplo, nós temos a Escola Didácio Silva, que eu gosto de citar, como há também outras que são campeãs em tudo. Há uma escola em Cocal dos Alves, um Município de 5 mil habitantes, que ganha todas as olimpíadas de matemática. Ela é quem leva mais medalhas. Já houve concurso de redação também e os meninos levaram as medalhas. E é uma escola pequena de um Município pequenininho.

Então, a questão que se levantou aí da gestão escolar, do diretor... Não é só o diretor que faz a gestão, mas a figura do diretor é a quem vem à cabeça das pessoas. Então, com a gestão, como o Senador Cristovam disse, o menino tem prazer de estar na escola. Um dia desses, eu fui lá distribuir umas cartilhas que eu reproduzi aqui sobre a questão do assédio na internet etc., e o diretor disse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim: "Aqui é de 7h30 às 5h da tarde, mas, quando dá 5h da tarde, os meninos não querem ir embora." É preciso ficar mandando irem para casa para ele também poder ir para casa. Os meninos têm tanta coisa para fazer na escola que eles ficam felizes lá, e não querem ir para casa. Quer dizer, essa escola é campeã de Ideb, de tudo. E, ao lado, há uma que está na última colocação. Como se explica isso? Então, eu acho que tem a ver muito com essa questão da gestão escolar também – e talvez principalmente.

Então, é isso.

Muito obrigada.

Não tive o prazer de ouvir as duas professoras, mas é a correria aqui da quarta-feira que é assim.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senadora, eu agradeço muito que V. Exª tenha conseguido chegar aqui, porque cada um da gente hoje tem de estar em três lugares. Então, fico satisfeito e lamento que tenha perdido, de fato, boas apresentações, boas falas e boas instigações.

Uma das coisas, Paulo, que me tocou muito, que me surpreendeu e que tem a ver com o que falou a Senadora foi como as pessoas veem que o trabalho do gestor da escola exige uma formação especial, uma vocação especial e até um talento especial. Isso é fundamental para que a escola seja boa.

Profª Alvana, eu lhe dou um minutinho para fazer suas considerações, se quiser fazer referência ao que os outros falaram ou qualquer outra coisa.

A SRª ALVANA MARIA BOF – Eu só gostaria de parabenizar por este momento, esta nossa discussão e reforçar que esse trabalho, esse mutirão de tornar realmente a educação deste País uma educação de qualidade vai requerer todas as nossas mãos e mentes muito bem focadas neste objetivo maior que é transformar a educação deste País acessível, com escolas de qualidade, com professores satisfeitos e bem formados, com gestores realmente determinados a transformar essas escolas em ambientes de aprendizagem, e com gestores públicos realmente direcionados, comprometidos e empenhados em fazer essa transformação.

A questão dos recursos é uma questão. A vontade política de todos os nossos governantes, em todas as esferas, é importantíssima. E a gente precisa disso neste momento, a gente precisa dar esse passo. Se a educação é vetor, sim, de progresso e de felicidade – a Profª Sônia traz isso e é muito importante –, eu acho que nós temos de colocar prioridade nisso e nos unirmos, cada um na sua esfera, na parte que lhe cabe, contribuindo para essa transformação tão necessária, tão importante a todos os cidadãos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Profª Sônia.

A SRª SÔNIA GOULART – Eu gostaria de parabenizar o Sesi pela pesquisa, porque todas as pesquisas que nos trazem percepção são fonte de reflexão para nós. Independentemente de como foram as perguntas, nós precisamos pensar sobre esses resultados, e eu queria falar sobre dois. Um é a desconexão entre as escolas e o mercado de trabalho. Nós concordamos com que os jovens devem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser preparados para o mundo do trabalho, para a vida e para uma visão global de sua participação neste Planeta, da sua responsabilidade como cidadão em relação a seu País e aos demais países do mundo.

No entanto, quando eu saio do ensino médio, eu tenho 17 anos, e, aos 17 anos, eu deveria estar plenamente preparado para o mercado de trabalho? Não, eu ainda estou em formação, ainda sou um jovem em formação. Considera-se que, até os 26 anos, você ainda é um jovem em formação. Então, nós deveríamos estar muito mais preocupados – obviamente que ele deve ter uma preparação para o mundo do trabalho – com o fato de ele estar preparado para ser um cidadão aos 17 anos.

Por isso, eu volto ao aspecto da pesquisa do protagonismo dos nossos jovens. É preciso que das escolas nós tenhamos muito mais investimento no protagonismo desses jovens, que eles se sintam pertencentes à escola ou ao espaço educativo, e daí pertencentes a um país, a sua responsabilidade, que eles sejam vistos como corresponsáveis...

(*Soa a campainha.*)

A SRª SÔNIA GOULART – ... pela criação da educação.

O segundo ponto rapidamente é a distinção entre a satisfação com a escola pública e a escola particular. O Prof. Cristovam disse bem, quando nós começamos a discutir se a universidade pública deve ou não ser paga, estamos nos esquecendo totalmente de que ela é paga; ela é paga com os nossos impostos. E, se começarmos nesta discussão, daqui a pouco estaremos discutindo se a escola básica tem que ser paga, porque, quando fazemos a distinção de que o ensino bom é o ensino da escola particular, podemos ter um viés perigoso de dizer: "Basta que você pague também um pouco, mesmo que seja pouco, para que a escola em que você coloca o seu filho, que é a escola tecnicamente pública, teoricamente pública seja melhor." E aí nós teremos um momento muito difícil neste País, porque a legislação diz que o Estado deve garantir a educação de base para o seu cidadão.

Então, não é essa discussão, quem é o que paga, quem paga. É de onde sairão os recursos necessários para melhorar a educação. E aí eu concordo com o Prof. Cristovam, nós temos que fazer uma opção por priorizar a educação. Se nós vamos priorizar a educação, os recursos vão sair de algum lugar, porque eles existem para isso.

Então, é isso que eu queria deixar aqui para vocês, que nós tenhamos realmente esta priorização da educação para o País para que nós possamos saber de onde sairão os recursos para isso. E que nós olhemos os nossos jovens muito mais com uma formação humana do que uma formação somente para mercado de trabalho! Aliás, precisamos perguntar a eles se esta formação para este mercado que existe interessa a eles neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Prof. Paulo.

O SR. PAULO MÓL JUNIOR – Em primeiro lugar, queria agradecer o convite de apresentar o projeto de retratos da educação no Brasil e trazer essas informações aqui num ambiente que é tão importante e que tenho certeza que vai contribuir muito para o debate. Então, em primeiro lugar, agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em segundo, acho que trouxemos muitos elementos para a discussão. E o importante é saber o seguinte: o que pensa a população para que, a partir daí, possamos nos estruturar sabendo de que maneira dialogar com a sociedade, com o público.

Com relação especificamente à escola privada, eu acho que o que tem que entrar no debate é que a percepção das pessoas é de que a escola privada é melhor e, obviamente, há coisas por trás aí. Eu sou economista e, quando se estuda sobre educação, você vê que grande parte do desempenho que você tem nos indicadores está relacionado com renda e principalmente com a escolaridade da mãe desse aluno. Então, na verdade, o que acontece? Se você verificar rendas mais altas e escolaridade mais alta, quando você pega a média do número de anos de escolaridade da mãe do aluno das escolas, você vai ver que, numa escola particular, a escolaridade é muito maior do que no setor público. Então, grande parte dos resultados não se dão, porque o ensino da escola particular é melhor; é porque a escola particular talvez receba um aluno que esteja mais preparado para performar melhor. Portanto, nem é tanto mérito da escola privada, é muito mais o resultado de quem a escola está acolhendo.

Só que a percepção da sociedade, o que ela enxerga é que o menino está performando mais, quando, na verdade, muitas vezes você pode ter uma escola pública que está entregando na bagagem do aluno muito mais, só que ela está pegando hoje um aluno que é essencialmente muito pobre, que pertence a minorias que são complicadas, com uma renda muito baixa e com uma mãe com muito baixa escolaridade. Se ela tem baixa escolaridade, muito possivelmente ela não acompanha esse aluno, e você acaba gerando um processo aí que é sério. Mas a percepção da sociedade é de que há essa distinção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO MÓL JUNIOR – Então, esse é um ponto que precisa ser colocado. A população talvez não tenha essa informação, mas a percepção é essa.

Outro ponto que acho importante e que eu volto a salientar é de que, por mais pesquisas que sejam aplicadas – e isso me deixa satisfeito –, a pesquisa ainda aponta a população confiando no professor. Então, a nota que a população dá ao professor é importante, e me preocuparia muito se eu percebesse que a população também já desconfiasse ou não tivesse esperança na carreira do professor. Então, o professor ainda é valorizado.

Acho que esse é um bom ponto de partida, temos algo bom, que é o centro de uma escola, não existe uma escola boa se não houver bons professores. Eu concordo muito com a Senadora no sentido de que realmente o que mais os professores precisam é aprender a ensinar, e o processo de ensino é diferente para cada um. Eles precisam de apoio nesse processo.

Com relação à discussão que se coloca sobre a questão do ensino superior, é óbvio que todos sabem que o pagamento existe. Uma vez eu estava nos Estados Unidos – meus filhos estudaram lá um tempo –, eu estava numa escola pública americana e, lá pelas tantas, eu conversei com a pessoa que estava na secretaria da escola, e eu elogiava o sistema americano: "Nossa, eu fico tão feliz de ver um sistema público e meus filhos estão sendo beneficiados por isso", e eu salientei ainda que era gratuito. Aí o secretário da escola olhou para mim muito sério e disse: "Gratuito não, eu pago para os seus filhos estudarem aqui."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa concepção, que é muito forte nos Estados Unidos, de que as pessoas pagam, de que eu estou pagando, de que isso não é de graça, talvez não exista aqui, mas lá isso é muito forte. O que talvez haja na questão do ensino superior é que as pessoas olham o quanto de recursos vai para o ensino superior e quanto vai para o ensino básico.

Então, talvez a pergunta seja não só se pode ser melhorado, o.k., mas se existe a possibilidade de que as pessoas que estão no ensino superior também possam contribuir com uma parte do pagamento das suas mensalidades. Quer dizer, essa discussão entre ensino superior e ensino fundamental, me parece, é uma discussão que vai, cada vez mais, dado que os recursos são pequenos e as pessoas não querem – pela pesquisa – migrar recursos de outras áreas... Então, dentro da própria área de educação, examinar se existe uma alocação que seja mais eficiente. Essa discussão, me parece, vai ficar muito mais inflamada nos próximos anos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Bem, antes de encerrar, eu quero fazer um comentário aqui, me dirigindo tanto à Profª Sônia quanto ao Prof. Paulo, que tem a ver com a gratuidade. Um dia eu estava – lembro bem – na rodoviária aqui do Plano, e ali é onde chega todo mundo. Um senhor chegou perto de mim e disse que queria fazer uma reivindicação.

Eu perguntei qual era, lhe disse que ficasse à vontade. Ele disse que tinha um filho que estudava numa escola no Gama e que queria me pedir algo. Fiquei imaginando o que ele iria pedir. Ele disse: "Eu queria pagar pela escola." Disse: "Não entendi." A gente não entende isso de pagar pela escola, isso é coisa da China socialista, comunista. "Mas por que você quer pagar?" "Ah, professor, é que eu quero entrar lá e olhar nos olhos dos professores e dizer que pago o salário deles. Eu quero chegar lá e ouvir as pessoas dizerem que sou eu que mantenho aquilo." "Mas de onde você vai tirar o dinheiro?" "Cinco reais por mês dá para eu pagar. Não ponha mais!"

Aí conversamos um pouco e eu terminei dizendo para ele o seguinte. "Olha meu amigo [devia ter pegado o nome dele], eu gosto muito de comprar briga, mas essa aí eu não vou comprar não." (*Risos.*)

Nem mesmo sendo um real em vez de cinco, porque, diante do tabu da gratuidade brasileira, essa é uma briga para gente muito maior. É uma briga muito difícil, porque tem de mudar a mente para entender que o empoderamento dos pais... E essa é uma das suas perguntas. A participação dos pais foi vista como algo fundamental.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Vinte e oito por cento.

Mas o empoderamento dos pais numa sociedade como a nossa talvez passe mesmo pela sensação de que você paga. E eu disse para ele: "Mas você paga por meio dos impostos." "É, mas ninguém fica sabendo, porque é distante demais." Esse conceito de gratuidade, é preciso discuti-lo. Refiro-me ao conceito – não estou propondo deixar de ser –, ao conceito em si, como eu falei para vocês da água. Aliás, depois que eu falei, vocês tomaram todo o copo. (*Risos.*)

Acho que foi por medo de que tivesse alguém lá fora cobrando o custo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, gente, eu quero agradecer muito a vocês. Creio que essa ideia de qual percepção a população tem da importância da educação – não do direito à educação – é fundamental para que o Brasil mude. Sem mudar essa mentalidade, como um dia nós mudamos a mentalidade que tolerava com naturalidade a escravidão... Foram 300 anos! Era vista como absolutamente normal, até que um dia mudou. Da mesma maneira, é absolutamente normal o alarme da má educação e a desigualdade da educação. O Brasil vê como natural que algumas pessoas tenham uma educação melhor do que outras, conforme o dinheiro. Isso não é natural!

E eu concluo lembrando o que já falei diversas vezes e insisto: uma entrevista que eu li do jogador Raí em que perguntavam a ele o que mais o tinha impressionado quando ele jogou na França, com o que ele mais tinha se impressionado na França. E ele disse: "Meus filhos ou minhas filhas iam à mesma escola que os filhos ou as filhas da minha empregada." Eu fiquei tão tocado com aquilo que descobri o telefone e liguei para ele – podia ser *fake news*, está na moda. E ele me confirmou que, quando foi para a França, levou uma empregada e que realmente os filhos dele e os filhos dela foram matriculados na mesma escola. Desciam todo dia do prédio e iam para a mesma escola.

Puxa, se é possível lá, por que não é aqui? Agora, faz uns 150 anos que o Primeiro-Ministro Ferry começou esse esforço. Faz cento e tantos anos que ele começou. Está na hora de a gente começar também, mas, antes de começar isso, a gente precisa acreditar que é possível, como acreditamos um dia que seria possível acabar com a escravidão.

Eu agradeço muito a vocês. Foi uma ótima audiência!

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências dos Senadores Pedro Chaves e Maria do Carmo Alves**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, José Agripino, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes, Eduardo Lopes, Armando Monteiro, Rodrigues Palma, Ataídes Oliveira e Romero Jucá. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Roberto Rocha, José Medeiros, Ciro Nogueira e Lídice da Mata. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui a obrigatoriedade de os estabelecimentos de ensino das redes pública e privada voltados à educação infantil e à educação básica e os estabelecimentos de recreação infantil capacitarem profissionais do seu corpo docente ou funcional em noções básicas de primeiros socorros." **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao PLC nº 17, de 2018, com duas emendas de redação que apresenta, e contrário ao PLS nº 70, de 2018. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao PLC nº 17, de 2018, com as Emendas nº 1-CE (de redação) e 2-CE (de redação), e contrário ao PLS nº 70, de 2018. **Observação:** Matéria a ser apreciada na Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o exame nacional de proficiência em Medicina." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CE e 2-CE. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2011 - Terminativo -** que: "Institui o dia 13 de março como "Dia da Batalha do Jenipapo"." **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Resolução de Conflitos." **Autoria:** Senador Edison Lobão. **Relatoria:** Senador João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva" **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2013 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação do Selo Árvore do Bem, para os Municípios que tenham, no mínimo, uma árvore por habitante na área urbana." **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 707, de 2015 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2016 - Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de as escolas públicas de ensino fundamental e médio exibirem em placa visível seus resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)." **Autoria:** Senador Douglas Cintra. **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para definir especificidades das bibliotecas escolares em instituições que ofertem a educação pré-escolar, o ensino fundamental e o ensino médio." **Autoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatoria:** Senadora Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a redação do art. 49 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre aproveitamento de disciplinas cursadas com aprovação, na educação de nível superior." **Autoria:** Senador Cidinho Santos. **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2011 - Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para instituir, no Sistema Nacional do Desporto, o Subsistema do Desporto Indígena." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CDH e 2-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus." **Autoria:** Senador Inácio Arruda e Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, de 2018 - Terminativo -** que: "Institui o Mês de Conscientização sobre a Doença de Parkinson." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, de 2016 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Ayrton Senna da Silva no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 339, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário, para prever o aproveitamento de serviços prestados a esse título como créditos acadêmicos de cursos de nível superior." **Autoria:** Senador Sergio Souza. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para ampliar os recursos disponíveis para a educação especial." **Autoria:** Deputado Mandetta. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 32 de 2018** que: "Requer, nos termos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para instruir o Projeto de Lei da Câmara 18 de 2018 que "Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para ampliar os recursos disponíveis para a educação especial". Os convidados serão indicados oportunamente." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Imigração Chinesa." **Autoria:** Deputado Fausto Pinato. **Relatoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 33 de 2018** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 23/2018-CE, o qual requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre "a crise financeira das Universidades Federais", a inclusão do seguinte convidado: Reinaldo Centoducatte, – Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e presidente da Comissão de Orçamento da Andifes." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Pedro Chaves

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/29

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Declaro que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 20.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente. Solicito a manutenção da ordem. Quanto ao item 2, eu gostaria de ter oportunidade de ler.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu pedi pela ordem antes, Senador Caiado.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP. Pela ordem.) – Eu gostaria que fosse posto em votação um item extrapauta, se possível. Trata-se do Projeto de Lei nº 42, que vem da Câmara dos Deputados e propõe que seja instituído o Dia Nacional de Imigração Chinesa.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Pois não.

Com a palavra o Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Presidente.

Relatório do Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2017.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Um momento, Senador.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o exame nacional de proficiência em Medicina.

Autoria: Senador Pedro Chaves

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Pela ordem, Srª Presidenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só aqui dizer ao Senador Caiado que estou pedindo vista do processo. Só isso.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Então, vista coletiva.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, esta matéria já teve pedido de vista?

Eu preciso, pelo menos, fazer a leitura.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Relatório favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observação: matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

A matéria constou da pauta da reunião de 22 de maio de 2018.

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, para proferir o relatório.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2017, de autoria do Senador Pedro Chaves, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina, para instituir o exame nacional de proficiência em Medicina, cuja provação passa a ser condição necessária para a inscrição do graduado em Medicina no Conselho Regional de Medicina.

De acordo com a proposição, o referido exame terá caráter nacional e será oferecido a partir do último ano do curso de graduação em Medicina, em etapa única, pelo menos duas vezes ao ano, em todas as unidades da Federação. A aplicação do exame será coordenada nacionalmente pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e a sua realização ficará a cargo dos conselhos regionais. Serão avaliadas competências éticas e cognitivas, bem como habilidades profissionais, tomando por base padrões mínimos requeridos para o exercício da profissão. Os resultados serão comunicados, pelo CFM, aos Ministérios da Educação e da Saúde, vedada a divulgação nominal dos resultados. Apenas ao examinando será fornecido o resultado da avaliação individual. Com base no desempenho dos alunos, serão atribuídos conceitos aos cursos de graduação em Medicina. Ficam dispensados do exame os médicos que já tiveram inscrição homologada em CRM e os alunos que ingressaram nos cursos de Medicina em data anterior à entrada em vigor da lei (dois anos a contar da data de sua publicação).

De acordo com o autor, a exemplo do exame instituído pelo Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp), é necessário criar mecanismos para garantir a boa formação dos profissionais de saúde que atuam em todo o País.

A proposição foi distribuída inicialmente para análise da CAS, em decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas sobre a matéria. Em virtude da aprovação do Requerimento nº 159, de 2018, foi distribuída para esta Comissão de Educação e, posteriormente, retornará para a CAS.

Análise.

A apreciação do PLS nº 165, de 2017, por esta Comissão, encontra fundamento no inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, que confere à Comissão de Educação competência para opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação, cultura, ensino e bases da educação nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, cabe salientar que não se vislumbram óbices quanto à constitucionalidade da proposta, que trata de matéria inserida na competência legislativa da União, conforme dispõem os incisos XVI do art. 22 e XII do art. 24 da Constituição Federal. Encontra-se, também, em conformidade com a iniciativa legislativa parlamentar – art. 61 da Constituição Federal.

Não se verifica, ainda, qualquer vício de injuridicidade e, quanto à regimentalidade, constata-se que o trâmite da matéria observou o disposto no Regimento Interno do Senado Federal. Também não se observaram inconformidades com o que determina a Lei Complementar nº 95, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Passamos a analisar o mérito que, em nossa visão, merece análise cuidadosa e deve levar em conta o que já vem sendo realizado em alguns Estados brasileiros, bem como as experiências internacionais.

Primeiramente, cabe noticiar que no Brasil existem 287 faculdades de Medicina instaladas, muitas destas sem um corpo docente adequado em seus quadros. Este problema, aliado à falta de padronização no ensino, faz com que a qualidade dos profissionais formados fique muito aquém do desejado.

Frise-se que há cursos que não possuem sequer hospital universitário em funcionamento, para complementar a experiência acadêmica com a prática.

Tal prática pode ser visualizada tanto nos cursos ofertados por entes públicos quanto por entes privados.

Na esfera pública, isso é verificado especialmente quando as instituições deixam de funcionar em função de greves ou funcionam de modo precário pela escassez de verbas. Como consequência, os alunos sofrem com calendários letivos readequados e/ou com hospitais universitários funcionando de modo precário.

Já no caso das instituições privadas – onde é notório o alto valor das mensalidades –, o que se verifica, frequentemente, é a quase sempre baixa qualidade do curso. Como cada instituição realiza o vestibular à sua maneira, em regra as provas são menos complexas e acabam por atrair alunos com baixa formação. Além disso, em muitos casos, o currículo do curso fica aquém do esperado para a formação do futuro profissional, com carência de docentes e sem a estrutura física e a prática hospitalar adequadas para a aprendizagem. Como consequência, são entregues à população profissionais despreparados, sem o devido conhecimento da propedêutica clínica e muito menos da terapêutica correta.

O que atesta esse cenário é a recente decisão do Ministério da Educação, de 5 de abril de 2018, em portaria suspendendo tanto a publicação de novos editais para criação de cursos de medicina durante cinco anos, quanto o pedido de aumento de vagas em cursos já existentes. Dados do Conselho Federal de Medicina apontam que existem 454 mil médicos registrados nos conselhos regionais e cerca de 31 mil vagas de cursos de Medicina hoje no País.

De se notar que o objeto da proposição, qual seja, a obrigatoriedade do exame de proficiência em Medicina, já vem sendo implementado, há tempos, pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. Em 2017, o exame completou 13 edições.

Iniciativa pioneira no Brasil, o exame do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo ganhou reconhecimento em 2015, quando inúmeras instituições médicas passaram a usar a avaliação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como critério de seleção para a contratação de médicos. Em 2016, mais da metade dos recém-formados em escolas médicas do Estado de São Paulo foi reprovada na avaliação. Já em 2017, houve melhora no desempenho dos novos médicos: o índice de aprovação foi 21% maior do que os 43,6% registrados em 2016.

Recentemente, o Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás também decidiu aplicar avaliação para recém-formados, nos mesmos moldes que São Paulo. O primeiro exame do Cremego foi realizado no final de 2017. De acordo com o Presidente desse conselho, a prova contribui para a formação médica, aperfeiçoando o ensino e colaborando com as instituições, na medida em que aponta as deficiências na formação dos médicos. Assim, defende que o teste seja aplicado em todo o País.

Feitas tais considerações, vê-se que a proposta aqui analisada alinha-se com as iniciativas bem-sucedidas dos Estados de São Paulo e de Goiás.

A proposta está também em consonância com a experiência internacional. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, a licença para o exercício da Medicina é obtida somente após a aprovação no USMLE (United States Medical Licensing Examination), prova constituída por três etapas. No Canadá, a graduação deve ser aprovada nas duas fases do MCCQE (Medical Council of Canada Qualifying Examination) e completar de maneira satisfatória 12 meses de curso de pós-graduação. Na Alemanha, são aplicadas três provas, em períodos distintos, durante o curso de Medicina. No Chile, os graduados devem ser aprovados em prova de conhecimento de Medicina, prova teórica e prática. Na Inglaterra, os médicos são avaliados pelo prazo de um ano para obter a certificação, e novos exames são repetidos a cada cinco anos pela GMC (General Medical Council).

Tais iniciativas conferem maior segurança aos pacientes, por garantir que apenas profissionais que comprovem habilidades e conhecimentos requeridos para o exercício profissional da Medicina poderão atuar na assistência à saúde. Além disso, fornecem subsídios para que as instituições de ensino formadoras de médicos possam se aprimorar cada vez mais.

Duas alterações, no entanto, se fazem necessárias para aperfeiçoar o texto original.

A primeira é, tal qual o exame da Ordem, conferir ao CFM a atribuição de definir a forma e a periodicidade do exame de proficiência de Medicina, de modo que esse órgão tenha total controle sobre qual o melhor momento para a aplicação dos testes nas faculdades.

A segunda é positivar a obrigatoriedade de o estrangeiro, ou do brasileiro formado no exterior, fazer o exame de revalidação do diploma. Atualmente, o Revalida é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), por instrumento infralegal, e sua positivação trará maior segurança jurídica.

Por todas as razões expostas, contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação da presente matéria.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2017, com as seguintes emendas:

EMENDA N.º - CE

Altere-se o §1º do art. 17-B do PLS 165, de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 17-B.....
§1º O Exame de proficiência em Medicina será regulamentado pelo Conselho Federal de Medicina.
....."
EMENDA N.º - CE
Acrescente-se o presente §4º ao art. 17-B do PLS 165, de 2017:
"Art. 17-B.....
.....
§ 4º O estrangeiro ou brasileiro, quando não graduado em Medicina no Brasil, deverá fazer exame de revalidação do título de graduação, nos termos da lei."

Esse é o relatório, Presidente.

Eu gostaria só de complementar para que todos os nobres pares da Comissão de Educação tomassem conhecimento da gravidade da situação que nós estamos vivendo hoje em função da proliferação, sem o menor controle, das faculdades de Medicina no País.

Hoje nós temos autorizadas mais 36 faculdades, chegando ao total, agora, de 323 faculdades de Medicina no País. A grande maioria delas é de faculdades privadas, que, infelizmente, cobram de um universitário uma mensalidade que oscila entre R$7 mil e R$15 mil, onerando, inviabilizando e comprometendo gravemente a economia de uma família que espera dar ao filho uma formação qualificada no curso de Medicina.

Essas faculdades, na maioria das vezes, não têm docentes qualificados para ministrar as aulas. Na maioria das vezes, não têm hospital universitário, simplesmente cursos práticos com projeções de peças anatômicas. Isto é algo que vem comprometendo, e muito, a medicina brasileira: o jovem formado nunca teve acesso a um politraumatizado, a um acidentado, tudo é feito dentro da tese, da teoria, do papel, não tendo o aluno a oportunidade sequer de ter contato, de poder fazer uma anamnese ao vivo no paciente, de acompanhar o dia a dia de um paciente nas enfermarias e muito menos uma prática cirúrgica por aqueles que estão preparados para dar a esses jovens a qualificação que merecem.

Então, Presidente, a solicitação que faço é que nós tenhamos um controle externo dessas faculdades. É inadmissível essa proliferação sem nenhum respeito. Para a senhora ter uma ideia, na Câmara dos Deputados, agora, chegou-se ao absurdo – ao absurdo! – de se propor curso de Medicina a distância. É verdade, Presidente – é verdade! Eu entendo a senhora realmente ficar totalmente impactada, mas é verdade: curso de Medicina a distância! Veja bem, o curso presencial hoje é um desastre total; imagine um curso de Medicina a distância!

Então, eu acho que nós não podemos fazer isso com os pacientes que serão submetidos a esses médicos formandos que não têm uma qualificação mínima. Nós estaremos praticando iatrogenias gravíssimas. Há pessoas que saem dali com as credenciais de operar, de prescrever, e não têm conhecimento mínimo daquilo que lhes foi repassado durante os anos de estudo numa faculdade.

E o que é mais importante: esses jovens não terão espaço algum numa pós-graduação no exterior; eles simplesmente estarão vedados, porque hoje, de forma totalmente diferente de antigamente, o aluno é analisado pela faculdade que ele cursou. E nenhuma faculdade do Canadá, dos Estados Unidos, da União Europeia vai abrir vaga para um formando em Medicina que não tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passado por uma faculdade que seja avaliada anteriormente, que tenha cumprido todas aquelas regras determinadas para a boa qualificação de um médico.

Então, nós estamos isolando os médicos brasileiros em faculdades que cobram mensalidades de R$7 mil a R$15 mil e, no entanto, não têm compromisso nenhum em dar a parte prática e a vivência para que ele possa amanhã praticar o exercício da Medicina. Nós estamos lidando com vidas – nós estamos lidando com vidas! Nós temos que ter a responsabilidade, como teve agora o Governo, ao impedir, pelos próximos cinco anos, a criação de mais faculdades de Medicina no Brasil.

Porque o que está ocorrendo... E eu peço aos nobres pares que busquem, em seus Estados, cidades que não têm sequer um pronto-socorro e têm faculdade de Medicina com 200 vagas. Para onde esses jovens irão? Serão jogados no mercado como médicos, com um diploma, sem saberem, sem terem tido um curso prático mínimo.

Então, o que eu peço a todos – e isso é fundamental para a sobrevivência da qualidade da medicina brasileira, que sempre foi uma medicina de referência no mundo em várias especialidades – é que tenhamos aqui o compromisso de exigir que, inicialmente, os alunos sejam avaliados e, num segundo momento, um segundo projeto nosso, tenhamos um controle externo da própria faculdade. A faculdade terá que ser submetida a regras como são submetidos todas no mundo afora. E, com isto, sim, nós estaremos fazendo com que o cidadão esteja pagando por algo que está recebendo, que é a qualificação durante o período de formação. Como tal, Presidente, eu agradeço o tempo que V. Exª me dispensou e pediria a todos a avaliação deste projeto de lei, que é de uma importância ímpar para que amanhã possamos dar aos nossos filhos e netos qualidade no atendimento na área de saúde.

Muito obrigado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Antes de ele ler...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – As emendas acrescidas ao texto foram: uma que diz respeito exatamente ao Revalida, dos médicos que são formados no exterior, e a segunda estabeleceu que o exame de proficiência será regulamentado pelo Conselho Federal de Medicina. São as duas.

Médico formado no exterior terá que fazer, no Brasil, o Revalida, o que é normal em qualquer lugar do mundo. Você não chega, em nenhum país do mundo, apresenta seu diploma de médico e exerce a medicina. Em todos os países do mundo você tem de se adequar àquela grade curricular, àquilo que é exigido naquele país. Da mesma maneira, nós estamos fazendo isso no Brasil, onde, aliás, já existe. Nós estamos, então, reinserindo a prática depois daquilo que houve com a vinda dos médicos cubanos, que não tiveram essa aplicação do Revalida.

O segundo ponto é o Conselho Federal de Medicina poder elaborar a prova, que terá um conceito nacional. Todas as faculdades terão que aplicá-la.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP. Pela ordem.) – Pela ordem.

Eu gostaria de pedir à Senadora Fátima – eu ia pedir vista coletiva – para aprofundarmos a discussão e vermos se há possibilidade de votarmos. Eu tenho algumas questões também, como V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exª. Talvez nós pudéssemos fazer essa discussão e, depois, se quiséssemos pedir vista, ainda poderíamos pedi-la. O que V. Exª acha? Se não, a gente pede vista coletiva e pronto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero reafirmar o nosso pedido de vista, Senadora, porque considero que a matéria carece de um debate bem aprofundado.

Veja bem, quando aqui se toma essa decisão que o MEC tomou recentemente como acertada, de suspender, Senadora Marta, por um período de cinco anos, a abertura de novos cursos de Medicina, sob a justificativa de fazer uma melhor avaliação... O.k., respeitemos essa decisão do MEC. Contudo, nós não concordamos é com a posição do MEC, nessa decisão que ele tomou recentemente, de suspender a abertura de novos cursos, por exemplo, via universidades públicas, considerando exatamente o quê? O déficit de médicos que este País tem, principalmente no interior. Queiram ou não queiram, gostem ou não gostem, não há como desconhecer o grande mérito do Programa Mais Médicos, que foi exatamente toda uma iniciativa voltada para a abertura de cursos de Medicina, especialmente no interior do Brasil, Senadora Maria do Carmo.

O próprio MEC sabe que os cursos de Medicina que são oferecidos via instituições públicas de ensino superior são referência não só no Brasil, mas até lá fora. Então, vejam bem, se se quer suspender a oferta de novos cursos de Medicina, que nós restringíssemos isso aos cursos de Medicina ofertados via iniciativa privada, não via pública. Pela via pública, repito, nós temos hoje faculdades de Medicina das instituições, das universidades públicas, pelo País afora, que são referência.

E eu dou aqui um exemplo: no meu Estado, fruto do Mais Médicos, nós temos a Escola Multicampi de Ciências Médicas, que foi premiada, foi reconhecida, inclusive, pela Opas. Foi fruto exatamente do Programa Mais Médicos, que está cumprindo um papel importantíssimo, Senador José Maranhão, que é formar os médicos que moram lá em Caicó, lá em Santa Cruz, lá em Currais Novos, lá no interior do Estado. E forma esses médicos, repito, com qualidade, dada a marca desses cursos que estão sendo oferecidos pela nossa universidade pública.

Ora, se nós vivemos num país, como foi dito agora há pouco, em que, de repente, um curso de Medicina tem um custo de R$7 mil, de R$ 8 mil – meu Deus! –, por que, então, essa decisão de suspender os cursos de Medicina pela via das instituições públicas de ensino? Então, esse é um primeiro ponto que eu quero deixar aqui para reflexão.

E o outro ponto é que nós queremos discutir, porque nós temos discordância de agora se transferir para o Conselho Federal de Medicina a prerrogativa de dar o certificado ou não para o exercício do profissional que vai atuar na área da Medicina. Que fique claro aqui, nós não estamos aqui, em momento algum, questionando toda e qualquer iniciativa que venha no sentido de aprimorar, de corrigir distorções, de garantir, Senadora Maria do Carmo, um ensino com qualidade, ainda mais numa área como a da saúde! Não se trata de questionarmos isso.

Aliás, o Brasil tem hoje o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que foi fruto de um amplo debate com a sociedade brasileira, com os especialistas, etc. Essa legislação, inclusive, está em vigor. Então, nós também temos ponderações a fazer no sentido de transferir agora para o Conselho Federal de Medicina essa prerrogativa de dar esse certificado.

Mas, considerando a relevância da matéria, eu quero aqui, Senadora Marta, reafirmar o pedido de vista para que a gente possa ter tempo de aprofundá-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Vista coletiva, então.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, eu gostaria só de fazer alguns esclarecimentos sobre o projeto, porque a nobre colega tratou de um outro assunto que não faz parte do projeto, ou seja, a interiorização do médico brasileiro. Então, este percentual já foi muito bem demonstrado, em que, em média, no Nordeste, no Norte e no Centro-Oeste do País, 60% a 70% dos médicos estão localizados na capital e nas grandes cidades. E, na Região Sul e Sudeste, esse percentual é menor, nós já temos aí mais de 40... Em Santa Catarina, por exemplo, nós temos 60% dos médicos no interior. Então, o que nós estamos discutindo é uma outra coisa.

A nossa discordância é... Há até uma proposta nossa de uma emenda constitucional que infelizmente, no governo anterior e no atual, não progrediu. Ou seja, quanto aos médicos formados, hoje nós temos 450 mil médicos formados no Brasil, e 60% a 70% estão concentrados em grandes cidades. Segundo ponto, nós estamos formando, por ano, 30 mil médicos – por ano hoje. Então, nós teremos, em um rápido espaço de tempo, em seis anos, mais ou menos, 670 mil ou 680 mil médicos no Brasil. Nós quase dobraremos o número de médicos. O que acontece é que para o cidadão ir para o interior, fica na dependência da vontade política de quem comanda o hospital do Município. Esse cidadão não vai se vincular a ir ao interior e, amanhã, quem ganha eleição altera o procedimento ou demite, traz outro por questões políticas. Então, nós criamos, Presidente, uma emenda constitucional para que tivéssemos um concurso federal para criarmos a carreira de médico. Nós estaríamos oferecendo o especialista: o pediatra, o clínico geral, o ortopedista, o cirurgião, o neurocirurgião para o interior, para as regiões, principalmente as cidades maiores, que seriam cidades polo. Esses médicos não seriam submetidos à vontade política do prefeito e do comando político da cidade. Então, nós estabilizaríamos a ida do médico para o interior, o que seria muito mais justo do que eu repassar R$3 bilhões para o governo cubano e pagar um médico no Brasil R$2 mil. Esta é a lógica nossa, a lógica é esta: nós aproveitarmos os nossos médicos que existem hoje, que são especialistas, para irem para o interior.

Agora, há um ponto que, realmente, diz respeito a este fato específico, em relação ao projeto. A nobre colega disse que não aceita que o Conselho Federal de Medicina seja o avaliador para que o médico possa amanhã receber o título. Veja bem, normalmente, ele vai fazer uma prova, que seja uma prova de conhecimentos gerais, e, num segundo momento, essa prova será aplicada igualmente em todas as faculdades do Brasil. Ora, o Conselho Federal de Medicina tem essa prerrogativa por lei – por lei, Presidente. Tanto é que, na medida provisória, retirou-se do CFM e transferiu-se para o Ministério da Saúde. Vejam o absurdo: houve um decreto que nós derrubamos em que o governo, na época do governo Dilma, cancelou todas as associações de entidades de classe, todas as sociedades de especialistas no Brasil, e transferiu a avaliação de médico para o Ministério da Saúde, que não tem o menor preparo para isso, e nem é função dele.

Então, Presidente, eu acho que o Conselho Federal de Medicina está usufruindo da mesma prerrogativa que têm outros conselhos federais no Brasil. Não está excedendo em nada aquilo que existe em outras propostas, como o Conselho da OAB, conselho de engenheiros, de arquitetos, enfim, cada um tem a sua área de ação. E nós não precisamos ter o controle e nem a tutela de Ministério da Saúde para sabermos avaliar se o médico tem ou não conhecimento, porque é uma coisa específica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das nossas especialidades e do curso de Medicina. O que tem que haver é uma grade curricular mantida pelo Ministério da Educação, exigida pelo Ministério da Educação, em sintonia com o Ministério da Saúde. Agora, essa avaliação, infelizmente, não é feita, não existe hoje. Não há uma prova hoje capaz de identificar, de fazer um exame em um formando hoje que seja uma prova para que ele examine um paciente. Não existe isso. Portanto, nós não estamos tratando de formar, com todo o respeito, advogados, engenheiros, agrônomos. Nós estamos tratando aqui de uma área que é específica de cuidar de vidas, tratar vidas. É diferente. Então, é uma prova que não é só teórica, mas é uma prova prática também, onde você bota o paciente na frente do médico formando, e você o leva a um pronto-socorro. Essa é que é uma prova, para saber se ele tem qualificação mínima para atender a pessoa.

Agora, o que a colega colocou é em relação ao atendimento básico. Sem dúvida nenhuma, nós deveríamos incrementar o atendimento básico no interior, a equipe que já existe. Elas são fundamentais para fazerem o atendimento básico, para o cidadão que é um cardiopata, o outro que é diabético, o outro que tem uma sequela de AVC, o outro que tem uma doença reumática. Perfeito, ninguém está tirando a importância do atendimento básico. Nós estamos falando dos médicos que se formam e depois se deparam com uma realidade que eles não sabem tratar. Eles não têm noção mínima de propedêutica e, muito menos, amanhã, de uma cirurgia, de uma técnica cirúrgica.

Então, eu não vejo grande divergência, porque se nós deixarmos de lado aquilo que está fora do projeto... O projeto não está tratando aqui de nada que não seja apenas o seguinte: o cidadão que se formou no exterior, ao chegar ao Brasil, faz um concurso, que é o Revalida, que é normal em qualquer lugar do mundo; e o segundo item é que o Conselho Federal de Medicina possa fazer uma prova para que todos os médicos sejam avaliados, se a formação da faculdade houve ou não. E um terceiro projeto virá por nós, segundo o qual haverá uma comissão externa para avaliar as faculdades, para saber se elas estão enquadradas dentro das condições mínimas de qualificação na formação dos alunos no curso de Medicina.

Então, essa é a posição que eu tenho. Foi pedida vista coletiva, Presidente. Realmente, essa matéria é terminativa na CAS. Ela não é terminativa aqui. Ela será novamente debatida na CAS. Eu peço o apoio a todos para que possamos aprová-la na próxima reunião e encaminhá-la para a CAS, onde, aí sim, será sua votação final.

Obrigado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Srª Presidenta, eu queria só...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Um momento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Queria só acrescentar rapidamente o seguinte: quando eu pontuei essa decisão recente do MEC de suspender durante cinco anos a publicação de novos editais para a criação de cursos de Medicina, bem como proibir o pedido de aumento de vagas em cursos já existentes, eu mencionei porque o Relator defende exatamente isso, Senador Anastasia, e porque entendo que essa medida que ele está propondo tem a ver com essas medidas que o MEC anunciou. São medidas que eu considero extremamente equivocadas, no sentido – repito – de proibir – proibir – o aumento de vagas em cursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já existentes, considerando – volto a dizer aqui – a realidade que a gente tem pelo País afora, inclusive lá no meu Nordeste.

O País precisa, mais do que nunca, que o Estado brasileiro garanta, via instituições públicas, sim, formação, e formação de boa qualidade, na área da saúde, na área médica. E o que o MEC fez agora, Senador Anastasia? Toma uma decisão... Tudo bem, suspender durante cinco anos a abertura pela via da iniciativa privada, preocupado, talvez, com essa proliferação que há da existência desses cursos, que depois deixam muito a desejar. Não estou questionando isso aqui. Estou questionando, repito, o MEC suspender durante cinco anos a abertura de cursos já existentes via as nossas universidades públicas.

E quem está arcando com o prejuízo disso? É o povo da Paraíba, que precisa de mais médicos lá no interior, lá em Nova Palmeira, lá no Curimataú. É o povo lá no Rio Grande do Norte, que precisa de mais médicos lá na Região Oeste, na Região Agreste, lá no Seridó.

E aí, vejam, fruto do Programa Mais Médicos – vou concluir –, você tem várias iniciativas dessa em curso hoje pelo País, principalmente na Região Nordeste, principalmente no interior deste Brasil. Esses cursos que estão sendo oferecidos – é bom que tomem conhecimento – são reconhecidos inclusive pela Opas (Organização Pan-Americana da Saúde) pela qualidade e pela seriedade. E, agora, quando há necessidade, de acordo com a própria filosofia do Programa Mais Médicos, que era para a gente ampliar oferta de cursos de Medicina com foco principalmente no interior, aí simplesmente o MEC vai e adota uma medida desta de proibir, embora, claro – eu sei –, o mérito aqui do projeto esteja voltado principalmente para essa iniciativa, que seria dar ao Conselho Federal de Medicina essa prerrogativa de certificar ou não a atuação do profissional depois de ele concluir sua formação no curso superior de Medicina.

Eu não vou mais falar sobre isso. Quero só dizer que tenho sérias dúvidas com relação a isso e quero, portanto, ter direito ao debate. Só isso, entendeu?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Só para esclarecer que o maior número de leitos no Brasil foram fechados no governo de V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não... Se quiser, a gente pode conversar sobre isso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Vamos debater o assunto profundamente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos debater, porque o que eu lamento é este Governo que está aí, a que o senhor aderiu...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não, não; eu não.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Este Governo golpista, de que o seu Partido inclusive ganhou de presente o Ministério da Educação...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu não sou membro deste Governo...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpa, Senador...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu não sou membro deste Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está aí este Governo: ao invés de ter um Programa Mais Médicos...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Isso tudo é consequência...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Hoje é o programa menos médicos, quando ele anuncia uma posição de diminuir os cursos...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O Michel Temer é acessório do governo de V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – V. Exª pediu voto para ele, para Michel Temer, lá no Rio Grande do Norte.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não; pedi não. Pedi voto para ele de maneira nenhuma.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pediu voto para ele. Não fui eu que pedi voto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós o elegemos como Vice-Presidente...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Quem pediu voto para Michel Temer...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... e não como conspirador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... foi a senhora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu não pedi voto para Michel Temer.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Votamos nele como Vice-Presidente...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu não votei em Dilma.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... e não como conspirador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Quem votou em Michel Temer foi a senhora.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Conspirador!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Votou lá no Rio Grande do Norte.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Seu Partido, que apoiou o golpe, está aí...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pediu voto para Michel Temer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... agora responsável pela tragédia social que o Brasil vive.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Michel Temer era Vice, era o mais querido...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está aí o seu Partido, na linha de frente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... do PT naquela época.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, não, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não adianta agora querer...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Suas posições são uma, agora seu Partido foi para a linha de frente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Quem o pariu que o embale.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quem pariu foi o seu Partido.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Quem o pariu que o embale, está certo? Foi o partido que sustentou...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Seu Partido que pariu Mateus, que agora o embale.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... justamente o PT...

(*Soa a campainha.*)

(*Interrupção do som.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Gente, vamos acalmar os ânimos aqui...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Mas é acessório do voto do PT.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – O Senado está... O Senado é alto nível, vamos acalmar um pouco.

(*Soa a campainha.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Bom, eu gostaria de dizer o seguinte...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Presidente, eu tenho um extrapauta aqui...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Eu concedo vista coletiva...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu tenho um extrapauta que eu gostaria de poder ler, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Pois não.

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Eu vou passar a palavra ao...

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – O DEM vai ficar com essa digital, fazendo um pacto com o Governo ilegítimo, que, ao invés de a gente botar o seu programa Mais Médicos, vamos ter agora o programa menos médicos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – Coitados dos médicos, recebem R$2 mil por mês, e o dinheiro foi para o caixa dois da eleição do PT, essa é a verdade.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Quando eles exatamente diminuem a quantidade de cursos a ser oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Concedo vista coletiva nos termos regimentais.

Vamos aguardar.

Próximo.

Consulto os Srs. Senadores sobre requerimento da Senadora Marta Suplicy, para inclusão extrapauta do PLC nº 42, de 2018, que institui o Dia Nacional da Imigração Chinesa.

Os Srs. Senadores que aprovam a inclusão extrapauta queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA
ITEM 21
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2018
- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional da Imigração Chinesa.

Autoria: Deputado Fausto Pinato

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy, para proferir o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de autoria do Deputado Pinato, que propõe seja instituído o Dia Nacional da Imigração Chinesa, a ser celebrado anualmente em 15 de agosto.

A proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º institui a referida efeméride e o art. 2º propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria ressalta o fato de que a China e "a China é um grande parceiro comercial do Brasil, bem como [ser] inegável a relevante contribuição que a colônia chinesa proporcionou ao desenvolvimento da nação brasileira desde o século XIX". O autor, também, informa que o dia 15 de agosto corresponde à data em que, no ano de 1900, ocorreu a primeira entrada oficial de chineses em São Paulo.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 8.212, de 2017, foi aprovado pela Comissão de Cultura e pela CCJ.

No Senado, o PLC 42 foi distribuído à apreciação exclusiva da Comissão de Educação e, depois, vai a Plenário.

Não temos emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre datas comemorativas, caso do projeto de lei em análise.

Em meados dos anos 90, no Seminário da Hospitalidade, abordando Platão, nos Diálogos, "Êutifron Apologia de Sócrates e Críton", o filósofo Jacques Derrida lembrou que, pela legislação antiga de Atenas, os estrangeiros tinham direito à lei da hospitalidade, segundo a qual deveriam ser recebidos com cuidado, especialmente os estrangeiros idosos.

No Brasil, o processo imigratório foi de extrema importância para a formação da nossa cultura. Esta foi, ao longo dos anos, incorporando características dos quatro cantos do mundo. Basta pararmos para pensarmos nas influências trazidas pelos imigrantes que vamos ter um leque enorme de resultados.

Graças a todos eles, nós temos um País de múltiplas cores, sabores, muito único na sua diversidade, um povo lindo com uma cultura riquíssima e de grande valor histórico.

O primeiro registro da imigração chinesa data de 1810, quando chegaram 400 imigrantes no Rio de Janeiro. Ao final do século XX, o Brasil já se havia tornado um dos principais destinos da América Latina para o imigrante chinês. Segundo dados da Polícia Federal, em 2014, os chineses representavam 4,6% do número de imigrantes registrados no Brasil. Destaque-se que essa representação era inferior apenas às registradas na Bolívia, nos Estados Unidos e na Argentina, respectivamente de 12%, 8,1% e 5,7%.

Como afirma o autor da matéria, segundo a Hospedaria de Imigrantes do Brás, um dos maiores centros de recepção de estrangeiros já existentes no Brasil, foi no dia 15 de agosto de 1900 que os primeiros chineses chegaram a São Paulo. Eram em um total de 107. A maioria dos primeiros imigrantes chineses para o Estado paulista veio do sul da China.

Na cidade de São Paulo, os imigrantes chineses e seus descendentes estão presentes nas mais diversas áreas de atuação: médicos, advogados, professores universitários, profissionais liberais, donos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mercados e restaurantes. Também encontramos profissionais e técnicos ligados a empresas chinesas que vieram investir no País nos últimos anos.

Foi a partir da década de 50 do século XX, contudo, que ocorreu o maior fluxo de chineses para o Brasil. Fugindo da fome e da miséria decorrentes das guerras que aconteciam em seu país, eles vieram em busca de oportunidades para reconstruir suas vidas. Com a abertura da China, depois da Revolução Cultural, no final dos anos 70, muitos empreendedores também decidiram imigrar para investir em nosso País. É esse empreendedorismo, hoje muito mais sofisticado, com feições globais, que a China atualmente exporta ao Brasil.

No século XXI, o crescimento do investimento da China no Brasil e das relações comerciais entre os dois países traz os executivos chineses ao Brasil. Jovens profissionais, altamente qualificados, cosmopolitas, que dominam mais de um idioma e conhecem a cultura e a culinária ocidentais, eles chegam para trabalhar em empresas nas quais são diretores, gerentes-gerais, vice-presidentes ou, em muitos casos, donos.

Na opinião do Prof. Shyu, que chegou em 1972 para organizar o ensino de mandarim, "empresários ou executivos, em geral, vêm por pouco tempo. Não se integram. Não aprendem português. Usam apenas inglês ou intérpretes". Mas ele também acredita que "alguns desses novos chineses parecem estar decididos a mudar essa história".

Ao longo de toda essa história de imigração, de trabalho e de integração, com sua cozinha típica, suas artes marciais, seus conhecimentos próprios em medicina e suas técnicas especiais de terapias e tratamentos, sua atuação no comércio, entre outros inúmeros hábitos, atividades e manifestações culturais, os chineses contribuíram para enriquecer a nossa cultura e hoje representam parte da grande diversidade étnica e cultural que constitui o povo brasileiro.

Em maio de 2007, quando o então Presidente Lula visitou a China, ele e o então Presidente chinês, Hu Jintao, concordaram em realizar o Mês Cultural do Brasil na China e vice-versa. Em fevereiro de 2002, durante uma reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível, os dois países reiteraram a grande importância dos eventos e chegaram a um consenso sobre a realização em 2013.

Então, como Ministra da Cultura, tive a honra de organizar essa programação na China, em visita oficial, tendo sido recebida pelo então Ministro da Cultura, Cai Wu, em setembro de 2013.

Assim, promovemos o Mês Cultural do Brasil na China. Levamos um pouco da nossa cultura para Pequim, Shanghai e Chongqing. Eles tinham menos conhecimento lá sobre a nossa diversidade cultural. Foi um intercâmbio bastante rico e um investimento em nosso *soft power*.

Em contrapartida, entre outubro e novembro do mesmo ano, nós, que já havíamos tido mais contato com a cultura chinesa, pudemos recebê-los nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, em apresentações do Mês Cultural da China, com balé, concerto de música chinesa, exposição de *cartoons* chineses, festival do cinema chinês, entre outros.

Foi um momento importante em nossas relações diplomáticas.

Recordo as palavras do Ministro Cai Wu: "Mesmo que os dois países fiquem longe um de outro, os corações dos dois povos estão próximos, e eles querem conhecer as culturas e artes um de outro [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, em reconhecimento à grande contribuição para o enriquecimento de nossa cultura e o desenvolvimento de nossa sociedade, é sem dúvida pertinente, justa e meritória a iniciativa, ora proposta, de instituir o "Dia Nacional da Imigração Chinesa".

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à Comissão de Educação, cabe a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade.

No que tange à constitucionalidade, a iniciativa obedece aos requisitos.

No que tange à juridicidade, obedece a todos os requisitos.

Em atendimento a essa determinação, o autor da matéria informou que foi anexado à proposição documentos comprovando a realização, em 13 de julho de 2017, da "Mega Rodada de Negócios China – Zhuhai X Brasil", em São Paulo, ocasião em que o projeto de lei ora em análise foi submetido a consulta da comunidade sino-brasileira, o qual teria sido recebido com ampla aceitação e comemoração por parte do público presente.

Além disso, em seu parecer, a Comissão de Cultura da Câmara informou que, em 15 de agosto de 2017, foi realizada, naquela Casa, sessão solene em homenagem ao dia da imigração chinesa no Brasil, a qual contou com a participação do Embaixador da China no Brasil, Sr. Li Jinzhang. Ainda, segundo aquele órgão colegiado, durante a solenidade o Deputado Fausto Pinato apresentou e deu nova publicidade ao projeto de lei em questão.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 2001, que dispõem sobre "a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis".

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica, jurídica e regimental, sendo, no mérito, digno de louvor.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2018.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Eu coloco em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Pois não.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para discutir.) – Não é discussão, é só um comentário.

Sou totalmente favorável à matéria, cumprimento o autor e a Senadora Marta. Faço o mero registro de uma coincidência: 15 de agosto é dia de Assunção de Nossa Senhora, então é um feriado católico muito importante. Então, há uma coincidência, mas o meu voto, claro, é favorável.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – E virá o Ministro chinês. Por isso, a pressa em aprovar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Que ótimo!

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É outro assunto, pela ordem.

Eu queria pedir um extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Eu peço aos Srs. Senadores que permaneçam na Casa porque nós temos diversos projetos terminativos que estão pendentes aqui.

Eu, infelizmente, terei que seguir a pauta aqui, Senador, e colocaria a sua no final porque eu preciso, na verdade, esgotar essa pauta aqui.

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, de 2018
- Não terminativo -

Institui a obrigatoriedade de os estabelecimentos de ensino das redes pública e privada voltados à educação infantil e à educação básica e os estabelecimentos de recreação infantil capacitarem profissionais do seu corpo docente ou funcional em noções básicas de primeiros socorros.

Autoria: Deputado Ricardo Izar.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Esse projeto é extremamente importante e tramita em conjunto com este que segue.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, de 2018
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.645, de 16 de maio de 2012, para obrigar os estabelecimentos de ensino a criar e manter comissão de prevenção de acidentes e a dispor de pessoal capacitado para o atendimento de primeiros socorros.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Favorável ao PLC nº 17, de 2018, com duas emendas de redação que apresenta, e contrário ao PLS nº 70, de 2018.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria constou da pauta de 22 de maio de 2018.

Concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas, para proferir seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria parabenizar o Deputado Ricardo Izar, presente nesta sessão, bem como o Senador Cássio Cunha Lima.

Institui a obrigatoriedade de os estabelecimentos de ensino das redes pública e privada voltados à educação infantil e à educação básica e os estabelecimentos de recreação infantil capacitarem profissionais do seu corpo docente ou funcional em noções básicas de primeiros socorros.

Esta lei está sendo batizada como Lei Lucas, em razão, obviamente, do que aconteceu recentemente com o aluno Lucas, e eu queria apresentar o relatório dizendo que esta iniciativa pretende tornar obrigatória a capacitação em noções de primeiros socorros, tão importante e tão necessária, de professores e funcionários de estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil.

A proposição determina que o curso deverá ser ofertado anualmente para fins de capacitação ou reciclagem, devendo ser ministrado nos estabelecimentos públicos por entidades municipais ou estaduais especializadas em práticas de auxílio imediato e emergencial e, nos estabelecimentos privados, por profissionais habilitados.

O PLC e o PLS dispõem também que a quantidade de profissionais capacitados deverá ser estabelecida em regulamento, observada a proporção entre funcionários dos estabelecimentos e crianças e adolescentes sob seus cuidados. Ademais, a iniciativa obriga as instituições a afixar em local visível certificação que comprove a capacitação, com a imposição de penalidades pelo descumprimento, tais como notificação de descumprimento da lei, multa ou cassação de alvará de funcionamento para estabelecimentos privados e responsabilização patrimonial do agente público no caso das creches e escolas da rede pública.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada pelas Comissões de Educação e Cultura (CE); Finanças e Tributação (CFT), Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); e Seguridade Social e Família (CSSF), tendo logrado aprovação, na forma de subemenda substitutiva da CE à Emenda nº 1 do Plenário (as Comissões se pronunciaram em Plenário, devido à aprovação de requerimento de urgência). Ao chegar ao Senado Federal, a matéria foi distribuída a esta Comissão e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAS), não tendo recebido emendas. O PLS 70 foi distribuído a esta egrégia Comissão para apreciação.

Ao justificar a iniciativa, o autor, neste caso o Deputado Ricardo Izar, defende que os estabelecimentos de ensino ou de recreação devam não somente oferecer formação educacional de qualidade, mas também proporcionar a manutenção – isto é muito importante – da integridade física e psíquica de seus tutelados. Nesse sentido, entende que os funcionários de tais instituições devem ser capacitados para oferecer imediata prestação de auxílio básico a uma criança ou adolescente acidentado até que o socorro especializado seja possível.

Análise.

O PLC nº 17, de 2018 e o PLS nº 70, de 2018, abordam matéria de natureza educacional e estão, portanto, sujeitos ao exame de mérito nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiros socorros são procedimentos básicos de emergência que devem ser aplicados em uma pessoa lesionada ou em situação de risco de vida, de forma a manter os sinais vitais e a impedir o agravamento do quadro de saúde, até que a vítima receba adequada assistência.

Segundo dados do Datasus, sistema de dados do Ministério da Saúde, sufocação, afogamento, envenenamento, quedas e queimaduras estão entre as principais causas de morte de crianças a partir de um ano de idade no nosso País. A proposição em análise busca justamente oferecer maior proteção a essas crianças no ambiente escolar, por meio da capacitação de professores e funcionários para atuar nos primeiros cuidados em caso de acidente ou mal súbito, de modo a melhorar o quadro, evitar sequelas e, até mesmo, salvar vidas.

Acreditamos que a escola tenha o papel não somente de oferecer educação de qualidade, mas também de proteger e guardar nossas crianças e adolescentes, sendo imprescindível que haja funcionários aptos a atuar em casos de urgência ou emergência que comprometam a integridade física de algum estudante. Nesse sentido, a proposição em análise busca tornar obrigatória a capacitação de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino ou de recreação para prestar os primeiros socorros quando necessário.

Não há mãe, pai ou parente próximo que não conheça uma situação de risco que viveu uma criança dentro de uma escola sem que tenha tido a adequada assistência e socorro na hora imediata e necessária para resguardar a integridade física dessa criança.

Portanto, é inegável o mérito da proposição analisada. Por outro lado, identificamos imprecisão terminológica no PLC, no que respeita à utilização das expressões "educação infantil" e "educação básica", como se a segunda não englobasse a primeira, motivo pelo qual apresentamos abaixo emendas de redação. Além disso, propomos a supressão do disposto no art. 1º, com a renumeração dos dispositivos seguintes, tendo em vista que o então art. 2º repete o conteúdo do dispositivo anterior com alguns detalhamentos.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação – não poderia ser diferente – Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2018, e pela rejeição do PLS nº 70, de 2018, por tratarem da mesma matéria, apensado com as emendas de redação apresentadas a seguir.

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2018, a seguinte redação:

"Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil."

EMENDA Nº 2 – CE

Suprima-se o art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2018, renumerando-se os atuais arts. 2º a 9º como arts. 1º a 8º, respectivamente, e conferindo-se ao novo art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º Os estabelecimentos de ensino de educação básica da rede pública, por meio dos respectivos sistemas de ensino, e os estabelecimentos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensino de educação básica e de recreação infantil da rede privada deverão capacitar professores ou funcionários em noções de primeiros socorros.

.....

§ 2º A quantidade de profissionais capacitados em cada estabelecimento de ensino ou de recreação será definida em regulamento, guardada a proporção com o tamanho do corpo de funcionários ou com o fluxo de atendimento de crianças e adolescentes no estabelecimento.

....."

Este é o parecer.

Reitero os parabéns ao Deputado Ricardo Isar, aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Muito obrigado, Senadora Rose.

Nós vamos colocar em discussão a matéria.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao PLC nº 17, de 2018, com as emendas nº 1-CE, de redação, e 2-CE, de redação, e contrário ao PLS nº 70, de 2018.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Registrado o relatório, eu pediria que permanecessem os Srs. Senadores para votarmos projetos terminativos.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014

- Terminativo -

Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2- Em 28/11/2017, o Relatório foi lido, e a discussão e a votação foram adiadas.

Concedo a palavra ao Exmº Senador Antonio Anastasia para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como V. Exª já pregou, o relatório já foi lido, então gostaria só de avivar a memória dos doutos pares.

Trata-se de um projeto de lei de autoria do Senador Ricardo Ferraço muito singelo, mas de grande repercussão. Na realidade, ele determina o aumento do Ideb, com os três sistemas que o compõem sob o manto do chamado Saeb, tornando-o obrigatório para todas as escolas, quer do ensino público, quer do privado, excluindo as de ensino especial e também tornando-o de natureza censitária, ou seja, para todos os alunos.

Então, na verdade, a proposta do projeto de lei é tornar o Ideb mais abrangente do que já é, de maneira a dar uma fotografia melhor não só para a Administração, mas para as próprias escolas, os pais e os alunos conhecerem os seus resultados.

Eu apresentei duas emendas de redação tão somente para aprimorar o texto e clareá-lo.

Portanto, esse é o relatório que li na reunião anterior e, digamos assim, o breve resumo que faço em relação a esse projeto, que é muito positivo, a meu juízo, para aprimorar a educação no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Muito importante mesmo. Todos sabem que o Ideb é a avaliação que se faz do ensino fundamental e médio. Eu acho que é essencial.

Em discussão a matéria.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Ricardo Ferraço e o Senador Anastasia.

Esse é um daqueles projetos que é tão bom que é óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – É isso mesmo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Deveríamos tê-lo feito há muito mais tempo.

E é preciso lembrar sempre que a avaliação educacional é uma das grandes conquistas das últimas décadas no Brasil e que se deve, sobretudo, ao ex-Ministro Paulo Renato.

Lamentavelmente, a gente não leva adiante forçar o uso dessas avaliações para melhorar de uma maneira radical a qualidade da escola. Claro que melhorou um pouco, uma vez que, ao ter consciência das avaliações, as escolas sentem-se envergonhadas ou encabuladas e buscam melhorar, mas é muito pouco, e eu não vejo como dar esse salto enquanto a avaliação for federal, o que tem que ser, e a responsabilidade for apenas municipal, com a desigualdade que esse País tem entre seus Municípios e com o pouco recurso de que cada Município dispõe para dar uma boa educação aos seus filhos.

Nós federalizamos a avaliação porque não havia outro jeito. Imaginem se cada Município fizesse sua avaliação, que pouco serve, a não ser para comparar as escolas do próprio Município entre elas! Se não aumentarmos a participação do Governo Federal, da Nação brasileira, do povo brasileiro na educação das crianças independentemente da naturalidade dela, de qual Estado, nós não vamos dar o salto que esperamos.

A avaliação foi um salto, mas um salto muito pequeno ainda para o que o Brasil precisa.

Eu voto favoravelmente e acho que isso já deveríamos ter feito há mais tempo.

Obrigado ao Senador Ricardo Ferraço e ao Senador Anastasia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Obrigado, Sr. Senador, pelo aparte.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Agora, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu quero parabenizar o Senador Anastasia. O "singelo" foi muito bem colocado, porque ele é singelo, mas é de enorme alcance, exatamente como V. Exª falou. É um excelente projeto e vai poder dar subsídios para que nós possamos fazer os nossos diagnósticos e ações de forma mais eficaz.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Muito obrigado, Senadora Marta.

Alguém mais quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto e as emendas nos termos do relatório apresentado.

Votação eletrônica, individual.

Nós temos dois, quatro, seis...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Gostaria de aproveitar para pedir também aos colegas que permanecessem um pouquinho mais, porque temos possibilidade de examinar o item 4, que há meses está na pauta e não se tem conseguido...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – E o seu já é o próximo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Pois é, é o 4.

Já foi lido também.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – O Presidente não pode votar, mas o senhor pode sair, um outro assume e o senhor vota. (*Pausa.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/MDB - SC) – Sr. Presidente, V. Exª me concede a palavra enquanto nós aguardamos o quórum para votar o relatório do Senador Anastasia?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Pois não.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/MDB - SC) – Eu quero aproveitar para fazer um registro que julgo da maior importância para os Senadores e Senadoras da Comissão e demais membros do Senado Federal.

Hoje, às 11 horas da manhã, nós participamos, no Salão Nobre do Senado Federal, da cerimônia de lançamento da emissão do DNI, o Documento Nacional de Identificação do cidadão brasileiro, digital. Aliás, quero dizer para V. Exª que eu já estou com o meu. O Senador Anastasia já fez o cadastro. Eu me encontro com... (*Pausa.*)

Como eu estava falando, Senador Anastasia, eu já estou com o meu Documento Nacional de Identificação de forma digital. Ele já é válido em todo o Território nacional. Evidentemente, ele ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está em fase de teste. Ele iniciou seus testes pelos membros e pelos Ministros do TSE, em seguida no Ministério do Planejamento e, em seguida, no TRE do Paraná, porque o Paraná, Senador Anastasia, é o Estado que está mais avançado com relação ao seu cadastramento biométrico e, para se conseguir a carteira de identidade digital, necessariamente, obrigatoriamente, nós temos que estar cadastrados no cadastro biométrico da Justiça Eleitoral.

Senador Pedro Chaves, eu pergunto se já temos quórum.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/MDB - SC) – Se já temos quórum, o senhor corta a minha palavra. Enquanto não temos quórum....

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS. *Fora do microfone.*) – Estão votando. Pode acabar aí.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/MDB - SC) – Já estão votando? Já deu o quórum?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/MDB - SC) – Então, enquanto a Presidente não chega, eu vou mencionando que eu participei desse comitê gestor representando o Senado Federal. Evidentemente, me deu muita honra, porque eu penso que esse Documento Nacional de Identificação, essa carteira de identidade digital, é um documento inovador, próprio, seguro, e que vai revolucionar a nossa identidade, porque os dados dão conta de que a cada 20 minutos uma pessoa falsifica um documento no Brasil, ao ponto de haver cidadão brasileiro que já teve trinta, quarenta identificações, quarenta identidades. Olha só, esse é o Brasil em que nós vivemos, Senador Cristovam Buarque!

Já há quórum?

Bem, se já há quórum, concluo dizendo que é muito importante que os Senadores se dediquem e façam seu documento de identidade. Esse documento inovador é válido já em todo o Território nacional. Vai facilitar a vida de nós todos, mas vai facilitar substancialmente a vida do Governo, de seus cadastros, porque agora não vai mais haver falsificação, já que o cadastro agora vai ser na digital, e digital, pelo que eu sei, pelo que nós sabemos, cada cidadão tem uma apenas.

É muito importante. Queria fazer esse registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Muito obrigado, Senador Dário Berger.

Eu vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

O resultado: aprovado o projeto e as Emendas nº 1-CE e nº 2-CE.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu tenho um...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não, o meu não precisa de quórum, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Eu vou tentar fazer mais um aqui se houver quórum; é terminativo.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017
- Terminativo -

Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino.

Autoria: Senador Lasier Martins.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1- Em 01/08/2017, o Relatório foi lido, e foram adiadas a discussão e a votação.

2- A matéria saiu de pauta para atender a requerimento de tramitação conjunta, que, porém, veio a ser retirado pelo autor.

A votação é nominal.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para suas considerações lembrando que o seu relatório já foi lido, mas que a discussão ainda não foi iniciada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente, ele foi lido aqui e na hora houve algum debate. O projeto visa dar incentivo ao desenvolvimento do desporto educacional no sistema de ensino.

Eu me lembro de ter falado na hora que, daqui para frente, com a violência que tomou conta das cidades, cada vez menos se vai fazer esporte nas ruas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Isso mesmo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Nossos jogadores de futebol, se olharmos bem agora a Seleção, quase todos são de origem humilde. A bola é redonda para todos, e eles disputam em condição de igualdade com todos os meninos do Brasil, ricos ou não. Por isso é que ninguém reclama da desigualdade de renda do Neymar com a gente: ele está lá por causa do talento, não é porque herdou, não é porque roubou, não é porque recebeu propina – como a gente sabe de gente. Ele chegou lá pelo talento, pela persistência e pela vocação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Deixe-me só abrir parênteses, Senador Cristovam: eu já estou abrindo a votação. Quem puder ir votando...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Ótimo! Eu estava querendo encher o tempo para isso...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Mas pode continuar, é muito oportuna a sua palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mas, além da bola redonda, é preciso um campo de pelada. E não vai haver mais campo de pelada daqui a mais alguns anos, a não ser fechados. E, aí, há duas alternativas: quem tiver dinheiro pode pagar um clube; quem não tiver, vai ser na escola. Para isso é preciso um projeto como este, para incentivar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto, eu creio, é do Senador Lasier, não é verdade? É do Senador Lasier. Pode haver projeto como este, e também precisamos melhorar as escolas, porque hoje, nas escolas, não cabe campo de futebol, a não ser que seja no corredor. Então, vai precisar também que as escolas tenham instalações.

O projeto do Senador Lasier ajuda bastante a levar o desporto para dentro das escolas, que é onde, nos outros países, surgem os atletas. É lá, nas escolas. Aqui ainda não é, mas poderá vir a ser com esse projeto.

Por isso, parabenizo o Senador Lasier e agradeço à Presidência que me fez o seu Relator.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Eu acho que nós precisávamos aqui voltar ao futebol de várzea, porque os grandes jogadores de antes trabalhavam realmente em campos que eram geralmente em associações, clubes ou em alguns conjuntos, onde havia realmente campo de futebol e o pessoal fazia a prática. Infelizmente, isso foi sendo eliminado com o tempo, as áreas foram ocupadas com construções etc.

Nós estamos aguardando ainda alguns Senadores para preenchermos o quórum para a nossa votação.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – A proposta é um incentivo não apenas ao futebol...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – A todos os esportes.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – ... mas ao basquete, ao tênis, ao vôlei e também tem muito o sentido de uma formação social. Não é só a descoberta de novos talentos, o desenvolvimento físico, há uma série de fatores que concorrem. Eu não sei... O Senador Pedro é também daquele tempo em que se praticava muito esporte na escola.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – É verdade.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – No curso ginasial, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Com campeonatos. É isso mesmo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – No meu tempo, às quartas e aos sábados, obrigatoriamente, nós tínhamos ou basquete, ou futebol, ou vôlei. E, hoje em dia, isso está muito abandonado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Isso é verdade. Era intenso o esporte.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Com a palavra o Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/MDB - SC) – Senador Lasier, V. Exª me faz retornar aos idos de 1975, 1976.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – O senhor é jovem ainda.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/MDB - SC) – Eu quero também fazer referência ao Senador Cristovam Buarque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou um dos produtos do futebol da várzea, dos campos de futebol que nós tínhamos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – A várzea era maravilhosa.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/MDB - SC) – Toda cidade pequena... Hoje algumas cidades pequenas, as menores cidades, ainda têm os seus campos de futebol...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Dez, quinze times representavam...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/MDB - SC) – ... já devidamente organizados. Coisa que, nos grandes centros urbanos, com a especulação imobiliária, a valorização da terra etc., etc., etc., acabou.

Senador José Maranhão, um abraço a V. Exª.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/MDB - SC) – Não. O que é isso? É só um saudosismo que eu acabo de expressar aqui para dizer que eu joguei futebol.

Depois também, além de jogar futebol na várzea, eu sou oriundo da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, antiga Escola Industrial. O senhor deve ter conhecimento de que, naquela época, a Escola Industrial, que era federal, era internato. Eu estudei ainda na fase do internato, ficávamos lá o dia inteiro. Posteriormente, em vez de valorizarmos essa prática, desvalorizamos a prática e passamos a turno único. Depois virou escola técnica federal. Eu sou a última turma da Escola Industrial; então, do internato propriamente dito.

Depois fui para a escola técnica, fiz o curso técnico, mas, na época, nós tínhamos os campos de futebol nessa escola. E me recordo aqui do Prof. Juci, um senhor de cor negra que era professor de artes industriais na época em que o colégio era internato e que depois virou professor de educação física para ser reaproveitado no quadro de pessoal dos professores da escola técnica.

Modéstia à parte, vou contar que, na época, eu era... Algumas pessoas dizem que eu sabia jogar futebol. Eu até sabia jogar futebol, Senador Lasier, com aqueles que não sabiam jogar futebol. Agora, na hora em que me colocavam junto de pessoas que sabiam jogar futebol, que já eram profissionais, aí eu percebia o quanto eu não tinha capacidade de evoluir na minha carreira.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Isso foi má vontade! Eu tenho informações de que o senhor só não foi jogar no Figueirense porque pagavam pouco na época. (*Risos.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/MDB - SC) – Eu até joguei no infantil e no infantojuvenil do Figueirense, mas, na época, realmente, não era como nestes tempos.

E aí havia o Prof. Juci... Só para não cansar V. Exªs, mas eu estou me lembrando disso. Naquela época, a gente era menino, 15, 16, 17 anos, saía driblando, e ninguém tirava a bola da gente etc. e tal, ao ponto de o Prof. Juci – de saudosa memória, querido professor, grande amigo, amado mestre, uma pessoa especial – chegar e, em vez de apitar o jogo, entregar o apito para ir me marcar no campo de futebol. Eu me lembrei dessa história e me lembrei do Prof. Juci.

Portanto, acho que é muito importante, é fundamental, é vital que nós consigamos reestruturar as nossas escolas, os nossos parques educacionais, para que, efetivamente, nós possamos desenvolver também a prática do desporto, que é fundamental também para o desenvolvimento das nossas crianças. Sem os nossos parques educacionais, nós acabamos não avançando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por isso, quero parabenizar V. Exª mais uma vez, Senador Lasier, por quem tenho grande admiração.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Bondade sua!

Mas essa prática, Senador Dário, é tão importante que, na China, que é um país que se projeta de uma maneira decisiva rumo ao primeiro lugar em economia e em outros setores, hoje em dia, é obrigatória a prática de vários esportes. A China está contratando os melhores jogadores, alguns deles já um pouco idosos, pagando fortunas por treinadores e jogadores. Não se espante se a China, quem sabe já na próxima Copa do Mundo, comparecer com uma equipe potente, bem como, quem sabe daqui a dez anos, disputar o título mundial, pelo investimento que está fazendo no futebol.

De modo que essa prática e também o ensino nas escolas acabam repercutindo para essa formação.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/MDB - SC) – Sem dúvida. Parabéns a V. Exª!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Com a palavra o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Recordou também, Roberto?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É claro, né? Todo mundo tem...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – A gente vive de saudade.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – De saudade! E o sonho de ser jogador neste País caminha junto com a nossa infância! Quando a gente se lembra dos primeiros passos, a gente se lembra de ter recebido uma bola. Talvez seja um dos presentes mais ofertados, mais comuns à nossa juventude, aos meninos e às próprias meninas. Quero até destacar que hoje tenho uma filha que joga futebol também. Então, eu fico feliz!

Quero dizer, Senador Lasier, que V. Exª, com esse projeto, me representa. É importante que... Existe aquela questão da inveja boa, e esta é uma inveja boa que tenho agora do Senador Lasier: de ter feito esse projeto. Digo isso porque é um projeto fundamental, Senador Lasier. Eu já milito um pouco na política e tenho um olhar sobre a questão do esporte que faz com que eu perceba que a educação nas escolas ficou menos convidativa para os jovens.

Quando a gente estabeleceu os recursos obrigatórios a serem investidos na educação, a gente apartou o esporte e a cultura de dentro da educação – não de dentro, mas de caminhar ao lado.

Eu tive oportunidade, quando prefeito, de receber uma aula sobre cidadania e sobre educação pelo esporte. Um ex-professor de educação física que foi jogador de futebol – Francisco de Assis, Chiquinho, que faleceu o ano passado – me disse uma coisa, Senador Dário, Senador Cristovam. Disse que, com uma bola debaixo do braço e um apito pendurado no pescoço, ele colocava 50 garotos sob sol a pino, meio-dia, e falava para aqueles 50 garotos por duas horas, e eles não pestanejavam ao ouvi-lo, ao acompanhar aqueles ensinamentos. Não existe nada mais impactante do que uma bola aos olhos da juventude.

Muitas vezes a gente pensa no que fazer para tirar o jovem do iPhone, da televisão, como promover o interesse desse jovem por algum tema. Talvez, esteja aqui a resposta, talvez esteja na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solução colocada pelo Senador Lasier, com o relatório do Senador Cristovam, o início de a gente trazer de volta o interesse da juventude pelo esporte. E, com isso, quem sabe, fazer do esporte um meio, uma plataforma para que nós possamos levar para os jovens uma educação de qualidade. Pelo esporte, a gente pode falar em cidadania, em saúde, em solidariedade, em amizade, em competição, em produtividade, em meta. O esporte é a plataforma que pode transformar a educação. Disciplina, hierarquia, criatividade: quantas palavras a gente pode extrair do esporte, para o desenvolvimento da pessoa? A qualidade de você poder fazer sozinho e fazer com alguém, fazer pelo coletivo.

Então, esse projeto é, sem sombra de dúvida, um projeto de alta relevância no País, é um projeto que resgata algo que foi perdido. E aí acho que nós temos que buscar, Senador, essa forma de financiar a possibilidade de o esporte... E queria, quem sabe, se a gente pudesse pegar esse mesmo formato aqui... Vou pedir ao Senador Lasier para fazer um estudo, que todos possamos subscrever, para que façamos também para a cultura, o teatro, a poesia, a literatura, as artes, a pintura. Isso poderá ser também um vetor de auxílio e de multiplicação do interesse do jovem pelo saber e pela educação.

Então, eu quero parabenizar o Senador Cristovam, pelo relatório, e o Senador Lasier, por esse projeto tão relevante e de profunda importância.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Com a palavra o Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, Senadores, no momento em que foi evocada a memória... A gente realmente volta aos tempos de infância, quando a gente tinha o nosso campinho de terra – inclusive, a gente apelidou o nosso campinho lá de terrão. "Vamos lá para o terrão!" A gente chegava em casa bem marrom e, às vezes, sem a tampa do dedão também, o que era comum. E, quando não era no terrão, era no asfalto ou no paralelepípedo que a gente jogava futebol. Ainda dava para eu jogar na rua em que morava.

Sem dúvida, é importantíssimo. Parabenizo o Senador Lasier e o Senador Cristovam Buarque, pelo relatório. E, claro, vamos aprová-lo.

Essa era uma brincadeira fora do período da aula, mas lembro também de como a gente gostava da aula de educação física! A aula de educação física para nós era um momento especial também, principalmente quando era futebol, porque, quando eram outros esportes, quando nos ensinavam regras de handebol, basquete, vôlei, aí o nosso interesse já não era tanto assim, mas, quando era futebol, realmente, o interesse era maior.

Só para registro: joguei muito futebol na vida – particularmente, modéstia à parte, jogo até bem futebol –, mas, depois, na adolescência, inclinei-me para outro esporte, que não tem tanto apoio no nosso Brasil. Quando jovem, dos 14 aos 18 anos, eu fui ciclista federado. Quer dizer, no Brasil, não existe o ciclismo profissional, mas eu disputei o campeonato brasileiro de ciclismo e o campeonato paulista de ciclismo. Fui ciclista e, na verdade, sou até hoje, porque hoje eu pedalo muito mais do que jogo futebol. E eu não jogo futebol hoje até por causa da minha contusão no ombro, mas pedalo sempre que possível – se conseguir, eu pedalo sete dias por semana, porque é o que mais gosto.

Então, fica o registro. Trouxe boas memórias! Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Lopes.

Eu vou encerrar a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Pois não.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de cumprimentar o Senador Cristovam, cumprimentar e agradecer V. Exª pela Presidência da Comissão de Educação na minha ausência, e dizer da importância desse projeto. Sem dúvida nenhuma, é um projeto que vem reforçar tudo aquilo que a gente espera da educação vinculada ao esporte, principalmente para a nossa juventude. Neste momento em que nós estamos perdendo a nossa juventude para a droga, para o álcool, a valorização do esporte educacional, sem dúvida nenhuma, vem atrair o jovem para dentro da escola, vem despertar nele esse desejo de participação, de entrosamento. Através do esporte, ele vai desenvolver suas habilidades, ele vai aprender a ganhar e a perder. Sem dúvida nenhuma, é um instrumento complementar da educação de grande importância que vem favorecer especialmente a nossa juventude. Portanto, parabéns àqueles que apoiaram esse projeto. Parabéns principalmente ao Prof. Cristovam Buarque, que é, sem dúvida nenhuma, um grande mestre nessa área, um especialista, que tem feito um trabalho formidável na Comissão de Educação, valorizando a nossa Comissão com a sua *expertise* na área, principalmente com sua disciplina e aplicação no trabalho parlamentar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Muito obrigado.

Gostaria só de lembrar que o projeto é de autoria do Senador Lasier e a relatoria é do Senador Cristovam Buarque.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Os dois estão de parabéns.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Os dois são especialistas na área.

Mas, então, ao cumprimentar o Prof. Cristovam, como Relator, estendo esses comentários ao Senador Lasier, dizendo da importância de sua presença nesta Comissão de Educação, colaborando com o engrandecimento e com os trabalhos da Comissão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Obrigado.

Com a palavra...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Só para encerrar, quero dizer que os elogios da Senadora Lúcia Vânia dirigidos ao Senador Cristovam Buarque são muito merecidos.

Queria agradecer o apoio dos colegas e ressaltar um aspecto que a Senadora Lúcia Vânia despertou. Realmente, vivemos numa época em que se está perdendo espaço para a droga.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Isso é verdade.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – E o esporte motiva, porque, para praticar esporte, é preciso ter a cabeça limpa, é preciso ter disposição. O esporte é muito compensador. Realmente, há esse fator, além de todos aqueles já enumerados na proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, então, reiteradamente, àqueles que votaram a favor desse projeto, que sai agora, se não houver óbice, e vai direto para a Câmara dos Deputados.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Muito obrigado.

Nós vamos encerrar a votação.

Resultado: aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Parabéns ao Senador Lasier e ao nosso querido Senador Cristovam Buarque.

Requerimento Extrapauta.

Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Cristovam Buarque. (*Pausa.*)

Não há óbice.

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 33, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 23/2018-CE, o qual requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre "a crise financeira das Universidades Federais", a inclusão do seguinte convidado: Reinaldo Centoducatte, – Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e presidente da Comissão de Orçamento da Andifes.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para a leitura do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senador, amanhã vamos fazer aqui... A Senadora Presidente aprovou e apoiou à época um requerimento para debater a crise financeiras das universidades federais.

Pessoalmente, vou falar, na hora, que a crise não é só financeira. Há uma crise muito mais séria: ela se encontra num momento de turbulência do conhecimento e da maneira de passar o conhecimento. E a Universidade não está entendendo bem que o seu papel antigo ficou superado e não está sabendo se adaptar. Pode acontecer com ela o que aconteceu com os conventos na Idade Média, que não entenderam que estava na hora de pensar com mais racionalidade, ficaram presos aos dogmas, e surgiram as universidades. Agora pode surgir outra coisa. Aliás, está surgindo.

Mas, de qualquer maneira, é importante debater a crise financeira das universidades. E queria pedir para incluir mais um nome: o do Prof. Reinaldo Centoducatte, que é Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo e é o Presidente da Comissão de Orçamento da Andifes, que é a associação de dirigentes de instituições financeiras federais.

Então, é apenas para pedir que mais um nome seja incluído.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Pois não.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. Então, está incluído o nome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoco para amanhã, dia 30 de maio, às 10h30min, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater a crise financeira das universidades federais, em atendimento ao Requerimento nº 23, de 2018, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado aos Srs. Senadores.

(*Iniciada às 11 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia trinta de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, Valdir Raupp, Ângela Portela, Paulo Paim, Regina Sousa, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Ronaldo Caiado, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Ataídes Oliveira e Rodrigues Palma. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Roberto Rocha, José Agripino, José Medeiros, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RCE 23/2018, de autoria do Senador Cristovam Buarque e do Senador Pedro Chaves, e RCE 33/2018, de autoria do Senador Cristovam Buarque. **Finalidade:** Debater sobre a crise financeira nas Universidades Federais. **Participantes:** Márcia Abrahão Moura, Reitora da Universidade de Brasília - UnB; Emmanuel Zagury Tourinho, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES; Antonio Alves, Coordenador Geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil - Fasubra; Reinaldo Centoducatte, Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo e Presidente da Comissão de Orçamento da Associação nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes. Weber Gomes de Souza, Coordenador Geral de Planejamento e Orçamento das Instituições Federais de Ensino - SESU/MEC. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cristovam Buarque

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/30

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um! Os meus agradecimentos aos que puderam vir, em momentos tão complicados, para uma audiência que eu considero muito importante para o País.

Vocês sabem que os Senadores estão todos metidos em mil atividades, inclusive está havendo sessão plenária agora. Esta audiência é um pouco fora do Regimento, que exige que, quando houver plenária, não se pode fazer atividades fora, nas Comissões. Mas temos que fazer porque eu creio que é preciso dizer para o público que vai assistir depois pela televisão, para os Senadores que vão ver as notas, com a publicação que vamos fazer, que um país se suicida quando assassina as suas universidades.

Em qualquer momento da história, asfixiar uma universidade é levar o País ao suicídio. Mas, daqui para a frente, ainda mais, porque daqui para a frente o conhecimento passa a ser o grande vetor do progresso tanto econômico quanto social. É o conhecimento que vai fazer com que se aumente uma produtividade e que se distribua de uma maneira mais justa o produto dessa produtividade. Não tem mais futuro o País que não for capaz de ter inovação para, com isso, conseguir competitividade no mundo global. Até algumas décadas atrás, era possível fechar o País, e nem precisava de conhecimento: você funcionava com as suas máquinas antigas, as criações antigas, os produtos antigos, proibindo importação. Não pode mais: não tem como mais proibir importações. O fluxo quase livre de mercadorias exige que cada país seja capaz de criar novos produtos e de produzir de maneiras eficientes esses produtos.

E nós estamos, percebe-se, asfixiando nossas universidades por duas grandes formas. Uma delas é de fora para dentro, porque estão sem dinheiro as universidades, estão asfixiadas financeiramente, e essa é a principal razão desta Mesa. Mas também porque muitas das nossas instituições – e aí não é só no Brasil, é quase que um fenômeno mundial das universidades –, nós, e eu me considero um dos universitários, não estamos sabendo fazer como deve ser a universidade daqui para a frente, que não vai ser mais como ela era nos últimos mil anos, em que foi inventada.

Nós temos uma crise de recursos financeiros, nós temos uma crise que por aí chamam de paradigma, de maneira de ser, de modelo de universidade. Hoje é claro que, pela urgência, nós vamos ficar mais concentrados na crise financeira, que é até o título que foi colocado. Mas fiquem sabendo que surgirão perguntas relacionadas ao modelo de universidade que nós temos que construir para o futuro. Mais dinheiro? Sim! Mas mais dinheiro para que tipo de universidade? Isso vai surgir também, porque não haverá mais recursos em abundância se a universidade não for sintonizada com o que há de moderno na maneira de criar e transmitir conhecimento.

Então, esse é um debate que não vai se esgotar hoje. Eu quero insistir em novos debates sobre a crise universitária, mas a crise na sua profundidade – a que aparece, que é a falta de recursos, que a gente vê quando visita *campus*; e a que não aparece, a não ser para quem observa, quem analisa, quem se aprofunda, que é a crise de uma instituição que não está se sintonizando plenamente, embora em parte, com as novas realidades do mundo, que, ao longo da fala, da palestra vão surgir. E, se não surgirem, eu tomarei a iniciativa de no fecho dizer quais são esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros problemas que fazem com que a universidade não esteja em plena sintonia com a maneira como o conhecimento será criado e transmitido daqui para frente. Mas isso fica para o final se tivermos tempo suficiente.

Eu quero já, de início, chamar os convidados para a Mesa.

Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura. É uma reunião, resultado de uma provocação que eu fiz, para discutir a crise financeira das universidades federais.

Para dar início, eu solicito que compareçam os nossos convidados: a Profª Márcia Abrahão Moura, que indiretamente é minha chefe como Reitora da Universidade de Brasília; o Prof. Emmanuel Zagury Tourinho, que é Reitor da Universidade Federal do Pará e Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); o Prof. Reinaldo Centoducatte, Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo e Presidente da Comissão de Orçamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; o Prof. Antônio Alves, Coordenador Geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos, que ainda não chegou... Não é ele? Está aqui. Obrigado, Antônio Alves. E o Weber Gomes de Souza, que representa aqui o MEC, a SESu (Secretaria da Educação Superior), onde ele é o Coordenador Geral de Planejamento e Orçamento.

Eu quero dizer que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e conta com os serviços de interatividade com o cidadão, através do Alô Senado, que pode ser contactado pelo telefone 0800-612211, e pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania. O Alô Senado transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expoentes via internet, e nós passaremos à Mesa as perguntas que chegarem.

Eu vou passar a palavra na ordem que eu chamei, iniciando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não há problema. Está corretíssimo.

Vou passar inicialmente ao Prof. Emmanuel Zagury Tourinho, como Presidente de todas as universidades, a palavra; depois, ao Reinaldo Centoducatte, que também representa o conjunto das universidades; depois, à Profª Márcia.

Eu vou dar 15 minutos, tendo em vista que vamos ter que sair daqui correndo em algum momento para ir ao plenário, mas não se preocupem. Se passar um pouco mais desses 15 minutos, não vou ficar aqui cortando a palavra de vocês.

Prof. Tourinho.

O SR. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO – Bom dia.

Queria saudar o Senador Cristovam Buarque, a Reitora Márcia Abrahão, da Universidade de Brasília, colega Reitor Reinaldo Centoducatte, da Universidade Federal do Espírito Santo. Senador, o Reitor Reinaldo também é o Presidente da Comissão de Orçamento da Andifes. Quero saudar o servidor Antônio Alves, o Weber, do Ministério da Educação, e todos os presentes.

Queria, Senador, agradecer muito a realização desta audiência, essa oportunidade de estarmos aqui discutindo a situação das universidades públicas federais, que representam o sistema fundamental para o desenvolvimento econômico e social do País, como o senhor bem mencionou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós combinamos aqui que eu vou fazer uma apresentação geral da situação das universidades hoje; em seguida, gostaríamos de que o Reitor Reinaldo fizesse a fala apresentando a questão orçamentária em detalhes, a evolução dos orçamentos das universidades federais; em seguida, a Profª Reitora Márcia poderia apresentar o caso concreto da UnB, como isso repercute dentro da Universidade de Brasília. Se o senhor concordar com essa ordem, nós achamos que pode ficar bem encadeada essa articulação de informações sobre as nossas universidades.

Queria começar dando uma ideia geral do que é esse sistema de universidades públicas federais. Nós somos hoje 68, já que foram criadas cinco universidades recentemente – até dois meses atrás, éramos 63 universidades –, que respondem pelo ensino de graduação e pós-graduação para mais de 1,2 milhão de alunos. Nós temos trezentos e vinte e poucos *campi* espalhados por todas as regiões do País. Somos um sistema, portanto, com grande capilaridade e com grande impacto não só nos grandes centros urbanos, mas também nos Municípios menores de todas as regiões. Nós fazemos ensino de graduação, ensino de pós-graduação; fazemos pesquisa; e prestamos um conjunto enorme de serviços à sociedade em todas as áreas. Nós somos, por exemplo, responsáveis por mais de 40 hospitais de alta complexidade, que atendem à população carente em serviços que não são oferecidos por outras unidades de saúde nas suas regiões. Nós prestamos diversos serviços relacionados à promoção da cidadania. E também assessoramos governos, ministérios do Governo Federal, secretarias dos governos estaduais, governos municipais; prestamos todo tipo de apoio a projetos que tenham uma relação direta com o desenvolvimento econômico e social do País.

O nosso sistema, é preciso dizer de antemão, é reconhecidamente um sistema de altíssimo nível. Nós somos as instituições que oferecem ensino de graduação de melhor qualidade no País, isso avaliado tanto pelos órgãos oficiais, como o Inep, quanto por todos os *rankings* de entidades independentes que avaliam a educação superior no Brasil e no mundo. Todos eles apontam as universidades federais brasileiras como o sistema mais eficiente e que oferece ensino de maior qualidade.

Nós também respondemos por mais da metade do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Isso significa que nós somos os grandes responsáveis pela ciência nacional. Nós produzimos mais da metade da ciência nacional, e essa ciência é que impacta todos os setores em que o País tem competitividade econômica. Para dar apenas alguns exemplos, o sucesso do Brasil na exploração de petróleo em águas profundas decorre de trabalhos desenvolvidos em laboratórios de universidades federais; o sucesso do Brasil na produção de alimentos decorre de pesquisa desenvolvida nas universidades federais, e assim em vários setores.

Portanto, nós todos somos não apenas um sistema de educação superior; nós somos um sistema que atende a sociedade brasileira em múltiplas dimensões, criando condições que são fundamentais para que o País almeje uma soberania. Como o senhor mencionou na abertura da reunião de hoje, a soberania de uma nação depende da sua capacidade de produzir e usar conhecimento científico e tecnológico de ponta, e isso está presente nas universidades. São as universidades públicas federais as principais responsáveis no Brasil pela produção de ciência e tecnologia.

Ao dizer isso, eu estou dizendo, de um certo modo, tudo o que está em risco. Nós estamos, ao asfixiar as universidades, provavelmente – uso uma expressão que o senhor usou –, nós estamos colocando em risco não apenas a capacidade de atendermos esse contingente de mais de 1,2 milhão de alunos, mas nós estamos colocando em risco a capacidade de o País produzir ciência para a sua soberania, produzir tecnologia para a solução dos seus problemas, promover

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadania para os seus cidadãos. E vejam que isso em um país onde a taxa de acesso à educação superior é das mais baixas na América Latina. Não estamos nem comparando com os países desenvolvidos, não é?

A título de exemplo, no Brasil, 18%, aproximadamente, dos jovens de 18 a 25 anos estão na educação superior, enquanto na Argentina 30% dos jovens já têm acesso à educação superior. E mais um exemplo: na Argentina, para se compreender esse número, 75% das matrículas estão no sistema público. Aqui, no Brasil, só 25% das matrículas no ensino superior estão nas instituições públicas.

Pois bem, a eficiência desse nosso sistema decorre também do fato de que é um sistema permanentemente referenciado pelas demandas da sociedade e que, por isso mesmo, também passa por mudanças. Eu vou arriscar aqui comentar algumas mudanças que possivelmente têm relação com a questão que o senhor levantou acerca do que o mundo de hoje requer das universidades.

As nossas universidades, por exemplo, hoje, desenvolvem pesquisa já com uma preocupação permanente de transferência de conhecimento para a sociedade. Hoje, todos os grupos de pesquisa se engajam em projetos que buscam não apenas produzir conhecimento novo, relevante, de ponta, mas de fazer com que esse conhecimento impacte de um modo muito rápido o desenvolvimento econômico e social. Isso gera uma agenda nova, fez com que a própria questão da inovação fosse trazida para dentro das universidades, porque enquanto nos países desenvolvidos a inovação é uma tarefa, não da academia, mas do meio industrial, no Brasil são as universidades que fazem, porque não há esse esforço em escala no setor industrial.

Nós temos também transformado os nossos cursos de graduação, no sentido de torná-los cursos cada vez mais próximos do ambiente, das exigências do ambiente de trabalho contemporâneo, que requer formação multidisciplinar, requer capacidade de atuação com campos de saberes diversos. E temos feito um grande esforço para que essa formação que nós oferecemos nas nossas universidades acompanhe o que são as necessidades locais, a realidade em que cada instituição está inserida.

Esse sistema que é tão importante e tão essencial, é um sistema do qual o País não pode abrir mão, do qual o País depende em larga medida para ter um processo de desenvolvimento econômico e social de longo prazo, vigoroso, está em risco. Ele está em risco porque vem passando, depois de um período de expansão, em que nós duplicamos o número de alunos, nós mais do que duplicamos, quase triplicamos o número de programas de pós-graduação, de mestrado e doutorado, para formar a inteligência nacional, depois de todo esse esforço, nós vimos passando por um decréscimo continuado dos investimentos.

Certamente, o Weber, que cuida da parte financeira do MEC, vai mostrar a vocês que, no volume global dos recursos, não houve decréscimo, mas isso ocorre unicamente porque o gasto com pessoal, que tem um crescimento vegetativo, continuou ao longo dos anos, mas o fato é – isso o Reitor Reinaldo vai apresentar em detalhes – que nós vivemos uma redução muito acentuada de recursos de investimento, muito acentuada, e uma redução substancial também nas verbas para o custeio das nossas instituições. Isso em um momento em que o processo de expansão ainda não está concluído. Isso quer dizer: a cada ano continua aumentando o número de alunos que ingressam nas universidades, continuam aumentando as atividades que precisam ser desenvolvidas pelas instituições e, ao mesmo tempo, nós temos cada vez menos recursos para dar sustentação a essas atividades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos hoje um passivo muito significativo de obras inacabadas nas nossas universidades. Por quê? Não por problema de planejamento, porque, se não tivesse havido essa inflexão dos recursos de investimento, todas as obras estariam concluídas já há dois anos, e nós teríamos condições até de ter iniciado novas obras, mas com os cortes acentuados nos volumes de investimento, nos recursos de investimento, nós temos hoje um passivo aí que está na casa de R$2 bilhões a R$3 bilhões em obras inacabadas.

Nós temos cursos que hoje carecem de infraestrutura de salas de aula, laboratórios para realizar as suas atividades e, obviamente, isso cria um problema grave de gestão para as universidades no dia a dia. Os recursos, a queda no recurso de custeio também tem prejudicado as instituições na manutenção das suas atividades, por força da dificuldade de honrar os contratos que temos, contratos com vigilância, com limpeza, com manutenção de equipamentos e, enfim, exigindo das instituições um grande exercício de gestão para que possamos continuar oferecendo o ensino, a pesquisa e a extensão sem paralisações.

Importante dizer que este é um quadro que tem relação direta com os orçamentos das próprias universidades, vinculadas ao Ministério da Educação, mas as universidades também são alimentadas, na sua atividade de pesquisa, por recursos que vêm do sistema de ciência e tecnologia. E, nessa área, a situação é ainda mais dramática. Hoje os recursos destinados ao financiamento da pesquisa científica e tecnológica no País estão em menos da metade do que eram quatro anos atrás. Nós temos diversos grupos de pesquisa paralisando projetos, deixando de iniciar novos projetos. Nós temos alunos que estão abandonando os seus cursos de pós-graduação e as suas pesquisas pela falta de condições para desenvolver os seus trabalhos. Nós temos docentes e alunos deixando o País, buscando oportunidades em outros países, em razão dos cortes acentuados no financiamento da ciência e da tecnologia no País. Em outras palavras, nós estamos cometendo o suicídio que o senhor falava. Nós estamos comprometendo o futuro do País, na medida em que nós estamos paralisando o sistema que pode garantir esse futuro para a nossa Nação.

Queria rapidamente dizer que um aspecto muito importante desse processo de expansão que houve nas universidades federais foi o fato de que ele aconteceu junto com um programa agressivo de inclusão social, que também é fundamental para atacar o que é o mais grave problema do nosso País, que é a desigualdade, a exclusão, a falta de oportunidade para os jovens pobres, para os negros, para os jovens das periferias das cidades, para indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência. As universidades enfrentaram o desafio de se tornarem mais representativas no conjunto da sociedade, com políticas de inclusão. Hoje há muito mais negros nas nossas universidades, há muito mais alunos de baixa renda, há alunos com deficiência, há indígenas e quilombolas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO – No entanto, esse salto que foi dado, que é um salto fundamental para a promoção da cidadania no País – e isso significa proporcionar condições de cidadania para esses grupos sociais –, também depende de investimentos.

E aqui nós vivemos uma situação dramática para a qual eu gostaria de chamar a atenção. Há um programa do Governo Federal, que é o Programa Nacional de Assistência Estudantil, que é fundamental para dar as condições de permanência nas universidades para esses jovens que antes estavam excluídos e que agora têm acesso à universidade. E esses recursos da assistência estudantil hoje não estão sendo suficientes para nós segurarmos esses jovens nas universidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vivemos uma situação crítica. O recurso de investimento da assistência estudantil, em 2018, foi cortado a zero. Nós não temos nenhum recurso de investimento para a assistência estudantil; não temos como construir residência universitária, restaurante universitário, equipamentos de apoio a esses alunos, adquirir equipamentos para alunos com deficiência. E o recurso de custeio da assistência estudantil está congelado, o que significa que ele vale cada vez menos para um contingente que é proporcionalmente cada vez maior nas universidades em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Esse é um problema gravíssimo que todas as universidades vivem hoje. Nós já colocamos em detalhes ao Ministério da Educação e sabemos que, para equacioná-lo, é fundamental que a classe política se envolva com a questão.

Gostaríamos de deixar aqui um apelo ao Senador e às Bancadas parlamentares para que se envolvam com essa questão e busquem também contribuir para uma solução, para que possamos restabelecer esses orçamentos da assistência estudantil, de modo a não colocar a perder esse ganho fundamental que houve nas universidades públicas, que foi a inclusão, com as políticas de ação afirmativa que trouxeram negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, ribeirinhos, povos tradicionais, jovens de povos tradicionais.

Enfim, essa é uma questão fundamental hoje para todas as universidades. Nós não temos como continuar funcionando, atendendo o alunado que nós temos hoje, que precisa estar na universidade, se nós não tivermos um aporte maior de recursos para a assistência estudantil.

Ontem mesmo houve aqui, em Brasília, uma audiência com o Ministro da Educação, com representantes de indígenas e quilombolas. Há um programa de permanência do MEC para indígenas e quilombolas que foi fundamental para que os indígenas entrassem nas universidades. Os indígenas que vêm para as universidades vêm não apenas sem recursos; eles vêm sem rede de apoio nas cidades onde eles vão estudar. Esse programa de permanência é fundamental para que eles fiquem nas universidades. Com relação aos quilombolas, a mesma coisa. E este ano ainda não houve a concessão da bolsa para esses alunos.

Então, é um número que não é tão grande, é um problema que é fácil de resolver, se houver determinação política, se houver a compreensão da importância social de se garantir que essas populações de indígenas e quilombolas estejam dentro das universidades públicas. Isso é uma questão estratégica de promoção da cidadania no nosso País e de desenvolvimento das nossas instituições.

Nós também ganhamos com a presença de indígenas, quilombolas nas nossas universidades. Eles enriquecem o ambiente cultural das nossas instituições e são fundamentais, a presença deles nas instituições hoje é fundamental. Obviamente, essa conquista é um direito do qual esses povos também não abrirão mão, como nenhum de nós está disposto a abrir mão de direitos sociais conquistados. Então, faço aqui um apelo para que também se trabalhe no sentido de encontrar uma solução para esse problema.

Eu vou encerrar a minha fala. Ultrapassei o tempo, mas eu gostaria de pedir só para um comentário a mais. Esse processo de redução, de asfixia das universidades, de desidratação das condições para o seu funcionamento tem sido justificado por alguns com um argumento que é falso, de que as universidades, o investimento nas universidades públicas está impedindo o investimento na educação básica no País. Isso não é verdade; a última vez em que nós ouvimos esse discurso, as universidades foram estranguladas, elas ficaram sem condições de financiamento e não houve maior investimento na educação básica. Não depende disso, não há nação no mundo onde se tem educação básica de alta qualidade sem ter educação superior de qualidade; e quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garante a qualidade da educação superior neste País é o sistema de universidades públicas federais.

Portanto, tem que haver sim mais investimento, mas tem que haver mais investimento tanto na educação básica como na educação superior. O Brasil tem os menores valores de investimento por aluno tanto na educação básica como na educação superior. Se nós quisermos um futuro para o País, nós temos que mudar isso, nós temos que garantir um sistema de qualidade para a educação básica e nós temos que garantir que esse sistema de universidades públicas federais, que é tão importante para o desenvolvimento econômico-social do País, tenha as condições de se desenvolver e tenha as condições de continuar contribuindo de modo tão substancial como ele está apto a fazer e hoje se vê impedido de fazê-lo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, Prof. Tourinho.

Eu passo a palavra ao Prof. Reinaldo.

O SR. REINALDO CENTODUCATTE – Eu tenho uma apresentação que vai ser projetada.

Bom dia!

Agradeço também ao Senador Cristovam Buarque por esta oportunidade. Quero, em nome da minha universidade e da Andifes, saudá-lo e agradecer-lhe por esta instrução, e também aos Prof. Tourinho, Profª Márcia, Weber e Antonio Alves.

É certo que vivemos um momento de extrema dificuldade e complexidade no nosso País. Esta crise política, ética, social e econômica realmente tem colocado o País em extremas dificuldades. Nós entendemos que é importante e necessário discutir todas essas questões para que, no momento em que nós consigamos superar esta conjuntura, tenhamos um país mais esclarecido, mais forte e mais definido naquilo que é o seu objetivo futuro: um processo de inclusão, um processo de garantia e sustentação da democracia e um processo de exercício da cidadania com as responsabilidades individuais que cada um de nós temos.

Quero dizer que esta apresentação que eu estou fazendo aqui está centrada em dados oficiais. Todos os dados – exceto, acho, de só um eslaide em que nós fizemos uma conta – são obtidos através dos dados oficiais da Câmara, do Governo Federal.

Essa primeira tabela aí é a dotação atualizada das universidades e do MEC. É importante a gente observar. Eu fiz de 2012 até 2018, e há um crescimento realmente nominal do orçamento das universidades. É importante a gente ressaltar, como o Tourinho inclusive colocou, que os gastos com o pessoal ativo também têm um crescimento – isto é, nós tivemos um aumento de número de docentes e técnicos na universidade – e que também o gasto de pessoal inativo também tem aumentado.

Isso vai levar ao que a gente vai tentar mostrar aqui: que os recursos que efetivamente estão associados ao custeio da universidade, ao investimento, mesmo com essa ampliação do orçamento, eles se reduzem e estrangulam a universidade. Devemos observar que nesse período a universidade também cresce na quantidade de cursos, na quantidade de alunos, na quantidade de programas, e os recursos praticamente se mantêm nominalmente. Então, se a gente fizer uma correção identificando o ano-base, a gente vai ver que efetivamente os recursos têm diminuído significativamente. Então, como eu estou falando, esse dado aí é dado do Tesouro Gerencial, é a dotação atualizada das universidades e do MEC.

Estou passando aqueles dados lá para esse gráfico. Então, o orçamento global do MEC, aquela curva de cima, ela vai e tem um aumento significativo, tem um decréscimo, aumenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novamente e mais ou menos se estabiliza. O orçamento global das universidades também vem numa curva ascendente. De pessoal e encargos sociais, vai aumentando e mais ou menos se estabiliza. A de inativos, a vermelha em baixo, ela aumenta. A de pessoal e encargos sociais, é a verde. E a de investimentos mais as inversões: observem que essa última curva ela vai e tem um certo crescimento, depois começa a cair e vai assim até quase chegando a um valor insignificante para as universidades. Também aí, Tesouro Gerencial.

Repetindo, mas agora associando diretamente só as universidades. Também o global, a primeira lá de cima. Olhem que ela tem uma quebra da continuidade. Quer dizer, ela vai crescendo e para praticamente. A de pessoal continua crescendo. A de encargos de inativos também continua crescendo. A de encargos sociais de ativos logicamente cresce. A de outras despesas correntes: observem que ela tem um crescimento, mais ou menos se estabiliza, mas depois começa em queda novamente. E a de investimentos, com uma queda mais acentuada.

Aí a representação percentual de toda as dotações atualizadas das universidades. Então, é como que percentualmente ela está distribuída dentro do Orçamento, no caso, do Ministério da Educação.

Aí a evolução percentual das dotações. Observem que esse gráfico dá mais uma noção das diferenças de como se dá esse crescimento e de como os recursos de despesas correntes vêm diminuindo a partir de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Eles diminuem de uma forma significativa. Os recursos de investimentos também: a queda é mais acentuada ainda.

Agora, os recursos empenhados das universidades, o total, o orçamento global das universidades. Então, ela parte, lá de 2002, de um empenho em torno de R$20 bilhões e, em 2017, chega em quarenta e seis bilhões e pouco. Esse é o empenho das universidades federais.

Das outras despesas, as correntes, aquilo que faz com que a universidade, os recursos que a universidade utiliza para pagar vigilância, pagar energia, pagar telefonia, todas as despesas correntes da universidade. Então, ela sai, em 2002, de dois bilhões e pouco, cresce, chega a um pico, em 2013, de 8,6, de 8,7, e cai para seis bilhões e pouco, com todo o crescimento que a universidade teve, depois vou mostrar os gráficos do crescimento da universidade. Então, esses são os recursos da manutenção do cotidiano da universidade, as despesas correntes da universidade, tirando o pessoal, tirando os inativos.

Significa o quê? Que temos, a cada dia, de estar analisando e fazendo as contas se os nossos contratos estão dentro do orçamento e se a gente tem condição de fechar o mês com os repasses que receberemos dentro daquele orçamento, se a liberação dos limites for 100%, porque ainda temos uma incerteza em relação à liberação dos limites. Se você vai ter 100% do seu orçamento liberado ou se não vai ter 100% liberado. Hoje temos contingenciamento constante nos nossos orçamentos.

Olha o que acontece com os investimentos. Você passa, em 2002, de poucos investimentos que a universidade tinha, chegamos lá a um pico de 3,5 milhões, e hoje estamos em torno de R$1 bilhão, no orçamento das universidades. Isso no ano passado, que foram empenhados e alguns podem não ter sido 100% realizados em face de alguns problemas. Esses foram os recursos empenhados na universidade, então ela chegou a empenhar mais de R$3,5 bilhões e agora, em 2017, com todo o seu crescimento, ela só conseguiu empenhar em torno de R$1 bilhão.

O número de matrículas das universidades. De 2002 a 2016, tínhamos menos de 600 mil estudantes; hoje, temos mais de 1,3 milhão. Esse foi o crescimento das matrículas nos cursos de graduação da nossa universidade. E os recursos, para custear essa universidade, caíram. Isso significa que nós não estamos nem acompanhando aquilo que seria uma unidade básica de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

custeio, aquilo que seria uma referência do gasto por estudante dentro de uma universidade, que no passado já teve uma relação e qual é essa relação que deveria ter. Se quando tivesse a mesma relação, os valores dos recursos seriam muito maiores do que os que temos, e, se fossem corrigidos pela inflação, seriam muito maiores ainda. Então, isso mostra que efetivamente a universidade tem sofrido um corte significativo dos seus recursos para custeio, para investimento.

Esse é um custo por estudantes. Esse cálculo fomos nós que fizemos, então isso não é um dado oficial, é um dado feito por nós. Esse cálculo do sistema, o custo aluno dos recursos que estão para o custeio da universidade, para o seu investimento, é menor do que R$8 mil por ano. Claro, se colocar pessoal, vai aumentar esse valor.

O problema é que, quando se faz a conta dos custos de alunos das universidades, coloca-se ativo, coloca-se inativo, coloca-se hospital, coloca-se graduação, coloca-se pós-graduação, soma-se tudo o que está no orçamento e faz-se uma conta, aí essa conta parece que é um absurdo.

Se você refina essa conta, se, por exemplo, você tira os hospitais, se você tira os inativos, só isso já vai dar uma queda significativa do chamado custo aluno das universidades federais, que é inferior àquilo que os estudantes pagam nas privadas, se você fizer uma conta, num valor médio. É claro que os cursos têm valores diferenciados.

Aí é a evolução de matrículas das nossas universidades ao longo dos anos – isso envolve cursos presenciais e a distância – e daqueles que concluíram presencial e daqueles que concluíram o ensino a distância. Observem que estamos num processo... Pegamos de... Não estou vendo a data aí...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. REINALDO CENTODUCATTE – Aquilo foi um erro ali: 1905 e tal... Foi um erro quando construíram essa tabela.

Eu quero mostrar a relação que nós temos entre... O que significa isso? Isso significa que estamos num processo ainda em que a universidade não chegou a um regime permanente, a universidade ainda está se expandindo, fruto dos processos de expansão da universidade, no que nós chamamos de expansão fase 1 e de expansão fase 2. Nós ainda não completamos o ciclo de expansão. Há ainda estudantes ingressando que aumentarão o contingente de estudantes das universidades, dentro desse processo de expansão, principalmente estudantes de uma faixa de renda considerada de vulnerabilidade social.

As universidades hoje já estão chegando a aproximadamente 60%, 62%, 63% de estudantes cuja renda familiar é menor ou igual a 1,5 salários mínimos. É uma responsabilidade imensa para nós como gestores das universidades, do Ministério da Educação, do País garantir que essas oportunidades sejam efetivadas e se transformem em resultados para o futuro da sociedade. Que esses estudantes tenham capacidade de cumprir suas obrigações internas dentro da universidade, tenham uma boa formação profissional e, rapidamente, retornarem à sociedade tudo que neles foi investido, para mim, é uma preocupação fundamental.

Quando colocamos a necessidade de mais recursos para o Pnaes, é porque as universidades hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. REINALDO CENTODUCATTE – ... não estão em condições de garantir a permanência desses estudantes dentro da universidade, que já perfazem mais de 60% dos seus estudantes. As universidades federais passaram de ser universidades da elite para um espaço para a população

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira, elas refletem a sociedade brasileira. Hoje, nós temos um reflexo tanto na distribuição social como na de gênero e de raça. A universidade hoje é um retrato da sociedade brasileira. E nós temos de garantir e conservar isso que foi construído, isso que nós conseguimos. Temos que manter esse passo que nós demos.

Evolução do número de concluintes. Observem que nós estamos num processo crescente. Eu botei por regiões ali. É importante notar que todas as regiões do País, sem exceção, usufruíram desse crescimento das universidades. Todas! Não há uma região no País em que não houve ampliação de vagas, ampliação de concluintes, ampliação de cursos, ampliação de programas. Todas as regiões do País foram beneficiadas por esse processo de expansão e de inclusão que as universidades federais brasileiras proporcionaram.

Evolução do número de matrículas presenciais na graduação por região. Quero mostrar todas: não tem nenhuma que não tenha uma derivada positiva; todas elas têm uma derivada positiva, todas elas têm crescimento na sua oferta.

Programas de pós-graduação. Nós saímos, de 2007 para 2017, de um total de cursos de 3.400 para 6.300 programas de pós-graduação. Saímos lá no mestrado de 2.060 para quase 3.400. Doutorado: 1.200 para 2.200. Mestrado profissional: 156 para 703. Não houve nenhum programa de incentivo do Ministério da Educação ou governamental para esse crescimento. Fizemos tudo dentro do processo de crescimento das universidades, do programa para a graduação. Como fruto desse crescimento, nós temos a expansão significativa da pós-graduação. Isso significa maior qualificação profissional das nossas universidades, maior capacidade de produção de conhecimento, maior capacidade de contribuir para dar respostas às necessidades, às demandas, aos anseios da sociedade; em especial, ser um agente de qualquer projeto que se constrói de desenvolvimento político, econômico e social deste País.

Eu acho que é importante a gente ressaltar que, quando você coloca uma universidade ou um *campus* universitário numa determinada região – se alguém quiser fazer uma observação do que era antes e do que é depois de algum tempo –, vocês vão ver a mudança significativa que houve naquela região; como aquela região evolui, tanto do ponto de vista econômico, quanto do social. Eu tenho isso na minha região, lá no Estado do Espírito Santo, no norte do Estado do Espírito Santo. Se vocês observarem o que era aquela região sem um centro universitário nosso lá, há dez, doze anos, e o que é hoje, é completamente diferente. Quer dizer, com a ida de um instituto federal e da universidade para lá, a região hoje tem outra perspectiva de desenvolvimento e de representação dentro do Estado do Espírito Santo.

Crescimento da pós-graduação já mostrei lá; agora é só para colocar o gráfico que dá esse retrato.

Essa é uma distribuição pelas regiões dos programas de pós-graduação.

Dotação atualizada da assistência estudantil. Então, nós temos um contingente de estudantes em vulnerabilidade social aumentando; e nós temos os recursos para a assistência estudantil, que vêm crescendo, chegam a um determinado valor, depois começam a cair. Isto é, os recursos da assistência estudantil são insuficientes para a gente enfrentar as demandas e as necessidades que nós temos hoje.

Antes de encerrar, eu queria ressaltar uma questão que acho importante, Senador: ao se construir tanto a lei de diretrizes orçamentárias quanto a lei orçamentária, a gente não consegue entender como isto pode ocorrer... Parece que essa questão é exclusiva do nosso País. Nós, a universidade – todo mundo fala –, temos dificuldades financeiras, e a lei orçamentária nos proíbe de captar recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é um absurdo. As universidades não podem captar recursos, porque, se elas captarem esses recursos, elas não podem honrar os seus compromissos. Se eu fizer um contrato, fizer um convênio, fizer uma parceria com uma Prefeitura Municipal, o Governo do Estado, uma empresa, eu não tenho como internalizar esses recursos dentro da universidade. Eu não posso colocar esse recurso na universidade, porque não há orçamento para depois executá-lo. É um dinheiro que se recebe e ficará parado dentro da universidade. E, quando você tem orçamento, você não tem limite. Coloca-se como se essas captações fossem tributos da Nação que deveriam estar dentro da lei orçamentária maior.

Peço que, se for possível, uma discussão, um aprofundamento dessas questões. Ao discutirmos a Lei de Diretrizes Orçamentárias e, depois, a Lei Orçamentária, que a gente rediscuta essas questões.

Outro absurdo que não dá para entender, até um passado recente era possível, com essas captações de recursos que a gente fazia, nós podíamos ter aplicação financeira, esses recursos poderiam render. Hoje, os recursos têm que estar parados na conta única da universidade sem poderem render, e o banco rendendo o dinheiro para ele.

Então, você capta, a universidade capta aí um projeto de R$5 milhões, vai gastar ao longo do ano R$5 milhões, poderiam estar aplicados, poderiam estar rendendo, poderia, depois, refazer esse orçamento, aplicar... Não, hoje, você tem que deixar esses R$5 milhões na conta, parados. E o banco deixa esse dinheiro parado? Isto é, uma lei que joga contra nós mesmos.

Não consigo entender como a gente não consegue resolver essas questões, que são problemas e, com todos com quem você conversa, você vai conversar no Ministério da Educação, eles falam: "Isso é um absurdo, nós vamos ajudá-los"; você vai conversar com um Parlamentar: "Isso é um absurdo", mas isso não sai, não existe uma mudança de uma visão e de uma concepção na construção das leis desse País para que a gente possa funcionar, claro, com as fiscalizações, com as regulamentações, com as auditorias, ninguém quer sair disso, mas com possibilidade de haver outro tipo de inserção e de realização, com um conjunto de parcerias que fomentarão e incentivarão a pesquisa e o ensino dentro das nossas universidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Nós que agradecemos, Prof. Reinaldo, seus esclarecimentos, seus dados, que vamos levar em conta no debate.

Profª Márcia.

A SRª MÁRCIA ABRAHÃO MOURA – Bom dia.

Eu agradeço muito ao Senador Cristovam por esta reunião também. O Senador Cristovam tem sido parceiro da Universidade de Brasília desde que assumimos e temos vivenciado as nossas dificuldades orçamentárias.

Também agradeço aos demais Senadores, Parlamentares, que têm também contribuído e têm participado do debate. Ao Prof. Tourinho, Presidente da Andifes, ao Prof. Reinaldo, também meu colega Reitor, sofredor, neste momento Presidente da Comissão de Orçamentos da Andifes, ao colega dos técnicos – desculpa, Antônio? –, Antônio, e ao Weber, representando o MEC.

Eu fiz uma rápida apresentação, também focada na questão do orçamento, que é o assunto.

Ali está: Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional.

A Profª Denise Imbroisi está aqui, como decana, representando o decanato.

Alguns dados iniciais da UnB, antes de começar a apresentação. A UnB hoje tem praticamente 3 mil docentes – o Prof. Cristovam é um professor da universidade aposentado, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Cristovam Buarque –; 38 mil alunos de graduação, 38.364; 8 mil alunos de pós-graduação, mestrado e doutorado, temos mais de cem programas de pós-graduação hoje; 3.195 técnicos.

Então, uma universidade que recentemente entrou para o *ranking* das melhores universidades do mundo, entre as universidades emergentes, no *ranking* do THE. A universidade não participava. Agora ela entrou e já entrou bem, Senador Cristovam. É bom que o senhor pode se orgulhar mais ainda da universidade da qual o senhor é docente. Então, entramos entre as duzentas universidades do mundo. No Brasil, é a 11ª universidade dos países emergentes. Estamos para receber também mais um bom resultado no THE.

Somos uma universidade com IGC 5, que é a nota máxima entre as universidades por avaliação do Inep. E também, em 2017, passamos da 18ª para a universidade mais empreendedora do Brasil. Então, uma universidade que faz ensino de graduação, ensino de pós-graduação, pesquisa básica, pesquisa aplicada e também inovação. Juntamente com a Universidade Federal de Juiz de Fora, somos uma grande universidade captadora de recursos na sociedade. É uma universidade que tem 56 anos e é uma universidade que já tem esse elenco aí para mostrar para a sociedade.

Então, a apresentação está basicamente na questão orçamentária porque é o tema desta reunião. Também são dados oficiais, são dados da lei de orçamento, da LOA. Todos os dados são públicos, estão no Portal da Transparência e também estão disponibilizados no nosso portal da Universidade de Brasília.

Então, essa aqui é a evolução total do orçamento da UnB de 2013 a 2018. A gente vê aqui a evolução do orçamento, que passou de R$1,294, em 2013, para R$1,731 milhão, em 2018, considerando que nesse espaço aí nós também estamos na consolidação da expansão. Uma universidade que dobrou o número de vagas na graduação e aumentou praticamente em 50% o número de docentes e de técnicos.

Hoje em dia, a UnB não está só mais no Plano Piloto. É uma universidade que também está no Gama, Ceilândia e Planaltina e no ensino a distância. Aqui mostrando, então, o total do orçamento com e sem as emendas parlamentares. Lembrando que já este ano, nessa parte aí de emendas, nós tivemos o cancelamento de R$19 milhões de emendas. A Bancada nossa, do DF, teve o cuidado de colocar R$13 milhões em emendas de Bancada e esse valor foi cancelado recentemente, em março, por uma lei que passou recursos para os Municípios.

Aqui é o orçamento por grupo de despesa.

Então, em 2013. Considerando o pessoal, como o Prof. Reinaldo falou, a folha de pessoal realmente... Se a gente vê a curva aqui, a curva inicial, é uma curva crescente, apesar de um crescimento significativo – mas é uma curva crescente. Quando a gente abre esses dados, então a gente vê a curva de pessoal com um crescimento mais significativo, que também inclui aposentados e também inclui a expansão da universidade.

Então, mesmo havendo esse crescimento na curva de pessoal, nós temos que lembrar que os nossos salários, tanto dos docentes como dos técnicos, são os mais baixos talvez da Esplanada, e que também nós temos uma expansão nesse período. Então, se fizermos aqui a comparação dos salários dos técnicos e dos docentes com os das demais categorias de mesma área, nós vemos a discrepância salarial entre os nossos salários e os salários das demais categorias.

E também aqui então, nós vemos a curva laranja ali, a curva de outras despesas correntes, que é o recurso que nós utilizamos para pagar água, luz, telefone, todos os contratos, assistência estudantil. Então, está tudo ali nessa curva laranja, e nós vemos que sai de R$384 milhões em 2013 para R$230 milhões em 2018. E depois nós vamos abrir um pouco mais para mostrar quanto é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós estamos contribuindo com a arrecadação própria da UnB. Em 2016, então, nós temos R$379 milhões; em 2017 já há uma queda abrupta no total: R$209 milhões; e, em 2018, R$230 milhões.

Quanto à curva de investimento, como também foi salientada pelo Reitor Tourinho e pelo Reitor Reinaldo, o decréscimo é bastante significativo, saindo por exemplo, em 2013, de R$82 milhões para, em 2018, R$28 milhões. Se a gente observa só de 2016 para 2018, a gente vê uma queda de 50%.

Essa figura agora mostra o histórico só de investimento, com recursos totais. E aqui se discrimina o total, fonte do Tesouro – que é o recurso que é repassado pelo Ministério da Educação – e nossa arrecadação própria.

Os senhores veem que no total – só a curva total – há um decréscimo significativo. De 2013 para 2014 houve um aumento; depois a curva é decrescente; e, em 2017, R$55 milhões; e, em 2018, R$28 milhões.

Então, quando a gente fala em recurso de investimento, é importante que todos saibam que não é só a obra, é o recurso para o livro, é o recurso para o equipamento de laboratório, é o recurso para equipar toda a universidade. Então, qualquer equipamento que a gente vá comprar está aí no recurso de investimento.

Se a gente compara, então, o recurso do Tesouro com o recurso próprio – e recurso próprio é aquele recurso que nós arrecadamos –, nós vemos onde estão esses R$28 milhões previstos para este ano. Então, antes disso, vamos olhar a curva: quando a gente observa a curva, a gente vê que, em 2015, em 2016, há uma grande variação entre recurso do Tesouro e recurso próprio, ou seja o Governo estava contribuindo com a maior parte do recurso de investimento da universidade; e quando a gente chega em 2017, nós já contribuímos com maior recurso de investimento do que o Governo.

O que isso significa? Aquele recurso que é arrecadado pela universidade, pelos pesquisadores com projetos, que são recursos para nós ampliarmos a universidade, ampliarmos o investimento, nós estamos utilizando, então, para suprir aquele investimento básico devido pelo Ministério da Educação. Então, nós temos, em 2017, R$30 milhões de arrecadação própria utilizados para investimento da universidade; e, em 2018, R$20 milhões.

Provavelmente nós vamos ter que pegar parte desse investimento e colocar para custeio, para suprir as despesas básicas da universidade. Quer dizer, a universidade, que ainda está crescendo, que ainda está se consolidando, ela deixa de investir. Então nós deixamos de comprar livro – e isso vai ter impacto nas avaliações dos cursos também –, nós deixamos de comprar equipamentos de laboratório, deixamos de comprar computadores, deixamos de fazer obras necessárias para o funcionamento da universidade e também para sua ampliação, para suprirmos o nosso custeio básico, a nossa manutenção. Para 2018, se se observa ali, nós tivemos então um decréscimo, desde 2016, de R$47 milhões no recurso de Tesouro para R$25 milhões; e este ano, R$8 milhões.

O que aconteceu este ano de tão diferente? – para quem não sabe. Uma parte do recurso de investimento ficou no MEC, e o MEC, então, está distribuindo esses recursos com critérios que talvez o Weber aqui explique quais são esses critérios.

E agora o que nós tivemos então: uma retenção do recurso de investimento. E na semana passada nós tivemos a informação de que parte desse recurso de investimento da UnB – que são R$5 milhões, R$5,3 milhões – irão vir para universidade na forma de TED. O restante, são R$13 milhões de Bancada. Ou seja, nós tivemos R$19 milhões da Bancada de emenda constitucional retidos, R$19 milhões cancelados já; quer dizer que estavam retidos inicialmente e depois foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cancelados; e, desses R$19 milhões, nós teremos R$5 milhões de reposição. Espero que o Weber fale mais do que R$5,3 milhões, mas a informação até agora é a de que nós teremos o repasse de R$5,3 milhões, o que representa 27,8% do total retido ou já cancelado.

Vamos agora ver evolução do custeio. Então, na evolução do custeio, na Unb, de 2013 a 2018, há uma curva que oscilou, mas sempre oscilou para baixo, não teve umA oscilação para cima no total: de 2013, R$384 milhões; e aí chegando em 2018, R$230 milhões.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MÁRCIA ABRAHÃO MOURA – Abrindo esse dado, o que nós vemos? Em termos de recursos do Tesouro, nós saímos de R$105 milhões, em 2013, para um pico, em 2016, de R$217 milhões; caindo em 2017 para R$137 milhões; em 2018 se mantém em R$137 milhões.

Eu e o Senador Cristovam estávamos com o Ministro Mendonça Filho quando fomos informados de que – em audiência com o Ministro –, esse pico de 2016 foi um equívoco do MEC; e também o MEC tem falado isso sempre que tem oportunidade.

Com relação à arrecadação própria, quando nós vemos, existe uma queda também de 2013 a 2018. Mas, como nós podemos ver, hoje em dia a UnB quase está igualando o seu recurso total com a arrecadação própria, lembrando que, como lembrou aqui o Reitor Reinaldo, nós temos ainda uma limitação do que nós arrecadamos e do que nós podemos usar. A UnB hoje tem no banco, rendendo para os bancos, Reitor Reinaldo, R$100 milhões, que nós não podemos usar, que é o superávit que vem somando até 2017. Só em 2017 foram R$23 milhões. Qualquer fundo daria um dinheirinho para pagar um pouco mais das contas da universidade.

Então, nesse aspecto realmente o Legislativo pode ajudar muito. O Senador Cristovam tem um projeto de lei para liberar a arrecadação própria das universidades, e uma PEC – ele acabou de me falar que ele vai falar em seguida sobre ela. Acabou que ele não conseguiu registrar a PEC, mas ela já está pronta, já foi apresentada; a PEC está pronta, já foi apresentada, mas por questão da intervenção no Rio, então, não se pôde dar andamento a essa PEC. É muito importante para as universidades nós termos o avanço nesse projeto.

E aqui é só um resumo – eu já passei um pouco do tempo –, então, da nossa estimativa de despesa de funcionamento. É importante, porque nós temos parte da nossa comunidade aqui presente. Então, é importante ver isso. Esta apresentação, nós já a fizemos três vezes, sendo duas vezes de forma pública, para a comunidade, e também nos colegiados; e ela está pública no portal da UnB.

Então, o nosso custo mensal estimado para 2018 está em R$17,8 milhões. Estava menor... Estava maior em 2017, lembrando que – eu vou voltar aqui um pouquinho – essa variação orçamentária... Nós assumimos a administração da UnB em novembro de 2016, e o Orçamento já estava no Congresso quando nós assumimos. Infelizmente a administração anterior da UnB não nos passou esses dados e também não fez um planejamento para 2017, considerando a situação orçamentária de 2017; muito pelo contrário, manteve os contratos muito elevados, muito acima dessa capacidade da universidade. E aí nós já tivemos que fazer ajustes em 2017; e em 2018 também estamos continuando com esses ajustes, que poderiam ter sido feitos já desde 2015, 2016 quando se via a situação orçamentária da universidade.

Então, como a gente vê aí, a maior parte da nossa despesa é com contratos que incluem as empresas terceirizadas. Isso dá aproximadamente 80% das nossas despesas. Então, são R$144 milhões de despesa com contratos.

Não vou detalhar esse gráfico aí, não, porque já passei do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, com base nisso, nós estimamos um déficit, em 2017, de R$107 milhões. Já reduzimos este ano para R$92 milhões, mas é praticamente enxugar gelo porque ainda há os apostilamentos anuais e o crescimento normal que a gente precisa ter na universidade. Nós não podemos parar a universidade.

Com base nessa situação, nós temos tido estratégias para mudar esse cenário. Uma estratégia é tentar aumentar as receitas. Então, nós temos ido ao Ministério também até para tentar aumentar o nosso orçamento. E internamente o que temos feito? Tentando que aquela parte da arrecadação própria não pode ser toda usada. Então, às vezes, também como se fala: a UNB tem um alto orçamento de investimento, tem um alto orçamento de recursos próprios. Não é assim, porque muitos desses recursos entram para atender aos projetos dos docentes, são recursos que o professor da UNB consegue captar com projetos, são recursos que nós captamos com aluguéis. Então, eles não estão automaticamente disponíveis para utilização.

Então, estamos trabalhando para aumentar recursos que possamos usar. Então, este ano, tentando aumentar na faixa de R$50 milhões, e redução de despesas de R$39,8 milhões, que dá 90,6 milhões e, mesmo assim, temos que passar uma parte das despesas para 2019, para tentar fechar o ano.

Tivemos com o ministro, o novo ministro Rossieli, que foi muito atencioso conosco, e se dispôs a, em setembro, dependendo da nossa capacidade de arrecadação própria, suprir uma parte dessa arrecadação própria com recursos nossos de *superávit,* que a UNB gerou, então não são recursos vindos de outra fonte, são recursos que a UNB gerou, em 2017, e que estão como *superávit,* irá conversar conosco em setembro.

Acho que é importante também falar um dado que não está ali, que é com relação à assistência estudantil. O orçamento do PINAS, de 2014 para 2018, saiu de R$25 milhões para R$30.598 milhões; de 2017 a 2018, praticamente o mesmo valor de R$30 milhões.

Como foi lembrado aqui pelo reitor Tourinho e pelo reitor Reinaldo, estamos numa situação de aumento da situação de vulnerabilidade socioeconômica dos nossos estudantes. Mesmo assim, mesmo com essa dificuldade, a UNB, em 2016, tinha 5.635 estudantes participando da assistência estudantil e, em 2017, 6.267, e este ano aumentamos ainda mais o número de participantes na assistência estudantil. Então, uma parte desses recursos vêm da nossa arrecadação própria também, que estamos utilizando para suprir a assistência estudantil, que tem necessidade e não podemos deixar de atender nossos estudantes da assistência estudantil.

Também reabrimos o edital para indígenas, que estava fechado há quatro anos. E entramos com um novo programa na UNB, que é o auxílio creche, porque entendemos que temos que dar assistência para as mães que têm vulnerabilidade socioeconômica.

Então, é importante ter todo esse panorama e ver a necessidade, como foi falado aqui, de não encolhermos, mas ampliarmos as universidades e que não nos furtamos, em nenhum momento, a fazer gestão eficiente, que fazemos, estão aí nossos indicadores de qualidade, e também estamos dispostos, e temos feito, a arrecadação própria.

A UNB recentemente aprovou uma resolução de doações que vai permitir que a universidade tenha mais tranquilidade para receber doações, mas nada disso exime o poder federal da sua responsabilidade constitucional.

Então, eram essas as informações e me desculpa se eu passei do prazo.

Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Professora, nós que agradecemos, sobretudo a colocação de estratégias para superar a situação que atravessamos.

Passo a palavra, agora...

É a vez do professor Weber? (*Pausa.*)

Antônio Alves, então, por favor.

O SR. ANTÔNIO ALVES NETO – Bom dia a todos e a todas. Agradeço o convite pela Federação.

Primeiro eu queria fazer uma correção. Eu não sou professor, não tenho o título de professor, mas toda vez que venho fazer um debate o Senador Cristovam Buarque insiste em me chamar de professor. Sou educador, na acepção da palavra, até pela função que desenvolvo no movimento sindical, mas também por atividade pessoal, mas não carrego o título de professor.

Quero saudar a iniciativa do Senador, quero saudar os companheiros da Mesa de debate, em nome da Profª Márcia, da UnB, que tive a oportunidade de conhecer na semana passada, numa audiência da CAD da UnB, e informar que a Fasubra, que é a Federação de Sindicatos das Universidades Públicas Brasileiras, está passando por um processo de transição na sua direção. Nós saímos de um congresso, dia 10 de maio, que elegeu uma nova direção. Aqui no Senado estão presentes alguns companheiros da gestão passada da Fasubra e da atual gestão: o companheiro Paulo Vaz, o companheiro Jupiara, o companheiro Mauro. Neste momento, eu estou assumindo a coordenação geral da Federação, no lugar do companheiro Rogério Mazzola, que era para estar aqui na Mesa, mas que infelizmente foi acometido de um problema de saúde depois do congresso da Federação.

Em virtude disso, o debate que a gente quer trazer aqui para todos os ouvintes desta Mesa é que, para nós, a crise da universidade pública brasileira é eminentemente política. Nós que vivemos o período da defesa da universidade pública, na década de 90, quando houve um grande ataque, por parte do governo Fernando Henrique Cardoso, no desmonte das universidades públicas federais e na tentativa da expansão das universidades privadas no País, a entrega inclusive da educação pública superior às iniciativas privadas deste País, estamos vendo o resultado desse processo neste Governo atualmente. Foi um ataque frontal a que nós resistimos. Todo o processo feito contra as universidades públicas e, posteriormente, na mudança do governo, o projeto de expansão que se apresentou, em 2006 até 2011, 2012, não acompanhou também o processo de financiamento da universidade, como foi colocado aqui.

Talvez esse seja o grande problema das universidades públicas. A gente discute hoje no País qual é de fato o projeto político que este País tem para a educação pública superior. A questão da educação pública superior é uma questão de estratégia para um país, como já foi apresentado aqui pelos leitores que me antecederam, com os gráficos apresentados. Fica parecendo que é um problema de gestão ou de financiamento das universidades, mas é uma questão de estratégia política o que a gente quer do ensino superior das universidades públicas do País. Se um governo não tem uma política de estratégia, a tática é sucatear e desmontar a universidade pública, como ocorreu na década de 90 e como vem ocorrendo agora neste processo com este Governo.

Não adianta pensar em expansão sem pensar o financiamento da universidade pública. Não adianta pensar na entrada de setores da sociedade, como negros, quilombolas, indígenas na universidade pública se você não pensar como financiar a permanência desses segmentos dentro da universidade. Isso porque a acessibilidade à universidade pública é uma coisa que todos os segmentos deste País, bem instruídos, conseguem, mas a permanência é o segundo problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro da universidade. Então, eu acho que é esse o debate que a gente vem trazer, pensando universidade pública no País, pensando um projeto de Nação, de universidade pública, de ensino superior neste País.

O desmonte que ocorre hoje na UnB... E, particularmente, no debate do CAD, a Fasubra se coloca à disposição para esse debate com os companheiros da UnB e também se coloca à disposição com o Prof. Tourinho, da Andifes, pois queremos discutir projeto de universidade e mostrar que técnico administrativo pensa universidade pública. Precisamos debater qual o modelo de universidade pública que queremos para este País. Nós queremos apresentar um projeto que a Fasubra discute há anos. Infelizmente, nós estamos hoje discutindo, tanto no processo da Câmara como no processo do Senado, a contramão do avanço e da defesa do ensino superior público no País. Eu acho que é a isso que nós temos que nos agarrar, buscando a unidade de determinados segmentos que pensam a universidade pública para fazer essa defesa da universidade, para buscar para além de recursos para a universidade pública, para pensar um projeto com começo, meio e fim de universidade pública no País. Senão, o que vai acabar ocorrendo é o que justamente o Professor Centoducatte colocou aqui: a fuga de cérebros das universidades públicas, não investimento na ciência e na tecnologia no País, perda de estudantes.

Está comprovado pelos gráficos que foram apresentados aí que os gestores e os trabalhadores das universidades públicas conseguem gerir e tocar a universidade pública com a quantidade de recursos que é expressado às universidades. Então, não é um problema de administração de universidade pública, não é um problema de desenvolvimento do trabalho na universidade pública, porque os gráficos aqui mostraram o crescimento na graduação, na pós-graduação, no atendimento da universidade pública, na questão da ciência do País, mas é um problema, evidentemente, de uma política de um Governo que não pensa um modelo de universidade pública para o País. Eu acho que é esse o debate que nós temos que fazer para que não haja o sufocamento da universidade pública. E não é um debate interno, mas é um debate extramuro, é um debate que precisamos fazer com a sociedade do País. O que está por vir é a entrega da universidade pública para empresas privadas que possam se utilizar desse espaço e dos cérebros das universidades para pesquisar e gerar mais lucros para essas empresas. Temos que colocar esses elementos como centro do debate. Senão, fica parecendo que é apenas um problema de investimento ou um problema de quem gerencia a universidade. Tanto não é que sentimos o ataque que os gestores das universidades sofreram no último período, inclusive, com o questionamento de alguns reitores de universidades deste País. Então, esse debate é central para pensar a universidade, para pensar modelo, para pensar uma questão que é a longo prazo, não é uma questão que você resolve a curto prazo. A curto prazo, você resolve a questão do investimento.

Precisamos estar juntos para isso. Não é à toa que discutimos com a nossa categoria em todo o País, todos os trabalhadores das universidades públicas, que as greves colocadas hoje dos técnicos administrativos não são greves específicas em defesa de salário, não são greves específicas na questão dos trabalhadores, mas são greves para pensar a defesa da universidade pública deste País. Se não pensarmos em fazer greve que movimenta a sociedade e faz o debate tanto aqui, dentro do Parlamento, quanto fora dele, nós não vamos avançar na defesa da nossa universidade pública.

Eu acho que o desafio maior inclusive é congregar com as universidades públicas também do Estado que sofrem do mesmo mal. Se a gente pegar a Universidades Estadual do Rio de Janeiro, o total desmonte que foi feito na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, e as universidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaduais do Nordeste deste País que vêm sofrendo um processo de sufocamento de investimento por parte dos governos dos Estados, não é muito diferente do que acontece hoje na UnB, que é a expressão maior do sufocamento das universidades federais deste País.

Então, precisamos pensar um modelo. Eu acho que até uma mesa aqui, no Senado, Senador, se me permite, para convidar os companheiros da Estadual do Rio de Janeiro, os companheiros da estadual do Nordeste, da Paraíba, em especial, para podermos debater essa questão.

Eu estava conversando com o Prof. Centoducatte. Hoje, nós enfrentamos uma greve em São Paulo. Os companheiros da Universidade Estadual de Campinas, da USP e da Unesp atravessam uma greve hoje do oitavo dia. Aliás, estou vindo de uma mesa que ocorreu ontem na Unicamp. Saúdo os companheiros da Unicamp que estão em greve e ontem fez uma ação concreta contra o reitor antidemocrático da universidade. Nós estamos vivendo um processo real na Universidade Estadual de Campinas e queremos fazer esse debate. É fundamental que congreguemos então essas experiências que nós estamos vivendo para que nós possamos debater um real planejamento estratégico de modelo de universidade pública neste País porque vai além dessa crise.

Portanto, para nós, a crise não é das universidades, não é dos reitores, não é dos trabalhadores da universidade, não é dos três segmentos na universidade; é uma crise eminentemente política, gerada por diversos governos que atravessaram este País, e vem consolidar com este Governo agora, inclusive implementando a PEC do congelamento que retira os recursos das universidades públicas, e o resultado é esse que nós estamos assistindo nesta mesa.

Então, saúdo os companheiros da mesa e digo que a Fasubra se coloca à disposição para pensar esse projeto, para pensar projetos de lei que a gente possa passar nesta Casa e vamos colocar toda a nossa força não só política, de construção política...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO ALVES NETO – ... de projeto, mas a nossa força física dos trabalhadores das universidades para virem fazer pressão nesta Casa dos projetos para inclusive termos mais financiamentos por parte do Governo para as universidades públicas do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito obrigado, Antônio Alves.

Eu passo a palavra a Weber Gomes.

Quero dizer que, quando eu falar, vou mostrar que aceitei sua sugestão e vou propor uma audiência para discutir um novo projeto de universidade e não nesta Comissão de Educação, mas na Comissão do Futuro, que é uma das comissões do Senado – eu acho que aí pode ter mais impacto –, ou nas duas juntas.

Prof. Weber, por favor.

O SR. WEBER GOMES DE SOUZA – Obrigado, Senador Cristovam.

Bom dia a todos.

Queria inicialmente parabenizar o senhor, Senador, pela iniciativa de propor esse debate público. Queria cumprimentar aqui os reitores, o representante dos funcionários, os demais membros da comunidade acadêmica, servidores que acompanham esse debate.

A apresentação que nós trouxemos do MEC, nós vamos dividi-la em duas partes. Então, Senador, peço licença para o senhor para que o nosso colega Wayne, que é Coordenador Geral de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gestão e Orçamento do MEC, faça as considerações iniciais da nossa apresentação, falando mais dos aspectos macro do orçamento do MEC, e após eu complemento, entrando em detalhes das universidades federais.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – Durante o mesmo tempo dos outros?

O SR. WEBER GOMES DE SOUZA – Isso, o mesmo tempo. É só para a gente dividir a apresentação em dois blocos.

Obrigado.

O SR. FRANCISCO WAYNE MOREIRA – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, em nome da Mesa.

A primeira coisa que eu quero dizer é que todos nós estamos juntos aqui, juntos para uma educação maior e melhor. Esse é o motivo de todos nós e de todas as entidades estarmos aqui.

E a gente não tem dúvida de que educação é importante por si só e também por aspectos macroeconômicos, pois ela gera PIB, gera renda, gera produto. Educação e tecnologia geram todas essas variáveis.

Nós temos que frisar alguns aspectos importantes que têm acontecido com o Brasil. Desde 2014, nós estamos num cenário fiscal de resultado primário negativo – desde 2014. E a partir de 2015, o nosso resultado primário passa a ser negativo de três dígitos. Então, nós temos um cenário fiscal de resultado primário – de necessidade de financiamento do setor público – bastante complicado, negativo, por volta de R$450 bi negativos. Isso quer dizer que nós estamos criando dívida. Nós não conseguimos pagar os juros e a ainda criamos dívidas. Esse é o cenário fiscal brasileiro desde 2014.

E nós temos duas variáveis importantes legais. Uma, sempre na LRF, e outra que surgiu com a Emenda 95. São duas variáveis que a gente tem sempre que levar em conta e nunca pode esquecer.

A primeira variável é que, na LDO, temos lá a meta de resultado primário. A LRF mandou colocar na LDO, e nós temos que cumprir anualmente essa meta que é colocada lá na LDO, meta de resultado primário que inclusive tem sido negativa desde 2014. E nós temos também uma outra variável superimportante que é agora a Emenda 95, que é o teto de gastos. Desde 2017, ela mudou o tratamento de vários componentes do Orçamento – doação, convênio, inclusive receita própria.

Dentro desse início de fala, porque é importante contextualizar, a gente queria também colocar alguns números – e a gente é solidário a todos os números que foram colocados aqui. É uma situação bastante complexa, a gente vê que é uma situação bastante complexa. A gente queria colocar que o limite do MEC geral, discricionário... Em 2014, a gente tinha R$26 bi; em 2018, a gente tem R$22,6 bi. Quer dizer que de 2014 para cá a gente perdeu R$3,4 bi. Então, é um cenário fiscal que impacta em todas as entidades da Esplanada. Quem está no OGU recebe esse impacto, ninguém foge desse impacto. Então, nós temos uma queda de R$3,4 bi no nosso limite desde 2014, que são os resultados primários deficitários sucessivos.

Um outro ponto a gente queria colocar com relação às universidades federais dentro do MEC: em 2014, a gente tinha de discricionários 7,2; em 2018, a gente deu 6,4. Realmente houve uma queda, mas muito menor, proporcionalmente, do que a queda do MEC. Quer dizer, nós temos uma diretriz firme dentro do MEC em preservar as universidades e os institutos federais. Pelos números, a gente vê claramente que não é proporcional; é muito abaixo inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação a só custeio das universidades federais, eu acho que cabe aqui uma conceituação do que é custeio. Custeio é aquele valor que é para o funcionamento, para a manutenção; para deixar a entidade funcionar, apesar de não haver nenhum ganho de benefício para universidade; mas ela consegue funcionar, trazer os gastos para sua manutenção. Então, são os gastos de funcionamento o custeio. Em 2014, as universidades federais tinham 5,2 bilhões para esse custeio, para esse funcionamento – tudo em valores nominais. Em 2018, subiu para 5,9 bilhões. Então, houve aí um incremento de 700 milhões no custeio das universidades, apesar da nossa queda do nosso limite de empenho – perdemos 3,4 bi no nosso limite de empenho, mas temos de custeio a mais para as universidades 700 milhões. Então, mais uma vez a gente enfatiza: nós temos uma diretriz de apoiar o funcionamento das universidades, mesmo que isso não seja um ganho em investimento; mas, em funcionamento, a gente está permitindo que isso aconteça mesmo com a nossa queda de limite de empenho.

Um outro ponto que cabe também colocar com relação ao MEC total é que de pessoal, em 2014, a gente tinha 42 bi; em 2018, nós temos 66 bi de pessoal. Quer dizer, houve um incremento de pessoal em todo MEC de 24,5 bi – lembrando que pessoal entra no teto de gastos; é primário e entra no teto de gastos. E o discricionário, em 2014, nós tínhamos 26 bi; em 2018, 22 bi. Então, nós tivemos uma queda de 3,4 bi, como nós já falamos. Então a gente vê que pessoal aumentou 24 bi e discricionário caiu 3,4 bi. Com relação às universidades, o incremento de pessoal de 2014 para 2018 foi de 12 bilhões. Então, a gente vê que pessoal tem sido uma variável que tem consumido o nosso espaço orçamentário, por causa da Emenda 95, que limitou o gasto primário – e pessoal também é primário.

Com relação à limite de pagamento, nós temos preservadas às universidades todo o valor liquidado. Ou seja, todo valor que está pronto para pagamento tem sido transferido para as universidades. Então, com relação ao financeiro, 100% da liquidação tem sido transferida para as universidades – tudo que está pronto para o seu efetivo pagamento –, mesmo o MEC tendo um limite de pagamento de somente 18 bi e tendo uma despesa total para pagar de 32 bi. Então, a gente percebe claramente que nós temos uma diretriz em preservar ao máximo, no que a gente consegue, as universidades e os institutos federais.

Cabe destacar só mais um ponto interessante: a LRF diz que, a cada dois meses, vai haver a avaliação do resultado primário. Então, a gente é refém da arrecadação; a gente não tem como determinar se, até o final do ano, vai continuar o mesmo cenário. Nós dependemos da condição da arrecadação do Brasil, que está atrelada ao resultado fiscal e à Emenda 95.

Por último, só uma palavrinha sobre as fontes próprias. Nós damos as mãos a tudo que foi dito aqui. O Ministro Mendonça, no ano passado, mandou dois ofícios, para os Ministros da Fazenda e do Planejamento, para a gente rever esse posicionamento das receitas próprias. Então, a gente também acha que há um espaço para a gente melhorar o tratamento da receita própria. Então, o MEC tem total entendimento de que há esse espaço de discussão, de entendimento desse tratamento.

Era isso que a gente queria colocar.

O SR. WEBER GOMES DE SOUZA – Obrigado, Wayne.

Continuando aqui nossas considerações, acho que é muito importante ressaltar – assim como foi colocado de maneira muito clara, muito elucidativa pelo Wayne – que o orçamento das universidades federais, obviamente que na medida das possibilidades do Ministério, tem sido preservado e tem sido tratado como uma prioridade. Quer dizer, hoje o orçamento das universidades federais, da rede de universidades e da rede de institutos federais corresponde a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cerca de 60% do orçamento do Ministério. O Ministério também fomenta políticas para educação básica, enfim... Então, é muito importante ressaltar que o gasto do MEC com as universidades federais e com os institutos historicamente é uma das prioridades do Ministério.

Então, até pegando um gancho naquilo que já foi falado aqui pelos reitores, a situação atual do orçamento e finanças das universidades federais segue a trajetória da atividade econômica e, consequentemente, da arrecadação fiscal do Governo. Não há nada diferente disso. Não há nada deliberado por parte do Ministério da Educação para reduzir o orçamento das universidades federais. Muito pelo contrário: assim como colocado aqui tecnicamente pelo Wayne, existe, sim, uma priorização; o Ministério tem tentado se esforçar para absorver os ajustes no orçamento de maneira a preservar no máximo possível as universidades federais. Quer dizer, quando se diz que o MEC deliberadamente asfixia o orçamento das universidades federais, isso é uma informação, é um dado que tecnicamente é completamente falso. Então, acho que é muito bom esclarecer isso para que fique claro para toda a comunidade.

Com relação ao orçamento das universidades federais, a importância do processo de expansão que veio do programa Reuni é inegável, mas, de qualquer forma, ele levou a uma expansão do gasto público tal que, em sete anos, o orçamento das universidades federais praticamente dobrou. Então, a importância do programa Reuni e da expansão que promove é inegável – a gente reconhece isso –, mas obviamente essa expansão levou a um nível de obrigações fiscais e orçamentárias do Estado que, a partir do momento que você sofre uma desaceleração econômica, isso leva a um impacto imediato ao orçamento das instituições. Então, eu acho que é bom contextualizar esse dado, para que a gente saiba lidar com a realidade de maneira corretamente contextualizada.

Essa expansão do sistema, assim como foi trazido aqui, duplicou o número de alunos, o número de programas de pós-graduação, mas não necessariamente essa expansão acabou se traduzindo em níveis de resultado acadêmico correspondentes a essa expansão. Então, a gente ainda tem na rede inúmeros indicadores que mostram baixos níveis de conclusão de curso, níveis altos de evasão em inúmeros cursos.

Então, quer dizer, a partir do momento em que você expande o sistema e você tem uma trajetória de crescimento de gastos, obviamente que qualquer organização pública ou privada, qualquer organização sistêmica vive de ciclos. Então, você tem um ciclo de expansão, você tem um nível de estabilização.

Então, hoje, quer dizer, os dados que nós temos na mão é de que a expansão feita nas universidades federais... E aí, trazendo um pouco para o contexto econômico e fiscal que nós temos, nós ainda precisamos aí de talvez dez anos para poder estabilizar e concluir de maneira efetiva a consolidação dessa expansão, que foi iniciada acho que em 2007/2008.

Então, nós expandimos o sistema, tivemos aí aumento significativo de matrículas, de cursos. Mas, até mesmo motivados pelo cenário econômico e fiscal, acho que agora o sistema precisa olhar um pouco para dentro de si. E aí, nós temos trabalhado incondicionalmente com a Andifes, com os fóruns que compõem a Andifes, para que a gente possa de maneira efetiva...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEBER GOMES DE SOUZA – ... ter um maior ganho de eficiência e efetividade nas políticas capitaneadas pelas universidades federais.

Então, eu apontei aqui alguns exemplos de correção de rumo que nós podemos propor e discutir com as universidades federais. Quer dizer, nós ainda temos muitos cursos, muitas ofertas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de cursos, inclusive propostas a partir do Reuni, que estão de certa maneira descoladas da realidade local dos Municípios que receberam esses cursos.

Então, é preciso que a gente olhe efetivamente o alinhamento da oferta de cursos com a vocação econômica e social local para que a gente tenha eficiência e efetividade na geração de conhecimento e que isso se traduza em desenvolvimento econômico e social para as regiões.

Nós vemos que temos inúmeros exemplos também na rede de composições organizacionais que trazem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEBER GOMES DE SOUZA – ... uma dificuldade de gestão. Por exemplo, temos inúmeros *campi* que foram criados a partir do Reuni que estão distantes a 600km, 700km, até 1.000km da sua sede, enquanto estão a 50km, 60km, 70km de uma sede de uma outra universidade.

Então, acho que é preciso que a rede também discuta internamente a organização administrativa e gerencial das suas unidades porque nós temos ainda muitas distorções que aumentam os custos, dificultam a efetiva gestão dessas unidades. E isso é, a gente vê que não são poucos os casos de *campi* que estão distantes de suas sedes e que podem ter aí um reordenamento da organização administrativa.

Temos também trabalhado e discutido com a Andifes a questão de indicadores de desempenho gerencial e acadêmico das universidades. Inclusive, algumas propostas que já vinham sendo debatidas na própria Andifes com relação a um aprimoramento da matriz orçamentária. Então, a diretriz do Ministério é a de que a gente, cada vez mais, privilegie, no momento da distribuição dos recursos, o desempenho acadêmico administrativo das universidades.

Um outro tema que eu acho que a gente precisa lançar no debate – obviamente que é um tema sensível, um tema que precisa ser amplamente discutido – é a questão das alternativas de financiamento. Fala-se muito nessa questão dos recursos próprios, assim como já falado pelo Ênio e de outras vezes a gente já falou também. Quer dizer, o Ministério posiciona-se favoravelmente à questão do tratamento diferenciado para as fontes próprias das universidades federais. Inclusive, assim como dito pelo Ministro Rossieli numa audiência na Câmara – acho que há uma ou duas semanas -, desde que isso seja atrelado a indicadores de desempenho. Então, somos favoráveis a dar um tratamento diferenciado, a dar, realmente, condições para que as universidades captem mais recursos e que esses recursos estejam, na medida do possível, disponíveis para a utilização, mas desde que, também, sejam pactuados indicadores de desempenho correspondentes a esse aumento de recursos.

Acho que já passei um pouco do meu tempo, mas gostaria, rapidamente, de falar de algumas iniciativas que a nossa gestão vem tomando no sentido de aprimorar, de melhorar, o gerenciamento da rede. Nós assumimos no final de 2016 e, para o orçamento de 2018, fizemos a atualização da matriz Andifes, a matriz de distribuição dos recursos. Nessa matriz, os indicadores acadêmicos gerenciais estavam defasados desde 2014 e nós promovemos, de maneira extremamente transparente e colaborativa com a Andifes, a atualização dessa matriz orçamentária. Então, o orçamento de 2018 foi alocado, nas universidades, com indicadores mais recentes do Censo, dos programas de pós-graduação da Capes, enfim, todos os indicadores acadêmicos gerenciais mais recentes foram utilizados para a distribuição dos recursos em 2018. Quer dizer, nós chegamos a 2016 e esses indicadores estavam defasados desde 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós promovemos, em 2018, no momento da alocação do orçamento, uma diretriz que nós chamamos de equalização da matriz. Então, quer dizer, tivemos uma diretriz para que nenhuma universidade tivesse um orçamento de custeio menor do que a dotação autorizada em 2017. Essa equalização, em termos de valores, custou em torno de US$200 milhões para que nenhuma universidade ficasse com um orçamento de custeio menor do que o autorizado inicialmente em 2017. Então, é uma política importante e é bom que a comunidade saiba que temos privilegiado, que temos tratado com total prioridade o orçamento das universidades federais e, no momento da elaboração da matriz, que nós estabelecemos essa diretriz.

Nós fizemos...O Ministério promoveu uma alteração no decreto que estabelece o banco de professores equivalentes das universidades para que tenhamos possibilidade de gerenciar esse banco por dentro. Então, quer dizer, as universidades têm um banco de referência que compõe ali a autorização para a contratação de sua força de trabalho docente, mas, quer dizer, esse banco tem, Senador, posso dizer assim, um nível de ociosidade histórica. Quer dizer, não é ociosidade no sentido negativo, mas até por conta da dinâmica de aposentadorias, enfim, dessa dinâmica de contratação.

Historicamente, as universidades, o sistema como um todo, não consegue e não tem condições de efetuar contratações plenas dos docentes a que estão autorizados. Então, a gente permitiu que, em comum acordo com as universidades – e isso é bom que fique acertado – , a gente possa promover alterações de gerenciamento desse banco para atender situações mais emergentes. Então, por exemplo, nós temos uma situação em que uma determinada universidade pode ter um nível de autorização para contratação de professores, sei lá de 300, de 350 professores, enquanto uma outra determinada universidade pode estar em uma situação em que, por conta de dois, três, cinco professores, tenha a iminência de fechar um curso. Então, nós permitirmos que, agora, o banco de professores seja gerenciado em comum acordo com as universidades, sob a coordenação do MEC, para que a gente possa ter uma otimização da força de trabalho docente de maneira a equilibrar o sistema.

Um outro ponto que a Reitora Márcia trouxe e que acho que é importante a gente compartilhar é que nós tivemos uma decisão, no orçamento de investimento de 2018, de trazer uma parte importante dos investimentos para gerenciamento do MEC. Então, o gerenciamento desses recursos de investimento tem sido feito com totais critérios objetivos. Então, as universidades têm acompanhado diariamente o nosso trabalho de gerenciamento, de discussão de critérios objetivos, de maneira a privilegiar empreendimentos, especialmente obras, que tenham aí um nível de conclusão mais próximo do fim a que se relacionem diretamente, às salas de aula e ao laboratório, que tenham um nível de gerenciamento, de acompanhamento, por parte das universidades, mais satisfatório. Então, isso nós entendemos que contribui bastante para o efetivo gerenciamento e para a melhora da tomada de decisão com relação a investimentos, especialmente de obras.

Essas são as considerações. Sei que a gente extrapolou um pouco o tempo, mas agradecemos aí e estamos à disposição para o decorrer do debate.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito obrigado.

Quero, agora, dizer que temos diversas perguntas vindas do público que vou colocar e deixar para que vocês possam, depois, responder, enquanto eu falo um pouco, dou as minhas respostas e faço minhas perguntas depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira é de Georges Martins, de Goiás: "A privatização e/ou o pagamento do ensino superior cria dependência em relação ao mercado e à academia. O ideal seria a autonomia, via financiamento público, com maior abertura para as pesquisas aplicadas que pudessem gerar fundos para a universidade. Gostaria de ouvir a opinião de vocês".

Não privatiza, mas permite à universidade orientar suas pesquisas também como forma de gerar fundos.

Marcelo Emanuel, do Mato Grosso do Sul: "Não sou favorável à privatização das universidades federais porque são as instituições que, praticamente, geram a produção científica do Brasil e possuem excelente qualidade educacional. Sou a favor, sim, de cobrar dos mais ricos os estudos na universidade pública".

Antony Marques, de Minas Gerais, diz: "É engraçado que ninguém fala da falta de estrutura do ensino fundamental. Um aviso: não se constrói uma casa pelo telhado. Mais investimento na educação de base" – e ele diz o que eu não diria – "e menos na educação superior. Eu ficaria só no mais investimento na educação de base, mais na educação superior, dizendo de onde tirar".

Simplesmente propor isso aqui, como eu estou dizendo. Ele não, ele está sendo correto, mais na educação de base e menos na educação superior. Ele está correto do ponto de vista aritmético. O que eu estou dizendo eu acho que é correto do ponto de vista educacional, mas, para ser correto do ponto de vista aritmético, eu tenho que dizer de onde esse dinheiro deve sair.

Gregory da Silva, do Rio Grande do Sul: "Acredito que uma educação deve ser encarada como uma coisa só, de modo que, mesmo os investimentos em altos níveis acadêmicos sejam sentidos nos níveis mais elementares da educação brasileira. Dessa forma, poderíamos evitar a limitação do avanço tecnológico em áreas mais sociais".

Hugo de Lima, do Rio de Janeiro: "As federais têm grandes estruturas e corpo docente em excelência. Deviam oferecer cursos de pós-graduação pagos pelo mercado. Deveriam ser gratuitas para quem realmente não pode pagar e, para quem pode, deveriam ser contados cursos de graduação".

A Rosângela Silvestrim, do Rio Grande do Sul: "As universidades federais não devem ser privatizadas. Pelo contrário, a educação deve ser pública, para todos terem acesso. O financiamento deveria vir da tributação do petróleo extraído e da tributação das grandes fortunas".

O Wagner Vitor, do Pará: "Apoio a ideia de privatização da universidade aos que tenham condições de pagar. Os que não têm, devem ser subsidiados, como atualmente".

Cláudia Saldanha, do Rio de Janeiro: "Como exigir do Governo prioridade para a educação? Qual é a verba que de fato é destinada à educação? Quantos por cento para as universidades federais? Impossível continuarmos aceitando este sucateamento da educação como meros expectadores, nos valendo de argumentos puramente virtuais".

Essas são as perguntas que vieram.

Eu quero fazer alguns comentários.

Ao Professor Tourinho, eu quero lembrar que logo no começo o senhor falou que nós temos 18% da população, creio, em geral, no ensino superior...

O SR. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO (*Fora do microfone.*) – De 18 a 25 anos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – De 18 a 25, 18%, e a Argentina tem 30%, mas eu quero lembrar que, na Argentina, 68% terminam o ensino médio e, no Brasil, por um número que eu levantei aqui, só 43.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não vamos chegar lá, nos 30% da Argentina enquanto não chegarmos em 80% terminando o ensino superior.

Aumentar vaga. Aí, eu faço aqui uma pergunta: a nossa estratégia hoje é aumentar vagas ou é aumentar o número dos que terminam o ensino médio e melhorar a qualidade da educação de base? Ou as duas coisas? Mas qual vem antes, aumentar vagas no ensino superior ou aumentar o número dos que terminam a educação de base? O que exige lá, atrás, resolver os 13 milhões de adultos analfabetos, entre os quais poderiam estar, certamente estão, alguns gênios, se entrassem na universidade, e a gente os está jogando fora.

Uma pergunta sobre abandono, porque eu vi que é até menor do que eu estava imaginando: existem alunos abandonando a universidade, porque não conseguem acompanhar o curso?

Sabemos que alguns estão abandonando porque não têm recursos para se manter, diante da falta de apoio. Mas existem alunos que estão abandonando porque não conseguem acompanhar, sobretudo nos cursos de Engenharia, por exemplo?

Concordo bastante com a expressão de que não se deve tirar dinheiro da educação superior para a educação de base, nem o contrário também. Nós temos que buscar dinheiro para a educação de fora da educação. Depois, eu vou propor algo sobre isso.

Agora, ao mesmo tempo em que eu concordo, quero dizer que não vejo muita luta da comunidade universitária para aumentar recursos para a educação de base também. Ou seja, lutar, sim, por mais recursos para o ensino superior, que está sendo asfixiado; mas não deixar de lutar também pela educação de base. Eu gostaria de ver mais envolvimento.

Pergunto se o senhor acha que faz falta essa luta da universidade pela educação de base; se não faz falta; se de fato estão lutando e eu não estou vendo, ou se não tem nada a ver.

Quanto ao Professor Reinado, eu gostaria de saber qual é a relação entre concluintes e matriculados. A matrícula tem aumentado, foi mostrado; os concluintes estão aumentando também. Mas a relação entre concluintes e matriculados tem aumentado ou diminuído? A derivada, como o senhor falou.

É preciso capitar recursos de fora. Eu gostei de ver uma certa identidade no sentido de que é preciso, sim, deixar que as universidades captem e usem os recursos que captem. É um absurdo como disse o Professor Reinaldo que a universidade capta e não usa. A Professora Márcia já me disse isso algumas vezes e é uma coisa absurda.

Em Governo que diz que faltam recursos no geral não quer incentivar as universidades a buscarem recursos, porque se recolhem recursos vai para o Tesouro. Isso é um absurdo.

Ela lembrou: eu tenho uma PEC para a qual eu consegui assinaturas suficientes, e isso não é fácil, mas que lamentavelmente com a intervenção federal no Rio de Janeiro, eles não estão nem recebendo essas propostas, porque a Constituição proíbe discutir emendas constitucionais durante intervenções. Vamos ter que esperar mais alguns meses.

Quanto ao Antonio Alves, eu gostei muito que você falou que falta uma política para a educação. Vai ser difícil convencer o Brasil a colocar mais dinheiro em um setor que não tem uma política que a população aceite, queira. Vai ser difícil.

Ela não está vendo. E ela não está vendo, porque não está vendo como serve, como a gente viu em algumas perguntas que falam da universidade para os ricos e a universidade dos pobres, mas também porque não está vendo as consequências disso.

Eu creio que isso a gente tinha que debater aqui, e eu vou fazer uma proposta: debater uma política para educação. Você disse que é preciso um novo projeto para a universidade. O projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós temos, ao longo das últimas décadas, de fato, como, aliás, o projeto todo... Isso aqui, por exemplo, está quase superado. Depois que inventaram isto, não sei para quê a gente tem que reunir aqui, os Senadores. A gente podia se reunir por teleconferência.

E dentro de 30 anos eu não vejo por que se precisaria de computador. Colocando aqui uma boa inteligência artificial, substituem-se Senadores e Deputados. O povo vai se comunicar diretamente aqui, e uma inteligência artificial vai analisar as consequências desses desejos.

Não é somar e diminuir, isso já temos; o BBB faz, soma e diminui, quem é a favor ou contra. Não, é como analisar as coisas. Aquilo que a gente deveria fazer até melhor aqui, debater as consequências, vai ser feito por uma inteligência artificial. Então, tudo, se não mudar, vai ficar superado, e universidade também.

Há mil anos, foram os conventos que ficaram presos em suas crenças; surgiu um novo pensamento, e inventou-se a universidade. E se não formos capazes de renovar a universidade para os novos tempos, nós ficaremos como os conventos no passado.

Isso gerou novas coisas, como estão surgindo. No Vale do Silício, já há instituições não universitárias que estão fornecendo saber de nível superior, e por aí afora.

Ao Weber eu quero dizer que, a partir da fala de vocês, colocando-a diante da deles – embora na deles aqui a gente tenha entendido melhor os números e, na de vocês, a gente não viu números, porque números não são para serem ouvidos; números são para serem vistos; fica difícil a gente raciocinar – pelo que eu vi nessa audiência, eu cometi um erro no início. Esta audiência teria de ser entre a universidade, os reitores, e o Ministro da Fazenda, porque o dinheiro é geral, não é só do MEC. O corte que vocês sofrem, o MEC também sofre e todas as outras instituições.

Aliás, fiquei curioso em saber o quanto diminuiu o custeio aqui no Congresso. Eu não ouvi falar na redução do gasto de custeio como vocês sofreram.

Nós também temos que pelo menos pagar a conta, assim como o Judiciário e, talvez, outras entidades do Poder Executivo. Aí vocês estariam... Se nós não tivéssemos tantas mordomias, não iria aumentar muito os recursos, mas aumentaria a força moral de pedir sacrifícios. Se você somar quanto custa cada Senador ter um carro – o que eu acho uma grande besteira –, não daria para o custeio das universidades, mas daria mais credibilidade na hora que nós cortássemos os recursos.

Pois bem, eu vou propor uma audiência em que tenha aqui... Aliás, era para ter isso?

Por que o senhor veio aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Foi chamado um representante do Ministério do Planejamento. É verdade. Então, não foi falha nossa, não. O Sr. Virgílio Caixeta Arraes...

Não, esse era da Adunb. Não tem sequer o nome... Nem indicaram o nome.

Eu vou propor uma audiência, Antônio, não nesta comissão, mas na Comissão Senado do Futuro, para discutirmos o futuro da educação para servir ao futuro do País. Vou propô-la graças a sua cobrança, que eu transformei em sugestão.

Bem, dito isso, vou passar a palavra na mesma ordem anterior, para que vocês respondam as perguntas que considerem, os comentários que eu fiz, se considerarem, e também as perguntas dos nossos telespectadores, ou que estão na rádio.

Eu peço mais audiência para eles do que para mim. Peço que vocês deem mais importância a eles do que para as minhas perguntas às minhas perguntas e aos meus comentários.

Professor Tourinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO – Obrigado, Senador.

Eu gostaria de comentar as suas observações, as dos cidadãos que estão acompanhando e mandaram perguntas e comentar algumas questões também colocadas pelos colegas representantes do MEC.

Eu queria começar por uma coisa que o Antônio levantou. Nós precisamos ter, a sociedade brasileira precisa pactuar uma política de longo prazo para a educação. Todos nós temos um acordo que tem sido só retórico, de que a educação é fundamental para o futuro do Brasil, de que nós precisamos ter uma política que nos coloque em outro patamar de formação educacional, mas nós não conseguimos pactuar essa política de longo prazo ou conseguimos, mas os entes responsáveis pela sua execução não a colocam em prática.

Por que eu digo isso? Porque há uma lei federal aprovada por unanimidade no Congresso Nacional – o Plano Nacional de Educação –, que é absolutamente ignorada pelas autoridades públicas. Esta lei estabelece a evolução do investimento em educação, esta lei estabelece como este investimento deverá ser executado, em que direções nós devemos atuar para melhorar a educação pública no Brasil. Esta lei estabelece, inclusive, qual deve ser a expansão da oferta de educação superior pública e privada no Brasil. Por exemplo, esta lei estabelece que até 2024 este número de vagas nas universidades federais deveria crescer 75%. Para cumprir a lei, nós teríamos que, até 2024, aumentar em 75% as vagas nas universidades públicas federais, pegando só apenas este trecho que nos diz respeito, e ninguém fala sobre isso, é como se não existisse a lei.

Então, nós vamos construir o que se nem a lei que nós aprovamos por unanimidade dentro do Congresso Nacional é respeitada? Respeitada por quem? Por quem deveria sentar à mesa e dizer: "Bom, para colocar esta lei em prática, nós precisamos oferecer tais condições." Não há condições ou a lei não é boa? Então, vem discutir a lei e proponha uma outra lei ao Congresso Nacional e façamos outra pactuação da sociedade por um projeto diferente. O que não se pode é fingir que há uma lei e que alguém está cumprindo esta lei. Não, a lei existe e não está sendo cumprida por quem deveria cumprir.

Colocado isso, eu gostaria de, também, ainda em um raciocínio geral, dizer o seguinte: nós temos um bom diálogo com a área técnica do MEC. Eles concordam com as questões que colocamos, e nós vemos os números. Embora não tenham sido projetados, nós sabemos quais são esses números e, há, de fato, uma crise fiscal, há uma questão orçamentária. Como o senhor bem assinalou, uma conta muito mal dividida no País, haja vista o que aconteceu dentro do Congresso enquanto foram feitos esses cortes nas políticas sociais.

Mas vejam bem: por que o País entrou numa recessão e aprofunda esse processo de recessão? Por que o País optou por uma política econômica que, inclusive, colocou a inflação abaixo da meta? Ha uma lei que define uma meta inflacionária, e há uma política econômica que, por um processo de recessão, inclusive jogou a inflação abaixo disso. Será que está todo mundo cego? Está todo mundo produzindo uma economia que é ruim para todos os cidadãos e para todos os setores da sociedade? Não é isso que está acontecendo. Alguma razão existe para nós termos uma política econômica que gera esse déficit público, que gera um aumento aceleradíssimo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO – ... da dívida pública, que gera o desinvestimento em políticas sociais. O que é que está por trás disso? Será que está todo mundo perdendo? Vamos olhar as contas de todo mundo. Na hora em que fizermos isso, vamos descobrir que não está todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo perdendo. Há um setor desse País que não parou de ganhar e que ganha cada vez mais, e é o mercado financeiro. Esta política existe para atender o interesse do mercado financeiro. Isso precisa ser dito.

Isso é bom ou ruim para o País? Vamos discutir abertamente, mas o fato é: o MEC tem menos recurso? Tem. Por quê? Porque há uma política econômica para tirar recursos dos ministérios que executam políticas sociais. A sociedade toda está perdendo com isso? Não. Há um setor da sociedade brasileira que ganha cada vez mais, que é o mercado financeiro. Ou o País encara isso de frente e decide: nós vamos ter uma nação para todos, ou vamos ter uma nação para atender os interesses do mercado financeiro. Essa é uma questão de base.

Agora, infelizmente, o MEC é parte do Governo que executa essa... Então nós temos que reclamar. Eu sei que o orçamento do MEC é menor. Os reitores sabem que, proporcionalmente, os cortes no orçamento das universidades foram menores do que os cortes feitos em outros programas do Ministério da Educação. Mas foram cortes, sim. São prejuízos graves à população e que decorrem de uma política econômica que atende outros interesses. Ou nós enfrentamos isso ou nós não vamos sair desse impasse em que o País se meteu. Que projeto de nação nós vamos construir? Nós vamos continuar ignorando uma lei federal aprovada por unanimidade, que estabelece...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO – ... um horizonte para a educação neste País? Quer dizer, o senhor levanta: nós devemos investir mais para melhorar a educação básica ou para expandir a educação superior? Nós temos que escolher isso ou nós temos que trabalhar pelas duas coisas?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. *Fora do microfone.*) – Pelas duas coisas.

O SR. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO – Pelas duas coisas, concorda? Quer dizer, se nós quisermos uma nação de cidadãos, temos que correr atrás das duas coisas. Agora, se nós quisermos uma nação para ficar alimentando o mercado financeiro, obviamente não vamos ter nem uma coisa nem outra. Vão ficar dizendo que vão tirar de um para atender o outro, não vão atender nem um nem outro.

Se tivéssemos um projeto desses, de longo prazo, poderíamos pactuar? Poderíamos. Talvez chegássemos à conclusão de que não, nos próximos cinco anos não se expande a educação superior, porque vamos fazer isto aqui na educação básica, vamos criar, alterar estas bases; a partir daqui, vamos então aumentar a participação do setor público.

Isso poderia ser pactuado. O problema é que ninguém põe as cartas às claras na mesa, ninguém discute honestamente o que está em jogo no País, compreendeu? E nesse processo nós levamos o País a uma condição em que os cidadãos têm cada vez menos direitos, a Nação é cada vez menos soberana, está cada vez mais sujeita a interesses externos, nós estamos cada vez menos tirando proveito dessa inteligência que estamos formando no País. Então essa é uma questão fundamental.

Só 48% concluem o ensino médio no Brasil, mas só 18% entram numa universidade. Desses 30% de jovens que concluem, muitos deles talvez não queiram seguir uma carreira na educação superior, mas muitos querem. E a prova disso é a demanda que nós temos nos vestibulares. Nós – eu vou dar o exemplo na minha universidade – oferecemos anualmente oito mil vagas e temos, todos os anos, 120 mil inscritos no vestibular da universidade. Então, no Estado do Pará, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde nós estamos, todos os anos há cem mil jovens querendo entrar na universidade que ficam de fora. Ficam de fora porque não há vagas nas nossas universidades.

Então, é verdade que essas proporções...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO – ... precisam todas subir, mas hoje, se houver uma oferta maior de vagas na educação superior pública, não vão faltar candidatos.

Temos que atuar fortemente, pela educação básica também, as universidades? Sim, porque essa é uma obrigação de todos os cidadãos. Mas eu queria dar um dado também aqui: um tempo atrás, saiu o resultado do PISA, lá do exame que os nossos alunos fizeram, e aí veio aquela notícia de havia sido um desastre o desempenho dos alunos brasileiros em Ciências, Matemática, e todos... Pois bem. O que é que não se falou? Primeiro: as universidades federais mantêm mais de 20 escolas de aplicação, com educação fundamental e educação básica; mantêm mais de 20 escolas técnicas, que são frequentemente na área de música, teatro e algumas outras, e os institutos federais atuam também na educação básica, no ensino médio. Qual é o dado para o qual não se deu ampla repercussão? É que os alunos de ensino médio que saem das universidades federais têm desempenho em Ciências comparável ao desempenho dos alunos de países desenvolvidos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO – Muitos estão... Temos lá, chegamos a ser melhores do que alguns países europeus, nas escolas federais. Portanto, nós sabemos o que fazer para melhorar o ensino médio, nós somos capazes de fazer, nós estamos fazendo. O problema é que não estamos fazendo na escala que deveríamos fazer. E aí se faz toda uma discussão de reforma do ensino médio e se ignora esse fato de que há escolas públicas no Brasil que são muito boas, que oferecem uma formação para os alunos comparável à formação de países que têm um desenvolvimento bem avançado.

Outro dia eu conversava com um colega sobre alunos nossos que vão para o exterior fazer pós-graduação. Ninguém dispensa um aluno brasileiro do exterior. Todo mundo sabe que o aluno brasileiro que sai daqui de uma universidade pública e chega lá para fazer pós-graduação é bom, é muito bom, é acima da média do aluno formado nos países desenvolvidos. Então, nós sabemos fazer as coisas com qualidade.

Nós nos envolvermos de vários modos com a educação básica. Claro que podemos avançar. Eu acho que a sua provocação é justa, é pertinente, mas, naquilo que nós fazemos, também nós não encontramos a repercussão que nós gostaríamos. Nós não encontramos o reconhecimento, seja da parte da sociedade, seja da parte das autoridades públicas, que as universidades mereceriam.

Essa rede de universidades públicas é algo extraordinariamente valioso para o País. Se bem usada, pode ter um impacto enorme. Todas as vezes em que ela é chamada para auxiliar em uma política pública ela funciona. Quando o Ministério da Saúde quis fazer o Mais Médicos, foi atrás das universidades públicas federais e, com a parceria das universidades públicas federais, isso funcionou. Cada vez que o MEC quer fazer, quando ele quer fazer os programas...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO – ... de formação de professores, vai atrás das universidades federais, e as universidades federais respondem. Respondem suficientemente? Possivelmente não. Podemos fazer mais? Sempre podemos fazer mais, mas precisamos ser valorizados naquilo que fazemos, precisamos ter as condições também para que possamos no cotidiano nos preocupar com o trabalho acadêmico e não gastar mais da metade do nosso tempo correndo em gabinetes atrás de recursos para a universidade não parar de funcionar.

Sobre as perguntas, eu queria começar com uma questão que apareceu em muitas. A universidade deve continuar sendo gratuita ou quem pode deveria pagar? Queria dar um o primeiro dado. O Reitor Reinaldo já mencionou aqui que mais de 60% dos alunos das universidades públicas federais vêm de famílias com renda familiar abaixo de um salário e meio *per capita*. Cada vez que a gente discute a situação da assistência estudantil nas nossas universidades vêm os relatos. Nós temos, por exemplo, na Universidade Federal do Pará, alunos que vêm de famílias cuja renda bruta familiar não chega a R$500, e isso é realidade em todas as universidades. E isso é bom porque significa que nós conseguimos abrir a universidade para os pobres. Agora, nós temos que dar condições para que eles permaneçam.

A Comissão de Orçamento, junto com o Prof. Nelson Amaral, que é um pesquisador da área de educação, fez uma avaliação. Aqui se diz: "Não, mas nos Estados Unidos a universidade é paga." Nenhuma universidade nos Estados Unidos cobre mais de 20% dos seus custos com anuidade, até o MIT, que é o exemplo. Bom, então vamos pegar isso como referência, e aí fizeram um estudo: se nós quisermos cobrir 20% do orçamento das universidades com o pagamento de anuidade tendo alunos com o perfil de renda que nós temos, quanto cada um precisa deixar na universidade? A resposta é: cada família, independente de faixa salarial, teria que deixar 40% da sua renda por cada aluno que tenha dentro da universidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO – Quais são essas famílias que podem deixar 40% da sua renda na universidade para manter um aluno, ou 80%, se tiver dois filhos dentro da universidade. E isso para ter 20% do orçamento. Portanto, isso não é uma solução, o que não significa que os ricos não devam pagar. Mas quais ricos? Os que têm alunos na universidade? Não, todos os ricos. No mínimo, todos os ricos deveriam pagar a mesma taxa de imposto que os pobres pagam. E neste País paga menos imposto que pobre.

Então, a nossa proposta, como colocado por alguns membros da audiência, é que os ricos paguem pela universidade pública. Como? Vamos tributar as grandes fortunas e vamos destinar todo esse recurso para o sistema educacional brasileiro, para a educação básica e para a educação superior. Esta é a saída.

Além de tudo, nós vivemos no Brasil, um país marcado pela desigualdade, que sempre encontra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO – ... uma maneira de tomar decisões que favorecem as elites e prejudicam os pobres. No dia em que houver cobrança de mensalidades nas universidades, será uma questão de tempo irem mudando as regras e, cada vez mais, excluindo os pobres, e nós vamos voltar a ter universidades públicas financiadas com dinheiro público para atender à elite do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por esta razão, nós somos contrários a essa questão da cobrança de mensalidade nas universidades. Achamos que a universidade deve fazer pesquisas, mais pesquisas aplicadas, como o George mencionou. Nós fazemos isso. O problema é que nossos pesquisadores gostam de se dedicar ao trabalho acadêmico, mas não ao trabalho de comunicação, e a nossa imprensa também não é muito dedicada à divulgação científica. Nós produzimos muito conhecimento aplicado voltado à resolução...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO – ... dos problemas em todas as áreas em que a sociedade precisa disso.

Um último comentário é sobre a questão do desempenho das universidades.

Eu queria chamar a atenção para uma coisa. Este momento que nós vivemos é um momento de disputa de projetos de sociedade, e, portanto, sempre é possível você achar alguma coisa para defender uma tese. Então, o que eu queria dizer é que, no conjunto das suas atividades, as universidades públicas federais estão entre as instituições mais eficientes do Estado brasileiro. Nós devolvemos para a sociedade o investimento que ela deposita nas nossas instituições. Nós damos formação de qualidade, nós fazemos ciência de ponta. Isso não significa que não existam problemas, mas os problemas são pontuais. O que não é correto é usar problemas pontuais para desqualificar as instituições.

Aí, eu vou dar um exemplo. Às vezes se diz que a obra tal custou tantos milhões quando poderia... Muito bem, é uma obra do projeto de expansão. Sabem quantas obras o projeto de expansão das universidades envolveu? Mais de três mil obras. E essas obras são laboratórios que estão funcionando hoje para formar bem alunos, para produzir conhecimento. Por que, de repente, duas ou três obras que foram mal, são a referência para se discutir a gestão de obras nas universidades?

Outra coisa: se você vai falar de qualidade para discutir o desempenho, não há o que tergiversar, porque todas as avaliações de qualidade feitas por todo mundo que avalia a qualidade das universidades dizem que as universidades federais oferecem ensino de qualidade na graduação e na pós-graduação. O melhor ensino do País na graduação e na pós-graduação está nas universidades federais. A pesquisa de qualidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO – ... está nas universidades federais.

Há um problema de evasão? Há, mas isso não é medida de desempenho, isso não tem a ver com qualidade. Isso tem a ver, em parte, com o problema da educação básica, com o déficit de formação com que os alunos chegam às universidades... O senhor citou o caso das engenharias. É crítico isso. As universidades têm feito grande esforço para equacionar essa questão. Tem a ver com a questão socioeconômica dos alunos, que é esse problema da assistência estudantil que nós estávamos levantando. Os nossos alunos sem suporte da assistência estudantil não conseguem permanecer na universidade, não conseguem acompanhar as atividades acadêmicas.

Então, é um problema?

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO – As universidades têm que lidar com isso. Sim, com certeza, mas isso não é uma medida de desempenho; isso é uma medida das condições sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as quais as universidades trabalham, seja porque os alunos chegam com uma formação de ensino médio que não é suficiente, seja porque eles chegam numa condição de vulnerabilidade socioeconômica que hoje nós não estamos conseguindo equacionar por falta de recursos para a assistência estudantil.

Obrigado.

Desculpem-me por passar do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não, professor, não tem que agradecer, nós é que agradecemos. E como o senhor é Presidente da associação nacional e fala pelos outros, eu vou dar, de qualquer maneira, a chance de falar, mas bem curtinho.

Eu só quero dizer que foi uma das melhores defesas que eu já ouvi da educação de base pública federal. Eu gostaria de ter essa sua parte espalhando por aí. E aí eu queria lhe perguntar: por que o senhor, reconhecendo tão bem, o que eu reconheço, o que o Brasil inteiro reconhece, a importância dessas poucas, 540, escolas federais, a universidade não debate a ideia da federalização da educação de base? Está há 15 anos aqui no Congresso essa ideia, com projetos de lei de minha autoria, e não se consegue debater a ideia da federalização. Não é federalizar o que está aí; é pegar o sistema, como as escolas experimentais, as escolas técnicas, e ir ampliando isso pelo Brasil até chegar às 200 mil escolas, daqui a 30 anos. Não se consegue debater isso na universidade?

Depois, eu queria conversar um dia, vou lhe telefonar.

Como a universidade debateria a ideia de que a solução para se ter uma educação de base de qualidade e igual para todos, pobres e ricos, na educação de base, como é que eu provoco esse debate dentro das universidades? Esta é uma pergunta, mas não precisa responder agora.

Eu vou passar a palavra ao Prof. Reinaldo, mas o mais rápido possível, porque está ficando muito tarde, e eu estou cheio de compromissos e preocupado, e os outros também devem ter compromissos.

O SR. REINALDO CENTODUCATTE – Eu entendo a questão do tempo. Eu acho que o Tourinho, nosso Presidente, fez uma abordagem importante. Vou fazer algumas considerações rápidas.

Eu acho que essa dualidade, essa disputa de recursos entre os vários níveis da educação é uma discussão completamente equivocada. Um país que é sério, um país que constrói o futuro tem que pensar a educação como sistema, desde o berço, a família, as primeiras iniciações, o maternal, o jardim de infância, até a educação superior e a pós-graduação.

Se não houver um projeto que trabalhe a educação como sistema, nós vamos entrar em uma falsa discussão de que existem recursos para um e não existem recursos para o outro e de que para ter para um tem que tirar do outro. Não é esta a questão. Olha bem, a educação é fundamental para a mobilidade social. Todos nós sabemos disso, todos nós sabemos disso, todos nós sabemos que aqueles que tiveram uma boa educação têm um processo de mobilidade social muito mais acelerado e de emancipação do ponto de vista político, econômico e social. Essa é uma questão fundamental.

Eu digo que o senhor acertou quando convidou o Planejamento e a Fazenda. Não existe possibilidade de se discutir essas questões de forma isolada. Existe uma política econômica neste País implantada dentro de uma determinada concepção. Claro. E o rapaz do MEC fala: "O que faz a relação?" A relação é déficit e superávit primário. Olha, isso está associado a uma política econômica com um determinado tipo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que não se discute neste País do ponto de vista do orçamento global? Das receitas e das despesas, qual o déficit necessário para você implementar políticas que constroem este País no futuro?

(*Soa a campainha.*)

O SR. REINALDO CENTODUCATTE – Porque no déficit, gera-se um superávit primário, mas o serviço da dívida gera um déficit monstruoso que mata qualquer superávit. Você impõe um sacrifício imenso ao País para destinar recursos para um outro setor. Ou, mais ainda, para aumentar sempre as despesas, o financiamento da dívida pública.

Então, acho que não há um País no mundo – e um País como o nosso, com uma dívida social imensa – que vá pensar que no seu orçamento terá superávit. Não, você tem que pensar qual déficit que você vai ter que equilibra e proporciona o desenvolvimento neste País e dê o mínimo de dignidade, políticas que deem dignidade para a população brasileira. Isso é um equívoco!

Mais ainda, quando você trabalha com superávit ou controle de inflação, você tem poucos parâmetros e poucas variáveis. Se você trabalha no equilíbrio geral do orçamento, das receitas e despesas do País, você tem um conjunto de variáveis e de parâmetros a serem ajustados e trabalhados. É mais difícil? Claro, é mais difícil. É mais complicado? É mais complicado. Gera, talvez, desconforto naqueles que têm uma visão já consolidada, preconceituosa, de como trabalhar a política econômica em um País como o Brasil, pensando que você pode fazer isso como se faz na Inglaterra, como se faz na França, como se faz nos Estados Unidos? Na Inglaterra ou na Alemanha, se você aperta um parafuso aqui, sabe qual o desdobramento deste parafuso, aonde é que vai dar a resposta. Aqui no Brasil você aperta o parafuso aqui, ele pula para lá, ele pula para cá, ninguém sabe aonde vai dar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. REINALDO CENTODUCATTE – Então, faz-se política de uma forma equivocada.

Mas eu tenho que responder a uma pergunta do senhor. Eu queria discutir outras coisas aqui porque a provocação foi importante.

A questão daqueles que concluem, dos matriculados. O Tourinho já falou, nós temos um problema importante de retenção de evasão nas universidades, principalmente em determinadas áreas de conhecimento, algumas tecnológicas e outras das ciências: Matemática, Física, Estatística e as engenharias.

Praticamente todas as nossas universidades têm observado e gerado programas internos para evitar a retenção e evitar a evasão. Então, tem-se um componente, que é esse componente da questão da formação do aluno que ingressa numa universidade para um curso desses e tem um choque muito grande, é uma linguagem completamente diferente. A Matemática é uma linguagem própria. Você fala hoje português tranquilamente, estou falando aqui, todo mundo me entende porque nós aprendemos essa linguagem. Aí você aprende uma determinada linguagem no ensino fundamental, no ensino médio, e quando você chega à universidade, em determinados períodos essa linguagem muda. A Matemática tem uma outra linguagem, a Física vai ter uma outra linguagem. Se você não tem a capacidade de rapidamente aprender essa linguagem, o professor fala e as pessoas são surdas do outro lado. Então, algumas universidades têm programas de recuperação desse aluno, de introdução, de disciplinas introdutórias para que ele chegue a uma situação mais confortável, de melhor possibilidade.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REINALDO CENTODUCATTE – Então, a gente vinha reduzindo o problema da retenção e evasão universitária. Aquele gráfico mostra que está aumentando, está aumentando o número dos concluintes. É claro, nós estamos aí num processo de crescimento da universidade, nós não estamos em regime ainda, então existem vagas, cursos que ainda não estão concluídos; são novos, então ainda não entraram em regime, portanto essa defasagem vai aparecer. Depois que eles estão em regime, nós observamos que, nesses cursos em regime, nós estávamos aumentando o número de formandos, de concluintes desses cursos.

Qual é a nossa grande preocupação? É que, com essa questão econômica, principalmente a questão do financiamento dos alunos assistidos, outro fator importante de evasão esteja entrando com um componente arrasador, que é a impossibilidade de nós, com auxílios – auxílio-alimentação, auxílio-moradia, auxílio-transporte – mantermos esses estudantes em condições de desenvolver suas atividades na universidade. Esse é um outro problema que nós estamos vivendo. Enquanto nós estávamos em um processo de incorporação desses estudantes, atendendo na medida em que eles iam aparecendo, hoje teríamos que fazer um corte. Se eu tenho uma demanda de seis, eu só posso atender quatro, eu só vou atender quatro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. REINALDO CENTODUCATTE – Então dois ficam de fora. Essa é a grande preocupação, que pode gerar aqui um problema sério de a gente não ter a utilização maximizada.

Uma outra questão: nós temos vaga ociosa nas nossas universidades. Temos vagas ociosas. Nem todas as vagas na universidade estão preenchidas, tanto que há vários mecanismos de preenchimento das vagas. Ora, o Governo financia mais de 20 bilhões, o Fies financia alunos para ingressarem na escola privada. Tudo bem, é uma política de novas alternativas. Quanto dessas vagas poderiam ser preenchidas com esses estudantes, qual seria o custo se parte desses recursos fossem colocados para a manutenção e investimento nas universidades? Então, ficaria muito mais barato do que esse tipo de financiamento, que depois gera uma dívida impagável por aqueles que se comprometeram com esse financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mas eu suponho que essa vaga seja porque não houve aprovação no vestibular.

O SR. REINALDO CENTODUCATTE – Mas olhe bem: não só aprovação no vestibular, mas por esse problema da evasão também. Então, você pode, num processo de transferência, trazer os alunos para dentro da universidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Está bem.

Professora Márcia, quer falar ainda alguma coisa?

A SRª MÁRCIA ABRAHÃO MOURA – Muito rapidamente. Sei que estamos com a agenda toda atrasada, mas fui muito bem representada pelo Presidente Tourinho e pelo Reitor Reinaldo.

Alguns pontos eu acho importantes. O que está em discussão é exatamente isto: qual é o papel da universidade? Qual é o projeto de país? O que se pretende com a educação deste País? Não dá para haver essa disputa entre educação básica e educação superior. Eu acho que isso responde a praticamente todas perguntas.

Sobre a questão de pagamento ou não de mensalidade, o Reitor Tourinho já falou, mas eu gostaria de salientar que, primeiro, como gestora – como qualquer gestor público ou gestor de universidade –, a eficiência é medida, como bem salientou o Reitor Tourinho, pela qualidade da universidade, pelo o que ela representa para a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto às universidades públicas federais, nesse aspecto, como bem salientou o nosso Presidente Tourinho, somos o órgão, a área da sociedade... Não sei se há mais eficiência do que nas universidades públicas federais. Estão aí todos os nossos indicadores de qualidade que levantamos. E há outro indicador de que nós pouco falamos que é a responsabilidade social da universidade. Eu tive oportunidade de ser decana, pró-reitora de ensino de graduação, e fui à colação de grau do ensino a distância no interior do norte do Brasil, onde vi a nossa responsabilidade com os alunos da UnB de ensino a distância e qual a diferença que a universidade faz para essas populações.

Na hora de medir resultados, medir eficiência, nós vamos retirar recursos de uma universidade que está numa situação de menor indicador acadêmico por qualquer motivo que se meça, ou em pós-graduação ou em graduação, ou nós vamos dar condições para essas universidades formarem mais cidadãos naquela região?

(*Soa a campainha.*)

A SRª MÁRCIA ABRAHÃO MOURA – Não podemos falar em indicadores de qualidade como indicadores de punição, mas como indicadores de motivação, de dar mais condições para essas universidades se fortalecerem e formarem melhor esses cidadãos.

Não podemos negligenciar nem a universidade e nem o cidadão brasileiro. Como bem lembrou o Reitor Tourinho, nós temos uma lei aprovada que diz que nós estamos muito longe do que nós deveríamos estar formando, e muito longe em termos de vaga. Esse é um aspecto fundamental.

Outra coisa que eu queria levantar é a questão da evasão. A evasão e também a própria quantidade de vagas ociosas – que o Reitor Reinaldo levantou aqui – têm de ser consideradas não só no Brasil, mas no mundo todo também em relação à atratividade de alguns cursos. Isso também tem a ver com o mercado. Por exemplo, se nós virmos as nossas licenciaturas – e o senhor fala da nossa formação básica –, elas têm uma baixa demanda nos cursos superiores e uma alta evasão. E a solução é fechar? Vamos retirar os cursos de licenciatura? Não! Por que elas têm uma alta evasão e uma baixa demanda? Porque, neste País, ser professor não é uma carreira atrativa. E o que nós temos de fazer? Tornar esta carreira atrativa. Como? Com melhores salários, com melhores condições de trabalho. Não é importante formar professor de educação básica neste País? É óbvio que sim. Mas, se uma universidade tem baixa procura nesses cursos, nós vamos fechá-los? Não, nós vamos motivar as pessoas da nossa sociedade a voltarem a querer ser professores. Eu ainda sou de uma época em que, quando se perguntava à criança: "O que você quer ser?" "Eu quero ser professor."

Então, nós temos que voltar a ter esse apelo na sociedade.

Essas eram as questões que eu achava principais, que atendem um pouco das perguntas e não atrasam mais ainda nossa agenda.

Então, muito obrigada. Foi um prazer enorme participar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – A Profª Márcia falou uma coisa concreta, não tem como aumentar o número de jovens nem escolher entre os melhores na hora do vestibular para serem professores na educação de base enquanto os salários deles forem baixos.

Por isso, eu queria ver um dia greve da universidade para aumentar o piso salarial do professor da educação de base. Tem que haver um dia em que o professor diga: "Eu vou fazer uma greve para melhorar a educação de base", não só o salário, porque se precisa de mais coisa. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que não há outro caminho, a não ser pela federalização. Mas vou depois conversar com o Prof. Emanuel como a gente provoca esse debate, mesmo para descobrir que eu estou errado, se for o caso.

A SRª MÁRCIA ABRAHÃO MOURA – Deixe-me só complementar, desculpe-me.

Também, ainda no quesito evasão – desculpem-me –, eu concordo, nós estamos, sim, dispostos, como disse o Reitor Tourinho, a trabalhar para discutir a política. Qual é a política de educação que o Brasil quer? É manter a mesma lei ou mudar? Nós estamos dispostos a enfrentar todos os desafios.

Também com relação à evasão, como foi salientado pelo Reitor Reinaldo, há essa questão da formação básica, que é importante, e hoje está se tornando gravíssima a questão da assistência estudantil. Só lembrando hoje, no caso da UnB, nós já estamos atendendo, o nosso corte para os programas de assistência estudantil hoje na UnB está de 0,27% salário mínimo, ou seja, menos de R$250 de renda *per capita* familiar é o que nós conseguimos atender. Os que ganham mais nós não conseguimos atender. O que é que acontece com esse estudante? Ele vai evadir da universidade.

Então, esses são dados importantes para a gente levar em consideração.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Antonio.

O SR. ANTÔNIO ALVES NETO – Eu ia começar com uma brincadeira com o Senador, que disse que quer ver o dia de os professores do ensino superior fazendo greve por salário dos professores de base. Já dizia um velhinho barbudo: "Trabalhadores do mundo, uni-vos!" Se a gente conseguir avançar para esse patamar, eu acho que a gente consegue transformar.

Eu faço essa brincadeira porque – eu nem ia utilizar meu tempo – acho que se faz necessário fazer uma fala aqui que ninguém fez. Nós estamos discutindo educação com um governo ilegítimo, nós estamos discutindo universidade pública com um governo que não quer discutir projeto de educação e não quer discutir o social. Então, nós estamos nadando contra a corrente, nós estamos nadando contra a maré. Não é fácil debater essas questões com um governo que não representa a maioria dos trabalhadores do País e que tem outro projeto de nação, que não é esse que a gente defende aqui nesta Mesa. E por isso que insisti na minha primeira fala, que a gente precisa unificar, de fato, o projeto e começar a defender a universidade pública para além dos muros da universidade pública. É fundamental discutir isso com a população, isso é fundamental, porque a população vai passar a entender que não se trata de tirar dinheiro do ensino superior – e aí, quem está falando aqui é o negro, o trabalhador de periferia, que é óbvio que defende mais verba para o ensino básico –, mas não é essa disputa que nós temos que fazer. A disputa é unificar todos os segmentos que pensam em educação no País, toda população que se utiliza da educação e do serviço público do País – porque é este o debate, o desmonte do serviço público no País – para fazer enfrentamento com um governo que não está com esse olhar.

É outro debate. Por isso eu fiz a proposta inicial de a gente repensar qual é o projeto de educação para o País, que não se resolve em seis meses, um ano. É até interessante, eu entendo a posição dos trabalhadores do MEC, mas o mesmo número apresentado pelo MEC foi apresentado pelo Prof. Reinaldo aqui com nuanças completamente diferentes. Isso demonstra a serviço de quem está o Governo, a serviço de onde está o corte. E o corte está nas questões sociais deste País, que não é só a educação, é a saúde como um todo.

Então, quero colocar essa questão porque acho fundamental que a gente entenda de que lado a gente está. Estamos do outro lado, fazendo um processo de enfrentamento, pensando num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outro país que não é este. Não é à toa que o nosso chamado é "Fora, Temer!", porque, senão, estaríamos todos apoiando este Governo.

Por último, quero colocar duas coisas que achei importantes. Primeiro, concordo com que a universidade tenha que captar recursos para além desse papel, mas fico preocupado para quem a universidade pública vai pesquisar num país como este. Se vai pesquisar para resolver os problemas sociais do País ou se vai pesquisar para as grandes empresas, para tomarem conta da universidade pública.

Porque, hoje, não é preciso privatizar a universidade pública. Quem viveu a década de 90, como eu citei aqui no começo, sabe disso. É só você sucatear a universidade, arrochar salário dos trabalhadores, terceirizar, porque a grande sacada da década de 90 era terceirizar. Hoje, a gente vê que professor da UnB está vivendo um processo lá, e não conseguem pagar nem os terceirizados. Então, a saída já não é essa. E agora falam que os gestores administram mal a universidade pública. Então, você não precisa mais privatizar a universidade, é só jogar a opinião pública contra a universidade pública, retirar dinheiro da universidade e, como o Prof. Reinaldo colocou muito bem, fazer as políticas de investimento nas universidades privadas do País.

Há uma segunda coisa que eu queria citar aqui, até respondendo uma pergunta: "Podem privatizar a universidade e pagar os cursos porque eu tenho condição de pagar". Bom, se as pessoas têm condição de pagar, por que não vão para a universidade privada? Por que continuam na universidade pública? Abre a vaga da universidade pública para quem não pode pagar, e está resolvido o problema. Se todo mundo que pode pagar for para a universidade privada, está resolvido o problema da universidade pública. O investimento da universidade pública vai ser para quem precisa. Mas é óbvio que as pessoas não vão porque a universidade pública é muito melhor que a privada, como foi demonstrado aqui.

Então, acho que a gente precisa fazer o debate com a sociedade, para ganhar a sociedade, para entender qual é o papel da universidade pública no País. Ela não tem que dar lucro, é investimento para a Nação, é investimento para a população, e isso leva tempo. Por isso não adianta dizer: "Ah, o Governo investiu na ampliação da universidade, e a gente não viu resultado." Não vai ver resultado imediato, como não vai ver resultado imediato na questão das cotas. Porque isso é um processo de investimento a longo prazo. Educação é investimento a longo prazo. Se não entender isso, não entende o que é educação pública, está no lugar errado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO ALVES – Esse debate a gente precisa fazer com a população. Estou convencido, nós da Fasubra estamos convencidos de que precisamos pensar um projeto de convencer as pessoas que se utilizam do serviço público, da educação pública. Não é um debate aqui da academia, é um debate para fora da academia, porque esses vão salvar a universidade pública e a educação pública no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Bem, Antonio, eu fiz uma audiência recentemente, mas não deu interesse, que era: a universidade é escada social para quem entra nela ou é uma alavanca para o progresso do País e da humanidade? Ou as duas coisas, mas principalmente. Eu não senti aceitação nesse debate, porque a visão que nós temos é a de que ela é escada social. Quando a gente diz que ela é para os pobres entrarem, é escada social; quando a gente diz que é para que toda criança pobre tenha um médico da maior qualidade formado na universidade, aí ela é escada social. E o ideal é até que seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um filho de pobre que entrou e virou médico para os filhos do Brasil inteiro. Mas a gente precisa debater: a universidade é fundamentalmente escada social ou é alavanca do progresso? Eu vou retomar isso a partir da sua sugestão de qual é o projeto.

Sobre este Governo, o "Fora, Temer" ganhou; ele só tem mais 180 dias. E olhe lá, viu? Há quem diga que ele não termina. A gente tem que pensar é no próximo, no seguinte, no seguinte, no seguinte, nos próximos dez presidentes. Mas perdemos esse hábito de pensar o futuro. A universidade vai sobreviver ao Temer. Aliás, pelos quadros, a crise não começou com o Temer, não; começou em 2014.

O SR. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO (*Fora do microfone.*) – Foi com Joaquim Levy que começou.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Joaquim Levy foi em 2014? Não; Joaquim Levy foi em 2015.

O SR. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO (*Fora do microfone.*) – Mas a crise foi começar mesmo em 2015, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É, em 2015. Ele chegou em 2015. Mas era Dilma. O Joaquim Levy não era o Presidente. Se for assim, não é para dizer "Fora, Temer"; é para dizer "fora..." – qual é mesmo o nome do novo Ministro da Fazenda, que eu nem gravei ainda? Esse novo.

Pois bem, a gente tem que pensar é, no longo prazo, como a gente vai fazer para sobreviver, inclusive aos governos ruins que virão por aí, muitos, adiante.

Dr. Weber.

O SR. WEBER GOMES DE SOUZA – Bem, Senador, por conta do adiantar do tempo, eu me permito só fazer duas considerações rápidas, que eu acho importante trazer para o debate.

Um ponto que foi trazido por um cidadão, via e-Cidadania, foi com relação ao financiamento das universidades. Acho que é um ponto que tem que ser trazido para o debate neste momento e que acho um assunto primordial, assim como o senhor falou. Acho que todas as organizações públicas, privadas, sistemas organizacionais precisam, realmente, se reinventar, precisam estar sempre aprimorando a sua gestão no decorrer do tempo. Então, em um momento como este, de limitações econômicas, fiscais – principalmente fiscais –, acho que um ponto que precisa ser trazido para o debate no sentido de fortalecer a universidade pública é o aumento da participação, realmente, do financiamento, do apoio financeiro do setor privado na instituição pública.

Eu li aqui um artigo de um pesquisador do Ipea mostrando alguns dados, comparando os níveis de investimento na educação superior no Brasil e nos países membros da OCDE, que mostram que realmente nós precisamos de um maior investimento privado nas instituições públicas. São investimentos que podem permitir que as universidades públicas gerenciem recursos, fomentem seus programas de educação, de pesquisa, de maneira, vamos dizer assim, independente da condição fiscal do governo. Então, isso fortalece muito a gestão e a autonomia da universidade.

A gente precisa discutir esse tema e quebrar alguns paradigmas de que a aproximação do setor produtivo com a universidade pública enfraquece a universidade pública; então, a gente entende que, muito pelo contrário, fortalece a universidade pública.

Uma das iniciativas que vem tramitando neste Congresso Nacional é a criação de fundos patrimoniais, fundos de natureza privada que permitem contribuição de ex-alunos, de pessoa física, de cidadãos e também de empresas, e que permitem que as universidades, as instituições de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensino superior criem esses fundos privados para auxiliar no financiamento das suas atividades-fim.

Outro ponto importante para a gente trazer, que foi levantado pelo Reitor Tourinho, é a questão do cumprimento das metas do PNE. Então, o Ministério da Educação em nenhum momento deixou de considerar o PNE um referencial importante, muito pelo contrário. Temos ciência da importância. Quer dizer, são metas pactuadas com a sociedade brasileira. Agora é preciso observar que o PNE foi aprovado num determinado contexto econômico fiscal. Então se vislumbrava naquele momento um determinado contexto econômico fiscal que não se concretizou, muito pelo contrário. A trajetória da economia e da arrecadação fiscal do Governo se mostrou bastante distinta nos anos que se sucederam à aprovação do PNE.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEBER GOMES DE SOUZA – Portanto, obviamente que o Governo e as universidades, enfim, o conjunto de atores governamentais precisa repactuar, reprogramar essas metas que foram estabelecidas no PNE, por conta da conjuntura econômica fiscal que se desenhou após a aprovação do plano.

São essas considerações. Eu fico à vontade para a continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu agradeço muito e antes de encerrar, queria lembrar que chegou aqui, trouxeram-me, um artigo meu, antigo, chamado "Afogamento e Fuga", em que eu analiso o que aconteceu educacionalmente com os 3,1 milhões de crianças que nasceram no Brasil, em 1995. Sua filha, que está no Canadá, nasceu em que ano?

A SRª MÁRCIA ABRAHÃO MOURA – Em 1993.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Em 1993. Então ela se inclui aqui.

Desses três milhões de crianças, 30 mil continuam analfabetas, dois milhões concluíram apenas o ensino fundamental, ou seja, 500 mil ficaram para trás. Nem o ensino fundamental completaram. Dois milhões apenas, dos 3,1 milhões, terminaram o ensino médio. E, desses, achamos que não mais do que 600 mil adquiriram conhecimento suficiente para enfrentar o mundo moderno. Ou seja, dos três milhões foram 600 mil; os outros vão ficar desempregados, com empregos de baixa qualidade, não vão conseguir ler no jornal o que está acontecendo nos Estados Unidos, no Iraque. Deles, 720 mil entraram no ensino superior. E considerando a atual taxa de evasão, calculamos que deve ser 350 mil o número daqueles três milhões que vão concluir o ensino superior. Eu estou achando muito alta a taxa de evasão, quase metade. Apenas 17 mil, dos três milhões, farão cursos de pós-graduação e terão condições de ser cientistas. Destes nascidos em 1995, o Brasil não terá mais de mil – três milhões caem para mil – cientistas de nível internacional trabalhando com ciência.

Eu não irei ver quantos desses são capazes de disputar o Nobel. Mas de 1995 para cá, talvez nenhum.

Aí eu coloco: entre o nascimento e a vida adulta, o Brasil afoga os seus cérebros na infância e na adolescência, mas – e aí tem a ver com o sentimento e o sofrimento de vocês –, desses poucos que chegam lá e que não se afogaram, a maioria está fugindo por falta de condições de trabalho. E não é fugindo no sentido pejorativo, não; estão sendo constrangidos a abandonar o Brasil para ter uma boa carreira científica. Não tem futuro um país desse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que eu comecei afirmando que o País, a sociedade, aliás – porque eu digo, não é só o País, é a sociedade; os governos passam –, que asfixia as suas universidades se suicida. Este aqui é um país em ritmo de suicídio. E a gente não desperta o povo brasileiro; a gente desperta para a crise dos caminhoneiros, claro, porque é visível, porque toca na pele da gente, mas para essa outra que é mental não estamos despertando.

E vamos precisar talvez de muitas outras audiências. Eu vou fazer mais duas com base no que vocês sugeriram aqui: uma, sobre como a universidade sobreviver, e a outra, a respeito de qual universidade construir – são duas coisas diferentes, porque só sobreviver não basta. Então, nós precisamos discutir sobre como sobreviver, que é o imediato, o que vocês sofrem no dia a dia, e qual construir, que são as reformas, porque eu pessoalmente acho que, às vezes, a comunidade universitária não está muito desejosa de construir esta nova, porque exige algumas mudanças de postura, concepções novas sobre o futuro, e o uso de um instrumental novo que está surgindo aí.

Eu agradeço muito a vocês pela presença. Foram falas muito interessantes, e nós vamos publicá-las depois da transcrição.

E convoco para o dia 5 de junho, terça-feira, em caráter excepcional, às 11h30, reunião deliberativa desta Comissão, destinada a analisar diversas proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, com os meus agradecimentos a todos que enviaram perguntas, a todos os que aqui estiveram na Mesa e os que estiveram presentes. Muito obrigado a cada uma e a cada um.

(*Iniciada às 10 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 37 minutos.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia cinco de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as **Presidências dos Senadores Pedro Chaves e Antonio Anastasia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Hélio José, Simone Tebet, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, José Pimentel, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, José Agripino, José Medeiros, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Lasier Martins, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Rodrigues Palma, Airton Sandoval e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Roberto Rocha, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 45, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome da Senhora MARIANA RIBAS DA SILVA, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Roberto Gonçalves de Lima." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatório:** Aguardando relatório. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o exame nacional de proficiência em Medicina." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para possibilitar o uso da pedagogia da alternância nas escolas do campo." **Autoria:** Deputado Helder Salomão. **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2011 - Terminativo -** que: "Institui o dia 13 de março como "Dia da Batalha do Jenipapo"." **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Resolução de Conflitos." **Autoria:** Senador Edison Lobão. **Relatoria:** Senador João Alberto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva" **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2013 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação do Selo Árvore do Bem, para os Municípios que tenham, no mínimo, uma árvore por habitante na área urbana." **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 707, de 2015 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2016 - Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de as escolas públicas de ensino fundamental e médio exibirem em placa visível seus resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)." **Autoria:** Senador Douglas Cintra. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para definir especificidades das bibliotecas escolares em instituições que ofertem a educação pré-escolar, o ensino fundamental e o ensino médio." **Autoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatoria:** Senadora Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para atender à solicitação constante do OF. SF/722/2018, da Presidência do Senado Federal. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a redação do art. 49 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre aproveitamento de disciplinas cursadas com aprovação, na educação de nível superior." **Autoria:** Senador Cidinho Santos. **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta em virtude da aprovação do RCE nº 34, de 2018. **Observação:** Aprovado o RCE nº 34, de 2018, o qual requer a realização de Audiência Pública para instruir o PLS nº 311, de 2012. A matéria fica sobrestada na Comissão aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2011 - Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para instituir, no Sistema Nacional do Desporto, o Subsistema do Desporto Indígena." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CDH e 2-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispor sobre gratuidade de ingresso em museus." **Autoria:** Senador Inácio Arruda e Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, de 2018 - Terminativo -** que: "Institui o Mês de Conscientização sobre a Doença de Parkinson." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, de 2016 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Ayrton Senna da Silva no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório, e adiada a discussão e a votação. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 339, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário, para prever o aproveitamento de serviços prestados a esse título como créditos acadêmicos de cursos de nível superior." **Autoria:** Senador Sergio Souza. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado Parecer pela recomendação da declaração de prejudicialidade do projeto. **Observação:** 1- Durante a discussão, a Relatora apresentou relatório reformulado, com voto pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto. 2- A votação do Projeto foi realizada pelo processo simbólico, em virtude de a prejudicialidade dever ser declarada pelo Presidente do Senado Federal, de acordo com o art. 344, § 1º, do Regimento Interno, e com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Denomina Elevado Carlos Joffre do Amaral o elevado da Rodovia BR-282, com acesso pela Avenida Luiz de Camões, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado Jorginho Mello. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para ampliar os recursos disponíveis para a educação especial." **Autoria:** Deputado Mandetta. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta em virtude da aprovação do RCE nº 32, de 2018. **Observação:** Aprovado o RCE nº 32, de 2018, o qual requer a realização de Audiência Pública para instruir o PLC nº 18, de 2018. A matéria fica sobrestada na Comissão aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. **ITEM 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 32 de 2018** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para instruir o Projeto de Lei da Câmara 18 de 2018 que "Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para ampliar os recursos disponíveis para a educação especial". Os convidados serão indicados oportunamente." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 34 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para instruir o Projeto de Lei do Senado 311 de 2012 que "Altera a redação do art. 49 da Lei 9.394, de 20 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dezembro de 1996, para dispor sobre aproveitamento de disciplinas cursadas com aprovação, na educação de nível superior". Os convidados serão indicados oportunamente." **Autoria:** Senador José Medeiros e Senadora Maria do Carmo Alves. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Pedro Chaves

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/05

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Srªs e Srs. Senadores, o nosso bom-dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas foram aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento do Ofício nº 368, de 2018, no qual o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) encaminha convite para o seminário de apresentação do relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE 2018, a ser realizado no dia 7 de junho no auditório do Inep. O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão aos Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo. Fica franqueada a esta Comissão, se houver a manifestação de algum Parlamentar, indicar representante para participar do referido evento.

Informo que a presente reunião se destina à deliberação dos itens de 1 a 21.

Informo ainda que o item 11, PLS 158, de 2016, foi retirado de pauta para atender à solicitação constante do Ofício Senado Federal 722, de 2018, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento formulado pelo Senador José Medeiros para audiência da Comissão de Assuntos Econômicos.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para definir especificidades das bibliotecas escolares em instituições que ofertem a educação pré-escolar, o ensino fundamental e o ensino médio.

Autoria: Senadora Regina Sousa

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta.

Observações:

1- Se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- A matéria constou da Pauta da Reunião de 29/05/2018.)

Vamos ler agora dois requerimentos importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um é o requerimento do item 20.

ITEM 20
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 32, de 2018
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para instruir o Projeto de Lei da Câmara 18 de 2018 que "Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para ampliar os recursos disponíveis para a educação especial". Os convidados serão indicados oportunamente.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Passo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves para a leitura do requerimento.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para instruir o Projeto de Lei da Câmara 18, de 2018, que "altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para ampliar os recursos disponíveis para a educação especial."

Os convidados serão indicados oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o referido requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, vamos aguardar a listagem dos convidados.

ITEM 21
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 34, de 2018
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para instruir o Projeto de Lei do Senado 311 de 2012 que "Altera a redação do art. 49 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre aproveitamento de disciplinas cursadas com aprovação, na educação de nível superior". Os convidados serão indicados oportunamente.

Autoria: Senador José Medeiros e outros

Passo a palavra ao Senador José Medeiros, para a leitura do requerimento.

Como não está presente, a Senadora Maria do Carmo, para fazer a leitura *ad hoc*.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Social Democrata/DEM - SE) –

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para instruir o Projeto de Lei do Senado 311 de 2012 que "Altera a redação do art. 49 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre aproveitamento de disciplinas cursadas com aprovação, na educação de nível superior". Os convidados serão indicados oportunamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Obrigado.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu pergunto ao Senador Anastasia se ele poderia assumir a Presidência, só para eu ler o meu requerimento. (*Pausa.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor lê daí mesmo. (*Risos.*)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Tem razão, não é?

Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) –

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para possibilitar o uso da pedagogia da alternância nas escolas do campo.

Autoria: Deputado Helder Salomão

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao eminente Presidente, Senador Pedro Chaves, para proferir o seu relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 184, de 2017 (Projeto de Lei nº 6.498, de 2016, na Casa de origem), do Deputado Helder Salomão, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para possibilitar o uso da pedagogia da alternância nas escolas do campo.

A alteração proposta ocorrerá no art. 28, inciso I, da LDB, que passa a exigir que os sistemas de ensino ofertem conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância (Art. 1º).

A vigência da lei será imediata (Art. 2º).

A proposição foi encaminhada exclusivamente à CE. Não foram oferecidas emendas.

Análise da matéria.

O PLC nº 184, de 2017, envolve matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame da Comissão de Educação, conforme disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há reparos a fazer quanto à constitucionalidade ou à juridicidade da proposição, que foi redigida em consonância com a técnica legislativa estabelecida pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Eu vou ler o que é fundamental no artigo, para que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale lembrar ainda que o Parecer CEB/CNE nº 1, de 2006, reconhece a pedagogia da alternância como possibilidade para a educação no campo e que o art. 8º, §1º, inciso II, do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, determina que os entes federados deverão estabelecer, nos respectivos planos de educação, estratégias que considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural.

Além disso, cumpre ressaltar que, desde 1969, quando foi adotada no Brasil, a pedagogia da alternância apresenta resultados bastantes significativos.

Segundo a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab) e as Associações Regionais das Casas Familiares Rurais (Arcafar), há cerca de 270 instituições no País que adotam o modelo, para atender a cerca de 17 mil estudantes. Em suma, o formato já não é estranho às práticas educacionais do País, além de ser consistente em termos de adequação e relevância.

Por todos esses motivos, a proposição merece prosperar.

Voto.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2017.

Sala da Comissão, Senador Pedro Chaves, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Relator.

Coloco a matéria em discussão.

Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra, para discutir.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero, tão somente, parabenizar o Senador Pedro Chaves pelo relatório e também saudar o Deputado Helder Salomão, que é o autor da matéria.

A matéria é extremamente pertinente. Na verdade, ela é fruto de um intenso debate, ao longo desse último período, em sintonia com o Plano Nacional de Educação. Portanto, é só para parabenizar e afirmar que o nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Continua em discussão a matéria.

A Senadora Lídice da Mata e, depois, o Senador Lasier.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, no mesmo sentido, quero ressaltar a importância desse projeto, parabenizando o autor e o Relator.

Trata-se de uma prática já de muitas escolas agrícolas no Brasil. Na Bahia, existem também muitas. Creio que a metodologia prevista também no novo Plano Nacional de Educação é absolutamente adequada, é uma metodologia que vincula o estudante à sua realidade e que faz com que o aprendizado seja, inclusive, maior. Há uma eficiência naquilo que é estudado e aplicado na prática.

Portanto, quero também anunciar o meu voto favorável destacando esses aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço à Senadora Lídice.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, num País preponderantemente agrícola como o nosso, é extremamente saudável esse projeto pelo qual se procura corrigir um problema brasileiro: a fuga do campo, a fuga da lavoura. Com essa divisão do tempo, ora na lavoura, ora na escola, na universidade, é oportuníssimo e elogiável sob todos os aspectos.

Meu voto é a favor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

Devolvo a Presidência ao Senador Pedro Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Devolvo a Presidência ao Senador Antonio Anastasia. Eu vou até à CMA para votar porque temos matérias importantes lá. Obrigado.

Com licença.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Gostaria só de solicitar a V. Exª um breve espaço para que eu pudesse fazer um registro aqui na Comissão. Agora ou logo após V. Exª colocar as matérias, os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É longa a colocação de V. Exª?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pode. Não havendo objeção no plenário, V. Exª tem a palavra pela ordem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Senador Anastasia, considero – por tratar-se da Comissão de Educação, Cultura e Esporte daqui do Senado Federal – importante fazer um registro sobre a Conferência Nacional Popular de Educação que foi realizada agora no período de 24 a 26 de maior, lá na sua Belo Horizonte, Minas Gerais.

Ao fazer esse registro, quero também destacar um breve histórico de todo o processo de mobilização e resistência em defesa da educação pública e da democracia que antecedeu a realização da Conape 2018. Diante dos inúmeros retrocessos promovidos pelo Governo ilegítimo na área da educação, como a aprovação da Emenda Constitucional 95, de 2016, e da reforma do ensino médio, diante também da intervenção autoritária do MEC no Fórum Nacional de Educação, que teve sua composição alterada e sua prerrogativa legal de coordenar as Conferências Nacionais de Educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sequestrada. Diante disso, as entidades históricas do campo educacional, como a CNTE, a Anped, a Contee, a UNE, a Ubes, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o Proifes, entre outras, decidiram deslegitimar o Fórum Nacional de Educação, controlado pelo MEC, e constituir um novo instrumento, que vem a ser o Fórum Nacional Popular de Educação, que foi quem assumiu para si a tarefa de realizar a Conferência Nacional Popular de Educação.

Para tanto, o Fórum Nacional Popular de Educação, num esforço extraordinário, desencadeou um amplo processo de mobilização social em defesa da educação pública, que envolveu, Senadora Lídice, conferências municipais, estaduais, intermunicipais, conferências livres, nas quais se debateram não somente os desafios que estão colocados para implementação das metas e estratégias inscritas no Plano Nacional de Educação e nos planos municipais e estaduais, mas também os desafios que estão colocados para que o Brasil se reencontre com a democracia, com a soberania e com o desenvolvimento econômico e social.

Foram meses de intenso debate e acúmulo político, envolvendo todos os principais sujeitos do processo educacional, até que chegássemos à etapa nacional. A abertura se deu, portanto, em Belo Horizonte, no dia 24, foi marcada por uma grande marcha lá nas ruas de Belo Horizonte, tivemos um ato lá na Praça da Estação. Eu estive presente, Senador Anastasia, ao lado da Presidenta Dilma, quando lá estavam entidades do campo educacional, delegações que vieram de todos os Estados da Federação. Eu diria que o Brasil se encontrou em Minas no período de 24 a 26; o Brasil, que tem compromisso com a luta em defesa da educação, através dessas entidades, que historicamente, repito, têm compromisso com a luta em defesa da educação pública; essas entidades que, infelizmente, foram praticamente expulsas do Fórum Nacional de Educação quando o Ministro que aí está, na época o Ministro Mendonça Filho, através de portaria, alterou a composição do Fórum.

Então, eu quero aqui colocar que foram dias muito ricos, porque discutir educação é uma coisa que faz bem ao Brasil. Aliás, este Brasil, este País está precisando cada vez mais falar de educação; falar, como lá foi discutido, de temas como acesso, permanência e a questão da gestão, a participação popular e o controle social, a valorização dos profissionais de educação, e tudo isso sempre na perspectiva de quê? De realizarmos as metas do novo Plano Nacional de Educação, que está aí, infelizmente, ameaçado, nesses tempos de Governo ilegítimo, inclusive nesses tempos de Emenda 95.

Então, eu quero concluir, Senador Anastasia, dizendo que de lá saiu uma carta, e a carta contém aqui as principais bandeiras. Quais são as principais reivindicações que saíram da carta da Conferência Nacional Popular de Educação em Belo Horizonte:

1. Revogação da Emenda 95, de 2016, e a destinação de 10% do PIB para a educação pública.

2. Pelo fim do financiamento público para investimentos privados na área de educação.

3. Pela exigência de qualidade tanto no ensino a distância quanto nos cursos de curto prazo, impedindo tentativas de tratar a educação, nesse âmbito, como mera mercadoria.

Outra reivindicação da carta de Belo Horizonte.

4. Pela garantia da implementação do piso salarial profissional nacional e dos planos de carreira para os profissionais da educação das redes públicas e privadas.

5. Pela escola democrática e autônoma como espaço de liberdade e pensamento crítico de profissionais da educação e de estudantes e contra, naturalmente, movimentos como o Escola sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Partido e suas correlatas, Lei da Mordaça, contra a Base Nacional Comum Curricular proposta pelo atual Governo, que exclui temas sociais sensíveis e engessa o currículo.

Por fim, Senador Anastasia, quero aqui dizer que, sem dúvida nenhuma, essa Conferência Nacional Popular da Educação vai entrar para a história como marco da resistência democrática em nosso País, repito, na luta em defesa da democracia, na luta em defesa da educação.

Finalizo, aqui, pedindo o apoio dos meus pares porque apresentei uma proposta indicando o Fórum Nacional Popular de Educação, que foi responsável pela realização da Conape 2018, em Belo Horizonte, para receber o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação da Câmara dos Deputados. Já apresentei e, se possível, gostaria de contar com o apoio dos nobres pares.

Creio que o Fórum Nacional Popular de Educação, pela sua ousadia, pelo seu esforço, pela sua dedicação e, sobretudo, pelo compromisso que tem expressado com a luta em defesa da educação pública, é merecedor desta homenagem que é receber, sem dúvida nenhuma, a Medalha de Mérito Professor Darcy Ribeiro.

Obrigada, Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra, está registrado, evidentemente, o seu pronunciamento.

Vamos ao item 16.

Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2016, terminativo.

Como não temos quórum, vamos, tão somente, à leitura.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, de 2016

- Terminativo -

Inscreve o nome de Ayrton Senna da Silva no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou da Pauta da Reunião de 29/05/2018.*

Observação, em um momento oportuno, votação nominal. A matéria já constou na pauta da reunião do dia 29 de maio deste ano.

Deste modo, tão somente para leitura do relatório, concedo a palavra ao eminente Senador Lasier Martins.

Com a palavra V. Exª.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente Antonio Anastasia.

De fato, é sobre o Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2016, do Senador Eduardo Amorim, que inscreve o nome de Ayrton Senna da Silva no Livro dos Heróis da Pátria.

Seu art. 1º determina a inscrição do nome de Ayrton Senna da Silva no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves. O segundo e último artigos preveem a entrada em vigor da lei resultante da proposição na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, o autor resume a biografia de Ayrton Senna da Silva, que se destacou tanto pelos feitos de sua carreira desportiva quanto pelas ações de generosidade e altruísmo que realizou.

A proposição foi encaminhada à decisão exclusiva e terminativa da CE, da Comissão de Educação, onde não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Na análise, nenhum óbice à regimentalidade, à constitucionalidade, à técnica legislativa.

Então, no mérito da proposição.

Ayrton Senna da Silva nasceu em 21 de março de 1960, na cidade de São Paulo, e faleceu em 1º de maio de 1994, na cidade de Ímola, na Itália. Incontestavelmente, foi o maior ídolo do automobilismo brasileiro, um dos mais influentes e bem-sucedidos pilotos da Fórmula 1 da era moderna e um dos maiores pilotos da história mundial do esporte.

Considerado por muitos o piloto que mais se dedicou ao esporte, Senna destacou-se pela combinação de talento e determinação. Pela carreira esportiva, o tricampeão da Fórmula 1 é aclamado como o último herói nacional, especialmente pelo contexto brasileiro entre a segunda metade da década de 80 e o início dos anos 90.

A morte de Senna, resultado de trágico acidente ocorrido por ocasião do Grande Prêmio de San Marino, comoveu o Brasil e o mundo. Estima-se que mais de um milhão de pessoas foram às ruas na chegada do seu corpo, em São Paulo. O Governo brasileiro decretou luto oficial de três dias e concedeu ao desportista honras de Chefe de Estado.

Para muitos, Senna era um homem ainda maior fora do carro. Algum tempo antes de sua morte, o piloto idealizou um projeto social em prol de crianças e adolescentes. Dessa vontade nasceu o Instituto Ayrton Senna, hoje presente nos 26 Estados brasileiros e no Distrito Federal. Anualmente, oferece treinamento a mais de 70 mil educadores em benefício de dois milhões de crianças e adolescentes.

Entendemos, portanto, como justa e relevante a inscrição do nome de Ayrton Senna da Silva no Livro dos Heróis da Pátria.

Voto.

Consoante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2016.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Lasier Martins.

Dessa forma, nós suspendemos a discussão e a votação para quando tivermos o quórum deliberativo de natureza terminativa.

Item 17.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 339, de 2013

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário, para prever o aproveitamento de serviços prestados a esse título como créditos acadêmicos de cursos de nível superior.

Autoria: Senador Sergio Souza

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto.
Observações: *A matéria constou da Pauta da Reunião de 29/05/2018.*

Também se trata de projeto terminativo. Desse modo, a eminente Senadora Lídice da Mata vai tão somente ler o relatório para posterior votação.

Então, desse modo, concedo a palavra à eminente Senadora Lídice da Mata, para a leitura de seu relatório.

Com a palavra, V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Como Relatora.) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, vou direto à análise do Projeto.

O PLS nº 339, de 2013, envolve matéria de natureza educacional. Dessa forma, encontra-se sujeito a exame da nossa Comissão, consoante disposto no art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal.

A Constituição Federal prevê no art. 205 que a educação, direito de todos, dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por sua vez, estabelece, no art. 1º, que a educação é uma prática social desenvolvida na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, ou seja, num vasto leque de tempos e espaços. Além disso, o §2º do mesmo artigo sinaliza que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

O projeto em tela, portanto, vem ao encontro do entendimento expresso tanto na Constituição quanto na LDB, que sinaliza que a educação deve ocorrer em múltiplos espaços sociais, com aproveitamento sinérgico de todas as oportunidades de construção de conhecimento pelo educando. Em outras palavras, a educação não está circunscrita ao ambiente escolar, mas se espraia em direção a outras instâncias da prática social, que incluem o serviço voluntário.

Ressaltamos, entretanto, que já é possível, dentro dos cursos de graduação, aproveitar serviços voluntários prestados por alunos. Esse aproveitamento é feito, basicamente, no âmbito do estágio supervisionado, regulamentado pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. O referido diploma legal, no §3º do art. 1º, estabelece que, no caso de previsão no projeto pedagógico do curso, poderão ser equiparadas ao estágio as atividades de extensão, de monitoria e de iniciação científica. Abre-se, dessa forma, um leque de possibilidades para que atividades desenvolvidas pelos estudantes sejam contabilizadas como créditos acadêmicos.

Entretanto, isso deve ser feito não apenas a partir do valor social da atividade realizada pelo estudante, mas também da consideração da sua importância na formação do futuro profissional e da definição do peso que deve ter o estágio em cada curso superior. Essa ponderação entre as atividades tradicionais de sala de aula e as atividades práticas só pode ser feita pelas próprias instituições formadoras, à luz do conhecimento acumulado sobre cada formação profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, não vislumbramos a exequibilidade da integralização do serviço voluntário como crédito curricular *stricto sensu*, mas apenas em consonância com o conceito de estágio supervisionado. Afinal, um serviço relacionado ao curso, realizado em concomitância com os estudos e supervisionado pela instituição de ensino – como afirma o PLS –, nada mais é que estágio supervisionado, seja ele realizado de forma voluntária ou não.

Por fim, consideramos que transformar a participação em serviços voluntários em créditos geraria, nos ambientes escolares, o que podemos chamar de "esquizofrenia curricular", pois alguns desses serviços "valeriam" como créditos curriculares e outros, de mesma natureza, apenas contabilizariam horas para estágio. Há que se considerar, inclusive, a possibilidade de que o mesmo serviço voluntário seja equivocadamente aproveitado sob as duas dimensões, esvaziando a grade curricular, com reflexos prováveis na qualidade do curso.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do PLS nº 339, de 2013, ou até pela prejudicialidade, já que considero que é contemplado no projeto de estágio supervisionado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Poderemos modificar o relatório para prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – Era exatamente o que eu iria dizer, mas o microfone não quer abrir.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Não funciona.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Concluo o relatório dessa forma

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nós colocamos em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação o parecer pela prejudicialidade, conforme o relatório da Senadora Lídice da Mata.

As Srªs e os Srs. Senadores que votam desse modo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório pela prejudicialidade do projeto.

Não havendo matéria deliberativa, convoco para amanhã, dia 6 de junho, às 9h30, reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Assuntos Sociais, em forma de audiência pública, destinada a debater sobre o desenvolvimento de competências sociais e suas implicações para o mercado de trabalho no futuro, em atendimento aos Requerimentos 24, de 2018, da CE, 8 e 15, de 2018, da CAS, de autoria da Senadora Marta Suplicy.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado!

(*Iniciada às 11 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia doze de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as **Presidências das Senadoras Lúcia Vânia e Fátima Bezerra**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores João Alberto Souza, Valdir Raupp, Hélio José, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Jorge Viana, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, José Agripino, José Medeiros, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Pedro Chaves e Rodrigues Palma. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Edison Lobão, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Wellington Fagundes e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 45, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome da Senhora MARIANA RIBAS DA SILVA, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Roberto Gonçalves de Lima." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **Observação:** Em reunião a ser agendada, a indicada será submetida à arguição dos membros da Comissão e em seguida será realizada a votação, em escrutínio secreto. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 410, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispensar da arrecadação de direitos autorais a veiculação de músicas pelas prestadoras do serviço de radiodifusão comunitária." **Autoria:** Senador Hélio José. **Relatoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o exame nacional de proficiência em Medicina." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado em virtude da aprovação dos Requerimentos nº 37, 39 e 40, de 2018-CE, de autoria dos Senadores Ronaldo Caiado, Ana Amélia, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Lasier Martins, para a realização de audiência pública para instruir a matéria. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2011 - Terminativo -** que: "Institui o dia 13 de março como "Dia da Batalha do Jenipapo"." **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Resolução de Conflitos." **Autoria:** Senador Edison Lobão. **Relatoria:** Senador João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva" **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2013 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação do Selo Árvore do Bem, para os Municípios que tenham, no mínimo, uma árvore por habitante na área urbana." **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 707, de 2015 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, de 2016 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Ayrton Senna da Silva no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2016 - Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de as escolas públicas de ensino fundamental e médio exibirem em placa visível seus resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)." **Autoria:** Senador Douglas Cintra. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2011 - Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para instituir, no Sistema Nacional do Desporto, o Subsistema do Desporto Indígena." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CDH e 2-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus." **Autoria:** Senador Inácio Arruda e Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, de 2018 - Terminativo -** que: "Institui o Mês de Conscientização sobre a Doença de Parkinson." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui a Semana Nacional da Agricultura Familiar." **Autoria:** Deputado Heitor Schuch. **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação, ao Plenário do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, de Requerimento de Urgência para a matéria. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Denomina Elevado Carlos Joffre do Amaral o elevado da Rodovia BR-282, com acesso pela Avenida Luiz de Camões, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado Jorginho Mello. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 35 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre "o ensino à distância na área da saúde"." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 36 de 2018** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 20/2018-CE, o qual requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o tema "A educação digital como meio de prevenção aos crimes cibernéticos", a inclusão de novos convidados." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 37 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater o PLS nº 165, de 2017, que "Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o exame nacional de proficiência em Medicina"." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado e Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 40 de 2018** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 37/2018-CE, o qual requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o PLS nº 165, de 2017, que "Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o exame nacional de proficiência em Medicina", a inclusão de convidados." **Autoria:** Senador Humberto Costa e Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a discussão, a Senadora Fátima Bezerra retira dois convidados do presente Requerimento: Representante do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular e Heider Pinto, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 39 de 2018** que: "Requeiro, com base no inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento da Comissão de Educação nº 37 de 2018, a inclusão do seguinte convidado na audiência pública no âmbito desta Comissão para debater o PLS nº 165 de 2017, que "Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o exame nacional de proficiência em Medicina": José Janguiê Bezerra Diniz, presidente do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular." **Autoria:** Senador Lasier Martins e Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 38 de 2018** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 20/2018-CE, a inclusão do convidado a seguir relacionado para participar de audiência pública que terá por fim debater o tema "A educação digital como meio de prevenção aos crimes cibernéticos": Fabricio da Mota Alves – Advogado e professor em Direito Digital, Privacidade e Proteção de Dados Pessoais. Pós-graduação em Segurança da Informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vice-presidente do Instituto de Tecnologia, Inovação e Economia Digital – Inova Digital. Vice-presidente da Comissão Especial de Inovação da OAB/DF." **Autoria:** Senador Pedro Chaves e Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 41 de 2018** que : "Requerem, nos termos do artigo 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC 4, de 2017, que "Institui a Semana Nacional da Agricultura Familiar." **Autoria:** Senadora Regina Sousa. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado.. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/12

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes!

Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srª e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 19.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 45, de 2018
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome da Senhora MARIANA RIBAS DA SILVA, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine), na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Roberto Gonçalves de Lima.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senadora Marta Suplicy.

Relatório: Aguardando relatório.

Observações:

1) Conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o exame de indicações seguirá etapas: na primeira, a Relatora apresentará o relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que sejam apresentadas informações adicionais, após o quê será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão e divulgado o relatório por meio do portal do Senado Federal;

2) A matéria constou da Pauta da reunião de 05/06/2018.

Eu solicitaria à Senadora Ana Amélia, para, como Relatora *ad hoc,* ler o relatório, que está pronto para deliberação.

Observações: nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e da Decisão nº 1 da Comissão de Educação, esta Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação da escolha de autoridades nesta Comissão será feito em duas etapas. Na primeira etapa, que ocorrerá nesta reunião, a Relatora apresentará o relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que a indicada apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença da indicada. Após a apresentação da discussão do relatório na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, em reunião a ser agendada oportunamente, a indicada será submetida à arguição dos membros da Comissão, e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o relatório elaborado pela Senadora Marta Suplicy e que, gentilmente, será relatado pela Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Srª Presidente, caros colegas Senadoras e Senadores, caros convidados que estão participando desta reunião especial da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, como Relatora *ad hoc* desta indicação, o objeto da MSF nº 45, de 2018, cumpre o que determina vários artigos também relacionados com a medida provisória que prescreve sejam os diretores das agências reguladoras brasileiros – no caso, a Ancine – de reputação ilibada e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais indicados, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e, após aprovação pelo Senado Federal, por ele nomeados.

Acompanham a Mensagem os documentos e informações especificados nas alíneas a, b e c do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com as informações apresentadas em seu *curriculum vitae*, a Srª Mariana Ribas da Silva é graduada em Comunicação Social (especialidade Jornalismo) pela Universidade Estácio de Sá e pós-graduada em Jornalismo Cultural pela mesma escola superior.

A Srª Mariana Ribas da Silva atua no cenário cultural há 15 anos. Ocupou, na Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, o cargo de Diretora de Produção (de março de 2003 a fevereiro de 2011), responsável pela edição de projetos culturais, produção de eventos, análise de projetos de artes cênicas para teatros da rede municipal, produção de pré-conferências de cultura e suporte nos editais do Fundo de Apoio ao Teatro.

Também naquela Secretaria, exerceu o cargo de Coordenadora de Fomento (de janeiro de 2013 a maio de 2014), incumbida da elaboração e implantação de programas de editais de incentivo direto e indireto da Pasta e da programação de seminários e palestras destinados à capacitação de produtores e artistas do Rio de Janeiro, realizando acompanhamento e fiscalização da execução de projetos.

Posteriormente, na RioFilme Distribuidora de Filmes S.A., da Prefeitura do Rio de Janeiro, exerceu o cargo de Gerente de Fomento (de fevereiro de 2011 a dezembro de 2012), à frente da elaboração de editais de estímulo direto ao setor, de processos destinados à seleção de projetos, da respectiva divulgação e da composição de comissões julgadoras. Em seguida, ocupou a posição de Diretora Comercial (de junho de 2014 a março de 2015), cuidando da implantação, execução e coordenação de processos de seleção, contratação, planejamento orçamentário, financeiro e prestações de contas dos projetos aprovados pela entidade.

Foi, ainda, de março de 2015 a julho de 2016, Diretora-Presidente da RioFilme S.A., responsável, entre outras tarefas, pela elaboração e execução de ações e programas voltados para o crescimento da indústria audiovisual carioca, pelo apoio a projetos de desenvolvimento, produção, finalização, distribuição e exibição de obras audiovisuais, pela realização de mostras e festivais no Brasil e no exterior, bem como pela capacitação de profissionais da área.

No Ministério da Cultura, ocupou o cargo de Secretária de Audiovisual (de dezembro de 2016 a julho de 2017), encarregada da elaboração de diretrizes gerais e metas para o desenvolvimento da indústria audiovisual e cinematográfica, da implantação de programas de fomento, da capacitação, difusão e preservação de atividades cinematográficas e audiovisuais brasileiras. Entre suas atribuições, também estiveram a promoção da participação de obras da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cinematografia e videofonografia brasileira em festivais nacionais e internacionais; a atuação na elaboração de acordos, tratados e convenções internacionais sobre audiovisual e cinema; a formulação de metodologias e políticas públicas de cultura no contexto digital e de novas mídias; o planejamento, a promoção e a coordenação de ações para a programação e a difusão de conteúdos audiovisuais em plataformas digitais e outras mídias disponíveis; a execução de ações relativas à celebração de convênios, acordos e outros instrumentos para a transferência de recursos do Orçamento Geral da União para o setor cultural.

Atualmente, exerce, pela segunda vez, o cargo de Secretária Executiva do Ministério da Cultura, auxiliando o Ministro de Estado da Cultura na definição de diretrizes e na implementação de ações da área, no planejamento do plano plurianual do setor cultural e na avaliação dos respectivos resultados. Coordena, com o subsídio da consultoria jurídica da Pasta, estudos relacionados a anteprojetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros atos normativos. Atua no planejamento e definição de diretivas do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), coordenando e supervisionando ações de difusão de produtos culturais resultantes de projetos apoiados pelo Ministério da Cultura. Impende ressaltar que, por força do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, cumpre-lhe substituir o Ministro de Estado da Cultura em seus afastamentos e impedimentos regulamentares.

Segundo o *curriculum* apresentado, a indicada realizou os seguintes estudos complementares:

. Capacitação internacional *US Filme Industry Immersion Program*, em Los Angeles, no Latin American Training Center;

. Curso *Producing Fundamentals Intensive* – School of Professional Studies, na New York University.

Na argumentação escrita anexada à Mensagem, exigida pelo art. 383, inciso I, alínea "c", do Regimento do Senado, a indicada apresenta informações destinadas a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo, ressaltando sua experiência nos campos da cultura, do fomento ao cinema e ao audiovisual.

Constata-se, também, que a indicada apresentou outras informações exigidas pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, nomeadamente, as seguintes declarações:

. de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades públicas vinculadas à sua atividade profissional;

. de que não participa nem participou, como sócia, proprietária ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais;

. de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

. de que não figura como autora ou ré em ações judiciais;

. de que não tem atuação em juízos e tribunais nem participação em conselhos de administração de empresas estatais, não ocupando cargo de direção em agência reguladora.

As declarações estão acompanhadas de certidões negativas e demais documentos oficiais emitidos pelos órgãos competentes.

Diante do exposto, entendemos que os membros integrantes desta Comissão dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação da Srª Mariana Ribas da Silva para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema.

Esse é o relatório da Senadora Marta Suplicy, que apresento, como Relatora *ad hoc*, Presidente, Senadora Lúcia Vânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço à Senadora Ana Amélia pelo relatório.

Concedo vista coletiva a todos os Srs. e Srªs Senadoras.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 410, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispensar da arrecadação de direitos autorais a veiculação de músicas pelas prestadoras do serviço de radiodifusão comunitária.

Autoria: Senador Hélio José

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Foi realizada audiência pública em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para instrução da matéria, em 11/04/2018;

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para proferir o seu relatório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relatora.) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

Antes, Senadora, quero aqui, mais uma vez, agradecer em nome da Abraço (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias) e das associações Abraço estaduais, a quem quero saudar neste momento, me permita, através da delegação lá do meu Rio Grande do Norte. Mas agradeço, porque havíamos solicitado a V. Exª que pautasse a aprovação do projeto de lei para esta data, uma vez que eles estariam aqui em Brasília, realizando toda essa mobilização.

Vamos ao nosso voto.

Compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem das normas gerais relativas à cultura, de acordo com art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O PLS nº 410, de 2017, de autoria do Senador Hélio José, de que eu tenho a honra de ser Relatora, aqui na Comissão de Educação, busca restringir o campo de incidência a norma que dá aos autores de composições musicais, assim como a seus intérpretes, o direito de permitir ou vedar a utilização de suas obras e suas interpretações, quer a título oneroso, quer gratuito, tal como disposto nos arts. 28, 29 e 90 da Lei de Direitos Autorais. A exceção que se propõe corresponde à difusão de obras musicais pelas rádios comunitárias, que seria justificada pela importância de sua atuação para o desenvolvimento cultural, comunicativo e social das comunidades por elas alcançadas.

O serviço de radiodifusão comunitária foi juridicamente instituído pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, sendo definida, no art. 1º, como, abre aspas, "a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação de serviço", fecha aspas. É importante frisar, contudo, que já havia milhares de rádios comunitárias funcionando informalmente no Brasil quando a lei foi editada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa realidade resultou de um esforço para criar canais de comunicação que não estivessem submetidos a interesses predominantemente comerciais ou mesmo políticos, mas que possibilitassem às pessoas exprimir e trocar, com os membros das comunidades a que pertencem, seus anseios e opiniões, seus valores e criações no amplo âmbito do que chamamos cultura.

Embora nada impeça que esse serviço seja oferecido a uma comunidade de renda média ou alta, foi, inegavelmente, nas comunidades menos favorecidas economicamente que as rádios comunitárias se desenvolveram e vêm mostrando seu grande potencial comunicativo e educativo. Não se restringindo ao importantíssimo papel de ouvir as pessoas das comunidades, esse serviço de radiodifusão permite e exige uma operação de seleção e de leitura da cultura nacional e da cultura universal, recriadas a partir do ponto de vista local.

Tais objetivos das rádios comunitárias são mencionados em posição de relevo na Lei nº 9.612, de 1998, conforme constatamos nos incisos I e II do art 3º e no inciso I do art. 4º, neste último caso retomando e complementando o texto do art. 221 da Constituição da República, ao dispor que as emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos princípios – abro aspas – "da preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade" – fecho aspas.

A norma em questão busca garantir formalmente essa vinculação das rádios com a comunidade por meio da instituição obrigatória, conforme o seu art. 8º, de um Conselho Comunitário – abro aspas –, "composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores" – fecho aspas. Fica vedado, além do mais, proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras.

Embora o reconhecimento normativo tenha representado um passo importante para o desenvolvimento das rádios comunitárias no País, tem havido críticas ao rigor das condições e controles que lhes são impostos. Se há cerca de 4,8 mil rádios comunitárias com sua licença outorgada no Brasil, há pelo menos um número igual que opera informalmente.

Lutando para vencer as adversidades decorrentes de seus escassos recursos, especialmente – isto é muito importante – porque não lhes é legalmente permitido obter renda com publicidade ou patrocínio, a não ser sob a forma de apoio cultural de estabelecimentos situados na área da comunidade atendida, o pagamento obrigatório dos direitos autorais ao Ecad consiste em um dos fatores decisivos, se não o principal, que têm inviabilizado e levado ao fechamento um grande número de rádios comunitárias.

Essa cobrança, é claro, ampara-se nos incisos XXVII e XXVIII do art. 5º da Constituição Federal, assim como nas disposições já referidas da Lei nº 9.610. No contexto jurídico vigente, nem mesmo a ausência de finalidade lucrativa pode tornar prescindível de autorização, e do virtual pagamento de direitos autorais, o uso de obras que têm sua autoria protegida, como já se pronunciou o Supremo Tribunal Federal a respeito. Assim, prevalece a regra geral inscrita na Constituição de que aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. Não se podia conceber, contudo, que o complexo e importantíssimo fenômeno social da vivência da cultura, enquanto conjunto de criações que configuram um modo de ver e de estar no mundo, compondo um repertório de inestimável valor para a população e a Nação, pudesse ser tratado, na Constituição Cidadã, de modo que privilegiasse unilateralmente sua dimensão individual e restritiva. E temos, de fato, no *caput* do art. 215, também da Constituição, o mandamento que busca assegurar, em sua plenitude, os direitos culturais do povo brasileiro, de que "o Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais".

Na busca de um equilíbrio entre as referidas determinações constitucionais, a Lei nº 9.610, de 1998, tem criado limitações para o campo de incidência dos direitos autorais. E é justamente seu art. 46 que exime do pagamento de direitos diversos casos de utilização e reprodução de obras de autoria intelectual. Assim, não constituem ofensa aos direitos culturais, entre outros usos, a citação de passagens de qualquer obra "para fins de estudo, crítica ou polêmica" (inciso III), assim como a reprodução, em qualquer obra, de pequenos trechos de obras preexistentes, ou de obra integral de arte plástica, "sempre que a reprodução em si não seja o objetivo principal da obra nova" (inciso VIII). Já a reprodução integral de uma obra literária, artística ou científica é permitida, conforme o inciso I, alínea d do art. 46, "para uso exclusivo de deficientes visuais", desde que feita em sistema Braille e sem fins comerciais. Ou ainda, "a representação teatral e a execução musical, quando realizadas no recesso familiar, ou para fins exclusivamente didáticos, nos estabelecimentos de ensino", também sem intuito de lucro (inciso VI).

Não são muitas as exceções, mas elas mostram que a regra básica do direito autoral pode ser restringida em favor de determinados interesses da sociedade. De tal sorte, sem desconsiderar que cabe à CCJ pronunciar-se sobre a constitucionalidade em apreciação terminativa da proposição, avaliamos que é constitucional a mudança proposta no PLS nº 410, de 2017. O art. 215 da Lei Maior, que garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, aplica-se, no caso específico, a uma situação particular de comunicação comunitária por meio de radiodifusão, sem fins lucrativos e com alcance limitado, que beneficia segmentos da população que têm, por regra, um acesso restrito ao repertório cultural.

No mérito, frisamos que, ao viabilizarmos a continuidade da atuação dessas rádios, estaremos agindo de modo muito significativo para ampliar a democratização dos meios de comunicação do País, que apresentam um perfil extremamente concentrado no que se refere à propriedade das emissoras de radiodifusão e televisão. O princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal para o serviço de radiodifusão sonora, referido no art. 223 da Constituição, fica sobremodo reforçado com o robustecimento das rádios comunitárias, pois elas constituem a mais importante expressão da radiodifusão de natureza pública, vale dizer, aquela mantida, sem fins lucrativos, pela sociedade civil organizada.

Por tais razões, julgamos que o PLS nº 410, de 2017, deve ser aprovado. Consideramos oportuno, contudo, efetuar algumas pequenas alterações no texto da proposição, buscando seu aperfeiçoamento formal e técnico.

A proposição visa alterar a redação do *caput*, além de acrescentar um inciso ao art. 46 da Lei nº 9.610, de 1998. Ocorre que o acréscimo dos termos "a utilização de obras protegidas, dispensando-se, inclusive, a prévia e expressa autorização do titular e a necessidade de remuneração por parte de quem as utiliza" no *caput*, além de nada acrescentar de substancial, cria um problema de redação, de natureza gramatical, no corpo do artigo, pois deixaria de haver um elo sintático vinculando o texto do *caput* aos incisos. Assim, é recomendável, para obedecer aos requisitos de clareza, precisão e ordem lógica na redação das leis, conforme disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, não efetuar a alteração proposta ao *caput* do art. 46.

Já na redação do inciso IX, julgamos que é relevante, para obtenção de maior precisão conceitual, utilizar, em lugar da palavra "músicas", a expressão "obras musicais e literomusicais".

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista o exposto, o voto é, Srª Presidente, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2017, com as emendas que seguem.

Senadora Lúcia, por fim, eu gostaria de dizer que, na verdade, não somos contra a cobrança dos direitos autorais pelo Ecad em decorrência das músicas que são veiculadas pelas rádios comunitárias. O que ocorre, conforme acabei de destacar, é que a Lei 9.610, de 1998, que criou as rádios comunitárias, que instituiu as rádios comunitárias, proibiu que essas rádios comunitárias possam obter renda pela via do patrocínio ou pela via da publicidade. O apoio que elas podem obter é somente do ponto de vista cultural, volto aqui a repetir. A lei que criou as rádios comunitárias proíbe que elas possam captar recursos, portanto, obter renda, seja pela via da publicidade ou pela via do chamado patrocínio. E isso, evidentemente, coloca um desafio cotidiano para essas rádios se manterem, Senadora Lúcia, desafio enorme.

Veja, a cobrança do Ecad, no que diz respeito à questão dos direitos autorais, torna completamente inviável o cumprimento dessa norma, que nós julgamos que é meritória e que é justa, pelas rádios comunitárias, devido exatamente ao perfil das rádios comunitárias, que não podem captar recursos pela via da publicidade ou patrocínio. Por quê? Porque são entidades sem fins lucrativos. E essa cobrança, Senador Lindbergh, está simplesmente fechando as rádios comunitárias pelo país afora.

Eu estou aqui com o boleto de uma rádio comunitária de São Paulo, uma cobrança de quase R$100 mil. Está aqui, são quase R$100 mil.

Enfim, repito aqui para concluir, diante de fatos como esse é que nós entendemos que é extremamente meritório o projeto de autoria do Senador Hélio José. Quero parabenizá-lo e dizer da alegria que tive de ser designada Relatora. Todos nós, Senadores e Senadoras, independentemente de questão partidária, sabemos o papel inquestionável que têm as rádios comunitárias no processo de democratização da informação no País, um país de dimensão continental, um país oligopolizado, um país onde é uma vergonha os meios de comunicação estarem nas mãos de quatro, cinco, seis, oito grupos pelo País afora. É um verdadeiro oligopólio.

Então, essas rádios vieram para cumprir um papel muito importante, como o próprio nome diz, de comunicação social com caráter educativo, com caráter cultural. Não é à toa, onde é que estão as rádios comunitárias? Estão nos grandes centros? Nos centros urbanos médios? Não, elas estão, Senadora Lúcia Vânia, lá na periferia, lá nas comunidades rurais do seu Estado de Goiás, nos pequenos Municípios, nas pequenas cidades.

Por isso, quero dizer aqui da justeza dessa proposta e pedir o apoio dos nossos pares.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu pediria aos Srs. Senadores que a gente abrisse a discussão logo depois da votação...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – ... porque nós temos o quórum agora e, como há outras audiências públicas, eu pediria, então, aos senhores...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Abra o painel, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – A votação é simbólica.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Simbólica.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Para discutir, Srª Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria me inscrever também.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu vou inscrever todos para discutir, mas vou colocar primeiro em votação para fazermos essa votação com o quórum alto. Logo em seguida, eu ponho as discussões.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)
Aprovado. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu pediria aos senhores que aguardassem agora o pronunciamento dos Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias. Eu pediria ao Senador que fosse rápido,...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pronto, eu vou ser breve, eu vou ser bem breve.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – ... porque há muitos oradores.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu vou ser bem breve, Senadora Lúcia Vânia.

Primeiro, eu queria cumprimentar o autor do projeto, Senador Hélio José; queria cumprimentar a Relatora, Senadora Fátima Bezerra.

Quero dizer que falo aqui em nome do PT. Nós tivemos todos os nomes nossos aqui, porque essa votação é importante: está aqui o Senador Paulo Rocha; a Senadora Regina Sousa; o Senador Humberto Costa, que é Líder da oposição; o Senador Jorge Viana; eu, que sou Líder do PT. E queria dizer aqui para todas as rádios comunitárias que esse projeto é muito importante – quero parabenizar o relatório da Senadora Fátima Bezerra. Há rádios comunitárias fechando as portas. Então, esse projeto, que tira a cobrança, às vezes, abusiva e excessiva pelo Ecad, vai ajudar muito as rádios comunitárias.

Lembro que, semana passada, a gente aprovou outro projeto na Comissão de Constituição e Justiça que permite que o pequeno comércio, as pequenas empresas daquela localidade possam fazer publicidade nas rádios comunitárias. Isso é fundamental. E quero dizer, para encerrar, da nossa parte, que, se existirem – quero falar para a Abraço – outros projetos que fortaleçam as rádios comunitárias, saibam que contam com o nosso apoio.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, da mesma forma, eu quero parabenizar o Senador Hélio José pela autoria do projeto – ele também é autor de vários outros projetos voltados ao atendimento das rádios comunitárias – e a Senadora Fátima Bezerra como Relatora do projeto, o que fez com grande competência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos nós sabemos da importância das rádios comunitárias e, em especial, nós que somos de uma região ainda em desenvolvimento, em que demograficamente nós temos nichos de pessoas em lugares muito distantes dos centros urbanos. E é lá, nos aglomerados nas vilas, nos distritos, que as rádios comunitárias prestam um trabalho da maior importância, levando não só a informação, a cultura, mas levando também a possibilidade de as pessoas até se encontrarem através dos anúncios, das falas das rádios comunitárias.

O Senador fez, há pouco, também uma observação de que outro projeto está tramitando na CCJ, aprovado na semana passada, tratando da possibilidade de as rádios comunitárias também acessarem as publicidades, porque não há como ser vedada às rádios comunitárias a possibilidade de terem patrocínio ou publicidade, apenas apoio cultural, e ser imposta a elas a cobrança do Ecad por utilização das músicas.

Isso porque não há como ser vedado às rádios comunitárias terem patrocínio ou publicidade, apenas apoio cultural, e ainda ser imposto a elas a cobrança do Ecad pela execução de músicas. E dessa forma... Agora mesmo, a Senadora Fátima Bezerra mostrou um boleto do Ecad cobrando R$100 mil de uma rádio comunitária de São Paulo – e não é porque é de São Paulo que pode pagar R$100 mil. As nossas de lá mal se mantêm, mal têm condições de estar no ar, quanto mais de pagar esses valores, que são absurdos e que iriam fechar as rádios comunitárias.

Elas têm o nosso apoio. E é importante os amigos da ABRAÇO, tanto do Pará, quanto da Amazônia e do Brasil todo, saberem que elas têm o apoio de todos os Parlamentares. Eu tenho absoluta certeza, Senador Hélio, Senadora Fátima, de que nós vamos aprovar por unanimidade. Agora a votação não é nominal, mas, se o fosse, seria aprovada pela unanimidade, por todos nós.

Contem com o nosso apoio não só nesse projeto como em todos os outros que vierem para fortalecer as rádios comunitárias.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Para discutir.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu estive várias vezes com representantes das rádios comunitárias do meu Estado e posso prestar o testemunho, Senador Hélio José – V. Exª, que é o autor do projeto –, de que se trata dos próprios gestores. São associações comunitárias; não se trata de grupos empresariais. São pessoas que vivem, gerem, administram a comunicação de interesse local. São pessoas que dão a informação do Município tal, do Município qual, da área rural daquele Município, daquela pequena região, e prestam o serviço de comunicação. Mas é claro que, ao lado da comunicação, até para captar-se audiência, existe o componente do entretenimento, e esse entretenimento leva à música regional. Muitas vezes, é a música regional, é a música do artista local, é a promoção cultural do artista local.

Então, se está impedida de ter faturamento pela própria lei, ela não tem como pagar direito autoral, até porque o que ela presta como serviço é a informação – é quase que o gestor sendo o locutor. São as associações comunitárias prestando a informação e tentando atrair a comunicação da informação pela divulgação da música popular local, de interesse da comunidade local; não é da cidade de São Paulo ou do Rio de Janeiro, não é da artista internacional, não é o do grande artista nacional. Não haveria, portanto, nenhuma razão lógica para que houvesse a cobrança do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ecad. Ela é de interesse local, trabalha com informação local, com o artista regional. E por todas essas razões é que eu, com absoluta consciência, voto pela proibição da cobrança do Ecad a quem presta um real serviço à comunidade local.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discutir.) – Eu queria falar que atitudes como esta aqui nossa, das Senadoras e dos Senadores, do Senador Hélio José, autor do projeto, e da querida colega Senadora Fátima Bezerra, que é a Relatora, é que fazem a gente se animar, mesmo nesses tempos em que a política passa por tantas dificuldades. Mas é a má política que passa por dificuldades; a boa política é sempre a melhor alternativa para que coisas boas aconteçam para as pessoas, para o País, para a sociedade, para a comunidade.

Vejam só o que nós estamos fazendo aqui hoje: um Senador aqui de Brasília propõe algo que ajuda o Brasil inteiro; a Senadora Fátima faz um relatório, como nordestina, sabedora da importância da matéria; eu faço este depoimento como alguém que vem da Amazônia.

Na Amazônia, a rádio é parte da vida das pessoas. Lá não há essa história de a gente pegar telefone. As pessoas moram nos rios. A rádio é o meio pelo qual se mandam mensagens, de um caminho só, para avisar se a pessoa chegou na cidade, se já ficou boa do problema de saúde, se ela já conseguiu resolver o que fora lá resolver ou se precisa de ajuda, ou avisa quando volta. As pessoas moram a quatro, cinco, seis dias de viagem da primeira cidade. Então, ali, a rádio é algo fundamental e, em alguns lugares, é quase tudo na comunicação.

Eu, recentemente, estava conversando a respeito com o pessoal do Rio Macauã, com o pessoal do Rio Envira, por onde passei, lugares a quatro dias de distância da primeira cidade. Fiz o mesmo no Rio Juruá e no Rio Tejo. Então, eu falo com propriedade.

No Acre, lamentavelmente, nós só temos cinco rádios: a Alternativa FM, em Acrelândia, que vai se beneficiar muito desse projeto, pois em Acrelândia a população inteira, na fronteira com a Bolívia, se beneficia do serviço comunitário que a Alternativa FM presta – quero deixar claro isso. E, assim, a Rádio Nova Era, lá em Tarauacá, também muito importante; a Rádio FM Feijó, lá no Município de Feijó; a rádio do Centro dos Direitos Humanos e Educação Popular, em Rio Branco; e a Dimensão FM, em Sena Madureira.

Agora, no Acre, Senadora Ana Amelia, que já teve o privilégio e a oportunidade de ir lá e conviver...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um privilégio mesmo!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É que a senhora é gaúcha, um povo com quem o Acre tem uma relação muito grande, e foi lá, e foi muito importante recebê-la.

No Acre ainda existem – e agora mesmo fui a Porto Acre – as rádios boca de lata. As bocas de lata existem naqueles locais onde ainda não há uma rádio comunitária. Então, eles põem lá uma torrezinha de madeira e, lá no alto, põem alto-falantes, que lá se chamam "bocas de lata".

Eu conversava em Porto Acre, nesta semana agora, e ele me dizia: "Não; de manhã, eu ponho os alto-falantes virados para um lado, para um lado da cidade escutar; de tarde, eu ponho virados para o outro lado, para a outra parte da cidade escutar". Ou seja, o pessoa se vira. E lá em Santa Rosa também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu falei: "Vamos ajudar, vamos transformar esse serviço em uma rádio comunitária". É isso que a gente precisa fazer no Brasil. Por incrível que pareça, mesmo vivendo a revolução tecnológica, a rádio vai ser sempre muito importante nas vidas das pessoas.

Então, Jeremias e todos os que trabalham na luta pelas rádios comunitárias, como disse o Lindbergh, vamos aprovar – e já aprovamos esse projeto. Tomara que ele passe rápido pela Comissão de Constituição e Justiça, para onde ele segue agora; e que aprovemos o outro que possibilita que a pequena mercearia, que aquele que tem um pequeno "nigucim" no interior possa também ajudar na manutenção da própria rádio comunitária. Isso não vai tirar nada das grandes empresas de comunicação e vai ajudar a manter vivo esse instrumento de comunicação de utilidade pública tão importante.

Era isso que eu queria aqui deixar claro e dizer que, com o que nós estamos votando aqui hoje, tirando a obrigatoriedade de pagar ao Ecad, nós não estamos desrespeitando os direitos dos artistas; ao contrário, eu acho que o bom artista vai ficar muito feliz em dizer: "Não; na rádio comunitária eu aceito que a minha música toque para ajudar nesse serviço de utilidade pública".

Muito obrigado e parabéns a todos da Comissão. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, eu quero ser muito breve.

Acho que a maioria de nós vota, pela terceira ou quarta vez, em Comissões diferentes, este projeto, e todos fizemos questão de aqui vir por entendermos que se trata de um projeto da maior justiça, um projeto que permite os serviços de rádios comunitárias, que é algo extremamente importante e que tem uma função social muito significativa. Nos dias de hoje, em que temos a presença das redes sociais, inclusive é uma fonte importante de informação da área local, que pode ser universalizada e transmitida para todos.

Na verdade, creio que todos os governos que se sucederam ao processo de criação das chamadas rádios comunitárias deixaram uma dívida muito grande com essa área, inclusive os governos do PT. Sempre que nós fazemos uma avaliação retrospectiva dos nossos governos, chegamos à conclusão de que poderíamos ter avançado muito mais no que diz respeito às rádios comunitárias, tanto do ponto de vista legislativo quanto do ponto de vista de apoio. (*Palmas.*)

Espero que os próximos governos tenham uma postura diferente e possam permitir que esse modelo se sustente e se amplie.

Quero dizer também que o projeto é extremamente meritório. Parabéns ao Senador que o apresentou. E quero dizer que também me incorporo àqueles que manifestaram o seu apoio integral não apenas a este, mas a todos os demais projetos que fazem justiça com as rádios comunitárias do Brasil.

Muito obrigado a todos vocês. (*Palmas.*)

(*Interrupção do som.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir.) – Bom dia a todos e a todas, ao pessoal das rádios, em nome da delegação do meu Piauí, que está ali atrás também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir.) – Eu queria dizer da importância das rádios. Sei que há em todos os Estados, mas quem mora no Norte e no Nordeste é que sabe disso. Na maioria dos nossos Municípios do Piauí, ainda é a rádio comunitária o único meio de comunicação que há nas cidades que são pequenas, com 3 mil, 4 mil habitantes. É muito importante.

Há uma distorçãozinha que ainda temos de corrigir que é a história da rádio travestida de comunitária, que pertence ao político, ao prefeito ou ao deputado, e que só fala sobre quem ele quer. Se pertencesse a ele, mas deixasse que todo mundo falasse, já estava bom, porque defendemos a democratização dos meios de comunicação. Ainda há essa distorção para corrigir.

Eu sou da origem das rádios comunitárias. Levei muitos empurrões da Polícia Federal para evitar que levassem os poucos equipamentos – um microfone e uma mesinha de som. A Polícia Federal ia para lá para levar, e fazíamos barreiras para não deixá-la entrar. Geralmente, as rádios comunitárias não têm nem sede e funcionam num pedacinho de um sindicato, de uma associação de moradores... Eu acho que é muito importante, e quem vive no interior deste País sabe. Não é justo cobrar, até porque, mesmo que venha a ter direito de patrocínio, é coisa muito pequena. As rádios comerciais não vão para as cidades pequenas exatamente porque elas não vão ganhar dinheiro lá. Há um barzinho numa esquina, uma bodeguinha na outra... Não há grandes empresas; então, não interessa às rádios comerciais maiores. E a rádio comunitária exerce esse papel.

Portanto, quero parabenizar a moçada e aproveitar para pedir a nossa Presidenta para votarmos o item 15, que é sobre a agricultura familiar e não terminativo. Rapidamente, podemos votá-lo. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, brevemente. Como jornalista, obrigatoriamente preciso entender a relevância que tem a comunicação.

Eu estava contando aqui para alguns radiodifusores ou comunicadores de rádios comunitárias de Caicó, de lá do interior do Rio Grande do Norte, da Senadora Fátima e do Senador Agripino, que eu via no tempo, acompanhava quando eu era jovem, lá na minha Lagoa Vermelha, que a rádio era a emissora que dava o recado para a família informar que fosse esperar um parente porque não havia telefone, não havia celular muito menos, não havia fax, não havia WhatsApp, não havia nada disso. Então, a rádio tinha esse dom de comunicar e de ligar as pessoas. Era para todas as áreas: "Olha, a pessoa está doente. Traz um remédio de tal lugar", para a cura da pessoa que estava doente. E muito isso se deve à comunicação. Hoje, claro, com evolução tecnológica, as emissoras têm uma relevância.

Sou de um Estado onde – em Lagoa Vermelha, no interior, dos padres capuchinhos, a Rádio Cacique, de Lagoa Vermelha, de outras também entidades religiosas ou não, civis – criou a comunidade suas emissoras, as suas instituições de ensino, as suas instituições de saúde pública comunitariamente. As suas universidades, todas elas foram criadas do sistema comunitário. Portanto, elas são instituições comunitárias, não há dúvida do reconhecimento.

Estou aqui também votando a favor desse projeto, Senadora Fátima, pela relatoria que fez o Senador Hélio José, por uma questão de absoluta coerência. Eu sou autora de um projeto que está na CDR, a nossa Presidente Lídice da Mata está aí, da CDR, não sou de lá, que trata de desonerar das pousadas, dos hotéis, das pensões aquela sonorização do quarto da pensão – do quarto da pensão, não é da área do *lobby*, não é do restaurante, não é do corredor –, apenas e tão somente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da intimidade da pessoa. A pessoa hoje – diferentemente daquela época de que eu estava falando agora, quando o rádio era importante – chega com o celular e está falando.

Então, eu quero dizer que eu aprovei porque autora de uma que desonera esse setor. Então, não seria justo nem coerente que votasse... Então, eu tenho certeza de que também o PT, os seus Senadores e as suas Senadoras votarão por entender que tem o mesmo objetivo.

Então, essa é a minha aprovação por coerência e pelo reconhecimento que tem, porque no Rio Grande do Sul também há.

Agora, quero também prestar um depoimento pessoal da experiência que tenho. Tenho recebido também comentários dos radiodifusores sobre a crise por que está passando a área de comunicação – sejam os jornais impressos, sejam as pequenas emissoras de rádio, especialmente as menores do interior do Estado estão padecendo dos mesmos problemas – porque a recessão econômica afeta e reduz o faturamento dessas empresas.

Então, é preciso que elas também tenham um olhar e um cuidado de nossa parte para evitar um prejuízo geral. Esse avanço eu precisava apoiar por coerência porque tenho um projeto semelhante a esse, para desonerar as pequenas pousadas e os hotéis. O Nordeste tem muitos estabelecimentos nessa condição, Senadora Fátima, que vão ser beneficiados também, pequenas hospedarias que vão ser beneficiadas.

Então, por essa razão de coerência e de reconhecer o valor das rádios comunitárias, como falei à rádio de Caicó, no Rio Grande do Norte.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senadora Lídice da Mata.

Eu pediria à Senadora Fátima para assumir a Presidência, pois tenho que me deslocar para a Comissão...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Vou aguardar a Senadora. (*Pausa.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para discutir.) – Presidente, Senadora Fátima Bezerra – que também, Senadora Ana Amélia, é a Presidente da CDR; eu sou a Vice-Presidente – e demais companheiros desta Comissão, eu acho que este projeto, que é de autoria do Senador Hélio José, chega em muito boa hora. Nós tivemos a oportunidade, na semana passada, de votar na CCJ um projeto que garante que as rádios comunitárias possam receber patrocínio comercial. E esses dois projetos, um se juntando ao outro, darão condições para o crescimento e o desenvolvimento das rádios comunitárias.

Eu sempre fui uma defensora da democratização dos meios de comunicação, dar ao povo o direito de se informar bem e de informar também a respeito da sua vida a sua comunidade. As rádios comunitárias vão, portanto, no sentido da formação de uma rede popular de comunicação que possa conviver democraticamente com as redes do capital, mas que possam efetivamente desenvolver a sua relação mais forte, revelando para as comunidades que se formam justamente a sua realidade e podendo também debater assuntos de extrema importância.

Portanto, eu quero dar os meus parabéns à Abraço, quero dar os meus parabéns a todos os companheiros que lutam em defesa das rádios comunitárias e que estão aqui, de todo o Brasil – estive lá na Bahia e estão aqui os companheiros da Bahia também –, porque essas pequenas conquistas que nós estamos alcançando aqui, na verdade, significam uma grande conquista para que nós possamos viabilizar uma rede de comunicação popular no Brasil. Vivam as rádios comunitárias brasileiras! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento a Senadora Lídice.

E, agora, passo a palavra, imediatamente, ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Srª Presidenta, nobres colegas, queria aprofundar ainda a história que o Jorge colocou.

Quando cheguei do interior lá em Belém do Pará, um dos principais programas que tinha mais audiência de rádio, lá na capital, era um programa chamado Alô, Alô, Interior. As pessoas, as famílias que estavam lá em Belém, para mandarem recado para suas famílias lá no interior, elas o faziam através do rádio, desse programa, que pegava em todo o interior. Isso, porque, lá no seu local, na comunidade, não havia nenhum instrumento de comunicação. Então, por esse programa Alô, Alô, Interior, mandava-se o recado: "Olha, fulano, eu estou saindo aqui de Belém no barco tal, e vou chegar dia tal, hora tal, lá no porto." Aí, a família ia pegar a pessoa. Então, demonstra a importância da comunicação do rádio na nossa Amazônia.

E, depois, já na década de 90, no ano de 1991, eu virei Deputado Federal. Aí, eu cheguei aqui, e um dos principais instrumentos que os nossos Deputados da Amazônia e do Nordeste usavam era a fila no *A Voz do Brasil*. Nós tínhamos necessidade de falar em *A Voz do Brasil* para podermos dizer que estávamos atuando aqui no Congresso Nacional, uma vez que não tínhamos espaço nas grandes redes de comunicação, de televisão.

E, aí, foi nesse período que veio a proposta da criação ou, na verdade, da legalização das rádios comunitárias, porque as rádios já estavam se instalando pela necessidade. Onde as comunidades estavam se organizando, implantava-se a rádio, que começou com a rádio cipó e, depois, transformou-se em rádio comunitária. Então, é um instrumento fundamental.

E ouso mais dizer: se a base da democracia na comunicação é a imprensa livre, eu acho que reforçar a rádio comunitária como um instrumento de organização do povo é também consolidar a democracia, uma vez que ela vai de encontro ao monopólio de comunicação hoje existente no País. Então, é um avanço importante.

Lembro ainda que, na época, a proposta de legalização era de 50... Pessoal da ABRAÇO?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Era de 250. E, no final, nós logramos aprovar só 25, o que restringe, principalmente nas regiões mais distantes, como na Amazônia, no Nordeste, etc. e tal. A proposta de aumentar para 200, 300 não é nenhum absurdo, como alguns dizem. Por isso, é fundamental a gente se somar.

Quero parabenizar a turma da ABRAÇO, que eu ajudei, inclusive, a construir naquele período exatamente para poder fazer-se esse tipo de mobilização no sentido de trazer para cá a voz da organização comunitária no que tange à comunicação. Parabéns! Essa é uma vitória muito importante para vocês.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento o Senador Paulo Rocha.

E, agora, passo a palavra ao autor do projeto, de que tive a honra de ser a Relatora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Para discutir.) – Senadora Fátima Bezerra, primeiro, quero cumprimentar V. Exª pela delicadeza, pelo trato, pelo trabalho, pela sensibilidade de ouvir todos e todas sobre essa importante matéria. Quando eu, a senhora e a ABRAÇO tratamos sobre a importância de a senhora relatar essa matéria, nós tínhamos a consciência e a certeza desse trabalho que a senhora faria.

E hoje eu quero cumprimentar aqui o Ronaldo Martins, que estou vendo ali, Coordenador Geral da ABRAÇO; o Divino, Presidente da ABRAÇO DF; o nosso Jeremias, Presidente da ABRAÇO Brasil; e toda essa galera que está aqui, pegando duas rádios como exemplo: os nossos amigos da Rádio Lençóis FM de Santo Amaro, Maranhão, Alione e Ed Wilson; e o meu amigo Mateus Moura – em nome de todos aqui, do Wantuil, de todo mundo de Brasília –, da rádio comunitária aqui de Brazlândia, pelo comportamento delicado, pelo comportamento tranquilo de visitar todos os Senadores desta Casa, de explicar a importância dessa matéria.

E eu quero, Senadora Fátima Bezerra, principalmente, cumprimentar aqui todos os partidos: o PT, através do Lindbergh, através da Regina Sousa, de V. Exª, Fátima, do nosso Jorge Viana, do Paulo Rocha, pela sensibilidade dessa questão; cumprimentar o PSDB, na pessoa do nosso nobre Senador Flexa Ribeiro, que fez uma colocação importante do alcance dessa iniciativa; o PSB, porque estou vendo nossa nobre Senadora Lídice da Mata, que também fez seu pronunciamento colocando a importância do alcance social dessa iniciativa; e nossa Senadora Ana Amélia, tão preocupada com os meios de comunicação.

Nós estamos inclusive conversando sobre a alternativa para resolvermos o problema do 513, porque nós precisamos resolver a questão do 513, que são os três canais tão importantes para vocês. E a questão do alcance das rádios. Então, vamos conversar e ver que entendimento conseguimos formular para ajudar todo mundo. O objetivo é esse. O objetivo não é estarmos aqui em nenhum tipo de guerra de braço. Temos também nosso nobre Senador Lasier Martins.

Então, Fátima, cumprimentar também a Lúcia Vânia, que nos atendeu no sentido de passar esse projeto para você relatar, porque você mostrou, desde o início, um grande interesse em relatá-lo.

Estamos todos muito felizes, porque eu, como Vice-Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Rádios Comunitárias, tenho consciência do alcance e da importância das rádios comunitárias. Nessa questão do Ecad, fizemos três audiências públicas para tratar do assunto. Ficou claro e transparente...

A nossa nobre Senadora Ana Amélia tem muita razão no projeto dela de isentar também as áreas íntimas de pensões e hotéis, que tem nosso apoio integral, porque não tem sentido, a partir do momento que as rádios comunitárias não têm arrecadação, ter que pagar Ecad. E outra, as rádios comunitárias são a principal divulgadora da cultura local, do artista local, do artista nacional, não têm como sobreviver e o Ecad aplica altas multas, altas cobranças. Não tem sentido!

Eu estava conversando com Ana Amélia aqui. A preocupação que ela tem... Quando nós aprovamos o PLS, de autoria do Senador Donizeti, que trata da questão do direito à publicidade das pequenas tendas que não têm acesso ao comércio, para as rádios comunitárias. Precisamos ver uma alternativa de como as rádios comunitárias terão de pagar tributação sobre o arrecadado. Talvez haja um enquadramento no Simples, alguma coisa para que se dê legalidade à situação importante para a sobrevivência das rádios comunitárias, importante para nossas farmácias, para nosso supermercado pequeno, para nosso comércio pequeno, para as pessoas que não têm acesso ao comércio; e para todas as nossas rádios que sempre andaram na legalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu protestei veementemente quando houve alguma insinuação – porque rádios comunitárias são todas feitas por pais de família, fazendo tudo na dedicação, na paz e no amor – de que iriam se aproveitar de uma situação que nós estamos dando para a sobrevivência das rádios comunitárias, para entrar em ações que são da área comercial e não é o caso! Porque o caso é dar oportunidade aos pequenos de fazerem o seu trabalho de anúncio e as rádios sobreviverem.

A Ana tem essa discussão da forma de legalizarmos a questão tributária, essa pequena taxa dos comércios, das farmácias, que conseguiremos arrecadar, e eu tenho certeza de que ninguém das nossas áreas de contato, da Abraço, será contra.

Hoje a contribuição do Simples é para o micro e o pequeno empreendedor; ao fazerem a contribuição do Simples, poderão dar aquela parte que fora arrecadada.

Estou conversando com a Ana Amélia aqui, porque ela e o nosso nobre Senador Lasier Martins pediram para reavaliarmos, no plenário do Senado, o PLS nº 513.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Para ficar perfeito.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Exato. Para tentar nos ajudar a aperfeiçoar o PLS 513, que foi aprovado por unanimidade na Comissão de Ciência e Tecnologia. Então, nós estamos conversando e vamos continuar conversando, porque nós sabemos a importância que é o não sombreamento de uma rádio pela outra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – É isso aí!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Esse é o problema. Nós sabemos que precisamos acabar com isso.

Ronaldo Martins é o Diretor Presidente da Rádio Riacho FM. O Divino, que está do lado dele, é o Diretor Presidente da Rádio FM do Recanto das Emas. Um é bem pertinho do outro. Então, ambas são prejudicadas. Nós queremos resolver esse assunto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – É por isso que nós veremos os canais e a questão da ampliação da potência, que hoje está 25 e nós ampliamos para 300. E nós queremos chegar aqui a um consenso que seja palatável para todos, para que tenhamos a nossa frequência maior, dando mais alcance e também não prejudique ninguém.

Eu sei que estaremos debatendo esse assunto. Quero ver com a Ana se conseguimos aprofundar, para até amanhã construirmos um consenso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Inclusive junto com a Anatel.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Junto com a Anatel, também com o Juarez, para tentarmos resolver todas as situações.

Então, quero agradecer a mobilização da Abraço nacional; agradecer você, Jeremias; todas as rádios de Brasília, que aqui estão presentes. Estou vendo aqui vários... O Julimar... Ali em Goiás! Todos estão aqui presentes. Maranhão, Alagoas, Bahia! Todos...

O Pastor Valdemir está aí? Cadê o Pastor Valdemir?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Guará presente. Alagoas, Piauí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero agradecer todos, porque vocês são a comunicação do Brasil, juntamente com as rádios comerciais. Quem faz a comunicação... Hoje as rádios comunitárias cada vez são mais importantes e são uma realidade. E vamos juntos trabalhar passo a passo, um de cada vez. Nós estamos dando passos importantes.

Esse perdão da taxa do Ecad com certeza... Vou conversar com o Senador Edison Lobão, eu e a Fátima Bezerra, para tentarmos manter a Fátima como Relatora na CCJ, a fim de agilizar o expediente e pautar o mais rápido possível esse relatório na CCJ, para levá-lo ao plenário, tornando realidade essa questão do fim da taxa do Ecad.

Com relação ao 513, eu pretendo, juntamente com a Ana Amélia... Conto com vocês da Abraço. Quero todo mundo no meu gabinete hoje, Ronaldo, para a gente bater um papo sobre isso. Nós conversaremos com a Anatel para tentarmos chegar a um ponto de consenso para liberar imediatamente esse projeto para a Câmara dos Deputados, se Deus quiser, com acordo entre nós.

Muito obrigado a todos.

Fátima Bezerra, obrigado.

Obrigado às rádios comunitárias. Viva o Brasil! Viva as rádios comunitárias! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Valeu!

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Srª Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Valeu, Senador Hélio José!

Nós ainda temos um inscrito, Senadora Regina, que é o Senador Valadares. E...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só para lembrar o item 15, que é não terminativo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim; o item 15.

Eu queria só pedir a V. Exª se nós podíamos, rapidamente... Aqui há dois requerimentos que são bem rápidos e imediatamente pautaremos o seu projeto. Pode ser?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Independentemente da manifestação do Senador Valadares, eu também quero subscrever dois requerimentos do Senador Pedro Chaves, para uma inclusão apenas de um já aprovado, e do Senador Ronaldo Caiado sobre exame de proficiência.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Já estão preparados aqui, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pela ordem.) – Pela ordem, também.

Presidente, como preciso me retirar, eu queria pedir extrapauta a votação de um requerimento que trata do Exame Nacional de Proficiência em Medicina. O Senador Caiado fez um requerimento de audiência pública e indicou pessoas.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já está aqui, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – E eu tenho a indicação de uma pessoa só, o que já deve estar sobre a mesa também. Este nome...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Quando for possível, V. Exª também poderia votar esse requerimento.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Senador.

Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Presidente, como membro da Comissão de Justiça do Senado Federal, eu quero, desde logo, manifestar o meu apoio antecipado a esta matéria, que, sem dúvida alguma, é representativa de um direito legítimo de instituições como as rádios comunitárias, que tantos serviços prestam por este País afora, levando cultura, entretenimento, notícia, a fim de melhorar a informação do povo brasileiro.

Eu posso dar o meu testemunho, Srª Presidente. No primeiro projeto que passou no Senado Federal, vindo da Câmara dos Deputados, visando à criação das rádios comunitárias, eu estava aqui no primeiro mandato de Senador e tive a oportunidade de fazer a defesa na Comissão de Justiça e no plenário, na linha da frente daqueles que achavam e ainda acham que as rádios comunitárias têm uma proposta democrática, porque elas desbloqueiam o setor de comunicação que pertencia praticamente a um monopólio das grandes redes comerciais. Esse monopólio foi quebrado através de uma lei que nasceu no Poder Executivo e que é a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Dos Senadores que estão presentes aqui, eu sou o único que estava presente no dia da votação desse projeto que redundou na lei posteriormente sancionada em fevereiro pelo Presidente da República.

Eu quero também registrar a minha alegria e o meu regozijo de estarem aqui representantes de todos os segmentos das redes comunitárias no Brasil. Entre eles, estão aqui representantes do Estado de Sergipe, e eu como Senador da República sou um dos membros da nossa Bancada de três Senadores.

Aqui, eu quero registrar o Prefeitinho – o nome é Prefeitinho – de Lagarto, onde a sua Rádio Juventude FM é uma das mais ouvidas da região. Todos aqueles que querem saber da boa notícia, do bom entretenimento e da boa informação, acima de tudo, com regularidade, imparcialidade e impessoalidade, têm que ouvir a rádio que hoje está sob o comando da associação que tem como Presidente o nosso Prefeitinho de Lagarto.

Está também Jorge, da Boca da Mata, aqui, ao meu lado. Um dia desses, fui dar uma entrevista e fiquei impressionado com a audiência da emissora, que atinge todos os setores da sociedade de Nossa Senhora da Glória e, sem dúvida alguma, contribui para aquele que gosta de rádio – e quem é que não gosta de rádio?

Eu também quero registrar a presença de Milena, também da cidade de Aquidabã. Há uma rádio comunitária lá que é um sucesso de programação e de engajamento com os interesses maiores da comunidade de Aquidabã.

A rádio sempre teve uma importância enorme na história do Brasil e na história mundial. Nós nos lembramos de que foi graças às emissoras de rádio da Inglaterra e àqueles discursos memoráveis de Churchill que ele conseguiu virar a cabeça do povo, reagir contra o nazismo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reimplantar na Europa a democracia. Então, o rádio para nós, não só aqui no Brasil como no mundo, tem uma importância fundamental para a formação da opinião pública.

Meus parabéns a vocês!

Estou esperando lá esse projeto para votar com V. Exª, Hélio José, que é um grande exemplo de Senador, sempre interessado nos melhores projetos em benefício da comunidade.

Muito obrigado.

Um abraço.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos cumprimentar o Senador Valadares.

Antes de dar prosseguimento aqui, eu queria só colocar o seguinte. Primeiro, Senadora Regina, eu acho que agora quem merece uma salva de palmas é a Abraço – nacional e estadual. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

Permitam-me, mais uma vez, saudar a mobilização de vocês em todo o País, através da delegação do meu Estado: aqui está o Braitene, que é da Rádio Cidadania, de Mossoró; o Thomas Sena, de Macaíba, que é o Presidente da Abraço do nosso Rio Grande do Norte; o Canindé Oliveira, da Rádio Povo, de Caicó; o Ronne Von, da FM Santa Rita, de Santa Cruz; e a FM Bonita, de São José do Seridó. Eu quero estender essa saudação, claro, a Geremias, o Presidente da Abraço nacional; a Ronaldo, que é nosso Secretário Geral; e a Divino, que é o Presidente da Abraço do Distrito Federal. Eu quero parabenizar vocês pela mobilização cidadã. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

É disso que trata o mérito deste projeto, que é, na verdade, fortalecer as rádios comunitárias, para que possamos, cada vez mais, ampliar esse processo de democratização da informação, que significa trabalhar em prol da cidadania do povo brasileiro. Para a conquista da cidadania, há algo fundamental que é o direito da população à informação – e informação com isenção, com seriedade, com pluralidade, com idealismo, com espírito público.

Eu disse aqui, desde o início, Senadora Ana Amélia, que nós estamos falando de uma instituição que está presente principalmente nos rincões deste País – lá nas vilas, nas comunidades rurais. Essas rádios comunitárias dão voz a milhares de pessoas, Senadora Regina, excluídas por este País afora, dão voz a elas pelo direito à questão da cidadania. Nós estamos aqui falando, do ponto de vista da comunicação social, da expressão mais genuína da comunicação social que é a radiodifusão comunitária no nosso País. E há este detalhe: sem fins lucrativos, mantida com muita paixão, com muita garra, com apoio da sociedade civil.

Então, eu fico muito feliz e quero dizer, desde já, que estou entrando em contato aqui com o Senador Lobão, porque eu quero continuar sendo Relatora lá na CCJ.

(*Manifestação da plateia.*)

E vamos fazer aqui um mutirão para que possamos aprovar, o quanto antes, na CCJ, uma vez que ele é terminativo.

Então, é isto gente, eu acho que hoje nós demos aqui um passo fundamental para cada vez mais democratizar a comunicação popular, para resistir e transmitir sempre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

Senador Cristovam...

E quero só dizer, Senadora Ana Amélia, que também nós vamos pautar lá na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que eu presido. Vamos pautar, sim, o projeto, e o projeto é de sua autoria, o PLS nº 206, de 2012, que é também extremamente meritório. Aliás, já está pautado, já está incluído, inclusive. Nós vamos colocá-lo novamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Eu pediria um empenho, porque o Ministro da Agricultura está na Comissão de Agricultura, e eu sou membro da Comissão, e está lá o Presidente do Senado também numa audiência...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Se pudesse, são apenas dois requerimentos, se a Senadora Regina e o Senador Hélio José me permitirem. É o requerimento aceitando... Se o Senador Cristovam me permitir também. São dois requerimentos: se pudesse apresentá-los, porque não são...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tranquilo. Eu iria passar imediatamente para a senhora. É que o Senador Cristovam pediu a palavra, rapidinho, está certo?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É muito rápido e ainda sobre esse assunto.

Primeiro, o meu apoio a essa luta da rádio comunitária, pois acho que esse é um processo de democratização. Não entendo como alguns falam que vai ser uma concorrência desleal deles com as grandes empresas. Não há a menor possibilidade disso. Ao contrário, eles vão chegar a locais, podendo divulgar coisas bem locais.

Mas eu queria aproveitar e convidar os Senadores para tentarmos, hoje à tarde – eu vou tentar na reunião de Líderes –, pautar o projeto que amplia o alcance das rádios comunitárias. Vamos tentar levar hoje, ainda à tarde, para o plenário esse projeto, para que se transforme em lei.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Valeu, Senador Cristovam. Estaremos juntos.

Nós vamos agora ao requerimento, Senadora Regina, e imediatamente vamos passar para o projeto de lei que tem o relatório apresentado por V. Exª.

Item 19.

ITEM 19
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 37, DE 2018
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater o PLS nº 165, de 2017, que "Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o exame nacional de proficiência em Medicina".

Autoria: Senador Ronaldo Caiado e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria é do Senador Caiado e subscrito aqui pela Senadora Ana Amélia, a quem passo a palavra neste exato momento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para encaminhar.) – Obrigada, Senadora.

O requerimento do Senador Caiado propõe uma audiência pública no âmbito desta Comissão para debater o PLS 165, de 2017, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o exame nacional de proficiência em Medicina, com a presença dos seguintes convidados: Diogo Leite Sampaio, Representante da Associação Médica Brasileira; Mauro Luiz de Britto Ribeiro, Representante do Conselho Federal de Medicina (CFM); Juraci Barbosa, Representante da Associação Nacional dos Médicos Residentes; Sr. Pedro Henrique de Souza Tavares, Representante da Associação dos Estudantes de Medicina; Dr. Dráuzio Varella, médico oncologista, cientista e escritor brasileiro.

Esse é o requerimento do Senador Ronaldo Caiado. E há um adendo que não sei se o Senador Lasier Martins apresentou. Eu posso subscrever o adendo dele, e aí já resolvemos a questão, posteriormente. Então, é esse o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós tínhamos já apresentado também um aditamento a esse requerimento, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu posso subscrever.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. Logo em seguida.

Apresento aqui uma inclusão extrapauta do requerimento de nossa autoria. (*Pausa.*)

Não havendo óbice aqui, passo agora à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA
ITEM 20
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 40, DE 2018
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 37/2018-CE, o qual requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o PLS nº 165, de 2017, que "Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o exame nacional de proficiência em Medicina", a inclusão de convidados.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

O requerimento é para incluir também para participar do debate que vai tratar do Projeto de Lei nº 165, de 2017, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o exame nacional de proficiência em Medicina, a inclusão dos convidados seguintes. Este é um requerimento de autoria do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humberto Costa, subscrito por mim. Portanto, nós estamos aqui propondo: Coordenador-Geral da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina, Gustavo Di Lorenzo Villas Boas; Professor da Faculdade de Medicina da UnB, Vinícius Ximenes; Prof. Sigisfredo Luís Brenelli, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Educação Médica (Abem); representante do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior; e Hêider Pinto.

Agora, estou deixando claro aqui que nós já falamos com a Senadora Lúcia Vânia, para que possamos equilibrar, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo. Eu só o fiz de forma *ad hoc,* porque ele não estava aqui e pediu.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

Então, nós estamos aqui e nós já priorizamos os três primeiros. Já conversamos com ela para que fiquemos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo. Para que fique equilibrada a audiência.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Equilibrada.

Agora, os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, o próximo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o do Senador Pedro Chaves.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É o aditamento do Senador Lasier, subscrito pela Senadora Ana Amélia, a quem eu passo a palavra neste exato momento, lembrando que também é uma inclusão extrapauta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, este é o do Senador Humberto. O do Senador eu não tenho a cópia porque eu está comigo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, está aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A senhora, por favor, leia. Eu apenas o subscrevo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ele também aqui sugere a apresentação do José Janguiê Bezerra Diniz, Presidente do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular.

EXTRAPAUTA
ITEM 21
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 39, DE 2018
- Não terminativo -

Requeiro, com base no inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento da Comissão de Educação nº 37 de 2018, a inclusão do seguinte convidado na audiência pública no âmbito desta Comissão para debater o PLS nº 165 de 2017, que "Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras providências, para instituir o exame nacional de proficiência em Medicina": José Janguiê Bezerra Diniz, Presidente do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular.

Autoria: Senador Lasier Martins e outros

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para encaminhar.) – Ótimo, então era esse o requerimento que iria apresentar. Eu apenas apoio, porque ele não está aqui, e é preciso o autor estar presente ou um Senador que apoie. Então, eu estou aqui endossando esse requerimento do Senador Lasier Martins.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E, finalmente, esse do Senador Pedro Chaves que V. Exª tem em mãos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Pedro Chaves, subscrito pela Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra imediatamente à Senadora Ana Amélia para a leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA
ITEM 22
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 38, DE 2018
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 20/2018-CE, a inclusão do convidado a seguir relacionado para participar de audiência pública que terá por fim debater o tema "A educação digital como meio de prevenção aos crimes cibernéticos": Fabricio da Mota Alves, advogado e professor em Direito Digital, Privacidade e Proteção de Dados Pessoais. Pós-graduação em Segurança da Informação. Vice-Presidente do Instituto de Tecnologia, Inovação e Economia Digital (Inova Digital). Vice-Presidente da Comissão Especial de Inovação da OAB/DF.

Autoria: Senador Pedro Chaves e outros

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para encaminhar.) – O Senador Pedro Chaves pede apenas,...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A inclusão...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... aditando ao Requerimento nº 20, de 2018, a inclusão do convidado para a audiência pública que vai debater a educação digital como meio de prevenção aos crimes cibernéticos: Dr. Fabricio da Mota Alves, advogado e professor em Direito Digital, Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, com pós-graduação em Segurança da Informação. Vice-presidente do Instituto de Tecnologia, Inovação e Economia Digital – Inova Digital. Vice-Presidente da Comissão Especial de Inovação da OAB aqui do Distrito Federal. Esse é o requerimento do Senador Pedro Chaves, cuja inclusão na pauta agradeço a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Cristovam.

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 35, de 2018
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre "o ensino à distância na área da saúde".

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Senador Cristovam, passo a palavra a V. Exª.

É o requerimento de V. Exª para realização de audiência pública sobre o ensino a distância na área de saúde

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Para encaminhar.) – Srª Presidente, eu fui procurado por diversos representantes de conselhos regionais e federais da área de saúde – Enfermagem, Medicina, Educação Física –, com a grande preocupação sobre a implantação no Brasil do ensino a distância de nível superior na área de saúde.

Por um lado, o processo de ensino a distância é algo que veio para ficar no Brasil. No mundo. Por outro lado, usar isso na área de saúde pode ser temerário, dependendo de termos clareza como esse ensino vai dar qualidade suficiente para formar profissionais que vão cuidar da saúde.

Por isso, aceitei a sugestão. Aliás, foi uma sugestão minha a eles, de fazer uma audiência. Vamos debater o assunto trazendo alguém do MEC e representantes das áreas de saúde.

Eu tenho aqui seis nomes, e há mais três pedindo para participar dessa audiência, o que mostra a importância do tema. Talvez, em vez de uma, tenhamos de fazer duas audiências ou uma audiência com duas mesas.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Então, aqui eu deixo à Comissão, à Srª Presidente, para ver qual será a melhor forma.

Eu gostaria, sim, de apresentar esse requerimento, nos termos do Regimento Interno do Senado, para realização de uma audiência pública no âmbito desta Comissão, para debater sobre o ensino a distância na área de saúde, com a presença dos seguintes convidados que eu sugiro de início e mais três: representantes do Ministério da Educação, obviamente; do Conselho Nacional de Saúde; representante do Fórum dos Conselhos Federais da Área de Saúde; representante do Fórum dos Conselhos Regionais da Área de Saúde; uma delegada do Conselho Regional de Biomedicina; representante da Associação Brasileira de Educação a Distância, para que também se manifestem.

E eu me resguardo para trazer depois mais três nomes que vieram me pedir.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Cristovam, eu o cumprimento pela iniciativa e gostaria de subscrever também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Ótimo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Creio que o mais adequado seria fazermos duas mesas. Inclusive também tenho sugestão de aditamento para o debate, O.k.? Mas vou subscrevê-lo e o cumprimento pela iniciativa.

V. Exª já tem as outras entidades aí?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, na próxima reunião da Comissão...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Nós colocaremos...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...nós colocaremos. Certo?

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Também do Senador Cristovam Buarque.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 36, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 20/2018-CE, o qual requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o tema "A educação digital como meio de prevenção aos crimes cibernéticos", a inclusão de novos convidados.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Ele traz o requerimento sugerindo dois convidados.

Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Para encaminhar.) – Srª Presidente, este é um requerimento que já foi aprovado, que pede a realização de audiência para debater o tema educação digital como meio de prevenção aos crimes cibernéticos. Cada vez mais cresce a tragédia dos crimes cibernéticos na sociedade.

Como nós sabemos, uma das maneiras de lutar e talvez a mais eficiente contra a criminalidade é através da educação. Como colocar no ensino uma ética e técnicas que permitam combater os crimes cibernéticos.

Eu apresentei quatro nomes, dois deles por razões de agenda não poderão vir. Então, estou sugerindo dois nomes que substituirão os dois nomes da lista anterior: Paulo Rená, professor de Direito e pesquisador de Cultura Digital e Democracia do UniCEUB e do IESB, duas entidades do Distrito Federal; e Fábio Gomes Gouveia, professor e coordenador de Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura, da Universidade Federal do Espírito Santo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento-o pela iniciativa, Senador Cristovam. Também peço a anuência de V. Exª para subscrever o presente requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Fico muito feliz por isso.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos imediatamente ao Projeto de Lei, de autoria do Deputado Heitor Schuch, que tem como relatora a Senadora Regina, é o item 15.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, de 2017
- Não terminativo -

Institui a Semana Nacional da Agricultura Familiar.
Autoria: Deputado Heitor Schuch
Relatoria: Senadora Regina Sousa
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
Em 09/05/2018, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria.

A Senador Regina deu um parecer favorável ao projeto. Lembro que foi realizada uma audiência pública para a instrução da matéria.

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para proferir o seu relatório, que trata de instituir a Semana Nacional da Agricultura Familiar.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para encaminhar.) – Obrigada, Presidenta.

Relatório.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2017 (Projeto de Lei nº 1.779, de 2015, na origem), de autoria do Deputado Heitor Schuch, o qual propõe seja instituída a Semana da Agricultura Familiar, a ser celebrada, anualmente, na semana em que compreender o dia 24 de julho, dia em que foi publicada a Lei nº 11.326, de 2006, que "estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais".

Em sua justificação, o autor da matéria enfatiza que a semana da agricultura familiar deverá ser dedicada ao debate de todos os temas fundamentais para o planejamento e execução das ações da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos rurais familiares, previstos no art. 5º da Lei nº 11.326, de 2006.

No Senado Federal, o PLC nº 4, de 2017, foi distribuído para a apreciação exclusiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Após a análise da CE, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre datas comemorativas, caso do projeto de lei em análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério da Agricultura, para efeito do Programa Nacional da Agricultura Familiar, considerou como familiares todos os agricultores que contratavam até dois empregados permanentes e detinham área inferior a quatro módulos rurais.

As principais características dos agricultores familiares são a independência de insumos externos à propriedade, e a produção agrícola estar condicionada às necessidades do grupo familiar. No entanto, diversas outras características estão associadas a este tipo de agricultor, como o uso de energia solar, animal e humana, a pequena propriedade, a elevada autossuficiência e pouco uso de insumos externos, a força de trabalho familiar ou comunitária, a grande diversidade eco-agrícola, biológica, genética e produtiva, baixa produção de dejetos, a predominância dos valores de uso, se baseia no intercâmbio ecológico com a natureza, o conhecimento holístico, ágrafo e flexível.

De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2014, "Estado da Alimentação e da Agricultura", a agricultura familiar tem capacidade para colaborar na erradicação da fome mundial e alcançar a segurança alimentar sustentável. O documento da ONU também menciona que a agricultura familiar produz cerca de 80% dos alimentos consumidos e preserva 75% dos recursos agrícolas do Planeta.

No Brasil, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário — antigo, temos que mudar esse nome, não existe mais —, a agricultura familiar emprega pelo menos cinco milhões de famílias e é responsável pela maioria dos alimentos que chegam à mesa da população. Por outro lado, a propriedade agrícola familiar representa 84% de todas as propriedades rurais do País e ocupa apenas 24,3% do total da área utilizada por empreendimentos agropecuários. Olha a disparidade, só 24% da área!

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, "estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais", em seu art. 5º, que estabelece as áreas que devem ser observadas. Eu não vou ler porque já é artigo da lei.

Como bem enfatiza o autor da matéria, "todos esses temas são fundamentais para o planejamento e a execução das ações da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos rurais familiares". Portanto, precisam ser objetos regulares de debates em palestras, seminários e outros eventos e atividades por todo o País.

Diante disso, é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de instituir a "Semana Nacional da Agricultura Familiar".

Eu vou para o final. Só para lembrar, as pessoas às vezes não valorizam a questão da semana, do dia, mas é exatamente para fazer esse debate, porque dos debates, das conferências é que nascem as proposições legislativas. Por isso é que é importante essa semana.

Quanto à juridicidade, em atendimento às determinações da lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que "fixa critério para instituição de data comemorativa", esta relatora promoveu, no dia 21 de maio de 2018, audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para instruir a matéria. É uma exigência a audiência pública.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica, jurídica e regimental, sendo, no mérito, digno de louvor.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina, eu não poderia aqui de parabenizá-la pelo relatório. É evidente que só poderia partir de você mesmo um relatório com esse conteúdo que, de forma simples, expressa aqui a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar, diga-se de passagem sustentável. O relatório de V. Exª destaca aqui os dados da ONU quando menciona que a agricultura familiar produz cerca de 80% dos alimentos consumidos e preserva 75% dos recursos agrícolas do Planeta.

Por fim, V. Exª, como professora que é, destacou aqui um aspecto fundamental: por que uma semana para debater um tema da agricultura familiar? Porque se faz necessário. Essencialmente, esse é um projeto de lei que tem um caráter didático, que tem um caráter pedagógico. Uma semana para que a gente possa dar visibilidade, para que a gente possa, através do debate, cada vez mais, convocar a sociedade, seus diversos atores, para que possamos, cada vez mais, compreender o papel que tem a questão da agricultura familiar para o conceito da segurança alimentar sustentável. E, mais do que nunca, nesses tempos que nós estamos vivendo hoje – não é, Senadora Regina? –, de tantos retrocessos, que têm afligido tanto, inclusive, a luta pelo fortalecimento da agricultura familiar. Então, parabéns pelo brilhante relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que agora passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria, Senadora Regina, já vai ao plenário. Vamos fazer um requerimento para pedir regime de urgência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, vamos aprovar aqui, por favor.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone.*) – Para o pessoal comemorar ainda neste ano.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente, para comemorar neste ano ainda.

Bom, consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentando por mim e pela Senadora Regina para urgência do projeto de lei que trata de instituir a Semana Nacional da Agricultura Familiar. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra para a leitura do requerimento.

Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É só isso, assim: de a gente aprovar agora. A urgência não é tanto pelo conteúdo, mas é pela proximidade da data que eles querem, que os agricultores familiares pediram. A Semana do Trabalhador Rural é em julho; em 24 de julho começa a Semana do Trabalhador Rural, para coincidir com a Semana da Agricultura Familiar. Então, seria importante que a gente aprovasse logo, que eles já poderiam realizar a Semana neste ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convoco para amanhã, dia 13 de junho, às 10h30, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública destinada a debater o tema "A educação digital como meio de prevenção aos crimes cibernéticos", em atendimento ao Requerimento nº 20, de autoria do Senador Cristovam; Senador Cristovam, a quem quero aqui, Senador, mais uma vez, agradecer. Fui presenteada aqui com o seu livro *Provocações*. O título é bem sugestivo mesmo! (*Risos.*)

Revela exatamente a inquietude do seu pensamento. Com certeza, Senador, vou ler, porque é tudo do seu pensamento, que sempre lutou, e continua com essa utopia, de um mundo com generosidade, com inclusão, com respeito, com tolerância.

Como você sempre destaca, esse mundo inclusivo, generoso, esse mundo onde as pessoas são emancipadas do ponto de vista político, econômico e social, só virá exatamente pelos caminhos da educação. Por isso que há a necessidade de apostarmos cada vez mais na educação

Obrigada, Senador, pelo livro que recebi autografado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senadora, eu agradeço muito a sua referência, para mim é um prazer ter lhe dado esse livro, mas eu quero dizer que ele é e não é meu, porque tudo o que está escrito fui eu que escrevi e falei em algum discurso, mas ele é o resultado de uma coletânea elaborada por uma jovem profissional, a Martha, que tem o nome na capa, que teve o trabalho de ler muitas das coisas que eu escrevi e muitas das transcrições de discursos e selecionou esses pedacinhos, essas pílulas e deu esse título *Provocações de Cristovam Buarque*.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

Essas pílulas, esses drops escolhidos. *Provocações de Cristovam Buarque,* escolhidas e organizadas por Martha Von Dollinger Régnier, e o prefácio de Joaquim Falcão. Parabéns!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e cinquenta e quatro minutos do dia oito de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Dário Berger, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Roberto Muniz, José Medeiros, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma e Telmário Mota; presentes ainda os Senadores Paulo Paim, José Agripino, José Pimentel e Fátima Bezerra, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, João Alberto Souza, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, João Capiberibe e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Senhor Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos: 1. Do gabinete do Senador Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal: correspondência do Sr. Adalberto Coelho, agropecuarista, na qual encaminha manifestação de inconformismo com análise do IBGE que identificou ocorrência de vasta área de Mata Atlântica nos estados da Bahia, Piauí e Minas Gerais; 2. Aviso nº 482-GP/TCU, de 26 de abril de 2018, que encaminha cópia do Acórdão nº 738/2017-TCU Plenário, proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, em 12/4/2018, ao apreciar os autos do processo TC 014.689/2014-6, que examinou a legitimidade dos procedimentos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Ministério dos Transportes (MT) nas alterações dos contratos da 1ª Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais (Procofe). Passa-se à apreciação da pauta deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158 de 2012 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que “regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”, para conferir prioridade ao exame do pedido de patentes verdes." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CMA. Observação: Durante a reunião, o Senador Valdir Raupp apresentou e leu novo relatório pela aprovação do projeto com alterações na emenda proposta. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162 de 2015 - Terminativo - que: "Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63 de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408 de 2012 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. – TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66 de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos" Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014, na forma do substitutivo apresentado. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214 de 2015 - Terminativo - que: "Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259 de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344 de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados." Autoria: Senador Kaká Andrade. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 587 de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir nos Planos de Recursos Hídricos a promoção de campanhas educacionais periódicas para estimular o uso racional da água." Autoria: Senador José Agripino. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 717 de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre diretrizes e instrumentos para o planejamento de ações de responsabilidade socioambiental a serem observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir a proteção do meio ambiente e o combate à poluição nas atividades dos órgãos e entidades públicos." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Airton Sandoval. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750 de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030." Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 767 de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras providências, e o art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para instituir o seguro mínimo obrigatório ambiental." Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79 de 2016 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 71 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos prazos do processo administrativo ambiental." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório e iniciada a discussão. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222 de 2016 - Terminativo - que: "Institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga." Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho. Relatoria: Senador Airton Sandoval. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75 de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir óleos e gorduras de uso culinário como produtos do sistema de logística reversa." Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90 de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador Benedito de Lira. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 3 de 2018 que: "Requerimento de Audiência Pública para debater sobre a moratória da soja (PLS 166/2014)" Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião realizada em 17/4/2018.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento do seguinte expediente:

Do gabinete do Senador Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, correspondência do Sr. Alberto Coelho, agropecuarista, na qual encaminha manifestação de inconformismo com a análise do IBGE, que identificou ocorrência de vasta área de Mata Atlântica nos Estados da Bahia, Piauí e Minas Gerais.

Aviso nº 482, GP-TCU, de 26 de abril de 2018, que encaminha cópia do Acórdão nº 738, de 2017, TCU-Plenário, proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União em 12/4/2018, ao apreciar os autos do processo TC 014689/2014-6, que examinou a legitimidade dos procedimentos da Agência Nacional de Transportes Terrestres e do Ministério dos Transportes nas alterações dos contratos da primeira etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais (Procrofe).

Os expedientes foram enviados aos membros da Comissão por *e-mail* e estarão à disposição dos Senadores na Secretaria por sete dias. Não havendo manifestação de interesse em relatar as matérias neste prazo, serão arquivadas.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, de 2012

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que "regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial", para conferir prioridade ao exame do pedido de patentes verdes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta.

Em 24/4/2018, o Senador Valdir Raupp apresentou novo relatório à matéria.

A matéria, então, vai à CCT em decisão terminativa.

Quero conceder a palavra, agora, ao Senador Valdir Raupp para a leitura do seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 158, de 2012, do Senador Ciro Nogueira, que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para conferir prioridade ao exame do pedido de patentes verdes.

O art. 1º do PLS define o objetivo da proposição. O art. 2º acrescenta o art. 17-A à Seção II do Capítulo II do Título I da Lei nº 9.279, de 1996, para determinar a prioridade do pedido de patente de invenção de tecnologias verdes sobre os demais.

O art. 3º adiciona inciso VII ao *caput* do art. 19 da Lei nº 9.279, de 1996, para determinar que o pedido de patente verde contenha, entre outras exigências feitas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), exame técnico preliminar sobre o enquadramento como patente verde, quando couber.

O art. 4º adiciona os §§4º, 5º e 6º ao art. 30 da Lei nº 9.279, de 1996, para regular o procedimento e exame de patentes verdes. O art. 5º determina que a lei resultante da aprovação da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

O PLS foi distribuído às Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), cabendo à última a decisão terminativa.

Na CMA, não foram apresentadas emendas.

Compete à CMA opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, notadamente controle da poluição e conservação da natureza, nos termos do art. 102-F, *caput* e inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Com relação ao mérito, o PLS nº 158, de 2012, tem por objetivo tornar mais célere a análise do pedido de patente de invenção de tecnologias verdes. Essas tecnologias englobam as que promovem o uso racional dos recursos ambientais – por exemplo, redução do consumo de matérias-primas, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

água e de energia elétrica – e, também, as que visem à redução da emissão de gases do efeito estufa, fortalecimento dos sumidouros de carbono, adaptação às mudanças climáticas, entre outros. O aporte de tecnologias verdes para o setor produtivo é essencial para o atingimento dos compromissos brasileiros de redução das emissões de gases do efeito estufa definidos nacional e internacionalmente.

O sistema de patentes não só protege e incentiva a criação, mas também permite ao inventor demonstrar a viabilidade e o retorno do investimento em inovação. O programa Patentes Verdes do INPI, em específico, tem por finalidade acelerar esse processo, conferindo prioridade aos pedidos de patentes com viés ambiental, permitindo que essas novas tecnologias sejam rapidamente utilizadas pela sociedade e possam surtir os efeitos ambientais desejados o quanto antes.

Importante esclarecer que, embora essa prioridade esteja disciplinada em regulamentos do INPI, o estabelecimento em lei da prioridade de patentes de invenção de tecnologias verdes reflete maior compromisso brasileiro com o desenvolvimento sustentável. No contexto de crise econômica em que vivemos, normas menos rígidas – como os regulamentos – podem ser subitamente revogadas, fazendo com que o exame de tecnologias verdes siga a tramitação ordinária dos pedidos de patentes, que leva em média 11 anos no Brasil.

Que absurdo, não é? Onze anos. Há países que aprovam patentes em seis meses, um ano. O Brasil demora 11 anos.

Embora meritório, o PLS necessita de alguns aprimoramentos. Primeiramente, no art. 4º do projeto, suprimir o §4º do art. 30, que estabelece prazo de 30 dias para conclusão do exame técnico preliminar. Entendemos que seria mais adequado que o INPI detalhasse em regulamento os prazos para cada etapa do procedimento de pedido de patente, pois o prazo de 30 dias proposto pode não ser factível em vista da quantidade de pedidos apresentados e da capacidade de análise daquele instituto. No mesmo art. 4º do PLS, sugerimos correção no §5º, pois a menção que deveria ter sido feita ao "inciso VII do art. 19" foi feita erroneamente ao "inciso VI do art. 19".

Por fim, devem ser renumerados os demais dispositivos.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 158, de 2012, com as emendas.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Apenas uma observação, Senador: conforme a leitura, eles devem ser renumerados, não é? É porque a audição é sempre muito complexa. Mas o importante é que está aqui bem claro pelo Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos colocar em discussão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. *Fora do microfone*.) – Renumerados.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Renumerados.

É que a audição é sempre muito complexa. Mas o importante é que está aqui bem claro pelo Relator.

Vamos colocar em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Valdir Raupp, pela aprovação, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Senador Valdir Raupp tem...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. *Fora do microfone*.) – Tenho mais o item 12.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Pela inversão da pauta, certo?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Inversão de pauta para o item 12, aproveitando a nossa estada aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp para a leitura.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Como Relator.) – Submete-se ao exame desta Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 79, de 2016, do Senador Paulo Paim, que altera a redação do art. 71 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos prazos do processo administrativo ambiental.

O art. 1º do PLS altera os incisos II e III do art. 71 da Lei nº 9.605, de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para estabelecer como marcos temporais as datas da conclusão da instrução processual e da ciência do infrator sobre a decisão em primeira instância para contagem dos prazos para julgamento e recurso, respectivamente, de infrações ambientais. Além disso, permite-se, no caso de julgamento da infração, a prorrogação justificada do prazo por igual período.

O art. 2º estabelece como cláusula de vigência a data da publicação da lei que resultar da aprovação da proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi distribuída à CMA em caráter exclusivo e terminativo. Não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2016, com as emendas que seguem.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Ela vai ficar para a próxima reunião, em função do quórum. Então, fica para a próxima reunião para que possamos colocá-la em discussão e em votação, Senador Valdir Raupp.

É a seguinte a matéria lida:

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 2016

- Terminativo -

Altera a redação do art. 71 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos prazos do processo administrativo ambiental.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.

Observações:

1. Constou da pauta em 7/11, 6/12, 12/12/2017, 6/3 e 17/4/2018.

Não havendo mais nada a tratar, vamos encerrar a nossa reunião, registrando que teremos muitas atividades ainda em outras comissões, principalmente na CAE.

Agradecemos aqui a presença de todos, parabenizando mais uma vez o Senador Valdir Raupp pela sempre presença aqui nas comissões e pela atuação, não só nos seus pareceres, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente nas suas posições firmes em votações, e saudando principalmente a nossa Região Amazônica.

Agora há pouco eu estava ali discutindo outro projeto exatamente no sentido de fazermos a questão da regularização fundiária na Região Amazônica, a discussão do que representa isso. Alguns questionam que isso poderia representar mais desmatamento, e nós temos uma posição totalmente ao contrário. Porque eu acho que, em uma área abandonada, as pessoas lá entregues, na terra, sem documento, não têm como acessar o crédito, não têm como melhorar, acessar tecnologia suficiente, além, é claro, do exercício social, da cidadania, porque, a partir do momento em que a família tem o seu documento, isso tudo é exercido.

Quero parabenizar V. Exª, porque também foi um grande defensor aqui para que a gente pudesse aprovar a medida provisória, que eu creio que vai fazer uma grande revolução, não só na Região Amazônica. Porque as pessoas que para lá se dirigiram foram chamadas pelo Governo a ocupar a Amazônia para não se entregar a Amazônia, e essas pessoas precisam exatamente do apoio, através da tecnologia, da assistência técnica, da extensão rural.

V. Exª, inclusive, esteve conosco em uma cerimônia em que se criou a Federação dos Técnicos Agrícolas...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – O Conselho Federal.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Isso, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas do Brasil. E V. Exª, inclusive, advertia sobre a necessidade de se apoiar exatamente a questão da assistência técnica e da extensão rural. E os técnicos agrícolas, sem dúvida nenhuma, exercem esse papel fundamental, principalmente na nossa Região Amazônica.

Então, essa é a complexidade do que representa a regularização fundiária: entregar a terra, entregar o documento, dar acesso ao crédito e, principalmente, à extensão, através da assistência técnica, que é fundamental.

Assim, quero aqui também parabenizar todos os técnicos agrícolas do Brasil por terem agora a sua entidade representativa – é claro, desmembrou-se do Crea, mas eu acho que se vai fortalecer muito mais –, que V. Exª aqui defendeu tanto, com um relatório brilhante.

Pois não, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Essas entidades, Senador Wellington Fagundes, são como os Estados ou os Municípios mesmo, quando fazem um desmembramento, uma emancipação. Eu, que acompanhei o desenvolvimento do Estado de Rondônia, fui Vereador e fui Prefeito de Municípios novos: fui Vereador de um Município em primeira eleição, que foi Cacoal, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem 100 mil habitantes hoje, e depois fui Prefeito de um Distrito de Cacoal, que se desmembrou, que tem 60 mil habitantes, que é Rolim de Moura. Então, a gente acompanhou todo esse progresso.

E eu me lembro também dos dois Estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Quando se desmembraram, os dois cresceram, os dois se desenvolveram; tanto o Mato Grosso – Estado de V. Exª –, que é um gigante hoje na produção agropecuária e tudo mais, como o Mato Grosso do Sul, que é um Estado também invejável, um Estado altamente produtor.

E essas duas leis que nós aprovamos aqui, primeiro a lei dos técnicos agrícolas, desmembrando. Já os arquitetos, de cujo projeto também fui Relator, saíram também do Crea e hoje têm um conselho grande, com mais de 80 mil filiados na arquitetura – sei porque minha filha é arquiteta. Agora, os técnicos agrícolas estavam também no Crea e os técnicos industriais. Os técnicos industriais queriam se desmembrar, mas levando junto os técnicos agrícolas. Eu vejo que não há uma similaridade – V. Exª é engenheiro agrônomo – entre técnico agrícola e técnico industrial. Os técnicos industriais estão mais nos grandes centros, em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador. Nos grandes centros há grande concentração de técnicos industriais. E os técnicos agrícolas estavam ficando um pouco deslocados.

Então, eu encontrei um caminho aqui, desmembrando, já do projeto que estava para ser aprovado aqui no Senado. Relatei um projeto substitutivo, desmembrando e criando os dois conselhos, o que foi aprovado e sancionado pelo Presidente da República: o Conselho Nacional dos Técnicos Industriais e o Conselho Nacional dos Técnicos Agrícolas.

Mas, para falar de regularização fundiária e meio ambiente, nós aprovamos duas leis aqui, e ambas estão dando hoje um resultado extraordinário: o novo Código Florestal, esse marco regulatório ambiental que foi o novo Código Florestal brasileiro, dando liberdade e segurança jurídica para que os nossos produtores pequenos, médios e grandes possam produzir; e, agora, a MP 759, também criando as normas e o regulamento para a regularização fundiária, um marco regulatório também, para regularizar com o Incra e com o Terra legal.

O Incra estava numa situação muito difícil; não tinha mais legislação, não tinha nem pessoal mais motivado para trabalhar. E agora tanto o Incra quanto o Terra Legal estão motivados para trabalhar, para fazer uma revolução, uma revolução positiva no campo, que é a regularização fundiária.

Meu Estado está muito feliz, a população do meu Estado, por nós termos aprovado essas leis aqui, tanto o novo Código Florestal, como a Medida Provisória 759, para se poder avançar na regularização fundiária de pequenos, médios e grandes produtores.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Inclusive, só acrescentando, porque eu sou entusiasta dessa questão da regularização fundiária, é importante dizer para a população que nos assiste que a regularização fundiária é tanto urbana como rural. Isso no Brasil inteiro. Por isso representa uma inovação.

No caso do Mato Grosso, nós temos 22 cidades que foram criadas pelos assentamentos. E muitas dessas cidades, a maioria, não têm o documento. Então, às vezes a gente consegue aqui na luta alocar um recurso para a construção de um hospital, de uma creche, de uma escola, e o prefeito não consegue ter acesso ao recurso, e fica lá a população à mercê, sem a assistência, sem a atenção do Estado, porque o prefeito não tem o documento da área urbana.

Por isso, eu tenho dito que é uma revolução, Senador Raupp, o que nós aprovamos, principalmente nessa questão da medida provisória que regulamenta, que possibilita que o Governo, através do Terra Legal...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Acho que eu falei o número certo dela, 759, não é?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – É 759. Assim como o Terra Legal, o Incra também. O Terra Legal tem feito um grande trabalho no Estado do Mato Grosso, inclusive com um dos diretores que foi lá de Rondônia – um diretor de que agora não me lembro do nome –, uma pessoa extremamente competente, que tem feito um grande trabalho no Terra Legal e é de Rondônia. Ele esteve no Mato Grosso, onde, junto com o André, com os funcionários do Terra Legal, conseguimos já entregar documentos à Prefeitura de Cuiabá, que vai documentar. São títulos que vão permitir que a Prefeitura documente mais de três mil famílias só com o título. Ou seja, Cuiabá e Várzea Grande, as duas cidades da região metropolitana, ainda têm quase 40% dos lotes que não...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – É o Éverton, o diretor Éverton?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu vou pedir o nome à minha assessoria.

Então, Cuiabá e Várzea Grande, assim como em muitos Municípios do Estado do Mato Grosso e do Brasil. E só na área rural nós temos mais de 70 mil famílias assentadas, que há 30, 40 anos estão na terra e não tinham documento.

Eu, como médico veterinário, quero aqui dizer – sempre insisto em afirmar – que, se há uma família numa área sem a proteção do Estado, no sentido de ter o seu documento, de ter assistência técnica, a possibilidade de haver depredação, de haver devastação, de haver desmatamento desorganizado é muito maior. Por isso, não é suficiente a terra; é importante a terra, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente a assistência técnica e o apoio ao pequeno produtor para que ele possa gerar riqueza, possa também sustentar a sua família.

O Mato Grosso, o nosso Estado, é o maior produtor – e a gente se orgulha de falar isso – de soja, o maior produtor de milho, o maior produtor de proteína animal, mas infelizmente ainda importamos alguns hortifrutigranjeiros, exatamente porque o pequeno produtor, às vezes, não tem assistência por parte do Estado. Principalmente nestes últimos anos, o pequeno, no Mato Grosso, está realmente à deriva e precisa de uma que realmente dê condições para que ele possa, agora com o documento, ter todas essas condições de poder produzir.

Eu sou entusiasta e tenho certeza... Como Rondônia também, que é um Estado praticamente feito em cima de colonização, um Estado que, eu diria, talvez seja um dos que tem mais partilha das terras do Brasil, e por isso cresceu tão rápido, onde vocês, principalmente V. Exª, como Governador, conseguiu organizar a cadeia produtiva – e eu quero dizer de todos os governadores, mas, em especial, de V. Exª, que está aqui.

Quero registrar isso principalmente porque estamos na Comissão de Meio Ambiente, e é muito questionado qual é papel do assentamento, qual é o papel do Estado em poder fazer a promoção do desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Nós precisamos construir as ferrovias, nós precisamos construir mais estradas exatamente para permitir que essas pessoas possam promover o desenvolvimento sustentável. Não é lá abandonado que nós vamos deixar de ter a pirataria, a biopirataria. E o Brasil tem uma reserva imensa, principalmente na Região Amazônica.

No meu Estado, menos de 1% do potencial mineral é explorado, exatamente porque não há infraestrutura. E grande parte daquilo que é explorado, que é apenas o ouro e o diamante, nós não recebemos essa riqueza, porque o garimpo, através do garimpo artesanal, o trabalhador vai lá, sacrifica sua vida, é explorado, e essa riqueza não fica; a maior parte dela é contrabandeada. E a madeira também, às vezes, se não há infraestrutura, não há a presença do Estado de forma organizada, também é outro problema. Na semana passada, eu me reuni com os madeireiros do meu Estado, e eles só têm perseguição, não têm apoio. A gente vai ao Canadá, e um país como o Canadá é o maior exportador de madeira do mundo. E nós aqui, com todo o nosso potencial, não temos essa capacidade de fazer uma exploração racional e fazer com que o madeireiro se profissionalize, adquira técnica e possa fazer com que essa riqueza seja aproveitada a bem dos nossos brasileiros.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – V. Exª, com a experiência que tem, e vai ser Governador do Mato Grosso... Ouviu, Wellington? Vai ser Governador do Mato Grosso e poderá colocar em prática.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Que Deus o ouça! E a população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu não tenho dúvida, está bem encaminhado. Sucesso a V. Exª!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Quero agradecer, Senador Raupp, e inclusive buscar a sua experiência, como Governador, para que a gente possa fazer um trabalho, não só agora no momento eleitoral, mas principalmente também para o futuro nos dois Estados.

Nos dois Estados, nós temos assim uma simbiose muito grande, uma similaridade muito grande. Há população de Mato Grosso que foi para Rondônia, população de Rondônia que voltou para Mato Grosso. Então, somos dois Estados irmãos e precisamos integrar a Amazônia.

Então, o nosso trabalho político aqui, é claro, já tem muitos bons resultados para a região. Mas é importante cada vez mais que a gente solidifique isso, claro, cada um buscando a sua posição no momento ideal.

E, é claro, estou já numa pré-campanha lá em Mato Grosso, como pré-candidato, porque agora é pré-candidatura, mas é importante dizer que o nosso Partido, o PR, está fazendo um trabalho de consolidação de uma aliança junto com o MDB, com o PSD, com o PTB, com o PP, enfim, e ontem tivemos uma reunião também e já avançamos muito com o PV. Então já são sete partidos somados para que a gente possa fazer uma aliança que represente aquilo que os mato-grossenses esperam.

Mato Grosso é o Estado que mais se desenvolve no País. É um Estado que aumentou a arrecadação, e infelizmente o Governo só fala em crise. O Governo do Estado, o Governador que assumiu, no primeiro mês tinha recursos para pagar o salário em dia; no segundo mês, da mesma forma; no terceiro mês, da mesma forma; no quarto mês, por desorganização da contabilidade pública, de um orçamento mal planejado, o Governo já começou a atrasar e chegou ao final do ano já com déficit de quase um bilhão, sendo que a arrecadação aumentou mais de 30%. Então, hoje a saúde está um caos em Mato Grosso, com os hospitais regionais em atraso, fechando, muito serviço sendo fechado; os Municípios não recebendo aquilo que o Governo Federal repassa. Dinheiro na conta, e o Governo não consegue aplicar.

Isso tudo é o momento que nós vamos discutir lá no Estado de Mato Grosso. Mas o que eu falo aqui é exatamente porque esta experiência nossa, de viver aqui no Parlamento, vai nos fazer também trazer perspectivas de melhora, tanto para o Estado de Mato Grosso, como também para o Estado de Rondônia.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.

Observações:

1. Em 3/9/2015, a matéria foi apreciada pela CRA com parecer favorável ao projeto;

2. Em 22/8/2017, lido o relatório, encerrada a discussão, ficou adiada a votação da matéria.

3. Constou da pauta em 30/5, 13/6, 27/6, 4/7, 8/8, 22/8, 12/9, 24/10, 7/11, 6/12, 12/12/2017, 6/3 e 17/4/2018.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 30/5/2017, lido o relatório e encerrada a discussão, ficou adiada a votação da matéria.

2. Constou da pauta em 13/6, 27/6, 4/7, 8/8, 22/8, 12/9, 24/10, 7/11, 6/12, 12/12/2017, 6/3 e 17/4/2018.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014, na forma do substitutivo apresentado.

Observações:

1. Em 8/7/2015, a matéria foi apreciada pela CDR, com parecer favorável ao PLS 66/2014 e contrário ao PLS 408/2012;

2. Em 14/3/2018, o relator, senador Valdir Raupp, apresentou novo relatório às matérias, pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014 na forma do substitutivo que apresenta.

3. Em 17/04/2018, foi lido o relatório e iniciada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. Sendo aprovado na CMA o substitutivo apresentado, a matéria irá para a pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar (RISF, art. 282 combinado com o art. 92).

5. Constou da pauta em 17/4/2018.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015

- Terminativo -

Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 6/8/2015, a matéria foi apreciada pela CRA com parecer favorável ao projeto;

2. Em 6/12/2017, foi lido o relatório e iniciada a discussão;

3. Constou da pauta em 25/4, 2/5, 9/5, 30/5, 13/6, 27/6, 4/7, 8/8, 22/8, 12/9, 24/10, 7/11, 6/12, 12/12/2017, 6/3 e 17/4/2018.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador João Capiberibe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 23/3/2016, a matéria foi apreciada pela CAS com parecer favorável ao projeto;

2. Em 17/5/2016, a matéria foi apreciada pela CCT com parecer favorável ao projeto;

3. Em 25/4/2017, foi lido o relatório;

4 . Constou da pauta em 2/5, 9/5, 30/5, 13/6, 27/6, 4/7, 8/8, 22/8, 12/9, 24/10, 7/11, 6/12, 12/12/2017, 6/3 e 17/4/2018.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados.

Autoria: Senador Kaká Andrade

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 28/3/2018, o relator, Senador Valdir Raupp, apresentou novo relatório pela aprovação da matéria.

2. Constou da pauta em 17/4/2018.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 587, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir nos Planos de Recursos Hídricos a promoção de campanhas educacionais periódicas para estimular o uso racional da água.

Autoria: Senador José Agripino

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 3/4/2018, o relator, senador Humberto Costa, apresentou relatório pela aprovação do projeto.

2. Constou da pauta em 17/4/2018.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 717, de 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre diretrizes e instrumentos para o planejamento de ações de responsabilidade socioambiental a serem observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir a proteção do meio ambiente e o combate à poluição nas atividades dos órgãos e entidades públicos.

Autoria: Senador Raimundo Lira

Relatoria: Senador Airton Sandoval

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Constou da pauta em 24/10, 7/11, 6/12, 12/12/2017, 6/3 e 17/4/2018;

2. Sendo aprovado na CMA o substitutivo apresentado, a matéria irá para a pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar (RISF, art. 282 combinado com o art. 92).

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 767, de 2015

- Terminativo -

Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, e o art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para instituir o seguro mínimo obrigatório ambiental.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Em 4/7/2017, a matéria foi apreciada pela CAE, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAE;

2. Sendo aprovado na CMA o substitutivo apresentado, a matéria irá para a pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar (RISF, art. 282 combinado com o art. 92).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, de 2016

- Terminativo -

Institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho

Relatoria: Senador Airton Sandoval

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.

Observações:

1. Em 13/9/2016, a matéria foi apreciada pela CDR, com parecer favorável ao projeto.

2. em 20/6/2017, a matéria foi apreciada pela CAE, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAE.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir óleos e gorduras de uso culinário como produtos do sistema de logística reversa.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.

Observações:

1. Constou da pauta em 6/12, 12/12/2017, 6/3 e 17/4/2018.

ITEM 15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 3, de 2018

- Não terminativo -

Requerimento de Audiência Pública para debater sobre a moratória da soja (PLS 166/2014)

Autoria: Senador Telmário Mota

Observações:

Audiência Pública para debater a moratória da soja (PLS 166/2014).)

Eu encerro aqui a reunião agradecendo a todos.

Está encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jorge Viana, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Roberto Muniz, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma e Telmário Mota; presente ainda o Senador José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Romero Jucá, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, João Capiberibe, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Senhor Presidente comunica o recebimento do seguinte documento: 1. Documento sem número, de 27 de março de 2018, da H2Ong (www.h2ong.org.br), que solicita alteração da legislação brasileira, visando incluir a água como detentor de direitos e como elemento estratégico classificado como de segurança nacional. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162 de 2015 - Terminativo - que: "Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63 de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408 de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. – TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66 de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos" Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014, na forma do substitutivo apresentado. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214 de 2015 - Terminativo - que: "Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79 de 2016 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 71 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos prazos do processo administrativo ambiental." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259 de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344 de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados." Autoria: Senador Kaká Andrade. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 587 de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir nos Planos de Recursos Hídricos a promoção de campanhas educacionais periódicas para estimular o uso racional da água." Autoria: Senador José Agripino. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 717 de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre diretrizes e instrumentos para o planejamento de ações de responsabilidade socioambiental a serem observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir a proteção do meio ambiente e o combate à poluição nas atividades dos órgãos e entidades públicos." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Airton Sandoval. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Durante a reunião, o relator, senador Airton Sandoval, apresentou relatório legislativo complementar ao anteriormente apresentado, para incluir no voto uma emenda supressiva. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750 de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030." Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 767 de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, e o art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sôbre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para instituir o seguro mínimo obrigatório ambiental." Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222 de 2016 - Terminativo - que: "Institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga." Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho. Relatoria: Senador Airton Sandoval. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67 de 2017 - Terminativo - que: "Institui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senador Humberto Costa (*Ad hoc*), substituiu Senador Humberto Costa, Senadora Regina Sousa. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório, encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75 de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir óleos e gorduras de uso culinário como produtos do sistema de logística reversa." Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90 de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador Benedito de Lira. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 3 de 2018 que: "Requerimento de Audiência Pública para debater sobre a moratória da soja (PLS 166/2014)" Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Adiado. ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 5 de 2018 que: "Requerimento para realização de audiência pública para debater a situação ambiental dos assentamentos rurais no Brasil" Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Viana

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião, realizada em 8 de maio de 2018.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento do seguinte expediente.

Documento sem número, de 27 de março de 2018, da H2Ong, que solicita alteração na legislação brasileira, visando incluir a água como detentora de direitos, como elemento estratégico classificado como de segurança nacional.

O expediente foi enviado aos membros da Comissão por *e-mail* e estará disponível às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão por sete dias. (*Pausa.*)

Não havendo manifestação de interesse na matéria, a matéria será arquivada.

A pedido da Senadora Regina Sousa e do Senador Humberto Costa, eu proponho que se faça a inversão de pauta e, tendo em vista uma série de atividades em outras comissões da Casa, eu peço a concordância. Por ofício, então, estabeleço a inversão da pauta para que se possa fazer apreciação do item 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, de 2017

- Terminativo -

Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

Autoria: Senador Elmano Férrer

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.

Observações:

1. Em 28/06/2017, a matéria foi apreciada pela CDR com parecer favorável ao projeto.

2. Em 16/05/2018, a relatora, senadora Regina Sousa, apresentou relatório pela aprovação do PLS nº 67 de 2017, com as 3 (três) emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo, então, a palavra para que *ad hoc* o Senador Humberto Costa possa fazer a apresentação do relatório. A partir deste momento então, *ad hoc*, o Senador Humberto Costa apresenta o relatório e faz a sua relatoria.

Com a palavra V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, vem ao exame terminativo da Comissão de Meio ambiente o Projeto de Lei do Senado 67, de 2017, de autoria do Senador Elmano Férrer, que institui normas gerais para a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

O art. 1º do PLS define o seu objetivo, enquanto o art. 2º estabelece seus princípios, a gestão participativa, integrada e descentralizada dos recursos hídricos; a conservação e a recuperação das áreas protegidas das nascentes, dos mananciais, da biodiversidade e do solo; a universalização dos serviços de saneamento básico; a sustentabilidade no desenvolvimento de atividades econômicas; e a conscientização ambiental.

O art. 3º prevê que as ações de revitalização devem se alinhar aos objetivos de aumentar a oferta de recursos hídricos, de fomentar o uso racional desses recursos, de ampliar e recuperar a cobertura vegetal das áreas associadas à proteção ambiental, de expandir a prestação dos serviços de saneamento básico, de promover a sustentabilidade nas atividades econômicas que interfiram nos recursos hídricos e de monitorar a quantidade e qualidade de água, o desmatamento, o processo de erosão, os níveis de poluição, e assoreamento dos leitos dos mananciais.

O art. 4º prevê, em quatorze incisos, as ações prioritárias para a revitalização do Rio Parnaíba, destacando-se as que deverão ser desenvolvidas pelo Poder Público: incremento de fiscalização integrada para regularização das outorgas de direito de uso de recursos hídricos; promoção de fiscalização ambiental e monitoramento com foco em propriedades que apresentem áreas degradadas; e capacitação institucional.

O art. 5º determina que os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos devem ser aplicados, prioritariamente, na recuperação de áreas degradadas associadas à conservação dos recursos hídricos. O art. 6º estabelece que o Poder Público promoverá a criação e a ampliação de unidades de conservação em regiões essenciais para a produção de água nessa bacia.

O art. 7º estatui que os Estados do Piauí, Ceará e Maranhão devem dispor de órgão gestor de recursos hídricos capacitado, com técnicos próprios e em número suficiente para atender as demandas relacionadas a recursos hídricos. No art. 8º encontra-se a cláusula de vigência, a partir da publicação da lei de que resultar o projeto.

Na justificação, o autor do projeto aponta a importância do Rio Parnaíba para centenas de Municípios dos Estados do Piauí, Ceará e Maranhão, bem como os impactos ambientais que afetam a bacia desse rio: desmatamento, assoreamento, ocupação desordenada de suas margens, poluição por esgotos domésticos e industriais sem tratamento, assim como o uso de defensivos agrícolas. Defende um novo modelo de gestão ambiental dessa bacia, sobretudo para proteção da biodiversidade e aumento da disponibilidade hídrica, por meio de ações de revitalização.

A matéria foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR); e de Meio Ambiente (CMA). A CDR aprovou o projeto. Na CMA, antes de minha designação como Relatora da matéria – isso dito pela Senadora Regina Sousa e, *ad hoc*, por mim –, o Senador Roberto Rocha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentou relatório pela aprovação do projeto com três emendas, que não chegou a ser votado. Adotamos, inicialmente, as mesmas ponderações feitas pelo Senador Roberto Rocha e apresentamos relatório pela aprovação da matéria com duas emendas, que não chegou a ser apreciado em função de reexame que realizei sobre a proposição. Nesse sentido, submeto à CMA o presente relatório, com alguns ajustes em relação ao anteriormente apresentado. Não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

Análise.

De acordo com o art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre proposições pertinentes à proteção do meio ambiente, conservação e gerenciamento do uso do solo e dos recursos hídricos, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Por se tratar de exame com decisão terminativa, analisamos também, além do mérito, a regimentalidade, a constitucionalidade e a juridicidade da proposição. Nesses aspectos não vislumbramos vícios. De fato, compete à União legislar sobre normas gerais de conservação da natureza, sobre defesa do solo e dos recursos naturais e sobre a proteção do meio ambiente e controle da poluição. É constitucional a iniciativa parlamentar para a matéria e as regras pretendidas harmonizam-se com a legislação ambiental vigente.

O projeto é meritório, ao instituir normas gerais para revitalização da Bacia do Rio Parnaíba, a segunda mais importante bacia hidrográfica do Nordeste após a bacia do Rio São Francisco. Ações de revitalização para a bacia do Parnaíba são fundamentais para garantir a proteção dos recursos hídricos, da biodiversidade e dos modos de vida das populações ribeirinhas.

Ações de revitalização de bacias hidrográficas são cruciais para assegurar o equilíbrio ecológico e os usos múltiplos a que se destinam os cursos de água, conforme exige o art. 225 da Constituição Federal e a Política Nacional de Recursos Hídricos. O caso emblemático no Brasil é o imenso trabalho de revitalização necessário para a bacia do Rio São Francisco, uma condicionante estabelecida no licenciamento ambiental das obras do projeto de integração de bacias daquele rio, o maior empreendimento do Governo Federal na área de recursos hídricos e uma necessidade fundamental para garantir a conservação dos recursos hídricos do Velho Chico.

No caso do Rio Parnaíba, a instituição de uma lei de normas gerais, conforme pretende o PLS em análise, objetiva assegurar desde já essas ações naquela bacia. Entendemos essa proposição como absolutamente estratégica para a região abrangida, de modo a reverter a degradação já observada e a prevenir novos impactos ambientais negativos.

Ponderamos que as diretrizes e princípios estabelecidos pelo PLS contribuirão com o atingimento desses objetivos e destacamos a necessidade das ações previstas. Por exemplo, a construção de açudes e reservatórios para atender aos usos múltiplos de água; o estabelecimento de metas de volume útil aos reservatórios; o pagamento por serviços ambientais; a construção e a modernização de estações de tratamento de efluentes e de produção de água de reuso e a elaboração e a atualização dos planos diretores de recursos hídricos.

Observamos, contudo, a necessidade de emendas para corrigir erros que detectamos no texto do PLS bem como para aperfeiçoar alguns dispositivos. Nesse sentido, para adequar o conteúdo dos incisos do art. 4º, sugerimos acrescentar a atividade de recuperação de reservatórios hídricos; e no inciso IV desse artigo, propomos a exclusão do programa específico do Governo Federal, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendemos inadequado para uma lei de normas gerais. Além disso, a emenda promove ajustes redacionais para corrigir redundâncias na numeração de incisos do artigo 4º e para ajustar o conteúdo de alguns incisos em função da exclusão do artigo 5º do PLS conforme a seguir defendemos.

Assim, propomos emenda para excluir o art. 5º e seu parágrafo único, com o objetivo de evitar vícios de juridicidade em relação às regras da Política Nacional de Recursos Hídricos sobre destinação de recursos da cobrança pelo uso da água e às regras do Código Florestal sobre recursos para programas de apoio e incentivo à conservação da vegetação nativa. Finalmente, propomos emenda para aperfeiçoar a redação do art. 7º.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2017, com as emendas que seguem.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento e agradeço a V. Exª, Senador Humberto Costa.

Como não há nenhuma manifestação contrária, tendo em vista a importância da matéria e o tempo, tendo passado pelas mãos de tantos Senadores e Senadoras, eu ponho para apreciação este importante projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Fica concluída essa etapa de discussão. Obviamente, nós vamos pôr para deliberação, como o Regimento estabelece, quando tivermos o quórum presencial. Então fica concluído esse processo todo, inclusive de discussão do que a Senadora Regina traz no seu relatório, que foi lido e apresentado, *ad hoc*, pelo Senador Humberto Costa.

Não havendo mais nada a tratar declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 00 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia cinco de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Dário Berger, Jorge Viana, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, José Medeiros, Benedito de Lira, João Capiberibe, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Rodrigues Palma e Pedro Chaves; presentes ainda os Senadores, José Pimentel, Lídice da Mata e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Romero Jucá, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre e Roberto Muniz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Senhor Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos: 1. Aviso nº 646 – GP/TCU, de 29 de maio de 2018, que encaminha cópia do Acórdão nº 1058/2018, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto, proferido pelo Plenário do TCU ao apreciar os autos do processo TC 020.403/2016-0, relatado pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, que tratam de acompanhamento autuado a partir de notícias veiculadas pela imprensa sobre a possível contaminação de urânio em águas de consumo humano no município de Lagoa Real – BA, em face, supostamente, da atuação da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), na região de Caetité junto ao município vizinho, pela realização da mineração e do beneficiamento de urânio; 2. Memorando Nº 21/2018-PRESID-ASPRES, de 4 de junho de 2018, que encaminha documento no qual o Escritório Brandão Advogados apresenta denúncia sobre ações arbitrárias de fiscalizações ambientais ocorridas no Estado do Pará. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162 de 2015 - Terminativo - que: "Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o Projeto e as Emendas nºs 1 a 5-CMA por 12 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63 de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação. Resultado: A Comissão aprova o Projeto por 12 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Observação: A Presidência designa, para a votação, o senador Pedro Chaves como relator *ad hoc* da matéria. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67 de 2017 - Terminativo - que: "Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: A Comissão aprova o Projeto e as Emendas nºs 1 a 3-CMA por 12 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214 de 2015 - Terminativo - que: "Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CMA por 12 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79 de 2016 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 71 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos prazos do processo administrativo ambiental." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CMA por 12 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259 de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: A Comissão aprova o Projeto por 12 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206 de 2007 - Terminativo - que: "Exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia." Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: A Comissão aprova a Emenda nº 1-CAE/CMA (Substitutivo), oferecida ao Projeto, por 9 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 587 de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir nos Planos de Recursos Hídricos a promoção de campanhas educacionais periódicas para estimular o uso racional da água." Autoria: Senador José Agripino. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 717 de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre diretrizes e instrumentos para o planejamento de ações de responsabilidade socioambiental a serem observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir a proteção do meio ambiente e o combate à poluição nas atividades dos órgãos e entidades públicos." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Airton Sandoval. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Apresentado novo relatório, durante a reunião, pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 a 4-CMA. Após leitura e discussão, a Comissão aprova o Projeto e Emendas nºs 1 a 4-CMA por 12 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750 de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efeito estufa para os anos de 2025 e 2030." Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Lido o relatório, iniciada a discussão. Observação: Para a leitura, a Presidência designa o Senador Paulo Rocha como relator ad hoc. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 767 de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, e o art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para instituir o seguro mínimo obrigatório ambiental." Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: A comissão aprova a Emenda nº 2-CMA (Substitutivo) oferecida ao projeto e rejeita a Emenda nº 1-CAE por 12 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Observação: Durante a reunião, após debates com outros senadores, o relator, Senador Flexa Ribeiro, apresentou complemento de voto com nova redação para a emenda substitutiva que propusera no relatório original. Posta em votação nominal, a nova redação foi aprovada e será submetida a turno suplementar. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222 de 2016 - Terminativo - que: "Institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga." Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho. Relatoria: Senador Airton Sandoval. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame a pedido do relator. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75 de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir óleos e gorduras de uso culinário como produtos do sistema de logística reversa." Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório pelo senador Cristovam Buarque. A presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90 de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador Benedito de Lira. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 3 de 2018 que: "Requerimento de Audiência Pública para debater sobre a moratória da soja (PLS 166/2014)" Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Adiado. ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 5 de 2018 que: "Requerimento para realização de audiência pública para debater a situação ambiental dos assentamentos rurais no Brasil" Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sérgio Petecão

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/05

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 6ª Reunião, realizada no dia 22/5/2018.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicado dos documentos recebidos.

Aviso nº 646, de 29 de maio de 2018, que encaminha cópia do Acórdão 1.058, de 2018, acompanhado do respectivo relatório e voto, proferido pelo Tribunal de Contas da União ao apreciar os autos do Processo do Tribunal de Contas 020.403/2016-0, relatado pelo Ministro-Substituto André Luis de Carvalho, que trata de acompanhamento autuado a partir de notícias veiculadas pela imprensa sobre a possível contaminação de urânio em águas de consumo humano no Município de Lagoa Real, na Bahia, em face supostamente da atuação de Indústrias Nucleares S.A. – INB, na região de Caetité, junto ao Município vizinho, pela realização da mineração e do beneficiamento de urânio.

Memorando nº 21/2018, de 4 de junho de 2018, que encaminha documento no qual o escritório Brandão Advogados apresenta denúncia sobre ações arbitrárias de fiscalização ambiental ocorridas no Estado do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos aqui também um *e-mail* que é encaminhado pelo Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado Federal, que promoverá o encontro Boas Práticas de Sustentabilidade na Administração Pública. O objetivo é debater as práticas inovadoras de sustentabilidade entre os órgãos da Administração Pública, além de proporcionar a troca de experiência dos órgãos participantes. O evento ocorre hoje no auditório do Interlegis, Bloco 2 do Senado, das 9h às 13h. (*Pausa.*)

Srs. Senadores, como nós não temos ainda o quórum regimental para votação, nós vamos ao item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 717, de 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre diretrizes e instrumentos para o planejamento de ações de responsabilidade socioambiental a serem observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir a proteção do meio ambiente e o combate à poluição nas atividades dos órgãos e entidades públicos.

Autoria: Senador Raimundo Lira

Relatoria: Senador Airton Sandoval

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.

Observações:

1. Constou da pauta em 8/5 e 22/5/2018.

2. Em 22/5/2018, o senador Airton Sandoval apresentou relatório complementar ao anterior para incluir no voto uma emenda supressiva.

Como nós não temos quórum, Senador Flexa, para fazer votação, o Senador Airton vai fazer a leitura, inclusive comunicando aos senhores que se trata de um novo relatório que foi apresentado hoje.

Vamos à leitura do Relator.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/MDB - SP. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de parecer da Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 717, de 2015, do Senador Raimundo Lira, que dispõe sobre diretrizes e instrumentos para o planejamento de ações de responsabilidade socioambiental a serem observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir a proteção do meio ambiente e o combate à poluição nas atividades dos órgãos e entidades públicos.

A proposição compõe-se de sete artigos. O primeiro informa seu conteúdo geral – diretrizes e instrumentos para o planejamento de ações de responsabilidade socioambiental a serem observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios –, além de especificar os órgãos e as entidades sujeitas à observância da lei de que resultar o projeto. Conforme se verifica, estão incluídos todos os Poderes da República e os três níveis de governo – federal, estadual e municipal.

O art. 2º estabelece conceitos para diversos termos que serão empregados ao longo da proposição, tais como ações de racionalização, ações de responsabilidade socioambiental, critérios de sustentabilidade e logística sustentável.

O art. 3º enumera as diretrizes para o planejamento de ações de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental no Poder Público, entre as quais podemos citar: o menor impacto sobre recursos naturais, a redução no consumo de materiais e na geração de resíduos, a preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local e a maior vida útil e menor custo de manutenção de bens e de obras.

O PLS nº 717, de 2015, propõe, no art. 4º, dois instrumentos de planejamento de ações de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental no âmbito do Poder Público: os Planos de Gestão de Logística Sustentável e o Sistema Nacional de Informações sobre Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental no Poder Público (RESSOA).

Os Planos de Gestão de Logística Sustentável terão vigência por prazo indeterminado e seu conteúdo mínimo é arrolado no art. 5º.

Conforme o art. 6º, o RESSOA será organizado e mantido conjuntamente por União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que deverão encaminhar ao órgão federal responsável pela sua coordenação os relatórios de avaliação e monitoramento daqueles planos, bem como todas as informações necessárias sobre ações de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental dos seus órgãos e entidades.

No art. 7º encontra-se a cláusula de vigência, que estabelece que a lei resultante entrará em vigor 180 dias após a data de sua publicação.

A matéria foi distribuída apenas para esta Comissão, em decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o art. 102-F, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes a proteção do meio ambiente e conservação dos recursos hídricos, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Visto que a CMA examina a matéria em decisão terminativa, analisamos também, além do mérito, a regimentalidade, a constitucionalidade e a juridicidade da proposição. Nesses aspectos, não vislumbramos vícios. De fato, conforme a Constituição Federal, compete à União legislar sobre normas gerais de conservação da natureza e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição (art. 24, inciso VI e §1º). É constitucional a iniciativa parlamentar da matéria e as regras pretendidas harmonizam-se com a legislação ambiental vigente.

A iniciativa atende também aos requisitos de juridicidade e regimentalidade.

Com relação ao mérito, o autor da proposição pretende instituir diretrizes e instrumentos para o planejamento de ações de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental nos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

De acordo com a justificação,

> o Estado desempenha papel de destaque na economia enquanto grande consumidor de recursos naturais, bens e serviços, tanto na sua atividade finalística como nas atividades meio. As ações estatais muitas vezes provocam, direta ou indiretamente, impactos socioambientais negativos. Além de dar exemplo como bom utilizador de recursos naturais, o Poder Público deve fomentar práticas sustentáveis no mercado, como o aumento na eficiência energética, o uso de energia renovável e a adoção de tecnologia "verde".

A Constituição Federal determina como competência comum a todos os entes federativos a proteção do meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas (inciso VI do art. 23). Ademais, o art. 225 da Carta Magna estabelece como dever solidário entre o Poder Público e a sociedade a proteção e a defesa do meio ambiente.

A proposição traz coerência às tarefas estatais previstas constitucionalmente e disciplina, como norma geral, diretrizes e instrumentos voltados ao planejamento de ações de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, necessários a tornar a gestão pública, além de eficiente, sustentável.

Com seu potencial econômico (as compras públicas representam, no País, cerca de 10% a 15% do Produto Interno Bruto), o Poder Público não deve restringir suas ações de responsabilidade socioambiental ao cumprimento de normas voltadas à licitação sustentável, conforme o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou à destinação correta de resíduos gerados, de acordo com a Lei nº 12.305, de 8 de agosto de 2010.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PLS nº 717, de 2015, portanto, vai além das ações socioambientais já previstas na legislação vigente, ao fomentar a gestão sustentável na Administração Pública, direta e indireta, e em todos os Poderes da União, por meio de práticas institucionais que tenham como objetivo a melhoria contínua da aplicação dos recursos públicos e da gestão dos processos com vistas ao alcance do desenvolvimento nacional sustentável.

A aprovação da presente proposição, então, se traduz em importante instrumento para permitir que os entes da Federação tenham melhores mecanismos para proteger o meio ambiente e combater o desperdício em sua própria gestão administrativa.

Faz-se necessário, entretanto, proceder a breves alterações em alguns de seus dispositivos, de modo a otimizar o alcance de seus objetivos. Inicialmente, o parágrafo único do art. 1º revela-se desnecessário, por resultar em uma redação redundante ao *caput,* motivo pelo qual propomos sua supressão. O art. 3º estabelece as diretrizes para o planejamento de ações de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental no poder público. Conforme a emenda que apresentamos, suprimimos o inciso V, pois seu conteúdo (maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local) não se trata de diretriz, mas de consequência das modificações propostas no PLS.

Com relação ao art. 5º, que trata do conteúdo mínimo dos Planos de Logística Sustentável, sugerimos supressão de seu inciso I, relativo à atualização do inventário de bens e materiais, uma vez que se trata de ação necessária ao cumprimento do inciso II (ações de sustentabilidade e racionalização), e não propriamente de conteúdo próprio de um plano, como o proposto. Também entendemos necessária a supressão da alínea "e", que menciona a “qualidade de vida no ambiente de trabalho”, dada a falta de precisão dessa expressão, não obstante sua importância. Ainda propomos alterar a redação da alínea "f" do inciso II, para adequar os termos ao conceito mais utilizado de compras e contratações sustentáveis.

Propomos também a inclusão de um parágrafo ao art. 5º, para permitir que o conteúdo dos Planos de Gestão de Logística Sustentável possa ser incorporado a instrumentos de planejamento de caráter mais amplo, permitindo maior eficiência e dinamicidade nas ações do Poder Público.

Por fim, sugerimos nova redação ao parágrafo único do art. 6º, para determinar que os entes federativos disponibilizem ao RESSOA, de forma conjunta e anualmente, as informações necessárias às suas ações de responsabilidade socioambiental.

Voto.

Do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 717, de 2015, e, no mérito, pela sua aprovação com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CMA (DE REDAÇÃO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 717, de 2015, a seguinte redação:
"Art. 1º Esta Lei dispõe sobre diretrizes e instrumentos para o planejamento de ações de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental a serem observadas pelos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com o fim de garantir a proteção do meio ambiente e o combate à poluição nas atividades dos órgãos e entidades públicos."
EMENDA Nº – CMA
Suprima-se o inciso V do art. 3º do PLS nº 717, de 2015, renumerando-se os demais incisos.
EMENDA Nº – CMA
Dê-se ao art. 5º do PLS nº 717, de 2015, a seguinte redação:
"Art. 5º.....
I – ações de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços, com metas e prazos de execução, abrangendo, no mínimo, os seguintes temas:
a) material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;
b) energia elétrica;
c) água e esgoto;
d) gestão de resíduos sólidos;
e) compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, papel, mobiliário, obras, equipamentos em geral e de tecnologia da informação, serviços de limpeza e de manutenção predial;
f) deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.
II – ações de divulgação, sensibilização e capacitação;
III – mecanismos de monitoramento e avaliação; e
IV – metodologia e periodicidade de revisão do plano.
§ 1º Nos municípios com população de até 20.000 (vinte mil) habitantes, os Planos de Gestão de Logística Sustentável poderão ser elaborados conjuntamente, consolidados em um único documento, para todos os órgãos do Poder Executivo municipal.
§ 2º O conteúdo dos Planos de Gestão de Logística Sustentável poderá ser incorporado a instrumentos de planejamento de caráter mais amplo dos órgãos e entidades públicos."
EMENDA Nº – (CMA)
Dê-se ao parágrafo único do art. 6º do PLS nº 717, de 2015, a seguinte redação:
"Art. 6º.....
Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de forma conjunta, disponibilizarão anualmente ao Ressoa, de acordo com sua competência, as informações necessárias sobre as ações de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental no poder público."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É este o relatório, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Em discussão o relatório que acaba de ser lido. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir... (*Pausa.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente, enquanto espera a...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O Senador já havia pedido...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Vamos ouvir o Flexa e, em seguida, o senhor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Eu acredito que é a mesma intenção do Senador Cristovam.

Enquanto nós aguardamos o quórum, nós poderíamos avançar nos itens da pauta. Eu pediria, então, que nós fossemos ao item 11, que é quase... O Senador fez a leitura do item 9 e poderíamos passar para o item 11, para fazer a leitura também.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Pela ordem.) – Senador, a minha questão também é na mesma linha.

Eu gostaria de saber se é possível, desde que os demais Senadores aceitem, a inversão de pauta para o item 13, depois do 11, pedido pelo Senador Flexa, obviamente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria que o Presidente fizesse – eu sei que talvez não seja necessário – um apelo para que o relatório fosse mais sucinto, mais rápido.

O Senador Jorge Viana está chegando para fazer um relatório ainda. Rápido, breve.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Presidente, eu estou com uma dúvida aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Como V. Exª está no lugar do Presidente e eu sou o seu suplente, não conta o meu voto para quórum?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Tem cinco que estão em duplicidade, só tem dez.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Srs. Senadores, como nós estamos aguardando mais um Senador para formarmos o quórum regimental, vamos dar por encerrada a leitura e vamos ao item 11.

Seria interessante que a leitura fosse um pouco mais resumida para que nós pudéssemos, quando chegar um outro Parlamentar, voltar para fazer o encaminhamento do relatório que acaba de ser lido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Se houver necessidade, eu suspendo a leitura e vamos à votação...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Não, não, fique à vontade.

Vamos à leitura.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 767, de 2015

- Terminativo -

Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, e o art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para instituir o seguro mínimo obrigatório ambiental.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações:

1. Em 4/7/2017, a matéria foi apreciada pela CAE, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAE;

2. Sendo aprovado na CMA o substitutivo apresentado, a matéria irá para a pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar (RISF, art. 282 combinado com o art. 92).

3. Constou da pauta em 8/5 e 22/5/2018.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Senador Sérgio Petecão, Srs. Senadores, submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 767, de 2015, de autoria do Senador Valdir Raupp.

O art. 1º da proposição acrescenta a alínea "n" ao *caput* do art. 20, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para tornar obrigatório o seguro de responsabilidade civil por dano ao meio ambiente e a terceiros no caso de empreendimentos e atividades para os quais seja exigido o licenciamento ambiental.

O art. 2º adiciona os §§ 5º e 6º ao art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), para, respectivamente, estabelecer que o órgão ambiental licenciador exija, nos casos em que houver a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), a comprovação de contratação do seguro mínimo obrigatório por dano ambiental como condição para a concessão da licença ambiental para início da operação do empreendimento ou da atividade utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental; e para estabelecer que o valor segurado do seguro mínimo obrigatório ambiental será fixado na fase inicial do licenciamento pelo órgão ambiental licenciador.

O art. 3º determina que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi distribuída para as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, cabendo à última a decisão terminativa.

Na CAE, foi aprovada a emenda que modifica o art. 2º do PLS nº 767, de 2015, alterando a redação proposta para os §§5º e 6º do art. 10 da Lei nº 6.938, de 1981, além de acrescentar o §7º ao mesmo artigo. O §5º, alterado, torna obrigatória a manifestação do órgão licenciador, caso a caso, sobre a necessidade de haver seguro para cobertura de danos ao meio ambiente e a terceiros.

O art. 6º fixa que o valor segurado do seguro mínimo obrigatório ambiental será fixado para cada fase do licenciamento pelo Poder Executivo.

Finalmente, o art. 7º possibilita que os Poderes Executivos dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal possam celebrar convênios com órgãos da União para a definição do valor segurado.

Na Comissão de Meio Ambiente, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Verifica-se que a iniciativa atende aos requisitos de juridicidade e regimentalidade.

Todavia, algumas das alterações realizadas pela CAE, que são a modificação do §6º e a inclusão do §7º, que atribuem funções ao Poder Executivo Federal, entram em conflito com o art. 84 da Constituição Federal, por ser competência privativa do Presidente da República.

Além disso, a mudança feita no §6º, do art. 10, da Lei nº 6.938, de 1981, pela CAE, que determina que o valor segurado será fixado para cada fase do licenciamento, torna inviável economicamente a contratação do seguro ambiental. Portanto, entendemos que a Emenda nº 1 da CAE deve ser rejeitada.

Com relação ao mérito, o autor da proposição entende que o seguro mínimo obrigatório ambiental é essencial para garantir a proteção do meio ambiente através de consórcios de seguradoras.

Concordamos com a necessidade da existência de um seguro ambiental.

Contudo, a existência dos seguros obrigatórios especificados no art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 1966, depende da possibilidade de se estabelecer uma apólice padrão que permita a fixação de um prêmio de seguro, segundo uma uniformidade coletiva dos segurados.

Porém, tal não ocorre com o seguro ambiental, cujo risco a ser segurado é complexo e variável, dependendo da situação, tornando inviável a criação de uma apólice padrão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, observamos que o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 6.938, de 1981, já prevê a figura do seguro ambiental como um dos instrumentos econômicos facultativos da Plano Nacional de Meio Ambiente. Dever-se-ia, portanto, retirar a alteração realizada pelo art. 1º do projeto ao Decreto-Lei nº 73, de 1966, e basear as modificações feitas no art. 10 do Plano Nacional de Meio Ambiente no conceito de seguro ambiental gerado pelo art. 9º daquela Lei, bem como assegurar o aspecto facultativo do seguro.

Em conclusão, entendemos que, devido às razões apresentadas, torna-se necessário apresentar uma emenda substitutiva ao PLS nº 767, de 2015, que corrija os diversos problemas apurados.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do 767, de 2015, na forma do seguinte substitutivo e pela rejeição da Emenda nº 1-CAE.

Projeto de Lei do Senado nº 767, DE 2015.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 5º e 6º:

> Art. 10.....
> .....
> §5º Sem prejuízo dos demais requisitos aplicáveis ao licenciamento ambiental, o órgão ambiental licenciador poderá exigir, nos casos em que for necessária a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de Relatório de Impacto Ambiental (Rima), a comprovação da contratação do seguro ambiental, conforme previsto no inciso XIII do artigo 9º desta lei, como condição para a concessão da licença ambiental para início da operação de empreendimentos ou atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.
> §6º O valor segurado do seguro ambiental será fixado na fase inicial do licenciamento pelo órgão ambiental licenciador, conforme critérios objetivos estabelecidos em regulamento.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Para discutir, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Em discussão a matéria que acaba de ser lida.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu sou autor da proposta e não custa repetir que tenho muito respeito pelo colega, Senador Flexa Ribeiro.

Mas eu queria, antes de mais nada, dizer que nós estamos na Comissão de Meio Ambiente, hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente. Um País que tem 20% da biodiversidade...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Senador Jorge Viana, esse projeto que acaba de ser lido é de autoria do Senador Raupp. Acho que o senhor deve estar...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discutir.) – Peço desculpas. Eu fui Relator dessa proposta na CAE. Desculpe, só troquei. Fui Relator na CAE e é com esse propósito que estou fazendo uso da palavra. Peço desculpa.

Eu me debrucei sobre esse projeto de autoria do Senador Raupp e acho que são matérias como essa que podem ajudar o Senado a resgatar o respeito da sociedade, a trabalhar para que se possa dar uma contribuição para que desastres não ocorram, não aconteçam.

O Senador Flexa está apresentando o seu relatório na Comissão de Meio Ambiente e promovendo mudanças na proposta que eu tinha feito na Comissão de Assuntos Econômicos. E veja, Sr. Presidente, como Relator da CAE, eu retirei a obrigatoriedade – e por isso eu queria chamar a atenção dos colegas Senadores – de contratação de seguro para todo empreendimento que necessita de estudos de Relatório de Impacto Ambiental. Eu retirei, mas deixei a cargo do órgão licenciador indicar quando há a necessidade de contratação de seguro. Essa é a minha proposta. E acho que isso é o correto. Nós vimos o desastre de Mariana.

Nós temos empreendimentos que necessitam de estudo de Relatório de Impacto Ambiental que se, pelo tamanho do empreendimento, pelo risco que obviamente a intervenção humana pode causar, nós não tivermos um seguro, criará um dano para as vítimas, para o meio ambiente, para tudo. Mas acho que não deve ser algo imposto, como um imposto a mais, mas algo que venha, ao longo da análise do projeto, do empreendimento, e que o próprio órgão licenciador estabeleça quando tem EIA/Rima... E, olha, nós estamos falando só para grandes empreendimentos, não estamos falando para empreendimentos pequenos. É uma área a que eu me dedico, é uma área que eu procuro dar contribuição. Então, eu tomei a iniciativa de tirar a obrigatoriedade e pôr lá na CAE com cuidado uma proteção mínima para as pessoas que, às vezes, podem ser vítimas de empreendimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma discussão que na década de 80 o mundo fazia. Um País como o nosso, tropical, que tem a biodiversidade que tem, não pode se atrasar nesse debate. E eu queria fazer um apelo aqui, primeiro, parabenizando o Senador Raupp pela proposição; segundo, fazer um apelo para que nós mantivéssemos a proposta que eu apresentei na CAE, porque nós estamos aqui na Comissão de Meio Ambiente. Não dá para adotarmos uma medida lá na CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, que resguarda um pouco mais a questão ambiental, e nós aqui na de Meio Ambiente flexibilizarmos ainda mais.

Acho que a maior alteração que eu estou fazendo na proposta original já cria um ambiente de nós todos juntos estarmos no mesmo propósito: quando eu mexo na obrigatoriedade, quando eu estabeleço que o órgão licenciador, quando se tratar de um empreendimento que pode causar um impacto maior, seja ele que decide se vai haver para aquele empreendimento ou não a necessidade do seguro.

Era esse o apelo que eu faria. É claro que, se os colegas tiverem a necessidade de estudar um pouco mais... Em um país que todos reclamam que é um país caro, que é um país que tem muitas regras, eu, sinceramente, há horas em que penso que o Brasil tem muitos direitos e poucos deveres e obrigações.

Na área ambiental... Volto a repetir, nós estamos no Dia Mundial do Meio Ambiente, e o nosso País resgatou muito do seu protagonismo quando reduziu o desmatamento, quando criou unidades de conservação. Eu mesmo aqui, com o Senador Raupp, temos uma proposta que devemos apreciar, uma proposta de bom senso, em que ele está desafetando uma área de uma unidade de conservação de reserva, mas nós estamos trabalhando – trabalhamos durante anos – para o meio ambiente não sair perdendo. Vai desafetar vinte e poucos mil hectares, mas o meio ambiente vai ganhar 3,5 mil hectares a mais numa outra unidade.

Eu acho que nós devemos trabalhar sempre para que o meio ambiente não saia perdendo. Quando ele sai perdendo, nós perdemos. O meio ambiente, o ambiente todo, a água, os recursos naturais são talvez o maior aliado da agricultura, do agronegócio, e isso nós provamos que é possível quando nós aprovamos por quase unanimidade aqui, no Senado – e eu agradeço –, o projeto do novo Código Florestal, que completou seis anos.

Agradeço aos colegas, mas eu queria aqui fazer um apelo para manter a alteração que eu fiz na CAE, para que esse projeto possa seguir adiante, em uma iniciativa do Senador Valdir Raupp. Esse é o apelo que eu faço aos colegas da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – A matéria continua em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, é interessante, e vamos festejar aqui que hoje, dia 5 de junho, é o Dia Mundial do Meio Ambiente, e, como disse o Senador Jorge Viana, nós estamos na Comissão de Meio Ambiente. Todos nós, sem exceção, somos defensores da causa ambiental; apenas discordamos, algumas vezes, de alguns Senadores quanto à forma, mas, quanto ao objeto de defesa do meio ambiente, é unânime. Eu fico feliz, Senador Jorge Viana, que V. Exª esteja tratando, com o Senador Raupp, de um projeto que desafeta uma área, mas compensa com outra área para não perder.

Eu quero pedir o apoio, a cumplicidade de V. Exª – não é nem apoio – para que possamos fazer a mesma coisa em áreas de Flonas, no Estado do Pará, em que foram criadas Flonas depois de as pessoas estarem naquela área por 30 e 40 anos. Aí criaram uma Flona, e eles estão sendo expulsos, tendo os seus equipamentos queimados, sem poderem trabalhar. A proposta que eles fazem – e isso já está tramitando aqui há quase dez anos – é exatamente esta: vamos desafetar a área em que eles estão trabalhando há 40 anos e vamos ampliar a Flona para o oeste, em que não há pessoas ainda trabalhando.

Essa é a proposta, como também não mais ambiental, mas da Funai, na reserva Apyterewa, no Município de São Félix do Xingu, há uma área de reserva indígena, Senador Raupp, com 750 mil hectares. Diga-me quantos índios há lá? Diga lá, Senador Jorge Viana. Em 750 mil hectares, quantos índios? Há 141 índios. Essa reserva ambiental foi criada pelo Presidente Lula em cima de um assentamento do Incra. Há duas, três mil pessoas trabalhando lá, com suas lavouras de cacau. Já foi Exército, Polícia Federal, Força Nacional, para tirarem as pessoas de lá, e eles não saem. Vai haver um grande massacre, se for o caso, Deus nos livre, para tirar aquelas pessoas de lá. E a proposta era exatamente essa. São 200 mil hectares que eles ocupam. Então, reduz-se a área de 750 mil hectares para 550 mil hectares, mantém-se a reserva indígena para os 141 índios e dê-se condição de trabalho para essas famílias, que estão colocadas lá pelo Governo Federal, em 200 mil hectares. Os não-índios e os índios concordaram com a composição, com o acordo. A Funai foi contra, e eles estão lá brigando até hoje.

Então, Senador Jorge, vamos tentar resolver todos esses impasses que possam estar existindo em todas as Flonas. O Senador Paulo Rocha conhece tão bem quanto eu essa dificuldade de todos os nossos amigos de lá. Vamos fazer essa desafetação dessa área em que há brasileiros trabalhando, há 30, 40 anos, e vamos fazer a afetação de área até superior à que está sendo desafetada, em que não existe continuidade.

Com relação à defesa do Senador Jorge Viana sobre a sua emenda da CAE, estamos falando a mesma linguagem. O projeto que fica do Senador Raupp não exige o seguro, como estava inicialmente, porque não há como haver uma apólice, como é feito para os outros setores. Então, aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diz, Senador Jorge Viana, que fica a cargo do órgão licenciador exigir o seguro no caso de projetos que necessitem de EIA/Rima. Aí o órgão licenciador vai exigir o seguro.

Acho que é a mesma preocupação sua e de todos nós. Por exemplo, no desastre de Mariana, teria de haver seguro para poder fazer a reposição daquelas pessoas, algumas que perderam vidas, das famílias que ficaram, para fazer a reposição... Mas, agora, como está o texto, e é o que V. Exª defende, nesses projetos maiores, em que haja necessidade do EIA/Rima, que o órgão licenciador exija o seguro.

Inclusive, Senador Jorge Viana, lamentavelmente, o projeto do Código de Mineração não passou. Eu fui relator do projeto, e lá nós exigíamos que, em qualquer projeto de mineração, a mineradora, ao final da exploração daquela mina que é finita, teria de fazer a recomposição da área, deixá-la, inclusive, se fosse o caso – e é –, reflorestada.

Então, essa preocupação todos nós temos e é bom que seja discutido isso no Dia Mundial do Meio Ambiente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, só para esclarecer, pela ordem, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Tem a palavra o Senador Jorge Viana e, em seguida, o Senador Paulo Rocha, que pediu a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Eu só queria chamar a atenção dos colegas. Veja bem, é um projeto de lei de um artigo só.

O Senador Raupp estabeleceu uma proposta, tornando obrigatório que mineradoras, que grandes empreendimentos que causam impacto ambiental tivessem obrigatoriamente um seguro contra eventuais problemas e danos.

Eu acho que, mesmo sendo muito vinculado às causas ambientais, isso não seria tão bom. Estou fazendo um aperfeiçoamento, porque hoje a lei permite que haja seguro. No caso de Mariana, podia haver um seguro. Mas, quando acontece um desastre desse, ninguém sabe quem é o culpado. Quando morrem pessoas, quando o meio ambiente... Ninguém sabe.

A proposta do colega Senador Flexa mantém a coisa como está hoje. Eu retirei a imposição da obrigatoriedade, mas ponho uma outra. Estou obrigando o órgão ambiental a se manifestar, porque hoje não há... Não pode ficar ao bel-prazer, a pessoa vai fazer e ninguém fala... É possível.

Eu só faria um apelo ao Senador Flexa que é o seguinte: nós não o estamos obrigando a cobrar o seguro, mas o órgão licenciador, quando se tratar de um grande impacto, é obrigado a se manifestar, dizendo se é preciso ou não o seguro. Hoje, ele não é obrigado. Ninguém precisa fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguro, ninguém precisa se manifestar, e nós podemos ter um seriíssimo problema depois, ao irmos atrás de quem é o verdadeiro responsável por um eventual dano.

Veja que há uma sutileza, mas é uma mudança significativa. O Senador Raupp estava propondo a obrigatoriedade para todo empreendimento de mineração fazer o seguro. Estou tirando essa parte, mas estou pondo que o órgão ambiental licenciador, quando se tratar de um empreendimento de grande vulto, que possa criar risco ao meio ambiente, manifeste-se sobre a necessidade ou não de seguro. Passa a ser obrigatório o órgão dizer se é obrigatório ou não, porque, se ele dizer que não é obrigatório e acontecer alguma coisa, nós saberemos a quem recorrer como culpado. O Senador Flexa está flexibilizando, como a lei é hoje, com todo respeito a sua boa intenção. O senhor está dizendo "poderá". Não há "deverá", é "poderá" se manifestar ou não. Nessa é que a gente está ainda com o caso de Mariana, em que a grande mineradora causou um desastre, desmontou, acabou com a vida no Rio Doce, danificou a vida de pessoas, e nós não sabemos a quem recorrer; a população não sabe a quem recorrer.

É por isso que eu estou aproveitando a intenção do Senador Raupp, que é muito correta, de dar um passo adiante, mesmo sem trazer nenhum custo para aqueles empreendimentos. Mas o órgão licenciador tem de se manifestar: "Nesse caso, não é necessário seguro" ou "Nesse caso, é obrigatório o seguro privado". Isso é fundamental.

Nós, quando entramos em um avião ou quando entramos em um ônibus, é obrigatório o seguro. Eu não estou querendo que haja essa obrigatoriedade, são situações diferentes. Mas, quando se mexe, em um País como o nosso, com a quantidade de chuva, com a quantidade de desastres naturais, com empreendimentos em muitas áreas, nós não termos ninguém obrigado a fazer nada, a contratar um seguro... Depois, não vamos saber a quem recorrer, quando o desastre tiver ocorrido.

Então, para mim, simbolicamente, no Dia Mundial do Meio Ambiente, é importante que demos esse passo adiante. Por isso, estou aproveitando a ideia do Senador Raupp, achando que seria muito simbólico nós votarmos aqui essa proposta. Estou dando uma pequena recuada, no sentido do que pensa o Senador Flexa, para fazermos algo que pode ser bom para todo mundo, com essa alteração que eu fiz na Comissão de Assuntos Econômicos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Senador Paulo Rocha, apenas 30 segundos, porque o Senador Flexa... Acho que vamos entrar em um entendimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu estou na mesma linha do Senador Jorge Viana, que é o pensamento do Senador Valdir Raupp. Todos os grandes projetos, e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só de mineração, Senador Jorge, mas, em qualquer projeto que necessite do EIA/Rima, o órgão ambiental pode exigir o seguro. Agora, V. Exª está colocando como obrigação...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Tem de se manifestar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas é como está aqui.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Não, não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador, eu vou ler de novo aqui o §5º, só o trecho a que V. Exª se refere:

> §5º [...] o órgão ambiental licenciador poderá exigir, nos casos em que for necessária a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de Relatório de Impacto Ambiental (Rima), a comprovação da contratação do seguro ambiental, conforme previsto [já é previsto o seguro ambiental] no inciso XIII do artigo 9° desta Lei [que é a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981].

O que V. Exª está querendo é que se tire o "poderá". Parece-me que é isso. V. Exª está querendo que seja exigido. Então, não é ouvir o órgão ambiental...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se eu puder esclarecer.

Há uma diferença bem grande, veja bem. V. Exª está dizendo o seguinte: "O órgão ambiental poderá". A lei hoje é desse jeito, se quiser tirar, se o órgão quiser... Eu estou dizendo que o órgão ambiental licenciador de projeto de grande monta é obrigado a se manifestar se é obrigado ou não haver o seguro, para a gente saber de quem cobrar. Se o Ibama disser que não é obrigado a ter seguro e acontecer alguma coisa, nós vamos lá no Ibama dizer: "Vocês liberaram e não há..." É importante essa mudança.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu não tenho nenhum problema de aceitar, de tirar o "poderá" e colocar que "deverá se manifestar". Se o Senador Raupp, autor do projeto, concordar com essa alteração, eu não tenho problema de fazê-lo, Senador Jorge Viana.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – Eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Senador Raupp, o Senador Paulo Rocha já pediu a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Rocha, o autor do projeto está pedindo a palavra para poder fazer o entendimento. Se o senhor permitir?

Vamos lá.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Quanto ao entendimento, eu queria chamar a nossa atenção... A maioria aqui é da Amazônia, com exceção de São Paulo e a Regina, do Piauí, e o Cristovam, que é de Pernambuco. A maioria que está no debate é da Amazônia: o Flecha; o Raupp, que é o autor; o Jorge, que estabeleceu a divergência, ainda há um do Mato Grosso. Vejam só, é muito difícil fazer uma legislação – nós temos de chamar isso para nós, principalmente nessa questão que trata de desenvolvimento, meio ambiente, diferenças de biomas – nacional para resolver os problemas de diferentes biomas.

Nós da Amazônia, já falei isso muitas vezes aqui, Presidente... Eu acho que a gente deveria fazer valer mais a importância da Amazônia perante o desenvolvimento nacional, entendeu? Sempre que a gente fala da Amazônia, entra essa disputa ideológica. Então, eu acho que a gente deveria uniformizar a visão do desenvolvimento sustentável, porque foi exatamente da Amazônia que surgiu isso. Nem a favor do desenvolvimentismo devastador, mas também nem a favor da Amazônia imaculada, que não pode ser tocada. Nós mesmos já buscamos esse meio termo, que é o desenvolvimento sustentável.

É claro que existe toda uma complexidade. Ele levantou a questão da Terra Indígena Apyterewa. O problema é que os governos, não foi culpa do Lula, fazem uma leitura exatamente do que está na Constituição. Foi uma conquista de que as terras indígenas são demarcadas pela questão antropológica e não pela quantidade de índio nem pelo tamanho da terra. O erro, inclusive nesse caso da Apyterewa, foi do próprio Governo Federal, que implantou, na época do Sarney, um assentamento feito pelo Incra... Foi um conflito de órgãos federais, porque a Funai defende de um jeito, porque está na Constituição que a demarcação é uma questão antropológica, e o Incra meteu lá 324 famílias no assentamento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Depois foram acrescentando outros médios produtores lá.

Então, é sobre essas questões que nós devemos nos debruçar. Por isso que eu acho que, em vez dessa disputa ideológica, deveríamos avançar numa legislação capaz... O Código Florestal deu uma arrumada, mas falta avançar mais nessa questão.

O próprio Flexa tem um projeto de lei, a que eu me contrapus aqui, de plantar cana-de-açúcar em terras degradadas, entendeu? Ótimo, uma visão de desenvolvimento, mas eu sou contra, sabe por quê? A terra degradada já foi degradada e não pode ser recuperada por uma visão econômica só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através da monocultura, porque é devastadora para a Amazônia a monocultura. O próprio gado do sul do Pará... Todo mundo quer sair da monocultura do gado, porque percebeu que, na economia mundial, agora o cara está vendendo o boi em pé. Isso, para o desenvolvimento do Pará, é grave! Nós do Pará tínhamos que estar brigando é pela verticalização do boi e não vender boi em pé. É essa complexidade de pensar o desenvolvimento da Amazônia que trava essa discussão entre nós aqui.

Eu vou anunciar que a posição da Bancada do PT, em se mantendo o relatório do Senador Flexa, meu amigo, inclusive, mas não há problema em votar contra ele, se não ficar bem claro isso, nós íamos votar pela rejeição do substitutivo do Flexa para recuperar o lado da CAE, exatamente pelos argumentos debatidos aqui. Nesse sentido, se não ficar muito claro isso, nós vamos pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Muito bem.

Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, nós já tivemos uma vitória importante hoje que foi trazer quórum para a Comissão de Meio Ambiente. Há muito tempo... Só no Dia do Meio Ambiente, mesmo, acho que é uma homenagem ao Dia do Meio Ambiente. Então, vamos deixar essas discussões mais acaloradas para outro momento. Nós já avançamos muito, é verdade, com o novo Código Florestal e outros projetos, e o Flexa, pelo que eu vi, está propenso a aceitar a proposta do Jorge Viana, que fica um pouco mais próxima do meu projeto. O relatório do Jorge Viana fica um pouco mais próximo de nossa proposta. Não é ainda o que a gente queria, mas se aproxima um pouco mais.

Então, eu peço compreensão ao Senador Flexa Ribeiro, até porque, se não for assim, nós vamos ter dificuldade para votar. Eu acho que não há problema no fato de o órgão se manifestar nesses grandes empreendimentos.

Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, eu acho que nós vamos chegar aqui a um bom termo com o Senador Jorge Viana para aprovarmos o projeto do Senador Raupp, que é da maior importância, e eu quero aqui parabenizá-lo.

Com relação a meu – é mais do que amigo – irmão Paulo Rocha, nós divergimos nesse ponto que ele falou, mas não vamos colocar aqui, porque esse é um debate que a gente vai trazer mais adiante, tanto a questão da cana-de-açúcar quanto a questão da exportação de boi em pé. Isso é uma coisa de pecuarista com frigorífico, um quer se defender do outro, mas nós vamos questionar lá na frente, não hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador Jorge, com a concordância do autor do projeto, nós poderíamos alterar a redação que está aqui, colocando assim: "sem prejuízo dos demais requisitos aplicáveis ao licenciamento ambiental, o órgão ambiental licenciador se manifestará pela exigência, nos casos em que for necessária a elaboração de EIA/Rima, a comprovação de contratação do seguro ambiental. Pode ser assim?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pois é, veja, aí muda de substitutivo para uma alteração de redação o que V. Exª está propondo, que vai no mesmo sentido do que eu estou apresentando. Antes, o senhor colocou: "poderá exigir"... Poderá não exigir nunca.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Nós já alteramos aqui.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu tinha colocado: "deverá se manifestar sobre a exigência ou não".

Então, eu acho que aí fico completamente de acordo, desde que o senhor venha para esse sentido de a gente ter uma posição obrigatória do órgão de se é necessário ou não, que é mais ou menos o que V. Exª colocou. Passaríamos a ter, em vez de um substitutivo, uma emenda de redação, deixando mais explícito ainda por parte de V. Exª. Estou de pleno acordo nesse sentido. O senhor pode fazer inclusive com a sua assessoria, mas que fique claro que o órgão terá de se manifestar sobre a exigência ou não, porque aí daríamos um passo adiante. Não é uma imposição, mas não pode deixar que ele se manifeste se quiser...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Sr. Presidente, vamos votar?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ele tem de ter uma posição de se é necessário ou não, mas é uma questão de redação que eu acho que V. Exª pode encontrar tranquilamente, Senador Flexa.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Vamos aproveitar o quórum, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Mas há de se entrar num entendimento, senão não pode votar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – É só ele fazer um ajuste na redação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Mas vai votar o quê, Senador Jorge?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Presidente, não era melhor pedir vista e resolver isso.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Encaminhamento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Vamos pedir vista, resolve-se isso, e voltamos na semana que vem?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vamos votar. Vamos votar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – E o quórum continua.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O quórum continua. Vamos lá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Hoje é o Dia Nacional do Meio Ambiente. Nós temos quórum na Comissão. Não vamos perder esse quórum.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – O problema é conseguir quórum outra vez neste ano.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois é. Vamos votar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Vamos votar. Então, vamos votar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O problema de alterar...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Votar o quê? Tem de haver um entendimento para votar, Senador.

Qual é a redação?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Já está pronto, então?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu já mudei a redação...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Enquanto eles se entendem, Presidente, pule para o final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – dizendo: "O órgão ambiental licenciador se manifestará pela exigência, nos casos em que for necessário". Mas como V. Exª quer colocar?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Assim está bom.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Então, pronto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Quer colocar "deverá se manifestar" ou "se manifestará"?

Está bom. Então, fica assim.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, encaminhamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – "Deverá se manifestar".

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pronto.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Então vamos votar, vamos votar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, a redação fica com essa alteração.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – V. Exª vai ter que encaminhar por escrito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Lógico!

O órgão ambiental licenciador deverá se manifestar pelas exigências, nos casos em que for necessário EIA/RIMA do seguro ambiental. Pronto!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu então retiro o pedido de vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos à votação.

Os Srs. Senadores que forem a favor permaneçam como estão, os que forem contra se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos à votação nominal. A Mesa pede perdão e abre o painel. Já? É nominal. Vamos à votação, é terminativa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Os outros relatórios não podem ser em bloco? Não tem divergência, já foram lidos, do 1 ao 6 estão lidos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – Eu gostaria de sugerir que o Jorge fizesse um outro relatório, que ele tem ali, rapidinho, em três minutos, que pudéssemos votar em bloco o pedido dele.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Não, mas acabou de ser lido aqui. Nós temos aqui esse que foi lido aqui pelo Sandoval. Vamos votar, porque...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Vamos votar o da Regina logo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Por que vai votar o da Regina se o dele ele acabou de ler? Ele acabou de ler! É porque você chegou atrasada. Ele já leu o relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – O relatório da Senadora Regina está lido também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu sei, o da Senadora, mas seria um desrespeito, ele fez a leitura aqui. Aí nós pedimos para fazer a leitura do outro? Aí ele abriu para o Flexa ler e agora vamos votar o dele.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu só imaginei que pudesse abrir de novo, mas tudo bem, Presidente. Não está mais aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu tenho um ali, o segundo da pauta, é meu, já está lido.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O item 4 também está lido. Vamos dar essa sequência que V. Exª encaminhou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Vamos votar! Nós estamos em votação. Vamos votar porque, se não votar, ninguém avança.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Se puder colocar o 13 também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Vamos colocar todos. É só não ter pressa. Eu tenho todo...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – Eu pediria ao quórum para votar o 7 também, tudo rápido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu tenho todo o tempo do mundo aqui – eu tenho todo o tempo do mundo! Precisamos votar, senão não avançamos mais de jeito nenhum.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Encerramos a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Resultado: 12 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Aprovado.

Aprovada em turno único a emenda do substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 767, de 2015.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Diga, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu havia solicitado, se os outros Senadores estiverem de acordo, obviamente, inversão de pauta para colocar o 13, porque a CAE está em andamento e eu preciso ir para lá.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – É porque todos querem fazer inversão. Se nós não seguirmos a ordem vai ser impossível. Esse aqui o 7, o outro o 16, então, é impossível.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Se todos querem, já retirei o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Este aqui já foi lido, o colega está desde cedo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Retirei meu pedido.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente, aqui. É o seu vizinho...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Diga, Capi.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – O item 6 já foi lido, está pronto para votação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Todos, o item 2, o item 7. Vamos votar todos. É porque nós não estamos conseguindo votar.

A votação será nominal. PLS nº 717, de 2015, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

É o item 9.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A Bancada do PT vota com o Relator.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, eu sugiro a V. Exª que faça pela ordem normal, item 1, 2, 3.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – É a ordem que está, não tem como privilegiar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Exato, nós vamos votando rapidamente um por um.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Vamos votar. Só não estou entendendo essa pressa para ir embora. Lá no Acre são exatamente 10h30min, ninguém almoça nessa hora, não.

Já votaram?

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Resultado: 12 votos SIM; 0 NÃO.

Zero abstenção.

Está aprovado o Projeto de Lei nº 717, de 2015, com as Emendas nºs 1 a 5 da CMA. A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado para ciência e publicação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Os que já foram lidos, colocar em bloco é interessante, Presidente. Parabéns pela decisão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – A assessoria está vendo aqui os que estão aptos para serem votados e vamos tentar votar em bloco.

Prontos para serem votados: itens 1, 2 e 3.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Presidente, o 4 também já foi lido e está pronto para ser votado.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/MDB - SP) – O item 6 também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Falta encerrar a discussão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Encerra a discussão do 4 e coloca junto.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/MDB - SP) – O 6 também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – É, mas nós precisamos fazer os trâmites regimentais. Não podemos pular, não.

Vamos ao item 4, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos aos itens 4 e 6, para que possamos votar todos em bloco.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015

- Terminativo -

Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 6/8/2015, a matéria foi apreciada pela CRA com parecer favorável ao projeto;

2. Em 6/12/2017, foi lido o relatório e iniciada a discussão;

3. Constou da pauta em 25/4, 2/5, 9/5, 30/5, 13/6, 27/6, 4/7, 8/8, 22/8, 12/9, 24/10, 7/11, 6/12, 12/12/2017, 6/3, 17/4, 8/5 e 22/5/2018.

Vamos à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Vamos à votação em seguida.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – Peço que encerre a votação do 5 também, que já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Item 5.

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 2016

- Terminativo -

Altera a redação do art. 71 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos prazos do processo administrativo ambiental.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.

Observações:

1. Em 8/5/2018 foi lido o relatório e iniciada a discussão.

2. Constou da pauta em 7/11, 6/12, 12/12/2017, 6/3, 17/4, 8/5 e 22/5/2018.

Em discussão o projeto que acaba de ser lido. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 23/3/2016, a matéria foi apreciada pela CAS com parecer favorável ao projeto;

2. Em 17/5/2016, a matéria foi apreciada pela CCT com parecer favorável ao projeto;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Em 25/4/2017, foi lido o relatório;

4 . Constou da pauta em 2/5, 9/5, 30/5, 13/6, 27/6, 4/7, 8/8, 22/8, 12/9, 24/10, 7/11, 6/12, 12/12/2017, 6/3, 17/4, 8/5 e 22/5/2018.

Alguém quer discutir? (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Vamos à votação.

Vamos fazer a votação em bloco do item 1 ao item 6.

Iniciada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – Eu pediria, Sr. Presidente, que as Srªs e Srs. Senadores ficassem para votarmos o item 7 também, que é rapidinho. Não é, Senador Jorge? É rápido o relatório.

Obrigado.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/MDB - SP) – Presidente, eu sou o Relator do item 12 da pauta. Quero pedir a retirada desse item da pauta, para eu dar mais uma avaliada nele.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O.k., Senador, já vamos providenciar a retirada da pauta para reexame.

Todo mundo já votou?

Vou encerrar.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Resultado: 12 votos SIM; 0 NÃO.

Zero abstenção.

Aprovado.

As decisão serão comunicadas ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2007

- Terminativo -

Exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Em 22/5/2018, a matéria foi apreciada pela CAE, com parecer favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo);

2. Sendo aprovado na CMA o substitutivo apresentado, a matéria irá para a pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar (RISF, art. 282 combinado com o art. 92).

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana para leitura do relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Colegas Senadores e Senadoras, aproveitando o quórum da Comissão de Meio Ambiente, vou tentar rapidamente a minha manifestação sobre o relatório, mas, primeiro, ressalto que acho da maior importância a iniciativa do Senador Valdir Raupp de tentar resolver um problema seriíssimo em uma reserva extrativista no Estado do Rondônia.

Eu queria dizer que de alguma maneira nós conseguimos – eu não demorarei mais do que cinco minutos ou até bem menos. Estamos fazendo algo muito sério, que é desafetar uma área, o que significa, depois de criada uma área de conservação, tirarmos uma parte dela. Isso é muito sério, tem de haver uma justificativa plausível.

Eu peguei relatório, fiz muitas reuniões com o Instituto Chico Mendes, com o Ibama, com representantes dos órgãos ambientais e do Ministério do Meio Ambiente, para acolher. E todos eles chegaram à mesma conclusão: na criação da reserva havia, sim, a necessidade de se fazer um relatório prévio, que não foi feito, e tínhamos uma área dentro da reserva que não compõe com os propósitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da criação da própria reserva. Dentro disso trabalhei, buscando com o Senador Raupp, autor da proposta, e com os órgãos ambientais, uma compensação, ou seja, vamos tirar uma parte da área da reserva, mas vamos acrescentar em outra unidade de conservação, no mesmo Estado, uma área ainda maior, para que o meio ambiente não saia perdendo. Essa é a pedagogia que, acho, tem de funcionar, o bom senso.

Então, é com esse propósito que apresento o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2007, do Senador Valdir Raupp, que exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.

Devo dizer que o meio ambiente, neste caso, está tendo um acréscimo. A proposta era de excluir mais de 30 mil hectares; estamos excluindo 24 mil e incluindo também um montante maior, 3.593 hectares, em outra unidade de conservação. Acho que dessa maneira o meio ambiente não sai perdendo e resolve-se um problema. Mas foi necessário um trabalho intenso com os órgãos ambientais. Busquei a concordância de todos eles, e conseguimos fazer valer a intenção do colega Senador Valdir Raupp, de Rondônia. Acho que hoje seria muito importante a apreciação de maneira terminativa dessa matéria.

Obrigado, Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Em discussão a matéria, cujo relatório acaba de ser apresentado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Só para parabenizar o Senador Valdir Raupp pelo seu projeto. Acho que V. Exª abriu a possibilidade de nós resolvermos todos os conflitos existentes, em função de o Governo criar reservas de qualquer tipo por meio de decretos assinados aqui, dentro dos gabinetes refrigerados de Brasília, levando conflitos às áreas.

Então, Senador Jorge Viana, eu quero parabenizá-lo também, porque V. Exª, como disse, foi quem desenvolveu gestões junto aos órgãos ambientais para que fosse possível aprovar esse projeto de autoria do Senador Valdir Raupp.

Eu quero pedir a V. Exª que relate os projetos que eu vou apresentar nessa direção, em que nós vamos desafetar a área onde os irmãos brasileiros estão sem poder trabalhar e vamos avançar em outras áreas, de tal forma que a área total, seja da flona, seja da reserva indígena, seja do parque ambiental, não seja alterada.

Parabéns, Senador Valdir Raupp!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu vou abrir a votação e, enquanto isso, vamos continuar discutindo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Estamos em discussão ainda.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Para discutir.) – É só para cumprimentar o autor, Senador Valdir Raupp, pela iniciativa e também o Senador Jorge Viana pelo relatório.

Essa modificação é uma matéria importante. Ela vai ajudar muito o Estado de Rondônia, principalmente Guajará-Mirim. Essas compensações precisam acontecer para resolver os problemas agrários nos nossos Estados, como é o caso de Rondônia.

O Senador Flexa Ribeiro já começa também a ter ideias para resolver as questões no Pará, bem como V. Exª as do Acre. Eu entendo que, assim, a gente consegue avançar para trazer para a legalidade muitas famílias que, hoje, vivem em áreas de conflito, áreas de confronto, e cujos problemas nós precisamos resolver.

Então, era apenas para parabenizar o Senador Valdir Raupp e o Senador Jorge Viana.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O Senador Paulo Rocha vai pedir vista?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, Presidente; eu quero debater.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Com a palavra V. Exª.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – É só para dizer que os projetos que o Senador Flexa apresentar têm que ser recebidos apenas se contarem também com a minha coautoria, porque, nesse ponto aqui, a gente concorda no sentido de resolver os problemas das reservas, principalmente aquelas ao longo da BR-163, onde está atravancado o processo de desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ser buscada uma solução para se respeitar essas reservas, indígenas inclusive... Há até uma reserva militar lá. E, com essa desafetação, pode-se assegurar reserva ambiental, a flona, bem como assegurar espaço para o pessoal poder desenvolver a região.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Já votou? (*Pausa.*)

O Senador José Medeiros já votou.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Foram 9 votos "sim", zero votos "não".

Não houve nenhuma abstenção.

Resultado.

Aprovada, em turno único, a emenda do Substitutivo do Projeto de Lei do Senado. Vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senador...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O item 10.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Posso ler o 13?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Meu item... Há um projeto do Capiberibe do qual sou o Relator, o item 10.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente, chegou o 13? O 13 chegou?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Estamos no item 10 ainda. (*Pausa.*)

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senador João Capiberibe (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Constou da pauta em 24/10, 7/11, 6/12, 12/12/2017, 6/3, 17/4, 8/5 e 22/5/2018;

2. Sendo aprovado na CMA o substitutivo apresentado, a matéria irá para a pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar (RISF, art. 282 combinado com o art. 92).

O Senador Paulo rocha vai fazer a leitura *ad hoc*.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, esse projeto é de decisão terminativa sobre o Projeto de Lei nº 750, do Senador Jorge Viana, que altera a Lei nº 12.187, de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030.

O relatório é extenso.

Compete a esta Comissão opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente.

Do ponto de vista constitucional, observa-se que o PLS trata de matéria de competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. A iniciativa de leis ordinárias por membro do Senado Federal é legítima, com base no art. 61 da CF, e o PLS não trata sobre matérias de iniciativa privativa do Presidente da República.

Sobre a juridicidade, constata-se que o PLS atende os requisitos.

No que concerne ao mérito, entendemos ser louvável a preocupação do autor em incorporar ao ordenamento jurídico as metas brasileiras de redução de emissões dos GEEs (37%, em 2025, e 43%,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 2030, com base nas emissões de 2005) acordadas na 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Contudo, julgamos que essa medida enrijece o processo de revisão das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, na sigla em inglês), prevista para ocorrer a cada cinco anos.

Além disso, identificamos a necessidade de atualizar dispositivos.

A primeira alteração que propomos é a inclusão do Acordo de Paris no art. 5º, inciso I, e no art. 6º, inciso X, da Lei nº 12.187, de 2009. A segunda modificação incide no art. 8º da mesma lei, para que as instituições financeiras oficiais disponham não só de linhas de crédito e financiamento, mas também de garantias específicas.

O terceiro aprimoramento almeja a substituição, no parágrafo único do art. 11, dos termos "Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)" e "Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas (NAMAs)" por "mecanismos econômicos e financeiros", para adequar tais termos às regras do Acordo de Paris. Adotando-se uma redação mais abrangente, novos instrumentos e mecanismos, como o Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável, estarão contemplados na lei.

Finalmente, o quarto aperfeiçoamento seria incluir art. 12-A à Lei nº 12.187, de 2009, para estabelecer que, a partir de 2020, será adotada a mais recente Contribuição Nacionalmente Determinada comunicada pelo Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Sugerimos apor parágrafo único a esse dispositivo para definir como critério de base o mais recente Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal.

Com a emenda substitutiva que proponho, a Lei nº 12.187, de 2009, ficará menos vulnerável à desatualização resultante de surgimento de novos acordos sobre o clima e de novos mecanismos de mitigação e adaptação aos efeitos da alteração climática. Outro benefício seria a maior celeridade no processo de internalização de novas NDCs. Por essas razões, propomos que a matéria seja aprovada na forma do substitutivo que a seguir apresentamos.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 750, de 2015, na forma da emenda substitutiva, conforme a reorganização dos artigos.

Esses são o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O.k.

Nós vamos abrir a discussão – o Senador Jorge Viana, autor da proposta, já pediu a palavra – e não iremos encerrá-la, porque o projeto é complexo e alguns colegas pediram que nós a encerrássemos em outra reunião desta Comissão.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço a V. Exª por ter colocado em apreciação essa matéria. Eu acho que ela é da maior importância. O ex-Ministro Zequinha Sarney tem um projeto vindo da Câmara no mesmo propósito; o Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, Alfredo Sirkis, colaborou com essa proposição; há um posicionamento de setores do Governo fazendo algumas observações, e eu quero levá-las em conta.

Mas, o que nós estamos propondo, Senador Medeiros, Senador Cristovam, Senador Paulo Rocha e Senador Raupp, é transformamos em lei o compromisso voluntariamente assumido pelo Brasil – isso é algo importante de ser feito –, deixando espaço para uma dinâmica no processo, porque o cumprimento desses propósitos de redução de emissões é algo que tem que ter uma certa dinâmica. E as alterações que o Senador Capiberibe fez ocorreram, inclusive, a meu pedido para que se possa ter uma manifestação do Senado neste sentido. E acho que simbolicamente a leitura desse relatório aqui, hoje, no Dia Mundial do Meio Ambiente, também é muito importante.

Nós não estamos vivendo o risco da mudança climática; nós estamos vivendo a mudança climática. A nossa busca é de reduzi-la a 2 graus, 2,5 graus, o que já é um desastre, o que já terá um custo muito grande para a atual geração e gerações futuras. Então, é muito importante que, no Dia Mundial do Meio Ambiente, o Senado tenha registrado aqui, na Comissão de Meio Ambiente, a leitura desse projeto de que eu tenho a honra de ter sido o autor, que propõe a transformação em lei, altera a Lei 12.187, de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

E eu faço essa proposição para que se possa ter na lei, de certa forma, recepcionado o propósito brasileiro, o compromisso brasileiro de redução de mudança climática. A posição do Brasil é muito importante. O Brasil seguir sendo um protagonista nesse tema é fundamental, porque nós estamos falando da vida no Planeta.

E repito aqui a frase do ex-Presidente dos Estados Unidos Barack Obama: "Nós somos a primeira geração a ter detonado o aquecimento climático, mas nós talvez sejamos a última a poder fazer algo para evitá-lo." Então, para mim esse é um tema seriíssimo. E eu espero que o quanto antes, numa próxima reunião da Comissão de Meio Ambiente, possa haver a deliberação sobre essa matéria.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O.k.

Parabenizo o Senador Jorge Viana pela iniciativa da proposta, do projeto. E nós vamos continuar com a discussão aberta do projeto, por entender que é um projeto que precisa ser debatido aqui nesta Comissão, e alguns colegas Senadores já afirmaram que gostariam de participar desse debate.

Vamos ao item 13 da pauta, atendendo ao pedido do nosso querido Senador Cristovam Buarque.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir óleos e gorduras de uso culinário como produtos do sistema de logística reversa.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.

Observações:

1. Constou da pauta em 6/12, 12/12/2017, 6/3, 17/4, 8/5 e 22/5/2018.

Vamos ao relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu fico satisfeito por estarmos hoje, no Dia do Meio Ambiente, debatendo este projeto, que não é daqueles que têm o impacto de aumentar a temperatura do Planeta, mas é um projeto que visa a evitar pequenos gestos diários que todos nós cometemos e que vão complicando a situação do equilíbrio ecológico do nosso Planeta, de limpeza da nossa cidade.

Nós estamos acostumados a ver a importância do governo para fazer a limpeza; esquecemos a importância da educação para não jogar o lixo na rua. E é tão importante você parar de jogar lixo na rua quanto você cuidar do lixo que foi jogado na rua. Esta palavra bonita, sistema de logística reversa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quer dizer o cuidado dos usuários de certos produtos para não os jogarem nos rios, nos mares, nem em lugares comuns aos outros lixos.

O que o Senador Medeiros pede no art. 1º é que se altere aquela lei, no art. 33, para incluir também óleos e gorduras de uso culinário no rol dos produtos para os quais já é obrigatória essa logística reversa. Nós temos isso, por exemplo, em pilhas; nós temos isso em materiais eletrônicos. São produtos para os quais a Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, já prevê a necessidade de cuidado com a logística reversa para evitar-se jogar o lixo em lugares inconvenientes.

Quanto à constitucionalidade do projeto, quero dizer que ele não tem problema, como não tem problema de juridicidade nem de técnica legislativa.

No mérito, o projeto contribuirá muito para a ampliação da coleta e da reciclagem de óleos e gorduras de uso culinário, que não chegam hoje a 5% do total descartado. Ou seja, 95% não trazem esse cuidado que o sistema da coleta reversa trará.

Quando despejados em pias e ralos, os óleos e as gorduras entopem as instalações sanitárias. São como uma espécie de colesterol nas redes de esgotos das cidades. Quando lançadas no meio ambiente – nas ruas, nos rios –, essas substâncias, em função de sua elevada carga orgânica, provocam a multiplicação de micro-organismos aeróbicos que degradam o material orgânico e consomem o oxigênio dissolvido na água. E essa é uma das causas de a gente ver, de vez em quando, uma quantidade enorme de peixes mortos nos lagos no Brasil, inclusive em áreas urbanas.

Embora existam algumas iniciativas de reciclagem dos óleos e gorduras de uso culinário, muitas lideradas por companhias de saneamento, órgãos ambientais e organizações não governamentais, é preciso mais engajamento, principalmente dos fabricantes, para que a reciclagem dessas substâncias se dê de forma sistemática e organizada.

Por isso, entendemos que o projeto deve ser aprimorado.

A primeira modificação que propomos – e isso foi resultado de muitos debates, discussões, inclusive com a equipe do Senador José Medeiros – é a previsão de elaboração de estudos de impacto ambiental e econômico pelo Poder Público, em parceria com o setor empresarial, para a implantação do acordo setorial, a fim de identificar as melhores relações entre viabilidade de implantação da logística reversa e ganhos ambientais.

A segunda modificação que sugerimos é que a logística reversa seja implementada de forma gradativa nos Municípios, levando em consideração seus aspectos populacionais, econômicos, de saúde pública e saneamento básico.

Propomos também a participação dos prestadores dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário – grandes beneficiários dessa logística; eles serão os grandes beneficiários e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com isso a água ficará mais limpa e o saneamento ficará mais fácil – no desenvolvimento de campanhas educativas para o descarte adequado dos óleos e gorduras de uso culinário, em parceria com o setor empresarial.

Por fim, sugerimos que o estabelecimento de parcerias com o setor privado para viabilização e implementação da logística reversa, bem como a inclusão, nos contratos de concessão de serviços públicos de saneamento, de mecanismos que incentivem a disposição final ambientalmente adequada de óleos e gorduras vegetais e animais configurem alternativas adicionais para que os Municípios alcancem prioridade no acesso aos recursos da União. Ou seja, os Municípios que fizerem esse trabalho terão mais facilidade de acesso a recursos da União.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, votamos pela aprovação do Projeto, com as emendas que estão colocadas aqui, que são duas, das quais peço dispensa de leitura, pela tecnicalidade delas, e porque, certamente, por falta de quórum, vamos deixar para votar esse relatório na próxima reunião.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O.k., Senador Cristovam.

Com a palavra o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – Presidente, por dois motivos... Até conversei com o Senador Medeiros e com o Senador Cristovam. O projeto é meritório e creio que deva, mais à frente, ser aprovado, mas como há um requerimento de tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos, porque ele impacta também na área econômica, eu peço vista. Até porque não há quórum para votá-lo hoje, peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O.k.

Parabenizo o autor do projeto, Senador José Medeiros. Inclusive, direi para ele que sobre esses óleos... Lá no Estado, o Movimento PSD Mulher, do nosso Partido, fez um movimento. Nós compramos esse óleo e já o transformamos em sabão. Nós damos um curso, em algumas comunidades carentes que pedem e reivindicam isso, ali, e já fazemos essa transformação.

Parabéns, Senado José Medeiros. Parabéns ao Senador Cristovam.

Concedemos vista ao Senador Raupp e tratamos do projeto na próxima...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O Senador José Medeiros e o Senador Cristovam pedem vista coletiva, para darmos maior celeridade ao projeto.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 5, de 2018

- Não terminativo -

Requerimento para realização de audiência pública para debater a situação ambiental dos assentamentos rurais no Brasil

Autoria: Senador José Medeiros

Observações:

Audiência Pública para debater a situação ambiental dos assentamentos rurais no Brasil.

Concedo a palavra ao autor para leitura do seu requerimento.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Sr. Presidente, em nome da celeridade, nós estamos com uma situação em Mato Grosso, mais especificamente no Município de Querência, e também se reflete por todo o País.

Veja o senhor que em vários lugares do País, Senador Valdir Raupp, o Incra, em determinado momento, distribuiu os lotes para que as pessoas pudessem ter seu pedaço de terra e as pessoas, obviamente, para ali se mudaram e começaram a trabalhar. A maioria deles recebeu o lote e o desmatou, respeitando somente as APPs e as nascentes. Mas em determinado momento, a lei mudou. E na região lá disseram: "Não, aqui só pode desmatar 20%." Bem, essas pessoas já tinham desmatado.

Acontece que, agora, o órgão ambiental passou por lá e multou esse povo todo. São pessoas de poder aquisitivo muito baixo e que não têm como arcar com essas multas e também não têm como viver na terra apenas com 20% daquilo lá. Então, são dois órgãos do Governo, não dá para entender. Esses órgãos precisam conversar entre si. O Ibama é um órgão do Governo, o Incra é um órgão do Governo. Eles tinham que conversar entre si e resolver essa pendenga entre si, não deixar para pobres coitados, porque essas pessoas não têm como contratar advogados, elas não têm como se defender, essa é a grande verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu propus a gente discutir esse tema aqui e trazer as pessoas do Ibama, trazer pessoas do Incra aqui, trazer todo mundo, porque, Senador Valdir Raupp, não há, no Estado de Mato Grosso, e creio que também em Rondônia... Pode ser que em Santa Catarina e no Espírito Santo não seja assim, mas, no Acre, em Mato Grosso e em Rondônia, a pessoa não vive com 20% só de uma... Com 15 ou 20 hectares de terra, a pessoa não consegue sobreviver. Em Mato Grosso, para a pessoa viver da terra, se ela tiver mil hectares, tem que estar com a família dentro e trabalhando diuturnamente, senão ela não consegue sobreviver – por questão de logística, estrada, essa coisa toda que a gente já sabe.

Então, é uma audiência para a gente ver se resolve essas questões, porque o órgão ambiental está indo lá, Senador Petecão, e dizendo o seguinte: "Tem que fazer um TAC" – Termo de Ajustamento de Conduta. Eu estou falando para eles: "Vocês vão fazer Termo de Ajustamento de Conduta e vão ser presos logo, logo, porque vocês não vão conseguir cumprir esse termo."

Segundo: também acho uma loucura aquele TAC que estão propondo, que é reflorestar tudo lá – plantar baru, gitirana, numa terra que já está pronta para ser... Eu acho um absurdo. Eu acho que a gente tem de discutir esse tema aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Parabéns ao Senador José Medeiros.

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação do requerimento apresentado. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Agradeço e parabenizo o Senador Raupp por ter se sensibilizado e ter dado aqui um quórum extraordinário a esta Comissão.

(*Iniciada às 11 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia dois de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 19/2018, de autoria do Senador Paulo Paim, do Senador Romário e da Senadora Regina Sousa. Finalidade: "Reflexões sobre o dia Mundial de Conscientização do Autismo". Participantes: Klaus Reitz, Pai de autista e autor do abaixo assinado para a ampliação de exames disponíveis para autistas em hospitais públicos; Marcelo da Silva Nunes, Advogado, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB-DF e Assessor Especial do Ministro de Estado de Direitos Humanos; Viviani Amanajás, Psicopedagoga, escritora sobre autismo, especialista em avaliação, mãe de autista; Joanicele Brito, Psicóloga, especialista em autismo no Método Son Rise, coordenadora do Programa Autismo & Família; Gilberto Ferreira Pereira, Pai de Autista e Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do Distrito Federal - AMA-DF; Ana Paula Gulias, Mãe de Autista, Titular da Gerência de Atendimento a Pessoas com Autismo do Governo do Distrito Federal; Josué Ribeiro, Assessor da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos - SNDP/MDH; Fernando Cotta, Pai de autista, professor e presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista e Diretor-Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil – MOAB; e Amanda Paschoal, Estudante da Universidade de Brasília, diagnosticada com Autismo e Conselheira do Movimento Orgulho Autista Brasil - MOAB. O Presidente concede a palavra para o Senhor Vitor Nascimento dos Santos, Autista. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: oficiar o Governador do Distrito Federal no sentido de solicitar a manutenção da infraestrutura da Associação dos Amigos dos Autistas do Distrito Federal – AMA-DF; oficiar o Governador do Estado de São Paulo solicitando informações sobre o corte de verbas para educação de autistas, conforme denúncia do Senhor Carlos Marques pelo e-cidadania; modificar o objeto da SUG nº21/2017, para ampliar seu escopo, a fim de que seja instituída a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; modificar a SUG nº21/2017, para ampliar seu escopo, a fim de que seja possibilitada em todos os estados a criação de Centros regionais de assistência à saúde especializados no diagnóstico precoce e diferenciado, no tratamento e pesquisa do autismo; instituir nacionalmente protocolos de estatística e avaliação precoce para autismo, tais como: neurológico, incluindo diferenciação de epilepsias e encefalopatias autoimunes; genética e metabólica, incluindo exames de alta complexidade como o CGH SNP Array e o sequenciamento do EXOMA; apoiar o fortalecimento das Agências Reguladoras ANS, ANVISA; apoiar a legalização do cultivo caseiro e do uso da *cannabis* medicinal; apresentar emendas à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei Orçamentária Anual, priorizando a vida, a saúde e a educação especial; ampliar o objeto da SUG nº21/2017, para que seja estabelecido alívio fiscal à família com autista – isenção de IR; juntar as notas taquigráficas desta reunião na SUG 21/2017; realizar Audiência Pública no mês de junho sobre "dia mundial do orgulho autista"; apoiar a aprovação do PL 9582/18, que dispõe sobre os percentuais de reserva de vagas para pessoas com deficiência em instituições federais de ensino; que seja respeitada a Lei do Silêncio e que não haja aumento na tolerância dos decibéis. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública de hoje é em parceria com a Câmara dos Deputados.

Na Câmara dos Deputados, neste momento, está havendo uma sessão plenária, uma sessão solene em relação ao Dia Mundial da Conscientização do Autismo. Então, nós vamos começar aqui dando uma série de informes que tratam da questão das pessoas com deficiência, que tratam das discriminações. E a partir do momento em que eles deslocarem para cá, nós formataremos as Mesas, porque já estão aqui dois convidados.

Já está aqui o Marcelo da Silva Nunes, advogado, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB-DF e Assessor Especial do Ministro de Estado de Direitos Humanos. Seja bem-vindo, Marcelo!

E está aqui também o Klaus Reitz, pai de autista e autor do abaixo-assinado para a ampliação de exames disponíveis para autistas em hospitais públicos.

Então, no momento em que nós formatarmos as Mesas, os senhores serão os dois primeiros a usarem a palavra.

Informo, ainda, que esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 19, de nossa autoria e de outros, para reflexões sobre o Dia Mundial da Conscientização do Autismo.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link*: www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número: 0800-612211.

Nós queremos também já informar que serão painelistas no dia de hoje:

Fernando Cotta, pai de autista, professor e Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista e Diretor-Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB);

Klaus Reitz – que eu já citei –, pai de autista e autor do abaixo-assinado para a ampliação de exames disponíveis para autistas em hospitais públicos;

Viviani Amanajás, psicopedagoga, escritora sobre autismo, especialista em avaliação, mãe de autista;

Joanicele Brito, psicóloga, especialista em autismo no Método Son-Rise, Coordenadora do Programa Autismo e Família;

Amanda Paschoal, estudante da Universidade de Brasília, autista e Conselheira do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab);

Ana Paula Gulias, mãe de autista, titular da Gerência de Atendimento a Pessoas com Autismo do Governo do Distrito Federal;

Marcelo da Silva Nunes, advogado, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB-DF e Assessor Especial do Ministro de Estado de Direitos Humanos;

Gilberto Ferreira Pereira, pai de autista e Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do Distrito Federal (AMA-DF);

Josué Ribeiro, Assessor da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos (SNDP/MDH);

E, ainda, o representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de entrar no assunto especificamente da pessoa com deficiência, eu quero me manifestar em relação a algumas atitudes que me deixam muito indignado, com respeito ao preconceito, seja contra a pessoa com deficiência, seja em relação à cor da pele: por ser negro, por ser branco, por ser índio. E é com tristeza que eu tenho um documento que recebi, informando que, pelas redes ditas sociais, pela internet, uma mulher, uma moça – mulher, moça, enfim –, finalista do concurso Miss Rio Grande do Sul, foi alvo de ataques racistas pela internet. É claro, isso foi denunciado, e a polícia está investigando de onde veio, se veio de qualquer Estado do País.

Mas, então, eu vou aqui fazer o registro.

Representante da cidade de Tramandaí – grande Tramandaí, que a escolheu. Quero aqui fazer minha homenagem à cidade de Tramandaí, no Rio Grande do Sul –, Samen dos Santos foi vítima de postagens preconceituosas.

"Muita gente confunde opinião e liberdade de expressão com discurso de ódio" – palavras dela mesma. A representante é de Tramandaí, onde mora, inclusive, um irmão meu, que é negro também.

Então, ficam aqui meus cumprimentos, mais uma vez, a toda a comunidade de Tramandaí, que a escolheu. Como muito recentemente, também, uma menina no Piauí, um caso semelhante, foi escolhida e acabou sendo agredida pela internet.

A representante de Tramandaí no concurso de Miss Rio Grande do Sul, Samen dos Santos, foi vítima de ataques racistas nas redes sociais. Segundo o *site* Dona Dona, a modelo se manifestou por meio do Instagram, repudiando os ataques e comentários preconceituosos, e disse que está tomando as devidas providências.

Um dos *posts* preconceituosos dizia: "Você não nos representa." Diz que a mulher que representa é branca e é linda; não é negra. Olhem a agressão que uma jovem como essa recebeu.

Outro: "Ela também não representa a beleza da mulher brasileira. Ela representa a África." Vejam se há cabimento nisso. É como se alguém estivesse querendo dizer que alguém que é branco defende a Itália, ou defende a Alemanha, ou defende a Polônia. Enfim, a que ponto nós chegamos na política de ódio?

Para quem chegou agora, falo sobre o preconceito, pela cor da pele, que uma menina linda – está aqui a foto dela – recebeu pela internet. Ela foi escolhida para disputar o Miss Rio Grande do Sul e recebeu ofensas de parte dos brasileiros. Não sabemos nem de onde foi. A polícia está investigando.

"Falam que ela é linda só porque é negra e no Brasil (país afrocentrista) é quase uma obrigação achar que os negros são lindos [...]." E aí ofendem. Eu nem vou dizer o que está dito ali.

A jovem de 26 anos destacou ter bloqueado os perfis responsáveis pelos ataques e excluiu os comentários. "Eu consigo me blindar contra tudo que é negativo que envolve o meu nome, simplesmente ignorando. Foram anos ouvindo e lendo os mais diversos absurdos, que acabei me tornando mais forte".

Ela diz que, quanto mais a ofendem, ela fica mais forte. Parabéns. Meus cumprimentos.

Ela escreveu no Instagram.

> Acompanhe na íntegra a resposta de Samen: "Quem me conhece há algum tempo sabe quanto eu sou avessa às polêmicas, mas me sinto na obrigação de esclarecer algumas coisas.
> Alguns de vocês devem saber que eu tenho uma trajetória em concursos e atualmente estou participando do Miss Rio Grande do Sul. Até então tudo bem.
> Nessas disputas, nós, as candidatas, estamos suscetíveis aos mais diversos comentários, e é aí que reside o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Particularmente, eu consigo me blindar contra tudo de negativo que envolve meu nome, simplesmente ignorando. Foram anos ouvindo e lendo os mais diversos absurdos, que acabei me tornando mais forte. [Parabéns, viu?]
> Mas decidi expor essa situação em razão das pessoas que gostam de mim e que se ofenderam muito com algo que foi comentado no meu Instagram.
> Gente, eu não tenho a pretensão que todos gostem de mim ou que torçam para que eu seja a nova Miss Rio Grande do Sul. Eu estou disputando com meninas belíssimas e sei que todas têm seus méritos e também as suas torcidas, sendo natural que cada um tenha a sua candidata preferida. [Assim é a democracia, não é?] O que não pode existir é a perversidade contra qualquer concorrente.[Ela disse que seja branca, seja negra, enfim, todas estão ali disputando. É um momento bonito.]
> Eu tenho notado que muita gente "confunde" opinião e a liberdade de expressão com discurso de ódio, destilando, assim, toda a sua raiva, preconceito, hostilidade e ofensas contra terceiros, mas isso está muito errado. Para essas pessoas, saibam que a atenção que ganharão de mim será somente essa, já que depois de printar eu sempre bloqueio e não dou atenção. Eu só espero que saibam que a utilização de *fake* pode esconder o nome e o rosto, mas não o IP. Digo isso porque as medidas necessárias já estão sendo tomadas.
> Eu peço desculpas pelo textão [achei grande até], mas eu quis esclarecer que a razão de eu bloquear essas pessoas é a intolerância e o preconceito, e não por simplesmente não torcerem por mim.

Nós esperamos que isso, de uma vez por todas... Que o inquérito policial veja quem são aqueles que usam o *fake*... O *fake*, na verdade, é um instrumente covarde, porque ele não é verdadeiro, a pessoa bota qualquer bobagem ali e vai ofendendo as pessoas sem limite.

Para quem chegou, nós estamos aqui falando do caso, no meu Estado, Rio Grande do Sul, de uma menina que foi eleita, na querida cidade de Tramandaí, para disputar o título de Miss Rio Grande do Sul e que passou, por ser negra, a receber ofensas por *fake news*, que são os covardes. Eles se escondem atrás daquele instrumento, tudo anonimamente, e ficam ofendendo alguém por ser branco, alguém por ser negro, alguém por pensar diferente nas mais variadas áreas ou até alguém por ter deficiência, como eu já vi, numa postura, para mim, hedionda.

Como eu falei na abertura, nós estamos esperando que termine a sessão na Câmara dos Deputados – disseram que, até às 10h, eles estarão aqui – para começarmos a formatar as Mesas. Os convidados já estão chegando. Enquanto isso, eu estou dando alguns informes.

Um deles, que pediram que eu lembrasse hoje, é a carta que eu recebi de Berenice Piana de Piana, na qual é relembrada a trajetória da Lei dos Autistas. Aqui me perguntaram a data. É a Lei 12.764, de 2012, seis anos atrás já. Eu tive a alegria de participar da formulação, quando fui procurado por um grupo de pais e mães de autistas, que me disseram que tinham procurado muita gente e lhes pediram para procurar o senhor. Aqui, começamos a escrever a Lei dos Autistas, claro, vindo de fora para dentro, pois quem trouxe foi os familiares. Fizemos inúmeras audiências públicas aqui, até que formatamos a lei.

Em dezembro de 2012, após ascensão da Lei dos Autistas, Lei 12.764, de 2012, conversei com Berenice de Piana, coordenadora do movimento dos autistas, e solicitei a ela que fizesse uma retrospectiva da caminhada dos autistas em favor dos seus direitos. Eu, no plenário do Senado, tomei a liberdade – claro, conversando com os pais dos autistas – de dizer que a lei poderia se chamar, com um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome simbólico, Lei Berenice de Piana de Piana, e muita gente adotou esse nome. E Berenice de Piana me enviou a seguinte carta:

> Ex^mo Senador Paulo Paim,
> Esta é uma carta diferente das demais, das muitas que já lhe escrevi quando o autismo era ainda no Brasil pouco divulgado ou falado.
> Eu me refiro as tantas cartas que lhe enviei e foram para relatar a situação do autista no Brasil, a ausência de políticas públicas para essas pessoas.
> Quis o destino que essa história terminasse com as mesmas pessoas que começou, ou seja, eu e Vossa Excelência, depois de três anos.
> Eu me lembro de cada detalhe, cada palavra sua e faço aqui um breve histórico para que nesse momento tão feliz, quando nosso PL que institui a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista foi aprovado no plenário do Senado Federal, a título de merecida comemoração!
> Era uma tarde de agosto, eu assistia TV Senado na esperança de sentir vontade política em algum senador, em um discurso que me convencesse... Surgiu então na tela Vossa Excelência, Senador Paim, falando de César Passarinho, um cantor nativista [lá do meu Rio Grande], que já partia "a trotezito, no mais" para a querência eterna (palavras suas)...
>
> Eu fiquei comovida com essa homenagem. Percebi mais adiante a fala de "um guri de calças curtas – se referindo naturalmente à minha caminhada – que começou a vida fazendo um curso no Senai, ajudando [antes] na feira [livre] em Porto Alegre... Alguém que não renega suas origens e tem um olhar franco e direto.
> Eu me decidi então a procurá-lo, em mais uma tentativa de convencer um Parlamentar a olhar para a nossa causa, a causa de nossos filhos, o autismo.
> A situação dos autistas sem tratamento me partia o coração, e a cada dia eu conhecia mais casos, em que a dor era extrema, e os casos se agravavam.
> Era preciso fazer algo urgente e por todos [por todos, sim], pelo Brasil inteiro.
> Para minha surpresa, obtive resposta imediata, propondo-me logo uma audiência pública, colocando à minha disposição seus assessores para orientação.
> As palavras que jamais esquecerei foram: Srª Berenice, que posso fazer por vocês? [Eu lembro como se fosse hoje esse momento, não é?]
> Foram as mais lindas palavras que ouvi, pois elas selaram o destino do autista brasileiro.
> No dia 24 de novembro de 2009, acontece então a primeira audiência pública no Senado Federal, [nesta] Comissão de Direitos Humanos.
> Conheci nesse tempo o companheiro Ulisses da Costa Baptista, pai de Rafael, que veio fazer parte dessa luta junto comigo todo o tempo daqui para a frente.
> Esse pai incrível já tinha uma história de luta no Rio de Janeiro, e depois que unimos forças, acabamos por mobilizar todo o Brasil em prol dessa causa maior.
> Aquela audiência histórica veio a ser apenas a primeira de muitas outras por todo o Brasil, em vários Estados e Municípios.
> Saímos com sua promessa de levar adiante um projeto de lei federal, meu sonho, [meu sonho, meu sonho, meu sonho] maior (...).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Imediatamente reunimos companheiros e começamos a escrever a lei, aqui mesmo, em minha casa [casa dela], em Itaboraí, Rio de Janeiro.
> Várias outras reuniões foram feitas, e o projeto foi sendo aperfeiçoado passo a passo, com amplo apoio de seus assessores, [mas com a família de autistas e suas lideranças.]
> Perdi a conta de quantas vezes liguei para o seu gabinete pedindo orientação... Fui sempre tratada com respeito e cordialidade, lisura, paciência e amizade. [Parabéns a toda a equipe.]
> Em março de 2010, partimos para Brasília, para protocolar o PL 168, de 2011. Foi um dia em que me senti útil, cidadã brasileira, exercendo seus direitos e viva, não apenas de passagem por este mundo.
> Recordo nossa esperança, temores e lembro que muitas vezes fiquei "surda" para os que tentavam me desanimar, para os que não acreditavam que chegaríamos aonde estamos.
> Nosso projeto começou [assim] a tramitar, e a primeira votação na CDH se deu exatamente no dia do falecimento do nosso saudoso José Alencar, Vice-Presidente da República.

Eu me lembro. Ele faleceu, e nós precisávamos de quórum aqui. Muitos Senadores tinham ido para lá, e eu sentei aqui dizendo, a gente não sai daqui enquanto não houver quórum. E ficamos aqui. Aí muitos Senadores vieram depois do enterro, e pudemos votar.

> Outra vez, caro Senador, me vêm à memória palavras que ficarão para sempre registradas na história dessa lei.
> Lembro-me de que não havia quórum [o que eu falei antes], pois todos os senadores estavam no funeral do Vice-Presidente [que era meu amigo] e temíamos o adiamento, às vésperas do dia 02 de abril, Dia Mundial da Conscientização do Autismo.
> [Ela fala o que eu disse:] "Eu aqui permanecerei até que o último Senador apareça para votar! [Eu era amigo do José Alencar, mas entendia que o ajudava muito mais ficando aqui do que estando lá. Outros estavam lá.] Estou preparada para passar a noite se preciso for! Daqui não sairei até que todos compareçam para votar pois as famílias das pessoas com autismo merecem esse respeito". Essas foram suas palavras que nos comoveram até as lágrimas... E assim foi feito.
> Foram chegando uma a um os Senadores e a votação aconteceu! Nossa primeira vitória!
> Logo na semana seguinte passou pelo CAS e seguiu para plenário, cobrindo-nos de esperança e fé! Lembro aqui do relatório da Senadora Ana Rita, a quem também agradecemos.
> Seguiu então para a Câmara de Deputados onde precisamos de um esforço redobrado através de *e-mails*, mobilização, telefonemas, viagens...
> E fomos vencendo etapa por etapa, Comissão por Comissão até chegar às mãos da Deputada Mara Gabrilli onde sofreu pequena alteração, de acordo com o grupo.
> Nesse momento o nosso movimento já ganhava o Brasil e se agigantava através do Facebook, palestras, conferências, caminhadas, entrevistas e audiências públicas. [Realmente, eu a vi, por diversas vezes, em inúmeras redes de televisão, falando do projeto.]
> Fernando Cotta do Movimento Orgulho Autista em Brasília se aliou a todos nós e começou a zelar pelo projeto, indo a lugares que muitas vezes eu e Ulisses não podíamos estar.
> Percorreu gabinetes, argumentou a importância em não mais retardar a votação, em não mais alterar, em atender com rapidez a essas famílias tão carentes de tratamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse companheiro permaneceu junto com garra e determinação até o final, jamais desanimando.
Aprovado na Câmara em todas as Comissões, com amplo apoio e mobilização do Deputado Hugo Leal e da Deputada Mara Gabrilli e Rosinha da Adefal, nosso PL 1631/11 voltava agora aos braços de origem, o Senado Federal, o CDH, onde tudo começou.
Sentimo-nos à vontade, pois essa casa para nós não era mais estranha e imediatamente o Senador Lindbergh Farias [por ter um filho também deficiente] assumiu a relatoria do PL, dando parecer favorável e abraçando conosco uma causa justa e bela. Aprovamos no CAS por unanimidade a emenda e seguiu para o CDH.
O Senador Wellington Dias [hoje Governador do Piauí, que também tem um filho deficiente; foi o entendimento que eu tive com o Presidente da época] pega a relatoria e diante de nossos corações ansiosos aprovam os senadores mais uma vez a emenda.
Segue para o plenário, em suas mãos abençoadas caro Senador Paim, onde nasceu junto conosco esse projeto que vem beneficiar DOIS MILHÕES DE FAMÍLIAS, DOIS MILHÕES DE CORAÇÕES!!!
Alguns podem ver apenas o projeto e seus percalços nessa história, na história de uma lei [a história bonita de uma lei].
Eu, porém, posso ver muito além. Eu e o companheiro Ulisses, o Fernando Cotta, e tantos outros, estamos vendo O BRASIL CONHECER O AUTISMO e nunca se falou tanto de autismo no Brasil antes daquela inesquecível audiência pública que originou o PL 168.
Sua atitude, Senador, inspirou outras atitudes. Itaboraí, no Rio de Janeiro, foi a primeira cidade brasileira a ter uma lei específica para o autista, a Lei Berenice Piana, homenagem que recebi lá naquela Câmara de Vereadores. Inspirada na primeira audiência pública, do dia 24/11/2009, na CDH, com a sua presença, onde V. Exª já citava o nome da Lei. Volta Redonda sancionou logo a seguir; Ponto Grossa, no Paraná, foi a terceira cidade; Rio Bonito, no Rio de Janeiro, a quarta; a quinta, Friburgo, Santa Catarina. Como se vê, os frutos não pararam de nascer.
É com grande respeito que lhe presto, hoje, uma homenagem sincera em nome de dois milhões de brasileiros que não cansam de festejar essa vitória. Quando um homem justo e bom decide fazer algo por seu semelhante, acredita nisso e conduz seu intento com honestidade e firmeza, garra e determinação, esse homem vence, levando assim a vencer todos os que o seguem. Esse homem, Senador, é V. Exª, a quem tenho o orgulho de chamar de amigo, amigo Paim, depois de tanto tempo em contato, lutando por um ideal.
Dediquei grande parte de minha vida aos autistas brasileiros e dedicarei todo o resto dela, enquanto Deus me der saúde.
Quero completar apenas com uma frase, caro Senador: "Que sirvam vossas façanhas de exemplo a toda a Terra". [Ela tirou do hino do Rio Grande do Sul, gostei, gostei de ver. Adoro o Rio Grande.]
Esta é a história de uma lei.
Abraços fraternos,
Berenice de Piana, mãe de Dayan, 18 anos, autista.

Uma salva de palmas a Berenice, a todas as famílias de autistas e a todos os militantes. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Acho que nós já estamos aí com a presença da primeira Mesa. Podemos iniciar já o nosso debate, sem prejuízo dos outros que virão da Câmara para cá.

Eu botaria na primeira Mesa os que chegaram.

Vamos lá. Primeira Mesa:

Marcelo da Silva Nunes, advogado e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB-DF e Assessor Especial do Ministro de Estado de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo!

Em seguida, convido Klaus Reitz, pai de autista e autor do abaixo-assinado para a ampliação de exames disponíveis para autistas em hospitais públicos.

Seja bem-vindo também! (*Palmas.*)

Joanicele Brito, psicóloga especialista em autismo no Método Son-Rise, coordenadora do Programa Autismo e Família. Seja bem-vinda também. (*Palmas.*)

Viviani Amanajás, psicopedagoga, escritora sobre autismo, especialista em avaliação, mãe de autista. Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Ainda nessa primeira Mesa, convido Gilberto Ferreira Pereira, pai de autista e Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do Distrito Federal (AMA-DF). (*Palmas.*)

Informo a todos que, depois, teremos a segunda Mesa. Já citei o nome de todos os que estarão na segunda Mesa. Queria também informar a todos, por iniciativa da Presidência desta Comissão, eu sou o Vice, eu e a Senadora Regina Sousa, o Congresso está iluminado de azul. Vai ficar durante oito dias iluminado de azul, como uma simbologia de homenagem a todos os familiares de autistas.

Como eu já fiz uma longa introdução, aproveitando que vocês estavam vindo para cá, todos, e recapitulei a carta que recebi da Berenice Piana di Piana, nós vamos de imediato ao tema. Vocês é que são – a gente diz, quando está em comício – os donos da noite. Aqui vocês são os donos do dia e da noite, pela sua história bonita, tanto de vocês quanto dos familiares.

Então, começamos. Dez minutos, com mais cinco, se assim entenderem, quinze minutos tranquilo para cada um.

Convidamos o advogado Marcelo da Silva Nunes, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB-DF e assessor especial do Ministro de Estado de Direitos Humanos.

O SR. MARCELO DA SILVA NUNES – Bom dia a todos, senhoras, senhores, Presidente.

Hoje a grande preocupação da Ordem dos Advogados do Brasil é principalmente com o cumprimento da legislação existente para a pessoa com deficiência. O que nós estamos enxergando é que a legislação brasileira hoje é muito vasta, acho que uma das melhores do mundo. O que nos falta hoje, Senador, é o cumprimento. Na simples verificação da lei que foi aprovada para a pessoa com autismo, nós vemos que hoje o Estado brasileiro não está preparado com a educação. Uma grande preocupação que nós temos é: a educação da pessoa com deficiência num todo. Não adianta eu dar vários benefícios e não me preocupar simplesmente com uma coisa primordial, que é a educação da pessoa com deficiência. O autismo precisa de um tratamento melhor, e o Estado tem obrigação de cumprir e não o faz hoje. Nós temos uma Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência. A partir do momento em que o Brasil assinou essa convenção, automaticamente passou a ser emenda constitucional, e o Estado hoje não cumpre. Eu dei uma pequena lida na lei e a gente verifica que não se cumpre.

Eu, particularmente, tive pólio com um ano e dois meses de idade. Então, eu não me preocupava com outras deficiências. Hoje eu tenho dois sobrinhos que eu quase perdi. Ou seja, eu preciso passar a me preocupar, a população precisa passar a se preocupar com o todo da pessoa com deficiência. E nós, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos mais condições, precisamos lutar por todos, e não só cada um pela sua parcela de deficiência. Esse é o grande interesse da OAB hoje, e principalmente do Ministro dos Direitos Humanos. Ele tem uma grande preocupação com o esquecimento que acontece para com a educação, para com o cumprimento da educação para a pessoa com deficiência. Então, esse é o grande debate que nós temos que ter hoje: o que nós precisamos fazer para que a pessoa com deficiência no todo, e principalmente esses que têm uma necessidade maior de atendimento sejam atendidos, e que têm que cobrar isso.

Certo? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento Marcelo da Silva Nunes, que deu seu recado direto, dizendo que a lei é boa, mas é preciso que o Estado execute. Tem que acontecer, não é? Então, parabéns ao Marcelo, que mostrou que conhece a importância dessa caminhada, não só dos autistas, mas também de todas as pessoas com deficiência.

De imediato, passamos a palavra ao Sr. Klaus Reitz, pai de autista e autor do importante abaixo-assinado para a ampliação de exames disponíveis para autistas em hospitais públicos.

A palavra é sua.

O SR. KLAUS REITZ – Licença, Senador Paulo Paim, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, eu sou o Klaus, pai de dois meninos autistas, o Erick e o Edgar. O Erick tem Anemia Aplástica e tem Síndrome de Landau-Kleffner e tem autismo e o Edgar tem Síndrome de Landau-Kleffner e autismo.

Eu trago aqui também contribuições de um grupo que eu tenho no Facebook, que se chama Espaço Autismo – Genética, Suplementação, Tratamentos e Terapias. É um grupo que tem mais de três mil participantes hoje em dia, numa faixa etária entre 35 e 44 anos, a maioria dos participantes de Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília e participantes de 32 países.

A gente é reconhecida como entidade parceira no rarediseases.org, que promove o Dia de Conscientização das Doenças Raras. Eles divulgam o Espaço Autismo. Esse é o endereço para quem quiser. São todos muito bem-vindos.

O que a gente vê hoje é que a gente está vivendo uma revolução da genética na Medicina. Hoje, já se acredita que a etiologia do autismo está 80% a 90% relacionado a fatores genéticos. O autismo está se mostrando um espectro de doenças raras. A gente vê os pais, no grupo, investindo em diagnóstico, investindo em exames e descobrindo doenças genéticas nos filhos e muitos estão descobrindo, como eu, o meu filho tem Síndrome de Landau-Kleffner. Ela é relacionada ali, no orpha.net, como uma doença rara.

O autismo, então, está sendo impactado por essa revolução genética. Os testes de detecção de autismo estão, o preço, o custo está caindo abruptamente. Uma empresa que investe em exames genéticos para autismo recentemente divulgou uma queda de 40% no valor dos exames, só que, quando a gente descobre que têm doenças raras na família, a gente se depara com uma realidade dos portadores de doenças raras. A Margareth, por exemplo, tinha uma doença rara, ela faleceu por falta de medicamentos, por morosidade do Ministério da Saúde. Eu participei aqui do chamamento aos mortos, que foi um movimento que lembrou vários mortos de doenças raras, pessoas que faleceram por falta de medicamentos – essa foto foi divulgada pelo Senador Romário. Ela fundou o #MinhaVidaNãoTemPreço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E me permita que eu diga, o Romário é um militante muito atuante. Ele foi, inclusive, o Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Em matéria de pessoas com deficiência, nós temos uma parceria muito grande. E eu queria dar uma salva de palmas para o Romário. (*Palmas.*)

Além de ter um filho autista, de quem ele tem muito orgulho, quando fala do filho, ele tem sido um parceirão nosso nesse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KLAUS REITZ – A gente percebe que há uma inversão de valores e de prioridades. Não era para as pessoas estarem morrendo sem medicamento e por terem doenças raras serem negligenciadas dessa forma.

A realidade das famílias com autismo é essa aqui. A família fica completamente perdida, com diversas intervenções sendo oferecidas no mercado. Isso drena os recursos financeiros das famílias e as famílias hoje estão bastante desassistidas.

A gente acredita que, para mudar essa realidade, a gente precisa investir em diagnóstico precoce e bem diferenciado, o que implica uma avaliação neurológica que deve incluir epilepsias, encefalopatias autoimunes. O meu filho não teve o privilégio de ter essa avaliação completa. Ele teve um diagnóstico tardio de epilepsia por falta de um exame em Brasília. A gente acredita também que tenha que ter uma avaliação genética e metabólica que inclua exames complexos, como o sequenciamento do Exoma e o CGH e SNP-Array.

O autismo se demonstra uma questão complexa que pode envolver inúmeras outras avaliações. Quando as famílias procuram o Sistema Único de Saúde, a gente percebe que não existem centros especializados no diagnóstico, tratamento e pesquisa. Os pais acabam tendo que peregrinar no País: São Paulo, Curitiba, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Florianópolis; enfim, as opções terapêuticas são extremamente limitadas.

A gente vê que, como já existe um avanço no esclarecimento sobre a etiologia genética do autismo, também não se fala em prevenção do autismo pelo aconselhamento genético dos pais. Enfim, isso tudo causa muito desespero nas famílias. A gente vê casos de crianças que são colocadas em cativeiro em casa, pais que acabam matando crianças, enfim, por desespero, não porque têm como princípio fazer esse tipo de coisa, mas o autismo leva a um desespero que é preocupante. A gente deve discutir muito essa questão.

Quando a gente procura, saindo do SUS para os planos de saúde, percebe que os planos de saúde não cumprem a lei, parece que não cumprem a lei. Existe uma regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar que nos parece que não tem fundamentação legal, por exemplo, exige que um exame genético seja solicitado por um médico geneticista. Isso não está em lei alguma. Eu desconheço. Se estiver, por favor, avisem-me.

Enfim, a gente percebe que a fiscalização da ANS não coíbe os abusos, o rol de procedimentos mínimos é insatisfatório, a unificação de termos é confusa para os beneficiários, ninguém sabe quais são os códigos dos exames e a gente se depara com essa realidade em que – para se fazer um hemograma, a gente não tem que ir a um hematologista para ele pedir um hemograma, qualquer médico pede um hemograma –; para fazer um exame genético, a gente é obrigado a consultar com um geneticista, que muitas cidades não têm, para conseguir um exame genético para esclarecer a etiologia do autismo do filho. Isso tudo, esse problema todo leva à judicialização muito grande e aí a gente tem como respostas à sociedade o que aparece aqui – foi um eslaide que eu recebi de uma apresentação – em que se coloca as três coisas que o autista não pode ficar sem: advogado, mãe barraqueira e terapias. Quer dizer, é uma inversão completa. A criança precisa de terapias. Todo o esforço, gasto com advogados, o desgaste dos pais devem ser direcionados para a criança, não para resolver esse problema que a gente enxerga aqui, do outro lado.

Outra questão é a *Cannabis* medicinal. A gente não entende porque um óleo que é tratamento, que é saúde para os filhos, ainda é tratado como uma droga. Meus filhos usam esse óleo da Abrace – cederam-me essas imagens –, mas a realidade é que os pais acabam, quem precisa do óleo de *Cannabis* acaba sendo marginalizado hoje. Você tem que lidar com fornecedores clandestinos, passar por situações que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não são agradáveis, enfim. Então, há toda essa questão na *Cannabis* que também causa muita apreensão nas famílias.

Esse é o meu filho Edgar. Ele já fez um Exoma, e esse Exoma já foi revisado. Ele já fez seis vídeos eletros noturnos de 12 horas – isso em um ano, dá mais ou menos um a cada dois meses. Fez pulsoterapia, sete meses de imunoglobulina intravenosa, já usou Trileptal, Keppra, Ospolot – ele está usando Ospolot, um medicamento importado da Alemanha com um custo altíssimo; ele já usou *Cannabis* rica em CBD, óleo de *Cannabis,* está usando atualmente rico em THC-A e já realizou uma punção de liquor. É uma criança que já demandou todas essas ações aqui da família.

O caso dele é interessante porque o meu filho mais velho tem Anemia Aplástica e, aqui, o Hospital da Criança de Brasília encaminha os pacientes para Curitiba porque aqui não fazem transplante de medula óssea pediátrico. E eu passei a ir a Curitiba de três em três meses e resolvi levar o meu outro filho – que é esse aqui – para ser avaliado no serviço de neuropediatria lá em Curitiba, no Hospital Pequeno Príncipe. E lá eles fizeram um exame que se chama Vídeo Eletroencefalograma noturno de 12 horas e descobriram que o meu filho tinha epilepsia. Por que isso não foi feito aqui em Brasília? Por quê? Depois de diagnosticar e iniciar o tratamento eu voltei de Curitiba com um pedido de exame debaixo do braço e descobri que aqui em Brasília não tinha um único local que fizesse um Vídeo Eletroencefalograma noturno de 12 horas nem na rede pública nem na privada. É um absurdo. Eu descobri porque o meu filho não teve um diagnóstico precoce: porque aqui realmente não tinha o exame.

Esse é meu outro filho, ele tem Anemia Aplástica, ele usou corticoides e teve a questão do aumento do peso e ainda não voltou. São duas crianças usando Ospolot, um medicamento importado e óleo de *Cannabis.* O tratamento com óleo de *Cannabis* importado pode chegar a mais de R$2 mil por criança.

Esses aqui são os dados do hemograma do meu filho que eu coloquei aqui para mostrar que o óleo de *Cannabis* e o Transfer Factors não fazem mal à Anemia Aplástica. Muito pelo contrário, ajudaram ele a recuperar as séries sanguíneas dele. Ele hoje está ótimo, está desmamando a Ciclosporina.

E foi diante daquela realidade na qual eu me encontrei, sem condições de fazer o exame aqui em Brasília, que eu criei esse abaixo-assinado no Change para que a gente consiga reverter isso. Hoje esse abaixo-assinado está com mais de 1.300 apoiadores. Eu entendo que a falta desse exame aqui em Brasília impediu os meus filhos de terem um diagnóstico precoce bem diferenciado e essa é uma realidade que a gente não quer para outras crianças.

Eu queria falar um pouquinho desse exame. Meu filho ali está figurando naquela imagem e o exame já está rodando. Eles montam os eletrodos e a criança fica à vontade para fazer o exame, ela não precisa cooperar, porque o autista não coopera, ele não fica 40 minutos parado. Dependendo do autista, não fica. Nesse exame a criança pode ficar à vontade, ela fica sentada na maca até a hora de dormir, ela dorme, ela acorda, toma café, sendo monitorada por 12 horas. É um exame que serve para avaliar diversas epilepsias. Há epilepsias induzidas pelo sono, epilepsias que acontecem logo imediatamente após o despertar. Enfim, é um exame bem completo para diferenciação de epilepsias.

Aquele ali é o endereço, quem quiser apoiar o abaixo-assinado esse é o endereço reduzido.

Esse foi o *e-mail* no qual encaminhei a petição para o Hospital da Criança, e ainda não recebi resposta. Solicitei um agendamento de audiência para materializar a entrega, mas eu ainda não recebi resposta do Hospital da Criança para a gente fazer essa audiência.

Os sentimentos que predominam são a angústia, preocupação, apreensão, medo, desespero, abandono, marginalização, insegurança e incapacidade. A gente tem de dar um jeito de reduzir esse desbalanço todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente traz, como propostas, que se pense em um protocolo de avaliação neurológica para autismo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. KLAUS REITZ – Posso continuar, terminar, Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. KLAUS REITZ – ... um protocolo de avaliação neurológica para autismo, incluindo diferenciação de epilepsia e encefalopatias autoimunes, que implica outros exames além dos que eles costumam fazer hoje em dia; um protocolo de avaliação genética e metabólica para autismo, incluindo exames de alta complexidade, como CGH SNP Array e o sequenciamento do exoma; a criação de centros regionais de assistência à saúde especializados no diagnóstico precoce bem diferenciado no tratamento e em pesquisas do autismo, como a USP agora acabou de inaugurar um centro – e isso tem que ter no País todo, para todos os autistas, todas as famílias; fortalecimento das agências reguladoras, principalmente a ANS – a gente vê que a fiscalização ainda está aquém, e a legislação também acho que precisa ser melhorada; legalização do cultivo caseiro e do uso de *cannabis* medicinal, porque há muita gente que não tem condições de comprar óleo, nem importado nem mesmo da Abrace. É uma planta a *cannabis*, e a gente se depara com essa impossibilidade de fazer o cultivo caseiro e a produção de um óleo que poderia estar ajudando outras crianças, pois ajuda não só na epilepsia, mas a modelagem comportamental também. Ainda: a priorização da vida, da saúde e da educação especial no orçamento público – é uma necessidade urgente; alívio fiscal à família com autista – uma ideia seria a isenção de Imposto de Renda, porque o autismo drena muitos recursos da família. Isso é o que eu vejo no meio, no grupo que eu frequento, que seriam medidas importantes.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Nossos cumprimentos ao Sr. Klaus Reitz, pai de autista, que colocou aqui os exemplos da caminhada dele com aqueles filhos bonitões ali, com a coragem, com a resistência e a busca pelo atendimento devido. Parabéns. Parabéns mesmo!

E, sobre as suas propostas que foram colocadas ali, eu peço que a assessoria da Mesa, especialmente em relação a algumas delas, a gente pense já, como fruto desta audiência, em transformar em projeto. É bom pegar suas propostas concretas.

Tenho uma notícia que eu acho que vem também atender a todos, que eu vou dar aqui agora: nós vamos votar agora, nessa quarta-feira, depois de amanhã, uma iniciativa que é da família dos autistas e que veio para esta Comissão. A autoria é do Programa e-Cidadania: criar centro de atendimento integral para autistas nos Estados brasileiros, via SUS em parcerias, claro. A relatoria é da Presidente desta Comissão, Senador Regina Sousa, que já deu parecer favorável, nos termos do PLS que apresenta, para conferência e informação, não será incluído na publicação definitiva. O relatório é favorável à sugestão na forma de projeto de lei do Senado que apresenta.

Então, nós votaremos já... Acho que é uma das propostas suas ali, nessa linha, que vai na mesma linha pelo menos.

Eu queria dar uma salva de palmas às famílias, porque foram elas que encaminharam essa proposta para cá pelo Programa e-Cidadania. (*Palmas.*)

E à Regina Sousa, a nossa presidenta, uma salva de palmas para ela também. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela, que é a Relatora do projeto, já deu o parecer e já nos informou aqui, pela sua assessoria, que nós vamos aprovar na quarta." O.k? Quarta-feira vamos aprovar esse projeto.

Parabéns, Dr. Klaus, pela coragem, persistência e firmeza.

Agora vamos para Joanicele Brito, psicóloga especialista em autismo no Método Son-Rise.

É isso mesmo?

A SRª JOANICELE BRITO – Sim; Método Son-Rise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Son-Rise.

A SRª JOANICELE BRITO – Sou eu!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, do lado de lá. (*Risos.*)

Eu olhei para lá, mas como ela fez assim eu achei que ela quis...

Vamos lá, doutora, é com você, que é coordenadora do Programa Autismo & Família.

A SRª JOANICELE BRITO – Isso. Eu queria agradecer, Senador, mais uma vez a oportunidade de estarmos aqui, porque, assim, é como o Klaus falou, é uma luta diária dessas famílias. Eu sou psicóloga, eu não tenho... Desde que eu me formei, eu trabalho com autismo, então, assim, eu acompanho famílias o tempo todo, eu vejo o desespero. Como o Klaus falou, nem sempre temos só o autismo acontecendo.

Então, o desespero das famílias, a falta de apoio, entendeu, em geral, é uma coisa, assim, assustadora, e estamos a cada dia com diagnósticos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª JOANICELE BRITO – ... precoces mais comuns. Hoje temos um para 68. Na última estatística, foi um para 68, ou seja, a cada 68 nascidos, um vai estar dentro do espectro. E aí o que temos que pensar? Temos que pensar que é uma família que está sendo totalmente modificada, entendeu?

Então, uma coisa que eu tenho visto nesses 11 anos de trabalho é o quê? É que as famílias recebem o diagnóstico assim... Olha, depois de rodar, como o Klaus falou, rodar o mundo para descobrir. Aí você tem um diagnóstico onde é dito assim: "Olha, o seu filho está dentro do espectro autista e você tem que fazer isso, isso, isso, isso." Um milhão de terapias, um milhão de coisas, e você tem que correr atrás, e temos visto que não existe apoio, entendeu? Não temos apoio, não temos, como ele falou – estamos em Brasília, a Capital do País –, um hospital que fale. Olhe, temos o Hospital da Criança, que já ajuda muito, mas não temos... Como ele falou, a maioria dos meus pacientes acabam por ir para Curitiba, o Pequeno Príncipe, porque é lá que eles conseguem fazer todo esse estudo genético, porque o autismo envolve genética, mas fatores ambientais, entendeu?

Então, temos que buscar o tempo inteiro essa ajuda, essa aceitação. Hoje é um dia muito importante, porque vemos aí, gente, estamos em 2018. Essa semana eu estava vendo relatos de mães, de uma mãe falando que sofreu preconceito em um banco, de uma outra pessoa dizendo que era para ela manter o filho dela trancado em casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me. Esse preconceito é que me deixa indignado.

A SRª JOANICELE BRITO – Nossa! Você imagina a nós, que conhecemos, que vemos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos os tipos de preconceito têm que ser condenado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª JOANICELE BRITO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem que ter políticas humanitárias. Só para complementar a sua fala... (*Palmas.*)

... por trazer esse fato aqui, que alguns escondem isso.

A SRª JOANICELE BRITO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem que falar, com a senhora está falando, tem que condenar

A SRª JOANICELE BRITO – Sim, e é muito triste. É muito triste porque você que por trás do autismo existe uma criança, existe uma família, entendeu? E uma família em que está vindo tudo bem, e aí, de repente, recebe um diagnóstico, e o mundo cai, porque tem que virar tudo de cabeça para baixo. Você faz uns 180º, entendeu? Você dá uma virada de 180º, e essa família tem que buscar, correr atrás de terapias, e é como eu te falei, simplesmente jogam: "São essas terapias que o seu filho vai fazer".

Eu recebo muitas famílias que receberam recentemente o diagnóstico e que a gente as vê falando assim: "O que eu faço?" Porque o médico falou: "Leva para o a fono, leva para a fisio", e eu falo assim: "Espera aí: há uma criança por trás, há vocês por trás, família, há um irmão nessa história". E o que a gente precisa? A gente precisa de equilíbrio. Por que o autismo e família surgiu? Ele surgiu dessa necessidade, dessa visão de: "Gente, e a família, e o irmão?"

O autismo envolve atraso na comunicação, na interação social, comportamentos. A gente tem que trabalhar tudo isso. E se eu estou num ambiente equilibrado, eu consigo trabalhar isso muito melhor, eu consigo que essa criança consiga vencer os desafios, porque são desafios, eu sempre falo que são desafios que ela vai ter na vida dela. A família é o principal ambiente de equilíbrio. E, muitas vezes, eu vejo pais e mães que abrem mão da vida para cuidar dos seus filhos. E aí a gente tem o quê? Um desgaste emocional enorme.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você vai me desculpar, não querendo atrapalhar, mas eu queria, de novo, aqui dizer que nós estamos ao vivo para todo o Brasil; então, que a gente desse uma grande salva de palmas para os pais e mães de autistas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei que eles são lutadores, corajosos lutadores, e merecem todo o nosso carinho. Também os autistas.

A SRª JOANICELE BRITO – Sim, é o que eu sempre falo também. Outro dia, é outra coisa que eu estava vendo, conversando com uma mãe, e ela disse: "Eu odeio o autismo", eu falei: "Sim, eu também odeio o autismo, mas eu adoro as crianças, porque elas me ensinam muito, eu adoro as pessoas com autismo porque é fantástico". Eu me emociono. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso mesmo! Temos de estar todos juntos, caminhando juntos.

A SRª JOANICELE BRITO – Sim. E você imagina que já é muito difícil para uma família, imagina quando não tem apoio de ninguém. E esse é o mundo real. Desculpa a emoção, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É isso mesmo. Fique bem à vontade.

A SRª JOANICELE BRITO – Eu recebo o tempo inteiro pessoas assim.

Então, essas pessoas precisam desse apoio emocional, porque eu vejo muito... E, assim, foi uma coisa que me mexeu muito foi ver famílias que se amam, casais que se amam, que você vê que foram feitos um para o outro e se separaram. E se separam por quê? Por causa do buraco que o autismo trouxe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por quê? Porque – na maioria das vezes – a mãe, normalmente, fica por conta da criança, e tem de levar a criança à terapia, tem de levar a criança aqui, acolá, e faz exame, e faz isso e aquilo, e o pai fica trabalhando feito um louco, porque, como o Klaus falou, é muito, muito caro manter uma pessoa com autismo. Por quê? Porque uma terapia é R$300, R$400, um exame é R$2 mil. E aí? E para uma família de classe média, como faz? Aí vai e tenta levar... O Hospital da Criança está com um... Eu tenho paciente que está com lista de espera de três anos. Cara, perder três anos da vida dessa pessoa esperando ajuda?!

Então, a gente tem que lutar realmente por lugares que possam receber essas pessoas. E quando eu falo isso é dando oportunidade para esses pais, porque, como você falou, eu trabalho com o método Son-Rise, a gente trabalha na casa da criança, os pais podem trabalhar com as crianças. Então, a gente precisa, realmente, dar qualidade de vida para essas famílias, porque a gente dando qualidade de vida para essas famílias, a gente consegue dar qualidade de vida para esse autista.

Eu sempre digo que a gente está falando em pai e mãe, mas temos os irmãos. Normalmente, os irmãos são deixados, de forma inconsciente, de lado. Por quê? Porque enquanto eu estou correndo atrás das terapias, aquele ali está se virando sozinho. Aí, lá na frente, a gente tem irmãos com problemas e precisam ir para psicólogo também, porque até eles se acham na responsabilidade... Eu tenho criança de seis, sete anos com irmão de cinco que têm uma responsabilidade... Eu digo: Gente, espere aí. É só uma criança. Vocês dois têm que brincar.

Então, o Autismo em Família surgiu por conta disso, por conta dessa preocupação. Eu me sentei com o Fernando Cotta para conversar e eu disse: Fê, estou preocupada, as famílias estão se separando, as famílias estão se diluindo por conta dessa questão. Um pai chega cansado, a mãe já está cansada e, quando eles vão conversar, não funciona.

A questão do luto é algo muito sério, porque você viu seu filho nascer lindo, perfeito. Não tinha nada anteriormente, não deu nada em exame anterior. De repente, o seu filho começa a não te olhar, você percebe que ele não te olha. Você chama e ele não te responde. Daqui a pouco você o leva para o parquinho e ele não brinca com as outras crianças ou ele brinca sozinho e de forma diferente. Ele não começa a falar.

E aí? Bate um desespero.

Então, a gente precisa de locais que deem apoio integral, tanto para a família como para o casal, para a pessoa com altismo, para os familiares. E por quê? Eu ainda tenho essa... Outra coisa que ainda me chateia é que a família nuclear, pai, mãe e irmãos, está lá na briga e muitas vezes os agregados, os outros familiares não entendem essa luta.

É o que eu falo para todo mundo: São crianças fantásticas. Eu falo todo dia, eu não quero mudar o jeito dele de ser, eu quero ajudá-lo a vencer os desafios.

Então, a gente tem que ter consciência disso. A essência dele eu não vou mudar nunca. É como eu já ouvi muitos falando: "Ah, não. Eu tenho que mudar, porque eu tenho que torná-lo típico, normal".

Por quê? Não, são as peculiaridades dele, é o jeitinho dele. Eu não tenho que mudar, eu só tenho que ajudá-lo a ficar bem aqui, e a família também. Então, hoje aqui o que eu venho falar é: Gente, em vez de olhar e julgar uma criança, como eu já presenciei em um supermercado, que se joga no chão...

Eu, como tenho experiência, bato o olho e consigo perceber, a gente sabe o que é uma birra de criança e o que é um desgaste sensorial de um autista. O sistema sensorial deles é totalmente diferente do nosso, é totalmente desequilibrado. Então, eles escutam muito mais, eles veem muito mais. Os estímulos para eles vêm com muito mais força. Precisamos estar atentos a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A criança num supermercado, como eu estava falando, começou a dar "pane" – eu brinco assim –, porque ele começou a ficar desorganizado. Logo você começa a ouvir as pessoas dizerem: "Nossa, essa mãe não dá educação para esse menino!"

A gente precisa parar com esse julgamento. Precisar pensar: Será que eu posso ajudá-la? Será que ela não está precisando apenas de uma palavra amiga...

(*Soa a campainha.*)

A SRª JOANICELE BRITO – Então, precisamos estar atentos a tudo isso.

Então, conscientização é o que eu peço, além de respeito, amor e acreditar sempre, porque eles dão um *show*... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – A palavra é sua.

A SRª JOANICELE BRITO – Eu só queria agradecer, mais uma vez, e falar que, qualquer coisa, a Moab está aí. Ali está o meu telefone, meu WhatsApp, meu Face. Podem me procurar, que eu estou junto da Moab, como Psicóloga Coordenadora do Autismo & Família, e a Moab tem vários projetos. Então, entre em contato com a gente. Se alguém precisar... Eu percebo que há muita gente que recebe o diagnóstico e fica assim: "O que eu faço?", nos grupos de WhatsApp. Mandem uma mensagem para a gente, porque a gente vai ajudar naquilo que a gente puder, podem ter certeza.

Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem mesmo!

Essa foi a Psicóloga Joanicele Brito, Especialista em autismo no Método Son Rise, Coordenadora do Programa Autismo & Família. Ela deu aqui uma palestra que emocionou a todos nós, com certeza absoluta, mostrou conhecimento e, ao mesmo tempo, sentimento. Usou as palavras "amor", "solidariedade", "carinho", "integração" com toda a família. Quando temos um filho ou uma filha especial – eu sei porque eu sou de uma família de dez irmãos, e nós também temos –, de fato, damos um carinho especial para aquele filho, para aquela pessoa que não vai poder falar agora. E às vezes, os outros, ficam esperando o mesmo carinho, apesar de quererem dar carinho para o irmão, para a irmã e tal. Mas, na verdade, todos precisam de um tratamento. Por isso são importantes as propostas que o senhor também deixou aqui de concreto, do tipo, Imposto de Renda, para que a gente possa fazer com que eles não paguem – o senhor deixou ali prescrito, não é? Eu vi. Vamos trabalhar juntos, mas vamos sair daqui com algumas iniciativas positivas como esta do Centro de Atendimento Integral para o Autista, que vamos votar nessa quarta.

Agora, a Psicopedagoga Viviani Amanajás, escritora sobre autismo, especialista em avaliação e mãe de autista.

A SRª VIVIANI AMANAJÁS – Muito obrigada! Senador, é um prazer estarmos aqui com o senhor. O senhor é um parceiro muito grande.

(*Interrupção do som.*)

A SRª VIVIANI AMANAJÁS – ... ele existe desde 2005, e nós estamos nessa luta.

O Moab é formado tanto por pai, por profissionais, mas principalmente por autistas. Os autistas fazem parte do Moab e eles estão lutando com a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, em homenagem ao Dia do Autismo, o Moab lançou um vídeo que eu queria passar aqui para vocês, para fazer o lançamento oficial aqui na comissão.

Então, vamos passá-lo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns pelo vídeo! (*Palmas.*)

Juntem-se a nós nessa luta.

A SRª VIVIANI AMANAJÁS – Nós fizemos questão de fazer essa filmagem com os autistas. Como a Jô colocou, temos um espectro muito grande. Então, colocamos tanto autistas que podem falar por eles mesmos, quanto aqueles outros que não conseguem ter voz, e os seus responsáveis estavam lá para dar essa voz a eles.

Então, isso é muito importante. Esse vídeo colocou tudo o que a nossa legislação já mostra. Nós temos uma legislação que fala sobre a inclusão, sobre a adaptação curricular.

O senhor fez parte dessa história. V. Exª esteve junto com a gente para a criação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com muito orgulho, orgulho autista.

A SRª VIVIANI AMANAJÁS – Exatamente. Orgulho autista.

Então, é importante mostrarmos que todos precisam ter. Uma das lutas que temos agora, Senador, é colocar o autismo no censo.

Até hoje, no Brasil, temos apenas uma estimativa. Não sabemos quantos somos. Sem a gente saber quem são, onde moram, qual a extensão do seu espectro – mais leve, mais moderados, mais graves –, como que idade eles estão... A gente não consegue realmente fazer uma política pública efetiva.

Só quando conseguirmos colocar, se Deus quiser – e já passou por duas Comissões na Câmara –, no censo de 2020, o autismo, aí realmente vamos poder dizer: Será que realmente temos mais meninos do que meninas, como ouvimos falar? Será que isso realmente é verdade? Porque verificamos que, muitas vezes, temos um subdiagnóstico das meninas, porque nenhum autista é igual ao outro.

Sempre digo: Se ninguém é igual a ninguém no mundo, por que queremos que os nossos autistas sejam iguais? Por que queremos que eles tenham as mesmas características? Não. Como é um transtorno do desenvolvimento que acontece até o primeiro trimestre da gestação da mulher, justamente na época a pessoa está sendo formada, ele atinge várias áreas.

Então, não há autista igual ao outro. Sou professora e tenho que pensar numa inclusão escolar – e trabalhamos junto às escolas, falando da importância dessa inclusão –, em que precisamos de levar em consideração quem é essa pessoa, porque não tenho que criar um projeto pedagógico para o autista, porque um não é igual ao outro. Precisamos respeitar essa especificidade que cada um tem. Precisamos verificar de que forma cada um aprende melhor.

Uma das coisas que dizemos muito nas escolas: temos muito na ponta da língua o que eles não conseguem fazer. Precisamos saber no que eles são bons, o que eles conseguem aprender melhor, de que forma eles conseguem aprender. Será que eles são mais visuais mesmo? Será que eles não gostariam de ouvir também mais alguma coisa? A gente precisa conhecer as características dessas crianças para possibilitar aprendizagem, porque, quando colocamos o nosso filho na escola, não queremos apenas a sociabilização. Ele pode sociabilizar-se em qualquer canto: ele pode ir ao *shopping*, ao cinema, ao clube. A gente quer que ele aprenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a importância de termos a inclusão, porque digo sempre que temos três passos para a inclusão está na permanência. Hoje, o nosso passo para a inclusão está na permanência. A legislação obrigou os nossos filhos a receberem.

Vou falar a todos sinceramente, como mãe, o que vivemos aqui na Moab. Não sei o que é pior: ou antes, quando a escola podia recusar; ou hoje, que ela é obrigada a aceitar. Os nossos professores não estão preparados. E já conversamos sobre isso em algumas audiências atrás.

A nossa formação, do pedagogo, do profissional da licenciatura não é preparada para receber o autista no colégio. Ela não é preparada para fazer a inclusão. Então, eu vejo uma excelente boa vontade de parte dos nossos professores. Mas eles não estão preparados para fazer a inclusão. Então, aqui a gente precisa pensar de que forma realmente nós vamos poder ajudar os nossos professores a fazer a inclusão. E só a parceria da família com a escola e com os profissionais é que vai realmente possibilitar isso. Essa votação que o senhor disse que vai haver na quarta-feira é realmente uma bandeira também do Moab. Ou seja, nós precisamos ter um centro de referência do autista, para quando uma família receber esse diagnóstico não dizer assim: "O que eu vou fazer com o meu filho? Para aonde eu vou levá-lo?" Isso porque hoje a gente não tem o que fazer com eles.

A gente precisa de um centro que possa receber essas pessoas não só para terapias, mas que possa também ajudar essa família no sentido de ela não ficar correndo, a "mãetorista", o" paitorista", como a gente fala, dirigindo de um canto para outro. Então, a gente precisa pensar nessa possibilidade de realmente ter um canto onde eles possam fazer tudo isso. A gente precisa também de um local, por exemplo, para quando nosso filho tiver uma crise ele possa ser recebido e ficar lá durante um tempo, assim como para receber as pessoas que não têm para onde ir.

Quando a gente tem uma família, por exemplo, em que os pais morrem, como a gente tem, o que vai ser desses nossos filhos? O que vai acontecer quando nós não estivermos mais aqui? Então, não há um lugar para receber essas pessoas. Quando a gente fala nesse centro de referência, a gente precisa pensar realmente num local em que todos possam ser recebidos e possam ser incluídos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos à Psicopedagoga, escritora sobre autismo, especialista em avaliação, mãe de autista, que também deixou propostas concretas. No encaminhamento final, a gente vai se comprometer em transformar todas as propostas em projeto de lei, quando for possível, senão faremos uma indicação para o Executivo daquilo que é de iniciativa do Executivo.

E vamos encaminhar, via Marcelo, também o resultado da audiência de hoje.

Passamos agora a palavra ao pai de autista e presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do DF, Sr. Gilberto Ferreira Pereira.

O SR. GILBERTO FERREIRA PEREIRA – Bom dia!

Gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim pela oportunidade de estar aqui. Gostaria de dividir a minha fala em dois momentos, um deles é como pai de autista. Hoje, a Drª Joanicele e o Sr. Klaus veem uma dificuldade grande em tratar das crianças autistas. E a minha filha foi uma das que apareceram no vídeo, a Marina, que tem 24 anos. Quando ela foi diagnosticada com autismo já tinha 11 anos. Então, o tratamento dela veio a ser prejudicado. Hoje ela é uma criança, um bebezão de 24 anos, severa, ela é 100% dependente. E é muito difícil para a gente lidar com isso no dia a dia, porque a gente fica refém dos nossos filhos. Eu só tenho ela de filha. Eu tive um casamento, hoje somos separados, e compartilhamos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

guarda dela, o que é uma experiência muito legal, muito importante. Hoje, eu falo para muitas pessoas que eu consegui me tornar uma pessoa melhor, graças à minha filha. (*Palmas.*)

Isso porque ela me ensina muito mais do que eu a ela. O convívio é muito bom, é uma coisa única na vida da gente. Um outro momento é a respeito da Associação dos Amigos dos Autistas. Eu fico feliz de essa votação acontecer na quarta-feira, porque a AMA (Associação de Amigos do Autista), aqui de Brasília, é a única instituição que trata de autista adulto severo. É a única aqui em Brasília. E, hoje, nós passamos por uma dificuldade muito grande porque, depois de 20 anos ocupando o mesmo lugar, que é o Instituto de Saúde Mental, o Governo do Distrito Federal dá um contrapasso – vamos dizer assim; se é que existe essa palavra –, e está nos tirando do local onde nós trabalhamos por 20 anos com essas crianças. E são autistas muito severos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele está tirando o local?

O SR. GILBERTO FERREIRA PEREIRA – Ele está tirando o local.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não concedendo outro? Nada?

O SR. GILBERTO FERREIRA PEREIRA – Não concedendo nada. Está simplesmente tirando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, nós vamos aqui ver com o pessoal da assessoria para fazermos um requerimento desta Comissão, dirigido ao Governador de Brasília, estranhando, naturalmente, essa posição e pedindo que ele a revise.

É isso mais ou menos?

O SR. GILBERTO FERREIRA PEREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, é o nosso compromisso de mandar esse...

O SR. MARCELO DA SILVA NUNES – E eu tomo a liberdade também para dizer que o Ministério dos Direitos Humanos também vai tentar intervir.

O SR. GILBERTO FERREIRA PEREIRA – Agradeço muito, é de grande valia, já que nós já tentamos de tudo, todo tipo de diálogo com o Governo, e até agora não tivemos sucesso em momento nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E onde é esse local? Só para a gente...

O SR. GILBERTO FERREIRA PEREIRA – É no Instituto de Saúde Mental. Inclusive está havendo uma briga grande aqui em Brasília, porque ele também está desfazendo o Instituto de Saúde Mental. Então, Brasília está realmente na contramão do atendimento ao autista e às outras deficiências mentais.

É difícil porque, hoje, eu sou gestor voluntário da associação, e, assim como alguns outros pais que trabalham lá, nós temos a nossa vida profissional e a dividimos com a gestão da associação. Hoje, nós buscamos maiores parcerias, um atendimento melhor, de qualidade, porque, hoje, realmente nós não conseguimos dar essa assistência por falta de assistência, porque o próprio Governo nos concede apenas o local. Todas as outras despesas são custeadas pelos pais, o que, muitas vezes, nos inviabiliza de receber mais autistas, porque há um custo elevado, que é o nosso custo do dia a dia, e ainda há esse custo que se torna muito caro, que é o da manutenção da associação. Isso porque nós precisamos contratar funcionários, psicólogos; precisamos contratar fonoaudiólogos e outras atividades que nós exercemos no dia a dia dos atendidos e que nós não conseguimos por falta de apoio do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estamos passando por essa dificuldade, e, como todos sabem, o autismo, hoje, está sendo mais questionado, mais falado, mais discutido. Mas, até dez anos atrás, vamos colocar assim, para muitos, era uma coisa muito desconhecida. Eu fui privado de estar com minha filha num *shopping* da cidade... (*Palmas.*)

... porque eu precisei levá-la a um banheiro, e não havia banheiro para deficiente. Então, eu tive uma discussão grande porque o segurança me barrou e eu tive que sair com a minha filha do *shopping*. São coisas assim que realmente me revoltam e que faz com que precisemos mudar.

Então, essa votação de agora é muito importante, na quarta-feira. Espero que dê tudo certo e que nós possamos, aqui em Brasília e no Brasil, ter esse centro de referência, porque, hoje, nós temos crianças autistas, que, até um determinado momento, têm um certo atendimento, mas, depois disso, o atendimento cessa pelo Estado e essas pessoas passam a não existir mais para o Estado por falta de um senso, por falta de um atendimento, por falta de tudo.

Hoje, para chegar a um psicólogo, o plano de saúde não oferece um psicólogo para tratar do autista e os que tratam são particulares. Então, uma consulta, muitas vezes, custa R$600, R$800. Alguns pais têm condições; outros, não. Então, outros os filhos ficam surtando dentro de casa e acontece, infelizmente, o que o Dr. Klaus falou: alguns amarram os filhos; outros, no desespero, cometem atos piores.

Mas é muito importante a gente estar tendo essa conversa hoje, esse diálogo aqui sobre o autismo porque realmente vai ajudar a modificar a realidade de hoje.

Agradeço muito ao senhor. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, Dr. Gilberto Ferreira Pereira, pai de autista, nós estamos ao vivo para todo o Brasil desde que abriu a sessão aqui, às 9h. Não sei se a câmera pegou – é um senhor jovem ainda –, mas eu daqui vi porque estou mais pertinho dele que, quando ele falava, as lágrimas caíam pelo rosto, contando a realidade que ele vive. Essa do *shopping*, por exemplo, pelo amor de Deus! Por isso, eu aqui peleio muito contra todo tipo de preconceito: contra negro, contra índio, contra cigano, contra deficiente, contra idoso, contra mulher, contra criança, mas é uma luta que eu vou travar sempre, sempre, sempre.

Você viu, quando eu abri a sessão hoje, essa menina. O defeito dela foi que ela foi indicada para ser rainha; aí começaram a bater nela. Falei aqui, na abertura. Agora, esse que você deu aqui...

E plano de saúde... O "cara" faz o plano de saúde e este não dá uma psicóloga para atender à família. Eu peço que entre nos encaminhamentos finais que eu vou passar mais à frente.

Há uma que me chegou aqui também. Carlos Marques. Ele diz o seguinte:

> Senadores, por favor olhem para o que está sendo feito no estado de São Paulo, em que o governo estadual está cortando as verbas para as escolas dos autistas, deixando eles sem a assistência adequada! Provavelmente isso deve estar acontecendo em outros estados também!

E o senhor relatou que aqui, no DF, também. Indiretamente, é isso. Eles só estão querendo que mantenha aquele espaço ali para reunirem, pagam tudo do bolso com dificuldade, que eu calculo e que aqui já foi colocado, e até os espaços, as verbas mínimas que existem estão querendo tirar, quase querendo tornar as pessoas autistas invisíveis.

Então, fica aqui toda a nossa solidariedade e faremos os encaminhamentos. Vocês vão receber depois, naturalmente, tudo o que for fruto desta reunião.

Eu pergunto se já estão presentes aqui. (*Pausa.*)

Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós, pessoal, neste momento, terminamos essa primeira mesa e vamos para a segunda mesa.

Então, eu queria uma grande salva de palmas para todos que participaram desta mesa. Todos foram brilhantes. (*Palmas.*)

Eu quero que os encaminhamentos, no final, a gente os faça de forma concreta. Então, agora, eu vou chamar a segunda Mesa, pedindo aos senhores que retornem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um minutinho.

Eu vou chamar a segunda Mesa, e já damos a devida...

Só um minutinho!

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Ricardo fica aí, que eu vou fazer a leitura.

Então, vamos lá.

Segunda Mesa.

Ana Paula Gulias, mãe de autista, titular da Gerência de Atendimento às Pessoas com Autismo do Distrito Federal, que já vai poder talvez explicar algumas coisas que foram faladas aqui.

Josué Ribeiro, Assessor da Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos.

Uma salva de palma para os dois que estão aqui na mesa. (*Palmas.*)

Fernando Cotta, pai de autista, Professor e Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista e Diretor-Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab). Está lá na Câmara, mas o Moab está muito bem representado aqui. Naturalmente a gente entende.

Amanda Paschoal, também, eu acho que não se encontra aqui ainda, está lá na Câmara. Mas nós vamos tocando aqui. Isso que é bom, porque nós estamos ao vivo aqui para todo o Brasil, e a Câmara também está ao vivo para todo o Brasil, provavelmente falando desse tema tão importante.

Vamos aqui, agora, com os nossos dois painelistas, dizendo que, depois, cada um de vocês terá cinco minutos, ainda, para suas considerações finais. Logo que os dois falarem, se alguém tiver algo mais para colocar, fique bem à vontade.

Eu vou ler aqui, agora, uma pequena carta do Senador Cristovam, que esteve aqui com a gente desde o início, tem que se registrar isso. Na primeira vez em que nós acendemos aqui o prédio em azul, foi numa noite em que ele estava junto. Nós acendemos tudo, fomos lá para cima, o pessoal filmou, nós demos entrevista aqui, as mães e pais também. O Fernando Cotta estava junto também naquele dia.

Então, permitam-me que eu leia aqui um ofício bem curtinho do Senador Cristovam.

> Prezados amigos e amigas, pais, irmãos, amigos daqueles que, como meu irmão Guilherme, vivem no mundo especial dos autistas, gostaria muito de estar com vocês, ouvir e falar sobre os nossos desafios diários e os desafios de necessidades para o futuro, mas não poderei estar pessoalmente. Por isso, envio-lhes esta nota com minha solidariedade e meu compromisso: solidariedade com as dificuldades que acompanhei por tantos anos de meu pai e minha mãe para cuidar do Guilherme, que viveu com o mais radical e devastador grau de autismo, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outra síndrome, que, na época, não era ainda identificada por nome específico; compromisso de estar ao lado de vocês no que for possível, fazer com que as modernas técnicas pedagógicas e neurológicas para que os guilhermes de vocês possam descobrir e aprimorar o talento específico que eles tiveram e também para que a vida de cada um de vocês possa ter o apoio que for possível para ser vivida com menor dificuldade.

Contem comigo.

Abraços!

Senador Cristovam Buarque. (*Palmas.*) E ele coloca aqui.

Observação. O Guilherme viveu até três anos atrás, aos 64 anos. Sobreviveu por 20 anos à minha mãe e, por 35 anos, ao meu pai.

É uma referência que ele fez só para complementar.

Vamos, então, à nossa Mesa.

De imediato, passamos a palavra para a Srª Ana Paula Gulias, mãe de autista, titular da Gerência de Atendimento e Pessoas com Autismo do DF.

A SRª ANA PAULA GULIAS – Bom dia a todos!

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Senador, que tem sido um grande parceiro. Assim como esta Casa, outros Deputados Federais também têm nos ajudado bastante, outros Senadores. Não vou citar os nomes porque vai acabar sendo extenso, mas quero dizer que é um grande prazer pro Moab ter essa parceria, com esta Casa, que é da população.

Vou passa um eslaide bem rapidinho, falando um pouco sobre este dia.

O Brasil, hoje, já conhece um pouco do que é o autismo. Na novela já se falou sobre o autismo; temos séries sobre autismo... Mas, quando as pessoas falam em autismo, elas pensam em quê? Numa criança. E eu falo isso porque sou mãe de autista de seis anos. O meu príncipe é aquele ali que a gente fala que se parece muito com o Buzz. É aquele loirinho ali que está com boné!

Ele é uma criança, mas ele vai crescer. E, aí, nós precisamos falar dos autismos. Nós não temos um autismo; nós temos vários autismos. E, nesse autismo, nós temos o leve, nós temos o moderado e nós temos o grave. Nós temos o infantil, nós temos o adolescente e nós temos adultos porque os adultos não viram purpurina quando os pais morrem. As crianças crescem e se tornam adultas.

Então, hoje, apesar de ter um filho de seis anos, eu estou aqui representando uma população que é invisível. E eu vou mostrar a vocês por que essa população é invisível. Eu vou centrar mais o assunto nos graves e nos adultos.

Os autistas todos crescem e, é claro, eles viram adultos. E esses autistas adultos também têm os mesmos direitos que todos os outros, que é o direito à vida. Não é o direito que está na Constituição do autista, não! Está na Constituição máxima, é o direito à vida. E são eles aí. Olhem, eu trouxe alguns deles, alguns desses adultos que são felizes. Mas esses autistas felizes têm um preço e é um preço – não estou falando de preço emocional, de emocional também, mas estou falando de financeiro – muito caro.

Eu vou passar alguns filmezinhos para vocês terem uma ideia do que é um autista adulto grave.

Esse é o Dudu, ele ficou nessa situação, durante muitas madrugadas.

Deixe-me ver se consigo fazer o vídeo passar.

Acho que o som não está...

Ele fica horas e horas, na madrugada, assim: "Aannnnnn..., annnnn..., annnnn...".

Imagine você, depois de um dia de trabalho, ter que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, sim. Agora foi.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRª ANA PAULA GULIAS – Ele fica horas nisso, e o desespero da mãe é o seguinte: "Você está com fome? Você está com dor? Você quer massagem?" Ele não se comunica.

O próximo vídeo é de um garoto na mesma situação.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª ANA PAULA GULIAS – É você acordar de madrugada e ter uma criança se batendo, e essa criança simplesmente não sabe o que fazer.

Aqui, eu mostrei uma criança, mas há adultos. Isso é desesperador para uma família, para uma mãe.

Eu trouxe a Sandra, que é uma amiga, uma militante, uma mãe. Eu passei esse vídeo primeiro, porque ele fez questão de aparecer. Esse é o Samuel.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª ANA PAULA GULIAS – É claro que ela não conseguiu fazer o vídeo todo. O Samuel não conseguiu ficar muito tempo. Como o Klaus falou, se os nossos filhos conseguissem ficar 40 minutos sentados, se comportando, acho que seríamos umas mães mais tranquilas. Não precisaríamos ser barraqueiros, não é, Klaus?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª ANA PAULA GULIAS – A Sandra coloca algo: o pai está tendo de parar de trabalhar. O pai precisa cuidar desse menino, porque é um menino, é um corpo de 21 anos, com 80 quilos, grande, mas alguém precisa segurar esse menino. E aí um pai precisa parar de trabalhar, ou uma mãe. Aqui, no caso, foi um pai – coisa inédita. Um pai teve de parar de trabalhar para cuidar dessa criança de 22 anos.

E aí? E aí a gente vê a AMA sendo fechada, o único lugar que poderia receber o Samuel, de forma digna, aqui em Brasília.

No outro vídeo, eu vou exemplificar. A Sandra vem falando que essa é uma luta constante. E ela ainda tem condições de pagar uma clínica para o filho. Ela coloca: "E aqueles que não conseguem?"

Eu peguei o próximo vídeo no YouTube. Como estava público... É algo muito chocante, mas esta é a realidade no Brasil dos autistas invisíveis. Na realidade, como a classe média vai pagar o tratamento?

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA PAULA GULIAS – Imaginem quem não é classe média. Imaginem quem não tem, porque hoje, vamos lá: uma fonoaudióloga, R$200; uma psicóloga, R$200; uma TO, R$230 – isso por semana, isso é valor por semana; uma equoterapia, R$120; uma musicoterapia, R$130. Some aí por semana. Você acha que essa mãe teve alguma forma de fazer com que o filho dela tivesse uma vida diferente?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRª ANA PAULA GULIAS – Isso é o que a gente consegue enxergar, mas a gente não sabe como estão essas crianças, esses adultos por aí afora. Como mãe, fico imaginando o desespero de ter que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acorrentar o meu filho para ele não cometer suicídio. Ela teve de fazer isso, porque ele se autoagredia de tal forma que ele poderia cometer suicídio. Essa é a situação.

E aí como é que fica essa família? Como é que é tratado esse ser humano, que tem direito à vida? Como é que fica essa mãe? Ela não sabe nem o que é autismo. "O médico falou que era autismo." Ela não sabe. E todos os autistas têm o direito à vida. Eu trago um questionamento. Assim que a gente recebe o diagnóstico do autismo, a gente faz a primeira pergunta: o que vai acontecer com o meu filho quando eu morrer? Porque, gente, só mãe aguenta o seu autista; só mãe fica madrugadas e madrugadas acordada, ouvindo "uuu..., uuu..."; só mãe faz esse tipo de coisa, só mãe, só pai. E quando eles morrerem? Para onde eles vão?

Fora do Brasil, nós temos moradia assistida em alguns lugares. Este aqui é na Holanda; estes são condomínios nos Estados Unidos; este condomínio fica numa fazenda. Agora, eu pergunto, e no Brasil? No Brasil, nós não sabemos nem quantos somos. No Brasil, nós não sabemos quantos somos, onde estamos e como vivemos. Não temos... Como é que vamos falar sobre políticas públicas, se não sabemos para quantos são essas políticas públicas? Onde nós vamos colocar um centro de referência, se não sabemos se vai ser viável, se não vai ser? Onde está essa população? Nós não sabemos.

As famílias empregam mais da metade da sua renda em terapias, isso quando as têm, porque muitas delas não têm, apesarem de pagarem um absurdo de plano de saúde. Eu tenho uma amiga, a Paula Paes, que conseguiu uma doação do plano de saúde. Ela ficou superfeliz quando alguém disse para ela que iria pagar esse plano de saúde, e aí ela descobre que, em um plano de saúde, ela não consegue muita coisa.

Cada Estado deveria ter minimamente um centro de referência que recebesse e que orientasse essa família. Não estou falando no Distrito Federal, não, gente! Os autistas são internacionais, são estaduais, são Brasil, são nacionais. Nós precisamos minimamente disso.

O centro de referência não pode ser só para atender; ele precisa ter uma casa terapêutica para receber essas pessoas quando elas estão em crise para que as mães não tenham que amarrar os seus filhos para eles não se baterem. Eles precisam ter uma casa residência, porque as pessoas, os pais especiais morrem, e esses autistas precisam ir para algum lugar.

Como deveria ser isso? Eu vou falar uma coisa para vocês: não resolvam tudo sozinhos, chamem a sociedade civil. Nós no Moab somos voluntários. Eu entrei no Moab, e vou ser bem sincera, porque eu vi no Moab colaboradores...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA PAULA GULIAS – Posso?

... que amam a causa, colaboradores que não querem saber se o nome está aparecendo ou não. O Fernando Cotta é uma pessoa que fez tanto pelos autistas e não está nem aí se o nome dele está aparecendo ou não. Ele quer é que faça. Eu conheço o Fernando. Eu entrei no Moab por causa das pessoas que estão no Moab. São pessoas que não querem *status*, elas querem ajudar essa população.

Então, chamem a gente, chamem o Moab. A gente vai aonde vocês quiserem. Nós vamos, e vamos de coração aberto, e vamos conversar, e vamos chamar a AMA, vamos chamar a Abrace, vamos chamar a ATA – já que é tudo azul aqui em Brasília –, vamos chamar todos e vamos conversar. Não resolvam sozinhos. Nós estudamos. Nós temos coisas para falar. Nós temos como ajudar.

E dizer o seguinte: esta Casa – e, quando eu digo "esta Casa", eu digo o Senado e a Câmara Federal – não pode esperar que o autismo chegue à casa de vocês. Srs. Deputados, Srs. Senadores, não deixem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autismo chegar à casa de vocês para ajudar essa população, porque dói na pele. Dói. Dói. Dói a gente olhar para o futuro e ver que nossos filhos não são aceitos. E não são aceitos. Não são aceitos no *shopping*, não são aceitos no supermercado. Nós somos tidas como loucas e que queremos resolver o mundo.

Eu tenho quatro filhos. O meu Leonardo é gemelar. Eu digo o seguinte: três filhos eu crio para o mundo. O Leonardo, eu tenho que criar um mundo para ele. Não há outro jeito. Tem de ser assim.

Eu queria falar sobre essa questão da AMA também. Hoje eu estou na Gerência de Atenção à Pessoa com Autismo, mas a minha vida começou do outro lado da mesa.

Nós tentamos esse diálogo com o Governo, com o GDF, tentamos... Eles têm a justificativa deles, mas algo tem de ser feito sim, e nós não conseguimos esse diálogo. E é um absurdo a AMA fechar, quando nós não temos absolutamente nada para essa criança que está acorrentada. Esse é um exemplo de um deles.

A realidade é essa. A realidade são os autistas invisíveis, graves, que estão crescendo. Autista não vira purpurina. Eles crescem e viram adultos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ana Paula, mãe de autista, titular da Gerência de Atendimento a Pessoas com Autismo.

Só fiquei com uma dúvida e eu acho que a população que está assistindo também ficou – para você esclarecer até, não é? –, porque... Só o que eu li aqui: "Ana Paula Gulias, mãe de autista, titular da Gerência de Atendimento a Pessoas com Autismo do Governo do Distrito Federal."

Essa denúncia que ele faz... Como é que estamos tratando? Eu queria saber como é que nós podemos ajudar. Eu só quero... Olha, eu sempre digo o seguinte: quando há algum problema, se for para ajudar, eu entro. Agora, se é só para criar mais problema ainda, como diz o outro, e, em vez de dar uma de bombeiro, dar uma de incendiário, não há graça, não é? Porque vocês querem alguém que ajude.

A SRª ANA PAULA GULIAS – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, diga-me como está...

A SRª ANA PAULA GULIAS – A AMA nos procurou no início do ano, já com essa demanda, dizendo... Porque eu trabalho na Promo-DF, que é a Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, e veio com essa demanda para nós.

Nós encaminhamos, conversamos com um defensor público, que é o Dr. Fábio, e estamos tentando esse diálogo. Mas o Governo está irredutível. Eles alegam que esse espaço é um espaço em que precisam ser feitas casas terapêuticas, mas, por enquanto, eles não apresentaram nenhum projeto dessa residência de casa terapêutica, e o que nós temos, hoje, é exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o que ele colocou?

A SRª ANA PAULA GULIAS – É o que o Gilberto colocou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem. Está bem.

Então, nós mantemos o encaminhamento já registrado antes.

Assessor da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos.

A palavra é sua, Josué.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSUÉ RIBEIRO – Bom dia a todos e a todas, aos ouvintes, aos presentes aqui.

Muito obrigado pelo convite.

Senador, é sempre bom, é sempre um privilégio estar do lado de alguém... Eu costumo dizer... Eu sou pernambucano e costumo dizer que, na vida, a gente tem alguns poemas que nos acompanham. Eu costumo dizer muito que o meu é *Morte e Vida Severina.* Lá no finalzinho de *Morte e Vida*, ele pergunta como é difícil defender com palavras a vida, no caso do poema. É sempre bom estar do lado de alguém que não defende só com palavras, mas defende com atos, com coragem, com atitude. Então, parabéns. Muito obrigado. Isso é extensivo também aos colegas.

Eu não posso começar a minha fala sem falar, Gilberto. Já existe legislação no que se refere à questão dos banheiros. Ainda é uma dificuldade incompreensível, porque os banheiros, ainda que adaptados, não permitem isso. Há legislação, e eu me comprometo a encaminhar para o senhor e para o seu gabinete, Senador, a legislação referente a isso. Os banheiros adaptados, quando, no caso, estão dentro dos banheiros... Por exemplo, um banheiro masculino em que há dentro uma unidade para adaptados, essa unidade tem de ter uma porta extra. Imagine a situação de uma pessoa que acompanha uma pessoa com deficiência que não é do mesmo sexo: um idoso; o marido que acompanha a esposa; a esposa que acompanha o marido. Isso sempre gera um constrangimento no uso desse banheiro. Tem de fechar o banheiro inteiro, chamar o segurança. A legislação já resguarda isso. É preciso que... Ou o banheiro é separado ou, nos casos em que eles são integrados, precisa haver uma porta lateral, uma porta de acesso específico, para evitar esse tipo de constrangimento por que o senhor passou e que aqui e ali a gente vê na cena brasileira. Então, eu me comprometo, ao chegar ao trabalho, a encaminhar essa legislação sobre isso para o gabinete.

O que eu trago aqui é – tentarei ser breve para cumprir o tempo – a questão do modelo de avaliação da deficiência no Brasil. E isso é importante não apenas para a questão do autismo e da síndrome do espectro autista, mas também para as outras deficiências.

De modo breve, eu pensei nesta apresentação: pressuposto, modelo e avaliação, o histórico, a lei brasileira, um pouco sobre o comitê de cadastros, os valores, os instrumentos, as etapas e a política pública.

Qual é a importância da avaliação? Ela pretende construir um modelo para as políticas públicas por quê? Porque há um debate, há uma discussão muito grande sobre a forma e o modelo ideal de se avaliar a deficiência no Brasil. Esse é um debate muito recorrente.

No nosso caso, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência tem *status* de emenda constitucional, como falou aqui a representação da OAB. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), que é da OMS, deve ser também, segundo a Lei Brasileira de Inclusão, adotada em todas as políticas públicas.

O que é uma pessoa com deficiência? Observe que, segundo a convenção, pessoas com deficiência são pessoas com impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, em interação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero só registrar a presença...

O SR. JOSUÉ RIBEIRO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele disse que viria e veio – é disso que eu gosto. Ele chegou na hora certa, porque, depois de você, será ele. Eu queria uma salva de palmas para o Fernando Cotta, que eu conheci desde que começamos, naquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião, junto com a Berenice Piana e você, a construção da lei. Fernando Cotta, em resumo, pai de autista, professor e Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista e Diretor-Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab). Uma salva de palmas. Ele vai fechar esta Mesa. (*Palmas.*)

Continue você.

O SR. JOSUÉ RIBEIRO – Eu só queria acrescentar que Fernando é meu colega de trabalho. Trabalhamos na Secretaria e na mesma Coordenação-Geral.

Continuando, o que é uma pessoa com deficiência? Pessoa com impedimentos de longo prazo de natureza física, em interação com diversas barreiras; essas limitações podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Eu sou uma pessoa com deficiência e costumo dizer que ser uma pessoa com deficiência não é complicado; o complicado é a falta de inclusão. Ser pessoa com deficiência é o mais simples nessa história; o difícil é não ter acessibilidade. Esse é o grande complicador. Ser deficiente – eu tenho vários colegas deficientes – é o menor dos nossos problemas no cotidiano. Agora, não conseguir subir escada, não conseguir descer, não conseguir andar em ônibus, não conseguir circular, não conseguir isso, não conseguir aquilo é o grande problema da deficiência hoje.

Seguindo, um histórico rápido. Em 2007, houve um grupo de trabalho na Presidência da República. Em 2013, houve o Índice de Funcionalidade Brasileiro (IFBr), que é utilizado até hoje. Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão é sancionada. Mais uma vez, obrigado, de público, ao Senador. Em 2016, houve o decreto da Presidência que cria um comitê de governança sobre o modelo de avaliação da deficiência. Em 2018, segundo a lei, entra em vigor o art. 2º da LBI.

Aí ainda o histórico, mas vou passar essa parte do histórico, pois esta apresentação já está disponível. Qualquer coisa, é só solicitá-la ao Fernando Cotta ou pode nos solicitá-la diretamente. Ela está disponível.

A CIF no Brasil. Eu acho isso um aspecto interessante. Em 2013, a Lei Complementar 142 diz que a CIF passa a ser usada nos conselhos da Previdência Social. Em 2015, em todas as políticas brasileiras, ela precisa estar inclusa. Em 2018, em todas as políticas públicas, pela vigência da Lei Brasileira de Inclusão. A CIF é lei! É importante que a CIF seja conhecida. Estamos sempre falando no CID10 e nos esquecemos, muitas vezes, de mostrar e divulgar os aspectos importantes e estratégicos da CIF.

Como era antes? Até os anos 70, havia o chamado modelo médico. Havia uma crítica dos movimentos sociais, que permanece até hoje, a esse modelo médico. Tivemos algumas expressões disso aqui na Mesa anterior. Havia uma crítica ao modelo acadêmico, ao modelo estático e reducionista. O tema da deficiência entra na pauta da discussão no ano internacional, 1980. Alguns aqui vão lembrar disso. As correntes posteriores de estudo e análise se baseiam na discussão culturalista e pós-culturalista, a partir dos anos 2000. E há uma série de documentos internacionais, a partir de 2000, 2001, que organizam essas coisas.

De modo breve, o que era o modelo médico? É ainda vigente? O modelo médico é ainda hegemônico. O que era isso? O modelo médico é aquele em que a deficiência é um atributo ou característica do indivíduo causado diretamente por doença, trauma, outra condição ou qualquer coisa dessa natureza. O modelo social é aquele em que a deficiência é um produto das barreiras físicas – esse é um aspecto interessante –, e não só físicas, mas organizacionais e atitudinais. Então, essa é a relação da deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há aqui um quadro simples para mostrar isso. No modelo médico, há uma determinação biológica; no modelo social, há uma determinação social. No modelo biomédico, há a provisoriedade como verdade absoluta; no modelo social, a verdade é um processo. Há a valorização da célula...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Só um minutinho.

O SR. JOSUÉ RIBEIRO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Informaram-me que já está conosco também Amanda Paschoal, estudante da Universidade de Brasília, autista e Conselheira do Movimento Orgulho Autista Brasil, que também convidamos para a Mesa. (*Palmas.*)

A palavra volta ao Dr. Josué.

O SR. JOSUÉ RIBEIRO – Ainda no modelo biomédico, todo poder ao médico; no modelo social, a valorização da atuação... E aí sucessivamente: valorização do conhecimento ou da pessoa como um todo; a onipotência ou a permeabilidade/humildade; a culpabilização individual, coisa que nós ouvimos aqui nos debates e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSUÉ RIBEIRO – ... seguidamente nas falas, ou a responsabilidade social; e a lesão como causadora das barreiras ou a sociedade como causadora das barreiras. Esse é o modelo mais recente.

Aí segue. Vamos avançar, até por conta do tempo.

O que a gente espera como modelo, com a avaliação, com a superação do modelo biomédico? A gente espera maior autonomia e empoderamento da pessoa com deficiência e seus familiares, amigos, relacionamentos – a gente viu seguidamente essa demanda aqui. A gente espera acessibilidade como um direito fundamental para o exercício da cidadania em condições de igualdade de direitos, levando ao desenvolvimento de políticas públicas. A gente espera que também o movimento de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, que tem uma luta histórica... Todos conhecem a frase: "Nada sobre nós sem nós!" Eu acrescentaria uma frase do Belchior: "E o passado é uma roupa que não nos serve mais". Esse é um pensamento importante para essa construção. A gente espera também a diversidade de movimentos e interesses envolvidos e o desafio da implementação de políticas públicas de forma efetiva.

Vamos passando aqui.

A lei já é conhecida e já foi referida.

O comitê. Este é o comitê criado em janeiro de 2017. Aí há a quantidade de reuniões, o custo aproximado disso, a composição atual do comitê, com uma carta acordo da UnB, Universidade de Brasília, para levar a termo esse processo de avaliação. Aí está o valor repassado.

Aí estão os instrumentos de avaliação, que quero apresentar. O instrumento de avaliação que vai ser apresentado – é o índice de funcionalidade, que estamos chamando, por enquanto, de versão B – tem 7 domínios e um total de 57 atividades. O primeiro domínio diz respeito à questão de aprendizagem; o segundo, de comunicação; de mobilidade; de cuidados pessoais; de vida doméstica; de educação, trabalho e vida econômica; e de relações e interações interpessoais, vida comunitária, social, cultural e política. O primeiro domínio é exatamente esses aspectos aí presentes: observar, ouvir, aprender a calcular, adquirir habilidade e por aí vai. O segundo é a comunicação: compreensão de mensagem, reprodução de mensagem, se ele compreende, se ele compreende e repete, se ele cria, nos três estágios desse processo, se ele é capaz de discutir. A discussão da mobilidade: manter a posição do corpo, alcançar, utilizar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transporte coletivo. Os cuidados pessoais: se ele tem condições de comer, beber, lavar, se vestir, cuidar de parte do corpo, regulação de micção, regulação de defecação, capacidade de identificar doenças e agravos. A questão da vida doméstica, a educação, trabalho e aí sucessivamente.

Depois disso, era usado o modelo Fuzzy, que muitos aqui certamente conhecem, que é para poder garantir uma adequação e a pontuação final – desculpem.

As etapas: a validação do IFBr, a definição da estrutura de avaliação, a capacitação dos profissionais para avaliação, a operacionalização da avaliação no nível federal e nos Territórios.

E os benefícios – este é um aspecto importante: fizemos um levantamento recente na secretaria de alguns benefícios que já estão disponíveis – estes que eu vou citar agora – para as pessoas com deficiência. Estes são os federais. Nós, de vez em quando, encontramos um ou outro. Então, vai desde cotas no ensino, cotas no serviço público, isenção de IOF – lembrando a todos que esses benefícios estão disponíveis num ministério, no outro, numa secretaria, na outra –, saques, vagas em estacionamentos. Estão aqui: aposentadoria, pensão, Benefício de Prestação Continuada, auxílio-inclusão, residências inclusivas, centros-dia, habitação acessível, redução da jornada, avaliação funcional, jornada com acompanhante – isso tudo disponível –, desconto de passagens e bagagens. Então, no total, já conseguimos 31 benefícios disponíveis, 31 ações, 31 políticas disponíveis para as pessoas com deficiência.

Cabe sempre uma pergunta: quantos daqui conheciam todos esses? E, para cada um desses, certamente, há um conjunto de exigências distintas para que a pessoa tenha acesso.

Bom, os direitos assegurados: a vida digna, a proteção, o acesso a serviços, o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional, a nutrição adequada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSUÉ RIBEIRO – Estou encerrando.

O acesso à educação, à moradia, ao mercado de trabalho, à previdência e assistência social.

A proteção: a pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação. Isso está na lei. E a pessoa também não será impedida de participar de planos privados de assistência à saúde em razão de sua condição – não pode ser impedida. Isso também está na lei.

A lei busca especificar e fortalecer as garantias, os avanços e os desafios. Tudo isso está na lei que todos conhecem aqui.

E os desafios: garantir a CIF como balizadora de todas as políticas públicas para pessoa com deficiência; a interdisciplinaridade nas avaliações; dispor de equipes multiprofissionais para os 5,6 mil Municípios brasileiros; avaliação das barreiras; a interoperabilidade entre os sistemas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSUÉ RIBEIRO – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi Josué Ribeiro, assessor da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos, que fez uma exposição geral, inclusive falando da Lei Brasileira de Inclusão, que se iniciou com uma marca: o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que eu tive a satisfação de apresentar, do qual a Mara foi a Relatora na Câmara, e aqui, no Senado, foi o Romário. Aprovamos por unanimidade, num grande entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, passamos ao Fernando Cotta, que já está na mesa, e a Amanda também. O Fernando Cotta é pai de autista, professor e Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista e Diretor-Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab). Nós nos conhecemos desde o início do debate da lei e da primeira vez em que inauguramos aqui o prédio azul, que, durante oito dias, vai acontecer.

O SR. FERNANDO COTTA – Muito obrigado, Senador Paim.

Eu, primeiro, quero agradecer, Senador, que nunca se esquece dos autistas e que sempre esteve nessa luta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E o Cristovam estava junto. Ele mandou um recado.

O SR. FERNANDO COTTA – E o Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E o Wellington, que hoje é Governador do Piauí.

O SR. FERNANDO COTTA – Eram os três Senadores que estavam conosco lá, mas carreados pelo senhor, porque, Senador Paim, eu nunca esqueço. Nós precisávamos de uma votação aqui, nesta Comissão, e eu queria lembrar isso, agradecendo já ao senhor, porque isso é um fato inédito, isso é muito difícil de acontecer – não digo que não acontece, mas eu nunca vi outro igual. Então, eu digo que é muito difícil, para mim é inédito.

Era votação da Comissão do projeto de lei de cujo número não me recordo, mas que veio a ser a Lei 12.764, a Lei Berenice Piana. Nós estávamos aqui e era o dia do sepultamento do Vice-Presidente, o então Vice-Presidente José Alencar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que era muito meu amigo também.

O SR. FERNANDO COTTA – Pois é. Os Senadores tinham de estar em Minas para prestigiá-lo, para prestigiar a família numa homenagem póstuma, e o Senador Paim ligando, pegou o seu celular pessoal e telefonou para o Senador: "Olhe, preciso da sua votação aqui hoje. Preciso de que você venha aqui hoje votar, porque eu preciso de que essa lei passe agora. Os autistas têm urgência em serem atendidos. E essa causa não tem questão política, não tem partido político. Eu preciso de que você venha." E ligando, ligando do próprio telefone. Nunca vi isso em lugar nenhum. Quero registrar isso para vocês aqui. Nunca vi. A maior parte – com todo o respeito – dos seus colegas políticos não fazem isso, e o senhor fez num momento... E não só isso, mas isso é o que ficou público, é o que ficou claro para nós que estávamos aqui acompanhando o senhor. E o senhor falava: "Olhe, não me deixe aqui sozinho." Então, uns iam almoçar e voltavam. Iam cuidar dos seus...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ficaram firmes ali.

O SR. FERNANDO COTTA – E ficávamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os familiares.

O SR. FERNANDO COTTA – E, dessa forma, nessa luta, nós conseguimos, e o Senador Paim lutando.

A lei aqui, do Distrito Federal, quando o Governador vetou, o Senador Paim pegou o telefone, ligou para a assessoria, conversou com o Governador, que, naquela oportunidade, era do mesmo Partido, e conseguimos depois derrubar por unanimidade, até a Base de Apoio do próprio Governador: os 24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados Distritais – aqui chamamos de Deputado Distrital – votaram na Lei 4.568, que hoje é a lei aqui, do Distrito Federal. Tenho a honra de que se chame Lei Fernando Cotta.

Essa luta é para garantir, através do Legislativo, o atendimento para as pessoas com autismo. E é isso que viemos, mais uma vez, aqui, hoje, solicitar.

Primeiro, quero pedir desculpas, porque estávamos numa sessão solene.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Importantíssima também, importantíssima.

O SR. FERNANDO COTTA – Importantíssima também.

E, neste ano, tudo caiu na segunda-feira, e segunda-feira é um dia fácil de o senhor estar aqui desde cedo. Eu ainda falei: "Veja com o Paim se ele consegue acordar mais tarde hoje." Essa coisa toda, para poder nos esperar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas o tema é tão gratificante e tão importante para nós todos que nós abrimos às 9h e dissemos: "Vamos ficar aqui até chegar a turma que vem lá da Câmara." E vocês chegaram na hora certa.

O SR. FERNANDO COTTA – Muito obrigado, Senador.

Eu quero pedir uma salva de palmas para o Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E estamos ao vivo para todo o Brasil.

Agora você está falando para todo o Brasil ao vivo.

O SR. FERNANDO COTTA – Ninguém faz isso.

Eu quero dizer que o Senador Paim é essa pessoa ímpar. Tudo começou aqui. Tudo começou com um grupo de trabalho que veio solicitar o apoio para o Senador Paim. Ninguém fez nada sozinho. Às vezes, as pessoas falam...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas, se não fosse esse grupo dos familiares autistas, não acontecia nada. Eles que vieram para cá e disseram: "Olhe, queremos essa lei aqui. Vamos dar um jeito?" Eu disse: "Se vocês pegarem juntos, vai haver jeito." E o resultado está aí.

O SR. FERNANDO COTTA – Mas antes já havíamos passado por outros Parlamentares que disseram não para nós, Senador. Isso é importante falar.

O Senador Paim foi aquele que deu a mão e carregou o tempo todo, levou a causa. E, olhem, se ele já fez isso, por que ele precisaria estar aqui hoje? Se ele já fez a lei, se ele já pediu que se votasse, já está sacramentada a lei? Porque, todos os anos, ele faz questão de reafirmar: vamos tirar essas leis do papel, vamos torná-las realidade, vamos atender. Eu vejo aqui o Gilberto, Presidente da AMA; Joanicele, que está ali, do Autismo & Família; Viviani Guimarães, que é essa lutadora, essa pedagoga do Amapá que está aqui em Brasília; a Coordenadora do Moab aqui, no Distrito Federal, Adrianna Reis; Dr. Edilson, que é o Diretor Jurídico do Movimento Orgulho Autista Brasil; o Klaus, que tem uma luta muito grande, como a Paula Paes também, pela questão do canabidiol, que é uma nova situação que está aparecendo para os autistas; a Gisele, da AMA daqui do Distrito Federal; a Jane Capiberibe, que também tem um trabalho belíssimo na Amapá e que também está aqui; a Profª Márcia Cristina, do Movimento Orgulho Autista Brasil; a Cláudia, assessora legislativa. São todos pais de autistas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos dar uma salva de palmas a todos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO COTTA – E todos têm uma expectativa muito grande do que nós vamos falar hoje.

Então, eu queria dizer da importância deste dia e agradecer ao meu filho.

Antes eu consegui estar com o Senador, consegui estar com o Senador em cima do Congresso Nacional, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tenho as fotos até hoje.

O SR. FERNANDO COTTA – Tenho as fotos. Inesquecível. E ele já me falou que é inesquecível para ele também. Meu meninão. Hoje ele está com 20 anos, e eu não consigo mais – ele é autista severo – estar com ele aqui, carregar aqui para cima do Congresso. Eu acho que não consigo. Se o senhor me ajudar, quem sabe consigamos um dia fazer uma daquela de novo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos fazer.

O SR. FERNANDO COTTA – Enfim, para mostrar a importância de essas pessoas participarem de todo o serviço da sociedade. Quando a ONU criou este dia foi justamente para chamar a atenção para a necessidade de políticas públicas para essas pessoas.

Eu digo que política pública é um nome muito bonito para falarmos da falta do estacionamento a que essas pessoas têm direito, da falta de reconhecimento do direito dessas pessoas a vaga especial.

Eu, muitas vezes, ouço de outras pessoas: "Mas isso devia ser só para cadeirante." Eu digo: "Você já abraçou um autista severo? Você já levou um abraço de urso daquele do autista severo?" E outras coisas mais que eu não vou falar aqui, mas que vocês sabem muito bem porque acontece todos os dias na vida de vocês. Então, precisam, sim. Essas pessoas têm necessidades especiais, as pessoas têm, sim, necessidade dessas políticas públicas especiais.

E nós estamos aqui para chamar a atenção ainda, Josué, par o fato de que o autista é o patinho feio das pessoas com deficiência. Nós ainda não conseguimos implementar isto que é tão bonito, eu acho isto maravilhoso, os números, as leis, e não conseguimos... Eu saio, muitas vezes, desse espaço e pergunto: como dar o nome? Porque eu preciso dar um nome ao meu filho. Meu filho tem 20 anos, é autista severo, e eu não consigo. Eu tenho que ter um horário especial, que a lei me faculta, para poder dar conta de estar com ele, por quê? Porque não há, Senador Paim, aqui em Brasília, lugar nenhum que receba o meu filho. Eu estou falando disso aqui, e a Gisele também não tem; o Gilberto também não tem; a Paula também não tem. Puxa vida, onde é que estão essas pessoas? E os que não conseguem nem estar aqui nesta audiência, as mães que não conseguem nem estar aqui porque têm de estar com seus filhos?

Então, nós precisamos trabalhar muito essa realidade para poder tirar isso da apresentação, tirar isso do papel e colocar na realidade. Qual é a realidade? Nós estamos aqui hoje, eu estou aqui porque meu filho não dá conta de estar aqui, inclusive. Por isso, eu o estou representando aqui. Gostaria muito que ele estivesse como a Amanda, por exemplo, que está aqui, que representa os autistas também, e tem necessidades especiais também. Disso ela vai falar muito melhor do que eu.

Nós temos agora, por exemplo, acontecendo aqui na Câmara, desde o ano passado, e no Senado, a questão do censo dos autistas. Hoje nós temos uma situação muito difícil. Nós não sabemos quantos autistas há no Brasil, Senador. Desde quando começamos aqui, e antes disso, nós trabalhamos com estatísticas norte-americanas e estatísticas europeias, porque nós não sabemos quantos autistas há.

Então, se eu for pegar o número, por exemplo, de uma Secretaria de Educação, ou de uma Secretaria de Saúde, está muito aquém da realidade, porque, por exemplo, o meu filho e muitos outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não são atendidos mais nem pela Secretaria de Educação e nem pela Secretaria de Saúde. Não há espaço para eles. Estão fechando a AMA – e, infelizmente, eu não pude estar aqui na hora em que o Gilberto falou –, que era um dos únicos espaços que atendia autistas adultos aqui em Brasília.

Eu disse para o Deputado Luiz Couto, que foi um dos que solicitou, dos que fez o requerimento para que nós tivéssemos uma sessão solene e todos os anos também faz, e é padre, como o senhor sabe, o seguinte: eu sou católico, e eu rezo todos os dias para o Presidente Temer, eu rezo todos os dias para o Governador Rollemberg, para que tenham um pouco de sensibilidade, um pouco de sensibilidade com essas pessoas.

Nós temos agora aqui, por exemplo, uma questão da reforma da previdência que vai cortar pela metade a metade de o que essas pessoas vão receber. A sua filha, Gilberto, se você falecer hoje, vai receber a integralidade. Mas, se você falecer, de repente, em novembro, ou no ano que vem, ela pode receber só a metade da metade, quando ela vai ter mais gastos, porque vai faltar você, vai faltar a mãe, e, para o que vocês faziam, vai ter de se contratar outras pessoas. Então, a crueldade disso... Onde essas pessoas estão com a cabeça quando fecham uma AMA, um lugar que recebe autistas aqui no Distrito Federal? Eu acho impressionante!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita que eu diga, Fernando...

O SR. FERNANDO COTTA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu coordeno aqui a Frente Parlamentar Mista da Câmara e do Senado em defesa da Previdência, nos moldes em que você está colocando e não aceitando. Presidi também a CPI da Previdência, para mostrar que há verba, sim, há dinheiro. O que há é desvio, há anistia. Os grandes devedores não são executados. E nós dizíamos isto que você está dizendo agora: o quanto as pessoas que mais precisam seriam prejudicadas. Eu quis dar um destaque nessa sua fala, ao se dirigir ao nosso líder, que fez um discurso que me deixou emocionado sobre a dificuldade que ele tem. Inclusive, ele foi expulso de um *shopping*, mais ou menos isso, só porque estava com a filha. E ainda, calcule... Você foi um pouco mais além, porque nós vamos morrer – eu digo aos meus filhos também. Nós vamos morrer. Para os filhos, a tendência é de que eles morram mais tarde. E daí? Como vão ficar as pessoas autistas?

Então, é bom esse destaque que você deu aí, se vão retirar parte daquilo que eles teriam de direito para receber na falta de nós outros.

O SR. FERNANDO COTTA – É muito complicado, Senador.

Então, nós temos que pedir a sensibilidade desses gestores, dessas autoridades para que reconheçam a necessidade das pessoas com deficiência, uma necessidade maior, a necessidade das pessoas com autismo. Tudo para nós é mais caro, Senador. Uma nutrição, um trabalho de nutrição, por exemplo: toda a alimentação sem glúten que o meu filho tem que fazer – e muitos autistas têm que fazer – é muito mais cara. É difícil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei disso e dou testemunho, porque meu filho também tem esse problema, não pode comer nada que tenha glúten. E paga tudo mais caro. Ainda bem que eu posso pagar, mas os que não podem como fazem?

O SR. FERNANDO COTTA – Eu tenho a sorte de ser policial, minha esposa, professora, mas quando nós faltarmos? E aí acaba com um, acaba com outro. Ela recebe um pouco menos do que eu, então acaba com o dela e meu cortam pela metade. Como se faz quando eles vão mais precisar? Vão ficar idosos, vão ter doenças como os idosos têm – é típico de ser humano isso –, como é que se faz com isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós precisamos dessa sensibilidade desses gestores, dos Senadores aqui, dos Parlamentares, desses tomadores de decisões, como eu falo, deste País para essa realidade. Quero chamar muito a atenção a isso.

Então, nós precisamos desse censo. Nós precisamos saber quantos autistas nós temos.

Aqui também, de iniciativa do Senado, nós temos um projeto de lei que também pede a questão da identificação, se possível, da pessoa com autismo já no RG, na carteira de identidade. Isso é muito importante. Por quê? Porque essa pessoa, muitas vezes, está em fila, está no *shopping* – não é, Gilberto? – , está em outros lugares e não se reconhece, muitas vezes, como autista. Acham que está fazendo birra, que o pai não deu limites, que a mãe não deu limites, e essa pessoa é tachada dessa forma.

Então, a partir do momento em que esse pai não precisar mais andar com laudo enorme, que ninguém tem paciência de ler, essa coisa toda, e estiver numa identidade isso, vai viabilizar muito mais essa pessoa poder estar verdadeiramente inclusa. Porque inclusão não é só não escola, não. Inclusão é na sociedade de modo geral. Nós pagamos impostos como os outros e temos esse direito. (*Palmas.*)

Então, essas precisam ter esse direito.

Quem não quiser: "Ah, mas há o xiita da inclusão que diz que isso é discriminação." Não coloque. Isso precisa ser apenas para quem quiser, de fato. Não precisa pegar lá a identificação quem não precisa, mas quem precisa, quem vai ao banco, na fila do banco e se sente humilhado, quem não pode ir, não pode deixar o filho autista em algum lugar, que tenha esse direito.

Então, temos esse projeto da maior importância aqui, no Senado.

Eu queria pedir ao senhor uma atenção nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos deixar o número do projeto, quem é o autor, quem é o relator. Já há um aqui que eu já anunciei, que é o do Programa e-Cidadania,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... inclusive é da família dos autistas, que é a Senadora Regina Sousa, que é Presidente da Comissão, que relata e me mandou informar que eu lesse aqui. Eu li. Vai ser sobre criar Centros de Atendimento Integral para Autistas nos Estados brasileiros.

Nós vamos votar na quarta-feira e vamos fazer o possível também para esse outro que você levantou, que já está tramitando, para que possamos votar nesta Comissão ou em outra em que porventura esteja.

O SR. FERNANDO COTTA – Isso. É o que eu digo: nada sobre nós sem nós. Pergunto – até quero fazer aqui uma sugestão, Senador: que façamos ao longo do ano, o ano legislativo praticamente começou agora... Quero lhe fazer uma sugestão: que nós possamos fazer aqui, talvez nesta Comissão de que o senhor é Vice-Presidente – já esteve presidindo por várias e sempre nos atende – uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E diga-se de passagem que a Senadora Regina Sousa deixa-nos trabalhar à vontade aqui.

O SR. FERNANDO COTTA – Que ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É bom propor, porque podemos encaminhar com ela.

O SR. FERNANDO COTTA – Isso. Uma audiência pública em que as próprias pessoas com autismo possam estar numa mesa, como a Amanda está aqui agora, e poder falar o que é interessante para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elas; e também as mães de pessoas com autismo severo, que não podem estar aqui, em outra mesa, para que possam também falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos acertar a data com você.

O SR. FERNANDO COTTA – Ótimo. Eu proponho o dia 18 de junho, que é o Dia do Orgulho Autista – próximo a esse dia, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo bem. Em 18 de junho. Vamos adaptar na agenda. Vamos fazer. Eu sei que com a Regina não haverá problema nenhum.

Já fica marcada, então, 18 de junho.

O SR. FERNANDO COTTA – Uma salva de palmas ao Senador Paim. (*Palmas.*)

Porque aqui as pessoas com autismo podem falar, de fato, do que precisam, as necessidades especiais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí vocês formatam a mesa.

O SR. FERNANDO COTTA – Isso. E uma segunda mesa, como o senhor fez hoje, com as mães de pessoas que não podem estar aqui falando para dizer das suas necessidades, para nós vermos, Senador, o que podemos fazer no Legislativo, como o senhor bem observou: "Fernando, o que nós precisamos fazer, do que vamos dar conta, o que vamos podemos encaminhar aqui pelo Senado, quem nós podemos chamar?" Da forma como o senhor sabe muito bem trabalhar e justifica o seu mandato sempre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

O SR. FERNANDO COTTA – Então, é isso que nós pedimos também.

Eu queria falar rapidamente também sobre necessidade de pesquisas, a questão das pesquisas.

Com o Dr. Rudimar Riesgo estive falando, que é lá do Rio Grande do Sul, e, há pouco tempo, ele me falou que teve que interromper pesquisas relacionadas ao autismo por falta de recursos, uma universidade federal.

Então, precisamos muito saber que esse recurso que está...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se ele puder estar aqui numa audiência dessa, para nós aprofundarmos para ver no que podemos ajudar também.

O SR. FERNANDO COTTA – Ótimo, porque o dinheiro que está sendo cortado, o dinheiro que está sendo negado vai ser cobrado mais tarde, vai ser cobrado em clínicas, vai ser cobrado naquele indivíduo que não pôde, muitas vezes, trabalhar, ter uma atividade laboral apoiada, por exemplo, para o sujeito que vai lotar o manicômio – hoje o manicômio moderno são as clínicas.

Então, isso vai ser cobrado, e muito mais caro. Se você investir agora, na realidade as pessoas que têm condição laboral vão ter uma condição muito melhor e as que não têm, muitas vezes, podem ter um trabalho apoiado. Então, nós precisamos investir, sim, em pesquisas, vamos ter uma qualidade de vida melhor, porque nós estamos aqui, na realidade, é para isto: para pensar na qualidade de vida das pessoas com autismo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Prevenção.

O SR. FERNANDO COTTA – Isso. Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria chamar a atenção para a discriminação que hoje existem das mãezinhas que têm direito ao horário especial.

O senhor foi Relator desse projeto, projeto de iniciativa do Senador Romário, que o Movimento Orgulho Autista Brasil conseguiu solicitar e hoje está aprovado, hoje é uma lei, e que lamentavelmente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para dizer que todos aqui elogiamos Romário pelo trabalho que vem fazendo sempre junto com aqueles que atuam nessa área.

O SR. FERNANDO COTTA – Sim. E lamentavelmente eu recebo muita reclamação de mãezinhas que fazem jus a esse horário especial e dizem que são discriminadas por conta disso. Às vezes, o gestor não conhecer e acha que: "Não, fulana quer dormir até mais tarde, é preguiçosa." Não é nada disso. Ela quer acompanhar, ela tem a necessidade de acompanhar seu filho numa terapia, ela tem a necessidade de estar com o seu filho para que ele possa ter um dia melhor, para que ele não precise sair quebrando tudo, sair bagunçando tudo em casa. Essa mãe tem esse direito, esse direito é consagrado pela lei.

Então, precisamos ter esse olhar e não discriminar essas pessoas. Não é porque gosta de ficar até mais tarde, não, é porque precisa realmente dessa situação, tanto que há até uma perícia médica que é feita para saber se essas podem de fato usufruir desse direito. Então, quero chamar a atenção dos gestores para isso. Isso é um direito, e tem que ser cumprido, e não podem ser discriminadas as pessoas por conta de horário especial, de jornada reduzida.

A questão do canabidiol é uma questão que também nós precisamos discutir muito; é uma coisa nova que está chegando. O que ocorre hoje é que você faz um protocolo na Anvisa; a partir desse protocolo, você pode importar o canabidiol. E o que existe muito também? Aquelas pessoas que precisam do canabidiol e que têm um resultado muito melhor com o óleo que é produzido artesanalmente. E esse óleo, que é produzido artesanalmente, para uso medicinal exclusivamente, hoje você conta nos dedos as famílias que conseguiram na Justiça, Senador. E a gente tem que mudar essa realidade, porque as pessoas têm uma qualidade de vida muito melhor com isso.

Então, o que acontece? Muitas pessoas têm acesso ao óleo de modo que não é o que a lei permite hoje, infelizmente. E nós temos que diferenciar as pessoas que usam isso para outros fins das pessoas que usam isso para dar uma melhor qualidade de vida para os seus filhos, para terem uma qualidade de vida em que possam conviver com seus filhos. Há sujeitos que tinham 30 casos de convulsão por dia e que não têm mais; ou que tinham 300 e passaram a ter três. Esses casos estão reportados, inclusive, pela imprensa.

Eu queria falar do atendimento aos autistas adultos severos: não existe. Existem ilhas, que você também conta nos dedos de uma mão só, para que essas pessoas sejam atendidas. Nós estamos na Capital do País, e eu digo com toda segurança que aqui não existe um lugar desse. Nós ainda dependemos de um ou outro programa – o Autismo & Família, da Drª Joanicele –; temos uma ou outra coisa que existem, que atendem um número específico, pequeno, até porque muitas vezes são programas voluntários, como é este de que eu estou falando. Mas, do Governo, infelizmente, nós não temos.

Então, nós temos que trabalhar muito por isso. Falta um protocolo. Eu digo assim: não existe um protocolo real – real que eu estou falando; de mentira existe um milhão. Real, não existe um protocolo. O sujeito recebeu o diagnóstico da pessoa com autismo? Sim. Para onde eu vou encaminhar? Em Brasília, pela primeira vez, no ano passado, foi criada uma Gerência de Atendimento a Pessoas com Autismo do Governo do Distrito Federal. Quantas pessoas há na gerência? Uma pessoa. Uma pessoa para cuidar dessa gerência! Aqui em Brasília, o sujeito recebe o diagnóstico, eu vou mandá-lo ou para o Compp, ou para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hospital da Criança ou para o Ceal. Todos os três estão lotados. Não há onde... Então, o que eu faço com esse indivíduo? Eu vou sentar e ver televisão? Isso é possível? A gente sabe que não. Nós precisamos trabalhar em investimento para essas pessoas, para esses protocolos. Todos precisam de acesso, de apoio, de tecnologia assistiva, de centros de convivência, de centros de atendimento às pessoas com autismo.

O medo hoje que nós temos, Senador Paim, é dos maus gestores, dos maus políticos – como a gente soube e sabe que está havendo um caso aqui, no Distrito Federal, de desvio, dentro da própria Secretaria de Saúde, de recursos que iriam para o Ceal, impedindo que pais de pessoas com autismo, que pais e mães possam levar seus filhos para lá. Então, esse é o grande medo que nós temos hoje.

E eu queria terminar essa minha fala dizendo da importância do dia, mais uma vez, para os gestores, para os tomadores de decisão – nós estamos aqui no Senado, então para os Senadores... Como o Senador Paim, essa pessoa que não se furta, absolutamente, a nos atender. O trabalho com ele é desta forma – há muito tempo venho trabalhando, vamos dizer assim, com ele nesta Comissão –: "Puxa, então, vamos fazer. Dia tal pode ser?" "Não?" "Vamos adaptar." É dessa forma.

Então, por favor, tenham sensibilidade. Vamos lutar, vamos tirar as leis do papel, vamos transformá-las em realidade. Vamos melhorar a qualidade de vida das pessoas com autismo, dessas famílias. É isso que nós precisamos.

Muito obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fernando Cotta, pai de autista, professor e Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista, e Diretor Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab), e, sem sombra de dúvida, para não criar nenhum problema, eu diria que é um dos principais mentores de todas as políticas públicas que nós temos hoje no País em relação ao autista.

Parabéns! Merece mais palmas de todos. (*Palmas.*)

A sua fala disse tudo, já. Além de dar uma aula, já que estamos ao vivo para todo o Brasil, você deixou uma série de contribuições que nós queremos encaminhar juntos. Queremos. Eu me sinto convocado por você. Não é convidado. Convocado é convocado. Estaremos juntos.

Amanda Paschoal, estudante da Universidade de Brasília, autista e conselheira do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab).

A SRª AMANDA PASCHOAL – Bom dia!

Eu fiquei muito feliz de chegar aqui e já ver que estavam falando sobre modelos sociais de deficiência. Eu estava falando sobre isso lá... Eu estava com o tempo supercorrido e tive que só dar uma pincelada por cima. Ainda bem que puderam explicar, principalmente sobre a questão da responsabilidade social.

Eu vejo muito que a gente ainda está em um modelo médico integrado que coloca a culpa de tudo na própria pessoa. Então, se a pessoa não é autista, se a pessoa não tem nenhum parente ou ninguém da família autista, não é a área de trabalho dela, ela pensa: "Isso não tem nada a ver comigo." Mas não. Isso tem a ver com ela, sim. Mesmo que não tenha nenhum conhecido autista, isso tem a ver com ela, e diz respeito a ela.

Não há uma tradução muito certa, mas é o que a gente diz: a sociedade é que causa a deficiência, que torna deficiente a pessoa. Eu fico pensando assim: hoje é o dia 2, e o que a gente vai fazer amanhã? E o que vai fazer nos outros dias? A gente não pode só um dia estar vestido todo mundo colorido, e aí a gente vai para a rua e, no dia seguinte, nada mudou. A gente precisa provocar a mudança. A gente precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tirar as pessoas do lugar-comum e ensinar para as pessoas que não têm absolutamente nenhuma relação com o autismo que, sim, elas têm uma relação com o autismo, elas têm uma responsabilidade sobre isso.

Isso vai, por exemplo, do empregador, da pessoa que trabalha com RH e vai contratar as pessoas. Ela vai fazer a entrevista já pensando em eliminar todas as características neurodiversas, mesmo sem ela saber, porque o capacitismo está tão intrincado na sociedade que ela nem percebe que coloca as características neurodiversas como um defeito, como uma coisa inferior, quando ela poderia simplesmente não mexer em nada na capacidade de trabalho da pessoa. Ou, por exemplo, nas universidades, nas instituições de ensino, a pessoa aprender de uma forma diferente, precisar de recursos para aprender da sua forma, precisar de um tempo diferente, não é privilégio, não é tratamento especial. Infelizmente, é uma coisa que eu vejo demais acontecendo na UnB, professores não querendo dar nenhuma adaptação de ensino, dizendo que isso vai piorar a aula deles, ou que isso é privilégio, ou que vai colar na prova. Tudo que você puder imaginar a gente já ouviu lá.

É justamente por causa desse capacitismo tão arraigado na nossa sociedade que a gente precisou criar cotas, para ver se as pessoas percebem que a pessoa com deficiência tem a capacidade total de trabalhar no que ela se propuser a trabalhar. (*Palmas.*)

Me perdi, esperem aí. (*Pausa.*)

Ainda existe muito desse preconceito de que a pessoa com deficiência seria uma pessoa menos capacitada. Inclusive, vou sempre lembrar de uma charge que tem um cara dizendo assim: "Você vai trabalhar como caixa." E o cara na cadeira de rodas: "Mas eu tenho mestrado em economia." E é isso que acontece. A gente percebe essas questões. É um capacitismo, mesmo.

Eu fico pensando: o que a gente precisa fazer para mudar a sociedade mesmo, para a gente chamar a atenção de quem não está aqui? Quem poderia estar nessas cadeiras vazias, que poderia estar fazendo um trabalho muito maior, que poderia estar ajudando, e não está aqui? Como a gente pode mover esse lugar-comum? Eu acho que a gente tem que mudar o nosso próprio pensamento, para começar. Perceber o que a gente está reproduzindo de discursos que segregam, de discursos que excluem, que diminuem a pessoa com deficiência, diminuem a pessoa autista, e aí a gente começar a propagar que a sociedade como um todo tem responsabilidade, e que a gente tem valor, sim, pode ser um primeiro passo para a gente começar.

Bom dia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Amanda Paschoal, estudante da Universidade de Brasília, autista, e também conselheira do Movimento Orgulho Autista Brasil. Ela, com muita competência, já sinalizou, apontou caminhos de valorização da pessoa com deficiência, no caso aqui o autista, e deu um destaque muito interessante, que é a política de valorização no trabalho. As pessoas têm todo um potencial.

Eu sempre digo uma frase, porque eu lido muito com essa questão dos estatutos, da igualdade racial, da pessoa com deficiência, do idoso, da juventude, agora dos ciganos, o último que apresentamos, o Hélio José foi Relator, e foi aprovado: todos nós temos um potencial. Todos, todos. E temos que valorizar esse potencial, porque, à medida que nós vamos envelhecendo, por exemplo, nós vamos tendo algumas deficiências, como vocês falaram aqui. Há aqueles que acham que não têm, mas, quando chegarem a 60, 70, 80, vão ver que começam a ter alguma deficiência. Então, essa integração tem que começar desde agora, com a criança, com os adultos e com os idosos.

Eu tenho aqui já alguns encaminhamentos. Como eu vou passar agora para as considerações finais para todos aqueles que quiserem ainda usar a palavra, quem tiver algum comentário a fazer sobre os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhamentos, que a assessoria da mesa já me passou, aproveita aquelas considerações finais para dizer: "Olha, sabe aqui, ou ali." Ou, depois da audiência, a gente pode também melhorar a redação.

Primeiro, o número um, estamos aqui desde as 9h: encaminhar ofício ao Governador do DF no sentido de solicitar a manutenção da infraestrutura da Associação dos Amigos dos Autistas do DF. Você que propôs, e nós vamos fazer isso aqui. Eu, por mim, assino hoje, já. Nunca deixar para amanhã.

Leio uma denúncia que veio aqui pelo Alô Senado: oficiar o Governador do Estado de São Paulo, solicitando informações sobre o corte de verbas para a educação de autistas, conforme denúncia do Sr. Carlos Marques, pelo e-Cidadania.

Instruir a SUG nº 21, para ampliar o seu escopo, a fim de que seja instituída a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autistas. Instruir a SUG nº 21, ampliar um pouco, já que ela vai ser aprovada aqui, para que seja possibilitada, em todos os Estados, a criação dos centros regionais – esse é o principal da SUG nº 21 – de assistência à saúde especializada no diagnóstico precoce e diferenciado no tratamento e pesquisas do autismo.

Quinto. Instruir nacionalmente o protocolo de estatísticas e avaliação precoce para o autismo, tais como – aqui dão o exemplo – o neurológico, incluindo a diferenciação de epilepsias e encefalopatias autoimunes, genética e metabólica, incluindo exames de alta complexidade, e aqui cita alguns encaminhamentos.

Sexto. Apoiar o fortalecimento das agências reguladoras (ANS e Anvisa).

Sétimo. Apoiar a legalização do cultivo caseiro do uso da *Cannabis* medicinal.

Oitavo. Apresentar emenda à Lei Orçamentária Anual priorizando a vida, a saúde e a educação especial. Seria a verba no orçamento para a questão autista.

Instruir a SUG nº 21, também, para que seja estabelecido alívio fiscal às famílias autistas. Isso pode ser na SUG nº 21 ou pode ser separado. Foi proposta aqui a isenção do Imposto de Renda.

Décimo. Juntar as notas taquigráficas desta reunião à SUG nº 21, para mais informações. Realizar audiência pública no dia – você lembrou – 18 de junho sobre o Dia Mundial do Orgulho Autista.

Isso é um resumão de tudo o que nós ouvimos aqui. O que estiver ao meu alcance, eu vou encaminhar; outros, vou transformar em projeto; e outros, propor até para o Executivo, como a gente fez no passado, já.

Agora nós vamos assegurar a palavra a todos os convidados para suas considerações finais.

Eu vou, em primeiro lugar, passar a palavra para a primeira mesa dos que estiverem presentes, a não ser que tenha alguém também que não estava na mesa, mas se quiser fazer alguma consideração, vamos assegurar também.

Marcelo da Silva Nunes, quer usar a palavra para as considerações finais? (*Pausa.*)

Ele já foi.

Klaus Reitz, para as considerações finais.

O SR. KLAUS REITZ – Eu quero agradecer o convite de participar. É uma honra para mim fazer parte desta mesa de debates. Agradeço ao Fernando Cotta, agradeço ao Senador Paulo Paim.

É importante mesmo a gente discutir. O Dia do Autismo está aqui para a gente discutir essas questões, que são importantes. Fiquei muito feliz com a receptividade das propostas que foram colocadas aqui. A gente realmente precisa muito disso.

Então, agradeço. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Klaus Reitz. Meus cumprimentos! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Joanicele Brito.

A SRª JOANICELE BRITO – Também queria agradecer, por mais uma vez estar fazendo parte de uma audiência, e deixar realmente o recado, como a Amanda falou: não é só o dia 2 de abril, é todo dia. Então, vamos conhecer mais, respeitar, e tentar perceber que cada um tem seu jeito, ninguém é igual. Então, respeitar o jeito de cada um e deixar aberto para quem precisar de ajuda... A Moab está sempre com a gente. A gente tem vários projetos na Moab. É só entrar em contato com a gente que a gente vai estar sempre disposto a ajudar.

Muito obrigada ao Senador e a todos os presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Joanicele Brito.

Agora, Viviani Amanajás.

A SRª VIVIANI AMANAJÁS – Queria agradecer também, Senador. V. Exª está realmente sempre ao nosso lado. A gente sabe que pode sempre contar com o senhor quando a gente está aqui.

Eu queria fazer uma reflexão. Nós colocamos o nosso vídeo hoje no *site*, dizendo que ele foi em comemoração ao dia 2, e aí a gente recebeu: "Comemorar o quê?" A gente já avançou muito. A gente já sabe o quanto nós já ouvimos falar mais sobre o autismo. As pessoas já têm mais consciência sobre o autismo, nós já temos excelentes legislações, mas a gente tem a consciência de que a gente realmente ainda precisa lutar muito. Como o Fernando falou, a gente precisa tirar essa legislação do papel. A gente não precisa ficar falando sobre direitos. A gente precisa realmente fazer com que as pessoas tenham esse direito, independentemente de elas estarem reclamando por ele ou não.

Então, vale esta reflexão. É um dia de comemoração, é um dia que a gente realmente precisa aproveitar para falar do autismo, mas, como a Amanda falou, a gente precisa não só do dia 2, não só do dia 18, não só do dia 21 de setembro. A gente precisa de várias outras datas, a gente precisa saber que isso é todo dia e que a gente aqui do Moab está trabalhando por isso, a gente está lutando. Eu sempre gosto de falar assim: a gente não só luta, a gente constrói um mundo melhor. Quando a gente faz essa luta, a gente está construindo um mundo melhor. Então, a gente procura não só ficar reclamando. A gente precisa saber também que a gente teve vitórias e que elas são importantes.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Viviani Amanajás. Todo dia é dia de autista. E como alguém já disse e eu repito: nossas causas, nossas lutas. Não adianta, é uma batalha permanente. Adoramos as boas causas, e essa é uma grande causa.

Gilberto Ferreira Pereira, por favor.

O SR. GILBERTO FERREIRA PEREIRA – Gostaria também de agradecer a oportunidade de estar aqui presente, e aproveitar para fazer um complemento. Na hora em que a gente fala, a gente é tomado um pouco pela emoção, mas a AMA está intimada a sair do Instituto de Saúde Mental agora, até o dia 21 de abril. Na intimação, a falta de sensibilidade do juiz que a decretou em autorizar o uso da força física para tirar as pessoas de lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É mais grave ainda.

O SR. GILBERTO FERREIRA PEREIRA – É uma situação muito desagradável. Então, aproveitando a oportunidade, que o senhor vai fazer esse encaminhamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou fazer hoje, em nome da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. GILBERTO FERREIRA PEREIRA – Gostaria de agradecer imensamente. Obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos ao Gilberto Ferreira Pereira, que é pai de autista.

Agora, vamos para as considerações finais.

Há alguém que, antes de eu entrar da segunda mesa, me pediu, que gostaria de usar também cinco minutos. Vítor Nascimento dos Santos. Por favor, Vítor. **O SR. VÍTOR NASCIMENTO DOS SANTOS** – Bom dia!

Sou Vítor Nascimento dos Santos. Sou namorado da Amanda. Também sou autista.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer pelo excelente trabalho que V. Exª tem feito nesta Comissão, porque eu já acompanho seu trabalho faz um tempo, e já vim aqui outras vezes, relacionadas a outros assuntos.

Eu gostaria de comentar acerca das cotas para universidades públicas, e para universidades particulares também – pelo menos é isso que a gente deseja. Atualmente, essas cotas para pessoas com deficiência para ensino superior em geral definem que vai ser uma subcota dentro das cotas feitas para pessoas que estudaram em escolas públicas. Qual é o problema desse jeito? É que você exclui aquelas pessoas que não estudaram em escolas públicas. Você exclui a pessoa com deficiência que estudou em escola particular, mas ela, de modo nenhum, deixou de ser pessoa com deficiência. Ela continua sendo pessoa com deficiência, mas só, porque ela estudou em escola particular, ela não tem direito à cota. Essa é a atual situação. É o que a lei define atualmente.

Por sorte, a Deputada Luizianne Lins, do PT, do Ceará, apresentou um projeto de lei, agora em março. É o Projeto de Lei nº 9.582, que pretende mudar isso, que pretende estender para 10%, não sendo mais uma subcota daqueles que estudaram em escola pública, mas sendo 10%, independentemente de onde a pessoa estudou, se foi em escola pública ou se foi em particular.

Era só isso. Obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Vamos colocar aqui nas considerações dos encaminhamentos também a proposta que ele coloca, baseada num projeto que já existe, da Luizianne Lins. O.k.? Agora vamos...

Você quer falar agora? Pode ser.

A SRª AMANDA PASCHOAL – É só uma coisinha que eu lembrei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já fale os seus cinco minutos agora. Começamos com você, Amanda. Amanda Paschoal, suas considerações finais. Aí, vamos subindo.

A SRª AMANDA PASCHOAL – Na questão de responsabilidade social, acho importante lembrar que pessoas autistas geralmente têm transtorno do processamento sensorial, e isso faz a gente ser muito sensível. Alguns são muito sensíveis a luz, ou a som, a cheiros, todas as questões sensoriais, e é isso, geralmente, que leva à crise e à autoagressão. E eu soube que existe um projeto querendo alterar a lei do silêncio, e permitir ainda mais decibéis do que já está. Está tendo uma grande pressão dos bares e restaurantes, que dizem que querem incentivar a cultura. Você pode fazer seus *shows*, incentivar a cultura e tal, mas você faz um tratamento acústico, você coloca proteções. Lembre que a responsabilidade social

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de você ter uma banda de *rock* tocando do lado de uma casa vai gerar a autoagressão em alguém. Eu queria lembrar do nosso direito ao silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. A Amanda Paschoal lembra aí, pessoal, do direito ao silêncio, para que as casas de *show* não ultrapassem o limite da razoabilidade, que existe hoje. Ela diz muito bem: há acústica, há tudo. Tudo pode ser feito. O.k.

Agora, vamos, então, deixar o Cotta concluir. A Ana Paula Gulias, para que ela faça as suas considerações finais. A Ana Paula. E o Cotta encerra.

A SRª ANA PAULA GULIAS – Eu queria agradecer mais uma vez ao Senador esta oportunidade.

Eu gostaria de registrar a presença do Samuel, que está ali com o pai. O Samuel é um dos autistas adultos severos que estão aqui. (*Palmas.*)

Muito obrigada ao pai do Samuel, porque nós não temos nomes, nós somos pai do Samuel, mãe do Leonardo. Muito obrigada por vocês terem vindo. Eu queria registrar isso, porque é muito difícil conseguir trazer um autista adulto severo numa audiência. Muito obrigada mesmo por virem. Muito obrigado, Samuel, por você estar aqui.

Eu gostaria também de registrar algumas coisas que estão acontecendo, que eu acabei esquecendo, tomada pela emoção. O Compp funciona no Distrito Federal, eu fui lá para colocar o meu filho na fila de espera, e nem foram examinar o Leonardo. Foi dito que o Leonardo não servia para o Compp. E aconteceu isso de novo com uma mãe.

Eu também ouvi, no Hospital da Criança, dizerem o seguinte: "Nós não podemos receber autista, porque autista não tem alta." É uma coisa muito grave isso. Eu gostaria de registrar isso. Realmente, os autistas não têm alta quando o trabalho não é feito de forma decente e de forma digna. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ana Paula Gulias.

Josué Ribeiro, por favor.

O SR. JOSUÉ RIBEIRO – Senador, eu queria agradecer e colocar, sempre na medida do possível, a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência à disposição.

Eu queria dizer que essa luta é de todos nós. O que nos faz igual, nesta sala ou em qualquer outro lugar, é que somos todos diferentes. Esse achatamento cultural, de certa forma, que nos aproxima e que quer nos fazer tão parecidos, não cola, não dá certo. Nós somos todos bem diferentes, felizmente.

Muito obrigado.

Até uma próxima. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi Josué Ribeiro.

Por fim, para encerrar, o nosso querido amigo e militante pai de autista, lutador desta causa. Eu diria que foram você e a Berenice que me trouxeram... Eu pouco entendia...

O SR. FERNANDO COTTA – O Ulisses também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Ulisses também.

Eu pouco entendia. Sentaram comigo e disseram mais ou menos assim: "Senador, nossa última conversa aqui é com você, porque viajamos muito." Eu fiquei muito feliz com a forma com que vocês se conduziram a mim. Estou muito orgulhoso de ter feito essa caminhada com vocês durante mais ou menos uma década, calculo. Foi em 2012, há mais ou menos uma década...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO COTTA – Em 2012, ela foi aprovada. Em 2009, nós começamos a discutir o anteprojeto aqui com a sua assessoria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, quando nós começamos. Na Liderança.

O SR. FERNANDO COTTA – ... e com aquele que era Senador do Paraná... Esqueci o nome...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, o Flávio Arns.

O SR. FERNANDO COTTA – O Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele foi um dos relatores do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O SR. FERNANDO COTTA – Também, de sua autoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A palavra é sua.

O SR. FERNANDO COTTA – Começamos a discutir com o senhor e hoje temos toda uma garantia de direitos na lei para essas pessoas com autismo, para essas famílias, porque eu digo que, atrás de uma pessoa, está uma família.

Muitas mães me falam que tiveram que deixar, muitas vezes, o seu trabalho para poder estar com seus filhos, para poder dar um encaminhamento melhor à vida dos seus filhos. Está ali a Gisele, que sabe muito bem o que é isso, porque é uma dessas pessoas. Depois disso, o filho teve um desenvolvimento muito melhor perto daquele, claro, que tinha. Então, isso é um fato muito corriqueiro.

Eu quero só agradecer, mais uma vez, Senador Paim, por o senhor ter nos ouvido, por o senhor levar as nossas demandas, sempre trabalhando para que a qualidade de vida dessas pessoas seja melhorada. Eu acho que todos aqui entendem perfeitamente bem e sabem a dificuldade de, muitas vezes, lidar com uma pessoa com autismo tendo em vista as suas necessidades.

Uma vez, por exemplo, quando estava para se reunir o Confaz, que é o conselho dos secretários de fazenda dos Estados, em que eles aprovam determinada isenção, no nosso caso específico, de impostos para aquisição de veículos, com a isenção de um imposto federal, o IPI, o Secretário de Transportes me chamou e falou: "Venha cá, Fernando. Autista precisa mesmo disso? Autista precisa mesmo de lugar em vaga especial?" Eu falei: "Infelizmente, não dá tempo, mas eu faço compromisso aqui..." E eu queria fazer isso com todos que têm essa dúvida. Eu falei: "Abrace um autista severo. Dê um abraço num autista severo. Abrace! Se possível, passe uma hora ou uma manhã com a mãezinha do lado dele, porque, sozinho, você não vai conseguir. Leve-o a uma terapia, acompanhe-o a uma terapia para ver como essas pessoas se manifestam."

Aquelas mãezinhas – minha palavra é para vocês que estão me ouvindo agora pela TV Senado – que não puderam estar aqui, o meu filho Fernandinho, a quem sou grato, porque, senão, eu não seria essa pessoa que sou e não teria essa sensibilidade... E, nisso, todos vocês se sintam agraciados, porque nós nos tornamos pessoas muito melhores, a partir do momento em que passamos a conviver com essas pessoas. Nós temos que ser eternamente gratos a isso, mas isso não quer dizer que isso não dá muito trabalho e pede muita atenção – toda a atenção de uma vida, todo o trabalho de uma vida.

É para vocês que eu quero deixar o meu recado de lutar. Lute na associação da sua cidade, no Movimento Orgulho Autista Brasil, na associação do seu Estado, nos Poderes Públicos. Vá atrás! Você vai conseguir! Nós batemos em muitas portas antes de chegar ao Senador Paim, para encontrar um homem da política brasileira, um Senador que tivesse sensibilidade. Vá atrás do seu secretário de saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou de educação ou, se não do secretário, do assessor do secretário. Não desista do seu filho. A grande esperança do seu filho ou da sua filha é você mãezinha que está me ouvindo agora, que acompanhou e que furtou, muitas vezes, dele o horário de estar com ele, o horário de trabalho, o horário de lazer para estar aqui, nos ouvindo hoje. É para você que eu falo. Tenha esperança, lute, não desista do seu filho!

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO COTTA – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem! O Fernando Cotta, com essa fala brilhante dirigida diretamente às mães, aos pais, à família autista, disse tudo.

Fernando Cotta, eu vou dizer para você uma frase de que gosto muito, mas que esta frase sirva para todos vocês. Há momentos em que eu também me emociono – não sou de ferro – como vocês se emocionaram. Eu vou dizer para você uma frase que eu uso em momentos como este – não é a primeira vez – e que se refere a pessoas... Enfim, vou dizer. Espero que todos os familiares autistas sintam este mesmo abraço que estou dando agora com esta frase: Fernando Cotta, como é bom saber que, no mundo, existem pessoas iguais a vocês! (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública.

(*Iniciada às 09 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2018, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e dois minutos do dia seis de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 47/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Desaparecimento, tráfico e abuso sexual de crianças". Participantes: Adriana Regina da Costa, Delegada de Polícia, Diretora do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul – DECA; José Fernando Maia Vinagre, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Medicina - CFM; Júlio Fontoura, Coordenador da Pasta de Relações Institucionais do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares - FCNCT; Vivian Netto Machado Santarém, Defensora Pública - Coordenadora do Grupo de Trabalho no Rio de Janeiro; Shara Thawane Martins do Prado, Representante Comitê Consultivo do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF; Joel Gomes Moreira Filho, Presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da OAB; Pablo Bergmann, Delegado de Polícia Federal - Chefe da Unidade de Repressão a Crimes de Ódio e Pornografia Infantil na Internet; Matheus Vinícius Souza Domingos, Representante Comitê Consultivo do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF; Berenice Maria Giannella, Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos – MDH; e Luiz Castro, Deputado Estadual do Amazonas e Presidente da Frente Parlamentar de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - FRENPAC. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: solicitar ao Presidente da CCJ que designe o Senador Paulo Paim como relator do PLC 144/2017, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas; defender junto ao Congresso Nacional, com relação ao orçamento, para que os Governos Federal, Estadual e Municipal destinem verbas a programas de proteção às crianças e adolescentes; apoiar a integração dos órgãos públicos e entidades da sociedade civil que atuam na defesa das crianças e adolescentes; apresentar projeto de lei para que se tenha maior controle com relação a propagandas destinadas ao consumismo de crianças e adolescentes; atuar para que sejam obedecidas as atribuições dos conselheiros tutelares; apoiar os projetos que valorizam e aprimoram o trabalho dos conselhos tutelares; Solicitar a CBF que disponibilize espaço físico e nos telões dos estádios para exposição de fotos de pessoas desaparecidas durante os jogos; solicitar ao Ministro da Justiça que seja retomada a discussão sobre a implantação de uma metodologia integrada de coleta de dados sobre tráfico de pessoas dentro da política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 47, de nossa autoria e de outros, para debater o tema: Desaparecimento, tráfico e abuso sexual de crianças e adolescentes.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

De imediato, vou convidar para a mesa os nossos convidados, já pedindo desculpas, porque todos estão sentindo a situação por que o País atravessa. Usei a tribuna para um pronunciamento numa linha de conciliação e de entendimento, devido à situação em que se encontra a nossa jovem democracia. Eu tinha que fazer esse pronunciamento, mas aqui vamos cuidar especificamente do tema que é esse que eu já listei aqui, da situação da exploração, violência contra crianças, jovens e adolescentes.

Convido José Fernando Maia Vinagre, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Medicina (CFM). (*Palmas.*)

Obrigado por ter vindo.

Convidamos Adriana Regina da Costa, Delegada de Polícia, Diretora do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul (Deca). (*Palmas.*)

Convidamos Júlio Fontoura, Coordenador da Pasta de Relações Institucionais do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares (FCNCT). (*Palmas.*)

Meus cumprimentos.

Convidamos Vivian Netto Machado Santarém, Defensora Pública, Coordenadora do Grupo de Trabalho no Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

Informo a todos que nós estamos ao vivo para todo o Brasil pelo sistema de TV, Rádio, Agência Senado, pela importância desse tema.

Primeiro, peço à minha assessoria um documento que me situe em relação à juventude que está aqui.

Como estamos ao vivo para todo o Brasil, se me permitirem, com a paciência dos senhores, depois vocês terão o tempo que entenderem necessário, vou fazer uma rápida introdução do motivo dessa audiência pública, que fiz questão de realizar numa sexta-feira. Alguém poderia perguntar por que numa sexta-feira. Porque numa sexta-feira pela manhã ou numa segunda-feira pela manhã nós temos a TV Senado para todo o País. E, no mínimo dois, três milhões de pessoas com certeza vão nos assistir. Se fizéssemos numa quarta ou numa quinta, seria gravado e só passaria depois, num horário que não é nobre. Aqui nós estamos em um horário nobre e depois será reproduzido novamente pelo sistema de comunicação do Senado.

Para introduzir, leio trechos de matéria publicada no jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, mas eu poderia relembrar também o *Pioneiro,* de Caxias do Sul. Todos os jornais do Rio Grande falaram muito sobre a situação que vou discorrer, relatando a triste história da pequena Naiara Soares Gomes, de apenas sete anos, que teve a sua infância interrompida.

A reportagem, assinada por Adriana Irion, começa assim:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Idas e vindas marcaram a curta trajetória de Naiara Soares Gomes, raptada, estuprada e morta [...], no dia 9 de março, quando caminhava sozinha até a escola, [na minha cidade natal], em Caxias do Sul. [Inclusive um bairro que eu conheço bem.]
> [...] [A menina vivia em uma casa humilde] havia três anos, com a tia, dois irmãos e primos [...].
> Caçula de oito irmãos, Naiara nasceu em Vacaria, [...] 10 de agosto de 2010. Na época, já fazia um ano que sua família era atendida pelo conselho tutelar da cidade em razão de negligência [estou lendo aqui a reportagem] por parte da mãe, que costumava sair e deixar os filhos aos cuidados de um tio idoso.
> As crianças ficavam na rua. No órgão público a situação ganhou a identificação de "Caso dos filhos da Naninha".
> Fabiana Reis Soares, a Naninha, hoje com 36 anos, era conhecida pela extrema agressividade contra quem tentasse interferir na vida familiar.

Enfim, vamos avançando aqui.

> Na rede de proteção, não há registro de agressões da mãe contra os filhos [...]. A partir de 2012, após a morte do então marido e pai dos quatro filhos mais novos – inclusive de Naiara –, Naninha se afundou [infelizmente, por um campo que todos nós sabemos, delicadíssimo, conforme a reportagem] na droga e o conselho tutelar passou a ser mais requisitado.
> [...]
> Em 19 de maio de 2014, os filhos de Naninha foram levados para o Abrigo Divina Providência.

E aqui ela discorre sobre a vida dos meninos e meninas.

Enfim, desde que eu soube que ela tinha desaparecido, de imediato usei inclusive a TV Senado, mostrei a foto, pedindo a todos que tivessem informação que nos ajudassem, mas infelizmente ela não foi encontrada com vida; foi encontrada morta.

A minha intenção aqui vai além de aprofundar o debate. Acho que isso não pode terminar nesse dia. Nós pretendemos, se assim os senhores concordarem, assegurar a Honraria Naiara Soares Gomes, que será concedida anualmente, a realizar-se durante as atividades do Dia Internacional das Crianças Vítimas de Agressão, dia 4 de junho, e agraciará cinco pessoas por ano. A Honraria Naiara Soares Gomes consistirá na concessão de diploma de menção honrosa àqueles que se destacarem na luta contra a violência contra crianças, jovens e adolescentes.

Enfim, isso é só uma introdução. A Honraria, é claro, tem que entrar na Casa, ser aprovada, discutida, ir para a Mesa; não será fruto, naturalmente, de decisão aqui.

Eu quero cumprimentar com muito carinho, neste momento tão difícil da vida nacional, os aprendizes do Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador (Cesam), com uma grande salva de palmas. Muito obrigado por estarem aqui prestigiando este momento. (*Palmas.*)

De imediato, vamos situar rapidamente o que aconteceu. Vocês é que vão aprofundar e apontar os caminhos, naturalmente.

Eu passo a palavra para o Sr. José Fernando Maia Vinagre, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Medicina, que poderá usar o tempo que for necessário, sejam 10, sejam 15, sejam 20 minutos.

O SR. JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE – Pois não. Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos! Em nome do Senador eu cumprimento os demais membros da Mesa.

Fico muito feliz com a iniciativa desta audiência pública. Realmente, o Conselho hoje tem uma inserção importante na questão das crianças desaparecidas, no tráfico de pessoas, e esta é uma oportunidade para a gente poder mostrar e discutir o que está sendo feito pelo Conselho Federal de Medicina.

A propósito, sou pediatra, e há uma plateia com muitos adolescentes, que são realmente o foco maior desta questão de crianças e adolescentes desaparecidos.

Eu preparei aqui uns eslaides para mostrar para vocês como está sendo a inserção do Conselho Federal nessa questão das crianças desaparecidas.

Nós temos a Comissão de Ações Sociais do Conselho Federal de Medicina, comissão que foi criada em 2011 e, diante desse alarmante número de... O que vemos realmente na prática? Nós temos uma parceria com o colégio médico da Espanha, o Conselho Federal também, e eu faço parte dessa comissão, e, realmente, esses números não se restringem apenas ao Brasil, é uma questão hoje de caráter mundial, principalmente com a migração das pessoas do tráfico de pessoas para os países mais desenvolvidos.

O índice de desaparecimento de crianças e adolescentes no mundo vem se elevando a uma taxa superior a 10% ao ano. Dados apontam a estimativa de 25 milhões de desaparecimentos no mundo – esse é um dado da ONU –, e dados publicados em junho de 2016 pelo Observatório Romano declaram 46 milhões de homens, mulheres e crianças traficadas para trabalho escravo ou prostituição. E o Brasil, além de fornecer essas pessoas para o tráfico, é uma rota também. Nós temos várias rotas dentro do Brasil desse tráfico.

Ainda que a grande maioria dos desaparecimentos sejam solucionados nas primeiras 48 horas, os dados mostram que nessas 48 horas a notificação é essencial. Se você perder essa chance nas primeiras 48 horas, fica mais difícil, depois, localizar o desaparecido. Existe um percentual de 15% a 20% de crianças e adolescentes que não são encontrados num longo período de tempo.

Muitas vezes – principalmente quando se trata de crianças e adolescentes, conforme o que se tem de dados – o próprio adolescente está fugindo de uma violência doméstica, por exemplo, ele se isola e não fornece nenhum dado para que se ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para confirmar o que diz V. Sª: eu, com tristeza, vi a reportagem, estava lendo aqui, e eu mesmo fiquei constrangido pelo abandono da família...

O SR. JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE – Exatamente.

E a questão não é só o desaparecimento de crianças e adolescentes, ela envolve uma série de outras coisas. A violência contra a criança, que é... Os números mostram também coisas terríveis que acontecem. Realmente, ela está fugindo desse ambiente e prefere não ser encontrada. Ela prefere ter uma vida marginalizada a participar daquele ambiente onde está sofrendo violência.

O tamanho e a dimensão do problema no Brasil e no mundo implica a obtenção do engajamento de toda a sociedade – isso é lógico, não é? Dessas iniciativas do Senado é que podem sair, realmente, algumas medidas que podem ajudar a solucionar esse grave problema. E diversos países, como o Brasil, não possuem um cadastro unificado. Nós precisamos ter isso urgentemente. Nós precisamos ter esses dados para que possamos realmente fazer alguma coisa.

Dados do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos do Ministério Público do Rio de janeiro – estamos ao lado de uma defensora pública do Rio – mostram que, em 2016, o Estado do Rio de Janeiro registrou quase 6 mil casos de desaparecimentos de pessoas. A subnotificação realmente é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante: esse número não é o número real. E, desse número de quase 6 mil, nós temos que 75% são do sexo masculino, cerca de 20% são menores de 18 anos.

São Paulo tem também alguns dados. Eu consegui uns dados até 2015, de 4.238 ocorrências em 2015.

No Rio Grande do Sul foram registrados quase 5.500 de menores, sendo que 63% envolviam meninas.

Se você for olhar o perfil das crianças desaparecidas e traficadas, são mulheres, menores de 18 anos. Essas menores de 18 anos ficam no próprio Brasil. O tráfico acontece dentro do Brasil. As maiores de 18 anos são normalmente traficadas para fora do Brasil.

Santa Catarina também tem os dados um pouquinho melhores, de três mil registros de desaparecimentos.

E o Maranhão... Aí você vê o extremo Norte e Nordeste do Brasil, em que há um PIB menor do que os Estados mais ricos. Teve uma notificação, em 2016, de apenas nove casos de pessoas desaparecidas. Isso mostra a realidade da notificação, no Brasil, dessa situação alarmante.

O Conselho Federal, como eu já disse, criou, em 2011, a Comissão de Ações Sociais, que é composta por integrantes do CFM, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, e tem a participação de várias sociedades de especialidades dentro da Medicina, principalmente a Sociedade de Pediatria, que é a especialidade médica mais afetada nessa situação, além da Confederação Nacional dos Bispos, a Convenção Batista Brasileira, movimentos humanos de direitos, institutos de imigração. Ela é uma comissão bem ampla que tem uma inserção grande com vários setores da sociedade e tem feito um trabalho que eu considero muito importante e bastante bom nessa situação.

Nós temos quatro focos principais que são defendidos por esta Comissão. Na notificação compulsória, como eu já disse, todos os boletins de ocorrência com registro de desaparecimento de crianças devem ser notificados obrigatoriamente ao Ministério da Justiça, por meio eletrônico, o mais rápido possível, juntamente com a foto do desaparecido. Normalmente a família, no momento em que registra o desaparecimento, já fornece essa foto. As informações devem ser disponibilizadas em *site* específico.

A atualização do cadastro de desaparecidos deve ser feita diariamente, porque uma subnotificação prejudica realmente a busca.

Garantia do registro de identidade das maternidades é essencial hoje. O recém-nascido deve sair da maternidade já com a sua carteira de identidade pronta; o seu CPF. E isso realmente ajuda enormemente nessa situação.

Unificação da numeração. A numeração das carteiras de identidade deve conter, em caráter nacional, um sistema alfanumérico único. Isso é uma conquista, já está em lei.

E alertas regionais. No momento em que acontece um desaparecimento, isso é notificado em Brasília e imediatamente o resto do Brasil ou pelo menos esses Estados que fazem fronteira com o Distrito Federal devem ser notificados imediatamente, porque as rotas do tráfico são identificadas.

Para que essas ações propostas sejam realmente incrementadas, nós criamos três eixos principais de ações prioritárias. Aprovação de protocolo pelos países membros da ONU, para que com seus efeitos legais seja viável obtenção de resultados.

Isso não é um problema do Brasil, é um problema mundial que deve contar realmente com um esforço mundial para resolvê-lo, porque os países que não sofrem esse tipo de efeito são aqueles para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde aportam as pessoas que são traficadas. E isso cria um problema social grave para esses países também.

Outro eixo é a implementação do cadastro oficial unificado e governamental, que eu já citei; registro e identidade nacional unificados; boletim de ocorrência e foto. O levantamento que a gente faz é da dificuldade em se fazer esse boletim de ocorrência, porque muitos Municípios não têm delegacias especializadas para crianças desaparecidas; para o caso não só de crianças, mas para o caso de desaparecimento de pessoas. E o registro dessa ocorrência é muito difícil também.

Nas grandes cidades há mais facilidade, mas precisa que isso tenha uma unificação, realmente.

Definição de protocolos de medidas a serem executadas após cada desaparecimento: ter uma linha de investigação rápida. Realização de campanhas públicas. Isso é normal e foi criado... Já há um dia nacional do desaparecido, e tal. E um terceiro eixo é a formação de rede continental e mundial de compartilhamento de dados.

A repercussão no Congresso Nacional, no ano passado. Duas leis importantes foram aprovadas, que são a 13.447, de 2017, que cria exatamente a Identificação Civil Nacional... Estarão em um único documento a Carteira de Identidade, o Título de Eleitor e o Cadastro de Pessoa Física. A outra é a 13.417, de 2017, que estabelece que todos os serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo estão obrigados a veicular informações da base desse dado de cadastro de crianças e adolescentes desaparecidos, incluindo fotografias. E essa PL 6.699, que está ainda tramitando e aguardando apreciação, é que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

Esses são alguns dos movimentos que o Conselho Federal, a partir de 2011, vem incrementando nessa área. Ato público em várias cidades brasileiras, simpósio sobre desaparecimento, passeatas; isso para motivar a discussão, realmente, e envolver o máximo possível de médicos nessa discussão, que é um segmento importante para tentar minimizar esse grave problema.

Nós tivemos até uma audiência com o Papa Francisco. Esse que está cumprimentando o Papa é o coordenador da Comissão de Assuntos Sociais; é um pernambucano. E audiência com Ministro e tal. E caravanas nacionais de Conselhos de Medicina.

Todo dia 25 de maio, que é a celebração do Dia Internacional da Criança Desaparecida, os conselhos fazem manifestações nacionais sobre o caso.

A campanha do CFM ainda divulga informações pelo *site*, que é este: www.criancasdesaparecidas.org e pelo Facebook do Conselho.

Nós fizemos uma recomendação para os médicos que atendem crianças que possam estar numa situação de serem crianças desaparecidas e traficadas. Nessas recomendações, ao atenderem uma criança, os profissionais devem analisar alguns dados e as atitudes da criança. Elas demonstram nas atitudes se elas estão sofrendo uma situação de desconforto, de perigo. Observar como ela se comporta com o acompanhante, porque a pessoa que trafica pode ser esse acompanhante, como ela está em relação a esse acompanhante, isso é muito importante. Observar a existência de marcas físicas, que podem demonstrar alguma violência que essa criança pode ter sofrido e exigir a documentação do acompanhante, porque, às vezes, você se passa por mãe ou por parente da criança e, na realidade, você não é, não tem absolutamente nada a ver com a criança.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE – A gente pode até não recusar o atendimento, mas, se for um caso de urgência, promover um atendimento de imediato e exigir depois a presença de um responsável direto pela criança. Ter conhecimento dos antecedentes da criança, desconfiar se o acompanhante fornecer informações desencontradas do que a criança fala, principalmente, e comunicar as autoridades competentes de imediato se suspeitar de uma situação de conflito.

Também fizemos recomendações para a população em geral, principalmente para os pais para desde cedo ensinarem à criança algumas situações, a ter o nome completo do pai e da mãe, o registro dela deve andar sempre com a criança... Então, são várias orientações que a gente dá lá pelo Conselho Federal de Medicina.

E, como proceder no caso, há o Disque Direitos Humanos, é o 100. A Lei Federal nº 11.259/2005 garante a busca imediata da criança e não após 24 horas, como muitos acreditam.

Para maiores informações sobre o trabalho da Comissão e do Conselho Federal há o acesso: portal.cfm.org.br.

Era isso que eu gostaria de mostrar. Agradeço extremamente a oportunidade, Senador. Estou aqui à disposição para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nossos cumprimentos ao Sr. José Fernando Maia Vinagre, Conselheiro do Conselho Federal de Medicina. V. Sª foi brilhante.

Peço a V. Sª que, se houver alguma proposta, no conjunto da sua exposição, que dependa daqui do Congresso Nacional, que V. Sª remeta para que a gente possa apresentar, em nome da Comissão de Direitos Humanos, em forma de projeto de lei.

Fique bem à vontade. Será gratificante para nós colaborar nesse sentido.

O SR. JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passamos a palavra, de imediato, à Delegada de Polícia, Diretora do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul (DECA), Drª Adriana Regina da Costa.

No caso da Naiara, eu soube de todo processo, como é que se deu. Pela força que a Polícia Civil fez, pelo menos, pela informação que eu tenho – eu queria que a senhora também, se pudesse, colocasse – , o agressor, enfim, esse bandido, assassino covarde, está preso.

A palavra é sua.

A SRª ADRIANA REGINA DA COSTA – Bom dia a todos e a todas.

Uma saudação especial ao Senador Paulo Paim, na pessoa de quem saúdo as demais autoridades aqui presentes, senhoras, senhores e jovens que estão representando a nossa sociedade.

Agradeço a oportunidade de a Polícia Civil estar aqui trazendo um pouco do trabalho que tem sido desenvolvido no Sul.

Sou Delegada de Polícia há 18 anos e há 3 anos sou Diretora do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul (Deca).

A Polícia Civil do Rio Grande do Sul tem um departamento especializado que trabalha com a criança e o adolescente, contendo várias delegacias a ele relacionadas. Temos quatro delegacias na capital, em Porto Alegre, e mais delegacias no interior do nosso Estado, que são 13 DPCAs, que são essas delegacias especializadas no interior do nosso Estado, entre elas a de Caxias do Sul, onde ocorreu esse fato com a menina Naiara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós trabalhamos de uma forma integrada no nosso Estado em relação principalmente ao adolescente infrator.

Dentro do nosso departamento, nós temos o Centro Integrado de Atendimento da Criança e do Adolescente, onde atuamos juntamente com o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, a Fase, que é a fundação que trabalha com o adolescente infrator, o Instituto Geral de Perícias, todos no mesmo espaço físico, fazendo então esse atendimento relacionado ao adolescente infrator.

Temos também uma participação, no Centro Integrado da Criança e do Adolescente, no que se refere à questão do atendimento da exploração e abuso sexual. Isso funciona dentro de um hospital no nosso Estado, que é o Hospital Presidente Vargas, na capital do Rio Grande do Sul.

As delegacias que trabalham com a criança e o adolescente vítima, não só na capital como no interior do Estado, possuem uma estrutura para realizar esses procedimentos policiais decorrentes de registros policiais e também a investigação, quando não há autoria de algum caso. Além disso nós temos também uma equipe que trabalha com os desaparecidos, dentro dessa delegacia especializada da criança e do adolescente.

Aqui são algumas fotos da delegacia de Porto Alegre, onde temos uma sala de pré-atendimento dessa criança ou desse adolescente, que aguarda num espaço mais lúdico, a fim de que depois possa receber o seu atendimento durante o depoimento, durante o registro da ocorrência policial.

Estamos também implementando a sala de depoimento especial, não só na capital, mas também no interior do Estado. Ontem entrou em vigor a lei que trata da questão de depoimento da escuta especializada dessa criança e adolescente que é muito importante. Não só o depoimento especial, mas também essa escuta anterior, a fim de que a gente não revitimize essa criança e esse adolescente, sempre visando ao menor número de oitivas possível. Então nós estamos nos preparando para aplicação dessa nova legislação, com uma sala de depoimento especial, que tem a questão do áudio e vídeo, da gravação desse depoimento dessa criança e desse adolescente.

Eu trouxe também alguns dados relacionados ao nosso Estado e também à capital. Em relação ao abuso sexual infantojuvenil nós temos alguns dados de estupro de vulnerável, com uma média, nos três últimos anos, entre 2.500, 2.700 casos/ano.

Também trouxe, aproveitando a oportunidade, alguns dados de maus tratos, alguns dados de homicídios contra a criança e o adolescente.

Em Porto Alegre, temos uma média de uma ocorrência/dia, uma média anual de 390, 400 casos, somente na capital. Sabemos que esses números não refletem a realidade. Há muitos números que não chegam a nossa delegacia. Então, também realizamos um trabalho, depois vamos conversar, de prevenção, a fim de que esses registros, essas demandas cheguem à Polícia Civil.

A remessa ao Judiciário.

Então, nós conseguimos, na maioria dos casos que chegam à delegacia, essa remessa ao Poder Judiciário, porque é muito importante dar fim àquela ocorrência policial, dar fim àquela investigação policial com a remessa ao Poder Judiciário. Então, praticamente 94% das ocorrências que chegam à Polícia Civil, no nosso departamento, são remetidas ao Poder Judiciário, com um nível de 64% de indiciamento, o que seria, então, a conclusão positiva daquela investigação, ou seja, indiciando aquele suspeito que chega no início da ocorrência policial e que se comprova durante o procedimento policial.

Como referi antes, nós temos essa presença da Polícia Civil dentro do Hospital Presidente Vargas, evitando a revitimização dessa criança. Essa criança chega ao hospital, recebe esse atendimento de saúde e, posteriormente, havendo necessidade do registro policial, nós temos um policial disponível dentro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hospital, de modo que não há a necessidade de essa criança ou de esse adolescente se deslocar até a delegacia. Então, daí a importância de se fazer tudo no mesmo local, evitando então esse deslocamento da criança e da sua família a vários setores. Assim, ela recebe o atendimento de saúde, é recebida por uma equipe social do próprio hospital, onde também vai ter o registro da ocorrência policial e os encaminhamentos periciais, que são todos realizados dentro do hospital.

Então, é uma experiência de unificação desses órgãos dentro do mesmo setor: o cuidado com a saúde, a investigação do fato e a materialização através da perícia, tanto a física quanto a psíquica, que é muito importante também. Aliás, é um destaque do nosso Estado a realização da perícia psíquica pela Instituto Geral de Perícias.

Essa perícia psíquica é importante; é um meio de prova do nosso procedimento policial e, portanto, muito importante para que se possa dar andamento à investigação policial.

Essas, algumas fotos do posto policial que existe dentro do hospital.

Como eu já referi, a questão da perícia psíquica, onde é avaliado o dano psíquico daquela criança ou daquele adolescente em decorrência daquele fato.

Essa, a sala da perícia psíquica.

Então, esse acolhimento unificado tem esse objetivo de proteção integral dessa criança e desse adolescente, evitando a revitimização dessa família.

Essas, mais algumas fotos da perícia e da sala de espera do hospital.

O depoimento especial, como eu já referi, é fruto de uma lei que entrou em vigor na data de ontem. Ela é muito importante porque traz a conceituação da violência, conceituação esta que nós já tínhamos, embora não na questão da legislação, inclusive da violência institucional, aquela praticada por instituições públicas, inclusive quando gera essa revitimização dessa criança ou desse adolescente.

Nós temos várias inovações a partir dessa nova legislação. Estamos trabalhando para que possamos implementar da melhor forma essa nova lei, que traz medidas de proteção que, até então, não eram solicitadas pela autoridade policial e que, agora, serão solicitadas pela autoridade policial. Ela prevê a capacitação, o que é muito importante, dos profissionais que trabalham com a questão da criança e do adolescente. Ela incentiva a criação de delegacias especializadas, como a da nossa capital e algumas no interior do Estado. Incentiva essa criação não só em várias cidades do interior do Estado, mas no País. Ela prevê também a questão da equipe multidisciplinar no atendimento a essa criança. E, ainda, prevê a questão do depoimento especial e a produção antecipada de provas.

Tendo em vista essa nova legislação, nós estamos, no nosso Estado, realizando acordos com Poder Judiciário com o objetivo de capacitar os policiais civis. A gente tem muita preocupação em relação à capacitação para o atendimento dessa criança e desse adolescente desde o registro da ocorrência policial até o fim do nosso procedimento policial. Então, essa qualificação está sendo realizada, já foi realizada durante esses dois últimos anos em parceria com o Tribunal de Justiça.

Já realizamos também um fluxo de trabalho a partir da instituição desse depoimento especial, dessa nova legislação. O fluxo também é elaborado em parceria com o Tribunal de Justiça e com o Ministério Público, a fim de que a gente possa dar andamento à nova legislação de uma forma integrada.

Em relação aos desaparecidos especificamente, nós temos conhecimento de que 90% dos desaparecimentos de menores de idade no nosso Estado são relacionados a adolescentes. Ali eu trouxe algumas causas relatadas por esses adolescentes, quando localizados, isto é, a causa desses desaparecimentos. Então, as causas mais narradas, como o Dr. José Fernando já relatou, é a questão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conflito familiar, é a questão do uso das drogas, os maus-tratos na residência e a questão do abuso sexual, que também é muito presente.

Alguns dados em relação à localização e desaparecimento do nosso Estado. A gente verifica que o número maior realmente é de adolescentes. Há essa diferença, no grupo de 12 a 17 anos, com um número é muito superior ao do de 0 a 12 anos. Aqui, em Porto Alegre, há uma média também bem reduzida em relação ao menor de 12 anos, e esses menores de 12 anos também são, geralmente, crianças entre 10, 11 anos, em casos que também acabam tendo repercussões na sua família, e acabam também saindo da sua residência.

As delegacias especializadas na criança e adolescente possuem uma equipe para tratar especificamente da questão do desaparecido e realiza essa busca imediata prevista na legislação. É muito importante essa questão do registro imediato da família quando do desaparecimento. Aproveitamos todas as oportunidades da mídia local, a fim de divulgar esse fato, porque sabemos que há o mito do aguardo de 24 horas para o registro policial. E, ao contrário, esse registro deve ser feito de forma imediata, a fim de facilitar o trabalho da investigação policial.

Realizamos, agora, seguidamente, operações, objetivando a localização de pessoas desaparecidas. Agora no último dia 26 de março, aproveitando uma lei federal relacionada à Semana de Mobilização Nacional para a Busca e Defesa da Criança, nós realizamos essa operação. Em um dia, nós localizamos 668 pessoas no nosso Estado. Foi um trabalho realizado por todas as delegacias do Rio Grande do Sul. E, por conta desse trabalho, o jornal trouxe a notícia de uma dessas adolescentes que estava desaparecida, trazendo a motivação pela qual ela saiu de sua residência, e foi localizada nesse dia da operação.

Objetivando também a prevenção desses crimes, tanto de desaparecimento, quanto da questão do abuso sexual, nós temos realizado um trabalho de prevenção. Trata-se do Programa Papo de Responsa, um programa que foi iniciado na Polícia Civil do Rio de Janeiro. O Estado também do Espírito Santo já adotou essa metodologia de trabalho e nós iniciamos, então, esse trabalho em 2016.

Esse trabalho é desenvolvido principalmente em escolas – escolas públicas e privadas. Os policiais se deslocam até a escola com o objetivo de conversar com esses alunos de uma forma não tão rígida, com palestras etc., mas de uma forma mais informal, por meio de um bate-papo, com esses alunos. Por isso o nome do programa é Papo de Responsa.

O objetivo, como disse, é atingir este público, principalmente os adolescentes, fazendo a prevenção de crimes como *bullying*, da questão do abuso sexual, da questão dos crimes praticados através da internet. É uma conversa informal, que trabalha, então, com os adolescentes. Esse programa também atinge pais e professores, portanto, é um trabalho realizado em três eixos: alunos, pais e professores.

Ali eu trouxe alguns dados. Nós temos um trabalho de operação verão nas praias do sul durante o período de verão. Então, são alguns dados relacionados a esse período de janeiro e fevereiro. Durante um ano de trabalho, 2017, nós conseguimos atingir um público de 34 mil crianças e adolescentes, mais adolescentes, nesse trabalho desenvolvido nas escolas.

Temos atuação em praticamente todo o Estado e estamos realizando também cursos de capacitação aos policiais civis do interior do nosso Estado a fim de que atinjamos esses locais. Já temos 100% de atuação em Porto Alegre e na Grande Porto Alegre e praticamente 50% de atuação no nosso interior do Estado.

Então, era isso. Eu também trouxe um material de divulgação que nós utilizamos como material de prevenção, nessas atividades de prevenção. Estamos à disposição como Polícia Civil. Mais uma vez,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agradecemos essa oportunidade de demonstrar o trabalho que tem sido feito e agradecemos também essa parceria. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns! Meus cumprimentos à Drª Adriana Regina da Costa, Delegada de Polícia, Diretora do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul (Deca).

Eu ia pedir, se a senhora pudesse, de forma muita resumida, que falasse como foi desenvolvido, porque eu elogiei muito da tribuna, o trabalho da polícia do Rio Grande do Sul no caso Naiara, que é bem recente. A senhora poderia fazer uma síntese.

A SRª ADRIANA REGINA DA COSTA – Em relação a esse caso, ele foi atendido pela Delegacia Especializada para a Criança e o Adolescente Vítima de Caxias do Sul e houve uma parceria também com a sede do departamento. Nós alocamos policiais da capital a fim de complementar esse trabalho que foi desenvolvido em Caxias do Sul. Então, esse trabalho de investigação iniciou-se imediatamente, logo após a ocorrência policial do desaparecimento, conforme prevê a legislação. Foi um trabalho bem minucioso de investigação, no qual chegamos à autoria através de imagens da placa do veículo onde estaria... Não mostrava a menina ingressando no carro, mas, sim, o carro muito próximo à menina, então, concluiu-se a participação daquele veículo no fato. A partir, então, da análise dessas imagens, que eram imagens de baixa qualidade, inclusive com o veículo em andamento, sendo um trabalho difícil nesse sentido, chegou-se, então, à identificação do proprietário daquele veículo e à autoria do fato.

Logo após a identificação, foi representado pela prisão preventiva pelo delegado da DPCA de Caxias do Sul, que conseguiu implementar essa prisão preventiva e, a partir dali, localizar, então, infelizmente, o corpo da menina e o que teria ocorrido em relação àquele fato. Foi um trabalho muito focado naqueles dias, logo após o fato. Infelizmente, o resultado não foi o que nós esperávamos, mas o objetivo de localização do indivíduo que praticou o fato e o indiciamento dele foi alcançado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns a nossa polícia do Rio Grande do Sul! Eu me lembro de que li uma matéria, que me foi enviada, acho que do *Pioneiro* de Caxias do Sul, dizendo que os policiais choraram quando encontraram a menina. (*Pausa.*)

Todos nós temos o direito de nos emocionarmos, então é preciso segurar, porque aqui estou presidindo a reunião.

Dava o relato dos policiais chorando porque, embora eles tivessem uma grande esperança de encontrá-la viva, eles a encontraram ao lado da represa, lá em cima da Maestro, do lado de lá, onde eu conheço.

Vejam bem, eu li toda a matéria naquele dia aqui, li aqui na Comissão o trabalho da polícia, e houve um fato ali que me marcou muito: o estuprador, o assassino eu diria – tenho que dizer isso mesmo –, era funcionário – não é preciso dizer o nome da empresa porque ela não tem nada a ver com isso – de uma grande empresa, ninguém imaginava... E parece que, quando ele foi preso, todo mundo ficou perplexo. Não foi mais ou menos isso?

A SRª ADRIANA REGINA DA COSTA – O que nós notamos no nosso dia a dia realmente é isto: essas pessoas que são presas pela prática de abuso sexual, de estupro de vulnerável, geralmente passam despercebidas na sociedade, sem que a gente possa ter aquele perfil específico. Muitas vezes, no momento da prisão, pessoas vêm à delegacia relatar que não acreditam que aquele fato tenha ocorrido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvendo aquela pessoa. Então, esse cuidado das crianças e dos adolescentes a gente procura sempre trazer na forma de prevenção, para que os pais fiquem atentos, porque geralmente essas pessoas não aparentam na sociedade ter o perfil de pessoa que praticaria aquele ato. Muitas vezes são pessoas envolvidas na comunidade, pessoas bem relacionadas e muito benquistas naquele meio social. Daí a importância de os pais sempre estarem atentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns à Polícia do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

De imediato, Júlio Fontoura, que é Coordenador da Pasta de Relações Institucionais do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares.

O SR. JÚLIO FONTOURA – Bom dia a todos e a todas.

Agradeço o convite, Senador Paulo Paim.

Em nome da nossa Delegada, parabenizamos todos vocês, adolescentes que estão aí.

É com tristeza que voltamos a debater o assunto com mais uma morte em nosso País. Antes de Araceli, em 1973, Bernardo; agora Naiara.

Eu quero dizer para vocês que precisamos dar uma sacudida neste País. O Estatuto vai fazer 28 anos, o ECA, e as políticas públicas... A prioridade absoluta que foi colocada não existe, não existe.

Nós, que estamos na base – falo em nome dos 26 Estados, mais o Distrito Federal, que compõem o fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares –, estamos longe, infelizmente longe, de trazer a proteção que nossas crianças e adolescentes necessitam. É uma rede fragmentada; CRAS que não funciona porque faltam materiais básicos; CREAS que não existe – é a média complexidade – quando aparece uma situação de suspeita de violação de direito, com adição a droga e exploração sexual – não existe! –; gestores que desconhecem a importância de valorizar a prevenção da infância no País.

Nós precisamos conscientizar a sociedade de que não adianta fechar a janela para não ouvir o grito ou apagar a luz para não espiar se mataram a criança ou a mulher. É preciso denunciar. As imagens e as informações têm de chegar às escolas. Os adolescentes têm de nos ajudar divulgando, porque muitas vezes percebem um colega que está sofrendo uma situação de violência e não sabem para quem encaminhar o caso.

Nós precisamos mudar essa triste realidade para que não voltemos a esta Comissão para lamentar mais uma morte, como a da Naiara. Milhares estão morrendo neste momento neste País. Crianças e adolescentes de famílias de baixa renda são discriminados quando chegam à porta de uma delegacia e ninguém as atende para receber a denúncia.

E é sempre assim: "Ah, foi até o vizinho". "Ah, está na casa da tia". E cadê a busca imediata, que é lei?

Conselheiros tutelares estão fragmentados, estão trabalhando com táxi, Senador. Eles não têm carro. O prefeito lhes dá o táxi e um recurso limite para eles fazerem as averiguações. Nós precisamos olhar isso.

Precisamos entrar dentro das escolas, conversar com os adolescentes, tirar essa imagem que se criou de Conselho repressor. A imagem que os adolescentes têm hoje é a de que o Conselho é polícia de criança, é a de que ele vai lá para prender e representar. Não! Nós precisamos dizer para os nossos magistrados e para as nossas autoridades que o Conselho não faz busca e apreensão. É incrível como é contraditório! Eu vou à comunidade para tentar conquistar aquele adolescente, para que ele possa confiar em mim, para que ele saia da droga, para que ele saia do grupo de extermínio, se ele está envolvido com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tráfico de drogas. E, de repente, vou com a polícia para fazer busca e apreensão lá, na comunidade, em que quero buscar confiança! Isso desconstrói tudo que foi levantado em quase 28 anos de estatuto.

Não se tem clareza do papel do conselheiro tutelar. O conselheiro não veio para reprimir. Ele veio para zelar por direitos. Ele é parceiro de vocês. Nele vocês confiam. Vocês têm de procurar o Conselho Tutelar, têm de confiar no Conselho Tutelar.

Infelizmente, Senador, as autoridades estão sobrecarregando os Conselhos Tutelares. Nós perdemos a essência. Nós passamos a fazer papel de polícia, de assistente social, e não fazemos o papel de prevenção, de aproximação, de articulação com a rede de atendimento.

Qual é a prioridade absoluta? Se a criança é a prioridade absoluta, por que ela tem de esperar, por que ela não tem garantia naquele momento? Se há uma suspeita naquele momento, é naquele momento que tem de ser feito! E tem de haver um documento ou, então, um portal em que todos possam obter a mesma informação. A rende tem de se falar! E a rede está furada! A nossa rede, hoje, não dá conta.

Na fronteira do Rio Grande do Sul; no Norte do Brasil, no Amazonas; no Sertão do Cariri, no Nordeste; nas comunidades cariocas; nas comunidades paulistanas, há violação de direitos em cada momento que um adolescente questiona um educador e, muitas vezes, é mal compreendido, humilhado, constrangido. Ali ele perde a referência de como chegar, para pedir socorro.

Temos de capacitar pessoas a lidar com crianças e adolescentes, principalmente as crianças que, muitas vezes, têm uma maneira de ser e, daqui a pouco, mudam a sua maneira de ser, que chegam à escola, num dia quente, com uma gola mais alta; criança que era alegre e que está triste. Nós temos de saber interpretar isso, temos de saber chegar a isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O SR. JÚLIO FONTOURA – Nós, conselheiros tutelares, estamos trabalhando desesperadamente contra um sistema viciado. Infelizmente, as autoridades... Não são todas, há as grandes seções. Aqui está a nossa delegada, da nossa delegacia de polícia, do Rio Grande do Sul. Mas muitos Estados não têm esses equipamentos, não têm funcionários, não têm carro para fazer a busca. Ou, de repente, está fechada porque não há ninguém para abrir a porta, não há viatura. E, muitas vezes, não estão acostumados a lidar com uma criança ou com um adolescente que questiona um policial. Às vezes, ele está se defendendo. Ele ataca é para se defender. Nós temos de entender isso! Se ele começar a falar, ele vai dedurar alguém, e a vida dele estará em risco.

Então, temos de ter esse *feeling*, temos de ter bom senso para entender esse jovem, esse ser que está em formação. É criança quando isso interessa, Senador, adolescente é assim e adulto quando mandam. "Olha, já sei mandar". Mas aí os pais têm que se aproximar, têm que saber que o adolescente é um ser em formação. Ele é precioso, ele é valioso.

E nós, conselheiros tutelares – somos mais de 30 mil conselheiros tutelares no País, Senador Paim –, estamos sofrendo um retrocesso, porque nos estão obrigando, determinando de formas arbitrárias, absurdas, a fazer papel de polícia, de oficial de Justiça, a fazer coisas que fogem totalmente à nossa relação com criança e adolescente, à nossa participação efetiva, cobrando do Município, do gestor as políticas públicas eficazes. Não adianta botar uma sala de aula, um professor e não dar ferramenta de trabalho para ele trabalhar; não dar motivação para a gurizada, que hoje no "Mr. Google" baixa o que quiser. Nós temos que criar uma política diferente de ensino para a gurizada. Nós temos que mostrar para eles a importância... Nós temos que acompanhar a evolução tecnológica e não percebemos isso. Percebemos crianças que iam para a escola, e um dia, um menino de liderança, que geralmente vai,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questionou uma professora, ficou de castigo, foi para casa, ficou desmotivado e não voltou mais. Aí, depois de três, quatro meses, mandam para o conselho tutelar, dizendo que a criança não voltou mais. "Ainda bem que o Joãozinho não voltou. A minha aula foi uma maravilha hoje!" Foi uma vida que se perdeu.

E às vezes a criança não vai para a escola não é porque não quer; é porque não tem um calçado, ou porque tem que cuidar de um irmãozinho menor. Então, nós temos que olhar, sacudir o Brasil, colocar o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) como preconiza de verdade, com prioridade absoluta, para que as crianças hoje tenham o direito de fato; que possam ter atendimento rápido nos postos de saúde, nas UPAs; que possam ter seu direito garantido à escola em escolas próximas à sua residência, o que não é garantido, Senador Paim. Há crianças no nosso País que viajam uma manhã toda para ir para a escola. Chegam à noite em casa, tão cansadas, e no dia seguinte têm de ir de novo para a escola. Não há transporte. Falta mobilização, falta motivação, falta respeito, Senador Paulo Paim.

A Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, vai fazer 28 anos agora. E nós sabemos – quem está na base sabe – que se faz muita propaganda, muita maquiagem. E a realidade é triste, é dura. Não existe... Falta, falta tudo. Falta serviço e faltam servidores. E quem está tentando suprir isso? É o conselheiro tutelar, que é instado pelo Juiz da Infância e da Juventude a ir lá fazer busca e apreensão, a elaborar laudo social. E, quando não o faz, ele é exonerado, ele é humilhado, ele é representado. Falta instrumento para a polícia trabalhar, porque nem todos têm a visão da importância da aproximação, do diálogo com o adolescente. Há pessoas que têm que se preparar. E nem todos os policiais no País, infelizmente, têm essa propriedade, essa vontade de trabalhar com criança e adolescente.

Então, o que nós queremos com o Fórum Nacional de Conselheiros Tutelares, Senador Paulo Paim, é que este Congresso, de forma forte... Vamos cobrar, sim, que o gestor municipal dê as ferramentas adequadas para que haja um assistente social, para que haja uma escola de qualidade, para que o conselho tutelar seja bem instrumentalizado, seja fortalecido e seja valorizado. E aí, sim, nós podemos dizer assim: "Nós podemos defender direitos, sim. Nós podemos, sim, evitar que aquela adolescente, que está pedindo socorro em casa, na escola, fuja de casa." E às vezes ela foge de casa para proteger a família dela. Muitas vezes acontece isto: ela sai de casa não porque quer; ela sai porque é violentada, é abusada, ou então porque tem medo que alguém faça mal para a família dela. Nós temos que olhar isso, pessoal! Temos, sim, que buscar.

Eu estou muito sentido, porque sei que o Conselho Tutelar de Caxias do Sul, Sr. Presidente, fez tudo o que podia. Só que infelizmente nem sempre existia prioridade. O Conselho encaminhou a situação ao Ministério Público muitas vezes. Aí passaram três meses e o MP pediu informações atualizadas de uma coisa que já foi mandada. Aí tem que aplicar novamente outra medida de uma coisa que não foi cumprida. Você encaminha para a rede, e nem sempre há a prioridade, nem sempre há o serviço. E cadê? E não adianta a polícia ir lá buscar, trazer, correr, se nós não tivermos uma rede de prevenção! Deve ter a prevenção. A rede precisa funcionar!

Os adolescentes devem saber que podem chegar no Conselho Tutelar e o conselheiro tutelar vai acatar a denúncia deles e vai manter o sigilo. Vai ajudá-los, não vai dedurar, como alguns dizem, na escola: "Ah, eu vou te mandar para o Conselho Tutelar." "Ah, não vai contar pra mim? Tu vais pro Conselho Tutelar!" Como se a gente fosse prender, como se fôssemos bandidos.

Uma vez, Senador Paim, chamaram-me para uma escola para dar um susto na gurizada. Cheguei lá e fiz: "Bu! Sou feio, mas não tanto." Aí disse para eles: "Há direitos, mas há deveres e limites." E, através do ECA, eu disse que eles respondem também pelos seus atos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É através do diálogo, de valorizar, de respeitar quem será o futuro deste País. E só haverá futuro se houver, no presente, investimento real! (*Palmas.*)

Então, precisamos de que esta Casa olhe para os conselheiros tutelares, porque além de nos fortalecer, vai nos ajudar a realmente dar o zelo, a proteção que esses milhares e milhões de crianças deste País precisam e merecem.

Estou à disposição para qualquer pergunta, pessoal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns ao Júlio Fontoura, Coordenador da Pasta de Relações Institucionais do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares, que falou muito e muito na palavra prevenção. E, para fazer prevenção, vocês precisam de estrutura. E a polícia também precisa de estrutura. Por isso, neste País, devemos cada vez mais começar a discutir o orçamento da União, do Estado, do Município, para que as prioridades dos orçamentos sejam principalmente para a criança e o adolescente.

Aqui eu vi que as duas falas foram nesse sentido. Permitam-me que eu diga que estou há muitos anos no Parlamento. Eu ajudei na construção do ECA e tenho muito orgulho. Votei. Estava lá. Não fui autor nem Relator, mas do Estatuto do Idoso eu fui o autor.

Preocupou-me muito, quando fui vendo as pesquisas, que 85% de violência contra o idoso vêm de dentro das famílias. Por isso a fala de ambos aqui, e aquela frase que você nem leu lá, mas destacou... Uma violência muitas vezes vem de famílias que você nem imagina. Seja contra a própria criança da família ou a criança do vizinho, enfim, como esse caso da Naiara, que chocou todos.

Meus cumprimentos. A prevenção é fundamental. Meus cumprimentos à sua entidade, que é a Pasta do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares. E também àqueles todos que falaram até o momento, aqui, que foram na mesma linha.

Concluindo os trabalhos da Mesa, depois nós vamos para o Plenário. Passo a palavra, agora, à Drª Vivian Netto Machado Santarém, Defensora Pública, Coordenadora de Grupo de Trabalho no Rio de Janeiro.

A SRª VIVIAN NETTO MACHADO SANTARÉM – Bom dia a todas e a todos!

Inicialmente, eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite, na pessoa de quem eu cumprimento os demais integrantes da Mesa.

Eu sou Defensora Pública Federal há 16 anos, lotada no Rio de Janeiro, e participo do Grupo de Trabalho, de âmbito nacional, de Assistência às Vítimas de Tráfico de Pessoas da DPU. Esse grupo de trabalho é um grupo temático. A DPU hoje tem, salvo engano, 12 grupos temáticos voltados à proteção de direitos humanos de grupos socialmente desfavorecidos, o de Assistência às Vítimas de Tráfico de Pessoas é um desses grupos. Ele existe desde 2014 e vem atuando principalmente no campo da prevenção de execução de ações de prevenção e de proteção a essas vítimas, as potenciais vítimas de tráfico.

Na verdade, a minha fala aqui vem complementar tudo o que já foi falado e foi muito bem pontuado pelos demais integrantes da Mesa. O tema é muito sensível e muito caro. Exploração sexual de crianças e adolescentes, óbvio, é um tema que causa uma comoção. Fiquei ainda mais sensibilizada por ter aqui essa plateia qualificada, eu me sinto mais responsável em ter que falar para adolescentes. Fui aluna também do Colégio Salesiano, então, tenho uma identidade com vocês. Estou bem feliz.

Eu vou focar minha fala no tráfico de pessoas e especialmente de crianças e adolescentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Drª Vivian, permita-me, foi falha minha – antes de a senhora entrar no foco principal da sua palestra –, dizer que está presente conosco o Deputado Estadual Luiz Castro, Deputado pelo Estado do Amazonas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Frente Parlamentar de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente. Fez questão de estar aqui e terá direito depois à palavra.

Então, meus cumprimentos. (*Palmas.*)

Informo também que nós teremos uma segunda Mesa, da qual poderá participar, se assim entender, para contar sua experiência. Aqui é um evento nacional.

A SRª VIVIAN NETTO MACHADO SANTARÉM – Claro.

Voltando aqui. A discussão é relevantíssima. O tráfico de pessoas hoje é apontado como uma das atividades criminosas – do crime organizado transnacional – das mais lucrativas. Ele está junto, ele é comparado – anda em paralelo, em segundo ou terceiro lugar – ao tráfico de drogas e de armas. Estima-se que a maioria das vítimas seja de mulheres, ainda crianças, vítimas de exploração sexual.

O tráfico de pessoas foi inicialmente abordado internacionalmente, o conceito de tráfico de pessoas é trazido, no campo internacional, pelo Protocolo de Palermo, que é um protocolo adicional a uma convenção das Nações Unidas sobre o crime organizado. O Protocolo de Palermo não traz só uma definição do crime, ele não traz só medidas de repressão, mas ele estabelece três diretrizes principais no enfrentamento ao tráfico de pessoas, que já foi muito bem abordado aqui, que é a questão da prevenção, da repressão, claro, e da assistência às vítimas.

Durante muitos anos, o Brasil andou atrás do Protocolo. O Protocolo foi ratificado no Brasil no ano de 2004 e nós não tínhamos uma legislação interna que tipificasse o tráfico de pessoas. Isso só veio acontecer em outubro de 2016, com a promulgação da Lei nº 13.344, que tipificou o tráfico de pessoas e é uma lei bem moderna, adequada às diretrizes. Ela não só prevê o crime, como ela prevê medidas de prevenção e assistência às vítimas.

Um ponto importante que eu preciso esclarecer aqui para vocês. O tráfico de pessoas não é a mesma coisa, ele se diferencia da migração e do contrabando de migrantes. O tráfico de pessoas sempre prevê a exploração da vulnerabilidade humana, você tem que explorar o ser humano. O tráfico pode ocorrer internamente ou internacionalmente, dentro ou fora do País, mas ele pressupõe sempre que aqueles perpetradores, aqueles aliciadores estão capturando aquela vítima para poder explorá-la.

Existem várias modalidades de tráfico de pessoas. Pode ser para exploração sexual, adoção ilegal, transplante de órgão, trabalho escravo, tráfico de drogas, uma série de outras modalidades. Com relação ao contrabando de migrantes, o aliciador quer apenas passar aquela vítima pela fronteira, ele só quer cruzar a fronteira. Aquela vítima não interessa para ele depois. E os movimentos migratórios são um fenômeno recente, legal, que não vão de encontro com a lei.

Quando a gente fala em tráfico de pessoas, a gente tem que trabalhar muito com um conceito que já foi abordado aqui que é o da vulnerabilidade humana. Você não tem como pensar em enfrentamento ao tráfico de pessoas se você não conhece as causas de vulnerabilidade que são, na verdade, causas de captura dos perpetradores, dos aliciadores sobre aquelas vítimas.

Nos casos de crianças, já foi mencionado aqui, a gente tem muito a questão do que seriam as principais causas de vulnerabilidade. As disfunções familiares; o abuso sexual infantil; a violência doméstica; a pobreza extrema é apontada, isso é um problema do nosso País; a desigualdade social, há crianças que são impedidas de estar na escola, porque precisam trabalhar desde cedo para ajudar a família; a questão de discriminação por conta de gênero, a gente ainda vive numa sociedade patriarcal, onde a mulher é vista como um ser inferior, não é à toa que mulheres e meninas recebem especial atenção tanto da nossa lei quanto do protocolo; a questão de discriminação por orientação sexual, muitas vezes o adolescente tem uma orientação sexual diversa e sofre preconceito na escola por conta disso, ou, às vezes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até mesmo dentro de casa, dentro da sociedade. Então, todos esses fatores criam um ambiente propício à captura.

Veja bem, como foi colocado aqui, o aliciador não tem aquela cara de aliciador – isso a novela Salve Jorge trouxe muito bem. Muitas vezes ele vem com um convite sedutor. "Você pode ir lá para fora, você é muito bonita, você pode ser modelo, você pode ser um grande jogador de futebol." São convites comuns que a gente pensa que não acontecem, mas acontecem. E todos nós somos sujeitos a ser capturados por isso. E, quando você se encontra numa situação de violência, de vulnerabilidade, isso se torna ainda mais fácil.

Hoje, em movimentos migratórios, o deslocamento de crianças, muitas crianças têm chegado inclusive ao Brasil, a Roraima, desacompanhadas, sem representante legal. Essas crianças são uma presa muito mais fácil inclusive para a captura.

E, aliado a isso, temos problemas no campo interno. O que acontece no Brasil? Claro que a gente consegue visualizar, somos um país com inúmeras causas de vulnerabilidade, onde as vítimas sofrem todo tipo de violência, mas a gente tem também um sistema que contribui.

Sempre, em todas as reuniões de que participo sobre enfrentamento ao tráfico de pessoas, eu insisto: falta um sistema uniformizado de coleta de dados sobre tráfico de pessoas. Sem a gente conhecer a realidade do fenômeno... Já se diz que o fenômeno é invisível, porque é difícil você identificar uma situação, e, sem um sistema... Hoje, o que nós temos no Brasil são sistemas independentes que coletam as informações de forma muito peculiar. Cada sistema de segurança pública, cada polícia, cada delegacia de cada Estado, os Conselhos Tutelares, enfim, cada órgão indica ou traz indicadores e analisa os eventuais casos de acordo com o seu próprio sistema. Você não tem um sistema unificado, uma orientação unificada nem uma metodologia de identificação de casos ou de identificação das vítimas. E isso, para mim, é um dos principais entraves ao enfrentamento, porque, sem o conhecimento do fenômeno, não é possível formular políticas públicas eficazes, tanto de prevenção quanto de assistência às vítimas nesse campo.

A subnotificação, de que já foi falada aqui, a falta de capacitação de agentes, o enfraquecimento da Rede. A Rede é muito importante, porque, normalmente, é quem recebe, é quem acolhe a vítima. Enfim, são problemas... A legislação era um problema colocado, que hoje se superou.

O que a gente precisa, então, fazer? Eu acho que, antes de tudo, capacitar os agentes e sensibilizar a sociedade. É preciso haver uma discussão de valores na sociedade brasileira. Precisamos fortalecer os princípios do ECA de proteção integral à criança. É preciso do olhar, é preciso investir nas escolas. É preciso trazer o tema da exploração sexual, do tráfico de pessoas para as escolas, para o debate. Os jovens têm condições de entender, como já foi falado aqui. Quando você mobiliza o jovem, você faz com que ele consiga enxergar o seu colega que está em potencial situação de risco. Isso é muito importante tanto para a autoproteção quanto para o conhecimento do tema e para tornar o tráfico de pessoas visível, ou seja, tornar esse fenômeno visível. Então, é preciso também fomentar políticas públicas de atenção, de proteção à criança, ampliando a Rede.

E, finalmente, o Brasil adotou, desde a ratificação do Protocolo de Palermo, uma política de Estado. Já tivemos dois planos nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Nós estamos sem um plano nacional desde 2016. Estamos em processo de construção de um terceiro Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. É preciso que esse plano seja realmente construído com a participação da sociedade. Por isso, é tão importante o debate aqui. E esse plano precisa ser executado, precisa realmente avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algumas curiosidades que eu gostaria de trazer aqui. O último relatório das Nações Unidas sobre tráfico de pessoas foi publicado em 2016 e abrange o período de 2002 a 2014. Ele diz que nenhum país do mundo está imune ao tráfico de pessoas, ou seja, o tráfico de pessoas existe em todos os países. Ele identificou que o maior número de vítimas crianças e adolescentes está nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Ele mostra que, na América do Sul, as meninas são as maiores vítimas de exploração sexual e que, em termos gerais, mulheres e crianças ainda são as maiores vítimas do tráfico de pessoas. E a exploração sexual é a principal modalidade.

Entre as ações da DPU nesse campo, principalmente, como falei, a DPU executa ações de prevenção, de assistência às vítimas. Em 2015, nós promovemos uma capacitação de defensores públicos sobre tráfico de pessoas. Isso é uma questão muito importante, porque a falta de conhecimento sobre o conceito e sobre situações de tráfico existe dentro dos órgãos públicos, e não só para a sociedade. Então, a gente ainda precisa capacitar o policial, o defensor, o promotor que lida, que vai ter o primeiro contato, porque eles precisam reconhecer essa vítima, eles não podem adotar procedimentos que irão revitimizá-la. Então, por isso o atendimento humanizado é tão importante, como a Drª Adriana mencionou.

Em 2016, houve um dos projetos que eu tive mais satisfação pessoal de coordenar. A DPU tem um projeto chamado de Concurso de Redação, em que a gente visa levar educação de direitos nas escolas públicas. E o segundo Concurso de Redação teve como tema "Tráfico de Pessoas – Diga Não!" E foram inscritos 939 estudantes de todas as escolas públicas no País; foram premiadas as três melhores redações e três escolas que fizeram ações de mobilização. A premiação foi muito emocionante, porque os alunos realmente se mobilizaram; nas ações de mobilização, eles fizeram peças teatrais, fizeram panfletagens nas ruas.

Então, a gente conseguiu levar às escolas essa discussão do tráfico de pessoas. Foi muito bonito ver jovens e adolescentes ensinando e falando. E, quando você leva esse assunto à escola, você mobiliza os educadores também, você ensina os educadores a identificar situações de exploração, de violência, a própria família, a própria comunidade. Foi um projeto que me marcou bastante.

Ano passado, também a gente esteve em Roraima, numa missão em parceria com as Nações Unidas, com o escritório, com a ONE DC, financiada pela União Europeia, num programa chamado GLO.ACT, que é o programa de enfrentamento ao tráfico de pessoas que as Nações Unidas vêm desenvolvendo. E os países escolhidos na América Latina foram Brasil e Colômbia. E a gente fez o que a gente chamou de Missão Roraima. A gente foi para atender migrante e identificar situações de tráfico de pessoas.

O relatório foi lançado até esta semana, na segunda-feira, na Defensoria Pública da União. Para quem tiver interesse está no *site* da DPU. Foi uma situação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Me permita, só um pequeno aparte.

Sobre essa questão de Roraima, foi baixada uma medida provisória. Vai-se reunir todas as terças-feiras, terças e quartas, e eu sou o Presidente deste colegiado, que está discutindo... É um colegiado misto, Câmara e Senado. E é importante que esse relatório chegue às nossas mãos; fica aqui um pedido que eu faço para que esse relatório venha para a Comissão que eu presido,...

A SRª VIVIAN NETTO MACHADO SANTARÉM – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que vai estudar essa situação dos imigrantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VIVIAN NETTO MACHADO SANTARÉM – Na verdade, a situação que a gente vivenciou em Roraima foi chocante. A gente esteve lá em outubro de 2017. O projeto era fazer três dias de atendimento. E fizemos atendimento aos migrantes e depois fizemos dois dias de curso de capacitação em tráfico de pessoas, em imigrações e refúgio.

Havia uma situação muito peculiar lá: já se constata o aumento da prostituição em Boa Vista e especialmente de mulheres e adolescentes venezuelanas. E aí havia um lugar, chamado Feira do Passarão, que é onde as meninas se prostituíam. A nossa ideia era ir até esse lugar, conversar com as meninas que lá estavam e fazer uma orientação, uma educação em direitos. Só que fomos advertidos de que corríamos risco, que a própria Fraternidade, que estava lá, os religiosos que estão lá também ajudando no assunto, quando estavam lá, foram ameaçados, parece que há uma organização criminosa forte.

Só que ainda ousamos dar uma passada de carro lá para tentar panfletar, porque tínhamos feito uns panfletos de orientação sobre tráfico e denúncias, e pudemos visualizar que havia meninas provavelmente menores de 18 anos, 18 anos hoje é considerado criança pelas convenções internacionais, e venezuelanas. Entregamos os panfletos muito rapidamente, mas não conseguimos desenvolver o trabalho que se pretende.

Então, o que acontece? O fluxo migratório em si não pode ser impedido, mas ele gera... A situação que eu vi é de pessoas acampadas na rodoviária, num lugar imundo, falando que preferiam estar ali do que na Venezuela. Vi muitas crianças doentes, que estão, graças a Deus, recebendo atendimento pelo SUS, ali em Boa Vista, as pessoas numa situação de miséria total, afirmando que preferiam estar ali do que na Venezuela.

É claro que muitas mulheres que estão ali... Não estou criticando a prostituição em si, mas é um ambiente muito propício à exploração, a ultrapassar a fronteira da autonomia individual para a exploração sexual. E vem acontecendo no Brasil.

Outra coisa que me chamou atenção, e já vou finalizar, foram muitas crianças desacompanhadas, sem representante legal, e muitas crianças já nascidas no Brasil, filhos de venezuelanos, tendo registros de nascimento negados pelos órgãos públicos, pelos cartórios, porque existe um movimento xenofóbico muito forte no local. Então, são muitas coisas que a gente combater.

Uma missão parecida foi feita agora em Corumbá, na fronteira com a Bolívia, e lá também já se tem notícia de muitos desaparecimentos de crianças, que se desconfia que sejam para tráfico de órgãos. Isso foram duas missões da DPU, que em pouco tempo, em duas missões relativamente recentes, a gente identificou situações de exploração de crianças e adolescentes, de menores.

Eu queria concluir, na verdade, até com uma reportagem que eu estava lendo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem no mínimo mais cinco minutos.

A SRª VIVIAN NETTO MACHADO SANTARÉM – Eu tenho que achar aqui, porque foi uma frase da reportagem. Aqui.

Na verdade, quando eu estava lendo sobre a Naiara, que teve repercussão nacional, eu me lembro de ter visto as notícias, e fui reler aqui para a apresentação. Essa reportagem foi publicada em 22 de março de 2018, pelo jornal GaúchaZH, na internet. Eles estavam falando sobre a comoção que aconteceu no sepultamento da Naiara. E uma frase me chamou muito a atenção, que foi a seguinte: "Invisível em vida, Naiara hoje teve tudo o que merecia." (*Palmas.*)

Eu me emociono bastante, porque eu acho que é bem simbólico. A situação da Naiara, como já foi pontuado aqui, representa todas essas vulnerabilidades de que a gente está tratando e todas as deficiências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das políticas públicas brasileiras. Quando se fala que a Naiara era invisível, a Naiara tinha problemas familiares, Naiara era pobre, Naiara teve algumas falhas ali na atenção, na proteção integral e prioritária do interesse daquela menor. Ela é facilmente capturada para exploração sexual por uma pessoa que aparentemente não é aquela considerada como oferecedora de maiores riscos. E infelizmente ela só é reconhecida como sujeito de direitos depois que ela morre, ela só recebe aplausos no sepultamento.

Então, o objetivo principal desta audiência e de nossa mobilização, mobilização do Senado – por isso agradeço muito a participação da Defensoria, da sociedade, de vocês todos –, é esse. Precisamos ter sempre em mente que isso não pode acontecer. Temos sempre que nos sensibilizar muito com isso, temos de procurar ter consciência de que somos sujeitos de direitos e pensar que nós, sociedade, somos os maiores instrumentos de transformação social.

É isso. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Ouvimos a Defensora Pública Drª Vivian Netto Machado Santarém, Coordenadora do Grupo de Trabalho no Rio de Janeiro. Não preciso comentar nada, só dizer parabéns, parabéns e parabéns pela exposição e pelo trabalho que estão fazendo lá em Roraima.

Vai ser muito importante... Nós vamos ter audiência pública e vai ser muito importante que alguém, a senhora ou alguém, venha, porque nós estamos debatendo uma MP sobre uma realidade que nós não conhecemos. A maioria dos Parlamentares aqui não a conhece, mas vocês estiveram lá. Então, eu queria já convidar a senhora ou alguém que puder... Nós vamos aprovar o plano de trabalho na terça e eu vou tomar a liberdade de já colocar a sua entidade na coordenação e, aí, vocês indicam quem vem.

Eu agora convido os senhores a retornarem para a primeira fila, porque nós vamos para a Segunda Mesa. (*Pausa.*)

De imediato, a Segunda Mesa.

Convido a representante do Comitê Consultivo do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF, Srª Shara Thawane Martins do Prado. (*Palmas.*)

Convido Joel Gomes Moreira Filho, Presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da OAB. (*Palmas.*)

Convido Berenice Maria Giannella, Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos. (*Palmas.*)

A Berenice já esteve conosco num outro dia e foi brilhante. É bom vê-la de volta aqui.

Convido Pablo Bergmann, Delegado da Polícia Federal que é Chefe da Unidade de Repressão a Crimes de Ódio e Pornografia Infantil na Internet. (*Palmas.*)

Convido Matheus Vinícius Souza Domingos, representante do Comitê Consultivo do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF. (*Palmas.*)

Por fim, convido o Deputado Estadual Luiz Castro, que está aqui pelo Estado do Amazonas. Ele é Presidente da Frente Parlamentar de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente.

Antes de passar a palavra para os convidados, registro que o Alô Senado recebeu dezenas de questionamentos e seleciono sempre alguns, para aqui deixar que o maior espaço fique com os convidados. Vou ler somente dois aqui.

Sérgio Luís Peixoto, de São Paulo, diz: "Em 2013, o Tribunal Internacional de Crimes da Igreja e do Estado, em Bruxelas, desmascarou mundialmente a rede internacional de tráfico de crianças, julgando e condenando a 25 anos de prisão alguns de seus líderes. O trabalho do ITCCS é praticamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconhecido no Brasil. Por quê?" Ele está elogiando um trabalho importante que fizeram, dizendo que ele tem de ser mais conhecido.

Artur Alvim, de São Paulo, afirma: "Isso tudo é resultado de uma sociedade doente, capitalista, mercantilista e sexualizada. Aí, infelizmente, o resultado é esse! O combate à pedofilia deve continuar também!" É forte também.

De imediato, chamamos, para usar da palavra, os nossos convidados.

Chamo, então, Shara Thawane Martins do Prado, representante do Comitê Consultivo do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF.

A SRª SHARA THAWANE MARTINS DO PRADO – Bom dia a todos e a todas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Primeiramente, eu dou dez minutos. Depois, dou mais cinco minutos, e a campainha toca. Aí, se puderem concluir, estarão todos no tempo.

A SRª SHARA THAWANE MARTINS DO PRADO – Bom dia a todos e a todas!

Agradeço, primeiro, a oportunidade de compor esta Mesa.

Cumprimento também, em nome da Mesa, o Senador Paulo Paim.

Venho representar principalmente as meninas e mulheres brasileiras, que, acredito, são as que mais sofrem com este tema, que é o desaparecimento, o tráfico e o abuso sexual de crianças e adolescentes.

Sou moradora da periferia de Brasília. Eu moro perto de Planaltina. Lá a gente já percebe que esses fatores intervêm muito no nosso direcionamento. Então, a educação não está muito favorável. Quanto à atividade do Conselho Tutelar, a gente sabe que eles tentam, que eles estão ali para nos atender, mas não nos são muito favoráveis, porque eles não têm todo o material e não sabem como agir, como o próprio conselheiro falou.

A gente entra no assunto de que isso é um absurdo. São jovens, são mentes, são pessoas que estão sendo perdidas. Isso precisa ser tratado com urgência, porque nós somos o futuro do Brasil. Se nós somos o futuro e se não estamos sendo cuidados, então... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

A SRª SHARA THAWANE MARTINS DO PRADO – ... não sei o que será deste País. Realmente, não sei o que será deste País, porque a educação não é levada a sério, a saúde não é levada a sério, nós não somos levados a sério e não somos reconhecidos como sujeitos de direito. Isso é um absurdo!

Quando você vê crianças e adolescentes que não têm a palavra, que não são escutados, que não são levados a sério, parece que nós somos deixados de lado. Entende? Parece que estamos ali somente para gerar a massa, mas nossos interesses não são direcionados, nossos interesses não são levados a sério. Tudo é deixado de lado, e fica por isso mesmo.

Quando a gente entra nessa parte do abuso sexual, acho que é uma parte que toca todos nós, independentemente de ser criança ou de ser de mais idade, não interessa. O abuso sexual interfere na vida de uma criança de uma forma inimaginável.

Eu também trabalho em uma instituição chamada Casa de Ismael, que oferta acolhimento institucional, onde nós recebemos diariamente crianças com histórias absurdas. A gente sabe que, no Brasil, hoje, o acolhimento institucional só é oferecido para crianças com extrema necessidade. Então, ela teve de passar por uma série de problemas para ser identificada pelo Conselho Tutelar até chegar àquele local.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, até lá, todo o funcionamento da criança foi destruído, tanto físico quanto moral. E aí nós queremos fazer a recuperação dessa criança colocando-a em instituições que não têm parcerias que são dignas com o Governo, a que o Governo não dá muito apoio, só apoia para manter uma maquiagem, para mostrar que é bonitinha, mas, na verdade, não é nada disso. O acolhimento está todo em pé, tudo o.k., beleza, mas não há uma instituição que possa atender à necessidade dessas crianças na parte mental, na parte física.

E fica por isso mesmo. É por isso que a gente vê tantas crianças saindo do acolhimento institucional e, depois disso, não têm perspectiva de vida, entende? O acolhimento pega essa criança, cuida dela até os 18 anos, mas, depois, lava as mãos. É problema da criança que fez 18 anos: "Não nos interessa mais."

Isso é um absurdo! Isso é uma violação de todos os nossos direitos. Nós não somos reconhecidos como seres de direitos até os 18 anos, e, quando somos reconhecidos, eles são ignorados. E aí eles dizem assim: "Agora você é, mas você vai ter que usufruir daquilo que você tem." E uma criança que vem de um acolhimento, uma criança que é de baixa renda, o que ela tem para apresentar à sociedade? Porque para ela não é oferecido nada disso, não é oferecida educação, não é oferecida saúde.

Então, eu fico perplexa de a gente ainda ter que estar discutindo sobre assuntos como esse no Brasil, porque somos a maioria aqui. A maior parte populacional é de adolescente e criança, e é um absurdo a gente ainda ter que estar discutindo a violência que nos é direcionada.

É isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos a Shara Thawane Martins do Prado, representante do Comitê Consultivo do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF. Jovem, mas fez uma bela exposição! Permita-me pedir mais uma salva de palmas, em nome de toda a juventude brasileira. (*Palmas.*)

Que toda a juventude brasileira tenha a consciência que você tem. Parabéns! Parabéns! Meus parabéns mesmo.

Agora eu passo a palavra para Joel Gomes Moreira Filho, Presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da OAB.

O SR. JOEL GOMES MOREIRA FILHO – Bom dia a todas, a todos!

Senador Paulo Paim, o que me deixa perplexo é: quantas naiaras nós vamos ter que perder dessa forma?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Joel...

O SR. JOEL GOMES MOREIRA FILHO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A moçada que está aí vai ter que sair, por questão de horário – já são 11h30, há o almoço, enfim, e as responsabilidades que eles têm –, e eu queria dar uma grande salva de palmas e dizer que para nós foi histórica a presença de vocês aqui. (*Palmas.*)

Esperamos que tudo que for encaminhado depois desta audiência traga uma melhora de qualidade para todo o povo brasileiro. E vocês, como aqui foi dito, são os dirigentes deste País no amanhã. Muito obrigado por terem vindo. Mais palmas para vocês! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOEL GOMES MOREIRA FILHO – Bem, Senador, quantas naiaras nós vamos ter que perder para podermos começar a enxergar essa triste realidade que, infelizmente, muitas vezes não queremos ver? O Brasil não quer enxergar.

Cumprimento o Senador, e esse cumprimento eu estendo a toda a Mesa diretora dos trabalhos, aos palestrantes anteriores.

Tenho acompanhado o trabalho de V. Exª por muitos, muitos e muitos anos aqui no Parlamento. Sei que V. Exª é um homem comprometido com as causas sociais, trabalhistas, do idoso. E esta é uma pergunta que temos que nos fazer: qual é a sociedade que nós queremos realmente construir?"

Eu entrei nos *Anais* do Congresso para ver como foi construído esse artigo 227 da Constituição e tomo a liberdade de lê-lo:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, [com absoluta prioridade!] o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Constituição Federal. Isso me deixa feliz, porque o nosso Constituinte àquela época teve toda essa sensibilidade; e me deixa perplexo que, passados 30 anos, nós não conseguimos entender o que é absoluta prioridade.

No começo desta audiência, o senhor chegou e falou que o momento que o Brasil está atravessando... Nós estamos atravessando momentos ruins e, se continuarmos plantando o que estamos plantando, vamos ter momentos piores, porque nós não estamos dando prioridade absoluta para o que é necessário dar prioridade absoluta. Existe um descaso muito grande com a nossa criança e com o nosso adolescente.

Outro dia tive oportunidade de estar na Câmara conversando com alguns Parlamentares. Tive a oportunidade, inclusive, de estar com o Delegado Pablo, que fez uma belíssima apresentação, a quem eu cumprimento. E estendo este cumprimento a todos os palestrantes anteriores.

Nós temos realmente gravíssimos problemas. E, quando a gente fala em prioridade, Senador, essa prioridade nossa deve estar espelhada no orçamento. Não há jeito de fazer política pública sem orçamento. Então, há responsabilidade do gestor público e, nesse caso, do Legislativo, que, muitas vezes, aprova o orçamento sem realmente se debruçar sobre esse orçamento.

Tive a oportunidade de ser Parlamentar em Belo Horizonte, Minas Gerais, e sei da dificuldade de entender uma peça orçamentária. Mas isso deveria ser uma nova prática nossa. Discutir o seguinte: olha, se eu pago o tributo em tudo o que eu faço...

Essa meninada vem aqui e não sabem que são contribuintes, mas eles pagam tributo a todo momento. Comeram um pãozinho de manhã, estão pagando tributo; tomaram leite, estão pagando tributo; atravessaram a rua e pegaram ônibus, estão pagando tributo. Nós sustentamos toda máquina pública e, por meio desses tributos que são arrecadados de toda sociedade, faz-se esse monte que deve ser definido para onde vai.

Como não é uma simples vaquinha de um time de futebol para comprar uma bola e um jogo de camisas... Nós estamos falando do que o Estado pode fazer. O Estado só pode agir no estrito cumprimento da lei, nós devemos colocar nessa lei, nessa peça orçamentária... E essa é a nossa fala no sentido de tentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mobilizar os nossos Parlamentares para realmente colocarem no orçamento alguma coisa que seja compatível com a execução de políticas públicas voltadas para a criança e para o adolescente.

Ora, nós não fazemos isso e não respeitamos esses direitos fundamentais. Temos uma distorção em que grande parte desses deveres vão lá para o Município. Então, você não tem uma creche, não tem um conselho tutelar funcionando da forma com que deveria funcionar.

Esses primeiros anos da criança são fundamentais, uma política voltada para criança de zero a seis anos é que vai formar esse futuro jovem e adolescente. Infelizmente, o Município fica com uma carga de trabalho enorme, com deveres, e não tem a mesma fatia do bolo para poder redistribuir e levar até o cidadão esta política pública de que a gente fala.

E aí, na hora em que a gente fala dessa prioridade absoluta, eu vejo aqui, com muita tristeza, o que tem acontecido no Brasil, porque são muitas naiaras. Nós estamos vendo do Oiapoque ao Chuí milhares de naiaras, às vezes numa situação que não ganhe tanta mídia, em que não seja essa a situação. Mas, na hora em que a gente vê estudos como o que a Organização Internacional do Trabalho fez no Brasil, no ano de 2007 – foram feitos outros estudos depois –, em que nós tínhamos, nas rodovias federais, 1.819 pontos de prostituição, somente nas rodovias federais, de prostituição infantil...

Vejam só, nós estamos falando de 2007. Que número é esse hoje? Três mil? Não sei, não sei qual que é esse número. Nós não conseguimos dar dignidade, não conseguimos dar o direito à educação, nós não damos direito ao trabalho, porque essa criança não teve um direito à profissionalização, e nós somos coniventes com o que está acontecendo. Todos nós somos coniventes, todos nós deveríamos e poderíamos fazer mais. "Ah, eu não sou conivente." Nós todos poderíamos fazer mais. Esse é um dever nosso, esse é um dever nosso de brasileiro, dever nosso de pais, dever nosso de profissionais, de Parlamentares, de policiais, de defensores. Nós precisamos mudar nossa visão.

Fiquei vendo a Shara falar aqui, fiquei empolgado com a sua fala, Shara. Você estava falando com o coração, estava falando de uma realidade que você conhece. É uma realidade que nos choca: sabermos que não conseguimos proporcionar o que está na lei. Nós vamos ter coragem de mudar a lei? Porque ou se segue a Constituição, muda-se a Constituição, ou se segue a lei. O que nós vamos fazer? Qual vai ser o futuro que nós vamos dar?

E aí, eu, que sempre o admirei, Senador, pela sua trajetória, e o respeito muito, quero agradecê-lo por ter convocado esta audiência pública para discutir a questão realmente da criança. Quando a gente fala desse tema, é muito largo. Quando a gente abre para desaparecido, tráfico e abuso sexual, seriam várias e várias audiências públicas porque nós temos aqui questões importantes a serem debatidas.

Mas, no plano macro, eu diria a V. Exª que é de muita coragem virmos para cá para podermos discutir isso e sabermos que nós não estamos cumprindo com o nosso papel. É realmente um momento de muita tristeza. Nós estamos passando por momentos difíceis? Estamos passando, mas nós estamos passando por momentos muito difíceis.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOEL GOMES MOREIRA FILHO – Quando a gente vê que a mídia se movimenta de forma a dar larga cobertura aos últimos acontecimentos – por exemplo, os acontecimentos de ontem, que eu não vou discutir, porque ordem judicial você não discute, você cumpre –, nós temos que discutir o seguinte: vamos dar a devida atenção ao que precisa ser dado? Isso não vende nada.

Nós temos grandes inimigos. Eu vi alguém aqui falando da pedofilia, e nós temos um grande inimigo. Na hora em que a gente passa para o meio digital, temos que combater o que está acontecendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, essa *cyber* pedofilia, esse abuso a crianças e adolescentes. Eu vi os nossos palestrantes falando da vulnerabilidade da criança. A nossa Defensora Pública falou, com muita maestria, da questão da sedução. Todos nós podemos ser seduzidos, e é uma sedução muito fácil. Quem é que está ali do outro lado? Como que isso acontece?

Então, nós que não dávamos conta de fazer o nosso para casa antes da época digital, o analógico, agora nós estamos com problema. Por quê? Porque coisas boas têm uma velocidade para se multiplicarem e coisas ruins parece que têm uma velocidade muito maior para se propagarem. E existe uma organização criminosa que rende bilhões e bilhões, nós estamos falando aí – até me corrijam se eu estiver errado – da segunda atividade ilegal, criminosa, que mais gera dinheiro. Nós estamos falando aí dessa produção de material para pedofilia.

Então, grandes são os desafios. Não me sinto à vontade até, numa mesa de tantos especialistas, para falar detidamente sobre cada um desses casos. Mas temos a questão do desaparecimento, que é uma questão que nós realmente temos que trabalhar com afinco no sentido de dar notícia. Existe realmente o mito, delegada, todo mundo acha que só pode ir à delegacia depois de 24 horas. As pessoas não sabem disso, e seria importante que a gente fizesse um trabalho grande com as instituições. Inclusive vou sair daqui com essa proposta para a minha instituição, que a gente faça um grande trabalho de mobilização no sentido de desmistificar essa questão. Porque, se atuarmos nas primeiras horas, muito provavelmente teremos um resultado muito maior.

Sobre o tráfico de crianças, e não só o de crianças, o tráfico de pessoas, é uma questão que realmente vem sendo combatida. É muito triste quando a gente fala de crianças para adoção, para trabalharem como escravos sexuais, para o comércio de órgãos. Nós estamos falando da mazela humano, do que pode ter de pior.

E sobre a questão do abuso sexual infantil. Há pouco tempo li um livro chamado *As Famílias do Petróleo*, que fala sobre as relações entre a família Bush e a família do Osama Bin Laden. Ele mostra quando os Estados Unidos quiseram invadir o Kuaite, foi montada uma cena de um hospital infantil sendo invadido, as crianças sendo mortas, sendo estupradas e tudo. Quando você fala de criança você mexe com as pessoas, com o brio das pessoas, porque você está mexendo com o futuro. Qual é o futuro que nós queremos?

Eu gostaria de deixar dois pedidos: um no sentido de fazer alguns encaminhamentos posteriores para V. Exª da Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil; e o segundo é no sentido de que a gente fique muito atento a essa próxima peça orçamentária. A gente ter instrumentos legais e não ter como executar esses instrumentos legais é muito triste, porque a gente passa a não acreditar mais na lei e a gente passa a dar um exemplo ruim para as pessoas se a gente não cumpre a lei.

Então, se nós temos que comprar caças para fazer a defesa aérea do Brasil – caças de não sei quantos bilhões, mais de trinta e tantos bilhões –, nós temos também que dar merenda para as crianças, nós temos que dar condições para essas crianças estudarem, nós temos que construir efetivamente uma rede de proteção, nós temos de ter uma rede de repressão eficaz para que isso aconteça. Assim, eu acho que, quando a gente for escolher, a gente tem que ter muita responsabilidade nessas escolhas. E é esse o pedido que eu faço a V. Exª: que a gente mude a nossa peça orçamentária, dando realmente prioridade absoluta à criança.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o Dr. Joel Gomes Moreira Filho, Presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da OAB, que reforçou muito essa questão orçamentária.

Eu já te digo que será um compromisso desta Comissão de Direitos Humanos, nas chamadas emendas de Comissão, darmos prioridade a essa questão. Fica já o compromisso aqui assumido.

O SR. JOEL GOMES MOREIRA FILHO – Se V. Exª permitir, eu quero mobilizar mais de 1 milhão de advogados para trabalhar com o senhor nessas fileiras. E tenho certeza de que os Defensores Públicos farão o mesmo, bem como os Conselheiros Tutelares, os Delegados, a Polícia Civil, a Polícia Federal. Convoque-nos para que nós possamos mandar *e-mails*, mandar cartas, vir aqui e dizer: "Olha, nós precisamos mudar o que está acontecendo no Brasil"!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que agradeço.

Passo a palavra, de imediato, à Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, Drª Berenice Maria Gianella.

A SRª BERENICE MARIA GIANNELLA – Bom dia!

Agradeço e saúdo o Senador Paulo Paim pelo convite. Em nome de S. Exª, saúdo as demais autoridades e as pessoas aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só fortalecer, Drª Berenice, que a meninada teve que ir por um problema de colégio, mas nós estamos falando ao vivo para todo o Brasil desde o momento em que abrimos esta reunião, pela importância que tem. O Senado poderia estar reproduzindo outros programas, mas deu prioridade a esta audiência para que estejamos ao vivo para todo o Brasil.

Digo isso, porque, às vezes, as pessoas acham que nós estamos falando para nós mesmos, que somos os militantes dessa causa, mas não! Aqui na Comissão, durante audiências como esta, nós estamos ao vivo pela Rádio Senado, pela Agência Senado e pela TV Senado. No mínimo, como eu digo, são mais de 2 milhões de pessoas que estão ouvindo as mensagens dos senhores e das senhoras. E cada um ainda fará as suas considerações finais sobre a audiência de hoje e poderá propor qualquer encaminhamento que a gente resolva conjuntamente aqui fazer.

O seu tempo será retomado aqui.

A SRª BERENICE MARIA GIANNELLA – Não se preocupe.

Bom, lembrando sempre que a nossa Secretaria não é uma secretaria de execução de políticas, mas uma secretaria de formulação de políticas e de articulação com as políticas dos outros Ministérios, ressalto que, em relação à questão das crianças e dos adolescentes desaparecidos, nós temos um acordo de cooperação técnica com o ICMEC. E esse acordo visa a produção de materiais, ampliação do conhecimento e das informações necessárias em relação a essa questão do desaparecimento de crianças e adolescentes. Esse acordo, que vai até 2022, também prevê a capacitação tanto dos Conselheiros Tutelares quanto de toda a rede que pode lidar com esse tema.

Houve o lançamento do *site* globalmissingkids.org, que é um *site* mantido pela Secretaria. E lá a gente tem vários *links* para *sites* em que podem ser cadastradas criança e adolescentes desaparecidos.

Nós tivemos, na semana de 25 a 30 de março, também a semana nacional de mobilização contra o desaparecimento de crianças e adolescentes. Nós fizemos toda uma campanha na internet, com vários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cartazes. E isso continua. Nós temos a página no Facebook da Secretaria, o *site* de direitos humanos do Ministério.

E a gente tem continuado essa ação lá, porque é importante como vários já disseram aqui: primeiro, para que não se perca de vista que qualquer desaparecimento tem que ser imediatamente comunicado, porque infelizmente ainda há essa falsa impressão ou esse falso conhecimento de que é para esperar 24 horas. E todo mundo que trabalha com esse tema sabe que, quanto mais tempo se passa, mais difícil é a localização. Então, a gente está fazendo todo uma campanha em relação à conscientização dessa questão de se fazer o boletim de ocorrência imediatamente. Então, lá nesse *site* e na página do Facebook da Secretaria, a gente tem orientado as pessoas como isso deve ser feito, a rapidez com que isso deve ser feito.

Mas nós temos ainda uma grande preocupação, e acho que, quanto a isso o Senador pode nos ajudar, com a aprovação do PL que fala desse cadastro. Havia um cadastro que tinha sido construído. Esse cadastro infelizmente era malfeito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, já para encaminhar. Eu peço à Assessoria que conste nos encaminhamentos, para que a Comissão Direitos Humanos opere no sentido de aprovar esse PL do cadastro.

A SRª BERENICE MARIA GIANNELLA – Porque já existia esse cadastro, que foi criado dentro da antiga Secretaria Especial de Direitos Humanos, mas esse cadastro não era atualizado. Hoje, temos lá várias crianças e adolescentes que estão cadastrados, mas em relação aos quais temos muita preocupação, porque muitos deles provavelmente já foram encontrados ou, enfim, já houve algum desfecho. Então, nós estamos trabalhando agora para, entre aspas, "limpar" os nomes que estão lá, para a gente inserir, nesse novo *site* da Secretaria que nós estamos trabalhando, esse de que eu falei para vocês, e estamos orientando as pessoas para buscarem esses outros *sites* em que podem ser feitos os cadastros.

Mas nós temos um problema sério, porque nós não temos uma base nacional. Eu acho que essa questão de ter uma base nacional dos boletins de ocorrência é uma tarefa muito importante sobre a qual o novo Ministério da Segurança Pública deve atuar, porque a gente orienta as pessoas a irem fazer o boletim de ocorrência, o registro da ocorrência, mas, se a gente não consegue ter numa base única todos esses registros, em qualquer combate que a gente queira fazer ao desaparecimento e às consequências do desaparecimento, que são a exploração sexual, o tráfico de pessoas, a gente fica inibido, porque, como se diz, o crime atravessa as fronteiras dos Estados e dos países, e a gente não consegue internamente conversar os diversos cadastros ou os diversos registros existentes. Então, acho que essa é uma questão em que o Governo Federal precisa avançar para que, pelo menos, nós tenhamos informações corretas e atualizadas em relação a esse assunto.

Eu gostaria de falar um pouco sobre a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes; destacar o papel do Disque 100, que é o telefone conhecido por todos em relação a essas denúncias de violência sexual, abrangendo abuso e exploração; das dificuldades que a gente tem com relação a esse tema, porque, infelizmente, como disse a minha colega Defensora, a sociedade brasileira ainda é patriarcal, machista, e a gente tem ainda subnotificações, a gente ainda tem famílias que entregam seus filhos para a prostituição, e isso tudo passa não somente pela questão de a gente melhorar os canais de denúncias e a apuração dos crimes, mas por uma campanha educacional muito forte.

Nós precisamos mudar essa cultura no Brasil, porque, se não mudarmos a cultura no Brasil, qualquer esforço que as polícias façam, que nós façamos para combater esse tipo de crime será em vão, porque, infelizmente, o número de ocorrências vem aumentando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Disque 100, a Ouvidoria, no dia 3 de maio, se não me engano, vai divulgar os números do ano passado, são números alarmantes. Já passou da hora de nós, Governo, sociedade civil, Congresso, Poder Legislativo, Poder Judiciário, todos nos unirmos para tentar mudar essa cultura patriarcal e machista brasileira que acaba levando a essas questões de exploração sexual e de abuso sexual de crianças e adolescentes.

No âmbito da Secretaria, nós temos uma parceria com a Polícia Rodoviária Federal, no Projeto Mapear. A Polícia Federal também vai divulgar agora em maio os resultados desse projeto. Esse projeto mapeia, nas rodovias federais brasileiras, os pontos vulneráveis. Não são pontos de exploração sexual, mas são pontos vulneráveis, que, por uma série de critérios que eles elencam, podem ser considerados locais onde pode haver abusos e exploração sexual, então, são locais onde já existe algum tráfico de drogas, locais com má iluminação, onde já existe prostituição de adultos, que pode levar também à prostituição infantil. Então, esse mapeamento também vai ser divulgado agora em maio.

E nós estamos, no âmbito do Mapear, junto com a Polícia Federal e com a Childhood, que é nossa parceira também nisso, trabalhando na educação dos caminhoneiros, que a Childhood vem fazendo mais especificamente no Programa Na Mão Certa, e nós estamos trabalhando com eles no sentido de tentar agora o apoio das Polícias Rodoviárias Estaduais, porque a malha federal é pequena perto das malhas rodoviárias estaduais. Então, nós estamos tentando, agora, a partir dessa tecnologia, dessa metodologia desenvolvida pela Polícia Federal, fazer acordos com as polícias estaduais para que nós possamos mapear todos esses locais e, a partir daí, tentar uma ação mais efetiva, educativa, enfim, de combate à exploração.

Nós temos, no âmbito do Governo Federal, um comitê intersetorial que é formado tanto pelo Governo quanto sociedade civil. No momento esse comitê está debruçado sobre a questão da edição do decreto em relação à lei da escuta, que entrou em vigor esta semana. Nós temos 60 dias para editar o decreto, e os Ministérios, portarias em relação a esse assunto, porque há toda a questão do fluxo do atendimento, para onde essa criança e esse adolescente vão ser encaminhados, como isso vai ser feito, o que cada área deve fazer, a área da saúde, a área da assistência social, desenvolvimento social. Então, nós estamos trabalhando agora nessa regulamentação da lei dentro da Comissão e dentro do Conanda para que possamos, o mais rapidamente possível, solicitar ao Presidente da República a edição desse decreto.

Eu gostaria de salientar a importância do papel do Conselho Tutelar no recebimento dessas denúncias e na atuação, mas também gostaria de registrar que a própria Polícia Federal nos tem narrado diversas situações nas quais liga para o Conselho Tutelar e, infelizmente, não há um conselheiro de plantão, o conselheiro não atende. Então nós também precisamos reforçar o papel do Conselho Tutelar, ajudar a equipar os conselhos tutelares, como vimos fazendo aqui como Governo Federal – só este ano vão ser doados 264 *kits* aos Conselhos Tutelares, com carro, computador, para que eles possam ter melhores condições de atuar.

Saliento a importância de que os conselheiros tutelares preencham o Sipia, que é um sistema de informação dos Conselhos Tutelares, para que a gente também possa ter o mapeamento geral dessas informações.

E quero me solidarizar com o representante dos conselhos quando diz que muitas vezes o Poder Judiciário e o Ministério Público querem impor ao Conselho Tutelar um papel que não lhe compete. De fato, vimos recebendo denúncias nesse sentido, e eu acredito que nós precisamos rapidamente rediscutir o papel do conselho, melhorar a atuação do conselho. Acho que depende de um grande debate da sociedade em geral a possibilidade de nós fortalecermos e melhorarmos o papel dessa instituição – vou chamá-la instituição – criada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi uma grande novidade, foi saudada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no mundo todo como algo inovador em termos de criança e adolescente, mas, infelizmente, ainda há muitos problemas no dia a dia com sua atuação, tanto das pessoas que fazem a denúncia quanto, às vezes, dos conselheiros, que acabam tendo uma atitude inadequada. Nós precisamos, talvez, melhorar a seleção dos conselheiros, dar mais apoio a eles, mas também melhorar a atuação deles no dia a dia.

Acho que, em linhas gerais, era isso o que eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu acho que o Conselheiro quer fazer uma pergunta – pode fazer agora se quiser, não há problema.

O SR. JÚLIO FONTOURA – Secretária, é com alegria que vejo esse olhar.

Coloquei, no início da minha fala, a falta de estrutura e a questão da implantação do Sipia, que é uma ferramenta importante, mas muitos conselhos nem internet têm, não têm nem um computador e, muitas vezes, não têm um carro para fazer a averiguação.

Também coloquei a falta de entendimento do papel do Conselho Tutelar: solicitam o Conselho Tutelar para fazer batidas em bares, busca e apreensão, o que foge totalmente da essência da criação do Conselho Tutelar.

É bacana, porque percebo, por parte da senhora, o entendimento. O Fórum Colegiado quer estar junto nesse próximo processo de eleição, agora, para que a gente possa identificar quem realmente é comprometido com a causa da infância e da adolescência.

Também concordamos que precisamos fortalecer não só o conselho, mas também a rede de atendimento, para que possam olhar para o conselheiro e saber o seu real papel. Infelizmente, hoje, essa cobrança que nos fazem, muitas vezes, é infundada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JÚLIO FONTOURA – Então, parabéns! Somos parceiros, no Fórum Nacional, nos 26 Estados e na área federal, para participar e ajudar a construir realmente um órgão de defesa que zele pelos direitos e que tenha, na ponta, uma retaguarda e as ferramentas adequadas.

A SRª BERENICE MARIA GIANNELLA – Lembro que prover os conselhos de condições de atuação não é papel só do Governo Federal, mas é papel dos Municípios também. Acho que é muito importante que isso fique claro para os conselhos municipais e para os conselhos estaduais, para que abram linhas de financiamento para a aquisição de materiais e, mais do que isso, para a capacitação dos conselheiros, para que atuem corretamente.

Nós temos a nossa Escola de Conselhos, que trabalha na questão da capacitação. Vamos ter uma parceria com o Instituto Federal de Rondônia, para que haja a capacitação dos conselheiros da região da Amazônia Legal. Até considerando a questão da dificuldade de internet, essa capacitação vai ser feita via televisão, com uma tecnologia desenvolvida pelo Instituto de Rondônia. A gente espera também, com isso, abranger todos os conselheiros da região da Amazônia Legal, porque a gente sabe que, com todas as dificuldades de locomoção – lá estradas são rios, rios são estradas –, a gente precisa ter realmente um olhar diferenciado para a região.

Ontem ainda, estávamos conversando sobre a grade curricular, e eu fiz questão de pedir que essa capacitação tivesse muitos aspectos práticos, mostrando quais são as leis e o que o conselheiro pode ou deve fazer, não só para que a gente tenha um olhar geral em relação aos direitos humanos e às convenções internacionais, mas também para que a gente ajude o conselheiro a lidar, no dia a dia, com as situações que surgem, dando a ele ferramentas mais adequadas para o seu trabalho.

Em linhas gerais, era isso que eu queria colocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, mais uma vez, o convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Berenice Maria Giannella, que falou pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos!

Vamos agora passar a palavra para os outros três convidados, e, depois, volta a primeira Mesa.

Passo a palavra agora para o Delegado da Polícia Federal, Chefe da Unidade de Repressão a Crimes de Ódio e Pornografia Infantil na Internet, Dr. Pablo Bergmann.

O SR. PABLO BERGMANN – Bom dia! Já é boa tarde agora, pois passamos um pouco de meio-dia.

Cumprimento o Senador e agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todas as audiências, normalmente, vão até as 14h. Depois, a gente tem o direito de almoçar.

O SR. PABLO BERGMANN – Agradeço o convite.

Cumprimento o Senador, em nome de quem estendo os cumprimentos aos componentes da Mesa, à Mesa anterior, aos presentes e também aos telespectadores da TV Senado.

Preparei uma apresentação, mas boa parte dela... Se puder colocá-la no ar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode colocá-la, sim, porque o Brasil todo está assistindo, e isso é importante.

O SR. PABLO BERGMANN – Basicamente, boa parte dela explica qual é o papel da Polícia Federal na matéria de que a gente está tratando aqui hoje. Acho que há muita confusão em relação a isso.

Vou passar muito rapidamente, para chegar ao ponto que realmente interessa a todos aqui e basicamente reforçar tudo que foi dito aqui anteriormente.

Basicamente, qual é o papel da Polícia Federal na matéria de proteção à criança e ao adolescente? A atribuição número um da Polícia Federal é atuar em crimes contra a União, autarquias e empresas públicas. Esse é grosso da atribuição da Polícia Federal. Além dessa, há uma outra atribuição, que na verdade é uma competência da Justiça Federal e, por via de consequência, se desdobra em uma atribuição da Polícia Federal, que é investigar os crimes previstos em tratados ou convenções internacionais quando haja o que a gente chama de transnacionalidade, ou seja, quando envolva o Brasil e mais outro país. Então, só por isso aí, vê-se que é uma atribuição bem pequena se comparada com a da Polícia Civil em relação a essa matéria.

Então, no caso específico de criança e adolescente, qual é a nossa parte? Existe essa Convenção sobre os Direitos da Criança, que é da ONU, desde 1990. Então, por aí já está atendido esse primeiro requisito, que é existir tratado ou convenção internacional. Também com relação ao tráfico de pessoas, existe a Convenção de Palermo, de 2004, mencionada aqui pela Drª Vivian. Então, estas duas matérias estão abrangidas em tratados internacionais: os direitos da criança e o tráfico de pessoas. Além desse requisito, há o requisito da transnacionalidade, que é envolver o Brasil e um segundo país. Esses são os casos em que a Polícia Federal atua.

Então, o abuso sexual em si de crianças dificilmente – é praticamente impossível – envolverá mais de um país. Quanto ao tráfico de pessoas, sim, uma parte pode ser tráfico de pessoas para fora do País. Mas a maior parte dele é dentro do País, então não é atribuição nossa também. Os crimes por excelência que têm essa característica de transnacionalidade são os crimes ligados à pornografia infantil, que estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso por quê? Pela característica da internet. Este é,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por excelência, o meio que causa essa transnacionalidade: quando se utilizam as redes internacionais para trafegar material de pornografia infantil.

Também é importante dizer que há uma confusão grande com relação ao que é pornografia infantil, pedofilia, etc. Acho que já deve ser a quinta ou sexta vez que venho ao Congresso falar sobre isso, e toda vez eu falo: a Polícia Federal não combate pedofilia. Pedofilia é uma condição médica. Isso é um diagnóstico previsto no Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais. Então, pedofilia não significa abusar de uma criança; pedofilia é uma condição que um indivíduo apresenta e que vai ser diagnosticada por um profissional da saúde. Isso envolve uma série de fatores. Então, os crimes que são praticados contra crianças podem ser praticados por pedófilos ou não. Essa distinção é fundamental para que o problema seja abordado da maneira correta, porque o fato de alguém ser um pedófilo não significa que ele é um criminoso. Isso a gente vai ver que tem implicações na forma de prevenção e repressão ao abuso sexual de crianças.

Eu tomo um exemplo radical, que seria de 30 ou 40 anos atrás, em que se dizia que o usuário era um bandido, ele ia para a cadeira, era um vagabundo. Não era assim que era chamado? Não faz muito tempo. Hoje, sequer existe pena. Uma pessoa que consome entorpecentes é dependente químico. A própria terminologia mudou, assim como o tratamento legal. Então, eu acredito que esse seja um caminho necessário, apesar de muito difícil, em razão de o tema ser um tabu violento na sociedade.

E é necessário passar por isso no que diz respeito à pedofilia, ou seja, diferenciar o que é prática de crimes da condição médica ou de saúde da pedofilia. Isso para quê? Como existe hoje um tratamento para quem é dependente químico ou soluções fora da cadeia... Antes era como? Consome drogas, cadeia; hoje, existe já uma infinidade de outros tratamentos ou de soluções para essa situação. Então, acredito que isso tenha que acontecer também nessa área. Mas isso foi só um longo adendo que fiz aqui.

Vou passar rapidamente.

Sobre o tráfico de pessoas, já foi dito aqui, todo mundo sabe o que é. Agenciar, aliciar ou transportar pessoas de uma localidade para outra. No caso, a nossa atribuição ocorre quando isso só envolve mais de um país. E o tráfico de pessoas, ao contrário do que existia antes, não é só para a exploração sexual, mas para outras finalidades também, como trabalho escravo, ou remoção de órgãos etc.

E aqui entra uma parte mais interessante. Eu acho que todo mundo que falou aqui hoje, especialmente... Eu acho que eu tirei esse eslaide, exatamente... Não tirei, não; está aqui.

Todo mundo que passou aqui antes, de uma forma ou de outra, mencionou a integração entre os órgãos. Então, eu fico feliz exatamente, Drª Berenice, de estar presente aqui, porque eu sempre tinha uma curiosidade de saber o que tinha acontecido? Qual é o problema com esse Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos? A lei é de 2009 e, como a Drª Berenice mencionou, ele não funciona. Mas por quê? "Ah, mas depende dos BOs da Polícia Civil, depende do Ministério da Justiça, depende..." Ou seja, são vários órgãos que necessitam se integrar para que isso passe a funcionar.

E esse aqui é um caso que é até curioso, porque – o Dr. Joel também mencionou – a gente precisa de orçamento. Essa lei que criou o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos foi uma das poucas que previu a fonte de recursos. Então, ela basicamente tem dois artigos; ela cria o cadastro e fala que os recursos para implementar esse cadastro podem ser tirados do Fundo Nacional de Segurança, porque existem recursos lá, tem dinheiro esse fundo.

Então, o que falta é o quê? Decisão política, vontade política de usar. É um dos poucos casos em que não se pode falar: "Não, mas não dá para fazer, porque a gente não tem dinheiro." Tem dinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que falta é o quê? A integração, porque, como a Drª Berenice falou, não adianta só a Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente. Sozinha, ela não vai conseguir fazer isso. Ela depende do MJ, ela depende da Polícia Civil, ela depende da Senasp, ela depende... Resumindo, depende da integração dos órgãos.

E isso é só um exemplo em relação ao cadastro, mas isso se estende em relação a todos os outros assuntos que abordam a criança e o adolescente. Em todas as ações que aqui... Nós temos pessoas aqui de todos os diferentes órgãos da sociedade civil, e todos eles estão envolvidos num assunto que é o quê? Proteção à criança e ao adolescente. Então, é uma infinidade de órgãos da sociedade civil, da sociedade como um todo para que isso possa funcionar. Onde funciona é desse jeito. Como? Integração.

Então, diante desse quadro – eu atuo nessa área desde 2014 –, aos poucos eu fui vendo que realmente o que eu faço lá, como eu disse, é numa parte pequena do problema. Na minha parte lá, não adianta eu ficar prendendo pessoas que dali a um, dois anos – ou sequer vão para a cadeia – vão sair de lá e fazer a mesma coisa. Então, pensando num horizonte maior de proteção à criança e não de simplesmente prender criminosos depois que o crime já aconteceu, especialmente nessa área, prefiro milhões de vezes evitar que um crime aconteça a ir lá e prender. Então, na nossa parte aqui, eu estou no final da ponta, que é quando o problema já desandou.

Percebi que o que eu estou fazendo lá é uma parte pequena, que é necessária essa abordagem holística: educação, pesquisa, prevenção, apoio psicossocial, etc. A minha ponta, que é a da repressão, está lá no final. Eu me atentei, fiz um documento relatando, não foi reinventando a roda, não, porque nos outros países e em entidades sérias já fizeram estudos, em vários países... A ICMEC, que é parceria da Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente, é um órgão especializado nisso, que financia políticas públicas e fez estudos nesse sentido. Nisso aqui, ele não vai pegar e ensinar o país como fazer ou falar o que o país tem que fazer, mas eles mostram: "Olha, essas são as melhores práticas adotadas pelos países." Então, você não precisa inventar a roda: "Olha, isso aqui foi feito assim e funciona." Então, eles têm uma coisa muito didática. Abordando todas essas áreas e falando: "Olha, você precisa ter legislação, você precisa ter especialização, você precisa ter apoio social, você precisa ter..." de uma forma bastante didática.

Na primeira parte, que seria a parte da legislação, o Brasil está até bem, nós estamos bem porque nós temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, nós temos a Lei de Tráfico de Pessoas, enfim, nós temos um arcabouço jurídico que é suficiente; pode, obviamente, ser melhorado, mas é suficiente para enfrentar o problema. Nós precisamos é de instituições, é de implementar o que está lá na lei. Como foi falado aqui, o Estatuto da Criança e do Adolescente tem vinte e tantos anos.

Então, diante disso daí e com base também nas recomendações internacionais que eu fui notar que essa desintegração entre os órgãos aqui é uma fonte talvez principal da falta de efetividade nessa proteção, e maior até do que a questão orçamentária. Claro que é importantíssimo, sem dinheiro não se faz nada. Mas a questão é que há dinheiro – há dinheiro! – e isso aí está se perdendo entre um fazendo num canto, outro fazendo no outro, sem nenhuma coordenação.

Então, esse documento foi encaminhado pela Direção-Geral da Polícia Federal para o Ministério da Justiça, isso já deve ter uns dois anos. Basicamente, ele propunha a criação de um centro nacional que integrasse fisicamente, inclusive, os diversos parceiros que tratam dessa matéria.

E isso também não foi uma ideia minha. Veja que o próprio governo chegou a anunciar, em seu portal, em 2011, que seria criado um Centro Nacional de Proteção Online à Criança e ao Adolescente (Cenapol), mais uma coisa que não saiu do papel, não sei por quê. Mas a minha proposta era no sentido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de criação de um centro nacional que integrasse os órgãos, com toda essa visão de educação, de pesquisa, de prevenção, de repressão, de apoio psicossocial, etc., de forma, a partir dali, a você ser um fomentador da integração nos demais âmbitos, estadual, etc.

Eu aproveito a oportunidade de a Dr. Berenice estar aqui para, mais uma vez, você com certeza está se inteirando ainda das coisas porque tomou posse recentemente, fazer aqui um pedido para a gente se reunir e discutir essa matéria no âmbito da Secretaria, porque foi tentado anteriormente uma sequência de alterações de MJ, de SDH, de Ministério de Direito Humanos, de criação de secretaria, enfim, nos últimos dois anos isso praticamente ficou parado. Aproveito a oportunidade para retomar isso e solicitar apoio, Senador, no sentido – esse documento que eu estou mencionando está disponível na Comissão – de a gente ter essa força política para conseguir retomar esse assunto, para fomentar uma integração real nessa área.

Para finalizar, também uma das coisas que a Polícia Federal faz uso – e vou aproveitar aqui como exemplo de uma integração possível – é de um sistema da Interpol de identificação de vítimas de abuso sexual. Já faz cerca de 10 anos que a Interpol mantém esse sistema, e atualmente há 50 países-membros conectados. Ele funciona como um banco de dados que reúne os materiais de abuso sexual, de exploração sexual de criança e adolescente, de forma que as forças policias desses 50 países-membros possam atuar, analisar. Porque quando você tem a imagem em si, você não sabe de onde aquilo partiu. Então, juntando esses 50 países a gente consegue ver a linguagem, a roupa, ou objetos que aparecem na cena. Aí você pode conseguir identificar um lugar, a vítima e o ofensor. Essa é uma oportunidade grande que a gente tem de agregar, porque não é só a Polícia Federal que vai tomar conta disso aí.

Então, Drª Adriana, eu faço até um convite. A gente, depois de um certo esforço, conseguiu pela primeira vez trazer aqui os instrutores da Interpol, porque a dificuldade que a gente tinha antes era de que esse treinamento para você fazer parte desse sistema era feito em inglês. Eu particularmente fui lá, mas envolve você ir à Interpol, em Lyon, e fazer uma semana de treinamento em inglês. Agora a gente conseguiu trazer dois instrutores que falam português para o Brasil em maio. Então, eu faço aqui o convite para vocês indicarem – o Rio Grande do Sul, se não for o que tem a melhor estrutura, com certeza é uma das melhores do País na área de proteção à criança e ao adolescente – participantes para esse curso de forma que a gente vai criar uma força-tarefa aqui no Brasil para analisar essas imagens que estão lá e conseguir resgatar crianças.

Há muito material ali que é de crianças que estão sendo exploradas hoje, e uma pessoa olhando talvez não consiga identificar, mas 20, 30... Isso vai com certeza permitir tirar crianças de uma situação de abuso sexual. Mais de 10 mil crianças já foram identificadas utilizando esse sistema no mundo inteiro. Então, esse é só um exemplo, a ponta do que a integração pode fazer.

Eu acho que é isso.

Aqui está o meu contato, e eu agradeço mais uma vez o convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! Delegado de Polícia Federal Chefe da Unidade de Repressão a Crimes de Ódio e Pornografia Infantil na Internet, Dr. Pablo Bergmann.

Conte conosco aqui, no que nós pudermos ajudar, em todos os sentidos. Nós estamos aqui para isso. Esse é o papel desta Comissão e deste Senador também. Qualquer proposta, deixe-a por escrito, se puder, inclusive, nos encaminhamentos.

Representante do Comitê Consultivo do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF, Dr. Matheus Vinícius Souza Domingos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MATHEUS VINÍCIUS SOUZA DOMINGOS – Boa tarde!

Agradeço à Mesa, agradeço a todos os presentes.

Antes de começar a minha fala, eu gostaria de citar Damásio de Jesus, um dos doutrinadores do Direito mais renomados. Ele fala sobre o tráfico de pessoas nesta citação. Ele diz que o tráfico começa com a violação das "regras internacionais de direitos [...], a discriminação de gênero, a violência contra a mulher, a pobreza, a desigualdade de oportunidades e de renda, a instabilidade econômica, as guerras, os desastres naturais e a instabilidade política".

Por que citar Damásio neste momento? Nós podemos parar e pensar que arcabouço jurídico no Brasil nós temos, como ECA, Lei do Sinase, todas as leis que lutam contra a violação de crianças e adolescentes, sejam de zero a 18 anos, sejam os adolescentes em conflito com a lei, os meninos que estão no Sistema Socioeducativo. Mas será mesmo que esse arcabouço jurídico, será mesmo que toda essa infraestrutura jurídica do Brasil está sendo cumprida no momento? Ela está sendo de fato sistematizada, está sendo de fato fiscalizada pela Justiça? Eu acredito que não, porque, senão, nós não teríamos essa série de violações de direitos. Nós podemos parar e pensar nas crianças que são abandonadas pelos pais, essas crianças que são abandonadas em casas de abrigo, as crianças que são abandonadas e vivem em uma situação de rua no momento. Elas acabam se envolvendo com a prostituição, acabam se envolvendo com o tráfico de drogas, acabam sendo aliciadas por pedófilos também. Então, esse sistema, o arcabouço jurídico Brasil está sendo falho nesse princípio.

Mas é importante salientar também que, graças à sociedade civil ou aos órgãos competentes que estão envolvidos, essa mazela está sendo diminuída gradativamente. Uma iniciativa muito importante da sociedade civil, que é a Lei da Aprendizagem (Lei 10.097), que busca exatamente tirar essa criança, esse adolescente da situação de vulnerabilidade social e dar um salário para ele, encaminhá-lo para o primeiro emprego, está sendo também fragilizada pelas novas emendas, pelos novos projetos de lei. Às vezes, nós devemos parar e pensar um pouco no sistema base. Onde aquela criança está? De que aquela criança precisa naquele momento? Em que nós podemos ajudá-la?

Posso dizer pelo Sr. Júlio mesmo, Conselheiro Tutelar. Conheço muitos conselheiros tutelares, tenho muitos amigos conselheiros tutelares. Há pouco tempo eu saí do Ensino Médio e posso dizer e confirmar o que o senhor falou, que o conselheiro tutelar é visto nas escolas como um bicho-papão. A figura do policial infantojuvenil e não um amigo, um acompanhante, aquela pessoa que vai ouvir o que aquela criança, o que aquele adolescente, o que aquele jovem precisa naquele momento. Nós vivemos um preconceito enorme com os conselheiros tutelares, com o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a sociedade civil em si.

O Governo tem um certo preconceito com a sociedade civil, por cuidar dessa política assistencialista, por cuidar da assistência da criança e do adolescente. Mas nós devemos parar e pensar que aquilo que falta, às vezes, outro pode suprir.

As crianças vivem em situação de vulnerabilidade exatamente por conta desse abandono dos pais e do Estado, não respeitando o art. 227 da Constituição Federal. Então acaba se envolvendo com tráfico de entorpecentes, com abuso sexual e exploração em si.

Defendo também a manutenção do art. 239 do ECA. Acredito eu que uma pena curta para um aliciador não vale a pena. Não vale a pena mesmo. Ali há uma pena muito curta para um aliciador de crianças e adolescentes. Então devemos parar e pensar um pouco sobre qual o nosso papel, neste momento, como sociedade, como pessoas tanto físicas como jurídicas na hora de implementar as políticas públicas e escutar aquela criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há o papel do conselheiro tutelar também; a manutenção de um conselho tutelar. Como eu, Deputado, Senador, Ministro, Presidente, o que for, posso ajudar no sistema básico naquele momento da assistência daquela criança?

Agradeço a todos e obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Matheus, outro jovem. É uma alegria para a gente ver essa juventude com todo esse pique, essa oratória brilhante defendendo causas. Não é só aquele discurso fácil que a gente vê, às vezes, no mundo em que eu atuo, que é o mundo político. Parabéns à juventude! Fiquei muito feliz com Matheus Vinícius Souza Domingos, representante do Comitê Consultivo do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF.

Agora vamos para a fala final desta Mesa. Em seguida faremos uma rodada de cinco minutos para cada um.

Deputado Estadual Luiz Castro, fiz questão de chamá-lo para a Mesa, porque você nem tinha pedido. Humildemente. Pedir com humildade é uma grandeza, não significa que não tem postura, não tem coragem para defender grandes causas. Estava ali sentadinho, mas eu o convoquei para a Mesa. É o Deputado Estadual Luiz Castro, que é Deputado pelo Estado do Amazonas e preside a Frente Parlamentar de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Seja bem-vindo. A palavra é sua.

O SR. LUIZ CASTRO – Obrigado, Senador Paulo Paim. Em seu nome, quero saudar todos os membros da Mesa, os palestrantes e as palestrantes que já falaram.

Muitos dos temas que foram abordados aqui já fazem parte do nosso cotidiano de preocupações e de ações. Eu sou, de fato, um militante da causa da criança e do adolescente, a par de também ser Parlamentar; e como Parlamentar, tenho um dever de eleger essa causa como prioridade no meu mandato.

E nós criamos a Frente Parlamentar de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, porque o Amazonas é, de fato, um dos Estados com um indicador muito complicado, muito alto de abusos sexuais contra crianças e adolescentes, com um diferencial logístico, geográfico bem grande, que foi abordado rapidamente, aqui nesta Mesa, de que nós não temos quase interligações rodoviárias – nossas interligações são mais fluviais, nossas distâncias são continentais. Para se ter uma ideia, a cidade onde eu fui Prefeito, no início da minha trajetória política, fica a 1.250km em distância reta de Manaus, mas, por percurso fluvial, porque não há estrada, são 3.500km num barquinho, pelo Juruá e pelo Tarauacá.

Então, trabalhar a prevenção, trabalhar a investigação, a punição dos culpados e trabalhar o acolhimento correto das vítimas no Amazonas é extremamente complexo. É o Estado mais difícil do ponto de vista logístico para implementar qualquer política pública, porém é um Estado onde há uma consciência política crescente dos direitos. Vou citar como exemplo a greve dos professores estaduais que atingiu todos os Municípios, foi uma greve histórica, em que todos os Municípios aderiram à greve de uma maneira muito forte, muito intensa, porque antigamente as greves se concentravam em Manaus, ou em dois ou três Municípios próximos.

Então, a internet traz coisas ruins? Traz, sim, mas também traz instrumentos muito bons de comunicação política, de integração e de mobilização. Quando ela é utilizada para o bem, pode ajudar muito a construir um processo de engajamento e de integração de pessoas que moram em locais distantes e de repente se comunicam, se integram e colaboram entre si.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Amazonas tem problemas graves na área do turismo sexual; não é diferente do Nordeste. Houve um episódio emblemático em Autazes. E esse episódio em Autazes foi muito bem investigado pela polícia norte-americana, mas até hoje dos brasileiros envolvidos, inclusive um ex-deputado do Distrito Federal que estava envolvido, nenhum deles foi punido. Os americanos foram, e inclusive a empresa, que foi severamente punida nos Estados Unidos; e os envolvidos no Brasil até hoje estão aí a ver navios, já que eles viajavam em navios de turismo sexual. Há uma militante nossa, a Amanda, que é uma lutadora do ECPAT Brasil, ECPAT local, e ela se dedicou muito a essa causa.

Nós temos várias situações, e é bem claro. Eu acho que todos aqui sabem disto – inclusive o nosso Delegado da Polícia Federal –, que, quando o abusador, o aliciador, o explorador tem dinheiro, tem poder, é muito diferente o tratamento em relação a ele, o que não ocorre com o abusador pobre; é muito diferente. Nós sabemos que há abusadores aí que não foram punidos, alguns que já morreram, e, agora, só se forem punidos pela justiça divina, e não mais por nada aqui na Terra. Então, nós temos, de fato, dois pesos e duas medidas, o que só pode ser atenuado ou diminuído, por meio de políticas públicas integradas, como o trabalho da polícia do Rio Grande do Sul integrado. Esse é o foco que tem que ser desenvolvido.

O Sr. Delegado colocou, com muita clareza, a proposta de um centro nacional. E é importante que a gente perceba que o tema criança e adolescente é transversal, perpassa assistência social, direitos humanos, educação, saúde, entra em esporte, em cultura, em emprego e em renda; é um ser humano transversal. No Brasil, nós desenvolvemos políticas públicas paralelizadas não só no campo da criança e do adolescente. O Senador sabe disso. Quantas coisas no Brasil têm caixinhas que não se comunicam, como o nosso delegado colocou, que desperdiçam os poucos recursos que temos para atuar nessas áreas?

Então, é importantíssimo termos, de fato, um centro nacional integrador, mas tem que ser forte política e institucionalmente. Ele não pode ser fraco, ele tem que ter um poder de interferência na gestão de todos os Ministérios, e isso tem que ser reproduzido também em nível estadual e em nível local. A hierarquia tem que ser o direito das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

A educação é a chave para darmos um salto de qualidade, educação integral, em tempo integral, para todas as crianças e jovens do nosso País. Dizemos: "Não temos dinheiro para isso, o Brasil não tem dinheiro para isso." A Coreia do Sul não tinha também. Depois da Segunda Guerra, a Coreia do Sul estava completamente destruída, 80% da população da Coreia do Sul na pobreza absoluta, na miséria, o maior indicador de violência possível.

O Brasil era um mar de tranquilidade, e a Coreia do Sul era um lugar caótico, do ponto de vista de depois da guerra com a Coreia. Observem a Coreia do Sul hoje e observemos o Brasil. Todas as governanças públicas do Brasil colocaram educação como prioridade, mas nenhuma delas, de fato, salvo alguns Municípios e alguns prefeitos, colocaram a educação de fato como prioridade.

Casos emblemáticos no Amazonas não são poucos. Nós temos o caso Coari, do ex-Prefeito Adail Pinheiro, que rendeu até matérias no Fantástico, e um forte poder local em cima da cidade que mais arrecada recursos. Hoje, o filho dele é prefeito da cidade. Para se perceber como é difícil enfrentar esses esquemas, eu fui ameaçado. A Deputada Erika Kokay nos ajudou muito no enfrentamento desse processo, levando a CPI federal, a nosso pedido, até o Amazonas. Mas o fato é que são poderosos.

Agora, nós temos uma acusação gravíssima contra um ex-desembargador; no interior, vereadores. Quando envolve – recebi ontem uma demanda de Município do interior – um vereador, envolve um vice-prefeito, é complicado. E nós homens, Senador Paulo Paim, quando entramos nessa seara, nós nos expomos também, porque o machismo é muito grande, a visão é muito grande, e a maior parte dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

homens não consegue diferenciar. Não digo nem pedofilia de abusador, eu me refiro à questão da exploração sexual e do abuso sexual. Nós precisamos de uma grande educação para os homens e também, claro, extensivo às mulheres, mas as mulheres são muito mais bem-educadas nesse sentido que nós homens.

Então, é um aprendizado no processo de construção, e os conselhos tutelares enfrentam isso muito no seu dia nas pequenas cidades. Quando eles esbarram num caso de exploração sexual, eles têm enorme dificuldade.

Houve um caso recente de um vereador no Município de Jutaí. Nós percebemos a leniência do próprio Judiciário local. Foi preciso a imprensa focar, o promotor fez o papel dele, o delegado fez e o juiz estava cochilando em relação a cumprir o seu papel.

O índice de judicialização do Rio Grande do Sul é muito maior do que o nosso, é fantástico. O Rio Grande do Sul está muito à frente do Amazonas. O que nós escutamos, quando visito os Conselhos Tutelares do interior do Amazonas – e periodicamente eu tenho contato com os conselhos –, é muito diferente do que o Rio Grande do Sul já alcançou. Eu sei que lá não é o paraíso, mas, em relação a outros Estados, teve um avanço muito grande.

Quero colocar aqui também algo que para mim é patente em relação aos Conselhos Tutelares. Nós precisamos de um critério mais rigoroso de seleção nos Conselhos Tutelares, mas não podemos desmerecer o esforço dos conselheiros tutelares, porque, se não fossem eles, seria muito pior. Mas há uma coisa que me incomoda, Senador, em todo Município a que eu vou. É que na lei é lindo, Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCAs), mas raramente funcionam. Às vezes tem o presidente que carrega a bandeira sozinho, "euquipe", que ainda faz uma diferença, tenta trabalhar.

Esses conselhos dentro do ECA foram previstos para serem conselhos impulsionadores de toda a política de proteção à criança e ao adolescente, mas eles não estão funcionando na prática, por que, como grande parte dos conselhos neste País, eles foram prefeiturizados e não são mais municipalizados. A municipalização eu sempre defenderei, eu sou municipalista, mas se prefeituriza Conselho Municipal de Saúde ou de Educação. A mesma coisa que acontece nos Estados: esses conselhos deixam de representar a sociedade e os interesses da sociedade. Eles passam a ser representantes de si próprios com a cooptação dos empregos, dos cargos públicos, dos cargos comissionados.

Entendo que precisa ser estudada, Senador, uma maneira de dar um choque de organização, porque, sem conselhos efetivos, os Conselhos Tutelares também nem são bem supervisionados nem são bem apoiados. Fora as questões políticas. Se o conselho tutelar for adversário político do prefeito que está no poder, aí pronto... Até salários em alguns lugares são diferenciados. Há o salário do conselho tutelar amigo do prefeito, que ganha um cargo comissionado, e o salário tutelar daquele que não é compadrio do prefeito. Acho que o senhor sabe dessas situações em muitos lugares do Brasil e no meu Estado também.

Eu quero também aproveitar para fechar, dentro da minha fala, agradecendo muito ao Senador Paulo Paim, a questão da saúde do adolescente. Nós até hoje temos isso como um programa sem destaque, um programa sem ênfase e sem prioridade nos processos de saúde pública do País. Por que temos? Talvez porque, saindo da fase do atendimento pediátrico, onde as crianças dependem exatamente do pai e da mãe para ver uma questão de uma gripe, de um problema de saúde mais sério, os adolescentes são muito independentes, quase sempre muito "saudáveis", entre aspas, porque quando capturados pela dependência química eles podem até ter aparência saudável, mas eles estão de fato sob um processo de afetação da sua saúde psíquica, da saúde física, que é a dependência química. Há gravidez precoce, falta de planejamento familiar, paternidade irresponsável. Então, nós precisamos também, nas políticas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criança, entender como isso afeta o percurso de uma criança, de um adolescente abusado ou até mesmo de um adolescente que se torna abusador.

Recentemente, anteontem, em Manaus, um adolescente de 14 anos foi detido porque estava utilizando-se de pornografia infantil e abusou de uma criança de 8 anos. A pornografia infantil é realmente um caminho terrível para você estabelecer relações de abuso sexual horrorosas. A influência em cima de uma pessoa que ainda está em formação é terrível.

Eu quero agradecer e fazer um pedido ao Senador Paulo Paim.

Eu acho que o Programa Jovem Aprendiz... Estavam aqui os salesianos do Jovem Aprendiz, e os salesianos no Brasil todo estão trabalhando muito bem o Jovem Aprendiz; não são só eles. Já foram embora, mas estavam aqui. Mas o Jovem Aprendiz, enquanto não há escola em tempo integral para todos os adolescentes, devia ser massificado neste País. Massificado mesmo. Acabar com essa coisa de que "o ECA proíbe o adolescente de trabalhar". Não; o ECA protege a criança no seu direito de ser criança. Mas nós vivemos em um país em que é muito importante o adolescente ter uma formação profissional. E está bem claro na lei: a partir dos 14 anos. Mas a maioria absoluta dos nossos adolescentes, Senador, está na ociosidade; está nas favelas, está nos becos, está nas pequenas cidades.

E, se o senhor imaginar que hoje qualquer pequena comunidade rural da Amazônia está infestada de drogas, o que é uma política que também tem de ser repensada; que, quando se fala aí que nós estamos enxugando gelo – está aqui a Polícia Federal –, é verdade; e que grande parte da corrupção dentro da nossa polícia é pelo tráfico, nós temos que repensar e olhar a lei seca nos Estados Unidos. Temos que repensar tudo isso. O problema é que, quando você fala na possibilidade não de legalizar o tráfico, mas de ter o controle a partir de um meio legal, você vira defensor da maconha, você vira defensor da cocaína, você parece que é um... E certos setores fundamentalistas cristãos o colocam como um aliado de traficante. E é o contrário! Nós precisamos esvaziar essa excessiva demanda das drogas.

E finalizo dizendo que nós estamos vivendo de fato, na sociedade brasileira – e não é de hoje, mas tem piorado –, esse efeito do consumismo voraz. Senador, faça uma coisa: nós precisamos proibir propaganda voltada para as crianças. Nós precisamos! Vários países do mundo proibiram. Assista ao programinha da Pepa. É bonitinho, é um programa bom. Aquela criança de três anos, de quatro anos assiste ao programa da Pepa. Mas no meio, no intervalo: "compre a boneca da Barbie", "compre" não sei o que mais, "compre" isso, "compre" aquilo. A criança é bombardeada, desde o seu momento inicial de contato com a televisão, com uma publicidade absurda, que lhe captura o imaginário e a sua psique para o consumismo. E depois, não satisfeita pelo baixo poder aquisitivo, ela muitas vezes é capturada pela dependência química. Não é a única causa, mas é também uma das causas.

Eu agradeço. E, se o senhor puder nos ajudar nisso aí, o senhor vai prestar um enorme serviço. O senhor vai enfrentar interesses poderosos, mas o senhor não tem medo de enfrentar esses interesses; é a sua característica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já estou acostumado.

O SR. LUIZ CASTRO – Muito obrigado, Senador.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria agradecer muito a você.

O Deputado Estadual Luiz Castro deslocou-se lá da Amazônia para vir aqui. Ele é Deputado pelo Estado do Amazonas e Presidente da Frente Parlamentar de Enfrentamento à Violência Sexual contra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Crianças e Adolescentes. Sei que outros também se deslocaram do Rio Grande do Sul, outros vieram das suas cidades, enfim, para estar aqui para esse depoimento. Mas quero dizer que você fechou muito bem! Eu não o tinha visto falar sobre esse tema. Fiquei muito bem impressionado. Queria deixar aqui meus cumprimentos. Parabéns ao Estado do Amazonas, eu diria. Muito interessante a sua firmeza, a coragem também. Você disse que acompanha o meu trabalho – disse-me antes, informalmente –, e eu passarei a acompanhar o seu também, pode crer.

Neste momento, vou ler aqui algumas manifestações.

Anahilza, de São Paulo: "Toda sociedade precisa aprender a cuidar e proteger as crianças." Rogerio Melo Araújo, de São Paulo: "Ouvindo rádios americanas é muito recorrente haver campanhas permanentes em todas as emissoras de rádio e TV para todo tipo de engajamento público em questões abordadas pelo governo, e acho isso muito válido. Sem campanhas permanentes não se muda a cultura das pessoas." Ou seja, para mudar a cultura, é preciso que todos os governos participem de campanhas como a que estamos debatendo aqui.

Moacir Luiz de Souza Filho, do Rio de Janeiro: "Dia 18 de maio é o dia de luta contra o abuso sexual de crianças e adolescentes. Portanto, peço ao Senador Paulo Paim que intensifique nesse mês os debates relacionados ao abuso sexual de menores."

Juh Santos: "É sobre o "mito" da espera para notificar desaparecimento. Não precisa esperar esse período?" Ela meio que afirma, mas bota também como pergunta. Ele entende que não precisa esperar esse período.

Eu vou aqui apenas registrar e, depois, vamos encaminhar – chamamos de encaminhamento. Se alguém entender que algum outro encaminhamento deva ser feito, pode falar em suas considerações finais ou mesmo depois que terminar a reunião, aqui com a Secretaria dos trabalhos.

Eu peguei aqui a última: solicitar ao Presidente da CCJ – eu, aí, chamei para mim – que designe o Senador Paulo Paim como Relator do PLC 154 de 2017, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas para dar celeridade ao projeto. Foi solicitada a nossa ajuda, e eu já assumi o compromisso de falar com o Presidente daquela Comissão. Quero dizer que, nesta Comissão, foi aprovada por unanimidade a Senadora Kátia Abreu como Relatora.

Defender junto ao Congresso que os orçamentos dos governos federal, estadual e municipal, cada um na sua instância naturalmente – a nossa é o Congresso –, prevejam verbas para programas de proteção às crianças e aos adolescentes.

Apoiar a integração dos órgãos que atuam na defesa da criança e do adolescente. Vem naquela linha que foi aqui colocada: centralizar, e com orçamento, com força.

Apresentar projeto de lei para que se tenha maior controle com relação a propagandas destinadas ao consumismo – em relação a crianças e adolescentes.

São algumas questões que a Mesa anotou, a Secretaria, mas que os senhores, em suas falas, se quiserem complementar, podem fazê-lo.

Vamos agora, então, para as considerações finais.

Primeira Mesa: José Fernando Maia Vinagre, do Conselho Federal de Medicina. (*Pausa.*)

Teve que sair, não é?

Drª Adriana Regina da Costa, Delegada de Polícia e Diretora do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ADRIANA REGINA DA COSTA – Mais uma vez eu gostaria de agradecer a oportunidade de estarmos aqui no dia de hoje e dizer que a Polícia Civil do Rio Grande do Sul está muito atenta no seu papel principal, que é a repressão, mas também muito dedicada à prevenção. Apesar de não ser o nosso papel principal, estamos trabalhando nesse sentido, tanto através do nosso departamento que trabalha com a criança e o adolescente como através do Denarc. Então, há a parceria desses dois departamentos nesse programa de prevenção em parceria com outros Estados.

É importante a nossa participação aqui no dia de hoje, a fim de divulgarmos esse trabalho e também de contarmos com apoio de outras instituições, para que possamos desenvolver com cada vez mais qualidade esse trabalho.

Informo também aos senhores e às senhoras que o Estado do Rio Grande do Sul, a partir deste ano, ampliará esse departamento da criança e do adolescente para departamento de grupos vulneráveis, onde trabalharemos também a questão das mulheres, do idoso; e a questão da intolerância racial, a intolerância de orientação sexual. Então, será o departamento de proteção a grupos vulneráveis, deixando de existir o Deca como departamento, será uma divisão dentro desse outro departamento. Então, ampliaremos as nossas atribuições.

Atualmente eu também sou coordenadora das delegacias da mulher do nosso Estado. São 22 DEAMs – como as chamamos no nosso Estado. Então, estamos à disposição, a fim de colaborar nessa questão do cadastro nacional, que é muito importante, a fim de trazer as nossas necessidades.

Acho também importante pensarmos na questão de melhorias nas delegacias no que se refere ao atendimento da criança e do adolescente, principalmente a partir da Lei nº 13.431, em vigência a partir do dia de ontem, a fim de que criemos espaços adequados para que essa oitiva, esse depoimento especial seja qualificado, evitando a revitimização dessas crianças.

Então, mais uma vez agradeço a oportunidade e coloco o Estado do Rio Grande do Sul à disposição das senhoras e dos senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Nossos cumprimentos à Drª Adriana Regina da Costa, Delegada de Polícia e Diretora do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul.

Aqui, no fim, eu lerei somente o encaminhamento do projeto sobre a Naiara, que foi exemplar, por isso eu fiz questão... Exemplar a conduta da polícia. Foi, foi, foi... Acho que foi numa semana, não é?

A SRª ADRIANA REGINA DA COSTA – Dez dias, aproximadamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dez dias. De nove a dez dias, descobriu. E foi um graduado funcionário de uma empresa, viu? A polícia foi, foi e foi...

A SRª ADRIANA REGINA DA COSTA – Eu aproveito a oportunidade para parabenizar os colegas da Delegacia de Polícia de Caxias do Sul, que tiveram esse trabalho dedicado desde o início da ocorrência policial; e os policiais do Deca também, que atuaram nessa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Palmas para eles. (*Palmas.*)

Um exemplo para o Brasil.

Júlio Fontoura, coordenador da Pasta de Relações Institucionais do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JÚLIO FONTOURA – Senador Paulo Paim, eu quero agradecer pelo convite e a grande importância de inserir os Conselhos Tutelares nesse debate importantíssimo, porque é na base, é na ponta que enfrentamos diariamente essas dificuldades.

Quero deixar bem claro que essas convocações de chamado para o Conselho Tutelar, muitas vezes de forma equivocada, para que se faça participação, acompanhamento e algumas batidas, algumas ações, criam um risco iminente para o nosso trabalho, inclusive para as vidas de muitos conselheiros, como já ocorreu aí.

Nós somos fiscais, sim, de instituições de atendimento, não de estabelecimento. Quero deixar bem claro para a sociedade brasileira que o conselho não faz a batida em bar, quem faz batida em bar é *barman.* O Conselho Tutelar é um órgão que trabalha na prevenção.

Quero parabenizar o Joel. Parabéns... O Pablo. O Joel está aqui. É o Joel da OAB. Joel, ajude-nos a buscar uma orientação para todos os magistrados do Brasil, para que se encaminhe para o Conselho Tutelar realmente o que é da sua competência, das suas atribuições.

Deixo bem claro que o conselho não é serviço, ele é um zelador de direitos. E quando a gente começa a fazer muitas coisas que não são da gente, deixamos de fazer o que é nosso. Esse é um grande prejuízo.

Quero parabenizar a Shara e o Matheus pela qualidade, pela força.

Olhem para nós como alguém que realmente vai ouvir... Para nós, vocês são o maior tesouro deste País. Vocês são o futuro da Nação, mas, como falei no início, têm que lutar no presente para que esse futuro tenha consequências boas.

Deputado Estadual, nós nos preocupamos, sim, com alguns membros que estão entrando no conselho tutelar e sabemos que, muitas vezes, não estão identificados com a causa e com a função. Para isso existe na Câmara Federal uma comissão que está discutindo uma lei geral para que se possa aparelhar todo o Brasil com uma visão... O Estatuto é muito tranquilo, ele fala em três requisitos: idade superior a 21 anos, residir no Município e idoneidade moral. Mas há mais requisitos que precisamos buscar para colocar membros comprometidos a fazer o melhor para a defesa da criança e do adolescente.

Outra sugestão. Senador Paulo Paim, eu sou gaúcho de Porto Alegre, colorado, e quero apoiar não só o Inter ou o Grêmio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se eu fosse gremista, iria dizer que ninguém é perfeito. Mas eu não sou gremista. Adivinhe o que sou? Eu nasci em Caxias do Sul...

O SR. JÚLIO FONTOURA – Ah, tu és caxiense?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sou muito ligado àquela terrinha. Eu torço pelo Caxias, porque lá se fundiram Juventude e Flamengo na época...

O SR. JÚLIO FONTOURA – O que nós colocamos, Senador? Uma participação efetiva com Inter e Grêmio nas ações dentro do estádio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O SR. JÚLIO FONTOURA – ... falando sobre exploração sexual, sobre combate à violência. Quanto à questão da criança desaparecida, o Inter tem aberto as portas do estádio para a gente passar com as nossas faixas e passar os nossos *folders* para as torcidas. E fazemos uma sugestão: que esta Casa possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhar para a CBF e para as outras federações a sugestão de que se abra um espaço nos jogos de futebol...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só espero que vocês estejam tomando nota, não é, moçada?

O SR. JÚLIO FONTOURA – Que se abra um espaço nos jogos do campeonato brasileiro agora para que apareçam nos telões crianças. Isso será importante, porque milhões de pessoas veem esses jogos nos estádios, por *pay-per-view* e na rede aberta.

Quero dizer à Secretária Berenice que temos o maior carinho e orgulho pela Secretaria de Direitos Humanos, que é muito parceira nossa. Somos parceiros, sim, para que o Sipia seja implementado da maneira necessária.

E colocamos a importância de haver a instrumentalização do Conselho Tutelar, condições básicas, técnicas, para podermos fazer a nossa ação com qualidade, senão vamos ser mais um para aplicar uma medida e colocar no expediente. Não vale a pena. Temos que ser mais atuantes. E é isto que queremos: queremos fazer o que é nosso, que é mobilizar, articular o Poder Público, a rede de atendimento, fiscalizar as entidades que funcionam...

Tu foste muito feliz, Shara, porque muitas vezes tu não estás preparado... Numa casa de acolhimento, essa criança pode não estar protegida. Então, precisamos lançar um olhar diferente sobre isso.

Quero ter mais um minutinho, Senador, porque não posso esquecer o trabalho colegiado de 26 Estados: Acre, Lucinaira Carvalho; Alagoas, Madileide; Amapá, Luiz Antonio; Amazonas, Erivelt; Bahia, Antonia Luzia; Ceará, Eulógio Alves; Distrito Federal, Raglene Ferreira; Espírito Santo, Marli Demuner; Goiás, Daniela Paula; Maranhão, Ivan Nilo; Mato Grosso, Raul Camilo; Mato Grosso do Sul, Reginaldo Bezerra; Minas Gerais, Elizabeth; Pará, Sérgio Rodrigues; Paraíba, Lenon Jane Fontes; Paraná, Luciano da Silva; Pernambuco, José Marcelo; Piauí, Ana Alves; Rio de Janeiro, Waltair do Nascimento; Rio Grande do Norte, Luziano Pereira de Macedo; Rio Grande do Sul, Júlio César Fontoura; Rondônia, Rosilene Maria; Roraima, Adiulson Ribeiro; Santa Catarina, Graziela Cristina; São Paulo, Vitor Benez; Sergipe, Marisa Barros; Tocantins, Raimundo Carlos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço a você, Júlio Fontoura, Coordenador da Pasta de Relações Institucionais do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares, que fez questão de fortalecer cada Conselheiro no seu Estado.

E a sua ideia de que os clubes de futebol estejam engajados nesta campanha é muito importante. Vamos colaborar em todos os fóruns de que participarmos nesse sentido.

Fiz uma brincadeira, é claro. Sei da rivalidade que existe no Sul entre o Grêmio e o Inter, mas você trouxe uma proposta concreta, que envolve Grêmio, Inter e todos os clubes brasileiros.

Parabéns pela iniciativa. Vamos tentar ajudar.

Vivian Netto Machado Santarém. A Drª Vivian é Defensora Pública, coordenadora do grupo de trabalho no Rio de Janeiro.

A SRª VIVIAN NETTO MACHADO SANTARÉM – Senador Paulo Paim, queria parabenizar a Mesa.

Acho que todos abordaram questões muito importantes: a questão do orçamento, a questão da transversalidade da matéria. Os jovens que aqui se apresentaram revelam a importância de serem ouvidos, de terem um discurso articulado também na questão da proteção da criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Drª Berenice pontuou a necessidade de implementação do cadastro. Queria reforçar, como abordamos antes, que é essencial para conhecimento do fenômeno e para a execução de políticas públicas e, inclusive, previsão orçamentária.

Não sei se é possível em relação ao encaminhamento, mas, em relação ao tráfico de pessoas específico, tenho conhecimento de que o Governo Federal tinha um projeto ligado ao Ministério da Justiça, porque é onde fica a Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Governo Federal.

Havia um projeto que se chamava Metodologia Integrada de Coleta e Análise de Dados sobre Tráfico de Pessoas, cuja ideia era tornar uniforme essa coleta, apontar indicadores, fazer como se fosse um banco nacional, realmente uniformizando essa coleta, uniformizando o conhecimento e o conceito em todo o território.

Não conheço o motivo desse projeto, mas parece que ele não avançou, não foi dado seguimento. Reforço aqui que isso seria um encaminhamento da área da Defensoria Pública Federal, porque acho um dos temas mais importantes no enfrentamento ao tráfico de pessoas.

No mais queria parabenizar a todos e agradecer ao Senador Paulo Paim a oportunidade. Acho que o debate foi muito rico. Sensibilizei-me muito por estar debatendo com os jovens e ter a plateia de estudantes. Parabenizo, mais uma vez, pela iniciativa, pela possibilidade de reflexão, e a Defensoria Pública Federal está totalmente à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns mesmo, Drª Vivian Netto Machado Santarém, Defensora Pública e coordenadora de trabalho do Rio de Janeiro.

Já pedi que a sua sugestão seja incluída, para que possamos ir atrás desse projeto. Se ele estiver no Executivo, tentamos entrar em contato; se ele estiver aqui, às vezes, ele fica na Casa durante cinco, dez, se bobearmos, vinte anos – existe um que está há vinte anos aqui –, para que, de fato, a gente toque para frente com o objetivo que você muito bem defendeu aqui. Está bem?

Então, peço que coloquem ali nos encaminhamentos.

Vamos conceder a palavra agora à Shara Thawane Martins do Prado, representando o Comitê Consultivo do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A SRª SHARA THAWANE MARTINS DO PRADO – Quero agradecer mais uma vez e reforçar que o Comitê Consultivo não está aqui à toa. Nós somos um grupo de adolescentes, que, se não me engano, existe em quase todos os Estados, e queremos estar junto com o Governo, com o Estado, para estar criando políticas públicas que funcionem de verdade, que possam atender todas as crianças e adolescentes.

Queremos um Estado que deixe de escravizar crianças, que nos escute, que nos reconheça como sujeitos de direitos e forneça políticas públicas de qualidade, para que tudo isso melhore, e o Brasil possa ser um País que eu sei que ele tem a capacidade de ser. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Shara Thawane Martins do Prado, que representou o Comitê Consultivo do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e, naturalmente, a juventude brasileira.

Passo agora a palavra a Joel Gomes Moreira Filho, Presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da OAB.

O SR. JOEL GOMES MOREIRA FILHO – Sr. Presidente, queria agradecer, em nome do Conselho Federal da OAB, a oportunidade de estar aqui participando desta audiência pública e dizer à Shara que, com certeza, há uma luz no fim do túnel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando vemos pessoas, por exemplo, servidores públicos – aqui, temos vários servidores –, que não estão aqui simplesmente para cumprir uma tarefa, na fala das pessoas, quando vemos o Júlio falando ou a Drª Adriana, delegada do Rio Grande do Sul, falar, percebemos que as pessoas falam com o coração.

Vemos o Deputado Luiz sair do Amazonas e vir aqui falar de uma cidade que fica a cinco, seis horas de barco, e o que acontece com relação à exploração sexual infantil no Amazonas, o envolvimento do Pablo nesse sentido; vemos realmente que as pessoas estão envolvidas, que a Defensoria Pública está envolvida com o coração, que existem pessoas envolvidas nisso, não são só as instituições. Acredito ainda muito nas pessoas. Agradeço muito, Senador, a oportunidade de estar aqui. Acho que podemos vencer essa luta se, realmente, nos unirmos e direcionarmos todos os nossos esforços para o lugar certo.

Obrigado pela oportunidade, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. O Joel Gomes Moreira Filho representou aqui a OAB. Meus cumprimentos e a minha satisfação por recebê-lo aqui.

Chamamos agora – ela teve de sair, mas ficam aqui as nossas palmas pela contribuição que deu – a Drª Berenice Maria Giannella, que representou a Presidência, a Secretaria dos Direitos Humanos da República. (*Palmas.*)

Chamamos agora Pablo Bergmann, Delegado da Polícia Federal, Chefe da Unidade de Repressão a Crimes de Ódio e Pornografia Infantil na Internet.

O SR. PABLO BERGMANN – Bem rapidamente, Senador, trata-se mais de um pedido de atenção com relação a uma tendência que temos observado de que, como vemos hoje, é sempre um problema complexo, e as soluções são igualmente complexas e abrangem várias vertentes e vários órgãos, a sociedade como um todo.

O que temos observado é que, numa ânsia de dar uma reposta fácil, há uma certa transferência de algumas atribuições que são tipicamente da Polícia Civil ou de outros órgãos para a Polícia Federal, como se isso fosse resolver o problema.

Se aconteceu tal fato, vamos colocar a Polícia Federal. Obviamente, ficamos enlevados com a confiança depositada no órgão e com o bom nome que a Polícia Federal construiu ao longo dos anos, mas simplesmente transferir uma atribuição para a Polícia Federal não vai resolver o problema.

Nesta semana mesmo, nós tivemos um exemplo disso: foi promulgada uma lei de forma bastante atécnica e que não vai alterar em absolutamente nada o problema simplesmente criando uma atribuição para investigar um crime que não existe, ou seja, crimes de ódio contra a mulher. Esse crime sequer existe, mas foi incluído entre as atribuições da Polícia Federal. Este é um exemplo do tipo de tendência que a gente vê e que, como disse, é uma resposta para jogar para a plateia, porque isso não vai resolver o problema.

Então, é mais para chamar a atenção para o fato de que simplesmente criar novas atribuições para a Polícia Federal não resolve o problema, especialmente num momento em que nós temos, como é o caso hoje, mais de 600 cargos de delegado em aberto, mais de dois mil cargos de agente da Polícia Federal em aberto – e isso em meio a um quadro que já era pequeno. Nós temos um quadro, hoje, que retorna ao que era em 2008. Quer dizer, nós estamos atrás dez anos, e ainda se criam novas atribuições sem nenhuma contrapartida. Então, isso é uma coisa bastante preocupante.

É só esse o alerta que eu deixo aqui, agradecendo, mais uma vez, pela oportunidade da participação e parabenizando todos pelas brilhantes explanações. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns ao Delegado da Polícia Federal, Chefe da Unidade de Repressão aos Crimes de Ódio e Pornografia Infantil na Internet, Dr. Pablo Bergmann.

Ele deixa aqui essa cobrança sobre a falta de mais profissionais nessa área, haja vista a defasagem enorme do quadro de delegados. É isso, não é?

Nós podemos até colocar isso nos nossos encaminhamentos, ou seja, uma cobrança junto aos poderes constituídos...

O SR. PABLO BERGMANN (*Fora do microfone.*) – Para autorizarem os nossos concursos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim; autorizarem os concursos e as contratações, porque eu tenho aqui inúmeras denúncias, como, por exemplo, no Rio Grande do Sul, dos agentes carcerários. Há uma defasagem enorme no quadro, mas mais de dois mil fizeram concurso, foram aprovados em todos os quesitos e fizeram o estágio que têm de fazer para exercer a atividade, mas não são chamados.

Eu, por duas vezes, encaminhei ao Governo do Estado um requerimento, em nome desta Comissão, para ver se há a contratação. E assim é em outros órgãos do Brasil todo, como é o caso aqui dos delegados.

Matheus Vinícius Souza Domingos, representante do Comitê Consultivo do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF.

O SR. MATHEUS VINÍCIUS SOUZA DOMINGOS – Agradeço novamente à Mesa, ao Senador e a todos os presentes. Foi um prazer poder participar de tão rico debate com V. Sªs.

Gostaria de concordar com o Deputado quando ele diz que os conselhos merecem, sim, uma manutenção, uma manutenção de fato, e também falar para os senhores que o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal é o único no Brasil que tem uma resolução própria que garante a participação de crianças e adolescentes dentro do conselho, para que eles possam sugerir e ajudar na formulação de políticas públicas do Distrito Federal para as crianças e para os adolescentes.

Isso é excelente, tanto que o próprio Conanda nos procurou – eles me procuraram, procuraram a Shara e os outros adolescentes que compõem o comitê – para discutir uma resolução do próprio Conanda para garantir a participação deles lá dentro também.

Gostaria também que o senhor olhasse atentamente para as entidades do terceiro setor, como a Shara lembrou, no particular a Casa de Ismael, como eu, que sou do Centro Salesiano do Menor Trabalhador, o Cesam, onde eu fui menor aprendiz, como os jovens que estavam aqui hoje. Hoje sou educador social da instituição e vejo bastante essa questão de políticas sociais e também do atendimento àquele jovem que mais necessita dele. Agradeço novamente. Obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Matheus Vinícius Souza Domingos, representante do Comitê Consultivo do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, que pede que a gente dê uma atenção, dentro do possível, naturalmente, às entidades do terceiro setor.

Deputado Estadual Luiz Castro, do Estado do Amazonas. Ele é Presidente da Frente Parlamentar de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

O SR. LUIZ CASTRO – Senador Paulo Paim, quero agradecer pela oportunidade de estar aqui aprendendo, compartilhando a construção, que é coletiva, da defesa da infância e da adolescência.

Compartilho com todos aqui que muitas vezes, Senador, quando nós trabalhamos nessa causa, há muitos desabafos de pessoas com frustração, porque, infelizmente, de 1988 para cá, os avanços foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito pequenos. Mas cada vez que se consegue um resultado positivo de uma vida, de uma criança que é protegida, que é evitado o abuso ou uma vítima é acolhida da forma como deve ser, quando se consegue um único resultado, moralmente, valeu a pena, ainda que seja muito aquém daquilo que nós desejamos, que nós queremos. Então, só isso pode alimentar a gente, porque a frustração acumulada é enorme nessa luta, mas nós não podemos desistir. Resiliência.

Quero saudar a Shara. Gostei muito dos dois. O protagonismo dos jovens é importantíssimo.

E quero dizer para o Júlio que o Erivelt é nosso parceiro, a gente sempre o vê por aí, e a Lúcia também, apoiando o trabalho dos Conselhos Tutelares. Acho que é fundamental a gente apoiar.

Senador, há vários projetos de lei tramitando no Congresso, visando destinar recursos para uma autonomia funcional mais efetiva dos Conselhos Tutelares para que não dependam da boa vontade, do bom humor do prefeito, do Município, para que tenham institucionalmente as condições mínimas para fazer um bom trabalho. O senhor pode nos ajudar – há projetos na Câmara e aqui no Congresso –, fazendo esses projetos tramitarem mais rápido quando chegarem ao Senado.

Quero também pedir ao senhor para deixar um abraço para a Deputada Erika Kokay quando encontrá-la. É uma pessoa por quem a gente tem um carinho muito grande no Amazonas.

E quero enfatizar essa questão da publicidade, porque sei que, aí, a esfera é a federal, a dos programas infantis, o que se pode fazer para diminuir, para restringir esse tipo de publicidade. Vários países fizeram isso e tiveram bom êxito.

Quero agradecer, Senador, mas também não posso deixar de pedir uma cobrança sua mais veemente em relação ao cadastro nacional. Como o Delegado Pablo Bergmann colocou, a lei existe, há recurso, e, eu não sei, talvez o Ministério Público Federal tenha que cumprir seu papel, não é, Senador? Porque ele é o fiscal da lei. Se a lei existe, é importantíssima, todos concordam, há recursos assegurados no Fundo de Segurança, eu gostaria de sugerir que o senhor demandasse o Ministério Público Federal, a Procuradoria da República para que ela aja em defesa do interesse coletivo da criança nesse sentido.

O resto eu endosso, todas as sugestões, inclusive para o fortalecimento do orçamento das nossas crianças e adolescentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Deputado Estadual Luiz Castro, do Estado do Amazonas, Presidente da Frente Parlamentar de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Fortaleceu os encaminhamentos que já tínhamos acertado entre nós e foram colocados mais três que vou listar aqui: atuar para que sejam obedecidas as devidas atribuições dos Conselhos Tutelares, indo nessa linha do que aqui foi dito; solicitar à CBF – claro, é uma indicação que a gente vai fazer, é uma contribuição – no sentido de que permita que os espaços nos estádios sejam usados para exposição de fotos de pessoas desaparecidas durante os jogos, naquele telão; solicitar ao Ministro da Justiça que seja retomada a discussão sobre a implantação de uma metodologia integrada na coleta de dados sobre tráfico de pessoas dentro da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Acho que agora está tudo. Aquela questão do consumismo já está aqui nos itens anteriores, também a do cadastro já está aqui colocada, como encaminhamento.

Eu vou terminar lendo o projeto de resolução do Senado, é só uma página.

> Projeto de Resolução do Senado nº 9, de 2018
> Institui a Honraria Naiara Soares Gomes, a ser conferida anualmente pelo Senado Federal e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituída a Honraria Naiara Soares Gomes [essa menina de sete anos que foi violentada, estuprada e assassinada lá em Caxias] destinada a agraciar pessoas naturais ou jurídicas que, no País, tenham desenvolvido iniciativas relevantes na luta contra todas as formas de violência que atingem crianças e adolescentes.

Parágrafo único. A Honraria Naiara Soares Gomes será concedida, anualmente, a realizar-se durante as atividades do Dia Internacional das Crianças Vítimas de Agressão, celebrado no dia 4 de junho, e agraciará 5 (cinco) pessoas por ano.

Art. 2º A Honraria Naiara Soares Gomes consistirá na concessão de diploma de menção honrosa aos agraciados.

Art. 3º A cerimônia de entrega da Honraria Naiara Soares Gomes será realizada em sessão do Senado Federal [ou seja, lá no plenário] especialmente convocada para esse fim.

Art. 4º A cada ano, a Honraria Naiara Soares Gomes será concedida a pessoas físicas e pessoas jurídicas que lutam contra a violência dirigida a crianças e adolescentes nas suas mais variadas formas [este amplia um pouco mais o artigo anterior] e que se destacaram na proteção e no apoio a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e vítimas de violência;

Art. 5º As indicações dos candidatos à Honraria serão encaminhadas pelos Senadores e Senadoras ao Conselho da Honraria Naiara Soares Gomes do Senado Federal, que divulgará, anualmente, as normas para inscrição. [Normalmente, a toda honraria os Senadores indicam mediante consulta que se faz à sociedade civil.]

Parágrafo único. A indicação deverá conter o *curriculum vitae* da pessoa natural ou dos responsáveis pela pessoa jurídica indicada e justificativa que comprove as atividades realizadas na luta contra a violência dirigida a crianças e adolescentes.

Art. 6º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados, será constituído o Conselho de Honraria Naiara Soares Gomes, composto por um representante de cada partido político com assento no Senado Federal.

Parágrafo único. A composição do Conselho a que se refere o *caput* será renovada a cada 2 (dois) anos, entre os meses de fevereiro e março da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias, permitida a recondução de seus membros.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fica aqui, então, uma homenagem a Naiara Soares Gomes. (*Palmas.*)

Embora ela não esteja aqui, é na figura dela e pelo violento crime de que foi vítima fatal que a gente homenageia, como forma de cada vez mais incentivar, aqueles que lutam em prol da defesa das crianças e dos adolescentes, ou seja, contra essa violência.

Claro que, se dependesse de mim, muitos dos senhores que estão aqui já mereceriam esse prêmio.

Muito, muito obrigado a todos.

Está encerrada a audiência pública de hoje.

Vida longa aos militantes dessa causa! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e treze minutos do dia dezenove de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, José Pimentel e do senador não membro, Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 34/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A carga tributária", com foco nos estados e suas dívidas. Participantes: Marcelo Ramos de Mello, Vice-Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – FEBRAFITE; Gigliola Lilian Decarli, Diretora de Estudos Tributários da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – FEBRAFITE; Hermes Zaneti, Ex-Deputado Federal; André Horta Melo, Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do DF - COMSEFAZ e Coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ; José Carlos Mazzei, Delegado Sindical da DS Londrina/PR e membro do Grupo de Estudos Tributários do SINDIRECEITA; Pedro Lopes de Araújo Neto, Diretor para Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – FENAFISCO; Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública; Josué Martins, Presidente do Sindicato de Auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – CEAPE-Sindicato; e Carmen Cecilia Bressane, Advogada, Coordenadora do Núcleo São Paulo da Auditoria Cidadã da Dívida. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: solicitar Notas Taquigráficas para que esta fique disponível para subsídio em futuras matérias legislativas e seus relatórios. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, 4ª Sessão Legislativa Ordinária, 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 34, de 2018, de minha autoria e de outros, para debater o tema "A carga tributária", com foco nos Estados e suas dívidas.

Claro que aqui cada um poderá debater o tema e a sua visão da questão tributária. Eu estou muito preocupado, claro, com a situação dos Estados, e o Zaneti é um especialista nessa área, que nos ajudou muito, inclusive, a apresentar um projeto que resolveria – não é, Zaneti? Você vai colocar depois – essa questão da dívida.

Essa audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link*: www.Senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211. Eu só vou receber aqui já a lista dos nossos convidados e vamos de imediato passar a palavra para a primeira Mesa. Se for o caso, teremos duas Mesas se for necessário.

Primeira Mesa: convido o Vice-Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Dr. Marcelo Ramos de Mello. (*Palmas.*)

Já esteve contribuindo com a gente aqui inúmeras vezes nesse debate, que, com certeza, grande parte da população não domina. A gente vai insistir tanto aqui, até que todos entendam a importância da reforma tributária.

Convidamos Gigliola Lilian Decarli, Diretora de Estudos Tributários da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) também. (*Palmas.*)

E convidamos agora Hermes Zaneti, ex-Deputado Federal Constituinte. (*Palmas.*)

Fica o Constituinte, que foi o tempo em que mais nós estivemos no bom combate aqui, para construir a Constituição cidadã. No bom combate, mas na mesma trincheira, deixar bem claro isso. No bom combate e na mesma trincheira.

André Horta Melo, Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do DF (Comsefaz) e Coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). (*Palmas.*)

E convidamos José Carlos Mazzei, Delegado Sindical da DS Londrina/PR e membro do Grupo de Estudos Tributários do Sindireceita. Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Esse é um tema que interessa, com certeza, a todo o povo brasileiro, pela importância do debate que vamos travar aqui hoje sobre a carga tributária.

De imediato, eu vou passar a palavra para o nosso primeiro convidado. Teremos, depois, então, já que vamos anunciar, uma segunda Mesa depois dessa: será o Josué Martins – só para citar –, Maria Lucia Fatorelli, Carmen Cecilia Bressane e Pedro Lopes de Araújo Neto. Estarão na segunda Mesa.

De imediato, passo a palavra para o nosso Vice-Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), o líder Marcelo Ramos de Mello.

O SR. MARCELO RAMOS DE MELLO – Bom dia, Senador!

Já nos acompanha em diversos assuntos, sempre um parceiro dos Estados. Queria elogiá-lo, juntamente com os demais Senadores do Rio Grande do Sul: sempre são parceiros dos Estados, preocupados não apenas com a situação financeira do...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você até falou, e eu quero reafirmar: podemos ter divergências, que é natural, não é?

O SR. MARCELO RAMOS DE MELLO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senão não estávamos em partidos diferentes. Mas, quando são temas de interesse do Rio Grande, os três Senadores caminham juntos. Você destacou e eu quero reafirmar.

O SR. MARCELO RAMOS DE MELLO – É, eu parabenizo os nossos Senadores e diversos Senadores de outros Estados, que estão preocupados com a situação financeira dos Estados.

Quando se trata do tema de carga tributária *versus* dívida, nós temos que retornar ou, pelo menos, para situar o tema, voltar à Constituição Federal: foi o primeiro grande pacto federativo, por meio do qual foram feitas repactuações – ou minirrepactuações –, muitas vezes unilaterais, que alteraram esse quadro em desfavor dos Estados, eu diria. A colega Gigliola depois vai apresentar números, mas, no tocante à carga tributária total do País, ao longo dos anos, a partir da Constituição, foi sendo reduzida a participação dos Estados, por diversos motivos, um deles a Lei Kandir. O senhor bem sabe, Senador, que a Lei Kandir, em 1996, causou perdas de arrecadação dali para frente, em função da desoneração das exportações de produtos primários e semielaborados, que hoje, anualmente, o Confaz...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seria importante, porque a Lei Kandir hoje está sendo muito debatida, porque havia toda aquela ideia da devolução para os Estados. Não aconteceu. Pelo menos no Rio Grande do Sul, é um griteiro geral lá das Bancadas – tanto da Bancada estadual, federal. Dê uma síntese, uma resumida, também na Lei Kandir.

O SR. MARCELO RAMOS DE MELLO – Exatamente, vamos dar uma resumida, então.

A Lei Kandir começou, então, com o intuito de favorecer o comércio exterior, de ampliar esse comércio exterior, mas é uma função que é prioritariamente da União, e ficou, digamos assim, essa participação dos Estados, com a desoneração dos produtos primários e semielaborados. Por um lado, ela ajudou a manter a âncora cambial, na época tínhamos o Plano Real – um dólar, um real –, e isso dificultava as exportações. Então, desonerando as exportações, facilitaram-se essas exportações.

Por outro lado, deveria haver um ressarcimento. Inicialmente, começou com o seguro receita: aquilo que os Estados perdessem seria ressarcido. Isso vigeu até o ano 2000, quando entrou em vigor o fundo orçamentário.

A partir de então, foi sendo estabelecido anualmente um valor a ser ressarcido aos Estados. Ocorre que esse valor, há vários anos, Senador, ficou congelado em 3,9 bi, dividido em duas parcelas: uma a título de Lei Kandir, e outra, de fomento às exportações. Sempre anualmente, os Estados tentam um valor superior, e não conseguem.

Houve, já, várias audiências em relação a isso no ano passado. Há uma decisão do STF, determinando que o Congresso regulamente o art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabeleceria tanto o montante como os critérios de condições de repartição entre os Estados. Até agora não aconteceu. O prazo está até agosto. Caso o Congresso não consiga legislar até lá, o TCU vai tomar alguma decisão a respeito, não afastando a posterior regulamentação pelo Congresso.

Mas o Ministério da Fazenda e o Governo Federal já no ano passado se manifestaram contrários...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me atrapalhar, mas é para ajudar aqueles que não têm o domínio total do tema, até mesmo nós. Eu sempre digo aqui: os Deputados e Senadores são generalistas, têm uma visão global, mas não têm o detalhe. Então, o que você está reafirmando aqui para o telespectador que está nos assistindo por todo o Brasil é que, até agosto, o Congresso tem que regulamentar. Se não regulamentar, o Tribunal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO RAMOS DE MELLO – ... de Contas da União...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... há de construir uma alternativa que atenda, pelo menos em parte, creio eu, os Estados.

O SR. MARCELO RAMOS DE MELLO – Essa é a dificuldade. Nós tivemos, já, uma reunião de grupo de trabalho com o TCU.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso é importante.

O SR. MARCELO RAMOS DE MELLO – E a mesma dificuldade que os senhores tiveram aqui em audiência com o Ministério da Fazenda também está lá dentro do TCU. O que eu quero dizer com isso? Seria interessante o Congresso Nacional legislar, regulamentar, estabelecendo um montante que não pode ser os 3,9 bi, que são muito reduzidos, é inferior à perda do Rio Grande do Sul. Só para ter um dado, ele corresponde a aproximadamente 10% das perdas dos Estados.

Continuando no assunto que estávamos, então, resgatando, a Lei Kandir. Em 1999, houve a troca do câmbio fixo para um câmbio flutuante. Então, imediatamente, do câmbio um para um passamos a um câmbio um para três, em poucos meses, Senador. Só essa mudança de câmbio é muito mais do que era tributado pela Lei Kandir, ou antes da Lei Kandir, melhor dizendo. Então, o que foi exonerado pela Lei Kandir foi muito menos do que os exportadores tiveram de espaço com a liberação do câmbio. Somente num ano, para vocês terem uma ideia, aconteceu todo esse acréscimo no câmbio.

Paralelamente, houve a renegociação das dívidas dos Estados, em que ficou estabelecido o IGP-DI, mais 6%, ou mais 7,5%, ou mais 9%, na dívida dos Estados. Em um ano, houve Estados que tiveram impacto. Em 1999, justamente na liberação do câmbio, o IGP-DI atingiu quase 20%, Senador, num ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso que é uma dívida impagável, não é?

O SR. MARCELO RAMOS DE MELLO – Exatamente. Então, num ano, houve Estados que tiveram até 29% de acréscimo na dívida. Isso é inadmissível e não podemos admitir que isso não entre na pauta com o Governo Federal. Então, se por um lado, o Governo Federal deixou de ressarcir adequadamente os Estados na Lei Kandir e, por outro lado, a dívida teve acréscimos superiores ao que se espera, o mínimo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse é mais ou menos o caso – o Zaneti vai aprofundar, que eu sei – do Rio Grande do Sul.

O SR. MARCELO RAMOS DE MELLO – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas o Zaneti deve aprofundar.

O SR. MARCELO RAMOS DE MELLO – O mínimo que a gente espera é que haja um encontro de contas entre Lei Kandir e a dívida dos Estados. Isso, em alguns casos, iria reduzir drasticamente o valor a pagar, em outros até quitaria a dívida.

Então, eu acho que isso é o principal que eu teria para dar uma introdução. E a colega Gigliola tem uma apresentação mais detalhada a respeito e, conforme for, a gente complementa alguma coisa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Dr. Marcelo Ramos de Mello, Vice-Presidente da Febrafite, que já fez uma introdução que deixa claro para todos aqueles que estão assistindo essa questão da dívida dos Estados e da própria Lei Kandir e esse encontro de contas de que você falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, agora passaremos a palavra à Diretora de Estudos Tributários da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Drª Gigliola Lilian Decarli.

A SRª GIGLIOLA LILIAN DECARLI – Obrigada, Senador, na pessoa de quem eu cumprimento os demais membros da Mesa.

Eu tenho uma apresentação...

Você pode deixar disponível, por favor?

Bom, a ideia, até em face da participação popular, é fazer uma apresentação que seja mais didática, para contextualizar a nossa questão hoje, comparando-se carga tributária e dívida dos Estados.

Bom, falando basicamente um pouquinho sobre carga tributária. A gente ouve muito na mídia falar sobre carga tributária. O que vem a ser isso? A carga tributária é simplesmente uma relação que se faz entre o valor arrecadado por cada ente e o Produto Interno Bruto. Isso gera um percentual que indica qual é o montante de tributos existente em um determinado país.

Bom, quando a gente fala em carga tributária, a gente pode fazer uma comparação também entre o percentual de carga tributária do Brasil e o percentual de carga tributária em outros países da OCDE. Quando a gente faz essa comparação, nós verificamos que, a despeito de se dizer que a carga tributária brasileira é uma das maiores do mundo, nós estamos em vigésima posição quando nós somos comparados com os demais países membros da OCDE.

Fazendo uma comparação, por exemplo, com a Estônia e com a Grécia – a Grécia, que passou por grandes dificuldades financeiras na Europa –, nós vemos que a Grécia tem uma carga tributária de 35,9% e a Estônia tem uma carga tributária de 32%. Então, nós estamos atrás desses países. Nós verificamos que a nossa carga tributária é necessária pela demanda por serviços públicos prestados pelo Estado. Nós temos diversas necessidades econômicas e muitas vezes até uma carga tributária aquém.

Nós podemos fazer uma comparação entre a carga tributária dos diversos entes federados ao longo dos anos. Iniciando, pós-Constituição de 1988, nós verificamos que a repartição inicial tinha cerca de aproximadamente 67% de carga destinada à União Federal. Então, a União Federal participava de 67% do bolo de toda a arrecadação de impostos no País. Os Estados detinham 30,5% e o governo municipal era muito incipiente nessa participação e tinha uma participação de 2,5%.

Nós vamos verificando, ao longo dos anos, que esse percentual vai mudando, e quando nós fazemos uma análise dos últimos dez anos, nós percebemos que, se no início a União tinha 67%, hoje a União detém do bolo total da arrecadação 68,2%. Então, ela teve um ganho de um e pouco por cento. Os Estados tinham uma participação inicial de 30,5% e hoje nós temos uma participação – essa mensuração última foi feita em 2016; então, esse ano a gente deve estar com uma participação ainda menor –, nós tivemos uma queda de quase 5%. Nós representamos, os Estados, hoje, 25,4%. Isso, no montante da arrecadação, é um percentual muito expressivo. E os Municípios, por consequência, que tinham uma participação de apenas 2,5%, hoje detêm 6,3%.

Então, nós percebemos que, nessa análise histórica, os Municípios ganharam uma participação muito grande no bolo da arrecadação e, por consequência, os Estados perderam. Então, enquanto a União e o Município ganharam parcela desse bolo da arrecadação, os Estados perderam. Não é por outra razão que nós vemos, ao longo dos anos, a situação dos Estados se dificultando, porque as nossas obrigações continuam na prestação dos serviços públicos e elas aumentam, mas a nossa participação no bolo da arrecadação se reduziu.

Nós tivemos também outro problema. A União passou a ter uma política pública de desoneração de alguns impostos, especialmente o Imposto de Renda e, principalmente, o IPI, o que acarreta uma consequência muito danosa para os Estados. Qual seria? Quando falamos do Fundo de Participação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados, a base para apurar esse montante que vai ser repartido entre os Estados tem como impostos o IPI e o Imposto de Renda. A partir do momento em que a União faz uma política de desoneração desses impostos, o que ela acaba fazendo por consequência? Ela reduz o montante que teria que repassar para os Estados. Nós também tivemos uma outra alteração que permitiu que a União tributasse uma fatia que anteriormente pertencia somente aos Estados, que eram os impostos sobre consumo, e passou-se a autorizar a União, por meio das contribuições, que elas também tributassem essa fatia.

Então, vamos verificar, da análise – eu peguei um quadro e fiz uma análise dos últimos anos, desde 1990 até 2016 –, que no início o IPI representava cerca de 2,55% do percentual da carga tributária, enquanto PIS e Cofins representavam em torno de 4%, especialmente a Cofins, em torno de 1,6%. Quando nós vamos passando – o quadro está um pouco pequeno, mas interessando o início pós-Constituição e a situação hoje –, nós saímos de uma participação do IPI na carga tributária de 2,55, passamos ao longo dos anos, e hoje nós temos, o último dado, uma participação de 0,81. Então, com o IPI, que é usado para cálculo do Fundo de Participação, o que acontece? Ele teve uma redução na base e, por consequência, lá no início, quanto à Cofins que tinha 1,61% de participação na carga, hoje nós temos 3,39.

Eu não trouxe esse dado até para não me estender muito, mas é justamente o que a gente tem de perda da arrecadação do ICMS ao longo dos anos. A Receita Federal divulga estudos anualmente, fazendo uma comparação da carga tributária, e os Estados perderam receita do ICMS, a participação no bolo da carga tributária. Então, nós percebemos que, por meio tanto da desoneração quanto pelos efeitos da Lei Kandir, os Estados têm perdido parcelas de participação na receita total.

E aí nós temos que lidar com o problema e imaginarmos quais seriam as soluções. Nós sabemos que o percentual que é dividido para os Estados, por meio da Lei Kandir, está congelado. Hoje nós temos 3,9 bi. Como o nosso Vice-Presidente falou, isso é praticamente a parcela, menor do que a parcela relativa ao Rio Grande do Sul, e isso representa apenas 10% das perdas, de acordo com um estudo já feito pelo Confaz, do que deveria estar sendo ressarcido pela Lei Kandir. Então, essa redução e esse congelamento agravam a situação financeira dos Estados. Os Estados precisam da sua arrecadação, eles precisam dos recursos públicos para poder prestar os serviços que são constitucionalmente atribuídos a eles.

De onde vem essa questão da dívida dos Estados? Falando um pouco a respeito dela. A dívida tem relação intimamente com as obrigações que os Estados têm. Os Estados têm obrigações nas prestações de serviços públicos e na contratação de financiamentos naquilo em que ele precisa modernizar as suas administrações, ele precisa se modernizar, prestar serviços de qualidade. Então, muitas vezes, ele contrata empréstimos quando ele não tem a arrecadação necessária, até porque o Estado não visa poupança.

Na sua origem – até como o colega Marcelo já falou –, os Estados tinham um prazo de pagamento de 30 anos e o reajuste era feito pelo IGP-DI, com uma taxa de juros de 6% a 9%. Com a alteração na área econômica, principalmente após o Plano Real, quanto ao IGP-DI, a gente percebe que ele saiu de 1,71% e, em 1999, foi para 19%. Se você somar os dezenove com os nove, caso isso seja a taxa máxima, nós temos um incremento de 30%. Ou seja, na dívida dos Estados isso é muito impactante. Então, toda essa crise tem sido uma bola de neve que vai se arrastando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se me permite, estão chegando perguntas aqui, eu sei que este assunto vai ser aprofundado, mas o Zaneti tem um livro, não é Zaneti?

Mas o Rio Grande do Sul fez uma dívida de mais ou menos 9 bi; pagou 28, e deve 55.

O SR. HERMES ZANETI (*Fora do microfone*.) – Cinquenta e oito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deve 58.

É um absurdo, não vai pagar nunca!

A SRª GIGLIOLA LILIAN DECARLI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Também IGP-DI mais 6%!

A SRª GIGLIOLA LILIAN DECARLI – Exatamente. É o problema que nós enfrentamos.

Houve uma tentativa de melhorar esta situação com as Leis Complementares 148 e 156. Alterou-se o indexador do IGP-DI, passou-se para o IPCA ou taxa Selic, o que fosse menor, e uma taxa de juros de 4% e ainda houve um alongamento dessa dívida por mais 20 anos.

Outra alteração que foi feita: antigamente havia uma trava. Então, se subisse a arrecadação, automaticamente a parcela de dívida a ser paga também subia. Depois destas leis essa trava não existiu. Então, hoje, se os Estados conseguem aumentar a sua arrecadação, a parcela é fixa.

Eu já falei sobre esta questão do indexador, do aumento que gerou impacto de muitas vezes até 30%.

E aí o que vem acontecendo? Até o colega Marcelo já tocou nesse ponto. Os Estados vêm buscando junto à União uma renegociação, porque, se a dívida, que tinha uma contratação inicial, e houve uma alteração na situação econômica, os juros foram aumentados. Por decorrência disso, a dívida se pagou no seu montante original, e os juros que estão sendo aplicados agora não são mais devidos.

Outra questão, já passando pelas proposições. A nossa situação financeira atual não permite uma redução da carga. E, como nós vimos, o Brasil está aquém de outros países membros do OCDE. Então, nós ocupamos a 20ª posição.

O nosso maior problema não é a carga tributária, o nosso maior problema é a participação dos Estados na carga tributária. É necessário que haja um recálculo, um reajuste dos percentuais que são destinados ao Estado. Nós precisamos rever o nosso Pacto Federativo.

É importante também que haja um encontro de contas em relação ao valor contratado e o valor que é devido em face de todas essas alterações que houve pela alteração dos índices e que essas alterações promovidas pelas leis complementares sejam retroativas à data da pactuação, e não apenas ao momento da edição da lei.

Outro ponto que nós não podemos deixar de mencionar, nós precisamos de uma reforma tributária ampla. Nós precisamos tributar mais a distribuição de lucros, nós precisamos tributar mais a renda. Então, nós precisamos trazer a questão da reforma tributária à baila novamente, buscando sempre a questão da justiça fiscal.

Essas eram as considerações que eu tinha. Espero ter contribuído. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Gigliola Lilian Decarli, que é Diretora da Febrafite.

De imediato, vamos agora ao ex-Deputado Federal Hermes Zaneti, que, quero dizer, no campo da transparência e da verdade, ajudou-me muito na elaboração. Digo mais, não só ajudou, ele sugeriu lá em sua casa, em um jantar, você convidou Senadores. E eu apresentei e tive o apoio dos outros dois Senadores em um projeto que resolveria esta questão da dívida dos Estados, mas quem tem que falar é ele, não sou eu.

Não é, Moacir? Cobap presente sempre. Muito bem. Moacir é do Rio Grande do Sul e é um dos Diretores da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HERMES ZANETI – Muito bom dia a todos, aos nossos telespectadores, especialmente o nosso cumprimento ao Senador Paulo Paim, que tem sido um baluarte na luta pelos direitos dos trabalhadores!

Eu queria iniciar essa minha exposição referindo-me a uma afirmação do Barão Otto von Bismarck, que disse: "Nunca [...] [o ser humano] mente tanto [...] [quanto] antes das eleições, durante uma guerra e depois de uma [...] [pescaria]." Eu digo isso para mostrar que nós estamos em um período pré-eleitoral. E tenho escutado com alguma frequência as pessoas dizerem: "Eu sou a favor da educação, sou a favor da saúde, sou a favor de mais segurança", como se alguém fosse contra isso. A questão é de onde que nós vamos tirar os recursos para dar o adequado financiamento, a adequada atenção a essas questões.

Eu digo, mais do que a carga tributária, sua origem, muito mais do que isso, é o que nós estamos fazendo com os impostos que nós pagamos. E os impostos que nós pagamos – e eu provo aqui no livro *O complô* – vão para o sistema financeiro. Eu afirmo no livro que o Brasil, infelizmente, foi um país que teve escravos; hoje a Nação brasileira é escrava do sistema financeiro.

No livro, mostro – em três episódios, chamamos três atos, é um livro produzido pela Editora Verbena – que nós fizemos, colega Constituinte Paulo Paim, uma Constituição para valorizar o trabalho, o emprego e a renda decorrente do trabalho e do emprego. Ao longo das 105 emendas constitucionais, que desde então introduziram na Constituição brasileira, parte delas destinou-se a destroçar o que havíamos construído, transformaram o art. 192, que previa um sistema financeiro a serviço desse objetivo, em um eunuco político. Foi introduzido no art. 166, §3º, item II, letra "b", de forma solerte, em um sábado à tarde, serviço da dívida. Isto pareceria: "Ah, são duas palavras inofensivas." Essas duas palavras custaram ao País, de 1989 a maio de 2017, R$25 trilhões – eu repito, R$25 trilhões! Então, é isso que nós estamos fazendo com os impostos que nós pagamos.

Um jornal do Rio Grande do Sul, ao fazer a resenha do meu livro, disse: "Um tabu chamado dívida pública." Realmente, as pessoas não têm ideia. Eu faço palestras e as pessoas dizem: "Mas esse problema da dívida pública é um problema da União." Não, é um problema de cada um de nós, porque o dinheiro que a União aplica, para pagar os juros e encargos da dívida, é o dinheiro com que nós contribuímos na forma de impostos.

Eu sei que aqui há várias exposições, e vou me ater basicamente ao problema, então, do Rio Grande do Sul, provocado pelo meu amigo eminente Senador Paulo Paim. Em meu livro, eu mostro uma capa do jornal *Zero Hora* do dia 27 de setembro de 1996. Aqui, pode-se ver o então Governador, Antônio Britto, ao lado do então Ministro da Fazenda, Pedro Malan. Sabem qual é a manchete? A manchete é: "O Rio Grande liquida a dívida." Está aqui, liquida, está liquidada a dívida. Sabe o que ocorreu com a dívida liquidada? Em 1998, por medidas da União, em que subiu 122% o que o Rio Grande tinha como dívidas, passando de, em torno, 4,5 bilhões para 9,7 bilhões, fez-se esse acordo com a União, que é leonino, e até agora o Rio Grande do Sul pagou, como já se disse, 28 bilhões e, segundo a União, deve 58 bilhões.

O Rio Grande do Sul, como os demais Estados, aqui estou me referindo apenas à dívida do Rio Grande, mas é um exemplo apenas, é um devedor do sistema BNH. Os mais maduros, como eu, devem se lembrar de como era a dívida do BNH, simplesmente impagável. Com uma diferença, lá pelas tantas a União se deu conta de que a dívida do BNH era impagável e resolveu: "Não paga!"

Muito mais grave está sendo a situação dos Estados, porque temos a vigência da Tabela Price, que era a tabela exatamente do BNH, e está, como resultado, apresentando esta situação.

Lá pelas tantas, no meu dever de cidadão, conversei com o nosso nobre Senador Paulo Paim e organizamos um jantar em nossa casa aqui em Brasília. E para lá foram os três Senadores do Rio Grande do Sul: Paulo Paim, Ana Amélia Lemos e Lasier Martins. Concordaram, sob a Liderança do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Paim, em apresentar um projeto que contamos decisivamente com a contribuição do João Pedro Casarotto para sua elaboração, e eles apresentaram.

Este projeto está hoje dormindo no gabinete do Senador Lindbergh Farias. E, se ele ou sua assessoria estiverem nos ouvindo, tenham a caridade com o povo do Rio de Janeiro, se não tiverem com os outros; desengavetem e levem adiante esse projeto!

O que prevê esse projeto? Esse projeto prevê...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para lembrar, permita-me Zaneti.

O SR. HERMES ZANETI – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o Projeto 561, de 2015. E, esta semana ainda, eu, do plenário, fiz um apelo ao Senador Lindbergh para que desse o parecer final.

Está aqui, Senador Paulo Paim, Lasier Martins e Ana Amélia assinam o projeto.

O SR. HERMES ZANETI – Muito bem, obrigado pela contribuição, Senador.

O que prevê esse Projeto 561, de 2015? Simplesmente o seguinte: não se questiona esse aumento de 122%, provocado pela credora em seu favor. Pagamos os 9,7, mas pagamos com o IPCA. Devolve para a União o que a União assumiu como crédito em relação aos Estados.

Essa conta, por esse projeto, no caso que estou exemplificando do Rio Grande do Sul, quita, fica quitada, aquela mesma que já estava liquidada em 1996, seja quitada agora em 1º de maio de 2013. O Estado do Rio Grande do Sul teria um crédito de R$8 bilhões do que já pagou a mais, sem contar – e aí permitam-me aqui os valorosos representantes da Febrafite –, eu discordo dessa compensação de contas proposta com a Lei Kandir. É uma violência o que a União está fazendo em relação aos Estados brasileiros.

Eu vou lhe colocar o seguinte, não lembro agora o seu nome, mas eu vou lhe dar como exemplo: eu lhe devo, fico com a responsabilidade de lhe dizer como é que eu vou lhe pagar, não digo como eu vou lhe pagar e, por isso, eu não lhe pago. É isso o que a União está fazendo com a Lei Kandir em relação aos Estados.

E só o Estado do Rio Grande do Sul, em valores atualizados, tem 52 bilhões para receber da União. Englobando os três temas, o Rio Grande do Sul tem uma questão de R$120 bilhões a discutir com a União.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HERMES ZANETI – Vou concluir, Senador.

Pois bem, o atual Governador do Rio Grande do Sul decidiu continuar prestando vassalagem à União e está lá forçando a aprovação de um projeto de lei que prevê adesão ao regime fiscal proposto pela União. Sabe qual é a consequência disto? Vai ficar seis anos sem pagar e diz, como grande vantagem, que não vai pagar agora a prestação mensal.

Esta prestação mensal não está sendo paga por uma liminar concedida, já, pelo Supremo Tribunal Federal. Mas, não pagando agora, quando for reiniciar o pagamento em 2024, o Rio Grande do Sul terá que pagar R$433 milhões por mês a essa dívida inexistente em relação à União. Imaginem R$5 bilhões por ano!

Por isso que eu digo: vamos mentir que vamos atender? Com que recursos? Como? E, por consequência disso, Senador, e para terminar, o Governador do Rio Grande do Sul, como muitos outros governadores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem cinco minutos ainda.

O SR. HERMES ZANETI – Muito obrigado.

O Governador do Rio Grande do Sul como muitos outros governadores dos Estados dos que estão aqui e dos nossos telespectadores se transformaram em gerentes do departamento de pessoal de uma empresa falida e em liquidação. Tanto que estão vendendo parte do patrimônio para pagarem parte da folha de pagamento, e assim mesmo atrasam os salários.

É uma situação absolutamente insustentável e é preciso que o povo reaja a isto, porque o Brasil hoje tem duas grandes tarefas: a primeira, resgatar a política das mãos do sistema financeiro, que a violência contra o art. 192 perpetrou. Tem que se resgatar a política, porque é pela política que nós vamos resolver esses problemas. E, a segunda, transformar esse processo numa Federação. Hoje, nós não somos uma Federação. O Brasil hoje é um Estado unitário para arrecadar e um Estado federado para prestar os serviços que o cidadão tem direito a receber. E é este o quadro a que nós estamos submetidos.

Eu espero que – com os telespectadores assistindo à TV Senado, com as lideranças que estão aqui, com, eventualmente, assessorias dos Senadores ouvindo nos seus gabinetes – tenham presente que o Senado precisa voltar a ser a Casa da Federação. Os Senadores, três em cada Estado, representam aqui a Federação, e, infelizmente, o que nós temos visto é que o Senado Federal não responde a essa sua primeira, e eu diria até única, função, porque estão eleitos para isto.

Proponho que se discuta a verdade, que se ponha a verdade na mesa, que esse seja o tema da campanha agora, antes das eleições, para podermos eleger pessoas comprometidas com esse processo de transformação para o bem do Brasil. Não pensemos que isso se perpetue eternamente. Em algum momento, esse quadro vai cobrar uma solução.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Foi o Hermes Zaneti, ex-Deputado Federal e um dos que, sem sombra de dúvida, foi fundamental na apresentação do PL 561, de 2015, e de que eu tenho certeza de que nós vamos tirar alguns encaminhamentos no fim dessa audiência pública, porque eu sempre digo que a audiência pública, e eu faço muitas audiências públicas, são quase 200 por ano, quando a média aqui são 50, tanto que tivemos, essa semana, já, uma, duas e vamos ter outra amanhã de manhã, para discutir 2018, eleições, o projeto eleitoral não partidário, o processo eleitoral... Vão estar aqui especialistas nessa discussão e, no fim, naturalmente, faremos aqui uma moção, enfim, um ofício que nós vamos dirigir aos Senadores, no sentido de que esse projeto seja colocado em pauta, nesse encaminhamento, no final.

Vamos, agora, com André Horta Melo, Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do DF (Comsefaz) e Coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

O SR. ANDRÉ HORTA MELO – Bom dia, Presidente!

Obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – André, nós temos uma emergência. Aqui, na Casa, na quinta-feira, ainda mais hoje, que é uma sessão só de debate no plenário e aqui, o ex-Presidente Collor está presidindo uma Comissão e, lá, eu preciso apertar um botão...

O SR. ANDRÉ HORTA MELO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... para votação de autoridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou passar a palavra a você, corro lá, aperto o botão e volto a Presidir aqui, o.k.?

O SR. ANDRÉ HORTA MELO – O.k., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas irei o mais rápido possível. Não vou demorar dois minutos.

O SR. ANDRÉ HORTA MELO – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não precisa repetir tudo, de novo, depois, não. Eu pego aqui, porque vai ficar tudo gravado.

O SR. ANDRÉ HORTA MELO – Saúdo a Mesa aqui, na pessoa do Presidente.

Em 2016, eu estive na Firjan, no Rio de Janeiro, estive em diversas mesas já, para discutir crise dos Estados, crise do federalismo brasileiro, e lá, na Firjan, eles estavam apresentando, em 2016, estavam preparando estudos e alguns demonstrativos. Eu os trouxe aqui, porque eles recuperaram dados do Siconfi, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público do STN, e revelam esse momento atual, essa agudização da crise que os Estados estão vivendo e que é uma crise estrutural.

E por que é que essa crise estrutural dos Estados brasileiros se mostra agora de forma tão mais explícita? Primeiro, mostrando aí que 60% do PIB dos Estados brasileiros praticamente estão comprometidos com dívidas, pelas razões aqui já bem declinadas, Zaneti já declinou, Gigliola declinou também, problemas internos de composição de juros e problemas federativos, problemas estruturais, contra os quais a gente tem lutado ao longo desses anos, e não tem tido sucesso. E precisamos ter sucesso agora, a crise é um momento de oportunidades.

Então, a Federação, claro, tem uma heterogeneidade, existe a concentração do PIB brasileiro e também existe a concentração dessa crise federativa. Há Estados, no meu Estado, o Rio Grande do Norte, por exemplo, em que a dívida não é uma questão, é o Estado que tem a menor dívida, e está passando por uma situação extremamente difícil. Por quê? Porque não é pura e simplesmente a dívida. Existem questões estruturais, existem outros enfoques que estão influenciando nessa dificuldade dos Estados brasileiros.

Veja, quando você agudiza a crise, a composição da despesa maior que os Estados têm, que é com pessoal, fica mais explícita, principalmente porque a gente apresenta o crescimento da despesa de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, em relação à receita. E o que nós tivemos em 2015 foi que aplicamos uma política nacional de contenção de gastos públicos que terminou por provocar uma queda jamais vista no PIB brasileiro, não só em 2015, como também em 2016. O PIB caiu 3,8 em 2015 e 3,6 em 2016. Para vocês terem uma ideia da dimensão da queda do PIB, na grande crise de 1929, nos anos subsequentes, que foi a segunda maior queda do PIB brasileiro, a segunda sequência maior, ele caiu 2,1 em 1930 e 3,3 em 1931. Então, até na grande crise, foi uma queda menor do que o que aconteceu nesses anos de 2015 e 2016.

Então, a gravidade e o enxugamento que houve de arrecadação de receita para os Estados é algo jamais visto na história econômica brasileira nesse período. E, por causa disso, esses números em relação à despesa de pessoal, à despesa previdenciária terminam dando mais na vista, porque a comparação deles é justamente em relação à RCL, à Receita Corrente Líquida. Claro, se a receita está caindo como nunca caiu antes, esses números vão ficar explicitados.

Mas por que isso? Porque o Brasil tem um inchaço de máquina? Não, isso aí eu reporto, já houve audiência pública sobre isso aqui, no Senado, eu reporto aos índices internacionais de número de servidores públicos em relação ao privado. O Brasil é um dos menores índices do mundo, tem um estudo do Ipea sobre isso, é 11%, a média da OCDE é 22%, Dinamarca 39%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem um desmonte. Para vocês terem uma ideia, o Rio Grande do Norte hoje tem um ativo, praticamente, a proporção, para um inativo. Por quê? Porque, o senhor discutiu muito aqui, Presidente, na época da reforma da Previdência, a proporção, para se manter uma Previdência estável, são quatro na ativa e um aposentado. Hoje, temos um para um.

Então, hoje, o sistema que foi montado, para poder ser autossustentável, hoje não se sustenta, por causa do efeito depositário que a LRF teve. A LRF, os Estados entram em crise, os Estados não têm receita suficiente, a participação no bolo federativo dos Estados foi diminuindo, o problema federativo se colocava, não se resolvia o problema federativo e os noves fora ficam com a LRF, que manda no final que não se contrate. Vai-se colocando um garrote no serviço público, vai-se diminuindo o número de servidores. Com menos serviços públicos, termina-se comprometendo a renda da população, compromete-se a própria demanda, porque o serviço público libera renda, favorece a demanda, reduz desigualdades e, como não se faz esse movimento, termina o próprio crescimento sendo comprometido pelo ciclo gerado internamente com isso aí.

Isso é uma evidência, isso é um quadro de evidência da crise e há, depois, quadros internos. Veja, quando cai a receita, os Estados têm muito pouco espaço no federalismo brasileiro para poderem ajustar suas contas. Um dos locais que vai ser ajustado são os investimentos. Os investimentos caíram aí, praticamente, à metade dos últimos anos, os investimentos dos Estados.

E, quando você pega 2015 e 2016 e reduz à metade, você começa a criar uma pequena crise dentro da crise. Você começa a investir menos, aí, porque investe menos, você vai ter também menos arrecadação, aí, tem menos arrecadação, prejudica a RCL e todos os outros índices vão-se multiplicando. Aí, você cria uma crise dentro da crise e isso vai crescendo.

Mas, bom, a Gigliola estava falando aqui sobre o nosso problema de estruturação federativa. Eu não tenho dúvida do que o Zaneti falou, que o problema do gasto é um problema fundamental, e isso é importante a gente enxergar no Brasil, porque a gente tem dois problemas muito grandes para resolver. Veja, não é uma sintonia fina, é uma sintonia grosseira. Há o problema do gasto, que é extremamente grosseiro, o resultado vai ser muito amplo, se a gente conseguir resolver isso aí, se a política conseguir resolver isso aí, esse comprometimento errado, nominal que existe na área de gastos, e a gente gasta mal e a gente arrecada mal. A gente arrecada pessimamente também. Então, os problemas são muito grandes.

O campo de solução a que a gente pode chegar não é com uma sintonia muito grande, é com uma sintonia grosseira. Os resultados são imensos para o País. Vou abordar, como a audiência pública é sobre carga tributária, Zaneti, eu vou atrás do problema das receitas aqui, do perfil das receitas.

Em 1988, na época da Constituição, os Estados tinham, está aqui, uma participação de 26,6%. Depois, isso aumenta um pouco, você viu a Gigliola mostrando década de 90, que chegou até 30. E, com o passar dos anos, eu tenho até aqui, 2014, nós chegamos a 25%. Entre 1988 e 2014, isso representa uma queda aí de 1,6% da receita. Com números do tributo do ano passado, de R$2,172 trilhões de arrecadação, significa que os Estados perderam R$35 bilhões. Se eu fizesse o corte que a Gigliola fez dos anos 1990, pegando lá, de 1930, isso é uma perda de receita para os Estados de R$104 bilhões.

Então, há no passar do tempo uma grande perda no campo das receitas para os Estados. Por outro lado, os Municípios tinham 13,3 em 1988 e, em 2014, chegam a 19,4. Municípios, aí, ganharam em torno de 6,1% de arrecadação. Os números são até 2014, porque eu me tornei Secretário em 2015 e, de lá para cá, a vida acabou, eu não tempo mais de atualizar essas tabelas. Depois, futuramente, eu vou atualizá-las. Mas, em 2014, a gente tinha 19,4% de participação, o que significa que, números do ano passado, os Municípios teriam relativamente mais R$132 bilhões nisso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja que a União perde também participação no bolo, de 60,1, está aqui, da receita disponível, para 55,6. Só que a União tem muitas peculiaridades. Primeiro, a União tem um orçamento mais maleável. Por exemplo, ela tem transferências voluntárias, como tão bem se dedicou o Lopreato, quando escreveu em 1995, *O Colapso das Finanças Estaduais*, e isso aí ela pode cancelar, ela pode dispensar esse tipo de receita. Não tem tanta despesa carimbada. Por outro lado, ela pode emitir também títulos de crédito. Então, o orçamento dela se resolve e você não enxerga, na União, a crise federativa que você hoje vivencia nos Estados.

Veja, o Fernando Rezende, o Prof. Fernando Rezende, que tem muitos trabalhos na área de federalismo, a última reunião de artigos dele foi *O Federalismo Brasileiro em seu Labirinto*. E o livro é sobre a crise federativa dos Estados. Quando a gente está falando do problema do federalismo brasileiro, nós estamos falando do problema dos Estados do federalismo brasileiro. O federalismo brasileiro se resolve quando nós temos os Estados...

Pois não, aparte.

O SR. MARCELO RAMOS DE MELLO – O senhor permite, meu Secretário, fazer um aparte?

Eu só queria destacar que o ano de 1988, que é o ano da nossa Constituição, e a Constituição é de outubro, na realidade, como foi ali feita uma grande repactuação, nova, ali, não temos o reflexo ainda da Constituição. Por exemplo, no âmbito dos Estados nós tivemos os serviços que entraram.

Então, talvez, aquela primeira linha não dê uma ideia de como começamos após a Constituição. O ano ideal até seria o de 1989, que falta ali, mas o de 1990, então. E, se a gente olhar nesse sentido, os Estados tinham 27,6, a queda foi maior, e a União tinha 58,9, uma queda um pouquinho menor.

Só isso para destacar.

O SR. ANDRÉ HORTA MELO – Isso agudiza o argumento, na verdade, aprofunda o argumento. Eu estou trazendo aqui o mínimo, e o mínimo possível é extremamente grave. Mas a gente pode aumentar de 38 para 104 essa perda bilionária que os Estados tiveram.

Bom, tivemos perda de participação, precisamos ter mais participação nisso aí. Como é que a gente vai fazer isso? Como é que os Estados, o que é que os Estados sugerem para a gente sair disso? Vamos criar fundos? Vamos criar compensações federativas?

A gente não acha que essa seja a melhor forma. Na hora da crise, na hora do problema, sim, o que pudermos fazer para nos tirar da crise rapidamente, para que a população não sofra com a dificuldade de serviços públicos, melhor, mas o ideal é que nós façamos a tal da repactuação federativa para que os Estados tenham uma sustentabilidade efetiva dentro do federalismo fiscal brasileiro.

Quanto a uma maior participação nos tributos, a gente vai ter que deslocar o assunto agora para o problema da reforma tributária e, depois, a gente volta para a reforma federativa. A divisão de tributos do Brasil. Ele concentra a tributação nos bens e serviços e ele não tributa nos mesmos níveis de outros países a renda.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ HORTA MELO – Nós temos aí 47% de concentração da carga tributária nos bens e serviços e, mais ou menos, 20% na renda. Veja que, comparado com outros países, em azul, aqui, você tem a tributação da renda e aqui, em amarelo, a tributação de bens e serviços. O Brasil é essa parte que está destacada em amarelo mais vivo. Veja que nós somos bastante carentes em relação à tributação da renda e bastante aprofundados na cobrança de bens e serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é um problema, porque imposto sobre bens e serviços é um imposto indireto, é um imposto que incide, que prejudica quem tem as rendas menores, quando a gente concentra a cobrança no ICMS, no PIS-Cofins, em impostos que incidem sobre a circulação.

Veja a comparação: aqui a barra azul é o imposto sobre a renda e a vermelha é sobre o consumo. Olhem os Estados Unidos, o Canadá, o segundo, e o olhem o Brasil, com consumo bem superior à tributação da renda. Então, aqui já um problema interno. A gente já está cobrando mal e, dentro da estrutura tributária, há um problema específico.

Isso termina resultando em quê? Termina resultando em ineficiência na cobrança. Veja que dos tributos que se arrecadam no Brasil 53% você tira de quem ganha até três salários mínimos – 53% da arrecadação dos tributos no Brasil!

Então, como a carga é regressiva – quem ganha mais paga menos; quem ganha menos paga mais –, veja a distribuição dos tributos. Até dois salários mínimos são 48% a carga e quem mais de 30 são 26%.

Essa distribuição da carga tributária, segundo a renda familiar, é o contrário. É ascendente para os outros países. E a gente, com a carga tributária regressiva, é descendente.

O que acontece? A gente termina tirando da demanda, tirando do mercado, tirando do consumo, tirando da economia uma renda que, se essa pessoa que tem uma renda menor pudesse disponibilizá-la, se a cobrança fosse progressiva, seria devolvido isso ao mercado, seria devolvido isso economia e nós teríamos uma melhor eficiência econômica.

Então, o que nós temos aqui é uma faixa da renda e dos detentores de renda que não tem a mesma solidariedade no sustento social que nas faixas menores. Então, nós temos aqui, por assim dizer, uma ociosidade de participação desses níveis maiores de renda. Esse é o grande, o grave problema brasileiro, que é trazer a solidariedade dessas rendas maiores para dentro do financiamento da sociedade, porque isso não é uma questão moral, é uma questão econômica, é mais eficiente do ponto de vista econômico. Nós estamos prejudicando a demanda, porque nós financiamos a sociedade dessa forma assimétrica e distorcida que há hoje.

Bom, a gente sabe que o ICMS colabora para isso, o PIS-Cofins colabora para isso. Quem vai ter espaço para crescer é o Imposto de Renda. É importante frisar isso, o Imposto de Renda. Quando você vai discutir reforma tributária e progressividade tributária, se coloca na mesa: "Vamos colocar os impostos sobre grandes fortunas."

Ora, nada contra, mas não é um imposto que tenha um valor fiscal arrecadatório forte em país nenhum. A nossa grande diferença de perfil é com a renda. Em relação a essa questão do imposto sobre grandes fortunas, eu tenho a impressão – uma questão muito pessoal – de que isso fica distraindo a questão principal brasileira, que é trazer as grandes rendas para o perfil de cobrança.

Então, normalmente, eu evito essa questão do imposto sobre as grandes fortunas. Não que eu seja contra. Claro, sou a favor. Mas a questão é que ela termina distraindo o grande problema estrutural em que nós diferenciamos dos países mais desenvolvidos, que é justamente a solidariedade da renda.

Aliás, há um grupo que está aqui – o Pedro depois vai vir para a Mesa, vai conversar sobre isso também –, há um grupo de reforma tributária solidária, que vai lançar no dia 25 de abril nacionalmente, que fala sobre isso. A solidariedade de que ele fala não é pura e simplesmente uma questão moral, é uma questão econômica. É trazer a solidariedade dessas rendas maiores para dentro do financiamento da sociedade brasileira.

Bom, agora vem o problema da indissociabilidade da reforma federativa da reforma tributária. Os Estados na Constituição hoje estão com imposto sobre consumo. A gente sabe que os países europeus eles têm, os Estados têm uma participação no Imposto de Renda como nós já tivemos. É até a ideia do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resende, inclusive, de 1988. A gente tinha aquele adicional de Imposto de Renda, que depois foi excluído.

Então, existem na maioria dos países da Europa uma *flat tax*, um pequeno valor do Imposto de Renda que é destinado aos Estados, e eles não pode mexer, não pode haver competição fiscal com isso. É só participação. Acho interessante que esse perfil evolua nos Estados brasileiros. Há muitas formas de se fazer isso, mas acho importante que, quando se for trazer a solidariedade fiscal, se faça com isso aí. É preciso que os Estados tenham uma maior participação no bolo de tributos e é preciso, um assunto paralelo dentro da reforma tributária, que as rendas maiores tenham uma maior solidariedade no sustento da sociedade. Essas duas questões, Senador, precisam caminhar juntas. Quando o Estado for recuperar a sua maior participação, é preciso também que se tenha em vista essa evolução formal, estrutural que vai haver na reforma tributária em relação à progressividade. A gente juntando essas duas coisas resolve um problema de financiamento da sociedade e um problema de federalismo, o problema de pagamento dos serviços dos Estados, você vai financiar o serviço dos Estados, que hoje estão em situação bastante difícil, e traz as grandes rendas para dentro disso.

Aí virá o terceiro trabalho, que é justamente desonerar as rendas menores. Desonerar as rendas menores para aumentar a arrecadação, para melhorar a economia, para crescer a economia, para crescer a economia. Tirando essa tributação das rendas menores, se a gente puder fazer o decréscimo de um e o aumento de outro, uma transição que não seja nervosa, uma transição que permita aos Estados irem calculando e vendo as suas dificuldades nesses momentos, assim é possível caminharmos, pelo lado da receita, para um melhor financiamento da sociedade.

Mas como diz o Zaneti – e a Maria Lucia também vai conversar na próxima Mesa – também não adianta você arrecadar direito, e gastar mal. É preciso haver as duas coisas, na verdade. Não adianta fazer isso, não adianta financiar a sociedade de forma assimétrica e errática como se faz hoje e também não adianta, depois que se fizer isso, coisa ainda pior, ainda se gastar mal o que já se está arrecadando mal.

Então, o campo é muito grande e para nós tecnicamente isso fica mais fácil, já que o problema é tão grande, é tão visível. E vamos encontrar, Senador, e essa é a parte mais importante, um caminho político para se resolver essas duas grandes questões, porque isso vai ser fundante para a sociedade brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos a André Horta Melo, Presidente do Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados e do DF (Comsefaz) e Coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que deixou muito claro aquilo que eu mais ouço: os poderosos pagam pouco e os pobres pagam muito em matéria de contribuição. Essa é uma frase muito conhecida e você foi muito feliz na explicação.

Passamos de imediato a José Carlos Mazzei, Delegado Sindical da DS Londrina/PR e membro do Grupo de Estudo Tributários do Sindireceita.

O SR. JOSÉ CARLOS MAZZEI – Bom dia a todos!

Em nome do Sindireceita, eu gostaria de saudar os integrantes da Mesa, o Senador Paulo Paim e os demais presentes na plenária. O Sindireceita agradece a oportunidade de participar desse debate.

Bem, muitas foram as causas que levaram ao endividamento dos Estados: a gestão tributária centralizada do regime militar; a autorização de empréstimos externos como fonte de financiamento; o Plano Real, que eliminou os ganhos inflacionários; as taxas de juros elevadas; as operações de salvamento dos bancos, que transferiram as dívidas para os Estados; a Lei Kandir, que já foi muito bem citada há pouco. Mas, nos atendo especificamente sobre a carga tributária e a sua consequência sobre a dívida dos Estados, nós vamos apresentar alguns números que tentarão ajudar a identificar o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, vamos a uma definição. Ela já foi dada há pouco, mas vamos reforçá-la. De uma forma didática, a definição de carga tributária... Dizemos que a carga tributária é quanto à riqueza de um país é arrecada em forma de tributos pelos governos. Então, em 2016, dos 6,26 trilhões produzidos no Brasil cerca de 2 trilhões foram arrecadados pela União, Estados e Municípios. Ou seja, a carga tributária brasileira foi de 32,38%. É interessante que, quando a gente sai dos percentuais e vai para os números, isso se torna uma coisa bem maior. São R$2 trilhões. São valores expressivos e já chegaram a quase 37% em 2007.

Esse gráfico mostra a evolução da carga tributária de 1996 até 2016, que é último dado. Notamos que até os anos 2000 nós chegamos à ordem de 30% e, a partir daí, não houve mais regressão. Parece que nos acostumamos com esses dados.

Quanto à distribuição, já foi apresentado o dado, mas é bem interessante notar que a União detém mais de 68% do percentual de arrecadação. Os Estados giram em torno de 25%. Os Municípios hoje, por volta de 6%.

Esses dados são interessantes para demonstrar mais à frente o motivo da Constituição de 1988 ter adotado o sistema de partilha entre os entes federados.

É sempre bom buscar referências para saber se a nossa carga tributária está o.k. Em uma comparação internacional, verificamos que, em um estudo da OCDE, envolvendo os 24 países da América Latina e do Caribe, o Brasil ficou com a segunda maior carga tributária. Ela é 11,5% maior do que a do Chile; quase o dobro da mexicana e quase 20% maior do que a da Guatemala, que é a menor carga tributária do estudo que eles fizeram. Nesse comparativo apenas com os países da OCDE, nós ficamos à frente do Canadá, da Turquia, Estados Unidos, Coreia, Chile e México também.

Apesar de valores tão expressivos, os entes federados parecem não conseguir atender as suas demandas. No caso dos Estados membros, a dívida até fevereiro de 2018 era de R$721 bilhões, aproximadamente 12% do PIB, segundo dados do Banco Central. Em 2015, nós tínhamos 17 Estados já gastando mais de 55% das receitas líquidas com folha de pagamento e aposentadoria, segundo boletim do Ministério da Fazenda, e o limite legal é de até 60%. São dados que também já foram mostrados aqui.

Em 2016, tivemos três Estados, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, decretando estado de calamidade financeira. A dívida dos três totalizava 270 bilhões, dados do relatório do Banco Mundial. Outros Estados não estão em situação muito melhor: São Paulo acumula uma dívida de 254 bilhões e Santa Catarina e Goiás, em torno de 18 bilhões. E muitas são as causas para esse endividamento.

O primeiro ponto que podemos abordar é o modelo da partilha. A Constituição de 1988 pretendeu atribuir aos ententes federados autonomia financeira e política. Estabeleceu competências a cada um assim como as fontes de receitas para cumpri-las.

No caso dos Estados-membros foram criadas duas fontes principais... (*Pausa.*)

Você pode retornar o eslaide, por favor? (*Pausa.*)

Isso. Obrigado.

Bom, nos Estados membros foram criadas duas fontes principais de recursos: as competências tributárias para instituir os impostos estaduais e as transferências da União.

Dentre as transferências, nós temos os 21,5% do Imposto de Renda, do art. 159; os 10% do IPI; os 20% dos impostos residuais e 20% da Cide-combustíveis.

É interessante notar que com exceção da Cide-combustíveis, as demais contribuições são receitas exclusivas da União, não sendo compartilhadas com os Estados. Seriam elas as contribuições sociais, contribuições corporativas e as demais CIDEs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir dos anos 90, a União iniciou um movimento de priorizar a arrecadação através das contribuições. As importações passaram a ser tributadas pelo PIS/Cofins; houve a criação de novas CIDEs; a criação não cumulativa do PIS/Cofins, que fez a alíquota saltar de 3,65% para 9,25%; e, ao mesmo tempo, a União promoveu a exoneração e deduções dos impostos.

A carga total foi mantida, mas houve uma redução das receitas dos Estados, visto que não há partilha sobre contribuições, como mencionamos. Como as obrigações constitucionais, educação, saúde e segurança, foram mantidas, a dívida dos Estados se agravou.

Esse gráfico mostra como, ao longo dos anos, os impostos foram perdendo espaço na carga tributária para as contribuições. Nós temos ali os impostos em azul e as contribuições em laranja.

Em 1995, havia 51% de impostos compartilhados. Em 2005, eram 42 e, a partir de 2010, passaram a ser em torno de 30%, o que é metade dos valores das contribuições. As consequências disso podem ser mostradas no próximo gráfico.

No mesmo período, a dívida dos Estados saltou, em 1998, de 101 bilhões para 305 bilhões, 390 bilhões, 700 bilhões, em 2016, e hoje, como vimos, já está em R$730 bilhões.

A arrecadação dos Estados também é afetada pela renúncia dos tributos cuja arrecadação deve ser compartilhada com os Estados.

O Banco Mundial, em seu relatório de 2017 – Um Ajuste Justo, bastante polêmico por sinal – menciona que as políticas tributárias federais, tais como isenções tributárias concedidas pelo Governo Federal, reduziram os repasses orçamentários para os Estados. Ele mesmo reconhece isso.

Já a Receita Federal realizou um levantamento que demonstrou que entre 2010 e 2017 foram editadas 40 medidas provisórias, concedendo isenções fiscais e desonerações que atingiram R$501 bilhões. Desse total, 280 bilhões eram referentes a impostos partilhados com os demais entes.

Essa aí é a cópia do relatório. Ela mostra quais são as medidas provisórias, qual foi o valor da perda, qual o artigo envolvido, o tributo. Mas para ficar mais didático, a gente fez um resumo na próxima tela com todos os dados.

Então, as desonerações dos impostos partilhados entre 2010 e 2017 ficaram assim: em 2010, quase R$15 bilhões; 2011, 22 bilhões; subiu para R$116 bilhões, em 2012; ficou em R$16 bilhões entre 2013 e 2014; caiu para R$31 bilhões, depois para R$3 bilhões e voltou a subir em 2017 e chegou a R$58 bilhões, totalizando os R$280 que foram mencionados – dados da Receita Federal, acessos por aquele *link* logo abaixo.

Outra questão que provoca perda de arrecadação é a informalidade. Um estudo da FGV e do Instituto Ético estima que cerca de R$1 trilhão são movimentados no Brasil sem serem reportados ao Governo, o que é chamado de "economia subterrânea". Ela é fruto de trabalho informal, sonegação, contrabando, corrupção e pirataria.

Levando-se em conta a carga tributária atual, as perdas na arrecadação giram em torno de R$324 bilhões. Essa é uma demonstração...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CARLOS MAZZEI – Entre 2003 e 2017, quais foram as perdas? Elas giram desde então entre R$900 bilhões e R$1 trilhão anuais.

Em resumo, Senador, precisamos rever o modelo de partilha, analisar o impacto das renúncias tributárias sobre os entes federados e combater a economia subterrânea, para, aí sim, termos como já foi dito aqui uma verdadeira federação, como pretendia a Constituição de 88.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Belas contribuições, José Carlos Mazzei, Delegado Sindical da DS Londrina/PR e membro do Grupo de Estudo Tributários do Sindireceita.

Eu só peço a todos que se puderem deixar cópia para nós das palestras, a gente pretende fazer uma separata desse debate sobre dívida dos Estados e tributos.

Eu convidaria os senhores a retornarem para a primeira Mesa. Vocês terão oportunidade de falar novamente no espaço do debate.

Chamo, neste momento, a segunda Mesa.

Muito obrigado a todos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Segunda Mesa: Pedro Lopes de Araújo Neto, Diretor para Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco). Seja bem-vindo, Pedro! O Pedro pediu para falar primeiro, porque ele tem um voo em seguida.

Convidamos Carmen Cecília Bressane, advogada e Coordenadora do Núcleo São Paulo da Auditoria Cidadã da Dívida; Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública; também nesta Mesa Josué Martins, Presidente do Sindicato de Auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (Ceape). Sejam bem-vindos!

Vamos de imediato passar a palavra para Pedro Lopes de Araújo Neto, que falará pela Fenafisco.

O SR. PEDRO LOPES DE ARAÚJO NETO – Bom dia a todos. Bom dia, Senador.

Eu gostaria primeiramente de agradecer o convite à nossa Federação para participar deste importante debate sobre o equilíbrio do federalismo brasileiro.

Pensamos inclusive que não há solução para a economia brasileira enquanto não houver solução também para os entes federados, solução fiscal da União, dos Estados e dos Municípios. Nesse sentido, nós fomos até surpreendidos por uma declaração do Economista-Chefe do BNDES, economista liberal, Fabio Giambiagi, que, evidentemente, mais numa linha de centro-direita, defende até uma redução de carga tributária, mas reconhece que, neste momento, não é possível aumentar a carga tributária; pelo contrário, devemos retomar a carga de 2009, voltar aos patamares de 33,5% para reequilibrar o Estado e, a partir de então, quem sabe, pensar novamente em fazer a redução tão almejada. Essa questão de redução de carga é outro debate, mas até os economistas liberais já estão repensando a atual carga tributária.

Eu gostaria de iniciar, Senador, fazendo um convite ao senhor e a todos os presentes para o lançamento, que o André antecipou, de um projeto da Anfip/Fenafisco, que não tem uma grande novidade, do ponto de vista de estudos da academia, mas, do ponto de vista político, nós queremos trazer à tona e dar uma nova dimensão a essa discussão. O projeto é "Reforma Tributária Solidária", no qual reunimos mais de 40 especialistas do Brasil, da Unicamp, do Ipea, do Instituto Justiça Fiscal, Oxfam, dentre outros, para rediscutir o sistema tributário brasileiro, visando a maior progressividade. O projeto é chamado "Reforma Tributária Solidária: menos Desigualdade, mais Brasil", porque, como bem adiantou o Secretário André, o sistema tributário brasileiro atual onera demasiadamente os mais pobres, que chegam a ter uma carga tributária dos países mais ricos do mundo, chegando até a 50%, enquanto os ricos têm uma carga tributária da África.

Só que o discurso da imprensa é totalmente invertido, porque os ricos controlam os meios de imprensa e reclamam que pagam imposto, mas, na verdade, não pagam imposto: quem paga imposto é o trabalhador e o pobre no Brasil. Esse é que paga o imposto.

Então, no dia 25 de abril é o lançamento desse projeto na Câmara, no Salão Nobre. Contamos com a sua participação, Senador, vai ser uma honra. Já fizemos inclusive o convite ao PT ontem, junto ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Líder Paulo Pimenta. A gente agradece, eu lhe entrego o convite e peço, por favor, que o senhor repasse aos demais convidados na oportunidade.

Em relação ao tema em questão, que já foi bastante contemplado pelas falas anteriores, vamos fazer uma abordagem próxima, mas tentando dar uma visão um pouco mais prática a essa discussão de carga tributária e visando o equilíbrio fiscal dos Estados.

A gente começa falando, apresentando um Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, que foi publicado pelo Tesouro Nacional. Aqui é o resultado do boletim, que compila todos os dados das finanças estaduais. Aqui é uma pequena adaptação que nós fizemos, aumentando em R$2 bilhões o gasto com pessoal, porque, na metodologia do PAF, do Tesouro Nacional, considera-se como gasto pessoal, no caso da Previdência Social, apenas o que o Tesouro repassa.

Em alguns Estados da Federação, como no Rio Grande do Norte, a gente utilizou R$600 milhões do Fundo de Previdência para pagar... Então, esses 600 milhões não foram utilizados como despesa, mas, efetivamente, é um gasto que tem que ser recomposto. A gente colocou R$2 bilhões em pessoal e fez um ajuste na despesa financeira líquida, que, efetivamente, em 2016, foi 18 bilhões a menos, mas, com a Lei 156, de 2016, a Lei de Recuperação Fiscal, o Rio Grande do Sul, por exemplo, deixou de pagar a dívida, mas, na verdade, ela não foi perdoada, foi jogada para frente. Se tivesse pagado a dívida, a gente fez a recomposição recolocando como se o Rio Grande do Sul tivesse pagado aquela dívida. Então, em 2016, o déficit dos Estados, inclusive para pagamento de dívidas, foi de R$48 bilhões. Daqui a pouco a gente deve voltar a esse número, ao final da nossa apresentação. Mas era isso que a gente teria de buscar para haver equilíbrio entre os entes estaduais.

Nesse sentido, eu queria apresentar primeiramente uma anotação da variação da arrecadação tributária brasileira. Eu adianto que todos esses gráficos foram extraídos do relatório que a Receita Federal publica anualmente, Carga Tributária no Brasil. Pegamos a última edição, 2016, publicada no final de 2017.

Então, percebam, Senador e colegas presentes, que a carga tributária, que está vermelha aqui, tem uma correlação perfeita com a variação do PIB nominal. A linha abaixo é a variação do IPCA. Então, há uma correlação entre a arrecadação total e a variação nominal do PIB, ela vai acompanhando.

Na sequência, a gente faz a mesma análise para o ICMS. Basicamente, nos Estados, quem administra o Estado vai observar dois tributos: o ICMS e o FPE. Essas são as duas principais fontes. No caso dos Estados, percebam que, até 2008 para 2009, o ICMS, que está azul, vai acompanhando a arrecadação do PIB nominal. A partir de 2008, 2009, começa a haver um descolamento do ICMS. Quando chega a 2014, abre. O ICMS começa a andar bem afastado da curva da variação nominal do PIB.

Podemos ver esse comportamento nesse outro gráfico, que é a relação do ICMS dividido pelo PIB nominal. Em 2002, essa relação do ICMS pelo PIB nominal brasileiro dava 7%. Chegamos a ter um pico de 7,14 em 2008, média de 7,01 nesse período, e, a partir de 2009, fazendo uma correlação com a tabela anterior, percebe-se que há uma queda na relação da arrecadação do ICMS pelo PIB. Essa queda não mais se recupera. Há uma pequena recuperação, mas não volta mais aos patamares anteriores e vai continuando a cair, e há uma nova acentuada queda em 2014, chegando à média de 6,62% do PIB. Então, a arrecadação do ICMS perdeu aí em torno de 0,5% em relação ao PIB nominal.

Dá para observar muito bem que esses problemas acontecem a partir de 2009 e se aprofundam em 2014. Não foi à toa que isso aconteceu. Isso coincide, fazendo um *link* com a apresentação da Gigliola ou do André, com a concessão de estímulos fiscais pela União sobre o IPI. Essa redução do IPI tem impacto no ICMS, porque o IPI integra a base de cálculo do ICMS nas operações entre indústrias e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuintes ou entre indústrias e contribuintes que não compram para revenda ou industrialização. Então, é um componente da base de cálculo do imposto considerável.

Por exemplo, o Governo Federal, nos próximos meses, em novembro, deve fazer a reforma do PIS/Cofins para simplificar. Eu até alerto que essa simplificação é desejada sempre, mas não é isso que o Governo Federal está querendo. Ele está querendo recuperar a perda que vai ter com a retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, estimada em R$40 bilhões. Só me reportando ao ano passado, isso foi em decorrência de uma perda dessa decisão do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Meirelles, quando os técnicos da Receita estimaram a perda de 40 bilhões, ele disse: "Só tem um jeito: a gente tem de aumentar a alíquota do PIS/Cofins para 0,7% ou 0,8%, que, no final, daria aquela recuperação fiscal". Aí os empresários bateram forte, ele recuou, entrou com embargo no Supremo, e está lá guardadinho e vai ficar assim até o final da eleição. Quando chegar novembro, o que vai acontecer? Eles vão fazer a simplificação do PIS/Cofins, vão fazer uma propaganda maravilhosa da simplificação do PIS/Cofins, mas, pode ter certeza, quando juntar tudo e botar no bolo, ninguém vai saber, ele já vai estar recuperando os 40 bilhões da retirada da base de cálculo, quem sabe até aumentando a carga tributária efetiva. Tudo isso sob uma roupagem de simplificação do sistema tributário, mas é muito possível que a carga tributária do PIS/Cofins, além de se recuperar, aumente com essa simplificação. Isso só vai acontecer após as eleições, não tenho nenhuma dúvida. E após as eleições, naturalmente, o Supremo vai julgar os embargos, que são protelatórios mesmo. Enfim, essa questão do ICMS na base real do PIS/Cofins também influenciou nos Estados, no ICMS dos Estados, no IPI dos Estados. Como foi bem antecipado, foram mais de R$500 bilhões nesse período, de 2010 a 2018. Só durante o Governo da Dilma, de 2011 a 2015, já chegou a R$342 bilhões, tendo se intensificado em 2015. Isso impactou fortemente as finanças dos Estados e Municípios.

Podemos ver essa mesma curva pela variação do IPI. O IPI, que está em vermelho, abaixo é a curva do IPCA, acima é a curva do PIB nominal. Percebam que, até 2008, a arrecadação do IPI vai acompanhando a linha do PIB nominal, mas abaixo ainda, não vai na mesma proporção, vai abaixo, mas vai acompanhando. Em 2008, com a isenção da linha branca e dos automóveis, tome queda do IPI. Recupera-se a partir de 2010, mas não volta mais ao patamar anterior. Em 2015, nova queda, e o IPI fica na linha da inflação.

Só uma observação: a carga da relação, em 2002, por exemplo, do IPI em relação ao PIB nominal, era 1,2% e caiu, em 2016, para 0,7%. Então, há uma perda de 0,5% do IPI em relação ao PIB nominal nesse período de 14 anos.

Em síntese, temos dois problemas. Primeiro, como também foi abordado pelos colegas anteriores, a União, deliberadamente, sabotou o federalismo fiscal, quando, depois do repacto federativo, com a redemocratização, quando ela perdeu poder. Até aquela apresentação do percentual, se a gente chegar um pouco antes, a partir de 1980, vai perceber que, quanto maior o peso da União, os Vereadores, os Deputados, com o enfraquecimento da ditadura, já começaram a ganhar espaço; a partir de 1988, já existe uma situação mais estabilizada. Era muito mais grave essa concentração até 1980, quando começa a baixar. A União, para fazer a recuperação, quando se fortalece politicamente, começa a tentar fazer a recuperação e sabota Estados e Municípios, dando aumento de carga tributária sobre tributos que não são partilhados, no caso, a CPMF. A CPMF também é uma delas, que veio depois, mas todas as contribuições sociais, PIS/Cofins, CPMF, que vieram depois. Agora, a União tinha um problema: eu vou aumentar as contribuições sociais, mas as contribuições sociais, pela Constituição, só podem ser utilizadas para Seguridade Social, saúde, assistência e Previdência Social, e a gente não quer aumentar para isso; a gente quer outras coisas. Então, vamos dar um jeitinho aqui. Vamos criar o Fundo Social de Emergência para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desvincular... Na verdade, desvincular. Havendo o aumento, depois se cria o Fundo Social de Emergência, que depois vira DRU para poder pegar esse recurso que era para a Previdência. Na verdade, foi criado não para a Previdência. Ou seja, a União enganou os Estados e Municípios, sabotou o federalismo fiscal brasileiro.

Tenho um colega que está escrevendo uma tese – em um mês, no máximo – o Rafael Camera, que é Vice-Presidente do Sindifisco do Pará, que vai ser bem interessante – até antecipei ao André Horta: se a DRU desvincula a utilização do recurso para ser genérica, ela passa a ter uma natureza de imposto. Se ela passa a ter uma natureza de imposto, teria de entrar na competência residual da União. Então, teria de haver participação dos Estados e Municípios.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO LOPES DE ARAÚJO NETO – Ele está fazendo um estudo, aprofundando, e acho que em um mês apresenta esse estudo na academia e abre um debate jurídico sobre a DRU.

Outro ponto importante é exatamente essa concessão pela União de benefícios fiscais sobre tributos partilhados. Além de sabotar via criação de contribuições sociais, para não mandar para Estados e Municípios, quando passou a conceder benefícios fiscais, ainda passou a dar sobre tributos divididos com os Estados e Municípios. Isso fica muito claro aqui, Senador, colegas: este gráfico é a comparação da variação, de 1998 até 2015, do IPI partilhado com Estados e Municípios, Cofins e o IPCA-E. Essa linha vermelha é a do IPI, que vai acompanhando a arrecadação do IPCA-E. Agora, olhem a linha da Cofins. A Cofins cresce, nesse período de 17 anos, nominalmente, 1.037%, enquanto o IPI cresce 200%, 198%. Está provado: a União aumentou a carga e jogou tudo para o IPI, para as contribuições sociais, notadamente na Cofins, e deu um banho de arrecadação no IPI.

A mesma coisa a gente pode perceber no Imposto de Renda e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que têm a mesma base. Essa linha de baixo é a linha do IPCA. Percebam que tanto o Imposto de Renda quanto a contribuição estão bem acima do IPCA. Essa linha verdinha é o PIB nominal. Tanto o Imposto de Renda quanto a Contribuição Social estão acima do PIB nominal, mas, se se comparar o Imposto de Renda com a Contribuição Social, linha na cor laranja, percebe-se que a Contribuição Social, a partir de 2002, cresce mais que proporcional ao Imposto de Renda. Mais uma vez, a União privilegiando as contribuições, em detrimento dos impostos que são partilhados.

Isso tem um reflexo direto no Fundo de Participação dos Estados, que, até 2008, vem acompanhando a linha do PIB nominal; a partir de 2008, coincidentemente com as desonerações do IPI na linha branca e nos automóveis, vai descolando novamente, e o Fundo de Participação começa a ficar abaixo do PIB nominal. Então, isso vai impactar diretamente os Estados e Municípios. Os Estados perderam o ICMS, que passou a ficar mais abaixo, e começaram a perder também com o Fundo de Participação, que ficou mais abaixo. Então, esse problema não é dos prefeitos e dos governadores. Pode até haver uma parte de exagero nos gastos públicos, mas há uma influência direta nas receitas, os Estados e Municípios são impactados nas suas finanças pelas políticas da União. Eu trago aqui mais um dado associando também, fazendo esse mesmo estudo, mas me reportando aqui a alguns estudos que existiam na economia brasileira em agosto de 2015, antes de estourar, efetivamente, a crise política brasileira.

Há algumas críticas à condução econômica da Presidente Dilma. Quando ela ganha eleição em 2014, ela, notadamente, coloca um economista para tentar recuperar o mercado, que foi um pouco controverso, mas colocou, e o mercado passa a ter uma confiança.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO LOPES DE ARAÚJO NETO – Em agosto, antes de estourar a crise – se a gente entrar no Google, procurar matéria sobre o tema –, a projeção era que o PIB, com as políticas do Levy e com a retomada da confiança do mercado, iria cair, em 2015, apenas 2%, em 2016, o PIB iria ser zero e, em 2017, cresceria. A projeção era essa em agosto de 2015. O que aconteceu? A crise estourou, o PIB caiu 3,8%, em 2015, mais 1,8% e, em 2016, caiu mais 3,6%. Então, a gente aprofundou em mais 5%, quer dizer, a crise política que não foi gerada pelos Estados, não foi gerada pelos Municípios, foi gerada pela política nacional...

Aí eu fiz uma projeção, claro aqui é um pouco de estimativa: se a gente tivesse mantido uma normalidade política no Brasil, com as medidas econômicas adotadas pelo Levy, depois poderia evoluir como o foi com a migração, se tivesse tudo andado normalmente, talvez a gente tivesse um PIB incremental de R$215 bilhões, em 2016, dentro daquela normalidade de agosto que se estimava. Com isso, dentro das proporções de arrecadação em relação ao PIB nominal, os Estados teriam uma arrecadação incremental de R$14 bilhões. Então, a crise política tirou dos Estados R$14 bilhões e, para os Municípios, mais uns R$15 bilhões, R$16 bilhões, porque o Fundo de Participação dos Municípios é um pouquinho maior.

Enfim, o que a Fenafisco recomendaria? Primeiro, revisar todos esses incentivos fiscais sobre a parcela do IPI. Se a União quiser fazer politicamente é muito simples. Se ela quiser manter o benefício para o setor empresarial, ela converte IPI em PIS/Cofins.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO LOPES DE ARAÚJO NETO – Pronto. Ela converteu, o empresário continua com o seu benefício, e você repõe as finanças dos Estados. Hoje está 0,7%, voltando para uma proporção de 1,2%, como era em 2002. Se a gente fizer isso, a gente vai ter impacto direto na arrecadação do ICMS, podendo voltar ao patamar dos 7%.

É preciso, também, que a União não dê benefício fiscal sobre tributos partilhados. Isso é fundamental. Se a União for dar benefício, que ela dê sobre a Cofins, sobre os seus tributos, mas ela não pode influenciar nas finanças dos Estados e Municípios. Os Estados e Municípios têm seus compromissos financeiros. A despesa do Estado é relativamente fixa e crescente e vegetativa para alguns benefícios. Então, na hora em que se tem uma despesa fixa e a União, paralelamente, cria um benefício fiscal sobre um tributo que vai diminuir a receita dos Estados e dos Municípios, evidentemente isso vai impactar nas finanças dos Estados e dos Municípios. Então, é preciso que não haja interferência da União nas finanças, especialmente nas receitas. Se ela der benefício, que ela dê na sua base única tributária. Revisar os incentivos fiscais é o que tem de mais moderno hoje.

O estudo da OCDE, publicado agora em fevereiro, apresentado ao Banco Central, bate fortemente nos incentivos fiscais, porque não há nenhuma comprovação da eficiência econômica desse benefício para a sociedade e para a própria economia. Então, apenas defende a OCDE que os incentivos fiscais sejam dados nos insumos, no ativo fixo e para a população de baixa renda.

Por que nos insumos e nos ativos fixos?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO LOPES DE ARAÚJO NETO – Só concluindo, Senador.

Porque aí você deixa o produto mais barato; deixando o produto mais barato, consequentemente você dá maior competitividade.

Essa é a orientação internacional e que o Brasil, se ele quer entrar no OCDE, deveria seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Orienta também para a proposta do Comsefaz, que foi apresentada em outras ocasiões. Como uma solução alternativa, a instituição de fundo de participação sobre contribuições sociais para isso ser colocado nos gastos dos Estados e dos Municípios em saúde, assistência e previdência social.

Principalmente, uma outra questão de debate internacional é exatamente os grandes limites que são aplicados ao Simples Nacional. Sob o ponto de vista da eficiência econômica, é necessário que se estimule o pequeno empresário, e o pequeno empresário é aquele que anda na margem, na informalidade. A partir de determinado momento, da dimensão das operações comerciais realizadas, o Estado já tem como capturar esse contribuinte. Então não é desejável que, por exemplo, hoje, a gente aplique um limite de US$1,5 milhão, quase R$4,4 milhões. Então isso é muito elevado. Está totalmente fora dos padrões internacionais. A OCDE, inclusive, no seu relatório, aponta para US$20 mil quanto à eficiência econômica. A partir daí, é um contribuinte relativamente normal.

Bom, concluindo. Neste eslaide aqui é o seguinte – aí uma última simulação: se nós tivéssemos a carga tributária do IPI e do ICMS nos patamares de 2002, ou seja, o ICMS na faixa de 7% e o IPI na faixa de 1,2% do PIB nominal, a arrecadação incremental dos Estados, se não tivesse havido aquelas políticas de concessão de benefício fiscal, em 2014, com a crise política...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO LOPES DE ARAÚJO NETO – ... os Estados teriam arrecadado 32 bilhões. A nossa crise, pagando já as dívidas, foi de 48 bilhões. Então, só com esse ajuste no IPI, já haveria um potencial de solução muito próxima do déficit de financiamentos do Estados. E se a gente considerasse que não houve a crise política, os Estados teriam... Coincidentemente bateu, não foi sorte, bateu os 48 bilhões. Se o Estado tivesse crescido só 2% em 2015, tivesse um PIB normal em 2016 e não tivesse havido crise política, se a gente remontasse as cargas de 2002, a arrecadação dos Estados seria de 48 bilhões, e os Estados não precisariam da Lei de Recuperação Fiscal, pagariam tudo e, talvez, nem tivessem mais dívida se você computasse isso ao longo do tempo.

Muito obrigado, Senador.

Desculpe-me aí o excesso do tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Pedro Lopes de Araújo Neto, Diretor para Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), que trouxe dados para nós aqui muito importantes para a análise que faremos no final. Eu só queria aproveitar, agora... O pessoal do e-Cidadania sempre seleciona alguns questionamentos ou até afirmações.

Por exemplo, Christian Barreto, do Rio de Janeiro: "Mais da metade do que os estados produzem de riqueza vai para Brasília, sendo os estados meras colônias, causando déficit, e dívidas atrás de dívidas, enquanto a União usurpa os estados à exemplo do RJ e SP, que nem à metade das riquezas produzidas ficam no RJ e SP".

Marcelo Almeida, de Minas Gerais: "O valor do tributo deve ser destinado ao Estado consumidor [...], pois é lá que reside os cidadãos consumidores demandantes dos serviços públicos estatais. Ademais o Estado produtor já detém o emprego e a renda.".

Marcílio Novaes, de São Paulo: "Faz algumas décadas que esse assunto vem sendo discutido, sobretudo no Congresso Nacional. No entanto, nada, absolutamente nada foi de fato concretizado. Nos anos 80, era a Constituição. [Afinal, hoje essa situação] é uma vergonha."

Se alguém quiser, pode depois fazer alguma consideração sobre os questionamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos agora para a Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida pública, Maria Lucia Fattorelli, que tem viajado, poderia dizer, o Brasil e o mundo com esse debate.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Muito grata, Senador Paulo Paim.

Parabéns pela realização de mais essa audiência pública. Parabenizo todos os expositores que me antecederam, porque vão facilitar muito o meu trabalho, vou poder saltar muitas telas, porque já abordaram brilhantemente: o André; a Gigliola; o querido Zaneti, a quem devemos toda a luta da Auditoria Cidadã, porque foi de autoria dele o art. 26 da ADCT da Constituição, que prevê auditoria da dívida. Então, Zaneti, muita gratidão por sua luta de tantas décadas, que a gente continua seguindo; o José Carlos, o Pedro. Parabéns a todos e aos que vão me suceder aqui, uma gratidão muito grande, porque a Carmem e o Josué têm contribuído muito para Auditoria Cidadã da Dívida.

Então, o tema é a carga tributária. Eu botei aqui um panorama geral, muito já foi falado. A carga tributária no Brasil está em quase 33%, mas ela não é a mesma carga para todo mundo. Ela incide de forma profundamente desigual. Não respeita a capacidade contributiva, que é um princípio constitucional, não respeita a progressividade. A carga está muito concentrada na arrecadação, também já foi falado; 68% em âmbito Federal, 26% no âmbito dos Estados e apenas 6% no âmbito dos Municípios, que é onde o cidadão vive. Está ao contrário essa carga.

Temos várias distorções, baixíssima tributação sobre os lucros. Quanto aos lucros distribuídos, apenas o Brasil e a Estônia, Senador Paim, não tributam os lucros distribuídos aos sócios. É um escândalo! As fortunas, as heranças, os latifúndios, os rentistas... Temos isenções absurdas sobre exportação, sobre a distribuição de lucros e aberrações que só existem no Brasil como a dedução dos juros sobre capital próprio, que beneficia principalmente o setor financeiro, além da sonegação, que revela uma evidente necessidade de fortalecimento da administração tributária. Nós vimos, ontem, na Câmara, uma crítica: nós temos praticamente o dobro de auditores aposentados em comparação com os ativos, o dobro de analistas. Por quê? Porque pararam de fazer concurso. O problema é a reposição em todas as categorias da administração tributária, em todos os níveis. O problema não é que o povo está aposentando, o problema é que não está havendo reposição.

Essa tabela foi divulgada pela *Folha*, e eles não falam em fuga da tabela. Na verdade, é sonegação. Não é fuga, não. É sonegação do Imposto de Renda e alívio da carga. Olhem só isto aqui: em vermelho, é a renda isenta; em azul, a tributável. Esse quadro já foi aprestado por outros de outra forma, mas aqui ele fica evidente. Quem ganha acima de 320 salários mínimos – olhe lá, Senador – não paga imposto! Por quê? Quem ganha acima de 320 salários mínimos são os sócios dos grandes bancos, e a distribuição do lucro é isenta. Então, é aí que está o problema. Agora não é esse o foco da carga tributária que está sendo discutido no projeto do Deputado Hauly, não é tributar os grandes lucros.

Quem financia o Estado hoje? O consumidor e a classe trabalhadora. As transações financeiras e a propriedade praticamente dão pouco mais de 5%; bens e serviços, 47%; renda, 20%; salários, 26%, mais de 26%. Então – esses outros gráficos já foram apresentados de outra forma –, O Brasil tem a menor carga tributária sobre renda, lucro e ganho de capital entre os países da OCDE, entre todos esses comparados aí; tem uma das menores cargas sobre propriedade – vou passar rápido porque isso já foi dito.

Então, quando a gente olha essa notícia recente de que o Brasil tem a maior concentração de renda do mundo não é um acaso. Isso decorre do modelo tributário distorcido aplicado no Brasil. Isso não é um acaso, é planejado para ser assim.

E esse último estudo da Oxfam revelou que apenas seis indivíduos no Brasil – não são 6%, seis indivíduos – concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre. Isso decorre desse modelo que nos coloca nessa posição vergonhosa, porque o Brasil, nona economia mundial, tem a pior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distribuição de renda no mundo e não atende aos direitos humanos. Nós estamos no 79º lugar no *ranking* dos direitos humanos. Isso é uma vergonha para todos nós.

E essa vergonha aumenta ainda mais quando nós levamos em consideração as potencialidades do Brasil. O Brasil é o País da abundância, rico sob todos os aspectos. Temos aqui a maior riqueza mineral, maior reserva de água, maior área agricultável, todas as matrizes energéticas, etc., mas vivemos um cenário de escassez, com uma crise inaceitável, uma crise construída, principalmente por esses fatores aí. O que separa a nossa realidade de abundância desse inaceitável cenário de escassez em que nós nos encontramos? É o modelo tributário, é a política monetária do Banco Central, é o sistema da dívida que juntos conformam esse modelo econômico forjado para ser concentrador de renda e de riqueza. Então não é o acaso. As coisas estão construídas para funcionarem dessa forma.

Eu queria rapidamente passar sobre isso, porque, enquanto os Estados estão nessa penúria, a política monetária aplicada pelo Banco Central garante juros elevadíssimos aos rentistas, ela faz contratos de *swap* cambial, que não poderiam nem ser chamados de cambial, porque não são em moeda estrangeira. São contratos feitos em moeda nacional, liquidados em moeda nacional. Usam a moeda estrangeira apenas como parâmetro – há, inclusive, um relatório brilhante de um auditor do TCU sobre isso. É ilegal.

Olha aquela notícia ali: provocou prejuízo de quase 120 bilhões entre 2014 e 2015. Foi um dos fatores da crise, porque essa despesa comprometeu as finanças públicas, gerou dívida para cobrir, além de sangrar o orçamento público.

E o Brasil remunera a sobra de caixa dos bancos. Nós estamos fazendo uma denúncia, eu trouxe aqui este folheto que foi distribuído para todos os presentes e quem está nos assistindo pela televisão pode acessar a página da Auditoria Cidadã: entre 2014 e 2017, em apenas quatro anos, foram destinados quase meio trilhão de reais, R$450 bilhões, para remunerar sobra de caixa dos bancos. Sobra dinheiro no caixa dos bancos. Em vez do Banco Central deixar esse dinheiro lá... Por que o que os bancos iriam fazer com esse dinheiro? Eles iriam querer emprestar, eles não iriam querer ficar com esse dinheiro na gaveta. Para emprestar o que eles teriam de fazer? Reduzir os juros. Imaginem a nossa economia irrigada com R$1,157 trilhão, que é o valor a que chegou essa operação compromissada no ano passado, imaginem a nossa economia irrigada a R$1,57 trilhão a juros baixos? Cadê a crise? Acabou a crise.

Então, esse fator aí é um dos mecanismos de política monetária que, ao mesmo tempo...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – ... gera dívida pública, cria uma despesa de meio trilhão em quatro anos e amarra a economia do País. Por quê? Os juros é que amarram a economia.

Então, o sistema da dívida está operando em âmbito federal, em âmbito estadual. O funcionamento do sistema da dívida é denunciado no orçamento público – também distribuímos; quem está nos assistindo pela internet acesse a nossa página. O orçamento federal executado todo ano destina quase a metade dos recursos para juros e amortizações. Olhem quanto vai para os Estados: em 2017, foram 8,6% para os Estados, para todos os Estados e Municípios também. Está tudo embutido aí.

Então, que federalismo existe no Brasil se a banca leva quase a metade dos recursos orçamentários, e todos os entes federados, Estados e Municípios, ficam com menos de 9%? É inviável. O federalismo – parabéns a todos que mencionaram aqui, até agora – tem que ser rediscutido neste País.

Muita gente critica esse nosso gráfico, fala que a gente soma juros e amortizações. Sabe por que a gente soma? Porque a gente já provou, com dados – isso está na nossa página e foi denunciado na CPI da Dívida, já está no Ministério Público, e até hoje nada aconteceu –, que está havendo uma fraude: a maior parte dos juros está sendo contabilizada como se fosse amortização. Essa é megapedalada de centenas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilhões, e ninguém põe a mão nisso ai. A crise forjada pela política monetária dos altos juros, da remuneração da sobra de caixa dos bancos, do *swap*, da emissão excessiva de títulos está justificando um pacotaço de medidas que prejudica os entes federados, prejudica a sociedade brasileira, prejudica os direitos sociais e dá mais benesse ainda para o setor que provocou a crise.

Estão aí a Emenda 95; a Emenda 93; a Lei 159; a reforma da previdência; esta absurda Lei 13.416 que autorizou a impressão do real no exterior, aviltando a nossa soberania; reforma administrativa; privatizações da Eletrobras, da Petrobras – que está sendo fatiada, está sendo privatizada –, e da Casa da Moeda. Estamos perdendo todo o nosso patrimônio. Tanto o é que estamos aí numa crise absurda, e a bolsa de valores está bombando. Por quê? Por causa da venda das nossas empresas. E no meio de tudo isso, um esquema financeiro fraudulento, que nós estamos denunciando, com a criação de novas estatais para operar o esquema da securitização.

Então, no caso dos Estados – eu não vou ter que falar muito, porque a Carmen e o Josué vão falar –, a origem da dívida dos Estados começa lá na década de 70. Nós pesquisamos todas as resoluções do Senado que aprovaram as dívidas dos Estados, Senador, e a maioria dessas resoluções nem fala quem era o agente credor, nem fala qual era a finalidade do empréstimo; várias resoluções com empréstimos tomados em paraísos fiscais. Olha, na década de 70, com aquela dificuldade toda de comunicação, como é que o Estado do Pará ia chegar às Ilhas Cayman? É um processo altamente discutível. Essa dívida explodiu a partir da década de 90 devido à política monetária federal. Não foi culpa dos Estados, não explodiu porque os Estados se endividaram ou gastaram mais do que ganharam – como gostam de acusar.

Depois veio o refinanciamento da 9.496 em condições abusivas, que provocou o crescimento exponencial da dívida e abriu espaço para negócios ilícitos.

Eu quero chamar atenção para um fato que quase ninguém menciona: lá, quando a dívida dos Estados foi refinanciada, a maior parte era passivo dos bancos que foram privatizados; não era dívida dos Estados. Vocês se lembram de que o refinanciamento coincidiu com a privatização dos bancos estaduais que todos os Estados tinham? Como é que esses bancos foram privatizados? Foram entregues como uma joia rara, e o passivo dos bancos virou dívida dos Estados – foi somado à dívida dos Estados. A maior parte! Até no Rio Grande do Sul – o Banrisul não foi privatizado – uma parte do passivo transladou para o estoque da dívida. Um absurdo! Os Estados já pagaram várias vezes essa dívida e continuam devendo.

Eu coloquei aqui apenas o dado do Rio de Janeiro porque a Auditoria Cidadã produziu uma nota técnica. É um Estado que está em estado realmente de calamidade, fechando a Uerj, uma das universidades mais importantes do Brasil. Olha só, depois vocês podem acessar a nota técnica, há ali o *link*, mas o Estado do Rio de Janeiro teve uma dívida de R$15 bilhões, refinanciada lá em 1999. Desses R$15 bilhões, o Estado pagou R$2 bilhões à vista, com *royalties* do petróleo. Então, o valor refinanciado lá foi R$13 bilhões. Até março de 2017, o Rio pagou R$29 bilhões, e ainda devia R$61,6 bilhões ao Tesouro Nacional. O que aconteceu? O Estado do Rio já fez aquele plano de refinanciamento da lei complementar, e sabe o que esse plano de refinanciamento exigiu? A implantação do esquema da securitização lá.

Então, é um absurdo! A novela da dívida dos Estados vem se arrastando, a Lei Complementar 148 não falava em juros compostos, falava em juros simples; foi depois editado um decreto regulamentando essa lei que exigiu juros compostos. Vários Estados entraram no Supremo e ganharam liminares. Isso foi tudo deixado de lado, e veio a Lei Complementar 156 aplicando a moratória da dívida dos Estados –, como bem disse o Pedro: é uma moratória que não perdoa a dívida; vai para o estoque. Essa 159 exige as privatizações, aplica a Emenda 95 nos Estados. E pior: os acordos que já estão sendo feitos estão exigindo a implementação do esquema da securitização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nos minutos que me restam, eu quero fazer essa denúncia, porque, ainda que a gente chegue no melhor modelo tributário do mundo, ainda que todos esses sonhos que estão aqui – sonhos possíveis que estão aqui nesse estudo de uma reforma tributária solidária –, ainda que isso aqui se torne realidade, olha o que o esquema da securitização faz? Os recursos pagos pelos contribuintes vão para a rede bancária – não é assim que funciona? –, e hoje, a rede bancária tem que colocar na conta do ente federado em D mais 2 (dois dias depois, o dinheiro que o contribuinte paga tem que cair na conta do ente federado correspondente), e o que o esquema da securitização faz? Cria uma conta vinculada no meio do caminho.

Então, os recursos arrecadados de contribuintes não irão mais diretamente aos cofres públicos: eles vão para essa conta que teoricamente é vinculada à empresa estatal criada para operar esse esquema. Mas o contrato que é feito com a rede bancária para possibilitar esse desvio do fluxo de arrecadação diz o seguinte: o banco não pode acatar nenhuma ordem dessa empresa estatal, o banco não pode acatar nenhuma ordem do ente federado, o banco tem que dar ao investidor livre acesso a essa conta. Então, quem manda nessa conta? O investidor. Quem vai mandar na arrecadação tributária? O investidor.

Isso está escondido em milhares de páginas de contratos, porque, para você esconder o desvio da arrecadação tributária, você tem que criar essa propaganda que está aí nos jornais de que esse esquema vai arrecadar a dívida podre. Mentira! Dívida podre não entra nesse esquema: o que está sendo cedido é o fluxo da arrecadação, é o dinheiro que cai no banco. Pouquíssimas pessoas estão vendo isso. Por isso a Auditoria tem denunciado, tem distribuído materiais e vai lançar um curso para alertar, porque até gestores honestos estão embarcando nisso aí, porque a propaganda e a pressão são brutais.

O que nós vimos no caso de Belo Horizonte, onde esse esquema funcionou?

Antes, eu quero mencionar: a Emenda 95, que estabeleceu o teto por 20 anos para todas as despesas primárias, deixou de fora os gastos com a dívida e deixou de fora os gastos com aumento de capital desse tipo de empresa. Se vocês lerem os projetos de lei em andamento aqui no Congresso vocês não vão entendê-los. São projetos – que a gente fala – cifrados, pois eles não revelam.

Então, a Auditoria Cidadã tem feito uma série de documentos e vídeos que depois vocês podem acessar, e assessoramos uma CPI da PBH Ativos em Belo Horizonte. A CPI comprovou o que está por trás disso: realização de uma operação de crédito ilegal disfarçada; desvio do fluxo de arrecadação durante o seu percurso na rede bancária; e – pasmem! – cessão fiduciária dos créditos. O que é cessão fiduciária? Transferência de propriedade. Está sendo feita a transferência de propriedade da conta de arrecadação. Além de todos esses absurdos, a CPI provou que, no período de apenas três anos de funcionamento, numa operação de R$200 milhões isso gerou um prejuízo de R$70 milhões ao Município de Belo Horizonte. O nosso pessoal lá já está articulando uma ação popular, porque esse dinheiro tem que voltar para o Orçamento público.

Esse esquema é ilegal. Até o Tribunal de Contas e vários órgãos de controle têm denunciado, mas o ex-Ministro Meirelles já foi ao TCU dizendo que não é. Deixamos aqui o *link* para vários documentos da Auditoria Cidadã.

Denunciamos a aprovação do PLS 204 aqui no Senado, que passou de raspão. Por que nós denunciamos? Porque nós realizamos, inclusive com apoio do Senador Paim, várias audiências públicas, seminário internacional, folhetos, vídeos, visitamos todos os gabinetes, todos os Senadores foram alertados, e infelizmente, 43 Senadores votaram, e esse absurdo foi aprovado, esse absurdo que desvia arrecadação tributária.

O que acontece com esse desvio, gente? Se hoje o nosso problema é disputar recursos orçamentários, esse recurso, que é desviado durante o seu percurso pela rede bancária, não vai compor o Orçamento público. Nós estamos falando de um pagamento por fora. É gravíssimo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, peço a todos que acionem essa petição no Avaaz. Vocês, ao assinarem essa petição, estarão pressionando os Deputados a votarem contra o PLP 459, de 2017. É o mesmo projeto, que tinha o número 204 aqui no Senado e é 459 lá.

Quem ganha com tudo isso que nós estamos falando aqui? Os bancos. Mesmo em 2015, ano em que economia brasileira encolheu quase 4%, como já foi denunciado aqui nesta Mesa hoje, o lucro dos bancos subiu 20%, Senador.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – E os bancos ainda fizeram uma provisão de R$187 bilhões. Tiveram um lucro de R$96 bilhões e ainda fizeram uma provisão de R$187 bilhões. Ou seja, se eles não tivessem feito essa provisão, o aumento do lucro teria sido de um percentual muito maior. O lucro bruto do Itaú no ano passado, um único banco, foi R$67 bilhões– e a distribuição desse lucro é isenta aos sócios.

Então, a contribuição que a Auditoria Cidadã quer deixar aqui, além de referendar todas as propostas que já foram feitas e com as quais nós estamos de acordo, especificamente sobre a questão tributária, é tributar lucro distribuído, principalmente lucro do setor financeiro, acabar com essa excrescência de dedução de juros sobre capital próprio e fazer auditoria da dívida, minimamente um levantamento da dívida tanto federal como dos Estados, porque nós estamos pagando dívidas fraudulentas, estamos pagando muito mais do que devemos. O endividamento público tem funcionado como um sistema da dívida que está sangrando recursos públicos.

Deixamos aqui essas contribuições e agradecemos pela oportunidade.

Muito grata. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós é que agradecemos a Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública.

As palestras delas sempre são comentadas, contadas e discutidas depois em outros espaços. E como você vai deixar aqui tudo que colocou, nós poderemos depois distribuir para aqueles que procurarem.

Josué Martins, Presidente do Sindicato de Auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (Ceape Sindicato)

O SR. JOSUÉ MARTINS – Bom dia, Senador. Bom dia aos nossos ouvintes e aos colegas que permanecem aqui conosco na audiência.

Gostaria de agradecer o convite para participar desse espaço privilegiado de contato com a sociedade brasileira. Eu vou procurar falar mais da questão da dívida do Estado do Rio Grande do Sul, os colegas que me antecederam falaram bastante da questão tributária.

Eu sou também, além de Presidente do sindicato de auditores, membro do núcleo gaúcho da Auditoria Cidadã da Dívida – sou um dos coordenadores do núcleo gaúcho da Auditoria –, e gostaria de aproveitar também o momento para dizer que, na segunda-feira que vem, às 18h, nós teremos na Assembleia Legislativa do Estado, no Plenarinho da Assembleia, uma audiência pública para discutir a questão da auditoria da dívida do Estado Rio Grande do Sul.

E eu vou trazer dados aqui para justificar isso e para tentar mostrar como é que o sistema da dívida, que a Maria Lucia Fattorelli acabou de mencionar ao final da sua palestra, alcança os Estados.

Preciso dizer que a Auditoria Cidadã da Dívida não é, por princípio, contra o endividamento público; ela é contra a forma que tem assumido a dívida pública, que se transformou num mecanismo de subtração de recursos financeiros dos Estados sem contrapartida. E vou mostrar como isso atingiu o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado do Rio Grande do Sul, que é hoje um dos maiores devedores. Tomado o comprometimento do pagamento da dívida na sua receita corrente líquida, o primeiro deles é o Rio de Janeiro, depois Minas, depois São Paulo.

E vou tentar mostrar também que aquela renegociação que foi efetuada lá em 1998 e que teria vindo para nos ajudar, como mencionou aqui o Constituinte Zaneti sobre aquela manchete de um jornal gaúcho que dizia que a dívida estava paga, na verdade, ela não estava paga. Aquele mecanismo, aquela renegociação feita lá em 1998 serviu para estabilizar o crescimento da dívida e mantê-la em um patamar elevado, de forma a manter os Estados, em especial os maiores Estados da Nação, esgoelados financeiramente e dependentes da União.

O próprio contrato, assinado em 1998, contém cláusulas em que parte importante da gestão financeira do Estado é feito pela STN. Veja, é uma intervenção branca. O que se apresenta agora como regime de recuperação fiscal é aquilo que foi feito lá em 1998 de forma piorada. A intervenção agora é aprofundada. E eu vou procurar mostrar isso na minha apresentação.

Infelizmente deu algum problema ali na tela, mas eu vou reproduzir os dados. Quero destacar que o gráfico procura mostrar a evolução da dívida do Rio Grande do Sul com dados atualizados para dezembro de 2016. Os dados foram obtidos a partir de um relatório da Secretaria da Fazenda do Estado. São dados, portanto, diretamente comparáveis, não são valores nominais.

Em 1970, a dívida do Estado do Rio Grande do Sul estava em cerca de R$2 bilhões. Até 1994, o ano do Plano Real, ela estava em cerca de R$26 bilhões. Vejam, ela cresce R$1 bilhão ao ano. Ou seja, de 1970 a 1994, em 24 anos ela cresce R$24 bilhões. Com o Plano Real, em 1994, ela dá um salto de mais de R$32 bilhões até 1998. Ela vai de R$26 bilhões para R$59,5 bilhões, valores atualizados, repito, de dezembro de 2016. Cresce R$8 bilhões ao ano.

Quem olha esse gráfico tem a tradicional interpretação: "Bom, então os gaúchos foram perdulários; gastaram acima das suas possibilidades; foram irresponsáveis, do ponto de vista fiscal". Quero dizer que isso é um ledo engano. Não entrou um centavo de dinheiro novo nos cofres do Estado nesse período.

Nesse período, uma das políticas adotadas para conter a inflação, o Plano Real, trouxe as elevadíssimas taxas de juros, sob a argumentação de que vivíamos uma inflação de demanda e deveríamos comprimir a demanda, e tanto com a abertura econômica, que causou um processo brutal de desindustrialização da nossa economia, quanto com a elevação das taxas de juros – que, no período de quatro anos, foram em torno de 22% ao ano em termos reais – a dívida dá um salto de 122%, o que o Zaneti comentou ainda há pouco. Ela sobe R$32 bilhões.

E, em 1998, quando a União nos apresenta um contrato de renegociação da dívida –, não botou, de novo, um centavo de dinheiro novo –, contrato que era para nos ajudar, aquela curva ali deveria retornar a patamares civilizatórios – descendo, pela arquitetura financeira do contrato, que colocou encargos do IGP-DI mais 6,17%, porque os juros eram capitalizados mensalmente: então, não são 6%; são 6,17% no caso do Rio Grande do Sul –, manteve-se num patamar de endividamento ainda elevado, muito embora nós tivéssemos pagado regiamente as prestações do contrato até 2016.

É preciso dizer que, se tomarmos em valores históricos – como já foi dito aqui, aquele valor renegociado em 1998, que era algo como R$9,5 bilhões –, pagamos R$25 bilhões e ainda devíamos R$57,4 bilhões em 2016.

Um dado importante nessa história é que, com as renegociações possíveis a partir das Leis Complementares 158, 151, 156 e, a mais recente, 159, a taxa de juros baixou para 4% e o IPCA passou a ser adotado como indexador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se considerarmos o período de janeiro de 1999 a dezembro de 2016, o IGP-DI + 6% correspondeu a um crescimento de 1.204% reais. Apenas do IGP-DI cresceu 344%; o IPCA 228%. Vejam, a maior parcela desse crescimento decorre dos juros: 976%. O juro é um ganho sobre capital emprestado. A pergunta que fica é: é razoável a União lucrar sobre os entes federados nesse processo? A Auditoria Cidadã tem defendido que não; que o razoável é aplicar o IPCA desde o início do contrato, que, aliás, é o índice oficial de inflação, que deveria ter sido adotado lá atrás.

Então, está de parabéns aqui o Senador Paulo Paim, provocado pelo Zaneti e pelo Casarotto, que assume, a partir da materialização no Projeto de Lei do Senado 561, de 2015, essa proposta.

Quando o Senador apresentou o projeto, ladeado pelo demais Senadores do Rio Grande do Sul, o Tribunal de Contas do Estado fez um cálculo para verificar qual seria a consequência, em relação à dívida, da adoção desse projeto: ela já estaria paga em maio de 2013. Em maio de 2015, quando trabalho foi finalizado, já teríamos um crédito de R$5,6 bilhões contra a União.

Quando, em 2016, se discutia a aplicação da 158 – e a Maria Lucia destacou muito bem que não tem previsão de juros compostos –, naquele momento, a grande discussão que a mídia fazia era: "Bom, se se aplicarem juros simples, parte significativa da dívida dos Estados estaria quitada e isso quebraria a União." Eu preciso dizer que isso é uma falácia; isso é uma inverdade. Ninguém quebra abrindo mão de cerca de 2% a 2,5% do seu fluxo financeiro anual. É isto o que significa os pagamentos anuais dos Estados em relação ao orçamento da União: 2% a 2,5%. Não é razoável se pensar que a União quebraria por isso.

Ao mesmo tempo em que essa discussão acontecia naquele momento, a gente tem feito a denúncia de que, pela via do endividamento e dos contratos que foram feitos lá em 1998 e do que se pretende fazer agora com o regime de recuperação fiscal, a União tem conseguido alinhar minimamente a política econômica dos Estados à sua política econômica, dita como neoliberal, que prevê a diminuição significativa do tamanho do Estado, o afastamento dele do seu papel de buscar o desenvolvimento econômico.

A coisa é tão grave que aquele contrato lá de 1998 tinha seis quesitos que os Estados tinham que cumprir uma vez assinados os contratos. A exemplo do que o FMI fazia na década de 80, a STN tinha missões anuais ou bienais, em que conferia se os Estados estariam cumprindo aquelas metas. E que metas eram essas? Meta de dívida consolidada; meta de resultado primário, para pagar a dívida, ou seja, superávit para pagar a dívida; metas de despesa com pessoal, ou seja, de diminuição significativa de despesa com pessoal; metas de arrecadação de receita própria e de privatizações. Vejam, lá em 1998.

Vários Estados privatizaram. O Rio Grande do Sul privatizou sua empresa de telefonia, privatizou parte da sua empresa de energia e iria privatizar o Banrisul – estava com todos os atos preparados para isso. Mudou o governo; Olívio Dutra, na época, suspendeu essa privatização. Hoje o banco é lucrativo e ainda porta recursos para o Estado. Vejam, quando há uma administração mais responsável sobre as empresas e os órgãos de Estado, é possível transformá-los em elementos de desenvolvimento econômico, exatamente o contrário do que está embutido nesses projetos.

Mas o mais grave é o último item: o sexto item colocava um teto para o investimento público; não é um piso mínimo. Vejam, o investimento é a variável econômica que gera o desenvolvimento econômico; e, em geral, é o Estado que investe e a iniciativa privada vem complementando. No Rio Grande do Sul e em todos os Estados da Federação que assinaram esse compromisso, havia um teto a partir do qual não se podia investir mais. O resultado disso em 20 anos, calculado a partir dos relatórios do Tribunal de Contas, é que a gente, no Rio Grande do Sul, pagou para a União, a título desse contrato lá de 1998, 2,5 vezes a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais do que investiu. Isso porque eu não botei os cálculos de 2015 e 2016 nessa conversa, porque ali o investimento foi lá embaixo.

Em 1999, um ano depois do contrato firmado com a União, o Tribunal de Contas fez uma auditoria sobre esse contrato. Na auditoria, nós dizíamos: "Olha, o contrato não foi um bom negócio para o Estado, porque ele ampliou o patamar do nosso comprometimento da receita com o pagamento da dívida e tirou autonomia administrativa e financeira do Estado a partir desses programas de ajuste fiscal firmados com a União sobre a tutela do STN."

Olhem o dado: entre 1991 e 1997, os anos imediatamente anteriores ao contrato que foi firmado em 1998, o Rio Grande do Sul gastou em média 8% da sua receita líquida real anual com o pagamento de dívida. De 1998 a 2015, nós gastamos 16,6%. Aquele contrato, que era para nos ajudar, nos levou a gastar o dobro com endividamento público – de novo, sem entrada de recurso novo para os cofres do Estado.

Eis o mecanismo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSUÉ MARTINS – ... do sistema da dívida atuando sobre os orçamentos dos Estados, subtraindo o recurso financeiro, dificultando a nossa capacidade prestacional para a sociedade gaúcha, sendo carreado para aquela parte amarela do gráfico, que a Maria Lucia Fattorelli demonstrou aqui, porque tudo que os Estados pagam para a União, ela é obrigada a utilizar no pagamento da própria dívida. Então, há um fio condutor da dívida dos Estados com a própria dívida da União a partir da legislação aplicada.

Para finalizar, eu gostaria de dizer o seguinte: no novo regime de recuperação fiscal, a partir da Lei 159, não há perdão de dívida. O que ele faz é exatamente o que a Maria Lucia falou: uma moratória. Suspende o pagamento por três anos, possivelmente prorrogado por mais três anos; o que não é pago agora acresce ao saldo devedor. E, lá na frente, havia um teto de 13% da nossa receita com a prestação da dívida, que sumiu. O detalhe é que a correção da dívida, que passou a ser 4% de juros reais ao ano, ainda é uma correção gravosa, extremamente gravosa para os Estados.

No caso do Rio Grande do Sul, a nossa receita líquida real cresce em média 2,4% ao ano. Então, vejam, você tem que pagar 4% ao ano. Necessariamente, o que pagamos de dívida vai consumir, cada vez mais, parcela importante da nossa receita, que deveria ser aplicada em saúde, educação, segurança, cultura, esporte, lazer, etc. Nós vamos ter o orçamento do Estado cada vez mais sufocado por essa dívida. E com um agravante: enquanto lá em 1998 nós tínhamos apenas seis condicionantes, parâmetros a serem seguidos, agora, com a 159, vão ser 21. Desses 21, nove são sobre controle de gastos com pessoal, sendo que, em média, quando o Executivo, que está parcelando salário lá no Rio Grande do Sul desde julho de 2017, paga 66% da folha líquida, ele paga 2,5 salários mínimos regionais. Vejam o nível de achatamento dos salários dos servidores do Rio Grande do Sul: 2,5 salários mínimos regionais é o que ganham até 66% do conjunto dos servidores do Estado.

Além disso, o primeiro item do regime de recuperação fiscal atual é terminar aquelas privatizações que não foram concluídas lá em 1998. Ou seja, o Banrisul, o que sobrou da CEEE, a Companhia Riograndense de Mineração, a Sulgás e, talvez, a Corsan – saneamento, finanças e energia. É isso que está ali. É a transformação do Estado num nada praticamente.

O terceiro agravante no processo é que, enquanto naquele momento a STN, lá atrás, ia, de ano em ano, ou de dois em dois anos, ao Estado verificar o cumprimento daqueles seis quesitos que eu comentei, com o novo regime vai se instalar o que eu chamo de comitê interventor do regime na Secretaria da Fazenda. Eufemisticamente era chamado de comitê de supervisão do plano. São três pessoas – duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicadas pela União – que vão acompanhar diariamente o cumprimento desses 21 quesitos. E não é para trazer o desenvolvimento para o Estado. Se fosse para isso, nós estaríamos de acordo com a política; mas é para colocar a máquina arrecadatória do Estado a funcionar para pagar essa dívida ilegítima.

Então, existe solução para isso. Uma delas é o projeto que o Senador Paulo Paim apadrinha aqui, na Casa. A outra é uma ação judicial tramitando no Supremo, movida por este Governo, que se iniciou lá em 2015, em que argumenta exatamente isto: que não é possível a União lucrar sobre os entes federados; a relação tem que ser de parceria e solidariedade, e não de ganho; e, portanto, os juros nessa relação estão incorretos. Têm que retirar os juros. E há a discussão da Lei Kandir.

Além do que os meus colegas colocaram...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSUÉ MARTINS – ... neste minuto final que me resta, eu gostaria de destacar as consequências dessa lei sobre o Estado do Rio Grande do Sul.

É uma lei que veio para desonerar a exportação de produtos primários semielaborados. Ao fazer isso, além de ela colocar mais água no moinho da desindustrialização nacional, porque não incentiva a exportação de produtos industrializados – e, ao fazer isso, há uma série de consequências, de perdas que advêm disso –, faz a nossa participação da indústria no PIB em 2017 retornar a níveis de 1947, do período do início da nossa industrialização praticamente. O Prof. Plínio de Arruda Sampaio Júnior, da Unicamp, chama isso de processo de reversão neocolonial, ou seja, o País entra na divisão internacional do trabalho como o velho fornecedor de matérias-primas e produtos primários, e cada vez menos produtos industrializados. A indústria, que é o setor mais dinâmico da economia, que gera os melhores empregos, que poderia ajudar a dar uma dinâmica maior na própria arrecadação dos Estados, passa a diminuir a sua participação nessa arrecadação. E a Lei Kandir tem um papel importante nesse processo.

Vejam, em uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado Rio Grande do Sul, em outubro do ano passado, mostrou-se o dado de que, em 20 anos de vigência do esquema da Lei Kandir, que foi constitucionalizada, os Estados perderam cerca de R$550 bilhões. O Rio Grande do Sul, nesse mesmo período, perdeu cerca de R$50 bilhões. Nos últimos dois anos, o nível de compensação foi o mais baixo da série, sendo de apenas 8,5% da compensação das perdas. O déficit calculado pela atual gestão do Estado, para os seus quatro anos de Governo, corresponde mais ou menos ao que deixou de ser repassado para o Rio Grande do Sul em 2015 e em 2016, por efeito da Lei Kandir. Então, vejam só o nível de agressividade que isso significa para os Estados exportadores. E o Rio Grande do Sul é um deles.

Muito obrigado pelo espaço.

Quero dizer que nós também indicamos que devam ser revistos os termos em que foi constitucionalizada a Lei Kandir.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JOSUÉ MARTINS (*Fora do microfone.*) – Muito bem, Josué Martins, Presidente do Sindicato de Auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (Ceape-Sindicato).

Meus parabéns pela exposição importante.

Que dia é essa audiência pública lá?

O SR. JOSUÉ MARTINS (*Fora do microfone.*) – Segunda-feira, dia 23.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Segunda-feira, dia 23.

O SR. JOSUÉ MARTINS – Às 18h, no Plenarinho da Assembleia Legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É importante fortalecer o PL 561, de 2015, que é uma parceria... O Zaneti provocou. Eu estava em Brasília e construímos com a assessoria, mas outros dois Senadores também assinaram.

E naturalmente a Lei Kandir, que é um debate... Eu estava aqui, inclusive, quando foi aprovada essa Lei Kandir.

Estamos juntos. Parabéns pela fala!

Por fim, ainda desta Mesa, Carmen Cecilia Bressane, advogada, Coordenadora do Núcleo São Paulo da Auditoria Cidadã da Dívida.

A SRª CARMEN CECILIA BRESSANE – Bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa, todos os presentes e a todos que nos assistem.

Eu sou a última palestrante e fui beneficiada aqui pelas brilhantes e magníficas exposições anteriores, que já deram um superpanorama da questão tributária e da questão da dívida pública. Eu vou deixar que a minha fala se restrinja mais à questão da dívida do Estado de São Paulo, que é o meu Estado.

Só gostaria de, antes disso, fazer um breve resumo do que ouvimos aqui hoje, um resumo bem simples mesmo: o País arrecada mal. Cobra muito dos menos favorecidos e cobra pouco dos que poderiam contribuir mais. Então, nós, quanto a isso, estamos aí já vindo com diversos trabalhos para tentar construir uma nova forma tributária, uma reforma tributária que possa ser mais justa.

Por outro lado, nós temos aí a forma de gastar esse dinheiro, esse gasto mau. Como disse a Maria Lucia, não adianta a gente ter uma tributação muito justa se a gente continuar gastando mal. E vimos também que o grande vilão dessa gastança é o sistema financeiro. O Banco Central, principalmente, com políticas completamente errôneas, extremamente perigosas, tem trazido um problema seríssimo ao País, de bilhões e bilhões e bilhões que estamos investindo nessa política suicida do Banco Central. Não bastasse isso – eu peço atenção absoluta para este ponto –, na Câmara dos Deputados corre um projeto de autonomia do Banco Central, o Projeto nº 289. Se, já sem autonomia, nós temos essa atividade, que tem sido perniciosa para o País, com autonomia nós vamos ter muito mais dificuldade, porque perderemos o controle completamente dessa política econômica, que precisa ser trocada, mudada, porque ela simplesmente não deu certo.

Quero alertar também para mais um ponto, que foi falado inclusive pelo Pedro Araújo: a questão da DRU. A DRU tem sido extremamente perniciosa, porque ela retira dos setores sociais uma parcela importante para pagamento de dívida. E o que pouca gente está percebendo: agora, recentemente, foi criada a Drem (Desvinculação de Receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios).

Estados e Municípios, que já estão com esta situação, como foi bem falado aqui, de enxugamento, de limite de valores para serem aplicados no social, se começarmos a utilizar, nos Municípios, a retirada de recursos desses Municípios para pagamento também da dívida, como tem sido feito na União... A União já subiu de 20% para 30% a incidência da DRU e agora há esse perigo da Drem no Município.

Feitas essas considerações sobre esse nosso encontro, vamos, então, a algumas informações sobre a questão da dívida do Estado de São Paulo. O Estado de São Paulo fez, juntamente com os outros Estados, um acordo com a União, porque nós vimos que, até em função daquela situação de fortes juros na época do Plano Real, estava numa situação também de alto endividamento. Foi feito um acordo com a União através da Lei 9.496, mas não foi simplesmente um refinanciamento da dívida dos entes federados. Estabeleceu-se também toda uma política econômica que o Estado deveria adotar.

Esse acordo exigiu isso, exigiu também privatizações, retirou do patrimônio do Estado uma série de empresas importantes e estabeleceu metas a serem atendidas em relação às principais despesas do Estado. Quer dizer, é um pacote que não foi só um refinanciamento. "Ah, você não está conseguindo pagar, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pago para você e você me paga em período maior." Não. Mexeu em toda a estrutura econômica do Estado.

Como é que foi feito esse acordo? Condicionado ao programa de ajuste fiscal e privatização do patrimônio, condicionado a saneamento de bancos que seriam privatizados, do Proes, Banespa e Nossa Caixa. Veja que o Banespa era o terceiro maior banco privado à época, também um banco, assim como lá no Rio Grande do Sul, que quiseram privatizar. O Banespa foi criado para ser um banco de fomento, de desenvolvimento social e financiou muitos eventos de hidrelétricas, ferrovias de São Paulo, ajudou na área rural, deu muitos empréstimos na área rural para os pequenos produtores. Enfim, foi um banco que ajudou muito no desenvolvimento do Estado de São Paulo.

Chamam lá até de o escândalo do Banespa. Houve uma CPI do Banespa, uma série de questões que não ficaram muito esclarecidas. O que aconteceu aí? Sanearam o Banespa, houve um saneamento do Banespa, aquela parte do passivo ficou para o cidadão assumir, que virou a dívida do Estado de São Paulo, e a parte boa foi entregue ao Santander por 7 bilhões, no ano de 2000. Três anos depois, o Santander tinha lucrado 10 bilhões. Em três anos, ele tinha lucrado 10 bilhões, muito mais do que havia pago.

A parte das dívidas mobiliárias de São Paulo, que também foram renegociadas, era cheia de denúncias, de fraudes. Foram feitas várias CPIs. Inclusive, a negociação dos títulos foi feita de maneira completamente ilegal. Várias instituições financeiras foram penalizadas por isso. E essa dívida ilegal que o Estado de São Paulo... E essa dívida questionável do Banespa passou a ser a dívida de São Paulo.

Veja, aqui nós temos qual o patrimônio do Estado de São Paulo que foi transferido nessa exigência, empresas gigantes: a Eletropaulo; a Cesp (Companhia Energética de São Paulo); a Fepasa (Ferrovia Paulista), o Ceagesp, que é um centro imenso, o maior da América Latina de abastecimento; e o Banespa. Tudo isso para, vamos dizer: "Recebo essa dívida que você tem, que será mais fácil de você pagar." E não foi.

Quais os valores dessa dívida? A dívida mobiliária, como eu disse, fruto de inúmeras irregularidades, jamais deveria ter se tornado dívida para o cidadão pagar. Isso era objeto de ação criminal e ação civil contra os responsáveis; jamais, uma dívida para a população pagar. De 20 bilhões, a dívida mobiliária; os contratos com o Banespa, 24 bilhões; os contratos com a Caixa Econômica, 5 bilhões, quase 6 bilhões. Dá um total de 50 bilhões a dívida de São Paulo, em 1998. Houve um abono desse valor e foi refinanciado o valor de 46 bilhões em 1998. Isso tudo sob a orientação, sob a tutela do FMI não só no Estado de São Paulo como nos diversos Estados e em alguns Municípios.

Como foi essa renegociação? Quais os termos dessa renegociação? Um prazo de 360 meses, com o compromisso de amortizar 20% do principal em até 30 meses, dos quais 6,25 bilhões viriam de ativos privatizáveis, como aqueles ativos que a gente viu que foram privatizados.

(*Soa a campainha.*)

A SRª CARMEN CECILIA BRESSANE – A taxa de juros, no caso de São Paulo, foi de 6% ao ano pelo IGP-DI – e só se podiam pagar os juros até 13% da receita líquida, não poderia ultrapassar esse valor –, cálculo das prestações no sistema Price, aumento de alíquota previdenciária dos servidores estaduais de 6% para 11% – então, veja que também fez com que os servidores dessem sua cota de sacrifício – e redução do gasto com pessoal ativo e inativo.

Veja que essa renegociação com a União lembra muito o pacote de ajuste fiscal que a gente vê hoje. O de hoje é um repeteco daquilo. Isso não deu certo, e o de hoje certamente não dará. Nós precisamos mudar essa estrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja o que aconteceu, nós vimos lá anteriormente que o índice da taxa de juros foi de 6% ao ano, com correção pelo IGP-DI. Esse quadro foi preparado pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo, com a evolução das taxas entre 2000 e 2013 e dos vários índices. O primeiro que está lá em vermelho, que é o maior índice estratosférico do Planeta, é o IGP-DI mais 9%. Esse índice foi usado pela União, que cobrou o Município de São Paulo durante todos esses anos. Na renegociação da dívida do Município de São Paulo, foi utilizado aquele índice vermelho.

O segundo índice maior, que é o IGP-DI mais 6%, é o índice utilizado para o Estado de São Paulo. Então, o que a gente pode notar é que, além de ser um absurdo a União cobrar qualquer tipo de juros do Município – porque se trata do dinheiro do cidadão, ela está cobrando juros do meu próprio dinheiro –, ainda o Governo Federal se coloca como um agiota, é um agiota do Município, é um agiota do Estado, porque utiliza índices de esfera absurda em níveis nacionais e internacionais.

O que acontece, então, com a utilização desses índices absurdos de juros? O valor refinanciado de 46 bilhões em 1998, quando chega a dezembro de 2016, está em 223,5 bilhões, isso considerando que o Estado de São Paulo pagou pontualmente e integralmente todas as parcelas que foram devidas, 13% da receita líquida do Estado. E aí fica esse volume absurdamente impagável.

A dívida consolidada do Estado de São Paulo, quer dizer, todas as dívidas juntas, somam, em dezembro de 2016, 277,9 bilhões. Então, veja que a dívida dessa renegociação feita em 1998 é responsável pela maior parte de todas as dívidas de São Paulo, 223,5 bilhões desse ajuste fiscal, frente a uma dívida total de 277 bilhões.

A dívida do Município de São Paulo foi feita nos mesmos termos dos Estados. Veja que isso é completamente absurdo. No ano de 2000, foi feita a negociação pelo valor de 11,2 bilhões. Os pagamentos realizados de 2000 a 2015 somaram 25 bilhões, ou seja, o dobro do que foi renegociado. E o saldo devedor, em dezembro de 2014, era de 62 bilhões, impagável, conforme o relatório do Tribunal de Contas do Município. É aquele negócio: quanto mais se paga, mais se deve.

(*Soa a campainha.*)

A SRª CARMEN CECILIA BRESSANE – Houve, em 2016, uma renegociação com a União, que reduziu o saldo de 74 bilhões para 27,5 bilhões, quando colocaram o índice IPCA mais 4% retroativo.

O que vemos dessa situação é que, além de termos pago muito além do que devíamos pagar, não devíamos nem sequer ter pago isso, porque, principalmente no caso de São Paulo, eram dívidas de valores mobiliários totalmente ilegais. Eu digo isso porque foram três CPIs a respeito; o Pitta, Prefeito de São Paulo, foi preso por causa dos precatórios falsos emitidos e foi condenado por causa disso.

(*Soa a campainha.*)

A SRª CARMEN CECILIA BRESSANE – E essa dívida ilegal é que nós estamos pagando, com esses juros abusivos. Então, não adianta cobrar o que for se nós pagamos o que não devíamos pagar. Inclusive, cuidado com esse novo esquema de securitização que vai acabar com qualquer ingresso de dinheiro que possa vir daqui para frente, porque tudo o que você cobrar vai para o ralo do sistema financeiro.

Com esses valores que foram pagos de dívida do Município de São Paulo – isso foi feito, inclusive, pelo Secretário Municipal de Finanças –, só em 2012, o que o Município de São Paulo gastou para pagar essa dívida daria para ter construído 500 creches, três novos hospitais, 10km de monotrilho, 150km de corredores de ônibus e 10 mil casas populares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRª CARMEN CECILIA BRESSANE – Estou encerrando aqui.

A Lei Complementar 148, que já foi citada, tenta aliviar um pouco essa situação, que não é uma questão de alívio, é uma questão de encerramento e até, a meu ver, de devolução de dinheiro para Estados e Municípios que já pagaram muito além do que deveriam ter pago.

A Lei Complementar 156 também dá um prazo, uma carência, uma moratória para os Estados, mas que pega esse valor depois e joga lá no saldo da conta. Não é um perdão. Não perdoa nada. Esse dinheiro depois vai para...

Então, nós temos que fazer uma série de questionamentos a respeito disso. As renegociações da dívida foram baseadas em cláusulas abusivas.

(*Soa a campainha.*)

A SRª CARMEN CECILIA BRESSANE – Na negociação dos títulos da dívida mobiliária do Estado, foi considerado o valor de face dos títulos e não o valor de mercado. O valor de mercado era baixíssimo, e eles consideraram o valor de face.

A Lei 9.496 estabelece cobrança de juros sobre juros, o que contraria a legislação. As dívidas herdadas de estatais pelo banco Banespa podem conter ilegalidades e ilegitimidades.

Em resumo, o que temos que fazer e é o que nós, da Auditoria Cidadã, buscamos é fazer realmente uma auditoria dessa dívida para pagarmos o que efetivamente devemos. O que devemos afinal, tanto em nível federal, como em nível estadual, como em nível municipal? Queremos pagar, mas queremos pagar somente o que devemos. Então, essa auditoria da dívida é urgente.

Era isso que gostaríamos de falar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Carmen Cecilia Bressane, advogada, Coordenadora do Núcleo São Paulo da Auditoria Cidadã da Dívida.

Está uma prensa enorme no plenário. Eles precisam que eu chegue lá agora. Senão, vão ter que zerar a sessão. Hoje, como é 19 de abril, eu tenho que fazer um pronunciamento para a comunidade indígena. Estão todos lá aguardando, e o Telmário está segurando lá.

Eu queria agradecer a todos por este momento tão importante da discussão da dívida dos Estados, papel fundamental da Auditoria Cidadã da Dívida.

Aqui foi comprovado... Eu vou ficar com a sua última frase dita aqui: é uma agiotagem da União, uma verdadeira agiotagem. E aqui o fortalecimento que foi dado ao projeto de nossa autoria – mas referendo, de novo, que foi o Zaneti que me procurou, brigou e disse para apresentarmos, e os outros dois Senadores também assinaram –, você falou que é uma referência. É importante que caminhemos efetivamente para aprovar um projeto como esse e outros, como a auditoria da dívida, para resolver essa questão, porque são dívidas impagáveis. Não vão pagar, não têm como pagar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não são dívidas. É o sistema. Eu fiquei com a palavra auditoria da dívida. Fazendo auditoria, vai provar que é impagável.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O dia 19 de abril é o Dia do Índio.

Eu encerro, mas queria tirar uma foto com todos os que ficaram até o final para a gente registrar este momento importantíssimo. Quem sabe está aqui o caminho para resolver o problema dos Estados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, isso mesmo. Foi o que eu acertei aqui com a nossa assessoria. Todas as propostas que foram aqui apresentadas serão compiladas e apresentadas como documento da Comissão.

Está encerrada a audiência pública de hoje.

(*Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2018, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia vinte de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, José Pimentel, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 43/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "O Processo Eleitoral de 2018", com foco no combate ao voto branco e nulo e à abstenção. Participantes: Eugênio Aragão, Ex-Ministro da Justiça; Antonio Augusto Queiroz, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP; Felipe Marcelo Gimenez, Procurador do Estado do Mato Grosso do Sul, membro da Associação Pátria Brasil; Samuel Gomes dos Santos, Advogado; Renato Ribeiro de Almeida, Advogado e Professor de Direito Eleitoral; Sylvio Costa, Fundador do Congresso em Foco; Pedro Antonio Dourado Rezende, Professor da Universidade de Brasília – UnB; e Francisco Urbano, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Raimunda Alves dos Reis, Movimento Rua Brasil; Beatriz Kicis, Instituto Resgata Brasil; Maciel Joaquim, Ativista Independente; e Marcos Mariani. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: oficiar o Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para que dialogue com os líderes partidários de cada Casa, para que a Lei nº 13.165/2015 tenha validade efetiva nas eleições de 2018, principalmente com relação à impressão do registro do voto em todas as ações eleitorais do país. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/20

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 4ª Sessão Ordinária da 55ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 43, de 2018, CDH, de nossa autoria e de outros Senadores, para discutir o processo eleitoral 2018, com foco, claro, no combate ao voto branco, voto nulo, abstenção, e no fortalecimento do processo democrático.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania – *link*: www.senadoleg.br/ecidadania – e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Eu tenho que dar um informe neste momento, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, convidando aqueles que vão fazer as exposições.

Estou vendo que o Toninho do Diap já chegou, tranquilo, como sempre, lá atrás. Em seguida, venha para a Mesa.

O que eu quero anunciar, pessoal... Eu iria fazer no plenário esse anúncio, mas como não houve sessão no plenário, a prioridade ficou aqui para a Comissão de Direitos Humanos, onde nós estamos ao vivo, para todo o Brasil, pela TV Senado, pela Agência Senado, pela Rádio Senado, para debater a democracia. Mas o informe que eu ia dar, lá no plenário, darei aqui, neste momento.

Vocês sabem que, neste mês, já se passaram nove meses da reforma trabalhista. E nós, logo que a reforma trabalhista foi aprovada, instalamos aqui o que chamamos de comissão especial – o Urbano participou, enfim, as centrais, federações, confederações, sindicatos, entidades de servidores públicos do Judiciário, partidos políticos, empresários e empregadores –, para que nós construíssemos a nova CLT, o novo Estatuto do Trabalho.

Concluímos já os trabalhos. Então, estou anunciando hoje que, no dia 10 maio, o parecer final vai ser lido aqui. O Telmário Mota foi o Presidente e eu fui o Relator. A nova CLT estará pronta para o debate com a sociedade.

Claro que quando eu leio o parecer final e aprovo na subcomissão, ele passa a ser incorporado pela Comissão de Direitos Humanos, mas a relatoria – já acertamos com a Senadora Regina Sousa – continua comigo. Aí começamos o debate, para que reconstruamos a CLT, para que tenhamos, de fato, uma CLT que abrace todo o mundo do trabalho, e não aquilo que eles fizeram, que foi uma destruição dos direitos dos trabalhadores da era Getúlio até agora.

Então, eu aproveito este momento para dizer que a nossa relatoria foi construída ouvindo todos os setores. Não houve um setor que não foi convidado. Só não veio quem não quis. Mas, assim mesmo, nós abriremos aqui, agora, porque já é oficial, a participação, dentro da Comissão de Direitos Humanos, daqueles que entenderem onde pode ser aperfeiçoado o projeto.

Por isso, eu queria convidar os Deputados Federais, os Senadores, enfim... Deputados estaduais, a sociedade... Eu vou remeter cópia para todas as câmaras de vereadores, para todas as centrais, para todas as federações, para todas as confederações.

A partir do dia 10, o projeto da nova CLT vai estar no sistema de comunicação aqui do Senado. Pode entrar na Comissão de Direitos Humanos, pode entrar na minha página, pode entrar na página do Senado, que lá vai estar o trabalho que realizamos durante nove meses.

Eu fiz agora uma gravação e dizia – nove meses, não é? –: enfim, a criança nasceu.

Foi gestada com muito carinho, pessoal. Com muita atenção, com muita responsabilidade, transformando um documento de consolidação das leis do mundo do trabalho que olhasse com equilíbrio para empregado e empregador. E assim mesmo não é uma peça pronta.

Peça apresentada, relatório apresentado, espero que ele seja votado já no dia 10, para que aí, então, a sociedade possa ir debatendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos receber todas as contribuições que, assim, setores entenderem que possam aperfeiçoá-la.

Eu me lembro de você, Urbano, por exemplo, da área rural: "Olha, que tem que melhorar aqui...". Vamos fazer o debate. E vai ser aqui, em audiências públicas... Central... O Toninho do Diap lembra aqui: Cobap. Moacir... Também, se houver quem entenda que é preciso dar algum aprimoramento, assim o faremos.

Não faremos como eles fizeram, porque o Governo Temer mandou para cá uma proposta fechada, a Câmara ampliou... Ou seja, piorou – nós temos que dizer isso: eram sete artigos; viraram 117. Aprovaram, mandaram para cá e, infelizmente, foi aprovada aqui, onde a maioria não leu. Não leu. Eu li porque fui o Relator.

Cento e dezessete artigos, com todas as argumentações, fiz um parecer diferenciado, ganhamos na Comissão de Assuntos Sociais, mas perdemos no plenário.

Esse era um aviso.

Um outro aviso que eu queria dar, pessoal, rapidamente.

Eu fui Relator de um projeto da Senadora Rose de Freitas, um projeto, eu diria, singelo. Um projeto que garante que o Fundo de Garantia pode ser retirado pelo trabalhador no momento em que é demitido, mas no momento em que ele pede também a demissão.

Ora, aqueles que são contra não lembram que, na reforma trabalhista, eles liberaram para retirar o Fundo de Garantia, no ato em que o trabalhador pede a demissão, desde que o empregador concorde. Bom, pode ou não pode? Agora, se o Fundo de Garantia é meu, como é que eu vou ter que pedir para o empregador se posso ou não posso retirar 80% do Fundo de Garantia?

Fui Relator, estamos conversando sobre a matéria, para que... Eu faço aqui um apelo aos Senadores que fizeram recurso ao Plenário, do PMDB, do PSDB, do PRB, do PSD, do PP e do PR que retirem a assinatura, até para eles serem coerentes com a reforma que eles aprovaram e que eu fui contra. Eles, ali, já liberaram o Fundo de Garantia, só que eles dizem que tem que haver o aval do empregador. Eu pergunto: o empregador, na poupança que ele tem, para a vida dele, pergunta para o trabalhador quando ele pode mudar a aplicação de banco ou de investimento? Claro que não!

Agora, se liberaram que 80% podem ser retirados pelo trabalhador, desde que haja entendimento com o empregador... E há casos em que ele pede a metade ainda.

É mais do que justo o projeto e, por isso, espero que seja encaminhado à Câmara dos Deputados.

Vamos ao debate de hoje.

Eu pergunto se já estão presentes: Eugênio Aragão, ex-ministro da Justiça. (*Pausa.*)

Então, eu o convido para a Mesa. (*Palmas.*)

Antônio Augusto de Queiroz, Toninho do Diap, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), que fez uma bela cartilha, a qual já fui defender na tribuna. Não defender; falar da importância daquela cartilha para a sociedade brasileira.

Sejam bem-vindos.

Bem-vindo, Toninho.

Felipe Marcelo Gimenez, Procurador do Estado do Mato Grosso do Sul, membro da Associação Pátria Brasil. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo.

Samuel Gomes dos Santos. Advogado, estudioso do tema em questão. (*Palmas.*)

Renato Ribeiro de Almeida, advogado e professor de Direito Eleitoral.

Essa é a primeira Mesa. Teremos depois uma segunda Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tinha combinado aqui, com o Dr. Eugênio, porque ele tem um compromisso às 11h30, de que ele entraria no meio dos debates, para dar tempo de vocês iniciarem. Se o Toninho permitir, Toninho, para dar a tônica, porque a sua cartilha ficou muito interessante, eu começo com o Antônio Augusto de Queiroz, Toninho do Diap, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que distribuiu... Eu recebi e encaminhei para algumas centenas de pessoas algumas das cartilhas que você produziu, que dá um norte na discussão do processo eleitoral de 2018.

E por que na Comissão de Direitos Humanos? Porque democracia tem tudo a ver com direitos humanos. Eu sempre digo: com a democracia tudo; sem a democracia nada. Por isso a importância do processo eleitoral que vamos ter agora, no mês de outubro, quando vamos eleger Presidente da República, Vice, Deputados Federais, Senadores, governadores e deputados estaduais.

Permita-me só que eu diga isso, Toninho – e fiz questão que constasse aqui: percebi eu, e por isso essa audiência pública também; os outros temas os senhores que vão aprofundar –, que há uma campanha pelo voto branco, pelo voto nulo, pela abstenção. Campanha equivocada. Equivocada.

Nós temos que olhar para a vida dos homens públicos, o seu passado, presente e o futuro. Que os bons voltem, e aqueles que têm um discurso de palanque, mas aqui dentro, depois, votam contra o povo... Esses não podem voltar. É legítimo. Agora, se não votar, você está jogando no time dos piores, porque os piores têm como voltar, devido à força do poder econômico, e todo mundo sabe que, por exemplo, essas reformas que aqui fizeram, tirando o direito dos trabalhadores, tentando acabar com a tua aposentadoria, congelando os investimentos por 20 anos, foi por orientação do mercado. E assim eles votaram.

A minha introdução é essa.

A palavra está contigo, Antônio Augusto de Queiroz, do Diap.

Eu lembro que o tempo vai ser de 15 minutos, com mais cinco, se necessário. Mas 20 seria o limite. E sem nada, aqui, de estrangular. Cada um vai poder expressar seu ponto de vista.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Bem, bom dia a todos.

Eu queria, inicialmente, cumprimentar meus colegas de Mesa, falar da satisfação de participar deste importante e oportuno debate sobre o processo eleitoral e com foco no combate ao voto branco, voto nulo e abstenção, porque é no momento do processo eleitoral que o cidadão brasileiro tem a oportunidade de escolher os governantes, escolher os titulares do Poder Executivo e Legislativo, e os titulares desses Poderes têm, sob o seu controle, a possibilidade de regular relações entre pessoas e entre pessoas e as instituições públicas e privadas. Então, há um poder extraordinário.

Dependendo da visão de mundo de quem exerce esses Poderes, pode-se colocar os monopólios do Estado numa direção ou em outra. E quais são esses monopólios do Estado?

O Estado dispõe de três possibilidades de exercício de poder que nenhuma outra instituição pode exercer, que são o poder de impor conduta e punir seu descumprimento – portanto, o poder coercitivo. E, dependendo de quem estiver na titularidade dos Poderes Executivo e Legislativo, pode-se canalizar esse poder para proteger ou para reprimir.

Um outro poder é o poder de legislar. Portanto, a possibilidade de fazer leis obrigatórias para todos e para cada um. E o conteúdo dessas leis, materializado sob a forma de políticas públicas, pode contribuir para inclusão ou para exclusão. Pode agregar direitos, como pode tirar direitos. O Senador Paim acabou de mencionar a reforma trabalhista, em que, fazendo uso desses poderes, os titulares do Poder Legislativo, em sintonia com o Executivo, retiraram uma série de direitos trabalhistas. E havia também, em debate, e isso volta na próxima Legislatura, a reforma da previdência, também nessa perspectiva.

E há o terceiro poder, que é exclusivo, que é o poder de tributar ou arrecadar compulsoriamente de toda a sociedade o excedente econômico, e isso pode ser utilizado para incluir ou excluir também. Você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode priorizar tributar a renda, o lucro, os dividendos, as grandes fortunas, a herança, ou fazer como fazem atualmente: tributar salário e consumo, que incidem basicamente sobre aqueles mais pobres, mais necessitados.

Agora, nós vamos para esse processo eleitoral num ambiente em que as forças de mercado desenvolveram uma tecnologia, no sentido de impedir que se debata o conteúdo dessas políticas, os interesses que estão em jogo.

Hoje nós temos, claramente, três projetos em disputa no Brasil: um projeto que defende o Estado de bem-estar social; um projeto que defende o Estado liberal fiscal, e é isso que vem sendo praticado no Brasil atualmente; e um projeto com uma visão de Estado penal.

Apenas para ilustrar, rapidamente, o que significa cada um desses.

O primeiro modelo, o Estado de bem-estar social, prima pela dignidade do ser humano e pela paz social. Então, ele busca garantir meios e condições para que a população ou o povo brasileiro possa ter acesso a bens e serviços de qualidade.

O segundo projeto prioriza a venda do patrimônio público, a retirada do Estado da prestação de serviço, a redução do gasto público e a abertura da economia ao capital estrangeiro. Então, ele redireciona os Poderes do Estado. Em lugar de os Poderes e o Orçamento do Estado serem utilizados para combater desigualdade de renda, desigualdades regionais e promover inclusão social, ele canaliza esses Poderes e o Orçamento para garantir contrato, garantir propriedade e retirar o Estado da prestação de serviços de interesse direto da população. Em consequência, favorecer o mercado.

E o terceiro, que é o Estado penal, é o Estado policial em detrimento do Estado social. Ou seja, utiliza o aparelho do Estado contra os pobres, substituindo a construção de escola pela construção de presídio.

Então, esses são os três pontos que estão colocados.

E como quem defende o Estado de proteção social em geral está identificado com as forças progressistas, com as forças de esquerda, com aqueles que defendem o interesse nacional, desenvolveu-se no Brasil uma tática de carimbar, de desqualificar as pessoas e as instituições que defendem esse modelo de Estado, o Estado de proteção social.

Então, é uma abordagem em que, em lugar de se debater o conteúdo que está sendo apresentado, debater os problemas, as soluções, as ideias, não: busca-se despertar as reações, os sentimentos, os comportamentos mais primitivos do ser humano contra essas pessoas e essas instituições que defendem essas causas que têm caráter coletivo, que defendem a solidariedade, que defendem a justiça, o humanismo, a proteção aos mais necessitados. E pegam essas pessoas e associam a sua atuação, o seu comportamento, a práticas que agridam os valores das famílias, os costumes e a moral de milhões de brasileiros.

Não é por outra razão que a política tem sido criminalizada nos últimos tempos. É porque ela buscou, nos últimos 20 anos, período pós-redemocratização, promover algum tipo de inclusão social.

Então, esse é o modelo que está sendo posto: você desqualifica a política, você substitui o debate sobre o conteúdo pelo julgamento moral e, portanto, interdita o debate. Ninguém discute a respeito dos conteúdos, dos programas que estão em disputa, se eles vão favorecer ou prejudicar o povo. Então, exclui-se do debate, por desqualificação, aqueles que atendem os interesses da maioria, e, portanto, criam um espaço, sem que haja debate prévio, para aqueles que defendem esse modelo de Estado, liberal, fiscal, modelo de Estado penal.

É isso que está em curso neste momento no Brasil, e isso se faz desqualificando a política, sob um fundamento moralista, justiceiro, de que a política é uma coisa suja, ruim, corrupta, etc. Isso é o pior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equívoco que pode acontecer, porque a política foi a forma que a civilização encontrou para mediar e resolver, de forma pacífica e democrática, as contradições que os indivíduos na sociedade, ou os conflitos, não podem nem devem resolver diretamente, sob o fundamento da força, sob pena de retorno da barbárie. Então, ela tem essa função de resolver pacificamente as contradições. A essência da política é o ser humano. É a principal atividade coletiva humana. Não há boa solução para os problemas coletivos fora da política. Ou há um entendimento político ou há barbárie, ou o Estado da natureza, como lembra Hobbes, onde o que existe é a guerra de todos contra todos. Então, a política é fundamental. Apenas para ilustrar, basta dizer que todas as conquistas do processo civilizatório foram produtos de decisão política: os direitos civis, os direitos políticos, os direitos sociais, econômicos, culturais, difusos, coletivos, bioéticos, etc.

Então, a política tem essa contribuição. Quando se desqualifica a política, na verdade se está qualificando o mercado, e a prioridade do mercado é a lucratividade, é o individualismo. Não há qualquer preocupação de natureza social. Portanto, ele se coloca como preocupado apenas com lucros, com a competição, a produtividade, a lucratividade e o individualismo e, portanto, não se preocupa com aqueles que não tiveram mais oportunidade, com aqueles mais vulneráveis, de criar meios, condições e oportunidades para que eles possam disputar em igualdade de condições com os demais.

Quando se faz esse tipo de pregação, desqualificando aqueles que defendem um Estado de proteção social, de oportunidade e de inclusão, isso faz com que o eleitor fique descrente da política, das instituições, dos agentes políticos. Isso é trágico, porque aí ele se afasta, ele se abstém, vota nulo ou vota branco. Com isso, ao se omitir, permite que pessoas inescrupulosas ocupem esse aparelho de Estado e façam uso daqueles poderes com objetivo oposto àquele que quem se omitiu de votar gostaria que fosse implementado. Então, é preciso que a gente resgate a ideia de que o eleitor é o titular do poder. Quando ele escolhe alguém para representá-lo no Parlamento, para legislar, para alocar recursos públicos, para administrar uma cidade, um Município ou a própria União, o faz com base em um programa com exigência de prestação de contas e alternância no poder.

É preciso também que os Parlamentares – o Senador Paulo Paim é um exemplo disso – prestem contas de suas atividades, sejam coerentes com o programa apresentado na campanha, ou seja, não apresente programa apenas para ganhar eleição, e não para exercer o mandato efetivamente.

O fato é que é preciso que haja uma mudança cultural do eleitor e das lideranças políticas no sentido de resgatar a legitimidade da política, porque sem ela será trágico, é o salve-se quem puder. É fundamental que o eleitor volte a crer na política, a acreditar na política, e para isso desinterditar o debate. É preciso que haja diálogo a respeito dos programas, daquilo que vai ser implementado por ocasião do exercício do mandato. Para isso, há necessidade do voto consciente.

O que é o voto consciente? Voto consciente é aquele que, além de fundamental para eleger cidadão com visão republicana e vocacionado ao exercício de mandato da liderança política, também é um instrumento importante para evitar escândalos, que são aqueles elementos, ou aquelas razões, que minam ou forçam a desilusão e afastam os eleitores do processo político. Então, a omissão das pessoas conscientes, de pessoas corretas, nas disputas eleitorais, faz com que políticos inescrupulosos sejam eleitos e coloquem seus interesses particulares e os dos grupos que os representam acima dos interesses coletivos. Escolher bem é fundamental, e só se escolhe participando, e não se omitindo.

Os candidatos devem merecer o voto e o apoio dos eleitores pelos seus compromissos de campanha, por suas gestões, se já foram agentes públicos, por suas atitudes, comportamentos e votos no exercício das funções públicas que exerceram. Atributo físico, boa oratória ou distribuição de favores, bens ou dinheiro não pode justificar voto, nem deve orientar voto consciente. Antes de votar, o eleitor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deve saber se o candidato, em primeiro lugar, é honesto com os princípios que defende; conhecer a história desse candidato em profundidade, inclusive a vida pregressa; examinar seu programa e plataforma de campanha; saber o que ele pensa e o que pretende fazer depois de eleito; e procurar saber quem são os seus aliados, quem financia a sua campanha. Isso é determinante, porque as pessoas vão, certamente, devolver, sob a forma de políticas públicas, aqueles apoios recebidos. Então, o voto deve ser livre, soberano, independente e recair sobre pessoas que os eleitores considerem capacitadas, técnica, ética e politicamente, além de moralmente, naturalmente, para representá-las tanto no Congresso quanto lá no Poder Executivo.

Existe no mercado uma série de portais recomendando Parlamentares ou informando a respeito da sua conduta, dizendo se é bom candidato ou se não é bom candidato. Muito cuidado com essa análise. Muitos deles se apresentam como serviços de utilidade pública, mas são financiados pelo poder econômico, para apresentar como bons...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – ...para o exercício do mandato aqueles que defendem os seus interesses. Estou cansado de ver no *ranking*, em primeiro lugar, Parlamentares que defendem o trabalho escravo, que votaram a favor da reforma trabalhista, que votaram pelo congelamento de gastos públicos que levará ao colapso do Estado brasileiro e, em consequência, à privação de serviços públicos e de bens por milhões de pessoas que dependem do Estado – essas pessoas, em primeiro lugar, enquanto Parlamentares com a trajetória como a do Senador Paim aparecem como um dos piores Parlamentares, porque o critério utilizado é votar segundo a orientação do mercado. Esse é bom; aquele que vota de acordo com o interesse do povo, dos mais necessitados, é considerado ruim para esse ranking. Então, é preciso muito cuidado. O Diap fez um levantamento. Disponibilizou agora 136 votações, as mais relevantes desta legislatura, que incluem os mais variados temas, desde reforma política, passando pela privatização da Petrobras, congelamento dos gastos públicos, reforma trabalhista, etc., e lá, para os atuais detentores de mandato, é uma excelente referência para escolher ou não candidatos à reeleição, referendar ou não aqueles que estão na disputa do mandato.

Para concluir, Senador, eu queria dizer o seguinte: votar branco, anular o voto ou se abster, em geral, além de não punir os maus políticos, costuma prejudicar aqueles corretos e com vocação para a vida pública, tanto os que estão no exercício do mandato quanto aqueles que se habilitam e apresentam seu nome para concorrer aos mais variados cargos. Então, quando se anula o voto ou quando se abstém, faz-se, na verdade, um protesto sem maiores consequências, porque se convertem em mandato apenas os votos válidos. Excluem-se os brancos, os nulos e, naturalmente, as abstenções. Portanto, contam para aferir o resultado da eleição apenas os votos válidos. Os nulos serão solenemente ignorados.

Existe um mito de que se mais de 50% dos eleitores anularem o seu voto, haverá nova eleição. Isso é um mero mito, isso é um engodo. Não é nada disso. Uma eleição só é anulada se mais de 50% dos votos forem anulados pela Justiça, e não pelo eleitor, em decorrência de fraude, coação, utilização de identidade falsa e outras ilegalidades cometidas no processo. São muito raras as situações em que uma eleição chegou a ser anulada; e, quando foi, foi em Municípios absolutamente pequenos. Então, a consequência da abstenção, do voto branco e do voto nulo é a reeleição de todos aqueles que essa população que votou nulo, se absteve ou não compareceu queria afastar da vida pública.

Senador, eu concluo dizendo o seguinte: a renovação do próximo Congresso tende a ser muito baixa se esse índice de abstenção, de votos brancos e nulos continuar no patamar das últimas eleições, que foi da ordem de trinta e poucos por cento. Esses trinta e poucos por cento que se abstêm certamente ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votariam em alguém que atende aos seus interesses, atualmente exercente de mandato, ou traria alguém de fora para substituir aqueles que ele deseja afastar da vida pública. Quando se abstém, ou vota nulo ou branco, ele fortalece aqueles que são contrários àquele princípio que ele defende. Ou seja, é um protesto absolutamente inútil.

Só para dar alguns exemplos, nesta campanha, ao contrário da expectativa da população de um modo geral, a tendência, se houver esse índice de votos brancos, nulos e rejeições das eleições anteriores – não estou nem trabalhando com o aumento disso –, a renovação no Congresso será bem menor do que a média histórica das últimas eleições pós-redemocratização. Portanto, o índice de reeleição será muito maior. Por que isso? Em primeiro lugar, porque houve uma redução do tempo de campanha de 90 para 45 dias. O horário eleitoral se reduziu de 40 para 35 dias. Os Parlamentares aprovaram um fundo eleitoral e uma janela partidária, que deu aos detentores de mandato, especialmente na Câmara, uma condição muito privilegiada de garantir espaço para renovar seus mandatos. Eles chamam o presidente, o líder do partido e o tesoureiro e dizem: "Olha, para eu continuar no partido eu preciso que vocês me deem duas condições, porque os outros partidos que estão interessados em que eu mude para lá me oferecem três." Quais são essas condições? Primeiro, prioridade no horário eleitoral; segundo, recursos prioritariamente do fundo eleitoral; e o outro partido, para onde ele diz que teria a possibilidade de ir, ainda oferece uma terceira oportunidade, que é o diretório do partido no Estado.

Então, o partido vai se comprometer com os atuais detentores de mandato – aliás, já se comprometeu – em garantir horário eleitoral e recursos do fundo partidário. Significa dizer o seguinte: que o novo não vai ter tempo para fazer campanha, não vai ter dinheiro, nem vai ter horário eleitoral gratuito. Como é que ele vai conseguir, em um prazo tão curto, se habilitar perante o eleitorado, e disputar com alguém que está no exercício do mandato, tem verba de gabinete, tem estrutura de campanha, tem nome conhecido, cabos eleitorais fidelizados, acesso fácil à imprensa, emendas parlamentares, que são as emendas que garantem já 25% de vantagem em relação a quem está saindo? O índice de renovação tende a ser baixo caso isso aconteça.

Então, se alguém quer renovar a política, participe. Vá lá e vote. Escolha o seu representante e vote. Aqui no Senado, a tendência é que, dos dois terços de renovação que haverá agora, das 54 cadeiras, pelo menos metade disso não vai conseguir se reeleger. Muito provavelmente se renovarão, dessas 54, apenas 22 cadeiras, e esperamos, temos a convicção de que entre elas estará a do Senador Paim, cuja trajetória se confunde com o interesse dos mais humildes, dos mais necessitados.

São essas as reflexões que eu queria trazer aqui, reiterando o apelo para que as pessoas compareçam e votem. Não se abstenha, nem vote nulo, nem vote branco. Vote válido, e escolha alguém que efetivamente vá representar os interesses que ele considera os ideais para o País. Se não fizer isso, vai, por omissão, permitir a eleição de pessoas que vão fazer exatamente o contrário do que ela deseja.

Com isso, queria agradecer a oportunidade e parabenizar o Senador por essa iniciativa.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Antônio Augusto de Queiroz, Toninho do Diap, Diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que fez esta bela cartilha.

Eu recomendo a todos, se puderem, que leiam a cartilha. Já comentei sobre ela na tribuna, pela importância desse documento, que vai na linha do que você falou.

Eu passo a palavra agora para Samuel Gomes dos Santos, advogado e um defensor da democracia. Consequentemente, vai aqui expressar o seu ponto de vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – Eu quero agradecer o convite honroso que me fez o Senador Paim, a Comissão de Direitos Humanos, seus serventuários, seus assessores, na pessoa do Augustino. É uma honra participar deste debate neste momento tão importante, em que, incrivelmente, nós temos que tratar de defender a democracia – nós, que imaginávamos que essa fase da vida nacional já havia sido superada, não sem muito esforço, sem sangue, suor e lágrimas de brasileiros, aos quais, neste momento, eu gostaria de prestar a minha homenagem – a todos aqueles que, desde sempre, na história do Brasil, lutaram por democracia. Isso inclui os abolicionistas, inclui os republicanos, inclui os tenentistas, inclui os comunistas, o Prestes, inclui Getúlio, inclui Jango, inclui Brizola, inclui Ulysses Guimarães, inclui Tancredo Neves, Covas. Todos que lutaram por democracia neste País, para que nós saibamos a responsabilidade que pesa sobre os nossos ombros, neste momento, de assegurar essa forma civilizada de vida, não permitindo, sob nenhuma hipótese, que o Brasil regresse a um estado de barbárie pré-civilizacional, como infelizmente há um risco concreto neste momento.

Então, eu queria parabenizar o Senador Paim, que, embora conhecido, celebrado, consagrado, reconhecido justamente pela sua defesa permanente dos trabalhadores, da vida, dos direitos das pessoas, dos mais desprotegidos da sociedade, tem a sabedoria de trazer o tema da democracia como direito humano.

Entre tantos temas que poderiam ser tratados, Senador Paim, eu vou me circunscrever aqui a um aspecto, que é o da confiabilidade das urnas eletrônicas.

Eu gostaria, aqui, também, de render uma homenagem, porque nós estamos tratando desse assunto aqui no Senado da República, e eu gostaria de dizer que, em 2001, o Senador Requião apresentou um projeto de urna eletrônica com impressão do voto, para assegurar a auditagem, a confiabilidade, a possibilidade de auditoria no sistema. Em 2001. Se vocês procurarem no Google, encontrarão a notícia de que ele convidou o Brizola para, no seu gabinete, mostrar a urna. Ele havia feito uma pesquisa entre empresas e entendeu que uma determinada urna imprimia o voto, sem que houvesse contato manual do eleitor com o voto, mas o voto era impresso para futura, eventual auditagem. No seu gabinete estava o Brizola. O Brizola acompanhou o Senador Requião a uma reunião com o Presidente do TSE então, Senador Jobim. Não era Senador à época, o Presidente Jobim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Jobim. Gaúcho, e foi Constituinte também.

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – Nelson Jobim, Constituinte.

Bem, eu não vou ficar no histórico desse projeto. Os senhores poderão pesquisar. O fato é que esse projeto depois foi sepultado, infelizmente, e nós tivemos outros episódios, outras tentativas. De todas essas tentativas, nós podemos dizer o seguinte. Há um obstáculo no País para que o cidadão brasileiro, o eleitor brasileiro possa se sentir confiante de que o seu voto foi destinado àquele candidato que ele queria e que o seu voto não foi identificado. Há um grande obstáculo, aparentemente intransponível, mas que não o é. O obstáculo chama-se Tribunal Superior Eleitoral. O Tribunal Superior Eleitoral reúne, no mesmo órgão, os progenitores biológicos do sistema, ou seja, aqueles técnicos que criaram o sistema, e os progenitores por adoção – todos os Ministros, administradores, serventuários de vários graus de hierarquia que querem defender, porque adotaram.

Então, nós estamos, aparentemente, numa encruzilhada, numa encalacrada, numa sinuca de bico, porque nós não temos a quem recorrer, aparentemente. Não vou aqui me detalhar, porque técnicos virão aqui a uma segunda mesa, com capacidade evidentemente maior do que a minha –, mas todos nós sabemos que esse sistema não é confiável. Todos nós sabemos que mais de cinquenta nações do mundo refutaram, que a Universidade de Princeton confirmou que isso não funciona, que a UnB confirmou que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso não funciona, que um estagiário, hoje professor da Unicamp, Diego Aranha, mostrou que isso não funciona. Entrou. A tal da chave, a criptografia, não é uma para cada urna, é uma para todas as urnas. Um cidadão com um radinho de pilha, em um teste que o TSE fez a 120m, conseguiu identificar o voto.

Depois, vejam os senhores, o sistema marca o horário do voto. Por que cargas d'água? Qual é a relevância para a democracia brasileira, Senador Paim, saber se o Senador votou às 15h36 ou às 16h07? Qual a relevância para a democracia brasileira? Nenhuma.

Mas isso é contado. Aí dirão: "Tudo bem, mas e qual é o risco?" O risco é que, como está provado, e o Diego Aranha provou, é possível desembaralhar o baralho, sabendo quem votou, qual foi o primeiro, o segundo, o terceiro, o quarto e o quinto, mesmo sem saber... E dizem: "Mas aí o sistema não diz quem foi o primeiro." Sim, mas um mesário pode dizer quem foi o primeiro, e basta isso para saber quem votou. Portanto, o sigilo do voto está liquidado com essa simples questão.

Mas veja, em vez de nós perguntarmos por que é que nós devemos mudar o sistema e garantir um registro impresso, um registro que permita a confiabilidade do sistema, a pergunta deveria ser: por que não? Por que é que não se fez isso até agora? Por uma questão simples: porque o Tribunal Superior Eleitoral, pai biológico e pai por adoção do sistema, não quer funcionar como guardião do art. 14 da Constituição, que é o dos direitos políticos, e prefere atuar como um extremado, um obsessivo defensor da sua prole, do seu filho, do sistema. Isso para dizer o mínimo, para nós não entrarmos aqui em outras avaliações ou conjecturas que poderíamos entender ser um tanto conspirativas.

Senador, eu penso que nós temos aqui esta Mesa tão farta, tão nutrida. Estão todos os companheiros aqui. Eu gostaria só de dizer o seguinte: será que nós podemos fazer alguma coisa para efetivamente sair da sinuca de bico?

Felizmente, nós estamos falando aqui dentro do Senado Federal, de uma Comissão Permanente do Senado Federal, uma das Casas do Congresso Nacional. E a resposta é que sim. Quem pode resolver esse problema? Quem pode nos socorrer? O bispo? Não parece que sim. O Papa Francisco? Seria bom se o Papa Francisco pudesse ser árbitro disso, porque nele acho que até penso que todos nós confiamos. Mas infelizmente ele não tem jurisdição nesta matéria, mas o Congresso Nacional tem.

Ora, a lei que foi aprovada, já faz um ano e meio que determinou que as urnas sejam instaladas. Até agora, ao que se sabe, o TSE tem contado muitas dificuldades, enormes dificuldades, intransponíveis dificuldades e não executa e não realiza. E fica o dito pelo não dito. Fica o dito pelo não dito? Quer dizer aprova-se uma lei. A Presidente Dilma – sabe se lá por que –, equivocadamente veta a lei. O Congresso derruba o veto e nós não vamos ter a lei. A lei não vai pegar, porque o TSE não quer que pegue a lei? Ou será que o Congresso Nacional tem o recurso para isso, Ministro Aragão?

Companheiro, eu penso que tem. Um deles, por exemplo, é uma CPI. Não para examinar atividade fim do TSE, porque aí não tem competência, mas atividade meio, administração. Administração dessa situação. Por que afinal de contas esse órgão que tem, aliás, um belíssimo palácio; lindo aquele palácio; uma obra de arquitetura maravilhosa, grande. Andei por lá, parece até um pouco vazio, poucas salas utilizadas. Aquele enorme edifício, impressionante. Não tem condição de fazer cumprir a lei das urnas eletrônicas para fazer uma impressora funcionar. E fica o dito pelo não dito? Não, há uma CPI. A possibilidade de uma CPI. Que outras possibilidades? Ora, a Comissão de Transparência – que agora se chama, Senador Paim, transparência, antiga fiscalização e controle – pode evidentemente saber o que está acontecendo no TSE. O que está acontecendo. O TSE pode dizer que precisa de dinheiro, mas talvez, se nós examinarmos o orçamento do TSE vamos entender que não é exatamente, talvez, esse o problema. Se for, que se consiga dinheiro. Democracia não tem preço. E outra hipótese seria a de responsabilizar por crime de responsabilidade e o eventual *impeachment* do Presidente do TSE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algo precisa ser feito. O que nós não podemos é não fazer nada. Alguém poderá dizer: "Ah, mas isso não é possível. O Congresso 'nacionalzinho', tadinho, contra o TSE. O Presidente agora é o Fux, aquele que mata no peito!"

Mas o Congresso Nacional existe, se afirma, ou é um departamento, é um braço, é um simulacro? O Congresso Nacional é a Casa do povo e não pode permitir que um tribunal não cumpra uma lei; e alguma responsabilização tem que ter, porque nós não podemos permitir que isso aconteça, até porque – e aí trazendo o que já nos apresentou aqui o companheiro Toninho – a democracia é o maior bem que nós temos, sem a democracia não há comida na casa das pessoas, não há garantia de vida, de proteção às crianças, às mulheres, aos mais fracos. A democracia é o que nós podemos. Tanto é assim que estão tentando impedir um Presidente da República – que é o candidato preferido, está praticamente eleito –, de qualquer maneira, que ele volte ao poder. Porque a democracia é a única solução que nós temos, o único meio que nós temos.

Então, o Congresso Nacional admitir, permitir que o Tribunal Superior Eleitoral não cumpra a lei que foi aprovada, que foi vetada e foi derrubado o veto, e isso fica assim? Fica o dito pelo não dito? Quando o Congresso Nacional tem recursos institucionais legais para fazer com que o TSE volte à legalidade, volte a ser um órgão que respeita a Constituição.

Claro que depois, Senador Paim – aí eu vou concluindo –, de tantas reformas que teremos que fazer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – ... com o lombo também se aprende.

Certamente, num próximo governo popular neste País, não vai deixar a comunicação social assim com o monopólio da Globo, fazendo o que quiser. Então, nós aprendemos um pouco nesse processo.

Nós aprendemos também que o Poder Judiciário precisa de uma reforma. Precisa de mandato para presidente do Supremo, precisa de várias coisas. Nós, talvez, possamos fazer uma reforma no sistema eleitoral brasileiro para que o TSE não seja ele próprio o que estabelece por resolução, ele julga, ele determina, ele fiscaliza, ele recorre para ele mesmo. Nós, talvez, possamos ter um sistema eleitoral – digamos – mais moreno, como diria o Darcy Ribeiro. Mais, assim, menorzinho, que funcionasse com carga total nos momentos de eleição. Não precisa toda essa parafernália, esses montes de palácios, cargos e tudo. Talvez, pudesse beber na experiência de outros países e fazer uma bela e radical reforma na Justiça Eleitoral para que os partidos políticos e a sociedade coordenem e comandem o processo eleitoral e o TSE seja instância recursal na hipótese de judicialização.

As eleições não pertencem ao TSE, a democracia não pertence ao TSE, os eleitores não pertencem ao TSE. O TSE é um departamento, é um segmento, é uma especialidade da Justiça. Mas as eleições, a democracia, o voto pertencem ao povo brasileiro e a cada eleitor.

Modus in rebus, penso que aqui é o local apropriado para deixar essa sugestão, para que o Congresso Nacional se ponha de pé e chame às falas o Tribunal Superior Eleitoral. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Samuel Gomes dos Santos, advogado, que defendeu a importância do voto eletrônico, mas também o voto impresso naturalmente. Você faria uma combinação pela sua exposição.

Eu passo a palavra agora ao Procurador do Estado do Mato Grosso do Sul, membro da Associação Pátria Brasil, para sua exposição, pelo mesmo tempo dos outros convidados.

O SR. FELIPE MARCELO GIMENEZ – Obrigado, Senador, pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Felipe Gimenez, Procurador do Mato Grosso do Sul e associado à Associação Pátria Brasil, uma associação civil que tem trabalhado a defesa dos valores democráticos e republicanos. Tenho uma ligação muito forte com os movimentos de rua e quero introduzir a minha fala focado na pauta desta audiência que é o combate ao voto branco, nulo e abstenção.

O que significam essas três atitudes? Anulação do voto, o não votar, que é o voto branco, e a abstenção, que é redundante. Nós temos que entender que o cidadão, muito provavelmente, ao tomar essas atitudes o faz por conta da sensação que tem em relação ao processo eleitoral. De fato, nós precisamos olhar a nossa história e perceber que carregamos um ranço ainda do Império.

Hoje, embora a gente tenha instaurado a República em 1889, em 2018, autoridades públicas se portam como se fossem reis, príncipes – e o colega advogado lembrou bem –, vivem em palácios.

A neurolinguística é muito importante porque o que aprendemos e o que falamos passa pela palavra, se não houvesse a palavra não teríamos compreensão dos fatos da vida. O que ocorre, embora vivamos numa República, embora nossa Constituição, claramente, diga que todo poder emana do povo, nós vivemos de fato – e isso parte das autoridades públicas – um comportamento monárquico, absolutista, algo que beira o absolutismo medieval.

É interessante observar o Palácio da Justiça Eleitoral. Aqueles senhores têm Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Eles executam o serviço eleitoral. E aqui, mais uma vez, a questão da neurolinguística, temos que parar de chamar isso de Justiça Eleitoral, é serviço eleitoral – serviço. Colher a manifestação soberana da vontade do cidadão e processá-la, é serviço. E esses administradores desse serviço eleitoral executam, normatizam, através de suas resoluções, e julgam. E se julgam competentes para julgar os próprios atos.

A Associação Pátria Brasil estará impetrando, por esses dias, um mandado de segurança contra a última resolução que restringiu a impressão do voto a um percentual insignificante de seções eleitorais. E por mais que algum colega advogado estranhe, nós vamos insistir na competência do STF, porque entendemos que todos os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral são impedidos, ou no mínimo suspeitos, para julgarem a resolução que aquele pleno redigiu. Redigiram uma resolução e nós entendemos que ela é inconstitucional, ela é abusiva. Porque quando a lei determinou a impressão do voto, ela veio para sanar um problema gravíssimo do nosso processo eleitoral, que é o escrutínio secreto. Eu já disse, em outra oportunidade aqui, o Santo Graal da seita do santo byte é o BU. No entanto, o BU é um totalizador.

A etapa de identificação e atribuição do voto ao destinatário escolhido pelo cidadão é processada num ambiente digital obscuro, manipulável, volátil e que não deixa rastros. Volta e meia nós ouvimos que, no tempo da cédula de papel, havia fraude. Isso é uma crítica à cédula de papel. Senhores, ao tempo da cédula de papel, havia fraude e se percebiam as fraudes justamente porque havia corpo físico daquele fato jurídico.

E as inúmeras experiências que a Justiça Eleitoral permite antes e depois com a máquina e os seus *softwares* são absolutamente inúteis, porque a segurança que queremos é a segurança jurídica. O funcionamento que queremos é o funcionamento do ordenamento jurídico. E o que importa a nós, cidadãos, é a publicidade do ato jurídico.

A identificação do voto e a atribuição aos seus destinatários devem ser públicas, devem ser atos públicos, porque são atos administrativos. Eu insisto em dizer que não é jurisdição porque juízes têm o hábito de pensar que tudo o que fazem em sua vida, inclusive particular, é jurisdição, mas identificar e atribuir o voto são atos administrativos e se submetem ao princípio da publicidade para serem válidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse ranço de monarquia absolutista, o cidadão é alijado, tratado como uma peça de plástico que é convocada no dia da eleição a encenar um teatro e depois é descartado.

Eu entendo que o problema do voto branco, nulo e abstenção, a ausência se dão em razão disso: alguns cidadãos se cansaram de ser ignorados, de ser tratados não como cidadãos, mas como súditos. Essa é a experiência do cidadão. Quando uma autoridade pública, um Senador, um Deputado Federal, um juiz numa fila de embarque no aeroporto dão uma carteirada para passarem adiante e a carteirada praticamente faz parte da cultura dos agentes públicos, essa atitude de entender que o poder está em si, e não no cargo, essa atitude de confundir o cargo com a própria pessoa, o indivíduo pensa que ele, indivíduo, é investido de poder e o poder decorre do cargo, as funções decorrem do cargo. Mas esse comportamento de soberania, monárquico, de desprezo ao cidadão passa ao cidadão a sensação de súdito. Súdito etimologicamente é *subditum*, alguém que vive debaixo da vontade de outro.

Participar das eleições no Brasil é como chegar à muralha do castelo e pedir, suplicar ao rei. E algumas pessoas se cansaram de escolher, de suplicar, não todos, há um grupo de valentes neste País se levantando todo dia e esses não se cansaram, não desistiram e não entregarão o País a esse futuro negro que se desenha.

Nós exigimos respeito à nossa cidadania. E a nossa compreensão do processo eleitoral precisa ser clara. O processo eleitoral se faz de etapas e o sigilo que a Constituição coloca como princípio, como garantia, é o sigilo do exercício do voto, para que o cidadão obviamente não seja constrangido na sua escolha soberana. Mas a etapa seguinte, essa manifestação legítima e soberana, deve ser tratada pelo administrador público como uma ordem a ser cumprida. É uma ordem a ser cumprida.

Eu escolho e voto no Senador. Estou dando a ordem ao administrador de serviço público de que atribua ao Senador o voto que dei. E só tenho segurança na realização desse processo, se ele for público. A volatilidade do ambiente digital é absolutamente insegura.

A alegação de que não há fraude na urna, de que nunca se detectou fraude é justamente por isso. É o pensamento reverso. Não se vê fraude, porque o fato não permanece, o evento não permanece. O corpo físico é que traz o fato para o conhecimento. O corpo físico, a prova, é que permite o conhecimento posterior e a fiscalização.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE MARCELO GIMENEZ – Não é de se estranhar que nações com alta tecnologia utilizam o papel. A urna é um mito, porque a tecnologia da urna é incapaz de respeitar o processo eleitoral, os princípios que se impõem sobre o processo eleitoral, diferentemente do sistema bancário, que é atribuído como analogia. O sistema bancário se beneficia do sigilo em toda etapa do processo. O processo eleitoral, não. Ele tem um aparente antagonismo, porque começa com o ato sigiloso e necessariamente deve seguir com os atos públicos. Os atos que se seguem devem ser públicos.

A urna eletrônica é como o espelho que foi entregue aos índios na praia, ainda que isso possa ser só uma metáfora. Aqueles índios trocaram ouro, terra por um aparente artefato tecnológico. Nós temos trocado nossa cidadania por esse mito tecnológico que é a urna.

Embora vivamos num país, num Estado laico, a Justiça Eleitoral e a urna eleitoral são tratadas como um objeto sagrado, que exigem de nós, cidadãos, fé. Eu ouvi isso de um servidor público – um servidor da Justiça Eleitoral do meu Estado.

Questionei a ele: e se a atribuição do voto no processador é direcionada de forma indevida, infiel, fraudulenta? Ele disse: "Mas isso não acontece." Eu quero saber, quero ter certeza de que isso não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontece. Ele me disse: "Mas você tem que acreditar." Afinal, o Estado é ou não é laico? E a nossa religião é o Tribunal Superior Eleitoral e o altar é a urna?

Exigimos respeito. Exigimos respeito, porque, se o cidadão continua sendo alijado e tratado como súdito, vai, obviamente, perder o interesse pelo processo. Nós precisamos ter a certeza de que a nossa manifestação de vontade soberana está sendo tratada com respeito. E o princípio da publicidade vige sobre o ato. Mas não só ele, o da democracia e o próprio princípio republicano, porque democracia é a escolha da maioria e república é coisa do povo. *Res publica.* É a propriedade do povo que está em questão.

Mas, se nós temos como instrumento da nossa soberania, como instrumento da nossa democracia, como instrumento de nossa República o voto na escolha de nossos representantes, não há República, se a escolha dos representantes tem sido feita pelos técnicos do Tribunal Superior Eleitoral. Não há República!

O regime político que vivemos pode ser qualquer outro, mas não é republicano, porque nós entregamos nossa cidadania aos técnicos do Tribunal Superior Eleitoral, à medida que eles não respeitam o princípio da publicidade.

O voto impresso... A lei que os senhores aprovaram com uma maioria significativa deve ser cumprida e não há nela discricionariedade para o administrador de serviço público eleitoral. Por quê? Porque ela instituiu um direito em favor do cidadão. Eu gostaria de saber qual o critério dos ministros da Justiça Eleitoral para decidir qual cidadão terá, de fato, direito à sua cidadania, através de um processo eleitoral transparente e fiscalizável, porque, naquelas seções eleitorais onde não houver impressão do voto, a cidadania está sendo alijada. Eles farão essa escolha? Elegerão apenas 5% de nós como cidadãos, e o restante terá que se submeter a uma contagem secreta dos votos?

Não há discricionariedade na lei, é direito de cada cidadão. E a legislação eleitoral garante que, em havendo mau funcionamento do sistema eletrônico de votação, seja disponibilizada a cédula de papel. Isso não é opção discricionária. Se não houver na seção eleitoral a impressão do voto para produção da prova física que permita a contagem de todos os votos e o respeito ao princípio da publicidade, deve ser disponibilizada a cédula de papel, porque ela tem a tecnologia de permitir o sigilo no início e a publicidade nas etapas seguintes.

Meu tempo, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Você ainda tem mais cinco, são vinte.

O SR. FELIPE MARCELO GIMENEZ – O.k.

Esse ranço de uma monarquia precisa ser superado. Este Parlamento precisa exigir respeito à sua porção do poder. E eu convoco o Sr. Senador e os demais políticos que estejam nos ouvindo aqui, Senadores, Deputados... A lei não está recebendo a proteção devida na ação direta de inconstitucionalidade proposta por Raquel Dodge.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE MARCELO GIMENEZ – Esse papel cabe à Advocacia-Geral da União, mas, infelizmente, e eu não sei por qual razão, aquela peça trazida pela Advocacia-Geral da União não faz a defesa da lei que os senhores redigiram.

Embora alguns colegas advogados possam discordar do que se trata no controle abstrato de constitucionalidade na ADI, é o direito coletivo, precisamente a cidadania, no caso dessa ação. Todos compartilhamos desse direito e todos temos interesse. Os legitimados do art. 103 têm legitimidade para propor a ação no controle abstrato e, eu entendo, legitimamente figurar como litisconsortes ativos na ação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu imploro aos senhores políticos e partidos políticos que ingressem na ADI como litisconsortes para que sua presença lá, sua manifestação lá, faça a defesa imprescindível da norma. A lei não é inconstitucional.

A argumentação da Raquel Dodge é, no mínimo, estranha, para dizer de uma forma respeitosa. Ela propõe que, no controle abstrato de constitucionalidade, colha-se de um fato concreto uma suposta inconstitucionalidade. E desse fato concreto ela quer inquinar a lei de inconstitucionalidade, porque, na argumentação, ela propõe que eventualmente a impressão do voto identificaria o eleitor. Obviamente isso não está na lei, e a lei foi posta debaixo dos princípios constitucionais. A eventual execução ilegal da impressão do voto não compromete a lei.

E é nesse aspecto que eu gostaria que algum litisconsorte, ingressando na ADI, articulasse, ampliasse o pedido para que, se a Corte Constitucional optar pelo exame de um fato concreto para concluir pela inconstitucionalidade da norma, seja examinada a inconstitucionalidade da própria urna, porque, sem impressão de voto, ela violenta o princípio da publicidade, e consequentemente todo o sistema eletrônico de votação deverá ser declarado inconstitucional.

Percebam que minha argumentação é condicionada. A lei que permitiu a implementação do sistema eletrônico de votação não autorizou que se violentasse o princípio da publicidade. Havia de se encontrar um equipamento que respeitasse os princípios jurídicos. No entanto, a urna que conhecemos como é hoje, sem a impressão do voto, sem a produção da prova física, violenta o princípio da publicidade, a democracia e a República.

O voto impresso vem para sanar essa arbitrariedade, essa teratologia, mas, se a Corte Constitucional acolher o argumento de Raquel Dodge, optando por colher da execução da lei a inconstitucionalidade da lei – para mim é um absurdo essa linha supostamente exegética –, se a Corte optar por isso, ela deve declarar inconstitucional o sistema eletrônico de votação, porque o instrumento usado hoje, ou seja, a execução daquela autorização legal de uso do sistema eletrônico, é inconstitucional, porque violenta os princípios constitucionais. Eu peço, Senador, que considere isso.

A Associação Pátria Brasil disponibilizou uma peça de ingresso. Obviamente os senhores são muito bem assessorados e poderão acrescentar... Não há custo nisso. E eu gostaria que os senhores representantes do povo, Senadores e Deputados, compreendessem que, neste momento, nada é mais caro para o povo brasileiro do que o seu voto, do que uma eleição hígida. Quem tiver a sabedoria de abraçar essa causa abraçará o povo. Entendam, senhores, que não há ônus em ingressar na ação em defesa dessa lei; há bônus. E, por incrível que pareça, não encontramos ninguém, até agora, disposto a defender a norma, enfrentar as alegações de Raquel Dodge e fazer a discussão sobre esse mau uso do controle abstrato de constitucionalidade.

Por fim, a lei que regula as eleições determina ampla fiscalização. E, para os senhores terem uma ideia, ela determina que o fiscal deve estar a, no máximo, um metro do voto que está sendo apurado, obviamente se referindo à cédula. Mas entenda a gravidade disso. Toda ordem normativa que regula as eleições põe como imprescindível a mais ampla fiscalização. E a restrição, qualquer restrição que seja, da fiscalização implica nulidade da eleição. Ou seja, os fiscais hoje que se colocam no entorno da urna eletrônica não fiscalizam nada, é absolutamente restritiva a urna. E os senhores cidadãos e fiscais de partidos que fiscalizarão as eleições têm o direito de que esse ato administrativo seja compreensível...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE MARCELO GIMENEZ – ... porque o princípio constitucional da publicidade determina a publicidade, e essa publicidade deve ser compreensível a qualquer cidadão.

A Lei de Acesso à Informação, no art. 5º, determina que a informação deve ser prestada de forma clara e compreensível. Qualquer cidadão posto como fiscal dentro da seção eleitoral deve ter, à sua disposição, meios que lhe permitam fiscalizar se o voto dado está sendo atribuído com o devido respeito e tratado com o devido respeito. Então, o sistema como é veda e restringe a fiscalização.

A impressão do voto, a produção da prova física é imprescindível. E, se não houver tempo e disponibilidade prática para colocação dos módulos impressores, deverá ser exigida a cédula de papel. É imprescindível. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem.

Meus cumprimentos ao Dr. Felipe Marcelo Gimenez, Procurador do Estado do Mato Grosso do Sul, membro da Associação Pátria Brasil, que defendeu, com muita ênfase, na mesma linha do Dr. Samuel, a importância do voto eletrônico, mas também impresso, inclusive se propondo a encaminhar uma ação nesse sentido.

Tenho certeza de que a ampla maioria de Deputados e Senadores que assim votaram, inclusive derrubaram o veto, darão apoio à sua iniciativa. Disso eu tenho certeza por conhecer essa caminhada.

Eu o cumprimento porque ficou exatamente no tempo. Quando deu o último segundo, V. Exª concluiu nos 20 minutos também.

Passo a palavra agora ao Dr. Renato Ribeiro de Almeida, advogado e professor de Direito Eleitoral; e, em seguida, ao ex-Ministro da Justiça, Eugênio Aragão. Vai dar exatamente no tempo previsto para você sair pelo compromisso já assumido.

Por favor.

O SR. RENATO RIBEIRO DE ALMEIDA – Bom dia a todos.

É uma alegria muito grande estar aqui no Senado Federal. Agradeço, em nome do Senador Paim, o convite.

Tento trazer ao debate – e o belo da democracia consiste justamente que posições que podem ser contrárias possam debater livremente – algumas informações, um pouco da minha experiência como professor de Direito Eleitoral e advogado e da vivência das eleições não como político ou como eleitor, mas vivência em relação ao dia a dia de um período tão conturbado, que é o período das eleições, especialmente num cenário como é este que nós vivemos hoje. Então, vou tentar desconstruir alguns mitos.

Como o Senador muito bem colocou no começo, por se tratar de uma audiência pública interativa, tentarei falar do modo menos professoral possível, até para que quem está acompanhando de casa ou do serviço possa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E as pessoas interagindo... Na troca da Mesa, eu vou ler os que chegaram aqui.

O SR. RENATO RIBEIRO DE ALMEIDA – Excelente.

Eu recebo muito meme, no WhatsApp, falando: "Olha, não vote em ninguém, porque o voto branco e o voto nulo vão anular as eleições." Isso é mito. Isso, como se diz atualmente, é *fake news,* porque existe uma diferença teórica entre voto branco, nulo e anulado judicialmente.

Primeiro, no voto branco, o sujeito vai à urna e aperta o branco. O voto nulo é aquele que não corresponde a um partido. Então, aperta 99 e confirma. E o voto anulado judicialmente é aquele que parecia válido; entretanto, a Justiça Eleitoral, após processo judicial, entende que aquele voto deve ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anulado porque houve compra de voto, ou porque houve abuso de poder econômico, abuso de poder político, ou então mesmo o candidato teve o registro indeferido.

Quando se começam as eleições – o período de campanha começa no dia 15 de agosto –, também se inicia o momento de registro de candidatura. E isso corre em paralelo na Justiça Eleitoral. A partir do registro, a pessoa pode fazer campanha, tem direito a tempo de rádio e TV e a arrecadação de recursos.

Só que esse registro vai ser julgado. Se, por um acaso, essa pessoa vir a vencer as eleições e tiver o registro indeferido, esse voto é anulado. Se for uma eleição municipal – é muito comum que isso aconteça em Municípios –, o sujeito é eleito ou reeleito prefeito e o Poder Judiciário, especialmente a Justiça Eleitoral, vai lá e anula aquela decisão popular de reconduzir ou conduzir o sujeito ao cargo majoritário. Nós temos, com base na minirreforma eleitoral de 2015, a obrigatoriedade de novas eleições. Então, novas eleições. E não é tão raro que isso aconteça no Brasil afora. Dezenas, centenas de Municípios já tiveram a chamada eleição suplementar. Esse é um ponto. Então, não anula eleição.

E é interessante que a população, cada vez mais, vote e escolha o seu candidato, não vá por essa conversa de voto branco, voto nulo, porque isso tira, inclusive, a legitimidade da democracia.

Em 2014, eu escrevi um artigo, que está disponível no portal jurídico Conjur, dizendo que naquela ocasião 134 milhões de pessoas compareceram às eleições, uma quantidade bastante expressiva e que legitima quem vence as eleições. Entretanto, naquela mesma eleição – e os números são assustadores, Senador –, 38,7 milhões de pessoas, ou seja, 27% da população que poderia votar deixaram de comparecer às urnas. E esse número só vem aumentando. No meu artigo, eu venho trazendo como isso aumenta. Essa falta de participação popular se torna muito gravosa, porque 38,7% seria um segundo turno, seria um candidato que poderia vir ao segundo turno, evidentemente se decide uma eleição.

Na eleição de 2012, em São Paulo, em que se sagrou vitorioso o então candidato Fernando Haddad, foi para o segundo turno o candidato José Serra. O número de pessoas que deixaram de comparecer foi superior ao número de votos recebidos pelo então candidato José Serra. Então, haveria um segundo turno com qualquer outro candidato ou até um resultado diferente. Isso é muito grave quando se fala em eleições, em legitimidade do voto.

No Brasil, embora haja um sistema que obriga o eleitor a votar, há obrigatoriedade de voto prevista pela nossa legislação, prevista na própria Constituição, nós ainda temos um cenário, que me parece muito grave, de a população ter essa descrença na política, e descrença essa muito ligada até a setores da imprensa e até mesmo a políticos que fazem a negação da política.

O sujeito chega com este discurso: "Não sou da política." E isso pega. Na verdade, quando você é candidato, há obrigação de que seja filiado a um partido político, como previsão constitucional. Existe o monopólio dos partidos políticos para que alguém se candidate. Evidentemente ninguém pode falar que não é político, porque é político uma vez que se registrou como candidato e está filiado a um partido político.

Essa para mim é uma questão muito grave em relação à abstenção, que é o tema deste debate. Mas há dois outros temas que quero, pelo menos de uma maneira muito rápida e observando estritamente o tempo, tratar aqui. Um é o tema do financiamento das campanhas.

Não há campanha política sem dinheiro. Não há campanha política sem que haja algum tipo de recurso. "Mas eu sou um candidato do interior e não vou gastar nada." Pelo menos um sapato, a passagem do ônibus ele vai utilizar. E, se falarmos de uma campanha de dimensões nacionais, como a nossa, a campanha é cara. E nós temos uma situação hoje muito interessante no País, academicamente interessante e grave para quem é cidadão e está acompanhando a situação, porque acabou o financiamento empresarial de campanhas, só que se abriram a possibilidade e a intensificação do fenômeno do autofinanciamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é o autofinanciamento? O cidadão pode dispor da totalidade de seu patrimônio para fazer a campanha, porque ele é o próprio candidato. Só que os outros cidadãos que detenham o interesse de participar daquela campanha podem doar no limite de 10% daquilo que for declarado no Imposto de Renda do ano anterior. De modo que o cara que é muito rico pode financiar diretamente a sua própria campanha e ser eleito, sem que isso gere nenhum entrave legal. Então, existe uma escolha deliberada por parte da própria legislação, o que na economia alguém chamaria de externalidade ou uma falha de mercado, que gera a possibilidade do fenômeno de pessoas que estão realmente numa situação econômica muito avantajada conseguirem se eleger.

Ao passo disso, nós temos o fundo eleitoral e o fundo partidário. Na minha tese de doutorado, eu discorro sobre o fundo partidário, falo sobre a sua evolução histórica e a importância do fundo partidário. É melhor que esse recurso, embora seja elevado, ainda seja público, porque, nos partidos políticos, pelo menos em tese – nós temos um cenário caótico de partidos políticos, o que dificulta isso –, esses recursos deveriam ser aplicados e bem aplicados para campanhas.

E aplicando o recurso para campanha, um recurso que é público, por mais que haja – e são críticas muito bem colocadas – prioridades que nós temos no País, como saúde e educação – isso é muito importante de se levar em consideração também –, ao se aplicar o fundo partidário e o fundo eleitoral em campanhas, pelo menos se evitam situações em que grandes empresários, pessoas que detêm um poder econômico gigantesco façam o chamado rabo preso, por meio do caixa dois. Então, alguém vai doar 10, 15, 20 milhões para uma campanha, isso não é contabilizado, e o candidato acaba passando por essa situação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO RIBEIRO DE ALMEIDA – Quanto tempo eu ainda tenho, Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENATO RIBEIRO DE ALMEIDA – Mais cinco minutos, com mais cinco.

Eu serei breve, tentarei falar só em cinco.

Diante dessa situação, o terceiro ponto que eu quero abordar é o ponto das *fake news*. Fala-se muito em *fake news*. Hoje se trava uma guerra cibernética, desde a pré-campanha. E nós já estamos em pré-campanha. E é interessante que, nas *fake news*, o que mais gera compartilhamento em redes sociais são justamente aqueles temas que são os mais esdrúxulos. A notícia que é notícia boa ou a notícia que é real não é tão compartilhada, mas aquela que não tem nenhuma ligação com a realidade ou que é uma coisa absurdamente não compatível com a verdade dos fatos é muito compartilhada.

Daí, Senador, eu tenho muita preocupação em como se processará isso, porque o Brasil tem um sistema de imprensa também que é complicado, porque é concentrador. A verificação de se determinada notícia é verdadeira ou não também é complicada, porque eu vou verificar se aquela notícia é verdadeira na imprensa.

Daí eu descubro que determinado veículo de comunicação impresso é o mesmo do mesmo grupo de comunicação falada, que também tem uma rede de TV, que também tem uma revista e que também tem afiliadas pelo Brasil todo. Vejo isso no outro, no outro e no outro canal e se trata da mesma notícia, que pode ser, inclusive, uma *fake news*. Só que daí a checagem também é prejudicada no Brasil. Então, esse é um problema que se torna muito claro na atualidade, especialmente na guerra cibernética, sobretudo diante dos descobrimentos que nós fizemos a respeito do vazamento de dados pessoais no Facebook.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o último tema que foi colocado aqui – e daí eu digo que o belo da democracia é justamente o dissenso –, eu tenho uma postura diferente dos meus colegas de bancada a respeito da urna eletrônica. Até acompanhei diversas vezes, como advogado, como são feitas as eleições. Primeiro, o TSE abre edital público para que pessoas especializadas na área de informática façam todo tipo de checagem. É um sistema que é considerado seguro, é auditado. Existe a chamada votação paralela, que é uma outra forma de checagem, em que é chamada a OAB, o Ministério Público, entidades para que se observe a votação paralela.

E o que eu trago sobre a urna eletrônica, principalmente, é que é um mercado de R$1 bilhão para que se emita um comprovante numa urna eletrônica. Há muito mais interesse econômico nessa discussão do que checagem. O TSE está cumprindo a lei, o TSE está cumprindo por 6% das urnas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu peço ao Plenário... Temos um bom debate, no mais alto nível. Todo mundo vai falar e vai expressar o que quiser expressar. Inclusive, depois eu vou abrir a possibilidade de o Plenário falar. Digam tudo desta Comissão, menos que ela não é democrática.

Então, fiquem tranquilos. Cada expositor conclui o seu ponto de vista, e depois eu vou abrir a possibilidade para que o Plenário, nesse nível que está o debate, expresse também a sua opinião. Não há problema nenhum. O.k.?

O SR. RENATO RIBEIRO DE ALMEIDA – E a impressão do voto, muito pelo contrário, favorece a compra de voto, porque, ao se imprimir, alguém que tenha o interesse dessa prática vai querer a comprovação daquele papel de que, de fato, foi feita a compra de votos.

Quem acompanhou as eleições no período anterior à colocação da urna eletrônica verificou também uma situação que era muito clara. Como se processava a contagem, a checagem dos votos antes da urna eletrônica? Em escolas, em ginásios de esporte, com um juiz eleitoral fiscalizando tudo. O juiz eleitoral virava as costas e, muitas vezes, quem estava fiscalizando pegava uma caneta, ia lá, fazia um x num voto branco ou anulava um voto fazendo um x em mais de um candidato. Isso era muito comum.

E nós temos mais uma questão, um questionamento que me parece muito frontal: a urna eletrônica dará um resultado e essa checagem pode dar um resultado diverso. Qual resultado se colocaria numa situação como essa? Então, é uma situação que merece um cuidado muito maior. Eu creio que todo tipo de dúvidas e questionamentos a respeito da urna eletrônica são válidos. Estamos numa democracia. Mas eu não vejo, pelo menos no momento e pelo menos no que foi apresentado pela população, que o sistema eleitoral, tal como se apresenta hoje, seja de tamanha desconfiança e de tamanho descrédito. Não há provas concretas a respeito da fragilidade desse sistema.

Então, eu acho interessante esse debate. Tenho acompanhado e parabenizo os outros expositores também pela eloquência das questões, mas neste ponto, em particular, eu tenho a minha discordância porque, por acompanhar as eleições, percebo que o sistema não tem relação nenhuma com a internet, é feito diretamente via satélite. E até que se prove o contrário efetivamente – não por vídeos ou por questões que nós encontramos na internet, mas de uma forma muito mais especializada –, creio que o sistema ainda funciona.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Renato Ribeiro de Almeida, advogado e professor de Direito Eleitoral.

Pessoal, isso é, de fato, a democracia. Dois, que percebo aqui na Mesa, defendem a urna eletrônica, e outros dois entendem diferente: querem a urna eletrônica, mas com o comprovante impresso. Quem ganha é quem está em casa, que vê posições divergentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre digo que o que não pode é a gente odiar quem pensa diferente da gente. Eu não consigo. Quem pensa diferente de mim eu respeito discordando, porque assim é a democracia, porque assim é a política, eu diria, no mais alto nível. Se nós não queremos ouvir os que pensam diferente, então não tem por que nós estarmos aqui nesta reunião.

Eu quero cumprimentar o Plenário, que eu tenho entendido tem uma postura equilibrada, tranquila. E aqui, com certeza, uns pensam de uma forma e outros, de outra forma. E isso é muito bom. Parabéns a todos os que estão aqui presentes!

Por fim, terminando esta Mesa, e daí eu vou ler, pessoal, o que chegou aqui do e-Cidadania – e não pensem que só para um lado ou para o outro; aqui sobra para todo lado –, vou ler os questionamentos que chegaram. Mas vamos concluir primeiro esta Mesa, porque o Dr. Eugênio me pediu para sair em seguida a sua fala.

Então, passo a palavra ao Dr. Eugênio Aragão, ex-Ministro da Justiça.

O SR. EUGÊNIO ARAGÃO – Senador Paulo Paim, quero agradecer o convite que a mim foi feito. E, em seu nome também, eu cumprimento, então, todo o Plenário, senhoras e senhores.

No momento político que o País vive de extrema polarização, em que pessoas se agridem publicamente e a intolerância está assumindo níveis assustadores, uma eleição é um banho de esperança. A eleição é a reafirmação da democracia. E trabalhar contra eleições é a volta ao obscurantismo.

Ao mesmo tempo também, a gente pode perfeitamente entender aqueles – não justificar, estou falando em entender – que advogam o voto nulo e pregam a própria ilegitimidade das instituições do processo. Nós estamos num momento de grande desgaste institucional neste País. A judicialização da política levou à degradação dos demais Poderes. O Legislativo e o Executivo estão a reboque do Poder Judiciário hoje, que dá a última palavra e diz o que é constitucional e o que não é constitucional; portanto, se dá poderes de verdadeiro poder constituinte, sobretudo quando decide contra a letra da Constituição.

Então, há pessoas que, por bem ou por mal, entendem que temos um problema sério de legitimidade das instituições e, por isso, não querem participar do processo. No entanto, eu entendo que negar a participação nesse processo é uma atitude tão moralista quanto o moralismo judicial punitivista que essas pessoas muitas vezes estão criticando. É moralista na medida em que ela contribui, na prática, para absolutamente nada, a não ser negar legitimidade a um processo. E, se ficamos meramente no discurso de negação da legitimidade ou de afirmação da legitimidade, sem agregar absolutamente nada para a mudança, para a prática, nós estamos nos perdendo no moralismo, que é deletério de um lado e é deletério de outro.

Então, por isso, eu acho que precisamos de uma boa dose de pragmatismo neste momento e entender que o processo eleitoral não só vale pela escolha daqueles que vão participar dos órgãos de formação da vontade política nacional, mas também vale pelo processo em si. O processo em si é um momento de discussão do País, é um momento de debate, é um momento em que nós temos franqueada a palavra, em um grau civilizatório maior, para dar voz a todos, para também ouvirmos a todos e sermos ouvidos. É um momento de mobilização nacional, e essa mobilização pode também ter uma função pacificadora.

Então, eu acho que aqueles que realmente acreditam na democracia e no processo político não podem simplesmente achar que, porque as instituições estão contaminadas – e, de fato, estão contaminadas –, o processo político em si deva ser negado; bem pelo contrário, é o momento mais do que nunca de a gente afirmar o processo político, afirmar a política como o meio legítimo de se tomarem decisões cruciais para o nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas isso, claro, não impede que a gente tenha críticas em relação ao nosso sistema eleitoral, críticas que me parecem até podem contribuir, num futuro mais breve ou mais longínquo, para a modificação desse sistema.

Em primeiro lugar, eu sempre tive uma forte crítica ao próprio sistema de Justiça eleitoral no Brasil. É um sistema que fez muito sentido em 1934, quando ele foi introduzido. Lá a gente estava numa época em que realmente prevalecia o coronelismo, o mandonismo – bem lembrado por Victor Nunes Leal, no seu livro *Coronelismo, enxada e voto* –, o patrimonialismo grassava em todos os rincões do País e, realmente, partidos, votos eram propriedades dos senhores. E a judicialização do processo eleitoral, de certa forma, foi um processo de expropriação dessa, vamos dizer, dessa clientela tradicional do processo político, para entregá-lo a uma burocracia que, vamos dizer, atribuísse um mínimo de racionalidade a todo esse processo e evitasse os abusos. Criminalizou-se também, a partir daí, fortemente o processo eleitoral, no sentido de criar os crimes eleitorais e uma competência para isso.

Mas me parece que a democracia brasileira avançou bastante.

A judicialização das eleições leva também, de certa forma, a um excesso de policiamento eleitoral, restrição do espaço de debates. E digo isso como ex-Vice-Procurador-Geral eleitoral. A gente sabe que, dentro de um tribunal eleitoral, todos os magistrados têm agenda política, querendo ou não. Isso é invariável; é muito claro isso. Têm agenda para cá, para lá, e, às vezes, o equilíbrio não é muito claramente dado. Porque, claro, todos nós somos cidadãos, temos nossas preferências, não há como, por mais que você proíba o magistrado de ter atividades partidárias, não há como simplesmente tirar do magistrado o seu impulso político, suas preferências para cá e para lá. E eu assisti muitas coisas para poder-lhes afirmar: sim, há agendas políticas entre magistrados.

E isso faz com que quem decida as eleições, em última análise, seja a Justiça, muito mais do que o voto. O voto pode dar a preferência para um determinado candidato, mas depois vêm os processos judiciais, que se estendem de tempos em tempos e tempos, e, depois, muitas vezes, os votos são simplesmente ignorados e o mandato cassado por procedimentos nem sempre muito transparentes.

Eu acredito que a melhor forma de se fazer política é através da autotutela. As grandes democracias, mundo afora, têm seus conselhos eleitorais, que são compostos por representantes de todos os partidos que disputam a eleição. E são esses próprios partidos que disputam as eleições que estabelecem as regras de ética eleitoral, dos limites dentro dos quais os candidatos podem se movimentar e também estabelecem todas e quaisquer dúvidas de caráter da propaganda, da campanha e tudo mais.

Esses conselhos eleitorais são profundamente democráticos, alguns compostos também por representantes da sociedade civil, e, portanto, têm muito mais proximidade do processo político. A gente não nega o processo político. A Justiça Eleitoral é a negação do processo político. É simplesmente dizer que a política não tem condição de se autotutelar; ela precisa ser tutelada de fora.

Por outro lado, nós sabemos que a tradição brasileira ainda impressiona muita gente dessa Justiça Eleitoral. Há uma glorificação da burocracia judicial, como se fosse algo completamente alheio aos vícios... Os verdadeiros vestais da Justiça, que a gente sabe, hoje, que não é o caso.

Portanto, parece-me que é algo que, sim, num processo mais amplo, nós devemos começar a discutir realmente quem é que deve tutelar as eleições. As eleições devem ser tuteladas pelo Poder Judiciário?

Por outro lado, sim, há crimes eleitorais. Agora, os crimes eleitorais podem ir para a Justiça Comum. Não tem problema nenhum. Crimes eleitorais vão para a Justiça Estadual se as eleições são estaduais ou municipais e vão para a Justiça Federal se as eleições forem para cargos federais. Não há nada de mais, e ninguém está dizendo que não se deva punir, perseguir os crimes eleitorais; porém,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devemos ter uma revisão de sua tipologia para ter mais rigor na sua descrição. Esses nossos tipos ainda estão muito abertos e são perigosos na tutela das eleições.

Por outro lado, nós temos, no Brasil hoje, um período muito complicado de polarização na sociedade, profundamente dividida. Isso, em grande parte, por um trabalho midiático que foi feito, um trabalho midiático sistemático que levou à desconstrução dos valores da democracia, da tolerância, do diálogo, da comunicação, do discurso como via preferencial de desfazer conflitos do que a via da violência.

Parece-me que aí nós temos que olhar para o papel principalmente do Parlamento, o papel que o Parlamento tem desempenhado nesse processo. Parece-me que o Parlamento, nesta última Legislatura, tem sido um ator muito omisso por conta dos seus próprios conflitos internos. A crise política, que vem com mais vigor de 2013 para cá, tem realmente mobilizado as agendas mais construtivas para o País. E isso também diz respeito à própria reconstrução da nossa institucionalidade para garantir a letra da nossa Constituição, tão vilipendiada ultimamente.

Nós precisamos voltar a ter um pacto constitucional, e isso é papel do Parlamento. O Parlamento tem que tomar a si a defesa da Constituição neste momento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUGÊNIO ARAGÃO – E, aí, temos um papel muito importante dos partidos políticos.

Os partidos, no Brasil, infelizmente, não merecem, na sua grande maioria, esse nome. São partidos que abrigam candidatos, são associações de cunho pragmático eleitoral, muitos deles dominados por um certo caciquismo que, enfim, vende ingressos para o partido e se beneficia sobretudo desse trânsito de mandatários entre os partidos para aumentar o seu tempo de exposição na televisão, para aumentar a sua participação no fundo partidário. Enfim, tudo menos fazer o que partidos têm que fazer.

Na Constituição alemã, há uma definição clara do papel dos partidos. Diz que o papel dos partidos é contribuir fundamentalmente para a formação da vontade política da nação. Partidos são intermediários entre a sociedade e os órgãos de formação da vontade política. Os partidos não têm uma agenda própria. A agenda é daqueles que acorrem aos partidos.

É claro que um empresário vai buscar o partido que, no seu programa, defenda melhor as suas pautas. É claro que um agricultor vai procurar o partido que defenda as suas pautas. O trabalhador vai procurar o partido que defenda as suas pautas. É assim que se distinguem os partidos, isto é, como veículos que levam essas vontades para discussão parlamentar. É essa a sua finalidade. O partido não é um lugar para fazer politicagem rasteira, trocar facilidades, conseguir uma emendinha cá, outra emendinha lá, ocupar e vender cargos públicos, praticar a simonia administrativa. Não é isso o papel de um partido político.

Coligações são coisas sérias. Coligação não pode ser um *fifty-fifty* do bolo do governo. A coligação só é possível quando partidos que pensam profundamente de forma diferente e, às vezes, representam setores até antagônicos se juntam a partir de um pacto. Eles precisam de um pacto.

Em 1960 e pouco, quando na Alemanha foi feita, pela primeira vez, a grande coalizão que reuniu a social democracia e a democracia cristã, portanto historicamente antagônicos, isso só foi possível porque se criou o instrumento do contrato de coligação ou tratado de coligação. E nesse documento, nesse pacto de coligação, que é público, é negociado, diz-se claramente o que cada partido insiste em que o governo vai defender e as pautas de que ele abre mão. Ali no pacto se distribuem os ministérios. Qual ministério vai ficar com qual partido, porque ele vai levar, nesse ministério, tais e quais ideias adiante, ideias que são negociadas no pacto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a única forma que você pode justificar para um eleitor e explicar para um eleitor entender como é possível que um partido de esquerda se junta a um partido de direita. O eleitor pode pensar: "Espera aí! Eu votei num partido de esquerda porque eu quero um programa de esquerda". E como é que agora, depois das eleições, o meu partido, que é de esquerda, se junta a um partido que pensa de forma diametralmente oposta a ele?"

Para que isso seja inteligível... Isto aqui é legítimo. Democracia é diálogo. Não é impossível se fazer isso, mas deve ser feito em torno de uma pauta, e não em cima da divisão pura e simples de quinhões do orçamento e de cargos. Este é o grande problema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUGÊNIO ARAGÃO – Então, nós temos que repensar esse modo de os partidos interagirem, de os partidos trabalharem. Os partidos têm que ser mais propositivos e menos politiqueiros. Os partidos têm que praticar a democracia interna. Não é razoável, por exemplo, que a divisão do bolo do fundo partidário e do fundo eleitoral seja feita, em grande parte dos partidos, apenas por decisão de sua cúpula.

Partidos que não têm interesse nenhum em criar diretórios municipais definitivos e mantêm as suas comissões provisórias, porque elas podem ser indicadas, elas prescindem de eleição interna. Partidos que não têm militância nenhuma, partidos que têm apenas cabos eleitorais pagos, que são mercenários. Isso é negar a democracia, isso é negar a democracia.

Infelizmente, temos que reconhecer uma coisa: os únicos partidos neste País que merecem esse nome são os partidos de esquerda, que têm militância, que têm programa, são propositivos, usam o seu fundo partidário integralmente para fazer funcionar a sua máquina e manter a consecução dos seus objetivos. Os demais partidos fazem até economia do seu fundo partidário para ser usado em eleições e deixam de aplicar o fundo partidário em políticas das mulheres, deixam de aplicar o fundo partidário em educação política. Tudo isso está na lei, mas ninguém observa, fica por isso mesmo. No entanto, na eleição, como não têm máquina partidária, não têm estrutura, não têm nada, ficam com um quinhão enorme para ser gasto em propaganda eleitoral, porque a lei permite isso – é uma coisa que, aliás, tem que ser revista.

Admitia-se que, eventualmente o fundo partidário pudesse ser utilizado para o financiamento de campanha eleitoral, mas, no momento em que criamos o fundo eleitoral, não faz mais sentido permitir que o fundo partidário seja utilizado para isso.

Nós levamos esta preocupação ao TSE e muito provavelmente este assunto deverá ser levantado no Supremo Tribunal Federal: pode-se utilizar o fundo partidário para eleições se existe um fundo eleitoral? Isso não é um *bis in idem* que acaba desviando os partidos de sua verdadeira função, que não é investir em eleições, mas, sobretudo, fazer esse trabalho de intermediação da sociedade com o estamento político? É esse o seu trabalho de representação, é isso que os partidos devem fazer.

E aqui, claro, por último, não se pode deixar de abordar o sério problema que vicia o nosso processo político, que é o problema do financiamento eleitoral e o papel da mídia.

Infelizmente, o Brasil tem um sério problema de transparência no financiamento eleitoral. Não é pelo fato de que o Tribunal Superior Eleitoral examina as contas dos partidos – e o faz em relação ao partido que venceu num espaço extremamente curto, de 15 dias... São papéis e mais papéis que, para serem analisados detidamente, talvez se precisasse de anos para o devido escrutínio. Isso não é feito! Nós não temos transparência!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisaríamos – e, hoje, com o sistema eletrônico, isso seria possível – de um momento em que as despesas eleitorais fossem "escrutinizáveis" em tempo real. Se eu usei um recibo eleitoral, ele imediatamente entra no sistema, e qualquer um, qualquer eleitor pode saber em que cada despesa foi feita, em cada partido. Nós precisamos de um sistema mais transparente.

O fato é o seguinte: as nossas eleições são extremamente caras, porque o nosso sistema eleitoral é disfuncional. Nós somos um território extremamente grande, e nossos candidatos aqui – com exceção das eleições municipais – têm, vamos dizer, um território enorme a percorrer para conseguir votos, e isso tem custo. Chegar às pessoas que você não conhece tem custo de publicidade, tem custo de transporte.

O voto distrital tem esta grande virtude: o voto distrital reduz drasticamente o custo das campanhas, porque você vai se movimentar no seu distrito, onde rigorosamente você já deve ser conhecido e, portanto, não se precisa de todo esse esforço de exibição, de exposição – que custa caro – para chegar ao eleitor. Como se irá fazer isso, se será de uma forma mista etc., essa é uma outra questão, é um detalhe, mas o voto distrital tem essa grande virtude.

Lembro aos senhores e às senhoras que, por exemplo, no Reino Unido, o limite estabelecido pelo conselho eleitoral para gastos em campanha por Parlamentares membros do Parlamento é de £65 mil. E por que isso? Porque, simplesmente,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUGÊNIO ARAGÃO – ... eles transitam dentro do mesmo território. O custo é esse mesmo, e eles podem buscar apoio de quem quer que seja, mas os seus apoios estão claramente exibidos a toda hora. Ou seja, se o sujeito pegar as suas £65 mil da Coca-Cola, ele vai ser conhecido no seu distrito como candidato Coca-Cola, e isso não vai pegar bem para ele.

Então, é dessa forma, é pela clareza, é pela exposição que a gente consegue realmente garantir mais higidez. Nós precisamos de mais luz dentro do financiamento eleitoral. Não é simplesmente proibir este ou aquele tipo de financiamento.

No Reino Unido, por exemplo, é perfeitamente permitido que empresas possam financiar. Isso não é um problema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUGÊNIO ARAGÃO – Empresas podem ter esta legitimidade também de financiar, mas também sindicatos podem financiar. Então, o partido trabalhista britânico, tradicionalmente, é financiado pelos sindicatos; e o partido conservador, tradicionalmente, pelas empresas. Mas, no momento em que o limite é de £65 mil para cada um, isso se resolve, isso não chega a contaminar as contas de ninguém.

Então, eu acho que a gente precisa pensar em termos de sistema, e não a gente ficar se perdendo em, vamos dizer, aspectos burocráticos em que a nossa Justiça Eleitoral infelizmente se perdeu ultimamente, tirando a vida do processo político para burocratizá-lo, para judicializá-lo.

E, nisso também, há um grande papel que me parece a mídia pode exercer: revitalizar. Infelizmente, no Brasil, como disse um colega aqui, a mídia é extremamente concentrada. E é isso que talvez precise ser feito, porque não é possível transmitir ideias sem uma mídia plural. Nós precisamos de uma mídia plural para termos pluralidade de ideias e também fazermos viver o partidarismo na sua forma mais funcional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, ex-Ministro da Justiça Eugênio Aragão, que fez uma descrição...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lhe dei até uns três minutos a mais, ouviu?

O SR. EUGÊNIO ARAGÃO – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não! Foi pela importância da análise que V. Exª fez como ex-Ministro e também por ser do TSE, conhecendo com profundidade o processo eleitoral.

Eu convidaria os senhores – eu sei que o Ministro vai ter que se retirar, avisaram-me de que ele terá que sair no máximo às 11h30 – para que voltem para a primeira fila. Todos terão direito à palavra novamente.

Agradeço a todos aqui. Foram muito boas as exposições de todos.

Parabéns!

Eu convido, agora, a segunda Mesa.

Por favor, convido o fundador do *Congresso em Foco*, Sylvio Costa, para quem eu peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Ele tem feito um trabalho brilhante, suprapartidário, mas sempre em defesa da democracia.

Convido Pedro Antonio Dourado Rezende, professor da Universidade de Brasília (UnB).

Seja bem-vindo, professor! (*Palmas.*)

Convido Francisco Urbano, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), sindicalista de longa jornada. (*Palmas.*)

Gustavo Severo, representante do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (Ibrade). (*Pausa.*)

Ele não se encontra presente.

Como eu havia anunciado, pessoal, vou ler aqui algumas questões rápidas – são quatro somente –, que vieram dos nossos telespectadores e internautas.

Carlos Marques, do DF:

"Já que o voto é obrigatório, como o eleito pode dizer que governa com a maioria se a maioria votar em branco, nulo e se abstiver? Aprovem uma lei para que, caso mais de 50% dos eleitores votarem em branco ou nulo, ou não votarem, seja convocada nova eleição sem os candidatos anteriores."

Fellipe Sartori, de São Paulo:

"O ideal é o voto facultativo. Vejam: se só vota quem quer, os candidatos terão que se esforçar muito mais para tirar alguém de casa para votar, incluindo melhores propostas, acredito. Além disso, diminuiria a boca de urna e o voto de quem não tem informação e vota em qualquer um."

Emaildo Souza, do DF:

"Se os partidos continuarem oferecendo os candidatos de sempre, cujo interesse já sabemos qual é, a quantidade de votos brancos e nulos só vai aumentar. É preciso permitir que pessoas entrem na política sem precisar vender a alma aos partidos corrompidos que estão aí. Candidatura avulsa!"

Gilmar Barroso, São Paulo:

"O que precisa ser combatido não são os votos brancos e nulos, e sim a compra de votos, a 'caravana eleitoral' que rola no Nordeste, a candidatura de fichas-sujas pendurados em liminares, a 'governabilidade' em troca de cargos para praticar ilícitos, a indicação política no STF etc."

Como eu disse, o que chega à Mesa eu leio tudo, gostem ou não gostem alguns. Isso é democracia, o.k.?

Agora, vamos à nossa última Mesa.

De imediato, com a palavra Sylvio Costa, no debate "O Processo Eleitoral de 2018", com foco na questão dos votos em branco e nulo e abstenção – mas cada um tem a liberdade de dar o enfoque que quiser aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SYLVIO COSTA – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, por esse convite.

Eu achava que, por ser uma sexta-feira, era dia de vir sem gravata. Eu vim e fui o único a pensar assim. Está todo mundo engravatado, inclusive várias pessoas aqui no plenário.

O SR. FRANCISCO URBANO (*Fora do microfone*.) – Eu estou sem.

O SR. SYLVIO COSTA – Ah, é verdade: o Francisco Urbano também. Pronto, ganhei uma companhia aqui. Na primeira Mesa, todos estavam engravatados.

Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia a todos os debatedores. Bom dia a todos e a todas.

Eu acho que há uma questão que me parece bastante evidente em relação ao problema dos votos nulos, em branco e as abstenções, que é uma atitude de recusa ao que é oferecido ao eleitor. Quando a pessoa vota nulo ou vota em branco, é como se ela dissesse: "Eu não quero nada disso. Eu não acredito em nenhum dos candidatos. Nenhum candidato é digno do meu voto." Aquele que se abstém eu acho que está talvez numa atitude de ainda maior repúdio ao sistema político, ao sistema eleitoral. É como se dissesse assim: "Ah, não vou nem perder meu tempo com isso; vou fazer outra coisa, vou viajar. Se precisar, justifico. Se precisar, pago aquela multinha barata depois." Mas o fato é que foram citados aqui – e eu não vou repetir os números – vários índices que mostram que o número de votos nulos, em branco e de as abstenções já é alto no Brasil. Esses índices têm crescido a cada eleição. A gente viu agora, recentemente, dias atrás, essa última pesquisa Datafolha em que, em todos os cenários sem o Lula, o número de votos nulos e em branco fica em primeiro lugar. Então, de fato, há um problema a ser discutido.

E me parece que a grande pergunta a se fazer é: por que acontece isso? O que leva tanta gente a desacreditar da política e a duvidar da validade do voto? É um tema muito complexo. Eu não tenho a menor pretensão de dar respostas conclusivas, nem mesmo de me aprofundar tanto na questão, mas a minha impressão inicial é de que há, primeiro, um problema que está ligado ao comportamento dos políticos – ou da grande maioria dos políticos – e das instituições de Estado.

Eu não quero aqui repetir um pensamento moralista de dizer que os políticos fazem tudo errado e sempre fizeram tudo errado; pelo contrário, eu acho que, se a gente pegar esse período da ditadura militar para cá, a gente vai ver que os políticos foram uma parte importante numa obra que precisa, em muitos aspectos, ser reconhecida. Quer dizer, os políticos fizeram a Constituição de 1988, que é uma Constituição interessante, com vários aspectos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estava lá; fui Constituinte.

O SR. SYLVIO COSTA – Inclusive o Senador Paim foi Constituinte.

É uma Constituição que junta a questão da defesa das liberdades com a busca de justiça social, com o veto à discriminação de gênero, de raça, de etnia, de credo, de sexo; tudo isso dentro de um ordenamento de respeito a uma economia de mercado, de respeito às regras próprias de uma economia de mercado.

É evidente que muita coisa que está na Constituição é projeto, não é realidade. Na prática, nem tudo está tão bem quanto a gente gostaria; mas o fato é que foi um caminho importante. A ditadura entregou um País com hiperinflação. E, no período democrático, as lideranças políticas e os sucessivos governos foram capazes de resolver um problema que, durante um tempo, chegou a ser visto como algo insanável, como se a gente para sempre tivesse de ser um País com inflação absolutamente descontrolada. Mais recentemente, embora de forma modesta, a gente percebeu avanços na redução das desigualdades sociais em um País que está entre os campeões mundiais em concentração de renda. Então, quer dizer, há uma obra importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, evidentemente, também, ao mesmo tempo em que a gente precisa reconhecer essas conquistas e buscar alguma dimensão histórica para o que a gente está discutindo aqui, eu vejo que o sistema político se deformou, se enclausurou, passou a ter como principal objetivo alimentar a si próprio. Quer dizer, nós temos um sistema político que foi meio que capturado pela corrupção. Não é à toa que a grande maioria das pessoas hoje tem como maior preocupação – e isto é algo novo na história do Brasil – o problema da corrupção, porque, de fato, se tornou um problema bastante visível e com efeitos muito danosos para toda sociedade.

Agora, o aspecto que me parece mais relevante é que a gente tem, de um lado, uma sociedade vibrante, que se modernizou muito nos últimos tempos, e um sistema político oligárquico atrasado. A gente vê, por exemplo, no caso aqui do Congresso, um Congresso em que as mulheres, que são maioria da população, têm apenas 10% das cadeiras. Quer dizer, há um total descompasso entre o Brasil real e o Brasil representado aqui no Parlamento, por uma série de questões: a forma que as eleições são financiadas, a falta de democracia dentro dos partidos, as possibilidades que o sistema político oferece que são muito maiores para candidatos ricos e para candidatos corruptos. E, muitas vezes, no Brasil, as duas coisas andam juntas: os candidatos com mais dinheiro são também os que mais roubam.

Então, você tem essa distância grande entre o Estado, entre o sistema político e o povo, a população. E reduzir essa distância me parece uma questão fundamental para enfrentar um dos sintomas disso, que é o aumento de votos nulos, de votos em branco, do voto de protesto.

Eu gostaria de trazer para este debate um outro problema que me parece tão importante quanto este do voto nulo, do voto em branco, que é o seguinte: de 1975, fim da ditadura militar, até muito recentemente, praticamente todas as forças políticas tinham um compromisso mínimo com aqueles princípios que a gente pode considerar os princípios básicos de uma democracia representativa: liberdade de expressão, liberdade de organização e também com projeto de inclusão social, que está na Constituição Federal. A gente viu, ali em 2015, em 2016, na onda de protestos contra o governo Dilma Rousseff, pela primeira vez desde a ditadura militar, manifestações públicas em favor de uma intervenção militar. É verdade que eram manifestações restritas a uma minoria, mas o fato é que essas manifestações cresceram em dimensão tanto nas ruas, quanto na internet; continuam sendo coisas restritas a uma minoria, mas é algo, no meu modo de entender, muito grave, porque não há intervenção dentro do quadro constitucional. Isso significa defender publicamente a ruptura democrática. E isso se passa num contexto em que globalmente – e não apenas no Brasil – cai o apoio à democracia; essa insatisfação com a democracia, que muitos chamam de democracia liberal, democracia representativa, não é uma exclusividade brasileira. Em vários países do mundo, há esse problema.

Vou citar alguns dados aqui. Por exemplo, pesquisa Latinobarómetro, divulgada em outubro de 2017: em 2010, 61% dos latino-americanos disseram acreditar que a democracia é a melhor forma de governo que existe; em 2017, quer dizer, sete anos depois, o que era 61% se transformou numa maioria apertada de 53% – isso na América Latina. Essa pesquisa envolveu 20 mil entrevistas; foi feita em 18 países; e dois ficaram na lanterna, que são os países com mais baixos índices de apoio a democracia na região latino-americana. E que países são esses? O México, com 38%, é o país latino-americano, de acordo com essa pesquisa, com mais baixo grau de apoio à democracia; depois vem o Brasil, com 43%.

Há um outro levantamento mais amplo, porque envolveu nações dos cinco continentes – foi realizada em 38 países e foi divulgada na mesma época, quer dizer, em outubro de 2017 –, que, de um lado, nos traz algum conforto. Essa pesquisa é do Pew Research Center. Foram entrevistadas quase 42 mil pessoas, e esse trabalho demonstrou que, de maneira geral, a democracia mantém forte apoio social, principalmente nas nações desenvolvidas, que também são as nações que têm níveis educacionais mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elevados. Mas, por outro lado, ela traz uma nota preocupante por demonstrar que cresce, inclusive nos países mais desenvolvidos, o apoio a práticas e a formas não democráticas de pensamento.

Por exemplo, para 49% dos respondentes dessa pesquisa, os governos funcionam melhor quando as grandes decisões são tomadas por especialistas, não por representantes eleitos. "Ah, beleza, não vamos eleger mais ninguém; vamos botar quem entende do assunto." Como se assuntos no campo das políticas públicas fossem coisas apenas de se resolver com a técnica. Especialistas na mesma área têm, muitas vezes, opiniões diferentes.

Então, o fato é que a gente tem um problema global e tem um problema brasileiro. Do problema brasileiro, me assusta, por exemplo – e eu acho um péssimo sinal –, que os militares da ativa, incluindo o próprio Comandante do Exército, tenham voltado a fazer declarações políticas, algo que é proibido pela Constituição e pela legislação. Tivéssemos um Presidente forte, naqueles tuítes que o General Villas Bôas fez, ele já teria sido imediatamente demitido, porque não pode. Está claro que não pode. Mas o Presidente é fraco; nós estamos com o sistema político em crise, com o País fragmentado.

E aí os inimigos da democracia encontraram aqui no Congresso Nacional um porta-voz para amplificar um apelo que parecia condenado ao passado: um Parlamentar até então visto como absolutamente irrelevante, pois muito pouca gente o levava a sério, de ideário claramente antidemocrático, se transformou, para muitas pessoas, em símbolo da luta contra a corrupção e de promessa de ordem e segurança para a Nação, que a gente vê que está maltratada por vários problemas, inclusive pela instabilidade política, pela violência etc. Então, começa-se a endeusar esse, entre aspas, "mito", cuja ascensão ao poder representaria simplesmente o fim do projeto democrático.

Para mim é muito difícil dizer o que é pior: se é o desinteresse pelo sistema político e pelas eleições, levando ao aumento de abstenções, de votos nulos, de votos em branco etc., ou se é o crescimento dessa visão autoritária, que a gente sabe que acabou com o Donald Trump sendo eleito nos Estados Unidos – aquele fenômeno que muitos chamam de populismo hiperconservador, populismo de extrema direita etc.

Então, nós temos muitas tarefas importantes a cuidar.

Eu queria, se tiver tempo, fazer uma rápida observação sobre o que disse o ex-Ministro Eugênio Aragão. Eu não concordo com a demonização dos políticos, mas eu também não concordo com a demonização da mídia.

Em muitos aspectos, o crescimento do pensamento autoritário está relacionado com a intolerância que existe no campo democrático. Políticos e mídia sofreram com a ditadura. Quer dizer, o jornalismo foi extremamente sacrificado durante o período militar.

Então, é evidente que há muita coisa a ser criticada na mídia – e também a mídia não é uma coisa só; há muitas diferenças. Há veículos que, de fato, pecam, seja por negar pluralidade, seja por manipular; mas eu acho que a gente não pode demonizar a mídia e nem atribuir à mídia um poder que ela não tem. Não me parece razoável imaginar que a intolerância que existe no Brasil, a polarização que existe no Brasil, o radicalismo político são produtos de uma ação midiática. É algo muito mais complexo. É evidente que há uma contribuição da mídia aí, mas é algo bem mais complexo.

Eu acho que todos nós, jornalistas, políticos, profissionais das mais diversas áreas, advogados – há muitos aqui –, trabalhadores, todos nós temos um papel a fazer na salvaguarda da democracia. Um encontro como este aqui, de iniciativa do Senador Paulo Paim, é uma oportunidade, nos coloca juntos, nos dando a dimensão das prioridades, porque muitas vezes forças políticas de pensamento e atitude semelhantes brigam muito na disputa do poder, embora sejam muito mais parecidas do que elas próprias imaginam. Mas o fato é que nós temos aí o desafio da defesa da democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria concluir com o ensinamento de um grande poeta americano, o Walt Whitman, que dizia que jamais seria possível escrever a história da democracia, porque democracia, por definição, é um projeto inacabado, é um projeto incompleto; sempre depende de aprimoramentos. Portanto, é uma história que nunca chega ao fim.

E eu acho que é exatamente essa situação que a gente vive aqui. A gente tem uma democracia que vive um momento crucial, que tem vários desafios a superar em várias áreas, e não podemos deixar essa história acabar. A democracia é uma planta frágil, que requer cuidados permanentes.

E aqueles que fazem restrições ao sistema político brasileiro, sistema que necessita mesmo de mudanças radicais... Nessas contribuições dos telespectadores, eu vejo muitas ideias que eu, por exemplo, aprecio. Eu defendo o voto facultativo. Acho que o voto avulso poderia trazer novas opções para os eleitores, acho uma ideia interessante. Mas o fato é que as pessoas que têm esta atitude, com toda razão, de crítica à política e ao sistema político podem contribuir para mudar a política se elas participarem mais não só votando, mas também fiscalizando e pressionando para aproximar mais e mais a política do mundo das necessidades reais da população.

É um conceito que até virou um pouco clichê: a democracia tem sempre muitas falhas e tem sempre muitos problemas a resolver, mas nenhum problema pode ser maior para a sociedade do que a falta de democracia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sylvio Costa.

Sylvio Costa é fundador do Congresso em Foco. Eu faço aqui uma ressalva: o Sylvio aqui expressou o seu ponto de vista, mas ele, como coordenador, fundador do Congresso em Foco, sempre teve uma posição, eu diria, universal em relação à democracia. Todas as vezes em que eu estive lá, e eu estive todas as vezes – não que eu tenha ganhado o melhor prêmio, mas eu estive lá entre os premiados –, estavam presentes Parlamentares de centro, de esquerda, de direita – mas todos da direita, todos –, e todos respeitosamente receberam os prêmios pela homenagem, como faz também o Toninho em relação aos Parlamentares mais atuantes. Não é um corte ideológico, ou eu estou errado? Não é, né, Toninho? Tanto que eu estou também sempre, até porque eu tenho mais tempo na Casa. Eu estou desde a Constituinte aqui, então eu participei também de todos os prêmios do Diap.

Mas quero cumprimentar o Congresso em Foco, independentemente da posição de cada um. Vocês sempre tiveram essa postura que eu elogio. Eu já estive lá, no palanque, digamos, onde a gente recebe os troféus, junto com Parlamentares das mais variadas matrizes, daria para dizer, ideológicas. E isso é bom porque assim se faz e se constrói a democracia.

Passo a palavra agora para o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Francisco Urbano.

O SR. FRANCISCO URBANO – Muito bom dia a todos e a todas! Quero cumprimentar a Mesa, toda ela, na pessoa do nosso Senador Paulo Paim, um amigo, posso dizer assim, um amigo e companheiro de muitas batalhas, na luta sindical, e os demais membros aqui do plenário, em especial meus dois colegas da Contag, Ivaneck Perez e Givanilson, todos os dois assessores da Contag; e o nosso amigo Antônio Augusto, do Diap, que conheço há muitos anos, nessas batalhas aqui no Congresso.

Não vou tratar, até porque eu sou camponês, de nenhum aspecto técnico e jurídico, como os senhores trataram aqui.

Eu queria começar, primeiramente, falando da nossa elite econômica. A nossa elite econômica e política é retrógrada, atrasada, reacionária, com um domínio muito forte ainda do tempo da escravidão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa visão colonizadora, do tipo "o que é bom é de fora". Essa é a nossa elite; são retrógrados no processo. E essa estrutura do Estado brasileiro foi construída por esse pessoal. Nós não fomos capazes ainda, em todos os nossos períodos de democracia, de mudar e fazer uma mudança na estrutura do Estado brasileiro, a partir da organização partidária, da organização do Estado, do próprio sistema político-partidário e muito menos do sistema econômico. Nossa base ainda é de latifúndio, não conheço nenhuma economia desenvolvida no mundo, nenhuma delas, cuja base, cujo principal instrumento de produção de riqueza que é a terra continue nas mãos de latifundiários, como no nosso País. Todas as desenvolvidas, todas as desenvolvidas, fizeram mudança na estrutura do agrário, com reforma agrária mais radical e mais ampla. A Itália fez três reformas agrárias para ter a base econômica que tem. Você pode olhar para a Europa e ver que um dos países mais pobres e grandes é Portugal. A sua base de estrutura agrária ainda é latifundiária, como é a nossa aqui. Infelizmente nós fomos explorados e ocupados por eles.

Então, essa nossa estrutura partidária, o processo eleitoral estão muito centrados ainda nesse poder econômico do latifundiário, do poder retrógrado que nós temos.

Eu imaginava que, com a Constituinte, da maneira como foi feita a nova Constituição, com todo aquele processo que houve, nós iríamos construir, de fato, uma democracia consolidada neste País. Mas nós deixamos de fazer mudanças em três elementos: não fizemos nenhuma mudança na estrutura partidária, nenhuma; não se tocou em nada no assunto da estrutura do Estado, especialmente no Judiciário; e na estrutura econômica em si.

Eu costumo falar também dos militares e da Igreja, porque, em relação a esses dois, nós não tivemos coragem nem de tocar no assunto. Na Igreja não tem que se meter; mas nos militares tem. E quero parabenizar você de ter tido coragem de dizer aqui que, se houvesse um presidente sério neste País, aqueles generais já teriam, todos, sido aposentados compulsoriamente por intervirem em lugar que não cabe a eles, generais. Algumas pessoas aqui não gostaram, mas eu vou reafirmar essa história lá com você nessa posição.

Na Constituinte, nós não tivemos coragem de mexer em nada desses elementos, mas se esperava que pudéssemos avançar – e se avançou bastante – em algumas questões do chamado processo democrático.

É que a nossa democracia é uma democracia de elite; é a democracia de você passar fome; de dormir na beira da estrada; de falar mal do Governo e ficar por isso mesmo. Nós queremos uma democracia econômica, qualidade de vida, emprego, moradia, saúde de qualidade e serviço da educação. Essa é a democracia. Essa democracia nós não temos; nós temos a democracia da liberdade, da liberdade em tudo isso que já conhecemos. Todas as vezes em que este País teve algum governo que se arrogou fazer alguma mudança em favor da maioria da população, foi derrubado com a discussão de: comunista e ladrão.

Quando tira esses três, todos os três, Getúlio, Jango e aqui o nosso guri, qual foi o discurso sobre todos eles? Sobre Getúlio, era um governo ladrão, um mar de lama, comunista... E, olha, um fazendeiro gaúcho lá de São Borja era comunista? Logo Getúlio? Mas o Jango também é de São Borja, latifundiário, também lá de São Borja, comunista igual a Getúlio; e ainda dizer que o nosso Presidente Lula é comunista. Só sendo doente mental para chamar o Lula de comunista.

Ainda dizer que Dilma foi de esquerda, tudo bem, ainda pode se dizer que Dilma foi de esquerda, mas dizer que Lula é comunista é uma disenteria mental, na verdade; é não acompanhar nada de sociedade, nada de interpretação do papel da sociedade.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faço um apelo ao Plenário para que continuemos no altíssimo nível como estamos até o momento, não interrompendo o nosso convidado.

O SR. FRANCISCO URBANO – Gostaria muito de que este tipo de debate que nós estamos fazendo tivesse sido feito durante o debate da chamada reforma política.

Nesse nível não foi feito praticamente nada, porque, na reforma política, só dava para discutir a arrumação, como é que o partido fica, se é maior, se é menor, sem tem cláusula de barreira... Todo um mecanismo para manter esse modelo econômico! Daí as razões, eu quero que continue na linha, de, a cada dia, em eleição, você ter gente dizendo que não acredita em político nenhum, que todo político é ladrão, que todos são iguais.

Eu fui candidato, e trabalhadores disseram para mim: "Olha, eu confio em você e sei que você é honesto, mas, quando chega lá, vira ladrão." Diziam desse jeito para mim! "Vou votar, mas, quando você sentar naquela cadeira, você vai virar ladrão." Por conta de um eleitor partidário nosso que leva à desconfiança.

Agora, eu vou dizer uma coisa aqui – e eu sei que a Contag concorda com boa parte do que estou falando –, mas o que vou dizer aqui, agora é muito pessoal: eu sou parlamentarista por convicção, e não é de hoje; desde que eu não entendia nada de política, eu era parlamentarista, com voto distrital misto. Porque a gente fica falando que o voto distrital não dá certo, mas você conhece: Deputados Federais e estaduais fazem um distrito; eles têm 40 Municípios, 50 Municípios, e isso é um distrito informal. Quando ele assume uma série de compromissos que não vai cumprir, em seguida ele começa a mudar, e, na próxima eleição, ele tem um outro território.

Então, por que não se oficializa isso de forma decente? E aí eu tenho que prestar conta ali, naquele lugar de onde sou eleitor... O povo sabe ali... E os custos de campanha... Esse aqui é muito pessoal, a Contag nunca discute essa questão, lá, assim, de forma mais... Mas eu não posso ir lá e não dizer a minha opinião sobre essa questão.

Eu faço um apelo à população que fala que vai votar nulo, branco. A primeira coisa que o cidadão tem que refletir, ao sair de casa, para votar e anular o seu voto ou votar em branco, é que, ao fazer isso, ele está se anulando, não está anulando ninguém, está se anulando, tirando a capacidade dele de escolher alguém que ele imagina, que ele pensa, e que ele acompanhou, que possa representá-lo. Porque, se ele não fizer isso, ele leva para o caminho do autoritarismo. Algumas pessoas, tudo bem, não gostaram de se falar em autoritarismo aqui. Felizmente eu acompanhei todo esse processo daquele período pré-1964, já como sindicalista. Sou mais jovem do que vocês algum tempo, mas acompanhei aquele processo. E, na campanha eleitoral, na última campanha eleitoral, eu dizia lá em casa: eu estou vendo o filme do pré-1964. O conteúdo das campanhas, o ódio na campanha, o tom agressivo da campanha era típico do que se ouvia de Carlos Lacerda e seus aliados, ou daquele Senador que foi governador de Minas Gerais, à época do golpe.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO URBANO – Esse processo nosso não vamos mudar. Mas aí quero também concluir o seguinte: ou intervimos de forma decente, não é no sistema de informação, de comunicação, porque, nesse modelo que nós temos, a Globo decide, ela é dona de tudo – de qualquer canal de rádio e de televisão, de tudo. Em todos os golpes que aconteceram neste País, a imprensa monopolista estava junto: a Globo, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S.Paulo*, em 1954, em 1964 e neste período agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou enfrentamos esse debate, companheiros... Quem é mais jovem vá fazer leitura e busque informações. Nós derrubamos a ditadura militar pelo voto, quando a população deixou de fazer aquela história de: "Eu não vou votar, porque eu não acredito naquele partido." Ou de dizer: "Sim, senhor!"

Quando, a partir de 1974, a Frente da Democrática fez, dos 26, 27 Senadores, a maioria dos Senadores, começou a derrocada do sistema ali, pelo voto, quando a população passou a identificar um dos seus instrumentos para lutar pela democracia e pela qualidade de vida, porque esse instrumento eleitoral é importante. Não confunda determinadas pessoas com o processo eleitoral! Não confunda determinados políticos que estão aqui nesta Casa, porque isso não é político, isso é politiqueiro, politicagem de péssima qualidade! Escolha o partido para você cobrar depois! Se você está com dúvida – como é seu nome, companheiro? – se Sílvio presta, efetivamente eu não consigo pegar toda informação da vida dele, mas ele é candidato, então eu voto no partido e depois eu vou cobrar do partido. Vamos tentar brigar dentro dos partidos para exigir depois! Por que um Deputado fica dizendo que ele vai fazer isso ou aquilo, se ele não é prefeito, não é governador, não é presidente? Ele pode se comprometer com projeto de lei, mas dizer: "Eu vou fazer tantas casas, e vou fazer." Quando um Deputado pode fazer isso?

Então, vamos exigir que os Deputados e os candidatos falem do programa do partido, e não do que ele... Do programa do partido. Com o que o partido se compromete? Então, eu falo do meu partido para que você possa escolher, dentre os candidatos, o partido em que vai votar e cobrar do partido isso.

Eu espero, Senador, que você volte a esta Casa para a gente tentar trabalhar, junto com os movimentos populares, democráticos, debates dessa natureza do ponto de vista da organização partidária, da democratização interna do nosso partido. Não são todos os partidos de esquerda, porque é até democrático lá dentro: coroneizinhos do partido mandam do mesmo jeito dentro do partido que os coronéis da direita. Ter acesso ao comando partidário é difícil demais.

Nós somos autoritários por natureza, o nosso sistema. Mas o partido de esquerda vai ser agora tão democratazinho... Por natureza, nosso País é um país autoritário e precisa enfrentar esse debate, de forma permanente. Nós fazemos política na época da eleição. Por que nós não vamos ao sindicato e não discutimos as eleições durante todo o tempo e o processo eleitoral? Por que não discutimos dentro dos partidos, dentro dos sindicatos, a ação dos partidos na hora de fazer o Orçamento? Aí começamos a discutir, na eleição, o candidato Pedro ou Joaquim, esperando apenas o que eles façam lá. E faço um apelo à população que está dizendo aquilo que falei: se você votar nulo ou em branco, você está, em primeiro lugar, se anulando e está deixando de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO URBANO – ... construir, de escolher alguém de quem você possa cobrar mais tarde, nas políticas públicas, na educação, na saúde, na moradia, na questão da segurança pública deste País, sobre a qual estamos trabalhando muito pouco.

O Governo acabou de criar agora, nunca nenhum dos governos criou, um sistema único na educação, mas criou um sistema único de repressão. Agora, a norma é: "Aqui vai valer, até no agente municipal, a mesma porrada, o mesmo cassetete, a mesma foice da violência!" Nós não estamos discutindo isso.

Essa elite acabou de arrumar ainda mais a força do Estado, a mão violenta do Estado contra a população. E eu não tenho dúvida de dizer isto aqui: eu não acredito que se faça justiça por aparelho judiciário. Esse é o instrumento mais autoritário do Estado contra o cidadão, porque, depois que ele decide, só pode questionar dentro dele mesmo. Se você falar mal do juiz, pode ser preso. Eu ainda posso falar mal do Senador, e não vou ser preso por isso, mas lá vou ser preso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso Judiciário é parte integrante desse modelo de estrutura violenta do nosso Estado patrimonialista, autoritário e dominador. É a mesma linha. Vamos verificar – estou terminando, Senador – , vamos pegar, durante os últimos 20 anos, quem são os Ministros do Supremo Tribunal. São três ou quatro famílias; quando não são eles mesmos, são parentes, cunhados, genros, filhos. A maioria é Velloso, Junqueira. Aí você vai ver a ramificação da família. Pode pegar que é tudo parente, é igual aqui no Senado. Há meia dúzia de Senadores que não faz parte disso, mas a maioria é toda assim. É o filho do fazendeiro fulano de tal, da indústria da Coca-Cola, depois vem um sobrinho dele, um neto dele. Há poucos que são assim como você. A Câmara também é desse jeito. Este Congresso não é – fechando – conservador, reacionário, agora, não; sempre foi reacionário. Ele é desqualificado. A maioria dele tem desqualificação mesmo.

Aí nós temos aqui, ainda, um projeto de lei de Deputado, para o meio rural, que começa dizendo assim: "Não se aplica..." É o primeiro artigo: "Não se aplica a legislação da CLT para os rurais." O segundo artigo, o terceiro, dizem lá: "Remuneração necessariamente não significa pagamento em dinheiro. Pode ser moradia ou alimento." O que é isso? É esta Casa. Nesta Casa, ainda há gente dessa natureza.

Mas, para a população que está discutindo, debatendo aqui voto nulo, em branco, eu faria um apelo: escolha gente que você, de alguma maneira, conhece ou pessoalmente, ou por informações, porque entrou na internet, ou por um amigo; ou escolha um partido. É melhor você escolher um partido para poder cobrar do candidato que foi eleito por aquele partido que não está cumprindo nada do que está no programa partidário. Não faça isso, não cometa essa anulação a você mesmo, dizendo que vai votar nulo ou em branco; você estará dizendo que está construindo algo. Você não está dizendo assim: "Vou deixar de comprar essa camisa nessa loja ou não vou tomar Coca-Cola – e é bom que ninguém tome nenhuma vez –, vou tomar Guaraná." Você não está discutindo a sua vida quando está falando de processo político, de processo eleitoral, de eleger gente para construir políticas públicas para maioria da sociedade.

Desculpe-me pelo tempo.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, ficou dentro do tempo.

Esse foi Francisco Urbano, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Enquanto você falava, eu viajei no tempo para as Diretas Já! Participei dos primeiros movimentos pelas Diretas Já! Das caminhadas. Vim de Canoas a Porto Alegre, a pé, com 20 mil pessoas num daqueles eventos. Foi muito bonito. Claro, ali estavam todos os partidos que defendiam a democracia. Não estou citando nomes, porque não quero fulanizar o debate, quero fazer com que o debate seja amplo e em cima das teses que cada um defende aqui, respeitosamente.

Só quero lembrar que todos os que usaram a palavra como painelistas vão ter direito a falar novamente nas duas considerações finais. Como é de praxe, aqui, farei exatamente como sempre faço: abrirei para três pessoas no plenário para que elas ponderem sobre o tema, também, por cinco minutos cada uma. É praxe desta Comissão.

Agora, passaremos a palavra ao Professor da Universidade de Brasília (UnB), Prof. Pedro Antônio Dourado de Rezende.

Termina esta Mesa, e passo para três que estão nos prestigiando aqui no plenário, e vêm as considerações finais, as importantes considerações finais, de todos os nossos convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO ANTÔNIO DOURADO DE REZENDE – Bom dia, Senador Paulo Paim! É um prazer e uma honra estar aqui a convite de V. Exª para participar deste painel. Cumprimento os demais painelistas que participam deste debate.

Aproveito a citação de um deles, o Sylvio, de um poeta americano. Vou começar a minha fala citando agora um jornalista norte-americano, jornalista político, do século XIX, Upton Sinclair. Ele, muito perspicaz sobre a natureza do processo político, tem uma fala que se tornou famosa que dizia o seguinte: "É difícil você fazer alguém entender algo quando o ganha pão desse alguém depende de ele não entender esse algo."

Onde isso se aplica? Eu me lembro de que, quando começou a revolução científica, Galileu queria convencer algumas autoridades eclesiásticas de que havia contraexemplo no sistema solar da Teoria Geocêntrica. Então, o que ele tinha para mostrar de evidência de que havia um contraexemplo no céu era um aparelho novo chamado telescópio. Então, ele convidou, num evento social, os cardeais da Igreja para que visitassem a casa dele e ele convidou os cardeais para que mirassem, olhassem no telescópio, em direção ao Planeta Júpiter, e eles iriam poder observar as luas de Júpiter girando em torno de Júpiter. E os cardeais se recusaram terminantemente a botar o olho naquele aparelho.

Eu me lembrei de Galileu quando ouvi a fala de um dos painelistas que, infelizmente, não estão mais aqui, do meu colega universitário e professor de Direito, que diz que não vê problema nenhum com o sistema de votação que a gente tem em uso no Brasil hoje, já que ele nunca viu prova eficaz de que algo possa dar errado com esse sistema, ao contrário, como se a ausência de prova significasse ausência de falhas. Pode ser outra coisa, pode ser impossibilidade de quem se vê prejudicado de ter acesso a provas; ou, caso consiga, a impossibilidade de convencer quem vai julgar que tais evidências fazem provas suficientes; ou pior, ter acesso ao momento em que esse debate pode ser travado no âmbito jurídico, o que pode ocorrer quando o réu é o próprio juiz.

É o caso de um sistema eleitoral como o nosso, quando alguém que se coloca, na posição de especialista, competente em examinar o que pode dar errado com o sistema de votação – o que o Procurador que me antecedeu colocou muito bem –, mistura exigências constitucionais de características das etapas do processo, num verdadeiro balaio de gato, em que o sigilo se estende pelo processo administrativo de contagem dos votos, o que me faz lembrar da República Velha, de como era a eleição na República Velha.

Quando eu comecei a mexer com esse assunto, nos idos de 2000... Por que o nosso sistema de votação é assim e todo mundo acha uma maravilha? Eu não conseguia entender e comecei a debruçar-me sobre o aspecto psicológico dessa onda, desse mito, que eventualmente eu chamei de Seita do Santo Byte, num artigo em que eu explicava como é que foi a manobra para acabar com o voto impresso no projeto de lei que foi citado pelo Samuel aqui na primeira fala, apresentado pelo Senador Requião junto com o Senador Brizola. Como é que aquilo foi enterrado?

Houve a maior boa vontade de fazer um "teste", entre aspas, antes que a lei pudesse ser reconhecida como vigente na eleição de 2002, em que o mecanismo de contagem verificado pelo eleitor, moto-próprio... Moto-próprio é a frase que ninguém quer ver, na tradição jurídica, sobre a soberania popular no processo eleitoral.

Fizeram tudo em nove meses com uma urna que não estava preparada para imprimir voto, deram um jeito. E fizeram o teste sabotando – e está muito bem descrito como foi o processo de sabotagem – para que depois fosse apresentado um substituto do voto impresso, que era uma espécie de mistura de chacrona com aquela outra erva que entra no chá do Santo Byte, digitais, que é um RDV, um Registro Digital do Voto, que é a base da contagem, atualmente, no sistema como está. É como se você quisesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer prova de que uma nota fiscal é legítima comparando ela com a cópia xerox dela mesma. O voto continua secreto para o eleitor, porque ele não tem como saber como o voto dele foi registrado e contado.

Essa história de que os partidos têm direito de examinar o *software* para verificar que está tudo bem... O Procurador colocou muito bem que isso não tem absolutamente nenhum valor de prova de que o processo de contagem é transparente, porque o que se examina antes e o que se examina depois podem não ter relação nenhuma com o que acontece durante o ato, no dia da votação. Prova disso são os especialistas, entre eles alguns citados aqui pelo Samuel, como o Prof. Diego Aranha, que foi meu aluno, que aprendeu sobre a minha perplexidade com a situação em que a gente se encontra, no Brasil, em relação ao sistema eleitoral, em sala de aula. Dez anos depois, já doutor, ele sabia o que iria enfrentar se fosse participar dos testes, e conseguiu navegar, naquela manobra toda de picadeiro de circo, para poder mostrar, eventualmente, que era possível reconstituir a ordem dos votos. Cinco anos depois, ele mostrou que nada foi consertado.

Agora, em 2017, estava na audiência da Comissão de Constituição e Justiça, há seis semanas. É uma pena que o meu colega, professor de Direito, que fez aquela fala aqui repetitiva, que a gente houve há 20 anos, não se tenha interessado por participar daquela audiência, para ouvir de mim e do Prof. Diego por que votação paralela, depois da introdução da biometria, é algo absolutamente inócuo para fazer prova de integridade do que quer que seja. E não está presente para ouvir essa lamentação de que ele não estava interessado em saber por quê, como os bispos da época de Galileu, que não estavam interessados em botar o olho no telescópio,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO ANTÔNIO DOURADO DE REZENDE – ... e, ao mesmo tempo, dizer aqui que todos os partidos têm direito a examinar, como quiserem, o sistema. Não é bem assim! É como são permitidos.

Mesmo assim, outros ex-alunos meus que puderam fazer isso encontraram coisas do arco da velha na eleição de 2014 e acionaram a Justiça Eleitoral, dentro do regulamento permitido para questionar o sistema. Como eles foram tratados? Como a queixa de que havia algo errado com o sistema foi processada judicialmente e está em anexo nesse pedido de CPI, com uma justificativa técnica preparada por membros do Comitê Multidisciplinar Independente do qual faço parte, junto com Maria Aparecida Cortiz, que assinou essa justificativa junto comigo?

Aproveito a fala do Samuel para apresentar ao Senador essa justificativa técnica de um pedido de CPI sobre a organização do sistema eleitoral brasileiro sob o ponto de vista do sistema de votação. O anexo é uma narrativa de como o pedido de impugnação do sistema eleitoral, em 2014, foi tratado judicialmente pelo tribunal que se deveria reconhecer como réu nesse processo de impugnação do sistema de votação que seria usado em 2014, e foi.

Muito bem. O que depreendo de tudo isso? Estamos prestes a conhecer a posição do Supremo Tribunal Federal em relação a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.889, que procura derrubar a lei que deveria estar sendo cumprida pela Justiça Eleitoral, que foi aprovada em 2015. É a terceira tentativa desta Casa de introduzir um mecanismo de verificação, moto-próprio do eleitor, do processo de contagem de votos. Agora sob o argumento de que houve uma lei anterior, que foi derrubada por inconstitucionalidade, em relação ao sigilo do voto, como se o voto impresso fosse prejudicar o critério de sigilo do voto, do ato da escolha, e não do ato da contagem, numa urna em que o eleitor é identificado pelo número do título de eleitor na mesma máquina em que vota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só no Brasil isso poderia passar numa Corte Constitucional como um ato não contraditório. Manter uma urna que identifica o eleitor na mesma máquina em que ele vota, como uma urna que não viola o sigilo do voto, e impedi-la de imprimir o voto, sem contato direto do eleitor com o registro material, como sendo esse o culpado pelo sigilo do voto, esse mecanismo de verificação, moto-próprio de que seu voto está sendo respeitado.

O §5º, do art. 5º da Lei 12.703, se não me engano, de 2009, que caiu nessa Adin 4.543, que é citada agora na Adin 5.889, levou junto, revogando o art. 5º inteiro, a obrigatoriedade do voto impresso com o §5º, que exigia que o eleitor não fosse identificado na máquina em que vota.

Se essa Adin for votada,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO ANTÔNIO DOURADO DE REZENDE – ... prosperar no Supremo, e essa lei que deveria estar sendo cumprida cair, acredito eu que, no contexto desse movimento que foi muito bem abordado do ponto de vista social e político pelos outros participantes, infelizmente vão criar um clima político de deslegitimação do processo eleitoral para a eleição de 2018, o que só favorece quem tem planos de ruptura democrática para o processo político brasileiro no futuro.

Então, eu renovo o apelo que o assessor do Senador Requião colocou aqui, para que essa Casa tome a iniciativa de participar ativamente não só da votação no Supremo, na forma como o Procurador colocou que é possível regimentalmente, como parte interessada nesse processo, na votação dessa Adin.

Por que que uma Adin que tem entre seus argumentos *periculum in mora* fica parada numa gaveta de um Ministro cujo *impeachment* está prestes a ser votado nessa Casa? Eu não entendo esse processo político.

Então, eu acho que a gente está, de fato, num momento muito parecido com o da Revolução de 1930, que eliminou uma concentração de poderes no processo eleitoral, que antes tinha sede no Legislativo, e transferiu para o Judiciário, para resolver os problemas que se haviam acumulado na República Velha devido a essa concentração de poderes.

Foi uma solução que funcionou na década de 30, mas parece que os mesmos vícios que foram acumulados durante a República Velha, por conta dessa concentração de poderes, estão se repetindo agora em outro *locus*. E, se essa Casa não tomar a iniciativa, Senador, de cumprir a sua função republicana, nesse momento político, ela pode ser julgada pela história como omissa, porque o momento é muito grave, a meu ver.

Quando eu comecei a me envolver com isso, há 15 anos, eu não entendia por que as pessoas não conseguiam perceber o sequestro da sua soberania numa máquina que iria contar os votos de forma secreta a pretexto de eliminar fraude de varejo. Por que que eu não me preocupo com a fraude na contagem do voto impresso? Porque essas fraudes de contagem do voto impresso são de varejo e são visíveis. Então, a tendência, quando há uma eleição parelha, em que a votação é apertada, é elas se cancelarem mutuamente nas seções eleitorais em que um partido consegue passar a perna no outro, e vai haver uma outra seção eleitoral em que o contrário acontece. Ao passo que, na votação que é feita de forma eletrônica, de forma secreta por programas que são instalados por empresas terceirizadas que não têm nenhuma responsabilidade com o sistema jurídico brasileiro, bastam poucas linhas de código colocadas por um programador que sabe o que e como fazer, para virar o resultado de uma eleição sem que ninguém consiga provar nada.

Então, para mim, o argumento de que esse sistema é bom porque ninguém nunca provou que houve fraude é um argumento perigosíssimo, porque o motivo de ninguém nunca haver provado que houve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fraude pode ser outro, pode ser porque eles não têm mais alcance aos meios de prova e não porque as fraudes não existam. E quem opera o sistema sabendo disso pode ser tentado por essa concentração de poderes.

É o paralelo que eu faço com a República Velha. Na República Velha, no Palácio Monroe, o Parlamento tinha oito meses para decidir quais mapas eleitorais iam ser mantidos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO ANTÔNIO DOURADO DE REZENDE – ... quais iam ser considerados fraudados e refeitos e ali o resultado da eleição era cozinhado num terceiro turno, que oficialmente não existia.

Esse terceiro turno hoje é virtual e acontece dentro das máquinas que totalizam e dentro das máquinas que registram os votos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto agora.

O SR. PEDRO ANTÔNIO DOURADO DE REZENDE – Então, eu renovo o apelo que o Samuel colocou aqui, para que o Parlamento aja, seja instalando uma CPI, seja participando da ADI, da votação, da tramitação da ADI 5889.

Deixo aqui, na mão do Senador, a justificativa técnica que nos foi solicitada à CMind por algum Parlamentar de direita, cujo nome não convém citar nesse momento, no auge, no calor da movimentação para derrubar a Presidente Dilma. Depois que a Presidente Dilma caiu, perderam o interesse nessa CPI do sistema de votação, mas o momento que a gente está vivendo aqui, como o Assessor Samuel colocou, a meu ver pede essa iniciativa do Senado.

Obrigado, Senador e desculpe-me por ter extrapolado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. Ficou dentro do tempo. (*Palmas.*)

Esse foi o Professor da Universidade de Brasília (UnB), Prof. Pedro Antônio Dourado Rezende, que defendeu com muita ênfase, com muita força que o voto eletrônico tem que ser acompanhado do voto impresso.

Pediram que eu falasse aqui – como digo, eu leio tudo – a última fala que chegou para mim, do João Carlos Morales, São Paulo. Diz ele: "Felipe Marcelo Gimenez teve a melhor interpretação cívica que um cidadão brasileiro poderia ter em relação à cidadania".

Agora, vamos a três inscritos do Plenário, com cinco minutos cada um.

Eu vou pedir que, se puderem, fiquem dentro do tempo, porque todos os nossos convidados voltarão a falar.

Raimunda Alves dos Reis, Movimento Rua Brasil.

A SRª RAIMUNDA ALVES DOS REIS – Olá, boa tarde a todos!

Eu agradeço a oportunidade.

Eu sou Raimunda Alves dos Reis e eu represento um movimento chamado Rua Brasil. Quer dizer, não só esse movimento, mas eu represento um pouco da rua, do povo nas ruas.

O que eu ouvi muito aqui hoje foi falar de democracia, e nós não pedimos outra coisa; pedimos democracia, mas o que nós vemos hoje, também foi muito falado aqui, é que a política e os políticos estão desacreditados. E nós lutamos contra o sistema político desacreditado, um sistema político corrompido, contra um sistema político aparelhado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos o povo brasileiro, verde e amarelo, que acreditamos, sim, que nós somos os donos desse País. Políticos são eleitos para nos representarem. Não interessa, como disseram alguns aqui, se o Senador representa a minoria ou a classe mais humilde. Os políticos foram eleitos para cumprirem as leis e representarem o povo brasileiro, independentemente de classe, de cor ou de raça.

Então, nós não precisávamos estar nas ruas e nem estarmos aqui hoje, brigando para que uma lei fosse cumprida. A Lei 13.165, de 2015, do voto impresso, existe desde 2015 e não há por que um ministro ou quem quer que seja dizer que ela não vai ser cumprida, porque não há tempo hábil ou não há recurso. Se não há tempo hábil e se ela existe desde 2015, Senador, e demais aqui, por que que essa lei não foi cumprida? Por que não se fez antes com que ela fosse cumprida?

Dizem para nós que não há recursos, mas há recursos para o Fundão, há recursos para a corrupção e nós, o povo brasileiro, não estamos aqui pedindo nada para ninguém. Nós estamos aqui, exigindo o nosso direito de povo brasileiro, o nosso direito de que o povo brasileiro tem o direito igual. E nós não queremos só 5% de votos impressos. Se 5% da população brasileira têm direito a voto impresso e a Constituição brasileira diz que o direito é igual para todos, então nós estamos aqui hoje, exigindo, sim, que sejam 100% de votos impressos.

(*Soa a campainha.*)

A SRª RAIMUNDA ALVES DOS REIS – E, se não puder ser impresso, que seja no papel, que seja na lona, mas eu tenho direito e quero o meu voto auditável.

E, com isso, também, eu falo em nome de toda a população brasileira que com certeza tem o direito de escolher o seu representante e saber que o representante escolhido vai ser realmente o representante eleito, porque nós não confiamos nas urnas eletrônicas. Elas são fraudáveis e nós queremos, sim, o nosso direito de povo brasileiro e que a lei seja cumprida.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi a Raimunda Alves dos Reis, do Movimento Rua Brasil. (*Palmas.*)

Ela expressou aqui seu ponto de vista, reafirmando a posição de alguns painelistas de que é fundamental o voto impresso.

Agora, do Instituto Resgata Brasil, Beatriz Kicis.

Cumprimento a Raimunda, porque ela foi disciplinada, ficou nos cinco minutos combinados.

A SRª BEATRIZ KICIS – Bom dia ou boa tarde a todos os presentes.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Senador Paim por essa oportunidade, por abrir esse debate tão importante, Senador.

Nós temos visto que, apesar da insistência, incompreensível para nós, do TSE em descumprir a lei do voto impresso, essa foi uma lei amplamente aceita por esse Parlamento. Esse Parlamento lutou por essa lei junto com o povo, na medida em que derrubou, com 71% dos seus integrantes, o veto a essa lei. Então, percebemos que o Parlamento representou, sim, o povo brasileiro nessa lei, mas existem órgãos executores que se recusam a cumpri-la sob os diversos argumentos.

E, quando nós continuamos nessa luta junto ao TSE, participando das audiências, entrando, inclusive, o Instituto Resgata Brasil com representações, pedindo esclarecimentos ao TSE, fomos surpreendidos, depois, com a Adin. Então, vimos que se mudou agora o palco da luta. Estávamos lutando junto a um órgão executor, e a luta passou agora para o Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso tudo é extremamente desgastante e é um dos motivos pelos quais estamos agora com esse grande desafio de levarmos o povo às urnas para votar, porque o povo realmente está cansado. E, hoje, o brasileiro se sente tratado como um cidadão vira-lata.

Foi citada aqui a Alemanha, e eu gostaria de lembrar que na Alemanha a Corte Constitucional julgou inconstitucional a urna eletrônica sem voto impresso exatamente porque – e justificou na sua decisão – o eleitor, o homem comum, que não tem que ser um especialista em informática, não tem como conferir de moto próprio, como disse o Prof. Pedro Rezende, com seus próprios olhos para onde vai o seu voto. E disse mais a Corte: que nem o eleitor e nem os fiscais e partidos poderiam fazer essa conferência. E, por isso, essa urna na Alemanha foi considerada inconstitucional.

Mas não foi só na Alemanha. Na Índia, em 2013, a Corte Constitucional da Índia entendeu, pelos mesmos motivos, que sem o rastro de papel as urnas feriam o princípio da publicidade. E, no ano seguinte, em 2014, na Índia, que conta com 800 milhões de eleitores, muito acima do número de eleitores brasileiros, conseguiu implementar o voto impresso.

No Paraguai, existe a urna eletrônica com o voto impresso; na Argentina, com o voto impresso...

(*Soa a campainha.*)

A SRª BEATRIZ KICIS – Somente no Brasil o TSE não consegue implementar o voto impresso? Diz que as urnas dão problema, problema de atolamento e outras questões, que não há dinheiro.

Os cidadãos conseguiram com o Relator do orçamento mais R$250 milhões para o voto impresso. Então, nós, cidadãos não paramos de lutar em nenhum minuto, desde 2015, antes disso, porque nós lutamos para ter essa lei, lutamos pela derrubada do veto, lutamos para o cumprimento da lei e continuamos lutando agora.

Então, eu agradeço a V. Exª e gostaria de reafirmar aqui o pedido, a sugestão do Dr. Samuel, para que seja feito, para que seja realmente averiguado se há crime de responsabilidade pelos agentes públicos se não estão cumprindo a lei, e a CPI é uma ótima sugestão também, que deixo aqui, para essa Casa.

Muito obrigada pela oportunidade, Senador Paim, e agradeço a todos os presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Beatriz Kicis, do Instituto Resgata Brasil, que na sua defesa mostrou o exemplo em diversos países do mundo em que o voto voltou a ser impresso.

O SR. PEDRO ANTÔNIO DOURADO DE REZENDE – Senador, gostaria de comentar que a Índia era o penúltimo país do mundo que ainda fazia votação puramente eletrônica sem registro material do voto. Com a mudança, pela Corte Constitucional na Índia, o Brasil hoje é o único país que ainda faz eleição sem registro material do voto no mundo democrático.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Maciel Joaquim, ativista independente, para que expresse também o seu ponto de vista.

O SR. MACIEL JOAQUIM – Eu sou um cidadão brasileiro, sou um eleitor brasileiro e acho que isso deve bastar para que a gente possa exigir que tenhamos o cumprimento da lei exigir que tenhamos o cumprimento da lei agora em 2018, com o voto impresso, o voto auditável. A gente entende que há uma movimentação muito grande para que isso não aconteça. Nós temos um grupo de poder instalado no País, e eu vou deixar bem claro qual é esse grupo de poder: é um grupo de poder da esquerda.

A esquerda inventou a urna eletrônica, a esquerda inventou o Foro de São Paulo, um grupo nada democrático, que reúne grupos de guerrilhas, de narcotráfico e ditadores, como Fidel Castro em sua época. Então, grupos assim não estão aí para lutar por democracia, porque chamam pessoas como essa para supostamente defender uma democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cadê a democracia de Cuba? Falou-se aqui que se derrubou uma ditadura no Brasil com o voto. Quando é que Cuba terá essa chance? Quando é que os eleitores de Cuba terão um voto direto, fundarão seus partidos políticos, terão sua liberdade na imprensa para falar o que querem?

Então, estamos aí: a esquerda com seu mecanismo dentro do poder, aparelhando o Estado, e nós vemos hoje uma briga que os eleitores estão tendo contra o Estado, contra o TSE, contra até o STF, para conseguirmos o incrível, o inacreditável, que é um voto auditável. Então, se existe algum grupo que luta por democracia neste País não é a esquerda, é a direita, porque nós pedimos auditoria dos votos, que os votos sejam conferidos.

Então, estamos aqui. Sou Maciel Joaquim, sou eleitor, exijo que seja cumprida a lei: voto impresso ou o meu voto no papel. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Maciel Joaquim, ativista independente.

Maciel Joaquim, foi boa a tua fala, e vou te explicar por quê. Às vezes um pessoal da TV liga para cá e diz que a gente não abre para todo mundo. Eu abro sempre para todo mundo que está aqui presente. Inclusive – este esclarecimento é importante –, eu estou fazendo um debate sobre segurança pública, e chamei aqui os policiais da área civil, chamei os policiais militares, chamei os soldados que estão na linha de frente, chamei todos os setores para fazer o debate. E aqui você, agora, deu o seu depoimento livremente, pelo tempo que entendeu necessário, mostrando que esta Comissão é democrática.

Em qualquer país do mundo, há pessoas de direita, de centro e de esquerda, e que pensam de forma diferente. Isso é a democracia.

O SR. MACIEL JOAQUIM – Quero complementar sobre o tempo. Eu completo e parabenizo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um pouquinho, só um pouquinho, eu vou deixar você complementar.

Eu só quis enfatizar a sua fala, e vou dizer mais: alguém disse por WhatsApp para eu não deixar... Eu disse que iria deixar, sim, porque aqui fala todo mundo. Isso é democracia e direito de opinião e posição.

E você, corretamente, ainda tem, sim, mais um minuto.

O SR. MACIEL JOAQUIM – Então, é só para comentar.

Existem políticos que até nos defendem, mas não existe um partido que lute. O seu partido, o PT, conseguiu fazer o maior esquema de corrupção do País – está comprovado, estão sendo presos –, mas não conseguiu lutar pela democracia que defende, que é o voto auditável. Então, corrompem um país para supostamente defender a democracia, mas não implantam o voto auditável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem. Eu te dei mais um minuto e vou te dar um detalhe importante, que talvez você não saiba.

Eu não quero personalizar neste ou naquele partido... O Tribunal Superior Eleitoral listou os dez partidos mais corruptos do Brasil. Está lá, foi publicado...

O SR. MACIEL JOAQUIM – Vai dizer que ele era de direita?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, calma! Eu te dei aqui democraticamente o espaço...

O SR. MACIEL JOAQUIM – Beleza, mas não vai botar na conta de direita, porque nós não temos nem partido direito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Calma, ninguém fez isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está tão bom o debate, te dei a palavra, inclusive, duas vezes. Só me deixe expressar: o Tribunal Superior Eleitoral distribuiu o nome – não fui eu – dos dez Partidos mais corruptos...

O SR. MACIEL JOAQUIM – Vai citar quem é de direita aí?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Rapaz, eu não estou aqui classificando ninguém, nem de direita, nem centro, nem esquerda. Eu disse que não ia personalizar o debate, fazendo ataque individual a ninguém nem à direita, nem ao centro, ou à esquerda. Estou apenas mediando o debate.

O SR. MACIEL JOAQUIM – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria que você entendesse isso.

Todos aqui falaram no mais alto nível, ninguém fez ataque pessoal a esse ou àquele Partido, ninguém. O pessoal fez teses, pode ter aí... As teses são legítimas.

Eu só queria terminar essa explicação que eu estava dando dos dez Partidos, e não deveria estar. Dos dez Partidos maiores, o PT ficou em nono lugar.

Isso não é defesa, porque para mim não tinha que estar nem em nono e nem vou dizer aqui quem está em primeiro, quem está em segundo, quem está em terceiro, quem está em quarto, quem está em quinto, quem está em sexto, quem está em sétimo e quem está em oitavo.

Não vou dizer, porque não gosto de personalizar, dessa mania de dizer: "Não, aquele não presta. Aquele é isso, aquele é aquilo". Não é por aí, o debate democrático tem que ser nos campos das ideias, das causas que cada um defende, como vocês defenderam aqui os pontos de vistas de vocês.

Eu acho legítimo. Fizeram belas defesas aqui do voto impresso – foi ou não foi, Professor? – independentemente de posição. E outros que pensam diferente disseram: "Não, nós achamos que o voto tem que ser eletrônico".

E pelo que percebi o debate foi no mais alto nível.

Então, eu queria aqui e agora, se vocês todos me permitissem, que déssemos uma grande salva de palmas para a democracia, porque essa é que imperou aqui, nesta reunião. (*Palmas.*)

Muito obrigado pelo entendimento de todos.

Nós tínhamos combinado, pessoal... Eu sei muito bem que na medida em que a coisa vai avançando, como o debate começa e como o debate termina. Nós combinamos que haveríamos de abrir a palavra para três do plenário.

Já há mais quatro inscritos. Se eu abrir, e nós temos horário de concluir... Agora, é a hora de eu passar para os que estão como convidados para usar da palavra.

Vamos começar do último para o primeiro. Então, começo com o Pedro Antônio Dourado Rezende.

Quero dizer, Pedro Antônio Dourado Rezende, que você terá o tempo de dez minutos, se assim entender, para as suas conclusões. Todos que falaram terão o tempo de 10 minutos para as conclusões.

Às vezes, quando eu abro esse espaço alguns falam cinco, outros falam dois, outros falam um.

Vai lá doutor.

O SR. PEDRO ANTÔNIO DOURADO DE REZENDE – Senador, eu gostaria de perguntar se seria permitido eu transferir o meu tempo para o Mariani, que está pedindo palavra ali. É um grande lutador que me colocou aqui como convidado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, eu peço até o seguinte... Eu vou permitir, sim. O Dr. Mariani vem para cá, o senhor vai para lá e ele usa o seu tempo.

O SR. MARCOS MARIANI – Pode ser daqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser daí? Então, está certo.

O SR. MARCOS MARIANI – Muito obrigado, Professor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quis ser mais gentil ainda em nome da Mesa.

O SR. MARCOS MARIANI – Nós temos 10 minutos. Cinco minutos são suficientes, e o Professor complementa, então.

Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. MARCOS MARIANI – Fica melhor, porque eu fico na mesma situação dos outros aqui.

Olha, eu queria primeiro agradecer a gentileza, agradecer e parabenizar o senhor também. Quero lembrar, sim, que V. Exª foi um dos que votaram pela derrubada do veto em 2015. Então, tenho muito respeito e admiração pelo seu trabalho, que acompanho de longa data, pessoalmente aqui no Senado e através das notícias, da Voz do Brasil, sempre presente. Então, acreditamos muito na boa-fé de V. Exª.

Com relação ao que foi falado aqui de que seria um debate democrático, realmente é um debate democrático. Há lados que falam a favor da urna eletrônica; outros, contra a urna sem impressora.

Mas aí vale ressaltar o seguinte: um dos lados, que não é favorável à impressão do voto ou voto no papel, ao se posicionar dessa forma, está se colocando na posição de retirar o direito do outro lado, o direito de contar, de auditar, não é? Inclusive, o direito de fiscalizar, garantido pelo art. 221 do Código Eleitoral, que é claro nesse sentido, do direito da ampla fiscalização, sob pena de se anular uma eleição.

Eu acho que a gente não deve deixar de registrar aqui o verdadeiro boicote que houve ao voto impresso, a partir de 2015. O TSE, inclusive, tem uma lista que está sendo distribuída – não sei se o senhor teve acesso a ela – com vários pontos que consideramos atos ilícitos, como ocultação de verdade. Inventou que havia necessidade de comprar uma nova urna e, a partir daí, superfaturou o valor dessa urna. Disse não havia dinheiro, ignorando a Lei dos Gastos Públicos, porque traz uma das exceções os gastos com eleições em anos não recorrentes. Então, ele usou todo tipo de artifício e de artimanha, vamos dizer assim, para impedir a implementação da lei.

Nós fizemos um esforço aqui junto ao Congresso Nacional, a Drª Cortiz, colega do Prof. Pedro, assinou um ofício endereçado à Comissão de Orçamento, e foram provisionados por este Congresso R$250 milhões para a compra de impressoras para a totalidade das urnas. Foi sancionado o orçamento, esse recurso está disponível, e ainda assim o TSE se recusa a licitar a compra das impressoras. Insiste em 5% e não apresenta justificativa para tal.

Então, o TSE não tem mais credibilidade alguma, porque ele não se justifica. Eu não estou vendo nenhum representante do TSE aqui para se defender e colocar isso.

Esta já é a terceira audiência a que eu venho. Em 2014 foi feita uma em que não apresentaram nenhum representante, logo após as eleições. Em 2017, também.

No dia 30 de novembro, inclusive, foi denunciado publicamente por um outro membro do CMind, Amílcar Brunazo, que as urnas existentes se prestam à impressão do voto. Existem 474 mil urnas, Senador aptas para a impressão do voto, bastando para isso o acoplamento da impressora.

O TSE não vem aqui, fica isso tudo por isso mesmo. Na vez em que veio, em 2015, na CPI dos Crimes Cibernéticos, o representante, o Secretário de Tecnologia faltou com a verdade duas vezes – estamos buscando apoio de Parlamentares para encaminhar representação contra esse indivíduo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a situação é muito grave, e gostaríamos muito de contar com o apoio de V. Exª e dos Partidos Políticos para que a gente possa trazer à luz do conhecimento público todos esses fatos e que a lei possa realmente ser defendida com toda a sua importância, dentro do Supremo Tribunal Federal.

(*Soa a campainha.*)

Eu acredito que é uma bandeira importante, isso é interesse público.

E os bônus para os Partidos e os candidatos serão muito maiores do que os ônus.

Eu agradeço mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu cumprimento V. Exª pelo nível do debate. Esse é o nível que eu respeito. (*Palmas.*)

Eu respeito e acho bonito. A democracia só ganha.

V. Exªs que têm defendido essa posição, a têm defendido em alto nível e não estão partindo para ataque pessoal a ninguém, porque senão como a gente vai fazer reunião se um começa a política do ódio? Parece uma coisa que foge ao bom senso.

Eu não estou criticando nenhum daqueles que usaram a palavra, mas o bom senso é saber respeitar posições divergentes.

Eu achei que você foi brilhante em uma defesa, como foi a senhora – permita-me, o seu nome é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Beatriz.

Ela deu o exemplo de diversos países do mundo onde já não existe... Esse é o debate que eu aprendo a respeitar.

Ficam aqui os meus cumprimentos a ambos.

Agora, eu só tenho cinco minutos.

O SR. PEDRO ANTÔNIO DOURADO DE REZENDE – Bem, eu gostaria de estender um pouco um dos pontos que Mariani levantou.

Nós, que estamos aqui pleiteando o cumprimento de um direito que foi votado nesta Casa e que foi sancionado por uma derrubada de veto, não estamos fazendo a campanha da crítica pela crítica. A gente está pedindo que a lei seja cumprida. A gente está tentando dar uma solução de evolução a um sistema de votação que concentrou poder demais em uma autoridade que imiscuiu sua função judicativa com a função executiva, e ninguém parece interessado em desatrelar essa mistura que está sendo perniciosa para a República.

O motivo pelo qual essa mistura da função judicativa da Justiça Eleitoral com a função executiva do serviço eleitoral, que é exercido pela Secretaria de Informática, está bem registrado nesse pedido de CPI, a que tipo de absurdo ele pode levar.

Bem, então, eu acho que procurei expor o meu ponto de vista no tempo que eu achei que era necessário, não vou me alongar mais. Apenas quero reforçar esse ponto que o Mariani está colocando.

Ninguém está aqui para criticar o sistema pura e simplesmente. Estamos aqui para exigir o cumprimento de um direito por um órgão de Estado que deveria estar executado o serviço público de fazer o processo eleitoral transcorrer conforme a lei e que, nesse quesito, está se omitindo. Isso pode ser crime de prevaricação.

E, ao se omitir, ele está se abrigando na função judicativa que está atribuída ao mesmo órgão para transformar essa situação no questionamento da constitucionalidade da lei com os argumentos mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estapafúrdios possíveis, que serão julgados por quem tem interesse na causa, porque metade dos juízes que vão julgar essa Adin são membros do Tribunal Superior Eleitoral.

Como fica a República em uma situação dessas? Se essa lei do voto impresso cair, eu temo pela continuidade do regime democrático no Brasil, porque estaria legitimando a ruptura democrática, cuja agenda estamos percebendo nesse movimento do voto nulo, da abstenção etc. Então, é um momento importante.

O Samuel foi brilhante colocando isso aqui. A gente precisa chamar o Poder Legislativo à sua responsabilidade e cumprir o seu papel neste momento. Não deixem essa Adin ser votada sem a interferência do Legislativo em relação a como o Poder Legislativo vê essa Adin oportunista entrando nesse momento e sentando em uma gaveta até um momento que não sabemos qual vai ser.

O momento é urgente, porque estamos na mesma situação da Revolução de 30, onde uma crise econômica se agrava, o Estado perde a capacidade de cumprir a sua função executiva e, com isso, ele abre espaço para a ruptura democrática. É o que a gente está vendo.

Aquela aprovação da medida provisória que colocou teto nos gastos públicos, exceto o de financiamento da dívida, foi entregar a chave do cofre da República para os banqueiros, para os bancos que estão mandando no Banco Central.

Onde isso vai dar em um processo eleitoral que está sequestrado com essas manobras, com essas artimanhas judicativas que a gente vendo e discutindo aqui? É o momento de o Legislativo tomar pé da situação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO ANTÔNIO DOURADO DE REZENDE – ... do momento político que a gente está vivendo e cumprir a sua função.

Agradeço, Senador, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Quero cumprimentá-lo pelo alto nível qualificado, defendendo teses, causas, e não ofensas pessoais.

Ficam aqui os meus cumprimentos ao senhor.

O SR. PEDRO ANTÔNIO DOURADO DE REZENDE – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma salva de palmas eu queria dar para ele. (*Palmas.*)

Quando o cara não tem argumentos ele parte para ofensa. Quando tem argumentos é essa beleza de argumentos que eu ouvi aqui. E não só os seus, mas de diversas pessoas do plenário.

Sylvio Costa, fundador do Congresso em Foco.

O SR. SYLVIO COSTA – Eu vou ser bem breve. Certamente, não usarei esses 10 minutos.

Mas, voltando ao tema original da audiência, dos votos nulos, em branco e das abstenções, eu acho que ele está relacionado com o problema de representatividade. É um problema de representatividade que envolve o Parlamento, mas que envolve o funcionamento de todas as instituições de Estado.

Quer dizer, eu acho que a gente viu nos últimos anos uma coisa bacana que foi isso de a Justiça, o Ministério Público, a Polícia Federal estarem atuando com mais independência e colocarem pela primeira vez ricos e poderosos na cadeia, embora só alguns ricos e só alguns poderosos.

Há uma crítica de seletividade aí que me parece merecer reflexões, mas o fato é que mesmo esses órgãos que se destacam nessa frente de combate à corrupção, ele se veem flagrados em contradições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente reprováveis no meu modo de entender. Quero dizer, o Ministério Público e a Justiça que fazem a Operação Lava Jato, que, apesar de algumas falhas, no meu entendimento tem um saldo preponderantemente positivo até aqui, esse mesmo Ministério Público, esse mesmo Judiciário defendem, por exemplo, auxílio-moradia para quem tem casa própria na cidade onde trabalha, defendem salários absolutamente irreais, muito acima da capacidade de pagamento do Tesouro Nacional e das possibilidades de um povo que já paga muito imposto e que tem muitas dificuldades em quase todas as áreas.

Então, eu acho que há muita coisa a fazer, não apenas no sistema político, mas no funcionamento do Estado em geral. Em relação a essa questão que meio que concentrou a discussão aqui sobre o voto impresso, a gente no Congresso foca muito tempo, publica textos, artigos que alertam para os riscos que a Justiça Eleitoral de certo maneira contratou ao fazer a votação eletrônica sem o voto impresso.

Eu acho que o Prof. Pedro e outros que o antecederam colocaram com muita clareza que se trata de cumprir uma lei agora. Então, agora realmente não vejo sentido em o Tribunal Superior Eleitoral dificultar a aprovação de uma lei.

Bom, eu vou encerrar por aqui.

Quero agradecer mais uma vez ao Senador Paim, quero agradecer às pessoas que acompanharam e vamos torcer para que essa situação do voto impresso se resolva também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Muito bem, Sylvio Costa, fundador do Congresso em Foco.

Eu digo pela própria existência do Congresso em Foco e, repito aqui, não é um debate ideológico, tanto que muitas vezes fui lá e vi. O primeiro prêmio, inclusive, que foram os internautas que votaram, para setores que não representam a minha posição – todo mundo sabe a minha posição – e, respeitosamente, foi lá, falou, discursou e recebeu o prêmio, porque assim é o processo democrático.

Fica aqui uma salva de palmas para o Congresso em Foco. (*Pausa.*)

O Congresso em Foco simboliza muito essa democracia como também o Toninho que vai falar logo após o Francisco Urbano, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag.

O SR. FRANCISCO URBANO – Eu não vou usar os cinco minutos, vou só reafirmar o posicionamento de que o voto nuto e em branco favorece aqueles que são inimigos da democracia, aqueles que só se apropriam do Estado, como os latifundiários, como os grandes grupos econômicos. Quanto menos o cidadão consciente deixa de votar, mais a elite vai garantir os seus candidatos, o seu povo. Participar das eleições é ajudar a construir a democracia, escolhendo pessoas em que você acredita para que você possa cobrar deles junto a sua categoria, nos seus sindicatos e com outros instrumentos que não são apenas o do partido ou do voto.

Na questão do voto impresso eu só diria o seguinte: se a impressão do voto não fere o direito do cidadão de votar, por que, por conta de algum dinheiro ou por conta de R$4 milhões... É como disse o colega: a democracia não tem preço, a democracia se faz com mecanismos e de acordo com a necessidade de garantir a liberdade de expressão do cidadão, como é seu direito. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Francisco Urbano, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Pelo que percebo aqui, independentemente da questão ideológica, a maioria dos convidados defendeu a tese do voto impresso. Isso é democrático e é bonito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Toninho do Diap representa uma entidade que é muito respeitada também. É só vocês verem ali os principais destaques. É um destaque pelo trabalho dos Parlamentares, independentemente da questão partidária, da gris partidária de cada um.

Toninho também dez minutos para suas considerações finais.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Eu fiquei aqui com a impressão de que, na defesa exacerbada da necessidade, com a qual também concordo, de voto impresso, nessa defesa, em dado momento, por uma das intervenções, me pareceu que quiseram insinuar que os partidos de esquerda só chegaram ao poder em dado momento porque fizeram uso desse mecanismo. Espero estar equivocado. Eu defendo o voto impresso, mas se alguém está imaginando que isso aconteceu está cometendo uma grande tolice porque o poder econômico jamais permitiria e tem influenciado todo esse processo.

Quero lembrar aqui, inclusive para demarcar bem a minha intervenção final, e dizer o seguinte: que se atribui a degradação do moral do Brasil aos governos anteriores ao Michel Temer, mais precisamente é aos governos do PT a quem fazem essa responsabilização.

Agora, eu queria lembrar aqui que foram esses governos que fizeram as legislações que jogaram luzes na relação entre Estado e mercado, entre Estado e sociedade. Quero lembrar aqui que não existia, antes de 2003 – e eu vou citar a data das leis –, as seguintes leis em vigor no Brasil, sem as quais seria impossível ter acesso a qualquer desvio de conduta de que natureza fosse.

A primeira lei, Lei da Transparência, chamada Lei Capiberibe, que obriga União, Estados e Municípios a disponibilizarem, em tempo real, todas as despesas dos agentes públicos de um modo geral. Hoje não se faz mais investigação à moda antiga. Vai-se na internet, os dados estão todos lá e se comparam esses dados, Lei da Transparência, aprovada em 2009.

Lei de captação de sufrágio, que aceita a evidência do dolo para efeito de cassação de registro de mandato, de 2009, com base na qual se cassou muita gente que abusou do poder econômico em campanha e que antes não existia.

Lei da Ficha Limpa, 2010, que analisa a vida pregressa dos candidatos – todas essas tiveram a sanção de um Presidente do PT assinando em baixo.

Lei de Acesso à Informação, de 2011, sem a qual seria impossível o cidadão ter acesso, como hoje tem, com facilidade, a todos os registros públicos. Se você quiser saber de qualquer servidor público quantas diárias ele recebeu em determinado ano basta requerer ao Ministério do Planejamento que ele prontamente informa. Você entra no portal, vê a matrícula desse servidor, pede lá e fica informado. E uma série de outras informações que não sejam caracterizadas como sigilosas.

Atualização da lei de lavagem de dinheiro, de 2011, sem a qual seria impossível o rastreamento desses recursos que andaram pelo exterior e que justificaram a prisão de muita gente, sem a qual seria impossível o Coaf, que é um órgão do Ministério da Fazenda administrado pela Receita, ter acesso à movimentação financeira de cada cidadão acima de R$10 mil e, se houver movimentação atípica, comparar com sua declaração de Imposto de Renda e, não tendo origem dessa renda, entrar com a investigação de lavagem dinheiro. E também fazer convênios internacionais para liberar recursos do exterior para cá.

Lei de Conflito de Interesses, que penaliza com rigor a prática da advocacia administrativa para os servidores públicos e que instituiu a quarentena, que é a proibição de servidores que tiveram acesso a informação privilegiada poder, durante seis meses, usar dessas informações sob qualquer modalidade.

A lei de responsabilização da pessoa jurídica, de 2013. No Brasil não existia, até 2013, a figura do corruptor, existia só a do corrupto, e foi com base nessa lei que vários corruptores, a maioria – a maioria, não, todos –, todos os empresários puderam ser presos neste País, e, a partir daí, com base em outra lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse período, que é a lei da delação premiada ou lei que trata do combate do crime organizado, esses empresários denunciaram todos aqueles que se beneficiaram desse esquema de corrupção.

Querer atribuir à emenda à Constituição, em que o Senador Paim teve participação, que tornou aberto o voto na cassação de mandato, na apreciação de veto, que é de 2013...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – É.

Com essas leis, instituições que eram de Governo, que faziam o que o Governo mandava, passaram a ter autonomia e, portanto, puderam atuar como instituição de Estado, que são os órgãos de fiscalização: o Tribunal de Contas da União, Ministério Público, Receita Federal, Polícia Federal e outros mais que têm essa função.

Então, acho que a gente, quando for falar desse tema da corrupção, tem que levar em conta esses aspectos.

O PT teve responsabilidade nisso? Teve. Houve desvio de conduta na sua gestão? Houve. E está sendo punido em primeiro lugar em relação aos outros, mas não significa que os outros ficarão impunes também não.

Então, isso foi uma mudança de paradigma que aconteceu no governo do PT, é bom dizer isso, e os outros não fizeram, e que vai se repetir nos próximos 200 anos, porque essa é a regra da transparência: quem agir em desacordo com a legislação, em desacordo com a ética, com a decência, com o princípio republicano, vai responder por isso, vai pagar penal e civilmente por esse desvio de conduta.

Então, eu queria só fazer esse registro para não ficar aqui essa responsabilização sobre a esquerda como responsável ou alguém que se beneficiou de esquemas escusos ou que se beneficiou exclusivamente de esquemas escusos.

Então, com isso aqui eu queria mais uma vez cumprimentar o Senador pela iniciativa e agradecer a paciência de todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Esse é o Toninho do Diap, que fez questão... Porque aqui não é debate de esquerda contra a direita ou centro, é um debate sobre o processo eleitoral, em que, pelo que percebi, a ampla maioria é favorável à tese da importância de que tenhamos também o voto impresso.

O Procurador do Estado do Mato Grosso do Sul, membro da Associação Pátria Brasil, Sr. Felipe Marcelo Gimenez.

O SR. FELIPE MARCELO GIMENEZ – Obrigado, Senador.

Quero, de público, manifestar a minha admiração pelo Prof. Pedro. Ele é o nosso Yoda, alguém que está lutando incansavelmente há anos contra essa máquina, contra a mentira que essa máquina representa.

Eleição limpa não é assunto de direita ou esquerda. Eleição limpa é assunto da cidadania. E não há direito humano – a proposta da Comissão –, não há direito humano mais importante do que ser cidadão, porque não há direito humano para escravo. Então, que os Poderes e as autoridades nos tratem e tratem cada cidadão brasileiro como cidadão, e não súdito. Não somos súditos.

A respeito da resolução e da alteração que ela provoca na lei: a redução do alcance da lei pela limitação a 5% das seções eleitorais é, na verdade, uma alteração da ordem normativa que incide sobre o sistema eleitoral e é um princípio constitucional, que é o princípio da anualidade. Se a Corte eleitoral pretende alterar a legislação, avocando para si o Poder Legislativo, ainda que o faça, deverá respeitar a contenção do princípio da anualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um detalhe não menos importante é que há pelo menos dois pedidos de *impeachment* do Ministro Gilmar Mendes estacionados nesta Casa. E eles precisam ser vistos, precisam ser examinados.

Eu quero lembrar um testemunho que tenho dentro da Procuradoria de uma assessora, uma policial militar cedida para a Procuradoria do Estado. E ela testemunha que seu pai concorreu à eleição como vereador. E ela, muito carinhosamente, votou em seu pai, uma campanha muito pobre, teve poucos votos. E, na seção eleitoral onde ela votou, não havia nenhum voto para seu pai. E ela lamentava para o pai: "Não tenho como lhe provar que votei no senhor."

O professor fez uma analogia com a recusa dos bispos em olharem para o céu através das lentes de Galileu. Bertrand Russell propôs uma analogia, que é conhecida como o bule de chá de Russell ou o bule celestial: tendo ele proposto que um bule de chá orbita o Sol, nenhum dos seus contendores poderiam provar a negativa. E aí ele próprio faz a reflexão: no entanto, não cabe a quem duvida a prova, porque seria a prova diabólica. Em Direito Processual é assim que se dá o nome de uma prova que se exige de algo que não existe.

A urna eletrônica processa a eleição como se fosse esse bule celestial de Russell. Supostamente ela orbita num planeta de verdade, instituído pela direção do TSE, e o cidadão brasileiro fica à míngua, sem poder levantar nem sequer a sua dúvida, porque o segredo ocorre naquele interior e é inacessível. A prova física permite a acessibilidade e a fiscalização.

Eu volto a insistir, Excelência: por favor, consiga que algum partido político ingresse na Adin para fazer a defesa da lei, para fazer a defesa do ato de que o senhor participou como legislador. E aqueles que não puderem, pela legitimação do art. 103, que o façam como *amicus curiae*, embora a atuação do *amicus curiae* seja bastante restritiva. Mas eu imploro para que os partidos políticos percebam a importância desse momento e o significado que isso tem para os cidadãos brasileiros. Ingressem na Adin, façam a defesa da lei que os senhores votaram.

Por fim, quero citar uma frase de um poema de uma frase, do poeta português António Nobre: "Nos fios tensos da pauta de metal, as andorinhas gritam por falta de uma clave de sol". Sol é uma analogia, clave, etimologicamente, é chave, e pauta é pacto. As notas musicais só funcionam, só existem mediante a chave. A clave de sol definirá a existência das notas.

Nós estamos clamando para que nessa pauta da nossa existência, os princípios constitucionais, que são a chave da existência da democracia, existam. As andorinhas clamam pelo sol porque são seres que fazem o voo planado, que dependem da atividade térmica na atmosfera. Nossa cidadania depende do respeito aos princípios constitucionais. Nós clamamos, clamamos aos senhores que façam valer os princípios constitucionais, o princípio da publicidade; que façam valer a legitimidade da outorga que os senhores têm pela lei que votaram. Não queremos ficar só clamando, Excelência, queremos que os senhores nos ouçam; que a nossa cidadania possa existir mediante o respeito, a chave que é o princípio constitucional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi Dr. Felipe Marcelo Gimenez, Procurador do Estado do Mato Grosso do Sul, membro da Associação Pátria Brasil.

Como toda audiência pública, a gente tem encaminhamentos. Esse é um encaminhamento que vou fazer à Secretaria Geral dos trabalhos, para que esse apelo feito aqui por ampla maioria – acho que só um defendeu visão diferente – seja encaminhado aos Presidentes da Câmara e do Senado no sentido de que eles dialoguem com os líderes partidários, porque assim se encaminha para que eles assumam essa, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diria, responsabilidade de interagir para que o voto impresso seja também contemplado, e não somente a urna eletrônica. O.k.?

Então, para concluir, eu vou passar para o Samuel Gomes dos Santos, que foi o primeiro a advogar essa tese, inclusive inspirado numa proposta do grande Senador Requião, que trouxe esse debate para esse plenário. Você que abriu essa fala.

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – Muito bem. Senador Paim, eu queria dizer que, quando fui convidado para participar, pelo nosso indefectível Augustino Veit, ele me pediu uma indicação de alguém que pudesse falar a respeito dessa questão especificamente do voto impresso, do registro impresso do voto. Então, eu indiquei o professor Rezende. Portanto, o convite para mim foi também para tratar desse tema, embora oficialmente....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não sabia que o Prof. Rezende era indicação sua.

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – Ele é, como eu disse, o Yoda, não é? Realmente ele é o oráculo de toda uma geração. Eu estou meramente dando palpite.

Mas quero dizer o seguinte. Não sei se foi o Senador Paim, eu não me lembro quem disse, que os partidos são instrumentos, são ferramentas. É verdade. Os partidos não são um fim em si mesmo. E a democracia, claro que nós não podemos defender a democracia instrumental. A democracia é um fim em si mesmo, mas eu sou um patriota, eu, meus avós, meus primeiros antepassados, Senador Paim, chegaram em 1730 no Porto de Rio Grande, vindo da Ilha de São Jorge, dos Açores. Se há algo que me identifica, que me constitui como ser humano, é me sentir brasileiro e patriota. E a vida é mais complexa do que imaginam as nossas vãs filosofias. De repente estou eu aqui, um homem de esquerda, um indignado com a prisão do Presidente Lula, que não tem pé nem cabeça, é uma violência! E uma violência de um tecnocrata...

Agora, quer dizer então que nós confiamos, nós vemos que essas... E digo isso, estou aqui, e me sinto bem estando aqui ao lado neste momento de pessoas que, ao que vejo, podem até defender o Bolsonaro, coisa assim, gente, digamos, que seria de extrema direita, mas vejam como, dependendo das situações, isso tudo se dissolve, como disse bem o companheiro.

A eleição limpa é uma eleição contra a qual ninguém pode ser. E se alguém é contra está errado. Eu não quero saber de que lado ele é, se é de direita, de esquerda, de centro, de avesso... Se ele não consegue entender, como disse o nosso camponês, o nosso líder camponês...

A pergunta mais importante desta audiência foi feita pelo nosso companheiro Urbano, da Contag. Por que não? Esta é a pergunta, Senador Paim: Por que não? Por que é que não se pode ter, como na Alemanha, na Índia, no Paraguai... Por que aqui... "Ah não, aqui é o seguinte, é que aqui é diferente." Os nossos tecnocratas são mais lúcidos, confiáveis e geniais do que todos os demais tecnocratas do mundo. Porque o que o TSE está dizendo, ele está dando um "carteiraço" na cara da nacionalidade, da democracia brasileira, dizendo assim: "*La garantia soy yo.*" (*Risos.*)

Espere aí, mas tem isso, tem a Unicamp, tem o Prof. Rezende, tem a Índia, tem a Alemanha, tem o menino lá da Unicamp, qual é o nome dele?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – Tem o Diego Garcia, tem o Brizola, tem o Requião... Mas espera aí...

"*No, no, no. La garantia soy yo.*"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, *la garantia no es el TSE*. A garantia é o povo brasileiro, como disse muito bem a minha companheira – digo companheira porque é brasileira, nem sei que profissão de fé professa na política. Disse bem ela: o fato de que os brasileiros aos milhões não confiam nesse sistema é razão suficiente para que se invistam 30 ou 40 vinténs, ou milhões, para garantir que o eleitor brasileiro saia da urna tranquilo – para nós não entrarmos em questões de natureza técnica, e sobram as razões de natureza técnica, como disse muito bem também as pessoas aqui.

E outra coisa, eu queria dizer o seguinte. Presidente Paim... Aliás, fica bom esse Presidente Paim. Soa... Soa bem! (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – Mas, Presidente Paim, desta reunião, eu queria dizer ao senhor o seguinte, o senhor veja bem, eu queria terminar, concluir, com uma reflexão do Gen. Villas Bôas, há dois anos, numa palestra. O General disse o seguinte, disse uma obviedade: de 1930 a 1980, o Brasil foi o País que mais cresceu no mundo. De 1930 a 1980. Nós estamos falando de Getúlio, do interregno Dutra, de JK, Jânio nem conta, de Jango, dos militares... Até então, o Brasil foi o País que mais cresceu no mundo, porque o Brasil tinha um projeto. O Brasil tinha um projeto nacional. O Brasil sabia para onde ia. Começou com Getúlio e terminou com os militares nacionalistas. Para que se faça aqui justiça, por exemplo, para ver que, quando se tem um projeto nacional, não se entra nessas firulas de direita, de esquerda, essas coisinhas que às vezes não dizem muita coisa.

Quando Angola, Presidente Paim, declarou a independência, um regime socialista, ao mesmo tempo descolonizou e virou socialista. O primeiro país não da órbita da União Soviética que reconheceu a independência de Angola foi o Brasil. Quem era o Presidente do Brasil? Ernesto Geisel.

O Kissinger, Secretário de Estado, pegou um avião e veio aqui, inventou uma pauta, uma agenda, para se reunir com o Presidente Geisel. Começou aquela conversa mole e quando ele tocou nesse assunto o Geisel parou e disse: "Esse assunto não está na agenda da nossa reunião." E mandou o Kissinger de volta para os Estados Unidos. Portanto, ser patriota, ser nacionalista, não tem a ver com direita e com esquerda.

Agora, neste assunto que nós estamos tratando, eu não confio na infalibilidade, nem na honestidade a toda prova dos tecnocratas do TSE, nem nos técnicos do TSE. Não digo que são desonestos, mas digo que são humanos, para dizer o menos.

E não acredito na infalibilidade e na honestidade absoluta, a toda prova, acima de Deus, dos senhores, de S. Exªs os Ministros do TSE – que são do STF, alguns. Portanto, não acredito no STF para resolver esse problema. Nós temos que lutar, e o senhor tem razão: tem que fazer com que isso seja escancarado. Os partidos têm que entrar.

Agora, Presidente Paim, sem dúvida nenhuma, se há algo que justifica um mandato, e o senhor, que é um Senador da República com todas as letras: é preciso que alguém assuma e honre a história do Brizola, do Requião e de cada camponês e brasileiro, que tem o direito de ter o seu voto auditável. Ou bem nós dizemos... Porque há dois valores em jogo: o valor da transparência, que é o que nós todos aqui estamos defendendo, e o valor da rapidez e da agilidade, que é onde S. Exªs do TSE buscam afirmar-se. Não precisamos gastar nenhum dedo de prosa aqui para dizer que são valores que não têm a mesma hierarquia. A transparência é o que garante a convivência democrática. Nós sabemos em que caos o Brasil foi afundado porque o Sr. Aécio Neves resolveu brincar de não aceitar o resultado das eleições. Onde é que nós nos enfiamos – e vamos sair, se Deus quiser – melhores disso. Garantir o resultado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inquestionável, a legitimidade do processo eleitoral, é o que garante o Brasil ter um projeto nacional, que é o que está faltando para este País. Portanto não é uma questão menor.

Eu termino com esse agradecimento por essa oportunidade – eu, um humilde servidor aqui da Casa –, de expressar algumas ideias a respeito desse assunto.

(*Soa a campainha.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas V. Sª não é somente um humilde servidor aqui da Casa. Inclusive, só faço esse depoimento: V. Sª interagiu com muita competência quando a Comissão de Direitos Humanos oficializou uma visita ao ex-Presidente Lula lá na sua cidade, Curitiba. V. Sª foi um mediador: conversou com a Polícia Federal, conversou com todo mundo, e foi fundamental naquele momento para se cumprir a decisão da Comissão.

Eu quero agora entrar nos encaminhamentos. Cumprimento muito V. Sª, que levantou, que foi o primeiro a levantar, inclusive, esse tema. Vamos ver se isso aqui corresponde a 90% do pronunciamento daqueles que usaram a palavra. O encaminhamento é este: oficiar o Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para que se estabeleça o diálogo com os líderes partidários do Congresso – porque são as duas Casas –, para que a Lei 13.165, de 2015, valha efetivamente nas eleições de 2018, principalmente em relação à impressão do registro do voto, em todas as seções eleitorais do País. (*Palmas.*)

É isso? (*Pausa.*)

Olha, eu queria agradecer muito, muito, a todos vocês; a todos, todos, todos, pela forma altiva, corajosa – porque às vezes para ter lado e defender posições é preciso coragem também –, solidária, humanista como aqui todos se trataram. Houve um pequeno incidente, mas isso a gente não vai falar nada, até porque o moço não está mais aqui, né? Se tivesse que falar alguma coisa, eu ia falar com ele, para deixar que ele também expressasse seu ponto de vista. Mas é natural na democracia alguns pequenos incidentes, e não estou fazendo nem prejulgamento.

Só quero agradecer a todos vocês. Eu acho que o debate foi além da expectativa, alguns tentaram insinuar, dizendo: "É, você vai ter problema nesse debate!" Eu digo: "Duvido que eu tenha problema." Até porque eu conheço o plenário e conheço as pessoas do nosso País, independente das posições, e eu sou daqueles que diz: "Não existe democracia se você não respeitar – pode discordar – as visões de cada um." Sobre esses temas, sobre o que pensa, qual é o projeto de nação que nós queremos, como é a democracia que cada um pensa, em debates como este tem que expressar. E aqui vocês expressaram muito, muito bem.

Eu termino só agradecendo a todos e, se for necessário, teremos outros debates semelhantes a este que fizemos aqui, que vão na linha de fortalecer o processo democrático, que é isso que nós mais queremos.

Eu ia dar por encerrado, mas o...

O SR. MARCOS MARIANI – Um rápido lembrete, Senador, só para lembrar que existe um decreto legislativo proposto pelo Senador Lasier Martins, vai tramitar agora na CCJ, que vem no sentido de reforçar a legislação. Em função dessa dificuldade toda, o Senador encaminhou esse decreto legislativo, que trata dessa questão. Então, é importante a gente contar com o apoio de todos os Senadores aqui, no sentido de fazer a aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem. Eu só não vou abrir tudo de novo, senão a gente não encerra mais, hein, pessoal?

O SR. MARCOS MARIANI – Está tranquilo. Obrigado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, acho que, com a sua fala...

A SRª BEATRIZ KICIS (*Fora do microfone*.) – O encaminhamento sugerido por Samuel, de uma apuração da responsabilidade dos agentes do TSE e até de uma CPI também não poderia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas aí, o Samuel, como assessora – eu quero apenas encaminhar, porque foge da alçada da Comissão, não é? – o grupo chamado – o grupo, posso dizer isso – da minoria, ele pode levar essa questão, e aí, quem sabe, não seja a minoria, mas seja uma questão ampla, para aprofundar esse debate. O.k., Samuel?

Pessoal, muito obrigado a todos! É uma satisfação!

Uma salva de palmas à democracia! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e sete minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Telmário Mota, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, José Pimentel, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 10/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Aliança dos Povos Indígenas, fortalecendo a autonomia". Participantes: Gilberto Vieira dos Santos, Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário - CIMI; Daniele Osório, Defensora Pública, representante da Defensoria Pública da União; Samantha Rootsitsina de C. Juruna, Representante da Associação Xavante NAX; Lourenço Ferreira do Prado, Secretário de Relações Internacionais da UGT; Maurício Guetta, Representante do Instituto Socioambiental; Lia Zanotta Machado, Presidente da Associação Brasileira de Antropologia - ABA; Francinara Soares Martins, Liderança Indígena Baré; Alberto Terena, Coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB; Robson Haritiana Javaé Araújo, Presidente da Associação da Comunidade Indígena de Canuanã - ACIAC, Ilha do Bananal, estado do Tocantins e Secretário Adjunto da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas da UGT; Kretã Kaingang, Liderança Indígena Kaingang; Paulo Henrique Vicente Oliveira, Liderança Indígena Tupiniquim; e Antônio Carlos Alpino Bigonha, Subprocurador-Geral da República, membro da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão das Populações Indígenas e Minorias da Procuradoria Geral da República. Às onze horas e trinta e quatro minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Telmário Mota. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: enviar as notas taquigráficas desta reunião aos autores e relatores dos Projetos de Lei do Senado nº 654 de 2015 e 168 de 2018; do Projeto de Lei nº 3.729 de 2004; e da PEC 2015 de 2000, para que tomem conhecimento dos malefícios que estas matérias trarão aos povos indígenas, se aprovadas. Às onze horas e cinquenta e oito minutos o Senador Telmário Mota devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 10, de 2018, da CDH, de nossa autoria e de outros, para debater: Aliança dos Povos Indígenas, fortalecendo a autonomia.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação de todos. Por isso, quem tem interesse em participar com comentários e perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Começa nesta segunda-feira, dia 23, no Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília, uma grande atividade. Em meio ao maior ataque aos direitos indígenas dos últimos 30 anos, o Acampamento Terra Livre começa nesta segunda, 23, com 2,5 mil indígenas, em Brasília, com o tema: "Unificar as lutas em defesa do Brasil indígena – Pela garantia dos direitos originários dos nossos povos". A 15ª edição do Acampamento Terra Livre terá início nesta segunda-feira, dia 23, no Memorial dos povos Indígenas, em Brasília. Este ano está prevista a participação de pelo menos 2,5 mil indígenas e de mais de 100 povos das cinco Regiões do País.

Maior mobilização dos povos originários do Brasil, o ATL está inserido na Semana de Mobilização Nacional Indígena (MNI) e acontece em um contexto de ampla ofensiva sobre os direitos dos povos originários e de aumento da violência nos territórios.

Com foco no direito territorial, a principal reivindicação do acampamento é a retomada das demarcações das terras indígenas (TI) e a revogação do Parecer nº 1, de 2017, da Advocacia-Geral da União (AGU), oficializado pelo Presidente Michel Temer e que, na prática, inviabiliza os procedimentos demarcatórios.

Temer tem o pior desempenho, segundo eles, nas demarcações entre os Presidentes desde 1985. Ele não assinou nenhum decreto de homologação das terras indígenas e deixou passar em branco o 19 de abril, Dia do Índio, quando, em geral, os governos assinam portarias e decretos relacionados aos procedimentos demarcatórios. Nunca, como hoje, nos últimos 30 anos, o Estado brasileiro optou por uma relação completamente adversa aos direitos dos povos indígenas. O Governo ilegítimo de Michel Temer assumiu uma política declaradamente anti-indígena, pondo fim à demarcação e proteção das terras indígenas, acarretando a invasão dessas terras por empreendimentos governamentais e privados, segundo o documento que eles me encaminharam.

Afirma a convocatória da Mobilização Nacional que a Bancada ruralista e o Judiciário também têm atuado duramente no sentido de vulnerabilizar os indígenas. Historicamente a semana do ATL é o período em que os povos indígenas pressionam os três Poderes para manutenção e efetivação de seus direitos constitucionais e das legislações internacionais, como a Convenção 169, da Organização internacional do Trabalho (OIT).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com encerramento previsto para o dia 27, a programação prevê plenárias, debates, audiências com Parlamentares e representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário. Tradicionalmente, durante o evento ocorrem protestos, assim como rituais tradicionais e diversas manifestações culturais.

O ATL é realizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e conta com apoio de organizações indígenas e indigenistas.

Esse é o documento que recebi aqui, falando da situação dos povos indígenas.

Vamos, então, à primeira Mesa.

Chamamos Gilberto Vieira dos Santos, Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Seja bem-vindo! Vamos dar os cumprimentos ao Gilberto. (*Palmas.*)

Daniele Osório, Defensora Pública, representante da Defensoria Pública da União.

Seja bem-vinda, Daniele! (*Palmas.*)

Samantha Rootsitsina...

A SRª SAMANTHA ROOTSITSINA DE C. JURUNA (*Fora do microfone.*) – Pronuncia-se Rossissinã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Samantha Rootsitsina de C. Juruna, representante da Associação Xavante NAX.

Seja bem-vinda, Samantha! (*Palmas.*)

Lourenço Ferreira do Prado, Secretário de Relações Internacionais da UGT.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Mauricio Guetta, representante do Instituto Socioambiental. (*Palmas.*)

Essa é a primeira Mesa.

Sejam bem-vindos!

De imediato, vamos à primeira Mesa, passando a palavra para Gilberto Vieira dos Santos, Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

São dez minutos para cada um, com a tolerância necessária, como sempre faço nesta Comissão. Quando chegar perto de dez minutos, toca a campainha. Se necessário for, eu já dou mais cinco, automaticamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO VIEIRA DOS SANTOS – Primeiramente, quero cumprimentá-lo, Senador Paulo Paim, e agradecer mais uma vez pela oportunidade de trazermos alguns pontos para o debate e acessar, evidentemente, através da TV Senado, aquelas pessoas que nos assistem e, através da Rádio, as pessoas que eventualmente nos ouvem. Cumprimento os presentes. Esperamos um grupo de indígenas que ainda está por chegar, certamente se farão presentes daqui a pouco.

Agradeço porque este é um espaço que, felizmente, nós temos utilizado para visibilizar a questão indígena. Desta vez, eu quis trazer uma apresentação justamente para que pudéssemos tratar dessa perspectiva desta audiência a partir de um olhar muito específico, em que certamente as outras pessoas que compõem esta Mesa vão colaborar.

Justiça e paz para os povos indígenas é um tema que estamos trazendo este ano para debater com a sociedade. Nós entendemos que a paz na vida dos povos, justamente por conta de não terem, em muitas situações, a paz como fruto da justiça, não tem também sido uma realidade na vida desses povos. É um pouco a partir desses elementos que quero aqui trazer o tema.

Fala-se muito da questão indígena e sempre se traz para o debate a situação dos territórios. Eu estou trazendo um dado aqui que é justamente a perspectiva da demarcação das terras indígenas. Ou seja, nós temos um número grande ainda de terras indígenas que não está sendo efetivado, porque a gente lembra que a demarcação das terras indígenas é um direito constitucional, cravado na Constituição de 1988, e é obrigação do Estado brasileiro, constitucionalmente, efetivar essas demarcações. E nós temos, pelo menos – e eu queria chamar a atenção aqui para esse número – 533 terras indígenas sem qualquer providência, ou seja, terras que são demandadas por esses povos, e efetivamente não há nenhuma ação do Estado brasileiro. A leitura da manifestação que o Senador fez ao início desta reunião, da mobilização indígena, justamente traz a realidade concreta desse momento, que é a total paralisação dos processos demarcatórios.

Eu queria lembrar aqui que nós temos povos em todas as regiões do Brasil. De maneira muito especial, eu queria lembrar aqui: por esses dias circulou, principalmente aqui em Brasília, um documentário dos piripkuras, que são indígenas de Rondônia, indígenas em situação de isolamento; nós chamamos em situação de isolamento e risco, porque justamente são povos, são grupos – mais de 112, segundo dados da Funai – que estão à mercê de processos ditos de desenvolvimento que avançam principalmente para a Amazônia brasileira. E eu queria aqui só fazer essa menção de que não estamos tratando só de povos que estão aí em luta – e muitos desses, certamente a grande maioria, representados aqui em Brasília, esta semana, na mobilização nacional –, mas grupos que sequer podem se manifestar diante dos processos que põem a vida deles em risco.

Bem, nós temos falado da vulnerabilização sociocultural dos povos indígenas, e falamos de vulnerabilização porque a ação justamente não está neles, a ação está em outros, e nós vamos tratar um pouco desses outros aqui, que têm colocado os povos indígenas nessa situação de vulnerabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só queria aproveitar para completar a Mesa: a Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) está aqui. Então, chamo a Presidenta Lia Zanotta Machado. (*Palmas.*)

O SR. GILBERTO VIEIRA DOS SANTOS – A ABA é uma parceira dos povos indígenas, muito bem representada aqui.

Como eu dizia, há essa situação de vulnerabilização a que os povos indígenas são levados.

Eu queria lembrar aqui – vamos ter outros elementos a partir da Defensora que compõe esta Mesa – a situação de um dos acampamentos, entre mais de 30 só em Mato Grosso do Sul, que estão à margem de tudo, à margem de seus direitos, à margem da Constituição, porque seus direitos não são respeitados, e à margem das estradas, porque, para os territórios que eles têm reivindicado, sequer há qualquer encaminhamento concreto na demarcação desse território. Aqui, o Laranjeira Nhanderu, que fica próximo a Rio Brilhante, no Mato Grosso do Sul. Essa foto é de pelo menos três anos atrás, a situação certamente não mudou, é a situação concreta que esses povos vivem.

Não é só em Mato Grosso do Sul, e também certamente não é só no sul do País, mas a gente tem um discurso e ouve muito o Sul do País como uma região superdesenvolvida, a Europa brasileira, mas a realidade é que lá também os povos indígenas seguem sendo invisibilizados, seguem sendo massacrados e estão também à margem.

Aqui é a região de Eldorado do Sul e Arroio dos Ratos, no Rio Grande do Sul, em que um grupo de indígenas ainda luta pelo seu território, que está também à margem das rodovias.

E quais são, então, elementos dessa realidade que queremos aqui tratar e que podem ser, certamente, aprofundados depois? O que foi muito bem trazido na nota que o Senador leu no início: nós temos uma série de ataques aos seus direitos, ataques às pessoas indígenas, então nós temos acompanhado, já há alguns anos, e publicamos a cada ano um relatório de violência contra os povos indígenas, não só de assassinatos, mas também no que diz respeito aos direitos constitucionais. Infelizmente, tanto na Câmara como no Senado, temos uma série de proposições...

E onde está a base dessa realidade? Qual é o papel que alguns setores têm desenvolvido? E aqui eu queria trazer justamente um fato que ocorreu ainda em 2013, numa audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura da outra Casa, da Câmara, dessa realidade que está aí agora, a partir de articulações e alianças entre a Bancada ruralista e o Governo atual e ilegítimo, que, na nossa leitura, é onde está a base dessas ações que repercutem dentro do Senado, mas também repercutem lá nas regiões.

Você pode dar um *enter*?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. GILBERTO VIEIRA DOS SANTOS – Não quero me alongar mais no vídeo, esse vídeo é conhecido porque está circulando já há muito tempo nas redes sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só mostrar que essa manifestação feita por Parlamentares numa audiência pública chamada em uma cidade em que as pessoas estão, enfim, acompanhando as situações de povos que estão em luta por seus territórios, a gente tem uma proposição de Parlamentares que incitam a comunidade à violência, à expulsão de indígenas que estão legitimamente lutando pelos seus territórios. E o que parece ser uma ação desvinculada, na realidade, estava no contexto, justamente, da discussão da PEC 215, de uma comissão parlamentar de inquérito que se instalou depois naquela Casa também, presidida, relatada e composta, em sua maioria, por Deputados ruralistas.

E eu queria chamar atenção, então, para o Parecer 001, que foi mencionado aqui na leitura da carta, que é resultado de um diálogo – e isso foi também divulgado pelo mesmo Deputado Luis Carlos Heinze –, três dias antes da publicação desse parecer assinado pelo Presidente Temer; foi divulgado como resultado de um diálogo e de uma articulação entre o Presidente Temer, a Advocacia-Geral da União, o Ministro da Justiça anterior e o atual. E essa portaria, esse parecer, melhor dizendo, praticamente paralisou ou colocou de forma efetiva a paralisação das demarcações das terras indígenas. Ou seja, há um ataque direto aos indígenas, e há um ataque no campo parlamentar que tem bloqueado, que tem inviabilizado os processos de demarcação, ou seja, a efetivação da Constituição brasileira.

Os povos indígenas, como vocês sabem, não estão parados. Houve uma manifestação muito forte na outra Casa em 2013, com a ocupação histórica do plenário. Os povos indígenas, a cada ano, têm se mobilizado e cobrado, fazendo a sua parte cidadã, que é justamente contribuir para que a sociedade brasileira os veja, conheça a realidade que eles estão vivendo, e para que possam, efetivamente, os Poderes Públicos efetivar aquilo que a Constituição consagrou em 5 de outubro de 1988. Ou seja, o pacto assinado entre o Estado brasileiro e os povos indígenas, que está consagrado naqueles arts. 231 e 232 e nas Disposições Transitórias, esse pacto vem sendo efetivamente rasgado por aqueles que se alçaram ao poder depois do golpe de 2016.

Nós esperamos que esta semana os povos indígenas, num diálogo com a sociedade, possam expressar e deixar cada vez mais visíveis os problemas que enfrentam, mas também que possamos visibilizar a oportunidade que a sociedade brasileira tem de aprender com esses povos e, enfim, que nós possamos não continuar nessa via, porque não só os outros países, mas também o Brasil corre risco, não só do ponto de vista ambiental – a gente tem as situações da água, a gente tem outras situações –, mas principalmente no que diz respeito ao direito humano, de as pessoas serem elas mesmas e terem os seus direitos assegurados, como nós consagramos ao nos intitularmos de sociedade, de Estado, de Nação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns ao Gilberto Vieira dos Santos, Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que ficou exatamente nos dez minutinhos – porque eu tenho dito que são dez, mas que eu serei tolerante com mais cinco, tranquilamente, para quem precisar; a gente vai mediando. Porque vamos ter duas Mesas. A segunda Mesa, inclusive... Esta tem um, dois, três, quatro, cinco, seis; a outra, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, se todos ficarem em dez minutos, a gente vai longe. Mas aqui sempre eu dou mais cinco, fiquem tranquilos. O importante é aprofundar o tema. Se necessário, dou até mais cinco. Sempre foi assim aqui, e assim o será hoje.

Daniele Osório, Defensora Pública, representante da Defensoria Pública da União.

A SRª DANIELE OSÓRIO – Bom dia, Senador; bom dia aos demais componentes da Mesa.

Primeiro, eu agradeço. Agradeço a esta Casa, na pessoa do Senador Paulo Paim, que sempre abre as portas para as minorias, para quem estuda a questão das minorias no Brasil.

A Defensoria Pública da União, com o seu crescimento, há poucos anos, e muito abraçada na causa legislativa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me dizer, eu sou um defensor intransigente da Defensoria Pública.

A SRª DANIELE OSÓRIO – Eu sei, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bateu na Defensoria Pública, bateu em mim.

A SRª DANIELE OSÓRIO – Isso é muito gratificante para nós, porque esse esforço de V. Exª permitiu que nós tenhamos crescido nos últimos anos e estejamos avançando em vários campos destinados à proteção das minorias no Brasil. E um desses campos é a tutela indígena.

O senhor veja: eu sou defensora pública federal no Mato Grosso do Sul, talvez o Estado brasileiro que tenha o maior número de conflitos agrários envolvendo pessoas indígenas no País. A invisibilidade desse conflito é muito grande, Senador. Mas nós que estamos lá nos deparamos todos os dias com notícias, com informações a respeito da alta vulnerabilidade que é imposta aos povos indígenas naquele local.

Para o senhor ver, o Brasil possui mais de 800 mil indivíduos que se autoidentificam como indígenas. Em um primeiro momento, o discurso do homem não indígena, o discurso da sociedade comum é de que é muita gente. Mas, aí, nós olhamos para o cenário internacional, para os nossos vizinhos da América Latina – Argentina, Chile, México –, e nos deparamos com um número menor que o dos nossos vizinhos. E olhem só...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Menor?

A SRª DANIELE OSÓRIO – Menor! Nós temos menos indígenas que o Chile, proporcionalmente, que a Argentina, até que o pequeno Uruguai. Se compararmos a população do Uruguai e o número de indivíduos que se autodefinem como indígenas, eles estão em número maior. Por que será, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando Cabral aqui aportou – e aí a Presidente da Associação Brasileira de Antropologia, eu tenho certeza, vai poder falar melhor do que eu – estimam-se aí quantos milhões de povos originários? Quantos milhões? O que aconteceu de lá para cá? É claro que o contato com o europeu, o contato com a chamada civilização, com esse capitalismo, digamos, nefasto arrasou um povo – aliás, vários povos, porque não dá para classificá-los como um só; são várias as etnias que aqui residiam e aqui residem –, arrasou o modo de vida de muitos deles.

Os conflitos fundiários no Mato Grosso do Sul são tão grandes, Senador, que, quando a gente compara dados da Organização Mundial da Saúde, nós colocamos o Brasil na nona posição no *ranking* pelo número de homicídios. Então, o Brasil tem uma taxa média de homicídios de trinta vírgula alguma coisa homicídios a cada cem mil pessoas. Quando a gente compara a cidade de Dourados, que é um Município do Mato Grosso do Sul que tem a maior reserva guarani kaiowá do País, esse número sobe, e sobe impressionantemente.

E aí, se nós considerarmos só os dados das reservas guarani kaiowá, a gente fica estarrecido. Dos trinta e poucos homicídios por cem mil habitantes, na média nacional, a gente passa para 68,32 homicídios a cada cem mil habitantes. É muita morte!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você pode repetir? Nós estamos ao vivo para todo o Brasil. O Brasil tem que saber o que está acontecendo com a nação indígena.

A SRª DANIELE OSÓRIO – Se a gente considera, então, Senador, só a reserva guarani kaiowá, que fica lá em Dourados, e a média brasileira, que engloba todo o Território nacional, o Brasil está em nono – são 30,5 casos a cada cem mil habitantes –, e na reserva são 68,32. O Brasil seria o segundo país do mundo que mais mata. Então, os dados são muito estarrecedores.

Os guarani kaiowá estão confinados, Senador. Eles estão confinados em uma área muito pequena para o montante da sua população. O percentual de crianças abrigadas, ou seja, de crianças que estão sujeitas ao cuidado da Justiça da Infância e Adolescência no Município de Dourados, o percentual de crianças indígenas nos abrigos remonta a 50%. Isso é uma pesquisa do Ministério Público Federal, do Procurador da República que atua lá em Dourados. Eu estive em um evento com ele recentemente, e ele me apresentou esses dados. E eu fiquei muito triste ao saber que metade das crianças que estão em situação de risco, de risco extremo, são indígenas. Por quê? O que leva a esses dados tão estarrecedores, tão absurdos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quer dizer, você levanta que são crianças...

A SRª DANIELE OSÓRIO – São crianças, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para as pessoas entenderem a gravidade dos fatos. E em linha de risco, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª DANIELE OSÓRIO – Em linha de risco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São as crianças indígenas.

Esta é uma reflexão que temos de fazer: por quê? Você deixa no ar a pergunta, muito bem colocada: por quê? Por quê? E por quê?

A SRª DANIELE OSÓRIO – Como operadores do direito, nós temos a missão de aplicar as leis e a Constituição Federal. Ao mesmo tempo, nós também temos obrigação de expor à sociedade civil os dados que nós temos. E esses dados da Justiça da Infância e Adolescência são os que demonstram a pobreza, a miséria que é imposta a uma etnia que só teria a acrescentar culturalmente a um Estado.

Eu trago os dados dos guarani kaiowá porque eles são os mais estarrecedores, mas, se nós formos analisar também os dados dos terena, que vivem em outra região do Estado, eles também não são bons. São povos diferentes, são etnias diferentes, mas que sofrem um preconceito enorme. A maior população urbana indígena de Campo Grande é a de terenas. Eles trabalham no comércio de frutas, verduras, legumes, artesanato; existe uma aldeia urbana na cidade. Mas os Índices de Desenvolvimento Humano são piores.

Existe uma coisa chamada desigualdade horizontal. Quando nós analisamos pessoas da mesma renda, famílias do mesmo espectro de riqueza, mas analisamos grupos étnicos diferentes, nós verificamos, por dados oficiais – dados oficiais! –, que a população indígena é a mais empobrecida, é a que menos tem acesso à educação, é a que menos tem acesso à saúde ou a qualquer outra política pública de assistência social. Há alguma coisa muito errada no Estado brasileiro.

É muito importante que se debata, que se tragam à sociedade brasileira esses números para que caiam por terra argumentos que a gente ouve lá, o tempo todo, de que o indígena se aproveita da política pública. Há o mito do indígena preguiçoso, do indígena que espera do Estado a assistência social, e isso não existe.

A nossa sociedade tirou dessas pessoas o meio de vida que elas tinham. Então, etnias que eram coletoras, etnias que plantavam para sua própria sobrevivência não têm mais espaço. A fronteira do agronegócio dizimou as terras dessas pessoas.

O Mato Grosso do Sul é um Estado jovem, colonizado há pouquíssimo tempo. A maior parte dos seus moradores é de migrantes da Região Sul – e eu sou uma dessas –, pessoas que avançaram para aquele local a convite do Governo Federal. Ali se estabeleceu uma política pública para que o homem avançasse a oeste do Brasil, ocupasse a fronteira oeste,...

(*Soa a campainha.*)

A SRª DANIELE OSÓRIO – ...até porque é uma zona de imenso conflito, era de conflito na Guerra do Paraguai. E havia o medo de que aquilo, não sendo ocupado, fosse tomado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se avança essa fronteira, jogam-se os indígenas que ali habitavam para áreas cada vez mais isoladas. E aí vem toda essa miséria. Os indígenas lá estão em ilhas, pequenas ilhas, à exceção dos kadiwéu – eles receberam um prêmio do Governo brasileiro na época da Guerra do Paraguai porque lutaram –, que são os índios cavaleiros, tiveram sua população masculina dizimada. Estima-se que no fim da Guerra do Paraguai havia apenas 20 homens kadiwéu. E com muita dor e com muito sangue tiveram demarcada a sua área que hoje fica dentro do Pantanal. Então, acaba que a sociedade brasileira também tem um lucro com isso porque é uma área de total preservação. As outras etnias estão sim relegadas à miséria, à pobreza e à falta de política pública.

O art. 231 da Constituição Federal, que foi um avanço no tratamento indigenista brasileiro, não é completamente aplicado. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, de que o Brasil é signatário, que a Casa Legislativa também já inseriu no ordenamento brasileiro, também não é aplicada na integralidade, uma vez que os povos indígenas nem sempre são consultados – eu tenho certeza de que as lideranças vão tocar nesse ponto – antes da implementação de políticas públicas em seus territórios.

Senador, não adianta a gente se preocupar com o fornecimento de cesta básica – eu até tenho uma ação civil pública lá na Justiça Federal de Campo Grande, em conjunto com o Ministério Público Federal, para fornecimento de alimentação, para indígenas tanto aldeados quanto em áreas de retomada; não adianta nós nos preocuparmos com as questões mais emergenciais se nós não discutirmos a fundo a demarcação, a devolução das terras que são originárias, que são de direito desses povos e que o Estado brasileiros esbulhou.

Agora, para que o conflito no campo seja pacificado, nós também não podemos simplesmente expropriar os proprietários daquelas terras, porque há muita gente que está ali trabalhando há décadas, que herdou dos seus avós, herdou dos seus pais e trabalha na lida do campo. Há grandes proprietários rurais, mas há pequenos proprietários rurais também. Essas pessoas, talvez influenciadas por lideranças de grandes proprietários de terra que pregam a violência, acabam sentindo quase um sentimento de revolta em relação aos indígenas.

Cabe ao Estado brasileiro, cabe à União, que foi quem incentivou essas pessoas a irem para a fronteira oeste, estabelecer uma forma pacífica de solução desses conflitos.

Eu acho que essa minha fala representa as dificuldades do meu Estado.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Daniele Osório, defensora pública, representante da Defensoria Pública da União. (*Palmas.*)

Por isso eu sou um defensor da Defensoria Pública. A sua fala foi muito construtiva, eu diria. Ao mesmo tempo em que lembra a importância da demarcação das terras... Porque nós temos casos semelhantes a esse em outros Estados. Cabe à União resolver o conflito de forma pacífica e até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indenizando aqueles que foram também incentivados a ocupar esses espaços, porque não se pode deixar de assegurar a terra ao povo indígena.

Meus cumprimentos pela sua fala.

Hoje, no Brasil, parece que o ódio, a violência e a intolerância são pregados abertamente. E a Defensoria Pública, com a habilidade de sempre, defendeu as terras dos povos tradicionais, aqui no caso o povo indígena, mas não deixou de olhar também para aqueles que foram enganados, eu diria, pelos governos de outras épocas.

Passo a palavra à representante da Associação Xavante NAX, Samantha Rootsitsina de C. Juruna.

A SRª SAMANTHA ROOTSITSINA DE C. JURUNA – Bom dia. Em especial, quero saudar os parentes e os aliados que estão nos acompanhando, ao vivo, porque a gente sabe que muitos gostariam de estar aqui presentes, mas que, por diversas razões, não estão. Então, saúdo especialmente esses parentes que estão nos acompanhando, ao vivo, pela TV Senado.

Quero agradecer a oportunidade ao Senador Paulo Paim, desta Comissão de Direitos Humanos, e também à UGT, porque essa audiência está acontecendo como resultado de uma atividade que tivemos com a UGT no mês de fevereiro. Assim, parabenizo ambos pela iniciativa, por terem, de fato, assumido o compromisso de realizar uma audiência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se me permite, quero só fortalecer. O Patah, que é o Presidente da UGT, insistiu duas, três, quatro, cinco vezes: "Paim, cadê a audiência?" Eu disse: "Saiu, Path."

Então, uma salva de palmas à UGT, à nação indígena, e ao Patah também, que foi quem mais nos provocou. (*Palmas.*)

A SRª SAMANTHA ROOTSITSINA DE C. JURUNA – Claro.

Isso demonstra, de fato, o tema da Mesa, que é a aliança dos povos indígenas fortalecendo a autonomia.

Na conjuntura política atual que a gente está vivendo, se não houver essa aliança entre povos ou movimentos sociais, nós não vamos conseguir alcançar e atingir a garantia dos nossos direitos, como povos indígenas, como cidadãos deste Brasil.

Inicio a minha fala trazendo uma provocação, porque a gente está no Congresso Nacional, e até então muitas pessoas falam que ele é o único, mas eu prefiro dizer que ele é o primeiro. No Brasil, este ano a gente tem várias manifestações de povos indígenas a se candidatar no espaço do Congresso Nacional. Para Senadores e Senadoras, a gente também está tendo uma candidata para copresidência, mas também candidatos a Deputados Federais. Acredito que isso – vários indígenas dos Estados brasileiros nesse viés político – demonstra a reação da conjuntura política que estamos vivendo no Brasil. E muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falam que Mário Juruna é o único, eu prefiro dizer que ele é o primeiro. Porque, se a gente disser que ele é o único, a gente não abre oportunidade para outros. Então, acredito que ele é o primeiro, e que venham mais.

E uma das falas que o Juruna nos traz é a seguinte: "O Governo não dá oportunidade para o índio. Nós, povos indígenas, somos responsáveis." Ou seja, nós temos capacidade. "Nós somos gente. Nós somos seres humanos." Isso na década de 80.

Acredito que essa fala do Mário Juruna, na década de 80, quando ele estava no cenário nacional, já trouxe não só uma perspectiva como indígena para o Brasil, mas no âmbito internacional também das inúmeras violações que os povos indígenas vivem.

O que mudou da década de 80 para agora, 2018? São mais de 30 anos e ainda não temos outros indígenas no Congresso Nacional. Sim, nós temos representações em nível municipal, que é muito importante, mas a gente sabe que nos processos de tomada de decisão, nós vamos conseguir fazer uma incidência, uma diferença se nós conseguirmos eleger os nossos representantes indígenas dentro do Congresso Nacional.

E faço esse chamamento não somente a nós, povos indígenas, mas para trazer também a aliança entre povos. Juruna, quando foi eleito, foi eleito pelo Estado do Rio de Janeiro, Estado que não é reconhecido por ter um grande número de indígenas. Ou seja, quem elegeu Juruna? Muitas vezes a gente fala, como povos indígenas: "A gente tem de fazer uma campanha para os indígenas." Eu faço uma reflexão de que não. Nós, como povos indígenas, que queremos estar nos espaços de tomada de decisão, seja no Senado, na Câmara dos Deputados, ou na Presidência da República, devemos fazer aliança com os povos. Porque Juruna foi eleito por quem? Por aqueles povos que estavam marginalizados no Estado do Rio de Janeiro, pelos trabalhadores, pelas trabalhadoras, pelas mulheres, pelas negras, pelos negros. Foi essa sociedade que elegeu Juruna.

Então, é essa aliança que devemos fazer também como povos indígenas. Não somente pensar na nossa perspectiva, como povos, mas fazer uma aliança, de fato, com povos e nações do Brasil. Acredito que se tivermos essa perspectiva, vamos conseguir avançar muito.

De fato, o que mudou, então, nesses 30 anos sem uma representação indígena no Congresso Nacional? Podemos citar alguns avanços, como, por exemplo, a própria PNGATI (Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas). Esse é um avanço, mas ela é de 2012, ou seja, é uma política recente.

De fato, o Brasil é signatário de vários marcos regulatórios internacionais, em especial a Convenção 169, da OIT, que fala sobre a consulta prévia livre e informada, ou seja, em qualquer ação que atinja os nossos territórios, nós devemos ser consultados previamente e informados. Aí eu coloco a pergunta: isso acontece? Não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de fato, temos avanços na teoria, mas o que falta é praticidade e efetivação desses direitos. Não adianta, em nível internacional, o Governo brasileiro dizer que reconhece a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas como uma garantia de defesa dos direitos dos povos indígenas, que reconhece a Convenção 169, que reconhece o artigo dos índios na Constituição Federal de 1988, se o próprio Estado brasileiro é um violador dos nossos direitos. Nós não podemos ser hipócritas! Não podemos sê-lo e não podemos fechar os nossos olhos e dizer que o Brasil é muito bom. Ele é bom na teoria! Nós, como povos indígenas, e os movimentos sociais devemos fazer com que isso aconteça de fato.

Garantir os nossos direitos, os direitos dos povos indígenas, não é somente garantir a demarcação dos nossos territórios, mas é também garantir os recursos dentro deles, é garantir as águas. Recentemente, no Brasil, houve o Fórum Mundial da Água. O que foi esse fórum? No Fórum Mundial, o movimento social, o cidadão que quisesse participar, para ter voz, teria de pagar €300. Qual é o cidadão que tem €300 só para poder entrar ali, para passar pela portaria do evento? Não temos! Então, vários movimentos sociais do Brasil se reuniram, nós nos unimos e conseguimos fazer um fórum alternativo, que foi uma reação a esse Fórum Mundial. A gente acredita que a água é um direito, não pode ser uma mercadoria, como a estão tratando várias empresas no Brasil e empresas internacionais que estão chegando ao Brasil. Vários povos indígenas passam por problemas de barragem. Aí pergunto: a Convenção 169 acontece? Não, ela não acontece.

Por isso, trago uma reflexão para todos os povos indígenas do Brasil e também para os aliados, para trazermos essa perspectiva. Nós, povos indígenas, somos seres humanos. Garantir os nossos direitos não é o mesmo que dizer: "Ah, vamos ser aliados dos povos indígenas!" Não é só isso! Estamos garantindo os nossos direitos como seres humanos. E os recursos – muitos deles estão dentro dos nossos territórios – não são destinados só para nós, povos indígenas; estamos garantindo esses recursos para a Nação brasileira! Estamos garantindo os peixes para a Nação brasileira! Mas, muitas vezes, esses territórios também são violados. Existe a invasão de madeireiros, existe caça ilegal, pesca ilegal. Então, como fica, de fato, a soberania alimentar dos nossos povos indígenas?

Aí há outro processo também, quando se fala da questão dos nossos direitos: "Ah, o indígena...

(*Soa a campainha.*)

A SRª SAMANTHA ROOTSITSINA DE C. JURUNA – ...é aquele que está no seu território, é aquele que tem de andar pelado, é aquele que não tem celular, é aquele que está por fora das novas tecnologias, da informação e da comunicação!" Existem outros enfrentamentos também dos povos indígenas. Quando estamos na cidade, dizem: "Ah, não é indígena mais!" Por que não?

Trazendo para o cenário político de novo, na hora do voto, quantos e quantos candidatos aparecem nas nossas terras indígenas? Nesse momento, nós somos indígenas; nesse momento, nós somos cidadãos do Brasil. Cidadão não significa somente estar de posse do título de eleitor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parentada que nos está acompanhando, em especial, pela internet, vamos acordar! Vamos acordar! (*Palmas.*)

Ser cidadão não significa ter a posse do título de eleitor. Temos de fazer valer a nossa voz.

Quanto a muitos dos desafios que estamos enfrentando, temos de ser realistas. Vou trazer isso para a nossa responsabilidade também. Nós somos culpados. Nós somos culpados de muita coisa que está acontecendo!

O que mudou nesses 30 anos? Posso dizer o que mudou nesses 30 anos, além de alguns avanços por terem reconhecido os nossos direitos. Mas eles não estão, de fato, garantidos. O que avançou nesses 30 anos? É um momento como este, em que um Senador como Paulo Paim, na Comissão de Direitos Humanos, abre as portas, de fato, para a diversidade, não somente para os povos indígenas. Ele abre também as portas para a diversidade dos povos indígenas do Brasil, para que possamos estar aqui e mostrar a nossa voz, para que a parentada possa nos acompanhar e também mandar suas contribuições pela internet. Esses são alguns avanços que estamos tendo aqui, no Brasil.

Aí trago de novo a seguinte fala: o Governo não dá oportunidade para o índio. Se ele não a dá, nós, como povos indígenas, temos de fazer com que tenhamos essas oportunidades. Foi assim que aconteceu, como o Giba mostrou na apresentação dele, há alguns anos, quando o Congresso Nacional foi ocupado por nós, povos indígenas. Dizem que nós o invadimos. Não o invadimos! Se esta Casa é do povo, não há invasão, há ocupação. E é assim que devemos fazer também no nosso território: ocupar e demarcar.

Então, se aparentemente não há oportunidade, nós, como povos indígenas, devemos criar essas oportunidades, porque nós temos essa capacidade, porque, como disse o Juruna, nós somos responsáveis, sim! Nós somos responsáveis e, então, temos a capacidade de fazer valer nossos direitos. Nós somos gente, nós somos seres humanos. Sim, nós somos gente, nós somos seres humanos, nós temos anseios e temos perspectivas!

Se aqui estamos hoje, não é somente porque eu sou uma mulher indígena xavante, porque sei falar, porque sei aqui me reportar a vocês, ou porque o Giba, do Cimi, está aqui, ou porque o Senador está aqui. Enfim, temos uma diversidade de representações indígenas e de aliados aqui presentes. Nós estamos aqui presentes porque temos em nossa memória muito viva diversas violações e assassinatos que aconteceram com os nossos ancestrais. E estamos aqui hoje em respeito, em memória a esses ancestrais, porque muitos deram a vida literalmente, muitos morreram, pensando que as futuras gerações poderiam ter oportunidade. E nós somos não somente essa futura geração; nós somos o presente.

Então, assim, eu agradeço.

Trago também uma fala de uma mulher guarani que conheci recentemente, a Leila, que faz parte do Aty Kuña. Numa fala, recentemente, no Fórum Permanente sobre Questões Indígenas, cujo tema este ano foi a terra, o território e os recursos dos povos indígenas – nós estávamos lá com a missão brasileira –, a Leila falou: "Nós precisamos de aliados, nós precisamos do apoio das outras pessoas." Ela falou assim:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Nós, como povos indígenas..." A Leila disse: "Nós não somos povos indígenas, nós somos povos originários. E nós somos as raízes do Brasil. Quem é a raiz do Brasil somos nós, povos originários." Ela falou: "Quem é o tronco? O tronco somos todos nós, brancos, negros, indígenas." E ela fala: "Espero que cada um de vocês não deixe as folhas caírem." Então, que assim seja!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Samantha Rootsitsina de C. Juruna, representante da Associação Xavante NAX, que faz um discurso, uma fala abrangente, chamando, inclusive, a parceria de outros segmentos de nosso País!

Achei legal essa fala do tronco, das raízes. Temos de caminhar juntos, índios, brancos e negros, respeitando a história e as tradições de cada segmento. Eu queria lhe dar meus sinceros cumprimentos, pois fez uma fala brilhante. Você conseguiu, inclusive, ser feliz ao dizer: "Não é por que sei falar ou falo um linguajar que outras comunidades falam que sou diferente!" Você é uma indígena, como todos os indígenas, que são as nossas raízes.

Eu sempre digo, na questão da comunidade negra, que todo negro que não entendeu que é um descendente quilombola não entendeu ainda a vida dele. Então, é esse o tronco do qual todos nós fazemos parte.

Parabéns!

Com a palavra Lourenço Ferreira do Prado, Secretário de Relações Internacionais da UGT.

O Patah me disse, com todas as letras, que, se ele não pudesse estar aqui, você seria o seu representante.

Está aqui o Lourenço, que já foi coordenador, inclusive, do fórum...

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Fórum Sindical dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...das entidades, que reúne quatro centrais e dezenove...

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – São 22 confederações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...ou melhor, 22 confederações.

A palavra é sua.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Cumprimento o eminente Senador Paulo Paim, que, brilhantemente, de forma responsável e também necessária, preside esta importante sessão da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado da República, e os demais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integrantes da Mesa: Drª Daniele, da Defensoria Pública; Drª Lia Zanotta, da Associação Brasileira de Antropologia – portanto, a gente não pode falar bobagem na Mesa, porque há uma antropóloga da associação para estabelecer uma auditoria sobre o que a gente diz –; minha colega e companheira Juruna, que fez um importante pronunciamento; Dr. Gilberto; representantes de comunidades indígenas e de centrais sindicais.

Faço uma saudação muito especial a Isaú Chacon, que é Presidente da UGT do Distrito Federal, que está com uma delegação muito importante aqui.

Saúdo os demais participantes e os assistentes, nesta sessão, da TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para fortalecer este momento, lembro que estamos sendo transmitidos ao vivo para todo o Brasil, com o objetivo de que todos já falaram: temos de dar mais visibilidade à causa da nação indígena.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – É. Quem deveria falar aqui não seria eu, Secretário de Relações Internacionais, mas o Presidente da central, o companheiro Ricardo Patah, e, na ausência dele, o Secretário para Assuntos dos Povos Indígenas da UGT, que é o companheiro Idjawala Rosa Karajá. Entretanto, houve impedimentos. O companheiro Patah ficou com problemas sérios em São Paulo, ele não pôde de lá se deslocar hoje. O companheiro Secretário de Povos Indígenas da UGT está envolvido com problemas na tribo lá na Ilha do Bananal, de maneira que não pôde aqui estar presente. Então, estou eu aqui para falar um pouco nesta oportunidade.

Quero dizer o seguinte: um dos focos centrais que realmente me movem a falar alguma coisa nesta reunião aqui é justamente o que envolve a demarcação de terras indígenas, também – não é o principal, mas também é isso.

No século passado, em 1984, eu estive numa conferência da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, e lá, pela primeira vez, eu vi discutirem a questão da demarcação de terras indígenas. Lá estava presente o Estado brasileiro, membro da OIT, o governo brasileiro, portanto, explicando o porquê do atraso na demarcação das terras indígenas, os problemas, os conflitos etc. E por que não andava? Por que não se resolvia de forma taxativa e definitiva a questão relativa à demarcação das terras indígenas?

Novamente retornei a Genebra, com o chefe da delegação dos trabalhadores do Brasil, em 1988, e novamente estava lá o governo brasileiro explicando por que não se demarcavam as terras indígenas. Então, eu acho que é novamente oportuno, necessário e justo que novamente o governo brasileiro... Se até lá, a próxima conferência... Porque nessa conferência de 2018 não será mais possível analisar nenhuma denúncia, mesmo porque não está no temário da Conferência 107, agora, da OIT, de 28 de maio a 8 de junho, em Genebra. Novamente ele renovou a denúncia, denúncia fundamentada, com o apoio de dados desta audiência aqui hoje, para que realmente o Governo explique por que essa demora na demarcação, de forma definitiva, justa e necessária, dos territórios indígenas, das terras indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De maneira que nós entendemos que essa é uma coisa fulcral, é o busílis dessa questão, é o âmago, o cerne, porque, na verdade, se você tem um território, se você tem um lugar onde você sabe que está dominando aquilo, onde não há outros interesses, interesses de agronegócio, de agrobusiness etc. etc., então você é o dono da terra, você é originário, dono da terra, e você vai continuar ali.

Hoje há uma população indígena muito pequena, a população que temos no Brasil, e a gente tem de dar valor ao nosso povo, ao povo desta terra. São só os gringos que realmente vêm para nos olhar e perceber que os índios estão sofrendo, sofrendo muito? Os estrangeiros vêm aqui e ficam vendo o nosso sofrimento. Não, eu acho que temos de dar resposta para esses problemas, e as respostas têm de sair da nossa mão. A partir do momento em que temos isso de forma muito clara, a gente começa a andar e, talvez, de 2018 até antes de 2030, que é uma data muito importante marcada pela Organização das Nações Unidas, a gente tenha, então, essa questão da demarcação de forma definitiva.

Para os brancos, para os da cidade e também do meio rural, as demarcações são rápidas e se resolvem. Por que com os indígenas não se resolvem? Talvez eu encontre resposta nesta Mesa. Mas eu sei qual é a resposta, qual é o motivo para essa demarcação não andar.

Afinal de contas, quem são os índios hoje do Brasil?

Apesar do passado dramático, a população indígena está voltando a crescer. Esse aumento populacional se deve à taxa demográfica, mas, principalmente, ao número de pessoas que se reconhecem como indígenas.

Em 1992, o Censo incluiu pela primeira vez a categoria "indígena" e, apesar de representarem apenas 0,42% da população geral do País, os povos indígenas estão presentes em 80% dos Municípios brasileiros – ora, 80% de cinco mil e qualquer coisa são muitos Municípios, é muita coisa.

É importante lembrar que processos coloniais e genocidas resultaram no declínio da população nativa, de um número estimado de 5 milhões de pessoas antes da chegada aqui dos europeus brancos para menos de um milhão atualmente. Segundo dados mais recentes do IBGE, de 2010 – as nossas estatísticas são sempre publicadas com atraso grande; nós estamos em 2018, mas estamos nos referindo a 2010; foram os dados que conseguimos coligir –, existiam no Brasil mais de 890 mil índios pertencentes a 305 etnias, falando mais de 274 línguas, uma população com culturas, crenças e hábitos diferentes entre si. A maioria dos indígenas, 70%, número muito representativo, está concentrada em seis Estados da Região da Amazônia Legal: o Estado do Amazonas, o Acre, Roraima, Rondônia, Mato Grosso do Sul e Pará.

São 274 línguas, portanto, catalogadas, e essas línguas derivam fundamentalmente de quatro grandes troncos – já que tronco foi a palavra usada aqui de forma muito representativa –, macro-jê, tupi, aruaque e caribe.

Mas qual é a realidade indígena brasileira? É comum a imagem de que o índio é um indivíduo que mora na floresta e que vive apenas de caça e de pesca, e nu, como disse aqui a nossa colega juruna. Os índios vivem dentro e fora das terras indígenas, em diversos biomas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A população atual, 50% dela, é de terenas...

São 57% das terras indígenas que são oficialmente reconhecidas, mas também existem famílias que moram na zona rural e em cidades. Em alguns Municípios do Amazonas especialmente, por exemplo, é comum ver bairros de comunidades indígenas, a maioria vivendo em situação de pobreza. A Fundação Nacional do Índio (Funai) estima ainda que cerca de 40 povos se encontrem isolados, sem ter tido contato com o homem branco.

A vida nas aldeias ultrapassa a questão da sobrevivência alimentar. Muitas aldeias reivindicam acesso à saúde, à educação, questões fundamentais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – ... para a melhoria da qualidade de vida desses povos, a luta pela garantia dos direitos, flechas, bordunas e guerreiros pintados para a guerra. Manifestações de grupos indígenas têm sido uma cena cada vez mais comum em Brasília. Isso porque, além de eles estarem politicamente mais organizados, tramita no Congresso Nacional uma série de projetos de lei, e eu me detenho especialmente na Medida Provisória nº 215, do ano de 2000. Essa medida provisória sofreu... Aqui, dentro do Congresso Nacional, o que se fala – os congressistas – é que algo que entre no Senado ou na Câmara dos Deputados dificilmente sai igualzinho, sem nenhuma emenda, sem ser modificado. O substitutivo a essa Medida Provisória nº 215 é totalmente nefasto aos interesses dos indígenas, e eu estou com um documento assinado pelo Secretário dos Povos Indígenas da UGT, o companheiro Idjawala Rosa Karajá, de maneira que eu não posso discrepar do que ele entende: o substitutivo que aqui foi apresentado à Medida Provisória nº 215 é nefasto aos interesses indígenas e, consequentemente, a UGT tem posição contrária à aprovação desse substitutivo à Medida Provisória nº 215.

Por outro lado, essa Medida Provisória 215... Eu estava olhando ontem, no período da noite, preparando-me um pouco para vir falar algo aqui... Essa medida provisória sofreu mais de 150 movimentações; se não me engano, bem mais de 150 modificações. Por quê? Para não andar, para não resolver, para não dar uma resposta final para a questão fundamental dos povos indígenas, que é justamente a demarcação de suas terras.

De forma que a gente entende que se deve registrar que a Bancada ruralista aqui no Congresso Nacional, tanto nesta Casa, o Senado, como na Câmara dos Deputados, é composta por Parlamentares que representam o agronegócio, é a maior defensora da PEC 215. O principal argumento é que muitas demarcações indígenas acontecem em áreas oficialmente pertencentes a agricultores registrados no Incra – terras, portanto, registradas no Incra –, e o abandono das terras prejudicaria a renda e a economia do Estado, o agronegócio, exportações, balança comercial etc., etc., argumentação que todos vocês já conhecem.

A demarcação de terras indígenas já gerou diversos conflitos. Para haver a demarcação de uma terra indígena, a Funai deve, antes de tudo, elaborar estudos de identificação e delimitação, e precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obedecer aos critérios técnicos que levam em conta toda a história da ocupação daquela terra. Depois o processo deve ser aprovado pela Justiça.

A gente também faz um registro da importância, daquilo que é positivo nessa tramitação da PEC 215: justamente é aquilo que passa para o Congresso Nacional a competência para aprovar essas demarcações. Se ficasse somente na mão do Executivo, pelo menos na nossa visão, seria uma forma estreita e rápida de se resolver, com uma canetada você resolveria. Aqui, nesta Casa, muitas vezes se aprovam matérias contrárias aos nossos interesses, e muito contrárias aos nossos interesses, como foi o caso da reforma trabalhista, que passou por aqui e foi aprovada.

O movimento sindical está sofrendo os efeitos nefastos e danosos, daninhos, prejudiciais da reforma trabalhista, mas aqui há muita gente... São 513 Deputados, são 81 Senadores. Então, até que se debatam as ideias, a sociedade venha aqui, participe e coloque uma forma de entender que é necessária e adequada para resolver os seus problemas...

Eu poderia falar sobre a questão de ameaças ambientais, que também faz parte do que eu coloquei aqui, mas eu usaria esta parte final – estou de olho no relógio – para registrar brevemente: primeiro, essa questão da PEC 215, que é uma PEC bem singela, cuida da parte de demarcação etc. e tal e altera alguns artigos da Constituição da República.

Nós fazemos uma avaliação breve da situação dos indígenas, dos índios brasileiros, que nós entendemos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – ... que ainda é uma situação muito ruim, inadequada e deve ser melhorada. Portanto, a nossa avaliação é de que realmente não está bem a questão indígena no Brasil.

A proposta que nós fazemos é esta de aprovarmos aqui uma legislação que resolva de forma cabal, definitiva, essa parte que envolve as demarcações de terras indígenas e aprovando aqui, evidentemente, não esse substitutivo da Medida Provisória 215, mas outra norma mais adequada e justa que realmente dê respostas para esse pessoal todo.

Acima de tudo, precisamos ter condições. Em 2019, se essa questão da demarcação das terras indígenas, da medida provisória ou legislação que a substitua não forem resolvidas, a UGT abre aqui esse compromisso público de levar uma denúncia perante a comissão de aplicação de normas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – ... da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, na Suíça, denunciando o Estado brasileiro por estar descumprindo um compromisso assumido internacionalmente, e por estar descumprindo também a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eram essas palavras que eu gostaria de trazer aqui, Sr. Senador, senhoras e senhores integrantes da Mesa e também participantes presentes no plenário, com a responsabilidade maior de que falamos aqui perante especialistas, e eu não sou especialista nisso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas foi muito bem.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Apenas estou substituindo o companheiro Ricardo Patah e o nosso companheiro, Secretário dos Povos Indígenas, Idjawala Rosa Karajá.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Lourenço Ferreira do Prado, que representou muito bem... Ele, que é Secretário de Relações Internacionais da UGT, representou muito bem o Presidente Ricardo Patah, da UGT, bem como o secretário responsável pela questão indígena. E também o guerreiro e as guerreiras que estão aqui no plenário e representam a UGT. Ele já deixou também uma proposta concreta colocada aqui.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Senador, só para uma questão de transparência, ética e acima de tudo de honestidade intelectual, é o seguinte, está presente também, da mesma aldeia do companheiro Idjawala Rosa Karajá, o companheiro Robson. Levante a mão, Robson. Ele depois falará também aqui e talvez fale melhor do que eu, inclusive.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seja bem-vindo Robson.

De imediato, passamos a palavra para o representante do Instituto Socioambiental, Maurício Guetta.

O SR. MAURICIO GUETTA – Bom dia a todas e a todos. Cumprimento o Senador Paulo Paim pela iniciativa importantíssima no dia de hoje, quando começa o Acampamento Terra Livre. E cumprimento especialmente a Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), que está presente aqui no plenário, e com suas representações vai fazer uma série de atos, nesta semana, pela defesa dos seus direitos.

Senador, estamos aqui na Comissão de Direitos Humanos e não poderíamos deixar de começar este debate sem falar dos 30 anos da Constituição e do momento que vive nossa democracia. É uma democracia jovem, ainda frágil, que tem muito a ser desenvolvida, e nós precisamos defender a Constituição para que o sistema democrático continue. Mas uma democracia, Senador... O senhor sabe melhor do que eu que o grau de evolução de uma democracia não é representado por quanto a vontade da maioria prevalece, mas sim por quanto se respeitam os direitos fundamentais das minorias. Esse é o núcleo que marca o grau de uma democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelas falas que me antecederam e também por algumas considerações que farei, veremos que hoje os povos indígenas vivem a sua pior situação em termos de ataque de direitos, desde a Constituição de 1988, pelo menos. Isso é algo que a Apib tem discutido muito seriamente, em relação ao momento atual que vive. Então é preciso estar atento nesse sentido.

Qual é o principal direito fundamental dos povos indígenas? Qual é o direito que está resguardado pela Constituição? São vários os direitos resguardados pela Constituição, mas o principal deles, que está no art. 231, é o direito originário, que antecede até a presença do Estado, dos povos indígenas às suas terras tradicionais.

Então, para exemplificar um pouco, Senador, isso que eu menciono sobre a atual situação dos direitos originários, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no seu primeiro mandato, homologou 114 terras indígenas; no seu segundo mandato foram 31. Do Presidente Lula foram 66 no primeiro mandato e 21 no segundo. A gente vai percebendo que o número vai caindo. E Dilma Rousseff, no primeiro governo, foram 11 e no segundo governo foram 10. Michel Temer, zero. Michel Temer é o único Presidente da República, desde 1988, que não homologou nenhuma terra indígena.

A situação também pode ser explicada, primeiro, pelo fisiologismo exacerbado que a gente percebe cada vez mais. As Bancadas, as maiorias de ocasião cada vez mais determinando os rumos da política nacional. Eu aqui me refiro expressamente à Bancada ruralista com mais ênfase, mas não só. E o segundo aspecto é o parecer da AGU, que foi mencionado pelo Senador Paulo Paim, foi mencionado pelo Gilberto, pela Daniele, pela Samantha e por tantos outros. É um parecer absolutamente inconstitucional.

Aqui eu queria abrir um parêntese para falar rapidamente sobre esse parecer da AGU, que vincula toda Administração Pública Federal à aplicação de suas condições, que basicamente são restrições gravíssimas aos direitos dos povos indígenas, ao direito originário às suas terras tradicionais.

Isso decorre de um julgamento que houve no Supremo Tribunal Federal, na Ação Popular nº 3.388 referente à terra indígena Raposa Serra do Sol. Nesse julgamento, em que houve a manutenção no direito daqueles povos a essa terra tradicional – isso é importante dizer, o julgamento declarou os direitos daquela comunidade –, houve ali algumas considerações sobre a questão indígena em geral. E uma delas foi o tal do marco temporal, uma tese ruralista que vingou nesse primeiro julgamento no Supremo, em 2009, segundo a qual só teriam direito à terra tradicional os povos indígenas que estivessem comprovadamente ocupando seus territórios em 5 de outubro de 1988. E aí houve um outro julgamento, na segunda turma do Supremo, para dizer qual seria a forma de comprovar isso, Presidente.

Aí foram dadas duas opções: ou prova sobre conflito físico – ou seja, eu não sei como se prova um conflito físico que ocorreu em 5 de outubro de 1988 – ou então a demonstração de uma ação judicial possessória em que os índios estivessem questionando aquelas invasões de suas terras.

Os índios sequer tinham direito à capacidade postulatória, a entrar com ações judiciais até a Constituição de 1988; como exigir que houvesse uma ação judicial proposta pelos índios para demonstrar os seus direitos? Então é um absurdo completo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só me permita...

O SR. MAURICIO GUETTA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Telmário Mota aqui é o número um na defesa da nação indígena. O número um! Por isso eu quero uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

Ele fará uma fala depois de você; e depois ele irá ao plenário. Depois virá aqui presidir um pouco, para que eu também possa ir ao plenário, como fizemos naquele dia da sessão de homenagem. Ele fez um belo ato no plenário, deu um espaço para que eu fosse lá falar e eu pude voltar para presidir a reunião. Você conclui e depois o Senador tem a palavra.

O SR. MAURICIO GUETTA – Pois não.

Cumprimento também o Senador Telmário Mota. Estivemos juntos naquela oportunidade, no plenário, celebrando também a luta dos povos indígenas.

Então o parecer da AGU, como eu vinha dizendo, impede os processos de demarcação, que são muito mais do que um direito fundamental, são também um dever fundamental do Estado brasileiro. Esse parecer inviabiliza as demarcações.

Aí eu queria tocar em outro ponto muito importante que é a possibilidade de os povos indígenas efetivamente colocarem a sua voz nos processos judiciais que dizem respeito às suas terras. No Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Senador Telmário, há cerca de 800 processos sobre demarcação de terra indígena; e eu diria que nenhum ou quase nenhum deles tem os povos detentores dos direitos como parte do processo. Ou seja, esses povos só recebem a notícia sobre uma decisão favorável ou desfavorável à sua terra depois de concluído o processo judicial. Isso é uma violação básica do devido processo legal, do direito à ampla defesa e à participação e o direito à consulta, da Convenção nº 169.

Esse cenário de paralisação completa das demarcações, o principal direito fundamental da Constituição, ainda vai impor, no caso se aprovados os projetos de lei que tramitam aqui nesta Casa, uma dupla violação. Aqui eu me refiro a um tema que nenhum dos que me antecederam mencionou, que foi justamente o licenciamento ambiental.

Aqui faço um parêntese, Senador, para explicar um pouco do que nos preocupa em relação a esses temas. Nesta Casa, no Senado, tramita o Projeto de Lei nº 654, de 2015, de autoria do Senador Romero Jucá, que pretende estabelecer o licenciamento a jato, ou o licenciamento *fast track*, como se coloca, que é um licenciamento tiro curto, de no máximo seis meses, para grandes obras de infraestrutura, como Belo Monte, estradas, rodovias, hidrelétricas, grandes empreendimentos de infraestrutura. Seriam licenciados sem participação pública nenhuma. Inclusive, as comunidades atingidas por grandes empreendimentos sequer teriam direito de se informar sobre esse empreendimento e muito menos de participar. E esse projeto ainda traz uma aberração jurídica que é a licença por decurso de prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com a finalidade de acelerar os processos de licenciamento, o Senador Romero Jucá coloca ali que quando o órgão ambiental deixar de se manifestar no prazo específico que ele coloca, que é de cerca de seis meses, a licença está automaticamente concedida. É evidente que há uma inconstitucionalidade flagrante que não pode prosperar.

Agora há mais um projeto aqui, Senador, que nos preocupa muito, recentíssimo, do Senador Acir Gurgacz, o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2018, que é uma cópia piorada do Projeto de Lei 3.729, de 2004, que tramita hoje na Câmara dos Deputados, com possibilidade de votação no plenário, inclusive, na próxima semana ou na outra. É muito grave: um processo que foi conduzido sem participação nenhuma de nenhum dos setores interessados. E aqui faço referência à SBPC, a Apib, ao Ministério Público Federal, estaduais, à Defensoria Pública da União, à Associação Brasileira de Antropologia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURICIO GUETTA – ... todas as entidades que têm interesse direto na matéria do licenciamento ambiental, que sequer foram ouvidas. Não houve uma audiência pública, não houve um debate público, mesmo diante de um tema que é altamente complexo e extremamente relevante. Então, denuncio a gravidade da tramitação desse projeto.

E o que está previsto nesse projeto em relação aos índios, Senador, vai nos chocar. Primeiro, a Funai, quando houver o impacto de um empreendimento sobre determinado povo indígena, obrigatoriamente terá que se manifestar, para avaliar os impactos etc., além do dever de consulta. O que o projeto de lei faz é estabelecer que esse parecer da Funai não é vinculante, o que significa que o órgão ambiental do Estado, por exemplo, ao licenciar um grande empreendimento, pode pegar aquela conclusão da Funai, por exemplo, pela inviabilidade do empreendimento, dispensar essa análise e sem competência legal emitir a licença à revelia das conclusões da Funai – gravíssimo!

Segundo item, permite a expedição da licença sem análise da Funai. O que diz o projeto de lei? A Funai tem o prazo x para se manifestar. E, se ela não se manifestar? A licença pode ser concedida mesmo sem avaliação dos impactos sobre os povos indígenas, à revelia de que sequer uma análise tenha sido feita.

A participação dos povos indígenas é zero em relação ao que está previsto nos projetos de lei, tanto no 3.729, quanto no 168. O mais recente projeto de lei estabelece que somente os impactos diretos de um empreendimento serão avaliados. E, se a gente pegar o caso de Belo Monte, a gente vai ver que boa parte das comunidades indígenas que foram atingidas pelo empreendimento foram classificadas tecnicamente como impactos indiretos. Ou seja, nesse caso de Belo Monte, imagine que essas comunidades sequer seriam consideradas nas análises e avaliações do licenciamento!

E, por fim, o que está diretamente relacionado à ausência de demarcação é o fato de que somente terras indígenas homologadas é que serão avaliadas no licenciamento ambiental. Significa o quê? Que os povos indígenas que aguardam a demarcação de suas terras, aguardam que cesse a omissão do Estado brasileiro e que se efetivem os seus direitos territoriais estão há mais de 30 anos aguardando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demarcação de suas terras e, além de terem essa violação de direitos, ainda não terão sequer considerado o licenciamento ambiental, porque a sua terra justamente não foi reconhecida como homologada pelo Presidente da República. Então, é um duplo ônus, é uma dupla violação de direitos.

E, quanto a esse projeto de lei do licenciamento ambiental, já faço aqui a nossa sugestão, Senador, que a gente confira o máximo de participação pública, audiências públicas, dando voz à Apib e às demais organizações que representam o movimento indígena.

Ha também um outro assunto para que eu gostaria de chamar atenção, Senador, que é o da medida provisória da questão humanitária, que tramita hoje aqui nesta Casa e na Câmara dos Deputados. Há ali jabutis. Jabutis, para quem não sabe, são emendas parlamentares que não têm absolutamente nada a ver com o objeto inicial da matéria. Então, eles estão tentando incluir emendas nessa medida provisória para justamente violar o direito à consulta dos povos indígenas em relação a um empreendimento específico que pretende ligar a questão da energia a Roraima.

Essa é uma questão muito complexa, mas não é com emendas que abolem direitos inconstitucionais – e já vedadas pelo Supremo Tribunal Federal desde 2015; é uma decisão vinculante, inclusive, para este Senado Federal –, não é através dessas emendas que o empreendimento sairá.

Então, reiteramos aqui o nosso apoio ao ATL (Acampamento Terra Livre).

E faço cumprimento especial novamente a nossos amigos e amigas da Apib, na pessoa da Nara Baré, que já vai dar uma palavrinha para a gente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURICIO GUETTA – E novamente parabenizo o Senador Paulo Paim pela oportunidade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Mauricio Guetta, representante do Instituto Socioambiental, que deixou aqui uma série de alertas, no mínimo três bem diretos, sobre a MP e dois PLs, que peço que a Secretaria-Geral da Mesa anote para os encaminhamentos na linha que você recomendou.

Eu queria, com muita satisfação, passar a palavra agora ao Senador Telmário Mota, um defensor, um defensor mesmo de índios, de negros, de idosos, de deficientes, de trabalhadores. Nas grandes causas, eu tenho a alegria de dizer, que estamos juntos – não é, Telmário? Inclusive aqui nesta Comissão, ele preside uma subcomissão que está construindo a nova CLT, e ele me indicou como Relator; eu sou o Relator e ele é o Presidente, porque estão querendo copiar já o nosso trabalho, mas vão ter que rezar pela nossa cartilha.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu quero, primeiro, agradecer, Senador Paulo Paim, e parabenizá-lo. O Senador Paulo Paim é essa pessoa aqui. Olhem só o tanto que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim tem compromisso com os excluídos: os indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros que estão no mesmo campo! Agorinha, no plenário, já vai começar uma homenagem aos 70 ou 80 anos, se não me engano, eu passei rapidamente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Cento e oitenta anos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Não. De existência do CTG. Eu acho que é isto, de 70 a 80 anos. Pelo menos, foi o que eu vi mais ou menos na tela do CTG, que é exatamente o detentor do folclore gaúcho, leva ao Brasil inteiro.

E o Paulo Paim está numa campanha este ano, no Rio Grande do Sul, e ele não olha o lado eleitoreiro; ele olha o lado humano da pessoa. Então, ele abre uma sessão dessas, e a Ana Amélia está lá, presidindo, que é também outra Senadora que está concorrendo, do Rio Grande do Sul. Mas ele está aqui.

E eu tinha um compromisso agora pela manhã, e vou até abortar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por uma questão de justiça, ela me ligou para pedir para eu passar lá.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu entendo isso.

E eu vou abortar esse compromisso agora de manhã, vou só cumprir um primeiro e volto, porque eu quero assumir para que V. Exª fique livre para fazer justiça ao povo gaúcho. Senão, vão dizer que o Paulo Paim abandonou a cultura gaúcha e agora virou para a cultura indígena macuxi, da minha terra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou sempre junto na linha de fazer o bem sem olhar a quem, seja com os quilombolas, seja com os índios,...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sem olhar a quem. Então, quero uma salva de palmas para ele, por tudo isso e por esta audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... para estarmos sempre juntos, brancos, enfim, todos os setores.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – E, no dia da comemoração, da sessão solene que deve ser no dia 19, o Senador Paulo Paim fez um gesto de tamanha grandeza – e ele fez isso pelo amor, pela emoção que toma conta dele, pelo sentimento –: ajoelhou-se em frente ao plenário, e ali pediu desculpas para os povos indígena, em nome do povo brasileiro. E por aquilo, Senador Paulo Paim, as comunidades do meu Estado inteiro estão querendo esse vídeo. E eu já recomendei que hoje tirem para mandar, porque todo mundo quer ver essa homenagem de V. Exª, esse gesto de reconhecimento realmente da falta de política e de respeito à população indígena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fico muito contente em ver hoje. Quero parabenizar... Ontem, quando eu vim de Boa Vista para cá – porque a gente vem à noite –, o nosso avião vinha cheio de parentes que estão aí hoje naturalmente compondo o Terra Livre. E eu quero saudar a todos e a todas que estão presentes e ser o mais rápido possível.

Mas eu queria falar muito, Mauricio, com você, porque, primeiro, você é um cara inteirado nisso. Você representa o ISA, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Pois é. É com você que eu quero conversar mesmo. Deixe eu falar uma coisa para você: nós temos um projeto com o ISA que eu acho fundamental. Eu acho que o ISA também está evoluindo para o que a gente pensa, e a comunidade indígena sente, Maurício. Eu queria que entendesse isso.

Você falou uma frase aqui interessante, você disse assim: "Os povos indígenas precisam colocar a sua voz nas causas jurídicas." Não, têm que colocar a voz em tudo, Mauricio; têm que colocar a voz na Funai, que está esvaziada, que está desidratada; têm que colocar a voz principalmente nos DSEIs, porque isso é uma fábula de corrupção.

No meu Estado, uma picape é alugada por R$15 mil, tudo do grupo do Romero Jucá, porque o Romero Jucá responde por genocídio, responde por tudo; é o político mais ladrão que há neste País. E eu espero que Roraima se toque e o coloque na cadeia. Eu acho que o estão esperando em Curitiba. Então, é um cara que só pensa em coisa ruim, principalmente para os povos indígenas, mas ele usa os instrumentos; a Funai lá é indicação dele. Olhe só, a Funai é indicação dele. Quando eu denuncio que está havendo garimpo nas terras ianomâmis e atroari-waimiris, que estão jogando mercúrio, acabando com o peixe, está a doença contaminando... Os garimpeiros saem antes das ações policiais. Está vazando informação. Estou cobrando, vou cobrar isso hoje na Justiça. Então, a Funai é indicada por ele, os DSEIs todos são.

Para os ianomâmis, nunca um político tinha colocado R$1, nem quando foram criados os DSEIs. Eu fui o primeiro a colocar. Para os ianomâmis eu coloquei 3 milhões, para aparelhamento, equipamento, tudo de que precisavam; e agora 2,8 milhões para os DSEI Leste, também para aparelhar, mas não precisaria, Senador Paulo Paim. O orçamento é robusto, porque a área de saúde é o segmento da saúde que cuida exclusivamente, são as secretarias que cuidam da saúde indígena, mas o dinheiro é todo desviado na logística que eles criam. Eles criam uma logística absurda, horas e horas de avião. Esse avião ninguém sabe nem que horas foi ou voltou, e vai tudo para o bolso da corrupção.

O que falta, na verdade: não chega o medicamento, não chega a contratação do médico. Se não fosse o Mais Médicos do Brasil, se não fosse a história do Mais Médicos, hoje estava todo mundo morrendo, morrendo nos Municípios, morrendo os povos indígenas. O Mais Médicos é que atende, é fundamental. E o dinheiro que vai hoje para os DSEIs é um absurdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu queria ver? Eu vinha no carro ouvindo, aí se fala da PEC 215, se fala do risco. Aqui, todo dia, nós temos que entender o seguinte, viu Mauricio e toda a população indígena? Aqui, talvez eu e o Paim, e outros não, uma quantidade mínima, mas todos esses políticos que estão aqui, Senadores, Deputados, estão aqui pelo poder econômico. Aqui não estão pela categoria organizada, não; são poucos, raríssimos. Então, isso aqui é interesse do poder econômico. Por isso que tudo passa por aqui, e passa de afogadilho. Então, é preciso ter essa consciência, os próprios povos indígenas têm que ter essa consciência.

Se eu não me engano, foi a Samantha que falou que hoje vários indígenas estão se atentando para sair candidato. Amém, amém! Mas que abram o discurso, que façam um discurso de integração.

Por exemplo... Então eu queria aproveitar bem, Mauricio, o ISA, porque o ISA tem respeitabilidade, tem o meu respeito, tem o meu carinho, e ele, graças a Deus, ainda é que dá realmente esse suporte aos povos indígenas.

Então nós temos que começar a ter uma visão maior do que só... A terra é fundamental! A terra é uma coisa que não se tem que discutir, tem-se que buscar. Por exemplo, no levantamento que foi feito, não adianta chegar aqui: "Olha, nós temos 5.570 Municípios, nós temos povos indígenas em quase todos..." Se nós não temos, então houve um massacre, porque nós tínhamos 8 milhões! O Brasil inteiro era.

Então tem que estar lá. Não importa! A Constituição já garante os direitos dos povos indígenas. Tem que trazer. Nós temos que avançar. Hoje os povos indígenas estão andando um passo para frente e cinco para trás. Há o avanço Paim e se agarra para conquistar como manter no avanço. Então nós temos que estar aqui num alerta permanente, porque isto aqui realmente é uma Casa do poder econômico, nós temos que estar aqui com os olhos. Por exemplo, como bem colocou o Mauricio aqui, três PLS importantes, dois PLS e uma MP, importantíssimos, e nós temos que estar observando e gritando, fazendo barulho.

A 215, graças a Deus, nós conseguimos aqui já a assinatura, com o Paulo Paim e outros, mais de 43 assinaturas de Senadores contra ela aqui. Então aqui, se amanhã eles forem votar contra, esses desgraçados, a gente tem como desmoralizar no Plenário, não é verdade? Então para não fazer mais tipo.

Mas nós temos que começar a pensar mais. As comunidades indígenas hoje, Mauricio, elas precisam sobreviver, porque não adianta mais, nós não temos mais caça, nós não temos mais a pesca, nós não temos mais alimentações naturais que sustentem as nossas famílias indígenas.

E o que que acontece? Hoje o *wi-fi* está lá dentro, a internet está lá dentro. Essas pessoas estão recebendo uma gama de informação externa muito forte. Eu fui criado numa comunidade indígena até os onze anos de idade. Eu era analfabeto de pai e mãe. Então a gente ia dormir 6 horas da tarde e acordava às 4 horas. O máximo que podia ouvir era a Voz do Brasil, a Voz da América, num rádio chiando desgraçado, porque lá nós temos interferência da Venezuela e a gente nem ouvia direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje não, o jovem fica até dez, onze horas da noite, eles ficam ali na internet cutucando, vendo... Aí veem um jovem ir para a balada, veem um que tem um carro, veem outro que... Isso, o que o olho não vê o coração não sente, Paulo Paim. Se os teus olhos veem, o teu coração sente. Então o jovem indígena quer também se beneficiar desses bens que são da humanidade. É a evolução natural do ser humano.

Aí sabe o que acontece, Mauricio? Eles vão embora para a cidade. Aí sabe o que eles vão ser na cidade? Vão ser peças fáceis, não têm cultura, não têm estudo, são peças fáceis de serem recrutadas por organizações criminosas, facções criminosas...

Hoje se você vir a comunidade carcerária indígena é monstra.

Tem que se pensar também nas culturas, nos comportamentos, até de relação... A gente tem que ver esse aspecto da cultura do indígena e do não indígena, porque hoje o cara chega lá, há um senhor, um ancião casado com uma menina de 13 anos: "Olha, isso é estupro! Aí o cara vai preso." E é normal esse casamento. O contrário também. Uma senhora de 50, 60 anos, casada com um jovem de 13,14 anos.

Então tem que ver isso. Eles vão para a cadeia e não sabem nem por que eles vão para a cadeia. Se o avô dele, o bisavô dele fazia isso. Entendeu? E ele não fez por maldade. Ele está casado!

São coisas, realidades de que você não pode fugir. Eu falei isso um dia desses para um grupo de juízes. "Olha, vamos olhar o que a pessoa faz sem a maldade ou com a maldade, ou com um aspecto animalesco, não animalesco. Vamos achar uma coisa mais nesse sentido para poder dar a interpretação."

Então deixa eu te falar. As comunidades têm que avançar. Eu acho que a comunidade indígena... Por exemplo, no meu Estado, se juntar toda a pecuária, nós somos oito etnias, 480 comunidades e mais de 60 mil pessoas dos povos indígenas. Há de todo jeito, de médico a vaqueiro, todas as categorias eles já ocupam hoje, professores, doutores, tudo. Então, o que acontece? Se você não der para ele o aparelhamento...

Nós temos que levar para eles o desenvolvimento sustentável. Onde for possível botar, por exemplo, energia renovável, vamos colocar energia renovável.

Hoje ele pode produzir a pecuária, o peixe, a agricultura de forma sustentável, sem degradar a natureza, Paulo Paim, preservando. Então nós temos que observar isso.

Hoje, por exemplo, os povos indígenas querem estrada. Eles têm carro, moto. Mas não pode tirar uma piçarra. Isso está errado.

Sabe o que acontece? As pessoas estão tirando proveito. Na minha terra, há um Município chamado Uiramutã, totalmente indígena – o Mauricio deve conhecer –, e Pacaraima. Hoje, para poder fazer uma estrada lá, estão comprando brita em Boa Vista.

Sabe de quem é a brita? De Romero Jucá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você já pensou em fazer uma estrada toda de brita? E lá, cheio de piçarra. Não pode. Olhe quanto dinheiro esse homem está ganhando.

Você entende? Os caras manipulam de todas as formas. Então é preciso liberar a estrada, as fontes, as pequenas e as mini-hidrelétricas, as hidrelétricas pequenas, a pecuária, o peixe, a agricultura. Ele tem que ser incluído, senão a gente cria esse *apartheid* o tempo inteiro. Tudo é uma guerra infinita.

Por exemplo, a questão mesmo ali de Tucuruí, com passagem por atroari-waimiri. Meu Deus, o mundo inteiro está fazendo. Eles botaram no Pará, lá na Marajó, via aquática. Levaram energia via aquática. Por que não levam pela via subterrânea? Pronto. A agressão é muito menor. E se negocia, e se consulta. Tem que consultar, sim. Está previsto isso na 69, da OIT. Está previsto isso. Tem que consultar. Agora tem que botá-la pela via subterrânea.

Lá, por exemplo, há aquela corrente. Ela dá uma sensação de albergados, de que o povo de Roraima é albergado. Como se resolve aquilo ali, Mauricio? Estou dizendo para você porque você tem condição de me ajudar nisso. Estou falando mais para a gente entender, para as pessoas entenderem.

O que acontece? Ali se coloca o chamado corredor ecológico, o chamado corredor da biodiversidade, que o mundo inteiro está querendo. Então, se coloca ali, com parâmetro de velocidade, com controle e com o custo, com o repasse, inclusive. Hoje aqueles povos indígenas ficam ali, noite e dia, de plantão, abrindo para o ônibus, para não sei o quê. Para outro não abre, e briga e confusão, quando se poderia estar ali, eletronicamente controlado, sem nenhum problema.

Então, como o Mauricio é um grande parceiro das comunidades indígenas – e eu parabenizo –, e vários outros órgãos. E as associações.

Vamos embora, para começar a abrir os olhos. Vamos embora, para começar realmente a colocar a voz em tudo: na área de saúde, no setor da inclusão social, no setor da inclusão produtiva, nos direitos das terras.

A gente tem que começar a abrir o leque, senão fica só nessa marcha a ré.

Queria fazer essa observação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos dar uma salva de palmas para o Telmário. Ele vai ter que dar uma saída para um compromisso, mas volta para cá, para ajudar na presidência dos trabalhos.

Chamamos de imediato, para usar a palavra, Lia Zanotta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como aqui a comunidade indígena é que manda, como não vou lhe dar esses dois minutos de fala?

A SRª SAMANTHA ROOTSITSINA DE C. JURUNA – O Senador já saiu, mas quero deixar registrado, porque... A assessoria dele está aí, porque está passando ao vivo, várias pessoas estão acompanhando. Só para deixar claro que muitas coisas que o Senador Telmário Mota trouxe são da diversidade específica do Estado de Roraima. E quando ele traz as falas "liberar estradas", "pequenas usinas hidrelétricas", não significa que isso é uma aceitação dos 305 povos indígenas. Há uma diversidade não somente de povos. (*Palmas.*)

Então, assim, o Acampamento Terra Livre hoje está acontecendo aqui, em Brasília, justamente devido a essas violações de estradas, PCHs, inúmeros outros empreendimentos que estão acontecendo, não somente nas nossas terras indígenas, mas nas áreas próximas, que também acabam nos impactando.

Então, por favor, pessoal que está acompanhando pela internet, ao vivo, não tomem isso como uma realidade da diversidade dos povos indígenas. Por favor, tomem cuidado.

Sim, nós queremos evoluir e nós estamos sempre em evolução. Mas não significa que – para essa evolução de novas tecnologias e de informação ou de energia – queremos entregar os nossos territórios, queremos nossos territórios em pé. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Feito o esclarecimento; passo a palavra para a Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Lia Zanotta Machado.

A SRª LIA ZANOTTA MACHADO – Eu queria aqui, então, cumprimentar e parabenizar o Senador Paulo Paim, pela realização desta mesa de debates, na audiência pública; cumprimentar todos os integrantes da mesa; cumprimentar todos os integrantes que estão, presencialmente, aqui no público, uma representação indígena bastante forte; a presença também da UGT, que é uma parceira na questão dos direitos indígenas; e queria também cumprimentar todos aqueles que estão nos vendo pela televisão do Senado.

Com certeza, a movimentação indígena é fundamental. Então, o movimento Terra Livre é uma coisa que marca presença e que, de fato, tem uma repercussão que espero que não seja só neste momento, mas uma repercussão em função de que os direitos indígenas passem a ser escutados pelo Governo e escutados pelo Legislativo, numa situação tão difícil como agora nós temos. Uma conjuntura política em que, de alguma forma, as questões parecem consensuadas entre Poderes presentes, especialmente da Bancada Ruralista, da Frente Agropecuária, e que, de uma forma consentaneamente com o Governo Executivo, tem resultado numa paralisação das demarcações das terras indígenas. Além disso, outros direitos estão também em jogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria, na qualidade de Presidente da Associação Brasileira de Antropologia, agradecer o convite e a honra de participar da mesa de debates, na audiência pública, sobre a aliança dos povos indígenas, fortalecendo a autonomia.

A Associação Brasileira de Antropologia, fundada durante a Reunião Brasileira de Antropologia, em Salvador, Bahia, em julho de 1955, é a mais antiga das associações científicas existentes no País na área das Ciências Sociais, ocupando hoje um papel de destaque na condução de questões relacionadas à diversidade sociocultural e às políticas públicas referentes à educação, à ação social e à defesa dos direitos humanos.

Os direitos indígenas, quilombolas e povos tradicionais ocupam espaço inegável no fazer antropológico. A ABA possui diversas comissões e comitês que objetivam assessorar seus posicionamentos frente a contextos políticos nos quais encontram-se em risco direitos fundamentais da população. Dentre essas comissões, está a mais antiga a comissão instituída pela ABA, a Comissão de Assuntos Indígenas, que se ocupa, particularmente, com um conjunto de ações voltadas para o avanço no conhecimento antropológico sobre as articulações entre os direitos indígenas e suas formas de identificação e organização social.

Entre esses direitos, o direito à terra é outorgado pelo Estado brasileiro aos povos indígenas desde a Constituição de 1934, além de várias referências no período anterior à República. A Constituição de 1988 consolidou esse direito colocando o Estado brasileiro como seu garantidor. O País é signatário de diversos tratados internacionais que reafirmam e ampliam os direitos constitucionalmente assegurados, como a Convenção 169, da OIT, ratificada pelo Decreto 5.051, de 2004, que tem estatuto supralegal em nosso ordenamento jurídico, conforme interpretação pacífica do Supremo Tribunal Federal.

A ABA e sua Comissão de Assuntos Indígenas considera que o aparato jurídico institucional de amparo aos direitos indígenas no Brasil, em que pesem os avanços da Constituição Federal de 1988, vem sofrendo um ataque, coordenado nos últimos anos, com tentativas emanadas de diversos setores e Poderes de suprimirem ou cercearem a realização desses direitos, seja no âmbito administrativo, seja no judicial.

Em 2016, pela publicação Povos Indígenas no Brasil, do ISA, afirma-se que existem 480 terras indígenas no Brasil reconhecidas pelo Estado, representando 12,5 do território nacional, sendo 98% na Amazônia Legal. Restariam, então, por uma estimativa, pode ser mais, 224 terras por demarcar e homologar, e 252 povos alcançariam mais 1,3% do Território nacional. Ou seja, o que eu estou querendo dizer é que as demarcações, atualmente, as dificuldades estão maiores no Centro-Oeste, no Sul e no Sudeste, em que não se têm terras ou se vive em terras absolutamente exíguas.

Cumpre-nos aqui desenvolver os múltiplos aspectos do que se entende por autonomia dos povos indígenas. Apresentarei alguns pontos. Com o foco no direito territorial, necessário à autonomia, demarcação, proteção e sustentabilidade, a principal necessidade é a retomada das demarcações das terras indígenas e a revogação do Parecer 01217, da Advocacia-Geral da União, oficializado pelo Presidente Michel Temer e que, na prática, inviabiliza os procedimentos demarcatórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O parecer da Advocacia-Geral da União obriga a Administração Pública Federal a aplicar a todas as terras indígenas do País condicionantes que o Supremo Tribunal Federal estabeleceu em 2009, especificamente para a terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. O parecer da AGU foi utilizado para anular, por meio das várias portarias do Ministério da Justiça que reconheceram a posse permanente do povo guarani na terra indígena Jaraguá, e tem gerado a paralisação de outros processos de demarcação de terras indígenas...

A tese do marco temporal, segundo a qual só têm direito ao território os povos e comunidades que estavam ocupando o seu território quando da promulgação da Constituição Federal, desconsidera situações de conflitos que geraram a expulsão e o esbulho de povos indígenas de seus territórios tradicionais. Em Mato Preto, por exemplo, foram retirados, por caminhões do Exército, os indígenas, na década de 1930, quando haviam sido demarcadas pequenas terras nos anos da década de 20. Portanto, a tese do marco temporal na verdade é uma drástica relativização ou diminuição ou paralisação do direito à terra. E há figuras neojurídicas novas, como o marco temporal e o esbulho renitente. Então, se o esbulho renitente pode permitir demarcação de terras, também é alguma coisa que absolutamente difícil de você comprovar que tenha existido ou que não tenha existido, porque são anos e anos... Há documentações, mas nem sempre, na Justiça, essas documentações dos esbulhos são levadas a efeito e ouvidas.

Sobre a paralisação e demora na demarcação das terras indígenas, a ABA manifestou-se publicamente, em data recente, sobre o prejuízo do povo xucuru pela demora no processo de demarcação de terras. Considerou de alta relevância a condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, por violação de direitos humanos, no processo de demarcação e regularização fundiária da terra indígena do povo xucuru do Ororubá.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LIA ZANOTTA MACHADO – Como é sabido, a Corte deu um prazo de 18 meses para a conclusão do processo de desintrusão e exigiu a indenização.

A Comissão de Assuntos Indígenas entendeu que o caso da demarcação de terra indígena do povo xucuru não pode ser tomado como uma situação isolada no contexto da política indigenista brasileira. É representativo do que acontece com diversos outros povos indígenas, a exemplo dos guaranis, guarani-kaiowá, terena, kaingang, pataxó, pataxó hã-hã-hãe, tupinambá, tapeba, tremembé, potiguara, fulni-ô, gamela, munduruku, anacé, tuxá e pankararu. Todos esses ocupam hoje áreas diminutas, superpovoadas, intensamente invadidas e degradadas em vários Estados da Federação.

O segundo ponto é o congelamento do Orçamento Público por vinte anos por meio da Emenda Constitucional nº 95, que atinge em cheio a agenda indigenista ao estabelecer como teto um orçamentário reduzidíssimo da Funai.

Estudo do Inesc calculou o impacto que a PEC do teto dos gastos públicos terá no orçamento da Fundação Nacional do Índio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O enxuto orçamento atual da Funai, autorizado em 2016 para R$502 milhões, são os dados que eu tenho, representa o valor equivalente ao orçamento de dez anos atrás. O retrocesso representado pela PEC será tanto que, em vinte anos, teremos, na melhor das hipóteses, um orçamento equivalente ao valor, em termos reais, de trinta anos atrás, calcula o Inesc.

O congelamento do orçamento da Funai, além da demarcação de terras, atinge frontalmente a capacidade e a efetividade de sustentar as frentes de proteção ambiental no Maranhão, Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia, Mato Grosso, onde há doze terras indígenas compartilhadas com povos isolados e 37 terras indígenas com registros em fase de estudo. A Funai considera povos isolados os povos ou agrupamentos indígenas que mantêm relações de contato ocasional, intermitente ou permanente com segmentos da sociedade nacional, com reduzido conhecimento dos códigos ou incorporação dos usos e costumes da sociedade envolvente e que conservam significativa autonomia sociocultural.

Atinge, portanto, esses contatos existem. Isolado não quer dizer totalmente fora, ou seja, os riscos e as ameaças de garimpagem, de mineração, todos eles estão presentes. Então, isso necessita da proteção da Funai, que está com pouco orçamento para isso.

Por outro lado, um terceiro ponto. Há dezenas de projetos de emenda constitucional e projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal visando reduzir ou suprimir os direitos indígenas assegurados pela Constituição Federal, em especial o direito do usufruto exclusivo indígena, com o propósito de legalizar a invasão e usurpação dos territórios indígenas para fins de exploração ilegal dos bens naturais – solos, florestas, recursos hídricos, mineiros, biodiversidade – e a implantação de empreendimentos de infraestrutura.

Há mais de 189 iniciativas legislativas. Algumas delas foram colocadas aqui pelo ISA, pelo Mauricio Guetta, que realmente colocam em questão os direitos ambientais e, portanto, os direitos também à autonomia dos povos indígenas sobre os seus territórios.

Há, nesse sentido, parece-me, um certo consenso entre poderes instituídos contra os direitos indígenas na Câmara e no Senado. E especialmente na Câmara, a partir da CPI, ficou claro como essa CPI Funai/Incra queria explicitamente a paralisação da demarcação das terras indígenas. E, assim, a CPI de um lado e a paralisação do Governo Executivo de outro, aponta a possível subordinação da política indigenista aos interesses explícitos da Bancada ruralista ante a agropecuária no Congresso Nacional.

Com foco no direito à autossuficiência econômica, é necessário que o Legislativo e o Executivo considerem e respeitem a diferença do sentido da terra para a organização social indígena. Atividades, como a mineração, impactantes contaminam cursos da água, solo, fauna e flora locais.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LIA ZANOTTA MACHADO – Mesmo não sendo permitido em terras indígenas, a mineração é uma ameaça constante nesses territórios e aos povos que neles vivem. E aqui eu queria repetir, enfatizar ou realmente dizer o que a nossa Samantha Juruna, representante da Associação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Xavante, falou: nós entendemos que autonomia é autossuficiência dos povos. Portanto, tem de ser uma decisão dos povos indígenas como vão pensar o seu desenvolvimento sustentável. Podem pensar com alguma tecnologia moderna ou podem absolutamente pensar segundo as regras do entendimento de que a terra não é bem útil, não é um valor de troca.

Eu fiquei impressionada porque foi dito uma vez que terra, por uma autoridade executiva, não enche a barriga de ninguém. Eu penso que temos de fazer com que os índios façam outras coisas. Só que a terra enche a barriga de muita gente e do poder econômico, conforme foi colocado aqui.

Portanto, há interesses explícitos da expansão do agronegócio. E eu não tenho, na análise política, a menor dúvida. Portanto, são interesses que produziram a CPI – Funai e Incra, em que se quis parar com a demarcação de terras indígenas, criminalizar e dizer que os laudos antropológicos feitos não eram nada mais que parciais, que fraudes, que conluios. Por quê? Porque os antropólogos, para fazer os seus laudos, precisam estar na comunidade, precisam da aceitação da comunidade, precisam do diálogo. Como é que vamos fazer uma análise da comunidade indígena, na relação com o seu território, no seu sistema de parentesco, na sua memória e na sua história se não tivermos uma relação profunda com as comunidades indígenas?

Colocaram-se contrários aos laudos antropológicos, ou seja, claramente contra a demarcação de terras indígenas, utilizando-se de uma metodologia etnográfica que há séculos vem sendo desenvolvida no mundo com a qual o Brasil tem uma relação muito forte. A Associação Brasileira de Antropologia sempre faz seminários de discussão sobre como fazer laudos, sobre como usar a metodologia. Portanto, todo um cuidado com a rigorosidade do método científico é colocado em jogo. Na verdade, não se queria atingir os antropólogos. Queria-se atingir as populações indígenas.

Para a autonomia dos povos indígenas, é necessário o diálogo.

O Conselho Nacional de Política Indigenista, criado em 2015, instalado em abril de 2016, fez apenas duas reuniões e não houve mais iniciativa, num flagrante desrespeito às organizações indígenas.

É digno de nota o fato de o Governo Federal não ter feito nenhum movimento para implementar as resoluções aprovadas durante a Conferência Nacional de Política Indigenista, convocada em 2015. É necessário valorizar o diálogo, incorporar e não ignorar as sugestões já construídas pelos indígenas e suas organizações nos mais recentes processos dialógicos e participativos conduzidos pelo CNPI, que coordenou as consultas que levaram à construção da nova proposta de Estatuto dos Povos Indígenas, da Conferência Nacional de Política Indigenista e da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, que dialoga diretamente com o tema da gestão ambiental e territorial autônoma e teve o seu plano de implementação aprovado, mas paralisado.

A falta ou a extrema dificuldade de acesso dos povos indígenas à Justiça, como também já foi dito por integrantes da Mesa, e as frequentes reintegrações de posse em favor dos invasores atingem o direito e a vida dos povos indígenas, assim como os despejos judiciais e extrajudiciais, a intimidação, a perseguição e o assassinato de lideranças indígenas. Eu, como Presidente da ABA, recebo – eu vou dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretamente, como coisa tecnológica – pelo WhatsApp inúmeros assassinatos de lideranças indígenas nos últimos anos. As populações indígenas, seja em suas terras ou em áreas urbanas, reivindicam – é importante pensar que não é só a demarcação de terras – e têm o direito à educação formal, assim como o direito à integridade física individual e à saúde, seja em suas terras ou em áreas urbanas. A autonomia também está relacionada ao direito à educação formal e à rede de assistência em saúde.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LIA ZANOTTA MACHADO – Apesar do aumento do número de educadores indígenas, há ainda um déficit de elaboração didática e material pedagógico. Há a necessidade de ampliar as escolas nas comunidades. Há que se considerar que indígenas que se incorporam aos estudos de ensino médio e universitário muitas vezes transitam entre terras indígenas e cidades, devendo o sistema de educação atender a essa peculiaridade.

Sobre os dados, nosso integrante da Mesa, Lourenço, sobre população, já disse, mas enfim, nós temos, pelo IBGE, que 42% da população indígena vive fora das terras indígenas, sendo 36% em áreas urbanas. Nota-se que entre 2000 e 2010, de fato, ocorreu uma queda da população indígena em área urbana.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LIA ZANOTTA MACHADO – Portanto, isso pode indicar que nós temos realmente populações indígenas e comunidades indígenas que se deslocam das terras indígenas para as cidades. Então, a gente não pode pensar numa separação rígida, em ter a população indígena na cidade, uma que só está lá, mas há sempre esse trânsito. Isso é importante, e me parece que pouco se diz sobre isso.

Eu pulei várias coisas, mas eu queria terminar com um dado. O sistema intercultural de educação e diálogo, o sistema de saúde, o orçamento da Funai na Sesai, os recursos que o Senador disse que são muitos, eu ouvi na Sesai, no Ministério Público agora, numa reunião sobre assuntos indígenas, na Escola Superior de Magistério, do próprio...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LIA ZANOTTA MACHADO – ... Presidente da Sesai, que os recursos são parcos, que os recursos longe estão de dar conta dos distritos sanitários. Se a gente colocar mais toda a questão da logística falada, nós temos um problema de vida, um problema de saúde das populações indígenas.

De acordo com o Sime, o número de suicídios – se falou de assassinatos, e eu vou falar de suicídios – entre os indígenas disparou. Aumentou 18% entre 2015 e 2016.

Termino com as palavras da antropóloga e professora Maria Luiza Garnelo Pereira, sócia da ABA: "Se existe um reconhecimento dos direitos indígenas, como território, saúde e educação, na prática isso não tem se efetivado da maneira como deveria para um povo que possui grande contribuição memorial e presencial no País. E deveria, portanto, receber uma saúde diferenciada e uma saúde, inclusive, de apoio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

psíquico de acordo com a diversidade cultural." O que é problema para você passar e transitar entre as condições tradicionais da vida originária, por exemplo, dos Guarani-Kaiowá e as condições de reserva restrita em Dourados, para dar um exemplo fortíssimo, onde há suicídios e assassinatos intensamente, que, portanto, nos colocam não só problemas. A ABA pensa exatamente isso, que os direitos indígenas são os direitos à terra, são os direitos à educação, são os direitos à saúde e o respeito à diversidade cultural.

O Brasil é um País de diversidade sociocultural. O Brasil é todos nós, toda a nossa diversidade. Portanto, nós temos que fundamentalmente...

A ABA, de alguma forma, está baseada em todos os conhecimentos antropológicos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LIA ZANOTTA MACHADO – ... de renomados antropólogos, jovens na academia, mas também tem a posição pública de defesa dos direitos dos indígenas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Lia Zanotta Machado, Presidente da Associação Brasileira de Antropologia. Você usou um pouquinho mais de tempo, mas dentro do seu limite, para poder concluir o seu pensamento.

Parabéns pela fala.

Eu convido os senhores a retornarem ao plenário, e vamos agora para a segunda Mesa.

Parabéns a todos. (*Pausa.*)

Chamo, de imediato, Francinara Soares Martins, Liderança Indígena Baré.

Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Chamo Alberto França, Liderança Indígena Terena. (*Palmas.*)

Chamo Robson Haritiana Javaé Araújo, Presidente da Associação da Comunidade Indígena de Canuanã (Aciac), Ilha do Bananal, Estado do Tocantins e Secretário Adjunto da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas da UGT. (*Palmas.*)

Chamo Romancil Kretã, Liderança Indígena Kaingang. (*Palmas.*)

Chamo Cleiton Oliveira Martins Javaé, Cacique da Ilha do Bananal, Tocantins. (*Pausa.*)

Parece que não está aqui.

Paulo Henrique Vicente Oliveira, Liderança Indígena Tupiniquim. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido a usar a palavra Francinara Soares Martins, Liderança Indígena Baré.

A SRª FRANCINARA SOARES MARTINS – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Mesa na presença do Senador Paulo Paim. Quero cumprimentar todas as lideranças indígenas presentes nesta Comissão e todos os participantes que estão aqui. Muito obrigada pela presença.

Quero agradecer também a presença dos nossos parceiros, apoiadores, homens, mulheres e jovens.

Eu sou a Nara Baré. Estou hoje como Coordenadora-Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), base da nossa Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), e queremos ressaltar não ter a nossa presença aqui somente nesta semana, antecedendo o Acampamento Terra Livre e durante o nosso Acampamento Terra Livre, como também sempre que for necessário termos as portas abertas nesta Casa. Foi a primeira vez em muitos eventos do nosso ATL, Senador, que nós não fomos barrados aqui nesta Casa, que não fomos recebidos com opressão, com truculência, porque todos os anos, no mês de abril, que é o mês da mobilização nacional, que é o mês do nosso Acampamento Terra Livre, que é o mês que fazemos essa grande assembleia aqui no Distrito Federal, em Brasília, nós viemos para conversar, para articular, e nem sempre somos recebidos assim.

Quando vocês, autoridades, representantes do povo, chegam em nossos territórios, a gente não os recebe com truculência; nós recebemos a todos da forma como a gente também quer ser recebido. Assim nós somos e sempre somos desde o primeiro contato. Antes da Constituição fomos chamados de selvagens, de nativos, então, a gente percebe uma controvérsia muito grande.

Portanto, estar nesta Casa, estar aqui nesta reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa é dar um espaço a nós que somos defensores, que somos pessoas que defendem os direitos humanos. Porque falar de povos indígenas é falar de vida, e somos defensores da vida.

No Brasil, somos 305 povos. Na Amazônia temos uma diversidade não só de povos, como também de diversidade de biomas. E falar da Amazônia é falar de toda essa mega diversidade e falar também dos problemas que estão sendo voltados para nossa Amazônia. Todos os grandes empreendimentos, seja de hidrelétricas, seja de grandes mineradoras, porque aqui falamos de mineração de terras indígenas, mas falamos também de garimpos ilegais que estão dentro dos nossos territórios.... E os territórios que podemos citar aqui não são somente os territórios demarcados. Apesar das poucas terras indígenas que estão demarcadas e homologadas, mais de 50% na Amazônia ainda não chegaram na totalidade que, de fato, deve ser feita, cumprindo a Constituição do nosso País.

Então, falar dos PLs que estão sendo feitos aqui no Congresso, no Senado Federal, nas três esferas, na verdade, para se colocar bem fortemente, é dizer que eles rasgam totalmente a nossa Constituição. Nesses 30 anos da Constituição, uma Constituição na qual os dois artigos – art. 231 e art. 232 – não foram dados para nós, mas foram articulados, a gente acredita que a primeira mobilização foi no período pré-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituinte, quando todos os povos vieram até aqui a Brasília e viram a necessidade e também a existência de outros povos.

Então, a Constituição Federal é a Lei Magna deste País, e todos essas medidas provisórias, esses projetos de lei, que são contrários aos nossos direitos, violam não só os direitos dos povos indígenas, mas também a Constituição Federal e os direitos dos povos originários deste País e do cidadão brasileiro, porque somos cidadãos.

Então, isso é importante. E o nosso chamado ao Acampamento Terra Livre vem muito forte. Chega de trocas injustas!

Foram colocadas aqui, na mesa anterior, várias questões legislativas que estão totalmente contra os nossos direitos. Então, chega de trocas injustas! E nós, que somos defensores de direito, estamos sendo criminalizados, presos, assassinados. Isso não pode mais acontecer!

O Brasil precisa entender e começar também a assimilar que nós existimos e não estamos em tribos, como foi colocado aqui, que nós somos povos, que não éramos índios antes. Foram os ocupantes que chegaram aqui que nos deram essa nomenclatura de índio. Nós somos Tapeba! Nós somos Baré! Nós somos Potiguara! Nós somos Kaxuyana! Nós somos Apurinã! Cada um, com a sua diversidade, com a sua cultura e com o respeito que temos uns com os outros.

Então, essas nomenclaturas fazem com que haja um ato de discriminação e também de diminuição do que somos, da grandeza dos povos dessa terra, da grandeza dos povos originários. Quem mais sofreu com isso primeiramente foram os nossos irmãos que estão no litoral deste País, que foram os primeiros a serem impactados.

O Acampamento Terra Livre vem muito forte, falando sobre esta questão: chega de trocas injustas. O desenvolvimento que queremos e de que precisamos não é de qualquer jeito. Muitos, nesta Casa, nos Três Poderes, dizem que nós somos um empecilho, que nós somos contra o desenvolvimento. Nós não somos contra o desenvolvimento, mas não queremos o desenvolvimento de qualquer jeito. Não queremos esse desenvolvimento que só mata, que é um desenvolvimento que não tem uma comunidade, que só é para si, que é individualista, que só aumenta a ganância do homem e só gera mortes. Então, esse desenvolvimento não é para a gente.

Nosso desenvolvimento é outro: é a nossa autodeterminação muito forte de que estamos falando, como povos indígenas. É a nossa sustentabilidade dentro dos nossos povos.

A gente vem percebendo isso nos últimos anos e sentindo muito forte na pele, porque só vem aumentando cada vez mais essa violação de direitos. Hoje, vemos muito forte a falência total da política indigenista. Isso só vem a comprovar que diminuiu a política de demarcação, ou seja, hoje, não há qualquer demarcação.

Hoje, há uma paralisação total, uma falência da política indigenista e da demarcação dos nossos territórios. Isso só faz com que as nossas crianças, os nossos mais velhos, que estão dentro dos nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

territórios, venham a sofrer com esses impactos de grandes empreendimentos, que cada vez mais vêm dentro dos nossos territórios. Ao entorno dos nossos territórios já está chegando essa problemática, seja na parte do agrotóxico, que o agronegócio vem trazendo muito fortemente para dentro dos nossos territórios... Nós não usamos agrotóxico. A nossa alimentação é saudável. Isso acarreta fortemente na parte cultural, acarreta no nosso modo de viver, acarreta na alimentação e no desenvolvimento das nossas crianças nos nossos territórios...

Então, a gente vem aqui também colocar que esses grandes empreendimentos têm um grande impacto não só a nós, às comunidades indígenas que já estão com contato, mas também – e nós temos o dever de protegê-los – aos nossos irmãos em isolamento voluntário. Os povos indígenas isolados existem; eles precisam de que a gente também os proteja. E a maioria dos povos indígenas isolados está na Amazônia. Então, na Amazônia, a gente tem esse dever de estar também olhando por eles, protegendo-os, junto com eles. Então, a gente tem essa medida de não estar avançando, mas uma medida de proteção a esses povos.

Se falarmos dos 305 povos e dos empreendimentos que vêm... Por que tocar tanto nesses empreendimentos? Esses empreendimentos não garantem nenhum tipo de sustentabilidade, não respeitam a Convenção 169, sobre o direito à consulta livre, prévia e informada. E a gente vê aí vários retrocessos. Nós também percebemos e sentimos que vários povos não têm os seus territórios demarcados por o Brasil, que é signatário da Convenção 169, não respeitar o direito à consulta livre, prévia e informada e levar o empreendimento sem ao menos respeitar a diversidade daquela população que será afetada. Muitos dos nossos povos da Amazônia não entendem e não falam português, que também não é uma língua nossa. Então, chegar de qualquer jeito a essas populações ou trazer simplesmente três ou quatro lideranças, isso não é um processo de consulta e nem mesmo uma reunião. Pode ser uma conversa, mas não uma consulta. É preciso haver um esclarecimento junto, respeitando a sua língua materna e o próprio entendimento daquela comunidade. Isso vem trazendo um aumento muito significativo de políticas públicas que não são efetivas não somente para os povos indígenas impactados, como também para todas as populações que estão no entorno, que são impactadas direta e indiretamente – falando dos povos e comunidades tradicionais, falando da sociedade em geral.

Então, a Convenção 169 precisa ser respeitada; o direito à consulta livre, prévia e informada de todos os empreendimentos, não só os de grandes impactos, como também agora os de "pequenos impactos", entre aspas. São criadas várias medidas para PCHs que afetam diretamente todos esses povos. Então, a Convenção 169 precisa ser respeitada. E, por o Brasil não estar respeitando isso, vários povos têm feito o seu modo próprio de consulta.

Então, os protocolos de consulta dos povos precisam ser respeitados. O nosso processo de autodemarcação, que é um processo para proteção dos nossos territórios, também precisa ser respeitado. E isso gera tudo; também a autossustentação desses territórios. Então, a gente vem aqui falando sobre... Na verdade, ratificando e enfatizando muito fortemente as medidas judiciais da AGU, como a Portaria 01, que foi colocada, mas nós precisamos cada vez mais repetir para que isso não seja esquecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro ponto também que a gente quer colocar aqui é com relação ao nosso Acampamento Terra Livre. Nós hoje estamos iniciando o nosso acampamento; várias delegações estão chegando. No momento em que nós estamos aqui, estamos recebendo... E vamos visitar aqui esta Casa, recebendo também vocês no nosso Acampamento Terra Livre. Mas queremos deixar isto muito claro para todos nós: que os povos indígenas do Brasil existem; nós estamos aqui para um diálogo; mas, quando o diálogo não é respeitado, a gente também vem para o enfrentamento.

E quero dizer que nesse período, na conjuntura que nós estamos vivendo, há várias lideranças que estão também sendo criadas. E a gente vem muito forte falando e respeitando as nossas organizações indígenas, o movimento indígena, que vem representando o direito dos povos indígenas, que vem aqui em defesa dos povos indígenas, em defesa da mãe natureza, em defesa do nosso modo de ser. E nós não vamos permitir que nenhum oportunista venha querer falar contra nós ou falar por nós. A Bancada ruralista vem criando lideranças, vem criando caciques. E a gente se conhece. A articulação dos povos indígenas do Brasil, as organizações que compõem a articulação dos povos indígenas do Brasil, a gente vem muito seriamente aqui em defesa de um Brasil mais indígena, em defesa dos nossos direitos; não em defesa de uma minoria.

Então, com isso, a gente quer agradecer a esta oportunidade e pedir também para que, sempre que falarem dos povos indígenas, lembrarem de todos nós: que nós somos povos, nós não somos tribos; nós somos homens e mulheres, nós somos cidadãos brasileiros e merecemos respeito.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Francinara Soares Martins, Liderança Indígena Baré, que fez um belo pronunciamento.

Queria chamar para a Mesa o Subprocurador-Geral da República, membro da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão das Populações Indígenas e Minorias – Procuradoria-Geral da República, Sr. Antônio. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo.

Pessoal, nós estamos com um pequeno problema: estão com desespero lá para que eu faça uma fala no plenário. Eu queria combinar com vocês...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Telmário está vindo?

Vou chamar o Robson Haritiana Javaé Araújo, Presidente da Associação da Comunidade Indígena de Canuanã (Aciac), Ilha do Bananal, Estado do Tocantins, e Secretário Adjunto da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas da UGT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está acertado que o Senador Telmário vai vir para cá. Eu vou passar a palavra a você, Robson, porque nós estamos falando aqui para todo o Brasil – isso é muito importante –, nós não estamos falando só para nós mesmos. Então, você fica com o tempo, o Telmário chega e assume aqui a Presidência. Eu vou ao plenário, falo e volto para cá. Tudo bem? Pode ser assim?

Daí, atendo lá também o pessoal que está me cobrando muito, falo e venho para cá.

A palavra agora é sua. O Telmário chega, assume a Presidência, e continuam os trabalhos até eu chegar.

Uma salva de palmas a todos aí. (*Palmas.*)

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – Bom dia a todos! *Auiry* aos parentes – na minha língua do povo Javaé.

Eu queria dizer também que, além de ser javaé, lá da Ilha do Bananal, eu sou tuxá também. Meu pai é tuxá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O tempo que eu dei para ele, eu peço ali para o pessoal da técnica, é aquele que está lá. Já combinei com ele, o.k.?

Ele é vereador, não é?

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – Vereador também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma salva de palmas. Falou-se tanto aqui em eleger vereador, Deputado.

Mais outro vereador. Quantos? Vamos dar os nomes aí dos vereadores antes de eu sair, por favor. Aperta o botão, acende a luz verde, e dá o nome do vereador. (*Palmas.*)

O SR. SANDRO GOMES BARBOSA – Vereador Sandro Gomes Barbosa, lá do Município de Rio Tinto, Potiguara, Paraíba. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Há outro vereador? (*Pausa.*)

A palavra é sua, seu tempo está lá. Enquanto isso, eu vou lá e volto.

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – Como mencionei, agradeço a todos, ao Senador Paim – eu já acompanho esse trabalho do Senador há muitos anos –, e a todos os Senadores da Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer primeiramente a Deus, por estar dando essa oportunidade de representar meu povo e os demais povos indígenas do Brasil. Eu me sinto honrado e orgulhoso de ser indígena, de ter nascido indígena. Se pudesse, nasceria de novo porque é bom demais.

Agradeço, em especial, o nosso Presidente Ricardo Patah, do qual eu faço a representação hoje, da UGT, como indígena, que foi quem nos abriu a porta. Mas quem começou nessa questão indígena UGT foi o Idjahure Karajá, que fez um brilhante trabalho em toda a sociedade indígena no Brasil, quando abriram as portas na UGT. E, depois, consequentemente, o filho dele, o Idjawala, que é o nosso secretário. Então, assim, agradecer ao Idjawala também, que não pôde estar aqui, mas eu estou aqui representando.

E me sinto honrado. A gente procurou a UGT na época porque a gente passava por um processo difícil por tudo, porque só viam o indígena... Isso é moda no Brasil, ver o indígena como preguiçoso, que não quer fazer nada da vida. Não, o indígena trabalha, o indígena tem o seu dia a dia, o indígena tem o seu sustento. E, com isso aí, a gente buscou a UGT para abrir as portas porque a gente questionava muito seguinte: como é que o indígena tem uma terra, mas ele não tem o direito de pegar um empréstimo, ele não tem o direito a nada.

E é onde eu questiono: até quando essas terras vão ser nossas? Porque lá diz que é só o usufruto, é inalienável. Eu me preocupo, por ser indígena, por ser pai, por ser filho, por ser irmão. Até quando? Por isso que hoje é necessário termos mais Parlamentares para brigar por nós, porque os poucos que temos, como diria, é pouco. Queremos ter mais para poder brigar pelos nossos direitos.

E a UGT, através do nosso Presidente Ricardo Patah, vem brigando muito. Ele que estava "enchendo o saco" do Senador Paim para poder acontecer essa audiência pública aqui nos Direitos Humanos, abrindo essa porta para a nossa comunidade. Isso para a gente é um privilégio.

Então, através disso, vem abrindo as portas, e a gente está correndo atrás de um projeto de ecoturismo para a nossa região na Ilha do Bananal, porque é um projeto sustentável, é um projeto nosso, é um projeto que vem dar autonomia para o nosso povo. E isso tem nos dado uma alegria muito grande. E ele tem dado essa oportunidade.

E não tem sido fácil, não tem sido fácil brigar por esses nossos direitos, que, de fato, só existem no papel; na prática não existem.

E quero agradecer também, há uma guerreira aqui em Brasília, que sempre briga por nós indígenas do Brasil todo, que é a Sônia Guajajara. Quero deixar um abraço para ela em nome de todos os indígenas do Brasil. Eu venho acompanhando o trabalho dela.

E ressalto a importância do Acampamento Terra Livre (ATL), que agora está acontecendo. Já vim a vários, inclusive participei aqui como tuxá e participei como javaé. Eu sempre brinco que sou índio duas vezes, não é? Então é bom ter esse lado tocantinense e o lado baiano, que correm nas veias, mas, acima de tudo, ser indígena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quando comecei nesse movimento indígena, eu me perguntei se eu queria ser político. Não, não queria. Foi a necessidade. Hoje eu tento dar o meu melhor, porque eu vejo o tanto que somos massacrados. Está aqui o nosso parente também, que é Vereador e sabe das demandas, da dificuldade que é ser. Como Vereador, não tem muito o que fazer, mas o muito que fazemos se torna às vezes mais que um Deputado na nossa região. E não é fácil. Eu me orgulho muito de todo o trabalho que eu venho fazendo. Eu sei que é pouco, mas eu venho buscando poder fazer mais.

E aí eu peguei e fiz uma carta dos programas que eu fiz com a UGT. Eu vou lê-la aqui para vocês:

> Falo hoje aqui como trabalhador, representando uma organização de trabalhadores, a UGT (União Geral dos Trabalhadores), da qual sou secretário-adjunto dos povos indígenas, do povo Javaé.
> Os povos indígenas, habitantes originários do nosso País, são grandes personagens insensíveis de nossa história. Ontem escravizados pelos colonizadores, foram exterminados por desbravadores de nossas selvas.
> Hoje, ameaçados de extinção, têm as suas terras invadidas por predadores do meio ambiente e são discriminados pelo preconceito de quem os considera seres inúteis, inimigos do progresso.
> A conquista da América foi palco de um grande genocídio, talvez o maior da História. E continua sendo. Se a palavra genocídio foi alguma vez aplicada com precisão a um acaso, então esse, já que estamos falando de uma diminuição drástica da população indígena, estimada em 70 milhões de seres humanos. Nenhum dos grandes massacres do século XX pode se comparar a isso. Essa tem sido nossa realidade.
> Além disso, quase tudo que se sabe da história dos povos indígenas é pela versão dos vencedores. Conhecemos essa história. Conhecemos essa realidade na própria pele.
> Aqui, neste momento, além de compartilhar as informações que permeiam este cenário, quero trazer para este debate uma proposta de criarmos um outro cenário para os povos indígenas, qual seja de promotores de nosso próprio desenvolvimento e, consequentemente, construtores de nossa própria história.
> Nossa proposta está sedimentada na confiança, no compromisso, porque sabemos o quanto podemos contribuir face aos desafios que temos pela frente, quais sejam de preservar nossas florestas, água e garantir a biodiversidade que se encontra ameaçada e, com isso, minimizar os impactos das mudanças climáticas. E digo isto, porque os povos indígenas são vistos como um obstáculo ao modelo nacional desenvolvimentista. Não estamos incluídos nesse projeto.
> Nesse modelo, as terras, águas, matas, ar, biodiversidade e minerais estão subordinados à logística produtivista, âncora do crescimento econômico. Na medida em que os povos indígenas ocupam os territórios onde se encontram, os recursos vicinais para os modelos devem ser removidos.
> O próprio Governo brasileiro está articulando o empenho em ampliar o acesso, o controle e a exploração dos territórios indígenas, quilombolas, dos pescadores artesanais, dos camponeses, dos ribeirinhos e outros grupos e, para conseguir isto, adotou uma estratégia com foco em três pontos: inviabilizar, impedir o reconhecimento e a demarcação das terras indígenas; rever

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> procedimentos de demarcação de terras indígenas já finalizados; invadir, explorar e mercantilizar as terras demarcadas que estão na posse e sendo preservadas pelos povos indígenas, pelos quilombolas e por outros grupos tradicionais.
> Contrariando os promotores da destruição, queremos propor a construção de um desenvolvimento em outras bases, um desenvolvimento que seja inclusivo, com foco no ser humano, não só na Capital. Queremos deixar claro que somente as comunidades nativas conhecem muito bem as características ecológicas do meio natural e seu limite de saturação.
> Por isso, no início, falei sobre a possibilidade de os indígenas serem os promotores de seu próprio desenvolvimento, diga-se de passagem, de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.
> Por isso, é importante questionar as regras, dogmas desse modelo de desenvolvimento de que somos obrigados a participar para construirmos nossa própria realidade, para sermos os protagonistas da nossa história.
> As pessoas buscam nesse momento uma reconexão com a natureza e o resgate do impacto que o próprio ser humano gerou sobre o Planeta e isto os povos indígenas sempre fizeram. Nós somos guardiões da floresta, da água, da natureza como um todo.

Senador Telmário, o Brasil tem um potencial gigantesco na área de ecoturismo. Essa atividade, diferentemente de outros países, é incipiente. No final do mês de março, eu participei de um debate convocado pela CBN no Estado de Tocantins, que promoveu um debate sobre ecoturismo. O Tocantins hoje tem um potencial muito grande para o turismo – hoje está passando na novela.

Há uma região chamada... (*Pausa.*)

Não me recordo aqui, mas é uma região que vem chamando muito turista, uma região próxima a Palmas. A Ilha do Bananal também tem um potencial muito grande, mas foi esquecida.

Mas temos entrado com um projeto... (*Pausa.*)

Ah, me lembrei agora, Jalapão. Ele tem passado na novela, é um lugar muito bonito e tem levado bastante turistas.

Mas a região da Ilha do Bananal está sendo pouco explorada na questão turística. É onde estamos entrando com um projeto. Lá há essa frente para gerar vários empregos em preservação ambiental em nossa região. É um projeto que vem agregar e somar. Então, tem tido um processo muito amplo nesse sentido, Senador.

O Brasil compõe 11% do PIB mundial, mas só 4% desse PIB são do turismo. O Brasil dispõe de 20% da biodiversidade do Planeta. Isso nos permite crescer mundialmente. Nos Estados Unidos, 307 milhões de pessoas visitam os parques nacionais ao ano. Já no Brasil temos apenas 10,7 milhões de visitantes/ano. Portanto, vemos que o ecoturismo pode garantir empregos e dinamizar a produção local.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os indígenas, através de sua participação ativa, podem dar parâmetros de sustentabilidade à atividade turística. Só assim os povos indígenas e igualmente as gerações futuras poderão ser beneficiários desse desenvolvimento.

Até aqui os povos nativos têm sido descartados desse processo, aumentando cada vez mais o índice de pobreza e marginalidade, sobretudo na faixa tropical do Planeta, onde a riqueza e a diversidade de atrativos turísticos são extraordinárias.

Por fim, não podemos aceitar que o desenvolvimento seja feito a qualquer custo, especialmente quando o custo são os direitos humanos e direitos dos povos indígenas.

Senador Telmário, eu já o acompanho há alguns anos. Sei da sua luta, da sua briga pelos povos indígenas e o admiro. Eu sempre estou assistindo à TV Senado, acompanho a nossa política brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR. *Fora do microfone*.) – Primeiro fui vereador.

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – Primeiro foi vereador. Eu fiquei sabendo. Conheci uma grande amiga sua lá da região, e ela me falou um pouco da sua história. O senhor andava em cima de um carrinho de som na rua, divulgando. Admiro o senhor por esse trabalho e pela dedicação que tem feito ao nosso povo...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado.

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – Telmário, eu também gostaria de falar, como o senhor mencionou há pouco, sobre a questão de que o recurso da saúde indígena não chega.

Realmente, na nossa região está a mesma situação. O quilômetro do carro, por exemplo, é absurdamente cobrado, mais do que um caminhão, e aí tem que parar.

Muitos indígenas acabam morrendo. Os remédios não chegam. E aí, o que está acontecendo? No papel, a nossa saúde é muito bonita; a educação é diferenciada, de qualidade. Beleza.

Um questionamento que eu faço, Telmário: foi mencionado aqui que o atual Presidente Michel Temer não demarcou uma terra indígena. É engraçado. Muitos questionam, batem na mesa, como o Bolsonaro, dizendo: para que tanta terra para poucos indígenas? Aí, eu questiono: para que muitas terras para um fazendeiro? Para quê? Ninguém questiona isso. Ninguém fala disso.

Quer dizer: um fazendeiro, com uma família, pode ter vários hectares. Que lindo! Que justiça vivemos neste País! Como é que nós, originários desta terra, que fomos escravizados, estuprados, massacrados, não somos donos da terra? Nós não somos donos da terra! Nós vivemos de favor, como mendigos, nesta terra! Como é que pode sermos originários e agora que estarmos sendo reconhecidos como gente? Porque, até tempos atrás, lembro-me de um livro, dizendo que, quando os portugueses chegaram aqui, não existia gente, só existiam índios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós éramos comparados – e somos até hoje – a bichos, só que isso está mudando, porque há muita gente se qualificando, se formando, se fortalecendo, porque estamos unindo-nos cada dia mais. Isso me orgulha. Orgulho-me de ser índio.

Então, o Brasil, hoje, está mudando. Ele precisa mudar. Precisamos lutar a cada dia, porque, se resistimos até hoje, se não conseguiram matar a todos nós, não vão mais fazê-lo, porque não vamos aceitar isso.

Então, é isso: a cada dia que acordo, a cada dia que lembro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – ... que meu filho está ali, precisando, sabendo que vai ter uma terra, sabendo que precisa trabalhar, isso é o que me fortalece, porque, se olharmos para a nossa região: "Cadê o peixe? Cadê a caça?" Não dá mais para viver disso, porque acabou! É igual à teoria de que a Samantha falou: ser índio não é só andar de cocar, andar pelado não! Quer dizer que vou deixar de ser índio se eu usar uma roupa boa, se eu usar um celular?

O brasileiro, quando vai aos Estados Unidos, deixa de ser brasileiro? Não deixa! Por que o índio vai deixar de ser índio porque tem uma ideologia de se vestir, de trabalhar? Não! Ser índio corre nas veias! Ser índio é ser natural.

Aí, questionam: "Por que vivemos em um País de corrupção?" Quem chegou aqui? Que portugueses chegaram aqui? Foram ladrões! Foram estupradores! Só vieram os piores corruptos, que mandaram para o nosso Estado. E o que fizeram? Fizeram a escravidão no nosso País, no nosso povo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – Coitados dos meus parentes, de que pertenço, tuxás, pataxós e de todas as etnias do litoral, que foi o povo mais massacrado! Muitos não têm o cabelinho liso, não têm a aparência, mas resistiram! Estão lá! Brigam! É fácil suportar todo o processo de genocídio que aconteceu na região? De massacre? Tudo de ruim aconteceu no litoral brasileiro.

O restante se refugiou no norte do Brasil. É por isso que houve uma preservação maior! Só por isso! Mas eu admiro os nossos indígenas, os nossos parentes do Nordeste, porque foram os que sofreram estupro, morte e todo tipo de genocídio que se possa imaginar!

Então, é muito fácil criticar, mas vivenciar a realidade é diferente!

Senador, muito obrigado por V. Exª nos estar defendendo, estar brigando pelo nosso povo. Eu me orgulho de ter... Como diria? Todos nós temos sangue indígena.

Foram feitos estudos que mostraram que todo brasileiro tem sangue indígena. Quando muitos criticam o indígena... Onde estudei agora, em Goiânia, na Universidade Federal, onde me formei em Ciência da Natureza, muitos não gostavam de indígena, nos criticavam lá. Aí, quando ia ser monitor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando fala mal de índio, não aceitam mais. Ele falou: "Moço, vocês têm uma vida de muita dificuldade. Só que eu não sabia. Eu via o que a mídia falava. Eu via que o índio é selvagem, que o índio é bruto, tudo de ruim." Mas, quando passa a vivenciar no dia a dia, sabe que o índio é maravilho. Há dificuldade. Mas está ali, não reclama. Está cuidando dos seus filhos, está trabalhando.

Só que existe uma qualidade no índio: ele não pensa em desmatar, em acabar, em ter ganho. O índio é humilde. O índio tem a simplicidade de viver o hoje. O amanhã a Deus pertence.

Se essas terras todas estivessem na mão do indígena, o Brasil hoje seria rico de fauna, de flora.

O que estão fazendo com o nosso País? Mas tudo bem. Vamos vencer, porque, desde quando nascemos, há dificuldade. E não vamos desistir nunca.

Agradeço a todos os presentes. Senador, e me orgulha muito estar aqui hoje.

Queria falar um pouco do que aconteceu na minha região, lá na Aldeia Canuanã, com o povo javaé e com os nossos irmãos carajás, do outro lado do Rio Araguaia.

Há seis anos mais ou menos, sete anos atrás, começou um índice muito grande de suicídio na região.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – Chegamos ao todo na faixa de 38 mortes por suicídio.

Na época, eu estava começando na associação e pensei: "Meu Deus, Senhor, me ajuda, o que eu posso fazer pelo meu povo? O que eu posso clamar?" O índice era muito grande até quando começou, na minha família, com um primo meu. Acabei pegando ele quando estava no ato do enforcamento. Fui lá, consegui pegar e salvar. Naquele dia, eu chorei muito e fiquei revoltado com aquilo. O que eu poderia fazer? Porque eu não podia esperar os órgãos públicos, mas eu poderia fazer algo.

Eu pensei e falei: existem duas coisas de que o meu povo gosta muito e a comunidade de um modo geral. São elas: futebol, festa cultural, evento à noite, festa dançante. Pensei: eu vou fazer. Eu não tinha nenhum centavo, mas eu tinha vontade. Corri atrás de parceiros. A UGT nos ajudou muito nesse evento que chamamos de Sete de Setembro, que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – ... é a independência dos povos indígenas.

Lá, Senador, fizemos o primeiro evento com a cara e a coragem. Levamos quatro mil indígenas. A cada ano, vem aumentando. Hoje estamos em sete mil indígenas e não indígenas. É uma festa intercultural, que fizemos todos os anos, na Ilha do Bananal, na Aldeia Canuanã. Fizemos o evento cultural, o futebol e o *show* à noite. Colocamos um palco grande, porque muitas crianças do nosso povo têm vontade de ver um cantor famoso, têm vontade de sonhar. Isso começou e acabou com as mortes na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa região, porque, todo ano, um fiscalizava o outro. Opa, não posso me suicidar porque eu quero ver o *show*, eu quero ver meus parentes que há muitos anos não via.

Isso aí começou a fazer uma revolução muito grande. Então, todo ano esse evento é esperado lá na nossa região. E, graças a Deus, chegamos, na nossa região, a zero de suicídio. Acabou.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – Então, eu tinha de fazer algo. Mas todo ano há dificuldade de arrumar patrocínio, de correr atrás. Não é fácil. Mas me orgulho porque Deus me deu a sabedoria. Sempre digo que Deus é o Pai de todos. E Deus me abençoou a chegarmos a essa mortalidade a zero. Temos problemas, sim. De fato, não acabaram, mas diminuímos.

E esperamos até hoje, de Deputados e Senadores lá, uma emenda parlamentar para fazer um campo de futebol, e até hoje nunca chegou. Todo ano a promessa, todo ano... Mas eu venho correndo atrás e não desisto nunca. Como sempre falo, sou brasileiro e sou índio, que é mais ainda.

E agradecer a vocês dois, Senador Paim, Senador Telmário, e ao Senador Vicentinho também do Estado do Tocantins, que é um Senador atuante para a questão indígena. Não deixar de lembrar também o Senador que vem batalhando pela nossa população, um defensor dos nossos direitos.

No mais, agradecer a todos. Estou à disposição e venho lutando. Não é fácil ser vereador não, viu? Estou falando, e eu sempre digo que vereador é primo primeiro de cachorro, porque, meu Deus do céu, a dificuldade é monstra! Mas tudo bem, a gente não desiste não, viu?

Um abraço a todos. Fiquem com Deus.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só vou cumprimentar o Robson. Eu disse: "Robson, eu preciso de em torno de 20 minutos. Você segura?"

Ele disse: "Pode ir que eu seguro, Senador."

Aí o Telmário já chegou.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Você se esqueceu de um detalhe, que o Robson é baiano, ele tem um pouquinho de sangue baiano. E baiano fala pelos cotovelos, que eu morei 14 anos na Bahia.

Quando eu ouvi ele falando o Robson já saiu da parte indígena, já saiu dos tocantinenses, ele já está só...

Mas eu não sei se o João Pedro já foi anunciado aqui, o João, ex-Deputado, Presidente da Funai, ex-Senador... É um homem, um indigenista, amazonense, da minha terra natal, porque o Amazonas era a nossa terra mãe. E a minha bisavó, que é a vovó Quitéria, era indígena. Eu estava até falando agora aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a Francinara, ela era ali do Amazonas. Inclusive eu estou pegando o registro dela indígena, que ainda é do Rondon. Aí eu vou fazer essa cadeia de registo para poder ter o meu, para me aposentar mais rápido.

Mas, olha, eu quero aqui saudar a todos, mais uma vez, e dizer que eu estava aqui nessa interinidade e quis convidar o Senador Paulo Paim para assumir a Presidência e chamar o nosso próximo convidado.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deu para fazer a fala e voltar em tempo.

Então, de imediato, Alberto Terena, Coordenador-Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

O SR. ALBERTO TERENA – Em nome do Senador Telmário Mota, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, quero cumprimentar a Mesa. E também, em nome das lideranças, cumprimentar o nosso povo indígena aqui presente.

Eu creio que não deixa de ser importante um momento deste, desta Comissão de Direitos Humanos, que traz à pauta a questão indígena, do direito territorial, o direito adquirido pelos povos indígenas dentro do nosso País. Infelizmente ainda a gente vem aí repetindo aquilo que a gente, em anos anteriores, numa mesma comissão, vem falando a respeito. Como é que nós vamos sonhar, como que nós vamos sonhar dizendo: Nós queremos isso, queremos aquilo para os nossos territórios, se nós não temos ainda esse território de direito?

Então, é complicado você sonhar algo para as futuras gerações se você ainda não tem direito sobre aquilo que você teria que ter. Aqui já se falou em direito originário sobre a terra, direito que nós temos, que a Constituição do nosso País, que é a lei maior, rege. Deveriam só dizer: "Vamos reconhecer as terras dos povos indígenas deste País; vamos começar a demarcar; vamos fazer isso melhorar a questão fundiária". Não existe isso. É só cumprir o que está na Constituição do nosso País.

Eu tenho dito que aquilo que está acontecendo na Câmara dos Deputados está trazendo várias situações para que as demarcações de terras não aconteçam. Isso é um retrocesso para essa discussão da questão demarcatória do nosso território. É o desmonte da Funai no que se refere à questão de se ter uma estrutura para que se dê condições para que os funcionários se dirijam até essas terras para que possam ser feitos os levantamentos necessários e haja efetividade nas demarcações de nossas áreas.

Então, como é que nós vamos conversar? Como é que nós vamos continuar sentados nesta mesa, quando a gente vê a cada dia nossos direitos sendo atropelados neste País? Será que nós vamos continuar marcando os nossos territórios com o nosso sangue, com o sangue dos nossos jovens? Será que vamos continuar vendo, no nosso País, índios, à beira das estradas, continuando a ser atropelados? Isso não é possível, Senador! Não dá para a gente continuar assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anos atrás, nós ficamos durante um ano, um ano sentados à mesa e dizendo: "Agora nós vamos resolver o problema territorial e ele vai ser um modelo para este País." Aconteceu isso? Não aconteceu! Nós estamos aqui, eu estou aqui, e o que está acontecendo? As reintegrações de posse, com o povo todo aflito. Isso porque, nas reintegrações de posse, a bala não é de festim, não é aquela bala de borracha, não! É bala que mata, que está matando, que continua matando, massacrando. Então, nós estamos sendo mortos pelo Estado, pelos jagunços. E o Estado está a assistir isso, o que é um retrocesso, porque não quer garantir... Não dá mais! A gente fica sem saber agora para aonde a gente vai, aonde a gente vai discutir isso. É internacionalmente? Aí vêm os Deputados da Bancada Ruralista e dizem: "Eles estão lá fora denunciando." Mas nós vamos denunciar mesmo o que está acontecendo dentro deste País, que não querem reconhecer os nossos direitos.

Nossos direitos não foram adquiridos com palmas, não! Não foram adquiridos com palmas. Foi o movimento indígena deste País que conseguiu assegurar os dois artigos que nós temos na nossa Constituição. E ainda estamos continuando a pagar caro. As nossas lideranças estão... Aquilo que nós estamos tendo de fazer, vendo a nossa liderança sendo assassinada, sendo presa em vários Estados do nosso País onde existe a questão territorial para ser demarcada.

Aí vamos pensar sobre a mineração. Vamos trazer grupos de indígena aqui para dizer sobre como nós vamos fazer o financiamento da agricultura e tudo mais. Não é assim, gente. Vamos pensar um pouco. Vamos parar. Essa bancada ruralista, vamos parar com isso. Vamos parar com isso. Não vai ser desse jeito, não; não vai ser, não. Nós não vamos aceitar nunca esta forma que estão sendo atacados os nossos povos.

A negociação de Presidência da Funai, nós não vamos aceitar de maneira alguma. Poxa, é a mesma coisa de colocar a raposa para cuidar dos galinheiros. Não dá. É você colocar lá pessoas não têm nenhum interesse em relação a querer dar o encaminhamento desses direitos adquiridos do nosso povo. É o que está acontecendo, cacique. Para onde a gente vai correr.

Está aqui a Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim. São pessoas que estão ao nosso lado defendendo, mas, olha, nós estamos em pleno século XXI, 2018. Há quantos anos já se faz? O Dr. Maurício disse: estamos aí comemorando 30 anos desta Constituição. Agora, a gente ouve na mesa aqui dizendo: "Não, nós temos que fazer isto para ver se a gente encaminha esse processo aqui." De maneira alguma. Não vamos encaminhar nada. Vamos fazer o que está dentro da Constituição. Vamos fazer o que está dentro da Constituição, poxa, para que nos garanta aos nossos povos – 305, dentro do nosso País – a dignidade de vivermos em paz.

Enquanto não resolver a situação territorial do nosso País, nós não vamos viver em paz, nós não vamos, como liderança, dentro das nossas comunidades. Nós temos que dormir e pensar o que vai acontecer. Será que eles estão planejando a reintegração de posse? Será que eles estão lá já pensando naquela exploração de minérios? Será que eles estão pensando... É todo um território nosso que deve ser pensado por nós. Somos nós que vivemos dentro desses territórios e nós os queremos, se não estão conosco, de volta. É o mínimo que este Estado brasileiro deve – e precisa – fazer por nós. Nós aqui, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liderança indígena, que sofremos na pele respondendo processo, tendo que sentar diante de uma CPI, pessoas acusando, tentando deslegitimar o próprio índio, o seu direito originário. Onde que nós estamos, então? Nós não estamos neste País onde existiam mais de cinco milhões de povos indígenas, aí dizerem: "O índio não precisa de terra. Aqui não pertence a você." Não, não é assim. Não é assim. Não vamos continuar nessa linha, não. Vamos pensar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALBERTO TERENA – Há necessidade de resolver o problema que está ali dentro dos dois artigos da nossa Constituição. O Estado brasileiro tem cinco anos, após a Constituição, para demarcar as terras indígenas. Enquanto não, nós teremos a dificuldade da educação, porque, se nós estivermos em uma retomada, você não tem o direito da escola, você não tem direito à saúde, você não tem direito a nada porque este País não quer reconhecer, este Estado brasileiro não quer reconhecer o território dos povos indígenas.

Então, eu quero aqui trazer mais esta situação: como nós vamos fazer com quê? Com quem nós vamos continuar sentando? É com a Bancada ruralista, que só olha o agronegócio?. "Agro é pop, agro é tudo." Agro é uma desgraça, porque o Brasil é um dos países que mais consome agrotóxicos. É uma desgraça para a humanidade, uma vez que não se pensa naquela pessoa que vai comer, mas se pensa, sim, no lucro quando ela vai consumir, enquanto os territórios indígenas são as áreas de maiores preservações dentro deste País. (*Palmas.*)

Quero dizer que estou aqui, um pouco, desabafando para o meu País, para o meu Estado de Mato Grosso do Sul, como cidadão – como cidadão! – deste País. Nós temos o direito de viver, mas nós não temos também o dever de sentar com pessoas que só olham para um lado. Nós queremos sentar, sim, com pessoas que olhem e respeitem a diferença e saibam olhar para este mundo e para este País onde nós vivemos. Se nós queremos viver assim, é porque nós queremos. Não são grupos de pessoas que virão dizer para nós: "Vocês não devem ou vocês têm que fazer isso ou aquilo". De maneira alguma! É a maneira nossa. A Constituição está aí, o direito social garantido.

Então, por que nós vamos continuar, Senador – mais uma vez eu digo, não é? –, batendo na mesma tecla, anos após anos? Aí, quando o índio vem para cima, eles dizem: "Aí, ó, o que eles estão aprontando novamente?". Nos deem o direito então! Nos deem o direito então, que nós vamos viver em paz. É o que mais nós queremos: sonhar de ter essa dignidade dessa educação escolar indígena diferenciada, de uma saúde de qualidade para o nosso povo.

Eu quero aqui, neste desabafo – mais um desabafo – para o meu Estado brasileiro juntamente com o meu Estado de Mato Grosso do Sul, dizer que nós temos direito de vivermos em paz dentro deste País.

Que continue, Senador, nesta batalha que não é fácil! Nunca foi fácil para nós: são mais de 1,5 mil anos tendo que perder vidas para continuarmos a nossa caminhada. E o Brasil optou por isso e está querendo continuar optando. Se ele continuar a ir, será lançando essas PECs, lançando essas PECs ameaçadoras, não querendo caminhar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALBERTO TERENA – ... para uma solução de problema, mas querendo dar continuidade num problema que não é nosso, indígena, é do Estado brasileiro. É o Estado brasileiro que tem que resolver isso. É o Estado brasileiro que tem que resolver isso. Infelizmente, nós estamos aí pagando com as nossas vidas.

O meu muito obrigado, e que Deus abençoe a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Os meus cumprimentos ao Alberto Terena, Coordenador Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que fez aqui um desabafo verdadeiro. Ele demonstrou todas as suas preocupações e quer saber, afinal, quem vai resolver essa questão, porque só fazer audiência pública não resolve, por mais que a gente faça essa colaboração.

Sua fala foi disciplinada – ficou bem no tempo –: falou tudo e falou no tempo de 15 minutos.

Eu passo a palavra agora para Kretã Kaingang, liderança indígena kaingang.

A SRª KRETÃ KAINGANG – Oi.

Então, eu quero cumprimentar todos e cumprimentar o Senador Paulo Paim.

Nessa a minha fala, eu quero falar para os brasileiros. Vou olhar direto para a câmera.

Vocês, na Constituição brasileira, têm dentro os artigos – entre 230 e 250 artigos –, e nós temos 2. A todo momento esta Casa muda os artigos para os interesses econômicos, para os interesses particulares de quem quer usurpar o Estado brasileiro. Nós só temos dois artigos lá dentro, porque nossos avós construíram, assim como os avós da sociedade brasileira também construíram. Por esses dois artigos nós somos capazes de morrer e dar as nossas vidas. E vocês têm uma Constituição inteira de direitos e vocês não defendem. Mas nós os indígenas somos capazes de dar nossas próprias vidas por dois artigos: o 231 e o 232! (*Palmas.*)

Dentro de cada fala aqui, que eu analisei, eu quero falar uma fala que é uma fala presente dentro do Estado brasileiro e dentro dos três Poderes – o Legislativo, o Executivo e o Judiciário –, que é uma fala racista e preconceituosa com qualquer sociedade que não seja aquela sociedade, a sociedade da Bancada BBB, que nós chamamos, que é do boi, da bala e da Bíblia, e da Bancada empresarial que tem dentro deste Congresso Nacional.

Eu venho de uma região que é a única Região que é um país lá dentro. Eu venho de uma Região que é a única região europeia hoje no Estado brasileiro, a única região racista e preconceituosa que é a Região Sul. Eu quero falar isso para vocês se atentarem do momento político que nós estamos passando. O Deputado que fez o discurso de que índio, negro, quilombola e *gay* é tudo que não presta foi o Deputado mais votado no Rio Grande do Sul – e quem é do Rio Grande do Sul me confirme aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, os principais adversários políticos do movimento indígena, e que lideram essa Bancada ruralista aqui dentro, ou saíram da Região Sul, ou são descendentes da Região Sul, que se instalaram em Mato Grosso do Sul e que estão se instalando em todas as Regiões no Brasil, conforme eles chamam, "a última fronteira agrícola".

Nós, há anos, na Região Sul, temos lutado e temos sobrevivido a todos esses ataques. Ataques de genocídio, que a história conta, lá da nossa Região, da Região Sul. Por várias vezes tentaram exterminar... A história conta que nós fomos a tentativa de extermínio dos povos indígenas da Região Sul, através dessa Europa instalada na minha Região. Os portugueses foram extintos. Ficaram só os coronéis, que são os que usurpam o Estado brasileiro. O Sul, não. O Sul é uma Europa. Ou lá você é negro, ou lá você é índio, ou você é alemão, ou você é italiano. Lá não se mistura.

Nós só não fomos extintos, na Região Sul, e não fomos totalmente miscigenados por causa do preconceito que nós sofremos lá dentro, do racismo. Senão, nós teríamos sido extintos sim, porque o projeto de extinção dos povos indígenas da Região Sul seria através da miscigenação. Quando não conseguiram pelo genocídio, foi através da miscigenação.

E isso tem-se instalado dentro desta Casa, através de discursos racistas e preconceituosos dentro desta Casa, assim como dentro do Supremo Tribunal Federal, quando então o Ministro Gilmar Mendes falou que ele, sim, ministro, entende o que é índio no Brasil, porque ele andou de bicicleta com os indígenas, durante a juventude dele. Então, ele que entende de índio. Ele que sabe quem é índio e quem não é índio.

Do Legislativo nós não temos o que falar. A todo momento, quem lidera esses grupos de ação contra indígenas vieram de nossas Regiões. Isso para que fique bem claro para vocês o que nós sofremos na Região e como isso tem-se instalado nas estâncias.

Não é só uma questão de luta pela terra. Vocês sabem que essas falas preconceituosas têm avançado dentro do Estado brasileiro. O racismo, não só conosco, os indígenas, mas com vários tem acontecido. Esse racismo, como eu digo...

Hoje, o momento político no Estado brasileiro está bem dividido: ou você é do poder, que é o poder do dinheiro, ou você é do outro lado, porque somos nós, a sociedade pluriétnica do Estado brasileiro, que estamos de um lado, e o capital, do outro lado, e esses dois não se bicam. E nunca vão se bicar. Nunca vão cruzar entre os outros, porque os interesses, principalmente pelo lado do interesse econômico, são maiores do que o interesse pelo nosso, que é a nossa terra, é o nosso direito originário. E direito originário não prescreve na Constituição e na Convenção 69.

Nós não podemos aceitar. Nós, nações indígenas. Nós não somos povos indígenas. Nós somos nações. A minha nação é kaingang. Eu tenho uma nação. Eu sou de um povo. Nação guarani e nação de qualquer outro povo. Nós vivemos entre nações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aqui que eu quero falar é para nós analisarmos o momento que está se passando hoje. Eles perderam poder por um determinado tempo, mas eles nunca se conformaram em voltar novamente para esse poder, e eles retornaram ao poder da maneira mais suja que um Estado brasileiro poderia fazer. Um Estado que é dividido entre o pluriétnico e o econômico, que vem, através desse econômico, sujo, através de golpe, que foi um golpe à sociedade brasileira, à sociedade pluriétnica.

Quantas vezes, quando nós entramos em lugares em que as pessoas olhavam para nós, com cara de nojo... Não só para nós, indígenas, mas para qualquer outra sociedade que pôde passar por dentro de Brasília, dentro de aviões, lugar que era só para a elite andar. Avião não foi feito para nós. Mas tivemos que dividir o mesmo espaço com eles, e nós vemos a cara de nojo, porque o País, o Estado brasileiro, essa elite, a elite dominante, é racista. E nós temos que atentar para esse momento atual que nós estamos passando, porque esses discursos têm influenciado. Eu falo disso, sobre a questão do preconceito do racismo, porque eu vivo isso no dia a dia.

Nós tivemos, nesses últimos três anos, duas perdas por racismo, e uma em que foi amputada a mão da mãe da Cacique Kerexú. Foi amputada a mão dela, por preconceito e racismo.

Tivemos o Vítor Kaingang, de três aninhos, que foi degolado quando estava sendo amamentado pela mãe, numa rodoviária, em Santa Catarina.

Tivemos o Namblá Xoclengue, que foi morto a pauladas, covardemente, em Santa Catarina também.

O que é que a polícia alega? O que é que o Judiciário alega?

(*Soa a campainha.*)

A SRª KRETÃ KAINGANG – Que são crimes... Como é que eles chamam? Crime comum. Crime comum.

As pessoas que estiveram próximas desses crimes falaram: "Não mata o índio! Não mata o índio!" Então eles sabiam, sim, que era um índio que eles iriam matar, porque, quando o Vítor Kaingang, de três aninhos, morreu, várias crianças estavam dentro da rodoviária. Várias pessoas estavam dentro da rodoviária. Por que é que justamente foi o Vítor Kaingang, de três aninhos? Porque ele é indígena?

E esse preconceito racial é, hoje, institucionalizado. Por quê? Porque ele está nos três Poderes hoje, que são os três Poderes que comandam o Estado brasileiro. Ele está nos três.

Então, se há 518 anos o Brasil não foi descoberto e foi invadido pelos portugueses, hoje o Estado brasileiro foi descoberto. Hoje, ninguém mais se preocupa com essa questão de... "Vou receber processo por preconceito, vou receber processo por racismo...".

Quero deixar um recado para o Bolsonaro: você tem ameaçado nossos povos. Você falou que não vai demarcar um palmo de terra se você for Presidente. Você vem dessa mesma Bancada racista,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preconceituosa, mas eu quero convocar cada um que estiver aqui, cada um de vocês, para nós não aceitarmos mais reintegração de posse, não importa o Estado que for.

Nós precisamos nos unir e garantir o direito originário à terra, porque o direito originário só vai prescrever a partir da hora em que nós pararmos de lutar, porque, se unirmos as nações e não aceitarmos uma reintegração de posse, nós, em 10 mil, 5 mil, mesmo que venha o Exército, vamos resistir. Nós não temos escolha, ou é essa divisão do agronegócio, das empresas, ou somos nós do outro lado, que é o Estado brasileiro, que é um país pluriétnico. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Kretã Kaingang, que também ficou no tempo ajustado, liderança indígena kaingang.

Vamos para Paulo Henrique Vicente Oliveira, liderança indígena tupiniquim.

O SR. PAULO HENRIQUE VICENTE OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas. Bom dia aos parentes e às parentes que estão aqui presentes. João Pedro, é um prazer revê-lo. Cumprimento a Mesa aqui no nome do Senador Paulo Paim.

Meu parente Kretã, quero usar a frase utilizada por Renato Russo numa de suas músicas: "Que País é esse?" Depois dessa fala forte do meu parente Kretã, é a realidade que todos os povos indígenas vivem hoje neste País.

Eu poderia muito bem aqui fazer um contexto histórico, mas esse contexto já foi feito por vários outros parentes.

Não me apresentei. Meu nome é Paulo Tupiniquim. Agora estou na dúvida se eu sou Paulo Tupiniquim mesmo, porque ontem, quando eu estava no hotel, saindo para almoçar, havia uma senhora que ia entrando. Eu escutei o finalzinho da fala dela dizendo: "Tupiniquim e tupinambá foram todos extintos." Eu falei: "Oxe, a mulher acabou de me matar. Então, o que eu estou fazendo aqui?"

Mas eu sou tupiniquim do Estado do Espírito Santo e estou na Coordenação-Geral da Apoinme (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minhas Gerais e Espírito Santo), que é também uma organização de base da Apib. Temos a responsabilidade de representar mais de 60 povos indígenas nessas regiões, na região nordeste e leste, uma população de mais de 70 mil indígenas. Então, é uma população muito grande a que temos essa responsabilidade de representar, de articular e de defender, não é só a população do nordeste e do leste do Brasil, mas toda a população indígena deste Estado brasileiro. Temos essa responsabilidade.

Conforme a nossa parente Nara falou, são as legítimas lideranças que vêm aqui defender os direitos dos povos indígenas; não aquelas lideranças que são cooptadas e que vêm aqui defender interesses de agronegócio, interesses de empresas, interesses de políticos. Nós estamos aqui para defender o verdadeiro interesse desses povos indígenas do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando em direito, eu acho que vivemos... Nós temos uma Constituição que é a mais bem elaborada do mundo, uma Constituição bem bonita no papel, Senador. E a Constituição define direitos e também define deveres, assim como várias outras legislações. O Código Civil brasileiro, o Código Penal definem direitos e deveres.

Vamos falar de deveres. Como cidadãos, cumprimos, votamos, pagamos nossos impostos – mesmo sendo indígenas pagamos também os nossos impostos, porque, se vamos à loja e compramos uma roupa, uma camisa como esta que estou vestindo aqui, há imposto; se eu faço uma compra, há imposto –, respeitamos o direito de qualquer outro cidadão de ir e vir; respeitamos, defendemos ali e guardamos o patrimônio público. Quer dizer, a leva de deveres que tem o cidadão nós cumprimos. Mas, quando partimos para o lado direito, pouco é cumprido, ou quase nada, ou nada, podemos dizer, principalmente quando se trata de direito indígena.

Já se falou da Constituição, mas eu gostaria de ressaltar, pelo menos, a parte do *caput* do art. 231, que diz que são reconhecidos aos povos indígenas, aos índios a organização sociocultural, os costumes, as tradições e que é dever do Estado demarcar as terras originárias. Está lá no *caput* que é dever do Estado demarcar. O que eu quero dizer com isso? As terras indígenas, o território indígena, são um direito nosso – e um direito originário. Define-se lá na Constituição. E mesmo se não estivesse na Constituição independia de estar escrito em alguma coisa, em algum lugar, para dizermos que o território, que a terra é um direito nosso, porque ela passa pela nossa ancestralidade, ela é tradicional dos povos indígenas. Independentemente de demarcação, independentemente de homologação, a terra é tradicionalmente dos povos indígenas.

A gente vem na fala do nosso parente Kretã. Mataram um indiozinho de três anos de idade, passaram a faca na garganta dele, cortaram a mão de uma liderança, mataram outro à paulada. O Galdino foi queimado aqui em Brasília. Vários parentes, no Mato Grosso do Sul, foram assassinados por defender esse direito garantido na Constituição Federal, por defender o direito à terra, por defender o direito de ele poder existir.

Com esses caras que cometem essa barbárie, que matam uma criança não acontece nada. O índio, a liderança, está lá defendendo o seu direito, está lá defendendo a sua terra e é criminalizado, é tachado como invasor, como formador de quadrilha, é tachado como um assassino. Se porventura vier a acontecer ali uma morte, é tachado por tudo isso e é até preso, privado, muitas vezes, de poder entrar no seu território, de poder ir à sua terra. Quer dizer, os nossos direitos dos povos indígenas não são respeitados.

E vem a danada da PEC 215, que tira o poder que está lá garantido, de novo, no art. 231 da Constituição Federal, que é dever do Executivo, do Estado demarcar terra. Vem a PEC 215 falando que vai transferir esse poder do Executivo de demarcar o território e passar para o Legislativo. Como passar para o Legislativo? E quando vai existir terra demarcada, então, se o Legislativo tiver esse poder de demarcar terras, se os maiores invasores de terras indígenas estão dentro desta Casa, estão aqui dentro do Senado, estão no Poder Legislativo, estão lá na Câmara dos Deputados? Quando vamos ter terra demarcada? Porque o Legislativo vai demarcar, mas não vai ter o interesse de demarcar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Ah, mas vamos fazer emenda aí?" "Não" – como disse o companheiro –, "vamos fazer um substitutivo?" Que "mané" substitutivo! A gente quer que pegue a PEC 215 e rasgue esse trem, acabe com isso e pare de discutir questão de terra, de querer criar lei para poder fazer remendo ali sobre as terras indígenas. Não tem que fazer nada disso, não! É direito? É direito! Vamos demarcar, o Governo pegar a terra e entregar o que é de direito para o povo indígena. É isso o que o Governo tem que fazer, é isso o que o Estado brasileiro tem que fazer. Porque, quando invadiram aqui, já estávamos aqui, ocupando este território, esta terra. Todo mundo tranquilo, produzindo, trabalhando...

E aí, minha gente, dentro da PEC 215, várias outras emendas, outras PECs, Parecer 001... Ué, o que é o Parecer 001? Para poder empacar mais ainda a questão territorial? Marco temporal? Gente, quando a Constituição foi feita, nós indígenas já estávamos aqui, já tínhamos a tradicionalidade do nosso território, já tínhamos o nosso território. E agora vem marco temporal dizer que terra indígena são apenas aquelas que estavam ocupadas antes da Constituição de 88? Aquelas depois da Constituição de 88 não são terras indígenas, não? Para nós indígenas nunca existiu fronteira. Existia fronteira, sim, do limite do território de um povo para o outro; cada um tinha o seu território. Mas transitavam tranquilamente por dentro das suas terras; nunca existiu essa questão de divisão de território, nunca existiu isso. Portanto, não existe esse negócio de marco temporal, não. Marco temporal para quê? Para dizer o quê? Que aquela terra que está ali não é a terra do meu povo?

PL de licenciamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO HENRIQUE VICENTE OLIVEIRA – Abrir as portas dos territórios indígenas para poderem adentrar as nossas terras indústrias, mineradoras, para poderem destruir o nosso território? Apressar o licenciamento, porque, hoje, o licenciamento chega ali para a Funai analisar, e ela pode ficar ali embromando um tempo. Mas, com essa PEC do licenciamento aprovada, o camarada vai lá entregar a proposta dele e, se a Funai aprovar, bem, se não aprovar, ele vai lá e entra de qualquer maneira. Não é isso, Maurício? Não é isso?

Ou ainda vamos ficar querendo isso? O pessoal invadindo o nosso território? Não é, meus parentes, as senhoras e os senhores que estão aqui presentes?

"Porque nós somos contra o desenvolvimento, porque nós somos contra o crescimento do País!". Mas, conforme disse a nossa parente Samantha, o crescimento com respeito, respeitando o direito, sem destruir o nosso território, sem destruir os nossos rios. Todo mundo tem o direito de crescer... Eu tenho o direito de ter este celular aqui, eu tenho o direito de ter um carro, eu tenho o direito de ter – desculpe-me a expressão – "o diabo a quatro". Mas isso tudo com respeito, sem tirar de ninguém, sem tirar aqui do meu parente, Paulinho Paiakan. Mas eu tenho o direito de me desenvolver! Sem tirar da minha parente, sem tirar de qualquer um, mas eu tenho o direito de crescer como qualquer outro cidadão. E tudo isso de que a gente fala – arts. 231 e 232 da Constituição, território – e quando a gente fala de várias outras políticas públicas para povos indígenas, que são poucas que existem hoje, isso tudo foi conquista nossa, isso tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi conquista do movimento indígena que batalhou para poder conquistar, para poder ter o pouco que tem hoje. Mas, infelizmente, o pouco que tem hoje acaba nos sendo tirado.

Cadê o CNPI, que nós batalhamos tanto para poder criar e que foi criado por meio de um decreto, em 2015, se não estou enganado, final de 2015? Poxa, o CNPI, hoje, não funciona. Parou de funcionar porque não há o interesse de que ele funcione. Uai, por que nós vamos ter a voz do movimento indígena aqui dentro? O que o Governo for fazer vai ter que ser consultado! Mesmo que o CNPI não fosse deliberativo, mesmo que não tivesse o poder de deliberar nada, mas o que o Governo tivesse que fazer teria que passar ali pelo CNPI para ser consultado, para ser dado conhecimento. Mas deixou de existir...

A Sesai é uma conquista nossa, embora não seja conforme nós idealizamos, conforme nós queríamos que fosse, mas é uma conquista nossa. Existe, hoje, R$1,4 bilhão para poder fazer a saúde indígena. Será que esse valor dá para fazer a saúde indígena? Nós precisamos pensar. E aí existe uma proposta de poder acabar com o subsistema, de fazer um plano de saúde... Oxe! Uma proposta para se acabar com o SUS, mas o subsistema está dentro do SUS. Acabando o SUS, acaba o subsistema. Uma proposta de se fazer um plano de saúde.

Minha gente, hoje, tudo isso, todas essas propostas são para poder tirar direito, não apenas do indígena, mas de todo cidadão brasileiro. O Sistema Único de Saúde atende os indígenas e atende o cidadão – atende a população brasileira. Se acaba com o Sistema Único de Saúde, acabou com tudo. Se você, pelo menos pelo que está desenhado nessa nova proposta que eles estão apresentando, for fazer uma consulta de média e alta complexidade, você tem que pagar; se você não tiver dinheiro, você não consulta ou não faz aquele exame.

Então, isso tudo são retrocessos que vêm acontecendo.

A Funai? Cadê a Funai? Fico até triste quando a gente vai falar de Funai. A Funai não tem dinheiro, a Funai não tem pessoal. Está fazendo o que a Funai? Está fazendo o quê? E essas nossas conquistas, Sesai, Funai, os nossos direitos, em si, não são moeda de troca para partido político. Elas não existem para poder fazer negociação. Elas existem – a Funai e a Sesai – para poder defender o direito dos povos indígenas. E nós nunca vamos aceitar que elas sirvam de moeda de negociação. Direito não é para se negociar; direito é para se garantir. E eu acho que esse é o dever do Governo; esse é o dever do Estado brasileiro.

Depois vem lá em 2004, a Convenção 169 da OIT, garantindo ali tudo aquilo que se fala na Constituição, consulta-se, e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO HENRIQUE VICENTE OLIVEIRA – ... aí está o projeto de licenciamento para poder entrarem as empresas. E de que serve a Convenção 169 da OIT, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas? E, em tudo isso, o Brasil está lá como signatário, signatário. Estou seguindo! Beleza!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estatuto dos Povos Indígenas está parado, hoje, engavetado. Havia a proposta daquele Senador que falou aqui, cujo nome esqueci... Telmário! Ele fez uma proposta! A intenção dele foi até boa, de fazer essa proposta, mas será que, pelo menos, consultou aqui os indígenas, os povos indígenas? Pelo menos pegou ali o que a Comissão do CNPI fez naquela época e analisou para poder colocar na proposta do Estatuto dos Povos Indígenas. Então, eu acho que tudo isso deve ser levado em conta.

Nós existimos e precisamos ser consultados sobre qualquer ação, sobre qualquer emenda, sobre qualquer coisa que vá nos atingir. É isto que se está falando na Convenção 169...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO HENRIQUE VICENTE OLIVEIRA – ... da OIT, no art. 6º: nós devemos ser consultados. E temos o direito também de dizer se queremos ou não aquilo, temos esse direito.

O acampamento está acontecendo, minha gente, no Memorial dos Povos Indígenas, e eu vou explicar o porquê de estar acontecendo lá. Foi feita uma solicitação para que o acampamento fosse montado na Praça dos Ipês, ao lado do teatro, onde aconteceu no ano passado. Em conversa com o Governador, foi autorizado que se fizesse o acampamento ali. Na sexta-feira, fomos surpreendidos pelos representantes do Governo dizendo que o Governador voltou atrás na fala e que não se ia mais poder montar o acampamento ali na praça, sob a alegação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO HENRIQUE VICENTE OLIVEIRA – ... de que o quantitativo policial que ele tinha não era suficiente para oferecer segurança à população de Brasília. Ora, nós somos bandidos?! Nós indígenas somos bandidos, por acaso, para que a população de Brasília se sentisse insegura?! Nós não somos bandidos, não! Nós não somos bandidos, nós somos cidadãos como qualquer outro, nós somos gente! E nós temos o direito de manifestar, garantido em lei também, desde que seja manifestação pacífica, sem depredar o patrimônio público, sem causar dano. Nós temos o direito, como qualquer outro cidadão, de manifestar. E aí estamos fazendo o nosso acampamento no Memorial.

E todos vocês estão convidados a ir para poder ver, conhecer o nosso acampamento e participar do nosso acampamento, para, de fato, ver que nós não somos bichos, não somos bandidos. Nós somos cidadãos, somos pessoas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO HENRIQUE VICENTE OLIVEIRA – ... como vocês. E vamos recebê-los de braços abertos no nosso acampamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O SR. PAULO HENRIQUE VICENTE OLIVEIRA – Eu quero agradecer. Muito obrigado, Senador, pela oportunidade. Muito obrigado a todos por terem nos recebido. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Paulo Henrique Vicente Oliveira, liderança indígena tupiniquim.

Agora, vamos concluir com o Subprocurador-Geral da República, membro da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão das Populações Indígenas e Minorias, Procuradoria-Geral da República.

Ele será o décimo segundo a usar a palavra no dia de hoje. Começamos às nove e pouco, estamos com o horário meio estourado, mas você tem o tempo necessário como todos tiveram.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALPINO BIGONHA – Perfeito, Senador.

Eu quero agradecer o seu honroso convite para esta audiência pública com um tema tão relevante; agradecer a todos os membros daqui, do Senado, no nome de V. Exª, Senador Paulo Paim. Eu também quero saudar todos os componentes da Mesa no nome da Francinara Soares Martins, liderança indígena baré.

Eu cheguei cedo hoje aqui, um pouquinho antes das 9h, com a intenção de chegar até tarde, pois eu sabia que a reunião ia se estender um pouquinho a reunião. Eu também tive dificuldades de entrar no prédio. Acho que não é só problema com os indígenas, não, porque passei por duas revistas, dois raios X. Então, eu queria também aproveitar o momento para exortar o Senador Paulo Paim a verificar o que está acontecendo no Senado e na Câmara, porque, num momento tão importante da vida nacional, num momento tão aquecido do debate, temos a impressão de que as Casas estão se fechando à presença dos movimentos sociais, dos segmentos da sociedade e até do Estado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem toda a razão. As entidades tinham um crachá com que podiam entrar aqui e não têm mais. Estamos trabalhando, insistindo. Nem as entidades reconhecidas, com a sua e outras entidades, seja de indígenas, seja de negros, seja de mulheres, seja do movimento fiscal... Recolheram todas as credenciais.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALPINO BIGONHA – O discurso da segurança afasta a população. E esta é a nossa Casa. Assim como a Câmara, o Senado é a nossa Casa, uma Casa composta a partir de um processo paritário, mas é o povo que elege o Senado, que é, portanto, a Casa do Povo também.

Eu fiz questão de pedir a minha fala por último em respeito à Convenção 169. Nós precisamos estabelecer essa prática. Fico muito feliz que, sobretudo na segunda Mesa, os indígenas tenham falado primeiro. A primeira Mesa ainda ficou um pouco mais tradicional, porque chegamos nós do mundo jurídico, que sempre falamos muito em nome dos indígenas, e, às vezes, pelo adiantado da hora, quando está todo mundo com fome, a fala do indígena é deixada de lado, menos ouvida. Então, eu quero parabenizar a presidência de V. Exª, sobretudo, nesta segunda Mesa, em que pudemos ouvir a aflição, o alerta dessas lideranças tão bem articuladas e tão importantes aqui que me antecederam.

Ainda em relação à Convenção 169, continuando a fala do Paulo Henrique, que falava da importância da Convenção 169, dessa oitiva prévia e ampla das comunidades indígenas interessadas em cada um dos problemas que são tratados neste País, que é de dimensão continental, eu me lembro aqui de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma representação do Cimi, se não me engano, com o ISA também, feita ao Procurador-Geral da República no ano passado, em que essas entidades, ladeadas por lideranças indígenas, pediam uma ação no Supremo Tribunal Federal para garantir aos indígenas o cumprimento do art. 232 da Constituição, que reconhece às comunidades a capacidade postulatória, a capacidade de estar em juízo, a capacidade de falar nos processos e o direito de ser ouvido nesses processos. Quantos processos não sabemos que existem no Brasil tratando de questões indígenas em que o indígena não é ouvido ou em que sequer suas comunidades são chamadas?

Então, essa era uma representação de uma importância enorme, que tratava também da questão do idioma, da importância de as comunidades serem ouvidas no seu idioma. Imaginem que o Poder Judiciário já é um Poder inacessível ao cidadão brasileiro como um dono, que tem que constituir advogado, que tem que se deparar com essa linguagem sofisticada e, muitas vezes, incompreensível do mundo jurídico. Agora, imaginem o indígena, que sai da sua aldeia e vai demandar em juízo. É preciso que o Poder Judiciário resguarde do direito de que ele seja ouvido em seu idioma, que haja um intérprete, se ele assim desejar. Infelizmente, isso ainda não é respeitado no nosso País.

Paradoxalmente, o Dr. Rodrigo Janot, no final da gestão dele, arquivou essa representação e não deu seguimento a esse pleito tão importante dos segmentos indígenas.

Eu quero exortar, então, as comunidades que estão aqui presentes, o Cimi e também o ISA para que formulem novo pedido. Vamos desarquivar essa representação. Tenho certeza de que a Drª Raquel Dodge, com a sua sensibilidade para a causa indígena, ela que já foi coordenadora da 6ª Câmara por vários anos, e também com a sua sensibilidade com os direitos humanos em geral, dará o encaminhamento devido a essa questão no Supremo Tribunal Federal.

Há ainda a questão do parecer da AGU que foi muito citado aqui, o Parecer nº 1, que trata dessa coisa nefasta que é o marco temporal. A gente tem que lembrar que o processo que tratou dessa matéria no Supremo estabeleceu esse parâmetro do marco temporal, mas para aquele caso que estava ali sendo tratado: Raposa Serra do Sol. Eu tenho impressão, pelo que lembro de memória, que tanto o Ministro Ayres Britto quanto o falecido Ministro Menezes Direito, que o foi o Relator, nenhum dos dois estabeleceu o marco temporal como uma doutrina no Direito brasileiro. Foi uma questão para resolver o caso concreto, o que eles chamam de modulação da jurisdição constitucional. Então, era na tentativa de acomodar todos os interesses naquele processo.

Paradoxalmente, a Advocacia-Geral da União vem encampar esse parâmetro como uma doutrina, como um precedente vinculante no âmbito de toda a administração pública federal e, lamentavelmente também, o Presidente Temer dá a esse parecer força normativa, como se fosse quase uma lei que vincula toda a administração pública.

Sensíveis a isso, nós, da Sexta Câmara, elaboramos uma nota técnica, Presidente, que eu gostaria de deixar passar às mãos de V. Exª e, se possível, fizesse parte dos Anais desta audiência pública, onde a Sexta Câmara desenvolve um longo arrazoado pela total inconstitucionalidade desse parecer normativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estivemos em audiência com a Ministra Gracie há duas semanas. Ela foi muito sensível ao nosso pleito e ficou de estudar a questão. Temos esperança, acreditamos que, com a sensibilidade da Ministra Gracie, essa nefasta posição da administração pública será em breve revogada.

Em linhas gerais, essas eram as duas questões que eu queria trazer para esta audiência pública de hoje e dizer que essa visão que o parecer da AGU externa é uma visão pré-colonial, porque a questão da posse indígena, como foi dito aqui nesta Mesa por quem me antecedeu, é uma visão patrimonialista. Eu imagino que o colonizador português, quando chegou à costa do Brasil e viu toda aquela terra exuberante, deve ter pensado: essa terra, agora, é da Coroa Portuguesa, mas os índios podem ficar sobre ela. E a visão que trazemos até hoje na tutela indígena é esta: que a terra é nossa, da União, mas os indígenas podem permanecer sobre ela. É uma visão patrimonialista colonial e o Governo Federal consegue ser pré-colonialista, consegue ser medieval quando expõe o indígena dessa forma e exige que ele lute com todo o domínio privado para manutenção da posse indígena.

Eu acredito que, assim como foi dito pelas lideranças que me antecederam, as lideranças indígenas, é preciso assegurar essa posse como o mínimo direito das comunidades indígenas, mas, quem sabe, tenho esperança, antevendo o futuro, que em breve estaremos tratando já de um regime de maior segurança para o índio, de maior liberdade, de maior autodeterminação da terra, do que, meramente, usufruto exclusivo e vitalício. Sr. Presidente, então, com essas palavras, eu quero novamente agradecer a V. Exª...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALPINO BIGONHA – ... pela honra de comparecer aqui, representando a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, no impedimento do meu Coordenador, que é o Dr. Luciano Mariz Maia. E dizer que, lá na PGR, no terceiro andar do bloco B, a 6ª Câmara está sempre com as postas abertas a todas as comunidades indígenas e a todos aqueles que militam nessa nobre questão da vida nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Antônio Carlos Alpino Bigonha, Subprocurador-Geral da República, membro da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão das Populações Indígenas e Minorias, Procuradoria Geral da República, que, de forma bem sucinta, aqui conseguiu mostrar as suas preocupações e o encaminhamentos. E, por outro lado, também quero cumprimentá-lo, porque, de fato, o senhor foi um dos primeiros a chegar e o último a sair, fazendo questão de usar a palavra por último para ouvir a todos.

A Francinara... Bom; se eu abrir a palavra agora, já são praticamente 13h, nós não vamos terminar aqui tão cedo e temos compromisso, inclusive, no plenário.

A Francinara Soares Martins, Liderança Indígena Baré, primeiro, ela lembra que ela foi a única mulher indígena – estou falando por você – na mesa. Ela disse que deveria haver mais mulheres. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim mesmo ela convida todas as mulheres, hoje à tarde, a partir das 14h, para a Plenária das Mulheres, no Acampamento Terra Livre.

Eu queria, para concluir, pessoal, dizer a todos vocês que todos os encaminhamentos feitos aqui, a Secretaria-Geral vai fazer o resumo, depois – não é, João Pedro? – podemos ver como vamos encaminhar. Eu sempre digo que a gente encaminha, não sabemos qual vai ser a solução, mas vamos encaminhar os pleitos que aqui foram colocados.

E, permitam-me, pessoal, por um dever de consciência, eu dizer para todos que, infelizmente, o preconceito e o racismo campeiam no mundo todo. Vocês são prova disso. E o Brasil não é diferente. Por isso a nossa luta tem que ser cada vez maior: defender políticas humanitárias para todos, para negros, para brancos, para índios, para ciganos – eu falo como negro –, para todos, temos que ter políticas humanitárias.

E lembro, pessoal, que nós temos que construir aliados. Eu vejo, neste plenário, também, em que há inúmeros brancos aqui, que são aliados e – o próprio Patah, da UGT –, fizeram esse movimento. Nós temos que saber construir parcerias. Eu vou falar de um assunto aqui que eu sei que, para vocês, é muito caro. Mas eu estou inteiramente à disposição.

Eu sou autor do Estatuto do Idoso, foram 15 anos, mas é lei; eu sou autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, foram acho que 18 anos, mas hoje é lei, e foi o Presidente Lula que sancionou; sou o autor do Estatuto da Igualdade Racial, que pega o povo negro, é lei; fui Relator do Estatuto da Juventude, é lei. Diversas vezes eu me debrucei sobre o Estatuto dos Povos Indígenas. Estatuto do Cigano, apresentei também, foi aprovado em duas comissões, agora vai ao plenário.

Então, a questão do Estatuto dos Povos Indígenas, eu sou simpático à ideia. Mas eu sei que não é fácil – não é, doutor –, como é complexa essa redação e qual o momento de pautá-lo, para a gente não ser, de repente, derrotado e até piorar o que tem hoje na legislação.

Mas seria muito importante se a comunidade indígena – eu que vou ditar isso, naturalmente – pensasse nessa ideia, nem que seja para o ano que vem, não é? Quem sabe um novo Congresso eleito, um Presidente... Eu sempre digo que, aqui, a maioria é indecente. O Executivo é a mesma coisa. A maioria é indecente. Com um Congresso decente, um Presidente decente, nós possamos nos debruçar.

Eu estou inteiramente à disposição. Pode ter certeza disso.

Quando nós iniciamos o debate do Estatuto do Deficiente, que beneficia 46 milhões de pessoas, o que é que disseram no primeiro dia? "Tudo bem, Paim. Vamos lá. É importante." Mas a frase foi essa: "Tudo conosco, nada sem nós." E isso nós respeitamos. E construímos, e é lei. É um instrumento fundamental para 46 milhões de pessoas com deficiência.

E aí, pessoal, nós temos que ter claro isto: não é só a Região Sul que tem problema de casos de racismo. Não é! Vocês sabem que, no Pará, quantos já assassinaram lá? Eu recebo aqui delegações do Pará... É ou não é? Quantos do Amazonas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos que entender que nós temos que trabalhar no seu conjunto de ações. O preconceito existe, é real, e eu digo mais: principalmente contra o povo indígena. Principalmente contra o povo indígena. E por isso nós estamos aqui. Por isso que eu fui correndo ao plenário e voltei, fiz questão de ouvir a todos vocês, neste momento.

Claro que este ato é muito mais um ato de protesto, e com razão. Todos que falaram. Todos que falaram. E nós falamos no plenário também. Eu cheguei a pedir perdão à nação indígena, em nome do povo brasileiro, porque prometem, prometem, e não acontece. Não acontece.

Eu sei que a indignação é geral e com razão, mas eu quero dizer que, quando eu... Permitam-me dizer só esta frase: eu fui para a África do Sul pedir a liberdade do Nélson Mandela. Fiz parte de uma delegação do Congresso – eu, Benedita da Silva, Caó, que já faleceu também, Edmílson Valentim, Domingo Lonely e de um Deputado do PSB de São Paulo, que faleceu. Ele caiu, inclusive, na piscina. Ele caminhou, caiu e faleceu ali. Um Deputado comprometido também. E, quando chegamos à África do Sul, fomos recebidos pela Winnie Mandela, que, por ser mulher e negra, havia toda uma discriminação contra ela, não é? Batiam nela dia e noite. Nós não queríamos nem saber. Queríamos conversar com a Winnie Mandela, para ter acesso ao Nélson Mandela.

Mas, daí, numa noite daquelas, nós fomos a uma igreja, naquelas reuniões de igreja mesmo. Achávamos nós que só haveria negro lá. A delegação, ali, só tinha dois brancos. A maioria eram negros, que éramos nós. E, para a surpresa nossa, chegaram lá praticamente a metade de militantes, militantes da causa, para a libertação do Mandela. Negros e brancos. Como eu vi aqui, estou vendo aqui na Mesa e estou vendo ali. E estou vendo inúmeros, aqui na sala.

Então, eu queria, de forma carinhosa, que vocês lembrassem sempre disto: nós temos que buscar aliados.

Às vezes perguntam para mim: "Mas como é que você foi eleito quatro vezes Federal, duas vezes como Senador?" Eu venho da Região Sul, e nós sempre buscamos aliados brancos, negros, índios, ciganos, que tivessem essa visão de fazer o bem sem olhar a quem. E esses aliados é que foram fundamentais para a nossa causa. Vamos ver os senhores, que estão aqui: vocês, por serem brancos... Eu vou pegar uma fila aqui: você, você, e você, lá atrás. Esses são aliados nossos.

Nós temos que trabalhar com nossos aliados, se nós quisermos vencer essas grandes batalhas, em que nós acabamos sendo, por obra do mercado, minoria – por obra do mercado! Mas, dizer que acabamos avançando.

Então, eu queria dizer do carinho que eu tenho por todos vocês, do carinho que eu tenho pelos militantes brancos, ciganos, negros que lutam por essa causa. É uma causa mais do que justa. Vocês foram que fizeram tudo nesta terra, não é? Que cuidaram e que cuidam até hoje do meio ambiente. Que cuidam das nossas fronteiras. Quantas vezes quiseram invadir o próprio Rio Grande, as nossas terras, e o povo indígena foi que morreu lá, peleando, combatendo e fazendo o bom combate? Isso tem que ser lembrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro de que, nas guerras que o Rio Grande travou, eram negros e índios que iam para a linha de frente. Tenho eu lá as estátuas, a cavalo, dos negros, índios e, claro, brancos também. Mas eles estavam na linha de frente.

Então, este povo tem uma dívida com vocês. O povo brasileiro tem uma dívida com o seu povo, porque vocês são o nosso povo. Quem não entender que, no longo da sua vida, ele tem aqui, sim... Há uma poesia que fala que aqui tem sangue negro, branco e índio! Essa é a composição do nosso povo. Tem que se saber respeitar os povos originários, respeitar a nossa gente.

Por isso eu encerro dizendo: vida longa à nação indígena!

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 10, de 2018, da CDH, de nossa autoria e de outros, para debater: Aliança dos Povos Indígenas, fortalecendo a autonomia.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação de todos. Por isso, quem tem interesse em participar com comentários e perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Começa nesta segunda-feira, dia 23, no Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília, uma grande atividade. Em meio ao maior ataque aos direitos indígenas Em meio ao maior ataque aos direitos indígenas dos últimos 30 anos, o Acampamento Terra Livre começa nesta segunda, 23, com 2,5 mil indígenas, em Brasília, com o tema: "Unificar as lutas em defesa do Brasil indígena – Pela garantia dos direitos originários dos nossos povos". A 15ª edição do Acampamento Terra Livre terá início nesta segunda-feira, dia 23, no Memorial dos povos Indígenas, em Brasília. Este ano está prevista a participação de pelo menos 2,5 mil indígenas e de mais de 100 povos das cinco Regiões do País.

Maior mobilização dos povos originários do Brasil, o ATL está inserido na Semana de Mobilização Nacional Indígena (MNI) e acontece em um contexto de ampla ofensiva sobre os direitos dos povos originários e de aumento da violência nos territórios.

Com foco no direito territorial, a principal reivindicação do acampamento é a retomada das demarcações das terras indígenas (TI) e a revogação do Parecer nº 1, de 2017, da Advocacia-Geral da União (AGU), oficializado pelo Presidente Michel Temer e que, na prática, inviabiliza os procedimentos demarcatórios.

Temer tem o pior desempenho, segundo eles, nas demarcações entre os Presidentes desde 1985. Ele não assinou nenhum decreto de homologação das terras indígenas e deixou passar em branco o 19 de abril, Dia do Índio, quando, em geral, os governos assinam portarias e decretos relacionados aos procedimentos demarcatórios. Nunca, como hoje, nos últimos 30 anos, o Estado brasileiro optou por uma relação completamente adversa aos direitos dos povos indígenas. O Governo ilegítimo de Michel Temer assumiu uma política declaradamente anti-indígena, pondo fim à demarcação e proteção das terras indígenas, acarretando a invasão dessas terras por empreendimentos governamentais e privados, segundo o documento que eles me encaminharam.

Afirma a convocatória da Mobilização Nacional que a Bancada ruralista e o Judiciário também têm atuado duramente no sentido de vulnerabilizar os indígenas. Historicamente a semana do ATL é o período em que os povos indígenas pressionam os três Poderes para manutenção e efetivação de seus direitos constitucionais e das legislações internacionais, como a Convenção 169, da Organização internacional do Trabalho (OIT).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com encerramento previsto para o dia 27, a programação prevê plenárias, debates, audiências com Parlamentares e representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário. Tradicionalmente, durante o evento ocorrem protestos, assim como rituais tradicionais e diversas manifestações culturais.

O ATL é realizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e conta com apoio de organizações indígenas e indigenistas.

organizações indígenas e indigenistas.

Esse é o documento que recebi aqui, falando da situação dos povos indígenas.

Vamos, então, à primeira Mesa.

Chamamos Gilberto Vieira dos Santos, Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Seja bem-vindo! Vamos dar os cumprimentos ao Gilberto. (*Palmas.*)

Daniele Osório, Defensora Pública, representante da Defensoria Pública da União.

Seja bem-vinda, Daniele! (*Palmas.*)

Samantha Rootsitsina...

A SRª SAMANTHA ROOTSITSINA DE C. JURUNA (*Fora do microfone.*) – Pronuncia-se Rossissinã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Samantha Rootsitsina de C. Juruna, representante da Associação Xavante NAX.

Seja bem-vinda, Samantha! (*Palmas.*)

Lourenço Ferreira do Prado, Secretário de Relações Internacionais da UGT.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Mauricio Guetta, representante do Instituto Socioambiental. (*Palmas.*)

Essa é a primeira Mesa.

Sejam bem-vindos!

De imediato, vamos à primeira Mesa, passando a palavra para Gilberto Vieira dos Santos, Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

São dez minutos para cada um, com a tolerância necessária, como sempre faço nesta Comissão. Quando chegar perto de dez minutos, toca a campainha. Se necessário for, eu já dou mais cinco, automaticamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO VIEIRA DOS SANTOS – Primeiramente, quero cumprimentá-lo, Senador Paulo Paim, e agradecer mais uma vez pela oportunidade de trazermos alguns pontos para o debate e acessar, evidentemente, através da TV Senado, aquelas pessoas que nos assistem e, através da Rádio, as pessoas que eventualmente nos ouvem. Cumprimento os presentes. Esperamos um grupo de indígenas que ainda está por chegar, certamente se farão presentes daqui a pouco.

Agradeço porque este é um espaço que, felizmente, nós temos utilizado para visibilizar a questão indígena. Desta vez, eu quis trazer uma apresentação justamente para que pudéssemos tratar dessa perspectiva desta audiência a partir de um olhar muito específico, em que certamente as outras pessoas que compõem esta Mesa vão colaborar.

Justiça e paz para os povos indígenas é um tema que estamos trazendo este ano para debater com a sociedade. Nós entendemos que a paz na vida dos povos, justamente por conta de não terem, em muitas situações, a paz como fruto da justiça, não tem também sido uma realidade na vida desses povos. É um pouco a partir desses elementos que quero aqui trazer o tema.

Fala-se muito da questão indígena e sempre se traz para o debate a situação dos territórios. Eu estou trazendo um dado aqui que é justamente a perspectiva

Fala-se muito da questão indígena e sempre se traz para o debate a situação dos territórios. Eu estou trazendo um dado aqui que é justamente a perspectiva da demarcação das terras indígenas. Ou seja, nós temos um número grande ainda de terras indígenas que não está sendo efetivado, porque a gente lembra que a demarcação das terras indígenas é um direito constitucional, cravado na Constituição de 1988, e é obrigação do Estado brasileiro, constitucionalmente, efetivar essas demarcações. E nós temos, pelo menos – e eu queria chamar a atenção aqui para esse número – 533 terras indígenas sem qualquer providência, ou seja, terras que são demandadas por esses povos, e efetivamente não há nenhuma ação do Estado brasileiro. A leitura da manifestação que o Senador fez ao início desta reunião, da mobilização indígena, justamente traz a realidade concreta desse momento, que é a total paralisação dos processos demarcatórios.

Eu queria lembrar aqui que nós temos povos em todas as regiões do Brasil. De maneira muito especial, eu queria lembrar aqui: por esses dias circulou, principalmente aqui em Brasília, um documentário dos piripkuras, que são indígenas de Rondônia, indígenas em situação de isolamento; nós chamamos em situação de isolamento e risco, porque justamente são povos, são grupos – mais de 112, segundo dados da Funai – que estão à mercê de processos ditos de desenvolvimento que avançam principalmente para a Amazônia brasileira. E eu queria aqui só fazer essa menção de que não estamos tratando só de povos que estão aí em luta – e muitos desses, certamente a grande maioria, representados aqui em Brasília, esta semana, na mobilização nacional –, mas grupos que sequer podem se manifestar diante dos processos que põem a vida deles em risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, nós temos falado da vulnerabilização sociocultural dos povos indígenas, e falamos de vulnerabilização porque a ação justamente não está neles, a ação está em outros, e nós vamos tratar um pouco desses outros aqui, que têm colocado os povos indígenas nessa situação de vulnerabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só queria aproveitar para completar a Mesa: a Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) está aqui. Então, chamo a Presidenta Lia Zanotta Machado. (*Palmas.*)

O SR. GILBERTO VIEIRA DOS SANTOS – A ABA é uma parceira dos povos indígenas, muito bem representada aqui.

Como eu dizia, há essa situação de vulnerabilização a que os povos indígenas são levados.

Eu queria lembrar aqui – vamos ter outros elementos a partir da Defensora que compõe esta Mesa – a situação de um dos acampamentos, entre mais de 30 só em Mato Grosso do Sul, que estão à margem de tudo, à margem de seus direitos, à margem da Constituição, porque seus direitos não são respeitados, e à margem das estradas, porque, para os territórios que eles têm reivindicado, sequer há qualquer encaminhamento concreto na demarcação desse território. Aqui, o Laranjeira Nhanderu, que fica próximo a Rio Brilhante, no Mato Grosso do Sul. Essa foto é de pelo menos três anos atrás, a situação certamente não mudou, é a situação concreta que esses povos vivem.

Não é só em Mato Grosso do Sul, e também certamente não e só no sul do País, mas a gente tem um discurso e ouve muito o Sul do País como uma região superdesenvolvida, a Europa brasileira, mas a realidade é que lá também os povos indígenas seguem sendo invisibilizados, seguem sendo massacrados e estão também à margem.

e estão também à margem.

Aqui é a região de Eldorado do Sul e Arroio dos Ratos, no Rio Grande do Sul, em que um grupo de indígenas ainda luta pelo seu território, que está também à margem das rodovias.

E quais são, então, elementos dessa realidade que queremos aqui tratar e que podem ser, certamente, aprofundados depois? O que foi muito bem trazido na nota que o Senador leu no início: nós temos uma série de ataques aos seus direitos, ataques às pessoas indígenas, então nós temos acompanhado, já há alguns anos, e publicamos a cada ano um relatório de violência contra os povos indígenas, não só de assassinatos mas também no que diz respeito aos direitos constitucionais. Infelizmente, tanto na Câmara como no Senado, temos uma série de proposições...

E onde está a base dessa realidade? Qual é o papel que alguns setores têm desenvolvido? E aqui eu queria trazer justamente um fato que ocorreu ainda em 2013, numa audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura da outra Casa, da Câmara, dessa realidade que está aí agora, a partir de articulações e alianças entre a Bancada ruralista e o Governo atual e ilegítimo, que, na nossa leitura, é onde está a base dessas ações que repercutem dentro do Senado mas também repercutem lá nas regiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você pode dar um *enter*?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. GILBERTO VIEIRA DOS SANTOS – Não quero me alongar mais no vídeo, esse vídeo é conhecido porque está circulando já há muito tempo nas redes sociais. Eu queria só mostrar que essa manifestação feita por Parlamentares numa audiência pública

... essa manifestação feita por Parlamentares em uma audiência pública chamada em uma cidade em que as pessoas estão, enfim, acompanhando as situações de povos que estão em luta por seus territórios, a gente tem uma proposição de Parlamentares que incitam a comunidade à violência, à expulsão de indígenas que estão legitimamente lutando pelos seus territórios. E o que parece ser uma ação desvinculada, na realidade, estava no contexto, justamente, da discussão da PEC 215, de uma comissão parlamentar de inquérito que se instalou depois naquela Casa também, presidida, relatada e composta, em sua maioria, por Deputados ruralistas.

E eu queria chamar atenção, então, para o Parecer 001, que foi mencionado aqui na leitura da carta, que é resultado de um diálogo – e isso foi também divulgado pelo mesmo Deputado Luis Carlos Heinze –, três dias antes da publicação desse parecer assinado pelo Presidente Temer; foi divulgado como resultado de um diálogo e de uma articulação entre o Presidente Temer, a Advocacia-Geral da União, o Ministro da Justiça anterior e o atual. E essa portaria, esse parecer, melhor dizendo, praticamente paralisou ou colocou de forma efetiva a paralisação das demarcações das terras indígenas. Ou seja, há um ataque direto aos indígenas, e há um ataque no campo parlamentar que tem bloqueado, que tem inviabilizado os processos de demarcação, ou seja, a efetivação da Constituição brasileira.

Os povos indígenas, como vocês sabem, não estão parados. Houve uma manifestação muito forte na outra Casa em 2013, com a ocupação histórica do plenário. Os povos indígenas, a cada ano, têm se mobilizado e cobrado, fazendo a sua parte cidadã, que é justamente contribuir para que a sociedade brasileira os veja, conheça a realidade que eles estão vivendo, e para que possam, efetivamente, os Poderes Públicos efetivar aquilo que a Constituição consagrou em 5 de outubro de 1988. Ou seja, o pacto assinado entre o Estado brasileiro e os povos indígenas, que está consagrado naqueles arts. 231 e 232 e nas Disposições Transitórias, esse pacto vem sendo efetivamente rasgado por aqueles que se alçaram ao poder depois do golpe de 2016.

Nós esperamos que esta semana os povos indígenas, num diálogo com a sociedade, possam expressar e deixar cada vez mais visíveis os problemas que enfrentam, mas também que possamos visibilizar a oportunidade que a sociedade brasileira tem de aprender com esses povos e, enfim, que nós possamos não continuar nessa via, porque não só os outros países, mas também o Brasil corre risco, não só do ponto de vista ambiental – a gente tem as situações da água, a gente tem outras situações –, mas principalmente no que diz respeito ao direito humano, de as pessoas serem elas mesmas e terem os seus direitos assegurados, como nós consagramos ao nos intitularmos de sociedade, de Estado, de Nação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns ao Gilberto Vieira dos Santos, Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que ficou exatamente nos dez minutinhos – porque eu tenho dito que são dez, mas que eu serei tolerante com mais cinco, tranquilamente, para quem precisar; a gente vai mediando. Porque vamos ter duas Mesas. A segunda Mesa, inclusive... Esta tem um, dois, três, quatro, cinco, seis; a outra, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez. Por isso, se todos ficarem em dez minutos, a gente vai longe, mas aqui sempre eu dou...

... se todos ficarem em dez minutos, a gente vai longe. Mas aqui sempre eu dou mais cinco, fiquem tranquilos. O importante é aprofundar o tema. Se necessário, dou até mais cinco. Sempre foi assim aqui, e assim o será hoje.

Daniele Osório, Defensora Pública, representante da Defensoria Pública da União.

A SRª DANIELE OSÓRIO – Bom dia, Senador; bom dia aos demais componentes da Mesa.

Primeiro, eu agradeço. Agradeço a esta Casa, na pessoa do Senador Paulo Paim, que sempre abre as portas para as minorias, para quem estuda a questão das minorias no Brasil.

A Defensoria Pública da União, com o seu crescimento, há poucos anos, e muito abraçada na causa legislativa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me dizer, eu sou um defensor intransigente da Defensoria Pública.

A SRª DANIELE OSÓRIO – Eu sei, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bateu na Defensoria Pública, bateu em mim.

A SRª DANIELE OSÓRIO – Isso é muito gratificante para nós, porque esse esforço de V. Exª permitiu que nós tenhamos crescido nos últimos anos e estejamos avançando em vários campos destinados à proteção das minorias no Brasil. E um desses campos é a tutela indígena.

O senhor veja: eu sou defensora pública federal no Mato Grosso do Sul, talvez o Estado brasileiro que tenha o maior número de conflitos agrários envolvendo pessoas indígenas no País. A invisibilidade desse conflito é muito grande, Senador. Mas nós que estamos lá nos deparamos todos os dias com notícias, com informações a respeito da alta vulnerabilidade que é imposta aos povos indígenas naquele local.

Para o senhor ver, o Brasil possui mais de 800 mil indivíduos que se autoidentificam como indígenas. Em um primeiro momento, o discurso do homem não indígena, o discurso da sociedade comum é de que é muita gente. Mas, aí, nós olhamos para o cenário internacional, para os nossos vizinhos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da América Latina – Argentina, Chile, México –, e nos deparamos com um número menor que o dos nossos vizinhos. E olhem só...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Menor?

A SRª DANIELE OSÓRIO – Menor! Nós temos menos indígenas que o Chile, proporcionalmente, que a Argentina, até que o pequeno Uruguai. Se compararmos a população do Uruguai e o número de indivíduos que se autodefinem como indígenas, eles estão em número maior. Por que será, Senador?

Quando Cabral aqui aportou – e aí a Presidente da Associação Brasileira de Antropologia, eu tenho certeza, vai poder falar melhor do que eu – estimam-se aí quantos milhões de povos originários? Quantos milhões? O que aconteceu de lá para cá? É claro que o contato com o europeu, o contato com a chamada civilização, com esse capitalismo, digamos, nefasto arrasou um povo – aliás, vários povos, porque não dá para classificá-los como um só; são várias as etnias que aqui residiam e aqui residem –, arrasou o modo de vida de muitos deles.

Os conflitos fundiários no Mato Grosso do Sul são tão grandes, Senador, que, quando a gente compara dados da Organização Mundial da Saúde, nós colocamos o Brasil na nona posição no *ranking* pelo número de homicídios. Então, o Brasil tem uma taxa média de homicídios de trinta vírgula alguma coisa homicídios a cada cem mil pessoas. Quando a gente compara a cidade de Dourados, que é um Município do Mato Grosso do Sul que tem a maior reserva guarani kaiowá do País, esse número sobe, e sobe impressionantemente. E aí, se nós considerarmos só os dados das reservas guarani kaiowá

... só os dados das reservas guarani kaiowá, a gente fica estarrecido. Dos trinta e poucos homicídios por cem mil habitantes, na média nacional, a gente passa para 68,32 homicídios a cada cem mil habitantes. É muita morte!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você pode repetir? Nós estamos ao vivo para todo o Brasil. O Brasil tem que saber o que está acontecendo com a nação indígena.

A SRª DANIELE OSÓRIO – Se a gente considera, então, Senador, só a reserva guarani kaiowá, que fica lá em Dourados, e a média brasileira, que engloba todo o Território nacional, o Brasil está em nono – são 30,5 casos acada cem mil habitantes –, e na reserva são 68,32. O Brasil seria o segundo país do mundo que mais mata. Então, os dados são muito estarrecedores.

Os guarani kaiowá estão confinados, Senador. Eles estão confinados em uma área muito pequena para o montante da sua população. O percentual de crianças abrigadas, ou seja, de crianças que estão sujeitas ao cuidado da Justiça da Infância e Adolescência no Município de Dourados, o percentual de crianças indígenas nos abrigos remonta a 50%. Isso é uma pesquisa do Ministério Público Federal, do Procurador da República que atua lá em Dourados. Eu estive em um evento com ele recentemente, e ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me apresentou esses dados. E eu fiquei muito triste ao saber que metade das crianças que estão em situação de risco, de risco extremo, são indígenas. Por quê? O que leva a esses dados tão estarrecedores, tão absurdos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quer dizer, você levanta que são crianças...

A SRª DANIELE OSÓRIO – São crianças, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para as pessoas entenderem a gravidade dos fatos. E em linha de risco, não é?

A SRª DANIELE OSÓRIO – Em linha de risco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São as crianças indígenas.

Esta é uma reflexão que temos de fazer: por quê? Você deixa no ar a pergunta, muito bem colocada: por quê? Por quê? E por quê?

A SRª DANIELE OSÓRIO – Como operadores do direito, nós temos a missão de aplicar as leis e a Constituição Federal. Ao mesmo tempo, nós também temos obrigação de expor à sociedade civil os dados que nós temos. E esses dados da Justiça da Infância e Adolescência são os que demonstram a pobreza, a miséria que é imposta a uma etnia que só teria a acrescentar culturalmente a um Estado.

Eu trago os dados dos guarani kaiowá porque eles são os mais estarrecedores, mas, se nós formos analisar também os dados dos terena, que vivem em outra região do Estado, eles também não são bons. São povos diferentes, são etnias diferentes, mas que sofrem um preconceito enorme. A maior população urbana indígena de Campo Grande é a de terenas. Eles trabalham no comércio de frutas, verduras, legumes, artesanato; existe uma aldeia urbana na cidade. Mas os Índices de Desenvolvimento Humano são piores.

Existe uma coisa chamada desigualdade horizontal. Quando nós analisamos pessoas da mesma renda, famílias do mesmo espectro de riqueza, mas analisamos grupos étnicos diferentes, nós verificamos, por dados oficiais – dados oficiais! –, que a população indígena é a mais empobrecida, é a que menos tem acesso

população indígena é a mais empobrecida, é a que menos tem acesso a educação, é a que menos tem acesso a saúde ou qualquer outra política pública de assistência social. Há alguma coisa muito errada no Estado brasileiro.

É muito importante que se debata, que se tragam à sociedade brasileira esses números para que caiam por terra argumentos que a gente ouve lá, ao tempo todo, de que o indígena se aproveita da política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há o mito do indígena preguiçoso, do indígena que espera do Estado a assistência social, e isso não existe.

A nossa sociedade tirou dessas pessoas o meio de vida que elas tinham. Então, etnias que eram coletoras, etnias que plantavam para sua própria sobrevivência não têm mais espaço. A fronteira do agronegócio dizimou as terras dessas pessoas.

O Mato Grosso do Sul é um Estado jovem, colonizado há pouquíssimo tempo. A maior parte dos seus moradores é de migrantes da Região Sul – e eu sou uma dessas –, pessoas que avançaram para aquele local a convite do Governo Federal. Ali se estabeleceu uma política pública para que o homem avançasse a oeste do Brasil, ocupasse a fronteira oeste...

(*Soa a campainha.*)

A SRª DANIELE OSÓRIO – ... até porque é uma zona de imenso conflito, era de conflito na Guerra do Paraguai. E havia o medo de que aquilo, não sendo ocupado, fosse tomado.

Quando se avança essa fronteira, jogam-se os indígenas que ali habitavam para áreas cada vez mais isoladas. E aí vem toda essa miséria. Os indígenas lá estão em ilhas, pequenas ilhas, à exceção dos Kadiwéu – eles receberam um prêmio do Governo brasileiro na época da Guerra do Paraguai porque lutaram –, que são os índios cavaleiros, tiveram sua população masculina dizimada. Estima-se que no fim da Guerra do Paraguai havia apenas 20 homens kadiwéu. E com muita dor e com muito sangue tiveram demarcada a sua área que hoje fica dentro do Pantanal. Então, acaba que a sociedade brasileira também tem um lucro com isso porque é uma área de total preservação. As outras etnias estão sim relegadas a miséria, a pobreza e a falta de política pública.

O art. 231 da Constituição Federal, que foi um avanço no tratamento indigenista brasileiro, não é completamente aplicado. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, de que o Brasil é signatário, que a Casa Legislativa também já inseriu no ordenamento brasileiro, também não é aplicada na integralidade, uma vez que os povos indígenas nem sempre são consultados – eu tenho certeza de que as lideranças vão tocar nesse ponto – antes da implementação de políticas públicas em seus territórios.

Senador, não adianta a gente se preocupar com o fornecimento de cesta básica – eu até tenho uma ação civil pública lá na Justiça Federal de Campo Grande, em conjunto com o Ministério Público Federal, para fornecimento de alimentação, para indígenas tanto aldeados quanto em áreas de retomada; não adianta nós nos preocuparmos com as questões mais emergenciais, se nós não discutirmos a fundo a demarcação, a devolução das terras que são originárias, que são de direito desses povos e que o Estado brasileiros esbulhou.

Agora, para que o conflito no campo seja pacificado, nós também não podemos simplesmente expropriar os proprietários daquelas terras, porque há muita gente que está ali trabalhando há décadas, que herdou dos seus avós, herdou dos seus pais e trabalha na lida do campo. Há grandes proprietários rurais, mas há pequenos proprietários rurais também. Essas pessoas, talvez influenciadas por lideranças de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grandes proprietários de terra que pregam a violência, acabam sentindo como quase que um sentimento de revolta em relação aos indígenas.

Cabe ao Estado brasileiro, cabe à União, que foi quem incentivou essas pessoas a irem para a fronteira oeste, estabelecer uma forma pacífica de solução desses conflitos.

Eu acho que essa minha fala representa as dificuldades do meu Estado.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Daniele Osório, defensora pública, representante da Defensoria Pública da União. (*Palmas.*)

Por isso eu sou um defensor da Defensoria Pública. A sua fala foi muito construtiva, eu diria. Ao mesmo tempo em que lembra a importância da demarcação das terras... Porque nós temos casos semelhantes a esse em outros Estados. Cabe à União resolver o conflito de forma pacífica e até indenizando aqueles que foram também incentivados a ocupar esses espaços que não se pode deixar de assegurar ao povo indígena.

Meus cumprimentos pela sua fala.

Hoje, no Brasil, parece que o ódio, a violência e a intolerância são pregados abertamente. E a Defensoria Pública, com a habilidade de sempre, defendeu as terras dos povos tradicionais, aqui no caso o povo indígena, mas não deixou de olhar também para aqueles que foram enganados, eu diria, pelos governos também de outras épocas.

Passo a palavra à representante da Associação Xavante NAX, Samantha Rootsitsina de C. Juruna.

A SRª SAMANTHA ROOTSITSINA DE C. JURUNA – Bom dia. Em especial, quero saudar os parentes e os aliados que estão nos acompanhando, ao vivo, porque a gente sabe que muitos gostariam de estar aqui presentes, mas que, por diversas razões, não estão. Então, saúdo especialmente esses parentes que estão nos acompanhando, ao vivo, pela TV Senado.

Quero agradecer a oportunidade ao Senador Paulo Paim, desta Comissão de Direitos Humanos, e também à UGT, porque essa audiência está acontecendo como resultado de uma atividade que tivemos com a UGT no mês de fevereiro. Assim, parabenizo ambos pela iniciativa, por terem, de fato, assumido o compromisso de realizar uma audiência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se me permite, quero só fortalecer. O Patah, que é o Presidente da UGT, insistiu duas, três, quatro, cinco vezes: "Paim, cadê a audiência?" Eu disse: "Saiu, Path."

Então, uma salva de palmas à UGT, à nação indígena, e ao Patah também, que foi quem mais nos provocou. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª SAMANTHA ROOTSITSINA DE C. JURUNA – Claro.

Isso demonstra, de fato, o tema da mesa, que é a aliança dos povos indígenas fortalecendo a autonomia.

Na conjuntura política atual que a gente está vivendo, se não houver essa aliança entre povos ou movimentos sociais, nós não vamos conseguir alcançar e atingir a garantia dos nossos direitos, como povos indígenas, como cidadãos deste Brasil.

Inicio a minha fala trazendo uma provocação, porque a gente está no Congresso Nacional, e até então muitas pessoas falam que ele é o único, mas eu prefiro dizer que ele é o primeiro. No Brasil este ano a gente está tendo várias manifestações de povos indígenas a se candidatar no espaço do Congresso Nacional. Para Senadores e Senadoras, a gente também está tendo uma candidata para copresidência, mas também candidatos a Deputados Federais. Acredito que isso – vários indígenas dos Estados brasileiros nesse viés político – demonstra a reação da conjuntura política que estamos vivendo no Brasil. E muitos falam que Mário Juruna é o único, eu prefiro dizer que ele é o primeiro. Porque, se a gente disser que ele é o único, a gente não abre oportunidade para outros. Então, acredito que ele é o primeiro, e que venham mais.

E uma das falas que o Juruna nos traz é a seguinte: "O Governo não dá oportunidade para o índio. Nós, povos indígenas, somos responsáveis." Ou seja, nós temos capacidade. "Nós somos gente. Nós somos seres humanos." Isso na década de 80.

Acredito que essa fala do Mário Juruna, na década de 80, quando ele estava no cenário nacional, já trouxe não só uma perspectiva como indígena para o Brasil, mas no âmbito internacional também das inúmeras violações que os povos indígenas vivem.

O que mudou da década de 80 para agora, 2018? São mais de 30 anos e ainda não temos outros indígenas no Congresso Nacional. Sim, nós temos representações em nível municipal, que é muito importante, mas a gente sabe que nos processos de tomada de decisão, nós vamos conseguir fazer uma incidência, uma diferença se nós conseguirmos eleger os nossos representantes indígenas dentro do Congresso Nacional.

E faço esse chamamento não somente a nós, povos indígenas, mas para trazer também a aliança entre povos. Juruna, quando foi eleito, foi eleito pelo Estado do Rio de Janeiro, Estado que não é reconhecido por ter um grande número de indígenas. Ou seja, quem elegeu Juruna? Muitas vezes a gente fala, como povos indígenas: "A gente tem de fazer uma campanha para os indígenas." Eu faço uma reflexão de que não. Nós, como povos indígenas, que queremos estar nos espaços de tomada de decisão, seja no Senado, na Câmara dos Deputados, ou na Presidência da República, devemos fazer aliança com os povos. Porque Juruna foi eleito por quem? Por aqueles povos que estavam marginalizados no Estado do Rio de Janeiro, pelos trabalhadores, pelas trabalhadoras, pelas mulheres, pelas negras, pelos negros. Foi essa sociedade que elegeu Juruna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é essa aliança que devemos fazer também como povos indígenas. Não somente pensar na nossa perspectiva, como povos, mas fazer uma aliança, de fato, com povos e nações do Brasil. Acredito que se tivermos essa

povos e nações do Brasil. Acredito que, se tivermos essa perspectiva, vamos conseguir avançar muito.

De fato, o que mudou, então, nesses 30 anos sem uma representação indígena no Congresso Nacional? Podemos citar alguns avanços, como, por exemplo, a própria PNGATI (Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas). Esse é um avanço, mas ela é de 2012, ou seja, é uma política recente.

De fato, o Brasil é signatário de vários marcos regulatórios internacionais, em especial a Convenção 169, da OIT, que fala sobre a consulta prévia livre e informada, ou seja, em qualquer ação que atinja os nossos territórios, nós devemos ser consultados previamente e informados. Aí eu coloco a pergunta: isso acontece? Não!

Então, de fato, temos avanços na teoria, mas o que falta é praticidade e efetivação desses direitos. Não adianta, em nível internacional, o Governo brasileiro dizer que reconhece a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas como uma garantia de defesa dos direitos dos povos indígenas, que reconhece a Convenção 169, que reconhece o artigo dos índios na Constituição Federal de 1988, se o próprio Estado brasileiro é um violador dos nossos direitos. Nós não podemos ser hipócritas! Não podemos sê-lo e não podemos fechar os nossos olhos e dizer que o Brasil é muito bom. Ele é bom na teoria! Nós, como povos indígenas, e os movimentos sociais devemos fazer com que isso aconteça de fato.

Garantir os nossos direitos, os direitos dos povos indígenas, não é somente garantir a demarcação dos nossos territórios, mas é também garantir os recursos dentro deles, é garantir as águas. Recentemente, no Brasil, houve o Fórum Mundial da Água. O que foi esse fórum? No Fórum Mundial, o movimento social, o cidadão que quisesse participar, para ter voz, teria de pagar €300. Qual é o cidadão que tem €300 só para poder entrar ali, para passar pela portaria do evento? Não temos! Então, vários movimentos sociais do Brasil se reuniram, nós nos unimos e conseguimos fazer um fórum alternativo, que foi uma reação a esse Fórum Mundial. A gente acredita que a água é um direito, não pode ser uma mercadoria, como a estão tratando várias empresas no Brasil e empresas internacionais que estão chegando ao Brasil. Vários povos indígenas passam por problemas de barragem. Aí pergunto: a Convenção 169 acontece? Não, ela não acontece.

Por isso, trago uma reflexão para todos os povos indígenas do Brasil e também para os aliados, para trazermos essa perspectiva. Nós, povos indígenas, somos seres humanos. Garantir os nossos direitos não é o mesmo que dizer: "Ah, vamos ser aliados dos povos indígenas!" Não é só isso! Estamos garantindo os nossos direitos como seres humanos. E os recursos – muitos deles estão dentro dos nossos territórios – não são destinados só para nós, povos indígenas; estamos garantido esses recursos para a Nação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira! Estamos garantindo os peixes para a Nação brasileira! Mas, muitas vezes, esses territórios também são violados. Existe a invasão de madeireiros, existe caça ilegal, pesca ilegal. Então, como fica, de fato, a soberania alimentar dos nossos povos indígenas?

Aí há outro processo também, quando se fala da questão dos nossos direitos: "Ah, o indígena...

(*Soa a campainha.*)

A SRª SAMANTHA ROOTSITSINA DE C. JURUNA – ...é aquele que está no seu território, é aquele que tem de andar pelado

A SRª SAMANTHA ROOTSITSINA DE C. JURUNA – ...é aquele que está no seu território, é aquele que tem de andar pelado, é aquele que não tem celular, é aquele que está por fora das novas tecnologias, da informação e da comunicação!" Existem outros enfrentamentos também dos povos indígenas. Quando estamos na cidade, dizem: "Ah, não é indígena mais!" Por que não?

Trazendo para o cenário político de novo, na hora do voto, quantos e quantos candidatos aparecem nas nossas terras indígenas? Nesse momento, nós somos indígenas; nesse momento, nós somos cidadãos do Brasil. Cidadão não significa somente estar de posse do título de eleitor.

Parentada que nos está acompanhando, em especial, pela internet, vamos acordar! Vamos acordar! (*Palmas.*)

Ser cidadão não significa ter a posse do título de eleitor. Temos de fazer valer a nossa voz.

Quanto a muitos dos desafios que estamos enfrentando, temos de ser realistas. Vou trazer isso para a nossa responsabilidade também. Nós somos culpados. Nós somos culpados de muita coisa que está acontecendo!

O que mudou nesses 30 anos? Posso dizer o que mudou nesses 30 anos, além de alguns avanços por terem reconhecido os nossos direitos. Mas eles não estão, de fato, garantidos. O que avançou nesses 30 anos? É um momento como este, em que um Senador como Paulo Paim, na Comissão de Direitos Humanos, abre as portas, de fato, para a diversidade, não somente para os povos indígenas. Ele abre também as portas para a diversidade dos povos indígenas do Brasil, para que possamos estar aqui e mostrar a nossa voz, para que a parentada possa nos acompanhar e também mandar suas contribuições pela internet. Esses são alguns avanços que estamos tendo aqui, no Brasil.

Aí trago de novo a seguinte fala: o Governo não dá oportunidade para o índio. Se ele não a dá, nós, como povos indígenas, temos de fazer com que tenhamos essas oportunidades. Foi assim que aconteceu, como o Giba mostrou na apresentação dele, há alguns anos, quando o Congresso Nacional foi ocupado por nós, povos indígenas. Dizem que nós o invadimos. Não o invadimos! Se esta Casa é do povo, não há invasão, há ocupação. E é assim que devemos fazer também no nosso território: ocupar e demarcar.

Então, se aparentemente não há oportunidade, nós, como povos indígenas, devemos criar essas oportunidades, porque nós temos essa capacidade, porque, como disse o Juruna, nós somos responsáveis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sim! Nós somos responsáveis e, então, temos a capacidade de fazer valer nossos direitos. Nós somos gente, nós somos seres humanos. Sim, nós somos gente, nós somos seres humanos, nós temos anseios e temos perspectivas!

Se aqui estamos hoje, não é somente porque eu sou uma mulher indígena xavante, porque sei falar, porque sei aqui me reportar a vocês, ou porque o Giba, do Cimi, está aqui, ou porque o Senador está aqui. Enfim, temos uma diversidade de representações indígenas e de aliados aqui presentes. Nós estamos aqui presentes porque temos em nossa memória muito viva diversas violações e assassinatos que aconteceram com os nossos ancestrais. E estamos aqui hoje em respeito, em memória a esses ancestrais, porque muitos deram a vida literalmente, muitos morreram, pensando que as futuras gerações poderiam ter oportunidade. E nós somos não somente essa futura geração; nós somos o presente.

Então, assim, eu agradeço.

Trago também uma fala de uma mulher guarani que conheci recentemente, a Leila, que faz parte do Aty Kuña. Numa fala, recentemente, no Fórum Permanente sobre Questões Indígenas, cujo tema este ano foi a terra, o território e os recursos dos povos indígenas – nós estávamos lá com a missão brasileira –, a Leila falou:

– nós estávamos com a missão brasileira –, a Leila falou: "Nós precisamos de aliados, nós precisamos do apoio das outras pessoas." Ela falou assim: "Nós, como povos indígenas..." A Leila disse: "Nós não somos povos indígenas, nós somos povos originários. E nós somos as raízes do Brasil. Quem é a raiz do Brasil somos nós, povos originários." Ela falou: "Quem é o tronco? O tronco somos todos nós, brancos, negros, indígenas." E ela fala: "Espero que cada um de vocês não deixe as folhas caírem." Então, que assim seja!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Samantha Rootsitsina de C. Juruna, representante da Associação Xavante NAX, que faz um discurso, uma fala abrangente, chamando, inclusive, a parceria de outros segmentos de nosso País!

Achei legal essa fala do tronco, das raízes. Temos de caminhar juntos, índios, brancos e negros, respeitando a história e as tradições de cada segmento. Eu queria lhe dar meus sinceros cumprimentos, pois fez uma fala brilhante. Você conseguiu, inclusive, ser feliz ao dizer: "Não é por que sei falar ou falo um linguajar que outras comunidades falam que sou diferente!" Você é uma indígena, como todos os indígenas, que são as nossas raízes.

Eu sempre digo, na questão da comunidade negra, que todo negro que não entendeu que é um descendente quilombola não entendeu ainda a vida dele. Então, é esse o tronco do qual todos nós fazemos parte.

Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra Lourenço Ferreira do Prado, Secretário de Relações Internacionais da UGT.

O Patah me disse, com todas as letras, que, se ele não pudesse estar aqui, você seria o seu representante.

Está aqui o Lourenço, que já foi coordenador, inclusive, do fórum...

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Fórum Sindical dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...das entidades, que reúne quatro centrais e dezenove...

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – São 22 confederações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...ou melhor, 22 confederações.

A palavra é sua.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Cumprimento o eminente Senador Paulo Paim, que, brilhantemente, de forma responsável e também necessária, preside esta importante sessão da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado da República, e os demais integrantes da Mesa: Drª Daniele, da Defensoria Pública; Drª Lia Zanotta, da Associação Brasileira de Antropologia – portanto, a gente não pode falar bobagem na Mesa, porque há uma antropóloga da associação para estabelecer uma auditoria sobre o que a gente diz –; minha colega e companheira Juruna, que fez um importante pronunciamento; Dr. Gilberto; representantes de comunidades indígenas e de centrais sindicais.

Faço uma saudação muito especial a Isaú Chacon, que é Presidente da UGT do Distrito Federal, que está com uma delegação muito importante aqui.

Saúdo os demais participantes e os assistentes, nesta sessão, da TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para fortalecer este momento, lembro que estamos sendo transmitidos ao vivo para todo o Brasil, com o objetivo de que todos já falaram: temos de dar mais visibilidade à causa da nação indígena.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – É. Quem deveria falar aqui não seria eu, Secretário de Relações Internacionais, mas o Presidente da central, o companheiro Ricardo Patah, e, na ausência dele, o Secretário para Assuntos dos Povos Indígenas da UGT, que é o companheiro ...que é o companheiro Idjawala Rosa Karajá. Entretanto, houve impedimentos. O companheiro Patah ficou com problemas sérios em São Paulo, ele não pôde de lá se deslocar hoje. O companheiro Secretário de Povos Indígenas da UGT está envolvido com problemas na tribo lá na Ilha do Bananal, de maneira que não pôde aqui estar presente. Então, estou eu aqui para falar um pouco nesta oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer o seguinte: um dos focos centrais que realmente me movem a falar alguma coisa nesta reunião aqui é justamente o que envolve a demarcação de terras indígenas, também – não é o principal, mas também é isso.

No século passado, em 1984, eu estive numa conferência da Organização Internacional do Trabalho em Genebra, e lá, pela primeira vez, eu vi discutirem a questão da demarcação de terras indígenas. Lá estava presente o Estado brasileiro, membro da OIT, o governo brasileiro portanto, explicando o porquê do atraso na demarcação das terras indígenas, os problemas, os conflitos etc. E por que não andava? Por que não se resolvia de forma taxativa e definitiva a questão relativa à demarcação das terras indígenas?

Novamente retornei a Genebra, com o chefe da delegação dos trabalhadores do Brasil, em 1988, e novamente estava lá o governo brasileiro explicando por que não se demarcavam as terras indígenas. Então, eu acho que é novamente oportuno, necessário e justo que novamente o governo brasileiro... Se até lá, a próxima conferência... Porque nessa conferência de 2018 não será mais possível analisar nenhuma denúncia, mesmo porque não está no temário da Conferência 107, agora, da OIT, de 28 de maio a 8 de junho em Genebra. Novamente ele renovou a denúncia, denúncia fundamentada, com o apoio de dados desta audiência aqui hoje, para que realmente o Governo explique por que essa demora na demarcação, de forma definitiva, justa e necessária, dos territórios indígenas, das terras indígenas.

De maneira que nós entendemos que essa é uma coisa fulcral, é o busílis dessa questão, é o âmago, o cerne, porque, na verdade, se você tem um território, se você tem um lugar onde você sabe que está dominando aquilo, onde não há outros interesses, interesses de agronegócio, de agrobusiness etc. etc., então você é o dono da terra, você é originário, dono da terra, e você vai continuar ali.

Hoje há uma população indígena muito pequena, a população que temos no Brasil, e a gente tem de dar valor ao nosso povo, ao povo desta terra. São só os gringos que realmente vêm para nos olhar e perceber que os índios estão sofrendo, sofrendo muito? Os estrangeiros vêm aqui e ficam vendo o nosso sofrimento. Não, eu acho que temos de dar resposta para esses problemas, e as respostas têm de sair da nossa mão. A partir do momento em que temos isso de forma muito clara, a gente começa a andar e, talvez, de 2018 até antes de 2030, que é uma data muito importante marcada pela Organização das Nações Unidas, a gente tenha, então, essa questão da demarcação de forma definitiva.

Para os brancos, para os da cidade e também do meio rural, as demarcações são rápidas, se resolvem. Por que com os indígenas não se resolvem? Talvez... Talvez eu encontre resposta nesta Mesa. Mas eu sei qual é a resposta, qual é o motivo para essa demarcação não andar.

Afinal de contas, quem são os índios hoje do Brasil?

Apesar do passado dramático, a população indígena está voltando a crescer. Esse aumento populacional se deve à taxa demográfica, mas, principalmente, ao número de pessoas que se reconhecem como indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1992, o Censo incluiu pela primeira vez a categoria "indígena" e, apesar de representarem apenas 0,42% da população geral do País, os povos indígenas estão presentes em 80% dos Municípios brasileiros – ora, 80% de cinco mil e qualquer coisa são muitos Municípios, é muita coisa.

É importante lembrar que processos coloniais e genocidas resultaram no declínio da população nativa, de um número estimado de 5 milhões de pessoas antes da chegada aqui dos europeus brancos para menos de um milhão atualmente. Segundo dados mais recentes do IBGE, de 2010 – as nossas estatísticas são sempre publicadas com atraso grande; nós estamos em 2018, mas estamos nos referindo a 2010; foram os dados que conseguimos coligir –, existiam no Brasil mais de 890 mil índios pertencentes a 305 etnias, falando mais de 274 línguas, uma população com culturas, crenças e hábitos diferentes entre si. A maioria dos indígenas, 70%, número muito representativo, está concentrada em seis Estados da Região da Amazônia Legal: o Estado do Amazonas, o Acre, Roraima, Rondônia, Mato Grosso do Sul e Pará.

São 274 línguas, portanto, catalogadas, e essas línguas derivam fundamentalmente de quatro grandes troncos – já que tronco foi a palavra usada aqui de forma muito representativa –, macro-jê, tupi, aruaque e caribe.

Mas qual é a realidade indígena brasileira? É comum a imagem de que o índio é um indivíduo que mora na floresta e que vive apenas de caça e de pesca, e nu, como disse aqui a nossa colega juruna. Os índios vivem dentro e fora das terras indígenas, em diversos biomas.

A população atual, 50% dela, é de terenas...

São 57% das terras indígenas que são oficialmente reconhecidas, mas também existem famílias que moram na zona rural e em cidades. Em alguns Municípios do Amazonas especialmente, por exemplo, é comum ver bairros de comunidades indígenas, a maioria vivendo em situação de pobreza. A Fundação Nacional do Índio (Funai) estima ainda que cerca de 40 povos se encontrem isolados, sem ter tido contato com o homem branco.

A vida nas aldeias ultrapassa a questão da sobrevivência alimentar. Muitas aldeias reivindicam acesso à saúde, à educação, questões fundamentais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – ...para a melhoria da qualidade de vida desses povos, a luta pela garantia dos direitos, flechas, bordunas e guerreiros pintados para a guerra. Manifestações de grupos indígenas têm sido uma cena cada vez mais comum em Brasília. Isso porque, além de eles estarem politicamente mais organizados, tramita no Congresso Nacional uma série de projetos de lei, e eu me detenho especialmente na Medida Provisória nº 215, do ano... ...do ano 2000.

Essa medida provisória sofreu... Aqui, dentro do Congresso Nacional, o que se fala – os congressistas – é que algo que entre no Senado ou na Câmara dos Deputados dificilmente sai igualzinho, sem nenhuma emenda, sem ser modificado. O substitutivo a essa Medida Provisória nº 215 é totalmente nefasto aos interesses dos indígenas, e eu estou com um documento assinado pelo Secretário dos Povos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indígenas da UGT, o companheiro Idjawala Rosa Karajá, de maneira que eu não posso discrepar do que ele entende: o substitutivo que aqui foi apresentado à Medida Provisória nº 215 é nefasto aos interesses indígenas e, consequentemente, a UGT tem posição contrária à aprovação desse substitutivo à Medida Provisória nº 215.

Por outro lado, essa Medida Provisória 215... Eu estava olhando ontem, no período da noite, me preparando um pouco para vir falar algo aqui... Essa medida provisória sofreu mais de 150 movimentações; se não me engano, bem mais de 150 modificações. Por quê? Para não andar, para não resolver, para não dar uma resposta final para a questão fundamental dos povos indígenas, que é justamente a demarcação de suas terras.

De forma que a gente entende que se deve registrar que a bancada ruralista aqui no Congresso Nacional, tanto nesta Casa, o Senado, como na Câmara dos Deputados, é composta por Parlamentares que representam o agronegócio, é a maior defensora da PEC 215. O principal argumento é que muitas demarcações indígenas acontecem em áreas oficialmente pertencentes a agricultores registrados no Incra – terras, portanto, registradas no Incra –, e o abandono das terras prejudicaria a renda e a economia do Estado, o agronegócio, exportações, balança comercial etc. etc., argumentação que todos vocês já conhecem.

A demarcação de terras indígenas já gerou diversos conflitos. Para haver a demarcação de uma terra indígena, a Funai deve, antes de tudo, elaborar estudos de identificação e delimitação, e precisa obedecer os critérios técnicos que levam em conta toda a história da ocupação daquela terra. Depois o processo deve ser aprovado pela Justiça.

A gente também faz um registro da importância, daquilo que é positivo nessa tramitação da PEC 215: justamente é aquilo que passa para o Congresso Nacional a competência para aprovar essas demarcações. Se ficasse somente na mão do Executivo, pelo menos na nossa visão, seria uma forma estreita e rápida de se resolver, com uma canetada você resolveria. Aqui, nesta Casa, muitas vezes se aprovam matérias contrárias aos nossos interesses, e muito contrárias aos nossos interesses, como foi o caso da reforma trabalhista, que passou por aqui e foi aprovada.

O movimento sindical está sofrendo os efeitos nefastos e danosos, daninhos, prejudiciais da reforma trabalhista, mas aqui há muita gente... São 513 Deputados, são 81 Senadores. Então, até que se debatam as ideias, a sociedade venha aqui, participe e coloque uma forma de entender que é necessária e adequada para resolver os seus problemas...

Eu poderia falar sobre a questão de ameaças ambientais, que também faz parte do que eu coloquei aqui, mas eu usaria esta parte final – estou de olho no relógio...

(...) eu coloquei aqui. Mas eu usaria essa arte final, porque estou de olho no relógio ali também, para registrar brevemente, primeiro, essa questão da PEC 215, que é uma PEC bem singela, cuida da parte de demarcação etc e tal e altera alguns artigos da Constituição da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fazemos uma avaliação breve da situação dos indígenas, dos índios brasileiros, que nós entendemos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – ...que ainda é uma situação muito ruim, inadequada e deve ser melhorada. Portanto, a nossa avaliação é de que realmente não está bem a questão indígena no Brasil.

A proposta que nós fazemos é essa de aprovarmos aqui uma legislação que resolva de forma cabal, definitiva, essa parte que envolve as demarcações de terras indígenas e aprovando aqui, evidentemente, não esse substitutivo da Medida Provisória 215, mas outra norma mais adequada e justa que realmente dê respostas para esse pessoal todo.

Acima de tudo, precisamos ter condições. Em 2019, se essa questão da demarcação das terras indígenas, da medida provisória ou legislação que a substitua não forem resolvidas, a UGT abre aqui esse compromisso público de levar uma denúncia perante a comissão de aplicação de normas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – ...da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, na Suíça, denunciando o Estado brasileiro por estar descumprindo um compromisso assumido internacionalmente, e por estar descumprindo também a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Eram essas palavras que eu gostaria de trazer aqui, Sr. Senador, senhoras e senhores integrantes da Mesa e também participantes presentes no plenário, com a responsabilidade maior de que falamos aqui perante especialistas, e eu não sou especialista nisso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas foi muito bem.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Apenas estou substituindo o companheiro Ricardo Patah e o nosso companheiro, Secretário dos Povos Indígenas, Idjawala Rosa Karajá.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

Muito bem, Lourenço Ferreira do Prado, que representou muito bem... Ele, que é Secretário de Relações Internacionais da UGT, representou muito bem o Presidente Ricardo Patah, da UGT, bem como o secretário responsável pela questão indígena. E também o guerreiro e as guerreiras que estão aqui no plenário e representam a UGT. Ele já deixou também uma proposta concreta colocada aqui.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Senador, só para uma questão de transparência, ética e acima de tudo de honestidade intelectual, é o seguinte, está presente também, da mesma aldeia do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

companheiro Idjawala Rosa Karajá, o companheiro Robson. Levante a mão, Robson. Ele depois falará também aqui e talvez fale melhor do que eu, inclusive.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seja bem-vindo Robson.

De imediato, passamos a palavra para o representante do Instituto Socioambiental, Maurício Gueta.

O SR. MAURICIO GUETTA – Bom dia a todas e a todos. Cumprimento o Senador Paulo Paim pela iniciativa importantíssima no dia de hoje, quando começa o Acampamento Terra Livre. E cumprimento especialmente a Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), que está presente aqui no plenário, e com suas representações vai fazer uma série de atos, essa semana, pela defesa dos seus direitos.

Senador, estamos aqui na Comissão de Direitos Humanos e não poderíamos deixar de começar esse debate sem falar dos 30 anos da Constituição e do momento em que vive (...)

(...) esse debate sem falar dos 30 anos da Constituição e do momento em que vive nossa democracia. É uma democracia jovem, ainda frágil, que tem muito a ser desenvolvida, e nós precisamos defender a Constituição para que o sistema democrático continue. Mas uma democracia, Senador... O senhor sabe melhor do que eu que o grau de evolução de uma democracia não é representado por quanto a vontade da maioria prevalece, mas sim por quanto se respeitam os direitos fundamentais das minorias. Esse é o núcleo que marca o grau de uma democracia.

Pelas falas que me antecederam e também por algumas considerações que farei, veremos que hoje os povos indígenas vivem a sua pior situação em termos de ataque de direitos, desde a Constituição de 1988, pelo menos. Isso é algo que a Apib tem discutido muito seriamente, em relação ao momento atual em que vive. Então é preciso estar atento nesse sentido.

Qual é o principal direito fundamental dos povos indígenas? Qual é o direito que está resguardado pela Constituição? São vários os direitos resguardados pela Constituição, mas o principal deles, que está no art. 231, é o direito originário, que antecede até a presença do Estado, dos povos indígenas às suas terras tradicionais.

Então, para exemplificar um pouco, Senador, isso que eu menciono sobre a atual situação dos direitos originários, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no seu primeiro mandato, homologou 114 terras indígenas; no seu segundo mandato foram 31. Do Presidente Lula foram 66 no primeiro mandato e 21 no segundo. A gente vai percebendo que o número vai caindo. E Dilma Rousseff, no primeiro governo, foram 11 e no segundo governo foram 10. Michel Temer, zero. Michel Temer é o único Presidente da República, desde 1988, que não homologou nenhuma terra indígena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A situação também pode ser explicada, primeiro, pelo fisiologismo exacerbado que a gente percebe cada vez mais. As Bancadas, as maiorias de ocasião cada vez mais determinando os rumos da política nacional. Eu aqui me refiro expressamente à Bancada Ruralista com mais ênfase, mas não só. E o segundo aspecto é o parecer da AGU, que foi mencionado pelo Senador Paulo Paim, foi mencionado pelo Gilberto, pela Daniele, pela Samantha e por tantos outros. É um parecer absolutamente inconstitucional.

Aqui eu queria abrir um parêntese para falar rapidamente sobre esse parecer da AGU, que vincula toda Administração Pública Federal à aplicação de suas condições, que basicamente são restrições gravíssimas aos direitos dos povos indígenas, ao direito originário às suas terras tradicionais.

Isso decorre de um julgamento que houve no Supremo Tribunal Federal, na Ação Popular nº 3388 referente à terra indígena Raposa Serra do Sol. Nesse julgamento, em que houve a manutenção no direito daqueles povos a essa terra tradicional – isso é importante dizer: o julgamento declarou os direitos daquela comunidade –, houve ali algumas considerações sobre a questão indígena em geral. E uma delas foi o tal do marco temporal, uma tese ruralista que vingou nesse primeiro julgamento no Supremo, em 2009, segundo a qual só teriam direito à terra tradicional os povos indígenas que estivessem comprovadamente ocupando seus territórios em 5 de outubro de 1988. E aí houve um outro julgamento, na segunda turma do Supremo, para dizer qual seria a forma de comprovar isso, Presidente. Aí foram dadas duas opções: ou prova sobre conflito (...)

(...) foram dadas duas opções: ou prova sobre conflito físico – ou seja, eu não sei como se prova um conflito físico que ocorreu em 5 de outubro de 1988 – ou então a demonstração de uma ação judicial possessória em que os índios estivessem questionando aquelas invasões de suas terras.

Os índios sequer tinham direito à capacidade postulatória, a entrar com ações judiciais até a Constituição de 1988; como exigir que houvesse uma ação judicial proposta pelos índios para demonstrar os seus direitos? Então é um absurdo completo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só me permita...

O SR. MAURICIO GUETTA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Telmário Mota aqui é o número um na defesa da nação indígena. O número um! Por isso eu quero uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

Ele fará uma fala depois de você; e depois ele irá ao plenário. Depois virá aqui presidir um pouco, para que eu também possa ir ao plenário, como fizemos naquele dia da sessão de homenagem. Ele fez um belo ato no plenário, deu um espaço para que eu fosse lá falar e eu pude voltar para presidir a reunião. Você conclui e depois o Senador tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO GUETTA – Pois não.

Cumprimento também o Senador Telmário Mota. Estivemos juntos naquela oportunidade, no plenário, celebrando também a luta dos povos indígenas.

Então o parecer da AGU, como eu vinha dizendo, impede os processos de demarcação, que são muito mais do que um direito fundamental, são também um dever fundamental do Estado brasileiro. Esse parecer inviabiliza as demarcações.

Aí eu queria tocar em outro ponto muito importante que é a possibilidade de os povos indígenas efetivamente colocarem a sua voz nos processos judiciais que dizem respeito às suas terras. No Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Senador Telmário, há cerca de 800 processos sobre demarcação de terra indígena; e eu diria que nenhum ou quase nenhum deles tem os povos detentores dos direitos como parte do processo. Ou seja, esses povos só recebem a notícia sobre uma decisão favorável ou desfavorável à sua terra depois de concluído o processo judicial. Isso é uma violação básica do devido processo legal, do direito à ampla defesa e à participação e o direito à consulta, da Convenção nº 169.

Esse cenário de paralisação completa das demarcações, o principal direito fundamental da Constituição, ainda vai impor, no caso se aprovados os projetos de lei que tramitam aqui nesta Casa, uma dupla violação. Aqui eu me refiro a um tema que nenhum dos que me antecederam mencionou, que foi justamente o licenciamento ambiental.

Aqui faço um parêntese, Senador, para explicar um pouco do que nos preocupa em relação a esses temas. Nesta Casa, no Senado, tramita o Projeto de Lei nº 654, de 2015, de autoria do Senador Romero Jucá, que pretende estabelecer o licenciamento a jato, ou o licenciamento *fast track*, como se coloca, que é um licenciamento tiro curto, de no máximo seis meses, para grandes obras de infraestrutura, como Belo Monte, estradas, rodovias, hidrelétricas, grandes empreendimentos de infraestrutura. Seriam licenciados sem participação pública nenhuma. Inclusive as comunidades atingidas por grandes empreendimentos sequer teriam direito de se informar sobre esse empreendimento e muito menos de participar. E esse projeto ainda traz uma aberração jurídica que é a licença por decurso de prazo.

Então, com a finalidade de acelerar os processos de licenciamento, o Senador Romero Jucá coloca ali que quando o órgão ambiental deixar de se manifestar no prazo específico que ele coloca, que é de cerca de seis meses, a licença está automaticamente concedida. É evidente que há uma inconstitucionalidade flagrante que não pode prosperar.

Agora há mais um projeto aqui, Senador, que nos preocupa muito, recentíssimo, do Senador Acir Gurgacz.

Senador, que nos preocupa muito, recentíssimo, do Senador Acir Gurgacz, o Projeto de Lei do Senado 168, de 2018, que é uma cópia piorada do Projeto de Lei 3.729, de 2004, que tramita hoje na Câmara dos Deputados, com possibilidade de votação no plenário, inclusive, na próxima ou na outra. É muito grave: um processo que foi conduzido sem participação nenhuma de nenhum dos setores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessados. E aqui faço referência à SBPC, a Apibe, ao Ministério Público Federal, estaduais, à Defensoria Pública da União, à Associação Brasileira de Antropologia,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO GUETTA – ... todas as entidades que têm interesse direto na matéria do licenciamento ambiental, que sequer foram ouvidas. Não houve uma audiência pública, não houve um debate público, mesmo diante de um tema que é altamente complexo e extremamente relevante. Então, denuncio a gravidade da tramitação desse projeto.

E o que está previsto nesse projeto em relação aos índios, Senador, vai nos chocar. Primeiro, a Funai, quando houver o impacto de um empreendimento sobre determinado povo indígena, obrigatoriamente terá que se manifestar, para avaliar os impactos etc., além do dever de consulta. O que o projeto de lei faz é estabelecer que esse parecer da Funai não é vinculante, o que significa que o órgão ambiental do Estado, por exemplo, ao licenciar um grande empreendimento, pode pegar aquela conclusão da Funai, por exemplo, pela inviabilidade do empreendimento, dispensar essa análise e sem competência legal emitir a licença à revelia das conclusões da Funai – gravíssimo!

Segundo item, permite a expedição da licença sem análise da Funai. O que diz o projeto de lei? A Funai tem o prazo x para se manifestar. E, se ela não se manifestar? A licença pode ser concedida mesmo sem avaliação dos impactos sobre os povos indígenas, à revelia de que sequer uma análise tenha sido feita.

A participação dos povos indígenas é zero em relação ao que está previsto nos projetos de lei, tanto no 3.729, quanto no 168. O mais recente projeto de lei estabelece que somente os impactos diretos de um empreendimento serão avaliados. E, se a gente pegar o caso de Belo Monte, a gente vai ver que boa parte das comunidades indígenas que foram atingidas pelo empreendimento foram classificadas tecnicamente como impactos indiretos. Ou seja, nesse caso de Belo Monte, imagine que essas comunidades sequer seriam consideradas nas análises e avaliações do licenciamento!

E, por fim, o que está diretamente relacionado à ausência de demarcação é o fato de que somente terras indígenas homologadas é que serão avaliadas no licenciamento ambiental. Significa o quê? Que os povos indígenas que aguardam a demarcação de suas terras aguardam que cesse a omissão do Estado brasileiro e que se efetivem os seus direitos territoriais. Estão há mais de 30 anos aguardando a demarcação de suas terras e, além de terem essa violação de direitos, ainda não terão sequer considerado o licenciamento ambiental, porque a sua terra justamente não foi reconhecida como homologada pelo Presidente da República. Então, é um duplo ônus, é uma dupla violação de direitos.

E, quanto a esse projeto de lei do licenciamento ambiental, já faço aqui a nossa sugestão, Senador, que a gente confira o máximo de participação pública, audiências públicas, dando voz à Apibe e às demais organizações que representam o movimento indígena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ha também um outro assunto para que eu gostaria de chamar atenção, Senador, que é o da medida provisória da questão humanitária, que tramita hoje aqui nesta Casa e na Câmara dos Deputados. Há ali jabutis. Jabutis, para quem não sabe, são emendas parlamentares que não têm absolutamente nada a ver com o objeto inicial da matéria. Então, eles estão tentando incluir emendas nessa minha provisória para justamente violar o direito à consulta dos povos indígenas em relação a um empreendimento específico que pretende ligar a

dos povos indígenas em relação a um empreendimento específico que pretende ligar a questão da energia à Roraima. Essa é uma questão muito complexa, mas não é com emendas que abolem direitos inconstitucionais – e já vedadas pelo Supremo Tribunal Federal desde 2015; é uma decisão vinculante, inclusive, para este Senado Federal –, não é através dessas emendas que o empreendimento sairá.

Então, reiteramos aqui o nosso apoio ao ATL (Acampamento Terra Livre).

E faço cumprimento especial novamente a nossos amigos e amigas da Apibe, na pessoa da Francinara, Baré, que já vai dar uma palavrinha para a gente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO GUETTA – E novamente parabenizo o Senador Paulo Paim pela oportunidade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Maurício Guetta, representante do Instituto Socioambiental, que deixou aqui uma série de alertas, no mínimo três bem diretos, sobre a MP e dois PLs, que peço que a Secretaria-Geral da Mesa anote para os encaminhamentos na linha que você recomendou.

Eu queria, com muita satisfação, passar a palavra agora ao Senador Telmário Mota, um defensor, um defensor mesmo de índios, de negros, de idosos, de deficientes, de trabalhadores. Nas grandes causas, eu tenho a alegria de dizer, que estamos juntos – não é, Telmário? Inclusive aqui nesta Comissão, ele preside uma subcomissão que está construindo a nova CLT, e ele me indicou como Relator; eu sou o Relator e ele é o Presidente, porque estão querendo copiar já o nosso trabalho, mas vão ter que rezar pela nossa cartilha.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu quero, primeiro, agradecer, Senador Paulo Paim, e parabenizá-lo. O Senador Paulo Paim é essa pessoa aqui. Olhem só o tanto que o Senador Paulo Paim tem compromisso com os excluídos, os indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros que estão no mesmo campo! Agorinha, no plenário, já vai começar uma homenagem aos 70 ou 80 anos, se não me engano, eu passei rapidamente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Cento e oitenta anos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Não. De existência do CTG. Eu acho que é isto, de 70 a 80 anos. Pelo menos, foi o que eu vi mais ou menos na tela do CTG, que é exatamente o detentor do folclore gaúcho, leva ao Brasil inteiro.

E o Paulo Paim está numa campanha este ano, no Rio Grande do Sul, e ele não olha o lado eleitoreiro; ele olha o lado humano da pessoa. Então, ele abre uma sessão dessas, e a Ana Amélia está lá, presidindo, que é também outra Senadora que está concorrendo, do Rio Grande do Sul. Mas ele está aqui.

E eu tinha um compromisso agora pela manhã, e vou até abortar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por uma questão de justiça, ela me ligou para pedir para eu passar lá.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu entendo isso.

E eu vou abortar esse compromisso agora de manhã, vou só cumprir um primeiro e volto, porque eu quero assumir para que V. Exª fique livre para fazer justiça ao povo gaúcho. Senão, vão dizer que o Paulo Paim abandonou a cultura gaúcha e agora virou para a cultura indígena macuxi, da minha terra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou sempre junto na linha de fazer o bem sem olhar a quem, seja com os quilombolas, seja com os índios,...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sem olhar a quem. Então, quero uma salva de palmas para ele, por tudo isso e por esta audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... para estarmos sempre juntos, brancos, enfim, todos os setores.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – E, no dia da comemoração, da sessão solene que deve ser no dia 19, o Senador Paulo Paim fez um gesto de tamanha grandeza – e ele fez isso pelo amor, pela emoção que toma conta dele, pelo sentimento –: ajoelhou-se em frente ao plenário, e ali pediu desculpas para os povos indígena, em nome do povo brasileiro. E por aquilo, Senador Paulo Paim, as comunidades do meu Estado inteiro estão querendo esse vídeo. E eu já recomendei

Senador Paulo Paim, as comunidades do meu Estado inteiro estão querendo esse vídeo. E eu já recomendei que hoje tirem para mandar, porque todo mundo quer ver essa homenagem de V. Exª, esse gesto de reconhecimento realmente da falta de política e de respeito à população indígena.

Então, fico muito contente em ver hoje. Quero parabenizar... Ontem, quando eu vim de Boa Vista para cá – porque a gente vem à noite –, o nosso avião vinha cheio de parentes que estão aí hoje naturalmente compondo o Terra Livre. E eu quero saudar a todos e a todas que estão presentes e ser o mais rápido possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria falar muito, Maurício, com você, porque, primeiro, você é um cara inteirado nisso. Você representa o ISA, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Pois é. É com você que eu quero conversar mesmo. Deixe eu falar uma coisa para você: nós temos um projeto com o ISA que eu acho fundamental. Eu acho que o ISA também está evoluindo para o que a gente pensa, e a comunidade indígena sente, Maurício. Eu queria que entendesse isso.

Você falou uma frase aqui interessante, você disse assim: "Os povos indígenas precisam colocar a sua voz nas causas jurídicas." Não, têm que colocar a voz em tudo, Maurício; têm que colocar a voz na Funai, que está esvaziada, que está desidratada; têm que colocar a voz principalmente nos DSEIs, porque isso é uma fábula de corrupção.

No meu Estado, uma picape é alugada por R$15 mil, tudo do grupo do Romero Jucá, porque o Romero Jucá responde por genocídio, responde por tudo; é o político mais ladrão que há neste País. E eu espero que Roraima se toque e o coloque na cadeia. Eu acho que estão o esperando em Curitiba. Então, é cara que só pensa em coisa ruim, principalmente para os povos indígenas, mas ele usa os instrumentos; a Funai lá é indicação dele. Olhe só, a Funai é indicação dele. Quando eu denuncio que está havendo garimpo nas terras ianomâmis, estão jogando mercúrio, acabando com o peixe, está a doença contaminando... Os garimpeiros saem antes das ações policiais. Está vazando informação. Estou cobrando, vou cobrar isso hoje na Justiça. Então, a Funai é indicada por ele, os DSEIs todos são.

Para os ianomâmis, nunca um político tinha colocado R$1, nem quando foram criados os DSEIs. Eu fui o primeiro a colocar. Para os ianomâmis eu coloquei 3 milhões, para aparelhamento, equipamento, tudo de que precisavam; e agora 2,8 milhões para os DSEI Leste, também para aparelhar, mas não precisaria, Senador Paulo Paim. O orçamento é robusto, porque a área de saúde é o segmento da saúde que cuida exclusivamente, são as secretarias que cuidam da saúde indígena, mas o dinheiro é todo desviado na logística que eles criam. Eles criam uma logística absurda, horas e horas de avião. Esse avião ninguém sabe nem que horas foi ou voltou, e vai tudo para o bolso da corrupção.

O que falta, na verdade: não chega o medicamento, não chega a contratação do médico. Se não fosse o Mais Médicos do Brasil, se não fosse a história do Mais Médicos, hoje estava todo mundo morrendo, morrendo nos Municípios, morrendo os povos indígenas. O Mais Médicos é que atende, é fundamental. E o dinheiro que vai hoje para os DSEIs é um absurdo.

Então, o que eu queria ver? Eu vinha no carro ouvindo, aí se fala da PEC 215, se fala do risco. Aqui, todo dia, nós temos que entender o seguinte, viu Maurício e toda a população indígena? Aqui, talvez eu e o Paim, e outros não, uma quantidade mínima, mas todos esses políticos que estão aqui, Senadores, Deputados, estão aqui pelo poder econômico. Aqui não estão pela categoria organizada, não; são poucos, raríssimos. Então, isso aqui é interesse do poder econômico. Por isso que tudo passa por aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e passa de afogadilho. Então, é preciso ter essa consciência, os próprios povos indígenas têm que ter essa consciência.

Se eu não me engano, foi a Samantha que falou que hoje vários indígenas estão se atentando para sair candidato. Amém, amém! Mas que abram o discurso, que façam um discurso de integração. Por exemplo, então, queria aproveitar bem

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – que façam um discurso de integração. Por exemplo... Então eu queria aproveitar bem, Maurício, o ISA, porque o ISA tem respeitabilidade, tem o meu respeito, tem o meu carinho, e ele, graças a Deus, ainda é que dá realmente esse suporte aos povos indígenas. Então nós temos que começar a ter uma visão maior do que só... A terra é fundamental! A terra é uma coisa que não tem que se discutir, tem que se buscar. Por exemplo, no levantamento que foi feito, não adianta chegar aqui: Olha, nós temos 5.570 Municípios, nós temos povos indígenas em quase todos... Se nós não temos, então houve um massacre, porque nós tínhamos 8 milhões! O Brasil inteiro era.

Então tem que estar lá. Não importa! A Constituição já garante os direitos dos povos indígenas. Tem que trazer. Nós temos que avançar. Hoje os povos indígenas estão andando um passo para frente e cinco para trás. Tem o avanço Paim e se agarra para conquistar como manter no avanço. Então nós temos que estar aqui num alerta permanente, porque isto aqui realmente é uma Casa do poder econômico, nós temos que estar aqui com os olhos. Por exemplo, como bem colocou o Maurício aqui, três PLS importantes, dois PLS e uma MP, importantíssimos, e que nós temos que estar observando e gritando, fazendo barulho.

A 215, graças a Deus, nós conseguimos aqui já a assinatura, com o Paulo Paim e outros, mais de 43 assinaturas de Senadores contra ela aqui. Então aqui, se amanhã eles forem votar contra, esses desgraçados, a gente tem como desmoralizar no Plenário, não é verdade? Então para não fazer mais tipo. Mas nós temos que começar a pensar mais. As comunidades indígenas hoje, Maurício, elas precisam sobreviver, porque não adianta mais, nós não temos mais caça, nós não temos mais a pesca, nós não temos mais alimentações naturais que sustentem as nossas famílias indígenas.

E o que que acontece? Hoje o wi-fi está lá dentro, a internet está lá dentro. Essas pessoas estão recebendo uma gama de informação externa muito forte. Eu fui criado numa comunidade indígena até os onze anos de idade. Eu era analfabeto de pai e mãe. Então a gente ia dormir 6 horas da tarde e acordava às 4 horas. O máximo que podia ouvir era a voz do Brasil, a Voz das Américas, num rádio chiando desgraçado, porque lá nós temos interferência da Venezuela e a gente nem ouvia direito.

Hoje não, o jovem fica até dez, onze horas da noite, eles ficam ali na internet cutucando, vendo... Aí vêem um jovem ir para a balada, vêem um que tem um carro, vêem outro que... Isso, o que o olho não vê o coração não sente, papai. Se o teus olhos vêem o teu coração sente. Então o jovem indígena ele quer também se beneficiar desses bens que são da humanidade. É a evolução natural do ser humano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí sabe o que acontece, Maurício? Eles vão embora para a cidade. Aí sabe por que eles vão para a cidade? Vão ser peças fáceis, às vezes não têm cultura, não têm estudo, são peças fáceis de serem recrutadas por organizações criminosas, facções criminosas...

Hoje se você ver a comunidade carcerária indígena é monstra.

Tem que ser pensado também nas culturas, nos comportamentos, até de relação... A gente tem que ver esse aspecto da cultura do indígena e do não indígena, porque hoje o cara chega lá, tem um senhor um ancião casado com uma menina de 13 anos: Olha, isso é estupro! Aí o cara vai preso. E é normal esse casamento. O contrário também. Uma senhora de 50, 60 anos, casada com um jovem de 13,14 anos.

Então tem que ver isso. Eles vão para a cadeia e não sabem nem porque eles vão para a cadeia. Se o avô dele, o bisavô dele fazia isso. Tu entendeu? E ele não fez maldade. Ele está casado.

São coisas, realidades que você não pode fugir. Eu falei isso um dia desses para um grupo de Juízes. Olha, vamos olhar o que a pessoa faz sem a maldade ou com a maldade, ou com um aspecto animalesco, não animalesco... Vamos achar uma coisa mais nesse sentido para poder dar a interpretação.

Então deixa eu te falar. As comunidades elas têm que avançar. Eu acho que a comunidade indígena... Por exemplo, no meu Estado, se juntar toda a pecuária, nós somos oito etnias, 480 comunidades e mais de 60 mil pessoas dos povos indígenas. Têm de todo jeito, de médico a vaqueiro, todas as categorias eles já ocupam hoje, professores...

de médico a vaqueiro. Toda categoria eles ocupam já, os professores, os doutores, tudo. Então, o que acontece? Se você não der para ele o aparelhamento...

Nós temos que levar para eles o desenvolvimento sustentável. Onde for possível botar, por exemplo, energia renovável, vamos colocar energia renovável.

Hoje ele pode produzir a pecuária, o peixe, a agricultura de forma sustentável, sem degredar a natureza, Paulo Paim, preservando. Então nós temos que observar isso.

Hoje, por exemplo, os povos indígenas querem estrada. Eles têm carro, moto. Mas não pode ser uma pista... Isso está errado.

Sabe o que acontece? As pessoas estão tirando proveito. Na minha terra, há um Município chamado Uiramutã, totalmente indígena – o Maurício deve conhecer –, e Pacaraima. Hoje, para poder fazer uma estrada lá, estão comprando brita em Boa Vista.

Sabe de quem é a brita? De Romero Jucá.

Você já pensou em fazer uma estrada toda de brita? E lá, cheio de piçarra. Não pode. Olhe quanto dinheiro esse homem está ganhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você entende. Os caras manipulam de todas as formas. Então é preciso liberar a estrada, as fontes, as pequenas e as mini-hidrelétricas, as hidrelétricas pequenas, a pecuária, o peixe, a agricultura. Ele tem que ser incluído, senão a gente cria esse *apartheid* o tempo inteiro. Tudo é uma guerra infinita.

Por exemplo, a questão mesmo ali de Tucuruí, com passagem em atroari waimiri. Meu Deus, o mundo inteiro está fazendo. Eles botaram no Pará, lá na Marajó, via aquática. Levaram energia via aquática. Por que não levam pela via subterrânea? Pronto. A agressão é muito menor. E se negocia, e se consulta. Tem que consultar sim. Está previsto isso na 69, está previsto isso. Tem que consultar. Agora tem que botá-la pela via subterrânea.

Lá, por exemplo, há aquela corrente. Ela dá uma sensação de albergados, de que o povo de Roraima é albergado. Como se resolve aquilo ali, Maurício? Estou dizendo, porque pode ser que você tem condição de me ajudar nisso. Estou falando mais para a gente entender, para as pessoas entenderem.

O que acontece? Ali se coloca o chamado corredor ecológico, o chamado corredor da biodiversidade, que o mundo inteiro está querendo. Então, se coloca ali, com parâmetro de velocidade, com controle e com o custo, com o repasse, inclusive. Hoje aqueles povos indígenas ficam ali, noite e dia, de plantão, abrindo para o ônibus, para não sei o quê. Para outro não abre, e briga e confusão, quando se poderia estar ali, eletronicamente controlado, sem nenhum problema.

Então, como isso é um grande parceiro das comunidades indígenas – e eu parabenizo –, e vários outros órgãos. E as associações.

Vamos embora, para começar a abrir os olhos. Vamos embora, para começar realmente a colocar a voz em tudo: na área de saúde, no setor da inclusão social, no setor da inclusão produtiva, nos direitos das terras.

A gente tem que começar a abrir o leque, senão fica só nessa marchá a ré.

Queria fazer essa observação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos dar uma salva de palmas para o Telmário. Ele vai ter que dar uma saída para um compromisso, mas volta para cá, para ajudar na presidência dos trabalhos.

Chamamos de imediato, para usar a palavra, Lia Zanotta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como aqui a comunidade indígena é que manda, como não vou lhe dar esses dois minutos de fala?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª SAMANTHA ROOTSITSINA DE C. JURUNA – O Senador já saiu, mas quero deixar registrado, porque... A assessoria dele está aí, porque está passando ao vivo, várias pessoas estão acompanhando. porque está passando ao vivo, várias pessoas estão acompanhando. Só para deixar claro que muitas coisas que o Senador Telmário Mota trouxe são da diversidade específica do Estado de Roraima. E quando ele traz as falas "liberar estradas", "pequenas usinas hidrelétricas", não significa que isso é uma aceitação dos 305 povos indígenas. Há uma diversidade não somente de povos. (*Palmas.*)

Então, assim, o Acampamento Terra Livre hoje está acontecendo aqui, em Brasília, justamente devido a essas violações de estradas, PCHs, inúmeros outros empreendimentos que estão acontecendo, não somente nas nossas terras indígenas, mas nas áreas próximas, que também acabam nos impactando.

Então, por favor, pessoal que está acompanhando pela internet, ao vivo, não tomem isso como uma realidade da diversidade dos povos indígenas. Por favor, tomem cuidado.

Sim, nós queremos evoluir e nós estamos sempre em evolução. Mas não significa que – para essa evolução de novas tecnologias e de informação ou de energia – queremos entregar os nossos territórios, queremos nossos territórios em pé. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Feito o esclarecimento; passo a palavra para a Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Lia Zanotta Machado.

A SRª LIA ZANOTTA MACHADO – Eu queria aqui, então, cumprimentar e parabenizar o Senador Paulo Paim, pela realização desta mesa de debates, na audiência pública; cumprimentar a todos os integrantes da mesa; cumprimentar a todos os integrantes que estão, presencialmente, aqui no público, uma representação indígena bastante forte; a presença também da UGT, que é uma parceira na questão dos direitos indígenas; e queria também cumprimentar a todos aqueles que estão nos vendo pela televisão do Senado.

Com certeza, a movimentação indígena é fundamental. Então, o movimento Terra Livre é uma coisa que marca presença e que, de fato, tem uma repercussão que espero que não seja só neste momento. Mas uma repercussão em função de que os direitos indígenas passem a ser escutados pelo Governo e escutados pelo Legislativo, numa situação tão difícil como agora nós temos. Uma conjuntura política em que, de alguma forma, as questões parecem consensuadas entre Poderes presentes, especialmente da Bancada Ruralista, da Frente Agropecuária, e que, de uma forma consentaneamente com o Governo Executivo, tem resultado numa paralisação das demarcações das terras indígenas. Além disso, outros direitos estão também em jogo.

Então, eu queria, na qualidade de Presidente da Associação Brasileira de Antropologia, agradecer o convite e a honra de participar da mesa de debates, na audiência pública, sobre a aliança dos povos indígenas, fortalecendo a autonomia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Associação Brasileira de Antropologia, fundada durante a Reunião Brasileira de Antropologia, em Salvador, Bahia, em julho de

fundada durante a Reunião Brasileira de Antropologia, em Salvador, Bahia, em julho de 1955, é a mais antiga das associações científicas existentes no País na área das Ciências Sociais, ocupando hoje um papel de destaque na condução de questões relacionadas à diversidade sociocultural e às políticas públicas referentes à educação, à ação social e à defesa dos direitos humanos.

Os direitos indígenas, quilombolas e povos tradicionais ocupam espaço inegável no fazer antropológico. A ABA possui diversas comissões e comitês que objetivam assessorar seus posicionamentos frente a contextos políticos nos quais encontram-se em risco direitos fundamentais da população. Dentre essas comissões, está a mais antiga a comissão instituída pela ABA, a Comissão de Assuntos Indígenas, que se ocupa, particularmente, com um conjunto de ações voltadas para o avanço no conhecimento antropológico sobre as articulações entre os direitos indígenas e suas formas de identificação e organização social.

Entre esses direitos, o direito à terra é outorgado pelo Estado brasileiro aos povos indígenas desde a Constituição de 1934, além de várias referências no período anterior à República. A Constituição de 1988 consolidou esse direito colocando o Estado brasileiro como seu garantidor. O País é signatário de diversos tratados internacionais que reafirmam e ampliam os direitos constitucionalmente assegurados, como a Convenção 169, da OIT, ratificada pelo Decreto 5.051, de 2004, que tem estatuto supralegal em nosso ordenamento jurídico, conforme interpretação pacífica do Supremo Tribunal Federal.

A ABA e sua Comissão de Assuntos Indígenas considera que o aparato jurídico institucional de amparo aos direitos indígenas no Brasil, em que pesem os avanços da Constituição Federal de 1988, vem sofrendo um ataque, coordenado nos últimos anos, com tentativas emanadas de diversos setores e Poderes de suprimirem ou cercearem a realização desses direitos, seja no âmbito administrativo, seja no judicial.

Em 2016, pela publicação Povos Indígenas do Brasil, do ISA, afirma-se que existem 480 terras indígenas no Brasil reconhecidas pelo Estado, representando 12,5 do território nacional, sendo 98% na Amazônia Legal. Restariam, então, por uma estimativa, pode ser mais, 224 terras por demarcar e homologar, e 252 povos alcançariam mais 1,3% do território nacional. Ou seja, o que eu estou querendo dizer é que as demarcações, atualmente, as dificuldades estão maiores no Centro-Oeste, no Sul e no Sudeste, em que não se têm terras ou se vive em terras absolutamente exíguas.

Cumpre-nos aqui desenvolver os múltiplos aspectos do que se entende por autonomia dos povos indígenas. Apresentarei alguns pontos. Com o foco no direito territorial, necessário a autonomia, demarcação, proteção e sustentabilidade, a principal necessidade é a retomada das demarcações das terras indígenas e a revogação do Parecer 01217, da Advocacia-Geral da União

e 01217 da Advocacia-Geral da União, oficializado pelo Presidente Michel Temer e que, na prática, inviabiliza os procedimentos demarcatórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O parecer da Advocacia-Geral da União obriga a Administração Pública Federal a aplicar a todas as terras indígenas do País condicionantes que o Supremo Tribunal Federal estabeleceu em 2009, especificamente para a terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. O parecer da AGU foi utilizado para anular, por meio das várias portarias do Ministério da Justiça que reconheceram a posse permanente do povo guarani na terra indígena Jaraguá, e tem gerado a paralisação de outros processos de demarcação de terras indígenas...

A tese do marco temporal, segundo a qual só tem direito ao território os povos e comunidades que estavam ocupando o seu território quando da promulgação da Constituição Federal, desconsidera situações de conflitos que geraram a expulsão e o esbulho de povos indígenas de seus territórios tradicionais. Em Mato Preto, por exemplo, foram retirados, por caminhões do Exército, os indígenas, na década de 1930, quando haviam sido demarcadas pequenas terras nos anos 1020. Portanto, a tese do marco temporal na verdade é uma drástica relativização ou diminuição ou paralisação do direito à terra. E há figuras neojurídicas novas, como o marco temporal e o esbulho renitente. Então, se o esbulho renitente pode permitir demarcação de terras, também é alguma coisa que é absolutamente difícil de você comprovar que tenha existido ou que não tenha existido, porque são anos e anos ... Há documentações, mas nem sempre, na Justiça, essas documentações dos esbulhos são levadas a efeito e ouvidas.

Sobre a paralisação e demora na demarcação das terras indígenas, a ABA manifestou-se publicamente, em data recente, sobre o prejuízo do povo xucuru pela demora no processo de demarcação de terras. Considerou de alta relevância a condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, por violação de direitos humanos, no processo de demarcação e regularização fundiária da terra indígena do povo xucuru do Ororubá.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LIA ZANOTTA MACHADO – Como é sabido, a Corte deu um prazo de 18 meses para a conclusão do processo de desintrusão e exigiu a indenização.

A Comissão de Assuntos Indígenas entendeu que o caso da demarcação de terra indígena do povo xucuru não pode ser tomado como uma situação isolada no contexto da política indigenista brasileira. É representativo do que acontece com diversos outros povos indígenas, a exemplo dos guarani, guarani-kaiowá, terena, kaingang, pataxó, pataxo há-há-há, tupinambá, tapeba, tremembé, potiguara, fulni-ô, gamela, munduruku, ..., ..., pankaru. Todos esses ocupam hoje áreas diminutas, superpovoadas, intensamente invadidas e degradadas em vários Estados da Federação.

O segundo ponto é o congelamento do Orçamento Público por vinte anos por meio da Emenda à Constituição nº 95 que atinge em cheio a agenda indigenista ao estabelecer como teto um orçamentário reduzidíssimo da Funai.

Estudo do Inesc calculou o impacto que a PEC do teto dos gastos públicos terá no orçamento da Fundação Nacional do Índio. O enxuto orçamento atual da Funai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Fundação Nacional do Índio. O enxuto orçamento atual da Funai, autorizado em 2016 para R$502 milhões, são os dados que eu tenho, representa o valor equivalente ao orçamento de dez anos atrás. O retrocesso representado pela PEC será tanto que, em vinte anos, teremos, na melhor das hipóteses, um orçamento equivalente ao valor, em termos reais, de trinta anos atrás, calcula o Inesc.

O congelamento do orçamento da Funai, além da demarcação de terras, atinge frontalmente a capacidade e a efetividade de sustentar as frentes de proteção ambiental no Maranhão, Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia, Mato Grosso, onde há doze terras indígenas compartilhadas com povos isolados e 37 terras indígenas com registros em fase de estudo. A Funai considera povos isolados os povos ou agrupamentos indígenas que mantêm relações de contato ocasional, intermitente ou permanente com segmentos da sociedade nacional, com reduzido conhecimento dos códigos ou incorporação dos usos e costumes da sociedade envolvente e que conservam significativa autonomia sociocultural.

Atinge, portanto, esses contatos existem. Isolado não quer dizer totalmente fora, ou seja, os riscos e as ameaças de garimpagem, de mineração, todos eles estão presentes. Então, isso necessita da proteção da Funai, que está com pouco orçamento para isso.

Por outro lado, um terceiro ponto. Há dezenas de projetos de emenda constitucional e projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal visando reduzir ou suprimir os direitos indígenas assegurados pela Constituição Federal, em especial o direito do usufruto exclusivo indígena, com o propósito de legalizar a invasão e usurpação dos territórios indígenas para fins de exploração ilegal dos bens naturais – solos, florestas, recursos hídricos, mineiros, biodiversidade – e a implantação de empreendimentos de infraestrutura.

Há mais de 189 iniciativas legislativas. Algumas delas foram colocadas aqui pelo ISA, pelo Maurício Gueta, que realmente colocam em questão os direitos ambientais e, portanto, os direitos também à autonomia dos povos indígenas sobre os seus territórios.

Há nesse sentido, me parece, um certo consenso entre poderes instituídos contra os direitos indígenas na Câmara e no Senado. E especialmente na Câmara, a partir da CPI, ficou claro como essa CPI Funai/Incra queria explicitamente a paralisação da demarcação das terras indígenas. E, assim, a CPI de um lado e a paralisação do Governo Executivo de outro, aponta a possível subordinação da política indigenista aos interesses explícitos da Bancada ruralista frente a agropecuária no Congresso Nacional.

Com foco no direito à autossuficiência econômica, é necessário que o Legislativo e o Executivo considerem e respeitem a diferença do sentido da terra para a organização social indígena. Atividades, como a mineração, impactantes contaminam cursos da água, solo, fauna e flora locais.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LIA ZANOTTA MACHADO – Mesmo não sendo permitido em terras indígenas, a mineração é uma ameaça constante nesses territórios e aos povos que neles vivem. E aqui eu queria repetir, enfatizar ou realmente dizer o que a nossa

enfatizar ou realmente dizer o que a nossa Samantha Juruna, representante da Associação Xavante, falou: nós entendemos que autonomia é autossuficiência dos povos. Portanto, tem de ser uma decisão dos povos indígenas como vão pensar o seu desenvolvimento sustentável. Podem pensar com alguma tecnologia moderna ou podem absolutamente pensar segundo as regras do entendimento de que a terra não é bem útil, não é um valor de troca.

Eu fiquei impressionada porque foi dito uma vez que terra, por uma autoridade executiva, não enche a barriga de ninguém. Eu penso que temos de fazer com que os índios façam outras coisas. Só que a terra enche a barriga de muita gente e do poder econômico, conforme foi colocado aqui.

Portanto, há interesses explícitos da expansão do agronegócio. Eu não tenho, na análise política, a menor dúvida. Portanto, são interesses que produziram a CPI Funai-Incra, em que se quis parar com a demarcação de terras indígenas, criminalizar e dizer que os laudos antropológicos feitos não eram nada mais que parciais, que fraudes, que conluios. Por quê? Porque os antropólogos, para fazer os seus laudos, precisam estar na comunidade, precisam da aceitação da comunidade, precisam do diálogo. Como é que vamos fazer um análise da comunidade indígena, na relação com o seu território, no seu sistema de parentesco, na sua memória e na sua história se não tivermos uma relação profunda com as comunidades indígenas?

Colocaram-se contrários aos laudos antropológicos, ou seja, claramente contra a demarcação de terras indígenas, utilizando-se de uma metodologia etnográfica que há séculos vem sendo desenvolvida no mundo com a qual o Brasil tem uma relação muito forte. A Associação Brasileira de Antropologia sempre faz seminários de discussão sobre como fazer laudos, sobre como usar a metodologia. Portanto, todo um cuidado com a rigorosidade do método científico é colocada em jogo. Na verdade, não se queria atingir os antropólogos. Queria-se atingir as populações indígenas.

Para a autonomia dos povos indígenas, é necessário o diálogo.

O Conselho Nacional de Política Indigenista, criado em 2015, instalado em abril de 2016, fez apenas duas reuniões e não houve mais iniciativa, num flagrante desrespeito às organizações indígenas.

É digno de nota o fato de o Governo Federal não ter feito nenhum movimento para implementar as resoluções aprovadas durante a Conferência Nacional de Política Indigenista, convocada em 2015. É necessário valorizar o diálogo, incorporar e não ignorar as sugestões já construídas pelos indígenas e suas organizações nos mais recentes processos dialógicos e participativos conduzidos pelo CNPI, que coordenou as consultas que levaram à construção da nova proposta de Estatuto dos Povos Indígenas, da Conferência Nacional de Política Indigenista e da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas, que dialoga diretamente com o tema da gestão ambiental e territorial autônoma e teve o seu plano de implementação aprovado, mas paralisado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A falta ou a extrema dificuldade de acesso dos povos indígenas à Justiça, como também já foi dito por integrantes da Mesa, e as frequentes reintegrações de posse em favor dos invasores atingem o direito e a vida dos povos indígenas, assim como os despejos...

atinge os direitos e a vida dos povos indígenas, assim como os despejos judiciais e extrajudiciais, a intimidação, a perseguição e o assassinato de lideranças indígenas. Eu, como presidente da ABA, recebo – eu vou dizer diretamente, como coisa tecnológica – pelo WhatsApp inúmeros assassinatos de lideranças indígenas nos últimos anos.

As populações indígenas, seja em suas terras ou em áreas urbanas, reivindicam... É importante pensar que não é só a demarcação de terras. Então as populações indígenas, seja em suas terras ou em áreas urbanas, reivindicam e têm o direito à educação formal, assim como o direito à integridade física individual e à saúde, seja em suas terras ou em áreas urbanas. A autonomia também está relacionada ao direito à educação formal e à rede de assistência em saúde.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LIA ZANOTTA MACHADO – Apesar do aumento do número de educadores indígenas, há ainda um déficit de elaboração didática e material pedagógico. Há a necessidade de ampliar as escolas nas comunidades. Há que se considerar que indígenas que se incorporam aos estudos de ensino médio e universitário muitas vezes transitam entre terras indígenas e cidades, devendo o sistema de educação atender a essa peculiaridade.

Sobre os dados, nosso integrante da Mesa, Lourenço, sobre população, já disse, mas enfim, nós temos que... Pelo IBGE, nós temos que 42% da população indígena vive fora das terras indígenas, sendo 36% em áreas urbanas. Nota-se que entre 2000 e 2010, a população indígena em área urbana de fato, entre esses anos, ocorreu uma queda.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LIA ZANOTTA MACHADO – Portanto, isso pode indicar que nós temos realmente populações indígenas e comunidades indígenas que se deslocam das terras indígenas para as cidades. Então a gente não pode pensar numa separação rígida, em ter a população indígena na cidade. Há uma que só está lá, mas há sempre esse trânsito. Isso é importante. Me parece que pouco se diz sobre isso.

Então o que evidentemente... Eu pulei várias coisas, mas eu queria dizer que... Terminando aqui com um dado... O sistema intercultural de educação e diálogo, o sistema de saúde, o orçamento da Funai na Sesai, os recursos que o Senador disse que são muitos, eu ouvi na Sesai, no Ministério Público agora, numa reunião sobre assuntos indígenas, na Escola Superior de Magistério,...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LIA ZANOTTA MACHADO – ...do próprio Presidente da Sesai, que os recursos são parcos, que os recursos longe estão de dar conta dos distritos sanitários. Se a gente colocar mais toda a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão da logística falada, nós temos um problema de vida, um problema de saúde das populações indígenas.

De acordo com o Sime, que está aqui, o número de suicídios – aqui vou terminar mais ou menos uma coisa, se falou dos assassinatos, e eu vou falar dos suicídios – entre os indígenas disparou. Aumentou 18% entre 2015 e 2016.

Termino com as palavras da antropóloga e professora Maria Luiza Garnelo Pereira, sócia da ABA: se existe um reconhecimento dos direitos indígenas, como território, saúde e educação, na prática isso não tem se efetivado da maneira como deveria para um povo que possui grande contribuição memorial e presencial...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª LIA ZANOTTA MACHADO – ...no País. E que deveria, portanto, receber uma saúde diferenciada e uma saúde inclusive

e uma saúde, inclusive, de apoio psíquico de acordo com a diversidade cultural, o que é problema para você passar e transitar entre as condições tradicionais da vida originária, por exemplo, dos Guarani Kaiowá e as condições de reserva restrita em Dourados, para dar um exemplo fortíssimo, onde há suicídios e assassinatos intensamente e que, portanto, nos colocam não só problemas, e a ABA pensa exatamente isso, que os direitos indígenas são os direitos à terra, são os direitos à educação, são os direitos à saúde e o respeito à diversidade cultural.

O Brasil é um País de diversidade sociocultural, o Brasil é todos nós, toda a nossa diversidade. Portanto, nós temos que fundamentalmente... A ABA, de alguma forma, está baseada em todos os conhecimentos antropológicos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LIA ZANOTTA MACHADO – ...de renomados antropólogos, jovens na academia. Mas também ela tem a posição pública de defesa dos direitos dos indígenas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Lia Zanotta Machado, Presidente da Associação Brasileira de Antropologia. Você usou um pouquinho mais de tempo, mas dentro do seu limite, para poder concluir o seu pensamento.

Parabéns pela fala.

Eu convido os senhores a retornar para o plenário, e vamos agora para segunda mesa.

Parabéns a todos. (*Pausa.*)

Chamo de imediato Francinara Soares Martins, Liderança Indígena Baré.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Chamo Alberto França, Liderança Indígena Terena. (*Palmas.*)

Chamo Robson Haritiana Javaé Araújo, Presidente da Associação da Comunidade Indígena de Canuanã (Aciac), Ilha do Bananal, Estado do Tocantins e Secretário Adjunto da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas da UGT. (*Pausa.*)

Chamo Romancil Cretã, Lierança Indígena Kaingang. (*Palmas.*)

Chamo Cleiton Oliveira Martins Javaé, Cacique da Ilha do Bananal, Tocantins. (*Pausa.*)

Parece que não está aqui.

Paulo Henrique Vicente Oliveira, Liderança Indígena Tupiniquim. (*Palmas.*)

Convido a usar a palavra Francinara Soares Martins, Liderança Indígena Baré

A SRª FRANCINARA SOARES MARTINS – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Mesa na presença do Senador Paulo Paim. Quero cumprimentar a todas as lideranças indígenas presentes nesta Comissão e a todos os participantes que estão aqui. Muito obrigada pela presença.

Quero agradecer também à presença dos nossos parceiros, apoiadores, homens, mulheres e jovens.

Eu sou Nara Baré. Estou hoje como Coordenadora-Geral

Eu sou a Nara Baré. Estou hoje como Coordenadora-Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, base da nossa Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, e queremos ressaltar não ter nossa presença aqui somente nesta semana, antecedendo o Acampamento Terra Livre e durante o nosso Acampamento Terra Livre, como também sempre que for necessário termos as portas abertas nesta Casa. Foi a primeira vez em muitos eventos do nosso ATL, Senador, que nós não fomos barrados aqui nesta Casa, que não fomos recebidos com opressão, com truculência, porque todos os anos, no mês de abril, que é o mês da mobilização nacional, que é o mês do nosso Acampamento Terra Livre, que é o mês que fazemos essa grande assembleia aqui no Distrito Federal, em Brasília, nós viemos para conversar, para articular, e nem sempre somos recebidos assim. Quando vocês, autoridades, representantes do povo, chegam em nossos territórios a gente não os recebe com truculência; nós recebemos a todos da forma como a gente também quer ser recebido. Assim nós somos e sempre somos desde o primeiro contato, desde antes da Constituição. E antes da Constituição fomos chamados de selvagens, de nativos, então, a gente percebe uma controvérsia muito grande.

Portanto, estar nesta Casa, estar aqui nesta reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa é dar um espaço a nós que somos defensores, que somos pessoas que defendem os direitos humanos. Porque falar de povos indígenas é falar de vida, e somos defensores da vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, somos 305 povos. Na Amazônia temos uma diversidade não só de povos, como também de diversidade de biomas. E falar da Amazônia é falar de toda essa mega diversidade e falar também dos problemas que estão sendo voltados para nossa Amazônia. Todos os grandes empreendimentos, seja de hidrelétricas, seja de grande mineradoras, porque aqui falamos de mineração de terras indígenas, mas falamos também de garimpos ilegais que estão dentro dos nossos territórios.... E os territórios que podemos citar aqui não são somente os territórios demarcados. Apesar das poucas terras indígenas que estão demarcadas e homologadas, mais de 50% na Amazônia ainda não chegou na totalidade que, de fato, deva ser feita, cumprida a Constituição do nosso País.

Então, falar dos PLs que estão sendo feitos aqui no Congresso, no Senado Federal, nas três esferas, na verdade, para se colocar bem fortemente, é dizer que eles rasgam totalmente a nossa Constituição. Nestes 30 anos da Constituição, uma Constituição na qual os dois artigos – art. 231 e art. 232 – não foram dados para nós, mas foram articulados e a gente acredita que a primeira mobilização foi no período pré Constituinte, quando todos os povos vieram até aqui em Brasília e viram a necessidade e também a existência de outros povos.

Assim, a Constituição Federal é a...

e também a existência de outros povos.

Então, a Constituição Federal é a Lei Magna deste País, e todos essas medidas provisórias, esses projetos de lei, que são contrários aos nossos direitos, violam não só os direitos dos povos indígenas, mas também a Constituição Federal e os direitos dos povos originários deste País e do cidadão brasileiro, porque somos cidadãos.

Então, isso é importante. E o nosso chamado ao acampamento Terra Livre vem muito forte. Chega de trocas injustas!

Foram colocadas aqui, na mesa anterior, várias questões legislativas que estão totalmente contra os nossos direitos. Então, chega de trocas injustas! E nós, que somos defensores de direito, estamos sendo criminalizados, presos, assassinados. Isso não pode mais acontecer!

O Brasil precisa entender e começar também a assimilar que nós existimos e não estamos em tribos, como foi colocado aqui, que nós somos povos, que não éramos índios antes. Foram os ocupantes que chegaram aqui que nos deram essa nomenclatura de índio. Nós somos Tapeba! Nós somos Baré! Nós somos Potiguara! Nós somos Kaxuyana! Nós somos Apurinã! Cada um, com a sua diversidade, com a sua cultura e com o respeito que temos uns com os outros.

Então, essas nomenclaturas fazem com que haja um ato de discriminação e também de diminuição do que somos, da grandeza dos povos dessa terra, da grandeza dos povos originários. Quem mais sofreu com isso primeiramente foram os nossos irmãos que estão no litoral deste País, que foram os primeiros a serem impactados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Acampamento Terra Livre vem muito forte, falando sobre esta questão: chega de trocas injustas. O desenvolvimento que queremos e de que precisamos não é de qualquer jeito. Muitos, nesta Casa, nos Três Poderes, dizem que nós somos um empecilho, que nós somos contra o desenvolvimento. Nós somos contra o desenvolvimento, mas não queremos o desenvolvimento de qualquer jeito. Não queremos esse desenvolvimento que só mata, que é um desenvolvimento que não tem uma comunidade, que só é para si, que é individualista, que só aumenta a ganância do homem e só gera mortes.

Então, esse desenvolvimento não é para a gente. Nosso desenvolvimento é outro: é a nossa autodeterminação muito forte de que estamos falando, enquanto povos indígenas. É a nossa sustentabilidade dentro dos nossos povos.

A gente vem percebendo isso nos últimos anos e sentindo muito forte na pele, porque só vem aumentando cada vez mais essa violação de direitos. Hoje, vemos muito forte a falência total da política indigenista. Isso só vem a comprovar que diminuiu a política de demarcação, ou seja, hoje, não há qualquer demarcação.

Hoje, há uma paralisação total, de falência, da política indigenista e da demarcação dos nossos territórios. Isso só faz com que as nossas crianças, os nossos mais velhos, que estão dentro do nosso território

as nossas crianças, os nossos mais velhos, que estão dentro dos nossos territórios, venham a sofrer com esses impactos de grandes empreendimentos, que cada vez mais vêm dentro dos nossos territórios. Ao entorno dos nossos territórios já está chegando essa problemática, seja na parte do agrotóxico, que o agronegócio vem trazendo muito fortemente para dentro dos nossos territórios... Nós não usamos agrotóxico. A nossa alimentação é saudável. Isso acarreta fortemente na parte cultural, acarreta no nosso modo de viver, acarreta na alimentação e no desenvolvimento das nossas crianças nos nossos territórios...

Então, a gente vem aqui também colocar que esses grandes empreendimentos têm um grande impacto não só a nós, às comunidades indígenas que já estão com contato, mas também – e nós temos o dever de protegê-los – aos nossos irmãos em isolamento voluntário. Os povos indígenas isolados existem; eles precisam de que a gente também os proteja. E a maioria dos povos indígenas isolados estão na Amazônia. Então, na Amazônia, a gente tem esse dever de estar também olhando por eles, protegendo-os, junto com eles. Então, a gente tem essa medida de não estar avançando, mas uma medida de proteção a esses povos.

Se falarmos dos 305 povos e dos empreendimentos que vêm... Por que tocar tanto nesses empreendimentos? Esses empreendimentos não garantem nenhum tipo de sustentabilidade, não respeitam a Convenção 169, sobre o direito à consulta livre, prévia e informada. E a gente vê aí vários retrocessos. Nós também percebemos e sentimos que vários povos não têm os seus territórios demarcados por o Brasil, que é signatário da Convenção 169, não respeitar o direito à consulta livre, prévia e informada e levar o empreendimento sem ao menos respeitar a diversidade daquela população que será afetada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitos dos nossos povos da Amazônia não entendem e não falam português, que também não é uma língua nossa. Então, chegar de qualquer jeito a essas populações ou trazer simplesmente três ou quatro lideranças, isso não é um processo de consulta e nem mesmo uma reunião. Pode ser uma conversa, mas não uma consulta. É preciso haver um esclarecimento junto, respeitando a sua língua materna e o próprio entendimento daquela comunidade. Isso vem trazendo um aumento muito significativo de políticas públicas que não são efetivas não somente para os povos indígenas impactados, como também para todas as populações que estão no entorno, que são impactadas direta e indiretamente – falando dos povos e comunidades tradicionais, falando da sociedade em geral.

Então, a Convenção 169 precisa ser respeitada; o direito à consulta livre, prévia e informada de todos os empreendimentos, não só os de grandes impactos, como também agora os de pequenos impactos, entre aspas. São criadas várias medidas para PCHs que afetam diretamente todos esses povos. Então, a Convenção 169 precisa ser respeitada. E, por o Brasil não estar respeitando isso, vários povos têm feito o seu modo próprio de consulta.

vários povos têm feito o seu modo próprio de consulta. Então, os protocolos de consulta dos povos precisam ser respeitados. O nosso processo de autodemarcação, que é um processo para proteção dos nossos territórios, também precisa ser respeitado. E isso gera tudo; também a autossustentação desses territórios. Então, a gente vem aqui falando sobre... Na verdade, ratificando e enfatizando muito fortemente as medidas judiciais da AGU, como a Portaria 01, que foi colocada, mas nós precisamos cada vez mais repetir para que isso não seja esquecido.

Um outro ponto também que a gente quer colocar aqui é com relação ao nosso Acampamento Terra Livre. Nós hoje estamos iniciando o nosso acampamento; várias delegações estão chegando. No momento em que nós estamos aqui, estamos recebendo... E vamos visitar aqui esta Casa, recebendo também vocês no nosso Acampamento Terra Livre. Mas queremos deixar isto muito claro para todos nós: que os povos indígenas do Brasil existem; nós estamos aqui para um diálogo; mas, quando o diálogo não é respeitado, a gente também vem para o enfrentamento.

E quero dizer que nesse período, na conjuntura que nós estamos vivendo, há várias lideranças que estão também sendo criadas. E a gente vem muito forte falando e respeitando as nossas organizações indígenas, o movimento indígena, que vem representando o direito dos povos indígenas, que vem aqui em defesa dos povos indígenas, em defesa da mãe natureza, em defesa do nosso modo de ser. E nós não vamos permitir que nenhum oportunista venha querer falar contra nós ou falar por nós. A Bancada ruralista vem criando lideranças, vem criando caciques. E a gente se conhece. A articulação dos povos indígenas do Brasil, as organizações que compõem a articulação dos povos indígenas do Brasil, a gente vem muito seriamente aqui em defesa de um Brasil mais indígena, em defesa dos nossos direitos; não em defesa de uma minoria.

Então, com isso, a gente quer agradecer a esta oportunidade e pedir também para que, sempre que falarem dos povos indígenas, lembrarem de todos nós: que nós somos povos, nós não somos tribos; nós somos homens e mulheres, nós somos cidadãos brasileiros e merecemos respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Francinara Soares Martins, liderança indígena baré, que fez um pelo pronunciamento.

Queria chamar para a Mesa o Subprocurador-Geral da República, membro da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão das Populações Indígenas e Minorias – Procuradoria-Geral da República, Sr. Antônio. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo.

Pessoal, nós estamos com um pequeno problema: estão com desespero lá para que eu faça uma fala no plenário. Eu queria combinar com vocês...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Telmário está vindo?

Vou chamar o Robson Haritiana Javaé Araújo, Presidente da Associação da Comunidade Indígena de Canuanã – ACIAC, Ilha do Bananal, Estado do Tocantins, e Secretário Adjunto da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas da UGT.

da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas da UGT.

Está acertado que o Senador Telmário vai vir para cá. Eu vou passar a palavra a você, Robson, porque nós estamos falando aqui para todo o Brasil. Isso é muito importante, nós não estamos falando só para nós mesmos. Então, você fica com o tempo, o Telmário chega e assume aqui a Presidência. Eu vou ao plenário, falo e volto para cá. Tudo bem? Pode ser assim?

Daí, atendo lá também o pessoal que está me cobrando muito, falo e venho para cá. Aí você, a palavra agora é sua, o Telmário chega e continua os trabalhos até eu chegar.

Telmário chega, daí preside. O.k.? Uma salva de palmas a todos aí. Eu vou correr ali enquanto... A palavra é com você.

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – Bom dia a todos. (*Ininteligível.*)

Na minha língua do povo javaé. E queria dizer também que, além de ser javaé, lá da igreja do Bananal, eu sou tuxá também. Meu pai é tuxá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O tempo que eu dei para ele, eu peço ali para o pessoal da técnica, é aquele que está lá. Já combinei com ele, o.k.? Ele é vereador, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – Vereador também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Uma salva de palmas. Se falou tanto aqui em eleger vereador, deputado. Mais outro vereador. Quantos? Vamos dar os nomes aí dos vereadores antes de eu sair, por favor. Aperta o botão aí, acende a luz verde e dá o nome do vereador.

O SR. SANDRO GOMES BARBOSA – Vereador Sandro Gomes Barbosa, lá do Município de Rio Tinto, Potiguara. Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Outro vereador? O.k., pessoal. Vou lá, falo. A palavra é sua, seu tempo está lá. Enquanto isso, eu vou lá e volto.

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – Como mencionei, agradecer a todos. Ao Senador Paim, eu já acompanho esse trabalho do Senador há muitos anos, e de todos os Senadores da Casa. Agradecer primeiramente a Deus, por estar dando essa oportunidade de representar meu povo e os demais povos indígenas do Brasil, no qual eu me sinto honrado e orgulhoso de ser indígena, de ter nascido indígena. Se pudesse, nasceria de novo porque é bom demais.

Agradecer em especial ao nosso presidente Ricardo Patah, do qual eu faço a representação hoje da UGT como indígena. Foi onde nos abriu a porta, mas quem começou nessa questão indígena UGT foi o Idjawala Karaja, que fez um brilhante trabalho em toda a sociedade indígena no Brasil e foi onde abriu as portas na UGT. E, depois, consequentemente o filho dele, o Jawala, que é o nosso secretário. Então, assim, agradecer ao Jawala também, que não pôde estar aqui, mas eu estou aqui representando.

E me sinto honrado. A gente procurou a UGT na época porque a gente passava por um processo dificultoso por tudo porque só viam a questão indígena... Isso é moda no Brasil, ver o indígena como preguiçoso, que não quer fazer nada da vida. Não, o indígena trabalha, o indígena tem o seu dia a dia, o indígena tem o seu sustento. E, com isso aí, a gente buscou a UGT para abrir as portas porque a gente questionava muito seguinte: como é que o indígena tem uma terra, mas ele não tem o direito de pegar um empréstimo, ele não tem o direito a nada.

E é onde eu questiono: até quando essas terras vão ser nossas? Porque lá diz que só o usufruto, é alienável. Eu me preocupo, por ser indígena, por ser pai, por ser filho, por ser irmão. Até quando? Por isso que hoje é necessário termos mais Parlamentares para brigar por nós porque os poucos que temos, como diria, é pouco. Queremos ter mais para poder brigar pelos nossos direitos.

E a UGT, através do nosso presidente, Ricardo Patah, vem brigando muito. Como diria nosso presidente (*Ininteligível.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vem brigando muito, vem, como diria?, foi ele que estava "enchendo o saco" do Senador Paim para poder acontecer esta audiência pública aqui nos Direitos Humanos, abrindo essa porta para a nossa comunidade. Isso para a gente é um privilégio.

Então, através disso, vem abrindo as portas, e a gente está correndo atrás de um projeto de ecoturismo para a nossa região na Ilha do Bananal, porque é um projeto sustentável, é um projeto nosso, é um projeto que vem dar autonomia para o nosso povo. E isso tem nos dado uma alegria muito grande. E ele tem dado essa oportunidade.

E não tem sido fácil. Não tem sido fácil brigar por esses nossos direitos, que de fato, só existem no papel; na prática não existem.

E quero agradecer também, há uma guerreira aqui em Brasília, que sempre briga por nós indígenas do Brasil todo, que é a Sônia Guajajara. Quero deixar um abraço para ela em nome de todos os indígenas do Brasil. Eu venho acompanhando o trabalho dela.

E aí, vendo a importância do Acampamento Terra Livre (ATL), que agora está acontecendo, já vim a vários, dos quais já participei. Inclusive participei aqui como tuxá e participei como javaé. Eu sempre brinco que sou índio duas vezes, não é? Então é bom ter esse lado tocantinense e o lado baiano, que correm nas veias. Mas acima de tudo, ser indígena.

E quando comecei nesse movimento indígena, eu me perguntei se eu queria ser político. Não, não queria. Foi a necessidade. Hoje eu tento dar o meu melhor, porque eu vejo o tanto que somos massacrados. Está aqui o nosso parente também, que é Vereador e sabe das demandas, da dificuldade que é ser. Como Vereador, não tem muito o que fazer, mas o muito que fazemos se torna às vezes mais que um Deputado na nossa região. E não é fácil. Me orgulho muito de todo o trabalho que eu venho fazendo. Eu sei que é pouco, mas eu venho buscando poder fazer mais.

E aí eu peguei e fiz uma carta dos programas que eu fiz com a UGT. Eu vou lê-la aqui para vocês:

> Falo hoje aqui como trabalhador, representando uma organização de trabalhadores, a UGT, União Geral dos Trabalhadores, da qual sou secretário-adjunto dos povos indígenas, do povo Javaé.
> Os povos indígenas, habitantes originários do nosso País, são grandes personagens insensíveis de nossa história. Ontem escravizados pelos colonizadores, foram exterminados por desbravadores de nossas selvas.
> Hoje ameaçados de extinção, têm as suas terras invadidas por predadores do meio ambiente e são discriminados pelo preconceito de quem os considera seres inúteis, inimigos do progresso.
> A conquista da América foi palco de um grande genocídio, talvez o maior da História. E continua sendo. Se a palavra genocídio foi alguma vez aplicada com precisão a um acaso, então esse, já que estamos falando de uma diminuição drástica da população indígena,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> estimada em 70 milhões de seres humanos. Nenhum dos grandes massacres do século XX pode se comparar a isso. Essa tem sido nossa realidade.
> Além disso, quase tudo que se sabe da história dos povos indígenas é pela versão dos vencedores. Conhecemos essa história. Conhecemos essa realidade na própria pele. Aqui

essa história, conhecemos essa realidade na própria pele.

Aqui, neste momento, além de compartilhar as informações que permeiam este cenário, quero trazer para este debate uma proposta de criarmos um outro cenário para os povos indígenas, qual seja de promotores de nosso próprio desenvolvimento e, consequentemente, construtores de nossa própria história.

Nossa proposta está sedimentada na confiança, no compromisso, porque sabemos o quanto podemos contribuir face aos desafios que temos pela frente, quais sejam de preservar nossas florestas, água e garantir a biodiversidade que se encontra ameaçada e, com isso, minimizar os impactos das mudanças climáticas. E digo isto, porque os povos indígenas são vistos como um obstáculo ao modelo nacional desenvolvimentista. Não estamos incluídos nesse projeto.

Nesse modelo, as terras, águas, matas, ar, biodiversidade e minerais estão subordinados à logística produtivista, âncora do crescimento econômico. Na medida em que os povos indígenas ocupam os territórios onde se encontram, os recursos vicinais para os modelos devem ser removidos.

O próprio Governo brasileiro está articulando o empenho em ampliar o acesso, o controle e a exploração dos territórios indígenas, quilombolas, dos pescadores artesanais, dos camponeses, dos ribeirinhos e outros grupos e, para conseguir isto, adotou uma estratégia com foco em três pontos: inviabilizar, impedir o reconhecimento e a demarcação das terras indígenas; rever procedimentos de demarcação de terras indígenas já finalizados; invadir, explorar e mercantilizar as terras demarcadas que estão na posse e sendo preservadas pelos povos indígenas, pelos quilombolas e por outros grupos tradicionais.

Contrariando os promotores da destruição, queremos propor a construção de um desenvolvimento em outras bases, um desenvolvimento que seja inclusivo, com foco no ser humano, não só na Capital. Queremos deixar claro que somente as comunidades nativas conhecem muito bem as características ecológicas do meio natural em seu limite de saturação. Por isso, no início, falei sobre a possibilidade de os indígenas serem os promotores de seu próprio desenvolvimento, diga-se de passagem, de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Por isso, é importante questionar as regras, dogmas desse modelo de desenvolvimento de que somos obrigados a participar para construirmos nossa própria realidade, para sermos os protagonistas da nossa história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pessoas buscam nesse momento uma reconexão com a natureza e o resgate do impacto que o próprio ser humano gerou sobre o Planeta e isto os povos indígenas sempre fizeram. Nós somos guardiões da floresta, da água, da natureza como um todo.

Senador Paim, o Brasil tem um potencial, Senador Telmário, desculpa, Senador, o Brasil tem um potencial gigantesco na área de ecoturismo. Essa atividade

o Brasil tem um potencial gigantesco na área do ecoturismo. Essa atividade, diferentemente de outros países, é incipiente. No final do mês de março, eu participei de um debate convocado pela CBN no Estado de Tocantins, que promoveu um debate sobre ecoturismo. O Tocantins hoje tem um potencial muito grande para o turismo – hoje está passando na novela.

Há uma região chamada... (*Pausa.*)

Não me recordo aqui, mas é uma região que vem chamando muito turista, uma região próxima a Palmas. A Ilha do Bananal também tem um potencial muito grande, mas foi esquecida.

Mas temos entrado com um projeto... (*Pausa.*)

Me lembrei agora, Jalapão. Ele tem passado na novela, é um lugar muito bonito e tem levado bastante turistas.

Mas a região da Ilha do Bananal está sendo pouco explorada na questão turística. É onde estamos entrando com um projeto. Lá há essa frente para gerar vários empregos em preservação ambiental em nossa região. É um projeto que vem agregar e somar. Então, tem tido um processo muito amplo nesse sentido, Senador.

O Brasil compõe 11% do PIB mundial, mas só 4% desses são do turismo. O Brasil dispõe de 20% da biodiversidade do planeta. Isso nos permite crescer mundialmente. Nos Estados Unidos, 307 milhões de pessoas visitam os parques nacionais ao ano. Já no Brasil temos apenas 10,7 milhões de visitantes/ano. Portanto, vemos que o ecoturismo pode garantir empregos e dinamizar a produção local.

Os indígenas, através de sua participação ativa, podem dar parâmetros de sustentabilidade à atividade turística. Só assim, os povos indígenas, igualmente as gerações futuras, poderão ser beneficiários desse desenvolvimento.

Até aqui os povos nativos têm sido descartados desse processo, aumentando cada vez mais o índice de pobreza e marginalidade, sobretudo na faixa tropical do planeta, onde a riqueza e a diversidade de atrativos turísticos são extraordinários.

Por fim, não podemos aceitar que o desenvolvimento seja feito a qualquer custo, especialmente quando o custo são os direitos humanos e direitos dos povos indígenas.

Senador Telmário, eu já lhe acompanho há alguns anos. Sei da sua luta, da sua briga pelos povos indígenas e lhe admiro. Eu sempre estou assistindo a TV Senado, acompanho a nossa política brasileira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR. *Fora do microfone*.) – Primeiro fui vereador.

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – Primeiro, foi vereador. Eu fiquei sabendo. Conheci uma grande amiga sua lá da região, e ela me falou um pouco da sua história. O senhor andava em cima de um carrinho de som na rua, divulgando. Admiro o senhor por esse trabalho e e pela dedicação que tem feito ao nosso povo...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado.

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – Telmário, eu também gostaria de falar, como o senhor mencionou há pouco, sobre a questão de que o recurso da saúde indígena não chega.

Realmente, na nossa região está a mesma situação. O carro, por exemplo... O KM do carro é absurdamente cobrado, mais do que um caminhão, e aí tem que parar.

Muitos indígenas acabam morrendo. Os remédios não chegam. E aí, o que está acontecendo? No papel a nossa saúde é muito bonita, a educação é diferenciada, de qualidade. Beleza.

Um questionamento que eu faço, Telmário: Foi mencionado aqui que o atual Presidente Michel Temer não demarcou uma terra indígena...

que o atual Presidente Michel Temer não demarcou uma terra indígena.

É engraçado. Muitos questionam, batem na mesa, como o Bolsonaro, dizendo: Pra que tanta terra para poucos indígenas? Aí, eu questiono: Pra que muitas terras para um fazendeiro? Pra quê? Ninguém questiona isso. Ninguém fala disso.

Quer dizer: um fazendeiro, com uma família, pode ter vários hectares. Que lindo! Que justiça vivemos neste País! Como é que nós, originários desta terra, que fomos escravizados, estuprados, massacrados, não somos donos da terra? Nós não somos donos da terra! Nós vivemos de favor, como mendigos, nesta terra! Como é que pode sermos originários e agora que estarmos sendo reconhecidos como gente? Porque, até tempos atrás, lembro-me de um livro, dizendo que, quando os portugueses chegaram aqui, não existia gente, só existiam índios.

Nós éramos comparados – e somos até hoje – a bichos, só que isso está mudando, porque há muita gente se qualificando, se formando, se fortalecendo, porque estamos unindo-nos cada dia mais. Isso me orgulha. Orgulho-me de ser índio.

Então, o Brasil, hoje, está mudando. Ele precisa mudar. Precisamos lutar a cada dia, porque, se resistimos até hoje, se não conseguiram matar a todos nós, não vão mais fazê-lo, porque não vamos aceitar isso.

Então, é isso: a cada dia que acordo, a cada dia que lembro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – (...) que meu filho está ali, precisando, sabendo que vai ter uma terra, sabendo que precisa trabalha, isso é o que me fortalece, porque, se olharmos para a nossa região, cadê o peixe, cadê a caça? Não dá mais para viver disso, porque acabou! É igual à teoria de que a Samanta falou: ser índio não é só andar de cocar, andar pelado não! Quer dizer que vou deixar de ser índio se eu usar uma roupa boa, se eu usar um celular?

O brasileiro, quando vai aos Estados Unidos, deixa de ser brasileiro? Não deixa! Por que o índio vai deixar de ser índio? Por que tem um ideologia de se vestir, de trabalhar, de ter...? Não! Ser índio corre nas veias! Ser índio é ser natural.

Aí, questionam: Por que vivemos em um País de corrupção? Quem chegou aqui? Quem foram os portugueses que chegaram aqui? Foram ladrões! Foram estupradores! Só vieram os piores corruptos, que mandaram para o nosso Estado. E o que fizeram? Fizeram a escravidão no nosso País do nosso povo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – Coitados dos meus parentes, de que pertenço, tuxás, pataxós e de todas as etnias do litoral, que foram o povo mais massacrado! Muitos não têm o cabelinho liso, não tem a aparência, mas resistiu! Está lá! Briga! É fácil suportar todo o processo de genocídio que aconteceu na região? De massacre? Tudo de ruim aconteceu no litoral brasileiro.

O restante se refugiou no norte do Brasil. É por isso que houve uma preservação maior! Só por isso! Mas eu admiro os nossos indígenas, os nossos parentes do Nordeste, porque foram os que sofreram estupro, morte e todo tipo de genocídio que se possa imaginar!

Então, é muito fácil criticar, mas vivenciar a realidade é diferente! Senador, muito obrigado por V. Exª nos estar defendendo, estar brigando pelo nosso povo. Eu me orgulho de ter... Como diria? Todos nós temos sangue indígena.

Foram feitos uns estudos. Todo brasileiro tem sangue indígena. Quando muitos criticam o indígena, onde estudei agora, em Goiânia, na Universidade Federal, onde me formei como (...)

no qual eu estudei em Goiânia agora, na Universidade Federal, em que me formei em Ciência da Natureza, muitos não gostavam de indígena, nos criticavam lá. Aí, quando ia ser monitor, quando fala mal de índio, não aceita mais. Ele falou: moço, o sistema é de muita dificuldade. Só que eu não sabia. Eu via o que a mídia falava. Eu via que o índio é selvagem, que o índio é bruto, tudo de ruim. Mas, quando passa a vivenciar no dia a dia, sabe que o índio é maravilho. Há dificuldade. Mas está ali, não reclama. Está cuidando dos seus filhos, está trabalhando.

Só que existe uma qualidade no índio: ele não pensa em desmatar, em acabar, em ter ganho. O índio é humilde. O índio tem a simplicidade de viver o hoje. O amanhã a Deus pertence.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se essas terras todas estivessem na mão do indígena, o Brasil hoje seria rico de fauna, de flora.

O que estão fazendo com o nosso País? Mas tudo bem. Vamos vencer, porque, desde quando nascemos, há dificuldade. E não vamos desistir nunca.

Agradeço a todos os presentes. Senador, e me orgulha muito estar aqui hoje.

Queria falar um pouco do que aconteceu na minha região, lá na Aldeia Canuanã, com o povo javaé e com os nossos irmãos carajás, do outro lado do Rio Araguaia.

Há seis anos mais ou menos, sete anos atrás, começou um índice muito grande de suicídio na região.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – Chegamos ao todo na faixa de 38 mortes por suicídio.

Na época, eu estava começando na Associação e pensei: meu Deus, Senhor, me ajuda, o que eu posso fazer pelo meu povo? O que eu posso clamar? O índice era muito grande até quando começou, na minha família, com um primo meu. Acabei pegando ele quando estava no ato do enforcamento. Fui lá, consegui pegar e salvar. Naquele dia, eu chorei muito e fiquei revoltado com aquilo. O que eu poderia fazer? Porque eu não podia esperar os órgãos públicos. Mas eu poderia fazer algo.

Mas eu pensei e falei: existem duas coisas de que o meu povo gosta muito e a comunidade de um modo geral. São elas: futebol, festa cultural, evento à noite, festa dançante. Pensei: eu vou fazer. Eu não tinha nenhum centavo, mas eu tinha vontade. Corri atrás de parceiros. A UGT nos ajudou muito nesse evento que chamamos de Sete de Setembro, que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – ... é a independência dos povos indígenas.

Lá, Senador, fizemos o primeiro evento com a cara e a coragem. Levamos quatro mil indígenas. A cada ano, vem aumentando. Hoje estamos em sete mil indígenas e não indígenas. É uma festa intercultural, que fizemos todos os anos, na Ilha do Bananal, na Aldeia Canuanã. Fizemos o evento cultural, o futebol e o *show* à noite. Colocamos um palco grande, porque muitas crianças do nosso povo têm vontade de ver um cantor famoso, têm vontade de sonhar. Isso começou e acabou com as mortes na nossa região, porque, todo ano, um fiscalizada o outro. Opa, não posso me suicidar porque eu quero ver o show, eu quero ver meus parentes que há muitos não via.

Isso aí começou a fazer uma revolução muito grande. Então, todo ano esse evento é esperado lá na nossa região. E, graças a Deus, chegamos, na nossa região, a zero de suicídio. Acabou.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBSON HARITIANA JAVAÉ ARAÚJO – Então, eu tinha de fazer algo. Mas todo ano, há dificuldade de arrumar patrocínio, de correr atrás. Não é fácil. Mas me orgulho porque Deus me deu a sabedoria. Sempre digo que Deus é o Pai de todos. E Deus me abençoou com a chegada dessa mortalidade a zero. Temos problemas, sim. De fato, não acabaram. Mas diminuímos.

De fato não acabou, mas diminuímos. E esperamos até hoje, de Deputados e Senadores lá, uma Emenda parlamentar para fazer um campo de futebol. E até hoje nunca chegou. Todo ano a promessa, todo ano... Mas eu venho correndo atrás e não desisto nunca. Como eles falam, sou brasileiro e sou índio, que é mais ainda.

E agradecer a vocês dois, Senador Paim, Senador Telmário e ao Senador Vicentinho também do Estado do Tocantins, que é um Senador atuante para a questão indígena. Não deixar de lembrar também ao Senador que vem batalhando pela nossa população, um defensor dos nossos direitos.

E no mais, agradecer. Agradecer a todos, estou à disposição e venho lutando. Não é fácil ser Vereador não, viu? Estou falando, e eu sempre digo que Vereador é primo primeiro de cachorro, porque, meu Deus do céu, a dificuldade é monstra! Mas tudo bem, a gente não desiste não, viu?

Um abraço a todos. Fiquem com Deus. Tchau.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixa só eu cumprimentar o Robson, porque eu pedi: Robson, eu preciso em torno de 20 minutos. Tu segura?

Ele disse: Pode ir que eu seguro, Senador.

Aí o Telmário já chegou.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Tu te esqueceu de um detalhe, que o Robson ele é baiano, ele tem um pouquinho de sangue baiano. E baiano fala pelos cotovelos, que eu morei 14 anos na Bahia.

Quando eu ouvi ele falando o Robson já saiu da parte indígena, já saiu dos tocantinenses, ele já está só...

Mas eu não sei se o João Pedro já foi anunciado aqui, o João, ex-Deputado, Presidente da Funai, ex-Senador... É um homem, um indigenista, amazonense, da minha terra natal, porque o Amazonas era a nossa terra mãe, e a minha bisavó, que é a vovó Quitéria que era indígena, eu estava até falando agora aqui para a Francinara, ela era ali do Amazonas. Inclusive eu estou pegando o registro dela indígena, que ainda é do Rondon. Aí eu vou fazer essa cadeia de registo para poder ter o meu, para me aposentar mais rápido.

Mas, olha, eu quero aqui saldar a todos, mais uma vez, e dizer que eu estava aqui nessa interinidade e quis convidar o Senador Paulo Paim para assumir a Presidência e chamar o nosso próximo convidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deu para fazer a fala e voltar em tempo. Então, de imediato, Alberto Terena, Coordenador-Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Apib.

O SR. ALBERTO TERENA – Em nome aqui do Senador Telmário Mota, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, quero cumprimentar a Mesa. E também, em nome das lideranças, cumprimentar o nosso povo indígena aqui presente.

Eu creio que não deixa de ser importante um momento deste, desta Comissão de Direitos Humanos, onde se traz à pauta a questão indígena, do direito territorial, o direito adquirido pelos povos indígenas dentro do nosso País. Infelizmente ainda a gente vem aí repetindo aquilo que a gente, em anos anteriores, numa mesma comissão, vem falando a respeito. Como é que nós vamos sonhar, como que nós vamos sonhar dizendo: Nós queremos isso, queremos aquilo para os nossos territórios, se nós não temos ainda esse território de direito?

Então é complicado você sonhar para a futura geração

Então, é complicado você sonhar algo para as futuras gerações se você ainda não tem direitos sobre aquilo que você teria que ter. Aqui já se falou em direito originário sobre a terra, direito que nós temos e que a Constituição do nosso País, que é a lei maior que rege este País, deveria só dizer: "Vamos reconhecer as terras dos povos indígenas deste País. Vamos começar a demarcar. Vamos fazer isso melhorar a questão fundiária". Não existe isso. É só cumprir o que está na Constituição do nosso País. Eu tenho dito que aquilo que está acontecendo na Câmara dos Deputado está trazendo várias situações para que as demarcações de terras não aconteçam. Isso é um retrocesso para essa discussão da questão demarcatória do nosso território. É o desmonte da Funai no que se refere à questão de se ter uma estrutura para que se dê condições para que os funcionários se dirijam até essas terras para que possam ser feitos os levantamento necessários e haja efetividade nas demarcações de nossas áreas.

Então, como é que nós vamos conversar? Como é que nós vamos continuar sentados nesta mesa, quando a gente vê a cada dia nossos direitos sendo atropelados neste País? Será que nós vamos continuar marcando os nossos territórios com o nosso sangue, com o sangue dos nossos jovens? Será que vamos continuar vendo, no nosso País, índios, à beira das estradas, continuando a ser atropelados? Isso não é possível, Senador! Não dá para a gente continuar assim. Anos atrás, nós ficamos durante um ano, um ano sentados à mesa e dizendo: "Agora nós vamos resolver o problema territorial e ele vai ser um modelo para este País". Aconteceu isso? Não aconteceu! Nós estamos aqui, eu estou aqui, e o que está acontecendo? As reintegrações de posse, com o povo todo aflito. Isso porque, nas reintegrações de posse, a bala não é de festim, não é aquela bala de borracha, não! É bala que mata, que está matando, que continua matando, massacrando. Então, nós estamos sendo mortos pelo Estado, pelos jagunços. E o Estado está a assistir isso, o que é um retrocesso, porque não quer garantir ... Não dá mais! A gente fica sem saber agora para aonde a gente vai, aonde a gente vai discutir isso. É internacionalmente? Aí vêm os Deputados da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancada ruralista e dizem: "Eles estão lá fora denunciando". Mas nós vamos denunciar mesmo. O que está acontecendo dentro deste País é que não querem reconhecer os nossos direitos. Nosso direitos não foram adquiridos com palmas, não! Não foram adquiridos com palmas. Foi o movimento indígena deste País que conseguiu assegurar os dois artigos que nós temos na nossa Constituição. E ainda estamos continuando a pagar caro. As nossas lideranças estão ... Aquilo que nós estamos tendo que fazer

vendo a nossa liderança sendo assassinada, sendo presa em vários Estados do nosso País onde existe a questão territorial para ser demarcada.

Aí vamos pensar sobre a mineração. Vamos trazer grupos de indígena aqui para dizer sobre como nós vamos fazer o financiamento da agricultura e tudo mais. Não é assim, gente. Vamos pensar um pouco. Vamos parar. Essa bancada ruralista, vamos parar com isso. Vamos parar com isso. Não vai ser desse jeito, não; não vai ser, não. Nós não vamos aceitar nunca esta forma que estão sendo atacados os nossos povos.

A negociação de Presidência da Funai, nós não vamos aceitar de maneira alguma. Poxa, é a mesma coisa de colocar a raposa para cuidar dos galinheiros. Não dá. É você colocar lá pessoas não têm nenhum interesse em relação a querer dar o encaminhamento desses direitos adquiridos do nosso povo. É o que está acontecendo, cacique. Para onde a gente vai correr.

Está aqui a Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim. São pessoas que estão ao nosso lado defendendo, mas, olha, nós estamos em pleno século XXI, 2018. Há quantos anos já se faz? O Dr. Maurício disse: estamos aí comemorando 30 anos desta Constituição. Agora, a gente ouve na mesa aqui dizendo: "Não, nós temos que fazer isto para ver se a gente encaminha esse processo aqui." De maneira alguma. Não vamos encaminhar nada. Vamos fazer o que está dentro da Constituição. Vamos fazer o que está dentro da Constituição, poxa, para que nos garanta aos nossos povos – 305, dentro do nosso País – a dignidade de vivermos em paz.

Enquanto não resolver a situação territorial do nosso País, nós não vamos viver em paz, nós não vamos, como liderança, dentro das nossas comunidades. Nós temos que dormir e pensar o que vai acontecer. Será que eles estão planejando a reintegração de posse? Será que eles estão lá já pensando naquela exploração de minérios? Será que eles estão pensando... É todo um território nosso que deve ser pensado por nós. Somos nós que vivemos dentro desses territórios e nós os queremos, se não estão conosco, de volta. É o mínimo que este Estado brasileiro deve – e precisa – fazer por nós. Nós aqui, como liderança indígena, que sofremos na pele respondendo processo, tendo que sentar diante de uma CPI, pessoas acusando, tentando deslegitimar o próprio índio, o seu direito originário. Onde que nós estamos, então? Nós não estamos neste País onde existiam mais de cinco milhões de povos indígenas, aí dizerem: "O índio não precisa de terra. Aqui não pertence a você." Não, não é assim. Não é assim. Não vamos continuar nessa linha, não. Vamos pensar.

Há necessidade de resolver o problema que está ali dentro dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois artigos da nossa Constituição. O Estado brasileiro tem cinco anos, após a Constituição, para demarcar as terras indígenas. Enquanto não, nós teremos a dificuldade da educação, porque, se nós estivermos em uma retomada, você não tem o direito da escola, você não tem direito à saúde, você não tem direito a nada porque este País não quer reconhecer, este Estado brasileiro não quer reconhecer o território dos povos indígenas.

Então, eu quero aqui trazer mais esta situação: como nós vamos fazer com quê? Com quem nós vamos continuar sentando? É com a Bancada ruralista, que só olha o agronegócio?. "Agro é pop, agro é tudo." Agro é uma desgraça, porque o Brasil é um dos países que mais consome agrotóxicos. É uma desgraça para a humanidade, uma vez que não se pensa naquela pessoa que vai comer, mas se pensa, sim, no lucro quando ela vai consumir, enquanto os territórios indígenas são as áreas de maiores preservações dentro deste País. (*Palmas.*)

Quero dizer que estou aqui, um pouco, desabafando para o meu País, para o meu Estado de Mato Grosso do Sul, como cidadão – como cidadão! – deste País. Nós temos o direito de viver, mas nós não temos também o dever de sentar com pessoas que só olham para um lado. Nós queremos sentar, sim, com pessoas que olhem e respeitem a diferença e saibam olhar para este mundo e para este País onde nós vivemos. Se nós queremos viver assim, é porque nós queremos. Não são grupos de pessoas que virão dizer para nós: "Vocês não devem ou vocês tem que fazer isso ou aquilo". De maneira alguma! É a maneira nossa. A Constituição está aí, o direito social garantido.

Então, por que nós vamos continuar, Senador – mais uma vez eu digo, não é? –, batendo na mesma tecla, anos após anos? Aí, quando o índio vem para cima, eles dizem: "Aí, ó, o que eles estão aprontando novamente?". Nos deem o direito então! Nos deem o direito então, que nós vamos viver em paz. É o que mais nós queremos: sonhar de ter essa dignidade dessa educação escolar indígena diferenciada, de uma saúde de qualidade para o nosso povo.

Eu quero aqui, neste desabafo – mais um desabafo – para o meu Estado brasileiro juntamente com o meu Estado de Mato Grosso do Sul, dizer que nós temos direito de vivermos em paz dentro deste País.

Que continue, Senador, nesta batalha que não é fácil! Nunca foi fácil para nós: são mais de 1,5 mil anos tendo que perder vidas para continuarmos a nossa caminhada. E o Brasil optou por isso e está querendo continuar optando. Se ele continuar a ir, será lançando essas PECs, lançando essas PECs ameaçadoras, não querendo caminhar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALBERTO TERENA – ... para uma solução de problema, mas querendo dar continuidade num problema

que não é nosso, indígena, é do Estado brasileiro. É o Estado brasileiro que tem que resolver isso. É o Estado brasileiro que tem que resolver isso. Infelizmente, nós estamos aí pagando com as nossas vidas.

O meu muito obrigado, e que Deus abençoe a todos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Os meus cumprimentos ao Alberto Terena, Coordenador Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que fez aqui um desabafo verdadeiro. Ele demonstrou todas as suas preocupações e quer saber, afinal, quem vai resolver essa questão, porque só fazer audiência pública não resolve, por mais que a gente faça essa colaboração.

Sua fala foi disciplinada – ficou bem no tempo –: falou tudo e falou no tempo de 15 minutos.

Eu passo a palavra agora para Kretã Kaingang, liderança indígena kaingang.

O SR. KRETÃ KAINGANG – Oi.

Então, eu quero cumprimentar todos e cumprimentar o Senador Paulo Paim.

A minha fala eu quero falar para os brasileiros. Vou olhar direto para a câmera.

Vocês, na Constituição brasileira, têm dentro os artigos – entre 230 e 250 artigos –, e nós temos 2. A todo momento esta Casa muda os artigos para os interesses econômicos, para os interesses particulares de quem quer usurpar o Estado brasileiro. Nós só temos dois artigos lá dentro, porque nossos avós construíram, assim como os avós da sociedade brasileira também construíram. Por esses dois artigos nós somos capazes de morrer e dar as nossas vidas. E vocês têm uma Constituição inteira de direitos e vocês não defendem. Mas nós os indígenas somos capazes de dar nossas próprias vidas por dois artigos: o 231 e o 232! (*Palmas.*)

Dentro de cada fala aqui, que eu analisei, eu quero falar uma fala que é uma fala presente dentro do Estado brasileiro e dentro dos três Poderes – o Legislativo, o Executivo e o Judiciário –, que é uma fala racista e preconceituosa com qualquer sociedade que não seja aquela sociedade, a sociedade da Bancada BBB, que nós chamamos, que é do boi, da bala e da Bíblia, e da Bancada empresarial que tem dentro deste Congresso Nacional.

Eu venho de uma região que é a única Região que é um país lá dentro. Eu venho de uma Região que é a única região europeia hoje no Estado brasileiro, a única região racista e preconceituosa que é a Região Sul. Eu quero falar isso para vocês se atentarem do momento político que nós estamos passando. O Deputado que fez o discurso de que índio, negro, quilombola e *gay* é tudo que não presta foi o Deputado mais votado no Rio Grande do Sul – e quem é do Rio Grande do Sul me confirme aqui.

Hoje,

Hoje, os principais adversários políticos do movimento indígena, e que lideram essa Bancada ruralista aqui dentro, ou saíram da Região Sul, ou são descendentes da Região Sul, que se instalaram em Mato Grosso do Sul e que estão se instalando em todas as Regiões no Brasil, conforme eles chamam, "a última fronteira agrícola".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, há anos, na Região Sul, temos lutado e temos sobrevivido a todos esses ataques. Ataques de genocídio, que a história conta, lá da nossa Região, da Região Sul. Por várias vezes tentaram exterminar... A história conta que nós fomos a tentativa de extermínio dos povos indígenas da Região Sul, através dessa Europa instalada na minha Região. Os portugueses foram extintos. Ficaram só os coronéis, que são os que usurpam o Estado brasileiro. O Sul, não. O Sul é uma Europa. Ou lá você é negro, ou lá você é índio, ou você é alemão, ou você é italiano. Lá não se mistura.

Nós só não fomos extintos, na Região Sul, e não fomos totalmente miscigenados por causa do preconceito que nós sofremos lá dentro, do racismo. Senão, nós teríamos sido extintos sim, porque o projeto de extinção dos povos indígenas da Região Sul seria através da miscigenação. Quando não conseguiram pelo genocídio, foi através da miscigenação.

E isso tem-se instalado dentro desta Casa, através de discursos racistas e preconceituosos dentro desta Casa, assim como dentro do Supremo Tribunal Federal, quando então o Ministro Gilmar Mendes falou que ele, sim, ministro, entende o que é índio no Brasil, porque ele andou de bicicleta com os indígenas, durante a juventude dele. Então, ele que entende de índio. Ele que sabe quem é índio e quem não é índio.

Do Legislativo nós não temos o que falar. A todo momento, quem lidera esses grupos de ação contra indígenas vieram de nossas Regiões. Isso para que fique bem claro para vocês o que nós sofremos na Região e como isso tem-se instalado nas estâncias.

Não é só uma questão de luta pela terra. Vocês sabem que essas falas preconceituosas têm avançado dentro do Estado brasileiro. O racismo, não só conosco, os indígenas, mas com vários tem acontecido. Esse racismo, como eu digo...

Hoje, o momento político no Estado brasileiro está bem dividido: ou você é do poder, que é o poder do dinheiro, ou você é do outro lado, porque somos nós, a sociedade pluriétnica do Estado brasileiro, que estamos de um lado, e o capital, do outro lado, e esses dois não se bicam. E nunca vão se bicar. Nunca vão cruzar entre os outros, porque os interesses, principalmente pelo lado do interesse econômico, é maior do que o interesse pelo nosso, que é a nossa terra, é o nosso direito originário. E direito originário não prescreve na Constituição e na Convenção 69.

Nós não podemos aceitar. Nós, nações indígenas. Nós não somos povos indígenas. Nós somos nações. A minha nação é kaingang. Eu tenho uma nação. Eu sou de um povo. Nação guarani e nação de qualquer outro povo. Nós vivemos entre nações.

Isso aqui que eu quero falar é para nós analisarmos o momento que está se passando hoje. Eles perderam poder por um determinado tempo, mas eles nunca se conformaram em voltar novamente para esse poder, e eles retornaram ao poder da maneira mais suja que um Estado brasileiro poderia fazer. Um Estado que é dividido entre o pluriétnico e o econômico, que vem, através desse econômico, sujo, através de golpe, que foi um golpe à sociedade brasileira, à sociedade pluriétnica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quantas vezes, quando nós entramos em lugares em que as pessoas olhavam para nós, com cara de nojo... Não só para nós, indígenas, mas para qualquer outra sociedade que pôde passar por dentro de Brasília, dentro de aviões, lugar que era só para a elite andar. Avião não foi feito para nós. Mas tivemos que dividir o mesmo espaço com eles, e nós vemos a cara de nojo, porque o País, o Estado brasileiro, essa elite, a elite dominante, é racista. E nós temos que atentar para esse momento atual que nós estamos passando, porque esses discursos têm influenciado. Eu falo disso, sobre a questão do preconceito do racismo, porque eu vivo isso no dia a dia.

Nós tivemos, nesses últimos três anos, duas perdas por racismo, e uma em que foi amputada a mão da mãe da Cacique Kerexú. Foi amputada a mão dela, por preconceito e racismo.

Tivemos o Vítor Kaingang, de três aninhos, que foi degolado quando estava sendo amamentado pela mãe, numa rodoviária, em Santa Catarina.

Tivemos o Namblá Xoclengue, que foi morto a pauladas, covardemente, em Santa Catarina também.

O que é que a polícia alega? O que é que o Judiciário alega?

(*Soa a campainha.*)

O SR. KRETÃ KAINGANG – Que são crimes... Como é que eles chamam? Crime comum. Crime comum.

As pessoas que estiveram próximas desses crimes falaram: "Não mata o índio! Não mata o índio!" Então eles sabiam, sim, que era um índio que eles iriam matar, porque, quando o Vítor Kaingang, de três aninhos, morreu, várias crianças estavam dentro da rodoviária. Várias pessoas estavam dentro da rodoviária. Por que é que justamente foi o Vítor Kaingang, de três aninhos? Porque ele é indígena?

E esse preconceito racial é, hoje, institucionalizado. Por quê? Porque ele está nos três Poderes hoje, que são os três Poderes que comandam o Estado brasileiro. Ele está nos três.

Então, se há 518 anos o Brasil não foi descoberto e foi invadido pelos portugueses, hoje o Estado brasileiro foi descoberto. Hoje, ninguém mais se preocupa com essa questão de... "Vou receber processo por preconceito, vou receber processo por racismo...".

Quero deixar um recado para o Bolsonaro: você tem ameaçado nossos povos. Você falou que não vai demarcar um palmo de terra se você for Presidente. Você vem dessa mesma Bancada racista, preconceituosa, mas eu quero convocar

a cada um que estiver aqui, a cada um de vocês, para nós não aceitarmos mais reintegração de posse, não importa o Estado que for.

Nós precisamos nos unir e garantir o direito originário à terra, porque o direito originário só vai prescrever a partir da hora em que nós pararmos de lutar, porque, se unirmos as nações e não aceitarmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma reintegração de posse, nós, em 10 mil, 5 mil, mesmo que venha o Exército, vamos resistir. Nós não temos escolha, ou é essa divisão do agronegócio, das empresas, ou somos nós do outro lado, que é o Estado brasileiro, que é um país pluriétnico. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Kretã Kaingang, que também ficou no tempo ajustado, liderança indígena kaingang.

Vamos para Paulo Henrique Vicente Oliveira, liderança indígena tupiniquim.

O SR. PAULO HENRIQUE VICENTE OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas. Bom dia aos parentes e às parentes que estão aqui presentes. João Pedro, é um prazer revê-lo. Cumprimento a Mesa aqui no nome do Senador Paulo Paim.

Meu parente Kretã, quero usar a frase utilizada por Renato Russo numa de suas músicas: "Que País é esse?" Depois dessa fala forte do meu parente Kretã, é a realidade que todos os povos indígenas vivem hoje neste País.

Eu poderia muito bem aqui fazer um contexto histórico, mas esse contexto já foi feito por vários outros parentes.

Não me apresentei. Meu nome é Paulo Tupiniquim. Agora estou na dúvida se eu sou Paulo Tupiniquim mesmo, porque ontem, quando eu estava no hotel, saindo para almoçar, havia uma senhora que ia entrando. Eu escutei o finalzinho da fala dela dizendo: "Tupiniquim e tupinambá foram todos extintos." Eu falei: oxe, a mulher acabou de me matar. Então, o que eu estou fazendo aqui?

Mas eu sou tupiniquim do Estado do Espírito Santo e estou na Coordenação-Geral da Apoinme (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minhas Gerais e Espírito Santo), que é também uma organização de base da Apib. Temos a responsabilidade de representar mais de 60 povos indígenas nessas regiões, na região nordeste e leste, uma população de mais de 70 mil indígenas. Então, é uma população muito grande a que temos essa responsabilidade de representar, de articular e de defender, não é só a população do nordeste e do leste do Brasil, mas toda a população indígena deste Estado brasileiro. Temos essa responsabilidade.

Conforme a nossa parente Nara falou, são as legítimas lideranças que vêm aqui defender os direitos dos povos indígenas;não aquelas lideranças que são cooptadas e que vêm aqui defender interesses de agronegócio, interesses de empresas, interesses de políticos. Nós estamos aqui para defender o verdadeiro interesse desses povos indígenas do Brasil.

Falando em direito, eu acho que vivemos... Nós temos uma Constituição que é a mais bem elaborada do mundo, uma Constituição bem bonita no papel, Senador. E a Constituição define direitos e também define deveres, assim como várias outras legislações. O Código Civil Brasileiro, o Código Penal definem direitos e deveres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos falar de deveres. Como cidadãos, cumprimos, votamos, pagamos nossos impostos – mesmo sendo indígenas pagamos também os nossos impostos, porque, se vamos à loja e compramos uma roupa, uma camisa como esta que estou vestindo aqui, há imposto; se eu faço uma compra, há imposto –, respeitamos o direito de qualquer outro cidadão de ir e vir; respeitamos, defendemos ali e guardamos o patrimônio público. Quer dizer, a leva de deveres que tem o cidadão nós cumprimos. Mas, quando partimos para o lado direito, pouco é cumprido, ou quase nada, ou nada, podemos dizer, principalmente quando se trata de direito indígena.

Já se falou da Constituição, mas eu gostaria de ressaltar, pelo menos, a parte do *caput* do art. 231, que diz que são reconhecidos aos povos indígenas, aos índios a organização sociocultural, os costumes, as tradições e que é dever do Estado demarcar as terras originárias. Está lá no *caput* que é dever do Estado demarcar. O que eu quero dizer com isso? As terras indígenas, o território indígena, são um direito nosso – e um direito originário. Define-se lá na Constituição. E mesmo se não estivesse na Constituição independia de estar escrito em alguma coisa, em algum lugar, para dizermos que o território, que a terra é um direito nosso, porque ela passa pela nossa ancestralidade, ela é tradicional dos povos indígenas. Independentemente de demarcação, independentemente de homologação, a terra é tradicionalmente dos povos indígenas.

A gente vem na fala do nosso parente Kretã. Mataram um indiozinho de três anos de idade, passaram a faca na garganta dele, cortaram a mão de uma liderança, mataram outro à paulada. O Galdino foi queimado aqui em Brasília. Vários parentes, no Mato Grosso do Sul, foram assassinados por defender esse direito garantido na Constituição Federal, por defender o direito à terra, por defender o direito de ele poder existir.

Com esses caras que cometem essa barbárie, que matam uma criança não acontece nada. O índio, a liderança, está lá defendendo o seu direito, está lá defendendo a sua terra e é criminalizado, é tachado como invasor, como formador de quadrilha, é tachado como um assassino. Se porventura vier a acontecer ali uma morte, é tachado por tudo isso e é até preso, privado, muitas vezes, de poder entrar no seu território, de poder ir à sua terra. Quer dizer, os nossos direitos dos povos indígenas não são respeitados.

E vem a danada da PEC 215, que tira o poder que está lá garantido, de novo, no art. 231 da Constituição Federal, que é dever do Executivo, do Estado demarcar terra. Vem a PEC 215 falando que vai transferir esse poder do Executivo de demarcar o território e passar para o Legislativo. Como passar para o Legislativo? E quando vai existir terra demarcada, então, se o Legislativo tiver esse poder de demarcar terra, se os maiores invasores de terras indígenas estão dentro desta Casa? se os maiores invasores das terras indígenas estão dentro desta Casa, estão aqui dentro do Senado, estão no Poder Legislativo, estão lá na Câmara dos Deputados? Quando vamos ter terra demarcada? Porque o Legislativo vai demarcar, mas não vai ter o interesse de demarcar.

"Ah, mas vamos fazer emenda aí?" "Não – como disse o companheiro –, vamos fazer um substitutivo?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que "mané" substitutivo! A gente quer que pegue a PEC 215 e rasgue esse trem, acabe com isso e pare de discutir questão de terra, de querer criar lei para poder fazer remendo ali sobre as terras indígenas. Não tem que fazer nada disso, não! É direito? É direito! Vamos demarcar, o Governo pegar a terra e entregar o que é de direito para o povo indígena. É isso o que o Governo tem que fazer, é isso o que o Estado brasileiro tem que fazer. Porque, quando invadiram aqui, já estávamos aqui, ocupando este território, esta terra. Todo mundo tranquilo, produzindo, trabalhando...

E aí, minha gente, dentro da PEC 215, várias outras emendas, outras PECs, Parecer 001... Ué, o que é o Parecer 001? Para poder empacar mais ainda a questão territorial? Marco temporal? Gente, quando a Constituição foi feita, nós indígenas já estávamos aqui, já tínhamos a tradicionalidade do nosso território, já tínhamos o nosso território. E agora vem marco temporal dizer que terra indígena são apenas aquelas que estavam ocupadas antes da Constituição de 88? Aquelas depois da Constituição de 88 não são terras indígenas, não? Para nós indígenas nunca existiu fronteira. Existia fronteira, sim, do limite do território de um povo para o outro; cada um tinha o seu território. Mas transitavam tranquilamente por dentro das suas terras; nunca existiu essa questão de divisão de território, nunca existiu isso. Portanto, não existe esse negócio de marco temporal, não. Marco temporal para quê? Para dizer o quê? Que aquela terra que está ali não é a terra do meu povo?

PL de licenciamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO HENRIQUE VICENTE OLIVEIRA – Abrir as portas dos territórios indígenas para poderem adentrar as nossas terras indústrias, mineradoras, para poderem destruir o nosso território? Apressar o licenciamento, porque, hoje, o licenciamento chega ali para a Funai analisar, e ela pode ficar ali embromando um tempo. Mas, com essa PEC do licenciamento aprovada, o camarada vai lá entregar a proposta dele e, se a Funai aprovar, bem, se não aprovar, ele vai lá e entra de qualquer maneira. Não é isso, Maurício? Não é isso?

Ou ainda vamos ficar querendo isso? O pessoal invadindo o nosso território? Não é, meus parentes, as senhoras e os senhores que estão aqui presentes?

"Porque nós somos contra o desenvolvimento, porque nós somos contra o crescimento do País!". Mas, conforme disse a nossa parente Samantha, o crescimento com respeito, respeitando o direito, sem destruir o nosso território, sem destruir os nossos rios. Todo mundo tem o direito de crescer... Eu tenho o direito de ter este celular aqui, eu tenho o direito de ter um carro, eu tenho o direito de ter – desculpe-me a expressão – "o diabo a quatro". Mas isso tudo com respeito, sem tirar de ninguém, sem tirar aqui do meu parente Paulinho Paiakan. Mas eu tenho o direito de me desenvolver! Sem tirar da minha parente, sem tirar de qualquer um, mas eu tenho o direito de crescer como qualquer outro cidadão.

E tudo isto de que a gente fala, arts. 231/232 da Constituição, território e várias outras políticas públicas para povos indígenas, que são poucas que existem hoje,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

várias outras políticas públicas para povos indígenas, que são poucas que existem hoje, isso tudo foi conquista nossa, isso tudo foi conquista do movimento indígena que batalhou para poder conquistar, para poder ter o pouco que tem hoje. Mas, infelizmente, o pouco que tem hoje acaba nos sendo tirado.

Cadê o CNPI, que nós batalhamos tanto para poder criar e que foi criado por meio de um decreto, em 2015, se não estou enganado, final de 2015 – não é isso? Poxa, o CNPI, hoje, não funciona. Parou de funcionar porque não há o interesse de que ele funcione. Uai, por que nós vamos ter a voz do movimento indígena aqui dentro? O que o Governo for fazer vai ter que ser consultado! Mesmo que o CNPI não fosse deliberativo, mesmo que não tivesse o poder de deliberar nada, mas o que o Governo tivesse que fazer teria que passar ali pelo CNPI para ser consultado, para ser dado conhecimento. Mas deixou de existir...

A Sesai é uma conquista nossa, embora não seja conforme nós idealizamos, conforme nós queríamos que fosse, mas é uma conquista nossa. Existe, hoje, R$1,4 bilhão para poder fazer a saúde indígena. Será que esse valor dá para fazer a saúde indígena? Nós precisamos pensar. E aí existe uma proposta de poder acabar com o subsistema, de fazer um plano de saúde... Ôxi, de acabar com o SUS, mas o subsistema está dentro do SUS. Acabando o SUS, acaba o subsistema, de fazer um plano de saúde.

Minha gente, hoje, tudo isso, todas essas propostas são para poder tirar direito, não apenas do indígena, mas de todo cidadão brasileiro. O Sistema Único de Saúde atende os indígenas e atende o cidadão – atende a população brasileira. Se acaba com o Sistema Único de Saúde, acabou com tudo. Se você, pelo menos pelo que está desenhado nessa nova proposta que eles estão apresentando, for fazer uma consulta de média e alta complexidade, você tem que pagar; se você não tiver dinheiro, você não consulta ou não faz aquele exame.

Então, isso tudo são retrocessos que vêm acontecendo.

A Funai? Cadê a Funai? Fico até triste quando a gente vai falar de Funai. A Funai não tem dinheiro, a Funai não tem pessoal. Está fazendo o que a Funai? Está fazendo o quê? E essas nossas conquistas, Sesai, Funai, os nossos direitos, em si, não são moeda de troca para partido político. Elas não existem para poder fazer negociação. Elas existem – a Funai e a Sesai – para poder defender o direito dos povos indígenas. E nós nunca vamos aceitar que elas sirvam de moeda de negociação. Direito não é para se negociar; direito é para se garantir. E eu acho que esse é o dever do Governo; esse é o dever do Estado brasileiro.

Depois vem lá em 2004, a Convenção 169 da OIT, garantindo ali tudo aquilo que se fala na Constituição, consulta-se, e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO HENRIQUE VICENTE OLIVEIRA – ... aí está o projeto de licenciamento para poder entrarem as empresas. E de que serve a Convenção 169 da OIT, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas? E, em tudo isso, o Brasil está lá como signatário, signatário. Estou seguindo! Beleza!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estatuto dos Povos Indígenas está parado, hoje, engavetado. Havia a proposta daquele Senador que falou aqui, cujo nome esqueci... Telmário! Ele fez uma proposta! A intenção dele foi até boa, de fazer essa proposta, mas será que, pelo menos, consultou aqui os indígenas, os povos indígenas? Pelo menos pegou ali o que a Comissão do CNPI fez naquela época e analisou para poder colocar na proposta do Estatuto dos Povos

naquela época e analisou para poder colocar dentro dessa proposta do Estatuto dos Povos Indígenas. Então, eu acho que tudo isso deve ser levado em conta.

Nós existimos e precisamos ser consultados sobre qualquer ação, sobre qualquer emenda, sobre qualquer coisa que vá nos atingir. É isto que se está falando na Convenção 169...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO HENRIQUE VICENTE OLIVEIRA – ... da OIT, no art. 6º: nós devemos ser consultados. E temos o direito também de dizer se queremos ou não aquilo, temos esse direito.

O acampamento está acontecendo, minha gente, no Memorial dos Povos Indígenas, e eu vou explicar o porquê de estar acontecendo lá. Foi feita uma solicitação para que o acampamento fosse montado na Praça dos Ipês, ao lado do teatro, onde aconteceu no ano passado. Em conversa com o Governador, foi autorizado que se fizesse o acampamento ali. Na sexta-feira, fomos surpreendidos pelos representantes do Governo dizendo que o Governador voltou atrás na fala e que não se ia mais poder montar o acampamento ali na praça, sob a alegação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO HENRIQUE VICENTE OLIVEIRA – ... de que o quantitativo policial que ele tinha não era suficiente para oferecer segurança à população de Brasília. Ora, nós somos bandidos?! Nós indígenas somos bandidos, por acaso, para que a população de Brasília se sentisse insegura?! Nós não somos bandidos, não! Nós não somos bandidos, nós somos cidadãos como qualquer outro, nós somos gente! E nós temos o direito de manifestar, garantido em lei também, desde que seja manifestação pacífica, sem depredar o patrimônio público, sem causar dano. Nós temos o direito, como qualquer outro cidadão, de manifestar. E aí estamos fazendo o nosso acampamento no Memorial.

E todos vocês estão convidados a ir para poder ver, conhecer o nosso acampamento e participar do nosso acampamento, para, de fato, ver que nós não somos bichos, não somos bandidos. Nós somos cidadãos, somos pessoas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO HENRIQUE VICENTE OLIVEIRA – ... como vocês. E vamos recebê-los de braços abertos no nosso acampamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO HENRIQUE VICENTE OLIVEIRA – Eu quero agradecer. Muito obrigado, Senador, pela oportunidade. Muito obrigado a todos por terem nos recebido. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Paulo Henrique Vicente Oliveira, liderança indígena tupiniquim.

Agora, vamos concluir com o Subprocurador-Geral da República, membro da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão das Populações Indígenas e Minorias, Procuradoria-Geral da República. Ele será o 12º a usar a palavra no dia de hoje. Começamos às nove e pouco, estamos com o horário meio estourado, mas você tem o tempo necessário como todos tiveram.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALPINO BIGONHA – Perfeito, Senador.

Eu quero agradecer o seu honroso convite para esta audiência pública com um tema tão relevante; agradecer a todos os membros daqui, do Senado, no nome de V. Exª, Senador Paulo Paim. Eu também quero saudar todos os componentes da Mesa na nome da Francinara Soares Martins, liderança indígena baré.

Eu cheguei cedo hoje aqui, um pouquinho antes das 9h, com a intenção de chegar até tarde, pois eu sabia que a reunião ia se estender um pouquinho a reunião. Eu também tive dificuldades de entrar no prédio. Acho que não é só problema com os indígenas, não, porque passei por duas revistas, dois raios X. Então, eu queria também aproveitar o momento para exortar o Senador Paulo Paim a verificar o que está acontecendo no Senado e na Câmara, porque, num momento tão importante da vida nacional, num momento tão aquecido

num momento tão aquecido do debate, temos a impressão de que as Casas estão se fechando à presença dos movimentos sociais, dos segmentos da sociedade e até do Estado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem toda a razão. As entidades tinham um crachá com que podiam entrar aqui e não têm mais. Estamos trabalhando, insistindo. Nem as entidades reconhecidas, com a sua e outras entidades, seja de indígenas, seja de negros, seja de mulheres, seja do movimento fiscal... Recolheram todas as credenciais.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALPINO BIGONHA – O discurso da segurança afasta a população. E esta é a nossa Casa. Assim como a Câmara, o Senado é a nossa Casa, uma Casa composta a partir de um processo paritário, mas é o povo que elege o Senado, que é, portanto, a Casa do Povo também.

Eu fiz questão de pedir a minha fala por último em respeito à Convenção 169. Nós precisamos estabelecer essa prática. Fico muito feliz que, sobretudo na segunda Mesa, os indígenas tenham falado primeiro. A primeira Mesa ainda ficou um pouco mais tradicional, porque chegamos nós do mundo jurídico, que sempre falamos muito em nome dos indígenas, e, às vezes, pelo adiantado da hora, quando está todo mundo com fome, a fala do indígena é deixada de lado, menos ouvida. Então, eu quero parabenizar a presidência de V. Exª, sobretudo, nesta segunda Mesa, em que pudemos ouvir a aflição, o alerta dessas lideranças tão bem articuladas e tão importantes aqui que me antecederam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda em relação à Convenção 169, continuando a fala do Paulo Henrique, que falava da importância da Convenção 169, dessa oitiva prévia e ampla das comunidades indígenas interessadas em cada um dos problemas que são tratados neste País, que é de dimensão continental, eu me lembro aqui de uma representação do Cimi, se não me engano, com o ISA também, feita ao Procurador-Geral da República no ano passado, em que essas entidades ladeadas por lideranças indígenas pediam uma ação no Supremo Tribunal Federal para garantir aos indígenas o cumprimento do art. 232 da Constituição, que reconhece nas comunidades a capacidade postulatória, a capacidade de estar em juízo, a capacidade de falar nos processos e o direito de ser ouvido nesses processos. Quantos processos não sabemos que existem no Brasil tratando de questões indígenas em que o indígena não é ouvido ou em que sequer suas comunidades são chamadas? Então, essa era uma representação de uma importância enorme, que tratava também da questão do idioma, da importância de as comunidades serem ouvidas no seu idioma. Imaginem que o Poder Judiciário já é um Poder inacessível ao cidadão brasileiro como um dono, que tem que constituir advogado, que tem que se deparar com essa linguagem sofisticada e, muitas vezes, incompreensível do mundo jurídico. Agora, imaginem o indígena, que sai da sua aldeia e vai demandar em juízo. É preciso que o Poder Judiciário resguarde do direito de que ele seja ouvido em seu idioma, que haja um intérprete, se ele assim desejar. Infelizmente, isso ainda não é respeitado no nosso País. Paradoxalmente, o Dr. Rodrigo Janot, no final da gestão dele, arquivou essa representação e não deu seguimento a esse pleito tão importante dos segmentos indígenas. Eu quero exortar, então, as comunidades que estão aqui presentes, o Cimi e também o ISA para que formulem novo pedido. Vamos desarquivar essa representação. Tenho certeza de que a Drª Raquel Dodge, com a sua sensibilidade para a causa indígena, ela que já foi coordenadora da 6ª Câmara por vários anos, e também com a sua sensibilidade com os direitos humanos em geral

por vários anos e também pela sua sensibilidade com os direitos humanos em geral. Tenho certeza de que ele dará o encaminhamento devido a essa questão do Supremo Tribunal Federal.

Tem a questão do parecer da AGU que foi muito citado aqui, o Parecer nº 1, que trata dessa coisa nefasta que é o marco temporal. A gente tem que lembrar que o processo que tratou dessa matéria no Supremo estabeleceu esse parâmetro do marco temporal, mas para aquele caso que estava ali sendo tratado: Raposa Serra do Sol. Eu tenho impressão, pelo que lembro de memória, que tanto o Ministro Ayres Britto quanto o falecido Ministro Menezes Direito, que o foi o Relator, nenhum dos dois estabeleceu o marco temporal como uma doutrina no Direito brasileiro. Foi uma questão para resolver o caso concreto, o que eles chamam de modulação da jurisdição constitucional. Então, era na tentativa de acomodar todos os interesses naquele processo.

Paradoxalmente, a Advocacia-Geral da União vem encampar esse parâmetro como um doutrina, como um precedente vinculante no âmbito de toda a administração pública federal e, lamentavelmente também, o Presidente Temer dá a esse parecer força normativa, como se fosse quase uma lei que vincula toda a administração pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sensíveis a isso, nós, da Sexta Câmara, elaboramos uma nota técnica, Presidente, que eu gostaria de deixar passar às mãos de V. Exª e, se possível, fizesse parte dos Anais desta audiência pública, onde a Sexta Câmara desenvolve um longo arrazoado pela total inconstitucionalidade desse parecer normativo.

Nós estivemos em audiência com a Ministra Gracie há duas semanas. Ela foi muito sensível ao nosso pleito e ficou de estudar a questão. Temos esperança, acreditamos que, com a sensibilidade da Ministra Gracie, essa nefasta posição da administração pública será em breve revogada.

Em linhas gerais, essas eram as duas questões que eu queria trazer para esta audiência pública de hoje e dizer que essa visão que o parecer da AGU externa é uma visão pré-colonial, porque a questão da posse indígena, como foi dito aqui nesta Mesa por quem me antecedeu, é uma visão patrimonialista. Eu imagino que o colonizador português, quando chegou à costa do Brasil e viu toda aquela terra exuberante, deve ter pensado: essa terra, agora, é da Coroa Portuguesa, mas os índios podem ficar sobre ela. E a visão que trazemos até hoje na tutela indígena é esta: que a terra é nossa, da União, mas os indígenas podem permanecer sobre ela. É uma visão patrimonialista colonial e o Governo Federal consegue ser pré-colonialista, consegue ser medieval quando expõe o indígena dessa forma e exige que ele lute com todo o domínio privado para manutenção da posse indígena.

Eu acredito que, assim como foi dito pelas lideranças que me antecederam, as lideranças indígenas, é preciso assegurar essa posse como o mínimo direito das comunidades indígenas, mas, quem sabe, tenho esperança, antevendo o futuro, que em breve estaremos tratando já de um regime de maior segurança para o índio, de maior liberdade... de um regime de maior segurança para o índio ainda, de maior liberdade, de maior autodeterminação da terra, do que, meramente, usufruto exclusivo e vitalício.

Sr. Presidente, então, com essas palavras, eu quero novamente agradecer a V. Exª...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALPINO BIGONHA – ... pela honra de comparecer aqui, representando a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, no impedimento do meu Coordenador, que é o Dr. Luciano Mariz Maia. E dizer que, lá na PGR, no terceiro andar do bloco B, a 6ª Câmara está sempre com as postas abertas a todas as comunidades indígenas e a todos aqueles que militam nessa nobre questão da vida nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Antônio Carlos Alpino Bigonha, Subprocurador-Geral da República, membro da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão das Populações Indígenas e Minorias, Procuradoria Geral da República, que, de forma bem sucinta, aqui conseguiu mostrar as suas preocupações e o encaminhamentos. E o outro lado, também quero cumprimentá-lo, porque, de fato, o senhor foi um dos primeiros a chegar e o último a sair, fez questão de usar a palavra por último para ouvir a todos.

A Francinara...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se eu abrir a palavra agora, já são praticamente 13h, nós não vamos terminar aqui tão cedo e temos compromisso, inclusive, no plenário.

A Francinara Soares Martins, Liderança Indígena Baré, primeiro, ela lembra que ela foi a única mulher indígena – estou falando por você – na mesa. Ela disse que deveria haver mais mulheres. Mas assim mesmo ela convida todas as mulheres, hoje à tarde, a partir das 14h, para a Plenária das Mulheres, no Acampamento Terra Livre.

Eu queria, para concluir, pessoal, dizer a todos vocês que todos os encaminhamentos feitos aqui, a Secretaria-Geral vai fazer o resumo, depois – não é, João Pedro? – podemos ver como vamos encaminhar. Eu sempre digo que a gente encaminha, não sabemos qual vai ser a solução, mas vamos encaminhar os pleitos que aqui foram colocados.

E, permitam-me, pessoal, por um dever de consciência, eu dizer para todos que, infelizmente, o preconceito e o racismo campeiam no mundo todo. Vocês são prova disso. E o Brasil não é diferente. Por isso a nossa luta tem que ser cada vez maior: defender políticas humanitárias para todos, para negros, para brancos, para índios, para ciganos – eu falo como negro –, para todos, temos que ter políticas humanitárias.

E lembro, pessoal, que nós temos que construir aliados. Eu vejo, neste plenário, também, em que há inúmeros brancos aqui, que são aliados e – o próprio Patah, da UGT –, fizeram esse movimento. Nós temos que saber construir parcerias. Eu vou falar de um assunto aqui que eu sei que, para vocês, é muito caro. Mas eu estou inteiramente à disposição.

Eu sou autor do Estatuto do Idoso, foram 15 anos, mas é lei; eu sou autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, foram acho que 18 anos, mas hoje é lei, e foi o Presidente Lula que sancionou; sou o autor do Estatuto da Igualdade Racial, que pega o povo negro, é lei; fui Relator do Estatuto da Juventude, é lei. Diversas vezes eu me debrucei sobre o Estatuto dos Povos Indígenas. Estatuto do Cigano, apresentei também, foi aprovado em duas comissões, agora vai ao plenário.

Então, a questão do Estatuto dos Povos Indígenas, eu sou simpático à ideia. Mas eu sei que não é fácil – não é, doutor –, como é complexa essa redação e qual o momento de pautá-lo, para a gente não ser, de repente, derrotado e até piorar o que tem hoje na legislação. Mas seria muito importante

o que há hoje na legislação. Mas seria muito importante se a comunidade indígena – eu que vou ditar isso, naturalmente – pensasse nessa ideia, nem que seja para o ano que vem, não é? Quem sabe um novo Congresso eleito, um Presidente... Eu sempre digo que, aqui, a maioria é indecente. O Executivo é a mesma coisa. A maioria é indecente. Com um Congresso decente, um Presidente decente, nós possamos nos debruçar.

Eu estou inteiramente à disposição. Pode ter certeza disso.

Quando nós iniciamos o debate do Estatuto do Deficiente, que beneficia 46 milhões de pessoas, o que é que disseram no primeiro dia? "Tudo bem, Paim. Vamos lá. É importante." Mas a frase foi essa:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Tudo conosco, nada sem nós." E isso nós respeitamos. E construímos, e é lei. É um instrumento fundamental para 46 milhões de pessoas com deficiência.

E aí, pessoal, nós temos que ter claro isto: não é só a Região Sul que tem problema de casos de racismo. Não é! Vocês sabem que, no Pará, quantos já assassinaram lá? Eu recebo aqui delegações do Pará... É ou não é? Quantos do Amazonas?

Então, nós temos que entender que nós temos que trabalhar no seu conjunto de ações. O preconceito existe, é real, e eu digo mais: principalmente contra o povo indígena. Principalmente contra o povo indígena. E por isso nós estamos aqui. Por isso que eu fui correndo ao plenário e voltei, fiz questão de ouvir a todos vocês, neste momento.

Claro que este ato é muito mais um ato de protesto, e com razão. Todos que falaram. Todos que falaram. E nós falamos no plenário também. Eu cheguei a pedir perdão à nação indígena, em nome do povo brasileiro, porque prometem, prometem, e não acontece. Não acontece.

Eu sei que a indignação é geral e com razão, mas eu quero dizer que, quando eu... Permitam-me dizer só esta frase: eu fui para a África do Sul pedir a liberdade do Nélson Mandela. Uma delegação do Congresso. Eu, Benedita da Silva, Caó – já faleceu também –, Edmílson Valentim, e eu sempre me esqueço o nome de um... Domingo Lonely, e de um Deputado do PSB de São Paulo, que faleceu. Ele caiu, inclusive, na piscina. Ele caminhou, caiu e faleceu ali. Um Deputado comprometido também.

Quando eu cheguei à Àfrica do Sul, fomos recebidos pela Winnie Mandela, que, por ser mulher e negra, havia toda uma discriminação contra ela, não é? Batiam nela dia e noite. Nós não queríamos nem saber. Queríamos conversar com a Winnie Mandela, para ter acesso ao Nélson Mandela.

Mas, daí, numa noite daquelas, nós fomos a uma igreja, naquelas reuniões de igreja mesmo. Achávamos nós que só haveria negro lá. A delegação, ali, só tinha dois brancos. A maioria eram negros, que éramos nós. E, para a surpresa nossa, chegaram lá praticamente a metade de militantes, militantes da causa, para a libertação do Mandela. Negros e brancos. Como eu vi aqui, estou vendo aqui na Mesa e estou vendo ali. E estou vendo inúmeros, aqui na sala.

Então, eu queria, de forma carinhosa, que vocês lembrassem sempre disto: nós temos que buscar aliados.

Às vezes perguntam para mim: "Mas como é que você foi eleito quatro vezes Federal, duas vezes como Senador?" Eu venho da Região Sul, e nós sempre buscamos aliados brancos, negros, índios, ciganos, que tivessem essa visão de fazer o bem sem olhar a quem. E esses aliados é que foram fundamentais para a nossa causa. Vamos ver os senhores, que estão aqui: vocês, por serem brancos... Eu vou pegar uma fila aqui: você, você, e você, lá atrás. Esses são aliados nossos.

Nós temos que trabalhar com nossos aliados, se nós quisermos vencer essas grandes batalhas, em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós acabamos sendo, por obra do mercado, minoria – por obra do mercado. Mas, dizer que acabamos avançando.

Então, eu queria dizer do carinho que eu tenho por todos vocês, do carinho que eu tenho pelos militantes brancos, ciganos, negros que lutam por essa causa. É uma causa mais do que justa. Vocês foram que fizeram tudo nesta terra, não é? Que cuidaram e que cuidam até hoje do meio ambiente. Que cuidam das nossas fronteiras. Quantas vezes quiseram invadir o próprio Rio Grande, as nossas terras, e o povo indígena foi que morreu lá, peleando, combatendo e fazendo o bom combate? Isso tem que ser lembrado.

Eu me lembro de que, nas guerras que o Rio Grande travou, eram negros e índios que iam para a linha de frente. Tenho eu lá as estátuas, a cavalo, dos negros, índios e, claro, brancos também. Mas eles estavam na linha de frente.

Então, este povo tem uma dívida com vocês. O povo brasileiro tem uma dívida com o seu povo, porque vocês são o nosso povo. Quem não entender que, no longo da sua vida, ele tem aqui, sim... Há uma poesia que fala que aqui tem sangue negro, branco e índio! Essa é a composição do nosso povo. Tem que se saber respeitar os povos originários, respeitar a nossa gente.

Por isso eu encerro dizendo: vida longa à nação indígena!

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, José Pimentel, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Paulo Rocha, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Telmário Mota, Cidinho Santos e os Senadores não membros Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, Dário Berger, Wellington Fagundes e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, José Medeiros, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 61/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Segurança e saúde no trabalho - em memória às vítimas de acidente e doenças relacionadas ao trabalho". Participantes: Juliana Carreiro Corbal Oitavem, Procuradora do Trabalho e Vice-Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente de Trabalho do MPT e Representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; Fernando Maciel, Chefe da Divisão de Ações Prioritárias da Advocacia Geral da União – AGU; Francisco Luis Lima, Diretor de Relações Internacionais do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Paulo da Cunha Boal, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Viviane de Jesus Forte, Diretora substituta do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho - DSST do Ministério do Trabalho; e Paulo Cesar Andrade Almeida, Coordenador-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho da Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=13425

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ana Amélia, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Telmário Mota, Cidinho Santos, Ângela Portela e dos Senadores não membros José Pimentel, Dalirio Beber, Wilder Morais, Ronaldo Caiado, Dário Berger, Wellington Fagundes, Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima, Romero Jucá e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira, Romário e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da trigésima primeira a trigésima quinta Reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senadora Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 2, 3 e 4-CDH e prejudicada a Emenda nº 1-CE. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CDH. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senadora Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Senador José

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3-CDH. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Lido o relatório, adiadas a discussão e votação do Projeto. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade." Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2016 - Não Terminativo - que: "Considera pessoa com deficiência aquela com perda auditiva unilateral." Autoria: Deputado Arnaldo Faria de Sá. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda de poder familiar." Autoria: Deputada Laura Carneiro. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ampliando situações que tipificam a violência doméstica e familiar contra a mulher, as garantias e meios de proteção da vítima." Autoria: Senador Hélio José. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arquivamento do Projeto. Resultado: Retirado de pauta para reexame, a pedido da relatoria. ITEM 15 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 7, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui o Diploma de Direitos Humanos Marielle Franco e dá outras providências." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - SUGESTÃO Nº 59, de 2017 - Não Terminativo - que: "Enquadramento de Desenvolvedores/Programadores como MEI" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei Complementar do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei Complementar do Senado. A matéria passa a tramitar como proposição de autoria da CDH. ITEM 17 - SUGESTÃO Nº 62, de 2017 - Não Terminativo - que: "Estabelece a responsabilização de provedores de aplicações de internet pela divulgação de conteúdos falsos (fake news) ou ofensivos a terceiros." Autoria: Judhy Lima, Weberton Silva, Elienaira Reis, Gabriela Nascimento, Victória Almeida, Willyane Pontes, Matheus Couto, Maria Luísa Souza e Luiz Gabriel Lima. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - SUGESTÃO Nº 1, de 2018 - Não Terminativo - que: "CUMPRASE o art. 37 da CF: garantia de DATA-BASE aos servidores públicos" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 19 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 9, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui a Honraria Naiara Soares Gomes, a ser conferida anualmente pelo Senado Federal e dá outras providências." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador José Medeiros (Ad hoc), substituiu Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 69 de 2018 que: ""Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater: Propriedade Industrial para o desenvolvimento econômico, emprego e renda com foco no PL 3406 de 2015”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 70 de 2018 que: "Requer a realização de uma audiência pública, em forma de seminário, nesta Comissão, para debater “Um ano da Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) e o Estatuto do Trabalho, a nova CLT." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 71 de 2018 que: "Requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Planos de Saúde: a coparticipação e o aumento abusivo nas mensalidades”" Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 72 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal, para debater as causas de exclusão de estudantes indígenas em universidades." Autoria: Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Telmário Mota. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 74 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTIfobia." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Apresentação e Deliberação do Relatório da Diligência e Encaminhamento. Finalidade: Apresentação e Deliberação do Relatório da Diligência à Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, para verificar as condições de encarceramento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos demais presos naquela sede (RDH nº 66, de 2018), e deliberação do encaminhamento nº 4, sobre a possibilidade de redução salarial dos trabalhadores terceirizados do Senado Federal. Resultado: Aprovado o Relatório e o encaminhamento nº 4. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa, Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Ana Amélia e os Senadores Paulo Paim, João Capiberibe, Hélio José, Jorge Viana, José Medeiros e Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/25

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 31ª à 35ª reuniões da CDH.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Vamos aos itens da pauta.

Nós temos o item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Considera pessoa com deficiência aquela com perda auditiva unilateral.

Autoria: Deputado Arnaldo Faria de Sá

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Srª Presidente, Senadora Regina Souza, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2016. O projeto é do nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, que tem um trabalho muito importante nessa área, como também na área da pessoa idosa, e trabalhou comigo também na construção do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Neste projeto, ele considera pessoa com deficiência aquela com perda auditiva unilateral.

Para isso, a proposição estabelece um valor referencial da limitação auditiva, a saber, a média aritmética de 41 decibéis, ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Herz, 1.000 Herz, 2.000 Herz e 3.000 Herz. Enfim, sem embargo, reconhece que outros instrumentos poderão constatar a deficiência auditiva, nos termos da Lei nº 13.146.

Segundo o autor, embora a perda auditiva unilateral constitua uma deficiência auditiva, não se enquadra na definição técnica contida no Decreto nº 3.298, de 1999, não sendo assim considerada, portanto, segundo ele, para os efeitos da aplicação do referido decreto.

Entramos na análise, Srª Presidenta.

No entanto, já transcorreram quase três anos da vigência do Estatuto, e os instrumentos da avaliação biopsicossocial ainda não foram definidos, a despeito da previsão contida no §2º do art. 2º do Estatuto. A ausência de regulamentação desse mecanismo tem impacto negativo sobre a vida das pessoas com deficiência, pois gera incerteza sobre a aplicação do Estatuto, comprometendo sua eficácia.

Em razão dessa lacuna, continua-se a aplicar, subsidiariamente, a definição antiquada de deficiência, que remete às categorias relacionadas pelo Decreto nº 3.298, de dezembro de 1999, que, por sua vez, regulamenta a Lei nº 7.853, de outubro de 1989.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É bom lembrar que o referido instrumento normativo consolidou a classificação dos tipos e da gravidade das deficiências, para a qual a única comprovação exigida são exames clínicos.

O contrário também é verdadeiro. Sabemos que a deficiência é um fenômeno multifacetado. Critérios exclusivamente biomédicos não serão suficientes para a compreensão da condição de deficiência. Há pessoas com deficiência que, por não se encontrarem albergadas pelo guarda-chuva protetivo do decreto, têm de recorrer à Justiça se quiserem ver o reconhecimento de sua condição.

Enfim, Srª Presidenta, diante da lacuna, que eu aqui descrevi, regulamentar acerca da avaliação por mim colocados e pelo próprio autor, anotamos que a matéria foi objeto de audiência pública no Congresso Nacional, das quais participaram representantes da comunidade com surdez unilateral e a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Após amplo debate, eles manifestaram seu apoio ao PLC nº 23, de 2016.

No intuito de oferecer uma pequena contribuição à causa dessas pessoas, foi apresentada uma emenda de redação com o objetivo de eliminar dúvidas sobre o que venha a ser a perda auditiva unilateral para os fins da proposição. A perda auditiva unilateral será total, ou seja, consistirá na limitação da audição unilateral em apenas um dos ouvidos, impossibilitando a decodificação da fala.

Além disso, sugerimos, no mérito, também mediante emenda, uma regra de transição, de forma a ratificar nosso entendimento de que o reconhecimento da deficiência ora proposto é dotado de caráter temporário.

Voto.

Assim, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2016, com as seguintes emendas, mediante acordo firmado com as entidades:

> Art. 1º A deficiência auditiva é a limitação de longo prazo da audição, unilateral total ou bilateral, parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas:
> .....

A outra emenda, esta de redação: "Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até que sejam criados e devidamente implementados os mecanismos de avaliação previstos no art. 2º, §2º, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015."

Esse é o relatório, Srª Presidenta.

Eu peço a aprovação desta Comissão. Este não é terminativo aqui. A votação, então, seria simbólica. É importante a aprovação porque aí nós estaremos avançando, já que, devido ao acordo que conseguimos firmar, este projeto voltará à Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 e 2 da CDH.

Os outros projetos não terminativos... Alguns são terminativos, mas não há quórum. Quanto aos outros, os relatores não se encontram e não indicaram alguém para que se pudesse fazer a relatoria *ad hoc*. É melhor esperar os autores.

Vamos passar aos requerimentos, enquanto chega o momento da segunda parte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, não sei se o Senador Jorge Viana vai ter de se retirar, mas eu queria cumprimentá-lo pela brilhante defesa que ele fez, na Comissão de Assuntos Sociais, de um projeto que vai garantir a aposentadoria especial para os condutores de ambulância.

É um projeto que veio com um apelo da sociedade, é um projeto desta Comissão. Veio para esta Comissão, e V. Exª me indicou como Relator. Há um movimento dos condutores de ambulância de todo o País, para que essa situação deles, já que trabalham em área insalubre, periculosa, como o Senador defendeu muito bem, de alto risco, defendendo vidas... Depende-se de minutos para chegar ao hospital, para garantir...

Então, cumprimento o Alex, que é o Presidente da entidade nacional. E cumprimento a Senadora Regina Sousa, que também disse para nós, quando estávamos nos encaminhando para lá, que esse projeto tem de ser aprovado, porque é fruto desta Comissão; chegou aqui como uma SUG.

Era isso que eu queria. Só aproveitar a presença do Senador Jorge Viana e homenagear S. Exª, porque, quando percebeu o projeto – e é uma área em que venho atuando –, pediu que eu relatasse com brevidade, e assim eu o fiz.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Também parabenizo o Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos aos requerimentos, enquanto chega o Senador Capiberibe, para apresentar o relatório da diligência.

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 69, de 2018

- Não terminativo -

"Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater: Propriedade Industrial para o desenvolvimento econômico, emprego e renda com foco no PL 3406 de 2015".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidenta, de forma muito rápida, aproveitando a chegada já do Senador Paulo Rocha, é um debate que queremos fazer aqui na Comissão, a pedido, inclusive, de empresários e de trabalhadores, sobre a propriedade industrial para o desenvolvimento econômico, emprego e renda, com foco no PL 3.406.

Esse é o primeiro requerimento, para o qual peço a aprovação dos nossos pares.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Srª Presidente, uma questão de ordem, por gentileza.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Para uma questão de ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para uma questão de ordem.) – Eu sou suplente – V. Exª, inclusive, encaminhou minha suplência –, e já foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solicitado para a Liderança do PT pelo meu gabinete a substituição. Lamentavelmente, desde a semana passada... Não sei como pode demorar tanto... Há uma burocracia aqui dentro da nossa Liderança e dentro da própria omissão. Eu queria que constasse o meu nome do painel, porque, formalmente, eu sou suplente aqui na Comissão, tanto é que eu estou aqui na reunião. Era só que pudesse ser alterado, imediatamente, o painel para me incluir, porque, formalmente, eu sou da Comissão.

E eu não consigo entender por que demora, entre a Liderança do PT e a secretaria da Comissão, essa comunicação – quem sabe a secretaria do próprio Senado possa resolver isso. Mas eu pediria que V. Exª, por favor, me auxiliasse para que fosse incluído no painel o meu nome, já que sou suplente aqui da Comissão e participo dela.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só para explicar, houve uma troca em função da diligência lá em Curitiba.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu sei. Eu que a autorizei.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Hoje eu já reiterei o pedido, porque há também a Senadora Ângela. Já reiterei e estou pedindo aqui ao representante da Liderança, para encaminhar, urgentemente, porque, na próxima reunião, a gente tem de estar com o quadro normal permanente da Comissão.

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 70, DE 2018

- Não terminativo -

Requer a realização de uma audiência pública, em forma de seminário, nesta Comissão, para debater "Um ano da Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) e o Estatuto do Trabalho, a nova CLT.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidenta, este é um requerimento de suma importância. Nós vimos que, ontem, caducou, venceu a medida provisória do Governo que tratava da reforma da CLT, que eu chamo antirreforma. Tudo aquilo que havia sido compromissado com o Governo – com a sua Base, nós não acreditávamos que ia acontecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– não foi cumprido. Não houve veto e a medida provisória – quem tem maioria aqui é o Governo – também não foi instalada, porque não foi escolhido nem o presidente e nem o relator. Com isso a medida cai, e a insegurança jurídica continua.

Eu vi nos jornais de ontem à noite e de hoje pela manhã, TV, rádio e também pela internet, que há uma preocupação enorme de parte de todos os brasileiros, tanto empregado quanto empregador, sobre essa situação criada.

Nós, como não acreditávamos que isso de fato ia acontecer – como não aconteceu –, combinamos com V. Exª e criamos aqui, ao longo desses nove meses que passaram, uma comissão especial. E estamos já prontos, no dia 10 de maio, para apresentar, em nome da comissão – eu fiz questão que fosse em nome da comissão o relatório final –, o novo Estatuto do Trabalho, a nova CLT. Assim, teremos um instrumento que vai recuperar tudo aquilo que foi retirado ao longo desse período da dita reforma trabalhista.

Agora nós estamos completando praticamente um ano da nova lei. E é neste momento que nós queremos fazer com que a nova CLT, construída nessa comissão especial, com a participação de Senadores desta Comissão, que vão ainda aprofundar o debate... A subcomissão apresentará aqui o trabalho, a primeira versão, e nós – combinados com V. Exª – deixaremos aberto para que o povo brasileiro, dos mais variados segmentos, contribua com esse debate. Nós vamos imprimir, com certeza, a primeira versão. Vou mandá-la para todas as entidades sindicais. Queremos mandar para as federações, confederações e centrais, pois todas participaram do debate, bem como para todas as entidades do serviço público. Vamos encaminhar, claro, ao Presidente da Casa e da Câmara. Queremos inclusive mandar uma versão para os candidatos a Presidente da República para que eles coloquem na relação a nova CLT, que recupera tudo que foi retirado e amplia, devido aos novos tempos e à modernidade.

Pretendemos fazer essa leitura e aprovar esse requerimento, já participando assim do debate no dia 10 de maio.

Esse é o requerimento, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Em discussão o requerimento.

Eu quero aproveitar para dizer, Senador, que os funcionários terceirizados do Senado já estão numa aflição só, porque a lei trabalhista vai ser aplicada, está-se com a intenção de aplicá-la aqui para encerrar os contratos e recontratar por salário menor. Há um documento que eles estão distribuindo para os Senadores. Eu acho que a gente precisa tomar pé disso também. Então, é a aplicação da reforma trabalhista para prejudicar, como a gente sempre disse.

Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discutir.) – Eu agradeço, Presidente.

Nós estamos tão carentes de espaço para fazer justiça neste País que esta Comissão se tornou um espaço muito importante. Aliás, ela já é há muito tempo. É um dos poucos espaços onde se tem o pleno debate. Eu cumprimento V. Exª e, de modo muito especial, o colega Paulo Paim por promoverem isso.

Todas as categorias do Brasil que se sentem injustiçadas, todas que buscam direitos têm, na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, um espaço, uma tribuna, um espaço institucional para fazerem valer os seus direitos, para debater os seus direitos, quando nada para encaminhar as suas necessidades.

Eu queria aqui dizer que acho que deveríamos ter um posicionamento hoje também da Comissão de Direitos Humanos do Senado relativo à diminuição do salário dos terceirizados da Casa. São colegas nossos de trabalho. A gente não consegue produzir sem esses terceirizados que estão aqui. Esses terceirizados são pessoas que, com o seu salário, mantêm suas famílias numa cidade que é muito cara. Brasília é muito cara. O transporte é caro, a vida é cara. As pessoas moram longe e têm dificuldade para chegar ao trabalho.

E agora estão nos corredores do Senado lutando para não ter a redução de um salário que já é pequeno. Com os que eu tenho conversado, nenhum ganha mais do que R$1,5 mil, R$1,6 mil. Eu acho que nós deveríamos ter uma manifestação formal – é a minha proposta – da Comissão de Direitos Humanos da Casa. É uma questão humanitária, sim! Imagine uma família que vive com R$1,4 mil ter reduzido para R$1,1 mil, R$1,2 mil? Isso vai fazer muita falta. É mais ou menos isso que o Governo Temer, com a política do Ministro Meirelles, está fazendo no Brasil. Temos 13 milhões de pessoas desempregadas, com aumento de gasolina e gás; gasolina aumentando 15 vezes ao ano, o gás de cozinha tendo um aumento de mais de 50%. Aí você ter uma redução de salário, com a precariedade nas relações de trabalho que a reforma trabalhista teve? Isso é muito grave.

Nós estamos lidando com isso aqui, nos corredores da Casa. Estou muito preocupado com isso. Então, eu queria ver se nós poderíamos talvez aprovar aqui – e faço verbalmente, com o apoio da Secretaria – um requerimento solicitando à Diretora-Geral da Casa, que é uma pessoa sensível, por quem tenho muito respeito e carinho, que a Comissão se manifeste favoravelmente a essas pessoas e contra a redução de salário das pessoas que prestam serviço no Senado Federal e que já ganham um salário muito reduzido, para que não venha a ocorrer essa redução de salário. Eu pediria aqui que houvesse uma manifestação dos colegas de plenário e que essa manifestação nossa fosse formalizada.

Meu encaminhamento, Srª Presidente, é no sentido de que seja votada aqui uma moção, uma manifestação do Plenário da Comissão, por unanimidade – se houver a colaboração dos colegas –, para que não haja redução de salários dos terceirizados que prestam serviço no Senado e que nos auxiliam nos trabalhos no Senado Federal.

É essa a minha solicitação, Srª Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Jorge Viana.

Senadora Vanessa, para discutir o requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Presidente, primeiro, eu quero dizer que tomei conhecimento, no dia de ontem, do fato, da consulta que o Senado faz ao Tribunal de Contas sobre a possibilidade de contratar novos servidores com salários menores e diminuir também os salários dos atuais servidores terceirizados. Eu acho que essa é a prova mais cabal, Presidente, de que aquilo que falamos em nossos pronunciamentos é exatamente a realidade que nós estamos vivendo.

Essa crise que eles construíram – quando digo "eles", refiro-me aos que detêm e controlam o sistema capitalista como um todo – não é uma crise deles.

Ontem nós tivemos uma audiência pública, Senador Jorge Viana, na Comissão de Assuntos Econômicos para debater os *spreads* bancários. O que significam *spreads* bancários? Os juros que os bancos cobram da população brasileira; a diferença do custo da captação pelo banco do dinheiro e do empréstimo, o que é algo fenomenal. E para onde vão esses *spreads*? Esses *spreads* vão compor o lucro dos bancos. Enquanto o trabalhador perde emprego, perde salários, os lucros deles aumentam.

Vejam, nós estamos aqui diante de uma posição do Senado que eu espero que consigamos rever. Se o Senado quiser fazer economia, não faça economia com essas pessoas; faça outra economia. Se for o caso, faça com os Senadores, mas não com esses servidores.

Junto a isso, há também um parecer que eu li lá da tribuna, Senador Paulo, do Tribunal de Contas da União, assinado pelo Ministro Bruno Dantas, que foi servidor daqui, em que ele dá um prazo de 15 dias a todos os órgãos do serviço público federal, inclusive do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, para adaptarem o contrato das terceirizadas às novas regras trabalhistas, e cita textualmente: "Para trabalho no feriado não há adicional salarial – não há adicional." Então, são 15 dias para adaptarem. É lamentável!

Eu quero aqui cumprimentar a iniciativa desta Comissão de Direitos Humanos de buscar, pelo menos, reverter e não permitir que se consolide essa tentativa aqui no Senado Federal. A iniciativa é do Senador Paim, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Não. É do Jorge.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É do Senador Jorge Viana. Eu cumprimento o Senador Jorge Viana, que já foi Vice-Presidente desta Casa. É uma iniciativa muito boa, Senador. Tenho certeza de que nós vamos ter o apoio da grande maioria dos nossos colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidente, eu acho que já temos quórum.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só queria reforçar a inciativa do Senador Jorge Viana. Tenho certeza de que vai ser aprovado, por unanimidade, para que não se reduza o salário dos terceirizados, que já é muito pouco.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nós estamos no requerimento que suscitou a discussão, porque ele fala da lei da reforma trabalhista.

Como o Senador Jorge, neste momento – houve uma substituição –, tem que retornar, eu gostaria que subscrevessem... É uma manifestação que pode ser por ofício para a Mesa Diretora sobre esse assunto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, Senador Paim e todos os Senadores que queiram subscrevê-lo para a gente poder aprovar... Mas vamos aprovar ou rejeitar – não sei – o requerimento do Senador Paim.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só queria esclarecer às Senadoras que chegaram que estamos votando, apreciando o requerimento do Senador Paulo Paim. Eu estou fazendo uma manifestação, porque estamos tendo a possibilidade de redução de salário dos servidores terceirizados que nos ajudam aqui na Casa. E que haja uma manifestação também da nossa Comissão solicitando à Direção da Casa que não reduza o salário dessas pessoas que trabalham conosco, que nos auxiliam aqui na Casa, seja como ascensorista, que já ganham salários muito baixos, que se possam manter, num momento de dificuldade, esses salários.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O.k. Então, está subscrito. A gente redige posteriormente.

Então, vou votar o requerimento e, depois, a proposta.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento do Senador Paim, audiência pública sobre um ano da Lei nº 13.467, de 2017, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Agora vamos votar a proposição de manifestação da Comissão de Direitos Humanos, através de ofício, para a Mesa Diretora, a partir do documento que está circulando sobre a questão de os servidores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estarem na aflição de terem seus salários reduzidos. Então, foi proposto aqui que haja uma manifestação da Comissão...

É sobre esse assunto?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É sobre esse assunto.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu já assinei a petição que foi feita, que está correndo no Senado. Eu quero fazer em homenagem à D. Gerli, à D. Lalá, à Grazi e ao João, que são os quatro terceirizados que trabalham no meu gabinete desde que assumi o mandato. São pessoas exemplares, que, ontem, vieram me trazer a ponderação feita pelo Senador Paulo Paim a respeito desse assunto. Então, quero apoiar a iniciativa e esse requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP. Pela ordem.) – Vejam, isso é consequência da decisão deste Congresso. O Congresso decidiu aprovar a reforma trabalhista, claramente recessiva, porque reduz salário não só dos terceirizados do Senado. Como estamos aqui, vamos lutar para impedir que isso aconteça com os terceirizados do Senado, mas está acontecendo com os trabalhadores do País como um todo. Realmente, é triste ver a situação que este País está vivendo. E este Congresso votou, a maioria deste Congresso votou por uma lei draconiana, drástica, recessiva, absurda, que devolve o País à condição de semiescravidão. Imaginem: essas pessoas já ganham um salário pequeno e ainda querem reduzir mais.

Agora, a responsabilidade não pode... Isso é uma coisa que a gente não pode deixar de esclarecer a quem esteja nos ouvindo. É decisão dos Senadores e Senadoras, dos Deputados e Deputadas que votaram a favor da reforma trabalhista. Isso tem de ser consignado aqui e ser deixado muito claro. É uma decisão do Congresso Nacional. Isso não é uma imposição. Foi uma decisão votada por todos nós. Portanto, a responsabilidade pela redução dos salários dos trabalhadores no País todo, inclusive aqui dentro do Senado, é dos Senadores e Senadoras que votaram pela aprovação da reforma trabalhista. Que fique claro. É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Capiberibe.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Hélio José, eu não tinha vista o senhor chegar.

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pela ordem.) – Eu gostaria de cumprimentar V. Exª, cumprimentar nosso nobre Senador Paulo Paim e o nosso nobre Senador Capi pelas intervenções importantes, reconhecendo aqui o trabalho maravilhoso prestado pelos nossos terceirizados desta Casa. Convido-os, inclusive, para participar comigo hoje de uma reunião com todos os terceirizados, às 13h45, no auditório Petrônio Portela, onde nós vamos eleger uma comissão de servidores internos do Senado para conversar diretamente com o Presidente do Senado e com a Diretora do Senado para sanar esse problema, porque esse problema não pode perpetuar na forma que está sendo colocado.

É inadmissível a redução salarial de pessoas. Se temos o trabalho aqui de excelência no Senado, não podemos precarizá-lo por objetivos econômicos não republicanos, na minha visão.

Então, concordo – não pude ver o conteúdo – de pronto com o requerimento do nobre Senador Paulo Paim. Teremos essa reunião hoje, às 13h45, porque isso está incomodando muito todos os servidores desta Casa, que são moradores do Distrito Federal, os servidores terceirizados.

Eu já tive a intervenção, e graças à luz dada também pelo nosso nobre Senador Paulo Paim, vamos conversar com a Diretora-Geral e com o Presidente da Casa. A Senadora Marta também fez uma colocação importante nessa linha.

Então, em homenagem a todos os terceirizados, vamos fazer essa reunião hoje, às 13h45, formar uma comissão, prosseguir na conversa e tentarmos resolver o mais rápido possível essa questão tão grave, não é, nobre Senador Paulo Paim?

Muito obrigado.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada.

Pela ordem, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Pela ordem.) – Eu gostaria de requerer um pedido de extrapauta para um requerimento, se V. Exª permitir. Depois, nós temos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Terminada esta votação, eu coloco a questão extrapauta, certo?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Porque estamos ainda na votação da manifestação que vamos fazer para a Mesa Diretora.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Não votamos ainda?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Já votamos o requerimento.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O requerimento é de audiência pública. O aniversário da lei. Aí, dentro da discussão, surgiu a ideia da manifestação da Comissão para a Mesa Diretora. Então, nós vamos agora votar essa manifestação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dessa manifestação, o primeiro signatário é o Senador Jorge Viana.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Os Senadores e as Senadoras que concordam com essa manifestação da Comissão de Direitos Humanos com relação aos servidores terceirizados da Casa no que diz respeito à redução de salário, a partir de um documento que está percorrendo os corredores e que chegou até nós – o documento chegou a todos nós, eu acho –, permaneçam como se encontram.

A redação, vamos fazer ainda aqui. Acho que alguém já pode ir esboçando. (*Pausa.*)

Aprovado.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores...

Vou votar só mais um, porque há requerimento ainda na pauta.

Depois, vamos para o extrapauta. É melhor.

Item 22.

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 71, de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Planos de Saúde: a coparticipação e o aumento abusivo nas mensalidades".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Farei uma manifestação rápida. Os planos de saúde aumentaram três vezes o correspondente à inflação. E nós já marcamos, claro, esperando o aval desta Comissão, para amanhã de manhã, às 9 horas. Todos os convidados já confirmaram que se farão presentes. É isto: discutir plano de saúde.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Senti firmeza hoje aqui, hein!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Consulto os Srs. Senadores e Senadoras se concordam com a apresentação de requerimento extrapauta.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Aprovado.

Requerimento da Senadora Marta Suplicy.

Requerimento nº 74.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 74, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTIfobia.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Concedo a palavra à Senadora Marta para encaminhar.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Para encaminhar.) – Brevemente, a justificativa é de que nós temos um calendário de eventos sobre a temática LGBTI em alusão ao Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTIfobia, o dia 17 de maio. A audiência pública tem o objetivo de discutir projetos de lei voltados para a efetivação da igualdade de direitos e proteção jurídica da população.

O Poder Judiciário, por meio de decisões recentes, tem feito valer direitos de cidadania. No entanto, o não reconhecimento pelo Legislativo, ou seja, a não aprovação de projetos que instituem direitos é uma forma de violência institucional, razão pela qual o debate proposto se faz necessário.

Eu resumi bastante, porque acho que é um tema bastante conhecido aqui da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, como deu quórum, se pudéssemos votar em bloco, e daí deixamos algum outro requerimento para votar por acordo no final.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento da Senadora Marta.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Srª Presidente. Srª Presidente, só um pouquinho. Eu tenho um projeto que...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só um minutinho, Senador, estamos em votação do requerimento da Senadora Marta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estava em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento da Senadora Marta.

Os Senadores e as Senadoras que com ele concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Acabamos de aprovar o requerimento extrapauta da Senadora Marta.

Nós temos quórum, e eu queria aproveitar assim: nós temos a segunda parte, que é a leitura do relatório da diligência feita em Curitiba. Mas nós temos quórum e temos projetos que foram lidos, discutidos, e estão em ponto de votar. Queria consultar os Senadores... Nós poderíamos ler os títulos, os assuntos...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP. Pela ordem.) – Eu solicitaria a V. Exª colocar para leitura o relatório, para aproveitar exatamente o quórum.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, eu faço um apelo para que a primeira votação seja em bloco. Em seguida, poderemos votar aqueles que não...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O problema é os Senadores ficarem, não é? A gente está até aproveitando por conta...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas, se a senhora votar em bloco, nós vamos limpar toda a pauta. E em seguida vamos para o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Todos concordam? Todos vão permanecer? O relatório é pequeno, a gente faz a leitura do relatório, e, depois, quem quiser debater o relatório debate depois da votação, porque aí fica quem quiser para debater. Pode ser assim? Aí a gente volta para a pauta, Senador. É porque nós estamos aproveitando o quórum para os terminativos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, permita-me, sem perder tempo, eu queria agradecer a todos os Parlamentares, inclusive os da Base do Governo. Fizemos um acordo com o Governo, sob a orientação de V. Exª, no sentido de que todos estariam aqui para votar projetos que não são polêmicos. Então, votamos todos, e depois podemos votar aqueles em que porventura haja alguma divergência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Srª Presidente. Só um pouquinho, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nós vamos votar agora, aproveitando o quórum, os terminativos que já foram lidos e discutidos, que são os itens 2, 3, 4, 6 e 7. Eu vou ler só o título do projeto, porque aí a pessoa... Não, o pessoal concordou em ler o relatório. Estou errada. Vamos ler o relatório. Não vai ser discutido o relatório, só lido; depois, votamos os terminativos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, com todo o respeito, não vai dar quórum. O Telmário já saiu. Acho que nós teríamos de votar em bloco e, em seguida, ler o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É rapidinho, Senador. Não vai haver discussão, não vai haver nada. Os relatórios já estão lidos e discutidos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós estamos há três anos quase esperando uma oportunidade como esta. É uma votação, e, em seguida...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É o item 2, que é...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Telmário foi. Eu tinha dito para ele que era para votar em bloco.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, vamos aproveitar o quórum.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015

- Terminativo -

Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.

- Em 01/09/2015, foi aprovada a matéria na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Emenda nº 1-CE.

- Em 03/08/2016, na 73ª Reunião, o Senador Paulo Paim apresenta, durante a discussão, as Emendas nºs 2 e 3.

- Em 29/03/2017, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

- Em 03/08/2016, foi lido o Relatório pela relatora "ad hoc", Senadora Regina Sousa; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia.

Autoria: Senador Alvaro Dias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

- Em 17/05/2017, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

- Em 22/03/2017, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

- Em 03/05/2017, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação

Votação nominal. Todos concordam que votemos esses itens? (*Pausa.*)

Votação nominal em bloco.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em bloco de todos eles? Quem votar "sim" vota em todos eles?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Exato. (*Pausa.*)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Presidente, pela ordem. Nós vamos seguir a numeração da pauta? Eu sou relatora de um projeto do Senador Hélio José, mas ele não foi lido ainda. Se tivermos outros já lidos e terminativos, seria melhor... Mas, se não tivermos, eu pediria para seguirmos a pauta, porque o meu é o próximo da lista.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu tenho uma dúvida: durante a votação a gente pode seguir a pauta? Eu tenho essa dúvida. Eu sei que pode haver debates.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Ele está na pauta, é o 14º.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sim, mas nós estamos em processo de votação. Essa é a pergunta que eu estou fazendo, porque eu não sei.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu só estou perguntando o que vamos fazer depois.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos seguir a pauta, vamos seguir a pauta.

Primeiro, ele vai fazer a leitura do relatório. São duas páginas. Isso foi o combinado. Não vai haver discussão do relatório. É só a leitura. Quem quiser debater o relatório deve vir depois.

Quem falta para votar? Paulo Paim, e quem mais?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – O Paim não votou ainda. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Podemos encerrar a votação?

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – SIM, 9; NÃO, zero.

Por unanimidade, nós aprovamos os itens 2, 3, 4, 6 e 7, terminativos.

Vamos à leitura do relatório da diligência.

A discussão fica para depois, para o final, porque temos a pauta para seguir com os Senadores relatores presentes.

Senador João Capiberibe, Relator da Comissão da diligência que foi a Curitiba ver as condições de encarceramento do Presidente Lula.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador, deixe-me ler um texto.

Apresentação e deliberação do relatório da diligência CDH à Superintendência da Polícia Federal em Curitiba para verificar as condições de encarceramento do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos demais presos daquela sede, conforme Requerimento nº 66, de 2018. Relatoria do Senador João Capiberibe, que tem a palavra para a leitura do relatório.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Capiribe, estão fazendo um apelo: se o senhor puder ir direto à análise para nós aprovarmos. Todo o mundo quer aprovar o seu relatório.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – Eu vou só fazer aqui uma breve introdução.

O presente relatório refere-se à diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa diante da aprovação do Requerimento 66/2018.

Por volta das 14h30 do dia 17 de abril de 2018, 11 (onze) Senadores da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal diligenciaram a Superintendência Regional do Departamento de Polícia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal em Curitiba para verificar as condições da carceragem do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O grupo foi composto pela Presidente da Comissão, Senadora Regina Sousa, Senadora Fátima Bezerra, Senadora Lídice da Mata, Senadora Gleisi Hoffman, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador João Capiberibe, Senador Lindbergh Farias, Senador Humberto Costa, Senador Paulo Paim, Senador Paulo Rocha e Senador José Pimentel.

A visita foi realizada em dois grupos, iniciando pela ala da carceragem do térreo, onde se encontravam os presos da Operação Lava Jato e também presos comuns. O Senador João Capiberibe relata que pôde conversar com dois presos, os quais declararam que as condições em que se encontram são adequadas e a alimentação, satisfatória.

Eu colhi as impressões de cada Senador membro da Comissão. Cada Senador teve um espaço reservado neste relatório.

Portanto, diante da explícita violação do inciso X do art. 41 da Lei de Execuções Penais e considerando tratar-se de um ex-Presidente da República com expressiva aprovação popular, um líder político mundialmente conhecido e respeitado, solicita-se:

1. A expedição de ofício ao Departamento de Polícia Federal visando à ampliação dos visitantes bem como dos dias para visitas.

2. A comunicação ao Ministério Público, diante de sua função de fiscal da lei, acerca da violação do inciso X do art. 41 da Lei de Execuções Penais para que tome as providências cabíveis.

No geral, todos os membros da Comissão consideraram as condições de carceragem do Presidente Lula adequadas.

Portanto, são essas as recomendações.

Esse é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A gente prometeu que iria passar para a pauta, porque há relatores presentes; depois, faríamos a discussão e votação do relatório, porque é simbólica.

Vamos à pauta.

Próximo item.

ITEM 18

SUGESTÃO Nº 1, de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

CUMPRA-SE o art. 37 da CF: garantia de DATA-BASE aos servidores públicos

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Com a palavra o Senador Hélio José, para leitura do relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Como Relator.) – Vem ao exame desta Comissão, na forma do art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e da Resolução nº 19, de 27 de novembro de 2015, que *regulamenta o Programa e-Cidadania*, a Sugestão (SUG) nº 1, de 2018, originária da Ideia Legislativa nº 87.938, do Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011, apresentada pela cidadã Jasiva Correa, em 16 de agosto de 2017, para que se cumpra o art. 37 da CF: *garantia de data-base aos servidores públicos.*

Segundo a autora da Ideia Legislativa, *no Brasil, a data-base é cumprida pelo setor privado, e a inexistência de regulamentação para os servidores públicos corrói salários, congela benefícios e precariza condições e serviços prestados. Informa ainda que, aos trabalhadores do serviço público, a data-base é garantida pelo art. 37 da Constituição Federal.*

No dia 7 de dezembro de 2017, a Ideia Legislativa sob exame alcançou mais de 20 mil apoios e foi transformada em sugestão, na forma da citada Resolução nº 19, de 2015.

Da análise.

De conformidade com o parágrafo único do art. 102-E do RISF, compete a esta Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a Sugestão sob exame em proposição legislativa.

Está totalmente correta a autora da presente Ideia Legislativa, ao afirmar que a Carta Magna já estabelece a obrigação de existir uma revisão geral da remuneração dos servidores públicos, o que equivale à chamada data-base para os trabalhadores da iniciativa privada.

A matéria está prevista na Constituição, na parte final do inciso X do art. 37, que, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, determina:

Art. 37.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
> .....

Há, entretanto, um equívoco parcial na sua afirmação de que a matéria carece de regulamentação.

Efetivamente, no âmbito da União, que é o que nos interessa aqui, uma vez que, para os demais entes federados, o tema é da sua competência, tendo em vista a respectiva autonomia, o dispositivo foi disciplinado pela Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, que *regulamenta o inciso X do art. 37 da Constituição, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais*, que prevê o seguinte:

> Art. 1º As remunerações e os subsídios dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, serão revistos, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição, no mês de janeiro, sem distinção de índices, extensivos aos proventos da inatividade e às pensões.
> Art. 2º A revisão geral anual de que trata o art. 1º observará as seguintes condições:
> I – autorização na lei de diretrizes orçamentárias;
> II – definição do índice em lei específica;
> III – previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual;
> IV – comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo governo, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de interesse econômico e social;
> V – compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e
> VI – atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Vale comentar, nesse ponto, que o diploma legal foi editado como resultado da decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.061, ajuizada em 16 de setembro de 1999, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), relatada pelo ilustre Ministro Ilmar Galvão e julgada em 25 de abril de 2001, cujo acórdão é assim ementado:

> AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (REDAÇÃO DA EC Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998). Norma constitucional que impõe ao Presidente da República o dever de desencadear o processo de elaboração da lei anual de revisão geral da remuneração dos servidores da União, prevista no dispositivo constitucional em destaque, na qualidade de titular exclusivo da competência para iniciativa da espécie, na forma prevista no art. 61, §1º, II, "a", da CF. Mora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> que, no caso, se tem por verificada, quanto à observância do preceito constitucional, desde junho/1999, quando transcorridos os primeiros doze meses da data da edição da referida EC nº 19/98. Não se compreende, a providência, nas atribuições de natureza administrativa do Chefe do Poder Executivo, não havendo cogitar, por isso, da aplicação, no caso, da norma do art. 103, §2º, *in fine*, que prevê a fixação de prazo para o mister. Procedência parcial da ação.

A Lei nº 10.331, de 2001, foi cumprida, pelo menos do ponto de vista formal, nos anos de 2002 e 2003. O índice da revisão do ano de 2002 foi estabelecido no próprio diploma legal, cujo art. 5º determinou que, *para o exercício de 2002, o índice de revisão geral das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais será de 3,5%.*

Para o ano de 2003, a matéria foi objeto, com certo atraso, da Lei nº 10.697, de 2 de julho de 2003, que *dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata a Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003, que estabeleceu que ficam reajustadas em um por cento, a partir de 1º de janeiro de 2003, as remunerações e os subsídios dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais.*

Para o ano de 2004, não houve qualquer iniciativa por parte do Poder Executivo sobre revisão geral. Naquele ano, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) impetrou, no dia 14 de setembro, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.303 contra esse fato. O pedido, no entanto, foi indeferido pelo Supremo Tribunal Federal, em julgamento ocorrido em 27 de setembro de 2006, que entendeu, na forma do voto do Relator, o Ministro Carlos Britto, que a mora não tinha chegado a se consumar quando do protocolamento da ação.

O respectivo Acórdão tem a seguinte ementa:

> CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. INCISO II DO §1º DO ART. 61, COMBINADO COM O INCISO X DO ARTIGO 37, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Mora do Chefe do Poder Executivo Federal, que não chegou a se consumar. A ação direta de inconstitucionalidade foi proposta em 14/9/2004, quando ainda restavam três meses para o Presidente da República exercitar o seu poder-dever de propositura da lei de revisão geral (art. 1º da Lei federal nº 11.331/01). Ação julgada improcedente, dado que prematuramente ajuizada.

Para o ano de 2005, o Presidente da República enviou o Projeto de Lei nº 4.825, de 2005, que dispõe sobre a revisão geral e anual da remuneração e do subsídio dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição, referente a 2005.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição estabelece que ficam reajustados em 0,1%, a partir de 1º de janeiro de 2005, a remuneração e o subsídio dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais.

Lido na Câmara dos Deputados no dia 28 de fevereiro de 2005, o projeto foi despachado ao exame das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No dia 8 de agosto de 2007, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou o parecer do Relator, Deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS), favorável à matéria.

Desde então, a proposição encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação, aguardando o parecer.

Não houve iniciativa de reajuste geral para os servidores públicos em nenhum dos anos seguintes.

Do exposto, verifica-se que, em sentido estrito, não há ausência de regulamentação na matéria. O que tem ocorrido é a omissão do Presidente da República em encaminhar o projeto de lei específica que, a cada ano, defina o índice de revisão dos servidores públicos, uma vez que se trata de proposição de sua iniciativa privativa, por força do que determina a alínea a do inciso II do §1º do art. 61 da Constituição.

Efetivamente, proposição com esse conteúdo não foi encaminhada ao Poder Legislativo, no que se refere aos anos de 2004 e de 2006 até o corrente ano. Assim, se não há providência legislativa que possa ser tomada pelo Congresso Nacional especificamente na concessão da revisão geral, pode o Poder Legislativo avançar na busca de coibir a omissão do Poder Executivo em cumprir uma obrigação constitucional, já reconhecida pela nossa mais Alta Corte de Justiça.

Desta forma, avançando ao encontro do que pretende a presente sugestão, estamos propondo a apresentação de um projeto de lei por esta Comissão, tipificando como crime de responsabilidade do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos a omissão no encaminhamento, ao respectivo Poder Legislativo da revisão geral anual, a que são obrigados por determinação do art. 37, inciso X, da Carta Magna.

Voto, Srª Presidente.

Do exposto, na forma do art. 102-E, parágrafo único, inciso I, do RISF, votamos pela apresentação do projeto de lei do Senado que se segue:

> PROJETO DE LEI DO SENADO
> Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar como crime de responsabilidade a omissão no envio ao Poder Legislativo da proposta de revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes públicos.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, passa a vigorar acrescido do seguinte número 8:
"Art. 9º .....
.....
8 – não enviar ao Poder Legislativo a proposta de revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes públicos de que trata o inciso X do *caput* do art. 37 da Constituição Federal."
Art. 2º O art. 4º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:
"Art. 4º .....
.....
XI – não enviar ao Poder Legislativo a proposta de revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes públicos de que trata o inciso X do *caput* do art. 37 da Constituição Federal."
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão.

Presidente.

Relator, Senador Hélio José.

Quero citar por que eu fiz questão de ler o relatório na íntegra, com tranquilidade: trata-se duma questão importante, nobre Presidente, para os servidores públicos do Brasil. Não podemos mais permitir essa omissão contínua de não apresentar realmente uma proposta de reajuste para os servidores conforme as inflações e os índices de perdas salariais contínuas.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Hélio.

Em discussão o relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senadora, peço vista.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A Senadora Marta Suplicy pede vista do relatório.

Vista concedida, Senadora Marta.

Vamos aos itens...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – É possível pedir vista coletiva, Senadora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Claro, deve.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Para a gente agilizar o expediente. Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vista coletiva assegurada, não é, Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vista coletiva concedida.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, de 2018

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda de poder familiar.

Autoria: Deputada Laura Carneiro

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observação:

Tramitação: CDH e CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Marta, para leitura do relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Como Relatora.) – O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 13, de 2018 – na origem, Projeto de Lei 7.874/2017 –, é de autoria da Deputada Laura Carneiro, e altera o Código Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Código Civil para dispor sobre hipóteses de perda do poder familiar.

No Código Penal, o inciso II do art. 92, prevê, como efeito da condenação, a incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela nos crimes dolosos, sujeitos à pena de reclusão, contra filho, tutelado ou curatelado. Altera-se esse dispositivo para substituir a expressão "pátrio poder", não mais utilizada no direito de família, por "poder familiar". Na hipótese desse dispositivo, amplia-se o rol das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vítimas, que são, atualmente, apenas filho, tutelado ou curatelado, para abranger, também, filha, outro descendente e outrem igualmente titular do mesmo poder familiar.

No ECA, a alteração do §2º do art. 23, que trata do mesmo objeto, tem o mesmo sentido, para manter o paralelismo entre os dispositivos dessas normas.

No art. 1.638 do Código Civil, a perda do poder familiar pela prática de crimes contra filho, filha ou outro descendente, ou contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar, passa a ser prevista. Essa hipótese se aplica, especificamente, aos crimes de homicídio, feminicídio ou lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte quando se tratar de crime doloso e envolver violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher, bem como de estupro ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de reclusão.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Direitos Humanos e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram recebidas emendas.

A análise é que o Regimento Interno do Senado Federal atribui à CDH essa competência para examinar esse tipo de matéria.

No mérito, a proposição é plenamente justa e razoável. Não faz sentido manter o poder familiar de quem atente contra as pessoas com as quais, ou sobre as quais, esse poder é exercido. Igualmente, a proteção às crianças e aos adolescentes demanda que, por cautela, seja prevista a perda do poder familiar dos autores de crimes de estupro ou outros crimes contra a dignidade sexual.

Eu me lembrei agora de uma matéria que saiu esta semana de uma juíza que pediu que fossem tiradas do convívio paterno duas crianças. E a mãe pedia, porque ele tinha a guarda. Negaram e não foram – acho – averiguar exatamente a condição dessas crianças, Senadora, e uma das crianças faleceu exatamente por maus cuidados.

Então, parece-me importante esse projeto, porque se cuida, enfim, de reafirmar que o poder familiar é instituído em favor da família e de seus membros, e não uma liberdade absoluta para cometer quaisquer violências ou iniquidades contra a própria família. Reconhecer isso é uma questão de, no mínimo, bom senso, pois a dignidade das pessoas, inclusive mulheres e crianças, não pode estar sujeita aos impulsos violentos e arbitrários de ninguém.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 13.

E parabenizo a autora, a Deputada Laura Carneiro.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir parecer da CDH favorável ao projeto.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) –

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ampliando situações que tipificam a violência doméstica e familiar contra a mulher, as garantias e meios de proteção da vítima.

Autoria: Senador Hélio José

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pelo arquivamento do Projeto

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra para a Senadora Marta Suplicy para a leitura do relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

O Projeto de Lei do Senado de nº 28, de autoria do Senador Hélio José, tem por finalidade estender a proteção da Lei 11.340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, para casos de violência contra a mulher ocorridos na vizinhança de sua moradia.

Para esse efeito, acrescenta dois dispositivos à Lei Maria da Penha. O primeiro é um novo inciso no art. 5º, para dispor que a violência sofrida pela mulher, sob a forma de qualquer ação ou omissão baseada no gênero, nas regiões de vizinhança de sua moradia, conjunto habitacional, edifício ou similares, onde o agressor conviva em proximidade com a vítima, também sejam disciplinados por essa lei. O segundo é um novo parágrafo a ser criado no art. 19, para autorizar o juiz a atribuir ao agressor os custos com medidas protetivas, tais como aluguel de novo domicílio, diárias de hotel e traslados.

O autor justifica sua iniciativa com fundamento na possível recusa de aplicação de medidas protetivas por agentes públicos que interpretem a unidade doméstica de modo que considera restritivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como a residência unifamiliar onde ocorra a agressão à mulher, deixando as vítimas à mercê de assédio, de ameaças e de atos violentos praticados por vizinhos.

A proposição foi distribuída às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última manifestar-se em caráter terminativo.

Análise.

Compete à CDH opinar sobre proposições pertinentes aos direitos da mulher. É bastante evidente que as mulheres merecem a proteção da lei em situações de convívio próximo nas quais seja mais fácil a ação de agressores. Onde houver maior potencial lesivo, logicamente deve ser maior a proteção legal. Porém, o inciso I do art. 5º da Lei Maria da Penha restringe sua abrangência a agressões cometidas no âmbito de uma unidade doméstica.

Há, como bem sabemos, situações diversas de moradia que implicam realmente proximidade entre os vizinhos, tais como conjuntos habitacionais, condomínios, assentamentos, acampamentos, fazendas e outras situações que podem caracterizar uma comunidade residencial.

Nessas situações, a maior vulnerabilidade decorrente da proximidade entre vizinhos, com acesso facilitado do agressor à vítima, justificaria a maior proteção legal.

Contudo, a proposição traz elevado risco de introduzir, na Lei Maria da Penha, conceitos pouco claros, com vícios de redação e de técnica legislativa. Há confusão entre conceitos como residência e domicílio, além de pouca clareza na ementa, e inobservância de outras regras fixadas para a redação e para a alteração das leis na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, como constatamos, por exemplo, na inexistência de cláusula de vigência.

A preocupação do autor é meritória, pois a relação de proximidade é exatamente como S. Exª o Senador Hélio José conseguiu apontar.

Então, o meu voto vai ser contrário, não pelo que ocorre, porque o que ocorre é verdade e é uma percepção. Talvez nós tenhamos que pensar um outro tipo de projeto que vá ao encontro desse problema que V. Exª conseguiu observar e tentar colocar. Mas acho que na Lei Maria da Penha é que se deu o problema.

O dispositivo que autorizaria o juiz a atribuir ao agressor os custos com medidas protetivas, tais como aluguel de novo domicílio, diárias e hotel e traslados, não aprimora substancialmente a Lei Maria da Penha, que já oferece alternativas a essas soluções ao prever medidas protetivas de urgência em favor da ofendida. O art. 23 dessa Lei já autoriza o juiz a: encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção; a determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos; determinar a separação de corpos. São medidas que podem surtir o efeito desejado de oferecer proteção à ofendida e aos seus dependentes, sem acrescentar mais um elemento de tensão entre as partes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, é devido o reconhecimento a toda iniciativa que tenha o propósito de contribuir para reforçar as leis que, finalmente, começam a punir mais efetivamente a violência praticada contra mulheres como reflexo de uma visão machista, dominadora, opressora do gênero feminino e contrária à justa aspiração por respeito e igualdade. Porém, devemos ter o cuidado de garantir que as leis, como a Lei Maria da Penha, tenham um mínimo de estabilidade para que possam ser bem conhecidas, assimiladas e aplicadas.

Em razão do exposto, concluímos pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 28, reconhecendo o mérito da percepção do Senador Hélio José em relação ao que acontece em muitas situações por ele descritas. Mas o instrumento pretendido na utilização creio que cria uma brecha na Lei Maria da Penha, o que temos tentado evitar.

Muito obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Marta.

Em discussão a matéria.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Para discutir, Srª Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Senador Hélio José, para discutir. Ele é o Autor do projeto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Para discutir.) – Srª Presidente, Srª Relatora, Senadora Marta Suplicy, fui procurado por uma quantidade infinita de pessoas, de mulheres vítimas exatamente dessa situação constrangedora, que é estar morando em um condomínio, numa casa, e os vizinhos, de repente, se aproveitarem da fragilidade da pessoa e fazerem todo o tipo de assédio possível. A pessoa chega a uma delegacia de polícia, e os delegados dizem assim: "Ah, em briga de vizinho não vou me envolver. Resolva por lá." Não há nada que se garanta à pessoa numa situação como essa. E as pessoas, depois de tanto sofrimento, muitas vezes são obrigadas a venderem tudo o que têm para se mudarem, para saírem daquela situação, porque não dá mais para conviver lá. Então, nós não podemos deixar essa situação como ela se encontra.

O local onde a gente melhor percebeu para tipificar esse crime foi exatamente a Lei Maria da Penha. Eu quero fazer a justificativa aqui. Vou lê-la na íntegra, inclusive.

A Lei Maria da Penha, como ficou conhecida, a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, trouxe a garantia dos direitos das mulheres a um patamar mais justo e em muitas situações reduziu a violência contra a mulher.

As situações cobertas pela lei são amplas, porém, não o suficiente para que se proteja a mulher do assédio, das ameaças e da violência perpetrada por vizinhos, notadamente em conjuntos habitacionais formados por casas e apartamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui em Brasília, vivemos um sério problema, inclusive, envolvendo homens e mulheres, porque foram feitos condomínios pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, e nós temos uma cidade chamada Paranoá e outra cidade chamada Riacho Fundo II, e, da noite para o dia, passaram a residir nos condomínios 45 mil habitantes, tanto no Paranoá quanto no Riacho Fundo II. E temos uma séria crise dessas pessoas que vivem nesses condomínios, porque eles não tiveram nenhum preparo para, de repente, sair das situações de risco em que eles moravam e unirem-se todos, com diversas situações distintas desses condomínios. Então, lá a violência é muito grande. E no Brasil inteiro a violência também é muito grande. Só fiz este parêntese para ilustrar esta questão.

Em muitos desses casos, a mulher ameaçada acaba tendo que mudar de endereço, às suas custas, já que medidas protetivas não são acionadas pelo Estado em vista de entendimento restritivo da Lei Maria da Penha. Sou procurado, inclusive, por vários conselheiros tutelares por causa desta questão. Em vários casos que nos foram relatados, a mulher vítima não recebe atenção nas delegacias e nos juizados por compreenderem as autoridades tratar-se de rusgas ou violência entre vizinhos, não reconhecendo a mulher como vítima mais fraca na relação de vizinhança.

Explicitar essa hipótese na lei certamente proporcionará à mulher agredida ou ameaçada os meios legais necessários para que acione a autoridade judiciária competente e receba o mesmo tratamento de urgência que é aplicado nos casos de violência doméstica.

Ao acrescentar, para esses casos, a possibilidade de o juiz decretar que cabe ao agressor arcar com as custas da aplicação de medidas protetivas ou com as despesas que foram provocadas por sua ação, acreditamos que isso provocará efeito efetivo na contenção da ânsia do agressor.

Concluindo, Srª Presidente, eu quero dizer que este projeto tem um alcance nacional tão importante quanto às violências domésticas causadas e hoje abarcadas pela Lei Maria da Penha. Eu acho que em relação a algumas das argumentações colocadas pela nobre Senadora Marta Suplicy, já que o projeto é terminativo na CCJ, podemos tranquilamente nos sentar a quatro ou oito mãos – inclusive gostaria de convidar V. Exª, Presidente da CDH, nosso nobre Senador Paulo Paim, nossa nobre Senadora Vanessa Grazziotin, nossa nobre Senadora Marta Suplicy e todos aqui presentes – para, juntos, debruçarmo-nos e não deixarmos de definir em lei uma situação protetiva às mulheres agredidas, que hoje, nas delegacias de polícia, não são atendidas com a devida vênia, tendo que vender tudo o que têm até a última roupa para conseguirem sair daquela situação degradante da qual são vítimas de manhã, de tarde e de noite, da espionagem e da pressão que recebem dos seus vizinhos.

Esse é o objetivo do projeto, atendendo aos vários conselheiros tutelares, às várias mulheres e a todos que me procuraram, em homenagem, inclusive, à mulher, cujo dia é celebrado em março, já que este projeto era para estar em pauta no mês de março, mas, lamentavelmente, não conseguimos por falta de oportunidade. Então, que hoje possamos passá-lo à CCJ, com o meu compromisso e acho que o compromisso de quem for o Relator na CCJ, para juntos construirmos uma redação que seja mais conciliatória para todos, pois o único e exclusivo objetivo é dar melhores condições para que as mulheres possam ter sua vida normal, sem ter nenhum tipo de agressão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Continua em discussão a matéria.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Olha, vou insistir. Eu acho que o projeto é meritório, mas eu estou um pouco cansada – vocês desculpem – dessa coisa que também às vezes ocorre na minha Comissão de Assuntos Sociais, ou seja, a gente vota o projeto, apesar de achar que não está assim tão certo e, na outra, resolve-se. Assim, gastamos um tempo grande, na CCJ ou na própria CAS, votando coisas que vão ser decididas em outro lugar.

Acho que está claro. Esse projeto não vai ajudar a Lei Maria da Penha. Acho que ele não deve continuar tramitando. A ideia é muito boa. Então, ela deve ser proposta num outro tipo de projeto, fora da Lei Maria da Penha, porque o que V. Exª relata é exatamente o que ocorre, só que, na Lei da Maria da Penha, vai ser uma instância que corre um risco grande, numa lei que está dando certo, que foi tão difícil de conseguirmos aprovar e implantar do jeito que está indo bem agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, mediante o impasse de dois grandes Senadores – da grande Senadora, Senador Hélio José e Senadora Marta Suplicy –, ambos Presidentes de Comissão, e sei que a intenção de ambos é das melhores, faria o seguinte encaminhamento: eu peço vista. Peço que a vista não seja coletiva, para, nas propostas que forem encaminhadas, tentarmos construir entendimento. Caso isso não aconteça, daí votamos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Muito bom, Senador Paulo Paim. Não sei se a Senadora Marta concorda, mas, para mim, estaria ótima.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, todos concordam com a proposta do Senador Paim de pedir vista, que não seja coletiva, para construir alternativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se for possível, nós construímos; se não é, votamos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Srª Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que essa solução permite – a própria Senadora Marta, que foi Relatora pelo arquivamento – outros aspectos a serem examinados. O Autor, Senador Hélio José, está aqui.

Acho que a proposta do Senador Paulo Paim é clara. Não havendo possibilidade de entendimento sobre a matéria, primeiramente com a legislação que já temos em relação à proteção da mulher – temos uma na dependência de ser votada na CCJ –, que é do Pedro Taques, em relação às medidas protetivas às mulheres, cuja relatoria é do Senador Humberto Costa, que estava como primeiro item da pauta, lamentavelmente não foi votado hoje, essa proposta do Senador Paulo Paim é, digo, um meio termo entre as duas posições, e isso atende... Pode seguramente ter uma solução de consenso, como pode não ter. Em não havendo consenso, vem para voto, e examinamos o assunto nesse entendimento.

A Senadora Marta tem sido exemplar nessas questões na defesa do interesse da proteção das mulheres, das minorias, da questão LGBT. Com toda essa agenda, a Senadora tem um cuidado muito grande. A proposta da Senadora considera as áreas periféricas de Brasília, onde há um índice de violência muito grande. No meu Estado também, Senador Hélio José, o nosso Estado, Senador Paulo Paim, é de alto índice de violência contra a mulher, embora seja dito que é um Estado politizado, muito evoluído politicamente, mas há a violência contra a mulher lá. Há também a cultura de que é um Estado machista.

Isso também pesa sobre a questão cultural, mas a proposta do Senador Paulo Paim me parece bem razoável, e podemos acolhê-la com esse destino.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Achei muito boa a ideia. Vou tentar ver um substitutivo e conversar com o Senador Hélio José se atende aos requisitos do seu projeto. Na próxima semana, acho que não tenho esse projeto pronto. Então, vou pedir que seja na outra.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É por isso que ele está pedindo que não seja coletiva, porque...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Ah, é para...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... a coletiva tem que voltar na semana seguinte.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Está certo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu diria mais, Senadora. Mediante a sua proposta, que resolve a questão, nem pedimos vista. Fica na sua mão, e V. Exª apresenta o substitutivo.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Está bom. Retiramos de pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, a vista pedida pelo Senador Paim concedida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao último item. Depois, nós vamos ver a discussão do relatório.

ITEM 16

SUGESTÃO Nº 59, de 2017

- Não terminativo -

Enquadramento de Desenvolvedores/Programadores como MEI

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei Complementar do Senado que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para leitura do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente Regina Sousa.

Caros colegas Senadores, Senador Hélio José, eu vou direto à análise, resumindo também, seguindo as lições do Senador Paulo Paim, que tem muito mais experiência que eu. Todos os Senadores já receberam cópia, que está disponível na Comissão de Direitos Humanos.

É bom ressaltar que há um aspecto relevante nesse projeto, porque ele nasce de uma contribuição popular. Uma resolução do Senado Federal criou o Programa e-Cidadania, em que o cidadão se manifesta para sugerir iniciativas ou proposições. Esta é uma delas. É claro que há uma série de regas estabelecidas. Elas são encaminhadas, conforme o caso, às comissões pertinentes, que lhes darão o tratamento previsto no Regimento Interno do Senado Federal. Então, eu acho que é extremamente democrática a iniciativa.

A ideia legislativa, que é o projeto, obteve apoio de mais de 20 mil cidadãos no período de quatro meses. O parágrafo único, Senador Hélio José, do art. 6º da referida resolução determina que terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno, sendo encaminhado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para opinião sobre a sua admissibilidade e conteúdo. No caso de parecer favorável da Comissão, a sugestão será transformada em proposição legislativa de sua autoria e encaminhada à Mesa para tramitação, ouvidas as comissões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competentes para o exame do mérito. Então, isso é para explicar como é o procedimento com iniciativas dessa natureza.

Considera-se MEI o empresário individual ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural, que tenha auferido receita bruta, no ano calendário anterior, de até R$60 mil, que seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o chamado Simples Nacional, de todos conhecido, e que não esteja impedido de optar pela sistemática de tributação.

O enquadramento como MEI possibilita o recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida.

Aqui, estão todos os detalhamentos técnicos em relação a esse tema, que está claro a todos.

Diante das considerações feitas pela área legislativa do Senado Federal, a demanda constante da presente sugestão, no caso dos produtores visuais e da área tecnológica, é meritória e merece ser acatada, de modo que a relevante categoria de profissionais ora em comento, que estão pleiteando esse benefício, possa integrar a sistemática do MEI.

Para tanto, propomos alteração da LCP 123, de 2006, de modo a prever expressamente essa possibilidade.

Assim, o meu voto, diante do exposto, é favorável à Sugestão 59, de 2017, nos termos do seguinte projeto de lei do Senado Federal:

> PROJETO DE LEI DO SENADO COMPLEMENTAR
> Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para prever a possibilidade de opção pelo enquadramento, como Microempreendedor Individual, dos profissionais que exerçam atividades de desenvolvimento de sistemas e afins [*softwares* e outros].
> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º O art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 18-A .....
> .....
> §4º-B. Observando o disposto no §4º-C deste artigo, o CGSN determinará as atividades autorizadas a optar pela sistemática de recolhimento de que trata este artigo, de forma a evitar a fragilização das relações de trabalho, bem como sobre a incidência do ICMS e do ISS.
> §4º-C. Poderão optar pela sistemática de recolhimento prevista no *caput* deste artigo os profissionais que exerçam as atividades de prestação de serviços de suporte e análises técnicas e tecnológicas e *design* previstas no inciso VI do §5º-I e aquelas descritas nos incisos IV, V e VI do §5º-D, todos do art. 18 desta Lei Complementar."
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o voto, Srª Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Pela ordem, Senadora Marta.

Em discussão a matéria.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Para discutir.) – Eu quero parabenizar o projeto e a relatoria, porque me parece que esse tipo de inclusão é extremamente favorável aos empreendedores e até à própria União, mas quero dizer que são realmente os médios, pequenos e os MEIs que dão emprego neste País e que hoje são considerados, na sua somatória, os maiores empregadores. E nós temos tido muita dificuldade em conseguir alguns benefícios para esses pequenos empresários.

E, no caso do MEI, são pequenos empreendedores, como bem relatou a Senadora Ana Amélia, mas que poderão se constituir, depois, em pequenos, médios e grandes. Agora, se não entrarem exatamente nessa avenida propiciada pelo seu reconhecimento e sua cidadania, isso é muito mais dificultado.

Então, o projeto é excelente. Tem meu voto.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Continua em discussão o projeto.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Só cumprimentar a Senadora Ana Amélia, pela iniciativa dessa SUG.

Esta Comissão, Senadora, tem esse papel importantíssimo, em que a sociedade pode aqui apresentar projetos que se transformam em leis. Um exemplo, hoje, em que a Senadora Marta Suplicy também fez a defesa, foi o que aprovamos lá na Comissão de Assuntos Sociais – e, por sinal, fez uma bela defesa –, da questão da aposentadoria especial para os condutores de ambulância. Surgiu aqui, eu fui relator, e o projeto chegou lá e foi aprovado hoje.

Esse projeto que a Senadora Ana Amélia também relata vai na mesma linha. Eu também sou daqueles que entende que é o micro, o pequeno, enfim, é ali que nasce o maior número de empregos no País.

E a Senadora Ana Amélia é a relatora de um outro projeto, na CCJ, sobre o qual eu já conversei com ela, que é o da economia solidária, que é um grande projeto, que vem também de baixo para cima e que depois vai para as outras comissões.

Só ficam aqui meus cumprimentos à Relatora e à iniciativa da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para concluir a discussão, Senadora Regina Sousa, eu queria agradecer à Senadora Marta e ao Senador Paulo Paim e acrescentar um dado importante: nessa área de programadores visuais ou de criadores de *softwares*, grande parte deles são jovens, exatamente a faixa que mais sofre hoje com a questão do mercado de trabalho. Então, penso que essa iniciativa legislativa vai estimular esses empreendedores. Hoje, o chamado *startup* pode criar uma pequena empresa, terá apoio de outros sócios que venham a reforçar essa atitude criativa desses profissionais, e ele também tem esse aspecto da inclusão dos jovens no mercado de trabalho através de um estímulo que a legislação pode permitir.

Muito obrigada novamente ao Senadores que entenderam o alcance social desse projeto do Programa e-Cidadania.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório favorável à sugestão na forma do projeto de lei do Senado que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável à sugestão na forma do projeto de lei do Senado que apresenta.

A matéria passa a tramitar como proposição de autoria da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, eu tenho ainda um projeto que sei que é terminativo, mas para mim seria fundamental ler e, em outro esforço concentrado como esse, a gente chegaria a um entendimento com todos os Parlamentares e poderia ser votado, mas no momento em que a senhora entender adequado, claro.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu queria pedir permissão para a gente só votar o relatório para não ficar incompleto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O pessoal estava aqui certamente iria discutir, a não ser que haja alguém que queira discutir, mas o relatório da diligência foi claro e o Senador Capiberibe leu, e a gente precisa aprovar para deixar aqui na Comissão como um documento. Então, vou só colocar em votação o relatório do Senador João Capiberibe da diligência feita na Polícia Federal, em Curitiba, para verificar as condições de encarceramento do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos demais presos naquela sede conforme o Requerimento nº 66, de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há alguém que queira discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Assim, voltamos à pauta de projetos.

Item 9. Projeto de Lei do Senado Nº 316, de 2016, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência.

Autoria do Senador Romário.

Relatoria do Senador Paulo Paim

O projeto é terminativo.

Com a palavra o Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, vem a exame desta o projeto de autoria do Senador Romário em que sou o Relator, um projeto relevante, importante. Ele faz um aperfeiçoamento do Estatuto da Pessoa com Deficiência...

Eu queria, Senadora, estou fazendo um apelo ao Senador Medeiros para que ele não saísse, porque há outro projeto que não é terminativo, um projeto que V. Exª vai gostar de relatar, em que eu crio o Prêmio Naiara para combater todo tipo de exploração sexual e crime contra crianças e adolescentes. Faço um apelo a V. Exª para que, se puder relatar...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu não vi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu peço à Assessoria...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O senhor não quer ler o seu? É só para leitura, não vai haver discussão, porque não estava aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Poderíamos votar esse que não é terminativo, é simbólico.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A gente vota logo em seguida. Para ganhar tempo aqui, ele vai lendo, porque ela está procurando aqui para mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim.

Em resumo, Senador, em Caxias do Sul minha cidade natal uma menina com sete anos indo para a escola foi raptada por um executivo de uma grande empresa – não vou citar o nome da empresa –, foi violentada, estuprada e assassinada. Criou-se uma comoção na cidade toda. E a gente lembrou que poderíamos ter aqui um diploma no Congresso para homenagear as pessoas que lutam por essa causa, ou seja, contra a violência em relação a crianças e a adolescentes. E, na verdade, a Naiara seria o símbolo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como ele não pôde estar aqui, ele pediu que nós tocássemos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador José Medeiros, é o Projeto de Resolução nº 9, de 2018.

Relatoria do Senador Telmário Mota, que não se encontra, mas nomeia o Senador José Medeiros como Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Senador José Medeiros para a leitura do relatório.

ITEM 19

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 9, de 2018

- Não terminativo -

Institui a Honraria Naiara Soares Gomes, a ser conferida anualmente pelo Senado Federal e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CDIR.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senadora Regina Sousa, Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o item 19.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Item 19, Projeto nº 9, de 2018.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Como Relator.) – Senador Paulo Paim já expôs aqui. Eu só queria me somar também ao projeto.

E, se V. Exª permitir, vou direto à análise e ao voto, que, de acordo com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos deve opinar sobre a proteção à infância.

O PRS nº 9, de 2018, O PRS nº 9, de 2018, é oportuno e justo ao, com a devida homenagem, valorizar o bom trabalho daqueles que cotidiana e arduamente lutam em prol da proteção das crianças e dos adolescentes brasileiros.

É sensato que uma tragédia nacional possa motivar verdadeiros anjos na Terra a continuarem e reforçarem seu trabalho de defesa da dignidade das crianças e dos adolescentes.

A menina Naiara, vitimada torpemente, terá sua memória imortalizada ao se valorizar o trabalho daqueles que impedem que novas tragédias aconteçam.

Observamos, apenas, a necessidade de duas ligeiras emendas de redação, a fim de dar à proposição maior precisão de técnica legislativa.

Suprima-se, na ementa do Projeto de Resolução do Senado nº 9, de 2018, o trecho "e dá outras providências".

E dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 1º do Projeto de Resolução do Senado nº 9, de 2018: "Parágrafo único. A Honraria Naiara Soares Gomes será concedida a cinco pessoas, anualmente, em cerimônia a realizar-se durante as atividades do Dia Internacional das Crianças Vítimas de Agressão, celebrado em 4 de junho."

Senador Paulo Paim, queria parabenizá-lo por esse projeto porque nós, inclusive, temos nesta Casa, Senadora Regina, uma CPI que está tratando dos maus-tratos às crianças e adolescentes. Por incrível que pareça, alguns Senadores até desistiram, pediram para sair, Senador Paim, por não aguentarem, em alguns casos, o choque pelas barbaridades que se cometem neste País contra crianças e adolescentes.

Senadora Regina, V. Exª mesmo trouxe uma vez aqui, eu me lembro, aquele fato que aconteceu no seu Estado, Piauí. E, de lá para cá, houve diversas tragédias.

Então, por esta Comissão de Direitos Humanos trazer à evidência as pessoas que lutam por essa causa, ao combate por esse tipo de crime, nada mais justo e vem somar-se ao que esta Comissão tem feito aqui por essas crianças e adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o voto do Relator, que foi o Senador Telmário Mota – estou aqui *ad hoc* –, é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 9, de 2018, e as emendas.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Medeiros.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Quero parabenizar o Autor...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Só me permita que eu, rapidamente, agradeça ao Senador Telmário e, agora, ao Senador Medeiros devido à importância desse projeto. Olhe, foi na cidade em que nasci. Então, isso move um pouco com as minhas emoções também aqui. Prometo que não vou chorar, mas move com a gente.

A cidade toda parou pela violência. E não foi o primeiro caso dele. Mas, V. Exª que é da Polícia Rodoviária, fiz questão que V. Exª lesse. A polícia foi a fundo, foi, foi, dia e noite: a Polícia Civil, a Polícia Militar, delegado da capital, da cidade. Resultado: está preso esse bandido, um crime hediondo desses, só que ele está preso e ninguém pode dizer onde ele está, porque, senão, ele seria executado pela população.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – E, anteontem, houve um caso bem similar a este em São Paulo, um prefeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Semelhante a este.

É isso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu quero parabenizar o Senador Paim pela ideia. Eu acho que, cada vez que se faz um projeto dessa estatura, a gente vai lembrando para não esquecer. O objetivo é que não mais aconteçam fatos assim.

Lá no Piauí nós estamos com um caso recente de um pai que mordeu o filho no rosto. Claro, está sendo investigado, fazendo perícia da arcada dentária, mas tudo indica... Como pode um pai? Então, é muito complicada a questão da criança neste País.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CDH.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sim, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou resumir, se a senhora permitir.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu vou só repetir aqui, porque eu já havia lido, mas não foi votado.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta, eu vou já direto à análise, já que vai ser só leitura, e nós votaremos no próximo esforço concentrado, com a presença aqui do Autor, Senador Romário.

Análise.

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno da Casa, é competência desta Comissão opinar sobre matéria atinente aos direitos das pessoas com deficiência, o que torna regimental o seu exame do PLS nº 316, de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não enxergamos óbices de constitucionalidade ou de juridicidade na proposição, que respeita a Carta Magna (embora possa fazê-lo ainda melhor, conforme esclarecemos adiante, ao justificar emenda que proporemos) e não colide com legislação infraconstitucional em vigor.

O mérito da proposição é claro, seus intentos e métodos são nobres e dignificam a prática política brasileira.

O Autor, Senador Romário, abriu seu gabinete e tratou de escutar as diversas vozes da sociedade civil e do Estado, procurando compor, assim, um texto de caráter democrático e consensual.

Em grande medida o conseguiu, embora, a nosso ver, caibam ainda alguns ajustes, tendentes a eliminar o que poderia ser considerado um traço de inconstitucionalidade.

Em razão disso, nós votamos pela aprovação.

Em razão do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2016, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº. – CDH
Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2016, a seguinte redação:
"Art. 2º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 92-A:
'Art. 92-A. As pesquisas, de caráter censitário ou não, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou por outras instituições públicas de pesquisa, sejam elas de caráter nacional, regional ou local, deverão, obrigatoriamente e a cada nova edição da série, gerar dados e informações populacionais relativas:
I – à habilitação profissional e às competências efetivamente desenvolvidas, relevantes no mercado de trabalho para as aptidões da pessoa com deficiência, independentemente de sua escolaridade formal;
II – aos meios locais e regionais disponíveis para a reabilitação profissional da pessoa com deficiência;
III – à demanda empresarial por habilitações profissionais e competências efetivamente desenvolvidas pelas pessoas com deficiência;
IV – ao tipo de barreiras e de recursos de acessibilidade efetivamente existentes nas empresas;
V – ao tipo de recursos de acessibilidade legalmente obrigatórios, porém faltantes;
VI – a temas indicados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), nos termos do parágrafo único deste artigo.
Parágrafo único. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), bem como os conselhos ou secretarias estaduais de direitos da pessoa com deficiência, manterão contato permanente com as entidades representativas dos setores patronais e das pessoas com deficiência para delas saber quais informações e dados são necessários para a promoção da empregabilidade das pessoas com deficiência, de modo a orientar as entidades de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesquisa mencionadas neste artigo quando da elaboração de seus instrumentos de investigação.'"

O projeto é relevante, Srª Presidenta.

Eu resumi todo ele, porque efetivamente, quando chega na adoção da política de cotas das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, sempre há a justificativa: "Não estamos empregando, porque não há pessoas preparadas." Aqui, com esse projeto, nós criamos uma situação, via ideia do Senador Romário, que vai garantir que as pessoas com deficiência tenham direito à política de cotas, sim, com mais força, que mostrarão toda a sua capacidade.

Eu sempre digo que incapacidades parciais todos nós temos, todos, todos, mas temos um potencial, como eles têm, de demonstrar, se tiverem oportunidade.

Esse é o relatório, pela aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Aliás, como ele é terminativo, a gente deixa a possibilidade de discussão para a próxima reunião, porque os Senadores podem estar presentes para discutir o assunto.

Então, lido o relatório, a discussão e a votação ficam adiadas, porque o projeto é terminativo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, eu não vou ler, só queria que ficasse nos *Anais* da Casa. Eu faço só a introdução, pois é um documento longo.

É um apelo que faço ao Supremo Tribunal Federal para julgar procedente a ação de direta de inconstitucionalidade e declarar inconstitucional o dispositivo da reforma trabalhista que viola o direito de acesso à Justiça pelo trabalhador.

Uma decisão favorável será um presente ao trabalhador brasileiro, que está sendo tão prejudicado e inibido de buscar o recebimento de suas verbas junto à Justiça do Trabalho. Seria uma homenagem ao trabalhador nesse dia 1º de maio.

O ex-Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, antes do término do seu mandato, ingressou com uma ação de declaração de inconstitucionalidade, a ADI nº 5.766, cujo Relator é o Ministro Roberto Barroso, e está na pauta de julgamento do Supremo Tribunal Federal, no próximo dia 13 de maio.

Era isso, Presidenta, agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É uma comunicação apenas, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, fica na íntegra, junto à Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vai constar nos relatórios.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião da Comissão de Direitos Humanos.

(*Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e onze minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, José Medeiros, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e dos Senadores não membros, José Pimentel, Romero Jucá e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RDH 4/2018, de autoria do Senador Paulo Paim, e RDH 71/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Democracia e Direitos Humanos", com foco nos planos de saúde: a coparticipação e o aumento abusivo nas mensalidades. Participantes: Gustavo de Barros Macieira, Gerente de Assessoramento Normativo e Contratualização com Prestadores da Diretoria de Desenvolvimento Setorial da Agência Nacional de Saúde; Rafael Pedreira Vinhas, Gerente Geral Regulatório da Estrutura dos Produtos da Diretoria de Normas de Habilitação dos Produtos da Agência Nacional de Saúde; Ana Luiza Del Lago, Diretora da Secretaria de Aposentados da Federação Nacional de Sindicatos da Saúde, Trabalho e Previdência Social -FENASPS; Igor Bitto, Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; e Floriano Martins de Sá Neto, Presidente do Conselho Executivo da ANFIP. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: realizar ciclo de audiências públicas sobre Saúde Pública, SUS e Planos de Saúde; e propor projeto de lei para que o Código de Defesa do Consumidor se aplique aos planos de saúde de autogestão. O Presidente concede a palavra ao Senhor Moacir Lopes, Servidor do INSS e diretor da FENASPS. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte minutos do dia sete de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 44/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A concentração de renda no Brasil". Participantes: André Geraldo de Moraes Simões, Membro da Coordenação de População e Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Celso Malhani de Souza, Diretor de Aposentados e Pensionistas da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – FENAFISCO; Clóvis Scherer, Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos - DIEESE; Roberto Piscitelli, Professor de economia e consultor legislativo da Câmara dos Deputados; Marcos Sussumo Andrade, Diretor do Departamento de Emprego e Renda – Substituto do Ministério do Trabalho - MT; Sergei Suarez Dillon Soarez, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública; Fernando Gaiger Silveira, Engenheiro Agrônomo - Doutor em Economia, representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; e Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: realizar Audiência Pública sobre a Reforma Tributária Solidária. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia sete de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 4/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Ciclo de Debates sobre: "Democracia e Direitos Humanos", com foco nos direitos dos servidores (PLS Nº 395, de 2017). Participantes: Floriano Martins de Sá Neto, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Rogério Araújo, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Celso Malhani de Souza, Diretor de Aposentados e Pensionistas da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO; Ana Amélia Moura Barreira de Alencar Dória, Diretora de Assuntos Parlamentares e Institucionais da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais – FENAFIM; e Daro Marcos Piffer, Diretor do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central - SINAL. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Ives Agamenon Leite Lucas, Diretor Parlamentar da FEBRAFISCO; Emerson Oliveira de Queiroz, Presidente do Sindicato dos Fazendários do Amazonas – SIFAM; Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE; e Edison Haubert, Presidente do MOSAP. O Presidente faz o registro de presença da Senhora Magda Helena T. Chaves, Representante do Sindilegis, Fenafirc e Pública. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia nove de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Romário, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma, Pedro Chaves e dos Senadores não membros, Dário Berger, Wellington Fagundes, Humberto Costa, Dalirio Beber, Ataídes Oliveira, Wilder Morais, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Senhora Presidente coloca em votação a dispensa da leitura e aprovação das atas da 36ª a 40ª Reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide e em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senadora Regina Sousa (Ad hoc), substituiu o Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senadora Regina Sousa (Ad hoc), substituiu o Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de oferta aos clientes, por parte de hipermercados, supermercados, empórios e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aeroportos, de carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade." Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Lido o Relatório; adiadas a discussão e votação da matéria. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, de 2017 - Não Terminativo - que: "Disciplina o exercício da profissão de mercadólogo (marketing)." Autoria: Deputado Felipe Bornier. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 11 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 7, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui o Diploma de Direitos Humanos Marielle Franco e dá outras providências." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - SUGESTÃO Nº 62, de 2017 - Não Terminativo - que: "Estabelece a responsabilização de provedores de aplicações de internet pela divulgação de conteúdos falsos (fake news) ou ofensivos a terceiros." Autoria: Judhy Lima, Weberton Silva, Elienaira Reis, Gabriela Nascimento, Victória Almeida, Willyane Pontes, Matheus Couto, Maria Luísa Souza e Luiz Gabriel Lima. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - SUGESTÃO Nº 1, de 2018 - Não Terminativo - que: "CUMPRASE o art. 37 da CF: garantia de DATA-BASE aos servidores públicos" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. ITEM 14 - SUGESTÃO Nº 10, de 2018 - Não Terminativo - que: "Proibir a distribuição de canudos, sacolas plásticas e uso de microplástico em cosméticos" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 72 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal, para debater as causas de exclusão de estudantes indígenas em universidades"." Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Adiado. ITEM 16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 73 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o inciso II do art. 100, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater sobre o Projeto Esperança Socioeducação, implantado em 2016 por meio de ação conjunta realizada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso em parceria com a Faculdade de Cuiabá, com o propósito de atuar na prevenção da violência contra a mulher e na reeducação e recuperação de violadores de direitos femininos"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 75 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a situação prisional no Brasil"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 76 de 2018 que: ""Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater: Saúde Pública, SUS e Planos de Saúde"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 77 de 2018 que: ""Requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater: Violência nas escolas"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 78 de 2018 que: ""Requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater: o programa de governo - A situação das moradias no Brasil com foco no incêndio ocorrido no edifício Wilton Paes de Almeida, em São Paulo"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 80 de 2018 que: ""Requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater: Desemprego no Brasil e seus reflexos na vida dos Aposentados, Idosos e Pensionistas"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 83 de 2018 que: ""Requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater: a Reforma Tributária com foco na proposta da ANFIP e FENAFISCO: Reforma Tributária Solidária"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 84 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RDH 52/2018 e do RAS 9/2018, seja incluído entre os convidados o Sr. Silviano Santiago, ensaísta, poeta, professor, contista e romancista brasileiro"." Autoria: Senadora Marta Suplicy e Senador Hélio José. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 82 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com o objetivo de debater sobre a Violência LGBTfóbica no Brasil"." Autoria: Senador Hélio José. Resultado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado, como aditamento ao RDH 74/2018. ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 85 de 2018 que: ""Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater: Banesprev plano II - garantir um presente e um futuro com dignidade e esperança para as cerca de 11 mil famílias de brasileiros e brasileiras em todo o País"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 86 de 2018 que: ""Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater: O Estatuto do Cigano"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 87 de 2018 que: ""Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater: Fechamento de agências dos Correios e demissão em massa que pode atingir até 5,3 mil funcionários"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Apresentar e deliberar relatório de denúncia. Finalidade: Apresentar e deliberar denúncia sobre violações de direitos humanos no Complexo Penal de Paulo Afonso/BA. Resultado: Adiado. Às onze horas e quarenta e seis o Senador Romário passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Romário e Hélio José. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Piava Lyrio, Secretária a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 36ª a 40ª Reuniões da CDH e também a ata da 6ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria da CDH recebeu o Ofício nº 532, de 2018- GP, do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que comunica que, em atenção ao Ofício nº 015- CDH, o qual solicitou urgência no julgamento do denunciado como mandante do homicídio do Procurador municipal da cidade de Chopinzinho, Sr. Algacir Teixeira de Lima (Apelação Criminal nº 0000649-22015.8.16.0068), está em vias de ser incluída em pauta para julgamento. (*Pausa.*)

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 76, de 2018

- Não terminativo -

"Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater: Saúde Pública, SUS e Planos de Saúde".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Senador Romário, Presidente desta reunião, primeiro, meus cumprimentos. Em seguida, eu pretendo ouvir o seu relatório sobre um projeto importantíssimo. Mas eu estou muito preocupado com os planos de saúde e a saúde pública. Os planos de saúde continuam aumentando três, quatro, cinco vezes a inflação do ano ...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Absurdamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e o salário do trabalhador não acompanha sequer a inflação anual. Então, as pessoas estão abandonando os planos de saúde. Cerca de três milhões de pessoas estão saindo dos planos de saúde e vindo para o SUS. E aí nós temos que buscar efetivamente, no Orçamento, como vamos sustentar o SUS. Esse é o objetivo desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Muito bem, Senador!

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto as Senadoras e os Senadores presentes se concordam com a inclusão de requerimentos extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São cinco.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Aqueles que aprovam a inclusão dos requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão dos cinco.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 77, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater: Violência nas escolas.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Serei bem rápido, Presidente Romário.

Eu fiquei chocado por ter recebido, como Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, pelas redes de internet, WhatsApp, um vídeo em que um menino, em Recife, Pernambuco, no interior, estava em uma sala de aula sentado e quatro ou cinco moleques estavam batendo nele, mas batendo mesmo. E ele só se abaixava, escondia a cabeça. E aí eu fui perguntar a respeito em outros Estados e fui percebendo que não é só lá em Pernambuco que acontece isso. Mas que a violência dentro das escolas está acontecendo muitas vezes contra os professores e às vezes os alunos batendo nos colegas. No vídeo, entram lá quatro, cinco ou seis e batem num moleque, de forma covarde. Eu vou passar o vídeo no dia. Vou apagar, porque são menores, os rostos deles. Mas é de apavorar o vídeo, pois o moleque está sentadinho, quieto, apanhando, e não havia como reagir mesmo. Foi isso que me moveu a debater, na nossa Comissão, a violência nas escolas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 78, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater: o programa de governo, a situação das moradias no Brasil com foco no incêndio ocorrido no edifício Wilton Paes de Almeida, em São Paulo.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidente, na mesma situação, eu diria de violência, o que é que nós estamos percebendo? É que os sem-teto, os sem casa, estão ocupando edifícios sem nenhuma condição, e acontecem situações como essa. Muita gente está estranhando como é que aquele edifício caiu todo ele, numa mesma hora, de cima abaixo. A impressão que me deu foi de uma explosão, quando o cara quer eliminar um espaço de um prédio velho e quer usar o terreno. Não estou dizendo isso. Mas estou dizendo a impressão que me deu. E já encontraram sete corpos. Então, a gente quer fazer um debate sobre a falta de moradia no Brasil e a situação desses prédios que estão sem nenhuma condição e que estão sendo ocupados por moradores que acabam perdendo até a vida, como foi a situação de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 80, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater o desemprego no Brasil e seus reflexos na vida dos Aposentados, Idosos e Pensionistas.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidente, devido aos cálculos que são feitos e que não acompanham sequer o crescimento do salário mínimo para os aposentados e pensionistas, eles têm que voltar para o mercado de trabalho. E a situação deles está ficando desesperadora.

Então, queremos debater desemprego no Brasil e a situação dos aposentados e pensionistas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 83, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater: a Reforma Tributária com foco na proposta da Anfip e Fenafisco: Reforma Tributária Solidária.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Serei bem rápido, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está comprovado que quem paga de fato impostos, tributos são os mais pobres neste País. E a Anfip e a Fenafisco apresentaram uma bela proposta de reforma tributária solidária e nós marcamos uma audiência pública para que eles apresentem essa proposta que pode efetivamente beneficiar a classe média e os mais pobres.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos mais um requerimento extrapauta.

O Senador Paulo Paim é o autor.

EXTRAPAUTA

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 85, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater Banesprev plano II - garantir um presente e um futuro com dignidade e esperança para as cerca de 11 mil famílias de brasileiros e brasileiras em todo o País.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Paim, autor do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – São os famosos fundos, Presidente, que hoje preocupam – o da Petrobras, o da Caixa Econômica Federal. Neste caso aqui, é o Banesprev. Na verdade, se continuar assim, todos serão prejudicados pela forma desastrosa como os fundos estão sendo administrados. Esse é o motivo do debate.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais um requerimento do Senador Paulo Paim.

EXTRAPAUTA

ITEM 27

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 87, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater o fechamento de agências dos Correios e demissão em massa que pode atingir até 5,3 mil funcionários.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, autor do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu fiquei perplexo com as notícias que começaram a sair na imprensa de que praticamente vão fechar a maioria das agências dos Correios no Brasil, o que pode levar à demissão em massa de até 5,3 mil funcionários. É algo assustador.

O Senador Eduardo Lopes, ontem, no plenário, fazia também essa denúncia. Eu informava ali mesmo, no plenário, pois eu estava presidindo a sessão, que iríamos chamar aqui todas as partes interessadas para que esse verdadeiro crime de lesa-pátria não venha a acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Mais um requerimento de autoria do Senador Paim.

EXTRAPAUTA

ITEM 26

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 86, de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater o Estatuto do Cigano.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Com a palavra o autor do requerimento, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Senador Romário, V. Exª foi parceiro, desde que estamos juntos aqui, no Congresso, o que envolve Câmara e Senado, em todos os Estatutos: o da Igualdade Racial... No Estatuto da Pessoa com Deficiência, eu lembro como se fosse hoje, pois eu procurei V. Exª que disse: "Deixa aí comigo, que nós vamos aprovar." Vieram os Estatutos do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência. Há o próprio ECA, que é tão importante para todos nós. E, agora, há o Estatuto do Cigano.

Casualmente – ele chega sempre na hora certa –, o Relator é ele. Nós aprovamos agora mesmo, na Comissão de Assuntos Sociais, o relatório do Estatuto do Cigano, de minha autoria, de que ele é o Relator.

O Ministério Público Federal vai, durante o mês de maio, fazer uma série de audiências públicas em todo o País. Então, eu pensei em fecharem com uma aqui, para nós votarmos, de uma vez por todas, o relatório.

Eu queria fazer um apelo já à Mesa – eu fiz um apelo lá já, e ele concordou – para que o Senador Hélio José, que já foi relator em duas comissões, fosse também relator aqui, na Comissão de Direitos Humanos, do Estatuto do Cigano. Esse é o objetivo.

Eu tenho certeza de que o Senador Hélio José assinará comigo uma única audiência, para fazer o fechamento desse movimento que o Ministério Público Federal vai fazer durante o mês de maio em todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Senador, eu estou apenas Presidente neste momento nesta Comissão. Eu não sei se...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei, mas o apelo fica à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Eu não sei se tenho esta autonomia, mas, se depender de mim, sem problema nenhum.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ouviu, Hélio? Se depender dele, já está assegurado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigado, nosso Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a Presidência ao Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Hélio José, por favor, a palavra está com o senhor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos.

Eu quero dizer que V. Exª tocou num assunto fundamental que é a etnia cigana no Brasil. É um trabalho intenso que V. Exª vem fazendo. V. Exª já contribuiu com todo o nosso Brasil com relação às pessoas com deficiência, junto com o nosso nobre Senador Romário, com relação às pessoas idosas, com relação aos jovens, com relação aos indígenas, com relação a todos. Agora, é a hora de colaborarmos com os povos ciganos, sobre o que V. Exª tão bem fez um projeto, que coube a mim a honra de ser Relator. Nós já conseguimos aprová-lo na Comissão de Educação e na Comissão de Assuntos Sociais hoje. Então, com ele vindo agora de forma terminativa para a nossa Comissão de Direitos Humanos, eu quero cumprimentar V. Exª e falar que aceito o pleito. Eu acho que é muito importante darmos sequência a esse trabalho maravilhoso que V. Exª vem fazendo junto com os nossos colegas Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª vem fazendo como Relator, vem costurando com o Governo... É mais do que justo que V. Exª seja o Relator aqui, na parte terminativa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Muito obrigado, Presidente.

Eu realmente tenho intensas reuniões com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Justiça, com o Ministério dos Direitos Humanos, exatamente para garantirmos um projeto redondo, sem arestas com o Governo, que atenda à etnia cigana da melhor forma possível, como é o desejo de V. Exª. Então, esperamos fazer como V. Exª colocou, com a audiência pública, ouvindo o Ministério Público, e encaminhar da forma mais unida possível com os nossos Parlamentares aqui, com o Governo, com todo mundo, com os povos ciganos, o que é mais importante, que serão atendidos com este Estatuto importante.

Eu gostaria de pedir a V. Exª, se possível, a inversão de pauta do item 10 e do item 13. O item 10, de que eu sou o Relator, trata exatamente da categoria dos mercadólogos, do *marketing*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o item 13, que trata da importante questão da data base dos servidores públicos. Então, na possibilidade, já que são dois projetos não terminativos, eu gostaria de poder lê-los e, se possível, que aprovássemos esses dois projetos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Hélio José, eu já havia anunciado e fiz a troca com o Senador Romário para que ele pudesse ler o item 9. Em seguida vamos para os seus dois, que não são terminativos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O item 9, um projeto de lei do Senado terminativo, será apenas a leitura, consequentemente.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, de 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Romário.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações: *Tramitação: Terminativo nesta CDH.*

Isso é um pedido dos idosos de todo o País, que pediram que mudássemos o nome do estatuto, e, gentilmente, o Senador Romário concordou. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário, a quem concedo a palavra neste momento, para a leitura do seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ. Como Relator.) – Muito bem. Vou direito aqui à análise.

Compete à CDH opinar sobre matéria atinente à proteção dos direitos da pessoa idosa.

Não se observam óbices de constitucionalidade ou de juridicidade na proposição.

Ao contrário disso, a proposição vem atualizar a legislação, para pô-la em consonância com diplomas legais internacionais sobre o tema, atender a reclamos do próprio Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, atender a uniformidade interna à ordem jurídica, e ainda necessidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simbolizar-se de modo claro e inequívoco as direções que a Lei pretende fazer a sociedade tomar. Não se pode senão louvar e apoiar os méritos da proposição.

Faz-se necessário, contudo, a nosso ver, entrar no texto da lei para substituir, de modo generalizado, a expressão “idoso” pela expressão “pessoa idosa”, mudanças sem as quais não se alcançariam a amplitude e a eficácia simbólica almejada pelo autor. Em razão disso, proporemos emenda estendendo a alteração almejada não apenas à expressão "Estatuto do Idoso", mas também a todas as ocasiões em que a expressão “idoso” é utilizada fazendo as vezes de “pessoa idosa”.

Voto.

Em razão do proposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2018, com as seguintes emendas:

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2018, a seguinte redação, renumerando-se seu atual art. 3º como art. 4º:

> Art. 3º Substituam-se as expressões “idoso”, “idosos”, “do idoso”, “dos idosos” e “ao idoso”, respectivamente, pelas expressões “pessoa idosa”, “pessoas idosas”, “da pessoa idosa”, “das pessoas idosas” e “à pessoa idosa” em todo o corpo dos artigos [citados em meu relatório], bem como no Título IV e em seus Capítulos II e V, todos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Diante do exposto, peço aos meus pares para se associarem à ideia de aprovação do PLS.

É isso que eu tinha para colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Como é terminativo, não poderemos votar hoje, mas eu já cumprimento o relator, que entendeu o pedido das pessoas idosas para que conste em todo o Estatuto essa forma que está no título: Estatuto da Pessoa Idosa. Quando eles vieram com esse pleito, meu querido Relator Romário, eles disseram que quando se fala "Estatuto do Idoso", dá a impressão de que é o idoso, e o da "Pessoa Idosa" abraça homem, mulher, enfim, abraça todos.

Por isso, meus cumprimentos pela emenda de redação, colocada inclusive pelo relator, assim beneficiando toda a pessoa idosa do nosso País.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria cumprimentar o Senador Romário e falar a ele que estou de pleno acordo com a propositura trazida aqui por ele. Com certeza, na primeira oportunidade que tivermos aqui, vamos votar favoravelmente a essa proposição.

Muito obrigado, Senador Romário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

Mais uma vez, Presidente Paulo Paim, é sempre uma honra poder relatar um projeto de V. Exª. Mais uma vez, deixo aqui claro ao público que, todo e qualquer projeto de V. Exª, pode ter certeza de que, se me pedir ou não, será uma honra estar relatando, porque sei que sempre serão projetos importantes, relevantes e interessantes para a nossa população.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, meu querido amigo, Senador Romário.

Quero dizer que hoje eu tive outra boa notícia. Não vou entrar no mérito do projeto. Existe na CCJ – não há discussão agora – um projeto que eu apresentei, junto com o Senador Valadares, que é idêntico ao seu. E V. Exª, num gesto de grandeza, pois é daqueles homens que olham para o mérito e não se foi o autor ou se não foi o autor, fez uma carta abrindo mão do seu projeto e apoiando o projeto do Senador Valadares e meu, porque entendeu que o projeto vai na mesma linha do seu. Aí tem que ter grandeza. Só os grandes líderes que têm essa grandeza.

Quero dar uma salva de palmas para o Senador.

Achei isso muito importante. (*Palmas.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Obrigado, Senador. A causa é justa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senador.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, de 2017

- Não terminativo -

Disciplina o exercício da profissão de mercadólogo (marketing).

Autoria: Deputado Felipe Bornier.

Relatoria: Senador Hélio José.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Tramitação na CDH e na CAS.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembramos que esse projeto não é terminativo e poderá ser votado logo após a leitura.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos.

Vamos ao relatório.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 103, de 2017 (na origem, Projeto de Lei nº 1.944/2017), de autoria do Deputado Felipe Bornier, regulamenta o exercício da profissão de mercadólogo (*marketing*), definindo as responsabilidades e atribuições desses profissionais, além de elencar as pessoas habilitadas ao exercício desse trabalho.

Segundo o autor, no texto que justifica a proposta, há uma grande confusão no mercado de trabalho quando se fala sobre a atuação dos profissionais do *marketing*, com o uso de conceitos equivocados e incompletos, inclusive nas divulgações midiáticas sobre o assunto.

O proponente também destaca que já existem aproximadamente 40 (quarenta) cursos de graduação voltados à essa formação específica, com cerca de três mil profissionais já formados e outros seis mil estudantes em formação. Nessas condições, a regulamentação profissional demandada é necessária e urgente, no sentido de resguardar os direitos e salários desses profissionais.

A proposição foi encaminhada à esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em face da aprovação, em Plenário, do Requerimento nº 901, de 2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Seguirá posteriormente à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa.

Não foram recebidas emendas.

Análise.

O inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal atribui à esta CDH competência para opinar sobre matérias que tratem da garantia e promoção dos direitos humanos. No caso, o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2017, insere no ordenamento jurídico brasileiro normas relativas ao trabalho dos profissionais da mercadologia (*marketing*).

O tema vincula-se às preocupações desta Comissão tendo em vista que o Artigo XXIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que "Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha do emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego".

Especificamente em relação à proposta em análise, temos que ela pretende regulamentar uma profissão, dando-lhe condições justas e favoráveis ao trabalho. E ela o faz, sem ferir o direito genérico à livre escolha do emprego, eis que não cria espaços privativos de trabalho ou reservas de mercado. Sendo assim, não implica cerceamento de direitos de outros profissionais. Com certeza, será um avanço na construção da dignidade desses profissionais.

Em relação aos temas que são de nossa competência, cumpre destacar que a proposição inclui norma que concede aos mercadólogos a atribuição de "cooperar na identificação de leis de incentivo, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fim de aumentar a possibilidade de atuação no mercado, com ética e responsabilidade social" (inciso VIII do art. 4º).

Com esse dispositivo, pretende-se criar novos postos de trabalho, viabilizando e efetivando o direito ao trabalho de um maior número de pessoas, sem descuidar da ética e da responsabilidade social, o que implica respeito aos direitos humanos difusos dos cidadãos e dos consumidores que se utilizam do trabalho mercadológico.

Mais adiante, ainda relacionados aos direitos humanos, temos os deveres dos profissionais de mercadologia, elencados no art. 5º da proposta, que incluem, além do respeito às mais rigorosas regras éticas e de responsabilidade social, a garantia do sigilo das informações e o planejamento e implementação de ações de mercado, com respeito ao Código de Defesa do Consumidor.

No mérito, então, somos favoráveis à aprovação da proposta. A regulação dos mercados é fundamental para a viabilização dos direitos humanos universais. E a regulamentação da profissão de mercadólogo pode colaborar para a eficácia e efetividade dos direitos, inclusive com a responsabilização dos profissionais que atuarem contra as garantias mínimas e a dignidade humana dos outros.

Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2017.

Relatoria: Senador Hélio José. Autoria do projeto: Deputado Felipe Bornier.

Queria agradecer a V. Exª, Senador Paulo Paim; agradecer ao nobre Presidente do Sindicato dos Mercadólogos, Pedro Barnabé, que aqui se encontra; agradecer a todos; e agradecer, inclusive, ao próprio Conselho de Administração, ao qual deixei claro que não iria modificar o projeto exatamente dando garantia para que essa ação seguisse e que não retornasse à Câmara dos Deputados, porque é uma reivindicação antiga, justa, meritosa. Assim, encaminho pela aprovação dessa importante matéria, de forma não terminativa aqui na nossa Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento V. Exª pelo relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que, como não se trata de projeto terminativo, passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

Lembro que o projeto segue para análise da CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se houver alguma coisa para se construir o entendimento, nós poderemos – não é, Senador Hélio José? –, na CAS, chegar a um entendimento, porque, lá, o projeto será terminativo.

ITEM 13

SUGESTÃO Nº 1, de 2018

- Não terminativo -

Cumpra-se o art. 37 da CF: garantia de DATA-BASE aos servidores públicos.

Autoria: Programa e-Cidadania.

Relatoria: Senador Hélio José.

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações:

- Tramitação: CDH.

- Em 25/04/2018, lido o Relatório, em seguida foi concedida vista coletiva.

O relatório já foi lido pelo Senador Hélio José, com conclusão favorável à sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Em seguida, como foi concedida vista coletiva, a matéria, agora, será votada.

Se V. Exª quiser sintetizar, Senador Hélio José, para que possamos aprovar, porque pode aparecer mais um malandro e criar mais um obstáculo. Malandro, no bom sentido. É um direito de cada um contestar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Como Relator.) – Esta matéria é de cunho fundamental para os servidores públicos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Também acho.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – É de cunho fundamental. Ela garante um direito que várias outras categorias têm, que é o direito à sua data-base, o direito à correção salarial, o direito de recuperar as perdas inflacionárias.

Então, o projeto já se justifica por si próprio. Então, a minha exposição é pela aprovação do projeto, conforme a leitura do relatório, e o seu imediato encaminhamento às próximas comissões ou ao plenário.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Senador Hélio José. V. Exª tem um compromisso enorme com os servidores públicos, como nós também temos. E acho mais do que justa essa iniciativa do Programa e-Cidadania, que quer só garantir a data-base aos servidores públicos. V. Exª é servidor público. Por isso assino embaixo do seu relatório. E, vamos, de imediato, ao voto.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Hélio José, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei do Senado que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei apresentado nesta Comissão e relatado pelo Senador Hélio José.

A matéria passa a tramitar como proposição de autoria desta Comissão.

Muito bem, Senador. (*Palmas.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, há dois requerimentos. Um, da Senadora Marta Suplicy, que gostaria de subscrever. Trata-se do Requerimento nº 84. E há um requerimento de minha autoria, em atendimento a um grupo que quer fazer uma discussão em audiência pública no dia 17 e não no dia 16, conforme está previsto pela Senadora Marta Suplicy, que já aprovou um requerimento similar.

Então, como a Senadora Marta Suplicy aprovou um requerimento similar, eu acho inútil eu aprovar outro requerimento do mesmo teor. Eu só gostaria de certificar-me se os três convidados que foram sugeridos por mim – o Sr. Washington Dias, Presidente do CNCD/LGBT; Srª Berenice Bento, da UnB; e a Srª Gláucia Cristina da Silva, do Decri – estão contidos no requerimento já aprovado pela nobre Senadora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por precaução e atendendo V. Exª, nós vamos botar em votação os dois requerimentos, para que os convidados sejam os mesmos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como V. Exª está, inclusive, assinando aqui agora, fica de V. Exª e da Senadora Marta Suplicy com os convidados constando nos dois requerimentos. O.k?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passemos, pois, ao item 23.

EXTRAPAUTA

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 84, de 2018

- Não terminativo -

"Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RDH 52/2018 e do RAS 9/2018, seja incluído entre os convidados o Sr. Silviano Santiago, ensaísta, poeta, professor, contista e romancista brasileiro".

Autoria: Senadora Marta Suplicy e outros.

E também, na mesma linha, V. Exª, Senador Hélio José, requer que sejam incluídos os seguintes convidados: Washington Dias, Presidente do CNCD/LGBT; Berenice Bento, UnB; e Gláucia Cristina da Silva.

A reunião será no dia 16.

Os que concordam com a fusão dos dois requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Dia 16, às 14h, teremos essa importante audiência pública.

O.k?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – O.k., Sr. Presidente.

Eu peço licença a V. Exª, porque está havendo um debate fundamental na CCJ sobre as rádios comunitárias. Até se V. Exª pudesse ir para a CCJ também seria importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Assim, encerramos os trabalhos.

Lembro que a Senadora Regina Sousa só não está aqui, porque está numa reunião importantíssima – eu tomo a liberdade de dizer – discutindo a sua pré-candidatura ao Senado, como todos nós estamos discutindo nos nossos Estados. Somente por isso é aquela não se encontra aqui. Mas, de pronto, eu estou dizendo já que vou torcer muito para que ela seja candidata ao Senado para continuar fazendo o brilhante trabalho que vem fazendo nesta comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É como eu disse antes, ela é daquelas pessoas que não ficam com vaidade pessoal. "Vamos lá. Apresentem requerimentos. Toquem as audiências. E vamos trabalhar de forma coletiva".

Eu tive a alegria agora – a pedido de V. Sª, que é o assessor da Senadora, o Ronald –, a satisfação de presidir uma audiência pública que tratava da Semana da Agricultura Familiar. Promoção da Senadora, ela é Relatora; Heitor Schutz é o autor do projeto. E presidi, foi uma bela audiência. Mas o mérito todo é dela, porque realizou a audiência, teve que sair, permitiu – o que eu acho que é muito bom – que eu presidisse aquela reunião que teve repercussão em todo o País e muito no meu próprio Rio Grande do Sul.

Obrigada, Senadora Regina Sousa.

Encerramos assim os trabalhos desta comissão nesta manhã.

Está encerrada a nossa reunião de votação.

(*Iniciada às 11 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dezenove minutos do dia quatorze de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 45/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre o tema: "Estatuto do Trabalho e os prejuízos em 6 meses de vigência da Reforma Trabalhista". Participantes: Paulo Joarês Vieira, Procurador Regional do Trabalho e Coordenador Nacional da Coordenadoria de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do Ministério Público do Trabalho; Felipe Calvet, Juiz - Membro da Comissão Legislativa da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; e Marilane Oliveira Teixeira, Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - CESIT UNICAMP. O Presidente concede a palavra ao Senhor Jean Kaio da Silva Pereira, bacharel em Direito. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Romário, Vanessa Grazziotin, Telmário Mota, Rodrigues Palma e dos Senadores não membros, Ataídes Oliveira, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Dário Berger, Rose de Freitas e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Medeiros, Ciro Nogueira, João Capiberibe e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da quadragésima primeira a quadragésima terceira Reuniões da CDH e, também, a ata da sétima reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senadora Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Senadora Regina SousaSenador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senadora Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Senadora Regina SousaSenador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para estabelecer a obrigação de oferta aos clientes, por parte de hipermercados, supermercados, empórios e aeroportos, de carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade." Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 11 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 7, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui o Diploma de Direitos Humanos Marielle Franco e dá outras providências." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 5 de julho de 2015, para dispor sobre a oferta de informações em formato acessível, inclusive mediante o uso do sistema Braille." Autoria: Senador Eduardo Lopes. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 13 - SUGESTÃO Nº 10, de 2016 - Não Terminativo - que: "Conceder insenção de imposto de renda para professores da educação básica de escolas públicas." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão. ITEM 14 - SUGESTÃO Nº 62, de 2017 - Não Terminativo - que: "Estabelece a responsabilização de provedores de aplicações de internet pela divulgação de conteúdos falsos (fake news) ou ofensivos a terceiros." Autoria: Judhy Lima, Weberton Silva, Elienaira Reis, Gabriela Nascimento, Victória Almeida, Willyane Pontes, Matheus Couto, Maria Luísa Souza e Luiz Gabriel Lima. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. ITEM 15 - SUGESTÃO Nº 51, de 2017 - Não Terminativo - que: "Polícia Federal Independente Do Governo" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 16 - SUGESTÃO Nº 5, de 2018 - Não Terminativo - que: "Fim do imposto de renda sobre o salário de professores" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão. ITEM 17 - SUGESTÃO Nº 10, de 2018 - Não Terminativo - que: "Proibir a distribuição de canudos, sacolas plásticas e uso de microplástico em cosméticos" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. ITEM 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 72 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal, para debater as causas de exclusão de estudantes indígenas em universidades"." Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado. ITEM 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 73 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o inciso II do art. 100, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater sobre o Projeto Esperança Socioeducação, implantado em 2016 por meio de ação conjunta realizada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso em parceria com a Faculdade de Cuiabá, com o propósito de atuar na prevenção da violência contra a mulher e na reeducação e recuperação de violadores de direitos femininos"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 75 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a situação prisional no Brasil"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 81 de 2018 que: ""“Requer, nos termos do regimento interno, como encaminhamento da Audiência Pública realizada no dia 25 de abril, sobre a Estrada de Ferro 170, mais conhecida como Ferrogrão, que a Comissão de Direitos Humanos oficie a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT a fim de que esta realize reunião com as comunidades indígenas e lideranças locais dos municípios de Trairão, Itaituba, Novo Progresso e Altamira, localizados no Distrito de Castelo dos Sonhos, Estado do Pará, para tratar do planejamento e implantação da Ferrogrão, com base no que determina a Convenção 169 da OIT”." Autoria: Senador Paulo Rocha. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 92 de 2018 que: "Requer, nos termos do inciso XIII, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Diligência à Cadeia Pública Pedrolino Werling de Oliveira (Bangu 8) na cidade do Rio de Janeiro, com a presença de membros desta digna Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de verificar as condições da unidade prisional." Autoria: Senador Lindbergh Farias e Senador Paulo Rocha. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 93 de 2018 que: "Requer, em consonância com o que estabelece o art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho – CDHET, a ser realizada no estado de Roraima, em data oportuna, para apresentar relatório e projeto parcial que trata sobre o novo Estatuto do Trabalho." Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovadas diligências na forma de ciclo de debates em todos os Estados do país. ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 88 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Nanismo: informação e inclusão nas escolas”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 89 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “A situação econômica do Brasil sob o aspecto dos Direitos Humanos”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 90 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Fundo de Pensão: cobrança extraordinária dos participantes do Plano de Previdência Privada Petros 1”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 91 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater: “Venda de ativos da Petrobrás”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 94 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o "objetivo de analisar as informações decorrentes dos documentos produzidos pela CIA - Agência Central de Inteligência do governo norte-americano durante o regime militar que foram abertos ao público recentemente"." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 95 de 2018 que: "Requer, nos termos do Artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhar pedido de informação ao Presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Sr. Nelson Antônio de Souza, sobre o apartamento tríplex nº 164-A, do Edifício Salinas, no Condomínio Solaris, no Guarujá-SP, atribuído ao ex-presidente Lula e que foi leiloado em 15.05.2018, por determinação do Juiz Sérgio Moro." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Apresentar e deliberar relatório de denúncia. Finalidade: Apresentar e deliberar denúncia sobre violações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de direitos humanos no Complexo Penal de Paulo Afonso/BA. Resultado: Retirado de pauta. Às onze horas e trinta e cinco minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às onze horas e quarenta e três minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência a Senadora Regina Sousa. Às doze horas e cinquenta e três minutos a Senadora Regina Sousa passa novamente a presidência ao Senador Paulo Paim. Às treze horas e nove minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência a Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa e Angela Portela e os Senadores Paulo Paim, Paulo Rocha, Romário e Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 41ª à 43ª Reunião da CDH e também a Ata da 7ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas. (*Pausa.*)

Convido o Senador Paim a presidir a reunião.

Dos primeiros projetos, os relatórios são meus, são projetos não terminativos. Depois a gente vai para os requerimentos, enquanto outros Senadores chegam para relatar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora Regina Sousa passa a Presidência para mim porque ela é a Relatora.

ITEM 13

SUGESTÃO Nº 10, de 2016

- Não terminativo -

Conceder isenção de imposto de renda para professores da educação básica de escolas públicas.

Autoria: Programa e-Cidadania.

Relatoria: Senadora Regina Sousa.

Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para a leitura do relatório.

Senadora Ângela Portela presente.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presente. Bem-vinda!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 10, de 2016, do Programa e-Cidadania, que pretende conceder isenção de imposto de renda para professores da Educação Básica de escolas públicas.

Relatório.

Fruto da Ideia Legislativa nº 60.083, a Sugestão nº 10, de 2016, do Programa e-Cidadania, propõe a concessão de isenção de imposto de renda para professores da educação básica de escolas públicas. A ideia alcançou, no período de 6 a 13 de outubro de 2016, apoiamento superior a 20 mil manifestações individuais.

De acordo com a citada Ideia Legislativa, a proposta de conceder isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) a professores da educação básica de escolas públicas visaria a atacar o problema da carência de profissionais capacitados em razão de "salários desmotivadores". Nessa linha, o benefício fiscal proporcionaria aumento da remuneração líquida dos docentes, o que incentivaria e atrairia "profissionais mais gabaritados para o magistério".

No dia 1º de novembro de 2016, a matéria foi recebida nesta Comissão.

De acordo com a Resolução...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Paulo Rocha presente!

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presente Paulo Rocha. Bem-vindo!

De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, as manifestações de cidadãos, atendidas as regras do Programa, serão encaminhadas, quando for o caso, às Comissões pertinentes, que lhes darão o tratamento previsto no Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Como a Ideia Legislativa obteve apoio de 20.000 (vinte mil) cidadãos, no período de até 4 (quatro) meses, o parágrafo único do art. 6º da referida Resolução determina que terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do RISF, sendo encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para opinião sobre a sua admissibilidade e conteúdo.

No mérito, a proposta é de duvidosa eficiência no seu intuito de aumentar consideravelmente a remuneração líquida dos docentes da educação básica de escolas públicas. A Portaria nº 1.595, de 28 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, fixa em R$ 2.455,35, para o exercício de 2018, o valor do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do magistério público. Na hipótese de o professor receber o valor correspondente ao piso, parte significativa de sua remuneração seria, nos dias atuais, isenta do IRPF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo a atual tabela progressiva mensal do referido imposto, prevista no art. 1º, inciso IX, da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, até o rendimento mensal de R$ 1.903,98, não há carga tributária de IRPF (faixa de isenção da tabela). O valor compreendido entre R$ 1.903,99 até R$ 2.826,65 submete-se à alíquota de 7,5%. Assim, parece de pouca efetividade, ao menos para os professores que recebem o piso salarial (R$ 2.455,35), a aprovação de regra de isenção que afaste por completo o tributo.

Ainda que não houvesse o argumento de ordem prática levantado, a concessão de isenção de IRPF a determinada categoria não é juridicamente possível, visto que desrespeita o Texto Constitucional. O óbice existe em razão do inciso II do art. 150 da Constituição Federal, que veda a instituição de tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.260/RN, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao sindicar isenção concedida aos membros do Ministério Público quanto ao pagamento de determinadas taxas, espécie tributária assim como também é o Imposto sobre a Renda (IR), reconheceu a afronta ao mencionado dispositivo da Constituição Federal.

Cabe citar, ainda, que um dos princípios gerais da tributação pelo IR é a generalidade, previsto no inciso I do § 2º do art. 153 da Constituição Federal, que impõe a incidência do imposto sobre todos os contribuintes que incorram no fato gerador da exação. Assim, por mais esse fundamento, não há autorização para se afastar os rendimentos dos professores do campo de abrangência do IR.

Desse modo, infelizmente, em que pese a necessidade urgente de tornar mais atrativo o magistério público e adequada a remuneração dos professores, não é possível dar seguimento à sugestão, de modo que se recomenda a sua rejeição.

Voto.

Ante o exposto, por inconstitucionalidade, a Sugestão nº 10, de 2016, não preenche requisitos de admissibilidade. O voto é, pois, pelo arquivamento.

Quero elogiar o mérito das 20 mil pessoas que assinaram, porque, realmente, o salário do professor é aviltante, mas eu acho que nós temos que lutar pelo reajuste salarial, por um piso mais decente para os professores. Essa é uma categoria imensa neste País e que tem um poder muito grande se se juntar em torno dessa bandeira.

Infelizmente, a gente não pode aqui fazer... Eu gostaria muito de aprovar a matéria, mas eu sei que o destino ia ser o arquivamento. Então, a gente não pode afrontar a norma legal nesse sentido, mas é simpática a ideia, é meritória. Parabenizo os que a enviaram.

É o voto, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Eu faço uma rápida consideração, Senadora, concordando com seu relatório. O que temos que fazer, na verdade, é trabalhar para atualizar a tabela do Imposto de Renda. Se a tabela do Imposto de Renda fosse atualizada de acordo, pelo menos, com a inflação, com certeza esse setor não seria atingido nunca.

Então, há a questão salarial, como V. Exª coloca muito bem, e a da atualização da tabela, que, se não me engano, há muitos e muitos anos – não vou aqui chutar o ano, porque posso cometer um erro –, não é atualizada. Aí, é claro, que cada vez mais o salário vai sendo corroído pela falta de atualização da tabela para todos os assalariados, pessoas que têm um salário, digamos, não ideal, mas, pelo menos... Se a tabela fosse atualizada, eles perderiam menos.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Essa é outra luta a ser encampada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Se passassem para R$3 mil, por exemplo, pelo tempo que já passou... Acho que, no momento, seria de R4$3 mil a isenção. Realmente, faz tempo que não se corrige.

Senadora Ângela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Para discutir?

Desculpem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É para discutir.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Gostaria de pedir a inversão de pauta e colocar o item 11, que é de minha autoria e é não-terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem. Só vou votar esse tema.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório da Senadora Regina Sousa, que é pelo arquivamento da sugestão, por tudo o que foi aqui justificado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, pelo arquivamento, que passa a constituir o parecer da CDH pelo arquivamento da sugestão.

Devolvo a presidência para a Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Peço ao Senador que permaneça aqui porque a Senadora Ângela tem outras comissões e, então, podemos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) –

ITEM 11

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 7, de 2018

- Não terminativo -

Institui o Diploma de Direitos Humanos Marielle Franco e dá outras providências.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatoria: Senadora Ângela Portela.

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CDIR.

Concedo a palavra à Senadora Ângela Portela para a leitura de seu relatório.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – Muito obrigada, Senadora Regina, Presidente dessa Comissão.

Vou fazer a leitura do relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Resolução do Senado nº 7, de 2018, do Senador Randolfe Rodrigues, que institui o Diploma de Direitos Humanos Marielle Franco, destinado a agraciar pessoas que, no País, tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com a proposição, o Diploma Marielle Franco será conferido anualmente, em sessão do Senado Federal, especialmente convocada para esse fim, a realizar-se durante as atividades do Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado em 10 de dezembro, e agraciará quatro notoriedades no tema, sendo, no mínimo, uma mulher, um negro ou pardo e uma pessoa jurídica.

Pelo texto da proposição, a indicação será feita por integrante do Senado Federal ou ainda por recomendação de mais de 20 mil pessoas. As indicações serão examinadas por um conselho especialmente criado com tal finalidade, composto por um integrante de cada partido político, com assento no Senado Federal, além de quinze representantes de entidades da sociedade civil cujo objeto social seja relacionado à promoção dos direitos humanos.

Destaca-se, na justificação da matéria, o reconhecimento de que Marielle representa o que de melhor um Parlamentar pode significar num país verdadeiramente democrático: podia olhar seu eleitor no olho, numa relação de confiança e representatividade que só sua história de vida e militância incansável eram capazes de lhe garantir.

O autor ressalta, ainda, que à memória e ao legado de Marielle, a iniciativa registra o compromisso de levar sua luta adiante, combatendo, de forma intransigente, o crime organizado, que extermina a juventude negra e a condena a um horizonte permanente de desesperança, sem abrir mão, tal como ela, da defesa de uma sociedade democrática, justa e tolerante.

O PRS foi distribuído para o exame da CDH e, em seguida, será analisado pela Comissão Diretora.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado, a CDH tem competência para se manifestar sobre proposições que tratem de temas relacionados à garantia e promoção dos direitos humanos, que é justamente o objeto do projeto de resolução ora em exame.

Garantida a regimentalidade, verificamos que o PRS também atende os critérios de constitucionalidade e juridicidade. Há, no entanto, no que tange à técnica legislativa, pequenas correções de redação que serão apresentadas em emenda substitutiva, considerando a necessidade de se consolidar o texto e facilitar a sua compreensão.

No que tange ao mérito, é de extrema pertinência a instituição dessa homenagem.

Neste momento, ao criar o Diploma proposto pelo Senador Randolfe Rodrigues, nós todas e todos nos unimos aos milhões de brasileiros e brasileiras que se sentiram complemente desarvorados diante da brutalidade que levou a vida da jovem combativa Marielle Franco.

Essa mulher determinada, Vereadora eleita com mais de 40 mil votos pela cidade do Rio de Janeiro, encarava com determinação as mais terríveis batalhas que insistem em obstar o caminho das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres negras, que habitam as favelas, das trabalhadoras pobres, das lésbicas. Ela enfrentava todas essas batalhas sem deixar que a crueza da vida cotidiana apagasse aquele belo sorriso com o qual iluminava e inspirava todos os que estavam ao seu lado.

O Senado Federal, no momento em que institui essa homenagem, deixa evidente para toda a sociedade que a luta dessa brava mulher jamais será esquecida. Essa homenagem é um modo de todos nós repetirmos juntos: "Marielle Franco, presente! Hoje e sempre".

E nenhum meio é melhor para fazer isso concretamente do que reconhecer e homenagear as pessoas que dão seguimento à luta de Marielle Franco contra a violência e a favor do direito de todos viverem suas vidas alcançando toda a plenitude de suas melhores aspirações.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 7, de 2018, na forma da seguinte emenda substitutiva.

A emenda substitutiva está à disposição de todos. Como se trata apenas de melhoria na redação para facilitar a compreensão, acho que não há a necessidade de fazer a leitura, também porque todos têm acesso à proposição que fizemos.

Eu queria parabenizar o Senador Randolfe pela iniciativa e dizer que foi muito gratificante, como mulher e como professora que luta pelos direitos humanos, ter sido designada Relatora deste projeto, me senti muito honrada. Pedimos a sua aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão.

Quero começar parabenizando a Senadora porque foi uma verdadeira poesia o seu relatório. Vale a pena mandar para a família da Marielle, inclusive. Muito justa a homenagem.

Em discussão.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu queria encaminhar pela Bancada do PT.

Queremos não só nos associar à luta da Vereadora Marielle, mas à sua história de determinação na defesa dos direitos humanos, principalmente das mulheres. Esta, a meu ver, é uma pequena homenagem em relação ao tamanho da lutadora que ela era.

Então, a Bancada do PT se associa à homenagem à sua história de luta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paulo Rocha.

Para discutir, Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Rapidamente, Presidenta.

Eu quero primeiro cumprimentar o Senador Randolfe Rodrigues pela iniciativa e a Relatora, Senadora Ângela Portela, pelo brilhante relatório.

O Senador Randolfe Rodrigues faz uma justa homenagem. Eu diria que o mundo, não só o Brasil, sofreu o impacto de um assassinato cruel e covarde. Ela morreu sentada dentro do carro e o seu motorista também. Esse movimento não parou, mas até o momento a gente não sabe quem atirou. Há inúmeras insinuações, inúmeras projeções, mas nós queremos saber quem foi o assassino e quem mandou matar uma vereadora que tinha um trabalho ímpar, um trabalho belíssimo, como está no seu relatório, em todas as áreas de direitos humanos. Era negra, era mulher, se preparou, estudou, se formou, foi assessora e depois se elegeu com uma belíssima votação, que chegou a quase 50 mil votos. Todos nós sabíamos que ela era já candidata a Deputada, só não sabíamos se iria a Deputada Estadual ou Federal, e, com certeza, seria eleita com uma grande votação.

Eu acho que hoje é um dia histórico na aprovação dessa proposta do Diploma de Direitos Humanos Marielle Franco. E que seja um marco no combate à violência num mundo de tanta truculência.

Eu confesso e vou dizer aqui que, até no campo das ideias, quem pensa diferente vira bandido, vira inimigo. Esses dias um Senador, no plenário, que é da Base do Governo... Eu fiz um aparte a ele sobre o tema que ele defendia. Pois bem, recebi ofensas via internet dizendo que eu não poderia ter feito um aparte a ele relativamente a um tema com o qual, independentemente da questão ideológica, eu concordava. Vejam a que ponto se chegou! É um absurdo: quem pensa diferente de um ou de outro... É uma agressão no campo das ideias! Eu acho um absurdo querer proibir as pessoas de pensarem de forma diferente. É assim que tudo começa, assim surgiu o nazismo, o fascismo e o assassinato de uma jovem, eu diria, como essa, que dedicava sua vida a atender o próximo – e foi assassinada dessa forma! Calculem: levar três, quatro tiros sem nem entender por quê. Olhem a truculência, a violência banalizando a vida!

No Brasil, está instalada uma verdadeira guerra civil. Morre mais gente aqui do que nos países que estão em conflito. A que ponto nós chegamos!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E é uma eliminação selecionada de lutadores, de rebeldes que reagem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não tenho nenhuma dúvida quanto a isso.

Há outra questão que acho gravíssima. O que são direitos humanos? Defender os direitos humanos é defender a vida, é defender a liberdade, é defender direitos iguais. Pois bem, eles plantam no País que defender direitos humanos é defender bandido. Olhem só! E eu tenho de ouvir isso ainda!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A defesa dos direitos humanos advém do sentimento mais nobre. Um Senador disse uma vez que, se quisessem fechar todas as comissões... E vou dizer o nome: Senador Cristovam Buarque. Ele chegou alguns anos atrás e disse: "Paim, se quisessem fechar todas as comissões, que fechassem todas; agora, não fechem a de direitos humanos". Porque direitos humanos é saúde, é educação, é segurança, é habitação, é a vida da criança, é a vida do deficiente, é a vida do idoso, é a vida das mulheres, é o combate a todo tipo de preconceito contra os indígenas, ciganos, LGBTs, enfim, contra todos os setores vulneráveis. É aqui a trincheira deles, e eles sabem disso. Como é que, na grande mídia, começam a passar a ideia de que defender direitos humanos é defender somente quem está preso por um motivo ou outro.

Então, eu quero, com essa fala rápida, aproveitando este debate sobre o Diploma de Direitos Humanos, com o brilhante relatório da nossa querida Senadora Ângela Portela, que as pessoas lembrem que direitos humanos estão associados a políticas humanitárias, servem para todos. Quem está nos ouvindo agora, não importa se tem cem anos, vinte anos ou um dia, recém-nasceu: é a defesa da vida.

É isso, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório da Senadora Ângela Portela permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1 da CDH.

O projeto segue para análise da Comissão Diretora.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Aproveitando a boa vontade da Presidência, que está sensível à antecipação dos itens, eu queria solicitar a antecipação da pauta para que fosse apreciado requerimento de minha autoria que trata da questão da Ferrogrão, produto de uma audiência pública já feita aqui por esta Comissão.

Depois há outro item, extrapauta, de que sou coautor junto com o Senador Lindbergh, que é uma diligência no presídio de Bangu, no Rio de Janeiro.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Senador Paulo Rocha está pedindo inversão de pauta para votar os itens extrapauta que apresentou e o do Senador Lindbergh.

Ainda teremos projetos para votar, inclusive meus dois relatórios, por isso é que deixei o Senador Paim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ficarei aqui, ficarei solidário.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, está na pauta o item do Ferrogrão.

Coloco em votação se os Senadores aceitam o requerimento extrapauta.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 81, de 2018

- Não terminativo -

"Requer, nos termos do regimento interno, como encaminhamento da Audiência Pública realizada no dia 25 de abril, sobre a Estrada de Ferro 170, mais conhecida como Ferrogrão, que a Comissão de Direitos Humanos oficie à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT a fim de que esta realize reunião com as comunidades indígenas e lideranças locais dos municípios de Trairão, Itaituba, Novo Progresso e Altamira, localizados no Distrito de Castelo dos Sonhos, Estado do Pará, para tratar do planejamento e implantação da Ferrogrão, com base no que determina a Convenção 169 da OIT".

Autoria: Senador Paulo Rocha.

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Passo a palavra ao Senador Paulo Rocha para encaminhar a matéria.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O requerimento é autoexplicativo, Presidenta.

Eu só queria adicionar que nós fizemos uma audiência pública aqui chamando a ANTT, porque ela está cumprindo aquelas audiências formais em que põe todo mundo para ouvir. Aqui – e foi produto da audiência pública –, as áreas indígenas... Naquela região, no oeste do Pará, ao longo do Rio Tapajós, há muitas áreas indígenas, e a Ferrogrão vai ser uma ferrovia paralela à BR-163, que também é paralela ao Rio Tapajós. Ela, na verdade, é para escoar – é por isso que chamam de Ferrogrão – os grãos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente de Mato Grosso, onde há um porto na cidade de Itaituba, na beira do Rio Tapajós. Então, essa ferrovia vai adentrar o Estado do Pará, passando exatamente por várias terras indígenas. A ideia é que a ANTT faça audiências públicas específicas para ouvir os indígenas daquela região. Então, o que ficou encaminhado naquela audiência pública foi que a Comissão de Direitos Humanos, portanto um órgão do Senado Federal, oficiasse à ANTT para que ela realizasse essas audiências públicas, como determina a Convenção 169, da OIT, que trata exatamente das questões indígenas.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero só cumprimentar o Senador Paulo Rocha e dizer que sua iniciativa é nobre, porque há alguns, também na mesma linha, como falávamos antes, que entendem que defender indígena não dá voto. Que vá para o inferno quem pensa assim! Nós não estamos à procura de votos. Nós defendemos causas. E V. Exª aqui está fazendo isso, defendendo as comunidades que são as mais discriminadas neste País. Se negro, cigano, LGBT... Ninguém é tão discriminado neste País como aqueles que, quando nós outros chegamos aqui, já estavam aqui, que é a nação indígena. Por isso, meus cumprimentos a V. Exª pela iniciativa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – São os verdadeiros donos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos pela iniciativa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 92, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso XIII, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Diligência à Cadeia Pública Pedrolino Werling de Oliveira (Bangu 8) na cidade do Rio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Janeiro, com a presença de membros desta digna Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de verificar as condições da unidade prisional.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros.

É subscrito pelo Senador Paulo Rocha.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha para encaminhar seu requerimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – São públicas para todo o Brasil as condições desse tipo de carceragem, principalmente da famosa Bangu 8. Então, o nosso Senador Lindbergh está requerendo que se faça uma diligência para ver as condições da prisão, mas também as condições dos prisioneiros que ali vivem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paim, em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me aproveitar o momento para também cumprimentar a iniciativa do Senador Lindbergh, ao mesmo tempo em que digo que este requerimento será aprovado e que esta Comissão já aprovou uma série de requerimentos. Dizem: "Não, vão visitar o presídio, mas não vão visitar uma situação de salário, de condições de emprego insalubre, periculoso, penoso dos policiais." Não é verdade! Nós desta Comissão já fomos diversas vezes ver e ouvir a situação também dos policiais, e não só dos que trabalham em presídio. Inclusive, eu fui a uma atividade, em Porto Alegre, em que a Polícia Militar, Senador Romário, estava acampada na praça, porque não tinha nem coturno, nem arma, não tinha nada! Nós saímos daqui e fomos lá prestar solidariedade, participando depois, inclusive, de uma audiência pública, depois, no quartel da polícia. Então, direitos humanos, meus amigos, é isto: olha o preso, o presidiário, olha o agente policial, olha toda a humanidade e – eu avanço até – olha também, claro, todo o ecossistema, o meio ambiente, enfim, todos os seres vivos.

Eu vou dizer algo agora que quero que sintam não como uma chacota. Procuraram-me para que eu apresentasse um projeto sabem para quem? Eu falei tanto em vivos, não é? Para os coveiros! E eu vou apresentar, sim, para os coveiros, aqueles que são tratados até de forma desumana, mas são quem – quando a gente morre, adeus – cuida da gente, quem trata da gente, quem enterra a gente. Eles são tratados de forma pior que... É um serviço sem nenhum tipo de qualidade de segurança, de salário, de condições de trabalho. Então, nesta Comissão, permita-me Presidenta, pretendo apresentar um projeto também para esses trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Terá o meu apoio.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Há mais requerimentos extrapauta, mas há aqui Senadores que são Relatores e queremos votar o número máximo de projetos possível. O Senador Paim vai pacientemente aqui esperar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O pior é que eu falo toda hora. Eu aproveito aqui... Sou meio Presidente, Vice-Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sou Relatora de alguns, e ele vai relatar, mas eu vou priorizar os Relatores que chegaram, o Senador Romário, o Senador Telmário.

Primeiro... Este aqui é do Senador Eduardo Lopes e da relatoria do Senador Romário.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 5 de julho de 2015, para dispor sobre a oferta de informações em formato acessível, inclusive mediante o uso do sistema Braille.

Autoria: Senador Eduardo Lopes.

Relatoria: Senador Romário.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CTFC e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Romário para a leitura do relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ. Como Relator.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame da CDH o Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2018, do Senador Eduardo Lopes, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, com a finalidade de dispor sobre a oferta de informações em formato acessível, inclusive mediante o uso do sistema Braile. Com esse objetivo, o autor propõe a alteração do § 2º do art. 69 da referida lei, de maneira a prever que os órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional, os fornecedores de produtos e serviços, inclusive, mas não somente, estabelecimentos comerciais atacadistas ou varejistas, do ramo de hotelaria, restaurantes, lanchonetes, padarias e estabelecimentos similares devem disponibilizar bulas, prospectos, textos, formulários, listas de produtos e serviços, preços, tarifas, e quaisquer outras informações essenciais ao cidadão, ao usuário ou ao consumidor com deficiência em formato acessível, inclusive mediante uso do sistema Braille.

Na justificação da matéria, o Senador sustenta que seu projeto vai além das medidas de inclusão social já previstas no âmbito do Estatuto, pois trata de tornar mais evidente o caráter meramente exemplificativo do dispositivo que altera.

Análise.

A proposição propõe o reforço do Estatuto da Pessoa com Deficiência, detalhando os locais que deverão dispor de outras informações acessíveis, além das existentes, eliminando as barreiras de comunicação. Outrossim, o projeto atende o direito do cidadão, do usuário e do consumidor de não encontrar barreiras à compreensão dos detalhes do produto ou do serviço que o Estado ou o mercado lhes está oferecendo.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2018, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão a matéria.

Senador Paim, para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Eu não poderia deixar de cumprimentar o Senador Romário.

O Senador Romário emprestou – sempre digo isso e quero repetir – todo o seu prestígio de campeão do mundo, e as pessoas com deficiência não podem esquecer isso. Procurei V. Exª e V. Exª me disse: "Deixa comigo, tenho uma filha deficiente. Vou a Senador por Senador para aprovar o projeto". Havia uma discussão, e V. Exª teve grandeza, porque vinha da Câmara o projeto de minha autoria alterando o nome. Aí conversei com V. Exª e disse: não, é uma questão de redação; vou assegurar que vai ser, sim, Lei Brasileira de Inclusão, Estatuto da Pessoa com Deficiência, como eu tinha colocado no projeto original.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Exatamente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª tem toda a autoridade, neste momento, como Relator, e emprestou seu prestígio – quero deixar isso muito claro –, ajustou para não voltar o projeto para a Câmara, aprovamos e o Presidente Lula pôde sancionar. A Presidente Dilma ou o Lula sancionou. Estávamos juntos lá.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Foi a Dilma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi a Dilma, não é? A Presidenta Dilma sancionou. E, neste momento, um projeto também de um Senador do seu Estado vem à Casa e V. Exª, com a mesma grandeza, dá o parecer favorável, porque é fundamental que o sistema Braille seja cada vez mais usado para atender os 46 milhões que são pessoas com deficiência.

Cumprimento V. Exª e também o Senador Eduardo Lopes.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Paim.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Quero parabenizar o Senador Romário pelo brilhante relatório. A gente sabe que nessa causa ele é o nosso mestre, nessa causa da pessoa com deficiência.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto.

ITEM 14

SUGESTÃO Nº 62, de 2017

- Não terminativo -

Estabelece a responsabilização de provedores de aplicações de internet pela divulgação de conteúdos falsos (fake news) ou ofensivos a terceiros.

Autoria: Judhy Lima e outros

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota para leitura do relatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Como Relator.) – Obrigado, Srª Presidente.

Relatório.

A Sugestão nº 62, de 2017, proveniente do Programa Jovem Senador, foi encaminhada a esta Comissão.

A proposição é composta de quatro artigos.

Um deles estabelece que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação judicial questionando a divulgação de conteúdos falsos (*fake news*) ou ofensivos em aplicações de internet. A ação, salvo comprovada má-fé, será isenta de custas ou de ônus sucumbenciais, bastando, para tanto, que o requerente comprove a prévia notificação do provedor.

A sugestão ainda dispõe sobre a responsabilidade do provedor de aplicações que somente poderá ser responsabilizado civilmente pela divulgação de conteúdos falsos ou ofensivos quando, após ordem judicial, não tomar as providencias para, dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

O provedor de aplicação que descumprir a ordem judicial para retirada de conteúdo fica sujeito ao pagamento de multa diária de até R$300 mil reais, a ser arbitrada de acordo com a gravidade, a extensão do conteúdo divulgado e a condição econômica do provedor.

Análise.

A Sugestão nº 62, de 2017, encontra amparo regimental para a sua apreciação pela CDH e, caso aprovada, se transformará em projeto de lei, seguindo seu trâmite natural.

No que tange ao mérito, deve-se louvar a inciativa dos jovens senadores com o relevante tema das *fake news*. Como é sabido, a divulgação e propagação de conteúdos falsos nas redes sociais é um problema que desafia as grandes democracias do mundo.

O combate às *fake news* demanda a ponderação entre dois valores constitucionais que são muito caros ao Estado democrático: a liberdade de expressão e a proteção à intimidade, à honra e à imagem das pessoas.

Nesse sentido, parece acertada a iniciativa de manter o controle judicial sobre os pedidos de retirada de conteúdo, o que evitará a indevida restrição à liberdade de expressão.

Ressalvamos, contudo, que a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, veda a edição de normas esparsas para tratar de um mesmo assunto. Assim, por questões de técnica legislativa, as medidas previstas na Sugestão nº 62, de 2017, devem ser implementadas no Marco Civil da Internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, cumprimentamos os participantes do Programa Senado Jovem Brasileiro, em especial o Jovem Senador Darlan, de Roraima, por sua sincera preocupação em aprimorar a legislação para promover o uso consciente e responsável da internet.

O voto, Srª Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela admissibilidade da Sugestão nº 62, de 2017, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão, nos seguintes termos:

Projeto de Lei do Senado

Projeto de Lei do Senado nº tal – em branco –, de 2018.

> Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que *estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil*, para dispor sobre medidas de combate à divulgação de conteúdos falsos (*fake news*) ou ofensivos em aplicações de internet.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Seção III do Capítulo III da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 21-A e 21-B:

> Art. 21-A. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação judicial questionando a divulgação de conteúdos falsos (*fake news*) ou ofensivos em aplicações de internet.
> *Parágrafo único*. A ação judicial, salvo comprovada má-fé, será isenta de custas judiciais e do ônus da sucumbência, caso o requerente comprove ter notificado o provedor de aplicações de internet para a indisponibilização do conteúdo.
> Art. 21-B. Sem prejuízo do disposto no art. 19, o descumprimento da ordem judicial que determine a indisponibilização de conteúdo sujeita o infrator ao pagamento de multa diária entre R$500,00 (quinhentos reais) e R$300.000,00 (trezentos mil reais), arbitrada de acordo com a gravidade e a extensão do conteúdo divulgado e a condição econômica do provedor de aplicações de internet.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Telmário.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paim, para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Eu queria cumprimentar a iniciativa do Sr. Judhy Lima e outros e o relatório do Senador Telmário Mota.

Eu tenho dito até que é uma covardia. O cara se joga atrás do computador ou atrás do celular e fica ofendendo todas as pessoas de bem e mentindo contra elas.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. *Fora do microfone*.) – É verdade, de forma sórdida, até criminosa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vi, por exemplo, uma *fake* dessas que coloca o seguinte. Senador e Deputado que defendem saúde, educação, direitos humanos, trabalho, emprego fazem uma pesquisa, e eu fui olhar: os que mais defendem o povo brasileiro estão com nota quase zero; e aqueles que votam sempre contra o povo brasileiro estão com nota mil. Isso é um crime, uma mentira, é *fake*, e reproduzem, e espalham. Onde é que nós estamos que se pode permitir isso?

Já vi também namorado que brigou com a namorada jogar nas redes ofensas, fotos que não poderiam, em hipótese nenhuma, ter sido publicadas. Ele joga lá e fica todo bonitão! Tem que ser preso mesmo. Onde é que se viu? Tudo tem que ter um limite. O meu direito termina quando começa o direito do outro.

Mesmo no campo das ofensas, o cara chama o outro de tudo. Nem vou dizer aqui, mas é discriminação racial, discriminação pela orientação sexual, discriminação pelo gênero, se é homem, se é mulher, e jogam lá ofensas... Bom, eu só deleto aquilo porque não vou perder meu tempo, mas muita gente reproduz.

Senhor, eu posso dar um exemplo próprio aqui, de um minuto só. Se há uma área em que trabalho e à qual me dedico 24 horas por dia, é principalmente a dos idosos. É claro que eu me dedico, todo mundo sabe, ao pessoal com deficiência, negro, índio, mulher, enfim... E o camarada – é um tal de, parece que é, nem vou dizer o nome, porque senão eu iria promovê-lo – colocou lá: "É o único Parlamentar que não defende os idosos". E lançou aquilo, e foi para lá, para cá, para lá e para cá. Claro, as pessoas começaram a responder e resultado: ele caiu no ostracismo e teve que retirar a tal da *fake news*. Para mim foi bom porque deu oportunidade de eu mostrar tudo aquilo: as leis que eu aprovei para os idosos, desde os 147% – como estou aqui há muito tempo, foi uma lei de minha autoria que garantiu o reajuste de 147% –, o fator previdenciário, que criamos graças ao governo Dilma e Lula, a fórmula 85/95. O fator não existe mais, bem dizer, usa quem quer, por opção. Agora, pode se aposentar com 30 anos de contribuição a mulher e, com 35, o homem; 55 anos de idade a mulher e 60 o homem. É tanta... A PEC paralela mesmo, porque aqui aprovamos depois de uma longa discussão, foi no nosso governo – o Tião Viana ajudou muito, eu me lembro. Então, foram tantas, e eu listei dez! Ele teve que engolir as dez, porque as dez viraram leis, e leis principalmente sobre a questão dos idosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que eu quero cumprimentá-lo, Senador Telmário, e é do seu Estado a iniciativa, pelo que vi, Senador...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – De um jovem Senador!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – De um jovem Senador!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Jovem Senador. Mas o menino é do seu Estado ou não?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – É.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É do seu Estado. Veja bem, brilhou duas vezes: o Autor e o Relator, que merece aqui todo o nosso carinho e nossos cumprimentos pelo parecer favorável, porque há muitas propostas que chegam do Jovem Senador que rejeitamos. Agora mesmo, rejeitamos uma, mas esta aqui é de uma grandeza para todos, não é só para quem é político ou não é político. A ofensa, às vezes, que um menino faz ao outro na sala de aula, alguém vai ter que responder por isso. E ainda lança nas redes e fica dando uma de bonitão lá. Bonitão coisa nenhuma, é um malandro picareta que faz isso.

Por isso, meus cumprimentos a V. Exª! E vão ser punidos conforme a multa que é colocada na iniciativa do Judhy e de V. Exª.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – E só para acrescentar, você pode ver que o projeto tem uma multa, inclusive, ao provedor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ao provedor!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – É interessante.

Outro ponto interessante é que ele traz uma sugestão dessa quando estava em ação aqui no Senado, que, logo em seguida, tomou corpo na mídia nacional, inclusive no TSE. Nós já fizemos até uma audiência aqui com debates nesse sentido.

Então, acho que é um projeto muito oportuno e muito feliz, porque vem exatamente de um jovem que conseguiu vislumbrar essa válvula aberta aos criminosos, que ele tenta fechar para que esse aparelhamento, esse instrumento da internet, cada dia mais, se torne um instrumento mais sadio, mais saudável, naturalmente fechando essas portas para a maldade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu quero também parabenizá-lo, Senador. Eu acho também que a gente tem que acompanhar o andamento dele para ver se aprova em caráter terminativo, porque a gente vai viver isso na eleição. Já começou, inclusive, a guerra. Então, isso é muito oportuno, ainda mais vindo de um jovem que já "sacou" o mal que isso pode fazer às pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei do Senado que apresenta.

A matéria passa a tramitar como proposição de autoria da CDH.

Tem mais um relatório do Senador Telmário, o Item nº 15.

ITEM 15

SUGESTÃO Nº 51, de 2017

- Não terminativo -

Polícia Federal Independente Do Governo

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

Senador Telmário Mota, concedo a palavra a V. Exª para a leitura do seu relatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Srª Presidente.

A Sugestão deriva da Ideia Legislativa nº 75.301, proposta pelo autodenominado Movimento Direita Bahia, no Portal e-Cidadania, e sugere uma Polícia Federal Independente do Governo.

No mérito, cabe esclarecer que, de acordo com o art. 144, §1º, da Constituição Federal, a Polícia Federal é instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União.

Conforme o art. 40-B, da Lei 13.502, de 1º de novembro de 2017, incluído pela Medida Provisória 821, de 26 de fevereiro de 2018, a Polícia Federal é um departamento que integra a estrutura básica do Ministério Extraordinário da Segurança Pública.

Nada disso vem impedindo a Polícia Federal de realizar um excelente trabalho, que passou a ser amplamente divulgado no início dos anos 2000, com o advento das grandes operações, precedidas de ações de inteligência e planejamento e realizadas sem um único tiro, e com a mudança do foco para o combate aos crimes de "colarinho branco".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O expressivo número de autoridades e empresários presos nos últimos anos comprova que a Polícia Federal não sofre maiores influências no exercício de suas funções. A Polícia Federal já é, sim, forte, hoje, no combate ao crime organizado e à corrupção.

A Sugestão usa o FBI, dos Estados Unidos, como exemplo de polícia que seria independente. Porém, o FBI também não é um órgão independente. Ele está subordinado ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos, equivalente ao Ministério do Interior ou da Justiça de outros países.

Isso mostra que, para que uma organização policial atinja a excelência, não é necessário que seja autônoma. Pelo contrário, não se tem notícia de uma polícia independente do Estado ou do Governo. A autonomia desejável para a Polícia Federal não é a administrativa, mas, sim, a investigativa e técnica.

Conceder independência para uma polícia com mais de dez mil integrantes armados espalhados pelo País implicaria criar um novo poder, de difícil controle, o que pode ser perigoso para a democracia. Não podemos correr o risco de transformar a Polícia Federal em um partido ou uma milícia. Além disso, outras polícias também passariam a reivindicar tal autonomia.

De qualquer modo, já tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição nº 412, de 2009, do Deputado Alexandre Silveira e outros, que altera o §1º do art. 144 da Constituição Federal, para dispor que uma lei complementar organizará a Polícia Federal e prescreverá normas para a sua autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de elaborar sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Voto, Srªs e Srs. Senadores, Srª Presidente.

Ante o exposto, voto pela rejeição da Sugestão nº 51, de 2017, do Programa e-Cidadania.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se me permitir só uma frase...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão, o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Eu quero, mais uma vez, cumprimentar o Senador Telmário Mota por essa proposta que veio pelo Programa e-Cidadania.

A Polícia Federal eu diria que age com certa independência, mas está vinculada ao Estado. V. Exª tem toda a razão. O risco – eu sei que a Polícia Federal não concorda com isso – é de, de repente, começar a legalizar as milícias independentes. E nós temos o maior respeito pela Polícia Federal.

Quero inclusive dizer que eu e o Senador Paulo Rocha estivemos, Senadora Regina, lá em Curitiba, visitando o Presidente Lula, e fomos muito bem recebidos pela Polícia Federal. É um depoimento que eu tenho dado em toda entrevista que dou. Fomos muito bem recebidos. Eles nos acompanharam. Visitamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os presos políticos daquele complexo e depois estivemos com o Presidente Lula, com toda a liberdade. Deixaram-nos, somente os onze Senadores, conversando com ele.

Então, nós temos um respeito enorme pela Polícia Federal. Claro que a Polícia Federal não concordaria com esse tipo de iniciativa. Pode ser que a ideia tenha sido das melhores, respeito quem sugeriu, mas, é claro, nós aqui, no Senado, que é a Casa do equilíbrio, do bom senso, não poderíamos querer desmembrar a Polícia Federal, como se ela não tivesse o poder de agir de forma independente. E ela age mesmo, senão não estaríamos vendo tantos... Vou pegar a ótica que mais me preocupou. Até um tempo atrás você não via empresário nenhum respondendo. Agora, estão respondendo também. Só se fala no mundo político, mas ninguém fala que muitos empresários também estão presos e vão ficar alguns anos no cárcere por serem corruptores e terem uma postura de desvio de conduta pela qual têm que responder.

Então, meus cumprimentos aqui à Polícia Federal.

Claro, nego, acompanho o Relator da matéria.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão.

Tem mais um do Senador Telmário Mota, que é terminativo, mas não foi lido.

O senhor quer fazer a leitura?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Telmário está falando mais do que eu hoje. Estou preocupado. Só ele é Relator.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Esse projeto, que é inclusive de autoria de V. Exª, parece-me que precisa de algumas diligências para melhor discussão. Senão, estou pronto para ler.

Agora, eu também queria aproveitar, Srª Presidente, pois tenho dois requerimentos que eu também gostaria de ler hoje.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, V. Exª não vai fazer a leitura hoje?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Não.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Retiro da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Não... Quer retirar o relatório de pauta ou ler logo?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não, é que está pronto para leitura. Ele é terminativo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Não, vamos ler, vamos ler. Vamos adiantar o nosso trabalho.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu quero fazer um esforço concentrado na semana que vem. Nós temos muitos requerimentos aqui, inclusive os seus.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – É. Temos o Requerimento nº 18 e também um extra, o de nº 93.

Podem trazer o relatório, que eu vou ler. (*Pausa.*)

Vou ler o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vai ser só leitura e a discussão fica para depois?

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade.

Autoria: Senadora Regina Sousa

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Tramitação: CCJ e terminativo nesta CDH.

- Em 18/04/2018, a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – É, fica para depois.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2018, da Senadora Regina Sousa, que altera as Leis nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos à medida privativa de liberdade.

No Marco Legal da Primeira Infância, a proposição altera os arts. 4º, 11, 13 e 14, com a finalidade de, respectivamente: (1) introduzir na lei o princípio socioassistencial da seletividade; (2) dispor sobre o levantamento de dados socioeconômicos a respeito das crianças cujos pais e mães estejam encarcerados; (3) tratar da preferência no atendimento da criança em situação de alta vulnerabilidade em razão do encarceramento de seus genitores; e (4) alterar o programa de apoio a famílias, incluindo-se aí a atenção à gestante privada da liberdade e o treinamento dos servidores do sistema prisional. Todas as modificações propostas têm como finalidade destacar o apoio necessário às crianças cujas mães, principalmente, mas, também, cujos pais estejam aprisionados.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, a matéria introduz novo parágrafo no art. 9º com o propósito de estabelecer o incentivo à amamentação que deve ser dado à mãe encarcerada, exceto se houver prejuízos à saúde dela ou da criança.

Por fim, a mudança no Código de Processo Penal altera o art. 318, para: (1) alterar o "poderá substituir" da atual legislação para o "substituirá", no que concerne à troca da prisão preventiva por prisão domiciliar nos casos ali previstos; (2) acrescentar, dentre as hipóteses ali previstas para a prisão domiciliar, a da lactante.

Na justificação da proposição, a Senadora Regina Sousa destaca que, ante o crescimento da população carcerária feminina, é necessário que o Estado esteja atento a suas necessidades específicas e cuide para que a pena não seja estendida também aos filhos pequenos. Ressalta, ainda, que são raros os estabelecimentos carcerários dotados com estrutura para receber a mulher gestante, a puérpera e a lactante.

A matéria foi distribuída também para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que sobre ela emitiu parecer favorável.

Análise.

A proposição não contém vícios de juridicidade ou de constitucionalidade, uma vez que trata de assuntos como direito penal e proteção à infância e à juventude, sobre os quais compete à União legislar, nos termos do inciso I do art. 22 e do inciso XV do art. 24 da Carta Magna.

Quanto à regimentalidade, concerne, de fato, à CDH opinar sobre matéria que se relaciona com as garantias e promoção dos direitos humanos, direitos da mulher e proteção à família, nos termos dos incisos III, IV e V do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto é meritório e trata de assunto da mais elevada importância. Cuida das pessoas que estão em situação das mais aflitivas na escala social: as filhas e os filhos pequenos de mães e pais encarcerados. Note-se que a Senadora Regina Sousa, por intermédio de alterações legislativas pontuais, lembra e destaca que esses meninos e essas meninas também são destinatários de direitos e não podem ser responsabilizados por atos que não cometeram. Aliás, eles são, de acordo com a nossa Carta Magna, pessoas em desenvolvimento e, por isso mesmo, a quem se deve a prioridade absoluta dos direitos ali consignados.

Ademais, a iniciativa trata, também, de restringir a penalidade imposta às mães, gestantes e lactantes ao escopo previsto em lei, sem agravamentos oriundos da incúria político-administrativa e da discriminação contra a mulher.

Tais agravamentos ocorrem quando a mulher nesse estado é encarcerada em unidades que contam escassamente com berçários, creches e sequer possuem acomodações adequadas para gestantes. Essa é a situação de um terço das prisões brasileiras, conforme levantamento do Ministério da Justiça feito em 2014.

Note-se, ainda, que as mudanças propostas se coadunam com as Regras de Bangkok, que contêm as normas das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras.

A mudança no Código de Processo Penal está de acordo com o espírito de recente decisão do Supremo Tribunal Federal, que concedeu o *Habeas Corpus* Coletivo nº 143.641, por meio do qual foram substituídas por prisões domiciliares as prisões provisórias das mulheres gestantes ou com filhos pequenos.

A medida proposta pela Senadora Regina tem em mente resolver o problema de que, mesmo com a entrada em vigor do Marco Legal da Primeira Infância, em março de 2016, são raras as concessões judiciais de substituição de prisão. Após a concessão do *habeas corpus* coletivo mencionado, no entanto, no mesmo espírito da proposição em análise, está pacificado o entendimento de que a proteção da infância deve ser considerada prioridade absoluta, no momento em que se determina apropriado ou não afastar uma mãe de um filho. Sendo assim, a mudança feita pelo PLS nº 43, de 2018, no *caput* do art. 318 do Código de Processo Penal, consolida esse entendimento.

Por fim, ressaltamos que, com as medidas propostas pela Senadora Regina, o Poder Público estará atuando efetivamente para, como reconheceu o STF, tornar concreto o que a Constituição Federal determina no seu art. 5º, inciso – me ajude aqui nesse inciso: é 45 que se diz? Venha aqui, doutora, me ajude aqui –, inciso XLV, que nenhuma pena passará para terceiros, ou seja, que os filhos e filhas pequenas de mães e pais encarcerados não sofram diretamente os efeitos de pena que não lhes foi imposta.

O voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2018, nos mesmos termos acolhidos pela CCJ.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Telmário.

Como eu falei, ele é terminativo, então nós discutiremos na hora certa, quando formos votar. Nós vamos fazer um esforço concentrado para votar na próxima semana.

Então, fica dado como lido.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Vamos para os requerimentos?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos voltar aos requerimentos que a gente tinha começado. Temos dois projetos não terminativos ainda, nós temos paciência aqui para trabalhar, que são da minha autoria. Mas eu vou passar para os requerimentos e a gente vota todos, inclusive os meus, do Senador Paim, de todo mundo. Um deles é o item 18, que está na pauta. Os outros todos são extrapauta. Então, nós vamos votar o item 18.

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 72, de 2018

- Não terminativo -

"Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal, para debater as causas de exclusão de estudantes indígenas em universidades".

Autoria: Senador Telmário Mota

Autoria do Senador Telmário Mota, a quem passo a palavra para encaminhar.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para encaminhar.) – Srª Presidente, como V. Exª já citou, é exatamente para a gente fazer uma composição de Mesa dessa audiência pública. Sugerimos: o Presidente da Funai; representante do Ministério da Educação (MEC); representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib); representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi); o Sr. Mário Nicácio, representante dos indígenas da Comunidade do Pium e outras do Estado de Roraima; a Profª Elisângela Dell-Armelina Suruí, da Comunidade Paiter, Rondônia; o Prof. Edson Kayapó, Coordenador da Licenciatura Intercultural Indígena do IFBA.

A justificativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com reportagem do Portal G1, publicada no dia 19 de abril de 2018, os estudantes indígenas são os que menos contam com apoio público para pagar a universidade. Dados do Censo 2016 mostram que 63% dos indígenas não conseguiram vaga gratuita ou não foram selecionados pelo Fies ou pelo Prouni para custear a faculdade privada.

Esta Casa tem que se preocupar e dar atenção a todos os seus cidadãos em idade escolar, seja da classe baixa, alta ou das minorias, como no caso dos indígenas.

Diante desse cenário, requeremos a realização de audiência conjunta entre a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença de renomados especialistas, com o objetivo de debater possíveis soluções para esse preocupante problema.

É o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Telmário.

Em discussão o requerimento.

Senador Paim, para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Eu quero mais uma vez cumprimentar o Senador Telmário por mais esse olhar às crianças indígenas.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nós vamos passar aos requerimentos extrapauta. Nós tínhamos já aprovado a admissibilidade dos requerimentos extrapauta, mas coloco em votação de novo.

Os Senadores que concordam com a leitura de requerimentos extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Então, temos mais um do Senador Telmário que é extrapauta. Eu vou continuar com os do Senador Telmário.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 93, de 2018

- Não terminativo -

Requer, em consonância com o que estabelece o art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho – CDHET, a ser realizada no estado de Roraima, em data oportuna, para apresentar relatório e projeto parcial que trata sobre o novo Estatuto do Trabalho.

Autoria: Senador Telmário Mota

Senador Telmário Mota, para encaminhar.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para encaminhar.) – Considerando que o Estado de Roraima é mais distante e que o Senador Paulo Paim está em plena campanha e que, realmente, está se aproximando...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E é a terra do Presidente da Comissão que elaborou.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – E o Presidente é Relator. Isso para o Estado de Roraima é muito importante, porque o nosso Estado tem sido extremamente maltratado – eu digo assim: que ele tem recebido até ações maldosas do Governo Federal –, e isso é abrir a porta da esperança para aqueles trabalhadores no meu Estado. Hoje estão à deriva com essa medida, com esse Estatuto do Empregador, que substituiu a CLT, e agora o Estatuto do Trabalho, bem elaborado pelo Senador Paulo Paim, traz uma nova luz, uma nova esperança, um novo sonho. Eu, sem nenhuma dúvida, proponho que o meu Estado seja o primeiro palco desse debate nacional que essa Comissão vai poder encaminhar. E eu gostaria, realmente, de contar com o apoio dos Senadores para que a gente possa, pelo Estado de Roraima, no extremo Norte, fazer essa caminhada nacional em busca de resgatar tudo aquilo que o Governo do Temer retirou do trabalhador brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Mais do que Roraima, naturalmente, que é um lugar bonito, belo – viu, Senador Paulo Paim? Com certeza, o Telmário vai caprichar no melhor dos peixes lá, para ir para as Comissões...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da outra vez que eu estive lá, foi *show* de bola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas a questão é a seguinte, a que se coloca para nós, Paim, que viemos dessa área: discutir uma legislação trabalhista que possa ser real, para a realidade dos trabalhadores deste País, dadas as diferenças regionais e as diferenças de estágio, inclusive, da relação capital e trabalho. Eu acho que esse é o grande desafio. Além de resgatar, através desse Estatuto, aquilo que nós perdemos com as chamadas reformas trabalhistas que, ao longo do tempo, foram implementando, este é o desafio maior para nós: fazer uma legislação trabalhista que possa cobrir toda a realidade do nosso País. Não só a realidade daquela época, como você sempre diz, do seu tempo de trabalhar em fundição – já evoluímos bastante –, mas, ao mesmo tempo... Porque hoje numa fábrica moderna como, sei lá, as de São Bernardo do Campo, a produção de automóveis está toda automatizada. Eu próprio, a minha profissão já está num processo de extinção, porque era uma fundição, era a linotipia, depois passou para a tipografia, que eram tipos móveis, entrou na *offset*, e agora está no computador. A entrada do computador na minha categoria colocou em extinção a categoria; parte dela está em processo de extinção.

Então, acho que o nosso estatuto, Paim – V. Exª está pilotando essa questão e é o autor desse processo –, a partir do debate... Eu acho que fazer o debate em todas as regiões é fundamental para poder dar conta da realidade do nosso País. É diferente trabalhar na roça, por exemplo, no Nordeste, sem água de trabalhar na Amazônia com bastante água etc. Então, há realidades diferentes, e, realmente, o nosso grande desafio para resolver a relação capital e trabalho não é só a questão do salário, mas também a do ambiente de trabalho. Enfim, há um conjunto de situações que colocam um desafio. Por isso, é fundamental ir a todas as regiões. Se tem de começar por Roraima, então vamos começar por Roraima.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero fazer um rápido comentário, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos ouvir o comentário do Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Nem é comentário, quero só cumprimentar pela iniciativa. O Senador Telmário presidiu a Comissão, e eu fui indicado por ele e por V. Exª para ser o Relator. Eu continuo na Relatoria da SUG. Se ele permitir, vou fazer um adendo ao seu relatório, aproveitando também a sugestão do Senador Paulo Rocha: que seja um ciclo de debates em todo o Brasil, começando – já fica aqui carimbado – por Roraima. E aprovaríamos um ciclo de debates no País sobre a nova CLT, que vai totalmente na contramão do que eles fizeram: eles se reuniram não sei onde – na verdade, eu sei, foi na sede da CNI –, aprovaram lá, mandaram para cá, carimbaram e mandaram para a Presidência. Nós vamos debater com o Brasil o novo estatuto, a nova CLT do mundo do trabalho. Vamos seguir um ciclo de debates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Está incorporada a sugestão? (*Pausa.*)

Está incorporada. Então, é um ciclo de debates que começará por Roraima.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está incorporada! É mais do que justo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A gente podia...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Os locais e as datas...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Telmário, poderia mudar o nome de diligência para ciclo de debates? Aí já se faz isso em todos os Estados. Pronto!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ciclo de debates em formato de diligência, é só isso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pronto!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A palavra "diligência" tem...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Isso, porque vai conhecer as situações também. Então, é só mudar a redação.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Estes são do Senador Paim, extrapauta.

Então, vou fazer a votação em bloco, são quatro. Depois, tenho dois meus aqui, e a gente faz a votação também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, pode ser em bloco, é rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Isso.

EXTRAPAUTA

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 88, DE 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Nanismo: informação e inclusão nas escolas".

Autoria: Senador Paulo Paim

Vamos discutir junto; vai ser em bloco.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser em bloco.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu leio todos. Aí você já fala de todos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) –

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 89, DE 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A situação econômica do Brasil sob o aspecto dos direitos humanos".

Autoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 26

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 90, DE 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Fundo de Pensão: cobrança extraordinária dos participantes do Plano de Previdência Privada Petros 1".

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 27

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 91, DE 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Venda de ativos da Petrobras".

Autoria: Senador Paulo Paim

Então, são quatro requerimentos do Senador Paim, em bloco.

Eu lhe passo a palavra, para que os encaminhe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Falarei bem rapidamente; será praticamente uma frase para cada um deles.

"Nanismo: informação e inclusão nas escolas." São pessoas que nascem com pouca altura. Eu tive uma experiência, conheci a realidade numa região do meu Estado. Eles propuseram essa iniciativa.

O tema "A situação econômica do Brasil sob o aspecto dos direitos humanos" abarca tudo, desde a violência nas escolas até a violência no aspecto econômico, já que o Brasil tem se destacado como o País com a maior concentração de renda do mundo. Isso, é claro, atinge diretamente os direitos humanos.

"Fundo de pensão: cobrança extraordinária dos participantes do Plano de Previdência Privada Petros 1." Eu dei o exemplo da Petros, mas vai ser geral. O reajuste do salário do trabalhador não acompanhou sequer a inflação anual, enquanto alguns fundos acabaram cobrando, de forma extraordinária, valores que ultrapassam três, quatro, cinco, seis vezes o valor do reajuste no salário. Com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso, ele vai ter de abandonar o plano. É muito semelhante ao que fizeram – aqui nós já fizemos uma audiência pública – os planos de saúde privados.

E o último tema é "Venda de ativos da Petrobras". Conforme a FUP, isso merece um debate profundo, para vermos o que realmente está acontecendo.

São esses quatro requerimentos, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão os quatro requerimentos do Senador Paim. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação os Requerimentos nºs 88, 89, 90 e 91, todos do Senador Paulo Paim.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Agora, teremos dois requerimentos que são de minha autoria, extrapauta. E aí eu peço ao Senador Paim para presidir a reunião.

Passo a Presidência ao Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos, de imediato, então, ao Requerimento nº 94, de 2008.

ITEM 28

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 94, DE 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o "objetivo de analisar as informações decorrentes dos documentos produzidos pela CIA – Agência Central de Inteligência do governo norte-americano – durante o regime militar, que foram abertos ao público recentemente".

Autoria: Senadora Regina Sousa

Passo a palavra à Senadora Regina Sousa para fazer a defesa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para encaminhar.) – Esse requerimento é motivado por muita gente. Como sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos, muita gente me ligou e me mandou mensagens, dizendo que era a hora de a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer esse debate. Nós tivemos um debate no governo Dilma, na Comissão da Verdade, mas todo mundo reclamou que ficou incompleto, até porque houve muita pressão, dizendo que a Dilma estava com revanchismo, que não sei o quê! Agora, há um fato novo: alguém revela um documento, mostrando as atrocidades feitas na ditadura militar. E há pessoas ligadas ao assunto que têm familiares desaparecidos e que gostariam de fazer esse debate. E, a partir dessas demandas, estou fazendo esse requerimento, para a gente marcar esse debate. Depois, os convidados serão anunciados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão.

Eu quero só me somar à iniciativa de V. Exª.

Naquela semana em que a grande imprensa denunciou ou anunciou o que estava acontecendo, pessoas nos ligaram, e eu disse que V. Exª estava encaminhando essa possibilidade de fazermos uma audiência pública e que eu me somaria a isso. Então, vejo com alegria que V. Exª já está encaminhando isso neste momento.

Ficaram muitas dúvidas. Alguns especialistas, economistas, articulistas, cientistas políticos levantaram, inclusive, uma série de dúvidas: por que esse assunto foi levantado dessa forma neste momento?

Então, nada melhor do que uma audiência pública para debater essa questão.

Alguém mais quer discutir?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – O fundamental, Senadora Regina, é que se cometeu muita atrocidade no período ditatorial militar, e se encobria isso. Houve a eliminação de opositores ao regime, houve verdadeiras atrocidades contra os direitos humanos, das pessoas, enfim. Era uma violação dos direitos humanos pelo próprio poder instalado, que se apoderou das estruturas do Estado para cometer esse tipo de atrocidade.

Então, isso é fundamental. Aqui, nós do Partido dos Trabalhadores, com a senhora presidindo esta Comissão, não poderíamos nos omitir diante desse debate aí aflorado por esse vazamento do que que aconteceu durante a ditadura militar.

Então, é fundamental que se esclareça isso não só para a história, mas principalmente para os familiares, que, há tanto tempo, vêm lutando para que se esclareça. Por isso, foi criada, inclusive, a Comissão da Verdade, para buscar que se repare isso. E os familiares não tiveram o direito sequer de ter acesso ao corpo ou à ossada desses seres humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, eu só vou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Senador Telmário Mota quer discutir?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para discutir.) – Eu queria dizer que a sua iniciativa é muito pertinente e justa, porque V. Exª é a Presidente desta Comissão e não pode fechar os olhos nem os ouvidos diante de uma denúncia que possa colocar em dúvida que as leis tenham sido feridas, sobretudo os direitos das pessoas. Essas atrocidades todas têm realmente de vir à baila e de ser apuradas. Então, não tenho nenhuma dúvida de que o debate em cima disso, a apuração dessas denúncias tão graves... Sou contra qualquer ato extremo. A ditadura, seja da direita ou da esquerda, sempre caminha pelo lado da ilegalidade, não obedece ao ordenamento jurídico, que é atropelado por atos ilegais. Então, esta Casa tem a obrigação de, neste momento, fazer um debate, para buscar a veracidade dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, eu concordo na íntegra com tudo que foi falado, mas eu aprendi na caminhada: para que simplificar, se eu posso complicar?

Eu li um artigo muito interessante e por isso eu usei o termo... Por que esse assunto só foi levantado neste momento, em que está havendo uma verdadeira entrega do patrimônio nacional e em que um setor nacionalista, dentro das Forças Armadas, estaria fazendo certa resistência?

Então, acho que essa audiência pública preenche todas as lacunas. Até há aqueles que pensam dessa forma. E, como falei, esse artigo é de um cidadão de esquerda, não é de um cidadão de centro nem de direita; ele é de esquerda e é aqui do Congresso. Achei que o artigo dele tem um conteúdo bem interessante para a análise e para o debate.

É claro que seu requerimento quer esclarecer todos os fatos, mas, em nenhum momento, vai deixar de aprofundar o debate em torno de uma reflexão política, econômica e social e da própria democracia, que passa por este momento. Por isso, a grandeza do seu requerimento não tem limite, eu diria, para fazer o bom debate em nome da verdade, da democracia e daqueles que têm uma visão nacionalista, que eu tenho.

Obrigado, Presidenta. Posso colocar já em votação? Quer fazer algum comentário a mais? (*Pausa.*)

Sem nenhum comentário da autora, eu coloco em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O segundo requerimento vou fazer de forma oral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O segundo requerimento da nossa Presidenta é um pedido de informação à Caixa sobre o tríplex do Guarujá atribuído ao ex-Presidente Lula e leiloado no dia 15/05/2018.

ITEM 29

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 95, DE 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhar pedido de informação ao Presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Sr. Nelson Antônio de Souza, sobre o apartamento tríplex nº 164-A, do Edifício Salinas, no Condomínio Solaris, no Guarujá-SP, atribuído ao ex-Presidente Lula e que foi leiloado em 15/05/2018, por determinação do Juiz Sérgio Moro.

Autoria: Senadora Regina Sousa

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para encaminhar.) – A gente já tinha discutido com algumas pessoas sobre essa questão. A gente tem clareza de que ele não pertence ao ex-Presidente Lula, mas é importante a gente formalizar algumas coisas. Então, já que ele foi leiloado, estou querendo fazer um pedido de informação à Caixa Econômica com algumas perguntas, sem prejuízo de outras.

Vou dizer quais perguntas já estão pensadas, elaboradas: a quem pertencia o apartamento? O apartamento está ou esteve vinculado à Caixa com penhora? A quem pertencia o apartamento penhorado? Como se deu a penhora? Há outros apartamentos no mesmo edifício penhorados à Caixa? Para quem vai o valor arrecadado no leilão do dia 15? A Caixa contestou a decisão do Juiz Sérgio Moro de leiloar o bem, se ele estava penhorado a ela? Isso é natural, porque, se ele estava penhorado a ela, ela tinha de se manifestar na hora em que ele determinou o leilão. Há outra pergunta: quando um bem é penhorado a um credor, pode-se afirmar que esse credor detém a propriedade temporária desse bem?

Posso incorporar outras perguntas ainda de Senadores que queiram incorporar, mas é esse o pedido de informação que a gente quer fazer à Caixa Econômica, para esclarecer essa dubiedade sobre a posse desse apartamento no Guarujá, atribuída ao Presidente Lula. A gente tem clareza de que ele nunca pertenceu ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Os que concordam com o requerimento, nos moldes aqui por mim lido e defendido pela Senadora, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Senadora, só faço um comentário rápido. Naquele seu requerimento, a gente podia depois discutir a formulação dos convidados. Eu queria indicar, por exemplo, o Senador Requião, que coordena a Frente pela Soberania Nacional, e outros que poderíamos combinar. O.k.?

Agora, eu acho que...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O senhor permanece na Presidência, porque há mais duas matérias. Como são não terminativas, a gente faz isso rápido e limpa a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o item 16.

ITEM 16

SUGESTÃO Nº 5, DE 2018

- Não terminativo -

Fim do Imposto de Renda sobre o salário de professores.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: pelo arquivamento da sugestão.

Observações: *tramitação: CDH.*

A relatoria é da Senadora Regina Sousa, a quem concedo a palavra, para fazer a leitura do relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Esse item trata, de novo, do Imposto de Renda sobre o salário de professores, estendendo isso à educação superior. Então, fiz isso separado, exatamente em respeito a 20 mil pessoas que aderem a um e a outro. Eu poderia ter apensado, porque basicamente o assunto é o mesmo.

Então, não vou ler o relatório, porque é a mesma argumentação que a gente já fez. É inconstitucional, apesar de meritória a questão da preocupação com o salário dos professores. Mas já dissemos aqui também de outros caminhos, como lutar pela correção da tabela...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É atualização da tabela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...e também pelo aumento do piso salarial dos professores.

Então, é o mesmo conteúdo.

O voto é pelo arquivamento da sugestão também, pela não admissibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lido o relatório, alguém quer discutir a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Coloco em votação o relatório pelo arquivamento da sugestão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pelo arquivamento da sugestão.

ITEM 17

SUGESTÃO Nº 10, DE 2018

- Não terminativo -

Proibir a distribuição de canudos, sacolas plásticas e uso de microplástico em cosméticos.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: favorável à sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações: *tramitação: CDH.*

Passo a palavra à Senadora Regina para fazer a leitura do relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – O parecer é da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre a Sugestão nº 10, de 2018, oriunda do programa e-Cidadania, para proibir a distribuição de canudos e sacolas plásticas e o uso de microplástico em cosméticos.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a Sugestão nº 10, de 2018, que busca proibir a distribuição de canudos, sacolas plásticas e uso de microplástico em cosméticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sugestão em comento decorre da Ideia Legislativa nº 100.841 – olha quanta gente já participou! – , apresentada no portal do programa e-Cidadania do Senado Federal, que recebeu mais de 23 mil apoiamentos.

De acordo com o proponente, Rodrigo Padula de Oliveira, o objetivo é "reduzir drasticamente a quantidade de material depositado nos lixões, rios, lagoas, praias e oceano, permitindo a recuperação da fauna e flora terrestre e marinha, reduzindo o impacto humano nesses ambientes".

Para tanto, sugere proibir a distribuição de canudos e sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais, bem como a produção de produtos de higiene pessoal e cosméticos esfoliantes, tais como sabão, sabonete e pasta de dente, entre outros, que usam microplásticos como componentes. Segundo ele, isso "reduzirá consideravelmente os índices de poluição, gerando oportunidades para o uso de materiais biodegradáveis pela indústria e novos hábitos de consumo".

Análise.

De acordo com o art. 102-E, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

Por sua vez, a Resolução do Senado Federal nº 19, de 27 de novembro de 2015, dispõe que a ideia legislativa enviada ao portal do programa e-Cidadania que obtiver apoio de 20 mil cidadãos, em quatro meses, terá tratamento análogo ao das sugestões legislativas previstas no mencionado art.102-E do Regimento Interno.

Assim, depreende-se que a SUG nº 10, de 2017, encontra amparo regimental para a sua apreciação.

Quanto ao mérito, do ponto de vista ambiental, a sugestão sob análise é relevante, pois o excessivo consumo de sacolas plásticas e de utensílios plásticos descartáveis utilizados para o consumo de alimentos e bebidas, juntamente com o descarte inadequado, provoca poluição do solo e da água, morte da fauna aquática e terrestre por engasgamento ou por enroscamento, bloqueio das redes de drenagem pluvial, problemas no manejo e tratamento de resíduos sólidos e poluição visual em praias e locais turísticos. Por isso, muitos países da União Europeia, da África e da Ásia baniram ou restringiram o uso de sacolas de plástico petroquímico, a fim de substituí-las por produtos compostos de materiais biodegradáveis.

De fato, a substituição do plástico petroquímico pelo biodegradável permitirá que sacolas e utensílios sejam descartados como resíduos orgânicos e sejam compostados em conjunto com os restos de alimentos, melhorando a eficiência do processo e a pureza do composto. Ressalte-se que o plástico derivado de petróleo pode levar mais de 300 anos para se decompor, ao passo que a decomposição do plástico biodegradável dura entre 30 e 180 dias. As matérias-primas biodegradáveis mais utilizadas atualmente são o plástico de poliácido láctico, o plástico de açúcar e o plástico de amido, obtidos por meio de processos industriais que utilizam matérias-primas de fontes renováveis, como milho, cana-de-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

açúcar, mandioca e beterraba. Também é possível substituir o plástico petroquímico por papel e papelão, ambos biodegradáveis.

No que tange às micropartículas utilizadas em cosméticos, a preocupação não é apenas com a saúde humana, mas de ordem ambiental. Após o uso desses produtos, as micropartículas de plástico podem se acumular nas águas de oceanos, mares, rios, lagos, lagoas e lagunas, onde chegam por meio do esgoto. Ali, podem perdurar por longo tempo, pois não se degradam com facilidade. Além de poluir o ambiente, podem entrar na cadeia alimentar de peixes e outras formas de vida aquática e, por fim, chegar ao ser humano, onde os efeitos ainda não são bem conhecidos. Por essas razões, apesar de algumas empresas da área de cosméticos já terem tomado medidas para suprimir essas micropartículas da composição de seus produtos, os Estados Unidos da América, o Canadá, a Irlanda, o Reino Unido, a Holanda e a Nova Zelândia, entre outros países, já estão desencadeando ações de proibição desses produtos. No entanto, no Brasil, não existe legislação a esse respeito.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é aprovação da Sugestão nº 10, de 2018, na forma do seguinte Projeto de Lei do Senado, para que passe a tramitar como proposição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Então, o projeto de lei está aqui. Não é preciso ler. Estou acatando a sugestão.

É muito claro também que não é distribuição. A gente fala da distribuição porque você coloca ao alcance das pessoas, sem elas nem pedirem, por exemplo, canudinhos. Você coloca canudinhos na mesa, e as crianças começam a brincar, a puxar e a tirar. E aquilo gera um lixão enorme. Se não está na mesa, ninguém pede canudinho. Todo mundo bebe no copo. Mas, se está na mesa, as pessoas são tendentes a usarem canudos.

Então, é nesse sentido a proibição.

O projeto de lei está anexo.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, cumprimento V. Exª, que deu parecer favorável à Sugestão nº 10, para proibir a distribuição de canudos e sacolas plásticas e o uso de microplástico em cosméticos. O argumento de V. Exª – tive o cuidado de tomar nota – é o de que levam mais de 300 anos para se decomporem. Se forem produtos orgânicos, biodegradáveis, são 180 dias, não é?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, parabéns aqui à sugestão que foi encaminhada pelo programa e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

Aqueles que concordam com o parecer da Senadora pela aprovação da ideia que nos foi trazida pelo programa e-Cidadania permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma de projeto de lei do Senado, que apresenta a matéria para tramitar como proposição desta Comissão. (*Pausa.*)

Devolvo a Presidência para V. Exª.

Eu queria só dar uma rápida informação, se me permitir.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois não.

O Senador Paim está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria, primeiro, Presidenta, cumprimentar todos os convidados da audiência pública de amanhã. Na verdade, essa audiência... Quero sempre fazer justiça a quem me provocou. Eu estava presidindo a sessão do Senado, e o Senador Eduardo Lopes me passa da tribuna a informação de que os Correios poderiam demitir cinco mil pessoas e fechar 500 agências. Isso é gravíssimo, pelo carinho que todos nós temos pelo Correio brasileiro, que é respeitado no mundo todo. Diante de tal fato, entramos com um pedido de audiência pública, que será realizada amanhã, às 9h.

Quero aqui anunciar os que já confirmaram presença: José Rivaldo da Silva, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect); Jovan Sardinha da Costa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos do DF e Entorno; Anézio Rodrigues, Diretor Financeiro da Federação Interestadual dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios; Carlos Roberto Fortner, Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

É bom dizer que ele estava com uma série de dificuldades. Nós, que já havíamos acertado a presença de inúmeras pessoas convidadas, nós insistimos, via Secretaria-Geral da Comissão. A Mariana fez esse papel, conversou comigo, como autor do requerimento. Eu disse que era impossível trocar. Ele trocou a agenda dele, diante da nossa insistência da Comissão. Confirmou que, amanhã, vai estar aqui pessoalmente o Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), Sr. Carlos Roberto Fortner. Eu quero aqui cumprimentá-lo por ter concordado com o movimento. Consequentemente, ele estará presente aqui para explicar o que está acontecendo com a nossa tão importante companhia de correios do Brasil, que é respeitada no mundo todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além dele, confirmou também presença um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, mais que um representante das centrais sindicais e também o representante do Ministério do Trabalho.

De pronto, como sempre, toda vez em que vem aqui um Ministro, um representante desse ou daquele Ministério, no caso agora o representante da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, digo que ele será aqui tratado em alto nível. Ele vem esclarecer os fatos. Então, fiquem todos tranquilos. Será um debate aqui respeitoso, mas, é claro, ao mesmo tempo, saberemos divergir em alto nível. Então, agradeço a confirmação da presença dele aqui.

Está aqui a assessoria do Governo. Toda vez em que a gente constrói um acordo, o acordo sempre é feito de forma qualificada. No debate, falarão os convidados e os Senadores, deixo isso bem claro, com a presença do Presidente da companhia. Quem vai usar a palavra serão os Senadores e as Senadoras, os Deputados que estiverem aqui e aqueles que estão listados, para que o Presidente possa responder a qualquer questionamento.

Era isso, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Eu queria só informar que o requerimento que nós aprovamos aqui sobre os documentos da CIA, sobre os crimes na ditadura militar, a Bancada do PT quer subscrever. O senhor não estava lá, mas acredito que também queira subscrevê-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza, todos nós vamos subscrever.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, ele será levado, para que todos os membros da Bancada do PT possam subscrevê-lo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Peço a palavra pela ordem, Senadora Regina.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Eu quero parabenizar o Senador Paim pela iniciativa de propor a realização dessa audiência pública para tratar da questão dos Correios. Ao mesmo tempo, quero aqui adiantar que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que eu presido, também já tomou tal iniciativa. Inclusive, nós já temos até um requerimento aprovado. É importante, sem dúvida nenhuma, o Senado Federal se posicionar, porque – vejam bem! – os Correios anunciam o fechamento de mais de 500 agências em todo o País, o que pode provocar uma demissão de mais de cinco mil pessoas. Esse é um tema que afeta não só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a vida dos funcionários, dos trabalhadores que eventualmente venham a perder o seu emprego, mas também a vida da população.

Portanto, Paim, é importante a CDR realizar essa audiência pública. Nós vamos realizá-la também.

Esperamos, inclusive, que essas iniciativas contribuam para suspender isso, a exemplo do que houve no ano passado com os bancos postais. Os Correios, no ano passado, também nessa lógica de reduzir custos etc., anunciaram o fechamento de mais de dois mil bancos postais em todo o País. Banco postal foi aquela iniciativa implementada no governo do Presidente Lula, que promoveu uma inclusão bancária extraordinária, porque, como o próprio nome diz, o banco postal reúne, de um lado, os serviços dos Correios e, de outro lado, os serviços básicos do ponto de vista da inclusão bancária. Foi uma experiência muito exitosa, uma iniciativa que se revelou extremamente cidadã, do ponto de vista de atender o direito das pessoas, e, ao mesmo tempo, sustentável, porque os bancos postais promovem a economia local, movimentam a economia local. Eles iam fechar. Repito: é esta lógica do Temer de cortar tudo, ou seja, de tirar os pobres do orçamento, de congelar tudo. Iam fechar mais de dois mil bancos postais.

Resultado: nós desencadeamos, naquele momento, esse debate. Fizemos três audiências na Comissão de Desenvolvimento Regional, com a participação dos trabalhadores, de prefeitos, de diversos segmentos. Os Correios vieram para o debate, e, ao final, Paim, nós conseguimos sustar isso. Oxalá tenhamos também o mesmo desfecho agora com relação a mais essa ameaça, que é esse fechamento de 500 agências!

Então, quero saudar pela iniciativa a CDH e dizer também que a CDR se soma a essa frente, inclusive com a aprovação já de um requerimento também para realizar audiência pública para tratar do tema.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, se me permitir mais um minuto, antes de V. Exª encerrar, vou falar de outro tema, rapidamente.

Saiu hoje no jornal *O Estado de S.Paulo* a seguinte manchete: "Investigados pela PF usam Refis para reduzir [e parcelar] dívidas de R$3,8 bilhões". Já havia saído outra matéria em outro jornal também...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Muitos já deixaram de pagar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente!

> Para a Receita Federal [estou aqui elogiando a Receita Federal], programas de parcelamento de débitos aprovados pelo Congresso Nacional acabam incentivando a sonegação [já que quem adere, além de pagar menos, ainda se livra de responder a processos por crime fiscal]. Empresas e pessoas físicas investigadas nas operações Lava Jato, Zelotes e Ararath, da Polícia Federal, conseguiram parcelar, no último Refis, R$3,85 bilhões de autuações decorrentes de fraudes e sonegações, segundo levantamento oficial da Receita Federal, obtido pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Estadão/Broadcast. Ao aderirem ao programa, além de conseguirem descontos generosos e ganharem um prazo maior para o pagamento, também se livraram de responder a processos por crime fiscal.
> Para o Secretário de Fiscalização da Receita, Iágaro Martins, isso mostra uma distorção no sistema. "O que causa a impunidade tributária no País é a certeza de que ele vai ter um Refis e não vai ser preso. Por quê? Ele vai pagar o tributo", disse. Ele fez uma comparação entre esses sonegadores e uma pessoa que rouba uma bicicleta e que, ao mesmo tempo, devolvendo o objeto roubado, continua respondendo pelo crime de roubo. "No crime tributário, o sujeito sequer é denunciado [não devolve o que roubou]. A não equivalência de valores é muito discrepante", criticou.
> O Coordenador-Geral de Fiscalização da Receita, Flávio Vilela Campos, explicou que os sonegadores não respondem por crime contra a ordem tributária enquanto estiverem pagando as tais parcelas [ele paga duas, não paga mais e já fica livre]. Segundo ele, decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que todos os contribuintes que aderiram ao parcelamento passaram a ter parte do crime de sonegação suspensa. "Quitando o parcelamento, está extinto o crime", afirmou.
> "Esse Refis permite que pessoas envolvidas em corrupção e todo tipo de malfeitos se beneficiem de um sacrifício que é feito por todos, nós contribuintes que pagam em dia" [todas as palavras aqui são da Receita Federal], criticou o Diretor de Assuntos Técnicos da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita (Unafisco), Mauro Silva. Ele afirmou que os auditores vão entrar com um recurso no STF questionando se os contribuintes que aderem aos programas de parcelamento precisam desses benefícios, como descontos em multas e juros.

Estou terminando. Por que trago essa matéria aqui e vou levá-la ao plenário à tarde? Temos de sair daqui. Vamos conseguir almoçar. Já são 13h30. Vou levar isto ao plenário à tarde. Por quê? Tudo isto aqui nós denunciamos na CPI da Previdência, exatamente. E o pessoal da Receita esteve lá. Estou, de novo, elogiando a Receita. Sabem o que eles disseram para nós? "Pelo amor de Deus, parem de fazer Refis! Vocês estão incentivando os maus pagadores." Quem paga em dia vai dizer: "Bom, sou otário. Eu pago tudo em dia, mas os malandros não pagam e fazem concorrência desleal." Nós chamamos lá os grandes devedores, e eles nos disseram: "Devo, não nego, não pago. Estou esperando um novo Refis."

Então, que bom que a imprensa agora está divulgando o que a Receita está divulgando há muito tempo! E divulgou já na CPI. No relatório da CPI, estão todos esses dados; na cartilha, estão os dados. Isso se deu no ano passado ainda.

A grande imprensa não queria dar espaço para a CPI. Nem digo que eles estavam do lado de algum malandro picareta, mas é que eles achavam que, se dessem espaço para a CPI, iriam inviabilizar a reforma da previdência. A internet deu o espaço devido, nós divulgamos, publicamos as cartilhas, que foram produzidas e levadas a milhares e milhares em todo o País; houve reprodução. Enfim, com o movimento social se mobilizando e se articulando – houve duas greves gerais, inclusive –, nós barramos a tal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma da previdência. E provamos, por a mais b, que teríamos bilhões em caixa se houvesse o combate à sonegação, se acabássemos com a fraude e se cobrássemos dos grandes devedores, parando de dar Refis, parando de fazer Refis, sem permitir mais a apropriação indébita, como eles fazem, infelizmente.

Então, vou para a tribuna agora. Quero ver se consigo almoçar ainda. Sei que já falamos até demais. Já são 13h30. Temos de correr para almoçar. Eu queria correr para ver se eu ainda chego ao plenário, porque sou o primeiro orador.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E eu sou a terceira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, Presidenta, eu deixo o meu documento aqui, na íntegra, e o dou como lido, dizendo que tudo isto aqui está no relatório da CPI da Previdência.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Senadora Fátima, estou pedindo encarecidamente que seja bem ligeira, porque a reunião vai abrir aqui às 14h.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senão a gente não almoça!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É que haverá audiência pública nesta Comissão às 14h.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero socializar, em se tratando de uma Comissão de Direitos Humanos, dizendo que vamos realizar um seminário amanhã em Natal. Sabe por quê, Senadora Regina?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma boa notícia.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O tema desse seminário de amanhã é exatamente o tema da promoção da igualdade de gênero e raça e do empoderamento da mulher no trabalho e na escola. Acrescento aqui que esse seminário é uma iniciativa do projeto Senado Mulheres nas Casas Legislativas. Nós vamos contar amanhã com a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, que é a nossa Procuradora-Geral do Senado. Será realizado, durante o dia inteiro, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Quero, portanto, aqui reforçar o convite, Senador Paim, para as mulheres do Rio Grande do Norte, para as mulheres do movimento social e popular, para as donas de casa, para as mulheres Parlamentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, quero convidar todas as mulheres do Rio Grande do Norte, para que a gente possa passar um dia fazendo uma reflexão acerca de um desafio tão presente para a vida de nós, mulheres, que é a necessidade de avançarmos no sentido de fazer legislações que promovam a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e rompam, cada vez mais, com essas barreiras, que é a violência, o preconceito e a discriminação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Fátima.

Já realizamos esse seminário no Piauí com o Interlegis.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É muito bom esse seminário.

Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião da CDH.

(*Iniciada às 11 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE FEVEREIRO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e três minutos do dia oito de fevereiro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho com a presença dos Senadores não membros, Flexa Ribeiro e Ana Amélia. Deixa de comparecer o Senador Valdir Raupp. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 107/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. **Finalidade**: Debater sobre: "Normas Gerais de Tutela do Trabalho", com foco na caracterização da relação de emprego, na jornada e na remuneração. **Participantes**: Vanessa Patriota da Fonseca, Procuradora do Trabalho e Vice-Coordenadora da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho - CONAFRET, do Ministério Público do Trabalho - MPT; Maria Roseniura de Oliveira Santos, Auditora-Fiscal do Trabalho, representante do SINAIT; Ângerlo Fabiano, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; Guilherme Guimarães Feliciano, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Frei David Santos OFM, Diretor Executivo da EDUCAFRO; e Ana Claudia Bandeira, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT. O presidente faz o seguinte encaminhamento: convocar Audiência Pública para tratar das novas formas de contratação, tais como UBER e CABIFY, popularmente conhecidas por "economia de bico", para o período entre 5 e 8 de março, por ocasião da presença da professora portuguesa Teresa Moreira, com a participação do doutor Rodrigo Carelli, membro do Ministério Público do Trabalho. O presidente concede a palavra ao Senhor Paulo da Cunha Boal, Diretor de Assuntos Legislativos da ANAMATRA. Faz uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota. **Resultado**: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Telmário Mota
Presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/02/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia a todos e a todas.

Vamos, de imediato, iniciar os trabalhos de hoje da nossa Comissão.

Declaro aberta a primeira reunião desta Subcomissão Temporária que está discutindo o Estatuto do Trabalho, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, de 2018, da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 107, desta Comissão, de minha autoria, para debater normas gerais de tutela do trabalho, com foco na caracterização da relação de emprego, na jornada e na remuneração.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Antes de iniciarmos os trabalhos, quero informá-los de que, em função da relevância e da qualidade do debate realizado nessas audiências, as palestras serão organizadas para publicação ao final de cada semestre, com base nas notas produzidas pelo serviço de Taquigrafia do Senado, que desde já ficam solicitadas, conforme encaminhamento aprovado já em reuniões anteriores.

Antes mesmo de formatar a Mesa, faremos aqui uma pequena introdução, até porque chegarão outros convidados.

Senhores e senhoras, as questões mais importantes a respeito do trabalho humano são de interesse geral de todos os governos e de todo o povo brasileiro. A multiforme problemática trabalhista, em verdade, é inesgotável no tempo, porque sempre se renova na medida em que toda a sociedade ali se encontra.

Na presente audiência pública da Subcomissão do Estatuto do Trabalho, no âmbito desta Comissão, temos a grata incumbência de contribuir para a reflexão conjunta sobre as normas gerais da tutela do trabalho.

Agradeço mais uma vez à Senadora Regina Sousa, que me indicou como Relator deste tema. E, como Relator, acabo, claro, presidindo a maioria das reuniões e ouvindo todos os nossos convidados, como hoje.

Agradeço a todos – e inclusive já vou chamá-los para a Mesa – o momento tão importante. Quando muita gente já está em pleno Carnaval, os senhores e as senhoras estão aqui debatendo o mundo do trabalho com uma enorme preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a todos e vamos só fazer esta pequena abertura.

Hoje, no Brasil, experimentamos um amargo desencanto que leva parte da juventude e também de aposentados a vislumbrar uma nova vida até mesmo indo para o exterior, devido ao caos que se instalou aqui. Os brasileiros, decepcionados com o estado de coisas que estão vendo aqui, como revogação dos direitos trabalhistas desde a era Getúlio até hoje...

Alguns questionam esta frase que eu tenho dito: com essa reforma trabalhista, grande parte dos trabalhadores perde, sim; perde décimo terceiro, perde férias, perde fundo de garantia. Por exemplo, quanto ao contrato autônomo exclusivo, como fica o 13º deles? Como ficam as férias deles? Como fica o Fundo de Garantia deles? Como fica a previdência deles? Trabalho intermitente...

Hoje temos um reforço aqui. Uma salva de palmas para o Telmário. É bom vê-lo aqui. (*Palmas.*)

Eu disse aqui que, em véspera do Carnaval, nem todos ficam. Claro que muitos têm seus compromissos e não estou fazendo crítica nenhuma, mas o meu compromisso e do Telmário aqui é estarmos com os senhores e fazer um bom debate, com certeza.

O Frei David ficou de também vir para dar um depoimento das suas preocupações sobre o mundo do trabalho, ele que hoje é o principal militante e até o principal líder na luta contra todo tipo de preconceito no Brasil em relação ao povo negro. Ele também pediu para fazer um depoimento, nesta reunião, sobre emprego, renda e a comunidade negra.

Com esta grata surpresa hoje aqui – achei que ele tinha viajado; pensei que, sendo Carnaval ele não viria, mas está aqui –,vou abrir mão do meu comentário para entrarmos logo no tema. Falarei apenas algo de improviso para dizer que nós queremos apresentar... Depende muito dos senhores e das senhoras, porque aqui é um trabalho coletivo. Não sou Relator de uma caneta só, mas de milhares de canetas, de preferência.

O Telmário naturalmente estará junto, acompanhando passo a passo o relatório final. Aqui nós não estamos discutindo quem é Presidente, quem é Vice, quem é Relator; mas eu, em seguida, vou passar a Presidência para ele. Hoje ele vai presidir a reunião aqui, e eu ficarei aqui na relatoria.

Eu fiquei feliz com essa notícia que me chegou e a assessoria me passou. Quando o mundo todo está mudando... Por exemplo, o sindicato alemão conseguiu redução da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jornada de trabalho e aumento salarial. Eles conseguiram reduzir de 35 horas para 28 horas e um aumento real, no salário, de 4,3%. Enquanto o mundo mostra que a saída, até para o mercado interno, para melhorar a qualidade de vida, é você reduzir a jornada e aumentar o salário, no Brasil é o contrário: é aumentar a jornada e diminuir salários. Por isso é que esta Comissão cumpre um papel fundamental nesse debate.

E não adianta alguns dizerem: "Não, o Paim agora acha que vai conseguir revogar todas as maldades que foram colocadas" – "maldade" é de minha lavra, porque eles não dizem "maldades". Não sou eu que vou revogar. Nós estamos aqui. O Telmário Mota é o Presidente desta Comissão. Eu sou o Relator da Comissão, e nós estamos trabalhando juntos, com uma equipe, que aqui vai se apresentar, do Ministério Público, das entidades, das associações de juízes, enfim, especialistas no mundo do trabalho. E haveremos de, até no dia 1º de maio... Telmário, essa é a nossa intenção. Pelo menos a relatoria, eu sei, tem seu aval, com certeza absoluta, como Presidente, e nós teremos a primeira versão para apresentarmos ao povo trabalhador, para que você já possa apresentar lá no seu Estado e, eu, apresentar no meu. Vamos apresentar a primeira versão do que seria uma CLT realmente do mundo do trabalho, e não essa que eles fizeram, que eu chamo de CLE (Consolidação das Leis do Empregador). Então, nós estamos caminhando nesse sentido.

Já fizemos quantas audiências públicas especificamente para esse trabalho? Acho que umas quinze, em torno de quinze audiências. Até maio deveremos ter umas trinta audiências públicas antes de apresentar a redação final.

Eu ainda queria, Telmário, se V. Exª me permitir, mais uma vez apresentar ao Brasil a cartilha da Previdência. Lá eu fui o Presidente, o Hélio José foi o Relator e o Telmário estava lá também, como Vice – é um dos que esteve sempre presente com a gente lá. Essa cartilha faz um resumo das maldades também na Previdência.

Eles praticamente acabam com a Previdência – e agora vieram com uma nova meia sola. Então, eles dizem o seguinte na propaganda deles: "Não, agora em vez de 25 vai ser 15". É como se tivesse uma novidade nisso... Já é 15 hoje! Já é 15! Então, não há nada novo. Eles apenas diminuíram algumas maldades, mas mantiveram o conjunto, que é principalmente a idade e o tempo de contribuição.

É bom que vocês ouçam em casa isso, e eles que digam que eu estou mentindo. Eu os chamo de mentirosos, porque eles mentem. Pela idade, a mulher vai trabalhar dez anos a mais, e o homem, cinco anos a mais. Hoje são 35 anos de contribuição e vai para 40 anos; para a mulher, são 30 anos de contribuição e vai para 40 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é no mínimo dez anos, e o homem, mais cinco. Como o trabalho não é direto, porque está comprovado que, a cada 12 meses, você tem emprego garantido, em média, em 9,1. Isso significa que a pessoa vai se aposentar só depois dos 70, para efetivamente chegar a 40 anos de contribuição.

Por que eu digo 10 anos? Porque eram 30 anos de contribuição e foi para 40 de contribuição. A do homem, que era de 35, foi para 40 também de contribuição. A idade da mulher também muda: sai de 55 para 62, são sete anos a mais; e o homem fica cinco anos a mais. Então, na essência, a reforma deles mantém a retirada de direitos, sim, do povo brasileiro.

Isso é na previdência, mas, como nós vamos tratar aqui, agora, da reforma trabalhista, neste momento eu vou passar a palavra para o nosso Presidente Telmário Mota para ele formatar a Mesa dos trabalhos do dia de hoje.

Neste momento eu passo a Presidência para o nosso Presidente, o Senador Telmário Mota.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) - Eu quero começar a reunião - na minha presidência, porque já começou com o Paulo Paim - agradecendo a presença de todos, especialmente a do Senador guerreiro desta Casa, o homem que dorme e acorda...

O Senador Paulo Paim tem começo, meio e fim quando se trata da defesa dos direitos do trabalhador. Eu estou aqui há apenas três anos. Sempre fui um grande admirador dele, porque fui sindicalista do banco, quando eu era bancário. E o Paulo Paim, eu costumo dizer e quero dizer isso sempre, até porque estamos num momento de uma nova escolha do Congresso...

O Brasil, neste momento, em vez de se envolver nesse grande Carnaval que vai começar a acontecer, deveria estar olhando para o carnaval que este Governo está fazendo, o carnaval da retirada dos direitos trabalhistas, o carnaval da retirada dos direitos da previdência, dos aposentados; o carnaval que ele está fazendo ao retirar os recursos que vão para os excluídos, os negros, os quilombolas, os índios, os ribeirinhos. Então, na verdade, o Governo Federal aproveita esse momento de alegria do povo brasileiro de ir para a rua e esquecer, pelo menos momentaneamente, a grave crise em que o País se encontra.

A gente vê, por exemplo, a mídia – os agentes do mal, eu os chamo de aves de rapina do Governo carrasco dos trabalhadores - espalhar que o País está se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recuperando, que a economia brasileira está em recuperação. Não: a economia brasileira chegou ao fundo do poço, não podia passar do fundo do poço.

A única coisa que tem acontecido aí é a taxa Selic, que baixou, mas ela sozinha não tem força, jamais, para alavancar a economia deste País. O que precisa fazer realmente este País é investir naquilo que é mais simples, nas coisas mais simples; nas coisas que são pequenas para um governo, mas são grandes para os interesses das pessoas. Como podem tirar, por exemplo, 86% dos recursos que iriam para a educação rural? Como vão tirar isso? Como tirar exatamente de quem já estuda com muita dificuldade? Vão tirar 99% do saneamento básico; 97% da assistência social, da educação, da moradia e da alimentação; 86% da reforma agrária.

Então, na verdade, isso é que nos está descaracterizando. Como o País vai evoluir se eles estão, cada vez mais, só olhando e atendendo o interesse dos rentistas, daqueles que vivem de juros, de aplicação, de cartão de crédito etc.? Estão dispensando um trilhão para as petrolíferas estrangeiras; quatrocentos e poucos bilhões da Previdência, incluindo bancos e J&F etc. Então, nós temos que alertar para isso. Lamentavelmente, os meios de comunicação estão aí fazendo parte dessa conjuntura de enganação da Nação brasileira.

Aí temos o Senador Paulo Paim, que usa os microfones do Senado em uma quinta-feira já em ritmo carnavalesco, abre as portas desta Casa para debater um tema da maior importância para o trabalhador brasileiro, que recebeu a sua maior fraude, recebeu o seu maior retrocesso com aquela reforma que o Paim chama classicamente de reforma... Como é, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – De antirreforma.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB – RR) – Não, você chama...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Ah, de CLE: Consolidação das Leis do Empregador.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB – RR) – Consolidação das Leis do Empregador! Eu a chamo de reforma do empregador.

Então, é em busca de resgatar tudo de novo que a gente não poderia, como Presidente desta Comissão, embora eu more no Estado mais distante, neste momento o mais esquecido e abandonado e de forma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos com uma migração desordenada de venezuelanos lá, migração que está impactando de forma geral – lá já está, e de forma brutal. Nós estamos numa crise socioeconômica no Estado, numa crise de fome realmente, numa crise humanitária no Estado. Aí vão quatro Ministros daqui dizendo que iriam lá resolver a situação. Na verdade, fizeram uma parada técnica para abastecer: eles estavam indo era para o Suriname e queriam que a Governadora se deslocasse... A Governadora, coitada, quando viu aquilo, respirou... Eu não sou nem da base dela. O Partido dela é o PP, da base do Temer. Então, ela, esperançosa, porque o Estado está praticamente em estado de calamidade, se preparou para apresentar a esses Ministros a realidade, mas eles mandaram dizer que, se ela quisesse conversar com eles, que fosse à base aérea. Vejam que falta de respeito! Será que é porque Roraima tem 0,2% dos eleitores? Será que é porque Roraima tem 0,2% do PIB, exatamente porque a corrupção do Líder do Governo não deixa Roraima respirar?

Então, essas coisas todas, lamentavelmente, estão acontecendo neste Brasil que nós tanto amamos. Mas teremos força suficiente para superar essas crises. Eles são minoria. A corrupção deste País é minoria. Os rentistas deste País são minoria. As pessoas de bem são muito maiores. E eu sempre digo que, entre o sonho e a realidade, só há um passo: atitude. E atitude é o que não falta em você, Paulo Paim, porque você vem aqui bravamente.

Eu não sei nem se você dorme, porque você é o primeiro a chegar e o último a sair. A gente tenta quebrar esse ritmo do Paulo Paim, dizendo "hoje eu chego primeiro do que ele", mas, quando eu chego ali no cafezinho para bater meu ponto, ele já está sentado conversando com o mundo inteiro. Então, realmente ele é um grande trabalhador, alguém que coloca o seu trabalho, o seu conhecimento e o seu amor na luta pela causa trabalhista.

Por que vocês não batem palmas para o Paulo? Ele merece já nesta manhã, não é verdade? (*Palmas.*)

Bom, então vamos iniciar os nossos trabalhos.

Nós temos aqui alguns convidados, como a Vanessa Patriota da Fonseca, Procuradora do Trabalho e Vice-Coordenadora da Coordenadoria Nacional do Combate às Fraudes nas Relações do Trabalho, que nos honra compondo a Mesa. Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Temos aqui também Maria Roseniura de Oliveira Santos, Auditora Fiscal do Trabalho, que tanto nos honra. Por favor. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ângelo Fabiano, Presidente da ANPT. Palmas para o Ângelo. (*Palmas.*)

Guilherme Guimarães Feliciano, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Não chegou? Mas está chegando, não é? (*Palmas.*)

Então, vamos. Senador Paulo Paim, como Relator, V. Exª quer falar alguma coisa a mais? Qual o prazo? Nós deveríamos começar com qual...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós poderíamos destinar quinze minutos para cada um, porque é isso que tem sido feito. E depois de eles falarem, poderíamos fazer algumas perguntas, tecer alguns comentários, interagindo inclusive com o plenário.

É com você.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Então, vamos começar com elas, as mulheres. Vanessa.

A SRª VANESSA PATRIOTA DA FONSECA – Bom dia a todas e a todos; Senador Paulo Paim; Senador Telmário; meu colega, Dr. Ângelo Fabiano; Drª Roseniura, que também foi minha colega na época da fiscalização do trabalho.

Eu queria dizer, primeiro, da minha satisfação com o trabalho desta Subcomissão. Como disse um pensador, na vida, diferentemente do xadrez, o jogo não termina com o xeque-mate. Nós levamos um xeque-mate, fomos engolidos por uma reforma trabalhista, mas eu acredito que vamos nos reerguer, vamos continuar pautando o tema e, num breve espaço de tempo, teremos como mensurar os efeitos desastrosos dessa reforma e como pautar novamente o tema. E que bom que já estamos caminhando com as discussões por aqui.

O tema de hoje, desta audiência, é um pouco amplo. Eu vou me deter a parte dele, a que diz respeito à caracterização da relação de emprego.

Nós sabemos que a criação do conceito de relação de emprego remonta ao próprio Direito do Trabalho, quando surgiu como ramo autônomo do Direito, objeto da própria relação de trabalho. Esse conceito de relação de trabalho é universalizado. Embora tenhamos, em alguns códigos, como, no caso do Brasil, na CLT, ou na Espanha, com o Estatuto dos Trabalhadores, os elementos caracterizadores da relação de emprego, mesmo naqueles códigos em que esses elementos não se fazem presentes, em que não há dispositivos mencionando esses elementos, o conceito de relação de emprego e os elementos para sua caracterização permanecem os mesmos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um conceito universal que se baseia principalmente no elemento da subordinação do trabalhador ao tomador de serviços.

Esse conceito de subordinação, na sua concepção clássica, tradicional, foi baseado numa relação de trabalho na época da Revolução Industrial, quando nós tínhamos o trabalho do operário nas fábricas. Era muito fácil se caracterizar essa subordinação, porque o operário estava ali num local de trabalho de propriedade do empregador – a fábrica –, recebendo ordens e sob a vigilância do empregador e de seus prepostos e com horário rígido previamente estabelecido. Eram tarefas elementares, muito simples, que eram realizadas com pouca margem para autonomia técnica. Era muito fácil se configurar essa subordinação.

Só que, depois da Segunda Guerra Mundial, houve muita mudança, uma grande mudança socioeconômica, com a ampliação, o aumento da concorrência internacional, com a abertura dos mercados, com a globalização, com o surgimento de novas tecnologias, com a mudança, uma reestruturação mesmo do processo produtivo nas empresas, que passou a focar na ideia de empresa enxuta e repassar para terceiros as atividades periféricas da empresa. Com isso, esse conceito de subordinação precisou ser ampliado para abarcar essa gama de trabalhadores que se mantinham subordinados ao tomador de serviço, mas sem receber essas ordens tão diretamente. Nesse processo, surgiu uma gama de trabalhadores que ficava numa zona grise entre autonomia e subordinação. E era preciso dar uma resposta a isso. Além desses, havia aqueles trabalhadores que estavam ali contratados como terceirizados.

Então, foi preciso ser repensado esse conceito de subordinação clássico, tradicional. E, evidentemente, os arts. 2º e 3º da CLT, onde constam esses elementos da relação de emprego – entre eles a subordinação – precisavam também ser olhados sob esse novo viés, para considerar esses trabalhadores dentro do objetivo de tutela do Direito do Trabalho. Com isso, várias teorias foram surgindo, partindo do pressuposto de que nós teríamos que pensar no conceito de subordinação do ponto de vista teleológico, da finalidade do Direito do Trabalho, qual seja, a tutela do trabalhador.

E, dentre essas teorias, no Brasil nós tivemos muito forte e Teoria da Subordinação Estrutural, do Ministro Maurício Godinho Delgado, segundo a qual não bastava apenas verificar se existia, não importava apenas que existisse ordem direta do empregador para com o empregado, mas era importante verificar se o trabalhador estava inserido na dinâmica estrutural do tomador de serviços, no funcionamento, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organização do tomador de serviços e, com isso, configurava-se a subordinação. A ampliação desse conceito passou a dar conta, inclusive, desses trabalhadores ilicitamente contratados como terceirizados, que eram contratados como terceirizados, mas, na realidade, estavam subordinados ao tomador de serviço, porque inseridos dentro dessa dinâmica estrutural da empresa, do funcionamento da organização da empresa.

Hoje, a nossa grande preocupação passa a ser com outra gama de trabalhadores, que têm uma certa autonomia, mas são hipossuficientes, o u os eventuais, ou aquele número cada vez maior de trabalhadores que estão trabalhando no que a gente economia de bico, economia de compartilhamento: Uber, Cabify e tantos outros. É preciso que o Direito do Trabalho passe a dar conta disso aí também.

Alguns teóricos, alguns doutrinadores e estudiosos, já vêm tratando desse assunto. Inclusive, na UnB, a Profª Gabriela Delgado sugere a aplicação dos direitos fundamentais trabalhistas aos autônomos hipossuficientes e aos eventuais, muito embora ela mesma diga que isso tem de ser aplicado com muito cuidado, porque, na medida em que nem todos os direitos trabalhistas seriam aplicados a esses trabalhadores, haveria uma diminuição desse rol de direitos para esses trabalhadores, o que poderia levar também à precarização do trabalho de uma forma geral, indo ao encontro da desregulamentação do Direito do Trabalho.

Outros doutrinadores defendem a criação de um terceiro gênero, que não teria nem autonomia nem subordinação, mas que seria caracterizado pela coordenação. Então, estaria o trabalhador trabalhando de uma forma contínua, com pessoalidade; não haveria subordinação, mas uma coordenação, uma coligação funcional entre a prestação de serviço e a atividade do tomador de serviços.

Essa ideia surgiu na Itália, há algum tempo, como parassubordinação. De início, se pensava que seria uma coisa boa, porque iria ampliar os direitos sociais para uma gama de trabalhadores – aí, onde a subordinação não ficava tão evidente –, mas também a experiência veio mostrar que isso foi veio contribuir para a desregulamentação do Direito do Trabalho, na medida em que vários trabalhadores empregados passaram a ser contratados como parassubordinados, com menos direitos trabalhistas. Então, esse é um cuidado também que se precisa ter.

Diante, então, dessa noção da subordinação – e, aí, o conceito de subordinação estrutural como elemento caracterizador da relação de emprego –, eu queria dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como a reforma trabalhista se mostrou esquizofrênica. Por quê? Como é que a gente admite... Vista a subordinação, termos uma relação de emprego e, ao mesmo tempo, é possível terceirizar a atividade finalística da empresa. Essas são coisas absolutamente inconciliáveis: ou bem nós admitimos que há subordinação e, portanto, configurada a relação de emprego, ou bem admitimos que é possível terceirizar atividade-fim sem que haja configuração de vínculo de emprego com o tomador. Isso é muito óbvio, e vou explicar por quê.

A terceirização, a gente sabe, surgiu na administração com a ideia de empresa enxuta. Então, a ideia era: vamos focar naquele fim para o qual a empresa se constituiu e repassar para terceiros atividades periféricas em que a empresa não tem *know-how*. Por exemplo, eu tenho uma fábrica de brinquedos, resolvo constituir uma fábrica de brinquedos, eu sei produzir brinquedos, sei de quantas máquinas eu preciso, o tipo de máquina, quantos trabalhadores, qual é o processo produtivo. No entanto, eu quero ter um restaurante dentro da minha fábrica de brinquedos para fornecer refeição para os meus empregados. Ora, eu não sei fabricar refeição, eu não sei fazer refeição, então vou contratar uma empresa especializada para montar o restaurante e fornecer refeição. Isso é realmente uma terceirização de serviço.

Acontece que, no Brasil, a gente começou a ver terceirização de atividade-fim – hoje é admitida pela reforma – em que o que aconteceria, no caso da nossa fábrica de brinquedos, seria que eu – dona da fábrica de brinquedos –, em vez de contratar uma empresa para fornecer a refeição lá no restaurante, resolveria contratar essa empresa para fornecer trabalhador para minha linha de produção. Ora, obviamente que eu – dona da fábrica de brinquedos – vou continuar dando as ordens, mesmo que não seja diretamente.

Nenhum empresário em sã consciência vai investir em instalações, investir em maquinário, investir em divulgação e depois chegar para uma outra empresa e dizer: "Olha, outra empresa, você vai comandar minha linha de produção, contratar os trabalhadores e dizer como o processo vai ser feito, como o processo de produção vai ser feito." Isso não existe, isso não vai acontecer. É lógico que, ainda que indiretamente, vai haver a ordem partindo do tomador de serviços, vai ficar configurada a subordinação com o tomador de serviços.

Então, esse argumento de que a terceirização de atividade finalística é importante para reduzir custos é uma falácia. Terceirização para reduzir... Na terceirização legítima, o que acontece é aumento de custos, isso é uma questão matemática. Se eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

contratar o trabalhador para minha linha de produção diretamente, eu vou pagar salários, benefícios e impostos; se eu contratar através de uma outra empresa, vou pagar salário, benefícios, impostos e o lucro da outra empresa. Então, a terceirização legítima só se justifica se eu não sei fazer aquilo, se eu não sei, sendo dona da fábrica de brinquedos, fazer refeição para os meus empregados; ou se eu sou dona dessa fábrica e há um elevador e não sei fazer a manutenção de elevador, obviamente. Só vai existir redução de custos na terceirização de atividade-fim com sonegação de direitos trabalhistas: se o prestador de serviços pagar salários menores, aplicar jornadas de trabalho maiores e não pagar as horas extras, se não conceder os intervalos para descanso, se não investir em prevenção de acidentes, e é isso que nós temos percebido.

Então, a terceirização de atividade-fim, na realidade, é um aluguel de gente: sou eu, dona da fábrica de brinquedos, que vou chegar para outra empresa e vou dizer: "Olha, eu estou precisando de cem trabalhadores, eu te pago R$2 mil por cada um, você vai gastar R$1,5 mil de salário e benefícios, os outros R$500 são teu lucro." Isso é inadmissível, isso não é admitido no mundo inteiro, isso é repudiado pela OIT desde a sua constituição, na Declaração de Filadélfia! (*Palmas.*)

No entanto, veio aí a reforma trabalhista admitir essa terceirização de atividade-fim, a prestação de serviço em atividade- fim. E é tão esquizofrênico o dispositivo, que ele diz o seguinte: que é possível a prestação de serviços, e essa prestação de serviços deve ocorrer com a transferência da atividade da tomadora para a prestadora – de qualquer de suas atividades, inclusive finalística –, desde que essa prestadora de serviços tenha capacidade econômica e dirija com autonomia o trabalho dos empregados. Então a gente tem aí que a reforma trouxe três elementos para a prestação de serviços: a transferência dessa atividade para a prestadora de serviços, a autonomia da prestadora de serviços para dizer como o trabalho vai ser feito e só ela pode dirigir o trabalho dos empregados, e a capacidade econômica delas.

Bom, eu quero entender como é que ela vai poder dirigir os trabalhos, exclusivamente e com autonomia, sem a interferência do tomador de serviços na atividade-fim do tomador de serviço. Como é que um banco vai contratar bancários através de outra empresa sem poder dizer quais são os sistemas que o bancário vai usar, quais são os documentos que ele vai exigir de um cliente que queira abrir uma conta, quais são as pesquisas que ele vai fazer sobre o cliente antes de conceder um empréstimo, qual é a margem de negociação que o empregado vai ter para negociar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma dívida do cliente? Como é que uma escola vai contratar professores através de outra empresa sem poder dizer qual é a metodologia de ensino aplicada, qual é a nota mínima, a nota máxima, qual é o período de avaliação?

(*Soa a campainha*.)

A SRª VANESSA PATRIOTA DA FONSECA – Estou terminando!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Quinze com mais cinco.

A SRª VANESSA PATRIOTA DA FONSECA – Enfim, o que eu queria trazer com isso aí é que a realidade vai mostrar que vai permanecer a subordinação, ainda que estrutural, dos trabalhadores contratados pelas prestadoras de serviço com o tomador. Tudo isso que eu disse aqui e que a gente está discutindo tem sido discutido internamente, no Ministério Público do Trabalho. Inclusive, tudo isso foi fruto de um manual da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes. Esse manual, inclusive, está na gráfica e vai sair distribuído para todos os juízes e todos os auditores fiscais do trabalho do País. Inclusive, vou mandar exemplares aqui para a Casa também, deve sair neste mês ainda...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se você e o Presidente permitirem, naturalmente, proponho, como Relator, que vocês possam vir um dia e apresentar o manual para que todo o Brasil saiba qual é o manual que vocês apresentaram para ajudar a diminuir a perda de direitos.

A SRª VANESSA PATRIOTA DA FONSECA – Isso, muito bom. A gente se compromete com isso.

Então, para finalizar, eu queria dizer que, como elemento caracterizador essencial da relação de emprego, a gente tem esse conceito ampliado de subordinação. E quero também manifestar minha preocupação, que nós passemos a olhar também essa outra gama de trabalhadores que está aí na economia de bico: Uber, Cabify e outros. Eu acho que isso precisa – sabe, Senador? – ser objeto de atenção desta Subcomissão o pessoal da economia de bico – Uber e Cabify –, que está aí, ao desabrigo da lei. Eu acho que, cada vez mais, está sendo ampliado o número de trabalhadores nesse segmento. Eu acho que deveria haver uma audiência pública sobre isso. Nós temos debatido isso no Ministério Público do Trabalho e, inclusive, na Escola Superior do Ministério Público da União, eu já organizei dois cursos para os colegas sobre este tema: novas formas de contratação. Temos especialistas sobre o assunto: Dr. Rodrigo Carelli, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procurador do Trabalho e está estudando, e a Drª Ludmila Abílio, dos Cesit, que sempre está aqui presente. Ela tem participado como capacitadora desses cursos. Nós vamos, inclusive, vamos fazer um seminário, em São Paulo, dia 8 de maio, para procuradores e juízes, com a presença de uma professora de Portugal, Drª Teresa Moreira. Se for oportuno para esta Comissão, poderia fazer uma discussão sobre isso até aproveitando a Profª Teresa Moreira, que é uma grande especialista na Europa sobre o assunto. Inclusive, a gente teve uma decisão recente do Tribunal Europeu que determinou o reconhecimento de vínculo de todos os motoristas de Uber em toda a União Europeia. A Drª Teresa é uma especialista no assunto, acho que é o momento de a gente discutir o tema também.

Então era isso, era essa a contribuição que eu queria trazer por parte do Ministério Público do Trabalho.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Paulo Paim, eu estava atentamente ouvindo a Drª Vanessa fazer sua exposição e me lembrei de um tio meu, homem simples, do campo. Ele dizia: "Olha, está o nome, está a pessoa". Vanessa Patriota: ela falou com muito patriotismo, com muito amor, não é? (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Fale que nós vamos aceitar...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Sim, as duas proposições dela, as duas sugestões, são bem-vindas. No horário oportuno, o Senador Paulo Paim, que é campeão em fazer audiências boas para o povo, já vai naturalmente fazer esse requerimento e já vamos aqui, naturalmente, aprová-lo.

Agora, para a gente colocar um homem e uma mulher para falarem, vou pular a Maria – seria a vez dela agora – e chamar o Ângelo para fazer a sua fala, por favor.

Quero anunciar aqui também – quero palmas – a presença do Dr. Guilherme, que se encontra aqui presente com a gente. Eu já tinha falado aqui antes do Guilherme Guimarães Feliciano, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. (*Palmas.*)

A SRª VANESSA PATRIOTA DA FONSECA – O Dr. Guilherme, inclusive, participou da primeira capacitação que nós fizemos na Escola Superior sobre o Uber, ele foi um dos capacitadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me falar: agora saiu o relatório – e o Presidente já falou – do número de audiências públicas. Nós fizemos aqui umas 180. Quem fez mais próximo no ano que passou fez umas 50. Dessas 180, acho que você esteve em quase todas! Isso é para mostrar quão guerreiro é esse Dr. Guilherme. (*Risos.*)

O SR. ÂNGELO FABIANO – Bom dia, senhoras e senhores.

Agradeço ao Senador Telmário Mota, Presidente desta importante Comissão do Senado Federal.

Agradeço também ao nobre Senador Paulo Paim, nosso guerreiro, juntamente com outros Senadores, como o Senador Telmário Mota, na defesa dos direitos dos trabalhadores, dos direitos sociais como um todo. E agora, especialmente também, naquela luta contra a reforma da previdência, tão perversa, cuja aprovação tem sido pelo Governo Federal, com várias e várias mentiras, ilações e falácias.

Enfim, saúdo todos os palestrantes e expositores, as pessoas que compõem esta Mesa, na pessoa da minha querida colega e amiga "Vá Nessa" Patriota – permitam-me, porque é assim que ela costuma corrigir, apesar de se escrever Vanessa, nós a chamamos de "Vá Nessa" ou "Vans", os amigos mais próximos, extremamente capacitada, colega que dignifica o Ministério Público. Saúdo os demais aqui, o meu amigo Guilherme Guimarães Feliciano, o grande lutador, guerreiro das causas de direitos sociais e da luta pela valorização da magistratura; representante do Ministério do Trabalho e Emprego; auditora fiscal – parceira do Sinait, assim como o Sinait é parceiro da ANPT –, e telespectadores do Brasil inteiro que assistem a nós.

Senador Paulo Paim, é um orgulho mais uma vez poder participar de mais uma...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na mesma linha do Dr. Guilherme: talvez mais de uma centena de vezes. (*Risos.*)

O SR. ÂNGELO FABIANO – Mais uma vez. Talvez não chegue a participar desse número recorde de audiências que o senhor coordena, mas a ANPT sempre busca estar presente: seja por mim, seja por nossa Vice-Presidente, Ana Cláudia, ou por qualquer por outro procurador associado da ANPT que representa o Ministério Público.

Mas, antes de tudo, quero parabenizar a nossa colega "Vá Nessa" pela exposição, que é justamente a posição também da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. Nós, juntamente com a Anamatra, Sinait, Abrat e o Ministério Público, capitaneados pelo Senador Paim e por outros Senadores e Deputados, fomos totalmente contra essa reforma trabalhista, assim como somos contrários à reforma da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

previdência, porque entendemos que não há qualquer tipo de tentativa de manutenção de privilégios de quem quer que seja, e, sim, um jogo de mentiras do Governo Federal e da base aliada para que se engane a população dizendo que ambas as reformas – uma delas já aprovada – vão trazer benefícios para o Brasil, sejam quais benefícios forem, para a economia, enfim... Mas a gente vê que vão trazer benefícios, se aprovadas – uma delas já vai trazer, já está trazendo benefícios –, para um setor específico, que é justamente o setor do empresariado, o setor patronal.

Então, tentando me reportar mais aqui ao tema da nossa audiência pública, que diz respeito à caracterização de emprego, jornada e remuneração, concordando, sim, com tudo que a "Vá Nessa" Patriota falou, das várias possibilidades que nós temos hoje de caracterizar o vínculo de emprego, ainda que a lei traga algumas enganações para que o trabalhador seja enganado e ache que não tem mais direito àqueles benefícios que são trazidos na legislação trabalhista, nós temos, sim, que tentar, cada vez mais, configurar a existência do chamado contrato realidade.

O contrato de trabalho, como nós sabemos – operadores do Direito Trabalho –, é um contrato realidade, em que não importa o que há no papel, não importa se você é contratado como trabalhador terceirizado no papel, não importa se você é contratado como trabalhador autônomo no papel ou sem papel, enfim, mas a forma não interessa, o que interessa para nós, para a Justiça do Trabalho, para os procuradores do Trabalho, auditores fiscais do Trabalho, é como se desenvolve aquela relação de trabalho na situação prática.

O contrato de trabalho, como nós sabemos – operadores do Direito Trabalho –, é um contrato realidade, em que não importa o que há no papel, não importa se você é contratado como trabalhador terceirizado no papel, não importa se você é contratado como trabalhador autônomo no papel ou sem papel. Enfim, a forma não interessa, o que interessa para nós, para a Justiça do Trabalho, para os procuradores do Trabalho, auditores fiscais do Trabalho, é como se desenvolve aquela relação de trabalho na situação prática.

Então, presente a pessoalidade, o trabalho prestado por pessoa física com pessoalidade, com onerosidade – geralmente ninguém trabalha de graça, só os voluntários –, com subordinação – que é a parte principal, o elemento principal, como foi bem destacado pela colega "Vá Nessa" –, e também com a não eventualidade, que é justamente uma espécie de continuidade, ou seja, a permanência na prestação de serviços, há, sim, a configuração do vínculo de emprego e a extensão de todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

direitos trabalhistas previstos na CLT. Então, hoje há uma grande flexibilização com relação à eventual caracterização de vínculo no emprego, e isso é feito sempre com vistas a reduzir direitos e a reduzir custos para aumentar o lucro do empresariado. (*Palmas.*)

A principal função foi essa, como se o Direito do Trabalho fosse o responsável pela crise econômica política e social que assola o Estado brasileiro, quando nós sabemos que não tem nada a ver.

Então, hoje se tirou do lado mais fraco – que era o trabalhador – para, retirando direitos, deixá-lo cada vez mais frágil. Mas hoje nós – operadores do Direito, procuradores, juízes e auditores – temos diversos elementos para que contratos fraudulentos sejam afastados e, a partir daí, haja a devida configuração do vínculo de emprego.

Então, se você que nos assiste vier a ser contratado eventualmente como trabalhador autônomo – como se trabalhador autônomo fosse –, mas que presta serviços, na sua pessoa, com uma certa exclusividade, com continuidade e com subordinação às ordens, àquela estrutura operacional daquele tomador de serviços, você pode ter certeza de que, se houver uma denúncia ao Ministério Público do Trabalho e se houver uma fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, haverá, sim, a caracterização da relação de emprego. Então, o que acontece é que essa lei tenta enganar o trabalhador brasileiro, ela tenta mostrar ao trabalhador brasileiro que ele não tem mais direitos, mas, na realidade, o que vai contar é o que existe de fato naquela configuração jurídica.

Então, no caso de vínculos como autônomo, vínculos como pessoa jurídica – a falsa pessoa jurídica, quando o trabalhador é obrigado a formalizar uma pessoa jurídica individual para prestar serviços –, presentes esses elementos jurídicos, elementos fático-jurídicos da relação de emprego, o vínculo tem que ser estabelecido e, a partir daí, todos os direitos: férias, décimo terceiro, o salário mínimo, enfim, todos os direitos que estão previstos no art. 7º da Constituição e também aqueles previstos na CLT.

Então, não caiam nessa falácia...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me interrompê-lo rapidamente.

Eles querem vender a imagem de que contrato autônomo exclusivo é um contrato entre as partes e não se tem direito social nenhum. É importante o esclarecimento. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

assim eles estão pensando, a Justiça do Trabalho pensa diferente. Eles tentarão, já estão aplicando isso, e não estão pagando nada, só aquilo correspondente àquele contrato. Você está orientando que se entre na Justiça.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – O trabalhador autônomo não tem proteção nenhuma.

Vão falar: "Ah, não retiramos direito de ninguém." Retiraram sim, porque a partir do momento em que você engana o trabalhador dizendo que ele pode passar a ser autônomo prestando serviço de forma contínua e com exclusividade... A MP retirou formalmente a exclusividade, mas não proibiu que se preste serviço a um único tomador, ou seja, na prática continua a possibilidade da exclusividade. E uma relação de trabalho, quando há exclusividade e uma prestação de serviços de forma contínua, em mais de 90% das vezes, Senadores, será uma relação de emprego. Claro que cada situação terá que ser analisada concretamente, a partir dos fatos ali estabelecidos. Mas, na sua grande maioria, será uma fraude à relação de emprego. E a partir daí o trabalhador tem seus direitos garantidos, sim, e deve procurar a Justiça ou o Ministério Público do Trabalho ou o Ministério do Trabalho e Emprego para ter essa garantia de ter os direitos ali respaldados. Então, são essas e outras situações...

Assim também é com a terceirização. Como a Vanessa muito bem explicou, a terceirização... Hoje retiraram aquele conceito de diferença entre atividade-fim e atividade-meio, mas não retiraram a existência dos elementos fático-jurídicos. Então, a intermediação de mão de obra, quando o trabalhador tem sua força de trabalho vendida por uma empresa intermediadora para uma empresa principal tomadora, empresa intermediadora essa que vai passar a dirigir toda aquela prestação de serviço, a ter todo o controle operacional e de direção dos serviços sobre o trabalhador... Ele continua sendo subordinado àquela empresa tomadora. Então, essa é outra falácia que a gente pode, sim, afastar e declarar a ilegalidade da terceirização, seja na atividade-fim ou até na atividade-meio. Isso não foi mudado. Graças a Deus não mexeram com os arts. 2º e 3º, que continuam trazendo os elementos fático-jurídicos.

São esses os aspectos que eu queria citar aqui quanto a esse tema da caracterização do emprego. E quero dizer que não se enganem, procurem os órgãos de defesa do Direito do Trabalho quando tiverem alguma dúvida sobre se há ou não a relação do emprego para que a gente possa aplicar a devida proteção.

Com relação à jornada de trabalho, Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só me permita – depois a gente acerta o tempo – dizer algo em relação à medida provisória. Para eles atenderem à Base, que exigia algumas mudanças paliativas, mas sempre importantes, eles editaram a medida provisória, mas não instalaram a comissão, já venceu o prazo, e tudo indica que não vão votar essa medida provisória. Eles fizeram de conta que estavam atendendo a sua Base, mas a medida provisória vai cair agora no fim do mês, e eu não vejo movimento nenhum aqui, nem para debater e muito menos para votar a medida provisória.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Ou seja...

A SRª VANESSA PATRIOTA DA FONSECA – Eu mandei até no grupo do WhatsApp do Estatuto do Trabalho que a OIT se manifestou pedindo que o Brasil reveja pontos da reforma trabalhista, inclusive a questão da prevalência do negociado sobre o legislado. Saiu ontem essa decisão da comissão da OIT pedindo explicações ao Governo brasileiro, pedindo que o Governo brasileiro reveja alguns pontos da reforma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me mais uma vez – o seu tempo está parado; ajuda aí, Presidente.

Isso é bom para ver como eles mentem. Quando nós fizemos o debate da reforma trabalhista – está no meu relatório que vocês todos aqui ajudaram a construir –, nós já dizíamos que ela ia contra os princípios da OIT. Eles arrancaram um documento fraudulento não sei de onde e vieram dizendo que a OIT estava concordando com aquela reforma. Aí a OIT respondeu dizendo que não, que não concordava coisa nenhuma.

Agora, oficialmente, está aqui o documento, inclusive, na mesa, o Clerisson me passou uma cópia, que mostra isso que a doutora falou agora: a OIT praticamente condena o Brasil pelo questionamento que faz, por essa reforma que é hedionda para mim, é truculenta, é criminosa, é desumana.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Ou seja, Senador, aquela conversa que nós acompanhamos muito bem durante a tramitação de que a medida provisória seria editada, e ela foi editada, ainda que não tenham cumprido diversos compromissos como vetos e outras situações que não constaram da medida provisória. A medida provisória foi um elemento, nós sabemos disso, de tentativa de consenso com uma parte da Base aliada que não queria votar, tinha várias divergências com relação a vários pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Como estão fazendo agora com a reforma da previdência.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Da mesma forma.

Então, vem a medida provisória, não há movimentação nenhuma para se aprovar essa medida provisória, há uma tendência de essa medida provisória decair, daí se restabelece o texto original, que é perverso.

A medida provisória piorou em alguns aspectos, melhorou em outros, para tentar cumprir esse eventual compromisso, mas se não vier a ser aprovada nos pontos positivos, a lei continua muito ruim, como ela é de fato. Ela ainda é muito ruim, mesmo com a medida provisória. Essa é uma preocupação nossa, do Ministério do Trabalho, da ANPT, da Anamatra, enfim, de todos nós.

Quanto à questão da jornada, houve uma ampla flexibilização, ou seja, vai na contramão. Hoje a nova CLT, que foi chamada aqui de CLE, consolidação das leis dos empregadores, ou empresários, e a gente chama também de código patronal, trouxe uma ampla flexibilização para quê? Baratear custo de mão de obra, tirar direito seu. Você vai trabalhar mais, e não vai receber hora extra. Sendo bem claro: é isso. Aumentaram-se várias hipóteses de flexibilização, de compensação via aumento de jornada, inclusive algumas absurdas, como jornada de 12 horas por 36, aquela de 12 horas de atividade, de trabalho por 36, inclusive em atividades insalubres, como no setor de saúde, o que pode ser feito por acordo individual. Qual é o empregado que não vai acordar? Porque se não, ele pode perder o emprego. Então não tem vontade do empregado, é só do empregador, na grande maioria das vezes. E o trabalhador da saúde fica submetido a uma jornada de 12 por 36 sem qualquer tipo de autorização do Ministério do Trabalho e Emprego para aquela atividade que é, por sua natureza, uma atividade insalubre. Então, essas e outras situações de você possibilitar o estabelecimento de um banco de horas por meio de acordo individual, que antes precisava da participação do sindicato para dar um respaldo ao trabalhador. Hoje, não. Por até seis meses pode acordar ele próprio, com a vontade dele, qualquer tipo de flexibilização de jornada de modo que ele não receba hora extra.

Aí você vê que nessa questão da jornada 12 por 36, além dessa maldade de estabelecer essa questão do setor de saúde e outras questões, como o negociado sobre o legislado, que foi criticado pela própria OIT após diversas críticas nossas, se retirou do trabalhador que hoje trabalha 12 por 36 o pagamento em dobro do feriado. Ninguém vê isso. Antes havia uma súmula do TST dizendo que quando a jornada de 12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por 36 caísse no feriado o trabalhador tinha que receber aquele dia em dobro. Agora, não; ele está compensado, é um dia normal de trabalho. Mas é feriado e ele não recebe em dobro.

Outra coisa: a prorrogação do trabalho noturno, que é aquele período que supera as 5 horas da manhã. Ele não vai receber o adicional. Então, outro direito foi retirado. Você que trabalha em jornada de 12 por 36 vai ter retirado o pagamento em dobro e vai ter retirada a prorrogação do trabalho noturno, sem qualquer...

Quero saudar o nobre Secretário-Geral da Mesa e Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, Dr. Luiz Fernando Bandeira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Permita que eu peça uma salva de palmas ao Bandeira. É parceiro de todos os 81 Senadores, independentemente da questão ideológica, partidária. Faz um papel brilhante e por isso foi votado, praticamente por unanimidade. (*Palmas.*)

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA - Enfim, retirou-se um direito fundamental do trabalhador brasileiro, principalmente daqueles que trabalham longe do local em que residem, os rurais, aqueles trabalhadores que trabalham em canteiros de obras distantes, as chamadas horas *in itinere*, aquele período que o trabalhador às vezes perde, de duas, três horas no ônibus da empresa, porque é em local de difícil acesso, não servido de transporte público, duas, três horas para ir e duas, três horas para voltar. Ele tem que acordar muito cedo e dormir muito tarde. Retirou-se por completo esse período que ele fica à disposição do empregador, e é interesse do empregador que ele vá àquele local do trabalho. Então, retirou-se por completo. O trabalhador agora perdeu essas 4, 5, 6 horas de deslocamento. Antes isso era computado na jornada de trabalho, essas ocasiões excepcionais, não toda ocasião, logicamente.

São situações que mostram, sim, que muita coisa tem que ser revista. Daí a importância dessa Subcomissão do Estatuto do Trabalho, capitaneada pelo Senador Paulo Paim, pela sua bela equipe aqui, para que se reveja muitos pontos dessa legislação esdrúxula que se trouxe para o direito trabalho. Alguns pontos podem até ser discutidos? Sim, mas muita coisa tem que ser revogada e discutida com profundidade para que se preservem realmente os direitos sociais do trabalho. E com a nossa participação, como procuradores do trabalho, como juízes do trabalho, como auditores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tenta, cada vez mais, com a Constituição, que é a nossa Lei mãe, a partir de uma visão de interpretação constitucional, tendo como norte também as convenções internacionais ratificadas pelo Brasil, especialmente aquelas da Organização Internacional do Trabalho, que têm *status* supralegal, portanto, acima da CLT, então têm que ser respeitadas, estão acima dessa reforma trabalhista, a partir dessa interpretação a gente tem o dever de fazer, e fará, essa devida proteção e interpretação, de modo que os danos possam ser diminuídos.

Eu faço um convite também, trago essa informação de que a intenção da Associação no próximo Congresso Nacional de Procuradores do Trabalho é justamente discutir o papel ativo do Ministério Público do Trabalho na construção jurisprudencial pós-reforma trabalhista, para que o Ministério Público do Trabalho, como instituição fundamental para a aplicação da justiça social, possa contribuir para que os juízes do trabalho apliquem cada vez mais uma proteção social sobre essa nova reforma trabalhista. É um papel que a gente tem que cumprir, e tem sido cumprido pela PGT, pelo Ministério Público do Trabalho, pela ANPT, pelo papel que o Ministério Público tem de defesa da ordem jurídica dos direitos sociais e individuais indisponíveis.

Então são essas e outras as ponderações que a gente faz.

Nós também temos material produzido. Eu aconselho a quem tiver interesse um livro lançado pela ANPT e outro pela Anamatra, que traz interpretação de procuradores e de juízes sobre a reforma trabalhista. São vários artigos sobre todos os temas. Vale a pena a leitura. Demonstram o posicionamento do Ministério Público do Trabalho e da magistratura do trabalho sobre essa nova reforma trabalhista.

É algo que pode ser também utilizado, além de notas técnicas nossas, estudos do Ministério Público do Trabalho que estão sendo divulgados também, que tratam da convencionalidade, que é a aplicação das normas internacionais, da constitucionalidade e da interpretação. Nosso interesse, Senador Paim, é sempre lutar pela preservação dos direitos sociais. E isso inclui também a previdência social, acabar com essa mentira que é essa reforma da previdência.

Nós estamos aqui, pela ANPT, totalmente à disposição de V. Exª para o que for necessário, para que a gente consiga sempre superar essas dificuldades. Eu sou um otimista. Eu acho que a gente tem sim a possibilidade de, num futuro próximo, apesar do estado das coisas hoje no Brasil, ter um revés a ponto de conseguir minorar esses danos sociais que estão acontecendo.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Agradeço muito ao Dr. Ângelo Fabiano, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), por mais essa bela contribuição que tem dado sempre que é convidado a estar presente.

Eu queria dizer, Dr. Fabiano, que eu tenho muita esperança em 2018. Se a gente conseguir, em 2018, eleger um governo – eu não vou fazer aqui um discurso partidário, o Bandeira sabe que eu tenho muito cuidado com isso – comprometido com o povo brasileiro e conseguir fazer as mudanças que todos nós queremos fazer também no Congresso, que os bons voltem, mas que aqueles que não são bons e que não atenderem ao interesse da população não voltem. Esse é o processo da democracia.

Esse trabalho que nós estamos fazendo aqui, já com a 15ª audiência pública, é para a construção de um verdadeiro estatuto ou código do mundo do trabalho. A intenção nossa aqui, Bandeira, eu sempre digo isso... Permita-me que o chame de Bandeira, viu? E pode me chamar de Paim também, Bandeira. Claro que ele sempre me chama de Senador, pela diplomacia que tem. A gente pretende entregar esse trabalho para cada candidato à Presidência da República, para que ele se comprometa, para que a nova CLT que podemos construir seja uma CLT efetivamente comprometida com o mundo do trabalho, respeitando empregado e empregador. Porque essa que foi aprovada, infelizmente, todos os depoimentos vieram nesse sentido, acaba sendo uma consolidação das leis do empregador. É nessa visão que a gente está construindo essa proposta. E na linha que você colocou, quem sabe o próximo governo reveja esse código e aprove outro? E a gente vai contribuir com esse trabalho, que todos, Senadores e Deputados, haveremos de apresentar.

Agora, Drª Maria Roseniura de Oliveira Santos, Auditora-Fiscal do Trabalho, representante do Sinait, que sempre está presente aqui toda vez que é convidada.

Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

A SRª MARIA ROSENIURA DE OLIVEIRA SANTOS – Bom dia a todos.

Inicialmente quero saudar essa iniciativa. Nunca é demais ressaltar a importância dessa proposta de um projeto de contrarreforma.

O Senador Paim, quando apresentou essa proposta, disse – abro aspas –: "É uma ousada possibilidade para harmonizar os interesses de classe, trabalhadores e empregadores. É um sonho, porém não utópico." Agora, de certa forma, ele retomou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa mesma ideia para que a gente mantenha a força, a garra para continuar lutando para reverter ou ao menos minimizar, também tem que ser um pouco pragmático em certas situações.

Destaco também que são importantes esses espaços de discussão que o Senador Paim sempre está abrindo e que esta Comissão, a Comissão de Direitos Humanos, também abriu, através da subcomissão que hoje abre essas discussões para a proposta de um novo código do trabalho, um espaço de democracia, que é o que falta nos mentores da reforma trabalhista. São imposições. O princípio democrático não é respeitado sequer entre os pares. Não se respeitam nem os acordos entre Governo e a sua própria Base, quanto mais se respeitam os trabalhadores e também o empresariado.

O desafio desse projeto, se contrapor a ele é desafiador, é buscar um ponto de equilíbrio para regular a relação entre capital e trabalho. Nesse aspecto principalmente a visão e experiência de auditoria fiscal do trabalho, que está no dia a dia na rotina dessa relação. A gente se põe no epicentro do furacão dos conflitos desses interesses no cotidiano e também, dentro dos limites de competência, com o Ministério Público, porque a magistratura tem que ser provocada, mas a fiscalização do trabalho e o Ministério Público do Trabalho estão mais próximos da situação enquanto ela ainda está ocorrendo.

Além da visão da auditoria fiscal do trabalho, registrando aqui a presença de alguns colegas e também cumprimentando o público que assiste a nós e diversos auditores que nos estão acompanhando, pretendemos trazer sobretudo essa experiência.

Falar depois tem vantagens e desvantagens. De certa forma, principalmente a fala da Vanessa já preparou alguns tópicos que nós tínhamos pensado.

Algumas das nossas reflexões estão fundadas também em pesquisas que nós estamos realizando no programa de doutorado de políticas sociais e cidadania da Universidade Católica de Salvador no Núcleo de Estudos do Trabalho. No nosso estudo preliminar, nosso objeto de estudo com a reforma aprovada é a principal evidência do meu objeto de pesquisa.

A reforma foi aprovada com esse viés economicista, predominantemente atendendo interesses econômicos e tem como origem... Já de longa data, desde 2003, o Banco Mundial tem um projeto denominado Doing Business, que monitora, que tem mecanismos indutores para forçar essas reformas no mundo inteiro. O Brasil sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esteve nas posições de 21º a 25º na classificação, no *ranking.* Esse *ranking* é construído com diversos elementos de proteção à propriedade e também de regulação do mercado de trabalho. Na análise preliminar dos relatórios, nós identificamos, isso na reforma aprovada no Brasil foi absorvido integralmente e na nossa leitura preliminar foi muito além, eu acho que até superou as expectativas do projeto, e foi muito além...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Chegou aqui com 7 e virou 117 artigos. Você tem toda razão. Nem os mais conservadores do Brasil acreditavam que poderia sair uma reforma tão perversa contra o mundo do trabalho.

A SRª MARIA ROSENIURA DE OLIVEIRA SANTOS – Nesse projeto, toda a estrutura, arquitetura, metodologia, inclusive de quem participa, têm viés da área da economia. Certamente isso explica esse perfil, como alguns já denominaram, de CLT, código de legislação do empregador, mas eu diria que, na verdade, foi uma reforma do grande empregador, porque muitos empresários, mesmo enganados por diversas mentiras, falácias, também são prejudicados no médio e longo prazo.

A fala de Vanessa abordou a questão da terceirização, que ela disse que é esquizofrênica, não tem como fechar a conta de eu terceirizar, mantendo o lucro meu e da terceirizada, senão prejudicando os direitos do trabalhador. Mas não é só isso. Também prejudica a margem de lucro de toda cadeia terceirizada. E isso leva à perda de qualidade na execução dos próprios serviços. Perde a cadeia produtiva como um todo, mas, logicamente, o trabalhador é o mais prejudicado. E também se verifica no Brasil um processo de proletarização do empresariado, só que ele não vê, não consegue enxergar, assim como os trabalhadores parassubordinados ou dependentes econômicos da área de saúde.

No estudo anterior da nossa dissertação de mestrado, nós identificamos, analisando a eficácia, a eficiência da auditoria no setor, as dificuldades e desafios, um desafio também para o Ministério Público, que são os profissionais da área de saúde aceitarem ser protegidos, porque eles absorvem o discurso do empreendedorismo e até toda a simbologia da hegemonia do discurso neoliberal e não se sentem como explorados. Pior ainda os empresários. E os pequenos e médios empresários também se prejudicam nessa cadeia, porque na hora de apontar responsabilidades, se você terceiriza, quarteiriza, é o finalzinho da fila que vai pagar a conta. Então a terceirização desenfreada prejudica a todos, a coletividade, o trabalhador e também muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresários que estão enganados com essas mentiras reiteradas pelos defensores da reforma, pelos mentores desse pacote de maldades.

Esse projeto do Banco Mundial criou um *ranking* em que um dos itens é a regulação do mercado de trabalho. A OIT tentou interagir, eles recuaram em alguns pontos, mas *pro forma,* porque criaram outro *ranking* específico para o mercado de trabalho. A relação desse projeto com a reforma trabalhista no Brasil e em diversos outros países no mundo é favorecer e proteger o interesse dos grandes empresários do mundo bancário, do mundo financeiro. Esta semana, no Brasil, 150 deles estão lá em São Paulo. É esse grupo que patrocina esse projeto do Banco Mundial, que atua não só na reforma trabalhista, na parte jurídica, como também no esfacelamento das estruturas de proteção, fiscalização do trabalho, magistratura do trabalho, órgãos que atuam na defesa do trabalhador para manter esse equilíbrio.

Falou-se muito aqui em mentiras e mitos. Nós atualizamos recentemente, para participar dessa audiência, uma pesquisa para revelar, denunciar o que muitos poucos sabem: o mito do sonho americano da não regulamentação do mercado de trabalho. Dizem que lá não têm direito a isso, não têm direito àquilo, alguns até afirmam, com consciência, mentem descaradamente, como se não houvesse legislação de proteção ao trabalho, que não têm uma estrutura de inspeção do trabalho. Um fato bem recente foi a queda, com um impacto histórico, na Bolsa de Valores americana e, pela análise dos economistas, um dos fatores é o aumento dos salários mínimos em alguns Estados americanos.

É assim que funciona a lógica de quem patrocinou a reforma no Brasil e em outras partes do mundo; é a lógica do rentismo e da escravidão, inclusive, de nações. Cai a Bolsa porque vários Estados americanos aumentaram o salário mínimo.

Nós atualizamos essa pesquisa num *site* do governo americano só para citar algumas leis que quebram esse mito, que muitos empresários vivem repetindo, enganados mesmo. Eles dizem assim: "Não, mas os Estados Unidos são desenvolvidos porque lá não há tantos direitos quanto no Brasil."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma mentira dita tantas vezes, só confirmando, que até eles passam a acreditar que é verdade.

A SRª MARIA ROSENIURA DE OLIVEIRA SANTOS – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por exemplo, a lei do salário e da jornada de trabalho: nos Estados Unidos, há lei sobre isso. Há uma jornada máxima de 40 horas; o salário mínimo federal, porque lá a questão federativa é diferente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É em torno de US$1 mil, creio eu.

A SRª MARIA ROSENIURA DE OLIVEIRA SANTOS – O mínimo federal é de US$7,25 por hora, R$24. Uma hora do salário mínimo do trabalhador americano corresponde a praticamente um dia de trabalho dos nossos trabalhadores no Brasil. É uma espécie até de complessividade salarial, porque sete vezes mais, praticamente. A nossa hora aqui no Brasil dá pouco mais de US$1.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quanto é a hora lá?

A SRª MARIA ROSENIURA DE OLIVEIRA SANTOS – É de US$7,25.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem é bom de cálculo multiplique por 240, só para se ter uma ideia básica. Dólares.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São 240 vezes quanto? Quanto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mil e setecentos dólares? Olha, eu estava dizendo que era em torno de mil dólares. A senhora me atualizou já para eu mudar o discurso. Lá é de US$1,7 mil; aqui, no Brasil, pouco tempo atrás, era de US$60.

Com aquela briga que tivemos, conseguimos aprovar aquela política de inflação mais PIB nos governos Lula e Dilma, e hoje deve estar em torno de US$270. Já chegou a US$300. E veja que lá – eles dizem que, com o custo da mão de obra, não há como nós concorrermos – é de US$1,7 mil.

A SRª MARIA ROSENIURA DE OLIVEIRA SANTOS – Mesmo que a gente aplique 200% de encargos, e não chegam a isso, nós ainda estaríamos a menos da metade do custo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E eles dizem que os encargos – esse é o discurso do patronato todo – são de 100%. Eles falam que a cada mil que se paga, são mil de encargos.

A SRª MARIA ROSENIURA DE OLIVEIRA SANTOS – Eu já estou colocando uma quebrinha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se fosse isso...

A SRª MARIA ROSENIURA DE OLIVEIRA SANTOS – Estou dobrando já, colocando outros cálculos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – ... não chegaria a quinhentos.

A SRª MARIA ROSENIURA DE OLIVEIRA SANTOS – Não chegaria.

Então, há essa lei, há a lei de padrões trabalhistas justos, que prevê, sim, adicional de horas extras, apesar de haver um limite de 40 horas, com o adicional de horas extras.

Uma questão bem curiosa que foi objeto de ataque da reforma trabalhista foi a questão de saúde e segurança do trabalho. E aí fazem... Eu mesma ouvi recentemente, num evento, de um representante patronal isto: "Eu estive recentemente nos Estados Unidos, fazendo experiência em *company* – bá, bá, bá! – e lá não há tantas normas de saúde e segurança. É uma outra cultura." E eu disse que não. Também atualizei para essa audiência. No *site* da agência especializada em saúde e segurança americana, eu pensei até em pincelar algumas coisas, mas, depois, desisti, porque eram muitas coisas. Eu até me orgulhava, às vezes, de dizer que as NRs, as Normas Regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho do nosso Ministério do Trabalho, eram das mais completas, ou pelo menos em extensão eram das mais amplas do mundo, mas tenho de rever isso. Não posso afirmar se esse *ranking* que eu criei ainda permanece, mas as normas de saúde e segurança que hoje estão nas diretrizes administrativas do governo americano são extensas, no mínimo tão extensas quanto as nossas Normas Regulamentadoras, e com perfil e diretrizes muito similares, por essa abordagem que fiz, atualizando para a nossa participação aqui.

Lá também há lei previdenciária, só que num sistema diferente, público, também com forte enfoque privado, mas não dizem que a tradição, a prática é o patronato assumir cerca de 80% dos encargos. Não falam disso. Só falam a parte que interessa, e a repetem na mídia, gerando essas mentiras, essas falácias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para citar apenas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse dado do patronato dá para repetir? Só para quem está nos assistindo pegar bem. Da previdência, do patronato...

A SRª MARIA ROSENIURA DE OLIVEIRA SANTOS – Da previdência social.

Há um sistema de previdência federal normatizado, e os trabalhadores têm acesso a essa aposentadoria e também têm aposentadoria privada complementar. Os custos, segundo os dados oficiais do *site*, são em torno de 80% pagos pelas empresas.

Então, mesmo com o fortalecimento das relações sindicais de que eles têm tradição, o que também foi objeto de flexibilização, de ataque, isso não justifica repetir que nós temos um sistema previdenciário – a grande mentira, dentre tantas – deficitário e que, no modelo americano, não há, já que esse é o modelo referencial nos discursos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só que aqui o empregador paga 20%, no máximo, sobre a folha. E tiraram grande parte desses que pagavam 20% e os passaram para 1,5%, 2% sobre o faturamento. Isso deu um prejuízo para a Previdência de alguns bilhões. Aí passam para o trabalhador pagar a conta, como estão querendo agora com essa reforma.

A SRª MARIA ROSENIURA DE OLIVEIRA SANTOS – Então, veja, num cenário complexo, que já foi traçado pelos meus antecessores, esse mercado de trabalho heterogêneo e complexo é o cenário de desafio dessa proposta usada de uma nova legislação trabalhista. Obviamente, no caso não somente desse aspecto, mas é este que eu quero destacar e que se harmoniza, inclusive, com várias colocações da Vanessa: a questão da tecnologia, o impacto da tecnologia nessas reconfigurações de um mercado de trabalho, um mercado de trabalho tão complexo que mantém até hoje relações desde o trabalho escravo até as mais modernas. É um cenário de grande complexidade e heterogeneidade que desafia esse projeto mais ainda.

Nossas sugestões que vamos encaminhar para a fase mais propositiva são no sentido de que enfrentemos essa questão da tecnologia, começando pela questão da regulamentação do art. 7º, inciso XXVII, que é a proteção em face da automação. A Constituição já previa a proteção do mercado de trabalho em face desse processo de robotização e, agora, com o avanço do aumento de inteligência artificial. Qualquer país sério que queira realmente gerar desenvolvimento tem de regular, porque nem com a parte econômica o Governo brasileiro tem se preocupado. Se a reforma trabalhista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivesse um compromisso sério com os empresários brasileiros como um todo, e não um grupinho seleto transnacional, na sua maioria, teria, com certeza, colocado alguma coisa na CLT de qualificação, de uma política para regular a questão da automação para proteger o trabalhador, não impedindo o avanço tecnológico, mas criando mecanismos de proteção e também de qualificação, que é uma das principais ferramentas apontadas pelos especialistas para traçar a diretriz de política pública na questão da tecnologia.

Porque ela extingue muitos postos de trabalho, não na mesma proporção gera outros, mas, se você não está preparado nem para absorver o que ela cria na única parte que talvez seja positiva nesse cenário, a questão é uma precarização cada vez maior e principalmente o enfraquecimento da nossa economia, porque não há como gerar desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento científico. Essa é uma sugestão.

O desafio já é grande, mas eu acho que nós temos de pensar no nosso Estatuto do Trabalho no capítulo de proteção à automação com esse viés, retomando, mais uma vez, a fala do nosso Senador Paim, buscando a harmonização dos interesses da livre iniciativa e que valorize socialmente o trabalho, como propugna a nossa Constituição.

Além desse tópico, que eu acho que está até subentendido nas falas também, que o Estatuto do Trabalho, o Código do Trabalho proposto seja realmente o do trabalho, e que a gente o amplie, não só mantendo as bases da caracterização da relação de emprego que nós conhecemos até então, mas que alcance todas as relações de trabalho. O senhor disse que era uma ousada possibilidade. Então, eu viajei nessa sua formulação... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E está indo muito bem, muito bem.

A SRª MARIA ROSENIURA DE OLIVEIRA SANTOS – Então, que o Estatuto do Trabalho também regulamente, dentro da legislação trabalhista, do escopo do direito do trabalho, além do que já foi colocado, a relação de trabalho autônomo – o verdadeiro autônomo, que ainda existe – e também o chamado trabalho parassubordinado, trabalho dependente. Nesse tópico, há uma experiência que eu acho que merece reflexão e que é positiva, partindo da premissa do viés da Auditoria Fiscal do Trabalho e também do Ministério Público do Trabalho, como Vanessa já fez uma síntese de várias iniciativas, das dificuldades que nós temos para alcançar – gera uma dificuldade para alcançarmos esse trabalhador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na experiência europeia, por exemplo, o Código do Trabalho português cria uma figura do contrato de trabalho presumido, porque aí facilitaria bastante, pensando pragmaticamente, para a auditoria, fixando-se os critérios legais da presunção, seria um facilitador para a nossa atuação, porque se evitariam os questionamentos na via judicial de muita coisa que hoje nós enfrentamos. Portanto, acho que a experiência portuguesa é bem interessante.

Há também os servidores estatutários, que estão postos num limbo sem proteção, porque, na parte judicial, há o Judiciário estadual e o federal, se o sindicato ou o próprio servidor buscar essa proteção; haveria o Ministério Público Estadual e o Ministério Público da União – não sei nem como colocar, Vanessa, para não me comprometer, se é Ministério Público do Trabalho ou Ministério Público Federal, não vou entrar nessa seara. Eles teriam uma proteção, mas, na fiscalização que nos diz respeito, no dia a dia, não há nenhuma estrutura de fiscalização, que seria a Auditoria Fiscal do Trabalho, que alcance esses servidores estatutários Brasil afora, sobretudo os municipais e estaduais, que estão também submetidos a uma exploração sem precedentes e com direitos desrespeitados Brasil afora, salários atrasados, parcelados como bem querem.

Com relação ainda à caracterização da relação de emprego, vou tocar no superpolêmico trabalho intermitente.

Nós aqui queríamos dividir com vocês a reflexão no sentido de que o trabalho intermitente, como posto, evidentemente, não pode ser mantido, mas nós já tivemos uma experiência legislativa, a nossa CLT já previa lá no setor ferroviário o extranumerário, art. 244, que diz que é o empregado não efetivo candidato à efetivação que se apresentar normalmente ao serviço, embora só trabalhe quando for necessário. Então, nós já tínhamos um precedente de trabalho intermitente. E aí, dependendo da conjuntura em que sejam definidas as diretrizes e os princípios gerais do Estatuto do Trabalho, entendemos que é muito importante, ao contrário da reforma aprovada, traçar pelo menos alguns limites. Então, que o trabalho intermitente seja posto apenas na real necessidade da atividade econômica, como na hipótese de imprevisibilidade de demanda, porque há também necessidades empresariais de atender demandas excepcionais e nem sempre é possível adotar o modelo padrão, digamos, de contratação. Se for imprevisível, que a natureza não seja contínua, ao contrário do que está na reforma, e somente se a atividade empresarial, nesse contexto, justificasse, nos moldes da terceirização, como era antes da reforma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um critério interessante também, que já está na CLT, é a prioridade do intermitente na contratação, já que dizem que um dos objetivos é gerar emprego etc.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA ROSENIURA DE OLIVEIRA SANTOS – Para concluir, para finalizar a nossa participação, pedindo desculpas por ter extrapolado o tempo concedido, o controle de jornada por novas tecnologias. A Three Square Market, que foi aquela pioneira em implantar *chips* para controle da jornada de baralho, divulgou que há empresas brasileiras interessadas. Eu acho que o Código do Trabalho tem que tratar disso, proibindo essa implantação para fins de controle de jornada.

Fechando, Senador, a qualificação... Se a reforma tivesse um compromisso mínimo com o desenvolvimento do Brasil, tanto no aspecto econômico quanto no social, também nós temos um débito com os trabalhadores e estudantes deste Brasil. Não temos nenhuma norma que os protege. Como professora universitária, várias vezes, os alunos me disseram: "Professora, como é que eu vou participar do Congresso?" Ou, em período de provas, falam das dificuldades para chegar no horário etc.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA ROSENIURA DE OLIVEIRA SANTOS – Então, a minha sugestão é que agregue também proteção mínima, limitando a questão da jornada do trabalhador estudante para que ele possa realmente se qualificar e se preparar para esse novo mercado de trabalho.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Drª Maria Roseniura de Oliveira Santos, Auditora Fiscal do Trabalho, representante do Sinait.

Esse olhar para a juventude eu acho fundamental, que a gente tenha também o olhar para a juventude e o mercado de trabalho. Eu percebo que a juventude hoje muitos dizem que está alienada, que não está participando dos grandes movimentos, mas é preciso também que a gente olhe para ela e apresente propostas para o debate com ela, inclusive. Por exemplo, pela reforma da previdência, a juventude pensa que não vai ser atingida. É principalmente a juventude, porque eles é que vão pegar esse novo momento. Os de mais idade vão pegar uma regra de transição, o que é ruim, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o pior de tudo é para a juventude, que vai ter de trabalhar até 80 anos. Eles vão perceber que não se aposentarão antes de 80 anos, e não 65, devido àquele cálculo que há. A média de emprego do brasileiro é de 9 meses em 12. Se é de 9 em 12 e você terá de ter, no mínimo, 40 anos de contribuição, significa que você vai chegar próximo aos 80 para conseguir, em média, em nível nacional.

Quando eram 49, e nós já tínhamos feito aquele cálculo, usávamos 64 como número de referência. Quem começasse a trabalhar com 20 anos só ia se aposentar com 84. Então, é relativo que se vai chegar aos 80 agora, se diminuir um pouco. Essa é a verdade dos fatos.

Agora chegou a vez, num bom momento, do Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, que é Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Quero só dizer que o Senador Telmário teve de se retirar por ter compromisso numa outra Comissão neste momento.

A SRª VANESSA PATRIOTA DA FONSECA – Eu vou pedir licença para me retirar porque tenho de pegar um voo de volta a Recife e já estou em cima da hora. Desculpe-me, Dr. Guilherme, por não poder assistir a sua fala, que tenho certeza de que será brilhante.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Drª Vanessa Patriota da Fonseca. (*Palmas.*)

Por favor, passe ali para acertar as agendas.

Muito obrigado, doutora.

Dr. Guilherme, com a palavra.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Senador Paim, agradeço, mais uma vez, o convite feito à Anamatra.

Nós temos participado de todas as reuniões que discutem essa importante iniciativa do Estatuto do Trabalho. Achamos que realmente é uma iniciativa emblemática, num momento em que nós sabemos que as chances reais de que isso tramite e venha a ser aprovado no Congresso Nacional são mínimas, mas este é o momento atual. Não sabemos como estará este Parlamento no ano que vem e nos anos subsequentes. Então, é fundamental que nós tenhamos um texto com essa qualidade, com essa consistência e com este perfil tramitando, para que ele lá esteja acessível no momento oportuno quando, finalmente, os Parlamentares perceberem que esta visão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de mundo patrocinada pela Lei 13.467, pela chamada reforma trabalhista não trará bons frutos e, portanto, quando se perceber que o Estado continua sendo necessário nas relações de trabalho para garantir mínima civilidade no trato contratual entre empregado e empregador. Estou convicto de que esse momento chegará, e, quando ele chegar, precisaremos ter um texto já devidamente arreglado, com todas as contribuições necessárias, para que, aí, sim, nós tenhamos uma modernização da lei trabalhista.

E aí eu aproveito para fazer duas observações: quando a própria Anamatra tecia as críticas a diversos, imensos pontos da reforma trabalhista, essa expressão acabou ganhando até um tom pejorativo, e os protagonistas, entusiastas e defensores do que viria a ser a Lei 13.467 preferiam dizer "modernização trabalhista". É curioso como isso chega a ser irônico em certos aspectos. Dou apenas alguns exemplos para situar a minha fala seguinte. Temos lá a previsão do tarifamento das indenizações por dano moral. Foi uma das "novidades" – coloco entre aspas – da lei da reforma. O Supremo Tribunal Federal já havia dito, na década de 90 do século passado, em relação à Lei de Imprensa – que, depois, o próprio Supremo Tribunal Federal entendeu por bem ser incompatível com a Constituição de 1988 –, que essa tarifação do dano moral era absolutamente inviável na perspectiva de uma Constituição que prevê que a compensação do dano moral à imagem ou a indenização, a reparação, como queiram, deve ser integral e, portanto, não pode estar tarifada pelo legislador. O juiz tem de perceber qual deve ser a extensão dessa indenização caso a caso. Ou seja, aqui tivemos um retrocesso de uma década, uma década e meia.

Da mesma maneira, a reforma veio dizer, no seu art. 611-B, parágrafo único, que questões relacionadas a intervalos e repousos no trabalho não são questões relacionadas à saúde e à segurança do trabalhador. Aqui eu diria a vocês que o retrocesso foi de 200 anos, porque o Direito do Trabalho nasce no início do século XIX, e os estudiosos apontam especialmente um diploma como aquele que simbolicamente inaugura este Direito do Trabalho contemporâneo, como nós o conhecemos, que é um diploma inglês, uma lei inglesa que todos conhecem pela denominação Peel's Act, porque Peel era o sobrenome do primeiro-ministro da Inglaterra à altura.

O que o Peel's Act fazia, basicamente, entre outras coisas, era limitar a idade para o trabalho, porque a Inglaterra vivia naquele momento praticamente um quadro endêmico de doenças do aparelho respiratório, especialmente entre jovens, porque esses trabalhadores mais jovens, crianças e adolescentes, trabalhavam na indústria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

têxtil sem nenhuma proteção e por jornadas muito extensas. Então, veio o Peel's Act, que estabeleceu idade mínima para o trabalho, determinou que essas fábricas têxteis tivessem pelo menos janelas para ventilação e estabeleceu o limite de jornada, à altura, se não estou enganado, de dez horas, no momento em que não havia limite algum.

Portanto, para resolver uma questão de saúde pública, o que a primeira lei trabalhista fez foi estabelecer um limite de jornada. O nome verdadeiro desta lei é Health and Morals of Apprentices Act, ou seja, Lei para a Saúde e a Moral dos Aprendizes. A primeira lei trabalhista que limita a jornada relacionou jornada com saúde, limitou jornada para proteger a saúde. Duzentos anos depois, o legislador vem dizer que jornada nada tem a ver com saúde – retrocesso de duzentos anos.

E, para mais, se nós imaginamos a primeira versão da reforma antes da Medida Provisória 808, vamos verificar que o tarifamento do dano moral se deu a partir do salário contratual do trabalhador. Então, quanto mais ganha o trabalhador mais valiosa a sua dignidade, maior a indenização por danos morais. É quase que uma divisão censitária dos trabalhadores, conforme os seus salários, para se saber qual é a sua dignidade, ou o valor da sua dignidade. A Medida Provisória 808 modificou isso. Eu soube hoje que a pauta da Câmara já está trancada em função dessa medida provisória. Agora, se ela efetivamente cair, voltamos àquela situação anterior de que a indenização se mede pelo salário. Pelo menos isto a medida tinha resolvido: tinha estabelecido como marco a questão do teto de benefício do Regime Geral; continua inconstitucional, não poderia haver tarifação alguma, mas, de todo modo, afastava esse caráter odioso de discriminação da pessoa ou da sua dignidade pelo salário. E aí, Senador, o retrocesso deve ser de uns 3 mil, 4 mil anos, porque o último diploma que efetivamente dispunha que, em caso de morte, a indenização do interessado se faria de acordo com a classe do indivíduo é o Código de Hamurabi, que dizia que, se morresse uma escrava mulher, a indenização seria uma; se fosse um escravo homem, outra um pouco maior; se fosse uma mulher livre, ainda maior; e, se fosse um homem livre, a maior indenização de todas. Isto, de uma outra maneira, foi resgatado 4 mil anos depois para que se considere a dignidade da pessoa a partir do seu salário. Então, ali, de modernização, não havia nada.

Quando começa essa discussão, o Deputado Rogério Marinho chama a Anamatra e diz: "Olha, eu vou realmente querer fazer algo mais extenso do que isso que o Governo apresentou. A ideia é modernizar a legislação trabalhista, e queremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sugestões." E nós demos sugestões. Nós dissemos ao autor e ao relator que, de fato, a legislação trabalhista poderia ser modernizada. Modernizar é olhar para o que está na sociedade, e o legislador ainda não trouxe para a dimensão da regulação trabalhista. E aí algumas coisas foram referidas aqui.

O trabalho no chamado regime de *crowdsourcing*. O que é isto? A situação em que, na verdade, o tomador de serviços do indivíduo é toda a população, é um tomador difuso. Essa é a situação do Uber, do Cabify, é a situação do Easy Taxi. São trabalhadores que, por meio de um aplicativo, oferecem o seu trabalho a toda a população. Por isso *crowdsourcing*. Qual é a proteção social que eles têm? A legislação não chegou ali. Isto seria modernizar a legislação trabalhista.

A questão do teletrabalho. Demos essa sugestão ao Deputado Marinho. Ele até introduziu lá o teletrabalho basicamente para dizer que quem pagará, quem arcará com as custas do equipamento e da sua manutenção será decidido entre empregador e empregado, ou seja, tendencialmente, até pelo desequilíbrio econômico, esse custo vai para o trabalhador, e para dizer que teletrabalhador não tem direito a horas extras, sem nenhum embasamento constitucional. Então, a única a referência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dessa nem eu sabia.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, ele pode trabalhar mais...

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e não ter direito à hora extra.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Mesmo que seja possível o controle do ponto, o teletrabalhador, pelo texto da reforma, não tem direito a horas extras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas é o fim!

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Ele foi excluído de um direito constitucional de todo o trabalhador, que é o limite de jornada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso é uma discriminação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Uma discriminação odiosa. Nós temos apontado esta como uma das inconstitucionalidades mais patentes da reforma. Tem sido assim.

A questão dos testes genéticos admissionais. São muito comuns na Europa e já começam a chegar no Brasil. Por exemplo, companhias aéreas muitas vezes submetem os seus candidatos à condição de pilotagem – que primeiramente irão acompanhar nas cabines, depois como copilotos e finalmente como comandantes –, submetem esses trabalhadores a testes genéticos para verificar se eles desenvolverão no futuro determinadas doenças degenerativas. E aí muitas vezes excluem esse trabalhador, porque não querem investir – e, de fato, é um investimento alto, horas de voo, etc. – em um trabalhador que depois terá de se aposentar mais cedo. Isto pode ser feito? Como fica – os portugueses utilizam essa expressão – a privacidade genética do indivíduo?

Muitas vezes, o empregador, ou o futuro empregador, saberá, antes dele próprio, quais as doenças que ele poderá ter, e o pior é que ele será discriminado por isso. Não há nenhuma regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se começarem a estender para todo mundo...

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Exatamente, imagine a situação!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O precedente está dado. Olha, eu faço esse comentário, porque, na época da votação da reforma trabalhista, eles fizeram um acordo com o Sindicato dos Aeronautas, dizendo que eles não seriam prejudicados em nada, nada, nada, nada. Está aí o resultado, está aí o prejuízo.

A palavra é sua, só quis fazer um comentário.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Então, é muito boa a lembrança do Senador. Há essa questão especialmente entre os aeronautas se aproximando, e não temos regulação para isso.

Há a questão do pré-contrato, do contrato preliminar, tão comum no futebol. Vira e mexe, ouvimos aí: "Olha, fulano está jogando no Palmeiras, meu time do coração, mas está pré-contratado para jogar no Barcelona a partir de 2019." O que é que rege um pré-contrato de trabalho? Não há regulação. A CLT deveria tratar disso. O Código do Trabalho português trata disso. No nosso caso, o juiz tem de ir ao Código Civil, porque não há regulação no Direito do Trabalho para isto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há o monitoramento audiovisual e telemático do trabalhador. Algumas empresas são verdadeiros Big Brothers. O trabalhador está ali na sua cabine, na sua mesa, e há ali uma câmera observando, minuto a minuto, o que ele faz. No monitoramento telemático, se ele responde a um *e-mail*, muitas vezes ele é repreendido, porque, afinal, aqueles segundos pertencem à empresa. Eu cheguei a julgar um caso em que o sindicato dizia – depois não houve prova, eu tenho de dizer isto, mas, enfim, era o que o sindicato dizia – que era hábito daquela empresa inclusive fazer monitoramento no banheiro, e supostamente teria havido, em determinado momento, câmeras no banheiro para verificar o momento em que o trabalhador entrava e quanto tempo ele ficava ali.

Não há regulação para esse monitoramento, o que, em Portugal, há. Há, inclusive, uma agência que deve estabelecer os padrões dessa fiscalização patronal, porque invade a privacidade do trabalhador. A nossa legislação nada diz a esse respeito.

A proteção contra a automação foi muito bem referida aqui. Isso está na Constituição desde 1988, nunca saiu do papel. Precisamos ter uma lei nacional que proteja o trabalhador contra a automação.

Então, eu dei aqui vários exemplos de situações que estão no nosso dia a dia, que cada vez mais se tornam recorrentes e que não têm tratamento legal. Isso seria modernização da legislação trabalhista. Mas a Lei 13.467 não olhou para nada disso; olhou apenas para os direitos que já estavam consolidadas e tratou de, digamos, decompor vários deles.

E aí, para trazer talvez uma contribuição mais concreta dentro das propostas desta audiência, que foram relação de emprego, jornada e remuneração, eu me apoiaria na primeira fala da colega Vanessa para dizer o seguinte: de fato, o que o nosso artigo 2º da CLT fala em termos de subordinação é algo já muito superado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu gostaria de registrar uma presença.

Eu já havia anunciado, Frei David, que você viria para falar do mundo do trabalho e da questão dos preconceitos e da comunidade. Então, de imediato, já o convoco para a Mesa.

Uma salva de palmas para o Frei David, da Educafro! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Frei David é pontual, porque ele chegaria nesse horário. Ele disse: "Vou eu e mais cinco." Estão aqui ele e mais cinco.

Então, uma salva de palmas para os cinco jovens que estão aqui também para participar do evento! (*Palmas.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – O nosso art. 2º da CLT, então, diz que haverá relação de emprego naquela relação de trabalho em que o trabalhador se ativa sob a dependência do empregador. Há muito tempo, a jurisprudência já não utiliza o conceito de dependência. Originalmente, a ideia de dependência era de dependência econômica. Hoje nós sabemos, isso já não é sequer discutido, que eu posso ter perfeitamente um empregado que não tenha relação de dependência com seu empregador. Eu posso ter um empregado que seja um herdeiro de pai milionário, que não tenha nenhuma necessidade do emprego; nada obstante, ele terá a proteção legal.

Eu gostava de dar aos meus alunos frequentemente um exemplo que envolvia o Senador Romário. Quando ele era jogador de futebol, ele sempre se referia ao sonho do pai dele que era de que ele jogasse, se não me engano, no América do Rio de Janeiro. O Senador Romário, ao final da carreira, tinha, provavelmente, um patrimônio superior ao do próprio América e, no entanto, se ele jogasse no América, seria empregado do América, independentemente da sua condição econômica.

Então, dependência não é mais um critério. Hoje o critério que se utiliza é subordinação, mas a subordinação geralmente é pensada na perspectiva clássica, ou seja, subordinação como aquela condição em que o trabalhador recebe ordens diretas do seu empregador, subordinação naquele conceito fordista. E, como a Vanessa disse aqui, essa ideia já evolui.

Há um julgado que eu até havia separado, mas acabei ficando sem bateria aqui. Há um julgado muito referido do Tribunal Superior do Trabalho, portanto, da nossa máxima corte trabalhista, da relatoria do Ministro Godinho Delgado, em que ele diz basicamente o seguinte: haverá relação de emprego, presentes a pessoalidade, a onerosidade e não eventualidade, se houver subordinação em qualquer das suas modalidades. Há a subordinação clássica, que é esta em que efetivamente há ordens diretas do empregador ao empregado. Há a dita subordinação objetiva, em que, na verdade, o trabalhador se ativa naquela atividade econômica final da empresa, ou seja, o seu trabalho está disposto no sentido da própria atividade econômica principal da empresa. Isso significa dizer que, de regra, por exemplo, eu não consigo imaginar que mesmo um garçom folguista, aquele que não tem eventualidade, que vai trabalhar no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

restaurante eventualmente, quando os seus garçons empregados lá não estão, esteja subordinado, porque, afinal, a sua atividade laboral converge para a atividade econômica da empresa, ele serve refeições. Ele pode não ser empregado, porque o seu trabalho é eventual, mas ele se subordina. E, de fato, os senhores não conseguem imaginar um garçom que chegue a um restaurante, mesmo sendo folguista, e faça o que lhe der na telha. Ele vai receber ordens. E há a subordinação estrutural, que é quando o indivíduo se insere na dinâmica operacional da empresa. Muitas vezes, ele estará distante, não receberá ordens de um supervisor, mas ele tem de se encaixar naquele modelo de produção.

A figura do teletrabalho cada vez nos aproxima disso. Ele, muitas vezes, não verá sequer, eventualmente, um supervisor, ele não terá contato físico com ninguém, mas ele receberá instruções, terá de fazer relatórios e terá de dar produção. Para cumprir as metas que lhe são impostas, ele terá de trabalhar mais que oito horas muitas vezes. Ele não vai sequer à sede da empresa, ele só está na sua casa, mas ele se subordina, porque ele integra aquela dinâmica operativa da empresa.

Então, Senador, a sugestão que a Anamatra tem – nós até construirmos um texto nesse sentido e não o apresentamos, porque a divisão original previa que a Anamatra cuidaria da parte processual, mas podemos apresentar esta sugestão – é a de que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É importantíssimo.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – No art. 2º ou no que lhe equivalha, que vai tratar da definição do empregado, primeiro, se substitua...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – ...dependência por subordinação, que é algo que a jurisprudência já fez, e, segundo, que se abra ali um parágrafo para descrever de que subordinação se fala e, então, incorporar ali o que a jurisprudência já reconhece até a do TST: a subordinação na sua modalidade clássica; a subordinação dita objetiva, que se guia pela atividade econômica finalística da empresa; e a subordinação no seu sentido estrutural, que é esta que cada vez mais se apresenta na realidade do mundo contemporâneo. Então, essa sugestão fica como uma tentativa de trazer a legislação mais próxima da realidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, bela contribuição! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Obrigado.

E aí, muito rapidamente, eu me permito fazer uma breve referência ao trabalho intermitente, sobre o que até a minha colega Maria Santos também antecipou.

Quanto ao trabalhador intermitente hoje, para não nos desviarmos para discussões de constitucionalidades etc., sabe-se que a figura do trabalho intermitente foi levada ao STF, há lá uma ação direta de inconstitucionalidade que está questionando a constitucionalidade dessa figura. Mas, independentemente disso, é interessante perceber que a introdução dessa figura como uma possibilidade generalizada, universalizada de contratação praticamente caminhou no sentido oposto ao título desta audiência pública, caminhou no sentido da descaracterização da relação de emprego. Eu discutia isso ontem com meu Diretor Legislativo, Dr. Paulo Boal, que está aqui.

Eu posso ter hoje, em tese, um "empregado" – coloco entre aspas – que trabalha uma hora por mês e receba R$5 por hora. Então, ele trabalha uma hora por mês e recebe R$5 – basta que se observe o valor do salário mínimo-hora –, e esse será um empregado. Qual é o sentido disso? No final das contas, talvez, o maior objetivo da introdução dessa figura tenha sido inflar os números de empregabilidade no Brasil, porque eu posso, então, trazer para esta realidade – era isso, inclusive, que se dizia – qualquer pessoa que faça bico. E aí eu lhe dou um registro. O custo disso é mínimo, porque, na verdade, será tudo proporcional ao número de horas que esse indivíduo trabalhar. E, se ele não trabalhar hora alguma, ele não receberá nada, mas ele terá um registro em carteira. E, tendo um registro em carteira, ele não será desempregado, embora na prática ele possa passar alguns meses sem ter trabalho. E o pior é que, nos termos da Medida Provisória 808 – eu disse isso ontem na audiência sobre a CPI da Previdência –, se ele não recolhe contribuições sociais dele sobre um valor correspondente a pelo menos um salário mínimo, ele não tem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – ...proteção social, ele não tem proteção da seguridade social, é como se ele não estivesse filiado. Ou seja, é um trabalhador formalizado, que vai constar das estatísticas oficiais como efetivamente estando empregado, mas que poderá por meses não ter trabalho e que não terá nenhuma proteção social. Isso é a descaracterização da relação de emprego. Aí é preciso pensar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam, hoje, quando eu penso no empregado, no art. 2º e no art. 3º, não há dúvida: se for um trabalhador que preste serviço em caráter subordinado, pessoal, não eventual e oneroso, o juiz do trabalho vai reconhecer a relação de emprego, o auditor fiscal do trabalho vai autuar. Mas e o trabalhador intermitente?

Então, alguém realiza um bico naquela empresa. A empresa tem a faculdade de contratá-lo como intermitente, ou é direito dele ser reconhecido como intermitente? Porque, se for isso, nós vamos ter algo que talvez ninguém tenha esperado, nós vamos ter uma série de ações judiciais possivelmente em que trabalhadores eventuais vão querer ser reconhecidos como trabalhadores intermitentes. Não faz sentido que seja uma opção de o empregador reconhecer ou não alguém como seu empregado se ele presta o trabalho nas mesmas condições. Isso precisa ser discutido, e a reforma se esqueceu desse ponto.

E, por fim, a Espanha tem, já há alguns anos, o chamado Estatuto del Trabajador Autónomo, Estatuto do Trabalhador Autônomo. São trabalhadores autônomos, que não são empregados, porque não há subordinação, mas têm direitos sociais mínimos regulados em um texto legal. E esse texto até faz uma distinção entre os trabalhadores autônomos economicamente dependentes, que têm uma proteção jurídica maior, e os trabalhadores autônomos não economicamente dependentes, algo próximo dos nossos profissionais liberais, que também têm lá seus direitos sociais mínimos. No Brasil não há isso. Se eu penso no trabalhador autônomo, em rigor, a primeira ideia que vem é a de que ele está excluído do art. 7º da Constituição. Não pode estar! O trabalhador autônomo, por exemplo, não tem direito à proteção contra os riscos do trabalho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – ...na perspectiva da saúde e segurança? É claro que tem.

Então, um bom caminho, ainda no sentido desta modernização efetiva e de uma caracterização da proteção jurídica do trabalhador em geral, seria caminhar para além da proteção jurídica do trabalhador subordinado e alcançar também uma perspectiva de proteção obviamente não no mesmo padrão, mas de proteção mínima de direitos sociais para o trabalhador autônomo e especialmente para o chamado trabalhador autônomo dependente. Este pode ser um caminho interessante inclusive para alcançar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquela condição do trabalhador em regime de *outsourcing*, Uber, etc., como eu mencionei aqui.

E quero falar muito rapidamente uma palavra sobre jornada. A reforma trabalhista também representou, a nosso ver, muitos retrocessos nesse particular. Muitos aqui foram referidos pelo meu colega Ângelo Fabiano: a situação da jornada 12h por 36h por negociação individual – a Medida Provisória 808 acabou afastando isso, mantendo apenas para o setor de hospitais e congêneres, mas se corre o risco de que ela caia, como eu disse, e aí se volta à situação anterior –; a condição do banco de horas, a que ele se referiu aqui; a situação das próprias folgas e da jornada noturna prorrogada também na 12h por 36h; a situação do teletrabalhador, a que eu me referi; e várias outras.

Mas, pensando em outra perspectiva, um debate que já se fez nesta Casa algumas vezes e ainda repercute é a questão da duração semanal de 40 horas. Houve até um movimento no sentido de se apresentar uma proposta de emenda à Constituição nesse sentido. E aí, como contribuição, eu diria o seguinte: por que uma proposta de emenda à Constituição?

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – A meu ver, poderia ser perfeitamente um projeto de lei, basicamente porque o art. 7º, *caput*, da Constituição diz o seguinte: são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que melhorem a sua condição social, os seguintes... É o chamado princípio da norma mais favorável ou a dita hierarquia dinâmica das normas trabalhistas. Se houver uma lei ordinária que, de modo geral, ou pelo menos para categorias específicas, defina uma duração semanal de 40 horas, essa legislação, evidentemente, preferirá ao Texto Constitucional. Desse modo, não vejo maior dificuldade para se caminhar também nesse sentido, e aí sem a dificuldade que é própria das propostas de emenda à Constituição.

Eu encerro por aqui, Senador, e, mais uma vez, deixo aqui registrados os agradecimentos, os elogios e o enaltecimento da Anamatra pela sua iniciativa. E coloco a Anamatra, a sua Diretoria Legislativa, a nossa Comissão Legislativa e todas as nossas cabeças pensantes à disposição, para que possamos apoiá-lo e contribuir para esse seu projeto, para este nosso projeto de um Estatuto do Trabalho para o Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), como sempre, deu uma bela contribuição a este debate.

É bom que quem está nos assistindo saiba que a gente tem feito o debate temático. O tema é este que os palestrantes estão neste momento aprofundando, o mundo do trabalho, a jornada de trabalho, enfim. E já estamos marcando tantas audiências quantas forem necessárias – não é, Leandro? – pelo nosso calendário.

Quanto aos painelistas, muitas vezes, repete-se, com o mesmo falando, mas eles vêm falar de outros temas. Muitos perguntam: "Mas por quê? Quais são?" São aqueles que estão aqui para nos ajudar, são todos especialistas de primeiro quilate, como hoje vamos ter aqui o Frei David, que vai aprofundar também a questão da discriminação no mundo do trabalho, na perspectiva – Frei David, esse é o nosso trabalho, esta é a 15ª Reunião já – de uma nova CLT, uma CLT efetivamente do mundo do trabalho, e não essa que eu digo que virou a CLE, Consolidação das Leis do Empregador.

A palavra agora é sua.

Estou dando 15 minutos hoje para cada um. Sempre são dez minutos, mas hoje abrimos uma exceção aqui, devido à força dos nossos convidados, entre eles o senhor.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Eu saúdo todos os presentes na pessoa deste homem guerreiro, Senador Paim, até falando uma coisa que me chamou a atenção demais. Só vou repetir o que li no jornal *Folha de S.Paulo*. Na *Folha de S.Paulo*, há uma matéria grande, discutindo o Brasil dependendo da situação do Lula. Entrevistaram várias pessoas; em uma página inteira, entrevistaram várias pessoas. Chamou-me a atenção que, entre os entrevistados, estava o primo do Lula. Foram entrevistá-lo em Pernambuco, no interior. E perguntaram: "Venha cá, qual é a sua expectativa com referência à questão do Lula?" Ele falou: "Ué, minha expectativa é a de que Lula não tem solução. A perseguição contra o Lula está bem formada, e não há solução. Cabe agora ao PT e ao Lula verem, em todo o conjunto de pessoas da origem do PT, quem está mais fiel ao princípio do PT originário." E ele concluiu: "E eu falo, eu considero que a pessoa que está mais fiel a tudo o que o PT propôs na sua originalidade é o Senador Paim." Ele disse, o primo do Lula: "Ele é o meu candidato para Presidente da República." (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não tinha visto essa notícia. Ele me ligou para me dá-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Frei David, vá devagar, para não me dar problema, por favor! Eu já tenho um monte de problemas. (*Risos.*)

Ele não segurou, veio aqui e falou.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Não sou eu que estou falando, mas foi o primo do Lula. Lá no querido Sertão nordestino, ele disse isso. E isso me fez pensar demais. Todo mundo que ama o Brasil amava o PT na sua origem, tanto é que houve votações extraordinárias, como nunca no mundo. Nenhum partido do mundo teve tanta unanimidade no Brasil e no mundo, a ponto de o Obama falar: "Esse é o cara." O Obama falou: "Esse é o cara."

Agora o que eu quero dizer é o seguinte, gente, é o que eu confesso a vocês: se vocês avaliarem todas as campanhas políticas presidenciais do PT, vocês vão ver que mais de 75% do povo negro brasileiro votaram nesse Partido. Então, se vocês tirassem o povo negro dos votos do PT, o PT jamais se elegeria para nada. Portanto, eu quero ver agora a capacidade do PT de ver o apelo do primo do Lula. Se o negro sempre apoiou o PT, por que o PT não pode apoiar um negro como Presidente da República? (*Palmas.*)

Eu falo abertamente porque estou envergonhado da postura do PT com a comunidade negra. Eu estive com a ex-Deputada Estadual Jurema Batista, que foi quatro vezes Vereadora pelo PT, duas vezes Deputada Estadual do Rio de Janeiro pelo PT. Eu falei assim: "Jurema, não te vejo mais." "Frei, estou desiludida com o PT e abandonei tudo." "Não pode! Você é um quadro em que nós negros investimos para o futuro." "Frei, sinto muito. Como está a conjuntura, eu não vou." Eu disse: "Você vai ter de ir. Você é nossa. Você não manda em você. O povo é que manda em você. Vou fazer uma reunião para que você e outros negros bons não se desiludam com a política. É isto que eles querem, que as pessoas boas percam a ilusão." Aí eu falei: "Minha irmã Jurema Batista, grande Deputada por duas vezes pelo Rio de Janeiro, quatro vezes Vereadora pelo Rio de Janeiro, pergunto a você: em todas essas confusões de Lava Jato, de mensalão e de outras porcarias aí, quantos negros você vê envolvidos nisso? Ela falou: "Frei, é verdade. Não vejo um negro sequer envolvido nessas questões." "Então, irmãzinha, vocês negros em que investimos não podem agora entregar o jogo para os bandidos, têm de se manter firmes na luta."

Eu peço ao PT do Brasil inteiro: por favor, nós negros investimos em vocês; agora, queremos que vocês invistam em nós, em um candidato negro do PT a Presidente da República, o Senador Paim! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Frei David, quero só dizer que, quando vocês, quando um... Eu estou até gaguejando de forma proposital. Quando começaram a levantar essa tese – a Cobap levanta, outro levanta, outro levanta, o movimento negro, é claro, levantou –, já começaram a me alfinetar daqui para lá. Quanto mais se falar, o alfinete vai chegando em cima de mim. Qualquer bobagem eles arrancam daqui e dali.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Ô rapaz, desculpe-me!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não!

O SR. DAVID SANTOS OFM – Realmente, eu não pensei nesse ponto. É verdade, eu entendo o quanto a coisa é feia!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São ditas coisas absurdas, inclusive, a que eu não tenho respondido.

O SR. DAVID SANTOS OFM – É feia e até meio baixa em alguns sentidos. E não se olha a dignidade das pessoas, a trajetória de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas podem procurar à vontade, que não vão me achar em lista nenhuma! Não adianta, porque não vão achar! Se eu dou este testemunho aqui em público, não adianta! Eles fazem o seguinte: eles plantam uma coisa ali, plantam uma coisa ali, inverídicas, inclusive. Eu não vou entrar em detalhes, mas plantam aqui, plantam ali. E já me disseram: "Se você for responder a cada mentira que eles falaram aqui ou ali, num jornal, aqui ou ali, é isso que eles querem." Daí eles bombam aquela resposta, distorcem de novo. E eu não respondo. Eu digo o seguinte: "Não vão achar nada! Não adianta! Podem procurar à vontade." Não tenho nada com que eles possam me atacar. E sou candidato à reeleição no Senado, com todo o respeito, Frei Davi, para evitar problemas.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Desculpe-me se eu falei! Isso não estava previsto, Senador. Olhei para você e me lembrei de Obama. Eu me lembrei de um Brasil que tem 54% de negros e que não respeita o povo negro. Gente, qual o partido que investiu fortemente para criar lideranças negras? Nenhum, nem de esquerda, nem de direita, nem de centro! São só usados como massa de manobra para votação. Chega! Queremos um povo negro libertado e de verdade! Queremos um Luther King brasileiro que faça a mudança!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até cobro e puxo a orelha do Obama, porque eu esperava mais do Obama. O drama do negro é mundial. Nos quatro cantos do mundo, onde há negro trabalhador, há negro explorado, quebrado e humilhado, em quase 99%. Não pode continuar assim, não pode continuar assim! Precisamos de um negro guerreiro como você ou como outros que possam ser candidatos a Presidente da República e ganhar para fazer o Brasil mudar e entrar na linha.

Desculpe-me se eu saí do eixo, não era a minha intenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não! Você foi um diplomata aqui, teve muito equilíbrio.

Eu tenho de dizer isto: é claro que eu me sinto homenageado. Quem não gostaria de ter o seu nome lembrado para ser candidato a Presidente da nossa querida Pátria, do nosso Brasil, do nosso País? Eu me sinto homenageado por V. Exª. E vamos dar tempo ao tempo. Como V. Exª é frei, eu vou aproveitar para dizer: o tempo é o senhor da verdade.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Eu cometi um pecado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não cometeu pecado nenhum.

E que Deus ilumine o caminho de todos nós! Ninguém pode dizer que, amanhã ou depois, a gente não tenha de optar por outro caminho para ajudar este País, todos nós que estamos aqui, não só eu.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Senador Paim, portanto, a gente coloca isso no coração do Brasil inteiro e no de todos os partidos políticos.

Pesquisas vão ser divulgadas brevemente sobre como cada partido investiu a verba partidária, em que a investiu. Gente, eu me arrepiei todo! Quase 0%, zero ponto alguma coisa por cento, foi investido em pessoas negras. Todos os partidos, os de direita, de centro e de esquerda, são violentos contra o povo negro! E basta! Basta dessa palhaçada! Não queremos mais ser massa de manobra!

E há outra: quanto a todos os negros que chegaram a ser Deputados Federais em todos os partidos, olhem onde eles estão agora! Está todo mundo quebrado e encostado num canto. Por quê? Porque eles não tinham dinheiro para bancar eleição depois dessa inflação, da corrupção, onde só se elegiam candidatos corruptos. Quando para todo mundo há dinheiro, os negros que estavam em outra dinâmica estão aí excluídos. Apontem os bons negros candidatos que se reelegeram! Aquele Ministro nosso da Seppir, do Rio de Janeiro, que foi Ministro, Negão, um irmão nosso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – O Edson.

O SR. DAVID SANTOS OFM – O Edson. Cadê o Edson, gente? Cadê o Edson? É um tremendo quadro para o Brasil, é uma liderança firme! Cadê o Edson? Cadê Jurema Batista? Cadê tantos outros? Isso não pode continuar assim. O Brasil tem de respeitar mais o povo negro em todos os campos e no campo do trabalho principalmente.

Aí, Senador Paim, quando ouvi essa história, essa palhaçada de trabalho intermitente – vou te dizer, irmão –, a gente viu já no ato o resultado disso: mais negro excluído, mais negro humilhado. É lógico que o trabalho intermitente ataca todo trabalhador, mas a principal vítima é o trabalhador negro e, em seguida, a mulher negra. Em todas as estatísticas que vocês estudarem, que vocês lerem, refletirem e encontrarem, vocês vão perceber isso. É inaceitável!

Conclamo V. Exª, Senador Paim, para, por favor, com certa urgência, pedir à sua equipe de assessoria para fazer o que a Islândia fez. A Islândia acaba de surpreender o mundo. A Islândia acaba de surpreender o mundo, saindo na frente de todos, gerando uma lei que torna obrigatória a igualação do salário da mulher e do homem. Na Islândia, isso é obrigatório. Acabou! Aquela empresa que, em x tempo, não fizer o trabalho de equiparação salarial é punida mensalmente com grandes multas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me, Frei, só dizer que nós temos uma sintonia, porque veio para o Senado um projeto, que não é meu, que veio da Câmara – se não me engano, era do Deputado Márcio, não me lembro agora. Mas um Deputado aprovou lá exatamente essa lei. Aprovou-a na Câmara.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Nossa!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E ela veio para o Senado. Vindo a lei para cá, ele pediu para mim, e eu fui o Relator. Eu dei o parecer favorável, aprovei nas comissões. Ela foi para o Plenário. Sabe onde essa lei está hoje engavetada? Na Comissão de Infraestrutura.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Ah, meu Deus, não! Vamos ter de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O que uma coisa tem a ver com a outra?

O SR. DAVID SANTOS OFM – Não. Isso aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Dá para ver depois ali, por questão de honestidade intelectual, qual o Deputado que é o autor. Eu fui o relator. Onde está? Está aprovada! É uma lei simples! Sabe o que ela diz? Só diz o seguinte: na mesma função, na mesma atividade... E disse o Deputado: "Se quiserem, eu boto até a idade." Foi o que ele disse. E, assim mesmo, não a aprovaram. Não deixaram aprovar. O meu parecer foi pela aprovação.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Deputados e Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A lei de que o senhor fala já está aqui no Senado.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Deputados e Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E o relatório é de minha autoria. Basta só dizer que a mulher tem de ter exatamente, no mundo do trabalho, com a mesma função, com a mesma atividade e, se quiserem, até com a mesma produtividade – ela dá a mesma produtividade, e disso ninguém tem dúvida –, o mesmo salário. E não estão deixando aprovar.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Paim, olha só, a gente vai ter de se movimentar. Vou pedir à assessoria da Educrafo para anotar isso aí. Vamos pedir uma reunião urgente com a Comissão de Infraestrutura. V. Exª sabe o nome do Presidente? A sua assessoria pode ver isso aí?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Ela já está vendo.

O SR. DAVID SANTOS OFM – E também o nome do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – E também do Deputado que foi o autor do projeto.

O SR. DAVID SANTOS OFM – O relator.

Portanto, tenho a certeza de que, com essa garra de todo o mundo do trabalho, que está aqui representado por esta Mesa bonita, corajosa e guerreira, vamos pegar esse projeto como nossa grande causa, para que, além de fazer com que seja votado, ele seja incluído no Estatuto do Trabalho, as duas coisas. São as duas coisas. (*Palmas.*)

Portanto, o trabalho intermitente é um ponto. Eu vou pegar só alguns pontos, porque vamos fazer várias audiências. Vamos querer ver, com certeza, com o Senador Paim uma estratégia, porque, no mundo do trabalho, a questão do negro é algo muito mal resolvido no Brasil. Talvez seja o País mais injusto com o povo negro no mundo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho. Talvez o Brasil seja o País mais injusto com o povo negro com referência ao mundo do trabalho.

Mas, ao mesmo tempo, Senador Paim, a gente quer, neste momento, parabenizar o Senado Federal.

Olhe só, pessoal! O Frei não só bate, não, ouviu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Isso é bom! Isso é bom!

O SR. DAVID SANTOS OFM – Quero elogiar e parabenizar o Senado do Brasil, porque, no Senado, depois de uma pressão, ou melhor, depois de uma negociação – não foi pressão, mas foram bonitas reuniões com os Senadores, com gente que ama o Brasil –, nós conseguimos uma coisa: como os senhores sabem, foi aprovada a Lei de Cotas no Brasil. A Lei de Cotas é estendida aos órgãos, e a Constituição brasileira solicita equidade dos vários órgãos e instâncias com referência às grandes causas constitucionais. Estranhamos o fato de o Senado ter aprovado a Lei de Cotas para todas as entidades e de não ter aprovado a Lei de Cotas para o Senado. Aí, depois de muita estratégia, com um trabalho muito forte da Comissão de Direitos Humanos, através da Senadora Regina...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Quero só registrar que nós – e V. Exª estava junto –, primeiro, ganhamos lá no Supremo. Depois que ganhamos no Supremo, conseguimos aprovar a Lei de Cotas aqui, através daquele embate de que o senhor se lembra muito bem.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Exatamente! Então, está aqui na minha mão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E até não foi de graça!

O SR. DAVID SANTOS OFM – Exatamente, exatamente!

Está aqui na minha mão o processo. Vou falar só o finalzinho dele aqui: é o de nº 5.978/2017. Assunto: "Consulta da Educrafo ao Senado Federal. Solicitação de análise e opinião acerca de pedido da Educrafo, para que conste no edital do próximo concurso desta Casa a reserva de 20% de vagas para negros, nos termos da Lei 12.288/2010 e da Lei 12.998/2014."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, muito bem! (*Palmas.*)

O resultado final foi: aprovado. Foi aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Senado Federal passou na frente da Câmara Federal e já tem obrigatoriamente cota para negros em todos os seus concursos. Acho que o Senado Federal é uma Casa muito mais próxima do povo. O nosso grande sonho é o de que a Câmara Federal consiga também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O senhor tem a data? Só quero lembrar aqui.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Pois não. V. Exª pode dar uma olhadinha, com sua sabedoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vai ficar nos arquivos aqui da Comissão, inclusive.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Exato, exato!

Portanto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vou só pegar o número do processo, então.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Portanto, irmãos e irmãs, entendemos que o Senado, com essa sensibilidade bonita, mostra que o Estatuto do Trabalho vai ter sim, aqui no Senado, uma tramitação muito mais eficiente, muito mais célere, conforme a dor do povo negro e a dor dos trabalhadores do Brasil. Tenho certeza de que ele vai ter um processo bastante mais eficaz.

Senador Paim, neste Estatuto do Trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Frei David, o Dr. Guilherme fez aqui uma conversa paralela, mas muito interessante...

O SR. DAVID SANTOS OFM – Opa! Opa!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – ...elogiando a lembrança que o senhor fez da lei da Islândia.

Diga o que senhor disse para mim, que achei muito interessante, e fortalece a sua tese.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Ótimo!

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Frei, o que eu dizia ao Senador é o seguinte: no Brasil, a rigor, homens e mulheres que realizam a mesma atividade, de fato, têm de receber o mesmo salário, até por força da Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só que não recebem.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Só que não recebem. Aí é até um problema de fiscalização e de judicialização. A lei da Islândia foi além. Além de estabelecer essa obrigatoriedade e as multas, ela estabeleceu que haverá, por parte do Governo, uma auditoria anual nessas empresas para verificar se realmente a condição entre os homens e as mulheres que lá trabalham está equiparada. Se a empresa não tiver essa certificação anual, ela também será multada.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Certificação anual! É importantíssimo colocar no projeto também isso aí.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Exato.

O SR. DAVID SANTOS OFM – No estatuto, no estatuto.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Ela também será multada e terá, por exemplo, problemas se quiser participar de concorrências públicas etc.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Opa, opa! (*Palmas.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – A lei é muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu achei interessante. Eu vou passar para o senhor. É um assunto muito interessante, até porque o pessoal tem a mania de dizer que o Frei David só defende a comunidade negra.

Eu sempre digo, Frei David, que a sua luta é contra todo tipo de preconceito.

O SR. DAVID SANTOS OFM – É verdade, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Todo tipo de preconceito! E vão querer o quê? Que ele não defenda a comunidade negra? Vão querer que eu, um Senador negro, não defenda a comunidade negra? Nós combatemos todo tipo de preconceito, e a comunidade negra é, sim, discriminada neste País.

O SR. DAVID SANTOS OFM – É exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então, palmas para o Frei David. Ele para mim, hoje, é a referência número um neste País contra todo tipo de preconceito. (*Palmas.*)

O SR. DAVID SANTOS OFM – Obrigado, irmão! Muito obrigado pela sua consideração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que essa questão da equiparação do salário da mulher com o do homem é questão de honra para nós. Meu sonho, com o coração de brasileiro, é que esse Estatuto do Trabalho trabalhe fortemente essa questão, bem como consigamos que essa lei que já está aprovada seja desengavetada por força de todos nós aqui, deste grupo que compõe esta Mesa e de outras entidades que estão acompanhando ao vivo a TV Senado. Que consigamos desengavetá-la, em um movimento muito forte, e fazer aprovar antecipadamente essa lei, com alguns adendos, com alguns retoques necessários, se não sem nenhum retoque. E que façamos os retoques necessários no estatuto.

Por exemplo, há um retoque necessário. Por mais que a gente entenda que o tema da mulher é um tema fantástico e totalmente injustiçado pelo conjunto da classe trabalhadora brasileira, ou melhor – desculpem-me –, pelo conjunto dos empresários brasileiros... A questão da mulher é muito mal resolvida pelo conjunto dos empresários brasileiros. Até faço um apelo aos empresários. Gente, veja só: nós entendemos que o Brasil e o mundo são, sim, capitalistas. Querer primeiro mudar o sistema para poder ter os nossos direitos é brincar com nossa vida. Queremos mudar já, nesse sistema, e abrir mais espaço para os nossos direitos. Por isso, entendemos que precisamos desenvolver uma rede de empresários capitalistas humanistas, que entendam que o capitalismo será muito mais eficaz quanto mais respeitarem e abraçarem as trabalhadoras e os trabalhadores. O mal do capitalismo brasileiro é que ele é selvagem, é predatório. Ele faz muito mal ao trabalhador. Olha só a previdência, olha só a reforma trabalhista, quanto mal elas fazem ao trabalhador, em prol de ganhos próprios para a empresa! (*Palmas.*)

É aí que está o grande problema! O foco dado gera empresários quase esquizofrênicos, ricaços, mas com um povo miserável. Ninguém ganha com isso, nem eles mesmos, porque eles vão ter de gastar muito mais dinheiro aumentando os muros de suas casas, gerando equipes de segurança, equipamentos de segurança, policiais particulares. Outro problema gravíssimo no Brasil é esse crescimento de seguranças particulares para assegurar proteção aos ricaços. Na verdade, aquilo não é proteção. É prisão particular, que eles mesmos criaram para si.

Portanto, quem ganha melhorando é todo Brasil. Todos ganhamos. Desse modo, Senador, nós queremos, de repente, não mexer tanto na lei, que já está aprovada, da igualação do salário da mulher com o do homem no Brasil, mas no Estatuto do Trabalho. A gente tem de fazer algum afinamento para que consigamos qualificar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, as mulheres brancas devem saber muito bem, com toda a propriedade, que, na relação mulher branca e mulher negra, a mulher negra está lá atrás em todos os setores. A mulher negra está lá atrás.

Ontem, tivemos uma reunião com 60 militantes da Educafro no Conselho Nacional do Ministério Público. O tema foi: como o Conselho está controlando a polícia para parar de matar negros? E uma mulher negra deu um depoimento que fez todos os membros do Conselho Nacional do Ministério Público e do sistema prisional presentes na reunião chorarem de emoção, porque ela provou que, como mulher negra, não pode mais aguentar ver seus filhos assassinados dia após dia, seus filhos, seus vizinhos, seus primos. É uma coisa bárbara! Por quê? Porque o Brasil não ama o povo negro. O Brasil nos usou como escravos e, agora, nos usa como mão de obra barata. Ao longo da história, o Brasil nos usou como escravos e, agora, nos usa como mão de obra barata.

Por isso, nesse Estatuto do Trabalho, inspirado na lei da igualação do salário, que já está aprovada – falta só fazermos com que o projeto siga seu trâmite normal –, nós solicitamos a avaliação de que, nessas vagas para a mulher, para atingir a igualação, seja respeitada a percentagem de mulher branca e mulher negra em cada cargo, seja respeitada a proporção de mulher branca e mulher negra em cada cargo. Por exemplo, como diretores das empresas, se a empresa tem dez diretores, primeiro, que haja igualação de homens e mulheres. Então, haverá mais ou menos cinco homens e cinco mulheres. E, se as mulheres negras são metade, nós queremos que haja ali três mulheres negras nesses cargos também. Ou seja, queremos uma igualação. Fazendo isso, estaremos acelerando o Brasil ideal, que todos nós queremos, que todos vocês querem. É uma busca...

Eu lembro quando, nas primeiras audiências para discutir cota para negro, estava em uma mesa o Ali Kamel, Diretor-Geral da Rede Globo, eu e grandes intelectuais, discutindo cota para negro. E Ali Kamel, Diretor-Geral da Rede Globo de Televisão, falou: "Frei David, o senhor está enganando essa juventude negra, porque o senhor está botando essa juventude negra em uma situação de humilhação. Pense bem, Frei David! Pegar esses jovens negros, pobres coitados, que vêm de ensino sem qualidade, e botá-los sentados no banco escolar junto com os ricos, que tiveram excelente ensino! Eles vão ser humilhados." Meu sangue subiu, meu sangue subiu! E eu quase enfrentei o Ali Kamel, com forças além do normal, que é a força do padre, que é a força mais espiritual. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Mas não disse nada, só disse isso?

O SR. DAVID SANTOS OFM – Não! Só isso, por favor.

Ali Kamel, por favor, você me entende. Já tivemos várias conversas, e você sabe que nós temos posições diferentes, mas somamos em várias outras posições.

Senador Paim, para a minha alegria, quando eu ia responder a ele, com certa energia além do normal, um jovem negro, pobre, sem dente, com sandália de dedo na mão, que estava na audiência, falou: "Frei, posso responder para o senhor ao Diretor-Geral da Rede Globo?" "Pois não, jovem, responda!" Gente, eu fiquei arrepiado de emoção. O jovem negro falou: "Ô Dr. Ali Kamel, olha só, eu quero comunicar ao senhor que prefiro ser discriminado dentro da universidade a ser discriminado fora da universidade." Nossa Senhora, eu jamais teria uma resposta tão sábia como esta: "Eu prefiro ser discriminado estando dentro da universidade a ser discriminado fora da universidade. Então, Ali Kamel, o senhor, por favor, não atrapalhe nossa vitória. E o senhor pare de nos perseguir." O jovem foi aplaudido de pé por todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – E vai ser aplaudido aqui.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Eu peço socorro a todos vocês que compõem esta Mesa, porque há um problema gravíssimo acontecendo. A nossa querida Fiesp, órgão bastante sério, órgão bastante empoderado... Não sei se há algum órgão mais poderoso do que a Fiesp, talvez a OAB, não é? Bom, deixa para lá! (*Risos.*)

A Fiesp, Senador Paim, há 15 anos, organiza, de dois em dois anos, uma pesquisa invejável. Eu nunca pensei que a Fiesp fosse gastar dinheiro com uma pesquisa dessas. Há 15 anos, ela faz a seguinte pesquisa: "Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil em suas ações afirmativas." Eu vou ler outra vez, hem? Eu vou ler outra vez: "Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil em suas ações afirmativas." Ou seja, é o quanto cada empresa, entre as 500 maiores do Brasil, está levando a sério a inclusão da mulher e do negro. Gente, há 15 anos, de dois em dois anos, estão fazendo essa pesquisa. E eu pergunto a vocês: nesses 15 anos, o que mudou?

Então, Fiesp, parabéns por gastar um dinheiro muito bonito nessa pesquisa! Mas, Fiesp, por que não botar em prática o que vocês sabem? Vocês sabem, de cor e salteado, que a mulher negra é excluída em altíssimo grau! Sabem, de cor e salteado, que, nos cargos de gerente das 500 maiores empresas do Brasil, só há 5% de negros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quando nós somos 54% do Brasil. Nós somos 54% do Brasil e, nas 500 principais vagas, só temos 5% de negros. E isso nos deixa muito tristes e machucados, mas eu sei que a Fiesp vai botar a mão na consciência e vai mudar de atitude. Queremos que a Fiesp leve a sério suas pesquisas, botando isso em prática, criando comissões sérias.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVID SANTOS OFM – Ela cria comissão, Senador, para apenas marcar a próxima data da reunião e não leva a sério.

Concluindo, eu acho que já estourei o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Frei David, eu tenho de falar do senhor aqui agora.

O Frei David está mais *light*, ouviu? Hoje, ele elogiou o Senado. Buscou, inclusive, uns documentos que eu pesquisei aqui, e, de fato... Foi em que ano?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De 2014. Mas a Educafro cobrou, e o Senado aplicou.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Foi isso mesmo. Foi isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Palmas para a Educafro e para o Senado. (*Palmas.*)

Aí, eles responderam atendendo à solicitação, baseados no ato. Por isso que eu mandei pesquisar.

E agora ele elogiou a Fiesp. Está ficando mais *light* o Frei David. Está ficando mais *light*. E documentos ainda.

Olha, eu quero dar um dado também, se me permitir. Agora eu vou mais além. Eu estive num grande encontro do empresariado, e eles me mostraram o trabalho que eles estão fazendo em relação às pessoas com deficiência...

O SR. DAVID SANTOS OFM – Olha!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... dando a formação para que o deficiente possa, então, atuar. Também esse dado eu vou dar, para dizer que eu estou tão *light* quanto V. Exª. (*Risos.*)

O SR. DAVID SANTOS OFM – Senador Paim, eu pediria à sua assessoria, se for possível, quanto a esse documento do Senado que adotou quota para negro, para tirar cópia dele para todo mundo que está aqui no plenário, porque eu acho fundamental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esse documento circule entre nós, que vocês o divulguem, batam foto, mandem para as redes sociais de vocês, porque eu entendo que esse documento que o Senado fez merece ser divulgado e aplaudido, viu, irmão? Uma cópia para cada membro que está aqui na Casa.

E, Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Frei David, chegaram as informações que eu estava pedindo, porque eu queria fazer justiça ao autor do projeto.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Ah, ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O autor é o Deputado Marçal Filho...

O SR. DAVID SANTOS OFM – De que partido?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do PMDB, do Mato Grosso do Sul.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Importantíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O autor... Eu fui Relator. Ele circulou para lá e para cá, mas agora ele está na CAS. Lá na CAS eu vou pleitear a relatoria.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou ver se a...

O SR. DAVID SANTOS OFM – Na CAS do Senado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do Senado. Agora está na CAS do Senado.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou pleitear lá junto à Marta Suplicy se eu posso pegar a relatoria.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Excelente! Excelente!

Posso ficar com esse documento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode.

Eu só não citei tudo aqui porque não ajuda para o debate.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele foi quem fez o apelo no Plenário. Estava pronto para ser votado no Plenário. Mas, como eu quero conversar com ele...

O SR. DAVID SANTOS OFM – Ótimo! Um trabalho de bastidores. Certíssimo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não vou dizer o nome dele. Deixa-me trabalhar aqui! (*Risos.*)

Eu vou conversar com ele para ver se ele não faz mais isso de pedir em um projeto como esse... Só de a gente dar para a mulher e para o homem o mesmo direito, ao negro e ao branco...

O SR. DAVID SANTOS OFM – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E ali não fala nem de cor. Só fala que mulher e homem têm que ter os mesmos direitos em matéria de remuneração e direitos no mundo do trabalho.

Então, eu vou passar esses dados para o senhor depois.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Está bem.

Senador Paim, eu aproveito para fazer um apelo a todas as mulheres do Brasil, especialmente aos movimentos organizados de mulheres, para fazermos uma audiência pública sobre esse projeto, urgentemente.

O senhor topa, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está topado e aprovado. (*Palmas.*)

Marca para logo depois do Carnaval. Vamos combinar a data.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Ótimo! Ótimo! Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A doutora tem que estar junto. A senhora também tem que estar junto, e os homens também, viu?

O SR. DAVID SANTOS OFM – Ótimo! Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para fazermos uma audiência sobre esse projeto.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Excelente! Excelente! Muito bom!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E vamos convidar o Deputado para estar presente. Valorizar o Deputado.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Vamos valorizá-lo! Isso mesmo! Excelente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui não é partidário. Deixamos bem claro a todos.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Excelente!

Então, gente, vai ser bom demais.

E, Senador, concluindo – eu estou abusando do tempo e peço perdão aos demais membros da Mesa e aos ouvintes –, eu quero lhe pedir um favor especial, Senador. Nesse Estatuto do Trabalho, Senador, pelo amor de Deus, por amor a Zumbi, por amor a Luther King e a Nelson Mandela...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E Gandhi também.

O SR. DAVID SANTOS OFM – E Gandhi, Gandhi, Gandhi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu falo muito nesses aí.

O SR. DAVID SANTOS OFM – E Gandhi.

Senador, o Brasil está esquecendo... Senador, o Brasil está esquecendo de que daqui a alguns aninhos vamos celebrar 200 anos de República; em 2022. Senador, queremos chegar a 2022 celebrando de maneira muito bonita. Como? Então, eu estou pedindo ao Senador que inclua nesse Estatuto do Trabalho que todas as empresas particulares do Brasil, principalmente os meios de comunicação, adotem o método de inclusão. Não falo em quota, mas em uma meta de inclusão – uma meta de inclusão – em todos os cargos da empresa. Isso consiste no seguinte: até 20 de novembro de 2018 deste ano, que é o Dia de Zumbi, que cada empresa chegue a 15% de quotas para negro em todos os seus cargos; em 20 de novembro de 2019, a 20%; em 2020, a 25%; em 2021, a 30%; em 2022, a 40%. Nós, negros, somos 55%. Paramos em 40% e doamos para os bancos 15%, como um processo de negociação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fica 40 por 60.

O SR. DAVID SANTOS OFM – É verdade. Ficam 60 para eles; queremos só 40, para podermos dizer... Queremos crescer, mas não queremos deixá-los assustados conosco, não.

Então, consiste nisto: no Estatuto do Trabalho, que está sendo discutido agora nesta Comissão, queremos celebrar os 200 anos de República do Brasil, mas numa celebração que venha sendo construída. Então, em 2018, agora, em 20 de novembro, Dia de Zumbi, que todas as empresas cheguem a 15% em todos os cargos, em todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os níveis; em 2019, chegue a 20%; em 2020, a 25%; em 2021, a 30%; e, em 2022, quando o Brasil celebra 200 anos de República, queremos ver todas as empresas do Brasil, principalmente, Paim, as dos meios de comunicação, adotando a inclusão do negro, porque é duro ver nossas crianças ligarem a TV Globo, a TV Record, a TV Bandeirantes e as demais televisões, o SBT, e não verem negro nos papéis principais. É duro ver isso, gente. Não aguento mais isso, não.

É duro ver... Por exemplo, a gente colocou... Pegamos dez criancinhas negras, dez garotinhas negras, de quatro aninhos e botamos no centro de uma creche da Baixada Fluminense, sentadinhas em volta. E botamos no meio dez bonecas, todas iguaizinhas, nove negras e uma branca. Roupas iguaizinhas, dez bonecas, dez crianças. E falamos para elas a importância da boneca na vida delas como mulheres. Aí chamamos por nome: "Mônica, levante você, vá ao meio, olhe as dez bonequinhas e escolha uma". E assim foi. Mônica foi, olhou as dez bonequinhas e escolheu uma. Quando se chegou à criança número nove, fechou o tempo – fechou o tempo. Olhem só, eram nove bonecas negras e uma boneca branca e dez garotinhas negras.

Vocês entendem o que aconteceu? Ou seja, quando se chegou à criança número nove, havia, então, duas crianças, a criança nove e a criança dez, e havia duas bonecas. E aí fechou o tempo: a criança dez começou a brigar com a criança nove. Alguém desconfia por quê?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Claro. Sobraria a boneca negra.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Exatamente isso, sobraria só a boneca negra para a criança dez. E a criança dez correu na frente e disputou com a criança nove a boneca branca, porque só ia sobrar a boneca negra.

Ou seja, olhem o mal que a televisão faz na criança negra. Ela leva a criança negra a se autorrejeitar.

(*Soa a campainha*.)

O SR. DAVID SANTOS OFM – Esse é um mal muito grave. E quero que todo setor que faz fiscalização, todo o setor do mundo do trabalho discuta isso.

Concluindo, Senador, quero lhe dizer que, antes de ontem, saímos daqui, do Senado, direto para o Ministério Público do Trabalho, porque tivemos audiência pública da TV Globo com Movimentos Sociais e Ministério Público do Trabalho. Tema: Discriminação de William Waack. Subtema: Processo de exclusão da Globo e negros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, a audiência foi muito forte, e a TV Globo tem até o dia 25 de fevereiro para provar para o Ministério Público do Trabalho o que está fazendo para combater a exclusão do negro em todos os cargos de trabalho da televisão, trabalho de bastidores, de todos os cargos, e trabalho de frente, como repórter, como atores e atrizes da televisão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVID SANTOS OFM – Portanto, Senador, vamos ter um bom retorno, uma boa vitória.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Frei David, hoje foi o dia mais *light* em que eu o vi aqui. Foi o dia mais *light*, mas é um elogio, Frei. É como V. Exª mesmo falou: saber bater – bater, eu digo, fazer a crítica dura –, mas saber também elogiar quando a gente avança. Foi o caso do Senado, foi o caso da própria Fiesp, como o exemplo que V. Exª deu aqui. E, oxalá, avance também junto aos meios de comunicação.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Exato, que é o nosso sonho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Neste momento, como é de praxe, nós vamos assegurar a palavra ao Plenário também e, claro, a doutora vai falar no momento em que ela assim entender, a Drª Ana Cláudia.

A SRª ANA CLAUDIA BANDEIRA (*Fora do microfone.*) – Se eu puder falar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então, como ele pediu, há tempos está na fila, vamos dar – para o Plenário normalmente são cinco minutos – cinco minutos a ele. Em seguida, volta para a Mesa, e você terá o tempo.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Ana, prometo ser bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Dr. Paulo Boal, da Anamatra.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Isso. Só para fazer algumas observações em relação aos temas que estão sendo propostos.

Na questão da igualdade, a Islândia ganha a mídia como sendo o primeiro país a celebrar uma lei específica sobre isso. Lembrando: o Brasil já tem. Nós já temos uma legislação que trata da igualdade plena, não apenas de gênero, mas de raças. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

problema é que a questão, me parece, racial ou a questão de gêneros não é uma aptidão legal. Nós não tratamos apenas da existência ou não de uma norma legal. Parece-me que é uma aptidão social; a sociedade deve ser preparada para enfrentar essas situações.

Isso se encaixa... Por que que a Islândia é o primeiro país a apresentar uma lei concreta sobre isso, tratando especificamente de salários? Porque países em condições muito melhores do que a Islândia, e a aí eu cito a Noruega e a Suécia, já têm o equilíbrio salarial há muito tempo, independentemente da existência de lei.

Vou pegar aqui como exemplo a Noruega – é o dado que me parece mais importante. Participação na força de trabalho por gêneros: mulheres, 76%; homens, 80%. Renda média estimada por ano em dólares: US$40 mil para homens e para mulheres. Cargos altos, no Legislativo, em empresas etc. – aqui fica a maior distorção: 36 para mulheres, 64 para homens. E, um dado que me parece também muito importante, cargos técnicos especializados: 52% para mulheres, 48% para homens.

Esse dado me indica claramente: é o acesso à educação, tanto para homens, quanto para mulheres. É isso que distingue os cargos que serão ocupados durante a sua vida. O nosso problema começa, além da distinção e da discriminação ostensiva que se faz em relação aos negros, na dificuldade de acesso à educação. Então, o negro começa com uma desvantagem inicial, pela sua discriminação de cor, prossegue na dificuldade de acesso às melhores escolas, e isso se reflete depois na sua vida profissional. Vai trabalhar sempre em subempregos.

Dados – e aqui eu não os tenho – mostram que não há distinção salarial nos trabalhos com valor salarial menor. Nós não temos isso no Brasil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Sim, o salário é o mesmo, porque é ruim para todos – homem, mulher, branco negro. Nós não temos distinção.

O problema do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O salário mínimo é aquele. E se é obrigado a pagar o salário mínimo para todo mundo.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – O problema no Brasil é o acesso a cargos mais elevados ou de melhores remunerações. Aí, nós encontramos, me parece, a explicação mais lógica. Nós não temos negros com formação acadêmica em número suficiente, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as mulheres negras estão ainda em estágio muito pior, porque nós vivemos daquele vício inicial: a pobreza gera a pobreza. A pobreza...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Frei David há de comentar, mas que existem na proporção necessária para ocupar no mínimo 50% dos cargos, existem. Eu sei porque eu conheço também esse mundo. O Frei David vai argumentar melhor nessa linha.

Estou tendo esse cuidado porque... Assim mesmo, se você olhar dentro do mundo político: nós não temos quadros preparados para ter mais Deputados Federais? Preparadíssimos, inclusive com nível superior. Temos. Aí é o que você falou: só que não há investimento. Na verdade, é falta de oportunidade.

Eu cheguei aqui e estou no Parlamento porque eu tive uma oportunidade. Eu tive a oportunidade. Mas quantos não têm como eu? Sou só eu como Senador.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Senador Paim, fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou tentando dizer o que ele vai fazer depois.

Estou até atenuando. Ele vai jogar mais pesado.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – ... um contraponto dessa relação injusta que se estabelece.

Eu fiz uma faculdade de 1982 a 1986. Isso significa que, nesses cinco anos que eu fiquei na faculdade, eu passei por nove turmas, entre os que estavam entrando. Pego o meu período e vejo quantas pessoas passaram durante o meu período. Durante esses cinco anos em que estive na faculdade, a Universidade Federal do Paraná teve dois alunos negros.

O SR. DAVID SANTOS OFM (*Fora do microfone*.) – Na sua turma, no seu curso?

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Não na minha turma. Na minha turma não havia nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No curso?

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – No curso, durante esse período de cinco anos...

O SR. DAVID SANTOS OFM (*Fora do microfone*.) – Você não chamou a polícia, não?

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Na época nós não tínhamos sequer a ideia... A sociedade vivia eu acho que com esse conceito de que havia meio que uma seleção natural. E eu acho que este é o grande mal da sociedade: nós não temos consciência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

das arbitrariedades que são praticadas desde o nascimento dessa pessoa. E as cotas eu espero possam superar isso. Mas isso se reflete no futuro.

Nós não temos alunos de Direito negros; naturalmente temos maiores dificuldades de termos juízes negros, porque não formamos acadêmicos negros de Direito.

Esse reflexo, a magistratura hoje é um exemplo disso. O Estado da Bahia, que é um Estado de maior composição negra na sua distribuição populacional, tem poucos negros...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – ... na magistratura.

Então, eu acho que nós sofremos desse vício. Nós pagamos... A sociedade brasileira, principalmente os negros pagam um preço enorme pela condição em que viveram durante 400 anos no Brasil. E demoraremos talvez mais 400 anos para recompor essa injustiça histórica.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Irmão, quem dera todos os nossos irmãos brasileiros pensassem como você. Mas você me permite só fazer um avançozinho pequeno?

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Claro.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Primeiro, quem dera se todos os brasileiros pensassem e percebessem como você. É duro saber que a grande maioria dos brasileiros brancos passa pela universidade o tempo todo e nunca olha esse dado, de que não há negros em suas salas de aula. Isso para mim mostra o quanto há um descompromisso da comunidade irmã branca. E nós negros chamamos isso de privilégio de ser branco na sociedade brasileira.

Eu vou te dar um exemplo para poder...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVID SANTOS OFM – ... primeiro, dizer que você está certo; segundo, dizer que é preciso avançar. E se avança como? Não está em nós negros o poder de avançar. Está, se a gente sair para o pau, mas a gente não quer sair para o pau; a gente quer sair para o diálogo.

Eu vou te dar um exemplo muito grave. Estivemos em oito escritórios de advocacia de alto nível em São Paulo, perguntando: "Por que você não tem... Você tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui 400 advogados contratados e não tem 1% de negros?" Disseram: "Não há negros preparados". Eu disse: O quê? Não tem?

E aí eu peguei um caso concreto. Eu fui à Mackenzie, que é considerada uma das melhores faculdades do Brasil em Direito, e busquei o negro formado, peguei todos os colegas que se formaram com ele e fiz uma pesquisa. Esse irmão negro me ajudou. Esse jovem negro terminou o curso de Direito em quinto lugar em uma sala de 40.

Senador Paim, esse jovem negro terminou em quinto lugar, em termos de qualidade acadêmica, entre os 40 alunos que terminaram – 35 brancos. Todos eles fizeram o currículo e entregaram quase nos mesmos escritórios de alto nível – todo mundo quer vencer. Irmão, com muita dor eu te falo: todos os escritórios contrataram todos os brancos, e nenhum escritório contratou esse jovem negro, que era o quinto melhor da turma.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – É a repetição da história da boneca na vida real.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Pronto, você fez um *link* fantástico: repetição da história da boneca.

Ou seja, faço um apelo aqui: irmãos proprietários dos escritórios de advocacia, o volume de negros formados pelo Prouni – e parabéns ao Governo que criou o Prouni – é muito grande. O número de negros formados pela cota federal é muito grande. Por favor, abram o seu coração!

Vou dar um exemplo: o Ministro Fux, que é professor da Uerj, vendo em sala de aula o desempenho dos alunos, quando surgiu uma vaga em seu Gabinete, quis o melhor aluno da sala. E com muita ética, ele não deixou o privilégio de ser branco fazê-lo puxar o branco. Ele foi sincero e escolheu o melhor. O melhor, um negro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E esse já esteve fazendo palestra aqui.

O SR. DAVID SANTOS OFM – Exatamente. O Irapuã...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De enorme competência. Ele esteve aqui...

O SR. DAVID SANTOS OFM – Um cara brilhante, de comunidade pobre. O Fux o trouxe e ele passou a ser um dos homens-chave no Gabinete do Fux.

Portanto, nós temos, sim, mulheres negras e homens negros muito capazes. Mas temos homens brancos e mulheres brancas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está aqui uma que merece aplausos pela palestra que fez hoje. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DAVID SANTOS OFM – Temos muitos homens brancos e mulheres brancas incapazes de perceber o direito à igualdade. É um apelo que faço ao coração dos brasileiros.

Olha só: se há político corrupto, desonesto, injusto não siga esse mal exemplo. Mas cada um de nós brasileiros, empresários, donos de escritórios, por favor, vamos sair na frente.

Temos uma reunião marcada... O Presidente da OAB São Paulo assumiu o compromisso de convocar – convocar – os 200 maiores escritórios de Direito de São Paulo para uma reunião com a comunidade negra para avaliar o que nós podemos fazer, OAB São Paulo e comunidade negra, para ajudar vocês a saírem dessa situação de terem 1% de advogados negros, quando nós somos 54% de brasileiros e temos uma grande margem de advogados negros subempregados, porque os escritórios não os aceitam, por discriminação consciente ou inconsciente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem.

Nós vamos ter que passar a palavra para outros, senão nós...

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Sim... Senador, só para encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A doutora quer, o Plenário quer...

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – ... que é a questão da...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque eram cinco minutos, e nós estamos em 15 já...

É porque você entrou num tema polêmico e, aí, houve resposta.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Mas é só agora uma observação técnica, em relação à questão da subordinação ou do contrato de trabalho. Parece-me que o que acontece hoje, principalmente em função da lei do contrato intermitente, é que nós rompemos o conceito do art. 3º da CLT, que fala em prestação de serviço, mediante remuneração, em trabalho não eventual.

Essa questão da eventualidade, com o contrato intermitente, como disse o Dr. Guilherme, simplesmente deixa de existir. Você é funcionário, trabalhando 1 hora, 10 horas, 20 horas ou 40 horas semanais. Isso, para mim, pode ser interpretado... E eles quiseram – os autores da reforma – como algo direcionado a uma determinada categoria social, e a proposta que eu acho que deveria ser encampada, ainda que gerando esses muitos subempregos, é a de que nós sejamos capazes de levar adiante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como uma pauta inclusiva, e não exclusiva. Que todos os trabalhadores que prestem qualquer tipo de serviço sejam tidos, hoje, como trabalhadores, efetivamente. É o caso da diarista, que fica eliminada. Ela não se enquadra na lei da empregada doméstica, porque trabalha apenas dois dias por semana, mas que ela seja uma trabalhadora intermitente.

Isso abre um leque, uma fronteira de opções, hoje, no mercado de trabalho, que até então nós não havíamos concebido sequer teoricamente, que são categorias, hoje, completamente discriminadas como atividade profissional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – ... e que nós devemos pensar.

E cito aqui – apenas para terminar – as prostitutas, que devem ter uma proteção do Estado, uma proteção legal, uma proteção previdenciária, porque é uma prestadora de serviço que nós discriminamos durante a história inteira. Só para encerrar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Por favor, agora Drª Ana Claudia Bandeira, da ANPT.

Ela está sempre aqui com a gente. Acho que participou das 15 reuniões – não é? – para discutir a questão do novo estatuto do mundo do trabalho.

A SRª ANA CLAUDIA BANDEIRA – Saúdo o Senador Paim e todos os integrantes aqui da Mesa, parceiros constantes. É um prazer também ouvir hoje o Frei David.

Quero reiterar, Senador, nosso agradecimento e nossa admiração pelo senhor, por encampar essas lutas, as mais difíceis da sociedade brasileira, e nos trazer aqui para participarmos disso. Então, é de um valor enorme isto: nós termos um espaço realmente democrático, onde se possa dizer tudo que a sociedade espera que se modifique. E que todos nós aqui, juntos, façamos um esforço coletivo para que essa transformação social aconteça.

Eu não vou repetir aqui o que já foi falado, sobretudo em relação às questões de jornada de trabalho, relação de emprego e uma outra questão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA CLAUDIA BANDEIRA – É, de remuneração. Mas quero aproveitar o gancho que foi trazido, sobretudo pelo Frei David, para falar sobre discriminação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em várias falas em que nós já estivemos aqui, eu mesma tive oportunidade de pontuar que essa oportunidade do Estatuto do Trabalho é uma grande janela aberta para que possamos enfrentar verdadeiramente a questão da discriminação nas relações de trabalho. (*Palmas.*)

É bem verdade que legislação há. A Constituição está aí trazendo, lá nos seus primeiros artigos, o princípio da dignidade humana, o pluralismo, o valor social do trabalho e da livre iniciativa, todos os princípios que fundamentam a igualdade não apenas formal, mas substancial. Então, se nós formos procurar na legislação, há, sim, uma igualdade formal. Há, sim, todo o arcabouço jurídico que nos permite afirmar que há igualdade entre homens e mulheres no Brasil, sobretudo na Constituição. Mas, quando vamos para a vida real, vemos que não é bem assim. A igualdade substancial está muito distante ainda. Há um longo caminho a ser percorrido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, permita-me.

A SRª ANA CLAUDIA BANDEIRA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Qual o problema que há? E por que o projeto do Deputado vai além da legislação? Está ali só o conceito: todos são iguais, enfim, na legislação. A lei existe, mas na lei há alguma multa, há alguma fiscalização? O projeto do Deputado – vamos fazer uma audiência pública – por que não deixaram aprovar? Senão, deixariam aprovar. Isso é redundante, já está na Constituição, já há uma lei semelhante. Não; é que o projeto do Deputado, de que fui Relator, diz exatamente do princípio da lei desse país de que você falou...

A SRª ANA CLAUDIA BANDEIRA – Da Islândia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da Islândia. Ali, se não cumpriu, há multa.

O SR. DAVID SANTOS OFM (*Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa é a questão. Por isso, eu quero enfatizar...

A SRª ANA CLAUDIA BANDEIRA – Precisamos de mecanismos para dar efetividade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a importância desse projeto, que, na verdade, vai muito além do que existe hoje na legislação.

A SRª ANA CLAUDIA BANDEIRA – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco ainda que a luta também contra a discriminação racial é nossa, do Ministério Público do Trabalho também. Atuamos nessa frente com vigor, temos projetos nacionais, já tivemos ações voltadas para a verificação e para a exigência de presença de negros em setores econômicos determinados.

Não houve, nessas ações judiciais, sucesso no sentido de ações procedentes, mas o movimento em si que se criou em torno dessas ações já produziu, sim, na realidade, efeitos positivos. Então, em cada movimento que se faz, seja com ação judicial, seja com uma investigação, seja com uma audiência pública, nós percebemos, sim, que há uma mexida, digamos assim, na realidade. É claro que isso tudo é muito lento porque, como nós sabemos, não se muda comportamento simplesmente com a lei. Essa mudança de mentalidade tem que acontecer ao longo do tempo, vem acontecendo e vem forjada por isto: por ações como estas aqui, como esse movimento que acontece aqui no Senado Federal, como as audiências públicas que o Ministério Público do Trabalho faz, como as ações judiciais que são julgadas pela Justiça do Trabalho e que têm repercussão. Então, todo esse conjunto é que vai realmente produzindo a mudança que nós esperamos.

O que eu quero ainda pontuar é que, além da discriminação racial, nós combatemos todas as outras, como a de gênero e a por idade também, que é uma coisa de que pouco se fala, mas, sobretudo aqui no Brasil, depois de certa idade, a pessoa é considerada inválida para o trabalho, e nós sabemos que não acontece assim.

Isso também tem efeito sobre a reforma da previdência – não é, Senador? –, porque, com tanto tempo de contribuição que se precisa ter para alcançar uma aposentadoria minimamente digna, é um paradoxo não haver pessoas com mais de 50 anos bem aceitas no mercado de trabalho.

Também por questão de origem. E aí eu destaco muito o que o Ministério Público do Trabalho tem feito com relação à migração. Aqui no Brasil, nós temos recebido, sobretudo nos últimos anos, muitos venezuelanos, haitianos, bolivianos, e aí vem sempre aquele paradoxo, aquele dilema: poxa, mas num país como o nosso, o Brasil, que tem tantos problemas, que está numa crise econômica, nós vamos aceitar mais gente aqui para competir com os brasileiros por uma colocação no mercado? E aí nós temos que voltar para o nosso princípio maior, que rege o nosso trabalho – no caso, o Ministério Público do Trabalho –, que é o da igualdade, que é o que está na Constituição, o princípio da dignidade humana. Sejam brasileiros, sejam estrangeiros, se estão aqui, têm que ser amparados, sim. E o nosso norte é esse. Então, sendo ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

humano e chegando aqui, vai ter que haver uma solução para que essa pessoa seja acolhida. Esse trabalho tem sido feito também. Mas, nessa seara dos migrantes, há um grande problema com a discriminação. E, nesse sentido, trabalha-se para combater essa discriminação, mas, sobretudo, para promover a igualdade entre todas as pessoas que aqui vivem.

Com relação também à mulher – estou pontuando de forma mais objetiva, Senador, para não gastar muito tempo. Com relação à questão do gênero, também, no Ministério Público do Trabalho, temos o GT de gênero, um grupo de trabalho voltado para trabalhar, discutir e encontrar soluções para o combate à discriminação em razão do gênero e também para a promoção da igualdade. É sempre este binômio aqui no Ministério Público do Trabalho: combate à discriminação e promoção da igualdade. Porque não adianta só combater a discriminação; é preciso também fazer com que a igualdade material aconteça.

E aí nesse GT de gênero se discute tanto a questão da mulher como a dos transgêneros, que é um grupo que, nesse momento, tem tido maior visibilidade na TV, nas obras de ficção, como, por exemplo, em novelas, onde já tem aparecido. É uma situação que existe desde sempre, mas que agora ganha maior visibilidade e para a qual precisa realmente haver uma solução no sentido de trazer identidade de gênero para todos os fins, inclusive para a inserção no trabalho, para ter direitos com relação ao mundo do trabalho. E, nessa perspectiva, os transgêneros estão aí também como nosso objeto de estudo e de ações de promoção de políticas públicas.

Voltando aqui à questão da mulher, que é sempre muito impactante – assim como todas essas questões, da igualdade racial, do gênero e tal –, é importante destacar que, mais do que leis, nós precisamos é de mudança de mentalidade, e isso só acontece à medida que vamos conversando e falando, porque esse assunto é pautado nos mais diversos fóruns da sociedade.

Então, com relação à mulher, quero só pontuar uma questão da reforma trabalhista que me chamou muito a atenção, foi objeto de discussão e consta na MPV 808, que é o trabalho da mulher gestante e lactante no ambiente insalubre.

Na Lei 13.467, aprovada, vigente desde 11 de novembro de 2017, consta que a mulher, desde que o grau de insalubridade seja leve ou médio, pode trabalhar, desde que ela tenha o atestado do médico de confiança dela. E aí a gente se pergunta: nessa quadra da história que nós estamos vivendo, de tanto desemprego, de tanta dificuldade, de tanta crise econômica, será que podemos imaginar que essa mulher

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que precisa do emprego, que precisa manter o emprego mais ainda, com mais razão ainda, porque vai ter um filho para sustentar, ela vai ter isenção ou vai ter coragem, digamos assim...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA CLAUDIA BANDEIRA – ... de pedir para não trabalhar, quer dizer, para realmente não se expor ao agente insalubre? Então, é uma questão que me parece bastante complicada de se pensar, que a letra da lei ali será aplicada corretamente.

A medida provisória, por sua vez, trouxe lá – eu acho importante destacar – um outro elemento. Ela coloca assim em determinado dispositivo: quando for impossível o trabalho no ambiente insalubre, da mulher gestante ou lactante, ela passará a trabalhar num local salubre, deixando de receber o adicional de insalubridade; e também deixará de trabalhar, se for o caso, de qualquer forma, passando a ser remunerada pela Previdência Social.

Isso também só vem confirmar toda a lógica da reforma trabalhista, que é a de eximir o empregador – um empregador que promove um trabalho insalubre – de qualquer responsabilidade quanto a isso e transferir o risco da atividade insalubre para o trabalhador. Para o trabalhador e para a sociedade, porque, à medida que também transfere esse ônus para a Previdência Social, transfere para a sociedade toda. Então, é extremamente vil e nefasta essa previsão.

Quer falar Guilherme?

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Se você me permitir.

A SRª ANA CLAUDIA BANDEIRA – Pois não.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – E, se o adicional de insalubridade for pago, ou seja, se eventualmente a mulher trabalhar, conquanto grávida ou lactante, em local insalubre, esse pagamento que a empresa faz de um trabalhador que está à sua disposição em uma atividade que em tese prejudica a saúde e no seu interesse econômico, esse pagamento do adicional de insalubridade, pelo texto da lei da reforma, pode ser compensado depois no campo previdenciário. Ou seja, na verdade quem paga o adicional de insalubridade também é a Previdência Social. Se a trabalhadora se licenciar, a Previdência paga; se ela trabalhar recebendo o adicional de insalubridade, ineditamente também a Previdência Social é que vai pagar o adicional de insalubridade, embora ela esteja em condições de risco e no interesse econômico da empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até mencionei isso na audiência de ontem. E depois querem que a Previdência fique equilibrada.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA CLAUDIA BANDEIRA – Ótimo, Guilherme. Obrigada pelo complemento. Isso só reforça mesmo o que a gente já vinha falando aqui: transfere mesmo o ônus para a sociedade, e em benefício próprio, porque tira proveito econômico daquela prestação de serviço.

Ainda com relação ao GT de gênero que eu mencionei aqui do Ministério do Trabalho – eu quero pontuar, porque é bastante importante e eu reputo até como serviço de utilidade pública –, construiu-se uma cartilha sobre assédio sexual no trabalho. Assédio sexual em geral, que pode ser contra homens e contra mulheres. Porque já se percebeu que ele atinge basicamente mulheres e é voltado e tratado como um elemento de discriminação da mulher, um efeito da discriminação contra a mulher. Foi feita uma cartilha com perguntas e respostas, que está na internet, na página do Ministério Público do Trabalho, no portal MPT, que pode ser reproduzida e copiada livremente, pode ser acessada e reproduzida livremente.

Eu tive a oportunidade de discutir sobre esse tema do assédio sexual no trabalho numa audiência pública de que participei aqui, no final do ano passado, na CAS, sob a condução da Senadora Marta Suplicy. Foi muito interessante a abordagem, porque ficou claro... Na Mesa, estávamos eu, representando a ANPT e também o Ministério do Trabalho; estava uma senhora transgênero, uma mulher transexual; estava uma delegada de polícia, uma promotora de Justiça, e em todas as falas ficou claro, claríssimo, nítido que essa situação do assédio sexual ocorre também por discriminação contra a mulher. Por quê? Porque, em algum momento, entende-se que a mulher ocupou o espaço público, mas ali não é lugar dela; ela está ali meio que intrusa, porque, na verdade, a predominância continua a ser masculina. Então, porque ela está ali naquele ambiente que, em tese, não seria dela, ela merece ser achacada, merece ser ofendida, agredida por todo tipo de violência, inclusive esta que se caracteriza como assédio sexual.

Por fim, feitas algumas considerações sobre pontos que considerei importantes e achei relevante trazer, porque fogem daquela abordagem tradicional que temos feito aqui, ao longo do tempo, que também é muito importante, sobre a reforma trabalhista, mas trazendo outros pontos que precisam ser aprimorados e que eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, nessa oportunidade do Estatuto do Trabalho, serão trabalhados da forma correta, eu agradeço, Senador, por esta oportunidade e coloco a ANPT, mais uma vez, à disposição para participar de quantos debates forem necessários para que cheguemos aí a um resultado, tenho certeza, bastante efetivo, sob a condução de V. Exª e sob a competente coordenação aqui do Leandro também, que conduz o trabalho com dedicação, com maestria e com muita competência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele está com uma enorme responsabilidade, junto com os senhores todos, de apresentar a primeira versão, porque ele é funcionário do meu gabinete, é advogado também, e muito competente, mas ele ficou como um secretário executivo da nossa Comissão aqui. Não é, Dr. Leandro?

A SRª ANA CLAUDIA BANDEIRA – Sim, e exerce muito bem o papel, Senador.

Então, muito obrigada. E vamos aí, vamos seguir na luta para que a gente melhore aí o nosso Brasil.

Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Nós vamos para os finalmentes, mas vamos prestigiar a nossa TV Senado e o programa e-Cidadania, que selecionam algumas afirmações que os telespectadores mandam para nós, como, por exemplo, a de Márcio Camargo Cordeiro, do Acre, que diz é uma prática constante no nosso País empregados terem que desempenhar inúmeras funções, que, muitas vezes, contrariam até o contrato de trabalho, e ele é obrigado a fazer de tudo. Aí, ele fala da falta de fiscalização do Ministério do Trabalho.

Eu quero aqui defender os fiscais do trabalho, porque praticamente diminuíram em mais de 70% o número de fiscais, daí os fiscais não têm como... Aumenta o número de empresas no País, e os fiscais teriam que ter, hoje, um contingente três vezes maior, segundo informação do próprio presidente do sindicato lá, o...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... Carlos Silva, muito atuante, assim como a Rosa. Era preciso ter três vezes mais – está cada vez diminuindo mais, e ainda tiram o orçamento deles.

Ricardo Monteiro da Silva, do Rio de Janeiro: "O Estado deveria manter um tipo de fiscalização para atuar" e o sindicato poderia colaborar para fiscalizar "as empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que mantêm de fachada as chamadas equipes de segurança relativas ao trabalho, pois as empresas simulam eleição fraudulenta". É a fiscalização.

Manoel, do Rio Grande do Norte: "Apelo para que seja atualizada a viabilização do PIS, conforme art. 218 da Constituição Federal [...]". Ele fala, daí: "sistema produtivo sob interatividade com diferença em utilidade potencial de efeito formal do desempenho em estrutura digital".

Vou ler só mais três aqui.

Jânio Pereira, de São Paulo: "Afirmo que a maioria das empresas de vigilância, após a aprovação da lei trabalhista, não estão pagando mais o feriado trabalhado." É aquilo que você falou, não estão pagando nem hora extra nem feriado aos trabalhadores. Portanto, é necessário ver o que está acontecendo, tem que investigar, afinal, se tem que trabalhar feriado e hora extra, tem que pagar. É o óbvio.

Maria de Fátima, do DF: "Concordo com o discurso proferido pelo Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Fabiano, que foi verdadeiro ao retratar as dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores."

Sebastião Alves, o último, do Rio de Janeiro: "Parabenizo a todos os Parlamentares presentes pelos seus pronunciamentos. Afirmo que essa discussão acerca dos direitos e benefícios dos trabalhadores brasileiros é de extrema necessidade para a população." E para combater todo tipo de preconceito.

Aí ele já abraçou todos.

Eu tinha me comprometido a falar aqui como ficaria se aprovassem a reforma da previdência, com que idade seria possível se aposentar, porque se fala sempre que seria com 65 ou com 62 se mulher. Então, o pessoal da assessoria fez o cálculo. Se você começou a trabalhar, se assinou a carteira com 18 anos, para ter 40 anos de efetiva contribuição, considerando que a média de emprego do brasileiro é 9,1 para cada 12 meses, ou seja, por 9 meses se tem emprego, vai dar 70 anos de idade. Ninguém se aposentará com menos de 70 anos de idade se assinou a carteira com 18.

Mas temos outro exemplo. Digamos que você estudou, trabalhou com o pai, com a mãe para sobreviver e não teve a carteira assinada até se formar, como é o caso da moçada aqui da Educafro. Só como exemplo, se assinou a carteira como profissional aos 25 anos, só vai se aposentar com 77 anos de idade, bem acima do número de anos de vida do brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um último cálculo: se começar a assinar a carteira porque quis estudar mais, se preparar, com 30 anos, aí vai para 83 anos de idade para se aposentar. É isso que eles querem aprovar, dizendo que não vai haver prejuízo para ninguém.

Simbolicamente, confesso a vocês que eu gostaria muito, se vocês concordassem, que a fala final, em nome da Mesa, ficasse para a Auditora-Fiscal do Sinait, Drª Maria Roseniura de Oliveira Santos, mulher, negra, e hoje uma mestre na universidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Maria Roseniura de Oliveira Santos) – Agradeço ao Senador Paim por essa homenagem. Que todos os nossos telespectadores, mulheres, negras e negros se sintam também neste momento homenageados.

As falas dos nossos participantes aí no canal interativo acabam reforçando tudo o que foi dito até então e fortalecem a certeza de que o sonho não é utópico, Senador. Com certeza, esse projeto será um fator de mudanças, e, como disse o Dr. Guilherme, vamos esperar um cenário em que ele realmente possa reverter todos esses retrocessos.

Não poderia deixar, nesta fala final, de destacar – dois participantes interativamente destacaram – a questão da fiscalização. Na nossa dissertação de mestrado, estudando o fenômeno do mercado de trabalho e da fiscalização, nós detectamos, em 2013, uma média histórica – é só uma média. Apuramos, em uma série histórica de 15 anos da auditoria até 2013, uma defasagem, para o padrão mínimo que a OIT estabelece para que a fiscalização tenha um alcance minimamente eficaz, no caso do Brasil, uma defasagem de 55% em média. Então, as lideranças que aqui estão representando as entidades representam muito, muito além do que os trabalhadores e trabalhadoras às vezes não percebem. Então, a fiscalização do trabalho tem o seu papel de, no dia a dia, prevenir, porque, até quando ela pune, é para prevenir as lesões mais graves aos trabalhadores e trabalhadoras no mercado de trabalho.

O Ministério Público tem um papel com um caráter um pouco mais coletivo, mas que, numa sinergia, se a fiscalização conseguir ser eficiente junto com o Ministério Público, vai agir num bate-bola que pode transformar a sociedade.

E há o papel fundamental da magistratura também nesse processo, porque, se essa retaguarda falhar, só nos resta o caminho da ação judicial, da proteção do Poder Judiciário. Costumava dizer o Ministro Carlos Britto que a magistratura, o Poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Judiciário é a última porta de saída quando tudo falha no descumprimento dos princípios e dos direitos humanos. (*Palmas.*)

Então, a participação dos ouvintes, dos nossos telespectadores captou isso, a importância dessas instituições. É por isso que atacam tanto e têm atacado, e hoje com o foco mais direcionado à magistratura; a todas as categorias, mas um pouco mais à magistratura. Porque um dos critérios daquela pesquisa de que eu falei do projeto do Banco Mundial – uma das avaliações negativas do Brasil – é exatamente a certificação de débitos trabalhistas na Justiça do Trabalho; foi apontado, no relatório do Banco Mundial, como algo negativo. Então, não à toa estão concentrando o foco em ataques à estrutura da fiscalização, um pouco mais silenciosa, mas que já vem de anos, à magistratura do trabalho e ao Ministério Público do Trabalho.

O que está em jogo nisso tudo é a defesa do valor da dignidade da pessoa humana. E esta Comissão de Direitos Humanos tem como sua missão a defesa precípua da dignidade da pessoa humana. Então, para encerrar esta primeira reunião do grupo de trabalho, temos que nos fortalecer nesse movimento. E, hoje, além do perfil mais jurídico, a presença Frei David, com o Movimento da Educafro aqui, enriqueceu o debate, porque tudo isso está conectado. É preciso mudar, e mudar para a defesa da dignidade da pessoa humana.

Obrigada.

Declaro encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp e Telmário Mota. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 107/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. **Finalidade:** Debater sobre: "Normas Gerais de Tutela do Trabalho", com foco na tutela necessária na relação de emprego (responsabilidade patronal, direito ao emprego e formas de rescisão do contrato de trabalho). **Participantes:** Rogério Silva, Membro do Comando Nacional de Mobilização do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Itamar Revoredo Kunert, Secretário de Organização e Mobilização Sindical da CSB; Noemia Aparecida Garcia Porto, Juíza – Vice-Presidente da ANAMATRA; Hugo Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho – ALJT; Marilane Oliveira Teixeira, Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT/UNICAMP; Cássio Luís Casagrande, Procurador do Trabalho da 1ª Região; Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da CUT; Anjuli Tostes, Representante da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora; Magda Biavaschi, Desembargadora aposentada e Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT/ÚNICAMP; Maximiliano Nagl Garcez, Representante da Associação Latino-americana de Advogados Laboralistas; Mário Teixeira, Secretário de Assuntos Jurídicos da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Waldemiro Livingston de Souza, Presidente da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado Federal - APRESEFE; Paulo da Cunha Boal, Diretor de Assuntos Legislativos da ANAMATRA; e Alex Myller Duarte Lima, Auditor Fiscal do Trabalho e Representante do SINAIT. O Presidente concede a palavra à Senhora Tânia Andrade, Assistente Técnica da CDH do Senado. O Presidente suspende a reunião *às* 12 horas e 57 minutos, e reabre às 14 horas e 18 minutos. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. **Resultado:** Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e três minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/02/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia a todos e a todas!

Estamos iniciando mais uma reunião da Comissão de Direitos Humanos.

Hoje vamos aprofundar o debate, naturalmente, sobre a construção da proposta do novo código do trabalho, a nova CLT, principalmente com o foco, o que todos nós queremos, que é até o dia 1º de maio poder já apresentar ao País a nova versão da CLT.

Antes de iniciarmos a reunião, quero informá-los que em função da relevância e da qualidade dos debates realizados nas audiências públicas desta Subcomissão, as palestras serão organizadas para publicação ao final de cada semestre, com base nas notas produzidas pelo serviço de taquigrafia do Senado, que desde já ficam solicitadas, conforme encaminhamento aprovado em reunião anterior.

Ainda seguindo o protocolo, esta é mais uma reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada aqui na CDH, nos termos do Requerimento nº 107, de 2017, de nossa autoria, para debater normas gerais da tutela do trabalho com foco na tutela necessária em relação de emprego, responsabilidade patronal, direito ao emprego e formas de rescisão do contrato de trabalho.

Esta audiência pública será realizada, como todas as outras que aqui realizamos, em caráter interativo, com a possibilidade, via TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado, da participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Na abertura dos trabalhos, não há como não comentarmos a vitória, eu diria parcial – mas importante, porque eu sei que a guerra continua – que foi nós termos, graças à movimentação de todos os setores, todos os setores da sociedade... Hoje, em uma entrevista para o meu Rio Grande do Sul, eu dizia que a Frente Parlamentar Mista, que eu tenho a satisfação de coordenar, junto com Arnaldo Faria de Sá na Câmara, cumpriu seu papel, a CPI que eu tive a alegria de presidir, com Hélio José sendo o Relator.

Todas as entidades de vocês que estão aqui presentes depois podem inclusive, eu acho, fazer uma citação. Os núcleos que se formaram, com uma série de entidades dos mais variados setores, todos foram importantíssimos. Centrais, federações, confederações, associações, enfim, todos fizeram o seu papel. Eu queria aqui fazer um elogio especial aos trabalhadores rurais, policiais civis e militares – e vou explicar por quê –, servidores públicos e trabalhadores da área privada. Enfim, a todos os setores. E por que é que eu falo isso? Porque o Governo, nesse embate que durou um ano, foi um ano de bom combate para fazer com que eles tivessem que arquivar a reforma da previdência –, tentou sempre nos dividir. No primeiro momento, tentaram nos dividir com os professores. Os professores disseram que não, nós estamos juntos, vamos até o fim, não vamos aceitar, não, que só nós sejamos tirados fora. Depois tentaram nos dividir com os trabalhadores rurais, e eles também disseram, aqui me lembro do Urbano, da Contag, não, nós vamos ficar juntos com todas as outras categorias, porque essa reforma é que tem que ser arquivada e não, tirar somente um ou outro. Tentaram depois, no final agora, nos dividir com os servidores, dizendo "não, mas nós vamos atender aqui a regra de transição dos servidores", e os servidores disseram não. Tentaram nos dividir com o Judiciário, com o Executivo, com o Legislativo, enfim, com todos os setores. Não conseguiram; todos mantiveram a unidade, e por isso deu certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa unidade do conjunto da população, eu diria, trabalhadores do campo, da cidade, da área pública, da área privada, aposentados ou não, idosos, a nossa juventude, todos participaram desse grande movimento nacional que se consagra com eles tendo que arquivar. Eles falam suspensão, mas este ano eles não têm mais como votar.

Inclusive estão todos vocês que estão aqui convidados, via Frente Parlamentar Mista da Previdência, na terça-feira, às 10h, para um encontro com o Presidente Eunício – às 10h, na terça-feira. A Frente Parlamentar Mista está fazendo já os convites para as entidades. Não é segredo. Estão todas as entidades que participaram dessa caminhada estão convidadas. Teremos um encontro com ele para, de uma vez por todas, nós selarmos que essa reforma este ano não será debatida – nem se debate! – e que não se votará nenhuma matéria paralela, ou alguma picaretagem ou malandragem que o Governo quiser inventar com matéria desse tema.

Mas o resultado dessa nossa batalha, nossa, de todos nós, foi tão forte que hoje a gente tem recebido já na Frente Parlamentar e no meu gabinete informações... Já não são informações, mas pedidos de informação de outros países, onde eles estão com o mesmo ataque lá, para ver o que a gente adotou aqui, para que a matéria não fosse votada e a gente possa eleger um – aqui não é uma fala partidária – novo Presidente da República e um Congresso à altura do povo brasileiro.

E eu escrevi um artigo, é uma lauda só, e foi publicado hoje no principal jornal do Rio Grande do Sul, o jornal *Zero Hora*. Mandei ontem o artigo, e eles publicaram hoje, porque viram que tinha procedência. E o artigo, eu vou ler aqui antes de nós iniciarmos o debate da Comissão, esta Comissão do mundo do trabalho.

Vencemos uma batalha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> O Governo Federal [enfim] suspendeu a proposta de emenda à Constituição da reforma da previdência. Ele sentiu o calor das ruas contra essa verdadeira barbárie que iria liquidar com o direito da aposentadoria e matar os sonhos [da nossa gente,] da nossa juventude [também].
> Foi um longo entrevero. Mas não ganhamos a guerra. Os nossos olhos devem ficar atentos aos movimentos das peças do xadrez. Até porque o Governo pode voltar ao ataque depois das eleições.
> Realizamos audiências públicas [realizamos, nós realizamos audiências públicas, dezenas] nos 26 Estados, [com a nossa presença ou não, mas o movimento liderou, o próprio movimento liderou, e realizamos audiências públicas nos 26 Estados], no DF e nas principais cidades... Dei um destaque especial à questão no Rio Grande, porque, em uma única vez, 15 mil trabalhadores rurais foram à rua, e depois fizemos inúmeros eventos na própria Assembleia Legislativa.
> [Enfim], foram meses de estradas, chuvas e sóis.
> A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social foi um dos esteios em todo esse embate. Ela teve papel fundamental na agregação de forças. Logo depois veio a tão sonhada CPI, que por anos e anos tentamos instalar [e não conseguimos].

Agora instalamos, eu tive a satisfação de ter sido o Presidente, e Hélio José foi o Relator. Todas as entidades que estão aqui participaram e deram a sua contribuição para provar que o tal de déficit da previdência era uma farsa.

> [Enfim, na CPI] trabalhamos arduamente, ouvirmos técnicos, professores, doutores, economistas, trabalhadores, [juízes], empresários, fiscais [...],

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades [do] Governo, [associações de servidores, centrais, todos tiveram direito à palavra].

O relatório foi preciso: a Previdência é superavitária, e a reforma não tem motivo para existir. Estávamos, portanto, diante de uma grande farsa, com o objetivo de entregar a "galinha dos ovos de ouro" às mãos do mercado financeiro.

A CPI teve a ousadia de mexer no vespeiro das sonegações, desvios, roubalheiras, corrupções e compadrios. Trilhões de reais deixam de entrar todos os anos no cofre da Previdência [devido aos desvios]. Essa verdade é tão clara que o próprio Líder do Governo votou favorável ao relatório. O problema do sistema é de gestão, administração e fiscalização, [combate à sonegação, e com certeza, combate à corrupção].

Recentemente ajuizamos no Supremo Tribunal Federal um mandado de segurança com o objetivo de proibir a tramitação de emendas constitucionais enquanto perdurarem os motivos da intervenção no Rio de Janeiro. Segurança pública, sim! Reforma da previdência, não!

Essa batalha vencida só foi possível graças à mobilização de [toda] a sociedade [brasileira] e de toda a "rapaziada," aquela mesma do Gonzaguinha, que voa como os pássaros na amplidão do céu liberto e busca um Brasil democrático, justo e igualitário.

A solidez da democracia e esse Brasil brasileiro que buscamos só serão alcançados com os sonhos coletivos nas ruas e com o galopar dos potros enfrentando os ventos. A escolha é de cada um, mas a luta é nossa.

Esse é o artigo que nós publicamos no *Zero Hora* e que hoje vai circular em todo o Brasil. (*Palmas.*)

Claro, com um foco também no Rio Grande, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então de imediato agora vamos à nossa Mesa, já que os convidados estão todos presentes. (*Pausa.*)

Nós vamos ter duas Mesas. Primeira Mesa, convidamos Ângelo Fabiano, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT). (*Palmas.*)

Rogério Silva, membro do Comando Nacional de Mobilização do Sindicato Nacional de Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). (*Palmas.*)

Noemia Aparecida Garcia Porto, vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). (*Palmas.*)

E Itamar Revoredo Kunert, secretário de organização e mobilização sindical da CSB. (*Palmas.*)

Também na primeira Mesa, Hugo Melo Filho, presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho (ALJT). (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos. Todos terão a liberdade de falar sobre a reforma da previdência. (*Pausa.*)

Então neste momento, depois da fala desta Presidência, que é Relator do tema – é bom lembrar que o Telmário Mota é que é o Presidente desta Comissão; eu sou o Relator deste projeto tão importante, que nós vamos entregar a todos os presidenciáveis em mãos, para ver qual é o compromisso que eles têm com uma verdadeira consolidação das leis do mundo trabalho –, vamos de imediato abrir.

Cada um fique bem à vontade para comentar inclusive a peleia da previdência, que vencemos. Essa nós vencemos, dá para dizer isso, não é? Acho que merece uma salva de palmas a todo o povo brasileiro. (*Palmas.*)

Com a palavra Ângelo Fabiano, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Bom dia, Senador Paulo Paim, Senador do povo do Rio Grande do Sul, mas acima de tudo, Senador do povo brasileiro, que muito nos orgulha por essa luta que tem em favor dos direitos sociais dos trabalhadores e do povo brasileiro. Quero saudar também meus colegas de Mesa aqui, os colegas do Sinait, o Rogério, minha querida amiga Noemia, Hugo, meu querido amigo, Dr. Itamar, da CSB, espectadores que nos assistem aqui.

E em nome da ANPT, Senador Paulo Paim, gostaria de demonstrar nossa gratidão por toda a luta que o senhor tem desenvolvido, primeiro na reforma trabalhista, que era uma luta muito mais inglória, por se tratar de um projeto de lei. Havia uma dificuldade muito maior de nós conseguirmos barrar, porque o quórum era um quórum de maioria simples. E, apesar das nossas inúmeras batalhas, nós não conseguimos impedir que aquela excrescência da reforma trabalhista fosse aprovada.

Mas tivemos agora essa vitória, e o senhor certamente foi o capitão de todo esse barco, de todo esse navio aqui, de todo esse corpo de lutadores, junto com o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que são coordenadores da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social, e com outros Parlamentares que muito nos apoiaram. Em razão de toda essa sua coordenação, de sua liderança e desses Deputados, nós, com esse esforço em conjunto e do povo brasileiro, conseguimos barrar essa reforma da previdência, que só trazia prejuízos também à camada mais pobre, à camada menos favorecida.

E sempre com aquele discurso, resolveram atacar os servidores públicos, não é, Senador? Como se os servidores públicos trabalhassem pouco, ganhassem muito e se aposentassem cedo. Com um discurso de incoerência, quando o próprio Presidente da República se aposentou com cinquenta e poucos anos e hoje recebe uma aposentadoria num valor muito alto. Enfim, é a incoerência desse Governo. Mas hoje, graças a Deus está sepultada, pelo menos este ano, em razão da intervenção federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também bastante discutível, no Rio de Janeiro. Mas por hora ganhamos essa batalha da reforma da previdência, que ao invés de retirar privilégios, como se queria passar, retirava, sim, direitos dos trabalhadores brasileiros, especialmente e também daqueles da iniciativa privada.

De modo, Senador Paulo Paim, que eu deixo esse sentimento de gratidão dos procuradores do trabalho para V. Exª, por toda a luta que o senhor tem feito em defesa dos direitos sociais, dos direitos dos trabalhadores.

E, já entrando um pouco aqui, quero saudar também as entidades que participaram, a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público, as entidades nacionais, a Anamatra, a Ajufe, a ANPR, a Conamp, o Fonacate também, que foram parceiros aí, as carreiras de Estado, que foram grandes defensores dos direitos do regime da previdência, da atual conformação da previdência, para evitar que direitos previdenciários fossem retirados com esse discurso falacioso. Além de confederações, entidades sindicais das mais variadas categorias, enfim todo um corpo de luta do povo brasileiro, que mostra que com muita união, nós conseguimos vencer essa batalha, apesar do poder político, apesar do poder econômico, que muitas vezes tem um peso desproporcional nessa luta com nós todos.

Entrando aqui mais no nosso assunto de reforma trabalhista, Senador Paulo Paim, eu começo pelo tema de rescisão contratual. Nós sabemos que a reforma trabalhista, uma das principais alterações e retirada de direitos e sonegação de direitos dos trabalhadores brasileiros foi justamente a retirada da necessidade de homologação pelos sindicatos das rescisões contratuais para aqueles trabalhadores que laboram mais de um ano.

E esta semana nós fomos pegos aí com algumas notícias que mostram que cartórios, ou seja, cartórios comuns, que não têm qualquer tipo de especialização em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rescisão contratual trabalhista, estão fazendo homologações, muitas das vezes por meio eletrônico, sem qualquer tipo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma denúncia gravíssima essa. Eu acho que é importante você alertar que quem está fazendo esse tipo de rescisão em cartório, até por via eletrônica, vai ter que responder depois na Justiça. Nós vamos para cima.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Isso aí, eu não tenho dúvida nenhuma, Senador Paim, que isso pode ser um elemento de sonegação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De sonegação.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – O trabalhador brasileiro, nós sabemos que a legislação trabalhista tem diversas nuanças de que às vezes o trabalhador não tem o conhecimento, e para isso é fundamental a participação das entidades sindicais, para dar proteção, para saber que, quando aquele trabalhador é demitido, é dispensado, enfim, tem o seu contrato rescindido, ele vai receber as verbas que lhe são devidas. A partir do momento em que você transpassa essa homologação para cartórios que não possuem a especialidade na questão trabalhista, isso vai ser, sim, elemento de sonegação de direitos. Não posso dizer que em todas as situações, mas o trabalhador pode vir a ser enganado, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas abre uma janela para a sonegação, inclusive das contribuições para a previdência, Fundo de Garantia.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Sim, Fundo de Garantia, verbas rescisórias relativas a férias proporcionais, décimo terceiro proporcional, enfim, horas extras. Aquelas discussões em que às vezes há controvérsia numa rescisão, em que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalhador, muitas vezes premido pela necessidade de receber, acaba por concordar com aquela rescisão, ainda que seja num patamar inferior em termos remuneratórios. Ele pensa que é melhor ele receber algo a menos do que ele brigar, ficar brigando, brigando e poder demorar às vezes dois, três, quatro anos para receber, enfim, no Judiciário em razão do nosso sistema processual e dos recursos que estão disponíveis aí.

A nossa preocupação é que até tem sido feita a rescisão sem a participação, sem a presença do empregado. Poder-se fazer escritura pública por meio eletrônico, como eu vi isso na notícia que nos foi veiculada em vários grupos, é algo que certamente aumenta a possibilidade de sonegação de direitos trabalhista. E esse foi o viés, sim, na questão da rescisão contratual que a reforma trouxe. A reforma criou diversos instrumentos, retirou a homologação pelos sindicatos, já é um elemento de sonegação, que fomenta a sonegação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, Dr. Fabiano.

Rescisão de contrato sem a presença do interessado. Daqui a pouco a rescisão dele vai pelos Correios a informação de que o trabalho dele está quitado.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Isso e está bem claro na reportagem que uma pessoa do sistema de cartórios disse que é para facilitar, sim, a rescisão. Enfim, facilitar para quem? Para o empregador na maioria das vezes – não podemos generalizar –, mas vai facilitar para o empregador sonegar direitos e verbas trabalhistas. Essa é uma preocupação em que a gente tem que ficar de olho, a fiscalização do trabalho.

Ao Ministério Público do Trabalho vão chegar várias denúncias – não tenho dúvida nenhuma –, e nós teremos que nos debruçar sobre a eventual legalidade ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ilegalidade desse procedimento ou, pelo menos, criar mecanismos de controle para isso, para evitar que os trabalhadores sejam vilipendiados em seus direitos. Então é uma preocupação que a gente traz, além de outras preocupações que nós temos hoje e de questões trazidas pela reforma trabalhista, como a história da rescisão por acordo entre as partes em que o trabalhador, supostamente concordando em ser demitido, já perde de cara metade do FGTS – de uma multa que seria de 40% ele vai receber apenas 20%; já é metade, um valor significativo – e também do seu aviso prévio – porque ele teria que receber 30 dias de aviso prévio indenizado, já lhe é cortado metade, e ele só recebe 15, muitas da vezes com vício na sua vontade. Muitas das vezes o trabalhador acaba por concordar, por uma coação moral ou por ter sido enganado de alguma situação, por erro, dolo, aqueles vícios da vontade, e tem o seu direito tolhido. Enfim, criaram-se diversas situações, diversos instrumentos para sonegação de direitos, para diminuição de custos, sempre em prejuízo do trabalhador brasileiro. Por isso, acho que vai em um sentido correto essa criação da comissão e a discussão, no Estatuto do Trabalho, para que se revejam esses instrumentos.

Não tardará chegar ao Ministério Público, à Justiça do Trabalho, no Ministério do Trabalho e Emprego situações de fraudes. Nós não temos dúvida nenhuma. Aqui ninguém quer criminalizar empregador, porque o empregador é uma parte fundamental e, sem ele, não há a geração de emprego, mas nós sabemos que há bons empregadores e há maus empregadores e, por isso, a nossa preocupação. E, já entrando na questão da responsabilidade do empregador também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – ... que é tema desta audiência e partindo para o final, Senador, preocupam-nos também situações em que se tenta retirar a responsabilidade daquela empresa ou daquele empreendimento, aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa, aquele empregador que, porventura, não tem um vínculo direto com o empregado, mas usufrua, se beneficie do trabalho do trabalhador.

Há situações aqui como a que a reforma trouxe, como o trabalho autônomo, como o trabalho intermitente, a própria terceirização, que visa justamente retirar a responsabilidade direta do tomador de serviços, e nós temos de ter muito cuidado na fraude a essa relação de emprego. Se há de fato uma terceirização legítima ou se há uma fraude à relação de emprego e uma intermediação de mão de obra com a principal intenção de eximir o empregador principal, aquele tomador que, de fato, é o destinatário final da responsabilidade pelas verbas e pelos direitos trabalhistas. Por isso, a gente vai ter também situações.

Já tivemos, após a reforma, um caso emblemático no Rio Grande do Norte, em que sofremos muitos ataques. No caso da Riachuelo, o proprietário da Riachuelo foi extremamente agressivo com o Ministério Público do Trabalho, com a procuradora do trabalho, atacando em redes sociais, inclusive fomentando ataques ao Ministério Público do Trabalho, uma revolta do povo norte-rio-grandense contra o Ministério Público do Trabalho, a partir de uma atuação legítima do Ministério Público do Trabalho, que, em uma investigação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pelo que eu sei, o povo ficou do lado do Ministério Público do Trabalho.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi contraveneno.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Contraveneno.

Enfim, mas se constatou que aquelas pequenas confecções no interior do Estado trabalhavam única e exclusivamente para a Riachuelo e tinham todo o seu controle

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operacional feito pela Riachuelo. Portanto, havia, sim, uma comunhão total de interesses, e a Riachuelo queria se eximir da responsabilidade, já dizendo que a reforma trabalhista a eximiu desse tipo de situação, quando nós sabemos que, pela nossa interpretação, quando há – e a própria reforma trabalhista traz isso, a lei – comunhão de interesses, e nesse caso há, a responsabilidade é direta do tomador de serviços, como é o caso da Riachuelo. Enfim, há outras situações que nos preocupam.

Já finalizando, Senador, eu gostaria de agradecer mais uma vez a oportunidade de participar e dizer que a ANPT está à disposição, os procuradores do trabalho, para continuar contribuindo nesse trabalho tão importante que o senhor desempenha na defesa do trabalhador brasileiro, na defesa do servidor público brasileiro e da sociedade brasileira em geral.

Muito obrigado, mais uma vez, pela oportunidade de participar. Estamos à disposição sempre que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Parabéns, Dr. Ângelo Fabiano, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

Vou fazer só um comentário rápido. Ontem, na CCJ, estávamos lá votando a escolha de um novo membro do TST. Eu não levei o debate da reforma trabalhista, mas fortaleci o TST, no sentido de que a Justiça do Trabalho seja cada vez mais contundente na defesa dos direitos dos trabalhadores. E tive de ouvir de um Parlamentar – que chegou atrasado, para começar; isso porque o candidato era do Estado dele, deveria estar lá antes até para fortalecer o candidato do Estado dele –, que a reforma trabalhista, que diziam que era ruim para o trabalhador, está sendo muito boa. Aí eu não aguentei. Eu disse: "O debate não é esse, mas eu sou obrigado a dizer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, que a última publicação do Ministério do Trabalho foi a seguinte: houve 20 mil demissões constatadas por eles e 20 mil admissões". Admitiram como? Via intermitente, contrato exclusivo. Demitiram todos por essa forma fraudulenta, para mim é fraude que vai estourar na Justiça, e foram admitidos de forma intermitente, contrato exclusivo e terceirização. Eu não ouvi resposta dele. Eu disse: "Quero falar enquanto você está na sala", ele estava de pé já, mas não ouvi resposta nenhuma.

E tudo que você está dizendo aqui mostra que nós tínhamos razão. Interessou a quem essa reforma trabalhista? Só ao grande empresariado, em detrimento do nosso povo e de toda nossa gente.

Ao mesmo tempo eu digo que eles fizeram um acordo para votar a reforma trabalhista dizendo que alguns itens o Presidente ia vetar. Por que estou repetindo isso? Não vetou um artigo. Nós já falamos isso inúmeras vezes. Mas editaram uma medida provisória, que foi também para inglês ver, tira aqui, bota ali. Se vai ponderar tudo, dá seis por meia dúzia. Mas, assim mesmo, essa medida provisória recebeu 967 emendas, para ver como há um descontentamento com essa proposta de reforma trabalhista. Mas o que fizeram? Não instalaram. Venceu o prazo. Nós estávamos prontos para debater as 967 emendas modificando a proposta deles. E veja, aqui há emendas que vieram da sociedade no seu conjunto. Resultado: prorrogaram agora o prazo até 23/4, mas até o momento ninguém falou sequer em instalar a Comissão. Ou seja, o Governo sinalizou para sua Base que está propondo atenuar algumas coisas, só que não há vontade nenhuma de atenuar coisíssima nenhuma, até porque não muda quase nada. Isso é uma realidade.

Eu sou titular dessa Comissão, pleiteei a relatoria, claro que não me deram, mas eu a pleiteei, é legítimo, pedi para relatar. "Não, Paim, de jeito nenhum." Mas tudo bem, nós estaremos lá para fazer o bom combate.

Então, parabéns, Dr. Ângelo, pela sua explanação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora convidar o Sr. Rogério Silva, membro do Comando Nacional de Mobilização do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalhado (Sinait).

O SR. ROGÉRIO SILVA – Bom dia, Senador Paulo Paim; bom dia a todos; bom dia, meus colegas de Mesa, Drª Noemia, Dr. Ângelo, Dr. Hugo e Dr. Itamar. É um prazer falar aqui com vocês.

Como a gente começou falando sobre a reforma da previdência, isso foi uma vitória muito grande da sociedade, capitaneada, aqui no Congresso, principalmente – não é, Senador Paulo Paim – pelo grupo que o senhor conseguiu organizar aqui. Essas frentes nacionais conseguiram fazer frente a essa maldade que o Governo estava fazendo contra a população, com o discurso de que apenas afetaria uma casta de servidores públicos. Eles elegeram nós, os servidores públicos como alvo, como bode expiatório para justificar a maldade que seria feita não só com o servidor público, mas com toda a sociedade. O trabalhador da iniciativa privada iria ser muito afetado, iria perder direitos.

A análise que a gente faz, inclusive com o relatório da CPI, muito bem feito, por sinal, é de que esse sistema se tornou um sistema só de entrada, ele não tinha saída mais. O trabalhador entra no sistema e nunca mais sai, vai contribuir até a morte e jamais vai usufruir nenhum benefício previdenciário. Então, essa mobilização social foi muito importante, até porque o Governo tinha dito: "A gente tem oposição, mas eu não vejo essa oposição na rua, não vejo essa oposição se manifestando. Eu não entendo essa baixa taxa de aprovação". Então, o Governo teve a resposta dele.

Dentro dos Estados, inclusive do meu Estado de Goiás, Senador, foram criadas frentes dos servidores públicos federais nos Estados. Com isso, foi feito também um embate dentro dos Estados. Foi muito importante também esse encorpamento do movimento, que mostrou para o Governo que não haveria espaço para esse tipo de medida nesse momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente espera que a mobilização continue, porque a gente acredita que essa maldade não vai parar aí. Assim que tiverem uma nova oportunidade, eles vão tentar vir com essa reforma novamente. E vai prejudicar todos os trabalhadores, em especial o trabalhador mais humilde, aquele trabalhador do serviço mais pesado, que vai ter que passar sua vida laboral inteira trabalhando e jamais vai conseguir se aposentar para usufruir seus benefícios previdenciários.

Agora, entrando no tema de hoje, da proteção ao emprego, das formas de rescisão, esse dado de que o senhor falou agora, dos 20 mil postos de trabalho que foram trocados, isso é uma realidade onde a reforma trabalhista aconteceu. E não é diferente no Brasil. Uma análise feita pela Fundação Getúlio Vargas mostra que hoje 41% da mão de obra brasileira está na informalidade, 41% dos trabalhadores estão em contratos precários ou nessa informalidade mesmo, o vendedor que tenta ganhar alguma renda dentro de casa. O interessante e o triste disso é que, além de serem 41% da mão de obra, eles representam 23% da massa salarial apenas. Então, eles recebem muito menos, em torno de 2,5 vezes menos do que um trabalhador formal com carteira assinada.

Então, a gente tem de analisar esses números e ver que essa reforma, na verdade, veio para acabar com o emprego, para transformar tudo em trabalho precário, que não tem respaldo nenhum, nenhuma segurança previdenciária ou garantia nenhuma para esse trabalhador. Assim que ele adoecer ou tiver alguma necessidade, ele não vai ter cobertura, proteção, e a família dele vai ficar sem renda.

Com relação às formas de rescisão que o Dr. Ângelo já explanou muito bem, a gente vem de um sistema em que, fazendo uma análise do tempo, anteriormente havia um sistema de proteção do emprego que garantia a estabilidade decenal e a gente veio transformando isso com o passar do tempo. A gente troca essa estabilidade por uma remuneração, mesmo que muito pequena, o FGTS, para convencer o trabalhador de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esse sistema seria melhor, não ter essa estabilidade e ter um fundo para ser usado em casos de demissão, aposentadoria, doenças, essas situações. Aí vem a reforma trabalhista e praticamente acaba com todo esse sistema, inclusive com o FGTS, porque, quando a gente passa para esses contratos de trabalho autônomo exclusivo, trabalho intermitente, que não têm garantia de remuneração, a gente tira o trabalhador também desse sistema do FGTS, além de não ter já a proteção do emprego.

Analisando, fazendo um comparativo com outros países, a gente vê que há essa demissão, a dispensa imotivada, que é hoje um poder que o empregador tem sobre o empregado. Em vários países, ela já não é permitida mais da forma como é no Brasil, isso há muito tempo. Então, o empregador deveria motivar essa dispensa. Essa dispensa não poderia ser por arbítrio do empregador, porque ela gera uma instabilidade para o empregado, que nunca sabe se o empregador acordou de mau humor e pode simplesmente rescindir aquele contrato de trabalho. E aquele contrato de trabalho geralmente representa todo o sustento de uma família, de uma pessoa, da família dessa pessoa. Então, a gente não pode deixar que isso fique ao arbítrio do empregador, como ainda é no Brasil.

E o Brasil, sendo parte da OIT, já foi signatário da Convenção 158 e denunciou essa convenção, e hoje não é mais, desde 1996. Então, a gente deveria olhar para isso. Se a gente quer modernizar a relação de trabalho, é garantir o emprego do trabalhador, é garantir que o trabalhador não perca o emprego por qualquer motivo ou para o empregador fazer, como se vê nas grandes indústrias, essa alta rotatividade de mão de obra.

Quando eu tive oportunidade de fiscalizar grandes grupos industriais em Goiás, a gente observou que a rotatividade de mão de obra era tão grande que se chegava a alterar todo o quadro a cada dois ou cinco anos. Isso gera essa instabilidade, essa insegurança. O trabalhador hoje não tem mais nenhuma garantia de que vai ter aquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprego amanhã e não tem nenhum prazer com aquele trabalho, porque ele simplesmente é uma peça descartável do sistema. A gente não pode permitir que isso continue dessa forma.

O Brasil, como pertencente à OIT, como ex-signatário da Convenção 158, deveria voltar os olhos para isso e não para fazer reforma para acabar com o emprego, porque essa reforma trabalhista tem um viés muito claro de acabar com o emprego e passar essas relações todas para serem relações apenas de trabalho e não mais de emprego. Isso vai retirar o trabalhador desse sistema de proteção, retira a proteção social, pode gerar um caos social, como tem sido experimentado em algumas regiões. A gente não pode permitir isso. Enquanto trabalhador e protetor do meio ambiente do trabalho, que faz parte de toda a comunidade, de toda a sociedade, isso afeta a todos nós, a gente tem que lutar para que essas formas de demissão imotivada não mais aconteçam aqui no Brasil como é hoje. O empregador, por puro arbítrio, decide encerrar essa relação contratual.

E essa nova forma criada pela reforma trabalhista, de comum acordo, na verdade, isso nos parece muito mais uma forma de legalizar a fraude. O que acontece? O trabalhador, muitas vezes, já ia fazer uma rescisão imotivada, e aquela multa do FGTS, aquelas verbas que ele receberia a mais por essa rescisão, ele já devolvia aquilo para o empregador, muitas vezes, ao sair da homologação. Agora não, agora o empregador tem a possibilidade de mascarar ainda mais essa demissão imotivada, como uma forma de comum acordo, e a gente tem falado que isso é uma "meia-saída". Existe a meia-entrada para um estabelecimento; essa é uma "meia-saída": o empregador demite imotivadamente e paga apenas metade das verbas para aquele empregado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Eu quero só fazer um pequeno comentário, porque ajuda as pessoas entenderem, verem e ouvirem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns têm a mania de dizer ainda, como ouvi ontem na CCJ, que a reforma trabalhista não trouxe prejuízo nenhum. Vai ser falso assim lá com o teu time! Olhem aqui o que estou ouvindo do Dr. Ângelo e do Dr. Rogério. Nem fundo de garantia. Nós dizíamos à época: vai ter problema de não pagar Fundo de Garantia, não pagar a previdência com o contrato intermitente. Vai acabar não pagando, uma hora aqui, outra hora ali, como você falou muito bem. Essa farsa das rescisões, que vão se tornar... E agora, como é que vocês vão explicar para os seus Estados que a reforma não trouxe prejuízo aos trabalhadores?

Parabéns pela fala.

O SR. ROGÉRIO SILVA – Na verdade, tentar explicar isso é querer explicar o inexplicável, porque não há como. Os fatos mostram isso. Inclusive era interessante, porque a gente participou bastante do processo, da tentativa de barrar essa reforma trabalhista, e eu cheguei a participar de alguns eventos em que só eu era contrário à reforma, inclusive trabalhadores eram a favor da reforma, porque a embalagem, a propaganda era bonita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso, a propaganda. Hoje ele está sentindo.

O SR. ROGÉRIO SILVA – Hoje ele está sentindo. Hoje os trabalhadores nos procuram e dizem: "Nossa, o que está acontecendo?". O que a gente tem sempre dito é que a gente falava lá atrás justamente desses prejuízos. Assim como da reforma da previdência. A gente tem alertado a sociedade dos prejuízos, porque a gente sabe o que está por trás disso, a gente sabe que isso é uma forma apenas de retirar direitos dos trabalhadores, da classe mais fraca, e transferir essa fonte de recursos para quem detém o poder econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem que batalhar sempre para tentar barrar essas retiradas de direito. Isso não é fácil, é uma luta árdua, mas ainda bem que há pessoas como você, Senador, porque a gente consegue mostrar para o Governo que há uma organização social e que a sociedade entende esses absurdos que estão sendo cometidos. A gente vai sempre batalhar para que essas retiradas de direitos parem por aí e que a gente retome o caminho que a gente começou a trilhar de ter alguma garantia para o trabalhador, alguma garantia para a sociedade. Na hora em que a gente consegue começar a levantar um voo com isso aí, é tudo retirado e a gente retorna a anos, às vezes até séculos atrás, como nessa reforma trabalhista, em que, em algumas situações, a gente retornou a séculos do passado.

Então, a gente tem de batalhar por isso. O Sinait está sempre do lado do trabalhador, vai sempre lutar para defender a sociedade, o trabalhador, porque é a nossa missão. A gente está do lado que apanha mais, mas a gente é forte, corajoso, valente, a gente nunca vai deixar o trabalhador na mão, a gente nunca vai deixar de dar a mão para a sociedade e lutar pelos nossos direitos e pelos direitos de toda a população. Isso inclusive é uma forma de pacificação social, porque hoje, com esse caos armado por essa reforma trabalhista, e se essa reforma da previdência passasse, em poucos anos, a gente ia ter um problema social muito mais grave do que já tem sido enfrentado, porque o problema social tem se agravado enormemente em todas as cidades. Lá no meu Estado não é diferente. Em todas os Estados a gente tem percebido isso.

Eu queria dizer, em nome do Sinait, Senador, conte sempre com a gente. A gente espera contar sempre com o apoio do senhor, para que a gente possa conseguir vencer essa batalha ou pelo menos minimizar os prejuízos que ela pode trazer para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer a todos e nos colocar à disposição. Nós estamos aí para ajudar a sociedade, esclarecer, tirar dúvidas. O Sinait sempre esteve do lado do cidadão, do trabalhador. Nós vamos continuar nessa luta, porque é aquilo em que acreditamos e é o nosso objetivo aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Rogério Silva, do Comando Nacional de Mobilização do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

O Brasil, infelizmente, está entre os países do mundo com a maior concentração de renda já vista. E com essa reforma trabalhista, que nós vamos virar, a partir do trabalho que estamos fazendo aqui, só vai piorar ainda.

De imediato, Drª Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

A SRª NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO – Senador Paim, meus colegas de Mesa, senhoras e senhores, bom dia a todos e a todas.

Eu renovo o agradecimento pela oportunidade que o Senador Paim confere sempre à Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho de participar de debates como este, que nós consideramos do tipo produtivo, que pensam nas possibilidades para o futuro. De nada adianta nós olharmos apenas para o passado e reconhecer que uma reforma desestruturante, uma reforma que discrimina os trabalhadores, uma reforma que empobrece a população brasileira foi aprovada.

Eu acho que, a partir dessa constatação, o que temos que fazer é o que tem sido feito agora, isto é, pensar para o futuro, legar para o futuro uma outra possibilidade de articulação do mercado de trabalho brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, claro, nós temos sofrido, nos últimos anos, uma imensa pressão. Nós, quem? Nós, os cidadãos, temos sofrido uma imensa pressão em cima dos nossos direitos sociais considerados básicos, desde o campo da saúde, da educação, da previdência, da assistência e do trabalho. Daí por que essa semana talvez uma das poucas boas notícias dos últimos anos tenha sido exatamente enterrar essa PEC da previdência. (*Palmas.*)

E eu não tenho dúvida de que a PEC da previdência não está mais no nosso horizonte não é por uma razão qualquer, senão pela articulação de diversas entidades que reconheceram que a questão da previdência é sobretudo uma questão da previdência pública. Nós temos um direito constitucional a uma previdência pública, a uma previdência que assista a todos, a uma previdência que tenha uma repartição justa e a uma previdência que possa atender à totalidade dos trabalhadores, desde o campo até a cidade, passando pelos servidores públicos e por todas as carreiras de Estado. E não era isso que vinha sendo proposto.

Então, acho que estamos todos de parabéns, porque é o resultado de uma luta que não foi de uma pessoa só, mas uma luta de diversas lideranças que reconheceram que aquele era um momento crucial, porque imaginem a perversidade: ter-se uma reforma trabalhista aprovada e, logo em seguida, uma PEC da previdência também aprovada. Eu não sei o quanto nós sustentaríamos de uma cidadania social a partir de duas aprovações, eu diria, catastróficas como essas.

Mas indo ao nosso debate para o futuro e pensando no tema desta audiência pública, foi proposta justamente a questão da tutela necessária à relação de emprego com os aspectos da responsabilidade patrimonial e do empregador, o direito a um emprego e as formas de rescisão contratual. São diversos debates em um só. Eu vou tentar passar por alguns pontos desses, inclusive referindo-me a algumas propostas legislativas que talvez possam ser aproveitadas nessa discussão do novo Estatuto do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalho, que tem na liderança do Senador Paulo Paim uma pessoa extremamente importante.

Eu gostaria, primeiro, de passar pela ideia de que a Constituição Federal de 1988 não deixa dúvida de uma opção. Qual opção? Uma clara opção pelo regime, por uma política de emprego. A existência de contratos precários viola a perspectiva constitucional de uma opção clara por esse regime de emprego.

A defesa do meio ambiente do trabalho, com a mesma rigidez com que nós defendemos o meio ambiente natural, o meio ambiente cultural, tornou-se recentemente uma urgência e, além disso, a questão da proteção contra a dispensa arbitrária ou sem justa causa, reconhecendo que o Brasil é um dos últimos países do capitalismo avançado que ainda aceita a chamada denúncia vazia dos contratos. O trabalhador é simplesmente dispensado, recebe um valor que está previsto na legislação, mas sequer consegue saber qual a real razão pela qual ele é jogado a uma situação de desemprego, que é uma situação de depressão social, porque atinge não apenas o trabalhador, mas atinge a sua família e todos aqueles que estão em torno da pessoa do trabalhador.

Vamos começar pelo primeiro aspecto, que é justamente o da afirmação de que a Constituição Federal do Brasil, de forma clara, faz uma opção, que é a opção pelo regime de emprego. Contrariando essa opção constitucional, o art. 442-B, que foi aprovado nesse bojo da chamada reforma trabalhista, faz referência, ao contrário do regime de emprego, ao que chamamos de regime de contratos precários, e aí entram os autônomos, os parceiros, os representantes comerciais, os colaboradores e qualquer outra expressão que se utilize para designar a pessoa do trabalhador. E, claro, a linguagem do Direito é sempre uma linguagem extremamente importante. Quando se chama o trabalhador não de empregado, não de trabalhador, mas de parceiro, o que se pretende com isso não é nada inocente. É, na verdade, retirar do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalhador um estatuto jurídico de proteção, porque, se ele deixa de ser trabalhador, ele deixa de ser empregado, ele é uma outra coisa qualquer, um colaborador da atividade econômica, mas não exatamente alguém que é destinatário de direitos básicos da Constituição do Brasil.

E eu gosto de afirmar que são direitos básicos, salutares, para uma dignidade mínima, para uma vida que se reconheça no plano da dignidade. E aí, mais recentemente – eu acho que isto é muito importante para esta audiência pública –, o Brasil volta ao cenário, mais uma vez, em 2018, dos casos que serão analisados pela Organização Internacional do Trabalho na sua conferência, que acontecerá por agora, entre maio e junho de 2018, em Genebra. O Brasil já figurou entre esses casos, no ano de 2017, por possível violação a normas internacionais do trabalho, entre elas, a Convenção nº 98 da OIT. O Brasil está novamente no relatório dos peritos da OIT que analisam possíveis violações a normas internacionais do trabalho.

Eu diria que a grande novidade de agora é que não há mais um projeto, há uma lei aprovada. Vale dizer: essa violação está consolidada na Lei 13.467. E talvez uma novidade em relação a 2017 é a referência no relatório recente do comitê de peritos de que esses contratos precários – o do autônomo, o parceiro, o intermitente, o desafiliado – violam a Convenção nº 98, exatamente a convenção sobre autonomia sindical e sobre a sindicalização dos trabalhadores. Por quê? Porque, quanto mais contratos precários eu tenho, o processo que está em curso é um processo de desprofissionalização dos trabalhadores; e a desprofissionalização dos trabalhadores leva a um processo reiterado de dessindicalização; e, com a dessindicalização, atinge-se a identidade coletiva dos trabalhadores, a solidariedade entre os trabalhadores, que é fundamental para uma luta por melhores condições de vida e de trabalho. Eu deixo de ser o engenheiro, eu deixo de ser o cozinheiro, eu deixo de ser a enfermeira e passo a ser o quê? O autônomo, a PJ, o intermitente, o terceirizado, o desprofissionalizado, o dessindicalizado. Então, na verdade, à medida que aumentam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os contratos precários, é a própria ideia de sindicalização que é colocada em risco, e isso está institucionalizado no art. 442, que foi aprovado pela Lei 13.467.

É claro que a Medida Provisória 808 tenta, eu diria, amenizar a situação do tal do autônomo, porque, no texto original, falava-se de uma idiossincrasia, um paradoxo difícil de ser conciliado, que era um autônomo que, ao mesmo tempo, era exclusivo. Mas, ainda que a medida provisória tenha, digamos, suavizado essa linguagem, ela não atinge a parte que é essencial. Qual é? A de que também o autônomo tem direito à proteção integral do sistema constitucional. Em que medida a Constituição disse que os direitos básicos trabalhistas seriam destinados apenas aos trabalhadores e empregados? Ela jamais disse isso. O art. 7º da Constituição endereça direitos básicos, de dignidade e cidadania, à totalidade dos trabalhadores, independentemente do tipo de contrato que esse trabalhador venha a ter com o seu tomador. Pode ser um contrato de autônomo, de representante comercial, de intermitente, não interessa, a Constituição não faz essa distinção. É importante que, no Estatuto do Trabalho, se avance numa linguagem mais universal para os direitos. Um Estatuto do Trabalho que pense a política de emprego como a política oficial da Constituição, mas também em, ao mesmo tempo, a Constituição destine direitos básicos à totalidade dos trabalhadores e não apenas aos trabalhadores e empregados.

Esse relatório da comissão de peritos que ficou recentemente disponível precisa ser considerado pelos Poderes constituídos brasileiros, portanto pelo Parlamento, pelo Judiciário, pelo Poder Executivo, pela Auditoria Fiscal do Trabalho, pelos próprios sindicatos e, mais, pelos trabalhadores, como uma referência de reagrupar e reconstruir um novo modelo de mercado de trabalho para o Brasil.

E aí eu gostaria de me referir também à questão do regime de trabalho intermitente, que está previsto na Lei 13.467, porque o regime de trabalho intermitente justamente atua contra uma política consistente de emprego. E é preciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer que, na 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, que aconteceu em outubro do ano passado, por iniciativa da Anamatra, mas que contou com a parceria da ANPT, do Sinait, da advocacia trabalhista, nós conseguimos aprovar, em uma ampla discussão, um enunciado bastante interessante, não só da inconstitucionalidade do regime de trabalho intermitente, mas também no sentido de que é ilegal e ilícita a troca ou o uso do trabalho intermitente, por exemplo, para os trabalhadores de jornada móvel. Uma coisa é a jornada móvel, como nós vemos, por exemplo, em grandes segmentos econômicos, como acontece com o caso McDonald's, com o caso Cinemark. Uma coisa é a jornada móvel. Isso é diferente de trabalhador intermitente, e é ilegal contratar trabalhador intermitente para a finalidade de, na verdade, se alcançar a jornada móvel. E nós temos visto em alguns anúncios de emprego por aí essa confusão entre o trabalho intermitente e a jornada móvel. É necessário, desde logo, se anunciar que essa é uma situação de ilicitude, de ilegalidade, porque a Lei 13.467 precisa ser analisada a partir da lógica da Constituição da República e não o reverso.

Quanto especificamente à questão da responsabilidade patrimonial – e aqui é um segundo bloco que eu gostaria de abordar para além do bloco contratos precários e violação à Constituição e violação à Convenção nº 98 da OIT –, eu gostaria de fazer uma referência ao segundo bloco, que é o bloco da responsabilidade patrimonial do empregador. É que, quanto ao meio ambiente do trabalho no Brasil, à medida que eu aumento os contratos precários, à medida que eu aumento a desafiliação dos trabalhadores, a tendência quase previsível é do próprio aumento da degradação desse mesmo meio ambiente do trabalho, com a intensificação dos problemas de acidentes do trabalho, doenças profissionais e sofrimento dos trabalhadores no campo do trabalho.

Diante dessa realidade, é necessário que nós trabalhemos no reforço instrumental da responsabilidade civil dos empregadores em relação ao tipo de meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ambiente de trabalho que é oferecido à totalidade dos trabalhadores. E aí eu reconheço: nós permanecemos com uma discussão inglória, uma discussão improdutiva tanto no campo da jurisprudência quanto no campo da doutrina para saber se a responsabilidade dos empregadores quanto ao meio ambiente de trabalho é uma responsabilidade objetiva ou subjetiva, depende de culpa, não depende de culpa. Se essa discussão, num ambiente de maior proteção, era uma discussão aceitável...

(*Soa a campainha.*)

A SRª NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO – ... num ambiente de maior desproteção social, é necessário que nós superemos essas travas e passemos a adotar a ideia de uma responsabilidade patrimonial objetiva, todas as vezes em que houver prejuízo ao trabalhador em razão da qualidade do meio ambiente de trabalho que o empregador ou tomador de serviços oferece a esse mesmo trabalhador.

E aí gostaria de fazer referência a alguns projetos de lei que evidentemente merecem aperfeiçoamentos, cujo texto merece aperfeiçoamento, mas são projetos de lei que nós precisaríamos observar melhor. É o caso do Projeto de Lei 5.930, de 2013, porque esse projeto de lei trata explicitamente da possibilidade da responsabilidade objetiva em casos de atividade empresarial que configure acentuado risco ao trabalhador. Também é necessária uma melhor atenção nossa, talvez para trabalharmos conjuntamente, em relação ao PL 9.467, de 2018, porque esse PL versa sobre aplicação das regras do direito comum, ou seja, do Direito Civil a situações das relações de trabalho. Tornar isso explícito é muito importante neste momento, porque é necessário reconhecer que o Código Civil brasileiro de 2002 avançou bastante no campo da responsabilidade civil. Eu diria que ele estabelece um princípio relevante. Qual princípio? Todas as vezes em que alguém contribuir ilicitamente para prejudicar outrem, o seu patrimônio há de arcar com essas consequências do prejuízo que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocasionado. Esse princípio, que é um princípio básico de convivência pública, explicitamente precisa estar presente também no campo do trabalho.

(*Soa a campainha.*)

A SRª NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO – E aqui, respeitando o tempo que me resta, eu gostaria ainda de falar sobre um terceiro e último bloco, que é justamente a questão das dispensas sem justa causa, dispensa arbitrária ou sem justa causa.

A Constituição Federal de 1988 – e desde 1988 – faz uma promessa clara aos trabalhadores, uma promessa que jamais foi cumprida, que é a promessa de entregar instrumentos, mecanismos jurídicos que, de verdade, possam proteger os trabalhadores e as trabalhadoras contra dispensa arbitrária ou sem justa causa. Quando eu adoto um regime de intermitência do trabalho, eu agrido a dispensa arbitrária ou a proteção contra a dispensa arbitrária ou sem justa causa. Dispensar sem dizer a razão dessa dispensa esconde práticas antissindicais, esconde práticas discriminatórias por gênero, raça, origem social, convicção religiosa ou filosófica, porque você paga um valor, dispensa e pode, em razão disso, praticar, de forma embutida, um ato discriminatório.

A questão é que o Brasil, em 1996, ratificou a Convenção nº 158 da Organização Internacional do Trabalho. No Supremo Tribunal Federal, até hoje pende de julgamento a ação direta de inconstitucionalidade sobre decidir se o Presidente da República poderia ou não poderia, como fez, por ato único, denunciar a Convenção nº 158. Mas a proposta que faço é que talvez nós superemos essa discussão da Convenção nº 158 e passemos a considerar que, quando a Constituição adota o devido processo legal como uma cláusula essencial para qualquer âmbito público e privado, isso também diz respeito ao campo do trabalho. Vale dizer: desde 1988, o trabalhador tem direito de saber...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO – ... inclusive para se opor, a razão pela qual ele é levado a uma situação de desemprego, até para que, nessa situação, não se embutam, como eu disse, práticas antissindicais ou eventuais práticas discriminatórias do campo do trabalho.

Aí, realmente para finalizar, eu gostaria de fazer referência a dois projetos de lei, para tentar contribuir com aquilo que o Parlamento já tem de experiência sobre textos legislativos em uma eventual e futura compilação no Estatuto do Trabalho. Eu me refiro ao PL 5.353, de 2009, e ao PL 1.128, de 2011. Por quê? Porque o primeiro define o problema das dispensas coletivas. Isso é extremamente importante. O próprio Senador Paim referiu hoje, nesta audiência pública, algo que nos preocupa: logo depois da Lei nº 13.467, nós não temos notícia de novos empregos; nós temos notícias reiteradas de demissão em massa...

(*Interrupção do som.*)

A SRª NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO – E o PL nº 1.128 trata de uma questão importante que é dar balizas que protejam os empregados públicos contra dispensa arbitrária ou sem justa causa, na medida em que os empregados públicos acessaram aquele cargo mediante o critério objetivo, que é o do concurso público.

Então, conclusivamente, a se retomar em algum momento essa lógica da proteção à totalidade dos trabalhadores, o regime de emprego precisa se incorporar à nossa linguagem do Parlamento, do Judiciário e do Executivo. O incremento da responsabilidade civil dos empregadores pelo meio ambiente do trabalho deve se afirmar como uma responsabilidade objetiva, porque o risco do negócio é de quem lucra com ele. E, finalmente, é necessário voltar os olhos à promessa que nós não realizamos do inciso I do art. 7º da Constituição Federal, que traduz uma ideia de uma efetiva, real, verdadeira proteção contra dispensa arbitrária ou sem justa causa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

Essa foi a Drª Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Parabéns pela contribuição que deu, deixando sugestões concretas também.

Eu tomo a liberdade – nós estamos ao vivo para todo o Brasil, desde as 9h da manhã – de recomendar, inclusive, ao setor empresarial que assista aos debates, pois não há segredo. Pelo que percebo e por tudo que ouvi hoje e em outras tantas reuniões, a insegurança jurídica aumenta cada vez mais, e aqui eles poderão ouvir especialistas, juízes, promotores, procuradores, sindicalistas. E quero dizer que eles também estão convidados: quando quiserem vir fazer depoimento, o setor empresarial está convidado a vir participar desse debate. Já fizemos inúmeros convites.

Eu vou mais uma vez pedir para a assessoria que convide também, mais uma vez, o setor empresarial para que ele venha aqui dar o seu depoimento. Eu tenho certeza de que muitos virão aqui e dirão que as senhoras e os senhores têm toda a razão. E como foi dito antes, nós queremos fazer um estatuto do mundo do trabalho; não é só para o trabalhador, não, é para o mundo do trabalho. Eles fizeram, com esse... Eu não gosto de usar toda hora a palavra "golpe", que já está meio viciada, virou já marca, mas com esse assalto aos direitos dos trabalhadores que eles fizeram, eles acabaram escrevendo o que eu chamo sempre de consolidação das leis do empregador. Isso não tem lógica, o empregado ficou praticamente sem nada com isso que eles fizeram aí. E nós queremos fazer uma consolidação das leis do mundo do trabalho, olhando empregado e empregador. Faço esse destaque neste momento pela importância das palestras que nós temos ouvido aqui.

Está presente também a Graça, da CUT, que também vai participar deste debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos agora a palavra para o Secretário de Organização e Mobilização Sindical da CSB, o líder Itamar Revoredo Kunert, que vai me entregar uma participação, porque eu estive, em momentos da história, lá em Santos.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Vamos adiantar aqui e vou lhe entregar.

Foi em 2008, quando nós corremos o Brasil todo, fazendo uma movimentação a respeito do aumento do aposentado. E, em Santos, nós estivemos juntos, lá, e conseguimos colocar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Foi naquela caminhada que surgiu "inflação mais PIB" para o salário mínimo.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Isso, isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Nós queríamos o mesmo percentual para todos os aposentados, mas conseguimos, pelo menos, "inflação mais PIB" para 80% dos que estão no Regime Geral, porque ganham o salário mínimo.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Foi um trabalho lindo que precisamos fazer para mudar o Brasil. Este trabalho foi muito importante.

Então, eu vou te entregar. Eu estava mexendo nas minhas coisas antigas, e vou lhe entregar aqui os CDs, em que você até se emociona com o trabalho que a gente faz. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está bom. Muito obrigado.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Agora eu vou cumprimentar o meu Brasil – e acho a maior delícia é ter nascido aqui. Vou cumprimentar o meu Rio Grande,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentar Santos, a cidade que eu moro. Cumprimentar o Hugo, cumprimentar o Rogério, o Ângelo.

Dessa parte jurídica eu não vou falar, eu vou trazer aqui o que eu vivo no chão de fábrica e o que eu vivo no Brasil. E vocês vão ficar meio surpresos, mas eu vou trazer para vocês para alimentar uma discussão aqui neste debate que nós estamos fazendo.

Em nome da Noemia, eu vou cumprimentar a pessoa mais importante no mundo, que é a mulher: sem ela nós não estaríamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Saiu-se bem! (*Palmas.*)

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Então, eu trabalho muito nessa área do dia a dia, lá na base. E, ontem, quando eu fui convocado a vir pelo Paim, fiquei, até mais ou menos, meia-noite, analisando do que tratavam essas normas. Não sou jurista; com muita honra sou mestre em Administração, e só faço administração e só faço gestão, com muita honra. Respeito a parte jurídica, mas eu vou trazer para vocês pontos que estão acontecendo, e em que nós devemos mexer. Eu vou falar um pouco das normas de tutela e vou falar um pouco do que nós estamos passando.

Vou declarar nacionalmente: nós estamos há 30 dias ou mais sem o sistema de registro sindical do Ministério do Trabalho, o que está nos prejudicando. Ontem, eu entrei em contato com eles e pedi, pelo amor de Deus, para colocarem esse *site* no ar. Isso está nos prejudicando em matéria de acordos e registros...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só uma perguntinha, porque é tanta confusão e a gente mexe para cá: existe no Brasil um Ministro do Trabalho ou não?

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Não, não existe. Isso é uma outra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Continua não existindo.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Isso é uma coisa em que as autoridades brasileiras...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A que ponto chegamos.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – ... têm que começar a nos respeitar. Elas têm que nos respeitar. Nós somos trabalhadores, nós somos quem produz para este País. E o ex-Deputado Jefferson deveria ter a dignidade e ver que, se em dez dias não resolvia aquele problema da filha dele, deveria respeitar o povo brasileiro e o povo trabalhador, e mudar no jogo político e colocar outro nome. Com isso, ele agiu de uma maneira que não tem nada a ver com o Brasil. Eu declaro isso aqui claramente. Não tem nada a ver. Ele não pensou em nós que estamos trabalhando, que estamos fazendo os acordos coletivos lá na base, que temos de registrar sindicatos e muitas outras coisas. Esse é um primeiro ponto. Segundo ponto, Paim: é uma vergonha a nossa carteira do trabalho hoje não ter uma folha que traga para onde vai a contribuição sindical, o nome do sindicato. As empresas de consultorias, no País todo, colocam lá "valor" e colocam "sindicato da classe". Isso prejudica o trabalhador, em nível nacional, num processo trabalhista. Esse é um ponto. O outro ponto é que a folhinha, agora, da contribuição sindical... Lá na Bahia, as carteiras estão sendo emitidas sem isso. Quer dizer, é uma vergonha. E nós vamos ter que mexer, aqui, nessa norma da tutela; nós vamos ter que tratar disso aqui. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto: eu faço homologação, sou presidente sindical – não mando ninguém fazer, eu faço as minhas homologações. Primeiro ponto: para todas as homologações que eu faço, eu recebo um telefonema da Caixa, eu recebo um telefonema do seguro-desemprego perguntando se eu realizei aquela homologação. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os outros homologadores da minha categoria também estão recebendo. Então, existe uma fragilidade para saber se uma homologação foi feita pelo sindicato. E a reforma diz que não é mais para ser feita.

Eu gostaria que os juristas... Continuem, porque vocês estão fazendo um excelente trabalho e vão continuar fazendo. A gente precisa passar para os juízes neste País que uma homologação é a coisa mais importante não só para o trabalhador como para o empresário. É uma garantia de que houve um corte num contrato de trabalho.

Outro item, senhores – eu só trago aqui problemas e só trago realidades que estão acontecendo. Uma coisa pela qual eu lutei anos e anos neste País se chama Perfil Profissiográfico Previdenciário: avacalharam esse documento por que nós lutamos. O que significa isso? Isso significa que, quando eu saio daquela empresa, eu não preciso mais ir lá, voltar naquela empresa, e pedir, pelo amor de Deus, para eles verem os dez anos lá trás do tempo que eu tenho de previdência. A finalidade desse documento é eu sair na homologação com esse documento e continuar a minha vida profissional tranquila, sem eu... Se eu voltar naquela empresa lá, eu já não sou mais tratado como Itamar lá dentro da Cosipa, para a qual eu trabalhei anos e anos. "Ah, o que ele quer? Quer um papel e tal." Esse papel diz o meu histórico na relação daquele trabalho que eu fiz ali.

O movimento sindical deixou isso de lado, meu Deus do Céu! Eu exijo em todas as homologações esse documento! Não abro mão! E não vou abrir mão, porque eu vejo o meu trabalhador sair dali e ir embora, e é um jovem que vai trabalhar 10, 15 anos mais, ou 20, 30, 40 lá para frente, e aí, ele vai voltar lá naquela empresa, e aquela empresa fechou. Esse documento ele tem na mão, comprova. Sabemos que, de 1994 para cá, a previdência tem as informações, sabemos isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que acontece neste País? A gente luta, monta as coisas, os juristas decidem, trazem para esta Casa, esta Casa aprova, e depois, lá no dia a dia, ninguém mais dá bola. Por exemplo, no sistema bancário, o pessoal que sai do banco não recebe esse documento, e o movimento sindical aceita. Nós temos que mudar isso, pessoal! É importantíssimo para o trabalhador um documento desses! É importantíssimo! Outra coisa: estou muito preocupado – muito preocupado! – com o auxílio-doença. Os médicos – já fiz uma denúncia aqui – estão devolvendo trabalhadores sem condições para o serviço. Eu tive uma homologação em que a senhora tinha um tumor no meio da cabeça, uma trabalhadora, e o INSS mandou voltar para trabalhar, e ela foi demitida, e eu não consegui segurar. Está bem? Então, os senhores do Ministério Público têm que fazer fiscalização mais em cima dessa parte do auxílio-doença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Aí passa pelos peritos, não é?

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Pelos peritos, isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Peritos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Médicos peritos.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Poxa, já deram dez minutos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Já deram dez, mas você tem mais cinco.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Pelo amor de Deus, Paim! Não dá, não vai dar tempo. Mas tudo bem, eu vou tocar o barco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai lá, vai lá.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Vou lá, mas não vai dar tempo. É que eu tenho vários pontos a serem colocados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas vai tranquilo.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Sobre o PPP já falei.

O padrão dos demonstrativos financeiros da folha de pagamento. Os sistemas fazem... Um faz um, outro faz outro, outro faz outro. São diferentes. Eu sou perito da Justiça do Trabalho, eu fui Juiz do Trabalho também, e a gente vê os documentos na hora, e às vezes falta informação para o coitado do trabalhador entender. Não existe uma padronização sobre esses demonstrativos. Acho que nós precisamos fazer um trabalho aí. Já que nós estamos mudando o Brasil, vamos mudá-lo de vez, de ponta a ponta. Por que 211 famílias mandarem neste País por cem anos, e nós estarmos aí com essas regalias até hoje? Nós temos que mudar. E será 2018; diz a parte astral que é 2018 o negócio. Graças a Deus, eu vou assistir a esse 2018, e peço a Deus para assistir, porque eu vou participar muito ativamente.

Então, na tutela, nas normas de tutela, das quais estamos falando, a identificação profissional, Paim... Eu faria uma proposta para um grupo trabalhar essa identificação profissional, porque não estão valorizando a carteira do trabalho. Nós temos que rever a nossa carteira do trabalho, ela está com falhas. Por quê? O que acontece? Os sistemas de folha de pagamento fazem agora uma folha à parte, anexa à carteira. Só que lá – eu também sou gaúcho, e gaúcho sempre fica perturbando, dizem; todo mundo neste País diz que o gaúcho é chato, mas é melhor ser chato, porque a gente vai mudando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos ficar com "rebelde", "rebelde"...

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Rebelde. E vai mudando, vai mudando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As revoluções que fizemos de lá para cá mostram isso. (*Risos.*)

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Isto é que é importante: haver vários gaúchos lutando.

Então, o que acontece? No papel dos sistemas, eles estão colocando lá... Eu peguei muita contribuição sindical, e colocam lá: "contribuição sindical", põem o valor e não põem o nome do sindicato. Por que eu estou falando isso? Um diretor do meu sindicato se salvou por uma contribuição sindical que estava na carteira: ele pagou cinco anos seguidos, pagou para metalúrgico; três anos depois, ele pagou para administrador, uma vez que ele era administrador; ele foi mandado embora, a empresa chegou lá, a antiga Cosipa, que hoje é Usiminas, chegou lá na Justiça e disse que ele não era administrador e exigiu que, se ele era administrador, tinha que ser registrado e tal; o juiz foi lá na telinha da carteira em que estava o imposto sindical, e estava lá: "Sindicato dos Administradores de Santos". Salvou-o, e ele teve que ser retornado à empresa. Então, existem coisas que estão acontecendo hoje, no Brasil, lá no dia a dia, que nós temos grande oportunidade de melhorar nessa tutela. Outra coisa que é muito importante – muito importante! –, Paim, nessa mexida aqui: segurança de medicina do trabalho. Eu moro em Santos, vocês conhecem o incêndio que nós tivemos lá, um incêndio que ficou quase 15 dias queimando gasolina e combustível. Para as cargas perigosas que se movimentam na nossa região, não existe fiscalização, a bem dizer, nenhuma por parte da Polícia Rodoviária. As placas nos caminhões, a gente já não sabe mais. Porque, antigamente, nós estudávamos um pouquinho e ficávamos sabendo: "Aquele ali é ácido, aquele ali é isso." Agora as placas... Existe caminhão que nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carrega mais a placa da carga perigosa. Então, nós temos que também colocar isso. E os locais de estoque também, pois é medicina do trabalho, é proteção do trabalhador. Nós temos lá o Saboó... Não, desculpe: a ilha do outro lado do Porto de Santos que tem produtos perigosos.

Então, nós temos que verificar, dentro dessa mexida aqui, porque são 210 artigos da nossa querida CLT – que tem mais risco do que coisas importantes para o trabalhador brasileiro. Nós temos que ver isso. Eu deixaria aqui essa proposta.

E quero agradecer a você, e sempre eu vou voltar aqui polêmico.

Eu iria fazer um comentário com você que ainda está me incomodando, mas vou fazer, porque você sempre quer que eu faça as coisas, que eu fale aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Fale. Tem que falar. Aqui não há censura.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – A entrada nesta Casa essa Presidência ainda não resolveu; o movimento sindical não tem credencial para entrar aqui dentro. Eu acho que nós temos que resolver isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu acho que haverá uma boa oportunidade – deixa eu lhe falar sobre isso já. Como nós vamos ter uma audiência com o Presidente do Congresso e do Senado nesta terça-feira às 10h da manhã, eu proponho que você leve um documento especificamente sobre essa questão.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Quando é que vai ser?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Terça-feira, às 10h da manhã.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Terça-feira, está bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para encerrar a minha parte, quero dizer que o nosso Presidente Antonio Neto manda um abraço a você.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Um abraço, Neto.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Um abraço a todos vocês.

E o Neto vem desenvolvendo um trabalho muito grande. Está com sérios problemas devido a essa reforma trabalhista, com o acordo coletivo dele lá, e está difícil, mas ele vai conseguir ultrapassar isso aí, a gente tem essa certeza.

E vou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me que eu faça aqui uma saudação ao Neto: ele tem feito uns vídeos muito bons, tanto da área trabalhista quanto da previdenciária.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Fora de série.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu tenho pegado, compartilhado e recomendado os vídeos que ele tem feito. Uns vídeos muito bons.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Eu não poderia deixar de falar de duas coisas. A sua cadernetinha sobre aquela CPI da Previdência: parabéns! Você fez num sistema tão pequenininho, que virou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – De bolso.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – ... de bolso. Então, parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a cartilha da previdência. Para quem está ouvindo, está à disposição na nossa página paulopaim@senador.gov.br, e eu autorizo todos a reproduzirem, porque aquilo não tem dono, aquilo quem fez foi o Senado da República; consequentemente, é do povo brasileiro. Quem puder imprimir, imprima e distribua na sua base ou onde puder.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – E para encerrar, eu vou declarar aqui, em nível nacional, que esta semana nós estamos começando, dentro da Federação Brasileira dos Administradores – eu vou conversar com o Antonio Neto e com a CNPL –, nós vamos voltar à carga, mas com base, com dados, e nós vamos modificar essa aberração que se chama tabela do Imposto de Renda. Não é admissível, no Brasil, R$1.904 estar pagando imposto.

Então, nós vamos começar uma campanha nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Conte conosco. Vamos fazer juntos.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Muito obrigado e um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Itamar Revoredo Kunert, Secretário de Organização e Mobilização Sindical da CSB, que traz uma série de sugestões, que vão ficar aqui já com a nossa assessoria, inclusive na área de medicina e segurança do trabalho.

Eu fui supervisor de segurança do trabalho durante um bom período. Primeiro, eu matrizei o ajustador modelista; depois, como fiquei Presidente da Cipa, acabei fazendo um curso e virei supervisor de segurança do trabalho. Então, é um tema que eu vejo com muito carinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Paim, só para ver como a tecnologia é uma coisa bacana: a Valéria, nossa Presidente do Sindicato dos Odontologistas, acho que de Santo André, está nos assistindo direto da França.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Olha só!

Um abraço aí a todos os militantes que estão em outros países, acompanhando a luta no Brasil contra a reforma da previdência e a trabalhista. (*Palmas.*)

Eles não pensem que nós jogamos a toalha quanto à trabalhista; não jogamos, não. Nós vamos mudar ainda isso que vocês fizeram.

Mas, para encontrar a cartilha da previdência, a assessoria lembra aqui de forma correta: www.senadorpaim.com.br, "Senador Paim" tudo junto. Ali vocês encontram a cartilha e podem reproduzi-la à vontade.

Por fim, o último desta Mesa – depois vamos para a segunda Mesa –, doutor muito querido de todos nós também, como todos que estão aqui. Ele sofreu uma série de ataques, e eu tive que ir à tribuna – fiz com carinho e por obrigação minha – denunciar os ataques que ele estava tendo porque estava defendendo o que nós defendemos aqui. Ele merece uma salva de palmas, não ataque. (*Palmas.*)

Dr. Hugo Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho (ALJT).

O SR. HUGO MELO FILHO – Bom dia a todos. Bom dia a todas.

Senador Paulo Paim, eu o cumprimento, reiterando os agradecimentos que já tive oportunidade de fazer, antes de ontem, no Auditório Petrônio Portella, quando tratávamos da reforma da previdência, agradecimento que eu acho que deve ser reiterado não apenas ao Senador Paulo Paim, mas a esta Comissão de Direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humanos do Senado, que tem sido o quartel-general dos militantes pelos direitos humanos neste País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estas palmas eu bati em nome, inclusive, da Senadora Regina Sousa. Ela é a Presidente – veja a grandeza das mulheres. Ela abre espaço para todo mundo trabalhar, discutir. Então, eu queria dar uma salva de palmas à Senadora Regina Sousa, que não está aqui porque está em agenda. (*Palmas.*)

O SR. HUGO MELO FILHO – Permita-me cumprimentar os demais integrantes da Mesa na pessoa da minha querida colega e amiga Noemia Porto. É verdadeiramente uma honra ser um liderado dela, que é a Vice-Presidente de nossa associação nacional e que aqui deu uma aula, efetivamente, sobre o tema em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi tão grande, digamos, a aula que ela deu, que eu convidei os empresários para ouvir. Vai fazer bem para eles também.

O SR. HUGO MELO FILHO – Eu poderia dizer simplesmente que me sinto contemplado em absoluto com a exposição da minha querida amiga Noemia, mas eu queria fazer alguns acréscimos, mais na perspectiva política e política judiciária também, sobre essa questão tão relevante que é a garantia de emprego, que é o tema central, efetivamente, desta Mesa.

De todas as dívidas que o Congresso Nacional tem com a sociedade brasileira, talvez a regulamentação do inciso I do art. 7º da Constituição seja a mais importante, porque não é admissível que, passados 30 anos da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional não tenha feito coisa alguma no sentido de minimamente regulamentar o que está disposto no inciso I do art. 7º, que nada mais é do que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantia contra a dispensa arbitrária ou injusta e a previsão de direitos decorrentes dessa atitude empresarial, inclusive alguma forma de indenização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Dr. Hugo, me permita.

O SR. HUGO MELO FILHO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Como eu fui Constituinte, concluindo os trabalhos, eu apresentei esse projeto. Está há 30 anos e não sai da Câmara dos Deputados, não foi aprovado em uma comissão. Está lá o projeto. Posso até trazer... Vai virar uma peça de museu. (*Risos*.)

Há 30 anos, terminou, eu apresentei; até hoje não foi aprovado em nenhuma comissão.

O SR. HUGO MELO FILHO – Essa informação corrobora o que eu estou dizendo aqui. Então, o Congresso Nacional tem essa dívida permanente com a sociedade brasileira e parece que não quer quitar.

Ao contrário: o Congresso Nacional, nesses 30 anos, fez exatamente o contrário do que recomenda, do que determina a Constituição no inciso I do art. 7º, porque a reforma trabalhista nada mais é do que a concretização da permissão da dispensa, inclusive massiva, de trabalhadores sem qualquer tipo de negociação ou de aviso a quem quer que seja, o que tem gerado problemas gravíssimos nesses poucos meses que nós temos de vigência da nova lei trabalhista.

Mas essa dívida, meus caros, não é apenas do Congresso Nacional; essa dívida é de todos os Poderes da República. Essa dívida, na verdade, é uma dívida da República brasileira com a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam os senhores o que aconteceu em 1996, oito anos após a promulgação da Constituição: o Estado brasileiro, que havia ratificado a Convenção 158, da Organização Internacional do Trabalho, que trata exatamente desta matéria, a garantia contra dispensa arbitrária ou injusta, o governo brasileiro de então, sob a Presidência do Sr. Fernando Henrique Cardoso, em um movimento que foi um verdadeiro vexame para o nosso País e que ainda hoje é motivo de chacota em todas as reuniões em que haja representantes da Organização Internacional do Trabalho, denunciou a Convenção 158, através do Decreto 2.100, de 1996. O governo brasileiro denunciou a Convenção 158, atropelando todas as regras da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, inclusive no que diz respeito aos prazos mínimos após a ratificação de convenções internacionais.

E o fez exatamente porque, naquele momento, Senador Paim, os juízes do trabalho do Brasil já vinham considerando que a Convenção 158, na verdade, estava regulamentando, no âmbito do Direito Internacional, já incorporado à ordem jurídica interna, o inciso I do art. 7º, de modo que já não era mais possível, em nosso País, a denúncia vazia dos contratos de trabalho, a dispensa sem nenhum motivo do trabalhador.

A dispensa arbitrária de empregados, muitas vezes, tem movimentos discriminatórios, quando não revanchistas dos empresários em relação aos trabalhadores, por exemplo, que vão demandar em juízo direitos que são indiscutíveis ou mesmo trabalhadores que vão à Justiça prestar depoimento como testemunhas em processos trabalhistas, vítimas, todos eles, de dispensa, pelo simples fato de exercerem direitos constitucionalmente assegurados ou de aceitarem chamamento do Poder Judiciário para prestar depoimento na condição de testemunhas.

O pior, Senador Paim, é que o Supremo Tribunal Federal teve, em diversas ocasiões, a oportunidade de rever esta questão não apenas da omissão legislativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto à regulamentação do inciso I do art. 7º, porque diversos mandados de injunção foram apresentados ao Supremo Tribunal Federal. E, já a partir do Mandado de Injunção 104, o Supremo Tribunal Federal decidiu que não havia nenhum obstáculo ao exercício assegurado pelo inciso I, desde que o art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias havia regulamentado, em caráter transitório, essa questão.

Parece brincadeira que o Supremo Tribunal Federal venha tomando decisões reiteradas neste mesmo sentido. Ainda em 2013, o Supremo Tribunal Federal decidiu no mesmo modo, invocando essa decisão da relatoria do Ministro Octavio Gallotti desse Mandado de Injunção 104, para dizer que o art. 10 regulamenta transitoriamente o inciso I do art. 7º.

Ora, o inciso I do art. 7º é claramente dividido em duas partes. Na primeira, ele diz que há garantia contra dispensa arbitrária ou injusta de trabalhadores; e, na segunda, ele diz que haverá uma lei complementar que, inclusive, preverá uma indenização compensatória. E mais: preverá outros direitos decorrentes da dispensa injusta ou arbitrária.

E o que diz o art. 10? O art. 10 trata da questão específica da estabilidade da gestante, da questão específica da estabilidade do cipeiro; e, mais do que isso, prevê transitoriamente, como sucedâneo dessa indenização, uma multa calculada sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que o trabalhador ostente no dia da dispensa, pelos recolhimentos durante aquele vínculo que está se encerrado. Todos nós conhecemos: é a famosa multa de 40% do FGTS.

Portanto, o que o art. 10 das Disposições Transitórias regulamenta nada mais é do que a indenização compensatória ou algo que a substitua em caráter transitório. A questão da garantia contra a dispensa não é absolutamente tratada pelas regras transitórias da Constituição, de modo que essa omissão persiste e deveria ter sido corrigida há muito tempo pelo Supremo Tribunal Federal, que vem se negando a fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

isso, o mesmo Supremo Tribunal Federal, Senador Paim, que, há um ano e meio, suspendeu o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade contra o Decreto 2.100, de 1996, que é exatamente o da denúncia da Convenção 158...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUGO MELO FILHO – ... desde que o Ministro Toffoli pediu vista, ainda em agosto ou setembro de 2016. E, de lá para cá, nenhum movimento houve no sentido de julgar essas questões. Mas diversas questões trabalhistas, em caráter emergencial, foram julgadas pelo Supremo nesse mesmo período, como a previsão e a permissão de jornada de 12 por 36, como a permissão do negociado sobre o legislado, que foram verdadeiras cartas brancas que o Supremo Tribunal Federal deu a este Congresso, no sentido de promover essas alterações no âmbito da reforma trabalhista.

Então, se a dívida existe, meus caros, essa dívida é da República brasileira, porque não há, de todos os direitos trabalhistas previstos na Constituição, nenhum mais relevante e mais indiscutivelmente favorável aos trabalhadores do que a garantia de emprego, a garantia de que o trabalhador não vai ser despedido porque foi à Justiça, a garantia de que o trabalhador não poderá ser despedido em massa sem que haja uma justificação, a garantia de que se exija um motivo para terminação do contrato. Aqui, em nosso País, mesmo nos contratos de natureza civil, nenhum deles admite a denúncia vazia.

Lembro-me bem da luta aqui, neste Congresso Nacional, para alteração da lei do inquilinato, ainda na década de 70, quando se permitia a denúncia vazia de contratos de aluguel, e isso foi extirpado da nossa ordem jurídica. Hoje em dia, se o patrão alugar um apartamento ao seu empregado, ele não pode chegar lá, bater na porta e dizer: "Por favor, se retire que este apartamento é meu." Mas ele pode tranquilamente dizer: "Por favor, saia da minha fábrica que este emprego é meu." E aí o trabalhador vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perder o emprego e o apartamento também, porque ele não vai ter o salário para pagar o aluguel.

Isso é um absurdo, que, como disse minha amiga Noemia, persiste em países como o Brasil, que ainda não alcançaram um nível de civilização em que o patrão não pode simplesmente destituir o empregado do seu posto de trabalho. Mesmo no sistema capitalista de produção, é ilógica a dispensa sem motivo de qualquer trabalhador. O posto de trabalho existe; o capital necessita de alguém ali trabalhando. Por que razão eu vou retirar Antônio para substituí-lo por José, senão para promover vantagem ao capital? Senão para substituir Antônio por José ganhando menos? Ou José em trabalho intermitente? Ou José como mero colaborador da empresa, e não mais um empregado, protegido por todo o arcabouço tutelar que ainda resta em nossa ordem jurídica?

Essa questão precisa ser urgentemente resolvida, e a oportunidade que o Senador Paulo Paim abre com esta Subcomissão do Estatuto do Trabalhador é essencial, porque este grupo de trabalho que foi constituído poderá muito bem aproveitar essa janela que se abre, para finalmente encaminhar a regulamentação do inciso I do art. 7º.

Com isso, por exemplo, não precisamos mais nos preocupar com a questão da prescrição da ação trabalhista. Já há projetos aí propondo a prescrição em dois meses, não é, Senador Paulo Paim? Mas, em dois meses, o trabalhador que não corre o risco de ser despedido pelo simples fato de demandar em juízo tem talvez prazo hábil para demandar aqueles direitos que lhe estão sendo sonegados, desde que se garanta que ele não vai ser despedido por isso. O trabalhador que vai à Justiça testemunhar não terá receio de dizer efetivamente o que se passou e o que ele viu no âmbito da relação de emprego, porque ele não poderá ser despedido por isso. E as diversas modalidades de discriminação, que são praticadas exatamente pela possibilidade aberta à dispensa injusta em nosso País, como se a dispensa de trabalhador fosse um direito potestativo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do patrão, isso tudo desaparecerá no dia em que este Congresso Nacional, quitando a sua dívida histórica com a sociedade brasileira, regulamentar definitivamente o art. 7º, inciso I, da nossa Constituição.

Eu espero que esta oportunidade seja aproveitada, Senador, e que nós possamos fazer isso de uma vez por todas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Hugo Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho (ALJT).

Ele tem toda razão: qualquer medida de proteção à demissão imotivada parece que é crime neste País, porque não deixam ir para lado nenhum, trancam e não permitem que se avance. E, pelo contrário, estão tirando aquelas proteções mínimas.

Há o caso do Peixe, líder sindical aqui dentro da Casa que foi demitido; está brigando na Justiça para garantir a sua volta. Isso, sendo que líder sindical tem estabilidade no emprego.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui, no Senado. Ele é líder...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Depois você vai ter oportunidade, Peixe. Calma aí, porque eu vou lhe dar oportunidade.

O Peixe tem feito um trabalho brilhante aqui dentro; ele lidera os terceirizados. Já falou nesta Comissão inúmeras vezes. Talvez seja por causa disso até que ele tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sido afastado. Mas depois ele vai falar. E está brigando agora para garantir o seu retorno como dirigente, porque ele foi dirigente aqui, todos nós somos testemunha disso. E eu vou lhe dar oportunidade, Peixe, naturalmente, como sempre lhe dei.

Agora eu vou chamar a segunda Mesa, agradecendo, com uma salva de palmas, aqui o brilhantismo dos nossos convidados. (*Palmas.*)

Fiquem todos à vontade. Eu agradeço a todos.

A segunda Mesa: Drª Marilane Oliveira Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp), que fez um belo trabalho, inclusive nas audiências que tivemos em São Paulo. (*Palmas.*)

Cássio Luís Casagrande, Procurador do Trabalho da 1ª Região. (*Palmas.*)

Graça Costa, Secretária de Relações de Trabalho da CUT. (*Palmas.*)

Por fim, Anjuli Tostes, representante da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora. (*Palmas.*)

Enquanto os convidados vêm à mesa, o sistema aqui do Senado selecionou algumas perguntas, que eu vou aqui sintetizar e quem quiser comentar, pode comentar depois.

Ademar Teixeira – RS: "O Senador Paulo Paim [com muita ênfase] disse que é contra a reforma da previdência. Por isso, pergunto ao Senador se, com aprovação da PEC 287/2016, terei algum impedimento para me aposentar."

Ademar, não só você. Eu vou pegar aqui a PEC na forma original: eram 49 anos de contribuição, significa que a mulher teria que trabalhar 19 anos a mais – porque hoje são 30 de contribuição –, e o homem, 35. De 35 para 49, para o homem serão 14 anos a mais de contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Só sintetizo nisto: conforme o Dieese e o próprio Ministério da Previdência, a média de emprego do brasileiro é de 9,1 meses em cada 12. Significa que, para você se aposentar, o número de referência seria 64,1. Você pega a data em que você assinou a carteira. Se assinou com 20, mais 64,1: 84,1. Vai se aposentar com 84 anos. Se estudou, foi teimoso, vai dar... Com 30, digamos, assinou a carteira, porque trabalhou com o pai, com o tio, no mercadinho, enfim, ou na área rural e foi assinar a carteira com 30: 30 com 64, 94. Essa é a peça original que o Executivo mandou para cá. Então, praticamente todos perdem o direito de... Vão contribuir, vão contribuir e nunca irão se aposentar. Depois ele foi dando um certo recuo, mas a PEC original diz isso. O que significa? As pessoas iriam correr para o fundo de pensão privada, já que iram saber que não iriam se aposentar.

Nos outros, dá para ser bem mais rápido.

Heleno Venceslau, do Paraná: "Aposentei-me em 1994 e contribuí com dez salários mínimos. Hoje recebo a metade do valor [...] e tudo se deve ao fator previdenciário. Apoio quem é contra a reforma da previdência, que, a meu ver, não trará benefício [nenhum] à população."

Só quero dizer que nós criamos uma alternativa ao fator previdenciário, que eles querem eliminar com essa PEC, que é a fórmula 85/95, em que você escapa do fator e vai se aposentar, se mulher, com 30 anos de contribuição e, se homem, com 35.

Hildo Luiz Selton: "Parabéns pelo trabalho desempenhado em prol da classe [...] [trabalhadora]. Continue sendo o sol dentro do Senado que ilumina o trabalhismo brasileiro."

Com essa pele de negão aqui... (*Risos.*)

Mas pode ser que, na expressão, a gente contribua, nós todos, para dar mais luz à nossa caminhada. Muito obrigado, Hildo, de Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denilson Domingos, de São Paulo: "A reforma trabalhista infelizmente não foi debatida entre os órgãos sindicais, associação e Ministério Público. Isso nos faz pensar que a reforma foi inteiramente patronal, não levando em consideração a segurança jurídica. Certamente foi uma perda dos direitos sociais."

Ele faz só uma afirmação.

Fernanda Carvalho, do Rio de Janeiro: "Apesar das falhas na reforma trabalhista, a possibilidade de que o negociado prevaleça sobre o legislado é favorável para o trabalhador. O direito permanece garantido com a liberdade para os que querem [abrir mão ou] flexibilizar os seus termos."

Fernanda, com todo o carinho e respeito, a gente aqui lê tudo que chega à minha mesa, mas, uma livre negociação entre aquele que tem na mão a caneta para demitir e aquele que precisa trabalhar não é uma livre negociação, é uma livre imposição. Eu sempre relato que desafiava aqui meus adversários no debate da reforma. Eu, que já tenho uma idade avançada, não vou dizer muito avançada, sou do tempo ainda em que, quando eu chegava à empresa, a primeira pergunta que me faziam era a seguinte: "Você quer ou não optar pelo Fundo de Garantia?" Eu dizia: eu não quero. "Então, a porta da rua é o caminho." Quando eu assinava, optando pelo Fundo de Garantia, aí eu tinha o emprego. Então, não existe a livre negociação, existe uma imposição. Eu cheguei e fiz um desafio aos opositores aqui neste debate: se me acharem uma pessoa no Brasil que pôde optar ou não pelo Fundo de Garantia, eu mudo até de nome. Ninguém respondeu. Todos foram obrigados a optar. Se foram obrigados a optar, então não é opção. Foram obrigados a assinar o Fundo de Garantia, abrindo mão da dita estabilidade aos dez anos de emprego.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Era demitido. Teu pai e eu também. A mim disseram: "Tu assinas ou nem te empregamos."

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E ganhou, claro. Contra a Taurus, no Rio Grande do Sul.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

Vamos avançar.

Fernanda, com todo respeito, você ouviu aqui os especialistas. Eles podem até comentar depois.

Ricardo Vaz, aqui do DF: "É preciso assegurar o direito de emprego também àqueles que estão à margem, como os ex-presidiários que já pagaram sua dívida com a Justiça, os transexuais, travestis, e também àqueles que estão com idade acima dos 40 anos, que simplesmente são descartados."

Aqui o Ricardo está afirmando que todo esse setor que é discriminado tem que ter direito a um emprego digno, independente da sua vida, da sua visão de sociedade, já que ele quer só trabalhar.

Pedro Silva, de Minas Gerais: "Com a reforma trabalhista, o processo judicial será mais [...] [rápido]? E os direitos dos trabalhadores serão prejudicados ou fortalecidos?"

Ora, criou-se uma insegurança tão grande, a chamada insegurança jurídica, que eu tenho lá as minhas dúvidas se não vai aumentar ainda essa discussão de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permanente. E, se os direitos dos trabalhadores serão prejudicados, eu não tenho nenhuma dúvida de que serão, sim, muito prejudicados.

Registro a presença de Solange Aparecida Caetano, Presidente da Federação Nacional dos Enfermeiros. Até agradeço aqui aos enfermeiros que iam me fazer uma homenagem no Rio de Janeiro – eu não pude ir, mas mandei um vídeo – pelo movimento e pelo trabalho que nós fizemos no Parlamento, no caso ali da aposentadoria.

Uma salva de palmas aos nossos queridos enfermeiros, que estão aqui hoje. (*Palmas.*)

Mário Teixeira, Secretário de Assuntos Jurídicos da CTB. Palmas também para o Mário. (*Palmas.*)

Depois o Mário vai ter oportunidade, no plenário, como o Peixe, de usar a palavra.

Vamos então.

Começa com você, nossa querida Marilane Oliveira Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp), que coordenou um grande evento de que participei, lá em São Paulo, sobre o debate da reforma trabalhista e previdenciária.

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Bom dia a todas; bom dia a todos. Cumprimento a Mesa, especialmente o Senador Paim, pela iniciativa. Realmente ele é a nossa grande resistência hoje no Congresso Nacional. Cumprimento quem nos ouve.

Eu vou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – E nos assiste. Isso. Exatamente. Estamos sendo ouvidos e assistidos. Então, cumprimento a todos e todas.

Eu queria aproveitar os meus 15 minutos porque, na verdade, nós do Cesit temos nos revezado no acompanhamento das audiências públicas. Nós somos uma equipe não muito grande. Há a equipe que constituiu um grupo de trabalho sobre a reforma trabalhista, no final do ano de 2017, e uma das nossas definições, no grupo de trabalho, é de justamente contribuir com esse processo de construção de um novo código de trabalho e participar ativamente de todas as audiências.

A Magda, inclusive, deve estar chegando a qualquer momento. Ela veio também para que a gente possa participar da reunião da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela vai participar. É uma satisfação saber que ela está vindo. A Magda é Juíza do Trabalho lá no Rio Grande do Sul. Eu lembro de lá. Uma companheira de todas as horas, muito firme. Eu queria dar uma salva de palmas para ela, só de lembrar. (*Palmas*.)

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Isso, muito bem. Ela vai ficar emocionada. Ela está chegando. O voo atrasou.

O Cesit tem, no último período, priorizado muito uma reflexão em torno do tema da reforma trabalhista e previdenciária, mais, claro, por conta das nossas características, especialmente em relação ao tema da reforma trabalhista. Fizemos um estudo grande no final do ano passado, e estamos retomando neste ano. Ontem, inclusive, fizemos uma reunião. Vamos produzir e publicar um material enfatizando vários aspectos em relação à reforma trabalhista fundamentalmente naquilo que é a nossa *expertise*, que é área econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a ideia é fazer um bom diagnóstico sobre as condições econômicas e macroeconômicas e como esse debate da reforma trabalhista se insere nesse contexto de competitividade espúria; a busca por condições de inserção mais favoráveis no mundo produtivo e nas cadeias de produção; como esse debate está deslocado na medida em que ele não proporciona isso; um rebaixamento, na verdade, das condições de vida e de trabalho da sociedade como um todo; e, no tema do mercado de trabalho, nas relações de trabalho, o sindicalismo, as negociações coletivas e também um estudo sobre o tema das desigualdades e os padrões internacionais e alguns comparativos em vários países em relação à implementação da reforma e como isso vem sendo viabilizado.

Eu não sou advogada, embora o Paim sempre me apresente como advogada. Ele, inclusive, jura que me conhece lá do Rio Grande do Sul como advogada. Eu sou economista a vida inteira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lá no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Ela ia fazer palestra lá. Com essa competência que ela tem, é doutora, advogada, economista, socióloga, psicóloga, de tudo um pouco.

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – De tudo, não é?

Eu vou fazer uma fala de economista, primeiro, claro, tentando também entrar no tema dessa audiência porque também convivo com o movimento sindical e estou acompanhando cotidianamente... Inclusive, nós vamos, através do Cesit, também criar um observatório. Estaremos fazendo uma reunião com pesquisadores do Brasil inteiro, no final de março, para criar uma metodologia de acompanhamento da implementação da reforma trabalhista. Quiçá não precisemos implementar porque vamos conseguir derrotá-la antes disso. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente tem que trabalhar para isso, desconstruir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As eleições de 2018 podem ajudar a eleger um Presidente ou uma Presidenta comprometida e um Congresso comprometido.

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Exatamente. Inclusive, acho que este é o nosso esforço: desconstruí-la na prática, no cotidiano, no nosso dia a dia.

Vou dividir em dois momentos a fala. No primeiro momento, destacando o muito daquilo que a gente tem... Várias das companheiras e dos companheiros que me antecederam já comentaram em relação, por exemplo, ao que são as condições do mercado de trabalho e como elas pioraram, na verdade, no último período. Então, é só para revelar alguns dados.

Por que isso é importante? Porque uma das principais motivações da reforma trabalhista tem sido, de forma recorrente, utilizar o discurso de que a reforma trabalhista vai permitir que, com a flexibilização das relações de trabalho, gerem-se empregos. E isso absolutamente não vem acontecendo e não há nenhuma perspectiva de acontecer. E eu vou comentar um pouco sobre isso.

Só para a gente poder trabalhar com os dados e para ter uma ideia, por exemplo, nestes últimos três anos, de 2015 até 2017, entraram no mercado de trabalho, o que a gente chama de população economicamente ativa, 4,3 milhões de pessoas e foram incorporadas... Não foram incorporadas. Nesse mesmo período, foram retiradas do mercado de trabalho 726 mil. Então, todo mundo que entrou nos últimos três anos... Estou falando só dos últimos três anos, eu poderia falar dos últimos cinco, seis anos, em que foram mais de 10 milhões que entraram. Desses 4 milhões que entraram nos últimos três anos, é como se ninguém tivesse sido incorporado. Além disso, 700

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões saíram... Aliás, desculpe, 730 mil saíram. Então, é uma condição no mercado de trabalho que é uma verdadeira catástrofe.

E, quando a gente examina, por exemplo, os dados do desemprego, é isto: o desemprego de 2014 para cá dobrou, passou de 6 milhões para 12 milhões. Mas o que mais chama a atenção é que é um desemprego que tem cor e raça. Então, por exemplo, entre as mulheres negras, nos últimos três anos, o desemprego cresceu 100%, dobrou o desemprego entre as mulheres negras. Os números mais absolutos estão justamente na população negra.

E um outro destaque, que é o discurso que os precursores, os defensores da reforma trabalhista utilizam de forma muito frequente, é essa ideia de que a reforma trabalhista ajuda na formalização dos vínculos de trabalho. A gente tem, nos últimos três anos, um crescimento do trabalho informal, que já havia sido, inclusive, registrado aqui, e do trabalho por conta própria. Mas o que chama mais a atenção, nesse último período, é o crescimento do trabalho por conta própria. É impressionante, o trabalho por conta própria cresceu muito. Em alguns casos, ele cresceu mais de 30% no último período. Ele representa hoje, somando o trabalhador não registrado com o por conta própria, 36 milhões de homens e mulheres no Brasil, enquanto que os com carteira de trabalho assinada, no setor da iniciativa privada, são 34 milhões.

Então, no período de ascenso, de crescimento econômico, que foi de 2004 até 2013, nós tivemos um crescimento tremendo da formalização e uma redução de todos os indicadores de informalidade, indicadores mais desfavoráveis ao trabalho. Num momento em que a economia para de crescer, há uma inflexão, voltam todos os indicadores ruins. Então, na verdade, isso não está associado, em hipótese alguma, à questão dos direitos do trabalho porque, se fosse isso, durante 2004 a 2013, quando o emprego cresceu mais de 15, 16 milhões, não teriam sido formalizados mais de 20 milhões. Esse emprego teria ido para a informalidade por conta própria. Então, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições desfavoráveis no mercado de trabalho estão estritamente relacionadas, associadas ao próprio ritmo e dinamismo da economia.

E, com isso, há queda na contribuição previdenciária. Por exemplo, nesses últimos três anos, nos últimos dados desagregados a partir da PNAD Contínua, que é o terceiro trimestre de 2017 – a PNAD Contínua ainda não foi divulgada para o quarto trimestre com dados desagregados –, nós tivemos uma queda de quase 1,5 milhão de pessoas que contribuíram com a previdência. Inclusive, no último período, eles reforçaram muito o discurso de que, cada vez mais, a previdência estava se tornando insustentável. Mas, claro, com o nível de desassalariamento gigantesco, houve uma queda brutal, inclusive entre os próprios não assalariados e por conta própria, porque, quando aumenta a rotatividade e cai o rendimento, a primeira coisa que você faz é, muitas vezes, eliminar a contribuição previdenciária que é feita de forma autônoma. Então, foi 1,5 milhão...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – ... que se reduziu nesse período.

O desemprego está muito concentrado em quatro setores: indústria, agricultura, comércio e construção civil. Foram 4,2 milhões desempregados nesses últimos três anos só nesses segmentos.

Qualquer perspectiva de recuperação da atividade econômica pode significar uma recuperação de emprego. Agora, em hipótese alguma, ela está associada à reforma trabalhista, primeiramente porque, se a gente olhar a indústria, o segmento industrial, por exemplo, o que a reforma trabalhista oferece para ele? Oferece todos aqueles elementos relacionados com as possibilidades de dispensa e contratação baseadas nessas formas mais precárias. Então, não existe possibilidade de a indústria retomar o nível de emprego que não seja através dessas formas e, ao incluir essas formas, substituir os contratos formais existentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, em relação à construção civil, que está associada à dinâmica econômica e ao próprio processo de aceleração e crescimento da atividade produtiva e dos gastos públicos porque a gente sabe que, no caso da construção civil, os gastos públicos são fundamentais. É um setor que tem uma capacidade e um potencial de geração de emprego para frente e para trás enorme. Quem dinamiza o setor são os investimentos públicos. E, com a limitação dos gastos públicos, através do teto dos gastos sociais aprovado no ano passado, evidentemente essa perspectiva não vai se colocar para os próximos 20 anos, a menos que a gente reverta isso no próximo ano, a partir da eleição de um governo favorável aos trabalhadores, às trabalhadoras e à sociedade em geral.

Passo, então, para a minha segunda parte, que é comentar um pouco o que é o tema desta Mesa. Lembro também que, no caso do comércio e serviço, que também foi um setor que teve uma queda significativa de quase 300 mil postos de trabalho, a perspectiva é de que o emprego volte também para estas condições atípicas: contrato através do trabalho intermitente, contrato autônomo ou através da contratação parcial. Na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E mesmo a terceirização.

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – E mesmo a terceirização, porque, inclusive, todo o discurso da Riachuelo... Inclusive, eu quero até aproveitar aqui para dizer que a gente vai fazer um trabalho grande pelo Cesit, com uma entidade internacional, e vai analisar a Riachuelo. O Ângelo comentou sobre a Riachuelo. Temos interesse em estudar a Riachuelo e mostrar como as condições de trabalho são realizadas no setor têxtil na Riachuelo. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque ele tem usado todos os veículos de comunicação para se colocar politicamente em relação ao que ele pensa de sociedade e de país e como deve ser. Nós também queremos desmascarar o dono da Riachuelo. (*Palmas.*)

Então, eu peço toda a ajuda possível que houver para a gente poder apresentar os dados sobre as formas de contratação de trabalho que a Riachuelo exerce nacionalmente.

Em relação ao comércio é isto: é substituir trabalho formal, trabalho com jornada de 44 horas, por essas formas de contratação. E o que mais nos tem chamado a atenção é em relação às despedidas imotivadas e às formas de dispensa.

Bom, o que aparece? Aparece com muita força essa discussão sobre a dispensa por acordo. As empresas, no geral, têm se posicionado muito favoráveis e simpáticas a essa possibilidade, que evidentemente lhes interessa. Não só interessa a elas, como interessa ao Governo, porque significa não pagar, não ter acesso ao seguro-desemprego e ter acesso apenas a 80% do saldo do Fundo de Garantia. E, para as empresas, evidentemente, isso é um bom negócio.

Isso tem crescido, e crescido num contexto de desinformação muito grande, porque o trabalhador e a trabalhadora, quando assinam o contrato da rescisão contratual, poucos leem o contrato inteiro. E, com essa possibilidade de que a rescisão não ocorra mais na entidade sindical, a maioria está adorando e realmente não está mais encaminhando rescisão para o sindicato de trabalhadores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – ... nem para a delegacia do trabalho. O que elas estão fazendo, na verdade, é isso que eu vou comentar, é o caso que aconteceu com a Avon. Todo mundo sabe quem é Avon, não é? Avon é um grande grupo econômico americano...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – ... que tem condições de trabalho muito questionáveis, tem uma rotatividade altíssima, trabalho eminentemente feminino. Ela criou um centro de rescisão na Avenida Paulista, uma das avenidas mais importantes de São Paulo, e está oferecendo serviços para as empresas. Ela está administrando, como se fosse uma agência, as rescisões e oferecendo esse serviço para as empresas. Então, eles estão cuidando dos ovos... A raposa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso que o Adão Pretto usava muito: estão entregando à raposa para cuidar do galinheiro. É um absurdo isso.

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Isso, exatamente. E orientando.

Então, assim, as orientações são inúmeras. Outras estão orientando que nem a empresa... Porque as empresas também têm dificuldade de fazer a rescisão, porque elas não têm tempo para cumprir os dez dias para realizar todos os procedimentos. Então, o que elas estão orientando? Elas estão pagando e estão enviando para a Justiça do Trabalho, para que o Judiciário, a Justiça do Trabalho decida se a rescisão está de acordo, se está faltando alguma coisa, para evitar os passivos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Uma ação.

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Exatamente.

Então, outras orientações indicam que, bom, acabaram as relações com os sindicatos, os acordos são individuais e, portanto, orientam as entidades patronais a não renovar convenção coletiva e a estabelecer acordos diretos com os trabalhadores e trabalhadoras. E algumas hipóteses que vão sendo estudadas, que vão evoluindo no sentido de que é possível estabelecer acordos com entidades patronais e entidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sindicais no sentido da manutenção da rescisão numa perspectiva de que isso favorece as empresas...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – ... mas incorporando também a intermediação e a mediação, que eram as antigas comissões de conciliação prévia lá do final dos anos 90. Então, seria também transformar num espaço de conciliação prévia.

Então, nós estamos percebendo que se está proliferando uma série de possibilidades, e nenhuma ou quase nenhuma delas favorável aos trabalhadores. Então, assim, eu não tenho muito como propor. Estou tentando ajudar no sentido de trazer essas situações para que a gente pense conjuntamente como atuar nesse sentido.

Com isso, eu quero encerrar, porque meu tempo já se concluiu. Assim como todos começaram comentando sobre esse recuo em relação à questão da previdência, também quero comentar isso. Eu acho que foi uma vitória muito importante, é uma vitória importante nossa, dos nossos Deputados, dos nossos Parlamentares, mas principalmente da sociedade, dos trabalhadores, do movimento sindical, dos sindicatos, que têm lutado intensamente, incessantemente, para derrotar a reforma da previdência. Então, eu acho que é uma vitória muito grande de toda a sociedade.

E acho que isso abre para uma perspectiva de que nesse processo de disputa eleitoral que vem por agora, sobre esses temas que vão estar colocados, os candidatos vão ter que se posicionar. Então, os candidatos e as candidatas à Presidência vão ter que dizer o que pensam da reforma trabalhista, o que pensam da reforma da previdência e o que vão propor, e a gente conseguir politizar e colocar esse processo de disputa num outro patamar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerro agradecendo mais uma vez pelo convite e também nos colocando inteiramente à disposição não só de você, mas de todas as entidades que compõem este grupo de trabalho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Marilane Oliveira Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp).

De fato, nós abrimos hoje com essa questão da previdência, uma vitória de todo o povo brasileiro. Fizemos questão de destacar todas as áreas, pública, privada, campo, cidade, centrais, federações, confederações, associações, todo mundo. São líderes desses movimentos, eu diria, e merecem ser homenageados. É claro que nós, Parlamentares, cumprimos o nosso papel aqui dentro, mas sempre em sintonia com a sociedade, porque nós aqui não faríamos nada se a sociedade não tivesse se mobilizado como se mobilizou.

Eu queria só que alguns Parlamentares que insistem em dizer que a reforma trabalhista não trouxe prejuízo... Eu vou mandar esta manhã o vídeo para eles e pretendo fazer, principalmente quando completar um ano – porque vai completar um ano, não tem como – uma apresentação de todos os prejuízos da reforma trabalhista ao povo brasileiro. Estamos marcando já um grande evento, um ano que deveria ser um ano de velório, porque acabaram com a CLT.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nunca deveria ter existido. Vai ser um dia todo.

Então, aqueles Parlamentares, como aquele de ontem, não vou nem citar o nome para não criar certos constrangimentos, já que ele não está presente, por favor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assistam pela TV Senado, porque vai ao ar de novo à noite. Tudo o que você ouviu esta manhã mostra o tanto de prejuízos que trouxe essa reforma para os trabalhadores.

Cássio Luís Casagrande. O Dr. Cássio Luís Casagrande é Procurador do Trabalho da 1ª Região.

O SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE – Bom dia a todos. Inicialmente, quero cumprimentar o Senador Paim, agradecer mais uma vez o convite para estar nesta Comissão tão importante. Já estive aqui também em agosto do ano passado. Quero também pedir desculpas pelo atraso. Estava programado para participar da primeira Mesa, mas, em função das chuvas no Rio de Janeiro, o meu voo atrasou e eu só pude chegar mais tarde. Quero cumprimentar também os outros integrantes da Mesa e entrar aqui no tema que me foi proposto. Eu devo até confessar que havia preparado uma apresentação um pouco mais dogmática, mas como assisti ao final da apresentação do Dr. Hugo Cavalcanti Melo, ele acabou roubando exatamente o que eu ia falar, que era a Convenção nº 158, e o fez de forma tão brilhante, como sempre, que seria talvez até uma perda de tempo eu repetir esse tema. Fiquei pensando, na verdade, que talvez seja mais interessante apresentar aqui já a experiência do Ministério Público com os primeiros efeitos dessa reforma.

Então, vou abandonar o meu *script* original e vou contar dois casos que aconteceram no Rio de Janeiro, amplamente divulgados pela imprensa, pelo menos local, mas um deles também pela nacional, e trazer aqui à reflexão. Uma situação bastante conhecida é da Universidade Estácio, que, já no final do ano passado, aproveitando a reforma trabalhista, decidiu fazer uma demissão em massa, e mandou mais de 1.200 professores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Baseado na nova lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE – Com base na nova legislação, especialmente porque, veja, era uma demissão em massa, e nós sabemos que, pela jurisprudência do TST, que por enquanto está em vigor, entendia-se que a demissão coletiva, de acordo com a Constituição, deve ser precedida de uma negociação coletiva. Esse é o entendimento que já estava consolidado no Tribunal Superior do Trabalho, ou seja, é um entendimento fundamentado na Constituição.

Como nós sabemos, o legislador ordinário alterou a legislação, a lei infraconstitucional, para dizer, em um dos dispositivos da reforma trabalhista, que a demissão coletiva, para todos os efeitos, equipara-se à demissão individual, fazendo um exercício aqui e dizendo que feijão é arroz, que uma coisa é outra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Me permita: que um quilo de feijão e uma tonelada são a mesma coisa.

O SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE – É. Ou seja, desnatura completamente a questão do impacto que uma demissão coletiva tem sobre um grupo social de trabalhadores. É evidentemente diferente desligar um único trabalhador por uma contingência qualquer e desligar uma massa de trabalhadores, inclusive nesse caso da Universidade Estácio de Sá, que já estava lá há muitos e muitos anos. E vejam, não apenas dispensou essa negociação coletiva prévia, como também exime a empresa de sequer fazer a homologação dessas decisões de uma decisão em massa perante o sindicato, como a Drª Marilane ressaltou.

Os professores que estavam lá ficaram bastante revoltados. Houve lá um princípio de greve. Também era uma situação difícil, porque como fazer greve se você acabou de ser demitido? A não ser que seja uma greve de solidariedade, talvez, dos que ficaram, mas que também ficam numa situação difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Mas não daqueles que foram demitidos, que já estão afastados.

O SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE – E eles foram ao Ministério Público e nós começamos a tomar os depoimentos desses trabalhadores e logo percebemos um fato bastante interessante, que eram quase todos cabeças-brancas, como se diz. Eram quase todos maiores de 50 anos, alguns com 55 anos, 60 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Todos com cabelo igual ao meu.

O SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE – Exatamente. Eu não quis fazer menção aqui, mas mais ou menos a idade do Senador Paim. Era a idade média dos professores, que embora jovens eram experientes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – "Embora jovem", eu gostei. Mais de 60, mas jovem.

O SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE – Mas eram professores que estavam na Universidade Estácio há 20, 30 anos, e como todos sabem, é o auge da carreira docente. Por estarem lá há muito tempo, tinham salários altos dentro da média do que se paga no ensino universitário privado. Eram professores que ganhavam R$15 mil, R$20 mil. Nós percebemos, no Ministério Público, que a intenção da Universidade Estácio era muito clara. Inclusive eles anunciaram isso em jornais, que estavam fazendo uma restruturação, e que havia muitos profissionais com salários altos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estavam demitindo para admitir outros funcionários.

O SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE – Para contratar outros com salários de ingresso. Então vejam que é uma questão... O.k., é uma política, mas ela tem que negociar com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o sindicato. A razão, exatamente, da necessidade dessa negociação coletiva é que isso tem um custo social para um conjunto de trabalhadores, trabalhadores idosos.

No Ministério Público, nós temos que lutar com as armas que ainda nos restam, e nós percebemos o seguinte: essa demissão foi uma demissão discriminatória. Nós começamos a verificar a idade de cada um dos trabalhadores e concluímos que quase 90% deles tinham mais de 40 anos. Não é coincidência. Certamente houve um critério. A Universidade Estácio, ao promover essas demissões, não o fez de forma aleatória. Alguém aqui – acho que até o Dr. Hugo – dizia: a empresa, ao decidir denunciar, fazer a denúncia vazia do contrato, tem um critério, ela escolhe uma razão. E nesse caso, ao ver do Ministério Público, estava muito claro que a razão que ela escolheu era demitir os professores antigos e contratar jovens. Inclusive, vejam: ela foi tão despudorada nesse sentido que logo divulgou um anúncio de que estava admitindo professores. Fez circular. Eu sou professor também, mas em uma universidade pública, a Universidade Federal Fluminense. Um amigo meu me ligou: "Olha, a Universidade Estácio está contratando professores." Eu falei: "Eu sei disso."

Então, vejam que a situação vai além da mera demissão para incidir em uma situação de discriminação. E vejam o que aconteceu na prática, para sentir até como está difícil lutar contra a reforma trabalhista no Poder Judiciário. O sindicato ajuizou uma ação civil pública argumentando que não houve a negociação coletiva. De fato, vejam, se o entendimento da jurisprudência é de que, com base na Constituição, não se pode fazer a demissão em massa sem negociar com o sindicato, evidentemente que a lei que dispuser em contrário é inconstitucional, como nós entendemos que a lei que diz que a demissão em massa é igual à demissão individual é inconstitucional.

Em um primeiro momento, o sindicato teve sucesso. O juiz da primeira instância deferiu o pedido e determinou a suspensão das demissões. Houve a impetração, pela empresa, de um mandado de segurança no Tribunal Regional do Trabalho e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desembargador que o recebeu cassou essa liminar. Nós ajuizamos também uma ação. O Ministério Público ajuizou uma ação cautelar, só que com outro fundamento. O nosso fundamento era da dispensa discriminatória. Não entramos no mérito da não negociação, porque isso o sindicato já estava discutindo. Era uma segunda ação.

Também obtivemos uma liminar favorável em primeira instância, o que nos dá algum ânimo, porque parece que os juízes estão, de alguma forma, simpáticos à tese e vendo a reforma trabalhista de forma crítica, como deve ser. Mas houve também um novo mandado de segurança, que foi distribuído, por pedido da empresa, para o mesmo desembargador que julgara o anterior, e o Ministério Público entendeu que não era caso de prevenção, porque o fundamento era outro, embora uma das partes fosse a mesma, a parte autora, o Ministério Público, e o fundamento era outro, era discriminação. Nós entendíamos que deveria ter sido distribuído para outro desembargador, mas esse desembargador acolheu a prevenção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE – ... e também revogou a liminar que o Ministério Público havia obtido. Resultado: houve um agravo para o Tribunal Superior do Trabalho. Só que, como era época do recesso, isso aconteceu perto do Natal – aliás, os trabalhadores ganharam esse presente da Estácio, foram demitidos às vésperas do Natal –, nós impetramos um agravo em Brasília, mas o Ministro Ives...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Caiu na mão do Presidente Ives Gandra.

O SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE – ... que, como Presidente, estava ali exercendo as tutelas de urgência, em razão do recesso, manteve essa decisão do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso serve para refletir também como, embora nós tenhamos algum espaço na primeira instância, está um pouco difícil de questionar alguns aspectos da reforma trabalhista nas Cortes superiores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se eu não me engano, vou dar uma notícia boa ao Brasil: o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra, está terminando o mandato.

O SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE – Sim, exato, acho que agora. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma notícia boa! Segunda-feira. Eu o conheço, converso com ele, mas é uma notícia boa para o Brasil.

Ele vai se aposentar?

O SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE – Não. Termina o mandato como Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele continua lá, mas não como Presidente, e a maioria lá, pelas informações que nós temos, é favorável aos trabalhadores. Ele tem o seu lado, tem a opção pelo empregador, e eu respeito. Ele é favorável ao empregador em todos os casos que eu vi, ouvi e falei com ele, mas é uma opção dele. Não estou fazendo nenhuma crítica ou coisa parecida. Ele tem lado, ele optou por aquele lado, como outros tantos juízes têm outra versão. Eu recebi aqui um documento, se não me engano, com 17 assinaturas dos juízes do Tribunal Superior do Trabalho contrários à reforma.

O SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE – O meu tempo já está esgotado, praticamente. Mas só há outro caso para dar notícia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ainda há tempo, você está no seu tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE – Ah, obrigado. É que ouvi tocar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Quando toca, são mais cinco minutos.

O SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE – Há outro caso que eu gostaria de mencionar, isso foi muito divulgado na imprensa do Rio, não sei se também saiu em outros Estados. É o caso da Rede D'Or, uma rede privada de hospitais que atende a elite do Rio de Janeiro e que está se fazendo valer daquele dispositivo da CLT inserido no art. 442, que diz que o trabalho do autônomo, desde que formalmente caracterizado, não pode ser classificado como vínculo de emprego. Ou seja, tenta desnaturar a relação de emprego. Nós, do Ministério Público, desde o primeiro dia da lei, dissemos que isso não pode ser um apanágio para fraudes.

De fato, as empresas podem contratar trabalhadores autônomos, desde que eles de fato sejam autônomos, não tenham horário de trabalho a cumprir, tenham liberdade no contrato, enfim, as características do trabalho autônomo. Mas o que a Rede D'Or fez, algo bastante perturbador até? Ela tinha lá um grande número de fisioterapeutas contratados com carteira assinada pela CLT, eram mais de 200 se não me engano, chamou todos eles lá e disse: "A partir da data x, vocês passarão a ser pessoas jurídicas, PJ".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Ou seja, naquele sistema, demitiu todos.

O SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE – Demitiu todos, inclusive instruiu esses fisioterapeutas sobre como eles deveriam abrir uma empresa ou se associarem a algumas empresas que já estavam ali compostas. E isso está acontecendo também com os médicos, porque há alguns médicos que são plantonistas. A realidade das relações de trabalho nos hospitais é muito complexa. Há aquele médico que vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eventualmente atender, que é de fato autônomo, que estabelece a sua própria agenda, mas há aquele médico que é de fato empregado, que cumpre plantão, e, às vezes, plantões de 12, 24 horas. Esse médico, nos termos da legislação, tem que ser contratado com carteira assinada. E, de fato, a Rede D'Or tinha um quadro grande de médicos assim contratados e também está adotando o mesmo procedimento: encerra o contrato de trabalho, à carteira de trabalho, e determina que esse profissional constitua uma pessoa jurídica para ser contratado como autônomo, sem vínculo de emprego.

Eu chamo a atenção para o fato de que isso vai resultar, nas estatísticas, numa diminuição no número de trabalhadores com carteira assinada, o que tem efeito exatamente oposto àquele propagado pelos defensores da reforma. Quer dizer, não vai aumentar o número de carteiras assinadas; está acontecendo o contrário. E a consequência é que vai diminuir a contribuição previdenciária, porque a base de incidência e as alíquotas são menores para o trabalhador autônomo. E vejam que, até no caso que mencionei da Estácio, também vai acontecer isso, porque eram trabalhadores que tinham salários altos e são substituídos por salários mais baixos. Evidentemente, vai haver também uma perda previdenciária.

No caso da Rede D'Or, houve uma atuação, aliás, muito pronta, do Ministério do Trabalho. A fiscalização foi lá e flagrou a situação. A Rede D'Or foi autuada.

Vejam, nós entendemos que a reforma trabalhista não veio para respaldar fraudes ao contrato de trabalho – isso, na verdade, é uma fraude. Não mudou nada com a reforma, a rigor. O trabalhador autônomo, se cumpre horário, se está sujeito ao poder disciplinar do empregador, ele continua sendo empregado. Os reformistas não alteraram o art. 9º da CLT, acho até que cochilaram, porque o art. 9º da CLT diz que todos os atos tendentes ou com objetivo de mascarar o contrato de trabalho são tidos como nulos. O art. 9º está vigente, e nós o estamos aplicando no âmbito do Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público. Então, vamos também atuar nesse caso da Rede D'Or, ainda que não saibamos qual será a recepção...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que este ano termine logo, senão eles são capazes de já alterar o art. 9º! Daí o novo governo pode dizer...

O SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE – É melhor até nem falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas eles já sabem disso, eu já tinha ouvido alguma fala.

O SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE – Já tinham falado assim, não é?

Então, vejam, o esforço do Ministério Público tem sido o de atuar nesses casos. Nós vislumbramos que há, digamos, uma certa receptividade na primeira instância da Justiça do Trabalho, mas não sabemos ainda como os tribunais superiores vão se comportar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE – Normalmente, quando há uma grande reforma legislativa, é preciso aguardar cinco, dez anos pela consolidação da jurisprudência. Então, as perspectivas ainda estão em aberto.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Cássio Luís Casagrande, Procurador do Trabalho da 1ª Região, que abriu mão da palestra que ele tinha articulado para mostrar casos concretos, já que alguns Parlamentares estão dizendo que não houve prejuízo. Não houve prejuízo na casa dele, mas para a sociedade houve. Eu duvido que, na casa dele, tenha havido prejuízo, porque a vida dele continua igual, mas a do assalariado brasileiro é diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas não estou citando nome de nenhum – viu, pessoal? –, que fique bem claro isso, senão dá problema para mim depois.

Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores.

A SRª GRAÇA COSTA – Bom dia a todos e todas.

Cumprimento o Paim por esse trabalho. Como foi dito aqui pelo Hugo, isto aqui é uma trincheira. O que nós temos no Parlamento brasileiro de mais consistente é este espaço da CDH e as iniciativas que o Senador tem tomado para nos ajudar, ajudar a classe trabalhadora, o que nos deixa muito tranquilos. Quando o Paim resolveu, junto com as entidades, num debate sobre a reforma da previdência, abrir uma CPI para investigar realmente se havia esse déficit, se realmente a Previdência estava quebrada, se realmente era necessário fazer essa reforma, surpreendeu muita gente. Foi superacertada essa ideia e nós conseguimos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita que eu dê uma salva de palmas a todas as entidades, porque todas trabalharam e estiveram lá, todas as centrais, confederações e associações. (*Palmas.*)

A SRª GRAÇA COSTA – Aí, como eu já disse outras vezes aqui, em outros espaços, a CPI provou, disse tudo ao contrário do que o Governo brasileiro estava dizendo e propagandeando. E todos os Parlamentares que são do lado do Governo votaram a favor do relatório da CPI. Foi uma prova, isso ajudou demais, foi fundamental para que a sociedade brasileira entendesse que o que estava em curso aqui era uma coisa bem parecida, ou igual, ao que aconteceu com a reforma trabalhista: uma grande enganação. E a gente vai provar, aos poucos, o que aconteceu com a gente, o que aconteceu com o Direito do Trabalho no Brasil com essa reforma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este espaço, a criação desta Comissão... No começo, as pessoas diziam "Para quê?". Gente, é o espaço que nós temos permanente de debate, é um espaço muito importante de divulgação, porque, como é um instrumento oficial do Parlamento, uma audiência pública, é transmitida ao vivo e milhões de pessoas a assistem, e há as reprises...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem medo de errar, no mínimo, dois milhões de pessoas.

A SRª GRAÇA COSTA – Eu encontro pessoas que não estão convivendo diretamente comigo – por conta do trabalho, a gente fica nessa correria, viajando muito – que falam: "Graça, eu te vi na TV Senado". Então, é muito importante este espaço também para divulgar o que está sendo divulgado agora.

Os primeiros efeitos da reforma trabalhista são efeitos que vão só prejudicar a classe trabalhadora e, por consequência, o nosso País. É uma desmoralização! No passado, todas as vezes que eu vinha aqui, eu dizia que o empresariado brasileiro tinha cabeça muito arcaica, que ele ainda estava muito ligado à escravidão, àquela coisa do mando. E, como eu sou servidora pública municipal, o meu patrão muda de quatro em quatro anos, eles querem mandar no pensamento da gente. Não é mandar só no voto e não é só controlar o nosso trabalho, as transferências arbitrárias, as coisas com que a gente convive todo dia – isso é o cotidiano dos servidores municipais –, mas eles querem mandar no pensamento da gente, acham que nós não podemos nos posicionar. E agora há uma avalanche desse sentimento no Brasil.

Eu quero aproveitar este espaço, que é um espaço muito importante, para fazer uma primeira denúncia – hoje eu tenho pelo menos duas ou três. Uma primeira denúncia é com relação ao que está acontecendo no Município de Icó, no Ceará. Na segunda-feira à noite, houve sessão na Câmara Municipal para aprovar um projeto de lei, Paim, para retirar a metade da carga horária de 364 professores. É uma cidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pequena do interior do Ceará. O governo faz um decreto e o manda para a Câmara para diminuir o salário de 364 pessoas. É um impacto muito grande na economia do Município, é um impacto, porque é retirada de direito. As pessoas têm uma carga horária complementar, e eles tiraram essa carga horária. Isso significa reduzir o salário pela metade.

Aí o que aconteceu? Os professores foram para a Câmara Municipal e foram impedidos de entrar. Ficaram do lado de fora, onde havia guarda, havia polícia. Jogaram gás de pimenta... Pasmem: as pessoas paradas, um cordão, uma fita que a polícia coloca, as pessoas paradas do lado de fora dessa fita, longe da calçada da Câmara, e houve gás de pimenta, bomba, tiro. Várias professoras foram feridas, tiveram ferimentos no rosto, nas costas, nos braços. Várias pessoas foram para o hospital. E se viu um atrevimento muito grande do secretário – lá a guarda municipal tem o nome de Secretaria de Segurança Municipal –, do cara que é o secretário e também é policial: ele mesmo estava lá atirando! Há fotos, imagens, vídeos na internet sobre isso.

Então, é uma coisa muito grave, porque vai tirar os direitos do trabalhador, direitos trabalhistas, e também o direito de se manifestarem, de se manifestarem livremente em qualquer local. Eles atiraram à vontade e não atingiram só os trabalhadores, porque havia pessoas da população que foram apoiar a manifestação e também sofreram com isso.

Então, nós estamos organizando um ato hoje, a nossa Federação, a Federação dos Servidores Municipais. Hoje, a partir das 15h, haverá uma concentração no Sindicato dos Servidores Municipais de Icó. Estão indo caravanas de quase todos os locais; todas as regiões do Estado do Ceará estão indo para lá. Nós estamos com um abaixo-assinado na internet, mais de cem entidades sindicais já assinaram contra essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atitude, e a gente espera que hoje a gente tenha um desfecho positivo. A votação foi sete a cinco, e a gente está esperando que hoje haja uma mudança quanto a isso.

E queremos parabenizar a nossa Presidenta da Federação, a Enedina, que foi muito brava, que enfrentou os tiros lá, que enfrentou a Polícia, enfrentou tudo isso em nome da nossa classe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um momento, só para a gente ganhar tempo. Chegou aqui uma denúncia no mesmo sentido, e aconteceu em Osasco; foi invadida a agência da Previdência lá nesta mesma linha: truculência, agressão, tiro. E o Sinsprev de São Paulo repudiou isso no documento que me mandou aqui. O ato foi na mesma linha, foi o mesmo relato que você fez aí.

Então, fica aqui toda a nossa solidariedade também em função do que aconteceu na Agência da Previdência Social (APS), de Osasco, São Paulo, que teve suas dependências invadidas, e, de forma truculenta, foram espancados e presos os trabalhadores. Aconteceu na mesma linha de tudo o que você falou aí.

A SRª GRAÇA COSTA – É um ambiente muito difícil, porque é o momento em que nós, da classe trabalhadora, vamos precisar ir mais à rua, brigar mais e nos manifestar mais contra esses ataques aos nossos direitos, e é um momento em que está havendo repressão até nas cidades do interior, coisa diante da qual a população ficou horrorizada...

(*Soa a campainha.*)

A SRª GRAÇA COSTA – ...porque nunca tinha visto nada igual.

Então, é nessa linha que as coisas estão caminhando aqui, no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o Direito do Trabalho foi criado exatamente para contribuir para a relação do contrato individual – essa relação entre trabalhador e empresário –, mas também para a questão da relação coletiva, da negociação coletiva, como foi dito aqui. E foi criado no sentido de promover justiça social. E o que nós estamos acompanhando neste momento aqui, no Brasil, é o contrário disso.

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) também foi criada neste sentido, para poder sanar os grandes conflitos e promover a justiça social e o direito à proteção dos trabalhadores e não dos empresários – dos trabalhadores. Os empresários têm muita raiva, porque também eles têm as coisas erradas deles e querem se manter com as coisas erradas para ganharem mais. E, com essa expansão do capitalismo, da forma como está sendo vivido no mundo todo, a tendência é esta: flexibilizarem, cada vez mais, explorarem mais, para poderem ganhar mais. Todas as propostas encaminhadas aqui, contra as quais nós resistimos muito na década de 90, nós agora vemos em um projeto só – e não foi uma medida de mudança na Constituição –, um projeto só que englobou dezenas e dezenas de projetos que tramitavam separadamente e que não tinham força. A reforma trabalhista condensou tudo isso. E do Rogério Marinho, que foi o Relator da reforma e que falava com tanto êxito, com tanta precisão contra nós, como se tudo o que ele dissesse fosse verdadeiro, nós vamos atrás. Que ódio é esse que esse homem tem contra os trabalhadores?

Rogério Marinho, do PSDB, Relator da reforma trabalhista, responde a cinco inquéritos: o nº 3.386, o nº 3.026, o nº 4.168, o nº 4.474, o nº 4.484, por corrupção, lavagem de dinheiro, crimes contra a ordem tributária, peculato e falsidade ideológica. O primeiro procedimento, esse primeiro inquérito, apura indícios de envolvimento do Deputado com uma empresa terceirizada em Natal acusada pelo Ministério Público do Trabalho de coagir funcionários demitidos a renunciar às verbas rescisórias e a devolver a multa do FGTS. É importante a gente dizer isso. São investigações, são inquéritos, mas são denúncias do Ministério Público, não é pouca coisa. Então, aquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ódio todo que ele expressa contra nós, do movimento sindical, e contra a Justiça do Trabalho, tem uma razão: ele está sendo investigado por vários crimes.

E aí os Deputados, os Senadores e muita gente da população vão na onda de um discurso eufórico aqui e votam a favor de uma reforma para desmanchar, para desregular totalmente os nossos direitos, o que nós conseguimos em 100 anos. Não é coisa pouca aqui ou ali não.

Os empresários estão muito organizados. Há muitos anos eles têm uma agenda aqui dentro. Eles lançam agenda no começo do ano, dizem quais são seus projetos prioritários para serem aprovados e agora eles avançaram. Eles fizeram uma proposta, Paim, de uma agenda prioritária para o Judiciário. Já fizeram o lançamento, já entregaram ao Judiciário, e têm uma agenda também para o Executivo. Então, eles estão extremamente organizados, e nós, da classe trabalhadora, precisamos cada vez avançar mais.

Não dá para a gente entrar no miúdo das questões colocadas aqui, mas eu acho que é muito importante levantar que uma coisa complica a outra. Por exemplo, nós estamos no meio de um emaranhado de decisões que foram tomadas contra nós, questões em relação às quais há dúvida jurídica, insegurança jurídica. Vai ser implantado isso ou não vai? De que forma? E há a interpretação, não é, doutor? Há a interpretação. Existem aqueles que fazem a leitura e dizem que "agora, com a reforma trabalhista, podemos tudo, e vamos fazer do jeito que a gente quiser". Aí vai cair tudo. Eles diziam que iam diminuir o número de ações trabalhistas. Eu não acredito. Eu acho que vai aumentar. Vai aumentar muito o trabalho da Justiça com tanta coisa para ser resolvida.

Quanto ao que foi colocado aqui, destaco essa questão do emprego, do emprego de qualidade. Como o Hugo colocou aqui, teria que se ver o inciso I do art. 7º. Nós debatemos isso dezenas de vezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRª GRAÇA COSTA – Acabou, foi?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Eu te dei mais cinco, agora vou te dar mais dois.

A SRª GRAÇA COSTA – Desculpe! Eu me empolguei.

Essa questão do emprego, a gente vem debatendo há muito tempo – a questão da rotatividade, a história dessa dispensa imotivada, que o empresário é só olhar para a cara do trabalhador, e aí não gostou da cara dele, vai demitindo. Enfim, não há motivação. Nós brigamos muito até agora.

Agora a situação é muito pior. O Ministério do Trabalho está... Nós vínhamos fazendo denúncias sistemáticas de que o Ministério estava sucateado, não tinha condições para fazer investigação, fiscalização, para uma série de coisas, inclusive para fazer o serviço normal que ele faz, do dia a dia, da burocracia. Agora a situação está bem pior. É muito grave.

A Cristiane não foi nomeada porque tem o nome manchado, porque a história dela está manchada, porque tem um monte de processos. Havia processos trabalhistas contra ela, mas não foi tomada nenhuma providência, assim como não está sendo tomada providência por este Governo para nada que seja em benefício dos trabalhadores e das trabalhadoras. Nós estamos entrando em um caos, e essa situação nós precisamos resolver.

Nós fazemos o nosso papel. Nós, das centrais sindicais, estamos indo para a rua, estamos fazendo as manifestações, estamos fazendo as greves. Estamos nos preparando toda hora para essa mesa de negociação coletiva, para barrar essas retiradas de direitos e essa interpretação que está sendo feita pelos empresários. A luta está sendo muito árdua, mas é muita coisa ao mesmo tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, este espaço aqui é um espaço muito importante para a gente continuar a vida. E nós, da CUT, vamos contribuir cada vez mais, Paim, com a formulação desse código do trabalho à frente do qual você está. Na CUT nós temos um grupo de trabalho sobre a reforma trabalhista para aprofundar os impactos, para discutir. Inclusive, estamos montando um grupo de reflexão agora, em 2018, para discutir as novas tecnologias, porque não é só o que está colocado da legislação trabalhista. Há um impacto muito forte sobre nós causado pelas novas tecnologias. E aí é uma coisa e outra: como nós vamos fazer com as categorias em que a tecnologia entrou de forma avassaladora? Esses empregos não voltarão. Não voltarão. Outras...

(*Soa a campainha.*)

A SRª GRAÇA COSTA – Nós temos, sim, os empregos, que precisam ser cuidados, mas em algumas categorias o impacto é muito forte. Então, nós estamos trabalhando para dar essa contribuição na formulação, mas também sempre nessa questão da mobilização.

Obrigada e desculpe por ter passado o tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Graça Costa, Secretária de Relações de Trabalho da CUT, que fez um relato importantíssimo, relatando, inclusive, fatos acontecidos no seu Estado, não é, Graça?

Agora nós passamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De São Paulo, Osasco, veio uma denúncia também. Invadiram um posto da Previdência lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anjuli Tostes, representante da Intersindical Central da Classe Trabalhadora.

A SRª ANJULI TOSTES – Obrigada, Senador Paim. Obrigada a todos os presentes por este espaço tão rico e tão profícuo para debatermos temas tão importantes como a reforma trabalhista. O Senador tem propiciado sempre esse espaço para nós, espaço onde sempre temos essa representatividade muito importante de centrais, juízes, Ministério Público. Eu sempre saio desses espaços muito enriquecida.

Quanto à nossa temática de hoje, que é a reforma trabalhista – na verdade sobre o Estatuto do Trabalho, as normas gerais para a tutela do trabalho –, eu quero primeiramente saudar a iniciativa, que é extremamente importante, extremamente relevante. Nós não podemos esmorecer diante da aprovação da reforma trabalhista. Precisamos pensar para frente. Os trabalhadores do País precisam se unir e buscar um novo caminho. A gente não pode abaixar a cabeça e se contentar com o resultado da aprovação da reforma trabalhista, e por isso mesmo a criação e a discussão do Estatuto do Trabalho é algo muito importante para nós, da Intersindical.

Eu começo falando sobre essa estratégia que o Governo tem utilizado, de dividir o povo. Então, para aprovar a reforma trabalhista, eles falam para os servidores: "Olhem, não se preocupem porque não tem nada a ver com vocês, está bem? É só trabalhador da iniciativa privada que vai ser atacado. Então, não se mobilizem, não precisa se mobilizar, não se metam nisso, porque a gente vai atacar aqui só trabalhador da iniciativa privada". Agora ele está querendo aprovar a reforma da previdência e usa o mesmo jogo, só que invertido: coloca na mídia que são só os servidores que vão ser prejudicados, o que é uma grande mentira. A gente, que vê o que há no substitutivo da reforma da previdência, vê que os trabalhadores da iniciativa privada serão, sim, muito prejudicados. E também utiliza esse mesmo argumento, essa mesma estratégia, para pregar o fim da estabilidade do servidor público, coloca o servidor como privilegiado. A gente vai falar sobre isso também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero chamar atenção para essa estratégia que esse Governo está utilizando para retirar direitos do povo trabalhador. Somos todos povo trabalhador. Essa unidade é a chave para que possamos apresentar uma resistência de qualidade contra esse avanço no sentido da retirada de direitos, da retirada de garantias fundamentais que foram conquistadas a duras penas pelos nossos antepassados, pelos nossos pais e avós.

Existe um argumento, que é o argumento de crise, que é sempre utilizado ideologicamente para a retirada de direitos. Então, há um momento em que se propaga a questão da crise. Falam assim: "Agora é hora de apertar os cintos. Vamos retirar os direitos do povo". Mas para a gente conseguir retomar esses direitos, é muito mais difícil depois. Por isso mesmo, este é um momento de resistência em que a gente não pode se entregar, e tem, sim, que buscar a unidade; tem, sim, que entender que o inimigo é o Sr. Michel Temer, que está capitaneando todo esse trabalho, que está capitaneando essa ação contra o povo. (*Palmas.*)

Temos que entender que os inimigos são essa bancada, também, aqui dentro do Congresso Nacional, esses Deputados e Senadores que estão visando aprovar essas reformas que retiram direitos do povo. Esse é o verdadeiro inimigo. Vamos entender agora quem é o verdadeiro inimigo e contra quem nós devemos lutar e levantar nossas espadas.

Pois bem, trato dessa questão da reforma trabalhista, das perdas que nós tivemos com a reforma trabalhista. Foram citadas aqui também as demissões em massa, um dos sintomas da reforma trabalhista, e tem tudo a ver com o nosso tema de hoje, que diz respeito às normas gerais para a tutela do trabalho, para a tutela necessária nas relações de emprego, direito ao emprego.

Uma das grandes distorções que a reforma trouxe foi a possibilidade de fazer demissões em massa sem que o sindicato participe previamente das negociações, o que é um total absurdo, um disparate, não é à toa que diversos juízes também não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estão aplicando os ditames da reforma trabalhista. A aplicação da lei não é automática, não é e não pode ser automática. Se não, para que a gente precisaria de um juiz? Seria necessário um computador ali para aplicar a lei...

Então, a aplicação da lei tem de ser feita à luz da Constituição, e a nossa certeza é de que a Constituição é bem clara ao vedar diversos – na verdade, todos – fundamentos dessa reforma, que foi feita, foi construída contra o povo trabalhador. Reforma é algo em que a gente pensa para melhorar – vamos reformar, vamos trazer coisas boas, vamos inovar, vamos modernizar –, mas a reforma que foi feita é um grande atraso na vida do povo trabalhador, é um grande atraso na vida das famílias. A reforma trabalhista não foi nada mais do que a transferência de renda, da renda do empregado, daquelas pessoas que sobrevivem do salário, para o empregador; transferência de renda – para ser clara – dos mais pobres para os mais ricos. É disso que nós estamos falando aqui.

Alguns sintomas da reforma trabalhista: demissões em massa; terceirização irrestrita, que visa, obviamente, afastar a responsabilidade da empresa com relação ao trabalhador, inclusive na atividade-fim – é o que temos na reforma trabalhista –; trabalho intermitente, que é a precarização total e completa do trabalhador, do papel do trabalhador na sociedade – vou falar um pouco mais sobre a reforma trabalhista.

E sob qual argumento? Argumento de crescimento econômico, de aquecimento da economia. Eu quero que esse Governo... Eu desafio esse Governo a apresentar elementos econômicos, indicadores que demonstrem que de fato houve um aquecimento econômico, porque, nos 20 países pesquisados da OCDE, que o Relator da ONU pesquisou, não houve aquecimento econômico, não houve crescimento. Na verdade, o que houve foi um incremento da desigualdade social, um aprofundamento da desigualdade social. Sobre isso eu pude questionar diretamente o Sr. Treo, na Itália, que foi quem capitaneou essa reforma lá, a reforma trabalhista na Itália. Perguntei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretamente ao Sr. Treo. Na verdade, o nome da reforma lá é até "reforma Treo". Perguntei para ele em Roma, e ele não soube me responder se houve crescimento ou se houve aquecimento econômico – simplesmente porque não houve! Não há qualquer dado empírico que comprove que reforma trabalhista melhore a condição de vida do povo e melhore os dados econômicos agregados. Muito pelo contrário, o que a gente tem é uma precarização do trabalho e aprofundamento da desigualdade social.

Então, esse tema, sobre tutela necessária nas relações de emprego, acho que é importante a gente olhar primeiramente para o nosso norte. O nosso norte é evoluir. Vamos colocar um pouquinho de lado a reforma trabalhista neste momento e vamos olhar para o quanto nós precisaríamos já ter avançado e não avançamos, independentemente da reforma trabalhista.

Nós temos o inciso I do art. 7º da Constituição, como bem lembrado pelo Dr. Hugo aqui, que diz que a relação de emprego deve ser protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa. Esse inciso da Constituição Federal deveria ter sido regulamentado, mas não foi regulamentado até hoje, na forma de lei complementar.

Esse inciso também faz alusão a algo que está previsto na Convenção 158 da OIT: não se dará término à relação de trabalho de um trabalhador a menos que, para isso, haja uma justa causa relacionada com sua capacidade ou seu comportamento ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa, estabelecimento ou serviço. Segundo a Convenção 158 da OIT, da qual são signatários diversos países do mundo ocidental e do mundo oriental, diversos países desenvolvidos e em desenvolvimento – o Brasil também é signatário da Convenção 158, houve uma tentativa de internalizar, mas foi bloqueada por setores atrasados do País –, motivos da rescisão são motivos técnicos, econômico-financeiros ou disciplinares. Na verdade, a demissão só pode ocorrer por justa causa, ou seja, existe uma estabilidade também para o empregado público. Então, em vez pensar em acabar com a estabilidade do servidor, vamos pensar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em como trazer estabilidade para o empregado público, que é o que há no Chile, na Itália, em Portugal, na Espanha, na França, na Macedônia, para citar outros países. Diversos países do mundo têm estabilidade para empregado público. Aqui, não há.

E o que fez a reforma trabalhista? A reforma trabalhista fez, na verdade, aprofundar ainda mais essa situação de...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANJULI TOSTES – ... vulnerabilidade do trabalhador. Então, em vez de trazer a discussão sobre a tutela necessária nas relações de trabalho, sobre o direito ao emprego, que é o que nós estamos fazendo aqui agora, para consolidar numa nova normativa, que será o Estatuto do Trabalho, a reforma trabalhista fez o contrário, criando, por exemplo, a figura do trabalhador intermitente. E a situação dele ficou ainda mais complicada na MP 808. O trabalhador intermitente é aquele que é pago por hora, que não tem segurança nenhuma no trabalho.

Eu vou falar um pouquinho mais sobre esse trabalhador intermitente, porque, após a aprovação da reforma, houve diversas notícias dando conta de anúncios de emprego a R$3,00 a hora. Há uma tentativa de colocar a R$4,46 a hora, que seria o salário mínimo dividido pelas horas trabalhadas no mês. Então, seria R$4,46 a hora. Eu pergunto: qual é a dignidade que o trabalhador tem recebendo R$4,46 por hora trabalhada? Nenhuma! Não tem nenhuma dignidade. Então, além de retirarem o trabalho, querem retirar a dignidade do trabalhador.

Além de ter um salário que não pode nem ser chamado de salário, o trabalhador intermitente, pela MP 808, que está em tramitação – há dois dias o prazo dela foi renovado –, perde o direito ao seguro-desemprego. Ele... Inclusive é automaticamente: se ele não for convocado em 12 meses, já se extingue a relação de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além de ganhar R$4,46 a hora, de não saber quando vai ser chamado, de não saber se ele vai ter dinheiro para pagar as contas no final do mês – olhem que absurdo! –, ele, se quiser ter acesso à previdência social, vai ter que complementar o pagamento da previdência caso os valores que ele receba fiquem abaixo do salário mínimo. Então, o trabalhador, além de receber menos que um salário mínimo, ainda vai ter que desembolsar dinheiro para receber previdência social!

Se o trabalhador intermitente for demitido, ele só vai receber metade da multa do FGTS. Se ele for demitido, ele pode perder o auxílio-doença, porque o auxílio-doença demanda pelo menos 12 contribuições. Se ele for demitido, o trabalhador intermitente recebe apenas metade do aviso prévio. Então, ele se torna um trabalhador pela metade, um cidadão pela metade. Eu pergunto se isso é aceitável.

É muito fácil para esses Deputados e Senadores que aprovaram a reforma trabalhista e que estão trabalhando na MP 808 dizerem que está tudo bem, nas suas salas com ar-condicionado e poltrona confortável, em seus gabinetes. É muito fácil. Eu fico pensando naquele frentista do posto de gasolina. Eu fico pensando naquele que trabalha num McDonald's da vida. Fico pensando na D. Maria que trabalha em um trabalho absolutamente precarizado ou servindo cafezinho. Fico pensando na vendedora de loja. Fico pensando nessas pessoas. É nessas pessoas que fico pensando. Eu acho que esses caras que estão aí se esquecem delas depois de eleitos, se esquecem de quem foi que os colocou lá.

Eu chamo à responsabilidade, agora que está tramitando também a MP 808 e que está sendo discutindo o Estatuto do Trabalho aqui, nesta Comissão, esses Deputados e Senadores, para pensarem um pouquinho mais no povo, porque eu vejo esta Casa atuando, com raras exceções – e o Senador Paim é uma rara exceção, que deve ser mencionada –, contra o povo. Eu falei anteontem, também numa audiência, que eles estão radicalizando contra o povo, e o nosso dever agora vai ser radicalizar a favor do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

povo e radicalizar contra eles também, que estão se colocando como inimigos do povo.

Um outro ataque que nós precisamos conduzir também é ao fim da estabilidade do servidor público. O que é estabilidade? Por que a Constituição Federal...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANJULI TOSTES – ... trouxe a estabilidade do servidor público? É só para trazer que isso é um PL que está tramitando aqui, no Congresso Nacional, o PL 116, de 2017, que prevê o fim da estabilidade do servidor público. A Constituição Federal criou o instituto da estabilidade para romper com a prática do uso do emprego público como instrumento, como ferramenta da condução patrimonialista do Estado, para inibir a captura política do funcionalismo público pelo coronel, pelo político de plantão. É para isso que serve a estabilidade. A estabilidade serve para que, quando algum ministro, como aconteceu conosco – eu como trabalhadora da CGU, por exemplo –, chegar e dizer que os servidores dos cargos comissionados, mesmo que sejam servidores de carreira, têm que ter identificação política, ideológica...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANJULI TOSTES – ... e filosófica com Michel Temer, nós possamos responder: "Não, Sr. Ministro, nós não temos que ter essa identidade filosófica e ideológica com Michel Temer e com nenhum outro Presidente da República de nenhum outro governo." É para isto que serve a estabilidade: para nós servidores públicos termos a segurança de dar essa resposta e de não ceder a pressões e a assédios odiosos capitaneados por políticos de plantão. É para isso que ela serve. E aí vem o DEM, por exemplo, aqui querendo aprovar um projeto abominável como esse, que vai fazer com que retrocedamos mais um século em termos de profissionalização do serviço público. Então, é a estabilidade que nos faz ter coragem de dizer que o Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tem dono, que os servidores públicos não têm dono, que o nosso chefe é o povo. Acabando esse instituto, a frase...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANJULI TOSTES – ... conhecida "Você sabe com quem está falando?" vai passar a ser verdade, vai ser muito mais efetiva quando o servidor público tentar contrariar ditames absurdos que, muitas vezes, vemos no serviço público e que temos a possibilidade de nos colocar contra. Essa frase vai ter efeito, porque dela vai depender o nosso emprego.

Eu volto para o início da minha fala para lembrar que somos todos trabalhadores, somos todas trabalhadoras. Então, fiquemos muito atentos. É muito importante ficarmos atentos a essas estratégias de divisão do povo trabalhador que estão sendo capitaneadas pelo Governo Federal, porque, para mim, a real quadrilha é aquela que tenta roubar direitos do povo. É isso que eles estão fazendo.

Por falar em quadrilha, eu vou enfatizar: a questão da estabilidade toma uma dimensão ainda mais importante quando nós temos um Governo como este.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANJULI TOSTES – É um Governo cujo critério...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Anjuli, para concluir, porque eu te dei 18 minutos. O máximo para cada um chegou a 18.

A SRª ANJULI TOSTES – Vou concluir agora. Já estou concluindo mesmo.

É um Governo cujo critério para escolha dos seus ministros parece ter sido o fato de eles terem sido denunciados na Lava Jato ou em outras investigações. Então, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pergunto: se, nesse contexto, a estabilidade não é importante, em que contexto vai ser?

Eu encerro fazendo um pedido também para chamarmos mais pessoas. Eu acho que este convite está sempre sendo feito, não é, Senador Paim? Que mais pessoas possam participar do debate sobre o Estatuto do Trabalho. Eu convido os senhores candidatos à Presidência da República, por exemplo. Eu quero saber o que os candidatos pensam sobre a reforma trabalhista, sobre a reforma da previdência. Eu peço que esses candidatos sejam mais transparentes, porque eu vejo vários candidatos aí dizendo: "Eu gosto do povo. Por isso é que eu estou pensando em ser candidato. Sou estrela de TV. Acho legal o povo, gosto de ajudar o povo."

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANJULI TOSTES – Mas não falam sobre nada, nenhum assunto, nenhum tema de relevância e de projeto de País.

É isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

A SRª ANJULI TOSTES – Desculpe pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não, ficou no tempo. Anjuli Tostes, representante da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora, ficou na média do tempo de todos os que a antecederam.

Vamos terminar esta Mesa, porque, com a chegada da Drª Magda, temos mais uma Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A próxima Mesa é: Drª Magda Biavaschi, Desembargadora aposentada e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp); Maximiliano Garcez, representante da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas. Venham para a mesa, por favor. Ambos viajaram conosco pelo Brasil todo, nos 26 Estados mais o DF, debatendo reforma trabalhista, democracia e também a previdência.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A CTB não falou? Então, venha para a mesa.

Os convidados podem se sentar à mesa.

O Secretário de Assuntos Jurídicos da CTB, Mário Teixeira, também vem para a Mesa. E também vou convidar para a Mesa, já que ele pediu um espaço legítima e educadamente, como sempre faz – e é por isso que ele é um líder de todos os terceirizados –, o Peixe, para também fazer o seu depoimento sobre essa questão da garantia de emprego, já que ele foi atingido diretamente. Ele preside a entidade que coordena todo o trabalho dos terceirizados no Senado.

Vamos começar esta Mesa, já que havia uma expectativa muito grande pela chegada dela, e ela chegou... Nós estávamos brincando aqui: "Ela demora tanto!" E eu disse "Ela está vindo de charrete do Rio Grande."

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De mula!

Drª Magda Biavaschi, Desembargadora aposentada do TRT, com a palavra neste momento para falar dos temas. Nós começamos com a previdência na abertura. Cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um deu a opinião sobre a importância de, neste momento, termos conseguido uma vitória. Eu digo que é uma batalha, mas não a guerra. Nós ganhamos uma batalha da previdência. Em seguida, a reforma trabalhista, o trabalho de que você está participando no grupo de trabalho, inclusive, que vai se reunir mais tarde.

A SRª MAGDA BIAVASCHI – É uma satisfação estar aqui.

A Mari já nos representou...

Cadê a Mari?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª MAGDA BIAVASCHI – A Mari já nos representou aqui – eu me refiro ao Cesit (Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho da Unicamp), mas, sobretudo, o GT, que é o GT Reforma Trabalhista do Cesit, que é formado por alunos e professores e que montou um dossiê contra a reforma, analisando a reforma, e que participa desse grupo do Senador Paim na busca da construção do Estatuto do Trabalho. Então, é o GT que está representado. E, por isso, essa satisfação, essa homenagem aos alunos que têm contribuído. É algo mais ou menos inédito os alunos participarem desse processo e participarem desse processo de elaboração legislativa que é tão importante.

Minha fala vai ser bem rápida, porque acredito que todos aqui já esgotaram o tema.

A minha fala vai, em primeiro lugar, para homenagear o Senador Paim. Eu acho que esta luta que nós estamos enfrentando, em que todos nós estamos há muito tempo trabalhando e sobre a qual estamos debruçados, tem lideranças, e uma das lideranças é o Senador Paim. Eu acho que essa vitória, que é uma vitória parcial e que é uma vitória pontual em relação à previdência, é uma vitória nossa e que pode reagregar. Ela é muito importante. Ela é simbólica, porque é uma vitória. Neste momento histórico, a previdência foi retirada de pauta. É claro que ela foi retirada de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pauta e, no lugar dela, foi colocado algo terrível que nos assusta e atemoriza, que é aquilo que já se votou nesta Casa, que é o que nós chamamos de, provavelmente ou possivelmente, antessala de um fechamento, de um recrudescimento do regime democrático deste País, que é a intervenção no Rio de Janeiro. Então, ela foi substituída na agenda dos detentores do poder, até porque me parece que ela ia ser derrotada nesta Casa. E ela ia ser derrotada nesta Casa porque há fonte material, porque há a luta que possibilitou esse cenário de possível derrota nesta Casa.

Então, essa vitória, que é a vitória de uma batalha, legitima aquilo que nós vimos dizendo desde o início: direito é luta e direito é organização. E a organização e a luta são as fontes materiais do direito. E por isso que essa vitória, que é parcial e que foi substituída por algo terrível, tem um aspecto muito positivo, que é reagregar as nossas combalidas esperanças. Eu acho que alimentar o coração das nossas esperanças é algo muito importante no processo de transformação social. Por isso, a homenagem ao Senador Paim, que é o líder desse processo aqui e que nos tem estimulado a continuar nesta luta. E não só isso: ele tem sido um dos grandes esteios na nossa batalha contra a reforma trabalhista e contra o retrocesso do Brasil aos tempos de escravidão.

Então, eu acho que homenagear o Senador Paim é, do meu ponto de vista, homenagear a democracia e, do meu ponto de vista, é homenagear uma escola que não é a minha, mas que passa ser a escola da minha ideologia e não a do meu coração: a do meu coração é a Mangueira, mas a escola da minha ideologia é a Tuiuti. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Para a Tuiuti eu fiz um voto de aplauso no plenário e já marquei uma audiência pública com o título do samba-enredo da Tuiuti. Vai ser aqui e eles virão.

A SRª MAGDA BIAVASCHI - É espetacular esse samba-enredo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero dizer isto também: eu também estou aqui no mesmo lugar ocupado pela Mari, mas eu também estou num outro lugar aqui que várias mulheres que estão aqui também estão ocupando. Nós constituímos o chamado Comitê de Mulheres na Luta pela Democracia. E esse comitê foi constituído a partir das lutas de Porto Alegre, a partir do cenário de Porto Alegre, que recuperou aquela alegria do Fórum Social Mundial. E lá, naquele cenário, várias mulheres se encontraram na praça. Aliás, os detentores do poder, às vezes, cometem coisas muito desastrosas para eles mesmos, tipo efeito bumerangue – nem sempre porque estão no poder, mas eles cometem coisas muito desastrosas. Eles fecharam a luz, impediram a luz do auditório da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e, como não houve luz, nós tivemos que ir para a praça, e foi uma maravilha, porque na praça todas estávamos, então foi um momento histórico em Porto Alegre. Nós estávamos muito animadas e resolvemos nos organizar para montar esse comitê. Esse comitê agora já está sendo montado regionalmente e ele está aqui também na luta, porque essas mulheres que lutam pela democracia lutam pela igualdade; e, se lutam pela igualdade, lutam por uma legislação justa e que permita a integração de todos, em igualdade de condições, num mercado de trabalho mais harmônico. (*Palmas*.)

Então, homenagem ao Senador Paim. É para isso que nós estamos aqui. O Estatuto é algo fundamental também nesse processo. Nós estamos trabalhando no Estatuto hoje à tarde, a comissão vai se reunir. E eu só tenho agradecimentos.

Eu fiz questão de vir. Eu me atrasei porque eu vim pela Avianca, que era a mais barata. Eu me atrasei, houve problema de taxiamento etc., mas estou chegando para trazer esta mensagem, que é uma mensagem positiva e que nos permite reagregar e estar aqui, nesta Mesa, com gente tão batalhadora, com amigos e companheiros com quem estamos desde o início, lutando contra a terceirização. E, pasmem, veio algo muito pior, que incluiu a terceirização e que nos impôs um retrocesso do ponto de vista legislativo a tempos não pensados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas também quero fazer um alerta. É claro que, com a intervenção, do ponto de vista do sistema jurídico, estamos vivendo um estado de exceção, mas, do ponto de vista do sistema jurídico, a intervenção suspende o andamento das PECs. Mas há uma PEC que está andando aqui, nesta Casa, que é terrível, e eu falo ao Hugo, que também estava aqui: esta PEC, na realidade, tem como finalidade, uma delas, impedir a construção de uma jurisprudência equitativa, a partir da Constituição Federal, do ponto de vista da reforma trabalhista, que é a PEC 300. A PEC 300 constitucionaliza a reforma trabalhista. Essa PEC é uma PEC que está tramitando nesta Casa – não está no Senado ainda, acho que está no Parlamento, está na Câmara dos Deputados. A PEC 300 constitucionaliza. Nós sempre dizemos: a reforma veio por lei infraconstitucional e fere princípios constitucionais, portanto ela é inconstitucional, e nós trabalhamos no sentido de construir uma jurisprudência generosa, que ande a partir dessa linha de reflexão. A PEC 300 constitucionaliza a reforma – vários aspectos, não toda ela – em vários aspectos.

É importante também – nós não temos mais pernas para abraçar tantas lutas – nós termos um olhar sobre a PEC 300. É claro que agora, com a intervenção, do ponto de vista do direito, do plano do dever-ser, ela parou. Agora, como nós vivemos num regime de exceção, o que não é pode ser. Por isso, a atenção que nós temos que ter à PEC 300, porque ela, de fato, é algo fundamental.

Então, assim eu finalizo, agradecendo a oportunidade de sempre estar com vocês. E finalizo com duas citações para nós nos animarmos. Uma delas é de uma maravilhosa peça, que se chama O Rei da Vela, que foi escrita na década de 30, quando tudo estava sendo construído neste Brasil. É do Oswald de Andrade e ela foi depois teatralizada no período da ditadura e agora novamente pelo Zé Celso, uma maravilha.

Então, O Rei da Vela tem um personagem – olhem, ela foi escrita em 1930...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRª MAGDA BIAVASCHI – Esse personagem de O Rei da Vela chama-se Abelardo, e o Abelardo tinha uma firma de agiotagem – na época era agiotagem, hoje é sistema financeiro, mas, na época era agiotagem. É claro que agora é mais sofisticado – o que eu estou dizendo é um anacronismo –, é mais sofisticado. Fazemos essas comparações simplificadoras.

O Abelardo, que tinha uma lojinha de agiotagem, diz o seguinte. Uma hora, ele fala enjoado, dizendo o seguinte – isso nas dificuldades de 30 de construir uma sociedade moderna no Brasil: "Você sabe, há um momento em que a burguesia abandona a sua velha máscara liberal. Declara-se cansada de carregar nos ombros os ideais de justiça da humanidade, as conquistas da civilização e outras besteiras! Organiza-se como classe. Policialmente." É isso que nós estamos vivendo no Brasil de hoje.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Drª Magda Biavaschi, sempre brilhante, dá mais um depoimento importantíssimo aqui, alertando, inclusive, quanto a algumas PECs que estão circulando. Às vezes, eu digo – ou eu dizia, neste momento, com a obstrução, pelo menos, dos trabalhos – que, quando eu saio de casa – eu moro longe daqui, é quase uma hora e pouco para chegar aqui –, eu fico torcendo para que não dê quórum, porque, se não der quórum, eu não voto nada; e, se não voto nada, nós ganhamos. Que não dê quórum, só isso.

E essa intervenção no Rio – e as preocupações foram levantadas por todos nós já, inclusive no plenário por inúmeros Parlamentares –, de positivo, para mim, direto, teve isto: não se vota nenhuma PEC. E o Presidente do Senado, com quem nós vamos ter uma reunião na próxima terça... Deixo bem que claro que é na próxima terça. Se é na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próxima terça, não é como estavam já dizendo, que é o dia 6, dia 10, sei lá o quê. A próxima terça, que dia é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, que fique claro: quando eu digo na próxima terça, a próxima terça é dia 27, não é outro dia. Então, que fique bem claro àqueles que tinham dúvida: próxima terça, às 10h, nós vamos ter uma reunião com o Presidente Eunício, e ele declarou com todas as palavras possíveis: "Não voto, não discuto uma única PEC aqui, no Congresso, enquanto houver intervenção no Rio de Janeiro" – que vai ser até, pelo decreto editado, até 31 de dezembro. Então, isso é o lado mais positivo, eu diria, de todo esse debate que estamos tendo neste momento.

Passamos a palavra de imediato ao Maximiliano Garcez, representante da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Obrigado, Senador Paim. É um prazer enorme estar aqui de volta. Na verdade, eu vim fazer uma visita ao querido Senador e aos companheiros aqui e fui agraciado com um gentil convite para participar desta Mesa.

É um momento especial estar aqui. Nós temos passado por muito sofrimento nos últimos lamentáveis dois anos de golpe, de tanto retrocesso, mas temos que comemorar essa vitória, que é uma vitória da classe trabalhadora, dos movimentos populares e também é uma vitória pessoal do companheiro Paim, por ter barrado a reforma da previdência. Registro a admiração que nós temos pelo companheiro, pelo seu destemor, que nós já conhecíamos há décadas, mas vimos na terceirização. O Senador, junto com o fórum e outras entidades, segurou na barriga o projeto de terceirização, que teria sido aprovado há muito mais tempo se não fosse o seu papel impressionante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui eles não aprovaram, porque eu fiquei como Relator. Não aprovaram. Aqui eles não aprovaram. Eles foram desarquivar um editado na época do Fernando Henrique Cardoso, porque aqui não passou aquilo. Desde que eu cheguei aqui, não passou. Desde que eu cheguei ao Senado, aqui esse projeto não passou. Arrancaram um antigo, que estava arquivado, e foram lá aprovar.

Eu só queria dizer que aquele que acaba com a garantia no emprego do servidor público – como diz outro, hã-hã, porque nós pegamos para relatar, está na minha mão a relatoria – não vai passar também, não vai passar. Não passará! (*Palmas.*)

Só se inventarem outro, mas aqui ele não passa.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – E foi um momento emocionante. Um dia, temos que escrever um livro – Magda, pessoal do Fórum – sobre tudo isso que aconteceu, aquela luta bonita e, agora, sobre essa luta maravilhosa que foi feita em relação à reforma da previdência. O Senador – eu estive acompanhando uma das audiências públicas que nós fizemos – até teve um problema de saúde, com uma jornada extenuante, e está aqui, firme e forte.

Lembro uma frase do Churchill, que, durante a Segunda Guerra Mundial, se referindo aos aviadores da Força Aérea Real inglesa, disse que nunca tantos deveram tanto a tão poucos. Acho que essa frase é da reforma da previdência.

Acompanhado do movimento sindical aqui, em nome da companheira Graça eu saúdo todos os lutadores, os vários movimentos populares e o Senador Paim, por este momento aqui.

Nós sabemos que é uma alegria momentânea e que temos enfrentado tristezas permanentes. Nós precisamos ter força para superar esses retrocessos absurdos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vêm acontecendo, e o exemplo aqui de desrespeitar os servidores públicos é um dos vários momentos lamentáveis que temos enfrentado.

Mas nós temos desafios muito grandes pela frente. Um deles, que tem um impacto enorme na classe trabalhadora e nos direitos humanos, que é o tema da CDH, é a questão da privatização, especialmente do setor elétrico. Nós estamos, junto com o movimento sindical, tentando impedir judicialmente esses absurdos todos. Nós conseguimos uma liminar para tentar impedir a privatização da Eletrosul, que, até o momento, não foi cassada. E o que nós temos visto é uma barbaridade.

Eu estive, na terça-feira, na audiência pública feita para permitir a privatização da Amazonas Energia, uma das empresas públicas. Estive em Manaus e perguntei, na audiência pública, à representante do BNDES se o fato de o Presidente do BNDES, Sr. Paulo Rabello, estar sendo investigado criminalmente por possíveis crimes seriíssimos pela Polícia Federal não macula todo o processo. E a representante nem se dignou a responder, disse que o assunto fugia do tema.

Além da privatização, temos este lamentável ataque aos direitos humanos, que é essa intervenção inadmissível feita no Rio de Janeiro. Nós alegamos que é só uma cortina de fumaça, por conta da reforma da previdência. É, sim, uma cortina de fumaça, mas é muito mais do que isso: é algo sem precedentes desde 1988, com a Constituição Federal, é um ataque aos direitos humanos flagrante, sem justificativa, sem plausibilidade, feito de maneira irresponsável e, a meu ver, também com o intuito de acuar a classe trabalhadora, que, cada vez mais, mostra sinais de estar se indignando em relação ao que está acontecendo. A panela de pressão está prestes a explodir, as pessoas não aguentam mais tanta barbaridade, tanta humilhação, especialmente as pessoas sofridas dos morros, que sofrem pela pobreza, pela exclusão, pela falta de direitos humanos, por todos os crimes que foram cometidos contra a população negra e favelada nos últimos séculos. E agora acontece isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje de manhã vocês já viram fotos de batalhão do Exército revistando bolsas de crianças de sete anos de idade. Nós achávamos que caminhávamos para um patamar civilizatório mínimo, que vínhamos conquistando a duras penas desde 1988 – de 2003 em diante conseguimos vários avanços –, e agora essa classe ignorante e golpista que está no poder tenta fazer essas barbaridades todas.

Um tempo atrás, eu estava acompanhando um diálogo do meu filho com o amiguinho dele, e eles estavam falando sobre o mundo animal, sobre cadeia alimentar e sobre o leão. Um disse para o outro: "Com o leão a gente não precisa se preocupar, porque o homem não está na cadeia alimentar do leão." E o outro respondeu: "É, mas, na época dos romanos, os leões comiam os homens." E um perguntou para o outro: "Mas por quê?" "Porque os romanos colocavam os leões para comer os cristãos." "Por que eles faziam isso? Por que os romanos faziam isso?" E um respondeu para o outro: "Porque eles eram idiotas."

Então, na hora em que eu vejo o patronato brasileiro fazer essa reforma trabalhista, que vai ser um tiro no pé deles... Foi o que eu expliquei na audiência na Câmara dos Deputados, quando eu fui agredido por vários Deputados. Um deles até me elogiou porque me chamou de "advogado de porta de fábrica". Isso eu tomei como um elogio, não como um ataque. (*Palmas.*)

Fazem uma reforma trabalhista que vai destruir o mercado interno, a capacidade de consumo da classe trabalhadora, vai esculhambar com toda a classe produtiva, impedir que produzamos produtos de alto valor agregado, disputar nacos mais importantes desse capitalismo internacional. Como se vai conseguir produzir produtos caros, com ciência e tecnologia, com uma pessoa trabalhando três meses como terceirizada, depois desempregada, depois PJ, depois quarteirizada? É uma esculhambação!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por que eles fazem isso? Acho que a única explicação é a que o meu filho deu: porque são idiotas. Eu não consigo pensar em outra explicação. Destruir a soberania nacional, querer entregar o patrimônio público, que foi conquistado a duras penas pela classe trabalhadora, pela população inteira, entregar Previdência para um sistema mais predatório, entregar a Eletrobras, que seria um prejuízo aos empresários... Como se vai conseguir produzir produtos de ponta, conseguir trazer indústrias do mundo inteiro para o Brasil se você não vai ter garantia nenhuma, porque vai haver uma estatal chinesa controlando as empresas públicas no Brasil?

Chegamos a um ponto em que o Governo Temer consegue ser pior do que o Governo Trump. O Governo Trump, com todos os absurdos que tem, proibiu que qualquer estatal chinesa compre ativos estratégicos norte-americanos. A Angela Merkel fez a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu ouvi uma frase na mesma linha, esses dias, que saiu num jornal da Alemanha. Eles teriam comparado o Governo Trump com o Governo Temer. Daí diz o jornal alemão: aí também é demais; o Trump é ruim, mas não tão ruim assim.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Brincadeira!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O próprio jornal alemão disse que é demais. Comparar o Temer com o Trump é demais, porque pior do que este Presidente do Brasil que está aí não existe.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Vai perder para o Temer e vai empatar com quem? É o que dizemos lá no Rio Grande.

Precisamos utilizar a experiência da reforma da previdência, dessa luta toda, para barrar outras questões. Quanto ao comportamento meio amordaçado, meio quieto da população brasileira: precisamos fustigar para que as pessoas vão às ruas e para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabe esse estágio letárgico, senão nós vamos ver esses retrocessos acontecendo mais rapidamente do que imaginamos. E precisamos retomar a democracia, que não temos mais no Brasil. E, para retomar a democracia, precisa haver eleições livres em 2018. Para isso é preciso que qualquer candidato possa ser apresentado, sem utilização do sistema judicial de uma maneira apressada para barrar candidaturas. Isso é algo inadmissível que não podemos permitir que aconteça. Temos de lutar para a garantia de todos os candidatos, do Sr. Lula e de todas as pessoas que puderem e quiserem ter acesso à disputa. Senão, não vai ser uma disputa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Vai ser uma pantomima.

E era isso.

De novo, relato aqui a minha admiração pela companheirada aqui, pela companheira Marilane e por todos os outros que admiro.

A questão da garantia de emprego dos servidores públicos é fundamental não só para os servidores, mas para a cidadania, para a população brasileira. É interesse de todos que se tenha um serviço público que não fique amordaçado, que não fique submetido a interesses de plantão. Isso interessa ao desenvolvimento nacional, à soberania, e não apenas aos servidores públicos. É uma bandeira importantíssima que a CDH de novo tem retomado com o protagonismo de sempre.

Já fiz uma solicitação aqui ao companheiro Paim: se for possível, a gente fazer um evento para discutir o ataque aos direitos humanos que a privatização no setor elétrico pode causar. Muito gentilmente, ele se colocou à disposição para isso.

Contem com a advocacia trabalhista e com advocacia sindical para tentar participar junto com os movimentos populares nessa luta de resistência para a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voltar a ter uma democracia, um País digno, e impedir que essa corja de golpistas e vampiros destruam o futuro nacional e os sonhos de nossos filhos e netos.

Obrigado, companheirada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Maximiliano Garcez, representante da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas.

Queria informar a todos que, na segunda-feira, às 9 horas, o debate vai ser sobre segurança pública no Brasil. Eu não vou fazer uma audiência pública aqui para discutir se intervém ou não no Rio de Janeiro. A intervenção já houve, já existe. Nós vamos discutir, sob a ótica dos direitos humanos, a segurança pública no Brasil. Então, segunda-feira, às 9 horas, teremos essa audiência pública aqui.

Eu sempre digo que a intervenção no Rio de Janeiro já é fato consumado. Foi boa a iniciativa ontem no plenário do Senado: fazer uma comissão para acompanhar a intervenção que já existe.

O Maximiliano vai ter que se retirar. Uma salva de palmas por sua colaboração. (*Palmas.*)

E passo a palavra neste momento ao Mário Teixeira, Secretário de Assuntos Jurídicos da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

O SR. MÁRIO TEIXEIRA – Primeiramente queremos agradecer, em nome da CTB, mais uma vez esse importante trabalho que o Senador Paim vem fazendo para todos os trabalhadores do Brasil, desde os seus primeiros passos aqui no Congresso Nacional, desde a Constituinte – nós, que passamos dos 60, lembramos muito bem, não é, Paim? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu começaria, até com uma certa ironia, falando de um assunto que foi colocado aqui logo aqui no início da reunião, que é com relação ao Presidente do TST.

Exatamente no dia 22 de dezembro de 2016, nós tivemos uma reunião no Palácio do Planalto – fomos, infelizmente, convidados para uma reunião no Palácio do Planalto. Nela, o Ministro do Trabalho iria apresentar a proposta de reforma trabalhista. Nessa reunião estava presente o Presidente do TST.

E ele dizia na reunião que aquela proposta que o Ministro do Trabalho estava apresentando seria um presente que o Governo Temer estaria dando aos trabalhadores.

Pessoal, detalhe, detalhe importante e lamentável: muitos dirigentes sindicais presentes – não sei se porque não conheciam – aplaudiram, pelos menos duas centrais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza porque eles não conheciam, quem estava ali. Estava no pensamento de quem falou aqui.

O SR. MÁRIO TEIXEIRA – Primeiramente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não conheciam a proposta.

O SR. MÁRIO TEIXEIRA – Queria colocar que eu sempre me lembro disso aí, desse lamentável momento.

E também foi dito há pouco que, com relação à intervenção no Rio de Janeiro, nós também, a CTB, estamos muito preocupados. Mas sabemos que, por outro lado, a classe trabalhadora teve um alívio. Por quê? Porque felizmente a nossa Constituição prevê, no art. 60, que, para a tramitação de reformas, são as PECs. E do que nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais medo? É de PECs neste Congresso, porque tudo que passa aqui é contra o trabalhador, ou não é? Então, de repente, a gente vai respirar um pouquinho. Lamentavelmente, em função de um acontecimento que nós sabemos que é nefasto, mas vamos respirar um pouquinho.

Foram colocadas diversas questões sobre a reforma trabalhista. A reforma previdenciária, nós sabemos que, por enquanto, vamos ficar – eu sou do porto, sou da região portuária – ao largo, esperando. Mas com relação à CLT que está em vigor, claro, há muitos e muitos problemas. Aliás, não veio nada de interessante para o trabalhador, nós todos sabemos e aqui ratificamos tudo o que foi dito anteriormente pelos companheiros que participaram. Não vamos ser repetitivos.

Uma coisa que não se tem falado muito e é bom deixar registrada aqui é essa dita eficácia liberatória. Disso não se fala muito, mas isso é o maior absurdo que está ali, porque está tornando o trabalhador refém do seu patrão: ou ele aceita assinar aquela declaração de que está tudo o.k. ou vai para a rua. Tornou outro tipo de escravidão ali, outro meio de ficar sujeito ao que o patrão quer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MÁRIO TEIXEIRA – Exatamente. Este é o maior absurdo que aconteceu, o art. 507-B da lei.

Outro assunto também complicadíssimo: o movimento sindical, os dirigentes sindicais vinham trabalhando no sentido de que passasse a ser uma coisa mais palpável a ultratividade das negociações coletivas. Aí veio aquele horrível despacho de Gilmar Mendes e, de repente, foi sacramentado também nessa lei. E, pior ainda, Paim, essa ultratividade já constava de diversos acordos e convenções coletivas, e nem isso está sendo reconhecido. Foi discutido recentemente no TST como fica essa transitoriedade, mas nem isso está sendo reconhecido. E pelo que a gente sabe – eu venho de um setor muito sensível, que é o setor portuário –, no setor portuário, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os empregadores, simplesmente, se venceu a convenção, não vale mais nada. Isso é um absurdo.

Outra questão que também não é falada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – (*Fora do microfone.*) ...TV Senado e a Rádio Senado, que até pouco tempo atrás, enquanto não se fizesse acordo, valia a convenção anterior.

Agora, simplesmente disseram que não vale mais nada, acabou, perderam tudo. E há uns malandros – digo: malandros – que têm a mania de dizer que, com essa reforma, os trabalhadores não perderam nada. Perderam tudo.

O SR. MÁRIO TEIXEIRA – Em outras palavras: sacramentou aquilo que foi feito naquele despacho nefasto de Gilmar Mendes.

Outra questão que está passando meio despercebida, e há setores que necessitam muito disso e acabam sentido mais – volto a falar do setor portuário e marítimo –, é a que ficou estabelecida no art. 615-B, sobre a duração de trabalho, que passa a ser negociada. E nem tanto isso. O pior é o parágrafo único, que diz que as regras sobre a duração do trabalho e intervalos passam a não ser consideradas mais normas de saúde, segurança e higiene do trabalho. Quer dizer, isso é o maior absurdo que pode acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Significa que se pode trabalhar direto, que não há mais perigo, na visão deles, de acidente de trabalho.

O SR. MÁRIO TEIXEIRA – A gente tem que prestar muita atenção nisso aí, porque realmente é um absurdo. Quer dizer que, se houver uma negociação passando por tudo que é norma, tratando de horário, jornada de trabalho... Nós sabemos que isso aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi encomendado, porque já havia jurisprudência do TST que estabelecia exatamente isto aqui: que teria de obedecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os intervalos.

O SR. MÁRIO TEIXEIRA – Intervalo era considerado norma de saúde, higiene e segurança do trabalho. E por isso aí não é mais.

Isso aí, Paim e companheiros, talvez seja a primeira alteração que o TST vai ser obrigado a fazer para se adequar à lei. Não que ele queira, porque nós sabemos que a maioria dos Ministros não vão querer, mas eles vão ter que fazer. Isso é um absurdo também.

Outro assunto que a gente tem percebido: procura-se fazer uma confusão ou uma deturpação de interpretação, com a nova CLT, entre lei genérica e lei específica. Já se fala muito em aplicar a CLT para trabalhador doméstico, que tem uma lei específica. No setor portuário, nós temos uma lei específica e uma convenção ratificada, que é a 137, que estabelece regras, puramente específica. Agora já estão falando em aplicar nos portos o trabalho intermitente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma desgraça essa tal reforma trabalhista.

O SR. MÁRIO TEIXEIRA – A outra questão que está no dia a dia – se não me engano, temos diversas ADIs tramitando – é a contribuição sindical. Houve aí um arranhão, no nosso entendimento, muito profundo na Constituição, porque, não obstante tenhamos no art. 8º a liberdade e a autonomia sindical, nós temos o seguinte na própria Constituição: os direitos individuais de cada trabalhador, que é ser filiado ou não ao sindicato. Mas nós temos lá também o direito coletivo. Houve uma mistura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre interpretar direito coletivo e direito individual. E acabaram jogando tudo que está na Constituição como se fosse direito individual.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO TEIXEIRA – Veja bem, a nossa Constituição estabelece, como disse, direito individual de se filiar ou não se filiar. Mas a nossa Constituição também estabelece que os sindicatos não representam apenas os associados, representam a categoria. E para representar a categoria tinha a contribuição sindical como um tributo para fazer face àquele trabalho que o sindicato tem que fazer para representar os associados e, principalmente, aos que não são associados ao sindicato. Isso aí desapareceu.

Nós estamos com diversas ADIs. A primeira a ser julgada será a da CONTTMAF.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MÁRIO TEIXEIRA – Não, não. Com o Fachin. A da CONTTMAF já vai ser pautada.

Nós temos diversos *amicus curiae* importantes, inclusive, a CUT entrou com *amicus curiae*, fez uma peça muito bonita, gostei muito da peça. Ela complementou praticamente, eu tenho dito para alguns companheiros, o que faltava na exordial da ADI. Isso é muito importante.

Então, as minhas palavras são mais para ratificar isso, principalmente o que os meus companheiros disseram, o que colocaram aqui agora, as falas do Procurador da 1ª Região, que foram muito importantes, e de todos os que se manifestaram aqui, a representante da CUT.

Obrigado, Paim, pela oportunidade, em nome da CTB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Mário Teixeira, que falou pela CTB.

Queria registrar a presença aqui no plenário da nossa querida amiga Prefeita do Município de Itatiba do Sul, Rio Grande do Sul, Prefeita Adriana Kátia Tozzo.

Seja bem-vinda! Quando dermos o intervalo – teremos de suspender –, a gente conversa.

Cumprimento também com o mesmo carinho o Josiel Griseli, Vice-Prefeito de Ponte Preta.

Seja bem-vindo!

Na mesma linha, Rodrigo Brum, Vereador do Município de Ponte Preta, Rio Grande do Sul.

E também, ele não tem nenhum cargo eletivo, mas é servidor – estão querendo até tirar o seu direito de trabalhar, mas eu peguei o projeto e vou segurar, não vou deixar aprovar, não, querem acabar com a estabilidade do servidor –, Marcelo Tomazelli. E, na sua figura, bato uma salva de palmas a todos os servidores. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gaúchos e gaúchas de todas as querências. (*Risos.*)

Nós vamos neste momento passar a palavra para o Waldemiro Livingston de Souza, Presidente da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado Federal. Ele tem feito um trabalho brilhante aqui. Vocês sabem das nossas preocupações com as terceirizações. Terceirizam sem limite, inclusive a atividade fim. Lutamos durante um tempo enorme para não aprovar um projeto que estava aqui no Senado. Eu peguei a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatoria. Não deixamos aprovar. Eles desarquivaram o antigo, de não sei que ano, da Câmara, nem tinha chegado ao Senado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De 1998. Eu cheguei em 2002. Desarquivaram aquele que já tinha sido aprovado no Senado em 1998, e acabaram mandando para sanção. E esse o Presidente, infelizmente, sancionou.

Você sempre esteve do nosso lado, lutando de forma permanente. E como o tema de hoje é a questão do emprego, achamos importante que você fale também da situação dos terceirizados.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Em primeiro lugar, cumprimento todos.

Foram muito importantes os meus antecessores aqui. Colocaram muito bem. Estamos vivendo isso aqui. Tenho recebido várias ligações, devido a ter havido oito calotes de empresas aqui dentro do Senado Federal. Até hoje eles não se receberam. Aí falaram: "Tiraram o Peixe, agora é que nós não vamos receber." Eu falei: gente, calma, nós temos o Senador Paulo Paim. Foi uma luta que nós começamos.

Neste momento, peço, Senador Paulo Paim, que nós convoquemos, que peçamos ao Senador Pimentel que olhe para o lado desses trabalhadores. É muito massacrante. O senhor viu – o senhor acompanha essa luta comigo passo a passo – o que a Qualitécnica e a Patrimonial fizeram. O processo está lá. Nós chamamos o Ministério Público. Esse pessoal tem nos ajudado para que não deixem esse processo morrer. Depois de tudo calculado, chegam para eles e falam: "Agora que o Peixe saiu, acabou." Não acabou, gente! Eu não morri. Continuo na luta. Meu retorno está muito próximo. O Senador Paulo Paim já está cuidando, está vendo a minha situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso o que está acontecendo no Brasil. Imaginem: se nós que estamos aqui ao lado dos Senadores sofremos isso dia a dia, os que estão lá fora não dá nem para a gente imaginar como estão. Tenho recebido ligações de várias pessoas falando assim: "Peixe, mas existe isso no Senado? Aqui na rodoviária está um caos pior. E lá na minha cidade, no interior?" A gente fala assim: há uma esperança. Nós temos uma esperança. Há uma luta.

Quando o Senador Paulo Paim falou: "Vamos para a luta?" Vamos. "Vamos vencer?" A gente não sabia, mas falou assim quando veio a reforma: Senador, vamos pegar assinaturas. Nós começamos a pegar assinaturas. Ele falou em 27. Chegamos a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A 62.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – A 62? Pois é. E o senhor falou assim: "Vinte e sete são suficientes". Nós chegamos a 62. Mais um tiquinho, acho que nós teríamos as 81. Porque de tal forma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Assinaturas para instalar a CPI da Previdência, que ele está relatando. Ele ajudou.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Eu ajudei. A gente vai para o corredor, a gente conversa. A gente está vendo que o Brasil está sem rumo. O Brasil ficou sem rumo. E nós estamos aqui sem saber qual é o rumo.

Aí, quando pegamos um líder, começam os ataques, que são totalmente... Eu estou sofrendo ataques porque falo a verdade. Este Senador aqui também está sofrendo ataques: tiram ele do ar, fazem outras coisas, inventam. Quando o Brasil tem a pessoa que vai para a luta e fala assim: "Vamos defender uma categoria", que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma ideologia, que entende de trabalho – pode ser um servidor público – , quando se destaca, é perseguido. Pode ser o líder dos garis que é perseguido no Brasil. Como é que nós vamos entender essas questões? Estou sofrendo na pele por falar a verdade.

Vou continuar cobrando, porque o Senado não vai dar calote nos meus terceirizados, não! Isso aí ele pode escrever: não vai dar. Só se eu morrer, só se me matarem mesmo. Matem o Peixe que acaba. Aproveitem que na Semana Santa todo mundo gosta de comer peixe, vão lá e matem, detonem o Peixe, que eu me aquieto, porque tenho me espelhado neste Senador aqui. É sempre assim. E eu chamo todos eles e falo: agora vocês têm a responsabilidade – e vocês também, que estão aqui, todos os que me antecederam – de não reciclar político. Nós temos de tirar o mau político. Nós temos de tirar, porque quem sofre somos nós.

Eu estou aqui dentro há 20 anos. Tem Senador, tem Deputado que a gente diz: votei nele, mas chego no gabinete, bato e ele fala assim: "Não posso te atender." É sobre o trabalhador, sobre o servidor. "Não me interessa, já fui eleito". Então, nós temos de tomar muito cuidado com esse tipo de pessoa. Sofro na pele isso aqui. Quando a gente acha um gabinete de portas abertas, que entende que a questão é injusta, ele fala assim: "Ah, o problema é daquele Senador que abriu a porta para você; eu não vou entrar nessa briga aí não, porque eu tenho mais coisas a fazer." Mas essa é a luta do povo brasileiro. Nós é que sofremos.

Na Constituinte, foram dias e dias que o pessoal trabalhou. Agora, para chegar um grupo e destruir tudo! Destruíram, primeiro, os terceirizados. Um crime! Eu sou terceirizado e falei isso. Daí a pouco, lá vem a trabalhista, porque acharam pouco. Destruíram! E estão destruindo o Brasil a cada dia, as conquistas. É a mesma coisa de dizerem que o time foi campeão, mas vão lá e tomam a taça, os troféus, tomam tudo. "Não, não tem mais negociação para você, não. Eu quero é desse jeito, porque eu tenho o poder, e o meu poder é o que vai prevalecer sobre aquela vitória que você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teve." Por isso é que nós temos de estar na colocação em que tenhamos pessoas que tenham comprometimento consigo mesmo.

Falei com o Senador Paulo Paim, quando fui colher as assinaturas com alguns Senadores: esperem aí, está terminando o Brasil aqui? Será que a ramificação de vocês não vai continuar? Será que os filhos de vocês não vão sentir na pele? As noras? Os sobrinhos? Não vai ter continuidade? Pensar no hoje? Ele pode até pensar assim: cheguei a um patamar em que estou totalmente estabilizado, e sei que não vão me tirar. E se chegar um outro presidente e disser assim, um presidente ditador: "Então, vamos fazer o seguinte, vamos tirar todos os privilégios deles, todos os privilégios que conquistaram"? Eles vão gostar? Então, por que fazem isso com a classe lá que está embaixo? A classe que carrega tudo é a dos cortadores de cana, a dos frentistas. É esse o pessoal que está todo dia na lida, que pega os ônibus, que nem chega ao trabalho porque os ônibus quebram. Entenderam?

Por conta disso nós temos o quê? Fizeram uma cúpula, um povo maldoso, um pessoal que nem sequer fala assim: "Poxa, ele veio aqui para prestar um serviço para mim, e o ônibus quebrou." Não querem saber se o ônibus quebrou. Dizem: "Se vire, você tem de chegar aqui." Eu tenho sofrido isso aqui dentro do Senado, tenho cobrado, tenho falado. Falei para o Senador Pimentel: Pimentel, tem de mudar essa realidade. Nós vamos entrar 2019, e tem de ser diferente. E 2018 está aí, mas olhem o tanto de coisa que já está... E o ano nem começou! É o *tsunami* do Brasil, o *tsunami* dos trabalhadores. E atingiu todos: os servidores públicos, os terceirizados. Virou uma bagunça generalizada. O pessoal pergunta para a gente e eu falo: Senador, para onde nós vamos? Ficou uma situação tão difícil que nem eles mesmos entendem onde é que estão. Se chegar ao Presidente para perguntar: "Presidente, qual é a realidade disso tudo?" Ele não vai saber. Aí, vamos dizer: qual é a realidade para a sua família? O que vai sobrar para a sua família? Ou você vai pegar a mala e vai embora para um outro País e deixar este aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Agradeço.

Estamos na luta, Senador. Estamos em todas as reuniões.

Uma coisa importante nessa cartilha que estamos fazendo: respeite o trabalhador brasileiro! Isso tem de estar bem claro. Acho que deve ser o primeiro tópico dessa cartilha: respeite o trabalhador brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem! Esse foi o Peixe. Fez um desabafo real do mundo em que ele vive no dia a dia, da realidade, do ônibus que quebra, de quando as empresas não pagam sequer o vale-alimentação aqui dentro. "Quantas vezes, Paim, não pagaram o vale-alimentação". Ah, vamos nós atrás do vale-alimentação. Tantas vezes não pagaram o salário! Não pagavam o salário! E ficavam desesperados aqui dentro. Enfim, isso dentro do Congresso, como disse muito bem o Peixe. Calculem lá fora, lá numa empreiteira, lá numa terceirizada no interior do interior do Estado, como você falou muito bem, lá no corte de cana. É essa a realidade.

Por isso, nós estamos construindo aqui – vamos, depois, ter um grupo de trabalho – o novo Estatuto do Trabalho, o estatuto do mundo do trabalho. Essa já é a 18ª Reunião. Esse debate vai se aprofundando e a gente vai construindo, juntos, uma saída.

Vamos suspender agora, e vamos retomar às 14 horas. O.k., pessoal? É para que todos possam almoçar. Às 14 horas retomamos os trabalhos desta Comissão, aprofundando já. Dia 1º de maio, queremos entregar ao País já a primeira versão do Novo Estatuto do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão suspensos os trabalhos.

Até às 14 horas.

(*Suspensa às 12 horas e 57 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro reaberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Enquanto os nossos convidados estão chegando para esta segunda etapa sobre a importância da construção do Estatuto do Trabalho, eu tenho reafirmado, e por isso tenho ficado, mesmo não tendo sessão à tarde aqui em Brasília, hoje e amanhã, porque nós queremos entregar no dia 1º de maio à sociedade brasileira a versão de como será o Estatuto do Trabalho, inclusive, para um debate ser feito pelas entidades, empregado e empregador, a partir do dia 1º de maio, e pretendemos depois entregar uma cópia para cada candidato a Presidente da República.

Retomando os trabalhos agora, eu vou só registrar a presença de quem participou dos trabalhos pela manhã. Participou da primeira Mesa: Ângelo Fabiano, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); Rogério Silva, que falou pelo Sinait; Noemia Aparecida Garcia Porto, que falou pela Anamatra; Itamar Kunert, que falou pela CSB; o Juiz Hugo Melo Filho, que falou pela Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho.

Tivemos depois uma segunda Mesa, sempre falando sobre a construção, a elaboração desse instrumento fundamental para todo o povo brasileiro. Na segunda Mesa falou a Drª Marilane Oliveira Teixeira, pelo Cesit/Unicamp; depois falou Cássio Luís Casagrande, Procurador do Trabalho da 1ª Região; falou Graça Costa, em nome da CUT; falou Anjuli Tostes, em nome da Central da Classe Trabalhadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos depois uma 3ª Mesa. Falou Magda Biavaschi, Desembargadora aposentada e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – Cesit/Unicamp. Depois tivemos: Dr. Maximiliano Garcez, representante da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas. Falou depois Mário Teixeira, em nome da CTB (Central dos Trabalhores e Trabalhadoras do Brasil). Por fim, falou Waldemiro de Souza, Presidente da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado Federal (Apresefe).

Registramos a presença de Solange Aparecida Caetano, Presidente da Federação Nacional dos Enfermeiros. Agradeço muito a homenagem que recebi no Rio de Janeiro pelo trabalho realizado no Congresso para os enfermeiros. Foi uma bela homenagem a que foi realizada no Rio de Janeiro pelo nosso trabalho.

Esteve nos visitando aqui durante a reunião da manhã Adriana Kátia Tozzo, Prefeita do Município de Itatiba do Sul. Esteve também Josiel Griseli, Vice-Prefeito de Ponte Preta, Rodrigo Brun, Vereador do Município de Ponte Preta, e Marcelo Tomazelli, assessor. Tivemos também Marcia Raquel Rodrigues Presotto, Vereadora do Município de Novo Barreiro e Mariela Carla Rossetto, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Novo Barreiro, e também Claiton Ribeiro da Silva, Vereador daquela cidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Estão dizendo que na reunião desta tarde já está presente o Paulo da Cunha Boal, que vai falar, neste segundo momento, pela Anamatra.

Ainda na linha dos informes, pela parte da manhã, e, claro, eu não vou ler de novo, eu fiz a leitura e registro agora à tarde também, cito o artigo que escrevi e foi publicado pelo jornal *Zero Hora*, com o título, no dia de hoje: "Vencemos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

batalha...", me referindo à vitória em relação à não votação da reforma da Previdência, que não acontecerá mais este ano.

Quero ainda fazer mais um registro que eu considero de suma importância, e esse é especificamente para este momento aqui. É um pronunciamento que eu fiz para este momento, para a reunião de agora, da tarde, a abertura dos trabalhos da tarde, sobre o Estatuto do Trabalho.

O ataque contra os direitos sociais perpetrado pelo Governo parece não ter fim. Nem mesmo os outros Presidentes – todos da história do Brasil, todos –, nenhum atacou tanto o direito dos trabalhadores e dos aposentados como o Governo atual. Ele, na verdade, pretende enterrar tudo o que foi construído da Era Vargas até hoje. Agiu com a sanha, com certeza neoliberal, com a desfaçatez *incontinenti* aqui nunca vista – somente vista agora, neste Governo Temer.

Passados poucos meses do disparate que foi a aprovação da reforma trabalhista, reforma que deformou o direito trabalhista brasileiro, o Governo Temer veio com a Medida Provisória nº 808, de 2017. O Governo cumpriu, com a edição dessa MP, promessa que havia sido feita aos Senadores da sua Base, no sentido de ajustar, ou passar um brilho na reforma trabalhista, mas a emenda, nesse caso, ficou pior que o soneto. Foram apresentadas pelos Srs. Senadores, porque discordaram do que ali ele apresentou, 967 emendas – vejam bem, foram mais emendas que o projeto original da reforma trabalhista, nessa tal medida provisória onde ele fez algumas mudanças pontuais, porque na verdade manteve as maldades principais.

Isso é uma prova de que há um descontentamento da sociedade e do próprio Parlamento com essa reforma trabalhista, porque teve quase mil emendas. Somente este Senador apresentou 60 emendas. Há muito mais do que arrumar na baderna criada pela reforma trabalhista e pela MP 808. Na verdade, o caminho correto, o caminho justo, o caminho democrático seria no espírito da primeira das emendas, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MP que apresentei, onde eu digo: "Revogue-se integralmente a Lei 13.647, de 13 de julho de 2017." Isso é que o Congresso deveria aprovar e partir, daí sim, graças a todos os senhores que estão participando deste debate e vão de imediato também usar a palavra, para reconstruir a CLT, o estatuto do mundo do trabalho, que olha com respeito, com carinho e com solidariedade para todos, sejam empregados e empregadores.

Treze de julho de 2017, senhores e senhoras, o infame dia em que o Governo tentou enterrar à força, ainda vivos, os direitos trabalhistas conquistados durante décadas e décadas e décadas pela população brasileira.

No que diz respeito aos temas que discutimos hoje, a saber, a responsabilidade patronal, o direito ao emprego e as formas de rescisão de contrato de trabalho, a Lei 13.647, a MP 808, vieram cheias de obscuridades, cheias de pegadinhas, cheias de pulos do gato, como a gente fala. Querem implantar na marra a responsabilidade patronal flexível. O art. 10-A da CLT, por exemplo, após as mudanças introduzidas pela reforma, passou a determinar que os sócios retirantes de uma empresa apenas respondam subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas relativas ao tempo em que eram sócios do empreendimento e pelas ações ajuizadas até dois anos após averbação das alterações do contrato. Ora, basta transferir as empresas em via de falir a laranjas e, passados dois anos, os antigos donos estarão isentos de qualquer responsabilidade, prontos para outra aventura, em detrimento do povo brasileiro.

O §3º do art. 2º da CLT foi desvirtuado no mesmo sentido de elidir a responsabilidade do proprietário, numa tentativa de dificultar as configurações da responsabilidade solidária entre empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico. Se isso prosperar – e espero que não, porque essa reforma é inaplicável –, o grupo econômico poderá registrar seus empregados sob uma empresa quebrada e, mesmo que as outras empresas do grupo estejam indo de vento em popa, evitar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

responsabilização quanto aos débitos trabalhistas pendentes. Vejam cada absurdo, como tantos que foram colocados aqui já, pela parte da manhã.

Querem negar, por vias transversas, o direito ao emprego. Nesse sentido, a terceirização sem limite, da forma como foi introduzida pela reforma, é uma grande ameaça. Fui relator do projeto que veio da Câmara. Viajei o ano pelo País todo. Tirei cartas de cada Estado. Todos os Estados, por unanimidade, foram contra a terceirização sem limite, ou seja, até da atividade fim. Mas o Governo, dando o golpe no Parlamento, desarquivou um projeto lá de 1998 – cheguei no Senado em 2002, e ele tinha sido aprovado naquela década de 90 ainda – e o aprovou na Câmara, porque o projeto que está aqui, com certeza, ele não aprovaria, porque eu fui o relator.

Com a intermediação da mão de obra, isto é, com a interposição de terceiros entre trabalhador e tomador de serviço, mesmo na atividade fim da empresa, fere-se de morte a proteção constitucional, a relação de emprego, relação essa que figura na base do sistema social lá na Carta de 1988, ou seja, a nossa Constituição – eu, que fui Constituinte.

O que dizer, então, do contrato de trabalho intermitente? Essa modalidade contratual não fixa a carga horária mínima vinculada à renda do funcionário e sua eventual convocação para o trabalho. Ao final do mês, esse funcionário, conforme a situação, poderá, em vez de receber, ter que pagar para complementar o salário mínimo para, então, garantir o pagamento dos adicionais correspondentes à sua Previdência.

O Termo de Quitação Anual de Obrigações Trabalhistas, criado no bojo dessa reforma, vai também nessa linha. Esse termo de quitação bate de frente com as regras constitucionais da prescrição trabalhista, impedindo, no limite, que o trabalhador acesse a Justiça para cobrar direitos sonegados, ainda que dentro do prazo legal. Aqui há tudo que foi falado de manhã, os absurdos que foram colocados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra violência rescisória é a extinção do contrato de trabalho mediante acordo entre empregados e empregadores, com o pagamento de metade das verbas rescisórias e com acesso a apenas uma parte do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. É aquilo que foi denunciado de manhã: a rescisão pode ser feita até por correspondência agora, ou seja, pela internet, e sem a presença do empregado, que é o maior interessado neste momento na rescisão de contrato.

Vamos mais além. Aqui já estou terminando.

Isso é nada mais nada menos do que legalizar a fraude rescisória, assegurando ao empregador o direito a fraude rescisória. Caso o empregador queira demitir o empregado sem justa causa basta forçá-lo a assinar um acordo viciado.

Nesse momento de tensão e de incerteza quanto ao futuro, é muito provável que o empregado se sinta pressionado, sem opção, e aceite apenas metade do que tem direito porque quer receber uma parte, já que vai estar sendo demitido.

Por trás do ímpeto de "modernizar" – entre aspas – relações trabalhistas está, na verdade, o inconfessável desejo de retornar ao passado, ou seja, de praticamente revogar a Lei Áurea. Querem suprimir conquistas históricas do povo brasileiro, elegendo por sobre nossas conquistas uma ponte para o passado, e não ponte para o futuro, como falam aqueles que defendem essa reforma. É uma ponte que, se não permanecermos vigilantes e combativos, nos levará, isso sim, ao inferno da escravidão moderna, da precariedade e do trabalho indigno.

Isso jamais permitiremos. O Carnaval do Rio de Janeiro sinalizou que o povo há de sair nas ruas contra essa reforma. Repito: isso jamais permitiremos. Com ousadia e com a verdade, venceremos a covardia e a mentira. Essa será a tônica do nosso Estatuto do Trabalho e essa será também a tônica do debate do dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após essa introdução, que eu ia fazer pela manhã, mas deixei para fazer agora, de imediato, convido para a mesa os convidados que vão expor, conforme o combinado.

Dr. Leandro, você que está na executiva, junto com a Tânia, poderia dar dois informes aqui. Em seguida, passaremos a palavra para os convidados. A Tânia quer falar primeiro sobre como está o resumo para o 1º de maio? Isso é bom, porque o Brasil todo, já que estamos tendo a oportunidade e não está havendo sessão no plenário, estamos ao vivo para todo o Brasil, tem que saber como está o nosso trabalho para revogar essa legislação e aprovar o novo Estatuto do Trabalho. Por isso eu pedi que, embora hoje fosse uma reunião em grupo, a gente fizesse uma reunião aberta, para que o Brasil saiba o que está acontecendo.

A assessora Tânia é uma das especialistas no tema.

A SRª TÂNIA MÁRCIA OLIVEIRA DE ANDRADE – Boa tarde! Não mereço tanto.

Boa tarde, Senador. Boa tarde a todos os presentes. Fui indicada pela Secretaria da Comissão para assessorar as reuniões do grupo de trabalho. É nessa condição que falo aqui.

Nós, ao longo do segundo semestre de 2017, realizamos diversas audiências públicas que foram abordando temas progressivos no intuito de subsidiar a construção do Estatuto do Trabalho. Então, nós fizemos, a partir de 18 de agosto até o dia 11 de dezembro, dez audiências públicas temáticas, em que, em média, cinco a seis especialistas naquele tema específico convidados proferiram suas palestras, suas contribuições a respeito daquele tema posto.

Nós estamos terminando um trabalho de compilação desses textos, muitos doutrinários e com um número muito importante, muito expressivo de informações, inclusive estatísticas, legais e experiências internacionais. Esse trabalho de compilação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está pronto. Nós já começamos a remessa esta semana para todos os convidados, solicitando a eles que façam uma revisão desses textos – já temos cerca de cinquenta textos –, adaptando-os para o formato de artigo, porque os textos são extraídos das notas taquigráficas e, portanto, têm a interrupção da campainha, às vezes, a pessoa, quando fala, se repete em algumas situações. Então, estamos solicitando aos convidados que revisem os textos extraídos das notas taquigráficas e nos devolvam no prazo ideal de trinta dias, para que a gente possa publicar, ainda neste primeiro semestre, o livro composto por essas cerca de cinquenta palestras de excelente qualidade, Senador.

Além disso, o grupo de trabalho, constituído por representantes de entidades as mais expressivas que o senhor já teve a oportunidade de nominar, vem se reunindo e já vem trabalhando progressivamente em aspectos essenciais para o novo Estatuto do Trabalho. Assim é que foram subdivididas áreas por pertinência das entidades.

Então, nós tivemos o pessoal do Cesit, principalmente, escrevendo a parte relacionada aos princípios gerais do Estatuto do Trabalho, dentro da linha do que foi abordado hoje de manhã pela Drª Noêmia, para que o Estatuto do Trabalho não seja apenas uma nova CLT, ou seja, apenas um novo regulamento do empregado, mas, sim, algo que vai reger todas as relações de trabalho protegidas constitucionalmente, numa primeira parte, e, numa segunda parte, também aprofundar as questões relativas à relação de emprego propriamente. Então, esses princípios já foram elaborados. Acredito que o pessoal vai expor aí. Também as áreas mais específicas, com o pessoal da magistratura, que já abordou a questão processual, que a CLT também aborda hoje e que, portanto, tem que ser revista. O pessoal do Sinait trabalhou muito a questão do sistema de fiscalização, que é essencial para garantir o cumprimento das regras trabalhistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ainda temos um trabalho forte pela frente. Temos ainda previstas mais cinco ou seis audiências públicas tratando agora das questões mais específicas, das tutelas específicas, necessárias de serem tratadas no Estatuto do Trabalho, e o grupo de trabalho agora tem uma tarefa gigantesca de compilar tudo isso para a apresentação de um anteprojeto no começo de maio.

Lembro que não é um projeto de lei pronto ainda, porque não é possível nesse prazo que isso aconteça, mas é antes um anteprojeto aberto à discussão da sociedade, à captação das contribuições dos mais variados setores, exatamente na linha que foi orientada pelo Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Foi um excelente esclarecimento, porque a intenção é essa mesmo.

Quero fechar com a sua fala o encerramento.

Nós queremos o contrário do que eles fizeram. Eles vieram com um pacote pronto. Disseram que eram sete artigos, mas foram votados 117, sem nenhuma discussão, porque estavam discutindo sete. Vocês que participaram lá sabem muito mais do que eu. Mandaram para cá e aqui o Senado carimbou, não fez a mudança de uma vírgula.

Então, o que nós estamos mostrando? Que esse trabalho nós estamos fazendo há quase seis meses – maio se apresenta –, um anteprojeto que se apresenta para um debate na sociedade livremente. Querem discutir na Fiesp? Nós vamos lá na Fiesp. Querem na CNI? Nós vamos. Querem nas Centrais? Nós vamos. Querem no Judiciário? Nós vamos. Querem no Executivo? Nós vamos, bem como aqui no Legislativo, para mostrar que nós trabalhamos de forma diferente.

Querem complementar o informe? (*Pausa.*)

Tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da forma como nós combinamos aqui, cada um agora iria falar da sua área e dar a sua primeira informação. Por motivo de voo de alguns, se alguém tiver que viajar em primeiro lugar, fala primeiro. Cada um que iria falar vem aqui na frente. Quem teria que sair de imediato, e teria me falado, Leandro?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Quem teria que sair mais rápido?

Então, passe aqui, por favor. Cada um que for falar, exponha aqui o quadro. Faça uma exposição. Depois dessa exposição, que é para dar uma visão para o País de que aqui nada é escondido, que tudo é aberto, por isso estamos na TV Senado, falando para todo o Brasil, a gente volta para o trabalho de grupo. Daí encerramos a audiência pública, acho que em torno de uma hora se encerra esta audiência pública, e vamos para o trabalho de grupo. Vamos, então, para o trabalho de grupo.

Quantos falarão, Leandro?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Agora, é fazer uma fala geral. Depois nós vamos para o trabalho interno. Eu vou ficar também no trabalho de grupo, viu? Tenho que me disciplinar também, não é só quando a TV está filmando.

É contigo.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Boa tarde, Senador Paim, boa tarde a todos.

Dentro da divisão de tarefas da subcomissão, coube à Anamatra a parte processual do novo estatuto e nós nos preocupamos em apresentar não apenas um texto programático ou meramente processual, mas, desde o início, esta comissão se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupou em restabelecer o Direito do Trabalho com base em princípios, o que foi completamente abandonado com a reforma apresentada, a Lei nº 13.467, que é facilmente encontrada no art. 8º da CLT.

A redação anterior, para que tenhamos uma visão mais clara, dizia expressamente que: "O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho, naquilo em que não for incompatível com os princípios fundamentais deste". A redação atual, apresentada pela Lei nº 13.467, simplesmente elimina o trecho final. Ficou assim a redação: "O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho". Abandonamos ou abandonaram, mais precisamente, toda e qualquer relação do Direito do Trabalho com os princípios que sempre nortearam a atuação tanto da magistratura quanto do Ministério Público e, principalmente, das partes.

Com esse retrocesso legislativo, a intenção, muito provavelmente, é retornar àquela ideia meramente civilista de que todos são iguais, seja reclamante, seja reclamado, e que não há distinção efetiva de proteção, essa carga protetiva que o Direito do Trabalho naturalmente e historicamente sempre possuiu. Isso se reflete tanto na parte de direito processual quanto na parte de direito material e a Drª Magda, logo no início desses trabalhos, fez uma observação importantíssima de que precisamos iniciar os trabalhos falando de princípios. E é com base nesses princípios que nós apresentamos também uma parte de direito processual em que retornamos a uma parte importante: o acesso gratuito do trabalhador ao direito de jurisdição.

A atual legislação, a Lei nº 13.467, praticamente espanca esse acesso ao judiciário ao estabelecer vários elementos que dificultam o acesso do trabalhador, seja através de custas, seja através do estranho sistema adotado pelo Código de Processo Civil de honorários advocatícios recíprocos. Nós temos visto atualmente situações que beiram o absurdo, de trabalhador ir ao Judiciário, formular cinco pedidos, ganhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro e, naquele em que a ação lhe é julgada improcedente, os honorários praticamente eliminam todos os ganhos que ele auferiu nos outros pedidos.

Observamos em algumas decisões situações atípicas em que o juiz deferiu inclusive a anotação na carteira de trabalho, por o contrato ou não ter sido registrado ou ter sido registrado parcialmente, e indeferiu um pedido de horas extras e, sobre esse pedido de horas extras, recaiu não só a obrigatoriedade de pagamento dos honorários advocatícios dá ré, como também lhe foi imputada uma multa por litigância de má-fé. A impossibilidade de comprovação de um fato que pode ter acontecido retirou desse trabalhador todos os ganhos, e a empresa que, tendo declarado que o contrato de trabalho havia sido corretamente anotado na carteira de trabalho, sendo ela condenada à complementação da anotação, não sofre punição nenhuma. Esse tratamento tão desigual que se estabeleceu está sendo contabilizado como uma grande vitória da reforma.

Prometemos que teríamos uma diminuição na quantidade de processos. Isso não se faz através da eliminação do conflito, mas simplesmente através da dificuldade de acesso ou do temor em ingressar no Judiciário hoje quando os elementos de prova não lhe são os mais eficientes.

Então, a proposta da Anamatra foca a questão dos princípios, e nós enumeramos quais são os princípios aplicáveis ao processo do trabalho, que até então nunca haviam sido propostos. Estabelecemos também formas diversificadas de acesso ao Judiciário através da chamada – deixa até eu pegar o texto aqui certinho para poder explicar com mais vagar – ação promocional, que é objeto de um projeto de lei que tramita no Senado, Projeto nº 552, de 2015, através do qual se repete um exemplo americano extremamente exitoso, que são as ações de classes, *action classes*.

Nesse caso nosso, em uma primeira incursão, nós sugerimos a hipótese dessas ações de classe apenas para os direitos de natureza não patrimonial, que atingem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande coletividade de pessoas, e os exemplos são os mais diversificados possíveis. Damos também a opção das garantias inerentes ao proponente deste tipo de ação, porque ele não apenas vincula o seu direito particular, mas também o de toda a categoria que se assemelha a ele em idênticas condições.

Uma outra inovação que nos parece extremamente importante diz respeito à distribuição do ônus dinâmico da prova. Explicitamos em nossas propostas o princípio da aptidão para a prova, que até então, embora reconhecido de forma doutrinária, ainda encontra dificuldades de aplicação nos tribunais. Em algumas situações, embora o TST tenha avançado em algumas questões, tais quais o registro em cartão ponto, ainda assim, encontra resistência. Entendemos necessário trazer todas essas condições de forma expressa. Aquele que detém a capacidade probatória é o detentor do ônus.

Outro elemento que tem sido discutido no âmbito do Direito Penal, mas que para nós, no Direito do Trabalho, parece ter uma importância muito grande é o que chamamos de constelações de indícios, quando tudo leva a acreditar que o fato apresentado seja verdadeiro, embora não tenhamos uma prova efetiva sobre a situação concreta. Por que nós pensamos nessa apresentação, nesse detalhamento? Levando em conta, principalmente, as transgressões ou os delitos que envolvem direitos de personalidade, como os casos de assédio de natureza moral, assédio de natureza sexual, em que o comportamento do empregador, levando-se em consideração uma universalidade de pessoas, pode nos levar à conclusão de que o fato concreto, ainda que sem uma prova específica sobre ele, o comportamento geral é um indício muito forte de que o fato transcorreu da forma como descrito.

Não pretendo me alongar muito.

Outra questão que não chega a ser uma novidade efetiva, mas fizemos questão também de incluir no projeto é a garantia de acesso ao Poder Judiciário mediante gratuidade não apenas para os empregados hipossuficientes, mas também para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empregadores hipossuficientes, pequenos empresários ou empresários individuais em que o litigar acaba sendo muito caro e que evitam ou não permitem, em alguns casos, que esse pequeno empregador tenha condições de comparecer ao Judiciário e apresentar uma defesa técnica. Então, deixamos de lado qualquer sensação de paternalismo ou essa visão equivocada que muitas pessoas impingem à Justiça do Trabalho, de que só tem um foco. Queremos estabelecer que o acesso ao Judiciário se dará a todo aquele cidadão que se sentir lesado em seu direito, também garantindo, dentro dos vários princípios, o princípio do contraditório, o princípio do acesso ao Judiciário, incluindo os pequenos empresários que detêm dificuldade – isso nós experimentamos na vida prática – de comparecer em juízo e apresentar uma prova técnica de qualidade.

Senhores, a Anamatra novamente agradece a iniciativa do Senador Paim, a oportunidade de rediscutirmos toda a tragédia que nos foi apresentada pela Lei nº 13.467 e oferecer uma alternativa viável legislativa, dentro do âmbito democrático, de um debate honesto, sério, sobre o Direito do Trabalho, sobre os rumos que nós pretendemos dar às relações de trabalho para os próximos anos ou o que podemos deixar de herança para a sociedade.

Senador Paim, muito obrigado pela iniciativa, muito obrigado por chamar a Anamatra a participar deste momento histórico, deste evento único de democratização do trabalho legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Eu recebi aqui uma cópia do trabalho belíssimo da Anamatra. Isso, sim, é um texto moderno e atual, e não o que eles fizeram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus cumprimentos pelo resumo que fez aqui, e no tempo ainda. A gente pensou nesse período, em torno de 10 a 15 minutos, porque depois vamos ter o trabalho em grupo.

Então, muito obrigado.

De imediato, eu passo a palavra para – pode ficar aqui se quiser – a Drª Magda Biavaschi, que vai falar pelo Cesit/Unicamp.

A SRª MAGDA BIAVASCHI – Eu também estou agradecida por estar aqui neste momento, que é histórico, quando a gente está reunindo esforços para tentar construir um Estatuto. Como já foi dito inicialmente na nossa primeira reunião, nós avançamos bastante no trabalho, porque coube ao nosso grupo... Nós, na realidade, estamos aqui representando o GT, um grupo de trabalho sobre reforma trabalhista que é composto por alunos e professores. A gente não representa especificamente o Cesit. Esse GT integra o Cesit. Então, o GT fez esse esforço e o que nós estamos apresentando aqui foi fruto de discussão no grupo, conosco e também com o GT.

No início dos trabalhos, discutindo como seria esse estatuto, nós consensuamos aqui nas reuniões que deveríamos iniciar por uma tela de princípios. Isso já é consenso entre nós. Então, quando nós dividimos as atribuições, o que cada representação faria, a Anamatra ficou com o processo do trabalho e nós ficamos com os princípios fundantes do estatuto, ou seja, aqueles princípios que são o esteio, que são a estrutura e a razão de ser do próprio estatuto.

Esse texto que eu vou apresentar agora para vocês já foi consensuado no grupo. Como foi o primeiro trabalho que nós discutimos coletivamente, já foi aprovado entre nós no grupo de trabalho, depois que o grupo de trabalho aprovou inclusive a articulação, não só os princípios, mas a articulação dos princípios. E a questão primeira que foi aprovada é que esse estatuto visaria a quê? Visaria integrar, na tela de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteção social, todas as formas de contratação, inclusive as contratações que nós chamamos de atípicas. Então, esse é o escopo do estatuto. É um estatuto abrangente, que traz para dentro da regulação pública do trabalho todas essas novas formas, inclusive, de contratação com base em que princípio? Com base no princípio da isonomia, da não discriminação. Então, isso foi um exercício que se fez aqui na primeira reunião de trabalho e se consensuou. O problema é articular isso, colocar isso em artigos.

Então, nós depois também fizemos questão de frisar que os princípios próprios do Direito do Trabalho, tais quais nós conhecemos, são construções históricas e que vão ser incorporados por essa regulação, porque essa é a razão de ser do Direito do Trabalho. E concluímos também que esse projeto que foi aprovado, que agora é lei, está na contramão da própria razão de ser do Direito do Trabalho, por isso ele ameaça as instituições públicas e ameaça a própria existência da Justiça do Trabalho. Então, isso tudo já é consenso. Nós precisávamos articular isso.

Aí, nós apresentamos ao grupo uma proposta articulada, com esses princípios, a partir das discussões. E ela nos ajudou muito. Na última reunião que nós fizemos, ouvindo o que é necessário, ouvindo os ensinamentos preciosos, o que é preciso constar e como devem ser expressos em um projeto legislativo esses temas, nós refizemos a proposta, que não é a que foi distribuída para vocês, mas é a que eu trago aqui agora já resumida, para hoje tentarmos aprová-la a partir, já, das discussões que nós tivemos na última reunião.

O que nós discutimos na última reunião? Técnica legislativa, estratégias legislativas, dificuldades que o nosso projeto inicial poderia trazer caso fosse aprovado daquela forma. Então, a partir dessas discussões, eu digo que o nosso grupo está mais avançado. Por quê? Porque nós ficamos com a primeira parte do trabalho. Por isso nós apresentamos e a comissão já discutiu isso e já consensuou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós já trouxemos agora aqui a questão dos princípios do direito individual e do direito coletivo, já articulados, como deve ser a técnica legislativa. Na reunião que nós fizemos, ficou bastante claro que o primeiro artigo tem que ser sucinto e dizer do que trata esse estatuto. E é por isso que nós trouxemos o primeiro artigo dizendo assim: "O presente Estatuto do Trabalho rege as relações individuais e coletivas de trabalho, disciplinando todas as formas urbanas e rurais de prestação de trabalho a outrem". Esse é o primeiro artigo. E a gente achou, claro que a gente traz agora para discussão do grupo, que esse primeiro artigo sintetiza as nossas discussões a respeito da filosofia e da abrangência do estatuto. Vou repetir: "O presente Estatuto do Trabalho rege as relações individuais e coletivas de trabalho, disciplinando todas as formas urbanas e rurais de prestação de trabalho a outrem." Com isso, dá a abrangência e traz para dentro da regulação pública inclusive essas novas formas de contratação.

Bom, depois, no segundo artigo, já estão os objetivos deste estatuto. Nós definimos que... Nos artigos subsequentes, onde nós vamos definir princípios, o primeiro texto trazia incisos. E nós aprendemos que não é de boa técnica, até porque pode trazer problemas de emendas supressivas, colocar os princípios em incisos, mas, sim, colocar os princípios no texto do artigo, no *caput*. A única coisa que ficou com incisos são os objetivos deste estatuto. Então, art. 2°: "São objetivos deste estatuto: I – estabelecer a proteção social pública que promova a construção de relações de trabalho menos desiguais e mais inclusivas; II – promover o bem de todos, vedando e contrapondo-se a toda e qualquer forma de discriminação; III – efetivar o direito do trabalho por meio das instituições públicas responsáveis por sua fiscalização e pelo fazer cumprir as decisões judiciais; IV – dar suporte normativo a todas as políticas sociais públicas nacionais e regionais que busquem aprimorar a fiscalização, a efetividade do trabalho humano decente e a participação equitativa na remuneração do trabalho, na definição da jornada e nas condições de trabalho."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Artigo 3º. Agora vêm os princípios. Nós também discutimos na reunião, e ficou incorporado como aprendizado, que nós só iríamos definir princípios quando não fosse clara a conceituação do princípio. E que nós não definiríamos, a primeira proposta definia todos os princípios, não definiríamos os princípios porque isso podia amarrar para o futuro esse estatuto, que é um estatuto que se propõe para o futuro. Então, decidimos, e foi consenso na reunião, que nós só íamos definir aqueles princípios que demandam definição porque esta não é clara e não é de domínio público. Depois a nossa professora pode esclarecer, mas é o que nós aprendemos na reunião.

Então o art. 3º é o primeiro artigo que vai procurar contemplar isso, o novo art. 3º. E diz assim: "As relações de trabalho reguladas por este estatuto reger-se-ão pelos princípios fundamentais que visem ao aprimoramento das relações de trabalho e à defesa da integridade humana e do bem-estar. Entre eles"... Diz: "entre eles", portanto, é exemplificativo, porque como princípios são construções históricas, nós podemos, no processo da luta e das demandas sociais, construir novos princípios. Então: ... "entre eles, o da dignidade humana, do valor social do trabalho e da justiça social, da vedação do retrocesso e da progressividade social, da proteção ao trabalho e da indisponibilidade das normas de ordem pública, da igualdade substantiva e da não discriminação, da subordinação estrutural e da sustentabilidade humana do meio ambiente e das condições de trabalho". Tiramos as conceituações desses princípios.

Parágrafo único. O único que ficou aqui definido, como conversado na reunião – evidentemente, isso é só uma proposta, mas é consenso –, é o da progressividade. O que é que significa essa progressividade social? "Parágrafo único. O princípio da progressividade social abrange os efeitos da modernização e do desenvolvimento tecnológico, assegurando a compatibilidade entre inovações tecnológicas e o não retrocesso das conquistas sociais." Por que isso? Porque foi ponderado por vários dos estudiosos que estiveram aqui, e depois a gente passou também essa proposta para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns que estiveram aqui, como a Profª Gabriela, aliás, para vários, a importância de se dizer que o princípio da progressividade social não é abafado pelo avanço tecnológico, porque há uma ideia, principalmente no meio dos economistas, de que o avanço tecnológico e o atual momento do capitalismo tudo explica e que é necessário que o direito se adéque ao capitalismo na sua nova versão, na sua nova feição e que o progresso tecnológico explica e naturaliza todos os retrocessos. Então, contrariamente a essa ideia, que é uma ideia que subjaz à reforma que foi aprovada, tentou-se então, nesse parágrafo único, que é o único princípio que nós quisemos definir, mostrar que o momento atual do capitalismo não come, não sequestra o princípio da progressividade social. Então vou ler de novo: "Parágrafo único. O princípio da progressividade social abrange os efeitos da modernização e do desenvolvimento tecnológico, assegurando a compatibilidade entre inovações tecnológicas e o não retrocesso das conquistas sociais". Ou seja, nós vamos dizer, nós não somos triássicos-jurássicos, nós somos adeptos das inovações tecnológicas, nós estamos dizendo que essas inovações tecnológicas não sequestram, não podem sequestrar as conquistas da humanidade. Não é o Abelardo – a gente conversou sobre o Abelardo de manhã.

Além dos princípios gerais e constitucionais elencados no art. 3º... Porque esse art. 3º, então, como eu já li, engloba os princípios históricos do Direito do trabalho e os princípios incorporados pela Constituição de 1988 sem dizer, porque você não tem uma PEC para tirar isso também.

Então, diz o art. 4º:

> Além dos princípios gerais e constitucionais elencados no art. 3º, este estatuto incorpora princípios especiais de proteção ao trabalho, entre eles o da proteção social, o da continuidade da relação de emprego, o da vedação das despedidas arbitrárias ou sem justa causa, o da proteção às populações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vulneráveis, o da limitação do tempo de trabalho e do respeito ao tempo social, o da intangibilidade salarial e o da primazia da realidade.

Aqui, na reunião, na última reunião, das discussões ficou claro que nós teríamos de especificar um pouco mais o que é o princípio da proteção social, o que é tempo social e o que são populações vulneráveis.

Eu quero dizer para vocês que fiquei de levar isso para o grupo do Cesit, porque é uma proposta da Ludmila, para discutir o que são populações vulneráveis. No primeiro projeto que a gente trouxe, a gente definia as populações vulneráveis no §3º do art. 4º, dizendo o que são populações vulneráveis. Quando nós voltamos agora lá para o Cesit, não obtivemos consenso em relação à necessidade ou não de definir o que são populações vulneráveis. Nós nos dividimos. Um grupo dos pesquisadores e professores entendeu que não é necessária a definição de populações vulneráveis, e um grupo entendeu que é importante e necessário especificar o que são populações vulneráveis. Eu me filio à corrente de que não é preciso especificar o que são populações vulneráveis. Vamos deixar que a jurisprudência criativa, como é, especifique o que são populações vulneráveis, porque senão nós vamos... Mas eu estou defendendo um lado que não foi vencedor...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MAGDA BIAVASCHI – ...no Cesit, porque nós nos dividimos. Então, nós não formamos consenso e quisemos trazer para cá. Eu tenho liberdade de defender a proposta que defendi lá, na linha do que foi conversado na reunião anterior aqui, de que não devemos amarrar os conceitos. Mas, se a gente achar que tem de amarrar os conceitos, a gente já traz o outro conceito, que é aquele antigo do §3º do antigo art. 4º da proposta anterior, que foi circulada entre vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o §1º diz que "o princípio da proteção social tem por fim a isonomia entre as partes da relação de trabalho, observado o princípio da norma mais favorável, o da regra da condição mais benéfica e o da interpretação mais favorável ao trabalhador". E aqui, dizendo que é o da interpretação mais favorável ao trabalhador, a gente até atende àquela necessidade de parte da jurisprudência, porque a jurisprudência também se divide, quanto ao que é a norma mais benéfica, se é só a divergência da norma na interpretação que permite o princípio, ou se, no caso de dúvida, decide-se favoravelmente ao trabalhador.

Então, o princípio da proteção social tem por fim a isonomia entre as partes da relação de trabalho, observado o princípio... A gente usou sempre a relação de trabalho, porque estamos trazendo para dentro do estatuto, segundo a proposta inicial já aprovada, outras relações que são de trabalho, e não só de emprego. Ou seja, a gente está, na lei, concretizando o art. 7º da Constituição Federal, que já tem essa compreensão.

Então, a proteção social tem por fim a isonomia entre as partes da relação trabalho, observado o princípio da norma mais favorável, o da regra da condição mais benéfica e o da interpretação mais favorável ao trabalhador.

E aí vem o §2º. O que é tempo social, que também foi uma ideia que nós trouxemos do Cesit? Talvez, daí venha a necessidade também de se definir ou especificar o que é isso. Tempo social é o tempo gasto nas atividades da sociabilidade humana e de descanso, necessário à preservação da integridade e da própria vida em sociedade.

E o §3º trata daquele tema das populações vulneráveis – isto aqui foi o que ficou como consenso; este aqui é consenso, mas aquela especificação maior não é consenso: "Populações vulneráveis são os grupos sociais apartados ou restringidos do trabalho digno e decentemente considerado nas perspectivas multidimensional e transversal." O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inciso I também não é consenso no Cesit. Há quem entenda que é preciso, há outros que entendem que não é preciso. Diz o inciso I: "A perspectiva multidimensional abrange as populações expostas ao trabalho forçado, ao trabalho infantil, à privatização da remuneração, à remuneração precária, ao trabalho informal e à ausência de proteção social." Diz o inciso II: "A perspectiva transversal abrange as populações expostas à discriminação e às desigualdades que atravessam o mercado de trabalho, tais como as desigualdades de raça, gênero e geracional."

Diz o art. 5º:

> Art. 5º As relações coletivas de trabalho devem estar pautadas pelos princípios fundamentais inscritos na Constituição da República e que fundamentam o direito do trabalho e o sistema público da sua proteção, como, entre outros, o da liberdade associava e sindical, a pluralidade sindical, a autonomia privada coletiva, a solidariedade coletiva e o da ultratividade.

A gente resolveu colocar a ultratividade como um princípio fundamental do direito coletivo.

> *Parágrafo único*. Pelo princípio da autonomia privada coletiva, este estatuto entende o exercício da autonomia privada pelo ente coletivo na realização de negociação coletiva e outros atos necessários ao cumprimento do seu objetivo como ente representativo dos interesses de classe, alcançando todos aqueles que são por ele representados, visando sempre à ampliação de direitos e à ampliação do patamar mínimo de proteção.

Aqui também veda ou restringe a possibilidade de negociação para abaixo do patamar mínimo civilizatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a Parte 1. Então, nós discutimos na reunião também, a partir dos ensinamentos que foram incorporados, que tem de haver duas partes, a Parte 1 e a Parte 2. A Parte 1 vai ser o direito individual e coletivo, e a Parte 2, o processo do trabalho.

Quanto ao processo do trabalho, os princípios são construídos pela Anamatra, mas nós nos permitimos trazer aqui como sugestão dois artigos que introduzem a Parte 2 no campo dos princípios. Diz o art. tal: "O processo do trabalho, instrumento de realização do direito material do trabalho, fundamenta-se nos mesmos princípios que estruturam o direito material, sendo que o princípio da proteção ao trabalhador fisionomiza-se no processo pelo princípio corretor de desigualdades, expressando-se o princípio constitucional [acho que há um erro de digitação] do acesso ao Judiciário nos princípios da gratuidade e da oralidade". Então, está incorporando aqui os princípios. E diz o outro artigo: "Além dos princípios gerais enunciados no artigo anterior – no artigo tal, que não é anterior, porque pode não ser anterior –, são princípios específicos do processo do trabalho, entre outros [...]." Aqui se incluem todos os princípios que a Anamatra sugere. Então, essa é a nossa sugestão de trabalho. Estou fundamentando como é que nós chegamos à construção desse texto bem mais enxuto, que é o texto inicial que foi distribuído para vocês. Estou mostrando como é difícil articular, botar em artigos, e como é necessário – e aqui é uma sugestão – que agora a gente divida os trabalhos, para cada representação poder trabalhar em casa, porque aqui é muito difícil. Aqui acredito que a gente deva trazer as propostas, porque nós fizemos três reuniões ou quatro para conseguir escrever esses artigos aqui, que ainda não foram aprovados. E nós temos pouco tempo. Então é importante que agora as entidades trabalhem nos campos que vão escolher, para depois a gente ter uma reunião para poder aprovar ou não, ou ampliar.

Mas essas são as nossas contribuições. Agradecemos muito a possibilidade e agradecemos ao grupo por ter aceitado a ideia de que sem princípios não se podem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expressar as normas ou concretizar as normas, porque eles são os que dão a estrutura, o alicerce e os fundamentos. E acolhemos as sugestões, acho que as acolhemos, no sentido de só aqueles necessários mesmo devem ser explicitados, para não amarrar no texto o significado desses princípios.

E acho que a gente conseguiu incorporar, no individual e no coletivo, os princípios do direito do trabalho e os princípios constitucionais nessa linha de abrangência que está escrita no art. 1º, que define quais são os objetivos desse estatuto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, muito bem!

Eu quero, neste momento, primeiro, reafirmar a bela exposição aqui do Dr. Paulo da Cunha Boal, Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, e também de Magda Biavaschi, Desembargadora aposentada e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp), que também fez o resumo do que chegou até o momento.

Então, peço uma salva de palmas para os dois já. (*Palmas.*)

É uma salva de palmas coletiva. Estamos economizando agora.

O Alex agora vai fazer a sua apresentação, o Alex Myller Duarte Lima, que é auditor fiscal do trabalho e representante do Sinait.

Depois dessas exposições, a não ser que haja algum questionamento do Plenário, nós vamos para o trabalho em grupo. Não é isso?

O SR. ALEX MYLLER DUARTE LIMA – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, boa tarde a todos que estamos juntos aqui, a todas as pessoas! É aquela história de "todos e todas", não é? São todas as pessoas, porque estamos todos englobados em todas as nossas questões.

Quero agradecer também a oportunidade. O Sinait tem participado ativamente dos trabalhos da organização, das audiências públicas, tentando indicar sempre pessoas que possam contribuir nos debates acerca dos textos. Estamos presentes sempre nas reuniões do Grupo de Trabalho. Então, desde o início, desde os trabalhos de preparação da Subcomissão Temporária, o Sindicato já criou um Grupo de Trabalho interno, que engloba entre 15 e 20 auditores fiscais do trabalho. Todas as vezes, como vocês veem, há quatro, cinco, seis ou dez auditores aqui, porque realmente há um compromisso da entidade de contribuir para este debate. Essa participação ativa nas audiências tem sido uma oportunidade grande de aprendizado para todos nós.

Vê-se a qualidade das audiências públicas da Subcomissão. São as mais interessantes a que já assisti aqui no Parlamento. São muito sólidas. Para quem tiver a oportunidade e puder olhar, está tudo disponível no *site* do Senado, no YouTube. É uma segura fonte de aprendizado, tanto no sentido até histórico do direito do trabalho e de como o direito do trabalho e o constitucional foram se casando no Brasil, quanto, ao mesmo tempo, no sentido de perspectivas futuras, para ocupações de ordem acadêmica, que têm sempre contribuído enormemente, com reflexões acerca de como a economia se entrosa com essa regulação do trabalho, e técnico-jurídicas mesmo. A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho e nós do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho temos abordado, junto com a advocacia trabalhista e, muitas vezes, com as centrais aqui, esses temas.

Então, quanto à questão das contribuições, já ficamos com tranquilidade, porque parece que temos o início e meio que o fechamento. Precisamos preencher aquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vácuo central de toda a regulação dos direitos individuais e coletivos do trabalho, para fazer uma reflexão conjunta.

Desde o princípio, o Sinait, obviamente, teria de se colocar como a sede a partir da qual iria se fazer um debate de um projeto novo para a inspeção do trabalho, para essa sistemática da auditoria fiscal do trabalho dentro de um estatuto. A CLT prevê isso, de alguma forma, de modo tímido, e foi sendo alterada, incluindo outros elementos.

Mas, para a contribuição para o estatuto, acabamos dividindo o nosso GT, que tem certa quantidade de pessoas, para conversar sobre diversos temas que entendíamos que eram urgentes e sobre os quais já teria havido uma reflexão aqui.

Existem pelo menos três temas centrais que estamos debatendo no Grupo de Trabalho. E já estão sendo elaborados textos. Há até uma parte aqui sobre um desses temas. E o primeiro deles é a própria questão da sistemática da inspeção do trabalho, para se entender a inspeção do trabalho finalmente como um sistema. Isso já está no regulamento da inspeção, mas não está adequadamente previsto na norma mais ampla, que seria a norma geral que fala sobre isso.

Então, é importante pensar uma nova visão acerca dessa inspeção, principalmente porque o tratamento anterior não é o tratamento que, por exemplo, a inspeção recebe na Convenção 81. E não é à toa que, durante quase toda a ditadura, num bom período da ditadura, até a Constituição de 1988 praticamente, essa Convenção 81 tenha sido denunciada. Da maneira como está prevista a inspeção do trabalho na Convenção 81 da Organização Internacional do Trabalho, ela é uma pedra no sapato de qualquer governo autoritário, porque pretende realmente fazer uma intervenção direta no mercado de trabalho no sentido de fomentar condições mais dignas e humanas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira questão é tentar transplantar aquele ideal da Convenção 81 de algum modo espelhado no normativo interno do Brasil. Essa Convenção está absorvida, mas a inspeção do trabalho, na posição institucional em que está colocada, ainda sofre interferências. Vimos aqui, assistimos a essa novela da portaria do trabalho escravo. Qualquer autoridade que ocupe uma posição ministerial no Brasil no Ministério do Trabalho se sente tranquila, por conta de toda essa engenharia ainda não totalmente construída de proteção na inspeção do trabalho, para interferir nas atribuições da inspeção, para pretender, às vezes, até alterar ou substituir os cargos à vontade.

Então, é necessário, primeiro, no estatuto também pensar na proteção pública. Se a Constituição já faz essa proteção do Judiciário, do MPT e também prevê que a inspeção do trabalho seja de competência da União, que tem de executar... Ou seja, essa história de terceirizar a fiscalização nem é possível constitucionalmente falando. Há ideias aqui que apareceram nos últimos dias, com projetos para lá de escabrosos! Isso não poderia sequer chegar perto da inspeção do trabalho. Na Constituição brasileira, há realmente uma demanda popular e institucional de que precisa existir uma inspeção.

Há de haver o reconhecimento de que as autoridades trabalhistas que compõem a inspeção do trabalho têm de ter amplos poderes, como está previsto na Convenção 81, para fazer a investigação e também as intervenções necessárias nos ambientes de trabalho, em especial aquelas intervenções que signifiquem primordialmente a preservação da saúde, da vida e da integridade dos trabalhadores.

Então, esse é um quesito em que permanecemos no abismo, porque a proteção à segurança do trabalhador no Brasil foi inserida na ditadura, na década de 70. Então, é aquela inserção que você concede, mas que, na verdade, não dá, porque você concede, mas o processo até hoje no Brasil... Fizemos uma discussão imensa. O Ministério Público do Trabalho ingressou com uma ação, o Ministro do Trabalho tinha várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes sinalizado que ia haver um acordo nessa ação judicial, que está até no TST, para decidir em definitivo que o embargo e a interdição, por exemplo, como mecanismos de preservação da saúde e da segurança dos trabalhadores em situação de grave risco, são da competência exclusiva de uma autoridade técnica e, portanto, da inspeção do trabalho. Mas está lá na CLT que é o delegado, hoje superintendente que seria a autoridade para quem nós apenas pediríamos humildemente, encarecidamente, que ele fizesse a interdição e o embargo. Vocês imaginem se fôssemos esperar isso! As pessoas morrem diuturnamente no Brasil ou são mutiladas ou amputadas. Imaginem se fôssemos esperar alguém ainda pensar se isso se deu no ambiente de trabalho, para dizer se se deve ou não interromper aquela máquina que está amputando aquela pessoa que trabalha sem nenhuma proteção!

Então, são cuidados em que precisamos pensar e que devem estar lá presentes nos poderes da inspeção. Do contrário, não vamos conseguir fazer essa proteção. Isso está previsto na Convenção 81. Temos, de algum modo, transplantar essa sistemática.

Isso engloba também outra discussão, que é a própria sistemática do que vem a ser uma sanção trabalhista ao ilícito trabalhista. A primeira coisa é imaginarmos que há uma separação realmente entre os outros demais ilícitos assim previstos dentro do âmbito do ordenamento e o ilícito trabalhista, que não vai depender de culpa, de dolo. É outra questão. Essa responsabilidade objetiva, inclusive, aqui foi discutida hoje pela manhã de forma muito feliz.

Portanto, esse sistema amplo de sanções não pode se resumir à autuação ou a alguma outra questão, mas tem de contemplar, provavelmente, sanções positivas e negativas, num espectro que seja muito amplo do que o que temos hoje, porque, às vezes, diante de uma situação de flagrante desrespeito, o auditor fiscal do trabalho ou a inspeção do trabalho brasileira estão restritos a simplesmente punir, ou seja, fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um relato que no máximo se transformará numa multa irrisória. Então, há toda essa questão para resolvermos.

As multas, inclusive, no Brasil no campo trabalhista são irrisórias. A maior parte é completamente desatualizada, desprezível. Não significam nada do ponto de vista da agressão material. Se o regime é do capitalismo, tradicionalmente, é na subtração pública, na retirada pública do patrimônio privado, quando há uma violação muito grave, que se manifesta uma das formas mais extremas de punição. No Brasil, no campo trabalhista, é basicamente simbólico, eu diria. A maior parte das multas é simbólica.

Além dessa questão, da questão da própria sistemática, do sistema de fiscalização do trabalho, que é algo que estamos elaborando, os conteúdos – estou apenas apontando algumas ideias –, há dois outros temas sobre os quais temos tentado escrever algo e nos dedicar. Há até um texto já mais ou menos elaborado, bem bruto, para lapidar, sobre a questão da tutela da saúde e segurança, uma parte que é subprincipiológica. Se é um princípio eu ter a proteção, como realizo isso? Então, há algumas ideias que estão lá presentes e que tentam espelhar isso, inclusive no texto que até tenho aqui já, alguma parte dele.

E uma parte dele, a principal, vai ser justamente dizer que aquela proteção à saúde e à segurança do meio ambiente de trabalho, inclusive até pelas características ambientais do meio ambiente do trabalho, integra o meio ambiente em geral. É essa a visão prevencionista, da precaução. Portanto, não posso seccionar as pessoas no sentido de dizer que só vale para esse, que este outro que está aqui não é protegido, como acontece muitas vezes nas situações diuturnas, que enxergamos no âmbito das inspeções.

Então, o ambiente de trabalho saudável e salubre é, na verdade, direito de todas as pessoas. Se é um ambiente em geral, é de todos os cidadãos, de todas as pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que integram aquela sociedade política. Se é um ambiente de trabalho, é de todas as pessoas que ali vivem. É muito além das questões que vão, portanto, em outro sentido, não só da busca de alguém que tenha culpa ou dolo, mas que vai muito além disso, naquele sentido do poluidor do meio ambiente. É uma coisa muito mais ampla.

Além disso, obviamente, é um afastamento, é uma tentativa de afastar o que aconteceu historicamente, que foi precificar a saúde e a segurança. A ideia geral também é a de que, na verdade, se aplique sempre o princípio geral, que é de haver um ambiente salubre, um ambiente adequado, um ambiente em que não haja o risco da violação à saúde e à segurança. E, nessa proteção, caso não seja possível a eliminação plena, ainda assim, há um conjunto hierárquico de medidas administrativas. Aí, sim, vai se chegar ao equipamento de proteção individual. Às vezes, no dia a dia, justamente pela fragmentação e pela precificação de todo o direito do trabalho... Vejam como o direito do trabalho se resume muitas vezes num discurso sobre verbas. Vejam que 50% das ações trabalhistas são para discutir verbas trabalhistas, como se os outros direitos do trabalhador não existissem. É a verba trabalhista.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX MYLLER DUARTE LIMA – Para avançar e terminar minha fala, além desse tema, há um tema sobre o qual temos tentado escrever, porque tem tudo a ver com a prática fiscal, para contribuir para esse regime geral de vedações, para o combate à discriminação, para a vedação ao trabalho infantil, para que a proteção seja equilibrada. Temos visto o contrário: no momento em que se consegue um avanço na proteção à trabalhadora, vence a norma trabalhista para fazer o contrário e tirar toda a construção que foi feita. Por exemplo, há a história do trabalho da gestante e lactante em ambiente insalubre, no sentido oposto de todo o progresso social. Então, temos de pensar qual é proteção que a trabalhadora tem de ter, específica, diante da sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condição particular. E há todas aquelas outras que discutimos, das populações vulneráveis. Sobre o que pudermos contribuir nesses textos também já começamos a refletir e a elaborar algumas coisas.

Então, é por aí que o Sinait tem ajudado, obviamente podendo dar "pitaco" em tudo, porque, na verdade, nós participamos de tudo o que tem a ver com a vida do trabalhador em geral, não só do empregado. Portanto, temos condições de falar praticamente sobre todos os temas e de dar a nossa contribuição sob a ótica de quem vai ao ambiente de trabalho e pisa o chão que o trabalhador pisa. Isso é importante.

Além disso, o Sinait, portanto, tem uma contribuição reflexiva para dar. Eu tinha comentado na Jornada Anamatra, quando participamos, sobre alguns pontos. Há muitos. Eu havia anotados vários, mas vou destacar pelo menos dois. Eu acho que o Estatuto do Trabalho pode finalmente servir para que tentemos retomar o projeto constitucional em dois pontos pelos quais nós estudiosos do direito do trabalho somos extremamente responsáveis – e não só os estudiosos, os práticos do direito do trabalho, nós auditores, nós juízes, os procuradores –, pelo vilipêndio disso.

Primeiro, há o projeto acerca da jornada de trabalho. Na Constituição, por tudo o que está escrito ali, pelo que foi pensado, é óbvio que a jornada de trabalho está lá limitada para ser a regra geral, e o resto é tudo exceção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX MYLLER DUARTE LIMA – Então, hora extra é exceção, jornada acima de oito horas é para ser, no absurdo do absurdo, uma exceção. Não é o que aconteceu no Brasil. Nós meio que incorporamos a prática anterior e deixamos, porque a prática era poder fazer hora extra todo o tempo. Daqui a pouco, estamos permitindo 12h por 36h; daqui a pouco, estamos permitindo 6h por 1h. Quer dizer, isso não tem fim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa é um projeto também inconstitucional que foi altamente vilipendiado. Acho que especialmente esse é uma agressão contra toda a população trabalhadora, que é o projeto inconstitucional do salário mínimo.

Há uma OJ do TST para dizer que, para o trabalhador na iniciativa privada, pode proporcionalizar e pagar qualquer coisa, mas que isso não vale para o servidor público. Gente, isso é algo que... Inclusive, o Ministro Godinho e a Gabriela, filha dele, fizeram agora um livro sobre a reforma trabalhista e falam que há de se refletir sobre isso e ajustar isso. E o ajuste não é no sentido contrário, para permitir isso, porque o servidor público no Brasil está protegido por decisões do STF. E, mesmo que ele reduza a jornada, ele tem direito ao salário mínimo. E o trabalhador da iniciativa privada, não, porque recebemos aquela herança do trabalho por hora, de não sei o quê, e se pode pagar menos para ele do que o salário mínimo, como se salário mínimo estivesse total e diretamente ligado à jornada. E tanto ele não é total e diretamente ligado à jornada que ele está ligado a outras coisas, ao mínimo existencial, à intributabilidade desse mínimo. É a isso que o salário mínimo está ligado. Esse mínimo, de algum modo, é fixo e imóvel em alguma parte. E essa parte que é a nossa e que já é tão pequena, estão achando muito!

Acharam terrível porque passamos dos US$100. Olha que loucura! Depois de não sei quantos anos, conseguimos pagar um salário de US$300. E é menor do que o do Chile, o do Uruguai, o que é absurdo diante do PIB do nosso País. É absurdo, se comparado. O Distrito de Santo Amaro tem uma economia maior do que a de alguns países desses. E como é que eles podem pagar um salário mínimo?

Quanto interroguei os trabalhadores no Chile, quando fui lá, eles disseram que ninguém ganha aquele salário mínimo. Eu disse: não é possível isso. Há outras coisas, é claro, envolvidas. Mas eu acho que, mesmo que se diga que é a tributação do Brasil e não sei o quê, com tudo isso a distância da nossa riqueza social...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX MYLLER DUARTE LIMA – ...para a deles é tão grande, que é absurdo que continuemos com o trabalho tão desvalorizado no Brasil.

Então, é isso. Eu acho que esses pontos são reflexões que precisamos fazer. Eu ouvi isso lá na jornada e fiquei muito feliz porque eu não pensava sozinho. Há um monte de gente que pensa assim também. É claro que eu não pensava sozinho. A minha formação foi a partir dessas reflexões críticas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Alex Myller Duarte Lima, auditor fiscal do trabalho, representante do Sinait!

Neste momento, a não ser que alguém tenha algum questionamento para fazer, encerramos, porque essa foi uma prorrogação da audiência pública que ocorreu de manhã. E vamos para o trabalho em grupo. O.k., pessoal?

Agradeço a todos os que participaram da audiência pública.

Neste momento, encerramos e vamos para o trabalho em grupo.

Antes de encerrar, eu quero, mais uma vez, informar que tentaram fazer pesquisa para ver o gasto que temos aqui na Comissão com passagens e diárias. Então, eu informo a todos que todos os nossos convidados pagam do próprio bolso as passagens e as diárias. O custo é zero. Nós, entre o ano passado e este ano, já estamos praticamente nos aproximando de 200 audiências públicas. E o gasto é praticamente zero, a não ser uma ou outra exceção, quando efetivamente não foi possível. E, mesmo lá na CPI – tentaram dizer isso também naquelas notinhas bobas que alguns colocam –, nós devolvemos mais da metade do dinheiro destinado aos gastos com a CPI. Não chegou a R$70 mil de gastos em todo o trabalho da CPI, com seis meses, ouvindo 120 convidados, em mais ou menos 30 e poucas audiências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas e acareações, com a busca de mais de 300 documentos. Só dou essa informação para que não tenham dúvida. Aqui é tudo espontâneo.

Quero também dizer que estamos fazendo história. Lá atrás, na época de Getúlio, escreveram a CLT. Aqui, este grupo está escrevendo a verdadeira CLT, o estatuto do mundo do trabalho.

Está encerrada a audiência pública. (*Palmas.*)

Obrigado a todos os senhores e senhoras.

(*Iniciada às 9 horas e suspensa às 12 horas e 57 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 18 minutos e encerrada às 15 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dez minutos do dia cinco de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp e Telmário Mota. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 25/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Normas Gerais de Tutela do Trabalho", com foco na tutela necessária no Trabalho Rural e Doméstico. Participantes: Lucas Reis da Silva, Auditor-Fiscal do Trabalho e Representante do SINAIT; Livia Ferreira, Auditora Fiscal do Trabalho - representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Débora Tito Farias, Procuradora do Trabalho da 6ª Região; Luiza Batista Pereira, Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD; e Carlos Eduardo, Assessor Jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais - CONTAR. O presidente concede a palavra para algumas pessoas presentes no plenário: Francisco Luiz Saraiva Costa, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT - CONTRACS; e Leandro Lemos, Assessor do Senador Paulo Paim. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezessete minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/05

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, desta Comissão, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 107, de minha autoria. O tema é a tutela necessária no trabalho rural e doméstico.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Antes de iniciarmos, quero informá-los que em função da relevância e qualidade dos debates desta Subcomissão, as palestras serão organizadas para publicação, ao final de cada semestre, com base nas notas produzidas pela Taquigrafia, que desde já ficam solicitadas, conforme encaminhamento aprovado em reunião anterior.

Vamos iniciar a primeira Mesa, convidando Lucas Reis da Silva, Auditor-Fiscal do Trabalho e Representante do Sinait; Débora Tito Farias, Procuradora do Trabalho da 6ª Região; e Lívia Ferreira, Auditora-Fiscal do Trabalho e representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos esperando ainda o Carlos Eduardo, Assessor Jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar). E também está vindo Ivaneck Perez Alves, que é da Contag.

Como é de praxe, antes de iniciarmos os trabalhos, farei dois registros. O primeiro deles eu vou apresentar em plenário. Eu vou registrar, em plenário, o falecimento, na noite de sábado, 3 de março de 2018, do empresário Raul Anselmo Randon. Ele estava hospitalizado no Albert Einstein, em São Paulo, e faleceu. Aí, naturalmente, no plenário, eu farei a leitura do voto de pesar. É um empresário da minha cidade natal, Caxias do Sul.

Raul Randon tinha de fato uma visão da importância não só do empresário, mas também da responsabilidade social. Eu, toda vez que visitava as empresas, mesmo já como Parlamentar, tinha livre acesso, entregava boletim... Era suprapartidariamente. Todos tinham o direito de entregar, nas portas, inclusive do próprio refeitório e dentro da fábrica, as suas propostas, seja de centro, de esquerda ou de direita.

Raul Randon era um visionário, como a gente fala. Ele tinha uma visão bem ampla de toda essa questão do mundo do trabalho. Mas vou falar em plenário e enviarei o voto de solidariedade à família e à própria empresa. A história de quase 70 anos das Empresas Randon se confunde com a trajetória profissional e com todo o crescimento dos empregos e do empresariado na Serra Gaúcha.

Eu tenho uma ligação. O meu pai, já falecido, era vigilante e fazia aquela guarda noturna. Fez na Marcopolo, fez na Guerra e fez também na Randon. E eu, moleque, ia com ele e com o cachorro chamado Tupi, que era o cachorro dele. E ele tinha que fazer a ronda na empresa. São empresas grandes. E eu me divertia com o cachorro, dentro dos ônibus e caminhões. Enfim, tenho uma lembrança muito boa, tanto da Randon como da Guerra e da Marcopolo, que naquele tempo era Nicola. E ele foi vigilante nas três empresas.

Como é a vida! Hoje eu pertenço ao grupo Tramontina. Aquele moleque que fazia a guarda com o pai... Quando fui Vice-Presidente do Senado durante dois anos, recebi aqui toda direção do grupo Tramontina, que queria conhecer o Senado. Eu os recebi.

Então, tenho também carinho pelo grupo Tramontina, do qual faleceu recentemente o presidente, e eu fiz aqui um voto de pesar. Faço também para o empresário Raul Randon, como fiz para os outros daquela região onde eu tive uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adolescência muito positiva. Não tenho queixa da minha adolescência. Farei a leitura do voto de pesar no plenário do Senado.

Vamos ao nosso tema. Farei a introdução construída pela assessoria sobre o tema de hoje.

Após as aterradoras mudanças dizimando direitos dos trabalhadores, é importante refundar as regras para ditar aquilo que eu chamo de o novo mundo do trabalho. Essa é uma nobre missão de todos vocês e nós Parlamentares. Isso será possível com a atualização das leis do trabalho, que é o objetivo desta audiência e das outras dezoito que já fizemos, e iremos levar até 1º de maio.

O objetivo de hoje é discutir a tutela da lei para os segmentos mais vulneráveis, mais desamparados, como os trabalhadores domésticos e os trabalhadores rurais.

Eu recebi uma denúncia, esta semana, e fiquei assustado. Esses meninos e meninas que trabalham de motobói, em São Paulo, estão sendo demitidos da função que tinham como contratados, antes, e todo mundo entrando no trabalho intermitente ou contrato autônomo. Ou seja, segundo a empresa, eles não têm direito a nada, a não ser às horas que trabalharem, via contrato autônomo, que vai dizer, ou via trabalho intermitente. As empregadas domésticas também. Há quem diga – defenda a tese – de que a lei específica da empregada doméstica não vale mais. Isso vocês vão aprofundar aqui. Dizem que está revogada porque a lei maior agora é aquela que eles aprovaram aqui, que vai também nessa linha do trabalho intermitente, que dá algumas horas para a pessoa, todos os dias. Vocês poderão aprofundar. Então não precisarei ler esse documento todo, porque o documento é aquilo que eu falo no improviso aqui.

Do trabalhador rural todo mundo sabe. Há até um projeto, na Câmara dos Deputados... Qual o autor? Eu nem lembro o nome do cara. Não sei porque some o nome. Mas deveria lembrar, não é? Ainda bem que a doutora me ajudou. Diz que tendo uma lona, um chão batido e um prato de comida é o suficiente para trocar pelo salário e não precisa ter vencimento nenhum. É isso tudo que nós vamos discutir aqui hoje. Então, cumprimento todos.

Eu só peço que deem por lido esse meu pronunciamento, porque fica nos *Anais*. Eu quero mais é ouvi-los. Então, de imediato, vamos aos nossos convidados.

Pela ordem, aqui, vamos passar primeiro para o Lucas, porque os dois são da mesma entidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucas Reis da Silva, Auditor-Fiscal do Trabalho e representante do Sinait. Em seguida, a Drª Débora falará como Procuradora do Trabalho da 6ª Região.

Por favor, Lucas. São dez minutos com mais cinco, com uma tolerância da Mesa, se for necessário, para os três.

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – Bom dia a todas e a todos.

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer, em nome do Sinait, em nome dos auditores-fiscais do trabalho, a oportunidade de debater esse tema. Gostaria de agradecer ao Senador Paim e também à Senadora Regina o convite, e dizer que a gente está sempre à disposição e que é um prazer para nós contribuir com a discussão que se tem feito no País, com relação à reforma trabalhista.

Falando sobre a tutela necessária do trabalhador rural e do trabalhador doméstico, eu vou me ater mais à questão do trabalhador rural e a minha colega Lívia vai se ater à questão do trabalhador doméstico, mas eu gostaria de fazer uma introdução rápida sobre os motivos de uma tutela especial para o trabalhador rural e para o trabalhador doméstico. Por que o trabalhador doméstico e o trabalhador rural precisam de uma tutela especial da legislação? E não é suficiente que eles sejam tratados como os demais trabalhadores urbanos ou os demais trabalhadores da iniciativa privada?

A gente percebe que o trabalhador rural e o trabalhador doméstico... Primeiro, a legislação que trata do trabalho rural e do trabalho doméstico é bastante tardia, se comparada à legislação que alcançou os trabalhadores urbanos. A gente tem, por exemplo, a CLT, que foi promulgada em 1943, mas a lei do trabalhador rural só veio em 1973, trinta anos mais tarde, e a equiparação mesmo só veio com a Constituição de 1988, ou seja, ontem. É um setor de trabalhadores alcançado de forma muito tardia pela legislação. Se o trabalhador urbano já sofre com as agruras da relação capital-trabalho, já sofre com uma opressão gigantesca da relação capital-trabalho, o trabalhador rural e o trabalhador doméstico sofrem ainda mais, por terem passado muito tempo da história do Brasil sem nenhum tipo de proteção.

Os trabalhadores domésticos, tema da minha colega Lívia, daqui a pouco, ainda mais! Num período ainda mais tardio. A gente não teve uma equiparação em 1988, com a Constituição; a equiparação veio em 2013, e depois houve uma regulamentação, em 2015, mas foi ontem, praticamente. O tema foi trazido pela legislação, ontem, e os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores domésticos e os trabalhadores rurais estão desprotegidos há muito tempo. E é necessária, nesse momento, uma tutela especial para esse grupo de trabalhadores, não é? Em primeiro lugar, como eu disse, porque é uma legislação bastante tardia; em segundo lugar, porque a gente percebe, nesses dois setores, resquícios muito presentes da escravidão colonial. Eu não estou falando nem da escravidão contemporânea, estou falando da escravidão colonial, presente de forma muito evidente tanto no trabalho doméstico quanto no trabalho rural.

No trabalho doméstico, por exemplo, por muito tempo a gente ficou sem regulamentação de jornada de trabalho. Esse é um resquício muito claro da escravidão colonial. A gente tem, por exemplo, a questão do vínculo. A falta do vínculo e a informalidade nas relações de trabalho rural e doméstico também demonstram resquícios de uma escravidão colonial. A questão dos salários muitas vezes inferiores ao salário mínimo, para o rural e para o doméstico, também evidencia resquícios de uma escravidão colonial muito evidente.

Em terceiro lugar, por que uma tutela especial para o trabalhador rural e para o trabalhador doméstico? É porque os dados da PNAD dos últimos anos têm demonstrado algumas peculiaridades desses trabalhadores. Por exemplo, eles têm um nível de escolaridade mais baixo que o trabalhador urbano. Então, o Estado precisa proteger de forma especial esses trabalhadores, já que eles não têm as mesmas condições educacionais, as mesmas condições de formação que o trabalhador urbano. Além disso, recebem salários menores; a PNAD também tem demonstrado isso. E uma organização sindical muito fraca e quase inexistente com relação aos empregados domésticos.

Todos esses elementos demonstram condições mais vulneráveis dos trabalhadores rurais e dos trabalhadores domésticos, que nos levam a crer que eles precisam de uma tutela especial para que exista uma equiparação e uma relação um pouco menos desigual. Então, uma legislação tardia, resquícios da escravidão e condições mais vulneráveis de trabalho e de vida nos levam a crer que existe uma necessidade de uma tutela especial tanto para o trabalhador rural quanto para o trabalhador doméstico.

Agora me atendo mais à questão do trabalhador rural e do trabalho rural, que é o tema que tenho fiscalizado como auditor-fiscal do trabalho, na maior parte do tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Ministério do Trabalho, já que estamos discutindo o Estatuto do Trabalho e fazendo críticas a algumas reformas que estão em curso nesta Casa, no Congresso, por exemplo o PL 6.442, a partir disso e da crítica à reforma trabalhista, tanto a 13.429 quanto a 13.467, que já foram aprovadas, a reforma trabalhista e a terceirização, quanto à crítica ao PL 6.442, que o Senador Paim já mencionou aqui, que é o PL que trata especificamente do trabalhador rural, a partir da crítica a esse projeto de lei ou a essa legislação já aprovada que a gente vai tentar propor aqui um Estatuto do Trabalho que realmente defenda o trabalho, que valorize o trabalho e contribua para que a degradância não esteja presente nas relações de trabalho, no campo brasileiro.

Então, farei algumas críticas ao PL 6.442, que é o projeto de lei já mencionado aqui pelo Senador, na abertura desta audiência, para podermos, a partir dessas críticas, pensar como seria um Estatuto do Trabalho adequado para a nossa contemporaneidade.

Por incrível que pareça, o PL 6.442 consegue piorar. O que o PL 6.442 faz? Ele pega a legislação trabalhista e tenta aplicar para o campo brasileiro, para as relações no campo, para as relações rurais. E por incrível que pareça, como se isso fosse possível, ele ainda piora o que foi aprovado aqui com relação à reforma trabalhista e à terceirização. Ele está parado hoje na Câmara, mas nada garante que não vá andar. A gente tem percebido golpes em cima de golpes e cada notícia se apresenta de forma mais assustadora; então, não sabemos até que ponto esse PL vai andar. O fato de esse PL já ter sido apresentado nos assusta e demonstra para a gente uma ousadia muito grande no ataque aos direitos dos trabalhadores.

Então, vou citar alguns pontos desse PL, do qual nada se aproveita. Esse projeto de lei precisa ser retirado urgentemente e rejeitado. Dele nada se aproveita para os trabalhadores rurais. Mas vou citar só alguns pontos que do meu ponto de vista são os mais assustadores desse projeto de lei.

Primeiro, exatamente esse aspecto que o Senador já disse aqui. No art. 3º desse PL, admite-se, além do salário, o pagamento – abro aspas – "com remuneração de qualquer espécie". Remuneração de qualquer espécie é o quê? É o pagamento ao trabalhador rural com só moradia? É o pagamento do trabalhador rural com alimentação? É o pagamento do trabalhador rural com roupa? Com terra? O que é abrir a possibilidade para o pagamento do trabalhador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se precisar de um remédio, tudo está ali.

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – Remédio... Ou seja, o trabalhador não vai precisar mais receber salário, de acordo com o art. 3º do PL 6.442; vai bastar o pagamento por qualquer espécie.

No meu ponto de vista, isso é a regulamentação da escravidão, é a escravidão de volta, de forma legal, mais uma vez. Então, é inadmissível que o trabalhador rural possa receber de qualquer espécie que não seja o recebimento de salário, para que ele use o seu salário da forma como ele bem entender. A gente não pode admitir, em um Estatuto do Trabalho que realmente afaste o trabalho escravo e afaste as piores formas de trabalho, o pagamento – abro aspas – "em qualquer espécie", como é previsto do art. 3º do PL 6.442. Então, isso é inadmissível, é inconcebível.

Eu vou dizer os artigos, porque é tão esdrúxulo, Senador, é tão inacreditável que talvez, se eu estivesse assistindo a isso pela TV Senado, eu não acreditasse. Então, vou dizer o artigo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vou dizer que eu também não acreditaria se eu não estivesse aqui presidindo a reunião e não conhecesse o projeto que você está muito bem explicando. Porque o Brasil não o conhece.

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – Pois é. E eu vou dizer o artigo porque os trabalhadores, os cidadãos brasileiros que estão em casa podem nesse momento acessar o projeto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – ... e ver o artigo de que eu estou falando, porque é tão inacreditável que eu prefiro dizer o artigo para quem está assistindo poder acompanhar isso.

No art. 7º, o projeto prevê uma possibilidade de jornada de 12 horas para o trabalhador rural. Doze horas, Senador, não mais oito.

É importante a gente lembrar aqui que há alguns anos, alguns poucos anos, tanto nesta Casa quanto na Câmara, já discutíamos uma redução da jornada de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas ele está propondo aí, baseado na contrarreforma que eles fizeram, o 12 por 36, não é?

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Trabalha 12 e descansa 36.

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – É. Ele fala do 12 por 36 no art. 12, §3º, mas no 7º é, em havendo necessidade – e nem precisa de comprovação –, a jornada pode ser de 12 horas e não fala dos 36.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Era isso que eu queria... Eu provoquei, na verdade.

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – Por isso é pior! Por isso é pior!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu provoquei porque eu também entendi assim: ele nem sequer teria a jornada de 12 por 36.

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – Exatamente, porque não prevê 36; só 12, 36, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso é gravíssimo.

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – É, isso é muito grave. Ou seja, a gente tem mais um resquício ainda da escravidão colonial, Senador, que a gente vê de volta numa proposta de lei.

Então, a gente vê aqui uma jornada de 12 horas. Imagine só, o trabalhador recebe em qualquer espécie e trabalha até 12 horas, se isso não é muito parecido com uma escravidão colonial.

Agora, pegando um outro aspecto, aplicação da 13.467 – que é a reforma trabalhista. Ela possibilita o intervalo de jornada de 30 minutos, Senador, uma possibilidade de intervalo de 30 minutos, de intervalo intrajornada de 30 minutos, ou seja, um intervalo de descanso e de alimentação, aquele intervalo em que o trabalhador vai almoçar, vai comer e vai descansar um pouquinho, que era de no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mínimo 1 hora, esse projeto prevê para o trabalhador rural um intervalo de no mínimo 30 minutos. É a mesma ideia, a mesma regra geral.

Outro aspecto é o fim das horas *in itinere*, que está no art. 5º, §3º, deste projeto de lei. Só para explicar a quem assistindo a nós pela TV Senado, as horas *in itinere* são aquelas horas pagas e contabilizadas na jornada de trabalho para o trabalhador que, além de morar muito distante do seu local de trabalho... Mas eu estou falando de locais distantes mesmo, são locais tão distantes que não existe nem ônibus que chegue até lá, e o empregador, para que os trabalhadores cheguem, tem que fornecer o transporte. Então, são lugares muito distantes. Eu já fiscalizei, Senador, no oeste de Santa Catarina, alguns trabalhadores que recebiam jornadas *in itinere*. Eles demoravam uma hora e meia, duas horas para chegar e mais duas horas para voltar. Então, são quatro horas de deslocamento. O que esse projeto de lei e a aplicação da lei da reforma trabalhista que já foi aprovada preveem é o fim das horas *in itinere* para o trabalhador rural. Agora, olha o problema: ele trabalha 12 horas, só que nessas 12 horas o tempo de deslocamento não é contabilizado. Então, imagine duas horas para ir, duas horas para voltar, mais doze horas, recebendo remuneração de qualquer espécie. É inconcebível o que esse projeto de lei propõe, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Doze mais quatro...

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – Doze mais quatro, dezesseis, mais oito horas para dormir, vinte e quatro horas. Acabou o dia, o trabalhador não vai viver.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Aonde chegamos!

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – E recebendo de qualquer espécie. Isso está no art. 5º, §1º, desse projeto de lei, que é o Projeto de Lei 6.442, de 2016.

A gente tem também outro aspecto bizarro do projeto, que está no art. 8º, §2º, é o trabalho contínuo por 18 dias – por 18 dias –, não é mais o descanso semanal remunerado, não são mais seis dias e folga um. No art. 8º, §2º, existe a possibilidade, mediante o acordo entre patrão e empregado... E a gente sabe que não existe esse acordo porque, como eu disse, o trabalhador rural está numa situação tão vulnerável que é impossível existir um acordo que traga equiparação numa relação entre trabalhador rural e empregado rural do agronegócio, do agro é *pop*, do agro é tudo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é? Não tem, não existe possibilidade de uma relação minimamente equiparada, uma negociação justa. Agora, mediante um "justa" – entre aspas – negociação, uma negociação entre iguais – sendo que não é uma negociação entre iguais –, o trabalhador pode perder o seu descanso semanal remunerado, de acordo com art. 8º, §2º, desse projeto de lei, porque esse projeto de lei prevê um trabalho contínuo por até 18 dias – 18 dias! Ou seja, o descanso não é mais semanal remunerado, é mensal remunerado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Por aquele princípio que é bíblico – se não me engano –, diz que até Deus...

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – Até Deus descansou no sétimo dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Até Deus descansou no sétimo dia! (*Risos.*)

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A que ponto chegamos.

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – É, a que ponto chegamos. Mas não para por aí.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – O art. 16, §5º, desse projeto de lei prevê que, no caso de o trabalhador residir no local de trabalho, na mesma fazenda, no mesmo sítio, no mesmo local de trabalho, ele pode vender integralmente suas férias para o empregador, integralmente. Ou seja, é o fim do direito de férias também. Isso está no art. 16, §5º, desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se ele pode, o empregador diz: "Olha, aqui tem que trabalhar, só que não vai ter férias. Quer, quer; não quer, não quer."

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – Se ele pode, o empregador vai dizer o seguinte: "Você quer vender integralmente as suas férias? Não? Há uma multidão lá fora da porteira que está querendo vender. Você vai querer vender ou não?"

A SRª DÉBORA TITO FARIAS – E a remuneração é de qualquer espécie.

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – E a remuneração ainda é de qualquer espécie: "Eu vou te pagar com mais roupa usada." Não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é isso que esse projeto de lei propõe para o trabalho rural. É isso, a gente não pode aceitar. Um estatuto do trabalho que realmente valorize o trabalho humano, que valorize os direitos humanos tem que ir exatamente na contramão do que se propõe aqui, a gente tem que pegar isso aqui e propor exatamente o contrário.

Agora, ainda dá para a gente se pasmar um pouco mais com esse projeto de lei no art. 166. O art. 166 é tão bizarro que ele consegue revogar, ele expressamente diz: "Revoga-se a NR 31." É inacreditável quando a gente lê isso. O art. 166 do PL 6.442/2016 diz expressamente: "Revoga-se a NR 31." A NR 31, Senador, é o que possibilitou nesses últimos anos – a gente tem aqui auditores-fiscais do trabalho, como a Cláudia e como o PC, que atuaram na Móvel por muitos anos – e a NR 31 possibilitou o resgate de milhares de trabalhadores da condição análoga à de escravo, milhares de trabalhadores de condições degradantes de trabalho. Porque a NR 31 prevê que o trabalhador rural tem direito a receber água para beber, tem direito a ter um sanitário para utilizar, tem direito a ter uma casa com cobertura para dormir, é isso que a NR 31 prevê. Prevê que o agrotóxico precisa ser armazenado num local adequado, que o trabalhador rural precisa usar equipamentos de proteção individual, é isso que a NR 31 prevê. E esse projeto de lei diz expressamente que a NR 31 está revogada. Ou seja, se a gente imaginar uma NR 31 revogada, o fim do direito de férias, o fim do descanso semanal remunerado, pagamento em qualquer espécie, uma jornada de oito horas, o fim da jornada *in itinere*, se isso não se assemelhar à escravidão, eu não sei mais o que se assemelha. Nem estou falando de escravidão contemporânea, estou falando de uma escravidão colonial mesmo. Isso, na verdade, não é um retrocesso nem de cem anos, é um retrocesso de trezentos anos, de quatrocentos anos na história do Brasil. E esse projeto de lei prevê exatamente isto: a revogação da NR 31.

É a NR 31 que possibilita o acesso dos trabalhadores rurais às condições de segurança e saúde no trabalho mínimas, são condições mínimas de segurança e saúde no trabalho, e esse projeto de lei prevê expressamente a revogação da NR 31.

E, como o tempo é curto e já está quase acabando, eu nem vou criticar outros aspectos dessa lei que já foram muito debatidos nesta Comissão, como o privilégio do negociado sobre o legislado, o que está muito claro nesse projeto de lei; eu não vou criticar a jornada intermitente, que está expressa também nesse projeto de lei, eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vou criticar porque a gente já debateu muito aqui, nesta Comissão, a gente já sabe os perigos e os problemas, as falácias existentes no negociado sobre o legislado, na jornada intermitente. Eu não vou ser repetitivo, mas isso também está previsto nesse projeto de lei.

Eu vou fazer aqui – para a gente caminhar para o encerramento da minha fala – só algumas do que seria um estatuto do trabalho que realmente valorizasse trabalhador.

Quais são os aspectos que têm que ser previstos em um estatuto do trabalho para que a gente não regularmente e legalize a degradância no campo brasileiro? O que é? O que um estatuto do trabalho que tutele o trabalhador rural e o trabalhador doméstico – especificamente com relação ao trabalhador rural – precisa prever? Primeiro, uma equiparação entre os trabalhadores rurais e urbanos, que é prevista na Constituição de 1988. Só que essa equiparação, Senador, não tem que ser uma equiparação com base nessa reforma trabalhista que foi aprovada. Essa equiparação entre trabalhadores rurais e urbanos tem que ser uma equiparação com base na Constituição, com base no nosso fundamento jurídico maior. Então, a gente precisa, a partir da Constituição, ter uma equiparação entre trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos, no que se refere à jornada de trabalho e no que se refere ao salário mínimo. A gente não pode conceber que o trabalhador rural receba menos que um salário mínimo. O salário mínimo brasileiro já é um salário mínimo muito baixo, a gente não pode conceber...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diga-se de passagem – se me permitir...

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... no seu tempo ainda –, agora, na verdade, ninguém mais está ganhando um salário mínimo. Alguém deve estar dizendo: "Não, eu ganho." Você não ganha, porque o Sr. Temer desrespeitou a lei do salário mínimo, porque teria que dar pelo menos a inflação. No último reajuste que ele deu, ele não respeitou nem a lei do salário mínimo. Economizou 5 bilhões, segundo dizem, porque se mandava o pagamento pela inflação e ele não pagou. Vai haver uma ação que os Senadores estão elaborando na Bancada para entrar no Supremo para que as pessoas voltem a ganhar pelo menos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

salário mínimo baseado na lei: inflação mais PIB. Tudo bem, não houve PIB, tem que pagar a inflação, e ele não pagou sequer a inflação.

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – Exatamente, exatamente.

Então, um estatuto do trabalho que realmente valorize o trabalho e o trabalhador deve caminhar no sentido da equiparação do trabalhador rural e do trabalhador urbano a partir da Constituição brasileira, prevendo um salário mínimo igual para o trabalhador rural e para o trabalhador urbano, uma jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais, como previsto na Constituição, e, no máximo, 2 horas extras diárias... E, aí, a gente está falando de horas extraordinárias mesmo, não são horas extraordinárias que viram ordinárias.

Então, um estatuto do trabalho que realmente valorize o trabalho tem que caminhar no sentido de prever uma jornada de trabalho plausível para o trabalhador rural. O trabalho rural é um trabalho bastante exaustivo, bastante extenuante, e uma jornada de 8 horas já é uma jornada bastante gravosa para o trabalhador. A possibilidade de uma jornada de 12 horas é inimaginável no trabalho rural, embaixo de sol, embaixo de chuva, no meio do campo, exposto a todas as condições adversas do trabalho rural. Então, ela tem que ser de, no máximo, 44 horas semanais e de 8 horas diárias, com 2 horas extras, extraordinárias mesmo.

E, aí, a gente tem que começar a falar de jornada de trabalho e voltar à discussão da redução da jornada de trabalho que a gente já fez por força do movimento sindical, a gente já fez há alguns nessas duas Casas. A gente tem que voltar a essa discussão, inclusive, como uma forma de reação nossa a essa ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores.

Além disso, um estatuto do trabalho que respeite os direitos dos trabalhadores tem que prever um intervalo interjornada de no mínimo 11 horas entre uma jornada e outra, de no mínimo. Um intervalo intrajornada é um intervalo para descanso e alimentação de, no mínimo, 1 hora e não de, no mínimo, 30 minutos como já prevê esse projeto de lei.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – Um estatuto do trabalho também deve garantir as horas *in itinere* do trabalhador rural. Por que garantir as horas *in itinere* do trabalhador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

rural? Primeiro, para que a sua jornada não seja uma jornada extremamente longa, porque, se não contabilizar as duas horas de trabalho, ele vai trabalhar a jornada de trabalho dele mais as horas de deslocamento e não vai receber por elas. Então, são dois motivos: primeiro, que ele precisa receber por aquelas horas e, segundo, que aquelas horas têm que ser contabilizadas na jornada de trabalho dele.

Um estatuto do trabalho que realmente valorize o trabalhador brasileiro, o trabalhador rural brasileiro, ele tem que vedar a terceirização. A gente sabe que existe uma relação muito íntima entre terceirização e trabalho escravo e a maioria dos resgates de trabalhadores, muitos dos resgates de trabalhadores que a gente faz no campo brasileiro são resgates resultado de uma terceirização fraudulenta, de uma terceirização ilícita.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – Então, a terceirização tem uma relação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Um minuto agora.

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – ... muito íntima com o trabalho escravo. Que vede o negociado sobre o legislado, que vede o trabalho intermitente, que reafirme a importância do cumprimento da NR 31, reafirme a importância dela.

E, por fim, um estatuto do trabalho que valorize o trabalhador, valorize o trabalhador rural – falando um pouco de trabalho escravo – é um estatuto do trabalho que preveja quatro possibilidades para caracterização do trabalho escravo, que são as mesmas possibilidades previstas no art. 149 do Código Penal, são aquelas possibilidades de jornada exaustiva, condições degradantes, de trabalho forçado ou de restrição à liberdade de locomoção.

Então, um estatuto do trabalho que valorize o trabalhador tem que possibilitar quatro elementos para a caracterização de trabalho escravo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – ... e não apenas restrição à liberdade de locomoção e trabalho forçado, como a Portaria 1.129 do Ministério do Trabalho prevê.

Então, era essa a minha fala. Gostaria de agradecer à Mesa pelo minuto a mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foram dez minutos a mais.

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – Dez minutos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela causa.

Muito bem, Lucas Reis da Silva, auditor-fiscal do trabalho. (*Palmas.*)

Dez minutos, claro, com as minhas interferências no meio. Acho que cinco debite por mim.

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, os cinco o senhor usou.

Mas, vamos lá. Parabéns pela exposição. Os comentários que faço são para dar uma quebrada às vezes, para as pessoas verem que estamos interagindo.

Por favor, agora passamos a palavra à Procuradora do Trabalho da 6ª Região, Drª Débora Tito Farias.

A SRª DÉBORA TITO FARIAS – Bom dia a todos.

É uma honra estar aqui falando de duas pautas que são do meu coração: trabalho rural por conta do trabalho escravo – sou Coordenadora Regional de Erradicação do Trabalho Escravo em Pernambuco – e trabalho doméstico. Estamos lá na luta, não é Luiza? Temos uma comissão. Então, vou tentar falar um pouquinho dos dois lados, segundo a atuação do Ministério Público do Trabalho.

Quando esse projeto saiu, passei setembro inteiro, Senador, chorando literalmente e não. Porque realmente parece – é o mesmo sentimento que tenho da reforma trabalhista – que os maus empregadores – no Brasil há muitos bons empregadores, mas, infelizmente, a gente está com uma constituição política no Congresso Nacional de maus empregadores, existem bons empregadores –, a minha impressão, desde a reforma trabalhista, quando eram só sete artigos e viraram aquelas 200 páginas, é de que parece que eles fizeram pautados no que a gente fala que não se deveria fazer.

A reforma trabalhista, em vários pontos, quando passou daqueles sete primeiros artigos para coisas escabrosas, como até dizer que meio ambiente do trabalho não é prioritário, eu disse: "Rapaz, parece que eles pegaram as fiscalizações da gente, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos do Ministério do Trabalho, os projetos de direitos humanos e disseram: 'Vamos fazer tudo ao contrário agora'". Quando eu peguei esse projeto rural, tive certeza de que isso foi feito, porque eles pegaram a NR 31 – essa norma de que o Lucas falou, que é a nossa grande âncora de salvação no trabalho rural no Brasil, para a gente poder atuar, que é reconhecida internacionalmente... Eu disse: "Gente, vou fazer 13 anos de Ministério Público. Até dois anos atrás, o Brasil era reconhecido por ter legislação boa. Nós temos um ECA bom, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente; nós temos o art. 149, que é bom; nós temos a Constituição cidadã, que é elogiada. O nosso problema sempre foi de execução. O Brasil sempre teve problemas na efetivação dessa legislação. E, de dois anos para cá, além de não ter a efetivação, a gente está perdendo a legislação, de cima para baixo. Porque a gente pode alterar uma legislação se a gente alterar a cultura.

Bom, mas só para dizer que quando eu recebi esse projeto, em setembro, eu tive certeza de que eles pegaram a NR 31 e todas as fiscalizações de trabalho escravo e disseram: "Do que a gente não gosta? O que pega o nosso bolso?" E o mau empregador, ele está preocupado com o bolso, ele não está preocupado com o meio ambiente de trabalho, ele quer fazer o *dumping* social, inclusive com os próprios... O mau empregador, ele é ruim até para o bom empregador. Há muitos empresários que estão ao nosso lado nessa luta contra esse estatuto rural porque se convencem que o bom empregador, ele está pagando imposto, ele está pagando a hora *in itinere*, ele está pagando o salário e o que terceiriza e quarteiriza, contrata o gato e faz trabalho escravo está colocando o produto mais barato para ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Uma concorrência desleal. Exato.

A SRª DÉBORA TITO FARIAS – Então, essa legislação da reforma trabalhista é ruim até para o bom empregador. Como a gente está num ambiente muito inóspito, a gente trazer o empresariado para o nosso lado é importante também. Eu fiquei brincando aqui e disse: "Eita, hoje aqui a gente vai falar para convertido." Porque com essa seara em que a gente está hoje, do estatuto, todo mundo fica revoltado com a reforma trabalhista, todo mundo está revoltado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É importante que você está falando pela TV Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª DÉBORA TITO FARIAS – Eu gostaria de falar para quem não é convertido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Fale agora. Você está falando para, no mínimo, dois milhões de pessoas.

A SRª DÉBORA TITO FARIAS – É, exatamente, então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Graças à Agência Senado, Rádio Senado e TV Senado, que estão ao vivo.

A SRª DÉBORA TITO FARIAS – Perfeito.

Então, a quem tem dúvidas, vou dizer. Quem tem dúvidas de que essa reforma trabalhista é ruim e de que essa reforma rural é ruim, vou dizer uma cosia que eu falei a Lelio Bentes, dá vontade de mandar ir estudar: estudar a história do Brasil e estudar a fundo o que é essa legislação. Esse estatuto rural, por exemplo... A gente chamava a reforma trabalhista de pacote de maldades. Eu digo que essa reforma rural é um pacote de perversidades. Por que, o que ela faz? No miudinho... Não foi tão miudinho, foi tão acintoso que gerou uma comoção imediata e foi retirada de pauta imediatamente. Foi tão escabroso, foi tão acintoso que até as sutilezas que eles tentaram, eles não conseguiram.

A primeira sutileza que eu acho mais perversa é: eles pegaram a NR 31 e colocaram, e reproduziram no texto da lei tudo que não mexe com eles – tamanho de cama, aquele artigo de como deve ser a especificação de um alojamento para outro – e disseram: "E, no mais, está revogado." Aí, quando você olha, o estudante, a pessoa que ainda está conhecendo, olha assim e diz: "Não, mas eles estão reproduzindo muita coisa da NR 31", para, no final, dizer que ela está revogada. Mas eles não reproduzem o que são realmente direitos humanos. O que a gente enfrenta no campo e que alguns Senadores... Eu já ouvi de Senadora desta Casa que não é mais Senadora dizer que o que é degradante no Nordeste não é degradante no Sudeste. Veja, eu estou ouvindo de uma Senadora que nordestino é para sofrer.

O que ela quis dizer com isso? Que o homem do Nordeste é bruto, está acostumado com o sol, está acostumado com trabalho árduo. Então, você não pode olhar a degradância com base... Quer dizer que a classe social da pessoa é que diz o direito que ela tem? Quer dizer que é o Estado em que a pessoa nasceu que diz o direito que ela tem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpe, Senadora, eu pensava que era a Constituição. E ela me chamou de fedelha nesse dia – o Marcelo Campos estava lá.

Então, o que acontece no meio rural é isso também. O que está por traz disso tudo e dessa perversidade de a NR 31 dizer: "Fornecer água potável ao trabalhador."

Aí chega uma consultora da ONU e diz: "Precisa uma legislação brasileira dizer que tem que fornecer água potável para o trabalhador?" E eu digo para a consultora da ONU: precisa. Porque tem empregador que diz: "Não vou colocar bebedouro não, ele bebe do gado, ele está acostumado com essa água."

Claro que ele está acostumado com essa água. Se eu for beber dessa água eu vou passar mal, mas o coitado, que desde criança é tratado como bicho, está acostumado. E por isso eu vou continuar o tratando como bicho? É isso que eu estou dizendo? É isso que eu quero dizer?

E isso existe muito no campo, no meio rural. É tanto que só foi equiparado em 1988. Até 1988 o trabalhador rural era um ser menor, era realmente aquele bicho rústico que tem calos nas mãos porque só recebeu essa brutalidade a vida inteira.

Então, numa legislação, a gente vai legitimar essa brutalidade? É o que o Estatuto faz. Ele é rústico mesmo, pode ganhar só em dinheiro mesmo... É o quê? É trabalhar por comida.

Eu digo que é mais do que a escravidão colonial. Porque na escravidão colonial... A escravidão nunca foi justa, ela sempre foi injusta, mas ela já foi legalizada, ela já foi justificada. É pior que a legislação colonial, porque o intuito financeiro está muito mais evidente. Então eles querem realmente baratear a mão de obra à custa do trabalhador. E aí o trabalhador rural é o pior nicho disso.

Eu vou dizer que é pior que o doméstico em termos de visibilidade, porque, se for em termos de dar visibilidade, o doméstico é pior – o doméstico tem a mucama que é mucama até hoje. Mas eu vou chegar ao doméstico daqui a pouco. Temos umas pautas bem interessantes, lá em Pernambuco, de tentar fiscalização indireta, etc.

Então, quando a gente leu esse projeto, em setembro, a gente viu que realmente era um pacote de maldade. É totalmente inconstitucional, assim como a gente defende que a reforma trabalhista é inconstitucional em vários pontos, só que é uma luta política. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso é importante a gente estar aqui no âmbito político, porque a gente sabe que não é um âmbito jurídico. Juridicamente tanto a reforma trabalhista, mesmo posta, é inconstitucional, então a gente tem que ter uma briga política de fé, de estar aqui atrás dos bons empregadores, dos bons empresários, dos membros do Ministério do Trabalho e Emprego, dos membros do Ministério Público que querem mudar isso, porque é político. Juridicamente é inaceitável.

Agora vou falar do doméstico.

Doméstico. Art. 7º da Constituição – são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Eba, igualou.

Parágrafo único – doméstico entretanto só tem isso, isso e isso. Isso ficou vigente de 1988 a 2015. Doméstico expressamente como um trabalho menor. A escravidão ali reiterada numa Constituição cidadã. Porque esse é o ponto da Constituição de 1988.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só me permita falar sobre isso.

Fizemos uma batalha enorme. A Benedita da Silva estava lá também. Ela foi a principal autora dessa lei que existe hoje.

Para colocar aquilo que está lá precisam ver a guerra que foi, para colocar aqueles artiguinhos ali.

A SRª DÉBORA TITO FARIAS – Já era pouco e foi uma guerra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Você tem razão.

O grande erro, digamos, foi não ter ampliado já lá.

A SRª DÉBORA TITO FARIAS – E qual é o resquício da nossa hipocrisia? É a classe média. É a classe média que fica dividida entre continuar tendo mucama e não. Porque a jurisprudência faz questão de dizer que empregado doméstico é aquele que não está inserido num contexto financeiro.

(*Soa a campainha.*)

A SRª DÉBORA TITO FARIAS – Então, você pode ter um motorista que não vai ser remunerado com base na função de motorista, ele é um empregado doméstico. Ainda existe uma cultura de a gente achar que tem que ser servido. O brasileiro é essa pessoa que acha que tem que ser servida. Ainda está na nossa educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o trabalho rural tem essa cultura, e o trabalho doméstico tem essa cultura do falso empoderamento da classe média.

E precisou vir 2013 para a Constituição ser alterada, e precisou vir a Lei Complementar 150, que não está derrogada coisa nenhuma, é lei complementar. Isso que falaram para o senhor não...

O problema, Senador, é que eu falo tantas vezes nos canais em que vou que juridicamente isso é inconstitucional e não tem adiantado. Então falaram para o senhor: "Quer dizer que a lei da doméstica não está mais vigente?" Está vigente, sim. É uma lei específica, complementar, que tem até uma hierarquia superior, mas o ambiente político nosso é tão louco que daqui a pouco vai vir uma lei dizendo que lei complementar não é mais nada. Eu acredito em tudo, não duvido, mas juridicamente não pode.

E o que aconteceu com as domésticas? Quando veio essa Lei Complementar 150, eu ouvi de colegas do Ministério Público: "Quer dizer que eu não vou poder mais levar minha babá para a Disney comigo?" Olha a preocupação do cidadão: não poder levar a empregada doméstica para a Disney, porque agora ela tem jornada. Gente, jornada é saúde, é vida.

O Estatuto Rural, inclusive, está dizendo que jornada exaustiva é possível. Claro que ela está assemelhada à escravidão. O que é o trabalho escravo por jornadas exaustivas? Jornada exaustiva não é trabalhar oito horas. É já ser exaustivo trabalhar 5 horas numa carvoaria, porque você está ali aspirando aquele gás tóxico, que é muito mais... Então já pode ser escravo. Aí agora o Estatuto diz que são 12 horas.

E as empregadas domésticas? Você sabe a jornada delas? Não sabia até a Lei Complementar 150. A empregada tinha que acordar às 6 da manhã para fazer o café, dormir não sei que horas para fazer o jantar, e ainda tem gente que diz que está ajudando, porque tirou do interior e está fornecendo vida melhor. Eu não tenho dúvida de que não está ajudando, mas você está ajudando deixando de matar, você não está dando vida boa. Você está dizendo: ou eu mato essa pessoa ou dou um prato de comida. Todo mundo quer viver e vai viver por um prato de comida.

O que eu acho hoje da empregada doméstica é que ela está melhor do que o trabalhador celetista. Porque a Lei Complementar 150 é boa, ela finalmente igualou. Qual é o problema do trabalho doméstico que a gente enfrenta muito hoje? É que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho doméstico é exercitado na inviolabilidade do lar. E no lar inviolável ninguém pode entrar. Então, como a gente vai fiscalizar o trabalho doméstico? Elas não denunciam, e hoje em dia vão denunciar muito menos. Quando a gente tenta qualquer tipo de fiscalização indireta nos condomínios, etc., a gente tem uma rechaça imediata, porque a classe média brasileira é complicada, inclusive nós fazemos parte dela. Então, imaginem como é hipócrita dizer que está ajudando a pessoa, mas também não venha fiscalizar na minha casa, porque na minha casa você não vai entrar.

Então, acho que o grande entrave... O Lucas já deu sugestão de como a gente pode avançar em relação à seara rural. Em relação à seara rural, acho que a Constituição e a NR 31 são maravilhosas. É o caso de a gente lutar para não perder. Sério mesmo. Acho que a gente tem legislação boa que a gente está perto de perder. A gente não perdendo a Constituição e a NR 31, eu acho que a gente está bem. Então vamos para a efetivação, para as fiscalizações, para os projetos por setor. A cana-de-açúcar melhorou muito. O gesso em Pernambuco está melhorando muito. Então são setores para que eu acho já há legislação. Agora, para o setor doméstico, a gente precisaria pensar nesse estatuto, em como a gente vai quebrar essa inviolabilidade do lar. Até que ponto o lar é inviolável?

Inclusive, um dos maiores projetos de trabalho doméstico foi porque uma menina do Pará, a Marielma, foi estuprada e morta pelos patrões, na inviolabilidade do lar. E ela era empregada doméstica. Então o desafio para o doméstico é: como a gente vai implementar a fiscalização, dadas as circunstâncias em que o trabalho doméstico é feito.

Em relação ao trabalho rural, a gente já conversou muito no Ministério Público, a gente tem legislações avançadíssimas. A NR 31 é um primor. Palmas para o Ministério do Trabalho e Emprego, sou fã da legislação.

Em relação ao trabalho doméstico, seria como a gente poderia implementar essa fiscalização. Porque, se a gente não perder, a legislação é boa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Débora Tito Farias, Procuradora do Trabalho da 6ª Região.

Nossos cumprimentos pela fala, pela firmeza, pela convicção. Faz com que a gente acredite cada vez mais de que por esse Brasil de Deus tem gente como vocês.

A SRª DÉBORA TITO FARIAS – Tem gente com raiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa raiva, essa rebeldia que me animam.

Eu já estou com 67 e ainda falam que sou muito rebelde. Tomara que eu vá envelhecendo e fique mais rebelde ainda, cada dia que passa. Viva os rebeldes!

Passamos a palavra agora à Auditora-Fiscal do Trabalho – representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). Já registramos a presença na Mesa tanto da Luiza Batista Pereira, Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), como também do Carlos Eduardo, Assessor Jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar).

Por favor, Drª Lívia, com a palavra, pelo Sinait.

A SRª LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA – Bom dia.

Gostaria de agradecer a oportunidade ao Senador Paulo Paim e saudar os presentes à Mesa, os colegas da Auditoria-Fiscal do Trabalho que estão presentes também.

Vou falar um pouquinho de possíveis avanços que o Estatuto do Trabalho pode vir a contemplar em relação à melhoria e como que os trabalhadores domésticos podem realmente passar a ter proteção social, ter acesso aos direitos sociais, à seguridade social, o que hoje não está acontecendo efetivamente no Brasil.

A foto que há na minha apresentação é uma foto de um pintor francês que viveu no Brasil no século XIX, que retratou o cotidiano de uma família brasileira. Há alguns escravos, pessoas negras servindo essa família. E a gente pode verificar claramente que essa realidade do século XIX ainda está presente da realidade de hoje. Como o trabalho doméstico é um traço muito marcante ainda da escravidão colonial.

Vamos falar primeiro de alguns dados em relação ao trabalho doméstico no Brasil.

Segundo o Ipea, temos cerca de 6,5 milhões de brasileiros em trabalho doméstico, entre formais e informais. Há dois grandes fatores, segundo uma pesquisa da USP, para se ter grande população de domésticos: desigualdade social e falta de acesso à educação pública de qualidade.

É claro que, sem minorizar a qualidade e aspectos importantes de como o trabalho doméstico é prestado, a gente sabe que o trabalho doméstico cresce na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida em que a população não tem acesso à educação de qualidade e também não tem acesso a postos mais qualificados de trabalho. Então, isso faz com que mais pessoas necessitem desse tipo de posto de trabalho que realmente, na maioria das vezes, não traz um trabalho decente e um trabalho de qualidade, que permita àquele trabalhador ter realmente uma vida de qualidade.

A OIT trata o trabalho doméstico como o núcleo duro do déficit do trabalho decente no Brasil e no mundo. Algo que está muito arraigado muitas vezes na cultura, como acontece no Brasil. E é muito difícil de mudar esse núcleo, de alterar esse núcleo.

Segundo dados do IBGE, PNAD Contínua Trimestral, nós temos que o Brasil, em 2016, tinha 6,2 milhões, dos quais 92% eram mulheres. Então, a grande maioria desses trabalhadores é de mulheres, quase 100% de sua totalidade, e negras. Isso demonstra também a vulnerabilidade desses trabalhadores que atuam nessa atividade.

Apenas 42% dessas trabalhadoras contribuem para a previdência e só 32% possuem carteira de trabalho assinada.

Então, temos hoje no Brasil um crescimento muito grande. Apesar da lei de 2015, que tratou do trabalho doméstico, que em muitos pontos avançou, estamos apenas com 32% com Carteira de Trabalho assinada. A maioria dos trabalhadores domésticos no Brasil não tem acesso a direito nenhum; não tem acesso a direito trabalhista, não tem acesso a seguridade social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Esse destaque é importante.

Trocando os números, praticamente 70% não têm direito.

A SRª LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA – Exatamente.

Então, como a Débora mencionou, a lei não foi revogada, mas ela praticamente não tem aplicabilidade.

Se olharmos o universo de trabalhadores domésticos, ela nem precisa ser revogada, ela não tem aplicabilidade, é uma lei quase morta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA – E quando no art. 1º a lei fala que é preciso você trabalhar três dias para o mesmo empregador para poder ter direitos, você está excluindo 70%. Aí você vai pegar trabalhadores que muitas vezes trabalham no mínimo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

três dias para o mesmo empregador, mas que o empregador não registra, e tem os demais que trabalham menos dias e os diaristas. Hoje, o número de diaristas aumentou. A tendência do trabalho doméstico tende a ser de diaristas, não só no Brasil, mas no mundo. E como você vai proteger esse trabalhador? A realidade do trabalho doméstico é essa, e a lei não atende essa realidade.

Esse gráfico do IBGE mostra pessoas ocupadas como domésticas em 2017. A partir de maio, junho, julho, de 2017, um crescimento vertiginoso no número de pessoas ocupadas que mostra que, diante de um contexto de crise econômica e de diminuição dos postos formais de trabalho, as pessoas tendem a se ocupar cada vez mais nesse tipo de atividade, principalmente as mulheres desempregadas.

O Dieese, numa pesquisa na região metropolitana de São Paulo, que tem dados de 1985 a 2016, pesquisou o trabalho doméstico e concluiu aumento da participação de diaristas e diminuição da participação de trabalhadores mensalistas formalizados e diminuição da quantidade de diaristas que contribui para o Sistema de Seguridade Social.

O que significa? A Previdência Social permite a contribuição do suposto autônomo para que ele tenha cobertura social. Porém, em crise econômica, as rendas diminuem e a diarista vai ter que escolher entre o prato de comida e pagar a previdência.

Então, diminuiu a quantidade de empregadas domésticas diaristas que contribuem. Ou seja, fica sem nenhum tipo de amparo social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E o autônomo também. O autônomo ou paga ou não paga.

A SRª LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Entre comer, pagar aluguel e sobreviver, ele vai acabar não pagando.

A SRª LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA – Esses três gráficos mostram também: nas três primeiras colunas da esquerda, nós temos mensalistas com Carteira, que diminui de 2015 para 2016, apesar da lei de 2015, mostra que efetivamente a lei não está protegendo o trabalhador doméstico; as três colunas do meio, mensalistas sem Carteira assinada, praticamente se mantêm, não há aumento do número de trabalhadores com carteira; e as últimas três colunas de diaristas, mostra que só cresce o número de diaristas como trabalhadoras domésticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que esse Estatuto tenha que se dispor nessa linha, de proteger esse trabalhador, ainda que diarista, ainda que ele tenha múltiplos empregadores, como está previsto na convenção internacional dos trabalhadores domésticos, que foi ratificada pelo Brasil em fevereiro deste ano; tem essa previsão de que tem de haver proteção, independentemente de ter múltiplos empregadores, de ser mensalista, da forma como atua.

Só para ilustrar, a gente tem a Emenda Constitucional de 2013 que estende os direitos dos trabalhadores urbanos para os trabalhadores domésticos, porém a Lei Complementar 150 vem restringir esses direitos. Parece algo que veio...

Eu já vi a Lei Complementar 150 no discurso de muitas pessoas como um grande avanço. Em muitos pontos, realmente é um avanço em relação aos direitos domésticos. Só que, em relação à Emenda Constitucional, a Lei Complementar 150 é um retrocesso em relação aos direitos dos trabalhadores domésticos, tendo em vista a realidade do mercado de trabalho hoje. Ela não atende a maioria dos trabalhadores que estão no mercado brasileiro hoje. Então a gente tem que pensar em até que ponto a Lei Complementar realmente... Muito interessante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA – Pois é.

Como foi dito também, a gente tem a Lei 13.467, que é a reforma trabalhista que trata do trabalho intermitente. O trabalho intermitente é um trabalho em que o diarista se encaixaria perfeitamente. O trabalho intermitente é considerado um trabalho subordinado, é um empregado, tem a possibilidade de o empregado ter múltiplos empregadores, porém a lei anterior de 2015 não trata o doméstico dessa forma. Então, digamos que nesse aspecto a reforma trabalhista está até mais avançada do que a lei do trabalho doméstico, porque nela, se aplicar o trabalho intermitente ao trabalhador doméstico, é possível, sim, que o diarista seja tratado como empregado e que tenha direito trabalhista e direito à Seguridade Social.

Nós tivemos vários e importantes avanços na Emenda Constitucional de 2013. A jornada de trabalho passou a ter controle de jornada, que não tinha; possibilidade de receber hora extra; FGTS seguro, de forma irrestrita, que antes era opção do empregador recolher; possibilidade de receber adicional noturno; aplicação das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normas de segurança e saúde no trabalho, que é muito importante, eles estavam excluídos dessa aplicabilidade; e reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho, que também foi um importante avanço da Emenda Constitucional.

A Lei Complementar também avança em alguns pontos.

Um ponto muito importante é a possibilidade de ter, inclusive, estabilidade em caso de acidente de trabalho. Então, a lei complementar avança, mas são pouquíssimos os trabalhadores domésticos que têm acesso a ela.

Então, nesse ano, a gente teve a ratificação da Convenção e Recomendação sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadoras Domésticos. E, aí, nesse ponto, eu acho que a Convenção e a Recomendação têm que ser o parâmetro inicial para se pensar um Estatuto do Trabalhador e como que se pode pensar a efetiva implementação dos direitos trabalhistas e sociais desse tipo de empregado.

Então, a Recomendação, no seu item 20, fala sobre a obrigação de Estados-membros facilitarem o pagamento da contribuição à previdência, inclusive com respeito aos trabalhadores que prestam serviços para múltiplos empregadores. Então, aqui, a gente está falando dos diaristas e da importância de se estender os direitos e a cobertura da seguridade social para esse tipo de empregado. Como o Estado-membro pode proporcionar isso?

E, aí, a Recomendação fala do sistema de pagamento simplificado. A gente tem o eSocial, que já atende, de certa forma, a esse pagamento simplificado por parte do empregador doméstico, pois facilita bastante a inserção do empregado no âmbito formal, com o registro da carteira e o recolhimento de todos os tributos que envolvem aquela relação de emprego. Porém, o eSocial poderia também, para abarcar os diaristas, facilitar que, no caso de um diarista que preste serviço a um dado empregador, este pudesse recolher também a previdência dele, ainda que seja só de um dia, mesmo que seja de cinco horas ao dia. Assim, que se gerasse a fatura eletrônica no eSocial para pagamento da previdência correspondente àquelas horas prestadas e para poder também recolher a parte do trabalhador,

Muitas vezes, a gente sabe, pode ser que esse tipo de trabalhador, que é um trabalhador muito vulnerável, não faça esse recolhimento. Então, retém a parte do trabalhador e já gera a guia para que o empregador recolha tanto a parte do empregado como a sua parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Convenção e a Recomendação falam da importância da inspeção do trabalho.

O trabalho doméstico é um trabalho que está longe dos olhos do Estado, protegido dentro do ambiente domiciliar privado. E, aí, fala-se da importância de se estabelecer regras para que a inspeção do trabalho ocorra.

"Tais medidas deverão especificar as condições sob as quais se poderá autorizar o acesso ao domicílio."

A Lei Complementar nº 150 trata da inspeção no domicílio como uma inspeção que tem que ocorrer com aviso prévio e que tem que contar com a anuência do empregador. Isso acaba com a fiscalização. Então, a partir do momento em que a inspeção tiver que ocorrer sob essas condições, vai acabar.

É importante também mencionar que, em relação a condições de estabelecimento da inspeção no ambiente doméstico, nós tivemos uma experiência, no ano passado, em São Paulo, que foi a fiscalização do trabalho de filipinos domésticos que estavam sendo traficados para o Brasil.

Então, a gente constatou trabalho escravo para três filipinos que foram traficados. E o que aconteceu é que, no curso do trabalho, a gente conseguiu identificar formas que... Às vezes, a gente não precisou ir até o ambiente de trabalho. Por meio da utilização de tecnologias, a gente conseguiu, muitas vezes, ter acesso até a fotos do domicílio onde aquele trabalhador estava, bem como acessar documentos que estavam com o trabalhador, enfim.

Então, muitas vezes, a tecnologia pode ajudar muito a inspeção, como nesse caso, eu acho, contribuindo para que a gente acesse informações do ambiente de trabalho sem necessariamente ir até o local. E a gente pode fazer isso possibilitando esse tipo de tecnologia aos trabalhadores mesmo, por meio, por exemplo, da criação de aplicativos, empoderando aquele trabalhador.

A gente sabe que a maioria dos trabalhadores, hoje, tem um celular que tem acesso a uma rede *wi-fi*, muitas vezes acesso ao *wi-fi* da residência do empregador. Então, por meio da criação de aplicativos, primeiramente, esse trabalhador seria informado da importância desse aplicativo, no intuito de ser uma ferramenta que lhe possibilitaria fazer denúncias de violações de direitos. E, aí, não sei... Temos que pensar, mas esse aplicativo poderia ajudar a inspeção a acessar situações do ambiente de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente teve essa experiência e foi bem bacana. A gente pôde acompanhar um trabalhador que estava sendo mandado embora. A gente soube, por meio de conversas de WhatsApp e Messenger, o quanto que aquele trabalhador estava recebendo, como estava sendo o retorno dele para o país de origem, se a passagem estava sendo paga. Então, foi bem importante. Sem fazer nenhum tipo de inspeção física, a gente conseguiu controlar minimamente aquela situação e saber se as violações estavam sendo muito graves ou não.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA – Então, isso só para citar a lei complementar que fala de agendamento e entendimento prévios entre fiscalização e empregador, o que acaba com a inspeção.

É importante dizer que, hoje, no Brasil, apesar de... Há uma decisão do Estado brasileiro de que empregados domésticos estrangeiros sejam intermediados por meio de agências privadas para o Brasil. Essa é uma opção do Estado brasileiro. Na Resolução Normativa nº 2, de dezembro de 2017, está expressa – é uma resolução do CNIg – essa possibilidade de que seja importado empregado doméstico. Então, como se não bastasse a quantidade de trabalhadores que temos hoje disponíveis para trabalhar, o CNIg editou uma resolução na qual está expressa a possibilidade de que trabalhador doméstico estrangeiro seja intermediado para o Brasil. E isso, para mim, não é, nada mais, nada menos, do que o trabalhador doméstico brasileiro, que tem acesso e que está ciente dos seus direitos, hoje em dia, está sendo muito mais difícil de ser explorado, no sentido de ter um empregado praticamente disponível por 24 horas, que é o verdadeiro escravo do trabalho doméstico... Então, como os empregadores não estão conseguindo escravizar da sua pior forma o empregado doméstico, estão importando esse empregado doméstico.

É importante dizer que para esse tipo de intermediação não há nenhum tipo de regulamentação no Brasil – intermediação por agência privada de emprego –, nem para trabalhadores brasileiros, nem para imigrantes. Então, o empregado fica completamente refém de endividamento, taxas pagas a agências, o que endivida os trabalhadores, situação de engano em relação às condições de trabalho, o que leva esse trabalhador ao trabalho forçado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imagina um trabalhador que vem das Filipinas, que não é a maioria – lógico –, pois a maioria dos trabalhadores domésticos imigrantes hoje, no Brasil, é de latino-americanos. Mas imaginem... E há cerca de 200 a 300 trabalhadores no Brasil que já foram intermediados, vindos das Filipinas, endividados em cerca de R$10 mil, que é o que é pago à agência para vir trabalhar no Brasil. Imaginem a possibilidade de retorno ao país de origem. É praticamente nula.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA – Na verdade, não é um GT. Foi o nosso trabalho de fiscalização...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA – Isso! Foi a partir do nosso trabalho de fiscalização que...

A SRª DÉBORA TITO FARIAS – É; mas foi criado. Eu acho que vocês estão. Não sei se é você... Com Cristiane Sbalqueiro, do Rio Grande do Sul.

A SRª LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA – Não; não tem GT. Foi só um momento em que nós discutimos alguns aspectos, até para tentar alinhar para aspectos jurídicos. Mas, assim, o nosso relatório, a partir do momento do fim da fiscalização, foi para o Ministério Público para ajuizamento das ações cabíveis.

Então, a regulação em relação à atuação dessas agências privadas também é muito importante. Eu não sei qual a possibilidade de esse tipo de legislação vir também no Estatuto, mas, no Brasil, não existe nada a respeito. E existe a Convenção nº 181 da OIT...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pode haver um capítulo no Estatuto tratando desse tema.

A SRª LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA – Porque, inclusive, no Brasil, os trabalhadores são submetidos a violações constantemente por parte dessas agências privadas de emprego. E a Convenção nº 181 da OIT, que trata da regulação das agências privadas, não foi ratificada pelo Estado brasileiro.

Bom, sobre isso eu já falei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação aos princípios gerais e diretrizes operacionais para um recrutamento justo da OIT, a resolução normativa, que trata da possibilidade de vinda desse trabalhador migrante, atenta contra esses princípios, porque o princípio diz que o trabalhador tem que ser livre para encerrar o seu contrato de emprego – o migrante – e não deve necessitar de permissão do empregador para mudar de empregador. E, aí, a resolução normativa diz que "o contratado não poderá exercer a sua atividade profissional para outra pessoa senão aquela que a tiver contratado na oportunidade da concessão do visto".

Então, o CNIg fala assim: "Você não tem liberdade. Você virá, mas você não tem liberdade nenhuma. Se o seu contrato de trabalho acabar, você vai ser um imigrante irregular". E o que isso significa para um trabalhador que vem das Filipinas, endividado, que foi enganado e que não conhece nada, não sabe onde buscar apoio, não sabe onde denunciar, não sabe falar português...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA – ... não sabe como ingressar na Justiça para requerer os seus direitos?

A Convenção fala ainda de estabelecimento de contratos de trabalho padrão. Isso também é algo importante para ser regulamentado. A Recomendação fala da importância que tem um contrato de trabalho doméstico padrão e de que ele seja estabelecido após consultas às organizações representativas de empregadores e trabalhadores.

A Convenção trata de um assunto muito importante no âmbito do trabalho doméstico que é o período de disponibilidade imediata para o trabalho, que é aquela característica muito inerente ao trabalho doméstico, qual seja, estar disponível a todo momento, praticamente 24 horas por dia. Então, trata-se aqui sobre como têm de ser esses períodos de disponibilidade imediata, o que não é tratado pela Lei Complementar nº 150.

E, aí, só para encerrar, há uma charge, de 2013, em que a patroa fala para a empregada doméstica: "Jornada de trabalho? FGTS? Quem você pensa que é?" Na verdade, essa charge representa toda a prepotência do empregador em relação àquele empregado que está na casa dele, não querendo lhe conceder os direitos que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ampliados em decorrência da Emenda Constitucional. Porém, hoje, essa charge, para mim, já está até desatualizada, porque, a partir da lei de 2015, esses direitos, realmente, não estão concedidos para a maior parte dos trabalhadores domésticos no Brasil. A maior parte não tem direito mesmo a controle de jornada, a FGTS, a carteira assinada, a aposentadoria, a auxílio-doença... Então, a maioria não tem direito a tudo isso mesmo. Então, essa fala é completamente atual...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA – ... e o trabalhador realmente não está tendo acesso aos direitos que estão previstos na Constituição, não são garantidos pela legislação ordinária.

Então, a ideia era pontuar um pouco as questões relacionadas a princípios internacionais e convenções internacionais, no sentido de que o Estatuto disponha sobre... Que os avanços sejam baseados nas normas internacionais, uma vez que elas, verdadeiramente, têm os parâmetros de como garantir amplamente os direitos do trabalhador doméstico e proporcionar a eles acesso aos direitos trabalhistas e à seguridade social. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Lívia Ferreira, Auditora Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

O relato que vocês fazem e o que a gente vem percebendo é que, no Brasil, nós temos hoje uma das legislações mais atrasadas do mundo, por incrível que pareça, nós que já fomos um dos mais avançados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode falar aqui, doutora.

A SRª DÉBORA TITO FARIAS – Em relação à doméstica eu até quero pegar esses dados, porque nós temos dois anos de análise, não é? A legislação é de 2015, nós estamos no começo de 2018, ou seja, vamos fazer três anos. Então, a gente está vendo que não adiantou, que não formalizou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que eu acho que vai acontecer com a jornada intermitente da reforma trabalhista é que não vai formalizar também. Então, a gente teria que pensar em outra forma, não comparando com a jornada intermitente – o artigo que fala dos dois dias com a jornada intermitente –, porque eu acho que, quando a gente puxar os dados, daqui a dois anos da reforma trabalhista vai ser... Ali não deu 32%?

A gente ainda tem que ter cuidado com o que vai propor para não comparar com uma coisa que a gente acha menor pior. É tão triste você se pautar no menos pior, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É.

A SRª LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA – Mas, quando eu falei do trabalho intermitente, eu só estava, na verdade, querendo... Eu não estava querendo dizer que se tem de aplicar o trabalho intermitente; eu só estava querendo comparar que a reforma considera o trabalho intermitente um trabalho subordinado e a possibilidade de o empregado ter múltiplos empregadores. Para o trabalho doméstico, isso não é possível.

A gente tem que... Por exemplo, eu não sei se eu posso estar dizendo algo que é inverídico, mas eu tive informações de que, nos enunciados da Anamatra, quando se estava discutindo, levantou-se a questão do trabalho doméstico.

A SRª DÉBORA TITO FARIAS (*Fora do microfone.*) – É porque a gente...

Os dois dias que estão no artigo são da jurisprudência. Mas você deu a saída já: independentemente da quantidade de dias e dos múltiplos empregadores, haver algum recolhimento.

A SRª LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA – Exatamente.

A SRª DÉBORA TITO FARIAS – O caminho é esse.

A SRª LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA – E eu não sei se é verídico isso, mas eu tive a informação de que, nas reuniões para se construir os enunciados da Anamatra, decidiu-se por não tratar dessa forma o trabalho doméstico; decidiu-se manter o entendimento realmente da Lei Complementar nº 150.

A SRª DÉBORA TITO FARIAS – Não duvido, porque, justamente, é jurisprudencial. Então, você está justamente num foro de quem construiu isso. Então, eu acho que mais estratégico, ao invés de a gente questionar essa história dos dois dias, ir pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminho que você apontou, ou seja, independentemente de ser um, dois, três dias e ter múltiplos empregadores, estabelecer uma contribuição. A diarista ganha R$120,00? Então, contribui-se sobre os R$120,00, nem que seja meio dia. É ir nesse caminho, porque se formos pelo caminho de que não são dois dias... Porque é uma construção jurisprudencial. Mas a gente pode discutir isso depois, num foro mais técnico, de repente.

A SRª LÍVIA DOS SANTOS FERREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom. Vamos em frente.

Parabéns a todos!

Passo agora a palavra à Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos (Fenatrad), Srª Luiza Batista Pereira.

A SRª LUIZA BATISTA PEREIRA – Bom dia a todos e a todas!

O trabalho doméstico, a gente sabe, já conta 80 anos de lutas. Não é fácil! São 80 anos para conquistarmos o que temos hoje. Nossa primeira associação foi criada em Campinas, São Paulo, e, na década de 60, ela se expandiu para todo o Brasil.

No início da nossa luta, o maior apoio vinha da Igreja Católica, que sempre nos apoiou. E, em várias regiões, foram formadas lideranças – formada no modo de dizer, mas formada na luta, na revolta com aquilo que a gente passava nas residências.

Em dezembro de 1972, a gente conquistou o primeiro direito, na época da ditadura militar, o que foi incrível naquela época e que gerou muitos comentários, que foi o registro em carteira, implementado em março de 1973. E, naquela época, muito empregadores diziam que as trabalhadoras domésticas se tornariam prostitutas, porque ninguém iria assinar a carteira de uma trabalhadora doméstica; que era um absurdo se assinar a carteira de uma trabalhadora doméstica.

E era um absurdo por quê? Porque o trabalho doméstico, a gente sabe, vem dos descendentes de pessoas que foram escravizadas. E, por conta disso, existe a desvalorização do trabalho doméstico, ainda porque o trabalho doméstico, por não exigir trabalhadores e trabalhadoras qualificados, capacitados, com elevado grau de escolaridade... Uma pessoa analfabeta pode fazer um trabalho doméstico – e fazê-lo bem feito, diga-se de passagem. Mas há essa questão de que, por serem pessoas negras, analfabetas ou semialfabetizadas, como é ou meu caso, a gente vê como um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalho menor. E o fato de o trabalho doméstico, por se dar dentro de uma residência, no ambiente privado, dificultou e continua dificultando a vida da nossa categoria até esta data.

A gente lutou muito durante todos esses anos. Na Constituição de 1988, a gente conquistou alguns direitos a mais, visto que, até então, a gente só tinha direito à carteira assinada. Aí vieram alguns direitos a mais, em 1988, com a Constituição cidadã. Mas o art. 7º, que a categoria e as lideranças costumam chamar de o "artigo da exclusão", pois a gente se sentia excluído como cidadãos, como trabalhadores, embora pertencente à classe trabalhadora, porque nem isso nós éramos considerados, ou seja, como pertencentes à classe trabalhadora. Isso era uma coisa contra a qual a gente sempre lutou.

Também há a questão de dizer que nós não somos uma categoria econômica, mas a gente diz que somos, sim, que nós pertencemos a uma categoria econômica, porque nós também pagamos impostos. E o empregador não tem o lucro direto. A gente tem consciência de que o empregador não tem o lucro direto como um vendedor, um comerciário, uma pessoa que trabalha num hotel. Ele não tem o lucro direto, e a gente tem consciência disso. Mas a gente é a base da organização da sociedade, porque as pessoas, Drª Débora... Estamos juntos lá em Pernambuco, inclusive em várias entrevistas de rádio, e procuramos desconstruir isso, porque dizer que não auferimos lucro ao trabalhador é desmerecer o nosso trabalho; auferimos lucro ao trabalhador, sim, um lucro indireto, claro, mas é algo que prejudica inclusive no momento de negociar direitos. A gente sabe que todos os trabalhadores se sentam a uma mesa de negociação. O único Estado que tem acordo coletivo com piso para determinadas funções do emprego doméstico é São Paulo. Os outros Estados... Pernambuco tem sindicato de empregador há 19 anos, mas não consegue o registro sindical no Ministério do Trabalho porque o Ministério do Trabalho diz que o trabalho doméstico não aufere lucro ao empregador.

Há outras categorias de trabalhadores que têm sindicatos de ambas as partes registrados no Ministério do Trabalho e não auferem lucro direto ao trabalhador. Por exemplo, quem trabalha em salão de beleza aufere ao empregador, mas ao tomador de serviço, não; e o dono do salão só tem lucro se o tomador de serviço, nós mulheres, a maioria, formos ao salão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há a questão dos condomínios. Qual é o lucro que aufere um porteiro, um vigilante de condomínio, um zelador? Qual é o lucro que ele está auferindo ao empregador? Nenhum. Mas ele é considerado categoria econômica. O empregador daquele trabalhador é considerado categoria econômica, e o trabalho doméstico, não. Então, a gente vê aí uma discriminação em relação às outras categorias, e por isso a nossa luta é uma constante.

Em 1983, o Sindicato de Pernambuco ainda era associação porque a gente ainda não podia se organizar como sindicato, que foi um direito que só conquistamos em 1988, com a Constituição, foi um dos direitos que conquistamos, e foi quando a gente pôde avançar na luta. A Central Única dos Trabalhadores, quando foi fundada, Pernambuco foi o primeiro que se filiou à Central Única dos Trabalhadores como associação. Eles nos aceitaram. Fomos os primeiros a bater na porta e dizer: "Queremos nos filiar porque a gente também quer avançar nas nossas lutas, nas nossas conquistas."

Veio a Confederação, veio também o movimento feminista, os movimentos sociais, e, com todas essas entidades nos apoiando, conquistamos, então, uma emenda constitucional em 2013.

Antes disso, no governo Lula, nós conquistamos uma lei que nos garantiu os feriados, porque a gente, nos sindicatos, sempre falou que somos da classe trabalhadora e temos direito aos feriados, sim. E dependia do empregador: se ele entendia isso, ele nos permitia os feriados; se não, não nos permitia, porque não estava na lei. Então, deixou muita coisa a desejar.

Com a Lei 11.324, de julho de 2006, a gente conquistou os feriados; conquistou a estabilidade da trabalhadora gestante; as férias de 30 dias, que até então eram só 20 dias; nós conquistamos o salário mais um terço. Então, ao longo dessas décadas, a gente vem lutando e conquistando. Quando saiu a emenda constitucional, foi uma alegria para nós, foi o êxito da nossa luta, mas aí a gente viu também que precisava regulamentar. E, quando veio a regulamentação, a gente pensou muito e desejou muito que a regulamentação tivesse sido nas mãos do Senador Paulo Paim, que sempre foi parceiro das nossas lutas. Mas, quando a gente viu quem tinha sido escolhido para ser o Relator da nossa lei complementar, a gente viu que teria direitos, claro, mas não ia ser aquilo que a gente almejou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve algumas coisas que foram pautadas, como a questão do acidente de trabalho. Eu tenho problemas sérios lá no sindicato em Pernambuco, por quê? Porque houve um trabalhador que levou um choque na máquina de lavar e passou uma semana na UTI do Hospital da Restauração. A gente só tomou conhecimento, o sindicato só tomou conhecimento porque a chefe do setor de atendimento, vigilância de acidentes de trabalho na Restauração, ligou para o sindicato e fez a denúncia, porque a gente não ia tomar conhecimento de que aquele trabalhador estava numa UTI. E, depois de uma semana, esse trabalhador veio a óbito.

Houve vários outros casos de queimadura, que é uma das coisas que mais acidenta no emprego doméstico. A trabalhadora foi ao sindicato, preenchi a CAT, enviamos junto com ela e fomos ao INSS. Eu fui até a Superintendência do INSS lá em Pernambuco e essa CAT não foi aceita porque o sistema da Previdência Social não aceita o trabalho doméstico. Na hora de colocar o CNPJ, a gente coloca o CPF, e o sistema não aceita. Então, o acidente de trabalho, para nós trabalhadores e trabalhadores domésticos, não saiu do papel.

Também há a questão dos feriados, que muitos empregadores ainda não aceitam mesmo sendo lei. E há também os atestados médicos. É um absurdo! O INSS já não aceita mais a trabalhadora dar entrada para receber um dia, porque antes a lei falava que até um dia de atestado médico teria de ser a Previdência Social. A gente entende que, se houve uma emenda constitucional, isso não era mais nem para ser discutido, mas muitos empregadores dizem que a lei não mudou, não querem aceitar. Aí há a questão de ir para a Justiça e é jurisprudência.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LUIZA BATISTA PEREIRA – Então, é isto que a gente tem no trabalho doméstico: luta, conquistas, mas muitas dessas conquistas, infelizmente, para a gente, não saem do papel.

A Federação não tem pernas porque a gente não tem o imposto sindical, como as outras categorias tinham até no ano passado. Neste ano, ninguém tem mais, porque foi revogado, mas isso possibilitou que muitos sindicatos se organizassem para ampliar a luta. E nós trabalhadores domésticos, quando achávamos que ia haver esse imposto e que a gente ia poder se organizar melhor, que a Federação ia poder estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em mais Estados atuando junto aos sindicatos, a gente viu que não passou disso. Então, a gente continua naquela mesma situação, contando com o apoio da Central, da Confederação, dos movimentos sociais para que a gente possa estar aqui, porque tudo acontece aqui em Brasília. Não adianta uma lei estadual que vai abranger só aquele Estado. Tudo acontece aqui. E, quando a gente precisa fazer uma ação aqui, a gente tem de depender de organizações não governamentais e movimentos sociais, da Confederação, da Central, e é isso que a gente vem debatendo como uma forma de sustentação financeira, que a gente não tem. É isso.

O trabalho doméstico migrante veio para precarizar não só o trabalhador migrante como também o trabalho doméstico interno, porque há casos de trabalhadores domésticas migrantes lá em São Paulo... Na semana passada, aqui, na quarta-feira, houve uma audiência na Câmara – não é isso, Drª Milena? –, e eu não pude vir porque estava esperando o Ministério Público do Trabalho onde eu estava hospedada, e aí foi discutida essa questão do trabalho migrante. As trabalhadoras, quando chegam... É uma coisa errada, mas a primeira coisa que eles fazem é confiscar o passaporte dessa trabalhadora. É isso. O Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo está acompanhando de perto essa situação. Inclusive, há uma trabalhadora doméstica migrante, uma boliviana, que está na direção do Sindicato também. Ela estava aqui e falou isso – não sei em que sala houve a audiência porque eu não pude vir. Ela falou que o passaporte de algumas filipinas, de algumas companheiras dela foram confiscados assim que chegaram ao Brasil. Então, é trabalho escravo. Se eu não tenho a liberdade de ir aonde eu quero, é trabalho escravo. E isso é lamentável porque, em vez de a gente progredir, o que estou vendo, de uma maneira geral e inclusive com a reforma trabalhista, é um retrocesso – é um retrocesso. O Brasil que tinha uma legislação que era elogiada, como eu ouvi aqui nesta sala até dois anos atrás – não é, Drª Débora? –, agora está regredindo, ou seja, estamos voltando à época do Brasil colonial, que é o que está acontecendo inclusive, pelo pouco que eu ouvi da explanação do senhor, no trabalho rural.

E também dizer que o trabalho rural, de uma certa forma, tem uma ligação muito próxima com o trabalho escravo, porque a maioria das trabalhadoras domésticas que estão vindo trabalhar nas capitais é da área rural. Eu comecei a trabalhar aos nove anos de idade. Gente, não é fácil! Com nove anos de idade, eu estava numa residência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sem saber nem que existia energia elétrica, porque onde eu morava não tinha energia elétrica. A senhora mandou eu acender a lâmpada, e eu perguntei pelo "fósqui", porque eu não sabia nem pronunciar a palavra fósforo. Ela me chamou de burra, e isso me dói até hoje.

Eu fico olhando a intolerância das pessoas. É muito diferente uma pessoa que vive na capital de uma pessoa que vive nos rincões, lá naquele fim de mundo, sem energia, sem nada. Eu vim de um lugar assim lá do interior de Pernambuco. Ela não teve a compreensão – uma professora – de chegar e me ensinar a maneira correta; já foi me tratando dessa maneira. E eu fiquei parada assim, olhando para ela, chorando, e ela mandando eu calar a boca, se não me dava uns tapas... Isso era por um prato de comida, gente! Era por um prato de comida! Isso foi em 1965. Eu tenho 62 anos – vou completar agora.

A gente avançou, mas a gente sabe que ainda há muito dessa situação. O trabalho doméstico, que não tem essa fiscalização, como as outras categorias, dificulta muito a fiscalização. Mesmo o trabalho doméstico infantil sendo proibido por lei, ainda existe, Senador, ainda existe e muito. O problema é que a gente não tem condições de fazer a fiscalização, porque a gente não tem nem diretoras liberadas nos sindicatos. A maioria que está nos sindicatos já são as que se aposentaram, como eu – e aí eu posso me dar ao luxo de ficar no sindicato o dia todo; posso me dar ao luxo de estar nesses espaços, viajando, fazendo a luta, porque aquelas que não estão liberadas precisam trabalhar para garantir a sobrevivência delas, para garantir que a Previdência esteja paga, para garantir que no futuro elas também possam se aposentar. Aí a gente sabe que essa reforma da previdência, essa luta de vota, mas não vota, se for votada, muitas das nossas companheiras vão voltar à década de 30; ou seja, está numa idade que não aguenta mais trabalhar e vai para a rua ser mendiga até morrer. Isso acontecia muito com a nossa categoria.

Esta é a preocupação da Federação, esta é preocupação de todos os dirigentes dos sindicatos: que a gente possa continuar avançando na luta, que essa reforma nunca seja aprovada, ou, se for necessário, que se faça uma reforma que não venha a prejudicar tanto a nossa categoria e também os outros trabalhadores, por exemplo, os trabalhadores rurais, os trabalhadores terceirizados também, porque a gente sabe que uma pessoa, depois dos 45 anos, para conseguir uma vaga no mercado de trabalho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está difícil. Mesmo no emprego doméstico, se é muito jovem, muitas empregadoras não querem. Às vezes, a trabalhadora é uma pessoa que está acima de um padrão de beleza, e elas não querem por ciúmes. Isso acontece muito. A gente tem relatos de trabalhadoras. E também há a questão de que, estando numa certa idade, elas também não querem, porque ela não vai dar conta de todas as tarefas num dia, e aí a gente vê que como é que vai ser daqui para frente, se o mercado de trabalho é tão perverso que condiciona a contratação de uma pessoa? Se é muito jovem, é inexperiente; se passa dos 40, está fora do mercado de trabalho. Isso também está acontecendo no trabalho doméstico. Por isso que a gente precisa avançar.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Drª Luiza Batista Pereira, Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, que mostra toda a discriminação nessa área de atuação e lembrou o próprio exemplo: empregada doméstica com nove anos, xingada por não saber onde se acendia a luz. Onde nós estamos? E esse retrocesso de hoje faz com que a gente lembre momentos como esse.

Por favor, Carlos Eduardo, assessor jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais (Contar).

O SR. CARLOS EDUARDO CHAVES SILVA – Bom dia, Senador Paulo Paim. Cumprimento parte da Mesa em nome de V. Exª. Cumprimento também a outra parte, na pessoa da Srª Luiza.

Antes de falar do trabalho rural, eu represento a Contar hoje na Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. No ano passado, nós discutimos a necessidade de analisar o conceito de trabalho escravo e a situação das domésticas. Ali a gente vai encontrar muita coisa. Muitos elementos do conceito estão nessa realidade das empregadas domésticas. Já no ano passado inclusive, nós tiramos, como encaminhamento, a criação de uma subcomissão na Conatrae para podermos discutir isso.

O problema é que, com este Governo, a Conatrae, a cada dia que passa, perde mais força, perde importância, e a gente não consegue encaminhar as coisas; mas a situação das domésticas é grave e não podemos deixar de reconhecer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao trabalho rural, eu vou pedir permissão para falar pouco do Projeto 6.442 e falar um pouco do que a gente está vivendo hoje pós reforma, primeiro, porque o Projeto 6.442 foi denunciado pela Contag – na época, eu ainda era assessor lá – em dezembro de 2016, exatamente um mês depois de ele ter sido proposto pelo Nilson Leitão.

Eu tive o desprazer de ser a primeira pessoa a elaborar o relatório daquele projeto e me lembro de que, quando cheguei na parte que pedia a revogação e que tratava dos itens da NR-31, eu brinquei e disse: "Não consigo mais escrever. "Na época, pedi até ao André Roston: "André, vocês precisam fazer uma nota [conversei também com os companheiros do Sinait que estão aqui], vocês precisam escrever a outra parte, porque o meu limite foi até aqui. Eu não consigo mais." Era uma coisa tão perversa que até para se fazer uma análise era uma missão difícil, quase impossível.

E o projeto não nasceu do nada. A gente precisa entender isso. O Projeto 6.442... O Nilson Leitão não tirou aquilo da cabeça dele e escreveu. O 6.442 nada mais é do que a reunião de diversos projetos que tramitavam nas duas Casas e que visavam a mudar pontos específicos da legislação rural. A única arma de ataque à NR-31 não é o 6.442. Há outros projetos que tentam flexibilizar.

A jornada de 12 horas para o trabalhador rural surge – e infelizmente a Presidente Dilma não vetou... Essa ideia foi criada na tramitação da MP 608, que tratava de emplacamento e licenciamento de tratores. O Blairo Maggi negociou a inclusão de uma emenda jabuti que estendeu... Para quem opera máquina, a jornada já pode ser de 12 horas. Isso está vigente já. E, lá atrás, lutamos. Houve o compromisso, inclusive, na época intermediado pela Secretaria-Geral da Presidência da República... Foi-nos dada a garantia de que esse artigo especificamente seria vetado, mas, surpreendentemente, da noite para o dia, a Presidente Dilma decidiu não vetá-lo. Esse foi um dos erros que ela infelizmente cometeu, negociando com essas pessoas que hoje saíram da toca e têm coragem de reunir vários projetos de lei no 6.442.

Outro ponto do 6.442, ainda falando sobre a jornada: não é o único ataque. Há um projeto de lei tramitando nesta Casa, de autoria do Senador José Medeiros, que pretende a possibilidade de se fazerem quatro horas diárias para todos os trabalhadores rurais – para todos, para todos!

Então, o 6.442 nada mais é do que a reunião...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Quatro horas além.

O SR. CARLOS EDUARDO CHAVES SILVA – Então, são 12 horas por dia.

Se a gente pegar o 6.442, encontraremos vários projetos correspondentes ao que está escrito ali. Vou citar dois exemplos que eu acho absurdos do projeto, se é que dá para escolher o mais ou o menos absurdo: um é a dispensa da obrigatoriedade de instalação sanitária em regiões com relevo acidentado. Eu até brinco que, em Pernambuco, então, na Zona da Mata, a depender da área, o trabalhador não vai ter lugar para comer e nem para fazer as suas necessidades fisiológicas.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. CARLOS EDUARDO CHAVES SILVA – E outro ainda, que também é grave: até a obrigação que o empregador tem de fornecer cópia do exame admissional, o projeto fala que não, que uma via fica com o empregador e a outra fica à disposição da fiscalização, se for solicitado. Então, nega até ao trabalhador o direito de saber qual é a condição de saúde dele.

Nós denunciamos o projeto em 2016. Em 2017, no início do ano... A gente precisa reconhecer a importância que o núcleo agrário do PT teve para puxar a discussão desse projeto. Fizemos uma reunião com várias entidades: Sinait, OIT, Repórter Brasil, Contar, Contag. O Ministério Público do Trabalho capitaneou essa luta. Nós entendemos o seguinte: infelizmente, toda vez que uma confederação de trabalhadores fala, nada do que ela diz tem importância técnica, é só um posicionamento ideológico de uma pessoa que vive de um imposto sindical e que está viciada.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. CARLOS EDUARDO CHAVES SILVA – Então, o que acontece? Decidimos juntos que essa discussão seria capitaneada pelo Ministério Público para dar força e dar esse caráter técnico à luta.

E, por meio dessa articulação, conseguimos não enterrar esse projeto, porque o Nilson Leitão disse que pediria o arquivamento do projeto, desistiria da tramitação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deu entrevista, mas até hoje o projeto está lá. Talvez esteja esperando o resultado deste ano eleitoral, que é tão importante para decidir se ele volta ou não.

Por que eu digo isso? Porque, após a aprovação da reforma trabalhista, Senador, a informação que nos chegou – inclusive, isso foi até veiculado em vários meios de comunicação – é a de que a Bancada Ruralista entendia que aquele projeto de lei não servia, a reforma trabalhista não serve no meio rural. A reforma trabalhista que eles querem é o 6.442.

Então, sim, a depender do resultado do processo eleitoral deste ano – e é bom que todos saibam disso, principalmente os trabalhadores do campo –, a depender do resultado, a gente vai, sim, voltar a enfrentá-lo ano que vem. E aí, quando a gente analisa a situação já com a reforma trabalhista, o cenário é mais assustador ainda. Então, a gente conseguiu superar essa luta do 6.442, ele está lá guardado, e a gente hoje está enfrentando a reforma trabalhista.

O que eu posso trazer de informação em relação à reforma trabalhista? Primeiro que ela me parece que foi elaborada por meio de uma receita de bolo. Então, o Governo trouxe lá aquelas medidas, aquela era a receita inicial, e aí parece que cada entidade empresarial foi fazendo assim: "Coloca esse ingrediente, coloca..." Então, é uma a coisa malfeita.

A comprovação de que ela é malfeita é que, se você for observar, apenas a CNI divulgou uma nota técnica com orientação em relação a como utilizar os termos da reforma; diversas outras entidades empresariais não soltaram uma nota técnica. Destaque: a CNA (Confederação Nacional da Agricultura) não tem uma orientação sobre a reforma trabalhista para orientar os empregadores sobre como utilizá-la, porque eles não reconhecem como uma reforma que foi feita de maneira segura, uma reforma que foi feita de forma séria. Então, é uma coisa que está meio solta.

O que a gente observa de reação hoje em relação aos trabalhadores? Primeiro o endurecimento muito grande nas relações com os sindicatos, inverteu-se o jogo. Hoje, a maior parte dos pontos que nós negociávamos antigamente – em relação aos quais fomos duramente atacados por várias entidades, várias ONGs, por negociarmos esses pontos –, hoje pode utilizar sem necessidade de negociação coletiva.

Banco de horas. Banco de horas pode fazer hoje sem precisar negociar com o sindicato. Eu acabei de vir de uma negociação do Vale do São Francisco, lá em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Petrolina e Juazeiro, em que, graças a Deus, nós fizemos uma convenção boa, apesar dos ataques, que a pauta patronal vinha em cima de proposta de exclusão de cláusulas que proibiam banco de horas, proibiam terceirização ampla e irrestrita. Então, nesse caso lá, o negociado sobre o legislado está até nos ajudando, mas essa não é a realidade dos outros cantos do País. Há muito local em que o empregador já se recusa a negociar.

E essa negociação do Vale do São Francisco é emblemática, porque, pela primeira vez – há 13 anos que trabalho com negociação coletiva –, a contraproposta patronal veio maior do que a pauta de reivindicação dos trabalhadores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO CHAVES SILVA – Então, nós decidimos que não iríamos fazer a contrarreforma na negociação, porque nós não temos força. A ideia era manter a convenção como estava e negociar o salário. E, para nossa surpresa, nós apresentamos 11 cláusulas, e, na contraproposta do empregador, vieram 16 cláusulas. E a negociação girou toda em torno da pauta dos empregadores que queriam revogar os itens da convenção coletiva que impediam a aplicação da reforma trabalhista. Mas esse cenário é num lugar que é perfeito, que tem uma boa atuação sindical.

Quando você aplica isso para os outros milhões de trabalhadores rurais, aí há um cenário de tragédia por conta da ausência de proteção, por conta do enfraquecimento das entidades sindicais.

E, quando eu falo de enfraquecimento das entidades sindicais, Senador Paulo Paim, eu não estou me referindo aqui ao fim da obrigatoriedade do imposto sindical, mas ao processo de enfraquecimento que foi feito por dentro da reforma em relação à dispensa de negociação coletiva via sindicato, em relação principalmente à dispensa da obrigatoriedade da homologação da rescisão do contrato de trabalho no sindicato. Com todos os problemas que os sindicatos rurais têm, esse era um serviço essencial de aproximações e de acompanhamento. E, em muitos lugares, a gente tem conseguido manter isso via convenção coletiva, mas, em muitos lugares, as empresas estavam fazendo contagem regressiva para não precisarem mais fazer homologação.

Então, hoje a gente tem um cenário de bastante dificuldade. Temos resistido nos locais onde há entidades sindicais fortes, mas temos um horizonte muito ruim, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

várias entidades não vão conseguir sobreviver, a realidade é essa. Nós vamos, sim, ter fechamento de sindicato, e o sindicato, com todos os problemas que tem, ainda é a porta em que o trabalhador pode bater para pedir ajuda. Com todo o respeito às demais entidades, eu sempre digo isso e sempre reconheço a importância, por exemplo, que o Ministério Público tem tido na luta contra o trabalho escravo; no dia a dia, a gente é parceiro nas comissões. Digo isso em nome aqui da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariados Rurais. Mas, se você for olhar a dimensão deste País, é um sindicatozinho de uma porta lá que consegue atender esse trabalhador.

Então, a gente precisa pensar e fazer uma correção nessa curva, Senador, porque o nosso maior erro nos anos anteriores foi não ter lutado pelo avanço da legislação, nós nos contentamos muito com o que nós tínhamos, e a gente não lutou para combater males que existiam antes da reforma trabalhista, como a má utilização do contrato de safra, como a violação de direitos humanos em vários pontos no campo, tratando como normais situações em que a gente poderia ter avançado.

Então, a gente precisa agora fazer esse caminho de volta, que é um caminho muito difícil, não pensar só em restabelecer o que nós tínhamos antes da reforma, mas pensar em avançar, porque o nosso maior erro foi ter entendido que a legislação que nós tínhamos era suficiente para proteger os trabalhadores.

Muito obrigado e agradeço, mais uma vez, a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Muito bem, Carlos Eduardo, Assessor Jurídico da Contar (Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais).

Eu registro a presença do Juiz Hugo Melo,... (*Palmas.*)

... que tem sempre colaborado conosco aqui.

Como se faz sempre, eu vou permitir, se alguém quiser, no plenário, fazer algum comentário, alguma pergunta, com o tempo de cinco minutos. (*Pausa.*)

Vá lá, diga a entidade!

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA - Bom dia a todos e a todas!

Meu nome é Luiz Saraiva, sou Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT (Contracs).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E temos a grande honra de ter como filiada essa grande Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad). É uma luta muito árdua, muito longa a que todas as entidades de trabalhadores domésticos enfrentam no País, para acabar com essa discriminação que nós não podemos mais aceitar, porque, diante do quadro de fraude em que se encontra o País, tudo o que acontece neste País hoje eles fraudam para valorizar o lucro para quem financia suas campanhas. Então, nós estamos aqui em nome de vários sindicatos, várias trabalhadoras – passou aí o importante relato de toda a vida histórica de luta que têm as trabalhadoras domésticas no País.

E a gente chegou a avançar muitas casas, mas ainda continua sendo um subemprego. Então, a gente não pode ficar se baseando nesse subemprego.

Quanto a essa proposta que o Senador Paim criou aqui no Senado, é importantíssimo criar um estatuto do trabalho, porque, sobre o que foi feito de reforma, não há nada, reformou-se para o lado empresarial. Então, a gente não pode realmente aceitar que seja imposta aos trabalhadores e trabalhadoras como um todo, não só aos trabalhadores domésticos e rurais, mas como um todo. O que foi modificado na lei foi para favorecer quem deu o golpe nos trabalhadores e trabalhadoras.

Então, esse estatuto tem que ter vários pontos e normas que venham a garantir o que nós estamos dizendo aqui, que a gente não aceita que o trabalho doméstico seja um subemprego e seja discriminado, porque é um trabalho como outro qualquer, é feito por um ser humano que tem que ser valorizado como todos os outros.

Nessa proposta, Senador, é importante que a gente realmente bata, principalmente agora nesse período eleitoral, para dizer que, se eles apoiam e estão juntos nesse golpe, para retirar e para sacanear os trabalhadores, esse estatuto vem para corrigir esse grande defeito. Então, o Parlamentar que votou pela reforma trabalhista, quer retirar o direito de o trabalhador se aposentar, quer continuar escravizando os trabalhadores domésticos, não pode voltar mais para estas Casas, porque está fazendo desserviço para o País. E nós não podemos aceitar.

Estamos juntos com todas as entidades, o Ministério Público, os TRTs, os auditores fiscais são importantíssimos, os nossos juízes do trabalho. Eles querem acabar com tudo no País para que o trabalhador não tenha mais acesso; eles querem desorganizar a organização dos trabalhadores. E os sindicatos são a parte principal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com que eles querem acabar. E eles não vão acabar, porque quem conseguiu esses direitos todos foram essas entidades, foram os sindicatos, foram os políticos que se preocupam realmente com a população, os políticos que aqui estão.

Mas nós estamos vendo aqui, Senador: trata-se de um tema tão importante como esse, tão relevante para o País inteiro, que trata de se estar escravizando até hoje o trabalho doméstico, o trabalho rural e os trabalhadores do País inteiro, e os Senadores não estão aqui, nem as Senadoras. Na hora em que eles querem impor, eles se juntam, não deixam os trabalhadores entrarem nestas Casas para assistir nem para dar uma opinião. Então, nós temos que fazer campanhas contra esses maus políticos, porque, como existem os maus empresários, os maus políticos estão aí na cara de todo mundo, e o trabalhador e o povo brasileiro têm que acordar e realmente assistir ao que passa aqui, assistir a essas discussões e ver quem está interessado em representar de fato os trabalhadores.

Então, nós estamos aqui, com a Contracs, com a CUT, com a centrais e com essas entidades importantíssimas, para que nós consigamos fazer um estatuto do trabalho que atenda a todas as partes, não só ao empresário, não só ao empregador,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA – ...e, sim, aos trabalhadores, que é a parte mais vulnerável e que está sendo precarizada a cada dia em que se muda alguma coisa aí, depois que foi intitulado esse golpe de estado aqui no nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, parabéns pela contribuição ao debate. (*Falha na gravação.*)

Ela visou a acabar com o movimento sindical, e não foi só, como foi dito aqui, quanto à contribuição sindical; quando ela coloca o negociado sobre o legislado, ainda diz que pode ser individual o acordo; quando ela diz que na rescisão de contrato não precisa mais o acompanhamento do sindicato. E, na denúncia da segunda-feira passada... Porque eles estão fazendo a rescisão de contrato por correspondência; remete-se para o cara pela internet, como não precisa ninguém acompanhar: "Você vem aqui para eu acertar com você. Todos os valores são esses. Se quer, quer. Se não, vai questionar". E o cara vai lá e acaba assinando, para receber aquele dinheiro. Aonde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós chegamos, não é? O sindicato não acompanha, o sindicato não pode fiscalizar. Fazem-se aquelas comissões dentro das fábricas, e não pode o sindicato participar. Ou seja, é o retrocesso. Acho que não há um país em que deram – aí vou falar a palavra "golpe" – um golpe desse tamanho em cima dos trabalhadores. Para mim, não existe. Quando em outros países está se tentando avançar, aqui há um retrocesso dessa envergadura.

Só para registrar aqui. Sempre vem uma série de questionamentos, e resumo aqui, em três ou quatro:

Artur Alvim Cury, de São Paulo: "Está mais do que na hora de valorizar esses profissionais!". Está se referindo aos assalariados do campo. E falou aqui: "e tem que valorizar a agricultura familiar!" Vai nessa linha.

Eu tive uma experiência muito boa com a agricultura familiar. Eu fiquei um dia em uma propriedade pequena com a mãe, o pai, o filho e a sogra. O sogro estava inválido já, de trabalhar com agrotóxicos, essas questões todas. A experiência lá foi impressionante. Eu até trouxe a filmagem e passei aqui. O que é você ter que tirar o leite todo dia? Por exemplo, só o leite. Não tem Natal, não tem primeiro dia do ano, não tem casamento, não tem nada. Tem que ir lá tirar o leite. E eles têm que fazer essa atividade, porque se não, perde. E aí vai uma série de exemplos que eu passei lá. Era para passar o dia todo e eu confesso: quando chegou 11h, como diz o outro, derrubei os butiás do bolso. Entreguei. Não teve como continuar. "não, vamos um pouquinho mais, Senador, espere aí, pega aqui comigo", dizia a senhora. Enfim, a realidade do campo, quem vive sabe como é.

Raiane Leal, do DF: "As empresas estão demitindo seus trabalhadores para recontratar de forma intermitente ou autônoma. Como serão evitados os abusos se a própria lei dá espaço para isso?" Infelizmente, dá. Infelizmente, já acontece isso.

Não sei se alguém mais quer usar a palavra no plenário.

Dr. Hugo, quer usar a palavra?

Se ninguém mais quer usar a palavra...

Você quer dar um informe da próxima reunião?

O Leandro é assessor técnico dessa Comissão que trata do Estatuto do Trabalho, que a gente pretende entregar ao País a primeira versão no dia 1º de maio, para o debate – para o debate, e não fazer o que eles fizeram, aprovar com 117 artigos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria que chegou lá com sete. Mandaram para o Senado e o Senado carimbou. Não mudou uma vírgula, por mais que tenhamos brigado aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Leandro, só dá um resuminho.

O SR. LEANDRO LEMOS – Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Leandro é advogado e assessor técnico desta Comissão, junto com a...

O SR. LEANDRO LEMOS – Com a Tânia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Drª Tânia, que trabalha contigo.

O SR. LEANDRO LEMOS – Bom dia a todos! Nós vamos fazer ainda, no dia 19 de março, uma audiência para debater organização sindical, negociação coletiva e direito de greve; no dia 2 de abril, o sistema de inspeção do trabalho; e no dia 16 de abril, Direito Processual do Trabalho. E, como está planejado, no final de abril, por volta do dia 30, faremos a apresentação da primeira versão do anteprojeto, que está sendo construído por todas as entidades que estão participando, com as contribuições que estão sendo dadas aqui nas audiências públicas, e também as sugestões que nós estamos recebendo via *e-mail* da Comissão e também pelo gabinete do Senador Paim. Então, ainda temos mais essa programação de audiência e, em paralelo a isso, o grupo de trabalho está se reunindo no turno oposto às audiências, até concluir o trabalho aqui em abril e entrarmos em uma nova fase de discussão desse anteprojeto e fazer os aperfeiçoamentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria mais uma vez insistir. Eu vou agora responder aqui para o Dr. Emidio Carlos, da CNA de São Paulo: eu cansei de convidá-los, inclusive ao vivo. Quer vir para a próxima semana? Eu mudo o roteiro para receber vocês. O que não pode é vocês não virem e dizerem que aqui só se ouve um lado. Dr. Emídio Carlos, de São Paulo, CNA, fica aqui o convite de novo. Eu marco uma sessão especial só para ouvir vocês. Quer quinta, ou sexta? Eu mudo para ouvi-los. O que não dá é vocês mentirem para o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que construíram essa reforma, que é o retorno ao trabalho escravo, não vêm para o debate, como nunca vieram, e ficam dizendo "só tem um lado". Venham! Não pense que eu digo isso com alegria. Eu fiz uma homenagem aqui, na abertura, a um empresário que faleceu, que eu disse que tem... Como você falou, muitos empresários têm responsabilidade social. O que não dá... A gente já está na 18ª reunião. Eu parei de mandar só a correspondência e estou convidando por aqui, pelo microfone. Venha na próxima reunião! Pode trazer aqui dez grandes sindicalistas da área empresarial – são sindicalistas, do mundo do empregador –, que serão ouvidos. O que não dá é vocês não virem e passarem a impressão de desonestidade, dizendo que não são convidados. A primeira versão sai em maio. Querem discutir em abril, maio? Vai continuar o debate. Então, não mande um ofício como esse. Eu estou sendo muito respeitoso, inclusive, aqui. Estou sendo muito respeitoso.

O SR. CARLOS EDUARDO – Para nós, trabalhadores, Senador, é importante ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro!

O SR. CARLOS EDUARDO – Porque eles costumam se esconder atrás desses projetos de lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente!

O SR. CARLOS EDUARDO – Eles nunca colocam a cara para dizer que eles defendem esse projeto. Se escondem atrás de uma frente parlamentar e a gente não vê uma manifestação da CNA em relação a temas tão graves como esse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Querem discutir amanhã? Eu chamo uma especial. "Mas eu tenho problema de voo". Quer depois de amanhã? Eu chamo. Querem sexta? Eu chamo. Querem vir sábado? Eu consigo abrir aqui no sábado para ouvi-los.

A SRª DÉBORA TITO FARIAS – Inclusive eu comentei isso no início da audiência. Nós vamos pregar para convertidos? Quem é a nossa plateia de hoje? Eu adoraria que viessem realmente pessoas do lado empresarial, que pudessem nos confrontar, até para a nossa evolução mesmo, para as pautas trabalhistas do Ministério Público do Trabalho. Fica o convite. Reforço o convite também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Houve um outro comentário que chegou aqui. Esse veio da Raiane Leal, do DF. "O PL 6.442/2016 tira a dignidade do trabalhador rural, um completo absurdo, onde a própria lei regulamenta o trabalho escravo." Ela faz uma crítica a essa lei. "Teoricamente terá um acordo entre o trabalhador e o empregador, mas na prática isso não ocorre." É o que foi dito aqui. Ouvimos aqui um de cada lado. O tal acordo não ocorre, porque se você quer, quer; se não quer, está demitido, ou nem é empregado, nem é colocado; já fica do lado de fora.

Então, quero insistir nesta tese da convocação de todo o setor empresarial. Não importa o setor. Sei que há presidentes de confederações e federações de empregadores. Vocês são todos bem-vindos e serão tratados aqui como sempre os tratei.

Já fiz debate aqui em outros temas, e aqui vieram empregadores. Agora, no Estatuto, eles não estão vindo. Parece que há alguma coisa aí, não é? Em outros projetos, eles vieram. Por que não vêm no Estatuto? Porque eles querem convalidar essa reforma malandra, esperta, que, como todo mundo sabe, foi redigida na sede na CNI em um sábado à tarde. Eu tenho até filmagens, se querem saber. E eu já disse isso para eles. Há até a filmagem de onde ela foi redigida, com o aval, inclusive, do então Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra, que era o Presidente e que agora saiu.

Venham, venham conversar!

Fiquei um pouco chateado com os termos que você usou aqui, ouviu, Dr. Emídio Carlos, de São Paulo? Mas venha para cá! Prometo que serei muito gentil, como sempre fui com todos.

Aqui sempre digo: ninguém foi vaiado. Nunca ninguém foi vaiado nesta Comissão, mesmo quando debatemos aqui o trabalho escravo e quando veio gente aqui defender aquela maldita portaria que era uma regulamentação oficial do trabalho escravo. O Supremo teve de intervir, dizendo: "Não, isso aí é demais. Aí também não dá!" Mesmo quem veio defendê-la aqui – é claro que houve também que defendeu o outro lado! – não foi vaiado. Mesmo na reforma trabalhista e em todos os debates que nós fizemos, inclusive no plenário, em sessão temática, nunca deixamos que ninguém fosse vaiado. Todos foram tratados de forma elegante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui fazer palestra na Federação dos Bancos, em São Paulo, e, diga-se de passagem, também não fui vaiado. Isso é verdade. Eles me trataram com muita elegância, com muita gentileza. Eu até saí de lá fazendo um elogio para aquele setor. Tratava-se da aplicação ou não da cota para as pessoas com deficiência. Eles começaram a formar pessoas com deficiência para ocuparem espaço nos bancos, o que achei muito positivo e trouxe para cá com um elogio diversas vezes.

O.k.! Não sei se alguém da Mesa quer fazer algum comentário. Senão, a gente encerra e já colhe a próxima.

O SR. LEANDRO LEMOS – No dia 19 de março, vamos debater o tema "Organização sindical, negociação coletiva e direito de greve".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E nós vamos debater aqui também a questão da manutenção das entidades sindicais. Não tenho problema nenhum em fazer esse debate, porque o lado de lá se organiza muito bem, não é? É só você ver as sedes. Não tenho nada contra também o Sistema S ou o que é a sede da Fiesp ou da própria confederação dos empresários do comércio em Brasília. Não tenho nada contra isso! Agora, parece que é proibido o trabalhador discutir como é que vai manter as suas entidades. Eu já digo: como vai manter? Nós vamos debater isso aqui. Vai haver um capítulo sobre isso também.

Eles têm ojeriza... Plantam na grande mídia que trabalhador não deve se organizar. Mas qual é o problema? Eu nunca vou dizer que empresário não pode se organizar. E tem de se organizar mesmo! Oxalá eles tenham seus sindicatos em todo o País e saibam dialogar, negociar, discutir, ampliar! Agora, o trabalhador não pode fazê-lo? "Ah, é um absurdo o trabalhador ter sua entidade!"

Os sindicatos, a partir dessa reforma, estão vendendo as suas sedes. E não é um nem outro! Dezenas de entidades estão demitindo todos os seus funcionários, porque não têm como mantê-los, e estão vendendo as sedes. Soube ontem – isto até me surpreendeu, mas não vou falar aqui – que uma grande entidade, que tem uma enorme responsabilidade, está vendendo a sua sede aqui, em Brasília.

Esse debate continua.

Muito obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltaremos provavelmente ainda... Temos outras audiências nesta semana, provavelmente na quinta e na sexta, mas claro que tratando de outros temas. Por exemplo, amanhã, é importante lembrar, é segurança.

Eles ficam achando que a gente só debate agora a reforma trabalhista e a da previdência. A da previdência, felizmente, conseguimos enterrar. Foi muita peleia, muito combate, CPI, Frente Parlamentar Mista... Conseguimos enterrar a dita reforma da previdência, que era obra – todo mundo sabe – do grande sistema financeiro, via fundos de pensões privados. Provamos, com a CPI, que não há déficit, e sim que houve e estão ainda acontecendo desvios de trilhões de reais. Agora estão anunciando mais um Refis. Se não me engano, são 62 bi que vão desaparecer de novo. Não executam os grandes devedores. Saiu um outro Refis, que nem chegou aqui, mas estão anunciando. De quem? Dos grandes devedores. Perdão de dívida. Abrem mão de 62 bilhões! Eu até coloquei no meu Twitter e mais de 40 mil pessoas leram. Ainda bem que a gente conseguiu fazer com que eles recuassem. Aí entraram com essa intervenção no Rio porque não sabiam o que dizer.

O Brasil todo percebeu que é uma farsa o déficit da Previdência. Frase mais simples: cobrem dos grandes devedores. Quem sonega? Há um livro do Dr. Cattani – ele me deu o livro, foi me entregar lá em Canoas, no escritório – cujo título é *Ricos, Podres de Ricos.* Eu vou dizer o que ele me disse, que é bom para alguns aqui. Ele me disse: "Paim, imagine a corrupção [está escrito no livro]. Pode multiplicar por cem!" Eu prefiro usar dez, mas ele me disse cem. A sonegação é a maior roubalheira que há neste País, e ele prova isso no livro dele. Quem sonega? O trabalhador e a trabalhadora sonegam? Está descontado em folha! Há como sonegar? Àqueles que pagam imposto de renda, experimentem não pagar para ver. Vão presos, eles executam, cobram... Você não pode nem se mexer mais. Agora, com os grandões não acontece nada, não acontece nada.

A CPI mostrou – e isso serve para alguns grandões – que pronto para ser executado há um trilhão! A maior parte é da Previdência, mas é um trilhão e acho que 200 bi já. Isso não é nem apropriação indébita, porque some... São 30 bi para cá, 30 bi por ano, eu sempre falo disso. Não é a DRU que tirou 1,5 trilhão e não voltou para a seguridade. Todo mundo sabe que não voltou. Eles não explicam e não justificam. Eles questionam a CPI, mas nunca responderam nada, até porque o relatório da CPI – de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que Hélio José foi o Relator e eu fui o Presidente – foi aprovado por unanimidade, aqui neste Senado, pelos próprios Líderes do Governo, que reconheceram que o furo da bala está na gestão, em não querer retirar direito de servidor, de trabalhador, de querer passar de 11% para 14% a contribuição do servidor. O Supremo teve de intervir de novo, senão tinham feito isso.

Mas, no plenário, às 14h, tem mais.

Muito obrigado!

A luta continua, companheiros! Vamos lá! (*Palmas.*)

Encerrada nossa audiência pública de hoje.

Vamos tirar uma foto aqui, moçada.

(*Iniciada às 09 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e sete minutos do dia dezenove de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho com a presença da Senadora Regina Sousa. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp e Telmário Mota. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 27/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Organização Sindical, Negociação Coletiva e Direito de Greve". Participantes: João Hilario Valentim, Procurador Regional do Trabalho; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade - CONTRATUH; Elaine Coelho, Representante do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - CESIT/UNICAMP; Noemia Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Donald Rei, Representante da United Steelworkers - USW - Sindicato dos Trabalhadores na Área Siderúrgica, Papel, Papelão e Borracha nos Estados Unidos; Chico Vigilante, Deputado Distrital; Lucimary Santos, Diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde - CNTS; Sérgio Luiz Leite, 1º Secretário Geral da Força Sindical; Julimar Roberto, Representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Artur Bueno de Camargo, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores - FST; Luigi Nese, Presidente Fundador da Confederação Nacional de Serviços - CNS. Paulo Roberto Ferrari, Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínios. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Luiz Azevedo, Assessor da CUT Nacional; Aida Cristina Becker, Representante do SINAIT; Ana Luiza Horcades, Representante do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SINAIT; Miraldo Vieira da Silva, Secretário Geral da CONTRICOM; Ogib Teixeira de Carvalho Filho, Representante da PÚBLICA, SINDILEGIS, FENAFIRC e FONACATE; Magda Helena, Representante da PÚBLICA, SINDILEGIS e FENAFIRC; Luiz Saraiva, Representante da CONTRACS; José Hugo Klein, Presidente da FERCOSUL e Diretor da SIRECOM; e Fábio Gondim, Consultor de Orçamentos e ex-Secretário de Saúde do DF. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 27 desta Comissão, de nossa autoria e de outros.

O tema, hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, será "Organização sindical, negociação coletiva e direito de greve".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania – *link*: www.senado.leg.br/ecidadania – e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Antes de iniciarmos a reunião, informo a todos que, em função da relevância e qualidade dos debates – como este, de hoje, só como exemplo – realizados nessas audiências públicas da Comissão de Direitos Humanos, as palestras serão organizadas para publicação, ao final de cada semestre, com base nas notas produzidas pelo serviço de taquigrafia do Senado, que desde já ficam solicitadas, conforme encaminhamento aprovado em reunião anterior.

Como hoje há a abertura do Fórum Mundial da Água, o trânsito está todo ele encalhado, parado, aqui em Brasília – travado, não é? Tanto, que eu atrasei esses seis minutos, embora tenha saído bem cedo de casa – eu, que moro lá na divisa com o Goiás, praticamente perto do ABC Paulista. É bem na divisa. Do outro lado da rua... Eu moro em Santa Maria, e o outro lado é Goiás. Mas faz parte da vida.

Eu queria também aproveitar, Moacyr e todos que estão presentes, porque, neste País, somos sempre criticados pelos dois lados. É criticado se está de um lado ou está de outro, e nós temos que ter lado, não é?

Então, eu queria também aproveitar para informar a todos que o ex-Presidente Lula está em caravana no Rio Grande do Sul. Eu não estou lá pelos compromissos assumidos aqui. Inclusive esse, do Estatuto do Trabalho, como também amanhã vamos ter o debate, aqui, e vai-se escolher, inclusive, o relator da medida provisória que quer, em tese, discutir novamente a reforma trabalhista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa medida provisória tem mais de mil emendas. Eu devo ter sido o Parlamentar que mais apresentou emendas, mas todos apresentaram. Não chegou a mil, mas 976 – parece-me – emendas. Nenhuma vez, desde a abertura dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, houve uma proposta que tivesse tantas emendas. Então, de 1988 para cá, quando foi instalado o instituto da medida provisória, nunca tivemos uma única MP com tantas emendas. Para se ver como ninguém mais se entende... Ninguém se entende. Nem nós sabemos, corretamente, o que é que tem que ser aplicado, não é? Claro que eu quero que não se aplique essa reforma cruel que eles fizeram aí.

Então, esse debate está dado, e amanhã vai ser escolhido, está programado para se escolher o relator. Uns querem o Marinho, que foi o mesmo que escreveu – e todo mundo sabe de que forma foi, não é? – essa medida provisória, que o Senado não leu, e aprovou na íntegra. Não leu. Eu que fui o Relator e vi que ninguém sabia o que estava votando. Mas, infelizmente, é assim.

E nós, com um grupo de pessoas, estamos trabalhando a ideia do Bebeto, do Deputado Bebeto, que tem uma visão mais ampla, naturalmente, e é um... Inclusive, saiu hoje nos jornais do Sul que eu o estou apoiando, e realmente estou. Acho que ele pode ajudar numa construção até de temas que nós vamos aqui debater hoje.

Então, eu explico isso. Eu não estarei nos eventos, mas, na quinta-feira, depois de concluir nossas atividades aqui, porque temos temas de debate e articulação e negociação de uma série de questões de interesse do trabalhador... Eu não estarei lá, mas, na sexta-feira, eu estarei no Rio Grande do Sul. Eu participarei, então, do ato de encerramento, que vai ser em São Leopoldo, ali no Vale dos Sinos, onde... Para situar os que não conhecem, o ABC Paulista e o Vale dos Sinos têm uma semelhança. Ali fica o maior polo de trabalhadores do Estado. Aquela região toda, que vai do... Enfim, pega ali o Vale, mas se estende até Caxias e à Grande Porto Alegre. Então, ali que vai ser a atividade de encerramento, e eu estarei lá, nesse encerramento.

Eu farei aqui uma leitura de abertura desse tema tão importante, para situar todos os telespectadores, sem prejuízo de, em seguida... Nossos convidados já estão chegando, não é?

Então, vamos lá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tinham me dito para abrir 9h30, eu disse: Não. Eu vou abrir antes, nossos convidados vão chegando, e eu faço essa introdução.

Senhoras e senhores, o direito ao trabalho, em condições justas e favoráveis, está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil, a Constituição Federal o resguarda como um direito social fundamental e eu defino como base da ordem social e econômica. Muito antes desses diplomas legais, a sabedoria popular já havia decretado que o trabalho tem o condão de enobrecer e dignificar o homem. Há uma música muito bonita, acho que do Fagner, que diz: "homem que não tem trabalho fere a sua honra." Mas não é que ele seja o culpado, é o desemprego. Ele fica ferido na sua honra.

No entanto, apesar de ser encarado pelo senso comum como amálgama da sociedade, o trabalho vem sendo precarizado com intensidade e frequência nunca antes visto no nosso País, principalmente a partir dessa reforma, porque teríamos de remontar à época da escravidão e depois desse momento. A época da escravidão foi a época em que o povo foi sacrificado e depois voltamos agora, infelizmente, a partir dessa reforma...

O incômodo fica ainda maior porque, mais recentemente, esses ataques têm o patrocínio de algumas das nossas principais instituições. Por exemplo, veio do Governo, com apoio aberto, lembro-me, do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Ainda bem que a maioria dos juízes não tinha aquela posição e não tem aquela posição.

Enfim, prova disso são as mudanças promovidas na CLT pela Lei 13.467, equivocadamente conhecida como reforma trabalhista.

Eu digo que aquela ali foi uma reforma do empregador para o empregador. Eu a chamo de CLE e não CLT – Consolidação das Leis do Empregador.

Por meio de um conjunto de medidas pouco discutidas com a sociedade, o atual Governo e a sua maioria no Congresso – bem-vindo, Luizinho – implodiram símbolos e valores que o Brasil havia levado décadas e décadas para construir.

Eu diria que passamos pela Lei Áurea, depois entramos – só para não ficar lendo toda a história – na época da CLT, que agora foi revogada. Praticamente tudo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conquistamos da época que surge a CLT, na época de Getúlio, foi praticamente revogado num canetaço pelo atual Presidente e a sua maioria no Congresso.

Não satisfeitos, tentam envernizar ainda esse pacote nefasto sob o manto progressista que eles chamam de reforma. Ora, segundo o dicionário, reforma é uma mudança que se introduz com vistas a aprimorar algo, a obter melhores resultados, principalmente para quem? Para a humanidade.

No caso das novas leis trabalhistas, as alterações vieram para desfazer, decompor e desconstruir o que era decente e criaram uma lei indecente.

Portanto, qualificar essas mudanças como reformistas é uma tentativa de encobrir os inúmeros equívocos do novo texto com o véu de objetivos, semântica e politicamente, falsos. E como parte da nova legislação passou a viger apenas no último dia 11 de novembro, há ainda uma imensa quantidade de brasileiros que não percebeu o poder lesivo aos seus interesses que o texto em vigor possui.

Vendidos à sociedade como avanços, os novos dispositivos são, na verdade, enormes retrocessos, que fragilizam o trabalhador, inviabilizando a atuação coletiva e, por conseguinte, impondo a cada indivíduo a necessidade de enfrentar sozinho, porque eles querem tirar as próprias entidades sindicais – o que nós vamos debater aqui hoje –, querem tirar a receita, querem tirar a capacidade de estar nas reuniões, não poder mais participar dentro das comissões criadas nas fábricas. Praticamente, estão varrendo o movimento sindical.

Isso é um equívoco que, sinceramente, eu digo que é uma burrice. Eu vou usar um termo, permitam-me que eu use, porque, quando inventaram a história de pelego... O que é um pelego no Rio Grande do Sul? Pelego no Sul não é negativo; é positivo, porque diminui o impacto entre o cavaleiro e o cavalo. E, na verdade, o que faz o movimento sindical, deixando a palavra pelego de lado? Ele medeia os conflitos, ele diminui o impacto entre capital e trabalho. Eu fui sindicalista e sei o quanto os sindicatos foram importantes. E quanto, numa hora, querer desestruturar, desorganizar, desmontar, não querer permitir que tenha a mínima condição financeira?! Quem é que faz política sem dinheiro? A CNI faz? Não faz. A Fiesp faz? Não faz. Tem muito dinheiro. O Sistema S faz? Não faz. Por que o movimento sindical não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode ter estrutura para fazer a boa política na relação inclusive de mediação entre capital e trabalho?

Enfim, exemplos gritantes de alguns equívocos residem nos tópicos que discutiremos hoje aqui, ao longo desta audiência pública, como organização sindical e negociação coletiva. Há um projeto aqui de um dos líderes do PSDB, da área pública, que preside a CCJ, Senador Anastasia. Foi ele quem articulou um grande projeto de negociação coletiva, com apoio das entidades, para os servidores públicos. O que o Temer faz? Veta. Um projeto de negociação, era só de negociação, veta. Negociação coletiva e direito de greve. Nós vamos trabalhar para derrubar o veto.

Trazer tal pauta à colocação nesta Comissão prova, mais uma vez, que estamos aqui para servir tanto ao propósito de aprofundar o debate sobre essa lei, com vistas à criação de um Estatuto do Trabalho digno, justo, equitativo, quanto à necessidade de despertar a consciência crítica da sociedade em relação a tantos direitos que lhe estão sendo subtraídos.

Nesse tocante, o aspecto que merece atenção especial diz respeito à organização sindical. Com o fortalecimento de acordos individuais em detrimento da lei e das convenções coletivas e com a vedação de que os sindicatos prestem assistência nas demissões, no pagamento de verbas rescisórias, o legislador, no caso, que aprovou essa reforma trabalhista se apequenou e apequenou o papel também das entidades sindicais. Se quer se apequenar que se apequene, mas também não queira diminuir a força, importantíssima para a própria democracia, das entidades sindicais.

A meu sentir, o propósito era de fazer com que os sindicatos parecessem despiciendos, ou seja, fracos, sem competência, despreparados. Como os donos do poder sabem que os trabalhadores se fortalecem quando atuam coletivamente, optaram por desarticular as estruturas que congregam as categorias profissionais da área pública e da área privada. No que depender de mim, das áreas civil e militar. Eu recebi aqui, no debate da segurança, inúmeras entidades da Polícia Militar e da Polícia Civil, que fizeram aqui belos depoimentos.

Nesse contexto, não foi difícil fazer com que as contribuições sindicais passassem a ser facultativas, sendo recolhidas apenas mediante expressa autorização individual para a sua cobrança, como se, quando você faz um acordo, um dissídio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

coletivo, um grande entendimento entre empregado e empregador, toda a categoria não fosse beneficiada. Toda a categoria é beneficiada. Assim, completa-se a engenharia de um círculo vicioso no qual se enfraquece o papel das entidades, com o fito de fazer com que as associações sejam pouco atraentes. Com menos membros, o baixo nível de financiamento, os organismos sindicais tendem a definhar. Ao perder tônus, ficam sem força para defender os interesses dos seus filiados, tornando-se ainda menos chamativos.

É um ato poderíamos dizer maquiavélico, por parte do mercado, do poder, que quer tirar toda a força dos trabalhadores. "Ah, mas é o sindicato!" Sim, tirou a força do sindicato e tiram de todos os trabalhadores! E repito da área pública, da área privada, da área urbana, da área rural, das associações de servidores e entidades, inclusive que estarão aqui amanhã de novo comigo, da área que age na segurança pública.

Amanhã teremos aqui para debater segurança pública as entidades de cabos e soldados, porque eles reclamaram até, num bom sentido, que não adianta chamar só a cúpula. Chama aqueles que estão na linha de frente, Paim! E eu achei boa a recomendação que fizeram aqui para mim, pelo 0800 aqui do Senado, e ao vivo na hora eu respondi que eles estavam convocados. Estarão aqui amanhã para discutir também a organização deles e a violência no Brasil.

Vejam isso aqui para complementar. Como se fosse uma contrapartida, a lei propõe a criação de representações alternativas de trabalhadores com poderes para conciliar e até quitar passivos trabalhistas, tudo sem os sindicatos.

Então é bom que nós estejamos ao vivo aqui, para que as pessoas saibam dos comentários que nós estamos fazendo aqui para abertura da sessão.

Ocorre que como a filiação a tais entidades não implica vinculação, fica esse engodo por parte deles. Enfim, a introdução, já estou vendo que diversos convidados já chegaram, a introdução que eu faço vai nessa linha. Outro ponto que demanda reflexão por parte de toda a sociedade organizada é o direito de greve.

Apesar de consagrado no art. 9º da Constituição, aí eu fui, me considerei eu e o João Paulo, de Monlevade, viajamos, inclusive para conversar com o relator na época da Constituinte, num teco-teco lá em Minas Gerais, e voltamos, confesso que tremendo, não pela redação, mas pelo teco-teco que vinha quase caindo, chegamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui e aprovamos por unanimidade, com o apoio de todas as entidades, o Moacyr deve lembrar, a centrais, todas as centrais apoiaram e nós aprovamos aquela redação que está na Constituição. E de lá para cá muitas vezes eles não estão cumprindo.

Enfim, aqui eu vou acelerar, porque o texto que eu deixo para os *Anais* da Casa, que vai para o livro também, ele fala sobre a negociação coletiva, a organização sindical e o direito de greve. Então eu quero que considerem na íntegra, os argumentos que eu uso aqui. Muitos de vocês eu sei que vão discorrer ao longo aqui da nossa conversa, e por isso eu peço que considerem na íntegra para efeito de publicação este nosso pronunciamento.

E vamos de imediato agora começar o nosso debate, chamando os componentes da primeira Mesa.

Bom dia, doutora!

Convido o Sr. João Hilário Valentim, Procurador Regional do Trabalho. (*Palmas.*)

Convidamos a Drª Noemia Garcia Porto, que é Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados (Anamatra). (*Palmas*.)

Moacyr Roberto Tesch... Eu nunca digo a outra parte, mas está tudo isso aqui na Mesa.

Ô, Chico! Seja bem-vindo, Chico Vigilante.

Palmas para o Chico e palmas para o Moacyr. (*Palmas*.)

O Chico, sempre presente; convocou, se faz presente.

Chamamos Elaine Coelho, representante do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp). (*Palmas.*)

Chamamos Donald Rei, representante da United Steelworkers (USW), Sindicato dos Trabalhadores na Área Siderúrgica, Papel, Papelão e Borracha nos Estados Unidos. Seja bem-vindo. (*Palmas*.)

Por fim, devido também a seus compromissos, nesta primeira Mesa – e ele chegou no horário, porque a intenção era abrir 9h30, mas eu fiz uma introdução já, e vamos abrindo no horário previsto –, chamamos o Deputado Distrital Chico Vigilante, que é sindicalista, ligado à CUT e à Confederação Nacional dos Vigilantes. É Deputado Distrital e foi Deputado Federal comigo durante um longo período, inclusive naquela greve de fome, em que você me acompanhou, por causa do salário mínimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos de imediato, então. A introdução está feita.

Vocês têm que segurar um pouco o Presidente, senão ele fala mais do que os convidados, e não dá. Por isso que eu iniciei mais cedo já.

Passo a palavra para o Dr. João Hilário Valentim, Procurador Regional do Trabalho.

Quero só dizer que depois teremos mais duas Mesas.

Dez minutos para cada um; se necessário, mais cinco.

O SR. JOÃO HILÁRIO VALENTIM – Bom dia a todos.

Eu quero agradecer o convite do Senador, em nome do Ministério Público e da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, para estar, nesta oportunidade, discutindo tema tão relevante e, cumprimentando o senhor, saudar todos os presentes.

A nossa proposta aqui, a nossa ideia é trazer alguns pontos, sabendo o momento delicado que vivemos com relação à lei da reforma trabalhista, todo embate que se procura fazer e toda a discussão teórica que temos vivenciado posteriormente a essa lei. Mas, pensando na ideia do estatuto do trabalhador e na perspectiva de a gente construir, talvez, um modelo de organização sindical que possa ser talvez um pouco melhor do que nós temos hoje, a gente traz uma contribuição de algumas ideias para submeter ao crivo e à discussão dos senhores. Então, nós temos três ganchos, que são: organização sindical, negociação coletiva e direito de greve.

Primeiro ponto, com relação à organização sindical: eu acho que é importante assegurar a todos os sindicatos a liberdade de associação, a liberdade de organização e, principalmente, a liberdade de ação sindical. Nesse sentido, a gente entende que é muito importante a ratificação da Convenção 87, da OIT, e que a gente possa passar a vivenciar no Brasil um momento de pluralidade das relações sindicais e da organização sindical brasileira. Isso não quer dizer que, num regime de pluralidade, não possam os trabalhadores, por exemplo, optar por um regime de unidade sindical. O que a gente deve avançar é no sentido de não ter essa unicidade definida pelo Estado.

E, olhando para a organização sindical, a gente sugere alguns princípios que possam informar a organização. O princípio da democracia, da cidadania, da solidariedade social, da participação política e social dos trabalhadores. O princípio da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representatividade. E, aqui, trabalhando com a ideia da representatividade, que a gente possa pensar em critérios com que a gente possa definir quais são os sindicatos que melhor ou que efetivamente estão mais aptos a defender os interesses dos trabalhadores. E que a gente possa avançar de um modelo que trabalha basicamente com a ideia de representação sindical, o que acaba produzindo algumas situações delicadas, como muitas vezes a existência de sindicatos que estão funcionando simplesmente porque respeitaram os critérios definidos na lei, que foram cumpridos, muitas vezes funcionando por força de decisão judicial, mas que, na verdade, não têm elementos que possam aferir a sua representatividade, como, por exemplo, número de associados, número de convenções coletivas que tenham sido celebradas por esse sindicato. Que a gente pudesse balizar isso com outros sindicatos que talvez tivessem melhor constituídos e aparelhados para fazer a defesa dos trabalhadores. Há também os princípios do direito do trabalho digno, da valorização da negociação coletiva e também da promoção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Outra ideia que a gente traz é que talvez a gente pudesse avançar um pouco em tentar desconstruir essas ideias de categoria econômica e profissional e que talvez a gente pudesse construir um modelo que estivesse mais arranjado na semelhança, na similitude da organização dos trabalhadores, naquilo que os congrega num determinado ambiente de trabalho. E, avançando nesse sentido, a gente entende que talvez a gente pudesse caminhar para um modelo de um sindicato que pudesse, num determinado espaço, representar não só os trabalhadores de uma determinada empresa, mas também de todas aquelas empresas que pudessem estar prestando trabalho ou serviço para aquela empresa que hoje a gente chama de empresa tomadora. Com isso, a gente poderia criar um ambiente de fortalecimento, de maior participação dos trabalhadores numa única entidade ou numa entidade que estivesse, então, melhor constituída, com número maior de trabalhadores e que pudesse olhar para todo o ambiente de trabalho e cuidar das várias questões relacionadas ao mundo do trabalho naquele grupo profissional.

Outra coisa importante é a questão da não transferência não só do Estado, como também das empresas e dos organismos empresariais na organização e na ação dos trabalhadores. Eu acho que a gente tem que construir regras muito precisas, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente possa ter esse princípio ou essa ideia muito bem definida e muito bem assegurada.

Na nossa ideia de vislumbrar um novo desenho de organização sindical, a gente trabalha com a ideia de efetivamente inserir as centrais sindicais dentro de um modelo de organização. Nós temos hoje as centrais sindicais já reconhecidas, mas é importante, se caminharmos para uma proposta legislativa, que ela possa efetivamente fazer consignar, dentro da estrutura da organização sindical brasileira, as centrais sindicais.

Olhando para a ação dos sindicatos e pensando na questão do custeio sindical, é importante a gente ter claro que os sindicatos têm também função econômica e que eles têm, sim, o poder de definir as formas de seu custeio. E, desse custeio, devem participar não só os trabalhadores associados como os trabalhadores não associados à entidade sindical.

E o que a gente coloca neste momento? Talvez a gente possa avançar num desenho futuro. Para aqueles trabalhadores que são não associados aos sindicatos, neste momento de transição, para aquelas contribuições definidas para a entidade, por exemplo a que a gente chama comumente de contribuição assistencial, talvez a gente pudesse pensar na ideia da manifestação *a posteriori* dos trabalhadores não aquiescendo com esse desconto. Então, trabalhar com a ideia de assegurar o efetivo direito de exercício dos direitos de oposição.

Mas como pensar nisso? Esse direito de oposição deveria ser exercido individualmente pelo trabalhador perante a entidade sindical. E essa, sim, poderia comunicar ao empregador que aquele trabalhador exerceu o direito de oposição.

Formatando esse desenho dessa forma, eu acho que a gente pode sair de uma situação que é muito comum e corriqueira, que é um tipo de prática, de ato antissindical pelas empresas, que é fazer, incentivar o trabalhador a exercer esse direito. Quando penso no direito de oposição e quando penso também em que ele possa ser exercido ou deva ser exercido perante a entidade sindical, eu não deixo de atentar para o fato de que a direção sindical tem, naquele momento, talvez o direito de exercer a tentativa de convencimento do trabalhador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São dois momentos que eu acho que são meio solenes. Primeiro, muitas vezes muitos trabalhadores vão pela primeira vez a um sindicato para entregar a carta de oposição ou para fazer a sua rescisão de contrato de trabalho. Então, é um momento muito importante esse que o dirigente sindical possa apresentar o sindicato a esse trabalhador, apresentar as propostas, as ações desse sindicato de modo a demovê-lo da ideia da contribuição e da importância da contribuição para o custeio das atividades sindicais.

Vivemos num país capitalista onde sem dinheiro nada se faz. E é importante, sim, que as entidades sindicais tenham as suas fontes de custeio para que elas possam melhor implementar as lutas de defesa dos trabalhadores que precisam ser efetivadas. (*Palmas*.)

Então, a gente entende que o sindicato pode estabelecer contribuições para associados e para não associados. E, no caso dos não associados, assegurar esse direito de oposição...

(*Soa a campainha*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem mais cinco.

O SR. JOÃO HILÁRIO VALENTIM – O que é isso? O tempo é muito curto. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São só dez minutos. Mas você tem mais cinco minutos.

O SR. JOÃO HILÁRIO VALENTIM – Bom. Então, vamos lá.

Falando ainda a respeito da questão dos dirigentes sindicais, é importante assegurar a estabilidade, é importante assegurar que esses trabalhadores tenham o direito de escolher com qual número de trabalhadores queiram que a organização sindical tenha como direção.

Talvez seja interessante pensar na possibilidade de a gente definir um parâmetro mínimo, de um teto para o tempo dos mandatos, que varia muito. Eu já vi sindicatos que tinham mandato com tempo superior a um Senador da República. Eu vi um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estatuto de um sindicato uma vez que definia que o dirigente sindical tinha dez anos de mandato.

Então, é importante que a gente tenha maturidade para pensar que um determinado número de anos seja interessante. Aí fica a sugestão talvez de quatro anos.

Com relação à negociação coletiva, entendemos que ela deveria ser obrigatória. E é preciso assegurar, dentro da ideia da recomposição dos salários, que a lei possa promover de forma automática a correção dos salários pelo índice oficial de inflação que ficar definido. É muito complicado você, num processo negocial, partir do patamar zero, em que você não tem assegurada nem a recomposição mínima do poder aquisitivo do salário do trabalhador.

Então, eu acho que a lei deveria assegurar essa reposição automática, abrindo para negociação aquilo que vier de melhor para o trabalhador.

Nesse sentido, a gente é contra o que temos hoje, que é a possibilidade de o instrumento normativo fixar condições *in pejus* ao trabalhador. A gente entende que deve prevalecer sempre a norma mais favorável.

No processo de negociação, além da negociação direta, que é o ideal, as entidades sindicais poderiam também se valer de um terceiro. Aí poderia ser um conciliador, um mediador, um árbitro. Nesse momento, a gente considera que talvez seja interessante também ainda a presença do Estado, com a possibilidade de solução desse conflito via o ajuizamento do dissídio coletivo.

Talvez a gente pudesse avançar mais à frente para um outro modelo que prescindisse do Estado, mas, neste momento, talvez a presença do Estado seja importante e interessante.

Com relação aos instrumentos normativos, é importante que as pautas sejam aprovadas em assembleias, que essas assembleias, ao disporem sobre as pautas de reivindicação, possam também dispor sobre a questão do custeio da entidade sindical. E talvez fosse o momento também para discutir a questão também do eventual direito de oposição.

Quanto a esses instrumentos normativos – olhando também para a questão da organização sindical –, talvez a gente pudesse pensar em que as entidades sindicais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pudessem construir uma entidade que fosse supraentidades sindicais, que tivesse o âmbito nacional e que pudesse cuidar da autorregulação seja das relações, seja da constituição, seja do funcionamento, seja de receber esses instrumentos normativos para depósito a fim de manter um banco de dados a que tivesse acesso público.

Então, a ideia aqui, olhando para a negociação coletiva, olhando para a organização sindical, é talvez vislumbrar um desenho em que a gente possa trabalhar com a ideia da autorregulação das entidades sindicais.

Eu acho que é uma proposta arrojada, mas eu acho que é uma proposta que a gente não pode perder de horizonte. Não é?

Eu acho que a gente construiria um ambiente de maior maturidade no convívio entre as várias organizações sindicais.

Quanto ao direito de greve, as ideias clássicas...

Meu tempo está se esgotando para poder falar.

Talvez fosse a ideia de que a gente pudesse fazer um enxugamento naquele leque que nós temos de atividades ditas como essenciais. Eu acho que é fundamental. Nós temos um rol extremamente excessivo. Está colocada lá uma série de atividades que não são essenciais.

Então, eu acho que isso é importante.

Apresentamos como sugestão, por exemplo, para serem consideradas atividades essenciais: o tratamento e o abastecimento de água; a produção e a distribuição de energia elétrica; a assistência médica e hospitalar; a distribuição e a comercialização de medicamentos; os serviços funerários; a captação e o tratamento de esgoto e lixo; a guarda e o uso de substâncias radioativas; e talvez o controle do tráfego aéreo.

Todas as outras atividades, todas aquelas que estão no rol que atualmente temos deveriam ser tiradas desse rol.

Eu acho que o meu tempo está se esgotando.

Essa é uma apertada síntese daquilo que a gente quer sugerir.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Dr. João Hilário Valentim, Procurador Regional do Trabalho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que deixou aqui importantes contribuições. Espero que fiquem por escrito. Mande, depois, para nós.

Muito boas as contribuições, inclusive esta que, no meu entendimento, tem de estar assegurada, que é a correção pelo menos pela inflação. Acho que é consenso entre nós e vai contra o que está na dita reforma do empregador, que diz que o que vale é a negociação e que a lei não interessa. Mas a lei interessa para eles e não para o trabalhador. Pelo menos é algo que tem de estar consagrado no nosso relatório: uma política salarial decente, porque a que está aí é indecente. E deve-se assegurar pelo menos a correção pela inflação.

Eu queria só lembrar rapidamente que hoje haverá a abertura do Fórum Mundial da Água. E muitos Senadores estão lá. E, claro, nós estamos aqui. Mas estamos ao vivo para todo o Brasil. Em certos momentos, talvez entre também a abertura do Fórum Mundial da Água. Mas esta audiência está ao vivo para todo o Brasil. Fui convidado para estar lá, mas não pude porque precisava estar aqui. Não dá para estar em dois lugares ao mesmo tempo.

Então, agradeço principalmente, Senador Jorge Viana, que foi o grande articulador desse Fórum por parte do Senado da República.

De imediato, Drª Noemia Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Anamatra.

Como disse, dez minutos, com mais cinco.

A SRª NOEMIA GARCIA PORTO – Bom dia a todas e a todos.

Especialmente ao Senador Paim, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a oportunidade conferida à Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), de participar desta audiência pública e deste debate de temas tão importantes do direito coletivo do trabalho, entre eles a organização sindical, a negociação coletiva e o direito de greve.

Aliás, como eu antecipei aqui ao lado para o Dr. João Hilário, a Anamatra concorda com as falas do Dr. João Hilário, muito pertinentes, sobre a organização sindical, sobre a negociação coletiva, o que permite utilizar o tempo destinado à Anamatra talvez para nos concentrar mais especificamente na temática da greve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque os temas que foram propostos para esta audiência, não tenho dúvida, são muito importantes se considerarmos, por exemplo, que, desde 1998, a Organização Internacional do Trabalho tem se articulado em torno de quatro princípios considerados fundamentais para a agenda de um trabalho decente mundial. Destes quatro princípios fundamentais, destacam-se justamente a liberdade sindical, a autonomia para fins de negociação coletiva, o combate ao trabalho forçado, o combate ao trabalho infantil e a igualdade no trabalho.

Considerando o primeiro desses aspectos, qual seja, o da liberdade sindical e a autonomia negocial coletiva, se sobressai a organização sindical, a liberdade sindical, a democracia interna dos sindicatos, que remonta ao que o Dr. João Hilário disse sobre a necessidade de renovação republicana dentro das lideranças sindicais, da negociação coletiva com autonomia, sem redução de direitos. E não há dúvida de que se sobressai, e é importante se referir, o direito de greve como um direito fundamental da classe trabalhadora.

A greve, como nós sabemos, coloca a discussão. A greve propicia reivindicar melhores condições de vida e de trabalho. A greve canaliza denúncias de aviltamento dos direitos dos trabalhadores. Ela viabiliza expressar o pensamento coletivo dos trabalhadores. Ela recoloca negociação quando essa negociação está, por exemplo, interditada pelos empregadores ou interditada pelos negociadores.

Bem, a despeito dessa importância, vale dizer da greve como direito, como expressão legítima de resistência, é verdade que a greve ainda causa muitas incompreensões públicas. Talvez isso ocorra porque a sociedade brasileira não se desenvolveu observando, como tradição, a tradição da reivindicação nas ruas, diferente, por exemplo, com o que aconteceu com a sociedade francesa. Há quase, eu diria, um medo generalizado, um medo inconsciente dos protestos. E falo de medo generalizado porque se nota que sequer os trabalhadores, por vezes, se solidarizam com os outros trabalhadores em greve. É como se a greve do outro, o incômodo que a greve do outro causa, não nos dissesse respeito. Daí, por vezes, quem precisa da greve não compreende a greve quando é utilizada por uma outra categoria. Em suma, a greve no Brasil ainda não alcançou o patamar de respeito que os direitos fundamentais merecem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, a gente poderia até questionar como a Constituição, que é de 5 de outubro de 1988, trouxe diversos dispositivos que necessitavam de regulamentação e rapidamente, em 1989, a gente já tinha uma lei de greve. Juridicamente é importante destacar que a greve ocupa, de forma central, os dispositivos da Constituição: art. 9º, já na parte dos direitos fundamentais; e, claro, o art. 37, inciso VII, pertinente aos servidores públicos. De forma textual, a Constituição assegura o direito de greve, competindo aos trabalhadores a decisão sobre a oportunidade de exercer esse direito e sobre quais interesses os trabalhadores pretendem, por meio da greve, defender.

À lei caberá apenas definir os serviços ou atividades essenciais e o modo de atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Os abusos, que só podem ser aferidos concretamente, devem sujeitar os responsáveis às penas da lei. No caso do serviço público, o exercício do direito está definido nos termos ou nos limites presentes em lei específica que jamais foi editada pelo Congresso Nacional.

Nesse sentido, concordando com a fala anterior, é necessário rever, revisitar a lei de greve de 1989, que traz um elenco excessivo daquilo que se considera como atividade essencial. É importante repetir que, em termos constitucionais, compete aos trabalhadores a decisão sobre a oportunidade de exercer o direito e sobre quais interesses pretendem, por meio da greve, defender.

Essa repetição é necessária porque se escuta daqui ou dacolá a referência à greve política, como se a greve política estivesse condenada, como se ela não fosse possível. Não faz nenhum sentido, todavia, essa condenação na perspectiva constitucional. Os trabalhadores podem deflagrar greve de solidariedade... (*Palmas.*)

... podem deflagrar greve de protesto, podem deflagrar greve política, podem deflagrar greve reivindicatória. A greve, em termos constitucionais, não se justifica apenas para reivindicar aumento salarial.

No ambiente da normatividade infraconstitucional, da lei infraconstitucional, temos a Lei 7.783, de 1989, na nossa opinião excessivamente restritiva, com pretensão de regular a Constituição do Brasil, que prevê que se considera legítimo o exercício do direito de greve, a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial da prestação pessoal de serviços ao empregador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mesma lei serve para balizar hoje em dia o serviço público, o movimento de greve dos servidores públicos, isso em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal em sede de mandado de injunção coletivo. De fato, o Congresso Nacional, 30 anos depois do advento da Constituição Federal de 1988, jamais editou a lei regulamentadora específica de greve do serviço público, daí por que veio a regulação, que consideramos inadequada, para tratar da lei de greve do serviço público com a lei da iniciativa privada.

Uma das grandes inovações da Constituição Federal de 1988 foi justamente permitir a greve em serviço essencial, ainda que com regulação, e a greve no serviço público, mas o Congresso Nacional aumentou excessivamente a regulação nos serviços essenciais com a lei de 1989 e silenciou sobre a regulação da greve no serviço público.

O direito de greve possui *status* constitucional e se encontra inserido no contexto dos direitos fundamentais, está dentro de uma segurança jurídica constitucional que não permite sequer emenda constitucional para restrição do direito de greve. Impressiona, no entanto, como essa minha fala ou essas constatações constitucionais, para as quais não se exige mais do que uma breve leitura do texto de 1988, dizem ao mesmo tempo muito, mas também muito pouco sobre o direito de greve.

No Brasil, durante poucos anos, nos idos de 1890, a greve equivalia a ilícito criminal. Depois disso, a prática poderia ser considerada livre, no sentido de uma prática indiferente, já que, apenas à vista de situações muito concretas, poderiam ser aferidos e combatidos atos de violência, constrangimento ou ameaça. Entre 1930 e 1945, no século passado, sobreveio o modelo sindical brasileiro de caráter corporativo, que consideramos autoritário. Por isso mesmo, a Constituição de 1934, embora tenha falado muito de direitos sociais, silenciou sobre o direito de greve. A Constituição definiu a greve no âmbito da ilegalidade.

Um decreto, em 1946, admitiu a greve nas atividades acessórias já sob o ângulo daquilo que viria a ser a Constituição democrática de 1946. A lei de greve do regime militar restringia severamente o instituto, não só proibia movimentos que não tivessem fins restritivamente trabalhistas, como vedava a estratégia ocupacional do estabelecimento nas greves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRª NOEMIA GARCIA PORTO – A Constituição de 1967 trouxe, em seu texto, previsão no sentido de que a greve era direito dos trabalhadores, exceção feita ao serviço público e às atividades essenciais. Porém, os atos infraconstitucionais compunham um pacote que a gente chama de pacote antigreve, na medida em que inviabilizavam, na prática, durante todo o regime militar, esse movimento paredista. A Constituição de 1988, ao final dessa breve retrospectiva histórica, surge claramente como o momento mais elevado de reconhecimento do direito paredista na ordem jurídica do País.

De forma panorâmica, então, notamos que, na memória da sociedade brasileira, já tivemos greve delito, greve liberdade, greve tolerância e greve direito. Mas o advento de um texto constitucional não encerra as demandas em torno dos direitos, permanece bastante atual o debate sobre os elementos de identificação da greve como direito e não como ilícito, não como crime, não como mera tolerância.

Isso fica claro quando se observam as notícias recentes sobre protesto dos professores contra reformas municipais na previdência no Município de São Paulo, na semana passada. A polícia contra os professores, o Estado contra os seus cidadãos, o protesto visto como algo ilegal, a impossibilidade de insurgência, nada disso parece estar adequado quando o paradigma de atuação dos Poderes Públicos deveria ser a Constituição de 1988.

A repressão à greve permanece, e é engraçado que, na democracia, não porque uma lei ou um pacote antigreve tenham sido aprovados e estejam em vigor, mas porque, na prática, os Poderes constituídos não cumprem, nesse aspecto, a Constituição. O uso da força, a falta de solidariedade com os movimentos grevistas, a repressão às manifestações lembram regimes autoritários anteriores que já deveriam ter sido considerados superados pelo advento da era democrática.

O que aconteceu com os professores, em São Paulo, na semana passada, não é inédito. Infelizmente, se trata de mais um entre tantos eventos que demonstram a incompreensão da greve como direito fundamental da classe trabalhadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para dar outro exemplo, em 28 de abril de 2017, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio de Janeiro, divulgou nota contra a violência da PM nos protestos de rua que fizeram parte do dia de greve geral convocada contra a reforma trabalhista e contra a reforma da previdência. Segundo a nota da OAB, naquela ocasião, nada justifica a investida com bombas e cassetetes contra uma multidão que protestava de modo pacífico. Se houve excessos por parte de alguns ativistas, a polícia deveria tratar de contê-los na forma da lei.

E assim eu poderia ficar a manhã inteira remontando vários exemplos de repressões contra a greve, mas fiquemos nesses dois exemplos ilustrativos. E falo da greve num ambiente de reforma trabalhista e de refração à autonomia negocial coletiva para demonstrar a importância desse instrumento para os trabalhadores como colocação de melhores condições de vida do trabalho.

A greve, como instrumento que se pretende eficiente para a colocação da demanda coletiva, deve incomodar. Greve sem incômodo, greve sem prejuízo, greve silenciosa, greve sem visibilidade, greve sem palavras de ordem simplesmente não é greve. (*Palmas.*)

Quando se observam tantas restrições ao exercício ao direito de greve, isso desafia a refletir sobre qual memória do direito é ativada nessas ocasiões, se da greve como direito ou da greve como delito. A princípio, a noção de greve como delito não é compatível com o que a sociedade brasileira, na Constituição Federal de 1988, colocou-se como horizonte para o futuro.

No caso do serviço público, a propósito, nota-se que uma grande oportunidade está sendo perdida. A oportunidade de se verem diminuídos os movimentos paredistas seria justamente com a implementação de uma legislação eficiente, voltada à negociação coletiva, com regras claras, pré-definidas, de conhecimento de todos os envolvidos. Essa oportunidade, no entanto, foi bloqueada.

Em 18 de dezembro de 2017, o Presidente da República, Michel Temer, vetou integralmente o Projeto de Lei 3.831, de 2015, aprovado pelo Congresso Nacional, após ter sido debatido...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª NOEMIA GARCIA PORTO – ... em diversas instâncias parlamentares, que estabelecia normas para a negociação coletiva no serviço público da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

É importante que se diga que a proposta legislativa não alterava e não altera, em nenhum âmbito, o regime jurídico dos servidores, ao contrário do que se fez constar na mensagem de veto presidencial. A mesma lei serve de baliza para as negociações nos demais entes federados e não violou, em nenhum âmbito, a autonomia local, ao contrário também do que se fez constar no veto presidencial.

Em suma, é necessário que se denuncie o ilegítimo uso das forças do Estado contra os cidadãos quando fazem uso do direito de greve. A greve, a se afirmar várias vezes, é um direito fundamental, tradução do direito de resistência e que a Constituição vedou exclusivamente para o caso dos militares.

(*Soa a campainha.*)

A SRª NOEMIA GARCIA PORTO – Para um estatuto que seja realmente um estatuto próprio ao mundo do trabalho democrático, devem ficar fortalecidos os mecanismos da negociação coletiva e do exercício do direito de greve.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Drª Noemia Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), deixa também uma bela contribuição, em que ela centrou mais para assegurar o direito de greve, em princípio, para todos. Claro que teremos aqueles setores essenciais, de emergência, que nós saberemos construir ao longo da caminhada.

Eu falo, com a maior tranquilidade, que eu já estive apoiando greve da polícia militar, da polícia civil. Estive com eles quando ocuparam a Câmara dos Deputados, fui à tribuna, tinha que ocupar mesmo para tentar ajudar. E ajudaram a barrar a reforma da previdência. Então, acho que é algo muito bem colocado por todos aqui, que a gente vai avançando no direito legítimo da pressão para melhorar a qualidade de vida de todos, da área pública, civil, militar, urbana, rural, enfim, de todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores, daqueles que estão no embate em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Claro que vamos ter que ajustar alguns parâmetros.

Meus cumprimentos. Claro que você já veio diversas vezes aqui, para satisfação nossa, dar a sua contribuição e faço questão de recebê-la por escrito.

Por favor, Moacyr Roberto Tesch Auersvald. Como é que se pronuncia?

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Auersvald.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então, Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh).

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Sr. Presidente, Paulo Paim, por meio de quem gostaria de cumprimentar...

O SR. CHICO VIGILANTE (*Fora do microfone.*) – Só uma questão: a Drª Noemia precisa sair, mas eu gostaria que ela me ouvisse. Eu poderia falar?

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Pode. Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – A senhora vai ter que sair agora?

A SRª NOEMIA GARCIA PORTO (*Fora do microfone.*) – Tenho uma reunião que já começou sem mim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Há problema?

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD (*Fora do microfone.*) – Não, não!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está bem. Você concorda?

Se há entendimento da Mesa, não sou eu que vou criar obstáculo.

Então, passo a palavra, neste momento, ao Deputado Distrital Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE – Bom dia a todas e a todos! Quero, na pessoa do Senador Paulo Paim, cumprimentar toda a Mesa aqui composta.

Senador Paulo Paim, eu fiz questão de pedir que a Drª Noemia Porto ficasse, porque eu quero abordar exatamente a questão da greve.

Quero dizer o quanto piorou a situação de se fazer greve neste País de 1979 para cá. Eu e V. Exª somos os fundadores da Central Única dos Trabalhadores. E eu e V. Exª

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

começamos a fazer greve ainda no tempo da ditadura militar. E não havia a repressão que há hoje – e eu não estou falando de intervenção do Poder Executivo até porque não intervém mais. Eu não estou falando de ação policial porque com a polícia nós resolvemos. Eu estou falando é da intervenção do Poder Judiciário, que é a pior intervenção de todas.

Qualquer categoria de trabalhador, hoje, que tem a sua data-base, tenta negociação com os patrões, os patrões não querem negociar, vai ao Ministério Público do Trabalho, que não tem o poder de convocar – o que é uma lástima, os caras só vão se quiserem. Ou seja, o Ministério Público convoca, e não acontece nada. Antigamente, negociações se davam no âmbito das delegacias regionais do trabalho. A delegacia nem existe mais; hoje, são superintendências que não servem para nada! Se for para continuar do jeito que está a superintendência, é melhor fechar, porque não há sentido, não há por que existir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para esclarecer que a Superintendência é vinculada ao Ministério do Trabalho; não é nada com o Judiciário.

O SR. CHICO VIGILANTE – Exatamente, mas aí eu vou chegar ao Judiciário.

Aí, depois de fazer toda essa peregrinação, você decreta uma greve, porque está na Constituição o direito de greve.

Qual é a primeira medida que os patrões fazem? Entram com uma ação na Justiça do Trabalho. E qual é a medida que a Justiça do Trabalho toma de imediato? Aplica uma multa geralmente de R$100 mil por dia no sindicato. Estou falando do nosso sindicato, o Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal.

A gente fez uma greve, agora, em 2017: dois dias, R$200 mil de multa. Suspende-se a greve porque foi instaurado o dissídio, que é outra lástima. Agora, só se instaura dissídio se as duas partes estiverem de acordo; se os patrões não quiserem, não vai haver dissídio nunca, e a Justiça não pode fazer nada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Infelizmente a lei é aprovada pelo Congresso.

O SR. CHICO VIGILANTE – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Infelizmente.

O SR. CHICO VIGILANTE – Aí, quando você decreta a greve, qual é a primeira medida que o tribunal, que os juízes do trabalho, doutora, fazem? E é bom que a senhora leve isto à Anamatra: interdito proibitório, multa em cima dos sindicatos. Portanto, a intervenção agora se dá pelo Judiciário, e é a pior intervenção que existe, porque aquela intervenção de a polícia ir lá, afastar o dirigente sindical e processar todo mundo via, e aí havia a solidariedade. A da multa é pior. A da multa é muito pior!

Aí, nós suspendemos a greve, em 2017, ficamos, de 2017, o ano inteiro, e sabe quando foi o julgado o dissídio, doutora? Em 18 de dezembro de 2017 – a data-base é 1º de janeiro de 2017. Um ano! E sabe o que o tribunal diz? Que nós não tínhamos direito a retroativo. Que diabos?! Se você ficou de ter encaminhado a pauta, em outubro de 2016, ficou todo o ano de 2017 negociando e, quando chega na hora, diz que não tem direito a retroativo... Os patrões gostaram e, quando chegou agora em 2018, foi encaminhada a pauta de reivindicação, eles não quiseram negociar. Simplesmente não quiseram, porque eles querem colocar... E eu estou dando o exemplo dos vigilantes, mas isso acontece com qualquer trabalhador hoje. Não quiseram negociar. Por quê? Porque eles querem introduzir, dentro da negociação, toda a reforma trabalhista.

Para quem está assistindo a nós Brasil afora neste momento, vou pegar um vigilante como exemplo, mas isso serve para qualquer trabalhador, Senador Paulo Paim.

Sabe quanto um vigilante perdeu, de imediato, com a reforma trabalhista? Cinco mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais, por ano. Porque é adicional noturno, é intrajornada. O adicional noturno, antes, à noite, para quem trabalha à noite, era de 52 minutos, a hora; agora são 60 minutos. É isso que eles estão fazendo.

Então, não aceitamos fazer e fomos para a greve, de novo. E sabe qual foi a primeira medida? Multa diária de R$100 mil para o sindicato. E aí, doutora, há um problema porque nem a Justiça se entende. Se já há uma multa, por que cada juiz tem que dar outra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É assim, Senador Paulo Paim. Então, você já tem uma multa dada pelo tribunal, mas a empresa entra com interdito proibitório, mais 100 mil. E o banco, que é o tomador do serviço, que não pressiona o prestador de serviço dele para negociar com os trabalhadores, vai à Justiça e adquire multa também.

Aí a Presidente em exercício do Tribunal Regional do Trabalho aqui em Brasília, a Drª Maria Regina, fez uma ação que eu julgo correta. Ela fez uma proposta: "Suspende-se a greve porque eu vou instaurar a negociação." Os trabalhadores atenderam. E eu quero aqui dizer da atitude correta dela. Quero até parabenizá-la. Só que os empresários voltaram à mesa de negociação no Tribunal com a mesma lenga-lenga, querendo implantar a reforma trabalhista dentro da convenção. E a greve está suspensa. Há 12 dias de greve que eles querem cortar dos trabalhadores.

O que eu acho, doutora, que deveria ser feito? Dar prioridade ao julgamento de dissídios e não fazer dissídio de greve, dissídio econômico. Portanto, está em greve, convoca-se e julga-se, porque aí se resolve o problema. E determinar na lei, Senador Paulo Paim, que o Ministério Público tenha o poder de convocar os empresários; que, caso eles não compareçam, haja penalidade para quem não comparece. Porque, hoje, se ele não comparece, não acontece nada.

Portanto, é esse o problema que nós estamos vivendo.

Vou pegar os minutos que ainda tenho para falar da questão sindical no Brasil também. Como fundador da CUT, fui defensor daquela Convenção 87 da OIT. Hoje, eu não sou mais e vou explicar para o senhor por que eu não mais.

Se, com um sindicato único por categoria, já é difícil, imagina com sindicato por empresa, que é o que existe na Colômbia, por exemplo. Mais uma vez, pego como exemplo o sindicalismo na Colômbia. Lá há empresas de vigilância que existem aqui no Brasil, como, por exemplo, Prosegur. Aí, a Prosegur tem o sindicato dela, a Brinks tem o sindicato dela, a outra tem... Cada uma tem um sindicato. Isso não é sindicalismo! Isso enfraquece ainda mais o trabalhador.

E, aqui no Brasil, Senador Paulo Paim, V. Exª, que é sindicalista, sabe... Eu vejo ali o meu amigo Julimar, que é comerciário. Quando eu comecei no movimento sindical...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO VIGILANTE – ... só havia um sindicato de comerciários no Distrito Federal, não é, Julimar? Era o único. Hoje, há 17 sindicatos de comerciários na base dele. Há sindicato de trabalhador de farmácia. Eu digo: farmácia é ou não é comércio? Há sindicato dos açougueiros, de quem trabalha em açougue; há sindicato de vidraceiro, sindicato de material de construção, sindicato de trabalhador de supermercado.

Portanto, a pulverização já existe e foi nociva. Nociva! Portanto, a unicidade ainda é necessária, e temos de reforçá-la. (*Palmas.*)

Temos de reforçar a unicidade sindical neste País, sob pena, Senador Paulo Paim, de os trabalhadores cada vez mais sofrerem, padecerem nas mãos de empresários desonestos.

E, agora, com um agravante, que é a entrada das multinacionais. Duvido que o Carrefour pratique na França o que ele faz com os comerciários no Brasil! Duvido que o Walmart faça nos Estados Unidos o que faz com os comerciários no Brasil!

Portanto, Senador Paulo Paim, deveria ser obrigatória por lei a reciprocidade, ou seja, praticar-se no Brasil o mesmo que é feito na França com os trabalhadores na França. O que eles aproveitam hoje? Exploram os países de Terceiro Mundo para levar lucro para eles lá fora, na França.

A questão dos mandatos sindicais. Eu também sou contra estar lá no estatuto que a eleição é de dez em dez anos. Sou contra, até porque, quando entrei no movimento sindical, o sindicato que eu fundei, a eleição era de três em três anos. Agora, de três em três anos, a categoria decide se está satisfeita com aquela diretoria ou não. Deixa os trabalhadores decidirem.

Portanto, Senador Paulo Paim, quero louvar a atitude de V. Exª de convocar este debate.

Sei do esforço que V. Exª vai fazer aqui, para que o Estatuto do Trabalhador exista, mas quero dizer que, se todo mundo no Brasil cumprisse a Constituição, os sindicatos não estariam na situação em que estão. O problema é que os empresários não cumprem, o Governo não cumpre, e ninguém obriga a que seja cumprido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltando à questão da greve: está ou não está lá na Constituição que o trabalhador tem o direito de fazer greve? Entretanto, as intervenções hoje, como eu disse, são brutais.

Veja ali o Lúcio, que é do Sindicato dos Rodoviários. Faz uma greve de rodoviários e veja quantos interditos saem.

Bancários. Há algum setor para ter mais lucro no Brasil do que o setor financeiro? Faz uma greve, e está lá o interdito proibitório.

Uma coisa, Senador Paulo Paim, que tem de constar de lei: a obrigatoriedade de abrir a lucratividade das empresas; ou seja, abriu o processo de negociação, a primeira coisa é as empresas apresentarem, sem subterfúgios, sua lucratividade.

Uma coisa que falta também e que não vai entrar nesse estatuto é a questão da participação nos lucros das empresas. Está lá na Constituição, dizendo que o trabalhador tem de participar do lucro das empresas. Quantos trabalhadores no Brasil participam? Muito poucos. Entretanto, na hora do prejuízo, querem socializar com a gente. O que mais a gente ouve nas mesas de negociação é que houve prejuízo. Quem disse que deu prejuízo? Atestou que deu prejuízo?

Outra questão, para encerrar, provando como piorou: até 1995, Senador Paulo Paim, o trabalhador ia para a negociação com a inflação assegurada! Foi o Fernando Henrique que acabou com isso, e este Congresso colaborou para que acabasse. Hoje, você vai tentando resgatá-la e ainda se dá por vitorioso quando consegue a inflação do período. Isso é um retrocesso brutal, que precisa ser corrigido por esta Casa.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Deputado Chico Vigilante.

E eu não vejo problema nenhum quando alguém vem e faz uma autocrítica com base na realidade.

Esse debate mesmo da contribuição sindical eu me lembro que era um debate infernal no movimento sindical.

E eu sempre dizia: "Pelo amor de Deus, pessoal, vamos apresentar causas, propostas. Deixem isso aí lá porque isso não nos incomoda". Cansei de defender isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a mesma coisa, tanto que está comigo uma proposta que tenho há mais de 15 anos na minha gaveta, que queria acabar com a possibilidade de nós unificarmos cada vez mais os sindicatos, nesse princípio que hoje você defendeu. Eu tinha muito claro isso na minha cabeça, como eu vejo...

Eu achei bonito, Chico, corajoso da sua parte, você aqui fazer esse depoimento, porque nós sabemos o que eles querem, aonde chegamos e para onde nós queremos ir, que não é pelo mesmo caminho deles. E essa análise que você faz é uma bela contribuição, que, com certeza, vamos usar aqui na construção.

E eu digo para aqueles que o desafiam: marquem bem que dia é hoje. Eu já disse isso e vou dizer aqui, Chico, e vou concluir. Quando eu apresentei o Estatuto do Idoso, diziam:"É sonho e é loucura". Vai atender 40 milhões de pessoas. É lei.

Estatuto da Igualdade Racial, diziam: "É bobagem, é um contra o outro. Isso nunca vai ser aprovado". É lei.

Com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, beneficiei 46 milhões de pessoas. Quando apresentei, diziam: "Loucura, não vai aprovar nunca isso". É lei.

Viajamos pelo Brasil para construir a política do salário mínimo. O Chico acompanhou. E nós falávamos de inflação o dobro do PIB. Sabíamos que, na negociação final, íamos ter de abrir mão. Hoje, inflação mais PIB é lei.

Esse estatuto nós não vamos aprovar neste Congresso aqui. Podem crer. Eu tenho clareza disso. Eu quero, nós queremos entregar na mão dos candidatos a Presidente essa proposta construída pela sociedade e queremos que o novo Congresso o aprove, e daí ele vá para a sanção com um Presidente decente, porque esse – todo mundo sabe – é indecente. Não sei como ele se apresenta. Parece que ainda vai ser candidato, né? Mas que loucura, meu Deus do céu!

Enfim, mas ficam aqui meus cumprimentos. Vamos continuar o debate. Esse estatuto vai ser lei. Não vai ser este ano, mas podem crer que no ano que vem nós vamos aprovar esse estatuto. E claro que passa pela vontade popular de saber eleger seus representantes, tanto os Deputados Federais, como também os Senadores e o Presidente da República. O estatuto vai estar pronto para ser aprovado e sancionado. Agora, quem tem o direito de escolher os Deputados Federais, os Senadores e o Presidente é o povo, e o povo é que vai dizer se quer ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Sr. Presidente Paulo Paim, na vossa pessoa eu gostaria de cumprimentar as autoridades e os Senadores aqui presentes, gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa da Noemia e da Drª Elaine, as mulheres aqui presentes, gostaria de cumprimentar o companheiro Serginho e, na pessoa dele, todas as centrais aqui presentes... (*Palmas.*)

... gostaria de cumprimentar o companheiro Artur, Presidente do nosso Fórum Sindical, representando as federações, as confederações aqui presentes.

Senador Paulo Paim, permita-me fugir um pouquinho do tema, mas, com certeza, serei breve.

Eu gostaria de fazer uma reflexão sobre o passado e lembrar que em 2018 faz 500 anos da Reforma Protestante, faz 130 anos da abolição da escravatura. A alguns tópicos desses aqui que eu estou levantando eu sei o quanto V. Exª é grato. Faz 100 anos do nascimento de Mandela, e V. Exª é uma das pessoas que o admiram, como todos os cidadãos de bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu digo com orgulho que estive com ele três vezes: no cárcere, quando ele foi Presidente e quando ele foi homenageado no Brasil e eu lhe entreguei o prêmio em nome do Congresso Nacional.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Faz 100 anos do nascimento dele. Também faz 100 anos do fim da Primeira Guerra Mundial. Faz cem anos da morte de Olavo Bilac, autor do nosso Hino à Bandeira, que de um tempo em diante a gente nem sabe... Os nossos filhos, os nossos netos muitas vezes não sabem nem cantar o Hino à Bandeira. Faz cem anos, Senador, da conquista do voto da mulher na primeira oportunidade, das mulheres britânicas. Na época, elas foram chamadas de histéricas e de selvagens por quererem votar. No Brasil, faz 86 anos.

Faz 75 anos da criação da nossa CLT, da nossa velha CLT, criticada, maltratada, escorraçada, pisada... Mas faz 75 anos. Em 2018 também faz 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e V. Exª tem sido um baluarte nesta Casa em defesa dos direitos humanos. Também faz 50 anos, Senador, do AI-5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou trazendo esses dados porque às vezes nos passa despercebido de que novamente a intervenção veio, do jeito que veio, em nível de Rio de Janeiro.

Faz 50 anos da morte de Martin Luther King, que dizia "nós podemos". Faz 30 anos – parece que foi ontem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Essa marca do "nós podemos" depois o Obama usou muito bem...

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Usou muito na campanha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – ... e se elegeu, e se reelegeu.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Sem dúvida.

Faz 30 anos que foi assassinado Chico Mendes. Faz 30 anos da nossa Constituição, que V. Exª ajudou a construir, e, se nós temos alguma coisa – o art. 8º, o art. 7º –, parte dela nós devemos a V. Exª. Faz 30 anos, Senador, que nós fundamos a Contratuh, a nossa confederação. Faz 30 anos que foi fundada a CNTA, presidida pelo companheiro Artur. E, por curiosidade, há 68 anos, no dia 15 de março, nasceu um menino a quem a D. Itália Ventura dava à luz, que se chamava Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Diz 15 de março, mas não diz a data.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Há 68 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Que foi em 1950.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Eu fiz este histórico aqui, Senador, para chegar aos seus 68 anos. Naquela oportunidade nascia um menino, guerreiro, que foi metalúrgico, que foi Deputado Federal, que é Senador, autor de diversos estatutos, como já foi colocado sobre V. Exª aqui, de diversas leis, e que é o nosso baluarte, a nossa trincheira aqui dentro do Congresso. Meus parabéns! Que Deus lhe dê vida longa! (*Palmas.*)

Que Deus lhe dê vida longa, saúde e vontade de continuar nessa luta, porque, lamentavelmente, aqui, dentro do Congresso Nacional, nós somos muito precários de pessoas da sua estirpe, da sua forma de defender os trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Independentemente de gênero, de grau, de qualquer situação, sendo brasileiro, sendo trabalhador, V. Exª está na frente defendendo. Esta seria a primeira questão.

Segunda, Senador. Eu gostaria de dizer o seguinte: para falar sobre a organização sindical, negociação coletiva e direito de greve, praticamente, talvez a gente precisasse de uma audiência pública, e muito longa, para cada um. Mas vamos lá!

Organização sindical.

Como é que nós podemos pensar na organização sindical... E hoje, prezado Chico, eu me senti muito honrado, com a sua palavra.

Em 80, 81 eu era comerciário na época, fazia parte dos comerciários e participei da primeira greve dos vigilantes lá no Paraná. Possivelmente, V. Exª não se lembra da gente, porque eu era muito moleque na época, mas a gente brigava junto pelo piso e pelo seguro dos vigilantes. E a gente tinha algumas divergências, na época, a maior delas era a questão da unicidade e da pluralidade sindical.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Sim; Luiz Salvador, Edésio Passos...

E, naquela época, a divergência que a gente tinha era exclusivamente na unicidade sindical e na pluralidade sindical. E, hoje, eu me sinto orgulhoso de V.Exª, e vou falar para os quatro cantos... (*Palmas.*)

... que V. Exª reviu o seu posicionamento, e é interessante, é importante, quando as pessoas têm a capacidade de rever princípios e de verem que as coisas não são assim.

Eu imagino – e eu sou defensor da unicidade sindical –, quando se fala em pluralidade sindical, na categoria do companheiro Paulo Ferrari. Quantos edifícios há em São Paulo? Quantos edifícios há no Brasil? E, aí, eu também pego a minha categoria, que é de bares, restaurantes, coisa e tal: quantos sindicatos nós teríamos dessa forma?

Quando você fala em negociação e não se fala em unicidade sindical, como é que a gente vai negociar numa categoria tão dispersa igual a essa? Como é que a gente vai negociar, quando se fala numa categoria tão dispersa, nessa pluralidade sindical, sendo que a nossa unicidade é universal? Ela é para todo mundo a negociação, independente se o cara conhece o sindicato, se não conhece, se acha o presidente feio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bonito, se ele faz isso ou faz aquilo, mas a categoria está preservada dentro da negociação coletiva. Muitas vezes eles até são contra o presidente, o sindicato, mas nem conhecem o sindicato; porém, os direitos deles estão garantidos.

Quando a gente imagina a negociação coletiva, Senador Paulo Paim, a gente fica imaginando como é que você pode fazer uma negociação coletiva, quando já se tem no pescoço aquela emenda malfadada, a 45, pela qual você tem que pedir autorização para o empresário, para você entrar com o dissídio coletivo. É a mesma coisa que alguém bater atrás do teu carro e você diz assim: "Meu amigo, você me autoriza entrar com uma ação contra você porque você bateu no meu carro?" São coisas assim que não dá nem para imaginar.

Como é que a gente vai entrar numa negociação quando o Governo que está de plantão hoje diz que ele dá a prioridade para o negociado sobre o legislado, onde você tira a entidade sindical e deixa o trabalhador como se fosse autossuficiente, tirando-lhe o direito de todas as garantias que ele tem? Quando tira o direito de ele ir ao sindicato fazer a sua rescisão contratual, sabendo que, vamos supor, nós dirigentes sindicais sabemos, a Justiça do Trabalho sabe, a Procuradoria do Trabalho sabe... Se hoje nós temos milhares de ações na Justiça do Trabalho, não é por causa que o trabalhador gosta de entrar na Justiça do Trabalho não; é porque os direitos são lesados.

Há algumas situações que desvirtuam a linha? Há sim. Nada é perfeito neste mundo, mas não podemos jogar tudo da mesma forma.

Nós não podemos imaginar, Senador, dentro desse princípio, um sindicato forte, sem que ele tenha a questão financeira resolvida. Como vamos fazer que isso aconteça?

Não, o sindicato vai lá e pega a assinatura de um por um. Estou até com pena do Paulo. Estou com pena do Paulinho. Estou com pena lá do Calazans. São pessoas que têm uma quantidade enorme... Como se vai fazer com essa questão?

Por outro lado, ele diz que o sindicato pode negociar a redução de salário através de assembleia, e não aceita que a representatividade do sindicato seja feita através de uma assembleia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Reduzir salário pode.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Reduzir salário pode.

Abrir mão de direitos pode. Agora, o sindicato não pode representar os trabalhadores para descontar a contribuição sindical.

E é curioso: o trabalhador tem que autorizar descontar a contribuição sindical, assistencial e a contribuição especial e, inclusive, dar 10% para o Governo. Quer dizer, além da estrutura, ele ainda tem que manter o Ministério do Trabalho.

Diga-se de passagem, não sei para que serve o Ministério do Trabalho. No passado, já estivemos, por nove meses, sem Ministro; agora, não sei por quantos meses vamos ficar sem Ministro. Quando digo "sem Ministro" é porque ele nem sequer recebe quem está lá dentro.

As delegacias do trabalho estão falidas, e o trabalhador vai ter que dar 10% para o Ministério do Trabalho.

Então, com essas questões, Senador, eu fico assim muito preocupado, porque para o sindicato tem que haver autorização. Tudo para nós é com muita dificuldade. Por que, então, não fazemos assim... Como se diz, a questão da contribuição é a mesma do tributo, é a mesma da participação da Ordem dos Advogados.

Não tenho nada contra a Ordem dos Advogados. Mas, se você não contribui com a Ordem dos Advogados, não pode participar, não pode advogar. Todo ano ele é obrigado. Chega junto.

No caso do Conselho Regional de Medicina, se você não pagar a anuidade, não participa, não pode exercer a função, a atividade. Os contadores, se eles não contribuírem com o CRC, não podem exercer a atividade.

Engraçado, o Governo não mexe com os advogados, não faz nada.

Interessante, por que ele não deixa, então, aberta a possibilidade de nós, os brasileiros, já que somos tão conscientes assim, irmos lá e recolhermos o Imposto de Renda anual. Todo ano, nós vamos lá, e vão ver quanto nós ganhamos. Recolhe quem quiser, quem pode, quem se acha no direito.

Ou, então – vamos um pouquinho mais longe? –, o IPVA, o IPTU e outras coisas assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para nós, não. Para nós parece que a dificuldade... Parece, não, é assim. Tem-se que fazer por escrito, com firma reconhecida, e ainda há um padre e um pastor jogando água benta em cima.

No Paraná, Senador e Dr. João Hilário, o Ministério Público teve uma ação, na semana passada, espetacular. O Ministério Público do Trabalho reuniu todo o movimento sindical, e fizeram um fórum...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – ... sobre a questão sindical. E uma delas passa pela questão da contribuição.

Vamos trabalhar, Dr. João, para que... Aquele fórum o Ministério Público poderia implantar no Brasil inteiro.

Não podemos olhar o Ministério Público como nosso algoz. Nós não podemos olhar o Ministério Público com medo dele. Nós não podemos olhar o Ministério Público, pensando que ele vai acabar conosco. Nós temos que ser parceiros do Ministério Público. O Ministério Público tem que ser para nós uma alavanca, para conseguirmos rever e remover as pedras que estão no nosso caminho.

O Ministério Público é o fiscal da lei? Então, vamos utilizar isso para o mais fraco. Vamos utilizar o Ministério Público – a função do Ministério Público – para as pessoas que estão mais necessitadas, não para o poder econômico, de forma alguma.

Graças a Deus, estamos vendo alguns procuradores, algumas regiões que estão tendo essa outra visão social que a gente precisa.

Há maldade? Há desvio de conduta no movimento sindical? Há sim. Onde não há?

Então, vamos pegar pontos e pontos. Esse cara dos dez anos, mais do que justo: é questionar o cara. Mas não vamos fazer, dentro do movimento sindical, uma barbárie, da forma como, até há pouco tempo, estava acontecendo.

Nós precisamos ter em mente a questão do direito da greve. E acho que a lei da greve... A greve é a parte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Já termino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A greve é a parte mais legítima do movimento sindical, mais legítima. Mas não podemos trabalhar com interdito proibitório na nossa nuca.

E nós temos que ter... Da mesma forma que o trabalhador leva uma multa por continuar a greve, teria que haver uma multa para o empresário que não senta para fazer a negociação.

É muito prático: eles não negociam, e você não pode fazer greve. Se faz greve, leva multa. Há o interdito proibitório, e aí todo mundo é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não vale mais a retroatividade.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – E a retroatividade também não vale mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ou seja, o acordo firmado desaparece.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Que Deus o tenha, o ex-Presidente do TST, porque, durante o tempo em que esteve ali... Parece que ele veio para que se conseguisse massacrar os trabalhadores.

O que a gente mais precisava no momento? Era de apoio para garantir o direito dos trabalhadores. Nós tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só um...

O artigo que ele publicou, sinceramente... Eu o conheço.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele já me convidou para tomar café com ele, e eu fui. Mas, no artigo que ele publicou agora, ataca índio, quilombola, a liberdade sexual das pessoas. Eu não entendi aquele artigo.

Por mais que eu achasse que ele era conservador, o artigo que ele fez é como se esse povo não ajudasse em nada. Ele chega a dizer claramente: como fica a gente que estudou e que é branco?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou resumir aqui, porque nem quero falar mais. Mas, sinceramente, Dr. Ives Gandra, a decepção, quando li esse artigo, foi muito pior do que todas, no tempo em que o senhor esteve na Presidência do TST.

Lamentável, lamentável vir de um ex-Presidente do TST. Eu já vi Deputado falar isso aqui, Deputado de extrema-direita, super conservador, que não respeita ninguém, mas um ex-Presidente do TST, aquele artigo escrito e publicado, eu lamento. Lamento por ele.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Finalizando, dois pontinhos bem rápido. Prioridade sindical nós já temos. A quantidade de central que nós temos é um absurdo. Confederação, Deus nos acuda! Sindicatos! Então, agora – o Chico falou bem claro – não tem jeito, mas eu peço, encarecidamente, a todos aqui presentes, todos, indistintamente: vamos valorizar o nosso voto em 2018. Nós só vamos poder ter alguma alteração nas questões em que fomos lesados ou em alguma questão se nós mudarmos o quadro, se mudarmos o Presidente, tivermos um Presidente comprometido conosco, com os trabalhadores, com o social, e o Congresso Nacional também, porque, caso contrário, nós vamos estar chovendo no molhado. Então, encarecidamente.

Eu agradeço, Senador. Permita-me pedir desculpa pelo excesso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. Ficou dentro.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Muito obrigado. Que Deus lhe abençoe e lhe dê muita saúde, mais uma vez, e que nos ilumine para eleger pessoas comprometidas com o social e com o trabalhista. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Contratuh, pela sua fala, contribuições que deixa aqui e a homenagem que fez a você, Chico. E também me somo a essa homenagem a você. Tem que ter a grandeza de saber que, nessa caminhada da vida, nós podemos ter posições. Eu sempre digo o seguinte: a minha posição é essa, sempre defendo nas grandes causas, mas, se me provarem que estou errado e que para melhor defender a causa tem que dar mais outro passo, eu vou dar outro passo. É isso que você fez aqui. Por isso que, na pesquisa, você está em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro lugar para Deputado Distrital aqui em Brasília. Isso porque não quis Deputado Federal. Está em primeiro lugar, todo mundo sabe. (*Palmas.*)

Não estou contando nenhuma novidade. Está em primeiro lugar, com uma bela diferença para o segundo colocado.

Passo a palavra agora à Drª Elaine Coelho, representante do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp).

A SRª ELAINE COELHO – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento especial aos componentes da Mesa e ao Senador Paim, meu conterrâneo, em quem sempre tive o prazer de votar quando eu morava no Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Agradeço o voto. É importante.

A SRª ELAINE COELHO – Desde os idos da Constituinte, 1986. É uma honra. Muito obrigada. Em nome do Cesit, eu quero agradecer pela oportunidade e pelo convite de estar aqui.

Bom, o tema é bastante vasto. Inclusive, eu fiz um resumo do que havia preparado, porque vi que não ia dar tempo de trazer todo esse debate, que é bastante complexo e envolve uma série de especificidades e tal. Como disse o meu colega aqui, a gente precisaria de um tempo bem maior para aprofundar todas as questões que envolvem esse tema do direito coletivo do trabalho.

Com relação à liberdade sindical, direito de greve, estrutura sindical, eu não vou me manifestar muito, porque eu me preparei para falar mais sobre a parte da negociação coletiva. Nessa primeira parte, o que eu tenho a lhes dizer é que acho que o movimento sindical precisa de mais liberdade. O País precisa de mais liberdade sindical.

Como isso vai se dar, eu acho que é um momento novo em que nós precisamos, talvez, rediscutir alguns pressupostos a fim de que possamos radicalizar mesmo a democracia que nós precisamos, porque, de fato, não há como falar em liberdade sindical com interditos proibitórios, com demissão de dirigentes sindicais, com demissão de trabalhadores pelo simples fato de estarem filiados ao sindicato. Nós vemos isso todo dia. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, é com esse estado de coisas que nós não podemos concordar mais. E como o movimento sindical vai se organizar para fazer frente a isso é uma tarefa sobre a qual aqueles que estudam e os próprios dirigentes sindicais precisam se debruçar e definir.

Agora, com relação à negociação coletiva, é o termo que mais me preocupa em função de todas as alterações que essa deformidade chamada reforma trabalhista implantou a partir de novembro de 2017. Por que isso? Porque, em todo o ordenamento jurídico composto pela CLT e pela Constituição, a lei de 2017, vigente a partir de novembro, veio para minorar e para dificultar a atuação dos sindicatos nesse campo das negociações coletivas.

Então, nós perguntamos: que tipo de sindicalismo as pessoas que aprovaram essa lei quiseram instituir neste País? Já que a máxima foi o negociado sobre o legislado, que tipo de sindicato? Sindicato de joelhos? Um sindicato fraco, sem dinheiro, sem informação, sem qualquer perspectiva de se contrapor ao capital? Então, de certa forma, nós podemos, com tudo que veio no bojo dessa reforma, dizer que é esse, sim, o sindicato apregoado por aqueles que votaram nessa deformidade.

Bom, então, rapidamente, até porque o nosso tempo não é muito grande, eu gostaria de destacar três aspectos da reforma que impactam muito na negociação coletiva e com o que nós não podemos concordar de jeito nenhum. Então, uma lei ou um estatuto que venha regulamentar a negociação coletiva nós temos que ver como uma questão prioritária. Primeiro, a ultratividade das normas coletivas. Nós tínhamos na CLT a vigência dos acordos por dois anos, mas não se falava em ultratividade. A ultratividade veio com alguns diplomas legais posteriores e, depois, enfatizada pela jurisprudência. Isso está vedado. Então, o art. 611 da reforma vem impedir que até mesmo por negociação as partes acertem uma prorrogação das normas coletivas. Se há o negociado sobre o legislado, por que essa interferência? Por que as partes não poderiam negociar isso?

A outra questão é o reconhecimento do princípio da norma mais benéfica. A reforma vem dar prevalência, inclusive, para contratos individuais naquela questão em que são permitidos o ajuste individual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tanto a convenção, quanto o acordo, quanto o contrato individual podem prevalecer sobre a lei. Isso é uma inversão total do que havia na CLT. A CLT, até o ano passado, dispunha que nenhuma norma em acordo, convenção ou em contrato individual prevaleceria se fosse menos benéfica. Então, essa é outra alteração complicada.

Um terceiro aspecto é a regulação das comissões de representação nas empresas com mais de 200 empregados. Qual é o propósito ao instituir essas comissões totalmente autônomas, desvinculadas dos sindicatos. O sindicato é proibido sequer de publicar um edital, de ser proativo para eleger essas comissões.

Então, qual é o propósito? É criar uma concorrência com os sindicatos, é estimular um tipo de organização nas empresas que possam flexibilizar mais ainda ou precarizar mais ainda os direitos trabalhistas?

Essa discussão dessas comissões precisa ser refeita e ficar muito bem definida na legislação. Aqui ela vem: Qual é o seu propósito?

Também se os avaliadores precisam ou não ter as suas representações eleitas vinculadas aos sindicatos. Essa é uma discussão antiga e que foi totalmente desprezada na discussão da chamada reforma.

Bom, dito isso, eu anotei algumas propostas que na nossa visão o estatuto do trabalho deva contemplar sobre o aspecto das negociações coletivas. Primeiro, deve haver um debate e uma regulamentação de atos antissindicais; um rol de condutas, de atos que poderiam ser enquadrados como atos antissindicais e com punições, com penalidades para aqueles que praticarem esses atos.

A questão do acesso às informações essenciais à negociação pelas empresas. Não é possível que um sindicato que vá negociar, sabendo que o que ele inserir em um instrumento coletivo terá prevalência sobre a lei, não saber, ele não ter informações da situação da empresa com que ele está negociando, informações econômicas, informações, planos, projetos... O que é possível, inclusive, com um caráter de confidencialidade, o que já tem sido feito na atualidade. Quando é alguma coisa confidencial é possível que as partes firmem algum compromisso de não divulgação sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão dos princípios da negociação. O princípio da boa-fé e da lealdade e do não retrocesso social, que são princípios que devem nortear a negociação.

Também com relação aos direitos disponíveis dos trabalhadores...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ELAINE COELHO – ...Existem direitos disponíveis ou não? Se todos os direitos são indisponíveis, qual é o limite para a flexibilização desses direitos? Então, é uma discussão bastante complexa, e um estatuto deve estar atento a esses limites.

Uma outra questão é sobre as assembleias como forma de aprovação ou não da proposta negocial. Por que os sindicatos precisam fazer uma assembleia geral apenas? Há sindicatos que têm base territorial às vezes estadual, municipal e até nacional. Por que não poderiam fazer assembleias descentralizadas como uma forma até de obter um quórum maior de participação dos trabalhadores? Por que não pensarmos em outras formas de consulta da categoria? Estamos em plena era tecnológica. Por que tem que ser aquele tipo de assembleia geral em que você põe um edital, que tem que ser em um determinado local? Geralmente, essas assembleias são ou esvaziadas ou contam com poucos participantes. Então, temos que pensar nisso também.

Também nos níveis de negociação, se queremos níveis nacional, regional, municipal e por empresa, sendo que a tendência global é a negociação descentralizada por empresa. Isso não é só aqui no Brasil.

Então, como articular os diversos níveis de negociação? Existem cláusulas... Existirá uma reserva de competência entre esses assuntos? Então, também temos que pensar nessas questões.

Também a negociação coletiva para os servidores públicos. Sabemos que é um outro problema bastante grave e que tem levado a inúmeros conflitos, às vezes com soluções difíceis.

Bom, eu acho que eu já destaquei quase todas as questões vinculadas à negociação coletiva. Quero dizer também que concordo com a discussão de uma política salarial que também reponha minimamente a inflação do período. Isso é fundamental, porque há questões que você não pode deixar simplesmente para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forças de mercado ou para negociação. Também a produção, a normatividade estatal deve assegurar minimamente condições de equilíbrio entre as partes.

E por fim, Senador, acho que precisamos também de uma rediscussão sobre o papel da Justiça do Trabalho, o que juntamente com a questão da unicidade sindical, já rendeu muitos debates. E talvez seja o momento da revisitação a todas esses debates que nós já fizemos e que temos que fazer com maior força agora, porque realmente estamos em um momento muito delicado e precisamos de saídas.

Agradeço.

Muito obrigada a todos. Foi um prazer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Drª Elaine Coelho, representante do Elaine Coelho, representante do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp), que avança na questão da Justiça do Trabalho, avança com muita convicção na importância... Acho que é chave, todos aqui concordam, e outros haverão de concordar também, termos uma política salarial que recomponha pelo menos a inflação, pelo menos a inflação.

Por favor, agora, vamos para o Donald Rei, representante da USW, Sindicato dos Trabalhadores na Área Siderúrgica, Papel, Papelão e Borracha nos Estados Unidos.

O SR. DONALD REI – Bem, obrigado, Sr. Senador Paim.

Em primeiro lugar, queria agradecer a todos que estão aqui presentes; segundo, queria pedir desculpas pelo meu português. Já estou há 50 anos nos Estados Unidos, fui para os Estados Unidos com 11 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas continue assim que todo mundo está entendendo. Pode falar tranquilo

O SR. DONALD REI – Sim.

Fui de Portugal para os Estados Unidos com 11 anos.

Então, eu sou trabalhador da base. Faço sindicalismo *part-time.* Então, estou aqui no Brasil para conhecer melhor a reforma que aconteceu, a reforma trabalhista.

Pelo que penso, uma reforma do trabalho deve ser para fazer sindicatos mais fortes, para ajudar os trabalhadores, e não é o que está acontecendo. Essa reforma é completamente ao contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A realidade é que o que está acontecendo aqui, no Brasil, está acontecendo em muitas partes do mundo, especialmente também agora que o governo dos Estados Unidos ataca o sindicato – e é o pior ataque há quase 12 anos. Na altura do Presidente Obama, houve menos ataques – sempre há ataques, mas foram menos ataques –, mas, com o Presidente que temos agora, o que está acontecendo lá é exatamente o que está acontecendo aqui.

O governo dos Estados Unidos, agora, diz que a economia trabalhava melhor sem sindicalistas, mas não é verdade. Não é preciso ir para outra cidade estudar; é só olhar onde o sindicato é forte. Por exemplo, nos Estados Unidos, onde os sindicatos são fortes a economia é melhor, a pobreza é menor. Não há nada que possa classificar como bom para o trabalhador que não seja melhor onde o sindicato é forte. Na parte norte dos Estados Unidos, onde o sindicalismo é mais forte, bem como na Califórnia e em outros estados, há menos pobreza; quer dizer, é tudo melhor para o trabalhador. No sul do país, onde o sindicalismo não é tão forte, há mais pobreza, há mais desemprego, enquanto tudo dizia que era ao contrário. Para onde as empresas se mudam por causa do sindicalismo, tudo é completamente errado. Se isso fosse, havia menos desemprego nesses estados. (*Palmas.*)

No caso da educação, por exemplo, eu sou do estado de Massachusetts, onde o sindicato dos professores é o mais forte de todos nos Estados Unidos. Em todos os testes federais de estudo, o desempenho dos alunos é muito superior ao dos demais daqueles estados onde o sindicalismo é fraco. Contudo, todo mundo continua a falar que o sindicalismo dos professores é que causa o problema nas escolas.

É completamente o contrário: em todos os estados onde o sindicalismo dos professores é mais forte, eles podem exigir tudo o que for preciso para as escolas. Então, os alunos conseguem melhores notas onde o sindicato dos professores é mais forte. Enfim, a distribuição do dinheiro do governo só vai para quem tem força para pedir, não é? Então, o governo desvia o dinheiro para outra coisa, a escola falha e, nesses casos, mais desemprego, mais pobreza.

Só essa parte da reforma do governo em tentar enfraquecer o sindicato é uma coisa que não dá bom resultado, nunca deu bom resultado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o exemplo é que, nos Estados Unidos, quando houve o que se chamou depois de *industrial revolution*, havia emprego para todo mundo – não só para homens, mas para mulheres e crianças –, todo mundo trabalhava, mas havia a maior pobreza. Àquela altura, não havia sindicato.

E essa de ideia de o capitalismo dizer que o que determinava o salário era a procura de trabalho não está certo, porque, se assim fosse, àquela altura, todo mundo ganharia bem, ganharia muito dinheiro, todo mundo estaria vivendo bem. E era completamente ao contrário: onde havia zero desemprego, o nível de salário era o mínimo, só para sobreviver, às vezes, nem para sobreviver.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Quase trabalho escravo.

O SR. DONALD REI – Exato.

Só, então, a única coisa que eu posso contar aqui do que estou vendo aqui, no Brasil, agora que estou aqui desde o Fórum Mundial Social, e do que tenho passado é que a reforma que está acontecendo aqui, no Brasil, e o que está acontecendo nos Estados Unidos é uma coisa que os patrões querem para desviar mais lucros para 1% da população. Onde há sindicatos a comunidade é sempre melhor.

Eu não preparei muitas notas para este debate, mas só queria dizer uma coisa também, antes de terminar: fala-se em sindicato local, em sindicato nacional, mas o sindicato tem que ser global porque as empresas são globais. O sindicato tem que ser global. Para sobreviver, tem que ter uma maneira de ter uma solidariedade global.

E, como isso, termino.

Agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! Muito bem!

Esse foi o Sr. Donald Rei, representando aqui e falando em nome da USW, Sindicato dos Trabalhadores na Área Siderúrgica, Papel, Papelão e Borracha nos Estados Unidos.

O seu depoimento é muito importante porque desmistifica essa ideia de que o sindicalismo atravanca, atrasa, tranca o progresso; é exatamente o contrário. Pela sua fala, que está nos Estados Unidos desde os 11 anos, comprova-se que nas regiões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde o sindicalismo é forte trabalhadores têm uma renda melhor e há mais emprego porque é o princípio que eu sempre digo do Henry Ford: o empresário inteligente é aquele que paga bem os seus trabalhadores porque eles são consumidores em potencial. Agora, onde há pobreza absoluta, ninguém compra, e aí o desemprego aumenta.

Luizinho, por favor.

O SR. LUIZ AZEVEDO – Eu só gostaria de ouvi-lo dizer que se lá um acordo coletivo pode reduzir direitos no que está na lei porque isso era importante a gente saber.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vamos lá.

O SR. DONALD REI – Sim; essa é uma coisa que eu acho que aqui, nessa reforma, está completamente ao contrário.

Por enquanto, nos Estados Unidos, não. Nem a empresa, nem o sindicato pode introduzir o que foi estabelecido. E uma coisa que tem de ser é que o sindicato tem que ser líder, estabelecer os princípios e fazer leis para criar uma base. E o sindicato continua trabalhando para aumentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Melhorar.

O SR. DONALD REI – Melhorar.

A ideia de que o sindicato trabalhe para diminuir a base é incompreensível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só no Brasil.

O SR. DONALD REI – Nos Estados Unidos, não; isso, não. A base foi estabelecida pelo sindicato. Todas as bases, seja o salário mínimo, seja... Tudo foi estabelecido pelo sindicato. Sem o sindicato nada disso existiria. Mesmo depois de ter sido estabelecido na lei, o sindicato não vai diminuir nem empresa nenhuma vai diminuir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Claro! Muito bem! Meus parabéns!

Boa pergunta, Luizinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos agora para a segunda Mesa. Então eu pediria aos meus convidados que retornassem, de preferência, à primeira fila, porque poderão ainda participar dos debates – os que puderem naturalmente ficar.

Antes de compormos a segunda Mesa, eu peço uma salva de palmas para a primeira Mesa.

Funcionou mesmo a contento na expectativa que nós tínhamos. (*Palmas.*)

Convido, de imediato, Lucimary Santos, Diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS).

Seja muito bem-vinda!

Convido o Sr. Sérgio Luiz Leite, 1º Secretário da Força Sindical.

Muito bem, Serginho!

Convido o Sr. Luigi Nese, Presidente Fundador da Confederação Nacional de Serviços (CNS).

Convido o Sr. Julimar Roberto, representante da Central única dos Trabalhadores (CUT);

Seja bem-vindo!

Convido o Sr. Artur Bueno de Camargo, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST). (*Palmas.*)

Hoje à noite, Artur, eu estarei lá na reunião do fórum, conforme o convite que você me fez. Será na Contec. Não é isso?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Vamos falar um pouco dessa realidade.

E, agora, convido o Sr. Paulo Roberto Ferrari, representante da Federação Nacional dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínios.

Sejam todos bem-vindos! (*Palmas.*)

Nós havíamos previsto a exibição de um videozinho de um minuto. Se puderem passar...

Na verdade, é uma sátira sobre a dita reforma trabalhista. Só para descontrair um pouco antes de passar a palavra aos nossos convidados da mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição do vídeo*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês entenderam, não é? Essa é a tal negociação: se quer qualquer tipo de ajuste, melhorar as condições ou a renda, olho da rua. Isso é a tal da livre negociação.

Vamos lá!

De imediato, já na segunda mesa. Passamos a palavra para Lucimary Santos, Diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS).

A SRª LUCIMARY SANTOS – Bom dia a todos da mesa, os quais eu cumprimento em nome do nosso ilustríssimo Senador Paulo Paim! Bom dia a todos e todas!

Nós iniciamos pegando um gancho, como a gente costuma dizer no movimento sindical, nas falas que nos antecederam.

Senador, é incrível o quanto que o desmonte da organização sindical em nosso País anda numa velocidade impressionante. Trataram, na mesa anterior, acerca do dissídio coletivo. E lembro aos companheiros e companheiras que o comum acordo foi introduzido por meio da Emenda nº 45, de 2004, que alterou o art. 114 da Constituição Federal, trazendo a expressão como um acordo, como pressuposto para ajuizamento dos dissídios coletivos. Ou seja, no caso da negociação malfada, na impossibilidade da negociação coletiva como forma de ampliação de direitos, o movimento sindical teria como perspectiva buscar o Judiciário para garantir efetivamente que esses direitos fossem assegurados. Contudo, com as alterações introduzidas há exatos 13 anos... Inclusive, há 12 anos adormecem no Supremo Tribunal Federal diversas ações de inconstitucionalidade que até hoje não foram julgadas.

Então, esse é o tratamento que a classe trabalhadora do nosso País e o movimento sindical recebem do Poder Judiciário. Não será diferente com relação à Lei 13.467, denominada de reforma trabalhista, e por eles chamada de modernização. Por óbvio, é chamada de modernização, porque, ao meu juízo, reforma tem o condão de melhorar qualquer coisa e não de piorar. (*Palmas.*)

Na prática, nós já nos deparamos com os efeitos da nefasta modernização trabalhista. Hoje, nesse exato momento, no meu Estado, o Estado do Maranhão, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sindicato da Saúde desse Estado está numa mobilização por conta de uma alteração de jornada de trabalho, ao teor da Medida Provisória 808, que diz que o patrão e o empregado podem estabelecer acordo, afastando ali a representação legítima desse trabalhador, que é o sindicato. Nesse sentido, o empregador já aponta para o trabalhador um documento pronto somente pedindo o seu ciente, a sua assinatura. Isso é feito individualmente, numa sala fechada. Caso esse trabalhador não assine esse documento concordando com a alteração da jornada de trabalho dele, está claro que o resultado será a dispensa dele daquele local de trabalho. Foi isso que a gente acabou de ver nesse vídeo claramente.

Portanto, senhores, no cenário que perdura até dos dias de hoje de uma correlação de forças completamente desigual entre o capital e o trabalho, como é que o movimento sindical, como é que os trabalhadores terão equilíbrio nessa relação para tratar de modo igual uma proposta de assinatura de um acordo individual, com a ausência, há de se falar que de modo inconstitucional... Afastaram a assistência sindical e deixaram o trabalhador nas mãos do lobo, que é o capital.

Senador, nós não conseguimos vislumbrar nesse cenário nenhum outro instrumento capaz de se sobrepor a essas questões senão o Estatuto do Trabalho. (*Palmas.*)

O Estatuto do Trabalho virá na verdade resgatar o equilíbrio dessa correlação capital-trabalho.

Com relação à greve, também já foi falado que a negociação coletiva que não pode ser tratada dissociadamente do direito de greve, como eu acredito. Isso porque a gente só consegue ampliar direitos na negociação coletiva a partir do momento em que a classe trabalhadora tem o seu direito de greve em seu exercício pleno. Como já foi falado também na Mesa anterior, hoje, o nosso maior inimigo não é a polícia, não são as forças policiais. É o Poder Judiciário, quando adota medidas como o interdito proibitório, e quando multa, aplica multas absurdas às entidades sindicais. Assim, ele acaba por inibir o exercício pleno do direito de greve. Enfim, nós temos que resistir.

Hoje, a palavra do momento para nós, como representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, uma confederação que representa milhares de trabalhadores do setor privado e do setor público neste País, e para os nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores hoje é resistência e luta, porque é a única forma que os trabalhadores, aliados ao movimento sindical, poderão se contrapor aos absurdos que representa a Lei nº 13.467 aliada à Medida Provisória nº 808.

Então, agradecemos a participação neste espaço e, volto a dizer, quero pedir, conclamar a classe trabalhadora do nosso País, pois o Estatuto do Trabalho é o único meio viável de resgate de equilíbrio das relações capital-trabalho. Os trabalhadores devem pensar muito. Nós estamos em um ano eleitoral e a efetivação dessas propostas do Estatuto só serão viáveis a partir do momento que os trabalhadores pensarem no exercício do direito do voto e elegerem representantes... (*Palmas.*)

E elegerem representantes que, de fato, tenham compromisso com a classe trabalhadora, mas não só com a classe trabalhadora, como também com o futuro do nosso País. Na medida em que os trabalhadores são prejudicados, são lesados, diminui-se o poder de compra desses trabalhadores e aumenta-se o desequilíbrio populacional, ou seja, continuaremos sendo um País onde poucos ganham muito e muitos ganham muito pouco, o País da desigualdade social.

Então, o Estatuto do Trabalho é a nossa contribuição e o contraponto para o retorno ao equilíbrio da nossa relação capital-trabalho.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos à Lucimary Santos, Diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. Permita-me que eu pegue uma frase sua, mas toda a palestra foi brilhante. Meus cumprimentos.

Você disse que tem um debate enorme na sociedade para o campo que levaram, como se o nosso inimigo número um fosse a polícia. Aí, claro... Eu tenho amigos que são policiais. Eles dizem: Paim, mas nós que viramos os bandidos agora? O que temos que ter claro é que tem aqui no Congresso. Dá para dizer que tem bandido aqui em dentro, como tem bandido em todas as áreas. Você falou muito bem: o nosso inimigo não é a polícia. Eles vêm aqui e fazem depoimentos brilhantes. Nem é a Polícia Militar e nem a Polícia Civil. Nosso inimigo são os malandros, os picaretas, estejam eles onde estiverem: dentro do Congresso Nacional, no Judiciário, no Executivo, seja na polícia, enfim, e aqueles que matam pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, queria cumprimentá-la por isso. Esse debate de querer jogar nós contra eles. É como se a polícia fosse tudo bandido e nós os mocinhos. Ou vice-versa. Nenhum dos dois, pessoal, vamos lá. É como eu falo às vezes, Chico, que esse ou aquele – para não citar nenhum partido – que esse ou aquele partido é tudo ladrão, tudo bandido. Eu fico muito tinhoso, muito bravo. Nós temos em todos os partidos, eu diria, gente que é relapsa, que tem desvio de conduta. Mas não dá para condenar todo um partido pelo erro de alguns, seja que partido for. E a sua fala foi nesse sentido. Meus cumprimentos.

A mesma coisa com relação ao movimento sindical. Nós que somos aqui sindicalistas. Não, porque o sindicalismo... Há pessoas no movimento sindical que, de fato, pisam na bola. Então, que respondam pelo que fizeram. Mas não vem querer dizer que todo sindicalista tem uma conduta inadequada. Meus cumprimentos pela sua fala. Peguei só uma frase sua aí.

A SRª LUCIMARY SANTOS (*Fora do microfone*.) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Ainda mais quanto a direitos humanos... Inventaram que os direitos humanos só gostam de um lado. É uma bobageira indiscutível. Eu tenho de dizer isso aqui. Direitos humanos se preocupam com seres humanos. Se ele cometeu um delito, os direitos humanos têm de dizer: "você vai pagar pelo que você fez de errado", seja o policial militar ou o civil, seja o servidor, seja o trabalhador rural. Os direitos humanos têm de se preocupar com a humanidade no seu conjunto, homens e mulheres do País e do mundo. Por isso, há a Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Por favor, Sérgio Luiz Leite, 1º Secretário da Força Sindical.

O SR. SÉRGIO LUIZ LEITE – Obrigado, Senador Paim.

Quero cumprimentá-lo, mais uma vez, pela importante iniciativa; cumprimentar o Moacyr, o Artur, o Paulo Ferrari, todos os dirigentes sindicais aqui presentes; cumprimentar a Lucimary, nossa companheira do Maranhão bastante atuante – conhecemos o trabalho sindical que ela desenvolve naquele Estado e agora na Confederação, nacionalmente. Parabéns pela abordagem e pela fala! E cumprimentar todos os colegas desta Mesa, na pessoa do Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o acúmulo das palavras ditas pelos nossos companheiros deixa tudo bastante lúcido e bastante claro em relação a essa reforma trabalhista que foi feita. Ela pontou claramente para três alvos, muito bem direcionada: o Judiciário trabalhista, o próprio direito dos trabalhadores e a tentativa de desestabilizar as estruturas sindicais através do financiamento sindical.

Então, eu acho que, nesse tripé que foi feito na legislação trabalhista, a gente percebe claramente as verdadeiras intenções com que o Governo Federal votou este projeto no Senado e na Câmara dos Deputados.

O discurso era outro. O discurso era: modernização da legislação trabalhista, segurança jurídica e geração de empregos. Geração de empregos nós estamos vendo, trocando o trabalho formal por trabalho intermitente, que agora entra no Caged ainda. Fazendo o contrato intermitente, sem trabalhar nem um dia, já não é mais desempregado. Por isso, vocês estão vendo que está diminuindo o desemprego. Essa é a troca.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Diminuindo o desemprego na estatística. Está diminuindo o emprego.

O SR. SÉRGIO LUIZ LEITE – Diminuindo o emprego, aumentando o desemprego e a precarização.

Segurança jurídica: vocês já viram um monte de ações que estão no Judiciário trabalhista e no Supremo Tribunal Federal, inclusive questionando a constitucionalidade de diversos pontos da legislação. Então, segurança jurídica eu acho pouco provável que teremos, pelo menos em médio prazo.

E sobre a modernidade da legislação trabalhista eu ia falar um pouco mais. Remete-se àquele vídeo. Esta é a modernidade: querendo enfraquecer o sindicato, desequilibrar a relação capital/trabalho, para o setor empresarial poder, na verdade, com todo esse formato aqui colocado, aplicar de fato a reforma trabalhista, como outros aqui já disseram que, em campanhas salariais em negociação, já há uma ansiedade muito grande de parte do setor empresarial no Brasil em colocar em prática e justificar por que foi feita a reforma trabalhista. Mas, felizmente, eles têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontrado muita resistência do movimento sindical, e eu quero dizer que vão continuar encontrando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se me permite, a exemplo da greve dos vigilantes, não é, Chico?

O SR. SÉRGIO LUIZ LEITE – Sim, da greve dos vigilantes. E vão continuar encontrando muita resistência do movimento sindical.

Os temas, Senador, que foram colocados aqui – negociação coletiva, estrutura sindical e direito de greve – são, logicamente, temas que ensejam amplos debates, mas eu quero dizer que a iniciativa do Estatuto do Trabalho é extremamente importante, até porque, paralelamente a essa discussão – e acredito que esse Estatuto também poderá nos ajudar no debate de 2018 –, as centrais sindicais estão discutindo até o final do mês de abril, e provavelmente será lançado em 1º de maio um documento, que vai, na verdade, colocar um pouco o posicionamento do movimento sindical para os presidenciáveis de 2018. (*Palmas.*)

Eu acho que é um documento em que se pensa em falar em geração de emprego, em revisar o que foi feito com a reforma trabalhista, em pensar na organização sindical, na estrutura sindical, nos poderes da negociação coletiva, geração de emprego, em desenvolvimento, enfim, na sociedade como um todo.

Então, as centrais pretendem, o movimento sindical pretende ser pró-ativo nas eleições de 2018 não só em relação aos candidatos a Presidente da República, mas também em relação aos Deputados, aos Senadores, enfim, em toda essa disputa. Essa iniciativa é importante.

Várias coisas foram ditas aqui: por exemplo, negociação coletiva. Nós entendemos que, relativamente à negociação coletiva, nós devemos ter instâncias de negociação coletiva. Nós temos de pensar em avançar na negociação coletiva em nível nacional, em nível estadual e em nível local. Eu acho que nós precisamos buscar isso. Para tanto, tem de ter equilíbrio. Não adianta você ter toda essa possibilidade se contar com esse desequilíbrio de forças. E, para ter equilíbrio de forças, nós precisamos ter estruturas sindicais fortes. Por isso, nós entendendo que discutir tão somente o financiamento sindical... Eu acho que o financiamento sindical tem de estar dentro de um contexto de negociação coletiva, de estruturação sindical, de Direito do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalho, de Justiça do Trabalho e de nova lei trabalhista. Eu acho que esse é um contexto geral que temos de buscar discutir.

Por exemplo, ainda na questão da negociação coletiva. Já foi dito aqui, mas eu tenho de repetir, não tem como. Como faremos ampla negociação coletiva, com a Emenda 45 aprovada, segundo a qual só se pode ir ao Judiciário trabalhista caso não haja negociação coletiva com concordância das partes? Como é isso? Como nós vamos entrar em uma negociação coletiva sendo que a faca está no pescoço dos trabalhadores, já que acabou a ultratividade?

E, aliás, vão além: proíbem até você negociar a ultratividade! Quer dizer: por um lado, querem fazer prevalecer o negociado sobre o legislado, mas, por outro, proíbem haver a ultratividade. Então, você está com a espada na cabeça dos trabalhadores dentro de uma negociação coletiva. Isso nós precisamos corrigir.

As estruturas sindicais entendemos que tenham de ser debatidas no contexto da negociação coletiva. E eu quero aqui ouvir bem a fala do Ministério Público, do Judiciário trabalhista, mas eu acho que, para o Brasil, ainda – e tem funcionado –, a unicidade sindical é importante. Eu acho que a experiência até cultural que o Brasil tem desse formato de organização é importante. Eu acho que aquilo em que nós vamos precisar, na verdade, caminhar e trilhar é na autorregulamentação sindical. Acho que aí conseguiremos dar um exemplo mundial de solução inclusive de conflitos sindicais. Eu acho que nós precisamos trilhar um caminho que siga nesse sentido de que o movimento sindical se autorregulamente, que tenha um espaço de autorregulamentação, seja para conflito sindical, para conflito em eleições sindicais, seja até, inclusive, não sei se nós podemos estipular, para recomendar mandatos sindicais razoáveis, para não termos os exemplos citados aqui nesta Mesa, de mandato de oito, dez anos, enfim. Acho que essa autorregulamentação poderia resolver uma boa parte dos conflitos sindicais, inclusive, na minha opinião, o de desorganização sindical, que está acontecendo, no sentido de uma proliferação de criação de sindicatos no Brasil. Acho que essa autorregulamentação poderia também trabalhar nesse sentido para que possamos, na verdade, aí sim, ter uma estrutura sindical mais estável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A organização local de trabalho nós entendemos que tem de ser uma organização sindical. E me parece que a intenção da proposta da lei trabalhista foi a seguinte: vamos criar uma "forçazinha" paralela ao sindicato para fazermos um embrião de sindicato por empresa no Brasil. Se isso vier cumulado com a pluralidade sindical, aí já está feita a possibilidade do sindicato por empresa, o que, na verdade, enfraquece as grandes lutas sindicais gerais do Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO LUIZ LEITE – Quanto ao sistema de custeio sindical, nós vamos continuar – viu, Senador? –, até para a questão do imposto sindical, entendendo que a decisão é do coletivo. Já foi dito aqui, mas vou repetir: como pode uma assembleia aprovar inclusive redução salarial, porque a lei, por um acordo coletivo, uma proposta, permite? E você tem o Programa de Proteção ao Emprego, sobre o qual nós viemos fazer um debate aqui, construiu-se essa proposta em um debate geral. Então, esses trabalhadores podem sofrer redução de salário, mesmo aqueles que não concordem com isso – aliás, pode ser a maioria. Geralmente acontece esse fato quando há uma crise, troca-se isso por manutenção de empregos, e ele não pode coletivamente decidir quanto é, de quanto vai ser o sistema de custeio do sindicato. Isso é absurdamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E, mediante assembleia, se vai contribuir ou não. Só isso.

O SR. SÉRGIO LUIZ LEITE – Se vai contribuir ou não.

Então, percebe-se que a intenção muito nítida foi de desequilibrar o poder do movimento sindical e o poder de equilíbrio nas negociações. Nós queremos valorizar o sistema de custeio através das assembleias.

Lógico que acho que o movimento sindical, neste momento, passa por possibilidades até de unificação de estruturas sindicais ou até de entidades sindicais. Acho que não há como deixar de discutir, neste momento de crise, essa questão.

E dois pontos, sem dúvida nenhuma, necessários para que possamos também equilibrar as forças e, aí sim, incentivar, de fato, a negociação coletiva: nós temos, Paim, de tentar avançar, nesta Casa, no combate à rotatividade de mão de obra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem setores em que se ultrapassam os 50% de mão de obra que mudam de emprego por ano. E não mudam de emprego por iniciativa do próprio empregado; eles são demitidos da empresa ou do local de trabalho. Há setores em que são mais de 50%; se não me falha a memória, a média nacional é de quase 42%, 43% de rotatividade.

Então, como vamos fazer uma grande campanha de sindicalização, por exemplo, com uma rotatividade acima de 50%? A cada campanha que você faz, você perde metade dos seus trabalhadores, dos seus sindicalizados, por ano, devido a essa rotatividade. E com um desemprego alto, com mais de 13 milhões de trabalhadores desempregados, certamente, esse trabalhador, muitas vezes, não volta para o mesmo setor; ele vai para onde conseguir alguma vaga. Nós precisamos trabalhar isso.

Outra questão que também já foi dita aqui – acho que é urgente este debate – é a questão das práticas antissindicais. Não é possível nós avançarmos na negociação coletiva com as práticas antissindicais que oferecem os empregadores, seja demitindo dirigente sindical, seja demitindo grevistas, seja demitindo membros do Conselho Fiscal. Enfim, precisamos regulamentar isso e penalizar as práticas antissindicais.

Não menos importante do que isso... Acho que a representante da Anamatra falou bem e bastante sobre o direito de greve. Mas nós sabemos que a legislação que aí está posta basicamente foi destorcida pelo próprio Judiciário. Nós temos de dizer isso. Por exemplo, Senador, no nosso segmento, no setor da indústria de fabricação do etanol, na hora em que notificamos para a greve, já recebemos um interdito proibitório e uma multa de R$50 mil a R$100 mil. Aí não podemos – não é, Artur? – ir à localidade. Falam: "Não, esta aqui é uma propriedade privada." Mas tudo na usina é propriedade privada. Então, se for ficar fora da propriedade privada, tem de se parar o trabalhador no centro da cidade. Isso é inibir, isso é impedir o direito de greve dos trabalhadores. Acho que nós precisamos fazer valer o direito de greve.

Precisamos debater os exageros existentes no conceito de atividade essencial. Agora, além daquele entendimento, Senador, que V. Exª comentou aqui, há a ampliação do entendimento de serviços essenciais dado pelo Judiciário. Então, acho que o direito de greve também, como o equilíbrio de forças na negociação coletiva e na estrutura sindical, é primordial para que possamos avançar na nossa luta sindical.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO LUIZ LEITE – Para finalizar, quero dizer que, infelizmente, estamos vendo o trabalho que o Governo tem feito para não deixar caminhar a Medida Provisória 808, que, talvez, fosse um espaço de diálogo. Não tivemos um espaço de diálogo por ocasião da reforma trabalhista. Esse poderia ser um espaço de diálogo para tentar corrigir os pontos principais da reforma trabalhista, que recebeu mais de 900 emendas, quase mil emendas, dos Parlamentares que gostariam de ver alterados vários pontos. Infelizmente, estamos vendo essa manobra do Governo. Acho que é difícil ela tramitar aqui, tanto na Câmara quanto no Senado, mas, logicamente, os Parlamentares mais alinhados ao movimento sindical têm tentado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO LUIZ LEITE – ... fazer esse trabalho aqui para ver se nós conseguimos debater. Mas, caso não consigamos, essa iniciativa aqui do Estatuto do Trabalho e outros projetos que tramitam tanto no Senado quanto na Câmara podem nos auxiliar muito e nos pautar de forma importante no movimento sindical e também, logicamente, volto a dizer, levar esse debate para as eleições de 2018. Acho que os Parlamentares e os presidenciáveis terão de explicar para os trabalhadores efetivamente de que lado estão, o que pensam sobre a lei trabalhista e o movimento sindical.

Agradeço a oportunidade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Sérgio Luiz Leite, 1º Secretário-Geral da Força Sindical. Meus parabéns pela fala, que foi na linha de fortalecer a organização sindical, a negociação coletiva de fato, e não como colocaram, o direito de greve e a própria questão sindical.

Agora passamos a palavra para Luigi Nese, Presidente fundador da Confederação Nacional de Serviços (CNS).

O SR. LUIGI NESE – Bom dia a todos.

Obrigado, Senador, pelo convite. Parece que sou o único representante empresarial nesta Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, então, aproveitar o momento porque sempre me fazem essa pergunta pelo WhatsApp. Então, informo a todos que diversas entidades patronais foram convidadas, algumas disseram que viriam e, na última hora, resolveram não vir. Foram convidadas para este debate CNI, Fiesp, Febraban, CNT, entre outras. Não vieram e não mandaram representantes. Apenas a CNS veio participar do debate. Palmas para a CNS e seu representante. (*Palmas.*)

O SR. LUIGI NESE – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Alguns alegam que a gente não convida o outro lado. Toda audiência pública eu tenho de dizer isto: foram todos convidados. Estamos na 18ª Reunião. Infelizmente, a única que se faz presente é a CNS. Ou felizmente, pelo menos.

O SR. LUIGI NESE – Eu diria, veja bem, Senador, que se furtar a uma discussão com relação a esse assunto sindical é realmente não acreditar no sistema sindical brasileiro. Eu acredito no sistema sindical brasileiro. (*Palmas.*)

Evidentemente tem de ser... Já foram feitas algumas modificações, mas tem de ser aprimorado ainda. Eu, venho, ao longo desses anos todos, defendendo uma nova estrutura para esse sistema, tanto que eu praticamente revolucionei o sindicalismo patronal, porque eu fui o criador da primeira Federação de Serviços do Estado de São Paulo, fui criador da Confederação Nacional de Serviços, contra as potentes outras confederações, seja do comércio, principalmente do comércio, que combateu tremendamente para que a Confederação Nacional de Serviços não aparecesse, não...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me mais um aparte, só para registrar a presença da nossa querida Presidenta desta Comissão, Senadora Regina Sousa, que veio aqui prestigiar nosso evento. (*Palmas.*)

O SR. LUIGI NESE – Hoje a Confederação Nacional do Comércio se chama Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, e foi modificado o nome, mas sem modificar a base de representação porque tanto o setor de turismo como o de serviços estão sendo representados por outras federações. Então, eu me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sinto à vontade de estar aqui para discutir e progredir com esse procedimento com relação às modificações sindicais.

Como falei, sou totalmente favorável ao sistema, que tem de ser melhorado. O que eu sempre venho discutindo é que nós deveríamos regulamentar, Senador, o art. 8º da Constituição, que regulamenta a participação como contribuição confederativa, que, sendo implementada de uma forma liberal, sem usar a obrigatoriedade, como hoje existe na contribuição sindical, seria uma alternativa nesse aspecto.

Segundo, também deveríamos ter uma situação de que as federações e os sindicatos que fossem criados tivessem realmente a representatividade que muitas vezes não têm. Eu vejo sindicatos na área patronal que têm o mesmo presidente, que é presidente de vários sindicatos e monta uma federação ou federações que eventualmente possam criar uma confederação. Isso é permitido porque não existe lei que proíba. Então, fica um pouco desatento esse procedimento que é usado hoje para criar sindicatos, federações e até confederações.

Com relação exatamente a essa sustentação e à lei que definiu que o acordado vale sobre o legislado, que é o principal dessa lei, ela enfraqueceu essa decisão política e legal, enfraquecendo os sindicatos. Como podemos fortalecer o acordado sobre o legislado quando não há nem sindicato patronal nem sindicato dos empregados que possam negociar? (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – São as contradições da lei.

O SR. LUIGI NESE – Essa foi a maior contradição da lei. E eu, conversando com alguns Deputados...: "Não, mas nós temos de acabar com tudo que é obrigatório." Tudo bem, mas há outras coisas obrigatórias também, na legislação, que precisam acabar, por exemplo, o Sistema S. Por que o Sistema S é obrigatório? Não precisava ter o Sistema S obrigatório, poderia ser alternativo. (*Palmas.*)

Por isso acho que as outras confederações não estão aqui, porque eles têm o Sistema S e nós não temos o Sistema S. Exatamente por essa obrigatoriedade hoje do processo, as entidades que têm o Sistema S, por exemplo, não precisam da contribuição sindical; elas se sustentam com isso. Então, não é necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se bem que eu quero dar uma informação – não sei se o senhor tem, Senador – sobre a arrecadação da contribuição sindical feita, que terminou em 31 de janeiro e continua. O setor empresarial, de média nacional, arrecadou 20% do que iria arrecadar ano passado. Então, não sei se foi dado um tiro no pé também com relação a essa alteração do sistema.

Não sei quanto será a arrecadação dos empregados, agora, neste mês. Eu acredito que não será muito mais do que isso, porque, da forma como está sendo colocada e da forma como está sendo apresentada, realmente acho que existe uma dificuldade jurídica até, porque têm dado liminar favorável, têm dado liminar contrária, há decisões judiciais favoráveis e decisões judiciais contrárias. Então, nesse procedimento, realmente fica difícil para as empresas descontarem uma contribuição sindical na folha de pagamento, já que elas são intermediárias do procedimento.

Os sindicatos patronais cobram diretamente dos seus associados porque têm endereço e mandam o boleto individualmente a cada empresa, enquanto que, no caso dos empregados, não; o intermediário é a empresa. Se nós recolhermos uma contribuição sindical sem autorização do funcionário, nós poderemos estar desrespeitando não só a lei, mas a própria convenção coletiva que eventualmente estabeleceu que deveria ser paga por todos essa contribuição. Então, existe um problema sério em relação à penalidade que a empresa pode recolher. E, se ela recolhe e vai ser distribuído por parte da contribuição sindical... Eu queria dizer que a contribuição sindical não foi extinta, mas simplesmente foi colocada alternativamente. Ela existe como contribuição. E, se existe como contribuição, no momento em que for feita a contribuição, ela faz a partição para todas as outras entidades: sindical, federação, confederação e Governo Federal, através do Ministério do Trabalho. Quer dizer, todos estão recolhendo essa contribuição, que está sendo distribuída, como foi feito até agora com a contribuição sindical.

Ora, se isso for feito, no polo passivo, qualquer ação que existir vai interferir nessas três ou quatro entidades de cada setor, que são impelidas a devolver esses recursos para o funcionário que recolheu essa contribuição. E há uma dificuldade jurídica para que isso aconteça. Então, as empresas hoje que estão fazendo as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negociações, os sindicatos que estão fazendo negociações com os empregados têm essa problemática para ser resolvida.

Eu entendo que, se uma entidade sindical, seja patronal ou dos empregados, estabeleceu, através de uma assembleia feita dentro da entidade, que a contribuição sindical tem de ser recolhida, pelo menos os associados têm de fazer automaticamente essa contribuição. O associado não pode se negar a contribuir com essa decisão de assembleia porque ele é um associado. Se ele tem de cumprir todas as outras regras, por que não vai cumprir a regra da contribuição sindical? Tem de ser cumprida a regra da contribuição sindical pelos associados que fazem parte. Se ele não quiser participar do sindicato, ele deve se desfiliar do sindicato e não vai cumprir essa decisão das assembleias. Acho que, para os associados, não há nenhuma dúvida de que as empresas devem recolher essa contribuição sindical.

Com relação aos outros e à posição da legislação, eu acho que há um problema constitucional, Senador, primeiro porque você não pode ter um imposto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIGI NESE – ... que seja válido para o João e não seja válido para o Manoel, certo? Essa possibilidade de se recolher o imposto seria maravilhosa porque eu também gostaria de não recolher imposto de renda. Eu recolho se eu quiser; se eu não quiser, eu não recolho? Essa alternativa não existe no sistema de tributação, quando se trata de imposto. E a contribuição sindical é um imposto, faz parte dos impostos obrigatórios a serem recolhidos. Outro aspecto que também acho não ter validade jurídica é o fato de que ele não pode se beneficiar de uma coisa... Alguns se beneficiam desse imposto e outros não.

Essa diferenciação de que alguns podem pagar e outros não está totalmente fora da lei, e eu acho que essa decisão sobre a inconstitucionalidade desse artigo da lei, mais cedo ou mais tarde, Senador, vai vingar. Não vejo como não se levar isso ao Supremo para que se tome uma decisão sobre a constitucionalidade ou não dessa não obrigação da contribuição sindical.

Com relação aos acordos – o acordado vale sobre o legislado –, é muito importante que haja isso e que isso seja feito entre empregado e empregador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acordado, porque isso harmoniza todo o setor representado tanto pelo patrão quanto pelo empregado. Se você não tiver essa harmonia dentro desse procedimento, pode haver até uma concorrência desleal entre empresas, uma vez que uma empresa que tenha mais força com relação ao sindicato pode fazer um acordo diferente de uma outra empresa, especialmente as pequenas e micro empresas, de modo a, com isso, beneficiar determinadas empresas em detrimento de outras. Então, se houver um acordado para todo o setor e esse acordado se transforma em lei, nós estaremos homogeneizando os procedimentos e as regras daquele setor muito mais claramente do que se tivermos individualidade nos procedimentos.

Eu negocio com a minha parte laboral há mais de 30 anos, e nós sempre chegamos a uma boa conclusão com relação a esses acordos. Evidentemente, você tem de colocar salvaguardas no procedimento de que, se uma empresa está em dificuldades ou se o empregado está em certa dificuldade, há de haver a possibilidade, na convenção coletiva, de se estabelecer uma regra para sentar-se ao redor de uma mesa de conciliação para resolver esses problemas. E, graças a Deus, ao longo desses anos, Senador, na minha área, que é uma área bastante importante, área de tecnologia de informática, nós temos resolvido as questões e temos salvado várias empresas inclusive da possibilidade de terem prejuízo e daí acabar-se com a empregabilidade.

Com relação a isso, Senador, volto a insistir: nós precisaríamos realmente fazer uma modificação e regulamentar o art. 8º. Essa seria uma oportunidade já que essa medida provisória, como Serginho disse, não vai prosperar, até porque a tendência é de caducar. Então, não vai resolver isso. Assim, nós deveríamos nos voltar para a regulamentação do art. 8º e dar a liberdade para que tanto os sindicatos patronais quanto os sindicatos dos empregados, através de assembleias, através de decisões possam regulamentar essa contribuição confederativa e possam manter economicamente o sistema sindical. Eu acho que seria importante fazermos isso.

Outra coisa, Senador, que eu acho que é importante também é nós mudarmos... Eu sou membro do Conselho Curador do FGTS, já estive com o Serginho no FAT, e me expulsaram, exatamente porque as pessoas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIGI NESE – Não, não foi você. Mas é que, quando eu entrei pela primeira vez, os outros saíram; agora, me expulsaram, e os outros entraram, os outros patronais. Então, estou fora do FAT, mas, graças a Deus, foi uma gestão, quando fui Presidente do FAT, boa em que a gente conseguiu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para descontrair, foi uma boa expulsão, então, para eles. (*Risos.*)

O SR. LUIGI NESE – Para eles, sim. Mas tudo bem. Não faço... Faz parte do jogo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para descontrair.

O SR. LUIGI NESE – Faz parte do jogo. Não tem problema nenhum. Não quero dizer que eu seja imprescindível no FAT. Está muito bem. Os conselheiros que estão lá estão aptos a manter esse controle sobre o importantíssimo fundo que existe lá no Ministério do Trabalho.

Agora, nós tínhamos de mudar algumas coisas. Temos algumas propostas, e depois eu posso lhe entregar, Senador, com relação ao FGTS, por exemplo. Nós deveríamos, para melhorar... O Serginho falou sobre a rotatividade, etc., mas, se você acabar com o pagamento na dispensa de funcionários, quer dizer, acabar com essa possibilidade de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIGI NESE – ... receber o FGTS na dispensa e transformar isso numa possibilidade de ele, a cada ano, receber 50% daquilo que foi depositado na conta do FGTS, modernizaríamos os procedimentos e aumentaríamos, inclusive, o FGTS, mas não é assunto da nossa Mesa.

Senador, só para terminar, da nossa parte, nós vemos com bons olhos a continuação do fortalecimento do setor sindical tanto patronal quanto dos empregados. Evidentemente, não tem de haver nem pelego patronal, nem pelego dos empregados. Se se transformar em peleguismo, realmente não é um bom sistema. Eu acho que isso tem de ser primordial nas negociações e tanto o empregado como o empregador terem a independência de negociação. Um bom acordo nem sempre é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bom para todos, mas válido para se manter essa isonomia e essa tranquilidade no procedimento de negociação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIGI NESE – Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Cumprimento o Luigi Nese, Presidente e fundador da Confederação Nacional de Serviços (CNS), que tem essa visão democrática que eu defendo, e sempre defendi, do efetivo diálogo, da negociação entre empregado e empregador. Tenho certeza de que todos o defendem, todos são favoráveis a isso, respeitando, naturalmente, o que está na lei, o que já foi falado por todos aqui, o princípio, inclusive, da inflação, de repor a inflação e negociar acima disso. Isso é muito positivo.

Julimar Roberto, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O SR. JULIMAR ROBERTO – Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar a Mesa aqui no nome do Senador Paim e da única mulher à mesa, a companheira Lucimary Santos.

Eu queria falar um pouco, já que estamos na Comissão de Direitos Humanos, da questão da violência. Ninguém falou aqui dos últimos acontecimentos nesse período, aliás, os últimos, não, mas o que vem acontecendo há muito tempo. No ano passado, foram mais de 60 mil assassinatos aqui no Brasil.

Houve esse caso da Marielle Franco e do Anderson Gomes, trabalhador que morreu, que foi assassinado exercendo a sua profissão, na semana passada. Então, queríamos fazer uma homenagem a esses dois, relembrando todos os outros assassinatos que aconteceram nesse último período. Estamos realmente numa guerra e temos de arrumar uma solução para isso.

Marielle Franco, presente! Anderson Gomes, trabalhador assassinado no exercício de sua função, também presente! (*Palmas.*)

Nós fizemos aqui uma analogia também com a violência institucional, violência que aconteceu no ano de 2017 principalmente, com a falada reforma trabalhista, que foi empurrada goela abaixo dos trabalhadores, de forma muito violenta. Como já foi dito pelas pessoas que me antecederam na fala, não houve um debate coerente. Foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feita de forma irracional essa reforma, porque não nos deu chance alguma de participarmos dessa conversa. Ou seja, foi aprovada uma pauta, foi mandado um projeto de lei pela Presidência da República, o Relator pegou a pauta da parte patronal, especialmente da Confederação Nacional da Indústria e da Fiesp, e a integrou a esse projeto de lei, e nós fomos atropelados. Então, para mim, isso também é violência, porque vários trabalhadores, pais de família estão sofrendo e vão sofrer ainda muito mais com essa reforma trabalhista. Não tenho dúvida disso. Ela está sendo implementada aos poucos, mas vai ser implementada, e os trabalhadores vão sentir, já estão sentindo e ainda vão sentir muito mais.

Não podemos deixar de falar também da violência e da exploração da classe que vive do trabalho.

O SR. CHICO VIGILANTE (*Fora do microfone*.) – Julimar, eu queria só pedir para se corrigir ali o nome da Marielle.

O SR. JULIMAR ROBERTO – É Marielle Franco. Houve um erro material, ouviu, Luizinho? É Marielle.

Estamos falando da violência promovida pela reforma trabalhista, conforme foi dito. Os acidentes de trabalho matam um trabalhador a cada quatro horas e meia no Brasil. Há essa pesquisa, e está comprovado que morre um trabalhador a cada quatro horas e meia no Brasil.

Há a violência derivada do ódio de classe. Nós vimos uma sentença de um juiz de Mato Grosso do Sul nesta semana, ou melhor, de Mato Grosso, na semana passada. Um trabalhador, um vendedor foi condenado a pagar R$750 mil para o seu ex-empregador por reclamar seus direitos trabalhistas, suas verbas não pagas, na Justiça do Trabalho. É violência derivada, muitas vezes, da ganância patronal e de assédios morais e sexuais.

Então, vemos o Estatuto do Trabalho como uma esperança, Senador Paulo Paim. Nós o parabenizamos, como sempre, pela sua iniciativa positiva de resgatar algum direito nosso. O que já foi destruído temos de conseguir trazer de volta, para proporcionar igualdade de oportunidades para todos e todas no nosso Brasil.

Temos algumas diretrizes principais propostas para o Estatuto. Nós as encaminhamos para a Mesa e, depois, pedimos a avaliação dos Senadores. O Estatuto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa estar em sintonia com um projeto nacional de desenvolvimento sustentável que reduza a brutal distância entre a renda e as oportunidades no Brasil. Mas, para acontecer isso, com certeza, temos de dar um basta nessa reforma.

Sabemos, como o Paim falou, que com esse atual Congresso que temos aí não vamos conseguir, sem dúvida. Mas esperamos que na próxima legislatura tenhamos algo mais positivo e consigamos discutir melhor essa situação.

Deve ser rigoroso na proibição de desigualdade de gênero e raça; dar um fim no trabalho escravo; proibir os contratos precários e intermitentes, PJ, que estão aí na reforma trabalhista e deve estar alinhado com um projeto que priorize tributação do lucro e da riqueza e alivie a tributação dos salários e rendas do trabalhador.

Isso impacta diretamente o trabalhador, Paim. Sabemos já – é uma discussão antiga – que a carga tributária aqui no Brasil é altamente regressiva, ou seja, quem ganha menos paga mais, proporcionalmente falando, não temos como fugir disso. Nós temos de dar uma atenção realmente especial para essa questão da tributação.

Deve assegurar o direito de organização e financiamento sindical, respeitando as distintas correlações de força entre capital e trabalho de cada região e também de cada categoria; estabelecer punições severas para as práticas sindicais – já foi colocado aqui pelo Sérgio na apresentação dele; e a organização sindical deve ser livre, democrática e visar à unidade dos trabalhadores. Isso na questão das diretrizes gerais.

Em relação às negociações coletivas, eu digo que um dos pontos mais prejudiciais aos trabalhadores nesse momento é a questão do negociado sobre o legislado.

Chico Vigilante, eu estive na semana passada em uma assembleia do pessoal do setor de serviços, bombeiros civis, que estão numa situação parecida com a dos vigilantes. O que acontece ali com os bombeiros civis, Paulo Paim? Eles têm regulamentada uma lei... Eles têm uma carga horária específica, muito específica, de 12 horas por 36 e no máximo 36 horas semanais. E existe lá uma proposta patronal para alterar essa carga horária. Ou seja, além de poder contratar o horário intermitente, também fazer uma jornada de horário diferente da que está prevista em lei. Pela nova legislação, se for colocado isso numa negociação coletiva, eles vão perder. Aliás, não foi aprovado na assembleia por unanimidade porque eles têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ciência de que, se aprovado isso, eles serão demitidos para contratação de trabalhadores horistas, trabalhadores intermitentes.

O pessoal do setor de serviços vem numa ganância, numa ânsia, numa sede muito grande nas pautas que eles vêm apresentando. A gente fica meio sem entender, porque, como eles já têm uma licitação, por exemplo, aprovada, principalmente para trabalhos públicos, ou seja, eles já estão recebendo, já estão repassando para os trabalhadores e já estão tendo o lucro que devem ter, se eles fizerem isso, vão continuar recebendo a mesma coisa, mas vão diminuir o pagamento para os trabalhadores, ou seja, estão visando simplesmente especificamente ao seu lucro.

Então, nesse momento, a negociação coletiva tem sido uma das grandes dificuldades, porque a gente não concorda com esse tipo de situação, o trabalhador não aceita, se vai para a Justiça, a gente sabe como demora, a gente sabe o que tem acontecido em questões judiciais. Se faz uma greve, há a questão que o Chico colocou dos interditos proibitórios. Não vou dizer em todos os casos, mas na maioria dos casos nós temos visto que tem acontecido. Ou seja, prejudica bastante a organização. O negociado sobre o legislado, na nossa avaliação, é um dos pontos terríveis nessa situação.

Na nossa proposta, temos de valorizar a negociação coletiva, que deve estar articulada com a valorização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIMAR ROBERTO – ... do contrato coletivo de trabalho e com o respeito à organização sindical e ao direito à greve. E também, no caso dos servidores públicos, a regulamentação das Convenções 151 e 159, da OIT, que é o direito às negociações dos servidores públicos.

É preciso que a legislação assegure condições que equilibrem a desigualdade na correlação de forças, os trabalhadores e a classe patronal, especialmente em categorias de alta rotatividade, como é no comércio. Eu sou comerciário. Na questão do financiamento sindical, o pessoal fala: "Ah, mas é porque os sindicatos não vão, não filiam, etc. e tal..." Os trabalhadores no comércio são os que mais se filiam. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sindicato dos Comerciários é o que mais filia, mas é o que menos tem trabalhador filiado, por conta da rotatividade.

Então, não dá para um sindicato laboral de trabalhadores sobreviver somente com mensalidade na atual forma que nós coexistimos hoje. Não tem como. O Sindicato dos Comerciários aqui de Brasília filia em média 800 trabalhadores todo mês; todo mês, filia em média 800 trabalhadores. Está aqui o companheiro Luizinho, um dos que coordena esse tipo de trabalho no Sindicato dos Comerciários. E é isso. Há uma equipe que fica – em torno de 21 pessoas – todos os dias conversando com trabalhador, esclarecendo a importância do sindicato, o porquê de ele se filiar; e a gente não consegue manter um número ativo de filiados por conta da rotatividade. Mesmo filiando 800 trabalhadores todo mês, entram 800 e saem 500, saem 600... Filia-se, e, quando vão entregar a carteirinha dele de sócio, ele já foi demitido, ou já saiu, etc.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIMAR ROBERTO – Então, realmente devemos ter um olhar especial para essa questão do financiamento. Defendemos que a convenção coletiva é soberana em qualquer hipótese.

Senador Paulo Paim, não sei se tenho uma mente curta para isso ainda, mas não entendo como vou assinar um instrumento coletivo... Vejam bem, estou assinando uma convenção coletiva de trabalho. Mas aquilo que eu decidi lá na assembleia não vale? Eu vou colocar uma cláusula ali dizendo que eu aprovei uma taxa negocial, para eu colocar na minha convenção coletiva, mas ela não terá efeito coletivo, será individual. Venhamos e convenhamos, isso é totalmente sem lógica! É um absurdo! E, no nosso entender, a lei em momento nenhum diz isso. Ela diz que deve ser aprovado tácito, antecipado e expresso. Mas pode-se aprovar dessa forma coletivamente, sem nenhum problema. Então, nós defendemos que esse financiamento, essa taxa, essa questão de organização sindical deve ser feita de forma coletiva, como os demais companheiros já disseram aqui.

Em relação à organização sindical, nós defendemos, como sempre, a questão da liberdade e autonomia sindical em todos os sentidos, o que essa reforma trabalhista vem retirando em boa parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O sindicato tem de estar acompanhando em todos os sentidos a questão do trabalho, tanto no momento da contratação, quanto no momento do salário, quanto no momento da demissão. Esse é outro absurdo. Eu fiquei por muito tempo no departamento de homologação do Sindicato dos Comerciários e, como é muito rotativo, a gente tinha muito contato. Já faz um tempo que eu me afastei, mas ali, Senador Paim, é o momento em que o trabalhador tem a oportunidade de olhar no olho do representante da empresa ou do empregador e dizer: "Olha, você deixou de me pagar isso, aquela hora extra que eu fiz; você não está pagando minhas verbas rescisórias sobre a minha parte do salário que você paga por fora do contracheque – o dito caixa dois." Então, é nesse momento em que o escravo se rebela. E eu vou dizer para você: o empregador não quer isso. Não é só por conta de quitação anual... Lógico que vão aproveitar para tentar quitar anualmente, inclusive estão tentando colocar nas convenções coletivas, mas o momento em que o trabalhador pode falar alguma coisa individualmente para o seu empregador é aquele momento da rescisão, e ainda tem o apoio do agente homologador do sindicato.

Infelizmente, por conta da nossa discriminação de classe, eles não aceitam isso; não aceitam o trabalhador chegar e ter um mínimo de igualdade. Acho que nós não podemos abrir mão de algumas coisas que estão aí colocadas.

No mais, o meu tempo está terminando, conte com a Central Única dos Trabalhadores para demais contribuições. Como o senhor á fundador da nossa central, e o Chico também, estamos abertos para o debate.

Esperamos que da próxima vez encontremos mais representantes patronais, porque, é claro, temos de ouvi-los também para fazermos um debate justo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Julimar Roberto, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que trouxe uma série de contribuições muito semelhantes às das outras centrais. Isso é bom porque estamos indo para o campo da unidade tão falada.

Quero deixar registrado, infelizmente, lamentavelmente, sobre a questão do assassinato da Marielle e do Anderson, que nós, na semana passada, fizemos um amplo debate sobre esse tema, o que é natural, porque era sobre direitos humanos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área em que ela atuava. E aprovamos, inclusive, claro, um voto de pesar, que depois aprovamos no plenário, na mesma linha do que você falou. Estamos todos em sintonia.

Agora vamos para Artur Bueno de Camargo, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST).

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Boa tarde a todos, a todas.

Quero cumprimentar aqui todos os componentes da Mesa, em nome do nosso Senador Paulo Paim, e dizer que, a partir do dia 15 de março, nós, já que estávamos sempre juntos nessa luta em defesa dos trabalhadores, passamos agora a ter também os mesmos anos de vida para podermos continuar juntos. Parabéns e muita saúde para que possamos continuar a luta!

Senador, quero também parabenizar por essa iniciativa de podermos estar aqui debatendo essa questão do Estatuto do Trabalho, na busca de alternativas para combater as injustiças, procurando realmente dar pelo menos voz e condições para podermos estar defendendo os direitos da classe trabalhadora.

Senador, se me permite, eu também gostaria, em nome do FST, de prestar a nossa homenagem à Marielle e ao Anderson, que foram brutalmente assassinados. Ao mesmo tempo, minha solidariedade aos familiares deles. Repudio, Senador, aqueles que realmente estão querendo denegrir a memória da Marielle, que fazia um trabalho – e eu tive oportunidade de estar pelo menos uma vez com ela – que conheço realmente, em defesa daqueles menos favorecidos. Repudio aqueles que estão usando as redes sociais para denegrir a imagem dessa memória, principalmente aqueles que exercem inclusive cargos pelos quais não deveriam fazê-lo, realmente deveriam ter, no mínimo, a responsabilidade de não dizer o que estão dizendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o caso da desembargadora, não é?

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Exatamente.

Então, eu queria prestar minha homenagem.

Entrando na pauta, eu acho que todos aqueles que me antecederam foram muito felizes em colocar todas as questões e os obstáculos que nós temos que não são poucos para a organização do movimento sindical. Falou-se muito aqui da questão da organização da greve e que nós temos aqui realmente alguns juízes – é bom que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diga que não é a Justiça do Trabalho, alguns juízes – que vêm concedendo, inclusive, interdito proibitório e proibindo. Mas isso não acontece só na greve, não. Não é quando você vai fazer uma greve, é quando você vai fazer, inclusive, uma mobilização dos trabalhadores para negociação coletiva de trabalho. O Senador sabe – foi dirigente sindical – que, para você ir a uma negociação coletiva de trabalho, é preciso você estar com a sua categoria mobilizada, senão você não tem poder de barganha para negociar. E, quando você vai fazer essa mobilização, você já sofre a intervenção, a intervenção mesmo. Eu queria dizer isso um pouco na prática, acho que para aqueles que estão aqui assistindo a nós, é importante que eles saibam disso.

Na prática, nós tivemos recentemente uma questão muito profunda da BRF, que todo mundo sabe que é a unificação da Perdigão com a Sadia. Foi estabelecida uma meta para os trabalhadores cumprirem para receberem a PLR. Os trabalhadores cumpriram, atingiram 100% da meta e aí, quando realmente chegou a hora do pagamento, em virtude desse problema da Carne Fraca, etc. e tal, eles vieram, inclusive, por um vídeo, veio o presidente-executivo da BRF dizer que não poderia mais pagar a PLR em função realmente da questão que tinha acontecido. Como se os trabalhadores realmente tivessem culpa por desvio de conduta de gestores da BRF. E aí, nós fomos realmente para a mobilização; evidentemente que não iríamos ficar calados diante dessa situação. Começamos a fazer manifestações, principalmente na porta de onde fica realmente toda a diretoria da BRF. Recebemos oito interditos proibitórios. Oito interditos proibitórios inclusive colocando que, se nós continuássemos a mobilização, nós teríamos de pagar R$150 mil por dia, de multa, se desobedecêssemos ao interdito proibitório.

Então, acho que isso tem de ficar muito claro para a população. E aí nós não podemos generalizar, porque também há juízes que não concedem interdito proibitório, como vários não concederam, mas infelizmente há alguns que fazem o jogo do capitalismo e acabam realmente concedendo. Acho que esse é um dos pontos que devemos debater. Isso não pode continuar, isso realmente tira a liberdade de expressão, não é nem a questão de direito de greve, tira a liberdade de expressão da classe trabalhadora e do movimento sindical, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria também falar um pouco sobre essa questão da Justiça do Trabalho – eu acho que é importante a gente falar disso. Hoje, a Justiça do Trabalho se tornou conveniente para os maus pagadores. Essa é a grande realidade. Isso tem de mudar.

Nós temos visto, constantemente, fazerem mutirão para se fazer acordo, e depois ainda se vangloriam de que conseguiram resolver milhares de processos na Justiça do Trabalho. E aí o que você vai ver? Resolveu de que forma? Acordos feitos na primeira instância, muitas vezes com 40%, no máximo com 50%, 60% dos direitos dos trabalhadores. Aí se torna conveniente. Por quê? Porque os maus pagadores, não estou generalizando, mas aqueles maus pagadores empresários deixam de pagar os direitos dos trabalhadores. E quantos por cento desses trabalhadores vão cobrar esse direito? Possivelmente 20%, talvez. E aí esses 20% recebem 40% do que têm direito. Ora, ser mau pagador se torna economicamente viável. Então, é preciso também que isso seja revisto. Não dá mais, e nós sabemos disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso vai virar incentivo para que os bons pagadores também não paguem. Aí vai ser o caos total.

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Deixem de pagar, é evidente, Senador.

Esse é um dos pontos sobre os quais nós precisamos realmente fazer essa discussão, principalmente com a Anamatra, que considero seja uma instituição que tem uma representação significativa. Acho que nós precisamos fazer essa discussão. Agora não é tirar a autonomia, mas eu acho que é preciso realmente rever esse tipo de posicionamento.

Quero dizer que nós, através da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins, denunciamos inclusive ao CNJ. E a resposta que tivemos foi: "Essa não é uma questão realmente nossa." Ora, então, não sei para que existe CNJ, porque no mínimo teria de realmente levar isso para uma discussão, para buscarmos uma solução dessa questão.

Senador, eu acho que sobre tudo isso que ocorre também nós não podemos aqui tirar a responsabilidade deste Congresso Nacional. Eu acho que o Congresso tem o papel de fazer leis realmente que possam dar inclusive segurança jurídica. E, quando nós vemos o que está acontecendo hoje diante principalmente dessa reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhista... Serginho, eu quero dizer para você que eu concordo com a sua fala quando diz que nós precisamos discutir a conjuntura sindical como um todo, mas não dá para esperar a questão do financiamento sindical, do financiamento das entidades para discutir essa conjuntura, por quê? Porque o movimento sindical já está no gargalo, não dá mais. Ou nós resolvemos essa questão do financiamento do movimento sindical... E, às vezes, é muito fácil porque nós temos de distinguir um pouco a questão da representação.

Nós sabemos que as representações dos funcionários públicos com estabilidade no emprego é uma situação que também sofre realmente penalidades, sofre uma série de coisas, mas é uma situação. A situação dos trabalhadores das empresas privadas é diferente. Ali há pressão, ali nós sofremos realmente, o trabalhador sofre a pressão atrás da máquina. O trabalhador sofre uma pressão no dia a dia. Aí, é preciso realmente darmos essas condições. Muito bem disse uma companheira: "Que liberdade é essa?" Como é que você consegue autonomia, liberdade no movimento sindical se você não tem sequer o direito de poder se sindicalizar, Senador?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Ele é perseguido. Há trabalhadores – e não são poucos – que preferem pagar a mensalidade do sindicato lá na sede do sindicato. Por quê? Porque, se for descontado em folha de pagamento, ele vai realmente sofrer punição. Então, essa é a situação que nós vivemos no nosso País; essa é a situação que foi colocada aqui.

Agora, quero finalizar dizendo que, se esse Governo Michel Temer e esses Parlamentares que votaram a favor dessa reforma trabalhista acham que vão conseguir desmontar o movimento sindical, eles estão completamente enganados! (*Palmas.*)

Eles estão completamente enganados! Nós vamos continuar fazendo a nossa resistência e vamos jogar na lata do lixo esta Lei 13.467/2017.

E eu quero aqui, Senador, parabenizá-lo mais uma vez por essa iniciativa. Eu acho que através do Estatuto do Trabalho nós podemos construir condições que possam pelo menos dar dignidade para as representações e para toda a classe trabalhadora do nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós concordamos plenamente com você. Este Congresso tem grande culpa. Eu chego a dizer que nós temos um Presidente indecente e uma maioria indecente aqui por ter aprovado na íntegra essa reforma, sem mudar nenhuma vírgula. Isso é uma indecência! Eu li vírgula por vírgula porque fui Relator na Comissão de Assuntos Sociais, fiquei quatro horas lendo, aqui, nesta sala ou na Sala 2. Fiquei lendo e comentando, mas sei que a maioria não leu, nem Deputado nem Senador. Como você aprova uma coisa que você não leu? Chega com sete artigos, sai com 117! Há parágrafos e incisos, enfim, ninguém leu, 90% não leram.

Então, de fato, têm culpa no cartório, sim, e vão ter de responder perante a história. Um dia, a história vai falar, ainda, sim, do Estatuto do Trabalho que os senhores todos estão escrevendo, tenho certeza disso.

Meus cumprimentos pela sua fala, Artur.

Agora, Paulo Roberto Ferrari, representante da Federação Nacional dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínios.

O SR. PAULO ROBERTO FERRARI – Boa tarde, Senador. Boa tarde a todos presentes aqui.

Gostaria de, mais uma vez, agradecer pela oportunidade de nós estarmos aqui para mostrar um pouco das nossas indignações.

Queria parabenizá-lo, Senador, mais uma vez por estar aqui com a classe trabalhadora, dando este espaço para que nós possamos dizer um pouco da nossa realidade.

O senhor não precisa nem ligar o reloginho, porque a minha fala é rápida, a minha fala é muito rápida porque todos aqui, com muita clareza, já passaram a nossa situação, já mostraram o que está acontecendo. Eu só gostaria de acrescentar duas coisas: foi feito um teatro com três atos. Primeiro, vamos montar a reforma trabalhista com um monte de coisas no meio; depois, vamos desmoralizar os dirigentes e as entidades sindicais; e, por último, vamos acabar com o dinheiro deles. Aí o que eles vão fazer mais da vida? Vão procurar emprego, vão fazer outra coisa. Na minha área, nenhum empregador vai me empregar mais. Depois de tanta confusão que eu arrumei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com os empregadores, quem vai me empregar como zelador ou porteiro? Nunca mais! Eu tenho de procurar outra profissão, mas tudo bem.

Senador, sobre geração de emprego, eu falo: onde estão os funcionários da Força Sindical, da OGT, dos metalúrgicos de São Paulo, dos empregados de edifício que foram demitidos por falta de dinheiro? Como se está gerando emprego se temos de demitir porque não há mais dinheiro para sustentar? Essa pessoa também tem família, esse pessoal também está desempregado. E aí? Não se pensou em uma alternativa para isso? Vamos fazer isso gradativamente, vamos fazer isso de uma forma mais tranquila? Não. Conversamos com o Governo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Paulo, você lembrou bem. (*Fora do microfone.*)

O movimento sindical tentou, mas não quiseram conversa.

O SR. PAULO ROBERTO FERRARI – Eles conseguiram nos enganar do começo ao fim. "Não, vamos conversar, vamos discutir..." Na hora em que nós percebemos... Quer dizer, já percebemos antes, mas, quando chegou a hora, foi de uma vez.

E o que eu queria enfatizar aqui, Senador, como todo mundo falou – e eu acho que isso é uma coisa muito séria que está acontecendo –, é a prática antissindical. Eu gostaria até de fazer uma sugestão a este fórum para que nós começássemos a fazer uma discussão no estatuto que começasse por essa reforma sindical, porque é um absurdo o que estão fazendo conosco em São Paulo; é um absurdo o que estão fazendo com a nossa categoria. Nós somos uma categoria de trabalhadores em edifícios e condomínios. Se o trabalhador fizer a cartinha dizendo que ele quer pagar as contribuições, eles falam que não querem que paguemos. "Se você pagar, eu te mando embora." Essa é uma prática antissindical.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É essa tal de livre negociação, não é?

O SR. PAULO ROBERTO FERRARI – E a maior prática antissindical começa pelo nosso próprio Governo, que não nos deixa fazer nada e já pula em cima... Essa também é uma prática antissindical. É para acabar com o movimento sindical.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vetou até o projeto da negociação coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO FERRARI – Sim, eles querem acabar com o movimento sindical.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Como é que há negociação?

O SR. PAULO ROBERTO FERRARI – Então, eu gostaria só de salientar isso.

Em São Paulo, estamos passando por um momento muito difícil, como no País todo. Eles não querem mais nem que o zelador, o porteiro, o faxineiro faça homologação no sindicato; eles acham que tem de se fazer dentro da garagem do condomínio; eles acham que tem de se fazer dentro do escritório. E nós estamos numa luta muito árdua em cima disso. A gente vai ganhar? Como o Artur falou, se eles pensam que estamos mortos, eles estão enganados, porque vamos reagir com força e garra. Mas algumas coisas ficam um pouco difíceis; sem dinheiro, é complicado. E há essa prática antissindical.

Na minha diretoria, de 23, pelo menos 12 já foram mandados embora. Temos de entrar na Justiça... O trabalhador vê alguma coisa errada e vai à Justiça; se ele perde, ele tem de pagar... Já ganha um salário pequeno, não tem aumento e ainda tem de pagar o advogado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Houve um que questionava que teria para receber, se não me engano, R$10 milhões, e teve de pagar R$750 mil, sem ter nada. Foi em Mato Grosso do Sul, não foi?

O SR. PAULO ROBERTO FERRARI – Então, Senador, essa era a minha participação.

Gostaria de agradecer mais uma vez, deixando os parabéns pela sua garra, pela sua vontade e por colaborar com a classe trabalhadora. Eu sei que o senhor veio de lá, sabe como é difícil, mas não me custa engrandecê-lo, porque realmente o senhor é uma pessoa para quem temos de tirar o chapéu.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, muito bem, Paulo Roberto Ferrari, representante da Federação Nacional dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínios. (*Palmas.*)

Neste momento, eu passo a palavra à Presidenta desta Comissão de Direitos Humanos, uma democrata, até porque, se este espaço existe aqui, é porque ela o abriu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para nós, sempre fazendo desta Comissão um fórum, uma trincheira em defesa dos direitos do povo brasileiro.

Senadora Regina Sousa, por favor.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Quem fez isso foi você, rapaz. E me desculpem o tratamento, que aqui é íntimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Nada!

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Lá, na tribuna, há um tal de "vossa excelência" que eu ainda vou apresentar um projeto para acabar com esse tratamento de "vossa excelência". (*Risos.*)

Se Jesus nós chamamos de "senhor", por que nós temos de chamar Deputados e Senadores de "excelência"?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! Muito bem, Presidenta!

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Mas, gente, quando eu cheguei aqui, o Paim já havia presidido esta Comissão e já havia estabelecido essa dinâmica. Então, é claro que tínhamos de manter, ainda porque eu venho do mesmo mundo de todos vocês, eu fui sindicalista até muito recentemente. Só depois eu passei mais para a direção partidária, mas em toda a minha vida de trabalhadora... E olha que, nos anos 70, eu já era sindicalista.

Inclusive, eu não posso negar que há horas em que eu fico pensando que eu estou vivendo o passado, porque as bandeiras são as mesmas. A gente está brigando pelas mesmas coisas pelas quais a gente brigava nos anos 70 e 80: liberdade sindical, autonomia, negociação coletiva, representação na base, delegados sindicais... Tudo isso eram as nossas bandeiras, e essa reforma teve o condão de tirar praticamente tudo.

A reforma trabalhista está produzindo os seus efeitos – ninguém diz, mas todos estão vendo. No Piauí, grandes redes já estão contratando por dois, três dias na semana, e ninguém se mete, os sindicatos não se metem... Eu acho que o sindicato nem sabe. Então, todo dia se renova o quadro, e a gente... São trabalhadores... Quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está desempregado topa. "Se eu não estou trabalhando e posso trabalhar dois dias por semana, eu topo". É muito grave isso!

Eu acho que o Estatuto do Trabalho foi uma feliz ideia, só que a gente também não pode jogar todas as nossas fichas assim; tem de ter luta até lá, porque a gente sabe como o processo legislativo é lento. Há leis aqui que levam 10 anos para serem votadas. Os outros estatutos são um exemplo disso: o Estatuto da Igualdade Racial – esse até que andou mais rápido, porque nós tínhamos um governo que ajudava um pouco –, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, enfim, todos demoraram muito tempo para serem aprovados. Tudo tem de passar pelas duas Casas. Então, é uma coisa muito séria. E, até lá, o que a gente faz?

Eu acho que a gente não pode negar que eles deram um tiro certeiro. Eles desmantelaram o movimento pela economia, pelo lado econômico.

Os sindicatos de trabalhadores rurais estão demitindo as pessoas. Havia alguns diretores que eram liberados para fazer... Por isso que eles têm aquela mobilização que têm, e, agora, estão esvaziando o sindicato. A sorte é que todos eles têm sedes próprias, construíram as suas sedes exatamente com esses recursos que entravam. Alguns sindicatos urbanos nem sede têm. Vão ter de penar, dividir espaço, porque não conseguem pagar.

Não é fácil arrecadar do trabalhador. Por mais que ele reconheça a importância do sindicato, ele tem aquela preguiça, ou não sei o que é, de pagar. Se não descontar na folha, ele não vai pagar. Só vai quando há eleição. Quando há eleição, todo mundo se mobiliza para votar.

Então, eu acho que nós temos um desafio muito grande pela frente. Os acordos estão sendo sempre por baixo. Não adianta, como ele já disse aqui, porque a lei permite. Agora tudo é assim: "a lei me permite..."

Aquela demissão por acordo, minha gente, é um escândalo, é imoral! É humilhante você dizer "vou te demitir por acordo". "Você vai fazer um acordo comigo aqui pelo qual você vai receber só metade do aviso-prévio, só 80% do FGTS..." Que trabalhador vai fazer isso por acordo? Ele vai obrigado, porque o cara diz assim: "se você não aceitar, vá para a Justiça". Aí, na Justiça, é outro obstáculo. Nós temos visto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recentemente, o trabalhador sendo condenado a pagar custas processuais, e custas altíssimas.

E uma coisa que a gente tem de abordar também é por que esses tribunais colocam multas tão altas. Sabem que a pessoa não pode pagar. Acho que é um desserviço e uma humilhação também o trabalhador receber uma sentença que determina que ele pague custa quando ele está desempregado, porque ele só vai para a Justiça quando está desempregado e, aí, não tem dinheiro para pagar multa alguma.

Então, quer dizer, a gente retrocedeu bastante e, o que é mais sério, não gerou emprego. O Governo diz toda hora que cresceu. Agora, o IBGE desmente, o próprio órgão do Governo desmente tudo. Caiu o crescimento. O Brasil cresceu? Deu resultado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora lembra muito bem. O IBGE divulgou os dados...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não cresceu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pelo contrário: aumentou o trabalho precário e o desemprego.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza. Então, há uma propaganda, e gasta muito dinheiro com ela, e existe a realidade que a gente precisar estar colocando na cara dos trabalhadores, tem que dizer.

A gente vai ter de voltar àquele trabalho de formiguinha, de porta de loja, de calçada na hora do almoço, porque ficam todos sentados na calçada quando terminam o almoço, não vão em casa – agora principalmente, porque o horário do almoço pode ser diminuído. Então, estamos recomeçando uma luta.

E temos o desafio de ter novas lideranças também. E formar liderança neste momento é outro desafio grande, senão a gente não vence a luta, sozinho, com dois, três diretores. Ele mesmo aqui falou, ninguém mais o pega na empresa para trabalhar, ninguém quer.

Eu me lembro de que, quando eu saí do sindicato – olha que eu era bancária do Banco do Brasil –, o banco não me queria. Para não dizer que ele não podia me mandar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

embora, me mandou para uma agência no fim do mundo. Então, existem essas coisas que a gente tem de considerar, porque não é simples se recolocar no mercado depois de ter passado pelo sindicato. Temos de formar lideranças novas. É um trabalho árduo que a gente vai ter. E outras medidas virão.

Não pensem que a reforma da Previdência está morta. Todo dia ele pode suspender a intervenção no Rio, qualquer dia. Ele já disse que, em setembro ou outubro, depois da eleição, pode suspender. Já disse isso. E que vai votar a reforma como último ato dele – não acredito que ele ache que vai ser eleito, embora esteja se apresentando como candidato. Mas não acredito que ele há... Então, seria o último ato dele a reforma da Previdência, que está vivinha. E a gente não pode baixar a guarda.

A medida provisória que veio caducou, o compromisso lá. Alguns Senadores botaram seu dedão, sua assinatura ali, Senadores que a gente nunca imaginou que fossem fazer isso. Veio e caducou. Agora, existe outra aí que também já está perto de vencer.

E eu ouvi uma declaração do líder do Governo de estarrecer. Ele disse que o compromisso era mandar a medida provisória. Está aí. Mas não há nenhum esforço pela aprovação dela. "Não faremos nenhum esforço pela aprovação dela."

Ora, se são eles que têm a maioria, quem é que vai aprovar se nós nem concordamos com ela? Mesmo assim? Então, quer dizer, é uma medida provisória de fachada, só para dizer que mandou, para dar uma satisfação não para os trabalhadores, mas para aqueles 12 Senadores que assinaram aquela maravilha no dia daquela votação em que aconteceu de tudo. Assinaram dizendo que tinham o compromisso de mandar a medida provisória com tais e tais pontos. E nada disso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – Pois é. E havia outros pontos que ele iria vetar, mas não vetou nenhum. Como a gente pode acreditar em um povo desse? Como dizem no interior: a gente está meio que num mato sem cachorro. É uma luta. Não podemos esmorecer. Dizemos essas coisas não para endurecer ninguém, mas, pelo contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Para alertar!

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – É para dizer que a luta é árdua, para alertar, porque não podemos baixar a guarda. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Presidenta Regina Sousa, pelos seus comentários!

Como fazemos sempre, vamos apresentar algumas perguntas, alguns questionamentos que vieram dos internautas. Seleciono sempre cinco ou seis.

Augusto César, do Pará, diz: "A organização dos trabalhadores e seus recursos de defesa, como a greve, são elementos que nos asseguram contra os abusos do patronato, cujos interesses são voltados para a acumulação de lucro, que não retorna em benefício da coletividade, em que estão inseridos os patrões."

Mardey Couto, do Distrito Federal, afirma: "Greve é um direito, pelo princípio da liberdade individual, mas, pelo mesmo princípio, é preciso apaziguar a CLT e transformá-la em um objeto que busca apaziguar ao invés de litigiar. Hoje, a CLT não deixa o trabalhador trabalhar e o empregador empregar, tamanho seu atraso." Ele está dizendo o que virou a CLT. A CLT de hoje criou uma insegurança jurídica enorme, e ninguém sabe o que fazer. Só complicou ainda mais.

Wellington Correa, de São Paulo, diz: "Reduzir direitos e conquistas é lógica de empresário que só quer lucrar, escravizando o povo, sempre que necessário, mesmo na ilegalidade [que é a reforma]. O que seria do povo se não houvesse o sindicato dos trabalhadores, com amparos legais e protecionistas, para defender os trabalhadores?" Ele diz que seria o fim do mundo se os sindicatos acabassem, da forma como eles querem fazer. Falo do setor empresarial. É claro que não são todos!

Filipi Carvalho, do Espírito Santo, diz: "Considerando que o cidadão no Brasil é livre, caso eu seja dono de uma empresa e diga que terei de reduzir salário, demitir ou fechar, se o funcionário não quiser aceitar, ele não é livre para procurar outro emprego em outro lugar em vez de fazer greve?" Essa é uma posição, é claro, que vai na contramão de tudo o que falamos, mas nós temos, democraticamente, de também ler, e leio sempre aqui. Há algumas que vêm chamando Senador e Deputado de tudo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vocês puderem imaginar! Eu só não leio nome feio, mas eu leio as críticas duras feitas a todos os Deputados e Senadores.

Há mais um aviso que vou dar aqui. O Sr. Telmo Sodré informa que o Sintec está participando do Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama), representando diversos sindicatos. Sua participação visa a debater o Objetivo 6, entre os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, da Agenda 2030, Metas para a Sustentabilidade.

Pediu a palavra para fazer uma comunicação, que sempre asseguro no plenário, por cinco minutos, o representante da Pública. Vamos passar a palavra para o representante da Pública.

Vamos passar a palavra para Miraldo Vieira da Silva, Secretário-Geral da Contricom, e ainda para Cristina Becker, que falará pelo Sinait.

Então, vamos começar pelas mulheres, por Aida Cristina Becker, do Sinait.

A SRª AIDA CRISTINA BECKER – Muito bom dia!

Obrigada pela oportunidade, Senador Paim.

Estou representando aqui o Sinait. Sou auditora fiscal do trabalho.

E vejo com muita preocupação algumas falas que foram expressas logo na primeira Mesa. Lamento aqui que os dirigentes não estejam presentes, o Sr. Moacyr e o Sr. Chico Vigilante. Entendi perfeitamente o contexto em que se deu essa fala, mas nós, do Sinait, estamos acompanhando com preocupação a repetição de algumas falas no sentido de que o Ministério do Trabalho, pela situação em que se encontra, realmente está sem Ministro, seus quadros cada vez mais reduzidos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Continua sem Ministro há quanto tempo? Só para... Lembra alguém?

A SRª AIDA CRISTINA BECKER – Acho que desde o final do ano passado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Desde o ano passado.

A SRª AIDA CRISTINA BECKER – É, desde o ano passado.

Mas essa fala de dizer que está sem o seu comando maior, que não está fazendo falta e que por isso o Ministério do Trabalho não precisa existir, acho muito perigosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A quem interessa esse tipo de fala? Àqueles que preservam o Estado mínimo. Se nós já estamos vendo a dificuldade de se manterem os sindicatos, a dificuldade de se manter o acesso ao Judiciário, também não precisamos mais ter Ministério do Trabalho? Esse discurso não pode ser repetido pelas pessoas formadoras de opinião aqui. É muito perigoso esse tipo de fala.

A gente tem visto isso, até a formação de uma agência para substituir o Ministério do Trabalho. A quem interessa isso? Sinceramente, não é aos trabalhadores, não é à sociedade brasileira. Esse Estado mínimo realmente não interessa a quem está lutando por um Estatuto do Trabalho e para a garantia de mais alguma condição de trabalho razoável frente a toda essa questão dessa reforma trabalhista.

Nós, auditores-fiscais do trabalho, com todas as dificuldades que estamos tendo, continuamos prestando nosso serviço, tanto da relação de recolhimento de fundo de garantia, de horas extras, todas essas dificuldades que os trabalhadores têm, mas também, especialmente, as questões de segurança e de saúde, que é o bem maior. O resto é só dinheiro, mas a saúde, o adoecimento do trabalhador, principalmente frente a essas novas tecnologias... Nós estamos falando aí de indústria 4.0, robô trabalhando com humano. Quais as novas formas de adoecimento? Quem vai lá na ponta fiscalizar esse tipo de coisa?

Então, sobre esse discurso, eu peço aos senhores que haja uma reflexão. Eu acho que neste momento em que realmente o Ministério do Trabalho está numa situação, digamos, sucateada, o nosso discurso tem que ser no sentido de que sejam providas condições para que ele efetivamente atenda aos trabalhadores, que ele efetivamente atenda à sociedade.

Estou aqui com minha colega Ana, que faz parte da nova geração. Eu estou, inclusive, aposentada. Não sei se ela quer complementar com sua experiência do dia a dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Tem dois minutos ainda.

A SRª ANA LUIZA HORCADES – Uma última observação a respeito desses comentários sobre o Ministério do Trabalho é que, além de tudo, ele não é feito só pelo Ministro. Nós realmente estamos tendo essa situação de nomeação de Ministro e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

troca, e agora estamos com um Ministro interino assumindo o Ministério, mas temos todo um quadro de milhares de servidores dedicados, que trabalham diariamente, apesar da falta de condições com as quais nós convivemos – e convivemos mesmo. Mas o serviço é prestado sim, e é prestado com qualidade, com eficiência.

Realmente, a gente comentou aqui com um pouco de indignação frente aos comentários que foram feitos na Mesa, sabendo que não houve a intenção de denegrir a imagem do Ministério do Trabalho, mas que isso pode ser perigosamente entendido de forma prejudicial quando não está dentro do contexto correto.

Mais uma vez, agradeço a palavra à Mesa e pedimos essa reflexão dos senhores e das senhoras presentes.

O SR. SÉRGIO LUIZ LEITE – Pedi a permissão do Senador Paim.

Acho que a questão talvez... Com certeza a colocação não foi no sentido de denegrir. Eu tenho certeza disso. Nós sabemos do posicionamento do nosso companheiro Moacyr.

A questão vai até ao inverso do que nós estamos falando. Todas as demandas que temos, quase indistintamente, nas confederações, nas centrais sindicais, são no sentido de sempre solicitar do Governo, do Ministério do Trabalho o aumento da quantidade de fiscais. São Paulo, por exemplo, vai aposentando auditores fiscais, e não são recolocados e vai aumentando o número de emprego. Então, é justamente numa via ao contrário disso, de fortalecimento do Ministério do Trabalho, inclusive de auditoria fiscal, privilegiando a questão da saúde e da segurança, porque é ponto fundamental para nós trabalhadores esse poder de polícia do Ministério do Trabalho, inclusive de interditar locais de trabalho que ofereçam risco para os trabalhadores. Então, temos certeza de que o caminho que o movimento tem colocado é o inverso.

O Luigi... Nós estivemos lá no Codefat e uma das coisas que a gente sempre pede, inclusive em audiência pública – já viemos aqui –, é para que fortaleçamos, por exemplo, o sistema público de emprego para melhor atender o desempregado, ajudar a encontrar um emprego mais rapidamente para o desempregado. Então, as várias políticas que discutimos no FAT, todas elas são no sentido de fortalecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora é fato que por vários tempos o Ministério do Trabalho não teve a importância correta dos governos. Então, precisamos continuar juntos reivindicando isso. Quero só fazer esse registro aqui.

Contem com as centrais sindicais e com a Força Sindical!

A SRª ANA LUIZA HORCADES – Só para ilustrar essa situação, quero lembrar que no Rio a gente está passando pela iminência do despejo da nossa superintendência. Isso é a cereja do bolo do que está acontecendo com o Ministério do Trabalho. Mas, a despeito de tudo isso, dessa possibilidade real do despejo, a gente continua na rua trabalhando e exercendo as nossas funções.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Deixe-me só complementar.

Na verdade, acho que o Chico também tocou... Eles quiseram fazer a denúncia de que estão desarticulando, estão desmontando o Ministério do Trabalho. E é fato, é real.

Eu recebi aqui diversas vezes o pessoal do Sinait, muito firme. E, diga-se de passagem, em cada audiência pública que existe aqui em que eles são convidados para aquele tema, sempre vem alguém os representando.

O Ministério da Indústria e Comércio, como diz o outro, vai muito bem, obrigado, porque é do interesse deles. Mas, quanto ao Ministério do Trabalho, que é do trabalhador, eles procuram não investir.

Houve denúncia, aqui, daquele comando que combate o trabalho escravo, de que, se nada fosse feito, até o fim do ano eles não teriam condição de fazer uma investigação de combate ao trabalho escravo.

Acho que a intenção foi essa – eles não estão aqui, mas eu falaria em nome de ambos, porque conheço muito bem ambos – de fazer a denúncia. Nós precisamos fortalecer o Ministério do Trabalho. E, claro, quando este Governo não indica, desde o ano passado, o Ministro, é porque este Governo entende que para ele não interessa o mundo do trabalho. Por isso ele quer esculhambar o Ministério do Trabalho, quer esculhambar as entidades sindicais, porque para ele não interessa. E quer aplicar o trabalho escravo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu quero defender mais uma vez o Sinait, pelo trabalho belíssimo que vem fazendo. Se não fosse a luta de vocês, que são funcionários do Ministério do Trabalho e do Sinait, enfim, eles teriam aprovado aquela portaria que iria legalizar o trabalho escravo. Então, o Ministro assinou, mas houve uma rebeldia enorme dos funcionários e do Ministério do Trabalho no seu todo, como também das centrais, inclusive no Supremo, de forma tal que ele teve que recuar naquela portaria.

Eu sou daqueles que entendem que, em uma democracia, não haver Ministério do Trabalho é um tiro na democracia. Eu queria ver as superintendências nos Estados – no meu tempo era delegacia do trabalho – todas funcionando a mil, mas parece que eles não querem fiscalizar. Há alguém por trás, não é? Não querem fiscalizar, não querem autuar, não querem fazer as rescisões de contrato que eram feitas.

Por exemplo, no Rio Grande do Sul, havia delegacia em Porto Alegre e havia também a sucursal, no meu sindicato, em Canoas. Havia uma sala que nós abrimos como se fosse uma sucursal da própria delegacia, que era estadual, em Porto Alegre, na capital. E havia, no interior do Estado, inúmeras delegacias, que faziam a fiscalização a partir dali, faziam a rescisão de contrato, recebiam as denúncias dos trabalhadores e, em parceria, enfim, encaminhavam.

Então, eu queria dar uma grande salva de palmas à instituição Ministério do Trabalho. Que ela saia fortalecida! (*Palmas.*)

Outro dia perguntaram para mim se eu queria ser Ministro, e eu disse que só se fosse do Trabalho ou da Previdência. Fora isso, não. Para vocês verem o quanto eu acho importantes essas duas áreas.

Miraldo Vieira da Silva, Secretário-Geral da Contricom; depois Ogib, que vai falar pela Pública; e o Luiz Saraiva, que pediu – daí nós encerramos –, que fala pela Contracs.

Miraldo, por favor.

O SR. MIRALDO VIEIRA DA SILVA – Bom dia, quase boa tarde a todos e a todas!

Eu quero cumprimentá-los e, em especial, o Senador Paulo Paim pela iniciativa desta audiência pública.

E peço permissão para fazer uma homenagem aos trabalhadores da construção civil da Bahia, que hoje comemoram o seu dia. Eu sou da construção e do mobiliário –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sou da Confederação Nacional –, e hoje os trabalhadores desse setor fazem a sua comemoração lá na Bahia. Portanto, eu quero aproveitar este espaço para parabenizar uma categoria sofrida, que é a dos trabalhadores da construção civil.

No que tange ao tema desta audiência, eu quero comungar com a ideia de que nós precisamos reforçar, no Estatuto do Trabalho, a defesa da organização sindical, sobretudo no que diz respeito a combater a perseguição aos dirigentes. Isso passa por um processo que vem se alastrando há muito tempo e que tem piorado nesses últimos dias. Nós temos dirigentes sindicais sendo perseguidos, e isso precisa ser combatido com uma norma, com a decisão conjunta dos atores nesse processo.

Também quero dizer que a greve, duramente conquistada ao longo dos anos, precisa ser reforçada, porque o direito de greve é o direito mais elementar de uma categoria para buscar aquilo que lhe foi negado, ou que lhe é negado, tanto no que diz respeito à lei quanto no que diz respeito às negociações coletivas.

Portanto, eu quero encerrar, porque eu comungo com as opiniões que foram trazidas a este debate pelo nosso coordenador do Fórum, o nosso Artur, e também pelo companheiro da Contratuh, que saiu – ele esteve aqui, fez sua intervenção, mas teve necessidade de sair. Então, comungo dessas ideias, portanto, não vou me alongar.

Quero mais uma vez agradecer a oportunidade de os trabalhadores poderem estar aqui colocando sua opinião e fazendo valer o seu pensamento.

Muito obrigado ao Senador Paim e a todos que fazem parte desta audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Miraldo Vieira da Silva, Secretário-Geral da Contricom.

Por favor, agora, o representante da Pública, Sindilegis, Fenafirc e Fonacate, o Líder Ogib Teixeira de Carvalho Filho.

O SR. OGIB TEIXEIRA DE CARVALHO FILHO – Boa tarde a todos!

Senador Paim, nós não nos cansamos de agradecer o apoio que sempre nos dá. O senhor já não é um poço de conhecimento, mas é uma torre com um lastro profundo. Isso é importante, o senhor sempre promove esses encontros e isso e a gente vai aprendendo dia a dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer que, como representante dessas entidades, estou o dia inteiro, todos os dias aqui com a nossa consultora assessora de parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está sempre presente.

O SR. OGIB TEIXEIRA DE CARVALHO FILHO – Sempre presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E fala às vezes na Mesa representando V. Exª!

O SR. OGIB TEIXEIRA DE CARVALHO FILHO – Isso, sempre presente, dando-nos o maior apoio.

Estivemos no Rio, no movimento do Sinait também, lá com o Daniel, Presidente do Rio, dando força para ele. Depois, fizemos a reunião pós-movimento, para que organizássemos uma resistência no Rio, espero que dê certo também.

A gente tem enfrentado muitas greves. Então, quero aproveitar este momento para agradecer a "São Temer" pela oportunidade que nos está dando de unir servidores públicos e os servidores nas entidades privadas e de encontrarmos muitas coisas em comum e muitas formas de trabalharmos juntos. Isso é uma oportunidade que apareceu, o sindicalismo do setor público é recente. Nós, do Sindilegis, temos orgulho de termos sido o primeiro sindicato a ser criado depois de a Constituição ser promulgada, no primeiro dia pós-Constituinte, nós criamos o Sindilegis.

E estamos aprendendo, aprendendo juntos. Queremos nos colocar à disposição de todos os colegas aqui, tanto da parte dos empregadores como dos empregados, porque eu não vejo como existir empregado se não existir empregador. A gente tem que negociar muitas coisas, porque um não existe sem o outro, nem o Governo existe sem o cidadão bem empregado, ele só vai ter despesa. E quem paga a despesa somos nós cidadãos.

De forma que nós vamos enfrentar um ano eleitoral aqui e nós precisamos nos organizar. De nós foi retirado o recurso de comunicação e o Poder Público tem muito recurso para comunicar e está usando todo ele, esbanjando todo ele. Quando falta, eles não têm dinheiro, mas aprovam um crédito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aprovaram um crédito de sessenta e dois...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OGIB TEIXEIRA DE CARVALHO FILHO – De 90 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mais ou menos nessa linha, para fazer campanha contra a Previdência.

O SR. OGIB TEIXEIRA DE CARVALHO FILHO – Contra o trabalhador, contra a Previdência. Estão destruindo a previdência. Ou seja, se tudo isso passar, daqui a três anos, realmente não haverá mais previdência pública, estaremos todos dependentes do sucesso dos bancos.

Daqui a alguns realmente não haverá mais Previdência pública. Estaremos todos dependentes do sucesso dos bancos. Temos como exemplos hoje o Bradesco, Itaú, Banco do Brasil e Caixa Econômica. Os demais não existem mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Diga-se de passagem, grandes devedores da Previdência.

O SR. OGIB TEIXEIRA DE CARVALHO FILHO – Grandes devedores da Previdência que tiveram seus débitos bastante olhados com simpatia e perdoados.

Então, quero dizer que neste ano eleitoral nós precisamos de ter capilaridade em cada Município, porque aqui, dentro do Congresso Nacional, há quase 300 representantes descentes dos capitães hereditários e, se nós achamos que vai mudar alguma coisa, se nós não conseguirmos mudar esta representatividade, não vai mudar nada, porque eles estão há 500 anos no poder. Então, nós precisamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me que eu comente.

Acho muito bom o seu comentário. Eles estão cada vez mais articulados, querendo voltar com uma máquina ainda maior. Aqueles que efetivamente atuam no mundo do trabalho, dos direitos para que as pessoas vivam com dignidade não podem deixar de olhar para 2018. Eu vejo alguém dizer: "Ah, mas não se pode jogar todo o peso em 2018 para melhorar o Congresso." Vou jogar onde, então? Vou esperar 2022? Não dá.

Você tem toda razão. Nós temos de trabalhar com a mesma força ou, diria até, mais que da que eles estão trabalhando para eleger suas bancadas: bancada da bala, bancado do boi, sei lá do quê, bancada do sistema financeiro, bancada da comunicação. É nós?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OGIB TEIXEIRA DE CARVALHO FILHO – A bancada agrícola, que é muito organizada; a bancada da fé, que é muito organizada. E nós temos de ter a bancada do servidor, do trabalhador aqui, dando o maior suporte, como nós dá o Senador e a Senadora Regina Sousa. Então, independentemente de partidos políticos, qualquer cidadão pode se candidatar, e nós precisamos conversar sobre isso com nossos colegas em cada Município.

E nós estamos criando movimentos, fazendo um *ranking* de Parlamentares que estão eleitos, de forma que possamos, daqui a pouco, sugerir nomes ou novos nomes que estão se candidatando por aí. Temos de ver e apoiar nossos colegas, desde que nunca se tenha falado nada de mal sobre ele, porque provar que alguém levou alguma coisa é impossível, porque ninguém dá recibo de corrupto; só recebiam o suborno.

Então, temos de ter cautela com as eleições. Para mudar o País, nós temos de mudar a gente também.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Parabéns, Ogib Teixeira de Carvalho, que...

O SR. OGIB TEIXEIRA DE CARVALHO FILHO – Eu queria passar a palavra para a minha colega, que vai fazer uma complementação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... veio trazer também o enforque de que temos de estar alertas em 2018.

Como nós havíamos encerrado as inscrições, além de você, há mais dois. Nós vamos fazer o apelo para que cada um fale por três minutos, pois ainda temos as considerações finais da Mesa. Depois, teremos de nos deslocar e, às 14h, abrir o plenário.

A SRª MAGDA HELENA TAVARES – Senador Paulo Paim, é um prazer estar com o senhor, porque o senhor é nosso ícone. Ninguém duvida disso. O senhor foi sempre esse lutador ao lado do povo, ao lado do servidor e ao lado do trabalhador em geral.

Aqui, há mais representantes da iniciativa privada. E eu, como servidora pública, represento as entidades públicas do serviço público, como o Sindilegis, a Fenafirc, também a Pública, e sou da Ascade também. Então, a gente está sempre lutando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer também, como disse o Ogib, a gente estar ao lado da iniciativa privada, porque descobrimos o quanto eles são importantes e o quanto nós também somos importantes para esse vínculo.

Mas uma coisa que toca o serviço público... A terceirização do serviço público para a atividade-fim é uma preocupação. Além da atividade-fim, o Governo também está precarizando o serviço público, porque está descumprindo o art. 37 da Constituição, que diz que deve ocupar cargo público aquele que entrar por concurso público. Ele está contratando muitas organizações sociais para preencher o cargo do servidor público, ou seja, o servidor público tem aquele compromisso com o serviço público. Ele faz o juramento e tem responsabilidade, porque o servidor público é o Estado.

Então, o que acontece? Estão enchendo o serviço público com pessoas indicadas por alguma organização social. Isso compromete muito os três Poderes.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MAGDA HELENA TAVARES – Essa é a nossa preocupação.

Muito obrigada pela oportunidade de estar aqui mais uma vez reunida com o senhor e, particularmente, com todos esses trabalhadores e servidores que aqui estão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para registro, diga o nome também?

A SRª MAGDA HELENA TAVARES – Eu sou Magda Helena, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Só para ficar nos *Anais*.

Magda Helena, que complementou a fala do Ogib. Parabéns! (*Palmas.*)

Por favor, Luiz Saraiva, representante da Contracs. O senhor tem três minutos também.

O SR. LUIZ SARAIVA – Boa tarde a todos e a todas!

É muito importante essa construção que está sendo feita com todos os trabalhadores tanto da área privada quando da área pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós da Contracs, que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT, temos participado de inúmeras discussões sobre esses pontos que estão sendo debatidos, além desses 117 que feriram a nossa CLT.

Nós temos de valorizar a organização dos trabalhadores, porque, como bem falaram várias pessoas que já passaram por aqui, a Senadora Regina Sousa, o Senador Paulo Paim, isso é o rastro que o golpe está deixando na nossa sociedade, na nossa população. Nós temos dito em milhares de assembleias que temos feito pelo País afora, nos locais de trabalho dos trabalhadores do comércio e serviços, buscando tanto esclarecer quanto que continuar nos organizando, que a organização dos trabalhadores é importantíssima. O golpe foi nos trabalhadores. Quem duvida de que só os trabalhadores estão sendo afetados? Ninguém. Não há uma medida que venha...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ SARAIVA – ... favorecer trabalhadores, mas só o patrão. É uma reforma que foi feita para privilegiar o patrão. Os trabalhadores têm de ser informados disso. Nós estamos cotidianamente, em todos esses locais de trabalho, lutando para continuar com a organização dos trabalhadores financeiramente, debatendo.

Mas uma coisa que está acontecendo, Senador Paulo Paim e Senadora Regina Sousa, é esta ameaça aos trabalhadores: se você assinar a lista para financiar o seu sindicato, você também está na lista de demissão. Essa é mais uma forma realmente de desorganizar. O direito de os trabalhadores se organizarem como categoria para melhorarem as suas condições de trabalho e de vida de sua família está sendo retirado. E nós não podemos aceitar.

Eles estão dizendo que vão acabar com os sindicatos. Muito pelo contrário. Com todas essas discussões que estamos fazendo nos locais de trabalho intensificadas, para que a gente não perca nossos direitos, como o direito a uma convenção de trabalho digna, decente, que é um instrumento importantíssimo para equalizar, ou seja, para trazer mais a paz entre o trabalhador e o seu empregador, eles estão querendo retirar, mas não podemos aceitar. O que estamos fazendo a cada dia é intensificar a luta, aumentando a organização dos trabalhadores. E não é com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento que eles estão querendo destruir que irão destruir a capacidade que os trabalhadores têm de se organizar.

Como disse o Presidente Lula, os trabalhadores e o Brasil nunca precisaram tanto do movimento sindical como está precisando agora. Então, temos de lutar, resistir.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ SARAIVA – E vamos avançar, porque com essa construção que está sendo feita aqui com os Senadores que defendem os trabalhadores e a maioria da população, nós vamos avançar, sim, e vamos ouvir muito dizer que se tem de respeitar o Estatuto do Trabalho.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Luiz Saraiva, da Contracs!

Pessoal, ainda vão falar sete pessoas. Estou apertando um pouquinho agora, porque temos de encerrar para estar presentes na abertura do plenário. E a maioria vai ter de ter oportunidade de almoçar, não é? Por isso estou dando três minutos para cada um.

Sr. José Hugo Klein, Presidente da Fercosul e Diretor da Sirecom, por favor.

O SR. JOSÉ HUGO KLEIN – Bom dia a todos!

Muito obrigado, Senador.

Eu queria esclarecer o seguinte: a nossa Federação representa 13 sindicatos de representantes comerciais do Rio Grande do Sul, único Estado que tem essa quantidade já mobilizada. Por quê? Nós somos uma categoria de autônomos, que, como bolinha de pingue-pongue, estamos entre o empregado e o empregador.

E o que acontece com a nossa categoria? Somos obrigados a registrar empresa – eu tenho uma empresa chamada WK Marketing e Vendas Ltda., que é esse computador e dois telefones, que estão aqui, cuja sócia é a minha mulher –, porque o outro lado da ponta exige que eu seja pessoa física, só por isso. Mas eu sou um trabalhador autônomo como todos os demais.

Quero agradecer a V. Exª o belíssimo relatório que fez na Comissão do Trabalho sobre o PLC 61/2016, e o Senador Raupp, que também fez seu relatório na CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, está pautado no plenário. E precisamos daquilo ali. Por quê, Senador? Pelo seguinte: porque o Ministério Público do Rio Grande do Sul, por meio de um antigo procurador que foi chefe do Ministério, e agora não é mais, acossou nossos sindicatos, querendo que se cobrasse dos autônomos a contribuição do ano 2000, de R$5,70. Não paga nem os Correios, não paga nada. Então, estamos quebrados todos os sindicatos, com contribuições particulares.

É também muito importante que o PLC 61, de 2016, seja logo aprovado, para que os sindicatos possam cobrar de acordo com a realidade atual e sobreviver, porque senão não vai dar.

E o PL 5, de 2015, de que o senhor foi o Autor, e está ainda em discussão, está na pauta do plenário já.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ HUGO KLEIN – Eu acho muito importante, principalmente para essas categorias de autônomos, como a nossa, para ter a tributação facilitada, a entrada do anexo 6 para o anexo 3 da tabela do Simples; é primordial para a sobrevivência, ambos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

Eu quero render aqui: a Direção Fercosul esteve comigo no plenário e fez um apelo muito grande para esse projeto que você listou, o último agora, de que fui o Autor, para que ele fosse ao plenário. Eu quero reconhecer que falei com o Senador Eunício de Oliveira e ele pautou: "Não, Paim, eu vou pautar."

O SR. JOSÉ HUGO KLEIN – Mas infelizmente não temos conseguido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não havia quórum.

O SR. JOSÉ HUGO KLEIN – ... a apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não havia quórum, mas eu quero dizer que foi pautado pela primeira vez nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quinta. Está pronto para ser votado no plenário. Nessa quinta, ele pautou; ele iria votar, não deu quórum, e está pautado para semana que vem.

Então, a gente tem que reconhecer que o movimento que foi feito foi positivo, e o Senador cumpriu a parte dele de pautar o projeto para o plenário.

O SR. JOSÉ HUGO KLEIN – E eu quero agradecer de público, em nome dessas 13 entidades sindicais do sul, da minha Federação e da nossa própria Confederação – o companheiro Presidente, Luigi, está aí e já falou –, que o senhor sempre tem nos atendido em gabinete, no corpo a corpo nas comissões, e sempre tem nos dado a atenção devida aos trabalhadores autônomos.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu, um abraço, obrigado pelas considerações.

Fábio Gondim, Consultor de Orçamento e ex-Secretário da Saúde do DF.

O SR. FÁBIO GONDIM – Boa tarde a todos!

Obrigado por aceitar o meu pedido de fala.

Eu sou servidor público há 31 anos. Entrei aqui na Câmara dos Deputados com 18 anos e sempre me dediquei muito ao trabalho de forma que eu fico muito chateado de ver o momento que a gente vive hoje no Brasil, no qual os servidores públicos são colocados como vilões, os maiores culpados tanto na União e em especial no Distrito Federal, onde eu nasci, como os principais culpados pelo rombo das contas e como se os gestores que passaram – e eu sou gestor também – nunca tivessem sido culpados de nada, nenhum erro que tivesse acontecido. E o servidor público está sentado na sua cadeira, alguém oferece um aumento para ele e ele fala: "Não, espera aí, antes de eu aceitar esse aumento, eu quero saber se esse aumento não vai impactar as contas, se o resultado primário será alcançado." Isso não existe, a tarefa não é daquela pessoa.

E agora nos atribuem o rombo da Previdência, porque quem está nessa labuta – e, na área de Orçamento, eu fui Consultor-Geral de Orçamento por oito anos, acompanhei isso aí; depois, fui Secretário de Planejamento, Fazenda, Administração, Previdência, Casa Civil e Saúde no DF; conheço isso aí... E posso garantir o seguinte: essa história não existe, e o nosso Senador já constatou isso numa CPI, e constatou o óbvio, Senador, com perdão da palavra. Mas era importante constatar o óbvio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas que bom, que bom que você está reforçando aí.

O SR. FÁBIO GONDIM – Era bom, era bom... Precisou-se fazer isso. Mas achei inacreditável e falei: "Meu Deus, eu vou ter que fazer esse estudo todo para constatar o que está pulando na cara de todo mundo."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns pela fala, que fortalece o trabalho de todos nós. (*Palmas.*)

O SR. FÁBIO GONDIM – Obrigado.

Bom, eu lembro, eu já era Consultor desde 1998, foi antes da Câmera, e eu lembro quando havia aquela discussão ferrenha: "Vai aumentar o salário mínimo R$1, centavos." E o problema era o quê? Impacto na Previdência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO GONDIM – Ou não era o impacto na Previdência que era o problema para aumentar? Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Era o que eles alegavam.

O SR. FÁBIO GONDIM – Não dava para aumentar por causa disso e o grande desafio era passar aquele salário mínimo de US$50 para US$100, o que era impensável. Passou!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Hoje, vale em torno de US$300. E daí? Não houve impacto negativo nenhum, nem na economia, nem muito menos na Previdência.

O SR. FÁBIO GONDIM – Pois bem, isso também aquece a economia, é dinheiro na economia.

Então, há uma série de alegações, de problemas que a gente vem enfrentando. E, aí, vem o principal deles: nós temos, agora, à nossa frente, candidatos que são reformistas, que são declaradamente reformistas. Ontem, eu tive um dia muito cheio, mas, se não estou enganado, o nosso Presidente vai ser candidato à reeleição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FÁBIO GONDIM – Pois é.

Nós temos um outro muito forte que também... E é importante que a gente atente para quem é que nós vamos colocar no Congresso em 2018 para o mandato de 2019, porque as reformas virão e, se nós continuarmos com pessoas lá que têm aquele viés de, trocando votos por cargos ou por emendas, deixar passar tudo, nós vamos ter um problema muito sério. A gente precisa ter, pelo menos, cidadãos de bem que tenham a capacidade de, pelo menos, perguntar e pedir dados, interpretar aquilo à luz da verdade e dar o seu voto conscientemente. Não é que tenha de votar a favor ou contra – eu acho que a consciência de cada um é o maior medidor da correção –, mas, se a gente não tomar esse cuidado, meus amigos, o problema vai ser muito sério.

Então, eu queria fazer esse alerta para o fato de que o principal de tudo, talvez, seja o cuidado com quem é que se vai apoiar agora. Isso é que vai ser o grande resultado daqui para a frente nesses próximos tempos. Era isso.

Muito obrigado, Senador Paim, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Bela fala a do Fábio Gondim, Consultor de Orçamento e ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal, que também enfatizou essa questão de 2018.

Eu digo de novo que há algumas pessoas que dizem "Não, vamos apostar tudo na instituição, no Congresso?" Mas, se eu não apostar, é pior! Claro que tem que haver mobilização nas ruas, no campo, nas cidades, em todas as áreas, enfim, onde for possível, mas o que está ao alcance dos nossos olhos agora, ali no horizonte, são as eleições de 2018. Ou a gente vai eleger gente decente, ou vai ser essa indecência que está aí. Por isso, a você, que fortalece essa ideia, os meus parabéns.

Agora nós vamos dar, infelizmente devido ao nosso tempo, três minutos para as considerações finais dos componentes da nossa Mesa. O Donald teve que sair.

Então, vamos para a Lucimary Santos, Diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde.

A SRª LUCIMARY SANTOS – Serei bem breve, Senador.

Só, mais uma vez, em nome da CNTS (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde), em nome de todos os trabalhadores da saúde em nosso País, agradeço pela iniciativa da Comissão em realizar esta audiência pública de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo V. Exª e também S. Exª a Presidente da Comissão pela iniciativa e pela preocupação na luta em defesa da classe trabalhadora.

E digo que, neste momento, nós precisamos ter mais audiências nesse sentido, Senador, porque, enquanto a mídia está apenas levando para a população do nosso País os interesses do capital, é neste momento, através da TV Senado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E ficamos ao vivo até agora!

A SRª LUCIMARY SANTOS – Ah, ficamos ao vivo até agora?!

Que a população do nosso País, sobretudo a classe trabalhadora, tenha um momento para ver o outro lado da história, para ouvir o outro lado da história!

Então, parabéns pela iniciativa e conte com a Confederação em mais momentos como este.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Lucimary Santos! Belo pronunciamento de encerramento – e dentro do tempo. Você usou um minuto e meio. Parabéns!

Com a palavra o Sr. Sérgio Luiz Leite, 1º Secretário da Força Sindical.

O SR. SÉRGIO LUIZ LEITE – Senador, primeiro, mais uma vez, quero parabenizá-lo por esta iniciativa.

É só para deixar registrado aqui, Senador, uma informação importante: parte do imposto sindical – este que o Governo tenta retirar dos trabalhadores – vai também para o Ministério do Trabalho e corresponde a quase R$600 milhões. Geralmente, esse dinheiro é utilizado para aparelhamento das superintendências regionais do trabalho. Então, você vê que essa perspectiva também acaba ficando mais difícil ainda; é um recurso a menos que entra no orçamento do Ministério do Trabalho. Se nós já tínhamos uma procura muito grande em todos os Estados até em busca, Senador, de emendas parlamentares para ajudar a estruturar as superintendências, certamente esse grau de dificuldade pode se agravar nessa nova situação. Por isso, nós temos buscado efetivamente discutir uma forma de custeio, sim, para darmos conta dessa questão do movimento sindical e da estrutura sindical.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aproveitar e dizer que acho que esse debate do Estatuto do Trabalho, em ano eleitoral, é extremamente importante para conseguirmos que as vozes dos trabalhadores sejam inseridas na pauta de discussão de 2018, como bem falaram os companheiros e companheiras aqui que utilizaram da palavra.

Acho que, tanto com as centrais fazendo esse documento um pouco mais amplo sobre o que pensam do Brasil quanto com esta iniciativa, vai se colaborar muito com o debate eleitoral de 2018, lembrando, e, mais uma vez, reafirmando que, neste ano, a nossa Constituição, a chamada Constituição cidadã vai completar, em 5 de outubro de 2018, 30 anos de existência, e nós esperamos que todas as inconstitucionalidades que viciam essa reforma trabalhista sejam objeto de reavaliação pelo nosso Judiciário,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO LUIZ LEITE – ... considerando esses vários pontos que, no nosso entender, são inconstitucionais, e fazendo com que essa tão importante Constituição de 1988, que busca trazer mais cidadania e participação dos trabalhadores e da sociedade em geral, seja respeitada no nosso Brasil.

Parabéns pela iniciativa!

Contamos com todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

Esse foi Sérgio Luiz Leite, 1º Secretário da Força Sindical, que ficou exatamente no tempo.

Agora, o Sr. Luigi Nese, Presidente e fundador da Confederação Nacional de Serviços (CNS).

O SR. LUIGI NESE – Obrigado, Senador, pelo convite.

Parabenizo-o, mais uma vez, pela iniciativa desse diálogo entre empregado, empregador e Congresso.

Senador, como o Serginho falou, uma parte desse imposto sindical vai para o Governo, e nós temos tramitando aqui no Senado o Projeto 61, que fala sobre uma harmonização e a criação de uma tabela sobre a contribuição sindical, que foi acordada por todas as entidades patronais com relação só à contribuição patronal. Ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está pronto para ser votado na CAE. No ano passado, não se conseguiu, por várias razões, mas eu acho que, independentemente de se a contribuição é devida ou não, essa tabela tem de existir, porque ela coloca um fim no vazio jurídico que existe hoje, pois não há uma tabela única para todas as entidades.

Eu gostaria de que, se o senhor pudesse fazer uma... Está com o Senador Raupp para ser colocado em votação, mas não sei se podemos fazer uma pressãozinha. Não vai afetar em nada o atual sistema sindical, mas vai regularizar essa contribuição.

Outro assunto, Senador: nós temos uma proposta aqui que está tramitando desde 2000. É um estudo que nós fizemos sobre a desoneração da folha de pagamento e pela criação de uma contribuição previdenciária, em que a gente tira os 20% do INSS sobre a folha e transforma a contribuição sobre a movimentação financeira. Essa é uma forma mais ampla de financiar e mais justa, inclusive, para toda a sociedade, já que o art. 195 diz que a Previdência tem que ser financiada por toda a sociedade.

Eu acho que essa seria uma iniciativa interessante de ser colocada em discussão nessas reformas que estão sendo feitas aí ou, pelo menos, sendo preconizadas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIGI NESE – Eu vou lhe deixar esses dados e uma cópia dessa proposta.

Quero ainda também dizer que o setor de serviços, Senador, representa hoje 76% do PIB. É o maior empregador do País.

Como muita gente fala que o setor terceirizado precariza, não. Nós estamos com um salário médio, hoje, acima das outras atividades econômicas, inclusive a industrial. Perdemos só para mineração e petróleo; em relação a todo o resto, nós estamos com o salário médio acima de todos.

Então, nós estamos aqui presentes, gostaríamos de continuar a discutir esse assunto e parabenizamos, mais uma vez, pela iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! Muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse foi o Sr. Luigi Nese, Presidente e fundador da Confederação Nacional de Serviços (CNS), que representou, aqui na Mesa, o setor empresarial com muito equilíbrio, com muita competência, deixando, inclusive, documentos para o debate.

Eu vou conversar com o Senador Valdir Raupp, que é um grande parceiro nosso ai nos encaminhamentos.

Passamos agora a palavra ao Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Sr. Julimar Roberto.

O SR. JULIMAR ROBERTO – Mais uma vez, Senador, quero parabenizar pela iniciativa. Conforme foi dito anteriormente, é uma luz que a gente vê estarmos disputando contra essa reforma trabalhista.

Pelo que eu vejo aqui entre os debatedores, a linha foi muito parecida em relação aos temas elencados, ou seja, realmente contra a reforma. Esse é um dos principais pontos que vai estar no nosso Estatuto, garantindo algumas outras questões que ainda estavam em aberto nesse período.

Então, aproveito este tempo que eu tenho agora, ao final, para lançar mão um pouco da fala ali do companheiro. O que o atual Governo fez? Ele usou verbas do Governo para, primeiro, na questão da reforma, jogar o trabalhador contra o sindicato, dizendo que a reforma trabalhista era simplesmente por conta da contribuição sindical, sendo que não há nem como comparar um dia de serviço com o que o trabalhador está perdendo. E isso meio que pegou. Um dia por ano!

Depois, com a reforma da Previdência, tentou jogar, primeiramente, o trabalhador urbano contra o trabalhador rural. Primeiramente diziam que o problema do rombo da Previdência eram aquelas aposentadorias especiais dos trabalhadores rurais. Depois que bateram firme, ele recuou e tentou jogar novamente o trabalhador contra o trabalhador, só que, desta vez, o trabalhador privado contra o trabalhador do setor público. Foi isso que ele disse, e é verdade. Ele está tentando fazer isso, ou seja, está tentando jogar-nos uns contra os outros para tentar ganhar a opinião pública. Então, nós temos de estar atentos a esse tipo de situação.

E temos que procurar, realmente, cada vez mais, a unidade da classe trabalhadora. Nós temos que estar unidos. Independentemente de sermos da área rural, privada ou urbana, nós somos da classe trabalhadora, independentemente das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossas diferenças e disputas que, às vezes, temos em algum campo ideológico, em ramos de confederação, em que, às vezes, existem disputas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIMAR ROBERTO – Vamos deixar isso de lado e, a partir de agora, vamos tentar afinar a viola, porque eu percebo que, quando a gente consegue sair junto, com a mesma bandeira, a gente consegue, sim, sair vitorioso. O trabalhador é muito forte, desde que esteja unido.

Então, realmente o que eu peço hoje aqui, como há centrais sindicais e ramos, confederações, é que a gente consiga se unificar nessa luta em que o principal é a gente conseguir resgatar os nossos direitos que foram roubados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Julimar Roberto, Representante da Central Única dos Trabalhadores, que clama pela unidade de todo o segmento, na busca do bem comum.

Artur Bueno de Camargo, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST).

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Senador, quero, mais uma vez, parabenizá-lo por esta iniciativa.

E gostaria de dizer aqui que o Representante da Confederação Nacional de Serviços falou da CNI, que não veio aqui, nem a CNC. Evidentemente que eles não vieram, porque eles foram os principais apoiadores e até elaboradores desse monstro que foi construído referente a esta dita reforma trabalhista.

E queria aqui, mais uma vez, reforçar que o companheiro Moacyr, que falou aqui representando a Contratuh, está no fórum, está filiado ao fórum. E nós temos, inclusive, a carta de princípios do fórum, que visa fortalecer as instituições e apoiar aqueles realmente agentes que trabalham dentro das instituições. E reconhecemos o esforço desses profissionais que, mesmo sem condições, em condições precárias de trabalho, têm cumprido o seu papel. E nós reconhecemos isso e parabenizamos todos os servidores públicos.

Finalmente, Paulo Paim, me permita fazer uma indagação aqui: quanto à maioria das decisões de juiz, principalmente de primeira e segunda instâncias, estão realmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo dadas decisões de que essa questão, principalmente com relação à contribuição sindical, é inconstitucional, porque deveria ser uma lei complementar, e não uma lei ordinária. A pergunta que não quer calar é a seguinte: as Comissões de Constituição e Justiça, tanto do Senado, quanto da Câmara, não viram isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Provavelmente sem ler, eu diria; propositalmente.

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Propositalmente.

Quer dizer, eles estão ganhando lá, e é importante dizer que nós pagamos, inclusive, a remuneração deles, para eles analisarem a questão jurídica, e não política. E de repente se dá um parecer disso. Eu acho que temos que questionar isso, viu, Senador?

E, finalmente, digo que nós precisamos mais do que nunca...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – ... batalhar para podermos reeleger os Parlamentares que sempre estiveram e continuam ao nosso lado, para poderem realmente defender os interesses da classe trabalhadora. E não podemos permitir que aqueles que votaram contra a classe trabalhadora se reelejam e voltem para este Congresso, porque daí a promessa, inclusive, é de fazerem pior do que já fizeram.

Muito obrigado, Senador, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Artur Bueno de Camargo, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), que reúne 18 confederações ao total, não é isso?

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO (*Fora do microfone.*) – Vinte e duas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vinte e duas confederações e, se não me engano, duas ou três centrais, não é?

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns! E levou também o tema de que temos que ficar espertos em relação às eleições deste ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Roberto Ferrari, Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínios.

O SR. PAULO ROBERTO FERRARI – Mais uma vez, Senador, agradeço pela oportunidade de estarmos aqui, podendo debater nossos problemas.

E quero dizer uma coisa para o senhor, ainda que ache que temos de melhorar muito: a nossa situação não é boa, mas, se não fosse a união das centrais sindicais, acho que estaríamos mais perdidos ainda. Neste momento todo mundo se deu a mão e lutou por um ideal. Por mais que digam que não, tivemos grande influência no fato de a reforma da Previdência não ter sido aprovada também, com a união das centrais sindicais. Eu acho que isso tem de ser fortalecido.

Não querendo ser repetitivo, lembro que este é um ano de eleição. Acho que cabe agora a gente procurar os presidenciáveis e os Deputados e ver qual é a ideia deles para o movimento sindical, dentro de um debate franco e aberto, saber qual é o seu objetivo para o movimento sindical, porque não dá mais para a gente pegar o barco andando e depois acontecer tudo o que aconteceu, do jeito que foi. Então, tem que haver gente que tenha compromisso com a classe trabalhadora, porque a classe trabalhadora vai ajudar a eleger esse pessoal. Então, ele tem que ter alguns propósitos para a classe trabalhadora.

Agradeço pela oportunidade.

Um grande abraço para todos aqui, principalmente para o senhor, pela iniciativa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Paulo Roberto Ferrari, que falou pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínios.

Eu quero só, antes de encerrar, anunciar a audiência de amanhã pela manhã aqui, na Comissão de Direitos Humanos do Senado. E por que estou enfatizando isso? Eu já disse na abertura que a gente tem convidado todos os setores do empresariado. Eles não vêm, porque não querem discutir, os motivos vocês já levantaram aqui. Felizmente, um representante da área aqui, que é o Luigi, se colocou com muita clareza, muita coragem, muita firmeza, neste debate. Mas também alguns dizem que Comissão de Direitos Humanos só defende aquele que está preso. Estamos, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entanto, provando que não é verdade: fizemos aqui meia dúzia ou mais até de audiências públicas ouvindo também os profissionais da segurança.

Então, eu vou direto ao tema: amanhã teremos mais uma audiência sobre segurança pública no Brasil. Os convidados – e os cumprimento, porque falaram que viriam e vêm mesmo, como vieram na última; esses vêm, disseram que viriam e vêm –, vou anunciar todos, pois estamos ao vivo para o Brasil: Elisandro Lotin de Souza, Cabo Militar e Presidente da Associação Nacional de Praças (Anaspra), que vai estar aqui amanhã a partir das 9h; Leonel Lucas Lima, Sargento Militar, Presidente da Associação Beneficente Antônio Mendes Filho (ABAMF) e Presidente da Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares (ANERMB); Gilson Noroesé, membro da Coordenação da ONG Ideal Coletivo, representação política dos policiais; Fábio Félix, Professor da Universidade de Brasília e pesquisador do sistema socioeducativo; Romero José da Silva, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolesente (Conanda); representante do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF; representante do Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares (Fonap).

Informo que se trata de um ciclo de debates e já estamos nesse da Polícia. Nós já chamamos todos os segmentos e todos estão vindo, e nós vamos continuar fazendo o ciclo de debates. Virão representantes de todos os setores da sociedade para discutir a segurança no Brasil.

Quanto à Comissão do Trabalho, que temos como uma subcomissão especial, esta é a 18ª Reunião. A gente quer ver se, até o dia 1º de maio, a gente tem a primeira minuta para entregar para as entidades sindicais e para todos os brasileiros. Depois que retornar esse Estatuto do Trabalho, a gente vai fazer a compilação final, essa é a intenção. Aí, na mesma linha das centrais, nós vamos entregá-la aos candidatos a Presidente, mas é específica sobre o Estatuto – sei que a da Central é mais ampla, e tem de ser mais ampla mesmo; pode até citar o Estatuto, mas é muito mais ampla. Vamos entregá-la, naturalmente, para todos os candidatos a Presidente, mas queremos que, no dia 1º de maio, a primeira versão já esteja na mão da sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria cumprimentar todos aqueles... Para se ter uma ideia: à tarde vou para outra atividade, mas vai ficar uma comissão aqui trabalhando, toda a tarde, em cima do Estatuto do Trabalho formatado pelas entidades – dois já saíram e disseram que voltariam à tarde. Esse grupo está fazendo um trabalho belíssimo, pessoal. Vai ficar um estatuto, como eu digo, do mundo do trabalho, não é só do empregado não, é de empregado e empregador, de forma equilibrada. E só pretendemos votá-lo, temos que ter paciência, depois do final deste ano, porque este Congresso aqui, podem saber, não vai aprová-lo, seria como botar a raposa para cuidar do galinheiro.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Nós queremos entregá-lo para os eleitos, queremos o compromisso dos candidatos com o Estatuto nas eleições de outubro, candidatos a Deputado Estadual, a Governador, a Deputado Federal, a Senador e a Presidente da República.

Vida longa para a democracia! Vida longa para o Estatuto do Mundo do Trabalho!

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 09 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia três de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Telmário Mota e dos Senadores não membros, José Medeiros, Vicentinho Alves, Ronaldo Caiado, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e Fátima Bezerra. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 24/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Sistema de Inspeção do Trabalho". Participantes: Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Herbert Claros, Membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas - Central Sindical e Popular; Paulo Douglas Almeida de Moraes, Procurador do Trabalho - Ministério Público do Trabalho; Leif Raoni de Alencar Naas, Auditor Fiscal do Trabalho e Assistente Técnico do Gabinete SIT/MTb; Lucimary Santos Pinto, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde - CNTS; Guilherme Guimarães Feliciano, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; e Renato Bignami, Auditor Fiscal do Trabalho e Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT. O Presidente concede a palavra para o Senhor Paulo Boal, Representante da ANAMATRA. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/03

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia a todos e a todas!

Declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 24, desta Comissão, de nossa autoria e de outros, para debater "Sistema de Inspeção do Trabalho".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou com perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, pelo *link* www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Antes de iniciarmos a reunião, quero informá-los de que, em função da relevância e qualidade dos debates realizados nas audiências públicas desta Comissão, as palestras serão organizadas para publicação ao final do semestre, com base nas notas produzidas pelo serviço de taquigrafia do Senado Federal.

Desde já ficam solicitadas as notas, conforme encaminhamento aprovado em reunião anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convidamos, de imediato, para fazer parte da Mesa, o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Juiz Guilherme Guimarães Feliciano.

Uma salva de palmas à Anamatra, na figura do Presidente Guilherme Guimarães. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait); Herbert Claros, membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular; o Sr. Paulo Douglas Almeida de Moraes, Procurador do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, e representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. Seja bem-vindo! Já esteve conosco ontem aqui e participou de um bom debate; Sr. Leif Raoni de Alencar Naas, Auditor-Fiscal do Trabalho e Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho. Seja bem-vindo também!

O Ministério do Trabalho está presente e isso é muito importante. Eu sempre digo que é fundamental, independentemente de quem esteja no Governo, mandar um representante para participar dos debates, coisa que, infelizmente, não aconteceu ontem. Houve uma importante audiência aqui e ninguém veio representando o Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho deve estar sempre presente.

Renato Bignami, Auditor-Fiscal do Trabalho e representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). (*Palmas.*)

E Lucimary Santos Pinto, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS). (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso! Para salvar a Mesa, diz ele aqui. (*Risos.*)

Se não houvesse uma mulher aqui, eu já ia ser xingado até pelos telespectadores.

Pois bem, como é de praxe, eu apenas faço uma pequena introdução para atualizar aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado e pelo sistema de comunicação da Casa. Assim, também hoje farei só uma rápida introdução aqui. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vou apresentar todo o documento, mas já vou lembrando que isso aqui vai constar também do livro que nós vamos produzir depois.

É com grande satisfação que damos início à audiência pública desta Comissão com o tema "inspeção do trabalho".

Agradecemos a presença de todos e lembramos que, em meados do ano passado, com o apoio de diversos Parlamentares comprometidos com as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros, propus a criação da presente Subcomissão para a elaboração do Estatuto do Trabalho.

Nós já fizemos inúmeras reuniões, conforme consta aqui, e essas reuniões, com certeza, vão para a história. No futuro, alguém vai comentar que um grupo de homens e mulheres dos mais variados setores se reuniram para elaborar a nova CLT, já que não temos mais CLT; temos aquilo que eu chamo de CLE.

Pois bem; aqui, a gente poderia lembrar que muitos se reuniram na era de Getúlio Vargas, porque aquela CLT não surgiu como um presente divino. Ela veio, claro, tomara que com orientação divina, mas construída por homens e mulheres. E é esse o papel que vocês estão fazendo aqui, ainda mais neste momento em que, de forma definitiva – e que se considere na íntegra esta introdução, que vai resumir o que estou dizendo aqui em poucas palavras –, no dia de ontem, o próprio Rodrigo Maia, Presidente da Câmara, já disse que não existirá, em hipótese alguma, a tal de medida provisória, que chegou a vir aqui, mas cuja Comissão Mista sequer instalaram. Até hoje eu não sei quem é o Presidente e não sei quem é o Relator, e já venceram todos os prazos.

Consequentemente, este foi mais um calote que foi dado, eu diria, até na Base do Governo, porque alguns ali eu não posso... Eu nunca faço ataque pessoal a ninguém. Vocês nunca me verão fazer isso. Eu defendo teses e ideias. Aqui eu estou dizendo que o Governo deu um calote na sociedade brasileira e deu também um calote em parte da sua base. Se parte sabia, eu tenho certeza de que outra parte não sabia.

Disseram, inicialmente, que iriam vetar sete dos artigos que mais criavam problemas e tiravam direitos dos trabalhadores. O conjunto todo tira, mas os sete piores seriam vetados. Não vetou nenhum, baixou uma medida provisória dourando a pílula, atenuando alguma coisinha aqui ou acolá, mandou a medida para cá, mas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixou ser instalada a Comissão Mista. Eu faço parte da Comissão, vinha todos os dias para cá e, simplesmente, não a instalavam.

Quando, num determinado dia, elegeram o Presidente, dali a uma semana ele renunciou, o que foi uma opção dele também. Eu acho até que ele fez bem em renunciar. Mas que se indicasse outro então! E também não indicaram o Relator! Resultado: a Comissão, oficialmente, nunca se reuniu, porque não tem Presidente, não tem Relator e o prazo vence hoje.

Então, já ontem, o Presidente da Câmara disse que não haverá nada mesmo, que é isso aí e acabou. E todos nós sabemos, vamos fazer uma audiência pública, inclusive, analisando esses meses em que ela entrou em vigor, os prejuízos que trouxe a todo o povo brasileiro.

A gente lamenta muito. Lamentamos também que um secretário do Ministério do Trabalho tenha dado a sua opinião, via um ofício, de que essa questão do imposto sindical não está clara, deve ser mais bem discutida. Já foi demitido. Mais ou menos ele disse isso, não vou entrar no mérito aqui. Sei que esse é um tema polêmico, mas tem-se que apontar saídas de como vai sobreviver a própria estrutura sindical. Tem-se que achar caminhos claros. Nós aqui vamos tentar fazer isso, ouvindo toda a sociedade brasileira nesse aspecto. Eu sempre digo que eu não sou contra – viu? – porque eu sou, como eu digo, filho quase do Sistema S. No momento em que eu fiz um curso técnico, foi aí que eu pude deixar de ser vendedor de frutas na feira livre em Porto Alegre. Um primo meu era dono da banca e, dos 11 aos 12 anos, eu ficava ali, vendendo na feira. De 12 para 13 anos, foi que eu entrei num curso técnico. Enfim, foi importante.

Mas eu digo que os empresários têm todo o Sistema S; os próprios advogados têm a contribuição obrigatória, senão não advogam, da OAB; enfim, os partidos têm contribuição compulsória também, Fundo Partidário e Fundo Eleitoral; e por que que a gente não pode caminhar para achar uma saída? Não estou aqui dizendo que esta Comissão já tem esta ou aquela posição, porque a posição vai ser da Comissão e eu vou presidir para achar uma saída também para essa questão.

Olhem, o ofício que saiu ontem, então, sepultou definitivamente a medida provisória que dourava a pílula. Alguma coisinha tinha, não era pior do que aquilo que eles fizeram. Então, o Rodrigo Maia diz o seguinte: Comunico que, em virtude das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisões proferidas pela Presidência Câmara dos Deputados, mediante a questão de ordem número tal, o termo final para o recebimento da MP 808, de 2017, pela Câmara dos Deputados, é o dia 3 de abril.

Então, acabou, não foi votada, não existe nada. Ele está comunicando a uma questão de ordem que acabou a história e não há mais medida provisória, até porque teria que ser votada na Comissão e seria votada também nas duas Casas. Vai-se votar quando? Nunca, não é? O prazo termina exatamente hoje. Então, acabou a medida provisória.

Aí, a nossa responsabilidade aumenta cada vez mais pela importância de construirmos esse Estatuto do Trabalho que represente a média de pensamento da sociedade, claro, atualizando a própria antiga CLT na realidade de hoje, e isso vocês estão fazendo muito bem.

A nossa intenção vai ser durante o mês de maio, porque nem vai dar tempo para exatamente no dia 1º de maio nós divulgarmos. Mas, durante o mês de maio, nós faremos aqui uma audiência – e queria conversar com vocês – para, nesse dia, com a presença aqui de todos aqueles que participaram da elaboração, a gente apresentar a primeira versão, ainda deixando claro, primeira versão pronta para o debate com a sociedade. Tudo aquilo que a sociedade entender, pela importância do tema... Porque nós não somos inocentes nesse processo, nós sabemos muito bem que essa proposta do novo Estatuto do Trabalho que vai, eu diria, recuperar grande parte de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade não será aprovado este ano. A intenção nossa é, depois de ouvir todos exaustivamente, fazer com que ele seja aprovado de forma tal que, no ano que vem, porque neste Congresso não passa... Mas é questão tática, porque toda luta tem que ter tática e estratégia. Sabemos que neste Congresso não passa, mas temos esperança de que no outro, e com outro Presidente, comprometido com o povo brasileiro, a gente possa, então, mudar os rumos dos direitos dos trabalhadores naquela linha de que eu gosto muito, e repito algumas vezes, do poeta espanhol que disse que o caminho a gente faz, mas caminhando juntos e fazendo o bem sem olhar a quem.

Com essa pequena introdução, eu, de imediato, passo a palavra para o Dr. Guilherme. Sei que V. Sª está com problema de agenda também. Então, neste momento, fala o Presidente da Anamatra, Dr. Guilherme Guimarães Feliciano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cada um terá dez minutos, mas saibam que eu sempre dou mais cinco. Então, o limite é de quinze minutos, e, se for necessário um ou outro minuto a mais, a gente também vai conceder. A importância desse tema faz com que a Presidência seja tolerante.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Um bom-dia a todos.

Quero inicialmente agradecer o Senador Paulo Paim por mais esse convite.

A Anamatra tem participado ativamente dessas discussões sobre o Estatuto do Trabalho, até porque temos a convicção, Senador Paim, como V. Exª disse, de que esse texto precisa estar construído, talvez não para esta legislatura, mas para a próxima ou ainda para a que virá subsequentemente, mas o texto precisa estar devidamente construído, debatido e, inclusive, apalavrado entre as forças políticas que evidentemente advogam um direito do trabalho que seja consentâneo com a sua origem, com a sua genética.

O Direito do Trabalho nasce na virada do século XVIII para o século XIX com uma específica função: proteger a pessoa humana em um contexto de assimetria econômica que a subalterniza do ponto de vista jurídico. É isso. Foi o primeiro ramo jurídico a, exatamente, descobrir que a igualdade formal tão pregada pelos liberais não resolvia a questão do contrato quando eu tinha polos economicamente assimétricos. Isso é um mecanismo que outros ramos jurídicos terminaram por reproduzir. O próprio Direito do Consumidor funciona exatamente na mesma perspectiva. A legislação confere uma série de proteções específicas ao consumidor na perspectiva de que idealmente ele, consumidor, é o hipossuficiente econômico, e, curiosamente, ninguém disse que a legislação consumerista é paternalista ou seja lá o que for, o que sempre me faz lembrar uma advertência de um filósofo francês no sentido de que, no final do século XX, nós percebemos que o eixo de sentido da sociedade deixou de ser o trabalho e passou a ser o consumo.

Portanto, a tutela do trabalhador tornou-se desimportante, tornou-se obsoleta ou, nesse discurso, tornou-se antiquada, e a tutela do consumidor, exatamente na mesma perspectiva de uma assimetria econômica que subalterniza um dos polos do contrato, essa é contemporânea, é moderna, precisa ser exatamente estimulada.

Nós precisamos ter a tutela do consumidor e precisamos ter a tutela do trabalhador. Isso não pode ser esquecido. A primeira lei trabalhista que todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

manuais citam, que é o Peel's Act, veio exatamente para proteger o trabalhador em um contexto no qual a maneira como se contratava o trabalho era sem peias, sem proteções quaisquer, numa situação de subalternização do trabalhador, quando nós tínhamos fora das fábricas exércitos de reserva e, dentro das fábricas, um empregador disposto a sempre achatar mais os ganhos do trabalhador, desde que isso equalizasse a sua margem de lucro. É exatamente nesse momento que o direito vem, que o Estado intervém de fato para derrogar parcialmente a autonomia privada individual e dizer: "Alto lá! Nem tudo pode ser consentido, porque há limites que dizem respeito à dignidade da pessoa."

Então, nem tudo está de fato à escolha do trabalhador, na medida em que a sua escolha não é livre porque ele sofre coerção econômica. Então, o Peel's Act veio dizer, pela primeira vez, que deveria haver um limite de jornada para o trabalho, veio dizer, pela primeira vez, que deveria haver uma idade mínima para o trabalho, veio dizer, pela primeira vez, que naquelas fábricas têxteis em que a produção era explorada sem nenhum cuidado com a saúde e segurança do trabalhador, havia que se abrir ventilação, janelas. Não falava em horas extras, não falava em salário mínimo, vinha tutelar basicamente a dignidade da pessoa, em um contexto no qual o ser humano vinha sendo transformado em instrumento, em mercadoria – e eu gosto de sempre dizer isso a alguns interlocutores que muitas vezes criticam a Anamatra por supostamente ter uma visão, digamos, mais à esquerda. Isso que eu acabei de dizer é a mais óbvia das máximas liberais, que está lá em Immanuel Kant: o homem é um fim em si mesmo, e não é instrumento de coisa alguma. E é isso que depois aparece no preâmbulo da Constituição da Organização Internacional do Trabalho: o homem não pode ser mercadoria de comércio. E, curiosamente, a colonização dessas ideias é tão forte, que nós falaremos em recursos humanos, nós falaremos em mercado de trabalho, mesmo partindo da premissa de que o homem não é mercadoria. Então, é importante lutar contra essa colonização de ideias e trazer o contraponto, mesmo que o amadurecimento leve um certo tempo e o Parlamento só venha a reconhecer os méritos desse contraponto no futuro; mas nós teremos feito nosso papel, e V. Exª estará à frente disso com certeza, e a história fará justiça a isso.

Nós estamos dando a nossa contribuição. Evidentemente, o tema da inspeção do trabalho deve ser sobretudo explorado pelo meu querido amigo Carlos. Esta é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente a razão de existir do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais, discutir a própria função social das auditorias do trabalho.

Mas eu me permito trazer aqui, Senador, algumas sugestões que a Anamatra já havia apresentado a V. Exª. V. Exª chegou a trazê-las ao Senado como projeto de lei (era, originalmente, o Projeto de Lei 200); depois, a Anamatra conversou com o Sinait, nós fizemos alguns ajustes, e V. Exª reapresentou esse projeto de lei (atualmente, é o PLS 220, de 2014); e essas mesmas ideias nós apresentamos à sua assessoria. Porque nos parece que o capítulo da OIT que exatamente trata da fiscalização do trabalho e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me...

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande parte dessa contribuição de ambas as entidades está contemplada naquele voto que eu dei, em que ganhamos na Comissão de Assuntos Sociais, por um voto, mas perdemos no plenário...

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... em relação à reforma trabalhista.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Perfeitamente.

Aliás, Senador, permita-me, então, dizer isso com muita sinceridade em relação ao PLS 220. V. Exª apresentou um projeto primoroso, que foi encaminhado, se não me engano, à CAS...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – A relatoria coube ao seu companheiro de partido, o Senador Pimentel. E o voto, Senador, permita-me dizer, ficou terrível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Depois, conversamos com ele, e ele...

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Precisamos disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... retirou. E vamos conversar novamente com ele.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Precisamos disso. Praticamente tudo em que se havia avançado retrocedeu.

Eu já disse isso ao Senador Pimentel...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu tive uma boa conversa com ele. Ele refletiu muito sobre o que você argumentou e colocou-se à disposição para debater o tema com a profundidade que ele exige, porque estamos tratando de vidas.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Fico muito feliz. É esse o ponto. Eu acho que, de tudo que há no direito do trabalho, o que mais diretamente diz com a vida do trabalhador, a sua integridade psicossomática, é exatamente a questão de saúde e segurança no trabalho, o que é, no mais das vezes, o objeto imediato da fiscalização do trabalho, aquilo que primeiro chama a atenção do auditor. Tanto o é que nós temos exatamente o art. 161, permitindo que, nessas situações de risco iminente, haja ali uma imediata interdição do estabelecimento, do setor de serviços, de máquina ou equipamento.

Então, o que nós propusemos nessa ocasião e estamos propondo novamente? Eu vou tentar resumir, porque são várias ideias. A ideia fundamental: lamentavelmente, no direito do trabalho, a questão de saúde e segurança do trabalho não é percebida no contexto em que ela de fato está inserida constitucionalmente. Saúde e segurança do trabalho hoje na Constituição aparecem no art. 200, inciso VIII, na referência ao Sistema Único de Saúde e aos cuidados que as respectivas políticas públicas devem ter com o chamado meio ambiente do trabalho. Portanto, no contexto constitucional brasileiro, o meio ambiente do trabalho é uma dimensão do meio ambiente humano. Meio Ambiente natural, meio ambiente artificial, meio ambiente cultural (art. 216 da Constituição), e meio ambiente do trabalho. Portanto, toda a lógica que informa o direito ambiental precisa, necessariamente, informar a discussão das questões atinentes a saúde e segurança do trabalho.

E por que isso é importante? Porque a realidade nos mostra que não é isso que efetivamente acontece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou titular da 1ª Vara do Trabalho de Taubaté. Nós tínhamos ali, ao menos antes da reforma trabalhista, uma demanda anual média de 2,5 mil a 3,5 mil processos novos por ano. E nós temos ali um grande parque industrial. A Autolatina, originalmente, formou-se ali. Ali há a Volks, a Ford. Ali nós temos Alstom, ali nós temos a própria Usiminas, enfim. E temos, até em função disso, uma boa percentagem da demanda relacionada a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. E o que chega à 1ª Vara e à 2ª Vara do Trabalho, sistematicamente? Ações que pedem indenizações. O trabalhador já se feriu, já se acidentou, já adoeceu. Então, ele vem, individualmente, pedir uma reparação. Não é que não lhe seja devida! Evidentemente, ela lhe é devida! Mas, se estou falando na integridade da pessoa, a primeira preocupação tem de ser a de prevenir. E as ações judiciais que têm a possibilidade de prevenir o dano são raras, mesmo na minha jurisdição.

Aqui, tenho de dizer também, com todas as letras, que quem representa um diferencial a esse respeito é o Ministério Público do Trabalho, que, geralmente, maneja estes instrumentos processuais com caráter preventivo: ações civis públicas, ações inibitórias, ações de remoção de ilícito, ações cautelares. Mas os próprios sindicatos profissionais, muitas vezes, preferem ingressar com uma ação civil coletiva, reclamando, por exemplo, o pagamento do Adicional de Insalubridade a todos os trabalhadores naquele setor da empresa, a entrar com uma ação de remoção do ilícito para, simplesmente, neutralizar a fonte de insalubridade. A perspectiva monetarista, a perspectiva patrimonial, muitas vezes, prevalece sobre a perspectiva humanista, a perspectiva de preservar a pessoa.

Então, nós trazemos para a lógica da saúde e segurança no trabalho a perspectiva do Direito Ambiental. E é isto que nós propusemos, Senador Paim, como modificações ao que seria hoje o art. 161 da CLT. No PLS 220, seria o art. 161-B, mas, como o Estatuto do Trabalho é algo novo, aí vamos ver exatamente ali em que ponto isso pode ser inserido. Obviamente, essa é a nossa proposta, abrindo-se um título para tratar disto: meio ambiente de trabalho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Vejam: até nesse aspecto, o primo pobre do Direito, como nós brincamos, o Direito do Trabalho foi discriminado. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

temos no Brasil uma lei muito moderna sobre tutela ambiental, que é a Lei 9.605, de 1998, a Lei dos Crimes Ambientais, que trata basicamente da repressão, que não trata da prevenção. Mas, tratando da repressão, avançou muito, chegou a prever responsabilidade penal de pessoa jurídica, que era um tabu no Direito brasileiro e que está lá positivado.

Ali nós temos, na parte especial – vejam vocês! –, os crimes contra a fauna e a flora; os crimes de poluição, portanto, no meio ambiente natural; os crimes contra o ordenamento urbano – pichação e grafitagem, hoje, são crimes ambientais, poluição visual no meio ambiente artificial urbano –; os crimes contra o patrimônio cultural brasileiro, contra o meio ambiente cultural, mas não há um tipo penal sequer, não há uma palavra sequer sobre o meio ambiente do trabalho. É como se o meio ambiente do trabalho não compusesse o meio ambiente humano.

Então, a proposta qual é? Primeiro, integrar a ideia de saúde e segurança do trabalho inclusive para fins de inspeção, de fiscalização, na perspectiva ambiental. Nessa medida, eu passo a ter dois princípios primeiros de regência: prevenção, nos contextos em que há certeza científica, e precaução, nos contextos em que há incerteza científica.

Isso já é perfeitamente dominado entre os autores de direito ambiental. E como os juristas gostam de latinismo, a expressão que se usa é: *in dubio pro natura*. Se há dúvidas de que aquela atividade é ou não impactante para o meio ambiente, se há laudos em um sentido ou outro, na dúvida, promove-se o controle.

Ora, se eu estou falando do meio ambiente do trabalho e se eu estou falando da pessoa humana, este *in dubio pro natura* passa a ser *in dubio pro homine.* Na dúvida, eu preservo a pessoa, eu interrompo a atividade econômica, mas preservo a pessoa, em sede cautelar, em sede inibitória.

E vejam discussões que nós tivemos recentemente, por exemplo sobre a questão do amianto, que felizmente o Supremo Tribunal Federal acabou entendendo da maneira como a Anamatra e a ANPT compreendiam ser a melhor visão, mas no voto original do Relator e na própria discussão nas audiências públicas se apresentava a dúvida: será que o amianto crisotila pode ser utilizado com segurança? E era isso que se propunha. Vamos então manter a indústria para determinada modalidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amianto. E aí havia a dúvida científica por assim dizer. Eu não tenho dúvidas, mas, enfim, havia laudos dizendo da possibilidade do manejo seguro.

Vejam, se nós tivéssemos para a questão uma ótica ambiental, a solução jurídica estaria dada. Há dúvidas, há incerteza científica, pois bem, *in dubio pro homine.* Interrompe-se cautelarmente a produção até que se defina qual é a verdade científica a respeito. E não foi isso que houve.

Então, estamos propondo a integração desses princípios da prevenção e da precaução no contexto da saúde e segurança do trabalho; estamos propondo aqui a positivação da responsabilidade civil objetiva do empregador quando infelizmente essas cautelas preventivas e precaucionais não bastarem, e aí haverá o dano.

E também tenho dito, insistentemente, porque quando mais raramente falamos a respeito disso com os sindicatos patronais sempre nos é dito o seguinte: "Mas se eventualmente aquele empresário observou todas as NRs, se ele estava absolutamente bem-intencionado, se ele efetivamente teria impedido aquele resultado danoso, se pudesse..." E o que eu tenho respondido é: "A questão exatamente é essa, porque a responsabilidade tem de ser objetiva e, na minha visão, já é, art. 14, parágrafo único, da Lei 6.938, de 1981, que para mim é a regência nos casos de danos que decorrem em razão de desequilíbrio no meio ambiente de trabalho."

A nossa proposta é inserir isso no texto do Código do Trabalho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – E, aí, quando esta responsabilidade passa a ser objetiva, ela decorre do risco; não decorre da culpa. Portanto, eu não estou dizendo que aquele empregador é um vilão, que aquele empregador é um malfeitor, porque simplesmente para esta discussão isso não importa; o que importa é que ele cria um risco para, por meio deste risco, gerar riquezas. Isso é perfeitamente adequado, estamos em um sistema capitalista de produção, só que, como deste risco criado advém um bônus, advirá também um ônus, ou seja, se desse risco sobrevier dano ao trabalhador, a indenização será objetiva, independentemente de culpa.

Eu não estou dizendo, insisto, que aquele empregador é vilão, é malfeitor; estou apenas dizendo que isso é uma consequência natural da atividade que ele cria. E aí, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

houve dolo, se houve, de fato, um mau comportamento censurável do ponto de vista social, aí vamos para a parte criminal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – E isso estamos propondo também. Já que a Lei 9.605 se esqueceu do meio ambiente do trabalho, estamos propondo que se equipare ao crime de poluição, que está lá na Lei 9.605, é o art. 54, aquela conduta em que, de modo doloso ou culposo, degrada-se o meio ambiente do trabalho, criando-se riscos proibidos ou agravando riscos inerentes à atividade em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde fisiológica ou psicológica de um ou mais trabalhadores. É, portanto, um crime de perigo concreto ou um crime de dano. E não estamos falando em punitivismo nem em pálio de repressão, mas estamos falando em dar um tratamento penal similar àquele que existe para as outras dimensões do meio ambiente.

E, por fim, porque o meu tempo já se foi, Senador – muito obrigado pela paciência –, estamos propondo também a alteração do que hoje é o art. 161, para inserir ali obviamente a figura do juízo, que já nos parece ser perfeitamente possível. Mas é importante registrar que, em alguns casos, se administrativamente não se obtiver desde logo a interdição da máquina do estabelecimento da cessão, isto vá de imediato para o juiz. E o que estamos propondo é que, nesta circunstância, havendo indícios daquele risco grave ou iminente, inverte-se o ônus da prova. Caberá, em uma audiência de justificação, por exemplo, eventualmente à empresa demonstrar que, de fato, não há aquele risco. Não havendo esta prova, o juiz desde logo interditará, e, se houver verossimilhança, evidentemente, sequer haverá audiência de justificação, o juiz desde logo defere a liminar na linha do *in dubio pro homine*. Haverá algum prejuízo? Haverá, mas na dúvida eu preservo a vida e a integridade das pessoas.

E, nesse contexto, também estamos propondo que, no campo administrativo,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – ...não seja apenas o antigo delegado regional, agora o superintendente, aquele a poder efetivamente decretar, decidir esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interdição de estabelecimento, mas que qualquer auditor-fiscal do trabalho possa fazê-lo, como é o que decorre, a nosso ver, do Texto Constitucional.

Muito obrigado, Senador.

Conte conosco para essa discussão e vamos adiante! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), pela exposição que fez.

Eu já deixo aqui três perguntas que chegaram. Se alguém quiser responder ao longo da sua fala, pode fazê-lo.

Pergunta ao MPT, de Abel Ferreira, de Goiás: "Como solucionar a situação de um empregador que é fiscalizado pela inspeção do trabalho, ao mesmo tempo em que é investigado pelo MPT? Ocorrência de ato de infração, mesmo havendo TAC?". Quem quiser, ao longo, responde.

Uma pergunta para Anamatra: "O tema inspeção do trabalho não deveria constar no programa para o concurso de juiz do trabalho?"

Pergunta para o Sinait: "O que achou do Código de Ética elaborado pela Associação Internacional da Inspeção do Trabalho? E se é filiado a essa associação".

As perguntas ficam; quem quiser respondê-las fique à vontade.

De imediato, passamos a palavra, agora, para o Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Dr. Carlos Fernando da Silva Filho.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar meus colegas de Mesa em nome do nosso guerreiro, Senador Paulo Paim, em nome de quem cumprimento todos os Parlamentares, especialmente o senhor, pela luta que tem travado, dentro da Comissão de Direitos Humanos, para que tentemos resgatar aquilo que temos esperança de resgatar que é o direito dos trabalhadores, o direito do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, sem querer trocar aqui "rasgação" de seda, mas foi fundamental, Carlos, as posições tanto sua como da entidade, naturalmente, e de todas as entidades, mas você como tratava dessa questão, quando nós conseguimos fazer com que eles revissem e quase que revogassem aquela portaria que regulamentava o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho escravo. Ou seja, iria permitir que o trabalho escravo acontecesse. E o seu papel foi fundamental, bem como do Sinait e das outras entidades. Mas me lembrei agora, na sua fala.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – A Portaria nº 1.129, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Aquela dançou, graças a Deus.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – É verdade. Aquela portaria de fato foi uma tragédia e nós não poderíamos agir de outra forma. E agimos da maneira como agimos. E com a ajuda de Parlamentares e de outras entidades – Parlamentares como o senhor – nós conseguimos derrubar aquela portaria.

Logo mais eu comento a pergunta do Abel.

Quero cumprimentar – antes não posso me esquecer de fazê-lo – especialmente os meus colegas auditores fiscais do trabalho aqui presentes, os que não estão presentes, os que estão nos assistindo. E mais especialmente ainda os que integram a comissão do Estatuto do Trabalho, que estão se dedicando ao máximo para entregar o melhor que esse grupo que representa todos os auditores fiscais do trabalho pode entregar. Nós acreditamos nesse trabalho, temos grandes expectativas em relação ao que ele promoverá de debates ricos, importantes e necessários, alinhados com o que a gente pensa que é o certo, que é a defesa constitucional dos nossos direitos.

Pois bem, como bem falou o Dr. Guilherme – parabéns, Dr. Guilherme, por sua fala –, nós existimos para discutir... Você chama de federal de inspeção do trabalho. De fato. O Sinait inclusive, neste ano de 2018, completará 30 anos. O Sinait é o primeiro sindicato do servidor público registrado no País após a Constituição de 88. Nós nos orgulhamos disso. E essa luta de décadas tem sido realizada de maneira a explicar o que somos hoje, o tamanho do que somos hoje e para onde nós iremos. E essa luta toda sempre foi feita e tem sido feita de maneira muito crítica.

O Sistema Federal de Inspeção do Trabalho no Brasil. Nós, no Brasil, temos uma denominação própria, particular, de auditoria-fiscal do trabalho, que, no mundo inteiro, é conhecida como inspeção do trabalho, propriamente, pelas características funcionais que a Auditoria-Fiscal do Trabalho, os inspetores do trabalho – os auditores de hoje já tiveram a denominação de inspetores do trabalho e outras – foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adquirindo ao longo dessa caminhada, digamos, de fortalecimento e força, assim como aumento do seu tamanho, do seu alcance.

Hoje, somos um grupo de aproximadamente 2,3 mil de auditores-fiscais do trabalho. Esse é o pior quadro dos últimos 20 anos. Temos uma avaliação realizada em estudo recente do Ipea que sinaliza para uma necessidade, dadas as características do mundo do trabalho no Brasil hoje, de oito mil auditores-fiscais do trabalho para dar conta de toda essa demanda complexa que acompanha também o surgimento de novas modalidades de exploração e de utilização da mão de obra no mundo. E no Brasil não seria diferente.

O nosso cargo é federal. Os auditores-fiscais do trabalho ocupam um cargo federal, cujo acesso se dá por um concurso dificílimo. O último concurso teve 50 mil candidatos para 100 vagas. Digo tudo isso para deixar muito claro que nós representamos, sem nenhuma dúvida, um seleto grupo de autoridades que representa o Estado brasileiro, compromissado com a lei, a partir do ingresso no quadro, para respeitar a legislação vigente, obviamente dirigida à sua finalidade.

O Sistema Federal de Inspeção do Trabalho existe com a finalidade de assegurar a aplicação das leis, incluindo as convenções internacionais, os atos e todas as decisões tomadas no âmbito da inspeção do trabalho de normatização do País, para que tenhamos, de fato, cumpridos e aplicados os conceitos e os direitos constitucionalmente definidos no âmbito do trabalho. Essa é a finalidade do Sistema de Inspeção do Trabalho, representada, na sua execução, pelo quadro de inspetores do trabalho, de auditores-fiscais do trabalho no Brasil.

Nós estamos organizados dentro da estrutura do Ministério do Trabalho, e existe, nessa estrutura, uma coisa curiosa: nós existimos muito antes, mas muito antes mesmo do próprio Ministério do Trabalho. Nós nascemos em 1891 no Brasil, pelo Decreto 1.313, de 17 de janeiro. Em janeiro, completamos 127 anos de existência, e o Ministério do Trabalho existe desde 1930. Nós somos apenas, digamos, um pouco mais novos do que a inspeção do trabalho mais antiga no mundo, que é a da Inglaterra, que é uns 30 anos mais antiga que a nossa inspeção.

Mesmo depois da criação da Inspeção do Trabalho no Brasil, em 1891, a gente evoluiu com a criação de outras instâncias nacionais preocupadas com a inspeção do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho – como o Departamento Nacional do Trabalho e o Conselho Nacional do Trabalho – antes da criação propriamente dita do Ministério do Trabalho.

Eu digo para fazer um registro: nós temos historicamente alguns conflitos com os Ministros do Trabalho, talvez por essa questão histórica. Nós já estávamos ali quando o Ministério do Trabalho surgiu e nós já tínhamos uma missão internacionalmente consolidada, que avançou para uma ampliação, digamos, de países com inspeções do trabalho instaladas desde a criação da OIT, em 1919.

Até então, algumas nações mais avançadas, como a Alemanha e a França, tinham as suas inspeções, mas somente após o fim da Primeira Guerra Mundial é que as inspeções se espalharam pelo mundo.

E nós já tínhamos uma história construída quando da aprovação, pela OIT, da Convenção Internacional nº 81, da OIT, que o Brasil ratificou em 1957. Então, nós ratificamos o compromisso de manter um serviço de inspeção do trabalho em 1957. Essa Convenção, no entanto, ficou um tempo denunciada em razão do período da ditadura militar, depois que um auditor-fiscal do trabalho denunciou o seu descumprimento nesse período. O Brasil, então, decidiu revogá-la publicando um outro decreto. E, depois, apenas em 1987... De 1971 a 1987, nós não estávamos sob a égide da Convenção nº 81 sobre inspeção do trabalho.

Então, nós, que temos entre as nossas finalidades precípuas a de assegurar o cumprimento da legislação trabalhista, incluindo os acordos e as convenções coletivas e incluindo todo o arcabouço jurídico, todo o ordenamento jurídico, vivemos esse conflito interno de estrutura. E digo de estrutura porque o acesso ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho não é político. O acesso ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho se dá por meio do provimento de um cargo público. Todos os cargos integrantes do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho, que estão descritos e definidos no decreto que estabeleceu o Regulamento da Inspeção do Trabalho, que existe desde 1965, inspirado na Convenção nº 81 da OIT, revisto em 2002, são designados aos Auditores Fiscais do Trabalho, exatamente para garantir a independência necessária para agir independentemente dos interesses políticos que estão sendo ali combatidos eventualmente.

Então, nós temos uma estrutura conflitante dentro do Ministério do Trabalho. Por quê? Porque os Ministros insistem em querer mandar nos Auditores Fiscais do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalho, e os Auditores Fiscais do Trabalho, obviamente, não baixam a cabeça, porque, se o fizessem, estariam abrindo mão de suas prerrogativas e de suas obrigações legais e constitucionais.

Isso, sem dúvida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – ... Senador, se reflete nos Estados. Nos Estados, o acesso ao cargo de superintendente não se dá por concurso, não é exclusivo de ocupante de carreira de Estado e não é, portanto, blindado de interesses puramente políticos. E falo "puramente políticos" porque não é possível se pensar em uma atuação puramente técnica – e ela também tem política envolvida, porque política é tudo –, mas, na atuação para a preservação dos direitos sociais e constitucionais, na consecução dos objetivos da inspeção do trabalho, nós temos de ter, precipuamente, as designações de caráter técnico para que esses objetivos sejam alcançados.

E, aí, nós vivemos o conflito mais evidente da inspeção do trabalho, dentro do nosso Sistema Federal de Inspeção do Trabalho – algo que é um problema para muitas nações –, que é a inexistência da autonomia: autonomia do sistema federal, autonomia da autoridade central. Nós temos uma autoridade central na inspeção do trabalho que não pode tomar a benção do Ministro do Trabalho – e jamais fará isso! Essa autoridade é a atual Secretária de Inspeção do Trabalho, com uma secretaria que tem uma designação absurdamente, hoje, política, porque é uma decisão do Ministro. Então, o Ministro decide os acessos aos cargos do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho em relação ao qual ele não tem absolutamente nenhuma ingerência, não pode tê-la, apesar de historicamente querer ter.

Nós, em razão disso, atuamos ao longo de todo esse tempo para garantir essa autonomia. A gente fez isso de várias formas, Senador e colegas que nos ouvem.

Na discussão oportunizada pela criação da Super-Receita foi aberto um espaço que foi a junção da fiscalização da Receita com a da Previdência. Vimos ali um espaço para estabelecermos na lei a obrigação da criação de uma lei orgânica do Fisco, uma lei orgânica que estabelece garantias, prerrogativas, um ambiente com menores frestas, para que essas iniciativas de caráter puramente político não pudessem chegar aos seus objetivos. Isso está na lei desde março de 2007, quando foi publicada e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sancionada a Lei 11.457, com prazo de um ano para ser apresentado projeto pelo Poder Executivo e até hoje não o foi. Nós lutamos por todo esse tempo para que isso avançasse e isso não avançou. Lutamos em outras frentes, unindo-nos a outras fiscalizações que também sofrem esse tipo de interferência política, como é o caso das administrações tributárias nos Estados e Municípios. Construímos uma PEC, a PEC 186, para conferir algumas garantias e proteções por meio de uma lei orgânica insculpida agora na Constituição por meio de uma lei complementar, para que nós pudéssemos fechar um pouco essas frestas.

Esse texto está pronto para votação. Essa PEC foi apresentada 11 anos atrás e também não avança. Nós conseguimos, mais recentemente, definir no texto da lei, por meio do texto aprovado pelo Relator, texto do Relator da MP 765, de 2016. Essa MP reestruturou a nossa carreira e outras e nós conseguimos convencer todos da importância de se estabelecer na lei o acesso ao cargo de secretário de inspeção do trabalho e de todos os envolvidos no planejamento da inspeção do trabalho, na sua realização, na sua organização, ser exclusivo de auditor-fiscal do trabalho, porque absurdamente isso não está ano texto da lei. Hoje, nós aprovamos esse texto e o Presidente da República vetou.

Nós temos, sem dúvida nenhuma, uma construção louvável, uma construção que nos orgulha por termos... Apesar de todas as dificuldades institucionais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – ...e todos os conflitos de natureza política instalados dentro do Ministério do Trabalho, nós conseguimos avançar para sermos hoje um parâmetro internacional. A inspeção do trabalho no Brasil é referência no mundo inteiro. Nós temos uma atuação protagonista no seio da comunidade ibero-americana por meio da Confederação Ibero-Americana de Inspeção do Trabalho. Hoje, essa confederação tem o Brasil na sua Vice-Presidência e terá a Presidência, certamente, logo mais, em maio, pois somos candidatos, teremos eleições.

Lá estão agregados para discutir a inspeção do trabalho no mundo e iniciativas de apoio: o Uruguai, o Peru, nós temos a Colômbia chegando, Espanha, Portugal chegando também, a República Dominicana integra, Costa Rica vai integrar... Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos grandes expectativas de avançar com essas discussões porque acreditamos nessas discussões.

Nós temos orgulho de dizer a todos que nestes, pelo menos, últimos cinco anos, a inspeção do trabalho entregou muita coisa aos trabalhadores e a esta Nação. Nós fiscalizamos quase três milhões de empresas nos últimos cinco anos; nós formalizamos mais de 1,5 milhão de vínculos, fazendo uma média de 300 mil formalizações de vínculos por ano; nós alcançamos, anualmente, no mínimo, 21 milhões de trabalhadores; nós realizamos, no mínimo, todos os anos, seis mil embargos e interdições; nós resgatamos, ao longo de todo o combate ao trabalho escravo em todo o País, mais de 52 mil trabalhadores explorados na condição análoga à de escravo nos mais de 23 anos, ou quase 23 anos de ação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel. Daí nós chegamos a uma conclusão evidente a que todos chegam rápido: nós incomodamos poderosos políticos, economicamente, neste País, haja vista a situação da Chacina de Unaí, que tem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – ...condenados em segunda instância soltos.

Nós estamos, de fato, diante de uma situação que traz ao nosso discurso, em todas as oportunidades, a sinalização da importância de todas as instituições, de todas elas, e nós contamos com isso. E eu reforço o nosso reiterado pedido de apoio das instituições e das entidades de classe, especialmente as do mundo do trabalho, que apoiem a blindagem da Inspeção do Trabalho, por quê? A despeito de haver dificuldades no Poder Judiciário do Trabalho, a despeito de haver dificuldades no Ministério Público do Trabalho, tenho certeza de que as da Inspeção do Trabalho são infinitamente maiores dado o poder em que estamos inseridos. Nós não temos sequer – esse, por exemplo, é um dos casos que nós utilizamos para provar quão frágil é o nosso sistema, desprotegido pela lei – proteção do nosso orçamento.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – O Ministro, no ano passado, decidiu cortar 70% do orçamento da Inspeção. Parou a fiscalização do trabalho escravo em julho e agosto. Parou. Basta cortar o dinheiro, acaba, não tem fiscalização.

Denunciamos isso à OIT no ano passado. No ano anterior, nós levamos à OIT o caso absurdo de as superintendências regionais do trabalho de 12 Estados estarem com suas sedes interditadas por não haver condições seguras de habitação daquele espaço. Isso para demonstrar o descaso com as condições de trabalho.

Mas não para por aí. A Chacina de Unaí revela claramente a precariedade das nossas condições de trabalho, que não garantem sequer segurança a nós. Em maio de 2016, nós tivemos uma quase segunda Chacina de Unaí em São Félix do Xingu. Em maio de 2016, uma nova equipe da Móvel nacional foi recebida à bala. Fizemos uma audiência aqui, mais uma vez aqui, sob a batuta do Senador Paulo Paim. Fizemos uma audiência pública aqui para denunciar o descaso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Estou já encaminhando para o fim.

Fizemos uma audiência pública aqui para denunciar o descaso com segurança dos auditores da equipe do Grupo Especial de Fiscalização Móvel. Levamos isso à OIT. Denunciamos isso à OIT.

Eu falei de orçamento. Se não tem orçamento, não tem inspeção, não tem nada. Nenhuma política pública se executa sem orçamento. Se não tem condição de trabalho, também não. Nada se consegue executar sem as condições necessárias para isso.

Mas não para por aí. Nós também não temos gente. Nós temos hoje um quadro que representa... Nós temos um terço do quadro da Inspeção do Trabalho vago. Não há sistema federal de inspeção que se sustente de maneira a dar efetividade às suas finalidades, a entregar isso ao povo sem ter esses três elementos. E esses três elementos estão atingidos na sua essência e foram objeto de denúncia pública do nosso sindicato, do Sinait, à OIT e a todas as instâncias de autoridade competentes, inclusive com ações judiciais ajuizadas para garantir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – ...esses elementos minimamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu estou apenas relatando todas as dificuldades e apontando as saídas, que passam necessariamente pela determinação em lei da autonomia da Inspeção do Trabalho para que nós sejamos cada vez menos sensíveis aos conflitos reiterados que ocorrem na esfera política.

Nós temos a importância do reconhecimento por todas as demais autoridades da necessidade de proteção da nossa atuação. E eu falo isso para verdadeiramente concluir, dizendo o seguinte: é muito tentador invadir a competência dos auditores-fiscais do trabalho. Por que é muito tentador? Por que nós temos muitas outras "autoridades" adentrando o ambiente de trabalho, seja qual for o motivo. E com esse motivo, têm buscado alcançar os objetos exclusivos da inspeção do trabalho. Isso tem enfraquecido a inspeção do trabalho, e absurdamente com um argumento que é muito raso, aquele que diz assim: "Nós não temos auditores para chegar a todos os lugares, nós precisamos chegar aos lugares; não importa quem, nós precisamos chegar ao trabalhador que precisa." E aí eu sempre tenho dito assim: "Pois bem, quando você chegar, você que diz isso, a um hospital precisando de uma cirurgia e não houver médico lá, eu vou te perguntar se você aceita, na inexistência de um médico, ser operado por um auxiliar de enfermagem."

É absurdo creditar a essa situação deliberada do Governo de estrangular a inspeção do trabalho, por três vias que são realmente para levá-la ao fundo do poço, e, com isso, justificar a atuação de outras autoridades, que se põem como autoridades sem as garantias de acesso, sem as preocupações como as que relatei aqui por toda a minha fala, de impedir as interferências políticas, de blindar a atuação sem a reiterada posição que nós, historicamente, assumimos, de conflitos internos para impedir a manipulação política da atuação na cobrança do cumprimento da legislação. É também uma outra forma de chegar a esse objetivo, dividir a atuação da representação do Estado para a exigência do cumprimento da legislação trabalhista. E eu falei isso para pedir apoio, ajuda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – ... a todas as instituições que se preocupam com as finalidades das instituições que estão dedicadas à proteção, às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tutelas no mundo do trabalho. Nós, da inspeção do trabalho, pedimos ajuda a todos vocês.

E finalizo pedindo também aos Parlamentares que hoje, na apreciação do Congresso Nacional, ajudem-nos a derrubar o Veto 44. Afinal de contas, esse "sim" à derrubada do veto é um "sim" ao diálogo, é um "sim" à negociação. Nós lutamos para colocar na lei o direito de negociar, e o Governo não quer nos permitir negociar.

Eu falo mais nas minhas considerações finais. Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Esse foi Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sinait, que faz uma série de denúncias, lembrando inclusive o assassinato de auditores do trabalho, e, ao mesmo tempo, demonstra aqui, como já aconteceu em outros momentos, que há um movimento para desestruturá-los: falta orçamento, falta gente, falta estrutura para fazerem as devidas fiscalizações. Meus parabéns pela resistência, coragem, e sempre atuando para que a inspeção aconteça dentro do possível e das limitações que o Governo impõe.

Por favor, Dr. Herbert Claros, membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular).

Ele esteve comigo aqui ontem em um debate a que, infelizmente, o Governo não veio, mas os trabalhadores apresentaram suas reivindicações, e nós vamos remetê-las aos poderes constituídos.

O SR. HERBERT CLAROS – Um bom dia! Bom dia a todos; bom dia aos membros da Mesa.

Senador Paulo Paim, ontem, a gente esteve aqui para debater a Embraer em uma importante audiência pública. Já posso até cumprimentar o Senador, porque a audiência pública já cumpriu um papel importante, que eu denunciava ontem, que foi furar o bloqueio. Porque hoje a mídia teve que divulgar que houve uma audiência pública para discutir a Embraer. Como eu denunciei ontem na audiência, por se tratar de uma grande companhia, uma grande empresa nacional de capital internacional, o tema que é de grande importância para o País está tendo certo bloqueio na mídia. Então, já cumpriu pelo menos esse papel.

Hoje estou representando a CSP-Conlutas. Meu nome é Herbert, eu sou da Executiva Nacional da CSP-Conlutas, a Central Sindical e Popular do Brasil, sou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

metalúrgico de São José dos Campos, da Embraer, sou membro do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos. A gente foi convidado para esta Mesa, não só aproveitando o momento, por já estar aqui ontem, mas também estendi a permanência em Brasília pela importância do tema.

Eu queria, inclusive, em nome da Central, aproveitar para agradecer às entidades presentes na Mesa e outras também que não estão que ajudam nesse processo, até pela proximidade de Brasília, por estarem próximas de onde as coisas estão andando por debaixo dos... por onde a gente não consegue ver lá das nossas bases. É graças a vocês, aos Parlamentares que de fato têm uma visão mais crítica sobre o tema e a essas organizações que a gente, nas nossas bases, acaba tomando conhecimento de absurdos, como foi, por exemplo, a própria questão relativa à mudança no tema em relação ao critério sobre trabalho escravo no Brasil, um absurdo que teve repercussão internacional e que, é óbvio, sem a fiscalização e o acompanhamento de vocês, a gente estaria aí... Somos sindicatos também, somos organizações, mas, pelo nosso trabalho cotidiano lá longe, ficamos muitas vezes afastados desse tema. Então, quero agradecer muito o papel de vocês e do Ministério Público em tudo isso.

Primeiramente, antes de tudo, a gente, como organização sindical, não poderia deixar de falar que hoje é uma honra, inclusive, dizer que nossos amigos trabalhadores e trabalhadoras franceses estão fazendo uma importante greve na França, tomando destaque aí na mídia internacional. Eu gostaria de aproveitar o espaço aqui para fazer uma saudação aos grevistas franceses, que estão lutando contra um plano econômico do Macron, muito parecido com uma reforma trabalhista, inclusive, que foi apresentada no Brasil. Nós da CSP-Conlutas estamos em contato, inclusive, com os sindicatos franceses, e quero aproveitar o espaço para apresentar nossa solidariedade internacional a essa greve. Com certeza, uma vitória dos trabalhadores franceses empolga os trabalhadores em nível internacional.

Sobre o tema em si da inspeção, quero começar saudando essa iniciativa do Estatuto do Trabalhador, a necessidade dessa proteção. E a gente começa dizendo de uma visão que a CSP-Conlutas tem. Nós fizemos até um seminário... Às vésperas da discussão toda da reforma trabalhista, a gente fez um seminário com outras entidades sindicais, inclusive, e um aspecto que na nossa opinião é muito importante é você delimitar, saber onde você está, qual é a situação em que você se encontra. E, na nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

visão, a situação em que a gente se encontra no Brasil hoje não é porque a reforma foi aprovada, mas é uma situação de que a gente vem de longo tempo. Nós vivemos em uma democracia, tudo bem, temos uma Constituição aprovada, mas o problema é que, dentro do local de trabalho, não vivemos uma democracia. Isso é importante ter claro. Seja no banco, seja numa fábrica, seja numa refinaria, seja numa escola, seja uma professora, a gente vive sob uma ditadura.

O espaço... O que eu digo de espaço democrático, para poder andar, poder votar, poder dizer minha opinião, poder dizer opiniões absurdas... Inclusive, há manifestações reivindicando a volta da ditadura, na Paulista. Imaginem só uma manifestação em que se pede a ditadura! São as coisas loucas que acontecem! Esse tipo de coisa não existe dentro da fábrica, por qualquer motivo, porque até o trabalhador que defende demais o patrão, às vezes, também não é muito bem-visto, não!

Então, na verdade, o trabalhador não tem o direito de se manifestar por nada dentro do local de trabalho. O trabalhador, dentro do local de trabalho, tem de produzir; esse é o único direito dele. Se ele não produzir, como em qualquer ditadura, ele receberá uma resposta repressiva, que, no caso, dentro do local de trabalho, se reflete no emprego, no salário. O trabalhador vive do salário, isso é o que o leva...

Então, isso é muito importante. Por que é importante dizer isso? Porque os governos, nos sistemas capitalistas, estão a serviço de regulamentar isso. Então, quando nós falamos sobre a reforma trabalhista, sobre as leis trabalhistas, nós estamos falando da regulamentação da ditadura. Essa é a opinião da CSP-Conlutas. É a regulamentação da ditadura no local de trabalho! É dessa maneira que a gente vive.

Quanto a gente tem uma Mesa para discutir a inspeção do trabalho, nós estamos discutindo como amenizar esses efeitos. Então, aqui, independentemente de uma opinião ser mais à esquerda ou mais à direita, independentemente das opiniões postas aqui, todos aqui são heróis. Todos aí fora que defendem um mínimo de inspeção no local de trabalho são heróis. Estamos lutando nesse marco. Então, a gente tem essa visão. Essa visão é muito importante para dar a gravidade da situação, para as pessoas entenderem.

Nesse aspecto, discutir a situação atual, como quando o próprio Senador abriu a Mesa, em que estamos sob uma legislação trabalhista que nos remete... Não sei dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se é... Se é pré-Getúlio, eu tenho certeza! Não sei se é antes disso! Mas que é pré-Getúlio nós temos certeza! Em pleno 2017, em pleno 2018, esse é um absurdo histórico! Não é o tema da reforma trabalhista, mas é um tema absurdo, e mais absurdo ainda é haver uma Câmara, uma Casa que teria de regulamentar itens básicos da Medida Provisória 808, e isso ter sido tratado como um tema menor. Então, isso deixa mais claro, inclusive, na nossa opinião política, que a presença majoritária nesta Casa, que teria de ser dos representantes do povo, não está a serviço do povo. É óbvio que está a serviço daqueles que têm de manter essa ditadura no local de trabalho, que são os patrões.

Então, fica bem mais clara, inclusive na figura do Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a maneira como se trata essa medida. Nós da CSP-Conlutas queremos deixar este protesto aqui. Acho que esta audiência pública já é um protesto em relação ao fato de a Casa não ter encaminhado minimamente a discussão em torno de medidas minimamente protetivas em relação à questão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diga-se de passagem que havia mil emendas!

O SR. HERBERT CLAROS – Eram mil emendas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havia 979 emendas que nós queríamos debater, e eles se acovardaram até para o debate.

O SR. HERBERT CLAROS – Existem questões... Se a gente fosse fazer uma lista das questões necessárias... Mas a gente só gosta de falar de uma delas que é emblemática, que é o tema do trabalho insalubre para mulher grávida. A que ponto chegamos? Chegamos ao ponto onde a vida de uma criança... Inclusive, há aqueles que defendem a tese contrária ao aborto. Eu sou a favor de a mulher ter o direito ao aborto. Inclusive, há aqueles que defendem a vida, que são contra o aborto e que estão pregando que a mulher vá trabalhar, mesmo podendo sofrer um aborto no local de trabalho exposto a condições insalubres. A gente vê como até para esses... Isso mostra a hipocrisia nesse debate em relação ao aborto, pois, se para eles está garantido o capital, a minha opinião sobre o aborto é desnecessária.

Voltando ao tema, a gente quer frisar tudo isso e deixar bem claro que as questões de regulamentação em relação à inspeção, principalmente, são fundamentais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do ponto de vista de inibir – há a questão do meio ambiente de trabalho, na qual já quero tocar –, principalmente, hoje, o fato lamentável referente à questão do trabalho escravo.

Da mesma maneira, a gente vive uma herança, o racismo no Brasil tem uma herança maldita que a gente ainda carrega até hoje. Ontem o Senador inclusive, pela manhã, estava, numa mesa no plenário, falando sobre essa questão de um ato de racismo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só para reafirmar, depois eu desconto do seu tempo, uma menina negra foi escolhida numa cidade – inclusive que eu vou seguido lá, adoro aquela cidade, adoro o povo da cidade –, por unanimidade, para representar a cidade, a região norte, as praias, na disputa para Miss Rio Grande do Sul e depois para Miss Brasil. A partir do momento em que foi eleita, por unanimidade, naquela região toda, de que tenho orgulho de passar minhas férias lá, começou a receber pela internet todo tipo de... Nem vou repetir aqui, porque é um desrespeito até eu falar o que diziam e que dizem pela internet só porque ela é negra.

A que ponto chegamos! E vem de todo o Brasil. Enfim, a gente lamenta ter que registrar isso. São críticas desumanas. Onde está a visão humanitária, o respeito ao outro? E, como disse Martin Luther King, Nelson Mandela, Zumbi, enfim, é um absurdo você querer julgar o outro pela cor da pele. É um julgamento de beleza, ou de conduta, ou de ética, pela cor da pele. Tem que ser muito ignorante.

Por isso que eu digo que são *fake news* que covardemente se escondem atrás de um aparelhinho como esse e jogam ofensas sobre as pessoas. Fiz a crítica aqui de manhã, fiz à tarde na audiência com vocês, faço agora e já fiz no plenário. Digam o que disserem, ninguém vai me tirar dessa luta contra todo tipo de preconceito, seja contra a criança, contra o branco, contra o negro, contra o índio, contra a mulher. É uma luta que está no nosso sangue e, podem crer, cada vez que eu tiver a oportunidade aqui e alguém discriminar alguém, por qualquer motivo que for, terá em mim um adversário tenaz para lutar para que neste País ninguém mais seja discriminado por motivo algum.

O SR. HERBERT CLAROS – É uma luta importante que traz na nossa herança o sistema escravocrata. E eu quero fazer esse paralelo do mal que o racismo provoca e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de onde ele vem, que é dessa herança escravocrata no nosso País, que é expressão também nos Estados Unidos, e isso também se expressa no local de trabalho. O patrão brasileiro, não vou falar do resto do mundo, traz consigo também a herança escravocrata. Não só o racismo, mas também traz a compreensão de que ele é dono do funcionário.

Eu sou representante do Sindicato dos Metalúrgicos, eu trabalho na Embraer, que é uma grande companhia. Dentro da Embraer a gente não vive isso tão de perto, porque o meu patrão, na verdade, é um acionista, não está na Embraer, são só os seus gerentes, os gerentes da fábrica. Mas em diversas fábricas pequenas, por exemplo, metalúrgicas que têm 10, 15 funcionários, 20 metalúrgicos na região de São José dos Campos, a gente vê casos absurdos, onde o patrão trata trabalhador com marmita, com comida estragada. E, se o trabalhador não comer, ele é – da mesma maneira que a gente vê em filmes da época escravocrata – xingado, humilhado: "Eu estou te dando essa comida, você tem..." Não é o trabalho, entende? Tudo isso é herança escravocrata e tem reflexo no mundo do trabalho, ainda mais na legislação atrasada que a gente está tendo agora.

Então, esse elemento da fiscalização tem um aspecto fundamental, merece atenção, inclusive, não só a questão que é muito mais forte no campo, mas principalmente agora a do trabalho imigrante. Isso é uma nova realidade que é muito mais forte em nosso País hoje, tanto de imigrantes bolivianos, do Paraguai; agora estamos tendo muitos imigrantes da Venezuela, por conta de toda a crise que vive a Venezuela. A CSP Conlutas está à frente do Sindicato da Construção Civil de Roraima e já há casos de trabalho escravo, semiescravo de imigrantes venezuelanos na construção civil, na região de Roraima, em Boa Vista. Então, esse caso é muito importante.

E, também quanto ao aspecto do local de trabalho, sobre o tema que até o companheiro falou aqui agora antes de mim, em relação ao tema do local de trabalho, de fato, os mecanismos de fiscalização e inspeção estão cada vez mais precários. Um exemplo até concreto para falar sobre um caso de morte, em 2011 morreu um trabalhador da Embraer dentro da fábrica, um trabalhador que era montador de aeronaves. O trabalhador morreu, e a fábrica... Vocês imaginem o que uma fábrica faz quando um trabalhador morre! Ele nunca morre dentro da fábrica; ele morre no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminho, morre dentro do hospital, mas nunca morre na fábrica. Eu testemunhei, eu estava próximo ao acidente. Ele morreu dentro da fábrica, o Vinícius. E quero dar esse exemplo, porque me chamou muita atenção o que o Carlos estava falando em relação a verbas. E, inclusive, chamava-se Carlos o auditor de São José dos Campos que foi ver o acidente em si para fazer o acompanhamento da GRT de São José dos Campos.

Ele só foi à Embraer, porque o sindicato deu carona no carro do sindicato, porque ele não tinha condições, ele estava num outro trabalho; ele não estava, inclusive, dentro da gerência, ele estava na fiscalização de outra fábrica. Pela urgência do tema e pela emergência, a gente o avisou, e ele falou: "Busquem aqui que eu vou." E foi desse jeito, porque é isso, não há condições.

E há vários casos assim, em que o Sindicato dos Metalúrgicos, principalmente o Sindicato da Construção Civil de São José dos Campos, que é filiado à CUT, fazem denúncias, e a GRT diz: "Olha, nós vamos tentar ir à tarde, porque está complicado, nós estamos com falta de verba." E é concreto, não é má vontade; é falta de verba. E, inclusive, já fizemos várias manifestações conjuntas, em São José dos Campos, com os auditores, para haver mais verba, para haver um olhar sobre isso, para, inclusive, pressionar prefeituras para que pressionem para que o Governo repasse mais verbas para ajudar nesse processo.

Então, esse é um aspecto com que a gente sofre no local de trabalho. Eu estou dando como exemplo São José dos Campos, que é o exemplo que eu vivo, mas isso... Eu estou falando de uma grande cidade, inclusive, do Estado de São Paulo, uma região industrial. Agora, a gente tem isso numa escala muito pior nas outras regiões em que há cidades menores, em que não há um desenvolvimento político maior da própria região.

E, por último, um aspecto importante que nós vemos sobre a questão da inspeção tem a ver com papel do local de trabalho, que são o trabalho das CIPAs e o papel dos sindicatos. Porque a reforma trabalhista, apesar de não ter sido tão agressiva e não ter alterado nada em relação a NR 5, como se mexeu na CLT, do ponto de vista, como falei quando comecei o meu discurso, do que é a ditadura dentro do local de trabalho... Ela é persistente em relação à Cipa. Então, mesmo em fábricas que têm uma grande organização sindical – e vou falar de novo da minha região... Por exemplo, na fábrica da Embraer, da General Motors, da própria Volkswagen em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Taubaté, que são fábricas que têm uma tradição sindical, de história desde a década de 80, mesmo dentro dessas fábricas, as CIPAs e os sindicatos são tolhidos com ameaças de demissão ou suspensão, quando esses ativistas sindicais ou cipeiros vão fazer algum tipo de fiscalização sobre qualquer coisa.

Então, isso é um fato que a legislação não garante na íntegra. Pela NR 5, de fato, tem a proteção da estabilidade do emprego...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HERBERT CLAROS – ... e não pode ser demitido, mas não há garantias que permitam o trabalhador a fazer de fato uma real fiscalização. Não a fiscalização técnica porque isso é impossível. Um curso de Cipa é impossível. Para o diretor sindical, por mais que tenha uma formação sindical, é impossível fazer uma análise técnica de um acidente, mas é o primeiro que vai avisar. Por exemplo, no caso dessa morte que ocorreu na Embraer, em 2011, quem avisou à GRT fomos nós, não foi a empresa. É óbvio. A empresa não vai comunicar à GRT e ao Ministério Público, quem avisa é o sindicato.

Então, nós precisamos também garantir, na legislação, no novo estatuto, condições para isso; condições para aqueles que estão no local de trabalho: na fábrica, na escola, dentro dos órgãos públicos, para que esses possam dizer o seguinte: "Olha, aconteceu aqui. Ministério Público, olhe aqui." Porque o Ministério Público não vai conseguir ter um olhar do que acontece em cada local de trabalho. As GRTs... Os fiscais não conseguirão dizer: "Olha, é na Embraer que eu devo ir", porque se for assim precisaremos determinar uma contratação em massa – que seria maravilhoso porque é o ideal – de fiscais do trabalho em cada local de trabalho do nosso País. Seria o ideal. Numa sociedade socialista acho que a gente deve defender isso. Mas não é o que acontece hoje no País.

A gente tem que garantir também condições para que aqueles que estão no local de trabalho possam ter proteção e condições de fiscalização: de olhar e poder dizer e alertar os órgãos públicos para que impeçam os problemas e ajudem também a garantir melhores condições de trabalho, a garantir que a ditadura seja um pouco menos prejudicial ao trabalhador e à trabalhadora.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpa, mas eu não estarei nas concentrações finais. Queria pedir desculpa à Mesa e a todos. Por conta até da questão da Embraer, eu terei uma reunião às 11h30 na Câmara. Então, deverei me ausentar das considerações finais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Este foi o Herbert Claros, membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP Conlutas (Central Sindical e Popular), que participou de uma audiência ontem e fez questão, aceitando o nosso convite – de estar também hoje, que fala muito dessa questão do local de trabalho.

Como eu também vim de dentro das fábricas, Cipa, sindicato, enfim, a gente sabe muito bem como funciona a Cipa. Nem vou entrar no detalhe. Tanto que na empresa que eu trabalhava, na época, com muita peleia eu consegui fazer com que fossem todos eleitos pelo voto direito, do Presidente aos suplentes. Então, eu foi... É que há essa história, não é? De representante do empregador e do empregado. É absurdo isso, porque todos estão ali para combater os excedentes. Como haverá um grupo defendendo empregador e outro grupo defendendo trabalhador? Não tem lógica!

Enfim, com muita peleia conseguimos e eu fui eleito, daí. Queriam que eu fosse presidente indicado. Eu disse: "Coisa nenhuma, vamos para o voto!" Aí me elegi presidente e acompanhei uma situação semelhante à que você falou – Olha o que vou contar aqui, em um minuto – e o cara perdeu o braço. E vejam bem o efeito psicológico: o filho dele nasceu com a mesmo número de pontos, inclusive. E ficou sem o braço.

Vamos em frente. É para ver o quanto é importante a inspeção do trabalho.

Dr. Paulo Douglas Almeida de Moraes, Procurador do Trabalho – Ministério Público do Trabalho – e representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – Um bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade. Estou aqui representando o Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Ronaldo Fleury, e também o Presidente – e a própria Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – Ângelo Fabiano.

É para mim uma felicidade muito grande, Senador, estar mais uma vez aqui ao lado do senhor e também do meu amigo e mestre Guilherme Feliciano. Já estivemos juntos em outras oportunidades, travando outras batalhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria registrar aqui também minha intensa felicidade pelo tema. Fui auditor do trabalho por 11 anos. No meu sangue corre, efetivamente, a energia da fiscalização do trabalho até hoje. E aqui no plenário está o PC, meu amigo PC, de fiscalizações móveis, de situações extremamente periclitantes, e é o registro vivo dessa atuação que eu diria marca de uma maneira muito especial a auditoria do trabalho.

Eu preparei um material diretamente focado na questão que pretendemos debater, tentando contextualizá-la nesse novo cenário, um cenário bastante adverso, tanto sob o aspecto jurídico como social e econômico. Como fica a inspeção do trabalho, uma entidade extremamente relevante, não só, mas sobretudo, claro, sob o aspecto social, mas também sob o ponto de vista econômico?

O Guilherme bem colocou aqui: quando taxam algumas instituições que lidam com a questão trabalhista como "ó, está ali um pessoal de esquerda", esquecem que são essas instituições que conferem estabilidade ao sistema capitalista. São essas instituições que fazem com que a nossa panela de pressão do consumo não venha a explodir e aquela ditadura, como bem colocado, não venha a produzir uma situação autofágica, o capitalismo acabando com ele próprio.

Nesse contexto, a fiscalização do trabalho é extremamente relevante, assim como é o movimento sindical, assim como é a Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho. Mas percebam que, dadas as dimensões do nosso País, digamos que a capilaridade em termos de instituições públicas, a maior capilaridade é da Auditoria-Fiscal do Trabalho. É ela que está mais próxima do conflito entre capital e trabalho e, portanto, uma instituição absolutamente central na efetiva defesa dos direitos fundamentais trabalhistas.

Para onde eu aponto aqui? Passou.

Muito bem, como estamos hoje? A inspeção do trabalho na CLT. Nós temos basicamente um capítulo eu diria bastante resumido, o Capítulo I, a partir do art. 626, que já começa com algumas impropriedades extremamente inquietantes e que temos agora a oportunidade de corrigir. Vejam: "Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", aqui já vemos uma absurda, digamos, desatualização, e o que preocupa mais, "ou àquelas que exerçam funções delegadas [...]". Nesta Casa aqui há um projeto de lei que debate a possibilidade, e com todas as vênias, uma possibilidade um tanto estapafúrdia, de delegação de fiscalização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativa a terceiros particulares. E a norma hoje do 626 permite, em tese, a delegação da atividade de fiscalização. Enfim, compete a essas autoridades garantir o "fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho". Fala de dupla visita, fala de mesa de entendimento – agora eu estou lendo o material que me foi passado –, em termos de compromisso e coisas de outro gênero e procedimentos de autuação.

O atual tratamento da CLT é absolutamente inadequado, superficial e incompatível com a importância da instituição e, mais do que isso, o texto é incompatível com a estrutura, evidente, mas, sobretudo, uma incompatibilidade com a Convenção nº 81 da OIT, um texto que goza de caráter supralegal e que, portanto, deve ser de observância obrigatória, inclusive pelo Legislador ordinário.

Entre essas diretrizes da Convenção nº 81, eu apenas destaquei algumas delas: indelegabilidade e independência. Então, já o texto do art. 626 vem diretamente violar o art. 6 da Convenção nº 81, que diz:

> O pessoal da inspeção será composto de funcionários públicos cujo estatuto e condições de serviço lhes assegurem a estabilidade nos seus empregos e os tornem independentes de qualquer mudança de governo ou de qualquer influência externa indevida.

Portanto, o art. 626, quando menciona a possibilidade de delegação, viola diretamente o art. 6 da Convenção nº 81.

Mas não é só isso!

A Convenção nº 81 também trata de controle, fala de independência, mas trata de controle, dizendo que esse controle será exercido por uma autoridade central e, em Estados federados como o nosso, também por autoridades regionais.

Como harmonizar a independência com esse controle central estadual? É essa a questão.

Aqui foi bem colocada pelo Carlos, Presidente do Sinait, essa absurda, digamos, incoerência e incongruência entre o que preconiza a Convenção nº 81 e o que realmente acontece nas superintendências. Não há, penso eu, como harmonizar essas duas importantes diretrizes da Convenção nº 81 sem que haja previsão absolutamente legal – e, portanto, sobre a qual não haja discussão – de que todos os postos de comando da linha da inspeção do trabalho, da auditoria do trabalho sejam compostos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por membros da carreira, criando um sistema de controle, mas um sistema de controle pautado pelos princípios preconizados pela Convenção nº 81 e, desse modo, portanto, garantindo independência e controle de uma maneira harmônica.

Hoje, o que temos, Senador, senhoras e senhores, é efetivamente – e aqui foi dito – uma indicação política, mas eu diria que não é a indicação política que desnatura a fiscalização; é a indicação de politicagem.

Ontem, o chefe de fiscalização no Mato Grosso do Sul me disse que está entregando o cargo porque, apesar de o então superintendente, também indicado politicamente, ter todo um projeto para a superintendência, ao chegar, o atual sucessor deste – e não conheço, enfim, o superintendente atual ou a superintendente atual – mudou tudo e passa a buscar investir sobre a fiscalização do trabalho tentando, digamos assim, pautar a fiscalização.

Percebam que, sem que um superintendente seja efetivamente do quadro, nós não temos independência e temos um controle absolutamente, eu diria, perverso, porque atende a interesses de grupos que deram sustentação ao Parlamentar A ou B. Geralmente são grupos economicamente muito poderosos e que não estão ali para defender o trabalhador.

Esse divórcio tem que ser resolvido e a oportunidade agora com o Estatuto é única, precisamos avançar nesse sentido.

Ainda a Convenção 81 fala em constante aperfeiçoamento. Parece-me que há o esboço e há até já algum elemento embrionário de uma escola nacional da Auditoria-Fiscal do Trabalho. Mas ela precisa de investimento, ela precisa realmente produzir, assim como acontece com a Escola Nacional da Magistratura, a Escola Nacional do Ministério Público, a escola nacional dos Auditores-Fiscais também precisa de uma atenção importante.

Aqui foi dito: problemas de orçamento, problemas de um veículo, problemas de falta de combustível. O que diz a Convenção 81? Desculpem-me, acabei me antecipando.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – A Convenção 81 também fala de garantia de efetivo adequado. Ora, foi dito pelo nosso amigo Carlos: 30% do quadro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vago, e diz a Convenção que o efetivo deve ser adequado. Por que não se adotar... Eu não vi, embora primoroso, Renato, o trabalho do anteprojeto que deve agregar o Estatuto, talvez uma previsão de, assim como acontece na lei complementar, na nossa Lei Orgânica do Ministério Público da União, um mecanismo que diga e que obrigue o administrador a abrir concurso público assim que determinado percentual de vacuidade seja atingido. Ele, de modo vinculado, deve, sob pena de crime de responsabilidade, abrir o concurso público. Talvez seja importante para atender essa diretriz. Claro, porque senão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero dizer aqui – estava debatendo com o Carlos, em um segundo –, as pessoas se aposentam, saem e não são colocadas outras para continuarem.

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – Claro, e, neste caso, pior, Senador, os auditores são assassinados. Nós temos maneiras mais drásticas de baixas na carreira. Nós precisamos garantir o efetivo e, mais uma vez, a oportunidade é essa.

Nós temos aqui – aí, sim – a questão de meios adequados. Hoje, a realidade é a seguinte, salvo a equipe móvel, que tem recursos próprios no Orçamento, boa parte das superintendências usando veículos que foram adquiridos com recursos de TAC. Ora, não é adequado que uma instituição dessa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O detalhe que eles denunciam aqui é que a equipe móvel tinha também.

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – Ah, não tem mais?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele fez uma denúncia aqui, foi até demitido depois, eu acho.

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – Infelizmente, não sabia desse retrocesso. Até a fase em que eu compunha a carreira, nós tínhamos uma rubrica específica no Orçamento.

Mas, há necessidade de... Mais uma vez, a Convenção 81 garante, inclusive, que a autoridade tomará as medidas necessárias no sentido de indenizar os inspetores por todos os gastos de locomoção. Hoje, as diárias pagas ao auditor-fiscal do trabalho eventualmente não custeiam a estada, não custeiam, enfim, a alimentação de um modo adequado. Por que não se buscar uma solução também como a nossa lei complementar já preconiza: 1/30 da remuneração? Assim, as pessoas não têm sequer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o estímulo efetivamente para participarem de diligências. Está, ali, na Convenção 81 da OIT. Agora, vamos pensar como. Veja, se o estatuto tem de pensar numa inspeção do trabalho e buscar otimizar, vamos entender um pouquinho da realidade agora, pós-reforma trabalhista.

O Guilherme bem colocou que houve um momento em que o paradigma deixou de ser o mundo do trabalho e passou a ser o mundo do consumo. E para entender um pouco melhor, sob o ponto de vista macroeconômico, como funciona essa questão do mundo do consumo, vamos dar uma olhadinha em algumas contas nacionais. Percebam que 49,37% de todo o nosso PIB dependem do consumo das famílias e 89,14% de tudo o que se troca no nosso País está dentro do mercado interno. O que fez a reforma trabalhista ao estimular a informalidade? Estimula a redução do custo das famílias, estimula a redução da velocidade de troca interna por conta do empobrecimento interno, portanto, atingindo 90% do nosso Produto Interno Bruto. O que isso significa? Significa que nós demos um grande tiro no pé.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se me permite, é para elogiar a sua fala. A própria *Folha de S.Paulo*, que sempre teve uma posição pró-reforma trabalhista, esta semana eu fui para a tribuna dizer que ela faz exatamente esta análise de que, com a reforma trabalhista, pela massa salarial, o consumo interno acabou despencando.

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – Claro. Há um economista bastante famoso, Kalecki, que trata desse assunto com muita propriedade. Nós escrevemos na *Revista do TST*, antes de reforma, dizendo: "Olha, nós vamos, sob o ponto de vista econômico, empobrecer mais de 94% dos empresários." Se os empresários imaginam que vão ter algum resultado positivo com a reforma, estão muito enganados. Nós estamos beneficiando apenas produtores de *commodities*, quem vende minério e a Embraer, por exemplo, que visam ao mercado externo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – Mas como, então, a auditoria precisa trabalhar, e trabalhar muito, nesse contexto? Nós estamos, historicamente, no maior pico de informalidade dos últimos anos. A nova estrutura concebida pela reforma tende a agravar ainda mais esse quadro. E a fiscalização precisa compreender,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e ela compreende, ela é competente para tanto, porque o número de inspetores, segundo a Convenção 81, tem de levar em consideração a importância das tarefas, mas, percebam, no inciso I, o número, a natureza, a importância e a situação; no inciso II, o número e a diversidade de categorias de trabalhadores; e, no inciso III, o número e a complexidade das disposições legais. Nós não temos hoje uma CLT. Nós temos tantas CLTs quantas são as categorias profissionais, porque cada convenção coletiva potencialmente hoje é uma CLT. Então, nós precisamos de muitos auditores do trabalho, porque a complexidade das disposições legais nunca foi tão grande.

Muito bem. Mas não é só isso. No Brasil, 6 bilionários têm a mesma riqueza que 100 milhões de brasileiros mais pobres. Então, no nosso País, absurdamente, a concentração de renda chega a patamares surreais. E o que os auditores têm a ver com isso? Muito, sobretudo num contexto de informalidade desenfreada. Nós temos que enfrentar fraude. E como nós vamos enfrentar fraude sem orçamento, sem carro, sem auditores? Os procuradores não dão conta, os juízes também não, até porque a reforma também praticamente inibiu, de uma maneira absurda, o acesso ao Judiciário.

Nós temos hoje um cenário no qual, eu diria...

(*Soa a campainha.*)

... os auditores nunca foram tão essenciais na história do País.

Sugestões finais. Eu tive acesso, e li rapidamente o texto – primoroso, aliás –, elaborado aqui pelos auditores, acho que com as digitais do meu amigo Renato Bignami, passei os olhos e percebi que sim, ele é muito interessante. Mas há uma sugestão. Um Estatuto do Trabalho tem como destinatário o trabalhador, tem como destinatário o empregador. São pessoas que, a princípio, são leigas em matéria jurídica, portanto, ele precisa ser inteligível para os seus destinatários. E talvez fosse mais interessante colocar algo mais sintético e remeter ao que há muito já deveria existir: uma lei orgânica da auditoria-fiscal do trabalho. Essa seria uma sugestão sob o ponto de vista estrutural do texto jurídico, portanto, a segunda, desse modo, fazendo com que o Estatuto do Trabalho não se confunda com um estatuto, digamos assim, da auditoria-fiscal do trabalho, com essa lei orgânica. Acho que ficaria mais bem trabalhado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda a título de sugestão, que essa lei orgânica seja instituída em observância às diretrizes da Convenção 81. Nós já temos um marco jurídico, nós só precisamos concretizá-lo, garantindo, portanto, a independência, bem como esse controle da atuação dos auditores, por meio da ocupação de cargos obrigatoriamente por membros da carreira. Que também garanta a manutenção do efetivo de auditores com mecanismos como o que já foi mencionado, garanta o constante aperfeiçoamento e garanta, claro, os meios materiais e de custeio adequado ao desempenho da função.

Seriam esses os pontos. Eu gostaria, para finalizar, apenas de responder à pergunta que foi endereçada ao MPT, no sentido de como fazer... Presumo que se trata de um empregador: como eu faço numa situação em que nós temos um TAC já celebrado com o Ministério Público e a fiscalização do trabalho está lá? Muito bem. É do Abel, de Goiás.

Então, Abel, eu lhe respondo da seguinte forma: hoje não há nenhuma espécie de problema porque essas esferas não se comunicam sob o ponto de vista sancionatório, muito menos sob o ponto de vista de competência administrativa, de atribuição administrativa. Então, o que ocorre? Nós temos um TAC. Esse TAC é um título executivo extrajudicial. Ele pode, amanhã ou depois, se violado, levar a uma execução judicial. Mas o TAC não inova, não substitui a legislação ordinária que pauta a atuação dos auditores-fiscais.

Então, vamos imaginar que, em determinada situação, em determinada empresa, houve um aprazamento de seis meses para adequar o ambiente de trabalho em questões que não envolvam grave e iminente risco. O procurador entendeu que seria razoável conceder seis meses e celebrou um TAC. O empregador está cumprindo esse TAC. Lá aparece um auditor-fiscal do trabalho que diz: "Olha, o guarda-corpo não está conforme a NR preconiza." E lasca um auto de infração. Há prejuízo para esse auto de infração? Nenhum. Nenhum. Por quê? Porque o TAC não vincula a atividade dos auditores-fiscais.

Então, não há problema de natureza jurídica; há situação de natureza fática.

Agora, nesse particular, passando os olhos aqui na proposta, acho que a gente precisa sentar um pouco mais e discutir. Por quê? Há aqui a previsão do Termo de Compromisso celebrado pela fiscalização, com possibilidade de execução pela AGU, pelo que pude perceber. Aí, sim, teríamos certo problema. Por quê? Porque ambos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

seriam títulos executivos extrajudiciais, e aí teríamos a possibilidade de inovação no âmbito administrativo, o que criaria um problema bastante sério, porque, se o entendimento do procurador fosse diferente, nesse aspecto, do entendimento do auditor, poderíamos ter situações absurdas, como ações anulatórias de Termo de Compromisso, o que seria realmente contraproducente.

É isso.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Paulo Douglas Almeida de Moraes, Procurador do Trabalho, representante do Ministério Público do Trabalho e da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. Só faço um comentário rápido, bem rápido, sobre aquela sua fala.

Essa matéria que foi produzida pelo jornal chega a dizer, exatamente na linha em que você fala, que vai haver impacto negativo no PIB, ou seja, eles mesmos vão perder, porque quem fatura com o PIB são eles.

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES (*Fora do microfone.*) – O impacto é brutal!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É brutal, não é? É importante isso.

Muito bem! Vamos passar a palavra agora para o Dr. Leif Raoni de Alencar Naas, Auditor Fiscal do Trabalho e Assistente Técnico do Gabinete do Ministério do Trabalho.

O SR. LEIF RAONI DE ALENCAR NAAS – Bom dia a todos!

Aproveito a oportunidade para cumprimentar todos da Mesa, todos que estão aqui presentes e aqueles que acompanham os debates a distância.

Minha fala será mais focada nas situações pragmáticas da atuação da Inspeção do Trabalho, da Auditoria-Fiscal do Trabalho. As falas anteriores à minha já trouxeram o contexto político, principalmente na fala do Herbert; o contexto jurídico, na fala do Guilherme, focado principalmente na questão de prevenção de acidentes; o contexto econômico, passado brilhantemente pelo Paulo Douglas; e o contexto que eu diria de defasagem, de míngua que a Inspeção do Trabalho tem passado, que foi muito bem explicado pelo Carlos. Realmente, tudo isso, a junção desse contexto faz com que a Inspeção do Trabalho sofra vários ataques de vários meios possíveis, meios políticos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meios econômicos, meios sociais, meios até referentes à questão de orçamento, de quadros. Isso tudo foi muito bem explicado. Na prática, como isso se reflete na atuação do Ministério do Trabalho, na atuação da Inspeção do Trabalho?

Vou citar um exemplo que não foi citado aqui, mas, muito provavelmente, todos aqui presentes já devem ter tomado conhecimento, que foi uma ação de trabalho escravo que estava programada para o final de janeiro e que foi cancelada, não por falta de orçamento, porque, nesse caso específico, havia orçamento, mas por trâmites burocráticos de emissão de passagem. Não foi emitida a passagem aérea para os auditores fiscais participarem dessa ação, por conta de trâmites burocráticos de contrato de compra de passagem aérea. Poxa, que situação é essa em que o Estado, as autoridades competentes, junto com outras autoridades que prestariam apoio, como o Ministério Público, como a Polícia Rodoviária Federal, como, enfim, todos os agentes que fazem parte de uma ação de combate de trabalho escravo, que é uma situação, por natureza, já muito grave... Essa ação não ocorre por falta de emissão de passagem aérea? Realmente, acho que esse é um caso muito simbólico que aconteceu recentemente, vai fazer dois ou três meses no máximo que isso aconteceu, por conta de todo esse contexto que foi passado aqui para vocês, de tudo isso que já foi explicado brilhantemente por todos os que compõem a Mesa.

E como isso afeta as ações rotineiras da inspeção do trabalho? Bom, tivemos uma situação em que não houve uma fiscalização de trabalho escravo por conta de problemas burocráticos. Mas também, falando do trabalho escravo, o contingenciamento de recursos, no ano passado, em 2017, passado pelo Carlos aqui de forma brilhante, fez com que ações de trabalho escravo nos Estados, não aquelas feitas pelo grupo móvel nacional, mas as ações dos Estados que combatem trabalho escravo em seu território não fossem executadas.

O quadro de fiscais hoje tem cerca de 2.200 auditores e há por lei criados cerca de 3.500. Isso faz com que a inspeção do trabalho tenha que propor estratégias, pensar uma nova gestão para que se consiga praticar, executar as suas funções precípuas. Qual é a função precípua, qual é a função principal da auditoria fiscal do trabalho? Exercer o poder de polícia administrativo, que seria, na prática, o poder de fiscalizar, o poder de, constatando uma irregularidade, punir aquele administrado que comete aquela irregularidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse poder de polícia é exercido por vários instrumentos. Nós temos o auto de infração, que é o principal instrumento que a auditoria fiscal do trabalho tem de punir esses empregadores. Temos os embargos de interdições, que seriam a interrupção de uma situação de perigo. Isso não é propriamente uma sanção, mas tem um certo viés que se assimila a um poder sancionatório.

E como exercer essa função, esse poder de polícia com esses problemas? A Secretaria de Inspeção de Trabalho tem pensado estratégias para que se consiga, com esse quadro minguando, com esse orçamento minguando, com diversos problemas que são apresentados, cumprir sua função social, tentar cumprir seu papel de fiscalizar as relações de trabalho.

E aqui eu abro um parêntese. Muito se fala, se criou um pretenso senso comum hoje em dia de que a auditoria fiscal do trabalho, a Justiça do trabalho, o Ministério Público do Trabalho são órgãos que somente visam a acabar com as atividades econômicas, que têm aquele viés bem maniqueísta de que o trabalhador é um pobre oprimido e que o empregador é sempre o explorador. Não. A inspeção do trabalho... Eu posso afirmar com convicção que o Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho não atuam com essa forma maniqueísta, são órgãos, entidades que tutelam as relações de trabalho que já são, como o Dr. Guilherme colocou, naturalmente desequilibradas. O empregador tem uma posição de superioridade jurídica, ele que dá as ordens, ele controla o negócio da empresa, e o empregado cumpre ordens.

Então, naturalmente, é uma relação desequilibrada. E a atuação da tutela dos órgãos que eu mencionei, inclusive da inspeção do trabalho no sentido de fiscalizar e de tutelar essas relações de trabalho, acaba impondo, acaba verificando o cumprimento das obrigações que os empregadores que detêm maior poder decisório, maior controle da empresa, como fazem o seu uso. Então, que fique bem claro que as ações de inspeção no trabalho não são pautadas pelo maniqueísmo desse pretenso senso comum que é colocado hoje. São profissionais altamente especializados, altamente comprometidos, que embasam seus posicionamentos e suas atuações de forma jurídica e técnica, para que justamente esse viés maniqueísta que hoje em dia é colocado não seja reforçado, mas, sim, equilibrado de uma forma em que a auditoria fiscal fiscalize efetivamente, para punir aquelas pessoas que descumprem a lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feito esse parêntese, volto ao tema que havia iniciado, sobre as questões pragmáticas para que a auditoria consiga exercer sua função precípua de poder de polícia administrativo diante do quadro minguando, de problemas de orçamento e de outros problemas que foram colocados.

A primeira coisa é a gestão. Houve, nos últimos anos, uma mudança na gestão das auditorias fiscais. Há instrumentos, há estratégias, há capacitações, enfim, há todo um meio de pensamento de gestão que se altera à maneira como a auditoria-fiscal do trabalho é feita.

Exemplos. O Paulo Douglas mencionou aqui a questão da informalidade, que hoje estamos num pico de informalidade. Qual foi a resposta do Ministério do Trabalho, especificamente da Secretaria de Inspeção do Trabalho, em relação a isso? A criação de um plano que é o Plancite (Plano Nacional de Combate à Informalidade dos Trabalhadores Empregados). Então criam-se instrumentos e mecanismos para se combater a informalidade não de forma pontual, mas, sim, de forma estratégica, onde se abarquem várias atividades econômicas, várias localidades, para que se consiga a formalização de vínculos de emprego, principalmente com base em estudos daqueles locais, daquelas atividades que apresentam maiores índices de informalidade.

Isso tem sido feito desde 2013 com muito sucesso. Os números não mentem. Tivemos, salvo engano, no ano passado, duzentas mil formalizações diretamente decorrentes de auditorias-fiscais do trabalho. Poxa, esse é um número cuja significância deveria ser utilizada para se fortalecerem as ações de inspeção, não como ocorre hoje, o ataque às ações de inspeção.

Então temos, por exemplo, nessa questão de gestão, as fiscalizações eletrônicas que buscam fazer com que as fiscalizações, principalmente em FGTS... Aqui eu abro mais um parêntese. Temos, anualmente, salvo engano, cerca de R$12 bilhões recolhidos de FGTS decorrentes diretamente de ações fiscais. Eu não estou falando dos efeitos indiretos, eu falo dos efeitos diretos: empregadores que são fiscalizados e recolhem o FGTS em atraso por conta dessa fiscalização. Estima-se em cerca de R$12 bilhões, salvo engano, por ano.

Como fazer com que essas fiscalizações tenham um atrativo maior? Que se potencialize o alcance dessas fiscalizações, diante desse quadro que foi colocado? Fiscalização eletrônica é um desses meios...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEIF RAONI DE ALENCAR NAAS – ... que é aquela fiscalização na qual o empregador não tem contato direto com o auditor-fiscal do trabalho. Mas isso é feito por meios eletrônicos, sem a necessidade de o empregador se deslocar à Superintendência do Trabalho ou de os auditores fiscalizarem as empresas. É o meio mais rápido, eficiente e econômico, que atinge maior número de empregadores do que aquela fiscalização convencional.

Temos também, nesse contexto, nessa gestão para se aprimorar a fiscalização, a questão da capacitação dos auditores. Temos hoje já reconhecido por portaria.

Inclusive é um trabalho constante para que se ampliem as competências da Enit (Escola Nacional da Inspeção do Trabalho), que é aquela escola que é governamental, voltada aos auditores fiscais do trabalho para que se aprimore a técnica, para que se aprimorem as estratégias, para que se aprimore a capacitação dos auditores fiscais do trabalho, para que, diante desse quadro sempre minguando, a gente consiga – os auditores fiscais do trabalho, a inspeção do trabalho – atingir suas metas, que, no final das contas, é trazer um certo equilíbrio para o meio da fiscalização às relações de trabalho.

Com isso em mente, eu faço menção, faço remissão ao art. 5º do anteprojeto proposto aqui para o Estatuto do Trabalho. E novamente abro mais um parêntese: congratulo o Senador Paulo Paim pela sacada, pela perspicácia de intitular como Estatuto do Trabalho, e não Estatuto do Trabalhador, porque, como disse, não existe aquela relação maniqueísta do trabalhador oprimido e o empregador explorador. Realmente, na prática, existem situações dessas, mas as relações de trabalho são relações de trabalho. Não existe simplesmente a tutela do pobre empregador oprimido. Não, há uma tutela das relações do trabalho, existem obrigações constantes, inclusive, hoje, na CLT, aos empregados, e não só obrigações aos empregadores. Ou seja, a tutela é do trabalho; não do trabalhador. Então, eu elogio a perspicácia no sentido de nomear esse estatuto de Estatuto do Trabalho.

Voltando ao art. 5º, que eu mencionei aqui, do anteprojeto, que seria a criação da autoridade nacional em matéria de inspeção do trabalho, que seria uma figura que hoje nós não temos, mas que criaria uma autoridade para ser a autoridade máxima da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inspeção do trabalho, que poderia dirimir dúvidas, que poderia organizar a gestão e organizar a estrutura da Auditoria Fiscal do Trabalho. Qual seria o grande benefício trazido por esse artigo, colocado brilhantemente aqui pelo Renato Bignami, que acredito que vá passar maiores detalhes sobre esse texto?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEIF RAONI DE ALENCAR NAAS – Esse artigo – já finalizando – traria uma maior autonomia para a Auditoria Fiscal do Trabalho e permitiria que essas intervenções políticas que foram mencionados por todos aqui da Mesa fossem diminuídas, reduzidas a ponto de, ouso dizer, inexistirem. A autonomia garantida à fiscalização do trabalho, por meio da criação da Autoridade Nacional em matéria de inspeção, faria com que a inspeção do trabalho se equiparasse, tivesse o tratamento que aquelas atividades típicas de Estado merecem ter, que seria autonomia, e não só autonomia funcional, mas autonomia de orçamento, autonomia de gestão, autonomia que faria com que a inspeção do trabalho fosse blindada dos ataques políticos sofridos constantemente.

Feita essa intervenção, o tempo já está se encerrando, eu agradeço a oportunidade de falar em nome da Secretaria de Inspeção do Trabalho e me coloco à disposição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEIF RAONI DE ALENCAR NAAS – ... para dirimir qualquer dúvida que surja em relação a esse tema. É um tema de interesse não só da categoria, mas de interesse pessoal meu. E eu tenho certeza de que, se houvesse mais tempo, eu teria um *input*, haveria intervenções que convenceriam muitas pessoas de que realmente o texto que foi proposto aqui nesse anteprojeto é um texto que realmente vem a melhorar não só Auditoria Fiscal do Trabalho, mas todas as relações de trabalho que são tutelados pela auditoria.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem! Esse foi o Sr. Leif Raoni de Alencar Naas, Auditor-Fiscal do Trabalho, Assistente Técnico do Gabinete do Ministério do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiquei feliz com a sua fala porque, quando alguém fala vinculado a esse ou àquele Ministério, sempre alguém do lado de lá já acha: "Não; esse vai ser contra ou vai ser a favor". E você fez uma análise, uma reflexão e conduziu a sua fala na linha de que esse Estatuto do Mundo do Trabalho é importante e, por isso, é fundamental a participação de todos.

Passo, de imediato, a palavra ao Auditor -Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Dr. Renato Bignami.

O SR. RENATO BIGNAMI – Bom dia a todos e todas!

Agradeço imensamente o convite feito, a oportunidade dada ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Gostaria de aproveitar e cumprimentar todos os colegas de mesa que me antecederam na pessoa de S. Exª o Senador Paulo Paim, que tão bem e de forma tão adequada vem propondo esse debate. É um debate que, talvez, já fosse necessário há algum tempo. Não ocorreu da forma como imaginávamos, enfim, por ocasião da reforma trabalhista, saindo de uma forma bastante célere, demasiadamente célere, de modo a não proporcionar um efetivo espaço de debate para a sociedade brasileira. E o Senador Paulo Paim, procurando então corrigir esse rumo, traz novamente a oportunidade de à sociedade debater a possibilidade de uma nova regulação que vise a proporcionar aquela proteção à força do trabalho do homem, já tão bem forjada desde os anos 30 pela doutrina.

Então, o nosso objetivo aqui é fazer brevemente uma apresentação sobre o tema que foi proposto. Contudo, eu gostaria, já de início, de registrar que, apesar de o Dr. Paulo Douglas e o Dr. Leif terem gentilmente se referido ao meu nome, não é justa a atribuição da realização desse trabalho que o Sinait oferece ao gabinete do Senador Paim ao debate da Nação somente à minha pessoa. Somos um grupo de 19 auditores, muito bem coordenados pelo Dr. Carlos e pela Drª Rosa, que, enfim, supervisionam, opinam e debatem conosco o tempo todo, e esse grupo ainda tem a liderança do nosso colega Alex Myller, que está aqui na plateia, que também vem, de forma sobre-humana, dedicando espaços inclusive da sua vida pessoal a esse projeto.

Então, não seria justo que eu ganhasse os louros...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero cumprimentar o Alex e todo o grupo que trabalha lá. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENATO BIGNAMI – ... de forma individual. É um grupo de trabalho. O Dr. Carlos deixou muito claro aqui na sua fala. É um grupo de trabalho composto por 19 auditores o responsável pelo que foi oferecido à sociedade; é, enfim, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Dito isso, eu queria já partir para uma parte... Só queria lembrar, de maneira bastante rápida, porque o nosso tempo já está correndo, que a inspeção do trabalho possui origens históricas. Já se disse aqui da origem histórica da inspeção no Brasil, que conta com mais de 120 anos. Mas é bom lembrar que os grandes propulsores da criação ou do estabelecimento da inspeção do trabalho são a Revolução Industrial, por um lado, que, enfim, modifica de forma bastante célere métodos de trabalho, indicando novas doenças profissionais, novos problemas advindos da produção... Esses problemas é que precisavam ser endereçados por um organismo de Estado. Então, o explosivo econômico vem da Inglaterra. Porém, o explosivo político, o vocabulário, os termos de política liberal e radical democrática advêm da França. A Revolução Francesa põe fim ao regime medieval, feudal, e dá início ao Estado liberal moderno. Enfim, é nesse Estado liberal moderno que se insere a criação da inspeção do trabalho.

Então, lembramos que a primeira norma de proteção ao trabalho é de 1802, a Lei de Peel, mas é uma norma ainda carente de efetividade. Essa efetividade só vai ser conseguida, só vai ser alcançada em 1833, com a Lei do Lord Althorp; aí se estabelece a primeira inspeção do trabalho no mundo moderno, no mundo ocidental moderno. A lei é o primeiro Factory Act de uma série de legislações de fábrica que foram editadas na Inglaterra no século XIX. A primeira delas, a de 1833, cria um sistema de inspeção para garantir a efetividade das normas de proteção ao trabalho que vinham sendo criadas. Então, aí está o DNA da inspeção do trabalho. É um DNA preventivo, como já disse S. Exª o Dr. Guilherme; é um DNA de garantia de efetividade da norma, antes mesmo de o Poder Judiciário ser instado. Então, essa é a ideia que está por trás da inspeção do trabalho.

Lembro ainda que, ao final da primeira Grande Guerra, uma guerra mortal – foi a primeira vez que a humanidade na Idade Moderna se enfrentou de maneira feroz; foram centenas de milhares de mortos na primeira Grande Guerra –, a questão trabalhista ficou tão nítida, tão notória, sendo central para a explosão da Primeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guerra Mundial, que se estabeleceu no Tratado de Versalhes a obrigação de os Estados estabelecerem sistemas de inspeção, para garantir a efetividade das normas de proteção ao trabalho. A inspeção do trabalho também está, então, na essência da Organização Internacional do Trabalho.

Lembro quais são as três grandes missões da inspeção do trabalho, que estão consubstanciadas na Convenção 81: assegurar a aplicação dos dispositivos legais – aqui está o caráter nitidamente preventivo da inspeção do trabalho –; fornecer informações e conselhos técnicos, mostrando o caráter educador da inspeção do trabalho; e levar ao conhecimento da autoridade competente as deficiências que não estejam contempladas na lei, que é o caráter conciliador do Poder Legislativo com a realidade dos fatos.

Sempre costumo utilizar uma metáfora: a inspeção do trabalho é a ponte que une a realidade dos fatos, o princípio da realidade dos fatos, que é um princípio tão caro ao Direito do Trabalho, justamente porque o auditor-fiscal do trabalho está diariamente em contato com a dinâmica das relações de trabalho, com os fatos, com a vida como ela é... Enfim, é exatamente a ponte que une a realidade, a vida como ela é, à letra fria da lei. Então, cria a possibilidade da efetividade do comando normativo que veio do Congresso Nacional.

Então, são as três grandes missões, são missões extremamente elevadas que se dão ao Corpo Nacional de Inspetores do Trabalho.

Aí, lembrando algumas frases de efeito, Francis Blanchard, que foi o Diretor mais longevo, o Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho que por mais tempo ficou diante da OIT, dizia textualmente: "A legislação trabalhista sem inspeção é mais um exercício de ética que uma disciplina social obrigatória." Essa é uma frase do Francis Blanchard, Diretor-Geral da OIT, de 1974 até 1989.

Mais uma frase bastante interessante, Jacques Le Goff, grande Historiador francês que dizia que a inspeção do trabalho é o grande escritório das reclamações, das queixas do cidadão. É ali que o cidadão corre para se queixar de tudo o que imaginemos. E os colegas que estão diariamente em contato com os trabalhadores sabem exatamente do que nós estamos falando; até dor de dente a gente precisa resolver. Não é? Porque realmente o trabalhador chega com tantas necessidades e obviamente o trabalhador não sabe dizer: "Olha, a minha necessidade é de caráter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

securitário; a minha necessidade é de caráter tributário; a minha necessidade é de caráter trabalhista." Não, o trabalhador tem necessidades, e é lá na inspeção do trabalho que ele vai bater.

Mais um, Vincent Viet, outro grande Historiador francês. Ele se refere ao momento de criação da inspeção do trabalho na França, 1841. A França tem o segundo sistema de inspeção do trabalho do mundo; do primeiro eu já falei, foi a Inglaterra em 1833. Em 1841, a inspeção do trabalho é criada na França dentro do regime republicano que havia substituído aquelas estruturas arcaicas, feudais, medievais, inclusive de natureza trabalhista, as diversas servidões que eram praticadas no curso da Idade Média. Então, ele traz uma metáfora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO BIGNAMI – Os inspetores são os *voltigeurs de la République*, enfim, é um corpo de infantaria social que estaria adiante da República levando adiante os valores da República, de liberdade, de fraternidade e de igualdade.

Mais uma pessoa bastante interessante, Michael Piore, que cria a figura metafórica da flexibilização das relações do trabalho. Ele traz uma ideia da flexibilização por especialização que está lá no cerne da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, ou seja, só é possível a terceirização de atividade-fim, essa era a ideia que estava por trás do Michael Piore. Mas ele traz aí uma ode à inspeção do trabalho, dizendo que a inspeção o trabalho, principalmente as inspeções do trabalho latinas dotadas de grande discricionariedade, elas conseguem efetivamente fazer com que tanto a norma quanto o fato social avancem para um patamar mais elevado, garantindo esse jogo entre as possibilidades e a necessidade de avanço social. E aí ele traz a noção do *street-level bureaucracy*, que seria uma burocracia do nível da rua: é um servidor público que atua basicamente lado a lado com um cidadão, no nível da rua; não é um servidor de gabinete burocrático. Essa é a figura que ele traz.

O Prof. Amauri, é sempre bom lembrá-lo, saudoso: "A finalidade da fiscalização pode ser resumida na tríade orientação, colaboração e punição." E é com essa tríade que se conseguem avanços sociais. E, por fim, mais um saudoso, o Prof. Valentin Carrion, nos *Comentários à CLT*, que traz a grande noção de como se encontra a inspeção do trabalho na visão enciclopédica nacional:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> A fiscalização do trabalho visa, administrativamente, o cumprimento da legislação laboral, paralelamente à atuação judiciária, que ao compor os litígios é como a mão comprida do legislador. Os direitos do trabalhador estão protegidos em dois níveis distintos: a inspeção [de natureza tipicamente preventiva] [...] e a proteção judicial, através dos tribunais da Justiça do Trabalho.

Então, esse é o modelo que temos aqui no Brasil.

Eu gostaria de lembrar, de forma bastante breve, alguns modelos que nós temos de sistemas de inspeção do trabalho mundo afora, as classificações. Poderíamos adotar uma classificação de cobertura temática. Temos aí inspeções generalistas, como é o caso da brasileira, que se ocupa de todos os temas relativos às relações do trabalho, ou inspeções especialistas, notoriamente as inspeções nórdicas – e nórdicas eu não digo apenas dos países nórdicos, mas do norte do Planeta, inclusive países anglo-saxões, que apostam numa inspeção baseada em determinadas leis. Os Estados Unidos, por exemplo, têm uma lei de proteção de salário, têm uma inspeção para proteção do salário, têm uma lei de proteção à segurança e saúde, têm um corpo paralelo, diferente da inspeção de salário, para questões de segurança e saúde. A OIT tem preferido o modelo generalista, que parece ser um modelo um pouco mais complessivo, holístico.

Outra forma de classificação seria com relação aos efeitos. Existem inspeções que buscam efeitos de deter o ilícito, que são as inspeções baseadas no efeito *deterrant*, buscam deter, simplesmente são punitivas, aplicam apenas a punição: norma violada, punição aplicada; e existem as inspeções um pouco mais complexas, como é o caso das inspeções latinas, é o caso da inspeção brasileira, inspeções baseadas no modelo *compliant*, ou seja, de efetivo cumprimento da norma.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO BIGNAMI – Ou seja, a inspeção brasileira não se satisfaz apenas com punição. Ela apenas se satisfaz quando a norma está sendo efetivamente cumprida. E é essa, enfim, a classificação com relação aos efeitos.

Por fim, com relação ao *locus* jurídico. Existem inspeções autonômicas, como é o modelo brasileiro, ou seja, não dependem de outras instituições para funcionar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque o Direito Administrativo brasileiro é autonômico, a Administração Pública tem o poder-dever de atuar, em detrimento de outras inspeções heteronômicas, por exemplo, a francesa, que, apesar de ter uma independência administrativa, no momento da aplicação da punição, depende necessariamente do Judiciário, até mesmo porque o Código do Trabalho prevê como imensa maioria das sanções penas de natureza penal mesmo, ou seja, penas de restrição de liberdade.

Continuando, eu deixo a pergunta para todos nós: qual o modelo de relações de trabalho mais adequado para o mercado de trabalho brasileiro? Parece-me que estamos num momento de extrema disputa, estamos num território em disputa. Eu me lembro daqueles filmes de faroeste, dos índios, enfim, dos invasores, daquela coisa toda. Às vezes, me parece que a gente está num momento muito semelhante àquele, de disputa mesmo, direta. No final dessa disputa, quando, enfim, soubermos ou tivermos a clareza de qual é o modelo de relações de trabalho que queremos para o País, certamente também vamos ter muito claro qual é o modelo de Inspeção do Trabalho mais adequado para o País.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO BIGNAMI – Então, esse é o ponto-chave do momento exato que estamos discutindo. E aí o Estatuto do Trabalho seria o espaço de discussão desse novo modelo de relações de trabalho que queremos para o País. E me parece que queremos um modelo de País, de relações de trabalho que promova o trabalho, que valorize o ser humano – isso já foi dito aqui por todos –, que valorize a força do trabalho do homem, que valorize as capacidades individuais de cada trabalhador para que não percamos talentos, para que não percamos energia e para que não percamos inclusive economia. Já que está tão em voga falarmos prioritariamente da economia, a economia está diretamente relacionada à capacidade que o trabalho tem de ter ganhos de produtividade, enfim, de redução de acidente de trabalho, de redução de custos para a Previdência, de inclusão social pela via do trabalho. Então, é esse modelo que nós precisamos resolver,...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENATO BIGNAMI – ... precisamos discutir, e é esse modelo que o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho traz aqui para discussão, traz aqui para todos com relação ao que fora apresentado do Sistema Nacional de Inspeção do Trabalho.

Então, de forma bastante rápida, já finalizando, Senador, a proposta que o Sindicato traz é uma proposta, como V. Exª viu, de busca de mais autonomia, de busca, enfim, de mais possibilidades, de mais meios, principalmente de algo que está nítido: os auditores já não conseguem mais se encaixar em um sistema patrimonialista, fisiologista, de um presidencialismo político baseado em acordos entre os Partidos, que acabam, enfim, tentando empurrar para algum lado essa questão, a conta. Isso já foi dito aqui também por outros participantes da Mesa, principalmente pelo colega da Conlutas, que trouxe isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO BIGNAMI – ... enfim, que há hoje, de maneira bastante explícita, uma pressão enorme sobre a Inspeção do Trabalho.

Então, a proposta que o Sindicato traz é justamente no sentido de blindagem da Inspeção do Trabalho para que ela possa cumprir seu mister, cumprir sua missão, que é uma missão constitucional – gostaria de lembrar que estamos lá na Constituição Federal. Cabe exclusivamente à União coordenar, manter e executar a inspeção do trabalho. Então, é importante lembrar que o Constituinte de 1988 já nos deu essa missão. O que nós queremos agora é simplesmente ter meios para que essa missão seja cumprida, Senador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Renato Bignami, Auditor-Fiscal do Trabalho e representante do Sinait. Fez uma bela exposição, fazendo uma retrospectiva histórica da importância do Direito do Trabalho.

Nós temos mais um para falar na Mesa, mas o Dr. Guilherme vai ter de se retirar. Como houve uma provocação positiva, uma pergunta para a Anamatra, ele gostaria de responder antes de sair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Eu agradeço, Senador, e me escuso com a colega Lucimary, não vou poder estar aqui, mas depois vou querer ver o que efetivamente falou na transcrição.

Respondendo aqui ao caríssimo Abel Ferreira, de Goiás, ele pergunta então se o tema da Inspeção do Trabalho não deveria constar do programa para o concurso de Juiz do Trabalho. Eu diria que lateralmente até é, de fato, tema, mas acho que uma abordagem mais abrangente caberia. Sei que os concurseiros que nos ouvem vão odiar, inclusive a minha noiva, Luana, mas eu acho que sim, e mais do que isso: Direito Ambiental do Trabalho tinha de ser efetivamente um tópico a merecer um desenvolvimento maior no programa que é apresentado aos candidatos para o concurso de ingresso na Magistratura do Trabalho, os dois temas: esse e inspeção do trabalho. E, no foco preventivo, que é o foco natural da inspeção, especialmente a questão do meio ambiente de trabalho, me parece, mereceria, sim, uma renovação, um cuidado maior e uma abrangência maior no contexto do programa dos concursos.

Quero registrar, Senador, mais uma vez, nossos agradecimentos, colocar, mais uma vez, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho à disposição para esse belíssimo trabalho, para essa belíssima iniciativa do Estatuto do Trabalho brasileiro, pedir a V. Exª que analise com carinho essa ideia de internalizar no texto do Estatuto do Trabalho essa ótica prevencionista e "precaucionista", que nos parece fundamental. Por isso quisemos trazer esse debate aqui, porque quando eu falo em prevenção e precaução estou falando basicamente do fator tempo, portanto, quanto antes o Estado chegar, melhor. E aí é fato: a fiscalização do trabalho chega antes do Judiciário. Portanto, essa lógica é especialmente importante para que a própria fiscalização seja mais efetiva.

Agradeço mais uma vez.

Deixo um abraço a todos da Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Presidente da Anamatra.

Concluindo o trabalho desta Mesa, de excelentes painelistas, nós agora teremos a Drª Lucimary Santos Pinto, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LUCIMARY SANTOS PINTO – Boa tarde a todas e todos.

Eu quero saudar esta Mesa em nome do nosso ilustríssimo Senador Paulo Paim.

Lamentando a saída antecipada do Dr. Guilherme, faço questão de fazer o registro de que nós queremos saudar, em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, a iniciativa dessas audiências pelo Senador Paim, saudar os posicionamentos adotados pela Anamatra em relação à reforma trabalhista, falados aqui pelo Dr. Guilherme e entendidos por alguns como posicionamentos mais à esquerda. Eu queria registrar que não são posicionamentos mais à esquerda, como citado pelos que têm se incomodado com as posições da Anamatra, mas, sim, posicionamentos voltados para resgatar o equilíbrio dessa correlação desigual de forças que é o capital e o trabalho. (*Palmas.*)

Com relação à inspeção fiscal, eu me sinto muito à vontade, Senador, e fiquei muito feliz quando a Confederação foi convidada para participar deste debate, porque a gente vive isso como representantes de trabalhadores da saúde em todo o País, em todo o nosso Brasil, especialmente eu, que sou da Região Nordeste, do Estado do Maranhão. A gente vive uma situação extremamente precária.

Eu acompanho o trabalho dos auditores-fiscais do Maranhão, meu Estado, desde a década de 90, e muito triste desde essa década. Desde os anos de 1995, 1996, estou ouvindo os auditores-fiscais do meu Estado dizerem das condições precárias de trabalho às quais eles teriam e têm até hoje que se submeter para exercer o seu mister, que é a fiscalização, é a efetivação das normas, das convenções coletivas de trabalho, da própria lei. E nós, como representantes de trabalhadores desse segmento de saúde, até os dias de hoje, com todas as precariedades existentes na Superintendência do Trabalho no Maranhão, utilizamos muito esse trabalho como forma de resolver conflitos com a maior celeridade possível. Por exemplo, nós utilizamos muito a mediação como instrumento de solução de conflitos, e o Ministério do Trabalho, a Superintendência do Trabalho no Maranhão contribuiu muito com a resolução de conflitos através da mediação e também da fiscalização.

A gente ouve até hoje depoimentos de auditores-fiscais que já adquiriram as condições para aposentadoria e, contudo, não se aposentaram porque não foram substituídos. Então, é com o temor de esvaziar e com o compromisso que esses auditores-fiscais no Maranhão têm com a inspeção do trabalho que eles continuam lá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exercendo a sua função de forma precária, muitas vezes até sem transporte, como foi relatado aqui pelo representante dos metalúrgicos de São Paulo. No Maranhão, no Nordeste não é diferente. Então, como pensar na efetivação das garantias dos trabalhadores diante de condições precárias?

E, diga-se de passagem, Senador, a gente vem percebendo que esse desmonte faz parte de uma concepção de Estado mínimo que vem se arrastando ao longo dos anos. A intenção, de fato, do Estado brasileiro é afastar essas políticas de proteção do trabalhador. É o favorecimento de um em detrimento de outro. Então, trabalhadores hoje não têm asseguradas condições mínimas de trabalho e não há quem faça esse papel, não há auditor-fiscal suficiente para a demanda de uma região, de um Estado como o Maranhão, que tem 217 Municípios. Essa situação agora vai se agravar, com o advento da Lei 13.467, em razão da precarização que vai se instalar com essa suposta modernização trabalhista.

Enfim, trazemos como proposta para o Estatuto do Trabalho o resgate da efetiva atuação da inspeção do trabalho no Brasil, de modo a assegurar uma relação de equilíbrio. Nós não pensamos, como representantes de trabalhadores, que só os trabalhadores são sujeitos de direitos. Não. Os empregadores também têm sua importância como promoção de riquezas neste País. Contudo, como foi dito por Dr. Guilherme, essa correlação de forças é desigual e vai continuar sendo. E foi precarizada ainda mais agora, com o advento da lei.

Então, nada mais justo do que buscar que esse papel... A gente tem parabenizado sempre e dito sempre, Senador Paim, que o Estatuto do Trabalho é a luz no final do túnel. É o que a gente consegue vislumbrar como perspectiva de resgate do equilíbrio dessa correlação de forças. Parabenizo mais uma vez e quero dizer que a CNTS está junto com V. Exª nessa caminhada e na defesa intransigente do direito e da proteção do trabalho.

E parabenizo todos os auditores-fiscais aqui presentes, em especial os auditores-fiscais do meu Estado do Maranhão, que são grandes guerreiros e que lutam bravamente para assegurar que as garantias resguardadas nas convenções internacionais ratificadas no nosso País e nos instrumentos coletivos de trabalho sejam preservadas e respeitadas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Lucimary Santos Pinto, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde.

Nós vamos agora para as considerações finais de todos os nossos convidados. O Dr. Guilherme não se encontra presente. Começo com o Dr. Carlos Fernando da Silva Filho, que já vai aproveitar para responder também a um dos questionamentos.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Senador, eu quero agradecer a todos que fizeram suas exposições aqui, agradecer pela colaboração de fazermos juntos essa reflexão, a todos que estão trabalhando no grupo, na subcomissão temática da CDH dedicada à construção do texto que vai iniciar, como bem já registrou o Senador, os debates com toda a sociedade brasileira, e quero fazer isso na pessoa do Leandro, que tão bem conduz esse trabalho. Quero saudá-lo pelo trabalho na subcomissão temática.

E quero dizer que nós, auditores-fiscais do trabalho, nessa discussão proposta, gostaríamos muito de contar com a participação efetiva das centrais sindicais de trabalhadores.

Aliás, Senador e colegas presentes, nós sentimos muito a ausência das centrais sindicais quando o tema é inspeção do trabalho. Isso chega a ser esquisito, porque imaginamos nós que é do máximo interesse de todas as centrais sindicais enxergarem e lidarem com uma fiscalização, um sistema federal de inspeção forte o suficiente para, ao lado de todos os sindicatos no Brasil, garantir o cumprimento da legislação de proteção social do trabalho. Deixo esse registro aqui, que certamente será ouvido por todos, por todas as centrais sindicais.

E não poderia deixar de lamentar – mas é um lamento ao tempo em que a gente continua lutando – a reforma trabalhista inconstitucional aprovada. Não paramos de dizer isso, e somos atacados de todas as formas por não reconhecê-la, porque de fato não devemos reconhecê-la como constitucional. É inconstitucional a reforma trabalhista aprovada. Quero dizer do nosso lamento da aprovação da terceirização sem limite e trazer aqui mais outro alerta, que já é objeto também da nossa atuação dentro do Parlamento, que conta também com o apoio do Senador Paim: a luta para que consigamos frear a tentativa de terceirização também da fiscalização administrativa. Existe um projeto, que está caminhando bem, para entregar na mão de particulares a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalização, todas as fiscalizações administrativas do Estado. Há projetos que tentam limitar a atuação das autoridades administrativas no quesito da interpretação normativa, fazendo crer que somos nós robôs desprovidos de inteligência para, na aplicação da norma, interpretá-la. Óbvio que as autoridades administrativas interpretam a norma para aplicá-la. Não somos robôs, nós somos seres humanos inteligentes para fazer isso, e é isso que se espera das autoridades administrativas.

Nós vivemos, no meio de tudo isso, boatos, que não são tão boatos assim, que estão colocando em xeque a necessidade da manutenção, da existência do Ministério do Trabalho, como se faz em relação à Justiça do Trabalho. Isso não está desconectado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – O Ministério do Trabalho existe, e a sua importância é inequívoca, por sua história e porque os trabalhadores dele precisam. Os desequilíbrios são evidentes.

Nós temos, portanto, muitos desafios e temos grandes esperanças. Temos muita energia para enfrentar todos esses desafios. O ambiente criado pelo Senador Paim, no Estatuto do Trabalho, é fenomenal, para que possamos fazer ricos debates, como o de hoje. Eu quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade que o Senador traz a nós, auditores-fiscais do trabalho, especialmente, por esse debate realizado.

Quero responder à pergunta de Abel Ferreira, que perguntou o que o Sinait acha do Código de Ética elaborado pela Associação Internacional da Inspeção do Trabalho e se nós somos filiados a essa associação.

O Código de Ética eu o conheço não tão profundamente, mas o conheço. Ele, na verdade, representa uma reunião do que, no ordenamento jurídico brasileiro, está distribuído em vários instrumentos legais, como, por exemplo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – ... o impedimento de que nós ocupemos cargos que possam gerar conflitos de interesse. Eu não posso ser auditor-fiscal do trabalho e ser advogado de uma empresa, por exemplo. A lei já não permite no Brasil que nós façamos isso. Nós temos o Código de Ética do Servidor Público, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alcança o auditor-fiscal do trabalho e que estabelece uma série de limites. E nós temos, no limite, o conflito de interesses.

Então, esse Código de Ética aqui apresentado, falado por você, Abel Ferreira, é algo que caminha nessa direção, que não temos consolidado em relação à Inspeção do Trabalho num só documento, mas temos isso, sim, distribuído por todos os instrumentos legais, porque, somente assim, poderíamos ter vinculada a atuação do auditor. Não poderíamos nós pegar um código desse isoladamente, destacando-nos dos outros servidores públicos do Governo brasileiro, para termos um código só nosso.

Além desse código dos servidores públicos federais, nós também estamos vinculados aos comandos éticos também do Código de Ética dos Servidores do Ministério do Trabalho. Então, existem bastantes limites dados sob essa ética moral à atuação dos inspetores do trabalho no Brasil. E nós não somos filiados a essa entidade.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Carlos Fernando da Silva Filho, que falou pelo Sinait.

De imediato, passo a palavra a Paulo Douglas Almeida de Moraes, que é Procurador do Trabalho, representante do Ministério do Trabalho e também da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – Senador, eu gostaria, em nome do PGT e em nome do Presidente da ANPT, mais uma vez, de agradecer a oportunidade e, mais uma vez, de enaltecer a minha felicidade pessoal por tratar de um tema extremamente caro, exatamente por eu ter composto a Auditoria Fiscal do Trabalho e, portanto, por compreender a sua importância, a sua relevância, sobretudo neste momento histórico.

Eu gostaria de ressaltar nestas palavras finais que a reforma trabalhista, eu diria até, Carlos, mais do que inconstitucional, traduz um crime de lesa-pátria, porque não vitima apenas os trabalhadores, mas vitima a Nação como um todo. Ela promove um empobrecimento sistêmico, e isso pode ser demonstrado matematicamente. Nós, no preâmbulo da nossa Constituição, declaramos que pretendemos criar um Estado democrático voltado à promoção da igualdade de todos, livre de qualquer discriminação, exatamente contrário ao que essa reforma produz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É fundamental que o Parlamento reflita a respeito desse erro histórico, que nos remete não à fase pré-Vargas, mas que nos remete à fase pré-Lei Áurea, porque, na fase da escravidão, enquanto tínhamos esse modelo de produção, Senador, por mais que o trabalhador fosse propriedade do patrão, havia um compromisso pessoal entre esse proprietário e essa propriedade. A reforma criou um mecanismo que coisificou o ser humano e, ao mesmo tempo, elimina essa responsabilidade pessoal entre patrão e empregado, terceirizando para um sistema previdenciário precário a responsabilidade que, até então, era desse patrão escravagista. Portanto, esse erro histórico deve ser reparado imediatamente.

Saúdo, mais uma vez, V. Exª pela iniciativa. Rogo a Deus que, realmente, debates como este possam iluminar os Senadores e Deputados e quiçá os nossos representantes do Poder Executivo, para que, o quanto antes, nós possamos corrigir, reparar esse crime.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Dr. Paulo Douglas Almeida de Moraes, Procurador do Trabalho, que falou pelo Ministério Público do Trabalho e também como representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho!

De imediato, passo a palavra para o Dr. Leif Raoni de Alencar Naas, Auditor-Fiscal do Trabalho e Assistente Técnico do Ministério do Trabalho.

O SR. LEIF RAONI DE ALENCAR NAAS – Primeiramente, eu gostaria de me retratar. Eu nominei somente o Renato Bignami como sendo o mentor intelectual desse trecho do anteprojeto. Então, peço desculpas a todos os auditores que fizeram parte disso, alguns, inclusive, aqui presentes. Parabenizo esses auditores também pela participação na elaboração desse anteprojeto.

Em que pesem os ataques que a Auditoria Fiscal do Trabalho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEIF RAONI DE ALENCAR NAAS – ... tem sofrido nos últimos anos, como foi colocado aqui, existem pontos na auditoria que são elogiáveis e são reconhecidos internacionalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, eu fiz um estudo de mestrado na Inglaterra, no qual comparei alguns aspectos da Auditoria Fiscal do Trabalho no Brasil e da Inspeção do Trabalho na Inglaterra. A Inspeção do Trabalho da Inglaterra é a mais antiga do mundo e, reconhecidamente, é uma das mais modernas. Ainda assim, há aspectos da Auditoria Fiscal do Trabalho no Brasil que foram elogiados pelos técnicos e acadêmicos com os quais tive contato durante o meu estudo, desde a participação do Ministério do Trabalho na elaboração das NRs, do modelo tripartite adotado pelo Brasil, até a forma como a fiscalização se dá, por exemplo, exercendo o poder sancionatório. Ao passo que a Inspeção do Trabalho na Inglaterra não aplica multas – isso causa certo trabalho para eles, para que consigam a regularização de itens que são infringidos por empregadores lá –, o Ministério do Trabalho aqui aplica multas, os auditores-fiscais do trabalho lavram autos de infração, que, consequentemente, podem virar multas.

Essa possibilidade da aplicação de multas diretamente pelos auditores fiscais é uma coisa que os técnicos da Inspeção do Trabalho na Inglaterra buscam trazer para eles, mas eles não conseguem isso por conta de problemas legislativos. A política atual na Inglaterra não é muito favorável à ampliação dos poderes dos auditores do trabalho. A atuação lá é eminentemente criminal, penal, ou seja, diante de uma situação de grave e iminente risco ou de uma situação em que há uma infração grave...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEIF RAONI DE ALENCAR NAAS – ... à saúde e segurança do trabalho, a atuação do Ministério Público e até a atuação da Inspeção do Trabalho são eminentemente criminais, não há a aplicação de sanções cíveis, como multas ou a obrigação de fazer ou de não fazer. Enfim, existem pontos da Auditoria Fiscal do Trabalho que são reconhecidos internacionalmente pela inspeção mais antiga e mais moderna do mundo como louváveis, como pontos positivos.

Aí coloco a seguinte indagação: imaginem, se a Inspeção do Trabalho tivesse autonomia e as condições preconizadas pelo anteprojeto que foi colocado aqui, qual seria o alcance, quais seriam as ações, qual seria o efeito que a Auditoria Fiscal do Trabalho no Brasil teria para prevenir acidentes, enfim para tutelar as relações de trabalho!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica essa provocação, porque temos de valorizar as coisas que são boas. Ainda que existam problemas e pontos positivos, há sempre espaço para melhorias. Tenho a certeza...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEIF RAONI DE ALENCAR NAAS – ... de que, se essas melhorias forem de fato executadas, teremos uma Auditoria Fiscal do Trabalho que, efetivamente, vá garantir a tutela das relações do trabalho de forma inequívoca, de forma a produzir os maiores efeitos positivos possíveis. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Leif Raoni de Alencar Naas, Auditor-Fiscal do Trabalho e Assistente Técnico do Gabinete do Ministério do Trabalho!

Nós vamos passar a palavra agora para o representante da Anamatra, já que o Dr. Guilherme saiu.

Nós estamos dando três minutos, para fazer as considerações finais, ao Dr. Paulo Boal, falando no lugar do Dr. Guilherme agora.

Em seguida, falarão o Renato e a Lucimary.

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Senador Paim, agradeço esta oportunidade.

Eu só queria trazer alguns números que demonstram o desequilíbrio que nós temos no que diz respeito ao número de ações trabalhistas e à fiscalização, que me parece também sejam fruto desse volume.

O Brasil trabalha sob uma lógica estranha na maioria das vezes. Em 2015 – o Carlos pode me corrigir se tiver ocorrido alguma alteração desde lá –, o Brasil contava com 2.782 fiscais, e nós tínhamos 3.371 juízes do trabalho. Parece-me um contrassenso que haja um número maior de executores do que de fiscais. O volume de ações na Justiça do Trabalho decorre da pouca fiscalização que existe hoje no mercado. Um fiscal do trabalho atuante eliminaria, e muito, a demanda existente na Justiça do Trabalho.

Em compensação, a política implementada há muitos anos é a de que não tenhamos uma fiscalização efetiva, a de que não consigamos trabalhar no coletivo e atuemos basicamente no varejo nas ações trabalhistas. Cada juiz do trabalho recebe, em média, hoje, no Brasil, 1,2 mil processos por ano, o que cairia muito se houvesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma fiscalização efetiva, uma preocupação em evitar litígios, não como se pretende com a reforma trabalhista, que é: dificultar o acesso através do encarecimento da proposta ou a retirada de direitos. Foram as duas consequências, como disse o Paulo Douglas: retiram-se direitos, diminuem-se demandas; dificulta-se o acesso ao Judiciário, diminuem-se demandas. Não se ataca o foco principal, que é a grande litigiosidade existente no mercado de capital e trabalho.

É nesse sentido só.

Agradeço novamente a oportunidade de a Anamatra se manifestar nestas audiências públicas aqui.

Muito obrigado, Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa contribuição, Paulo Boal, representante da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho).

Dr. Renato Bignami, Auditor-Fiscal do Trabalho e representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) também.

O SR. RENATO BIGNAMI – Já partindo para as considerações finais, Senador, agradeço imensamente a oportunidade, enfim, que me foi dada, confiada pelo nosso querido Presidente, Dr. Carlos Silva. Na verdade, ele nos brinda não com uma obrigação quase que cívica, mas, sim, com um presente mesmo, que foi a alegria de compartilhar esse tempo todo com os colegas que fizeram parte do grupo. Por isso insisti tanto em compartilhar mesmo a responsabilidade, mas também a alegria de ter participado deste grupo, debatido com os colegas.

Em nenhum momento esse debate pesou. Enfim, foram momentos extremamente leves, alegres, construtivos – muito sérios, mas extremamente leves –, justamente porque todos os 19 colegas do grupo são extremamente comprometidos e detêm uma *expertise* única, que é a *expertise* do auditor-fiscal do trabalho, que eleva a inspeção do trabalho brasileira à qualidade que ela tem hoje. Então, na verdade, o que a gente observa é que temos uma inspeção que não se encaixa na qualidade do nível do debate político que se tem demonstrado na Nação. E é isto que está ficando cada vez mais claro: somos um corpo de profissionais, de colegas apolíticos, mas que, enfim, empenham todo o seu conhecimento técnico para garantir a melhoria constante, permanente e efetiva dos ambientes de trabalho. No entanto, por falta de meios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

materiais, humanos e, muitas vezes, até de conhecimento – daí a necessidade de haver a formação permanente –, os auditores realmente acabam, enfim, falhando na questão da quantidade das inspeções, o que muito bem foi colocado pelo colega da Anamatra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO BIGNAMI – Eu só queria aqui, para finalizar, lembrar que a gente está em um momento de extrema disputa. É um daqueles momentos que os historiadores dizem aí que é a tal da esquina da história. E é fundamental – isso já foi dito pelo Dr. Carlos, mas eu gostaria de reiterar – que as instituições de proteção ao trabalho, como magistratura do trabalho, Ministério Público do Trabalho, inspeção do trabalho, notadamente, que vêm participando desses debates nesse âmbito, estejam unidas, e não na verdade buscando reafirmar diferenças históricas. Nesse quesito, é fundamental também que haja recuos de cada uma dessas instituições. Então, é importante que compreendamos a questão.

Eu queria só fazer uma menção rápida à fala do Dr. Paulo.

Não se trata de um estatuto da inspeção do trabalho, Dr. Paulo. Na verdade, o estatuto é do trabalho, é do trabalhador, sim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO BIGNAMI – Mas, em virtude da centralidade da inspeção do trabalho, da facilidade com que ela protege o trabalho, da celeridade com que, no âmbito administrativo, se conseguem resolver problemas graves do ambiente do trabalho, é que houve realmente a necessidade, enfim, de se varrer uma legislação no sentido de garantir não uma blindagem – nem gosto dessa palavra –, mas de garantir prerrogativas, garantir recursos, garantir meios para que os auditores-fiscais do trabalho possam realizar com tranquilidade o seu mister.

Então, eu digo isso com muita tranquilidade e com o carinho que eu tenho pela instituição do Ministério Público do Trabalho, que é essencial na Constituição, enfim, na proteção da ordem constitucional, tanto quanto a inspeção do trabalho.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENATO BIGNAMI – Então, é fundamental que as instituições se harmonizem neste momento de disputa, senão, essa esquina da história vai passar, e nós não vamos ter a dimensão dela no horizonte.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Renato Bignami, Auditor-Fiscal do Trabalho e representante também do Sinait.

Por fim, concluindo, Drª Lucimary Santos Pinto, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS).

A SRª LUCIMARY SANTOS PINTO – Mais uma vez, Senador, em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, agradeço o convite para poder participar na construção desse debate rumo ao Estatuto do Trabalho.

E, não perdendo esta oportunidade, considerando que neste momento milhares de trabalhadores e trabalhadoras nos assistem através da TV Senado, quero dizer que nós estamos no momento de construção de um estatuto, mas que, efetivamente, a aprovação desse novo estatuto vai depender muito de nós, de cada um de nós brasileiros e brasileiras, que estamos incomodados com o que aconteceu com o advento da Lei 13.467. É preciso pensar neste momento, neste ano, no exercício legal do voto, em eleger representantes que estejam comprometidos com o fim das desigualdades sociais no nosso País, porque só assim nós teremos aprovado um estatuto que para nós, para a sociedade brasileira, representa o equilíbrio dessas relações entre capital e trabalho. Então, há que se pensar este ano que todo trabalhador e trabalhadora, todo cidadão brasileiro pode contribuir para que efetivamente a gente tenha garantido o resgate dessa harmonia tão necessária para a nossa vida: capital e trabalho.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Lucimary Santos Pinto, que falou pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. V. Sª está coberta de razão.

Eu diria que, além da reforma trabalhista, há a reforma da previdência. Se você assistiu a todo este debate aqui, percebeu o esforço que estão fazendo todas as entidades e, eu diria, os representantes de trabalhadores do campo, da cidade, da área

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública, da área privada, de empresários que têm responsabilidade social para construir o Estatuto do mundo do Trabalho. Sabemos que vai haver resistência, mas quem vai votar e quem vai sancionar serão aqueles que vão ser eleitos em 2018. O Congresso vota, e o Presidente eleito ou a Presidenta é que vai sancionar.

Calculem a reforma da previdência, que eles tiveram que engolir, porque houve uma grande mobilização da sociedade, instalamos a CPI da Previdência – eu tive a alegria de ser o Presidente, e o Senador Hélio José foi o Relator – e mostramos que não há necessidade nenhuma dessa reforma. É só cobrar sonegador, aquele que desvia, aquele que se apropria indevidamente do dinheiro da previdência; é acabar com os Refis; é aquela tal de DRU, que é 1,5 trilhão que desapareceu da seguridade, desde que ela foi criada. Estou dando um resumo aqui. É aprovar a PEC 24, de 2003, ainda, de nossa autoria, que diz: o dinheiro da seguridade não pode ser desviado para outros fins.

E o que a reforma trabalhista tem a ver com isso? Tem a ver porque, como disse muito bem aqui o Dr. Paulo, e todos foram, eu diria – permita-me, Paulo –, na mesma linha, nós vamos entrar em um estado de miséria absoluta. Resultado: vai diminuir a receita também da previdência. Então, é fundamental que todos tratem disso com muito carinho.

Este aqui não é um discurso eleitoral nem partidário e muito menos personalizado neste ou naquele Parlamentar. Mas nós temos o compromisso com a nossa história, com a vida, como foi dito aqui, com a própria segurança no trabalho, de eleger homens e mulheres que tenham o compromisso de manter o direito de nós todos nos aposentarmos, para que os trabalhadores da área pública e da área privada tenham o direito de se aposentar e de ter um estatuto decente, porque essa lei que está aí, infelizmente, é indecente.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e doze minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Acir Gurgacz, Valdir Raupp e Roberto Muniz, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Hélio José, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro e Rodrigues Palma. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Ricardo Ferraço, Wilder Morais, Otto Alencar, Wellington Fagundes e Vicentinho Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 31, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor WEBER CILONI, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Jorge Luiz Macedo Bastos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com 13 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir no Anexo da Lei a interligação entre o rio Preto, localizado no Estado da Bahia, e o rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o rio São Francisco até o rio Amazonas." **Autoria:** Deputado Gonzaga Patriota. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona." **Autoria:** Deputado Pedro Fernandes. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados. " **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Senador Valdir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Raupp. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, estabelecendo multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica aos usuários." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para obrigar a instalação, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sem ônus para os beneficiários, de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria com base em fonte solar fotovoltaica para injeção na rede elétrica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 795, de 2015 - Terminativo -** que: "Determina o compartilhamento de postes pelas prestadoras de serviço público com os municípios, define os circuitos de iluminação pública como parte integrante de sistemas de distribuição e institui diretrizes para o serviço de iluminação pública; e altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, para instituir diretrizes para o uso racional de energia elétrica pelo serviço de iluminação pública." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2017 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nos 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências, para incluir, no ambiente de contratação regulada, processos licitatórios de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia elétrica produzida em empreendimentos com mais de um tipo de fonte renovável de geração." **Autoria:** Senador Hélio José. **Relatoria:** Senador Roberto Muniz. **Relatório:** Pela aprovação, com as emendas nº 1/CMA e 2/CMA. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para permitir que as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica desenvolvam atividades de geração de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 20 de 2018** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal, do art. 93, II, e art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir como mitigar os impactos ao Parque Nacional de Brasília, as responsabilidades institucionais entre o Governo do Distrito Federal e o Governo Federal e a construção da Rodovia DF-097." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Adiado. Fazem uso da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Lasier Martins e Hélio José. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Nós vamos ter uma sabatina.

Aproveito para informar que os cidadãos que queiram participar enviando comentários e perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o telefone 0800-612211.

A sabatina será com o Sr. Weber Ciloni, para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Antes de iniciarmos a nossa sabatina, faço alguns comentários sobre o que estamos enfrentando no nosso País em relação à greve dos caminhoneiros. Quero dar o nosso apoio à greve dos caminhoneiros em função do aumento de combustível, principalmente do preço do óleo diesel. Não há como se planejar em um país que aumenta 13% ao mês o combustível. Foram dez aumentos neste mês de maio no preço do óleo diesel. O caminhoneiro, quando sai para uma viagem, sai com um preço do combustível, e, quando retorna, há outro preço. Ou seja, o preço do que ele colocou no frete já não cobre os custos da sua viagem.

Portanto, entendo que é pertinente essa posição dos caminhoneiros brasileiros. A Petrobras precisa achar uma solução para essa questão. Dizem que o diesel está dolarizado, está atrelado ao custo do petróleo internacional. Bom, então, vamos mudar a moeda. Vamos transformar a moeda brasileira, o salário mínimo brasileiro atrelado ao dólar e ao preço do barril de petróleo.

E é uma coisa interessante. Quando o dólar sobe, sobe o diesel; mas, quando ele caiu, não caiu o preço do diesel. Quando o barril de petróleo subiu, subiu o preço do óleo diesel; mas, quando caiu o preço do barril de petróleo, não caiu o preço do diesel na bomba, bem como o da gasolina.

É claro que há uma preocupação com a gasolina também, mas a preocupação maior é com o óleo diesel, porque o custo de vida brasileiro está diretamente ligado ao preço do diesel. É o preço do frete... Há, por exemplo, um debate antigo com relação ao transporte coletivo urbano. Como é que se consegue planejar o transporte de passageiros com essa situação do óleo diesel, que é o segundo item mais caro na composição dos preços das passagens, bem assim o preço dos lubrificantes e tudo mais que deriva do petróleo, como borrachas etc.? Não há como se planejar com altas dessa natureza em relação ao preço do óleo diesel. São dez aumentos neste mês de maio, volto a dizer, totalizando 13% de aumento apenas neste mês. Não há, pois, como haver um mínimo planejamento com relação a investimentos, à própria manutenção etc.

Então, fica aqui o nosso compromisso de estar ao lado dos caminhoneiros. Eu entendo que fechar as rodovias não é a solução. Nós não podemos inibir ou subtrair o direito de ir e vir de qualquer cidadão brasileiro. Assim, fechar as rodovias não é a solução, mas a paralisação é pertinente e conta com o nosso apoio. Vamos estar juntos amanhã na Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná, vamos falar sobre esse assunto, manifestar o nosso apoio para que todo o setor produtivo e também os transportadores possam ter uma maior clareza sobre essa política de preços dos combustíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazendo uma pesquisa rápida sobre o preço da gasolina hoje cobrado no Brasil, verifiquei que, em Rondônia, está próximo a R$5. Nos Estados Unidos, onde o setor, evidentemente, é dolarizado e os preços estão atrelados ao preço do barril do petróleo, ele está em R$2,85. Olhem a diferença! Por que no Brasil o custo é tão alto assim?

Então, fica aqui o nosso pedido para que a Petrobras comece a fazer uma política voltada ao interesse da população. Se nós vamos continuar dolarizando, de fato, o preço do óleo diesel, há que se dolarizar o salário mínimo do trabalhador brasileiro, há que se dolarizar também tudo o que nós consumimos, porque o diesel está ligado diretamente à vida de todos nós brasileiros, na refeição, na produção. Para a própria produção agrícola, que é a base da economia brasileira e principalmente do nosso Estado de Rondônia, Senador Raupp, o óleo diesel tem uma importância muito grande e uma influência direta no custo de vida da população.

Então, fica aqui o nosso apelo para que o Governo, por intermédio da Petrobras, que este ano teve, novamente, um recorde nos lucros, apresentando superávit nas suas contas, que continue com esse desempenho, mas não dessa forma, ou seja, nas costas do povo brasileiro, principalmente dos caminhoneiros. Vamos tratar com diferença a questão do óleo diesel. O óleo diesel é prioritário para o Brasil, é prioritário para o setor produtivo. Nós não podemos continuar com essa política de preços com relação ao óleo diesel brasileiro. Tem de haver uma solução, nem que haja um subsídio do Governo. As reservas que o Brasil tem podem ser, sim, aplicadas para segurar o preço do óleo diesel para não disparar a inflação para a população brasileira.

Então, fica aqui, mais uma vez, o nosso apelo para que haja uma solução para essa questão.

Com prazer, ouço o Senador Valdir Raupp para debatermos esse tema.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, é rápido, muito rápido, até porque temos de ouvir a autoridade a ser sabatinada hoje.

Eu acho que há um descompasso – V. Exª tem absoluta razão – muito grande. Num momento em que os juros estão caindo, que a inflação está num nível tão baixo que não se via nos últimos 30, 40 anos, como o preço do combustível não para de subir? Quer dizer, há um descompasso.

Lucro? Todos podem ter. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica e os bancos privados tiveram lucro também com redução de juros; tiveram lucro alto com redução de juros, com juros caindo. A inflação caindo, o agronegócio bombando, como se diz por aí, com a inflação baixa. Só a gasolina, só o óleo diesel têm de subir a toda hora? Eu já venho falando isso há muito tempo, já fiz até pronunciamento na tribuna do Senado. Ninguém aguenta mais!

Eu acho que demorou a acontecer esse movimento dos caminhoneiros em todos os Estados brasileiros. Estão fechando rodovias, fazendo protestos e as paralisando. Eu acho que isso até demorou, porque essa escalada do preço do combustível não está certa, não está correta.

Aí vêm aqueles vídeos que o pessoal grava dos caminhões carregando em refinarias do Brasil e levando cargas para a Bolívia e para outros países com preços lá em baixo, a centavos de reais o preço do combustível. E, aqui no Brasil, já está a quase R$5 o preço do litro da gasolina. Já está R$4 o preço do litro do diesel?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Não, está próximo disso.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Próximo de R$4. É insustentável!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje eu sei que há uma reunião de emergência do Governo Federal com o Ministério da Fazenda, com todo mundo. O Presidente do Senado, Eunício Oliveira, e o Presidente da Câmara dos Deputados começaram também a se manifestar ontem. Alguma coisa tem de acontecer.

Eu até achava, há uns meses, que iria começar uma escalada de queda. "Olha, deve ter subido em um momento, mas vai começar a reduzir, reduzir, reduzir até chegar aos níveis de um ou dois anos atrás." Sinceramente, eu esperava por isso, e ainda espero que, nesta reunião de hoje, o Governo decida, junto com todas as autoridades, a começar a reduzir o preço do combustível, porque senão o Brasil vai implodir. Não é razoável o que está acontecendo com os preços dos combustíveis.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

Assim como temos essa política contrária ao desenvolvimento do Brasil, nós temos outra situação que eu faço questão de abordar que é com relação ao que está acontecendo em Guajará-Mirim. Uma normativa da Receita Federal está proibindo a exportação pelos barcos de fazer a exportação em Guajará-Mirim, o que está provocando um desemprego muito grande naquela cidade, pois as exportações praticamente foram paralisadas – praticamente, não. Paralisaram as exportações do Brasil para a Bolívia através da cidade de Guajará-Mirim. Hoje há um desemprego...

Já lhe passo a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Há duas semanas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Há duas semanas, está paralisado todo o comércio. Há uma manifestação grande na cidade de Guajará-Mirim e também na cidade de Guayaramerín. Tanto a população brasileira quanto a população boliviana não querem a mudança do sistema para que toda exportação tenha de ser feita através de uma balsa, que já começa cobrando R$750 por caminhão para ir e R$250 para voltar. Isso dá R$1 mil ida e volta. É um absurdo o que está acontecendo!

Fica aqui o nosso protesto também. Esses tecnocratas ficam aqui em Brasília e não sabem o que acontece lá na divisa do Brasil com a Bolívia no nosso Estado de Rondônia, no extremo norte do nosso País. Guajará-Mirim está com a economia afetada, a população está muito apreensiva, pois está gerando desemprego. Portanto, está na hora de o Governo colocar o pé no chão, esse Governo, Senador Raupp, que realmente não olha para a população como um todo e não enxerga o que acontece no norte do País.

Nós temos as questões regionais, que precisam ser analisadas como ações diferentes das do resto do País. Há uma questão específica de Guajará-Mirim, onde a exportação é de pequena escala. Não se pode proibir essa exportação através das barcaças e exigir que se utilize a balsa para fazer a exportação do Brasil para a Bolívia lá em Guajará-Mirim.

Então, fica aqui o nosso pedido para que a Receita Federal e o Ministério das Relações Exteriores achem uma solução para essas pessoas que estão desempregadas. Já houve, este mês, um prejuízo de R$15 milhões. Para um Estado como Rondônia, para uma cidade como Guajará-Mirim, R$15 milhões é muita coisa, é muita coisa. O desemprego vem aumentando, aumentando, e ninguém toma providência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós cobramos, tanto eu como o Senador Raupp já estivemos no Ministério do Planejamento e na Receita Federal buscando soluções, mas ninguém nos ouve, ninguém nos dá solução, ninguém nos atende. Aliás, nos atendem para dizer bom-dia, dar um cafezinho e um copo d´água, mas não acham solução para esse problema.

Então, fica aqui o nosso protesto com relação ao que está acontecendo em Guajará-Mirim e o nosso pedido de solução urgente. É preciso que se envolvam o Ministério do Planejamento e o Ministério das Relações Exteriores. Que se unam, que façam uma mesa-redonda para atender a população de Rondônia, especialmente a população de Guajará-Mirim, que está sofrendo, está padecendo com o fim da exportação.

O comércio está paralisado entre Guajará-Mirim e Guayaramerín. Há uma cobrança normal e forte da população, principalmente quanto à nossa atuação, e nós estamos atuando, tanto no Ministério das Relações Exteriores quanto no Ministério do Planejamento e na Receita Federal, para que se resolva esse problema.

Já estão fechando a BR-425, que é uma BR que liga Guajará-Mirim a Porto Velho. Já foi fechada, abriram, há uma liminar para não fecharem mais. Fechar a BR não é a solução, porque aí se tira o direito de ir e vir da população brasileira. O que pede, o que reivindica a sociedade é justo e tem total apoio nosso. Vamos continuar buscando solução para esse problema.

Com prazer, ouço o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Senador Acir, acompanho essa questão desde o início, desde o primeiro dia. Já recebemos aqui em Brasília duas vezes – e estão aqui hoje, chegaram ontem, já tivemos ontem reunião – o Presidente da Associação Comercial, o Márcio Badra, e o Virgílio, que é um exportador que veio representando os exportadores. Semana passada veio o prefeito. Recebemos, já por duas semanas seguidas, esse grupo de Guajará-Mirim aqui em Brasília. Nós já estivemos lá com o Governador, eu e a Deputada Marinha, lá no porto, lá no movimento – havia mais ou menos 2 ou 3 mil pessoas paradas já no início da semana passada. Então, já faz duas semanas que está, realmente, paralisado. Estão fechando a estrada de Riberalta também, o lado boliviano. Está tudo paralisado, com barreiras nos terminais lá.

Aquilo não é nem porto. Se houvesse um porto organizado ou se houvesse a ponte que o Brasil deve há 116 anos para a Bolívia... O Tratado de Petrópolis é de 1902; portanto, faz 116 anos que o Brasil deve uma ponte ali naquela passagem de Guajará-Mirim para Guayaramerín, entre o Brasil e a Bolívia. Lula disse que iria construí-la, começou o projeto. Ainda bem que começou, porque os outros nem projeto fizeram! Ficou praticamente pronto, mas agora é que o projeto está com o pedido de licença ambiental, com a reedição da licença ambiental, para se construir a ponte, para se licitar, talvez neste ano, a ponte. No porto também coloquei R$22 milhões no ano passado, mas a obra não começou até hoje. Agora é que estão licitando o Porto de Guajará-Mirim.

O que os exportadores pedem é muito pouco. É engraçado, porque tive duas reuniões na Receita Federal, uma delas com Jorge Rachid, que é o Secretário da Receita Federal, e com toda a sua equipe. Aí ele viajou, deixou a equipe elaborando o documento, mas negaram; a proposta que a Associação Comercial de Guajará-Mirim fez aos exportadores foi negada. Aí veio a segunda reunião. O Rachid estava viajando. Eu fui lá com o Paulo Ricardo, que é o substituto do Rachid, e, novamente, com a equipe dele e com o pessoal de Guajará-Mirim. Aí eles falaram assim: "Mande uma proposta."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso ocorreu na quarta-feira passada. Disseram: "Mande uma proposta, que nós vamos analisar." A associação mandou a proposta. Qual era a proposta? Era a de que continuasse a balsa. Pode seguir com a balsa, os grandes passam pela balsa. Os pequenos continuariam no sistema de 80 anos. Faz 80 anos que se exporta do Brasil para a Bolívia e da Bolívia para o Brasil pelas "pec-pecs", que são aquelas lanchinhas pequenas; são mais de cem fazendo esse transporte todo dia. Agora, eles querem que toda aquela mercadoria que passa pelas "pec-pecs", pelas lanchinhas, vá para a balsa. Como? Vão pagar R$900 ou R$1 mil pelo transporte de duas toneladas ou de uma tonelada? E o que passa nas lanchinhas são pequenas quantidades, com US$500 ou com US$1 mil de exportação, o que não se vai colocar numa carreta, pois não cabe, ou melhor, não há lógica colocar 500 quilos, 1 mil quilos ou 2 mil quilos de produto numa carreta que pega 40 toneladas. E vão pagar R$900?

Então, o que eles queriam? Queriam que continuassem os dois sistemas, até se construir o porto, que está sendo licitado, ou até se construir a ponte. Aí vai haver alfândega do lado brasileiro e do lado boliviano. Quer dizer, essa foi a proposta que a Associação Comercial mandou para o Ministério da Fazenda. Sabem o que me falaram ontem? Foi negado de novo, foi negado 100%, não atenderam o pedido da Associação Comercial de Guajará-Mirim.

Reunimo-nos ontem com o Embaixador. Fomos à Embaixada da Bolívia. O Embaixador da Bolívia está propondo um novo acordo, que é um acordo que se chama Atit (Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre). Ele está querendo agora mudar, fazer outro acordo bilateral só entre o Brasil e Bolívia. Esse acordo é 1990, faz 28 anos. Nós temos um tratado de 116 anos e temos um acordo de 28 anos. Quer dizer, em 28 anos, esse acordo não tinha sido colocado em prática. Em 28 anos, era para ter começado esse negócio da balsa, mas não começou. Isso demorou 28 anos. Agora eles querem exigir, a ferro e a fogo, que a passagem seja feita só pela balsa.

Eu não aceito isso. Acham que vai haver desvio de mercadoria. Não vai haver desvio coisa nenhuma! Isso não é nada! São R$60 milhões por mês! A exportação do Brasil para a Bolívia é de apenas R$60 milhões por mês. São 120 a 130 exportadores para exportar R$60 milhões por mês. E não há desvio. A Associação Comercial está mostrando, por a mais b, que não há desvio de um centavo. Eles pagam os impostos, sai tudo com nota. A única diferença é o transporte, porque não vai tudo pela balsa. Parte vai pela balsa, que é nova, que começou há uma semana – nem começou, porque está fechado há duas semanas; fecharam, não se está exportando nada –, e a outra parte, que é menor, passa, então, pelas pequenas lanchas.

Mas não houve, Senador Acir, acordo até agora, só se mudar o tratado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, essa foi a colocação feita pelo Senador Raupp.

Nós não estamos pedindo que mudem a Lei de Exportação, não é isso. Que a fiscalização continue e se amplie, a fiscalização com relação à documentação da exportação, mas que seja autorizado que sejam feitas aquelas exportações até US$2 mil, US$2,5 mil, que são o normal, sem que seja obrigatoriamente pela balsa, e, sim, pelos barcos, como fizeram a vida inteira, com guias de importação etc.

Agora, a população não pode ser penalizada, porque o Governo não fez a alfândega nem o porto em Guajará-Mirim – não há nada. Agora talvez eles entendam que, com a balsa, há um controle maior. E será uma balsa só contra 100, 120 barcaças pequenas, que têm uma dificuldade maior para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalização. Se houvesse porto, se houvesse alfândega, de nada disso se precisaria. Então, estão penalizando mais uma vez a população pela falta de infraestrutura do Governo, que não fez essa obra tão importante para a exportação.

O PDT, Senador Raupp, não faz parte deste Governo, é oposição ao Governo que aí está. No governo passado, nós teríamos resolvido essa situação, porque o PDT estava nesse governo, e resolvemos. Agora, com essas novas políticas governamentais, estamos tendo problema com o preço do combustível, com as exportações em algumas regiões do nosso País. O PDT tem um compromisso com a geração de emprego, tem um compromisso com o setor produtivo. E aí fica o nosso apelo para que o Governo resolva essa questão do óleo diesel, principalmente, e a questão da exportação na cidade de Guajará-Mirim para exportar para a Bolívia.

Quero registrar a presença em nosso plenário do Dr. Mário Rodrigues Júnior, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); do Dr. Marcelo Vinaud Prado, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) também; e da Srª Elizabeth Alves da Silva Braga, Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), agência que tem uma função, entre tantas, muito importante, que é a terceirização das nossas rodovias.

Estamos muito preocupados com a questão da duplicação da BR-364. Essa duplicação, Dr. Mário, Dr. Marcelo, é da maior importância para o País, mas principalmente para o nosso Estado de Rondônia. Esse processo foi iniciado no ano retrasado. Infelizmente, a empresa que pegou para fazer esse levantamento, Senador Bezerra, entregou-o este ano, mas não pôde ser aproveitado pelo DNIT. Foi tão malfeito que o DNIT não teve como aproveitá-lo. E o fez com um ano de atraso.

E me disseram: "Mas o Governo não gastou nada com isso, iria pagar R$5 milhões se o estudo fosse aceito." Mas perdemos um ano. E quanto vale um ano? Quanto vale um ano para a população do Estado de Rondônia, sem a duplicação, sem a manutenção da BR-364?

Então, nós pedimos encarecidamente à agência que dê uma atenção especial, aliás, tem dado atenção especial, à questão da duplicação da BR-364, no Estado de Rondônia.

Convido o nosso sabatinado, Dr. Weber Ciloni, para fazer parte da Mesa para que nós possamos iniciar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Eu queria fazer uma pequena intervenção antes iniciar...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não. Claro, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – ... a sabatina, até para aguardar um pouco mais de presença.

Eu acho que hoje o assunto do dia é a questão do reajuste dos preços de combustível: gasolina e diesel, a movimentação que ocorreu ontem em 20 Estados brasileiros promovida pelos caminhoneiros, alertando da inviabilidade praticamente da continuidade da indústria de transporte com esses reajustes frequentes, em face da política de preços adotadas pela Petrobras.

Eu queria dar uma palavra aqui de posicionamento em relação a essa questão. Eu acho importante que a gente possa recolher algumas lições do passado recente. Muito se fala dos prejuízos causados à Petrobras pela interferência política, pelos desvios que foram praticados em diversas ações dessa empresa, mas o noticiário é muito farto ao levantar que um dos maiores problemas da Petrobras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi a manipulação de preços, foi a prática de uma política de preços que, de certa forma, significou uma perda superior a R$80 bilhões para a companhia.

Portanto, eu queria aqui me posicionar de forma muito clara, tendo em vista que o Governo está reunido para tomar uma decisão. O caminho correto a ser feito é o Governo reduzir os impostos sobre combustíveis. Na realidade, o Governo Federal, no ano passado, na busca do equilíbrio fiscal, ampliou, quase que dobrou o PIS/Cofins sobre diesel e sobre gasolina.

Então, o que o Governo tem que fazer agora, quando a economia dá sinais de reação, com o crescimento apontando entre 2% e 2,5%... O relatório do IFI, que foi trazido aqui pelos diretores da Instituição Fiscal Independente, mostra a recuperação da receita pública do Governo Federal. Portanto, o Governo não tem que ficar hesitando ou sabendo o que vai fazer; tem de atender aos caminhoneiros. O preço do diesel está insuportável, o preço da gasolina está insuportável, e o Governo tem que tratar de reduzir os impostos, porque o Governo ampliou a carga sobre impostos no ano passado. Portanto, eu acho que esse é um debate importante.

E, além de o Governo ouvir as equipes do Ministério de Minas e Energia, do Ministério da Fazenda e da própria Petrobras, é importante que o Governo possa ouvir também a sua representação política aqui no Congresso Nacional. E o que a gente ouve, o que nos está sendo demandado, reclamado por onde a gente anda – eu estive, neste final de semana, quinta, sexta, sábado e domingo, no meu Estado – é realmente uma palavra para que o Governo possa encontrar um mecanismo que não retire a autonomia da Petrobras, que valorize a gestão que lá está. A Petrobras hoje se recupera, já apresenta lucros robustos, retoma os seus investimentos.

Portanto, eu quero aqui dar uma palavra a favor da política de preços que foi introduzida na Petrobras, mas fazendo duas considerações: reduzir a carga fiscal e retirar da política de preços da Petrobras a volatilidade da variação cambial. O fato de estar o preço atrelado ao dólar, ao barril de petróleo a preço de mercado internacional, tudo bem. Agora, nós não podemos levar para o preço da gasolina e do diesel a volatilidade da especulação com o dólar, fruto até do próprio ambiente político eleitoral.

Se formos consultar segunda-feira os dados do boletim Focus do Banco Central, a projeção de taxa de câmbio para dezembro deste ano é de 3,40, 3,45, e o câmbio hoje bateu 3,70. Ontem recuou um pouco mais, pela intervenção forte do Banco Central, mas essa volatilidade do câmbio não pode vir para a política de preços. Isso é um absurdo!

Então, eu acho que o Governo tem como tomar uma atitude forte, firme em relação a isso para que a gente não termine dando o passo errado, que é o passo de voltar a interferir, voltar a querer interferir na política de preços, rasgar a autonomia da Petrobras. Tudo isso só vai botar a perder todo o trabalho de recuperação da empresa que se verificou nesses últimos dois anos.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria me posicionar, tendo em vista que cheguei aqui já com o debate avançado, mas sei que as questões de exportação entre o Brasil e a Bolívia, através da fronteira com o Estado de Rondônia, é uma preocupação aqui dos Senadores da Casa. O debate era esse, mas o debate também era o custo excessivo dos preços de combustíveis, que, de certa forma, inviabiliza a indústria do transporte carga no nosso País e atinge fortemente, sobretudo os caminhoneiros autônomos, que não têm como repassar isso para os fretes que eles pegam para poder manter as suas atividades e o sustento das suas famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria trazer uma notícia positiva. Na realidade, é falado das obras de intervenção, de eliminação de ponto crítico, travessia urbana no trecho da minha cidade, a cidade de Petrolina. As obras avançam agora num ritmo muito forte, investimentos de R$24 milhões estão sendo feitos pelo DNIT. Estamos agora muito animados que as obras poderão estar concluídas – a obra da duplicação de um trecho superior a 4km de extensão poderá estar concluída – até início de agosto. Muito provavelmente agora, em junho, com a presença do Ministro dos Transportes, Valter Casimiro, nós vamos assinar a ordem de serviço para a construção também de dois viadutos ao longo da Avenida Sete de Setembro.

Portanto, era esse o registro que eu queria fazer. Agradeço a atenção do Ministro Valter Casimiro e de toda a direção do DNIT, que, de fato, se empenharam para que a obra pudesse agora pegar ritmo e a gente pudesse ter a alegria de vê-la concluída, pelo menos a parte da duplicação totalmente concluída e entregue à população de Petrolina até meados de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

Por ser Relator do Dr. Weber Ciloni, não posso me manter na Presidência. Então, passo a Presidência ao Senador Valdir Raupp para que eu possa fazer a relatoria do nosso indicado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Eu só queria fazer um apelo ao nosso Presidente, Senador Raupp, de abrir logo a votação, porque hoje há marcha de prefeitos, há uma série de audiências e de compromissos externos. Que o Presidente pudesse consultar os membros desta Comissão para que a gente pudesse já abrir painel de votação!

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – O Senador Acir também já estava para fazer esse apelo, esse pedido.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 31, de 2018
- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor WEBER CILONI, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Jorge Luiz Macedo Bastos.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1. Em 15/05/2018 foi lido o relatório e concedida vista coletiva.
2. Reunião destinada à arguição pública do indicado.

Eu coloco, então, já de imediato em deliberação no plenário, se todos concordam.

Quem for a favor fique como se acha. (*Pausa.*)

Então, está aprovada a abertura do painel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço à Secretaria da Comissão que abra o painel para que as Srªs e os Srs. Senadores já possam iniciar a votação, enquanto o nosso indicado e sabatinado fizer sua exposição.

Consulta as Srªs e os Srs. Senadores acerca da possibilidade de darmos início ao processo de votação, como já foi feito aqui.

Declaro aberto o processo de votação para a Mensagem do Senado Federal nº 31, de 2018. Informo que as Srªs e os Srs. Senadores que desejarem votar já podem se dirigir à cabine de votação localizada à minha direita. Solicito que sejam observados os procedimentos de votação eletrônica.

Passo a palavra ao Dr. Weber para que faça a sua exposição. Ele é indicado à Diretoria da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

O SR. WEBER CILONI – Bom dia a todos!

Exmº Senador Valdir Raupp, Presidente desta Comissão; Exmº Senador Acir Gurgacz, designado Relator desta indicação; Exmºs Senadores membros desta Comissão; autoridades presentes; convidados e todos que nos assistem e ouvem, quero, primeiramente, agradecer ao Exmº Sr. Presidente da República por me ter honrado com esta indicação; agradecer a todos que contribuíram para este momento.

Tendo obtido a diplomação em Engenharia Civil, trabalhei em construtoras de grande e médio portes, destacando-se uma multinacional holandesa e a Construtora e Pavimentadora Lix da Cunha, que era a maior construtora do interior de São Paulo.

Tendo sido eleito Presidente da Associação Araraquarense de Engenharia e também, posteriormente, eleito ao Conselho do Crea, pela minha efetiva participação em políticas públicas, em proposituras, fui convidado a ocupar cargos públicos gerenciais. Eu fui Gerente Regional de Construção da CDHU (Companhia Habitacional do Estado de São Paulo), responsável por uma regional que abrangia 113 Municípios, 113 Câmaras, prefeitos; e implantamos, no intervalo de um ano e meio, um programa de larga escala, tendo gerenciado 23 mil unidades habitacionais, naquela época.

Fui Secretário de Desenvolvimento Econômico na Prefeitura de Araraquara, responsável pela implantação de distrito industrial, 32 empresas, e pelo projeto pioneiro, à época, da incubadora de empresas, com capacidade para 18 empresas e microempresas. A minha incubadora foi a segunda do Estado, com Convênio Fiesp/Ciesp, o que dava uma sinergia melhor para a incubadora, tendo em face a experiência industrial daquela instituição.

Fui Coordenador de Licenciamento da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, responsável pelos estudos de viabilidades e pela aprovação dos projetos daquele Estado.

Fui Assessor de Obras na Secretaria de Cultura, responsável por gerenciamento dos projetos de nove centros de fábricas de cultura e a consolidação da licitação de três desses centros, com financiamento junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Fui Diretor de Limpurb na Prefeitura de São Paulo, departamento com *status* de agência, por decreto – hoje ela é a Amlurb –, responsável pela gestão e fiscalização de dois contratos de concessão com coleta, tratamento de 15 mil toneladas/dia de resíduos domiciliares; gestão e implantação dos aterros; aprovação, licenciamento e implantação dos transbordos; e ainda a coleta e tratamento de resíduos de saúde. Era de minha responsabilidade também o gerenciamento de cinco contratos de varrição que recolhiam 3,5 mil toneladas/dia de resíduos da varrição, fora 5 mil toneladas de entulho na cidade de São Paulo. Obtivemos, nessa época, 77% de aprovação do Município de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estabelecemos ainda, na Diretoria de Limpurb, um convênio de intercâmbio técnico com a cidade-irmã de São Paulo, do Japão, que é Osasco, com a participação da Jica.

Fui Diretor-Financeiro da Companhia de Transporte Coletivo de Araraquara, empresa que também administra um terminal intermunicipal e um terminal urbano e uma vicinal com praça de pedágio.

Secretário Municipal de Serviços Públicos de Araraquara, responsável pela limpeza urbana, posturas municipais, iluminação pública em serviços funerários.

Diretor de Operações da Codasp, companhia que pertence à pasta da Secretaria da Agricultura, em São Paulo, onde fomos responsáveis pela implantação e recuperação de estradas rurais, tendo realizado, em quatro anos, 3 mil quilômetros de estradas rurais.

Participei do gerenciamento do programa da Hidrovia Tietê-Paraná em protocolo junto ao DNIT, de onde destaco as obras da Ponte da Ayrosa Galvão, o derrocamento do Canal de Nova Avanhandava e também a eclusa da Penha, que permitirá a navegabilidade no entorno de São Paulo junto às marginais para transporte de passageiros e transporte de resíduos da construção.

Fui Diretor de Aeroportos da Infraero, responsável pelo monitoramento dos terminais, principalmente no aspecto da qualidade desses terminais. Fizemos várias melhorias. Desnecessário dissertar muito sobre a Infraero, já que esta Comissão a discute rotineiramente.

Sei da importância da ANTT nos seus aspectos regulatórios, de regulação, nos seus aspectos de apoio técnico, nos seus aspectos de gestão dos contratos das concessões, da sua relevada importância no contexto do Ministério dos Transportes e da infraestrutura nacional.

Tendo sido indicado para essa agência, submeto-me às deliberações de V. Exªs e me coloco à disposição para outros esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Weber.

Primeiro orador inscrito...

É o Relator. Perdão, o Relator tem preferência.

Com a palavra o nobre Relator, Senador Acir Gurgacz.

Depois, o Senador Ataídes, que já está inscrito.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Como Relator.) – Muito bem.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Weber Ciloni, que faz a sua explanação...

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Senador Acir, peço a gentileza de me deixar chamar o Senador Muniz para presidir aqui, porque vou precisar dar uma saída.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pergunte se ele já votou?

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Senador Muniz, já votou?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. *Fora do microfone*.) – Eu vou votar.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Então, pode votar e, depois, vir para a Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Presidente.

Eu já fiz as minhas indagações ao Dr. Weber quando fui designado Relator. Tivemos algumas reuniões com S. Sª e sua equipe técnica.

Eu, neste momento, quero apenas desejar sucesso na sua empreitada. Não tenho dúvida de que V. Sª terá aprovado seu nome aqui, nesta Comissão, exatamente pelo currículo de V. Sª, pelo trabalho já prestado no serviço público e no serviço privado, o que lhe dá total condição para estar à frente dessa diretoria tão importante para todos nós brasileiros, junto com o Dr. Mário, o Dr. Marcelo, pessoas que já estão há algum tempo à frente dessa agência.

Eu faço uma colocação aqui. Não é nem uma pergunta, Sr. Weber, mas uma colocação com relação aos nossos contratos feitos com relação à terceirização de rodovias, e algumas delas estão sendo devolvidas para a União. Agora, como é que se planeja, como consegue se planejar se nós fazemos um processo licitatório com um preço de combustível e ele quase dobra durante um ou dois anos?

Não há como você manter um serviço dentro dos contratos e da necessidade da população brasileira com uma instabilidade tão grande com relação ao preço do combustível, ao preço do asfalto, ao preço de todos os derivados do petróleo, que está ligado diretamente à manutenção, à conservação, às obras de duplicação, tão necessárias, como eu dizia há pouco, com relação à duplicação da BR-364 no Estado de Rondônia, que nós estamos dependendo de um estudo do DNIT para que depois passe para a ANTT e ela possa fazer o leilão ou algo parecido para que a gente possa ter esse sonho do povo rondoniense, que é a duplicação da BR-364.

Com essa instabilidade no preço do combustível, Presidente Roberto Muniz, não há como se planejar, e há uma insegurança por parte dos investidores que gostariam e que querem participar desses leilões e daqueles que já estão com os contratos feitos, muitos deles querendo devolver para o Governo Federal porque não há como manter essas obras.

Eu falava com um amigo nosso, com um colega, domingo, em Ji-Paraná, por telefone, sobre as obras de manutenção da BR-364, que já foi licitada e há ordem de serviço em andamento. Aí me perguntava ele: "Como é que eu posso fazer essa obra se eu não consigo comprar os derivados do asfalto com o preço atual e receber com o preço do ano passado?" Então, é uma dificuldade grande. É só uma colocação. Se V. Sª quiser fazer algum comentário com relação a isso, fique à vontade.

Mas desejo sucesso na sua trajetória. Sei da sua responsabilidade com o serviço público e tenho certeza de que V. Sª desempenhará muito bem, ao lado daqueles que lá estão, esse importante trabalho à frente da Agência Nacional de Transporte Terrestres.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Srs. Senadores, eu gostaria de abrir a possibilidade, também, de o Senador Ataídes, que já está inscrito aqui, fazer as perguntas, pelo menos a cada dois. Se o senhor permitir.

Por favor, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Weber ou Veber?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEBER CILONI – Weber, abrasileiramos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas é de origem alemã?

O SR. WEBER CILONI – Italiana.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Italiana.

O SR. WEBER CILONI – O prenome vem em razão de um compositor alemão, mas tenho descendência italiana.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Tenho um grande amigo que é alemão e se chama Weber.

Dr. Weber, substituir o Bastos não é fácil. Nós sabemos o trabalho que esse moço fez diante dessa Agência Nacional de Transporte Terrestre, um grande executivo. Então, é uma tarefa realmente difícil a que V. Exª está a assumir.

Vi aqui rapidamente o currículo de V. Sª. Tem formação em Engenharia Civil, ou seja, está preparado para o cargo. Exerceu aqui vários cargos públicos. Vejo que, realmente, V. Sª está preparado.

Sabemos que um dos grandes gargalos que coibiu o crescimento do nosso País, nessas últimas duas décadas, foi exatamente a falta de investimento na área da infraestrutura. Falo isso com muita consciência. O Governo anterior saiu de uma dívida interna e externa de em torno de R$800 bilhões para uma dívida interna e externa, 13 anos depois, de quase R$5 trilhões, dinheiro esse que deveria ter sido investido, uma boa parte, em infraestrutura.

A prova disso é que o mundo, nessa década de 2000 a 2010, e de 2010 até então, deveria ter vindo para o Brasil para fazer os seus investimentos. E um dos quesitos que nos atrapalhou foi exatamente a infraestrutura: investimento em estradas, em rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e daí por diante. Lamentavelmente, preferiu-se investir nessas áreas fora do Brasil: na Venezuela, Cuba, Angola e outros países. Um pecado irreparável para o nosso povo e para o nosso País.

Estou dizendo isso, por exemplo, com relação à BR-153. Ouvi o Senador Acir Gurgacz falando sobre uma rodovia que, imagino, seja de sua região.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone.*) – De Rondônia.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – De Rondônia. Mas nós temos esse gargalo Brasil afora. Temos a BR-153, que cruza todo o País, e eu tenho certeza que V. Sª conhece. Dentro do meu Estado de Tocantins são 800km, 80cm de acostamento, morte por minuto, porque ali liga todo o Norte e uma boa parte do Sudeste com o Brasil, inclusive os produtos vindos da Zona Franca de Manaus. Aquilo lá é uma barbaridade. Você dirigir 100km dentro da 153, que eu chamo de "rodovia do medo", é uma aventura. E ali, então, passa uma boa parte da economia do nosso País.

Em 2014, juntamente com o Bastos – Jorge Bastos – e o Presidente, naquela época, do Ministério dos Transportes do Governo Presidente Dilma, nós conseguimos a concessão daquela rodovia, de Anápolis a Aliança do Tocantins. Já era um avanço, já foi um avanço extraordinário, apesar de essa concessão ter n erros, começando por financiamento, através do BNDES, de 85% – muitos erros. Pois bem. Essa concessão foi feita à empresa Galvão Engenharia, que logo depois aparece na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lava Jato. E, infelizmente, nada, nada, nada foi feito, a não ser colocarem algumas máquinas em alguns pontos dessa parte que ia ser concedida, com pedágios com valores de deságio extraordinário.

Mas isso é só um ponto do nosso País. Se não houver investimentos em infraestrutura, país nenhum do mundo crescerá. Então, a missão de V. Sª é muito grande. Chegou a passar aqui, no Congresso Nacional, não sei se o Senador Acir se lembra, mas acredito que sim, a medida provisória das concessões, da relicitação das concessões, da dilatação dos prazos. Volto a repetir: essa concessão da 153 ficou travada durante três anos e meio porque não poderia rescindir o contrato; teve-se que aguardar caducar o contrato para poder fazer outra concessão, o que até então não aconteceu, e esta vai ser a pergunta que eu vou fazer a V. Sª: eu tenho conversado muito com o Presidente Michel, ele tem uma preocupação enorme com essa parte de infraestrutura no nosso País, dessas rodovias, ferrovias. Essa medida provisória teria que ter sido aprovada nesta Casa, foi uma deficiência do Congresso Nacional, porque ela ia... Ela não foi aprovada, não é isso, Senador Acir? Ela não foi aprovada. Ela ia destravar todas essas concessões. A iniciativa privada está com sede de tomar conta dessas concessões, principalmente os chineses. Os chineses estão loucos de vontade de investir no Brasil, e tem uma coisa: sem o dinheiro público. Eles querem fazer com o seu dinheiro próprio.

Agora, o que está faltando? Está faltando uma ação de governo, está faltando vontade. E repito: não é culpa do Presidente Michel. O Presidente Michel tem feito o seu dever de casa, mas, infelizmente, o Congresso não deu esse respaldo.

Então, a pergunta que eu faço muito rapidamente a V. Sª. Essa medida provisória precisa ser remetida a esta Casa, essa medida provisória das concessões, e que venhamos, realmente, a destravar esses investimentos nessas áreas importantes que são as rodovias, ferrovias e portos. Mas eu quero saber de V. Sª qual é o propósito de V. Sª diante dessa grande agência de transportes no nosso País? V. Sª está disposto a mandar essa medida provisória, soltar isso para o desenvolvimento do nosso País? Essa é a minha pergunta. Ou V. Sª vai simplesmente tocar o barco?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – O Senador Ataídes traz, junto com o Senador Acir Gurgacz, questões importantíssimas aqui para o debate desta Casa.

Aproveito e passo a palavra para o Sr. Weber Ciloni para que possa proferir alguns comentários e respostas.

O SR. WEBER CILONI – O Exmo Senador Acir Gurgacz tocou em um dilema: como é que nós vamos manter a tarifa nas estradas diante do aumento dos preços de todos os seus insumos. A ANP usa o câmbio do dólar hoje e, infelizmente, o câmbio teve uma alta muito acentuada. E nós temos que achar soluções, até porque acrescento a seus comentários que nós estamos em uma fase transitória de modelagem e, nas concessões vigentes, será difícil tomar alguma atitude que não vá conflitar com posturas do TCU. Isso aumenta esse dilema momentâneo, e espero que o Brasil passe por esse momento.

Exmo Senador Ataídes, eu não substituo o Dr. Bastos, até porque a agência já tem um novo Diretor-Geral, que é o Dr. Mario Rodrigues, não sei se ele se encontra presente.

O Jorge Bastos realmente tem relevante...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEBER CILONI – É, é uma diretoria que eu estou assumindo em face da vacância, mas a casa já tem uma direção geral que já está tomando a continuidade dos trabalhos do Dr. Jorge Bastos, que prestou relevantes serviços à ANTT. Eu estava na Infraero à época e acompanhava, por ser da mesma pasta.

Quanto aos processos de caducidade que dependem da medida provisória, ela está sendo confeccionada e elaborada no âmbito do gabinete do Ministro Maurício Quintella, hoje Deputado Federal, e acho que passará por esta Casa para aprovação. Porém, no caso da Galvão, na 153, a caducidade já foi declarada. Mas o Presidente Temer, como o senhor mesmo citou em seu pronunciamento, já a qualificou para relicitação.

Então, a 153 continua qualificada e, assim que se consolidar esse processo, estaremos retomando os investimentos que eram previstos e que fazem jus a sua reclamação, uma vez que eu também fui usuário dessa estrada e sei do que V. Exª citou em sua indagação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Tem data, Dr. Weber, para concessão da 153? O senhor tem essa informação?

O SR. WEBER CILONI – Não, porque...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Porque já caiu, essa concessão da Galvão caiu. Está pronta para ser feita uma nova concessão. O senhor tem data?

O SR. WEBER CILONI – Acredito que, por ter sido estudada anteriormente, e já havia uma concessão, o seu processo andará mais rápido com esse conjunto de empreendimentos que fazem parte das concessões de 2018.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas data ainda não?

O SR. WEBER CILONI – Não. Eu ainda não participei de nenhuma reunião oficial da ANTT.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas nos ajude!

O SR. WEBER CILONI – Com certeza...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Já que o senhor conhece essa rodovia, ajude-nos, então.

O SR. WEBER CILONI – Com certeza me empenharei para atendê-lo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu queria aqui solicitar aos Senadores que estão aqui, na Casa, que compareçam aqui, à Comissão de Infraestrutura, para que possamos dar continuidade à votação do indicado à Diretoria da ANTT, Dr. Weber.

Eu queria aproveitar, Senador Acir, e dizer que hoje vamos ter que travar um grande debate aqui sobre a questão dos preços do combustível.

V. Exª trouxe ao debate da sabatina do Dr. Weber algumas questões que são importantes, e eu queria aqui, inicialmente, dizer que eu entendo que a autonomia da Petrobras não pode ser um autoritarismo. Pelo fato de ela ter autonomia, ela não pode, à luz de tentar melhorar o seu desempenho de caixa e contábil, quebrar o Brasil, e é isso o que está acontecendo hoje. Ela está empurrando o Brasil a um colapso. As estradas estão paradas e os transportadores estão dando esse alerta. Temos, nos últimos 12 meses, um aumento enorme no preço do combustível, e isso tem um rebatimento direto no funcionamento da própria ANTT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ANTT nasce para melhorar os serviços de transporte terrestre, ela nasce com o objetivo de promover melhores operações desse serviço, e esses serviços têm na base do combustível fóssil o maior elemento na confecção desses custos.

O Senador Acir e o Senador Ataídes estavam aqui batendo que, quando você mexe nos preços do petróleo, você abala, desestrutura diversos contratos neste País. O aumento do combustível, o aumento do petróleo não tem um rebatimento simplesmente na bomba do combustível. Não é um rebatimento simplesmente e diretamente no dia a dia da sociedade, que já não aguenta mais todos os dias aumento do combustível, todos os dias uma mudança do preço na bomba. E isso está criando essa insegurança jurídica nos contratos.

Então, os contratos de concessão, os contratos de construção de estradas, de rodovias, de ferrovias, todos têm como base o preço do petróleo. Como será esse reajustamento? Como será esse realinhamento de preços? Quem pagará essa conta? Então, o Brasil todo hoje está sofrendo com o autoritarismo colocado pela Petrobras.

Para vocês terem uma ideia, no mês que se passou, em abril, a Petrobras queria fechar as fábricas de fertilizantes. Sem nenhuma relação direta entre a ação da Petrobras e a questão do agronegócio porque, quando se fecham as fábricas da produção de fertilizantes, se faz com que os contratos, a produção do agronegócio seja abalada por novos custos que serão inseridos no processo produtivo.

Então, a Petrobras tem que ter autonomia, mas ela não pode ser autoritária. E aí, está faltando sim, Senadores... Quero aproveitar aqui a chegada do Senador Lasier, da Senadora Regina, do Senador Hélio para dizer que a Petrobras não pode ter um sistema de preços que sufoque o Brasil, que coloque o povo brasileiro sem condições de rodar nos seus carros. Vai abalar o transporte público também. O transporte público será abalado também com essa alta.

Então, não podemos ter uma entidade, uma empresa pública completamente desgarrada do planejamento de Estado brasileiro. E aí, acho que aí cabe à ANTT regular a Petrobras.

Então, Dr. Weber, a pergunta, porque agora já chegaram outros Senadores que vão ampliar esse debate: como é que a ANTT pode trazer a Petrobras para sentar à mesa e tentar explicar esses preços abusivos que estão havendo? A ANTT tem, sim, a questão – sei – de ser ligado diretamente à ANP o preço dos combustíveis, mas vocês têm autonomia, porque o rebatimento no setor de transportes terrestres será imenso.

Nós podemos ter a possibilidade de vários contratos não poderem ser cumpridos. Os contratos passarão a ter reajustamentos, e os órgãos não terão autonomia para fazer o reajustamento na amplitude. As obras vão parar, os investimentos vão parar no País.

Então, eu queria deixar essa pergunta. Depois vou fazer outras perguntas, mas já colocando à disposição.

O Senador Lasier chegou primeiro, Senador Hélio; depois V. Exª poderá usar a palavra. Por favor, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado, Presidente, Senador Roberto Muniz.

Perdoem-me o atraso, é que também tinha compromisso em uma outra parte daqui, do Senado, agora, pela manhã, e aqui é praxe da nossa vida atender a vários compromissos ao mesmo tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aproveitar para fazer uma única pergunta ao nosso prezado sabatinado, Dr. Ciloni. Sobre as balanças, é um velho tema, surrado, mas não resolvido, de que o meu Estado, o Rio Grande do Sul, é um Estado que carece muito, como quase todos os Estados brasileiros. Há esse problema da sobrecarga de carga nos caminhões, que abreviam tanto a duração dos pavimentos asfálticos. O que V. Sª poderá fazer? Quando é que vamos resolver esse problema? Quando é que vamos renovar? Vamos colocar novos postos de pesagem? Vamos fazer a manutenção dos atuais? Porque tem acontecido exatamente o contrário: cada vez menos se faz pesagem de caminhões, e isso se constitui, além do prejuízo ao asfalto, em uma tremenda concorrência desleal com aqueles que cumprem a lei.

Esse é o meu pedido.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Pois não, Senador Acir.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. *Fora do microfone*.) – Eu gostaria só de colaborar com o que falou o Senador Lasier com relação à pesagem dos veículos que transitam no Brasil. Acontece, Senador Lasier – para contribuir –, que nós temos já em outros países sistema eletrônico que está no caminhão, no veículo, que já aponta... Como o tacógrafo, que diz a velocidade em que oscila aquele transporte, o caminhão, também há um dispositivo que já está instalado nos caminhões, na Europa, por exemplo, nos Estados Unidos, que dá o peso do caminhão, sem ter a necessidade de fazer a pesagem ou de ter o investimento do país ou de qualquer lugar, Estados, Municípios, em que um aparelho eletrônico, através até de um celular, por exemplo, faz a leitura quando o caminhão passa por um posto da PRF, por exemplo.

Então, isso é um estudo que está sendo feito, e devemos ir nesse caminho da tecnologia avançada.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. *Fora do microfone*.) – É mais barato...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É muito mais barato, o investimento é praticamente zero pelo Governo; o investimento é por parte do próprio usuário, e não do Governo, porque o transportador vai colocar esse equipamento no caminhão, ou ele tem que sair de fábrica, como alguns já estão saindo de fábrica, porque são caminhões internacionais, mas não estão ativados no Brasil, porque não tem o sistema. Então, é uma questão de colocar o sistema.

É só para contribuir, porque também há uma cobrança nossa muito grande com relação a essa questão de pesagem. Temos várias balanças no Brasil paralisadas, mas se nós formos investir para reativar essas balanças, com certeza será muito mais caro do que adaptarmos os caminhões todos no Brasil para que tenhamos essa leitura feita automaticamente. É só para colaborar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É muito interessante, Senador Acir, o que o senhor está trazendo aqui para o debate.

Aproveito e passo a palavra para o Senador Hélio José para que possamos dar continuidade à arguição do nosso convidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sr. Presidente, meus cumprimentos, meu amigo...

(*Interrupção do som.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Melhorou.

Meu amigo Roberto Muniz, meus cumprimentos. Cumprimentos à nossa querida Bahia, a Bahia de Todos os Santos, presidindo esta Comissão. Meu amigo Weber Ciloni, meus cumprimentos, parabéns pela sua vasta experiência na área de construção, na área de obras e nessa área de engenharia em geral. Eu acho que é o nome certo para o lugar certo. Inclusive, já votei e votei de forma favorável, porque eu sei do seu conhecimento e de toda a sua prática nessa área.

A ANTT precisa realmente de pessoas que, mutuamente, conheçam obras, conheçam sistemas e tenham sensibilidade para tocar as grandes obras necessárias para este País. Sem pressão, mas com a experiência e capacidade de fazê-lo com a máxima eficiência e rapidez.

Então, creio que a sua indicação encaixa bem nesse perfil e que o nosso nobre Mario e toda a diretoria da ANTT vão estar muito bem servidos com a sua indicação.

Nós aqui do Distrito Federal sofremos muito com a questão da mobilidade urbana, seja das pessoas que moram em torno do quadrilátero do DF ou das próprias pessoas do Distrito Federal.

Temos problemas gravíssimos com relação ao horário em que a pessoa vem trabalhar em Brasília ou em que volta, quando há pessoas que ficam duas ou três horas dentro de um ônibus para poder chegar ao seu local de trabalho, aqui no centro da capital ou próximo daqui, das próprias cidades da periferia de Brasília, cuja população, considerando todas juntas, chega a 4 milhões de habitantes, considerando a periferia do quadrilátero e o quadrilátero interno

E há algumas questões básicas que precisamos tratar. Por exemplo, a duplicação da BR-080, que liga Brasília à única saída de Brasília, que ainda não está duplicada, que vai de Brasília, ou de Taguatinga, na verdade, até Brazlândia e de Brazlândia a Padre Bernardo.

Essa é uma rodovia fundamental para evitar acidentes, perdas de vidas, mutilação das pessoas que passam por ali diuturnamente e que vão para Brazlândia, para Padre Bernardo ou para a região de Vendinha e vêm trabalhar aqui em Brasília todos os dias. São milhares de famílias que perdem a vida nesse setor.

Então, creio que a ANTT poderia tranquilamente fazer uma discussão mais forte com o Ministério dos Transportes e com os outros órgãos, com o DNIT talvez, para que a gente tentasse evitar esse tanto de perdas, de acidentes que acontecem nessa saída para Brazlândia, agilizando uma concessão ou alguma forma de resolver essa questão.

Outra ligação que aqui para nós é fundamental é a ligação da BR-060 à cidade de Santo Antônio do Descoberto. É uma pista curta, mas altamente sinuosa, onde tranquilamente também poderia haver um estudo das necessidades para podermos fazer uma concessão de uma duplicação dessa curta via, mas que também deixa milhares de pessoas que vêm trabalhar em Brasília muitas vezes com acidentes fatais e com problemas graves numa cidade importante que interliga para nós, que é Santo Antônio do Descoberto.

Outra questão é o trem de média velocidade, que liga Luziânia, Valparaíso e Ocidental ao Distrito Federal, que poderia evitar para nós, do Distrito Federal, o engarrafamento diuturno dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrada sul de Brasília, e seria uma obra muito importante para a mobilidade dos cidadãos de Luziânia, do Jardim do Ingá, de Cidade Ocidental e Valparaíso para Brasília, evitando então engarrafamento e tornando mais barato o transporte.

Outra questão é que a BR-060, embora seja hoje uma via duplicada, muito boa para se andar, etc. – tem dois pedágios, mas isso não é problema, porque a via é boa –, o que está ocorrendo é que deveria ter o Trem Pequi, o trem-bala, que seria entre Brasília e Goiânia, passando por Alexânia, por Abadiânia, por Anápolis e Goiânia, que seria altamente importante para o Distrito Federal, para Goiânia e para todas essas cidades do meio. E a gente precisaria também agilizar esse trem para poder propiciar um transporte mais moderno, no nível da Europa, por exemplo, aqui para uma região tão importante que é a região do Centro-Oeste.

Eu queria saber, dessas várias colocações que eu fiz, se o senhor tem alguma previsão, também se tem alguma questão, e como é que o senhor pode, de uma forma ou de outra, ajudar a nossa Capital a resolver esses graves problemas de mobilidade que nós temos aqui.

Além disso, nós temos os anéis viários. Os anéis viários, para quem conhece a via Epia aqui do Distrito Federal, que é uma via supercongestionada, para quem sabe aqui dessa chegada da 020, se nós concluíssemos os anéis viários, tanto o que faz o desvio das carretas, que entra lá para Planaltina e que poderia ir direto para a Belém-Brasília, fazendo um anel viário norte e um anel viário sul para evitar a entrada aqui também no Distrito Federal, seria muito importante a complementação das obras dos anéis viários.

Eu estou falando tudo isso porque eu sou o coordenador da Bancada do Distrito Federal, nós temos debatido esses assuntos graves aqui no DF e eles são de capital importância para o cidadão de Brasília.

Para terminar, meu nobre Senador Muniz, como V. Sª, Dr. Weber Ciloni, interpreta o desinteresse do mercado pelos lotes licitados, que foram os seguintes lotes.

Tendo em vista que grande parte dos trabalhadores do DF residirem em cidades do entorno, a qualidade do transporte público coletivo ofertado pela região se torna extremamente relevante. Daí as perguntas iniciais.

Sabemos que a ANTT realizou um processo licitatório para a outorga das permissões em 2014 e que apenas um dos quatro lotes licitados foram realmente outorgados. Dos quatro lotes ofertados, somente três receberam propostas, mas em dois deles as empresas foram inabilitadas.

Nesse contexto eu pergunto ao senhor: como V.Sª interpreta o desinteresse do mercado pelos lotes licitados?

Qual o papel da ANTT na solução da mobilidade do Entorno do Distrito Federal?

Como V. Sª vê a possibilidade de passageiros do Entorno serem transportados até terminais espalhados no Distrito Federal e de lá complementarem o seu trajeto utilizando a rede de transporte público do DF, sem a necessidade de terem que vir para o centro do Plano Piloto? Porque essa proposta está sendo colocada, e o trânsito, que já é um caos, creio que ainda vai ficar pior para os moradores do Entorno, tendo que fazer baldeação na divisa.

Então, eu preciso saber a posição sobre essa questão e fazermos a audiência pública...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sobre o quê, nobre Senadora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu estou pedindo uma inscrição.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – O.k. Claro, Senadora. Se nós ficarmos aqui sem ouvir V. Exª, vai ser muito complicado, não é? V. Exª nos engrandece muito.

E, terminando, acredita o senhor que haverá ganhos para esses usuários, caso haja baldeação no meio do caminho?

Eu não creio que isso é ganho; eu acho que isso é um problema, porque, quando da construção de Brasília, ficou definido que o transporte, que a iluminação, que a rede de esgotamento sanitário, 30km em volta do Distrito Federal seriam feitos pela União. E nós sabemos o tanto que a população do Entorno depende de Brasília e o tanto que a população de Brasília depende da população do Entorno. Então, precisamos resolver essa questão, porque eu acho que tem que haver um diferencial com relação a outros Estados.

Será essa uma alternativa viável para resolver o problema? Essa é a última pergunta.

Muito obrigado e desculpe pelo alongar, mas o inquirido merece, Senador Roberto, porque é uma pessoa de alta competência e com certeza complementará muito bem os quadros da ANTT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu quero aproveitar e dizer que nós já temos quórum para o encerramento da votação. Então, eu aproveito e passo a palavra para a Senadora Vanessa Grazziotin como a última inscrita, e aí finalizamos esse bloco com três, diferentemente do que estávamos fazendo, de dois em dois Senadores. Queria pedir permissão a V. Exªs para que pudesse fazer dessa forma. Muito obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Agradeço, Senador Roberto.

Também cumprimento o indicado para a Diretoria da ANTT, Dr. Weber Ciloni.

E digo que eu não iria nem me inscrever, mas eu fiz questão de garantir a minha fala, que será breve – e, na sequência, V. Sª falará a todos nós, respondendo a alguns questionamentos –, até para levantar, mais uma vez, aqui nesta Comissão, um assunto recorrente, um assunto que, mesmo aqueles Parlamentares que não são da Região Norte, não são dos Estados do Amazonas ou de Rondônia, têm um domínio já bastante significativo devido ao tanto que esse tema volta à pauta desta Comissão. Eu me refiro à BR-319.

A BR-319, lamentavelmente, é a única via terrestre que liga o Norte do Brasil, pelo menos, a parte da Amazônia Ocidental, até todas as demais regiões do Brasil. É o único elo rodoviário, portanto, entre os Estados do Amazonas, de Roraima, com o restante do nosso País. Infelizmente, por problemas que vivemos no passado, a BR foi considerada como uma BR não instalada, o que é um absurdo, porque ela foi inaugurada em 1976. Era uma BR completamente pavimentada de Porto Velho, capital de Rondônia, até a cidade de Manaus, mas lamentavelmente e infelizmente ela foi considerada uma BR nova. E, por conta disso, várias exigências foram interpostas para que nós pudéssemos ter a BR completamente recuperada.

Eu, este final de semana, Senador Roberto, estive visitando a cidade de Humaitá, que fica no sul do Estado do Amazonas. E, para chegar a Humaitá, eu tive que ir de avião até a capital de Rondônia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porto Velho, e de lá pegar a estrada de aproximadamente 210km, que, aliás, é uma estrada muito boa; apesar de ser uma estrada simples, é uma estrada em boas condições e uma estrada bem sinalizada. Fiz viagem à noite, e, apesar do perigo que representam as estradas simples, é uma estrada bastante sinalizada e com um movimento que eu considerei acima do que eu imaginava naquela BR-319 nesse trecho. Entretanto, não conseguimos viabilizar ainda o trecho de Humaitá até a cidade de Manaus.

Eu perguntaria ao senhor, Dr. Weber, qual tem sido a postura? É claro que a ANTT é uma agência, mas, se tem havido alguma participação nesse episódio, qual tem sido a postura da ANTT em relação a essa BR? E como é que o senhor vê esse fato, que é algo inacreditável, de para uma BR existente haver uma decisão pública que afirma que ela não existe? Então, para que ela seja recuperada, é necessário passar por todas as etapas de uma estrada nova, de uma estrada que está sendo aberta, enquanto ela está lá. Ela sempre teve trafegabilidade, claro, com muita dificuldade, mas nunca deixou de ter tráfego, sempre teve, principalmente nos períodos de seca.

Em segundo lugar, eu sou uma crítica, Dr. Weber, em relação à política que o Brasil adota em relação às estradas. Nós temos a política de concessão das estradas. E a desculpa é sempre a mesma, a justificativa é sempre a mesma: "No Estado brasileiro, o Orçamento da União não tem caixa, não tem recurso suficiente para manter as obras ou desenvolver as obras necessárias para a boa manutenção." Aí se privatiza, aí se concede à iniciativa privada. Só que, ao tempo em que concede à iniciativa privada, gera-se fonte de renda para a iniciativa privada, ou seja, a iniciativa privada passa a cobrar os pedágios e, com aquele recurso, ela mantém as estradas ou, pelo menos, deveria manter as estradas em boas condições, e ainda sobra dinheiro, que é um lucro das empresas.

Veja, e por que nunca, no Estado brasileiro... E nós temos condições legais de fazer isso, a Constituição permite as taxas de melhoria, e a própria Cide é um exemplo disso, a Cide é a contribuição exatamente para o domínio econômico. Por que não se adota a mesma política numa gerência do Estado brasileiro em algumas estradas? Porque aquelas que são privatizadas, que são concedidas são as lucrativas; as que não são lucrativas ficam nos ombros e nas costas do Poder Público; então, as nossas BRs do Norte, do Nordeste, muitas do Centro-Oeste, que não são BRs lucrativas, essas dificilmente o serão. Então, por que não se adota essa política também para a gente garantir vias melhores para o tráfego no nosso País? E, falando nisso, eu não poderia deixar de registrar, e já tive a oportunidade de falar ontem da tribuna, o acirramento da crise, que nós estamos vendo. A crise que está acontecendo já vem de muito tempo, apenas está, a cada dia que passa, tomando proporções maiores, e proporções perigosas. Agora, Senador Roberto, Senadores, é o aumento do combustível. Aliás, agora, por quê? Porque, ontem, foram 16 Estados que paralisaram. Hoje, da mesma forma, várias unidades da Federação amanheceram com paralisações de caminhoneiros autônomos, que reclamam de quê? Reclamam do alto valor dos combustíveis pela política nova adotada pela Petrobras, mas também pelo alto custo e pela alta incidência dos tributos. Em torno de 45%, 50% do custo total são impostos, e, desses, a contribuição à Cide, que é a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.

Essa Cide, quando foi criada, tinha exatamente este objetivo: ajudar a manter as vias, as rodovias. Ela tinha exatamente este objetivo: ajudar também a diminuir os impactos ambientas. E eu pergunto ao senhor: como vem sendo aplicada a Cide? Porque até onde nós temos notícia é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recurso quase que, na sua totalidade, desviado para manter o pagamento de serviços da dívida brasileira.

Então, quando eu falo do exemplo das estradas, que precisamos, ao invés de abrir pedágio para a iniciativa privada, fazer isso para o próprio Poder Público, mas não da forma como acontece com a Cide, que é um tributo, que pagamos para isso e que é desviado – ele é totalmente desviado.

Eu queria saber se a ANTT, que é Agência Nacional de Transportes Terrestres, que tem uma interface significativa quanto a essa questão de combustíveis, de transporte – porque, lamentavelmente a característica do nosso transporte, no Brasil, não é por trens, não é por via férrea, não é um transporte aquaviário. A maior parte é terrestre mesmo –, foi chamada ou tem sido chamada a participar dessas reuniões emergenciais que o Palácio do Planalto tem feito para debater a questão, porque eu considero que seria imprescindível a participação das agências reguladoras, seria imprescindível; se os senhores têm sido chamados para debater isso.

Por fim, Senador Roberto, após o encerramento desta primeira etapa da reunião, eu gostaria que tivéssemos uma reunião deliberativa, porque são vários os requerimentos que estão sobre a mesa, inclusive eu dei entrada num requerimento hoje, e outros requerimentos que já demos entrada e que não foram ainda analisados. Quanto aos outros que foram analisados, nós precisamos definir se vamos ter as audiências públicas ou não, já aprovadas em alguns dos requerimentos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Com a palavra o Dr. Weber.

O SR. WEBER CILONI – Eu quero esclarecer que eu trabalhei com o Ministro Clóvis Carvalho na Prefeitura Municipal de São Paulo e ele, como Secretário de Governo, às vezes, quando necessário, em reuniões emergenciais, descia às reuniões com todas as pastas para que se tratassem todos os problemas também no segundo escalão, o que permitiria a outras instituições públicas opinar. É difícil fazer isso.

Quanto à questão dos planejamentos dos gastos governamentais, vivemos uma época de responsabilidade fiscal e teto de gastos, não adotando isso como desculpa, mas os investimentos em rodovias e infraestrutura passam por aí. Hoje nós podemos garantir que a União tem um plano diretor nacional, uma vez que foram feitos investimentos portentosos no segmento, e a medida, embora V. Exª tenha citado rodovias que não se viabilizam tecnicamente para concessões, a medida em que se concederem as rodovias de maior viabilidade, a estrutura da União se voltará para essas estradas e o portfólio de obras também as contemplará.

Espero que essa resposta, Exmo Senador Hélio José e também Exma Senadora Vanessa Grazziotin, responda a parte do seu questionamento, e ao Exmo Senador Roberto Muniz, que também colocou a questão no que diz respeito à sinergia de todas as instituições governamentais, eu creio que a secretaria de Governo pode, vez ou outra, convocar também instituições abaixo, na estrutura hierárquica dos ministérios, para que também participem dos debates e assim se criem soluções mais rápidas para os problemas.

Na questão do DF, eu creio – e agradeço também suas palavras, Exmo Senador Hélio José – que existem experiências nacionais já a respeito, e o senhor, que tanto se empenha para o Entorno do Distrito, poderia ser um futuro presidente de um conselho, como são os conselhos metropolitanos em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São Paulo e que acabam trazendo resultados satisfatórios e soluções para problemas antigos como o que senhor citou.

Creio também que este problema é um problema do Governo do Estado de Goiás em conjunto com o Governo do Distrito Federal, para que se desonere o Município dessas obrigações e se resolva de vez.

Temos, lá em São Paulo, a EMTU, que funciona muito bem na Região Metropolitana de São Paulo; temos exemplos no Conselho da Baixada Santista, que também tem resolvido, sobretudo no aspecto da mobilidade e em outras esferas do Governo também; na saúde, pode haver ações conjuntas, porque há uma migração. O hospital daqui atende o de lá. Então, um conselho da região aqui do DF, do quadrilátero seria o ideal, e o senhor conhece, acho, a fundo todos os problemas porque é daqui.

Quanto à indagação do Ex^mo^ Senador Lasier, eu concordo com as colocações a respeito das balanças. Naquelas que estão de tutela da União, temos que, também como agência reguladora, intensificar a fiscalização.

Nas concedidas, faz parte do equipamento e das obrigações da manutenção da concessionária, e creio que a ANTT, pelos índices de processos administrativos ou processos de aplicações de sanções dentro do contrato... Está publicado. Eu não tive oportunidade de lê-los ainda, na íntegra, com o seu conteúdo, porque não participo da agência, pleiteio o cargo, mas, no *site*, percebemos pelos relatórios que essa fiscalização tem se intensificado. A estrutura da ANTT foi adaptada para que se melhore o âmbito da fiscalização.

Eu sou muito rigoroso com fiscalização – muito rigoroso. Em São Paulo, eu adotei uma assessoria só para cuidar de assuntos que, embora estressantes, são os que precisam da ação das diretorias. Não adianta ter no *site* – vale aqui uma crítica – se não houver justificativa técnica. O *site* da ANTT tem, em primeiro lugar, os elogios e, em segundo, as reclamações. Com certeza, eu vou pedir aos demais diretores que mudemos isso, porque o nosso grau de leitura tem que ser do reclamante, do usuário, dos concessionários.

Para finalizar, essa questão das modelagens está sendo totalmente reestudada. É natural isso no nosso País, que não tinha tanta cultura em concessões. Nós não podemos nos espelhar nos modelos europeus, porque eles têm muito mais tempo – faz 150 anos que investem em infraestrutura. E nós erramos na matriz. A mudança da matriz de transporte é de longo prazo, mas as políticas governamentais de investimento, a retomada dos investimentos nas ferrovias, as concessões do Sul e do Sudeste, que estão indo bem, já são o indício de que essa retomada virá, dentro, como disse ainda há pouco, do Plano Nacional de Logística e Transportes.

Espero que tenha atendido a todas, sem esquecer de nenhuma das colocações.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sr. Presidente, eu queria só fazer uma pequena tréplica, que, na verdade, não é nem uma tréplica, pois eu só quero convidar o nosso nobre indicado, Weber, e a ANTT para uma reunião que nós vamos fazer na Comissão Senado do Futuro, que eu quero aprovar talvez na próxima reunião, sobre o futuro do transporte coletivo do Distrito Federal e Entorno, para que possamos melhor discutir esses temas que aqui colocamos com mais tranquilidade. Sobre essas perguntas que eu fiz, podemos discorrer com mais tranquilidade naquela Comissão.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Declaro encerrado o processo de votação, ao tempo em que procederemos ao anúncio do resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Votaram SIM 13; NÃO, 0. (*Palmas.*)

V. Sª sai daqui com uma responsabilidade muito grande, porque a unanimidade é muito rara nesta Casa. Então, eu quero parabenizá-lo e dizer que, por solicitação do Presidente e do Vice-Presidente e por falta de quórum, nós vamos encerrar.

Agradeço a presença de todos, em especial das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores.

Convoco a nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 29 de maio, terça-feira, às 9h, neste plenário.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Roberto Muniz, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Pedro Chaves, Paulo Paim e Rodrigues Palma. Deixam de comparecer os Senadores Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilder Morais, Otto Alencar, Wellington Fagundes e Vicentinho Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir no Anexo da Lei a interligação entre o rio Preto, localizado no Estado da Bahia, e o rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o rio São Francisco até o rio Amazonas." **Autoria:** Deputado Gonzaga Patriota. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona." **Autoria:** Deputado Pedro Fernandes. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados. " **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, estabelecendo multa a ser paga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos usuários do serviço de energia elétrica aos usuários." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para obrigar a instalação, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sem ônus para os beneficiários, de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria com base em fonte solar fotovoltaica para injeção na rede elétrica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 795, de 2015 - Terminativo -** que: "Determina o compartilhamento de postes pelas prestadoras de serviço público com os municípios, define os circuitos de iluminação pública como parte integrante de sistemas de distribuição e institui diretrizes para o serviço de iluminação pública; e altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, para instituir diretrizes para o uso racional de energia elétrica pelo serviço de iluminação pública." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2017 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nos 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências, para incluir, no ambiente de contratação regulada, processos licitatórios de energia elétrica produzida em empreendimentos com mais de um tipo de fonte renovável de geração." **Autoria:** Senador Hélio José. **Relatoria:** Senador Roberto Muniz. **Relatório:** Pela aprovação, com as emendas nº 1/CMA e 2/CMA. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para permitir que as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica desenvolvam atividades de geração de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nº 20 de 2018 que: "Requer, a realização de audiência pública para discutir como mitigar os impactos ao Parque Nacional de Brasília, as responsabilidades institucionais entre o Governo do Distrito Federal e o Governo Federal e a construção da Rodovia DF-097." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 22 de 2018** que: "Requer seja convocado o Ministro de Estado de Minas e Energia, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca da política de reajuste de combustíveis adotada pelo Governo Federal." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Adiado. Fazem uso da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Roberto Muniz, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Jorge Viana. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/29

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos alguns itens, na pauta, terminativos, e outros não terminativos. Ainda estamos aguardando o quórum mínimo necessário para que possamos tratar de itens terminativos e não terminativos, bem como de requerimentos.

No entanto, creio que neste momento é importante que possamos debater com a Nação essa crise por que nós estamos passando, já entrando no nono dia, de abastecimento do País, proveniente da paralisação dos caminhoneiros, que implicou na paralisação das grandes vias de acesso, das refinarias e, portanto, no desabastecimento dos nossos postos, aeroportos e desabastecimento também na área de alimentos, na área de suprimentos, etc.

Eu aproveito também para convidar os Srs. Senadores: teremos, às 10h da manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, a presença do Ministro da Fazenda, Ministro Guardia, que virá expor aos Senadores a situação fiscal que o País enfrentará para cumprir o acordo estabelecido pelo Governo Federal com a categoria dos caminhoneiros. Convido, portanto, os Senadores para participar desse debate na Comissão de Assuntos Econômicos.

Conversei ontem com o Senador Tasso. Havia, inclusive, um requerimento aprovado para uma reunião conjunta da CI com a CAE com relação à questão da vinda do Ministro Guardia para debatermos esse tema do preço dos derivados do combustível. Já diversas vezes colocamos nossa posição contrária à política estabelecida pela Petrobras nos últimos tempos, que acabou transferindo para o consumidor um ônus de preços absolutamente acima do mercado internacional. Alertamos, inclusive, para ganhos que o País estava alcançando sobre a arrecadação da valorização do barril de petróleo ocorrida recentemente, o que implicava, portanto, em ganho de *royalties* para Estados, Municípios e para a própria União e que, portanto, poderia abrir algum espaço fiscal nessa natureza. Mas nada parecido com o que estamos vivendo.

Outra questão que eu quero colocar é que há na pauta também um requerimento, de autoria da nossa Senadora Vanessa Grazziotin, para convocação do Ministro de Minas e Energia. Parece-me que a Senadora apresentou o mesmo requerimento na CAE, requerimento esse que lá foi aprovado, em regime de convite ao Ministro de Minas e Energia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – E há um aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Pois é; então.

E, aí, a minha sugestão seria no sentido de que pudéssemos, de igual modo, transformar o requerimento de V. Exª em convite, para que pudéssemos fazer uma reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos com relação à matéria.

Obviamente que teremos de combinar uma data com a CAE, com uma perspectiva, inclusive, para o dia 6, ainda não confirmada pela CAE.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – V. Exª me permite, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Primeiro, eu quero concordar e dizer que a solução que V. Exª propõe é a ideal, é a melhor, ou seja, para fazermos uma reunião conjunta também com a presença do Ministro de Minas e Energia.

Também há outro requerimento, Senador, relativo ao Presidente da Petrobras. Eu não sei se seria o caso, porque, na CAE, a princípio, nós havíamos aprovado o requerimento de convite de dois Ministros para o mesmo dia, o dia 6. Ocorre que, por conta de problemas de agenda, o Ministro Gardia...

É assim que se pronuncia?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu chamo de Guardia, não sei é Gardia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Então, é Guardia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – É Guardia, Eduardo Guardia, pelo que sei.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente, a única coisa que ele não guardou foi o preço do combustível. (*Risos.*)

Se ele guarda alguma coisa, eu não sei.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – O Ministro Guardia virá hoje, e a perspectiva, como V. Exª disse, é de que o Ministro de Minas e Energia venha no próximo dia 6, já na semana que vem. Então, acho que a vinda do Presidente Parente é muito importante, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Do Ministro Parente ou do Presidente Parente?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Desculpe-me, do Presidente Parente, o Presidente da Petrobras.

E, também, ele é mais do que Ministro; ele é quase Presidente da República. Aliás... (*Risos.*)

Mas seria muito importante...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – E um homem de poucos parentes hoje em dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Muito poucos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Seria muito importante, para que a gente também pudesse debater com eles esse problema grave, porque...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem depois.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ...como todos, eu também não creio que a gente vá resolver o problema dessa forma como o Governo vem acenando. Dessa forma só se vai empurrar o problema para mais adiante.

Nós vimos que, de dois dias para cá, Senador Eduardo, a pauta dos grevistas não está mais só se atendo à questão do óleo diesel, ela já abraça gasolina e gás de cozinha. E isso porque não há como se tirar uma solução para o óleo diesel e não para gás de cozinha e gasolina.

Então, se V. Exª puder, ao final, encaminhar o convite do Presidente da Petrobras...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Claro. O requerimento de V. Exª com relação ao Presidente da Petrobras encontra-se extrapauta.

No caso do Presidente da Petrobras teria que ser convite também, porque nós não temos a competência para convocar presidentes de empresas públicas, mas sim para convidar. Mas, obviamente, nós o colocaremos em apreciação extrapauta.

Eu ouço o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiramente, eu queria sugerir que essa convocação proposta no requerimento da Senadora Vanessa fosse transformada em convite, como é de praxe nas Comissões do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Sim.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – Em segundo lugar, Presidente, eu não sei se até o dia 6 o Parente ainda estará na Petrobras. É muito longe. Não sei se até o dia 6 dá tempo, até lá, de esse pessoal explicar alguma coisa aqui nas comissões do Senado Federal.

Volto a falar o que disse semana passada, terça-feira passada, aqui nesta Comissão: o que eu não entendo, como V. Exª já disse, é que estragaram tudo. O Brasil estava caminhando para sua recuperação econômica, com crescimento de 2,3 a 2,5, podendo chegar a até 2,8 do PIB este ano. A geração de emprego já começava a voltar a crescer, a geração de emprego e renda no País. A inflação, baixa como nunca nos últimos 30 anos se tinha visto. Os juros, caindo. O que eu não consigo entender é como o Governo não conseguiu controlar esse compasso ou esse descompasso que aconteceu entre a economia, a inflação, a queda dos juros.

Eu falava aqui na semana passada que os bancos, mesmo com juros baixos, tiveram muito lucro. E por que a Petrobras não conseguiu esse equilíbrio de preços, acompanhando a inflação, acompanhando a queda dos juros? Por que essa loucura de duzentos e tantos aumentos em tão pouco tempo? E essa política de preço internacional?

O petróleo é nosso, o petróleo é brasileiro, a extração do petróleo é pela Petrobras. Talvez aí esteja o que aconteceu no passado com a telefonia: a concentração de uma área tão grande, tão ampla, como a área do petróleo, em uma única empresa.

O que aconteceu no passado com a telefonia quando era Telebras? Era Telebras?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Era Telebras.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – A Telebras que tinha o monopólio da telefonia. Um aparelho telefônico custava o preço de um carro popular. Houve um momento no Brasil que um aparelho de telefone custava tão caro, tão caro! Tinham que pagar um ágio e esperar de seis meses a um ano para ser instalado. Custava quase o preço de um carro popular. Quando abriram o mercado... Hoje é quase de graça. As operadoras fazem promoções e dão quase de graça alguns aparelhos para que possam ter uma linha telefônica. E também o custo das ligações vem caindo, porque agora é quase tudo pela internet, pelo "zapzap", ficou quase tudo muito barato, de graça.

A Petrobras, com todo respeito, fez essa lambança, colocando por terra todo um plano de governo que estava dando certo. Agora, de uma hora para outra, em seis ou sete dias, esculhambou toda a economia do País. Isso é muito triste. É muito triste!

É uma pena que o Governo não tenha acordado um pouco mais cedo. O Governo deveria ter... E havia requerimentos, no Palácio do Planalto, da categoria, das entidades de caminhoneiros, pedindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência com o Governo, querendo discutir pauta, mas o Governo parece que não se importou muito com isso. Agora, lamentavelmente, não vou dizer que não haja conserto, que não haja como consertar isso aí, mas é um pouco tarde, o estrago já está feito. O estrago já está feito!

Como a Senadora Vanessa falou, não é só o óleo diesel mais. Não é mais só o óleo diesel. Aliás, os caminhoneiros têm o poder.

Eu já fui caminhoneiro. Já transportei caminhão, ônibus, já fui motorista de táxi no início da minha vida profissional. Tive muita dificuldade, trabalhei na roça com meus pais até 18 anos. Depois tirei habilitação. Não tive oportunidade de estudar muito na minha juventude. Fui fazer faculdade depois de maduro, mais tarde. Já passei por todas estas fases: motorista de caminhão, motorista de ônibus, motorista de táxi e hoje estou aqui no Senado Federal.

A maior quantidade de motorista não são os caminhoneiros. Eles têm o poder de travar o País. Já demonstraram isso algumas vezes, não foi a primeira vez. Eles têm o poder de travar o País.

Mas a maior quantidade, o maior contingente de pessoas é quem usa o carro, quem usa o gás de cozinha, como falou a Senadora Vanessa; é quem usa o automóvel para ir trabalhar, a motocicleta, é o mototaxista é aquele que entrega a *pizza* na cidade, em grande quantidade os motociclistas. Esses são a maior quantidade. E agora? Fazer o que com o preço da gasolina? Melhora um pouquinho o preço do diesel, e a gasolina? Como é que vai fazer?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu concordo com o que V. Exª está colocando e com o que a Senadora Vanessa ainda há pouco colocou. Essa questão não trata apenas de óleo diesel, ela, obviamente, impacta a questão do preço da gasolina, do GLP e do querosene da aviação. Nós ainda estamos enfrentando graves problemas de suprimento derivados dessa crise de paralisação dos caminhoneiros. Se essa questão não se equacionar com relação aos demais derivados de petróleo, é óbvio que a crise vai se estender. Portanto, é preciso rever essa política de preços que a Petrobras vinha exercendo, na minha opinião, de forma exagerada.

É preciso também entender que não se pode congelar por três anos os preços dos derivados de petróleo, como já fizemos no passado, porque isso traz graves e sérios desequilíbrios. Portanto, aquele adágio popular do "nem tanto, nem tão pouco" é absolutamente correto com relação à questão econômica. Nós não podemos exagerar na dose do remédio, porque podemos matar o paciente, no caso, o consumidor, no caso, o povo brasileiro.

Mas, vamos daqui a pouco ouviu o Ministro da Fazenda para compreender as colocações. Há um compromisso público assumido com relação à questão do óleo diesel. No entanto, esse compromisso público ainda não está equacionado do ponto de vista fiscal. Aprovamos ontem um requerimento de urgência no plenário do Senado, para que nós possamos votar a matéria oriunda da Câmara. No entanto, nós não temos até agora a solução fiscal para a votação no plenário. Não foi encaminhada até agora pelo Governo qual a solução. E que o Governo, esperamos nós, que o Ministro da Fazenda nos apresente qual a alternativa do Governo para cumprir aquilo que anunciou como compromisso com relação ao óleo diesel.

Agora, além dessa questão, há a questão levantada pelo Senador Valdir Raupp e pelos demais Senadores de que há uma questão potencialmente grave, que é a questão dos outros derivados de combustível, que também estão com preços exagerados, pressionando o consumidor, pressionando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os usuários, seja motoboy, mototaxista, taxista, usuário de Uber; os motoristas de Uber que dependem hoje dessa atividade para o sustento da sua família. Tudo isso faz parte de uma atividade econômica na nossa sociedade, e todos eles são dependentes dos preços desses combustíveis. Portanto, essa é uma questão para a qual nós precisamos encontrar uma solução rápida, para que esse problema não se transforme num novo problema adicional ao dos caminhoneiros.

Pela ordem de inscrição, eu passo a palavra à Senadora Vanessa; em seguida, ao Senador Roberto Muniz.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Obrigado, Senador.

Como disse V. Exª, vamos aproveitar este início até que o quórum seja composto para debatermos as saídas, mesmo porque estamos numa das comissões que mais dialoga sobre o tema, que é a Comissão de Infraestrutura.Acho que nós aqui poderíamos tentar buscar as saídas.

Penso que temos um grande problema inicial. Eu não vejo a falta, essa indefinição do Ministério da Fazenda quanto à origem dos recursos para cobrir esse rebaixamento do valor do óleo diesel. Eu acho que o que está errado é o princípio, porque o Governo parece que tomou a decisão – e é sobre isso que nós temos de debater – de que a Petrobras será ressarcida. Eu acho que nós temos de debater por que a Petrobras tem de ser ressarcida. Parece que dos R$0,10 que, em princípio, o Governo tinha prometido tirar – não são bem R$0,10, são R$0,05 –, esses recursos já estariam garantidos através da Cide, porque o Governo aceitou zerar a Cide, que não incidirá mais sobre o óleo diesel. Mas e os outros?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Senadora, permita-me.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – O que me parece é que a Petrobras assumiu um compromisso de reduzir no custo dela, independentemente de impostos, durante 15 dias, R$0,10 do óleo diesel. Aí o Governo teria se comprometido, no primeiro momento, em estender esses R$0,10 por mais 15 dias. Depois, ficou estabelecido que não seriam mais R$0,10, mas sim R$0,46...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – ...e que isso não seria por 30 dias, mas por 60 dias!

Portanto, os R$0,10 durante os primeiros 15 dias seriam da Petrobras; os outros R$0,36, nos primeiros 15 dias, seriam de compensação por tributos. Essa é a proposta do Governo. E, ao longo dos 45 dias adicionais, os R$0,46 – pelo menos foi isso o que compreendi da proposta do Governo – seriam 100% compensados pelo Orçamento da União, para não modificar a política de preços da Petrobras.

No entanto, historicamente, a política de preços da Petrobras foi composta por ciclos e não por variação diária, seja do preço do barril de petróleo, seja do preço do câmbio. Portanto, o que me parece ser a discussão de fundo, ou seja, de mérito, nessa questão, é saber se nós adotaremos uma política de preços da Petrobras que seja de ciclos, sendo que, durante esse ciclo, em determinado momento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Isso.

Em determinado momento o barril de petróleo pode subir, noutro momento o barril de petróleo poderá baixar, em determinado momento o câmbio pode subir, noutro pode baixar, mas, ao longo do ciclo – e essa era a política estabelecida –, a linha média teria que ser a de neutralidade de perdas ou de ganhos com relação a essas variações. A margem da Petrobras viria exatamente da sua atividade, que é a atividade de refino, de produção e de distribuição dos derivados de petróleo. Então, apenas para complementar...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É isso, Senador, eu concordo. Eu acho que este é o primeiro debate que temos de fazer: quem vai arcar com essa diminuição do preço? O Ministério da Fazenda... O Governo está dizendo que tem de ser o Governo, porque a Petrobras, por ser uma empresa de capital aberto, não teria condições de suportar essa nova política.

Mas eu ia falar o que V. Exª disse: nós estamos há anos com a Petrobras adotando essa política de ciclos. Segundo os dados de técnicos que eu tenho lido e estudado, no Governo do Presidente Lula – oito anos – foram oito aumentos, foram oito reajustes em oito anos, e a Petrobras, segundo os demonstrativos, não teve prejuízo. É claro que, em determinados momentos, ela praticava preço inferior aos preços internacionais, mas, em outros momentos, praticava internamente preços superiores. Isso fazia uma câmara de compensação e, ao final e ao cabo, Senador Roberto, a Petrobras ganhava.

Hoje – eu estava lendo uma matéria – o preço do barril de petróleo é preocupante: está crescendo, está chegando a US$80. Entretanto, o valor do diesel hoje se equipara ao da época em que o petróleo estava US$140. Então a Petrobras tem que dizer para a gente o que mudou de lá para cá. O que mudou?

De algumas questões nós já temos conhecimento. A Petrobras está diminuindo significativamente o refino de petróleo em solo nacional e mais de 30% da capacidade de refino está ociosa. Aliás, eu dizia para o Senador Roberto que há uma entrevista do Governador da Bahia que é algo assim... Ele dá números chocantes, porque a Bahia tem muitas refinarias, a Bahia trabalha muito com o refino do petróleo, e ele diz que as refinarias da Petrobras na Bahia estão operando a 50% somente, Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Senadora, o Amazonas tem uma refinaria que está sucateada. Abandonaram os investimentos de modernização dessa refinaria e hoje o Amazonas está sendo suprido por importação de gasolina e importação de diesel. Isso, do ponto de vista do curto prazo, pode até parecer um bom negócio para a arrecadação de tributos estaduais, mas, do ponto de vista do longo prazo e do arranjo produtivo de um Estado que é produtor de petróleo e é produtor de gás, é péssimo.

Portanto, não é apenas na Bahia que nós estamos tendo esse problema; nós estamos tendo esse problema na grande maioria dos Estados. A Petrobras concentrou os investimentos na exploração e produção do óleo bruto no pré-sal, e simplesmente parou ou abandonou os investimentos na área de refino; isso adicionado, obviamente, às crises que houve dos contratos de determinadas refinarias que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabaram sendo incluídos na investigação da Lava Jato etc., o que fez com que várias dessas refinarias tivessem suas obras paralisadas.

Agora, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Quer dizer, de repente, em função desta situação, optaram pelo abandono nos investimentos de refinarias, e o Brasil hoje basicamente é um Estado produtor e importador de petróleo bruto, e importador de derivados de petróleo, como gasolina, óleo diesel. Enfim, essa é uma questão que nós precisamos discutir, porque isso realmente está acontecendo; está acontecendo no Amazonas, está acontecendo na Bahia, está acontecendo em vários Estados brasileiros.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E eu, Senador, só quero, para concluir aqui a minha participação, dizer que eu fico feliz. Ontem, nós tivemos uma conversa também, na sala da Presidência do Senado Federal, vários daqui estavam presentes. E lá deu para perceber claramente que a opinião majoritária dos Senadores é esta: nós não vamos aprovar aqui nenhuma medida que jogue o ônus desse custo para os trabalhadores, para a população brasileira. Então, acho que nós já demos um grande passo, independentemente...

Nós não estamos discutindo um fato político; nós estamos discutindo uma situação delicada por que passa a população brasileira. E nós, como diz o Presidente Eunício, não temos que trazer a crise para cá, é fato, nós temos que ajudar na resolução da crise, porque a resolução da crise não passa por aquilo para que Michel Temer está acenando, não, não passa; pelo contrário, aquilo vai ampliar, amplificar mais a crise brasileira.

Então, acho que é isso, nós todos estamos de acordo em debater a redução desses custos a partir da Petrobras; este é o item 1. O item 2, eu creio, Senador, é isto que nós temos que começar a discutir, a política da Petrobras também: por que aumentar a exportação de óleo cru e aumentar a importação de bens já refinados, já de valor agregado? Esta é a segunda questão.

A terceira questão diz respeito, Senador, à lei que nós aprovamos, uma medida provisória que foi transformada em lei, a Lei 13.586, do ano passado, que ficou conhecida como a Medida Provisória do Trilhão, aquela medida provisória que concede generosos benefícios fiscais, renúncias fiscais às indústrias petroleiras, estrangeiras inclusive, não só a Petrobras, para trazerem equipamentos livres de pagamento de tributos, inclusive da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Segundo os técnicos – e por isso ela foi batizada de MP do Trilhão –, nos próximos 25 anos, a partir de 2018, a renúncia deve chegar a um trilhão. E a perspectiva, a projeção de renúncia deste ano é de, aproximadamente, 16 a 18 bilhões.

Então, acho que nós poderíamos também trabalhar, senão com a revogação total da lei, mas pelo menos com uma mudança significativa que pudesse também trazer aos cofres públicos alguns recursos a mais para que possamos fazer frente a isso.

Era isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Senador Roberto.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, eu queria um pouco de paciência dos senhores, porque esse tema é muito importante, e é claro que estamos vendo nas ruas que o desabastecimento, o sofrimento, as consequências econômicas são grandes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há uma questão que está sendo aqui colocada. Quando a gente fala do óleo diesel, a gente rebate na macroeconomia. Mas quando a gente fala de gás de cozinha e da gasolina, a gente fala da vida das pessoas, da microeconomia. Isso rebate diretamente na vida do cidadão. Um leva um processo na cadeia; o outro não, é um problema que afeta diretamente o cotidiano.

Então, eu aproveitei, Presidente – até aproveitando a sua grande experiência no setor –, em vez de olhar o que está acontecendo, para dar uma olhada para alguns erros históricos de investimento. É claro que esta Comissão tem de ter um papel muito importante e dizer: "O Brasil errou quando transporta e fez transportar 60% das suas cargas através de rodovias." Essa é uma questão histórica que a gente precisa enfrentar. E esta Comissão precisa revisitar isso e fazer esse alerta para que os novos governos e os novos governantes possam, na agenda política deste ano, dizer o que vão fazer com as ferrovias e com o transporte marítimo no nosso País.

A outra questão é a questão desse sócio oculto chamado Governo. Nós temos claramente, nos debates aqui nesta Casa e por toda a sociedade, que não é possível que 45% do custo na bomba venha de impostos. O que estamos fazendo é criando um custo Brasil que cria um obstáculo para o desenvolvimento do País.

Outra questão, Presidente – e aí quero dizer que nesta Casa muitas vezes a gente faz os grandes debates –, é que a gente tinha que especializar um pouco mais cada comissão. Eu acho que neste momento algumas questões deveriam estar aqui na Comissão de Infraestrutura. A gente tem de revisitar a questão do etanol. O etanol é, sem sombra de dúvida, uma saída ambiental, uma saída econômica de médio e longo prazos para o País porque a gente trabalha e dialoga diretamente com o agronegócio e a gente cria divisas, empregos dentro do nosso País.

Nós temos tecnologia de 30 anos no nosso País e nós precisamos deixar de olhar o etanol como aqueles usineiros do passado. Nós precisamos, a Comissão, Presidente... E aí queria colocar aqui uma agenda diferente do que está todo mundo propondo, porque é claro que, para enfrentarmos a crise atual, Senador, nós vamos ter que baixar impostos, mas é óbvio que não vamos viver baixando impostos o tempo todo. Nós vamos ter que melhorar produção e produtividade e diversidade da nossa matriz produtiva.

Hoje, 27% do combustível que a gente usa na gasolina vem do etanol, mas pode chegar a 40. E por que não chega? Por que a gente não reduz esse prazo de 2040 para agora, para 2030? O que a gente pode fazer para melhorar esse ambiente de negócios do etanol, que tem rebatimento enorme em algo que é tão fundamental, que é o agronegócio?

E há uma outra questão, Presidente, que eu queria trazer. Eu participei, e nós votamos aqui a Lei 13.303, que foi a Lei das Estatais, e depois de votar, eu fui fazer um curso para profundar os impactos daquela lei em relação à governança das nossas estatais. E lá, numa discussão... Eu fiz o curso na FDC (Fundação Dom Cabral), como Senador, fui estudar, e lá, no debate, eu percebi que tínhamos empurrado o País para uma encruzilhada, Senador Flexa. Ou ficávamos na mão do populismo de governos que querem botar no tacão o preço da bomba para ter benefícios políticos, ou seja, ação populista para dividendos políticos, ou entregávamos as nossas estatais ao tecnicismo. E lá está claro, ficou muito claro isso quando eu estudei a lei. E eu disse: "Olha, não é possível que um conselho de administração, um CEO, possa tomar atitudes que não olhem, não vejam a perspectiva do desenvolvimento estratégico do País." Ou seja, eles se fecham, tomam uma decisão, e as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consequências estão aí. A consequência está aí, porque tiramos o elemento político do debate sobre a importância daquela estatal com seu interesse público, a demonstração do interesse público da existência da estatal.

E aí eu queria pedir, Presidente, se o senhor pudesse, que nós, Senadores, conversássemos... Ontem eu estive já com o Presidente da CAE. Eu fiz, em fevereiro... E isso tem a ver muito com a nossa Comissão aqui, Presidente. Eu fiz um projeto de resolução instituindo um observatório das empresas estatais, estabelecendo, dentro das responsabilidades do IFI, instituto fiscal, que ele tenha esse olhar sobre a atuação das estatais, que são quase 150 no nosso País. E isso tudo passa à margem. Nós ficamos discutindo aqui o orçamento, o parco orçamento do Estado, e esquecemos de olhar esse orçamento tão importante para o desenvolvimento estratégico do País. A relatoria é do nosso Senador Fernando, que fez um relatório positivo.

Falei com o Senador Tasso para ver se coloca na pauta para que a gente possa, trimestralmente... E, aí, é de se conversar com o pessoal da IFI, Presidente, para ver se trimestralmente ou semestralmente, esse observatório das atividades dessas empresas estatais pudesse estar aqui à disposição, até para que a gente não tivesse essas surpresas.

Uma outra questão que eu fiz, Sr. Presidente: quando o Presidente da Petrobras, o Presidente Parente, estabeleceu o fechamento das Fafens... Aquela questão que estava colocada no curso do debate que eu levantei, ou seja, aquilo que nós podemos chamar de conflito de interesses ou de conflito de agências, onde um presidente de uma estatal pode estar tomando atitudes para ter proveitos pessoais... E, nesse caso, não se trata de interesses não republicanos, mas republicanos, isto é, estabelecer que o plano de recuperação de sua empresa seja mais ágil. Contudo, a que custo para o País? Quem é que vai controlar essa equação, esse gráfico de recuperação, esse tempo de recuperação?

E, aí, eu fiz mais um projeto de lei, que está tramitando, está nas mãos do Relator Armando Monteiro, em abril – não tem nada a ver com isso que está acontecendo –, estabelecendo, no seu art. 8º, que todas as empresas estatais têm de fazer uma carta anual explicando os motivos por que ela deve existir, qual é o interesse social que ela mantém desde a sua origem e o que está fazendo disso, e entregando ao Ministério da área à qual essa empresa estatal está vinculada também uma carta, com a responsabilidade de, em nome do País, estabelecer uma política pública que olhe para o médio e para o longo prazo, a fim de que essa atividade não seja restrita a uma suposta autonomia autocrática.

Então, eu tenho esses dois projetos, que estão tramitando, que trabalham diretamente com a governança.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu sugiro a gente tentar – o senhor, conversando com o Presidente Eunício –, talvez, especializar um pouco esse debate. É claro que, quando a gente for discutir com o Ministro da Fazenda, nós vamos discutir questões referentes a impostos e tarifas, mas existe um dever de casa que nós podemos chamar para esta Casa aqui e para a Comissão de Infraestrutura. Um, olhar os custos de produção da Petrobras. Seria chamar aqui e dizer: por que os custos da Petrobras estão nesse patamar? Dois, como é que nós podemos melhorar a matriz energética e trazer para dentro desse debate a melhora do ambiente de investimentos do etanol? É também algo que pode colaborar, em médio e longo prazo, para que a gente diminua a pressão desse ambiente externo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o preço dos combustíveis. E uma terceira questão que nós precisamos enfrentar aqui: quais são os malefícios e os benefícios de se ter um monopólio, Sr. Presidente?

Nós precisamos fazer esse debate aqui, não é em outro local; é na Comissão de Infraestrutura. Qual é o benefício de termos sob a responsabilidade de uma única empresa – e só existem, além da empresa Petrobras, mais uma ou duas empresas privadas no País que quase não produzem nada – a questão do refino? Será que é importante a gente deixar isso totalmente na mão da Petrobras ou precisamos trazer novo pleito? Esta é uma pergunta que eu gostaria de responder com mais firmeza.

Então, esta discussão aqui é fundamental e não há outro ambiente, porque, se a gente sair do ambiente da Comissão de Infraestrutura, vai cair, de novo, na facilidade de aumentar ou diminuir impostos, que é o que o Brasil não quer. O Brasil não quer aumento de impostos. O Brasil não quer. Não dá para tirar impostos da Cide e aumentar na folha, porque vai ter rebatimento onde? No desemprego.

Então, são essas três questões e mais a questão de revisitar a governança dessas estatais para que a gente não tenha em outras estatais o mesmo blecaute – além do locaute, o blecaute que a Petrobras produziu ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu agradeço a V. Exª.

Lembro que a partir de agora, 10 horas, inicia-se um debate na CAE com a presença do Ministro da Fazenda. Os Srs. Senadores da Comissão de Infraestrutura estão todos convidados a participar. Conversamos ontem longamente com o Presidente da CAE, Senador Tasso Jereissati.

Queria apenas fazer duas colocações sobre o que disse o nosso eminente Senador. Concordo com a questão do etanol, mas, falando em matriz energética, o Brasil endividou-se e endividou a Petrobras para produção de um grande reservatório de petróleo chamado pré-sal. Nesse reservatório, nós temos uma grande produção de gás natural. Esse gás natural está sendo queimado, reinjetado, e não está sendo utilizado como matriz energética que barateia a nossa economia. Isso me parece ser uma política de curto prazo das mais urgentes.

Quando nós falamos em criar mecanismos para financiar dutos para poder trazer esse gás e baratear a matriz energética, sempre vem aquele que diz: "Não, mas não pode tirar dinheiro daqui para financiar acolá etc." Mas o que nós estamos vendo é que, ao não trazer uma substituição de uma matriz energética que é mais barata, mais limpa e pode efetivamente dar uma resposta não só para os transportes, mas também para a petroquímica... A nossa petroquímica, equivocadamente, está baseada no Nafta. Não há no mundo uma indústria petroquímica que seja viável, rentável, com preços e com matriz energética baseada no Nafta. Não há!

Engraçado que, quando o preço do petróleo estava a US$30, o que nós ouvíamos era a crítica de que o preço do petróleo tinha desabado para US$30 e que isso estava inviabilizando os investimentos da Petrobras etc.

Agora, o preço do petróleo bate US$80 e nós estamos criticando porque o preço do petróleo é de US$30.

Ou seja, o que está errado é efetivamente a política de formulação, de geração energética no País. Está equivocada.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – Sr. Presidente, nafta poderia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Nafta, na realidade, é um subproduto dos derivados de petróleo que é usado hoje no Brasil para a produção da petroquímica. É um tipo de gasolina empobrecida que acaba sendo usada para a indústria petroquímica. Enquanto a indústria petroquímica americana voltou a crescer em função do gás de xisto, ou gás cheio, ou gás que eles partiram a explorar de pequenos reservatórios em rochas; a indústria petroquímica do México está se desenvolvendo em função do gás do Golfo do México e nós temos, além da nossa produção do pré-sal de óleo, uma produção de gás que nós estamos simplesmente reinjetando, nós não estamos usando.

Com relação...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, eu acho que esse é o debate. Quer dizer, o senhor está incorporando mais uma questão que pode colaborar nessa ampliação desse olhar da solução da matriz.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – O que eu quero dizer é que o Brasil precisa, não só na política energética, mas na política industrial... Nós estamos sem plano nacional de desenvolvimento industrial, sem plano nacional de nova matriz energética e estamos criando um grande lapso na nossa economia porque estamos baseados em fundamentos equivocados.

V. Exª colocou a questão da governança das empresas. Ora, a governança das empresas é feita pela assembleia geral dos acionistas, onde a União está representada. Acontece que as assembleias gerais dos acionistas das empresas estatais se transformaram em meras carimbadoras das propostas elaboradas pelas diretorias administrativas e pelos conselhos de administração. Portanto, nós estamos invertendo a ordem das governanças das empresas.

Eu gostaria de convidar... Chegamos a nove Senadores, mas não chegamos a doze, não temos, portanto, quórum para liberar. O Ministro da Fazenda está na Casa, neste momento, para debater este tema. Creio que seria importante participarmos todos nós desse debate. Portanto, eu gostaria de encerrar a nossa reunião.

Eu indago ao Senador Flexa se S. Exª quer fazer uso da palavra para que possamos encerrar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – ...e ir, então, participar do debate na CAE, com o Ministro da Fazenda, sobre esses temas quer estamos tratando aqui, na Comissão de Infraestrutura.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Só uma rápida reflexão, Sr. Presidente.

V. Exª fala de cátedra, porque foi Ministro de Minas e Energia, Ministério ao qual a Petrobras está ligada administrativamente. Eu quero aqui parabenizar o Senador Roberto Muniz que está sempre preocupado com os seus projetos que estão além do nosso dia a dia em nível de governança. O que ele colocou aqui realmente é preciso que seja feito.

Eu fico perplexo de ver que, quando nós temos uma crise como essa, o Governo procura resolver a crise subsidiando, ou seja, tirando carga tributária que não deveria estar para diminuir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

artificialmente o preço dos derivados e criando impostos em outras áreas para cobrir os que foram retirados, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, eu acho que o Brasil precisa de um freio de arrumação. Não dá para continuarmos do jeito que nós estamos. Entra governo, sai governo, e as crises continuam! Nós temos realmente de pensar no futuro.

Agora nós vamos passar por um processo eleitoral em outubro próximo. Os candidatos a Presidente deveriam colocar o seu plano de governo claramente à disposição da sociedade sob pena de – que nós já deveríamos ter feito isso aqui –, ao não fazê-lo, perder o mandato. Ele teria de se explicar. Ele promete que vai trazer o céu para todo mundo, porque é muito fácil você falar que o céu é perto; e, na hora, não faz ou faz exatamente ao contrário.

Eu estava anteontem lá na Santarém-Cuiabá, em Itaituba, em Trairão, quando recebi convocação do Presidente para estar aqui. V. Exª, como amazônida, Senador Acir, sabe como são as distâncias lá. Tive de pegar um monomotor para sair de Itaituba, chegar a Santarém, e pegar um avião para, via Manaus, chegar aqui – Santarém-Manaus; Manaus-Brasília. Já cheguei aqui fora da sessão de ontem, por quê? Porque, ao convocar uma sessão extraordinária como essa, quem mora aqui ao lado pode chegar a tempo, mas, para nós que estávamos no interior do interior, fica muito mais difícil. Mas gostaríamos muito de poder discutir, e vamos discutir este momento.

Acho que o Presidente da Petrobras e a Diretoria da Petrobras têm de agir no sentido de recuperar a empresa. O que foi feito nesses governos do PT com a Petrobras é um crime de lesa-pátria, crime de lesa-pátria! Só que, como disse aqui o Senador Roberto, a velocidade com que ele pretende fazer essa recuperação não está em consonância com o projeto de nação. É preciso recuperar? Evidentemente que é! Mas nós temos de dosar o remédio, porque o remédio, em doses altas, vira veneno. O que nós temos de fazer? Fazer uma conjuntura de tudo isso.

Entendo eu, e posso até estar enganado, Presidente Senador Eduardo Braga, que nós temos de rever inicialmente o tamanho do Estado brasileiro que nós queremos. Não dá para a sociedade brasileira, para a população custear um Estado paquidérmico como o que nós temos. O Governo do PT chegou a quase 40: eram 39 Ministérios. O que aí está, que eu pensei que fosse reduzir para a metade pelo menos, não o fez: manteve quase que por inteiro. Então, o gasto, o custeio do Governo é enorme. É preciso, primeiro, ver o tamanho de Estado que nós queremos para, aí, verificar como é que a sociedade vai custear esse governo. Se não for assim, nós não vamos ter capacidade de investimento, vamos ter essa dificuldade toda.

V. Exª, Senador Roberto, falou de novo na mistura do etanol com a gasolina, que a meta é chegar a 40% de etanol. Não se chega a isso por quê? Porque não há produção. O Brasil importa etanol de milho dos Estados Unidos! Aí apresentei projeto para plantar cana de açúcar na Amazônia e foi uma grita geral, inclusive da Unica, que representa os usineiros do Sul e do Sudeste brasileiros. Sabem qual foi o argumento que eles usaram? Apresentaram, oficialmente, o argumento de que foi feito um zoneamento econômico e ecológico da cana de açúcar e, nesse zoneamento, foi identificado que essas regiões, menos a Amazônia, possuem 60 milhões de hectares para plantio de cana e que só estão sendo usados 7 milhões. Então, eles têm, no raciocínio deles, 53 milhões de hectares para não usar por etanol. Eles só não dizem, primeiro, que esses 53 milhões são usados para outras culturas, não estão lá esperando que se plante etanol, e, segundo, não dizem que eles desrespeitam a nossa região,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Braga, quando eles acham que não é necessário plantar em áreas antropizadas, em áreas já abertas da nossa região, a cana de açúcar, porque eles querem guardar reserva de mercado para eles, que já estão avançados na sua industrialização. Esse tipo de coisa, quando se raciocina assim, não leva em conta o País. Ninguém olha o que é melhor para o Brasil e se está olhando o que é melhor para o setor ou para as empresas.

Eu acho que nós temos que refletir bastante, para que possamos assumir compromisso com os brasileiros no processo eleitoral de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Ouço o Senador Jorge Viana, mas, antes, mais uma vez quero dizer que o Ministro da Fazenda se encontra na CAE, num debate sobre o tema que nós estamos aqui abordando, sob a visão fiscal, e que para esta reunião – isso foi combinado com o Presidente da CAE, porque nós temos aqui aprovado um requerimento também de uma sessão conjunta com o Ministério da Fazenda – todos os Senadores estão, obviamente, convidados.

Ouço o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, vou tentar ser breve, o mais breve possível, mas eu não poderia deixar de me manifestar, como tenho feito. Tive uma audiência no Tesouro para tratar de interesses da prefeitura de Rio Branco e foi por isso que só cheguei agora aqui à Comissão. Entendo que é muito importante termos um quórum, termos tido esta reunião, ter feito este debate.

Esta é a Comissão de Infraestrutura do Senado. Talvez a crise nos imponha uma agenda, uma pauta até diferenciada, em que haja uma reflexão, uma objetividade, para a gente tentar ver como é que a Comissão de Infraestrutura do Senado ajuda o País a, quando nada, refletir o que está errado.

Lamento que o colega Senador Flexa tenha saído. Ele acusou o governo do PT e o Governo que está aí, mas o Governo que está aí é o Governo dele, aliás, a Petrobras, deveria assumir, está lá implementando a política do PSDB. Temos que cada um assumir o seu quadrado; eu tenho assumido os erros da época no nosso governo; o Governo Michel Temer tem que assumir, porque, quanto à situação, no mínimo, tudo o que foi feito até aqui não deu certo. E eu não tenho muito encanto – vou lá, sou membro titular da CAE – de ouvir o Ministro da Fazendo, porque acho que está errado o modelo econômico que o Sr. Meirelles implantou, que tentaram implantar com uma dose cavalar que, no fundo, mata o paciente; o remédio que tentaram dar na Petrobras virou veneno, é óbvio.

Havia uma política nossa de tentar, na época do nosso governo, pegar a Petrobras, sem levá-la a uma situação de dificuldade – ontem eu falei na tribuna – mas de ter um preço para a gasolina, para o óleo diesel, para o gás, que fosse adequado. O Presidente Lula deu oito aumentos durante oito anos. V. Exª trabalhou, foi Ministro, sempre esteve ajudando, foi Líder – oito aumentos em oito anos para o diesel, e sete aumentos em oito anos para a gasolina. O atual Governo, em dois anos, deu 229 aumentos para o diesel e 225 para a gasolina – em dois anos!

Eu fico me perguntando: para a nossa cultura, a cultura do caminhoneiro, para a pessoa que acerta, ali numa continha, o seu frete, não saber quanto que estará minimamente nem na semana, nem no dia seguinte? Tudo isso vira combustível para agravar uma situação como esta que nós estamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu mesmo apresentei aqui, Sr. Presidente – há mais de dez dias, apresentei no Senado, semana passada, salvo engano –, requerimentos pedindo informações, primeiro, sobre a desoneração que foi votada para as petroleiras de quase 1 trilhão. Para saber, quero ouvir a Fazenda explicando quanto deu essa desoneração, porque agora nós estamos tendo que bancar e subsidiar os combustíveis. É tudo aquilo que o Governo não queria: congelar preço e ainda botar subsídio no combustível. Diziam que não iriam fazer; vão ter que fazer, porque ficaram reféns desse movimento que vem das ruas.

Também estou pedindo informações, porque foi votado, no ano passado, o aumento de PIS-Cofins, que deu arrecadação a mais no combustível de 10 bilhões. E estou propondo uma sessão temática, porque ou nós discutimos o modal de infraestrutura do País, nós não podemos seguir com o País com modal rodoviário, ou trabalhamos ferrovias.

Aí vem a China, oferece um projeto, assina um termo com a Presidente Dilma – nós criamos, eu e o Senador Raupp, somos parte disso –, para tentar estimular, e o Governo despreza um assunto com esse. E nós ficamos ainda dependentes de rodovias para transportar 230 milhões de toneladas de grãos, para transportar toda a produção nacional. E isso é impraticável.

Então, eu queria que ficasse bem claro o que nós estamos tendo como consequência, Senador Eduardo Braga: 1,2 milhão de domicílios saíram do gás para a lenha, ou para o carvão, ou para alguma coisa alternativa para cozinhar. Eu estou falando isso há tempos. Venho aqui, faço viagem para o Acre, vou aos rios e digo: as pessoas estão agora ganhando menos – estão cortando Bolsa Família –, estão comprando menos, estão deixando de usar o fogão a gás para usar a lenha por conta da política econômica do Governo, que faz exclusão social em vez de seguir a política que nós tínhamos de inclusão social começada pelo Presidente Lula.

Eu queria, concluindo, agradecer esta oportunidade de fazer esses comentários. Acho que o Brasil precisa que todos nós tentemos encontrar soluções para esse momento grave. Porque, agora, todos, do empresário ao cidadão simples que só quer um transporte para ir trabalhar, não conseguem. As pessoas compraram o seu carrinho e não têm dinheiro para abastecer; quem tem sua motinha, não tem dinheiro para abastecer; quem tem um motorzinho não tem dinheiro para abastecer e andar nos rios.

Então, agora, todos nós temos de estar juntos na busca da solução. Eu não sou daqueles que dizem que o quanto pior melhor, ao contrário, mas nós avisamos que não daria certo este Governo Temer, o atual governo que promoveu o *impeachment*. Talvez uma alternativa fosse antecipar as eleições – qualquer país do mundo, numa democracia, faz isso – para o quanto antes nós promovermos o reencontro do Brasil com a democracia. Para mim, no limite, eu falo que podíamos até pensar em antecipar a eleição, porque na época da Presidente Dilma, quando havia a crise, eu fui um dos signatários e falei: "Vamos convocar eleição geral, sai a Presidente Dilma, sai o Michel Temer, só não vamos romper com a democracia." E resolveram romper com a democracia. Agora estão aí sem saber o que fazer com um Governo que tem só seis meses de vida, porque acaba daqui a seis, sete meses, e o País a gente não sabe se aguenta o Governo, ou se o Governo se mantém durante esse período, a quatro meses de uma eleição.

A situação é muito grave. Acho que todos nós podemos buscar uma solução e não agravar ainda mais. Mas vi ontem, com preocupação, no plenário do Senado – e a imprensa traz isso – a Base do Governo pedindo para o Temer sair. Eu não sei se isso já é um acordo com o Rodrigo Maia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Câmara, que é o vice, mas algo sério está acontecendo nos bastidores aqui em Brasília. E mais sério, nas ruas, alguns dos movimentos pedindo intervenção militar.

Então, vamos pegar essa indignação nossa, que todo mundo tem razão de ter, para o lado bom e fazer um bom uso para ver se o Brasil fica melhor do que está e não pior.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu agradeço a V. Exª.

Não temos quórum para fazer deliberação de matérias não terminativas, porque chegamos a apenas 10 Senadores.

Assim, declaro encerrada a reunião, convocando uma nova reunião para a próxima semana.

(*Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia cinco de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Valdir Raupp, Hélio José, José Pimentel, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Paulo Paim e Rodrigues Palma. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Ângela Portela, Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Wilder Morais, Otto Alencar, Roberto Muniz, Wellington Fagundes e Vicentinho Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir no Anexo da Lei a interligação entre o rio Preto, localizado no Estado da Bahia, e o rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o rio São Francisco até o rio Amazonas." **Autoria:** Deputado Gonzaga Patriota. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório, pela rejeição da matéria. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona." **Autoria:** Deputado Pedro Fernandes. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório, pela rejeição da matéria. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados. " **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, estabelecendo multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica aos usuários." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para obrigar a instalação, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sem ônus para os beneficiários, de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria com base em fonte solar fotovoltaica para injeção na rede elétrica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 795, de 2015 - Terminativo -** que: "Determina o compartilhamento de postes pelas prestadoras de serviço público com os municípios, define os circuitos de iluminação pública como parte integrante de sistemas de distribuição e institui diretrizes para o serviço de iluminação pública; e altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, para instituir diretrizes para o uso racional de energia elétrica pelo serviço de iluminação pública." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2017 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nos 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências, para incluir, no ambiente de contratação regulada, processos licitatórios de energia elétrica produzida em empreendimentos com mais de um tipo de fonte renovável de geração." **Autoria:** Senador Hélio José. **Relatoria:** Senador Roberto Muniz. **Relatório:** Pela aprovação, com as emendas nº 1/CMA e 2/CMA. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para permitir que as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica desenvolvam atividades de geração de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Adiado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 20 de 2018** que: "Requer, a realização de audiência pública para discutir como mitigar os impactos ao Parque Nacional de Brasília, as responsabilidades institucionais entre o Governo do Distrito Federal e o Governo Federal e a construção da Rodovia DF-097." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 22 de 2018** que: "Requer que seja convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia, a fim de prestar esclarecimentos acerca da política de reajuste de combustíveis adotada pelo Governo Federal." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado, nos termos da retificação apresentada pela autora na reunião de 29/05/2018, que converteu a convocação do Ministro de Estado em convite para participação em audiência pública da Comissão. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 23 de 2018** que: "Requer, em audiência pública, solicitar o depoimento do Senhor Pedro Parente, Presidente da Petrobras, no que concerne à atual política de reajuste de combustíveis praticada pela Empresa e os consequentes e sucessivos aumentos de preço, sobretudo da gasolina, do diesel e do gás de cozinha. Ademais, que este colegiado possa obter informações aprofundadas, a partir da tomada de depoimento, quanto à implementação da política de desinvestimentos da Petrobras." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Prejudicado, em razão da aprovação do RQI 25/2018. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 24 de 2018** que: "Requer audiência pública para debater o sistema logístico brasileiro, com o objetivo de conhecer os programas, ações e investimentos realizados no sentido de diversificar os modais de transporte no país." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 25 de 2018** que: "Requer, nos termos do artigo 58, §2º, V, da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão, em audiência pública, solicite o depoimento do senhor Ivan Monteiro, Presidente da Petrobras, no que concerne à atual política de reajuste de combustíveis praticada pela empresa e os consequentes e sucessivos aumentos de preço, sobretudo da gasolina, do diesel e do gás de cozinha. Ademais, requer que este colegiado possa obter informações aprofundadas, a partir da tomada de depoimento, quanto à implementação da política de desinvestimentos da Petrobras." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra as Senadoras Vanessa Grazziotin e Fátima Bezerra e os Senadores Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José e Lasier Martins. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Braga

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/05

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de entrarmos na Ordem do Dia, eu gostaria de tecer alguns comentários acerca do que o Brasil todo testemunhou nos últimos dias com relação à greve dos caminhoneiros em função de questões que impactam o transporte rodoviário no Brasil, seja em relação à questão dos preços dos derivados de petróleo, seja em relação à política de pedágios existente em várias rodovias brasileiras, seja em relação às consequências que a economia brasileira terá em função daquela paralisação, que chegou a dez dias, mas cujos efeitos acabaram se estendendo mais do que dez dias. Impactaram-se os preços dos alimentos, e obviamente ainda estamos passando por um processo de ajuste na bomba de combustível em função dos preços. Isso, inclusive, com alguns outros desdobramentos.

Eu quero também lamentar o ocorrido nos últimos dias na cidade de Manaus, inclusive no dia de ontem, com o episódio da greve dos rodoviários, na qual, pelo que dizem, pelo que informa a imprensa, mais de 60 ônibus foram depredados. Ao cabo, tivemos um entendimento entre a classe patronal e a classe trabalhadora em que se estabeleceu um acordo, assinado com o Ministério Público do Trabalho, o que significa que a partir de hoje a cidade de Manaus volta a ter um transporte normalizado, e a população finalmente deixa de ser penalizada pela falta de transporte.

Todos esses ingredientes envolvem obviamente a questão do preço do combustível. E ontem nós ouvimos, pela primeira vez, e hoje já está nos noticiários que a Petrobras admite mudar a sua política de reajuste diário no preço dos combustíveis, o que significa que nós passaríamos a discutir agora como seria o novo ciclo de reajustes da Petrobras, o que aponta para um novo caminho nessa questão. Por outro lado, há também informações na imprensa de que o novo preço, o novo patamar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de preços de combustíveis reduzirá em um bilhão de reais os investimentos em obras de infraestrutura, o que demonstra que essa é uma questão que está, toda ela, interligada e que é preciso, portanto, um debate amplo sobre essa matéria para que nós possamos ter, de um lado, combustíveis que sejam compatíveis com a nossa realidade econômica e que, por outro lado, nós tenhamos a capacidade de investimento em infraestrutura, que é uma das questões mais prioritárias, creio eu, na política brasileira.

Acho que a postura que o Senado adotou de, com prudência, conduzir essa questão para que nós pudéssemos ser um facilitador para resolver o problema que o Brasil estava enfrentando foi importante. O Presidente vetou a isenção do PIS/Cofins, que traria mais consequências ainda para a economia brasileira, consequências negativas para a economia brasileira, mas, por outro lado, creio que nós precisaremos aqui, na Comissão, buscar um debate com a área econômica, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos etc., para que nós possamos ter, no médio e longo prazo, uma política de combustíveis e uma política de investimento em infraestrutura que possa dar ao País um novo patamar nessa questão.

Acho que esse é o grande aprendizado que tiramos desse impacto que aconteceu nas três últimas semanas praticamente, em que vivemos sob essa questão, que mexeu com todos os brasileiros, mexeu com a nossa economia, mexeu com o PIB brasileiro, mexeu com a inflação – nós teremos consequências na inflação; já saíram os dados da inflação após essa paralisação que aconteceu no País. Portanto, acho que nós precisamos ter um plano sobre o tema.

Eu ouço os companheiros.

Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz e, logo a seguir, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Raupp, demais Senadores, nós debatemos, já há alguns dias, essa questão do combustível. Eu fiz uma pesquisa com relação ao custo da extração do petróleo brasileiro. Ele varia de US$30 para menos. Esse é o custo de extração, para embalar e para vender. Só que a Petrobras compra esse barril a US$80, a preço internacional, para o refino. Então, existe uma margem considerável de US$30 para US$80, que é a margem de ganho de quem está extraindo o petróleo brasileiro.

Então, o que nós concluímos com isso? Que nós precisamos saber quanto custa, de fato, o refino do óleo diesel, da gasolina, para que possamos mexer nessa planilha, porque fazer uma redução de impostos isolada é algo danoso, como V. Exª muito bem colocou. Só um dos impostos vai tirar R$1 bilhão de investimento em infraestrutura, que o Brasil está precisando que seja feito, a exemplo da nossa BR-319 – depois vamos falar sobre isso. Uma reforma tributária ao todo seria o ideal, porque se faz uma composição de todos os impostos e se acha uma solução. Mas fazer retiradas isoladas acaba trazendo prejuízos para toda a população, porque todo mundo vai pagar essa conta, de um jeito ou de outro, de forma direta ou indireta.

Então, a solução qual é? É nós abrirmos – uma coisa que sempre ouvimos falar muito – a caixa-preta da planilha. Nós precisamos que a Petrobras abra essa planilha para nós. Daí há aquela questão de que é sigilosa, não se pode fazer isso abertamente, em função do mercado, etc. Mas temos de achar uma forma de saber exatamente quanto custa o barril de petróleo e quanto custa o litro de gasolina, de óleo diesel, de álcool e o gás de cozinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o petróleo é da população brasileira, então é imprescindível que a gente saiba quanto é que custa para extrair e vender todo esse combustível. Eu diria que esse é o ponto de ataque ou de ação, vamos dizer assim – não seria de ataque, mas de ação –, para que a gente possa diminuir o custo para o consumidor brasileiro. Alguém está ficando com esses US$50, no mínimo, de diferença do custo para a venda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu queria fazer até um aparte a V. Exª...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – ... para dizer o seguinte: eu concordo plenamente com o que V. Exª está colocando. Há, inclusive, um pedido de CPI sobre a abertura dessa caixa-preta já apresentado à Mesa do Senado para que se tenha conhecimento.

No Brasil há uma situação que talvez seja única: nós somos autossuficientes em produção de barril de petróleo, mas não em refino. Portanto, nós conseguimos extrair o petróleo e, como disse V. Exª, empacotá-lo, pronto para ser refinado, mas nós somos obrigados a exportá-lo para importar derivados de combustíveis já refinados.

Então, se nós não obtivermos um balanço e os números dessa caixa-preta aberta, nós nunca vamos conhecer os custos efetivos do combustível no País por causa disso. Não basta apenas saber quanto custa produzir o barril de petróleo e quanto custaria refinar o barril de petróleo. Como o Brasil não consegue refinar...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Não consegue ou é uma política da Petrobras, Presidente? Porque...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Não, não. Nós não temos capacidade...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Nas nossas refinarias...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Nós não temos capacidade instalada de refino para a demanda que o mercado brasileiro possui.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – A informação que eu recebi é que várias refinarias brasileiras estão paradas ou em ritmo lento...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Elas estão envelhecidas tecnologicamente; elas têm limitação de tipo de petróleo que podem refinar. Nós temos vários problemas de refino no Brasil, e, quando fizemos o movimento para modernizá-las, deu no que deu. A decisão de o Brasil ter novas refinarias – e refinarias modernizadas – é absolutamente correta.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – O que aconteceu não foi um erro da decisão política; foi um erro da construção...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Da forma.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – ... da forma como isso foi feito, o que acabou gerando uma série de investigações que ficaram aí conhecidas como Lava Jato.

Agora, o Brasil tem, efetivamente... Eu falo do meu Estado, por exemplo. O meu Estado produz petróleo, produz gás, e nós temos uma refinaria que está envelhecida, desatualizada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologicamente, precisando de investimento. A Petrobras não consegue fazer investimentos no pré-sal e, ao mesmo tempo, nessas refinarias. Então, o Brasil precisaria tomar uma decisão sobre o que fazer com relação ao refino.

Um dos motivos por que acho que nós deveríamos ter a caixa-preta aberta seria para podermos dimensionar o que está acontecendo com o Brasil. Nós aumentamos a produção de barril de petróleo 2,3% ao ano. O Brasil está produzindo quase 2,7 milhões de barris de petróleo por dia e consome isso ou pouco menos do que isso. Portanto, nós estamos autossuficientes. No entanto, nós não temos capacidade de refino. Aí exportamos o petróleo a um preço e importamos os derivados de petróleo a outro preço. Nós precisamos conhecer essa composição, esse *mix* de produtos dentro da Petrobras e dentro da distribuidora, para podermos entender quanto é de verdade o custo da gasolina, do diesel, do GLP, do querosene de aviação, enfim, de todos os outros componentes.

É apenas para contribuir com V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Em seguida, passarei a palavra a V. Exª, ao Senador Valdir Raupp e ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É talvez uma questão de planejamento então, não é, Presidente? Planejamento e política de governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Política de governo e planejamento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Se necessário for, terceirizar o refino, mas aqui no Brasil, para que nós não tenhamos que enviar o nosso petróleo para fora. Quer dizer, é um custo de transporte para ir e voltar, exportação e importação. E ainda nós geramos emprego em outros países para o refino.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – E qual é o problema para atrair investimentos para o refino? Política de preços.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É a credibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – O investidor quer a garantia, ao investir em uma refinaria, de que a política de preços dos derivados de petróleo não sofrerá, por exemplo, uma interferência política que possa congelá-lo de uma forma indevida durante três anos. Mas, por outro lado, nós precisamos ter uma política que possa equacionar isso de forma a equilibrar os preços no mercado brasileiro, e não apenas deixar que o neoliberalismo ou a política liberal do capital estabeleça o preço do barril de petróleo.

Nem os Estados Unidos praticam assim. Veja, a política americana de preço de petróleo tem um impacto em função do gás de xisto. Depois que eles conseguiram alcançar 4 milhões, 4,5 milhões de barris/dia de produção de gás de xisto, eles conseguiram equilibrar o preço do barril de petróleo para o consumo interno *versus* a produção que eles alcançaram de derivados de petróleo a partir do gás de xisto. Com isso, a economia americana voltou a ser competitiva. E com isso os setores americanos que estavam ou paralisados ou andando de lado voltaram a crescer. Siderurgia voltou a crescer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

petroquímica voltou a crescer. E investimentos que estavam sendo feitos em outros países voltaram para os Estados Unidos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Mas existe um monopólio lá, como existe no Brasil, da Petrobras?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Não, não. Isso, não.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O custo do monopólio aqui no Brasil é muito alto. Talvez esse seja um dos grandes problemas que nós temos com relação ao preço do combustível. Esse monopólio nos deixa de mãos atadas com relação ao custo. Nós não temos comparativo no Brasil do custo do combustível.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Por isso precisamos abrir essa caixa-preta.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Olha, eu fui Ministro de Minas e Energia, o nosso Senador Fernando Bezerra teve seu filho Ministro de Minas e Energia – e eu, por ser Senador da República, tenho um impedimento constitucional para presidir o Conselho da Petrobras –, e mesmo assim há dificuldade para que nós possamos adentrar com profundidade os números dessa dita caixa-preta do custo e do balanço, com relação ao que significa efetivamente o Brasil ter uma política de exportar óleo bruto e importar derivados de petróleo e a como isso forma uma balança econômica que estabeleça um preço. Acho que isso precisa ficar esclarecido para todos os brasileiros para que nós possamos definir essa questão.

Agora, com monopólio nós não seremos autossuficientes em refino em momento algum, porque não existe empresa que seja capaz de ter recursos para investir na prospecção, exploração, transporte, refino, gasodutos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Distribuidoras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – ... distribuidoras etc.

Não existe! Essa é uma indústria intensa de capital. E, depois, há um estudo que acabou de mostrar a proporção entre o número de funcionários das concorrentes da Petrobras *versus* o número de funcionários da Petrobras *versus* a produção de petróleo da Petrobras.

Portanto, eu acho que essa CPI não tem o objetivo das outras CPIs que este Congresso já fez, que é o de investigar possíveis crimes ou investigar uma possível má aplicação de recursos públicos; ao contrário, essa seria uma comissão parlamentar de inquérito para que nós pudéssemos abrir a caixa-preta de preços, de volumes de produção, de volumes de exportação, de volumes de importação, o que importamos, como importamos, como tributamos, de que forma isso chega até a bomba do posto de gasolina e até o consumidor.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Pois não.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Um outro tema que eu faço questão de abordar diz respeito ao fato de que, no meio da paralisação, o Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fez várias ações para interromper o movimento, e uma delas foi a aplicação de multas às empresas que, possivelmente, estariam apoiando as paralisações.

Eu desconheço empresários que se beneficiem com qualquer tipo de paralisação, mas, de qualquer forma, pode acontecer, pode haver algum empresário, aqui e acolá, que tenha apoiado essa greve.

Agora, aplicaram multas a várias empresas no Brasil inteiro. Uma empresa que tinha, por exemplo, um caminhão que estava bloqueado levou uma multa de R$9,4 milhões! Para uma empresa que tem 10 caminhões, uma multa dessa monta? O empresário não tem nada a ver com a paralisação – o seu caminhão estava preso – e levou uma multa de R$9,4 milhões.

Entendo, Sr. Presidente, que há de se separar o joio do trigo, há que se fazer uma investigação clara para saber exatamente quem é que estava prejudicando o transporte e quem são aquelas pessoas que também foram vítimas, tanto empresários como caminhoneiros. Não adianta você punir as pessoas indevidamente, aleatoriamente. Há que se ter, realmente, certeza de quem estava prejudicando, de quem estava participando da greve, porque, do contrário, vamos ter muitos empresários fechando as suas portas. Se um empresário que tem 10 caminhões receber uma multa de R$9 milhões, não sai para trabalhar mais, fecha a empresa e, com isso, na busca por achar um culpado, aumenta-se o desemprego, a falta de investimentos, o que faz retrair ainda mais a economia brasileira.

Então, fica aqui o meu pedido ao Governo para que faça um levantamento, amiúde de fato, de quem estava praticando locaute, para que não venha a punir pessoas que não têm nada a ver com essa história.

Por último, a nossa BR-319 continua paralisada.

Nesse final de semana, houve o transporte de pessoas que se dirigiam a um encontro em Manaus e que acabaram ficando presas na estrada por quatro dias. Esse grupo foi resgatado pela Polícia Rodoviária Federal...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu vi as fotos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... e pelo Exército Brasileiro. E tudo isso, Sr. Presidente, porque ela não tem asfalto. Se nós tivéssemos asfalto na BR-319, como já houve um dia...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Já foi.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... nada disso teria acontecido.

E não dá para colocar na cabeça de ninguém que há impacto ambiental. Nós já fizemos várias diligências. Não há o mínimo de impacto ambiental numa estrada que já foi aberta, já está consolidada desde 1970.

Então, é preciso que o Governo tome uma posição definitiva, definida porque não dá para deixar... É uma vergonha nacional a situação da BR-319 – só para finalizar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Senador Acir, eu assino embaixo do que V. Exª acaba de dizer sobre tudo; sobre a questão do locaute, a questão das multas, etc. Há uma desinformação generalizada. E, em função da falta de informação, o errado paga pelo pecador, o certo paga pelo pecador, enfim, você faz uma salada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da BR-319 é um escândalo, porque veja: que se estude a questão ambiental, o.k., mas qual estudo, Senadora Vanessa, precisa de 20 anos para ser concluído? Veja: nós começamos esse movimento da BR-319 em 1998. A Senadora era Deputada Federal. Em 1998, eu era candidato, pela primeira vez, ao Governo do Estado do Amazonas. Nós já fazíamos campanhas no Amazonas, em 1998, para poder interligar o Amazonas e Roraima ao Brasil para que pudéssemos estar interligados ao Brasil. Pois bem, desde 2003, existe estudo de impacto ambiental dentro do Ministério dos Transportes, dentro do Ibama, dentro do ICMBio. Nós estamos em 2018. Portanto, há 15 anos – 15 anos! – esses estudos de impacto ambiental não são concluídos, Senador Fernando Bezerra. Em 15 anos, você se forma em engenharia, você faz pós-graduação em engenharia ambiental...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu tenho uma filha, e ela debuta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – ... você faz doutorado, mestrado, pós-doutorado. Em 15 anos, você estuda o que quiser estudar, mas, em 15 anos, você não pode deixar, simplesmente, 4 milhões de brasileiros sem resposta. O mais absurdo de tudo isso é que nós não temos resposta. Em pleno 2018, nós estamos com a BR-319 intransitável. E o Ministério dos Transportes tem a cara de pau de dizer o seguinte: "Não, nós estamos dando manutenção na BR-319." É um absurdo!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Permite-me um aparte, Senador Eduardo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Permito um aparte a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É muito rápido, porque o Senador está inscrito para falar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Sim, claro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É rápido. Quero apenas lembrar aqui e fazer, encaminhar um pedido. Há um requerimento, assinado por mim e pelo Senador Acir Gurgacz, e por todos que queiram assiná-lo, que já foi aprovado nesta Comissão, pedindo a realização de uma audiência pública para tratar disso, porque, no último estudo de impacto ambiental, foi solicitada uma complementação para analisar a situação das comunidades indígenas, da presença de índios nas proximidades da BR. Então, está aprovado, e eu gostaria que V. Exª pudesse marcar com a mais extrema urgência esse debate, Senador. Apenas para isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – O.k. Apoio V. Exª. Vamos tratar esse debate.

Eu ouço o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a recente paralisação dos caminhoneiros colocou em evidência o alto preço dos combustíveis no Brasil e a nossa elevada dependência dessas substâncias no nosso dia a dia. Sabemos que pagamos combustíveis caros e que aproximadamente 45% do valor corresponde a impostos. A carga tributária brasileira é que eleva muitas vezes os preços dos nossos produtos, a exemplo dos combustíveis. No último ano, o aumento dos combustíveis, infelizmente, passou a ser corriqueiro na vida dos brasileiros, e eu falava muitas vezes na tribuna do Senado e aqui nesta Comissão que ninguém aguentava mais – ninguém aguentava mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De junho de 2007 até agora, o preço da gasolina na bomba já aumentou mais de 20%. Somado a isso, tivemos o aumento dos impostos federais que incidem sobre os combustíveis. Diante deste cenário, Sr. Presidente, posso afirmar que a população do meu Estado de Rondônia – e, por que não dizer, a população brasileira – não aguenta mais arcar com valores tão elevados para abastecer seus veículos.

O Governo Federal, na última semana, comprometeu-se com o corte de R$0,46 – há uma confusão às vezes de que, se fosse por cento, 46%, seria muito – no litro do diesel, mas esse desconto sequer chegou aos postos de Rondônia. Na capital do meu Estado, Porto Velho – não sei se também lá na capital de V. Exª, em Manaus –, alguns postos alegam que o desconto dado nas refinarias foi de apenas R$0,20. Diante desse cenário, alguns postos chegaram, inclusive, a suspender a venda de diesel, evitando assim possíveis sanções. Esses impasses no preço do diesel acabam gerando uma frustração no consumidor rondoniense, brasileiro, pois o Governo afirma um compromisso que acaba não acontecendo na prática.

Só em abril deste ano, segundo pesquisa realizada pela Universidade Federal de Rondônia (Unir), a alta do diesel em Porto Velho foi de 5,8%, quase 6% em apenas um mês. A situação é insustentável. Se nós vivemos uma inflação baixa, juros baixos, por que a gasolina tem que ter essa escalada de alta quase que todos os dias? A gasolina que eu digo são os combustíveis.

O outro item que é muito caro e essencial aos brasileiros é o gás de cozinha, que tem recebido aumentos bem expressivos e também está pesando muito no bolso dos nossos consumidores.

Então, não adianta baixar só o preço do óleo diesel; nós temos que pensar também numa política de preços. Como eu disse, se a inflação está baixando, está baixa, se os juros estão baixos, por que o combustível tem que estar subindo todos os dias?

Portanto, Sr. Presidente, é urgente que o Governo Federal, por meio dos órgãos responsáveis, tome as medidas necessárias a fim de reduzir o preço dos combustíveis em geral.

Eu vi hoje uma notícia muito importante, que num primeiro momento achávamos que era mais, mas é só 0,68%, menos de 1% que baixou hoje nas refinarias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – O preço da gasolina.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – O preço da gasolina.

Nesse sentido, quero parabenizar a nova gestão da Petrobras, que, conforme publicado ontem no *site* do *Valor Econômico*, a empresa já informou ao Governo Federal que aceita discutir a política de reajuste diário. Mas que não haja mais reajuste diário; tem de haver é redução.

Eu defendo, Sr. Presidente, redução nos preços da gasolina, do gás e também do etanol, o que acho que é possível se conseguir. Eu sei que é uma política muito arriscada, mas, no passado, o governo conseguia intervir no dólar. A gasolina está cara porque o dólar sobe, porque o preço do barril na cotação internacional sobe. Então, não é admissível que o Brasil, que tem tanto petróleo, fique dependente das políticas internacionais, tanto da política do dólar, quanto da política do preço do barril de petróleo. Se nós temos petróleo... Aliás, se tivéssemos – V. Exª já explicou aqui que não temos ainda refinarias suficientes para refinar o nosso petróleo –, não teríamos essa dependência do mercado internacional.

Então, faço aqui este apelo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Senador, o senhor me permite só um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu acho que V. Exª está fazendo um apelo absolutamente correto, que interpreta a vontade do povo brasileiro. Agora, é importante também dizer que, nesses 45% e, em alguns casos, até mais de 50% de imposto, há uma parcela de imposto estadual expressiva de ICMS, que varia muito de Estado para Estado: o Estado do Rio de Janeiro cobra 35%; Pernambuco, 29%; Estado do Amazonas, 25% de ICMS sobre os derivados de petróleo.

Eu, quando fui Governador, por exemplo, no GLP, que é o gás de cozinha... Eu coloquei o gás de cozinha na cesta básica e cobrava 1% de ICMS sobre o GLP. Quase que 50% da carga tributária existente sobre os derivados de petróleo são dos Estados. Era preciso, portanto, que houvesse essa discussão dentro de um pacto federativo para que nós pudéssemos repactuar a carga tributária dos derivados de petróleo.

O petróleo é importante em vários sentidos. Ele não é importante apenas como combustível, ele é importante também como produto que financia boa parte da economia brasileira – boa parte das folhas de pagamento dos Estados são feitas hoje com essa carga tributária. Agora, nós precisamos fazer o novo federativo, porque está provado que essa fórmula faliu, acabou, não há mais espaço.

O Governo Federal dobrou a carga do Cide, do PIS e Cofins há um ano, quando o barril de petróleo estava U$45. O barril do petróleo agora está U$80. Houve um viés de baixa ontem no barril de petróleo...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – E o dólar subiu, ainda para complicar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Aí o dólar sobe, porque há uma questão cambial.

Então, Senador, é apenas para complementar o que V. Exª está dizendo. Fato: o povo brasileiro não suporta mais uma política de preços como a que está sendo estabelecida sobre os derivados de petróleo. Fato: o povo brasileiro também não aguenta mais a política tributária sobre os derivados de petróleo. Fato: nós precisamos fazer um novo pacto entre as empresas do setor de petróleo e o Governo – dos Estados e Governo Federal etc. – e estabelecer uma nova política tributária sobre o tema, para que nós possamos ter condições de ter um preço com ciclos que não sejam diários e, assim, possamos reinjetar ânimo, esperança e novos investimentos na economia brasileira.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Para concluir: nós temos que descobrir qual é a mágica que o Espírito Santo, que era um país que até pouco tempo tinha muitos problemas lá...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Espírito Santo?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Estado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – O Estado do Espírito Santo e o Estado do Rio de Janeiro, onde me parece que é 12%, enquanto na maioria dos Estados é acima de 20%, 25%, 26% e até 30%, que é o caso de Minas Gerais. Então, temos que ver qual é a mágica do Espírito Santo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Acho que é só o diesel, Sr. Presidente, porque, se não me falha a memória, Senador Raupp, o ICMS da gasolina é 30% no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Trinta e cinco por cento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Trinta e cinco por cento na gasolina.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – É só a gasolina então. É só o combustível... É só o óleo diesel...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Só no diesel houve uma redução. Mas 30% de ICMS é altíssimo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – Aí está a mágica então.

Sr. Presidente, para concluir, eu queria, mais uma vez, pedir encarecidamente ao Governo Federal que encontre um caminho para que, depois dessa escalada de alta que houve no preço dos combustíveis, possa haver uma redução, um cronograma de redução dos preços até chegar nos níveis aceitáveis pela população brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu vou passar ao Senador Fernando, mas só queria concluir dizendo o seguinte. Esse ciclo também de preços acaba alcançando a energia elétrica, porque boa parte da nossa energia é térmica. Portanto, impacta também o ciclo da tarifa de energia elétrica.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE) – Sr. Presidente, primeiro é para cumprimentá-lo por trazer o debate sobre a política de preços da Petrobras para a reunião de hoje da nossa Comissão. Inclusive, em princípio, eu ficava duvidando, ou tive muita resistência de aceitar, que a CPI fosse o instrumento melhor para discutir isso. Mas, com as ressalvas que V. Exª está colocando, sobre não ser uma CPI que tenha caráter de investigação criminal, mas, sim, de definição de política econômica, me parece que nós teremos, sim, um importante e bom debate.

Gostaria de deixar aqui, portanto, de forma clara a minha posição, porque não subscrevi essa CPI, achei que era até um excesso propor uma CPI para definir ou para discutir a política de preços da Petrobras.

Mas eu tive o cuidado, ao longo destes dias, por ser este um tema recorrente e porque, quando chegamos nos nossos Estados, nos nossos Municípios...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Por onde andamos começa a discussão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE) – ... essa é a discussão.

Eu procurei, então, fazer um trabalho de pesquisa para que pudéssemos trazer aqui um pouco de reflexão sobre como os preços dos combustíveis se comportaram no Governo Lula, no Governo Dilma e no Governo atual, do Michel Temer.

Eu vou falar aqui de gasolina comum.

A gasolina comum, no primeiro Governo Lula, de 2003 a 2006, foi reajustada em 17,18%. No segundo Governo Lula, de 2007 a 2010, a gasolina só foi reajustada em 3,13%. No primeiro governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dilma, de 2011 a 2014, até dezembro de 2014, a gasolina foi reajustada em 16,04%. No período do Governo Dilma de 2015 até o momento do seu afastamento, a gasolina foi reajustada em 22,59%. No Governo do Presidente Michel Temer, de maio de 2016 até abril de 2018 – pelo *site* da ANP, acompanhamos essas variações de preço –, a gasolina só foi reajustada em 14,72%. Então, deixo para reflexão. Nós estamos aqui discutindo a política de preços da Petrobras para mostrar como essa política de preços também se verificou ao longo dos últimos períodos de governo.

E aqui também eu trago, só para efeito comparativo, o diesel.

No primeiro Governo Lula, o diesel foi reajustado em 23%, de 2003 a 2006. No segundo Governo Lula, o diesel foi reajustado em 6,49%. No primeiro Governo Dilma, o diesel foi reajustado em 29,72% e, no segundo período de Dilma até o seu afastamento, foi reajustado em 15,70%. No período do Presidente Michel Temer, foi reajustado em 13,75%. Estou falando isso até o dia 30 de abril.

Aí eu quero me posicionar em relação a essa política de preços da Petrobras.

Na realidade, nós não podemos voltar ao passado. O passado não recomenda a política de reter preços, de segurar a inflação utilizando os preços da Petrobras de combustível, o que levou a Petrobras a perder, segundo os analistas, os especialistas, algo em torno de US$80 bilhões. A Petrobras se transformou na petroleira mais endividada do mundo. Ela teve problemas com a Lava Jato, teve problemas com desvio de recursos, mas o maior problema da Petrobras foi o artificialismo de preços cometidos ao longo desses anos. Então, nós não podemos voltar ao passado. O passado não é uma boa referência.

Agora, a política nova de preços da Petrobras tem equívocos claros. Ela traz para a fórmula de preços a volatilidade do preço do petróleo no mercado internacional e traz a volatilidade do câmbio. Então, é evidente que é preciso, é necessário fazer ajustes, porque, quando chegou em maio, o preço do barril de petróleo, em função da política do Trump, de toda essa confusão que está ocorrendo no Oriente Médio, passou de US$80. Além disso, há mais: as incertezas do ambiente eleitoral e a volatilidade do câmbio aqui terminaram provocando reajustes cinco vezes numa única semana em maio.

Então, é evidente que os caminhoneiros foram tomados pela ira, porque os preços já estavam sendo reajustados, e isso já vinha de algum tempo, não de agora. Já havia algum tempo que vinham sendo reajustados, porque eles foram represados durante um certo período e essa política de preços foi insensível no sentido de tirar dela essa volatilidade excessiva.

Então, com relação à discussão que vai ser feita envolvendo o Governo, a Petrobras e o Congresso Nacional sobre qual é a melhor fórmula a ser definida para ajudar no debate, na contribuição, na sugestão, eu gostaria de me posicionar: que a gente não fizesse uma volta ao passado, porque o passado não foi bom para a Petrobras, não foi bom para o Brasil. Concordo com as observações que V. Exª fez: é muito mais negócio para a Petrobras concentrar os investimentos dela na área de exploração e produção do que na área de refino e distribuição. Então, é preciso abrir esse mercado no Brasil, mas só vai abrir se a gente tiver uma política clara de preços, do contrário, ninguém vem aqui investir.

Outra coisa que precisa ser dita é que existe um excesso de oferta de produtos refinados no mundo. A capacidade instalada de refinarias é enorme no mundo inteiro. Então, muitas vezes, é muito mais barato comprar o refinado lá fora do que aqui dentro. Mas eu acho que um país como o Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é a oitava ou a nona economia do mundo, do ponto de vista estratégico e do interesse nacional, precisa, claramente, ampliar a produção de refino no Brasil.

A gente pega os dados da ANP: a projeção para 2030 é que a gente vai chegar a importar, se o RenovaBio não der certo, 1,5 milhão de barris de petróleo por dia de produtos refinados. E, se o RenovaBio der certo, serão 750 mil barris. Então, fazer a refinaria do Maranhão, fazer a refinaria do Ceará e ampliar e modernizar as atuais refinarias é claro que é um bom negócio, dentro de uma nova perspectiva de abertura, de parceria, com a Petrobras podendo atrair outras empresas para ajudá-la, digamos assim, a atuar dessa forma.

Portanto, acho que é muito oportuno o debate. V. Exª tem muito a contribuir, pelo conhecimento que traz como Governador, como Parlamentar, como Ministro de Estado...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Senador, V. Exª me permite só um aparte?

Eu acho que V. Exª coloca com bastante ponderação e bastante equilíbrio uma análise que remonta de 2003 para cá. É importante lembrar que cada ciclo desse tem que ter uma correlação com o preço do barril de petróleo à época. O que acontece com a política da indústria do petróleo? Eles não trabalham com políticas de curto prazo, porque essa é uma indústria cujo *payback*, cujo *business plan* é de longo prazo, é uma indústria de longa maturação. Portanto, a volatilidade diária não pode ser a base da política de preços.

Concordo com V. Exª que isso não é nem tanto nem tão pouco. Nós não podemos é congelar os preços de petróleo por períodos longos, que acabam prejudicando a empresa, que acabam prejudicando a própria dinâmica da economia e a atratividade do investimento. No entanto, nós temos, como disse há pouco... O Brasil tem que compreender o que era a lógica e quais são os reais números desse balanço entre produção, refino, exportação, importação de derivados de petróleo; qual é o verdadeiro custo; qual é o pacto federativo que queremos dimensionar de carga tributária sobre esse tema.

V. Exª disse muito bem: os caminhoneiros pararam o País. Mas, se as donas de casa pudessem parar o País, teriam parado há muito tempo com o preço do gás de cozinha. O preço do gás de cozinha estourou a capacidade das famílias.

Portanto, V. Exª está com uma colocação extremamente ponderada, equilibrada. E eu quero dizer a V. Exª: acho que esta CPI sobre política de preços da Petrobras... Veja, a CPI é sobre política de preços, não é sobra a empresa, não se trata de invadir a questão financeira da empresa, de fazer denuncismo. Não, trata-se de discutir a política de preços; de nós termos finalmente essa caixa preta desse balanço entre produção, refino, exportação, importação, o que, afinal de contas, são esses números. E nós podemos propor, como Congresso Nacional, um novo pacto federativo tributário sobre os derivados de petróleo e estabelecer uma política com relação à participação nos refinos.

Quero dizer que assino embaixo do que V. Exª acabou de dizer. E mais: se nós trouxermos capital privado para as refinarias, nós não teremos mais a contaminação do risco da má aplicação do dinheiro público. Portanto, nós estaríamos afastando isso e dedicando à Petrobras aquilo que a Petrobras precisa fazer.

Eu vou dar só um exemplo e devolvo a palavra para V. Exª concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em função da Lava Jato, dentro da Bacia de Urucu, nó tínhamos dez perfuradoras de prospecção de petróleo, nove delas eram de uma empresa chamada Queiroz Galvão. Envolvida com a Lava Jato, o que fez a Petrobras? Descontratou e mandou embora. Há quatro anos, na bacia de prospecção de Urucu, nós só temos uma sonda de propriedade da Petrobras. Sabe o que aconteceu com isso? Paramos de perfurar novos poços, a produção de petróleo é declinante. O custo do barril de petróleo em terra firme é menos de US$15 – é menos de US$15. Olha o prejuízo que nós estamos causando não à Petrobras, mas ao Brasil!

Portanto, V. Exª fez uma análise absolutamente pertinente, ponderada. Eu quero cumprimentar V. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE) – Muito obrigado, Presidente.

Eu vou concluir.

Apenas quero também falar um pouco do GLP e trazer os números do GLP.

No primeiro Governo Lula, o GLP foi reajustado em 12,43%; no segundo governo, 15,58%; primeiro Governo Dilma, 17,14%; na segunda metade do governo dela, até o afastamento dela, 20,16%; e agora, no atual Governo do Presidente Michel Temer, 25,48%. Isso mostra que é importante discutir isso.

Eu lembro que as empresas de água fazem subsídio cruzado: cobram, sobre a água dos bairros mais nobres ou para o consumo industrial, uma tarifa maior para subsidiar o consumo da baixa renda. Então, pode-se fazer uma política de subsídio cruzado, sim, com os diversos produtos da Petrobras, com os diversos produtos do refino, para que a gente possa ter uma política de preços mais sensível do ponto de vista social para o GLP. Digo isso porque quem consome GLP é a grande maioria do povo pobre brasileiro. Então, não faz sentido também que essa política possa ser aplicada de forma inflexível. Portanto, é preciso haver essa sensibilidade.

Para encerrar, quero dizer que concordo com V. Exª: é preciso discutir a questão da taxação dos combustíveis no Brasil. Agora, não é só combustível, Presidente, é combustível, é energia e é comunicação. Porque os Estados, ao longo desse período, fizeram a coisa mais simples: concentraram a sua arrecadação em três produtos – em três produtos. Então, são taxações grandes, elevadas, tanto em energia, em comunicações, como em combustível. É preciso que se dê um limite. Talvez, aqui, no Senado Federal, como o Senado tem o poder de estabelecer alíquota máxima das operações interestaduais... E lembro que esses impostos... Lembro que essa base tributária de combustível, de telecomunicação e de energia era, antigamente, a base dos impostos únicos, antes da Constituição de 1988. Talvez, para essas áreas, para esses produtos, o Senado possa arbitrar uma alíquota máxima, para que a gente não veja Estados cobrando 35% na gasolina. E depois a culpa é da Petrobras...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Ou do Governo Federal.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE) – ... ou do Governo Federal. São 29% no diesel e, depois, a culpa é do Governo Federal.

Então, está na hora, talvez, de se fixarem limites para essas alíquotas de impostos estaduais, sobretudo onde está concentrada a arredação dos Estados.

Então, quero parabenizar V. Exª pela iniciativa de trazer a debate, na manhã de hoje, essa questão, que está sendo a questão central do debate político em todo o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu cumprimento V. Exª e queria só complementar, dizendo uma coisa que acho que complementa a colocação de V. Exª e que daria um panorama geral.

O Brasil precisa discutir a sua nova matriz energética. Como o Brasil, com o pré-sal, tem o volume de gás natural que tem e está hoje reinjetando esse gás natural nos reservatórios, queimando para poder produzir o óleo e gerando energia na plataforma, e não é capaz de criar um mecanismo de dutos das plataformas e desses poços para trazer esse gás para o litoral e montar uma infraestrutura para que essa matriz energética possa baratear a energia no Brasil, baratear a economia no Brasil? A petroquímica, a energia elétrica, a energia de base, se for a base de uma nova matriz energética, vai ser viável. O Brasil tem isso.

O gás natural nunca esteve tão barato no mundo, e o Brasil lamentavelmente vive um monopólio que estabelece um preço que não é competitivo com o preço internacional.

Eu ouço a Senadora Vanessa Grazziotin; a seguir, o Senador Flexa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu agradeço, Senador, e cumprimento V. Exª pelo debate.

Não cheguei para a abertura da sessão, mas estava recebendo pessoas em meu gabinete e ouvindo a fala de V. Exª. Se me permite, assino embaixo, Senador, da maior parte de seus aspectos.

Creio que a forma como se conduziram os debates, como eles se seguiram aqui, me leva também a destacar que nós estamos chegando a um ponto de convergência, o que é fundamental, muito importante.

Primeiro, o debate político é extremamente necessário. Agora, a CPI não foi proposta para isso. Acho que o debate político tem que acontecer aqui na Comissão de Infraestrutura e na Comissão de Assuntos Econômicos, mas não em uma CPI.

Veja, quanto à CPI, quando nós a propusemos, debatemos muito a necessidade ou a pertinência e o momento. Então, se todos nós aqui falamos que temos que abrir a caixa-preta – e de fato queremos isso –, só há uma forma. Legalmente, há apenas uma forma, não há outra – não há outra.

É isto que diz V. Exª: é sobre a política de preço dos combustíveis no Brasil, porque, veja, petróleo é monopólio da União, art. 177 da Constituição Federal. Ela pode conceder a empresas públicas ou privadas agir em todas as etapas, seja na lavra, seja na prospecção, no refino, na comercialização.

E a legislação complementar fala da política de combustíveis como uma questão de utilidade pública. Não precisava falar. Basta a gente ver o que ocasionaram esses dez dias de greve, o que ocasionaram.

Então, é uma questão pública. Não é à toa que...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Até de segurança.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E de segurança nacional. Econômica, de segurança, de desenvolvimento, de inclusão de absolutamente tudo.

Então, qual é o objetivo? Por que é uma CPI diferente? Trinta dias para trabalhar, só 30 dias. É uma CPI que deve...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – E restrita à política...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – À política de preços.

E por que tem que ser a Petrobras? Porque, pelo papel que a Petrobras cumpre, ela tem sido fundamental ao ditar as normas da política de preços no Brasil. Por isso é que tem que entrar.

Vejam os senhores: nós não podemos abrir mão daquilo que é função nossa. Nós temos diante de nós, Senador Eduardo, Senador Bezerra, Srs. Senadores, várias medidas provisórias. A Bancada do Amazonas vai ter reunião hoje para tentar revogar um decreto, para tentar fazer com que o Presidente revogue um decreto que assinou, porque ele mirou na Zona Franca de Manaus para arrecadar 700 milhões, mirou na gente. O Estado do Amazonas, que até pouco tempo era o Estado que tinha o maior percentual de desemprego... Nós saímos da primeira colocação para a segunda. Acho que o Presidente quer nos recolocar na primeira, como aquele que tem o maior nível de desemprego. Então, vejam, quando a gente começa a respirar um pouco, vem um baque.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Isso porque as estatísticas não levam em conta o interior do Amazonas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sim, não consideram o interior do Amazonas, e veio esse baque não é?

Mas, enfim, olhem a Medida Provisória nº 838, que nós temos à frente. Quem vai votar... Michel Temer assinou, mas quem vai votar somos nós. E nós vamos votar como? No escuro? Um negócio desses não dá para votar no escuro.

Então, de todas as medidas, a 838, de 30 de maio, diz o seguinte.

> Art. 1º Fica concedida, pela União, subvenção econômica na comercialização de óleo diesel no território nacional, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitos os produtores e os importadores de óleo diesel, no valor de:
> I - R$ 0,07 (sete centavos de real) por litro, até o dia 7 de junho de 2018; e
> II - até R$ 0,30 (trinta centavos de real) por litro, a partir de 8 de junho de 2018 [...]

E, aí, lá na outra, ele diz de onde ele tirou. Então, nós estamos tirando do povo, da educação, estamos tirando da saúde. Estamos tirando para subvencionar quem? Não é só a Petrobras, mas importadoras! Leia-se: Shell, Ipiranga... Tirar do povo, que não tem, para dar para eles... E aí a gente vai votar no escuro? Vamos votar no escuro? Então...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Apenas para esclarecer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Não, não, mas é verdade. Sabe por quê?

Só para dar um exemplo. Eu gosto sempre de dar um exemplo concreto de onde eu vivo. No Estado do Amazonas hoje, 100% do Diesel S-10, que é consumido no Amazonas, está sendo importado por duas distribuidoras, uma chamada Equador e a outra chamada Atem. E importam de onde? De Houston. Não compram mais sequer da Petrobras. Não compram mais sequer do mercado brasileiro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – A Petrobras nem produz o suficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE) – Hoje já são 25%.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – 25%.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – É 25% do total. Portanto, não há como garantir R$0,46 a menos na bomba se você não fizer subvenção para importação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE) – Claro! É isso que eu estou dizendo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, mas é isso que eu estou dizendo... Nós vamos votar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Não há como. Nós estamos diante de uma situação que é a seguinte. Tem que baixar 0,46. Para baixar 0,46, no curto prazo, não tem jeito, porque 1/4 do que é consumido no Brasil – e no caso do nosso Estado, 100% do óleo S-10 consumido no Estado do Amazonas – hoje é importado. Ponto. É um erro da política que nós estávamos discutindo ainda há pouco.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exatamente. Aí há outro dado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, veja: nós vamos votar isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu sei que nós vamos votar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E isso aí todos nós sabemos. Isso aí... Eu discordo disso, mas não quero entrar nesse mérito, não é essa a questão. É a saída emergencial.

Agora, vejam, isso tudo ocorre por quê? Porque as empresas dizem ao Governo que não suportam nada, porque, para elas, não vai cair nada – todos os R$0,46 vão cair... Elas dizem que não suportam. Será que não suportam mesmo?

Então, vejam, eu acho que nós precisamos dos subsídios para tomar decisões políticas, e nós temos que ir atrás desses subsídios com muita responsabilidade, com muita...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – A senhora falou a palavra mais importante do discurso de V. Exª: "com muita responsabilidade".

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Responsabilidade, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Por quê? Porque a Petrobras é uma empresa listada em Bolsa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – De capital aberto, claro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – ... é uma empresa que está na Bolsa de Nova York, sob a fiscalização da SEC, e que já viveu momentos extremamente delicados nos últimos quatro anos – não só a Petrobras, mas também a Eletrobras e outras empresas públicas. Portanto, nós temos que ter essa responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, fato é o que eu disse ainda há pouco: o povo brasileiro não aguenta mais essa política de preço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Esse ciclo de política de preço nos derivados de petróleo, envolvendo também, como disse bem V. Exª, a questão da energia e a questão da transmissão de dados, é fundamental, porque são insumos para o desenvolvimento econômico. Energia, derivados de petróleo e meios de transmissão de dados são insumos para que o Brasil volte a crescer e gerar emprego.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – E essa é uma questão fundamental para o nosso País.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Então, eu quero caminhar para a conclusão dizendo que eu acho que, nesse aspecto, nós estamos convergindo, e isso é muito importante.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Senador, pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Só pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Aí, vejam, essa nova política – quero apenas registrar isto e a minha opinião também – de aumentos diários não existe em lugar nenhum do mundo – em lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Isso foi um equívoco.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exatamente.

No Brasil, essa política de amortecimento, de contenção, existe há mais de 50 anos. Talvez, Senador Bezerra, no período da Presidente Dilma, tivesse havido um exagero, que foi agravado... E eu diria mais: agravado por conta de quê? Porque o petróleo caiu rapidamente: de 140 para 30. Isso também não é só política de preço dela não. Agora, o estudo é que vai mostrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – É um conjunto de variáveis.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Um conjunto de variáveis.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Mas a questão da manutenção foi...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Também.

Vamos ver qual é o percentual de cada uma. Não vamos colocar só a política de preço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Não, é claro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – A queda...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – E não adianta a gente também ficar olhando no retrovisor para buscar culpado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Nós temos que buscar...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Buscar o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – ... exemplos para não repetir.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Agora, para buscar o futuro, nós temos que ter, no mínimo... Nós somos Senadores e Senadoras da República. Se nós não tivermos acesso a esses dados, quem terá? Porque quem vai votar essas medidas provisórias somos nós. E olhem que nós só estamos discutindo o diesel. E a gasolina? A gasolina não é objeto de luxo não.

Os "toc-tocs" da nossa região, Senador Eduardo e Senador Flexa, aqueles motores de rabeta – a gente fala, e todo mundo ri, porque não sabe o que é motor de rabeta – não são movidos a diesel não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – É a gasolina.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É a gasolina. Este é o transporte do ribeirinho: toc, toc, toc, passam o dia inteiro toc, toc, toc. A campanha lá é cara por quê? Porque o toc, toc, toc consome muita energia. Então, os índios dizem assim: "Ah, vocês acham que a gente pede muito para fazer campanha, mas vão ver quanto a gente gasta de gasolina."

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, não. Eles dizem... É gasto de campanha; isso é normal – transporte, tudo. Isso é perfeitamente normal.

A gasolina e o gás de cozinha...

Então, não é só discutir a política tributária. Quando formos estudar também... Eu acho que é elevado diante do serviço que o Brasil presta, mas não está muito acima do que outros países praticam também. Então, vamos estudar. Agora, nós precisamos de números.

Acho que hoje seria importante, Senador Eduardo Braga, que já foi Ministro de Minas e Energia; Senador Fernando Bezerra, que também já foi Ministro de Minas e Energia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Tudo bem, V. Exª é o pai do ex-Ministro Fernando Coelho Filho, mas conhece como poucos aqui o assunto. Acho que estamos diante das duas pessoas que mais conhecem...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Além do que é um Senador estudioso, dedicado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É estudioso! É isso que estou dizendo. Nós estamos, Senador Flexa, diante dos dois Parlamentares aqui do Senado que, acho, mais dominam essa questão de energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Há também o Senador Hélio, que é do setor, da área e domina, conhece.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exatamente. Ele é do setor, é da área.

Eu só aprendo com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – O Senador Flexa milita na área há muitos anos, é engenheiro. Enfim...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu sou só uma aprendiz disso.

Mas é isso. Vamos ter uma reunião do Colégio de Líderes...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Imagine. Eu queria ser aprendiz!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Imagine!

Vai haver uma reunião do Colégio de Líderes hoje. Seria importante que todos estivéssemos lá, porque este não será um debate de Plenário. Acho que este é um debate mais interno, porque CPI é o único instrumento que ainda permite reuniões fechadas e uma série de coisas. E nem é preciso sessão. O que a gente precisa fazer é estudar.

E isso, concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Senadora, acho que é muito importante para a viabilidade disso a segurança e a transparência não só para o povo brasileiro, mas também para o mercado de que esta CPI não tem uma posição investigatória, persecutória. Ela tem a objetivo de abrir a caixa-preta, para que nós possamos conhecer os números, as informações. Não significa que nós vamos invadir a política de preços da Petrobras; queremos ter acesso às informações de forma transparente. Acho que essa é a grande segurança que o Colegiado de Líderes, que o Senado da República e os Senadores precisam dar a todos que nos assistem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE) – Inclusive, Presidente, para cotejar a experiência de outros países.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Perfeito!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE) – Há 76 países que têm gasolina mais cara que o Brasil, mas é preciso saber como eles taxam o combustível. Será que nós não estamos taxando demais? É preciso saber como o Brasil se situa no *ranking* dos países.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Nesses 76 países é mais caro ou mais barato?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE) – São 76 países em que é mais caro do que aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – A tendência do mundo é taxar elevadamente o combustível fóssil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – O grande problema é que esses 76 países que taxam, via de regra, ou são países muito pouco industrializados ou muito pouco dependentes de combustível fóssil. Então, são as duas coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, o Senador tem absoluta razão. Nós temos de ter um estudo e temos de propor. O Senado tem de ser uma Casa, como a Alta Câmara do Poder Legislativo brasileiro, que tenha a respeitabilidade e a credibilidade de receber essas informações de forma responsável, fazer uma análise e propor à Nação brasileira um novo pacto federativo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador, só para concluir...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE) – Só queria encerrar falando da minha preocupação com relação à medida provisória do frete mínimo. Isso não me cheira...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Mas nós não devemos nem abordar agora. Foi fato. É verdade...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE) – Mas isso vai acabar com os caminhoneiros do Nordeste, porque as cargas estão concentradas no Sul e no Sudeste...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu nunca ouvi falar que, por lei, a gente consiga resolver preço de alguma coisa. No entanto, neste momento, é um tema que está vencido pelo compromisso que se assumiu para que nós pudéssemos desmobilizar uma greve que estava paralisando o Brasil. Então, temos que, de forma responsável, assim como vamos ter de olhar a questão da subvenção para importação do óleo diesel, olhar de forma muito responsável para a discussão dessa questão do frete. Só que, de forma geral, eu diria a V. Exª o seguinte: nunca vi dar certo essa coisa de tabelar por lei preço de qualquer coisa, seja de juros, seja de...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE) – Plano cruzado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Plano Cruzado, seja do que for. Todos os exemplos que vimos no Brasil e no mundo deram errado com relação a isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente Eduardo Braga...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Só para concluir antes da Senadora Fátima.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Só para concluir? Claro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Só para concluir, porque a palavra estava comigo.

Eu já concluí essa parte e apenas gostaria de aqui fazer uma propaganda. Hoje, junto com o *Jornal do Senado*, veio o encarte "Senado Mulher", e a principal matéria é sobre a vitória das mulheres no Tribunal Superior Eleitoral. Nós garantimos 30% dos recursos para as mulheres neste período eleitoral, o que, inclusive, já está regulamentado pelo próprio TSE. Já saiu a normatização desse aspecto. Então, apenas para que os senhores possam ler. Com isso, a gente acha que acabaram as laranjas; agora todas as candidatas serão, de fato, candidatas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu queria pedir só...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É só um convite, Senador Eduardo Braga. Quero até aproveitar, por isso fiz pedi ao Senador Fernando Bezerra para que também pudesse ficar: nós, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que tenho a honra de presidir nesta Casa, vamos receber, hoje, a partir das 14h, o novo Ministro da Integração,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Antônio de Pádua. E, em pauta, a conclusão do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Claro!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, quero aqui compartilhar com os colegas Parlamentares da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Às 14h?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Às 14h. Enfim, até pela identidade,...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sinergia.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... pela sinergia que essas duas Comissões têm.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – O.k.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Senador, apenas porque o Senador Flexa está aguardando a palavra há alguns minutos e obedecendo à ordem de chegada, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Eduardo Braga, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero primeiro dizer que as reuniões da Comissão de Infraestrutura têm sido um palco importantíssimo para o debate. Lamentavelmente, nós não temos tido quórum para que pudéssemos... Ainda falta um às 10h30 da manhã. Mas, pelo menos, estamos aqui discutindo, debatendo esses problemas que são importantíssimos para o nosso País.

V. Exª já tocou, ao final, naquilo a que me referi. Não acredito que se possa tabelar alguma coisa por decreto; o mercado é que vai definir qual é o frete mínimo, qual é o frete máximo. Mas tudo bem, temos de acompanhar aquilo que foi acordado com os caminhoneiros. Então, vamos ter de definir qual é o frete mínimo.

Preocupa-me e acredito que, lamentavelmente, o Governo está sem rumo. Ele está perdido. É como cachorro quando cai de caminhão de mudança e não sabe para onde vai. Agora veja que o PIS/Cofins, em 2017, na gasolina, era 0,38. Quando foi em 2018, aumentou para 0,79; dobrou. Quanto ao diesel, Senadora Vanessa, em 2004, era 0,14; em 2015, 0,24; em 2017, dobrou para 0,46.

Quer dizer, no afã de arrecadar, o Governo, por decreto, aumenta o valor de PIS/Confins sobre os combustíveis, tanto gasolina como diesel, dobrando isso em 2017, o que motivou parte dessa alta insustentável e terminou lamentavelmente na paralisação do País, não dos caminhoneiros. E, agora, por negociação, reduziu R$0,11, vindo para R$0,35, ainda superior ao que era em 2015, quando era R$0,24. E mais, Senador Eduardo Braga: a União não reparte com os Estados e os Municípios PIS/Confins, que são receitas só da União, sacrificando novamente Estados e Municípios.

Eu concordo com o Senador Fernando Bezerra quando diz que nós temos que limitar o ICMS nos combustíveis dos Estados. É verdade. Ele pretende ser Governador de Pernambuco, V. Exª foi Governador do Amazonas. É real isso. A receita dos Estados está baseada praticamente em quatro itens que são o que eles chamam de contribuintes substitutos, que são cobrados na produção, no distribuidor – quando vem o combustível, já está colocado. Agora, como vamos taxar o combustível se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os Estados não conseguem vencer as suas necessidades de caixa colocando esses coeficientes de cobrança de ICMS altos, 0,25, alguns Estados até com 0,30, sendo que, no diesel, é um pouco mais baixo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Na gasolina, é até 0,35.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Na gasolina, mas, no diesel, é um pouco mais baixo.

O que eu acho que é preciso é termos a coragem de enfrentar o que já devia ter sido feito há muito tempo que é rever o Pacto Federativo, que é rever o tamanho do Estado brasileiro, em vez de estarmos cortando orçamentos de saúde, de educação, de infraestrutura, de tirar a Cide, o que tira também dos Estados e Municípios na questão de atender às suas rodovias. Tudo é sacado dos Estados ou, então, da educação e da saúde.

Seria necessário cortar o tamanho da estrutura do Governo. São trinta e tantos Ministérios. Para que isso – para que isso?! Vamos reduzir. Como seria se nós pudéssemos ter 17 Ministérios? Qual seria a redução de custeio do Estado para que não precisássemos, então, fazer essas manobras no orçamento?

O lençol é curto. Estamos vendo que o Governo puxa, para cobrir a cabeça, e descobre os pés; puxa de volta para os pés, e descobre a cabeça. Então, ele não vai conseguir resultado nenhum.

Foi dito aqui algo sobre o GLP que é verdade. Daqui a pouco, vai haver novamente uma grita, porque o GLP é necessidade primeira para fazer alimentação. Senão, nós vamos voltar à Idade da Pedra, vamos começar de novo a cozinhar com lenha. Aí vem o Ibama e vai multar todo mundo, porque não se pode tirar lenha para cozinhar. Então, nós estamos aí numa questão.

V. Exª tem razão quanto à redução das sondas de perfuração do Amazonas. Isso deve ter ocorrido no Brasil. Então, lá atrás, no governo do ex-Presidente Lula, ele fez uma festa dizendo que o Brasil era autossuficiente em petróleo e até marcou com as mãos as costas do macacão. O Brasil nunca foi autossuficiente em petróleo, porque não o é em combustível. Ele tem produção de petróleo, exporta petróleo, mas importa combustíveis – 25% desses combustíveis.

Por que o Governo brasileiro não incentiva as outras fontes de energia? Por que o Governo brasileiro não incentiva o etanol? O etanol é algo que foi desenvolvido no Brasil e já teve um papel importante há tempos; ele foi esquecido e precisa voltar a ter esse papel importante. Quanto mais se usar o etanol menos se utiliza a gasolina. Eu não sei. Realmente, é um negócio muito complicado.

Quanto a essa questão da tarifa social para subsidiar, eu tenho medo de subsídios, Senador Eduardo Braga, porque subsídio não se sustenta. O Estado brasileiro não aguenta subsidiar todo o tempo tudo isso que há de subsídio no nosso País. As coisas têm que se sustentarem.

O grande erro do ex-Presidente da Petrobras Pedro Parente, que é uma pessoa com reconhecida competência por todo o Brasil, é que ele acelerou demais a recuperação que ele tinha que fazer e que o Brasil tem que fazer da Petrobras, mas não houve, por parte do Governo, uma orientação, Senadora Vanessa. É preciso recuperar a Petrobras? É preciso, todos nós reconhecemos, mas qual o tempo de recuperação dela?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – E qual a forma?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E qual a forma?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Transferindo o preço do combustível para cima do povo e da economia não é a solução.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É lógico, mas é porque ele quis fazer isso em menos de um ano ou em um ano e pouco. Isso tem que ser feito gradualmente. Senão, isso não se sustenta, vai ficar como está aqui.

O Senador Bezerra falou na questão do serviço de água, que tem a tarifa diferenciada. É a tarifa social, que é uma tarifa subsidiada pelos que mais consumem, em relação ao consumo. Aqueles que têm menos consumo, até 100 metros cúbicos, têm uma tarifa menor, que é a tarifa social.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – A energia elétrica tem a mesma forma.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Também.

Eu não sei se é possível fazer no gás. Como vai fazer uma tarifa social no gás? Não sei.

Eu acho que estes debates aqui são importantíssimos. Eu não quero que não tenhamos quórum, eu quero que possamos ter quórum...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Nós já alcançamos o quórum pelo menos para não deliberativas. E aí já temos duas matérias e os requerimentos para votar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu vou parar por aqui para V. Exª retomar a pauta.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Com a palavra o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Presidente Eduardo Braga.

Dentro do tema preponderante aqui, nesta Comissão, concordo totalmente com o que disse o Senador Flexa sobre a importância que esta Comissão tem, uma importância que ficou aumentada diante desta crise que o País está vivendo, de que estamos saindo, que alarmou o País como nunca, inclusive para um item que é a nossa dependência ao rodoviarismo e, por consequência, ao petróleo.

Por isso, Presidente, estou pedindo uma inversão de pauta com relação ao item 15 da pauta de hoje, que diz respeito a um requerimento que está na mesa, em que eu estou propondo uma audiência pública para nós tratarmos desse sistema logístico brasileiro, para nós debatermos as ações, os investimentos, o que existe a respeito de outros modais de transporte no País. Então, eu estou propondo que tenhamos essa audiência pública e propondo um número relativamente pequeno, mas de autoridades muito importantes, para discutirmos isso. Eu estou indicando, por exemplo, o Ministro do Planejamento, Esteves Colnago Junior; o atual Ministro dos Transportes, Valter Casimiro, que trata não apenas de transporte rodoviário, mas também dos portos, da aviação civil, etc; o Sr. Gustavo Bambini, Presidente da ANTF (Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários) para nós centrarmos, principalmente, a discussão no transporte ferroviário – é uma grande solução para este País continental em que vivemos –; e o Sr. Fabiano Pompermayer, Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura do Ipea.

Então, o pedido que eu queria fazer a V. Exª é que nós votássemos esse requerimento para nós discutirmos os modais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Vamos votar.

Agradecendo a participação de V. Exª, eu passo a palavra para a Senadora Vanessa, como Relatora *ad hoc*, do item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, de 2017
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir no Anexo da Lei a interligação entre o rio Preto, localizado no Estado da Bahia, e o rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o rio São Francisco até o rio Amazonas.

Autoria: Deputado Gonzaga Patriota
Relatoria: Senadora Kátia Abreu (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela rejeição

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Relatora.) – O relatório é bastante extenso, Senador, eu vou ler apenas algumas partes, porque creio que todos os nossos colegas Parlamentares já fizeram a devida leitura e estudo.

Então, pelo exposto, como V. Exª já qualificou, o projeto prevê que seja feita a interligação entre o Rio Preto, na Bahia, e o Rio Tocantins, para assegurar a navegação desde o Rio São Francisco até o Rio Amazonas. O Rio Preto, por sua vez, está vinculado ao Rio São Francisco.

Por sugestão da Senadora Kátia Abreu, que é a Relatora da matéria, foram propostas, aprovadas e realizadas três audiências públicas nesta Comissão. Portanto, a matéria está bem debatida, Presidente.

Nos termos do Senado Federal, sem dúvida nenhuma, esta CPI é que deve analisar o mérito.

Em relação ao mérito, é necessário esclarecer que, desde 2015, conforme divulgado pela própria ANA (Agência Nacional de Águas), a Bacia do Rio Tocantins vem enfrentando, veja, a Bacia do Rio Tocantins vem enfrentando condições hidrometeorológicas desfavoráveis, com vazões e precipitações abaixo da média, superando todas as médias históricas registradas desde o início das observações em 1931.

Em função da crise hídrica na Bacia do Rio Tocantins, a partir de 17 de agosto de 2017, começaram a acontecer reuniões semanais de avaliação das condições de operação futura dos reservatórios do Rio Tocantins. Isso tudo... E aí vem uma série de análises, uma série de gráficos, Senadores, Senador Eduardo, e uma série de análises que foram feitas durante as três audiências públicas realizadas, inclusive, pelo Ibama, a Embrapa que veio se pronunciar, além do Ministério de Minas e Energia, além da ANA, Ministério da Integração Nacional, ou seja, todos foram ouvidos, DNIT e muitas entidades.

Dentro dessas manifestações, Sr. Presidente, a manifestação do Ministério dos Transportes, através da Secretaria de Política Nacional de Transportes, emitiu um parecer técnico, que é o Parecer nº 13, de 2014, firmando posição contrária ao projeto de lei em questão. Essa Secretaria de Política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Transportes informou que qualquer intervenção destinada a promover melhoramentos nas condições do tráfego em via navegável interior deverá adequar-se aos princípios e objetivos da Política Nacional dos Recursos Hídricos, que foi instituída pela Lei nº 9.433, de 1997.

Por fim, também, resgata-se aqui, neste relatório, a participação do Ministro da Integração Nacional, falando também dessa mesma preocupação.

Sr. Presidente, ao final, depois de todas essas análises, o voto da Relatora, por todas essas questões, é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2017.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria da Mesa para o seguimento da sua tramitação.

Item 2, não terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, de 2017

- Não terminativo -

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona.

Autoria: Deputado Pedro Fernandes

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela rejeição

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp, como Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como já é de conhecimento de todas as Srªs e os Srs. Senadores, o relatório é pela rejeição. Então, eu vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição por inconstitucionalidade do PLC nº 167, de 2017.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para seguimento de sua tramitação.

Item 12.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 20, de 2018
- Não terminativo -

Requer, a realização de audiência pública para discutir como mitigar os impactos ao Parque Nacional de Brasília, as responsabilidades institucionais entre o Governo do Distrito Federal e o Governo Federal e a construção da Rodovia DF-097.

Autoria: Senador Hélio José

Requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, e art. 104 do Regimento Interno do Senado a realização de audiência pública para discutir como mitigar os impactos ao Parque Nacional de Brasília, as responsabilidades institucionais entre o Governo do Distrito Federal e o Governo Federal e a construção da Rodovia DF-097. Para tanto, sugere os seguintes convidados: Sr. Francisco Joélio Rodrigues, Presidente da Associação Núcleo e Cidadania; Sr. Jânio Farias Marques, Presidente da Campanha Não Faça do Trânsito uma Arma; Sr. Edmilton Gomes de Oliveira, Presidente da Associação de Produtores da 26 de Setembro; representante do Instituto Brasília Ambiental; representante do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 13.

ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 22, de 2018
- Não terminativo -

Requer que seja convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia, a fim de prestar esclarecimentos acerca da política de reajuste de combustíveis adotada pelo Governo Federal.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 15.

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 24, de 2018
- Não terminativo -

Requer audiência pública para debater o sistema logístico brasileiro, com o objetivo de conhecer os programas, ações e investimentos realizados no sentido de diversificar os modais de transporte no país.

Autoria: Senador Lasier Martins

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para tanto, sugere sejam convidados: o Sr. Esteves Pedro Colnago Junior, Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; o Sr. Valter Casimiro Rocha, Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil; o Sr. Gustavo Bambini, Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários; o Sr. Fabiano Pompermayer, Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura do Ipea.

Em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrarmos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – O item 14, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Ah, o item 14...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É o do Presidente da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – É que V. Exª nomina Pedro Parente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas já substituímos aí para Ivan.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Até agora eu não o recebi. Ele está prejudicado. V. Exª apresenta na próxima reunião, ou, se estiver com ele aí, eu o coloco extrapauta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Já está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Não chegou.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas já está no... Como é que chama?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Então, está a caminho.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, não. Está no sistema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu não tenho o requerimento aqui em mãos para colocar em votação, por isso é que não consigo fazê-lo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É só substituição no convite pelo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Bem, requerimento sem número ainda... A Secretaria tem como me dar um número?

EXTRAPAUTA
ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 25, de 2018
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do artigo 58, §2º, V, da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão, em audiência pública, solicite o depoimento do senhor Ivan Monteiro, Presidente da Petrobras, no que concerne à atual política de reajuste de combustíveis praticada pela empresa e os consequentes e sucessivos aumentos de preço, sobretudo da gasolina, do diesel e do gás de cozinha. Ademais, requer que este colegiado possa obter informações aprofundadas, a partir da tomada de depoimento, quanto à implementação da política de desinvestimentos da Petrobras.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrarmos, agradeço a presença de todos, em especial das Srªs e dos Srs. Senadores.

E convoco a próxima reunião, a ser realizada no dia 12 de junho, terça-feira, às 19h, neste plenário.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e três minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Paulo Rocha, Regina Sousa, Paulo Paim, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Rose de Freitas, Rodrigues Palma e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Humberto Costa, Davi Alcolumbre, Ciro Nogueira, Lídice da Mata, Wellington Fagundes e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDR 16/2018, de autoria da Senadora Fátima Bezerra. **Finalidade:** Debater o andamento das obras físicas e sociais que estão sendo realizadas para conclusão do projeto de Integração do Rio São Francisco {PISF}, principalmente às relacionados ao Eixo-Norte 1 e do Ramal do Apodi que beneficiam os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba. **Resultado:** Audiência Pública não realizada, devido à ausência do convidado, Antônio de Pádua de Deus Andrade, Ministro de Estado da Integração Nacional. Usaram da palavra, após aprovação da comissão, os Deputados Federais: Marcondes Gadelha e Raimundo Gomes de Matos. Fica agendada esta Audiência para o dia 05/06/2017, às 9h, Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Quero aqui registrar a presença do Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos, que coordena a comissão especial que trata do acompanhamento da obra do São Francisco na Câmara dos Deputados, e também a presença do Deputado Federal Marcondes Gadelha, da Paraíba, que vai assumir agora o mandato em decorrência da morte inesperada e precoce do nosso querido conterrâneo Rômulo Gouveia.

Neste exato momento, na condição de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, na condição de Senadora nascida na Paraíba, terra de Rômulo, adotada carinhosamente pelo povo do meu querido Rio Grande do Norte, quero aqui, Srªs e Srs. Parlamentares, registrar meu profundo pesar pela morte inesperada e precoce do meu conterrâneo, o Deputado Rômulo Gouveia, que faleceu nesta madrugada de domingo, em Campina Grande, na Paraíba. Rômulo tinha 53 anos de idade. Tinha sido internado em razão de uma infecção urinária, tinha recebido alta no sábado, mas, infelizmente, na madrugada do último domingo, teve um infarto fulminante.

Faço questão aqui de registrar que, apesar das diferenças partidárias, nós nos dávamos muito bem. Eu tinha muito carinho por ele, admirava-o muito; Rômulo era uma pessoa sensata, cordial, atenciosa, e, como Parlamentar, uniu-se a nós no empenho de ver realizado esse grande sonho que o povo do Rio Grande do Norte, do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, que o povo nordestino acalenta de ter as obras de integração do Rio São Francisco concluídas, de forma a beneficiar os milhares de pessoas que hoje sofrem ainda com as consequências da seca.

E tanto é verdade o que eu estou colocando aqui sobre o empenho de Rômulo na luta pela realização do projeto de integração das bacias do Rio São Francisco que Rômulo integrava a comissão especial lá na Câmara dos Deputados que trata exatamente do acompanhamento da obra do São Francisco, presidida pelo Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos. Rômulo inclusive aqui esteve, nesta Comissão, várias vezes, também para participar do debate acerca da transposição das águas do São Francisco, essa obra que nós não podemos aqui nunca desconhecer. Está se tornando uma realidade, inclusive se tornou uma realidade para a querida Campina Grande, que Rômulo tanto amou, graças à ousadia e determinação do Presidente Lula, que foi quem tirou essa obra do papel.

Rômulo foi eleito Vereador na Paraíba ainda em 1992. Rômulo era muito respeitado em toda a Paraíba, respeitado na Câmara dos Deputados por todos nós, aqui no Congresso Nacional, pelo mandato que realizava, um mandato voltado principalmente para defender os interesses da sua querida Paraíba.

O Governador Ricardo Coutinho e diversas autoridades da Paraíba lamentaram essa perda, bem como decretaram luto de três dias em razão da morte do querido Deputado Rômulo Gouveia.

Quero aqui, portanto, enviar meu abraço afetuoso, meu abraço de solidariedade à esposa de Rômulo, a pedagoga e ex-Deputada Estadual Eva Gouveia, bem como aos seus quatro filhos, e esse abraço de solidariedade estendido também à legião de amigos e amigas que o Deputado Rômulo Gouveia conquistou na sua terra natal.

Rômulo Gouveia sempre presente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou aqui quebrar o protocolo e passar a palavra ao Deputado Marcondes Gadelha e, em seguida, ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. MARCONDES GADELHA – Srª Presidenta, Sr. Deputado Raimundo Gomes de Matos, Srs. Senadores, Srs. Deputados, eu quero agradecer, em nome da Paraíba, pela comovente homenagem que V. Exª acaba de prestar à memória de Rômulo Gouveia, pelas suas palavras generosas, palavras de encômio àquela personalidade que era de nossa admiração, do nosso carinho e do nosso afeto todo especial.

A mim cabe a responsabilidade de substituir Rômulo, e eu estou muito consciente da dificuldade, de como será árdua essa tarefa. Rômulo foi um dos Deputados mais operosos não só da Paraíba, mas eu diria do País inteiro, um dos mais operosos Deputados que já passaram por esta Casa. Eu admirava a sua aplicação, o empenho com que ele se dedicava a suas causas e como ele vibrava a cada novo desafio, como ele gastava adrenalina, energia, vitalidade no afã de realizar, no afã de fazer as coisas em favor da Paraíba e em favor do Nordeste. Era, sem dúvida, de um dinamismo extraordinário. E tinha o dom da ubiquidade: estava presente em toda parte ao mesmo tempo, como se estivesse permanentemente desafiando as leis da física. Era extremamente presente, e nada disso prejudicava fosse compromisso social, fosse compromisso político, fosse de natureza cultural; ele estava presente sem prejudicar a sua agenda, a sua pauta de audiências ou a sua assiduidade no plenário. Era realmente de uma capacidade impressionante, apesar das vicissitudes físicas, o excesso de peso, que, de alguma forma, acabou contribuindo para esse desenlace terrível que nós tivemos neste fim de semana.

Eu também quero aqui dizer que Rômulo tinha uma consciência cidadã profunda, era cumpridor da sua palavra, dos seus compromissos, dos seus deveres, das suas responsabilidades. Era um amigo leal, daquele tipo que matava no peito a aflição do próximo e, se não conseguia resolver, pelo menos tinha uma palavra de conforto, mas nunca voltava as costas, nunca ficava indiferente, alheio, nunca refluía desse envolvimento com as dificuldades alheias.

Eu quero também registrar o meu pesar e pedir a Deus que dê resignação e conforto a sua família e a todos nós que aqui permaneceremos fiéis a sua memória, solidários, como a terra nas raízes arrancadas.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deputado Marcondes Gadelha, meus cumprimentos também pela bonita homenagem que faz ao Deputado Rômulo Gouveia. Que Deus o ilumine, que Deus o abençoe nesse desafio que V. Exª terá agora pela frente, que vai ser exatamente o de assumir o mandato de Deputado Federal, substituindo a cadeira ocupada aqui pelo Deputado Rômulo Gouveia. Eu não tenho nenhuma dúvida de que, assim como Rômulo, vamos contar com a participação muito intensa do senhor na defesa dos interesses do Brasil, em especial do Nordeste, em especial da Paraíba, inclusive no tema da infraestrutura hídrica, no que diz respeito à questão do projeto de integração das bacias do São Francisco.

Imediatamente, passo agora também a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos, mais uma vez agradecendo a presença dele aqui. O Deputado Raimundo tem sido uma das lideranças no âmbito da Câmara dos Deputados nessa luta pelo acompanhamento do projeto de integração das bacias do São Francisco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE) – Inicialmente, nós queremos saudar todos que fazem o Senado Federal na pessoa da nossa grande Senadora Fátima, que tem uma história não só nas questões sociais do Nordeste brasileiro, mas defende todos os princípios constitucionais da nossa República.

A Senadora Fátima, quando Deputada Federal, sempre nos ajudava muito a resolver os problemas do Rio Grande do Norte e do Ceará, porque temos extrema proximidade, o Ceará e o Rio Grande do Norte, quer nas questões hídricas, quer nas questões da saúde, os próprios agentes comunitários de saúde, os agentes de combate às endemias, tudo isso passa e está passando aqui no Senado Federal por essa articulação que a Senadora vem fazendo.

E quero também aqui registrar o grande pesar com que amanhecemos no domingo, com a perda do nosso grande Rômulo. Nosso estimado Marcondes Gadelha retorna aqui ao Congresso Nacional, ele tem também uma história em defesa do Nordeste brasileiro, como Parlamentar de vários mandatos, e retorna para reforçar a nossa Bancada do Nordeste, mas, na perda do Deputado Rômulo nós sentimos um vácuo, porque sempre que nos encontrávamos com o Rômulo ele debatia sugestões, quer da questão da dessalinização de água do mar, quer da questão de uso da água, quer dizer, vários projetos o Deputado Rômulo apresentava na nossa comissão na Câmara Federal. Essa comissão já está funcionando praticamente há três anos, para que nós possamos dar todo esse monitoramento, esse apoio também na votação do Orçamento, junto ao TCU, junto ao Ministério da Integração, com essa parceria.

É claro, com certeza, que o Deputado Marcondes Gadelha vai fazer a solicitação para integrar a Comissão Externa que acompanha a transposição, até para que nós possamos aprender com a sapiência e os conhecimentos que o Deputado Marcondes Gadelha tem já no Congresso Nacional, e assim nos ajudar a concretizarmos isso, porque a transposição não é somente a obra física de transpor águas: há também os problemas sociais que advêm dessa oferta de água, as obras complementares, quer de saneamento, quer de abastecimento de água, a questão dos resíduos sólidos. Há a necessidade de nós termos também um modelo de gerenciamento, uma proposta nova, um modelo de gerenciamento que está sendo proposto. Há um pacto com os secretários. Nas nossas próximas audiências lá na Câmara, a intenção é já ouvirmos os secretários de Estado para que eles possam já apresentar seus projetos, o que está sendo delineado no pacto com os secretários de Estado.

Tenho certeza de que, através dessa parceria também com o Senado Federal, entre as duas Comissões, poderemos aprofundar algumas visitas técnicas em conjunto, assim como fazer audiências em conjunto, coordenadas pela Senadora Fátima, que sempre é guerreira em relação ao Nordeste e, acima de tudo, em relação às questões sociais, às questões hídricas.

Então, nós queremos aqui reafirmar isso e ficar sob o comando da nossa Senadora.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deputado Raimundo Gomes, cumprimento-o pela homenagem aqui ao Deputado Rômulo Gouveia, assim como por sua disposição no sentido de que possamos potencializar cada vez mais essa parceria entre o Senado e a Câmara no que diz respeito ao acompanhamento da obra do São Francisco.

A esse respeito, eu quero aqui comunicar aos Parlamentares e aos nossos convidados e convidadas que a audiência pública prevista para esta manhã com o objetivo de tratar do andamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da obra, tanto do ponto de vista físico como social, do projeto de integração das bacias do São Francisco, foi cancelada. O Ministro teve um imprevisto e só agora, pela manhã, fui informada da impossibilidade de o Ministro aqui comparecer. De pronto, nós cancelamos a audiência pública pedindo aqui compreensão aos convidados, inclusive aos que vieram de outros Estados para aqui estarem presentes.

Agradeço a presença aqui dos integrantes do Ministério da Integração Nacional: Marcelo Pereira Borges, que é o Diretor do Departamento de Obras Hídricas do Ministério da Integração Nacional; Irani Braga Ramos, que é Assessor do Ministério da Integração Nacional; Jimmu de Azevedo Ikeda, que é o Diretor Substituto do Departamento de Projetos Estratégicos do Ministério da Integração Nacional; Rafael Ribeiro Silveira, Coordenador-Geral de Engenharia do Ministério da Integração Nacional. Temos ainda – queremos registrar – Vinícius Bernardes, que é Gerente de Projetos do Ministério da Integração; e Davi Tadeu Borges, que é o Coordenador-Geral de Programas Ambientais.

Portanto, a audiência está cancelada diante da impossibilidade da vinda do Ministro.

Ao mesmo tempo, agradeço a presença dos demais integrantes do Ministério. Quero também adiantar que já marcamos a data da nova audiência, Deputado Marcondes Gadelha e Deputado Raimundo Gomes de Matos: a nova audiência vai acontecer agora, no dia 5 de junho, primeira terça-feira após o feriado.

Conversei há pouco com o Dr. Sílvio, que é o Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional, e esperamos realmente que no dia 5 não aconteça nenhum imprevisto, nenhum transtorno, e que nós possamos fazer essa audiência pública cujo objetivo é muito claro: a Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal tem de cumprir seu papel de acompanhamento, de fiscalização. No caso, está em debate aqui não uma obra qualquer, mas uma obra grandiosa, por seu valor humano e pela repercussão social que expressa para nós, povo do Nordeste setentrional. É uma obra que se arrasta há muito tempo.

Volto aqui a dizer: nós não podemos nunca deixar de reconhecer o protagonismo do Presidente Lula, porque foi ele quem teve a determinação e a coragem de tirar essa obra do papel. Igualmente, precisamos reconhecer o esforço que a Presidenta Dilma fez, mesmo passando por aquelas dificuldades. O fato é que Lula e Dilma deixaram a obra, 94%, em andamento.

E agora qual é o nosso papel, Deputado Raimundo Gomes? É exatamente este: cobrar do Governo Federal a conclusão do chamado Eixo Norte, que o Ceará está esperando, que o meu Rio Grande do Norte está esperando. Não chegou uma gota d´água do São Francisco ainda ao Rio Grande do Norte. Graças a Deus, as águas do São Francisco já banharam parte da Paraíba. Diante do colapso que vivia Campina Grande, imaginem se não fossem as águas do São Francisco! Se as águas do São Francisco não tivessem chegado a Campina Grande, como é que estaria hoje? E eu digo isso também para me reportar ao meu Rio Grande do Norte: se as chuvas não tivessem caído neste início de ano, eu não sei como é que estaria a situação do Rio Grande do Norte em matéria de colapso hídrico, diante dessa estiagem prolongada – seis anos de seca, os reservatórios arrebentados, menos de 10% da capacidade hídrica, a nossa Barragem Armando Ribeiro Gonçalves operando em volume morto. Meu Deus! Repito: se as chuvas não tivessem chegado, Deputado Raimundo Gomes, como é que estaríamos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Digo isso para reforçar cada vez mais a importância que a gente tem que dar à cobrança pela conclusão dessa obra. Ela foi judicializada, e nós fizemos todo um trabalho no ano passado, a Caravana das Águas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, essa mobilização social que trouxe as igrejas, a classe política, gestores, sociedade civil. Foi muito importante, inclusive para sensibilizar o Supremo Tribunal Federal e fazer com que a questão da judicialização fosse superada. E a obra foi retomada.

No entanto, para apreensão nossa, agora surge novo transtorno: a empresa responsável rescindiu o contrato. E o Ministro – nós tínhamos aqui que reconhecer – está empenhado em resolver esse impasse. Por quê? Porque essa obra tinha data para ser entregue, data essa que já foi modificada. Inicialmente, a obra estava prevista... As águas deveriam chegar no início do ano, deveriam ter chegado já ao Ceará e, no meio do ano, à Paraíba e ao Rio Grande do Norte. O calendário já foi alterado. Agora é meio do ano ao Ceará, Raimundo Gomes, e, no final do ano, à Paraíba e ao Rio Grande do Norte.

E a nossa pergunta: esse calendário vai ser mantido diante, repito, de mais esse transtorno que foi a empresa ter rescindido o contrato? Daí a necessidade e a importância da presença do Ministro da Integração Nacional, Dr. Antônio de Pádua, e de sua equipe aqui nesta Comissão. Nós os convidaremos quantas vezes forem necessárias, porque nós estamos aqui cumprindo o nosso papel, eu, o Deputado Marcondes Gadelha, o Deputado Raimundo Gomes e o Senador Pedro Chaves, que aqui está. Estamos cumprindo o nosso papel, em nome do povo que nós representamos nesta Casa. E estamos tratando, repito, de uma obra de caráter estratégico para nós, povo do Nordeste setentrional.

Claro que, relativamente a essa obra, também nós vamos discutir o Eixo Norte, a conclusão do Eixo Norte. Nós vamos discutir, por exemplo, o Canal do Piancó, a Barragem de Oiticica, com 65% já em andamento, mas enfrentando agora outro problema: precisa de um aditivo de R$300 milhões, o que já está sendo objeto de debate com o Ministro. Foi objeto, inclusive, de uma audiência com a Bancada. Ficou, inclusive, de o Governador do meu Estado solicitar uma audiência com o Ministro do Planejamento e convidar a Bancada para tentarmos resolver isso. Ou seja, trata-se de assegurar um aditivo de R$300 milhões para que Oiticica, que é uma obra importantíssima do projeto de integração das bacias do São Francisco lá no Rio Grande do Norte, seja concluída e seja entregue, pelo que ela representa em matéria de segurança hídrica para a região do meu querido Seridó, lá no Rio Grande do Norte.

Assim também o Ramal Apodi-Mossoró, que é fundamental. Eu quero aqui saber do Ministro quando é que vai ser publicado o edital de construção do Ramal Apodi-Mossoró. Tenho conversado com o Ministro sobre isso, é uma obra grandiosa, mas essa obra tem de ter início um dia, até porque você não termina aquilo que você não começa, de forma alguma.

Então, eu quero aqui aproveitar a presença dos integrantes do Ministério da Integração Nacional para dizer que realmente esperamos que dia 5 não tenhamos aqui nenhum imprevisto, que dia 5 de junho o Ministro aqui esteja para a gente dar continuidade a esse debate sobre uma das obras, repito, mais emblemáticas e mais importantes para a história do povo nordestino, que é o projeto de integração das bacias do São Francisco.

Portanto, fica...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço à Secretaria da Comissão que tome todas as providências para renovar o convite para dia 5 de junho às 9 horas.

Com a palavra o Deputado Federal Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA – Serei muito breve.

Quero, primeiro, agradecer ao Deputado Raimundo Gomes de Matos pelo convite para integrar a Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto de Transposição lá na Câmara dos Deputados.

Essa causa me é extremamente preciosa, é uma espécie de razão de ser da minha atividade parlamentar. Estou envolvido com ela há mais de 25 anos. Desde o tempo em que o Ministro Andreazza apresentou a sua primeira proposta de transposição, eu estou envolvido e fico frustrado de ver que, infelizmente, passado esse tempo todo, nós não conseguimos e não encontramos uma razão maior para esse atraso.

Só para comparação, os chineses, Deputado Aníbal Gomes, começaram a transposição da Bacia do Rio Yangtzé para a Bacia do Rio Amarelo muito depois de nós, e a nossa transposição, perto da transposição da do Rio Yangtzé, é brincadeira de criança. Aqui a gente está falando em transpor 127 metros cúbicos por segundo quando Sobradinho estiver vertendo; lá a transposição é de 1,6 mil metros cúbicos por segundo. Aqui o custo é de R$8 bilhões; lá, de US$62 bilhões. Eles começaram a discussão muito depois, já terminaram e já estão usufruindo desse benefício.

Agora eu sou surpreendido com um novo atraso e com uma rescisão de contrato. E aí eu quero perguntar à Presidenta Fátima Bezerra qual é a razão alegada, qual é a empresa – porque eu estou voltando agora ao batente, estou pegando o peão na unha de novo, recomeçando tudo –, no caso, e o que foi alegado para a rescisão? Essa rescisão foi unilateral? Foi por parte da empresa? Que motivo foi alegado para fazerem essa rescisão?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deputado Marcondes, veja bem, o Ministro Antônio de Pádua, logo que assumiu, com a saída do ex-Ministro Hélder Barbalho, esteve aqui visitando os Senadores e as Senadores da Bancada do Nordeste, falando exatamente que uma das principais prioridades era a conclusão do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco. No dia seguinte, ele nos enviou uma carta dando conhecimento desse imprevisto de que a empresa responsável pela obra teria rescindido o contrato. O motivo apresentado naquele momento era de que a empresa estava com dificuldade de capital de giro, mas ele não se aprofundou. O motivo alegado foi...

O SR. MARCONDES GADELHA – E qual foi a empresa?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu não sei.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE) – É uma empresa de Goiás? A Emsa? É um consórcio. O grande problema, só complementando...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE) – Existe uma comissão específica na Câmara Federal debatendo uma nova proposta da Lei de Licitações. O grande gargalo hoje de muitas obras públicas é a questão da licitação, por quê? É feito o processo licitatório e são feitos determinados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consórcios; às vezes, aquele consórcio ganha aquela licitação, e há impasses internos entre as duas, três empresas que ganharam o consórcio.

Então, a empresa anterior era de Goiás – parece-me que era Emsa o nome dela – e que não... Era para ter uma média de 1,2 mil homens no campo, houve atraso de pagamento não pelo Ministério, mas houve atraso de pagamento da empresa com os fornecedores, e isso desestabilizou o processo. Na época, o Ministro afirmou que fatalmente não poderia fazer dispensa de licitação e teria de chamar a quarta colocada.

Quer dizer, para se ver, já é a quarta empresa a assumir o trecho, a Ferreira Guedes, que também é um consórcio. E nós esperamos que esse consórcio, esse *pool* de empresas que assumiram esse compromisso... Houve a habilidade do Ministro em fazer a rescisão amigável, porque, se fosse judicializar, eram mais meses pela frente. Houve toda a habilidade da equipe do Ministro em fazer a rescisão oficial. Foi-nos informado também que o recurso que há para a empresa receber fica vinculado ao pagamento dos funcionários, que está atrasado em dois, três meses, e ao dos fornecedores. Então, essa questão da Lei de Licitação é um problema seríssimo em determinadas obras, e isso a gente precisa efetivamente mudar.

Na nossa comissão, nós recebemos, na época, o Gen. Dantas, que era do Batalhão de Engenharia do Exército Brasileiro, e ele se colocou à disposição. Na época, estivemos no TCU com o Ministro Carreiro vendo essa questão de uma excepcionalidade, mas o entrave burocrático administrativo hoje é um grande gargalo de muitas obras. Como também coordenamos a Transnordestina, em que há outro gargalo grande... Já foram injetados R$6 milhões, e ela ainda precisa de mais R$7 milhões. Isso tudo é impasse, porque hoje há toda uma normatização, e, se o gestor, o ministro ou o gerente do projeto assinar algum documento que não esteja ali respaldado juridicamente, daqui a dois, três, quatro anos, é susceptível de uma interpretação diferente, que gera essas dificuldades.

Nós precisamos modificar esse modelo de licitação dessas pactuações e dar garantia para o servidor e para quem está na gerência assinar um documento que efetivamente seja pactuado. Então, existe toda essa expectativa, como a Senadora disse, para podermos tocar isso à frente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O fato é que, no dia 5, esperamos realmente realizar a nossa audiência pública...

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE) – Senadora, eu acho que é até bom ser no dia 5, porque já haverá todas essas pactuações feitas. Quer dizer, esperamos isso.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é, esperamos, porque, volto a repetir, isso tem calendário. Há prazo de entrega. É evidente que, assim como das outras vezes, nunca foi necessário esta Comissão convocar Ministro, e espero que não seja necessário, até porque, na medida em que eu faço o convite e o Ministro o atende, não há por que fazer via convocação.

Vale ressaltar que o Ministro Hélder Barbalho, no ano passado, veio todas as vezes que eu o convidei, assim como os demais membros do Ministério da Integração Nacional. Então, eu espero que continuemos com essa mesma metodologia porque, se for necessário aprovar pedido de convocação, assim eu o farei, assim como quero já adiantar para os integrantes do Ministério da Integração Nacional que nós vamos, no mês de junho, dar continuidade à Caravana das Águas. Nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizar audiência pública na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Ceará para que possamos, cada vez mais, prestar contas à comunidade, à população, envolvendo todos os atores no plano local e no plano regional, no sentido de que essa mobilização seja permanente para que, enfim, tenhamos a conclusão dessa tão sonhada obra.

Então, no dia 5 de junho, repito, às 9h, audiência pública para tratar do andamento da obra física e social Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco, bem como do projeto Ramal do Apodi e outras obras complementares.

Quero aqui, neste momento, informar que, na próxima quarta-feira, teremos aqui no Senado Federal, na Comissão de Desenvolvimento Regional, uma audiência pública em atendimento aos Requerimentos nºs 15 e 17, de minha autoria, em que vamos receber especialistas, autoridades e os nossos artistas do chamado forró pé de raiz.

Essa audiência pública, Deputado Raimundo Gomes de Matos e Deputado Marcondes Gadelha, é para dar continuidade ao debate em curso nesta Comissão de tornar o nosso forró, o forró pé de raiz, patrimônio imaterial da cultura popular nacional. Essa é uma luta que está em curso já há algum tempo. No ano passado, eu fui procurada por uma nordestina, uma paraibana chamada Joana do Balaio, uma figura fantástica, fantástica. Joana tem estado à frente desse movimento pela valorização do forró. Ela me procurou, e evidentemente eu fiquei extremamente sensibilizada.

A partir daí, colocamos a nossa Comissão à disposição, até porque é de desenvolvimento regional e turismo. E o fato é que realizamos uma audiência pública belíssima na Paraíba. Fizemos um diálogo com os Parlamentares, inclusive sensibilizando-os para colocarem emendas destinadas ao Iphan, porque é o Iphan que tem a prerrogativa de fazer todo o trabalho de pesquisa para, se Deus quiser, dar ao forró o certificado de patrimônio imaterial da cultura popular nacional, assim como foi dado, merecidamente, ao frevo e ao maracatu.

Neste ano, retomamos essa agenda, dando continuidade a ela. Tivemos no Rio de Janeiro uma audiência belíssima, não só com a presença das autoridades – Governo do Estado, prefeituras, sociedade civil e Sesc, que também está aderindo a esse movimento –, mas principalmente a dos forrozeiros, os nossos artistas. Foi muito boa a audiência pública no Rio. O Senador Lindbergh Farias esteve lá também.

E agora vamos realizar esta aqui no dia 23. Vamos fazer um sarau. É uma preparação já para o São João, Eva. Do Rio Grande do Norte, virá Roberto do Acordeon, grande sanfoneiro, grande artista. Vamos trazer Deusa também, do grupo As Nordestinas, Carol. Vocês fiquem à vontade também para, se quiserem, trazer alguém do Estado de vocês. A Joana estará aqui conosco, sem dúvida nenhuma, porque, repito, Joana do Balaio é a principal liderança desse movimento. E naturalmente vamos ter aqui a presença do Iphan, que está levando adiante todo esse trabalho de pesquisa, que exige orçamento, porque, para se dar um certificado de reconhecimento de um patrimônio imaterial, isso tem de ser feito à luz de uma pesquisa muito aprofundada, muito consistente.

Aliás, esse tema de reconhecimento do patrimônio imaterial da cultura no Brasil é um tema novo ainda, começou agora nos governos do Presidente Lula, mas, enfim, isso é muito importante.

É evidente que para mim, do Nordeste, que adoro um forró – e sei dançar forró bem, viu? –, é um motivo de alegria. Assim como o frevo, assim como o maracatu, que já receberam essa salvaguarda... O cordel também, cujo processo de reconhecimento como patrimônio imaterial da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cultura popular nacional está em andamento. O reconhecimento do forró se associa também a outro aspecto muito importante que são os festejos juninos, as festas de São João, pelo que simboliza o forró, o forró pé de raiz, como ícone da música nordestina. Devemos valorizar o forró e o São João, que, de um lado, é essa belíssima manifestação cultural, assim como o forró, mas, ao mesmo tempo, é uma fonte extraordinária de promoção da geração de emprego e renda. Não é à toa que é no Nordeste que estão os melhores, maiores e tradicionais São Joões do Brasil: em Campina Grande; no meu Rio Grande do Norte, em Mossoró, em Assu; em Caruaru; e por vai...

Então, sem maiores delongas, quero convidar desde já todos e todas a participarem, na próxima quarta-feira, de hoje a oito dias, às 9h, aqui nesta Comissão, da audiência pública para tornar o forró pé de raiz patrimônio imaterial da cultura popular nacional.

Quero ainda também fazer o registro de que amanhã, nesta próxima quinta-feira, vai acontecer em Natal, capital do meu Rio Grande do Norte, mais uma edição da Oficina Senado Mulheres nas Casas Legislativas, um projeto de iniciativa do Comitê Permanente pela Igualdade de Gênero e Raça, que conta com o apoio da Diretoria-Geral do Senado, do Instituto Legislativo, da nossa Procuradoria Especial da Mulher, tão bem coordenada pela Senadora Vanessa Grazziotin, do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal. No meu Estado, esse seminário é uma parceria entre o nosso mandato com a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. O objetivo desses encontros que começaram no Amazonas, Estado natural da Senadora Vanessa Grazziotin, é estabelecer um diálogo com a população dos Estados sobre a promoção de igualdade de gênero e raça e sobre o empoderamento da mulher no seu trabalho nas escolas e mesmo dentro de casa. O objetivo desse evento é contribuir para divulgar entre as mulheres que dele participarem as leis aprovadas aqui no Congresso Nacional e que dizem respeito especialmente à vida de nós mulheres.

Também queremos ouvir, claro, no seminário, as mulheres do Rio Grande do Norte sobre suas esperanças, seus sonhos, suas expectativas, suas frustrações, e seus desencantos, no que diz respeito à atual legislação, de forma que a gente possa compreender o impacto das leis na vida das mulheres e o que falta, efetivamente, para que os nossos direitos, os direitos das mulheres sejam de fato respeitados e efetivados.

Esse é um debate muito importante, considerando inclusive estes tempos que a gente vive, de ataque à democracia, de crescimento do obscurantismo, da intolerância, de um Congresso Nacional, infelizmente, na sua grande maioria, de perfil tão conservador, onde às vezes, Deputado Raimundo Gomes de Matos, ao invés de avançar em legislações que venham promover a cidadania das mulheres, faz exatamente o contrário. Então, é um debate que se faz muitíssimo importante.

Quero ainda acrescentar que, no seminário que começa nesta quinta-feira, na parte da manhã, a partir das 9h30, teremos a abertura do evento com a participação de várias autoridades do nosso Rio Grande do Norte e, em especial, da Senadora Vanessa Grazziotin, a quem eu agradeço desde já porque está disponibilizando parte da sua agenda para estar conosco, portanto, lá no seminário em Natal amanhã. Vamos também ter a participação da Drª Érica Canuto, Coordenadora do Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica do Ministério Público do meu Estado, que vai chamar todas nós a uma reflexão, cujo tema será a violência de gênero contra as mulheres, desafios e perspectivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na parte da tarde, as participantes se dividirão em oficinas temáticas: Saúde da Mulher, Observatório da Mulher contra a Violência, e Ascensão Profissional de Mulheres. Essas oficinas abordam três temas fundamentais na vida das mulheres. Entre eles, destaco, infelizmente, a realidade de violência a que muitas mulheres ainda são submetidas no dia a dia, apesar dos avanços na legislação que conquistamos com a Lei Maria da Penha.

Esse é um tema, sem dúvida, muito preocupante, o tema da violência contra as mulheres. No Brasil e no meu Rio Grande do Norte, infelizmente, a situação tem se agravado cada vez mais. De acordo com dados do próprio Tribunal de Justiça do meu Estado, existem cerca de 13 mil processos judiciais relacionados a crimes contra a mulher. Nos cinco juizados especializados existentes – três em Natal, um em Mossoró e outro em Parnamirim – são 6.023 processos. Ou seja, com esses índices, infelizmente, nós somos, o Rio Grande do Norte, o quinto Estado do Brasil com o maior número de casos de violência doméstica; uma realidade insuportável.

Então, esperamos contar, repito, com a participação das mulheres potiguares nesse encontro que começa exatamente às 9h30, amanhã, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, a qual tive a honra de integrar durante dois mandatos, representando o povo do meu querido Rio Grande do Norte. Quero, ainda, reforçar o convite para as mulheres dos movimentos sociais, dos movimentos populares, sindicais, as Parlamentares, as mulheres donas de casa, as aposentadas; enfim, o convite vai aqui, carinhosamente, estendido a todas as mulheres do Rio Grande do Norte que tenham interesse em debater esse tema, para nós tão caro – tão caro! –, que é o tema da violência, do preconceito e da discriminação que afeta, ainda, duramente a vida das mulheres no Rio Grande do Norte e no Brasil. Então, esperamos, repito, contar com vocês nessa quinta-feira.

Por fim, Deputado Raimundo, antes de V. Exª sair, quero só dar conhecimento de que nós realizaremos aqui, nesta Comissão, um tema de muito impacto para o Ceará, para o Rio Grande do Norte, para a Bahia, para a vida do nosso povo do Nordeste. Sabe qual é? É o tema para discutir a questão dos *royalties* do pré-sal e o empobrecimento do Nordeste.

Há um estudo que foi realizado pelo Consultor Paulo César Lima, da Câmara dos Deputados, que mostra que os Estados e Municípios do Nordeste poderão ter uma redução de R$141 bilhões nos repasses dos Fundos de Participação Estadual (FPE) e Municipal (FPM) em razão apenas de os *royalties* do pré-sal serem deduzidos do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica). Em todo o Brasil, a perda de recursos pelos entes federados pode ser de R$338 bilhões, apenas pelo fato de os *royalties* serem deduzidos da base de cálculo do IRPJ. Se considerarmos as deduções dos bônus de assinatura, de bens arrendados e de outros itens, essa perda pode ser muito maior.

Volto a dizer: segundo esse estudo feito pelo Consultor da Câmara dos Deputados Dr. Paulo César, consultor respeitado, o Nordeste pode ter uma redução de 141 bilhões. Imaginem o que significa isso para a vida do Nordeste diante das dificuldades que a Região atravessa. No meu Estado, por exemplo, há dois anos os servidores não sabem mais o que é ter um calendário de pagamento – dois anos! Existe algo mais perverso do que isso? Uma professora aposentada chegar ao final do mês e não ter a garantia de que vai receber seu salário em dia? Essa situação está se estendendo há dois anos. Neste exato momento, em maio, o Governador do Rio Grande do Norte não quitou ainda sequer o décimo terceiro dos servidores. Nós ainda temos parcelas dos servidores públicos do Rio Grande do Norte sem receber salário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico pensando – e falo isso com toda a sinceridade – porque sei o que é viver com o salário de professora. Essa é a minha profissão. Passei muito tempo sobrevivendo com o salário de professora do Estado, do Município. Não é porque hoje eu estou no exercício de uma função parlamentar que eu vou esquecer o que é o drama de sobreviver com um salário de professor, aviltante, distante, muito distante de remunerar bem os professores à luz do papel estratégico que eles desempenham na sociedade. Então, além de ter um salário aviltante, repito, o professor ainda por cima não tem a garantia de que receberá todo mês.

O déficit nas contas públicas do Rio Grande do Norte é algo monstruoso: 132 milhões por mês, o que projeta um déficit anual de mais de 1,3 bilhão. Investimento zero! Por isso é que temos que discutir temas como esse. Nós não podemos, de maneira nenhuma, deixar de lutar por mais recursos para o Nordeste.

Então, desde já deixo aqui o nosso convite para essa importante audiência pública que a Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal vai realizar sobre o impacto dos *royalties* do pré-sal no Nordeste.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas.

Está encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Humberto Costa, Paulo Rocha, Regina Sousa, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Sérgio Petecão, José Medeiros, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Eduardo Lopes, Pedro Chaves, Rodrigues Palma, Wilder Morais e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Waldemir Moka, João Alberto Souza, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Ciro Nogueira e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RDR 15/2018 e RDR 17/2018, ambos de autoria da Senadora Fátima Bezerra. **Finalidade:** Debater a proposta de salvaguarda à cultura do Forró, reconhecendo-a como patrimônio imaterial da cultura brasileira. **Participantes:** Jonildo Cavalcanti da Silva, Secretário Executivo da Cultura da Paraíba; Gustavo Pacheco, Subsecretário de Patrimônio Cultural (representante de: Luis Guilherme Almeida Reis, Secretário de Estado da Cultura do Distrito Federal); Deyvesson Israel Alves, Coordenador-Geral de Identificação e Registro do IPHAN (representante de: Kátia Bogéa, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN); Joana Alves, Presidente da Associação Cultural Balaio Nordeste; Guilherme Menezes, Representante do Governo da Bahia; Marques Célio, Consórcio Forró DF (representante de: Casa do Cantador, ASFORRÓ, Instituto Brasileiro de Integração, Instituto Orgulho de Ser Nordestino); Roberto José Belém dos Santos, *Roberto do Acordeon*; Iranilda Santana de Oliveira Albuquerque, *Deusa do Forró*; Rute Carolina da Cunha Benigno, *Carol Beniguinho*; Rozania Macêdo, Presidente do Colegiado da Bahia - Coordenação Estadual da Defesa das Matrizes do Forró. **Resultado:** Audiência Pública Realizada. Usaram da palavra as Senadoras e Senadores: Humberto Costa, Lídice da Mata, Elmano Férrer, Regina Sousa, Lindbergh Farias e José Medeiros. Após aprovação da Comissão, também usaram da palavra: Luciana Santos, Deputada Federal; Chico Vigilante, Deputado Distrital; bem como os Senhores: Ednaldo do Vale, José Luiz da Rocha, Affonso Gomes, Jonildo Cavalcanti da Silva, Orlando Peixoto Pereira Filho, José Luiz da Rocha, João Carlos Cruz de Oliveira, Gustavo Pacheco. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 14 de 2018** que: "Requer a realização de Ciclo de Debates da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a ser realizada em São Félix do Araguaia – MT, em data ainda a definir, para debater, junto com as autoridades responsáveis, a má prestação de serviços de telefonia e precária cobertura de telefonia móvel na região do Araguaia."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador José Medeiros. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 20 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública a fim de debater: Os royalties do Pré-Sal e o empobrecimento do Nordeste." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera o caput e o § 1º do art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que "Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no 9.648, de 27 de maio de 1998, no 3.890-A, de 25 de abril de 1961, no 5.655, de 20 de maio de 1971, no 5.899, de 5 de julho de 1973, no 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências", para estender os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica ao consumo destinado a projetos de transposição de bacias que apresentem impacto regional e tenham como finalidade prioritária o abastecimento humano e a dessedentação animal." **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Senador José Medeiros. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2015 - Terminativo -** que: "Acrescenta o § 7º ao art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para destinar percentual de unidades construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV a trabalhadores da construção civil." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/23

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Ao iniciar aqui nosso expediente, quero, como de praxe, informar que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa 9, de 2017, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelos convidados e convidadas e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião encontra-se dividida em duas partes: a primeira é exatamente destinada a debater a proposta de salvaguarda à cultura do forró, reconhecendo-a como patrimônio imaterial da cultura brasileira, o que atende aos Requerimentos nºs 15 e 17, de 2018, da CDR, de nossa autoria.

A segunda parte da audiência pública será destinada à discussão e votação de matérias.

Eu quero, neste exato momento, com muita alegria, registrar a presença aqui da Senadora Lídice da Mata.

Cadê a Lídice?

Senadora Lídice, que é a Senadora do PSB baiano e, para nossa alegria, divide comigo o desafio e a honra de presidir esta Comissão. É a nossa Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a Senadora Lídice inclusive quiser vir fazer parte aqui da Mesa, fique à vontade, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Bom dia a todos.

A Mesa pode ser preenchida pelos nossos convidados, acho melhor. Estou aqui sempre e continuarei.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está o.k., obrigada.

Então, quero convidar para fazer parte da Mesa, Joana Alves, Presidente da Associação Cultural Balaio Nordeste. (*Palmas.*)

Joana, a quem nós queremos render todas as nossas homenagens, pelo papel que tem desempenhado nesse bonito movimento, que é o movimento artístico e cultural que nasceu especialmente no Nordeste, que tem, hoje, como bandeira principal, a salvaguarda do forró, o reconhecimento do forró como Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira.

Quero convidar aqui também para a Mesa, o companheiro, ex-Deputado Federal, Guilherme Menezes, que aqui representa o Governador da Bahia, Rui Costa. (*Palmas.*)

Quero convidar aqui Rozania Macêdo. Por favor, Rozania, Presidente da Comissão Estadual do Forró da Bahia. (*Palmas.*)

Convido aqui também um companheiro, o Deputado Distrital Chico Vigilante, aqui de Brasília. (*Palmas.*)

Quero convidar aqui, também, Gustavo Pacheco, que está aqui... Não, desculpa.

Antes eu quero convidar o Deyvesson Israel Alves Gusmão, Coordenador-Geral de Identificação e Registro do Iphan. (*Palmas.*)

E, agora, convidar o Gustavo.

Gustavo encontra-se aqui? Subsecretário de Patrimônio da Cultura do Distrito Federal.

O representante do Fecomércio não chegou ainda.

O Maestro Marcos Farias? (*Pausa.*)

Nós queremos aqui já agradecer a presença. Há uma delegação bastante expressiva de Brasília. Nós temos aqui... Por favor, apresente-se aqui.

Fale ao microfone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o Presidente?

O SR. EDNALDO DO VALE – Ednaldo do Vale, da Associação dos Forrozeiros. Sou o Diretor de Comunicação de todos os forrozeiros.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito legal.

Através de você, quero agradecer aqui a presença expressiva da delegação do Distrito Federal.

Olha lá, gente. Cadê a câmera aí, para dar uma focada?

Olhem ali os nossos sanfoneiros; olha aí, gente! (*Palmas.*)

Os sanfoneiros, os zabumbeiros, que legal, que legal.

Eu quero aqui registrar a presença do sobrinho do nosso Gonzagão.

Por favor, pode se apresentar aí, ao microfone.

O SR. JOSÉ LUIZ DA ROCHA – Bom dia a todos.

José Luiz, sou neto de Januário, sobrinho de Luiz Gonzaga e é uma satisfação, muita honra estar presente aqui, nessa audiência. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor, eu quero aqui também convidar, com muita alegria, para a Mesa, Marques Célio.

Cadê o Marques?

Acabou de chegar.

Vem para cá, Marques. Marques, que é aqui do Consórcio Forró do Distrito Federal, representando a Casa do Cantador, a Asforró, Instituto Brasileiro de Integração, Instituto Orgulho de ser Nordestino.

Valeu, Marques. Componha aqui a Mesa, conosco. (*Palmas.*)

E agora me permitam também apresentar, com muita alegria e com muito orgulho, a Delegação Potiguar.

Vamos lá:

Roberto do Acordeon. Bom dia, Roberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO JOSÉ BELÉM DOS SANTOS – Bom dia, Senadora Fátima. É uma honra, é um privilégio eu ser convidado para participar da Mesa aqui, dessa audiência, defendendo o nosso forró, o meu forró, o nosso forró, é uma alegria.

Por esta grande Senadora, que é a Fátima Bezerra, que é de lá, do meu Estado, que eu estou aqui para defender, não, vou brigar pelo forró.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Valeu, Roberto. Seja bem-vindo.

O SR. ROBERTO JOSÉ BELÉM DOS SANTOS – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Rute Carolina da Cunha Benigno, Carol Benigno.

Diga aí, Carol.

A SRª RUTE CAROLINA DA CUNHA BENIGNO – Bom dia, gente.

Quero agradecer enormemente. Para mim, é uma satisfação estar aqui, nessa audiência; agradecer pelo espaço à Senadora Fátima e dizer que é isso, a gente luta todo dia, mas esses dias são dias que são divisores de água, geralmente.

Então estamos aqui para marcar presença e fazer a nossa defesa do forró.

O forró é grande, o forró tem história e o forró faz parte, muito fortemente, da nossa identidade.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Valeu, Carol. (*Palmas.*)

E, agora, Iranilda Santana de Oliveira Albuquerque, a Deusa do Forró.

A SRª IRANILDA SANTANA DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE – Bom dia a todos.

É um prazer estar aqui, e falar de Fátima, ela é uma Senadora excelente, atuante no nosso Estado, não só na cultura, mas na educação, e eu estou aqui também lutando, porque eu sou mulher, nordestina. Como eu costumo dizer nos meus *shows* matuta, brejeira pura, com um orgulho da peste. E, se me fizer raiva, eu puxo a faca e dou um tiro – brincadeira –, mas estou aí, junto com a minha turma do forró para levar essa bandeira, porque não tem sido fácil para nós que trabalhamos com a cultura, não só no nosso Estado, mas em todos os Estados, com essa banalização de várias músicas sem conteúdo; e Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro, Marinês são tudo de bom.

Então, eu estou aí, sempre resgatando, cantando, e pense numa baixinha bruta, e brigando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Valeu, Deusa.

Obrigada pela sua presença e estendo aqui o abraço às demais integrantes também do conjunto As Nordestinas.

Bom, mas nós vamos dar prosseguimento agora a nossa audiência pública.

E, nesse momento, né, Joana, nós vamos começar aqui com o nosso sarau, Senadora Lídice. Sarau aqui para inspirar todos nós nesse debate muito importante em prol da valorização do forró de raiz. E naturalmente vamos começar ouvindo o nosso Hino Nacional, que vai ser tocado e cantado aqui por Roberto do Acordeon e Carol, por favor.

Todos de pé, por favor.

(*Procede-se à apresentação musical.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só um momentinho. Vamos aqui anunciar o poema nordestino, que vai ser declamado por Affonso. Por favor, Affonso.

O SR. AFFONSO GOMES – Procurei encontrar inspiração

Num recanto de terra pequenina
Pra fazer um poema em descrição
Das histórias da vida nordestina
Mas olhando para a força dessa gente
Vi que um verso não é suficiente
Pra mostrar a beleza do que vejo
Um poema seria um disparate
Não há verso no mundo que retrate
A grandeza do povo sertanejo.

Maurício Menezes. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E agora, vamos ouvir esse clássico da música popular nordestina, Matulão, aqui interpretado por Deusa, de As Nordestinas; a Carol, na sanfona, e Roberto também? Ou é Deusa e Carol agora?

A SRª IRANILDA SANTANA DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE – Hoje estou chique, logo com dois sanfoneiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Dois sanfoneiros, Carol e Roberto do Acordeon.

Matulão, na voz de Deusa.

(*Procede-se à apresentação musical.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Que lindo, gente.

Muito obrigada por essas sanfonas e essas vozes que cantam e encantam.

Mas vamos agora...

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...dar início aqui ao nosso debate propriamente dito, começando por facultar a palavra aos membros da nossa Mesa. Depois, nós abriremos para o Plenário também.

A Senadora Lídice, quando achar necessário, conveniente, pode pedir a palavra.

Hoje é quarta-feira, o dia de maior intensidade do ponto de vista da agenda legislativa, porque é o dia em que há o maior número de comissões permanentes funcionando. Tanto é que alguns Senadores já passaram aqui e outros vão passar também.

Mas eu quero, muito rapidamente, primeiro dizer da alegria da Comissão de Desenvolvimento Regional...

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...por estar presidindo aqui, estar acolhendo este debate.

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou pedir agora a compreensão em termos de silêncio.

Quero pedir à assessoria para, por favor, trazer os dados, para eu registrar a presença de Prefeitas da delegação lá do meu Estado. Estou vendo aqui Iracema, seja muito bem-vinda, lá de São Vicente; a Prefeita Marina, lá de Jandaíra. Das demais, por favor, tragam aqui os nomes, para que nós possamos fazer o registro adequado.

Muito obrigada, sejam todas muito bem-vindas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas como eu ia colocando, a Comissão de Desenvolvimento Regional realiza mais esta audiência pública para dar continuidade ao debate acerca da valorização do forró.

Como foi que esse tema chegou exatamente à nossa Comissão, Senadora Lídice? Chegou através do movimento artístico e cultural, o Fórum Nacional Forró de Raiz, que é liderado por Joana Alves, que é a Presidente da Associação do Balaio, lá na Paraíba.

Esse movimento se iniciou há alguns anos, com o foco voltado principalmente para obter a salvaguarda do forró, que é o reconhecimento do forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira, a exemplo do que já foi feito merecidamente, por exemplo, com o maracatu e o frevo pernambucano.

Mas esse movimento, conforme nós vamos aqui escutar da própria Joana, expressa também uma grande preocupação dos artistas, dos forrozeiros, dos sanfoneiros com a falta de apoio, de valorização, não é Deusa, de reconhecimento mesmo dessa expressão cultural, do ponto de vista popular, que sem dúvida nenhuma é uma das expressões mais genuínas da cultura brasileira, especialmente da cultura nordestina, que é o nosso forró.

O forró se expressa inclusive através de vários ritmos. Qual é o nordestino que não conhece o xote, o baião de Luiz Gonzaga? Quem não conhece o xaxado, o forró pé-de-serra, as nossas marchinhas juninas?

Então, é importante a gente, aqui, levar em consideração que na hora em que nós estamos em busca desse objetivo, que é se certificar desse reconhecimento nacional do forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira, isso possibilita trazer à tona todo esse debate da preservação da memória do forró, dessa que, repito, é uma das expressões, do ponto de vista popular, mais genuína da cultura brasileira.

Estive o ano passado em João Pessoa, quando do Fórum Forró de Raiz. Foi uma belíssima audiência. Depois estivemos, recentemente, no Rio de Janeiro. Não é, Joana? Foi outra belíssima audiência, Senadora Lídice. A audiência do Rio teve uma grande participação popular dos sanfoneiros, dos zabumbeiros, das entidades que, enfim, trabalham, que militam nessa área. Houve também, tanto em João Pessoa quanto no Rio de Janeiro, a presença dos gestores públicos. Aqui quero agradecer a presença da Bahia. Uma salva de palmas! (*Palmas.*)

Os gestores, aqui, da Bahia...A Bahia está bem representada. Nós estamos aqui com... Por favor, eu quero agora, Senadora Lídice, anunciar a presença do Ipac. Por favor.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – João Carlos Oliveira é Diretor Presidente do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é, temos aqui o Guilherme Menezes. Guilherme foi nosso colega, ex-Deputado Federal, representando aqui...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Prefeito três vezes, da terceira maior cidade do Estado da Bahia. Vinte anos no PT. Quatro, aliás. Perdoe-me. Foram quatro vezes. É o único lugar onde o PT, no seu caso, Senadora, governou vinte anos. É responsabilidade dele.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso mostra o quanto ele é competente, querido e reconhecido.

Estou citando a presença deles. Temos aqui a Rozania, Presidente a Comissão Estadual do Forró da Bahia. E a nossa Senadora.

Quero agradecer porque temos convidado os gestores a participarem de todo esse movimento. Claro, porque é importante os secretários de cultura, os secretários de turismo – não é Roberto - estarem presentes.

Quero registrar também a presença do Gustavo, que já se encontra aqui conosco, que é Subsecretário do Patrimônio Cultural aqui do Distrito Federal. Rozania está dizendo que também se encontra entre nós o Prefeito Orlandinho. Cadê Orlandinho? Seja bem-vindo. É da capital do forró. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Daqui a pouco vou dar a palavra a você.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – E sou testemunha do trabalho desse Prefeito extraordinário, lá em nossa terra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Legal Orlandinho. Sente-se aí, por favor. Preparem aí uma cadeira para Orlandinho, que nós vamos passar a palavra para ele.

Como eu ia colocando, essas audiências de João Pessoa, do Rio de Janeiro, são audiências com boa participação popular, inclusive dos gestores.

E agora dia 14, nós vamos dar continuidade a essa caravana em defesa do resgate e valorização do forró, quando realizaremos, no dia 14, audiência pública – viu, Carol? –, lá na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, em Natal. Porque, na verdade, o que pretendemos com essas audiências públicas é dar visibilidade ao tema, trazer mais dados para a sociedade e, ao mesmo tempo, ampliar o debate, na medida em que estamos promovendo esse debate em várias regiões – não é, Joana? – do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos contando também com a presença do Sesc, que não sei porque hoje não está aqui; mas lá no Rio de Janeiro, o Sesc participou intensamente e se comprometeu também. É importante – não é, Luiz? –, pois o Sesc também atua na luta pela promoção da cultura no nosso País.

A presença aqui do Iphan... Onde está o Iphan? O Deyvesson. É muito importante a presença do Iphan, por quê? Porque cabe ao Iphan fazer todo o trabalho de pesquisa com relação ao reconhecimento ou não – esperamos que seja reconhecido – do forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira. Por quê? Porque o Iphan, Deyvesson, é quem cuida exatamente dessa questão do registro das expressões populares como patrimônio imaterial da cultura popular nacional e da cultura brasileira. E essas tratativas com o Iphan já vêm de um certo tempo.

Um dos grandes problemas que nós encontrávamos no Iphan é orçamento; o Iphan não tem orçamento, principalmente nesses tempos em que estamos vivendo de ataque à democracia, de congelamento dos gastos sociais. É bom, infelizmente, lembrarmos que o Governo que aí está patrocinou uma emenda, que terminou sendo aprovada pelo Congresso Nacional, que congelou os investimentos nas áreas sociais pelos próximos vinte anos, o tal do teto de gastos.

Diante disso, o que nós temos feito? Conversamos com os Senadores e Deputados, e já está em curso todo o compromisso de vários Parlamentares para aportar emendas destinadas – não é, Deyvesson? – ao Iphan, emendas do Orçamento Geral da União. E já começamos. Eu aportei uma emenda de R$100 mil, já para este ano de 2018; o Deputado Luiz Couto também colocou outra emenda de R$100 mil – mais cem –; e nós já temos o compromisso aqui da Senadora Lídice, de vários outros Senadores e Deputados de destinarem mais emendas, neste ano de 2018, para que o Iphan possa concluir o seu trabalho. Porque esse não é um trabalho simples, não. É um trabalho que envolve pesquisa do ponto de vista antropológico, social, e isso exige, portanto, contratação de pessoal, parceria com as universidades. Mas quero dizer para você, desde já, Deyvesson, que há o compromisso já de vários Parlamentares em continuar destinando emendas ao Orçamento Geral da União para que vocês, do Iphan, possam levar adiante propostas.

Quero registrar aqui, com muito prazer, mais dois Senadores nordestinos: o Senador pernambucano Humberto Costa, que aqui se encontra. Por favor, Humberto! (*Pausa.*)

E essa outra Senadora, lutadora, lá do Piauí, que gosta muito de forró também, a Senadora Regina Sousa, que é Presidente, inclusive, da nossa Comissão de Direitos Humanos.

Enfim, quero concluir aqui rapidamente dizendo que o forró, sem dúvida nenhuma, é uma das expressões mais genuínas da cultura brasileira, especialmente da cultura nordestina, na medida em que o forró retrata, através da música, os nossos desejos, os nossos sonhos, as nossas esperanças... Retrata também as amarguras e as alegrias do nosso povo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um detalhe aqui que eu queria também compartilhar com vocês é que, vejam bem, não é verdade essa história que dizem que a cadeia produtiva do forró só gera renda no período de São João – não é, João? Claro que, no período junino, é óbvio, até porque o forró é a alma dos nossos festejos juninos. Então é evidente que se torna uma coisa mais intensa. Se formos falar aqui dos festejos juninos mais tradicionais do Brasil, veremos que há em Mossoró, cidade junina lá do nosso Rio Grande do Norte; Campina Grande – está entendendo?; Caruaru; Bahia; Sergipe; Açu, também lá no nosso Rio Grande do Norte; enfim, a Feira de São Cristóvão, lá no Rio de Janeiro. Então, é evidente que, repito, a cadeia produtiva do forró gera renda de maneira mais intensa nesse período dos festejos juninos.

Mas o forró gera renda o ano inteiro, por quê? Porque é uma forma de cultura viva, que está presente no cotidiano das pequenas, médias e grandes cidades. E com a riqueza de variações que o nosso forró tem, riqueza essa pouco encontrada em outras vertentes da música brasileira.

Quero, portanto, Joana, dizer aqui para você que me sinto muito feliz, aqui ao lado dos meus colegas Senadores, nordestinos e nordestinas, me sinto muito feliz, na condição, inclusive, de professora que sou, porque sei perfeitamente o quanto é importante – está entendendo? – para a identidade de uma nação, uma nação que a gente sonha, com soberania, com inclusão social, com generosidade, com justiça social. Nós sabemos o quanto é imprescindível a questão da educação e da cultura. E é de cultura que nós estamos falando aqui hoje! (*Palmas.*)

É de cultura, sim! Porque nós estamos aqui, exatamente, para defender, repito, uma das memórias, do ponto de vista da expressão popular do nosso País, mais genuína, mais rica em matéria de diversidade, que é o nosso forró.

Humberto, eu disse aqui, agora há pouco, nosso foco aqui é celebrar o que vocês celebraram em Pernambuco, quando vocês, depois de um bonito movimento, conseguiram que o maracatu e o frevo pernambucano fossem declarados patrimônio imaterial da cultura brasileira. Portanto, nada mais justo também do que dar ao forró esse mesmo patamar, esse mesmo significado. (*Palmas.*)

Eu quero aqui, antes de passar a palavra aos demais, dizer para vocês que queremos dedicar esta audiência de hoje a figuras muito importantes, ícones da memória do forró, que continuam, Joana, no nosso imaginário, da criança, do idoso. Quero dedicar esta audiência de hoje a figuras como Sivuca, como Dominguinhos, como Marinês, como Gonzagão, como Elino Julião... (*Palmas.*)

...e tantos outros e outras que inspiraram e continuam inspirando a geração presente e as futuras a resistirem e manterem viva essa tradição do nosso povo.

Viva o forró! (*Palmas.*)

Nós vamos passar agora imediatamente para a Joana, quando os Parlamentares...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Humberto. Pois não. Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom dia a todos. Bom dia a todas. Bom dia, Senadora Fátima, Presidente da CDR.

Eu quero iniciar parabenizando V. Exª pela convocação desta audiência pública e pelo fato também de estar encabeçando esse movimento para conseguirmos tornar o forró patrimônio imaterial do Brasil.

Eu pedi para falar logo, porque eu sou Relator de duas matérias na Comissão de Constituição e Justiça que tratam de um tema muito importante, que é violência contra a mulher. Mas eu não podia deixar de vir aqui, primeiro, para dizer que nos sentimos inteiramente representados, como pernambucanos, nessa luta.

O Nordeste deu essa grande contribuição ao Brasil. É um erro pensar que o forró é uma coisa meramente regional. Desde que Luiz Gonzaga conseguiu o sucesso que conseguiu no Brasil, ele tornou essa uma manifestação cultural universal. Todos, em todos os lugares, têm profundo respeito por essa atividade.

Como disse a Presidente, nossa companheira Fátima Bezerra, é um erro imaginar que o forró é uma coisa do São João só. Na verdade, ele é uma atividade cultural com forte repercussão econômica o tempo inteiro. Apesar de nós fazermos a maior festa popular do Brasil... A maioria de vocês aqui sabe mais do que eu que o São João é maior do que o Carnaval. O Carnaval faz muito mais barulho na imprensa, mas nós sabemos que o São João é a festa maior, em todo o recanto do Nordeste e de outras regiões, que nós temos.

Então, eu queria me associar a isso e, mais uma vez, parabenizar V. Exª, Senadora Fátima Bezerra, e dizer que podem contar comigo, com Pernambuco, para realmente fazermos justiça mais uma vez ao forró.

Muito obrigado a todos vocês e a todas vocês.

Obrigado, Fátima. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Valeu, Humberto! Muito obrigada, Humberto, pela sua presença.

Vamos passar a palavra aqui para o Deputado Distrital.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Primeiro, quero pedir desculpa a vocês por adiantar minha fala, porque, na verdade, nós estamos com outras comissões. Agora, foram iniciadas comissões que vão tratar de coisas que necessitam da minha presença, e, como eu já tinha conversado com a nossa Senadora, eu tenho também um horário de atendimento do médico, que só atende pela manhã aqui, no Senado. Aliás, na verdade, na Câmara, porque fizeram o favor de acabar com o Serviço Médico do Senado.

Mas eu quero... Não posso deixar de parabenizar a nossa Presidente, que tem liderado esse movimento aqui na nossa Comissão. Eu tenho dado todo o apoio a ela, até porque tenho uma iniciativa prima-irmã dessa iniciativa relacionada com o forró, e eu queria falar sobre isso justamente para que, quando o Coordenador-Geral de Identificação e Registro do Iphan, Sr. Deyvesson Israel Alves, se pronunciasse, já o fizesse, se possível, me dando informação sobre isso.

Eu tenho uma apresentação aprovada no Conselho de Cultura e encaminhada para o Iphan exatamente recomendando ao Iphan o registro da festa de São João e das demais festas juninas de todos os Estados brasileiros, com especial atenção para o Nordeste, como patrimônio cultural imaterial nacional.

Por que isso? Porque são duas manifestações diferentes, mas nós precisamos do reconhecimento das duas.

Fátima, ao fazer essa indicação sobre o forró, faz exatamente uma questão fundamental para que nós possamos preservar o São João, porque, para a festa de São João ser reconhecida como patrimônio nacional, ela precisa cumprir alguns objetivos. Ela não pode ser apenas uma festa de palco, onde se canta o forró. Ela tem que ter mais do que isso. E o nosso Prefeito de Cruz das Almas, que tem uma festa que está entre as dez... Eu não diria que está entre as dez, mas entre as três maiores, mais importantes festas de São João da Bahia... Nós temos, na Bahia, Fátima, ao todo, 388 festas de São João cadastradas, com 226 médias e grandes festa de São João. A de Cruz das Almas está entre as grandes, mas está, hoje, entre as melhores do ponto de vista da preservação daquilo que é o conteúdo do São João.

E nós precisamos dar a essa festa não apenas esse caráter maravilhoso que faz com que a gente fique emocionada quando vê essa manifestação de alegria, de identidade com a nossa cultura, de tudo, de talento que vocês nos proporcionaram aqui, mas a gente precisa dar a ela o conteúdo, que Fátima deu na sua fala, de sustentação econômica, a sustentabilidade econômica, a economia criativa, a cadeia criativa que essa festa representa para o Nordeste brasileiro, para todo o País, onde ela ocorre,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque existem grandes festas em São Paulo, grandes festas aqui, no Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, mas no Nordeste ela toma essa característica mais grandiosa, como é o caso da Bahia, onde ela está espalhada por todo o Estado. Mas é o caso de algumas grandes cidades do Rio Grande do Norte, de algumas grandes cidades de Pernambuco, e aí vai por todo o Nordeste, em Campina Grande, na Paraíba, e por aí em diante, que tem sua marca centrada nisso.

Mas nós precisamos, além do forró, preservar a festa como um todo. Primeiro, porque no São João, nós sabemos, há uma invasão de outros tipos de música na festa, e há uma tendência de que, por uma série de razões, as músicas que são promovidas nesse período...

Na Bahia, nós enfrentamos, num período, uma grande manifestação cultural típica nossa, um tipo musical com muita força no Carnaval da Bahia que foi o axé. Depois, com o tempo, terminou que os cantores de axé quase que se compuseram um pouco com o São João e hoje respeitam muito o espaço do São João, e o forrozeiro ganhou uma força maior.

Nós já temos alguns Estados com leis estaduais protegendo o forró e o forrozeiro daquele Estado. Pernambuco faz isso, a Bahia tem uma lei semelhante... Eu acho até que não seria só uma lei para o Estado, mas uma lei para o forró como um todo, porque o forrozeiro da Bahia pode ter o mercado de Pernambuco, de Campina Grande, enfim, do Nordeste inteiro, e vice-versa, porque este é o grande momento de o mercado do forró ser promovido.

Então, eu não creio que nós precisemos de barreiras territoriais. Nós precisamos é da preservação do estilo musical e da festa do São João, com as suas características. Então, tem quadrilha... Tem que ter uma quadrilha na cidade. A tendência é que se façam grandes festas de São João com grandes palcos, num espaço fechado, vendendo como se fosse um grande grito de Carnaval ou uma micareta. Como eu sou do interior do Estado da Bahia, lá o Carnaval fora de época nós chamamos de micareta.

Então, eu queria introduzir esse assunto para que, depois, fosse tratado pelo Iphan porque eu acho que essa é uma luta do País inteiro. O nosso forró... Como disse o Senador Humberto, depois de Luiz Gonzaga... Luiz Gonzaga transformou o forró, fez com que o forró fosse reconhecido no Brasil. Por quê? Porque nós temos nordestinos neste País inteiro e porque essa música está no sangue, está na raiz, portanto, de todo o Brasil, em todo os Estados do Brasil.

Nós tivemos duas ações importantes na Bahia que eu não queria deixar de registrar. Uma foi o Governo da Bahia, no período do Governador Jaques Wagner, ter transformado o forró – e eu tenho a satisfação de dizer, porque era o meu Partido quem coordenava a pasta do Turismo... Tivemos a satisfação de fazer uma promoção intensa do São João da Bahia como um produto turístico do Estado. Fizemos uma parceria com a CVC e vendíamos o pacote turístico em um momento em que a Bahia não era a principal atração turística do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Geralmente, esse período é um período da chamada baixa estação, e nós aumentamos a nossa participação turística nesse período. Depois, houve um movimento que fizemos com forrozeiros do País inteiro, na direção do fortalecimento do São João, Fátima, e nós podemos voltar a trabalhar nisso – espero já com você como governadora –, fazendo com que o Brasil promova as festas juninas fora do Brasil.

Esse é um período também em que o Brasil entra na baixa estação, mas em que a Europa inteira, por exemplo, está de férias. Pode vir visitar o nosso País, para conhecer as festas juninas, para vir no período das festas juninas. Então, nós chegamos a acertar com a Embratur uma grande promoção do Brasil lá, da festa junina. Aí a gente vai contratar forrozeiro para fazer uma promoção do São João em Paris, em Lisboa. O Porto tem uma grande festa de São João. (*Palmas.*)

Afinal de contas, a nossa raiz está em Portugal também. Há influência portuguesa na festa de São João. Então, a festa do Porto tem um grande São João e nós pudemos, então, dar um conteúdo de internacionalizar o São João e usar o forró como grande instrumento de atratividade para a visitação no nosso País.

Então, eu queria dar essa contribuição e fazer um último apelo à minha Presidente. Está aqui esse prefeito, que tem de mim todo o reconhecimento...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Orlandinho.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – O Orlandinho, que largou a atividade dos prefeitos hoje para vir aqui, porque sabe a importância disso para a sua cidade. Ali no entorno de Cruz das Almas temos um grande São João, que é Santo Antônio de Jesus. Temos outro grande São João em Amargosa, que também é um dos maiores do Estado, e temos outro São João que ele não pode deixar de prestigiar, que é a terra do pai dele e a minha, que é em Cachoeira. E, além do São João de Ibicuí, de Euclides da Cunha, de Irecê, de Camaçari, de Itaberaba, de Uauá, de Mata de São João, nós temos muitas, muitas festas de São João importantes no Estado da Bahia.

O *shopping* da Bahia fez uma pesquisa à época: qual era o impacto do São João no comércio. Fátima, no São João, o comércio do *shopping* vende quase igual ao Natal, vende quase igual ao Dia das Mães, ou às vezes ultrapassa o Dia das Mães, porque vende a camisa quadriculada, porque vende a calça *jeans*, porque vende bota – que não é muito da nossa região, no caso das nossas cidades praieiras –, porque vende chapéu. Então, isso é a cadeia produtiva do turismo, em que o forrozeiro precisa ser valorizado, porque ele é o grande responsável, ele é o grande motor de todo esse processo econômico que vive o Nordeste. Então, quero dar o meu parabéns a cada forrozeiro que está aqui, saudar Rosane Macedo, que é uma lutadora lá no nosso Estado, e representa o nosso Estado; saudar João Carlos, que veio acompanhar esse processo aqui pelo Patrimônio Histórico da Bahia e, mais uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vez, saudar Orlandinho, que representa todos os prefeitos baianos, que está aqui acompanhando esta grande audiência nossa. Pretendo ir ali votar e voltar; mas antes de ir, quero dizer que estou muito feliz com essa notícia e quero partilhar com a minha Presidente. Foge da coisa de São João, viu, gente? É coisa de mulher. É que ontem nós tivemos uma grande conquista. O Superior Tribunal Eleitoral – viu, Orlandinho? – determinou que agora 30% do fundo eleitoral é da candidatura das mulheres. (*Palmas.*)

Só assim a gente vai mudar essa condição de desigualdade da representação feminina. Para vocês terem uma ideia, os homens votaram uma reforma eleitoral aqui que dizia, Guilherme, que o fundo eleitoral tinha que ser... Embora seja obrigatório ter 30% de mulheres nas chapas, a gente só podia usar de 5% a 15% do dinheiro. É uma brincadeira! E agora nós conseguimos os 30%. Pode ser que na primeira eleição não dê tanto impacto, mas na segunda, na terceira, vocês vão ver a mudança na representação que isso pode significar. Mulheres à luta!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito bem, Lídice! (*Palmas.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Junto com São João e forrozeiros!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito bom! Agradeço a Senadora Lídice. Essa notícia é muito importante, porque é insuportável essa sub-representação das mulheres na política. Imaginem, de 81 Parlamentares aqui no Senado, quantas mulheres Senadoras? Doze. Lá na outra Casa, de 513 Parlamentares, somos menos de 10%, somos apenas 51. Então, essa determinação agora, de 30% do fundo eleitoral destinado para as candidaturas de mulheres, é um passo importante para a gente avançar nessa luta.

Eu quero registrar, com muita alegria, a presença de um Senador aqui entre nós, que é lá do Piauí, do mesmo Estado da Senadora Regina, e que, aliás, dança forró muito bem, que é o Senador Elmano Férrer. (*Palmas.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Danço muito nas eleições, viu? (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero só pedir ao Deputado Distrital Chico Vigilante, a quem mais uma vez quero agradecer a presença... Ele tem um outro compromisso. Vou facultar a palavra a ele, neste exato momento.

O SR. CHICO VIGILANTE – Pessoal, bom dia a todas e a todos!

Sou Deputado Distrital do PT. Já fui Deputado Federal por dois mandatos. Fiz questão de estar aqui nesta audiência pública promovida pela Senadora Fátima Bezerra porque eu também sou nordestino. Sou neto de pernambucano, filho de pernambucano, e nasci no Maranhão. É importante,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Fátima Bezerra, essa discussão, porque na verdade o que está sendo trabalhado aqui é no sentido de reconhecer de direito o que já existe de fato, e que está demorando muito a se tornar de direito, porque o forró, em qualquer lugar do Brasil a que você chegar, a população vai dizer que ele, sim, merece ser patrimônio nacional. Em qualquer lugar a que você chegar. E o forró, Senadora Fátima Bezerra, não é uma questão só do Nordeste. Aqui em Brasília mesmo... Nós temos aqui a Edilane. Eu gostaria que ela ficasse de pé, para que todo mundo pudesse vê-la. (*Palmas.*)

Ela é promotora do maior São João do Cerrado aqui, em Brasília e que está levando essa festa agora, eu conversava há pouco com ela, está levando para a Rússia.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Cadê ela?

O SR. CHICO VIGILANTE – Está aqui, a Edilândia.

Está levando para a Rússia, lá, para a Copa. Entre outros convidados que ela está levando, está indo o Chambinho do Acordeon. Portanto, vai lá, elevar o nosso forró.

Aqui, em Brasília, também, Joana e Senadora Fátima Bezerra, nós temos, morando em Brasília, um produtor cultural, filho da Marinês, o maestro Marquinhos, mora aqui. Até acho que é possível que ele apareça por aqui também. E ele está trabalhando uma grande artista, por quem eu tenho a maior admiração, que se tornou a esposa dele, que é a Sabrina, que é uma excelente artista de música nordestina.

Aqui, também, nós temos um vigilante entusiasta do forró que é meu amigo Edinaldo, que, por onde anda, é propagando o forró, e tem, esse revolucionário do forró... Um dia eu chamei o Marques, falei: "Marques, vem cá!", que é o Presidente da Associação, Joana, aqui, dos Forrozeiros do Distrito Federal. Falei: "Rapaz, a gente precisa formalizar esse povo." Porque, em qualquer lugar, em todos os Estados, as Secretarias de Cultura dos Estados e de Turismo, as pessoas têm a maior dificuldade de terem um projeto aprovado, um projeto cultural, porque vocês não são fazedores de projeto, e há outros que fazem, e os projetos são aprovados, e ficam cobrando de vocês. E, aí, eu falei para o Marques: "Bora formalizar esse povo?" E, aí, através da Asforró, ele já formalizou quase todo mundo – não é, Marques? Inclusive, o Luizão do Forró, que mais tarde vai tocar aí também, que está ali, no meio.

Portanto, eu acho que esse é o caminho, porque, além de transformar em patrimônio cultural do povo brasileiro, é preciso que as Secretarias de Cultura dos Estados também passem a atender o forró com o valor que ele tem. A maioria dos forrozeiros vivem, são trabalhadores, muitas vezes, operários da construção civil que, aos finais de semana, estão lá... Portanto, a gente precisa profissionalizá-los.

E a grande mídia nós sabemos que não dá, porque a mídia comercial não dá o espaço que vocês merecem. Estava vendo, há pouco, aqui, a nossa artista, a Deusa do Forró, lá, do Rio Grande do Norte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imagine se dessem 30% de espaço na grande mídia do que dão para outros artistas aí? Já teria estourado no mundo inteiro.

O que anima a gente também, Senadora Fátima Bezerra, é ver que há jovens mulheres dispostas a continuar esse trajeto do forró, como, por exemplo, a nossa sanfoneira aqui, a Carol. Eu fui o primeiro, praticamente, que cheguei aqui hoje e fiquei dali, observando a maneira como você agarra aquela sanfona, o amor com que você a trata. É como se fosse o seu filho ou a sua filha que você estivesse acariciando ali, porque esse é o amor dos forrozeiros, essa é a vida dos forrozeiros, e é por isso que merece, sim, ser transformado em patrimônio cultural do povo brasileiro.

O Iphan, a Senadora já dedicou aí, uma emenda, porque eu fico pensando: precisa de mais pesquisa? Não precisa, gente. É uma coisa que é reconhecida. Todo mundo conhece, todo mundo quer, todo mundo aplaude, todo mundo gosta – todo mundo gosta!

Portanto, do que se precisa é imediatamente oficializar – não é, Senadora Regina, você que é lá, do Piauí? – para que nós nordestinos possamos passar ainda a ter mais orgulho do que a gente produz de mais belo neste País, que é o forró brasileiro.

Um abraço a todas e a todos, com a certeza de que seremos vitoriosos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer aqui, mais uma vez, a presença do Deputado Distrital Chico Vigilante.

Quero registrar a presença aqui do Reginaldo, que é o Chefe de Gabinete lá, de Jandaíra, do Rio Grande do Norte.

Valeu, Chico. Muito obrigada.

O Laércio, que é o Vice-Prefeito lá, de Jandaíra, lá, do meu Estado, Rio Grande do Norte, encontra-se aqui presente, com Marina, que é a Prefeita.

Já registrei a presença aqui também de Iracema.

Quero registrar a presença de Jonildo. É Jonildo ou Jenildo?

O SR. JONILDO CAVALCANTI DA SILVA (*Fora do microfone.*) – É Jonildo mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Jonildo, muito obrigada. Jonildo Cavalcanti da Silva, que é o Secretário Executivo da Cultura da Paraíba. Muito obrigada aqui pela sua presença.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mais um nordestino que acaba de chegar, ouviu? O nosso Senador, paraibano, assim como eu, Senador pelo Rio de Janeiro, o Líder do PT aqui, o Senador Lindbergh Farias.

Eu perguntaria agora se eu posso aqui passar, Senadora Regina, para a Joana, a Joana Alves aqui, para a gente ouvi-la um pouquinho, Lindbergh. Joana que é conterrânea – ouviu, Lindbergh? –, paraibana, é a Presidente da Associação Cultural Balaio Nordeste, e que, eu já disse aqui, vem liderando todo esse movimento artístico-cultural do forró de raiz, em busca dessa salvaguarda e o reconhecimento.

Joana, com a palavra.

A SRª JOANA ALVES – Bom dia!

É um estado de graça o fato de eu estar aqui, podem ficar certos. (*Palmas.*)

Eu vou apenas fazer uma breve descrição do que está acontecendo já em todo o País, da forma como se está trabalhando. E, em primeiro lugar, agradeço, sempre, por essa participação que vem sendo desenvolvida em todo o Estado. A adesão é maciça, a gente está vendo.

É nítido que precisava ser feito esse movimento, mas começou, realmente, da necessidade de se destacar, realmente, a importância do nosso forró. Na Paraíba, começamos um movimento em 2011, fundando uma associação dos forrozeiros, que é a Associação Cultural Balaio Nordeste, por três forrozeiros que não conseguiam mercado de trabalho. Primeiro, foi minha filha, depois mais outros artistas populares, junto com os trios de forró, porque não havia espaço para demanda que existia, era uma demanda reprimida. E começamos a buscar forma de entrar no mercado e discutir o que poderia ser feito.

A partir daí, fundamos a instituição e começamos a trabalhar. Surgiu a proposta de que fizéssemos o fórum, fomos fundando e continuando as pesquisas, os trabalhos, desenvolvendo as ações junto com as políticas públicas do Estado, muito limitadas, pela falta mesmo de reconhecimento do que é forró, do que é patrimônio imaterial. Hoje estamos caminhando com uma ação bem mais ampla pelo fato de que, depois de fazer todos os fóruns municipais e começamos a fazer o estadual, foi deflagrado o movimento.

Em 2015, fizemos o primeiro fórum nacional. O Iphan promoveu para que, no encontro, poder ser feito uma carta de diretrizes para a construção desse registro, que até então não tinha sido direcionado. Estava tudo muito solto. Então o Iphan teve o cuidado de promover esse encontro e fazer essa carta de diretrizes em 2015.

Depois de ter feito o pedido em 2011, isso ainda estava nesse patamar. Então, fomos em 2015, na expectativa de que em 2016 fosse registrado, o que não aconteceu. Houve praticamente uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificuldade muito grande no processo político no País, e o Iphan realmente perdeu força e não tinha como construir essa história.

Fizemos uma outra reunião agora, que foi o Fórum Nacional, em 2017, com todos os representantes dos Estados brasileiros, onde ficaram os coordenadores de cada Estado. Então, nós temos um representante de cada Estado mobilizado para fazer os fóruns, para discutir realmente as necessidades básicas do forró para o registro. E o Iphan tem acompanhado bastante, em todos os movimentos que a gente está, o Iphan está acompanhando, colaborando, contribuindo para melhorar esse trabalho.

Como disse, o forró é reconhecido. A gente sabe que o forró é reconhecido nacionalmente, que é um patrimônio. Não há jeito, ninguém tira. Acontece que precisa ser registrado. É o mesmo que uma pessoa que nunca esteve no cartório para fazer seu registro. Então, o forró precisa disso. É um documento realmente. É preciso mapear. Precisa-se saber o que a gente vai documentar, o que vai registrar. Então, é preciso realmente fazer esse levantamento e há custos para isso. Esse custo, dois anos atrás, a gente fez um levantamento, estava em R$1,6 milhão. E ficou difícil para o Iphan executar, visto que ele tem outras demandas.

Fizemos, então, uma proposta. Por que não mobilizar o País inteiro, se o forró é de todos? Por que só o Estado da Paraíba sabia dessa história? Então, propus, fizemos essa proposta audaciosa. Pensamos nesse movimento como um movimento nacional, deflagramos o movimento. Foi aí que entrou a Senadora, quando eu a procurei, e ela abraçou a causa. Muito obrigada, pelo fato de que, se não houvesse ações políticas para envolver as pessoas que pudessem contribuir e ter a responsabilidade social, porque o forró não é só música. A gente tem uma cadeia produtiva, como disse a Senadora Lídice da Mata.

As festas juninas estão tomando um rumo inesperado por causa... Eu diria que o momento econômico provavelmente está sendo modificado. E, por esse motivo, todas as festas juninas estão tentando também modificar. Só que nós, como trabalhadores do forró, não vamos permitir que maculem o nosso trabalho com outras formas de repressão, de exclusão.

Então, o que a gente está querendo realmente é respeito. É que se construa realmente dentro do País esse respeito pelo forró, o que está sendo mais ou menos incompreendido. Quando se fazem as festas juninas, a proposta é sempre trazer os grandes artistas, que trazem público, segundo as informações que eu tenho e tem sido do turismo essa proposta. Mas, gente, por que essa ideia de que forró não traz público? Quem foi que disse que só quem traz público é sertanejo, é breganejo, é *hip-hop*? Não vamos mais continuar.

Então, o que nós queremos realmente é que seja respeitado, porque há artistas, sim, de peso que podem ser bem qualificados e podem estar dentro desse processo, com grande possibilidade de trazer público para todos os eventos, basta haver respeito por eles. Quando eu falo de respeito, eu falo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente do que rende no bolso desses artistas. Quando se contrata um artista que vem de fora, com a banda, uma megaestrutura feita no propósito de apresentar um espetáculo, aí se traz uma equipe muito grande e uma produção muito grande, aí paga-se R$400 mil, R$500 mil por esse artista que diz que traz público.

Por que não pensar – isso eu trago aqui para os prefeitos, para os gestores, para os senhores que designam as emendas parlamentares – no que a gente precisa fazer dentro de cada Estado? É trabalhar o forró de fato, trabalhar essa cadeia produtiva para uma produção de qualidade. Então, precisa-se de quê? De investimento. Como é que se paga a um trio de forró R$300 e se quer que ele possa investir em uma sanfona que custa R$22 mil, R$30 mil? (*Palmas*.)

Nesse momento, está a mobilização, a revolta social. Esse momento é muito importante que seja dito aqui. É cansativo ouvir isso, mas é realmente o que acontece. É a realidade nossa. Então, o que a gente quer é respeito na contratação do artista das festas juninas, das festas tradicionais.

Ao nosso grande prefeito aqui, eu tenho uma reverência para fazer a ele, porque eu tive uma informação, desde dois anos atrás, de que ele vem trabalhando. Isso, antes de ele declarar aqui, eu já sabia que está realmente trabalhando nessa meta, que é meta que a gente quer. É preciso qualificar e dar oportunidade para a nossa música, que é o respeito máximo de cada Estado; e não trazer as culturas de fora.

Não é que a gente não possa fazer intercâmbio. Não é que a gente não possa trazer a cultura de fora, mas no nosso São João – poxa, vida! –, nós temos forrozeiro que não trabalha, porque não foi contratado, do próprio Estado. Aí, traz-se uma banda de fora, e leva-se as divisas do Estado para fora. E nós, que trabalhamos no dia a dia, que votamos nos prefeitos, que votamos nos Deputados e nos Senadores, que fazemos trabalho dentro do Estado, a gente está perdendo essa possibilidade de emprego. E se precisa fortalecer isso.

Isso aqui é a proposta que eu estou representando dentro do País, porque é todo esse lamento que eu escuto todo dia. Da Paraíba fui para Salvador; a gente já esteve em Alagoas, Sergipe, Salvador. Isso não foi patrocinado não, isso foi caravana mesmo, a gente chegando e pedindo a um, pedindo a outro, pedindo à Universidade da Paraíba. Respeito muito o trabalho também que tem sido feito de haver um curso de sanfona dentro da universidade.

A nossa instituição fundou um curso de sanfona e hoje temos uma orquestra respeitada no País e fora do País, um curso profissional, com maestro, com capacitação de pessoas para poder fazer uma orquestra de fato. Então, isso é investimento na cultura. A gente não pode dizer que não temos pessoas capacitadas, o que está faltando é investimento nas políticas públicas. Isso é no País inteiro. Então, está se invertendo o processo. Trazem de fora artistas que estão produzindo pelo fato de haver grandes produções por trás, em detrimento da cultura local, que precisava ser respeitada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só tenho aqui a agradecer a todos que estão participando, que vieram de fora, aos artistas, à Marques Célio, que promoveu uma grande ação, trazendo todos os forrozeiros aqui do Distrito Federal, à Bahia, que está aqui presente. Nós temos vários Estados que não puderam estar, por falta de investimento mesmo, de pessoas que pudessem pagar passagem para vir. Todos queriam estar aqui, só que a dificuldade financeira é muito grande.

E nós estamos aqui imbuídos dessa ideia, respeitando os que queriam vir, e que não podiam, trazendo a mensagem de que a gente precisa mudar esse formato de trabalho, que é a nossa cadeia produtiva do forró, principalmente quanto ao sanfoneiro. O sanfoneiro é aquela pessoa que está pronto para tocar, para animar a festa em todo canto. E quantas vezes ele chega lá e diz assim: eu nem posso, porque eu botei minha sanfona e tenho que trabalhar para ganhar dinheiro para consertar a sanfona, porque a sanfona está complicada?

Não dá para trabalhar com um cachê de R$500 e consertar uma sanfona. Só o conserto da sanfona custa R$2 mil, R$3 mil. Então, o sanfoneiro é uma das pessoas que se prejudica muito, porque o instrumento não o ajuda a fazer uma boa apresentação. Precisamos investir nisso, nas escolas de música. Nós estamos precisando da escola. Sobre o investimento das escolas, estão com uma proposta lá na Paraíba de levar o forró para todas as escolas. E isso eu estou defendendo em todo canto que eu passo. Eu preciso desse apoio social, desse apoio cultural, político, para que a gente mude essa realidade do País.

Eu sei que não é fácil. Se fosse, eu também nem estaria aqui. Porque, quando eu comecei a ver que era muito mais difícil... E ainda não pensei em desistir em nenhum momento, só quero desistir quando eu vir o processo registrado e as políticas públicas funcionando, porque, depois de estar no papel, ficar guardado, também não serve. É preciso registrar; esse documento é necessário de ser registrado, é um filho que está precisando de ser batizado, mas, depois disso, precisa ser cuidado.

Eu só tenho muito a agradecer a todos que estão aqui. E, para mim, é um momento ímpar na minha vida. Nunca pensei em chegar aqui, em um plenário, para falar de forró.

Agradeço muito à Senadora. (*Palmas.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidenta Fátima?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Senadora Regina. A senhora quer...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Dar uma palavrinha aqui para ir, porque há duas comissões a que eu tenho que ir. Tenho um requerimento a defender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deixe-me só, rapidamente, registrar a presença aqui da querida Deputada Federal Luciana, que é Presidente do Partido Comunista do Brasil. Luciana foi prefeita também de uma das mais belas cidades do Nordeste brasileiro que é Olinda. Seja muito bem-vinda, Deputada Luciana!

Com a palavra a Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todas e a todos!

Quero parabenizar a Senadora Fátima pela feliz ideia do projeto e pela ideia da audiência.

Só não foi um bom dia, porque quarta-feira aqui é horrível. Se fosse talvez na quinta, a gente tivesse mais Senadores, mas quarta-feira é um dia em que a gente fica correndo de comissão em comissão. Eu tenho que ir para duas agora, fazer a defesa de um requerimento e de um projeto. É por isso que eu estou pedindo para falar antes de ouvir os outros.

Mas falar o que do forró? Com tantos especialistas aqui, eu não tenho o que falar de forró. Até porque, sobre o forró, o que posso dizer é que forró se toca, se canta, se dança e se promove também. Tem que se promover. Esse projeto é muito importante, porque não é que não possam tomar da gente, não. Estão tomando tanta coisa da gente. De repente, quando não houver mais coisas materiais, vão tomar também nosso patrimônio imaterial, nossa cultura. Então, é superimportante esse registro como patrimônio, porque ele está no Brasil inteiro, o ano inteiro. Não é só festa de São João. Todo mundo contrata sanfoneiro. Ela falou bem: é o músico mais barato de se contratar. As pessoas não valorizam ainda a questão do sanfoneiro.

Lá no Piauí a gente tem um grupo muito bom, há uma Orquestra Sanfônica gonzaguiana. Há um dia em que ela anda na rua tocando sanfona, um grupo grande de sanfoneiros tocando na rua. Não há no mundo quem não vá para a porta, principalmente no comércio, todo mundo corre para ver. Eles incluíram a sanfona na orquestra sinfônica. Foi também um feito importantíssimo, e lá há uma orquestra sinfônica no Piauí.

Então, há uma promoção, mas ainda é muito pouco. A gente precisa de muito mais. Eu acho que este passo aqui é importantíssimo para a gente preservar e também, de certa forma, obrigar um pouco que os governos, que o Estado brasileiro valorize essa parte de cultura. Ela falou bem, também: os caras montam uma banda cheia de parafernália, e têm patrocínio, e fazem um ingresso caríssimo, e todo mundo vai; e o forró geralmente é gratuito – se bem que também tem um público muito bom –, mas precisa-se de incentivo para os músicos, para os sanfoneiros.

Então, só quero parabenizar e lamentar e que eu tenho que ir ali e talvez nem veja a segunda parte. Vai haver ter mais toque, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vai, vai ter sanfona.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vai ter toque hoje. É o toque da sanfona me chamando. Então, quando eu ouvir o toque da sanfona me chamando, eu volto aqui. (*Risos.*)

Mas eu vou ali a duas comissões.

Obrigada! Parabéns a todas e todos! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nesses tempos juninos – não é, Regina? – é que a sanfona toca mais ainda!

Orlandinho, eu vou passar para você e depois, imediatamente, para a Deputada Luciana Santos, que tem outra atividade, e o Senador Lindbergh, que pediu. Pode ser?

O SR. ORLANDO PEIXOTO PEREIRA FILHO – Pode.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor, Orlandinho, Prefeito de Cruz das Almas, lá da Bahia, imediatamente.

Deputada Luciana, depois você e depois Lindbergh.

O SR. ORLANDO PEIXOTO PEREIRA FILHO – Senadora, muito obrigado. Eu quero, em nome da senhora, saudar todos os representantes da Mesa.

Quero dar um abraço na nossa conterrânea Rozania, que está fazendo esse grande trabalho, e em outro baiano, Guilherme, que também foi meu colega.

Eu sou Prefeito pela terceira vez do Município de Cruz das Almas, na Bahia, e sou seu companheiro de luta.

Eu quero fazer esse registro de que o que está acontecendo aqui, agora, repetindo o que disse D. Joana Alves, é uma coisa extraordinária. Eu sou de um Município em que nós acordamos, no dia 25 de junho, com saudades do São João que já passou, porque é uma festa extraordinária. Foi registrado aqui que é uma festa maior do que o Carnaval. E olhe que a Bahia ainda realiza a maior festa popular concentrada em Salvador, que é o Carnaval da Bahia, mas o São João acontece em todos os Municípios. O São João é a festa do povo do interior, que é o povo que construiu este País, inclusive as capitais.

Eu fico muito contente e muito alegre quando eu olho para essa menina – me desculpe, a gente fala "menina", porque eu já sou avô também, já tenho filha que deve ter o dobro da idade dela – e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente vê que a esperança continua, que o forró está vivo, porque, quando a gente vê uma menina, uma garota dessa que é sanfoneira e forrozeira, é uma coisa extraordinária.

Eu tomei essa decisão desde o primeiro mandato, em 2005, quando 70% a 80% da grade de São João lá de Cruz das Almas era só forró. Depois, ampliei no segundo mandato e, no terceiro mandato no ano passado, radicalizei. Apanhei muito. Apanhei muito de muitos *sites*, de muitos blogues, colocando como bairrismo, e a gente fez esse enfrentamento. Apanhei até de Câmara de Vereadores, de vários segmentos da cidade e de outros lugares, de outros gêneros musicais, e levei essa luta em frente, mostrando também aos artistas valorosos de outros gêneros musicais que há espaço para todo mundo. Nós não estamos querendo reduzir nem coibir o espaço de outros apresentadores. Nós queremos, sim, colocar o forró onde ele merece estar.

Então, isso que está acontecendo aqui é muito importante. Cruz das Almas, este ano e desde o ano passado, bateu a mão na mesa e disse: agora é só forró. E uma surpresa muito agradável é que as pessoas compreenderam isso, Senadora. As pessoas compreenderam isso e têm apoiado esse movimento, e a gente está percebendo que um conjunto de outros Municípios e de outros prefeitos aderiu a essa proposta de a gente consolidar o forró não somente com um palco, uma luz e um *show*, mas com toda a cultura junina, com a dança, com as manifestações culturais de raiz.

Em Cruz das Almas nós temos três espaços. Eu comecei a perceber que as pessoas que estavam na capital e em outros locais – só para concluir – estavam querendo ir para o interior não para ficar no hotel e ir para uma grande festa noturna. Eles estavam querendo ir para o interior para comer um milho cozido, comer a pamonha, comer o bolo de puba, para dançar um forrozinho na rua, ver a quadrilha, o bumba meu boi, o pau de fita. E nós fizemos um espaço só para isso em Cruz das Almas. Pela manhã, quem vai à feira livre, há também a Festa da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, há uma tenda enorme coberta, este ano, com arquibancada, para a gente ter todas as manifestações: as quadrilhas das escolas, o pau de fita, o bumba meu boi, o concurso Delícias do São João, que homenageia as principais licorzeiras da cidade, que são tradições muito importantes.

Então, eu fico muito contente com isso tudo que está acontecendo, porque a gente pega o forró e tem que considerá-lo nessa amplitude que a senhora falou, que envolve um conjunto de culturas e tradições que são as culturas e tradições mais genuínas do povo do interior do Brasil.

Quero parabenizar aqui a nossa Senadora Lídice da Mata também, que é nossa vizinha, conterrânea de meu pai, da histórica e heroica cidade de Cachoeira, e dizer que isso tudo representa a cultura mais genuína do povo brasileiro, do povo do interior, sobretudo do Nordeste. Então, parabéns para a senhora, parabéns para todos os senhores e senhoras e uma salva de palmas para os nossos forrozeiros aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Antes de passar a palavra para a Deputada Luciana Santos, eu que agradeço, Orlandinho, sua presença aqui, pelo depoimento bonito que você acaba exatamente de fazer, mostrando que, com simplicidade, mas com compromisso, com atitude, você, como gestor, está adotando ações e iniciativas que estão promovendo o respeito a essa expressão da cultura popular tão rica para todos nós que é exatamente o forró. E que bonito você ter exatamente essa sensibilidade de apostar na prata da casa, de valorizar, enfim, os próprios artistas da terra e da região. Muito legal, viu! Agradeço sua presença aqui, trazendo esse depoimento. Que essa iniciativa sua sirva de exemplo para os demais!

Passo a palavra agora, imediatamente, para a Deputada Federal Luciana Santos, Pernambuco, ex-Prefeita de Olinda.

A SRª LUCIANA SANTOS (PCdoB - PE) – Bem, gente, eu também fico muito honrada e feliz de estar aqui, nesta audiência pública, pena que de passagem tão rápida.

Como disse a Senadora Regina, é um dia de comissões, é um dia muito intenso aqui, no Congresso Nacional, mas eu não poderia deixar de estar aqui, Senadora Fátima Bezerra, para parabenizar pela iniciativa, dizer que, nessa mesma direção, nós estamos caminhando lá, na Câmara dos Deputados, para salvaguardar a cultura do forró.

Vi o depoimento, um pedaço, da Joana Alves. Parabéns pelas suas intervenções e lucidez em um tema que é tão caro à cultura e à identidade do nosso povo; ao Prefeito Orlandinho.

Quero saudar aqui Jonildo, que é o Secretário Executivo de Cultura da Paraíba, um camarada; e Rozania Macêdo, que é Presidente da Comissão Estadual e que vem, junto comigo, Senadora, junto à equipe do gabinete, procurando exatamente dar curso a essas mesmas preocupações que V. Exª está aqui revelando, porque, de fato, mais do que nunca, é necessário afirmarmos nossa identidade cultural. A afirmação da nacionalidade passa pela reflexão e para que a política cultural possa se incorporar como política pública e possamos dar a verdadeira dimensão dessa linguagem para todos os brasileiros e brasileiras, porque, afinal, a partir do momento em que o Brasil puder reconhecer o forró como patrimônio imaterial brasileiro, é que vai ser possível, cada vez mais, se incorporar nas políticas públicas de uma maneira geral, falar da cultura do forró nas escolas, nas manifestações, de uma maneira geral. Então, isso é algo muito valoroso e caro, em um momento em que é tão necessário afirmarmos a nacionalidade, em um momento em que é tão necessário dizermos e falarmos da nossa história, do nosso jeito de ser, do nosso comportamento e do nosso estilo.

Então, podem ter certeza de que nós vamos nos somar a vocês. A Rozania tem provocado lá o nosso gabinete. Nós vamos realizar uma audiência pública no dia 13 de junho, também lá na Câmara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Deputados, nesse esforço de fazer com que o próprio Iphan... Sei também, Senadora, que V. Exª, inclusive, chegou a apresentar uma emenda para o Iphan, para que o Iphan possa fazer os devidos estudos para que façamos com que essa, que é uma tradição singular, nordestina, possa ganhar a dimensão de entrar aí no rol dos patrimônios imateriais do Brasil. Assim como foi com o frevo em Pernambuco, que também é singular, que já virou patrimônio imaterial brasileiro, nós vamos fazer uma grande campanha para o forró virar patrimônio imaterial também de todo o povo brasileiro.

Um grande beijo. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Deputada Luciana Santos. Parabenizo-a pela iniciativa de, fortalecendo esse movimento, realizar uma audiência pública lá na Câmara dos Deputados também. Estaremos presentes.

E agora, com muita alegria, eu vou passar a palavra aqui para o Senador Lindbergh Farias, Líder da Bancada do PT aqui, no Senado, que representa aqui o povo do Rio de Janeiro, mas, paraibano, representa aqui o povo nordestino. Conhecendo o Lindbergh, como eu o conheço, sei da sua sensibilidade, sabia que ele não deixaria de estar presente hoje, aqui, na nossa audiência pública. Legal, Lindbergh!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Fátima, vou fazer só um cumprimento rápido. Eu queria cumprimentar só as duas mulheres: a Rozania, que é Presidente da Comissão Estadual de Forró da Bahia, e Joana Alves, que é essa lutadora que todos conhecem.

Digo, Jonildo, que eu sou paraibano, eu tenho muito orgulho de ser nordestino e eu fui para o Rio de Janeiro depois de ter sido Presidente da União Nacional dos Estudantes. Eu fui com 22 anos e, quando você chega a um lugar como o Rio de Janeiro ou São Paulo, procura logo suas raízes. E lá, no Rio de Janeiro, é impressionante a unidade do povo nordestino.

Você sabe que houve uma luta, Joana, logo quando eu fui para lá, em que eles queriam tirar a Feira de São Cristóvão. A Feira de São Cristóvão na época não era a feira de hoje; eram barracam que havia lá, mas havia a força de cada cidade do Nordeste ali, e ali era um ponto de encontro. Mas quiseram tirar a Feira de São Cristóvão. Não conseguiram, porque houve uma luta muito bonita ali.

A maior comunidade lá, no Rio, Senadora Fátima, é de paraibanos e cearenses. Há muito mais do que o potiguar, paraibano e cearense no Rio de Janeiro. Há pernambucano, há também baiano, mas no Rio a maioria é paraibano e cearense.

Eu falava de lá da força do Rio de Janeiro, por exemplo. Sabe quem domina a culinária do Rio de Janeiro? O povo do Ceará. Há uma cidade chamada Reriutaba no Ceará. É impressionante: todo chefe francês é de Reriutaba ou é daquela região de Santa Quitéria. Os chefes franceses! É verdade, porque o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso povo vai com a nossa cultura, com a nossa força. Nós temos uma força cultural gigantesca, gente.

E é justamente isso, Fátima – essa mulher guerreira, Senadora Fátima Bezerra –, essa luta para reconhecer o forró como um patrimônio imaterial da cultura brasileira pode abrir portas para valorizar o artista, o artista que segura, no dia a dia, todo o trabalho. E aqui, Senadora Fátima, inclusive, eu via lá na Paraíba, às vezes, havia festa junina, São João, em que só não havia forró na festa, forró tradicional. Traziam trazia artistas de nome. E você tem que valorizar é quem faz o forró tradicional, o forró das raízes. Tem que haver educação, tem que se colocar nas escolas também. Então, eu quero cumprimentar essa batalha, porque esta batalha aqui, a gente a ganhando, abrem-se portas para haver um conjunto de políticas públicas.

E cumprimento o Prefeito Orlandinho. Você sabe que, na última vez em que eu estive com ele, eu estava junto com o Lula, lá na cidade dele, porque é um nordestino. E sinceramente – viu, Joana? –, quando vemos o tamanho da injustiça que acontece no Brasil, o que estão fazendo com o Lula, um nordestino de Pernambuco, o homem que mais fez pelo povo trabalhador deste País... Estão fazendo isso sabe por quê? Porque sabem que, candidato, ele ganha a eleição e vai voltar a fazer pelo povo trabalhador. Aí eu vejo um cara como esse Temer, continua aí na Presidência da República. Era só em cima da Lula, que representa um pouco esse esforço desse povo nordestino, dessa cultura, Orlandinho, que se espalha pelo Brasil.

Parabéns a você, Senadora Fátima Bezerra. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço a participação aqui do Senador Lindbergh, que traz aqui a sua mensagem, incentivando mais ainda esse nosso movimento, com uma palavra dele, que é a palavra aqui de todos nós, de solidariedade ao Presidente Lula. (*Palmas.*)

Nós vamos agora passar aqui a palavra para Marques Célio, que é do Consórcio Forró do Distrito Federal.

O SR. MARQUES CÉLIO – Bom dia a todos!

Bom dia, Senadora Fátima Bezerra!

Quero agradecer pelo convite e, em nome da senhora e da D. Joana, que é esse baluarte em luta desse movimento, eu quero cumprimentar as demais mulheres presentes e agradecer de coração a presença maciça aqui dos nossos associados, dos nossos forrozeiros de Brasília, que tanto lutam pelo espaço, assim como todos no interior do Brasil, nas capitais, em todos os quatro cantos do País. Muito obrigado por ter atendido o nosso convite para estar aqui conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero registrar a presença de mais três membros da nossa Diretoria: meu amigo Anastácio Oliveira; Ednaldo do Vale; e Luizão do Forró, Luiz Gonzaga da Rocha, cujo pai deu esse nome a ele já em homenagem ao nosso rei.

Hoje é um momento muito especial, Senadora, que aqui estamos presenciando, porque nós buscamos, a cada dia, simplesmente o que é de direito e o de que precisamos, que é o reconhecimento dessa categoria tão bacana, desse músico, do artista simples, humilde, que muitos deles desenvolvem outras atividades, para poderem sobreviver, mas o que ele gosta de fazer mesmo é tocar o seu forró, fazer com que as pessoas se divirtam com a sua arte. E isso é uma coisa que sentimos na expressão de cada um, que isso é uma coisa que não podemos deixar realmente ser frustrada, porque quem tem a arte tem... O sonho dele é praticar. E muitas pessoas que estão, às vezes, nas gestões públicas não conseguem entender isso, porque nem todo ser humano consegue divertir os outros, porque não tem a arte de fazer, de tocar, de cantar, de expressar aquilo que é o mais importante, que é o sentimento através da música.

E nós precisamos muito, muito mesmo, pelo Poder Público, que as políticas públicas sejam feitas, sejam colocadas em defesa dos nossos artistas e, principalmente, da juventude, representada, por exemplo, pela Carol, que vem aqui representá-la tão bem. Parabéns por essa dedicação, por esse amor que você tem ao instrumento e também à nossa raiz. E, assim, há quantos outros artistas que nós temos aí, jovens, querendo simplesmente uma oportunidade? Mas essa oportunidade precisa ser realmente fortalecida pelo Poder Público, pelos governantes, por todos eles.

No Brasil, em todos os quatro cantos do País, se comemora festa junina. Eu queria parabenizar o Prefeito Orlandinho, porque, inclusive, eu tive a oportunidade de alguns artistas, conversando comigo, como o Flávio José, falarem do senhor, lá de Cruz das Almas, que o senhor tinha tomado essa atitude e, por isso, estava sofrendo muito um tempo atrás, e dissemos: "Olha, mas pode ser que essa coisa venha a servir de modelo para os outros prefeitos, porque ninguém quer tomar espaço de ninguém." No Carnaval, ninguém vê um outro gênero cultural, porque o Carnaval tem que existir. Por que, no período junino, têm que ser introduzidos outros gêneros culturais, se a festa é nossa, gente? É genuinamente nossa, não é? (*Palmas.*)

É do Brasil. O Nordeste tem essa, vamos dizer, responsabilidade. Jogou isso para o mundo através dos nossos grandes ídolos, e hoje cultivamos isso, porque nas festas precisamos cultivar, porque é nosso.

Enfim, quando se fala em sertanejo, isso cabe no ano todo. Quando há aniversário de cidade, pode-se comemorar; quer trazer o artista que quiser, traga, mas por que quebrar a nossa corrente cultural, a nossa tradição, se é uma coisa que quem sabe fazer...? Com certeza, muita gente sabe fazer isso, mas nós temos, com certeza, na alma, a forma de como colocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso, Senadora, eu queria agradecer muito e dizer à D. Joana que a senhora não tem que agradecer nada a nós. A senhora terminou a sua fala dizendo que queria agradecer; nós é que temos que agradecer à senhora, porque essa coragem, essa determinação, essa força de vontade de lutar pelo nosso forró são poucas pessoas que entendem. Só faz isso quem tem o forró no sangue e tem a disponibilidade que ela tem, que é uma pessoa consciente, é uma professora, a professora que trouxe, como se diz, no seu coração o desejo de ajudar quem precisa manter essa cultura viva.

E eu queria agradecer também a todos que nós convidamos. O Deputado Chico Vigilante, que foi muito feliz quando colocou aqui que vínhamos... Disse: "Olha, é um revolucionário!" Não, não somos revolucionários. Apenas estamos abraçando o desejo daqueles que querem realmente uma luz ao sol.

Queria parabenizar a Edilaine, porque a Edilaine promove um evento em Ceilândia, aqui, no Distrito Federal, que abre oportunidade para muita gente se expressar com a sua arte cultural. O forró está lá dentro também. Nós tivemos agora uma participação com 23 trios nossos, da nossa associação, fazendo a parte das ilhas onde as pessoas que gostam, que se identificam vão lá para dançar forró, e muita gente vai para assistir um *show*, que está lá, que o projeto dela tem essa magnitude que apresenta oportunidade para todos os gêneros.

E queria muito ouvir aqui dos Senadores, dos Deputados Federais, dos que estão aqui presentes, que estiveram aqui, o compromisso deles na questão do fortalecimento da indicação do recurso junto com a Senadora, que deu esse pontapé no ano passado, com o Deputado Luiz Couto, de que precisamos continuar a pesquisa, continuar o trabalho do Iphan para que tornem realmente, de fato, patrimônio imaterial e que, para isso, possamos buscar, cobrar as políticas públicas que o Estado, como se diz, os seus gestores tendem a implantar junto às sugestões, porque só através da educação, do incentivo à cultura e ao trabalho que nós estamos buscando é que vamos conseguir ir bem mais adiante com essa bandeira, fazendo com que a nossa cultura permaneça viva no Distrito Federal e em todo o nosso Brasil, o que é muito importante para todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço a Marques Célio – é muito legal, Marques, sua participação aqui – por todo o esforço de mobilização que vocês fizeram, trazendo essa presença aqui tão expressiva da delegação daqui, de Brasília.

Vamos imediatamente passar a palavra para o Gustavo Pacheco, que é o Subsecretário de Patrimônio Cultural do Distrito Federal, agradecendo a sua presença.

O SR. GUSTAVO PACHECO – Bom dia a todos e a todas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer, em nome do Secretário Guilherme Reis, que hoje não pode estar presente. É uma felicidade muito grande estarmos aqui falando.

Queria fazer minhas as palavras do Marques e lembrar que Brasília é hoje um dos principais polos difusores da cultura nordestina no Brasil. E, em reconhecimento a isso, no ano passado, o Governador Rodrigo Rollemberg assinou um decreto criando a política Brasília Junina de fomento às atividades do São João aqui. Nós temos um dos maiores movimentos de quadrilha junina do Brasil. A quadrilha que ganhou, no ano passado, o concurso nacional de quadrilhas juninas, foi uma quadrilha daqui, do Paranoá, Arroxa o Nó, concorrendo com quadrilhas do Brasil todo. Nós temos dezenas e dezenas de quadrilhas juninas espalhadas nos movimentos culturais mais fortes daqui do Distrito Federal.

Eu queria ecoar o que já foi dito aqui por diversos participantes, no sentido de que o forró... Apesar de ninguém negar as matrizes nordestinas do forró, isso seria ridículo, ao mesmo tempo, precisamos reconhecer que hoje é um fenômeno de expressão nacional. Então, esperamos sinceramente que essa iniciativa seja apoiada e realizada pelo Iphan, e esperamos que Brasília, o Distrito Federal seja incluído como uma das áreas principais de abrangência do forró aqui. Nós temos alguns dos centros mais importantes de forró do Brasil. A Casa do Cantador, por exemplo, em Ceilândia, é uma referência nacional de forró. Nós temos o Projeto Sabadão do Forró, criado pela Secretaria de Cultura, e no ano passado mais de 50 trios aqui do Distrito Federal se apresentaram lá na Casa de Cultura, lá na Casa do Cantador, em Ceilândia.

Eu queria lembrar que, quando o Iphan fez o registro do mamulengo, do Teatro de Bonecos como um patrimônio imaterial do Brasil, ele escolheu cinco lugares do Brasil como áreas de abrangência: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Distrito Federal; um reconhecimento de que o Distrito Federal também era uma zona importantíssima, um polo difusor de cultura nordestina. Então, a gente espera que, no momento em que o forró seja considerado patrimônio imaterial do Brasil, que o Distrito Federal também esteja representado como uma das principais zonas difusoras de referência do forró e da cultura nordestina no Brasil.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos agora, imediatamente, do Distrito Federal para a Paraíba. Jonildo aqui com a palavra, Secretário Executivo da Cultura da Paraíba.

O SR. JONILDO CAVALCANTI DA SILVA – Meu bom dia a todos, a todas!

Minha saudação à Senadora Fátima Bezerra, à Joana e a todos os forrozeiros e forrozeiras aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falar de forró para mim é algo com o que fico bastante à vontade pelo fato de estar dentro do meu DNA, no sangue, na veia. Meu pai, como forrozeiro também, foi radialista durante 35 anos na Rádio Tabajara, Senadora, e, no horário das 4 às 6 da manhã, acordava o povo trabalhador para ir trabalhar e tocava o nosso forró. Era no programa Bom Dia, Trabalhador. Essa voz também tem a ver com essa genética também.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Qual é o nome dele?

O SR. JONILDO CAVALCANTI DA SILVA – Jonildo Cavalcanti. Eu sou o filho.

Mas, na verdade, nós temos acompanhado de perto o esforço e o trabalho dessa grande guerreira que é a nossa querida Joana, desse movimento que teve início na Paraíba.

E aqui nós fazemos a representatividade do Governo da Paraíba em nome do nosso Governador Ricardo Coutinho e de todos que fazem a Secretaria de Cultura do Estado da Paraíba, para darmos as mãos cada vez mais e continuarmos nessa caminhada junto com vocês.

O forró canta o Nordeste, o forró fala da cultura do Nordeste, do nosso povo, da nossa gente, das nossas riquezas, das nossas críticas. E quantas, e quantas, e quantas críticas não foram feitas em músicas de Gonzaga, em músicas de Dominguinhos, e nas de tantos outros intérpretes do nosso autêntico forró?

E o forró, como patrimônio imaterial, de fato, já é, falta somente esse registro. E eu tenho certeza de que esta Casa, o Congresso Nacional, a Casa do povo, em tempo, inicia e dá continuidade a essa importância que o forró merece.

Então, quero dizer aqui a vocês, que a Secretaria de Cultura do Estado da Paraíba, o Governo do Estado da Paraíba está com vocês de mãos dadas para que possamos, em breve período de tempo, ter esse registro conferido ao nosso autêntico forró.

Meu muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada a Janildo aqui pela participação.

Imediatamente, por favor, Guilherme Menezes, aqui representando o Governador Rui Costa.

O SR. GUILHERME MENEZES – Bom dia a todos e todas!

Quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra e, em seu nome, as demais autoridades aqui presentes, sobretudo, aqueles que fazem a música, o forró, com o triângulo, com o gonguê, com a zabumba, com a sanfona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero especialmente cumprimentar a Srª Joana Alves, dessa associação de lutadores e lutadoras sobre a preservação desse patrimônio que é o forró.

O forró nós sabemos que é muito mais do que ritmo, do que música e do que letra; é uma expressão de identidade nordestina, de autoafirmação nordestina. Há muita gente besta neste País que tenta discriminar o Nordeste, e muitas vezes por inveja, porque tem inveja da riqueza da cultura do povo do Nordeste. Alguém já disse que a desgraça é a parteira do gênio. E, como o forró expressa a forma do nordestino se relacionar, se relacionar com a chuva, com a estiagem, com a seca, com o êxodo, ter que fugir de sua terra, com a morte, morte evitável, morte precoce... Está tudo ali dentro do forró, mas também a grandeza de superar esses momentos difíceis e de denunciar, como em uma música tão bem cantada por Gonzaga: "Uma esmola a homem que é são ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão", ou nessa música que foi aqui também interpretada Pau de Arara, de Guio de Moraes e Luiz Gonzaga: "Quando eu vim do sertão, seu moço, do meu bodocó [...]." Como tem informação a música nordestina, o forró, a forma como... A pobreza material era um saco e o cadeado era um nó. Ele só tinha coragem e a cara, e viajando em cima de um caminhão dez, doze, treze dias, mas chegou, penando. E trouxe dentro do matulão, quer era um alforje, que era o próprio saco, xote, maracatu e baião, que são grandezas imateriais do povo nordestino. (*Palmas.*)

Eu acho que isso, mesmo nesses momentos de depressão – "Ah, não estão dando a devida importância!" –, o forró tem sua importância e sua grandeza, mesmo quando lhe viram as costas.

Eu gosto muito de uma pergunta que o grande artista baiano e brasileiro faz: "De onde vem o xote, o xaxado e o baião?" E ele responde: "Vem de baixo do barro do chão do Nordeste", porque cada povo tem o seu chão, cada povo tem sua terra natal, e para onde vai leva. Quem está aqui no Distrito Federal trouxe um pedação do Nordeste dentro de si, como quem está no Rio de Janeiro, quem está em São Paulo. E essa que é a grandeza de uma expressão como o forró.

Eu tive – queria pedir licença, Senadora – uma experiência como prefeito. O povo de Vitória da Conquista, que é uma cidade lá do interior da Bahia, hoje com cerca de 400 mil habitantes, me elegeu quatro vezes prefeito. E uma das primeiras ações foi chamar todos os músicos e falar sobre o São João. E como encontramos músicos excelentes!

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME MENEZES – Sanfoneiros daquela sanfoninha de oito baixos, que foi a que Gonzagão encontrou na casa do pai dele, aquela sanfoninha de Januário. O povo ensinava: "Casa é de pai; escola é de filho."

Hermeto Pascoal, esse grande multi-instrumentista, o que encontrou de música? Também a sanfoninha de oito baixos do pai dele, que era um ferreiro, gente humilde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no São João de Vitória da Conquista, nós instituímos um memorial do forró, e, antes, um festival de músicas ligadas ao São João. Tanta gente jovem se inscrevendo e o tema tinha que ser aquilo. E o São João tinha que ser focado em cima das matrizes do forró, música de raiz, daquela linha de Gonzaga, tanto que a cada ano nós homenageávamos, Senadora, uma grande expressão do forró. Começamos com Luiz Gonzaga, depois Jackson do Pandeiro, Sivuca. Homenageamos Patativa do Assaré, um dos maiores poetas do Brasil, cearense, que está por dentro do forró, está lá na Triste Partida, naquele Lamento, na Vaca Estrela e Boi Fubá. Está lá Patativa do Assaré, entre outros. E homenageamos os grandes parceiros de Luiz Gonzaga: Humberto Teixeira, Zé Dantas, inclusive na presença de Marina Elali, neta de Zé Dantas, que chorou quando viu tanta informação sobre o avô. Zé Dantas morreu novo com apenas 41 anos, fazendo 42 anos de idade, e foi um grande parceiro de Luiz Gonzaga. E ela não conheceu o avô, e tanta informação dentro do Memorial do Forró, da Vila Junina, especialmente do avô dela. Homenageamos também, como eu já disse, Jackson do Pandeiro, com a riqueza que ele trouxe para a música nordestina e para dentro do forró.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME MENEZES – Então, raro o povo, rara a região do Brasil que integra tanta riqueza, que traz tanta riqueza.

E eu tenho certeza de que é mais um passo. Em 2005 o Presidente Lula instituiu o dia 13 de dezembro, dia de Santa Luzia, dia do nascimento de Luiz Gonzaga, como o Dia Nacional do Forró, numa iniciativa da Deputada paraibana também Luiza Erundina.

E agora é um momento também muito especial, no Senado Federal, graças também à sensibilidade e a essa luta da Senadora Fátima Bezerra. E cheguei aqui, desde cedo, alguém já disse que não existe melhor idade, existem melhores dias. Hoje foi um dos melhores dias para todos nós, ouvindo música bonita e lutando por algo que vale a pena lutar.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós é que agradecemos, Guilherme, a sua presença aqui e a sua mensagem aqui tão bonita, que retrata tanto afeto, tanto incentivo. Só poderia ter partido de uma pessoa como você. Já foi dito aqui, prefeito e, por diversas vezes, de Vitória da Conquista, uma das cidades mais importantes – não é, Orlandinho? –, lá do solo baiano. Ele que foi também Deputado Federal, exerceu esse mandato com muita decência, com muito compromisso, com muita seriedade. E para nós é importante você estar aqui hoje fazendo parte dessa delegação baiana, com Orlandinho, aqui representando o nosso Governador Rui Costa. Muito obrigada, Guilherme.

Imediatamente agora para Rozania, Presidente da Comissão Estadual do Forró da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ROZANIA MACÊDO – Primeiro, Senadora, eu quero realmente saudar a Mesa na pessoa da senhora, todos os Senadores que por aqui passaram hoje, a nossa também queridíssima Senadora Lídice da Mata, que é uma guerreira, uma mulher aguerrida, de força e que tem realmente abraçado essa causa, juntamente, porque ela também é Vice-Presidente desta Comissão. Então, desde o primeiro momento, eu venho também lutando pela causa, já tem muitos anos. Eu quero também saudar Joana Alves, que está aqui, uma mulher que realmente conquistou a minha admiração, a minha admiração de alma, foi um casamento solidificado através de um trabalho que realmente eu admiro. Hoje realmente faz parte da minha corrente sanguínea. Eu diria que eu abracei a causa de forma sobrenatural por estar no meio do entretenimento na Bahia, trabalhando juntamente com os forrozeiros da Bahia. Orgulho-me muito dessa militância.

Ao Iphan, eu quero realmente, Deyvesson, registar o meu abraço para Hermano Fabrício, que é um diretor nacional do Iphan, que tem abraçado essa causa conosco, em todos os apelos que eu tenho feito, o Fabrício tem comparecido, um grandioso nessa causa, nessa militância.

Eu quero também aqui parabenizar o Sr. Jonildo, a sua presença, porque vocês iniciaram, estartaram um projeto lá desde 2011, vêm lutando, registraram lá no Iphan, e hoje a gente tem o privilégio de estar participando, difundindo... Eu tenho certeza que essa militância foi exponencialmente deflagrada no Brasil, e eu sei que do Brasil para o mundo. Ontem eu falei isso para a Joana – não é, Joana? –, que isso é deflagrado do Brasil para o mundo. O Sr. Guilherme Menezes, eu aqui quero também parabenizar o Governo da Bahia, estive lá também solicitando audiência ao Governador.

Eu quero também deixar aqui registrado que estive lá na Governadoria com Jonival Lucas. Ele me atendeu muito bem. Deixei lá um pedido e um apelo para que o Governador siga junto também nessa nossa defesa. A gente está lá com a Assembleia Legislativa em peso, a gente teve uma audiência, um seminário lá na Bahia e eu quero realmente que o senhor também leve esses registros, para que ele possa tomar conhecimento de que, como representante do Governo da Bahia, o senhor pode muito nos ajudar.

Marques também, a gente teve uma reunião ontem de coordenação, eu quero parabenizá-lo também por essa luta, que tem sido...

Aqui eu quero realmente parabenizar a todos os forrozeiros. Vocês são realmente os maiores representantes da identidade do povo nordestino, da identidade, da tradição, da cultura de uma gente que quiçá já não esteja aí no mundo, a gente tem vários países aonde vocês conseguiram, com esse arrasta-pé, xote, xaxado, baião, levar essa cultura, essa tradição. E com muita luta a gente tem tentado fazer frente a esse trabalho que a mim muito, muito mesmo, me honra.

Eu quero realmente parabenizar o Prefeito Orlandinho. Na verdade, Prefeito, o senhor recebeu esse convite, e eu com muito orgulho o convidei, porque o senhor está sendo ícone na Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho lutado e, na verdade, como produtora de eventos e no meio do entretenimento na Bahia, eu tenho mais de 20 anos. Participei de grandes instituições na Bahia. Então, Prefeito, vi no senhor um representante realmente verdadeiro, que tem o meu respeito pelo que o senhor tem feito na sua praça. Na verdade, o senhor, como uma formiguinha, o senhor vai ver, eu lhe chamo agora para essa parceria...

Fiz esse convite com muito orgulho porque sei que o senhor tem sido realmente esse mentor e fomentador das praças, com o forró pé de serra, porque o nosso São João tem sido descaracterizado. Essa nossa batalha, essa nossa luta não vem de agora, e o senhor ter recebido esse convite...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROZANIA MACÊDO – Eu realmente lhe agradeço. Leve isso com muito carinho para Cruz das Almas, para a sua praça, que tem sido abençoada. Eu tenho certeza que o senhor vai colher muitos frutos, porque onde se planta se colhe forró, onde se planta e semeia uma cultura se colhe forró. E muito obrigada pelo seu trabalho. (*Palmas.*)

Quero aqui também, na pessoa de Edilane, parabenizá-la, querida. Você tem feito um trabalho reconhecido, você, como produtora, tem sustentado, tem levantado... Ver hoje você globalizando o seu trabalho, invadindo fronteiras, levando isso para outros países, é de uma representatividade... Parabéns querida pelo seu trabalho! Eu tenho certeza que você vai alcançar essas nações, porque o seu nome tem sido realmente difundido na cultura, e isso você faz valer com muito, muito empenho aqui em Brasília.

Quero aqui também citar a Deputada Luciana, a queridíssima Deputada Luciana, e eu quero realmente fazer um registro na ausência dela. Os assessores dela estão aqui, a Luzia está aqui, representando a Deputada... Então, Luzia, quando vocês abriram a porta do gabinete para receber o meu pedido de audiência pública e tão efetivamente vocês se empenharam... Que equipe, viu? Parabéns! A equipe da Deputada está de parabéns, porque, quando eu adentrei naquele gabinete, porque hoje ela é Presidente da Comissão de Cultura, quando eu ali adentrei, vocês prontamente atenderam o pedido, reconheceram o valor desse trabalho que tem sido feito.

Eu quero reforçar aqui o convite para todos aqui presentes: a gente tem essa audiência no dia 13 de junho aqui, na Câmara dos Deputados, encabeçada pela Deputada, com o Deputado Daniel Almeida, que é realmente... Ontem eu fiz uma visita a 20 gabinetes de Deputados da Bahia para convidá-los para também estarem conosco aqui nesta audiência pública.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROZANIA MACÊDO – Então, cada um desses, como a Senadora aqui, a gente cola e não larga jamais, porque sabe que são eles que vão fazer a diferença, porque, enfim, política responde por tudo, por tudo na nossa vida. Então, tê-los perto dessa militância... E hoje a gente sabe que, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registrar o forró – r não só registrar –, depende... Eu quero realmente pedir a conscientização de todas as nossas autoridades e todas as esferas... Prefeito Orlandinho, o senhor pode também contribuir com os seus Deputados, pedindo realmente para trazer as emendas para o Iphan, para a gente realmente conseguir registrar esse forró. Eu tenho certeza que o senhor é um representante grande, a sua praça tem representatividade de vitrine no nosso Estado e eu tenho certeza que também um apelo seu vai fazer valer esse recurso lá no Iphan.

Essa é a nossa conscientização. Eu peço a conscientização de todos que por aqui passaram. Eu tenho certeza que esta audiência vai ficar registrada nos *Anais* da Casa, então eu quero realmente... Deusa, eu quero dar meus parabéns para você, querida. E, por seu intermédio, a todas as mulheres do forró. Você, Rute, que é muito linda, o seu trabalho, 18 aninhos você tem e hoje já carregando uma sanfona, fazendo valer essa tradição, sustentando-a... É muito lindo! Então, quando eu recebi esse convite de Joana Alves, eu vi naquele momento, porque já fervia no meu coração, porque eu vivo a dificuldade de colocar forrozeiros em praças públicas hoje, na sazonalidade do forró. Eu vivo isso na pele – na pele. Então, como vivi, porque diz a lei das dez mil horas que, se você se dedica quatro horas por dia durante quatro anos, você se torna mestre em alguma coisa. Foi por isso que foram fundamentadas e fundadas as faculdades. Quando eu milito já com um artista baiano, que é um outro ícone também do forró, que é Adelmario Coelho... E aqui não falo só de Adelmario, mas falo de todos os forrozeiros que estão nesta luta comigo. Hoje eu tenho mais de 180 forrozeiros na Bahia que compraram essa briga, essa luta e têm militado comigo, têm abraçado de forma linda... Eu quero aqui parabenizá-los. Realmente, na Bahia, são 417 Municípios – a gente tem isso em pesquisa econômica – que fortalecem a economia do nosso Estado.

Então, eu fiquei muito feliz, muito honrada. Estou aqui também gratificada, Joana, com essa mesma sensação de gratidão que você está, por estar aqui, na mesa, ao lado de uma Senadora, que tem também expressividade no Estado dela. Então, é com muita honra, Senadora, que eu estou nessa militância, convidada a presidir o colegiado da Bahia, a comissão da Bahia.

Desde o primeiro momento, isso ferveu na minha alma de uma forma, com uma intensidade, e a senhora, que é lutadora, sabe que a mulher, com a sensibilidade que ela tem, quando pega uma luta, ela é aguerrida fortemente, ela leva isso muito adiante.

Eu quero deixar esse registro aqui; quero deixar um muito obrigada a vocês, carinhosamente; quero mandar um abraço para todos os meus prefeitos da Bahia, peço a eles que tenham realmente essa consciência de resgatar a cultura da tradição do Nordeste, que é muito linda.

Muito obrigada a todos os participantes. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Rozania, nós é que agradecemos a sua presença aqui e toda essa dedicação militante que você vem tendo para fortalecer esse movimento. É muito importante o papel que você está desempenhando lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Bahia. Essa iniciativa de dar prosseguimento à realização dessas audiências públicas, inclusive agora, na Câmara dos Deputados, no dia 13 de junho; dia 14 em Natal, no Rio Grande do Norte, na Assembleia Legislativa. Enfim, é muito importante.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos e todas.

Para encerrar aqui a parte da Mesa, nós vamos agora ouvir a palavra também de uma instituição muito importante no contexto desta luta, que é uma instituição do Estado brasileiro, o nosso Iphan, porque não se esqueçam disto: é o Iphan que tem a prerrogativa constitucional de cuidar do registro de todas as expressões ou manifestações do ponto de vista popular que almejam ganhar a salvaguarda ou o reconhecimento de patrimônio imaterial da cultura brasileira.

Então, vamos agora ouvir a palavra aqui do Deyvesson, que é o Coordenador-Geral de Identificação e Registro do Iphan.

Imediatamente nós vamos aqui facultar a palavra a umas duas pessoas que nos pediram e vamos encerrar a nossa audiência. Quero pedir aí a vocês que preparem um número para encerrarmos a audiência, a sanfona tocará novamente, e, daqui, Orlandinho, vamos sair em cortejo para a Presidência do Senado, para irmos à Presidência do Senado e sermos recebidos pelo Presidente, Senador Eunício Oliveira, para formalizar mais ainda o compromisso do Senado da República com a luta em prol do reconhecimento do forró. Com a palavra Deyvesson.

O SR. ROBERTO JOSÉ BELÉM DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Senadora, os sanfoneiros não vão ter, ao menos, um minutinho para dizer alguma coisa?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Depois vou dar um minuto, daqui a pouco.

O SR. DEYVESSON ISRAEL ALVES – Obrigado, Senador Fátima.

Primeiramente eu trago aqui os cumprimentos da Presidente Kátia Bogéa, do Diretor Hermano para a Senadora Fátima, que tem andado o Brasil afora, levando audiências públicas do Senado para discutir esse processo de reconhecimento das matrizes tradicionais do forró como Patrimônio Cultural do Brasil.

Nas pessoas de Joana e Marques aqui, eu cumprimento todos os forrozeiros que estão aqui presentes e quero parabenizar pela força dessa gente que quer ser reconhecida como patrimônio cultural nacional, algo que fala muito da sua identidade.

Em nome do Gustavo e do João aqui, eu quero também parabenizar e agradecer a presença de todos os gestores de cultura e dos prefeitos. A gente sabe que o Poder Público local – tanto o João quanto o Gustavo conhecem bem o Iphan – tem participação fundamental nas ações do pós-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecimento principalmente. A gente não consegue fazer política de patrimônio cultural sozinho, só o Iphan não consegue.

Já foi falado aqui da dificuldade orçamentária. E, em que pese ainda não termos estabelecido um sistema nacional do patrimônio cultural, a política de patrimônio imaterial pressupõe a parceria entre as instâncias de Governo, principalmente para as ações de salvaguarda.

Bom, eu vou tentar ser conciso na minha fala aqui e vou pedir a vocês que, se sentirem falta de algo e tiverem dúvidas, coloquem no momento adequado, que vai ser este momento que a Senadora colocou aqui.

Primeiro, a política de patrimônio cultural e imaterial é uma política recente, que tem início oficialmente a partir do ano de 2000, com a publicação do Decreto 3.551, que é um dos marcos legais dessa política. Um outro marco legal, obviamente, é a Constituição Federal de 1988...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DEYVESSON ISRAEL ALVES – ... que, no art. 216, além do patrimônio material já consagrado, que a gente já conhece, as edificações, as obras de arte, privilegiou também, declaradamente, o chamado patrimônio imaterial, que diz respeito aí aos sistemas de conhecimento, saberes tradicionais, aos modos de viver, que também podem ser reconhecidos como bens culturais do Brasil, como patrimônio cultural nacional.

E é uma política que tem aí o foco nessas expressões, práticas e conhecimentos tradicionais que são transmitidos de geração em geração e que são especialmente valorizados pelas comunidades como referências fundamentais da sua identidade, da sua cultura, da sua memória, enfim, da sua história.

É importante dizer que, como eu falei no início, a participação social é um princípio fundamental da política de patrimônio cultural e imaterial. Não se faz nenhum tipo de reconhecimento no âmbito da política de patrimônio imaterial que não tenha o que a gente chama de anuência, quer dizer, a concordância da comunidade de detentores.

Por isso, a importância de momentos como este, que são, como nós chamamos lá no léxico institucional, nos nomezinhos que a política dá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DEYVESSON ISRAEL ALVES – ... chamamos de mobilização, audiências públicas, reuniões comunitárias, os fóruns que já aconteceram e que estão previstos para acontecer em outros Estados... Este ano, nós tivemos dois fóruns, um em São Paulo e um no Rio de Janeiro. Tivemos, no ano passado, o fórum nacional na Paraíba; em 2015, tivemos um Encontro Nacional de Forrozeiros. Então, esses momentos são importantíssimos para que o Iphan tenha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. DEYVESSON ISRAEL ALVES – ... a oportunidade de esclarecer o que é a política de patrimônio imaterial, esclarecer quais são as possibilidades e os limites do reconhecimento, ou seja, do registro, e principalmente ouvir das comunidades o que é que se quer enquanto ação de salvaguarda, qual é a expectativa dessas comunidades com relação ao que se quer no pós-reconhecimento. Quais são os objetivos do reconhecimento? O que a gente quer com o registro das matrizes tradicionais do forró como patrimônio cultural brasileiro? Essa é uma pergunta que nós fazemos sempre, e a resposta nós temos de ter até a conclusão desse processo, por isso a importância desses momentos de mobilização.

Especificamente sobre o processo de reconhecimento das matrizes tradicionais do forró, é importante frisar que a solicitação que chegou ao Iphan foi, a partir do encontro de 2015, o registro das matrizes tradicionais do forró. Em 2015, a gente teve a carta de diretrizes que apontou como esse processo deveria ser constituído e qual seria, vamos dizer assim, o enfoque da pesquisa.

Por que matrizes tradicionais do forró e não do forró em si, o forró como uma expressão mais ampla? O Deputado Chico Vigilante colocou aqui que é óbvio, é patente, é evidente que o forró é uma expressão da cultura brasileira que não precisa de nenhum tipo de comprovação para dizer que é um patrimônio do Brasil. É fato. O problema é que a gente trabalha com política pública, e política pública tem caixinhas e tem procedimentos.

Então, de fato, o Poder Público precisa ter estudos feitos, específicos, que argumentem o valor nacional, que demonstrem a importância desses bens culturais para as comunidades, que digam que comunidade é essa, qual é o território de abrangência – no caso do forró, a gente já sabe que é um bem que tem abrangência nacional e que faz sentido para as pessoas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DEYVESSON ISRAEL ALVES – ... de Cajazeiras, na Paraíba, à Ceilândia, aqui no DF, por isso eu já digo, Gustavo, o DF está contemplado como território de pesquisa... Enfim, faz sentido para as pessoas de Exu, em Pernambuco, até a Reserva Extrativista do Alto Juruá, no Acre, para puxar a brasa para a minha sardinha, porque sou do Acre, enfim, é algo que está presente no Brasil todo.

De fato, o registro tem duas características muito importantes. Primeiro, o registro é um instrumento declaratório. Ele declara o bem cultural como Patrimônio Cultural do Brasil. Então, a partir do momento em que as matrizes tradicionais do forró forem registradas, esse bem cultural vai receber este título de Patrimônio Cultural do Brasil. Mas ele tem uma outra dimensão, que é tão importante quanto, que a gente chama de dimensão acautelatória, que é o quê? É aquilo que obriga o Estado a proteger e salvaguardar o bem cultural que é reconhecido como do Brasil. Ora, nós vamos proteger e salvaguardar o quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, é importante que os estudos sejam feitos. Por isso, é importante que esse detalhamento seja levado a cabo para que o Poder Público, o Estado, e, no nosso caso especificamente, o Iphan saibam o que fazer depois do reconhecimento: o que é que se vai proteger, o que é que se vai salvaguardar.

Obviamente, a gente ouviu aqui de Joana, da própria Senadora e de outros Parlamentares que existe um universo enorme que está relacionado ao forró e que não diz respeito especificamente à política pública de patrimônio cultural. E, aí, a gente começa a discutir quais são os limites desse reconhecimento.

No caso, como se trata de uma política pública de patrimônio cultural, o Iphan tem um limite de atuação. O Iphan não pode garantir que todos os elementos da cadeia produtiva do forró sejam fomentados diretamente pelo Iphan porque isso não diz respeito – e muitas coisas não dizem respeito – diretamente à política pública de cultura ou à política pública de patrimônio.

Entretanto, modelos de governança e estratégias de articulação podem ser construídos para que outras demandas que não dizem respeito especificamente à política de patrimônio possam ser atendidas por outros órgãos do Poder Público, por outras instâncias de governo.

Eu sempre costumo dizer, e todo mundo sempre fala: "Ah, mas a gente tem o São João agora, e no São João só tocam as bandas que estão aí na mídia e tal." O Iphan não pode obrigar, não tem essa competência de obrigar a prefeitura a contratar o forró tradicional porque agora é reconhecido como bem cultural do Brasil. Mas é fato – e em vários outros casos a gente tem exemplos bem-sucedidos – que o reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil fortalece o argumento junto às instâncias do Poder Público local, junto ao universo da produção cultural e do mercado fonográfico. Então, em tudo isso, o reconhecimento pode, sim, colaborar para que haja um fortalecimento das matrizes tradicionais do forró como bens culturais e materiais, mas também o fortalecimento dessa cadeia produtiva, apesar de o Iphan não conseguir atuar diretamente sobre isso.

Bom, para finalizar aqui, eu quero só reforçar a necessidade que a gente tem de aportar recursos. E, aí, já quero fazer um desafio aqui, Senador. Eu vi que há um quórum de 13 Senadores – nem todos estão aqui porque já colocaram que estão participando das outras comissões –, mas, se a gente conseguir o aporte de recursos... A Senadora Fátima Bezerra e o Deputado Luiz Couto, da Paraíba, aportaram, cada um, R$100 mil de emenda parlamentar ao orçamento do Iphan agora, para 2018. E já estamos estabelecendo uma estratégia para executar esse recurso. Mas, se cada um dos 13 aportarem pelo menos mais R$100 mil, a gente conseguirá levar a cabo esse processo, que é isto: exige mobilização, exige muita conversa, exige muita reunião e exige recursos para fazer tudo isso, consequentemente.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DEYVESSON ISRAEL ALVES – O que é necessário ao final desse processo, como produto final? A gente precisa ter um dossiê, que é um documento textual que argumenta ali o valor nacional, diz qual é o território de abrangência, quem é essa comunidade de forrozeiros. Eventualmente, pode haver até alguma ação de salvaguarda durante o processo. Já aconteceu, inclusive: a gente teve uma ação lá na Paraíba, com a transmissão de conhecimento relacionado ao pé de bode, o fole de oito baixos. E a gente tem que ter também um pequeno documentário, um minidocumentário que fale sobre essas matrizes tradicionais do forró. E para tudo a gente precisa de recursos. Para fazer a mobilização, para construir o dossiê, uma pesquisa tem de ser feita, a gente precisa contratar pesquisadores para isso e precisa contratar também a feitura desse vídeo. Então, para tudo isso a gente precisa de recursos e a gente conta com a colaboração dos Parlamentares para destinar recursos de emendas.

É preciso confessar que todo recurso que a gente teve em 2018, destinado para as ações de identificação e reconhecimento, passa – se ali há 13 de quórum, a gente teria R$1,3 milhão de emendas para o processo. Este ano, de orçamento ordinário do Iphan, a gente teve um pouco mais que isso, para todo o Brasil: para todos os processos de identificação e para todos os processos de reconhecimento. Então, numa matemática meio burra, se a gente pegar R$1,3 milhão, R$1,4 milhão e dividir para todas as unidades federativas do Brasil e para todos os processos que nós temos lá, que são cerca de 80, não dá nada para ninguém. É lógico que não é assim que acontece: a gente faz uma priorização dos processos lá em função de uma série de critérios.

Mas o fato é que o nosso orçamento não dá conta, sozinho, de processos que tenham uma magnitude tão grande como esse relacionado às matrizes tradicionais do forró, certo?

Bom, eu espero que, tendo sido sucinto, tenha sido também esclarecedor. E fico à disposição para as questões e perguntas que sejam colocadas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço aqui a Deyvesson. É importante, Deyvesson, a sua participação aqui. E nós vamos já tratar disso, ou seja, do papel do Iphan nos encaminhamentos que nós vamos dar agora, no encerramento da nossa presente audiência.

Olhe, eu vou facultar dois minutos para José Luiz da Rocha.

Vamos lá, nosso sobrinho de Gonzagão?

O SR. JOSÉ LUIZ DA ROCHA – Obrigado pelos dois minutos.

Deyvesson, mandou muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo a Senadora Fátima pela condução, pela coragem, muito bom.

Joana, foi muito bom conhecê-la antes da audiência. E ratifico todas as suas palavras e seus ideais nesse sentido. Muito feliz por sua iniciativa, parabenizo a sua iniciativa; muito bacana.

Guilherme, conquistador de Vitória da Conquista, arrasou, mandou muito bem!

É tanta gente competente defendendo o forró, né, gente?

Eu tenho a honra de, como membro da família de Luiz Gonzaga, neto de Januário, sobrinho de Luiz Gonzaga, estar aqui vendo vocês defenderem, com tanta garra, com tanta convicção, através de pessoas tão competentes, o forró – Marques, o meu amigo aqui Edinaldo, todo mundo em prol do forró. Eita que a Asa Branca está em festa no Sertão, viu?

E, para vencer a batalha, é preciso ser forte e nascer no Sertão. Com certeza, o espírito nordestino está aqui representado – e muito bem representado!

Fátima, o objetivo aqui estabelecido será alcançado com certeza, eu não tenho dúvida. A verdade é essa.

Grato e muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, José Luiz, por sua presença aqui e inclusive pelo simbolismo que traz a sua presença, sem dúvida nenhuma, para este momento, que é de resgate, de preservação dessa memória tão importante. E o simbolismo...

Pois não?

O SR. JOSÉ LUIZ DA ROCHA – Com certeza, meu tio Luiz Gonzaga e meu avô estariam muito contentes por essa iniciativa, eles, que tanto lutaram. Porque a vida do sanfoneiro... Vocês aí atrás sabem que, para quem estica piano de peito, não é fácil andar por esse sertão tocando em qualquer horário e em lugares inóspitos. Com certeza, meu tio Luiz Gonzaga estaria muito contente – muito contente mesmo! – por estarem aqui vocês defendendo o forró, por que ele tanto batalhou, que ele tanto defendeu.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Valeu!

Roberto, um minuto. Depois, Carol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO JOSÉ BELÉM DOS SANTOS – Eu quero parabenizar, porque todos falaram aqui, as autoridades, as pessoas e os sanfoneiros, especialmente a Presidente Fátima, a D. Joana, aqui a Vice-Presidente. Gostei demais. Se eu dissesse qual era a nota, de zero a dez, eu dava mil para todo mundo, porque vocês vieram para aqui defender o forró.

Agora, eu quero dizer só um pouquinho – vai ser muito reduzida a minha palavra – é sobre a dificuldade que existe: nós estamos aqui defendendo o forró, mas agora vamos defender o forrozeiro. Como? Na hora em que a gente chega para fazer um contrato, é de responsabilidade de quem? Do Ministério da Cultura; depois é das secretarias de Estado da cultura; depois é das prefeituras, das secretarias dos Municípios. Então, quando chega lá um artista de mídia, como D. Joana citou, de R$600 mil, R$700 mil ou quase R$1 milhão, aí é bem rapidozinho. Fecham lá o contrato, e existe aquela coisa toda. Quando chega o sanfoneiro, os artistas, aí existe um protocolo, existe um negócio de uma licitação, de um edital, um bocado de coisa, e aí existe depois o negócio de dizer que a pessoa tem que arranjar três notas do preço do *show*, para depois dividir por três, fazer uma matemática, uma coisa... Ah! Ninguém está atrás de matemática!

Então, o sanfoneiro, o artista, quando chega lá, cada qual tem o seu preço. "Fulano, quanto é que é teu *show*?" "É tanto." "O de fulano, quanto é?" "É tanto." Se ele valer, paga, negocia com ele, faz o negócio.

Então, Senadora Fátima, é uma dificuldade... Geralmente existem aqueles artistas que não têm aquele protocolo, não têm empresa, não têm nada, aí fica difícil. Antigamente, quando a gente chegava, na hora negociava direto com o secretário. Aí botam empresa, botam terceirizado, aí os cabras botam só os deles, e quem está...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO JOSÉ BELÉM DOS SANTOS – ... na mídia – e se paga uma mídia caríssima para estar na mídia –, aí a gente fica na desvantagem.

Então, só era isto aqui: facilitar a maneira da gente. "Quanto é seu *show*, fulano?" "É tanto." "Vale."

Outra coisa também: existe o negócio de dizerem que vão avaliar. O artista já é avaliado pelo povo. Não é chegarem lá quatro, cinco, seis camaradas e dizerem não. O artista já está avaliado pelo povo nacionalmente e internacionalmente. O turista vem lá de fora, do estrangeiro, vem ver o forró aqui, não vem ver... Ele vem comer carne de sol, vem tomar suco de mangaba, ele não vem comer rosbife, estrogonofe nem caviar, não, porque ele já come demais.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO JOSÉ BELÉM DOS SANTOS – Então, pessoal, essa aqui foi a palavra de Roberto do Acordeon defendendo o sanfoneiro aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Valeu, Roberto!

Carol.

A SRª RUTE CAROLINA DA CUNHA BENIGNO – Quero cumprimentar a todos, e dizer que é uma imensa satisfação participar aqui.

Quero registrar que eu sou aluna do curso de acordeon já mencionado por D. Joana, um dos únicos cursos de acordeon em todo o País. E é muito importante a inserção do acordeon no meio acadêmico.

E quero fazer uma breve fala aqui. Eu preparei o meu texto, então já tem uma duração pré-determinada. Vamos lá.

O forró é inegavelmente um gênero musical brasileiro e sempre desempenhou um papel fundamental na construção e na manutenção da identidade nordestina. O forró de raiz expressa o jeito de ser, os hábitos, os valores e as crenças do nosso povo, e, em mão dupla, fecunda nossas tradições. Assim, defender nossa música regional é também preservar nossa história e nossa identidade.

A cultura é dinâmica e irremediavelmente mutável. Esse seu movimento deve ser considerado salutar. No entanto, é preciso atentar para o que tem acontecido com o nosso forró como manifestação cultural inserida num contexto de uma sociedade capitalista...

(*Soa a campainha.*)

A SRª RUTE CAROLINA DA CUNHA BENIGNO – ... na qual os processos de dominação dos povos se dão por uma violenta subtração dos seus traços identitários. Considerando a mutabilidade própria da cultura, é preciso criar condições para que o forró pé de serra se reinvente diante das novas realidades materiais de nosso tempo e das mudanças culturais pelas quais se deve atravessar, mas de forma livre, sem influência danosa, impositiva, descaracterizante, uniformizante, superficializante e massificadora do mercado cultural predatório que o sufoca.

Nesse contexto, a salvaguarda das matrizes do forró, tornando-o patrimônio nacional, vem se opor à excessiva mercantilização dos meios culturais de nosso povo, e o defende das constantes agressões promovidas pelo mercado da música e dos grandes palcos, agressões às suas características fundamentais e à sua diversidade. O mercado não pode substituir a diversidade musical do nosso País

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por um borrão homogêneo, indefinido e volátil, sob pena dessa nossa expressão cultural ser reduzida a mero modismo, a peças descartáveis de transação comercial.

É necessário possibilitar aos artistas locais – aqueles que de fato são capazes de expressar as diversas formas de viver do nosso povo porque no meio deles estão inseridos – melhores condições materiais e políticas de existência, a fim de que possam, estes sim, assumir o protagonismo da nossa produção cultural.

Finalmente, salvaguardar as matrizes de forró significa não só preservar nossa memória, mas oferecer condições ao nosso povo de vivenciar livremente, em toda a sua potencialidade e diversidade, a nossa cultura, a nossa diversidade e a nossa identidade.

E viva o forró de raiz! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Que bonito, Carol!

A Carol é potiguar! Olha aí, gente! Estão vendo? Isso é universidade pública! (*Palmas.*)

É estudante do curso de Música oferecido pela Universidade Federal da Paraíba. Que tenhamos mais cursos pelo País afora!

Iranilda, Deusa, você pediu a palavra?

A SRª IRANILDA SANTANA DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor.

A SRª IRANILDA SANTANA DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE – Primeiro, eu quero dar bom dia. (*Fora do microfone.*)

Pronto. Bom dia a todos.

É um prazer estar aqui lutando por uma causa que eu... Desde menina, eu escutava Luiz Gonzaga, não tive o prazer de conhecer Marinês nem ele. Às vezes até choro escutando as canções dele, porque me transmitem... é como seu estivesse naquela época; eu acho que nasci até no ano errado.

Quero agradecer a sensibilidade daqueles que hoje ouviram cada um de nós, agradecer à D. Joana, essa mulher maravilhosa que vem lá da Paraíba, ela que me apresentou essa força de mostrar o nosso forró como um patrimônio e de transformar... Para mim ele já é patrimônio cultural, imaterial, ele é tudo na minha vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para todos os forrozeiros que estão aqui, eu sei que também é para eles. Independentemente do cachê, independentemente da estrutura colocada para que nós possamos fazer o nosso trabalho, a gente faz com muita garra, somos todos cangaceiros mesmos, filhos de Lampião, nós temos todos o sangue puro nordestino!

Quero agradecer a Seu Guilherme, com a sensibilidade, com o conhecimento que ele tem do que fala a cultura nordestina. É muito bom quando se vê um representante que conhece do que fala. É muito bom. Não aqueles que ficam rodeando.

E o que eu quero deixar aqui bem claro, gente, é: o que a gente quer não é que se vá deixar de contratar os outros, porque o sol nasce para todos, mas, sim, que se reconheça mesmo o trabalho de cada um da sua terra. E quando você passa por aqui é muito bonito falar, mas eu quero comprometimento mesmo, não só com a D. Joana, mas com a Senadora e com todos nós, forrozeiros, potiguares e de qualquer Estado, não só do Rio Grande do Norte, mas de Pernambuco, da Bahia.

Eu achei linda essa representação da Bahia. Essas mulheres que eu conheci hoje, é como se eu tivesse me identificando e vendo-me nelas. Eu não tive a oportunidade... Sou de Acari, Rio Grande do Norte, uma cidade muito pobre, mas que é linda, rica de muito amor e de muita alegria, e é isso o que eu levo nesse mundão afora com o meu forró.

E para encerrar, eu quero fazer este verso para vocês, que minha filha compôs para mim e eu canto sempre nos meus *shows*:

Sou matuta brejeira pura
E Acari é a cidade que eu nasci
Com minha mãe e meus irmãos onde eu vivi
E no Sertão foi onde eu fui criada
E hoje sou mulher realizada
Porque Deus me concedeu um dom e
Com toda dificuldade, sem sair do tom
Eu canto com alegria
Faço versos e recito a poesia
Mesmo que o momento não seja bom
A sanfona toca
E eu navego no som
Resgatando sempre o que há de melhor
Do pezinho lá da serra
Eu retiro o forró
Mesmo que os melhores estejam no céu
Pois no palco eu encarno Anastácia, Cecéu, Elino Julião, Gonzagão e até Marinês
E digo pra vocês
Que canto com a alma iluminada e florida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E digo: "Sanfoneiros! Puxem a sanfona sentida!"
E o forró vai até o amanhecer
E pra completar a rima
A banda eu vou apresentar
Composta por meninas
Que cantam além de tocar
Contagiando com a energia lá em cima
E pra ficar melhor só com a Deusa do Forró
E a banda As Nordestinas!

Obrigada! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ah! Deusa! Essa Deusa e As Nordestinas encantam mesmo!

Eu perguntaria a João Carlos, do Ipac, da Bahia: você quer dar uma palavrinha rápida?

Pois não, João. E agradeço a sua presença.

O SR. JOÃO CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA – Eu quero agradecer, Senadora, o convite e colocar o Ipac à disposição. E quero agradecer a compreensão do olhar que o Iphan traz para a gente.

Eu acho que a gente não pode perder a oportunidade de estar hoje no Senado quando a gente fala da preservação do patrimônio cultural. Para a gente que está lá na ponta, quando a nossa colega aqui fala que não quer que a gente fique rodando, mas que quer que a gente dê respostas claras e diretas, eu acho que, quando a gente fala da preservação de uma matriz que tem uma representatividade territorial tamanha, a gente tem que pensar numa pauta fundamental que é um plano transversal no processo de salvaguarda. Não dá para se pensar o processo de salvaguarda do forró sob a ótica somente do patrimônio federal. A gente tem que pensar realmente sob uma ótica federal, estadual e principalmente sob a importante ótica da representatividade municipal, que a gente vê aqui.

Quando os nossos colegas falam da dificuldade da contratação, a dificuldade do cachê, a gente entende que, dentro desse processo, existe toda uma cadeia e uma linha produtiva que vai da culinária à música, toda a representação, inclusive artesanal. Existe um processo de produção artesanal vinculado à matriz do forró. Então, a gente tem aí uma gama de informações no sentido da preservação, até entender o seu recorte. E, quando o nosso colega coloca a dificuldade da contratação e de quando se vai fazer o cachê, eu acho que a gente tem que, mais do que nunca, pensar para os Governos estaduais e levar isto para as nossas Bancadas: de a gente, o mais rápido possível, aprovar leis na ótica da cultura viva, em que a gente possa ter representações daqueles artesãos, dos mestres, dos produtores culturais, que a sua contratação seja mais rápida, mais espontânea, mais homogênea.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é muito difícil para o gestor público, e aqui eu falo a fala do gestor público, abdicar do processo licitatório, abdicar dos três orçamentos. Mas, se houver um processo de construção, pelo Legislativo, que permita que nós possamos tocar vocês de forma correta, sem que depois o Tribunal de Contas nos comprometa, isso é fundamental.

Então, eu acho que, daqui, hoje, é fundamental que a gente entenda também que precisamos ter uma agenda agressiva de uma relação transversal de todos os agentes de Governo – federal, estadual e municipal. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigada.

Joana, você ainda quer fazer uso da palavra?

A SRª JOANA ALVES (*Fora do microfone.*) – Eu gostaria de...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Fale aqui no microfone.

A SRª JOANA ALVES – Eu estou aqui somente para agradecer realmente, porque não é Joana que está fazendo isto aqui, é esse impulso que os forrozeiros me dão para poder levar essa batalha à frente. Então, quando eu estou aqui agradecendo é porque eu estou distribuindo a minha energia e trazendo a de vocês comigo. Peço sempre que estejam juntos e entendendo que só vocês podem mudar esse comportamento social que está sendo devastador para o forró, porque a forma como estão sendo tratadas as festas juninas precisa ser revista.

Eu concordo plenamente com ele, porque nós temos a dificuldade de contratação. E já está sendo feito um estudo a respeito disso, para se inserir na Lei 8.666. A gente vai ter que fazer isso e não tem para onde correr. Neste momento é preciso que nós tenhamos essa consciência de mobilização e de fazer a coisa acontecer, para ser realmente fiel e ninguém ser comprometido com o trabalho, porque, à medida que se fazem coisas que não estão de acordo com a lei, então alguém paga por isso. E nós precisamos contribuir para a profissionalização, a capacitação e o respeito à lei do nosso País. Isso é cidadania.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Joana.

Nós vamos já partir agora para o encerramento. O Senador José Medeiros chegou aqui. Ele é integrante desta Comissão também. Concedo a palavra ao Senador José Medeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Senadora Fátima, eu vim aqui e não poderia deixar de parabenizá-la por ter trazido essa discussão, por trazer essa homenagem ao forró. Eu, que tenho minhas raízes... Também nasci em Caicó, no Rio Grande do Norte – agora moro em Mato Grosso, mas onde a gente escuta um forró, já se lembra das raízes.

Eu queria passar aqui só para dar os parabéns a todos e render as minhas homenagens por essa reunião. E quero deixar aqui também a minha homenagem a cada forrozeiro daqui. Um abraço!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador José Medeiros.

Deyvesson.

O SR. DEYVESSON ISRAEL ALVES – Sim.

Será só meio minutinho, somente para concordar com o que o colega João Carlos colocou, da necessidade de a gente pensar um processo de salvaguarda que seja transversal, que contemple as políticas locais. E eu acrescentaria: eu falei que o registro gera uma obrigação do Poder Público de proteger e salvaguardar, mas esse compromisso é lá e cá, ele gera o compromisso também para os forrozeiros de protegerem e de salvaguardarem. E quando a gente fala em mobilização, eu falei de mobilização para o registro, mas vai ser necessária ainda uma mobilização ainda maior para esse processo de salvaguarda. E essa mobilização envolve...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DEYVESSON ISRAEL ALVES – .... a articulação com o Poder Público local, a conversa com o Poder Público local, envolve articulação com o Poder Legislativo local, para que a gente pense estratégias em que caiba essa diversidade muito grande que a gente tem no País todo. É isso. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pessoal, nós vamos agora encerrar essa primeira fase aqui da nossa audiência pública.

Mais uma vez, quero agradecer a presença de todos e todas vocês, especialmente dos nossos artistas, da delegação potiguar, da delegação aqui de Brasília, da Bahia, da Paraíba. Foi muito importante a presença de vocês. Nós tivemos aqui a presença de vários Senadores, como a do Senador José Medeiros, que acaba de vir aqui também para trazer o seu abraço, o seu compromisso, o seu apoio. E quero destacar a presença, evidentemente, de Joana Alves, pelo que Joana simboliza nesse movimento, esse movimento artístico-cultural, repito, que nasceu lá no Nordeste, que é exatamente valorizar o forró.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E valorizar o forró evidentemente passa por essa iniciativa que é certificar o forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira. Não é que o forró não signifique isso para as nossas vidas; é claro que significa! Como desconhecer que o forró retrata, através da música, o nosso cotidiano, os sonhos que a gente tem, os desejos, as esperanças, as amarguras, o sofrimento também, as alegrias também? É claro que sim. É lógico. Ele é, repito, a expressão cultural mais forte do ponto de vista popular, do ponto de vista da identidade do nosso povo brasileiro, especialmente do povo nordestino. Mas nós precisamos ter esse ato formal, Deusa, o ato formal que é o reconhecimento, e um reconhecimento que vai ser fruto – está sendo fruto – de um trabalho muito bem feito, que exige pesquisas. Por isso que é necessário dinheiro.

Por isso é que eu não tenho nenhuma dúvida de que um dos resultados mais positivos desta audiência de hoje vai ser contar com a presença de todos os Senadores e as Senadoras que aqui vieram – inclusive do Senador José Medeiros, que acaba de chegar –, e de cada um, no mínimo, destinar R$100 mil para o Iphan, para que o Iphan possa fazer esse trabalho de pesquisa, de reconhecimento do forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira. Nós vamos fazer isso, levando em consideração exatamente a penúria que vive hoje, o congelamento dos investimentos, etc.

Olhem só o que ele disse aqui. O Deyvesson disse aqui que há um milhão, mas para o País todinho. Não tem como valorizar nossa cultura desse jeito. Então, Deyvesson, saiba que nós já temos R$200 mil de emenda e, para este ano, nós teremos aqui o compromisso dos Senadores e das Senadoras de destinar, no mínimo, R$100 mil para que tenhamos o aporte de recursos necessário para o Iphan concluir o seu trabalho. Esperamos que não passe, de maneira nenhuma, de 2019. Se Deus quiser, em 2019, que nós possamos aqui celebrar.

Então, o primeiro encaminhamento foi esse. E vocês vão trabalhar nesse encaminhamento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cobrar, exatamente! Vamos cobrar! Vocês vão a cada Estado cobrar dos Parlamentares para que destinem exatamente a emenda, entendeu, Marques?

Então, esse foi o encaminhamento, a meu ver, mais importante.

O outro encaminhamento, anotem aí na agenda de vocês: nós vamos ter já, agora dia 13... Cadê, Joana? Eu já perdi o papel de novo. Anotem aí na agenda de vocês: nós vamos ter o fórum do Rio Grande do Norte em 14 junho, lá na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte; vamos ter o fórum de Brasília em agosto, o fórum da Bahia em setembro e do Ceará em novembro. Esse aqui é o fórum intitulado Fórum Nacional do Forró de Raiz, que vem dando exatamente curso a toda essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mobilização social, política em defesa do nosso forró. E lembrando que já agora, dia 13, na Câmara dos Deputados, teremos a audiência pública de iniciativa da Deputada Federal Luciana Santos.

Então, meus amigos e minhas amigas, meus queridos forrozeiros, artistas, gestores aqui presentes, eu acho que cumprimos o nosso objetivo. Fizemos uma audiência pública com muita representatividade, uma audiência pública exercendo o papel que é para ela exercer, o de fazer o debate com a sociedade e fortalecer exatamente a nossa luta. Este é o nosso papel: trazer o tema para debate, dar mais visibilidade ao tema, ampliar esse debate para que a gente possa avançar rumo àquilo que é o nosso sonho neste momento, que é ter o reconhecimento, que é ter a salvaguarda.

Vocês prestaram atenção aqui, não é? Ter a salvaguarda não é uma coisa burocrática, não é um certificado por um certificado, não. O reconhecimento do forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira vai possibilitar, Roberto, que a gente tenha mais condições para brigar por políticas públicas, por ações. O forró precisa ser matéria nas escolas por este País afora. Nós precisamos de mais cursos como o que a Universidade Federal da Paraíba está oferecendo; é o único hoje em todo o Brasil. Nós precisamos de mais cursos nessa modalidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é. Pois é... Mas o certificado vai exatamente possibilitar isto: possibilitar, repito, que a gente possa ter políticas públicas, ações voltadas para fortalecimento dessa expressão cultural. E a interface que ela tem do ponto de vista da economia... Todo mundo sabe aqui do casamento do forró com o turismo, com o turismo cultural.

Já foi dito aqui: o forró consegue ser essa expressão maior até do que o próprio carnaval. E aquilo que a gente viu aqui: a cadeia produtiva que o forró gera, promove, não é apenas no São João. No São João é o ponto máximo, não é, Joana? É aquele momento da intensidade, mas a cadeia produtiva do forró está presente no dia a dia, no ano todo, na pequena, na média e na grande cidade. E esse reconhecimento do forró é para chegar ao forrozeiro, é para chegar aos artistas.

O SR. ROBERTO JOSÉ BELÉM DOS SANTOS – A senhora depois me permite só uma palavrinha?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só um momentinho.

O SR. ROBERTO JOSÉ BELÉM DOS SANTOS – Desculpe-me.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Para que eles sejam tratados com o respeito e a dignidade salarial e profissional que merecem.

Então, mais uma vez, mais uma vez aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diga, Roberto. Trinta segundos.

O SR. ROBERTO JOSÉ BELÉM DOS SANTOS – É só isto, é que Luiz Gonzaga fez isto aqui:

Ô baião
Faz a gente lembrar, esquecer
Ô baião
Traz saudade gostosa de ter
Um triângulo
Uma sanfona, um zabumba
[...]

É isso aí. (*Palmas.*)

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Valeu!

Pois é, gente.

Vamos, agora, encerrar essa primeira fase, cantando exatamente A Volta da Asa Branca.

A Senadora Regina acabou de voltar e ela disse que queria ouvir a sanfona.

Espere aí um momento. Vamos encerrar cantando A Volta da Asa Branca, mais uma vez, repito, em homenagem a Gonzagão, Elino Julião, Marinês, Jackson do Pandeiro, a tantos e tantas que inspiraram gerações presentes e futuras nessa luta pela valorização do nosso forró.

Antes de encerrar... Só um momentinho aí, segura a sanfona!

Antes de encerrar, eu quero aqui aproveitar, nessa segunda fase da nossa audiência pública, para pedir a aprovação dos nossos pares a um requerimento de nossa autoria para realização de uma audiência pública, agora em junho, que vai tratar de um tema muito importante.

PARTE 2
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 20, de 2018
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública a fim de debater: Os royalties do Pré-Sal e o empobrecimento do Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

Nós estamos convidando para essa audiência pública: Paulo César Lima, Consultor da Câmara dos Deputados; Gabrielli, ex-Presidente da Petrobras; Ildo Sauer, Professor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo; Mansueto de Almeida, Secretário do Tesouro Nacional; Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal; um representante da Confederação Nacional dos Municípios, entre outros.

É um tema muito importante, pelo impacto que tem, especialmente para a Região Nordeste, a questão dos *royalties* do pré-sal. O tema vai ser exatamente este: "Os *royalties* do Pré-Sal e o empobrecimento do Nordeste".

Aqueles que aprovam o nosso requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Queremos também aqui pedir a aprovação das atas das reuniões anteriores da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Vamos agora, por favor, para o encerramento aqui da nossa presente audiência. Vamos cantar a Volta da Asa Branca, por favor.

(*Procede-se à execução de música.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só um momentinho, pessoal. Roberto! Um segundo, gente!

Nós vamos sair agora em cortejo até Presidência do Senado. Vamos sair em cortejo!

E declaro encerrada a presente audiência pública.

Viva o forró!

(*Iniciada às 9 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia trinta de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Paulo Rocha, Regina Sousa, Paulo Paim, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Pedro Chaves e Rodrigues Palma. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Humberto Costa, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira e Telmário Mota. Justifica a ausência o Senador Hélio José. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 14 de 2018** que: "Requer a realização de Ciclo de Debates da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a ser realizada em São Félix do Araguaia – MT, em data ainda a definir, para debater, junto com as autoridades responsáveis, a má prestação de serviços de telefonia e precária cobertura de telefonia móvel na região do Araguaia." **Autoria:** Senador José Medeiros. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 21 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a informação de fechamento de Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados - FAFENS, anunciada pela Petrobras, com a participação dos seguintes convidados: Pedro Parente, Presidente da Petrobras; Representante da Federação Única dos Petroleiros; Representante da Federação Nacional dos Petroleiros; Representante do Sindicato dos Petroleiros da Bahia; Representante do Sindicato dos Petroleiros do Sergipe; Representante do Ministério da Agricultura." **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera o caput e o § 1º do art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que "Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no 9.648, de 27 de maio de 1998, no 3.890-A, de 25 de abril de 1961, no 5.655, de 20 de maio de 1971, no 5.899, de 5 de julho de 1973, no 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências", para estender os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica ao consumo destinado a projetos de transposição de bacias que apresentem impacto regional e tenham como finalidade prioritária o abastecimento humano e a dessedentação animal." **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad hoc:** Senadora Regina Sousa **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Senador José Medeiros. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2015 - Terminativo -** que: "Acrescenta o § 7º ao art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para destinar percentual de unidades construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV a trabalhadores da construção civil." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 22 de 2018** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento de nº 15, de 2018, aprovado por esta Comissão no dia 4 de abril 2018, a realização de audiências públicas para dar continuidade ao debate sobre a salvaguarda à cultura do Forró como estímulo ao desenvolvimento regional por meio do turismo, reconhecendo a cultura do Forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira. As audiências serão realizadas nos seguintes municípios: Parnamirim/RN; Olinda, Recife, Caruaru e Exu, em Pernambuco; Teresina/PI; Fortaleza/CE; e Mossoró/RN." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** A Comissão delibera pelo acréscimo da cidade de Mossoró/RN. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/30

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Vamos, rapidamente, à fase de comunicados.

Primeiro, quero fazer o registro do recebimento de expediente do Gabinete do Senador Hélio José justificando sua ausência dos trabalhos da Comissão no período de 28 de maio a 1º de junho, pois o mesmo estará desempenhando missão oficial no exterior. Portanto, peço que conste em ata.

Quero aqui também fazer o registro e, ao mesmo tempo, renovar o nosso convite para a audiência pública que vamos realizar na próxima terça-feira em atendimento a requerimento de nossa autoria. Nós vamos receber o novo Ministro da Integração Nacional, Dr. Antônio de Pádua, quando trataremos aqui do andamento das obras físicas e sociais que estão sendo realizadas para a conclusão do Projeto de Integração do Rio São Francisco, principalmente as obras relacionadas ao Eixo Norte 1. Vamos tratar também das demais obras que fazem parte do complexo do São Francisco, como, por exemplo, o Ramal do Apodi, uma obra importantíssima que precisa sair do papel. Vamos tratar também da conclusão da Barragem de Oiticica, outra obra muito importante que faz parte do complexo do projeto do São Francisco lá no Rio Grande do Norte.

A Barragem de Oiticica, no Seridó, já está com cerca de 65% construída. Entretanto, estamos diante de um grande desafio porque, para sua conclusão, necessário se faz um aditivo de R$311 milhões. E o Ministro, em reunião com a Bancada e com a presença também do Secretário de recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, colocou claramente que no Ministério não há orçamento para atender essa demanda. Ficou, inclusive, encaminhado que o Governador solicitaria uma audiência junto ao Ministro do Planejamento, quando a Bancada também se faria presente, para buscar uma solução para a conclusão da Barragem de Oiticica.

Aqui, mais uma vez, na condição de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, quero cobrar a realização dessa audiência, porque o que não pode, a essa altura, de maneira nenhuma, é uma obra grandiosa como a Barragem de Oiticica, pelo que ela vai promover e assegurar de segurança hídrica para o povo do Seridó, ficar inconclusa. Isso é inaceitável, assim como a questão da obra do São Francisco, Senadora Regina. Na verdade, o que nós estamos fazendo aqui é dar continuidade ao nosso trabalho, que é o papel de acompanhamento, é o papel de fiscalização. Afinal de contas, essa é uma das prerrogativas do Congresso Nacional, do Legislativo.

É sempre bom lembrar que, quando nós falamos do São Francisco, nós não estamos falando de uma obra qualquer; nós estamos falando e uma obra do século, que só saiu do papel graças à determinação, à sensibilidade do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi ele que, com a sua sensibilidade, com o olhar humano que tem, está realizando esse sonho do povo nordestino, que é a integração das águas do São Francisco, para que nós possamos ter a segurança hídrica.

Nós estamos saindo agora de um período de estiagem prolongada de seis anos – seis anos! –, e só o nordestino sabe o que significa a falta de chuva para alimentar os rebanhos, para abastecer a sua casa. Foram seis anos impiedosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Felizmente, choveu neste ano. Contudo, a situação não está nada normalizada ainda, até porque os reservatórios estavam tão secos no Nordeste, a capacidade hídrica – não só no Rio Grande do Norte, mas em todos os Estados do Nordeste – ficou tão crítica que, no Rio Grande do Norte, chegou ao ponto de a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que é o nosso principal reservatório, de entrar em volume morto. E, se não tivesse chovido – meu Deus! –, eu não seria o que seria da gente, Senadora Regina, se não tivessem vindo essas chuvas no primeiro semestre do ano em curso.

O fato é que mesmo com as chuvas, repito, levando em consideração a capacidade hídrica que estava muito baixa, temos ainda cidades no Rio Grande do Norte enfrentando problemas de abastecimento de água.

Por isso que faz mais do que nunca, é muito importante, o acompanhamento e a cobrança para que o Governo que está aí conclua a obra do São Francisco, uma obra que já sofreu diversos atrasos. Por isso mesmo que nós pautamos tratar da agenda do São Francisco aqui, na Comissão de Desenvolvimento Regional. Essa obra estava judicializada, foi retomada no ano passado. Aquela Caravana das Águas e toda a mobilização social e política que partiu aqui da CDR contribuíram e muito para a retomada dessa obra.

Neste ano, nós começamos o ano apreensivos porque há cerca de uns 40 dias o novo Ministro, Dr. Antônio de Pádua, esteve aqui e comunicou aos Senadores que a empresa que estava tocando a obra do São Francisco, já a segunda empresa, simplesmente havia rescindindo o contrato, alegando problema de capital de giro.

Aí, a nossa apreensão aumentou.

De forma que nós havíamos conversado com o Ministro Antônio de Pádua para ele vir à Comissão. Ele pediu para que deixasse para o final de maio. Portanto, ficou para ele vir agora, na terça-feira, junto com toda a sua equipe.

Eu quero aqui, mais uma vez, renovar o convite a todos os integrantes da Comissão, à Bancada Federal do Nordeste, às assembleias legislativas da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, de Pernambuco, aos comitês de bacias, aos representantes dos trabalhadores, do setor patronal. Enfim, é muito importante a participação de todos nós.

Ele vai falar aqui dos trabalhos que estão em curso lá no chamado Eixo Norte, que já está, Senadora Regina, com cerca de 96% em conclusão, até porque os governos Lula e Dilma deixaram a obra já em torno de 95% concluída. É um trecho que possuiu 140 quilômetros de extensão, vai beneficiar mais de 220 Municípios, são 223 cidades que esse Eixo Norte vai beneficiar no Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, e beneficiando com abastecimento mais de 7 milhões de pessoas.

O calendário da conclusão do Eixo Norte já foi alterado. Inicialmente, era para o final do ano passado, depois passou para o início deste ano, depois para junho e, agora, ouvi na imprensa, o Ministro dizendo que o novo calendário é outubro para chegar ao Ceará. Mas a pergunta que não quer calar: quando é que essas águas chegam no Rio Grande do Norte? Considerando, inclusive, que o Rio Grande do Norte é um dos Estados que não viu ainda uma gota d'água do São Francisco.

Parte da Paraíba, graças a Deus, já foi beneficiada com as águas do São Francisco, com a conclusão do Eixo Leste. E ai de Campina Grande, se as águas do São Francisco não tivessem chegado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à Paraíba, era o colapso. E era o colapso que nós íamos passar no Rio Grande do Norte se não tivesse chovido nesse primeiro semestre.

Portanto, quero encerrar essa questão da audiência e só renovar o convite. Esperamos aqui ter um debate extremamente propositivo com o Ministro da Integração, Dr. Antônio de Pádua, que tem sido sempre atencioso, recebendo todos nós. Enfim, queremos conversar com ele claramente. Afinal de contas, quando as águas chegam ao Ceará? Quando a outra parte da Paraíba será beneficiada com as águas do São Francisco? Inclusive, vamos conversar aqui sobre o Canal do Piancó. E, afinal de contas, quando é que nós, no Rio Grande do Norte, vamos celebrar a notícia da chegada das águas do São Francisco no nosso querido Estado.

Senadora Regina, como nós temos quórum, quero passar agora ao expediente.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 22, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento de nº 15, de 2018, aprovado por esta Comissão no dia 4 de abril 2018, a realização de audiências públicas para dar continuidade ao debate sobre a salvaguarda à cultura do Forró como estímulo ao desenvolvimento regional por meio do turismo, reconhecendo a cultura do Forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira. As audiências serão realizadas nos seguintes municípios: Parnamirim/RN; Olinda, Recife, Caruaru e Exu, em Pernambuco; Teresina/PI; Fortaleza/CE; e Mossoró/RN.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Levando em consideração o interesse que está despertando o tema de conseguir o certificado pelo Iphan do Forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira... Aliás, hoje faz oito dias que fizemos aqui uma audiência belíssima, V. Exª participou. Portanto, está despertando muito interesse. Daí por que estarmos apresentando esse aditivo para que possamos realizar audiências também através da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nos Municípios de Parnamirim (RN); Olinda, Recife, Caruaru e Exu, em Pernambuco; Teresina, sua querida Teresina lá no Piauí, requerida por V. Exª e pelo Senador Elmano; Fortaleza; e também queremos incluir Mossoró, mas vamos deixar aqui em aberto para os Municípios que desejarem a realização dessas audiências. Os integrantes dessa Comissão coordenarão a realização dessas audiências.

O fato é que é muito importante a realização dessas audiências para trazer visibilidade ao tema, para buscar o apoio, o engajamento da sociedade cada vez maior. Não estamos tratando de um tema qualquer, mas, sim, do forró, do forró de raiz, e o que isso significa, simboliza, do ponto de vista da cultura do povo brasileiro, especialmente da cultura do povo nordestino.

Então, quero, inclusive, aqui agradecer a todos e a todas pelo empenho e pela participação que tiveram na última audiência, quando nós tratamos do tema forró, da salvaguarda do forró de raiz como patrimônio imaterial da cultura brasileira.

Quero colocar em votação o requerimento para a realização dessas audiências públicas. Já incluí Mossoró e as demais cidades, deixando em aberto que se chegarem demandas aqui à Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solicitando a realização de audiências públicas para tratar do tema da salvaguarda do forró, tomaremos providências.

Em discussão o presente requerimento.

Os que concordam com a aprovação do requerimento para a realização de mais audiências em prol da salvaguardo do forró, do certificado do forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós queremos aqui colocar que o requerimento que chegou à nossa Comissão, Senadora Regina... Só um momentinho. Vamos deixar essa matéria para a próxima. Só um momentinho.

Esse projeto... Já conversou com a Senadora Regina sobre ela apresentar esse relatório? O.k., Senadora Regina, então vamos ao item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2017
- Não terminativo -

Altera o caput e o § 1º do art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que "Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no 9.648, de 27 de maio de 1998, no 3.890-A, de 25 de abril de 1961, no 5.655, de 20 de maio de 1971, no 5.899, de 5 de julho de 1973, no 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências", para estender os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica ao consumo destinado a projetos de transposição de bacias que apresentem impacto regional e tenham como finalidade prioritária o abastecimento humano e a dessedentação animal.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho

Relatoria: Senador Elmano Férrer (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria constou na pauta da 14ª (09/05/2018) e da 16ª (23/05/2018) Reuniões da CDR da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para a apreciação da CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura (em decisão terminativa).

Quero designar, como Relatora ad hoc, a Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Vem para a análise desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 408, de 2017, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que altera o *caput* e o §1º do art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que "dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às leis do setor elétrico", para estender os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica ao consumo destinado a projetos de transposição de bacias que apresentem impacto regional e que tenham como finalidade prioritária o abastecimento humano e a dessedentação animal.

É muito assunto num mesmo projeto. Não é? Mas vou ler como está.

Relatório.

A proposição altera o art. 25, *caput* e §1º, da Lei nº 10.438, de 2002. Esses dispositivos tratam de descontos especiais nas tarifas de energia elétrica, e eventuais ampliações desses descontos, aplicáveis às unidades consumidoras classificadas na Classe Rural, inclusive Cooperativas de Eletrificação Rural.

As alterações trazidas pelo PLS nº 408, de 2017, ampliam os beneficiários desses descontos, incluindo entre eles os entes operadores de projetos de transposição de bacias que apresentem impacto regional e que tenham como finalidade prioritária o abastecimento humano e a dessedentação animal, que significa saciar a sede destes.

O PLS nº 408, de 2017, foi despachado às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, e de Serviços de Infraestrutura, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição no âmbito desta Comissão.

Análise.

Os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras classificadas na Classe Rural, inclusive Cooperativas de Eletrificação Rural, já são previstos na Lei nº 10.438, de 2002, e o PLS em tela apenas amplia o alcance desse dispositivo.

A proposta tem como alvo principal, segundo a exposição de motivos do autor da matéria, conferir sustentabilidade operacional ao Projeto de Integração do Rio São Francisco, contribuindo para o estabelecimento de um modelo de gestão sustentável para as localidades atendidas por esse Projeto. Isso porque estende aos projetos de transposição de bacias que tenham impacto regional e apresentem como prioridade o abastecimento humano e a dessedentação animal, o mesmo desconto tarifário oferecido hoje às atividades de irrigação e aquicultura, previsto pela Lei nº 10.438, de 2002, e regulamentado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A aprovação da proposta possibilitará redução nos custos de operação e de manutenção para o beneficiário final desses projetos transposição de bacias, em virtude do subsídio no preço da energia elétrica distribuída.

Cabe salientar que o benefício gerado aos beneficiários finais desses projetos implica uma transferência de ônus para outros agentes econômicos, sejam eles as empresas da cadeia produtiva do setor elétrico (geradoras, transmissoras ou distribuidoras), os demais consumidores de energia elétrica (que não sejam beneficiários do dispositivo em tela), ou do Governo, que repassará o ônus ao contribuinte. O PLS nº 408, de 2017, é silente quanto à distribuição do ônus supramencionada, mas encontra suporte nesse caso por apenas modificar um dispositivo já regulado pela Lei nº 10.438, de 2002.

Quanto aos benefícios gerados pela proposta, são inegáveis os incentivos gerados pela proposta visando ao êxito de projetos de transposição de água, como ocorre com o Projeto de Integração do Rio São Francisco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De outra forma, cabe destacar, ainda, que compete à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, nos termos do art. 104-A, I, II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre o mérito do presente projeto de lei.

O PLS nº 408, de 2017, não incorre em vícios quanto à constitucionalidade ou juridicidade.

Concluímos, portanto, que a proposição deve ser acolhida por esta Comissão. Sugerimos, entretanto, que na Comissão de Serviços de Infraestrutura, a quem compete a apreciação terminativa da matéria, o relatório a ser elaborado contenha estudo de adequação orçamentária e financeira da matéria pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Voto.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal n° 408, de 2017.

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a presente discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação da matéria.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura para ser apreciada em decisão terminativa.

Quero aqui também fazer um registro, Senadora Regina: na terça, nós teremos o Ministro da Integração Nacional aqui. Em pauta, conforme eu já falei, a conclusão do Eixo Norte, projeto de integração das bacias do São Francisco; e na quarta teremos uma outra audiência pública, também muito importante, que tem por objetivo debater os *royalties* do pré-sal e o empobrecimento do Nordeste. Nós fizemos convite a vários especialistas que vão estar aqui conosco, contribuindo com esse importante debate.

Por fim, nós queremos aqui, Senadora Regina, só fazer um registro rápido da Conape 2018, que é a Conferência Nacional Popular de Educação, realizada semana passada na cidade de Belo Horizonte. Lá estive, inclusive, junto com a Presidenta Dilma, quando participamos da abertura da Conape, e quero aqui deixar registrada a nossa saudação às entidades históricas do campo educacional, como a CNTE, a ANPED, a CONTEE, a UNE, a Ubes e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que coordenaram todo o processo de mobilização e de realização da nossa Conape.

É importante aqui lembrar que essas entidades que lutam pelo direito à educação no nosso País foram obrigadas a se ausentar do Fórum Nacional de Educação tendo em vista a intervenção autoritária que o MEC fez no Fórum Nacional de Educação, alterando a sua composição, ou seja, desfigurando por completo o Fórum Nacional de Educação, que é uma conquista do povo brasileiro, dos estudantes e dos educadores. Nasceu com a Lei 13.005, a lei que instituiu o novo Plano Nacional de Educação. O Fórum Nacional de Educação, portanto, precisa ter a sua pluralidade, precisa ter a sua autonomia, porque a ele cabe o papel de fazer a ponte entre o Poder Público e a sociedade. Mas, infelizmente, quando o Governo ilegítimo que está aí assumiu, o Ministério da Educação, através de portaria, desfigurou por completo a composição do Fórum Nacional de Educação, o que fez com que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas entidades saíssem do Fórum. Desde então, construíram o Fórum Nacional Popular de Educação, que desencadeou...

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... um amplo processo de mobilização social em defesa da educação pública, que abrangeu conferências municipais, intermunicipais, estaduais e conferências livres, nas quais se debateram não somente os desafios que estão colocados para a implementação das metas e estratégias inscritas no Plano Nacional de Educação e nos planos municipais e estaduais, mas também os desafios que estão colocados para que o Brasil se reencontre com a democracia, com a soberania popular e com o desenvolvimento econômico e social.

Quero só colocar que foram dias de intenso debate, muito acúmulo político, envolvendo todos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu vou pedir aqui a compreensão, porque está...

Foram meses, conforme eu estava aqui colocando, de intenso debate e acúmulo político, envolvendo todos os principais sujeitos do processo educacional, até que nós chegássemos, exatamente, a essa etapa nacional – ou seja, as conferências municipais, estaduais, e chegamos à etapa nacional, que teve a abertura dia 24 passado, abertura essa que foi marcada por uma grande marcha pelas ruas de Belo Horizonte, que contou com a presença da Presidenta Dilma, das entidades do campo educacional e das delegações vindas dos mais variados Estados e regiões do nosso País.

Como não poderia deixar de ser, o grito lá, em defesa da democracia, é sempre presente, até porque não tem como a gente defender uma educação pública, inclusiva, de qualidade, para todos e para todas, sem que nós tenhamos a garantia da democracia. Por isso que a Conape estava lá, na luta em defesa da democracia, na defesa também do ex-Presidente Lula, presente nas palavras de ordem, nos cartazes erguidos pelos educadores e estudantes durante toda a marcha.

Quero, por fim, colocar que saímos com a Carta de Belo Horizonte, contendo toda a leitura sobre a conjuntura e chamando, conclamando a sociedade brasileira para a luta em defesa da educação pública e em defesa da democracia e convocando a população brasileira a lutar pela revogação da Emenda 95 e destinação de 10% do PIB para a educação; pelo fim do financiamento público para investimentos privados na área da educação; pela regulamentação do ensino privado, sob as mesmas exigências legais aplicadas à escola pública, com a implantação do Sistema Nacional de Educação; pela exigência de qualidade tanto no ensino a distância quanto nos cursos de curto prazo, impedindo tentativas de tratar a educação, nesse âmbito, como mera mercadoria; pela garantia da implantação do piso salarial nacional profissional e dos planos de carreira para os profissionais da educação das redes pública e privada; pela escola democrática e autônoma como espaço de liberdade e pensamento crítico de profissionais da educação e de estudantes e contra movimentos como Escola sem Partido e suas correlatas leis da mordaça; contra a Base Nacional Comum Curricular proposta pelo atual Governo, que exclui temas sociais sensíveis e engessa o currículo; contra a reforma do ensino médio em curso, que dificulta o acesso e a permanência dos estudantes, torna tecnicista o ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público, desvaloriza os profissionais da educação e promove o avanço privatista sobre a educação básica; contra a medida que determina a oferta de 40% da carga horária do ensino médio e 100% da carga horária da Educação de Jovens e Adultos à distância; contra a reforma da previdência, a reforma trabalhista, a terceirização e todos os ataques aos direitos trabalhistas; pelo fim da interferência do MEC no Fórum Nacional de Educação com a reconstituição de sua composição legal.

Enfim, quero aqui dizer que a Conape – sem dúvida nenhuma, a nossa Conferência Nacional Popular de Educação – entrará para a história da resistência democrática em nosso País. Apesar de a grande mídia empresarial simplesmente ter ocultado, imaginem, um movimento desse tão importante para a educação brasileira, Senadora Regina, muito, muito importante. Então, aqui, mais uma vez, o meu orgulho, como professora.

Quero parabenizar as entidades que em um gesto muito corajoso, sobretudo de compromisso, de dedicação, com a luta em defesa da educação pública, ao longo de todo esse período, foram desafiados e deram conta do desafio. Imaginem, realizar conferências municipais, estaduais, que depois culminaram nessa grande marcha, nessa grande conferência, sem apoio nenhum, Senadora.

A senhora lembra que o MEC, inclusive, desprezou o Fórum Nacional Popular de Educação, até, porque, o Fórum nasceu de uma intervenção autoritária do MEC. Desprezou todo esse movimento, um movimento suprapartidário, um movimento em defesa da educação.

Então, eu encerro aqui parabenizando a CNTE, Anpae, Ubes, UNE, a Contee, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e, em nome dessas entidades, quero saudar todas as entidades pelo esforço, pelo desafio que foi realizar a Conferência Nacional Popular de Educação, que, sem dúvida nenhuma, entra para a história como um marco de resistência muito importante nesses tempos de ruptura democrática, em defesa da educação.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Fátima, queria fazer uma fala aqui também, rápida, porque tenho que ir ao aeroporto senão não embarco. Só achei passagem a essa hora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu também.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mas eu queria parabenizar também e dizer que é principalmente uma demonstração de resistência. Nós nos acostumamos com a participação popular, nossas bandeiras foram sempre com participação popular, estavam na pauta. Nossos governos, todas as conferências eram realizadas com ampla discussão desde a base até a Conferência Nacional.

Então, eu acho desastroso acabar com a Conferência Nacional Popular de Educação, como as outras conferências, mas esse Governo, está provado, quer aniquilar a participação do povo. É um Governo solitário, só governa com os seus apaniguados.

Então, foi muito bom que se realizasse e outras se realizarão também pela vontade e pela organização popular.

Mas eu queria fazer um registro aqui de algo que eu acabei de ler. Bem oportunisticamente o Supremo Tribunal Federal marcou para o dia 20 de junho o julgamento de um processo de 21 anos atrás. Eu penso, assim, que só isso já é um desaforo, porque um processo de 21 anos, nunca julgou, vai julgar agora, e nós poderemos, no dia 21, amanhecer parlamentaristas, porque vamos eleger um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presidente de enfeite, decorativo, e este Congresso elegerá um primeiro-ministro, que certamente sairá deste Congresso.

Então, eu acho isso um desrespeito até com a democracia, porque não está em pauta parlamentarismo neste momento e um projeto, uma consulta que foi feita há 21 anos e nunca se deu importância a ela.

E, neste momento, que estão vendo que a direita não tem candidato, ainda não achou, que tem um candidato que está preso e toda semana fazem pesquisas e ele sobe nas pesquisas. Ainda ontem saiu uma do Ibope em São Paulo, primeiro lugar em São Paulo, Luiz Inácio Lula da Silva. É o primeiro lugar em São Paulo, mesmo em São Paulo tendo um governador que acabou de sair do governo candidato.

Quer dizer, todas manobras vão ser feitas para não deixar que a democracia funcione perfeitamente, como é tradição neste País, quando há democracia, porque este País vive períodos democráticos e períodos de exceção.

Há um monte de gente pedindo ditadura, período de exceção, então, o Supremo vai querer amenizar propondo – com certeza, pode ter certeza que vai passar, pelo que a gente conhece daquele quadro lá – o parlamentarismo no Brasil, sem plebiscito.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente, Senadora.

V. Exª tem toda razão, isso é um absurdo, até porque, veja bem, mudar o sistema de governo, isso, de acordo com a nossa própria Constituição, só pode ser feito através de consulta à população e, portanto, através de um plebiscito.

Eu espero que uma ideia como essa não prospere de maneira nenhuma, porque é o golpe do golpe. Nós tivemos o golpe parlamentar, o golpe midiático, o golpe empresarial, seria, agora, o golpe judicial?

E tudo isso em decorrência da realidade que o País vive neste exato momento, quando o povo brasileiro, na sua grande maioria, expressa a vontade exatamente de votar em Luiz Inácio Lula da Silva. Quer dizer, não bastou só tirar a Dilma, tinha que tirar a Dilma, para eles implementarem essa agenda brutal de retirada de direitos, de ataque à soberania nacional.

Está aí a crise dos combustíveis, Senador Elmano, que nada mais, nada menos é, Senadora Regina, o reflexo desses tempos que nós estamos vivendo, de ataque à democracia, de agenda de um Governo ilegítimo, um Governo que está aí sem o voto do povo brasileiro, as mudanças que têm feito do ponto de vista da agenda de desenvolvimento do País, vendendo a nossa Petrobras, adotando uma sistemática de preços dos combustíveis pela Petrobras que resultou exatamente nessa tragédia. O diesel explodiu, a gasolina explodiu, o botijão de gás explodiu, de tantos e tantos reajustes que foram dados e o povo não suportou mais. A greve dos caminhoneiros é exatamente porque o custo está insuportável: 229 reajustes no Diesel e 216 reajustes na gasolina. O botijão de gás teve um aumento em torno de 70%. A dona de casa, de origem popular, não pode mais comprar o botijão de gás de maneira nenhuma, mais de um milhão de famílias.

E, veja bem, o Governo aponta medidas para tentar resolver essa situação, medidas paliativas, equivocadas, quando, na verdade, o que deveria ser feito era modificar essa política de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comercialização dos preços dos combustíveis adotada pela Petrobras, que é dolarizada, que é de acordo com o mercado internacional. É isso que está no cerne da crise que a gente está vivendo.

Aí, em contrapartida, estão as nossas refinarias com capacidade ociosa, para quê? Porque segura o refino nas nossas refinarias para importar o petróleo de lá de fora, para comprar gasolina dos Estados Unidos, das multinacionais. E o mesmo Governo está colocando na bacia das almas agora quatro refinarias ao preço de US$10, o que vai significar uma arrecadação, para o Governo, inferior ao que o Governo abriu mão quando aprovou a MP do trilhão. O que foi a MP do trilhão? Ela isentou as empresas petrolíferas que atuam no campo de exploração do pré-sal, as multinacionais, de pagar imposto. E o Brasil vai perder 40 bilhões, em dez anos, e um trilhão, em vinte e cinco anos.

Então, Senadora Regina, nós temos que ficar muito atentos: o Supremo agora pautar o tema do parlamentarismo. É preciso que tenhamos claro que o sistema de Governo só pode ser mudado através de consulta popular, portanto, através de plebiscito. Eles querem o parlamentarismo para quê? Para que o presidente seja uma mera rainha da Inglaterra e que o Congresso governe? Este Congresso que está aí? Pelo amor de Deus! Isso dispensa comentários. Está no fundo do poço este Congresso pela baixa qualidade que ele apresenta na sua grande maioria. Tanto é que, como está aí, é o Congresso mais rejeitado da história republicana do nosso País. É um Congresso de costas para a sociedade. A sociedade dizia "Não, não quero a Emenda 95, de teto de gastos", e o Congresso aprovou! Chancelou o *impeachment* naquela situação. Sujou as mãos quando aprovou aquele *impeachment* fraudulento.

A reforma trabalhista "Ah, é para trazer o emprego de volta", e está aí o emprego simplesmente desaparecendo. Setecentos e quarenta mil postos de emprego hoje estão destruídos – e eu falo é de emprego com carteira assinada. O desemprego está é crescendo. Só não está crescendo mais porque várias pessoas estão deixando de procurar emprego pois perderam exatamente a esperança.

Então, pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus! Uma reforma trabalhista que era para modernizar a legislação trabalhista, que era para trazer o emprego de volta, e o que nós temos é exatamente o contrário: precarizaram-se mais ainda as condições de trabalho, aumentou mais ainda o número do desemprego, sem contar que é uma reforma trabalhista que permite que mulheres grávidas trabalhem, inclusive, em local impactante.

Então, veja bem que não era só tirar a Dilma. Tinham que tirar a Dilma para implementar essa agenda. E eles precisam desesperadamente ganhar as eleições. Não há candidato competitivo. A direita e o centro não conseguem, de maneira nenhuma, se apresentar como alternativa viável para a maioria da população porque, cada vez mais, a maioria da população brasileira está enxergando o que foi que aconteceu, com a máscara caindo.

Mesmo muitos, inclusive, que defendiam o *impeachment* naquele momento, hoje já fazem exatamente uma autocrítica, tanto é que as pesquisas mostram que a maioria hoje da população brasileira considera que houve um golpe, sim, que Dilma foi afastada sem que cometesse crime de responsabilidade.

Então, as forças de centro e de direita no País, repito, estão vivendo um momento de decadência política. Estão pagando o preço mais cedo inclusive do que se esperava. Nós alertávamos sobre isso, que a história nunca falha, de maneira nenhuma. A história cobra o preço lá na frente. E a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direita e o centro no nosso País, essas forças conservadoras estão pagando esse preço mais cedo do que o que se esperava. Não conseguem aí, todos patinando nas pesquisas.

É evidente que, diante disso, o povo brasileiro, cada vez mais, quer aquele Brasil em que se vivia com dignidade, que era respeitado lá fora, em que as pessoas comiam de manhã, de tarde e de noite, em que as pessoas compravam seu carrinho, em que tinham condições de pagar o litro da gasolina, do diesel. Aquele Brasil, por exemplo, em que as famílias tinham condições de comprar o botijão de gás. E não hoje, coitadas, sendo obrigadas a substituir pela lenha e pelo carvão.

Aquele Brasil, que permitiu que muitas famílias, pela primeira vez, pudessem celebrar a realização do sonho de ver um membro da sua família entrando em uma universidade ou em uma boa escola técnica. Porque nós começamos a quebrar esse paradigma de que fazer Medicina era coisa só do filho da casa-grande. Não. Fazer Medicina agora é também um direito do filho do pequeno agricultor, do assentado. Fazer um bom curso técnico, com essas escolas técnicas espalhadas pelo País afora.

Então, esse era o Brasil, Senador Elmano, que nós não podemos aqui desconhecer. Tudo bem, tinha seus problemas. Tinha, mas ninguém pode aqui desconhecer. O Brasil que deu certo, o Brasil de um legado de inclusão social que até hoje é reconhecido não só aqui, como pelo mundo afora. E é isso que faz com que o povo deseje a volta de quem? De Luiz Inácio Lula da Silva.

Então, pelo amor de Deus. Quer dizer, é golpe parlamentar, é golpe midiático, é golpe empresarial. Aí, agora seria o quê? Seria o golpe judicial? Não, nós não vamos permitir isso, de maneira nenhuma.

Então, eu quero encerrar aqui a nossa presente audiência pública... Desculpe, a presente reunião.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Antes do encerramento, eu sei que haverá a Ordem do Dia. Primeiro, eu queria dizer da minha surpresa com relação à intervenção da nossa Senadora Regina com relação à mudança, quer dizer, a essa decisão que estará pautada do Supremo Tribunal com relação à instituição ou a mudança do sistema de governo.

Isso me surpreende porque isso, no meu entendimento, nos dois momentos da nossa história, foi em momentos de crise. Quer dizer, em 1961, com a renúncia do Jânio e por problemas políticos e ideológicos, em que se implantou surpreendentemente o sistema de governo parlamentarista. E agora, segundo a Regina acaba de falar aqui, ela nos surpreende com esse tema. Eu creio que quanto a isso é o povo que se manifesta em plebiscito. Concordo com ela e com V. Exª.

Mas eu gostaria de me ater ao requerimento que nós fizemos aqui na Comissão e foi aprovado, que trata do tema de política pública para marcar o nosso ano de 2018, em que eu propus e aqui e foi aprovado para que marque esse ano de nossa atuação aqui o tema relacionado à segurança de barragens. Eu acho que é uma sequência ao tema escolhido por V. Exª para o ano passado. E creio que isso, fundamentado em pesquisas realizadas já pela ANA, Agência Nacional de Águas, é uma questão fundamental para o Nordeste, a insegurança das nossas barragens.

No Piauí, recentemente, houve uma na iminência de arrombamento. E, de 39 barragens pesquisadas, monitoradas pela Agência Nacional de Águas, 31 dessas barragens monitoradas estão em situação de risco. A mesma coisa ocorre no Estado de V. Exª, no Estado da nobre Senadora Lídice

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Mata e em todos os Estados do Nordeste. Barragens construídas há setenta anos, sessenta anos, cinquenta anos não estão sendo monitoradas pelos governos. Quer seja sobretudo o Governo Federal, que construiu a maior parte dessas barragens; quer governos estaduais, quando de sua jurisdição.

Então, eu creio que esse tema que nós propusemos aqui, já aprovado, está em sintonia com uma preocupação de todos nós da Região Nordeste. Então, faria um apelo a V. Exª para designar o Relator para esta matéria, que, no meu entendimento, deva ser o tema nosso neste ano de 2018. E por sinal, já decorreram praticamente cinco meses e nós ainda não temos uma política pública que assinale esse corrente exercício.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Senador Elmano. Nós vamos aprovar o requerimento e... Não, aliás, já está aprovado o requerimento. Desculpa, por favor. O que eu quero dizer é o seguinte é que nós vamos, nesses próximos dias, definir a questão do Relator. Está o.k.? Certo?

Parabenizo a iniciativa de V. Exª, que tem inclusive trazido a preocupação com relação a esse tema aqui, que é por demais pertinente, a segurança das nossas barragens. E se insere, inclusive, em uma das principais prioridades que esta Comissão adotou ao longo desse período, que é a questão da infraestrutura hídrica. Entendeu? Então, eu quero parabenizar a iniciativa de V. Exª e a gente vai, até a próxima semana, sentar para ver essa questão da relatoria. O.k.?

Eu vou passar a palavra imediatamente à Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Bom dia, cara Presidente, Senador Elmano. Queria pedir desculpas, Presidente, por ter hoje chegado mais atrasada na Comissão em função de ter uma atividade fora daqui. E, ao chegar, também já estar inscrita para falar no plenário, exatamente na hora tive que usar da palavra. Mas eu queria saudar V. Exª, que tem trabalhado de forma tão competente na Presidência desta Comissão.

E, ao mesmo tempo em que faço essa saudação, queria colocar três assuntos rápidos. O primeiro, Srª Presidente, é que usei da palavra no plenário agora justamente para registrar que um projeto meu e do Senador Antonio Carlos Valadares foi aprovado no Senado, aprovado na Câmara e sancionado pelo Presidente da República, que é o projeto que estende a atuação da Codevasf à Bacia do Vaza-Barris, que é uma bacia que une o Estado da Bahia e de Sergipe. São dezoito Municípios no Estado da Bahia e cerca de catorze no Estado de Sergipe.

Bom, esse projeto foi sancionado pelo Presidente da República. No entanto, em uma votação posterior na Câmara dos Deputados a respeito de um projeto sobre a Codevasf, inadvertidamente, o Relator manteve a composição anterior, desconhecendo o projeto existente, a sanção do Presidente da República àquele projeto. E, na última medida provisória, a 824, o Relator corrigiu isso incluindo novamente nas atribuições da Codevasf a atuação na Bacia do Vaza-Barris. Eu quero, portanto, saudar isso, porque realiza esse desejo nosso, do Senado, da Câmara, do Congresso Nacional, de poder estender a atuação da Codevasf.

A segunda coisa, Srª Presidente, é que nós ontem discutimos a possibilidade de aprovar aqui, na nossa Comissão, não sei se V. Exª já tratou disso, o projeto que discute a questão do ICMS dentro dessa discussão do financiamento do combustível e da política de preços de combustível no Brasil. Surgiu aqui no Senado uma iniciativa que tenta estabelecer um teto de cobrança do ICMS nos combustíveis. Esse projeto é polêmico, porque mexe, num momento de dificuldade, com as receitas dos Estados. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu queria propor a V. Exª, nós combinamos ontem inclusive uma iniciativa nossa, se pudéssemos aprovar aqui e já ficar para trazermos a composição dessa audiência pública na próxima reunião nossa.

Por último, requerer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a informação de fechamento de Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen), anunciada pela Petrobras, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Pedro Parente, Presidente da Petrobras; representante da Federação Única dos Petroleiros; representante da Federação Nacional dos Petroleiros; representante do Sindicato dos Petroleiros da Bahia; representante do Sindicato dos Petroleiros do Sergipe; representante do Ministério da Agricultura.

Era apenas isso, Srª Presidente. Eu lhe agradeço muito.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 21, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a informação de fechamento de Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados - FAFENS, anunciada pela Petrobras, com a participação dos seguintes convidados: Pedro Parente, Presidente da Petrobras; Representante da Federação Única dos Petroleiros; Representante da Federação Nacional dos Petroleiros; Representante do Sindicato dos Petroleiros da Bahia; Representante do Sindicato dos Petroleiros do Sergipe; Representante do Ministério da Agricultura.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Em discussão o requerimento, item 2. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Será cumprida, portanto, a decisão da Comissão.

Por fim, Senadora Lídice, eu disse aqui no início e quero reforçar a V. Exª, ao Senador Elmano e a todos que integram esta Comissão sobre duas audiências públicas na próxima semana, tanto a audiência pública com o Ministro da Integração Nacional, terça-feira, 9h, muito importante. O tema é a conclusão do Eixo Norte do São Francisco e toda a agenda que diz respeito a essa importante obra, pelo que ela simboliza para nós do Nordeste. Quando a gente fala de discutir o São Francisco, é discutir as obras físicas, as obras sociais, a questão da revitalização, a Senadora Lídice tem pautado muito esse tema aqui também. No dia seguinte, vamos também ter outro debate muito importante do ponto de vista do desenvolvimento regional, que é a questão dos *royalties* do pré-sal e do empobrecimento do Nordeste, que agora se soma com mais essa iniciativa da Senadora Lídice, que é a questão do fechamento das fábricas de fertilizantes pela Petrobras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, Senadora Lídice, vamos pedir às nossas assessorias para instruir esses requerimentos. Vamos trazer aqui o debate dessa questão do ICMS, a questão das desonerações tributárias. Nós estamos vendo aí que uma das medidas que o Governo quer para atender as reivindicações dos caminhoneiros, que são justas, é simplesmente fazendo desonerações tributárias, só que transferindo essa responsabilidade para os Estados e para os Municípios. Isso é inaceitável, Senador Elmano. Eu tenho alertado isso aqui. Veja bem, eles agora querem mexer na questão das alíquotas do ICMS, estabelecendo um teto máximo de 18%. Isso, por exemplo, para o meu Estado, o Rio Grande do Norte, significa uma perda mensal de R$500 milhões. Para a Bahia, é uma cifra estrondosa. Ora, isso é inaceitável, considerando exatamente a realidade que vivem os Estados e Municípios hoje, como o meu, que sequer paga o salário em dia dos servidores, investimento zero, fornecedores atrasados, um verdadeiro caos. Agora o Temer quer transferir para os Estados e Municípios, quer buscar a solução para essa crise via Estados e Municípios, uma crise que foi ele, o Governo Federal, que criou, quando modificou toda a política frente à nossa Petrobras, não só do ponto de vista da gestão, com essa sistemática de preços suicida, que eles adotaram desde o ano passado, vincular ao dólar, ao mercado internacional, reajustes diários, e o povo que se lixe, literalmente, na bomba da gasolina, pagando um preço insuportável.

Então, Senadora Lídice, nós vamos ter que fazer esse debate, até porque há uma iniciativa aqui também no Congresso Nacional, do Senador Randolfe – pelo qual eu tenho todo o respeito –, com a qual nós não concordamos, de maneira nenhuma. É um projeto de lei dele e de autoria do Senador Jucá, propondo exatamente essa desoneração tributária. Isso vai quebrar os Estados! Vai quebrar!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas vamos, sim, Senadora Lídice, instruir esse requerimento, para que nós façamos aqui um bom debate. Vamos trazer os Secretários de Fazenda, os governadores, especialistas, etc.

Senadora Lídice, por fim, vamos aqui junto comigo – venha cá – saudar uma delegação de ciganos aqui presentes. Estão aqui em Brasília. A delegação do Rio Grande do Norte, do Carmo... Levante aí, a galera, por favor. Lá do Rio Grande do Norte temos uma delegação de 18 participantes. Estão na Conferência Nacional. Eu quero, mais uma vez, em meu nome e em nome da Senadora Lídice, expressar todo o nosso apoio à luta dos povos...

Elmano, venha cá, Elmano! Desculpe, Elmano, eu pensei que você tinha saído. Venha para cá, Senador Elmano.

Quero expressar aqui o nosso apoio, do Senador Elmano e da Senadora Lídice, à luta dos povos ciganos, com o foco agora, principalmente, Senadora Lídice, para o Projeto de Lei nº 2.248, de 2015, de autoria do Senador Paim, que simplesmente, Senador Elmano, institui o Estatuto do Cigano.

A exemplo do Estatuto das Pessoas com Deficiência, do Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estatuto do Idoso, agora é o momento exatamente de nós lutarmos pela aprovação do Estatuto do Cigano.

Ontem houve uma audiência pública aqui na Comissão de Direitos Humanos, eles participaram. Lá estive. O projeto já foi aprovado na Comissão de Educação, na CAS, e agora estamos numa fase de escuta, porque nada mais adequado do que dialogar com o próprio povo cigano, para que o estatuto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saia do tamanho do sonho de vocês, que é o sonho por cidadania, por direitos. Os povos ciganos são povos que historicamente foram discriminados, viviam no abandono, na invisibilidade.

E aqui, mais uma vez, temos que fazer justiça a quem merece justiça, que é o Presidente Lula. Foi a partir do governo do Presidente Lula que criamos a Seppir – não é, Senadora Lídice? –, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. Foi Lula que instituiu o Dia Nacional do Cigano, que é exatamente agora – não é isso, gente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em 24 de maio.

Então, é muito importante vocês estarem reunidos nessa conferência, para fortalecer o movimento e fazer avançar a luta em prol dos direitos e da cidadania dos povos ciganos.

E, neste momento, portanto, quero dizer do nosso compromisso, para que o Estatuto do Cigano, do povo cigano seja aprovado aqui, no Congresso Nacional.

Viva a conferência e viva o povo cigano!

Muito obrigada pela presença de vocês. (*Palmas.*)

Omar está aqui, do Carmo e San.

Quero saudar toda a delegação que participa da conferência nacional dos povos ciganos através da delegação de lá do meu Estado.

Quero aqui a ata por favor. (*Pausa.*)

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 16ª Reunião da Comissão da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia cinco de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Paulo Rocha, Regina Sousa, Paulo Paim, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Sérgio Petecão, José Medeiros, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Rodrigues Palma, Airton Sandoval, Gladson Cameli, José Agripino e José Maranhão. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Humberto Costa, Davi Alcolumbre, Ciro Nogueira e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDR 16/2018, de autoria da Senadora Fátima Bezerra. **Finalidade:** Debater o andamento das obras físicas e sociais que estão sendo realizadas para conclusão do projeto de Integração do Rio São Francisco {PISF}, principalmente às relacionados ao Eixo-Norte 1 e do Ramal do Apodi que beneficiam os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba. **Participante:** Antônio de Pádua de Deus Andrade, Ministro de Estado da Integração Nacional. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usaram da Palavra os Senadores: José Agripino, Garibaldi Alves Filho, Raimundo Lira e Elmano Férrer; e, após aprovação da Comissão, também os Deputados Federais: Raquel Muniz, Zenaide Maia, Raimundo Gomes de Matos, Marcondes Gadelha, Gonzaga Patriota e Jony Marcos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião da Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Antes de iniciarmos o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a degravação da presente reunião a fim de que o que aqui for falado pelo Ministro e debatido pelos nobres pares fique registrado nos Anais desta Casa.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a ouvirmos, em audiência pública, o Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Dr. Antônio de Pádua, nos termos do art. 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §1º, da Constituição Federal.

O Sr. Ministro está aqui para apresentar esclarecimento sobre o andamento das obras físicas e sociais que estão sendo realizadas para a conclusão do Projeto de Integração das Bacias do Rio São Francisco, principalmente as relacionadas ao Eixo Norte I, bem como também o Ramal do Apodi, que beneficia o Estado do Rio Grande do Norte, e obras complementares que beneficiam o Estado da Paraíba.

Eu pediria ao Senador José Agripino que, por favor, conduza o Sr. Ministro Antônio de Pádua até o recinto da nossa Comissão. (*Pausa.*)

Registro e desde já agradeço a presença da Deputada Federal Zenaide Maia, uma Parlamentar muito atuante e que tem participado intensamente dessa luta, muito importante para o nosso Estado e para o Nordeste Setentrional, que é o Projeto de Integração do Rio São Francisco.

Registro também, com igual satisfação, a presença aqui entre nós do Deputado Federal Marcondes Gadelha, outro Parlamentar muito atuante na luta em prol do Projeto de Integração do Rio São Francisco. (*Pausa.*)

Agradeço ao Senador José Agripino por ter acompanhado o Sr. Ministro.

Sr. Ministro, seja bem-vindo!

Quero aqui também registrar, com satisfação, a presença do Deputado Raimundo Gomes de Matos, dizendo que ambos, tanto o Deputado Raimundo Gomes de Matos como Deputado Marcondes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gadelha, coordenam a Comissão Especial, no âmbito da Câmara dos Deputados, de acompanhamento das obras no São Francisco.

Está vendo, Ministro? São Senado e Câmara de mãos dadas.

Temos aqui também a presença da Deputada Federal Zenaide Maia, lá do Rio Grande do Norte.

O Senador José Agripino está aqui presente, bem como o Deputado Gonzaga Patriota, o que mostra que Pernambuco também está chegando.

Nós estamos aqui com o Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará e Paraíba. Pronto! Os quatro Estados.

A SRª RAQUEL MUNIZ (PSD - MG. *Fora do microfone*.) – E Minas Gerais também.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, e Minas Gerais também!

Seja bem-vinda, Deputada!

Mas, Sr. Ministro, quero agradecer a sua presença, bem como a dos demais integrantes de sua equipe. Toda a equipe técnica do Ministério – Secretários e diretores, cujos nomes, depois, nós podemos até mencionar aqui – está presente, pelo que agradeço mais uma vez.

Quero dizer, Ministro, que esta é a primeira vez que o senhor comparece a esta Comissão na condição de Ministro, embora venha tratar de um assunto que já é muito do seu conhecimento, que é o Projeto de Integração das Bacias do São Francisco, até porque o senhor integrava a equipe do então Ministro Hélder Barbalho, que esteve aqui por várias vezes, a convite desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para prestar esclarecimentos acerca das obras no Rio São Francisco.

Fazendo aqui uma breve retrospectiva, Sr. Ministro, destaco aqui também que o senhor já esteve aqui no Congresso Nacional na condição de Ministro, quando se reuniu, na Presidência do Senado, com os Senadores e Senadoras que integram a Bancada do Nordeste. E, naquela ocasião, o senhor nos deixou a todos muito apreensivos, porque trazia a notícia, Senador Agripino, de que a empresa responsável pela conclusão dos trabalhos do Projeto de Integração do São Francisco havia rescindido o contrato. Mas, logo em seguida, já no dia seguinte, diante da apreensão que nos causou a todos, o Ministro enviou ofício para o Senado garantindo que as obras do Eixo Norte do Projeto de Integração do São Francisco estariam prontas ainda neste ano de 2018, o que permitiria, segundo o Ministro, que até o final do ano as águas chegariam ao Rio Grande do Norte, conforme havia sido anteriormente anunciado pelo Ministro Hélder. Nesse ofício, o Ministro Antônio de Pádua também informava que, até maio, já haveria uma nova empresa contratada para terminar os serviços do Eixo Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, também tomamos conhecimento pela imprensa de que o Ministro se encontrou, na semana passada, com as equipes de trabalho tanto do Eixo Norte quanto do Eixo Leste, e o senhor afirmava também nessa entrevista que está previsto que as águas cheguem ao Ceará até agosto e, até o final do ano, à Paraíba e ao Rio Grande do Norte.

Portanto, nós vamos deixar, logo de cara, a pergunta que não quer calar, a pergunta de todos nós: esse calendário realmente está mantido? Ou seja, as águas até agosto serão disponibilizadas para o Ceará e, até o final do ano, para a Paraíba e para o nosso querido Rio Grande do Norte?

Quero ainda, Ministro, dizer do nosso papel, do que é a nossa obrigação. Como Senadores e Senadoras da República, representando o povo dos nossos dos nossos Estados, a população dos nossos Estados, o que nós temos feito aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional? Temos feito uma verdadeira trincheira no acompanhamento e na fiscalização dessa obra, até porque uma comissão que trata de desenvolvimento regional tem mais é que abraçar, com toda seriedade e compromisso, uma agenda como essa, que é uma agenda de caráter estruturante, uma agenda muito importante para o Nordeste Setentrional e que diz respeito exatamente à questão da segurança hídrica.

Temos clareza de que nós não podemos pensar em desenvolvimento social e econômico se a população não tiver acesso à água, e acesso à água, diga-se de passagem, em quantidade e qualidade adequadas para o consumo humano; afinal de contas, o acesso à água é um direito fundamental do ser humano, como entende, inclusive, a Organização das Nações Unidas.

Por essa razão, desde o ano passado, nós estamos acompanhando de perto as obras físicas e sociais do São Francisco, de forma a garantir que as águas cheguem finalmente ao Ceará, ao Rio Grande do Norte e à Paraíba. Por isso mesmo, fizemos várias audiências públicas. A Bancada do Nordeste tem participado aqui intensamente.

Realizamos, no ano passado, a Caravana das Águas; fomos *in loco* visitar o então Eixo Norte, que, naquela época, estava paralisado em função daquela pendência judicial. Realizamos também audiências públicas regionais na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Apodi, em Caicó. Finalmente, graças a Deus, a obra foi retomada ainda no ano passado, e, sem falsa modéstia, toda essa mobilização que nós, Parlamentares, fizemos através do Senado Federal contribuiu de forma muito significativa para a Ministra Cármen Lúcia se sensibilizar e resolver a pendência judicial, e para que a obra, portanto, fosse retomada.

Quero, neste momento, Ministro, destacar a preocupação do Rio Grande do Norte. Junto com o Senador José Agripino e a Deputada Zenaide Maia, nós temos participado intensamente das tratativas que dizem respeito à Barragem de Oiticica, pelo que ela significa do ponto de vista do Projeto de Integração das Bacias do São Francisco, porque é Oiticica que vai garantir a segurança hídrica para o povo do Seridó, mas igualmente o Ramal do Apodi. Ele é muito importante para nós, porque o Ramal do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apodi significa não deixar que as águas do São Francisco, quando chegarem ao Rio Grande do Norte, beneficiem apenas a metade da população. É preciso tirar do papel o Ramal do Apodi, porque é com ele que nós vamos beneficiar a outra metade da população do Rio Grande do Norte. Eu me refiro à região oeste, alto-oeste e médio-oeste, região em que está o segundo maior Município do Rio Grande do Norte, que é Mossoró.

Através da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional, nós aprovamos uma emenda no valor de R$400 milhões. A Bancada também colocou uma emenda, embora não tenha sido impositiva. O fato é que nós queremos, mais uma vez, destacar e dizer que, na gestão do Ministro Hélder Barbalho, temos de reconhecer toda essa mobilização que fizemos e que levou o Ministro a deixar o projeto executivo pronto.

O que nós queremos indagar do senhor é: quando esse edital vai ser publicado? Quando essa obra terá início?

Com relação à questão da Paraíba, igualmente dialogar com o senhor hoje sobre o Ramal do Piancó, outra luta grande da Paraíba para que as águas do São Francisco possam contemplar não apenas uma parte daquele Estado, mas toda a população do querido Estado da Paraíba, que é, inclusive, meu Estado de origem.

Por fim, Ministro, quero colocar para V. Exª que é evidente que as chuvas que caíram nesse início de ano, tanto na Paraíba quanto no Rio Grande do Norte, ou no Nordeste como um todo, foram milagrosas, até porque a situação, do ponto de vista hídrico dos nossos Estados, era extremamente crítica, e por uma razão simples: a gente vem de um ciclo de estiagem prolongada, não é, Raimundo? Seis anos seguidos de seca. Eu fico imaginando, se não houvesse chovido, Senador José Agripino, como estaria a situação do Rio Grande do Norte. Nossos reservatórios com uma capacidade crítica, abaixo de 10%; a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que é o nosso maior e principal reservatório, já estava em volume morto. Se não houvesse caído essas chuvas, nós estaríamos hoje numa situação de tragédia, de calamidade, num verdadeiro colapso, do ponto de vista hídrico.

Por isso mesmo, Ministro, a importância da garantia da conclusão dessa obra. E fica uma pergunta aqui: no ano que vem, se não chover, Patriota, como vai ser? Como vai ser?

Nós temos de dar toda a atenção, toda a prioridade, porque, só para o senhor ter uma ideia, mesmo com as chuvas que caíram nesse semestre, mas, em virtude da estiagem que tinha sido muito prolongada, dos 48 reservatórios hídricos, os principais reservatórios hídricos que o Rio Grande do Norte tem, nós estamos com oito com a capacidade hídrica totalmente comprometida, porque houve regiões do nosso Estado que não foram contempladas com as chuvas. Por isso, repito, a importância da garantia da conclusão dessa obra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que nós estamos fazendo neste exato momento é, nada mais nada menos, o nosso papel, o nosso dever, e a nossa obrigação como representantes do povo nordestino e dos nossos Estados. Estamos aqui, Ministro, para dizer que essa obra não pode mais sofrer atraso, ela não pode mais sofrer atraso. É uma obra esperada por todos. E é evidente que todos nós aqui temos de reconhecer o papel de estadista que o Presidente Lula teve, porque foi ele quem tirou essa obra do papel, deixando-a 94% concluída. E, agora, qual é o nosso papel? Que o Governo Federal conclua a obra.

Sem maiores delongas, inicialmente, é sobre isto que nós queremos dialogar com o senhor hoje: ouvir do senhor como está – vou passar ao Senador José Agripino – claramente o andamento da obra, enfim, o calendário... Quando nós iremos – não é, Senador Garibaldi Filho? – celebrar a chegada dessas águas...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN. *Fora do microfone*.) – Vamos comemorar.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... ao Rio Grande do Norte, à Paraíba e ao Ceará.

O Senador José Agripino está pedindo a palavra, e eu vou conceder a palavra a ele.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria, inicialmente, de fazer um registro: o Ministro Antônio de Pádua mora no Rio Grande do Norte e habitualmente pega o voo Brasília-Natal, e, por coincidência, eu também lhe faço companhia. Tenho tido despachos longos de duas horas, com alguma frequência, no rumo de atualizar o andamento tanto da obra de Oiticica...

Tivemos recentemente uma longa audiência com representantes da Bancada Federal, Deputados e Senadores do Rio Grande do Norte, com representantes do Governo do Estado, e evidentemente com a equipe do Ministério, quando foi colocada com muita clareza a necessidade da obtenção de recursos tanto em nível federal quanto em nível estadual, para que a obra da Barragem de Oiticica pudesse ter prosseguimento, tendo em vista que ela é fundamental para o sistema de perenização do Rio Mossoró/Açu, que é um dos objetivos principais do braço leste, o nosso ramal principal, que vai dar segurança hídrica à Barragem de Santa Cruz e vai dar a condição de perenização ao Rio Apodi, que é um sonho do Rio Grande do Norte e que trará inequívocos benefícios.

Então, temos tido, além de audiências no Ministério, despachos pessoais permanentes pessoais com o Ministro, que, diga-se de passagem, até pelo fato de morar em Natal – ele mora em Brasília e passa os fins de semana, quando pode, em Natal –, tem interesse particular especial em que as obras que beneficiam o Rio Grande do Norte tenham andamento normal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O interesse, Presidente Fátima Bezerra, no andamento das obras da Barragem da transposição do São Francisco está patente com a presença do Deputado da Paraíba, Marcondes Gadelha; do Deputado do Ceará; da Deputada Zenaide, do Rio Grande do Norte; do Deputado Gonzaga, de Pernambuco; eu e o Senador Garibaldi, do Rio Grande do Norte. É uma obra de interesse regional e interesse nacional. E esta Comissão tem feito aquilo que lhe compete, que é a cobrança permanente.

Eu tenho tido informações, mas é muito bom que o Ministro possa trazê-las, com relação aos percalços no andamento das obras do braço leste, do braço Apodi. Primeiro de tudo, não há falta de recurso. Essa á uma constatação. O que há, sim, é claudicação da empresa construtora, que pediu rescisão do contrato, mesmo sujeita a multas que terá de pagar. As tratativas com relação à substituição da empresa por uma nova empresa estavam em curso, ou estão em curso, ou estão concluídas, e a expectativa que nós temos é de que, em dezembro, a água do São Francisco chegue à Barragem do Açu.

Aquilo que a Senadora Fátima colocou é a expressão da pura verdade. Neste momento, Ministro, nós temos 30%, no conjunto das barragens do Estado, de um volume de 100%, sendo que, desses 30%, o maior volume é o da Barragem do Açu, que é o grande "seguro-água" de que o Estado do Rio Grande do Norte e a região dispõem. Hoje, ela está com 31%, 30% do volume de água, mas chegou a níveis críticos de 8%, 7%, apavorando o Estado inteiro, porque era de lá que saíam os caminhões-tanque para abastecer os Municípios que não tinham de onde buscar água. De modo que o "seguro- água" que está na Barragem de Santa Cruz depende da transposição do São Francisco, depende dela fundamentalmente.

É muito importante para esta Comissão conhecer com detalhes se a obra ficará realmente pronta em dezembro, porque chegaremos com água até dezembro em função das chuvas que caíram, ainda que precariamente, mas o que vai ser do próximo ano? O que vai ser dos próximos anos? É importante ouvirmos, com a atenção que V. Exª merece, porque é um dedicado funcionário público a esta obra. Aqui eu presto testemunho da sua atenção desde os tempos em que não era Ministro, mas já era o responsável pela execução da obra. É um dedicado e atento funcionário público, graduado, voltado para a conclusão daquilo que é possível, orçamentariamente, dos trechos da transposição do São Francisco.

Para nós do Rio Grande do Norte – e aqui eu falo pelo Rio Grande do Norte –, é importantíssimo que tenhamos informações com relação ao braço leste, ao braço Apodi, que vai dar segurança, vai dar garantia ao seguro hídrico do Estado, que é a Barragem de Santa Cruz, e vai garantir aquilo que é o mais importante, que é a perenização do Rio Apodi, sem desprezar, evidentemente, o braço que vai perenizar o rio que abastece a Barragem de Santa Cruz.

A Barragem do Açu é pelo braço leste, é o braço Apodi. Agora, a Barragem de Santa Cruz vai com água até a Barragem de Pau dos Ferros e retorna pela Barragem de Santa Cruz, para abastecer a área mais seca do Estado do Rio Grande do Norte. Dessa eu sei que há o projeto executivo já pronto, agora, quanto aos recursos, há uma dúvida. É bom que este assunto seja refrescado aqui, para que a Bancada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como um todo tome conhecimento e a gente possa se mobilizar no sentido de viabilizar o prosseguimento desse pedaço importante da transposição do São Francisco para o Rio Grande do Norte.

Eu tenho um compromisso em seguida. Talvez não possa ficar o tempo todo na audiência, mas gostaria de louvar a iniciativa da Comissão e louvar a presença solidária do Ministro Antônio de Pádua, que tem sido um colaborador permanente quanto ao rumo dos interesses daqueles que batalham pela transposição do São Francisco, seja para o Piauí, seja para a Paraíba, seja para o Rio Grande do Norte, para o Ceará, para Pernambuco, que se reúnem e se unem em torno de uma obra que é, na verdade, de integração nacional.

Muito obrigado a V. Exª pela presença e pelo comando da CDR, que presta este serviço a uma obra importante para o Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento o Senador José Agripino.

E vamos, agora, passar a palavra imediatamente para o Ministro Antônio de Pádua.

Registro aqui a presença também do Senador Paulo Rocha, do Pará; e do Senador José Medeiros também.

Com a palavra o Ministro da Integração Nacional, Dr. Antônio de Pádua.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Boa tarde a todos e a todas!

Quero agradecer aqui o convite da Comissão.

Cumprimento a Senadora Fátima Bezerra, Presidente Comissão de Desenvolvimento Regional; o meu amigo Senador Paulo Rocha; o meu amigo Senador José Agripino, meu companheiro de viagem.

E a gente, Senador, não tem só feito reuniões no avião, não; o senhor também é um frequentador assíduo do Ministério da Integração Nacional. A gente sempre tem recebido lá as suas demandas e sente a sua preocupação com as obras hídricas do Estado. E a gente está lá para cumprir o nosso papel e atendê-lo da melhor forma possível. Temos muitos desafios e, para isso, a gente conta não só com o Senador, mas com toda a Bancada.

Cumprimento o Senador José Garibaldi, do Rio Grande do Norte, nosso amigo; o Senador José Medeiros; a Srª Raquel Muniz, Deputada Federal; a Srª Zenaide Maia, Deputada Federal pelo Estado do Rio Grande do Norte; o Sr. Marcondes Gadelha, Deputado Federal; o Sr. Raimundo Gomes de Matos, Deputado Federal pelo Ceará; e o nosso amigo Gonzaga Patriota, Deputado Federal. Cumprimento todos. E agradeço o convite e a presença de todos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos aqui para falar do projeto das bacias de integração, pelo qual temos lutado dia a dia desde que chegamos ao Ministério, antes como Secretário e, agora, na condição de Ministro.

E faço, primeiro, Senadores, algumas colocações que a gente julga importantes para que, depois, a gente abra o debate a algum questionamento que possa haver. Talvez, até aqui nesta nossa fala, eu já vá tirando algumas dúvidas e dando algumas informações importantes para que a gente nivele as informações de forma direta.

A gente sabe, em relação ao *status*, como é que se encontra hoje a obra e dos muitos desafios. É uma obra que se iniciou lá atrás e em relação à qual nós temos muitos elogios, mas também há muitas observações técnicas; e eu, como técnico, tenho muitas observações, tenho muitas críticas também ao projeto. De forma que a gente tem que olhar para frente; não podemos, neste momento, olhar pelo retrovisor; nós temos que olhar para frente e atingir os nossos objetivos, que são garantir a segurança hídrica para os nossos irmãos nordestinos e principalmente para os quatro Estados que são os mais beneficiados diretamente, que é o Estado de Pernambuco, da Paraíba, do Ceará e do Rio Grande do Norte.

E aqui já fica a primeira observação, Senador, sobre o Ramal do Apodi, de que era para ter havido uma continuação do Eixo Norte. E, lá atrás, no projeto, era para isso ter sido previsto, para já se contemplar o Ramal do Apodi, para que se garanta a segurança hídrica naquele trecho do Rio Grande do Norte, que é muito... Fica a nossa observação aqui.

O projeto da integração da Bacia Hidrográfica do São Francisco, com as Bacias do Nordeste Setentrional, é o maior empreendimento de execução com recurso exclusivamente do Orçamento Geral da União. É uma obra fantástica, e a gente se orgulha muito de toda a engenharia brasileira, de toda a engenharia nacional por fazer uma obra dessa, porque, talvez, Senador, uma obra importante como essa não seja mais vivenciada pela nossa geração.

Quando a gente tem contato com pessoas que não conhecem a obra, engenheiros que não conhecem a obra, gente de fora do País, percebe que eles ficam impressionados com a capacidade de engenharia e como o projeto foi feito; mesmo naquela época, os projetos foram desenvolvidos com soluções de engenharia bem avançadas. Então, eu acho que está de parabéns toda a engenharia. E eu, como engenheiro, como técnico, embora tenha observações sobre o procedimento construtivo, críticas técnicas, tenho muito orgulho de participar de um projeto como esse, é uma alegria.

É um projeto que está em execução. Nasceu após décadas de desenvolvimento, mas a primeira concepção sobre a transposição das águas do Rio São Francisco para o Ceará é montada no século XIX, ainda nos tempos do Brasil Colônia – todos conhecem a história aqui, a senhora conhece bem. Naquela época, buscava-se uma solução que permitisse que as águas do Rio São Francisco chegassem ao Ceará apenas – que eu acho que era o Estado que mais tinha problema em função da seca –, descendo os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

canais que rompessem as barreiras topográficas existentes na região. Acho que o Deputado Raimundo lembra bem dessa história.

Na realidade, não foram as condições tecnológicas que permitiram o desenvolvimento do projeto, mas vieram a se colocar, já no século XX, com o advento dos modernos motores elétricos e a construção de planta de geração de energia.

Enquanto isso, o Brasil procurou desenvolver uma infraestrutura que permitisse o convívio com a seca. No início do século XX, aí já no Governo Lula, criaram-se todos aqueles estudos. No Governo Fernando Henrique Cardoso, fez-se o estudo, e, no Governo Lula, iniciaram-se as grandes obras, os grandes projetos.

Os reservatórios permitiram que vários trechos de rios importantes fossem perenizados, garantindo oportunidades econômicas à população, além de acesso às águas de consumo direto, mas a construção de barragens não basta para trazer conforto à população. De fato, o Nordeste sofreu com grandes secas, e, agora, acho que nós estamos atravessando uma das maiores, se não a maior seca, a mais prolongada. São seis anos já, e, em alguns Municípios, entrando no sétimo ano. Então, essa é uma situação realmente preocupante.

E aqui se comprova que o projeto foi bem pensado lá atrás. Infelizmente, houve muitos percalços, durante a gestão da obra, pelas mudanças de governo, mas a ideia principal da obra de engenharia é de extrema relevância.

Para o atendimento da população urbana, vem sendo implantada uma rede ampla de adutoras. São obras complementares, são obras em todos os Estados: no Estado de Alagoas, nós temos o Canal do Sertão alagoano; em Pernambuco, nós temos o Ramal do Agreste; na Paraíba, nós temos a Vertente Litorânea; e, no Rio Grande do Norte, nós temos o Ramal do Apodi, que é uma obra de extrema importância e que nós vamos...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – E a Barragem de Oiticica.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – E a Barragem de Oiticica, que é outro ponto também.

O Governo Federal vem sendo parceiro dos Estados na implantação de adutoras, seja no Ministério da Integração Nacional e suas vinculadas, principalmente como o DNOCS e a Codevasf, seja por meio do apoio de outros órgãos do Ministério das Cidades. E, também em todos os Ministérios, nós temos essa parceria.

É importante notar que não se trata de infraestruturas implantadas isoladamente; são infraestruturas com importância regional ou sub-regional, constituindo-se em verdadeiras redes que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abraçam o território. Então, é um projeto pensado como um todo, é muito importante a gente ressaltar isso. Em um conjunto de mais de 1,2 milhão de cisternas, os postos têm ajudado a população de áreas rurais a enfrentar os momentos mais adversos da seca. Então, o Governo Federal tem pensado não só na transposição, mas também, para onde não chegam as águas, em alternativas.

Muitos desses poços atuam com papel complementar aos mananciais tradicionais do abastecimento urbano, sendo conectados às redes de adutoras, principalmente em momentos de seca ou estresse hídrico. Nas últimas décadas, a partir principalmente das experiências cearenses – e aí você conhece, Deputado –, passamos às soluções de integração de bacias hidrográficas como forma de ampliar a segurança hídrica das regiões.

Com a estabilização econômica e a recuperação de parte da capacidade de investimento do Governo Federal, o Pisf tornou-se uma realidade.

A concepção geral do projeto vem sendo implantada desde o início da década de 1980, quando se pensava em um bombeamento massivo de 300 metros cúbicos de água, de forma permanente. Esse projeto foi evoluindo e foi amplamente debatido e negociado por vários atores ao longo de 20 anos. É um projeto que ocorreu por convergência para o atual projeto em seus 26,4 metros cúbicos de vazão firme, hoje a vazão da transposição do São Francisco, que, em situações favoráveis, poderá ser ampliada.

Nessa concepção, a adução massiva deu vez a uma ideia sinérgica hídrica em que várias infraestruturas são operadas de forma a permitir o melhor aproveitamento das águas reservadas. A intenção é reduzir as perdas gerais por evaporação e, com certeza e se necessário, atender bem os projetos do Pisf. Estará presente para suprir a falta do que aconteceu em Campina Grande; bombeamos para a capacidade hídrica do Açude Epitácio Pessoa, para que fosse recuperada, e, hoje, nós temos uma tranquilidade hídrica lá. O empreendimento é grandioso, a maior hídrica em construção no País e com vários números que nos dão orgulho.

E aqui eu cumprimento toda a equipe do Ministério da Integração. Lá, Senador Agripino, nós temos hoje – o senhor é engenheiro e tem também uma história como engenheiro civil – mais de 300 engenheiros trabalhando diretamente no projeto, seja como consultores, como colaboradores do Ministério da Integração, seja na gerenciadora, diretamente nas obras. Então, é uma obra de engenharia mesmo.

São 12 milhões de pessoas beneficiadas; 396 Municípios nos quatro Estados; 477km de obras nos dois Eixos Norte, com 260km no Leste e 217km no Norte; 27 reservatórios com barramentos, barragens de várias formas; 4 túneis; 13 aquedutos; 9 estações de bombeamento.

Mas temos alguns desafios para o futuro. A começar pelo fato de que, para obter plena funcionalidade do empreendimento, será necessário concluir os ramais complementares do projeto, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, o Ramal do Apodi, o Ramal do Agreste, o Ramal do Salgado, o Ramal de Entremontes, o Ramal do Piancó. Então, aí estão os nossos desafios futuros, após a conclusão dos dois eixos. São empreendimentos que apresentam desafios técnicos, mas também de organização orçamentária. E aqui a gente convoca toda a Bancada para que a gente se una junto aos Ministérios, para conseguirmos uma organização orçamentária e avançarmos.

Os orçamentos da União para os próximos anos deverão contemplar essas iniciativas. E a participação do Congresso Nacional é de suma importância para que a gente avance e haja a continuidade dessas obras, durante o tempo necessário à sua conclusão.

O Ramal do Agreste tem 71km, e hoje já está em andamento.

Nós temos o Ramal do Piancó – de que já foi concluída uma boa parte –, que será concluído até outubro de 2018. A Bancada da Paraíba tem se mobilizado e destinou emendas.

O Ramal do Apodi tem 116 km de extensão. Dele nós concluímos o projeto e estamos na fase de conclusão do edital. Esperamos conseguir, ainda este ano, concluir o edital, mas, para isso, é necessário que avancemos juntamente com a Bancada, Senadora, do Rio Grande do Norte. Acho que temos que nos unir no sentido de garantir uma estrutura orçamentária que nos permita avançar. A parte técnica de projeto já está concluída, e toda a parte do processo de licitação este ano também concluímos, ficando tudo pronto para que no máximo em janeiro do próximo ano, coloquemos essa licitação em campo.

A obra está estimada em R$2,2 bilhões e está na Lei Orçamentária de 2018. Temos dotação hoje apenas de um milhão. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo destinou emendas no valor de R$35 milhões – você lembra, não é? – com o intuito de apoiar esse empreendimento, mas precisamos ter uma ação mais de perto e uma gestão mais próxima para que consigamos avançar.

Com o apoio do Banco Mundial, contratou-se também estudo para melhor aproveitamento energético das estruturas do Pisf. Então, nós temos também tentado viabilizar a geração de energia de fontes tradicionais, solar, fotovoltaica, eólica, microgeração de hidrelétrica, e também melhorar a eficiência dos equipamentos existentes.

E aqui a gente relata alguns problemas que houve na obra – de forma transparente, com os Deputados, Senadores e demais presentes –, principalmente na Meta 1N, do Eixo Norte.

Nós tivemos problema com a empresa que estava dando andamento à obra, que não atingiu o cronograma previsto. Nós fizemos uma rescisão unilateral e contratamos a próxima, que seria a quarta colocada. A empresa que estava seria a terceira, a quarta colocada nós conseguimos colocar. Ela aumentou o seu desconto, não houve prejuízo ao Erário. Ela fez uma mobilização rápida, e hoje estamos lá com aproximadamente 1,5 mil funcionários e, até final de junho, vamos estar com 3 mil funcionários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E qual é o nosso cronograma? A intenção é que, até o final de junho, nós inauguremos a última estação elevatória, que é EBI-3, do Eixo Norte. É a última estação elevatória, com 90 metros, é a maior, a mais complexa...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Fica onde?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Fica na cidade de Salgueiro, Pernambuco.

Pelo nosso cronograma, até final de agosto, nós entramos com água no Ceará, atravessamos o Túnel Milagres...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Lá em Jati.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – É.

A água chega a Jati até final de agosto, é o nosso cronograma. Esse é o nosso...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E o Rio Grande do Norte?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – No Rio Grande do Norte, nós temos ainda que avançar. Há o tempo das águas.

O bom disso aí também é que é só o tempo de cheia das barragens, dos açudes – entendeu? –, mas de forma que ainda este ano, até o final do ano, a gente chega com a água. Talvez em setembro ou outubro a gente já chegue com a água no Rio Grande do Norte para já começar a haver tranquilidade hídrica, não é? Mas eu acho que o grande problema do Rio Grande do Norte é o Ramal do Apodi, relativamente em relação ao qual, já falamos, a gente tem de se mobilizar.

Mas há uma situação aqui que a gente vê com muita preocupação. Inclusive, já estou marcando, Senador Agripino, uma agenda com o Ministro do Planejamento, na próxima semana, para que a gente faça uma gestão, de próximo, com relação à Barragem de Oiticica. Acho que a gente tem de ver a Barragem de Oiticica com muita preocupação. Hoje nós temos o empenho de recursos que bastam para aproximadamente quatro meses – quatro meses de obra, para garantir obra. Então, nós precisamos ainda de 238 milhões para que a obra seja concluída.

Naquela última reunião nossa, o Governador ficou de marcar uma audiência com o Ministro, mas eu já estou me antecipando, estou marcando, e vou comunicar toda a Bancada, inclusive o Governador, para que a gente vá ao Ministro do Planejamento e encontre uma solução para garantir a tranquilidade, para que a obra não pare e volte a melhorar o seu ritmo, porque hoje, lá, nós temos recursos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproximadamente quatro meses. Então, é uma situação preocupante, porque não é o suficiente para concluir a obra.

Vale ressaltar que esse projeto foi alterado. O Governo Federal na época liberou a quantidade projetada. O projeto sofreu alteração e aumentou 238 milhões. Esse é o recurso para o qual a gente tem de buscar apoio e, aí, é fundamental a participação da Bancada do Rio Grande do Norte. E o Senador José Agripino sabe disso, dessa importância, a gente tem conversado muito – S. Exª tem ido muito ao Ministério, e a gente tem nivelado as informações no sentido de a gente encontrar realmente uma alternativa para que a obra não pare, já que é a maior obra hídrica do Estado. A gente tem discernimento e sabe da sua importância para o Estado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só um parêntese, Ministro.

Na verdade, Senador Garibaldi, Senador José Agripino e Deputada Zenaide, eu conversei aqui com o Ministro antes de a gente dar início à audiência e fiz esta sugestão a ele: de ele solicitar essa audiência, porque aquela última reunião que tivemos, toda a Bancada Federal... Aliás, fomos àquela reunião a convite do Secretário de Recursos Hídricos, Dr. Mairton, que também foi convidado para estar presente hoje aqui, assim como o próprio Governador. Mas fomos àquela reunião, e o encaminhamento que ficou foi exatamente de que o Governador solicitaria a audiência – não foi isso? – e nós acompanharíamos. Só que, como até o presente momento nenhuma iniciativa foi tomada nesse sentido e considerando a realidade...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – A urgência.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A urgência.

O Ministro afirma aqui para nós que só há recursos, Deputada Zenaide, para mais quatro meses de construção da obra. Então, diante disso, eu fiz a sugestão aqui a ele para que ele solicitasse o quanto antes essa audiência e convidasse o próprio Governador e, naturalmente, a Bancada e as demais autoridades. Sugeri a ele, inclusive, que chamasse, sim, o Procurador-Geral lá do nosso Estado, o Dr. Eudo Leite, que inclusive viria para esta reunião hoje. O Ministério Público está acompanhando isso.

Sugeri a ele, inclusive, que chamasse, sim, o Procurador-Geral lá do nosso Estado, o Dr. Eudo Leite, que viria, inclusive, para esta reunião hoje. O Ministério Público está acompanhando isso.

Enfim, era só para colocar isso aqui.

Ele está aqui anunciando já que está tomando essa iniciativa.

Desculpe, Ministro. Devolvo a palavra a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Obrigado, Senadora.

Por fim, eu quero também ficar à disposição para questionamentos, para algumas perguntas. Toda a nossa equipe está à disposição aqui.

Mas, por fim, eu quero mencionar que o Ministério da Integração está atento para que a água do Rio São Francisco, que tanto esforço fizemos para chegar – e faremos para chegar também – ao Açude Engenheiro Ávidos, chegue também com qualidade ao Açude Armando Ribeiro Gonçalves depois de percorrer a calha do Rio Piranhas-Açu. Por isso, estaremos presentes na reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu nos próximos dias 7 e 8 em São José de Piranhas. Nós temos lá uma audiência pública e vamos estar presentes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Lá na Paraíba.

No entanto, devemos dizer que, assim como ocorreu na calha do Rio Paraíba com as águas do Eixo Leste, não é de competência do Ministério da Integração cuidar da vazão de águas da calha do rio. O nosso compromisso é com a obra, agora, a situação de cada rio, como ocorreu no Rio Paraíba... O Estado tem que se preocupar para garantir o recebimento da água da transposição, isso é uma responsabilidade do Estado. Assim como o Estado da Paraíba recebeu a água em Monteiro para que ela fosse até o Açude de Boqueirão para atender a região metropolitana de Campina Grande, da mesma forma a gente alerta aqui que o Governo do Estado do Rio Grande do Norte tem essa responsabilidade de garantir a calha do Rio Piranhas-Açu.

Encerro as minhas palavras aqui agradecendo ao Congresso Nacional, em particular à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado, pela oportunidade de compartilhar com a sociedade o conjunto das nossas ações, do Ministério da Integração.

Nós nos colocamos aqui à inteira disposição, Senadora, para dar qualquer esclarecimento. Para isso nós temos algumas apresentações, que vamos disponibilizar, mostrando como está o Estado. Estamos com todo o nosso quadro técnico aqui. Se alguém tiver alguma informação complementar, se alguém tiver alguma dúvida ou alguma sugestão, nós... E vamos disponibilizar aqui todas as nossas apresentações técnicas, de cronograma, orçamento de obra, *status* das obras com mais detalhamento. Se alguém quiser se inteirar melhor e saber como é que está realmente, conhecer melhor o projeto, a gente está aqui se colocando à inteira disposição.

E aqui faço referência hoje ao Dia Mundial do Meio Ambiente – para concluir. Assim, eu aqui cumprimento todos os engenheiros ambientais do País, todas as pessoas que defendem as causas ambientais, do meio ambiente, pelo desenvolvimento sustentável.

Muito obrigado. Estamos aqui à inteira disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer ao Ministro.

Nós vamos passar agora para o Plenário – o Senador Garibaldi Filho já pediu inscrição.

Quero fazer coro aqui com o Ministro no sentido de registrar que hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente. Por isso mesmo, Ministro – eu tinha deixado para o final –, é uma boa oportunidade para que o senhor também possa conversar aqui conosco e trazer informações acerca do programa de revitalização do São Francisco. Gostaríamos que depois o senhor colocasse aqui para nós o andamento, porque... É aquilo que a gente sempre tem colocado: nós temos que cuidar da qualidade das águas do Velho Chico, até para que ele tenha vida e possa dar vida a esses irmãos e irmãs do Nordeste.

E lembro que esse programa de revitalização desde o início constava... É fato que, infelizmente, não andou. É fato que também agora, no Governo Temer, foram anunciados no Programa Avançar, de repente, não sei quantos milhões de reais, mas o fato, meu caro Ministro, é que a gente tem de se preocupar com isso, porque, infelizmente, isso não andou. É só olhar: quantos Municípios que estão na esfera do projeto do São Francisco têm o tratamento adequado do lixo, dos resíduos sólidos? Quantos Municípios, por exemplo, têm o tratamento de esgotos? Eu não estou falando aqui nem da calha em si, de desassorear, de limpar. Não, eu estou falando de ações saneadoras literalmente, fundamentais para a questão do projeto de revitalização do rio, que é, principalmente, a questão dos resíduos sólidos, a questão do lixo etc.

Deixo isso para que o senhor possa se colocar no momento oportuno, porque, como hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente – não é, Senador Garibaldi Filho? –, é bastante adequado trazer essa reflexão. Principalmente nós, os Estados que recebem as águas do São Francisco, mais do que ninguém, temos que ter essa preocupação.

Concedo a palavra agora ao Senador Garibaldi Filho, ao tempo em que registro a presença aqui do Senador do PT de Pernambuco Humberto Costa.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN) – Srª Presidente Senadora Fátima Bezerra, Sr. Ministro Antônio de Pádua de Deus Andrade... É um homem de Deus!

Eu queria que V. Exª aqui esclarecesse por que a obra custa 2 bilhões, a obra total.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN) – Só Apodi, 2 bilhões.

Esses 238 milhões que estão faltando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN) – Ah, é para Oiticica.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN) – Bem, eu queria saber, tendo em vista essa preocupação com a segurança hídrica, o seguinte.

V. Exª pode imaginar o que seria se não tivéssemos recebido chuvas que se colocaram acima até da média, pelo menos no Rio Grande do Norte. Nós temos, por parte do nosso agricultor, do nosso sertanejo, somente naquelas regiões mais do Semiárido... O Rio Grande do Norte tem 90% de sua área coberta pelo Semiárido. Então, a expectativa é imensa no sentido de que possamos ter isto que o senhor falou: as águas entrando no Rio Grande do Norte entre setembro e outubro. Seria uma bênção o recebimento dessas águas.

V. Exª fez um paralelo com as obras que chegaram à Paraíba, mas eu queria também saber de V. Exª a contrapartida do Estado nas obras... Agora, nas obras do São Francisco, não; o Estado tem que se preparar para depois, após...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE (*Fora do microfone.*) – Receber a água.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN) – ... receber a água. Após a chegada da água, receber a água.

Pois bem, tendo em vista isso, eu queria só manifestar a preocupação dos norte-rio-grandenses, que vão receber, como V. Exª disse, benefícios de uma obra, a maior obra hídrica do século; de que os rio-grandenses-do-norte pudessem ficar absolutamente tranquilos, porque a cobrança, como eu já disse, só diminuiu porque choveu. Se não estivesse chovendo, nós não teríamos nem tranquilidade para abordar essa obra.

Então, Ministro, eu quero registrar isso e dizer a V. Exª que a nossa confiança na sua ação e na ação da sua equipe é uma confiança total. Muitas vezes nós não podemos cobrar de V. Exª porque os recursos não estão na programação do Ministério da Integração. Então, eu queria saber de V. Exª se poderemos, claro, apressar – temos que apressar – ao máximo o fluxo de recursos, que, com relação à obra do São Francisco, chega a 40 milhões mensais, no Rio Grande do Norte, não?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Na Oiticica?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN) – Não. Na Oiticica... Estou falando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN) – Não, não é isso. Eu digo o fluxo mensal para as obras chegarem ao Rio Grande do Norte. O fluxo mensal de recursos. É isso que estou perguntando.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – V. Exª está falando...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN) – Do São Francisco. Do fluxo mensal das obras do São Francisco do Eixo Norte.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Na realidade, depois que a obra se concluir, ela tem o seu encaminhamento normal pela calha do rio. A responsabilidade do Estado, por uma orientação da ANA (Agência Nacional de Águas), é que o Estado tem que preparar a calha do rio para que a água tenha o seu percurso normal.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN) – E isso é um investimento alto?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Não, a gente não tem, assim...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN) – Precisamente.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – ... dimensionado, mas o Governo do Estado da Paraíba cumpriu com o seu papel lá, colocou e...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deixem-me só contribuir – passo já a palavra para a Deputado Zenaide Maia –, porque esse ponto que o Senador Garibaldi filho colocou...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Agora, Senador...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... é importante, Ministro.

Diga.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Agora, Senador, o fluxo de recursos mensal do Pisf, do Pisf como um todo, é em torno de 56 milhões.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Do projeto.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Do Pisf, do projeto como um todo, certo?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas eu queria só colocar algo rapidamente, Ministro – até porque depois vou passar a palavra para a Deputada Zenaide, aí o senhor responde tanto à Deputada Zenaide como ao Senador Garibaldi Filho –, registrando, com satisfação, a presença de mais um Parlamentar muito atuante desta Comissão, que é o nosso companheiro, o Senado Elmano Férrer, do Piauí.

Quero só colocar aqui para o senhor, Ministro, que, veja bem, é evidente: as águas chegam a Jati; depois, elas serão disponibilizadas – o Marcondes vai falar sobre isso – lá para São José de Piranhas, na Paraíba; e, depois, para o Rio Grande do Norte. E, no ano passado, a nossa preocupação, quando a Comissão de Desenvolvimento Regional, enfim, trouxe à baila o debate do Projeto de Integração do Rio São Francisco, foi constatar que o Rio Açu, Senador Garibaldi Filho, estava completamente assoreado. E nossa preocupação era grande – a Deputada Zenaide participou; o senhor participou daquela audiência lá em Açu, está lembrado? A nossa preocupação é que, veja bem, de repente, as águas cheguem a Jati; aí, as águas vão demorar a chegar ao Rio Grande do Norte exatamente por quê? Porque as condições do rio não estão adequadas.

Eu estou só colocando isso porque, naquele momento, nós trouxemos esse problema para o Ministro Helder Barbalho – diga-se de passagem, ele foi extremamente sensível –, e fiz um apelo a ele, Ministro, porque o Ministério da Integração Nacional tem que participar desse debate. Tem que participar! Mesmo que o senhor diga: "Não, mas essa seara agora é com a ANA, é com a Agência Nacional de Águas. Essa seara, agora, é com o Ministério do Meio Ambiente." Para além disso, o Ministério da Integração Nacional tem que acompanhar o debate, até para vencer as fragilidades e as deficiências que há, exatamente, inclusive nos Estados, como lá. E, na ocasião, eu quero só colocar aqui que, de fato, o Ministro Helder chamou os órgãos intersetoriais – está aqui Lutigardes; está aqui Higino também – e foi feita uma reunião com a presença, inclusive, da ANA.

Dessa forma, eu quero só dizer para o senhor o seguinte: esse trabalho tem que continuar, Ministro, pelo papel que exerce o Ministério da Integração Nacional, afinal de contas essa obra é da responsabilidade dele. E, olhando para a questão do Pacto Federativo – eu sei da sua sensibilidade –, não dá para a gente ficar esperando só pela questão do Estado, de maneira nenhuma. Essa reunião que vai haver, agora, nos dias 6 e 7, lá em São José de Piranhas, é muito importante, do Comitê de Bacias. Muito importante! E nós vamos fazer duas agora também lá em junho. Mas quero só dizer da necessidade, Senador Garibaldi Filho, de que o Ministério da Integração Nacional continue fazendo esse acompanhamento e esse trabalho, para que, de repente, o sonho não vire pesadelo: as águas sejam liberadas para chegar ao Rio Grande do Norte e, por conta dessas deficiências, de repente as águas não cheguem lá.

Eu vou passar a palavra...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Senadora, só completando aqui o seu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos essa experiência. E aí nós temos que pautar também. Estamos nessa gestão direta, é uma preocupação nossa, mas já vamos marcar uma reunião com o Governador. É preciso que ele se envolva, o Governador. Isso é uma pauta de extremo interesse do Estado do Rio Grande do Norte.

Na época em que nós estávamos para chegar com a água na Paraíba, nós tínhamos uma preocupação sobre o Rio Paraíba, fizemos algumas reuniões com o Governo, e o Governo foi sensível, de forma que a parceria lá foi um sucesso, e a água chegou. E o problema que há no Rio Piranhas-Açu é similar, muito parecido com o do Rio Paraíba. Por isso, a gente vai retomar essa pauta, e eu não tenho dúvida, tenho plena convicção de que a gente vai encontrar uma saída, seja com a ANA, seja com o próprio Governo do Estado, que tem que ser o protagonista principal, já que a gestão da água desse rio é de responsabilidade do Estado. Mas a gente vai entrar com apoio total a essa gestão, e tudo aquilo que for necessário para que a água chegue, e a obra não sofra mais, para garantir a segurança hídrica no Estado do Rio Grande do Norte nós vamos fazer.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

Deputada Federal Zenaide Maia, PHS, Rio Grande do Norte.

A SRª ZENAIDE MAIA (PHS - RN) – Boa tarde!

Quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra e o Ministro de Estado da Integração, Antônio de Pádua – eu já o tinha visto, sem ser como Ministro, também várias vezes.

Quero cumprimentar os Senadores do meu Estado – José Agripino, Garibaldi – e, em nome deles, todos os demais Senadores; os Deputados Federais Raimundo, do Ceará; Patriota, de Pernambuco; Marcondes Gadelha.

Faço a seguinte pergunta ao Ministro. O que eu entendi aqui foi o seguinte: os recursos para chegar ao Canal Piranhas-Açu estão assegurados; o que faltam são os recursos (238 milhões) para a Barragem de Oiticica. E a pergunta é: feita essa chegada ao Rio Piranhas-Açu, sem falar do desassoreamento do rio, em que interfere, se essa barragem de Oiticica não estiver concluída, a chegada das águas do Rio São Francisco ao Piranhas-Açu?

E, segundo, quero dizer o seguinte: quero chamar a atenção da Bancada que está envolvida, Fátima, para uma medida provisória, editada de 30 de maio, a MP 839, pela qual são transferidos recursos de operação e manutenção de infraestrutura hídrica nacional, inclusive manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco e revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Quer dizer, o Governo abriu esse crédito extraordinário, e eu queria que a gente desse uma olhada com carinho, porque é uma medida provisória, e de repente a gente pode tomar a frente para não se retirar daquilo que a gente já está com medo de não chegar lá, entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, era basicamente isso. Eu entendi perfeitamente o que ele disse. Só perguntei: se ele disse que em setembro ou outubro a água vai chegar a Piranhas-Açu; e se, na Oiticica, que é para onde estão faltando recursos, não estiver concluída a obra?

E eu queria pedir, Fátima, para V. Exª ouvir a resposta, porque eu vou relatar um projeto de lei, lá na Comissão, que defende muito as mulheres, então não posso perder essa oportunidade.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN) – Eu posso representar a senhora.

A SRª ZENAIDE MAIA (PHS - RN) – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas eu vou... Está o.k., Zenaide.

Zenaide, eu já vou passar a palavra para o Ministro agora, e ele responde em seguida. Vou passar...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Deixe-me responder logo à Deputada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Deputada, com relação à sua preocupação, caso a Barragem de Oiticica não esteja concluída, não há problema, porque ela não atrapalha a passagem da água; ela é um reservatório, é um pulmão ali para os terrenos irrigados também. Ela não atrapalha a passagem da água. Mas é de extrema importância que a gente trate dessa pauta para garantir os 238 milhões necessários para concluir a barragem de Oiticica. Disso aí a gente reitera a importância. Ela é fundamental, porque a água vai passar ao lado da Barragem de Oiticica, e, se ela não estiver concluída, Senadora, não vai garantir a segurança hídrica para aquela região ali. E são muitos Municípios que estão aguardando essa água. Então, a sua preocupação é pertinente. Esta tranquilidade nós temos: a água vai passar. Agora, nós temos que brigar pela conclusão da Barragem de Oiticica. Esse é o foco principal que nós temos que ter neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos passar agora a palavra para o Deputado Raimundo Gomes de Matos e, depois, para o Deputado Marcondes Gadelha, agradecendo a participação da Deputada Zenaide.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE) – Inicialmente, nós queremos saudar a nossa Senadora Fátima, porque sempre, desde a época, na Câmara Federal, como Deputada Federal, a Senadora Fátima sempre lutou com a Bancada do Nordeste para que nós pudéssemos ter avante esse projeto, como os demais projetos, que acima de tudo fazem com que possamos diminuir essas desigualdades entre o Nordeste, o Sul e o Centro-Oeste. E a visão da Deputada Fátima poderia, muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem, neste momento, ser debater aqui sobre todo o complexo turístico do Nordeste, alguns outros elementos para o desenvolvimento do Nordeste, mas todo esse desenvolvimento do Nordeste passa pela questão hídrica. Então, saúdo a visão da Senadora Fátima, com os membros desta Comissão, de fazer esse debate de suma importância para todos nós nordestinos.

Lá na Câmara Federal, nós temos a nossa Comissão – o Ministro e os assessores do Ministro já estiveram várias vezes lá conosco – e uma pauta também de debate. Infelizmente, nós perdemos o nosso Relator, que era o Deputado Rômulo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE) – Exatamente, um grande defensor. Já designamos o Deputado Gonzaga Patriota como Relator e tivemos, agora, a aquisição do grande Deputado Marcondes Gadelha na Comissão para que possamos levar adiante esse projeto.

Ministro, nós temos alguns questionamentos com relação ao que já ouvimos na nossa Comissão e ao que nós precisamos acelerar. A próxima pauta da Comissão é com a presença dos secretários estaduais, para que eles possam já apresentar a sua proposta em relação à questão da gestão, porque, com certeza, a água vai chegar a todos os demais Estados, e é preciso que os Estados se preparem na gestão das águas. Por quê? Porque vai haver toda uma questão também de aspecto financeiro: se nos outros orçamentos, que já são apresentados das Assembleias Legislativas, já consta alguma rubrica para o funcionamento do programa, ou algo nesse sentido, e de qual a vinculação de uma inadimplência, de como será procedida uma possível inadimplência de um Estado. Como é que vai ficar?

Nós não recebemos ainda o modelo que estava sendo previsto pela Codevasf da gestão de todo o sistema. Por exemplo, no Estado do Ceará, na compra de medicamentos, na época, o Governador Cid fez uma coisa importante: pactuou a vinculação com o ICMS. Então, o Município não vai ficar inadimplente. "Ah, não pagou o remédio!" Então, ele já tem o pactuado assinado, que retira do ICMS o dinheiro para comprar o medicamento. Não haverá o desabastecimento em relação ao medicamento, nesse sentido. Nós precisamos ter, no Pacto Federativo, alguma visão nesse sentido, para não gerar o gargalo e lá na ponta a população ficar desabastecida, em virtude de algumas crises que possam surgir nos nossos Estados.

Quanto a essa questão do modelo de gestão, se já foi concluso o modelo de gestão e efetivamente a Codevasf é que ficou ou se vai... Da última vez em que nós recebemos a Casa Civil, havia uma proposta de ser uma PPP, de ser administrada através de fazer com que nós pudéssemos ter uma PPP ou uma agência nesse sentido.

Outra luta que nós temos derrotado é sobre o contingenciamento do recurso, porque na votação do Orçamento, o que acontece? Com o recurso que vai para a ANA, o Ministro do Planejamento não tem autoridade de fazer o contingenciamento. Muito bem. Na LDO do ano passado, quando chegou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria, eu apresentei uma emenda – e nós fomos derrotados – de não ter o contingenciamento desses recursos; esses recursos são do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, porque a população pagou.

Então, a população vai pagar pelo consumo da água.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE) – Vem para o Tesouro, que contingencia. Aí está o problema de uma bomba, de uma manutenção, de como será. Então, creio que é preciso dialogar logo com o Planejamento, para que na proposta orçamentária, na LDO, haja realmente o mesmo tratamento da ANA, nesse sentido.

Por último, foi feita também... Inclusive, a gente ressalta aqui o Deputado Zeca, do PT, que aprovou 600 milhões para o projeto do Tocantins, porque do São Francisco nós sabemos de todas as necessidades: revitalização, questão do volume de água. Está aqui o pai do Tocantins, que é o nosso Gonzaga... Como anda essa proposta de revitalização do Tocantins, que é de fundamental importância para termos efetividade nesse sentido.

No nosso caso do eixo Norte, para concluir, queremos saudar toda equipe do Ministro pelo trabalho feito de realizar essa pactuação com a empresa, porque foi feita essa repactuação na rescisão, com a Ferreira Guedes assumindo esse efetivo de haver 3 mil colaboradores, e entra no terceiro turno; de manhã, à tarde, de noite, de madrugada. A obra se torna de terceiro turno.

A mesma empresa, Ferreira Guedes, é o consórcio do túnel de Milagres? É a mesma empresa? Ou é outro o consórcio do túnel e da obra física? O Consórcio Ferreira Guedes?

Então, queremos ressaltar a importância dessa obra para todos nós nordestinos; saudar a nossa Senadora; a equipe do Ministro, que sempre está atento e nos acolhe, não só lá no Ministério, mas também na nossa Comissão, com todas as informações para a nossa Comissão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento aqui o Deputado Raimundo Gomes de Matos pela pertinência das perguntas; muito pertinentes. E rapidamente quero aqui ressaltar e agradecer a presença da equipe do Ministério da Integração Nacional, que acompanha o Ministro Antônio de Pádua aqui na presente reunião.

Agradeço a presença de Marlon Cambraia, que é Secretário Nacional do Desenvolvimento Regional; Irani Ramos, Assessor Especial do Ministério da Integração Nacional; Elianeiva de Queiroz Viana, Coordenadora-Geral de Programas Ambientais; Marcelo Borges, Diretor do Departamento de Obras Hídricas; Lutigardes, Diretor do Departamento de Projetos Estratégicos; Jimmu Ikeda, Coordenador-Geral de Gestão de Arranjos Institucionais de Obras Hídricas; Cilene Dória, Secretária de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fundos Regionais e Incentivos Fiscais; Silvio Artur, Assessor Especial para Assuntos Parlamentares; Roseane Portella, Coordenadora da Assessoria Parlamentar; Raquel Loureiro, Chefe da Assessoria de Cerimonial em exercício; Larissa Mendes, Assessoria do Cerimonial; Jaqueline Rocha, jornalista; Divaldo Pereira, fotógrafo e Teodoro Diniz Garcia, cinegrafista.

O Ministro veio com uma comitiva grande, viu, Senador Garibaldi Alves Filho? (*Risos.*)

Mas, Ministro...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Eu posso responder aqui ou...?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, o Ministro vai responder rapidamente ao Deputado Raimundo Gomes de Matos, para eu imediatamente passar a palavra ao Deputado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ele está dizendo que pode ficar, Ministro. Então, se o senhor quiser anotar...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Então, eu já... Então, deixe-me cumprimentar o nosso amigo, Senador Elmano Férrer, do Piauí, nosso conterrâneo.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimentos já protocolados.

Vamos passar, agora, imediatamente, para o Deputado Marcondes.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – O.k.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Depois, Gonzaga Patriota. e ao Senador Elmano, se também quiser, para, depois, devolvermos a palavra ao Ministro.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC - PB) – Srª Presidente, Sr. Ministro, eu quero seguir na mesma toada do meu colega Raimundo Gomes de Matos em louvar, em elogiar a nossa Presidente Fátima Bezerra pelo empenho, pela determinação, pela garra que tem demonstrado na defesa deste projeto de integração da Bacia do Rio São Francisco, ao qual ela tem dedicado o melhor do seu esforço. E tenho certeza de que, sob sua orientação, sob sua condução, nós vamos acelerar esse processo e conseguir, afinal de contas, resolver essa questão, essa pendência, essa dívida que o País tem com as populações do Semiárido do Nordeste Setentrional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ministro, esta reunião está investida de uma importância muito grande e gerou uma expectativa muito grande em todos os Estados envolvidos com a questão da transposição. Falo especificamente pela Paraíba e, neste momento, posso lhe dizer que os resultados, as informações que vão fluir daqui vão pesar muito sobre o estado de ânimo da nossa população. Essa preocupação permeia todo o quadro social do Estado e não apenas a sua representação federal. Aqui, por exemplo, está o Vereador Neto Lima, da cidade de Santa Luzia, que representa o coração do Estado da Paraíba, e revela uma preocupação generalizada na população.

Esta reunião deveria ter acontecido algum tempo atrás, mas foi transferida para hoje. Isso aumentou a expectativa sobre do que efetivamente a população vai ter conhecimento com a transparência e com a fidedignidade da fonte que é exatamente V. Exª.

Eu quero pedir perdão se eu for repetitivo ou insistente em algumas coisas, mas é que realmente nós precisamos das coisas com detalhamento, com minúcias e, se possível, com a precisão que a área técnica costuma aferir a essas iniciativas. Sabemos que lida essencialmente com engenharia, e engenharia trabalha com ciências exatas, com física, química e matemática, e, portanto, temos condição de ter informações bem precisas, bem minuciosas sobre o cronograma físico e financeiro dessas obras, que é o que realmente, neste momento, nos preocupa.

Devo dizer que há certa frustração com a lentidão, com a morosidade com que essa obra vem se... A comparação pode até não servir, porque a China tem uma economia que rivaliza hoje com os Estados Unidos, mas o senhor sabe que eles fizeram lá a transposição do Rio Yang-Tsé para a Bacia do Rio Amarelo. Começaram muito depois de nós as discussões, as questões ambientais, as questões políticas, as questões técnicas, e a execução da obra começou muito depois, e eles já estão lá fruindo dos bons resultados dessa transposição.

E as diferenças são chocantes. Aqui, nós estamos falando em transpor 26 metros cúbicos por segundo de vazão fixa ou 127 quando Sobradinho estiver vertendo; lá, a transposição do Yang-Tsé é de 1.600 metros cúbicos por segundo. Aqui, a gente está falando numa despesa de R$8 bilhões; lá ela é de US$62 bilhões. E já concluíram... Bom, não há comparação porque a economia da China é infinitamente maior...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC - PB) – ... maior que a nossa, mas também o projeto lá é infinitamente maior que o nosso. Vale apenas como lembrete.

Mas o que importa é que quero dizer a V. Exª que V. Exª vai contar com esta Bancada aqui. Nós estamos aqui para ajudá-lo. E eu sei que o senhor vai precisar de respaldo, de apoio aqui, no Congresso, no Parlamento, e nós estamos aqui para ajudar, mas, para isso, precisamos ter um conhecimento de causa bem preciso sobre essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira pergunta que eu quero fazer a V. Exª é quanto falta, efetivamente, de recursos para a água chegar até a barragem Engenheiro Ávidos, até a Barragem de Boqueirão, em Cajazeiras, que é uma espécie de distribuidora ali muito importante, de onde vai para o Piranhas-Açu, de onde vai para São Gonçalo, de onde vai para o Ceará. Se, pelo menos, a gente tiver essa referência, "bom, eu preciso de tanto para chegar aí"... E qual é a sua disponibilidade atual em relação a esses recursos? Já tem a integralidade dos recursos ou precisa de alguma gestão adicional junto ao Ministério do Planejamento, junto ao Ministério da Fazenda, junto ao Presidente da República, para a gente fechar essa conta de uma vez por todas?

Segunda: qual é o cronograma, neste momento, se for possível, trecho por trecho, do que falta em termos de tempo e de recursos para a consecução desses trechos?

Terceira: qual é a garantia que nós teremos, num país que está com uma instabilidade muito grande nas suas finanças, que trabalha com um déficit de cento e trinta e tantos bilhões de reais, com a necessidade de controlar a despesa a todo o custo, de aumentar a receita, enfim, essa missa de pobreza que a gente vem celebrando, há algum tempo. E não vamos responsabilizar ninguém aqui, neste momento, nem culpar ninguém: estamos diante de uma situação concreta, um país que está oscilando muito entre a euforia e a depressão.

Por conta desse desajuste fiscal que estamos vivendo, qual é a garantia que temos de que esses recursos não sofrerão qualquer contingenciamento, de que não haverá qualquer alteração nessa disponibilidade que o senhor tem neste momento?

A outra é com relação ao gerenciamento dessas águas: se já foi definido, se haverá uma entidade governamental, como Tennessee Valley Authority ou outra qualquer ou como a Chesf. Haverá uma entidade para gerenciar a distribuição dessas águas até chegarem aos Estados? De que forma o Ministério está trabalhando essa questão da gestão da distribuição das águas?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/MDB - RN) – Com a palavra o Ministro Antônio de Pádua.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Obrigado, Senador.

Respondo aqui ao Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos. Também é um assunto muito similar ao do Deputado Marcondes Gadelha. Já vou...

Vou relatar como se encontra a obra hoje, o *status* da obra no Eixo Leste. No Eixo Leste, a obra já está concluída, as seis estações elevatórias estão funcionando com as doze bombas, e a obra principal do encaminhamento da água está concluída, com a água chegando a Boqueirão, o que era a meta principal, abastecendo a região metropolitana de Campina Grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda ficaram para trás umas obras complementares, que são obra de drenagem, obra de acesso, algum acabamento em aqueduto, acabamento em pontes, mas que não atrapalham o caminho da água.

Hoje, lá, nós já estamos... Nós licitamos, e há uma empresa que está fazendo a pré-operação. Nós contratamos uma empresa para fazer a pré-operação. Existe uma vencedora. Ela já está lá, e, à medida que as obras vão concluindo, é ela que já está operando, porque para alguns contratos de bombas previstos em cláusulas contratuais de bombas já estava acabando a garantia. Por isso, nós contratamos uma empresa para fazer a pré-operação. Qual é o papel dessa empresa? Ela está recebendo das empresas executoras, da construtora executora, está recebendo com a nossa gestão. E ela vai entregar a transposição, e ainda está no debate final, na Casa Civil, qual seria a modalidade: se vai ser a Codevasf, ou se vai ser uma PPP ou um consórcio. Essa é uma decisão que está ainda na fase de discussão final.

Também, a forma de garantias dos Estados para fazer essa gestão, o pagamento, isso ainda está na discussão final. Nós temos feito algumas reuniões, mas não temos chegado a um acordo conclusivo sobre a real garantia que os Estados precisam dar para essa quitação da água. Então, essa empresa pré-operadora está recebendo e dando funcionalidade. Por exemplo, vou dar aqui um exemplo preciso dessa empresa que está fazendo a pré-operação. Se der um problema numa placa de automação, de parametrização, de uma estação elevatória, a gente não teria um contrato para comprar essa placa de manutenção. Então, é um contrato guarda-chuva que faz em toda pré-operação, que garante a tranquilidade e o real funcionamento de todas as bombas e faça a gestão executora do encaminhamento da água.

Paralelo a isso, a construtora está concluindo o Eixo Leste e essa previsão é até outubro concluir as obras do Eixo Leste, as obras complementares. O Eixo Leste já está funcionando e as obras complementares já estão em andamento. Essa empresa está recebendo, paulatinamente, o serviço já concluído, ficando sob a sua responsabilidade... E aí ela vai ser responsável, com a nossa gestão, pela transição da decisão a ser tomada na Casa Civil, se nós vamos entregar para a Codevasf, se nós vamos entregar para um consórcio ou a uma PPP. Isso está em discussão final.

Com relação ao Eixo Norte, apenas um trecho deu problema, a gente já relatou aqui. A empresa teve que sair, porque ela não estava cumprindo o cronograma. No segundo dia em que nós assumimos, eu dei 24 horas para ela normalizar. Eu tive uma conversa com ela, numa sexta-feira; na segunda-feira, ela entregou a obra. Então, de imediato, em 11 dias, a gente fez essa transição. A empresa se mobilizou e hoje nós estamos com aproximadamente 1,5 mil funcionários já trabalhando em alguns trechos 24 horas, que são os trechos críticos da obra, como a última estação elevatória, o túnel. No caso do túnel, Deputado, que antes era a Emsa-Siton, hoje é a Ferreira Guedes-Toniolo. A informação que nós temos – eu não conheço essas empresas – é que são empresas que têm um acervo técnico em túnel muito bom, umas das melhores do País. E eles estão, realmente, trabalhando 24 horas. Então, isso nos dá uma tranquilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC - PB. *Fora do microfone*.) – Qual é o nome dessa empresa que era a quarta colocada que entrou no lugar da Emsa?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Ferreira Guedes-Toniolo.

Era a quarta colocada, aumentaram o seu desconto fazendo a execução pelo preço da terceira colocada.

Então, essa...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ministro, me diga uma coisa, é uma pergunta de caráter técnico mesmo: são 1,5 mil homens, o senhor está colocando aqui que em alguns trechos lá está havendo, inclusive, três turnos.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso, portanto, lhe dá uma garantia – pelo menos do ponto de vista técnico – de que esses novos prazos serão realmente cumpridos?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Essa é a nossa meta, Senadora. Nós estamos lá; inclusive, nesta semana eu irei lá de novo. Colocamos um reforço de gestão na equipe. Como a gente é gestor de obra, a gente sabe que a obra que não tem problema é a que não começou. Mas a obra lá, pelo fato de a empresa não ter um capital financeiro suficiente para manter o ritmo da obra, previsto em cláusulas contratuais, de forma que ela não estava atendendo o nosso prazo, por isso é que a gente apertou e vai haver dosimetria de multa.

Houve quebra de cláusulas contratuais nessa empresa e optamos por colocar uma outra empresa, aproveitar a mesma licitação e também fizemos toda uma questão jurídica, o nosso jurídico do Ministério. E, aí, é que eu agradeço, porque foi uma transição em que não houve uma judicialização, porque, se há uma judicialização neste momento, essa obra corria o risco de parar, ouviu, Senador?

E, aí, houve todo um cuidado nosso com a gestão, e de toda a equipe do Ministério. Hoje a obra está aproximadamente com 1,5 mil funcionários. Até final de junho, nós vamos chegar a 3 mil funcionários lá e vamos trabalhar, realmente estamos trabalhando em alguns trechos que são os gargalos, os caminhos críticos, priorizando o encaminhamento da água. Esse é o nosso foco, para que a água chegue o mais rápido possível na Barragem de Jati, porque ali dá um encaminhamento para o Cinturão das Águas, para o Ceará, que vai também para Paraíba e Rio Grande do Norte.

Então, esse é o nosso propósito, é a nossa meta hoje. Nossa meta principal é inaugurar, ainda neste mês, até o final de junho, a última estação elevatória da transposição e, até final de agosto, a gente entrar com a água no Ceará. Esse é o nosso foco, é o que a gente está perseguindo dia e noite. Lá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente trabalha sábados, domingos, finais de semana, a obra está direto. Temos um rodízio lá, da nossa gestão, de engenheiros. A empresa tem demonstrado, nesse início de mobilização, um comprometimento. Eu não posso dizer que a empresa, garantir que a empresa, porque a outra também iniciou com um ritmo bom, mas depois ela não manteve o ritmo, mas a empresa, esta, está demonstrando um comprometimento com a obra, entendeu a situação da obra. Financeiramente falando, o senhor pode ficar tranquilo, porque esta é uma obra importante, está na carteira e o Presidente Temer garantiu o empenho financeiro, 100%, para a obra da transposição, tanto no Eixo Norte, quanto no Eixo Leste.

Então, os recursos estão garantidos, o empenho e o financeiro estão garantidos, tanto do Eixo Norte, quanto o final do Eixo Leste. Então, quanto a isso aí, não há problema. O que eu peço ajuda aqui, para o que a gente está pedindo ajuda é o empenho com relação a Oiticica e o Ramal do Apodi, Senador. E, aí, o Senador, sabe, o Senador Garibaldi sabe da nossa necessidade lá, e, aí, a gente pede ajuda e a gente vai lá, na próxima semana, junto ao Ministro, para a gente fazer acontecer e fazer essa gestão para garantir que a obra de Oiticica tenha essa tranquilidade.

Agora, com relação a Eixo Norte e Eixo Leste, isso aí o senhor pode ficar tranquilo, porque, de uma obra de R$596 milhões, já foram faturados, em torno de, acho, R$80 milhões e nós temos todo o recurso necessário para concluir a obra.

Acho que mais algum cronograma aqui, se alguém...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu vou passar para Gonzaga, mas você quer ainda fazer alguma indagação?

Pois não.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC - PB) – Só para dizer que eu louvo as informações do Ministro, e agradeço por elas, e considero de extrema relevância o fato de estarmos chegando, em agosto, à cidade de Jati, no Ceará.

Agora, Jati ainda é o início. É na Chapada do Araripe.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – E temos o tempo de cheias, não é?

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC - PB) – Há uma expectativa, uma ansiedade mais forte lá em cima, quando se chega ao Sertão da Paraíba, ao Sertão do Rio Grande do Norte, mais para dentro do Ceará. Chegar a Jati já é um passo muito importante. Mas, convenhamos, Ministro, isso ainda é uma coisa muito incipiente.

O senhor tem um número preciso de quanto falta, em termos financeiros, para se chegar até Boqueirão de Cajazeiras e Engenheiro Ávidos, depois do túnel, onde haverá a distribuição para São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gonçalo, para o Rio Grande do Norte e para o Ceará? Esse é um ponto nodal. Engenheiro Ávidos é tão referencial quanto essa chegada a Jati. Só que nosso caso nós estaremos às portas do Rio Grande do Norte, do Ceará e da Paraíba quando as águas chegarem a Engenheiro Ávidos...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Nós estamos priorizando o encaminhamento da água.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC - PB) – Sim.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – E aí está a última estação elevatória, que é a última obra hidromecânica nós estamos inaugurando agora, que é a EBI- 3. Após isso, é o tempo de cheia dos reservatórios e o encaminhamento pelo rio. Não há mais obra. É só mecânica. A informação que nós temos aqui é de que não há mais obras. Nós estamos fazendo um estudo disso. Mas não há mais nenhuma obra mecânica de grande relevância. A nossa preocupação é o tempo de cheia dos reservatórios que estão todos com 10%, 15%.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas ele pergunta, Ministro, sobre essa questão da Barragem Engenheiro Ávidos. Está resolvido isso? Veja, para as águas poderem desembocar lá no Rio Piranhas-Açu elas vão passar primeiro pela Paraíba.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC - PB) – É Engenheiro Ávidos

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela Engenheiro Ávidos. É isso que Marcondes está indagando, Senador Garibaldi Filho.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC - PB) – Lá é o ponto de distribuição.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei, eu sei. Estive lá na Caravana das Águas. Estivemos lá exatamente no ano passado.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC - PB) – Quando as águas chegarem ali, nós vamos ficar muito tranquilos, muito confiantes de que o restante será...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Enquanto o Ministro está consultando a sua assessoria, Marcondes, quero também colocar uma questão aqui.

De fato, desde o ano passado que o Ministro Helder tem dito aqui que os recursos para a conclusão das obras do São Francisco estão assegurados. Desde o ano passado, ele colocou isso aqui, bem como o Ministro Antônio de Pádua está colocando. É claro que a gente tem que ficar atenta, porque esses tempos que nós estamos vivendo de contingenciamento de gastos... Hoje mesmo, nós trouxemos uma preocupação aqui, por exemplo, já cortaram 90% dos recursos destinados para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

revitalização do São Francisco, e acharam pouco, porque essa medida provisória editada essa semana está retirando mais de R$1 milhão. Então, temos que estar muito atentos com relação a isso. Por isso é que louvo a sua preocupação, porque esses recursos estão garantidos.

Assim como, por dever de justiça, nós temos que reconhecer que no governo Dilma, em que pesem todas as dificuldades que ela enfrentou, inclusive, toda a sabotagem que Eduardo Cunha fez lá na Câmara dos Deputados, não houve contingenciamento dos recursos para o São Francisco. Outras obras ficaram prejudicadas, mas para o São Francisco não houve contingenciamento de maneira nenhuma. O que nós tivemos foi o problema com a empresa, aquela pendência com a empresa. E terminou, inclusive, a empresa abandonando a obra. Mas a gente tem que que colocar as coisas para ser justo, porque é só olhar como se deu toda a programação orçamentária, toda a dificuldade, vocês sabem disso, toda aquela sabotagem que Eduardo Cunha fez lá no período pré-*impeachment*, mas não faltou recurso, assim como, desde o ano passado – nós temos que aqui ressaltar –, o dinheiro para conclusão do Eixo Norte e do Eixo Leste o Helder Barbalho afirmou, como ele está afirmando também. O que ele está colocando aqui – que são grandes desafios – é que o que falta são para as chamadas obras, vamos dizer assim, complementares. Por exemplo, para nós essa questão que ele coloca de Oiticica é muito preocupante, Marcondes. A Barragem de Oiticica foi esperada há mais de quatro décadas pelo povo do Rio Grande do Norte. Aí ele diz aqui agora que só há recursos para quatro meses. Precisa de mais de 238 milhões. Vamos lutar por isso, assim como pelo Ramal do Apodi.

Mas devolvo a palavra ao Ministro agora para ele tirar essa dúvida da gente.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Deixe-me só completar aqui. Após a saída de água de Jati, nós vamos para o reservatório de Porcos, reservatório de Cana Brava, reservatório de Cipó, reservatório do Boi, reservatório do Boi I e do Boi II, passa por três aquedutos, passa pelo último túnel, chega ao reservatório de Morros e ao reservatório de Boa Vista, passa pelo túnel de Cuncas, vai ao reservatório de Caiçara e vai até ao reservatório... Em todo esse trecho aqui a obra está concluída, está pronta.

O nosso problema é daqui até Jati. Hoje nós estamos com a água na EBI-3. A água já está aqui na EBI-3, faltando recalcá-la 90m para cima para que a gente passe para o Reservatório de Negreiros, Reservatório de Milagres, o túnel Milagres, que aqui é a divisa de Pernambuco com o Ceará, e chega ao reservatório de Jati, chegando, depois, ao seu encaminhamento normal. E não há mais bomba. O nosso grande problema que houve aqui... E aqui eu falo uma particularidade dos problemas, dos questionamentos que houve em todo o processo de licitação, quando a gente respondeu para a Ministra Cármen Lúcia, na época em que ela decidiu por não judicializar. Ela teve um papel muito importante e ajudou muito o Nordeste não permitindo que essa obra paralisasse. Ela me perguntou: "Quais os problemas que você não resolve na obra?" Se der qualquer problema numa ponte, a gente resolve na obra. Se der problema no canal, a gente resolve na obra. Se der problema numa barragem, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente resolve na obra. Num *forebay*, a gente resolve na obra. Na bomba, não. Na bomba, é uma mão de obra extremamente especializada. Por isso, a nossa preocupação, Senador Garibaldi, lá no processo de licitação dos acervos técnicos. A gente deu uma importância muito grande às bombas. Por isso que ficamos tranquilos e felizes quando falamos que estamos inaugurando a última estação elevatória da transposição até o final do mês – é a nossa meta –, porque é o último grande problema. O restante é problema no túnel, que a gente resolve. Se der problema no aqueduto, a gente resolve. Na ponte, a gente resolve. No canal, a gente resolve lá. Na bomba, não. Por isso é a nossa preocupação e a nossa exigência com relação ao acervo técnico das empresas que participaram da licitação.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC - PB) – Fico muito feliz, muito aliviado com essa informação, Ministro. Quer dizer, então, que as águas vão chegar a Jati em agosto. A partir daí é só deixar correr.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Deixar encher os reservatórios. Encaminhamento normal.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC - PB) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, nós vamos registrar aqui a presença da ex-Ministra e ex-Senadora da República, representante do povo de Santa Catarina, Ideli Salvatti.

Passo a palavra agora ao Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) – Minha Presidente, eu...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Enquanto isso, vou registrar a presença de um conterrâneo meu o Vereador Netto Lima, de Santa Luzia, na Paraíba. Eu perguntei a Netto se lá havia muitos Medeiros. Ele disse que há muitos. Aí eu disse a Netto, viu, Marcondes, que dizem que os Medeiros de Santa Luzia são os mesmos Medeiros de meu pai. Enfim, a namorada de Netto é potiguar.

Ô, Netto, é legal a sua presença, viu?

Registro também com muita alegria – Guilherme, desculpe-me, eu ainda não havia registrado ainda – a presença do Deputado Federal Guilherme Menezes de Andrade, representando aqui o Governo da Bahia. O Guilherme foi prefeito por vários mandatos, fez um belíssimo trabalho lá na querida Vitória da Conquista. É Deputado Federal, com quem eu tive a alegria de conviver quando estive naquela outra Casa representando o povo potiguar.

Registro a presença de Larissa Cayres, assessora da Secretaria de Meio Ambiente da Bahia; e de Norberto Queiroz, da Assessoria da Representação da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gonzaga Patriota, com a palavra, amigo.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) – Minha querida Presidente, Senadora Fátima Bezerra, cumprimentar o Garibaldi. Eu já falei para ele que está mais novo e mais bonito.

Cumprimento os colegas e meu querido Ministro Antônio de Pádua.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN) – Você precisa transferir o seu título para o Rio Grande do Norte.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Transmissão de pensamento, Garibaldi Alves. (*Risos.*)

Um elogio desse, em plena campanha eleitoral, é muito bem-vindo.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) – É bem pertinho da Paraíba. O lugar em que eu nasci foi Sertânia, que é bem pertinho da Paraíba.

Mas, meu querido Ministro Antônio de Pádua, em seu nome eu saúdo todos os membros aqui do Ministério da Integração Nacional, que é um Ministério que tem tido a sorte de conquistar Ministros capacitados como V. Exª, como Helder Barbalho e como outros que passaram por lá. Eu lembro ainda o Hélder como Ministro e V. Exª como coordenador desse programa. Tivemos muitos entendimentos sobre isso.

Falando sobre esses dois eixos que saem lá do meu Estado, de Floresta para a Paraíba, passando na minha querida Sertânia, de Cabrobó para a Paraíba, que passa em Salgueiro, terra que me adotou, eu gostaria de dizer, Ministro, que eu resido há mais de 40 anos às margens do rio, lá em Petrolina. Quando eu queria ir à Ilha do Massangano, tinha de ir de lancha e, agora, eu vou a pé. Eu acompanhei a construção do Lago do Sobradinho.

O Lago do Sobradinho é, eu acredito, o maior lago artificial do mundo ou o segundo maior.

E o que me preocupava já há 30 anos era ver Sobradinho chegar a 50%, 40% e, em 1990, dia 15 de fevereiro, Marcondes, eu apresentei um projeto de lei para fazer uma interligação do Rio Tocantins com o Rio São Francisco, porque eu via o Rio Tocantins sempre em média com 5, 6, 8, 10 vezes mais água do que o São Francisco, e essa água caindo no Rio Amazonas e no oceano, sem praticamente ninguém usar nada. Depois esse projeto demorou, ficou por aqui. Recentemente, em 2015, 2016, ele foi aprovado na Câmara. Está aqui no Senado ainda parado um pouco.

Mas independentemente do projeto, no governo do Presidente Lula, José Alencar, que era o vice, foi indicado pelo Presidente Lula para fazer aqueles estudos que V. Exª conhece. Depois, já agora no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo do Presidente Michel Temer, o Helder Barbalho fez um trabalho maravilhoso, que está nesse livro que eu distribuí aqui aos colegas Deputados e aos Srs. Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mostre o livro aí.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) – Este livro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estamos mostrando aqui.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) – Mostrando o livro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É, há mais ali. Fazer a propaganda do seu trabalho.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) – No final desse livro há o projeto de lei e também, no final do livro, há o projeto já do Ministério da Integração Nacional, pronto para começar.

Eu me lembro, minha querida Senadora, Presidente Fátima, que quando se foram iniciar esses dois eixos, o norte, principalmente de lá de Cabrobó, D. Cappio fez greve de fome, lá em Cabrobó. "Olha, eu não acredito, Patriota, que você não me ajude aqui, para não acontecer essa tirada de água do Rio São Francisco, porque ele está morrendo." Eu disse, não, D. Cappio, eu aprendi com minha mãe que não há mal que não traga um bem. Deixa tirar um pouquinho de água, 20m de um, 30 do outro, que a gente vai trazer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) – ... 70, 100m de lá de Tocantins.

Então o que eu queria pedir aqui a V. Exª, e também ao Senado, eu estou agora como Relator dessa Comissão presidida pelo nosso querido Raimundo Gomes de Matos, que a gente pudesse agilizar, porque o Presidente esteve em Cabrobó há poucos meses. Helder Barbalho ainda estava, e ele disse: "Se esse projeto estiver na minha mesa, eu assino hoje."

O projeto está pronto. Nós temos R$600 milhões no orçamento, emenda da Bancada, para que a gente pudesse pelo menos tirar aí R$10 ou R$20 milhões para começar o projeto, porque, Fátima, Tocantins, se não chegar a esse canal... E é um projeto de 200km. A energia será gerada na queda d'água lá na Serra da Garganta, para atender às cinco elevatórias e ainda o Chapadão lá de Tocantins.

Se a gente não tiver água de Tocantins no Rio Preto, no Rio São Francisco, em Sobradinho, a gente não vai, de maneira alguma, chegar com água à Paraíba, ao Ceará, ao Rio Grande do Norte, nem ao meu querido Agreste, lá em Pernambuco, onde começou agora o trabalho. Porque eu vi no ano passado, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

final do ano, Sobradinho com 1% da sua capacidade. Sempre saem de Sobradinho, meu querido Ministro, lá, para chegar a Sergipe e Alagoas, em média, 600, 700, 800m. Agora a gente está com 400m. O rio seco.

Então eu queria pedir ao senhor aqui que nos ajude, dê uma ordenzinha de serviço a essa empresa que ganhou a concorrência, para ela começar pelo menos o projeto. Com o projeto pronto, aí a gente, com certeza, através do batalhão do Exército do Brasil, a gente pode construir essa obra em dois anos, no máximo, e ter água de Tocantins aqui.

Com o projeto pronto, aí a gente, com certeza, através do Batalhão do Exército do Brasil, pode construir essa obra em dois anos, no máximo, e ter água de Tocantins aqui.

Tocantins estava bravo. Eu fui lá e, em Palmas, tive a coragem de participar de duas audiências grandes, inclusive uma no palácio, no auditório do palácio, e saí de lá aplaudido, quando eu disse: "Olha, a gente vai tirar aqui 50m, 100m, pouco mais de 100m de água do rio." O rio estava com 28 mil metros cúbicos por segundo, quando eu estive lá.

Eu queria fazer esse pedido ao senhor aqui. Eu já deveria ter me aposentado, eu já deveria ter ido embora para casa. Eu estou com nove mandatos, mas vou ficar aqui por mais nove. Eu só quero sair daqui quando eu vir o Tocantins mandando um tiquinho da água para o Nordeste.

Obrigado, Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer ao Deputado Gonzaga Patriota e cumprimentá-lo pelo seu empenho e pela sua dedicação.

Nós vamos passar agora a palavra para o Ministro da Integração.

Acaba de chegar aqui outro nordestino, meu vizinho da Paraíba, o conterrâneo Senador Raimundo Lira. E o Senador Elmano acaba de voltar.

Nós já estamos partindo aqui para as conclusões, mas, evidentemente, vou facultar a palavra tanto ao Senador Elmano, a quem já a tinha facultado, como ao Senador Raimundo Lira.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Posso responder ao Deputado?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – V. Exª pode responder ao Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Deputado, o senhor é quase um funcionário do Ministério da Integração, está lá constantemente, sempre falando das suas pautas, mas também dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transposição do São Francisco. Quero lhe dizer que o edital referente aos primeiros estudos de viabilidade está pronto; ainda este mês, ele estará na rua. O.k.? Está bom?

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) – Muito obrigado, Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deputado Gonzaga, tenha esperança. O São Francisco era um sonho e se tornou realidade. Tornou-se realidade. Eu sempre faço essa colocação, porque acho que a gente tem de fazer justiça, Ministro. Estudos foram feitos demais, projetos foram feitos demais, mas nós temos de ser justos e de reconhecer que quem pegou na unha esse projeto – graças a isso, esse projeto hoje se tornou realidade – foi Lula. Está entendendo? É uma questão só de fazer justiça mesmo.

Eu me lembro – eu era Deputada Estadual, Senador Garibaldi Filho, e o senhor era Governador – da dificuldade que se tinha para andar com esse projeto, porque quem era da Bahia era contra, quem era do Rio Grande do Norte era a favor, não é, Patriota? E por aí ia.

Aliás, gente, o que se enfrentou em termos de dificuldades ao longo do caminho... O Deputado Gonzaga Patriota aqui mencionou os obstáculos que houve ao longo do caminho, até porque era uma obra complexa mesmo, não é, Marconi? Era muito complexa. Então, houve muitas dificuldades para que se conseguisse ter um razoável consenso, um razoável entendimento, para que a obra pudesse, enfim, sair exatamente do papel.

E nós, como nordestinos, estamos aqui. A sua presença aqui é fundamental. V. Exª está aqui representando o Estado brasileiro, e o nosso papel é exatamente este agora: cobrar do Governo Federal sua conclusão pelo que isso realmente significa para todos nós, Ministro.

Eu costumo dizer que eu não sou daquelas que conhecem a seca pelo livro de História, Ministro. Eu sei o que é viver em tempos de seca. Eu sei o que era isso, pois fui adolescente em Nova Palmeira, na Paraíba, na década de 70, quando houve uma seca impiedosa. Naquele tempo, não havia as políticas sociais que hoje o País tem, as políticas de inclusão social; não havia os programas de um milhão de cisternas, não. Naquele tempo, era gente e gado morrendo de fome, morrendo de fome mesmo.

Eu falo isso somente para valorizar a dignidade dessa luta. Essa é uma luta que expressa fundamentalmente isto: dignidade.

Eu lembro, Raimundo, que minha mãe nos acordava às 3h, às 3h30, e saía com os filhos, caminhando, para ver se encontrava uma cacimbinha, porque a água que ainda estava disponível lá era completamente danosa para a saúde. Você não tinha como beber aquela água de maneira nenhuma, não tinha como beber. E a gente tinha de correr atrás de achar a cacimbinha, o olho d'água. Eram aqueles tempos daquela humilhação, infelizmente, de toda uma cultura coronelista, que, durante muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo, se estabeleceu no Nordeste e que terminava fazendo da seca, inclusive, um instrumento de dominação. Quem não se lembra daquelas frentes de emergência? Aquilo era uma humilhação!

Mas, enfim, olhemos para a frente. Estamos aqui hoje, graças a Deus, cumprindo nosso papel, que é o de lutar pela conclusão dessa obra, pelo que ela traz de dignidade para nós do ponto de vista de garantir segurança hídrica.

Senadores Raimundo e Elmano querem dar uma... O Senador Elmano, por favor.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Eu queria cumprimentar a nossa Presidente. Parece-me que esta é a quinta vez que o Ministro da Integração vem a esta Comissão. Aliás, o nosso Ministro Helder veio aqui umas cinco vezes, não é? E, quanto ao nosso querido e estimado Ministro Antônio de Pádua, eu queria cumprimentá-lo, como piauiense ilustre, e, inclusive, fazer aqui uma cobrança. Mas eu queria só, na pessoa do nosso querido e estimado Ministro, cumprimentar toda a sua operosa equipe pelo espírito de unidade e sensibilidade com relação às questões principalmente do Nordeste e do Semiárido.

Ministro, há um mês e meio mais ou menos, V. Exª esteve no nosso Estado. Aliás, eu queria pedir permissão para tratar de outro assunto que não é relacionado à transposição das águas do São Francisco para o Estado do Ceará, pra o Rio Grande do Norte, para a Paraíba, para Pernambuco etc. Quero falar sobre uma barragem que o Ministro esteve visitando com sua equipe, há um mês e meio, no Estado do Piauí.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Na cidade José de Freitas. Não é isso?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Na cidade José de Freitas, na Barragem do Bezerro.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Deu um problema no sangradouro lá, não é?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Deu um problema no sangradouro. E o Ministro estava aguardando exatamente o projeto que o Estado ficou de fazer, para tomar as devidas e necessárias providências.

Mas, além da Barragem do Bezerro, há dez anos, em 2008, em outra barragem de 52 milhões de metros cúbicos, a Barragem de Algodões, houve realmente um arrombamento. Dez anos decorreram, e não foi feita, por parte do Governo do Estado e do Governo Federal, através do DNOCS principalmente, a reconstrução daquela barragem.

Mas, minha Presidente Fátima Bezerra, eu queria retomar, considerando esse arrombamento que houve em 2008 e esse iminente outro arrombamento numa barragem de capacidade menor, de dez milhões de metros cúbicos, esta questão que eu levantei aqui, a de nós elegermos este ano, do qual já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decorreu um semestre, praticamente, uma política voltada para a segurança de barragens. Veja, há um relatório – isso eu já falei várias vezes – da Agência Nacional de Águas que mostra a gravidade de muitos açudes considerados em situação de risco, de modo que podemos ter problemas em vários Estados do Nordeste, principalmente no Ceará, que está mais avançado em termos de política de recursos hídricos, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, na Bahia e no Piauí.

Repito aqui, meu querido Ministro: de 39 barragens inspecionadas pela Agência Nacional de Águas em 2016, 31 barragens estão na iminência de terem problemas desagradáveis, colocando em risco populações a jusante dessas barragens, como ocorreu na Barragem de Algodões. S. Exª o nosso Governador Wellington Dias, ainda hoje, responde, juntamente com outros dois ex-secretários, pelos danos humanos e materiais causados por esse arrombamento.

A realidade é que eu queria saber as respostas para duas perguntas ao Ministro; uma delas é de esclarecimento. A primeira é se o Estado do Piauí já mandou um projeto de reconstrução do sangradouro que teve um problema de arrombamento. E, além disso, há fissuras na barragem, trazendo problema de risco para a barragem em si.

Em segundo lugar, seria interessante nós tomarmos conhecimento das providências...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – ...tomadas por V. Exª com relação a um programa que está sendo feito no Ministério da Integração relacionado à segurança de barragens. Parece-me que o próprio Ministério já está fazendo isso em vários Estados não só do Nordeste como do País.

Eram essas duas perguntas que eu queria fazer. E a mais interessante é sobre a reconstrução dessa barragem cuja situação V. Exª acompanhou lá.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Senador...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ministro, vamos fazer o seguinte. Vai se aproximar agora a Ordem do Dia. O Senador Raimundo Lira quer dar uma palavrinha. Não é isso, Senador? Quer dar uma palavrinha?

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - PB. *Fora do microfone*.) – Não quero, não, por causa do horário. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então...

O SR. JONY MARCOS (PRB - SE) – A minha é rápida. Sou o Deputado Jony Marcos, de Sergipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Jony. Seja bem-vindo!

O SR. JONY MARCOS (PRB - SE) – Obrigado, Senadora Fátima. Parabéns pela reunião que V. Exª preside!

Ministro Antônio de Pádua, é um prazer falar com o senhor.

Eu sou um Deputado do Estado de Sergipe. Nós temos em Sergipe a promessa da transposição do rio. Já há mais de dez anos, nós aguardamos isso. Foi anunciado pelo então Governador do Estado de Sergipe, o saudoso Marcelo Déda, que já é falecido, o Canal do Xingó. Esse seria um canal semelhante ao Canal do Sertão, que foi construído no Estado de Alagoas e que já está em fase bem adiantada, inclusive já atravessando várias cidades do Sertão de Alagoas. E nós temos uma grande dificuldade em Sergipe, porque, até com respeito ao projeto que seria realizado para essa transposição, não tivemos recursos disponíveis para esse projeto até então.

Eu também acumulo a função honrosa de ser o coordenador da Bancada Federal de Sergipe no Congresso. E a última notícia que recebi nesta semana é que, com essa tentativa de diminuição do preço do combustível por conta do movimento dos caminhoneiros, o recurso que estava destinado para a confecção desse projeto da transposição foi retirado pelo Governo Federal, na tentativa de ajustar esse compromisso da diminuição do preço dos combustíveis. O fato é que já passa de dez anos que nós aguardamos essa transposição, esse Canal do Xingó, que seria hoje a redenção da pobreza, da falta de água que existe principalmente no alto Sertão sergipano.

Eu gostaria de pedir a V. Exª que pudesse, pelo menos, acender uma lamparina – nem vou dizer uma luz – no final do túnel, para que o povo sergipano tenha esperança de que esse canal ainda será construído no nosso Estado.

Muito obrigado, Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pronto, Ministro! O senhor responde agora às indagações do Deputado Jony e do Senador Elmano.

Só quero adiantar para V. Exª que esse tema que o Senador Elmano mencionou aqui, agora, é muito importante, pois diz respeito à questão da segurança das barragens, tema que, naturalmente, o Ministério da Integração Nacional conhece bem de perto, dada a relevância desse tema em função desta insegurança hoje das barragens ser uma realidade, principalmente no nosso Nordeste; é problema no Piauí, no Ceará, no Rio Grande do Norte. Por isso mesmo, nós elencamos o tema "Segurança nas Barragens" como a política pública a ser avaliada durante este ano de 2018 pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que vai ter como Relator o Senador Elmano Férrer.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar aqui o meu amigo Senador Raimundo Lira, da Paraíba. Agradeço a recepção, pois, na última vez em que estive na Paraíba, nós tivemos o privilégio de jantarmos juntos com o nosso amigo em comum Deputado Rômulo Gouveia. Nós fomos recebidos na casa de Rômulo Gouveia, eu, o Senador e toda a minha equipe, porque estávamos em uma audiência pública no Ministério Público da Paraíba. E, uma semana depois, o Senador liga para mim e comunica a morte do amigo. Então, acho que nós perdemos um grande amigo, a Paraíba perdeu um grande homem público, um defensor, e o Brasil perdeu um grande Deputado. Nós tivemos o privilégio de conviver com ele, bem como o senhor, que é um defensor da Paraíba, um Senador extremamente respeitado e amigo da Paraíba. Nós só lamentamos a grande perda precoce do Deputado. Fica aqui o nosso reconhecimento ao Deputado Rômulo Gouveia, à memória dele. Que Deus possa confortar a família dele!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero só acrescentar também, Ministro, que, nesta Comissão, nós já fizemos nossas homenagens ao Deputado Rômulo Gouveia, por sua partida precoce, por essa fatalidade. A Comissão, portanto, já fez a sua devida homenagem, inclusive pelo quanto ele se empenhou e participou intensamente desta luta que era o projeto de integração das bacias do São Francisco. Era um Parlamentar muito preocupado com o Nordeste, especialmente com sua terra.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Exatamente!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A Comissão também enviou os votos de solidariedade à esposa e a toda família.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Era uma grande figura humana. Que fique aqui o nosso registro!

Respondendo aqui ao meu amigo Senador Elmano Férrer, eu estive no Piauí, e havia alguns Municípios – se não me falha a memória, foram oito Municípios – em situações emergenciais, com áreas alagadas, atingindo muitas famílias. Para lá fomos com o Secretário Nacional de Defesa Civil. E todos os Municípios que fizeram solicitações foram atendidos. Foram atendidas 100% das demandas, com *kits* humanitários, com cestas básicas. Enfim, o Governo Federal cumpriu com seu papel, estando presente nessa travessia daquele momento difícil, com as fortes chuvas e enchentes em alguns Municípios.

Houve a situação particular do Município de José de Freitas, em que nós estivemos. Houve um problema no Açude do Bezerro, na Barragem do Bezerro. Foi um problema no barramento da barragem. Se não me falha a memória, houve um problema no poço de alívio da barragem, na descarga de fundo da barragem, e, consequentemente, tiveram de danificar o sangradouro da barragem para aliviar a pressão, para que a água escoasse com maior velocidade, evitando um rompimento maior do barramento da barragem. Deixamos lá a orientação para que os técnicos do Governo do Estado, juntamente com os do Município, mandassem esse projeto de reconstrução, ao qual daríamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prioridade máxima, para que pudéssemos liberar essa execução complementar do sangradouro da barragem. Então, estamos aguardando ainda o Governo do Estado mandar esse projeto. Nós o analisaremos de forma rápida, porque nós fomos lá e sabemos da importância desse tema.

Com relação aos estudos da barragem a que o senhor se referiu, hoje nós temos um estudo de aproximadamente 350 barragens no Brasil. Nós estamos estudando para ver como é que está o seu *status* e para ver como é que está a sua capacidade de resistência, como é que todos estão fazendo o monitoramento. E nós chegamos à conclusão – este é um número preocupante – de que aproximadamente 60 barragens no Brasil vão precisar de intervenções, não só as 31 do Estado do Piauí.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quantas, Ministro?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Aproximadamente 60 vão precisar de intervenções, algumas em situações emergenciais, nas quais a gente já está fazendo a gestão, como é o caso de uma em Campo Maior, no Piauí.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Em Emparedado.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Em Emparedado. O senhor conhece lá. Eu estive lá.

(*Interrupção do som.*)

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Então, o intuito é o de a gente já colocar para o próximo ano recurso para o DNOCS, reforçando o DNOCS. Também a Câmara Federal, juntamente com o Senado e com as Bancadas, tem de se preocupar com o DNOCS. O senhor sabe da situação em que está o DNOCS. Os colaboradores lá são de longa estrada, vêm de longe, e o senhor sabe bem disso.

Então, é uma situação preocupante, realmente, a das barragens. E a pessoa a quem forem confiadas a responsabilidade e a missão de estar no Ministério da Integração no próximo ano terá o compromisso de atuar de forma preventiva em aproximadamente 60 barragens não só no Piauí, mas em outros Estados do Brasil. Nós estamos atuando em aproximadamente 350 barragens, das quais 60 vão precisar de intervenções.

Atendendo aqui à solicitação do Deputado de Sergipe, nós estamos com um estudo acerca desse Canal do Xingó. Esse estudo está sendo feito pela Codevasf. Então – acho que não há ninguém da Codevasf aqui; não estava na pauta –, você pode me solicitar uma agenda com o Presidente da Codevasf, a gente faz uma gestão junto, para a gente ver o *status* atual em que se encontra esse canal. Agora, é preciso uma gestão da Bancada, para que a gente consiga avançar para saber nos Estados como está esse estudo, o projeto, para a gente pensar de forma real nessa pauta, para a gente poder avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conte conosco! Pode marcar conosco uma agenda. A gente marca com o Presidente da Codevasf, porque isso é de responsabilidade da Codevasf. Você pode contar com o nosso apoio. E, naquilo que for possível a gente fazer para colocar isso em prática, nós estamos lá à disposição. É o nosso papel.

O SR. JONY MARCOS (PRB - SE) – Eu peço isso a V. Exª, Ministro.

Peço, Senadora, o direito da réplica para dizer que, realmente, acho que nós já deveríamos ajustar uma pauta, porque a Bancada vem acompanhando isso de perto, e a última notícia que tivemos, na data de hoje, inclusive, é a de que o recurso que estava disponível... Teria de ser um montante em torno de R$10 milhões a R$20 milhões; isso foi o que a Codevasf apresentou como necessidade para fazer o estudo e o projeto. E nós tivemos a notícia hoje – ainda não tenho essa certeza; vou visitar o Presidente da Codevasf – de que esse recurso que estava alocado para esse projeto foi tirado por conta da tentativa do Governo na diminuição do preço dos combustíveis. Então, mais uma vez, a gente acaba penalizado.

Nós tínhamos um projeto que, inicialmente, sairia da primeira cidade de Sergipe, que é Canindé de São Francisco, onde está localizada a última usina do complexo da Chesf, que é a Usina Xingó, por isso o Canal do Xingó, e, em determinado momento, esse projeto se estendeu para a Bahia, para que o canal saísse de Paulo Afonso e viesse por gravidade, já que foi observado que ali existe um declive que poderia fazer com que essa água descesse por gravidade até a cidade de Nossa Senhora da Glória, que fica no Alto Sertão, que é a primeira cidade do Alto Sertão, chamada de Capital do Sertão. E acabou que o projeto nem saiu de Paulo Afonso, nem saiu de Xingó. E o projeto, na verdade, nem foi realizado. Mas ele foi anunciado, ele está anunciado há mais de dez anos. Concomitantemente, Alagoas já tem essa transposição bem adiantada. Até Arapiraca, que é uma cidade muito conhecida no Brasil, o canal já está chegando, que é o Canal do Sertão. São Estados gêmeos e seriam canais gêmeos. Porém, Sergipe mais uma vez fica...

Eu gostaria de pedir a V. Exª que, de preferência partindo do Gabinete do Ministro, pudesse fazer uma reunião com representantes de Sergipe – eu me responsabilizaria como coordenador da Bancada de convidar todos os meus pares –, juntamente com o responsável da Codevasf e, se possível, também com alguém da Chesf, para que a gente já pudesse discutir quais são os projetos da Chesf para auxiliar nisso e para fazer a revitalização daquela região toda, porque o rio está morrendo.

Ministro, a maior usina do complexo da Chesf fica em Sergipe, é a Usina do Xingó. Nós temos seis geradores de energia lá, seis turbinas. Dessas seis, cinco já estão desligadas, e a última já está em estado crítico, porque já não há água suficiente para fazer com que aquela turbina venha a rodar. O rio está secando, o mar está invadindo, na foz do São Francisco. E é uma situação muito crítica, mas muito crítica! Penso eu que valeria muito uma visita de V. Exª *in loco* para conhecer o estado da Usina do Xingó e a condição que nós teríamos: se haveria realmente a condição de realizar a transposição para o Canal do Xingó, o que, para o Estado de Sergipe, seria a redenção, mas o que, para o Rio São Francisco, seria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

talvez a gota d'água para que o rio terminasse de secar de uma vez e a Usina de Xingó não servisse para mais nada. É uma situação muito crítica mesmo.

Por isso, eu faço este apelo a V. Exª: se partisse uma reunião da iniciativa do gabinete de V. Exª, com a Bancada de Sergipe, para tratar do Canal do Xingó, isso seria, para nós, de grande importância para o Estado de Sergipe.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Só respondendo de forma complementar, com relação à informação do corte de orçamento, primeiro a Codevasf é ligada ao Ministério da Integração; antes de a Codevasf saber se vai haver corte, isso passa, primeiro, pelo Ministério da Integração. Essa informação nem chegou ao Ministério da Integração. Então, temos só de checar bem essa informação.

V. Exª pode me mandar um *e-mail* provocando essa reunião, que a gente faz essa reunião com todos os atores envolvidos. E conte conosco. Nessa reunião, a gente marca uma visita até lá. O.k.?

O SR. JONY MARCOS (PRB - SE) – Tudo bem! Obrigado, Ministro.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ministro, deixe-me dizer uma coisa para...

Está satisfeito?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está o.k.!

O SR. JONY MARCOS (PRB - SE. *Fora do microfone*.) – Ainda não, mas quase.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, estou dizendo aqui de participar. Sem dúvida, sua luta é muito importante. Esta Comissão de Desenvolvimento Regional estará aqui sempre de portas abertas.

Ministro, deixe-me falar o seguinte: o senhor não falou sobre o programa de revitalização. Eu queria sugerir o seguinte: que a gente pudesse, em outro momento, fazer um debate mais específico sobre a questão da revitalização. Isso é muito sério, Senador Raimundo Lira. É aquilo que a gente sempre diz: para que o São Francisco dê vida ao povo nordestino, garantindo o acesso a um bem fundamental, que é a questão da água, é preciso a gente cuidar da vida desse rio, não é, Raimundo?

Então, eu quero sugerir que nós façamos, em outro momento, Deputado Marcondes Gadelha e Senador Elmano, um debate voltado a isto, com o foco na questão do programa de revitalização, que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infelizmente, não andou. E, além do contingenciamento brutal, acaba de ser contingenciado mais uma vez. A medida provisória do diesel está tirando simplesmente mais de R$1 milhão das ações de revitalização do São Francisco. Infelizmente, é esse o modelo que o Governo adotou! O Governo quer reduzir o custo do diesel à custa exatamente de sacrificar cada vez mais a população.

Mas eu quero só colocar isto, Ministro: eu acho que a gente, em outro momento, pode focar na questão do programa de revitalização.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – Eu concordo plenamente. Eu acho que é um debate de extrema relevância. É uma pauta importantíssima. E sugiro... Nós temos feito algumas agendas com o Ministério de Minas e Energia e com o Ministério do Meio Ambiente, até porque muitos recursos que virão para o programa Novo Chico são decorrentes de multas do Ibama pelo fato de alguém assorear o rio ou fazer um desmatamento inadequado.

Então, eu acho que seria um debate extremamente importante, mas eu sugiro que sejam convocados também o Ministro de Minas e Energia e, principalmente, o Ministro do Meio Ambiente, que é quem está sendo, no nosso entendimento, o protagonista principal dessa pauta.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Ministro!

Nós vamos encerrar aqui a nossa presente audiência pública.

Antes, eu queria aqui – permitam-me – fazer o registro do que eu considero uma importante conquista. O Tribunal Regional Federal da 5ª Região acaba de suspender a venda dos 4,5 mil quilômetros de gasodutos construídos com o dinheiro do povo brasileiro. Essa rede de gasodutos, Deputado Raimundo Matos, que atravessa os dez Estados das Regiões Norte e Nordeste e que é um patrimônio importante do povo brasileiro, era administrada pela TAG, uma empresa controlada pela Petrobras, e, infelizmente, estava sendo vendida a preço de banana. Para se ter ideia, estava sendo cotada no valor de R$8 bilhões, Senador Elmano, valor esse que equivale apenas a quatro anos de lucro da TAG. Isso ainda são os esqueletos de Pedro Parente – está entendendo? –, de Ivan Monteiro etc.

Eu quero só aqui registrar que a Justiça acaba de suspender a venda, Senador Raimundo Lira. Ela acaba de suspender a venda. Portanto, essa é uma notícia muito importante. Espero que a gente consiga barrar o leilão do pré-sal, que está previsto para o dia 7 de junho.

Ministro, no mais, agradeço a sua presença e a de toda a sua equipe. Considero a audiência pública muito positiva, muito positiva mesmo, pelos esclarecimentos que V. Exª trouxe, junto com a sua equipe, expressando todo o compromisso e empenho que o Ministério está tendo para que esse calendário realmente seja cumprido. Nós saímos daqui com data, Ministro: em agosto, chegam ao Ceará; em setembro e em outubro, as águas chegam à Paraíba e ao Rio Grande do Norte. Então, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos cobrar, vigilantes, mobilizados. Para tanto, já fiz o convite a V. Exª para participar da audiência pública que vamos fazer na Paraíba. Vamos entrar em contato com os Deputados Estaduais da Paraíba, Marconi, para organizar a data, bem como com os do Rio Grande do Norte, que é seu Estado. Nós vamos fazer uma audiência no Seridó, em Currais Novos. Está bonito porque choveu agora, e está tudo verde. Vamos fazer isso no oeste.

Vamos combinar aqui com a sua agenda, porque o intuito dessas audiências públicas, Senador Raimundo Lira, é exatamente o de prestarmos esclarecimento à sociedade, ao povo sertanejo, que acalentou esse sonho, durante muito tempo, no peito. O nosso papel aqui é exatamente este: aqui estamos lutando para que essa obra seja concluída.

Então, essas audiências têm este caráter: mobilizar a sociedade civil, a classe política, os comitês de bacias, os Vereadores, os Deputados, as Bancadas federais, os gestores, os Prefeitos, os Governadores, a Igreja. Vamos fazer de novo uma Caravana das Águas, Elmano, para que, enfim, se Deus quiser, essa obra não sofra mais atraso de maneira nenhuma, para que o calendário seja, realmente, cumprido. E sei que vou contar com sua presença e com a da equipe, o.k.?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – O.k.!

O fato de eu, como técnico, estar como Ministro da Integração Nacional, Senador Raimundo Lira, e servir ao País é motivo de muito orgulho. Agora, ao assumir a Pasta do Ministério da Integração Nacional depois da gestão de Helder Barbalho, essa responsabilidade torna-se ainda muito maior. Ele levou políticas públicas e obras a todos os Estados da Federação, a lugares inimagináveis, totalmente esquecidos, transformando o Ministério da Integração Nacional realmente num Ministério da Integração Nacional. Então, isso é motivo de muito orgulho.

Fica aqui o nosso compromisso com as obras da transposição. Nem que seja necessário mudarmos o gabinete do Ministério da Integração Nacional para Salgueiro ou Penaforte, vamos conseguir nossos objetivos, porque essa é a nossa meta, é o nosso propósito. É um compromisso do Governo Federal.

Aqui agradeço a Comissão pelo convite. Toda a equipe do Ministério da Integração Nacional estará à disposição. Agradeço a todos pelo convite.

Vamos, ainda neste mês, inaugurar a última estação elevatória da transposição do São Francisco, do Eixo Norte, EBI-3, na cidade de Salgueiro. Todos estão convidados.

O meu muito obrigado e o meu grande abraço a todos! Que Deus abençoe todos!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Ministro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queremos, mais uma vez, agradecer a presença do Ministro, dos Parlamentares e dos nossos convidados e convidadas, informando que, amanhã, teremos reunião deliberativa normal, a partir de 9h, conforme pauta já divulgada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e dezessete minutos do dia seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Regina Sousa, Paulo Paim, Antonio Anastasia, Roberto Muniz, Eduardo Lopes, Ana Amélia e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Humberto Costa, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Lídice da Mata, Wellington Fagundes e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 14 de 2018** que: "Requer a realização de Ciclo de Debates da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a ser realizada em São Félix do Araguaia – MT, em data ainda a definir, para debater, junto com as autoridades responsáveis, a má prestação de serviços de telefonia e precária cobertura de telefonia móvel na região do Araguaia." **Autoria:** Senador José Medeiros. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 23 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados para debater a crise por que passa a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e o agravamento das consequências para os trabalhadores da Companhia e para os passageiros usuários dos sistemas de transporte ferroviário urbano como os Metrôs e os Veículos Leves sobre Trilhos." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2012 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o 3º-A ao art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para que não se considere como execução pública a utilização de composições musicais ou literomusicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuário, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DO SENADO Nº 146, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Senador José Medeiros. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2015 - Terminativo -** que: "Acrescenta o § 7º ao art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para destinar percentual de unidades construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV a trabalhadores da construção civil." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunicados.

Recebemos o Aviso nº 284, do TCU, que trata do exame, pelo Tribunal de Contas da União, de práticas administrativas irregulares de servidores do Ministério do Turismo, conforme relatado pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues, na sessão ordinária de 16 de maio de 2018.

Aos membros desta Comissão que se interessarem pelo tema, acrescento aqui que é possível acessar a deliberação no endereço eletrônico do TCU.

Também quero aqui, mais uma vez, fazer o registro de que, na próxima semana, dando continuidade à nossa luta pela salvaguarda do forró, ou seja, o reconhecimento do forró como patrimônio imaterial da cultura popular nacional, nós estaremos realizando mais uma audiência pública, iniciativa desta Comissão. Desta vez, a audiência pública será na Assembleia Legislativa do meu querido Rio Grande do Norte. Nós vamos realizá-la, portanto, no dia 14 de junho, na próxima semana, às 14 horas. Já foram expedidos vários convites para a audiência pública, lá em Natal, que, repito, vai se dar na Assembleia Legislativa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu gostaria de pegar aqui a relação, por favor.

Nós convidamos todas as Secretarias de Cultura lá da região, bem como os grupos, os artistas locais e da região, os grupos de forrozeiros, os produtores, os artistas em geral. Nós vamos contar também com a presença da Presidente do Iphan, Kátia Bogéa, que vai estar lá em Natal. Vamos contar também, mais uma vez, com a presença do movimento nacional Forró Pé de Raiz; da delegação da Paraíba, liderada por Joana Alves, Presidente da Associação do Balaio.

Enfim, esperamos que, a exemplo do que aconteceu aqui em Brasília recentemente, quando fizemos uma bela audiência pública para tratar do tema, com a participação muito expressiva dos artistas e de Parlamentares em geral, essa audiência em Natal tenha uma boa participação e cumpra com seu objetivo.

Na verdade, essa caravana que estamos fazendo é uma caravana cultural em defesa do forró pé de raiz. Essas audiências públicas cumprem o papel de dar visibilidade ao tema, de convocar a sociedade para acompanhar o debate e para fortalecer essa luta. Queremos, ao final, que o trabalho desencadeado pelo Iphan possa realmente dar ao forró o mesmo patamar que foi dado ao frevo e ao maracatu pernambucanos, merecidamente, o título de Patrimônio Cultural Imaterial da cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

popular nacional, da cultura popular brasileira. Isso é muito importante, porque não estamos tratando de uma manifestação cultural qualquer. Falar do forró significa falar de uma das expressões, do ponto de vista cultural, mais genuínas, mais populares do Brasil, especialmente do Nordeste.

O forró de um lado tem a sua dimensão simbólica, a sua dimensão cultural, e, ao mesmo tempo, a sua dimensão do ponto de vista do quanto ele promove, com o lazer, a geração de emprego. A cadeia produtiva do forró tem um papel muito significativo na atividade econômica do nosso País. E não só nos períodos juninos, em que é natural, porque é quando o forró mais se expressa. Afinal de contas, temos tradição de grandes festejos juninos no nosso País.

Agora mesmo, lá no Rio Grande do Norte, está em andamento o Mossoró Cidade Junina, que foi aberto sábado passado, com a atividade criativa, mas muito criativa mesmo, denominada... A abertura do Mossoró Cidade Junina, em Mossoró, deu-se através do Pingo da Mei Dia, com o forró, que atrai multidões. O pessoal vai para as ruas mesmo. Imaginem, o Nordeste tem aquele sol bem forte; por isso Pingo da Mei Dia, porque o forró atrai mesmo, e o pessoal vai para as ruas. Lá estive mais uma vez. É uma festa de muita alegria, de muita diversidade que atrai não só os mossoroenses, não só os norte-rio-grandenses, mas gente de todo o Brasil.

A festividades em Mossoró se estendem durante todo o mês de São João, assim como em Natal, onde temos o São João de Assu, outro São João tradicional. Isso sem falar, em nível de Nordeste, do São João de Campina Grande, pela tradição que tem, e do de Caruaru.

Enfim, o que quero aqui colocar é que o forró, para além do período junino, na verdade, mobiliza o País e as pessoas durante o ano todo, pela presença forte que tem o forró como expressão cultural em nosso País. E esse movimento significa exatamente preservá-lo, valorizar os nossos artistas, na linha de pensar no quanto é necessário defender o forró pé de raiz, aquele que vem lá das origens, de Luiz Gonzaga, de Jackson do Pandeiro, de Elino Julião lá no meu querido Rio Grande do Norte e de tantos outros. Enfim, repito, para além do simbolismo, é um movimento muito importante esse da salvaguarda do forró, fazendo com que seja elevado à categoria de Patrimônio Cultural Imaterial da cultura popular nacional, pelo quanto isso vai contribuir para a gente preservar essa cultura e valorizá-la junto às gerações presentes e às gerações futuras.

Então, dia 14, às 14h, na Assembleia Legislativa do meu querido Rio Grande do Norte.

Quero também colocar que, em breve, vamos aqui realizar mais duas audiências públicas que dizem respeito a todo esse debate em torno da crise dos combustíveis, que ainda perdura em nosso País, e das suas consequências para os Estados, para os Municípios, inclusive com ideias tramitando aqui no Congresso Nacional de se alterarem as alíquotas do ICMS cobrado pelos Estados como forma de contribuir para resolver a crise dos combustíveis. Nós já nos posicionamos claramente contrários a isso, porque achamos isso um equívoco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, o que o Governo Federal deve fazer é rever esse modelo de gestão adotado pela Petrobras desde que o Governo ilegítimo assumiu, que é de uma política de preços dolarizada. A sistemática de preços adotada pela Petrobras é totalmente vinculada à cotação do dólar, ao mercado internacional, e tudo isso é para satisfazer o apetite do lucro dos acionistas da Petrobras, cuja maioria tem ações na Bolsa de Valores de Nova York, em detrimento dos interesses da população brasileira.

A população brasileira que se lixe, que pague o pato, tanto o é que o Governo, para compensar a Petrobras, ao reduzir o custo do diesel, simplesmente, mais uma vez, foi tirar do Orçamento, já contingenciado, já em tempos de Emenda 95; portanto, com contingenciamento. Mas o Governo ilegítimo achou pouco e foi, repito, cortar mais uma vez os recursos destinados às políticas sociais, penalizando principalmente a população, e a população mais pobre, que é quem precisa mais do papel do Estado, de políticas públicas. É um verdadeiro crime. Repito, para compensar a Petrobras, reduziu-se o Orçamento mais ainda das áreas sociais. Na educação, a tesoura cortou mais de R$200 milhões. O Fies foi o programa mais afetado, mesmo sendo um programa de bolsas para os nossos estudantes. Não basta só entrar na universidade; os estudantes das classes populares precisam dessas bolsas como incentivo, não só para eles terem acesso, mas para sua permanência. Isso é fundamental, mas cortaram-se recursos do Fies e as bolsas. Repito, as bolsas não são para os ricos; essas bolsas aqui não são as "bolsas empresários". Essas bolsas que ele cortou na educação são as bolsas para os filhos da classe trabalhadora, os estudantes de origem humilde que conseguem acessar a universidade.

Na saúde foi *tsunami*. Cortaram em ações de apoio à manutenção das unidades de saúde, tiraram recursos do Programa Mais Médicos, tiraram recursos dos programas voltados para a saúde indígena, do Farmácia Popular, com que praticamente ele já acabou. Da estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde também dinheiro, assim como da Rede Cegonha. Os investimentos na área da restruturação dos hospitais universitários também ele cortou.

Cortou também dinheiro da área da segurança pública e também dinheiro destinado à manutenção das estradas.

Quero aqui só colocar que esse tema evidentemente vai continuar sendo objeto de debate aqui na nossa Comissão. Vai ser objeto de debate, porque, para nós, não basta só o Pedro Parente ter saído. Aliás, ele já foi tarde. É necessário rever essa política de preços da Petrobras, porque isso não se sustenta de maneira nenhuma. O Brasil está explodindo, literalmente.

Foram 229 reajustes no diesel do ano passado para cá, no reinado desse Governo ilegítimo e impostor que aí está. Foram 229 reajustes no diesel do ano passado para cá e 226 na gasolina. Aí explodiram os preços na bomba. O botijão de gás sofreu reajuste de mais de 70%. Semana passada estavam cobrando por um botijão de gás mais de R$150,00. Isso é de uma perversidade sem tamanho. Mais de 1,4 milhão de famílias não podem mais, coitadas, comprar o botijão de gás; estão tendo de substituir o botijão de gás pela lenha, pelo carvão, correndo risco de acidentes, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E some-se a isso exatamente esse modelo de gestão desastroso que o Temer adotou de vender o Brasil, ou seja, pôr em risco totalmente toda nossa soberania nacional, porque é disso que se trata quando se coloca para vender a preço de bananas ativos importantes como a Eletrobras, como a nossa própria Petrobras. São quatro refinarias que estão vendendo a preço de bananas. Mudaram a política de conteúdo local, que dizia respeito aos marcos regulatórios da exploração do pré-sal. Acharam pouco e fizeram desonerações tributárias para as multinacionais do Petróleo – refiro-me àquela medida provisória que ficou conhecida como MP do trilhão, em que eles concedem benesses tributárias na medida em que isentam as empresas petrolíferas. E as grandes beneficiadas serão as multinacionais de fora e que estão de olho no nosso pré-sal ao não pagar imposto. E, nessa brincadeirinha, o Governo vai abrir mão de 20 bilhões ao ano – 20 bilhões!

De repente, para compensar a Petrobras, ele tira 13 bilhões da casa do povo brasileiro, da cidadania do povo brasileiro, quando corta, repito, exatamente do Orçamento, diminuindo o orçamento que vai principalmente para a saúde, para a educação e para segurança. Ou seja, para sacrificar o povo, eles fazem isto, cortam o orçamento que vai beneficiar o povo, ao mesmo tempo em que concedem essas benesses tributárias aos poderosos, às multinacionais, que vão deixar de pagar imposto – por exemplo, o Imposto de Renda retido na fonte. Com isso, o Brasil vai deixar de arrecadar por ano R$20 bilhões; em 25 anos, isso chegará a um trilhão. É esse o modelo de gestão que está afundando o Brasil.

Ainda bem que ontem nós tivemos uma notícia importante. O Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em decisão proferida ontem, determinou a imediata suspensão do procedimento de venda de 90% das ações da Transportadora Associada de Gás S.A (TAG). O que é a TAG? É exatamente a empresa controlada pela Petrobrás que cuida de uma rede de gasodutos, uma rede de quatro mil quilômetros de gasodutos construída, diga-se de passagem, com o dinheiro do povo. A rede de gasoduto atua exatamente na nossa região Nordeste e na região Norte. Pois bem, é um patrimônio valioso do povo nordestino, do povo do Norte, do povo do Brasil que eles – essa gestão aí: Parente, Temer, esses entreguistas – simplesmente colocaram à venda e de forma tão escandalosa que sequer processo licitatório tinha.

Para se ter uma ideia, a TAG estava cotada no mercado a um preço de US$8 bilhões. Sabe o que significam esses US$8 bilhões? Isso equivale a apenas quatro anos de lucro da TAG. E o mais escandaloso ainda, repito, é que eles colocaram à venda essa empresa, a Transportadora Associada de Gás (TAG), que controla e gerencia toda a rede de gasodutos construída com o dinheiro do povo brasileiro, os nossos gasodutos no Nordeste e no Norte, sem licitação! Isso foi tão escandaloso, que, felizmente, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região – quero aqui ressaltar e aplaudir a decisão do tribunal – suspendeu isso ontem, porque esse era mais um crime de lesa-pátria. E, na verdade, continuamos na luta para, no próximo dia 7, suspender os leilões que estão previstos para a questão do pré-sal, outro crime de lesa-pátria que esse Governo está cometendo contra o povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fato é que o que é preciso, repito, ser revisto é, primeiro, a sistemática dessa política de preços da Petrobras. É preciso adotar uma sistemática como a dos governos anteriores, dos governos do PT, com ciclos mais longos, para se fazer o chamado reajuste da gasolina, e não uma sistemática que penaliza a população brasileira para atender ao interesse, ao apetite do lucro do grupo de acionistas. Segundo, temos de interromper essa política entreguista de vender o nosso patrimônio brasileiro a preço de banana, como eles estão fazendo. Pelo contrário, o que temos de fazer é um plano de reinvestimentos, inclusive nas nossas refinarias. Ao invés de vendê-las, ao invés de fazer o que eles estão fazendo hoje, com capacidade ociosa nas nossas refinarias... Para quê? Para comprar o diesel e a gasolina dos Estados Unidos. É um absurdo um negócio desses! É um absurdo, é um absurdo mesmo!

Então, vejam que saídas existem. Nós não estamos aqui na crítica pela crítica de maneira alguma. Estamos apontando saídas, como, por exemplo, a de rever este escândalo que foi essa medida provisória para se concederem essas benesses tributárias às multinacionais do petróleo, assim como outras iniciativas.

Então, quero só colocar que isso tudo será objeto, vai continuar sendo objeto de debate aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional, até porque, quando falamos de desenvolvimento regional, nós temos exatamente de tratar desses assuntos, que são fundamentais.

É preciso pensar na capacidade de financiamento dos Estados e dos Municípios. Por exemplo, por que não concordamos com a iniciativa do Governo de agora querer mexer na legislação do ICMS dos Estados para compensar a Petrobras? O que ele quer fazer?

Ele simplesmente defende a ideia – aliás, há um projeto de lei já tramitando no Congresso Nacional – de unificar as alíquotas do ICMS em 18%. As alíquotas do ICMS sobre diesel, sobre gasolina, em geral, variam nos Estados, às vezes, de 18% a 34%, de 24% a 29%. Tudo bem, há uma carga tributária elevada – esse é um fato. Agora, esse é um tema que deve ser tratado dentro de um contexto mais amplo. É aquilo que este Congresso não fez até hoje, o que é uma vergonha, que é uma reforma tributária para valer, uma reforma tributária em que a gente possa inverter a lógica adotada hoje no que diz respeito aos tributos cobrados no Brasil. É o seguinte: quem tem mais paga menos, quem tem menos paga mais. Essa é a verdade. É brincadeira um País como o nosso não ter uma taxação das grandes fortunas, um País como o nosso, por exemplo, não taxar os lucros e dividendos dos bancos! Aliás, só não o fazem o Brasil e a Estônia. Enquanto isso, a carga tributária incide principalmente em cima do setor produtivo. Enquanto isso, repito, quem mais paga Imposto de Renda no Brasil é o mais pobre, é o assalariado! Então, a reforma tributária que temos de fazer é para se inverter essa lógica, para que quem tem mais pague mais, para que tem mais ou menos pague mais ou menos. Essa é a lógica que nós temos de retomar, com uma tributação que incentive exatamente a produção, o setor produtivo, e não o penalize.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, não podemos concordar, neste momento, diante da crise que o País vive, diante desse déficit fiscal, diante do rombo fiscal nas contas dos Estados pelo País afora... O meu dispensa comentários! Faz dois anos que o servidor, coitado, não sabe mais sequer o que é ter o salário em dia. O servidor do Rio Grande do Norte não tem mais esse direito. Essa é uma crueldade, um desrespeito sem tamanho! Mas não é só isso, não! Lá não há previsibilidade para pagar fornecedor, com investimento zero! Está entendendo? É uma gestão extremamente incompetente. Não é à toa que os níveis de rejeição são altíssimos. Agora, não posso concordar, diante de uma situação dessas, com que venha uma decisão de cima para baixo, para reduzir as alíquotas do ICMS. Não posso, inclusive, concordar com a visão ingênua de alguns que dizem: "Mas isso é importante, vai contribuir para reduzir o preço do diesel. Para tanto, vamos exigir que o Governo Federal compense os Estados e os Municípios." Se ele reduzir a alíquota, se essa proposta vigorar, para vocês terem uma ideia, o Rio Grande do Norte vai perder R$600 milhões por ano. Isso é impossível! Um Estado que tem um déficit mensal de R$132 milhões não pode colocar nessa conta R$600 milhões a menos ao ano! Isso é um contrassenso, é uma insensatez sem tamanho! E isso não se dá só no Rio Grande do Norte, mas no Nordeste como um todo.

Ainda há aqueles ingênuos que dizem: "Vamos reduzir a alíquota do ICMS, e o Governo Federal compensará os Estados e os Municípios." O que é isso? Esse Governo tem lá compromisso com a população, com Estados e Municípios?

Ele compensa os poderosos, as multinacionais, os banqueiros, tal é o festival de benesses tributárias que aqui esse Governo ilegítimo já aprovou, fazendo as chamadas desonerações tributárias! Mas as desonerações tributárias que foram feitas aqui, repito, atenderam somente aos interesses dos poderosos, dos grandes, dos banqueiros, dos empresários etc.

Dessa forma, é uma visão completamente ingênua imaginar que esse Governo – imagine! – vai fazer alguma compensação aos Estados e Municípios! Pelo contrário, a compensação que ele faz, inclusive, é a de aplicar uma emenda de teto de gastos, congelando investimentos nas áreas sociais por 20 anos, o que tanto impacto tem trazido para os Estados e para os Municípios.

Então, quero, portanto, só adiantar, repito, que isso tudo vai continuar sendo objeto de debate aqui, na nossa Comissão.

Nada mais havendo a tratar... (*Pausa.*)

Quero apreciar a ata, por favor. Nós temos quórum. Como temos quórum, quero propor a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 18ª Reunião da Comissão da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Fátima Bezerra e Dário Berger, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Regina Sousa, Paulo Paim, Jorge Viana, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, José Medeiros, Rudson Leite, Wellington Fagundes, Eduardo Lopes, Wilder Morais, Ronaldo Caiado e Lasier Martins. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Humberto Costa, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Ciro Nogueira e Lídice da Mata. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDR 20/2018, de autoria da Senadora Fátima Bezerra. **Finalidade:** Debater os royalties do Pré-Sal e o empobrecimento do Nordeste. **Participante:** Paulo Cézar Lima, Especialista, Consultor aposentado da Câmara dos Deputados. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usaram da palavra os Senadores: Paulo Rocha, Regina Sousa e Elmano Férrer. Após aprovação da Comissão, também usaram da palavra os senhores: Deyvid Bacelar, Diretor de Assuntos Institucionais e Coordenador Geral da FUP – Sindipetro Bahia; Pedro Lúcio Góis, Diretor Sindical do Sindipetro do Rio Grande do Norte; Raquel Sousa, Assessora Jurídica da Federação Nacional do Petroleiros; Agnelson Camilo, Diretor de Administração e Finanças da Federação Nacional de Petroleiros; Samuel Gomes, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobrás; e Nelson Santos, Assessor da FUP – Sindipetro Bahia. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 14 de 2018** que: "Requer a realização de Ciclo de Debates da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a ser realizada em São Félix do Araguaia – MT, em data ainda a definir, para debater, junto com as autoridades responsáveis, a má prestação de serviços de telefonia e precária cobertura de telefonia móvel na região do Araguaia." **Autoria:** Senador José Medeiros. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 23 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados para debater a crise por que passa a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e o agravamento das consequências para os trabalhadores da Companhia e para os passageiros usuários dos sistemas de transporte ferroviário urbano como os Metrôs e os Veículos Leves sobre Trilhos." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2012 - Não**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Acrescenta o 3º-A ao art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para que não se considere como execução pública a utilização de composições musicais ou literomusicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuário, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 206/2012 com três emendas que apresenta e pela prejudicialidade do PLS 60/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Senador José Medeiros. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2015 - Terminativo -** que: "Acrescenta o § 7º ao art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para destinar percentual de unidades construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV a trabalhadores da construção civil." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **3ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apresentação da Proposta de Plano de Trabalho do senador Elmano Férrer à Avaliação de Políticas Públicas definida pelo RDR 11/2018, nos termos do Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal - RISF. Será avaliada pela CDR, no ano de 2018, a Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/20

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária.

Vamos para a fase de comunicados.

Recebemos, do Tribunal de Contas da União, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.271, de 2018, que trata de relatório de auditoria de natureza operacional, com o objetivo de avaliar a eficácia e a eficiência dos processos de planejamento e de avaliação de resultados dos financiamentos concedidos com recursos do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste). Relatório de autoria do Ministro José Múcio Monteiro.

Aos membros desta Comissão que se interessarem pelo tema, é possível acessar a íntegra no endereço eletrônico do TCU, bem como também a Comissão disporá de cópias. Por oportuno, registro também que recebemos do TCU Relatório Anual de Atividades referente a 2017, o qual apresenta seus principais resultados no período e as iniciativas mais relevantes nele implementadas no âmbito administrativo.

Informa ainda que, na última quinta-feira, dia 14, realizamos mais um debate desta Comissão para tratar do tema a "Proposta de salvaguarda à cultura do forró, reconhecendo-o como patrimônio imaterial da cultura brasileira". A audiência pública foi realizada na semana passada foi lá no meu Estado, Rio Grande do Norte, na Assembleia Legislativa. Foi uma belíssima audiência.

Quero aqui registrar e agradecer mais uma vez a presença da Deputada Federal Zenaide Maia, lá do nosso Estado; do Deputado Estadual Fernando Mineiro; de Lau Siqueira, Secretário de Estado da Cultura da Paraíba; de Amaury Junior, Presidente da Fundação José Augusto, lá do nosso Estado;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernando Virgilio, que é Diretor Interino do Sesc, que lá representou exatamente o Sesc; de Deyvesson, Coordenador-Geral de Identificação e Registro, que lá representou a Drª Kátia Bógea, Presidente do Iphan. E agradecer mais uma vez a presença da Joana Alves, que é a Coordenadora-Geral do Fórum do Forró de Raiz; de Severino Vicente, Presidente da Comissão Nacional de Folclore; de Marcos Lopes, Presidente do Fórum Potiguar do Forró; de Rosânia Macedo, Presidente da Comissão Estadual do Forró da Bahia.

Foi uma belíssima audiência, com muita mobilização e com a presença dos nossos artistas de lá: de Roberto do Acordeon, de Deusa, de Carol, de Suzete e tantos outros. Enfim, foi mais um passo importante que nós demos, Senador Elmano, nessa luta, que conta com o apoio de V. Exª, da Senadora Regina e do Senador Paulo Rocha para, se Deus quiser, dar ao forró o certificado de Patrimônio Imaterial da Cultura Popular Nacional.

Vamos ter outra agora, em julho, lá em Natal, no Rio Grande do Norte, dessa vez, em Parnamirim, que é a terceira cidade do Rio Grande do Norte; esta audiência vai congregar principalmente toda a região metropolitana. Vamos ter outra em Mossoró. Mossoró, neste exato momento, mais uma vez, abriga o Mossoró Cidade Junina, um São João já tradicional, de grande participação popular.

De forma que esse é o calendário que está previsto. Temos outras audiências públicas também em outros Estados. É importante a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ter abraçado esta luta pelo que significa o forró do ponto de expressão cultural pelo caráter genuíno que ele tem como aquela expressão cultural que mais fala, de perto, do povo nordestino. E essa luta por essa salvaguarda para transformar o forró Patrimônio Imaterial da Cultura Popular Nacional significa, cada vez mais, fortalecer, preservar as raízes do forró com todas as suas matrizes. Lembro que isso significa também promover a geração de emprego, de renda pelo que representa o forró na chamada cadeia produtiva, associado exatamente à questão do turismo, porque o forró movimenta a economia não só na época dos festejos juninos, como o período que nós estamos vivendo – isso já é de praxe –; movimenta durante todo o ano.

Quero aqui só, mais uma vez, agradecer a presença de todos que participaram lá da audiência pública no Rio Grande do Norte. E, oportunamente, nós vamos renovando o convite para as próximas audiências.

Comunico também que está aberto o prazo de apresentação de emendas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aqui na Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, até o dia 25 de junho. Então, quero aqui, desde já, convidar os Senadores e as Senadoras para apresentação de emendas à LDO. O prazo até dia 25 de junho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também queremos aqui fazer o registro de que recebemos o memorando do Líder do Bloco Democracia e Cidadania, Senador João Capiberibe, indicando o Senador Antonio Carlos Valadares para integrar, como membro suplente, a CDR. Seja muito bem-vindo, Senador Valadares.

Também fazemos o registro de que recebemos o manifesto dos turismólogos contra o PLS nº 439, de 2015, que dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da Administração. Determino à Secretaria desta Comissão que o junte ao processo em curso.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião nossa hoje é dividida em três partes. A primeira parte vamos iniciar com audiência pública interativa destinada a debater "os *royalties* do pré-sal e o empobrecimento do Nordeste", atendendo um requerimento de nossa autoria. A segunda parte da reunião vai ser deliberativa, quando vamos deliberar sobre requerimentos e projetos. A segunda parte da reunião vai ser deliberativa, quando vamos deliberar sobre requerimentos e projetos. E a terceira parte será a apresentação do plano de trabalho referente à avaliação de políticas públicas desta Comissão para 2018, que vai ser apresentado pelo Senador Elmano.

Sem maiores delongas, vamos convidar o Dr. Paulo César Lima, Consultor da Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

Paulo é especialista em petróleo, gás. Enfim, uma das principais referências hoje no debate sobre a energia, petróleo e gás.

Os estudos que você tem feito, Paulo, muito têm contribuído para essa luta que vimos desenvolvendo há muito tempo, em defesa da soberania nacional. Percebemos claramente que são estudos que têm a marca da seriedade. Não é a marca do achismo, é a marca da seriedade, da pesquisa, da consistência. Esses estudos, mais do que nunca, hoje são muito importantes, diante desses tempos que estamos vivendo de Governo ilegítimo, quando adota como uma das suas agendas principais o ataque à soberania nacional, tendo exatamente a nossa Petrobras como alvo.

É doloroso, é revoltante o que está acontecendo com a Petrobras no nosso País. A sanha desse pessoal de vender a Petrobras a preço de banana; as mudanças que já foram implementadas, contando infelizmente com a maioria do Congresso Nacional, quando alterou política de conteúdo local, regime de partilha, com todas as consequências; a venda de ativos; a política de preços de combustíveis dolarizada, vinculada ao mercado internacional. Ou seja, infelizmente a Petrobras, nestes tempos, repito, de Governo ilegítimo, perdeu por completo o seu caráter de empresa pública. É uma empresa, claro, que tem participação da iniciativa privada, tem seus acionistas, mas o principal controlador dela é o Estado brasileiro, é o povo brasileiro. Portanto, não é uma empresa com olhar único e exclusivamente para o lucro, de maneira alguma. É uma empresa que não pode abdicar da vocação, do papel para o qual ela foi criada, que é o papel de promotora do desenvolvimento econômico e social do nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpem-me falar isso com ênfase, porque eu sei o que significa o tratamento que estão dando à Petrobras, esse desmonte da nossa Petrobras, o que isso significa para as nossas vidas.

Eu venho do Estado do Rio Grande do Norte, Senador Elmano, que tem na Petrobras o principal ativo do ponto de vista econômico. A Petrobras, durante muito tempo, foi quem mais contribuiu para o PIB do Rio Grande do Norte. E, hoje, estão lá os campos abandonados em Mossoró, no Rio Grande do Norte; estão lá o desalento e o desemprego onde, antes, eram investimentos e mais investimentos. Agora, é exatamente o contrário: desinvestimento, desinvestimento, desinvestimento. E não é só no Rio Grande do Norte; a onda se espalha pelo Nordeste inteiro.

Então, isso tem tudo a ver com o tema sobre o qual nós vamos conversar hoje aqui com o Paulo, que é exatamente a questão dos *royalties* do pré-sal e o empobrecimento do Nordeste.

Com a palavra o Sr. Paulo César...

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA (*Fora do microfone.*) – A senhora gostaria que eu falasse um pouquinho também sobre a cessão?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim; gostaria que você abordasse também mais esse crime de lesa-pátria que é o projeto de lei alterando os critérios hoje existentes com relação à cessão onerosa.

Quero aqui também registrar, com muita alegria, aproveitando para parabenizá-la, a delegação da FUP, e me permitam fazê-lo na pessoa das lideranças Deyvid Bacelar, da FUP; Cloviomar, técnico do Dieese; Wagner, do Sindipetro-SP; Cristiano Almeida, do Sindipetro-MG; Felipe, do Sindipetro-ES; e Luciano Santos, do Sindipetro-RJ.

Quero também estender as minhas saudações a vocês, companheiras e companheiros, pelo papel tão responsável e tão comprometido com o nosso País que vocês têm desempenhado neste momento de luta em defesa da democracia, especialmente lutando e resistindo bravamente contra o desmonte da nossa Petrobras. É muito importante o papel que a FUP, através dos seus sindicatos, tem desempenhado em todo o País, dando verdadeiras lições, repito, de coragem e de compromisso com o nosso País, porque defender a Petrobras é exatamente defender a Nação com a qual a gente sonha: inclusiva e com geração de emprego e renda.

Com a palavra o Sr. Paulo César, Consultor da Câmara dos Deputados.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Quero agradecer muito o convite...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – De quanto tempo você precisa? Uma meia hora?

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – É; uma meia hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, vamos destinar meia hora para o Sr. Paulo César.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Quero agradecer muito o convite da Comissão, da Presidente, Senadora Fátima Bezerra, e a presença dos Senadores, dos amigos da Petrobras, dos amigos da Câmara – o Hélder, companheiro –, da minha esposa, Luíza, enfim, de todos que me prestigiam aqui hoje. Fico muito honrado com a presença de todos vocês.

Eu trabalhei por muitos anos na Petrobras. Não estou com a camisa laranja aqui, mas eu sou um petroleiro e faço aqui a minha homenagem à FUP e aos petroleiros, que trabalham em uma empresa grandiosa. Às vezes, eu falo "a" Petrobras, mas são duas. Na verdade, é a Petrobras dos técnicos, dos trabalhadores e é a da atual Diretoria Executiva. A gente diz "a Petrobras está fazendo isso." Não, quem está fazendo é a Diretoria Executiva.

Com relação aos trabalhadores da Petrobras, é só elogio, porque a competência técnica da Petrobras... Eu trabalhei lá por 17 anos e saí porque a minha esposa acabou passando num concurso público em Brasília; eu vim e fiz o concurso para Consultor da Câmara e do Senado, e saí da Petrobras, mas foi por questões pessoais. Particularmente, eu nunca teria saído da Petrobras se fosse uma decisão só minha.

Eu vou fazer uma apresentação. Trabalhei por muitos anos na Petrobras, passei num concurso de consultor, trabalhei como Consultor da Câmara e Consultor do Senado. No dia 30 de abril, eu me aposentei, mas a minha esposa fala que, depois que eu me aposentei, eu estou trabalhando muito mais do que quando eu estava na ativa, e junto com os trabalhadores, com a FUP, com escritórios que ajudam a FUP. Então, é uma honra para mim estar aqui já na condição de aposentado, o que nos dá mais liberdade. Podemos ser um pouco mais francos.

Mas o importante é dizer que o petróleo precisa beneficiar todo mundo, precisa beneficiar todo o povo brasileiro, por quê? Porque é um bem da União. Está no art. 20 da Constituição que é um bem da União, e que existe o monopólio estatal do petróleo. O monopólio estatal do petróleo não foi quebrado, está certo? Então, é um bem do povo que deve ser explorado, produzido, refinado em benefício do povo.

E a gente tem um problema muito sério: quando o petróleo sobe, em vez de o dono, que é o povo, ser beneficiado, o povo é prejudicado. Mas, se eu sou dono de uma coisa, e essa coisa tem o preço elevado, eu tenho de me beneficiar, não é? Não, o povo brasileiro é prejudicado. Um caso típico de prejuízo para o povo brasileiro foi o aumento dos combustíveis. A Diretoria Executiva da Petrobras passa a vender preços acima do mercado internacional, e o brasileiro passa a pagar na bomba – não só por causa do preço acima do mercado internacional, mas por causa também de margem de transporte, distribuição e revenda – 40% mais que o consumidor dos Estados Unidos, tirando o tributo. Como pode o povo brasileiro pagar 40% a mais que o americano sem tributo? Com tributo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inverte-se. Na Europa, não se inverte porque o tributo lá é bem mais alto do que o daqui; nos Estados Unidos, é mais baixo. É uma contradição nós sermos prejudicados pelo aumento do preço, já que o petróleo é um bem público.

E, como é um bem da União, existe o pagamento de *royalties* do petróleo e também, no caso de participação especial no regime de concessão e no regime de partilha, o que chamamos excedente em óleo da União. Mas participação especial no regime de concessão é uma divisão do lucro; e o excedente em óleo, no regime de partilha, é uma divisão do lucro entre o Estado e a empresa petrolífera. O *royalty* não tem a ver especificamente com o lucro; ele é uma parcela do valor da produção que é destinada hoje principalmente a Estados e Municípios com um favorecimento realmente muito grande dos que chamamos de Municípios confrontantes e Estados confrontantes, que são basicamente o Rio de Janeiro, que é confrontante do pré-sal, Espírito Santo e São Paulo. Mas o foco é Rio de Janeiro, que é o grande beneficiário tanto dos *royalties* quanto da participação especial.

A Lei 9.847 também é uma lei importante que fala que tanto a atividade de produção quando a de refino são de utilidade pública. Isso não pode ser tratado com regras simples de lucro, não; é utilidade pública. Então, regulação nesse setor não é nenhum absurdo; é um serviço de utilidade pública a ser regulado, não é o absurdo que o mercado acha que é.

Bem, sobre o pré-sal, há um estudo de geofísicos muito capacitados da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) que estima um bom número, que 176 bilhões de barris podem estar presentes lá na província do pré-sal. Hoje, já há identificado lá cerca de 60 a 70 bilhões. Então, é muito razoável a gente imaginar que, no pré-sal, no regime de partilha que foi especificamente para a província petrolífera do pré-sal, do polímero do pré-sal, haja 100 bilhões de barris.

Bem, a alíquota de *royalty* é de 15%, e, para 15% de 100 bilhões de barris, o *royalty* equivale a 15 bilhões de barris. Então, em relação a 15 bilhões de barris, se a gente pegar o valor do barril – estou pondo US$65 por barril, que, hoje, é até baixo, porque está 75 o *brent*, mas há no pré-sal preço abaixo do *brent* –, o *royalty* gera uma receita, nesses 100 bilhões de barris, de US$975 bilhões. Então, em 100 bilhões de barris com *royalties* a 15%, em 15 bilhões de barris a US$65 o barril tem o resultado de US$975 bilhões.

Bem, se esses 975 bilhões forem deduzidos da base de cálculo do Imposto de Renda à Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que totalizam 34% – o Imposto de Renda é 25% e a CSLL é 9% – nós vamos ter aí uma dedução de US$331 bilhões. Então, se você deduz do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a primeira conclusão é de que a alíquota efetiva não vai ser 15%, porque, se eles vão deduzir, a alíquota efetiva vai ser 9,9%. Se a gente pegar nos US$331 bilhões a uma taxa de câmbio de 3,2 – que é baixíssima; hoje está 3,7 –, nós vamos ter uma renúncia fiscal de R$1,06 trilhão. Agora, se fala assim: "Mas 1,6 trilhão?!" Não, isso é só *royalty*;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a renúncia fiscal é muito maior do que essa. Então, quando eu falei em 1 trilhão, eu fui muito conservador; é mais que 1 trilhão.

A Lei da Partilha é muito clara no art. 42, que fala que é vedado, em qualquer hipótese, o ressarcimento do *royalty* ao contratado e sua inclusão no cálculo do custo em óleo. Então, a Lei da Partilha deu uma mensagem muito clara: "Isso aqui vocês vão pagar. A empresa vai pagar, vocês não vão ter ressarcimento e vocês não podem incluir isso no custo." Eu acho que mais claro que esse art. 42 é até difícil.

Mas não é só o *royalty* que não pode compor custo; o bônus de assinatura também. Da mesma forma que veda o *royalty*, veda também o bônus de assinatura. Então, o bônus de assinatura também pode ser muito importante em razão do que está sendo discutido na Câmara, por exemplo, que é a licitação dos excedentes da cessão onerosa. Como a Senadora colocou e pediu, vou falar um pouquinho também sobre essa questão, que a gente vê que tem toda a relação com isso aqui. Nós vamos falar de um eventual bônus de assinatura e da dedução desse valor da base de cálculo da base de cálculo do Imposto de Renda e da CSLL também.

A Medida Provisória nº 795, que já é a Lei 13.586, é muito genérica e fala o seguinte: poderão ser deduzidas da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido as importâncias aplicadas nas atividades de exploração e produção. É uma lei que, do ponto de vista técnico, sobre o Imposto de Renda, diz que poderão ser deduzidas as importâncias aplicadas nas atividades de exploração e produção. Imaginem se a gente, pessoa física, tivesse esta possibilidade: poderão ser deduzidas as despesas com educação, por exemplo. Não! Fala-se que há limites, é cheio de regras. Mas essa lei a gente vê que não tem regra.

Para mim, importância...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Essa é a que ficou conhecida como MP do trilhão?

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Essa é a MP do trilhão. E virou lei. Era MP do trilhão, então, para mim, agora é a "lei do trilhão".

Mas é mais que trilhão. Vou mostrar. E por quê? Porque lá eu só falei dos *royalties;* aqui estou falando do bônus de assinatura. Então, aprovando o projeto e sendo licitados os excedentes da cessão onerosa, só esse leilão pode gerar um bônus de assinatura – isso tem sido publicado na imprensa, e peguei esse número – de R$80,5 bilhões, mas pode ser de até R$100 bilhões.

Se esse valor, por exemplo, neste ano for deduzido da base de cálculo, já vamos ter uma renúncia fiscal de R$27,2 bilhões. Neste ano! Não, o valor de R$27,2 inclui o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido, mas, com certeza, mais de R$20 bilhões ali são Imposto de Renda; talvez 23% seriam Imposto de Renda. Se você licita os excedentes da cessão onerosa, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas que vencerem já vão deduzir, já vão ter uma dedução de R$27,2 bilhões, dos quais mais de R$20 bilhões são Imposto de Renda. E, sendo Imposto de Renda, 46% vão ser deduzidos, o que vai representar uma renúncia fiscal de Estados e Municípios. Por quê? Porque 46% da arrecadação do Imposto de Renda são destinados aos Estados e aos Municípios: 21,5% aos Estados, e 23,5% para os Municípios, totalizando 46%. Então, só neste ano, já há uma dedução importante com esse leilão, e os mais prejudicados são os Municípios que mais dependem do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios. Há Municípios pobres no Nordeste e na Região Norte que dependem basicamente do FPM. Assim, se são licitados os excedentes onerosa, empobrece-se o Município lá do Norte, lá do Nordeste. Isso é de uma crueldade!

Mas não são apenas os *royalties* e o bônus de assinatura. Se o bem for arrendado também, ele entra no ativo, o que permite dedução; determinados custos de exploração também; e os *impairments*.

Peço perdão; não gosto de falar inglês de jeito nenhum, mas aqui no Brasil até a Petrobras no balanço dela coloca *impairments,* e assim a gente fala. Se fosse traduzir essa expressão, seria "em paridade". Mas não traduziram, e ficou *impairments*. Mas *impairments* é o seguinte: é um teste que você faz no seu ativo para ver se o seu ativo, que está lançado lá no balanço patrimonial... Você tem o seu ativo e o seu passivo. No balanço patrimonial, você tem seus bens. Se esse bem perde valor, você faz um teste de recuperação do valor desse bem e fala: "Eu não recupero esse valor que está lá no balanço. Se eu vender esse bem, ele vai valer menos." Se ele vale menos, eu tenho de fazer uma redução do valor desse bem. Então, você faz um teste de *impairment* interno, reduz o valor do bem no ativo. Isso é feito no mundo inteiro. Eu não vejo problema em fazer *impairment*.

Então, o que aconteceu? Vou dar um exemplo. Ontem eu estava conversando com um amigo da Petrobras lá do Campo de Papa-Terra. O Campo de Papa-Terra é um campo onde foi feito um teste de *impairment* que mostrou que esse campo estava lá no ativo da Petrobras e não iria recuperar aquele valor, por quê? Porque o petróleo tinha caído. Então a Petrobras foi lá e reduziu aquele valor.

Eu acho que é correto que faça a redução, mas em lugar nenhum do mundo eu vi o *impairment* gerar dedução da base de cálculo do Imposto de Renda. Poder fazer pode, mas deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda não pode. Não vi um país do mundo que permitisse isso. E não é só a Petrobras. Todas as empresas no mundo inteiro fizeram *impairment* com a queda do preço.

Agora, o que é importante cobrar então da Petrobras? A recuperação, a reversão do *impairment*. Se o petróleo estava a US$26, US$30 e ela fez o *impairment*, agora tem de fazer a reversão. Então, agora, se está US$70, o campo está 3,7, vamos fazer a reversão. Muito provavelmente as empresas só fazem a redução do valor de ativo, reduzem o pagamento do Imposto de Renda e não fazem a reversão do *impairment*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, 1 trilhão é pouco. A renúncia fiscal de que nós estamos falando aqui é muito maior do que isso.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Paulão, me permita só, rapidamente, porque esse é um assunto muito importante, se você pudesse reforçar mais, dizer que esse 1 trilhão é exatamente o que o Estado brasileiro vai deixar de arrecadar em função exatamente da benesse tributária que foi feita quando ele isentou essas empresas. Rapidamente, quem são as principais beneficiadas? Quais empresas serão as mais beneficiadas? Você vai chegar lá exatamente no sentido de mostrar o impacto disso lá para o Município, lá para o Estado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, já que a senhora deu a deixa, eu realmente estou precisando ir a uma outra Comissão, mas queria fazer uma observação e deixar uma sugestão.

O Paulo é uma das maiores autoridades, foi boa a colocação que fez aqui, para nos trazer esses dados. Isso mostra, a nu e cru, esses problemas que nós temos levantado aqui, que ficam sempre só nos nossos discursos etc. É um crime de lesa-pátria que estão fazendo de novo com o nosso patrimônio, com a nossa principal riqueza que descobrimos nos últimos anos, graças a quê? À nossa inteligência, não só do Governo, o que estava, mas também das inteligências que nós produzimos lá na Petrobras, dos nossos pesquisadores e técnicos. Houve investimento para isso, houve prioridade para isso, para poder exatamente ir atrás dessa grande riqueza.

Também há a inteligência dos interesses internacionais, porque eles vão... Então, não me diga que não há a inteligência também desses que estão sentados agora lá. Tu fizeste a diferença entre os petroleiros e os que estão executando a política da empresa, que têm inteligência também, só que é uma inteligência entreguista. Eles estão entregando tudo aquilo que é riqueza para nós e que poderia ser revertido para todos.

Então, acho que a FUP deveria ser mais incisiva nesse processo de denunciar isso aí. Quem sabe – e a FUP tem condições de fazer isto – podemos fazer uma revista ou um boletim com esse resumo que você está fazendo aqui, claramente mostrando isso, para poder dialogar com os Prefeitos, porque as Prefeituras perdem muito; com o setor de educação; com todos os setores? Os nossos Prefeitos, principalmente dos Municípios menores do Norte e do Nordeste, estão caindo à míngua. E são Prefeitos de todos os partidos, não deste ou daquele partido. Isso é consequência das políticas que estão sendo implementadas. Quem sofre mais imediatamente é o munícipe, porque, como consequência, a renda e os investimentos públicos caem no Município.

Então, acho que podia ser feita uma revistinha com todas essas denúncias, para antecipar aquilo que nós denunciamos, ou melhor, que um jornalista denunciou através do livro *A Privataria Tucana*. Aquilo que eles fizeram com o sistema telefônico, de telecomunicação, estão fazendo agora, exatamente de outra forma. É a cartilha entreguista que o neoliberalismo impõe sobre um País como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

este! E nós já tínhamos conquistado essa soberania! Acho que tínhamos de ser mais incisivos e ofensivos nisso. Depois do leite derramado, a gente vai escrever livros, não sei o quê, denúncias?

Você acompanhou isso também na questão da telecomunicação na época de Fernando Henrique. Foi isso. Na véspera de eles privatizarem, o que eles fizeram? Aumentaram a tarifa de todo mundo, para que o grupo que comprasse já obtivesse seus lucros com as grandes tarifas. Não foi assim que eles fizeram? A mesma coisa estão fazendo agora. Nós descobrimos uma riqueza e, agora, nós a estamos repassando, para que outros venham explorá-la, a preço de banana!

À FUP deixo esta sugestão: que fizesse uma publicação e saísse dialogando com todos os setores, com os Prefeitos etc., para ver se esses Prefeitos se levantam, independentemente de partido!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Grata, Paulo, pela sugestão.

No debate, inclusive, vamos facultar a palavra aos companheiros da FUP e de outras entidades.

Devolvo a palavra agora a Paulo César.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – A senhora perguntou sobre os beneficiários. Os beneficiários são todas as empresas petrolíferas.

Ocorre que, em 1966, havia um decreto, na época ainda do Presidente Castello Branco. A Petrobras, pelo papel que tem – promove o desenvolvimento, fez a descoberta do pré-sal, é grande estimuladora da indústria nacional... E até as normas do Brasil; quando eu trabalhava na Petrobras, as normas brasileiras acabavam sendo as normas da Petrobras. Então, a Petrobras tinha esse benefício fiscal.

O que foi feito na Medida Provisória 795 foi a extensão de um benefício, que era para uma empresa que tinha esse compromisso, vamos dizer, com o País, a todas as empresas petrolíferas. Então, agora, todas as empresas petrolíferas têm essas possibilidades de dedução.

Então, dessa renúncia que nós estimamos como próxima de um trilhão, em relação ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, nós estamos falando de R$735 bilhões; e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, R$265 bilhões.

Dos R$735 bilhões, que são do imposto de renda, 46% são para Estados e Municípios. Então, os Estados e Municípios vão perder, com essa renúncia, R$338 bilhões. Dessa potencial perda de R$338 bilhões, R$158 bilhões serão perdidos pelos Estados e R$180 bilhões pelos Municípios. Então, a perda dos Municípios, como é de 23,5%, é maior que a dos Estados (180 bilhões).

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Quanto, os Estados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Os Estados, R$158; e os Municípios, R$180 bilhões.

Da perda dos Estados (R$158 bilhões), eu fiz o cálculo, 49% seriam perdidos pelos Estados da Região Nordeste. Então, os Estados da Região Nordeste vão perder R$77,4 bilhões.

Agora, vamos ver os Municípios.

Quanto aos Municípios, daquela perda de R$178 bilhões – nós temos aí uma distribuição para Municípios do interior e para os Municípios que são especiais, vamos dizer assim, as cidades maiores –, os Municípios do interior da Região Nordeste – vamos pegar só os do interior – vão perder R$53 bilhões. Então, repito, só os Municípios do interior da Região Nordeste vão perder R$53 bilhões com essa renúncia fiscal de um trilhão.

Da perda total dos Municípios, de R$180 bilhões, também vai haver perdas para as capitais da Região Nordeste. As capitais da Região Nordeste vão perder R$8,6 bilhões. Porque há uma divisão nos coeficientes do FPE e do FPM que é publicada anualmente pelo Tribunal de Contas da União. Então, se você somar lá os R$53 com os R$8,6 (interior e capitais), isso vai passar dos R$60 bilhões só para os Municípios.

Mas o importante, antes de entrar na fala sobre o projeto de lei de ontem, é que a conclusão aqui é a seguinte: em uma legislação fiscal com essa flexibilidade e abrangência – "poderão ser integralmente deduzidas as importâncias aplicadas" –, até do ponto de vista técnico, essa redação jamais poderia existir. Uma redação sobre imposto de renda tem que ser muito mais específica do que isso.

Então, a União perde R$662 bilhões, e os Estados e Municípios perdem R$338 bilhões. A Região Nordeste é a grande prejudicada em razão dos coeficientes do FPE e do FPM. Estados e Municípios da Região Nordeste perdem R$141 bilhões com essa renúncia fiscal. Então, a tão celebrada descoberta do pré-sal vai significar, na verdade, o empobrecimento de Estados e Municípios da Região Nordeste e da Região Norte também.

Agora, uma coisa também que é muito importante ficar clara é que as empresas vão pagar os 15% de *royalties* – elas não vão deixar de pagar, elas vão pagar, só que elas vão pagar basicamente, no caso do pré-sal, aos Estados confrontantes e aos Municípios confrontantes. Então, o Estado do Rio e os Municípios do Rio vão receber, só que você paga lá ao Estado e Municípios do Rio de Janeiro e o que você pagou àquele Município você deduz do Imposto de Renda e tira do Município lá do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste. Entende? Então, pagar pagam, mas fazem a dedução. E a gente imagina que, ao se descobrir o pré-sal, isso significaria a melhoria das condições de vida de toda a população brasileira. Numa região em que há 8 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza extrema, isso eu acho que tecnicamente parece realmente um crime de lesa-pátria, porque não há justificativa técnica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para você fazer esse tipo de dedução e esse tipo de empobrecimento dos Municípios mais pobres do País.

Eu vou falar um pouquinho, a pedido da Senadora, da cessão onerosa, do Projeto 8.939, que foi discutido ontem na Câmara. Foi encerrada a discussão, e hoje muito provavelmente vai haver a votação já do mérito do Projeto de Lei 8.939 na Câmara dos Deputados.

Esse projeto de lei, o texto original, de autoria do Deputado José Carlos da Aleluia, tem uma argumentação de que a Petrobras não teria condições de produzir 5 bilhões de barris que estão em determinadas áreas do pré-sal que a gente chama de áreas da cessão onerosa. O que é a cessão onerosa? Cessão onerosa foi uma cessão que a União fez à Petrobras, e somente à Petrobras, para produzir 5 bilhões de barris em determinadas áreas. Para ter esse direito de explorar e produzir 5 bilhões, a Petrobras teve um ônus, por isso que se chama de cessão onerosa. Esse ônus foi de R$74,8 bilhões, então a Petrobras pagou à União R$74,8 bilhões. Foi uma operação casada com a subscrição de ações da União, que subscreveu, com esses R$74,8 bilhões, ações da Petrobras – a União e entes federais. E a União e entes federais fizeram mais que isso: subscreveram cerca de R$80 bilhões em ações.

Quando a União e entes federais fazem uma subscrição de R$80 bilhões, os acionistas não controladores também... A Lei das S.A., a Lei 6.404, fala: os acionistas não controladores, na proporção que eles têm do capital social da empresa, adquirem também o direito de fazer subscrição de ações. E eles fizeram uma subscrição de ações de R$40 bilhões. Então, o total da capitalização da Petrobras foi de R$120 bilhões: 80 da União e entes federais; e 40 de acionistas do setor privado, do mercado mesmo, de acionistas da Petrobras de mercado.

Bem, essa operação, a gente tem que reconhecer, de certa forma é uma operação excepcional, feita para a Petrobras produzir aqueles 5 bilhões de barris, para capitalizar a empresa, para puxar para o caixa da Petrobras R$40 bilhões que entraram dos acionistas privados. Na minha visão, essa operação foi muito boa para a Petrobras. Eu não vejo razão para a União ser devedora da Petrobras, porque esses R$74,8 bilhões são um valor que é compatível com a receita líquida que a Petrobras vai ter desses 5 bilhões de barris, para os quais eu estimei, a valor presente, uma receita líquida de 173,3 bilhões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Bem, se ela pagou 74,8, mas vai ter uma receita líquida de 173,3 bilhões, é uma operação boa para a Petrobras.

E a Petrobras, corretamente, priorizou muito os investimentos nessas áreas da cessão onerosa. Então, a Petrobras já entrou em operação com a unidade P-74, lá no Campo de Búzios; este ano, entra em mais cinco; no ano que vem, entra mais. Só falta uma unidade, que é a Búzios 5, para ser licitada; o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

resto já está tudo licitado e praticamente construído. E, quando a gente pega o próprio Governo, a Empresa de Pesquisa Energética faz uma estimativa de crescimento da produção do Brasil por regime, e a gente vê lá o destaque que tem no relatório do Poder Executivo o crescimento da produção no regime de cessão onerosa. Então, até 2024, 2022, já vai estar com 1 milhão de barris; 2026, 1,3 milhão de barris.

Então, a cessão onerosa é injeção no caixa da Petrobras a partir deste ano, já com cinco, seis unidades. Então, o argumento do Deputado José Carlos Aleluia de que a Petrobras não tem condição, não vai investir, não vai produzir 5 bilhões, tecnicamente, não é correto. A Petrobras já investiu, já construiu e vai ser uma injeção no caixa da Petrobras que vai ser fantástica para a Petrobras. Por quê? Porque ela vai fazer os investimentos com essa geração de caixa, vai dar lucro para a Petrobras com essa geração de caixa.

Então, aqui a gente tem duas situações que são possíveis. O projeto de lei de Deputado Aleluia fala o seguinte: estabelece que a Petrobras pode vender até 70% do direito de produzir esses 5 bilhões de barris; 70% dos 5 bilhões dariam 3,5 bilhões.

Para quem comprar o direito de produzir os 3,5 bilhões, existem duas hipóteses: comprar no preço de mercado ou comprar por um preço muito baixo. Se for a preço de mercado, esses 3,5 bilhões têm que valer muito. Por quê? Porque a receita líquida lá é muito alta, porque não há pagamento de participação especial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CÉZAR LIMA – Quem comprar o direito de produzir 3,5 bilhões não vai pagar participação especial, só vai pagar *royalties*, e, no caso do contrato de cessão onerosa, os *royalties* são de 10%. Então, a empresa comprou e pagou muito para a Petrobras, porque só paga 10% de *royalties*. Nesse caso, a Petrobras seria muito beneficiada, venderia muito caro isso aí e quem seria prejudicado? A União, que cedeu esse direito só à Petrobras. A segunda hipótese é ela vender barato. Se a Petrobras vender barato, a União é prejudicada; a Petrobras, que vendeu barato, é prejudicada; e as empresas privadas que compraram são beneficiadas. Então, aqui não há jeito de haver coisa boa para a União. A União, em qualquer hipótese aqui, vai perder, por qualquer preço que a Petrobras venda. Ou essa venda vai significar vantagem para a própria Petrobras em detrimento da União, ou vai significar vantagem para as empresas petrolíferas.

Eu sou muito crítico, porque essa venda dos 3,5 bilhões não é uma venda descasada da realidade, não; ela é uma venda dentro da realidade da Petrobras de vender ativos. Esse é mais um ativo da Petrobras que vai ser vendido.

Então, eu vou dar só um exemplo do Campo de Lapa. No Campo de Lapa, a Petrobras era operadora, já tinha plataforma instalada e já tinha poço lá produzindo 35 mil barris por dia. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Petrobras entra na tal parceria com a Total e vende lá a participação no Campo de Lapa e deixa de ser operadora no Campo de Lapa. Então, hoje, no pré-sal, a Petrobras já não é operadora única mais; a Total já é operadora lá em Lapa. E não satisfeita com vender Lapa, ainda vendeu participação em Sururu, Atapu e Berbigão, que são áreas extraordinárias do pré-sal, inclusive áreas que são adjacentes às áreas da cessão onerosa. E a gente não sabe como foi feito esse acordo, que parceria é essa. Eu posso dizer o seguinte: que, quando eu li a parceria da Petrobras com a Total, eu fiquei chocado com os termos desse acordo. A Petrobras entregava isso e recebia conhecimento, troca de informação tecnológica – e há outras, há térmicas também aí.

Então, a gente fica muito preocupado com essas vendas de ativos, com essas parcerias da Petrobras, porque, se perguntarem para mim, pelo histórico da Petrobras, pelo valor por que ela vendeu ilegalmente... Vou dizer aqui, vou reforçar: ela vendeu ilegalmente a malha de gasodutos da Região Sudeste, que é a NTS. Então, a Nova Transportadora do Sudeste foi vendida a preços baixíssimos. A TAG, que é da malha Norte e Nordeste, está sendo vendida também a preços baixíssimos, ilegalmente.

E quanto às refinarias, não é só uma refinaria não – eu não gosto de falar, mas eles *cluster* lá –. É um grupo de abastecimento que tem terminal, dutos e refinarias. Então, a Refinaria Abreu e Lima e a Refinaria RLAM, mais dutos e terminais, que eles chamam desse nome no Nordeste, e outro grupo do Sul que tem terminais, a Refap e a Repar, e os dutos e terminais, também já à venda ilegalmente.

Ilegalmente por quê? Porque as atividades de refino, de transporte por conduto são monopólio da União. Como são monopólio da União, a Lei 9.491 estabeleceu muito claramente que o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e as empresas estatais que operavam, que exerciam atividades que eram monopólio da União, não entrariam no Programa Nacional de Desestatização. Então, foi uma grande discussão no Congresso Nacional, na Lei 9.491, para acalmar até muitos Parlamentares da base da época do Fernando Henrique, porque muitos Parlamentares são de direita, mas são nacionalistas. Então, houve uma excepcionalidade no Programa Nacional de Desestatização, que é a Lei 9.491, e saiu Caixa, Banco do Brasil e a Petrobras. Por quê? Porque todas as atividades da Petrobras que eram monopólio da União e eram exercidas por uma empresa estatal não podem ser privatizadas. E venda da NTS é privatização, venda da TAG é privatização, e venda de refinarias, dutos e terminais é privatização. Então, essas privatizações são ilegais.

Quando o Governo teve a intenção de privatizar a Eletrobras, a primeira coisa que o Governo fez foi tirar do Programa Nacional de Desestatização a Eletrobras. Agora nós podemos. Por quê? Porque a Lei 10.848 vetava a privatização da Eletrobras e subsidiárias. Então, a primeira coisa foi isso. Mas o art. 3º da Lei 9.494 está lá, não foi revogado. Então, tudo que a Petrobras está fazendo é ilegal. E a FUP, com certeza, está tomando e vai tomar as providências para que essas privatizações sejam eliminadas.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Então, o projeto de lei do Deputado Aleluia, o 8.939, está pegando uma situação excepcional. O contrato que diz claramente, na cláusula 30ª do contrato de cessão onerosa, que não se pode transferir a titularidade, assim como o art. 4º da lei, que não se pode transferir a titularidade. E o projeto de lei transfere a titularidade. Então, nós temos todos os argumentos jurídicos aqui para impedir essa transferência e, se for o caso, recorrer até o Supremo Tribunal Federal.

Além disso, o que aconteceu? Veio o projeto de lei do Deputado José Carlos Aleluia e veio o substitutivo do Senador Fernando Coelho Filho. E ele estabelece que os excedentes da cessão onerosas também poderão ser licitados e também inclui o fim das licitações no pré-sal.

O Brasil não vai ter mais nenhuma licitação pública no pré-sal, à exceção de uma unidade. Como Búzios 5 ainda não foi licitada e como, no caso de Búzios, a cessão onerosa é só da Petrobras, ela vai ter de licitar a quinta unidade de Búzios. Mas, como nas outras áreas do pré-sal, a Petrobras está em consórcio, o substitutivo fala que a Petrobras, como está em consórcio, não vai mais precisar fazer licitação pública, o que para mim também é inconstitucional. Então, é gravíssimo um substitutivo, não só o projeto de lei do Deputado José Carlos Aleluia como o substitutivo; o que era gravíssimo, o que era ruim, que era o do Deputado José Carlos Aleluia, ficou muito pior com o substitutivo.

Houve certo avanço no Congresso ontem porque o substitutivo previa que os excedentes da cessão onerosa iam ser licitados no regime de cessão onerosa também, que só pagam *royalties* de 10%. Então, houve um recuo ontem do Relator. Ele falou: "A licitação vai ser no regime de partilha." Mas, na minha visão, não adianta só o regime de partilha; era muito importante que a Petrobras fosse a operadora das áreas de cessão onerosa, porque a Petrobras já está na cessão onerosa e já é operadora dos R$5 bilhões. Por que você vai pôr outro operador na área em que a Petrobras é operadora?

E o que é muito grave é que não vai haver o excedente em óleo mínimo para a União nesse substitutivo, que não prevê excedente de óleo mínimo para a União. E eu quero já comunicar, as pessoas talvez não saibam, que, no dia 28 de setembro, haverá a quinta rodada do pré-sal. E Saturno, um campo que o Diretor-Geral da ANP falou que é um campo como Libra... Está na resolução do CNPE que o excedente de óleo mínimo para a União é de algo em torno de 9%. Então, um governo que coloca um excedente em óleo, em Saturno, de 9% pode colocar 9% também nos excedentes da cessão onerosa.

Então, é fundamental a mobilização hoje para ter a Petrobras como operadora numa área em que ela já é operadora. Como é que se vai pôr outro operador numa área em que ela já é operadora? Na mesma área, no mesmo campo, você vai pôr uma plataforma operada por um e uma plataforma operada por outro, sendo que no reservatório são vasos comunicantes. Então, tecnicamente – isto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui não tem ideologia nenhuma, isto aqui é técnico –, a Petrobras precisa ser operadora nas áreas da cessão onerosa. E tem de haver um excedente de óleo mínimo para a União.

Eu agradeço demais a atenção de vocês, dos Senadores. Estamos aqui à disposição para fazer o debate, para discutir essas questões.

Obrigado mesmo, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós é que lhe agradecemos, Paulo César, por mais essa importante exposição que você acaba de fazer, como eu disse desde o início, tratando do assunto com muita seriedade e com muita propriedade, trazendo dados fundamentais para nós, essenciais, para todo esse desafio em curso, que é a nossa luta em defesa da democracia e, dentro dessa luta em defesa de democracia, a nossa luta pelo patrimônio nacional, pela soberania nacional, para que possamos retomar o projeto de desenvolvimento nacional, de desenvolvimento regional, com inclusão social, com emprego, que este País vivenciou nos últimos 12 anos, 13 anos dos governos do Presidente Lula.

Passo, imediatamente, a palavra à Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia, Paulo César!

Srª Presidenta, a gente faz essas audiências públicas no intuito de esclarecer. A gente imagina que elas servem para esclarecer os Senadores, para eles modificarem ou manterem suas posturas no plenário, nas comissões, nas votações. Mas a gente vê que ninguém está se importando. Só eu e o Senador Elmano estamos aqui. Alguns participam de outras comissões, como eu, mas, realmente, há desinteresse pelo debate. Ontem, no plenário, o debate foi: "Tem de quebrar o monopólio da refinaria, tem de abrir as refinarias, para o setor privado refinar também."

Então, não sei se ainda há tempo, mas acho que este debate seria mais produtivo se fosse feito com os governadores, com os prefeitos. Os prefeitos vêm aqui, fazem uma marcha imensa, ficam mendigando bobagens, coisas pequenas, R$2 bilhões para dividir com todos os Municípios. Aí vão para casa, recebem um *plus* por um mês e depois voltam para a pindaíba. Então, este debate tinha de ser feito com governadores, com prefeitos, com secretários de fazenda, porque esse pessoal tinha de entender que a fonte está seca. Ela não está secando, não; já secou. Os Estados e Municípios estão numa penúria, sem saber o que fazer, sem saber se vão pagar a folha do próximo mês, a maioria absoluta. Então, quem tinha de assistir a essas palestras, a esses debates, era esse pessoal. Talvez, isso desse uma mobilização, como deu na época dos *royalties*. Lembram? Havia uma lei aprovada. Inclusive, o atual Governador do Piauí, que era Senador, Wellington Dias, encabeçou esse movimento; na Câmara, foi o Deputado Marcelo Castro. E se aprovou uma lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns Estados que se consideram produtores... A discussão era o pré-sal. O pré-sal não é de Estado nenhum; o pré-sal é da União. Pelo menos o pré-sal, eu tenho convicção de que é da União. Então, era uma divisão, os Municípios todos participavam, embora houvesse uma compensação para os Estados que se reivindicam produtores, pelo que possam ter de perdas em resultados ambientais, por essas coisas. Mas está aí. A Ministra Cármen Lúcia sentou em cima, deu uma liminar suspendendo, e isso já faz seis anos. Então, aquela mobilização aconteceu. Por isso, a lei saiu; apesar de todos os protestos, ela foi votada e aprovada, porque sensibilizou os Estados. As Bancadas pressionavam seus Deputados e Senadores, mas o Supremo simplesmente sentou em cima, porque uma liminar não pode durar seis anos, e essa já tem seis anos.

Então, eu acho que precisava uma mobilização daquele tipo, não sei se pela derrubada da liminar ou se, pelo menos, para evitar essa catástrofe que vai acontecer, que já aconteceu e está acontecendo. E há mais coisa para o futuro.

Não sei, Fátima, se a gente tem tempo, mas, talvez, pudesse ser feito um debate nos Estados com os governadores, com os prefeitos, com as associações de prefeitos e governadores, com os secretários de Fazenda, porque senão, aqui, a gente vai estar malhando para a gente. O pessoal da FUP está cansando de saber tudo isso – inclusive, acho que são os que podem ajudar neste debate, nos Estados também. Eu não vejo outra saída. Eu estou vendo que a gente está perdendo tudo, e as pessoas não estão percebendo. Elas só vão perceber quando o caixa baixar mais ainda. Aí elas vem para cá, com pires na mão, fazendo movimento, reunindo Deputado e Senador. Elas têm de agir agora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Regina, permita-me...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – As pessoas aqui são muito rápidas. Num instante, vota-se aqui. Para tudo que chega aqui pelas mãos de alguns setores, pede-se regime de urgência, e num instante se vota.

Eles vão falar da refinaria. A gente sabe que o Brasil compra diesel refinado. Inclusive, acho que isso fazia parte do contrato. Mas a gente tem refinarias capazes de fazer... Pelo que eu li, elas atuam com 68% da capacidade. Então, elas têm uma capacidade imensa de refino, mas os caras já querem democratizar – eles usaram esta palavra ontem: democratizar – as refinarias aqui, para abrir para todo mundo fazer refino no Brasil também. Então, isso é complicado.

É preciso um debate intenso, mas eu acho que tem de ser em outro segmento. Só neste Senado, ninguém está vendo isto – os que deveriam, os Senadores. É claro que bom para a população, porque esclarece, há muita gente que assiste – e repetem de noite, e as pessoas assistem. Agora, os que deviam ser tocados por isto aqui não estão vendo nem vão ver a repetição, porque não estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessados nisso. Então, é aquela história: é preciso que a gente vá onde o povo está – o povo que eu digo é o povo que precisa saber disto.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu vou passar agora a palavra ao Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Eu queria, ao cumprimentar V. Exª como Presidente desta Comissão, ressaltar a importância da palestra do Paulo e também secundar as considerações feitas pela nossa estimada Senadora Regina.

Eu creio que uma palestra desta natureza deveria ter sido feita quando ou antes da discussão da Medida Provisória 795, pela importância e relevância do tema. Nós estamos vivendo um momento muito grave da vida nacional no que se refere a este patrimônio que nós construímos ao longo de muitas décadas. A exposição do nosso Paulo foi muito precisa, inclusive relacionada ao aspecto que considero mais importante, que é o esvaziamento das políticas de incentivos da Região Nordeste, com a Sudene já totalmente esvaziada, e da Região Norte também, com a Sudam e com o Basa – no Nordeste, temos também o Banco do Nordeste do Brasil.

Eu creio que o mal já foi feito. É importante discutirmos o que fazer para resgatarmos a política que venha fortalecer a questão do Pacto Federativo, sobretudo. Hoje, nós vemos que, nos Municípios e nos Estados, sobretudo nas nossas regiões, cada vez mais, como disse a nossa Senadora Regina, os governadores estão administrando folhas de pagamento, com a capacidade de investimento cada vez mais reduzida. Isso se dá exatamente em decorrência de ações dessa natureza que passam despercebidas aqui, no Senado.

Eu creio na sugestão da Regina de fazermos uma mobilização com os governadores, com os prefeitos e com a própria sociedade civil, através de organizações como a que está aqui presente, ou seja, entidades petroleiras de vários Estados, que têm tido uma atuação brilhante e elogiável dentro deste contexto, deste desarranjo, desta fragilidade do Estado nacional.

São essas considerações que eu queria fazer, parabenizando nossa Presidente por esta audiência e, sobretudo, nosso estimado Paulo César Lima.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Elmano, muito obrigada. Cumprimento tanto V. Exª quanto a Senadora Regina.

Regina, sua sugestão é por demais oportuna. Nós vamos fazer isso, sim. Nós temos aí, inclusive, um calendário eleitoral pelo meio, mas a vida político-parlamentar não vai parar, não é, Senador Elmano? Eu quero já combinar com vocês o seguinte: vamos dar o pontapé aqui. Eu vou entrar já em contato com o Confaz, pelo seu Presidente, que é o Secretário de Fazenda André Horta, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenhamos uma representação boa dos secretários de Fazenda, de tributação aqui. Vamos entrar em contato com o Fórum de Governadores do Nordeste, com o Governador Wellington e com os demais governadores; com a FUP, com as demais entidades, com a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e com a Frente Nacional de Prefeitos também. Então, vamos fazer esse debate já agora, antes do recesso. Eu quero ver se o fazemos no dia 11 de julho aqui, Senadora Regina. E, nesse dia aqui, já anunciaremos as audiências regionais. Por exemplo, no Piauí, a Senadora Regina e o Senador Elmano assumiriam a coordenação dos trabalhos lá. No Rio Grande do Norte, Pernambuco e por aí vai, os Senadores que integram esta Comissão – ou que não integram também, não há problema –, no seu respectivo Estado, coordenariam o debate.

Esse debate é essencial, porque são chocantes os dados que o nosso consultor Paulo César apresenta. A perda de arrecadação dos Municípios brasileiros em decorrência dessa sistemática dos *royalties* do pré-sal – vejam bem! – é de R$180 bilhões. E há um dado que mais me chamou a atenção, Senadora Regina: 86,4% quem vai perder são exatamente os Municípios menores, os Municípios do interior; a capital perde cerca de 10%; e 3,6% dos Municípios são destinados à reserva. Por exemplo, traduzindo em números, isso significa que, dessa perda de arrecadação total dos Municípios de R$180 bilhões, os 86% que seriam perdidos por todos os Municípios brasileiros do interior correspondem a nada mais nada menos que R$155,5 bilhões, que é a perda dos Municípios em todo o País.

Na Região Nordeste, Senadora Regina e Senador Elmano, nós temos uma perda de 34% desses R$155 bilhões, o que corresponde a uma perda de R$53 bilhões. Os Estados perdem em torno de R$158 bilhões; metade dessa perda de R$158 bilhões afeta exatamente os Estados da Região Nordeste, ou seja, os Estados do Nordeste estão tendo uma perda de R$77,4 bilhões.

Agora, os Estados do Nordeste, com as dificuldades para manter investimentos... O nosso Estado – e eu quero aqui saudar a presença de Lucio, que é Presidente do Sindipetro do Rio Grande do Norte – vive um verdadeiro drama. Lá há folha de pagamento, mas simplesmente a folha de pagamento não é honrada, do ponto de vista de se pagar em dia. Há mais de dois anos, o conjunto de servidores públicos ativos e inativos não sabe mais o que é ter a previsibilidade, a garantia do seu pagamento em dia. Isso, por si só, expressa a incompetência, a perversidade de um Governo que não consegue sequer pagar em dia. Fornecedores, idem. Sabem qual é a capacidade de investimento do Rio Grande do Norte? Zero, simplesmente zero!

E aí, diante de um debate em decorrência dessas políticas que foram adotadas por um Governo que está aí e que não tem legitimidade nenhuma, nós nos deparamos com um quadro deste: os Estados do Nordeste prejudicados – isso é um crime –, os Estados do Nordeste deixando de contar com R$77 bilhões, e os Municípios brasileiros, com R$155 bilhões, principalmente os Municípios do interior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como disse a Senadora Regina, todo ano, lá vem a marcha nacional dos prefeitos, com os prefeitos aqui de pires na mão, pedindo esmolas. Lembrem-se de que, no ano passado, os prefeitos pediram, Senador Elmano e Senadora Regina, R$4 bilhões para ajudar os prefeitos a fecharem a folha de pagamento de dezembro e do décimo terceiro salário. Eles pediram R$4 bilhões, e o Governo ilegítimo que aí está, que entrou pela porta dos fundos, negou. Ele enrolou, enrolou, enrolou os prefeitos e terminou assumindo o compromisso de que ia destinar R$2 bilhões e de que esse dinheiro sairia até o final de dezembro. Ele enrolou os prefeitos, e o dinheiro simplesmente não saiu. Começou o ano de 2018 com os prefeitos novamente naquela peregrinação. E, finalmente, esses R$2 bilhões foram destinados aos Municípios agora, de abril para maio – e, mesmo assim, tudo rubricado. Isso é o contrário do que foi feito nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, quando, além do aumento da cota do FPM em 1%, nós tínhamos, durante os governos de Lula e Dilma, em momentos de grandes adversidades, de grandes...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidenta, só quero lembrar: a senhora diz isso sem falar de onde saiu; por conta da Emenda 95, tiraram da educação, da saúde.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim!

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nossa universidade do Piauí perdeu R$10 milhões.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é, exatamente, Senadora.

Então, veja bem, naquela época – só para concluir aqui –, os governos Lula e Dilma, além do aumento do FPM na faixa de 1%, que foi uma importante conquista que os prefeitos tiveram, em momentos de grande dificuldade, o Presidente Lula e a Presidenta Dilma concediam o AFM (Auxílio Financeiro aos Municípios). Este agora vem com esse auxílio financeiro – repito – de R$2 bilhões apenas, mesmo assim já tudo rubricado; só podia ser aplicado em três áreas.

Enquanto isso, o Governo simplesmente estendeu a mão a essas empresas petrolíferas que estão aí atuando na exploração do pré-sal. Este Governo ilegítimo comete um crime desse, um crime contra o povo brasileiro, com essas benesses para essas empresas, abrindo mão de entrar nos nossos cofres cerca de R$1 trilhão, o que explica exatamente toda essa perda que Paulo César acabou de expor aqui. Isso é um crime. Não é uma irresponsabilidade, não! É um crime contra o povo brasileiro, porque esses recursos farão muita falta para que a gente possa trabalhar pela cidadania do nosso povo. Daí, repito, mais uma vez, a importância desse debate.

Eu quero agora, imediatamente, conceder a palavra ao Deyvid, que é Presidente da FUP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, vou conceder a palavra a Lúcio, Presidente do Sindipetro do Rio Grande do Norte.

Com a palavra Deyvid.

O SR. DEYVID BACELAR – Bom dia, Senadora Fátima!

Sou Deyvid Bacelar, na verdade Coordenador-Geral do Sindipetro-Bahia, e Diretor da FUP. Na Coordenação-Geral está o nosso companheiro Simão Zanardi, que está vindo para cá hoje também para participar do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Refinarias e Contra a sua Privatização.

Parabenizo, Senadora, a senhora por esta iniciativa. Acho que fazer este debate é de suma importância, principalmente com esses reflexos que há para nossa região. Também sou do Nordeste, da Bahia, e sei bem a importância da Petrobras, de todos esses recursos, para uma região que sempre foi muito discriminada na história do Brasil.

Parabenizo aqui o Paulão, com essa brilhante apresentação. O Paulão tem o respeito aqui nesta Casa, tanto na Câmara quanto no Senado. Parlamentares de esquerda e de direita ouvem e entendem que a discussão é técnica, que não há números aqui inventados e que, por conta disso e também da pressão social por parte dos movimentos sociais e, principalmente, da FUP, do movimento sindical petroleiro, conseguimos ontem dar uma pedalada com relação à votação do projeto do Deputado Federal Aleluia, infelizmente, da Bahia.

Parabenizo cada dirigente sindical que está aqui presente, que se deslocou rapidamente para vir participar dessas atividades. Pessoas vieram desde o Amazonas, Senadora, até o Sul do Brasil e aqui estão presentes desde ontem, fazendo esse embate, dirigentes da FUP, dirigentes dos sindicatos filiados à FUP e também as assessorias que aqui estão presentes.

É interessante este debate no Senado, Senadora, porque essa luta está sendo feita agora na Câmara, e a gente está vendo as dificuldades. A gente espera que o Presidente da Câmara, o Rodrigo Maia, que é do Rio de Janeiro... Se esse impacto é grande no Nordeste, no Rio de Janeiro, Senadora, é muito maior. O Paulão tem os números e já os apresentou aos Deputados: são mais de R$80 bilhões para o Rio de Janeiro e para seus Municípios, somente para o Estado do Rio de Janeiro. Para todo o Nordeste, ele mostrou que são R$77,4 bilhões. Só para o Rio, são R$80 bilhões. Rodrigo Maia, que é Presidente da Casa e que é do Rio de Janeiro, tem um compromisso com aquele Estado. Então, a gente espera que ele não vote esse projeto hoje. A gente tem uma eleição agora em outubro. Vamos esperar o que o povo vai dizer nas urnas, quem o povo vai escolher para comandar o nosso País.

Este debate é interessante porque, se porventura isso passar lá hoje... E lá, Senadora, é assustador: lobistas da Shell, da Chevron, da Exxon Mobil...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso é uma vergonha!

O SR. DEYVID BACELAR – ...estão lá em cima, igual a aves de rapina, dos Deputados e das Deputadas dentro do plenário. Nós não temos acesso, nós temos dificuldade de acessar. Só ontem, um segurança da Casa nos tirou três vezes de dentro do plenário, mas os lobistas... Aqui eu me lembro de um famoso, o Adriano Pires, lobista famoso aqui, que roda esta Casa, conversando com os Deputados e Deputadas, e ninguém sabe com qual intuito, com quais interesses escusos. Ontem estava ele aí e uma cambada de lobistas conversando com os Deputados e Deputadas.

Se passar lá, esse debate vai ser feito aqui, no Senado Federal.

Então, parabenizo aqui a Senadora Regina, do Piauí, e também o Senador Elmano, porque estão aqui presentes, porque esse impacto no Nordeste é avassalador. Como a senhora disse, é uma região sempre discriminada na história do País e que tem a possibilidade de ter esses recursos através do pré-sal, que é da União, e nós não temos visto esse empenho, essa defesa de todos os Parlamentares desta Casa, talvez porque tenham conversado muito com Adriano Pires mais de perto.

Paulão foi muito cirúrgico na fala dele. Deixou claro, com a apresentação, que esse plano de privatização... A empresa, a gestão da empresa usa um eufemismo, dizendo que é um plano de desinvestimento. Não! É um plano de desestatização, é um plano de privatização, plano este que, infelizmente, está no Plano de Negócios e Gestão da Petrobras para os anos de 2017 a 2021, agora renovado para os anos de 2018 a 2022.

Só para a gente ter uma ideia – está aqui o companheiro Cloviomar, que é assessor técnico da FUP e técnico do Dieese, que fez um levantamento para a federação –, esse Plano de Negócios e Gestão prevê, Senadoras e Senador aqui presentes, companheiros e companheiras aqui estão presentes, que eles pretendem vender até 2018 R$36 bilhões em ativos do Sistema Petrobras, fatiando a empresa, cortando a empresa e vendendo esses ativos de forma individualizada, como aqui colocou o Paulão. Somente até o final deste ano, eles têm de cumprir a meta de vender mais R$16 bilhões, porque, até 2017, eles conseguiram vender R$20 bilhões de ativos, dentre esses o que o Paulão aqui citou. Então, até o final do ano, estão correndo para vender mais R$16 bilhões. Daí a importância de...

Infelizmente, essa gestão entreguista da Petrobras, hoje com a presidência do Ivan Monteiro, agente do capital financeiro na presidência da Petrobras, hoje vem também pressionar Parlamentares para que o projeto de Aleluia seja aprovado, porque, com o projeto aprovado, a Petrobras vai pegar esse campo majestoso, esses campos majestosos dessa área da cessão onerosa, para vender 70% de tudo que recebeu. A que preço? Ninguém sabe, para cumprir a meta de R$16 bilhões de ativos que precisam ser vendidos até o final do ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Paulão colocou, não é somente isso. Estão vendendo tudo: ativos no exterior, desde a América até a África.

Nos governos Lula e Dilma, a Petrobras se tornou a quarta maior empresa de energia do mundo. No governo Lula, a Petrobras estava competindo com as gigantes do petróleo. No governo Lula, nós descobrimos o pré-sal, com as presidências dos nossos companheiros Eduardo Dutra e do companheiro José Sérgio Gabrielli, por sinal dois nordestinos, um de Sergipe e outro da Bahia. A empresa estava disputando já com o mercado internacional. Nós, hoje, só com o pré-sal, já temos a terceira maior reserva de petróleo do mundo, atrás somente da Venezuela e da Arábia Saudita.

Essa era a Petrobras que nós tínhamos e que, infelizmente, estão desmontando. Estão vendendo tudo, Senadora.

E, para fechar o raciocínio, isso não ocorre somente no exterior, isso não ocorre somente no Sul do Brasil e no Sudeste, onde venderam a NTS, a maior rede de gasodutos da América do Sul. Venderam-na para a Brookfield a preço de banana! Desculpem, só vou corrigir aqui: é mais barato que banana, porque, no último leilão que fizeram, o barril de petróleo saiu a R$0,26, e a banana não custa R$0,26, custa um pouco mais caro que isso.

Então, estão vendendo os ativos em todo o País. E, para focar no Nordeste, Senador Elmano, isso nos assusta, nós que somos do Nordeste. No Nordeste, não sobra nada! Nesse plano de privatização – eles usam um eufemismo, entre aspas, dizendo que é um "plano de desinvestimentos" –, não sobra absolutamente nada. Do Ceará até a Bahia, não sobra nada!

(*Soa a campainha.*)

O SR. DEYVID BACELAR – Estão vendendo campos terrestres de produção de petróleo e gás; estão vendendo campos de águas rasas do Rio Grande do Norte, Senadora, no Estado da Senhora, como a senhora citou; estão vendendo a Liquigás, que já foi vendida, que atua no Nordeste, que funcionava como reguladora do mercado até para a população brasileira; estão vendendo as plantas de biocombustíveis – a do Ceará já fechou, a da Bahia está para fechar –; estão vendendo as fábricas de fertilizantes nitrogenados na Bahia e em Sergipe; estão vendendo as refinarias que abastecem o Nordeste do nosso País – em Pernambuco, a Abreu e Lima, e a refinaria Landulpho Alves. E, para fechar o balaio, estão vendendo os terminais marítimos e terrestres da Transpetro, a maior empresa de transporte da América Latina, que é a Transpetro, Petrobras Transporte S.A.

Estão vendendo absolutamente tudo! Nós não podemos permitir que isso ocorra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DEYVID BACELAR – Como sugeriu aqui a Senadora Regina, nós tivemos um ganho na Bahia quando nós conseguimos fazer 20 audiências públicas no Estado, em diversos Municípios,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente naqueles em que a Petrobras atua, trazendo essa consciência para os prefeitos e prefeitas, para os vereadores e vereadoras. E conseguimos, pelo menos, barrar o processo de fechamento da Fafen e estamos avançando na pressão aos Parlamentares que aqui estão na Casa. Por sinal, os da Bahia que votaram pela urgência urgentíssima do PL 8.939, do Deputado Aleluia, foram poucos, porque eles foram pressionados pelas suas bases, pelos prefeitos, pelo Governador do Estado, companheiro Rui Costa, que, com fé em Deus, vai ser reeleito agora em outubro.

Isso dá certo, Senadora. Essa proposta que a Senadora Regina fez e que a senhora ratificou aí para o próximo dia 15 de julho, salvo engano, acho que é de suma importância.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Dia 11 de julho.

O SR. DEYVID BACELAR – Dia 11 de julho.

E, para concluir, de fato, a gente lembra que hoje, às 15h, a gente vai fazer um debate – a presença do Senador e da Senadora lá é maravilhosa – e o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Refinarias da Petrobras e Contra a sua Privatização. Não podemos deixar que isso ocorra.

E, para fechar de vez, a gente lembra aqui que o movimento sindical petroleiro, a FUP, em breve, vai fazer, sim, uma greve nacional da categoria petroleira, por tempo indeterminado, contra o desmonte e a privatização do Sistema Petrobras.

Estamos ganhando a sociedade com o discurso contra a política de preço dos derivados de petróleo, com o discurso de que a Petrobras é importante para o povo brasileiro. E, com fé em Deus, com essa greve e com a luta que nós estamos fazendo a cada dia, nós teremos a sociedade nos apoiando. E nós precisaremos também do apoio dos Parlamentares, dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

Muito obrigado.

Vamos à luta porque a luta continua, como diz o companheiro Lula. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero parabenizar o Deyvid, que é Coordenador-Geral do Sindipetro da Bahia, representando também aqui a FUP.

Ressalto a iniciativa da Frente Parlamentar em Defesa das Refinarias, que é mais uma trincheira de luta em defesa da nossa Petrobras, da soberania nacional.

Imediatamente, concedo a palavra a Lúcio, que é Presidente do Sindipetro do meu Estado, o Rio Grande do Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, concederei a palavra a Samuel.

O SR. PEDRO LÚCIO GÓIS E SILVA – Eu queria parabenizá-los pela importância de um debate como este.

Quero parabenizar o Paulo César pela sua explanação incrível. É um estudo sobre o qual a FUP e o sindicatos filiados vêm se debruçando. O estudo foi feito com muito brilhantismo, para enfrentarmos este momento pela qual passamos agora.

O que está acontecendo no País – eu queria até reforçar as palavras do Deyvid, brilhante em sua explanação – é que, realmente, Senadora Fátima, a partir do *impeachment* da Presidenta eleita, tivemos a ascensão de um novo projeto de país. Na conta desse novo projeto de país, não está o povo nem a Petrobras e as estatais. Isso não está na conta desse novo projeto de país, naquela "Ponte para o futuro", do Temer, que ele apresentou ao mercado financeiro e às multinacionais para conseguir apoio para o *impeachment*. Esse projeto de país é um projeto de um país neocolonialista, de um país que volta novamente para o período colonial, que serve apenas para a exportação de matéria-prima para os países imperialistas. É isso que está em jogo neste momento.

Se temos uma dificuldade muito grande no País agora com essa perspectiva de entrega do pré-sal e de fatiamento da Petrobras, temos um desafio ainda maior no Nordeste brasileiro e no Rio Grande do Norte. Há um desafio ainda maior no Nordeste brasileiro e no Rio Grande do Norte! Senadora Fátima, os investimentos da Petrobras no Rio Grande Norte saíram, em 2015, de R$1,5 bilhão para, em 2017, menos de R$300 milhões. Há o abandono de campos, como o Campo de Riacho da Forquilha, que está à venda; reduziu-se pela metade a sua produção de petróleo devido ao abandono da Petrobras.

Se o nosso Estado tem hoje dificuldade em pagar o piso dos professores – o Estado do Rio Grande do Norte não está pagando nem o piso nacional dos professores, está com dificuldade de pagar –, se, no Estado, a UERN está sempre em greve e o serviço público está sucateado, apesar da altíssima qualidade dos profissionais com que nós contamos naquele Estado, se vemos o Estado nessas condições hoje, Senadora Fátima, isso tem muito a ver com a irresponsabilidade dos nossos governantes estaduais e muito mais a ver com esse projeto de desmonte, de fatiamento e de saída da Petrobras do nosso Estado. Só em *royalties*, a arrecadação foi menor o correspondente a uma UERN, a R$250 milhões, de 2015 a 2016, só em *royalties*. A redução da arrecadação foi o valor do orçamento anual da UERN.

É um Estado em que há um investimento anual de cerca de R$10 bilhões. E, quando se tira R$1,5 bilhão da Petrobras, não sobra nada! A Petrobras já representou 51% do PIB industrial do Estado do Rio Grande do Norte. Mais de seis mil empregos diretos foram tirados nesse processo, Fátima!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Petrobras, os trabalhadores próprios e terceirizados não sabem como será o amanhã. Todos os dias, estão terminando contrato. E, mesmo quando são contratos renovados, há uma queda no nível de salário e de direitos absurda em decorrência do desemprego e da falta de investimento.

É um Estado que realmente precisa estar em debate. Se a saída da Petrobras, o desmonte da Petrobras é muito impactante negativamente para o Brasil como um todo, para um Estado como o Rio Grande do Norte, que fora da Petrobras não tem alternativa de desenvolvimento, isso é ainda mais impactante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO LÚCIO GÓIS E SILVA – É por isso que eu queria reforçar isso aqui. São essas as palavras que eu queria dizer, para ser breve.

Vamos à luta! A luta continua, o que é muito importante. Vamos fazer desta atividade de hoje, deste debate de hoje, uma constante, para que possamos retomar o caminho do desenvolvimento, o caminho da inclusão do povo no orçamento e no destino do País.

Muito obrigado, Fátima. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero parabenizar o Lúcio.

Paulo César, o Lúcio coloca aqui, com muita propriedade, o impacto de políticas desastrosas como essas, feitas por este Governo ilegítimo que aí está, para o Nordeste, para o nosso Estado, ou seja, as consequências do ponto de vista social que estamos amargando. Daí, mais uma vez, aqui, a gente deve reforçar a importância de ampliar este debate. Este debate tem de chegar à casa das pessoas. A gente tem de envolver os mais diversos segmentos da sociedade.

Vamos fazer essa caravana, ouviu, Lúcio? No dia 11 de julho, repito, nós iniciaremos o debate aqui e vamos também fazê-lo nos Estados do Nordeste, não só na capital, em Natal. Vamos a Mossoró também, vamos percorrer outras cidades.

Quero agora passar a palavra para a Federação Nacional dos Petroleiros.

Samuel, você quer fazer uso da palavra agora, ou posso passar a palavra para a Federação?

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – Senadora, eu falo em nome da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras, como Secretário Executivo. Eu aguardo o uso da palavra, quando a senhora me conceder.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito! Então, vamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – Vamos dar preferência à FNP, senão vão pensar que só damos a palavra para a FUP.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos passar agora a palavra para a Federação Nacional dos Petroleiros.

A Drª Raquel vai falar? (*Pausa.*)

A Drª Raquel Sousa está com a palavra.

A SRª RAQUEL SOUSA – Bom dia, Senadora, Paulo César, demais presentes!

A questão de a Petrobras hoje estar simplesmente se retirando do Nordeste – acho que esse é o termo correto – traz consequências sociais e econômicas muito sérias para a população do Nordeste.

Eu vivo atualmente no menor Estado da Federação, Sergipe, onde a Petrobras é praticamente a vida daquele Estado, é a vida daquele Estado. O Campo de Carmópolis, se não é o mais antigo, é um dos mais antigos campos de petróleo do País, que produziu a riqueza daquele Estado, produziu o seu desenvolvimento, o desenvolvimento do seu povo, da sua cultura. E simplesmente hoje esse campo, não ele todo, está sendo fatiado e está sendo vendido por um processo chamado Sistemática de Desinvestimentos, que, na realidade, é uma forma que o Governo, com a direção da Petrobras, encontrou para vender bens públicos sem licitação. É a isso que nós temos assistido.

Por meio dessa sistemática, colocaram-se à venda praticamente todos os nossos campos, que é o que eles chamam de campos maduros. Realmente, não são campos novinhos, mas neles ainda há muito petróleo, ainda há muito a se produzir, mas é preciso investimento. E, junto com esses campos – não são só os nossos –, há os campos da Bahia, todos os campos da Bahia, os campos do restante do Nordeste, do Rio Grande do Norte. No nosso caso, não são só os campos terrestres, mas também os campos chamados de águas rasas, que eles dizem que não dão mais tanto lucro. Mas também começam a vender os campos altamente lucrativos, a exemplo do Campo de Piranema, a exemplo dos campos de águas ultraprofundas, que foram colocados à venda recentemente, com base no Decreto 9.355, de 2018, que é um decreto por meio do qual o Presidente arrogou todos os poderes do Congresso para simplesmente fazer um decreto que retira da vigência, do mundo jurídico, a Lei 13.303.

Então, nós vivemos uma situação muito complicada. Por quê? Hoje, estão vendendo... Vamos pegar o exemplo do meu Estado, porque acho que os companheiros já falaram aqui da Bahia e do Rio Grande do Norte. Há os nossos campos de águas rasas, a nossa estação, que a gente chama de Tecarmo, que é a Estação de Processamento de Gás Natural, que fica numa área nobre da cidade, na praia de Atalaia, que é o cartão postal da cidade, num terreno imenso. Só o valor daquele terreno, provavelmente, é maior que o preço que eles estão pedindo pela venda daqueles campos. E o que é mais interessante é que, nessa estação de tratamento e de processamento de gás, toda e qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa que se dispuser a explorar petróleo nas águas sergipanas vai necessitar escoar a sua produção por ali. Então, por que eu dou esse dado? Isso demonstra que a intenção da Petrobras não é só a de vender alguns campos, mas é, de fato, a de sair do Estado, como ela está saindo também do setor de fertilizantes; é o caso das Fafens. Nós também temos uma Fafen, nós e a Bahia, que são as duas Fafens que estão sendo fechadas. Aliás, eles estão tentando fechar, mas existe também uma resistência, tanto na luta dos sindicatos, como aqui no Congresso Nacional, para impedir essa saída.

(*Soa a campainha.*)

A SRª RAQUEL SOUSA – Se a gente for somar todos os campos que estão sendo vendidos, com a Fafen e tudo mais, o que significa isso é o fim da Petrobras no Estado de Sergipe e é um desemprego estrutural imenso. Por quê? Porque não são só os empregos diretos ligados à Petrobras, mas são todos os empregos decorrentes da atividade industrial naquele Estado. Nós já vivemos esse problema hoje. As atividades da Petrobras no Estado têm diminuído gradativamente. O que nós vemos hoje é um grande número de mão de obra terceirizada, toda desempregada, porque as obras pararam, e uma diminuição nos contratos, o que tem gerado um grande desemprego e uma grande violência.

Em Sergipe, há algum tempo, Aracaju, em especial, tinha sido considerada a capital da qualidade de vida. Nós, em menos de dois anos, tivemos um aumento de mais de 100% no número de assassinatos e de violência em geral. Isso é reflexo de quê? É reflexo desta política de simplesmente "chupar a laranja e deixar o bagaço", porque essa é a política do Governo hoje e da direção da Petrobras para o Nordeste. Retirou tudo aquilo em que tinha interesse e agora disse: "Isto aqui não nos serve mais."

Nós podemos até dizer que, do ponto de vista meramente comercial, seria necessário vender alguns desses ativos ou aqueles campos para investir no pré-sal, porque daria mais lucro. Bom, isso não é verdade, primeiro pela questão social, porque a Petrobras é uma empresa, é uma sociedade de economia mista que tem de ter preocupação com a responsabilidade social. É uma empresa que não é simplesmente para dar lucro para acionista. Aliás, ela não é para dar lucro para acionista, mas é para garantir o desenvolvimento do País, é para garantir combustível e gás de cozinha barato para a população.

Agora, também não é verdade que estão vendendo isso para investir no pré-sal, porque o que temos observado é a entrega de campos valiosíssimos do pré-sal a preço de banana! E digo "preço de banana" nas palavras do Ministério Público Federal, no caso do julgamento do processo contra a venda de Carcará, como estamos vendo também a tentativa hoje de se colocar em votação o projeto da cessão onerosa. Então, o que para nós fica claro é que existe aqui um projeto que é antipovo, um projeto antibrasil.

Nós, da Federação Nacional dos Petroleiros, junto com a FUP, junto com os outros sindicatos, com as centrais e com o apoio também aqui da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras, vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuar essa luta para impedir a devastação deste País por esse Governo odiado por toda a população, que vem tentando simplesmente destruir o futuro e os sonhos de cada brasileiro deste País.

Obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Samuel, há aqui mais uma solicitação para que a gente possa ouvir uma representação do Norte. Então, vou conceder a palavra agora a Agnelson.

Agnelson, por favor.

O SR. AGNELSON CAMILO DA SILVA – Bom dia a todos, a todos os companheiros e as companheiras aqui presentes!

Eu sou da Federação Nacional dos Petroleiros e também pertencente ao Sindicato dos Petroleiros da Região Amazônica, pegando Pará, Amazonas, Maranhão e Amapá.

Isso que a gente está vendo são crimes que há muitos anos acontecem, crimes de lesa-pátria. A gente tem um exemplo muito prático num Estado que pertence ao Nordeste mas que também pertence à Amazônia, que é o Maranhão, onde seria construída ou está sendo construída a maior refinaria do País, uma refinaria *premium*, na cidade de Bacabeira, a 50km de São Luís do Maranhão. Foi paralisada aquela obra, com toda a terraplanagem feita, com os equipamentos prontos, para se iniciar o processo de montagem. De repente, isso foi colocado simplesmente na prateleira, como dizem os gestores da Petrobras e o grande capital. Está na prateleira, para, daqui a um tempo, a gente poder novamente recolocar ou recomeçar aquele projeto.

Não é diferente da refinaria de Pernambuco, não é diferente de qualquer Estado da Amazônia, onde está em risco toda a malha de gás, onde está em risco a maior província petrolífera do País, que é a Província Petrolífera de Urucu, a 640km da capital Manaus, até chegar ao meio da selva gigante da Amazônia. E ali está no risco também de se entregar; já que estão entregando o gasoduto, que, como eu já disse, tem 640km, não vai ser difícil também de entregar o campo que sustenta o Norte e o Nordeste com produção. E a gente sabe o que há no Nordeste, o que há na Bahia. "Ah, mas ali está exaurido!" Está exaurido dentro das tecnologias arcaicas. Hoje, já há 3D, e já se vai para 4D no processo de exploração de petróleo. Poderia muito bem ser reiniciada uma reprodução no Estado da Bahia, no Estado de Sergipe, no Estado do Rio Grande do Norte ou em qualquer Estado, porque o 3D hoje é pioneiro, e os adjacentes não precisam mais fazer toda a parafernália. Ele estica até cinco quilômetros, abre-se outro poço dentro daquele campo. Hoje, você produziria um campo daquele até 25%; com 3D, já vai a 49% de retirada no próprio campo, que ele já chama de exaurido.

Então, a gente precisa colocar na Ordem do Dia essa entrega do patrimônio. "Ah, mas não há nada. Isto aqui não tem mais nada!" A refinaria de Pernambuco está lá, metade no mato e outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

metade com petroleiros, e vai ser entregue. Ela vai ser entregue na Ordem do Dia. E era uma que poderia, junto com a de Bacabeira, junto com a do Ceará – são as três refinarias em construção –, definitivamente, acabar com a importação de diesel e de gasolina, o que gera o que está gerando hoje, a greve dos caminhoneiros, que vai gerar outras greves neste País. E a gente teria as condições, com essas refinarias *premium*, de evitar isso, porque, quando você importa... Há gente que diz: "Ah, não vai influenciar nada!" Você paga em dólar quando você importa, e o excedente você manda, a gasolina boa você manda. Agora, tem de importar gasolina de autos, tem de importar o diesel, e se paga em dólar. Se o dólar subiu, dispara o preço, trazendo prejuízo para o caixa da Petrobras e prejuízo para o País.

A Petrobras ainda representa 15% do PIB nacional, e a gente poderia aqui ajudar a construir um processo para se evitar essa entrega. Isso tem de ser feito em conjunto mesmo, meus companheiros, com a FUP, com a FNP.

(*Soa a campainha.*)

O SR. AGNELSON CAMILO DA SILVA – Temos de chamar todas as centrais para combater essa máfia que está no País entregando o nosso patrimônio e a nossa soberania. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero cumprimentar o Agnelson.

Imediatamente, vamos passar a palavra para o Samuel, que aqui fala na condição de Secretário-Executivo da Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional, presidida pelo nobre Senador Roberto Requião.

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – Senadora Fátima, companheiros, Paulo, trago uma palavra aqui do Senador Requião. Ele, no momento, está convalescendo de uma gripe forte, está assistindo a esta audiência pública e pediu que eu viesse aqui trazer uma palavra de alento, de firmeza, de solidariedade.

Eu queria dizer o seguinte: ontem, fiquei até o final da votação na Câmara do Projeto 8.939. Pela pressão que foi feita por essa grande articulação que é o Operativo Petróleo, com os companheiros das centrais, com os partidos, já conseguimos uma pequena vitória ou uma pequena mitigação de danos, que foi a retirada dos excedentes da cessão onerosa do regime de cessão onerosa, como, originalmente, o projeto criminoso do Deputado José Carlos Aleluia previa.

Então, os 15 bilhões serão – pelo menos a votação está ocorrendo – vendidos, transferidos, no regime de partilha, o que é menos mal. Quanto aos cinco bilhões, a votação ainda está ocorrendo, não temos o resultado, mas, pelo andar da carruagem, o trator vai passar por cima do interesse nacional, e 3,5 bilhões de barris serão entregues às petroleiras internacionais. Qual é o crime que consiste nisso? Porque, nesse projeto, essa cessão foi feita para uma empresa nacional, que, aliás, a rigor – a rigor, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rigor! –, talvez, nem devesse ter sido feita em 2010, porque a Petrobras não é mais uma empresa exclusivamente pública. Lá há os acionistas privados, porque o Sr. Fernando Henrique Cardoso nos fez o favor de abrir o capital da Petrobras para a Bolsa de Nova York. Então, a rigor, nem isso deveria ter sido feito, mas foi feito. A Petrobras tem plenas condições de operar e explorar esses cinco bilhões de barris, tanto é que já está operando.

Qual é a diferença? Digo isto para os cidadãos que estão assistindo a esta reunião aqui, que ouvem falar em cessão onerosa e em partilha e que, talvez, não entendam bem: o fato é que a cessão onerosa é um presente de pai para filho. A União entregou o direito para a Petrobras de explorar cinco bilhões de barris sem que ela tenha de pagar participação, ou seja, sem que os Estados, os Municípios, os entes federados participem do resultado da exploração. Exclusivamente, são 10% de *royalties*. É claro que isso é um presente, que serviu naquele momento, inclusive, no processo de recuperação econômica da Petrobras, da capitalização da Petrobras! O Poder Público entregou praticamente R$80 bilhões para a Petrobras, e ela e os privados botaram lá R$40 bilhões. Esse valor, hoje, trazido ao valor presente, dá R$175 bilhões. Agora, transferir isso para a Shell ou para as estatais da Noruega, da China, da Rússia, de onde for, do raio que o parta, entregar isso, para que ela, sem pagar um centavo de participação especial, possa entrar nisso, ainda que sejam 3,5 bilhões de barris, é um crime!

Eu dizia isso aqui, Senadora Regina, para o Senador Elmano e conversei com o Senador Requião. Penso que a estratégia que ele e os senhores adotarão será a seguinte. Podemos contar certamente com o PT para resistir no Senado. Mas o que nos cabe fazer? Cabe-nos trazer, por exemplo, a Senadora Kátia, que é do PDT; o Senador Acir; o Senador Reguffe, que não tem faltado nas votações referentes à Petrobras; o Cristovam; a Ângela; o Telmário; o Randolfe e outros tantos Senadores e fazer, desde já, um aviso: no Senado, não vai haver tratoraço! Aqui não há conversa mole de urgência! Aqui vai passar por cada comissão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – ... haverá tantas audiências públicas quantas sejam necessárias. Aqui não vai haver trator. O Senado da República não admite isso.

Eu acho que essa palavra de confiança... (*Palmas.*) Essa palavra de confiança para o povo brasileiro, os Senadores da República, a Casa Alta, a Casa da Federação tem condição política e tem o dever dar, neste momento, para tranquilizar a Nação brasileira de que aqui não vai haver conversa mole e de que, se lobista da Shell quiser cochichar no ouvido de Senador, vai ser retirado pela segurança do Senado, porque nós não vamos admitir isso aqui no Senado Federal.

É a palavra que eu trago do Senador Requião a este encontro. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito bom, Samuel, sem dúvida nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta audiência, hoje, bem como toda uma agenda que a gente já está anunciando... No dia 11 de julho nós vamos encher este plenário. E temos que fazer uma caravana, conforme a Senadora Regina aqui sugeriu e defendeu. Temos que fazer essa caravana por todo o País.

E aí eu vou falar da Região Nordeste, Senadora Regina: nós vamos botar pra quebrar nessa caravana na Região Nordeste, de braços dados com a FUP, com a FNP e com as demais entidades.

Vamos, agora, passar a palavra ao Paulo César para que ele faça as suas considerações finais.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – A gente fica até...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E aqui só, também, lembrando, contamos com a Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional, presidida pelo Senador Roberto Requião. Dispensam comentários a legitimidade, a referência que ele é para todos nós nessa luta em defesa do desenvolvimento nacional, que passa pela preservação dos principais ativos que temos, que são as nossas empresas públicas no campo do petróleo, assim como da energia etc.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – A gente fica até emocionado ao participar de uma audiência desta, ouvir a palavra desses brasileiros que estão aqui, e ver jovens. O Deyvid também é jovem. Nós não somos tão jovens mais – não é, Samuel? –, mas vemos os jovens aqui e ficamos emocionados. Somos jovens há mais tempo!

Quero deixar bem claro, porque houve certa dúvida: as empresas petrolíferas vão pagar 15% de *royalties*. O pagamento dos 15% vai ocorrer. Só que, muito provavelmente, no caso do pré-sal, os beneficiários – os Estados e Municípios beneficiados – são principalmente o Rio de Janeiro, um pouco menos o Espírito Santo e São Paulo. Mas o importante é dizer o seguinte: o Município e o Estado recebem o *royalty*, só que a empresa petrolífera que pagou o *royalty* deduz do imposto de renda; e, deduzindo do imposto de renda, 46% deixam de ir para os Estados e Municípios. Ficou bem claro o conceito, não é?

Queria dizer também que eu trabalhei na Petrobras desde a década de 80. E, já na década de 80, década de 90, participei de um grupo, na Petrobras, com a visão de que a Petrobras é uma empresa de energia e é uma empresa integrada, verticalizada, "do poço ao posto". Então, eu sou daquela geração. Houve um processo de discussão na Petrobras na década de 80 e na década de 90. E as empresas petrolíferas... Pelo menos pelo que eu tenho acompanhado, eu não tenho visto nenhuma empresa de petróleo sair da petroquímica, sair de energias alternativas, com muito foco no gás natural, tentando realmente viabilizar todos os campos e todas as áreas, sair do refino, privatizar a refinaria.

Então, eu queria dizer que, tecnicamente, a gestão do Sr. Pedro Parente, enquanto foi Presidente da Petrobras e da atual diretoria executiva da Petrobras, não está em sintonia com o que as grandes petrolíferas fazem no mundo. Vou me atrever a dizer aqui que o Sr. Pedro Parente pode até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser Presidente da Brasil Foods, mas não vejo nenhum espaço para o Sr. Pedro Parente ser presidente de uma Shell, de uma Exxon, porque, apesar de empresas privadas, elas têm mais compromissos com o futuro do que o Sr. Pedro Parente. Então, o Sr. Pedro Parente eu penso que, tecnicamente, foi um péssimo gestor. Tecnicamente. Eu não vejo isso acontecer em nenhuma empresa do mundo. Mas isto aqui é uma opinião técnica; não é uma opinião política.

A decisão do Sr. Pedro Parente também de vender derivados acima do preço de mercado internacional, tecnicamente, também me parece equivocada. É preciso fazer uma conta – e eu vou fazer essa conta –, que é pegar todos os derivados que a Petrobras poderia ter produzido, se as refinarias estivessem à plena carga, e ver a receita que a Petrobras teria com esses derivados. Agora, a gente tem que pegar todos os derivados. E nós vamos comparar essa receita com a venda dos derivados com a receita que a Petrobras teve com a exportação do petróleo cru. O meu sentimento agora, *a priori,* é que foi uma decisão tecnicamente equivocada e que fere também o princípio de lucro, de maximizar lucro. Talvez isso não maximize lucro. Muito provavelmente, na minha visão agora – não estou afirmando –, não maximiza lucro.

Então, a suposta gestão técnica da Petrobras, nem sob o argumento de favorecimento dos acionistas minoritários, nem nisso ela se sustenta. Se uma decisão dessa, se uma gestão dessa não se sustenta nem para os acionistas minoritários, imagina para o País?! Imagina para o País. Quero deixar aqui essas ponderações, que são exclusivamente técnicas, da má gestão técnica do Sr. Pedro Parente.

De certa forma, achei muito boa a saída dele, porque, na minha visão, com certeza, ele não atende ao interesse nacional. O Sr. Pedro Parente não atendia o interesse nacional e, talvez, nem o dos acionistas minoritários. Com a entrada de um novo presidente, eu pensei que talvez houvesse uma certa mudança de orientação técnica da empresa, mas, pelas declarações e até pelo que aconteceu no plenário ontem, em conversas com pessoas da Petrobras, o meu sentimento ontem lá foi de que isso não aconteceu.

Bem, se isso não aconteceu, nós temos que aqui enfrentar, técnica e juridicamente, essa diretoria executiva da Petrobras. Então, nós estamos aqui diante de um grande desafio. E, no que eu puder contribuir tecnicamente, estou à disposição de vocês, Senadores, dos amigos da FUP, da FNP, dos amigos da Câmara, do Paulinho, do amigo Eder, do Jerônimo, para a gente fazer aqui o debate técnico sobre essa questão tão importante.

Agradeço muito, mais uma vez, Senador. Muito obrigado pelo convite. Orgulha-nos participar de uma audiência como esta. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero, Paulo César, mais uma vez aqui, em nome de todos os Senadores, agradecer a sua valiosa presença; agradecer a presença da FUP, da Federação Nacional dos Petroleiros e das demais entidades; agradecer aqui a toda a assessoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde já, quero reforçar o convite para o dia 11 de julho, aqui mesmo na CDR. Vamos trazer o Confaz, Raquel; vamos convidar os governadores, prefeitos, academias, universidades; e a presença mais importante: a dos trabalhadores e trabalhadoras, dos petroleiros de todo o País. E vamos levar essa caravana lá para Sergipe, lá para o Rio Grande do Norte. Nossa ideia, inclusive, é que cada Parlamentar, em cada Estado, possa estar lá junto com vocês para fazer esse debate, porque esses números, repito, precisam chegar à mesa da casa das pessoas por este País afora. Aliás, já está faltando pão. Esses números precisam chegar às cidades pelo País afora, à casa das pessoas. Hoje 1,4 milhão de famílias pobres estão sendo obrigadas a substituir o botijão de gás pelo fogão a lenha ou a carvão em decorrência exatamente dessas políticas adotadas pelo Governo ilegítimo que aí está.

Meus amigos e minhas amigas, eu fico aqui pensando que, na verdade, a gente está vivendo um tempo muito estranho no Brasil, porque só pode ser estranho quando você não tem democracia. É um tempo estranho mesmo, porque a falta de democracia dá nisto: retirar direitos, ataque à soberania nacional, etc. E é o que nós estamos exatamente vivendo no País neste exato momento, quando nós temos pessoas que foram eleitas para o Congresso e para o Executivo, mas foram impedidas de levar adiante suas propostas aprovadas pelo sufrágio universal. Refiro-me à sabotagem política que resultou no afastamento da Presidenta Dilma sem crime de responsabilidade. E aqui a gente fica se perguntando: será que alguém seria eleito prometendo entregar as reservas do pré-sal? Alguém seria eleito prometendo alterar a destinação dada pela Presidenta Dilma dos *royalties* do pré-sal à educação e à saúde pública?

Está aí o Plano Nacional de Educação. Eu sou professora. A minha principal área de atuação é a educação. O Plano Nacional de Educação, eu sempre costumo dizer, é a agenda mais importante para um país, para uma nação que se pretenda inclusiva, generosa, justa e soberana. Esse Plano Nacional de Educação foi fruto de um debate com o Brasil inteiro. Foram quatro anos de debate! Eu não esqueço nunca de um dos momentos, como Deputada Federal, representando o povo do Rio Grande do Norte, em que chorei de alegria na Câmara dos Deputados, quando nós aprovamos, Paulão, a lei que tratava do regime de partilha – que simplesmente a Presidenta Dilma propôs, e nós lutamos bravamente aqui no Congresso e conseguimos carimbar –, dizendo que 50% do Fundo Social do Pré-Sal iria para a educação da nossa juventude, para a educação do povo brasileiro.

Naquele momento, em 2014, essa era uma proposta que casava com o Plano Nacional de Educação, que acabava de ser aprovado. E esses recursos eram fundamentais para contribuir, no sentido de realizarmos as metas do Plano Nacional de Educação: mais escolas, mais creches, mais escolas técnicas, mais ensino superior, a melhoria salarial do magistério.

E hoje o que nós estamos vendo? Simplesmente mudaram o regime de partilha, com todas as suas consequências, inclusive para os investimentos nas áreas sociais. Como se não bastasse, eles ainda aprovam a Emenda 95, o ajuste fiscal mais violento de que se tem conhecimento na história do nosso País e até do mundo. Onde já se viu paralisar os investimentos nas áreas sociais por 20 anos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Suspender, inclusive, os pisos mínimos destinados à educação e à saúde? Então, aqui fica a pergunta: alguém seria eleito Presidente neste País ou Parlamentar dizendo que iria aprovar a Emenda 95, para segurar os gastos, os investimentos nas áreas sociais?

Outra pergunta: alguém seria eleito prometendo diminuir a participação da indústria brasileira no setor de petróleo, através da anulação do chamado conteúdo local nas licitações e contratos com as petroleiras, inclusive a própria Petrobras? Meu Deus! Alguém seria eleito dizendo que ia aprovar uma lei isentando as empresas petrolíferas, as multinacionais, de pagar impostos, fazendo com que o povo brasileiro, de repente, tenha uma perda de 40 bilhões/ano? Não é isso, Paulo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Chegando a um trilhão em 25 anos! Alguém seria eleito, repito, dizendo que ia alterar esse regime de partilha?

E está aí o quadro. Os *royalties* do pré-sal, que antes eram nossa esperança, o chamado passaporte para o futuro, um futuro de cidadania, de inclusão social... Os Estados, segundo os estudos apresentados por Paulão, em decorrência dessa nova sistemática, no que diz respeito à questão dos royalties do pré-sal, vão perder nada mais, nada menos do que 158 bilhões; o Nordeste, uma das Regiões que ainda apresenta grandes desigualdades do ponto de vista social, 77,4 bilhões; os Municípios, 180 bilhões. E os mais penalizados são exatamente os Municípios do interior.

Então, não quero mais me alongar, meus companheiros e minhas companheiras, mas devo dizer que o que nós temos que fazer, cada vez mais, é ter muita unidade e disposição na nossa luta. Essa luta não pode parar de maneira nenhuma.

Essa turma que está aí, repito, que entrou pela porta dos fundos... Porque é importante que se preste atenção ao seguinte: não é só o Temer o responsável por isso, ele e a quadrilha que está lá no Palácio do Planalto. Não! É este Congresso Nacional, agachado, de joelhos, somente olhando para os interesses do mercado, para os interesses do capital. Há muita coisa aqui, nos bastidores, que precisa, inclusive, de um olhar mais atento. Enquanto isso, repito, estão dando as costas para o povo brasileiro, na medida em que a maioria deste Congresso está chancelando todas essas medidas que o Governo vem adotando, do ponto de vista do ataque frontal à questão da soberania nacional.

Então, quando estamos falando aqui sobre este momento que estamos vivendo, nós estamos falando das nossas vidas, estamos falando lá do Rio Grande do Norte, da Bahia, de Sergipe, do Nordeste e do Brasil. Estamos falando de uma empresa que é um dos maiores patrimônios que o povo brasileiro tem, construída pelo povo brasileiro.

Olha, o orgulho que os petroleiros carregam no peito, de repente, de terem sido capazes... Talento vocês tiveram, inteligência vocês tiveram para descobrir, meu Deus, essa riqueza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extraordinária que é o pré-sal! A gente não consegue nem contar o que esse pré-sal pode trazer de benefícios para a sociedade brasileira, desde que a gente revogue essas legislações – não é, Paulo? – e resgate a legislação anterior.

Então, nós estamos falando, repito, de uma empresa emblemática. Essa empresa, como foi dito aqui pelo Presidente do Sindipetro, lá no meu Rio Grande do Norte, chegou a investir mais de 1,5 bilhão, caindo hoje para 300 milhões. A Petrobras está abandonando o Nordeste. Não porque os petroleiros queiram; muito pelo contrário! Não se trata disso. Ela está abandonando o Nordeste em função da política irresponsável, entreguista, adotada pelo Governo ilegítimo que aí está.

Então, é isto que nós vamos continuar fazendo: levando o debate cada vez mais para a sociedade. São só mais seis meses que nós temos pela frente com esses usurpadores que aí estão. Por isso, precisamos cada vez mais de muita unidade e muita disposição para barrar esses retrocessos e, ao mesmo tempo, avisar que um futuro governo vai rever tudo isso, viu? O Presidente Lula já avisou que vai rever tudo isso. Boulos também já adiantou, Manuela também já adiantou. E quem avisa amigo é! Depois não venham dizer que houve quebra de contrato, quebra de risco e que não foram avisados porque, se Deus quiser, nós vamos derrotar essas forças golpistas, conservadoras, trazer a democracia de volta e trazer a Petrobras e o pré-sal para os brasileiros e as brasileiras.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Pois não, Nelson. Quero agradecer mais uma vez a você pela articulação, pela mobilização.

O SR. AGNELSON CAMILO DA SILVA – Obrigado, Senadora.

Paim, quando estava discutindo a questão da terceirização, fez audiências públicas em todas as assembleias legislativas dos Estados. Será que a Comissão também não poderia fazer no Nordeste audiências públicas sobre essa questão?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza, é exatamente isso que nós vamos fazer. Nós vamos instruir o requerimento já na próxima semana. Por aspectos de natureza formal, evidentemente, teremos que aprovar aqui o requerimento, mas a ideia é exatamente essa. Só que nós queríamos começar dia 11 de julho aqui, quando nós vamos convidar o Confaz, secretários de Fazenda, de tributação, governadores, prefeitos, a FUP, a Federação Nacional dos Petroleiros, a CUT, as demais entidades, e envolver outros segmentos da sociedade, porque aí vamos conversar. A gente realizaria dia 11 de julho a audiência aqui e já sairíamos com o calendário para realizar as audiências na Região Nordeste. Esse é o nosso principal encaminhamento. E vamos contar, com certeza, com a presença de Paulo César.

Muito obrigada a todos e a todas vocês.

Vamos fazer uma foto aqui com todo mundo agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a primeira parte da reunião.

Vou suspender agora por cinco minutos, e, em seguida, daremos sequência à nossa reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 18 minutos.*)

(*Continua suspensa a reunião.*)

(*Suspensa às 12 horas e 18 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 28 minutos.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos reiniciar os nossos trabalhos nesta segunda parte destinada exatamente à deliberação de matérias legislativas.

Há requerimento do Senador José Medeiros, que não se encontra presente.

Vamos passar para o próximo: requerimento de nossa autoria.

Eu vou passar a Presidência para o Senador Dário, já que eu sou a autora.

É um requerimento, Senador Dário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – Item 2 da pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 23, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados para debater a crise por que passa a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e o agravamento das consequências para os trabalhadores da Companhia e para os passageiros usuários dos sistemas de transporte ferroviário urbano como os Metrôs e os Veículos Leves sobre Trilhos.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Ofereço a palavra à Senadora para defender seu requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nós já realizamos uma audiência pública aqui que contou com a presença do Presidente da CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos), que presta relevantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviços no que diz respeito ao direito ao transporte em algumas capitais do nosso País, como é o caso exatamente de Natal.

Infelizmente, a situação pela qual passa a CBTU é muito, muito preocupante, em decorrência do contingenciamento brutal que houve, daí por que nós vamos realizar essa nova audiência pública, para debater a crise por que passa a Companhia Brasileira de Trens Urbanos e o agravamento das consequências para os trabalhadores da Companhia e para os passageiros usuários dos sistemas de transporte ferroviário urbano como os metrôs e os chamados VLT.

No dia 11 de maio passado, os usuários de metrôs e sistemas de trens urbanos foram surpreendidos com o aumento das tarifas dos metrôs em Belo Horizonte, que subiu quase 100%, passando de R$1,80 para R$3,40; em Recife, passou de R$1,60 para R$3,00; e, em Natal, nossa capital do Rio Grande do Norte, João Pessoa e Maceió, o sistema de trens urbanos passou de R$0,50 para R$1,00. Esse aumento aconteceu não só nos bilhetes unitários, mas também nos sistemas de integração intermodais de transporte urbano destas cidades.

Esse reajuste vai em sentido contrário à realidade por qual passa a população brasileira no atual cenário econômico, político e social do nosso País, onde contamos hoje com mais de 13 milhões de desempregados, que, junto à população de baixa renda, é evidente, são os mais necessitados, os que mais precisam de transporte público e os mais atingidos no seu direito constitucional de ir e vir. Estamos falando da realidade vivida por 561 mil usuários por dia do sistema de transporte ferroviário urbano no País.

Diante da atual crise vivenciada pela população brasileira referente à falta de combustível, o investimento e o fortalecimento do serviço de transporte ferroviário urbano são mais do que necessários, são urgentes, a fim de dar condições de tráfego para a população das grandes cidades do Brasil.

Este ano, esta Comissão, como eu disse, já realizou um debate sobre o corte nas verbas de custeio da CBTU, que foi de quase 50%. Somando-se isto aos recentes fatos, somos levados, enfim, a fazer o questionamento de que o interesse do atual Governo Federal é sucatear a CBTU e inviabilizar o seu funcionamento na prestação de um serviço essencial à população brasileira, usuária desse transporte para deslocamento até o trabalho no seu dia a dia. E nós estamos aqui para lutar para que isso não aconteça, Senador Dário – não é verdade? –, cumprindo o nosso papel enquanto representantes da população.

Então, esse é o requerimento.

Os convidados e convidadas serão informados oportunamente à Secretaria desta Comissão.

Portanto, peço o apoio dos meus pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – Perfeitamente.

Coloco em discussão o requerimento.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, Senador Dário Berger, e Senadora Fátima Bezerra, que apresenta o requerimento, só quero apoiar o requerimento.

Ao mesmo tempo – eu estava presidindo a Comissão de Direitos Humanos, e a Senadora me quebrou o galho para eu vir aqui –, se pudermos, peço para votar o item 8, projeto do Senador Lasier, que, gentilmente – ele é gaúcho e não é do meu Partido; ele poderia dar para outro relatar –, pediu-me para relatar, porque a Metade Sul, de fato, é a metade mais sofrida do meu querido Rio Grande.

Então, se eu pudesse relatar – não é terminativo –, nós poderíamos votar a matéria. É um projeto que não traz impacto algum porque é autorizativo.

Mas quero cumprimentar muito aqui o Senador Lasier, na figura do assessor dele, que se encontra aqui neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da Senadora Fátima Bezerra.

Retorno à Presidência, então, uma vez aprovado o requerimento, à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Dário.

Vamos agora, imediatamente, atendendo à solicitação do Senador Paim, para o item 8.

Só um momentinho, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É esse mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Item 8.

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, de 2018

- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria segue para a apreciação na CAE - Comissão de Assuntos Econômicos.

Autor e Relator, ambos Senadores do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Muito bem.

Obrigado, Senadora.

Eu vou direto ao relatório.

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 129, de 2018 – Complementar, de autoria do Senador Lasier Martins, que dispõe sobre a Região Integrada de Desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul e institui o Programa Especial de Desenvolvimento da Metade Sul do Estado gaúcho.

O art. 1º do PLS autoriza o Poder Executivo a criar a referida Região Integrada e, nos parágrafos desse dispositivo, elenca as Sub-Regiões e os Municípios que a constituirão.

O Senador Lasier também, no art. 2º, autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Administrativo que coordenará as atividades da Região Integrada de Desenvolvimento da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

No art. 3º, o Poder Executivo é autorizado a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Integrada de Desenvolvimento da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, enumerando, nos incisos, os instrumentos tributários e fiscais utilizáveis.

O art. 4º identifica as origens dos recursos dos programas e projetos, sendo esses de natureza orçamentária da União, dos Estados e dos Municípios envolvidos, assim como recursos oriundos de operações de crédito internas e externas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 5º determina que a União, o Estado do Rio Grande do Sul e os Municípios referidos poderão firmar convênios e contratos entre si.

No art. 6º, fica definido que o Poder Executivo estimará a despesa decorrente desta lei, a qual será compensada pela margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado explicitada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e a incluirá no projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der depois de decorridos 60 dias da publicação desta lei.

Por fim, o art. 7º contém a cláusula de vigência.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e à Comissão de Assuntos Econômicos.

Nesta Comissão, não foram oferecidas emendas.

A síntese do projeto, Srª Presidenta, já está aqui nisso que eu apresentei. Com a chegada do Senador Lasier – eu já fiz aqui uma série de considerações –, vou tentar simplificar somente agora a análise, já que o projeto ficou muito bem descrito na primeira parte do relatório.

Análise. Conforme disposto no art. 104-A, incisos I e III, do Regimento Interno, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes a assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional dos Estados e dos Municípios; bem assim a programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

Diz, depois, o Senador Lasier que o PLS nº 129, de 2018, que é complementar, está de acordo com os ditames da Constituição Federal, em especial com o parágrafo único do art. 23, cujo teor estabelece que "leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional". Além disso, o Senador Lasier, aqui presente, também lembra que o 43 da Constituição Federal dispõe que, "para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais".

A proposta em análise não fere a ordem jurídica vigente, está em conformidade com o Regimento Interno da Casa, e sua técnica eu diria que é perfeita.

A proposição em análise trata de tema relevante para o nosso querido Rio Grande do Sul, sendo conveniente lembrar que, com base nos dispositivos constitucionais citados e já lembrados pelo Senador, já foram constituídas três Regiões Integradas de Desenvolvimento no Brasil: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF); Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) Petrolina-Juazeiro; e Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) Grande Teresina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Regiões Integradas de Desenvolvimento são uma forma de estabelecer redes de cooperação e de viabilizar a articulação das ações dos entes federativos em um espaço geográfico contínuo com o objetivo de melhorar as condições econômicas e sociais da população local.

O autor da proposição, Senador Lasier, chama a atenção para a diferença entre as trajetórias de desenvolvimento econômico da Metade Sul e da Metade Norte do Rio Grande do Sul. Os dados mostram que a Metade Sul tem apresentado redução de importância econômica e populacional no Estado desde a década de 1930. Também a renda *per capita* da Metade Sul é significativamente inferior à da Metade Norte – só como exemplo. São indicadores que evidenciam a necessidade de maior articulação dos apoios oriundos de diferentes níveis de governo para que haja uma convergência dos indicadores socioeconômicos entre essas áreas do Rio Grande do Sul.

Outro aspecto relevante a ser comentado nesta análise se refere ao disposto no art. 43 da Carta Magna. Diferentemente do que parece ser o entendimento corrente, a articulação não precisa necessariamente envolver Municípios de dois ou mais Estados. O comando normativo indica que a União deverá ter um papel mais relevante na construção das condições necessárias para viabilizar o desenvolvimento da Região Integrada de Desenvolvimento, mesmo que esta esteja localizada em apenas um Estado, como é o caso.

Em síntese, entendemos que a proposição é meritória e que não existe óbice algum quanto à sua constitucionalidade e legalidade.

Assim, Senadora, com orgulho eu relatei o projeto, que ajuda muito – ajuda muito, não é que resolva – a nossa Metade Sul, que é considerada a parte mais pobre do Rio Grande, por iniciativa do nobre Senador Lasier Martins.

E lembro – mas acho que para V. Exª, Senador Lasier, é um elogio – que, lá no passado, o Senador Pedro Simon também tinha uma iniciativa semelhante, que esperamos agora se torne realidade por intermédio do projeto do Senador, que eu tive a satisfação de relatar.

Portanto, sou pela aprovação do Projeto de Lei nº 129, de 2018 – Complementar.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento o Senador Paulo Paim pelo brilhante relatório que acaba de apresentar, ao mesmo tempo em que vou conceder agora a palavra ao autor da proposição legislativa, o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Para discutir.) – Obrigado, Senadora Fátima.

Agradeço muito a precisão com que desenvolveu seu relatório o meu estimado conterrâneo Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convém dizer, Presidente, que o Rio Grande do Sul vive atualmente uma desigualdade muito profunda. A Metade Norte, pelo menos uma parte dela é considerada a parte rica do Rio Grande do Sul, a região da serra, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa. Existe uma parte do noroeste do Rio Grande do Sul que tem também dificuldades, mas nada se compara às dificuldades da Metade Sul, onde está havendo inclusive um êxodo populacional enorme. Cidades vêm perdendo população, como D. Pedrito, como Livramento, como Rosário do Sul; tudo isso por falta de emprego, por falta de investimentos, pela pobreza que caracteriza aquela região. Então, esperamos que essa Ride tenha andamento, que vá adiante, e que tenhamos alguns incentivos para desenvolver essa Metade Norte.

Agradeço muito, Senador Paim. Pelo que me consta, vai para a CAE. Muito gostaria que lá V. Exª também fosse o Relator, para, se possível, levarmos esse socorro à Metade Sul do Rio Grande do Sul, tão carente economicamente e socialmente.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, permita-me...

Senador Lasier, atendendo, com satisfação – é uma honra – o pedido de V. Exª, eu farei o pedido ao Presidente da CAE para ver se eu posso fazer o relatório exatamente, na íntegra, como V. Exª apresentou o projeto.

Só lembro, Senador Lasier, que V. Exª vem no momento adequado. Queiramos ou não, sem entrar no mérito de Pedro, Paulo ou João, o polo naval está praticamente desativado. V. Exª tem os dados e outro dia conversava no plenário, ou melhor, fazia discurso na tribuna, dizendo que isso gerou em torno de quase 30 mil desempregos. Então, estamos nos somando na linha de combater o desemprego naquela região principalmente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza, eu o parabenizo pela iniciativa, Senador Lasier.

Aliás, acabamos de realizar uma importante audiência pública aqui. Começamos logo cedo tratando de um tema muito importante, especial para a vida da população, que é a questão da Petrobras, o desmonte da Petrobras em curso, e o impacto que isso está tendo.

Nós trouxemos aqui, Senador Lasier, o Consultor da Câmara dos Deputados, Dr. Paulo César, que mostra que, em decorrência das mudanças que houve na legislação, no regime de partilha, etc., os Estados vão ter uma perda tributária da ordem de R$180 bilhões. Nos Municípios, a perda chega a R$150 bilhões, dos quais 86,4% afetam principalmente os Municípios do interior. Desses R$155 bilhões, o que afetará todos os Municípios, o maior prejuízo é para os Municípios no interior do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é evidente que, em uma Comissão como esta, que se chama Comissão de Desenvolvimento Regional, eu tenho a obrigação de fazer o debate com toda seriedade, até porque, para além de diferenças partidárias ou ideológicas, o que deve nos mover aqui é buscar saídas concretas para reverter exatamente esse quadro.

Fizemos essa importante audiência pública e, conforme aprovamos aqui, no dia 11 de julho, Paim, eu vou trazer o Confaz, os secretários de Fazenda para cá, vou trazer os governadores, representação de prefeitos e representação dos trabalhadores, para fazermos essa audiência. Depois, vamos realizar a caravana nos Estados, fazer as audiências regionais.

Enfim, cumprimento mais uma vez o Senador Lasier, autor, e o Senador Paulo Paim pela relatoria.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

Já que temos quórum, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 19ª Reunião da Comissão da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* junto com as notas taquigráficas.

Quero lembrar mais uma vez que, na próxima segunda-feira, teremos a reunião... Vejam bem, na próxima terça...

Quero mais uma vez renovar o convite aos Senadores e às Senadoras que integram a nossa Comissão, lembrando que o prazo para apresentação de emendas á Lei de Diretrizes Orçamentárias será até o dia 25 de junho às 12h. Portanto, a Secretaria da Comissão estará a postos aqui para receber as propostas de emenda à LDO apresentadas pelos Senadores e Senadoras integrantes desta Comissão.

E, na terça-feira, dia 25... No dia 26 – desculpa – nós vamos realizar a reunião para aprovação das emendas à LDO, que é o prazo regimental conferido pela CMO, a Comissão Mista de Orçamentos, que foi tão bem presidida pelo Senador Dário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 14, de 2018

- Não terminativo -

Requer a realização de Ciclo de Debates da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a ser realizada em São Félix do Araguaia – MT, em data ainda a definir, para debater, junto com as autoridades responsáveis, a má prestação de serviços de telefonia e precária cobertura de telefonia móvel na região do Araguaia.

Autoria: Senador José Medeiros

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2012

- Não terminativo -

Acrescenta o 3º-A ao art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para que não se considere como execução pública a utilização de composições musicais ou literomusicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuário, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem.

Autoria: Senadora Ana Amélia

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para regular a utilização de obras protegidas por direitos autorais em meios de hospedagem e prever a participação dos usuários e suas entidades representativas no estabelecimento de preços pela utilização de seus repertórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do PLS 206/2012 com três emendas que apresenta e pela prejudicialidade do PLS 60/2016.

Observações:

- A matéria constou na pauta da 19ª (06/06/2018) Reunião da CDR da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para a apreciação nas Comissões de Educação, Cultura e Esporte - CE; Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ; e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT (em decisão terminativa).

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016

- Não terminativo -

Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria constou na pauta da 1ª (07/02/2018), da 2ª (21/02/2018), da 3ª (28/02/2018), da 5ª (14/03/2018), da 10ª (04/04/2018), da 13ª (25/04/2018), da 14ª (09/05/2018), da 16ª (23/05/2018), da 17ª (30/05/2018) e da 19ª (06/06/2018) Reuniões da CDR da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para a apreciação na CAE - Comissão de Assuntos Econômicos (em decisão terminativa).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta

Observações:

- A matéria constou na pauta da 2ª (21/02/2018), da 3ª (28/02/2018), da 5ª (14/03/2018), da 10ª (04/04/2018), da 13ª (25/04/2018), da 14ª (09/05/2018), da 16ª (23/05/2018), da 17ª (30/05/2018) e da 19ª (06/06/2018) Reuniões da CDR da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos;

-Votação nominal.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela rejeição

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A matéria constou na pauta da 2ª (21/02/2018), da 3ª (28/02/2018), da 5ª (14/03/2018), da 10ª (04/04/2018), da 13ª (25/04/2018), da 14ª (09/05/2018), da 16ª (23/05/2018), da 17ª (30/05/2018) e da 19ª (06/06/2018) Reuniões da CDR da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria foi lida na 2ª reunião (24/02/2016) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria foi rejeitada na CAE - Comissão de Assuntos Econômicos;

- Votação nominal.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2015

- Terminativo -

Acrescenta o § 7º ao art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para destinar percentual de unidades construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV a trabalhadores da construção civil.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria constou na pauta da 3ª (28/02/2018), da 5ª (14/03/2018), da 10ª (04/04/2018), da 13ª (25/04/2018), da 14ª (09/05/2018), da 16ª (23/05/2018), da 17ª (30/05/2018) e da 19ª (06/06/2018) Reuniões da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria foi lida na 12ª reunião (07/06/2017) da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- Na 2ª reunião (21/02/2018) da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, foi lido, pelo Senador José Medeiros, voto em separado pela rejeição do Projeto;

- Votação nominal.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 18 minutos, reaberta às 12 horas e 28 minutos e encerrada às 12 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 22 DE MAIO DE 2018.

Às onze horas e sete minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezoito, no Plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol e da Senadora Ana Amélia reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Paulo Rocha, Regina Sousa, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Rodrigues Palma, Telmário Mota, Pedro Chaves, Ataídes Oliveira e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Dário Berger, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 28, de 2018, de autoria da Senadora Regina Sousa, e Requerimento (RRA) nº 29, de 2018, de autoria do Senador Ivo Cassol, destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara n° 36, de 2017, de autoria do Deputado Alceu Moreira, e debater "Os Desafios da Cadeia Produtiva da Apicultura no Brasil e a Política Nacional do Mel", com a participação do Sr. Bruno de Almeida Souza, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Meio Norte (EMBRAPA); Sr. Lauro Jurgeatis, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Mel e Produtos Apícolas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Luiz Lustosa Vieira, Secretário-Geral da Associação dos Meliponicultores do Distrito Federal (AME/DF); Sr. Agenor Santori Castagna, Presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Mel (ABEMEL); Sra. Fabrícia Soriani, Área Técnica da Associação Brasileira dos Exportadores de Mel (ABEMEL); Sr. Cesar Ronconi, Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Sr. Cícero Clemente, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA). Após a apresentação dos senhores expositores, as Senadoras Regina Sousa e Ana Amélia e os Senadores Dalirio Beber e Ivo Cassol fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2017, de autoria do Deputado Alceu Moreira, e debater os desafios da cadeia produtiva da apicultura no Brasil e a política nacional do mel, em cumprimento ao Requerimento nº 28, de 2018, da CRA, de autoria da Senadora Regina Sousa, e ao Requerimento 29, de 2108, da CRA, de minha autoria.

Comunico também a presença dos seguintes convidados: Sr. Bruno de Almeida Souza, pesquisador da Embrapa Meio Norte; Sr. Lauro Jurgeatis, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Mel e Produtos Apícolas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. Cesar Ronconi, apicultor representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Agenor Santori, Presidente da Associação dos Exportadores de Mel (Abemel); Srª Fabrícia Soriani, da área técnica da Associação dos Exportadores de Mel (Abemel); do Sr. Luiz Lustosa Vieira, Secretário-Geral da Associação dos Meliponicultores do Distrito Federal (AME/DF) – estou conseguindo torcer a língua já, gente –; do Sr. José Soares de Aragão Brito, Presidente da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA).

Lembro que a Senadora Regina Sousa é a Relatora do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2017, de autoria do Deputado Federal Alceu Moreira, que altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para definir procedimentos relativos a inspeção e fiscalização dos produtos e estabelecimentos que especifica.

Hoje também comemora-se o Dia Nacional do Apicultor, não é isso? Portanto, a todos os apicultores do Brasil, representados pelos nossos convidados, eu quero deixar o meu abraço, a minha gratidão; e ao pessoal também do meu Estado de Rondônia, porque lá também há uma produção de mel muito grande, na região de Rolim de Moura.

Antigamente, os nossos apicultores, que produzem o mel, gostavam quando os agricultores deixavam a juquira do meio do pasto, porque daí a juquira acabava produzindo flores e das flores produzia-se o mel. E nós temos mel de qualidade no nosso Estado de Rondônia, a exemplo de Rolim de Moura, da linha 180, do pai do Buziquia, que também é um grande produtor de mel. Como prefeito, na época, que fui de Rolim de Moura, eu ajudei as associações para que elas pudessem se ampliar e se fortalecer. De lá sai mel para o Estado de Rondônia, sai mel para o Brasil e sai mel até para o exterior também. Portanto, para mim, é motivo de alegria.

E, neste dia especial, nada melhor do que dar oportunidade para cada um dos nossos convidados, para demonstrarem não só a grandeza, mas a qualidade do trabalho que vocês fazem e o que vocês representam, para que, depois, o nosso telespectador possa assistir. Nós não estamos ao vivo, porque a Comissão de Constituição e Justiça tem prioridade... Assuntos Econômicos, não é? A de Assuntos Econômicos tem prioridade pelo Regimento Interno da Casa. Esta sessão é gravada e é repassada na quinta-feira, às 14h30, horário de Brasília – todas às quintas-feiras, às 14h30, horário de Brasília –, para todo Brasil. E, depois, ela é reprisada. Portanto, os nossos convidados podem ver que a repercussão é muito grande. Aqui é o momento de vocês demonstrarem, especialmente nesse projeto de lei, até onde pode ser alterado, até onde pode ser modificado e o que tem que permanecer por conquista já adquirida no meio do caminho.

Eu conversava, agora há pouquinho, com um dos representantes do setor que nos pedia para que não se alterasse – eu não estou com o projeto aqui em mãos, mas vocês vão ter oportunidade – a lei conquistada lá em 1950, é isso? Como é o seu nome?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Luiz Lustosa.

Ele reivindicava que a gente trabalhasse com a Relatora, porque já é uma conquista. Lá já está simplificado. E para que nós complicarmos mais? Eu sempre digo o seguinte: quando se complica, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque no final se quer alguma coisa diferente – agregar depois custos para o produtor e para quem o representa no meio do caminho. O que a gente puder fazer aqui para melhorar a cadeia produtiva do mel, podem ter certeza de que vocês tem apoio aqui na pessoa do Ivo Cassol. Sem contar que as abelhas, além de produzirem o mel, fazem um trabalho na natureza que nem o homem consegue fazer, especialmente quando elas levam de uma flor para outra para poderem – eu não sei, nesse mundo técnico aí – fecundar, polinizar, para poder haver produção. Às vezes, o pessoal fala: "Ah, eu tenho uma árvore aqui, deu flor e não produziu nada". Mas também, passou veneno, matou todas as abelhas. Aí, não conseguiu.

Pouco tempo atrás, nós tivemos aqui um debate na Comissão, vieram os técnicos da Embrapa, e eu imaginava que quem fazia a polinização da graviola fossem as abelhas. Aí, eles falaram: "Não, na verdade, é um besouro". Um besourinho que faz a maior polinização de uma árvore para outra, enfim, para poder produzir. E, muitas vezes, o pessoal fala: "Olha, aqui está cheio de besourinho, na graviola" e, na verdade, o besourinho é que estava levando a produção e, ao mesmo tempo, polinizando todo aquele plantio que há.

Então, convido para fazer parte da Mesa... Vamos dividir em duas etapas. Na primeira etapa, o Sr. Bruno de Almeida Souza, pesquisador da Embrapa Meio Norte. Convidar também o Sr. Lauro Jurgeatis, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil, digo, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Mel e Produtos Apícolas – eu que li na parte de baixo aqui. O César está aqui também? Eu troquei, César, estava trocando o que você representa com o Lauro aqui, mas já corrigi. E também convidar, para fazer parte da primeira, o Secretário-Geral da Associação dos Meliponicultores do Distrito Federal, Luiz Lustosa. Vamos participar com a gente também.

Quero cumprimentar a nossa Senadora Regina Sousa e desejar um bom dia. Nós conversávamos aqui, antes de a senhora chegar sobre uma reivindicação que o Luiz Lustosa está fazendo em nome da Associação de Produtores de Mel, para manter uma conquista já de 1950. Depois, eles vão passar para a senhora.

Mas, enquanto isso, a senhora, como também é autora de um dos requerimentos, fica com a palavra para dar início.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Na verdade, esta audiência é para a gente – até par mim, que sou leiga, embora seja uma consumidora de mel permanente – entender o porquê dessa mudança. Eu já recebi vários produtores, já conversei com todos eles. O próprio Ministério da Agricultura mandou uma nota técnica dizendo que não vê por que mexer no que está. A maioria daqueles com que conversei querem que permaneça como está.

Mas vamos ouvir também se há uma argumentação sobre por que a origem mista... Esta expressão endoideceu muita gente: por que a origem mista? Então, a gente vai ouvir, e, na próxima semana, na reunião ordinária, apresento meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senadora.

Passo a palavra para o nosso primeiro convidado, o Sr. Bruno de Almeida Souza, pelo tempo de sete minutos e mais um minuto, oito minutos.

É só ligar o botão.

O SR. BRUNO DE ALMEIDA SOUZA – Bom dia a V. Exª, Senador Ivo Cassol, em nome de quem saúdo todas as demais autoridades presentes, os membros da Mesa, e também a nossa Senadora Regina Sousa.

Colocaram na pauta desta audiência dois temas extremamente relevantes ao setor apícola de todo o Brasil.

E, para introduzir a nossa fala, a fala da Embrapa, vamos apresentar brevemente aqui os desafios da cadeia produtiva apícola no Brasil, sob a perspectiva da Embrapa.

Hoje nós estamos falando de um organismo, estamos falando da abelha, que é um inseto polinizador das principais culturas agrícolas do mundo. A FAO já estima que o serviço de polinização realizado pela abelha traz recursos indiretos da ordem de US$577 bilhões pelo serviço de polinização prestado. Mas, nos últimos anos, tivemos um cenário pouco favorável às abelhas devido ao colapso das colônias. Ele é um problema multifatorial a que as abelhas estão sujeitas, que levou ao declínio ou à deficiência na polinização feita a algumas culturas agrícolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Hoje temos trabalhado, a Embrapa tem trabalhado em conjunto com o setor produtivo, tentando ver o que está acontecendo e mapear aqui no Brasil o *status* desse colapso das colônias em território nacional, buscando, para isso, sempre trabalhar o inseto polinizador, no caso, a abelha, dentro da ótica de conservação de ecossistemas, dando valoração econômica para esse inseto. Quando você consegue dar essa valoração, ver nele uma possibilidade de retorno econômico, com certeza o trabalho de conscientização principalmente dos pequenos agricultores se torna muito mais facilitado.

Os problemas hoje são reconhecidos pelo próprio apicultor. Aquela imagem da esquerda, aquela árvore, foi um trabalho feito com agricultores familiares do Semiárido piauiense. Dentro da ótica deles, eles elencaram ali todos os problemas que afetam ou afligem a apicultura dentro do nosso Estado. E isso pode ser expandido ou replicado para todo o Brasil.

Então, há registrado ali inimigos naturais, altas temperaturas, falta de sombra, formiga, escassez de alimento. Esquematicamente, a gente pode traduzir todos esses fatores colocados sob a ótica do apicultor naquele diagrama da direita.

A saúde das abelhas – e a qualidade principalmente dos produtos – está diretamente associada a aspectos nutricionais dessas abelhas, a aspectos sanitários, à presença de organismos geneticamente modificados a que as abelhas estão suscetíveis, às mudanças climáticas, aos pesticidas e às mudanças nas paisagens. Entendo essas mudanças nas paisagens como a alteração no meio, a derrubada de substratos de nidificação, entre outros.

Pegando um desses fatores como exemplo, trago aqui um estudo apresentado na *Science*, no ano passado, sobre uma amostragem feita em nível mundial que registrou para as cinco principais moléculas de defensivos agrícolas hoje utilizados, de agrotóxicos, que pelo menos 75% das amostras de mel no mundo tinham pelo menos uma dessas moléculas presentes. Isso num universo de quase 200 amostras analisadas.

Então é algo que deve ser olhado com bastante carinho, principalmente observando que, além do efeito danoso sobre o organismo, está entrando como um resíduo num produto que é consumido em nível mundial.

A Embrapa tem trabalhado em estreita conexão com o setor produtivo e construindo uma carteira de projetos voltados para o setor apícola. Hoje esses projetos estão constituídos ou organizados dentro de um arranjo com o objetivo de fortalecer o conhecimento científico e também de colocar à disposição da sociedade soluções tecnológicas para conservação e uso sustentável desses recursos de abelhas, e também aproveitamento dos seus produtos e dos serviços ambientais prestados.

Então, a abelha e as nossas ações devem ser observadas sob uma ótica bastante ampla, já que a abelha não é só mel, ela tem uma série de outros produtos e serviços prestados e de extrema relevância.

Os objetivos da carteira de projetos vão desde aspectos relacionados a recursos explorados por essa abelha, desde a flora explorada até quais são essas abelhas existentes, passando pela validação e adaptação de tecnologia à caracterização e tipificação do mel brasileiro. O Brasil é um país extremamente diverso em termos de extensão territorial, clima e composição de flora. Então, há de se imaginar que há a necessidade de tipificar os principais tipos de mel existentes, e por aí segue uma série de outros objetivos que são foco dessa carteira de projetos da Embrapa. Dentre eles, nós temos prevista a capacitação de produtores, porque de nada adianta a solução ser gerada e não ser adotada. Nós precisamos de pessoas capacitadas para levar e adotar essas soluções tecnológicas.

Para isto, para construir uma carteira que atenda a esses anseios, nós temos uma série de atores com quem a Embrapa tem interagido, desde participação em Câmaras... Aí podemos citar aqui a Câmara Temática do Ministério da Agricultura e também a Câmara Setorial do Mel, no Estado do Piauí...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO DE ALMEIDA SOUZA – E onde há apicultura, dentro do Território Nacional em que há unidade da Embrapa trabalhando, nós temos trazido luz sobre esses assuntos em diversas discussões que têm acontecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As informações são disponibilizadas por meio de publicações técnico-científicas. Também tenho apoiado a formulação de políticas públicas. Temos interagido também fortemente no meio internacional não só com capacitação, mas também buscando experiência de outros atores que têm atuado dentro do trabalho com abelhas, e promovendo um ambiente de discussão técnico-científica.

Aqui eu posso explicitar citando um evento realizado em Teresina, no ano passado, um simpósio sobre perda de abelhas no Brasil, que presencialmente contou com cerca de 200 pessoas, mas ele foi televisionado em tempo real pela rede mundial de computadores e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO DE ALMEIDA SOUZA – ... já conta com mais de 11 mil visualizações. E ainda está disponível do YouTube, com registros de acesso inclusive de fora do Brasil.

Hoje os desafios que nós vemos, sob a ótica de pesquisa, desenvolvimento e inovação, estão bastante relacionados à questão de captação de recursos para a condução das ações, e para isso nós devemos tentar nos aproximar muito do setor produtivo.

Há a formação e a atração de *expertis*es para atuar em áreas específicas. Hoje nós temos uma carência em alguns campos, principalmente na parte de patologia apícola, e também na parte de caracterização de produtos das abelhas.

Há necessidade de capacitação de produtores. Para isso, nós precisamos principalmente de uma Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural) fortalecida, para levar e dar assessoramento a esse nosso produtor.

A organização do setor e das instituições passa pela constituição de fóruns e de grupos de apicultores. E aqui nós temos representante da Associação de Meliponicultores. A meliponicultura é hoje um setor com potencial extremamente grande, mas que ainda engatinha em termos de organização da atividade. Isso precisa ser olhado com bastante atenção.

E aspectos legislativos. Dentro desses aspectos legislativos, já finalizando, nós temos uma série de legislações que impactam diretamente o setor, seja pelos seus produtos, os produtos das abelhas... Aí nós temos legislações específicas para mel e derivados, legislação de inspeção.

Ali abaixo, trago uma imagem do mel de Tiúba, uma abelha sem ferrão, que é um produto com um potencial extremamente interessante, mas que hoje carece de uma regulamentação.

Também há a parte de criação de abelhas. Há a Resolução do Conama, em que a Embrapa participou do grupo de trabalho constituído pela Confederação Brasileira de Apicultura, como membro desse grupo, tentando colocar luz também sobre essa discussão.

E mais recentemente houve a questão do SisGen, que foi disponibilizado por meio do CGEN, do Ministério do Meio Ambiente, que prevê o cadastro de todo o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado. Isso tem gerado uma certa correria e uma ansiedade no setor técnico-científico, principalmente o que acessa esses materiais da biodiversidade brasileira com finalidade de pesquisa, para gerar informação e dar um retorno à própria sociedade. Então, esse é um assunto, hoje, que tem dominado as rodas de discussão técnico-científica com relação principalmente a insetos polinizadores.

Bem, eu agradeço a atenção. Essa foi uma apresentação bastante breve, para colocar alguns dos principais desafios que nós temos observado. E fica aí o fechamento da apresentação com a frase do Dr. José Graziano de que as abelhas são sinal de um ambiente com um bom funcionamento. As abelhas hoje são bioindicadores de uma sanidade ambiental, e nós precisamos utilizá-las, ou dar-lhes condições para que elas consigam persistir e gerar todo esse produto que faz parte da pauta de exportação brasileira e também do sustento de muitos agricultores familiares pelo nosso Brasil.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu agradeço a participação do Bruno de Almeida.

Também quero cumprimentar os colegas Senadores e Senadoras. Senadora Ana Amélia, é uma alegria tê-la aqui junto conosco, sempre acompanhando passo a passo, especialmente defendendo o grande Rio Grande do Sul. E também Dalirio Beber, nosso grande Senador do Brasil, mas também de Santa Catarina. É uma alegria tê-los aqui conosco no dia a dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Passo a palavra ao nosso próximo convidado, Sr. Lauro Jurgeatis, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Mel e Produtos Apícolas do MAPA.

O SR. LAURO JURGEATIS – Bom dia a todos.

Saúdo o Senador Ivo Cassol. Nós temos um brado na apicultura e, em toda reunião, nós temos as nossas saudações apícolas

Saúdo também a Mesa; o Bruno de Almeida, pela brilhante apresentação; a Embrapa, que, com sua excelência, apoia à nossa apicultura e meliponicultura – foi bem destacada a questão da meliponicultura também; e o Luiz Lustosa, parceiro, representando o Distrito Federal com a meliponicultura.

Cumprimento também a Senadora Regina Sousa, do Estado do Piauí, que é importante na produção e na exportação de mel – lá está o nosso Sitonho, que manda um abraço; a Senadora Ana Amélia, do meu Estado do Rio Grande do Sul, que está presente; o Senador Dalirio Beber, do Estado de Santa Catarina, onde ocorreu o Congresso Brasileiro de Apicultura. Foi um evento de sucesso – lá estavam mais de 2 mil apicultores reunidos para o aprendizado. Então, podemos dizer que educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo, e esse congresso realmente nos mostrou isso. Foi brilhante, um sucesso de público e de aprendizado.

Estamos reunidos hoje...

Na qualidade de Presidente da Câmara Setorial do Mel, queria destacar que é esse um colegiado que está no Ministério da Agricultura. São 21 entidades, e as entidades-mães – vamos chamar assim – são a Abemel e a CBA.

Hoje estamos reunidos para comemorar o Dia do Apicultor, data muito importante para comemorarmos aqui no Senado. Quero destacar também que, no dia 20 de maio, nós comemoramos o Dia da Abelha, reconhecido pela ONU – foi uma proposta da República da Eslovênia com o apoio da República Federativa do Brasil. Então, nós temos a comemoração do Dia Mundial da Abelha, data que será celebrada com a representação da ONU, na quarta-feira, amanhã, em um evento a respeito.

Estão em andamento, na Câmara, algumas políticas, como o Projeto de Lei 6.913, que vem em boa hora para fomento à apicultura.

Hoje, estamos aqui, no Senado, para falar do PLC 36 – logo mais teremos uma apresentação a respeito.

Como bem falado aqui pelo Bruno, temos algumas preocupações também na nossa apicultura, como a questão das doenças; de CCD, como foi bem destacado; a questão de sanidade. Mas o que nos preocupa muito hoje é a questão do agrotóxico. O agrotóxico, de certa forma, está sendo inclusive discutido na Câmara dos Deputados agora – semana que vem teremos nova audiência.

Poderíamos dizer que não há desculpa para que o progresso tecnológico não englobe a limitação da poluição. Se somos capazes de produzir bem, de produzir com qualidade, por que não conseguiríamos, então, trabalhar essa limitação? E buscamos, de certa forma, socializar isso com as empresas de agroquímicos. Vamos conversar, vamos ver.

E quero dizer também que o produtor rural deve estar à mesa sempre, já que ele é o utilizador desses agroquímicos. O produtor rural é o parceiro da apicultura. Nós temos uma legislação ambiental muito boa, sim. Lá na propriedade rural, nós temos uma reserva legal que deve ser preservada. Aquele é o ambiente adequado para a apicultura; é o ambiente de integração apicultura-produção, e ainda podendo polinizar os grãos. Então, para esse trabalho, já foi iniciado um projeto, o Colmeia Viva, e esperamos que ele nos dê respostas.

De certa forma, o setor tem um passivo ambiental. Então, o agroquímico no Brasil já tem um passivo ambiental com a nossa cadeia. E hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAURO JURGEATIS – ... a conta, vamos dizer assim, está para a sociedade, que muito fala, mas quero alertar para a mortandade das abelhas, para o declínio das abelhas. Essa conta, senhores, eu, como Presidente da Câmara Setorial do Mel, afirmo aos senhores, quem está pagando é o bolso do apicultor. Não temos mecanismos hoje... Nós queremos, sim, uma apicultura forte, uma apicultura natural. Nós queremos isso e estamos aqui hoje para o fortalecimento da apicultura, mas essa conta não deve ficar somente no bolso do apicultor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ressalto a importância de termos tido ontem uma sessão solene na Câmara dos Deputados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAURO JURGEATIS – ... de hoje estarmos no Senado Federal e, amanhã, na ONU, com a FAO. Então, temos um caminho a seguir. Temos um caminho a seguir!

Eu queria fazer uma homenagem à Mesa e chamar o Antônio Carlos. O Dia do Apicultor deve ser comemorado com mel. Então, singelamente, vou oferecer aos Senadores presentes o mel para que nós possamos simbolizar este dia, em que é celebrada também a nossa padroeira Santa Rita de Cássia. Que Ela nos proteja em todas as nossas ações!

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Esse mel é produzido onde, Lauro? É do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, do Piauí, de Rondônia... É de Santa Catarina?

O SR. LAURO JURGEATIS (*Fora do microfone.*) – Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E qual é o Município? Está aqui ou não? Não diz o Município, não é?

Mas, olha, eu só quero agradecer-lhe, em nome de todos os apicultores, Lauro. Leve o nosso abraço aí para todo mundo.

Aproveitem, porque mel é saúde! Mel é o doce mais natural que existe e, na verdade, faz bem para a saúde. Então, a gente fica feliz de ele estar distribuindo potes aqui de 300g – se pudessem ser de 5kg, a gente não ia achar ruim, não é, Senadora? Mas, tudo bem. Ficamos no crédito do restante. O que vocês acham? Está certo?

O SR. LAURO JURGEATIS (*Fora do microfone.*) – Pode requisitar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, está bem.

Vamos passar para o nosso convidado...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Quero também só agradecer e dizer que esse consumo no Brasil é assim pequeno – por isso 300g – porque ensinaram para a gente que mel é remédio. Aí, só em dizer que é remédio...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mas é remédio mesmo.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... a criança já rejeita. Mas precisa ser alimento. É alimento! Na minha alimentação, todos os dias eu uso mel. E tenho sugerido muito: a merenda escolar podia incorporar isso também. Já para ajudar os apicultores, podia ser incorporado na merenda escolar. Essa é uma ideia que pode nascer daqui.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E, olha, tanto isso é verdade que eu me recordo da minha avó. Quando havia aquelas gripes, no Sul, no oeste catarinense, em Maravilha, a primeira coisa que ela fazia, e depois a minha mãe, era aproveitar o mel para fazer um chá, fazer um xarope para a gente tomar para poder amadurecer a gripe...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – No Nordeste, existe o lambedor. É uma mistura de um monte de coisas... (*Fora do microfone.*) ...cozinhadas com mel. É o lambedor.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E o mel é que acaba dando...

Pois não, Lauro. Pode concluir aqui.

O SR. LAURO JURGEATIS – Senador, há tempo para passar um videozinho só?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É de quantos minutos?

O SR. LAURO JURGEATIS – Quatro minutos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Quatro minutos?

O SR. LAURO JURGEATIS – É sobre a cadeia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, vamos fazer o seguinte: vamos ouvir as pessoas e, depois, no final, passamos o vídeo. Pode ser feito assim, Lauro?

O SR. LAURO JURGEATIS – Quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Deixe aí o vídeo. Depois o pessoal passa para a nossa equipe aqui, que deixa tudo organizado, e aí no final a gente passa o vídeo para poder encerrar, combinado?

O SR. LAURO JURGEATIS – Senador, o comentário da Senadora foi muito apropriado para nos lembrar que no Brasil nós consumimos pouco mel: pouco mais de 100g *per capita*. Há países em que esse índice está em quilos. Então, temos muito que trabalhar essa questão do consumo interno. Contamos com a Abemel, com a CBA. E lembrando sempre das escolas, Senadora, pois os pequenos são nossos futuros consumidores.

Grato.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

Passo a palavra para o nosso próximo convidado, Luiz Lustosa, Secretário-Geral da Associação dos Meliponicultores do Distrito Federal. É uma alegria passar a palavra para o nosso convidado.

Convido a Senadora Ana Amélia – é só um minutinho – para assumir a Mesa.

Com a palavra, pelo tempo aí... Pode começar, nosso convidado Luiz.

O SR. LUIZ LUSTOSA VIEIRA – Em primeiro lugar, quero desejar a todos um bom dia e parabenizar pelo Dia do Apicultor.

Em segundo lugar, quero agradecer ao Senador Ivo Cassol a solidariedade de criar essa apresentação para que pudéssemos aqui discutir sobre o mel brasileiro; agradecer à Senadora Ana Amélia a sua presença; ao Senador Dalirio Beber; ao Deputado Marquezelli; à Senadora Regina Sousa, do Piauí, que muito me atendeu, várias vezes, exatamente para conversarmos sobre esse PL; e ao Lauro, nosso Presidente da Câmara do Mel no Brasil. Tenham todos um bom dia.

Quando falamos a expressão "origem mista", dentro desse nosso trabalho aqui, isso cria uma polêmica grande na cadeia do mel. Para os produtos das abelhas, é inexistente e não deve ser utilizada. Todos os produtos das abelhas são reconhecidos internacionalmente como produtos de origem animal e, portanto, sujeitos aos controles veterinários padronizados pelo mundo inteiro. Então, veja, já se cria um problema para a gente se se criar isso. Então, a expressão que nós solicitamos à Senadora é que se colocasse o que está na própria lei, a Lei 1.283: o mel, a cera das abelhas e seus derivados. Esta está ao encontro com o quê? Com todos os regulamentos atuais publicados, pois, devido a intenso debate, os termos que contemplam todos os produtos das abelhas, inclusive, das abelhas nativas. Abelhas nativas são aquelas que já existiam no Brasil antes do descobrimento pelo Cabral. Quando Cabral chegou aqui, já existia abelha. Nosso D. João VI, quando veio para o Brasil para habitar, o que fez? Trouxe as abelhas *Apis*, e essas são as abelhas que todo mundo conhece. A abelha que se conhece hoje em dia, o mel que se conhece é de abelhas *Apis*.

A meliponicultura é um novo segmento, recente, mas já existia no Brasil. Como o mel das abelhas nativas é em pouca quantidade, a quantidade de produção do mel de abelha nativa, para se ter uma ideia... Eu acho que quase todos conhecem uma abelha chamada jataí, e ela produz um 1kg de mel por ano. Então, Senadora, fica difícil uma pessoa que tenha vindo da Europa, ao ver uma abelhinha jataí... Um quilinho? Era só para ele. E o resto do reino? O reino precisava comer mel também. Então, ele trouxe as abelhas *Apis* para que povoassem o Brasil, e elas são consideradas abelhas exóticas.

Assim, o nosso pedido, o retorno do item E, que é mandatário, contemplaria e resolveria a necessidade dos apicultores, sem haver uma necessidade de se criar uma nova regulamentação: o mel, a cera, as abelhas e seus derivados, pois somente por tal o mesmo já é regulado pelo mercado interno e principalmente externo. A situação envolverá a necessidade de um certificado de sanidade internacional, porque já existe, Senadora; isso existe. Então, nós não precisamos mudar a lei. A lei que existe hoje já nos atende. A Lei 1.283 já nos atende perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A comissão máxima internacional que regula os padrões para comercialização do mel, que é Codex Alimentarius Commission/FAO, não conhece os produtos de abelha de produtos de origem mista e tampouco reconhece a tal origem mista como categoria válida como um produto.

O que isso nos causaria? Hoje nós temos um mel que está aí no mercado. Nós somos um grande exportador de mel. Se colocarmos essa origem mista, nos causará grandes embaraços internacionalmente.

Segundo a nota técnica do Dipoa, do MAPA, de 20 de fevereiro de 2017, o pleito original da proposta retira o mel do âmbito da fiscalização do Dipoa/MAPA, sem garantir o alcance de nenhum desses objetivos alcançados no APL em questão, pois compromete totalmente a exportação do mel e seus derivados, afetando diretamente toda a cadeia produtiva, uma vez que o Brasil registrou produção de 37 mil toneladas no ano, em média, por um período, segundo dados disponibilizados pelo IBGE. Desse montante, em torno de 20 mil toneladas por ano são destinadas à exportação, o equivalente a 55% de tudo que é produzido no Brasil.

Assim, a proposta do PLC...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LUSTOSA VIEIRA – ... como está implicaria perder todo o mercado externo, afetando desde o pequeno produtor que nunca exportou até o grande exportador, que sofrerão pelo excesso de produtos no mercado interno, dispondo de forma desorganizada.

Cabe também ressaltar que, a fim de atender essas justificativas propostas quanto à proposta do PLC 36, de 2017, já foram aplicadas novas normas que convergem para a solução das questões apresentadas, como a Instrução Normativa 5, de 2017, publicada em 4/2/2017, que dispõe sobre os requisitos para a instalação de estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte e de produtos de origem animal, o que inclui mel, produtos de abelhas e seus derivados, de forma extremamente facilitada, observando os baixos riscos potenciais inerentes aos produtos, assim como muitos outros.

Bem colocado o Decreto 9.013, de 2017, que institui o Dipoa, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal e que flexibilizou as exigências que já existem até então. Dessa forma, a emenda de relatoria apresentada atende de forma satisfatória todos os envolvidos no pedido anteriormente proposto, Senadora.

Então, pedimos, Senadora, que nos atenda nesse sentido. É esse o pedido que nós estamos fazendo de apresentar essa emenda de relatoria por V. Exª, que nos atenderá, mantendo o texto original da lei, que não precisa se modificar. Toda vez em que modificarmos uma lei, teremos que fazer novas regulamentações. E o mel nosso, brasileiro, Excelências, merece respeito. Não podemos deixar ficar um ano, dois anos, para que saia uma nova regulamentação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LUSTOSA VIEIRA – Se mantivermos a lei do jeito como ela estava, Excelências, teremos a grande oportunidade de que nosso mel continue sendo exportado, de que nosso mel continue sendo apreciado pelas pessoas. Se fizermos a mudança de passar o mel para uma origem mista, nós teremos grandes problemas para exportação desse mel.

Era o que eu tinha a falar, Excelência, e agradeço pela palavra.

Senadora Ana Amélia e Senadora Regina, que nos atendam, por favor, esse pedido que nós estamos fazendo aqui de apresentar esta proposta.

Muito obrigado. Agradeço a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Luiz Lustosa.

Sem dúvida que a Senadora Regina Sousa requereu exatamente esta audiência pública com esta finalidade: para ver e avaliar os vários pontos de vista e aspectos sobre essa questão tão relevante.

Lembro apenas que, em 2012, eu fiz uma audiência pública aqui também falando muito não sobre a lei especificamente, mas sobre uma situação internacional da questão dos polinizadores, da convivência da apicultura no nosso Brasil, que é um país que tem uma enorme gama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu sou de uma região que tem macieiras. Então, o mel da floração das macieiras daquela região de Lagoa Vermelha, Bom Jesus, Vacaria tem uma relevância extraordinária, e muitas plantas só se reproduzem com a polinização das abelhas. Aqui em Holambra, nós também tivemos um trabalho extraordinário de ver como isso é feito.

Não há dúvida de que o meio ambiente precisa delas, e nós também precisamos delas, embora, Luiz, sem dúvida, você tenha se lembrado aí da jataí. Eu, muitas vezes, fui picada por abelha, por abelha africana. Uma vez, uma abelha, fui comer... Havia uma festa – Senador Cassol, já vou sair daqui –, fui comer um doce, e elas são atraídas pelo cheiro do próprio mel. Aí, havia uma mesa cheia de doce e eu, muito gulosa, peguei um pedaço e mordi. A abelha estava dentro. Ela mordeu a minha bochecha por dentro. Tapou, meu rosto ficou todo... Nunca esqueci isso. É uma lembrança de que eu tenho que cuidar bem das abelhas.

E daquela outra pequeninha – uma pretinha, uma abelha pretinha, que chamam de mirim, arapuá, mel de mirim, uma pequeninha – também sou muito freguesa – eu acho que meu sangue é doce também, porque elas me adoram –, além daquelas que ficavam nas casas, na ponta, que já eram vespas, mas também são polinizadoras as vespas que andam por aí.

Então, parabéns, Senadora Regina. Eu gosto muito dessa lembrança que eu...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu queria aproveitar, se o Presidente me permitir pelo menos um minutinho, uma vez que eu tenho de sair em poucos minutos para atender a outros compromissos, primeiro para parabenizar a Senadora Regina Sousa, que vem, ao longo do tempo, se dedicando a esta matéria tão importante e já manifestou absolutamente o seu convencimento em torno da importância de nós darmos continuidade ao tratamento que hoje o mel tem na atual legislação.

A convocação desta audiência pública serve exatamente para que todos nós consolidemos, de forma muito mais clara, esse entendimento para permitir que, durante os próximos anos, esta matéria não seja objeto de preocupação ou de discussão em torno de um setor tão importante da economia para o Brasil, para o Estado de Santa Catarina e também sei que o Piauí se destaca em função da produção de um mel de qualidade.

Esta discussão está permitindo que nós tomemos conhecimento – ou seja, o Brasil tome conhecimento – de que nós precisamos aumentar o consumo interno, fazer com que nós despertemos para um consumo maior, e que também não nos descuidemos, como uma outra parte importante dessa cadeia importante do mel, da exportação, ou seja, nós continuarmos ocupando lugares de destaque no comércio internacional desse produto, o que vai permitir que a nossa economia cresça, que nós formemos divisas e que, sobretudo, nós tenhamos essa consciência de ser o mel um dos grandes produtores alimentares do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sim, pode...

O SR. LUIZ LUSTOSA VIEIRA – Quero lembrar uma coisa importante: hoje em dia, nos produtos em que consta mel – como o biscoito ou iogurte – não há mel. Vocês não vão acreditar numa coisa dessa, porque eles usam essência no lugar do mel.

Para se ter ideia, Senador, se colocasse mel no iogurte, só no iogurte, teríamos hoje 30 toneladas de mel sendo consumidas. Se colocasse no biscoito, seriam mais 20 toneladas de mel. E nós não temos esse mel hoje, porque não existe uma lei que diz que tem de haver pelo menos 20% ou 30% de mel, como foi feito com o chocolate, Excelência. Com o chocolate, foi feito isso. Colocou-se que tem de haver 30% de chocolate no biscoito de chocolate, que, antes, era só uma corzinha preta que ele colocava e um arominha de chocolate e dizia que era de chocolate. Se fizessem o mesmo com o mel, Excelência, nós teríamos uma produção imensa de mel que está hoje paralisada e que poderia estar sendo consumida em produtos em que diz-se que tem mel, como o biscoito, a manteiga, e vários outros produtos que poderiam estar com mel. Bastava haver uma vontade política de fazer uma lei nesse sentido.

E eu contaria com vocês aqui, que são os donos da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Passo para a Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Olhem quantas ideias já para ampliar o consumo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Melhorar o faturamento dos produtores de mel.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O faturamento, o consumo e a saúde também, porque mel é muito saudável.

O que eu ouvi dos que conversaram comigo, as queixas são na questão do consumo ainda pequeno. Temos de buscar esses caminhos. Também sobre o rigor dos fiscais quando vão com os pequenos, igualzinho fazem com o grande produtor, e o pequeno tem de ser orientado. Ainda bem que já temos as associações, as cooperativas, que já estão orientando os pequenos de como produzir o mel. Também os fiscais não têm nenhum conhecimento sobre mel. Mas não é nada que não se resolva no âmbito do Ministério, que pode ter uma equipe que estude o mel.

O parecer do Ministério da Agricultura – claro, quando eles conversaram comigo, eles me convenceram – veio coroar o meu convencimento no sentido de o que se está falando aqui, inclusive dos acordos bilaterais. A garantia da qualidade é acordada entre os países para poder garantir que o mel tenha a mesma qualidade do que eles produzem ou do que eles compram em outro país. E é uma cadeia que está dando certo. No meu Estado, cresceu muito a produção. Já fomos o terceiro, tivemos uma quedinha por conta da seca, porque as abelhas ficam desnorteadas procurando, mas ainda é importantíssimo na pauta de exportação do Piauí.

Então, não vejo por que mexer, porque teria de refazer tudo que é acordo, inclusive fala que teria de criar um órgão para cuidar. Só iria dificultar a vida dos apicultores e dos consumidores também.

Estou convencida de que tem de tirar. Vou ver só a forma da redação, pois chegaram várias, e eu vou ver. Na próxima semana, eu vou apresentar o relatório, com certeza, aqui nesta Comissão, para encerrarmos esse assunto aqui.

É claro que vocês sabem que volta lá para a Câmara, pois ele veio de lá.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Se tiver mudança, sim, volta para lá. Se mantiver o mesmo texto, não; mas, se há mudança, aprova no Senado e volta.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Há a questão dessa expressão "origimista", que, aliás, ninguém me explicou por que "origimista". Eu vim aqui com essa curiosidade.

Estou convencida, não preciso mais de argumentação, tenho muito...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mas nós precisamos, Senadora – para não cortar a senhora –, ainda ouvir os outros convidados. Há mais uma segunda rodada.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Também queria lamentar que alguns não chegaram, porque tiveram problemas de voo em São Paulo. Parece que houve um nevoeiro. Dois já justificaram a ausência. O do Piauí, parece que não conseguiram enviar passagem daqui, e eu não tinha milhas para mandar uma passagem para ele. Eu ia trazer uma pessoa do Piauí também, do meu Estado, mas está tudo certo. Eu acho que o que eu já ouvi aqui...

Eu tinha de ir ali ler um relatório, mas parece que botaram alguém para ler *ad hoc* – ainda bem que é do Estado – sobre o Rio Parnaíba, mas vou permanecer aqui para podermos ouvir os outros também.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Está certo. Obrigado, Senadora.

Desfaço a Mesa.

Eu não quero cortar vocês, nós estamos no horário e, se nós ficarmos debatendo, não vamos conseguir ouvir os demais. E aqui é o seguinte: os Senadores chupam cana e tocam gaitinha de boca ao mesmo tempo, porque há várias comissões. A própria Senadora Regina falou que tinha de ler um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

relatório do outro lado. Mas vocês aguardem e participem conosco, e, depois, se houver alguma dúvida, nós tiramos com vocês.

Vou convidar para a Mesa o Sr. Cesar Ronconi, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Também vou convidar para a Mesa o Sr. Agenor Sartori Castagna, Presidente da Associação dos Exportadores de Mel; a Srª Fabrícia Soriani, da área técnica da Associação dos Exportadores de Mel; e também o Sr. Cícero Clemente, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Apicultura.

A nossa convidada Fabrícia vai dar apoio e suporte para o Sr. Agenor. Portanto, eu não vou ceder o tempo igual para os dois.

Eu só o coloco para abrir, para não dizer que o Presidente não falou nada. Aí o senhor passa em seguida para ela, porque o tempo conta para vocês dois juntos.

Então, com a palavra o Sr. Agenor.

O SR. AGENOR SANTORI CASTAGNA – Presidente, senhoras e senhoras, muito obrigado pela oportunidade de conversar. Queria agradecer aos Senadores aqui presentes. Como o tempo é curto e o tema é um pouco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AGENOR SANTORI CASTAGNA – ... longo, eu vou passar para a Fabrícia, porque ela é técnica no assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Valeu, Presidente.

A SRª FABRÍCIA SORIANI – Olá! Bom dia a todos. Meu nome é Fabrícia. Represento a área técnica da Abemel. Vou tentar ser bem prática e objetiva para ocupar pouco tempo.

Mostrando para vocês o que é a Abemel (Associação Brasileira dos Entrepostos Exportadores de Mel), nós estamos com aproximadamente 29 associados, o que representa 80% das exportações de produtos das abelhas hoje do Brasil. Então, nós temos um pleno conhecimento do mercado apícola mundial.

A Abemel trabalha para otimizar o desempenho das exportações desse setor. Só a título de expressar, nós estivemos, neste final de semana, durante toda a semana, na Sial, em Xangai, apresentando os produtos apícolas do Brasil e aprendendo também, porque é uma feira muito importante de inovações em alimentação. Então, nós fomos lá mostrar os nossos produtos e aprender em como podemos melhorar.

Também estivemos essa semana na Conbrapi, no 22º Congresso Brasileiro de Apicultura, associado ao 8º Congresso Brasileiro de Meliponicultura, onde também conseguimos congregar muitos apicultores do Brasil e discutir todos os problemas setoriais.

A Abemel atua em conjunto com a Câmara Setorial, com o Sr. Lauro, no sentido de melhorar todas as políticas públicas para que a cadeia funcione de forma mais adequada.

Eu não vou me ater a números. Só quero expressar rapidamente para que vocês conheçam, no gráfico abaixo, a produção apícola brasileira desde 1995... No gráfico está até 2016... Vocês podem perceber que a parte vermelhinha é a produção apícola.

A partir de 2001, 2002, iniciaram-se as exportações de mel brasileiro. E vocês podem observar que as exportações cresceram grandemente, junto com a produção apícola. Isso significa que as exportações foram o grande incentivador da produção de produtos das abelhas no Brasil.

Hoje, se olharmos rapidamente o gráfico, dá para perceber claramente que mais de 50% dos produtos das abelhas produzidos no Brasil são destinados à exportação. Isso é muito importante, porque traz muitas divisas para o País.

Mas eu queria voltar agora para o texto acima e deixar bem claro a todos os presentes que a apicultura é uma atividade prioritariamente do pequeno produtor, a grande maioria da agricultura familiar, porque mesmo os grandes exportadores de mel e produtos apícolas do Brasil são responsáveis por absorver a produção do pequeno produtor rural e levam esse mel do pequeno produtor para o mundo todo. Eu posso dizer que no Brasil existem alguns poucos grandes produtores de mel que equivalem a, no máximo, 5% da produção total brasileira. Então, a gente está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

falando aqui de pequenos produtores, de agricultura familiar, e da importância da exportação para a manutenção desses pequenos agricultores.

Esse outro gráfico – também não vou me ater a números – tem os dados de 2017 até janeiro de 2018, e, como já foi bem citado aqui na mesa, a produção atual de mel é de em torno de 37 mil toneladas por ano, sendo que 20 mil toneladas são exportadas. Cinquenta e cinco por cento do mel brasileiro é mandado para o mundo todo.

O texto que está ali no fundo diz o seguinte: o comprometimento das exportações do mel brasileiro hoje comprometeria de imediato e integralmente toda a cadeia produtiva, tanto os entrepostos exportadores quanto, obviamente, o pequeno produtor rural.

E, para falar um pouco sobre a proposta da PLC – eu acho que já está muito bem fundamentada a defesa das possíveis alterações – ela está pautada em três itens principais, que seriam a alteração da classificação do mel para produto de origem mista, a consequente retirada do mel e derivados das atuais normas regulatórias e uma orientação para que os riscos potenciais dos diferentes produtos sejam considerados na inclusão na mesma lei.

A proposta do setor é que se mantenha a atual classificação. Essa manutenção é importante para que todo o arcabouço regulatório que existe hoje, que regulamenta todos os produtos, não caia por água abaixo. Nós necessitamos dessa classificação para manter todo esse mercado que foi mostrado para vocês. Se tivesse de haver alguma atualização, seria para mudar a denominação para produtos de abelhas e derivados, que também atenderia ao pleito que a gente deseja. Mas manter a denominação anterior também atende plenamente, porque toda a regulamentação permaneceria. E a inclusão de um parágrafo importante que está que é a questão da orientação para que os produtos e processos em questão devam ser inspecionados e fiscalizados, considerando seus diferentes riscos potenciais.

O que eu tenho a dizer mais claramente sobre isso? Na questão da comercialização internacional, para fazer as exportações, nós obedecemos a grandes acordos internacionais...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FABRÍCIA SORIANI – ... acordos bilaterais em que a gente tem de defender as exigências sanitárias de equivalência de cada país; por exemplo, a resolução do Mercosul que fala sobre o mel e que o Brasil tem de atender para conseguir exportar, assim como a diretiva da Comunidade Europeia que diz como deve ser o mel para que esse mel entre na Comunidade Europeia. Apenas dois exemplos para citar o quanto é importante que se mantenham as regulamentações atuais.

Essa proposta foi feita em 2015, quando ainda estávamos sob a regulamentação do antigo Riispoa, que era um documento realmente bastante restritivo. Porém, em 2017, foram publicadas novas normas que estão em congruência com anseios do setor. Então, já resolvemos várias questões que foram apontadas quando da solicitação dessa PLC.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FABRÍCIA SORIANI – Só para citar, a Instrução Normativa nº 5, que regula as pequenas agroindústrias e já facilita muito a inclusão desses pequenos produtores; e o novo Riispoa, que já considera os diferentes riscos dos produtos para serem inspecionados.

Eu só queria demonstrar a vocês, de uma forma rápida e simples, a importância de não se alterar a lei que originou os regulamentos atuais existentes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Agradeço a participação da técnica Fabrícia e passo a palavra para o Cesar Ronconi, representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.

O SR. CESAR RONCONI – Agradeço, em nome do Presidente da CNA, Dr. João Martins, ao Senador Ivo Cassol, ao Senador Dalírio Berger, à Senadora Regina Sousa, à Senadora Ana Amélia e aos demais membros da Mesa essa oportunidade de representar os pequenos agricultores que buscam, através da apicultura, melhorar a sua renda.

Nesse dia memorável, o Dia Nacional do Apicultor – no dia 20 foi comemorado o Dia Mundial da Abelha –, essa atividade econômica desponta como uma ponte ao pequeno agricultor e desperta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um grande interesse em função do alcance e das perspectivas de negócios que ela gera, auxiliando na preservação de nossas matas, de nossas florestas, sem contar com o trabalho imprescindível desses insetos polinizadores em quase tudo o que comemos.

Uma lei de caráter regulatório deve ser mais bem trabalhada, tomando como princípios básicos as normativas da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), uma vez que o Brasil é país signatário da organização. E, pela OIE, as abelhas e seus produtos são classificados como produtos de origem animal.

O Projeto de Lei 36, de 2017, dispõe sobre a mudança da classificação do mel e altera a denominação de "produto de origem animal" para "produto de origem mista". Essa proposta coloca em risco as exportações do produto, pois os países importadores não reconhecem tal classificação.

Quais os riscos das mudanças? Os produtores rurais também serão prejudicados com a elevação da oferta no mercado interno e a consequente redução do preço pago ao produtor. Esse é o meu parecer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado pela participação.

Aproveito a oportunidade para passar para o Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Apicultura, o Sr. Cícero Clemente.

O SR. CÍCERO CLEMENTE – Bom dia.

Cumprimento o Senador Ivo Cassol, a Senadora Regina Sousa, que nos recebeu, acolheu e entendeu as nossas solicitações, em nome da qual eu cumprimento todas as autoridades presentes. Apicultores e apicultoras, meliponicultores presentes, saudações apícolas.

Falar de criar abelhas é simples, é fácil. Há muita gente que cria abelhas como *hobby*, no quintal de casa, três, quatro caixinhas, vai lá, colhe o mel, de vez em quando leva umas ferroadas, fica até engraçado. Mas criar abelhas, como a grande maioria dos apicultores brasileiros lá nos interiores do Brasil, é muito importante. Daquilo depende a subsistência deles. E nós estamos tratando aqui dessa subsistência, porque não podemos deixar que o pequeno produtor de mel lá no interior fique à mercê de ter seu mel em casa sem ter para quem vender.

Eu agradeço muito o apoio da Senadora Regina Sousa, que nos atendeu, acolheu e entendeu as nossas reivindicações em manter o mel como produto animal, que é, no nosso entendimento, o melhor para os pequenos apicultores do interior do Brasil para o momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Agradeço a participação também do Cícero Clemente.

Antes, quem foi que queria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Pode, com certeza. Nós estamos debatendo aqui para melhorar e fortalecer.

A SRª FABRÍCIA SORIANI – Não, é só uma informação. Hoje, além do Dia Nacional do Apicultor, é o Dia Internacional da Biodiversidade, um tema que está bastante ligado às nossas abelhas polinizadoras. Foi um dia também comemorativo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Que bom! Fico feliz. Está aí mais esse reconhecimento.

Também está presente... O Deputado já saiu? O Deputado Nelson Marquezelli?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Ele volta daqui a pouquinho? Que pena! Estava aqui agora há pouquinho. A gente já está... Ele também é um grande defensor da causa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Ah, pode passar o vídeo. Está pronto, vamos passar o vídeo aqui. Foi uma solicitação do nosso convidado. Só falta ele ser colorado. É colorado lá, Célio?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Ah, então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Somos Grêmio, então?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, tá. (*Risos.*)

Eu sou gremista. Por isso que falei "então, somos Grêmio." Somos campeões.

Vamos passar o vídeo. (*Pausa.*)

Peço a compreensão de vocês, porque o vídeo, essa modernidade de tecnologia, está carregando.

Enquanto isso, vamos aproveitar a participação que tivemos a partir do e-Cidadania. Todos que desejarem participar deste evento poderão sempre fazê-lo através do Portal e-Cidadania, *site* www.senado.leg.br/ecidadania ou através do telefone 0800-612211.

O Marcelo Almeida, de Minas Gerais: "Quem deve resolver o problema da cadeia produtiva da apicultura é o setor produtivo incentivado pelo mercado. A apicultura nacional não quer recolher os impostos devidos".

Eu acho, Marcelo, que há alguma coisa... A cadeia produtiva em si não é isso; ela não quer que o órgão público crie mais dificuldade para criar facilidade. Infelizmente, hoje no setor público acontece o seguinte: em vez de diminuir o quadro, eles aumentam para dizer que há um serviço a mais para fazer. Essa é a realidade. Eu fui prefeito e governador. Mas querem cobrar do Governo uma solução para os problemas deles. Na verdade, o que ouvi dos nossos convidados é que nenhum aqui estava trazendo problema deles, estavam trazendo da cadeia produtiva. Tudo bem, se por um acaso continuarem usando agrotóxico à vontade, não vai sobrar abelha para produzir mel. Se não tivermos a sensibilidade de ter a legislação do jeito que já está, facilitando, nós vamos acabar diminuindo a produção. Respeitamos, mas não foi isso que ouvi dos nossos convidados.

Artur Cury, de São Paulo: "Temos que cuidar das abelhas, que estão sendo envenenadas", foi o que acabei de falar, "estão deterioradas por pesticidas, glifosatos e outros milhares de produtos tóxicos. Um crime contra a sociedade e a humanidade".

A Karine Marques, do Rio Grande do Sul: "Esse é um setor produtivo que precisa de investimentos e apoio". É verdade, por isso é importante.

O vídeo está no jeito. Pode rodar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Você pegou do WhatsApp? Vocês estão usando internet? A internet está tão boa que...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não está legal? Então, vamos... Não está saindo do lugar. Só ficou aí, só está a música. Então, vamos ficar devendo. Pode suspender.

Põe de novo? Continue o vídeo, então.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, vamos para frente.

Pois não, nossa convidada.

A SRª FABRÍCIA SORIANI – Infelizmente, o vídeo não rodou, mas só para aproveitar, porque o tema desta reunião é o PLC, mas também são os novos desafios para a cadeia apícula.

Eu queria destacar dois itens importantes que temos de considerar para os próximos anos e sobre os quais já foi falado aqui: o incentivo ao consumo interno do mel, que é uma coisa bastante interessante. Como disse bem a Senadora, as pessoas acham que o mel é só medicamento, só remédio. Não, é remédio também, mas é importante alimento. Eu acho que as políticas têm de considerar muito essa questão. E outra questão bastante importante que foi falada, que está sendo falada na internet é a questão dos agrotóxicos, que realmente estão matando as abelhas. Os apicultores estão perdendo suas abelhas para o agrotóxico.

Essa questão da forma de aplicação dos agrotóxicos, agora chamados de defensivos agrícolas, tem de ser verificada com muito cuidado. Há uma lei tramitando na intenção de facilitar o registro de defensivos agrícolas hoje em dia. Já estamos tendo problema com o que existe hoje. Caso a produção e a comercialização de defensivos agrícolas fique muito liberada, eu não sei o que pode acontecer, não conhecemos as consequências.

Então, eu acho que um dos maiores desafios para o setor hoje é olhar com muito cuidado a relação dos defensivos agrícolas, dos agrotóxicos com as abelhas, para não termos problemas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado pela participação, Fabrícia.

Eu quero também só fazer uma correção: nós tivemos aqui participando conosco nesta audiência pública o Deputado Federal do Estado de São Paulo Nelson Marquezelli e, como só me passaram o cartão dele depois, eu peço desculpa ao Deputado e à sua assessoria. Para nós, é motivo de alegria a participação também aqui, nesta Comissão, de Deputados Federais. Sempre temos o Deputado Luiz Cláudio, que também participa, e tantos outros Parlamentares. Então, que a assessoria e os amigos do Deputado Nelson Marquezelli levem o nosso abraço a ele e o nosso reconhecimento, porque ele participou desta audiência desde o começo e teve de se ausentar agora por motivo de votação nas comissões lá.

Mas fica a palavra aberta aqui ao nosso Senador Dalirio Beber, se quiser fazer alguma consideração.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Apenas para agradecer a participação de todos aqueles que palestraram, que nos prestaram informações de muito conteúdo e muita base, e, sobretudo, a convergência em torno daquilo que já era desejo, era manifestação da Senadora Regina Sousa, que tão oportunamente convocou esta reunião, esta audiência, exatamente para nós todos consolidarmos o entendimento de que devemos manter o mel como um produto de origem animal, e não como um produto de origem mista ou vegetal.

Não vamos desarrumar uma casa, que, pelo entendimento de todos os representantes da audiência de hoje, está funcionando bem. Vamos buscar fortalecer o consumo do mel em nível de Brasil para permitir que nós possamos estimular ainda mais os pequenos produtores a se dedicarem a essa importante atividade, que não só produz um alimento, mas também ajuda a fazer com que as nossas culturas possam de fato também apresentar o nível de produtividade muito maior em função de uma excelente polinização.

Então, parabéns à Senadora Regina Sousa pela iniciativa da convocação desta audiência pública e ao nosso Presidente Senador Cassol, catarinense, emprestado lá para...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Rondônia.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – ... Rondônia, que preside esta importante comissão aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado pela participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parece que trouxeram um novo vídeo aí. Trouxeram? Está no jeito ou está carregando ainda? Então, coloca para rodar.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Valeu, pessoal.

Agradeço aos nossos convidados, aos nossos Senadores e Senadoras.

Fica um abraço.

Até a próxima oportunidade, se Deus assim o permitir.

Obrigado.

Um abraço. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE MAIO DE 2018.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e dezoito, no Plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores Ivo Cassol, Waldemir Moka e Elmano Férrer, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Rose de Freitas, Romero Jucá, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Paulo Paim, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Lúcia Vânia, Rodrigues Palma, Pedro Chaves, José Pimentel e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Acir Gurgacz, Eduardo Amorim e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à pauta de deliberação: ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2014 - Não Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, para isentar as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público da obrigatoriedade de inscrição no Registro Nacional de Cultivares - RNC. Autoria: Deputado Junji Abe. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do PLC 88/2014, com a Emenda nº 1-CAE. Resultado: Retirado de pauta para aguardar a realização da audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 31/2018, de autoria do Senador Paulo Rocha - Item 7 da pauta. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2015 - Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para vedar a exigência, por parte das instituições financeiras operadoras do crédito rural, de garantias reais em valores superiores a cento e trinta por cento do crédito concedido. Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do PLS 447/2015. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 3: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2016 - Não Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, de forma a assegurar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos. Autoria: Deputada Soraya Santos. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: Pela aprovação do PLC 64/2016, com a Emenda nº 1-CDR. Observação: Matéria apreciada sob a presidência eventual do Senador Waldemir Moka. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Elmano Férrer, favorável ao PLC 64/2016 com a Emenda nº 1-CDR/CRA. ITEM 4: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 151, de 2017 – Não Terminativo - EMENTA: Dá nova redação ao § 1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário. Autoria: Deputado Zé Silva. Relatoria: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação do PLC 151/2017. Observação: Matéria apreciada sob a presidência eventual do Senador Elmano Férrer. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Waldemir Moka, favorável ao PLC 151/2017. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2014 - Não Terminativo - EMENTA: Estabelece a obrigatoriedade da publicação de informações acerca da qualidade do produto nos rótulos das embalagens de café torrado em grão, torrado moído e solúvel. Autoria: Senador Antonio Aureliano. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Pela rejeição do PLS 328/2014. Observação: Matéria apreciada sob a presidência eventual do Senador Waldemir Moka. Resultado: Aprovado o relatório da Senadora Regina Sousa, contrário ao PLS 328/2014. ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 30, de 2018 - EMENTA: Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater os problemas e perspectivas relacionados aos impactos da atuação da Empresa BRF no Estado de Goiás. Autoria: Senadora Lúcia Vânia e Senador Waldemir Moka. Resultado: Aprovado o Requerimento 30/2018, subscrito pelo Senador Waldemir Moka. ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 31, de 2018 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EMENTA: Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para instrução do PLC nº 88, de 2014, que "Altera a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, para isentar as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público da obrigatoriedade de inscrição no Registro Nacional de Cultivares - RNC". Autoria: Senador Paulo Rocha. Resultado: Aprovado. ITEM 8: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, de 2017 – Não Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para definir procedimentos relativos à inspeção e fiscalização dos produtos e estabelecimentos que especifica. Autoria: Deputado Alceu Moreira. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Pela aprovação do PLC 36/2017, com a emenda que apresenta. Observação: Matéria apreciada sob a presidência eventual do Senador Waldemir Moka. Resultado: Aprovado o relatório da Senadora Regina Sousa, favorável ao PLC 36/2017 com a Emenda nº 1-CRA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias.

Antes, porém de ler o primeiro item, eu quero aqui cumprimentar o Senador Paulo Rocha e, ao mesmo tempo, toda a nossa Comissão de Agricultura, bem como os nossos assessores, e agradecer a Deus pela conquista que obtivemos ontem com a aprovação da Medida Provisória nº 817.

Infelizmente, adiantou-se um dia aqui no Senado, ontem, para que fosse aprovada a referida medida provisória. E digo infelizmente porque faltaram vários Senadores – eu também cheguei atrasado em virtude de problemas com o voo, porém, eu sempre fui favorável e continuo sendo favorável, tanto que pedi que a Casa registrasse, ontem à noite mesmo, o meu voto favorável no plenário.

Agora, estamos aguardando que a Medida Provisória nº 817 seja sancionada pelo Presidente da República.

A minha maior alegria e satisfação é de saber que lá atrás, ainda em 2001, quando foram demitidos mais de 10 mil servidores do Quadro do Estado... Entre esses servidores, que não eram estatutários, mas celetistas, muitos acabaram sofrendo enfartes, outros cometeram suicídio; entretanto, as outras pessoas lutaram e acabaram sendo vencedoras, até porque eu, posteriormente, como Governador do Estado de Rondônia, em 2003, fiz a reintegração dessas pessoas ao Quadro do Estado como servidores públicos, devolvendo-lhes a dignidade e o respeito tirados.

De lá para cá, agora como Senador da República, juntamente com os demais Parlamentares – o Deputado Luiz Cláudio, os Senadores Raupp, Romero Jucá, Randolfe e tantos outros –, conseguimos, com essa medida provisória, tanto para o Amapá como para Roraima e Rondônia, devolver e dar a esses servidores a oportunidade de fazer parte do Quadro de Servidores da União.

Ao mesmo tempo, o mínimo que a União pode fazer é dar a esses servidores, que ajudaram a integrar a Amazônia, para não entregar a Amazônia, que foram lá e enfrentaram doenças de todos os tipos, como a malária, e a oportunidade de hoje fazer parte do Quadro de Servidores, tanto os ex-servidores do Beron, como também o pessoal que foi aposentado. Isso porque, na medida provisória do Estado, estes não estavam contemplados, uma vez que na tramitação da PEC da transposição do Estado de Rondônia, Senador Moka, naquela época, na Legislatura de 2006-2007, foi apresentada uma emenda retirando os aposentados. Essa foi a injustiça que fizeram. Então, houve a PEC da transposição dos servidores do Quadro do Estado de Rondônia, mas retiraram os aposentados por meio de uma emenda. O Governo, na época, vetou e, com isso, quem estava aposentado não tinha direito à transposição.

Com essa medida provisória aprovada ontem pelos nobres colegas Senadores, que contou também com o meu voto posteriormente, devolveu-se a dignidade e o respeito aos servidores do Quadro do Estado de Rondônia, como também do Amapá e Roraima.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Pois não, Senador Paulo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Para ajudar a ordenar os nossos trabalhos, uma vez que as atenções estão todas concentradas na CAE sobre o debate premente dos combustíveis e a presença do Ministro da Fazenda, eu penso que, oportunamente, aqui nós poderíamos aproveitar para avançar na nossa pauta. Temos matérias que acho que são de consenso, como o item 3. E, não por acaso, estão aqui os três relatores destes que eu vou propor. Do item 3, o Relator Elmano.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, sugiro a V. Exª que a gente retire o item 2, que é terminativo. O restante permanece. E, aí, conforme os Senadores vão chegando, a gente vai...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Do item 3, do item 4 e do item 5, os Relatores estão aqui, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Do item 1 o Relator não está presente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É não terminativo, portanto, estou com o item...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sobre o item 1, Sr. Presidente, há aquele meu requerimento, que está pautado como item 10. Já está, inclusive, combinado com o Senador Caiado que seria preciso fazer uma audiência pública, a meu ver, para discutir a divergência que há na questão do cultivares. Parece que há acordo com o Senador Ronaldo Caiado em aprovar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então está bem. Está bem. Vamos ler o requerimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Seria o item 7.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, vou ler já o item nº 1.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E temos o item 8 também, não terminativo, que é do mel e nós prometemos...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Também. Nós fizemos uma audiência pública. E os produtores de mel do meu Estado de Rondônia mandaram um abraço para a senhora e para todo mundo.

Na verdade, fui à Rondônia Rural Show, Senadora, na sexta-feira. Visitei o estande, Senador Moka, dos produtores da agroindústria. Lá estavam também os produtores de mel, comercializando o mel, o pessoal de Vilhena, de Rolim de Moura e de tantos outros lugares.

Então, quero mandar um abraço para todos os produtores que fazem esse trabalho belíssimo e produzem mel de qualidade.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, para isentar as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público da obrigatoriedade de inscrição no Registro Nacional de Cultivares (RNC).

Autoria: Deputado Junji Abe.

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado.

Relatório: Pela aprovação do PLC 88/2014, com a Emenda nº 1-CAE.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela CAE, com Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

2- Na 3ª Reunião da CRA, realizada em 27/02/2018, foi concedida Vista solicitada pelas Senadoras Regina Sousa e Ana Amélia, na forma do disposto no art. 132, §§ 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal.

3- O Senador Paulo Rocha apresenta o Requerimento nº 31/2018 de audiência pública para instruir o Projeto.

4- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.

O Relator, Senador Ronaldo Caiado, proferiu a leitura do relatório, que concluiu pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1, da CAE.

Não houve manifestação decorrente do pedido de vista.

Sobre a mesa requerimento.

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 31, de 2018
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para instrução do PLC nº 88, de 2014, que "Altera a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, para isentar as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público da obrigatoriedade de inscrição no Registro Nacional de Cultivares - RNC".

Autoria: Senador Paulo Rocha.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Já foi explicado na outra vez que, para arredondar o projeto da relatoria do Senador Caiado – e ele concordou que pode ter suscitado dúvidas –, apresento o meu requerimento exatamente para resolver esse problema de divergência em relação aos cultivares.

Há acordo – está aqui, inclusive, o assessor do Senador Ronaldo Caiado –, ele concorda com a audiência, no entanto, quer, de comum acordo entre nós, chamar os convidados para fazer esse debate. São os vários especialistas das áreas, para haver o contraditório entre os técnicos, tanto aqueles que eu poderia indicar quanto aqueles que eles poderiam indicar.

Então, de comum acordo, nós indicaríamos os nomes para essa futura audiência.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Em votação o requerimento de autoria do Senador Paulo Rocha.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Portanto, aprovado o requerimento.

A matéria é retirada de pauta para atender o requerimento.

O item 2 está retirado de pauta.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para vedar a exigência, por parte das instituições financeiras operadoras do crédito rural, de garantias reais em valores superiores a cento e trinta por cento do crédito concedido.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela rejeição do PLS 447/2015.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- A matéria foi apreciada pela CAE, com Parecer contrário ao Projeto.

3- Na 5ª Reunião da CRA realizada em 13/03/2018, após a leitura do relatório pelo Senador Valdir Raupp, a Presidência adia a apreciação do Projeto.

4- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.)

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), de forma a assegurar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos.

Autoria: Deputada Soraya Santos.

Relatoria: Senador Elmano Férrer.

Relatório: Pela aprovação do PLC 64/2016, com a Emenda nº 1-CDR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Observações:
1- A matéria foi apreciada pela CDR, com Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDR.
2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.

Com a palavra o Relator Senador Elmano Férrer....
O Senador está aí?
Ah, sim, Senador, é uma alegria cumprimentá-lo também.
Com a palavra o Senador Relator Elmano Férrer para proferir o seu relatório.
Peço ao Senador Moka vir aqui, por gentileza.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vamos ao relatório.

Submete-se à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 64, de 2016, que promove alterações na Lei nº 11.977, de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.

A proposição visa assegurar apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos. Nesse sentido, (i) incorpora a regularização fundiária aos objetivos do PMCMV; (ii) prevê o apoio técnico e financeiro da União a essa política; (iii) prevê que regulamento defina regras específicas relativas a seus beneficiários e à contratação de financiamentos; (iv) reserva 2% dos recursos do Programa para essa política e 2% para Municípios com até 50 mil habitantes; e (v) veda o contingenciamento desses recursos.

A autora do projeto, Deputada Soraya Santos, entende que a Lei nº 11.977, de 2009, não incorporou a regularização fundiária ao PMCMV, limitando-se a disciplinar a matéria enquanto política municipal. Tal fato estaria prejudicando a alocação de recursos federais para essa política, uma vez que o Programa é direcionado apenas à produção de novas unidades habitacionais. Em sua visão, a regularização fundiária promove o direito à cidade, que "envolve muito mais que a construção de casas".

Aprovada com uma emenda pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, a matéria foi posteriormente apreciada pelas Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) daquela Casa, com pareceres no sentido, respectivamente, da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira e da constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa da proposição.

Encaminhada ao Senado Federal, passou a tramitar como PLC nº 64, de 2016, e foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Na CDR, o parecer foi pela aprovação, com uma emenda de redação.

Análise.

Nos termos do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CRA opinar sobre a matéria. Em se tratando de decisão terminativa, também os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deverão ser analisados.

Não há óbice constitucional à aprovação do projeto, uma vez que a Constituição Federal atribui à União competência para "promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico" (art. 23, IX) e que não há reserva de iniciativa em favor de outros Poderes. A técnica legislativa, por sua vez, é adequada.

O PLC nº 64, de 2016, propõe-se a integrar a regularização fundiária ao Programa Minha Casa, Minha Vida, para viabilizar o aporte de recursos federais a essa política. A autora do projeto reconhece que "as regularizações fundiárias podem ser, em tese, custeadas pelos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, criado pela Lei nº 11.124, de 2005".

De fato, o inciso III do art. 11 desta Lei, oriunda de projeto de lei de iniciativa popular, determina que os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social sejam destinados a programas de habitação de interesse social que contemplem "urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social".

É sabido, no entanto, que o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social foi abandonado pelo Governo Federal com a criação, em 2009, do Programa Minha Casa, Minha Vida. Prevaleceu na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ocasião uma visão economicista da política habitacional, que buscou maximizar o número de unidades construídas, desconsiderando por completo as dimensões urbanísticas, ambientais e sociais da moradia.

O Programa Minha Casa, Minha Vida repetiu e ampliou os erros do antigo Banco Nacional de Habitação (BNH), financiando apenas a construção de conjuntos habitacionais novos, em áreas distantes da cidade existente, sem infraestrutura, transporte ou emprego. Os Municípios que receberam esses empreendimentos veem-se agora na contingência de ter de atender um gigantesco déficit social, representado por bairros carentes de tudo e em muitos casos dominados pela criminalidade.

A má alocação de recursos do Programa é agravada pelo fato de que milhões de pessoas vivem em assentamentos informais, mas bem localizados, que vêm sendo aos poucos urbanizados e regularizados sem qualquer apoio federal. A urbanização de favelas foi recentemente impulsionada pela edição da Lei nº 13.465, de 2017, que removeu obstáculos à regularização fundiária, beneficiando assim milhões de moradores.

Ao permitir que recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida sejam alocados em programas de urbanização e regularização, o PLC nº 64, de 2016, contribuirá para fortalecer essa importante política, corrigindo assim uma grave falha do Programa.

Voto.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLC nº 64, de 2016, e da emenda da Comissão de Desenvolvimento Regional.

É esse, Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/MDB - MS) – Assumo a Presidência na ausência do nosso Presidente, comunico que o Relator concluiu pela aprovação do PLC 64/2016, com a Emenda nº 1, da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório do Senador Elmano Férrer, que passa a constituir o parecer da Comissão de Agricultura, favorável ao PLC nº 64/2016, com a Emenda nº 1, da Comissão de Desenvolvimento Regional.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Item 3...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/MDB - MS) – Item 4.

Eu vou ter de chamar o Senador Elmano Férrer para presidir esta reunião para que eu possa ler o relatório referente ao item 4 uma vez que sou Relator desse item. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 151, de 2017

- Não terminativo -

Dá nova redação ao § 1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.

Autoria: Deputado Zé Silva.

Relatoria: Senador Waldemir Moka.

Relatório: Pela aprovação do PLC 151/2017.

Observações: *1- A matéria será encaminhada à apreciação da CAE após a deliberação da CRA.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com a palavra o nobre Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS. Como Relator.) – Vou direto ao relatório, Sr. Presidente.

Encontra-se sob exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal (CRA) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 151, de 2017, (nº 3.236/2012, na Casa de origem), do Deputado Zé Silva, que dá nova redação ao § 1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.

O PLC tem apenas dois artigos. O art. 1º contém a parte normativa da Proposição, que altera o § 1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 2008, para estabelecer que a individualização dos contratos coletivos de financiamento celebrados junto ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária e ao Programa Cédula da Terra é condicionada à decisão da maioria dos beneficiários de cada associação, obrigando a todos. A redação atual da Lei, condiciona a individualização dessas operações à adesão de todos os beneficiários de cada empreendimento.

O art. 2º estabelece a vigência da futura Lei a partir de sua publicação. Na justificação, em breve síntese, o autor da proposição argumenta que a redação atual da lei impede que mais da metade dos projetos do crédito fundiário seja individualizada e favorece minorias desinteressadas no adimplemento do contrato, prejudicando os demais associados. A medida proposta, ao dar a oportunidade de que as associações beneficiárias combatam o comportamento oportunista de uma minoria de associados, contribuiria, portanto, para a redução da inadimplência, uma vez que cada família seria responsável por sua própria dívida.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída para apreciação conclusiva das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania; logrando aprovação sem emendas, salvo para aperfeiçoamento da redação.

No Senado Federal, o PLC foi distribuído às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Econômicos.

Não foram recebidas emendas ao PLC nº 151, de 2017, nesta Comissão.

Análise.

Compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal opinar sobre o mérito de proposições pertinentes à política de investimentos e financiamentos agropecuários e endividamento rural, por força do inciso X do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Nesse sentido, cabe registrar que é meritório o PLC nº 151, de 2017, por tornar efetiva a possibilidade de individualização dos contratos coletivos de financiamento junto ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e no âmbito do Acordo de Empréstimo 4147-BR.

A norma atual, ao permitir que um único associado contrário tenha poder para vetar a individualização dos contratos, incentiva a existência de comportamentos oportunistas de uma minoria que acaba por prejudicar a grande maioria dos trabalhadores rurais beneficiários desses programas.

O autor da proposição, Deputado Zé Silva, assevera, com correção, na justificação do Projeto de Lei, que o dispositivo atualmente vigente é antidemocrático, pois não respeita a decisão da maioria. É fundamental, portanto, que se respeitem as decisões tomadas por maioria nas assembleias das associações e cooperativas de beneficiários.

A opção de individualizar os contratos não traz qualquer prejuízo ao mutuante, que continua a contar com garantia real hipotecária sobre a parcela do imóvel que cabe a cada mutuário, na forma dos §§3º e 4º do art. 26 da Lei nº 12.775, de 2008.

Também não há prejuízos para os mutuários, pois a opção pela individualização deve respeitar a decisão da maioria, sendo que nenhum deles será obrigado a arcar com nenhuma dívida adicional. Apenas aquela pela qual já são responsáveis. Dessa forma, o PLC nº 151, de 2017, contribui para oferecer uma solução para os projetos em que os beneficiários, por maioria, vislumbrem a individualização como melhor solução para o desenvolvimento do empreendimento financiado.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2017.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Em discussão a matéria.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir.) – Vou fazer um comentário porque, visitando uma cidade, eu deparei com este assunto: muitas pessoas impedidas, inclusive, de fazer financiamentos individuais, porque havia uma dívida coletiva. Eles queriam pagar, mas não podiam.

Então, acho que este projeto vem bem na hora. Dois não tinham dinheiro para pagar, e por isso os outros não podiam pagar a sua parte, o que não é razoável. Veio em boa hora este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Continua em discussão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – O pedido de vista é regimental. Eu confesso, Senadora, que eu não...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Mas eu votei a favor.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Ah! Votou a favor? Desculpe.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Pois não; pois não.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao PLS nº 151, de 2017.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Retorno a Presidência ao nobre Senador Moka. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/MDB - MS) – Parece-me que a decisão tomada é a mais correta mesmo, porque não podem uma, duas, três pessoas impedir que a maioria das pessoas seja beneficiada pelo projeto.

Eu agradeço a aprovação do projeto.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2014

- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade da publicação de informações acerca da qualidade do produto nos rótulos das embalagens de café torrado em grão, torrado moído e solúvel.

Autoria: Senador Antonio Aureliano.

Relatoria: Senadora Regina Sousa.

Relatório: Pela rejeição do PLS 328/2014.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CTFC no prazo regimental.

2- A matéria foi apreciada pela CTFC, com Parecer contrário ao projeto.

3- A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da CAS após a deliberação da CRA.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa, que é a Relatora da matéria, para proferir o seu relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 328, de 2014, do Senador Antonio Aureliano, que estabelece a obrigatoriedade da publicação de informações acerca da qualidade do produto nos rótulos das embalagens de café torrado em grão, torrado moído e solúvel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por designação do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, cumpre-nos relatar o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 328, de 2014, de autoria do Senador Antonio Aureliano, cujo teor já foi lido na ementa.

A Proposição é composta por três artigos.

O art. 1º torna obrigatórias, nos rótulos das embalagens dos cafés torrado em grão, torrado moído e solúvel, as seguintes informações:

(i) o percentual de cada espécie vegetal presente;

(ii) o percentual de grãos pretos, verdes e ardidos na matéria-prima usada no processo de torra;

(iii) o percentual de casca de grão e de outros resíduos vegetais oriundos das espécies do gênero *Coffea*;

(iv) o teor de umidade no produto final; e

(v) a identificação de impurezas e respectivos teores no produto final.

O Parágrafo único do artigo exclui dessas regras o produto beneficiado em estabelecimentos de terceiros destinados ao consumo do produtor de café; a torra e a moagem de café torrado, realizada por comerciante varejista como atividade acessória; e o café artesanal.

O art. 2º, por seu turno, impõe aos infratores dos dispositivos da futura as sanções determinadas pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Por fim, o art. 3º estatui a cláusula de vigência para que a futura Lei passe a viger a partir da data de sua publicação.

Ao justificar a proposição, o autor menciona pesquisa com diferentes marcas de café em que foi observada a presença de substâncias estranhas ao produto e alega falta de regulamentação adequada acerca da rotulagem nutricional de alimentos e bebidas, apesar do avanço normativo do direito do consumidor à informação.

A Proposição foi distribuída às Comissões de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC); Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Na 4ª reunião extraordinária da CTFC, de 21/3/2018, foi aprovado o relatório Senadora Fátima Bezerra, que passou a constituir o parecer da comissão, pela rejeição do projeto.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 328, de 2014.

Análise.

Não vou ler a análise, porque ela é extensa e até porque já tenho feito relatórios aqui sobre produtos alimentícios, mas quando se trata de produtos polêmicos, como os transgênicos, por exemplo, para os quais ainda não temos uma definição final sobre ele. Mas aqui nesse, vou acompanhar o relatório que veio da CTFC. Vou ler apenas alguns trechos do relatório para não ficar cansativo.

Como não se trata de análise em caráter terminativo, cabe à Comissão, nesta ocasião, manifestar-se sobre o mérito da Proposição, cabendo à CAS a análise terminativa da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

Ao tempo que louvamos a iniciativa do nobre Senador Antonio Aureliano na busca de maior transparência às relações de consumo que envolvam a comercialização de café, consignamos, na mesma linha do parecer da CCT, que sintetizamos em seguida, que o art. 6º, inciso III, do CDC, já assegura ao consumidor o direito à informação adequada e clara sobre produtos, especificação correta da quantidade, características, composição, qualidade e riscos que ofereçam, entre outras informações relevantes.

Ademais, o *caput* do art. 31 do CDC impõe aos fornecedores o dever de informar ao consumidor, na oferta e na apresentação de produtos, sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, os riscos que apresentem à saúde do consumidor, além de outros dados, sempre de modo claro, preciso, ostensivo e em língua portuguesa.

O PLS nº 328, de 2014, já se encontra, portanto, em linha com os referidos dispositivos do CDC.

Relativamente à regulamentação da composição do café, entende-se que o tratamento deva ser feito por meio de norma infralegal, pelas razões a seguir aduzidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal preceitua que é da competência do Ministro de Estado a expedição de instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.

Passo algumas coisas.

A esse respeito, cumpre destacar, ainda, que a Anvisa expediu a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 277, de 22 de setembro de 2005, que aprova o regulamento técnico para café, cevada, chá, erva-mate e produtos solúveis.

Por fim, igualmente importante ressaltar que a respeito das características metrológicas, incumbe ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), autarquia federal vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), regular o tema, conforme dispõe o art. 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, que lhe atribui competência para elaborar e expedir regulamentos técnicos sobre a matéria.

Vou para o voto.

Como conclusão, defende-se que não é oportuno que o Congresso Nacional legisle para a sua regulação, em face da existência de competência do Poder Executivo para normatização pela via infralegal.

Só para dizer que aqui, pela leitura, a gente não vê que haja nada em relação à saúde; é mais a qualidade. E café ou a gente gosta ou a gente não gosta. Se eu compro um café que está com um gostinho diferente, eu não compro mais, porque realmente há as misturas, mas a Anvisa regulamenta, permite essas misturas. Agora, o produtor é que tem que ver se o café dele será vendável, se ele misturar muita coisa.

Por isso, estou acompanhando a votação pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/MDB - MS) – Em discussão o relatório da Senadora Regina. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório da Senadora Regina Sousa, que passa a constituir o parecer da CRA, contrário ao PLS nº 328, de 2014.

Então, nós rejeitamos o projeto aqui nesta Comissão.

O item 6 é um requerimento.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 30, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater os problemas e perspectivas relacionados aos impactos da atuação da Empresa BRF no Estado de Goiás, com a presença dos seguintes convidados:

- Blairo Borges Maggi, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

- José Mário Schreiner, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg);

- Marco Antônio Felício Sanches, Superintendente do Banco do Brasil em Goiás; e

- Pedro Pullen Parente, Presidente do Conselho de Administração da BRF.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia e outros.

A Autora do requerimento é a Senadora Lúcia Vânia. Eu vou subscrever, uma vez que a Senadora não está presente.

Em votação o presente requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o presente requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para definir procedimentos relativos à inspeção e fiscalização dos produtos e estabelecimentos que especifica.

Autoria: Deputado Alceu Moreira.

Relatoria: Senadora Regina Sousa.

Relatório: Pela aprovação do PLC 36/2017, com a emenda que apresenta.

Observações: *1- A matéria será encaminhada à apreciação da CAS após a deliberação da CRA.*

Com a palavra a Senadora Regina Sousa, Relatora da matéria, para proferir seu relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Vem ao exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei da Câmara (PLC) no 36, de 2017 (Projeto de Lei (PL) nº 3.358, de 2015, na origem), de autoria do Deputado Alceu Moreira, que altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para definir procedimentos relativos à inspeção e fiscalização dos produtos e estabelecimentos que especifica.

Com três artigos, o art. 1º da proposição altera o art. 2º da Lei nº 1.283, de 1950, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, para retirar o mel, cera e derivados da relação dos produtos pecuários sujeitos à fiscalização de que trata a citada lei e determinar que o mel, a cera, a própolis e os demais produtos apícolas sejam sujeitos a normas específicas. Além disso, conceitua o mel como produto de natureza mista, elaborado por abelhas melíferas a partir de substância de origem vegetal e dispõe que serão considerados os riscos potenciais inerentes aos diferentes produtos e processos e observadas as peculiaridades relativas ao porte dos estabelecimentos produtores, devendo as ações de inspeção e fiscalização ter natureza prioritariamente orientadora quando se tratar de estabelecimentos de pequeno porte, definidos em regulamento.

O art. 2º do PLC, por sua vez, altera o art. 11 da Lei nº 1.283, de 1950, para corrigir remissões, enquanto o art. 3° do PLC dispõe sobre a cláusula de vigência.

O relatório é longo. Nós fizemos um grande debate aqui, na semana passada, sobre o assunto. Os produtores estavam presentes e também estudiosos do mel. Então, vou passar por cima de algumas coisas.

O PLC nº 36, de 2017 foi distribuído para as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), e de Assuntos Sociais (CAS), para avaliação, e posterior deliberação do Plenário. Não foram apresentadas emendas ao Projeto.

Análise.

Compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do inciso VI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, opinar em assuntos correlatos às áreas de inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal.

Quanto ao mérito, concordamos com o autor do projeto, que argumenta que não faz sentido que se apliquem ao mel e a outros produtos apícolas as mesmas regras aplicáveis a grandes abatedouros de animais, frigoríficos, granjas e indústrias de laticínios, por exemplo.

Segundo a Associação Brasileira dos Exportadores de Mel, o Brasil tem cerca de 350 mil apicultores, dos quais 90% praticam a agricultura familiar, com renda média anual ao redor de R$ 6 mil. Portanto, a proposição protege e incentiva milhares de pequenos apicultores ao estimular o Poder Público a tratá-los de forma diferenciada, com normas de inspeção próprias, conforme as características específicas da sua atividade.

A nosso ver, seria importante, inclusive, que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) dispusesse também de uma estrutura específica para a elaboração de normas e para a coordenação das fiscalizações relativamente ao mel e demais produtos apícolas. A existência de um quadro especializado nessa área permitiria que as ações desenvolvidas no âmbito das competências do MAPA fossem mais bem adaptadas às necessidades dessa cadeia produtiva, que possui significativas diferenças em relação às dos demais produtos de origem animal. Trata-se, todavia, de uma providência cuja implementação não pode ocorrer por meio de projeto de lei de iniciativa parlamentar, dependendo da iniciativa do Poder Executivo, em razão do que dispõe o art. 6, §1º, II, e, bem como o art. 84, VI, "a", da Constituição Federal. Assim, complementarmente à sanção do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Projeto ora em análise, ressaltamos a importância de que o Poder Executivo estabeleça no âmbito do Mapa uma estrutura própria para o atendimento às demandas do setor apícola.

Feitas essas considerações, é necessário registrar que a mudança proposta no que tange à conceituação do mel, como produto misto, ficaria em desarmonia com o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel aprovado pelo Mapa, na forma da Instrução Normativa (IN) nº 11, de 20 de outubro de 2000, que define o mel como o produto alimentício produzido pelas abelhas melíferas. Além disso, a literatura relacionada ao assunto é enfática ao estabelecer que, ainda quando produzido a partir do néctar das flores, o mel é, de fato, elaborado pelas abelhas.

Outra imprecisão da definição proposta pelo PLC consiste em estabelecer que o mel é elaborado a partir de substâncias de origem vegetal, o que só é verdade em parte. Além do néctar das flores e das secreções das plantas, o mel também pode ser elaborado a partir de excreções de insetos sugadores de plantas.

A alteração dessa definição, que já é tradicional em nossa legislação, pode causar confusão e facilitar a falsificação do produto natural, de origem animal, por meio da adição de produtos de origem vegetal, como o melaço da cana-de-açúcar. Além disso, retirar o mel e os produtos apícolas da competência das autoridades responsáveis pela fiscalização dos produtos de origem animal pode inviabilizar a obtenção pelos produtores de certificados necessários à exportação do mel produzido no Território nacional.

Dessa forma, propomos uma emenda para: a) manter a alínea *e* do *caput* do art. 2º da Lei nº 1.283, de 1950, que elenca o mel e cera de abelhas e seus derivados entre os produtos sujeitos à fiscalização prevista naquela lei; b) suprimir o dispositivo que dá nova definição ao mel e que determina a aplicação de normas específicas ao mel, à cera, à própole aos demais produtos apícolas e seus derivados; e c) realizar demais ajustes de ordem formal necessários em razão das alterações promovidas no texto do atual Projeto.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2017, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CRA
> Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 36, de 2017, e suprima-se o art. 2º, renumerando-se o atual art. 3º:
> Art. 1º O art. 2º da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
> "Art. 2º .....
> .....
> Parágrafo único. Considerar-se-ão os riscos potenciais inerentes aos diferentes produtos e processos e observar-se-ão as peculiaridades relativas ao porte dos estabelecimentos produtores, devendo as ações de inspeção e fiscalização terem natureza prioritariamente orientadora quando se tratar de estabelecimentos de pequeno porte, definidos em regulamento." (NR)

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/MDB - MS) – Em discussão o relatório da Senadora Regina Sousa. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, quero consultar o Plenário se podemos aprovar o relatório e a emenda da Senadora Regina Sousa.

As Srª e os Senadores que são favoráveis à aprovação do relatório e da emenda da Senadora Regina Sousa permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório da Senadora Regina Sousa, que passa a constituir o parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 36/2017, com a Emenda nº 1-CRA.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais.

Nada mais havendo a tratar – a pauta foi esgotada –, eu declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE JUNHO DE 2018.

Às onze horas e cinco minutos do dia cinco de junho de dois mil e dezoito, no Plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol e da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Dário Berger, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Paulo Paim, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, José Medeiros, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Rodrigues Palma, Pedro Chaves, José Pimentel, Airton Sandoval e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, antes de iniciar a audiência pública, submete à apreciação Extrapauta o seguinte requerimento: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 32, de 2018 – EMENTA: Requer, em aditamento ao Requerimento nº 25 de 2018 - CRA, aprovado dia 24 de abril de 2018, a participação conjunta da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados - CAPADR. Autoria: Senador Waldemir Moka. Resultado: Aprovado o Requerimento nº 32/2018, transformando em reunião conjunta com a Comissão de Assuntos e Econômicos (CAE) e participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados (CAPADR). Após a apreciação do requerimento, o Senhor Presidente dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 16, de 2018, de autoria da Senadora Ana Amélia, aditado pelo Requerimento (RRA) nº 27, de 2018, de autoria da Senadora Regina Sousa, como parte do processo da Avaliação da Política Pública do Programa Garantia Safra e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, determinada pelo Requerimento (RRA) nº 7, de 2018, conforme o disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, destinada a avaliar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com a participação do Sr. José Paulo de Almeida - Diretor do Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Sr. Rodrigo Puccini Venturin - Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural da Subsecretaria de Agricultura Familiar da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD); Sra. Kelma Christina Melo dos Santos Cruz - Superintendente de Suporte à Agricultura Familiar da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Sr. Hugo Chudyson Araujo Freire - Diretor da Secex-Ambiental do Tribunal de Contas da União (TCU); Sr. Antoninho Rovaris - Secretário de Política Agricola da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG); Sr. Paulo Renê Bernhard - Presidente da Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul. Após a apresentação dos senhores expositores, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Waldemir Moka e Ivo Cassol fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública, com a finalidade de avaliar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Informo que a presente reunião é parte integrante do processo de avaliação da política pública do qual a Senadora Ana Amélia é Relatora, que trata do Programa Garantia-Safra e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desenvolvido no âmbito do Poder Executivo, aprovado pelo requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 7, de 2018, em cumprimento ao dispositivo do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal; e nos termos no Requerimento nº 16, de 2018, da CRA, de autoria da Senadora Ana Amélia; e Requerimento nº 27, de 2018, da CRA, de autoria da nossa Senadora Regina Sousa.

Comunico também a presença dos nossos convidados: Sr. José Paulo de Almeida, Diretor do Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Sr. Rodrigo Puccini Venturin, Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural da Subsecretaria de Agricultura Familiar da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead/Dater); Srª Kelma Christina Cruz, Superintendente de Suporte à Agricultura Familiar da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); Sr. Hugo Chudyson Araujo Freire, Auditor Federal de Controle Externo, Diretor da Secex-Ambiental do Tribunal de Contas da União (TCU); Sr. Paulo Renê Bernhard, Presidente da Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul, Diretor Superintendente da Fundação dos Bancos Sociais da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) e Coordenador Executivo do Conselho de Cidadania; e Sr. Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag).

Temos também a presença, em nossa Comissão, do Prefeito da cidade de Vilhena, Prefeito Adilson de Oliveira, juntamente com seu Secretário de Gestão de Governo, Júlio Peretti e também com o Presidente da Associação dos Aposentados do nosso Estado de Rondônia, Poeta, como é conhecido. É uma alegria o Prefeito Adilson estar aqui conosco, juntamente com o Senador Moka – quero cumprimentar –; é uma alegria. O Prefeito Adilson da cidade de Vilhena responde interinamente pelo mandato, uma vez que a ex-Prefeita Rosani Donadon foi afastada do cargo, foi cassada do cargo de Prefeita da cidade de Vilhena pelo TSE. Houve novas eleições no último domingo. Portanto, queremos que leve nosso abraço ao povo de Vilhena. Estive lá, na última sexta-feira, com o novo Prefeito, o Prefeito Eduardo Japonês. E a gente deseja sucesso para ele.

A gente só fica triste, porque existem lá, Adilson, vários recursos do trabalho nosso como Senador da República. Nós temos recursos lá de saneamento básico e de drenagem profunda, de oitenta e poucos milhões de reais, mais 35 milhões de asfalto, e estão paralisadas todas essas obras. Então, a gente torce para que você, nessa vinda para Brasília, consiga colocar em dia essa documentação que falta. Sei que o prazo é muito pequeno para você, porque não é fácil estar respondendo por uma pasta no meio do caminho. Mas sei que você é um cara arrojado, determinado. E leve o abraço para o nosso amigo e parceiro, companheiro de todos nós, vilhenense, que é Ilário Bodanese, que é uma pessoa extraordinária, um grande empreendedor. Na verdade, é o cidadão para quem no futuro vamos ter que erguer uma estátua, lá em Vilhena, porque de tudo que há de desenvolvimento e progresso em Vilhena fez parte Ilário Bodanese, desde o Parque de Exposição, como a Cooperativa de Crédito. Enfim, ele tem uma história na cidade de Vilhena.

A gente só fica triste, quando se cria expectativa, como se criou lá com o povo de Vilhena. Eu estava lá, no último final de semana, na sexta-feira. As pessoas do Bairro Cristo Rei, todo mundo empolgado, aguardando. É Cristo Rei que estava lá aguardando, se não me engano, porque fora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

criada a expectativa pelo governo anterior do Estado de que se faria asfalto, de que se liberariam 30 milhões. Depois dos 30 milhões, ele cancelou. Repactuaram de novo, e era para asfaltar todo o Bairro Cristo Reis.

Depois ficaram 10 milhões, que seriam só para o asfalto do Cristo Rei. Também, desses 10 milhões, só havia um 1,380 milhão para este ano, e o restante, para os governos futuros. A legislação proíbe isso. Isso é crime. Não pode ser feito um convênio com aumento de despesa para gestões futuras. Isso é proibido por lei. É proibido, porque... Imagine, se o governante na sua gestão já comete isso, imagine, no dia a dia, fazendo despesa para o futuro.

Então, sinto comunicar à população de Vilhena, do Bairro Cristo Rei, de todos os bairros lá da cidade, que estava na expectativa de que fizessem pavimentação asfáltica em 100%, que essa expectativa virou um pesadelo. Portanto, foi cancelado o convênio. O novo Diretor do DER teve que cancelar, e o novo Governador, Daniel Pereira, porque tem que cumprir a lei sob pena de responder criminalmente. Então, não é culpa...

Não estou aqui defendendo o atual Governador, Daniel Pereira, mas, infelizmente, foi culpa da gestão anterior, que assumiu um compromisso com a população sem ter dinheiro para fazer. É aquela expectativa só para enganar as pessoas, e isso virou um pesadelo. Eu sei que vocês, em Vilhena, têm dois grandes empreendimentos, porque eu levei, quando fui Governador, para Vilhena. Melhorei... À Baterias Zoche, que, na época, tinha dificuldade até para comprar carcaça de bateria no Estado nós demos isenção. Para exportar baterias, precisa haver asfalto. Há um convênio de R$1,698 milhão já conveniado, licitado, dada a ordem de serviço, e a empresa não entra no serviço, porque o Estado não passa o dinheiro.

E mais R$1,980 milhão, que são para a Rical, uma empresa que eu levei para a cidade de Vilhena quando eu era Governador. Nós demos incentivos fiscais ao plantio de arroz para poder evitar a exportação de outros Estados brasileiros. Infelizmente, também foi feito o convênio, Júnior, foi licitado, foi empenhado, foi contratado, foi dada a ordem de serviço, e a empresa também não entra na execução, porque não tem garantia de recebimento. E o Governo atual do Estado nem sequer tem de onde remanejar esse dinheiro nesse momento. Vejam que situação difícil o povo do Estado de Rondônia está vivendo, especialmente em Vilhena.

Eu queria só aproveitar, Adilson, e dizer que não é só na cidade de Vilhena...

Senador Raupp, é uma alegria também cumprimentá-lo.

Só para colocar que, infelizmente, a gente vê isso com tristeza, mas nós não podemos abaixar a cabeça. Quero falar para o nosso Prefeito Eduardo Japonês continuar firme, de pé, para que a gente possa ter...

Eu sei que vocês também estão enfrentando uma situação grave de saúde, porque para lá também não está sendo repassado o dinheiro da UTI – da UTI. Já há mais de R$2,5 milhões quase de dinheiro da UTI para serem repassados, mas a gente torce para que o novo prefeito de Vilhena consiga fazer uma junção, junto com a Bancada Federal, junto com a Bancada Estadual, com o Deputado Luizinho, para que a gente possa pelo menos pagar os três meses do ano passado e mais seis meses deste ano, o que dá mais de R$2 milhões, porque, senão, daqui a pouquinho, Senador Raupp, vai fechar a UTI de Vilhena também por falta de repasse.

Criou-se uma expectativa, e o Prefeito Adilson está aqui, apreensivo, conversando com a Bancada de Rondônia, para ver no que a gente pode ajudar.

A gente só quer dar as boas-vindas para você e torce para o sucesso do povo de Vilhena. Infelizmente, no meio do caminho, há as trocas, muitas vezes, como no Estado do Tocantins também, onde houve eleição no último domingo. O que não pode é a população desistir de acreditar que é possível fazer as mudanças. Para o que for preciso, eu me coloco à disposição, e o gabinete meu está à inteira disposição.

Ao poeta que representa aquele grupo do Beirão, ao pessoal que vai fazer parte da transposição, a gente espera que hoje, Senador Raupp, o Presidente sancione aquela Medida Provisória 817, e, com isso, Senador Moka, dê para o povo dos Estados da Região Norte – não só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Rondônia e Amapá, como Roraima também – a dignidade e o respeito por eles terem ajudado a fazer daquele Estado esse Estado tão forte que é, na Região Norte, que ajudou a ocupar, para não entregar a Região Norte.

A gente torce para que o Presidente Michel Temer não vete, e, com isso, todas as categorias, todos aqueles ex-servidores que ajudaram a fazer do Território de Rondônia esse Estado tão forte sejam contemplados, e aquelas pessoas também que estavam na reserva, aposentados, e, por força da lei que foi feita lá atrás, aquela PEC, Senador Raupp, que não estavam sendo contemplados, com essa medida provisória, vão ser contemplados. A gente espera fazer justiça.

Eu sei que o senhor, junto comigo, junto com os Deputados Federais, todos nós fizemos um trabalho árduo. Graças a Deus, nós fizemos a nossa parte. Esperamos que o Presidente nos ajude a poder dar esse direito a eles.

Com a palavra o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – Nós precisamos, Senador Ivo Cassol, que preside esta Comissão, Senador Moka, senhoras e senhores, ir hoje à tarde ao Gustavo Rocha e ao Ministro Eliseu Padilha pedir que não haja vetos. A preocupação neste momento são os vetos, porque, se vierem vetos, nós vamos ter muita dificuldade para derrubá-los. Então, é melhor...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Isso é verdade.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/MDB - RO) – ... acordar com o Governo Federal para que não vete, até porque há um compromisso com o Líder do Governo, que é o Senador Romero Jucá, e com todas as Bancadas de Rondônia, Roraima e Amapá. Então, nós temos que fazer um trabalho – vamos conversar com o Jucá daqui a pouco – para que não haja vetos, porque esse é um processo muito lento, e, se for vetado, vai dificultar ainda mais o nosso trabalho.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Raupp.

Com certeza, Senador Raupp, vamos unir forças à tarde para que a gente possa sentar com o Ministro Padilha e com o Dr. Gustavo para evitar alguns vetos. Depois de vetar, é difícil derrubar.

Também é uma alegria cumprimentar a nossa Relatora, Senadora Ana Amélia.

Convido para fazerem parte da Mesa o Sr. José Paulo de Almeida, o Sr. Rodrigo Venturin, a Srª Kelma Cruz, e o Sr. Hugo Freire.

Será que há lugar para todo mundo? Acho que sim.

Convido o Sr. Paulo Renê para fazer parte da Mesa.

Acho que já lotou, ou há mais um lugar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mais um? Então, convido o Sr. Antoninho Rovaris para também fazer parte da Mesa.

Aproveito a oportunidade aqui para dizer que nós estamos com a presença do Senador Moka. Antes de passar a palavra para a Senadora Ana Amélia, Senador Moka, eu queria só aproveitar, porque aqui ainda vai demorar, e a pessoa tem outros compromissos, mas a minha equipe aqui da CRA solicitou a V. Exª para que a gente incluísse nesta audiência pública do próximo dia 19 com o Ministro e colega nosso Senador Blairo Maggi, conjunta com a CAE e também com a participação da Comissão da Agricultura lá da Câmara... Portanto, eu queria só que o senhor confirmasse para a gente aprovar isso aqui para poder já fazer parte dos convites.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Na verdade, o Ministro Blairo Maggi nos solicitou esse requerimento, porque ele viria e, numa única vez, reunir-se-iam a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, a Comissão de Agricultura do Senado e a CAE, que são as três comissões... E ele gostaria de, além de dar informações, dar explicações em função do que aconteceu durante a paralisação dos caminhoneiros. Eu acho que nós faríamos uma única audiência pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com a presença dos Deputados Federais representantes da Comissão de Agricultura, Senadores da CAE e aqui da Comissão de Agricultura. Eu estou requerendo para que a gente possa fazer isso. Está acertado na CAE, onde já foi aprovado o requerimento. Foi aprovado o requerimento também na Comissão de Agricultura da Câmara, faltando este requerimento aqui na Comissão de Agricultura do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Moka. O nosso amigo, Deputado Luiz Cláudio, também já tinha passado essa aprovação.

Portanto, a sua solicitação aqui na Comissão de Agricultura vem ao encontro de otimizar a presença do nosso Ministro. Eu o encontrei hoje de manhã, descendo no elevador – somos vizinhos de apartamento –, e ele me dizia, Senadora Amélia: "Olha, faz 30 dias que eu viajo por esse mundo afora, não só pelo País". Isso é importante para nós, porque o Ministério não para. Está lá o Coronel Novacki, com toda sua equipe, dando conta e sequência do trabalho. Enquanto isso, o Ministro está, na verdade, representando o Governo Federal, representando a nossa economia e o nosso agronegócio no mundo inteiro.

Portanto, em votação o requerimento de compartilhamento dessa audiência pública com a CAE e também com a Comissão de Agricultura da Câmara.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado.

Portanto, está aprovado. No dia 19/06, ficou designada esta audiência pública. Ficou confirmada essa data.

Senador Moka, vamos avisar à Comissão. A Comissão de Agricultura já avisa à Comissão de Agricultura da Câmara e também à CAE, para podermos ter essa audiência pública.

Dando continuidade a esta audiência pública, especialmente na avaliação de políticas públicas, passo a palavra à nossa Relatora, Senadora Ana Amélia, para, depois, passar aos nossos convidados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro, Presidente, Senador Ivo Cassol, colegas Senadores, Senador Moka, demais Senadores e especialmente os convidados que aquiesceram ao convite para esta audiência pública, primeiro, quero cumprimentar o Senador Moka pela iniciativa, porque estamos, desta forma, racionalizando tempo, o nosso tempo de Senadores e o tempo do Ministro. Acho que temos de trabalhar sempre com esse foco, porque a agenda fica mais racional.

Segunda questão. Acho que o Ministro terá muitas coisas a falar, não só sobre a questão do impacto na produção agropecuária. A Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul, sempre ativa, manifestou também essa preocupação. Faltavam rações para os animais, faltava a condução para transferir o leite que estava tirado, nas pequenas propriedades, para ser entregue à agroindústria. E, assim, sucessivamente, os problemas graves na comercialização dos produtos.

E também aqui nós estamos imaginando que o Ministro poderá falar sobre o mercado internacional cada vez mais protecionista, com graves barreiras aos produtos brasileiros. Então, que estratégias vamos adotar em relação a isso?

Essa audiência pública para nós tem vários aspectos. Um deles é o orçamento para o programa PAA, que é muito importante especialmente para a agricultura familiar.

Segundo, como está dividido o Brasil na distribuição desse programa? Será que estamos privilegiando uma região em detrimento da outra? O recurso público é um só. Qual é o impacto que o orçamento restrito que nós temos hoje, público, com várias medidas tomadas, terá sobre o PAA, que tem um alcance social muito grande?

Então, são esses os aspectos que me interessam nessa abordagem. Conto sempre, Senador Ivo Cassol, com a sua objetividade na distribuição do tempo, porque penso que o debate gera sempre maior esclarecimento do que a própria exposição feita pelos expositores.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Como é nossa praxe, quando há vários convidados aqui, uma das sugestões que eu dou, para o que eu gostaria do aval da Senadora Ana Amélia e também o do Senador Moka, a gente daria sete minutos com mais um minuto de prorrogação, para o pessoal fechar. Acho que é tempo suficiente, não é, Senadora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, está bom.

Se, por acaso, alguém conseguir fazer a sua explanação com menos tempo e alguém depois precisar de um tempinho a mais, a gente também não fica regulando, está bem?

O primeiro convidado nosso a usar a palavra é o Sr. José Paulo de Almeida, Diretor do Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS/Sesan).

O senhor está com a palavra, Sr. Paulo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Presidente, só para tranquilizar os expositores, o assunto se repete. Vocês vão ver que, embora o tempo seja curto, o assunto se repete. Vários de vocês vão se sentir contemplados com outras falas. Depois disso, haverá uma réplica entre vocês e a inquirição nossa; senão, fica demais repetitivo.

O SR. JOSÉ PAULO DE ALMEIDA – Nosso bom dia a todos. Quero saudar o Senador Ivo Cassol, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, saudar a Senadora Ana Amélia e os demais Senadores e convidados. Para nós do MDS, é uma satisfação estarmos aqui.

Quero só pedir para colocar na tela aqui o... Ah, já está lá. Obrigado.

Nós vamos, então, usar rapidamente os eslaides. Nós fizemos vários eslaides, mas vamos ser o mais rápido possível para apresentar para vocês o que é hoje o nosso orçamento e as nossas execuções do PAA no todo.

Aí estão os objetivos do PAA: a geração de renda para os agricultores familiares; promover a alimentação saudável; fornecer alimentos aos equipamentos públicos; contribuir na segurança alimentar e nutricional; ampliar os canais de comercialização; e estimular os circuitos locais.

Aí vem o marco do PAA, instituído em 2013. E aí vem até os períodos 2018 aquilo que foi mudado, as resoluções do grupo gestor.

O programa é executado por seis modalidades. Então, nós temos hoje, dentro do PAA, Compra com Doação Simultânea, que é executada via Conab com cooperativas e via termo de adesão com parceria com Estados e Municípios de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ PAULO DE ALMEIDA – ... todo o Brasil. Temos o PAA Leite, que é um programa exclusivo do Semiárido brasileiro. Há somente uma região do Semiárido brasileiro em que trabalhamos com o PAA Leite, que é a aquisição do leite, a industrialização e a doação desse leite. Há a Aquisição de Sementes para a agricultura familiar compradas da agricultura familiar e doadas à agricultura familiar, também trabalhado via Conab. Temos o PAA Compra Direta, que são, às vezes, excessos de produtos que há no mercado. No ano passado, por exemplo, fizemos compra de leite em pó em todo o Brasil e cabritos no Nordeste. Há o Apoio à Formação de Estoques, que é uma verba via Sead, que também fazemos com parceria Conab/Sead/MDS. E há o PAA Compras Institucionais, que é o grande levante que nós fizemos. Não usamos orçamentos nossos, mas trabalhamos com recurso dos órgãos compradores. Nós somos os estimuladores. Foi criado um portal de compras de agricultura familiar, e, aí, todos os órgãos públicos podem comprar – federal, estadual e municipal – para atendimentos de suas demandas e com a dispensa do processo licitatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aí está o PAA em números, de 2003 a 2017. Queremos dizer que o PAA não parou, como, às vezes, até vemos comentários. Aí há todo um levantamento de valores para vocês, aquilo que nós fizemos em 2017, que é inclusão social: 45% dos agricultores estão no CadÚnico; 47% dos fornecedores são mulheres; e temos o desenvolvimento regional: 54% dos recursos são aplicados na Região Nordeste.

Aí vêm os desafios orçamentários. Nós colocamos uma tela de 2016, 2017 e 2018. Nós tivemos, em 2016, uma LOA de R$560 milhões, chegou a dar uma dotação final empenhada – ocorreu contingenciamento nesse período – de R$526 milhões empenhados, e tivemos 78 mil agricultores beneficiados. Em 2017, nós tivemos uma LOA de R$312 milhões, 50% foi contingenciada, que, posteriormente, foi descontingenciada, e trabalhou-se, no final, com R$287 milhões, e 66 mil agricultores. Em 2018, nós tivemos uma LOA de R$374 milhões. A dotação final, pois foram cancelados R$210 milhões, ficou de R$165 milhões. Isso hoje é o que já tivemos, já está empenhado. E temos uma previsão de atender, com esses R$165 milhões, 30 mil agricultores. Então, hoje há grande importância dessa recomposição orçamentária para o PAA. Esses R$210 milhões nos estão deixando nesse grande gargalo de todo o programa nesse segmento de trabalho.

Aí temos o orçamento de 2018. O que nós fizemos com aqueles cento e sessenta e poucos milhões? Nós empenhamos no PAA Leite R$51,4 milhões; no Termo de Adesão, R$68,3 milhões; temos um TED Profesp de R$7,8 milhões; Aquisições de Sementes, R$7 milhões; e Doação Simultânea Conab, R$23,4 milhões, aguardando a recomposição orçamentária para complementação do repasse. Se atrasa, é porque os projetos recém foram apresentados – esse valor menor da Conab. Atrasa porque têm de ser apresentados os projetos, e esses projetos recém foram apresentados para nós. Então, nós necessitamos orçamento para nós equipararmos e até passar, por sabemos que a Conab é a maior executora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ PAULO DE ALMEIDA – ... de todo o processo.

Aí temos R$1 milhão investido do PAA, que são 170 famílias.

Vamos passar, porque está basicamente no final.

Temos os avanços do PAA. Também temos de colocar em 2017 todas as resoluções. E aqui temos de dizer aquilo que foi ou que estão sendo as compras institucionais. Esse gráfico das compras institucionais é muito importante. Em 2015, as compras institucionais eram de R$27 milhões; em 2016, R$62 milhões; em 2017, nós pulamos para R$150 milhões; e, no nosso projeto para 2018, a previsão é de R$300 milhões.

Esse é o grande trabalho que nós estamos fazendo para conseguir manter as cooperativas e a agricultura familiar com as quedas orçamentárias. Então, as compras institucionais hoje têm sido para nós e para todo o ciclo das cooperativas da agricultura familiar um grande incremento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ PAULO DE ALMEIDA – ... nos valores das cooperativas.

Aí está um exemplo do que cada Estado comprou, nas compras institucionais por Estados, do Rio Grande do Sul e de todos os Estados. São os valores daqueles R$150 milhões que cada Estado vendeu da agricultura familiar nas compras institucionais.

É isso.

Muito obrigado.

Ficamos à disposição para perguntas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senhor, é só para esclarecer.

Quando o Estado faz convênio ou o Município, qual é a relação? O dinheiro é todo federal ou o Estado entra com um pedaço do dinheiro gasto na compra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JOSÉ PAULO DE ALMEIDA – Não, ele é todo federal. Nós não repassamos o dinheiro. Nós pagamos diretamente ao produtor. Temos um sistema em que o Estado é parceiro no recebimento do produto, para quem vai a doação, é o que dá o atesto das notas fiscais que vêm para nós. Nós temos um sistema que é o PAA Data, que é um sistema próprio do Ministério e que paga diretamente ao produtor via Banco do Brasil com cartão do produtor. Em todo final de mês, o produtor está com o dinheiro na conta. Hoje, nós pagamos, mensalmente, em média, de R$18 milhões a R$20 milhões aos agricultores brasileiros.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quem fiscaliza?

O SR. JOSÉ PAULO DE ALMEIDA – Quem fiscaliza é o próprio MDS, o Estado e o próprio Município.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado pela participação do José Paulo.

Eu passo a palavra agora para o Sr. Rodrigo Venturin.

Eu pediria à Senadora Ana Amélia ficar um minuto aqui...

O SR. RODRIGO PUCCINI VENTURIN – Bom dia a todos.

Eu sou da Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural dentro da Sead, ligada à Casa Civil, o antigo MDA – se Deus quiser, voltaremos a ser ministério de novo, pelo nosso público.

Nas políticas dentro do MDA, da Sead, do PAA, os beneficiários dessas políticas são os nossos agricultores familiares que trabalham dentro da Secretaria. O orçamento nosso dentro do PAA – só temos um, foi citado – é o PAA Estoque. O nosso trabalho maior é com a comercialização, ensinando nossos produtores ou agricultores familiares a trabalharem nesse tipo de contratação de compras públicas. Nossa maior prática dentro da Sead é trabalhar a assistência técnica e trabalhar, junto ao nosso centro, CGDE, a coordenação das cooperativas com DAP Jurídica para que os produtores possam aderir às políticas públicas de compra da agricultura familiar.

Dentro do PAA, há a formação de estoque, que seria um tipo de modalidade que vem para os produtores fazerem a estocagem no momento em que há a produção para não comercializarem imediatamente. O limite de acesso para o produtor é de R$8 mil por DAP e de R$1,5 milhão por DAP de organização. A modalidade PAA Estoque é mais feita por organização, para facilitar a estocagem, pois são alimentos em maior escala, como leite em pó, castanhas-do-pará... São modalidades em que há como estocar e vender em outro período, quando o preço comercializar. No primeiro ano, é até R$300 mil. E, após 12 meses, o produtor retorna 3% de juros apenas do recurso para a Sead, o que volta para o Tesouro.

Quem opera também – é nosso parceiro – é a Conab, que faz toda a operação, que controla isso tudo. Junto com a Conab, fazemos a disponibilização dos recursos.

Atuamos no comitê gestor, disponibilizamos o orçamento e divulgamos a modalidade através dos empreendimentos da agricultura familiar. Nós já contratamos, neste ano, junto à Anater, no Rio Grande do Sul e no Paraná, para fazer o Mais Gestão, está-se iniciando o Mais Gestão. Possivelmente, neste mês de junho ainda, já lançaremos as chamadas do Mais Gestão, que é um sistema de assistência técnica que trabalha com as cooperativas. Uma das modalidades que colocamos dentro do processo de contratação dessas chamadas é ensinar os empreendimentos a comercializarem nas modalidades – além do PAA, o Pnae também, que é a nossa meta. Até na meta contratada pelo novo sistema de chamada pública agora, uma das novas metas é que os empreendimentos melhorem as suas compras institucionais.

Esta é a forma do PAA Estoque: comprar *in natura,* o empreendimento estocar e vender no período com uma rentabilidade melhor.

O orçamento vem diminuindo muito nos últimos anos. No ano passado, nós operamos só R$5 milhões. Com a forma como foi diminuindo o recurso dentro da Sead, no ano passado, nós fizemos da seguinte forma e vamos fazer da mesma forma neste ano: nós dividimos R$1 milhão por região – Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Dessa forma, recebemos propostas, havia um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comitê de avaliação junto à Conab, e as melhores propostas eram contempladas. Toda região do Brasil foi contemplada nesse valor médio de R$1 milhão. Neste ano, houve, no LOA junto à emenda parlamentar, R$54,7 milhões; só que depois houve um remanejamento, ficando R$9,7 milhões para o PAA Estoque.

A estimativa de abertura do sistema da Conab para recebimento de propostas é agora no final de junho.

Dentro da Secretaria também, que tem um público, estamos trabalhando agora no Plano Safra para fazer uma parceria com Abras, que é uma associação comercial de supermercados do Brasil, que detém 5% do PIB, e também estamos fazendo um trabalho junto do Pnae, que tem um orçamento de R$1,5 bilhão, para tentar ampliar nossas ações de venda comercial, porque, em toda chamada pública que vamos fazer, daqui para frente, nas nossas exigências...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PUCCINI VENTURIN – Neste ano, nós vamos tentar contratar em torno de 100 mil famílias. A nossa observação, nosso empenho é que, em todas as chamadas, haja como meta o aumento das vendas do mercado institucional. Da parte da Sead, o principal é ensinar ao nosso agricultor familiar fazer essa gestão.

Para mim, é muito bom, porque, quando eu era técnico em 2003 em Minas Gerais, eu fui um dos primeiros a fazer o PAA Leite no Brasil. Eu estava participando junto ao Idene. Então, temos o conhecimento do campo e estamos aqui tentando ampliar essas ações.

Da parte da Sead, é isso.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Rodrigo, que aqui representa a Sead.

Lembro apenas que a Contag, na audiência que teve com o Ministro Eliseu Padilha, renovou esse pedido para retornar ao Ministério da Agricultura Familiar.

Eu passo a palavra agora à Drª Kelma Christina Cruz, que aqui representa a Conab. Com a palavra.

A SRª KELMA CHRISTINA MELO DOS SANTOS CRUZ – Bom dia a todos.

O objetivo desta apresentação é trazer alguns elementos para avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos, a partir da atuação da Companhia Nacional de Abastecimento.

Este primeiro gráfico coloca um pouco a questão da execução orçamentária nesses últimos anos. Aqui estão os dados relativos a 2010 até 2017. Nós temos o orçamento previsto, o disponibilizado e o executado pela Conab. A companhia estabelece termos de cooperação, termos de execução descentralizada com os ministérios coordenadores da ação, tanto a Sead quanto o MDS, e é possível observar que, ao longo dos anos, todo o orçamento disponibilizado vem sendo executado, cumprindo as finalidades do programa.

A companhia dispõe de superintendências regionais em todos os Estados, a execução é descentralizada e, com esse recorte de 2010 a 2017, é possível observar um acúmulo de recursos em torno de R$2,5 bilhões. São agricultores familiares participantes das diversas categorias sociais. Então, o público prioritário é de povos indígenas, comunidades quilombolas, extrativistas, assentados na reforma agrária, mulheres trabalhadoras rurais. Aí, nessa evolução dos últimos anos, é possível observar que, com o decréscimo do orçamento, é claro que vai haver um impacto direto no número de famílias que fornecem alimentos para o PAA.

Além da ponta dos fornecedores, também é importante observar a questão das unidades recebedoras, que atendem as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. No ano passado, a gente teve cerca de mil unidades recebedoras dos públicos da rede socioassistencial, equipamentos públicos de alimentação e nutrição, dentre outros.

Ali é o acúmulo de alimentos adquiridos ao longo desse período. São produtos *in natura*, na sua grande maioria, cerca de 60% dessas aquisições de associações e cooperativas da agricultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

familiar são produtos frescos, mas há também muitos produtos industrializados, processados e beneficiados, que contemplam inclusive as sementes crioula e sementes tradicionais.

As modalidades em que a Conab atua são essas quatro. Já foi dito pelo MDS e pela Sead que a Compra Direta da Agricultura Familiar, a Compra com Doação Simultânea, a Aquisição de Sementes são recursos oriundos do MDS e Apoio à Formação de Estoques pela Sead.

Aqui nós trazemos um pouco das medidas de aperfeiçoamento da gestão ao longo desses 15 anos de execução do PAA. Colocamos aqui como importância principal a questão do acompanhamento e gestão desses projetos; um Plano Nacional de Fiscalização, que vem sendo implantado com muitas melhorias para a execução, porque esse plano de fiscalização nos permite ter elementos que corrijam os rumos da condução dos projetos, a apuração das irregularidades, das eventuais disfunções que ocorram, com apuração dessas irregularidades e aplicação de penalidades e medidas corretivas.

Então, é sempre assegurado o direito de defesa das organizações. São visitas *in loco*. A nossa equipe de fiscalização, nos Estados, utiliza um manual, um gabarito próprio, e é possível verificar a execução mesmo do projeto na ponta.

As medidas corretivas vão desde a aplicação de penalidade, suspensões, multas, cancelamentos, devolução de recursos até outras medidas mais contundentes, no sentido de inidoneidade e cancelamento da possibilidade dessa organização trabalhar com o Governo Federal. Claro que existe uma gradação e é um aprendizado conjunto. As organizações têm se mostrado muito capazes de atender as recomendações e essa demandas também.

Além da questão da fiscalização, a atualização normativa contínua, a questão dos sistemas informatizados também têm permitido oferecer às organizações ferramentas de gestão para esses projetos. Então, a questão de a prestação de contas ser totalmente *on-line*, o acesso à base de DAPs da secretaria, da Sead, em que é possível, no envio de uma proposta, haver checagem com outras bases de dados, também facilita muito e qualifica muito a entrada dos fornecedores no programa.

Desde 2006, numa parceria com o MDS no âmbito do Grupo Gestor do PAA, vêm sendo adotados critérios para alocação de recursos por Estado. Então, esses critérios vão contemplar tanto a situação de vulnerabilidade social, vulnerabilidade alimentar desses Municípios, quanto a questão do número de produtores com DAP, toda a parte também de tipo de produto ofertado. Isso tudo entra no critério de pontuação desses projetos. O público prioritário e a participação de mulheres são elementos também que compõem essa tábua que vai pontuar os projetos e formar um *ranking* por Estado.

Recentemente, o MDS firmou um termo de execução com o Ipea para avaliação do PAA e elaboração de indicadores para o monitoramento. Então, é importante, para a continuidade do programa, que esses indicadores norteiem a execução. Aí a Conab, também conjuntamente, tem feito uma interligação do Sistema de Gestão do PAA com outro sistema, que é o Sistema de Cadastro de Produtores Rurais, visando ampliar os controles e medidas preventivas para acesso dos agricultores e das suas organizações.

A demanda de 2018, como foi colocado, finalizou há pouco tempo. No final de maio, nós tivemos o ranqueamento dos projetos de Compra com Doação Simultânea. O sistema ficou aberto um mês. Nesse mês, as organizações se capacitaram...

(*Soa a campainha.*)

A SRª KELMA CHRISTINA MELO DOS SANTOS CRUZ – ... para atender à expectativa da demanda de 295 milhões. Em um mês, nós recebemos projetos que totalizam 2.235 propostas de organizações fornecedoras. São mais de 43,7 mil famílias, que se candidatam a fornecer alimentos e 2.779 Unidades Recebedoras, com o percentual de 49% para a Região Nordeste, o público dessa demanda; 23% para o Sudeste; 14% representado pela Região Norte; 7% para a Região Sul; e 7% para a Região Centro-Oeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, esses projetos estão cadastrados na Conab, que recepcionou as demandas, e agora a gente tem uma fase de análise documental, de checagem dessas propostas. Todas as pessoas que se habilitaram têm DAP, as organizações com DAP jurídica, e as entidades que recebem também atendendo todos os critérios de condições de recebimento, de qualidade, de pesagem desse produto...

(*Soa a campainha.*)

A SRª KELMA CHRISTINA MELO DOS SANTOS CRUZ – ... enfim, dentro de uma rede credenciada pela assistência social ou pelas áreas competentes. Se for, por exemplo, uma entidade que atenda idosos, vai ter a chancela daquele conselho; criança e adolescente... Os diversos grupos têm sempre a chancela da área específica.

Além da Compra com Doação Simultânea, modalidade Aquisição de Sementes, também já temos um *ranking* das propostas. Foram órgãos demandantes de todas as regiões do País. E, aí, nós temos a Funai, o Incra, Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário, Secretarias de Agricultura que demandaram sementes da agricultura familiar para entrega a públicos da agricultura familiar. Então, cerca de R$17 milhões, em termos de demandas da Região Centro-Oeste, são 54%; da Região Nordeste, 18%; a Região Sul, representou 17% dessas demandas; das Regiões Norte e Sudeste, cerca de 5%.

A Conab está pronta para operar e já deu início à análise e a algumas contratações, porque nós já recebemos cerca de R$31 milhões nesse primeiro desembolso do MDS.

Na questão também de orçamento para a Formação de Estoques, como foi dito pela Sead, a previsão era de 17 e caiu para 9,5. Está sendo finalizado um aditivo do TED para conseguirmos operar 2018. Os próximos passos também são de abertura do sistema, divulgação dos critérios, essa questão toda da pontuação e da documentação para o início da contratação.

Então, de maneira geral, era para colocar esses elementos sobre a execução pela companhia. As superintendências regionais estão analisando as propostas, e eu fico à disposição para eventuais esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Quero aproveitar a oportunidade e fazer uma pergunta para a nossa convidada, Kelma: quando se coloca lá distribuição de semente para a agricultura familiar – e especialmente para o pessoal que está em casa poder saber, porque muitas pessoas não se cadastram, não aproveitam... Por isso são boas essas audiências públicas, porque não são só para o público que está aqui, a assessoria, mas principalmente – não é, Senador Moka, Senadora Ana Amélia? – para quem está em casa nos assistindo.

Na aquisição de semente, distribuição de semente, como, na verdade, funciona isso aí? O agricultar tem direito a quê? À semente de feijão, de milho, de arroz? Qual é a quantidade a que ele tem direito? O agricultor, no pequeno módulo, que, na Região Norte, é na média de 100ha ou 50ha, ou menor, quanto tem de direito a isso? Porque eu vi o percentual lá da aquisição de semente que, por exemplo, para o Norte, era de 5% por aquisição de semente, 5,2% – é muito pouco. Então, o que precisa ver? Quais são as sementes que são distribuídas e a que custo? Você tem permuta com valores ou mercadoria, ou a própria Conab distribui a custo zero?

A SRª KELMA CHRISTINA MELO DOS SANTOS CRUZ – Pois não. Essa modalidade é executada com recursos do MDS. Então, o produto é para doação a pessoas também do público da agricultura familiar.

A demanda é gerada por um órgão público – então, sempre parte por iniciativa de órgãos como a Funai, o Incra, Secretarias de Agricultura, assistência técnica. Tem de partir de um órgão público demandante. E esse órgão público – por exemplo, a Fundação Cultural Palmares – vai fazer um plano de distribuição que especifica quem recebe esse produto, quais são, por exemplo, as comunidades quilombolas que receberiam esse produto, a quantidade e o tipo de semente que é demandado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Você me tira uma dúvida: o Estado ou o Município podem também fazer esse mesmo procedimento? É para o pessoal que está assistindo em casa. A prefeitura pode fazer? Por exemplo, eu tenho o Município de Alta Floresta, Rondônia – vou citar como exemplo. Lá há comunidade indígena, há comunidades quilombolas, há comunidades de agricultores familiares e há um potencial muito grande para o plantio de feijão. A quanto esse agricultor teria direito? E isso a prefeitura pode fazer, ou só o Estado pode fazer, ou só essas entidades?

A SRª KELMA CHRISTINA MELO DOS SANTOS CRUZ – Só o Estado, representado pela Secretaria de Agricultura ou a secretaria afim no Estado. Essa demanda tem de consolidar a proposta para uma safra e tem de ser bem planejada, porque o limite das famílias é individual, é até R$20 mil, na modalidade Aquisição de Semente, por família. Só que, em função da restrição orçamentária deste ano, o que foi feito? A Conab, em parceria com o MDS, estabeleceu um cronograma e uma divisão por região. Então, nós colocamos em torno de R$1,5 milhão para as Regiões Norte e Nordeste, porque eram R$7 milhões, e um pouco menos para a Região Centro-Sul. Aí foi aberto o prazo de inscrição, que foi amplamente divulgado para os órgãos demandantes, e, a partir dessa demanda, é que foi feito esse quadro. Então, nós tivemos uma adesão maior na Região Centro-Oeste por parte dos órgãos e agora nós temos esse período de contratação.

Mas, efetivamente, no início de cada ano, vai ser sinalizado o orçamento, vai ser divulgado o critério e aí é sempre o Estado que vai consolidar a demanda para aquele público a ser atendido, dizendo qual tipo de semente – o mais comum é milho, feijão, há semente de arroz também – e especificando também quais são os públicos que vão receber.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, só para fechar com chave de ouro. Nós temos aqui cinco Regiões: Centro-Oeste, Nordeste, Sul, Norte e Sudeste. Vocês, na hora de fazer a aquisição, tratam todas as regiões como um todo ou vocês têm o respeito na questão de chuvas? Porque, para o Estado de Rondônia, é um período; para o Estado do Sul, é outro período. Como a Conab e o Governo, pelo MDS, equalizam essa liberação? Por exemplo, você estava falando agora da Região Norte. Se for distribuir semente agora para a Região Norte, elas só vão servir, Senador Moka, no meu Estado, Senadora Ana Amélia, em Rondônia, no Amazonas, no Acre, para o final do ano, para o plantio de milho, ou, então, do arroz, também para o final do ano, ou, depois, do feijão, para o mês de março do ano que vem. Como fica essa situação, para poder tirar essas dúvidas?

A SRª KELMA CHRISTINA MELO DOS SANTOS CRUZ – Certo. O plano de distribuição vai especificar o período de plantio, a variedade, e também há o responsável técnico, que é do Estado, que conhece a região e que vai ser capaz, enfim, de delimitar toda essa questão técnica.

O órgão demandante é responsável pelo acompanhamento, pela distribuição, pela entrega desse produto para o público. Então, a Conab contrata o fornecedor. Ali, o órgão, por exemplo – estou citando sempre o exemplo da Funai –, vai dizer que tipo de milho – a variedade, enfim – e qual o público a ser atendido. A Conab contrata a organização fornecedora dessa semente, e o órgão que fez a demanda vai acompanhar, vai distribuir, seguindo a especificação técnica que constava daquele plano.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, só para encerrar a questão: para a safra de 2019 – final de 2018, início de 2019 –, é esse cadastramento agora ou vai haver um novo antes do final do ano?

A SRª KELMA CHRISTINA MELO DOS SANTOS CRUZ – A previsão é de R$7 milhões apenas para este ano. Nós temos a demanda de R$17 milhões e atendimento só de R$7 milhões. Neste ano, ao que consta no acompanhamento da nossa comissão, já está encerrado mesmo. Agora, para o próximo ano, para o próximo exercício, a Conab e o MDS compõem nova comissão e aí vai ser amplamente divulgado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, vamos ver prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Qual é o prazo em que se faz isso, em que vocês se reúnem para deliberar e para o Estado fazer toda essa solicitação, a qualidade que vai ser plantada e vocês liberarem? Por exemplo, o plantio de milho começa no mês de outubro, novembro...

A SRª KELMA CHRISTINA MELO DOS SANTOS CRUZ – Neste ano, as superintendências regionais da Conab já estão preparadas também para orientar os órgãos demandantes, porque, no próximo plantio, essas propostas já devem estar prontas. Então, a discussão do projeto começa agora para ser apresentada em março do ano que vem, meados de março. Quem queria plantar no comecinho do ano que vem já teve que entrar na demanda deste ano, porque a gente obedece a um calendário de plantio. Em função da liberação do orçamento, em função de toda a tramitação, é preciso ter esse planejamento.

As demandas que nós recebemos já vêm sendo construídas lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Ótimo, mas quem vai plantar em novembro, dezembro, janeiro e fevereiro está nesse programa?

A SRª KELMA CHRISTINA MELO DOS SANTOS CRUZ – Sim, há vários, vários. Já estão aí. Temos previsão até o ano que vem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Um mês é previsto, Senador.

A SRª KELMA CHRISTINA MELO DOS SANTOS CRUZ – Até março do ano que vem há planos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mas é o seguinte, Senador Moka, nós temos... Eu estou fazendo essa pergunta porque, se está aberto para todos os Estados da Federação, havendo necessidade de se cadastrar, para que eles não fiquem na dúvida, procurem a Conab regional e mostrem a sua necessidade para que a Conab veja qual quantidade de recursos que há para liberar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Mas o pessoal da Funai sabe quando vai começar o plantio e vai dizer para esse programa que eles vão precisar de sementes no mês de março ou no mês de novembro, dependendo da qualidade. Quem tem de estar atento a isso são os órgãos que representam isso.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mas é essa a minha pergunta, porque, neste ano, o Estado de Rondônia, como em outros anos, não tem plantado nem feijão, e o agricultor deixou de produzir, diminuiu 90% a produção. E as pequenas famílias têm dificuldade para adquirir a semente. Por isso fiz essa pergunta, para que o Estado possa se preparar agora já para o programa do ano que vem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Há duas limitações: primeiro, o orçamento que eles precisam saber antes, quanto eles vão ter; e, segundo, o pessoal de cada Estado precisa saber a demanda específica e qual a semente de que vai necessitar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, a equipe tem tempo para poder trabalhar já programando a safra no final de 2018 para safra de 2019.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Com certeza.

Nós vamos aprovar um orçamento até o final do ano, e, com base nisso, eles saberão de quanto eles vão dispor do orçamento e vão começar a receber a demanda.

Se você voltar uns dois ou três eslaides para cá, você vai ver que o quadro é invertido, porque aí o Norte e Nordeste são os que mais receberam, e o Centro-Oeste, por exemplo, ficou com 5%.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É verdade. Rondônia ficou com 5%, mas, quando você vai na aquisição do alimento, o Norte também ficou com 14%. Eu acompanhei. O Nordeste, com 49%; já o Sudeste, 28%.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – O Sudeste 23%; o Norte, 14%; e o Centro-Oeste, com 7%.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, o que nós estamos mexendo nesta Comissão? É para que as entidades sociais que cuidam dessa parte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que têm o espaço aberto dentro do Governo, utilizem para que a gente possa adquirir esse alimento direto.

Como nosso próximo convidado, passo a palavra ao Sr. Hugo Freire.

A SRª KELMA CHRISTINA MELO DOS SANTOS CRUZ – Desculpem, eu só queria fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sim.

A SRª KELMA CHRISTINA MELO DOS SANTOS CRUZ – A modalidade Aquisição de Sementes é limitada a 5% do orçamento do PAA. Então, nós também não temos essa discricionariedade de aumentar.

E, aqui, tanto Compra com Doação Simultânea quanto Aquisição de Sementes é a demanda. Isso aqui é previsão, porque nós recebemos propostas que totalizam esse percentual. Então, não é a divisão do orçamento para aquela Região. Não é isso. Norte e Nordeste, por exemplo, na Doação Simultânea, têm mais 50%. Aqui é a demanda apresentada pelas organizações da agricultura familiar. Então, essa aqui foi a adesão que nós tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mas não quer dizer que foi liberado isso?

A SRª KELMA CHRISTINA MELO DOS SANTOS CRUZ – Não, não significa. Eu tenho outro quadro depois, com o percentual por...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Aqui é a expectativa, a realidade e o pesadelo. (*Risos.*)

Vou passar a palavra para o nosso convidado o Sr. Hugo Freire, por gentileza.

O SR. HUGO CHUDYSON ARAUJO FREIRE – Bom dia.

A apresentação, por favor.

Bom dia a todos. Exmo Sr. Senador Ivo Cassol; Relatora, Exma Senadora Ana Amélia; demais parlamentares; senhores e senhoras, bom dia.

Agradeço, em nome do TCU, a oportunidade de estar aqui apresentando os trabalhos que foram realizados no PAA, como parte da nossa missão de apoiar o controle externo exercido pelo Congresso Nacional.

Nosso desafio aqui agora é falar de alguns trabalhos realizados mais especificamente no PAA, Compra com Doação Simultânea, e basicamente a gente vai falar sobre o que motivou os trabalhos, as constatações, as deliberações e as próximas etapas. Por que o Tribunal avaliou o PAA, especificamente o PAA Compra com Doação Simultânea, mas o PAA como um todo? Analisando Compra com Doação Simultânea, no período de 2013 a 2015, o que foi operacionalizado pela Conab foi no valor de R$3,6 bilhões, e, num outro trabalho, onde se analisou o PAA como um todo, todas as modalidades, no valor de R$6,8 bilhões, números que batem muito próximos com os que foram apresentados pelos colegas anteriormente. Corrija-se ali: o valor é até 2017. Houve um erro de digitação.

Então, a gente falou de um primeiro quesito: materialidade; e o segundo é a relevância. Dentre todos os objetivos previstos para o programa, dois se ressaltam, que são o incentivo à agricultura familiar, e a promoção e o acesso à alimentação, que tem a ver com segurança alimentar. Por esses dois motivos, materialidade e relevância, o Tribunal se debruçou sobre esse objeto. Como ele avaliou esse objeto? Basicamente, a gente vai falar hoje em três processos: auditoria de conformidade, realizada entre 2013 e 2017; uma auditoria operacional realizada na Conab, especificamente sobre Compra com Doação Simultânea em 2017; e, identificando um problema dentro da DAP, que é a Declaração de Aptidão ao Pronaf, nós nos debruçamos sobre ela numa auditoria na Sead.

A Compra com Doação Simultânea já foi explicada aqui pelos colegas. Existem os beneficiários fornecedores e os consumidores. Os agricultores familiares estão aqui entre os fornecedores.

Nas auditorias realizadas de conformidade, acho que o importante é destacar quais foram os Estados em que as Secretarias Regionais do Tribunal de Contas da União fizeram trabalhos: Minas Gerais, Bahia, Sergipe, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Maranhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esse apanhado de trabalho serviu como elemento para uma auditoria mais estruturante, uma auditoria operacional, que se debruçou sobre o PAA Compras com Doação Simultânea, especificamente sobre a Conab, que é a nossa unidade jurisdicionada. Esse trabalho identificou basicamente duas grandes oportunidades de melhorias: a primeira delas é a distribuição de recursos, um dos pontos tocados aqui pelos colegas anteriormente, em que uma ausência de critérios objetivos leva, muitas vezes, a um agravamento de diferenças regionais e que vêm a comprometer uma das finalidades do próprio programa que é incentivar a agricultura familiar, a que não necessariamente agricultores com menor renda têm acesso – e isso a gente vai explicar. Um dos motivos tem a ver, provavelmente e em grande parte, com a carteira de propostas de cada Estado, porque, quanto mais organizada for a instituição, mais fácil é para ela ter acesso ao crédito, acesso ao programa.

E o outro ponto é a promoção de acesso à alimentação, em que não necessariamente o programa está garantindo a segurança alimentar para quem mais depende dela. Desses dois pontos, foram feitas deliberações de que a gente vai tratar um pouco mais à frente; mas há um outro ponto que nos toca, e aí tem a ver – que eu acho que é a maior contribuição que o Tribunal pode fazer – com a regularidade dos beneficiários. Ou seja, a existência de beneficiários com indícios de irregularidade dentro do programa.

Analisando essa auditoria de 2017, no PAA Compra com Doação Simultânea, quase 10% dos beneficiários estavam em desconformidade com os critérios – a gente trouxe aqui alguns –, e com potencial prejuízo de R$96 milhões. Em cima disso, o Tribunal deliberou, num acórdão do Ministro Augusto Nardes, que a Conab especificamente, fortaleça, implemente controles adicionais, que são controles no programa, não na DAP – que aí a gente vai tratar em outro momento; e ao MDS, à Conab e ao grupo gestor do PAA, que desenvolvam, regulamentem e apliquem critérios de alocação de recursos entre Estados – acho que é um dos pontos que foi conversado aqui anteriormente. Em grande medida, esse acórdão já está sendo monitorado. Há um processo, em que a gente está avaliando quais são as respostas desses gestores, mas a gente verifica, de antemão, que, nos dados fornecidos agora, mais recentemente, já há uma tendência de mudança.

A par desse trabalho realizado numa auditoria operacional, identificou-se que a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), que é porta de acesso para diversos programas, deveria ter um olhar um pouco mais acurado do Tribunal de Contas da União. Fizemos agora, no final do ano passado e início deste ano, uma auditoria de conformidade, onde se analisou a DAP como porta de acesso para 11 programas; o PAA é um deles.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUGO CHUDYSON ARAUJO FREIRE – O PAA em valores aplicados nesse período foi da casa de quase R$7 bilhões, e, colocando os critérios que foram trazidos, que são basicamente aqueles já da auditoria operacional mais outros agora um pouco mais fortalecidos, identificou-se quase R$480 milhões de valores em risco para unidades familiares pessoas físicas, e R$207 milhões para pessoas jurídicas.

Novamente houve uma deliberação do Tribunal – essa agora é de 2018, do Ministro André Luís – em que foi determinado que a Sead estabeleça procedimentos para validação das informações apresentadas na emissão da DAP, porque são informações declaratórias, a exemplo do cruzamento de dados com as bases de dados dos sistemas governamentais e dos próprios programas da agricultura familiar.

Isso foi identificado, e os colegas que trabalharam em parceria conosco, os colegas da própria Sead, falaram: "Bem, nós temos aqui alguns programas que já poderíamos cruzar com esses próprios programas, para efetivamente...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. HUGO CHUDYSON ARAUJO FREIRE – ... promover uma acuidade maior dos beneficiários.

Para terminar, então, o Tribunal, como uma colaboração, e na verdade fruto desse último trabalho, criou – a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, onde eu trabalho – um painel da agricultura familiar, com os dados desses 11 programas e os critérios que nos levaram a trazer elementos de indícios de risco; ou seja, uma possível desconformidade dos beneficiários que estão nesse programa, olhando sempre a DAP como porta de entrada.

É possível se analisar temporalmente a aplicação dos recursos, a distribuição geográfica, possíveis inconformidades na emissão por meio de cruzamentos de dados e o impacto no acesso aos programas e políticas da agricultura.

Lógico que não dá para trazer aqui as potencialidades desse painel, porque ele ainda está para consumo interno. O Tribunal tem uma Secretaria que está debruçada para disponibilizar o acesso desses dados, mas a gente tem ideia, analisando quais são os programas, da potencialidade do que é, hoje, o cruzamento de dados frente a uma melhor colocação dos programas públicos.

O Tribunal entende, já de um tempo para cá, que não é possível mais, dadas as limitações de recursos que nós temos, não promover uma integração dos dados para minimamente dar uma confiabilidade daquilo que é o beneficiário, do que foi pensado na origem da política.

Então, a gente tem, para finalizar, um painel para pessoa física, um painel que pode ser georreferenciado, e assim ele o é, e um painel também para a pessoa jurídica, tendo a DAP, Declaração de Aptidão ao Pronaf, como porta de entrada de diversos programas; inclusive o PAA é um deles e está ali.

Termino a minha fala e agradeço a oportunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Dr. Hugo, pela participação.

Passo a palavra, agora, para o Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Contag, Sr. Antoninho.

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Alô?

Está funcionando? Alô?

Bom dia, senhoras e senhores, bom dia Senador Ivo, bom dia Rodrigo e todos os demais, Senadora Ana Amélia, Senador Moka.

Quero, em primeiro lugar, agradecer o convite. É importante podermos participar de um debate tão importante e promissor, quando se trata da questão de possíveis alterações.

Em primeiro lugar, eu queria colocar que o PAA, para nós – não tenho apresentação – é muito mais do que apenas uma compra institucional. Como já foi colocado e apresentado, ele é uma via de mão dupla, na qual se trabalha além da busca, digamos, de melhoria de condição de renda e de vida daquelas pessoas que estão produzindo e também se oferece uma condição de segurança alimentar para aqueles que não a tem.

No entanto, como política, ela é muito importante. Eu diria que ela é, talvez, como a política habitação rural, que, depois de 512 anos no Brasil, a gente conseguiu ter. Da mesma forma, Senadora Ana Amélia, que está muito ruim quando se trata do desenvolvimento da política, é um programa que nos dá essa possibilidade de fazer o chamado desenvolvimento rural sustentável, sem dúvida nenhuma.

Porém – eu quero aproveitar os meus minutos de uma maneira, espero, produtiva, com proposições – nós temos algumas questões, dentro do PAA, sobre as quais precisamos alertar os Senadores. Primeiro, há uma evidência, na nossa avaliação concreta, de que o PAA para o Governo não é tão importante quanto é para nós. A cada ano... Se nós pegarmos as estatísticas que nos foram apresentadas agora, em 2016 conseguiram atender 78 mil agricultores; em 2017, 66 mil; e a previsão para 2018 é de 30 mil. Ou seja, há um decréscimo nesse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por outro lado, se nós pegarmos também as primeiras propostas do PLOA que veio para o Congresso Nacional, nós tínhamos R$750 mil para o PAA (aquisição). Então, se nós pegarmos também a questão do estoque, com R$7 milhões, eu fico pensando como é que a Sead faz essas contas para poder contemplar da melhor forma possível aqueles que estão demandando.

Então, o que eu quero colocar muito diretamente é um pouco isto. Ou seja, nós estamos numa evidência de que, na nossa avaliação, o Compra Institucional está sendo visto pelo Governo como o grande substituto do PAA, e isso não dá para nós aceitarmos. Pelo menos, nós não entendemos dessa forma. Porque, se olharmos, nós temos um potencial de mais de R$2 bilhões anuais, com relação ao Compra Institucional. Porém, no ano passado, nós utilizamos ou fizemos a comercialização apenas de 150 milhões. Ou seja, há um potencial enorme para ser explorado nessa área. E nós concordamos com isso.

A grande questão é que o Compra Institucional é exercido por quem, até hoje, não tem experiência em compra da agricultura familiar, que é o caso de Exército, Marinha, Forças Armadas, enfim, universidades, hospitais públicos, etc. E há todo um processo que tem que ser feito, diferentemente da tradição que o PAA já tem, dentro das nossas comunidades rurais, dentro dos nossos Municípios.

Então, nós temos que ter a capacidade de entender que o Compra Institucional será, com certeza, um grande instrumento, mas será. Gradativamente, nós vamos ter que fazer o processo de inclusão dessa agricultura familiar dentro do Compra Institucional. E, com isso, nós não podemos simplesmente substituir o PAA. Então, esta é a primeira questão que precisa ficar bem clara. Ou seja, o Compra Institucional será, com certeza, uma grande política, assim como é o PNAE, mas ele terá que ter tempo para ser implementado. Essa é uma primeira questão.

Quando se trata da operacionalidade do PAA, nós queremos trazer uma questão que é muito importante. O Senador Ivo Cassol aprofundou um pouco essa questão do PAA Sementes. Agora, nós temos um grande problema do PAA Sementes, que é a semente. Ou seja, existe todo um normativo no Brasil com relação às sementes, que os senhores conhecem, os senhores sabem. Porém, nós temos uma portaria do antigo MDA, de 2007 – Portaria nº 51 –, que diz que sementes crioulas, varietais, da agricultura familiar, apenas precisam de um registro... Não! Desculpem-me; elas apenas precisam ser cadastradas junto à Sead – desculpem-me; eu não tinha pegado a lógica.

Porém, o que está acontecendo? Grande parte das pessoas que está hoje querendo vender, como as organizações, como foi aqui colocado, bate numa questão, de novo, que nós sabermos ser difícil. Bem, nós temos, por exemplo, a Conjur, da Conab, que tem dito o seguinte: tem que haver registro no Renasem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Nós entendemos que, com a portaria, a agricultura familiar é isenta desse registro. Porém, nós estamos na lógica, ou seja, não podemos vender, porque não há registro, mas há uma portaria que diz que é possível vender.

O que precisaríamos, em tese, fazer? Nós temos que mudar a lei – essa é a lógica. Porém, se nós tivermos também um pouco de olhar para essa agricultura, a portaria também pode ser aplicada.

Então, essas são questões que a gente precisa olhar de maneira bastante concreta.

Para finalizar, eu terminaria dizendo basicamente o seguinte, Senadores: politicamente falando, quanto à agricultura familiar brasileira, nós ainda teremos que ter um tempo significativo para que nos adaptemos a essa realidade em que estamos vivendo hoje. Sem dúvida, nós podemos dizer para vocês que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONINHO ROVARIS – ... PNAE, PAA e Compra Institucional, principalmente, serão, no futuro, como são hoje, grandes instrumentos do chamado desenvolvimento rural sustentável. Nós entendemos perfeitamente isso. Porém, nós temos que entender que as nossas organizações não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

podem passar por processos em que, em vez de termos acesso aos recursos, nós fiquemos, por questões burocráticas, alijados, vamos chamar assim, de buscar esse tipo de recurso.

Então, a grande questão para nós, Senadora, é como podemos equalizar toda essa questão. Primeiro, a questão orçamentária. Vamos entender que nós temos tido, gradativamente, um processo de recuo no Orçamento Geral da União. A semente, Senador, é muito importante – o senhor sabe disso. Porém, em grande parte, o recurso não é suficiente, além das travas técnicas que se colocam para dificultar todo o acesso a esse programa.

Então, basicamente é isso.

Eu queria, só para terminar, esclarecer uma questão, como a Senadora já colocou – ela nos proporcionou a oportunidade de estarmos numa audiência na Casa Civil, em que também colocamos, além da questão do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o PAA, da mesma forma como estamos aqui colocando. Ou seja, o PAA é muito importante para a agricultura familiar brasileira e é exemplo fora do País – os senhores também sabem disso. Portanto, nós lutaremos e estaremos sempre dispostos a discutir o melhoramento e, principalmente, a melhor condição financeira e orçamentária possível para o programa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Agradeço a participação do nosso convidado Antoninho.

Passo a palavra ao nosso último convidado, Sr. Paulo Renê, Presidente da Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul, Diretor Superintendente da Fundação dos Bancos Sociais da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) e Coordenador Executivo do Conselho de Cidadania.

Com a palavra V. Sª.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Eu tenho ainda a honra de participar, Presidente, do Comitê Gestor da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, criada há dois anos no MDS.

Gostaria de cumprimentá-lo e agradecer-lhe, inicialmente, o convite, permitindo-nos participar desta Mesa, em que tomamos conhecimento do PAA, programa que já está fazendo 15 anos, já está debutando. E, diferentemente da gestão desse programa, eu gostaria de mostrar aquele processo final, aquele trabalho que é realizado pelo banco de alimentos ou pelos bancos de alimentos...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – ... que é a parte da distribuição, da coleta, (*Fora do microfone.*) ...do armazenamento, no qual nós temos uma participação bastante efetiva do PAA.

Então, nós identificamos na cadeia de desperdício, de supermercados, de transporte e de outros meios, um percentual praticamente inaceitável de quase 40% de alimentos. E o banco, a Rede de Bancos de Alimentos atua buscando combater a fome e o desperdício.

Então, nós trouxemos aqui rapidamente um PowerPoint que mostra um trabalho da atividade privada. Esse processo foi iniciado dentro da Federação das Indústrias, mas buscou fazer uma imantação, fazer uma arregimentação da sociedade. Vocês vão observar que aqui se somaram os vários setores da sociedade em benefício desse propósito que eu referi aqui agora.

Então, se de um lado nós temos o desperdício, de outro nós temos o problema da fome bastante reconhecido, não somente no nosso País, mas no mundo inteiro. Então, nós contamos aqui inicialmente com dois fatores fundamentais, dois setores da economia: um é a Federação das Indústrias, cujos empresários emprestaram a gestão empresarial e, como vocês observam, de outro lado, a gestão logística, e aqui nós contamos com o Sindicato das Empresas de Cargas, que hoje realiza todo esse processo; e, ali em cima, naquela primeira, nós mostramos as universidades.

Hoje todas as universidades, por suas faculdades de nutrição, de gastronomia, de engenharia alimentar, participam desse processo. E, vejam só, isso é pelo interesse que ele proporciona à própria universidade, porque hoje esse estágio obrigatório é procurado por essas universidades. Então, nós fazemos aí um encontro de interesses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E temos... Só para dar uma ideia, aqui eu estou mostrando o banco de Porto Alegre, onde fica a sede da rede do Rio Grande do Sul, que já está espalhada por todo o Estado. Nós temos essa instalação já há 18 anos – e tive a oportunidade de, anteriormente, quando a Senadora Ana Amélia era Presidente desta Comissão, também de fazer uma demonstração.

Então, aqui estão: a atual rede de bancos e os benefícios que 23 bancos em 34 cidades proporcionam; outros núcleos bancos de alimentos, que são aquelas instituições que ainda não conseguiram ter essa mesma estrutura; e, vejam bem, 45 milhões de quilos alimentos doados nesse período – e aqui, inclusive, o alimento do Programa de Aquisição de Alimentos e doações da Conab. Então, são 813 instituições e 202 mil pessoas beneficiadas mensalmente. Aqui há essa relação dos bancos, que cada vez está crescendo mais. Hoje dificilmente uma prefeitura, uma cidade...

Aqui nós temos uma operação de PAA, recebendo os alimentos nas instalações do banco. Essa já é uma estrutura que facilita esse processo, porque também não adianta ter disponibilidade do produto e não ter como armazená-lo, não ter como fazer o controle de segurança alimentar e também não ter como fazer uma distribuição adequada. Para isso é preciso uma logística realmente bem interessante.

Vejam aqui o trabalho das nutricionistas, que são todas voluntárias. Aliás, essa estrutura a que estou me referindo, de banco de alimentos e da Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – ... é totalmente voluntária. É uma regimentação da sociedade em que todos compartilham para levar o benefício àquelas pessoas que passam fome ou vivem em condições inadequadas de alimentação.

Está aqui mais uma apresentação. A segurança alimentar realmente tem aí um papel preponderante, e nós, dessa forma, conseguimos oferecer uma contribuição na ponta. Nós consideramos também que esse programa de aquisição de alimentos deve permanecer, deve aumentar. Nesses dois últimos anos foi bem efetiva a diminuição, inclusive da participação da Conab, e nós gostaríamos de continuar prestando esse serviço. Criamos uma estrutura dentro da atividade privada e colocamos à disposição do Governo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – ... para que nós possamos desenvolver aí um processo bastante produtivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado pela participação do nosso convidado Paulo Renê.

Nós temos aqui várias participações populares, mas, antes, vamos passar para os nossos Senadores primeiro. A Senadora Ana Amélia é a Relatora, se tiver alguma dúvida, alguma pergunta, e também, depois, o Senador Moka, para depois nós passarmos aqui também para os nossos internautas, internautas do Brasil afora; há de todos os Estados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente.

Aqui, a constatação primeira é o limite orçamentário, que perpassa todos os ministérios e todas as áreas. Não adianta tratarmos disso, porque isso depende de vários fatores que não estão sob o nosso controle. Nós temos aqui a responsabilidade legislativa de ver, não de criar receita. Eu gostaria até de termos essa capacidade – seria ótimo, porque aí estaríamos resolvendo os problemas orçamentários –, mas não temos, é do Poder Executivo, e o Orçamento se faz mediante a possibilidade do aumento da receita. Não há outro caminho.

Mais duas questões.

O Antoninho Rovaris levantou a questão da Compra institucional, citando casualmente isso aí. Eu imagino que, nesse caso – e aí a indagação é ao próprio Antoninho –, quando o Exército faz uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

compra, ele faz uma compra não em pequena escala. A agricultura familiar, a escala da agricultura familiar não é uma escala grande. Por isso que ela é familiar; ela é pequena. Então, primeiro, nessa compra, em que é necessário usar a produção da agricultura familiar, a questão da logística para essa compra, por que as próprias unidades da Conab, da Contag, por exemplo – é a minha indagação –, não se organizam para ter a capacidade de organizar as pequenas quantias e juntar para fazer uma quantia grande, a exemplo do sistema cooperativo, se as pequenas cooperativas não estão fazendo esse trabalho?

Isso vale também para a semente. Agora, o Rio Grande do Sul está distribuindo 700 toneladas de sementes de cebola, mas lá há sementes de cebola, porque há produção. Então, refiro-me a essa logística da distribuição daquilo que a Região Nordeste, que é a maior beneficiada por isso, tem.

E eu também queria saber se esses produtos que são produzidos lá têm, digamos, quantidade e qual a natureza desses produtos; se eles estão tendo, com esse programa PAA – é o outro lado da questão –, capacidade de implementar um aumento da sua produção com o mesmo zelo e a mesma qualidade da segurança alimentar, porque, digamos assim, o mantra da Contag, de todo mundo é a segurança alimentar, produtos de qualidade. Então, pergunto se há esse problema.

Para o Paulo Renê, pergunto qual é, nesse programa PAA, a intersecção, qual é, digamos, o nível de integração; se ele tem algum benefício ou se ele não tem benefício.

Ali, quando o senhor mostrou no plano, normalmente, o produto da agricultura familiar é um produto perecível – verduras, batata, batata doce, produtos mais agrícolas, não industrializados. Há alguns...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só vou terminar, porque aí ele vai ter que responder.

Então, se há, pergunto como é feito, se é direto e qual é a dificuldade maior, como ele entende.

É evidente que, quando há um programa muito focado na Região Nordeste, a Região Sul ali está bastante prejudicada, embora, nos dados estatísticos que o Rodrigo apresentou e também o José Paulo, ali haja um percentual, quando se fala na Região, de 18%, 17% de a participação, então, um certo equilíbrio. Há uma pequena participação do Centro-Oeste... Grande do Centro-Oeste e pequena do Sudeste – Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Então, ali a Região Sul fica um pouco espremida. Quais seriam os caminhos para a Região Sul ter um espaço melhor para isso? Disso o próprio Antoninho pode falar porque ele é do Rio Grande do Sul e conhece bem.

Então, quais são os empecilhos ou as dificuldades maiores da participação do Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul, que faz um trabalho extraordinário, no PAA?

São as perguntas que faço, porque as exposições do TCU foram muito claras, assim como as dos outros Ministérios, que eu entendi, e da própria Conab.

Portanto, agradeço. São essas as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Há alguém que queira responder?

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Eu diria, primeiramente, que a restrição, Senadora, seria de recursos. Primeira restrição. Inclusive, nesses últimos dois anos – quando eu finalizei, eu referi –, praticamente, nós não tivemos participação alguma.

As compras se dão de cooperativas quando o agricultor não conseguiu comercializar o seu produto. Então, a Conab faz a aquisição desse produto e a imediata doação ao banco de alimentos. Então, nós temos hortifrutigranjeiros, mas também tivemos, inclusive, suco de uva. Houve um ano em que aquela região ali de Garibaldi nos repassou mais de 1,2 milhão de litros de suco de uva.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Comprados pela Conab?

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Comprados pela Conab.

Então, naquela ocasião, até no chimarrão havia suco de uva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa é boa. (*Risos.*)

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Mas é um processo bem diferenciado, bem avaliado. A distribuição é feita para escolas, feita para quilombolas, feita para indígenas... Então, esse processo realmente tem um entendimento, uma compreensão e uma facilidade de realização.

O que lamentamos apenas é que se dê em pequena escala. Atualmente, nós temos cooperativas que chegam a nos repassar 30 toneladas de banana, naquela zona do...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Litoral norte.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – ... litoral norte. E hortifrutigranjeiros. Somente na cidade de Porto Alegre nós temos apenas três contratos de PAA. Eu acho que isso poderia se multiplicar. A própria Conab faz essas compras e faz a entrega direta – nós temos percebido isso –, e hoje nós já temos a rede. No Rio Grande do Sul nós temos essa rede, que pode fazer esse trabalho, assim como agora está se estabelecendo a rede nacional, que buscará...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mais eficiência.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – ... fazer esse trabalho de logística.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. ANTONINHO ROVARIS (*Fora do microfone.*) – Bem, Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. *Fora do microfone.*) – Pode falar.

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Bem, Senadora, há algumas questões que eu acho importante a gente abordar.

Primeira: a senhora coloca que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica compram em grande escala e tal. Bom, há todo um processo até onde... A gente esteve, inclusive, há cerca de uns 60 dias, em um seminário aqui em nível nacional, onde o Zé Carlos, onde o pessoal apresentou... Há todo um processo em andamento e já estabelecido. O próprio Exército faz as compras nas regionais; a Marinha, da mesma forma. Enfim, já está se trabalhando toda essa parte da chamada descentralização das aquisições como forma exatamente de dar essa vazão com relação à questão da logística e de uma série de outras questões que são ligadas a todo esse processo, digamos, da comercialização.

A outra questão, como uma pessoa aqui antes já colocou – desculpe-me não lembrar o nome aqui –, é que a agricultura familiar produz além também dessas questões dos perecíveis e tudo o mais. E uma questão importante que eu vou, novamente, colocar aqui, abrindo um parêntese rapidíssimo, é a questão da agroindustrialização da agricultura familiar. Nós estamos ainda batendo muito forte com relação à questão da vigilância sanitária, especialmente quando se trata dos produtos de origem animal.

Outra vez, nós estamos aqui, obviamente... Foi aprovado, pelo Senado, inclusive, e pela Câmara, um PL que nos colocou alguma coisa, mas é apenas para produtos artesanais e com a derivação do Sistema Estadual de Vigilância para que ele possa ser comercializado de forma interestadual. Então, é uma burocracia ainda, na nossa avaliação, muito difícil, porque – desculpem-me a franqueza – não há como a gente continuar fazendo o salame no Município A com a inspeção municipal e, do outro lado do rio, no Município B, o salame não poder ser consumido. Eu acho que isso é uma coisa que... E isso deveria ser de abrangência nacional. Eu acho que você tem...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não é preciso nem atravessar o rio; cinco quilômetros, ali do lado.

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Eu só estou colocando isso como exemplo drástico, vamos chamar assim.

Então, essas questões ainda precisam ser discutidas e aprimoradas.

Nós estivemos também no MAPA discutindo isso. A gente está fazendo toda uma migração – uma imigração, digamos assim – nesse sistema, porque é preciso a gente simplificar as coisas no Brasil. Agricultura familiar é do jeito que é muitas vezes por todas essas burocracias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como eu sou de Santa Catarina, eu sempre uso um exemplo: a Sadia e a Perdigão – que nos ouçam ou não – não nasceram do tamanho que são.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Começaram pequenas.

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Elas nasceram no fundo de um quintal de algumas casas. A gente conhece a história de lá. O senhor, que também é de lá, sabe como foi. Então, essa oportunização para essa agricultura também é necessária no sentido de sairmos um pouco desse nosso trivial. Aí, a senhora pergunta se isso daria viabilidade ao aumento de produção, o que eu acho que é uma pergunta muito importante.

Vamos pensar juntos. O potencial das compras governamentais é muito importante para a agricultura familiar, sem dúvida nenhuma, mas, por enquanto, com raras exceções, as compras são do Governo Federal. Quer dizer, nós temos mais dois poderes – governos estaduais e governos municipais – que poderiam também fazer um pouco dessa parte...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o caso da merenda escolar.

O SR. ANTONINHO ROVARIS – É o caso da merenda escolar. Entende?

Então, quer dizer, se nós tivéssemos esse entendimento da necessidade real de nós fazermos aquilo que chamei de desenvolvimento rural sustentável... Isso é o quê? Não é só – desculpe a expressão – botar dinheiro nas comunidades rurais; é botar lazer, é botar formas de vida, e, com isso, há o desenvolvimento daquelas localidades, daquelas comunidades, daqueles Municípios. Então, se nós tivéssemos isso claramente, haveria um aumento de produção.

Agora, de novo, Senadora, nós batemos em uma coisa. Quer dizer, isso tudo que estamos falando são R$2,8 bilhões mais ou menos... Desculpe, cerca de R$4 bilhões anuais, o que daria, na minha avaliação, para 2%, 3% da produção da agricultura familiar brasileira. E dessas pessoas, inclusive, mais necessitadas.

Então, quando a gente chega a isso, se a gente tiver a possibilidade de ter um Estado aplicando algo mais do que aplica, Senador Ivo... E eu vou pegar o exemplo lá de Santa Catarina. Nosso orçamento da agricultura para Santa Catarina é de 0,6% do PIB. Quer dizer, não dá para a gente ter uma expectativa muito grande com relação a isso, porque o próprio orçamento dos Estados não é dedicado a uma atividade tão importante quanto a agricultura.

Para terminar, acho que é isso. Precisa ser muito claro que nós precisamos ainda mais do apoio, especialmente de vocês, Senadores, e precisamos ter a capacidade de entender que essa agricultura que nós chamamos de familiar não é só de uma pessoa ou duas, ou cinco pessoas que estão lá morando no campo. Elas têm um projeto de vida, e a gente não pode cercear esse sonho das pessoas.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Presidente Ivo Cassol, para terminar, eu queria aproveitar o gancho do Antoninho Rovaris sobre a questão da burocracia e da história recorrente do salame, que é produzido com toda qualidade e cuidado.

Se a gente faz uma feira... A coisa mais incrível é que faziam uma feira da agricultura familiar, e vinha de todo o Brasil. Vinha do Brasil inteiro. A gente ia lá e comprava. Ninguém teve dor de barriga, porque os produtos eram de qualidade. Aí, não pode. Aí você veja que veio para Brasília, lá do Rio Grande do Sul, do interior de Santa Catarina, de Rondônia. Vieram as castanhas, tudo, uma festa! Todo mundo foi para lá, centro de convenções, uma coisa. Aí, na hora do dia a dia, não pode. Não pode. A burocracia... Tudo bem, acho que a defesa sanitária precisa cuidar. Agora, vou lhe dizer aonde chega o limite dessa burocracia, quebrando até a tradição histórica.

A minha terra, Lagoa Vermelha, tem o melhor churrasco do mundo. Não é propaganda enganosa. É verdade!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Depois de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Alto lá! (*Risos.*)

É Lagoa Vermelha!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Já no Mato Grosso do Sul, é porco no rolete.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, aí, pode ser. É o porco no rolete.

Aí, é o seguinte: o espeto é no chão, com lenha que se colhe, tudo direitinho. Aí, o espeto é de madeira. Só lá tem. Fazem uma linguiça campeira que só lá a minha terra tem e fazem um espeto próprio para lá, que é uma espécie de prendedor de roupa, porque se enrola a linguiça, como antigamente havia aquele boa-noite, uma espiral, aperta... Então, aquilo... Vou lhe dizer, Senador Cassol: tem que ir lá para entender o que é aquilo.

Agora, a área sanitária não quer mais saber – deve trabalhar para alguma fábrica de aço – de espeto de madeira. Quer só espeto de aço!

Eu acho... São gerações e gerações que fazem aquilo. Não estão derrubando árvores, porque essa é uma madeira branca, de árvore plantada, de pínus, plantas que são de florestas plantadas. Quer dizer, é uma vontade de atrapalhar, quebrar uma tradição... Eu não entendo nenhuma razão técnica ou sanitária para isso! Sinceramente, não entendo.

Pego só o gancho disso, porque, agora, lá em Marau vai haver a Festa do Salame. Estão todos convidados. Lamentavelmente, não posso estar lá, mas é uma festa muito bonita, que vem de toda a região. Quem vai lá leva para casa, mas se não pode vender de um Município para outro, por causa da legislação sanitária. Isso realmente é incompreensível. E a lei que a gente faz aqui, para chegar a ser executada, demora um tempo muito grande.

Então, agradeço muito a todos pelas brilhantes exposições.

E, de novo, aqui, nós temos um caminho longo pela frente, especialmente orçamentário.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senadora Ana Amélia, a senhora tem razão, e o nosso convidado também, especialmente pelas dificuldades. Este Brasil nosso é tão grande, tem uma riqueza tão imensa... E a culpada disso tudo infelizmente é esta Casa, é o Congresso Nacional, porque aqui há excesso de leis. E, se não bastasse isso, ainda há excesso de regulamentação e portarias para ainda atrapalhar mais ainda.

Como a senhora acaba de falar, o Município A tem uma linguiça tradicional que não pode sair para o Município vizinho, como também tem acontecido em outros Estados. Isso é um absurdo!

Desculpe a pressão. Acontece o seguinte: nos órgãos públicos, quando se fala em mais concurso, é para dificultar, para, pelo menos, a pessoa que está lá dentro se valorizar para dizer que é necessária para fazer aquela área. E, muitas vezes, o próprio Governo não se entende. É cada setor falando uma língua: um falando chinês, outro japonês, outro inglês, outro português. E acabam não se entendendo.

E nós, aqui no Congresso, infelizmente, só estamos apagando fogo a conta-gotas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Apagando incêndio.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Apagando incêndio com conta-gotas, e só fazendo leis no atropelo e no empurrão. Isso está tudo errado.

Eu me sinto, como Senador, muitas vezes impotente, porque eu queria que este País fluísse, andasse com mais agilidade, mais rapidez, como os demais países. Aqui, não. Aqui se criam dificuldades para vender facilidade, por incrível que pareça.

Como isso que a senhora acabou de falar, a Ivone, minha esposa, que me acompanha toda segunda-feira para cá, Moka, faz um salame caseiro...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Maravilhoso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E traz para cá.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só comi uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E traz direto. O Blairo Maggi, volta e meia, pergunta: "Escuta. Você não vai matar mais porco, não?" Aí, vai para o Blairo Maggi. Vem a morcilha, feita do couro...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sangue.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não, existe a morcilha de sangue, mas é a branca, que é feita do couro do porco...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aí, é de porco...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – A Ivone faz.

Lá no sítio, a gente faz doce de leite. Eu tenho fruta, tenho tudo na propriedade e tenho até polpa de graviola, especialmente, que ajuda a combater o câncer – pelo menos, está nos livros; não fui eu que inventei isso. E a gente vê a dificuldade, muitas vezes, de a polpa de fruta ir de um lado e para outro. Vejam como é o nosso País.

Então, por isso, é importante nós aqui no Senado, especialmente neste momento difícil em que o País está vivendo, cortarmos na raiz os excessos e abusos, porque, infelizmente, quem paga isso é o consumidor, quem paga isso é o povo.

Para nós encerrarmos aqui, vamos, primeiro, dar também atenção ao nosso participante internauta, que nos acompanhou aqui pelo Senado e tem o direito ser ouvido, pelo menos, em sua opinião.

Daniel Monteiro dos Santos, do Ceará: "É um programa que tem fortalecido demais a garantia de alimentos de qualidade para instituições e pessoas e fortalece o pequeno agricultor! Fazendo muita falta no meu Município."

Também do Ceará, Angeliuda Souza: "Fomentar e aprimorar o que existe, com a fiscalização de um conselho gestor, deliberativo e consultivo, colegiado com a participação de profissionais, gestores e usuários com amparo de lei federal e recursos para manter os referidos conselhos interbairros."

Ana Patrícia Penha, do Amapá: "Transformar o PAA em uma política de lei."

Do meu Estado de Rondônia – quero mandar um abraço para ela –, Eva Batista Dias: "É muito importante para entidades que, por muitas vezes, prestam um trabalho relevante à sociedade e ajudam o pequeno produtor, que têm um destino certo para suas produções no campo, gerando renda local."

Do Acre, Antonia Nascimento: "É de suma importância tanto para os beneficiados/consumidores quanto para os beneficiados/fornecedores. Governo deve manter e ampliar!"

Sergio Antonio Mota Furtado, de Minas Gerais: "Transformar o PAA em política de lei..."

Sergio Antonio Furtado, de Minas Gerais: "O programa é excelente, porém tem de transformar em lei..."

Tie Figueiroa, de São Paulo: "O programa de venda simultânea é muito positivo para as instituições carentes como asilos, abrigos de crianças, hospitais, APAEs, famílias carentes credenciadas ao CRAS. Também aos agricultores familiares, que sofrem com as dificuldades de comercialização, de logística e perdas."

Ian Lautert da Costa, do Rio de Janeiro: "É muito importante que não haja corte nesse programa" – isso é importante, porque fazer um programa tão importante desse e ir pela raiz... "Pelo contrário: que aumente o investimento e que amplie o programa!"

Abrao Piatecka, de São Paulo: "Sou favorável a toda e qualquer medida que possa tornar a mesa dos menos favorecidos minimamente possível de sobreviver. Porém, a dinâmica deve ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

concedida a órgãos não governamentais, com prestação de contas *online*, com os parâmetros legais e institucionalizados."

Max Campos de Souza, do Espírito Santo: "Excelente programa."

Mirna Mayara Vilanova Santos, de Sergipe: "O PAA viabilizou centenas de micro e pequenas propriedades rurais, além de fornecer alimentos mais baratos e de melhor qualidade. Tem que transformar em lei."

Francisco Marco de Mello, do Rio Grande do Sul, Estado da nossa querida Senadora Ana Amélia: "É necessário manter e ampliar o PAA. Importante desburocratizar o seu funcionamento e melhorar a remuneração dos produtores familiares. A exemplo da Certificação Participativa dos orgânicos, deve ser dada maior autonomia aos grupos de agricultores na gestão interna dos projetos."

Maciel Santana, da Bahia: "Transformar o PAA em uma política de lei" – outro participante também já falou isso.

Doris Caroline, do Rio Grande do Sul: "O Governo tem a obrigação de ampliar este programa!" É verdade!

Glaucio Martins, do Paraná: "Verifica-se a necessidade de preparar indústrias e técnicos para suprir estas situações."

Também do Glaucio, do Paraná: "Acredito que há a necessidade de alimentos produzidos no âmbito da agricultura familiar, pois, como se sabe, esses alimentos precisam alcançar novos mercados. Além do mais, precisamos pensar no futuro. O mundo caminha para uma crise de alimentos em algumas décadas."

Eliane Baia Carvalho, do Pará: "Um dos melhores programas do Governo. Não deve parar! Este programa tem permitido a melhoria na qualidade de vida..."

Therbio Teixeira Moreira, do Paraná: "O programa é muito bom, mas o fazem de base eleitoral, o que é uma pena, como também como única fonte de renda, o que não é o intuito do programa."

Daniel Barreto, de Sergipe: "Precisa ser ampliado..."

E D, da Bahia... Aqui veio uma crítica pesada. Então, é importante, agora, a atenção dos nossos convidados e do Tribunal de Contas da União também. E D, da Bahia: "No País existem grupos organizados em criar cartéis para combinarem os preços em licitações. As empresas desses grupos, equivalentes a quadrilhas, se beneficiam fraudando essas licitações, revezando-se na especulação e fraude das instituições."

Então, é importante, nesse passo, a Conab verificar na ponta, com os produtores, os agricultores e as Secretarias Municipal e Estadual de Agricultura, e ver exatamente os preços que são comercializados na ponta para ver se há esses cartéis e desbaratá-los.

Você quer falar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, eu já estou terminando aqui.

Ingrid Melo, de Minas Gerais: "Deveriam diminuir o uso de agrotóxicos, gordura hidrogenada..."

Leonardo Bezerra, do Rio Grande do Norte: "O PAA viabilizou centenas de micro e pequenas propriedades..."

Aderbal, de São Paulo, também participou.

Carla Sena, de Pernambuco: "Importante discutir sempre assuntos de extrema importância social, seguindo a máxima: você é o que você come; faça do alimento seu remédio e do seu remédio seu alimento."

Alexandre Gomes, da Bahia: "Essa avaliação deve seguir em consonância com lei..."

E, por último, Artur Alvim Cury, de São Paulo: "Existem muitos alimentos industrializados que estão fazendo muito mal às pessoas, gerando diversas doenças, entre elas, o terrível câncer, gerando queda da imunidade das pessoas..."

Então, há a participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senador Moka, com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Eu queria separar. Primeiro, eu acho que o Paulo Renê...

(*Interrupção do som.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – ... uma organização em que se aproveitam alimentos, o desperdício de alimentos, vamos dizer assim, e se recebe doação até da própria Conab. Mas a Conab compra e faz a doação para vocês. Eu acho que é uma coisa diferente.

Agora, focando no programa do PAA, eu acho o seguinte: primeiro, falta informação para o pessoal. Está na cara! Pela fala do Antoninho fica claro isso aí. Quer dizer, é preciso... Aí é a extensão rural, que tem que chegar até... A extensão rural tem que chegar lá. Olha, para ter acesso às informações, são essas, essas, essas e essas as exigências. Senão, você cria um negócio... Eu sempre falo isso. Criam as coisas, fica uma empresa com uma cabeça enorme e com o resto do corpo todo ramificado. Você não encontra!

É preciso que o cara da extensão rural, um engenheiro agrônomo, no mínimo um técnico agrícola vá até lá para explicar esse programa, porque, senão, não vai chegar mesmo. Então, é explicar: o acesso é feito dessa maneira; nós precisamos isso, isso, isso e isso. Senão, vai ficar sempre uma coisa burocrática. E às vezes nem é tão burocrática assim. É preciso preencher, porque se trata de dinheiro público, e é preciso – o pessoal do Tribunal de Contas está dizendo – um controle sobre isso.

Então, eu faço essa... Acho que essa é uma autocrítica que precisa ser feita. O pessoal da extensão rural precisa visitar ou entrar em contato com a Fetag, com a Contag e designar: "Vamos fazer uma reunião para explicar para o pessoal de que forma eles podem participar desse programa". Acho que isso é uma coisa fundamental.

Agora, em relação ao Orçamento, nós vamos fazer tudo para aumentar o Orçamento, que, percebi aqui, é o maior problema: está numa linha decrescente. Se você quer estimular alguma coisa, é preciso colocar no Orçamento. Agora, lembro que, para acrescentar num lugar, você vai retirar de outro. Então, vai ter que haver uma mobilização também do pessoal no sentido de estimular, na hora de fazer o Orçamento, principalmente o relator setorial a destinar mais recurso para esses programas específicos. Eu penso assim. Porque, senão, você não evolui. Você tem que ter uma mobilização, mostrando a importância do programa e os benefícios que ele traz, mostrando, principalmente através de estatística, de números, o quanto ele beneficia.

Quanto ao resto, acho que é um programa que, ao longo do tempo, funcionou e que só não funcionou mais em função da falta de recurso. Agora, quanto a esses recursos, me parece que o Tribunal de Contas da União ainda vai terminar a auditoria.

O que não pode, o que não acho correto é pessoa jurídica ter acesso a esse tipo de recurso. Acho que o programa não foi feito para isso. O programa é para a agricultura familiar. Eu discordo disso. Acho que... A não ser que a pessoa jurídica de que você esteja falando seja...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Aí é diferente: uma associação, uma cooperativa que reúne pequenos agricultores e que forma uma pessoa jurídica. Aí eu estaria de acordo.

Conheço bastante o cooperativismo, já fui até o Presidente aqui da Frente Parlamentar do Cooperativismo. Acho justo. Aliás, acho que a melhor forma – se permite, Antoninho – de vocês agruparem o pessoal é nas cooperativas. Aí vai facilitar tudo, porque é a forma... Vocês vão comprar melhor os insumos e vender melhor, porque vão vender em escala. Acho isso importante.

É algo com que o Brasil precisa se preocupar. Nós temos que estimular a produção familiar. Eu sou um fã da agricultura familiar e tenho ajudado. Visitei recentemente um assentamento e vi que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pessoal está fazendo a irrigação lá com mangueira, um negócio absurdo. E é uma grande produção. Eles abastecem toda a Campo Grande com hortaliças – alface e tudo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Moka, você não é contra o Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul, não é?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Não, não sou contra. Eu só estou dizendo que são coisas diferentes. Eles lá fazem um trabalho de evitar o desperdício de alimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não só isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Bem, foi o que eu ouvi dele. E aí eles aproveitam a doação da Conab. A Conab compra da agricultura familiar, mas faz uma doação ao banco de...

Acho, sem dúvida nenhuma, um avanço muito grande. Fico imaginando o País todo tendo uma entidade como essa, principalmente de voluntários, que evita um desperdício que, estatisticamente, dizem que chega a 40%. Imaginem isso! Então, parabenizo o trabalho.

Só estou tentando separar, Senadora Ana Amélia, porque, na minha avaliação, são coisas diferentes. Eles aqui procuram uma forma melhor e mais fácil de que esse programa chegue até a ponta, chegue até o produtor. E, para a gente fazer isso, primeiro, é aumentar o valor deles no...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – No Orçamento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – ... no Orçamento da União.

Em segundo lugar, essa burocracia... Vou dar um exemplo para vocês: lá no meu Estado, cada Município tem um SIM, um serviço de vigilância sanitária. Eles se agruparam em consórcio, criaram um estatuto, e todo mundo tem que seguir aquilo ali. Antigamente, o cara produzia e só podia vender no Município; agora, não. Como a exigência é de todos os Municípios que fazem o consórcio, eles podem vender o produto em todos os consórcios.

Quer dizer, se pensarmos numa coisa maior, poderíamos criar um estatuto de exigências para os produtos e, aí, poderíamos vender no País inteiro. Exemplo: se você pode vender nos Municípios consorciados, por que não... Há governador que já tem decreto. O próprio governador já decretou que os produtos podem ser vendidos no Estado inteiro desde que os critérios exigidos na manipulação, no fabrico do alimento sejam critérios iguais.

Então, eu só estou dando a ideia de que isso pode se transformar numa legislação federal. Realmente, pode, desde que a gente faça esse dever de casa e as associações falem, por exemplo: "o doce de leite vai ter esses critérios". Aí, você nacionaliza o produto. A coisa vai ser dessa forma.

Agora, a Ana falou da linguiça, que estão implicando, lá, até com o negócio do espeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o espeto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com o espeto. Estão achando que a gente vai botar o dedo, daqui a alguns dias, para assar a carne.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Então, é um absurdo! É uma tradição que existe há muito tempo, e isso pode ser...

É claro que não vai chegar nem aos pés da linguiça de Maracaju, mas, de qualquer forma, é uma tradição que eu tenho que respeitar, do Rio Grande do Sul.

Então, Senador Ivo, eu fico contente de dar uma notícia para vocês: eu sou o Relator-Geral do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Que bom!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Eu fiz questão de comparecer e de ficar até o final, até para entender e, na hora, argumentar, evidentemente, favoravelmente a um orçamento maior para a agricultura familiar.

Muitíssimo obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senador Moka, tanto isso é verdade que, antes de o senhor fazer a participação, eu fiz questão de ler primeiro a participação dos internautas, porque houve vários que pediam para que se aumentasse o orçamento, e não diminuísse. Como eu já sabia que V. Exª seria o Relator-Geral do Orçamento, eu fiz questão de primeiro ler a participação dos internautas para que o senhor pudesse fechar e saber da importância de nós remanejarmos esses recursos. E é importante as entidades – não basta estarmos com a presença do Relator –, é importante os órgãos do Governo, o MDA, o MDS e também a Conab ficarem próximos, para que a gente possa melhorar esse orçamento para 2019.

Então, eu agradeço.

Senador Dário Berger, também é uma alegria tê-lo sempre junto com a gente aqui.

Há uma pergunta, para encerrar, que é do Márcio Marinho, aqui, do Distrito Federal: "Pergunto ao representante do Tribunal de Contas da União quando serão realizadas auditorias nas modalidades de PAA – compra adicional e termo de adesão – operacionalizadas pelo MDS? "

Também vou passar a palavra para o Paulo de Almeida para que ele possa fazer o fechamento, e depois vou passar para o nosso convidado representante do Tribunal de Contas, Dr. Hugo.

O SR. JOSÉ PAULO DE ALMEIDA – Bem, só colocando uma leve explicação sobre o PAA.

Nós temos várias modalidades. E, como o Antoninho, da Contag, falou, nós somos favoráveis a tudo o que ele falou, só que nós também, Antoninho, necessitamos, realmente... E não queremos parar nenhuma modalidade. Nós temos as seis modalidades de PAA e estamos, desde que entramos aqui, trabalhando e ajustando as modalidades.

Quanto àquilo que vem sendo exigido do Tribunal de Contas, nós temos, juntamente com a Conab, juntamente com a Sead, também trabalhado esses ajustes do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas tem sido grande parceiro do MDS. Várias reuniões nós temos tido dentro do MDS desde que chegamos lá, fechando aí dois anos. Nós realmente estamos organizando aqueles pontos que talvez sejam fracos e também os fortes.

Falou da DAP jurídica. Realmente, temos DAP jurídica, porque as cooperativas e associações e, realmente, todo o trabalho que passa pela Conab do Doação Simultânea têm que ter as DAPs jurídicas. E as DAPs individuais entram no Doação Simultânea que nós temos em parceria com Estados e Municípios, porque, daí, ficam fora, não entram as cooperativas no nosso sistema de Doação Simultânea.

Então, são seis sistemas, mas, realmente, nós, às vezes, não gostamos muito de misturar o PAA Compra Institucional. O PAA Compra Institucional é, realmente, totalmente diferente. Como bem o Antoninho falou, é a grande ajuda que haverá para as organizações. Agora, o PAA Compra Institucional, para quem tu vais vender, têm que ser cooperativas que estão organizadas.

Então, ele está muito longe, Antoninho, realmente. Vamos dizer, nos outros PAAs, nós estamos dando o primeiro passo. O Compra Institucional, como nós apresentamos ali, tem três anos de vida. Então, é muito pequeno esse período em que nós estamos trabalhando o Compra Institucional. Temos um mercado, aí, de R$2,7 bilhões. Vendemos no ano passado, chegamos a R$150 milhões. Queremos chegar a R$300 milhões esse ano.

Por que que ela é devagar? Porque nós temos que trabalhar com órgãos organizados. Não são somente os hortifrutigranjeiros. Nós temos todos os outros produtos da agricultura familiar. Nós temos aí arroz, nós temos açúcar, que, às vezes, as pessoas nem sabem que tem a agricultura familiar, e tem. Nós temos uma das grandes usinas, uma das maiores da América, dentro do Brasil, que é de agricultura familiar e vende açúcar. Está sediada em Alagoas.

Nós temos todo o trabalho dos Estados, que compraram muito pouco ainda do seu... Podemos até tirar a parte do PNAE, nem vamos somar, porque talvez o PNAE... No PNAE, estão sendo atingidos os seus objetivos, porque também é dinheiro do Governo. Agora, nós queremos o dinheiro dos Estados. E também colocamos o exemplo de Alagoas: quando começou a se dar o Doação Simultânea, a cair em parte do orçamento, o Estado de Alagoas comprou da agricultura familiar, no ano passado, quase 20 milhões, fora do PNAE. Comprou com recursos próprios do seu Estado. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

hoje, nós temos vários Estados que já estão com as suas legislações próprias e Estados que estão usando a nossa, a federal.

Então, é um trabalho lento, mas nós, de maneira alguma, podemos deixar as outras modalidades do PAA. Nós necessitamos delas. Agora, ainda no final do ano, quando havia a crise do leite em pó, nós adquirimos leite em pó no Brasil todo. Foi mais de um milhão de toneladas, que foi doado para os órgãos assistenciais. Foi doado também para o Banco de Alimentos de Porto Alegre, foi doado para todas as APAEs do Rio Grande do Sul, para as APAEs de São Paulo, para as APAEs do Rio de Janeiro. Enfim, foram ajudados até os venezuelanos lá, em Roraima. Então, nós temos esse trabalho.

Por isso, eu quero colocar para vocês que o Compra Institucional, sem dúvida nenhuma, é um trabalho, mas necessitamos do outro PAA, porque necessitamos, sim, de orçamento. Isso era o que eu queria colocar no final, para vocês.

Quero agradecer e colocar o MDS à disposição de vocês – do senhor, como Relator, e de qualquer outra pessoa –, colocar o MDS também lá para auxiliá-los.

Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – A primeira coisa que vocês têm que visitar é o relator setorial do MDS, porque é ele que faz o primeiro relatório; então, já começa a pressão ali.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vou passar a palavra ao Dr. Hugo, do Tribunal de Contas da União, para que possa concluir a participação do internauta Márcio Maninho.

O SR. HUGO CHUDYSON ARAUJO FREIRE – Muito obrigado pela pergunta, Márcio. Isso é realmente importante. O Tribunal tem que ficar sempre atento ao que tem maior risco, relevância e materialidade. E não necessariamente nessa ordem. Às vezes, um programa que não é materialmente tão relevante tem um impacto muito grande.

O Tribunal pauta as suas ações de controle por meio de uma metodologia que cria situações-problema. A cada ano nós revisitamos essas situações-problema e elencamos uma nova pauta de trabalhos, num plano. Isso é feito no final do ano e aprovado no início do próximo ano. Eu não consigo precisar qual vai ser o tempo em que nos debruçaremos sobre a nova modalidade do PAA, mas tenho, para relatar aos senhores aqui, que algumas das nossas secretarias regionais já fizeram trabalhos específicos em outras modalidades, a exemplo do PAA Leite.

Então, convido esse colega a entrar em contato com a Secex-Ambiental e nos municiar, nos dar elementos que façam com que a gente tenha esse olhar, dada a relevância, a materialidade ou um eventual risco, para que foquemos o nosso trabalho. Como somos poucos, temos que ser bastante seletivos naquilo que vamos avaliar para, justamente, contribuir com a nossa principal atribuição, que é aprimorar as políticas públicas. E nós estamos falando aqui hoje uma política pública essencialmente relevante para o País como um todo.

Então, se o colega tem algo a contribuir, eu o convoco a entrar em contato. Vamos deixar o nosso contato aqui, da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente, para que ele nos forneça elementos nos ajudando na escolha de qual vai ser o próximo trabalho que iremos fazer dentro do PAA.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senador Moka?

Senador Dário? (*Pausa.*)

Portanto, não tendo mais nada a declarar, declaro encerrada esta reunião da Comissão de Agricultura.

Que Deus abençoe a todos e aos nossos convidados.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Iniciada às 11 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia dez de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Airton Sandoval, Hélio José, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Davi Alcolumbre, Ivo Cassol, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Ataídes Oliveira, Romero Jucá, José Pimentel, Fátima Bezerra e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Jorge Viana, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 174, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o fornecimento de programas de computador e jogos eletrônicos." **Autoria:** Deputado Aureo. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pela rejeição do Projeto. **Observação:** A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor. **ITEM 2 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, de 2014 - Terminativo -** que: "Autoriza o armazenamento eletrônico dos prontuários dos pacientes." **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Usou da palavra o Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o Substitutivo (Emenda n.º 2-CCT) é definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 662, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a organização e apresentação adequadas das informações técnicas e dos preços dos serviços de telecomunicações oferecidos aos usuários." **Autoria:** Senadora Ângela Portela. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e pela rejeição das Emendas n.º 1 e 2 da CTFC. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre a composição e o processo de escolha dos membros do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional." **Autoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - OFICIO "S" Nº 43, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 25/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itabuna, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S", nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S", nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações encaminhado ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 6 - OFICIO "S" Nº 7, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Comunica, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição do controle societário da Empresa Jornalística Web Portal Paraná Ltda." **Autoria:** WEB PORTAL PARANA. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu a Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S", nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S", nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações encaminhado ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 66, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GARBOSA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu a Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Usou da palavra o Senador Waldemir Moka. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 81, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu a Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 9 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 184, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA ESPERANÇA FM CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 185, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL RIO DOS CEDROS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 123, de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio SALAMANCA DE BARBALHA S.A. — a qual foi sucedida pela Rádio Cetama de Barbalha Ltda. — para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Barbalha, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 158, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INOCENCIENCE DE COMUNICAÇÃO E MARKETING para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inocência, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 194, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÀS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Trindade, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 195, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO TIRADENTES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Belém, Estado do Pará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 142, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Estreito, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 201, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIZINHANÇA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu o Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 207, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM NIQUELÂNDIA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Niquelândia, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu o Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 78, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE NOVA MINDA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japonvar, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu o Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 79, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL PADRE DE MAN para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu o Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 84, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO CAETANO DO XOPOTÓ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cipotânea, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu o Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 220, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE GUAÍRA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Guaíra, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu a Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 208, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à TOTAL - COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Irará, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu o Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 239, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA BARRA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu o Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 234, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à COMUNICAÇÕES MARANHENSES LTDA-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Olho d'Água das Cunhãs, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu o Senador João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu **a** Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 26 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 205, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-IRIS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibiraci, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 27 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE FLORAI – ACOSF para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florai, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu a Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 28 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 198, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO PALMEIRA ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Condor, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu o Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/10

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria ao nobre Senador Flexa Ribeiro que pudesse nos ajudar e relatar *ad hoc* os itens 5, 6, 7 e 8. Aliás, os itens 6, 7 e 8. O item 5 eu vou relatar. Quando V. Exª assumir aqui, eu vou relatá-lo. São: Ofício "S" nº 7, de 2017; PDS nº 66, de 2017 e PDS nº 81, de 2017.

Vamos começar pelo item 6.

ITEM 6
OFICIO "S" Nº 7, de 2017
- Não terminativo -

Comunica, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição do controle societário da Empresa Jornalística Web Portal Paraná Ltda.

Autoria: WEB PORTAL PARANA

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S", nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

V. Exª pode ir ao voto, se for o caso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Senador Otto Alencar, o item 6 trata do Ofício nº 7, de 2017.

Comunica, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição do controle societário da Empresa Jornalística Web Portal Paraná Ltda.

O relatório é pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S", nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação do requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Diz o relatório: por meio do Ofício "S" nº 7, de 2017, a empresa Web Portal Paraná Ltda., sediada em Londrina, Estado do Paraná, comunicou ao Congresso Nacional alteração na composição de seu controle societário.

A referida comunicação indicou a entrada do Sr. Cláudio Eduardo de Andrade Vieira na sociedade, em substituição ao Sr. Renato Ferraz Dias. Com a modificação, a empresa passou a ser controlada pelo novo sócio, com mil cotas, e pela Srª Alessandra Andrade Vieira Mejia, detentora de 249 mil cotas.

Análise.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, entre outras atribuições, examinar questões atinentes à comunicação e à imprensa.

No dia 28 de maio de 2002, o Congresso Nacional promulgou a Emenda à Constituição nº 36, alterando a redação original do art. 222 da Carta Magna, que reservava a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos a propriedade de empresas jornalísticas e de emissoras de rádio e televisão. A partir da modificação do Texto Constitucional, as regras de propriedade e controle desses veículos de comunicação foram flexibilizadas, permitindo-se a participação de capital estrangeiro, limitado a 30%, em sua composição acionária.

Para dar efeito às regras previstas, a Emenda Constitucional nº 36, de 2002, determinou, de forma complementar, a elaboração de legislação específica para discipliná-las (art. 222, §4º), aprovada por meio da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, e a comunicação compulsória, ao Congresso Nacional, das alterações de controle societário nas empresas a que são aplicadas (art. 222, §5º).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Note-se, portanto, que a obrigação de encaminhar às Casas Legislativas comunicação acerca de alterações societárias das empresas jornalísticas e das emissoras de rádio e televisão passou a viger em 2002, e tem como objetivo informar o Parlamento se as modificações na estrutura societária das referidas companhias respeitaram os limites de participação de capital estrangeiro impostos pela nova redação do art. 222 da Constituição Federal.

O detalhamento desse dispositivo está presente no parágrafo único do art. 3º da mencionada Lei nº 10.610, de 2002, que delegou ao Poder Executivo o envio, ao Congresso Nacional, da comunicação de alteração societária das emissoras de radiodifusão, e às próprias empresas jornalísticas a informação a respeito de modificações na composição de seu capital social.

Para o devido cumprimento do requisito legal, a empresa Web Portal Paraná Ltda. encaminhou comunicação de alteração em seu controle societário diretamente ao então Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros.

É de se ressaltar o recebimento, por esta Casa, além do Ofício "S" nº 7, de 2017, em análise, dos Ofícios "S" nº 6 e nº 8, também de 2017, que dão conta das alterações societárias promovidas na Editora e Gráfica Paraná Press S.A. e na Editora e Gráfica ECCO Ltda., respectivamente. De acordo com as informações encaminhadas, ambas as empresas passaram a ter como principal acionista a Srª Alessandra Andrade Vieira Mejia, sócia majoritária da Web Portal Paraná Ltda.

Para esclarecer a relação entre as referidas empresas bem como o cumprimento das obrigações relacionadas à nacionalidade dos gestores de suas atividades e dos responsáveis pela linha editorial e pelo conteúdo por elas veiculado, sugerimos o encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Isso porque, de acordo com o previsto no §2º do art. 2º da Lei nº 10.610, de 2002, é facultado ao órgão do Poder Executivo expressamente definido pelo Presidente da República requisitar das empresas jornalísticas e das de radiodifusão, dos órgãos de registro comercial ou de registro civil das pessoas jurídicas as informações e os documentos necessários para a verificação do cumprimento dos mandamentos legais.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do OFS nº 7, de 2017, nos termos do art. 335 do RISF.

> REQUERIMENTO Nº , DE 2017
>
> Nos termos do art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes às alterações societárias promovidas nas empresas Editora e Gráfica Paraná Press S.A., Editora e Gráfica ECCO Ltda., e Web Portal Paraná Ltda.
>
> 1) a relação societária entre as referidas empresas;
>
> 2) a comprovação de que todos sócios, gestores e responsáveis pela linha editorial das referidas empresas são brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Será encaminhado de acordo com o requerimento lido pelo Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, de 2014
- Terminativo -

Autoriza o armazenamento eletrônico dos prontuários dos pacientes.
Autoria: Senador Roberto Requião.
Relatoria: Senador Waldemir Moka.
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações:
1) Em 03/04/2018, foi aprovado, em primeiro turno, Substitutivo Integral ao PLS nº 167, de 2014. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria é submetida a turno suplementar;
2) Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Como está presente o Senador Waldemir Moka e como S. Exª já relatou esse PLS nº 167, de 2014, que já foi votado pela primeira vez e tramita agora em turno suplementar, passo a palavra a S. Exª, indagando se deseja se manifestar ou se deseja que coloquemos a matéria em votação,

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, apenas para lembrar que se trata daquele projeto que nós discutimos aqui sobre a transformação dos prontuários para um formato eletrônico, digital.

Lembro que tomamos todas as precauções, ouvimos o Conselho Federal de Medicina, ouvimos o Ministério da Saúde, e todos estão de acordo com isso.

Como não houve emendas, eu penso que nós temos condições de votar a matéria, Sr. Presidente, se assim o senhor permitir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, quero novamente parabenizar o Senador Waldemir Moka pelo relatório que apresentou nesse PLS nº 167, de 2014, que autoriza o armazenamento eletrônico dos prontuários dos pacientes.

Trata-se de um avanço da maior importância para modernizar o trabalho das unidades de saúde. E repito aquilo que disse na reunião anterior: temos que avançar! O Senador Moka disse que, no relatório, ele começa a implantar, daqui para a frente, imediatamente, e dá um tempo para colocar de forma digital as informações passadas, mas também avançar, Senador Moka. E V. Exª podia elaborar um projeto com, evidentemente, um tempo de implantação, para que tudo fosse feito num só cartão, toda a documentação, tanto da questão civil do cidadão como também da vida, de saúde; o que houver ali estará no cartão magnético. Parabéns, Senador Moka!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Também queria parabenizar o Senador Waldemir Moka, que, além de dedicado aqui no Senado nas várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

áreas em que atua, é muito aplicado e gosta de conhecer bem o projeto, aprimorar e, de alguma forma, colaborar muito nesse setor da saúde. Ele é médico, eu também... Não sou médico, sou ortopedista, dizem que ortopedista não é médico porque trabalha com parafuso, placa, próteses, calhas de Küntscher, Kirschner, então, não é tão fácil assim. Mas eu sei, trabalhei em hospitais de grande porte no Estado da Bahia, e isso é muito importante para modernizar as informações de forma fidedigna. É um passo muito importante.

Encerrada a discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Eu esqueci de parabenizar também o autor do projeto, Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois é, o Senador Roberto Requião também.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Muito bem lembrado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Muito bem lembrado. Ele deve estar agora em Curitiba.

Então, encerrada a discussão.

Não foram oferecidas emendas no turno suplementar. O substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passarei a palavra agora ao Senador Flexa Ribeiro para o item 7 e, posteriormente, o item 8. Após esses dois projetos, pediria ao Senador Moka que assumisse a Presidência para que eu relatasse o item 1, que é o PLC 174, de 2017, assim que o Senador Flexa Ribeiro concluir o relatório dos dois projetos.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 66, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GARBOSA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/03 e 03/04/2018.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 81, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
Observações:
A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/03 e 04/03/2018.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, Senador Moka, Srs. Senadores, o PDS 66, de 2017, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Garbosa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.

A relatoria é da Senadora Gleisi, como foi também a do item 6.

O relatório é pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Sr. Presidente, eu vou direto à análise, em que a Relatora diz: com relação à constitucionalidade material e à legalidade, entretanto, há alguns aspectos que devem ser avaliados com maior profundidade. É por isso que ela pede o sobrestamento.

A proposição sob exame visa a renovar a permissão outorgada a partir do ano de 2008. Não foi possível localizar, contudo, a renovação anterior, que deveria se iniciar no ano de 1998.

A verificação de efetiva renovação da outorga pelo período 1998-2008 é indispensável à aprovação da matéria. Não tendo ocorrido tal renovação, a outorga estaria expirada por decurso de prazo e, nesses termos, não poderia ser renovada.

Ainda, a análise da documentação sugere que a Rádio Garbosa Ltda. estaria afiliada à Rede Transamérica de Comunicação. Considerando-se a vedação legal de subordinação das permissionárias do serviço de radiodifusão a outras entidades para a formação de cadeias ou de associações com direção única, torna-se necessário averiguar a efetiva ocorrência dessa afiliação e os exatos termos em que se estabeleceu.

O voto, Sr. Presidente, diz: diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 66, de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

Diz o requerimento:

> REQUERIMENTO Nº , DE 2017
>
> Nos termos do art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da permissão outorgada à RÁDIO GARBOSA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2017:
>
> a) cópia do ato do Poder Executivo que renovou a permissão outorgada à RÁDIO GARBOSA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais, a partir de setembro de 1998;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

b) cópia da mensagem que encaminhou o ato referido no item anterior para apreciação do Congresso Nacional;
c) que percentual da programação transmitida é produzida pela própria RÁDIO GARBOSA LTDA.? Quais os horários de transmissão dessa programação e qual seu conteúdo?
d) que percentual da programação transmitida é produzida pela REDE TRANSAMÉRICA DE COMUNICAÇÃO? Quais os horários de transmissão dessa programação e qual seu conteúdo?
e) há transmissões de conteúdo de outros produtores? Em que percentual e em que horários?
f) cópia dos contratos e de outros documentos relacionados à "afiliação" da RÁDIO GARBOSA LTDA. à REDE TRANSAMÉRICA DE COMUNICAÇÃO, particularmente de todos os instrumentos que estabeleçam direitos e obrigações relacionados a:
f.1) produção, compartilhamento e transmissão de conteúdo;
f.2) seleção e definição de programação;
f.3) responsabilidade editorial;
f.4) seleção, restrições, definição de valores, comercialização e veiculação de publicidade;
f.5) pagamentos e remunerações diretos e indiretos.

Esse é o voto, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador que queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Para discutir.) – Eu vejo assim: essas autorizações, outorga a rádio, sistematicamente aqui se obedece ao seguinte critério, se não vierem todos os documentos, como acabou de acontecer, o Parlamentar pede explicação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – E, para aqueles que têm toda a documentação arrumada, o parecer é favorável. Eu indago a V. Exª, como há vários com parecer favorável, se a gente não poderia votar em bloco todos aqueles que têm parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sem dúvida.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Porque nós acabaríamos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nós já fizemos isso aqui, acho que no ano passado, não foi? Vou determinar à Secretaria aqui que levante o que pede o Senador Moka, para repetir como fizemos da outra vez.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Marcaríamos um dia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É votação em globo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª, inclusive, é o relator-mor da votação em globo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Posso continuar, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pode continuar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Item 8. PDS 81/2017.

Todos esses processos que eu estou relatando, todos, são por sobrestamento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu sei.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, quero um que seja pela autorização.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas já determinei que a assessoria pudesse levantar aqueles que pedem o... E como pede o Senador Moka para fazermos na próxima reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Está certo.

Então, retornando, PDS 81, de 2017, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa e Cultural Bom Jesus para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Relatoria da Senadora Gleisi Hoffmann.

O relatório é pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Vamos direto à análise, Sr. Presidente.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Com relação à legalidade, entretanto, há alguns aspectos que devem ser avaliados com maior profundidade.

De acordo com a documentação que instrui a matéria, Roseni Machado de Souza Bruxel comporia o quadro diretivo da entidade. Ocorre que Roseni Machado de Souza Bruxel seria também Secretária de Saúde e Promoção Social do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, de acordo com informações publicadas no sítio da Prefeitura do referido Município na internet.

Nesses termos, em princípio, poderia ocorrer vinculação vedada pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Diz o voto, Sr. Presidente: pelo exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 81, de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

O requerimento é nestes termos de que farei a leitura. REQUERIMENTO Nº , DE 2017

> Nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à autorização outorgada à Associação Educativa e Cultural Bom Jesus para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2017:
>
> a) Qual é o atual quadro diretivo da entidade?
>
> a) Histórico de todas as alterações do quadro diretivo da entidade, com indicação da data de cada evento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

b) Roseni Machado de Souza Bruxel ainda compõe o quadro diretivo da entidade?

b.1) Em caso negativo, documentos comprovando a data em que Roseni Machado de Souza Bruxel deixou a direção da entidade.

c) Roseni Machado de Souza Bruxel, que, de acordo com a documentação, compõe o quadro diretivo da entidade, exerce ou exerceu o cargo de Secretária de Saúde e Promoção Social do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, ou outro cargo de Secretária Municipal?

c.1) Em caso positivo, data da posse de Roseni Machado de Souza Bruxel no referido cargo.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Coloco agora em votação o PDS 66, de 2017, lido anteriormente pelo Senador Flexa Ribeiro, e o PDS 81, de 2017.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Solicito ao nobre Senador Waldemir Moka que possa assumir a Presidência para que eu possa relatar o item 1 e o item 5.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Assumindo a Presidência, passo a palavra ao eminente Presidente, Senador Otto Alencar para o item 1 e o item 5 da nossa pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 174, de 2017
- Não terminativo -

Dispõe sobre o fornecimento de programas de computador e jogos eletrônicos.

Autoria: Deputado Aureo

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/03 e 03/04/2018.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço ao Senador Waldemir Moka.

O item 1 é o Projeto de Lei nº 174, de 2017 (nº 2.166/2011, na Casa de origem), a Câmara dos Deputados, do Deputado Aureo, que dispõe sobre o fornecimento de programas de computador e jogos eletrônicos.

Cabe a esta Comissão, de acordo com o art. 104-C, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre proposições correlatas à tecnologia e informática.

O PLC nº 174, de 2017, busca resguardar os consumidores de programas de computador e de jogos eletrônicos, estabelecendo prazos de garantia e de troca de produtos que apresentem mal funcionamento. Além disso, determina que os fabricantes disponibilizem formas alternativas de acesso ao conteúdo de mídia, seja pela internet ou pelo envio da mídia na sua forma física para o consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o autor, o Deputado Aureo, a mídia na qual os programas de computador e os jogos eletrônicos são comercializados é apenas o meio de transporte do bem que efetivamente tem valor – o *software*. Assim, no caso de danificação da mídia, o consumidor deve ter um meio de obter, sem ônus, uma nova cópia do *software* pelo qual já pagou e tem o seu direito de uso.

É importante lembrar que o projeto originário da Câmara dos Deputados data de 2011, quando ainda não estava maduro o mercado *on-line* de programas de computador e jogos eletrônicos. Atualmente, o *software* se desvinculou do meio físico, sendo possível comprá-lo e baixá-lo diretamente para o computador ou *smartphone* via internet.

Dessa forma, entendemos que o projeto em tela é injurídico, pois não alcança os objetivos pretendidos. Isso porque a matéria perdeu a oportunidade e a relevância diante dos avanços tecnológicos transcorridos entre a sua apresentação em 2011 e o momento atual, onde a tendência é o armazenamento de dados, programas de computador e jogos em ambiente virtual, na denominada computação em nuvem.

Por fim, destacamos que a matéria não inova no ordenamento jurídico, pois a Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), em seu art. 18, já trata da responsabilidade do fornecedor por vício de qualidade que torne o produto impróprio ou inadequado ao consumo a que se destina, sendo que o consumidor pode exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, caso o defeito não seja sanado no período de 30 dias.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 174, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Coloco em discussão o relatório do Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Otto Alencar permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu devolvo a Presidência ao Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, vou relatar o item 5 ainda.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Ainda vai relatar o item 5.

ITEM 5
OFICIO "S" Nº 43, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 25/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itabuna, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S", nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:
A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/03 e 03/04/2018.

Então, continuando ainda na Presidência, passo a palavra ao Relator, Senador Otto Alencar, para que ele possa ler o relatório do item 5 da pauta.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se do Ofício "S" nº 43, de 2014, que encaminha, nos termos do art. 222, §5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 25/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Santa Cruz Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Itabuna, no Estado da Bahia.

Relatório.

De acordo com as atribuições que são permitidas pelo Regimento do Senado Federal, compete à nossa Comissão de Ciência e Tecnologia observar, de acordo com a legislação, sobretudo no caso do Ofício nº 239, de 2014, na origem, que foi na Câmara dos Deputados, e a Mensagem nº 257, de 1º de setembro de 2014, acompanhada do Despacho de 29 de agosto de 2014 e da Exposição de Motivos nº 89/2014 MC, de 15 de julho de 2014, do Ministro de Estado das Comunicações, que apresenta os novos quadros societário e diretivo da concessionária.

Em 24 de novembro de 2015, a CCT aprovou o Parecer nº 1.106, de 2015, que concluiu pelo encaminhamento do Requerimento de Informações nº 1.361, de 2015, ao então Ministro de Estado das Comunicações, de forma a complementar a instrução do processo.

As respostas ao mencionado requerimento, contidas na Nota Informativa nº 2.643/2016/SEI–MCTIC, de 21 de novembro de 2016, foram recebidas por meio do Ofício nº 46.202/2016/SEI–MCTIC, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Análise.

A nota informativa elaborada pela Secretaria de Radiodifusão do MCTIC, e encaminhada pelo titular da Pasta, sugere o envio a esta Casa dos números de registro nos cadastros oficiais das pessoas físicas e jurídicas que passaram a ter participação no capital social da Televisão Santa Cruz Ltda., bem como da comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, participe da referida sociedade. Entretanto, os documentos mencionados não foram anexados, tampouco enviados.

Assim, a demanda formulada não restou atendida, o que nos leva a sugerir o envio de novo requerimento de informações ao Ministério das Comunicações.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento, ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, do novo requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 43, de 2014, nos termos do art. 335 do RISF.

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Nos termos do art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato n° 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, requeiro que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Oficio "S" nº 43, de 2014:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I - números de registro nos cadastros oficiais de todas as pessoas físicas ou jurídicas que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão; e

II - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Em discussão o relatório do Senador Otto Alencar, que pede novas informações ao Ministro de Comunicações. Enquanto aguardamos, o projeto está sobrestado, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Otto Alencar permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S", nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informação dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Passo a Presidência ao Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço a V. Exª, Senador Waldemir Moka. V. Exª e o Senador Flexa Ribeiro são sempre assíduos aqui na nossa Comissão.

As outras matérias são de caráter terminativo e não temos quórum qualificado para tanto.

Eu encerro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – V. Exª já fez a leitura desses outros itens? Dos PDS? Porque poderíamos fazer a leitura e colocar em votação, encerrar a votação e não votar. E votaríamos quando tivéssemos quórum.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, eu, inclusive, louvo essa disposição laborativa de V. Exª e passo já... Vamos dividir, com V. Exª e o Senador Waldemir Moka, as proposições que ainda não foram lidas. Os itens 9, 10, 11 e 12 vão para V. Exª... Ah, já foram lidos.

São os itens 16 a 28.

V. Exª fica com os itens 16 a 23; e o Senador Moka, de 23 a 28. V. Exª concorda?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª pode ir direto ao voto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vou direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Claro. Item 16.

ITEM 16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 201, de 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIZINHANÇA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Pedro Chaves
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 20/03, 27/03 e 03/04/2018.

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 207, de 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM NIQUELÂNDIA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Niquelândia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Pedro Chaves
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 20/03, 27/03 e 03/04/2018.

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 78, de 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE NOVA MINDA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japonvar, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03, 27/03 e 03/04/2018.

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 79, de 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL PADRE DE MAN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03, 27/03 e 03/04/2018.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 84, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO CAETANO DO XOPOTÓ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cipotânea, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03, 27/03 e 03/04/2018.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 220, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE GUAÍRA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Guaíra, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 20/03, 27/03 e 03/04/2018.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 208, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à TOTAL - COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Irará, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/03 e 03/04/2018.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – PDS 201, de 2017: aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Vizinhança FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O parecer do Senador Pedro Chaves é pela aprovação do projeto.

Farei a leitura do voto em conjunto de todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – São todos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Até o item 22.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso. Item 17, PDS 207, de 2017: aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Niquelândia Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Niquelândia, Estado de Goiás.

Também é relatoria do Senador Pedro Chaves, pela aprovação do projeto.

Voto ao final.

Item 18, PDS 78, de 2017: aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Nova Minda para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japonvar, Estado de Minas Gerais.

Relatoria do Senador Davi Alcolumbre, pela aprovação.

Item 19, PDS 79, de 2017: aprova ato que outorga autorização à Associação Cultural e Educacional Padre de Man para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais.

Relatoria do Senador Davi Alcolumbre, pela aprovação do projeto.

Item 20, PDS 84, de 2017: aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária São Caetano do Xopotó para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cipotânea, Estado de Minas Gerais.

Relatoria do Senador Davi Alcolumbre, pela aprovação do projeto.

Item 21, PDS 220, de 2017: aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Cultura de Guaíra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Guaíra, Estado de São Paulo.

Relatoria da Senadora Regina Sousa, pela aprovação do projeto.

Item 22, PDS 208, de 2017: aprova o ato que outorga permissão à Total - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Irará, Estado da Bahia, Estado de V. Exª, Senador Otto Rocha, que o representa aqui com muita competência e determinação.

É pela aprovação. A relatoria é de V. Exª, Senador Otto Alencar!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas eu a passei a V. Exª. Não há problema. Vou dar um título de cidadão baiano a V. Exª, porque há muitos baianos morando no Pará. E vai haver agora eleição para Senador, eles vão pedir para votar em V. Exª no Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas não peça voto, porque, senão, a lei eleitoral pode... Sou pré-candidato ainda ao Senado, hein?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É pré-candidato ainda? Já me comprometi.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não está na hora de pedir voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Já me comprometi com V. Exª. Vamos fazer a música de campanha na Bahia, dizendo que não se deve plantar cana-de-açúcar na Floresta Amazônica, atendendo a um pedido de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só peço a V. Exª que faça a música dizendo que se deve plantar cana-de-açúcar na Amazônia, porque, se pode-se plantar soja, milho, arroz, capim, qual é o preconceito com a cana?

Agora eu estou começando a raciocinar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É a colheita da...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu estou começando...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador, eu não tenho; pelo contrário, eu sou consumidor de produtos da cana. Eu adoro uma cachacinha bem curtida lá no sertão da Bahia...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agora, V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... envelhecida no barril de imburana-de-cheiro.

V. Exª já ouviu falar em imburana-de-cheiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Já, já.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois é; é uma árvore que dá no sertão da Bahia, e a cachaça curtida no barril feito dessa madeira fica com um odor gostoso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É tipo o patchuli, no Pará, que não é árvore...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agora, bebo com moderação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... mas é um capim cheiroso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Bebo com moderação!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agora, estou entendendo, Senador Moka, por que o ex-Presidente Lula mandou retirar a Amazônia quando fez o zoneamento ecológico e econômico da cana-de-açúcar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Por quê?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Depois eu lhe explico em particular. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ah, o Presidente Lula... Isso é só propaganda negativa. Ele nunca usou nenhum tipo de cana-de-açúcar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu sei. V. Exª gosta do mel, não é? O mel de cana é gostosíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu gosto do mel de abelha jataí. Já ouviu falar?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Exª tem que provar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É aquela que não tem ferrão. A abelha jataí não tem ferrão. É um melzinho fino que serve para tratar a gripe, a dor de cabeça, para estimular na campanha política...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Durante a campanha política, se V. Exª tomar uma garrafa de mel de jataí, V. Exª ganha a eleição disparado no Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu tomo duas. (*Risos.*)

Eu vou trazer, para V. Exª provar – e para o Senador Moka também –, pupunha, uma fruta lá do meu Estado que, comida com o mel de cana, V. Exª vai passar o dia todo comendo. Fique certo disso!

Vamos concluir aqui.

V. Exª me passou a relatoria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Passei sim; passei a relatoria *ad hoc* conscientemente. Até o...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A relatoria é do Senador Otto Alencar, pela aprovação do projeto.

E, finalmente, o item 23, PDS nº 239, de 2017, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Barra...

De novo, Senador?

Não, não vou. Esse aqui eu peço a V. Exª que me...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não pode? Por favor! Pode relatar! Eu confio em V. Exª. Não há problema nenhum.

ITEM 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 239, de 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA BARRA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/03 e 03/04/2018.

A Barra é uma cidade que fica às margens do Rio São Francisco e onde reside o maior defensor do Rio São Francisco, da preservação ambiental e da revitalização daquele rio, o Bispo Dom Luiz Cappio.

A Barra é uma cidade histórica, que tem uma arquitetura colonial bem preservada, e servia de passagem do oeste da Bahia para o Recôncavo Baiano.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu, com toda a permissão de V. Exª, discordo da afirmação que V. Exª acaba de fazer – e não me olhe espantado não! A minha discordância é total. O maior defensor do Rio São Francisco e da sua revitalização se chama Senador Otto Alencar. Então, corrija a informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exª. Partindo de V. Exª, eu até aceito um pouco, mas eu disse isso porque, se há uma coisa negativa num político, ou em qualquer profissional, é a busca sempre pelo autoelogio, ou seja, ele próprio querer se manifestar se colocando em uma posição de destaque frente às outras pessoas. É muito ruim isso. Portanto, sempre digo que há outros defensores do Rio São Francisco, e o Bispo Dom Luiz Cappio é um deles.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas V. Exª levanta a bola e o Senador Moka faz o gol, porque V. Exª é o maior defensor do Rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Mas vou, com a sua permissão, dizer que o PDS 239, de 2017, aprova o ato que renova autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Barra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra, Estado da Bahia.

Relator, Senador Otto Alencar, pela aprovação do projeto.

Agora, vamos aos votos, Sr. Presidente, dos itens 16, PDS 201, de 2017; 17, PDS 207, de 2017; 18, PDS 78, de 2017; 19, PDS 79, de 2017; 20, PDS 84, de 2017; 21, PDS 220, de 2017; 22, PDS 208, de 2017; e 23, PDS 239, de 2017, todos eles, pela aprovação.

E o voto comum a todos diz: tendo em vista que o exame das documentações que acompanham os diversos PDS que aqui foram lidos não evidencia violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova permissão outorgada a todas as empresas de radiocomunicação que dizem respeito aos PDS que foram relatados.

Esses são os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Não há quórum qualificado para a votação; lidos e discutidos, aguardam momento em que haja quórum qualificado para tanto.

Peço ao nobre Senador Waldemir Moka que possa ler os relatórios dos itens 24 a 28, como procedeu o Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 234, de 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à COMUNICAÇÕES MARANHENSES LTDA-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Olho d'Água das Cunhãs, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/03 e 03/04/2018.

ITEM 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, de 2016
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/03 e 03/04/2018.

ITEM 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 205, de 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-IRIS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibiraci, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, de 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE FLORAI – ACOSF para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florai, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 198, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO PALMEIRA ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Condor, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03, 27/03 e 03/04/2018.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – No item 24, vou direto ao voto, uma vez que, insisto em dizer, quando o projeto traz todas as condições, o Congresso, em especial...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª está corretíssimo. Não há dúvida.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Pedimos sobrestamento quando falta informação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 234, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Comunicações Maranhenses Ltda-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Olho d'Água das Cunhãs, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Então, esse é o primeiro voto, Sr. Presidente.

Item 25.

Vamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 75, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova autorização outorgada à Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 26.

Vamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 205, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova autorização outorgada à Associação Comunitária Arco-Iris para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibiraci, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 27.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 43, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e de Comunicação Social de Floraí (Acosf) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Floraí, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

E, finalmente, Sr. Presidente, no item 28, diferentemente dos outros que eu relatei até agora, o voto é pela rejeição e diz o seguinte: as informações prestadas pelo Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações evidenciam que, de fato, existe divergência entre a documentação que instrui o PDS nº 198, de 2015, e os registros da base de dados do SIACCO. Essa situação exige providências para a apuração de seus motivos e, principalmente, para a garantia da correção da base de dados, tendo em vista que eventuais inconsistências podem ocasionar avaliações equivocadas quanto ao cumprimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das normas constitucionais e legais relativas à prestação dos serviços de radiodifusão, podendo inclusive induzir a erros no processo de aprovação de outorgas.

O voto é pela rejeição do PDS nº 198, de 2015.

Resumindo, do item 25 ao 27, o relatório é pela aprovação. Eu gostaria de que V. Exª fizesse essa aprovação, deixando por último esse da rejeição, para que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... ficasse muito clara a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente. Muito claro.

Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Encerrada a discussão.

Em votação os itens...

Em discussão os itens 24 ao 27, o relatório do Senador...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Item 28 também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não. Eu estou lendo os que foram pela aprovação.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª pediu dessa forma.

Itens 24, 25, 26 e 27. O relatório é pela aprovação. Foi encerrada a discussão e fica para a votação quando tivermos quórum qualificado.

O item 28, que é o PDS 198, de 2015, V. Exª deu um parecer pela rejeição. Também foi encerrada a discussão e aguarda a votação com o quórum qualificado.

Não há nenhuma outra matéria, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Hélio José, Dário Berger, Paulo Rocha, Regina Sousa, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Fátima Bezerra e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, para dispor sobre a outorga de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos a instituições de ensino superior ou a suas mantenedoras." **Autoria:** Deputado Ságuas Moraes. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 662, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a organização e apresentação adequadas das informações técnicas e dos preços dos serviços de telecomunicações oferecidos aos usuários." **Autoria:** Senadora Ângela Portela. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e pela rejeição das Emendas n.º 1 e 2 da CTFC. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre a composição e o processo de escolha dos membros do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional." **Autoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, para estabelecer a aplicação dos recursos do fundo na instalação, custeio e manutenção do bloqueio de sinais de radiocomunicações em estabelecimentos penitenciários e em outros locais em que sua utilização seja exigida por lei." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda n.º 1-CAE (Substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu o Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº. 01 –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CCT (Substitutivo). **Observação:** A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 6 de 2018** que: "Requer a realização de audiência pública pela CCT, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 79, de 2016, que altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, para permitir a adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações de concessão para autorização, e 9.998, de 17 de agosto de 2000; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro e Senador Valdir Raupp. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Audiência Pública designada para o dia 08/05/2018, às 14h30. **ITEM 7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 184, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA ESPERANÇA FM CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. **ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 185, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL RIO DOS CEDROS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. **ITEM 9 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 123, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio SALAMANCA DE BARBALHA S.A. — a qual foi sucedida pela Rádio Cetama de Barbalha Ltda. — para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Barbalha, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu o Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. **ITEM 10 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 158, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INOCENCIENCE DE COMUNICAÇÃO E MARKETING para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inocência, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu o Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. **ITEM 11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 194, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÀS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Trindade, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu o Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. **ITEM 12 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 195, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO TIRADENTES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Belém, Estado do Pará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Waldemir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Moka (*Ad hoc*), substituiu o Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 142, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Estreito, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 201, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIZINHANÇA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu o Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 207, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM NIQUELÂNDIA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Niquelândia, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu o Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 78, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE NOVA MINDA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japonvar, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu o Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 79, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL PADRE DE MAN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu o Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 84, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO CAETANO DO XOPOTÓ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cipotânea, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu o Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 220, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE GUAÍRA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Guaíra, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. **ITEM 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 208, de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão à TOTAL - COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Irará, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu o Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 239, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA BARRA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu o Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 234, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à COMUNICAÇÕES MARANHENSES LTDA-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Olho d'Água das Cunhãs, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu o Senador João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu a Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE FLORAI – ACOSF para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florai, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu a Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. **ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 205, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-IRIS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibiraci, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. **ITEM 26 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 198, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO PALMEIRA ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Condor, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 27 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 221, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

COMUNITÁRIA E CULTURAL DE PANAMÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Panamá, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 28 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 236, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM PRINCESA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 29 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 237, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Senador Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 30 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 7 de 2018** que: "Requer aditamento ao RCT 0006/2018 para incluir nomes em audiência Pública que debaterá PLC 79/2016" **Autoria:** Senador Paulo Rocha. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Audiência Pública designada para o dia 08/05/2018, às 14h30. **ITEM EXTRAPAUTA 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 513, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências, para alterar o limite de potência de transmissão e a quantidade de canais designados para a execução do serviço." **Autoria:** Senador Hélio José. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu o Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Jorge Viana, Flexa Ribeiro, Hélio José e Regina Sousa. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/24

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, de 2017

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, para dispor sobre a outorga de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos a instituições de ensino superior ou a suas mantenedoras.

Autoria: Deputado Ságuas Moraes

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao Projeto;

2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 17/04/2018.

É votação simbólica.

V. Exª já havia lido o relatório? (*Pausa.*)

Então, com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – É um projeto de origem da Câmara Federal, o autor é o Deputado Ságuas Moraes.

O meu relatório é pela aprovação, após discutir com todos os setores, inclusive com o Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2017, altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, para dispor sobre a outorga de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos a instituições de ensino superior ou a suas mantenedoras.

Em cumprimento ao rito legislativo, naturalmente atendi todas as exigências, tanto das leis que regem esse processo com dos decretos.

A proposição é estruturada em três artigos. O art 1º altera o inciso VII do art. 19 da Lei da LGT e insere parágrafo único ao dispositivo para determinar que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), além de controlar as tarifas dos serviços prestados em regime público, revisar e homologar os seus reajustes, terá competência de classificar e organizar a oferta dos planos e preços dos serviços prestados em regime privado, de forma a facilitar a compreensão, comparação e seleção pelo usuário do produto mais adequado ao seu perfil. A matéria foi distribuída para a Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle e para esta Comissão, que tem a sede de decisão não terminativa. No entanto, ela trata do mérito da questão.

Nesse sentido, uma emenda que veio lá da Comissão de Transparência modificou o art. 1º do PLS nº 662, de 2011, introduzindo o parágrafo único ao art. 3º para estabelecer que a informação ao usuário de telecomunicação sobre a oferta de serviços e seus preços será prestada em forma que facilite a sua compreensão pelo usuário e que permita a comparação com as alternativas de mercado.

Já a Emenda nº 2 suprimiu o art. 2º da proposição.

Antes de avaliar o mérito da proposição, cumpre contextualizar a atual organização legal do setor de telecomunicação. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, na verdade eu estava relatando o item 3, que é também de minha autoria. Agora é o item 1. Desculpe-me.

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de origem da Câmara Federal, do Deputado Ságuas Moraes, que altera o Decreto-Lei nº 236.

O projeto altera a redação dos arts. 13 e 14 do citado decreto, que tratam do serviço de televisão educativa. O texto proposto inclui as rádios no sistema de radiodifusão educativa.

A iniciativa mantém a natureza não comercial dos veículos de radiodifusão educativa, mas permite a divulgação de apoiadores culturais nos programas transmitidos.

A matéria foi submetida à Comissão de Educação, que emitiu parecer pela sua aprovação.

No mérito, deve-se louvar a iniciativa, que oficializa o serviço de rádio educativa. Como bem lembrado pelo autor da matéria, o Decreto-lei nº 236, de 1967, assim como o Código Brasileiro de Telecomunicações, são omissos quanto à possibilidade de prestação de serviços de rádio educativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As rádios educativas, registre-se, já integram a realidade brasileira, prestando relevantes serviços ao desenvolvimento da sociedade, com a promoção de atividades culturais e educacionais.

No âmbito do antigo Ministério das Comunicações, foi editada a Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, que estabelece as condições e os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

O projeto, portanto, sana a lacuna existente no Código Brasileiro de Telecomunicações, conferindo maior segurança jurídica ao funcionamento das rádios educativas.

Além disso, conforme destacado pela Comissão de Educação, afigura-se pertinente a ampliação do rol de legitimados à execução do serviço de radiodifusão educativa, o que irá contribuir para o maior alcance dessa importante modalidade de serviço.

Outro aprimoramento importante diz respeito ao financiamento dos veículos de radiodifusão educativa, que poderão divulgar os apoiadores culturais nos programas transmitidos, a exemplo do que acontece em diversos canais públicos de televisão, tais como a TV Cultura e a TV Brasil, sem que tal prática se confunda com a comercialização de espaço publicitário.

Ante exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2017 (nº 4.613, de 2016, na Casa de origem).

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo Senador ou Senadora que deseje discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório do PLC 91, de 2017, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto.

Sobre a mesa, há dois requerimentos, um de autoria do Senador Paulo Rocha, para audiência pública a fim de discutir a reforma da Lei Geral de Telecomunicações, que tem como Relator o Senador Flexa Ribeiro, e outro do Senador Flexa Ribeiro, requerendo, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, para apreciação desse PLC, a presença dos seguintes convidados: Sr. André Borges, Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Sr. Juarez Quadros, da Anatel; Sr. Ivan Pacheco, Secretário de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração do Tribunal de Contas da União (TCU); Sr. Jonas Valente, Conselheiro do Coletivo Brasil de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunicação Social; Srª Flávia Lefèvre, Conselheira da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor; Sr. Eduardo Levy, Presidente-Executivo do SindiTelebrasil; Sr. Paulo Tonet, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e de Televisão; Sr. Luiz Otavio Vasconcelos Prates, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional de Empresas de Telecomunicações por Satélite.

> O PLC nº 79, de 2016, pode ser dividido em quatro principais temas, quais sejam a adaptação das concessões de telefonia fixa para o regime privado das autorizações; alteração da disciplina de gestão e outorga do espectro de radiofrequências; alteração da disciplina de gestão e outorga do direito de exploração dos satélites brasileiros; e a alteração da definição da base de contribuintes do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST). Nesse sentido, de forma a colher os subsídios necessários para a relatoria do projeto nesta Comissão, propomos a realização dessa audiência pública com representantes do Governo e de todos aqueles que foram aqui citados

Assina o nobre Senador Flexa Ribeiro.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 6, de 2018

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública pela CCT, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 79, de 2016, que altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, para permitir a adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações de concessão para autorização, e 9.998, de 17 de agosto de 2000; e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro e outros.)

E agora o requerimento complementar do Senador Paulo Rocha.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Quanto ao requerimento propondo a audiência pública para o PLS 79, também está com a solicitação do Senador Valdir Raupp, em conjunto comigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Eu acato tranquilamente a proposição de V. Exª. Serão dois Senadores que têm condição...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Você falou relatoria ou requerimento?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Requerimento.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Achei que fosse relatoria. Fazer relatoria era...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Relatoria não pode, é o requerimento. V. Exª está...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É o requerimento para audiência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente, eu entendi. Ele pensou que era relatoria, não dá para ser. Aí só tem vaga para um.

Requerimento do Senador Paulo Rocha:

> Requeiro, nos termos regimentais do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 006/2018, do Senador Flexa Ribeiro, para inclusão dos nomes do Sr. Rafael Zanata, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC, do Sr. Marcio Patusco, do Clube de Engenharia e do Sr. João Moura – Presidente da FITRATELP, para participar da audiência pública que debaterá o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 79, de 2016, que altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, para permitir a adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações de concessão para autorização, e 9.998, de 17 de agosto de 2000; e dá outras providências.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do nobre Senador Paulo Rocha para outras participações na audiência pública que será agendada de acordo com a conveniência do Relator, Senador Flexa Ribeiro.

EXTRAPAUTA

ITEM 30

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 7, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer aditamento ao RCT 0006/2018 para incluir nomes em audiência Pública que debaterá PLC 79/2016

Autoria: Senador Paulo Rocha

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Semana que vem nós temos uma semana curta, só quarta-feira e quinta-feira. Eu pediria a V. Exª que nós já pudéssemos deixar agendada essa audiência, em função da urgência para a tramitação do projeto, já para terça-feira da semana seguinte à próxima.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas eu deixei que V. Exª escolhesse data e hora, na terça-feira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Estou escolhendo já.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, V. Exª pode dizer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Terça-feira, dia...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Oito dias depois do dia 1º.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Terça-feira é dia 1º. É Dia do Trabalho.

Se V. Exª quiser...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Dia 8.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Se quiser colocar no dia 1º, que é o Dia do Trabalho, eu estou disposto a vir trabalhar.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não só V. Exª, mas todos nós aqui.

Dia 8, às 14h30, Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Paulo Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pode ser, sim.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Só queria fazer um comentário sobre essa questão..

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Dia 8, às 14h30, audiência pública.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Esses projetos são de fundamental importância. Sobre todos os projetos de pós-privatização de alguns setores públicos é fundamental que os Parlamentares se debrucem para poder, digamos assim, através de uma legislação, melhorar, adaptar ou corrigir esse processo de privatização de serviços públicos que foram prestados, que, ao longo dos anos, já está sendo executado, mas que precisa do ajuste ali, ajuste acolá. É fundamental que um projeto desse tenha audiências públicas para a gente fazer o aprofundamento devido nessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Paulo Rocha, eu fui Relator desse projeto na Agenda Brasil e tive a oportunidade de estudar o projeto, inclusive de ler quase toda a auditoria que o Tribunal de Contas da União fez.

Eu recomendo aos Senadores que possam pedir cópia do relatório do TCU sobre esse projeto, porque aqui se deu um diagnóstico completamente equivocado de que se estava entregando o patrimônio público. E é um equívoco muito grande. Um Senador ou uma Senadora que falou sobre esse assunto brigou com a verdade, não teve nenhuma condição de falar a coisa real e verdadeira, porque eu estudei completamente isso. Mas é bom que se haja uma audiência pública que já havia sido aprovada por unanimidade na Agenda Brasil, depois do requerimento foi ao Supremo Tribunal e voltou agora.

Eu poderia até avocar para a relatoria, mas não quis fazê-lo e passei para o Senador Flexa Ribeiro, para que ele pudesse ser o Relator e fazer também audiência pública no sentido de esclarecer os equívocos daqueles que talvez não conheceram o projeto ou até o ignoraram. E a ignorância duvida quando desconhece o que ignora. Então, é bom que se esclareça bastante para haver uma votação bem clara a respeito desse assunto.

Eu passo agora...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, pela ordem. Aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Se V. Exª permite, eu queria me manifestar e dar só uma opinião rapidíssima sobre esse tema.

Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pode, claro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Queria, cumprimentando V. Exª também, dizer que acho muito oportuno que, de alguma maneira, se inicie um processo de retomada de discussão e deliberação no Projeto de Lei da Câmara 79.

V. Exª trabalhou nessa matéria, procurou dar contribuição para o nosso País e agora cabe ao colega Senador Flexa a relatoria. O único problema que vejo nisso é que nós estamos atrasados em discutir, deliberar sobre essa matéria. Não há, talvez, no mundo de hoje, uma infraestrutura mais importante para uma sociedade, para um país do que essa infraestrutura da comunicação que nós precisamos ter. Independentemente da privatização feita, o Brasil precisa modernizar o marco legal das telecomunicações, e nós temos que enfrentar esse debate.

Claro que alguns colegas – eu entendo – também botaram suas opiniões, aqui é o Parlamento, mas eu estou cobrando também. Já faz mais de um ano. A população não pode ficar sem uma deliberação do Senado Federal em uma matéria. E o melhor jeito acho que estamos começando aqui. Vamos dar mais transparência, vamos debater mais, mas também com alguma objetividade.

V. Exª tentou dar a sua parcela de colaboração, reconheço o seu esforço. Eu também procurei ajudar, fui até mal-interpretado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – E eu não tenho nenhum problema porque há matérias que interessam ao País, ao Estado brasileiro. Nós temos que enfrentar esse debate, cada um com sua opinião, cada um com seu propósito, e o meu é um só: quem está prejudicado hoje são as regiões mais distantes do País. O País está com o marco regulatório atrasado, não competitivo, e nós precisamos fazer isso.

Por isso, queria cumprimentar e dizer que promovamos esse debate, façamos essa discussão e ajustemos o que tiver que ser ajustado nessa matéria para deliberar sobre ela. É uma obrigação nossa de fazer.

Só estou preocupado também com a semana que vem. Acho que, na semana que vem, é muito ruim por conta do feriado, mas, e se nós fizermos na primeira semana após o feriado de 1º de maio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que é muito importante. É um debate que o Brasil inteiro espera e que é de grande importância para governos, para usuários, para o cidadão, para o desenvolvimento do nosso País, para a modernização do nosso País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Concordo com V. Exª.

Realmente, naquela oportunidade nós debatemos muito a Agenda Brasil. Tive o cuidado de ler todo o relatório do Tribunal de Contas da União. Houve uma distorção muito grande dos fatos, o que pode acontecer no Parlamento. Nós temos, de alguma forma, de fazer a modernização dessa legislação, até porque é uma legislação de 1997. Nós estamos há 21 anos com uma legislação que não acompanhou a evolução e que tem trazido grandes problemas para aqueles que dependem de informações em tempo real.

Espero que isso possa acontecer. Está marcada para o dia 8, às 14h30min, essa audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Eu pediria a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, que possa ser o Relator *ad hoc*.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, Srs. Senadores, Srª Senadora, trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2017, do Senador Roberto Rocha, que dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório é do Senador Davi Alcolumbre e vou fazer a leitura como Relator *ad hoc*. Diz o relatório, Sr. Presidente:

É submetido ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 383, de 2017, de autoria do Senador Roberto Rocha, que dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica.

A iniciativa é composta de seis artigos:

O art. 1º descreve o escopo do projeto e define o esporte eletrônico como a atividade que, fazendo uso de artefatos eletrônicos, caracteriza a competição de dois ou mais participantes, no sistema de ascenso e descenso misto de competição, com utilização do *round-robin tournament systems*, o *knockout systems*, ou outra tecnologia similar e com a mesma finalidade.

O art. 2º atribui ao praticante de esportes eletrônicos a denominação de atleta.

O art. 3º estabelece que a atividade esportiva eletrônica deve ser praticada de forma livre e acessível a todos os interessados, de acordo com os objetivos que elenca, tais como: a promoção da cidadania e da cultura; o desenvolvimento intelectual e a habilidade motora de seus praticantes; o combate ao ódio e à discriminação de gênero, etnias e credos.

O art. 4º reconhece como fomentadoras da atividade esportiva eletrônica a confederação, a federação, a liga e a entidade associativa que, dentro das suas competências, normatizam e difundem a prática do esporte eletrônico.

O art. 5º institui o Dia do Esporte Eletrônico, a ser comemorado, anualmente, em 27 de junho.

O art. 6º determina que a lei que vier a ser adotada entrará em vigor na data de sua publicação.

Após a deliberação deste Colegiado, a matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre proposições relacionadas com as áreas de inovação tecnológica, comunicação e informática, temática abrangida pelo projeto sob exame.

No mérito, deve-se destacar que o PLS nº 383, de 2017, irá preencher uma importante lacuna em nossa legislação, dando visibilidade e reconhecimento a essa nova e promissora modalidade esportiva que surgiu com o desenvolvimento das tecnologias digitais e dos videogames.

O marco civil apenas abordou alguns casos genéricos de uma maneira principiológica, visto que nos *virtual games* o direito é silente em muitos casos. Com a evolução dos jogos e sua crescente adesão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de usuários e, entre estes, aqueles que praticam profissionalmente, não há como deixá-los à margem da lei.

Inicialmente vistos como simples brincadeira para crianças e adolescentes, os esportes eletrônicos se transformaram em assunto sério, que alimenta uma indústria altamente lucrativa. Especialistas do setor estimam que o mercado do esporte eletrônico produzirá, em 2018, uma receita global de R$2,9 bilhões. Somente em premiações, os torneios distribuem algo em torno de R$363 milhões anualmente às equipes e seus competidores.

Estima-se que o Brasil seja o quarto maior consumidor deste tipo de produto e, nessa condição, inafastável o crescimento de consumidores, sejam amadores, sejam aqueles já profissionais remunerados, mas ainda não reconhecidos como tais e que integram equipes do eSports.

O número de praticantes e aficionados não para de crescer. Os canais especializados na transmissão de esportes tradicionais passaram a cobrir os esportes eletrônicos, que são acompanhados por um contingente de 200 milhões de pessoas, que lotam ginásios esportivos e até estádios de futebol.

Alguns Estados brasileiros já identificaram positivamente esse crescimento e investem na criação de polos de *games* reconhecidos nacionalmente e na produção de jogos digitais. As empresas que atuam nesse segmento de jogos eletrônicos desembolsam enormes somas em dinheiro e altas remunerações para os seus diretores executivos, hoje conhecidos como CEOs (sigla em inglês: *Chief Executive Officer*), sobretudo considerando se tratar de um mercado extremamente competitivo e em permanente evolução.

O Ministério da Cultura já reconhece os videogames como forma de manifestação cultural e podem os interessados em desenvolvê-los receber recursos da Lei Rouanet. Com essas medidas, por conseguinte, crescerá ainda mais o número de praticantes e aficionados do esporte eletrônico.

Na esteira desse crescimento, estão sendo impulsionados o interesse e a produção de outros tipos de jogos, com componentes lúdicos e conteúdos culturais e, sobretudo, na formação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... de jovens talentos empreendedores no setor de tecnologia de *games*.

Em razão do grande interesse entre o público infanto-juvenil, associado ao rápido desenvolvimento dos jogos eletrônicos e a sua grande popularidade, fez com que essa modalidade esportiva passasse a integrar o programa oficial dos Jogos Asiáticos, a serem realizados na China em 2022.

O Comitê Olímpico Internacional, inicialmente avesso ao reconhecimento dessa modalidade esportiva, já analisa a possibilidade de incluir os esportes eletrônicos na Olimpíada de Paris, em 2024.

O reconhecimento do esporte eletrônico é uma realidade que se impõe, seus praticantes profissionais devem ser tratados como atletas e, assim, devem ser reconhecidos, até porque, nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condição, são submetidos a uma rotina diária de treinos que duram horas, não raramente, superior a oito/dez horas.

Nesse sentido, somos favoráveis à aprovação do PLS nº 383, de 2017, que deve, contudo, ter a sua redação reformulada para melhor atender à técnica legislativa e para torná-lo mais harmônico com as disposições da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2017, nos termos da seguinte emenda...

A emenda, Sr. Presidente, está no relatório, que é de conhecimento de todos os Senadores.

Então, eu declaro já lido o voto do relatório do Senador Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

Eu pediria ao Senador Waldemir Moka que pudesse dar o parecer dos itens 7 ao 25. Os projetos já foram lidos e discutidos aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, mas não tínhamos quórum qualificado.

Portanto, eu pediria a V. Exª que pudesse dar o parecer em bloco dessas matérias, que já foram lidas e discutidas aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Como Relator.) – Pois não, Sr. Presidente.

Uma explicação: todos os pareceres aqui são pela aprovação, e nós só rejeitamos essas outorgas de rádio quando falta algum documento. Nesse caso, remetemos ao Ministério para completar. Mas todos eles foram lidos com pareceres favoráveis.

Então, o pedido do Senador Otto é para que possamos votar em bloco todos esses pareceres, com voto favorável do nº 7 ao nº 25.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço, então, aos Senadores porque, realmente, nós olhamos constitucionalidade, a técnica legislativa, mas, principalmente, a documentação necessária. Em todos os casos, em todos os projetos, eles são considerados, pelos Relatores, como satisfatórios.

Eu só quero lembrar quais foram os Relatores: Senador Dário Berger (itens 7, 8 e 9); Senador Pedro Chaves (itens 10, 14 e 15); o Senador Omar Aziz (itens 11 e 12); Senador Flexa Ribeiro (itens 13); Senador Davi Alcolumbre (itens 16, 17 e 18)...

Todos foram lidos e discutidos e têm relatórios pela aprovação até o item 25.

Eu dou parecer favorável e peço a votação em bloco de todos esses relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, V. Exª será atendido.

Eu peço que se faça a abertura do painel para a votação dos Srs. Senadores e Senadoras.

Parecer pela aprovação, do Senador Waldemir Moka, do item 7 ao item 25 da pauta.

Peço que abram o painel para votação em bloco.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Logo após a conclusão dessa votação, nós incluiremos item extrapauta que tem a concordância dos Senadores e Senadoras, que é o PLS 513, de 2017, que é de autoria do Senador Paulo Rocha.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Hélio José, aliás. Hélio José.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não era do Paulo Rocha, não, Hélio José?

Os Senadores já podem votar.

Ele tomou um susto, quase que ele teve um infarto. (*Pausa.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Todos votaram? Pode encerrar a votação?

Votaram dez.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Só não votou o senhor, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não precisa. Já tem quórum.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Há quórum.

Presidente, o projeto que V. Exª pediu para incluir extrapauta, o 513, do Senador Hélio José, que trata das rádios comunitárias...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Que se refere à ampliação da...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É importantíssimo isso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois é.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... porque as rádios comunitárias no Brasil inteiro...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sei disso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... pela legislação, elas só podem ter patrocínio e não podem ter a propaganda comercial. E, na realidade, o que acontece, pelo menos no meu Estado, no interior, é que elas funcionam exatamente com a propaganda, em especial, do comércio local.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, com esse projeto, nós vamos regularizar essa situação de uma vez por todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pode encerrar a votação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente.

Presidente, posso dar uma sugestão? Abrir o painel para o próximo item e, depois, abrir a discussão sobre as rádios comunitárias, para aproveitarmos o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Foram 9 votos SIM. Estão aprovados, em bloco, os itens de 7 a 25, que foram lidos aqui pelo Senador Waldemir Moka.

(São as seguintes as matérias aprovadas:

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 184, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA ESPERANÇA FM CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 14/03/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03, 27/03, 03/04, 10/04 e 17/04/2018.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 185, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL RIO DOS CEDROS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 14/03/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03, 27/03, 10/04 e 17/04/2018.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 123, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio SALAMANCA DE BARBALHA S.A. — a qual foi sucedida pela Rádio Cetama de Barbalha Ltda. — para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Barbalha, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 14/03/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03, 27/03, 03/04 10/04 e 17/04/2018.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 158, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INOCENCIENCE DE COMUNICAÇÃO E MARKETING para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inocência, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 14/03/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03, 27/03, 03/04, 10/04 e 17/04/2018.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 194, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÀS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Trindade, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 20/03/2018, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) Em 10/04/2018, foi discutida a matéria em reunião extraordinária da Comissão;

3) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/03, 03/04, 10/04 e 17/04/2018.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 195, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga permissão à REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO TIRADENTES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Belém, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 20/03/2018, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) Em 10/04/2018, foi discutida a matéria em reunião extraordinária da Comissão;

3) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/03, 03/04, 10/04 e 17/04/2018.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 142, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Estreito, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 06/03/2018, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) Em 10/04/2018, foi discutida a matéria em reunião extraordinária da Comissão;

3) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03, 27/03, 03/04, 10/04 e 17/04/2018.

ITEM 14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 201, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIZINHANÇA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1)Em 10/04/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 20/03, 27/03, 03/04, 10/04 e 17/04/2018.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 207, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM NIQUELÂNDIA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Niquelândia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 10/04/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 20/03, 27/03, 03/04, 10/04 e 17/04/2018.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 78, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE NOVA MINDA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japonvar, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 10/04/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03, 27/03, 03/04, 10/04 e 17/04/2018.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 78, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE NOVA MINDA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japonvar, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 10/04/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03, 27/03, 03/04, 10/04 e 17/04/2018.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 79, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL PADRE DE MAN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 10/04/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03, 27/03, 03/04, 10/04 e 17/04/2018.

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 84, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO CAETANO DO XOPOTÓ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cipotânea, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 10/04/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03, 27/03, 03/04, 10/04 e 17/04/2018.

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 220, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE GUAÍRA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Guaíra, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 10/04/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 20/03, 27/03, 03/04, 10/04 e 17/04/2018.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 208, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à TOTAL - COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Irará, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 10/04/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/03, 03/04, 10/04 e 17/04/2018.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 239, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA BARRA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 10/04/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/03, 03/04, 10/04 e 17/04/2018.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 234, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à COMUNICAÇÕES MARANHENSES LTDA-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Olho d'Água das Cunhãs, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 10/04/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/03, 03/04, 10/04 e 17/04/2018.

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, de 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 10/04/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/03, 03/04, 10/04 e 17/04/2018.

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE FLORAI – ACOSF para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florai, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 10/04/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria.

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 10/04 e 17/04/2018.

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 205, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-IRIS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibiraci, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 10/04/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 10/04 e 17/04/2018.)

Eu sou o Relator do projeto do Senador Hélio José sobre as rádios comunitárias. Mas, como estou presidindo a reunião, e, como o Senador Waldemir Moka nos ajudou muito relatando todos esses itens, vou abrir mão da relatoria e designar S. Exª *ad hoc* para que ele possa ler esse relatório agora. Acho que o relatório está de acordo com o que pensa S. Exª, ou seja, no sentido de contemplar as rádios comunitárias.

EXTRAPAUTA

ITEM 31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 513, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências, para alterar o limite de potência de transmissão e a quantidade de canais designados para a execução do serviço.

Autoria: Senador Hélio José

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Como Relator.) – É submetido ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática o PLS nº 513, de 2017, de autoria do Senador Hélio José.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição pretende ampliar a potência de transmissão das rádios comunitárias e o número de canais destinados à sua operação.

Para tanto, o art. 2º do projeto altera os arts. 1º e 5º da Lei nº 9.612, de 1998.

O primeiro dispositivo redefine os conceitos de "baixa potência", que passa do máximo de 25 watts para 300 watts, e de "cobertura restrita", que deverá abranger o atendimento a determinada comunidade, bairro ou vila.

Já a segunda modificação prevê que o Poder concedente designará, em nível nacional, três canais na faixa de frequência das rádios FM, ao invés de um, para o Serviço de Radiodifusão Comunitária. No caso de impossibilidade técnica em determinada região, canais alternativos deverão ser indicados, de forma a contemplar a nova exigência técnica.

O art. 3º estabelece a data de vigência da lei: quarenta e cinco dias após a data de sua publicação.

O PLS nº 513, de 2017, foi distribuído a este Colegiado para decisão terminativa, e não foi objeto de emendas.

Análise.

Nos termos do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado deliberar sobre proposições relacionadas aos serviços de radiodifusão, como é o caso do projeto em tela.

Por se tratar de decisão terminativa, incumbe à CCT examinar também os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade.

Nesse sentido, a proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União, conforme o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, e às atribuições do Congresso Nacional, de acordo com o art. 48, inciso XII. O projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, não havendo objeções a respeito de sua constitucionalidade material. No que tange à juridicidade e à regimentalidade de igual modo a posição se mostra adequada.

No mérito, deve-se registrar a relevância da presente proposição. A prestação do serviço de radiodifusão comunitária está disciplinada pela mencionada Lei 9.612, de 1998, e pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho, em baixa potência e cobertura restrita de programação dedicada à comunidade a que se destina. Por isso, apenas fundações ou associações comunitárias sem fins lucrativos e sediadas na localidade é que estão aptas a executar o serviço.

Sr. Presidente, em virtude disso, o nosso relatório é pela aprovação, parabenizando o seu autor, Hélio José, e dizendo que embora tenha lido...

(*Manifestação da plateia.*)

Mas o relatório...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Peço silêncio!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu quero fazer questão de dizer que fui só quem leu o relatório; eu faço questão de fazer justiça: o Relator oficial deste projeto é o eminente Presidente desta Comissão, Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu agradeço!

(*Manifestação da plateia.*)

Os Senadores podem votar. O painel está aberto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Enquanto vão votando, vou abrir o som.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu queria cumprimentar o Senador Hélio José, autor dessa proposta, e cumprimentar o Presidente Otto, que é o Relator, cujo relatório foi lido aqui, defendido pelo colega Moka.

Eu penso que é um projeto muito importante para o País. Nós temos em torno de 4.8 mil rádios comunitárias no Brasil. São 20 anos, Senador Moka, de luta por essa mudança de frequência, para a ampliação para 300W e também para que se possa ter... Porque o projeto prevê duas coisas: ele prevê o aumento de frequência de 25W para 300W, e ele prevê também a possibilidade de três canais de faixa de frequência, para que também não fique uma rádio sobrepondo a outra.

E eu digo: quando se começou essa luta, nós não tínhamos a internet, Senador Flexa. V. Exª também está defendendo. Nós não tínhamos. Cada um de nós agora anda com um veículo de comunicação na mão, mas nas comunidades isso não funciona. Ter uma rádio comunitária para uma igreja, para determinados movimentos, para a integração das comunidades é sempre fundamental. E elas não vão jamais concorrer com as rádios comerciais, que têm outros propósitos. Mas em um país continental como o nosso, eu, que vivo na Amazônia, colegas aqui que vivem na Amazônia sabem a importância das rádios. Elas são fundamentais para um serviço de utilidade pública, para a boa convivência na comunidade, para que possamos ter essa palavra "comunidade" parte da cultura da vida do Brasil.

Por isso a manifestação das pessoas que estão aqui – queria cumprimentar todos eles –, que de alguma maneira representam essas 4.8 mil áreas comunitárias que passam a contar com a rádio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Acre, hoje há a que funciona em Tarauacá lá, que tem um Accioly como referência; há uma outra que funciona – são seis – no Município de Acrelândia. É um serviço de utilidade que funciona no Município inteiro. É fundamental que aquilo esteja vivo e que possa ser ampliado. O raio hoje não chega a um quilômetro.

Então, nós estamos aqui propondo que fique um pouco maior, que possa abranger inclusive áreas... (*Falha na gravação.*)

... eles possam interagir.

E a última coisa que eu queria, além de cumprimentar o Sr. Geremias, que é o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária do Brasil, representando aqui as 4,8 mil rádios, cumprimentar os que estão nos acompanhando lá no Acre, que sonham e lutam pela deliberação do Senado neste projeto.

Eu queria também dizer que o Senador Acir, que está aqui, é Relator de uma outra matéria que está na CCJ, salvo engano, e que é muito importante. É da autoria do meu ex-colega Donizeti Nogueira, nosso colega Senador, suplente da Kátia Abreu, e propõe que a gente também trabalhe dentro de alguns. Veja bem, de novo, não concorrer com as rádios convencionais na parte de propaganda. Seria ajustar isso, trabalhar melhor nas rádios comunitárias.

Não há nada de errado nós fazermos isso, gente. Olha, temos hoje em dia o Facebook, o Twitter, o WahtsApp. Do que vivem essas companhias globais, mundiais? Da propaganda delas.

Na rádio comunitária, ele não pode ter nada, não pode ter um anúncio. Está errado isso. Nós podemos modernizar e atualizar. Por isso, eu quero cumprimentar o Senador Acir, que é o Relator – o relatório é favorável, está com parecer favorável – e o meu colega Donizeti.

Quero dizer que matérias como essas fazem a conexão do Senado com a vida nacional. Só quem anda pelo interior... Acabei de passar uma noite em um voo, vindo de Cruzeiro do Sul para cá. São seis horas de voo. Vá subir um rio, como eu subi outro dia o Rio Envira e vou subir o Rio Juruá na semana que vem, e veja o que há de comunicação. O que há é o que nós aprovarmos para o uso desse satélite novo, o único nacional, que está sendo aprovado. E cumprimento o Ministro Kassab por haver sugerido levar... Porque nós, em vez de privatizarmos, agora estamos fazendo uma política para o cidadão brasileiro...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Corretamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... e aprovarmos rádios comunitárias como nós estamos propondo aqui.

Só quem sabe o valor da rádio é quem vive no interior do Brasil. Esse é um instrumento poderosíssimo. Com internet ou sem internet, a rádio segue sendo algo fundamental. E eu, quando viajo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo interior, levo o meu radinho, porque é o único jeito de a gente ouvir e se inteirar do que está acontecendo.

Por isso, parabéns mais uma vez o Senador Hélio José, parabéns o Senador Moka, que fez a leitura, e a V. Exª, que apresentou esse relatório. Nós estamos melhorando a vida em comunidades do Brasil, votando essa matéria importante em caráter terminativo aqui.

Tomara que o Governo aprove.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

Já foi aberto o painel.

Está aprovado com 9 votos SIM. Por unanimidade, foi aprovado o projeto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quero parabenizar o Senador Hélio José e todos os Senadores que vieram aqui para dar o quórum qualificado e passar a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro e, depois, o Senador Hélio José e aos outros Senadores que desejarem falar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero que me associar às palavras do Senador Jorge Viana.

Todos aqueles, em especial nós, da Amazônia, que andamos pelo interior do interior, sabemos da importância que têm as rádios comunitárias.

Esse projeto amplia a potência das rádios. Ou seja, aquela potência anterior, que ia só até um quilômetro, vai poder atingir mais, porque um quilômetro na Amazônia não é nada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Absolutamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não é nada.

Quando eu digo que 30 quilômetros é fundo de quintal, imagine o que seja um quilômetro?

Agora, há o projeto do Senador que tratou da questão da propaganda, para regularizar também isso. Eu me referi, quando pedi, Presidente, pela ordem, ao projeto do Senador Donizeti, que tem como Relator o Senador Acir Gurgacz. Vamos trazer imediatamente para a CCT, para o aprovarmos também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao encerrar, quero parabenizar o Senador Hélio José; parabenizar V. Exª, Senador Otto, por dois motivos: primeiro, pelo relatório; segundo, por ter aberto mão de fazer a leitura e passado para o Senador Moka, a quem parabenizo também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Obrigado.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em nome da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Rádios Comunitárias do Brasil – eu sou o Vice-Presidente dessa Frente Parlamentar que reúne quase 400 Parlamentares –, quero agradecer a V. Exª, ao Senador Moka, ao Senador Jorge Viana e ao Senador Flexa Ribeiro, que aqui fizeram intervenções; agradecer a todos os demais Senadores que votaram "sim" a essa matéria fundamental; agradecer à ABRAÇO Brasília, cujo Presidente Divino Cândido e outros diretores que estão aqui presentes, o Galvãozinho e vários outros; agradecer à ABRAÇO Brasil, cujo Secretário Geral Ronaldo Martins fez um esforço danado, junto com o Geremias e os demais dirigentes da ABRAÇO Brasil para que este projeto fosse aprovado.

Então, a emoção da minha parte e da parte dos membros da ABRAÇO é muito grande, principalmente por ter a sensibilidade de um Senador nota dez, como o Senador Otto Alencar, relatando esse projeto, com a presteza, com a delicadeza e com a sociedade do Brasil que ele tão bem conhece, tendo também o nosso Senador Waldemir Moka, que é de um Estado grande, continental, que é o Mato Grosso do Sul, com distâncias quilométricas de uma cidade para outra, fazendo a relatoria *ad hoc* aqui, atendendo a pedido do nobre Senador Otto.

Então, todos saem vitoriosos aqui. Esperamos que agora, meus nobres membros da ABRAÇO, entremos em contato lá na Câmara para agilizar o expediente, porque o projeto sai daqui direto para a Câmara. Então, precisamos fazer uma reunião com o Rodrigo Maia, eu e o Deputado Adelmo Leão, que é o Presidente da Frente Parlamentar da Defesa das Rádios Comunitárias.

Eu queria convidar o nobre Senador Otto, se ele puder nos acompanhar, e também o Senador Moka e o Senador Jorge Viana, para a gente fazer essa reunião, essa conversa com o Rodrigo Maia, com quem vou marcar, para ver se ele consegue agilizar esse projeto para nós na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, nobre Senador Otto Alencar. Obrigado, ABRAÇO; obrigado, Moka.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente, muito rapidamente, apenas para pedir que conserte aquele número 9 e o transforme em número 10...

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... porque eu gostaria de dar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu registro o voto favorável de V. Exª. Pode reabrir o painel para ele votar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não pode reabrir, mas vou designar em ata o voto favorável de V. Exª à rádio comunitária, até porque eu sei que V. Exª é um homem que cuida das suas obrigações no Senado e devia estar em outra atividade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu estava no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Por isso chegou aqui, mas chegou a tempo. V. Exª, mesmo chegando um pouquinho depois de todos nós, a sua presença é tão ou mais importante do que a nossa presença aqui, pela história de vida política de V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito obrigado, Senador Otto. Muito obrigado mesmo, que fique registrado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pela ordem.) – Eu queria também parabenizar o Senador Hélio pela sacada de fazer esse projeto, mas certamente a ABRAÇO deu uma contribuição muito grande, porque nada como fazer um projeto coletivo com os interessados. Ele sai quase perfeito quando as pessoas interessadas estão junto na elaboração. E parabenizar também o Relator *ad hoc*.

Só quem anda pelas cidades pequenas sabe a importância das rádios comunitárias. No meu Estado, ainda existem cidades que não tem nenhuma rádio. É o único meio de comunicação dos Municípios de 5 mil, 6 mil habitantes, e há Municípios de 4 ou 3 mil que ainda não têm. Acho que a ABRAÇO tem que trabalhar isso nos Estados também, porque acho que é uma necessidade, é um direito até do cidadão ter uma comunicação mínima no seu Município, porque eles ficam fora do mundo, pois a internet também é raridade em Município muito pequeno.

Então, parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria agradecer a todos vocês, mandar um forte abraço a todos os meus amigos da Bahia que estiveram comigo, ao nosso Presidente Jairo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Bahia tem também uma extensão territorial muito grande, são 576 mil quilômetros quadrados. Assim como o Piauí, existem Municípios que não têm nenhuma rádio. Isso vai estimular que elas possam se instalar em Municípios menores. Acima de tudo, o projeto do Hélio José estabelece uma democracia na informação, isso é fundamental para um país democrático como o nosso.

Há outras matérias aqui, inclusive algumas matérias que vou retirar de pauta, e vou declarar encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia oito de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Dário Berger, Paulo Rocha, Regina Sousa, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Magno Malta, Paulo Paim, Rodrigues Palma, José Medeiros, Wellington Fagundes, Romero Jucá, José Pimentel, Lídice da Mata e Fátima Bezerra. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz e Randolfe Rodrigues. Anunciada a presença do Sr. Aníbal Diniz, Vice-Presidente da ANATEL. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Apresentação de Proposta de Plano de Trabalho relativo a Avaliação de Política Pública**. **Finalidade:** Apresentar o plano de trabalho para avaliação da Política Pública promovida pela Finep ao exercer as atividades estabelecidas na sua criação, em cumprimento ao artigo 96- B, do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Proposta de plano de trabalho aprovada sem alterações. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 3 de 2018** que: "Requer realização de Audiência Pública para esclarecimentos a respeito das autorizações que foram concedidas às empresas e entidades para executarem serviços de retransmissão de televisão." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **3ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PLC 79/2016, RCT 6/2018, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Valdir Raupp, e RCT 7/2018, de autoria do Senador Paulo Rocha, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara (PLC) n.º 79, de 2016, que altera as Leis n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para permitir a adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações de concessão para autorização, e n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000; e dá outras providências. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os senhores André Müller Borges, Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC; Juarez Quadros do Nascimento, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL; Ivan André Pacheco Rogedo, Secretário da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração do Tribunal de Contas da União - SeinfraCOM/TCU; Flávia Lefèvre Guimarães, Conselheira da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - PROTESTE; Luiz Otávio Vasconcelos Prates, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional de Empresas de Telecomunicações por Satélite - SINDISAT; Igor Rodrigues Britto, Advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC; Marcio Patusco Lana Lobo, Diretor de Atividades Técnicas do Clube de Engenharia; Marcos Urupá, Coordenador do Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social; Carlos Duprat, Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Móvel Celular e Pessoal – SindiTelebrasil e João de Moura Neto, Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores e Pesquisadores em Serviços de Telecomunicações - FITRATELP. O Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senadores Paulo Rocha e Flexa Ribeiro. Audiência Pública é interrompida em razão de coincidência com o período da ordem do dia do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

-Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadora que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esta reunião tem por objetivo dois temas. O primeiro tema é a leitura da proposta do Plano de Trabalho relativo à Avaliação de Política Pública do corrente ano.

Então, passarei a palavra ao nobre Senador Waldemir Moka.

Nós temos quórum para abertura, mas não temos quórum para votação das matérias. Portanto, o Relator do projeto de lei que altera a Lei Geral das Telecomunicações (LGT), o PLC nº 79, ainda não está presente. Mora no Pará. É longe e ainda não chegou. Então está a caminho. Assim que ele chegar, começaremos a audiência pública.

Passo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, todos os anos, as Comissões Permanentes elegem um tema que tem por finalidade uma avaliação das Comissões Permanentes a respeito de políticas públicas. E aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, o tema escolhido foi política pública promovida pela Finep, ao exercer as atividades estabelecidas na sua criação.

Eu passo a ler, Sr. Presidente, primeiro a apresentação e depois as atividades que eu proponho como uma proposta de trabalho; a proposta do plano de trabalho para que executemos essa política pública específica da Finep.

A avaliação de políticas públicas é uma atividade realizada pelos Parlamentos das principais democracias do mundo. O Senado Federal assumiu essa importante tarefa, dentro de sua função fiscalizadora, a partir da promulgação da Resolução nº 44, de 2013, que inseriu no Regimento Interno do Senado Federal o art. 96-B. Em síntese, o referido artigo estabelece procedimentos para avaliação sistemática das políticas públicas implementadas pelo Poder Executivo.

No último dia 27 de março, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou o RCT nº 5, de 2018, do Senador Otto Alencar, para que seja avaliada, por esta Comissão, a "Política Pública promovida pela Finep ao exercer as atividades estabelecidas na sua criação".

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), criada com fundamento no art. 191 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, de acordo com seu atual Estatuto, previsto no Decreto nº 1.808, de 7 de fevereiro de 1996, "tem por finalidade apoiar estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do País, considerando as metas e prioridades setoriais estabelecidas nos planos do Governo Federal". De acordo com o art. 2º do citado Decreto, a Finep também atua como Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Além disso, nos termos do Decreto nº 8.872, de 10 de outubro de 2016, está vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Finep também atua de forma descentralizada através de parcerias com instituições financeiras de desenvolvimento regional e com instituições estaduais de apoio. Atualmente, a Finep financia desde a pesquisa básica até a preparação do produto para o mercado.

Ao longo dos anos, a Finep criou diversos programas e linhas de financiamento voltadas para o estímulo à inovação, tais como o Programa Inova e o programa Finep Startup. Com relação à pesquisa científica, vale a pena mencionar, a título de exemplo, que em 2016 foi lançada a chamada pública MCTI/Finep/FNDCT 01/2016 – Zika, que selecionou mais de 20 propostas de instituições de pesquisa e de universidades para apoio financeiro não reembolsável a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico aplicados ao combate do vírus da Zika, envolvendo um total de R$30 milhões.

Nesse sentido, é preciso avaliar se a Finep tem alcançado seus objetivos contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico e das atividades de inovação no País e buscar identificar obstáculos e oportunidades para o melhor desempenho da instituição.

Essas questões tornam-se ainda mais relevantes no atual período em que o orçamento da Finep encontra-se contingenciado e escasseiam recursos para investimentos em novos projetos de desenvolvimento científico, tecnológico e inovação.

Atividades propostas.

Além da pesquisa em fontes documentais, a análise da política pública em questão levará em consideração subsídios oriundos de audiências públicas e de requerimentos de informações.

Em relação às audiências públicas, serão realizadas duas reuniões. A primeira abordará o tema "a Finep como executora do FNDCT", de forma a levantar os impactos positivos já alcançados e identificar as principais dificuldades enfrentadas. Sugerimos que sejam convidados representantes das instituições envolvidas com o FNDCT, tais como o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além de especialistas e acadêmicos, como o Prof. Carlos Américo Pacheco.

A segunda audiência pública será destinada a avaliar "o papel da Finep no financiamento da inovação". Sugerimos que sejam convidados Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, atual Presidente da Finep; Glauco Antonio Truzzi Arbix, ex-Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Finep, e representante da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei), além de representante do Ministério da Fazenda.

Após a coleta dessas informações, será elaborado relatório preliminar, o qual será apreciado no âmbito desta Comissão. Realizadas as devidas correções e incorporadas as sugestões recebidas durante a apreciação do relatório preliminar, o relatório final será apresentado no início de julho de 2018.

Aqui eu faço um parêntese, Sr. Presidente. Eu procurei encurtar, porque nós sabemos que este é um ano atípico, e eu quero terminar esse trabalho ainda no mês de julho, com o relatório final, para que possamos aproveitar as audiências e as sugestões.

Em data a ser definida, para votação e aprovação na Comissão.

Cronograma.

A partir da aprovação do presente Plano de Trabalho, sugerimos a seguinte programação para as próximas atividades.

Data: até 15 de maio, envio de requerimento de informações ao MCTIC.

Em maio, audiência pública com representantes do CNPq, da CONFAP, especialistas e acadêmicos, para debater o tema "a Finep como executora do FNDCT".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em junho, audiência pública, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, com o Presidente da Finep e demais convidados, para debater o tema "o papel da Finep no financiamento da inovação".

Em junho, consolidação das informações pela Conleg.

Em julho, apresentação de relatório preliminar e apresentação e votação do relatório final.

Esclarecemos que o cronograma proposto pode sofrer alterações nas datas e atividades ao longo da execução dos trabalhos, a fim de se ajustar à disponibilidade dos convidados.

Sala da Comissão, 2 de maio de 2018.

Sr. Presidente, esta aqui é apenas e tão somente uma proposta de trabalho. V. Exª me designou como Relator, para que eu possa fazer um trabalho sobre as políticas públicas desenvolvidas pela Finep. E eu proponho essas audiências, esses inquéritos e essas reuniões com esses debates aqui, com a finalidade de terminarmos ainda em julho deste ano.

Era o que eu tinha para colocar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Waldemir Moka. Agradeço a V. Exª e, não tendo quórum para votação, eu pergunto se o Senador Flexa quer discutir a proposta do eminente Senador Waldemir Moka? Ou o Senador Magno Malta? (*Pausa.*)

Se nenhum dos dois Senadores quer discutir, eu coloco em votação a proposta de trabalho do Senador Waldemir Moka, para a política pública que será analisada neste ano, aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia. (*Pausa.*)

O segundo item da pauta é a audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 79, de 2016, que altera as Leis n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para permitir a adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações de concessão para autorização, e nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e dá outras providências.

O Relator designado para essa matéria é o nobre Senador Flexa Ribeiro, do Estado do Pará. Eu gostaria que V. Exª viesse aqui para compor a Mesa dos trabalhos.

Foram convidados o Sr. André Müller Borges, Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Está ali presente o Dr. André Müller.

E convidados o Dr. Juarez Quadros, da Anatel; o Dr. Ivan André Pacheco; o Dr. Marcos Urupá, Coordenador do Intervozes. Está presente.

A Srª Flávia Guimarães; o Sr. Luiz Otávio Vasconcelos Prates; o Sr. Igor Rodrigues Britto; o Sr. Marcio Lana Lobo; o Sr. João de Moura Neto; o Dr. Carlos Duprat, Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil).

De acordo com o rito, eu passarei a palavra, então, ao Relator...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, pela ordem, antes de o senhor passar a palavra ao Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem. Desculpe-me, Senador. Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Pela ordem.) – Eu gostaria de fazer uma solicitação a V. Exª. Não estava na pauta, mas se pudesse votar um requerimento de minha autoria, extrapauta, eu solicito a V. Exª, antes de passar ao Senador Flexa, até porque o Senador Flexa é benevolente. Quando se trata da minha pessoa, ele é mais ainda.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. V. Exª... Pode encaminhar o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes disso, eu queria reiterar que a política pública foi relatada aqui e nenhum dos Senadores discutiu. Eu coloquei em votação e está aprovada pelos Srs. Senadores.

Pois não, pode encaminhar o requerimento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, eu vou ler o meu requerimento, até porque me traz uma certa preocupação.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 3, de 2018
- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública para esclarecimentos a respeito das autorizações que foram concedidas às empresas e entidades para executarem serviços de retransmissão de televisão.

Autoria: Senador Magno Malta.

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno, requeiro a realização de Audiência Pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Srs. Moisés Queiroz Moreira, Secretário de Radiodifusão do MCTIC; Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, ex-Secretária de Radiodifusão do MCTIC; Juliana Zanetti de Souza Zampini, representante da Fundação Guilherme Muller; João Lucas Alvarenga Zampini, representante da Fundação Guilherme Muller e sócio da empresa TV Topázio Comunicações Ltda.; Leopoldo Dias da Silva, representante legal da empresa Emmanuel Telecomunicações Ltda. – EPP; e Mário César Degrázia Barbosa, representante legal da empresa Quadrante – Consultores em Radiodifusão e Telecomunicações, para, nesta audiência pública, prestarem esclarecimentos acerca das circunstâncias em que foram concedidas todas as Autorizações de Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) às entidades acima mencionadas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª pode encaminhar, então, o requerimento, por favor?

Alguém da Mesa que possa...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu já protocolei e foi recebida também essa minha...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É que não estava na pauta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O que não estava na pauta será o requerimento de V. Exª.

O requerimento do nobre Senador Magno Malta, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do Regimento Interno, requer a realização de audiência pública para a Comissão de Ciência e Tecnologia, com a presença dos senhores Moisés Queiroz Moreira, Vanda Nogueira, Juliana Zampini, João Lucas Zampini, Leopoldo Silva e Mário César Barbosa, com a finalidade de verificar denúncias que tramitam nesta Casa em face dos atos de concessão outorgada por empresas ligadas às pessoas acima declinadas, havidas no período de 2016 e de 2017, sendo que na gestão atual ainda vem ocorrendo outorga de concessões de canais às denunciadas.

Nós tivemos também, Senador Magno Malta, o cuidado, ano passado – eu já estava à frente aqui da Comissão de Ciência e Tecnologia –, de analisar com todo cuidado para que não acontecessem no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passado outorgas sem a devida investigação e análise. Tanto é que esse processo, todos que vieram aqui foram devolvidos para o Mistério das Comunicações para que o Ministério pudesse fazer o levantamento rigoroso desses casos.

Portanto, eu posso garantir a V. Exª, não posso responder por 2016; mas, em 2017, nenhum desses casos que foram aqui analisados deixaram de passar pelo crivo rigoroso na nossa Comissão. Naqueles casos em que havia dúvida, nós encaminhávamos. Encaminhamos vários que ainda estão lá no Ministério das Comunicações para que pudessem ser investigadas de alguma forma as pessoas que compõem o quadro societário dessas empresas para que não se incorresse absolutamente em nenhum erro, nenhuma aprovação que estivesse fora daquilo que está preestabelecido ou preestatuído na lei.

Nesse caso, devo dizer a V. Exª que sigo com muito rigor a lei, até porque, seguindo isso já há 32 anos que chego aqui, no Senado Federal, sem precisar de advogado para me defender por nenhuma denúncia no Ministério Público, sequer um processo em todos meus 32 anos de política, de Governador, de Vice-Governador, de secretário em meu Estado e Conselheiro do Tribunal de Contas.

Portanto, chego aqui – como V. Exª e todos que estão aqui também – com aquela marca que o povo exige muito no Brasil hoje, que é difícil, limpíssima, limpa como eu sou.

Então, tive esse cuidado ano passado com o Vice-Presidente Waldemir Moka, com o Senador Flexa, com todos os componentes de encaminhar, mas estou fazendo essa ressalva, coloco, extrapauta, em votação o requerimento de V. Exª.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

V. Exª, então, ficará de marcar a data da audiência pública para verificar e analisar. Nós forneceremos todos os dados necessários. Determino à diretoria da Mesa que passe todos os dados, todas aquelas matérias, todos os projetos, todos os ofícios que foram aqui analisados ao nobre Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Agradeço a V. Exª. Do que V. Exª falou eu já sabia, porque o povo de Macarani, a cidade onde eu nasci, no interior da Bahia, fala isso que V. Exª falou; o povo de Itapetinga, onde eu fui criado, fala a mesma coisa; e o povo de Itambé, de Itororó até Conquista, por onde andei, pela ladeira do Marçal, com meu pai e minha mãe, fala a mesma coisa. V. Exª só se esqueceu de falar que é capoeirista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu fui. Operei o joelho duas vezes, não sei mais dar uma meia-lua, um s dobrado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agora ele já está meio fora da idade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não sei dar um martelo mais.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agora V. Exª já está meio fora da idade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Totalmente fora. Não dá para dar o mínimo de um lance da capoeira, que seria uma bênção. Nem uma bênção sei dar mais, imagine uma meia-lua dobrada, um martelo, uma vingativa, um voo do morcego... Não sei mais dar porque o joelho não aguenta. Operei o joelho duas vezes, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Mas mostrou que é capoeirista só de falar aí. O pessoal não sabe nem que golpes são esses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agora, se V. Exª me der aqui um atabaque e um berimbau... Aí, eu ganho umas moedinhas tocando berimbau, tranquilamente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Porque V. Exª disse também ao final...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – De berimbau, você pode escolher o toque: São Bento Pequeno, Iúna, Cavalaria, Idalina, Angola, qualquer um que você quiser.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – É uma aula.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Toco berimbau e ganho uma notinha aqui. Pego uma cuia e as pessoas vão colocando R$1, R$0,50, e vou ganhando um dinheirinho.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – O que V. Exª quis dizer, ao final, é que se botar nossa foto naquele aplicativo, vai dizer: "Não detectado."

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente. (*Risos.*)

Mas eu queria, então, iniciar concedendo a palavra pela ordem aos que estão aqui inscritos. Não sei se a ordem dos fatores altera o produto. Algum dos convidados gostaria de falar primeiro? (*Pausa.*)

Não? Então, vou começar pelo Sr. André Borges. Por favor, V. Sª pode ocupar aqui. Nós vamos fazer um tempo médio de cinco a dez minutos para que todos possam falar. Daqui a pouco, pode ser que o Presidente da Casa comece a Ordem do Dia. Parece que o Congresso foi suspenso. Foi suspenso o Congresso, mas nós podemos ter Ordem do Dia aqui, hoje, no Senado Federal.

É um prazer recebê-lo, André.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES – Prezado Presidente Otto Alencar; prezado Sr. Relator Flexa Ribeiro; prezado Juarez Quadros; prezado Ivan Rogedo, em nome de quem cumprimento todos os demais debatedores. É um prazer estar aqui à tarde para discutir um projeto de lei tão relevante, que tem a pretensão – e eu entendo que tem o mérito – de fazer uma revisão eficaz do marco regulatório no sentido de trazer a legislação de telecomunicações para os tempos de hoje.

Eu gostaria de começar com um breve histórico, apontando que essa revisão começou a ser concebida em 2013, por meio de reuniões entre o Ministério das Comunicações, o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda. Entendia-se que uma migração traria maior eficiência à prestação dos serviços de telefonia, possibilitando que os recursos excedentes fossem direcionados a investimento em banda larga.

Em setembro de 2015, o ainda Ministério das Comunicações criou um grupo de trabalho com a finalidade de realizar os estudos e apresentar propostas que abordassem as perspectivas das concessões de telefonia fixa no País, considerando a banda larga. Esse grupo de trabalho promoveu uma consulta pública, que teve 915 contribuições e realizou 28 reuniões setoriais ouvindo 55 entidades.

Depois desse intenso processo participativo, o grupo de trabalho publicou, em abril, um extenso e exaustivo relatório que conclui o seguinte: nas áreas competitivas do País, a concessão de telefonia fixa poderia ser migrada para um regime de autorização; nas áreas não competitivas, três cenários possíveis foram indicados, a telefonia fixa passaria para o regime privado, juntamente com os demais serviços, ou haveria uma nova concessão de voz e dados ou ter-se-ia uma concessão residual de telefonia fixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um grande tema na discussão da revisão do setor é a questão dos bens reversíveis. Fazendo um breve relato sobre eles, o objetivo da reversibilidade de bens de uma concessionária é garantir a continuidade do serviço após o fim da concessão.

Os bens, que até então foram sempre de única e exclusiva responsabilidade e propriedade das concessionárias, eles são transferidos à União, recebendo ou não uma indenização em contrapartida, conforme haja um saldo residual contábil do valor desses bens, para que esta os licite novamente para uma nova concessionária ou preste o serviço diretamente, garantindo que não haja uma interrupção do serviço. A concessionária tem direito a ser indenizada, como eu disse, pelo valor dos investimentos ainda não depreciados ou amortizados. Mas todo o cálculo é feito para que no final da concessão isso não ocorra.

São reversíveis apenas os bens essenciais e em efetivo uso para prestação da telefonia fixa, essencialmente o conjunto de bens que compõem a rede de telecomunicações desses serviços. Ou seja, a reversibilidade não afeta os bens utilizados pela concessionária para prestação de outros serviços de telecomunicações objeto de licenças distintas, como a banda larga, a telefonia móvel, a TV por assinatura, todas que continuarão sob a propriedade empresa após o término do contrato de concessão.

O regime da reversibilidade é previsto na LGT, tendo sido estabelecido nos contratos de concessão firmados quando da privatização. Os bens reversíveis jamais integraram diretamente o patrimônio da União, que era apenas indiretamente a controladora dessa participação acionária nas concessionárias. No processo de privatização, essas ações foram vendidas e pagas. A reversibilidade foi criada tendo em vista a perda do controle pelo Estado e a necessidade de garantir a continuidade, conforme esse modelo. Lembrando que, na época, as concessões telefonia fixa e as redes de telefonia fixa representavam bens únicos e exclusivos, eram praticamente a única rede de telecomunicações, especialmente com grande capilaridade no País.

O montante, muitas vezes divulgado e falado de 100 bilhões, representa o valor de aquisição da totalidade dos bens apontados como reversíveis pelas próprias concessionárias, a relação de bens reversíveis dela que apontava esse valor. E o valor residual, não sei dizer, até o momento recente, era de 17,7 bilhões. Esse é o valor contábil, aqueles 100 bilhões com a depreciação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Isso é uma estimativa do TCU?

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES – Não, é das próprias operadoras.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas há uma auditoria do Tribunal de Contas da União que dá um número muito parecido com esse.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES – O Secretário está aqui e pode esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É mais ou menos isso?

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES – Mas a notícia dele é de que eles nunca validaram esse número. Esse número é das próprias...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu li a auditoria toda do TCU e havia um número mais ou menos como esse.

O SR. IVAN ANDRÉ PACHECO ROGEDO – O TCU realizou uma auditoria sobre os controles dos bens reversíveis por parte da Anatel. E, no âmbito dessa auditoria, nós realizamos algumas diligências à própria Anatel, que nos repassou informações relacionadas aos bens reversíveis. Nessas informações obtidas por meio das RBRs fornecidas pelas concessionárias é que vieram números de que haveria, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valores históricos, algo, se não me engano, em 2013, da ordem de 105 bilhões de bens reversíveis em valores históricos, é bom salientar isso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exato, valor histórico. Agora o valor final da auditoria dá mais ou menos um número desses.

O SR. IVAN ANDRÉ PACHECO ROGEDO – E R$17 bilhões seriam os investimentos não amortizados, segundo os atos declaratórios das operadoras. Vale ressaltar aí, nesse aspecto, que a própria Anatel rejeitou as RBRs das operadoras, fornecidas pelas operadoras, e não houve uma auditoria do TCU nesses números.

Então, esses são os números fornecidos pela Anatel, decorrentes da RBR, que não foram auditados. Então, o TCU não chancelou esses valores.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O.k.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES – Exatamente a informação que eu tinha.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu queria sugerir a V. Exª, ouvido o Plenário, se nós poderíamos... Nós temos 11 convidados nesta audiência pública, ela é da maior importância. O Senador Otto Alencar foi o Relator desse projeto, o PLC nº 79, na Comissão Especial do Desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agenda Brasil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agenda Brasil.

Então, eu gostaria de iniciar ouvindo – já está aqui o Ministério – a Anatel e o TCU. Faríamos uma primeira rodada com os três integrantes e passaríamos depois às operadoras...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não há representante do TCU aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Está aqui, estava falando a V. Exª. Está o Presidente da Anatel e está o Secretário de Fiscalização do TCU. V. Exª podia convidá-los.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Termine.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES – Sem prejuízo, existe, no entanto, um elevado nível de obsolescência desses bens que compõem a rede de telefonia fixa e o fato de que dificilmente uma outra concessão de telefonia fixa seria viável no futuro.

A inviabilidade de uma nova concessão de telefonia fixa se dá em função de que muitas empresas já possuem autorização para prestar esse serviço, fazendo por meio de redes convergentes, que prestam múltiplos serviços...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES – ... em regime privado. Não haveria interesse comercial na aquisição do direito de ser uma concessionária de telefonia fixa, haja vista o rol de obrigações que acompanham uma concessão e os valores cobrados numa suposta licitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já hoje, praticamente metade dos acessos de STFC no Brasil são providos por prestadoras autorizadas, que não são as concessionárias de telefonia fixa.

O que o PLC 79 permite é uma antecipação do fim da concessão que apenas terminaria em 2025, em face dos seguintes fatos: a perda da essencialidade da telefonia fixa, que tem espaço para telefonia móvel e para a banda larga, como itens de maior interesse e necessidade de interesse da população; a progressiva redução da demanda pela telefonia fixa e também da receita auferida pelas concessionárias, o que concorre para um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e, consequentemente, aumenta o risco de a União ter de aportar recursos para sustentar o equilíbrio; a insegurança das empresas sobre quais bens seriam revertidos, tendo em vista o compartilhamento de elementos de rede. E, como esse processo se daria em 2025, já provoca retração de investimentos na rede e duplicação ineficiente dos investimentos, a proximidade do término da concessão desestimula novos investimentos.

E, portanto, quais seriam, em síntese, os benefícios da antecipação do fim da concessão? Primeiro, como já apontado, eliminar o risco de a União ter de manter com recursos próprios o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Libera recursos hoje imobilizados na prestação de um serviço com baixa demanda e muitas vezes deficitário – a telefonia fixa e seus orelhões –, permitindo sua aplicação em banda larga, que tem enorme demanda e utilidade para a população, sendo que 40% das sedes municipais no Brasil, ainda não contam com a conexão de backhaul capaz de fazer a banda larga.

O valor econômico gerado para a concessionária em função desse processo será a diferença entre o valor esperado a partir da exploração do serviço adaptado em regime de autorização e o valor esperado da exploração desse serviço em regime de concessão, conforme calculado pela Anatel. Então, isso não vai ser de graça e o valor vai ser efetivamente o benefício que as concessionárias vão auferir em função dessa adaptação.

A Anatel já anunciou que deverá contratar pelo menos duas consultorias de renome para realizar metodologia de cálculo, que será submetida à consulta pública e, depois de aprovada, ao crivo dos órgãos de controle e fiscalização.

Os valores de adaptação serão pagos mediante investimento em infraestrutura de banda larga elencados no PLC e objeto de regulamentação pela Anatel, conforme as políticas públicas vigentes.

De acordo com a nova política de telecomunicações em fase final de elaboração já objeto de consulta pública, a prioridade será levar rede de alta capacidade de conectividade aonde não existe rede, atendendo prioritariamente as regiões e locais mais populosos, conforme estudos desenvolvidos pelo Ipea. Essas serão redes de transporte, de fibra e de rádio digital, assim como redes locais 4G nos distritos sede e pelo menos 3G nos demais distritos populosos.

As concessões para que ocorra a adaptação de outorga são: a manifestação do interesse pela concessionária, o serviço de voz adaptado tem de continuar a ser prestado nas áreas sem competição adequada, pelo menos nas mesmas condições comerciais atuais, inclusive para os novos assinantes. Todo valor econômico da adaptação será convertido em compromissos de investimento em banda larga a serem assumidos pela empresa, computados pelo valor irrecuperável do investimento e não todo ele. Ou seja, o valor do investimento para as concessionárias será maior ainda.

A rede resultante desse investimento deverá ser compartilhada com todos os interessados sem nenhum feriado regulatório. Como existe um benefício para realização desse investimento, esse ativo vai ter que ser compartilhado desde o primeiro dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A empresa deve apresentar garantias de que as obrigações serão cumpridas e todas as autorizações detidas pelo grupo econômico da concessão, inclusive de radiofrequência, passarão a estar juntas e mutuamente condicionadas a um único termo.

O PLC visa retirar a trava de investimentos não só da concessão, como, em especial, dos demais serviços, como SMP, responsável pelo significativo crescimento na penetração da banda larga do País, e o serviço de banda larga satelital.

No SMP, há previsão de que as outorgas de radiofrequências possam ser renovadas sucessivamente. A não renovação faz com que as operadoras deixem de investir quando o final da sua outorga se aproxima. O tráfego de dados, no entanto, dobra a cada dois anos, exigindo que o investimento em capacidade acompanhe essa demanda *pari passu*, sob pena de perda de qualidade dos serviços.

A renovação dá uma previsibilidade de continuidade suficiente para justificar tais investimentos.

No entanto, continuará sendo de caráter oneroso, conforme preço calculado pela Anatel, e sua conveniência e oportunidade estarão subordinadas ao interesse público e ao crivo dessa e demais normas aplicáveis.

O mercado secundário de outorgas, também previsto no PLC, permitirá que o mercado atenda a demandas pontuais com frequências não utilizadas em determinadas regiões.

As partes têm que deter outorgas de telecomunicações para isso e as respectivas transações têm que também passar pelo crivo da Anatel.

Com relação ao satélite, a novidade seria permissão de licenciamento de posição orbital, sem licitação, o que criava uma escassez artificial dessas posições, mediante pagamento de preço público, conforme prática mundialmente consagrada. Então só o Brasil exigiu um caminho que estava cerceando esses investimentos.

Dessa forma, como apontado, o PLC retira todas as travas de investimento que havia na concessão do STFC, no SMP e no satélite.

Era o que eu tinha para apresentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu gostaria de ouvir o Dr. Ivan, que está aqui como Secretário da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica.

Eu olhei aqui e depois que vi que V. Sª está representando, embora na área de infraestrutura hídrica, também as comunicações do TCU.

Eu queria fazer uma pergunta bem objetiva a V. Sª: qual é o valor hoje que pode se estabelecer como real para todo esse patrimônio dessa telefonia que está aí hoje? O TCU tem um número disso?

O SR. IVAN ANDRÉ PACHECO ROGEDO – Eu gostaria muito de ser capaz de responder essa pergunta, mas ninguém tem esse número.

E o que foi observado na fiscalização que realizamos na Anatel é que a Anatel ainda tem uma série de deficiência sobre o controle desses bens reversíveis.

Então, há uma dificuldade bastante acentuada na identificação desse número.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nós estamos fazendo audiência pública, vamos ouvir todos, mas, diante desse fato... Eu li todo o relatório do Tribunal de Contas da União e eles avaliam 105 bilhões, mas com amortização de 17,7, está aqui. Não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, teria que ser feita hoje uma nova avaliação de todos os bens para se chegar a um número e depois aprovar o projeto, na minha opinião.

Não é isso que tem de ser feito?

O SR. IVAN ANDRÉ PACHECO ROGEDO – Na verdade, Senador, existem informações preliminares que seriam essenciais para facilitar a migração do modelo. Caso venha a ser aprovada essa migração, a não existência de uma série de informações trará dificuldades adicionais a esse processo de migração.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vamos ouvir agora o Dr. Juarez, pela parte da Anatel.

V. Sª pode assumir.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, só para provocar os nossos... Essas indagações são fundamentais. O próprio Ministro Kassab, numa entrevista para o Roda Viva, na TV Cultura, admite que há problemas no projeto, mas que esses problemas seriam facilmente solucionados com vetos.

Aqui está na Casa exatamente para... Por que mandam a medida provisória para cá? Por que medida mandam um projeto para cá? Exatamente para os chamados representantes do povo ou da Federação fazerem as devidas mudanças ou correções, etc.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sem dúvida, alguns projetos aqui já foram aprovados no plenário, inclusive, com acordos para veto. Isso não seria a primeira vez. V. Exª está aqui há algum tempo e já sabe que aconteceu isso. Até um dos que não foram cumpridos, que foi sobre a questão da reforma administrativa, que ficaram de mandar uma MP, que não aconteceu, tivemos dificuldades. Às vezes acontece de se fazer um acordo com o Poder Executivo para vetar.

Mas, nesse caso aqui, nós estamos discutindo exatamente para alterar aquilo que não está em acordo com a realidade dos fatos. Por isso, foram chamados representantes de vários setores.

Não haverá nenhum açodamento, tem que se discutir isso, avaliar. E a coisa mais importante que eu acho que deve acontecer, até porque o número que me foi dado, à época que eu relatei o projeto aqui, era de um valor em torno de R$20 bilhões, que seriam aplicados em banda larga, em expansão da rede, era isso que estava sendo discutido. Então, já que nós estamos agora com oportunidade de levantar isso, eu acho que o mais importante de tudo é chegar ao número real do valor do patrimônio que está em discussão neste momento.

Com a palavra o Dr. Juarez.

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Obrigado, Presidente.

Começo cumprimentando V. Exª, Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão; também o Senador Waldemir Moka, Vice-Presidente da Comissão; nobre Senador Flexa Ribeiro; Senador Jorge Viana e também meu caro conterrâneo, Senador Paulo Rocha.

Antes de entrar na apresentação, já começo agradecendo ao Secretário Ivan pela solução da deficiência que a Anatel tinha com relação a sua operação.

O Tribunal de Contas fez por bem conseguir fazer com que o orçamento da agência reguladora – já nesse exercício, em função de um acórdão do Tribunal de Contas que determinou e assim tem sido cumprido pelas autoridades do Poder Executivo, onde está afeta a questão orçamentária –, todo o recurso da agência necessário para sua operação que ele fosse contemplado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já, de antemão, na pessoa do Secretário Ivan, agradeço. E já para 2019, Secretário e Srs. Senadores, o orçamento está contido na proposta levada à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e já contempla também tudo o que nós precisaríamos para a execução do orçamento. Então, se corrigiu, depois de algumas dezenas, quase duas dezenas, de orçamento deficiente que gerava deficiência na Agência quanto a sua atuação.

Eu faço então somente um traçado aqui de um panorama atual, Senadores, como eu destaco, justamente em função da acentuada inovação tecnológica e da concorrência com outros agentes não concessionários – leiam-se aí as autorizadas e os não regulados, que são empresas que nem sequer dependem de outorga, de concessão ou de autorização, ou de permissão –, os serviços de telecomunicações não só no Brasil, mas no mundo todo, que passam por uma constante inovação regulatória.

Aqui, especificamente no Brasil, decorridos 21 anos, exauriu-se a modelagem que foi concluída em 1997, que foi implantada com a Lei Geral de Telecomunicações, pois a telefonia celular invadiu o espaço da fixa e a banda larga tornou-se um serviço essencial.

No Brasil, a telefonia fixa cresceu até 2014, quando acumulou 45 milhões de terminais, entre autorizados e concessionários.

Até março de 2018 próximo passado, esse número reduziu para 40,4 milhões de terminais, sendo, como já falou aqui o Secretário André, que 23 milhões são em regime de concessão, os demais já são sem as obrigações da concessão, sem toda aquela amarra que a concessão exige.

Mas não é só no Brasil, no mundo também a telefonia só cresceu até 2006. De lá para cá, ela vem reduzindo tanto que, em 2006, mundialmente o número acumulado era de 1,261 bilhão de terminais. Agora, aqui já ano passado, em 2017, esse mais de 1 bilhão de terminais pelo mundo decresceu para ordem de 972 milhões de terminais, segundo a União Internacional de Telecomunicações.

Fazendo isso, em termos ilustrativos, o Brasil continua com a quinta rede mundial de telecomunicações, operando o total de 323,6 milhões de acessos – esses dados são do último mês de março –, dos quais 235,7 milhões são de celulares, 40,4 milhões são de telefones fixos, 29,7 milhões são de acessos em bandar larga fixa e 17,8 milhões de acessos são de TV por assinatura.

Porém, desse número de 235,7 milhões de celulares, mais de 80% deles já são de acesso à banda larga móvel, como nós chamamos. Se nós somarmos aqui então os 29,7 milhões de acessos fixos mais os 189,7 milhões de celulares que acessam, que podem acessar internet, o total então de banda larga, considerando acessos móveis e fixos, já seria da ordem de 219 milhões de acessos.

Como já foi mencionado também aqui, dos 40,4 milhões de telefones fixos, 23%, ou seja, 57% deles são em regime de concessão. A banda larga fixa está presente, sim – isso aqui é uma deficiência no setor –, em 43% dos 69 milhões de domicílios brasileiros.

O novo marco legal que o Senador tão bem já conduziu, o Senador Otto Alencar, quando do processo que tramitou aqui numa comissão do Senado, o PLC 79/2016, que é o Projeto de Lei 3.453/2015 na origem, ou seja, na Câmara, traz alterações na Lei Geral de Telecomunicações e também da Lei do Fust. Faço destaques aqui com relação à adaptação no instrumento de concessão para autorização condicionada à observância de requisitos tais como: a competição adequada; o compromisso de investimentos e as garantias. Não vou repetir aqui tudo o que está na letra do projeto de lei.

O outro destaque que faço é que o valor econômico consequente dessa adaptação será revertido em investimento em áreas sem competição. O nosso Acre, Senador Jorge Viana, é uma das áreas, mas também no Estado do Senador Moka, no Estado do Senador Paulo Rocha, com certeza nós seremos lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendidos, com diretrizes não da Anatel, e, sim, do Poder Executivo. Como Poder Executivo leia-se o Ministro de Estado da pasta competente e o Senhor Presidente da República. Priorizando-se então rede de alta capacidade de comunicação de dados e a redução de desigualdades. Novamente, eu faço destaque aqui aos problemas da Região Norte, da Região Nordeste, da Região Centro-Oeste e destaco o Norte de Minas Gerais, onde temos já a detecção com os pontos todos levantados com relação à deficiência de atendimento, principalmente de acesso à banda larga nessa região.

No cálculo do valor econômico, que também está disposto no projeto de lei, serão considerados os bens reversíveis, nos termos da lei que vier a ser aprovada.

Srs. Senadores, o que os senhores determinarem juntos, na Casa, que é o Senado Federal, e na Câmara Federal, a Anatel implementa. As leis que sejam determinadas pelo Poder Legislativo claro que elas serão implementadas pela Agência reguladora.

O projeto também permite a transferência da autorização de uso de radiofrequências, uma transferência, ou seja, hoje isso não é permitido. O projeto de lei permitiria, porém mediante anuência da Agência.

O prazo máximo da concessão. Nem todas empresas serão obrigadas a migrar de concessão para autorização. Se algumas delas pretender continuar prestando o serviço em regime de concessão, também se altera o prazo da concessão que será de 20 anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos, a título oneroso.

Prorrogações sucessivas de radiofrequência por até 20 anos e de direito de exploração de satélite por até 15 anos, a título oneroso, sempre faço o destaque.

Eu vou me deter aqui, Secretário Ivan, e desculpem eu voltar no tempo, ao que aconteceu na desestatização das empresas federais de telecomunicações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Ali, Senador Jorge Viana, nós alienamos, em 1998, 19% do capital total do Sistema Telebras, não foram 100% do capital. E foram vários estágios. Eu faço destaque aqui, homenageando a Casa, à Emenda Constitucional nº 8, que alterou a Constituição Federal para poder permitir a exploração do serviço não mais mediante o regime estatal, e, sim, como regime privado. Aí vem justamente que a Emenda Constitucional nº 8, de 1995, permitiu então a aprovação da Lei Geral de Telecomunicações, vieram depois as leis ordinárias, tipo Lei do Fust, Lei do Funttel, alteração da Lei do Fistel, uma comissão especial de supervisão, que eu tive a honra de presidir à época, e os decretos consequentes daquilo que regulamentava então as diversas leis, como o Plano Geral de Outorgas, o Plano Geral de Metas de Universalização, e outros planos decorrentes.

Houve um trabalho todo de preparação com contratação de consultorias e auditoria externa. Foi procedida então a cisão da Telebras, conforme a lei determinava. Veio o edital do grande leilão, que foi elaborado pelo BNDES e Ministério das Comunicações, na época, as minutas dos contratos de concessão, que eram anexas ao edital; a avaliação econômico-financeira, que foi feita com empresas de renome internacional contratadas, que daí chegaram a dois preços distintos para que então o Governo Federal adotasse qual seria o preço mínimo da licitação. E aí aconteceu o grande leilão justamente em junho de 1998.

Depois veio o processo da regularidade. Aí vem então o Tribunal de Contas, quanto ao preço de vendas, análise e aprovação do processo; a assinatura dos contratos, que só foram assinados após a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manifestação do Tribunal; a certidão de regularidade do processo, emitida pelo Tribunal de Contas também, e o arquivamento do processo. Tudo isso constante no processo que está no rodapé da projeção.

Essa quebra de monopólio rendeu, à época, em 1997, R$8,3 bilhões com a venda das licenças de serviços móveis de celular, e, na venda dos 19% do capital do Sistema Telebras, rendeu R$21 bilhões. E note-se que à época nós estávamos em uma paridade de câmbio em que o dólar era igual a um real.

Eu faço aqui também a homenagem ao Tribunal, citando uma declaração de voto feita pelo Ministro Adhemar Ghisi, dizia então o Ministro:

> Felicito o eminente colega e professor de direito financeiro, Ministro Bento Bugarin, que, com lucidez, competência e plena dedicação, conduziu o exame desses processos de privatização, no exíguo lapso de tempo deferido, não deixando dúvida, em seu voto, sobre a legalidade dos procedimentos adotados e, por consequência, sobre os preços mínimos fixados para o Sistema Telebras, cuja exatidão, sabemos todos, o mercado definirá de forma definitiva. Em 27 de julho de 1998. Ministro Adhemar Ghisi.

Srs. Senadores, essa é a última projeção, para finalizar.

Esse processo todo adotado que foi apreciado e aprovado pelo Tribunal de Contas, estágio a estágio, ou seja, somente vencido o primeiro estágio, nós passávamos ao segundo, para depois ao terceiro e ao último. Isso no processo que aqui já levantamos a questão de como será feita essa valorização de quanto custa a migração da concessão para autorização. Para quem migrar, porque não será obrigado fazer a migração.

Se alguma operadora desejar continuar como uma concessionária ela assim continuará. Então, para que isso aconteça, vem o primeiro momento, que é esta lei, em que hoje no momento o senhor preside a reunião.

Nós precisaremos da lei. Depois da lei, dos decretos; do termo de migração em si, que terá de ser elaborado; do plano estrutural de redes.

Está presente aqui na reunião, também conosco, o Conselheiro Aníbal Diniz, ex-Senador da República, que no momento é a autoridade que está com o encargo de conduzir o Plano Estrutural de Redes, que está em processo de análise no conselho, sendo o Conselheiro Aníbal Diniz o Relator.

Virão depois, então, as diretrizes do Poder Executivo.

E virão as metodologias, que estão ali, quanto ao cálculo do valor econômico. Para isso, Secretário Ivan – eu tenho também já mencionado isso junto ao tribunal –, serão contratadas consultorias especializadas e também auditoria externa para a condução do processo.

Novamente, dois preços serão levantados, por duas auditorias independentes, e esse preço então é que será o cálculo do valor econômico do processo.

Passa-se, então, à fase da habilitação e à fase da outorga.

Com isso, o processo de privatização nós fizemos em três estágios, e aqui a proposta seria de quatro estágios.

O orçamento da agência já prevê os recursos necessários para todos esses trabalhos, para que haja, então, um trabalho com profundidade, Senadores, para se chegar a qual será realmente o valor econômico dessa adaptação de concessões para a autorização.

Mas é claro que para isso nós precisaremos da lei. Então, a partir do que o Senado Federal e a Câmara Federal decidirem a respeito do que será essa lei, caberá à agência fazer a sua implementação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Srs. Senadores e demais presentes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria registrar aqui a presença do Senador Aníbal Diniz.

Eu pediria a V. Exª que tome assento aqui. Senador é sempre Senador. Eu gostaria que V. Exª chegasse aqui à frente e nos fizesse companhia. Afinal de contas, é uma autoridade no tema e pode nos ajudar bastante. Peço desculpas porque eu não percebi a presença de V. Exª no plenário.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Ivan Pacheco, do Tribunal de Contas da União, para que ele possa se manifestar.

Dr. Ivan, o senhor pode ocupar este lugar aqui para falar para a plateia. É melhor. Pode vir para cá.

O SR. IVAN ANDRÉ PACHECO ROGEDO – Boa tarde a todos.

Primeiro, eu gostaria de cumprimentar o Senador Otto Alencar. Gostaria de agradecer também ao Senador Flexa Ribeiro, que convidou o TCU a participar desta importante audiência pública, e ao Senador Aníbal Diniz. Gostaria também de cumprimentar o Dr. Juarez, Presidente da Anatel; o Dr. André Borges, Secretário do Ministério de Ciência, Tecnologia e Comunicações, em nome de quem cumprimento toda a plateia aqui presente.

Eu sou Secretário da Secretaria que fiscaliza a parte de comunicações dentro do Tribunal de Contas da União. Essa é uma Secretaria que atua na área há mais de 20 anos.

Próximo, por gentileza.

Nós temos uma série de fiscalizações realizadas, e fiscalizações importantes, que em nossa opinião impactam bastante essa alteração de modelo.

Eu cito ali: nós temos uma fiscalização aberta que trata especificamente dessa revisão do modelo; nós temos auditorias relacionadas aos bens reversíveis, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler; temos auditorias relacionadas à arrecadação dos fundos de telecomunicações; temos uma outra que trata de questões bem globais sobre telecomunicações, que é esse FiscTelecom; nós temos fiscalizações realizadas no âmbito de termos de ajustamento de conduta; nas contas de governo, já tratamos de matérias relacionadas a inclusão digital e banda larga; já fizemos um levantamento específico sobre a inclusão digital no País; acompanhamos, de forma constante e permanente, os leilões de radiofrequência e de posição orbital; temos também trabalhos relacionados aos temas de universalização, acompanhamento econômico-financeiro, qualidade do serviço de telecomunicações, com diversos acórdãos; e está em curso, em elaboração, um levantamento sobre a Política Nacional de Banda Larga.

No âmbito dessas dezenas de trabalhos realizados, nós temos uma série de achados de auditorias, de constatações, e relacionamos alguns desses achados, pois entendemos serem relevantes, e trazem riscos adicionais à eficiência da migração de modelo.

Próximo, por favor.

De qualquer forma, eu acho que vale ressaltar que o TCU não é, de forma nenhuma, contrário à atualização da LGT. O próprio Ministro Bruno Dantas, que relatou o processo de acompanhamento desse modelo de migração, em seu voto foi bastante claro:

> A necessidade de se revisitar o modelo instaurado pela Lei 9.472/1997, a chamada Lei Geral de Telecomunicações (LGT), consensual entre os principais atores do setor de telecomunicações, já havia sido apontada por esta Corte quando da apreciação do Relatório Sistêmico de Fiscalização de Infraestrutura de Telecomunicações [...], que resultou no Acórdão [...] [tal]. Em que pesem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> abrangência e a profundidade da reestruturação do setor promovida pela referida lei, após quase duas décadas de sua vigência, o modelo de prestação de serviços de telecomunicações no país passou por um processo de expansão considerável e transformações significativas, de ordem tecnológica e na própria oferta de serviços, demandando ajustes na atuação estatal em relação ao setor.

Então, dentro do próprio Tribunal, já há um consenso de que, efetivamente, isso é um avanço para o modelo.

Agora, gostaríamos de trazer alguns elementos que são pontos que merecem atenção por parte tanto do Congresso Nacional como do Executivo, da agência reguladora, que são questões que afetam, que vão afetar a correta migração de um modelo para outro.

Vale ressaltar, ainda, que existe um processo aberto que trata especificamente do acompanhamento dessa migração. Inclusive, estamos aguardando o projeto de lei, as próximas ações, e vamos acompanhar bastante próximos essa importante alteração.

Por favor.

Algumas constatações são bastante relevantes e foram objeto, inclusive, já de determinações e recomendações corretivas no âmbito daquelas várias fiscalizações citadas.

Eu relaciono: a falta de dados necessários para a realização da regulação econômica de uma concessão de serviço público – foi observada essa falha –; o acompanhamento deficiente do desempenho econômico-financeiro das concessionárias, que acabou resultando inclusive, ou, se não resultando, pelo menos factualmente incorreu na recuperação judicial da Oi, que é um elemento de bastante risco para o próprio modelo para o qual se está pensando em migrar.

Prossigo: informações incompletas e imprecisas sobre os bens reversíveis. O Senador Otto Alencar estava nos questionando se tínhamos esses números. Na verdade, hoje não há; ninguém tem esses números de qual seria o valor dos bens reversíveis. É algo que pode variar entre uns poucos bilhões e centenas de bilhões. Não se sabe qual é esse número. Inclusive, nós temos um acórdão direcionado à Anatel determinando que se ajuste uma série de procedimentos para que se permita o correto cálculo do que seria esse patrimônio, que, em tese, ao fim do tempo de concessão, seria revertido à própria União. Então, essas informações, que são bastante usadas – o Senador Otto Alencar até se referiu a um quadro que ele viu do nosso processo de fiscalização –, são informações meramente declaratórias dadas pelas operadoras. E a própria Anatel, ao rejeitar as RBRs fornecidas pelas operadoras, não tem segurança desses dados. Essa é a realidade hoje.

Prossigo: existe uma assimetria de informações entre concessionárias, autorizatárias e Anatel; e deficiências na fiscalização de compromissos assumidos pelas concessionárias. Até, se me permitem, quero cumprimentar a agência. Entendo que, durante o processo de termos de ajustamento de conduta, houve uma evolução bastante grande por parte da agência reguladora no sentido de se aparelhar adequadamente para o acompanhamento de eventuais TACs que venham a ser feitos.

Por gentileza.

E, obviamente, a capacidade de fiscalização da Anatel vai estar intimamente ligada à forma como as concessionárias vão realizar...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IVAN ANDRÉ PACHECO ROGEDO – ... investimentos no âmbito de uma migração, de uma eventual migração.

O TCU constatou: não existe uma política pública única e integrada de inclusão digital, sendo que os diversos programas de inclusão coexistem de forma independente e desarticulada; há uma desigualdade regional no acesso à internet; ausência de planejamento de curto, médio e longo prazos no setor. Isso pode trazer uma dificuldade em se determinar onde se investirá o dinheiro público proveniente do saldo da migração, e é preciso se equacionar isso de forma adequada.

E a consequência é que nós podemos ter, em função desses problemas já identificados: uma dilação temporal para cálculos dos saldos provenientes da migração, inclusive para definição de metologias, eventual judicialização, discordâncias, etc.; uma apuração equivocada dos saldos da migração; impossibilidade de assunção do saldo apurado pela concessionária. Esse é o caso, por exemplo, da empresa Oi, que detém 66% do mercado de telefonia fixa e se encontra em recuperação judicial e, por isso, vai ter a maior parte dos ativos relacionados ao modelo migratório.

Pergunta-se se realmente ela será capaz de saldar as dívidas já existentes e ainda dívidas adicionais relacionadas ao próprio modelo de migração, que não se sabe exatamente qual será.

Prossigo: corre-se o risco de realização de investimentos em áreas de pouco interesse público, até porque há dessas deficiências no estabelecimento da política pública e do próprio planejamento setorial; e a subutilização do saldo apurado também surge como consequência disso aí e, eventualmente, até da apuração de um cálculo equivocado desses valores.

Por gentileza.

Há outros riscos eventuais sobre os quais se deve refletir, como a diminuição de *enforcement* para a promoção da universalização. Quando você tem um regime de concessão, você tem naturalmente um *enforcement* muito maior do que dentro de um regime de autorização, e devem ser previstas formas alternativas para se conseguir alcançar a própria universalização.

Há algumas perguntas que se fazem. O PLC prevê o atendimento a áreas sem a competição adequada. Áreas sem atendimento também estão inseridas nessa definição?

Pode passar para o próximo, por gentileza. Vou acelerar a minha apresentação.

Outro dado interessante: o Fust já arrecadou, em valores históricos, cerca de R$20 bilhões. Isso, em valores corrigidos, dá um valor provavelmente superior a R$40 bilhões.

O Fust teria aplicação exclusiva para serviços de concessão pública. Então, o Fust seria um fundo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nós fizemos aqui um levantamento: ele não aplicou nem 2% do que arrecadou.

O SR. IVAN ANDRÉ PACHECO ROGEDO – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, esses recursos... Existe um projeto meu aqui agora para vedar a utilização desses recursos para o caixa único do Governo para se fazer superávit. Teria que se aplicar isso aí em favor dos usuários, porque quem paga essa conta é o usuário; está inserido na tarifa que se cobra dos consumidores. E tanto o Fust como o Fistel agora foram utilizados para resolver o problema do caixa do Governo. Então, há um projeto meu aqui proibindo a utilização desses recursos em outra finalidade que não seja em benefício do usuário. Estou tentando aprová-lo. Não sei se já foi aprovado aqui no Senado – Cynthia, já foi aprovado aqui na Comissão? (*Pausa.*)

Aqui já. Foi para a Comissão de Assuntos Econômicos. É isso aí.

Quer dizer, são recursos retirados do consumidor. Não aplica porque não quer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IVAN ANDRÉ PACHECO ROGEDO – Perfeito. O que o senhor está falando, Senador, foi objeto de uma auditoria do TCU, e a constatação foi exatamente essa. Apenas 0,002% dos recursos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Dois bilhões, parece... Uma coisa assim. Ou menos, 200 milhões.

O SR. IVAN ANDRÉ PACHECO ROGEDO – Então, com a mudança do modelo e a extinção das concessões de serviço público, o Fust perderia a sua destinação adequada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu quero fazer uma observação. (*Fora do microfone.*)

Não é do Governo de agora, não; já vem de dez anos. Desde que se criou o Fust é assim.

O SR. IVAN ANDRÉ PACHECO ROGEDO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não é coisa nova.

O SR. IVAN ANDRÉ PACHECO ROGEDO – Há algumas outras dificuldades: valoração na proporção... Eu estou me referindo a um artigo específico da lei, a respeito dos bens reversíveis, da forma em que... É uma definição do projeto de lei. E fica aí um alerta apenas para fins de consideração.

O parágrafo único do art. 68-C estabelece o seguinte: "Os bens reversíveis utilizados para a prestação de outros serviços de telecomunicações"... Perdão, não é este aqui.

É este, sim. Prossigo: "explorados em regime privado, serão valorados na proporção de seu uso para o serviço concedido".

Essa avaliação pode trazer uma série de dificuldades de aferição prática. Pegar um bem reversível, que está sendo utilizado na sua proporção, e valorar nessa proporção vai trazer uma dificuldade adicional de precificação desses ativos.

E ficam algumas questões. Ativos já amortizados e posteriormente compartilhados estariam nessa regra? Todos os tipos de bens reversíveis estariam submetidos a essa regra – bens imóveis, dutos, fibras, rede de cobre? Qual o impacto dessa nova regra na possível reversão dos bens no caso de não haver migração?

É um artigo que merece uma série de cuidados adicionais para que não venha a gerar mais insegurança jurídica e discussões que possam, inclusive, demorar muito e dificultar a própria migração.

Em relação...

Alguém me socorra aqui, porque não está passando. Opa, passou!

Em relação a gestão e outorgas do espectro de radiofrequências, vale informar que o TCU atua no acompanhamento dos leilões desses espectros já ao longo de 20 anos e verificou que se arrecadou, com a venda desse espectro, aproximadamente R$70 bilhões em valores atualizados.

Existe uma sugestão no novo projeto de lei de que não haja mais prorrogação, ou melhor, que haja prorrogação e que essas prorrogações possam ser ilimitadas. Então, qual é a repercussão financeira dessa proposta que está acompanhando o projeto de lei? Essa proposta, inclusive, alcançaria as atuais frequências já licitadas? Lembre-se que essas frequências foram licitadas e precificadas com base em uma regra anterior.

Qual seria o impacto na competição? Isso efetivamente permitiria a entrada de novos interessados em prestar esses serviços?

E esse mercado secundário privado de venda de frequências? Teria de haver uma regulação de forma a haver o atendimento público disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são elementos de risco que nós relacionamos e que merecem uma atenção bastante especial da Comissão.

Em relação a gestão e outorga do direito de exploração dos satélites, a questão é semelhante. O TCU também já acompanha isso desde sempre. Existe também um fator remuneratório. Isso é leiloado. São valores bem menores do que os de frequência, mas são valores também da ordem de várias centenas de milhões de reais. E se perguntaria também qual seria o interesse público em se permitir a prorrogação eterna dessas posições satelitais. O que nós estaríamos obtendo de vantagem, em termos de país, com essa nova regra? São coisas que devem ser avaliadas.

Por fim, se me permitem – eu já estourei em muito o meu tempo de apresentação –, eu relacionei aqui o papel do TCU após o processo de migração.

Realizaremos uma série de fiscalizações que já estão desenhadas, algumas delas até bastante associadas ao que o próprio Presidente da Anatel, Dr. Juarez, explicou aqui na sua brilhante apresentação.

Então, faremos certamente aos fatos relacionados à correção dos problemas encontrados no acompanhamento e no controle da Anatel dos bens reversíveis, do PGMU, o acompanhamento econômico-financeiro, etc. Isso é essencial para que haja a possibilidade da migração adequada. O acompanhamento do cálculo do próprio saldo da migração; aquilo são coisas que deveriam anteceder a própria migração, obviamente, para depois você fazer o cálculo dos saldos, etc., e desonerações. Verificação da compatibilidade da destinação do saldo com as políticas públicas que existem. Mecanismos utilizados para a conversão do saldo em investimento, como isso vai se dar. O aprimoramento da fiscalização dos compromissos de investir pela Anatel. E a verificação *a priori* da capacidade da empresa de solicitar a migração para honrar os compromissos de investimentos, condições para investimentos, garantias, sancionamento, etc. Então, a gente tem desenhado, caso o projeto de lei venha a ser aprovado, já uma série de fiscalizações, de forma a cumprir as competências constitucionais do TCU de vir a preservar o Erário, a eficiência e a gestão da Administração Pública.

Mais uma vez, eu quero agradecer o espaço aberto para o TCU. Nós estamos sempre disponíveis para auxiliar o Congresso Nacional nesta importante Comissão, nesse assunto de importância extrema para a nossa sociedade, de uma forma geral, do ponto de vista econômico, do ponto de vista social. Mais uma vez, agradecemos a oportunidade de vir aqui dar a nossa contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria agradecer ao Dr. Ivan André, ao Dr. Juarez.

Na verdade, essa posição de saber identificar o valor real de todo esse patrimônio que está em discussão é fundamental, importante. Nenhum de nós aqui, nenhum Senador deseja que a União perca absolutamente nada. Mas há de se observar, como observo no meu Estado, que imóveis pertencentes à União e desse setor estão completamente abandonados. E o quadro mais dantesco a que assisti recentemente foi a queda do prédio, lá em São Paulo, que pertencia ao Governo Federal e que ceifou várias vidas.

Nós não queremos, de maneira nenhuma, que o Estado perca absolutamente um centavo nisso. Portanto, há que se identificar esse recurso. Agora, estruturas de Estado abandonadas, esquecidas, suscetíveis a acontecer o que aconteceu em São Paulo? E pode acontecer em qualquer outro imóvel da União, e a União, nesse ponto, não cuida do seu patrimônio, aliás, é tradição não cuidar, já há muito tempo. E não é só a União, o Governo Federal; Estados têm os mesmos problemas, e eu identifico até no meu próprio Estado essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho importante que se chegue, na realidade, através de uma auditoria, de um levantamento, com muita acuidade, com muito trabalho, ao valor real para acontecer. Quanto a essa alteração da lei mesmo, pode ser até que por essa discussão ela seja alterada, para discutir a migração da concessão para a autorização e depois se ver realmente, se avaliar o patrimônio real que possa ser cedido às empresas.

Mas, pela ordem, eu quero ouvir também aqui aqueles que são os que reclamam dos valores cobrados, da dificuldade, da ineficiência da telefonia móvel. Lá no meu Estado, acontece a mesma coisa. E eu queria passar a palavra...

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – .... ao Sr. Marcos Urupá.

Depois, eu...

Vamos ouvi-lo, eu queria ouvir o Marcos.

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Presidente, me permite, por favor, antes de passar para o...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Dois segundos só, apenas para reforçar aqui as questões levantadas pelo Secretário Ivan, do TCU. As questões levantadas pelo Secretário estão todas endereçadas na regulamentação que essa lei permite e chama, e já foram algumas levadas à consulta pública, já são de conhecimento público. E nós suspendemos, em função da tramitação do projeto de lei. O processo está interrompido.

Eu gostaria de afirmar, então, para todos nós aqui, aos Srs. Senadores, ao Secretário que a agência, com o seu competente quadro técnico, está apta e sabe o que terá que fazer com a lei, caso ela venha a ser aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ou seja, V. Exª afirma que a agência tem condições de fazer o levantamento de todos os bens e ter um valor real desse...

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Agora, teremos, Senador; não tínhamos algum tempo atrás.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agora, em quanto tempo o senhor terá isso disponível?

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Só para o senhor ter uma ideia, uma vez a lei, sendo aqui aprovada pelo Congresso e indo à sanção presidencial, nós vamos precisar de pelo menos nove meses para fazer todo esse trabalho. Não é um trabalho tão rápido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, é necessário aprovar a lei para, depois, ter o valor?

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Muito bem.

O Sr. Marcos Urupá, com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Presidente, Senador Otto Alencar, eu gostaria que a gente pudesse... Nós ouvimos agora o Ministério das Comunicações, Anatel e TCU.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sim, eu vou ouvir só a voz do representante...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu queria só sugerir que pudéssemos ouvir as operadoras e, depois, o usuário, o consumidor, em blocos separados.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, é porque está pela ordem, estou fazendo pela ordem. Agora, é o Sr. Marcos Urupá, Coordenador do Intervozes.

O SR. MARCOS URUPÁ – Obrigado, Senador.

Eu vou passar, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vamos seguir a ordem para não acharem que não estamos seguindo aquilo que foi preestabelecido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Se você quiser vir para cá, pode. (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, vai usar a palavra a Srª Flávia Guimarães, Conselheira da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste).

A SRª FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – Queria dar boa tarde a todas e a todos, agradecer a oportunidade ao Senador Otto Alencar, ao Senador Flexa Ribeiro.

E queria iniciar prestando a minha homenagem aos Senadores que recorreram ao Supremo Tribunal Federal e viabilizaram que a sociedade discutisse um tema de tamanha importância com transparência, viabilizando que a sociedade civil discutisse esse tema e que não houvesse uma aprovação sumária que poderia levar a consequências temerárias, como foi apontado aqui pelo Tribunal de Contas da União.

Eu queria começar destacando que nós da Proteste, junto com outras entidades que já representamos contra o PLC na Procuradoria-Geral da República, entendemos que há inconstitucionalidades relativas ao papel que as telecomunicações têm para a União Federal, tendo em vista o que está disposto no art. 21 e no art. 175 da Constituição Federal, e aos princípios da Administração Pública, especialmente o princípio de obrigatoriedade de licitação e o princípio da impessoalidade. Por quê? Porque, quando houve a privatização, em 1998, a regra expressa na Lei Geral de Telecomunicações, que permanece e não é objeto de alteração com essa proposta de lei, é que os bens reversíveis retornariam à União ao final do contrato de concessão, e todo o material utilizado e apresentado para as empresas que participaram da licitação, apresentado pelo BNDES, que promoveu esse processo, já deixava claro que esses bens seriam reversíveis e que seria necessária autorização da Anatel para alienação de bens, para verificação se esses bens poderiam ser alienados, bem como o procedimento para se computar o resultado decorrente da venda de bens que deixam de ser reversíveis para uma conta para encontro de contas ao final da concessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos também que há uma ilegalidade, porque em 2014 foi aprovado o Marco Civil da Internet, que tornou o serviço de acesso à internet essencial e universal em razão do que a infraestrutura de telecomunicações, que serve de suporte fundamental para o acesso a esse serviço se tornou, portanto, de caráter também universal e essencial, ainda que na Lei Geral de Telecomunicações não conste expressamente, na parte que trata da classificação de serviços, a infraestrutura de banda larga como um serviço essencial e universal.

Por que a gente entende que é inconstitucional? Em cima, está ali descrita a redação atual do §1º do art. 65 da Lei Geral de Telecomunicações, que diz que os serviços que sejam de interesse público e essenciais deverão obrigatoriamente ser prestados também em regime público, ou seja, obrigatoriamente os serviços que são essenciais e universais devem ter o Estado respondendo e assumindo a responsabilidade por garantir o acesso, como está expresso no art. 175.

Com a redação proposta com o §1º do PLC 79, o que está escrito ali? Poderão ser deixadas à exploração apenas em regime privado as modalidades de serviço de interesse coletivo que, mesmo sendo essenciais, não estejam sujeitas a deveres de universalização. Ou seja, poderemos ter serviços que são essenciais, como está expresso no Marco Civil da Internet e como está expresso na Constituição Federal, não sujeitos a obrigações de universalização, o que contraria, no nosso modo de ver, a Constituição Federal.

Essa parte que introduz os arts. 68-A, B e C, tratando de quais serão as diretrizes econômicas para orientar o processo de migração dos contratos de concessão para os contratos de autorização, no nosso modo de ver tem problemas graves, sérios e que lesam o patrimônio público, lesam a sociedade brasileira. Por quê? Primeiro, a gente tem saldos não resolvidos em favor da concessão – o mais recente é esse de 3,5 bilhões, reconhecidos pela própria Anatel – decorrentes da troca de metas de universalização que aconteceu em 2008, por conta do Decreto 6.424, trocando obrigações de instalação de postos de serviços de telecomunicações por redes de *backhaul*, que é a rede de acesso à banda larga.

Temos subsídios cruzados. E destaco a nota técnica que está transcrita ali, que é a nota técnica da Anatel, que diz que 80% do total – e essa nota técnica foi feita em 2008, na época da alteração do Plano Geral de Outorgas e da autorização para a Oi incorporar a Brasil Telecom – auferido com a outorga, com a concessão, foram utilizados no "financiamento", aspas, de um serviço prestado em regime privado. Isso está expresso numa nota técnica econômica da própria agência.

É por essas e outras razões que o Tribunal de Contas, ao analisar os riscos dessa alteração da LGT, já apontou descontrole, pelo aspecto da regulação econômica dos contratos, e destacou também, no Acórdão 3.311, de 2015, uma série de problemas relacionados ao controle de bens reversíveis.

E quero dizer que essa planilha é tirada de um documento feito pela Agência Nacional de Telecomunicações, junto com o Ministério das Comunicações, na época, que pensava em editar em 2013 o PNBL 2.0. Nesse documento, que é de 2013, nós temos ali indicado pela Anatel que o Valor Presente Líquido das redes de acesso era de R$64,2 bilhões, e o Valor Presente Líquido da rede de transporte era de 7,6 bilhões.

Sendo assim, eu queria entender o seguinte: como é que a Anatel hoje sustenta que o valor depreciado dos bens reversíveis é de 17 bilhões, se o Valor Presente Líquido das redes em 2013 era de 73 bilhões, aproximadamente? E não poderia ser diferente, Senadores, porque a gente está falando de redes de telecomunicações espalhadas pelo Brasil inteiro e sua respectiva obra de engenharia civil, passando dutos, furando tudo e chegando à casa de cada um de nós consumidores. Ou seja, é difícil a gente pensar hoje que a gente poderia falar de 17 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante lembrar também que essas redes são responsáveis, como foi dito aqui, por aproximadamente 50% do tráfego de dados que é feito hoje no País, entre 46% e 50%, segundo dados levantados pelo Cetic, que é o órgão de pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – O TCU identificou também, aspas: "[...] que, decorridos dez anos do processo de privatização, a Anatel ainda não possuía dados necessários para garantir uma regulação econômica da concessão de serviço público e que não estava atuando efetivamente no cumprimento de obrigações legais de acompanhamento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato."

Aqui é uma ação civil pública ajuizada pela Proteste, ainda em 2011. Nós ganhamos em primeira instância; ganhamos em segunda instância. Foi reconhecido pelo TRF que a União é responsável por esse serviço, pela infraestrutura de telecomunicações relacionada inclusive ao serviço de banda larga. A União e a Anatel recorreram. E, agora em 1º de fevereiro deste ano, foi confirmado o acórdão, e a Anatel e a União ainda possivelmente farão recursos ao STF. Mas há toda a questão de mérito relativa à necessidade de se ter um controle, porque os contratos de concessão foram contra a lei, assinados sem uma lista de bens reversíveis. E essa ação teve o objetivo, tem o objetivo, e está em fase de execução provisória agora, de garantir que se faça uma lista de todos os bens reversíveis para que seja possível a gente auferir qual é o patrimônio que está em jogo nesta questão.

Também a Assessoria do Senado se pronunciou com relação à preocupação já colocada aqui da possibilidade que o PLC apresenta de renovação ilimitada do direito de exploração de radiofrequências. Então, a gente tem o TCU, a gente tem um Poder Judiciário, a gente tem a Assessoria do Senado, a gente tem a Procuradoria-Geral da República apontando riscos a respeito do PLC.

Se o modelo, na avaliação de muitos aqui e de nós também, não cumpriu exauridamente os seus objetivos, isso é por causa do modelo? A gente entende que não, a gente entende que há decretos estabelecendo novas políticas, novas orientações de políticas públicas de telecomunicações para atender à universalização da banda larga desde 2003, mas infelizmente tanto o Ministério das Comunicações como a Anatel não agiram no sentido de implementar com compromisso o que estava previsto nesses decretos.

O Poder Executivo nunca exerceu o poder que tem, previsto no inciso I do art. 18 da Lei Geral de Telecomunicações, de retirar o regime público do serviço de telefonia fixa e estender para a infraestrutura de banda larga. E, por decreto, isso está expresso na Lei Geral de Telecomunicações. Isso poderia ter sido feito e, se tivesse sido feito, destravaria imediatamente a possibilidade de se utilizar o Fust para investimentos e infraestrutura que dê suporte ao serviço de acesso à internet.

E quero dizer aqui que, quando se faz um discurso não muito leal de que esse PLC é fundamental, porque o serviço de telefonia fixa não tem mais interesse para a sociedade, a gente quer destacar que a gente concorda com isso, e a gente também não discorda de se antecipar o vencimento desses contratos. Mas a gente não concorda em entregar as redes brasileiras de telecomunicações, fundamentais para a soberania do País sobre políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento econômico, desenvolvimento cultural, desenvolvimento social, liberdade de expressão, fortalecimento do Estado democrático de direito, sendo subavaliado e sem a segurança necessária.

Eu tenho pouco tempo, eu vou passar aqui e vou dizer o que a gente pretenderia com uma alteração da Lei Geral de Telecomunicações, que deve, sim, e pode, sim, ser feita, mas num ambiente mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tranquilo, com discussões mais aprofundadas, feitas com base em informações que hoje nós não temos, como foi constatado pelo Tribunal de Contas da União.

A gente entende que a existência, na Lei Geral de Telecomunicações, de um serviço público de dois regimes – um regime público e um regime privado –, tem engessado o poder regulatório do Poder Público. Se a gente não tivesse essa separação, o Fust poderia estar sendo utilizado, a gente poderia impor novas obrigações e não estar adstrito ao que está expresso na Lei Geral de Telecomunicações, que diz que o que predomina no regime privado é "a liberdade e a menor interferência possível do Estado", assim entre aspas, como expresso na lei.

A gente entende que a proibição que está no art. 103, a do subsídio cruzado, é ruim. O subsídio cruzado deveria ser autorizado, desde que fosse regulado, de modo que parte da receita auferida com a exploração de um mercado relevante e rentável pudesse ser aplicada em políticas públicas para a inclusão digital em áreas mais pobres do País; que a lei deveria atribuir à Telebras um papel de gerenciar as redes públicas, de estimular investimentos, como está, inclusive, no art. 4ª do Decreto nº 7.150, que é o decreto do PNBL; e que seria muito importante a previsão de normas que estimulassem redes comunitárias.

Nós temos recursos para isso, nós temos o Fust, nós temos o Funtel, os bens reversíveis, o valor das multas por descumprimento de obrigação e temos uma proposta concreta na campanha "Banda Larga é um direito seu", já entregue desde 2013 ao Ministro Paulo Bernardo, sem receber nenhuma resposta.

Eu tinha aqui dados concretos de utilização de serviços, mas o meu tempo acabou.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não é nem a questão do tempo; é que está havendo votação nominal no plenário do Senado.

A SRª FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – Sim.

Eu me coloco à disposição.

Muito obrigada. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas haverá outra oportunidade de debate.

Então, agora, nós vamos fazer um revezamento: alguns vão votar e, depois, voltam para continuar a audiência.

Passo a palavra ao Sr. Luiz Otávio Vasconcelos Prates, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com a palavra o Dr. Luiz Otávio Prates, Diretor-Presidente do Sindisat.

V. Sª terá 10 minutos para a sua exposição, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. LUIZ OTÁVIO VASCONCELOS PRATES – Senador Flexa Ribeiro, muito obrigado.

É muito importante realmente essa participação aqui do Sindisat nesta audiência pública.

Mas, antes, eu queria também cumprimentar o Secretário André Borges, o Presidente da Anatel, Juarez Quadros, o Conselheiro Aníbal e todos os presentes.

Antes de tudo, eu queria apresentar o Sindisat.

O Sindisat é uma entidade patronal que representa as empresas de telecomunicações por satélite. Não somente as operadoras de satélite, mas também as empresas que prestam serviços via satélite e a indústria de equipamentos de satélites. É uma entidade de âmbito nacional representativa dessas empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho preparada uma apresentação... Na realidade, eu havia pedido meia hora, mas, como não é possível, eu vou ter que correr nos primeiros cinco eslaides.

Essa apresentação é voltada ao segmento de satélites somente ou da parte do PLC que trata da questão dos satélites.

Essa primeira transparência e a segunda, que eu vou apresentar logo a seguir, mostram uma coisa muito importante, que é o uso da tecnologia a satélite. Muitas vezes, a gente imagina o satélite como sendo algo que, às vezes, é necessário; então, vamos utilizá-lo. É o contrário. Não é bem assim! O satélite está presente em todas as possibilidades de prestação de serviços.

Esse desenho ali é muito feliz para demonstrar isso. Eu não posso me alongar muito sobre ele, mas mostram-se claramente exemplos de *back hall* via satélite, de atendimento remoto, de mobilidade, de aviões; mostra também exemplos de soluções do tipo *broadcast*, de distribuição de sinais, junto com os cabos coaxiais, junto com as fibras. Ou seja, o satélite é uma tecnologia que se mistura às demais tecnologias e é fundamental para o novo cenário que todos já estão conhecendo e falando muito, que é o cenário de 5G.

O segundo eslaide, para mim, é muito interessante porque mostra que o satélite tem um papel fundamental em certas aplicações, como por exemplo, primeiro, mobilidade, aviões, navios, carga terrestre, aviação civil... O trágico acidente do avião da Malaysia Airlines... Agora, as coisas estão se alterando em termos de aviação civil. Ainda: energia, gás e saneamento básico, onde o satélite tem um papel também fundamental, bem como na mineração e no agronegócio.

Então, esses dois eslaides – se eu tivesse mais tempo, a gente poderia falar um pouco mais sobre eles – são mais para mostrar as aplicações dos satélites e que elas se misturam com as aplicações das outras tecnologias.

E, aí, eu entro no Brasil.

No Brasil, desde a Lei Geral de Telecomunicações, muita coisa aconteceu, o que foi fantástico, porque, na época da privatização, a gente tinha a Embratel, estatal – isso em termos de satélites, pois estou sempre falando de satélites –, e os consórcios internacionais da Intelsat e da Inmarsat. Mas, de lá para cá, realmente, os resultados foram excelentes. E, aí, nós podemos ver aqui os investimentos feitos nos últimos anos, as operadoras de satélites que vieram para o Brasil, a TV aberta, estações terrenas, TV paga via satélite.

Então, realmente, no Brasil, houve um desenvolvimento da indústria de satélites fenomenal, desde a época da privatização até o momento atual. Porém – porém –, a expansão da banda larga... Esse é um artigo que saiu na *Folha de S.Paulo* recentemente, em abril de 2018, que mostra que a expansão da banda larga se deu basicamente nos grandes centros e não nas regiões mais carentes, ou ainda, dentro de um Brasil com tantas disparidades regionais e tanta necessidade de soluções de telecomunicações e mesmo com todo esse progresso, a expansão se deu muito nos grandes centros.

E, mais uma vez, a ideia é mostrar a importância do satélite, porque, para cobrir um País como o Brasil... Muitas vezes se fazem comparações com países da Europa ou com países da Ásia, que não se aplicam, porque o Brasil é um País diferenciado, um País de grandes dimensões e um País de grandes disparidades, onde o satélite é fundamental.

E eu faço questão de ressaltar também um estudo recente, fruto de uma parceria entre o MCTIC e o BNDES, que foi um plano de ação para o Brasil em relação à IoT, que destacou frentes prioritárias para o País. Uma delas é a rural – essa última ali –, ou seja, mostrando, mais uma vez, que o satélite também é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imbatível no atendimento dessas regiões de agronegócio, como eu mostrei anteriormente, isto é, nos ambientes rurais, o satélite também tem uma importância fundamental.

Ou seja, houve progressos, sim, o satélite se expandiu razoavelmente no País, mas, para que a gente continue fortalecendo as comunicações no Brasil para todo o País e não somente nos grandes centros, há ainda muitas barreiras no que diz respeito à tecnologia de satélite, afora os tributos, Fistel, ICMS.

Eu acho que o Fistel, por exemplo, é uma taxa quase oito vezes maior para a solução de satélite do que para as demais soluções terrestres. Mas eu não vou falar sobre isso; esse não é o foco desta audiência pública. Eu vou falar do atual marco legal, da LGT, que já tem 20 anos, e que houve uma significativa evolução do setor.

A Lei Geral, no que diz respeito à tecnologia de satélite, tem burocracia, tem morosidade, tem barreiras a investimentos nacionais, e, com isso, os satélites brasileiros ficam em desvantagem. É o que eu pretendo mostrar a seguir: os satélites brasileiros ficam em desvantagem, e esse é um ponto importante.

Não se trata de dizer que os satélites estrangeiros não devam vir. Devem vir! O Sindisat não faz esse tipo de discrepância dos satélites brasileiros em relação aos satélites estrangeiros, mas barreiras aos satélites brasileiros devem ser retiradas.

Agora, então, entramos no marco legal.

No caso do PLC, no que diz respeito aos satélites, o que está em vermelho são as alterações que são propostas. Primeiramente, o prazo de 15 anos, podendo ser prorrogado, sem a exigência de duas vezes. E ele pode ser até licitado, não como primeira opção, mas como uma opção. Então, o que o PL traz para o setor é a licitação como opção e a expectativa de prorrogação.

Eu vou, agora então, entrar nos detalhes desses dois temas.

Essas alterações, no entendimento do nosso setor, vêm ao encontro das necessidades do Brasil. O Brasil precisa continuar a evoluir e a usar esses benefícios mais do que nunca, dadas as características do nosso País.

Eu entro, primeiramente, nessa questão da licitação.

Eu queria, inicialmente, fazer uma observação: é uma realidade técnica do negócio de satélites atender todos os pedidos. Todos os pedidos que surjam à administração, normalmente, são atendidos. A licitação é desnecessária. A licitação é necessária quando há vários pedidos e precisa haver uma licitação para que um saia vencedor. No caso da tecnologia de satélites, há uma realidade técnica pela qual todos os pedidos podem ser acomodados, seja por conta das coberturas – o mesmo satélite, na mesma posição orbital, cobre regiões distintas –, seja...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ OTÁVIO VASCONCELOS PRATES – ...porque as bandas de frequência são distintas... Inclusive, agora, com os satélites de tecnologia KA, cujas coberturas não são mais as grandes coberturas como essa, mas coberturas pontuais, assemelhadas às coberturas dos celulares – claro que em escala muito maior –, as frequências podem ser alteradas e satélites, na mesma posição, também podem conviver perfeitamente.

E, aí, há o fato de que o Brasil... Claro, ´somos um País soberano e não precisamos seguir nenhum outro país, mas há um fato importante que não devemos perder de vista: o órgão regulador americano, a FCC, a Anatel dos Estados Unidos, nunca fez licitação para posições orbitais desde os anos 70. E a razão é muito simples: ela assumiu que todos os interessados poderiam ser acomodados, e todos o foram. Então, a licitação, para a FCC, nunca foi necessária e continua não sendo necessária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me esqueci de dizer aqui que, daí para a frente, novas tecnologias estão chegando, como as tecnologias LEO e MEO, que são satélites de baixa órbita e de média órbita, e outras possibilidades.

O satélite tem uma característica diferenciada das soluções terrestres: a acomodação de todos os interessados é sempre possível. No momento em que tal acomodação não seja possível, aí há a licitação, mas a licitação deve chegar nesse caso. E, aí, eu mostro um *benchmark* internacional que indica isso. Os Estados Unidos, o Canadá, o México, a Espanha, a Inglaterra e, de modo geral, a Europa não fazem licitação para satélite; cada um tem o seu estilo. Os Estados Unidos e o Canadá usam muito as notificações que são enviadas à UIT, que é a União Internacional de Telecomunicações, e eles seguem o princípio de que quem chegou primeiro é o primeiro a ser servido. Quem chegou em segundo lugar se adapta ao projeto que já está em vigor.

Então, esse quadro mostra muito bem quais são os principais países que têm satélites domésticos.

A dispensa de licitação significa um crescimento potencial de oferta de serviços de satélite, uma vez que simplifica e agiliza o processo. Este é o ponto.

Alguém perguntou sobre benefício público. O benefício público é exatamente esse: é trazer cada vez mais soluções de satélites para o País – e soluções brasileiras.

E, aí, eu entro – estou quase acabando – na expectativa de renovação.

Esses dois quadros mostram um cenário temporal que funciona hoje em função da Lei Geral.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Dr. Luiz Otávio...

O SR. LUIZ OTÁVIO VASCONCELOS PRATES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É que teve início a Ordem do Dia e, de acordo com o Regimento Interno, nós temos que encerrar aqui a audiência, deixando para outro...

O SR. LUIZ OTÁVIO VASCONCELOS PRATES – Aí voltamos a falar? Não quer que, pelo menos, eu termine?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não; agora já começou a Ordem do Dia e nós temos que encerrar realmente aqui, convocando uma outra audiência em outra oportunidade.

O SR. LUIZ OTÁVIO VASCONCELOS PRATES – Eu voltarei com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, uma Comissão não pode atuar com o Plenário em processo de votação de matérias constantes da Ordem do Dia.

O SR. LUIZ OTÁVIO VASCONCELOS PRATES – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu lamento informar aos senhores, mas nós vamos recomeçar oportunamente e ouviremos a conclusão do relato de V. Sª e de todos os outros que não tiveram oportunidade de falar.

O SR. LUIZ OTÁVIO VASCONCELOS PRATES (*Fora do microfone.*) – Em outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está encerrada esta audiência pública.

(*Iniciada às 14 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dezessete horas e trinta e cinco minutos do dia três de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Flexa Ribeiro e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta.. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 4/2018, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater sobre a importância dos estudos e projetos em eficiência energética no âmbito do setor elétrico brasileiro à luz da Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000, e da Resolução da Anell nº 556 de 2 de julho de 2013. **Participantes:** Sra Samira Sana Fernandes de Sousa Carmo, Coordenadora Geral de Eficiência Energética, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME; Sra. Alexandra Maciel, Coordenadora de Políticas em Mudança do Clima, da Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas do MMA; Sr. Alexandre Sedlacek Moana, Presidente da Associação Brasileira De Empresas de Serviços de Conservação de Energia (ABESCO); Sr. Nelson Fonseca Leite, Presidente da Associação dos Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE); Sr. Wanderson Silva de Menezes, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Regulatórios da OAB.. Sr. Ailson de Souza Barbosa, Representante da Aneel. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2018, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e quinze minutos do dia quatro de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 11/2018, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Audiência Pública para discutir o futuro da Universidade de Brasília à luz dos artigos 207 e 218 da Constituição Federal e em vista das restrições que lhe são impostas que podem comprometer a prestação de serviços à comunidade, a qualidade dos cursos oferecidos e a manutenção de pesquisas científicas - RFF 11/2018. **Participantes:** Sr. Matheus Barroso (representante de: Centros Acadêmicos da UnB); Sr. Mauro Mendes (representante de: Comitê em Defesa da UnB); Dr. Virgílio Caixeta Arraes, Presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília; Sr. Gustavo Balduino, Secretário Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes; Sr. João Marcelo Marques Cunha (representante de: Comitê em Defesa da UnB); Sra. Alessandra Veloso, Coordenadora de Mulheres - SINTFUB; Dr. Erlando da Silva Rêses, 2º Vice-Presidente da Regional Planalto do ANDES-SN; Dra. Laila Darvenne, Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Dr. Paulo Cesar Marques da Silva, Chefe de Gabinete da Reitoria da Universidade de Brasília. Sr. Weber Gomes de Souza, Coordenador-Geral de Planejamento e Orçamento SESU-MEC. O Presidente concede a palavra ainda aos seguintes assistentes à audiência: Francisco Wayne Moreira, Coordenador-Geral de Suporte à Gestão Orçamentária SESU-MEC; José Camargo da Costa; Professor Titular do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília-UnB; Geraldo Magela; Mateus Barroso,Centros Acadêmicos/CA da Universidade de Brasília-UnB. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas e vinte e cinco minutos do dia quatorze de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 1/2018, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater o tema: Políticas ambientais, dentro do ciclo de palestras; "2022, O Brasil que queremos". **Participantes:** Profª. Mercedes Maria da Cunha Bustamante, Professora Titular da Universidade de Brasília (UnB); Prof. Ricardo de Souza Moretti, Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC); Sra. Alessandra Cardoso, Assessora do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC. Sr. Eugênio Giovenardi, Escritor e Eco sociólogo Biocomunidade Olho d'Água, Sitio das Neves. O Senhor Presidente convidou para ter assentamento à mesa o Professor Isaac Roitman, representante da UnB no Ciclo de Palestras "2022 o Brasil que queremos" e concedeu a palavra aos seguintes membros da assistência: Aline Lima, da União Planetária; Eduardo Weaver de Vasconcellos, Subprocurador-Geral da República; Wilon Wander Lopes, Fundador e Dirigente do Jornal "Satélite" – DF. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e um horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às treze horas e nove minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Roberto Muniz, José Pimentel, Dário Berger, Rose de Freitas, Rodrigues Palma, Sérgio Petecão, Ataídes Oliveira, Wilder Morais, Romero Jucá e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 13ª, 14ª e 15ª reunião, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 12 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Comissão Senado do Futuro (CSF), para debater o tema "Qual a reforma agrária e urbana de que o Brasil precisa?", com o objetivo de avaliar o atual quadro da regularização fundiária rural e urbana, particularmente à luz da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Houve uma modificação no requerimento para que sejam realizadas duas reuniões: uma para debater a reforma agrária; a outra, a reforma urbana, também será promovida justa homenagem às vítimas da tragédia do Pau d'arco, no Pará, prestes a completar um ano, na qual dez trabalhadores rurais foram assassinados durante uma intervenção policial." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado com indicação de realização de duas audiências Públicas. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 13 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Comissão Senado do Futuro (CSF), para debater o futuro tributário do Brasil, as propostas de reforma tributária cidadã e a tributação ambiental." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado com substituição de convidado consignado no texto final. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.088019/2018-89

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de maio de 2018.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 13ª à 16ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 12, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Comissão Senado do Futuro (CSF), para debater o tema "Qual a reforma agrária e urbana de que o Brasil precisa?", com o objetivo de avaliar o atual quadro da regularização fundiária rural e urbana, particularmente à luz da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. A audiência, que apresentará duas composições (uma para debater a reforma agrária; a outra, a reforma urbana), também promoverá justa homenagem às vítimas da tragédia do Pau d'arco, no Pará, prestes a completar um ano, na qual dez trabalhadores rurais foram assassinados durante uma intervenção policial.

Autoria: Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 12, de 2018.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 13, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Comissão Senado do Futuro (CSF), para debater o futuro tributário do Brasil, as propostas de reforma tributária cidadã e a tributação ambiental.

Autoria: Senador Hélio José.

Para tanto devem ser convidados: o Sr. Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; a Srª Alessandra Cardoso, Assessora do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); o Sr. Breno Rocha, Diretor do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita); o Sr. Pedro Egídio Alves de Oliveira, Diretor-Secretário do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional). Quero que acrescentem o Sr. Achilles, Presidente do Sinprofaz (Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Queria justificar que, no Requerimento nº 12, a lista das pessoas a serem ouvidas, tanto para a audiência pública que tratará da reforma urbana quanto da audiência pública que tratará da reforma agrária, que dividirei em duas etapas... Colocaremos o da reforma agrária, rural, numa reunião, e o da reforma urbana em outra reunião, com os nomes que serão devidamente encaminhados a esta Comissão.

Então, gostaria, novamente, de consultar os nobres Senadores sobre se concordam com a referida mudança com relação ao encaminhado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a mudança.

Então, será uma audiência pública da reforma rural e agrária e uma audiência pública da reforma urbana, com os nomes que serão previamente encaminhados a esta Comissão para que nós possamos fazer os convites.

Com relação à outra audiência, mudei um palestrante: o Achilles, do Sinprofaz.

Obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 13 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezessete horas e vinte e sete minutos do dia dezessete de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Dário Berger, José Medeiros e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 3/2018, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater a importância das lideranças comunitárias. A experiência do "Senadinho" no Jardim Botânico de Brasília. **Participantes:** Deputado Izalci Lucas, PSDB-DF; Sra. Leda Maria Marques Cavalcante, Presidente da Associação Estância Quintas da Alvorada; Sr. Hamilton Santos, Presidente do Senadinho da Boca do Povo, no Jardim Botânico; Sr. Mário Gilberto de Oliveira, Associação Comunitária dos Condomínios da Região do Jardim Botânico: Sr. Toni Duarte, Representante do Senadinho da Boca do Povo do Jardim Botânico. Sr. Og Pereira, Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil seccional do Distrito Federal – OAB/DF. Além dos convidados palestrantes o Senhor Presidente da Comissão concedeu a palavra para os seguintes representantes do "Senadinho da Boca do Povo", moradores dos condomínios do Jardim Botânico: Senhor Enrico Caruso, Senhora Samia Walesca, Senhor Alfredo Júnior, Senhora Jamile Buzar, Senhor Carlos Souza, Senhor Ednewton Viana, Senhor Lippe Viana, Senhor Otogamis Antônio de Avelar, Senhor Onélio Teles, Senhora Flávia Moreira, Senhor Valdir Miranda e Senhor Vicente de Paula Araújo **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dezesseis horas e vinte e dois minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Flexa Ribeiro, Wellington Fagundes e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 10/2018, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater a importância da perspectiva futura da paz nos estádios do país. **Participantes:** Sr. Valberto Cosme de Lira, Procurador de Justiça Presidente da Comissão Permanente de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios, órgão auxiliar do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça –CNPG; Sr. Márcio Cavalcante de Vasconcelos, TC QOPM , Coordenador de Operações de Segurança Pública (representante de: Secretário de Estado de Segurança Pública do DF); Capitão Marcelo dos Santos, PMDF (representante de: Marcos Antônio Nunes de Oliveira Comandante Geral da PMDF); Sr. Alex Minduín, Presidente da Associação Nacional das Torcidas Organizadas – ANATORG; Sra. Gislaine Nunes, Liga de Futebol Nacional do Brasil; Sr. Daniel dos Santos Vasconcelos, Presidente da Federação de Futebol do Distrito Federal. Sr. José Silva Júnior, Coordenador Geral dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte. O Senhor presidente ainda permitiu a manifestação de diversos membros da assistência. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às doze horas e trinta minutos do dia seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Roberto Muniz, Wellington Fagundes, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Dário Berger, Rodrigues Palma e José Medeiros. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões de número 17 a 19, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 14 de 2018** que: "Requer a separação dos temas das Audiências Públicas aprovadas por meio do Requerimento RFF nº 12/2018, ao tempo em que indica nomes para o debate sobre "Qual a Reforma Agrária Rural que o Brasil precisa?" **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 15 de 2018** que: "Requer, nos termos do artigo 89, inciso X e do art. 93, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater a aplicação dos recursos e a gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal e seus impactos no futuro da capital do país." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado com inclusão dos convidados: Rodrigo Fernandes Franco, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do DF; Delegado Fernando Fernandes e um representante do Ministério Fazenda ligado à gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 16 de 2018** que requer "Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão do Senado do Futuro (CSF) com a finalidade de debater as perspectivas dos jovens empreendedores brasileiros." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 17 de 2018** que requer "Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão do Senado do Futuro (CSF) com a finalidade de debater o futuro da advocacia brasileira." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 18 de 2018** que: "Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater "Os impactos dos aumentos nos preços da gasolina nos serviços de transportes privado e público", com a presença dos convidados que nomeia:" **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/06

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Senado do Futuro, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 6 de junho de 2018.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões dos dias 17 e 19.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 14, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro a separação dos temas das Audiências Públicas aprovadas por meio do Requerimento RFF nº 12/2018, ao tempo em que sugiro para o debate sobre "Qual a Reforma Agrária Rural que o Brasil precisa?", com os seguintes convidados:

Autoria: Senador Hélio José.

Para tanto, convidaremos as seguintes autoridades:

- Sr. Gustavo do Vale Rocha, Ministro de Estado de Direitos Humanos;

- Srª Cris Martins, Subsecretária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal da Casa Civil (Terra Legal);

- Sr. Sidrack de Oliveira Correia Neto, Secretário do Patrimônio da União SPU);

- Sr Leonardo Góes, Presidente do Incra;

- Srª Deborah Duprat, Procuradora do Ministério Público Federal;

- Sr. Darci Frigo, Coordenador da Plataforma DhESCA Brasil (Unesco);

- Sr. Carlos Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Rurais do Brasil (Conafer);

- Sr. José Fonseca (Pelé), Militante da Liga dos Camponeses Pobres (LCP);

- Srª Aline Marques, Advogada dos movimentos sociais;

- Sr. Tatiano Tavares, membro da Coordenação do Fórum da Reforma Agrária e Justiça no Campo do Distrito Federal e Entorno.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o Requerimento nº 14, de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 15, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 89, inciso X e do art. 93, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater a aplicação dos recursos e a gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal e seus impactos no futuro da capital do País.

Autoria: Senador Hélio José.

Para tanto, devem ser convidados:

- Sr. Renato Jorge Brown Ribeiro, Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF;

- Sr. Humberto Lucena Pereira da Fonseca, Secretário de Estado de Saúde do DF;

- Sr. Júlio Gregório, Secretário de Estado de Educação do DF;

- Sr. Wilson de Paula, Secretário de Estado de Fazenda do DF;

- Sr. Cristiano Barbosa Sampaio, Secretário de Estado de Segurança Pública e Paz Social do DF;

- Coronel Bombeiro Militar Luiz Cláudio Barbosa Castro, Comandante Geral do Corpo de Bombeiro do DF;

- Coronel Marcos Antônio Nunes de Oliveira, Comandante Geral da Polícia Militar do DF;

- Sr. Eric Seba de Castro, Diretor-Geral da Polícia Civil do DF;

- r. Deputado Distrital Wasny de Roure;

- Sr. Rodrigo Fernando Franco, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do DF; e

- r. Guarda Janio, suplente de Deputado Distrital e ex-policial militar.

Além dessa questão, como o representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão está aqui – Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF, Sr. Renato Jorge Brown Ribeiro –, quero a inclusão do Diretor-Geral do Fundo Constitucional do Ministério do Planejamento. Vamos verificar o nome; essa pessoa tem que estar aqui colocada como um convidado nosso para estar presente na audiência pública. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, representante do Ministério do Planejamento relacionado ao gerenciamento do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Já que está um número muito grande, eu também quero a inclusão do Sr. Fernando Fernandes, representante dos policiais civis do Distrito Federal – delegado de polícia e representante dos policiais civis do DF. (*Pausa.*)

Ele ainda não estava na lista; está o Gaúcho, que é o presidente do sindicato. Eu estou colocando o presidente do sindicato e chamando um delegado, o Dr. Fernando Fernandes, delegado de polícia do Distrito Federal.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 15, de 2018.

Estou incluindo três itens extrapauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inclusão permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 16, de 2018

- Não terminativo -

Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão do Senado do Futuro (CSF) com a finalidade de debater as perspectivas dos jovens empreendedores brasileiros.

Autoria: Senador Hélio José.

Os convidados serão informados oportunamente à Comissão Senado do Futuro.

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, as Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 16.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 17, de 2018

- Não terminativo -

Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão do Senado do Futuro (CSF) com a finalidade de debater o futuro da advocacia brasileira.

Autoria: Senador Hélio José.

Os convidados serão informados oportunamente à Comissão do Senado do Futuro (CSF).

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 17, de 2018.

O item 5 é um requerimento de autoria de S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

Na ausência do Senador autor do requerimento, eu o subscrevo, passando a ser também de minha autoria – e já havia conversado com o Senador Cristovam.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 18, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater "Os impactos dos aumentos nos preços da gasolina nos serviços de transportes privado e público", com a presença dos seguintes convidados:

- Representante da Petrobras;

- Elisa Schmitt Monteiro, Presidente do Sindicombustíveis do Distrito Federal;

- Sued Silvio, Presidente do Sindicato dos Taxistas do Distrito Federal (Sinpetaxi);

- Renata D'Aguiar, representante do Sindicato dos Motoristas de Transporte Privado de Passageiros por Aplicativo (Simtraple-DF);

- Nazon Simões, Presidente do Sindicato dos Transportes Escolares do Distrito Federal (Sintresc); e

- Luiz Carlos Garcia Galvão, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Distrito Federal (Sindmoto).

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 18, de 2018, subscrito por mim, de autoria do Senador Cristovam.

Encerramento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 12 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas e vinte e quatro minutos do dia sete de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Flexa Ribeiro, Ana Amélia e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 1/2018, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater sobre a questão do "Empreendedorismo", dentro do ciclo de palestras; "2022, O Brasil que queremos". **Participantes:** Prof. Tales Andreassi, Professor e vice-diretor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV; Prof. Vanderley Salvador Bagnato, Professor Titular da Universidade de São Paulo - (USP/São Carlos). Prof. Sanderson Barbalho, Pós-Graduação em Sistemas Mecatrônicos da Universidade de Brasília (UnB). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezesseis horas e vinte e sete minutos do dia quatorze de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Paulo Paim e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 9/2018, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater e avaliar o processo de privatização da Eletrobrás à luz do PL 9463/2018 em tramitação na Câmara dos Deputados. **Participantes:** Sr. Agenor de Oliveira, Instituto Ilumina; Sra. Fabiola Latino Antezana, Representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários; Sr. Leandro Moreira, Assessor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Sr. Mauro Martinelli, Diretor de Distribuição da CEB. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal,

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas e trinta e um minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 1/2018, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater sobre a importância da ética em todas as relações humanas. **Participantes:** Dom Leonardo Ulrich Steiner, (CNBB); Sr. Roberto Crema, Reitor da Universidade Internacional da Paz (UNIPAZ); Sr. Ulisses Riedel, União Planetária. Sr. José Geraldo de Souza Junior, (UnB). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e um horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 15/2018, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater a aplicação dos recursos e a gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal e seus impactos no futuro da capital do país. **Participantes:** Sr. Nerylson Lima da Silva, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SE/MF; Sr. Fabrício de Oliveira Barros, Subsecretário do Tesouro da Secretaria de Fazenda do DF; Sr. Rodrigo Fernandes Franco, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal; Sr. Guarda Jânio, Suplente de Deputado Distrital e ex-policial militar. Deputado Wasny de Roure, Deputado Distrital. O Deputado teve que se retirar antes de iniciados os trabalhos faca a compromissos na Câmara Legislativa do DF, mas deixou uma apresentação que pretendia fazer para acessibilidade na internet na reunião da Comissão. O Senhor Presidente, além dos convidados à Mesa, concedeu a palavra ao advogado Ogi Pereira. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Airton Sandoval, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Dário Berger, Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Gladson Cameli, Ana Amélia, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Pedro Chaves, José Medeiros e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Romero Jucá, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Davi Alcolumbre e João Capiberibe. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: Aviso nº 16/2018, Aviso nº 17/2018 e Aviso 18/2018. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 16 de 2018** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, para instruir o PLS 481/2017, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar os provedores de aplicações de internet a manterem serviço de atendimento ao usuário, com a presença dos seguintes convidados: - Ailton Benedito de Souza, Procurador da República, especializado em questões de redes sociais do MPF/GO; - Carlos Augusto Afonso, Consultor de tecnologia, autor do blog Ceticismo Político, auditor em sistemas de informação certificado em CISA e CISM; - Cristina Tardáguila, Diretora da Agência Lupa; - Emerson Tadeu Kuhn Grigollette Júnior, Especialista em Direito da Tecnologia da Informação; - Cristian Dias, Diretor de estratégia criativa do Facebook para o Brasil." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira e Senador Airton Sandoval Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para isentar o beneficiário do cumprimento de períodos de carência nos casos de urgência e emergência e para reduzir para cento e vinte dias o período de carência nas internações hospitalares." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a redação do § 1º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para fixar o início do prazo decadencial do direito do consumidor de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda oferecida pelo Senador Flexa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ribeiro. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para vedar a retenção de senha ou documento comprobatório do horário de chegada do consumidor ao estabelecimento do fornecedor ou local de atendimento." **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2017 - Terminativo -** que: "Torna obrigatória a disponibilização de balanças de precisão em estabelecimentos varejistas que comercializem produtos lacrados a fim de possibilitar a conferência pelos consumidores." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Gladson Cameli. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 20 de 2018** que: "Em aditamento ao RTG nº16, de 2018, desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), requeiro, nos termos do artigo 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão, na Audiência Pública que instruirá o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 481, de 2017 que "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar os provedores de aplicações de internet a manterem serviço de atendimento ao usuário," os seguintes convidados: - Representante da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico - câmara-e net; e - Representante da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – Brasscom." **Autoria:** Senadora Regina Sousa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 21 de 2018** que: "Requer, nos termos regimentais, o aditamento ao RTG nº 01, de 2018, para a inclusão do seguinte convidado: - Décio Oddone, presidente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira e Senador Airton Sandoval Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 22 de 2018** que: "Requer, nos termos regimentais, o aditamento ao RTG nº 01, de 2018, para a inclusão do seguinte convidado: Alexandre Andrade Lima, presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil - FEPLANA;" **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira e Senador Airton Sandoval Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 17 de 2018** que: "Requer, nos termos regimentais, na qualidade de membro desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a aprovação de requisição de informações a Sua Excelência o Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Raimundo Carreiro, para que remeta a esta Comissão as cópias dos resultados das fiscalizações realizadas no âmbito do Relatório de Acompanhamento (Racom/TCU) em face dos contratos de concessões de ferrovias detidos pela VALE S/A. e suas coligadas." **Autoria:** Senador Pedro Chaves e Senador Airton Sandoval Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 23 de 2018 que: "Requer, nos termos regimentais, na qualidade de membro desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a aprovação de requisição de informações dirigida a Sua Excelência o Senhor Ministro do Transportes, Portos e Aviação Civil, para que remeta a esta Comissão as cópias dos processos administrativos em curso que versam sobre a prorrogação dos contratos de concessão definidos nos termos da lei 13.334, de 13 de setembro de 2016, relativamente ao setor ferroviário. Requeiro, ainda, que seja aprovada a requisição do estudo técnico prévio que fundamenta a vantagem da prorrogação do contrato de parceria em relação à realização de nova licitação, conforme previsto no art. 8º da lei 13.448/2017." **Autoria:** Senador Pedro Chaves e Senador Airton Sandoval Santana. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Airton Sandoval

Vice-Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/23

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/MDB - SP) – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a Senadora Regina Sousa, que se faz presente na Comissão.

Declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

...Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. e Srªs Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Aviso nº 16/2018, Aviso nº 17/2018 e Aviso 18/2018.

Informo que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por e-mail para os gabinetes de todos os membros com links para acesso aos seus conteúdos de forma que os Srs. Senadores e Senadoras possam se manifestar caso assim desejem.

Passamos à pauta. (*Pausa.*)

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 16, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, para instruir o PLS 481/2017, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar os provedores de aplicações de internet a manterem serviço de atendimento ao usuário, com a presença dos seguintes convidados:

- Ailton Benedito de Souza, Procurador da República, especializado em questões de redes sociais do MPF/GO;

- Carlos Augusto Afonso, Consultor de tecnologia, autor do blog Ceticismo Político, auditor em sistemas de informação, certificado em CISA e CISM;

- Cristina Tardáguila, Diretora da Agência Lupa;

- Emerson Tadeu Kuhn Grigollette Júnior, Especialista em Direito da Tecnologia da Informação;

- Cristian Dias, Diretor de estratégia criativa do Facebook para o Brasil.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira e outros

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidente, eu tenho um requerimento de aditamento só indicando duas pessoas. Eu gostaria de saber se poderia ser votado. Já foi dada entrada na Comissão.

É só para aditar dois convidados nesse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/MDB - SP) – Leio o requerimento da Senadora Regina Souza:

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 20, de 2018

- Não terminativo -

Em aditamento ao RTG nº16, de 2018, desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), requeiro, nos termos do artigo 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão, na Audiência Pública que instruirá o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 481

que instruirá o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 481, de 2017, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar os provedores de aplicações de internet a manterem serviço de atendimento ao usuário, com os seguintes convidados: Representante da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (camara-e.net) e representantes da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom).

Assina o requerimento a Senadora Regina Sousa.

Coloco em votação o requerimento, adendo ao que lemos anteriormente, incluindo o que requer a Senadora Regina Sousa.

Aqueles Senadores que concordam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aqui com a Presidência o Requerimento nº 21, de 2018, da CTFC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 21, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, o aditamento ao RTG nº 01, de 2018, para a inclusão do seguinte convidado: - Décio Oddone, presidente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira e outros

Eu também subscrevo o presente requerimento.

Aqueles Senadores que concordam com a aprovação desse requerimento, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Novo Requerimento nº 22, de 2018, CTFC.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 22, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, o aditamento ao RTG nº 01, de 2018, para a inclusão do seguinte convidado: Alexandre Andrade Lima, presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil - FEPLANA;

Autoria: Senador Ataídes Oliveira e outros

Eu também subscrevo o presente requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 17, de 2018, CTFC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 17, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, na qualidade de membro desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a aprovação de requisição de informações a Sua Excelência o Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Raimundo Carreiro, para que remeta a esta Comissão as cópias dos resultados das fiscalizações realizadas no âmbito do Relatório de Acompanhamento (Racom/TCU) em face dos contratos de concessões de ferrovias detidos pela VALE S/A. e suas coligadas.

Autoria: Senador Pedro Chaves e outros

Justificativa. Considerando que a referida empresa pleiteou a programação antecipada das concessões que detém, pretende-se colher posição atualizada dos atuais contratos de acordo com as melhores práticas regulatórias, visando com isso o conhecimento do status do cumprimento das obrigações contratuais da concessionária, bem como eventual obrigatoriedade de licitar.

Importante esclarecer que...

de licitar.

Importante esclarecer que os referidos pedidos se destinam a oportunizar a adequada fiscalização do atendimento às condicionantes exigíveis para a mencionada prorrogação dos contratos em curso, consoante previsto no art. 6º, parágrafo 2º, II da Lei 13.448/2017.

Sala das sessões.

Assina o Senador Pedro Chaves.

Eu também subscrevo o presente requerimento.

Em votação.

Os Senadores que aprovam o requerimento, por favor, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o requerimento.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 23, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, na qualidade de membro desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a aprovação de requisição de informações dirigida a Sua Excelência o Senhor Ministro do Transportes, Portos e Aviação Civil, para que remeta a esta Comissão as cópias dos processos administrativos em curso que versam sobre a prorrogação dos contratos de concessão definidos nos termos da lei 13.334, de 13 de setembro de 2016, relativamente ao setor ferroviário. Requeiro, ainda, que seja aprovada a requisição do estudo técnico prévio que fundamenta a vantagem da prorrogação do contrato de parceria em relação à realização de nova licitação, conforme previsto no art. 8º da lei 13.448/2017.

Autoria: Senador Pedro Chaves e outros

JUSTIFICATIVA

Os referidos pedidos se destinam a oportunizar a esta Comissão a adequada fiscalização do atendimento às condicionantes exigíveis para a mencionada prorrogação dos contratos em curso, consoante previsto no art. 6º, parágrafo 2º, II da lei 13.448/2017.

Sala das sessões.

Senador Pedro Chaves.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o presente requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Consulto o Plenário se algum Senador ou Senadora quer se manifestar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar nem havendo mais nada a tratar, esta Presidência encerra a reunião, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e dezessete minutos do dia seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Airton Sandoval, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Lindbergh Farias, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, Pedro Chaves, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Romero Jucá, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Gladson Cameli, João Capiberibe, Rodrigues Palma e Armando Monteiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: Aviso nº 643-GP/TCU, de 2018; Aviso nº 625-GP/TCU, de 2018; Aviso nº 672-GP/TCU, de 2018; Aviso nº 19, de 2018; MSF nº 42, de 2018; TSF nº 1, de 2018; Ofício nº 65, de 2018; Memorando nº 4, de 2018, GSRPalma. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 19 de 2018** que: "Requer, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 15/2018-CTFC, o qual requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para instruir o PLS 769/2015, que "veda a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelece padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos", a inclusão dos seguintes convidados: Tânia Cavalcante - Médica do Instituto Nacional do Câncer (INCA) e Secretária-Executiva da Comissão Interministerial para Controle do Tabaco (Conicq); Mônica Andreis – Diretora Executiva da ACT Promoção da Saúde; Charles Onassis Peres Lamb – Técnico Agrícola Permacultor e Coordenador Geral do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO)." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 24 de 2018** que: "Requer, nos termos do inciso I, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº16 de 2018, "que propõe a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, para instruir o PLS 481 de 2017, que altera a Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar os provedores de aplicações de internet a manterem serviço de atendimento ao usuário para propor a inclusão entre os debatedores de representantes das seguintes entidades: - Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico - camara-e.net; - Associação Brasileira das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação - Brasscom." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 25 de 2018** que: "Nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que esta egrégia Comissão se digne a, em audiência pública, solicitar o depoimento do Senhor Pedro Parente, Presidente da Petrobras, no que concerne à atual política de reajuste de combustíveis praticada pela Empresa e os consequentes e sucessivos aumentos de preço, sobretudo da gasolina, do diesel e do gás de cozinha. Ademais, que este colegiado possa obter informações aprofundadas, a partir da tomada de depoimento, quanto à implementação da política de desinvestimentos da Petrobras e averiguar possíveis conflitos de interesses na atual gestão da Estatal." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Prejudicado (substituído pelo RTG nº 28/2018). **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para tornar obrigatória, por parte do agente financeiro, a devolução de 80% dos valores pagos ao mutuário que der causa, ainda que por ato culposo, à rescisão contratual de bens móveis ou imóveis, e de 100% das quantias pagas nos casos de rescisão causadas por culpa única e exclusiva do mutuante, constituindo crime a sua retenção dolosa, sem prejuízo de reparações em âmbito cível e administrativo." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda oferecida pelo Senador Paulo Paim com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1-T, 2 e 3-CTFC. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para isentar o beneficiário do cumprimento de períodos de carência nos casos de urgência e emergência e para reduzir para cento e vinte dias o período de carência nas internações hospitalares." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a redação do § 1º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para fixar o início do prazo decadencial do direito do consumidor de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda oferecida pelo Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para vedar a retenção de senha ou documento comprobatório do horário de chegada do consumidor ao estabelecimento do fornecedor ou local de atendimento." **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2017 - Terminativo -** que: "Torna obrigatória a disponibilização de balanças de precisão em estabelecimentos varejistas que comercializem produtos lacrados a fim de possibilitar a conferência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelos consumidores." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Gladson Cameli. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 27 de 2018** que: "Requer, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 15/2018-CTFC, o qual requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para instruir o PLS 769/2015, que "veda a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelece padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos", a inclusão da seguinte convidada: - Melissa Ribeiro – Representante da Associação de Câncer de Boca e Garganta (ACBG)." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 26 de 2018** que: "Nos termos do art. 93, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), para que seja discutida a oferta de serviços de extração da base de dados de CPF e de CNPJ pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO para órgãos da Administração Pública, mediante remuneração, com a presença dos seguintes convidados: 1. Drª Maria da Glória Guimarães dos Santos, Diretora-Presidente do SERPRO; 2. Dr. Frederico Meinberg Ceroy, promotor de justiça e Coordenador da Comissão de Proteção de Dados Pessoais do MPDFT; 3. Representante do Ministério Público Federal; 4. Representante do Ministério da Fazenda." **Autoria:** Senador Airton Sandoval Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 28 de 2018** que: "Nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que esta egrégia Comissão se digne a, em audiência pública, solicitar o depoimento do Senhor Ivan Monteiro, Presidente da Petrobras, no que concerne à atual política de reajuste de combustíveis praticada pela Empresa e os consequentes e sucessivos aumentos de preço, sobretudo da gasolina, do diesel e do gás de cozinha. Ademais, que este colegiado possa obter informações aprofundadas, a partir da tomada de depoimento, quanto à implementação da política de desinvestimentos da Petrobras e averiguar possíveis conflitos de interesses na atual gestão da Estatal." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Airton Sandoval

Vice-Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/06

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/MDB - SP) – Declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Aviso nº 643-GP/TCU, de 2018; Aviso nº 625-GP/TCU, de 2018; Aviso nº 672-GP/TCU, de 2018; Aviso nº 19, de 2018; MSF nº 42, de 2018; TSF nº 1, de 2018; Ofício nº 65, de 2018; Memorando nº 4, de 2018, GSR Palma.

Informo que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros com *links* para acesso aos seus conteúdos, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem.

Passamos, então, à pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 19, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 15/2018-CTFC, o qual requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para instruir o PLS 769/2015, que "veda a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelece padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos", a inclusão dos seguintes convidados: Tânia Cavalcante - Médica do Instituto Nacional do Câncer (INCA) e Secretária-Executiva da Comissão Interministerial para Controle do Tabaco (Conicq); Mônica Andreis – Diretora Executiva da ACT Promoção da Saúde; Charles Onassis Peres Lamb – Técnico Agrícola Permacultor e Coordenador Geral do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO).

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em discussão.

Com a palavra o Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero lembrar, mais uma vez, que esse assunto me parece tão importante que nós deveríamos era aprovar o mais rápido possível o projeto do Senador Serra. Entretanto, houve diversas contestações, e eu nada tenho contra fazermos uma audiência, até porque essa audiência vai permitir fazermos a divulgação da campanha antitabagista no Brasil.

Por isso, eu indiquei esses três nomes, mas gostaria de pedir aqui ao senhor a possibilidade de mais um nome, o da Srª Melissa Ribeiro, que é representante da Associação de Câncer de Boca e Garganta. Então, além desses três nomes, mais um nome, o da Srª Melissa Ribeiro. (*Pausa.*)

É um pedido extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/MDB - SP) – Primeiramente, Senador, vamos colocar em votação o requerimento – já existe outro requerimento de V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Ah, está ótimo, está bom.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/MDB - SP) – Encerrada a discussão, eu coloco em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vou ler agora, então, o requerimento nº 27/2018-CTFC.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 27, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 15/2018-CTFC, o qual requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para instruir o PLS 769/2015, que "veda a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelece padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos", a inclusão da seguinte convidada:

- Melissa Ribeiro – Representante da Associação de Câncer de Boca e Garganta (ACBG).

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria:

Relatório:

Observações:

O Senador Cristovam Buarque justifica o seu requerimento.

Consulto o Plenário sobre a necessidade de discussão. (*Pausa.*)

Acredito que não haja quem queira discutir.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado, então, o complemento...

Aprovado, então, o complemento.

Há um requerimento aqui de minha autoria, e eu consulto o Plenário sobre se posso colocá-lo em discussão extrapauta.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Então, com a concordância, passo a ler o requerimento.

REQUERIMENTO nº 26, de 2018 – CTFC
Requer a realização de audiência pública para que seja discutida a oferta de serviços de extração da base de dados de CPF e de CNPJ pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, para órgãos da Administração Pública, mediante remuneração.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 26, de 2018

- Não terminativo -

Nos termos do art. 93, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), para que seja discutida a oferta de serviços de extração da base de dados de CPF e de CNPJ pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO para órgãos da Administração Pública, mediante remuneração, com a presença dos seguintes convidados:

1. Drª Maria da Glória Guimarães dos Santos, Diretora-Presidente do SERPRO;

2. Dr. Frederico Meinberg Ceroy, promotor de justiça e Coordenador da Comissão de Proteção de Dados Pessoais do MPDFT;

3. Representante do Ministério Público Federal;

4. Representante do Ministério da Fazenda.

Autoria: Senador Airton Sandoval Santana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, eu me pronuncio da seguinte forma:

> Na última sexta-feira, dia 1º de junho, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios divulgou nota pública em que encaminha Ofício contendo indícios e documentos coletados em uma investigação de sua Comissão de Proteção de Dados Pessoais para o Ministério Público Federal, a quem compete investigar a prática de comercialização de dados pessoais de cidadãos brasileiros supostamente praticada pelo SERPRO.
> Segundo acusa o MPDFT, a prática vem sendo feita há décadas e envolve valores milionários. O SERPRO, em Nota Pública, afirmou que o serviço é lícito, tendo sido prestado inclusive para órgãos do Poder Judiciário e do próprio Ministério Público, com autorização do Governo Federal, através de uma Portaria editada pelo Ministério da Fazenda de 2016.
> Propomos, dessa maneira, a realização de audiência pública, a fim de possibilitar à empresa pública uma oportunidade para esclarecer os fatos perante esta Comissão e a sociedade brasileira.

De autoria do Senador Airton Sandoval, que preside esta reunião.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos passar, então, ao item 5, com a chegada o Senador Elmano Férrer, que nos homenageia com a sua presença nesta Comissão.

... que nos homem homenageia com a sua presença nesta Comissão.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para isentar o beneficiário do cumprimento de períodos de carência nos casos de urgência e emergência e para reduzir para cento e vinte dias o período de carência nas internações hospitalares.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria constou na pauta da reunião de 09/05/2018, 16/05/2018 e 23/05/2018.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAS.

Com a palavra o Relator.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI. Como Relator.) – Srªs e Srs. Senadores, passo a ler o relatório.

É submetido à apreciação da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 502, de 2017, da Senadora Rose de Freitas, que isenta o beneficiário do plano de saúde do cumprimento de períodos de carência nos casos de urgência e emergência e reduz para 120 dias o período de carência nas internações hospitalares.

A proposição no art. 1º inclui alínea "d" ao inciso V do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para fixar o período de carência no prazo máximo de 120 dias para internações hospitalares, e acrescenta ao mesmo artigo o §6º para garantir ao consumidor ou beneficiário, titular ou dependente, a isenção do cumprimento de períodos de carência nos casos de urgência e emergência.

O art. 2º da proposição acrescenta §2º ao art. 35-C da Lei dos Planos de Saúde para vedar a utilização de quaisquer mecanismos de regulação, inclusive autorizações prévias, que impeçam ou dificultem o atendimento em casos de urgência ou emergência.

O art. 3º do projeto de lei prevê que a lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor na data da sua publicação.

O art. 4º do projeto de lei revoga a alínea "c" do inciso V do art. 12 da Lei dos Planos de Saúde.

A autora explicita na justificação que "é necessário rever os períodos máximos de carência estabelecidos em lei, pois eles alteram sobremaneira o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema em prol das operadoras, prejudicando o usuário".

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

A proposição está sendo submetida ao exame desta Comissão. Após o exame dela, o projeto de lei será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a quem competirá emitir a decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise do projeto.

A proposição trata de matéria inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 24, incisos V e VIII, da Constituição, segundo os quais compete à União legislar concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal sobre produção e consumo e sobre responsabilidade por dano ao consumidor.

... sobre produção e consumo e sobre responsabilidade por dano ao consumidor.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei ordinária) é o adequado; ii) o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) se afigura dotado de potencial coercitividade; e v) é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, observando os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito da proposição, somos favoráveis à sua aprovação, já que assegura mais direitos ao consumidor nos contratos de prestação de serviços de saúde.

Os prazos máximos de carência atualmente previstos na legislação são de 24 horas, para atendimentos de urgência e emergência; de 300 dias, para parto a termo; e de 180 dias, para os demais casos, inclusive cirurgias.

A proposição legislativa acertadamente elimina o prazo máximo de carência para os atendimentos de urgência e emergência, haja vista que, se o consumidor não receber o atendimento no tempo necessário, pode ser inócuo o tratamento em período posterior, pois a demora no atendimento nesses casos coloca em risco a saúde e a vida do paciente.

Além disso, o projeto de lei adequadamente insere prazo máximo de carência de 120 dias para internações hospitalares, diminuindo para esses casos o prazo máximo hoje vigente de 180 dias, tendo em vista que a internação hospitalar em muitos casos decorre de situações de urgência e de emergência.

Voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2018, e, no mérito, por sua aprovação.

Era esse, Sr. Presidente, o nosso relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/MDB - SP) – Obrigado, Senador Elmano Férrer, pelo seu relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela aprovação do projeto.

A matéria seque para a Comissão de Assuntos Sociais.

Passamos, então – agradecendo a presença da Senadora Vanessa Grazziotin –, ao item nº 2 da pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 24, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso I, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº16 de 2018, "que propõe a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, para instruir o PLS 481 de 2017, que altera a Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar os provedores de aplicações de internet a manterem serviço de atendimento ao usuário para propor a inclusão entre os debatedores de representantes das seguintes entidades:

- Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico - camara-e.net;

- Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação - Brasscom.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº16 de 2018, "que propõe a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, para instruir o PLS 481 de 2017, que altera a Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar os provedores de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicações de internet a manterem serviço de atendimento ao usuário para propor a inclusão entre os debatedores de representantes das seguintes entidades:

- Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico - camara-e.net;

- Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação - Brasscom.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Desculpe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/MDB - SP) – Pois não.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Na realidade, eu acabei de ser informada que um requerimento de igual conteúdo foi aprovado já por iniciativa da Senadora Regina, mas, como acho que o que abunda não prejudica, nós podemos votar, porque aí ficaríamos com duas autoras. Não sei, V. Exª é que decide se considera prejudicado ou vota.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/MDB - SP) – Não, nós vamos votar, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/MDB - SP) – Bom, não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Item 3 é o Requerimento nº 25, de 2018.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 25, de 2018

- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que esta egrégia Comissão se digne a, em audiência pública, solicitar o depoimento do Senhor Pedro Parente, Presidente da Petrobras, no que concerne à atual política de reajuste de combustíveis praticada pela Empresa e os consequentes e sucessivos aumentos de preço, sobretudo da gasolina, do diesel e do gás de cozinha. Ademais, que este colegiado possa obter informações aprofundadas, a partir da tomada de depoimento, quanto à implementação da política de desinvestimentos da Petrobras e averiguar possíveis conflitos de interesses na atual gestão da Estatal.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Em discussão o requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador Airton, o Senador Elmano me questionava por não ser mais ele o Presidente, mas nós já protocolamos uma correção, outro requerimento que corrige e já coloca devidamente o nome do novo Presidente, Ivan Monteiro. E eu gostaria, Senador Airton Sandoval, de pedir o apoio de V. Exª, como do Senador Elmano, para que realizássemos essa audiência pública.

Informo que, na Comissão de Infraestrutura, requerimento de igual conteúdo já foi aprovado, e o nosso objetivo é fazer uma grande audiência pública com várias comissões, a Comissão de Infraestrutura, que já aprovou, a Comissão de Assuntos Econômicos e esta Comissão de Fiscalização

a Comissão de Assuntos Econômicos e também essa Comissão de Fiscalização Financeira e de Controle é fundamental que participem. Então, repito, esse requerimento já foi aprovado pela Comissão de Infraestrutura. Não sei se a Comissão de Assuntos Econômicos já chegou a deliberar. Se não deliberou, brevemente estaremos deliberando.

Então, o objetivo é propiciar, Senador Airton, que todos os Senadores ou pelo menos que um número significativo de Senadores e de Senadoras possam, diante do Presidente, do novo Presidente da Petrobras, que não é tão novo assim porque já era membro da Diretoria, da Diretoria Financeira... Portanto, conhece profundamente a Petrobras, conhece profundamente a política de preço de combustíveis adotada no Brasil. Então, é importante que nós possamos inserir esta Comissão no debate.

Presidente, se V. Exª permite-me, quero aqui dizer que nós obtivemos, no dia de ontem, uma grande vitória, uma vitória gigantesca, uma vitória significativa. Lamentavelmente, o Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Michel Temer está promovendo uma verdadeira onda de privatizações no Brasil, ele está fazendo o que nem Fernando Henrique Cardoso fez. A privatização está travestida do tal desinvestimento. Na realidade, não é um desinvestimento, não é uma venda de capitais, é uma verdadeira privatização. A Petrobras já vendeu uma parcela significativa do seu patrimônio e ocorreria brevemente, Senador Sandoval, a privatigação da TAG. A TAG é a empresa da Petrobras que cuida de dois gasodutos, ou seja, de uma malha de 4.500 km de gasodutos, inclusive o nosso gasoduto, localizado no Estado do Amazonas, no meu Estado, que liga Coari – onde há a maior área de produção de petróleo em terra firma – à cidade de Manaus. Estava à venda por um irrisório valor de US$8 bilhões. Isso, segundo os técnicos, é um presente que se estava dando à iniciativa privada. A obra já foi toda construída e toda paga, inclusive o gasoduto que percorre todo o litoral brasileiro, todo o litoral.

A boa notícia que eu trago é a de que Tribunal Regional Federal, salvo engano da 5ª Região, determinou a suspensão. Então, isso mostra como vale a pena a gente resistir, Senador Elmano, como vale a pena a gente mostrar os reais fatos que estão acontecendo no Brasil. Porque se, por um lado, é fato que a Petrobras tem de capitalizar-se, por outro lado ela não pode vender um patrimônio tão significativo que gera, imediatamente, lucro para o Brasil. Ou seja, iam vender um gasoduto que, posteriormente, iria ser alugado pelo Governo naqueles contratos de preço seguro, vende-se o produto e recebe-se, mesmo que não percorra. Então, era essa a boa notícia que eu daria, Presidente. Conto com o apoio dos senhores e das senhoras para a gente aprovar esse requerimento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/MDB - SP) – V. Exª pede apenas a substituição do nome em razão da mudança que houve na estatal, de forma que nós podemos colocar em votação se houver a concordância de todos do plenário. Parece-me que há essa concordância.

Consulto sobre se alguém mais quer discutir o requerimento.

Ninguém mais querendo discutir

discutir o requerimento, vamos passar, então, à votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como estão.

Aprovado o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para tornar obrigatória, por parte do agente financeiro, a devolução de 80% dos valores pagos ao mutuário que der causa, ainda que por ato culposo, à rescisão contratual de bens móveis ou imóveis, e de 100% das quantias pagas nos casos de rescisão causadas por culpa única e exclusiva do mutuante, constituindo crime a sua retenção dolosa, sem prejuízo de reparações em âmbito cível e administrativo.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

S. Exª está presente nesta Comissão.

Com a palavra o Relator.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, Senador Airton Sandoval, muito obrigado.

É submetido à apreciação da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), o Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2017, da Senadora Vanessa Grazziotin.

A proposição trata de matéria inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 24, incisos V e VIII, da Constituição, segundo os quais compete à União legislar concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal sobre produção e consumo e sobre responsabilidade por dano ao consumidor.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior, Senador Elmano.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável. Quanto ao mérito da proposição, somos favoráveis à sua aprovação, já que garante mais direitos ao consumidor.

O consumidor que se torna inadimplente em contratos de financiamento de bens móveis ou imóveis tem grande dificuldade em obter prontamente a devolução de percentual dos valores pagos ao fornecedor dos bens.

Muitas vezes nos contratos são previstos percentuais muito baixos na devolução dos valores pagos no caso de inadimplemento do devedor, situação que provoca o enriquecimento do agente financiador em detrimento do empobrecimento do consumidor.

VOTO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2017, e, no mérito, por sua aprovação, e pela aprovação da Emenda nº 1, com as seguintes emendas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/MDB - SP) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Lindbergh.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Está aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão pela aprovação do Projeto com a Emenda do Senador Paulo Paim e com as duas emendas do Relator.

A matéria segue para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Não havendo mais nada a tratar, consulto os Senadoras e as Senadores sobre se querem fazer alguma manifestação.

Não havendo a intenção de manifestação dos Senadores presentes, encerramos esta reunião da Comissão agradecendo a presença de todos os Senadores e funcionários da Casa, que tão bem nos atendem.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

/senadofederal
@senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO FEDERAL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C6E083F000257C1F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.